



LIMA BARRRETO

OBRA REUNIDA







LIMA
BARRETO

Direitos de edição da obra em língua portuguesa no Brasil adquiridos pela EDITORA NOVA FRONTEIRA PARTICIPAÇÕES S.A. Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação etc., sem a permissão do detentor do copirraite.

EDITORA NOVA FRONTEIRA PARTICIPAÇÕES S.A.
Rua Candelária, 60 — 7º andar — Centro — 20091-020
Rio de Janeiro — RJ — Brasil
Tel.: (21) 3882-8200 — Fax: (21) 3882-8212/8313

CIP-Brasil. Catalogação na publicação
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

B263L

Barreto, Lima, 1881-1922

Lima Barreto [recurso eletrônico] : obra reunida, volumes 1, 2 e 3 / Lima Barreto. — [2. ed.]
- Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2018.
recurso digital

Formato: ebook

Requisitos do sistema: adobe digital editions

Modo de acesso: world wide web

ISBN 9788520943533 (recurso eletrônico)

1. Ficção brasileira. 2. Contos brasileiros. 3. Crônicas brasileiras. 4. Livros eletrônicos. I.
Título.

18-53473

CDD: 869
CDU: 821.134.3(81)

Vanessa Mafra Xavier Salgado – Bibliotecária – CRB-7/6644

SUMÁRIO

VOLUME 1

Recordações do escrivão Isaías Caminha

Triste fim de Policarpo Quaresma

Numa e a Nínia

Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá

Clara dos Anjos

VOLUME 2

Amplius!

Histórias e sonhos

Outros contos

Diário íntimo

Diário do hospício e Cemitério dos vivos

VOLUME 3

Aventuras do dr. Bogoloff

Os Bruzundangas

Coisas do Reino do Jambon

Crônicas seletas

O subterrâneo do Morro do Castelo

LIMA BARRETO



VOLUME 1

Recordações do escrivão Isaías Caminha

Triste fim de Policarpo Quaresma

Numa e a Ninha

Vida e morte de M.J. Gonzaga de Sá

Clara dos Anjos



LIMA BARRETO: o psicólogo amargo das ruas cariocas

Cláudio Soares¹

Como fragmentos de uma poderosa nau que as grandes forças da natureza desfizeram e cujos pedaços vão pelo oceano afora, sem consciência do seu destino e de sua força interior. — Lima Barreto

O MAIS CARIOCA DOS ESCRITORES BRASILEIROS

Ao contrário do que teria acontecido com Machado de Assis, o carioca Afonso Henriques de Lima Barreto (1881–1922) tentou se impor como autor negro e não “apesar de negro”. Não fez concessões e foi o romancista brasileiro do início do século XX cuja obra mais avultou em sentimento de revolta. Desiguais e híbridos, os seus livros apresentam a contundência do traço pessoal, íntimo, e o vigor ardente e dramático da voz daqueles que se rebelam. Poucos autores foram tão sinceros quanto ele. O “fundador do romance social brasileiro” e precursor do modernismo no Brasil só alcançou a glória literária décadas depois da sua morte. A crítica começou a reconhecer a importância e o valor da sua obra a partir da década de 1930, com o polemista Agripino Grieco (1888–1973). Em vida, foi amaldiçoado com a indiferença. Morto, foi sepultado pelo esquecimento seletivo, rancoroso e atroz, preço muito caro que pagou por sua coragem, sua valentia e seu gênio. Foi o romancista da pequena burguesia suburbana, o narrador das classes humildes, recriando a vida carioca e nacional com uma atualidade avassaladora. A ele devemos também a presença

do grotesco como categoria estética em nossa literatura. Órfão de mãe, filho de um louco, mulato, cachaceiro, pobre, maltrapilho, marginalizado, sarcástico, panfletário, impiedoso, mas, acima de tudo, um crítico das coisas, das pessoas, dos costumes do Rio de Janeiro, o mais carioca dos escritores brasileiros foi um homem sofrido. Na boca de seus personagens, despejou todos os seus dissabores e ressentimentos. Tipo acabado de analista social, mas um analista que combate, a sua originalidade está no fato de ter sido o primeiro a realizar uma literatura militante. Tudo o que escreveu foi, no fundo, parte de suas memórias. Qualquer tentativa de compreensão da sua obra deve levar em conta seu perfil psicológico. Lima Barreto se sentiu desvalorizado, perdido, desamparado, angustiado, revoltado e solitário. O homem na sua mais completa fragilidade, habitado por um escritor na plenitude de sua força, optou por suicidar-se aos poucos, vencido pelo álcool, em uma “triste ruína de homem, amnésico, semi-imbecilizado, a ponto de não poder seguir o fio da mais simples conversa”.²

A LEITURA COMO DECIFRAÇÃO DE *PUZZLES*

A propósito de certa coleção de obras clássicas lançada no final da década de 1940 pela editora W. M. Jackson, um jornal carioca publicou uma série de artigos³ em que se propunha a buscar os motivos pelos quais “formamos a nossa cultura, cogitando geralmente da cúpula e da fachada, sem nos preocuparmos com os alicerces”, ou seja, esquecendo “dessa base que só os clássicos nos podem dar”. Setenta anos depois, o problema ainda é atual e até mais preocupante. Ora, não se atinge um grau de cultura literária sem o conhecimento de certo número de obras fundamentais que há tempos nutrem o espírito humano. No caso do Brasil, é importante que uma ênfase maior seja dada às que forjaram e definiram a nossa literatura. A leitura das obras de Lima Barreto (um desses escritores fundamentais), em que sobressai a necessidade de entender o enigma da vida humana, exige dos leitores habilidades semelhantes às do decifrador de *puzzles*. A palavra, sabemos, não é de fácil definição, especialmente se quisermos incluir nela todos os quebra-cabeças dignos de receberem esse nome, sem a tornarmos ampla demais (a ponto de nela listarmos as características descritivas de determinado *puzzle*). Uma das definições possíveis identifica “um brinquedo mecânico ou outro dispositivo qualquer que envolva algum problema construtivo a ser resolvido pelo exercício de paciência,

engenhosidade e até ingenuidade”.⁴ Outra, ainda mais “inclusiva”, nos alerta que um *puzzle* apenas “é uma coisa difícil de entender ou resolver”,⁵ em especial aquilo que é propositadamente organizado para nos exigir tempo, paciência, reflexão e engenhosidade na solução de suas complexidades. Saber que há uma solução possível tem certo efeito de estímulo sobre a pessoa que se esforça para resolver o enigma. Portanto, nesse aspecto, ler Lima Barreto se aproxima (não por acaso) da arte da decifração de *puzzles*, nesse caso, em especial, um “*puzzle* literário”, que também poderá ser definido como “uma desesperadora compreensão inversa e absurda de nós mesmos, dos outros e do mundo”.

UM BREVE ESBOÇO BIOGRÁFICO, HONESTO E FIDEDIGNO

A partir de confissões do próprio escritor em jornais, revistas e livros, e de depoimentos de seus amigos mais próximos ou daqueles que, de uma forma ou de outra, privaram de sua presença, podemos assegurar (com algum grau de confiabilidade) que Lima Barreto, o “psicólogo amargo das ruas cariocas”, foi um mestiço declarado, cuja cabeça, de uma dolicocefalia exagerada, chamava a atenção. O rosto era arredondado, bem-proporcionado, dilatado, cheio de furos e precocemente vincado. A cabeleira grisalha e as sobrancelhas longas e arqueadas, bem desenhadas no contorno do olhar marcante, emolduravam olhos de um verde sujo e fundo amarelado, alongados e embaciados (grandes, cansados e tristes). O nariz núbio, esparramado, centralizava outros traços fisionômicos gentilmente duros e amargos. Os lábios eram sobretudo finos e irônicos, ora sobressaindo neles um sorriso misterioso como o de um malaio, ora uma risadinha seca, gorgolejante, melancólica e quase sem rumor. Lima Barreto preferiu andar a pé. Nunca usou óculos, mas gostou demasiadamente do seu chapéu-palheta (um tipo de chapéu de palha de estrutura rígida) quase sempre encardido. Repudiou o cinema, principalmente o americano, e implicou com as tecnologias: o telefone, por exemplo, sempre lhe pareceu uma grande inutilidade. Levantava-se cedo, antes das oito da manhã, ia para uma venda próxima a sua casa ler os jornais e tomar os primeiros goles do dia. Cachaceiro, bebericou por vários botequins da cidade e fumou desbragadamente. Seu prato predileto era o tutu de feijão com um bom molho vinagrete, seguido de carne-seca. Também gostava de sapoti. Sabia nadar muito bem, mas preferia contemplar o mar. Detestou o futebol porque os grandes

clubes cariocas, no início do século passado, apresentavam um preconceito de cor latente; por isso, espírito inconformado, Lima chegou até a criar uma surpreendente “Liga brasileira contra o futebol” em 1918. Escreveu, à mão, notas, artigos, crônicas, romances, mágoas e rancores, e respondia, religiosamente, todas as cartas que recebia, guardando as minutas das respostas. Nunca deixou de agradecer livros enviados por escritores novos. Nasceu no bairro das Laranjeiras, mas morou a maior parte da vida nos subúrbios. Não gostava dos “botafoganos”, certa elite do bairro de Botafogo, com o qual sempre teve uma relação dúbia, de amor e ódio, mas pediu para ser enterrado no cemitério de São João Batista, e é lá que seus restos mortais repousam, tendo sido esta, talvez, a única vontade que lhe foi satisfeita.

Iremos, portanto, fingir por um instante

É amplamente sabido que todo escritor faz da sua escrita o objeto das suas decisões. A partir da sua literatura, problematiza sua experiência de vida e de mundo, agindo a partir de suas crenças. A cada momento, o seu campo perceptivo é “preenchido de reflexos, de estalidos, de impressões táteis fugazes que ele não pode ligar de maneira precisa ao contexto percebido e que, todavia, ele situa imediatamente no mundo, sem confundi-los nunca com suas divagações. A cada instante também ele fantasia acerca das coisas”.⁶ O desregramento da vida de Lima Barreto, a despreocupação com as convenções sociais, a sua indiferença para com tudo que o cercava, todas essas características percebidas, além de nos surpreender, dificultam nossa compreensão de como esse escritor (e não há nada de escondido atrás de seu rosto ou de seus gestos) arranhou tempo, à medida que avançava em seu comovente processo de autodestruição, para criar as páginas de literatura tão pungentes que criou. A escrita de Lima Barreto é desigual, mas não deixa de ser um milagre sua “literatura à contramão”. Não sabemos como lhe foi possível armazenar, à semelhança de preciso registro fotográfico, os mais variados aspectos da vida social carioca de sua época. Pense na peça isolada de um imenso *puzzle*, de um quebra-cabeça complexo. É preciso analisar o elemento, mas sem esquecer o conjunto. “Não é o assunto do quadro nem a técnica do pintor que fazem a dificuldade do quebra-cabeça, mas a sutileza do corte”,⁷ estabeleceu Georges Perec (1936–1982): “Um corte aleatório, logo, uma dificuldade aleatória”.⁸ No quadro da literatura brasileira, a obra de Lima Barreto, geralmente, é

posicionada no pré-modernismo. A crítica tem considerado *Vida e morte de Gonzaga de Sá* (1919) seu livro mais bem escrito. Mas, tecnicamente, o *Triste fim de Policarpo Quaresma* é o seu livro mais importante, pois incorpora à ficção brasileira uma inovação modernista: a narrativa “em blocos” — a arquitetura do “romance desmontável”, em que uma sequência lógica não é imposta ao leitor. O *Policarpo* é um romance *puzzle* construído a partir de três novelas justapostas, cada uma delas mantendo perfeita independência das demais. Na verdade, tanto o escritor carioca (e sua personalidade complexa) quanto a sua obra fragmentada (e não menos complexa) podem ser vistos como intrincados *puzzles*, propondo em cada peça, ou mesmo no seu conjunto, uma gama de questões fundamentais que o leitor (jogador) deve se esforçar para resolver. Vamos, portanto, fingir por um instante que nada conhecemos a respeito de Lima Barreto. O caminho que temos a seguir está, portanto, traçado. Partiremos de uma observação de Maurice Blanchot (1907–2003): “O encantamento, por uma promessa enigmática, expunha os homens a serem infiéis a eles mesmos [...] despertando a esperança e o desejo de um além maravilhoso”.⁹ Por sua atitude (a espantosa cegueira de quem é cego porque enxerga minuciosamente), Lima Barreto foi exposto ao encantamento da literatura e por causa dela se tornaria infiel a si mesmo. “Eu me julgo conhecedor bastante das coisas deste mundo, para, com os elementos da vida comum, organizar uma outra de meus sonhos, com a qual minore, só no criá-la, a mágoa eterna e inapagável que haja talvez em mim e me turve as alegrias íntimas”,¹⁰ são as palavras de alguém entregue a um profundo desespero, que resolve apostar todas as suas fichas na arte secreta da escrita, que salva (“a narrativa está ligada à metamorfose”, reforça Blanchot). Enquanto houve vida, Lima Barreto buscou a metamorfose. Embaralhando propositadamente ficção e realidade (o que torna sua obra fortemente autobiográfica), as irregularidades do seu texto decorrem não de uma “imperícia gramatical”, mas da escolha consciente (genial ou patética) da tradução ou expressão acabada do seu pensamento e sentimento: a necessidade de situar o insituável.

SEM QUE LHE VIESSEM À CABEÇA OS OUTROS

Em *Histórias e sonhos*, o escritor cita Thomas Carlyle (1795–1881) para explicar que “os homens de letras são um sacerdócio perpétuo”. A mesma frase será lembrada em uma carta à escritora Albertina Bertha (1880–1953), em que

o carioca confessa que desde que leu a sentença do autor escocês, jamais se sentou à escrivaninha novamente sem que lhe viessem à cabeça “os outros”: “O que há de pessoal nos meus pobres livros (vou adiante da objeção) interessa a muita gente e isso, penso eu, me desculpa.” Não posso imaginar duas personalidades mais opostas do que os dois escritores, mas, em relação à missão da literatura, não resta dúvida alguma, eles concordavam (“aquele que tem fé nunca está só”, escreveu Carlyle). Lima Barreto foi um exilado do seu espaço e do seu tempo, um *outsider*, tenso, imprevisível e apaixonado, o remanescente de uma geração que se foi, um daqueles que chegaram muito tarde a um mundo muito velho. Sua trajetória foi árida e atravessada em uma atitude (etílica) de sonho e abstração. Por isso, foi um incompreendido, mas também um devoto, um crente. Não falo da surpreendente (mas explicável) devoção católica confessada na carta de 16 de agosto de 1920 ao padre Assis Memória (1885–1973), que levava Lima ao Outeiro, a cada 15 de agosto, para reverenciar N. S. da Glória, sua madrinha e admiração fervorosa de seus pais. Sua devoção às letras foi irrestrita e não admitiu concessões (“Ah, a Literatura ou me mata ou me dá o que eu peço dela”¹¹). Pode parecer um paradoxo (não é), mas Lima Barreto, como “homem de letras”, foi uma alma diáfana, no modelo registrado pelo abade Ihlein, muito erudito, que em sua obra *Le Dilletantisme* acusou que “os nossos homens de letras são crentes”. As crenças dos escritores como Lima Barreto são variadas, e se não praticam uma religião, seja qual for, é por falta de oportunidade, porque o ofício das letras assemelha-se muito em sua pungência ao da religiosidade. Nenhuma lição de moral prática é mais eficaz do que a ironia cortante, cruel e revoltada do escritor carioca. O encanto peculiar do texto de Lima Barreto decorre de sua imaginação vívida, que lhe permite registrar com precisão o seu drama pessoal e o daqueles cujos retratos ele pinta. Essas personagens não são abstrações frias evocadas de um passado alheio ou inventado. Elas recebem seu julgamento por ações marcadas na carne. São reforços para a “fé” do escritor no fato de as circunstâncias determinarem (completamente) o destino humano.

UM ESCRITOR INUNDADO DE SI MESMO

O homem à procura de realização e que não combina, por nenhuma de suas aspirações, com a sociedade em que vive, é um homem para quem o respeito às convenções não existe, é um homem fora da regra, que anda entre

seus semelhantes como quem anda entre fantasmas. Na maior parte da obra de Lima Barreto, dos romances às crônicas, sem esquecer os contos e a memorialística, pode-se dizer que encontramos uma longa e derramada série de confissões estridentes. Às vezes, são confissões que parecem saídas da boca de um possesso; outras, com a voz abafada, assemelham-se à reação de um amor-próprio profundamente ferido, de uma sensibilidade lavada com sangue. Lima Barreto foi um escritor oprimido dentro do seu próprio eu, tão inundado de si mesmo que sua alma transbordou nas páginas que escreveu. Todos os traços de sua biografia, mesmo os mais indignos ou insignificantes, os mais íntimos, podem ser encontrados dispersos em seus livros. Quando falamos de sua obra, a evidência que se impõe, em cada uma delas, é um personagem raivoso e complexado que nem sempre se mostra por inteiro, às claras, mas que atende pelo nome de Lima Barreto. Nesse personagem, percebemos obsessão, desconfiança, timidez e um gosto insaciável, diabólico, perverso de escancarar sua vida inteira aos olhos de todo mundo. Uma exposição que não pode ser vista como descaramento, mas como uma revanche.

ELE SE TRANSFORMA SOB NOSSOS OLHOS

A arte de ler os livros de Lima Barreto exige de seus leitores atividades de comparação e aproximação contínuas. Como todo homem de ideias, Lima não pode dizer tudo de uma só vez. Ele se completa e se esclarece conforme avançamos na leitura de seus livros, e só o compreendemos de fato quando o lemos por completo. Quanto mais conhecemos um autor e sua obra, mais ganhamos na qualidade de apreender suas propostas. Uma leitura desinformada em geral se ampara na “muleta” da generalização trivial. Uma leitura informada tende a ser mais prazerosa, conveniente e proveitosa. Ler um escritor de ideias, e fazê-lo tão atentamente a ponto de desconstruí-lo, dissolvendo virtudes e defeitos que o circundam, é dominá-lo, é tomar as rédeas dos procedimentos desse autor, do seu *algoritmo*. À medida que lemos (ou relemos) os livros de Lima Barreto, ele se transforma sob nossos olhos. Certos autores são inesgotáveis, tanto pelo que são quanto pelo que “colocamos” neles ao lê-los. Um dos prazeres que os leitores possuem (e ninguém há de lhes tirar esse prazer) é o de pensar, à medida que se lê, o pensamento do autor, reinterpretando e até traindo esse pensamento. A leitura de Lima Barreto exige que prestemos atenção às suas contradições, os “acidentes geográficos” desse

grande autor. Ficaríamos muito desolados se essas incoerências não existissem. As contradições de Lima Barreto, além de chamarem a atenção, excitam, reavivam a reflexão de seus leitores. Ler Lima Barreto é uma discussão contínua com o autor, uma discussão em que se encontram todos os encantos, mas também todos os perigos. Lendo (e lendo muito), Lima Barreto escreveu artigos, contos, romances e memórias. Seria uma impostura da nossa parte se não o lêssemos também para desfrutar do detalhe e do estilo, que, além de decretar o fim aos formalismos, propôs um tributo à oralidade e a uma literatura de cunho social, em que leitor e escritor se ajudam. A primeira leitura de um livro de Lima Barreto será sempre uma improvisação. Mesmo que tenhamos um bom método de leitura, não poderemos capturar por completo as ideias desse autor. Ao relê-lo, corrigimos a improvisação, penetramos no seu pensamento, vislumbramos seu laboratório e podemos vê-lo trabalhar.

DAS PRATELEIRAS DA SUA BIBLIOTECA SAÍRAM INSPIRAÇÕES

Leitores não devem (à maneira do deprimido e trágico farmacêutico do conto “A biblioteca”) ser “alheados do que é verdadeiramente a substância dos livros — o pensamento, a absorção da pessoa humana neles”.¹² Os leitores precisam exercitar perspicácia e criatividade. O bom leitor, para o argentino Jorge Luis Borges (1899–1986), não é o que se identifica com os personagens, mas com o autor do livro (o “inimigo íntimo” de todo leitor, ao final da sua “jornada”). Lima Barreto foi também um grande leitor, um leitor criativo que com frequência trouxe para dentro de sua obra os seus “inimigos íntimos” e sua bibliografia predileta, aquela depositada nas prateleiras de sua biblioteca particular (que tinha até um nome, “Limana”, com livros contabilizados e classificados por ordem de afeto e predileção). Em seus romances, artigos e contos, Lima menciona constantemente autores de sua biblioteca. No *Triste fim de Policarpo Quaresma*, as bibliotecas do major Quaresma e de Lima parecem ser a mesma, já que as obras listadas faziam parte de fato da coleção do escritor:

Quem examinasse vagarosamente aquela grande coleção de livros havia de espantar-se ao perceber o espírito que presidia a sua reunião. Na ficção, havia unicamente autores nacionais ou tidos como tais: o Bento Teixeira, da Prosopopeia; o Gregório de Matos, o Basílio da Gama, o Santa Rita Durão, o José de Alencar (todo), o Macedo, o Gonçalves Dias (todo), além de muitos outros. Podia-se afiançar que nem um dos autores nacionais ou nacionalizados de oitenta pra lá faltava nas estantes do major. De História

do Brasil, era farta a messe: os cronistas, Gabriel Soares, Gândavo; e Rocha Pita, Frei Vicente do Salvador, Armitage, Aires do Casal, Pereira da Silva, Handelsmann (*Geschichte von Brasilien*), Melo de Moraes, Capistrano de Abreu, Southey, Varnhagen, além de outros mais raros ou menos famosos. Então no tocante a viagens e explorações, que riqueza! Lá estavam Hans Staden, o Jean de Léry, o Saint-Hilaire, o Martius, o Príncipe de Neuwied, o John Mawe, o von Eschwege, o Agassiz, Couto de Magalhães e se se encontravam também Darwin, Freycinet, Cook, Bougainville e até o famoso Pigafetta, cronista da viagem de Magalhães, é porque todos esses últimos viajantes tocavam no Brasil, resumida ou amplamente.¹³

NO ENCONTRO INEVITÁVEL ENTRE IMAGINAÇÃO E REALIDADE

Das prateleiras da sua biblioteca saíram inspirações para artigos de jornais, para contos e romances. Enfurnado em sua biblioteca, Lima glorificava os livros e convivia com seus fantasmas. No encontro inevitável entre a imaginação e a realidade, Lima amaldiçoou o protagonista de *O cemitério dos vivos* com suas próprias incertezas. Como Lima, Vicente Mascarenhas sofrera no hospício e andou “sujo e imundo”, ainda que “interiormente resplandecesse de bondade, de sonho de atingir a verdade”. Nos diários de Lima Barreto podemos ler frases muito parecidas. Lima Barreto fora tão humilhado quanto o seu personagem pela bebida e pelo cotidiano do manicômio. Mascarenhas lia autores nacionais — Alencar, Macedo, Aluísio, Machado de Assis, Manuel de Almeida, Gonçalves Dias, Bilac, Varela, Castro Alves e Tomás Antônio Gonzaga — e estrangeiros — o Cervantes, o Robinson, o Paulo e Virgínia, Descartes, Condorcet, Zola, Dante, Molière, Shakespeare —, além de mencionar seu flerte (ainda que breve) com o positivismo. No conto “Um músico extraordinário”, a respeito de um personagem chamado Ezequiel, Lima escreve: “O seu grande prazer era a leitura e, dos livros, os que mais gostava eram os de Júlio Verne. Quando todos nós líamos José de Alencar, Macedo, Aluísio e, sobretudo, o infame Alfredo Gallis, ele lia *A ilha misteriosa*, o *Heitor Servadac*, as *Cinco semanas em um balão* e, com mais afinco, as *Vinte mil léguas submarinas*”.¹⁴ Enfim, mais uma vez, o escritor trouxe para dentro das suas histórias a sua própria experiência de leitor e os livros da sua biblioteca.

EPÍLOGO: O DESTINO DAQUELES QUE SOBREVIVEM

O romance é uma estrutura ou operação de mediação. A literatura se faz sempre com a vida. A arte do romancista é simples, ao mesmo tempo que é a mais elusiva de todas as artes criativas e a mais obscura, a única eminentemente destinada a trazer o problema à mente e ao coração do artista. A criação de um universo, ainda que literário, não é um desafio pequeno, talvez exceto àquele que tenha sido abençoado pelo dom divino. No coração da ficção, inevitavelmente, a verdade do romancista poderá ser achada. A presença da narrativa é a vida. Já a sua ausência se assemelha à morte.

Fazendo a obra de ficção, Lima Barreto não fez menos obra de combate, e com o mais aguerrido espírito. Ele não foi apenas autor dos seus romances, foi personagem deles também. A obra de Lima Barreto traduz, em suas contradições e até oscilações estéticas, um aspecto importante da realidade brasileira. Com sarcasmo e caricatura, o romancista investiu contra o poder, satirizou governantes, militares, donos de jornais, capitalistas e confrades. Sua obra, visceralmente suburbana, atravessa — numa travessia rancorosa — toda uma cidade barulhenta e injusta. Lima foi, de temperamento e essência, um boêmio. Quando morreu, aos 41 anos, seu prestígio literário mantinha-se apenas por questão de alguns poucos direitos anteriormente adquiridos. Tudo o que o artista podia obter (menos do que merecia, certamente), já o tinha obtido, e talvez, dali para a frente, a sua glória não fizesse senão diminuir. Eis porque, até na morte, ainda que ela lhe tenha vindo tão prematuramente, Lima Barreto venceu. O fato capital da vida de Afonso Henriques de Lima Barreto foi a leitura dos livros que o induziram à singular decisão de se transformar no mais inclassificável dos escritores de sua geração, um homem fragmentado, à procura da sua verdade, que “improvisou” a própria vida nas páginas que escreveu. Lima Barreto não deve ser julgado por páginas soltas, mas pelo conjunto da sua obra. Há escritores cujos livros não se assemelham a seus destinos. Não é o caso de Lima Barreto, pois em seus rascunhos (a partir de uma caligrafia tortuosa) espelha-se o padecimento de rigores e dissabores, da precoce ruína familiar às malfadadas expectativas de vida e literatura. Os livros de Lima Barreto, cada um deles, estão entre os mais comoventes clássicos da nossa literatura. Um livro clássico, como o escritor Italo Calvino (1923–1985) nos explicou, “é um livro que ainda não terminou de dizer o que tinha para dizer”. E isso acontece, pura e simplesmente, porque neles, nos clássicos, tudo se penetra, inclusive nossas desilusões e esperanças.

Notas

¹ Escritor e jornalista.

² BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. In: *Lima Barreto: obra reunida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018. v. 1, p. 768.

³ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/114774/1336?pesq=classicos_jackson>. Acesso em: 12 abr. 2018.

⁴ BALLARD, J.H. *Some phases of the psychology of puzzle learning*. Nova York: New York University, 1915. p. 5.

⁵ Idem.

⁶ MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 5.

⁷ PEREC, Georges. *A vida modo de usar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 12.

⁸ Ibidem.

⁹ BLANCHOT, Maurice. *O livro por vir*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 4.

¹⁰ “Quem será afinal?” In: *Lima Barreto: obra reunida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018. v. 3, p. 513.

¹¹ *Diário do Hospício*. In: *Lima Barreto: obra reunida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018. v.2, p. 674.

¹² “A biblioteca”. In: *Lima Barreto: obra reunida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018. v. 2, p. 97.

¹³ In: *Lima Barreto: obra reunida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018. v. 1, p. 210.

¹⁴ “Um músico extraordinário”. In: *Lima Barreto: obra reunida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018. v. 2, p. 88.

RECORDAÇÕES DO ESCRIVÃO ISAÍAS CAMINHA

I

A tristeza, a compressão e a desigualdade de nível mental do meu meio familiar agiram sobre mim de modo curioso: deram-me anseios de inteligência. Meu pai, que era fortemente inteligente e ilustrado, em começo, na minha primeira infância, estimulou-me pela obscuridade de suas exortações. Eu não tinha ainda entrado para o colégio, quando uma vez me disse: “Você sabe que nasceu quando Napoleão ganhou a batalha de Marengo?” Arregalei os olhos e perguntei: “Quem era Napoleão?” “Um grande homem, um grande general...” E não disse mais nada. Encostou-se à cadeira e continuou a ler o livro. Afastei-me sem entrar na significação de suas palavras; contudo, a entonação de voz, o gesto e o olhar ficaram-me eternamente. Um grande homem!...

O espetáculo do saber de meu pai, realçado pela ignorância de minha mãe e de outros parentes dela, surgiu aos meus olhos de criança, como um deslumbramento.

Pareceu-me então que aquela sua faculdade de explicar tudo, aquele seu desembaraço de linguagem, a sua capacidade de ler línguas diversas e compreendê-las constituíam não só uma razão de ser de felicidade, de abundância e riqueza, mas também um título para o superior respeito dos homens e para a superior consideração de toda a gente.

Sabendo, ficávamos de alguma maneira sagrados, deificados... Se minha mãe me aparecia triste e humilde — pensava eu naquele tempo — era porque não sabia, como meu pai, dizer os nomes das estrelas do céu e explicar a natureza da chuva...

Foi com estes sentimentos que entrei para o curso primário. Dediquei-me açodadamente ao estudo. Brilhei, e com o tempo foram-se desdobrando as minhas primitivas noções sobre o saber.

Acentuaram-se-me tendências; pus-me a colimar glórias extraordinárias, sem lhes avaliar ao certo a significação e a utilidade. Houve na minha alma um tumultuar de desejos, de aspirações indefinidas. Para mim era como se o mundo me estivesse esperando para continuar a evoluir...

Ouvia uma tentadora sibila falar-me, a toda a hora e a todo o instante, na minha glória futura. Agia desordenadamente e sentia a incoerência dos meus atos, mas esperava que o preenchimento final do meu destino me explicasse cabalmente. Veio-me a *pose*, a necessidade de ser diferente. Relaxei-me no vestuário e era preciso que minha mãe me repreendesse para que eu fosse mais zeloso. Fugia aos brinquedos, evitava os grandes grupos, punha-me só com um ou dois, à parte, no recreio do colégio; lá vinha um dia, porém, que brincava doidamente, apaixonadamente. Causava com isso espanto aos camaradas: “Oh! O Isaías brincando! Vai chover...” A minha energia no estudo não diminuiu com os anos, como era de esperar; cresceu sempre progressivamente. A professora admirou-se e começou a simpatizar comigo. De si para si (suspeito eu hoje), ela imaginou que lhe passava pelas mãos um gênio. Correspondi-lhe à afeição com tanta força d’alma, que tive ciúmes dela, dos seus olhos azuis e dos seus cabelos castanhos, quando se casou. Tinha eu então dois anos de escola e 12 de idade. Daí a um ano, sai do colégio, dando-me ela, como recordação, um exemplar do *Poder da vontade*, luxuosamente encadernado, com uma dedicatória afetuosa e lisonjeira. Foi o meu livro de cabeceira. Li-o sempre com mão diurna e noturna, durante o meu curso secundário, de cujos professores poucas recordações importantes conservo hoje. Eram banais! Nenhum deles tinha os olhos azuis de dona Ester, tão meigos e transcendentais que pareciam ler o meu destino, beijando as páginas em que estava escrito!...

Quando acabei o curso do liceu, tinha uma boa reputação de estudante, quatro aprovações plenas, uma distinção e muitas sabatinas ótimas. Demorei-me na minha cidade natal ainda dois anos, dois anos que passei fora de mim, excitado pelas notas ótimas e pelos prognósticos da minha professora, a quem sempre visitava e ouvia. Todas as manhãs, ao acordar-me, ainda com o espírito acariciado pelos nevoentos sonhos de bom agouro, a sibila me dizia ao ouvido: “Vai, Isaías! vai!... Isto aqui não te basta... Vai para o Rio!”

Então, durante horas, através das minhas ocupações quotidianas, punha-me a medir as dificuldades, a considerar que o Rio era uma cidade grande, cheia de riqueza, abarrotada de egoísmo, onde eu não tinha conhecimentos, relações, protetores que me pudessem valer...

Que faria lá, só, a contar com as minhas próprias forças? Nada... Havia de ser como uma palha no rodamoinho da vida — levado daqui, tocado para ali, afinal engolido no sorvedouro... ladrão... bêbado... tísico e quem sabe mais? Hesitava. De manhã, a minha resolução era quase inabalável, mas, já à tarde, eu me acobardava diante dos perigos que antevia.

Um dia, porém, li no *Diário de **** que o Felício, meu antigo condiscípulo, se formara em Farmácia, tendo recebido por isso uma estrondosa, dizia o *Diário*, manifestação dos seus colegas.

Ora o Felício! Pensei de mim para mim. O Felício! Tão burro! Tinha vitórias no Rio! Por que não as havia eu de ter também — eu que lhe ensinara, na aula de português, de uma vez para sempre, a diferença entre o adjunto atributivo e o adverbial? Por quê?

Li essa notícia na sexta-feira. Durante o sábado tudo enfileirei no meu espírito, as vantagens e as desvantagens de uma partida. Hoje, já não me recordo bem das fases dessa batalha; porém uma circunstância me ocorre das que me demoveram a partir. Na tarde de sábado, saí pela estrada fora. Fazia mau tempo. Uma chuva intermitente caía desde dois dias.

Saí sem destino, a esmo, melancolicamente aproveitando a estiada.

Passava por um largo descampado e olhei o céu. Pardas nuvens cinzentas galopavam, e, ao longe, uma pequena mancha mais escura parecia correr engastada nelas. A mancha aproximava-se e, pouco a pouco, via-a subdividir-se, multiplicar-se; por fim, um bando de patos negros passou por sobre a minha cabeça, bifurcado em dois ramos, divergentes de um pato que voava na frente, a formar um V. Era a inicial de “Vai”. Tomei isso como sinal animador, como bom augúrio do meu propósito audacioso. No domingo, de manhã, disse de um só jato à minha mãe:

— Amanhã, mamãe, vou para o Rio.

Minha mãe nada respondeu, limitou-se a olhar-me enigmaticamente, sem aprovação nem reprovação; mas minha tia, que costurava em uma ponta da mesa, ergueu um tanto a cabeça, descansou a costura no colo e falou persuasiva:

— Veja lá o que vai fazer, rapaz! Acho que você deve aconselhar-se com o Valentim!

— Ora qual! — fiz eu com enfado. — Para que Valentim? Não sou eu rapaz ilustrado? Não tenho todo o curso de preparatórios? Para que conselhos?

— Mas olhe, Isaías! Você é muito criança... Não tem prática... O Valentim conhece mais a vida do que você. Tanto mais que já estive no Rio...

Minha tia, irmã mais velha de minha mãe, não tinha acabado de dizer a última palavra, quando o Valentim entrou envolvido num comprido capote de baeta.

Descansou alguns pacotes de jornais manchados de selos e carimbos; tirou o boné com o emblema do Correio e pediu café.

— Você veio a propósito, Valentim. Isaías quer ir para o Rio e eu acabo de recomendar que se aconselhasse com você.

— Quando você pretende ir, Isaías? — indagou meu tio, sem surpresa e imediatamente.

— Amanhã — disse eu cheio de resolução.

Ele nada mais disse. Calamo-nos e minha tia saiu da sala, levando o capote molhado, e logo depois voltou, trazendo o café.

— Quer parati, Valentim?

— Quero.

Revolvendo lentamente o açúcar no fundo da xícara, meu tio continuou ainda calado por muito tempo. Tomou um gole de café, depois um outro de aguardente, esteve com o cálice suspenso alguns instantes, descansou-o na mesa automaticamente e, aos poucos, a sua fisionomia de largos traços de ousadia foi revelando um grande trabalho de concentração interior. Minha mãe nada dissera até aí.

Num dado momento, pretextando qualquer coisa, levantou-se e foi aos fundos da casa. Ao sair fez a minha tia uma insignificante pergunta sobre o arranjo doméstico, sem aludir à minha resolução e sem despertar meu tio da cisma profunda em que se engolfara.

Ansioso, deixei-me ficar à espera de uma resposta dele, notando-lhe as menores contrações do rosto e decifrando os mais tênues lampejos de seu olhar. Houve um segundo que ele me pareceu ter suspenso todo o movimento exterior de sua pessoa. A respiração como que parara, tinha o cenho carregado, as rugas da testa larga e quadrada fixadas, como se tivessem sido vazadas em bronze, e os olhos imóveis, orientados para uma fresta da mesa, brilhantes, extraordinariamente brilhantes e salientes, como que a saltar das órbitas, para farejar o rastro provável da minha vida na intrincada floresta dos acontecimentos. Gostava dele. Era um homem leal, valoroso, de pouca instrução, mas de coração aberto e generoso. Contavam-lhe façanhas, bravatas portentosas, levadas ao cabo, pelos tempos em que fora, nas eleições, esteio do Partido Liberal. Pelas portas das vendas, quando passava, cavalgando o seu simpático cavalo magro, com um saco de cartas à garupa, murmuravam: “Que songamonga! Já liquidou dois...”

Eu sabia do caso, estava mesmo convencido de sua exatidão; entretanto, apesar das minhas idiotas exigências de moral inflexível, não me envergonhava de estimá-lo, amava-o até, sem mescla de terror, já pela decisão do seu caráter, já pelo apoio certo que nos dera, a mim e a minha mãe, quando veio a morrer

meu pai, vigário da freguesia de ***. Animara a continuar os meus estudos, fizera sacrifícios para me dar vestuário e livros, desenvolvendo assim uma atividade acima dos meus recursos e forças.

Durante os dois anos que passei, depois de ter concluído humanidades, o seu caráter atrevia de quando em quando arranjar-me um ou outro trabalho. Desse modo, eu ia vivendo uma doce e medíocre vida roceira, sempre perturbada, porém, pelo estonteante propósito de me largar para o Rio. Vai, Isaías! Vai!

Meu tio ergueu a cabeça, pousou o olhar demoradamente sobre mim e disse:

— Fazes bem!

Acabou de tomar o café, pediu o capote e convidou-me:

— Vem comigo. Vamos ao coronel... Quero pedir-lhe que te recomende ao doutor Castro, deputado.

Minha tia trouxe o capote, e quando íamos saindo apareceu também minha mãe, recomendando:

— Agasalhe-te bem, Isaías! Levas o chapéu de chuva?

— Sim, senhora — respondi.

Durante quarenta minutos, patinhamos na lama do caminho, até à casa do Coronel Belmiro. Mal tínhamos empurrado a porteira que dava para a estrada, o vulto do fazendeiro assomou no portal da casa, redondo, num longo capote e coberto de um largo chapéu de feltro preto. Aproximamo-nos...

— Oh! Valentim! — fez preguiçosamente o coronel. — Você traz cartas? Devem ser do Trajano, conhece? Sócio do Martins, da rua dos Pescadores...

— Não, senhor — interrompeu meu tio.

— Ah! É seu sobrinho... Nem o conheci... Como vai, menino?

Não esperou a minha resposta; continuou logo em seguida:

— Então, quando vai para o Rio? Não fique aqui... Vá... Olhe, o senhor conhece o Azevedo?

— É disso mesmo que vínhamos tratar. Isaías quer ir para o Rio e eu vinha pedir a Vossa Senhoria...

— O quê? — interrompeu assustado o coronel.

— Eu queria que Vossa Senhoria, senhor coronel — gaguejou o tio Valentim —, recomendasse o rapaz ao doutor Castro.

O coronel esteve a pensar. Mirou-me de alto a baixo, finalmente falou:

— Você tem direito, “seu” Valentim... É... Você trabalhou pelo Castro... Aqui para nós: se ele está eleito, deve-o a mim e aos defuntos, e a você que

desenterrou alguns.

Riu-se muito, cheio de satisfação por ter repetido tão velha pilhéria e perguntou amavelmente em seguida:

— O que é que você quer que lhe peça?

— Vossa Senhoria podia dizer na carta que o Isaías ia ao Rio estudar, tendo já todos os preparatórios, e precisava, por ser pobre, que o doutor lhe arranjasse um emprego.

O coronel não se deteve, fez-nos sentar, mandou vir café e foi a um compartimento junto escrever a missiva.

Não se demorou muito; as suas noções gramaticais não eram suficientemente fortes para retardar a redação de uma carta. Demoramo-nos ainda um pouco e, quando nos despedíamos, o coronel abraçou-me, dizendo:

— Faz bem, menino. Vá, trabalhe, estude, que isto aqui é uma terra à toa com licença da palavra, de m... O Castro deve fazer alguma coisa por você. Ele foi assim também... O pai, você o conheceu, “seu” Valentim?

— Sim, coronel — disse meu tio.

— ... era muito pobre, muito mesmo... O Hermenegildo, o Castro, quis estudar. Nós... nós não, eu, principalmente, que era presidente, arranjei-lhe uma subvenção da Câmara... e foi assim. Hoje, acrescentou o coronel imediatamente, não é preciso, o Rio é muito grande, há muitos recursos... Vá, menino!

Não chovia mais. As nuvens tinham corrido de um lado do horizonte, deixando ver uma nesga de céu azul.

Um pouco de sol banhava aquelas colinas tristes e fatigadas, por entre as quais caminhávamos.

As cigarras puseram-se a estridular e vim vindo de cabeça baixa, sem apreensões, cheio de esperanças, exuberante de alegrias.

A minha situação no Rio estava garantida. Obteria um emprego. Um dia pelos outros iria às aulas, e todo o fim de ano, durante seis, faria os exames, ao fim dos quais seria doutor!

Ah! Seria doutor! Resgataria o pecado original do meu nascimento humilde, amaciaria o suplício premente, cruciante e onímodo de minha cor... Nas dobras do pergaminho da carta, traria presa a consideração de toda a gente. Seguro do respeito à minha majestade de homem, andaria com ela mais firme pela vida em fora. Não titubearia, não hesitaria, livremente poderia falar, dizer bem alto os pensamentos que se estorciam no meu cérebro.

O flanco, que a minha pessoa, na batalha da vida, oferecia logo aos ataques dos bons e dos maus, ficaria mascarado, disfarçado...

Ah! Doutor! Doutor!... Era mágico o título, tinha poderes e alcances múltiplos, vários, polifórmicos... Era um *pallium*, era alguma coisa como clâmide sagrada, tecida com um fio tênue e quase imponderável, mas a cujo encontro os elementos, os maus olhares, os exorcismos se quebravam. De posse dela, as gotas da chuva afastar-se-iam transidas do meu corpo, não se animariam a tocar-me nas roupas, no calçado sequer. O invisível distribuidor dos raios solares escolheria os mais meigos para me aquecer, e gastaria os fortes, os inexoráveis, com o comum dos homens que não é doutor. Oh! Ser formado, de anel no dedo, sobrecasaca e cartola, inflado e grosso, como um sapo-intanha antes de ferir a martelada à beira do brejo; andar assim pelas ruas, pelas praças, pelas estradas, pelas salas, recebendo cumprimentos: Doutor, como passou? Como está, doutor? Era sobre-humano!...

Estávamos quase a chegar...

Pelo caminho, viemos, os dois, calados. Eu todo entregue às minhas reflexões, que meu tio, uma vez ou outra, vinha perturbar com uma pergunta qualquer. Era sem vontade de continuar a conversa que eu respondia; depois da terceira tentativa para entabulá-la, não insistiu mais. O sol fugia aos poucos, as cigarras deixaram de cantar e quando chegamos a casa, a chuva caiu novamente.

Almocei, saí até à cidade próxima para fazer as minhas despedidas, jantei e, sempre, aquela visão doutoral que me não deixava. Uma face dela me aparecia, depois outra mais brilhante; esta provocava uma consideração, aquela mais uma propriedade da carta onipotente. De noite, no teto da minha sala baixa, pelos portais, pelas paredes, eu via escrito pela luz do lampião de petróleo — Doutor! Doutor!

Quantas prerrogativas, quantos direitos especiais, quantos privilégios, esse título dava! Podia ter dois e mais empregos apesar da Constituição; teria direito à prisão especial e não precisava saber nada. Bastava o diploma. Pus-me a considerar que isso devia ser antigo... Newton, César, Platão e Miguel Ângelo deviam ter sido doutores!

Foram os primeiros legisladores que deram à carta esse prestígio extraterrestre... Naturalmente, teriam escrito nos seus códigos: tudo o que há no mundo é propriedade do doutor, e se de alguma coisa outros homens gozam, devem-no à generosidade do doutor. Era uma outra casta, para a qual eu entraria, e desde que penetrasse nela, seria de osso, sangue e carne diferente

dos outros — tudo isso de uma qualidade transcendente, fora das leis gerais do Universo e acima das fatalidades da vida comum.

— Levas toda a roupa, Isaías? — Veio interromper minha mãe.

Eu estava deitado num velho sofá amplo. Lá fora, a chuva caía com redobrado rigor e ventava fortemente. A nossa casa frágil parecia que, de um momento para outro, ia ser arrasada. Minha mãe ia e vinha de um quarto próximo; removia baús, arcas; cosia, futejava. Eu devaneava e ia-lhe vendo o perfil esquelético, o corpo magro, premido de trabalhos, as faces cavadas com os males salientes, tendo pela pele parda manchas escuras, como se fossem de fumaça entranhada. De quando em quando, ela lançava-me os seus olhos aveludados, redondos, passivamente bons, onde havia raias de temor ao encarar-me. Supus que adivinhava os perigos que eu tinha de passar; sofrimentos e dores que a educação e inteligência, qualidades a mais na minha frágil consistência social, haviam de atrair fatalmente. Não sei que de raro, excepcional e delicado, e ao mesmo tempo perigoso, ela via em mim, para me deitar aqueles olhares de amor e espanto, de piedade e orgulho. Aos seus olhos — muitas vezes se me veio a afigurar — eu era como uma rapariga, do meu nascimento e condição, extraordinariamente bonita, vivaz e perturbadora... Seria demais tudo isso; cercá-la-ia logo o ambiente de sedução e corrupção, e havia de acabar por aí, por essas ruas...

Por vezes, também acreditei que ela nada quisesse exprimir com eles; que tinha por mim a indiferença da máquina pelo seu produto. Que importa aos teares de Valenciennes o destino de suas rendas?!

Eu a cria, então, resignada a ficar ali, nas proximidades de uma cidade de terceira ordem, tendo, de onde em onde, notícias minhas naquela grande cidade que a sua imaginação a custo havia de representar. E quem sabe se as notícias seriam de ordem a provocar-lhe dúvidas sobre a sua maternidade?! Coitada! Pobre de minha mãe!

— Olhe, mamãe — disse eu —, logo que me arrume mando-a buscar. A senhora está ouvindo?

— Sim — respondeu ela com fingida indiferença.

— Alugaremos uma casa. Todos os dias, quando eu for trabalhar, tomarei a sua bênção; quando tiver de estudar até alta noite, a senhora há de dar-me café, para espantar o sono... sim, mamãe?

E me pus a abraçá-la efusivamente.

— É bom! Estuda, Isaías — fez ela, desvencilhando-se de mim brandamente. — Não te importes comigo... Estuda, meu filho! Eu já estou

velha, demais...

— Mamãe, não acredita em mim.

— Acredito, meu filho; mas... mas não quero sair daqui.

No dia seguinte, quando me despedi, ela deu-me um forte abraço, afastou-se um pouco e olhou-me longamente, com aquele olhar que me lançava sempre, fosse em que circunstância fosse, onde havia, mesclados, terror, pena, admiração e amor.

— Vai, meu filho — disse-me ela, afinal. — Adeus!... E não te mostres muito, porque nós...

E não acabou. O choro a tomou convulsa e eu me afastei chorando.

II

A viagem de trem correu enfadonha. Não sei se devido à falta de comodidade do banco, não sei se às grandes emoções por que passara, o certo é que me invadiu durante toda ela um letargo, um torpor que me chumbou o corpo e me tornou a inteligência de difícil penetração. Encostado ao espaldar do banco, viajava meio acordado, meio dormindo; de quando em quando, um solavanco do carro abria-me violentamente os olhos e obrigava-me a considerar mais detidamente a paisagem que fugia pela portinhola do vagão.

Eram as mesmas charnecas úmidas ao sopé de morros de porte médio, revestidos de um mato ralo, anêmico, verde-escuro, onde, por vezes, uma árvore de mais vulto se erguia soberbamente, como se o conseguisse pelo esforço de uma vontade própria.

O sol coava-se com dificuldade por entre grossos novelos de nuvens erradias, distribuindo sobre as coisas que ia vendo uma luz amarela e desigual.

Pelo declive suave de uma encosta, o tapete escuro do mato aparecia mosqueado, com manchas arredondadas, claras e escuras, salpicadas com relativa regularidade. Por aqui, por ali, trechos foscos e baços contrastavam com tufo vivos, profusamente iluminados — rebentos de vida numa pele doente...

O trem parara e eu abstinha-me de saltar. Uma vez, porém, o fiz; não sei mesmo em que estação. Tive fome e dirigi-me ao pequeno balcão onde havia café e bolos. Encontravam-se lá muitos passageiros. Servi-me e dei uma pequena nota a pagar. Como se demorassem em trazer-me o troco reclamei: “Oh! Fez o caixeiro indignado e em tom desabrido. Que pressa tem você?! Aqui não se rouba, fique sabendo!” Ao mesmo tempo, a meu lado, um rapazola alourado reclamava o dele, que lhe foi prazenteiramente entregue. O contraste feriu-me, e com os olhares que os presentes me lançaram, mais cresceu a minha indignação. Curti, durante segundos, uma raiva muda, e por pouco ela não rebentou em pranto. Trôpego e tonto, embarquei e tentei decifrar a razão da diferença dos dois tratamentos. Não atinei; em vão passei em revista a minha

roupa e a minha pessoa... Os meus 19 anos eram sadios e poupados, e o meu corpo regularmente talhado. Tinha os ombros largos e os membros ágeis e elásticos. As minhas mãos fidalgas, com dedos afilados e esguios, eram herança de minha mãe, que as tinha tão valentemente bonitas que se mantiveram assim, apesar do trabalho manual a que a sua condição a obrigava. Mesmo de rosto, se bem que os meus traços não fossem extraordinariamente regulares, eu não era hediondo nem repugnante. Tinha-o perfeitamente oval, e a tez de cor pronunciadamente azeitonada.

Além de tudo, eu sentia que a minha fisionomia era animada pelos meus olhos castanhos, que brilhavam doces e ternos nas arcadas superciliares profundas, traço de sagacidade que herdei de meu pai. Demais, a emanção da minha pessoa, os desprendimentos da minha alma, deviam ser de mansuetude, de timidez e bondade... Por que seria então, meu Deus?

Os esforços que fiz, mais espesso tornaram o capacete plúmbeo que me oprimia o cérebro. O torpor tomou-me mais fortemente e por fim dormi, dormi não sei quantas horas, não sei quantos minutos, pois que, ao despertar, era boca da noite, e o crepúsculo cobria as coisas com uma capa de melancolia por assim dizer tangível. Afagava, roçava pelas minhas faces, tocava-me nas mãos de leve como uma pelúcia... Por entre laranjais dourados de pomos maduros, a locomotiva corria célere... Chegamos à estação terminal, mas não acabou aí a viagem. Passamo-nos para uma barca que atravessou vagarosamente por entre ilhotas até alcançar o largo da baía.

O espetáculo chocou-me. Repentinamente senti-me outro. Os meus sentidos aguçaram-se; a minha inteligência, entorpecida durante a viagem, despertou com força, alegre e cantante... Eu via nitidamente as coisas e elas penetraram em mim até ao âmago. Convergi todo o meu aparelho de exame para o espetáculo que me surpreendia. Estive por instantes espasmodicamente arrebatado, para um outro mundo, adivinhado além das coisas sensíveis e materiais. Voluptuosamente, cerrei os olhos; depois, aos poucos, descerrei as pálpebras para olhar embaixo o mar espelhento e misterioso. A barca vogava, as águas negras abriam — fingindo resistência, calculando a recusa.

O casario defronte — o da orla da praia, envolvido já nas brumas da noite, e o do alto, queimando-se na púrpura do poente — surgia revoltoso aos meus olhos, bizarramente disposto sem uma ordem geometricamente definida, mas guardando com as montanhas que espreitavam a cidade, com as inflexões caprichosas das colinas e o meandro dos vales, um acordo oculto, sutilmente lógico.

Evolava-se do ambiente um perfume, uma poesia, alguma coisa de unificador, a abraçar o mar, as casas, montanhas e o céu; pareciam erguidos por um só pensamento, afastados e aproximados por uma inteligência coordenadora que calculasse a divisão dos planos, abrisse vales, recortasse curvas, a fim de agitar viva e harmoniosamente aquele amontoado de coisas diferentes... O aconchego, a tepidez da hora, a solenidade do lugar, o crenulado das montanhas engastadas no céu côncavo, deram-me impressões várias, fantásticas, discordantes e fugidias...

Havia um brando ar de sonho, e eu fiquei todo penetrado dele. Andamos. Agora, a barca movia-se ao longo de uma comprida ilha pejada de edifícios. Mais perto, mais longe, pequenas lanchas corriam, erguendo para a pureza do céu irreverentes penachos de fumo; na linha do horizonte, havia uma terra baixa, ao fundo, onde, dolentemente agitado pela viração, um esguio coqueiro, firme e orgulhoso, crescia solitário; grandes cascos escuros de saveiros e galeras ruminavam placidamente; e botes velozes, cruzando as respectivas derrotas, brincavam sobre as ondas como crianças travessas...

Um escaler aproximou-se da barca, bem perto; a tripulação rubicunda entoava uma canção, um hino. O escaler afastou-se logo, desdenhoso e superior.

Antes de atracar, a noite caiu de todo.

Na cidade longos riscos de fogo brilharam, juntos e espaçados, retos e curvos, paralelos.

E emaranhados... Chegamos.

Quando saltei e me pus em plena cidade, na praça para onde dava a estação, tive uma decepção. Aquela praça inesperadamente feia, fechada em frente por um edifício sem gosto, ofendeu-me como se levasse uma bofetada. Enganaram-se os que me representavam a cidade bela e majestosa. Nas ruas, havia muito pouca gente e do bonde em que as ia atravessando, pareciam-me feias, estreitas, lamacentas, marginadas de casas sujas e sem beleza alguma.

A rua do Ouvidor, que vi de longe, iluminada e transitada, em pouco diminuiu a má impressão que me fez a cidade. Pouco antes de partir, havia-me informado dos hotéis e, por essa ocasião, recomendaram-me o Hotel Jenikalé, na praça da República, de módica diária, para onde me dirigi no propósito de me demorar os poucos dias exigidos para obter a colocação que me daria o deputado Castro. Fui jantar e sentei-me à mesa redonda, onde havia já muita gente a falar de tudo e de todas as coisas. Evitei conversa com qualquer dos circunstantes. Jantei calado, de olhos desconfiados, baixos, erguendo-os de

quando em quando do prato para as gravuras que guarneciam a sala, sem me animar a pousá-los na fisionomia de qualquer dos comensais. Não obstante isso, alguém, pelo fim do jantar, venceu a minha obstinação:

— Creio que viemos juntos...

— Não me recorda — fiz eu polidamente.

— Perfeitamente. O senhor dormia quando embarquei.

— Pode ser... Viajei quase sempre assim... — alonguei a resposta muito a custo e a medo; mas, arrependido, comecei a pesá-la bem e vi que por ela o meu interlocutor não me poderia roubar o fraco pecúlio.

— Vim a negócios... O senhor sabe — continuou o desconhecido —; o senhor sabe: quem quer vai, quem não quer manda... Se me limito a encomendar a farinha — é uma desgraça! Chega azeda e de péssima qualidade — então é um inferno! Os fregueses reclamam; a pretexto disso não pagam. Para evitar essas e outras, venho de dois em dois meses comprá-la, eu mesmo... Veja o senhor só — é uma despesa, mas que se há de fazer?...

— O senhor está estabelecido?

— Em Itaporanga, sim, senhor; tenho uma padaria, pequena, sim, mas rende. O senhor sabe: o pobre não passa sem pão.

Aproveitei um instante em que se virara para o vizinho, para analisar o padeiro de Itaporanga.

Era um homem baixo, de membros fortes, que respirava com força e desembaraçadamente. Falando, torcia com a mão áspera de antigo trabalhador o bigode farto. Descobria-se que na sua mocidade se entregara a trabalhos grosseiros, mas que, de uns tempos a esta parte, gozava de uma vida mais fácil e leve. O seu olhar, inquieto e fugidio, mas vivo, quando se fixava, era de velhaco mercadejante, bem com o código e as leis.

— O senhor veio a passeio? — perguntou-me.

— Não, senhor — disse-lhe de pronto. — Vim estudar.

— Estudar!

— De que se admira?

— De nada.

Em seguida, abrindo o rosto queimado e ameigando a voz, em que havia longinquamente o sotaque português, disse:

— Venha comigo, doutor; vamos dar uma volta.

Não tive tempo de opor uma resposta. O padeiro voltou-se para os fundos da sala e gritou ao caixeiro:

— José! Charutos...

Aquele homem ia pondo em mim uma singular inquietação. A sua admiração tão explosiva ao meu projeto de estudo, as suas maneiras ambíguas e ao mesmo tempo desembaraçadas, o seu olhar cauteloso, perscrutador e sagaz, junto ao seu ar bonacheirão e simplório, provocavam-me descontraídos sentimentos de confiança e desconfiança. Havia nele tanta coisa oposta à profissão que dizia ter que me pus a desconfiar — quem sabe! Entretanto, a sua afabilidade, as suas mãos grossas...

— Ó José! Os charutos? — fez impaciente o negociante.

O caixeiro veio capengando sobre umas amplas botinas, e estendeu-me uma caixa cheia de charutos claros, pimpantes, cujo aroma rescendia e tentava a fumá-los.

— Sirva-se, doutor! São magníficos! O Machado recebe-os diretamente.

E com um franzir de sobrolhos, deu-me a entender a origem semicriminosa dos charutos. Picou a ponta com os dentes, e não sem uma certa elegância, chegou o fósforo aceso ao seu e depois de esperar que eu também acendesse, falou-me:

— O doutor conhece o Rio?

— Não — fiz eu prazenteiramente, pois que o tratamento me agradava. Era a primeira vez que o recebia; lisonjeava-me, naturalmente.

— Venha então comigo. Não saio nunca, mas posso acompanhá-lo na primeira visita. Podemos ir ao teatro, são oito e meia. Em dois minutos chego ali à Confeitaria da Estrada, e antes das nove estamos no Recreio...

— Mas, meu caro senhor...

— Laje da Silva, um seu criado.

— Mas, meu caro senhor Laje da Silva — continuei —, estou cansado. Seria melhor...

— Oh! O senhor! Um menino! Deixe-se disso... Vamos, doutor.

O doutor era mágico. Acedi e o senhor Laje da Silva, negociante com padaria em Itaporanga, muito orgulhosamente estendeu a perna esquerda e dos profundos refolhos da algibeira da calça respectiva tirou um maço enorme de notas, escolheu uma e pagou os charutos que fumávamos.

III

“Os antigos bebiam pérolas dissolvidas em vinagre. Não eram lá de gosto muito fino e a extravagância nada significava. Eu bebo a verde esmeralda sadia, emblema da *mater* natureza, num copo de xerez. Em vez da pérola mórbida, doença de um marisco, no acre vinagre, bebo o verde dos prados, a magnífica coma das palmeiras, o perfume das flores, tudo que o verde lembra da grande mãe augusta!”

Lembrei-me no dia seguinte dessa frase que o Raul Gusmão, um jovem jornalista, da amizade do Laje da Silva, pronunciou solenemente devagar no botequim do teatro, enquanto nos servíamos de bebidas. Disse-a com a sua voz fanhosa, sem acento de sexo e emitida com grande esforço. Falar era para a sua natureza obra difícil. Toda a sua pessoa se movia, se esforçava extraordinariamente; todos os seus músculos entravam em ação; toda a energia da sua vida se aplicava em articular os sons e sempre, quando falava, era como se falasse pela primeira vez, como indivíduo e como espécie. Essa sua voz de parto difícil, esse espumar de sons ou gritos de um antropeide que há pouco tivesse adquirido a palavra articulada, deu-me não sei que mal-estar, que não mais falei até à sua despedida. Tive medo de que me fosse preciso empregar o mesmo esforço, que a minha palavra custasse também aquela grande dor já olvidada e vencida pela nossa espécie; e fiquei a ouvi-lo respeitosamente, tanto mais que nos tratou, a mim e ao padeiro, com tal desdém, com tal superioridade que fiquei entibiado, esmagado, diante do retrato, que dele fiz intimamente, de um grande literato, universal e aclamado, espécie de Balzac ou Dickens, apesar dos seus guinchos de *Pithecantropus*.

Falava e não nos olhava quase; errava os olhos — os olhos pequeninos dentro de umas órbitas quase circulares a lembrar vagamente uma raça qualquer de suíno — errava os olhos, dizia, pelo pátio do teatro, e quando nos fixava trazia uma expressão de escárnio que ele mantinha com um razoável dispêndio de energia muscular. Veio ter a nossa mesa por instâncias do Laje da Silva. Ia passando um pouco afastado, quando o meu companheiro lhe correu

ao encontro e, com os maiores rogos, o trouxe para a mesa. Apresentou-nos e perguntou depois:

— Que toma, doutor?

— Nada.

— Oh! Alguma coisa... Um licor... Um conhaque?

— Vinho. Venha lá um vinho! Hoje não há mais vinhos... O senhor — acrescentou, voltando-se para mim com o seu ar fingidamente insolente —, o senhor porventura dá-me notícias dos vinhos de Esmirna e de Quios?

Desviou o rosto sem esperar a resposta, tirou uma preguiçosa fumaça do charuto e pôs-se a olhar pausadamente o teatro, alçando a vista às vezes até à varanda; e, por fim, cheio de insolência e com aquela voz de parto difícil, chamou o caixeiro e encomendou meio cálice de *peppermint* e uma dose de xerez. Simulando não perceber o nosso espanto, fez algumas considerações sobre os vinhos antigos, confrontando-os com os modernos, no sabor, na cor e no preparo, com um exato conhecimento de ambos. Vieram-lhe as garrafas e o jornalista, pegando na colherzinha com dois dedos e estendendo os outros de sua mão polpuda, abacial, como ma qualificou mais tarde, misturou ritualmente o verde *peppermint* no xerez e foi por aí que disse: “Os antigos...”

Diante dele, dos seus gestos, das suas palavras, a impressão das mulheres, da agitação do teatro, apagou-se-me completamente. Ele resumiu-me o teatro, e fiquei com este encontro tão indelevelmente gravado que ainda agora, ao traçar estas linhas, estou a vê-lo erguer-se da cadeira com visível esforço, ficar um instante parado junto a nós, com o alentado corpanzil encostado à bengala vergada, dizer cheio de profundo aborrecimento — como isto é feio! —, para então se afastar por fim, vagarosamente...

Mal saiu, pedi pormenorizadas informações ao Laje da Silva. Nos confins da minha aldeia natal, eu não podia adivinhar que o Rio contivesse exemplar tão curioso do gênero humano, uma desconhecida mistura de porco e de símio adiantado, ainda por cima jornalista ou coisa que o valha, exuberante de gestos inéditos e frases imprevistas. Laje da Silva, porém, só sabia que ele tinha a *Aurora* à sua disposição, jornal muito lido e antigo, respeitado e que, no tempo do Império, derrubou mais de um ministério. Escrevia nos jornais; era o bastante. E essa sua admiração, se era de fato esse o sentimento do padeiro pelos homens dos jornais, levava-o a respeitá-los a todos desde o mais graduado, o redator-chefe, o polemista de talento, até ao repórter de polícia, ao modesto revisor e ao caixeiro de balcão. Todos para ele eram sagrados, seres superiores ou necessários aos seus negócios, pois viviam naquela oficina de

ciclopes onde se forjavam os temerosos raios capazes de ferir deuses e mortais, e os escudos capazes também de proteger as traficâncias dos mortais e dos deuses. Laje não lhe conhecia as obras, nem mesmo os artigos, e ficou satisfeito que um outro conhecido seu viesse sentar-se sem cerimônia alguma à nossa mesa, obrigando-me a não lhe fazer mais perguntas sobre o *Pithecanthropus* literato. Era o Oliveira — não me conhece? O Oliveira, do *O Globo*!... Tão conhecido!... Oh!

O padeiro ofereceu-lhe alguma coisa e perguntou amavelmente o que havia de novo.

— Uma inundação no Norte.

— Onde?

— No forte São Joaquim, no Purus.

— Perdão! — fiz eu muito colegialmente. — O forte São Joaquim não fica no Purus...

O Oliveira olhou-me com alguma raiva e eu tive que comprimir a alegria colegial do quinau. Mas a sua raiva foi breve; o repórter Oliveira procurou uma saída conveniente para a sua ignorância numa crítica larga e patriótica:

— Esta nossa geografia anda tão baralhada... O governo não cuida nessas coisas. É só política e “comidelas”... Tudo come... Uma vergonha! Do que o país precisa não cuidam... O senhor com certeza não conhece o rio das Capivaras?

— Não, senhor, fiz satisfeito por mostrar a meu turno a minha ignorância.

— Pois é um rio importante e nenhuma geografia dá! Eu o conheço porque nasci perto, senão... Nós não temos governo...

De manhã, pus-me a recapitular todos esses episódios; e sobre todos pairava a figura inflada, mescla de suíno e de símio, do célebre jornalista Raul Gusmão. O próprio Oliveira, tão parvo e tão besta. tinha alguma coisa dele, do seu fingimento de superioridade, dos seus gestos fabricados, da sua procura de frases de efeito, de seu galope para o espanto e para a surpresa. Era já o genial, com quem viria travar conhecimento mais tarde, que me assombrava com o seu maquinismo de *pose* e me colhia nos alçapões de apanhar os simples. E senti também que o espantoso Gusmão e o bobo Oliveira me tinham desviado da observação meticulosa a que vinha submetendo o padeiro de Itaporanga. Achava extraordinário que um varejista de um vilarejo longínquo cultivasse e mantivesse amizades tão fora do seu círculo; não se explicava bem aquele seu

norteio para os jornalistas, a especial admiração com que os cercava, o carinho com que tratava todos.

No teatro e na rua, cumprimentou mais de uma dezena deles e apontou-me, sem lhes falar, uma dúzia de outros. É de tal jornal diário, dizia; é de tal semanário; “faz guerra, faz marinha”... Conhecia minuciosamente toda a vida jornalística. Informava-me sobre os nomes dos redatores, dos proprietários, dos colaboradores; sabia a tiragem de cada um dos grandes jornais, como a de cada semanário de caricaturas... Havia nisso uma mania pueril ou o que era? Não se manifestava homem de leituras, político ou dado às letras; não lhe senti a mais elementar preocupação intelectual; todo ele me pareceu convergindo para os negócios, para as coisas de dinheiro, especulações... Por isso, a sua jovialidade e sociabilidade não impediram que, aqui e ali, repontassem em mim alguns propósitos sobre a sua honestidade.

Houve um fato que tornou um pouco mais consistentes as fluídicas suspeitas que alimentava.

Acabando de cear, ao pagar a conta, o padeiro examinou com o cuidado especial de entendido o papel, a estampa e a numeração das notas do troco. Notando que eu reparava com insistência no seu exame pericial, com a mais tranquila das vozes e cheio de uma linda ingenuidade, pediu-me:

— Faça o favor, doutor: veja-me de que estampa é esta... Não posso ler direito... — E passava-me a cédula velha, mas ainda em bom estado, em que li: estampa 9ª perfeitamente legível.

— Obrigado. É preciso muito cuidado, meu caro doutor. A Casa da Moeda tem muitas filiais por aí...

Com o seu gesto habitual, estendeu a perna, arrumou as notas no maço e guardou-o no fundo da algibeira.

Daí em diante, não sei se com justeza, mas certamente com muita segurança íntima, tive por afetadas a sua simplicidade e bonomia, e julguei que escondiam algo de grave que se desenrolava na sua vida e ainda não tivera termo.

Pelo almoço, a uma pergunta minha, o copeiro avisou-me que o padeiro tinha ido aos subúrbios e não voltaria senão à tarde. Almocei vagarosamente e tranquilo. O dia estava fresco e azul. Pela janela avistava os grandes relvados do jardim, muito verdes e macios, de uma macieza de tapete e de um verde que afagava o olhar. Soavam 11 horas quando saí do hotel e vim vindo a pé até às ruas centrais da cidade. Era cedo; não fui logo à Câmara. Fiquei vagueando pelas ruas à espera da hora conveniente. Cansado de andar pelo centro,

aventurei-me tomar um daqueles bondes pequenos; chegando ao termo, bebi um refresco num botequim sórdido das proximidades e tomei outro bonde que, me informaram, levava à Câmara. Não reparei que a meu lado se sentara um homem acobreado, de cabelo liso mas de barba rala e crespa, ar decidido e tórax forte; mas notara que, bancos adiante, um senhor de cartola, fraque e calças brancas, tomara lugar à direita de uma senhora, jovem ainda, cuja passagem pagara, sem que com ela trocasse sequer um olhar. Observei-os intrigado; em meio da viagem o vizinho segredou-me:

— Está vendo que pouca vergonha!? Um senador bolinar!

— Não entendi. Bolinar... Senador... O que era? — O homem, entretanto, insistiu:

— Todo o dia é aquilo... Uma vergonha! Se fosse outro, mas um senador!

Por esse tempo, o par saltou, isto é, o senador um pouco antes, com o veículo em movimento, e a senhora saltou adiante; e ambos, ao jeito de desconhecidos, tomaram uma rua transversal. O meu vizinho não fez mais nenhuma observação, não me deixando, porém, de olhar durante a viagem toda, e quando saltei, mal tinha pisado o passeio, cortou-me os passos interpelando-me:

— Olhe, menino, deixe-se disso, senão...

— Mas o quê?

— Então não sabe? Ora, não se faça de besta — continuou, atirando o chapéu para o alto da cabeça.

— Mas...

— É isto que lhe digo; não se meta na vida de “seu” Carvalho... é um graúdo, pode ter lá “seus arranjos” e não tem que dar satisfação a ninguém, fique sabendo!

— Eu!

— Sim, você.

Olhou-me durante instantes cheio de desafio e perguntou-me com redobrado atrevimento.

— Você não é repórter do *O Azeite*, um jornaleco que anda por aí?

Soube muito depois que *O Azeite* era um pequeno semanário em que se denunciavam os namoros e também, com grosseiros circunlóquios, os escândalos familiares e os adultérios da cidade.

A polícia sempre perseguia tais publicações; mas, mudando de título e talvez de proprietários, de quando em quando, ressurgiam com nomes mais ou menos sugestivos e imorais.

Houve um que se tornou célebre e durou bastante tempo: *O Carbonário*. Desapareceu e, daí em diante, os que vieram à publicidade não se demoraram na venda.

Não conhecia essa espécie de imprensa, e só mais tarde vim a saber que “azeite”, na gíria carioca, é namoro. Inocente em tudo, respondi com toda a candura:

— Eu, não, senhor.

E com a humildade que ditava a minha segurança, expliquei ao notável “Chico Nove-Dedos” que havia chegado do interior, que não conhecia o senador Carvalho, que nada sabia dos “seus arranjos”, e que ia entregar uma carta (mostrei-lha) a um deputado na Câmara etc. etc.

O capanga acreditou, desculpou-se, disse-me o nome e ofereceu-me a casa. Dirigi-me para a Câmara. A minha simplicidade tinha julgado fácil falar a um deputado na Câmara.

Era proibido; só se trouxesse ingresso; contudo, o porteiro disse-me que era melhor procurar o doutor Castro na sua residência, que me ensinou, e eu fui assistir à sessão para encher o tempo e para travar conhecimento com o misterioso trabalho de fazer leis para um país. De fato, subi pensando no ofício de legislar que ia ver exercer pela primeira vez, em plena Câmara dos Senhores Deputados — augustos e digníssimos representantes da nação brasileira. Não foi sem espanto que descobri em mim um grande respeito por esse alto e venerável ofício. Lembrei-me daqueles velhos legisladores da lenda e da história: os Manus, os Licurgos, os Moisés, os Sólon, os Numas — esses nomes todos que os povos agradecidos pela fecundidade e pela sabedoria de suas leis reverenciaram por dilatados anos, ergueram-nos à altura de deuses, consagraram-lhes templos magníficos.

Embora não tendo mais a velha crença, de que eles fossem inspirados pelos deuses, o meu respeito baseava-se em motivos mais modernos, concordes com o feitio de pensar do nosso tempo. Imaginava-os com uma tresdobrada força de sentidos e inteligência, podendo prever, adivinhar, sentindo, antes de expressos os desejos, as necessidades de cada um dos milhões de entes que sofriam e viviam, que pensavam e amavam pela vasta extensão da pátria. Foi com grande surpresa que não senti naquele doutor Castro, quando certa vez estive junto dele, nada que denunciasse tão poderosas faculdades, vi-o durante uma hora olhar tudo sem interesse e só houve um movimento vivo e próprio, profundo e diferencial, na sua pessoa, quando passou por perto uma fornida rapariga de grandes ancas, ofuscante de sensualidade. Nada nele manifestava

que tivesse um forte poder de pensar e uma grande força de imaginar, capazes de analisar as condições de vida de gentes que viviam sob céus tão diferentes e de resumir depois o que era preciso para sua felicidade e para o seu bem-estar em leis bastante gerais, para satisfazer a um tempo ao jagunço e ao seringueiro, ao camarada e ao vaqueano, ao elegante da rua do Ouvidor e ao semibugre dos confins do Mato Grosso. Onde estava nele o poder de observação e a simpatia necessária para entrar no ministério daquelas rudes almas que o cercavam e o elegiam? Nada transpirava na sua preguiçosa e baça personalidade.

Entrando na Câmara, verifiquei que a grandiosa representação que eu fazia do legislador não se me tinha diminuído com o exame da opaca figura do doutor Castro. Era uma exceção, mas certamente os outros deviam ser quase semideuses, mais que homens, pois eu queria-os com força e com faculdades capazes de atender e de pesar tão vários fatos, tão desencontradas considerações, tantas e tão sutis condições da existência de cada e da de todos. Para tirar regras seguras para a vida total desse entrechoque de paixões, de desejos, de ideias e de vontades, o legislador tinha que ter a ciência da terra e a clarividade do céu e sentir bem nítido o alvo incerto para que marchamos, na bruma do futuro fugidio. Quanta penetração! Quanto amor! Que estudo e saber não lhe eram exigidos! Era preciso tudo, tudo! A Quiromancia e a Matemática, a Grafologia e a Química, a Teologia e a Física, a Alquimia!... Era preciso saber tudo e sentir tudo! Era na verdade um vasto e alevantado ofício!

Pensando, subia a escada da Câmara dos Deputados da República dos Estados Unidos do Brasil. Ao transpor a porta que dava para a galeria, vieram-me recordações dos grandes nomes que aquela instituição vira. Primeiro, as grandes figuras dos Andradas, orgulhosos e soberbos, no meio daquela agitação dos nossos primeiros anos de vida política. Foi uma rápida evocação: os dados históricos faltavam-me e os da tradição nenhuns eram; e eu, no momento, só relembrei a calma figura do patriarca que os retratos dos compêndios nos dão e a eloquência tumultuária de Antônio Carlos a que frequentemente se alude.

Com mais insistência, em seguida as conversas caseiras fizeram-me ver ali vultos mais próximos dos meus dias. Deles, me falava meu pai, em raros dias, quando deixava a reserva eclesiástica e narrava paternalmente à minha infância curiosa cenas e fatos da vida política do Império. Foi com palavras suas que me recordei de Cotegipe, ágil e destro de espírito; do impetuoso Silveira Martins, cheio de vigor, mas difuso na aplicação de sua força; de José Bonifácio, o moço, com a sua solenidade grandiosa e os seus amplos períodos de grande estilo; mas, sobretudo, do que mais me recordei naquele instante foi da graça, da elegância,

da sutileza e da medida, desse aticismo que me pintaram em Francisco Otaviano de Almeida Rosa...

Sentei-me no último degrau de uma arquibancada grosseira, junto à balaustrada, tendo embaixo o vazio da sala das sessões. Faziam a chamada. Ouvi repetir uma chusma de nomes anódinos e obscuros. Eu tinha na cabeça uma numerosidade de nomes de reis assírios, de faraós, de filósofos gregos, de generais romanos, de romancistas franceses, de poetas nacionais, de navegadores portugueses; entretanto, dos legisladores da Pátria só um tinha na memória: era o do doutor Castro, quase meu vizinho!

Feita a chamada, as bancadas começaram a povoar-se. Junto ao presidente — a seu lado, nas costas, junto aos secretários — foi-se fazendo uma aglomeração imprevista. No espaço desguarnecido entre a mesa do presidente e a primeira das bancadas, havia o trânsito de rua frequentada; numa porta ao fundo, um ajuntamento de *guichet* de teatro em enchente.

Um grande deputado de óculos e barba quadrada tonitroou: “Peço a palavra para uma explicação pessoal.” O presidente voltou-se para um ajudante em pé, atrás e à direita, ouviu-o e, depois de tê-lo ouvido, retrucou: “Tem a palavra o senhor Carlos Barromeu.” Com certeza, pensei, esse homem foi ofendido e vai defender-se. “Senhor presidente”, começou, “há uma patologia social como há uma individual.”

Em resumo: o seu discurso afirmava que o chefe de polícia de Santa Catarina era um homem honesto e o jornalista que o insultara, um verme asqueroso e um réptil nojento.

O deputado sentou-se; a desordem aumentou. Encostado à primeira bancada, um rapaz lia um folheto; ao longo da mesa presidencial, na frente, atrás, dos lados, havia um vaivém continuado. Num momento dado, por entre aquela mó de gente, surgiu toda de branco a híbrida figura de Raul Gusmão, com a sua fisionomia de porco Yorkshire e o seu corpo alentado de elefante indiano, tendo sempre nos lábios aquele sorriso afetado, um horroroso ríctus, decerto o jeito de sorrir do *Pithecanthropus erectus*.

Um tímpano soou forte e rouco; fez-se um pouco de silêncio. O presidente disse algumas palavras, das quais as últimas davam a palavra ao deputado Jerônimo Fagot. O miúdo deputado subiu à tribuna, limpou o suor, arrumou os livros ao lado e preparou-se para falar. Fez-se silêncio, depois de uma infernal contradança no recinto. Fagot começou: “É sabido que a moeda boa expelle a má. Desde 1842, pela Lei nº 1.425 de 30 de setembro, desse ano, que o meio circulante nacional...”

Durante cinco minutos, a Câmara ouviu-o atenciosamente; dentro em breve, porém, o zunzum recomeçou. Não havia o ruído do começo, mas a desatenção era geral. Para a mesa da presidência enxameava uma multidão; o presidente já não era o mesmo; era um moço louro e magro.

Parecia que as palavras de Fagot lhe morriam nos lábios: movia a boca e gesticulava como um doido furioso. Os colegas desapegados da sua eloquência dividiam-se em grupos. À esquerda, lá ao longe, quase na minha frente, alguns viam cartões-postais; um outro, sob os meus pés, isolado, no burburinho, escrevia febrilmente, erguendo, de quando em quando, a caneta para pensar; uma roda de três, à esquerda e ao fundo, conversava sorrindo; ao fundo, ainda, mas um pouco à direita, um deputado gordo, com o calor que com o correr do dia se fizera forte, esquecido no sono, por detrás de um par de óculos azuis, roncava perceptivelmente. Fagot falou cerca de meia hora; e, quando deixou a tribuna, o presidente já era um terceiro deputado, um velho com *pince-nez* de aros de ouro.

Preparei-me para sair e, quando voltava as costas para o recinto, vi encostado a uma janela no andar do recinto a figura espertalhona do senhor Laje da Silva. Saímos eu e um outro popular, a quem perguntei: Que faz essa gente, hoje, aqui? Que fazem, respondeu-me, sei lá... Isto é, explicou-me logo, o que fazem sempre: leis. Estávamos na rua. O dia que amanhecera lindo, e relativamente fresco, esquentara e o calor por aquela hora era forte como se estivéssemos em pleno verão.

Atravessei o largo do Paço. A fachada do velho Convento do Carmo apresentava uma grande calma; os anos já lhe tinham dado a suficiente resignação para suportar o sol terrível dos trópicos; o cavalo da estátua, porém, parecia ter um movimento de impaciência para lhe fugir aos ardores implacáveis.

O ar fizera-se rarefeito e percebia-se a poeira que flutuava na sua massa. As montanhas de Niterói recortavam-se nitidamente sobre o céu azul e fino, que começava a ser manchado, lá no fundo da baía, por cima do casario da Alfândega e do Mercado, por grandes pastas de nuvens brancas. Ainda pouco familiarizado com o trânsito pesado da rua, atravessei a rua Direita cheio de susto, cercado-me de mil cautelas, olhando para aqui e para ali, admirado que aquela porção de gente trabalhasse sob sol tão ardente, sem examinar que valor tinham as suas Câmaras e o seu governo. E a facilidade com que os aceitava, pareceu-me sentimento mais profundo, mais espontâneo, mais natural que a minha ponta de crítica que já começava a duvidar deles. Aventurei-me pela rua

do Ouvidor já preso a outros pensamentos. Agora, tinha rápidas recordações de minha casa. Por momentos, em face daquelas damas a arrastar *toilettes* de baile pela poeira da rua, lembrei-me dos tristes vestidos de minha mãe, da sua cassa eterna, da sua chita e do seu morim... Mas não pude continuar por aí. Do interior de um café, o Laje chamou-me. Não estava só; acompanhava-o o doutor Ivá Gregoróvitch Rostóloff, jornalista brasileiro a quem fui apresentado.

— Do *Jornal do Brasil*? — perguntei.

— Não, senhor. Trabalhei no *O Combate*; de Belém, na *Gazeta de Leopoldina*; no *Deutsches Tageblatt*, de Blumenau; no *Al-Barid*, de São Paulo; e aqui, no Rio, no *Harum-Al-Raxid*, órgão da colônia síria. Pretendo, porém — acrescentou —, entrar em breve para *O Globo*, onde vou fazer o artigo de fundo e tratarei da política interna.

— Escreve em muitas línguas?

— Em dez.

— É extraordinário — fiz eu, não podendo conter a minha parva admiração.

— Tive sempre muito jeito... Logo, em menino, pelas primeiras lições de francês, comecei a escrever... Depois, houve sempre em mim um desejo de ver povos, de andar à aventura... Logo que saí da universidade, parti para a Índia. Queria servir a um rajá, mas não há mais rajás. Fui à China, ver se entrava como instrutor do exército do vice-rei de Cantão. Não consegui. Parti para o Japão, onde fui chefe de uma fábrica de pólvora... Tenho viajado muito...

— Você já esteve em Paris, Gregoróvitch? — indagou o padeiro.

— Ora! — fez o jornalista. — Quem já não esteve lá! Estive na Índia, em Calcutá, onde trabalhei ao lado do grande Rai Kisto. Conhece, doutor?

— Não.

— Quem? — indagou o Laje.

— Rai Kisto Das Pal Beader, um grande jornalista hindu... Admira-me que o doutor não o conheça; na Europa já se fala nele. O professor Bougle, de Toulouse, cita o seu nome em uma das suas últimas obras...

— É vivo? — indaguei.

— Não. Morreu há alguns anos.

O caixeiro veio servir-nos café, e o jornalista, depois de sorver um trago, perguntou-me:

— Já está formado?

— Vou matricular-me ainda — respondi sob o olhar de censura do Laje da Silva.

— Direito?

— Medicina...

— Não é mau... Toda a carreira serve, mas...

— O doutor é formado em Direito? — indaguei por minha vez,

— Não. Formei-me em Línguas Orientais e Exegese Bíblica, na Universidade de Sófia, tendo começado o curso no Cairo.

Disfarcei a vontade que me deu de rir, ouvindo tão extravagante título escolar. Havia alguma coisa de opereta, mas o homem era tão simpático, tinha sido tão amável e parecia tão ilustrado que me esforcei por sujeitar o meu ímpeto de rir, soltando uma frase à toa:

— Na Europa, o homem de estudo tem campo, sabe onde deve chegar; aqui...

— Qual, doutor! Não há como a sua terra! A questão é pendurar, quando se entra, a sobrecasaca de cavalheiro no Pão de Açúcar; e no mais, tudo vai às mil maravilhas!

O padeiro ficou atônito com a cínica franqueza do julgamento do jornalista. Teve um assomo de virtude e objetou pudicamente:

— Nem tanto, doutor! Nem tanto! Olhe que ainda há homens honestos nesta terra e em altas posições, o que é mais raro!

O doutor Gregoróvitch dardejou-lhe um breve olhar sarcástico e expelindo uma longa fumaça cheia de dúvida e de troça, disse devagar:

— Pode ser, Laje! Quem sabe?

Só, subindo a rua movimentada, pus-me a interrogar-me sobre o tal Gregoróvitch. De que nacionalidade era? Que espécie de moralidade seria a sua? Com aquele título burlesco de doutor em Línguas Orientais e Exegese Bíblica, quem poderia ser ao certo? Um bandido? Um aventureiro simplesmente? Ou um homem honesto, de sensibilidade pronta a fatigar-se logo com o espetáculo diário e que por isso corria o mundo? Quem seria? E jornalista! Jornalista em dez línguas desencontradas! Mas era simpático o diabo, de fisionomia inteligente...

Subi a rua. Evitando os grupos parados no centro e nas calçadas, eu ia caminhando como quem navegava entre escolhos, recolhendo frases soltas, ditos, pilhérias e grossos palavrões também. Cruzava com mulheres bonitas e feias, grandes e pequenas, de plumas e laçarotes, farfalhantes de sedas; eram como grandes e pequenas embarcações movidas por um vento brando que lhes

enfunasse igualmente o velame. Se uma roçava por mim, eu ficava entontecido, agradavelmente entontecido dentro da atmosfera de perfumes que exalava. Era um *gozo* olhá-las, a elas e a rua com sombra protetora, marginada de altas vitrinas atapetadas de joias e de tecidos macios.

Parava diante de uma e de outra, fascinado por aquelas coisas frágeis e caras. As botinas, os chapéus petulantes, o linho das roupas brancas, as gravatas ligeiras pareciam dizer-me: Veste-me, ó idiota! Nós somos a civilização, a honestidade, a consideração, a beleza e o saber. Sem nós não há nada disso; nós somos, além de tudo, a majestade e o domínio!

O ruído de uma fanfarra militar, enchendo a rua, veio agitar a multidão que passava. As janelas povoaram-se e os grupos arrimaram-se às paredes e às portas das lojas. São os fuzileiros, disse alguém que ouvi. O batalhão começou a passar: na frente os pequenos garotos; depois a música estrugindo a todo o pulmão um dobrado canalha. Logo em seguida o comandante, mal disfarçando o azedume que lhe causava aquela inocente exibição militar. Veio por fim o batalhão. Os oficiais muito cheios de si, arrogantes, apurando a sua elegância militar; e as praças bambas, moles e trôpegas arrastando o passo sem amor, sem convicção, indiferentemente, passivamente, tendo as carabinas mortíferas com as baionetas caladas, sobre os ombros, como um instrumento de castigo. Os oficiais pareceram-me de um país e as praças de outro. Era como se fosse um batalhão de sipaios ou de atiradores senegaleses.

Era talvez a primeira vez que eu via a força armada do meu país. Dela, só tinha até então vagas notícias. Uma, quando encontrei, num portal de uma venda, semiembriagado, vestido escandalosamente de uma maneira hibridamente civil e militar, um velho soldado; a outra, quando vi a viúva do general Bernardes receber na coletoria um conto e tanto de pensões e vários títulos, que lhe deixara o marido, um plácido general que envelhecera em várias comissões pacíficas e bem retribuídas...

O batalhão passou de todo; e até a própria bandeira que passara me deixou perfeitamente indiferente...

IV

Se os senhores algum dia quiserem encontrar um representante da grande nação brasileira, não o procurem nunca na sua residência. Seja a que hora for, de manhã, ao amanhecer mesmo, à hora do jantar, quando quiserem enfim, se o procurarem, o criado há de dizer-lhes secamente: Não está. Falo-lhes de experiência própria, porque, durante as inúmeras vezes, a toda a hora do dia, em que fui ao Hotel Términus procurar o deputado Castro, apalpando a carta do coronel, tive o desprazer de ouvir estas duas palavras do porteiro indiferente. Nas últimas vezes, antes mesmo de acabar a pergunta, já o homenzinho respondia invariavelmente da mesma desesperadora forma negativa.

É bem fácil imaginar com que sorte de cogitações eu ia passando esses dias. O meu dinheiro dentro em breve, pago o hotel, ficaria reduzido a alguns mil-réis insignificantes. Não conhecia ninguém, não tinha a mínima relação que me pudesse socorrer, dar-me qualquer coisa, casa ao menos, até que me arranjasse. Saíra de meus penates cheio de entusiasmo, certo de que aquela carta, mal fosse apresentada, me daria uma situação qualquer. Era essa a minha convicção, dos meus e do próprio coronel. Tinha-se lá, por aquelas alturas, em grande conta a força do doutor Castro nas decisões dos governantes e a influência do velho fazendeiro sobre o ânimo do deputado.

Não era ele o seu grande eleitor? Não era ele o seu banqueiro para os efeitos eleitorais? E nós, lá na roça, tínhamos quase a convicção de que o verdadeiro deputado era o coronel e o doutor Castro um simples preposto seu. As minhas idas e vindas ao hotel repetiam-se e não o encontrava. Vinham-me então os terrores sombrios da falta de dinheiro, da falta absoluta. Voltava para o hotel taciturno, preocupado, cortado de angústias. Sentia-me só, só naquele grande e imenso formigueiro humano, só, sem parentes, sem amigos, sem conhecidos que uma desgraça pudesse fazer amigos. Os meus únicos amigos eram aquelas notas sujas encardidas; eram elas o meu único apoio; eram elas que me evitavam as humilhações, os sofrimentos, os insultos de toda a sorte; e

quando eu trocava uma delas, quando as dava ao condutor do bonde, ao homem do café, era como se perdesse um amigo, era como se me separasse de uma pessoa amada... eu nunca compreendi tanto a avareza como naqueles dias que dei alma ao dinheiro, e o senti tão forte para os elementos da nossa felicidade externa ou interna...

A minha ignorância de viver e falta de experiência quase deixavam transparecer a natureza das minhas preocupações. O gerente do hotel pareceu-me que as farejava. De quando em quando, procurava na conversação amedrontar-me com o seu poderio, proveniente de estreitas relações que mantinha com as autoridades. Assim entendi ser o sentido das anedotas que contava. Uma vez — narrou ele — depois de uma longa hospedagem, um hóspede quisera furtar-se ao pagamento. Não tivera dúvidas, fora ao delegado auxiliar, um seu amigo, o doutor Felício, contara-lhe o caso e o homem teve que pagar, se quis tirar as malas. Com ele, era assim; não dormia. Nada de justiça, de pretorias... Qual! Com a polícia a coisa vai mais depressa, a questão é ter amigos bons e ele tinha-os excelentes; e, em seguida, interrogando-me diretamente: O senhor não viu, ontem, aquele homem gordo que jantou na cabeceira? É o escrivão da “x”. Os escrivães, fique o senhor sabendo, é que são as verdadeiras autoridades. Os delegados não fazem senão o que eles querem; tecem os pauzinhos e... e o italiano rematou com um olhar canalha aquela sua informação sobre a onipotência dos escrivães.

Foram de imensa angústia esses meus primeiros dias no Rio de Janeiro. Eu era como uma árvore cuja raiz não encontra mais terra em que se apoie e donde tire vida; era como um molusco que perdeu a concha protetora e que se vê a toda a hora esmagado pela menor pressão.

Oprimido com uma antevisão de misérias a passar, de humilhações a tragar, o meu espírito deformava tudo o que via. Os menores fatos que lhe caíam ao alcance eram aumentados de um lado, diminuídos de outro; fazia-se outra coisa muito diversa para minha sensibilidade enfermiça, que a imaginação guiava para sentir todos os terrores e ameaças. Perdia a realidade da vista e vivia subdelirante num mundo de coisas grotescas, absurdas e não existentes. Punha-me a apelar para o Acaso, como se tivesse predileções. Esperava encontrar fortunas perdidas, imaginava impossíveis combinações de acontecimentos que me favorecessem e cheguei mesmo, por instantes, a supor que atos de generosidade de minha parte bem podiam trazer-me o favor de gênios benfazejos. Pelo correr do dia, depois do almoço, quando me vinha o pensamento da minha situação, entrava no jardim, dia alto e morno. Aqui e ali,

gozando o viço educado do parque, encontrava fisionomias fatigadas, tristes, tendo estampada na comissura dos lábios sem forças a irreparável derrota da vida. Ao sol do meio-dia, dormitavam pelos bancos, sob a sombra de árvores vigorosas. Sentava-me por minha vez, sonhava alguns minutos, em seguida catava com o olhar o chão, esquadrihava-o bem. Era então com o coração palpitante que me abaixava junto à relva para levantar do chão uma velha caixa de fósforos, lavada e desbotada pelas chuvas, já sem rótulo, humilde objeto que tenazmente resistira às vassouradas e às intempéries para atrair o meu olhar maravilhoso. Como se fosse um furto, um crime, apanhava-a a medo e, depois de inspecionar com cuidado os arredores, abria-a com respeito, comovido, trêmulo, esperando — oh! Meu Deus! — que dentro dela houvesse uma nota de quinhentos mil-réis.

Oh! Quantas vezes não apelei para o Acaso, para o Milagre! Quantas! Os deuses vinham-me ao pensamento com o seu indispensável cortejo de fadas e de anjos... Uma noite, andando eu deambulando por umas ruas desertas do interior da cidade, fui dar não sei a que praça, em que havia ao fundo uma grande casa; ia distraído, completamente entregue às minhas preocupações, cabisbaixo, quando alguém me tomou os passos e me falou com uma voz de apiedar. Era uma mulher andrajosa; parei e ouvi-a. Balbuciente, contou-me misérias, a fome dos filhos, moléstias, por fim, não pôde mais falar — prorrompeu em choro... Evoquei logo aquelas histórias de fadas e gnomos, aquelas histórias morais em que os gênios misteriosos vêm pela terra em disfarce, para experimentar os corações dos mortais e eu... e eu dei uma nota de esmola, uma nota graúda que me sangrou fortemente a algibeira linfática. Mesmo depois que saí daquela praça erma, e que de mim se foi a comoção da surpresa, eu esperei a recompensa, a recompensa dos céus para aquele meu ato generoso. Alternativamente apelava para o Mistério e para as potências terrestres. Aferrara-me a duas amarras, uma no Mistério e outra nas coisas do mundo. Todo o dia ia ao hotel, cheio de alacridade, figurando comigo mesmo o encontro com o deputado, imaginava-lhe a bondade do acolhimento, a piedade e a simpatia pelo meu estado e pelos meus desejos. Imaginava-me daí a dias empregado, num lugar modesto, de renda certa, dentro de um mês indo à faculdade, as atribuições do trote, os apertos do exame, os anos seguindo-se, as notas, os lentes, a tese, a formatura...

Ia assim risonho, cheio de mim, contente de viver, chegava ao hotel; falava ao porteiro e voltava amargurado sobre os meus passos felizes. De tarde, repetia a visita, e mais uma vez voltava desalentado, para ficar à janela do hotel,

desanimado, oprimido de saudades do sossego, da quietude, da segurança do meu lar originário. Era quando me encontrava com os outros hóspedes. Laje da Silva andava sempre fora, mas os outros lá estavam depois do jantar. Ao pôr-me à janela, lá vinha o velho coronel Figueira, um fazendeiro, sem bigode e barba cerrada, à antiga portuguesa, cheio de mansidão na voz e orgulho no tratar.

— Está vendo a tarde, hein, menino?

— Estou.

— Como isto está mudado! Conheci isto quando ainda era um brejo, um depósito de cisco... Havia barrancos, covas, capinzais... As lavadeiras faziam disto coradouro... Acolá (apontou) estava o teatro, o Provisório... Oh! O Provisório... eu me lembro que... (eu era muito rapaz, muito...) vim com meu pai assistir à *Sonâmbula*... Nunca vi uma sala tão bonita... A Stoltz cantava... Nunca ouviu falar nela?

— Não, senhor! — E perguntei logo: — O senhor é do Rio?

— Não, mas vinha quase sempre aqui. Meu pai tinha fazenda na Raiz da Serra. Hoje, aquilo não vale nada, mas no tempo dele a estrada a não tinha matado e era lugar rico... Conheço muito o Rio... Quando fui para o Sul em 65, passei por aqui... O imperador veio ver o desfilar do batalhão... eu ia triste, pensava em morrer... Não morri, voltei, estou aqui... Está tudo mudado: Abolição, República... Como isso mudou! Então, de uns tempos para cá, parece que essa gente está doida; botam abaixo, derrubam casas, levantam outras, tapam umas ruas, abrem outras... Estão doidos!!!

— Há quanto tempo não vem ao Rio, coronel?

— Desde 1882.

Semivazios, os bondes passavam ao chouto das bestas. Pelas calçadas, um vaivém de gente animava a praça. À direita, a grande e acaçapada fachada do quartel-general começava a recolher-se na sombra. Mulheres maltrapilhas, aos grupos, negras, mulatas, brancas, bamboleando as ancas, eram seguidas por soldados gingando. As calças pareciam mais vermelhas e as mulheres mais sujas. Um coche de enterro arrancava respeitosamente os chapéus aos transeuntes; um caminhão, pejado de fardos, por instantes interceptava a marcha dos bondes, ao desviar-se de uma andorinha que vomitava móveis, mal suspensos por cordas à sua traseira... Passava tudo isto sob os meus olhos tristes e desalentados.

O coronel tinha-se ido; e eu deixava-me a ver e a meditar na solução do meu problema de vida. O meu olhar ia de baixo para o alto, onde flocos de nuvens alvadias, esgarçadas, flutuavam e se tingiam de ouro, de púrpura, de

laranja, em rápidas mutações de teatro. Vinha a noite aos poucos e eu continuava a pensar, acariciando cismas, excitando recordações, rememorando a minha infância, as fisionomias que ela viu e os fatos que presenciou. Meu pai, o seu corpo anguloso, seco, a sua dor contida que se escapava no seu olhar e na sua fisionomia transtornada. Via-o às tardes, nos dias de bom humor, mudá-la de chofre, fazer-se risonho, vir para mim, sentar-se à mesa, e, à luz do lampião de querosene, explicar-me pitorescamente as lições do dia seguinte. Ou então, da cadeira de balanço, contar-me as maravilhosas coisas do movimento da terra, dos antípodas, da gravitação universal, e, enleado à minha pergunta se Deus podia parar a terra, responder com hesitação — Pode, sim.

Às oito horas, depois dessas efusões, dessas raras manifestações da sua paternidade, minha mãe punha, na mesa da sala de jantar, o chá que ele tomava em geral sozinho no quarto.

— Pode tirar o chá, “seu” padre?

— Pode, minha filha.

Era assim que se falavam. Encontrei sempre esse tratamento distante entre eles. Pareceu-me que o seu encontro fora rápido, o bastante para me dar nascimento. Uma crise violenta do sexo fizera esquecer os votos do seu sacerdócio, vencera a sua vontade, mas, passada ela, viera, com o arrependimento da quebra do seu voto, a dor inqualificável de não poder confessar a sua paternidade.

Ele amou-me sempre, talvez me quisesse mais por causa das condições que envolviam o meu nascimento. Em público, olhava-me de soslaio, media as carícias, esforçava-se por fazê-las banais; em casa, porém, quando não havia testemunhas, beijava-me e afagava-me com transporte. Ele temia o murmúrio, temia dar-lhe força com atos ou palavras públicas; entretanto toda a redondeza quase seria capaz de atestar em papel selado a minha filiação...

Vinha o chá, nós ficávamos a tomá-lo e ao menor ruído minha mãe vinha do interior da casa para saber se meu pai queria alguma coisa. Acabado o chá, eu ainda ouvia “histórias” da tia Benedita, uma preta velha, antiga escrava do meu reverendo pai. Eram cândidas histórias da Europa, coisas delicadas de paixões de príncipes e pastoras formosas que a sua imaginação selvagem transformava ou enxertava com combates de gênios maus, com malefícios de feiticeiras, toda uma ronda de forças poderosas e inimigas da vida feliz dos homens. Tal fora a minha infância, que, nas dobras da saudade, aquela tarde carregada de cogitações vitais à minha vida, me vinha trazendo à memória com uma nitidez assombrosa. Cansado de olhar a rua e de pensar, descí ao

pavimento térreo, à sala de jantar onde o coronel Figueira e o senhor Laje da Silva conversavam. Mal entrara, prazenteiramente, este exclamou:

— Oh, doutor!

Era assim sempre que ele falava ao encontrar-me. Tinha sempre atenções, pequenas delicadezas; tratava-me como se eu fosse um “doutor” de fato, com influência, inquirindo sobre os meus amigos e as minhas relações. Se me encontrava na rua, obsequiava-me o talento de que ele não tinha a mínima notícia. Quase sempre pela conversa, indagava das minhas amizades, das minhas relações; se eu era colega de F., se me dava com beltrano, se estudava isto ou aquilo. Eu respondia-lhe simplesmente, ingenuamente, que não, que não conhecia ninguém a não ser o doutor Castro, o deputado. Ele não deixava transpirar nada, nem uma contração, nem uma ruga que fizesse descobrir como recebia essas minhas respostas; mas também em coisa alguma modificava o tratamento; continuava a ser o mesmo, o mesmo Laje da Silva, mesuroso, afável, informado e loquaz a seu jeito. Não sei o que esperava de mim, o certo é que, durante os meus primeiros dias no Rio, recebi dele as mais respeitosas homenagens, as maiores considerações. Embora ensoberbecesse a minha vaidade de colegial, continuava a sentir no padeiro muito de desonesto, de falcatrueiro, para me ligar inteiramente a ele. Evitava-o, fugia-lhe, mas não tinha coragem para lhe dar a entender francamente que não lhe queria amizade. Aceitava-lhe as homenagens, os refrescos, conversava, mas sempre com um pequeno medo de que ele me metesse nalguma embrulhada com a polícia.

Foi com grande surpresa que o avistei: supunha-o fora e não pude reprimir o espanto que isso me causara. Ele não se alterou; respondeu-me cheio de bonacheirice:

— É verdade, doutor... sim, não há nada que fazer... tudo por aí está explorado... Uma miséria! Já se colocou?

A pergunta desagradava-me e ele fazia-me sempre. Ensaiei diversas respostas e por fim respondi-lhe capciosamente:

— Ainda não; mas dentro em breve, creio...

O coronel Figueira, que falava quando entrei, desejoso de continuar a palestra interrompida, logo que percebeu acabados os cumprimentos, dirigiu-se a mim de supetão:

— Doutor, pode haver ladroeira na loteria?

Pensei um instante, mas sem encontrar base para uma resposta segura, respondi dubitativamente:

— Pode ser.

E logo o velho coronel, com a sua voz nasal e cheia, em que havia no momento uma grande satisfação:

— Eu não dizia?... É, sim... como não pode?

— Mas por quê, coronel?

Então explicou-me que discutia isso com Laje e como ele me soubesse um rapaz preparado, apelara para mim.

— Mas como pode haver ladroeira... É impossível... As rodas são examinadas, suspensas do solo... Se houvesse qualquer fio, dava-se logo com ele, não acha?

— Mas então, “seu” Laje, como explica que o “gato” possa ficar “preso” três meses?

— É a sorte — objetou Laje.

— Qual sorte, fez o coronel furioso. É bandalheira; é eletricidade... Ninguém me tira disso. Olhe: há vinte dias sigo a “borboleta”... Dava sempre, agora não dá mais... Vejo os jornais, a *Joaninha*, a *Chapinha*, compro o *Palpite*, a *Mascote*, a *Ronda* — todos dão a “borboleta”. Jogo... “borboleta” não dá. Faça o favor, doutor, veja aqui o *Jornal do Brasil*.

Desdobrou com cuidado a folha popular e apresentou-me o lugar em posição conveniente. Eu não cogitava que aquele assunto pudesse apaixonar tão intensamente o velho coronel que me parecia ser um homem rico; eu mesmo não entendia daquilo, mas embora admirado e fora da matéria, prestei-me graciosamente:

— Procure — disse ele — à esquerda o número 154... Viu?

— Sim senhor.

— Junte o “peru”... Não é “peru” que está pintado?

— É... Mas como?

— Junte o “peru”.

— Como?

— Ora, some o “peru”, grupo 20.

— Ahn! 174.

— Inverta.

— 471.

— Qual! Nada! 714, borboleta — não é? E sem esperar a resposta continuou: Está aí, o *Jornal* dá, a *Gazeta* dá também e o bicho não sai há vinte dias... O doutor não joga?

— Não, senhor.

— Por quê?

— Não gosto; depois, é proibido.

— Proibido! A polícia! — exclamou Laje.

— Não é isso — fiz eu vexado daquela minha confissão. — Temo perder dinheiro.

— Ah, bom! Diga isso! Pela polícia, não; ela vive com os bicheiros... Não serve pra nada, fique certo.

— Eu pensava que...

— Qual! Para o que foi feita não serve. Serve para perseguir, executar vinganças, como eu já fui...

— O senhor! — dissemos os dois a um só tempo.

— Exato! Eu! — exclamou um tanto exaltado.

— Como!

— Ora, como?! Uma cilada... vinha no trem, e, num dado lugar, um sujeito sentou-se a meu lado e pôs o seu chapéu de sol junto à janela. Eu viajava desse lado. Saltou e levou o meu, deixando o dele. Quando chegamos, entrou pelo trem um magote de policiais, prenderam-me, revistaram-me e foram dar com o tal chapéu cheio de notas falsas de cem mil-réis.

— Foi preso?

— Preso, só? Fui esbordado, metido numa enxovia, gastei dinheiro... O diabo! E sabe por que tudo isso?

— Não.

— Porque eu apoiava a oposição lá no meu município... É isto a polícia, no Brasil... eu posso falar: sou brasileiro... a polícia no Brasil só serve para exercer vinganças, e mais nada.

— Por que não processou as autoridades, “seu” Laje? — perguntei.

— Qual, menino! Você é muito ingênuo... Crê na justiça, ora!

O coronel Figueira continuou as suas queixas contra as loterias e eu aproveitei uma calma na conversa para me retirar. Conforme o meu hábito roceiro, dormia cedo. Dirigi-me logo para o quarto. A minha situação obcecava-me. Se não arranjasse o emprego, que faria? Vinha-me sempre essa pergunta, depois afigurava-se-me impossível a sua condicional. Não era a carta de pessoa influente? Por que não havia de obter o emprego? Se até então eu não lograra falar ao deputado, a culpa era minha: não lhe indagara os costumes; não sabia ao certo a que horas se recolhia ou saía. Devia tê-lo feito com cuidado e não limitar-me a ir lá todos os dias, às mesmas horas, como estava fazendo há tantos dias. E logo concluí: amanhã, ao acordar-me, posto-me à porta do hotel;

ficarei lá o dia inteiro até vê-lo sair ou entrar, e então, cheio de decisão, abordá-lo-ei como o meu estado exige. Fiquei admirado de que um alvitre tão simples só me tivesse lembrado tantos dias depois. Deitado, tive uma imensa alegria, de quem acaba de descobrir a solução de um problema, que preocupa a atenção de quatro gerações de sábios. Dormi satisfeito, de um sono profundo e sem sonhos. Pela manhã, prescindi o café e pus-me a caminho.

O Hotel Términus estava ainda fechado. Esperei junto a um café aberto. Daí a instantes, aproximou-se da porta a carrocinha que vai ao mercado. Da boleia, saltou um rapazinho vivaz, simpático e ligeiro. Trocou umas palavras com o cocheiro e veio em direção ao café. Tomei-lhe os passos e perguntei pelo doutor Castro.

— O deputado?

— Sim! O deputado...

— Mora, não há dúvida; mas quase nunca dorme no hotel. Lá é sua residência oficial; mas de fato onde ele mora, é na rua dos Irmãos Araújo, 27, Vila Isabel.

— Ué! Por quê?

— O senhor é do Rio? — fez, sem responder-me diretamente, o criado.

— Não.

— Está se vendo, senão não se admirava. O senhor sabe: esses homens têm seus arranjos e não querem que ninguém saiba. É por isso. Agora, não vá dizer que eu... Veja lá!

Eu não conhecia bem os bairros da cidade. Não lhes sabia a importância, o valor, nem as suas vias de comunicações com o centro, donde não me tinha afastado até ali, senão para fazer um passeio de pragmática a Botafogo, de que não gostei. Tive que indagar o caminho e o bonde, depois então corri ao ponto respectivo. Viajei cheio de ansiedade, com o sangue a correr aceleradamente pelas artérias, repetindo mentalmente o nome da rua e o número da casa do doutor Castro. Houve uma vez que me saltaram pela boca fora, com grande espanto do meu vizinho da esquerda. As ruas estavam animadas, havia um grande trânsito de veículos, criadas com cestos, quitandeiros, vendedores de peixe. Aqui e ali, com os cestos arriados, à porta de uma ou outra casa, discutiam a venda das suas mercadorias com as donas das casas ainda quase em traje de dormir. Pelas esquinas, as vendas estavam cheias. O condutor ensinou-me a rua e eu segui a pé na direção indicada. Não seriam ainda nove horas quando bati no número 27, uma casa apalacetada, afastada da rua, no centro do terreno, entrada do lado e varanda, jardim na frente e bojudas compoteiras

no telhado. A casa erguia-se do solo sobre um porão de boa altura, com mezaninos gradeados e as janelas, de sacadas a olhar para os pequenos canteiros do jardim, a essa hora povoados de flores que desabrochavam, murchas por aquela manhã quente.

Bati. Quem é?, perguntou uma senhora do alto da escada, à soleira da porta de entrada. Que podia responder?! Quem era eu? Sei lá... dizer o meu nome?... Como responder?... Afinal, disse bem idiotamente: sou eu. Suba, respondeu-me ela. Entrei e subi. Que deseja? Era uma rapariga moça, entre 25 ou trinta anos, de grandes quadris e seios altos; vinha envolta num roupão rosado e tinha o cabelo, curto e pouco abundante, desnastrado por sobre uma toalha alvadia. Toda ela deu-me a impressão de veludo, de pelúcia, de coxim macio e acariciante. Logo que me aproximei, de novo, me perguntou languidamente, deixando ver os dentes imaculados: Que deseja? Expliquei-lhe rapidamente que vinha do distrito do deputado e lhe queria falar. Fez-me entrar na sala, descansou o jornal que até então conservara na mão esquerda, e explicou-me com bondade:

— O doutor ainda não se levantou; mas não tarda... Esteve trabalhando até tarde... O senhor sabe: são pareceres sobre pareceres... Há de esperá-lo um pouco, sim?

— Pois não, minha senhora.

Não disse a resposta com naturalidade, esforcei-me por fazê-la polida e amável, e saiu-me por isso completamente desajeitada. Sempre fui assim diante das senhoras, qualquer que seja a sua condição; desde que as veja num ambiente de sala, são todas para mim marquesas e grandes damas. É um sentimento perfeitamente imbecil, de que até hoje não me pude libertar. Certa ocasião mesmo fui por isso de um ridículo sem nome. Gregoróvitch ceava comigo num restaurante da moda. Era da meia-noite para uma hora; a sala estava cheia de raparigas de vida atirada. Tendo esbarrado a minha cadeira na de uma delas, pedi com grande humildade cortesã: Desculpe-me, Vossa Excelência. A mulher, uma grande espanhola cheia de rugas e pó de arroz, olhou-me cheia de raiva e desandou-me uma descompostura julgando que eu a troçava. Gregoróvitch, porém, interveio e deu-lhe explicações cabais na sua língua de origem. Ela riu-se muito, contou à companheira e em breve a sala toda me olhava, com uma risota nos lábios.

Diante daquela mulher, na casa *particular* do deputado, cuja situação nela era fácil de descobrir, eu fiquei nessa atitude de menino tímido que me invade sempre que estou em presença de mulheres, numa sala qualquer. Não lhe falei;

não pude provocar a palestra; ela fatigou-se de olhar, levantou-se desculpando-se: O senhor há de me desculpar... tenho que fazer, vou até lá dentro e o doutor não há de tardar.

Ainda hoje, depois de tantos anos de desgosto dessa relação contínua pela minha luta íntima, precocemente velho pelo entrecchoque de forças da minha imaginação desencontrada, desproporcionada e monstruosa, lembro-me — com que saudade! Com que frenesi! — do inebriamento que essa mulher deu aos meus sentidos, com o seu perfume violentamente sexual, acre e estonteante, espécie de requieime das especiarias das Índias... Ergueu-se e foi lentamente pelo corredor em fora; e eu segui com o olhar a sua nuca tentadora com tonalidades de bronze novo.

Eu conhecia a legítima esposa do Castro. Que diferença! Era quase uma velha encarquilhada, cheia de pelancas e fatuidade...

Quando perdi de vista a moça pus-me a reparar na sala, com umas oleogravuras sentimentais e uns *bibelots* de pacotilha. Demorei-me assim uma meia hora; por fim, o homem veio. Entreguei-lhe a carta. Leu-a num instante, tendo na testa uma ruga de aborrecimento; depois perguntou-me:

— É o senhor?

— Sim, senhor.

— Você (mudou logo de tratamento) sabe perfeitamente como as coisas vão: o país está em crise, em apuros financeiros, estão extinguindo repartições, cortando despesas; é difícil arranjar qualquer coisa; entretanto...

— Mas, doutor, eu não queria grande coisa... Cem mil-réis por mês me bastavam... todos por aí arranjam e eu...

— Sim... sim... Mas têm grandes recomendações, poderosos padrinhos. Eu, o que valho? Nada! Ainda agora o Ministro do Interior não nomeou o meu candidato para juiz do júri...

— Se Vossa Excelência quisesse...

— Você por que não faz concurso?

— Não posso, não os há anunciados e eu preciso qualquer coisa já...

E assim fomos conversando: ele falsamente paternal e eu, à medida que o diálogo se prolongava, caloroso e eloquente. Houve ocasião em que ele exproboou essa nossa mania de empregos e doutorado, citando os ingleses e os americanos — todo o mundo quer ser doutor... corei indignado e respondi com alguma lógica, que me era impossível romper com ela; se os fortes e aparentados, os relacionados para a formatura apelavam, como havia eu,

mesquinho, semiaceito, de fazer exceção? Recomendou-me que o procurasse no escritório, que havia de ver...

Se bem que me tivesse acolhido com polidez, senti que o coronel nada decidia no ânimo do deputado. Julguei que mais do que pela carta o seu acolhimento fora ditado por uma frouxidão de caráter, por certa preguiça de vontade e desejo de mentir a si mesmo. A sua fisionomia empastada, o seu olhar morto e a sua economia de movimentos deram-me essa impressão. Demais aquela ruga na testa quando deu comigo...

No bonde, comprei um jornal. O veículo ia-se enchendo: meninas da Escola Normal, cheias de livros, de lápis e réguas; funcionários de roupas surradas; pequenos militares com uniformes desbotados...

Conversavam; discutiam os casos políticos e os de polícia, enquanto eu lia. Num dado momento, na segunda página, dei com esta notícia: “Parte hoje para São Paulo, onde vai estudar a cultura do café, o doutor H. de Castro Pedreira, deputado federal. Sua Excelência demorar-se-á...”

Patife! Patife! A minha indignação veio encontrar os palestradores no máximo de entusiasmo. O meu ódio, brotando naquele meio de satisfação, ganhou mais força. Num relâmpago, passaram-me pelos olhos todas as misérias que me esperavam, a minha irremediável derrota, a minha queda aos poucos — até onde? Até onde? E ficava assombrado que aquela gente não notasse o meu desespero, não sentisse a minha angústia... Imbecis! Pensei eu. Idiotas que vão pela vida sem examinar, vivendo quase por obrigação, acorrentados às suas misérias como galerianos à calceta! Gente miserável que dá sanção aos deputados, que os respeita e prestigia! Por que não lhes examinam as ações, o que fazem e para que servem? Se o fizessem... Ah! Se o fizessem! Que surpresa! Riem-se, enquanto do suor, da resignação de vocês, das privações de todos tiram ócios de nababo e uma vida de sultão... Veio-me um assomo de ódio, de raiva má, assassina e destruidora; um baixo desejo de matar, de matar muita gente, para ter assim o critério da minha existência de fato. Depois dessa violenta sensação na minha natureza, invadiu-me uma grande covardia e um pavor sem nome: fiquei amedrontado em face das cordas, das roldanas, dos contrapesos da sociedade; senti-os por toda a parte, graduando os meus atos, anulando os meus esforços; senti-os insuperáveis e destinados a esmagar-me, reduzir-me ao mínimo, a achatar-me completamente... Continuei a leitura. As letras dançavam sob meus olhos, a compreensão faltava-me... Saltara dos meus desejos heroicos para imaginar expedientes com que me saísse da miséria em perspectiva. Aceitaria qualquer coisa, qualquer emprego... Recordei-me das

minhas leituras, daquele *Poder da vontade*, das suas biografias heroicas: Palissy, Watt, Franklin... Sorri satisfeito, orgulhoso; havia de fazer como eles. De novo, voltei à leitura do jornal. Ao fim de uma coluna, lá estava um nome conhecido. Senhor Manuel Laje da Silva, capitalista e industrial... Que acontecera? Recebera a bênção papal até à décima quinta geração. A notícia vinha cheia de gabos à sua atividade e à sua honestidade...

Um sujeito entrou no bonde, deu-me um grande safanão, atirando-me o jornal ao colo, e não se desculpou. Esse incidente fez-me voltar de novo aos meus pensamentos amargos, ao ódio já sopitado, ao sentimento de opressão da sociedade inteira... Até hoje não me esqueci desse episódio insignificante que veio reacender na minha alma o desejo feroz de reivindicação. Senti-me humilhado, esmagado, enfraquecido por uma vida de estudo, a servir de joguete, de irrisão a esses poderosos todos por aí. Hoje que sou um tanto letrado sei que Stendhal dissera que são esses momentos que fazem os Robespierres. O nome não me veio à memória, mas foi isso que eu desejei chegar a ser um dia.

Escrevendo estas linhas, com que saudades me não recordo desse heroico anseio dos meus dezoito anos esmagados e pisados! Hoje... é noite.

Descanso a pena. No interior da casa, minha mulher acalenta meu filho único. A sua cantiga chega-me aos ouvidos cheia de um grande acento de resignação. Levanto-me, vou à varanda. A lua, no crescente, banha-me com meiguice, a mim e a minha humilde casa roceira. Por momentos deixo-me ficar sem pensamentos, envolto na fria luz da lua e embalado pela ingênua cantilena de minha mulher. Correm alguns instantes; ela cessa de cantar e o brilho do luar é empanado por uma nuvem passageira. Volto às minhas reminiscências: vejo o bonde, a gente que o enchia, os sofrimentos que me agitavam, a rua transitada...

Os meus desejos de vingança fazem-me agora sorrir e não sei por que, do fundo da minha memória, com essas recordações todas, chega-me também a imagem de uma pesada carroça, com um grande lajedo suspenso por fortes correntes de ferro, vagarosamente arrastada sobre o calçamento de granito, por uma junta de bois enormes, que o carreteiro fazia andar com gritos e ferroadas desapiedadas...

V

— A sua intimação era para as 11 horas.

— Não me foi possível vir a essa hora. Só a recebi às duas... Estive fora...

— Entretanto, segundo disseram no hotel, o senhor costuma almoçar lá, e sai pouco antes das 11, não é?

— É verdade; mas, excepcionalmente, hoje, saí muito cedo, almocei com um amigo e...

— Bem. Sente-se e espere o delegado...

Falava a verdade. Era de fato meu hábito sair do hotel pouco antes das 11, para ir rondar as proximidades da Câmara. Nesse dia, porém, aquela súbita inspiração de ir procurar de madrugada o deputado tinha-me feito quebrar o hábito. Acresce que, ao voltar, vim a encontrar o doutor Gregoróvitch. Estivemos instantes conversando e ele convidou-me para almoçar. Não era a primeira vez que o fazia; o meu orgulho obrigava-me sempre a recusar. Dessa feita acedi. Estava deprimido, desalentado; a minha vontade era frouxa; os meus sentimentos tinham-se enfraquecido durante aquela longa viagem de bonde a pensar na vida, a curtir ódios, a arquitetar vinganças e a farejar a miséria próxima. Fui desejoso de encontrar uma afeição, uma simpatia, naquele estrangeiro, um aventureiro, um ente cujos precedentes não conhecia, cuja lhaneza de trato, comunicabilidade especial e generosidade, porém, me atraíam e solicitavam fortemente. Foi almoço de camaradas, rico de confidências, trocamos ideias, contou-me um pouco de sua vida e eu contei-lhe a minha. Era da Romênia. Seu pai era um emigrado russo; sua mãe, grega. Estudara no Cairo e acabara o seu curso em Sófia, correria a Europa, a Ásia e a América. Tinha cinquenta anos e sentia-se absolutamente sem pátria, livre de todas as tiranias morais e psicológicas que essa noção contém em si. Era capaz de aprender todas as línguas, escrevê-las, em três ou quatro meses. Em cada país demorava-se pouco, cinco ou seis anos; procurava os jornais, defendia esta ou aquela questão, ganhava dinheiro e vivia. Contava-me isso bebendo, e à proporção que bebia vinhos franceses os seus olhos de conta e azuis com

reflexos metálicos ficavam mais brilhantes e mais penetrantes. Falou-me em poetas, em filósofos; traçou, a grandes golpes, o destino da humanidade, provocou-me grandes e consoladoras visões patrióticas, e só vim a deixá-lo saudoso pelas duas horas, quando me dirigi ao hotel. Ali recebi a intimação do delegado e corri à delegacia obedientemente, depois desse delicioso almoço que quase me fez esquecer os dolorosos momentos da manhã.

Troquei as necessárias explicações com o inspetor de dia. O seu autoritarismo não me amedrontou. A sua pessoa era sem força, combalida, desanimada, muito pálido, com uns lindos cabelos negros e uma miséria física de penalizar. Transpirava desgosto, resignação e um pouco de bondade no seu olhar semiaberto e nos seus lábios frouxos.

Obedecendo à sua ordem, sentei-me entre outras pessoas de cujas fisionomias não fiz grande reparo. Pus-me a olhar pela janela aberta uma nesga do céu. As nuvens pardacentas que, pelo caminho, eu vira subirem por detrás da cortina de montanhas, só deixavam agora ver, do céu, um rasgão irregular.

Até então, eu não sabia ao certo o que viera fazer àquela delegacia. O copeiro, que me transmitira a ordem da autoridade, falou-me por alto num roubo que houvera no hotel pela noite última. Ao coronel Figueira, furtaram cerca de seis contos em dinheiro, afora objetos de valor.

— Que vou fazer lá? — indaguei do copeiro.

— Depor, naturalmente.

Sentado na estação policial é que me lembrei que ele sublinhara a resposta com um piscar de olhos cheio de canalhice... Seria possível? Qual! Eu era estudante, rapaz premiado... Qual! Nem por sombras!...

A delegacia continuava silenciosa e as pessoas sentadas pelas cadeiras não ousavam entreolhar-se. Não havia duas horas que eu, no *restaurant*, me pusera a imaginar grandes coisas. Gregoróvitch incitara-me a trabalhar pela grandeza do Brasil; fez-me notar que era preciso difundir na consciência coletiva um ideal de força, de vigor, de violência mesmo, destinado a corrigir a doçura nativa de todos nós. Pela primeira vez de lábios humanos, ouvi dizer mal da piedade e da caridade: sentimentos antissociais, enfraquecedores dos indivíduos e das nações... Virtudes dos fracos e dos cobardes, resumia ele.

Houve um grande estupor em mim; eu tinha do meu natural um grande respeito por essas virtudes e a minha educação isolada, comprimida, órfã de afetos, só fizera estimular e aumentar esse meu respeito. Não sei como a conversa foi variar para a beleza. Ele riu-se da nossa opinião habitual dela, da insignificância do critério dos nossos literatos. Gente, disse-me ele, que vive

perturbada, desejosa de realizar ideais de povos mortos, ideais que já se esgotaram; prisioneira da arqueologia, e muito certa de que a verdade está aí, como se houvesse uma beleza absoluta, existindo fora de nós e independente de nós. Por aí ele fez uma formidável *charge* aos nossos intelectuais. Eu sinto não poder reproduzi-la aqui. Estávamos em meio do almoço e o vinho dava asas às suas palavras e tornara mais lúcido o meu espírito. Referindo-se ao Laje, chamou-o de águia, homem de presa, super-homem e por mais que eu quisesse tirar informações sobre o padeiro, ele se limitou sempre a ditos sibilinos que mais me aumentaram as velhas suspeitas.

O meu conhecimento com o doutor Ivã, se bem que recente, vinha sendo mantido e fortalecido com frequentes encontros na rua do Ouvidor. O meu provincianismo e acanhamento davam-se perfeitamente no tumulto que a anima. Nela, eu combinava as minhas necessidades de sociabilidade com o meu temperamento delicado e desconfiado, ao qual uma sociabilidade mais perfeita expunha a ofensas e a indelicadezas dolorosas. Depois, olhava, olhava a fartar: homens, moços e velhos, mulheres, senhoras. Quando acontecia encontrar o jornalista internacional, trocávamos cumprimentos com os chapéus, polidamente, atenciosamente. O gênio comunicativo do russo e o hábito de viajante de adquirir rapidamente relações e camaradas foram vencendo aos poucos a minha reserva e a desconfiança. Convite como este já me fora feito várias vezes e eu sempre recusara com delicadeza e dignidade. Entrando no hotel, logo ao sentar-me, tive ímpetos de confessar os meus desgostos ao jornalista; o meu orgulho irracional fez-me calar...

Por esse tempo, passos fortes na escada vieram perturbar os meus pensamentos. Todos nos viramos para a porta de entrada. Pela sala adentro entrou aquele senhor de cartola e calças brancas que me disseram senador, num bonde de Barcas. Tirou a cartola com repugnância, enquanto o inspetor levantava-se respeitosamente.

— Vossa Excelência?!

— Boa tarde. Barros não está?

— Não, senhor. Saiu e só voltará para a audiência das seis horas.

— Que diabo! — fez aborrecido o senador.

— Se Vossa Excelência quer alguma coisa urgente, pode procurá-lo agora no Pascoal... ele me disse que ia para lá...

O alto dignitário da nação fez menção de retirar-se e o inspetor já se tinha sentado, quando subitamente o senador se voltou dizendo:

— Era coisa urgente... você bem me podia informar se...

Olhou ao redor cautelosamente e depois continuou a falar naturalmente:

— Você bem me podia dizer se o “Nove-Dedos” está preso aqui?

— Aqui, não, senhor senador. Até agora, só temos no xadrez um ébrio...

— Mas... disseram-me que tinha feito um roubo... Esse rapaz é um doido!

— Onde foi, Excelência?

— No largo de São Francisco.

— Ahn! Não é aqui conosco; é com a nona.

— Obrigado.

Apertou a mão do rapaz cheio de agradecimento e saiu murmurando de modo que fosse ouvido por todos nós: Aquele doido só me leva a incomodar!

A sala da delegacia voltou novamente ao seu silêncio primitivo. Um soldado veio apresentar-se, trocando rápidas palavras com o inspetor. Um relógio próximo bateu quatro horas. Dos compartimentos do fundo, chegou um personagem ventrudo, meão de altura, de pernas curtas, furta-cor, tendo atravessado no peito um grilhão de ouro, donde pendia uma imensa medalha cravejada de brilhantes. Dirigiu-se ao inspetor:

— Raposo, vou sair: há alguma coisa?

— Nada, capitão Viveiros.

— E o caso do Jenikalé? Já apareceu o tal “mulatinho”?

Não tenho pejo em confessar hoje que quando me ouvi tratado assim, as lágrimas me vieram aos olhos. Eu saíra do colégio, vivera sempre num ambiente artificial de consideração, de respeito, de atenções comigo; a minha sensibilidade, portanto, estava cultivada e tinha uma delicadeza extrema que se ajuntava ao meu orgulho de inteligente e estudioso, para me dar não sei que exaltada representação de mim mesmo, espécie de homem diferente do que era na realidade, ente superior e digno a quem um epíteto daqueles feria como uma bofetada. Hoje, agora, depois não sei de quantos pontapés destes e outros mais brutais, sou outro, insensível e cínico, mais forte talvez; aos meus olhos, porém, muito diminuído de mim próprio, do meu primitivo ideal, caído dos meus sonhos, sujo, imperfeito, deformado, mutilado e lodoso. Não sei a que me compare, não sei mesmo se poderia ter sido inteiriço até ao fim da vida; mas choro agora, choro hoje quando me lembro que uma palavra desprezível dessas não me torna a fazer chorar. Entretanto, isso tudo é uma questão de semântica: amanhã, dentro de um século, não terá mais significação injuriosa. Essa reflexão, porém, não me confortava naquele tempo, porque sentia na baixeza do tratamento todo o desconhecimento das minhas qualidades, o julgamento anterior da minha personalidade que não queriam ouvir, sentir e

examinar. O que mais me feriu, foi que ele partisse de um funcionário, de um representante do governo, da administração que devia ter tão perfeitamente, como eu, a consciência jurídica dos meus direitos ao Brasil e como tal merecia dele um tratamento respeitoso.

As lágrimas secaram-se-me nos olhos, antes que o inspetor me apresentasse ao escrivão Viveiros. Olhou-me com olhar de entendido. Creio que sondava as minhas algibeiras detidamente, antes de me fazer esta pergunta:

— O senhor é o moço do Hotel Jenikalé?

— Sou um deles.

— Qual é a sua profissão?

— Estudante.

Houve algum espanto na sua fisionomia deslavada. Conteve-se e continuou-me a perguntar:

— Tem documentos?

— Alguns.

— Ah! Pode-se justificar perfeitamente.

— Como?

— Com testemunhas e documentos.

— Se não conheço ninguém aqui no Rio...

— Eu lhe arranjo.

— Aceito e obrigado.

— Mas custa-lhe trinta mil-réis.

— Não posso pagar, capitão. Não tenho dinheiro.

— E o seu correspondente?

— Não tenho.

— Então, meu caro...

Encolheu os ombros, afastou-se cheio de indiferença, sem olhar qualquer dos circunstantes. O inspetor continuou a escrever o seu interminável livro. De onde em onde, muito policialmente, passeava o olhar dissimuladamente sobre cada um de nós. Nuvens plúmbeas já de todo tinham coberto a nesga do céu vista pela janela. Havia como que fuligem na atmosfera e a luz do sol tornara-se de um amarelo pardacento e fúnebre. A temperatura continuava elevada e o ar abafado da sala incomodava-me. A ressonância especial das ruas subia até nós cada vez mais nitidamente. O bimbalo das campainhas era mais agudo, o rolar dos veículos mais redondo e mais dissonante o ranger das ferragens dos bondes, os estalos dos chicotes e os apitos caprichados dos cocheiros. Da delegacia, por entre essa bulha, percebemos que um vozerio se aproximava. O

inspetor levantou a pena e esperou. Um grande magote de povo invadia a sala. Os soldados correram e contiveram a multidão. Na frente, vinham duas mulheres do povo, desgrehadas, rotas, que dois soldados, com esforço, mantinham separadas. Um deles, sem largar a mulher, explicou ao inspetor.

— Estavam brigando e pelo caminho ainda se atracaram; nós...

E logo ambas as duas se quiseram justificar, falando ao mesmo tempo. O inspetor repreendeu-as severamente. O soldado expôs. Moravam em uma estalagem próxima, eram lavadeiras, uma era casada e outra tinha “seu homem”.

— Por que foi? — perguntou o policial.

De novo quiseram narrar ao mesmo tempo o motivo de tão apaixonado pugilato.

— Assim não pode ser — fez o inspetor. — Ou uma ou outra... Vá, fale a senhora — acabou designando uma delas.

— Vossa Senhoria sabe: sou pobre... tenho uma galinha. Mais de uma; mas foi a pedrês. E não é de hoje, há muito tempo, sim, senhor. A gente não pode, é verdade; mas que se há de fazer? Um bichinho é sempre bom, “seu” inspetor: dá alegria e ajuda a gente... É por isso que a comadre...

— Diga a senhora afinal por que foi... Vá! — intimou o inspetor.

— Eu já digo, sim, senhor. Há muito tempo que a minha galinha punha e eu nada de ver os ovos. Procurava daqui, procurava dali, nada de achar... Hoje eu tinha saído para levar o jantar do Manduca, e quando voltei vi que a galinha vinha saindo da casa dessa mulher com a cara de quem já pôs... Ah! “seu” inspetor! Deu-me uma gana, uma coisa que eu mesma não sei... Xinguei — fez ela por fim —; e foi por isso...

Acabou a narração humilde com uma modulação de choro na voz.

— E a senhora que diz a isso? — perguntou a autoridade à outra.

— Não foi assim, não, senhor... Essa mulher sempre embicava comigo... Não sei por quê, sempre andava com rezinga... Um dia era isso, outro dia era aquilo... Se o vento punha a sua roupa no chão, era eu; se...

— Mas afinal a galinha saiu ou não de sua casa?

— Saiu, sim, senhor; mas foi por acaso...

— Por acaso, o quê! sua ladra, sua p...

— Que é isso! — exclamou severamente o inspetor. — Isto aqui é estalagem? Meto-a no xadrez! Está ouvindo?

A mulher descaiu logo a cabeça, que tinha erguido de um só movimento cheio de arrogância, e com voz entrecortada pelo choro desculpou-se:

— Me perdoe, “seu” inspetor! A gente é pobre... Foi a patroa que me deu o “bichinho”... A gente pensa: vamos ter uma gemada, uma fritada, um doce, uma coisa ou outra... compra-se milho e se espera... e se espera... No fim a gente vem a saber que os outros é que comem os ovos... Ah! Meu Deus!... É duro! É duro! É sina da gente...

A rapariga falava desigualmente: ora alongava as sílabas, ora fazia desaparecer outras; mas sempre possuída das palavras, com um forte acento de paixão, superposto ao choro. As palavras saíam-lhes animadas, cheias de uma grande dor, bem distante da pueril querela que as provocara. Vinham das profundezas do seu ser, das longínquas partes que guardam uma inconsciente memória do passado, para manifestarem o desespero daquela vida, os sofrimentos milenares que a natureza lhe fazia sofrer e os homens conseguiram aumentar. Senti-me comunicado de sua imensa emoção; ela penetrava-me tão fundo que despertava nas minhas células já esquecidas a memória enfraquecida desses sofrimentos contínuos que me pareciam eternos; e achando-os por debaixo das noções livrescas, por debaixo da palavra articulada, no fundo da minha organização, espantei-me, aterrei-me, tive desesperos e cristalicei uma angústia que me andava esparsa.

O inspetor procurou acalmá-la; a outra, muito popularmente, pôs-se a chorar explicando que não furtara os ovos, que não os comera, mas que guardara unicamente o primeiro, temendo que fosse “mandinga”, “coisa-feita”, e que, depois, com a continuação, não os restituíra com vergonha, mas que o faria logo que chegasse a casa. Acalmadas e repreendidas, foram-se e a delegacia em breve regressou à sua atmosfera enervante. A ela e ao meu abalo moral juntavam-se a tonalidade amarelada da tarde e o ambiente de forja para me dar um mal-estar nunca sentido. Esperava o delegado, procurando devanear, sonhar, analisar-me, mas era em vão: a inteligência não me obedecia. Havia em mim um grande vazio mental, e a imagem que me vinha aos olhos era a da pobre mulher a imprecisar, sem nenhuma grandeza, contra o destino implacável, dentro daquela feia e triste sala. De repente a treva fez-se mais espessa. Na sala da delegacia acenderam as luzes, ao tempo que um relâmpago veio iluminá-la instantaneamente. Ouviu-se um estalido agudo, um ronco de trovão e, estremecendo, sentimos nós todos que um raio caíra nas proximidades. A chuva começou a cair fracamente, sem a violência que o rigor do céu ameaçava, quando a poderosa autoridade entrou. Passava das seis horas; a opressão da atmosfera diminuía muito e o calor abrandara razoavelmente.

Chegou e eu esperei ainda. Afinal, fui levado à sua presença. Ao lado, em uma mesa mais baixa, lá estava o capitão Viveiros, o tal escrivão, muito solene, com a pena atrás da orelha, o seu olhar cúvido e a sua papada farta. O delegado pareceu-me um medíocre bacharel, uma vulgaridade com desejos de chegar a altas posições; no entanto, havia na sua fisionomia uma assustadora irradiação de poder e de força. Talvez se sentisse tão ungido da graça especial de mandar, que na rua, ao ver tanta gente mover-se livremente, havia de considerar que o fazia porque ele deixava. Interrogou-me de mau humor, impaciente, distraído, às sacudidelas. Repisava uma mesma pergunta; repetia as minhas respostas. A sua impaciência levava-o a perder tempo. Não dava grande atenção ao interrogatório; olhava com insistência a rua, os bondes que passavam com cortinas arriadas. Num dado momento, como querendo levar a coisa ao cabo, perguntou pela terceira vez:

— Qual é a sua profissão?

— Estudante.

— Estudante?

— Sim, senhor, estudante — repeti com firmeza.

— Qual estudante, qual nada!

A sua surpresa deixara-me atônito. Que havia nisso de extraordinário, de impossível? Se havia tanta gente besta e bronca que o era, por que não o podia ser eu? Donde lhe vinha a admiração duvidosa? Quis-lhe dar uma resposta mas as interrogações a mim mesmo me enleavam. Ele, por sua vez, tomou o meu embaraço como prova de que mentia.

Com ar escarninho perguntou:

— Então você é estudante?

Dessa vez tinha-o compreendido, cheio de ódio, cheio de um santo ódio que nunca mais vi chegar em mim. Era mais uma variante daquelas tolas humilhações que eu já sofrera; era o sentimento geral da minha inferioridade, decretada *a priori*, que eu adivinhei na sua pergunta. E afirmei então com a voz transtornada:

— Sou, sim, senhor!

— Pois então diga-me de quem é este verso: “estava mudo e só na rocha de granito”?

— Não sei, não, senhor; não leio versos habitualmente...

— Mas um estudante sempre os conhece — fez ele com falsa bonomia.

— É de admirar que o senhor não conheça... Sabe de quem é este outro: “é o triunfo imortal da carne e da beleza”?

— Não sei absolutamente, e é inútil perguntar-mo, pois nunca li poetas.

— Mas o senhor, um estudante, não saber de quem são estes versos! Admira!

— Que tem uma coisa com outra, “seu” doutor? — fiz eu sem poder reprimir um sorriso.

— Está rindo-se, “seu” malcriado! — fez ele mudando repentinamente de tom. — Muita coisa! É que você não é estudante nem nada; não passa de um “malandro” muito grande.

— Perdão! O senhor não me pode insultar...

— Qual o quê! — continuou o delegado no auge da cólera. — Não há patife, tratante, malandro por aí, que não se diga estudante...

Eu começava a exaltar-me também, a sentir-me ofendido injustamente, agredido sem causa e sem motivo; contive-me, no entanto.

— Mas eu sou, asseguro-lhe...

— Qual o quê! Pensa que me embrulha... Você o que é, é um gatuno, sabe?

Por aí, houve em mim o que um autor russo chamou a convulsão da personalidade. Todo eu me agitei, todo eu me indignei. Senti num segundo todas as injustiças que vinha sofrendo; revoltei-me contra todos os sofrimentos que vinha suportando. Injustiças, sofrimentos, humilhações, misérias juntaram-se dentro de mim, subiram à tona da minha consciência, passaram pelos meus olhos e então expectorei as sílabas:

— Imbecil!

— Que diz! — perguntou ele com autoridade.

— Que você é um imbecil, ouviu?

Não me disse mais nada; não se lembrou mesmo de determinar que o escrivão lavrasse auto de flagrante. Ergueu-se cheio de fúria, esperei-o pronto para jogar os sopapos; mas o terrível delegado ia unicamente à porta para ordenar que me metessem no xadrez.

Fui para o xadrez convenientemente escoltado. Pelo caminho, tudo aquilo me pareceu um pesadelo. Custava-me a crer que, no intervalo de horas, eu pudesse ter os entusiasmos patrióticos do almoço e fosse detido como um reles vagabundo num xadrez degradante. Entrei aos empurrões; desnecessários aliás, porque não opus a menor resistência. As lágrimas correram-me e eu pensei comigo: A pátria!

VI

Despertei hoje cheio de um mal-estar que não sei donde me veio. Nada ocorreu que o determinasse. Ontem, vivi um dia igual a todos. Não tive nem mesmo uma questão com o coletor. Por que não estou satisfeito? Não sei. E quem o poderá saber! Há em nós tanta coisa misteriosa, tantos sentimentos cujas origens nos escapam, que me esforço em vão por explicar este meu atual estado d'alma. De uns tempos a esta parte, acontece-me isso amiudadas vezes. Tudo vai correndo normalmente; os dias com o mesmo enfado de sempre e as noites serenas e plácidas; entretanto, esta ou aquela manhã, ergo-me e olho pela janela aberta o rio que desliza lá embaixo, ensombrado de melancolia, cheio de lassidão, com maus desejos passando-me pela cabeça. Penso — não sei por quê — que é este meu livro que me está fazendo mal... E quem sabe se excitar recordações de sofrimentos, avivar as imagens de que nasceram não é fazer com que, obscura e confusamente, me venham as sensações dolorosas já semimortas? Talvez mesmo seja angústia de escritor, porque vivo cheio de dúvidas, e hesito de dia para dia em continuar a escrevê-lo. Não é o seu valor literário que me preocupa; é a sua utilidade para o fim que almejo.

Quem sabe se ele me não vai saindo um puro falatório?! Eu não sou literato, detesto com toda a paixão essa espécie de animal. O que observei neles, no tempo em que estive na redação do *O Globo*, foi o bastante para não os amar, nem os imitar. São em geral de uma lastimável limitação de ideias, cheios de fórmulas, de receitas, só capazes de colher fatos detalhados e impotentes para generalizar, curvados aos fortes e às ideias vencedoras, e antigas, adstritos a um infantil fetichismo do estilo e guiados por conceitos obsoletos e um pueril e errôneo critério de beleza. Se me esforço por fazê-lo literário é para que ele possa ser lido, pois quero falar das minhas dores e dos meus sofrimentos ao espírito geral e no seu interesse, com a linguagem *acessível* a ele. É este o meu propósito, o meu único propósito. Não nego que para isso tenha procurado modelos e normas. Procurei-os, confesso; e, agora mesmo, ao alcance das mãos, tenho os autores que mais amo. Estão ali *O Crime e castigo*, de Dostoiévski,

um volume dos contos de Voltaire, o *Guerra e paz*, de Tolstói, o *Rouge et le noir*, de Stendhal, a *Cousine Bette*, de Balzac, a *Education sentimentale*, de Flaubert, o *Antéchrist*, de Renan, o Eça; na estante, sob as minhas vistas, tenho o Taine, o Bouglé, o Ribot e outros autores de literatura propriamente, ou não. Confesso que os leio, que os estudo, que procuro descobrir nos grandes romancistas o segredo de fazer. Mas não é a ambição literária que me move o procurar esse dom misterioso para animar e fazer viver estas pálidas *Recordações*. Com elas, queria modificar a opinião dos meus concidadãos, obrigá-los a pensar de outro modo, a não se encherem de hostilidade e má vontade quando encontrarem na vida um rapaz como eu e com os desejos que tinha há dez anos passados. Tento mostrar que são legítimos e, se não merecedores de apoio, pelo menos dignos de indiferença.

Entretanto, quantas dores, quantas angústias! Vivo aqui só, isto é, sem relações intelectuais de qualquer ordem. Cercam-me dois ou três bacharéis idiotas e um médico mezinheiro, repletos de orgulho de suas cartas que sabe Deus como tiraram. Claudicam na ortografia, e um mesmo, o juiz municipal, acaba de publicar um artigo no *Diário de Cachambi* sobre a “Sociedade atual em face da Ciência”, onde fala em raios hertzianos. Entretanto, se eu amanhã lhes fosse falar neste livro — que espanto! Que sarcasmo! Que crítica desanimadora não fariam. Depois que se foi o doutor Graciliano, excepcionalmente simples e esquecido de sua carta apergaminhada, nada digo das minhas leituras, não falo das minhas lucubrações intelectuais a ninguém, e minha mulher, quando me demoro escrevendo pela noite fora, grita-me do quarto:

— Vem dormir, Isaías! Deixa esse relatório pra amanhã!

De forma que não tenho por onde aferir se as minhas *Recordações* preenchem o fim a que as destino; se a minha inabilidade literária está prejudicando completamente o seu pensamento. Que tortura! E não é só isso: envergonho-me por esta ou aquela passagem em que me acho, em que me dispo em frente de desconhecidos, como uma mulher pública... Sofro assim de tantos modos, por causa desta obra, que julgo que esse mal-estar, com que às vezes acordo, vem dela, unicamente dela. Quero abandoná-la; mas não posso absolutamente. De manhã, ao almoço, na coletoria, na botica, jantando, banhando-me, só penso nela. À noite, quando todos em casa se vão recolhendo, insensivelmente aproximo-me da mesa e escrevo furiosamente. Estou no sexto capítulo e ainda não me preocupei em fazê-la pública, anunciar e arranjar um bom recebimento dos detentores da opinião nacional. Que ela tenha a sorte

que merecer, mas que possa também, amanhã ou daqui a séculos, despertar um escritor mais hábil que a refaça e que diga o que não pude nem soube dizer.

É esta passagem do xadrez que me faz vir estes pensamentos amargos. Imagino como um escritor hábil não saberia dizer o que eu senti lá dentro. Eu que sofri e pensei não o sei narrar. Já por duas vezes tentei escrever; mas relendo a página, achei-a incolor, comum, e, sobretudo, pouco expressiva do que eu de fato tinha sentido. Estive no xadrez mais de três horas, depois fui de novo à presença do delegado. Encontrei-o outro homem, mais brando e disposto à simpatia, tratando-me por “menino” e “meu filho”.

— Você, menino, precisa deixar esse gênio. Olhe que a vida não se leva assim... Você sabe o que eu lhe podia fazer? Lavrar um processo por desrespeito à autoridade... Não faça mais isso, meu filho; hoje foi comigo, que enfim... mas amanhã, quem sabe?

Em começo mantive o mesmo humor agressivo, respondendo-lhe secamente às perguntas que fazia sobre os meus precedentes; por fim, rendendo-me à sua brandura, desculpei-me, satisfazendo-as com respeito, acatando-as com toda a doçura de que é capaz o meu natural, doce e sensível ao bom tratamento.

Há muita bondade no nosso caráter, mas também muita arrogância, muito exagero no mandar e um doentio impudor no desobedecer. Esses arrependimentos, essas voltas atrás, são frequentes e fatais no modo de agir das nossas autoridades. Eu não sei até que ponto me excedi, até onde fui inconveniente; não tendo ainda observado essa face do caráter nacional, espantei-me com a delicadeza com que me tratou a autoridade, pela segunda vez em que fui à sua presença. Julgava-a transformada pela intervenção de algum protetor desconhecido, mas fiquei certo de que não era esse o motivo, pois me perguntou logo:

— Você não tem relações aqui no Rio, menino?

— Nenhuma.

Admirou-se muito, extraordinariamente, a ponto de repetir de outro modo a pergunta:

— Mas ninguém? Ninguém?

— O meu conhecimento mais íntimo é o do doutor Ivã Gregoróvitch Rostóloff, conhece?

— Oh! Como não? Um jornalista, do *O Globo*, não é?

— Esse mesmo.

— Por que não me disse logo? Quando se está em presença da polícia, a nossa obrigação é dizer toda a nossa vida, procurar atestados de nossa conduta, dizer os amigos, a profissão, o que se faz, o que se não faz...

— Não sabia que era um homem importante, por isso...

— Pois não! Um jornalista é sempre um homem importante, respeitado, e nós, da polícia, temo-lo sempre em grande conta... Vá-se embora — disse-me ele por fim —, e procure mudar-se daquele hotel quanto antes... Aquilo é muito conhecido... Os furtos se repetem e os ladrões nunca aparecem... Mude-se quanto antes, é o meu conselho. Vá!

Eu ia saindo e, antes de transpor a porta, o delegado veio ao meu encontro e recomendou em voz baixa:

— Não diga nada ao doutor Rostóloff, sabe? Ele pode publicar e ambos nós temos o que perder...

Dirigi-me ao hotel indiferente à chuva que continuava a cair. Ia profundamente vexado e firmemente decidido a abandoná-lo quanto antes. Pressentindo que o hoteleiro tinha insinuado ao delegado que eu bem podia ser o autor do furto, refletia sobre uma decisão a tomar. O meu primeiro pensamento foi insultá-lo, dar-lhe pancada; mas seria recommençar as humilhações da delegacia... Andando, cheguei ao Campo de Sant'Ana. Aí já tinha deliberado. Entraria naturalmente e nada diria a respeito, esperaria que ele falasse. Entrei; estavam todos na sala de jantar, dei-lhes boas-noites e troquei com os circunstantes algumas explicações sobre o fato. Nenhum deles se animou à mais leve insinuação e subi ao meu quarto aparentando a maior calma. Não conciliei logo o sono. Encarei a eventualidade de voltar para minha casa familiar. O caminho na vida parecia-me fechado completamente, por mãos mais fortes que as dos homens. Não eram eles que não me queriam deixar passar, era o meu sangue covarde, era a minha doçura, eram os defeitos de meu caráter que não sabiam abrir um. Eu mesmo amontoava obstáculos à minha carreira; não eram eles... Não seria tolice, pusilanimidade escondida fazer repousar a minha felicidade na presteza com que um qualquer deputado atendesse a um pedido de emprego? Era possível tê-los sempre à mão para os dar ao primeiro que aparecesse? As condições de minha felicidade não deviam repousar senão em mim mesmo — concluí... Mas não era só isso que eu via. O que me fazia combalido, o que me desanimava, eram as malhas de desdém, de escárnio, de condenação em que me sentia preso.

Na viagem vira-as manifestar-se; no Laje da Silva, na delegacia, na atitude do delegado, numa frase meio dita, num olhar, eu sentia que a gente que me

cercava-me tinha numa conta inferior. Como que percebia que estava proibido de viver e fosse qual fosse o fim da minha vida os esforços haviam de ser titânicos. Foi talvez esse adjetivo que me fez deliberar de outro modo. Passou-me pela memória a anedota mitológica que ele evoca. Representou-se-me a luta daqueles heróis com os deuses, a sua teimosia em escalar o céu, a energia que puseram em tão insensata empresa... Vi o quadro com todas as cores e com todas as figuras... Abalei-me de emoção; achei nessa atitude uma estranha grandeza, não sei que fulgurante beleza que me tornou logo interiormente alegre — tanto é verdade dizer-se que a beleza é uma promessa de felicidade! Abandonei a volta covarde para a casa materna e decidi-me a lutar, a bater-me para chegar — aonde? Não sabia bem; para chegar fosse como fosse. Trabalharia — em quê? Em tudo. E, enquanto considerava a delicadeza das minhas mãos e a fragilidade dos meus músculos, adormeci placidamente, satisfeito comigo e com a minha coragem e firme na resolução de procurar no dia seguinte qualquer ocupação, por mais humilde que ela fosse. A noite passou depressa e, quando desci à rua, ainda brilhava em frente à prefeitura um combustor de gás. O ambiente não era de luz nem de treva — era uma penumbra algodoada e nevoenta com que começam certas manhãs no Rio de Janeiro. Os raros transeuntes moviam-se esbatidos naquela ambiência indecisa. Andei. Ao chegar à rua do Ouvidor, a rua dos lentos passeios elegantes, havia uma agitação de mercado. Cestos de verduras, de peixes, de carnes passavam à cabeça de mulheres e homens; os quitandeiros ambulantes corriam por ela acima; pequenas carroças de hotéis caros davam-se ao luxo de atravessá-la em toda a extensão; e pelas soleiras das portas imensas moles de jornais diários eram subdivididos pelos vendedores de todos os pontos da cidade. As polêmicas malcriadas de uns contra os outros sobrepunham-se, abraçavam-se fraternalmente ao impulso do italiano indiferente: *Gazeta! País! Jornal do Commercio!*

Os cafés já estavam abertos e ainda iluminados. Comprei um jornal e entrei num deles. Por essa hora, têm uma freguesia apressada e especial. Notívagos, vagabundos, operários, jogadores, empregados em jornais — gente um tanto heterogênea que lá vai e se serve rapidamente.

É raro uma mulher; nesse dia, por acaso, havia duas moças, acompanhadas de uma senhora e um rapaz. Tomavam chocolate e vinham naturalmente de um baile.

A velha cochilava e as duas moças tinham os olhos pisados e o rosto macerado pela longa e fatigante vigília.

Saturadas de notas musicais, uma delas ainda balançava a cabeça como se estivesse ouvindo um dolente compasso de valsa. Estavam desbotadas, com os olhos encovados, e pelo rosto, neste ou naquele ponto, uma parte de pintura resistira e ficara. Viam-se os ossos da face e os rostos estavam escaveirados. O rapaz, entretanto, continuava a conversar ternamente embevecido... Observei-as muito tempo ainda, considerando como era difícil àqueles dois entes achar o fim natural de sua vida... Quantos tropeços as praxes punham! A quanto trabalho eram obrigadas!

Dançar-se noites e noites!... Levado por tais considerações ia esquecendo os meus próprios interesses. Pus-me a ler o jornal, os anúncios de “precisa-se”. Dentre eles, um pareceu-me aceitável. Tratava-se de um rapaz, de conduta afiançada, para acompanhar um cesto de pão. Era nas Laranjeiras. Estava resolvido a aceitar; trabalharia um ano ou mais; guardaria dinheiro suficiente que me desse tempo para pleitear mais tarde um lugar melhor. Não havia nada que me impedisse: eu era desconhecido, sem família, sem origens... Que mal havia? Mais tarde, se chegasse a alguma coisa, não me envergonharia, por certo?! Fui, contente até. Falei ao gordo proprietário do estabelecimento. Não me recordo mais das suas feições, mas tenho na memória as suas grandes mãos com um enorme “solitário” e o seu alentado corpo de arrobas.

— Foi o senhor que anunciou um rapaz para...

— Foi; é o senhor? — respondeu-me logo sem me dar tempo de acabar.

— Sou, pois não.

O gordo proprietário esteve um instante a considerar, agitou os pequenos olhos perdidos no grande rosto, examinou-me convenientemente e disse por fim, voltando-me as costas com mau humor:

— Não me serve.

— Por quê? — atrevi-me eu.

— Porque não me serve.

E veio vagarosamente até uma das portas da rua, enquanto eu saía literalmente esmagado. Naquela recusa do padeiro em me admitir, eu descobria uma espécie de sítio posto à minha vida. Sendo obrigado a trabalhar, o trabalho era-me recusado em nome de sentimentos injustificáveis. Facilmente generalizei e convenci-me de que esse seria o proceder geral. Imaginei as longas marchas que teria que fazer para arranjar qualquer coisa com que viver; as humilhações que teria que tragar; e, de novo, me veio aquele ódio do bonde, quando de volta da casa do deputado Castro. Revoltava-me que me obrigassem a despender tanta força de vontade, tanta energia, com coisas em que os outros

pouco gastavam. Era uma desigualdade absurda, estúpida, contra a qual se iam quebrar o meu pensamento angustiado e os meus sentimentos liberais que não podiam acusar particularmente o padeiro. Que diabo! Eu oferecia-me, ele não queria! Que havia nisso de mais?

Era uma simples manifestação de um sentimento geral, e era contra esse sentimento, aos poucos descoberto por mim, que eu me revoltava. Vim descendo a rua, e perdendo-me aos poucos no meu próprio raciocínio. Preliminarmente descobria-lhe absurdos, voltava ao interior, misturava os dois, embrulhava-me. No Largo do Machado, contemplei durante momentos aquela igreja de frontão grego e colunas dóricas e tive a sensação de estar em país estrangeiro.

O álcool não entrava nos meus hábitos. Em minha casa, raramente o bebia. Naquela ocasião, porém, deu-me uma vontade de beber, de me embriagar, estava cansado de sentir, queria um narcótico que fizesse descansar os nervos tendidos pelos constantes abalos daqueles últimos dias.

Entrei no café, mas tive nojo. Limitei-me a beber uma xícara de café e caminhei tristemente em direção ao mar, olhando com inveja um carregador que bebia um grande cálice de parati. Eu tinha uma imensa lassidão e uma grande fraqueza de energia mental. Quis descansar, debrucei-me na muralha do cais e olhei o mar. Estava calmo; a limpidez do céu e a luz macia da manhã faziam-no aveludado. Os últimos sinais da tempestade da véspera tinham desaparecido. Havia satisfação e felicidade no ar, uma grande meiguice em tudo respirava; e isso pareceu-me hostil. Continuei a olhar o mar fixamente, de costas para os bondes que passavam. Aos poucos ele hipnotizou-me, atraiu-me, parecia que me convidava a ir viver nele, a dissolver-me nas suas águas infinitas, sem vontade nem pensamentos; a ir nas suas ondas experimentar todos os climas da terra, a gozar todas as paisagens, fora do domínio dos homens, completamente livre, completamente a coberto de suas regras e dos seus caprichos... Tive ímpetos de descer a escada, de entrar corajosamente pelas águas adentro, seguro de que ia passar a uma outra vida melhor, afagado e beijado constantemente por aquele monstro que era triste como eu. Os elétricos subiam vazios e desciam cheios. Ingleses de chapéus de palha cintados de fitas multicores, com pretensões à originalidade, enchiam-nos. Fumavam com desdém e iam convencidos na sua ignorância assombrosa que a língua incompreensível escondia de nós, que davam espetáculo a essa gente mais ou menos negra, de uma energia sobre-humana e de uma inteligência sem medida. Os bondes continuavam a passar muito cheios, tilintando e dançando sobre os

trilhos. Se acaso um dos viajantes dava comigo, afastava logo o olhar com desgosto. Eu não tinha nem a simpatia com que se olham as árvores; o meu sofrimento e as minhas dores não encontravam o menor eco fora de mim. As plumas dos chapéus das senhoras e as bengalas dos homens pareceram-me ser enfeites e armas de selvagens, a cuja terra eu tivesse sido atirado por um naufrágio. Nós não nos entendíamos; as suas alegrias não eram as minhas; as minhas dores não eram sequer percebidas... Por força, pensei, devia haver gente boa aí... Talvez tivesse sido destronada, presa e perseguida; mas devia haver... Naquela que eu via ali, observei tanta repulsa nos seus olhos, tanta paixão baixa, tanta ferocidade que eu me cri entre *yahoos* e tive ímpetos de fugir antes de ser devorado... Só o mar me contemplava com piedade, sugestionando-me e prometendo-me grandes satisfações no meio de sua imensa massa líquida...

— Vem — dizia-me ele —, vem comigo e, no meu seio, viverás esquecido, livre e independente... Aqui, eu te abrirei perspectivas infinitas à tua vida limitada e os conceitos, as noções e as ideias nada valerão. Zombarás deles, não os sentirás, não terás consciência, nem pensamento, nem vontade...

Deviam ser oito horas e eu vim descendo a pé pela borda do cais. Pensava num alvitre a tomar. Precisava sair do hotel. Estava sem dinheiro; depois de paga a pensão, restar-me-iam uns seis mil e tanto. Tinha que o deixar em breve, fosse como fosse. Aquela sociedade com pessoas que me tinham suspeitado ladrão pesava-me, abatia-me. A esperança num emprego humilde esvaíra-se. A recusa sistemática do padeiro fizera-me supor que era assim em todas as profissões. Assim seriam os hoteleiros, os donos de cafés, de confeitarias, de cocheiras... Não sabia por onde sair; era de um verdadeiro sítio à minha vida que eu tinha sensação. Durante o dia inteiro não me deixaram esses pensamentos. Almocei no hotel silenciosamente, sentindo a irritante observação do copeiro. Saí logo demandando a cidade. Tinha entrado na rua do Rosário, quando alguém me bateu no ombro:

— O senhor não é Isaías Caminha?

— Sou.

— Não se lembra de mim? Eu sou o Agostinho... O Agostinho Marques... Não se lembra?

— Recordo-me sim. Você se sentava junto ao Felício da Costa, não era?

— É verdade. Chegou há muito tempo, Isaías?

— Há um mês, e você o que está fazendo?

— Sou empregado no escritório do doutor Leitão Fróis — e você?

— Eu!... Procuro a vida...

O meu antigo colega não se demorou muito, tinha pressa e eu prometi-lhe que o procuraria para conversar, tanto mais que ele tinha serviço a dar-me. Passei o resto do dia vagueando. Veio a tarde, uma tarde doce e azul, e eu não tive força para me apresentar no hotel. Fui ao Passeio Público. Entrei e sentei-me num banco afastado, fora do caminho habitual dos visitantes. Estive instantes pensando a olhar o regato na minha frente e as árvores que me cercavam. Os patos e os gansos nadavam satisfeitos e as garças pensativas perfiladas nas margens espiavam assombradas vendo tanta alegria. A tarde punha um brilho particular nas coisas, de doçura e satisfação. Aquele descanso no jardim fez-me lembrar não sei que passagem do meu livro de cabeceira, desse perverso livro de que eu quis fazer bússola para minha vida. Abri-o e, desejoso por encontrar a passagem, não reparei que uma pessoa viera sentar-se no mesmo banco que eu. Num dado momento, virei-me e dei com uma rapariga de cor, de olhos tristes e feições agradáveis. Tinha uma bolsinha na mão, um chapéu de sol de alpaca e o vestuário era pobre. Considerei-a um instante e continuei a ler o livro, cheio de uma natural indiferença pela vizinha. A rapariga começou a murmurar, perguntou-me qualquer coisa que respondi sem me voltar. Subitamente, depois de fazer estalar um desprezível muxoxo, disse-me ela à queima-roupa:

— Que tipo! Pensa mesmo que é doutor...

Fechei o livro, levantei-me e, já afastado, ainda ouvi dela alguns desaforos. Cheguei ao portão. Os bondes passavam, havia um grande movimento de carros e pedestres. Considerei a rua, as casas, as fisionomias dos transeuntes. Olhei uma, duas, mil vezes, os pobres e os ricos.

Eu estava só.

VII

Havia dias que notava com surpresa a indiferença que tinha então pelos meus destinos. Aquele meu fervor primeiro tinha sido substituído por uma apatia superior a mim. Tudo me parecia acima de minhas forças, tudo me parecia impossível; e que não era eu propriamente que não podia fazer isso ou aquilo, mas eram todos os outros que não queriam, contra a vontade dos quais a minha era insuficiente e débil. A minha individualidade não reagia; portava-se em presença do querer dos outros como um corpo neutro; adormecera, encolhera-se timidamente acobardada.

Houve duas ou três crises de vontade que me obrigaram a procurar emprego. Nas duas primeiras, recuei passado o primeiro ímpeto; na terceira, fi-lo de tal modo, tão transtornado, tão lamuriento e frouxo que fui malsucedido. Vendi os meus livros para apurar algum dinheiro. Pago o hotel, fiquei reduzido à última extremidade, com um curto prazo para dele retirar a minha insignificante bagagem. Esperava resposta de uma carta em que pedira algum dinheiro a minha mãe. Não se demorou em responder, mandando-me cinquenta mil-réis. Aluguei um quarto e os primeiros dias que nele passei foram do mais absoluto enfado.

Saía, mas evitava a rua do Ouvidor e o Laje da Silva, que passara a tratar-me de outro modo. Dei em passear de bonde, saltando de um para outro, aventurando-me por travessas afastadas, para buscar o veículo em outros bairros. Da Tijuca ia ao Andaraí e daí a Vila Isabel; e assim, passando de um bairro para outro, procurando travessas despovoadas e sem calçamento, conheci a cidade — tal qual os bondes a fizeram alternativamente povoada e despovoada, com grandes hiatos entre ruas de população condensada, e toda ela, agitada, dividida, convulsionada pelas colinas e contrafortes da montanha em cujas vertentes crescera. Jantava, uns dias; em outros, almoçava unicamente; e houve muitos que nem uma coisa nem outra fiz. Descobri a Biblioteca Nacional, para onde muitas vezes fui, cheio de fome, ler Maupassant e Daudet. Estava na casa de cômodos havia perto de 15 dias. Uma noite, acabara de

chegar e despia-me, quando me bateram à porta. Abri: “Boa noite”, falou-me um rapaz do lado de fora. “O senhor podia permitir que eu acendesse a minha vela na sua? Cheguei sem fósforos e vendo que no seu quarto havia luz, vinha-lhe pedir esse favor.” Ficamo-nos conhecendo, aos poucos nos aproximamos e entabulamos relações mais estreitas. Abelardo Leiva, o meu recente conhecimento, era poeta e revolucionário. Como poeta tinha a mais sincera admiração pela beleza das meninas e senhoras de Botafogo. Não faltava às regatas, às quermesses, às tômbolas, a todos os lugares em que elas apareciam em massa; e a sua musa — uma pálida musa, decentemente abotoada no Castilho e penteada diante dos espelhos de B. Lopes e Macedo Papança — quase diariamente lhe cantava a beleza “olímpica e cirial”. Como revolucionário, dizia-se socialista adiantado, apoiando-se nas prédicas e brochuras do senhor Teixeira Mendes, lendo também formidáveis folhetos de capa vermelha, e era secretário do Centro de Resistência dos Varredores de Rua. Vivia pobremente, curtindo misérias e lendo, entre duas refeições afastadas, as suas obras prediletas e enchendo a cidade com os longos passos de homem de grandes pernas.

Depois de nossas relações, era frequente passearmos juntos. Saíamos às dez horas, tomávamos café e andávamos até às três ou quatro da tarde. A essa hora separávamo-nos em obediência a uma convenção tácita. Tratava-se de jantar e cada um de nós ia arranjar-se. À tarde, encontrávamo-nos e íamos conversar a um café com alguns outros amigos dele, na mor parte desprovidos de dinheiro, com magros e humildes empregos, pretendendo virar a face do mundo para ter almoço e jantar diariamente. Leiva era o chefe, era a inteligência do grupo, pois, além de poeta, tinha todos os preparatórios para o curso de dentista. Eu gostava de notar a adoração pela violência que as suas almas pacíficas tinham, e a facilidade com que explicavam tudo e apresentavam remédios. Embora mais moço que eles, várias vezes cheguei a sorrir aos seus entusiasmos. Creio que lhes não faltava inteligência, sinceridade também; o que não encontravam era uma soma de necessidades a que viessem responder e sobre as quais apoiassem as suas furiosas declamações. Insurgiam-se contra o seu estado particular, oriundo talvez mais de suas qualidades de caráter do que de falhas de temperamento. Eram todos honestos, orgulhosos, independentes, e isso não leva ninguém à riqueza e à abastança. Leiva era quem mais exagerava nos traços do caráter comum e se encarregava de pintar os sofrimentos da massa humana. Era um grupo de protestantes, detestando a política, dando-se ares de trabalhar para obra maior, a quem as periódicas “revoluções” não serviam. Um ou outro

acontecimento vinha-lhes dar a ilusão de que eram guias da opinião. Leiva gabava-se de ter feito duas greves e de ter modificado as opiniões do operariado de Bangu com as suas conferências aplaudidas. Os outros, sem a sua enfiatura, os seus rompantes de atrevimento e a sua ambição oculta, mais sinceros talvez por isso, limitavam-se a falar e a manifestar as suas terríveis opiniões em publicações pouco lidas.

No entanto, Leiva parecia-me mais sincero na sua poesia palaciana e de modista do que nas ideias revolucionárias. Não o julgava perfeitamente hipócrita; era a sua situação que lhe determinava aquelas opiniões; o seu fundo era cético e amoroso das comodidades que a riqueza dá. Cessassem as suas dificuldades, elas desapareceriam e surgiria então o verdadeiro Leiva, indiferente aos destinos da turba, dando uma esmola em dia de mau humor e preocupado com uma ruga no fraque novo que viera do alfaiate.

No café, em certos momentos, quase sem transição, ele passava das objurgatórias mais terríveis a recitar versos, cheios de detalhes de modas e ardendo de admiração pelas coisas de luxo. Havia nisso muito da sua forte mocidade para que eu me lembrasse de Georges Ohnet. Bem parecido, de rosto bem-feito e um nariz clássico e uns bigodes e uns cabelos pretos, tratados com especial carinho de manhã e à tarde, ele tinha a insignificante boniteza dos homens, tanto do agrado das nossas mulheres. Era um namorador temível. No seu quarto, além da mesa e alguns volumes com que preparava as arengas revolucionárias, tinha uma cama de vento, nua e órfã de lençóis e travesseiros com fronhas, uma grande mala cheia de camisas, colarinhos, punhos, gravatas e perfumes. Ganhava noventa mil-réis no Centro dos Varredores, gastava 25 no quarto e o que sobrava era mais para as coisas de *toilette* do que para a sua alimentação. Frequentava os lugares elegantes, ou tidos como tal, e uma noite levou-me ao Parque Fluminense, onde encontrei o Agostinho Marques, o elegante Agostinho, cheio de anéis e alfinetes, que eu não quis reconhecer. Desde que nos demos a conhecer, isso havia perto de um mês, nunca mais o tinha visto; ele, porém, chamou-me amigavelmente. Era o solicitador do doutor Leitão Fróis, ganhava um conto e tanto por mês e pretendia formar-se em Direito precisando de mim, para lhe explicar uns preparatórios. Disse-me isso no momento em que Leiva se deixara absorver por uma dama elegante da nossa vizinhança. Estávamos sentados a uma mesa do botequim, e servíamo-nos de cerveja, a convite de Marques. Quando Leiva se voltou de sua preocupação extrarrevolucionária, Agostinho queixou-se dos calos:

— Não há sapateiro que preste no Rio de Janeiro. Mande fazer essas botinas no Martinelli, dei 45 mil-réis e é esta desgraça! Apertam-me como o diabo...

O Abelardo tinha opinião um pouco diferente sobre os sapateiros da cidade. Antigamente, mandava fazer as botinas de encomenda; ultimamente, porém, comprava-as feitas. Eram estrangeiras e melhores...

— Mas o Martinelli, “seu” Abelardo! — objetou semi-indignado o solicitador. — O cabedal, os aviamentos, tudo vem da Europa; só são cortadas e montadas aqui...

— Ora — continuava Leiva —, eu já tive botinas dele e sei tudo isso; mas não vale a pena, é um engano... Olhe, o senhor dá 35 mil-réis por uma Walk-Over ou Clark e fica mais bem servido do que com ele. E são bonitas... Veja!

Mostrou o pé e durante minutos os dois estiveram a debater-se, procurando toda sorte de argumentos para defenderem as suas opiniões sobre a distinção, a comodidade do calçado comprado feito e mandado fazer de encomenda.

Agostinho Marques, “solicitador nos auditórios desta Capital”, chegou a empregar argumentos de natureza jurídica; Abelardo Leiva, apóstolo do socialismo revolucionário, inimigo da execrável burguesia, procurou justificativa nos elegantes do mundo *chic* parisiense. A minha reserva só os fazia prolongar a discussão; estavam diante de um juiz, a quem expunham as suas razões com delicadeza e urbanidade.

— Lá vai o Raul Gusmão! — exclamou Marques.

Voltei-me um pouco. Era de fato ele de braço com o Oliveira. Vestia um grande fraque de xadrez; tinha botinas de verniz com os canos de pano e marchava conversando com o companheiro, apertando os olhos e procurando os mais surpreendentes gestos que lhe viessem aumentar a reputação jornalística.

— É um rapaz de talento — disse Marques.

O *carrousel* moía uma música banal, preguiçosa e irritante. Leiva esteve pensando um instante e disse:

— É, e parece que faz prosperar o seu talento com práticas suspeitas.

— É verdade o que se diz por aí dele? — indagou a meia-voz o solicitador.

— Não sei, nunca vi, mas, no domingo, nós... não foi Caminha?

Fiz um sinal afirmativo e o meu amigo continuou:

— ... no domingo vimo-lo entrar numa hospedaria da rua da Alfândega com um fuzileiro naval.

— Qual — disse Leiva —, não creio. Ele faz constar isso e faz suspeitar, para se ter em melhor conta o seu talento. O público quer que todo talento artístico tenha um pouco de vício; aos seus olhos, isso o aumenta extraordinariamente, dá-lhe mais valor e faz com que o escritor ganhe mais dinheiro.

— Como é então que entrou na hospedaria? — indagou Marques.

— Tinha-nos visto e, mediante uma gorjeta, obrigou o soldado a prestar-se ao papel... Aquilo é o gênio do *réclame*...

Em torno de nós, sob a chuva miúda do vapor condensado do motor de iluminação, grupos de passeantes moviam-se de um lado para outro, isocronamente, lentamente, tristemente, como se obedecessem a uma lei inflexível a cujo império não se pudessem furtar. Só o carnaval tira essa triste gravidade aos nossos passeios. Os rapazes excedem-se, saem fora da bitola, e as moças e as senhoras abandonam-se aos impulsos do temperamento. Lembro-me que em um dos últimos carnavais a que assisti, às oito e meia da noite, vi duas moças afastarem-se um pouco para o interior do escritório da *Gazeta de Notícias*, donde assistiam à passagem de cordões. E lá dentro requebrarem lascivamente com as exigências que um “maxixe” tocado por uma banda de música a passar pedia. Fora do carnaval sempre senti essa mesma tristeza nos nossos passeios públicos, tendo presente sempre a tirania doméstica e a preocupação do dia seguinte.

Os dois continuavam a conversar, quando voltei a ouvi-los. Tinham passado imprevistamente para a reforma social que Leiva anunciava. Agostinho, que se sentia chegar a homem rico e considerado, fazia imensos esforços para contestar as doutrinas subversivas de Leiva:

— Mas o senhor o que quer é desordem, é anarquia, é extinção da ordem social...

E Leiva sorria um instante, satisfeito que ele viesse ao encontro da sua resposta querida.

— Mas é isso mesmo, não quero outra coisa! Pois o senhor acha justo que esses senhores gordos, que andam por aí, gastem numa hora com as mulheres, com as filhas e com as amantes, o que bastava para fazer viver famílias inteiras? O senhor não vê que a pátria não é mais do que a exploração de uma minoria, ligada entre si, estreitamente ligada, em virtude dessa mesma exploração, e que

domina fazendo crer à massa que trabalha para a felicidade dela? O público ainda não entrou nos mistérios da religião da pátria... Ah! Quando ele entrar!

Levado pelo calor da frase Leiva continuou a falar cheio de força, entusiasmo:

— Não há na natureza nada que se pareça com a nossa sociedade governada pelo Estado... Observe o senhor que todas as sociedades animais se governam por leis para as quais elas não colaboraram, são como preexistentes a elas, independentes de sua vontade; e só nós inventamos esse absurdo de fazer leis para nós mesmos — leis que, em última análise, não são mais que a expressão da vontade, dos caprichos, dos interesses de uma minoria insignificante... No nosso corpo há uma multidão de organismos, todos eles interdependem, mas vivem autonomamente sem serem propriamente governados por nenhum, e o equilíbrio se faz por isso mesmo. O sistema solar... Na natureza, todo o equilíbrio se obtém pela ação livre de cada uma das forças particulares...

Agostinho precisava arranjar uma objeção, mas o conhecimento das noções que Leiva punha em jogo estava completamente fora da sua atividade mental. O apóstolo-poeta, sentindo a fraqueza do adversário, exultou, e, deitando um olhar em torno, exclamou vitoriosamente:

— Eu quero a confusão geral, para que a ordem natural surja triunfante e vitoriosa!

Deitou um longo e terno olhar para a linda burguesa da vizinhança e bebeu voluptuosamente um grande gole de cerveja. Eu creio que se a nova era dependesse do seu braço, ele não deitaria a bomba para não assustar as meninas bonitas e delicadas.

Foi Leiva o meu iniciador no Rio de Janeiro. Deu-me relações, ensinou-me as maneiras, o calão da boêmia, levou-me aos lugares curiosos e consagrados. Com ele fui ao Apostolado Positivista ouvir o senhor Teixeira Mendes. Um grande matemático, disse-me; a primeira cabeça do Brasil, uma inteligência enciclopédica, uma erudição segura, e, sobretudo, um caráter e um coração!

Um domingo, em que havíamos saído do Apostolado, vínhamos descendo pachorrentamente o cais da Glória, a conversar.

Leiva viera pela rua Benjamin Constant abaixo gabando a eloquência do venerável senhor Mendes, a sua virtude, a sua sobriedade e contara-me por alto a surra que ele dera no Bertrand, da Academia Francesa, em assunto de matemática. Eu ouvi-o sem coragem de contestar, embora não compartilhasse

as suas crenças. Não era a primeira vez que ia ao Apostolado, mas quando via o vice-diretor sair rapidamente por detrás de um retábulo, na absida da capela, ao som de um tímpano rouco, arrepanhando a batina, com aquele laço verde no braço, dava-me vontade de rir às gargalhadas. Demais, ficava assombrado com a firmeza com que ele anunciava a felicidade contida no Positivismo e a simplicidade dos meios necessários para a sua vitória: bastava tal medida, bastava essa outra — e todo aquele rígido sistema de regras, abrangendo todas as manifestações da vida coletiva e individual, passaria a governar, a modificar costumes, hábitos e tradições. Explicava o catecismo. Abria o livro, lia um trecho e procurava o caminho para alusões a questões atuais, repetindo fórmulas para se obter um bom governo que tendesse a preparar a era normal — o advento final da religião da humanidade. E eu achava toda aquela dissertação tão intelectual, tão balda de comunicação, tão incapaz de erguer dentro de mim o devotamento, o altruísmo, “o esforço sobre mim mesmo em favor dos outros”, como dizia o apóstolo, que me quedava a indagar até que ponto o auditório respeitoso estava convencido e até que ponto fingia convicção.

Havia trechos em que ele insistia com particular agrado. Via-se que neles repousava a conversão dos espíritos. Não me esqueci que ele amava repetir que a Física, a Química, a Biologia, a Sociologia, todas as ciências e todo o esforço humano de qualquer ordem tinham preparado lentamente e tendiam para a religião da humanidade; era ela como a coroação, a cúpula do edifício do pensamento e dos grandes sentimentos da humanidade. Citava trechos de grandes poetas nesse sentido, e procurava dados históricos. Quando se oferecia ocasião, esboçava a ordem futura, cotejando-a com a presente. O médico, o professor e o sacerdote estariam juntos em um mesmo homem, cujos serviços seriam gratuitos; todos exerceriam um ofício manual e os capitais acumulados em poucas mãos seriam empregados em benefício social. A quantas necessidades presentes daquele auditório não iria dar remédio a promessa daquela sociedade a vir?! Os homens têm amor à utopia quando condensada em fórmulas de felicidade. E aqueles militares, funcionários, estudantes encontravam naquelas afirmações, repetidas com tanta segurança e cuja verdade não procuravam examinar, um alimento para a fome de felicidade da espécie e um consolo para os seus maus dias presentes.

Pelo caminho, ouvi repetirem as palavras do mestre e apoiarem-se nelas para criticar atos do governo, projetos da Câmara — esse viveiro de bacharéis ignorantes que não sabem Matemática.

Observei que o meu próprio amigo Leiva partia também dessa crença pitagórica das virtudes da Matemática para condenar e criticar o governo e os governantes; entretanto, além daquelas explicações filosóficas do senhor Teixeira Mendes, ele sabia pouco mais do que as quatro operações na ciência divina.

— Vê tu — dizia-me ele —, quem no Brasil tem conhecimentos mais seguros que o T. Mendes? — E acrescentava logo: — Como se pode acreditar que, na nossa época científico-industrial, um homem que não conhece como se fabricam os encanamentos d'água, as propriedades do ferro e o seu tratamento industrial, as teorias hidráulicas, poderá aquilatar e dirigir os serviços de uma cidade moderna, cuja primeira necessidade é um seguro e farto abastecimento d'água?

Leiva gostava de falar; e, quando a matéria lhe agradava, o cansaço dificilmente vinha. Eu amava ouvi-lo, pois tinha uma bela voz, acariciante e de agradável timbre, e que vibrava musicalmente ao chegar-lhe a paixão. Continuou:

— Antigamente, todos os governantes tinham, ou antes, estavam a par do saber de seu tempo, e só com a necessidade do estabelecimento de novas ciências — o que fez a especialização dos conhecimentos — deixaram tão salutar regra. Hoje, porém, graças ao sobre-humano cérebro de Comte — o maior talvez depois de Aristóteles — o saber voltou à unidade útil e moral dos outros tempos. A síntese foi feita e os estadistas verdadeiramente dignos, servidores práticos da humanidade, poderão encontrar nela um seguro farol para guiá-los.

Não me animei a perguntar-lhe se a síntese de que falava continha também a questão do abastecimento d'água. Senti a sinceridade momentânea de suas palavras, ditas até com certo entusiasmo; e quando alguém me fala desse modo, encho-me de respeito e de amizade. Vínhamos descendo a rua e assim continuamos um instante calados. Houve uma ocasião em que, quase sem refletir, perguntei ao Leiva:

— Como você é ao mesmo tempo anarquista e positivista? Uma doutrina de ordem, de submissão, que espera a vitória pelo resultado fatal das leis sociológicas.

— Ora você! Eu quero uma confusão geral, um abalo completo desta ordem iníqua, para então... O Mendes é simples, é bom, pensa que isso vai como ele quer; mas é preciso... Olhe, o Cristianismo...

Olhei um instante a seda azul do mar levemente enrugada e sorvi um pouco da viração que soprava da barra; depois perdemo-la de vista e a viração deixou de açoitar-nos com força e fomos descendo a rua da Lapa, transitada, ladeada de sobrados, donde pendiam mulheres públicas em *peignoir*, como descoradas orquídeas de milionário europeu, cujo brilho natural o ambiente de estufa lhes tirou ou não soube dar. Nós olhamo-las com um pouco da nossa mocidade e com um pouco das preocupações que trazíamos; e caminhamos para o Passeio Público, onde íamos esquecer que não jantávamos, olhando a turba resignada que aproveitava o domingo.

Uma banda de música enchia o jardim com os seus estridentes compassos. Nas proximidades do coreto, Leiva encontrara um conhecido com quem ficara a conversar. Eu não me detive; avancei vagarosamente para o terraço que deita para o mar. O meu companheiro veio ter comigo meia hora depois e vinha acompanhado de um outro rapaz. Apresentou-nos. Um instante, contemplei a angustiada cabeça do desconhecido, o seu ar orgulhoso e todo ele esguio e alto, ligeiramente curvado como um teimoso caniço que não se pôde erguer completamente depois das muitas tempestades que suportou.

— O Plínio, Caminha — disse Leiva —, vinha-me contando o seguinte: há dias, o Florêncio, conheces? — Fiz sinal que não e ele insistiu: — O Florêncio, que redige a seção do *Jornal do Rio*, conheces, não é? Pois bem; o Florêncio entrou na Portier e pôs-se a ler um livro. De quando em quando mudava de lugar, aproximando-se da porta. Assim leva hora e tanto. Ele, porém, não tinha reparado que os empregados vigiavam-no. Num dado momento, meteu a brochura debaixo do paletó e encaminhou-se para a porta. Os caixeiros cortaram-lhe os passos, intimando-o a entregar a obra. Florêncio ataranta-se, prontifica-se a pagar, o dinheiro cai e...

— Pagou? — perguntei.

— Pagou, sim — apressou-se em responder Plínio de Andrade —; mas um dos empregados da livraria disse-lhe insolentemente: Você paga este sobre a Grécia, que queria levar agora, e também o romance francês que levou anteontem... A Imprensa! Que quadrilha! Fiquem vocês sabendo que, se o Barba-Roxa ressuscitasse, agora com os nossos velozes cruzadores e formidáveis couraçados, só poderia dar plena expansão à sua atividade se se fizesse jornalista. Nada há tão parecido como o pirata antigo e o jornalista moderno: a mesma fraqueza de meios, servida por uma coragem de salteador; conhecimentos elementares do instrumento de que lançam mão e um olhar seguro, uma adivinhação, um faro para achar a presa e uma insensibilidade, uma ausência de

senso moral a toda a prova... E assim dominam tudo, aterram, fazem que todas as manifestações de nossa vida coletiva dependam do assentimento e da sua aprovação... Todos nós temos que nos submeter a eles, adulá-los, chamá-los gênios, embora intimamente os sintamos ignorantes, parvos, imorais e bestas... Só se é geômetra com o seu *placet*, só se é calista com a sua confirmação e se o sol nasce é porque eles afirmam tal coisa... E como eles aproveitam esse poder que lhes dá a fatal estupidez das multidões! Fazem de imbecis gênios, de gênios imbecis; trabalham para a seleção das mediocridades, de modo que...

— Você exagera — objetou Leiva. — O jornal já prestou serviços.

— Decerto... não nego... mas quando era manifestação individual, quando não era coisa que desse lucro; hoje, é a mais tirânica manifestação do capitalismo e a mais terrível também... É um poder vago, sutil, impessoal, que só poucas inteligências podem colher-lhe a força e a essencial ausência da mais elementar moralidade, dos mais rudimentares sentimentos de justiça e honestidade! São grandes empresas, propriedade de venturosos donos, destinadas a lhes dar o domínio sobre as massas, em cuja linguagem falam e a cuja inferioridade mental vão ao encontro, conduzindo os governos, os caracteres para os seus desejos inferiores, para os seus atrozes lucros burgueses... Não é fácil a um indivíduo qualquer, pobre, cheio de grandes ideias, fundar um que os combata... Há necessidade de dinheiro; são precisos, portanto, capitalistas que determinem e imponham o que se deve fazer num jornal... Vocês vejam: antigamente, entre nós, o jornal era de Ferreira de Araújo, de José do Patrocínio, de Fulano, de Beltrano... Hoje de quem são? A *Gazeta* é do Gaffrée, o *País* é do visconde de Moraes ou do Sampaio, e assim por diante. E por detrás dela estão os estrangeiros, se não inimigos nossos, mas quase sempre indiferentes às nossas aspirações...

Andrade acabou de falar e tirou o chapéu um instante. Vi-lhe o cabelo crespo, lanudo e revoltado e toda a sua grande cabeça angustiada e inteligente assomou aos meus olhos com uma grande expressão de rebeldia. Coado através das árvores, um jato de luz veio bater-lhe em cheio e ela mais bela me apareceu quando inundada por aquela luz de ouro. Sentando-se, o seu ar já era outro, manso, passivo, e a sua voz, antes tão enérgica, passou a ser macia, preguiçosa e tomou um ar distraído até despedir-se. Nós fomos jantar com o dinheiro que ele deu ao Leiva e soube por este alguma coisa da sua vida passada. Fora estudante de Medicina na Bahia, e frequentava o segundo ano quando um estudante mais antigo lhe dissera: “Apanha isto aí, ‘seu’ calouro!” Andrade olhou-o devagar e virou-lhe as costas. O veterano exacerbou-se com o olhar,

quis obrigá-lo a obedecer, empregando a força; e, como fosse mais forte, Plínio bruscamente apanha de cima da mesa de um guarda uma raspadeira, crava-a várias vezes no colega e mata-o. Atualmente, vivia ensinando História Natural nos colégios e publicando panfletos em que a sua irritação lhe congestionava a frase indignada. Era odiado e gostava de sê-lo.

Esse domingo foi um dos últimos que passei com relativa satisfação. Invadia-me uma indiferença, uma atonia, que me fazia viver sem me decidir a tentar o menor passo para sair da situação em que me achava. Media as dificuldades, os óbices, os tropeços, achava-os iníquos mas superiores às minhas forças, Abandonara-me à miséria que a proteção de Agostinho Marques impedia que chegasse a ser declarada. Fizera-me seu professor e secretário. Mas era difícil dar-me o ordenado que me tinha marcado. Fazia-lhe requerimentos, cartas de amor, ensinava-lhe os prolegômenos de alguns preparatórios; mas a sua pobreza intelectual e a sua malandragem resistiam particularmente à entrada na sua cabeça da menor noção. Nunca chegou a compreender os teoremas de divisibilidade e a sua memória não guardava as regras do plural francês. Aos poucos, desistiu da lição e diminuiu-me o ordenado, que era anteriormente de quarenta mil-réis, dados aos bocados. Entretanto, cada dia se apurava mais no trajar, fazia amigos entre a gente importante, cercava-os, tinha um cumprimento e um sorriso para cada um.

Num dia de abandono em que lhe cheguei de manhã a casa, pedindo-lhe dez tostões, contou-me que estivera na véspera numa grande “esbórnia”. Tinham sido seus companheiros o deputado S., *leader* do Governo, e o doutor H.; o primeiro foi mais tarde ministro e o segundo ainda é desembargador da Corte de Apelação.

Marques preferia que eu lhe pedisse dinheiro a experimentar o seu prestígio junto aos seus poderosos amigos, solicitando uma colocação para mim. Uma vez que lhe falei a respeito, esforçou-se por me mostrar que era impossível enquanto os seus amigos estivessem por baixo. Enquanto ele esteve no Rio, deu-me roupas; tive com que pagar o quarto e dinheiro para comer com o intervalo de 48 horas. Um belo dia, porém, disse-me que ia para fora, para um estado do Norte, tratar de negócios, demorando-se dois ou três meses. Foi uma grande época de fome e sofrimentos na minha vida. Leiva era incapaz do menor obséquio; nada lhe fazia retirar um tostão dos seus perfumes e das suas roupas. Vendi as melhores roupas que tinha, tudo que tinha valor vendi, e, quando nada mais tinha que vender, passei dias inteiros sem tomar café. Lá chegava uma ocasião que alguém, um quase desconhecido, uma fisionomia

encontrada momentaneamente, me convidava a jantar; e se não fossem eles, eu talvez tivesse morrido de inanição ou furtado bolos às confeitarias. Esperava resposta de uma carta minha que não tardou a vir. Recebi-a na “posta-restante” e, encostado a uma coluna, pus-me a lê-la. Tio Valentim dizia-me que lá atravessavam uma grande crise. Minha mãe estava de cama, muito mal, desenganada...

Não continuei a leitura; deixei cair a mão ao longo do corpo e estive a olhar a rua, sem ver coisa alguma. Morria minha mãe! E via-a logo morta, muito magra, os círios, o crucifixo, o choro... Passou-me pelos olhos a sua triste vida, humilde e humilhada, sempre atirada a um canto como um móvel velho, sem alegria, sem fortuna, sem amizade e sem amor...

Durante aqueles meses de ausência, eu pouco me detive na sua recordação; mas agora elas eram frequentes e a sua figura flutuava a meus olhos: magra, esquelética, com o corpo premido pelos trabalhos e tendo pelas faces aquelas manchas que pareciam de fumaça entranhada... Eu quis envolver essa recordação com o que havia em mim de mais terno e também as outras que me vieram: a volta do colégio, o abraço que eu lhe dava; a minha doença, como ela me dava remédios... E tudo vinha com pressa do fundo de mim mesmo, subia uma recordação que expulsava outra; por fim, tudo se baralhou, tornou-se confuso e os meus olhos se orvalharam de pranto.

— Oh! Caminha! Onde tens andado? Que tens, rapaz?

Era Gregoróvitch Rostóloff. Falei, contei-lhe a vida. Os seus olhos de conta mais se arredondaram de desconfiança; mas, depois de duas ou três perguntas, de examinar-se o vestuário e algumas palavras de consolo, ao despedir-se, assim me convidou:

— Aparece-me logo, à noitinha, na redação do *O Globo*.

VIII

Era uma sala pequena, mais comprida que larga, com duas filas paralelas de minúsculas mesas, em que se sentavam os redatores e repórteres, escrevendo em mangas de camisa. Pairava no ar um forte cheiro de tabaco; os bicos de gás queimavam baixo e eram muitos.

O espaço era diminuto, acanhado, e bastava que um redator arrastasse um pouco a cadeira para esbarrar na mesa de trás, do vizinho. Um tabique separava o gabinete do diretor, onde trabalhavam o secretário e o redator-chefe; era também de superfície diminuta, mas duas janelas para a rua davam-lhe ar, desafogavam-no muito. Estava na redação do *O Globo*, jornal de grande circulação, diário e matutino, recentemente fundado e já dispendo de grande prestígio sobre a opinião. Falei ao Oliveira, perguntando-lhe pelo doutor Gregoróvitch. O eminente repórter levantou um pouco o olhar de cima do importante escrito (relação dos decretos assinados no último despacho) e, ao dar com a minha fisionomia conhecida e humilde, abaixou-o logo e, entre dentes, transcendentalmente superior, respondeu: “Ainda não veio.” Eu não tinha mais onde dormir, havia dois dias que não comia, tinha a máxima necessidade de falar ao russo. Intimidado com a secura do Oliveira, fiquei de pé hesitando fazer-lhe uma segunda pergunta. Medroso e esfomeado, deixei-me assim permanecer alguns minutos debaixo daquele teto que abrigava a falange sagrada que vinha combatendo pelos fracos e oprimidos.

Felizmente, houve alguém que me fez sentar e me convidou a esperar. Debaixo das penas, algumas nervosas e rápidas, outras, calmas e vigorosas, o papel rinchava sob o maior silêncio. Eram sete horas e pouco; as pessoas importantes do jornal ainda não tinham chegado. Laje da Silva, sempre com aquelas suas maneiras atenciosas, com aquele seu ar indecifrável, entrou na redação, não me olhou sequer e foi direto ao Oliveira. Estiveram alguns momentos falando em voz baixa, depois saiu cumprimentando aqui, ali, deixando no ambiente um grande desprendimento de simpatia e sedução. Houve quem dissesse quando saiu:

— Que queria esta “águia”, Oliveira?

— Nada... Procurava o Rabelo... — E depois ajuntou: — Vocês são injustos, não é uma “águia”... “Águia” é um cavador de negociatas, de arranjos desonestos; ele, não. Não há uma bandalheira em que se diga que ele se meteu...

— E as notas falsas?

— Ora! Ninguém está livre de que um tratante pague uma dívida em notas falsas e, na boa-fé, vir fazer pagamentos com elas...

— Coitado! — fez o outro com um arzinho canalha.

— Afinal — objetou o Oliveira indignado —, quem é honesto para você, Meneses? Todos são ladrões, prevaricadores... Livra! Que língua!

A conversa tinha cessado quando o diretor penetrou na sala. Era o doutor Ricardo Loberant, um homem muito alto e muito magro, anguloso, com um grande bigode de grandes guias, louro, de um louro sujo, tirando para o castanho, e um olhar erradio, cheio de desconfiança. Era um homem temido, temido pelos fortes, pela gente mais poderosa do Brasil, ministros, senadores, capitalistas; mas em quem, com espanto, notei uma falta de firmeza, de certa segurança de gestos e olhar, própria dos vencedores. Fora uma irrupção. Ninguém o sabia jornalista, mesmo durante o seu curso mal-amanhado não sacrificara às letras: fora sempre tido como *viveur*, gostando de gastar e frequentar a sociedade das grandes *cocottes*. Um belo dia, o público da cidade ouviu os italianos gritarem: *O Globo! O Globo!* Os curiosos compraram-no e com indiferença leram ao alto o nome do diretor: Ricardo Loberant. Quem é? Ninguém sabia. Mas o jornal atraía, tinha um desempenho de linguagem, um grande atrevimento, uma crítica corajosa às coisas governamentais, que, não se sabendo justa, era acerba e parecia severa. Este gostou, aquele apreciou, e dentro de oito dias ele tinha criado na multidão focos de contágio para o prestígio de sua folha. Vieram as informações a seu respeito. Algumas pessoas do foro informaram que o doutor Ricardo Loberant era um advogado violento, atrevido, que tinha por hábito discutir pelos “apedidos” do *Jornal do Commercio*, com mais azedume que lógica, as causas intrincadas que lhe eram confiadas. E o jornal pegou. Trazia novidade: além de desabrimento de linguagem e um franco ataque aos dominantes, uma afetação de absoluta austeridade e independência, uma colaboração dos nomes amados do público, lembrando por este aspecto os jornais antigos que a nossa geração não conhecera. O Rio de Janeiro tinha então poucos jornais, quatro ou cinco, de modo que era fácil ao Governo e aos poderosos comprar-lhes a opinião

favorável. Subvencionados, a crítica em suas mãos ficava insuficiente e cobarde. Limitavam-se aos atos dos pequenos e fracos subalternos da administração; o aparecimento do *O Globo* levantou a crítica, ergueu-a aos graúdos, ao presidente, aos ministros, aos capitalistas, aos juizes, e nunca os houve tão cínicos e tão ladrões. Foi um sucesso; os amigos do Governo ficaram em começo estuporados, tontos, sem saber como agir. Respondiam frouxamente e houve quem quisesse armar o braço do sicário. A opinião salvou-o, e a cidade, agitada pela palavra do jornal, fez arruaças, pequenos motins e obrigou o Governo a demitir esta e aquela autoridade. E *O Globo* vendeu-se, vendeu-se, vendeu-se...

Aquele jornal, que era sua propriedade, recebia também a sua inspiração. Nenhum dos seus redatores tinha uma personalidade suficientemente forte para resistir ao ascendente da sua. Medíocres de caráter e inteligência, embora alguns fossem mais ilustrados que ele, a ação deles no jornal recebia impulsão do doutor Ricardo, o sinete de sua paixão dominante, a sua característica; e esta era o despeito de sua fraca capacidade intelectual, a resistência que o seu cérebro oferecia ao trabalho mental contínuo, de modo a não lhe permitir chegar às altas posições pelo prestígio do talento e do estudo, não lhe deixando o seu grande orgulho que chegasse de outra forma mais geral e mais fácil. Com uma grande sede de domínio e grandes apetites de mulheres e prazeres, mas sem talento, sem pertinácia e paciência para atingir à fortuna e aos grandes cargos, consciente dessas falhas, o doutor Ricardo tinha aí um depósito inexaurível de emoções, sempre a esporeá-lo, a excitá-lo, e bastante forte para marcar a sua pessoa e os seus atos.

Demais, o seu desgosto e o seu despeito podiam cevar-se na mediocridade de inteligência e na geral desonestidade dos que governavam e dominavam; era só fechar os olhos e estender a mão. Diziam que os primeiros artigos não tinham sido escritos por ele, mas deviam ter sido inspirados; foi a sua paixão contagiosa que os ditou ao amigo complacente que os escreveu. Durante os cinco anos que estive na redação, senti que o seu estado d'alma "pegava", alastrava-se pelos amigos e subalternos, tanto que, nas suas ausências, o diário não perdia o tom e os artigos pareciam ter sido revistos por ele na véspera e saírem de sua fonte inexaurível de desgosto, despeito e rancor. Entretanto, fora do momento, fora do minuto em que se punham a escrever e sentiam a presença do *O Globo* diante dos olhos, aqueles redatores eram a gente mais satisfeita desta vida, satisfeita consigo, com a posição que tinham e com a sociedade que os cercava.

O doutor Ricardo Loberant entrou fumando com força seguido de Pacheco Rabelo (Aires d'Ávila), redator-chefe do jornal, a segunda cabeça da casa. Era um homem gordo que se movia pela sala com a dificuldade de um boi que arrasta a relha enterrada da charrua. Havia na sua marcha um grande esforço de tração e um monóculo petulante na face imóvel não lhe diminuía o peso da figura. Os dois penetraram na redação pondo na sala uma inexplicável atmosfera de terror. Pelos longos anos em que estive na redação do *O Globo*, tive ocasião de verificar que o respeito, que a submissão dos subalternos ao diretor de um jornal só deve ter equivalente na administração turca. É de santo o que ele faz, é de sábio o que ele diz. Ninguém mais sábio e mais poderoso do que ele na Terra. Todos têm por ele um santo terror e medo de cair da sua graça, e isto dá-se desde o contínuo até o redator competente em literatura e coisas internacionais.

Passando por entre as mesas, tal era a concentração das faces e o ar aterrado daqueles homens tão arrogantes lá fora, tão sublimes na rua, que eu pensei que se fossem atirar ao chão para serem pisados por aquele novo deus, dando-me ali um espetáculo da Índia mística.

Ricardo Loberant e Aires d'Ávila entraram no gabinete onde estava Leporace. O diretor tirou o chapéu, descansou a bengala num canto, sentou-se ao *bureau-ministre* e gritou bem alto.

— “Seu” Leporace, como é que o senhor deixa publicar esta porcaria (apontou o jornal) na primeira página?

Leporace era o secretário, arrogante como todo jornalista, apesar de ser uma pura criação de Loberant. Formado, sem emprego, sem fortuna, sem “pistolões”, veio a encontrar-se com o doutor Ricardo. Loberant gostou da sua submissão, do ar respeitoso com que era tratado pelo rapaz, daquela espécie de admiração muda pelo seu gênio que ninguém sentia, e começou a interessar-se por ele, dando-lhe sociedade na banca, arranjando-lhe clientes. Começou precisando dele para apoiar a sua pessoa, teve pena depois da sua cobardia, da sua inaptidão para “cavar”, acabou amando-o inteiramente. Quando fundou o jornal, trouxe-o como redator. Leporace foi aprendendo com os outros o ofício e acabou secretário, sumidade em literatura e jornalismo, árbitro do mérito, distribuidor de gênios e talentos — ele que nunca tivera o mínimo gosto, a menor inclinação por essas coisas e passara a meninice e as duas mocidades atracado com compêndios e fazendo exames como toda a gente! Hoje, é quase uma celebridade e passeia de carro pelas ruas asfaltadas do Rio de Janeiro, tendo ao lado a mulher e os pimpolhos.

O berro de Loberant fez estremecer a natureza gelatinosa de Leporace. Ergueu-se, foi até à mesa do diretor, falou-lhe ciciando, desculpando-se e explicando-se. Na sala, ouvimos todos e o autor da “porcaria”, Adelermo Caxias, recebeu aquela injúria sem o mais leve movimento de revolta, resignadamente, com resignação difícil de esperar em escritor do seu talento, uma grande esperança das gerações novas.

Estava ali havia mais de meia hora. Depois da brusca reprimenda do diretor, o silêncio fez-se de novo, e os redatores continuaram a escrever, indo um, de onde em onde, consultar outro timidamente em voz baixa ou procurar uma coleção de jornais distante.

A presença do diretor na sala contígua era sentida pelo ruído constante do papel rasgado; parecia que ele escrevia tiras para rasgá-las logo que estavam escritas a meio. Do meu lugar, via-lhe a ponta dos ombros e a Aires d’Ávila inteiramente. O jogo de luzes projetava fantasticamente este último no vão da parede defronte. A sua face alongava-se desmedidamente e o crânio diminuía; o maxilar inferior avançava muito, o nariz ficava colado ao superior e vinha terminar com ele; e tudo tomava uma posição oblíqua, como se fosse uma imensa cabeça de porco. Escrevia, ora com monóculo, ora sem ele; e fumava com a satisfação de um turco que repousa do jantar para se fatigar no harém. Num dado momento, o doutor Ricardo ergueu-se impetuosamente e surgiu na sala como um vendaval. Gritou:

— Eu já disse aos senhores que isto não é escada para ninguém subir... é um escândalo! Todo dia elogios, adjetivos a encher... desses pulhas aí! Já disse que “eminente” aqui é só o José Bonifácio. Arre! Quem é esse tal Ruskin que morreu?

Ninguém se animou a responder e ele continuou no seu primeiro tom:

— Um literato aí qualquer, um contador de caraminholas... Não quero mais que se chame ninguém de eminente nas colunas do meu jornal, senão o José Bonifácio, saibam de uma vez por todas!

O doutor Gregoróvitch não chegava e comecei a sentir-me também invadido por aquela atmosfera de terror. O diretor tinha voltado ao seu gabinete e continuou a rasgar papel. Certa vez, levantou-se, foi até à janela e, na volta, eu pude ver o seu maxilar proeminente e quadrado e o ar terrível que tinha a sua fisionomia banhada da turva luz que se desprendia do olhar. Então, admirei-me que aquele homem, sob cujo nome apareciam tão formidáveis ataques aos nossos problemáticos tiranos, fosse ele mesmo, na administração de sua folha, um tirano malcriado e feroz. Ele parecia não achar sossego: sentava-

se, levantava-se, ia à janela; por fim saiu estrepitosamente. Ao chegar à porta que dava para o corredor, voltou e gritou a esmo:

— O Gregoróvitch já veio?

A um só tempo quase todos responderam prestamente:

— Ainda não, senhor doutor.

— Bem — retrucou o doutor Ricardo. — Quando ele chegar, digam-lhe que escreva um artigo sobre o empréstimo da Prefeitura... É preciso não deixar descansar esses tratantes! Lá em cima da minha mesa — acrescentou logo — está o começo do meu e ele que continue...

Leporace veio até à porta receber as recomendações, embora Loberant não se tivesse dirigido a ele. Logo que o diretor saiu, correu-lhe à mesa para apanhar os preciosos escritos. Vi-os. Eram três delgadas tiras de papel cheias de emendas e de algumas frases em grandes letras. Sentindo-o longe, os seus auxiliares voltaram a conversar.

— Está com a bicha — disse o Meneses. — Ainda não tinhas visto disso, hein, Adelermo? Aqui é assim...

— Admira-me que só agora tivesse visto que era porcaria... De manhã, nada disse.

— Não há admirar — fez um outro. — A mulher só lhe fala nas coisas do jornal ao jantar, e ele guia-se muito pela opinião dela...

Adelermo acendeu um cigarro, tirou uma fumaça calado; depois, impregnado de tristeza, disse vagarosamente que era triste que os seus trabalhos tivessem que ficar sujeitos ao *veredictum* de uma menina das irmãs de caridade. Os outros nada lhe disseram e ele acendeu de novo o cigarro, pôs-se a olhar ao longe com tristeza, em seguida essa expressão desfez-se e quando voltou a trabalhar sua fisionomia sorria de orgulho interior. O Oliveira então interveio:

— És injusto com dona Inês, Adelermo... Não é como tu dizes uma simples menina das irmãs... É uma senhora ilustrada; fala francês, monta a cavalo e... Ainda outro dia, eu vi uma carta dela... Que letra! E que ortografia! Imagina que eram só termos de Medicina... Terapêutica... Psicologia... agapanto... Não é brinquedo! E todos corretos! Eu fui ver no dicionário...

No gabinete, o anafado redator-chefe continuava a escrever, fingindo não dar atenção à conversa. O charuto estava pelo meio e era aspirado com o vigor de uma bomba poderosa. Acabando de escrever, leu o artigo vagarosamente, ergueu-se e veio ao umbral do tabique:

— Estás zangado com o Ricardo, Adelermo?

— Não, doutor, mas...

— Vocês são assomados... É da idade... Se não se atravessar certas coisas, não se vai mesmo. Olhem: eu, logo ao sair da academia (!), fui trabalhar com meu pai, no *Diário Fluminense*. Uma noite, escrevi um artigo e julgava-o sofrível. Pois bem: o velho era casmurro, veio até à sala de redação e rasgou-o todinho na minha cara e à vista de uma porção de gente...

Parou de falar, tirou uma fumaça e depois de ter franzido a fisionomia para manter o monóculo no lugar, perguntou vitoriosamente:

— E agora, não estou aqui?

— Eu sei, doutor — falou o Adelermo —, mas...

— Vocês não têm outro patrão como o Ricardo, continuou Aires d'Ávila, sem se incomodar com o Adelermo. Vejam (por aí ele teve um arroto do jantar saboroso). Vejam o que ele fez com o Sanches?! É isso... Há poucos com a sua generosidade e grandeza d'alma... É um fidalgo, um mãos-abertas!

O Oliveira confirmou as asseverações do pachorrento redator, acrescentando:

— E demais vejam quem fala mal dele... São esses ladrões, esses rufiões, gente desmoralizada que quer avançar...

— Eu digo isso sempre dos que o julgam mal — disse alguém. — Ainda ontem, conversando com o Andrade, tive ocasião...

— Você se dá com esse Andrade? — indagou Oliveira.

— Dou-me. É um belo rapaz, meio...

— Qual! — exclamou Oliveira. — É uma besta!

— Não é, Oliveira; é um rapaz que escreve...

— Qual! Eu quero ver esses literatos escreverem duas colunas de incêndio, aqui, no duro... O próprio Rui...

Aires d'Ávila prudentemente interrompeu a crítica do Oliveira. Não era tanto em obediência à sua admiração pelo famoso advogado; com certeza era pelo respeito que lhe inspirava a sua posição política. Interrompeu, perguntando:

— Quem é esse Andrade?

A amizade subalterna do Oliveira esperava essa pergunta para explodir em arras de sua dedicação ao doutor Loberant.

— É um moleque aí, uma besta!

O paquiderme colocou o monóculo e disse com toda a gravidade:

— Ah! Já sei... Um *hâbleur*! Gente que confunde o brilho com a inteligência... fracas inteligências... Fracas inteligências a que a mocidade dá um brilho fugaz...

E o monstruoso redator desandou dizendo asneiras. Eu estava ali de colarinho sujo, esfomeado, mas tive ímpeto de discutir e de quebrar a cara dos idiotas que o ouviam. Entre eles, havia alguns a quem cabia bem a carapuça, mas que se calaram cobardemente. Queria perguntar-lhe se aqueles seus artigos *acacianos*, cheirando ainda muito a brochura francesa de 2.500, se podiam pôr a par dos trabalhos do Tito Lívio, do Tobias Barreto; eu queria perguntar-lhe se a sua genialidade no artiguete seria capaz de aparecer se tivesse nascido nas condições desfavoráveis do Caldas Barbosa, do José Maurício, do Silva Alvarenga e outros!

E não sei que movimento fiz na cadeira, sopitando a vontade de falar, que o *Megatherium* notou e perguntou-me:

— Que é que o senhor deseja?

— Falar ao doutor Gregoróvitch.

— Oliveira, o Gregoróvitch quando vem?

— Às oito horas.

— Você, meu filho, tem muito que esperar, disse ele com doçura. São sete e um quarto ainda...

— Esperarei — disse eu.

E eles recomeçaram a conversar sobre outro assunto e vieram a cessar instantaneamente quando se ouviram passos na escada. Esperava-se o doutor Loberant, mas entrou o fino, o elegante, o diplomático, o macio Frederico Lourenço do Couto, com a sua linda barba perfumada e o seu grande queixo erguido e atirado para diante como um aríete de couraçado. Vinha todo perfumado, de olhar lustroso, desprendendo essências, com o peitilho da camisa a brilhar imaculadamente e um grande botão de coral ao centro, rodeado de brilhantes. Trazia o sobretudo debaixo do braço e entrou pisando forte, dando amáveis boas-noites. Vim a conhecê-lo melhor e a minha antipatia não diminuiu; entretanto, hoje, ao recordar-me com que sombria energia ele pôs fim ao meu desespero, ao ver diante de meus olhos a imagem do seu cadáver com aquela fraca cabecinha estourada por uma bala, tenho uma grande e imensa pena e lastimo que a minha total ignorância das coisas da Igreja não me permita rezar uma oração em favor de sua alma. Era o Floc, pseudônimo com que assinava os seus artigos, os artigos de três tiras, ligeiros e originais, em que, na máxima parte, ele contava uma linda anedota literária donde concluía as suas substanciosas opiniões.

Na redação, era conhecido e respeitado como entendido em literatura e coisas internacionais. Ele e o Lobo, o consultor gramatical, eram os dois mais

altos ápices da intelectualidade do *Globo*. Eram os intelectuais, os desinteressados, ficavam fora da ação ordinária daquele exército. Nunca se metiam nas polêmicas, não procuravam escândalos, não escreviam alusões. Eram os estandartes; as águias... Gregoróvitch era a artilharia. Com o seu estilo desconjuntado e a sua violência injuriosa, abria brecha nas linhas adversárias e dizimava-as de longe. Estrangeiro, nada sabendo da nossa história, nem pelo estudo nem a sentindo pela educação e pelo sangue, a sua crítica e o seu ataque tinham uma violência desmedida. Não poupava, não desculpava, não sentia até que ponto o homem era culpado, até que ponto a marcha das coisas fazia o homem culpado. Ligeiramente enfronhado nas causas da política do momento, ele só via diante de si um aspecto do fato, não sentia inconscientemente os outros que se ligavam com o passado que ele não conhecia, nem os outros que o futuro pressentido condicionava. Um brasileiro, educado e criado no meio das tradições, dos usos, dos hábitos, das qualidades, dos defeitos do seu meio, não teria a violência de sua linguagem, a sua força de crítica, a brutalidade de seu ataque.

Acharia na sua educação e nos seus costumes desculpa para as faltas dos outros que ele sentia também ser suas. Gregoróvitch, que, além de estrangeiro, não tinha pátria ao certo, era incapaz de apanhar relações, explicações, só via faltas, erros, onde havia simplesmente efeitos, resultados, e atirava-se com toda a violência de seu temperamento de aventureiro e *condottiere* da pena contra aquele reino de incas, de astecas que ele não compreendia. Além dele, havia o Losque e o Lara, homens de espírito, humoristas, espécie de cavalaria, parte viva no ataque e capaz ainda de deitar frechas mortais na retirada. O resto era a infantaria, o grosso do exército, do qual faziam parte o Oliveira, admirando o diretor como um deus e supondo-se extraordinário no seu ofício de repórter; o resignado Meneses, indulgente criatura que naquele ambiente de fadiga e ignorância era o único simples e o único que estudava; o Rolim, o elegante Rolim, vigorosamente analfabeto, mas lindo como Narciso; o Costa, o Barros, o agente de anúncios que, não contente em auferir vultosas comissões pela publicação deles, ainda lhe pedia a vaidade a ilusão de passar por “homem de pena” nas “partidas” de clubes dançantes e em outras festividades, onde ia sempre representar o jornal e exercer a eloquência, respondendo aos brindes feitos à folha, assessorado pelo *Orador Popular*; e, além destes, quantos mais!

Muitos. Mas há dois colaboradores que, em todo o jornal, devem merecer observações especiais e estudo à parte. São eles: o charadista e o cronista esportivo.

Destes dois auxiliares das gazetas não sei qual o mais interessante e curioso, embora dessemelhantes. O charadista vive sempre pobre e malvestido; o entendido em cousas de cavalos, apurado no vestuário, sempre com dinheiro, joias, anéis, apesar dos exíguos vencimentos que tem.

Os repórteres e redatores têm por este último um desprezo mal sopitado e não o consideram jornalista. Admitem-no como um amador, um curioso, um ornamento inútil, assim como uma filigrana em vaso destinado a misteres úteis ou um remate caprichoso em um móvel indispensável.

Eles mesmos assim se consideram e admitem tacitamente a opinião dos jornalistas, pois formam sociedades à parte e preferem ao convívio dos colegas das folhas o comércio de proprietários de animais de corrida, de tratadores, de treinadores, de jóqueis, de sujeitos de *book-maker*, enfim, desses homens de coudelarias e adjacências que, com um pouco mais de ferocidade e sangue, lembram, pela sua insignificância e inutilidade e, ao mesmo tempo, pela importância a que se arrogam e a estima em que são tidos, os retiários, os *mirmillons*, os bestiários e outras espécies de gladiadores antigos e o seu cortejo necessário.

Não há nada mais enfadonho que uma crônica de corridas. Quem lê uma lê todas. Excetuando os dados de momento, são escritas com os mesmos verbos, os mesmos adjetivos, os mesmos advérbios.

Até o tom homérico em que são escritas concorre para essa monotonia.

No seu sopro épico, há sempre o apelo para os “apostos” que se repetem, desde que se fala em tal ou qual animal.

Têm-nos, os cronistas, sempre prontos na memória e não se esquecem de colocá-los logo que venham a referir-se a dado e certo cavalo.

Se tratam de “Rayon d’Or”, por exemplo, imediatamente o analista dos prados deixa pingar da pena e encaixa, entre vírgulas, bem ao lado do nome do cavalo: “o valente filho de ‘Bayard’ e ‘Nínive’”; se vai dizer qualquer coisa da égua “Maracanã”, não se esquece nunca de escrever como reforço ao nome da alimária: “a vitoriosa pensionista do *stud* São Francisco”.

A ênfase lhes é indispensável para vazar a emoção que trazem dos prados e cantar as pugnas cavалares.

Para eles, não são potros e éguas que se batem; são heróis de Homero. É Agamenon, é Príamo, é Heitor, é Aquiles que estão a pelejar diante dos muros de Troia e com os Deuses e Deusas nas arquibancadas.

Menos considerado do que o cronista de coisas equinas, nos jornais, só o charadista.

Ele não tem uma classificação justa e certa; e todos os homens de imprensa têm escrúpulos em qualificá-lo de colaborador.

Em geral é um rapazola, empregado aqui ou ali, que não vence ordenado algum na folha, melancólico, curvado, afigurando-se-nos sempre que vive debruçado sobre dicionários e, não sabemos por quê, com uma forte lente como se fosse um gravador de miniaturas.

Vem ao jornal, procura a correspondência, entrega com timidez a “seção” ao secretário e ninguém lhe nota a presença resignada e paciente de tenaz fabricante de quebra-cabeças.

O do meu jornal, embora fosse pouco assíduo à redação, como os seus semelhantes, pude conhecer mais de perto.

Era ele um velho de cerca de sessenta anos, empregado do Ministério da Marinha, no Arsenal ou em uma fábrica de pólvora.

Usava costeletas sempre bem aparadas a tesoura, tinha uma cor terrosa, baça, *pince-nez*, não largava a piteira de coco com um cigarro modesto e pisava como se quisesse dar pequenos saltos. Tinha um ar de saracura.

Além de charadista, julgava-se poeta, pelo simples fato de compor uns monólogos desenxabidos e recitá-los nas salas.

Dei-me muito com ele e posso garantir que não conheci nunca pessoa tão cheia de cândido orgulho como esse maníaco de charadas.

Imaginava-se uma grande coisa, um intelectual, um escritor, e era rara a vez que, conversando comigo, não se queixasse da sua situação no funcionalismo público, da pouca importância que davam aos seus talentos.

— Vejam vocês só: estou há quase quarenta anos no ministério e não fazem nada por mim. Tenho tido várias comissões importantes. Organizei o catálogo da Biblioteca da Escola de Aprendizes e, ainda há dias, recitei um monólogo meu — “Os barbados” — na casa do contra-almirante Esteves. As moças gostaram muito e a filha do almirante até me disse: “Vou falar a papai, para aproveitar a inteligência do senhor.”

Soube mais tarde que, de fato, não havia festa em casa de qualquer magnata da Marinha, para que ele não fosse convidado. Orgulhava-se muito com isso e, ao dia seguinte, contava aos colegas as atenções que tinha recebido, como para provocar a inveja deles.

A verdade, porém, é que lá figurava como um músico de banda, um cantador de modinhas ou um pelotiqueiro que lá fosse para distrair as moças, sem ficar no mesmo pé de igualdade que os outros convidados. Mesmo assim, a sua vaidade de poeta doméstico ficava satisfeita.

A promessa da filha do Esteves deu-lhe muitas esperanças; e, após algum tempo, eu lhe perguntei:

— O senhor já arranjou alguma coisa?

— Qual! Não me fizeram nada. É isto: quando querem versos, pedem-me, rogam; quando querem recitativos, chegam quase a chorar; mas...

— Que é que o senhor queria?

— Eu queria ir para a secretaria.

— Por que não o nomeiam?

— Há a tal história de concurso... Uma bandalheira... Fazem, mas não sabem nada. Um dia destes, conversando com o Chaves, segundo oficial da secretaria, ele não sabia o que era crematística... É assim!

Era a sua obsessão, além das charadas, ser amanuense da secretaria de Estado do seu ministério.

Pobre velho! Queria, no fim da vida, ocupar um lugar de menino!

Antônio Galo, era este o seu nome, não deixava os dicionários e almanaques de lembranças, e dizia que, na repartição, pelo vício do manuseio de vocabulários e dicionários, tinha substituído o habitual aos funcionários públicos de ler jornais.

Era assim composta aquela peça jornalística que tinha irrompido pela vida política e administrativa do Brasil com a violência e com o inesperado de um fenômeno vulcânico.

À frente, estava o doutor Ricardo Loberant, bacharel em Direito, de inteligência duvidosa e saber inconsciente, com o seu estado-maior, formado de Aires d'Ávila, um monstro geológico com prematuros instintos de raposa; e o Leporace, um secretário mecânico, automático, ser sem alma, sem defeitos nem qualidades, que recebia os seus movimentos do exterior e os comunicava às outras peças da máquina; à parte, um tanto afastado, como aqueles traficantes que acompanham os exércitos, havia o Alberto Pranzini, o gerente, um italiano de olhar torvo a abranger um grande arco de círculo no horizonte, calculador de níqueis, que joeirava a despesa e trazia para as gavetas do jornal os tostões da população e um pouco dos lucros do comércio português no Rio de Janeiro, isto é, de todo o comércio da cidade, pois todo ele é português, tem o seu espírito, a sua alma, e as suas regras.

Floc, porém, sobre todos tinha o grande prestígio de ter estado em Paris e ter sido segundo secretário da nossa legação em Quito. Por isso, ele mesmo se julgava mais depuradamente artista que o resto dos rapazes que faziam literatura pelo Brasil em fora; e o seu estágio diplomático em Quito dava-lhe

também um infalível julgamento nas coisas de alta elegância e um saber inarrável nas maneiras de tratar duquesas e princesas. Fazia a crônica literária, as crônicas teatrais dos espetáculos de todas as celebridades, as informações sobre literatura e pintura, além do plantão semanal em que ajeitava frases lindamente literárias, dados da Psicologia *chic*, às notícias de assassinatos perpetrados por soldados ébrios na rua São Jorge, não esquecendo nunca de dizer que o “criminoso é o tipo acabado do criminoso nato, descrito pelo genial criminalista italiano Lombroso”. Ia a um banquete diplomático. A sua entrada não perturbou a conversa.

— ... um moleque! — zurrou o Oliveira.

— De quem falas, Oliveira? — indagou o recém-chegado.

— Um mulato aí, um tal Andrade...

— Incomoda-te o que ele escreve?

— Com certeza, pois se chama o doutor Ricardo de pirata, de Barba-Roxa...

— Ora! Tu! Essa gente está condenada a desaparecer; a ciência já lhes lavrou a sentença...

Ele de ciência sabia o nome e ignorava a conta de dividir. Calou-se um instante e acrescentou:

— É preciso fulminar os nulos!

Lobo tinha-se mantido calado. Durante toda a conversa, dissera uma ou outra frase ligeira. Revia absorvido um artigo e não queria distrair-se de modo a perder a menor regra gramatical com que pudesse emendar o original.

Tendo o Floc e o Oliveira cessado de falar, alguém perguntou-lhe:

— Doutor Lobo, como é certo: um copo d'água ou um copo com água?

O gramático descansou a pena, tirou o *pince-nez* de aros de ouro, cruzou os braços em cima da mesa e disse com pachorra e solenidade:

— Conforme: se se tratar de um copo cheio, é um copo d'água; se não estiver perfeitamente cheio, um copo com água. — Explanou exemplos, mas não pôde levá-los à dezena, pois alguém apontou na porta, o que mereceu uma exclamação do Aires d'Ávila: o Veiga! Todos se viraram e imediatamente apanharam no ar uma fisionomia sorridente repassada de admiração. Voltei-me também. Descobri logo quem era. Os retratos, espalhados pelos quatro cantos do Brasil, tinham tornado familiar aquela fisionomia; mas, de perto, ali a dois passos de mim, o seu olhar fixo, atrás de fortes lentes, a testa baixa e fugidia, quase me fizeram duvidar que fosse aquele o Veiga Filho, o grande romancista de luxuoso vocabulário, o fecundo *conteur*, o enfático escritor a quem eu me

tinha habituado a admirar desde os 14 anos... Era aquele o homem extraordinário que a gente tinha que ler com um dicionário na mão? Era aquela a forte cerebração literária que escrevia dois e três volumes por ano e cuja glória repousava sobre uma biblioteca inteira? Fiquei pasmado. Com aquele frontal estreito, com aquele olhar de desvairado, com aquela fisionomia fechada, balda de simpatia, apareceu-me sem mobilidade, sem ductibilidade, rígido, sinistro e limitado. Acresce que o branco da sua tez soava falso, e do seu espírito julguei logo, vendo o esforço que punha a escova na testa para ganhar diariamente terreno no cabelo! Foi uma má impressão que se desfez mais tarde.

— Veiga — disse Floc depois dos cumprimentos —, gostei muito da tua conferência. Foi uma epopeia, uma ode triunfal ao grande corso!

— Houve pedacinhos lindos — intrometeu-se o Oliveira. — Quando, por exemplo, o doutor falou naquele inglês lá da ilha que tinha feito sofrer “o último grande homem da nossa espécie”, foi como se eu tivesse visto o próprio Napoleão — grande, alto, com aquele cavanhaque.

— Napoleão era baixo e não tinha barba — disse alguém.

— É um modo de dizer, quero falar na figura, na... era extraordinário mesmo! E a gente — continuou Oliveira —, e a gente fica admirado que um homem desses tenha sido cercado, acuado em Sedan!

— Em Waterloo, é que você quer dizer...

— Em Waterloo! Não foi em Sedan? O Zola, na *Derrocada*... eu li!

— Ah! Isto é Napoleão III — acudiu Floc.

— É verdade! — fez o Oliveira. — Que confusão!

Veiga Filho passeava a olhar pela sala, distraído, sem dar grande atenção ao Oliveira. Digeriu o seu triunfo, e só saiu dessa digestão difícil quando Floc lhe disse:

— E quanta gente! Muitas senhoras... moças... gente fina... Estavam as Wallesteins, as Bostocks, as Clarks Walkovers... Podes-te gabar que tens o melhor auditório feminino da cidade... Nem o Bilac.

Por aí os seus olhos tiveram uma grande e forte expressão de triunfo. Disfarçou com um movimento de modéstia e perguntou:

— Já deste a notícia?

— Ainda não; não tenho tempo... Vou ao banquete do ministro e...

— Quando a vais fazer?

— Hoje não posso, vou ao banquete; mas o Leporace podia dar... Leporace (gritou para o secretário), escreve a notícia da conferência do Veiga!

— Não tenho tempo — objetou o fanhoso secretário, aproximando-se do grupo.

Durante minutos estiveram discutindo quem devia dar ou não a notícia, sem chegar a um acordo. Leporace, então, lembrou que o próprio Veiga Filho a fizesse:

— Estás doido! — objetou o romancista. — Não viste o que aconteceu da outra vez? Que diriam?

— Ora! Que tolice! Como se houvesse alguém que acreditasse no murmúrio desses literatecos... Umas bestas, uns vagabundos; escreve, anda!

A sua natureza de boa-fé complacente fê-lo aceder.

Eu demorei-me ainda muito e pude ouvi-lo ler a notícia. Começou dizendo que era impossível resumir uma conferência de um artista como Veiga Filho. Para ele, as palavras eram a própria substância de sua arte. Dizer em alguns períodos o que ele dissera em hora e meia era querer mostrar a beleza do fundo do mar com uma gota d'água trazida de lá (não citou o autor). Em seguida, a grande glória das letras pátrias mostrou como tinha começado: citou Nietzsche, de quem, hoje, entre nós, Veiga Filho é um dos mais profundos conhecedores e a cuja filosofia a sua inspiração obedece. Começou com o Zaratustra: o homem é uma ponte entre o animal e o super-homem. Daí partiu seguindo o grande curso na passagem desta ponte. Serviu-se dos mais modernos historiadores: Masson, Albert Sorel, Lord Rosebery. Descreveu a batalha de Austerlitz, contou a campanha da Rússia e a passagem do Berezina foi motivo para uma descrição das mais artísticas que até agora se fez na nossa língua. Pelo auditório, quando ele mostrou aqueles milhares de homens, caindo ao rio gelado, amontoando-se uns sobre os outros, debatendo-se, lutando sob uma chuva de metralha, correu um *frisson* de terror. Contestou teorias de Tolstói, pôs finas notações aos ataques feitos a Napoleão e ao estudo do seu gênio por Lombroso. Patenteou uma grande erudição e conhecimentos não suspeitados; e, quando a sua palavra colorida descreveu os suplícios desse titã roído pelo enfado, houve na sala um soluço.

Foi um duplo triunfo — terminava assim a notícia — de Veiga Filho e de Napoleão, o último grande homem que a nossa espécie viu, cuja grandeza e cujos triunfos aquele grande artista soube pintar e descrever, jogando com as palavras como um malabarista hábil faz com as suas bolas multicolores. Raro e fugace gozo foi essa conferência do eminente cultor das letras pátrias.

Veiga Filho acabou de ler a notícia no meio da sala, cercado de redatores e repórteres. Enquanto ele lia cheio de paixão, esquecido de que fora ele mesmo

o autor de tão lindos elogios, fiquei também esquecido e convencido do seu malabarismo vocabular, do sopro heroico de sua palavra, da sua erudição e do seu saber...

Cessando, lembrei-me que amanhã tudo aquilo ia ser lido pelo Brasil boquiaberto de admiração, como um elogio valioso, isto é, nascido de entusiasmo sem dependência com a pessoa, como coisa feita por um admirador mal conhecido! A Glória! Glória! E, de repente, repontaram-me dúvidas: e todos os que passaram não teriam sido assim? E os estrangeiros não seriam assim também?...

Mas a indiferença da nossa gente pelas coisas de espírito talvez justifique tais manejos, penso agora.

Naquela hora, presenciando tudo aquilo, eu senti que tinha travado conhecimento com um engenhoso aparelho de aparições e eclipses, espécie complicada de tablado de mágica e espelho de prestidigitador, provocando ilusões, fantasmagorias, ressurgimentos, glorificações e apoteoses com pedacinhos de chumbo, uma máquina Marinoni e a estupidez das multidões.

Era a Imprensa, a Onipotente Imprensa, o quarto poder fora da Constituição!

IX

Aos poucos, esqueci-me dos dias de fome passados a deambular pelas ruas da cidade. Tinha já um quarto, cama e um lavatório de ferro, pensão de almoço e jantar; e, ainda, do ordenado, me sobravam sempre alguns mil-réis para comprar, de quando em quando, umas botinas de abotoar ou um chapéu da palha mais catita. Gregoróvitch dera-me um terno de roupa, e por todo o tempo em que fui contínuo, conheci vários alfaiates caros por intermédio do corpo dos outros.

No começo, custei a conformar-me com a posição de contínuo, mas consolei-me logo, ao lembrar-me dos meus heróis do *Poder da vontade*; e não foi sem desgosto que aceitei as fatiotas daqueles desconhecidos. Custou-me muito curvar-me a tão vil necessidade; com o tempo, porém, conformei-me, e de tal modo me habituei que, mais tarde, quando a minha situação mudou, foi-me preciso um grande esforço para me habituar a comprar roupa em primeira mão. Achava-a cara, e o dinheiro gasto nela, despendido inutilmente, como se o gastasse em orgias e bebedeiras. Os meus vencimentos eram aumentados pelas gorjetas. Havia-as de duzentos réis, mas, em geral, eram de quinhentos réis para cima. A gente dos jornais é pródiga como jogadores e gosta de aparentar desprezo pelo dinheiro e generosidade. Uma vez, recordo-me bem, um repórter, entrando alta noite na redação, com o olhar brilhante e o passo um tanto trôpego, disse-me cheio de efusão:

— Caminha, tens dinheiro?

— Tenho, sim, senhor, dois mil-réis... O senhor...

Ele não entendeu bem a minha resposta e continuou com a voz pastosa:

— Sabes donde venho? Do Aplomb Club. Ganhei oitocentos mil-réis no *baccarat*... Arre! Que desta vez levei a melhor ao Laje... Sabes quem bancava? O Demóstenes, o doutor Demóstenes Brandão, pretor, primo de um ministro.

O repórter falava bamboleando a cabeça e agitando os braços molemente. Esteve alguns instantes calado, a revirar os olhos, e depois puxou da algibeira uma nota de vinte mil-réis e disse-me:

— Toma! Vai procurar um bom fim de noite...

Eu tinha cem mil-réis por mês. Vivia satisfeito e as minhas ambições pareciam assentes. Não fora só a miséria passada que assim me fizera; fora também a ambiência hostil, a certeza de que um passo para diante me custava grandes dores, fortes humilhações, ofensas terríveis. Relembrava-me da minha vida anterior; sentia ainda muito abertos os ferimentos que aquele choque com o mundo me causara. Sem os achar, em consciência, justos, acobardava-me diante da perspectiva de novas dores e apavorei-me diante da imagem de novas torturas. Considerei-me feliz no lugar de contínuo da redação do *O Globo*. Tinha atravessado um grande braço de mar, agarrara-me a um ilhéu e não tinha coragem de nadar de novo para a terra firme que barrava o horizonte a algumas centenas de metros. Os mariscos bastavam-me e os insetos já se me tinham feito grossa a pele...

De tal maneira é forte o poder de nos iludirmos, que um ano depois cheguei a ter até orgulho da minha posição. Senti-me muito mais que um contínuo qualquer, mesmo mais que um contínuo de ministro. As conversas da redação tinham-me dado a convicção de que o doutor Loberant era o homem mais poderoso do Brasil; fazia e desfazia ministros, demitia diretores, julgava juízes e o presidente, logo ao amanhecer, lia o seu jornal, para saber se tal ou qual ato seu tinha tido o *placet* desejado do doutor Ricardo. Participar de uma redação de jornal era algo extraordinário, superior, acima das forças comuns dos mortais; e eu tive a confirmação disso quando, certa vez, na casa de cômodos em que morava, dizendo-o ao encarregado que trabalhava na redação do *O Globo*, vi o pobre homem esbugalhar muito os olhos, olhar-me de alto a baixo, tomar-se de grande espanto como se estivesse diante de um ente extraordinário. As raparigas que residiam junto a mim, lavadeiras e costureiras, criadas de servir, apelidaram-me “o jornalista”, e mesmo quando vieram a ter exato conhecimento da minha real situação no jornal, continuei a ser por esse apelido conhecido, respeitado e debochado.

Fiquei enervado de orgulho pueril, tratando toda a gente com um desdém sobranceiro, sentindo-me tocado, atingido por um pouco da grandeza que cabia ao doutor Loberant, ao Losque e ao inimitável Floc.

Depois de acobardado, tornei-me superior e enervado e não tentei mais mudar a situação, julgando que não havia no Rio de Janeiro lugar mais digno para o genial aluno de dona Ester que o de contínuo numa redação sagrada. Não estudei mais, não mais abri livro. Só a leitura do *O Globo* me agradava, me dava prazer. Comecei a admirar as sentenças literárias do Floc, as pilhérias

do Losque, a decorar a gramática homeopática do Lobo e a não suportar uma leitura mais difícil, mais densa de ideias, mais logicamente arquitetada, mesmo quando vinha em jornal. Era pesado e...

Nos jornais do Rio, os seus sacerdotes consumados entendem por artigo pesado os extensos ou aqueles que não desenvolvem, até à tolice minuciosa, notícias de crimes sensacionais *et reliqua*. Nada influi para modificar-lhes o julgamento a atração do artigo, já pelo assunto, já pelo modo de tratá-lo, já pelo estilo do escritor. Desde que não se trate de crimes espantosos, de idiotas intrigas políticas, uma crônica mais pensada ou um artigo mais estudado será refugado como pesado. A gente dos jornais do Rio só tem ideias feitas e *clichés* de opiniões de toda a natureza incrustados no cérebro.

A não ser o *Jornal do Commercio*, pode-se dizer que os diários do Rio nada têm o que se leia e todos eles se parecem, pois todos têm a preocupação de noticiar crimes, escândalos domésticos e públicos, curiosidades banais e, em geral, ilustrados com zincografias que nada têm com o caso, quando não são hediondas ou imorais, como aconteceu com *O Globo* que, certa vez, deu a de um cadáver exumado, inteiramente nu.

A imprensa popular de qualquer país — por exemplo, o *Martin*, o *Journal* (falo dos que conheço) — não é tão indigente de leitura, de atrativos outros que não o vulgar noticiário, como os jornais do Rio, nos quais quase não existe colaboração de qualquer natureza.

Guiados pelas mesmas leis, obedecendo quase a um único critério, todos eles se parecem; e, lido um, estão lidos todos.

Continuemos, porém, a narração da minha vida de quase jornalista.

Em menos de ano e tanto, tinha já construído uma pequena consciência jornalística para meu uso. Julguei-me superior ao resto da humanidade que não pisa familiarmente no interior das redações e cheio de inteligência e de talento, só porque levava tinta aos tinteiros dos repórteres e dos redatores e participava assim de um jornal, onde todos têm gênio. Os contínuos, os revisores, os caixeiros de balcão, o gerente, os redatores, os homens das máquinas, os tipógrafos, os agentes de anúncios, todos têm gênio, muito gênio mesmo, quando de sobra não têm também muito espírito, muito mesmo! Aquela casa, como todas do seu feitio, em que se fabricam novidades para o público, era uma colmeia de gênios. Colmeia é bem o termo porque era pequena e acanhada. Os redatores escreviam uns em cima dos outros; na revisão, que ficava misturada com a composição, não se podia andar; e pela noite os bicos de gás sem vidros iluminavam tudo aquilo lóbregamente, com grandes hiatos

de sombras como um porão de navio. Pela sala em que esses dois departamentos funcionavam, fluía um forte odor de urina, desprendido de um mictório que existia entre duas caixas da tipografia. No dia que notei isso, não fazia oito que um artigo furioso atacava o governo pelas más condições higiênicas do Hospício Nacional de Alienados.

Quando se tratava de *per si* com qualquer dos empregados do jornal, ficava-se admirado que a folha se imprimisse e se escrevesse diariamente. Floc tinha em pouca conta Losque: um bufão, dizia ele; Bandeira desprezava Floc: um eunuco; e todos como que pareciam querer entredevorar-se até aos ossos. Entretanto, quando um fazia anos, a seção competente gemia e os adjetivos mais ternos e mais camaradários não eram poupados. De seção para seção, a guerra era terrível. A revisão dizia que a redação era analfabeta; a tipografia acusava ambas de incompetentes; e até a impressão, que não lia nem via originais, tinha uma opinião desfavorável sobre todas três.

A redação não perdoava a menor falha da revisão. Às vezes, eram os originais defeituosos; em outras, havia descuido ou a pretensão fazia emendar o que estava certo; mas sempre as reclamações choviam por parte dos redatores, dos colaboradores e dos repórteres.

Um caso curioso deu-se com um artigo de Aires d'Ávila. Na sua cantilena diária, o paquidérmico plumitivo tinha escrito “pesados 200\$000 impostos pelo Congresso”, mas, passando de uma linha para outra, cortara a quantia pelo cifrão, sem o qual, a revisão e a tipografia entenderam “200 ovos postos pelo Congresso”. Ávila às nove horas da manhã veio ao jornal, furioso, com as banhas agitadas, todo ele nervoso de pasmar, pois sempre me pareceu sem nervos. O que tinha sido uma simples obra do acaso, atribuíu ele a uma canalhice da revisão, uma pilhéria de mau gosto.

De tarde o chefe da revisão foi chamado, quis explicar o “gato”; mas a nada se atendeu e houve algumas demissões. Não eram raras aliás. No jornal, há-as de mês a mês; por dá cá aquela palha, o diretor ou o secretário demite, suspende, multa nos ordenados. Daí vem o terror dos subalternos, a lisonja, o respeito religioso de que são cercados os chefes. Entretanto, quantas vezes se não leem acres censuras ao ministro que demitiu este ou aquele funcionário, por motivos em geral mais plausíveis!

Unicamente Gregoróvitch não fazia carga sobre a revisão. Para ele, tanto se lhe dava sair “nós fomos” como “nós foi”. Não tinha nenhum amor pelos escritos; eram como cutiladas, tanto fazia matar, ferindo no pescoço como rachando a cabeça meio a meio. O que ele queria era matar, ferir, golpear: a

maneira pouco se lhe dava. E era uma felicidade para a revisão que ele pensasse assim. No jornal, só o russo tinha prestígio e iniciativa. Os outros curvavam-se servilmente ao diretor. O que não seria se o doutor em Exegese Bíblica tivesse os cuidados puristas do Oliveira, que reclamava um “propositalmente” por propositadamente! Toda a sua gramática estava aí. Ele conseguira saber que “propositalmente” não era aconselhado pelo Rui, e aí do revisor que deixasse escapar um na sua seção! O próprio Loberant, tão ignorante como o Oliveira, péssimo escritor, tinha fúrias extraordinárias quando lhe trocavam uma palavra no luminoso artigo. Diariamente, mesmo quando não escrevia, corria o jornal de manhã, do princípio ao fim, auxiliado pela mulher, para descobrir erros segundo a gramática do Lobo. Graças a leituras das “sorites” do esquálido gramático, Loberant julgava-se um purista; demais, ele sempre tivera culto pelo dicionário, pelo purismo. Era um gosto ver surgir nos seus artigos-descomposturas termos catados ao Moraes e ao Domingos Vieira. E essa sua crença de purista e cultor da língua juntara-se, com o tempo, à de ser também um grande homem, um messias, um homem providencial. Com cuidado e atilamento, afastara do jornal toda e qualquer pessoa de mais talento que ele. Proprietário da folha, absorvera-a toda em si: os artigos, a criação das seções, as referências elogiosas, as “cavações”, tudo só se fazia com sua audiência e aprovação. Ele pairava sobre o jornal como um sátrapa que desconhecesse completamente qualquer espécie de lei, fosse jurídica, moral ou religiosa. Não havia regulamentos, praxes; o jornal era ele e a coerência de suas opiniões vinha dos impulsos desordenados de sua alma, que o despeito agitava em todos os sentidos. No curto prazo de uma semana, o seu jornal atacou, elogiou e qualificou herói o ministro da Guerra; e nenhum dos três artigos saiu da sua pena; foram escritos à sua ordem pelo Adelermo Caxias, que se gabava de honestidade intelectual. Na redação era assim: escrevia-se, mediante ordem do diretor, hoje contra e amanhã a favor. Floc, entretanto, gabava-se de ter autonomia nos seus artigos. Eram puramente literários, ou tinham esse propósito, e, à luz da inteligência de Loberant, era-lhe perfeitamente indiferente que o naturalismo fosse elogiado e o nefelibatismo detratado; que a Academia de Letras tivesse referências elogiosas ou recebesse epigramas acerados. Floc era contra a Academia, contra os novos, contra os poetas, contra os prosadores; só admitia, além dele, com a sua obra subjacente, que se poetassem e fizessem versos certos rapazes de sua amizade, bem-nascidos, limpinhos e candidatos à diplomacia. Confundia arte, literatura, pensamento com distrações de salão; não lhes sentia o grande fundo natural, o que pode

haver de grandioso na função da Arte. Para ele, arte era recitar versos nas salas, requestar atrizes e pintar umas aquarelas lambidas, falsamente melancólicas.

Na crítica, tinha-se na convicção de um fazedor de poetas, um consagrador de reputações; com aquele endosso da firma burlesca — Floc —, o autor que lhe recebesse elogios passava imediatamente para o *Larousse*. Ignorante, insciente, com uma leitura de pacotilha, não se animava a desenvolver qualquer teoria, a ter um ponto de vista qualquer; bordava umas banalidades — “uns deliciosos momentos de gozo estético deu-nos, etc.; a sua alma vibra e palpita, etc.”.

Ainda tenho nos meus papéis a notícia que ele deu de uma *plaque* de verso do poeta Almeida Lopes. Começava assim portentosamente a notícia: “Eis aqui um caso singular, e que desnorteia os princípios geralmente admitidos em hereditariedade. O senhor Almeida Lopes, filho de escritores, nasceu poeta e escritor.”

Não sabia Floc que, como grande número de sábios, o povo sentenciava: “filho de peixe sabe nadar; quem sai aos seus não degenera” etc. etc.

Certamente, ele possuía, sobre herança psicológica, noções muito mais elegantes, branquinhas e limpinhas que as admitidas geralmente.

Com isso, e repetidos elogios aos outros jornalistas, adquiriu ele uma linda reputação e um grande prestígio de talento e de artista. Quando se suicidou (oh! como isto é triste de recordar!), quando se suicidou fui-lhe ver os livros; lá havia a *Grande Marnière*, de Ohnet; *Je suis belle*, de Victorien de Saussay; uns volumes de Bourget, alguns de Maupassant, nenhum historiador, nenhum filósofo, nenhum estudo de crítica literária, mas dez de anedotas literárias de autores de todos os tempos e de todos os países. A sua crítica não obedecia a nenhum sistema; não seguia escola alguma. As suas regras estéticas eram as suas relações com o autor, as recomendações recebidas, os títulos universitários, o nascimento e a condição social. Elogiava nefelibatas, se eram de sua amizade, se eram “limpos”; detratava se não eram. Tinha, além, dois princípios: a aristocracia da arte e a fulminação dos nulos. Entendia a seu modo aristocracia da arte, isto é, arte feita pelos aristocratas como ele, cujo pai tivera na primeira mocidade uma taverna em Barra Mansa.

Uma tarde, chegou à redação com uma *plaque*, impressa em Portugal, tendo por título *Coração magoado*. Encontrando Leporace, mostrou-lhe a brochura:

— Conheces?

— Não. Deixe-me vê-la.

Leporace quis dar a sua fisionomia flácida, aos músculos inexpressivos de sua face, uma expressão de finura, de atilamento particular de entendido. Leu o título, o nome do autor, folheou o livro e perguntou:

— Quem é Odalina?

— Uma poetisa portuguesa de muito talento... Está de passagem e vem tratar de uma revista — *O Bandolim*... Os versos são líricos, mas de uma pureza de sentimento e cheios de um acento pessoal de encantar... Eu não gosto da arte pessoal; a arte (tomou outra atitude) deve refletir o mundo e o homem, e não a pessoa... Penso como Flaubert... Vê só este:

*Meu coração por desgraça
Entrou no meu pensamento
É como crime de faca
Que nunca tem livramento.*

— Notaste — acrescentou ao terminar a leitura — como está bem aproveitada a devida cadência da trova popular para exprimir um alto conceito filosófico? Ela quer dizer que o julgamento, a lucidez de sua inteligência é perturbada pelo Amor, pelo sentimento... E como ela compara bem com um dizer popular, essa coisa alta e transcendente! O livro é notável... Vê só esta quadrinha, que perfeição! Quanta emoção há nela! Ouve:

*Quem tem amores vai dormir
Na porta do seu amor
Das pedras faz cabeceira
Das estrelas cobertor.*

Leporace pediu de novo o livro e pôs-se a folheá-lo, lendo aqui e ali. Não teve uma palavra para dizer, descansou o livro e perguntou:

— Quem te apresentou?

— O Raul de Gusmão.

— O Raul! Com mulheres! É casada?

— É, com o Visconde de Varennes, um fidalgo francês.

— Olá! Deve ser uma grande família, nobreza antiga... O nome é histórico — rematou Leporace satisfeito por ter encontrado uma observação a

fazer.

— Não sei se é.

— O marido veio com ela?

— Não. Ela vive separada do marido...

— Ahn! Vais escrever sobre ela, não?

— Naturalmente.

E os dois sorriam: Floc cheio de satisfação, recordando vagamente as mulheres já gozadas; Leporace com um evidente travo de amargura nos lábios. O crítico preparava-se para se pôr à mesa, quando entravam o doutor Loberant e Gregoróvitch. O diretor vinha com a fisionomia alegre. Floc e Leporace, este mais que aquele, acolheram com as grandes mostras de respeito de sempre a presença do doutor Ricardo Loberant. O desbotado secretário deu-lhe conta das recomendações do dia seguinte. Tinha posto mais uma “brotoeja” contra o prefeito e fizera escrever um solto combatendo o empréstimo da Prefeitura; e, se não saíra a “porrada” na gente do Paraná, fora porque o vira a conversar com o Xavantes.

— Ora, “seu” Leporace! — exclamou o diretor. — Que é que tem isso! O jornal é uma coisa e eu sou outra...

— Pensei...

— Bem... foi bom... Mas não me deixe de bater na Prefeitura... É um escândalo! Uma vergonha! Só o Machado vai ganhar mil contos... Embirro com esse Machado... Um tratante que não me cumprimenta... Ainda se fosse outro, vá! E não é isso; é um nulo, um título desvantajoso, e que juro!... Não o deixem, não o deixem; havemos de ver se *O Globo* vale ou não vale...

E o diretor rematou as suas recomendações com um baixo palavrão insultuoso. Floc e Leporace tinham ficado a ouvir o venerável diretor; Gregoróvitch, sentado, fumando, estivera a ler o livro da poetisa portuguesa.

— De quem é isto? — perguntou.

— É meu.

— É o autor que pergunto.

— O autor! É uma fidalga portuguesa...

— Livra! São versos de folhinha...

— De folhinha!

— De folhinha, sim. Este aqui. “Quem tem amores vai dormir” — é “verso” de hoje até!

— Não é possível! Não é possível! — reclamou o crítico literário.

— Queres ver? Caminha — gritou o russo para mim —, traze-me aí o “verso” de hoje.

Procurei-o nos papéis de uma cesta e entreguei-o ao redator poliglota. O estrangeiro passou os olhos no papelucho e entregou-o ao Floc. O oráculo artístico do jornal correu rapidamente os versos e confessou: é verdade, acrescentando — que cinismo! Mas sem convicção nem indignação.

O diretor tinha entrado para o gabinete seguido de Leporace e nenhum dos dois ouvira o breve diálogo trocado na sala entre os dois redatores. De repente, com aquela sofreguidão que lhe era peculiar e que ele punha nos atos, nos afetos e nos seus medíocres artigos, chegou-se à porta e perguntou ao Floc:

— Vi esse tal Andrade na rua... O jornaleco dele ainda continua a sair?

— Penso que sim.

— Tens lido?

— Às vezes.

— Continua a insultar-me?

— Sempre. — E acrescentou: — O doutor se incomoda com o que diz esse vagabundo?

— Não... Ora! Mas... Deixa estar que ele há de precisar de mim, há de cair em alguma; então veremos... Não se esqueçam dele, quando for ocasião, casquem... Patife!!!

E passou por mim ainda com os dentes rilhados, cheio de raiva, desabotoando a braguilha, apressado para o mictório, olhando para o lado em que eu estava, como querendo dar a entender que ele era forte, muito forte, e havia de esmagar um dia aquele pigmeu que ousava pôr-se diante do seu caminho triunfante, atirando-lhe alfinetadas com uma cômica violência liliputiana. Havia de esmagá-lo, inutilizá-lo para sempre e fazê-lo sofrer eternamente o grande desaforo de o não supor Deus no “Domingo”, a ele, doutor Ricardo Loberant, diretor-proprietário do *O Globo*, jornal independente, órgão do povo e dos sofrendores, pesadelo dos ministros, espada de Dâmocles suspensa sobre a tríade política e administrativa da República. E ele tinha razão.

O terror que inspirava dentro do jornal irradiava para fora. Aquele homem magrinho, fraco de corpo e de inteligência, sem cultura, amedrontava a cidade e o país. Todos o cortejavam; os colegas que o combatiam, evitavam feri-lo de frente. Um ou outro, num momento de desespero, tinha a coragem de enfrentá-lo; mas era num momento de desespero. Armados, cercados de todos os lados, tinham uma convulsão e atiravam-se, desferindo golpes para a

esquerda e para a direita. Se porventura algum era mais certo e parecia esmagar o doutor Loberant, ficava-se pasmado que se desse o contrário. Longe de perder prestígio, esses ferimentos aumentavam-no. O povo não queria ver a sua ignorância, a sua inabilidade no escrever; era valente e dizia a verdade. Houve uma polêmica sobre um tratado de limites em que o seu desconhecimento da geografia pátria ficou patente; o jornal foi mais lido. Em outra vez, deu como tendo feito oferecimentos a conventos do Brasil, reis da dinastia de Borgonha; recebeu uma ovação. De dia para dia, o jornal crescia em venda. Todos o liam; era o jornal dos desgostosos, dos pequenos empregados, dos *ratés* de todas as profissões e também dos ricos que não podem ganhar mais e dos destronados das posições e das honras. Na venda avulsa, nenhum o excedia, nem o próprio *Correio da Manhã*. Só o *Jornal do Brasil* se mantinha emparelhado com ele, e a rivalidade era acesa. Julgando que a prosperidade do outro era devida aos bonecos, Loberant punha na sua folha bonecos. Parecendo-lhe que isso não era o bastante, forjava anúncios, “calhaus”, calhaus de “precisa-se”, de “aluga-se”, de pequenos anúncios que, em abundância, parecem ser o índice da prosperidade de um jornal. Mas não contente com esses expedientes todos, um dia o doutor Loberant, supondo a popularidade do rival devida à falta de gramática nos artigos, chegou à redação furioso e, com o seu modo habitual, berrou:

— Não quero mais gramática nem literatura aqui!... Nada! Nada! De lado essas porcarias todas... Coisa para o povo, é que eu quero!

O Lobo, que estava na sala, teve em começo um grande olhar de tristeza com que envolveu toda a sala e a coleção de jornais dependurados pelas paredes. Depois de um momento de hesitação, tomou coragem e observou:

— Mas, doutor...

— Ora, Lobo! Já vem você...

— Mas, doutor, a língua é uma coisa sagrada. O culto da língua é um pouco o culto da pátria. Então o senhor quer que o seu jornal contribua para a corrupção deste lindo idioma de Barros e Vieira.

— Qual Barros, qual Vieira! Isto é brasileiro, coisa muito diversa!

— Brasileiro, doutor! — falou mansamente o gramático. — Isto que se fala aqui não é língua, não é nada: é um vazadouro de imundícies. Se Frei Luís de Sousa ressuscitasse, não reconheceria a sua bela língua nesse amálgama, nessa mistura diabólica de galicismos, africanismos, indianismos, anglicismos, cacofonias, cacotecnias, hiatos, colisões... Um inferno! Ah, doutor! Não se esqueça disto: os romanos desapareceram, mas a sua língua ainda é estudada...

Loberant não ficou abalado com a exortação do gramático. Manteve a ordem que lhe parecia necessária para o aumento de alguns milheiros na venda de sua folha. Conquanto afetasse esse desprezo pela literatura, ele não deixava de ter pretensões a intelectual. Com a prosperidade do jornal, a sua pretensão aumentava. Julgava-se um Patrocínio, um Ferreira de Araújo, um Bocaiúva; embora não escrevesse com destaque, ele ia buscar o seu parentesco espiritual em Rochefort, Luís Veuillot e outros nomes de jornalistas estrangeiros de que tinha informações.

O seu gabinete era alvo de uma peregrinação. Durante o dia e nas primeiras horas da noite, entrava toda a gente, militares, funcionários, professores, médicos, geômetras, filósofos. Uns vinham à cata de elogios, de gabos aos seus talentos e serviços. Grandes sábios e ativos parlamentares eu vi escrevendo os seus próprios elogios. O *leader* do governo enviava notas, já redigidas, denunciando os conchavos políticos, as combinações, os jogos de interesses que se discutiam no recesso das antecâmeras ministeriais. Foi sempre coisa que me surpreendeu ver que amigos, homens que se abraçavam efusivamente, com as maiores mostras de amizade, vinham ao jornal denunciar-se uns aos outros. Nisso é que se alicerçou o *O Globo*; foi nessa divisão infinitesimal de interesses, em uma forte diminuição de todos os laços morais.

Cada qual mais queria, ninguém se queria submeter nem esperar; todos lutavam desesperadamente como se estivessem num naufrágio. Nada de cerimônias, nada de piedade; era para a frente, para as posições rendosas e para os privilégios e concessões. Era um galope para a riqueza, em que se atropelava a todos, os amigos e inimigos, parentes e estranhos. A República soltou de dentro das nossas almas todas uma grande pressão de apetites de luxo, de fêmeas, de brilho social. O nosso império decorativo tinha virtudes de torneira. O encilhamento, com aquelas fortunas de mil e uma noites, deu-nos o gosto pelo esplendor, pelo milhão, pela elegância, e nós atiramo-nos à indústria das indenizações. Depois, esgotado, vieram os arranjos, as gordas negociatas sob todos os disfarces, os desfalques, sobretudo a indústria política, a mais segura e a mais honesta. Sem a grande indústria, sem a grande agricultura, com o grosso comércio nas mãos dos estrangeiros, cada um de nós, sentindo-se solicitado por um ferver de desejos caros e satisfações opulentas, começou a imaginar meios de fazer dinheiro à margem do código e a detestar os detentores do poder que tinham a feérica vara legal capaz de fornecê-lo a rodo. Daí a receptividade do público por aquela espécie de jornal, com descomposturas diárias, pondo

abaixo um grande por dia, abrindo caminho, dando esperanças diárias aos desejosos, aos descontentes, aos aborrecidos. E os outros jornais? Nos outros o suborno era patente; a proteção às negociatas da gente do governo não sofria ataques; não demoliam, conservavam, escoravam os que dominavam.

Loberant sabia o segredo do seu sucesso e velava pela folha com cuidados especiais. Diariamente lhe vinham informações sobre a venda avulsa, sobre o movimento de anúncios. Se decaíam um pouco, logo procurava um escândalo, uma denúncia, um barulho, em falta um artigo violento fosse contra quem fosse. Havia na redação farejadores de escândalos; um, para os públicos; outro, para os particulares. Este era o mais interessante. Tinha uma imaginação doentia; forjava coisas terríveis, inventava, criava crimes. Eram cárceres privados, enterramentos clandestinos, incestos, tutores dolosos, etc.

Porém, os grandes escândalos, os grossos, as ladroeiras públicas eram denunciadas pelos próprios funcionários desgostosos, por políticos pedinchões e não satisfeitos e pelos próprios subordinados. A venda cresceu sempre, mas com todos esses alvitres houve um momento em que estacionou. Loberant encheu-se de temor, carregou mais nas descomposturas, começou a implicar com o chefe de polícia; mas nem assim subia. Uma frase equívoca que lhe saíra da pena determinou o aparecimento de um “apedido” no *Jornal do Commercio*, denunciando-o como inimigo da colônia portuguesa, tanto assim que não tinha um português na redação da sua gazeta. Foi Aires d’Ávila quem leu o “apedido” e o mostrou ao diretor. Era hábito de muitos anos, depois de ver o palpite do bicho, correr os “apedidos” dos jornais e lê-los atentamente. Ali, ele procurava caminho para as “cavações”, informava-se das reputações, preparava os “ganchos”. Loberant, quando teve notícia da mofina, considerou bem a falta e pediu o alvitre do Floc.

— Conheces aí algum capaz?

— Qual, não há!

— Como poderíamos arranjar um português para redator, dize lá?

Anos mais tarde, ele não teria dificuldades. O chefe do gabinete da monarquia lusitana encarregar-se-ia de arranjar-lhe um. Floc lembrou um alvitre:

— Encomenda-se a Portugal.

E fui eu encarregado de levar o telegrama ao submarino. Não se tratava já de um redator; pedia-se a uma livraria de Lisboa um redator e dois correspondentes literários. Nos dias seguintes, era o seu primeiro cuidado indagar se já tinha chegado a resposta. Veio afinal. Os correspondentes já

estavam arranjados, mas não havia quem quisesse vir. Iam ver. Dias depois, ao abrir a correspondência, Leporace deu com a resposta de Lisboa e correu alvissareiro para o diretor.

— Cá está ele... Está arranjado...

— O quê?

— O redator português.

— Ahn!

E leu o telegrama. Embarcaria no primeiro paquete. Era espirituoso, entendido em coisas portuguesas e queria setecentos mil-réis francos. Aceitou e nesse sentido telegrafou para Lisboa. Quando voltei da Western, Pranzini, o gerente, entrava na redação. Chegava com o sobrecenho carregado e os olhos fuzilando indignados. Pranzini era o cão de fila do diretor. O cofre e a economia do jornal estavam-lhe inteiramente entregues. Ele pagava e recebia, depositava dinheiro, arbitrava os preços da matéria paga. Todos estavam sob a sua tirania; precisavam adulá-lo, amimá-lo, e ele abusava extraordinariamente dos grandes poderes de que estava investido. Ficava-lhe bem a função. Era cúvido, metódico, organizado. No jornal, vivia sempre em mangas de camisa e a feira dos botões do colete não se afastava nunca do eixo do peito. A fisionomia era larga e dura; grandes faces assimétricas, queixo forte e quadrado, pouco distinto do maxilar, uma grande dificuldade em sorrir. Aquela inteligência rudimentar de aldeão italiano tinha finuras de doutor da escolástica. Certa vez furtou-se ao pagamento de uma comissão do anúncio de uma casa, sob o pretexto de que a autorização falava em Bal Masqué e o nome do estabelecimento era Au Bal Masqué. Murmurava-se no jornal que ele desviava um pouco as rendas do diretor, mas dizia-se também que este não se importava porque assim indiretamente pagava as doces intimidades com a amante do italiano, uma pequena mulher, coberta de um pelo fino e abundante, de carnes duras e grandes ancas provocadoras.

— Sabes, Pranzini? Temos o homem... De Lisboa chegou-nos a resposta.

— É bom... Vocês sabem, sem português, nada aqui vai adiante. Os patrícios exigem, é justo: eles são talvez trezentos mil, pagam rios de dinheiro em anúncios — é justo!

Depois, tomando outro tom de voz falou assim ao diretor:

— Tenho aqui este vale para o senhor visar.

— Eu já disse a você que não é preciso...

— Não é isso. É que com este tive dúvidas. Tratava-se de um artigo que não saiu assinado. Não parecia ser colaboração e eu...

— De quem é o vale?

— Do Veiga Filho.

— De que artigo?

— Um sobre o Teixeira de Almeida.

— Mas o quê! — exclamou o diretor. — Pois se foi ele próprio que pediu para escrevê-lo, dizendo-me que tinha sido colega de escola do homem, como é que cobra?... Enfim, deixa-me vê-lo.

O doutor considerou bem o pedaço de papel que tinha na mão, abanou a cabeça e veio dizendo:

— Esses literatos! Livra! Até as lágrimas cobram.

Floc nada dissera. Evitava fazer qualquer crítica ao mestre incomparável da nossa língua. Losque, tendo deixado de escrever, meteu-se na palestra. Tinha a mania do “espírito”; mas não era propriamente espírito que ele queria ter. A sua mania era ser um ironista, à moda inglesa — um humorista. Fazia de si um retrato de Sterne, de Lamb, de Swift; embora não soubesse uma linha de inglês filiava a sua graça, o seu feitio de rir, no gênio britânico. Não é que isso, de fato, houvesse nele; faltava-lhe na ironia o imprevisto, o alcance moral e filosófico, aquela meditação por absurdo que Taine achou em Swift. Ele tinha a graça fácil dos pequenos autores e muitas das suas *boutades* tinham origem nos autores portugueses e franceses de segunda ordem. Não era uma atitude de pensamento, um estado d’alma constante, um julgamento sobre os homens e as coisas; era uma profissão, um ganha-pão, que ele executava automaticamente.

Adaptável, sem rebeldia nem independência de caráter, escrevia pilhérias como um amanuense faz ofícios. Nunca tinha escrito obra de vulto, a não ser uma novela de *calembourgs*, em que explorava esse velho filão do roceiro acanhado. Combinava a sua virtuosidade pilhérica com a de escritor de estirados artigos sobre a crise do açúcar e o policiamento da cidade. Era autor de várias revistas, com algumas pilhérias novas e bem achadas. Sem ser moço, não era velho e ia fazendo a sua carreira nos jornais com vagar e submissão, tendo já uma vaga reputação no seio do público. Sabendo da vida de todo o mundo, inventando mesmo, quando os dados lhe faltavam, punha um grande esforço, uma nota de arte no cultivo da maledicência, da “trepação”. Diariamente estudava assuntos, organizava pilhérias, e logo que o momento se oferecia, desandava. Viera disposto nesse dia. Ao entrar, enquanto Leporace conversava na sala, pusera-se a escrever a sua celebrada seção — “Pulgas e Brotoejas” — constantemente cheia de alusões, de ditinhos, de versos aos políticos, em que ele gastava uma certa dose de talento, já um tanto diminuído

pelo automatismo adquirido. Acabando de escrever a seção, procurou um rodeio e dirigiu a conversa para o ponto que queria:

— De fato este Rio tem coisas bem singulares. Vocês conhecem a viúva Pais Brandão?

Nem todos responderam, mas Leporace, que se gabava de conhecer toda a cidade — as ruas, os becos, os segredos —, acudiu prontamente:

— Ora! Como não? Uma loura de forte nariz romano, que anda sempre de preto? Ora, muito!

— É essa mesma. Mora num palácio na rua das Laranjeiras...

— Mas que tem ela? — indagou Floc.

— É um caso curioso.

Leiva veio interromper a conversa. Há dias que ele estava no jornal, fazendo polícia. Sabendo que eu me fizera contínuo, começou a procurar-me e por aí foi travando relações, “engrossando” habilmente, até que um dia entrou como repórter e começou a gritar comigo para que eu lhe trouxesse penas. Losque continuou:

— Passa por séria, por ser um poço de virtudes. Ninguém se anima a requestá-la. O rosto é de Messalina, mas a alma de Cornélia; entretanto...

Calou-se um pouco, suspendeu o auditório, para obter o efeito desejado.

— Mas é curioso — continuou devagar —, é curioso que o seu egoísmo familiar a tivesse levado tão longe.

— Por quê? — perguntou alguém.

— Por quê!? Porque vive em mancebia com o sobrinho e com o filho.

Os circunstantes não se espantaram; sorriram incredulamente.

— Qual! — fez um.

— Engraçado — aduziu sem ir de encontro a dúvida geral — é que ela não pode suportar um só! Hão de ser os dois, juntos, um do lado esquerdo e outro do lado direito... Disse-me a Fulgência, que foi lá criada, que uma noite, não vindo um deles, ela a passou toda na sala de jantar chorando e arrancando os cabelos.

— É um caso curioso de psicopatia sexual — falou Loberant. — Em Londres, há casos especiais quase em gênero semelhante; mas ao contrário: é um homem para duas mulheres, parentas próximas, irmãs, mãe e filha; mas como este não conhecia... Mas quem te informou, Losque?

— Uma rapariga que é minha criada, e foi da viúva. É maravilhoso! Que revulsão na alma! Que móveis íntimos a levaram a isso! Que forte ideal

amoroso não encontrado foi esse que a obrigou a reunir dois rapazes para satisfazê-lo!

Leporace então observou:

— Esta sociedade está muito corrupta.

Gregoróvitch entrava e ainda ouviu as palavras do secretário. Parou um instante, concertou os óculos de aros de ouro e exclamou com malícia:

— Oh! Catão!

— Não sou Catão, mas o que há por aí, pelos bastidores, causa espanto. A sociedade, ao que parece, despenha-se...

— Sempre houve quem dissesse isso — objetou o russo. — Se examinares os satíricos de todos os tempos, eles te revelarão a sociedade sempre corrupta e desbocada... Eu julgo a moral impossível!

— Por quê?

— Porque é feita para diminuir em nós o que é de mais estrutural e de mais profundo: a individualidade, o prazer e os instintos!

— Mas a sociedade precisa repousar nela; senão... — disse Leporace.

— Não há dúvida!

— Então concordas que, em face da própria sociedade, nós nos devemos esforçar por justificar as regras morais, manter sempre de pé os seus preceitos.

— Mas se têm sido inúteis todos os esforços das religiões, a força mais poderosa para uma modificação inteira do indivíduo —, como havemos de consegui-lo? Demais... demais, para quê?

— Para a eternidade da espécie — falou com ênfase Leporace.

— Valeria a pena? — retrucou Gregoróvitch.

E todos se calaram sem achar de pronto uma resposta cabal.

X

Os meus primeiros conhecimentos foram-se paulatinamente afastando de mim. Laje da Silva, desde que me vira de botas rotas e esfomeado, passara a cumprimentar-me friamente, superiormente; Leiva tratava-me bem ainda, mas marcando distância, desde que se fizera repórter; e o próprio Gregoróvitch esquecera-se da maneira por que nos conhecêramos e tratava-me com a brandura que usava com todos os inferiores. Só o Plínio de Andrade, mais por sistema do que por qualquer outra coisa, continuava a dispensar-me a consideração de igual. Fora ele que me explicara a questão do empréstimo da Prefeitura. Era verdade que o título não era bom; mas a questão não girava só em torno disto. O pomo de discórdia residia na comissão do lançamento do empréstimo, e sendo esta avultada, perto de mil e tantos contos, permitia gordas gorjetas aos jornalistas e políticos. O Governo queria o corretor Machado, mas organizara-se um sindicato no intuito de obtê-lo para o banqueiro Rodrigues. Aires d'Ávila, ocultamente, fazia parte do partido de Rodrigues e o doutor Ricardo, que já de há muito antipatizava com o Machado, foi por ele convencido que devia combater com todas as forças a operação projetada. Raro era o dia em que na folha não saíssem algumas linhas tendentes a contrariar o lançamento do grande empréstimo interno. Todos colaboraram para esse fim. Aires d'Ávila, sempre na estacada, desovava argumentos no seu artigo diário, escrito num estilo de exercício de classe; Gregoróvitch escrevia os soltos, *suelos*, curtos, breves, mas fortes, cheios de injúrias, atrevidos; Floc, nas suas esforçadas crônicas literárias ou teatrais, dava alfinetadas; mas quem ia desmoralizando a operação era Losque com as quadrinhas satíricas das "Brotoejas". A cidade inteira sabia-as de cor e pelos bondes, nas confeitarias, nos cafés, nas escolas, nas espeluncas, nas casas malafamadas, por qualquer coisa se dizia o estribilho com que elas acabavam: "e dinheiro não virá". Se alguém perdia no jogo e era jocoso, ao apostar segunda vez, dizia: "e dinheiro não virá". Em conversa de família, se qualquer pessoa queria referir-se ao gorado casamento rico de um desembargador, que partira

para Paris à caça de uma herdeira, comentava: ele vai e... “o dinheiro não virá”. Era bastante que em qualquer momento, fosse como fosse, se encaixasse o estribilho, para se obter um franco sucesso de riso.

A atitude do Governo era curiosa. Às vezes ostentava-se forte, mandava dizer pelos seus jornalistas que o lançaria pelo corretor que entendesse. Os artigos rompiam, mostrando as vantagens da operação, mas Loberant, ou alguém por ele, atirava no dia seguinte um artigo descompassado, pejado de descompostura, e os adversários esfriavam. Neles não se raciocinava, não se ia adiante dos argumentos do adversário. Afirmava-se e insultava-se o contendor com alguns palavrões do calão do Quinhentos ou do Seiscentos. E essas palavras ressuscitadas eram de efeito seguro. A multidão guardava-as de cor, procurando-lhes a significação e o sentido.

Nos “apedidos” do *Jornal do Commercio*, era interessante o combate. Havia artigos sisudos, cheios de citações, Léon Say, Leroy-Beaulieu, versos de Racine; havia epigramas, ligeiros e ágeis que nem um torpedeiro e venenosos que nem uma cascavel.

No meio de todo esse emaranhado de coisas graves, desse espesso enleamento de paixões, de vilezas e ambições, lá aparecia, na famosa subdivisão do velho quotidiano, uma clareira de desinteresse, de afastamento do mundo, das coisas vis e baixas. Era o “apedido” de um louco que parecia sorrir, ria sua loucura, das nossas brutais preocupações de cada dia. Pairava alto, muito longe.

Era um antigo funcionário de Fazenda que se dizia grande poeta épico e se propunha a cantar a imortalidade de um sertanejo que havia guiado corajosamente não me recordo que viajante estrangeiro, lá nos igapós da Amazônia. Assim começava o poema:

*Rapaz! Tua glória quero cantar
Imortal como se fosse Waterelo
Neste poema que é todo meu
E que de ninguém fui copiar*

E seguia:

*30 por uma tinha
40 por uma migalha*

*60 por uma cara
70 por um borralho*

Continuava assim desassissado, delirando; mas desdenhoso das contendas que se travavam bem junto dele.

Os velhos lembravam-se do “Mal das Vinhas”, do “Príncipe Ubá” e outros dementados, constantes fregueses da seção paga do velho *Jornal do Commercio*.

Os moços, como eu, tinham um grande prazer em ver como superiormente brilhava, com altas virtudes, a loucura, naquele trevoso enquadramento de baixos interesses, de injúrias e sordícia monetária.

O mais notável, porém, eram as verrinas, alusões a vícios e maus hábitos dos adversários. Causava pasmo o esforço de imaginação despendido em se obter circunlóquios bastante claros para serem compreendidos no seu verdadeiro sentido por toda a gente e bastante velados para não haver impedimento na sua publicação. O diretor era alvejado com encarniçamento; não se incomodava, mas nos artigos fingia-se ferido, desgostoso. Aires d’Ávila recebia também um bom quinhão. Veio até publicado um epitáfio seu, em verso, terrivelmente sarcástico, que era atribuído a um poeta famoso pela perfeição dos seus versos, pelo seu humor boêmio e veia satírica. Dizia assim:

*P.R.
(A.A.)
Quando ele se viu sozinho
Da cova na escuridão,
Surriprou de mansinho
Os bordados do caixão*

Apesar disso tudo, ambos se mantinham inalteráveis e calmos. Aquilo era como um torneio de xadrez e eles o estavam jogando calmamente a fumar um charuto. A população é que vivia inquieta, ora pendendo para aqui; ora para ali, mas sempre tendo em vista a opinião do *O Globo*. Havia, porém, nesse torneio um prêmio, um grande prêmio, de mil e tantos contos, dos quais algumas dezenas iriam parar às algibeiras de Aires d’Ávila e de Laje da Silva, cujas visitas ao ventrudo jornalista eram assíduas e prolongadas. O antigo padeiro de Itaporanga continuava no seu semimistério, mas sempre solícito,

bem relacionado, procurando um e outro. Ultimamente explorava uma casa de divertimentos na Lapa, Folies Bergères, onde se dizia haver jogo oculto. Não havia estreia de uma cantora que não mandasse convites individuais para o pessoal de todos os jornais. Ele sabia os nomes de um por um, desde a redação até à administração, passando pelas oficinas, revisão e expedição.

A batalha, entretanto, não se decidia. As duas hostes em luta não ganhavam terreno. Um dia era da gente do prefeito; outro dia, era dos adversários. Vinha um assassinato, um incêndio; havia uma trégua. O Governo temia um fracasso e esperava. Surgiu, porém, a questão dos sapatos obrigatórios, que precipitou os acontecimentos. É de pouco tempo esse motim e muitos dos meus leitores ainda se recordam perfeitamente dos acontecimentos. Escrevendo agora estas páginas, eu tenho escrúpulos. Parece-me que vou acusar o doutor Loberant de ter movido essa sangrenta arruaça e ser culpado da morte de algumas dezenas de cidadãos nas barricadas improvisadas. Não é o meu fito esse, pois estou bem certo de que ele, como ninguém, não é capaz de medir e avaliar as múltiplas reações que as nossas palavras podem operar nos outros quando transmitidas. Seria ignóbil que eu o quisesse acusar. Ele foi, por assim dizer, um benfeitor meu e todos menos eu podem fazê-lo e têm esse direito que me escapa. Contudo, embora possam ser tomadas nesse sentido, as minhas palavras dirão fielmente o que vi e o que senti.

Nascera a questão dos sapatos obrigatórios de um projeto do Conselho Municipal, que foi aprovado e sancionado, determinando que todos os transeuntes da cidade, todos que saíssem à rua seriam obrigados a vir calçados. Nós passávamos então por uma dessas crises de elegância, que, de quando em quando, nos visita. Estávamos fatigados da nossa mediania, do nosso relaxamento; a visão de Buenos Aires, muito limpa, catita, elegante, provocava-nos e enchia-nos de loucos desejos de igualá-la. Havia nisso uma grande questão de amor-próprio nacional e um estulto desejo de não permitir que os estrangeiros, ao voltarem, enchessem de críticas a nossa cidade e a nossa civilização. Nós invejávamos Buenos Aires imbecilmente. Era como se um literato tivesse inveja dos carros e dos cavalos de um banqueiro. Era o argumento apresentado logo contra os adversários das leis voluptuárias que aparecem pelo tempo: “A Argentina não nos devia vencer; o Rio de Janeiro não podia continuar a ser uma estação de carvão, enquanto Buenos Aires era uma verdadeira capital europeia. Como é que não tínhamos largas avenidas, passeios de carruagens, hotéis de casaca, clubes de jogo?”

Laje da Silva, farejando o que continha de negociatas nos melhoramentos em projetos, propugnava-os com ardor. Nas suas conversas na redação constantemente dizia:

— Que são dez ou vinte mil contos que o Estado gaste! Em menos de cinco anos, só com as visitas dos estrangeiros, esse capital é recuperado... Há cidade no mundo com tantas belezas naturais como esta? Qual!

Aires d'Ávila chegou mesmo a escrever um artigo, mostrando a necessidade de ruas largas para diminuir a prostituição e o crime e desenvolver a inteligência nacional.

E os da frente, os cinco mil de cima, esforçavam-se por obter as medidas legislativas favoráveis à transformação da cidade e ao enriquecimento dos patrimônios respectivos com indenizações fabulosas e especulações sobre terrenos. Os Haussmanns pululavam. Projetavam-se avenidas; abriam-se nas plantas *squares*, delineavam-se palácios, e, como complemento, queriam também uma população catita, limpinha, elegante e branca: cocheiros irrepreensíveis, engraxates de libré, criadas louras, de olhos azuis, com o uniforme como se viam nos jornais de moda da Inglaterra. Foi esse estado de espírito que ditou o famoso projeto dos sapatos.

Ao ser apresentado, ninguém lhe deu importância, mesmo porque dias antes houvera um crime sensacional, que monopolizara a atenção da cidade.

Eu tinha feito o serviço de dia e ia sair. Seriam cinco para as seis horas, quando o Lemos, repórter de polícia, entrou ofegante e deslumbrado. Chegou e falou ao secretário, nervoso de contentamento, com a palavra entrecortada, oprimido de felicidade:

— Um crime! Um grande crime!

— Onde?

— Em Santa Cruz, nos campos de São Marcos... Uma mulher e um homem foram encontrados mortos a facadas e decapitados... Vestiam com luxo... Parecem pessoas de tratamento... Um mistério!

Todos os circunstantes ouviram estuporados a breve narração do repórter. Depois de um curto silêncio, choveram as perguntas. Lemos nada sabia; recebera a notícia do Teixeira, que estivera na polícia, onde pouco mais sabiam. A notícia viera de Santa Cruz pelo telégrafo... Leporace, que raramente saía de sua natureza de celentério, pôs-se nervoso e começou a dar as providências, a explorar o caso:

— Já um boletim... Já!

E logo, rapidamente, Adelermo começou a traçar em letras garrafais a notícia que o Lemos trouxera. Eu fui pregá-lo à porta; da sacada, Leporace avaliava o efeito. O primeiro curioso que passou, parou e ficou-se a ler. Vieram outros e em breve uma multidão estacionava em frente do jornal. A notícia espalhou-se rapidamente, com uma rapidez de telégrafo, com essa rapidez peculiar às notícias sensacionais que, nas grandes cidades, se transmitem de homem a homem quase com a velocidade espantosa da eletricidade. O doutor Loberant entrou, atravessando a custo por entre a multidão. Tinha ouvido qualquer coisa e correu ao jornal. “Que houve?”, perguntou. Contaram-lhe. A sua fisionomia abriu-se risonha, sorridente, e feliz. Ia vender mais mil ou dois mil exemplares. Chegou à janela e viu a multidão crescer sempre. Veio até à sala da redação e perguntou com império:

— Quem está fazendo a “cabeça”?

Chama-se “cabeça” nos jornais as considerações que precedem uma notícia. Feita com a moral de Simão de Nantua e a leitura dos folhetins policiais, a “cabeça” é a pedra de toque da inteligência dos pequenos repórteres e dos redatores anônimos.

Para dar um exemplo, vou reproduzir aqui trechos de uma “cabeça”.

Tratava-se de uma briga entre amantes, e o repórter, após intitular a notícia — “O eterno ciúme” —, começou a filosofar, com muita lógica e inédita psicologia:

“O ciúme, esse sentimento daninho que embrutece a imaginação humana e a arrasta à concepção de crimes, cada qual mais trágico e horripilante, não cessa de produzir seus efeitos maléficos.”

Continuava, após um período intermediário:

“No caso de que nos vamos ocupar, trata-se da briga entre dois amantes, motivada de uma parte pelo ciúme e da outra pela repulsa natural de quem se sente ofendido e maltratado.”

São assim, com poucas variantes, as “cabeças”.

No *Despacho* havia um especialista nesse gênero jornalístico que era tido por gênio.

— Não há como o Matoso! Que facilidade! Que rapidez! Escreve trinta tiras em uma hora! — diziam os colegas.

Isto lhe valia uma fama e um conceito, entre os seus, superiores aos que o Conselheiro Rui Barbosa goza em todo o Brasil. É preciso saber-se que as tiras no jornal são menores e levam menos palavras que as redigidas por qualquer

pessoa não afeita ao ofício. São escritas com grandes intervalos entre as linhas e grandes espaços entre as palavras, para facilitar a composição.

Demais eram as banalidades, os conceitos familiares sobre o crime e os criminosos que ele desenvolvia com a convicção de quem estivesse fazendo um estudo profundamente psicológico e social. Oh! A vaidade dos desconhecidos da imprensa é imensa! Todos eles se julgam com funções excepcionais, proprietários da arte de escrever, acima de todo o mundo. Não reconhecem que são como um empregado qualquer, funcionando automaticamente, burocraticamente, e que uma notícia é feita com chavões, chavões tão evidentes como os da redação oficial. Quase todos os repórteres e burocratas dos jornais desprezam a literatura e os literatos. Não os grandes nomes vitoriosos que eles veneram e acumulam de elogios; mas os pequenos, os que principiam. Estranha ignorância de quem, por intermédio dos artigos dos que sabem, copia os processos dos romancistas, as frases dos poetas e deturpa os conceitos dos historiadores, imitando-lhes o estilo com uma habilidade simiesca...

Leporace, apanhado em falta, respondeu timidamente ao diretor:

— Ninguém.

— Pois já deviam ter pensado nisso... Vá, “seu” Adelermo, faça a “cabeça”; e o senhor, “seu” Lemos, já para Santa Cruz!

— Só há trem daqui a uma hora e com certeza não apanho o que volta de lá às 19h45...

— Não faz mal. Vá, durma lá, telegrafe... Passe no caixa e diga ao Pranzini que lhe dê duzentos mil-réis...

O diretor retirou-se e Adelermo começou a escrever.

— Qual será o título? — fez ele suspendendo a pena.

— “Crime no pampa” — gritou o Oliveira.

Oliveira, Carlos Oliveira, era da Bahia. Maneiroso, mesureiro, captara a amizade e o compadresco do diretor, de Aires d’Ávila e Losque; fizera-se grande influência no jornal, no qual já colocara dois redatores, Adelermo e Losque, e muitos repórteres. Ganhava como redator importante; mas o seu serviço era trazer notícias da Estrada de Ferro e dos Telégrafos. Na redação, limitava-se a escrever: “Foram concedidos passes aos telegrafistas F. e S.; a linha de Vista Alegre, 9º distrito, está interrompida, devido, etc.”; na rua, porém, entre os auxiliares de escrita e os diretores, fazia constar que escrevia artigos e crônicas. *Vendia a sua pomada.*

Adelermo Caxias não compreendeu bem o título de Oliveira e perguntou:

— Por que pampa?

— Pampa não é campo?

Caxias, apesar da justificativa, não o quis e perguntou a outro:

— Qual deve ser, Floc?

— “Bucolismo e tragédia”?

— Qual! É erudito...

— “Ciúme e crime”.

— Por que ciúme?

Por fim, chegou Leporace e lembrou um título rocambolesco de romance popular: “Descampado da morte.”

— Boa ideia! — gritaram todos; e Adelermo pôs-se a escrever.

A calma voltou um instante à redação, mas foi logo interrompida pelo tilintar do telefone. Lemos, que estava na polícia, mandava dizer que se tinha encontrado um chapéu de palha, quase junto aos cadáveres. A multidão, em frente ao jornal, aumentava sempre. Muitos subiam pedindo informações. A curiosidade era geral; o crime impressionara a população. Por essa estranha e misteriosa faculdade das multidões, aquele caso, vulgar um mês antes ou depois, naquele dia tomou a proporção de um acontecimento, de um fato pouco comum. Para atender à impaciência da massa, constantemente se telefonava para a polícia. A resposta era a mesma: não havia notícias. O diretor, por detrás da veneziana semicerrada, espreitava o povilêu embaixo. Os repórteres chegaram trazendo para a redação a ansiedade das ruas, a emoção dos cafés — toda a imprevista vibração da cidade em face daquele fato de polícia quase banal.

Cá do outro lado da sala de redação, sentíamos que o “doutor” ouvia todas aquelas notícias com interesse. Havia estalidos na cadeira, tênues ruídos de movimentos de atenção. Houve um momento em que não se conteve. Veio à sala geral, inquirindo este, perguntando àquele; e certo da superexcitação do público, da extensão que a notícia tinha alcançado na cidade, da intensa curiosidade que dominava toda a gente, e ainda mais que o *Jornal do Brasil* punha, de quando em quando, um boletim — determinou que o Adelermo inventasse qualquer coisa, indícios, depoimentos, quaisquer informações. E fez isso em altas vozes, congestionado, meio zangado e meio contente, expectorando injúrias contra o rival.

Adelermo era a imaginação do jornal. Nascera no Maranhão e escrevia regularmente. Apesar de nunca se ter feito notar por uma associação mais original de ideias, no jornal era imaginoso porque nascera no Norte e tinha

uma boa dose de sangue negro nas veias. As generalizações dos jornais são infalíveis...

Mas... Adelermo era a imaginação do jornal, e em seus ombros recaía todo o peso da necessidade de informações imediatas ao público quando os documentos faltavam ou eram omissos.

Se havia um atentado anarquista ou um terremoto na Europa e o telegrama era por demais conciso, Adelermo tinha o encargo de desenvolvê-lo, de explicá-lo, de reconstruir a cena para o gosto público. Às vezes, pediam-se-lhe mais detalhes; o diretor queria a descrição do *complot*, a cena da “sorte”, à lóbrega luz de um fumarento lampião, em uma mansarda. Adelermo era obediente e fazia. Intimamente desgostava-se com aquele papel de mentiroso; mas temia ser despedido, posto na rua. Era esse o grande terror de todos. Não eram os ordenados, não era a miséria que os apavorava; temiam não encontrar outro lugar nos jornais e perderem por isso a importância, a honra suprema de pertencer ao jornalismo. Eles não valiam por si; o jornal é que lhes dava brilho.

Nas invenções de Adelermo, quase sempre se passavam coisas fantásticas e curiosas.

Havia então complicações de topografia, ruas metidas umas nas outras; mas o terremoto que a potente imaginação de Adelermo levava às grandes cidades da Europa passava completamente despercebido ao público, e ninguém, dias depois, se lembrava de cotejar as notícias dadas pelo *O Globo* com as que vinham nos jornais da Europa.

Caxias não se deteve; pôs-se logo a escrever. Ele não conhecia a região; nunca passara de São Francisco Xavier e fora uma vez acompanhar um figurão argentino a Belo Horizonte em serviço de reportagem, num rápido. Para os lados de Santa Cruz, nunca tinha ido, não sabia coisa alguma da situação da localidade, da sua posição relativa às outras estações. Tendo tido notícia que os empregados da estrada não se lembravam de ter visto desembarcar na estação um par nas condições do assassinado, concluiu que o casal tinha ido a pé de Cascadura — estação que lhe parecia ser muito próxima do tradicional curato.

O boletim ia ser posto, quando alguém mais bem informado objetou:

— Cascadura! Não é possível, Adelermo! Fica léguas distante de Santa Cruz.

— Então de onde podia ser? Eles foram a pé da estação mais próxima... Isso não há dúvida! Qual a estação mais próxima que conheces?

O outro fez um grande esforço de memória, esteve uns instantes a pensar, e disse por fim:

— Há Realengo... Depois... Depois... Campo Grande! Devia ser Campo Grande!

Imediatamente, sem que de todo ficasse apagada a palavra Cascadura, Caxias emendou e o novo boletim foi pregado.

A rua encheu-se ainda mais. Havia gente de toda a sorte: velhos, moços, burgueses, operários, senhoras — gente de todas as idades e condições. Os que ficavam mais distante, no passeio fronteiro, para ver melhor, punham-se nos bicos dos pés, cheios de ansiedade. Quando subi a escada, voltei-me um instante e vi aquela centena de pessoas, com as pálpebras arregaladas, o pescoço erguido, esforçando-se por ler aquele carapetão formidável forjicado naquela fábrica de carapetões que se chama o jornal.

A redação recebera uma visita. Era a Viscondessa de Varennes, que conversava com Floc. Os dois estavam no período de namoro; ela, retirando todo o proveito, em notícias, péssimos sonetos publicados na primeira página; ele, oleoso, gastando os seus melhores sorrisos e alguns mil-réis de sua algibeira econômica.

— Oh! Senhor doutor Couto! — dizia ela. — Que coisa! Como isto está! Que malvadez! Eu vinha rindo, quando li... Fiquei apavorada!... Não sei. Meu Deus! Quando vejo isso até tenho medo de viver...

Leporace passou e deitou sobre a poetisa um olhar cheio de desejos. Os enormes olhos de boi da poetisa voltaram um instante para o secretário que se desfez em cortesias. A viscondessa estava em relações com todos os redatores e repórteres, e todos eles esperavam cedo ou tarde tê-la uma noite nos braços. Com a sua finura de profissional do amor, ela bem percebia a fome que todos aqueles homens tinham do seu corpo fatigado. Não desanimava a nenhum, recebia homenagens, sorria com o seu longo sorriso, contraindo as grandes maçãs carminadas, abanava-se um instante com o leque, ajeitava a saia de seda de modo a lhe desenhar melhor as pernas e pedia favores: uma referência, uma notícia, a publicação de um soneto, de um conto. Assim se valorizava. Os únicos da gazeta que não a queriam, absolutamente, eram o diretor e Gregoróvitch. Este, quando a ouviu tão temerosa, prorrompeu bruscamente com a sua voz metálica:

— Ora, minha senhora! Nós todos somos criminosos... A senhora também o é!

— Eu, doutor!

— Sim! A senhora para viver tirou a vida de muita gente; para ter esse vestido, esses laçarotes, tira a de muitos outros... A nossa vida só se desenvolve

com grandes violências sobre as coisas, sobre os animais e sobre os semelhantes...

— Mas dessas não o sabemos!

— Talvez não seja tanto assim...

A viscondessa estendeu a mão ao viçoso Floc, abarcou com o olhar a sala toda e saiu arrastando o corpo pequeno e pesado.

Caxias continuava no seu serviço dos boletins periódicos. Alguns jornais da tarde deram uma segunda edição. *O Globo*, porém, com os seus cartazes contínuos, distraía os compradores. Nos portais, já não havia mais lugar. Os boletins iam de cima para baixo; alguns já cobriam os outros. O povo continuava aglomerado. Escurecia. Houve alguém que acendeu um fósforo para ler melhor. O doutor Ricardo, que viera de jantar, vendo o gesto do popular, mandou que o foco elétrico da fachada fosse aceso.

Nos outros jornais, que tinham também afixado boletins, logo o imitaram; e a rua do Ouvidor, àquela hora da tarde excepcionalmente transitada e iluminada, surgiu como num dia de festa. Todo o jornal convergia para o crime. Mandou-se retirar uma grande parte da matéria, sair o lindo artigo da festejada colaboradora Pilar de Giralda, uma velha senhora das salas burguesas de Botafogo e Petrópolis, que dera em escrever, depois de avó, uns contos colegialmente eróticos ou uns artigos com pretensões a propagar a emancipação da mulher e o divórcio. Saiu também o folhetim do jovem Deodoro Ramalho, um discípulo de Veiga Filho, autor de uns contos pastosos, pejados de frases redondas, redondinhas, que escapavam quase diariamente pelas colunas do *O Globo*, com a mole resistência da massa de tinta que sai de uma bisnaga.

O seu folhetim tinha sempre pretensão a graça, a coisa ligeira e leve, sem deixar de ser intelectual. Além do folhetim semanal, escrevia também um conto aos domingos, histórias juvenis de namoros burgueses e casamentos de bacharéis e doutores. Era de uma fecundidade de parvo. Não havia tolice que lhe passasse pela cabeça, que não escrevesse. Mas tinha admiradores: sua noiva, os futuros sogros, alguns colegas de escola e meia dúzia de meninas da rua dos Voluntários.

O doutor Ricardo respeitava a sua literatura por sabê-lo com distinção em Matéria Médica, no que ele encontrava grande competência para o valor literário de produções do rapaz. Demais, as suas relações, o rigor colegial da sua vida, os seus olhos azuis, tinham-lhe valido a respeitosa consideração de todos os repórteres, redatores e colaboradores.

Raul Gusmão, com aquela covardia moral que o caracterizava, logo que o soube tão relacionado nas Laranjeiras, com influência entre os colegas, falando familiarmente com deputados e senadores — gente influente para a glória e tudo o mais —, começou a elogiá-lo pelo seu jornal. O *Binóculo* não cessava de acusar-lhe a passagem pela rua do Ouvidor: o doutor Deodoro Ramalho, o fino *conteur* do *O Globo*. E ele, por sua vez, ecoava no jornal de Loberant: “o nosso amigo Florêncio Silva, cujo temperamento tumultuário foi um belo espetáculo para a geração atual, acaba etc. etc.”.

E assim se foi fazendo uma celebridade, homem notável, admirado nos salões, e houve (ele disse uma vez na redação) uma moça que o achou de qualquer modo parecido com o Pierre Weber, no estilo e na fisionomia. Ele perguntou então ao Floc quem era esse tal Weber.

— Oh! Não conheces?! É uma celebridade ultraparisiense, “parisianíssima”... Só lá pode haver destas... Nada de calhamaços, de coisas pantafaçadas e solenes; ligeireza, *gauloiseries*, um quase tudo e um quase nada, como disse alguém... É dos cinco reis do espírito francês atual: ele, o Tristan Bernard, o Courteline, o Alphonse Allais... Nunca leste — *Vous m’en direz tant* — dele e do Tristan Bernard?

— Nunca.

— Pois é preciso... Vocês levam-se voltados para o calhamaço, têm a mania livresca, e não conhecem a verdadeira literatura francesa... É o papá Flaubert e o vovô Hugo...

E, durante todo o seu curso, o jovem Deodoro Ramalho desovou contos, artigos, folhetins e tirou dezenas de distinções na Faculdade de Medicina. Na escola, as distinções vinham-lhe do seu prestígio de jornalista; no jornal, a sua superioridade partia das suas distinções na escola.

No dia do crime, porém, o diretor não poupou o seu folhetim engraçadíssimo. Ordenou que não saísse, pois queria página e meia sobre o crime; que se inventasse, que se dessem os menores pormenores, as suspeitas mais desarrazoadas; que se fizesse o histórico de Santa Cruz e da Estrada de Ferro Central do Brasil. Fosse com que fosse, ele queria página e meia e cinco mil exemplares para a venda avulsa.

Dividido o serviço, cada um dos repórteres e redatores ficou encarregado de uma parte das muitas em que se dividiu a notícia do crime sensacional. A primeira página, a página sagrada dos conselhos sisudos do austero Aires d’Ávila, da alta literatura do Veiga Filho, do ciciar amoroso da velha Pilar, foi literalmente cheia com o histórico de Santa Cruz (coluna e meia), a “cabeça” de

Caxias, os retratos de Dom João VI, da rainha Dona Carlota, de Dom Pedro I, de José Bonifácio, do Visconde de Cairu. Os cadáveres, além das suas fotografias, vinham descritos com muita minúcia e larga fantasia e não se esqueceram de informar também que junto a eles havia fragmentos de “grés”, granito em decomposição, mas “grés” segundo a petrografia jornalística.

Os dicionários, os manuais, os indicadores de toda a sorte, andavam de mão em mão. A redação trabalhava sofregamente, quando veio interrompê-la no afã o jovem doutor Franco de Andrade, grande prêmio da Faculdade da Bahia, literato, alienista e clínico ao mesmo tempo. Viera na comitiva de um ministro baiano e já possuía quatro empregos. Além de lente substituto, era médico do Hospício, legista da Polícia e subdiretor da Saúde Pública. Escrevera um volume de poesias místicas e espalhava nas aulas o mais vulgar materialismo. Era idealista em verso; em prosa, positivista. Com isso, era dono de umas maneiras delicadas, de uma amabilidade que cativava as redações em peso. Penetrou na sala sorridente, dizendo uma pilhéria a um, fazendo uma pergunta a outro. Alguém perguntou a sua valiosa opinião sobre o crime; o extraordinário sábio não se fez de rogado:

— Penso que o exame médico-legal não se deve limitar a uma simples autópsia... Convinha que se o fizesse mais amplo... A exemplo do que se procede na Índia, onde a confusão de raças é imensa, e, portanto, a raça é um bom dado para identificar, seria bom que se fizessem mensurações antropológicas...

— Sem a cabeça é possível, doutor? — perguntou Losque.

— Perfeitamente.

E o grande prêmio da Bahia, alternativamente Maeterlinck, Charcot e Legrand du Saule, tomou uns ares doutorais como convinha, e continuou:

— O professor Broca indicava 34 mensurações de primeira ordem; Topinard era de opinião que havia 18 necessárias e 15 facultativas; mas Quetelet, na sua *Anthropométrie*, exige 42.

A redação estava embasbacada. Todos deixaram de escrever para ouvir o sábio moço. O jovem medalhado passeou um instante pela sala o seu imenso olhar cheio de apetites e ambições, e emendou:

— Dessas, muitas são tomadas nos membros e no tronco: o talhe, a bacia, o fêmur etc. etc. Demais, ainda se têm outros dados auxiliares: a seção dos cabelos, o exame microscópico do pigmento... Um operador hábil pode com tais meios indicar perfeitamente a raça e a sub-raça do indivíduo...

No dia seguinte, o jornal desenvolvia os conselhos do jovem e notável doutor Franco de Andrade; e a medida era tão sábia que, no mesmo dia, o chefe de polícia escalava-o para fazer o serviço médico-legal, exigindo-lhe o estudo antropológico dos cadáveres.

Não lhe foi difícil fazê-lo. Vinte e quatro horas depois o laudo estava publicado e *O Globo* desfazia-se em elogios ao notável trabalho científico do doutor Franco de Andrade, “um moço, desta nossa forte geração moderna, que sabe aliar o saber e a simplicidade”.

E como se o valente órgão tivesse falado no interior de uma abóbada, todos os outros jornais, neutros, governistas, oposicionistas, lhe repetiram as frases e os gabos ao talento do doutor Franco.

O crime ficou sendo a grande preocupação pública durante os sete dias que se seguiram. O laudo do doutor Franco concluía que o homem era mulato, muito adiantado é verdade, um *quarterão*, mas ainda com grandes sinais antropológicos da raça negra. As testemunhas, porém, entre elas o chefe e os condutores dos trens, não se lembravam de ter transportado nenhum par em tais condições. Só um dentista, político na localidade, depusera ter cruzado na estrada com um casal nas condições indicadas pelo laudo do doutor Franco. As indagações continuavam e o crime sacudia a cidade. A sua brutalidade e o seu mistério como que continham ameaças a todos; além do que estava envolvido numa atmosfera de amor, de amor proibido, embalsamada de luxo, de elegância e mocidade, que abalava e preocupava todas as imaginações.

Durante a semana o doutor Ricardo não se esqueceu um só dia de indagar como ia a venda. A tensão da opinião era grande e aumentava. Não se falava em outra coisa nas casas, nos bondes, nas repartições. Os jornais superexcitavam-na mais, inventando detalhes, fazendo suposições, indicando pistas. Adelermo não cessava de imaginar: foi o rei do jornal naqueles dias, com grande inveja de Floc.

— Oh! Como você tem imaginação! — dizia ele com amargura.

Às vezes, fora de todo o propósito, fingia desdenhar a faculdade primordial de Adelermo, tachando-a de qualidade inferior. Não bastando este, veio também com o seu burilado Veiga Filho, que ganhou algumas centenas de mil-réis...

Passaram oito dias e nada se adiantava. Um acaso permitiu a identificação dos assassinados. Um dono de hotel, tendo um dos seus quartos ocupados por um casal que não aparecia, desconfiou que tivesse sido ele o assassinado. Foi à polícia, as autoridades arrombaram as portas e as malas. Numa delas,

encontraram uma carteira de identificação, passada pela polícia de Buenos Aires. Um sargento teve a ideia de confrontar a ficha dactiloscópica com a do cadáver do homem; e descobriu-se que o morto era o cidadão italiano Pascoal Martinelli, estabelecido com fábrica de massas na capital portenha, que partira para a Europa com a mulher, tencionando demorar-se uns dias no Rio de Janeiro. Um dia antes dessa elucidação, o doutor Franco de Andrade era nomeado diretor do Serviço Médico-Legal da Polícia da cidade do Rio de Janeiro.

XI

Durante todo esse tempo, residi em uma casa de cômodos na altura do Rio Comprido. Era longe; mas escolhera-a por ser barato o aluguel. Ficava a casa numa eminência, a cavaleiro da rua Malvino Reis e, atualmente, os dois andares do antigo palacete que ela fora estavam divididos em duas ou três dezenas de quartos, onde moravam mais de cinquenta pessoas.

O jardim, de que ainda restavam alguns gramados amarelados, servia de coradouro. Da chácara toda, só ficaram as altas árvores, testemunhas da grandeza passada e que davam, sem fadiga nem simpatia, sombra às lavadeiras, cocheiros e criados, como antes o fizeram aos ricos que ali tinham habitado. Guardavam o portão duas esguias palmeiras que marcavam o ritmo do canto de saudades que a velha casa suspirava; e era de ver, pelo estio, a resignação de uma velha e nodosa mangueira, furiosamente atacada pela variegada pequenada a disputar-lhe os grandes frutos, que alguns anos atrás bastavam de sobra para os antigos proprietários.

Houve noites em que como que ouvi aquelas paredes falarem, recordando o fausto sossegado que tinham presenciado, os cuidados que tinham merecido e os quadros e retratos veneráveis que tinham suportado por tantos anos. Lembrar-se-iam certamente dos lindos dias de festa, dos casamentos, dos aniversários, dos batizados, em que pares bem-postos dançavam entre elas os lanceiros e uma veloz valsa à francesa.

À noite, quando entravam aqueles cocheiros de grandes pés, aqueles carregadores suados, o soalho gemia, gemia particularmente, dolorosamente, dolorosamente, angustiadamente... Que saudades não havia nesses gemidos dos breves pés das meninas quebradiças que o tinham palmilhado tanto tempo!

A casa pertencera talvez a um oficial de Marinha, um chefe de esquadra. Havia ainda no teto do salão principal um Netuno com todos os atributos. O salão estava dividido ao meio por um tabique; os cavalos-marinheiros e uma parte da concha ficaram de um lado e o deus do outro, com um pedaço do tridente, cercado de tritões e nereidas.

Num cômodo (em alguns) moravam às vezes famílias inteiras, e eu tive ali ocasião de observar de que maneira forte a miséria prende solidamente os homens.

De longe, parece que toda essa gente pobre, que vemos por aí, vive separada, afastada pelas nacionalidades ou pela cor; no palacete, todos se misturavam e se confundiam. Talvez não se amassem, mas viviam juntos, trocando presentes, protegendo-se, prestando-se mútuos serviços. Bastava, entretanto, que surgisse uma desinteligência para que os tratamentos desprezíveis estalassem de parte a parte.

Certo, quando assistia a tais cenas, não ficava contente, mas também não sabia refletir por aquele tempo que, seja entre que homens for, desde que surjam desinteligências, logo rompem os tratamentos desprezíveis mais à mão.

Vi aí, na casa do Rio Comprido, os mais disparatados casos; e, pela manhã, aos domingos, quando me debruçava à janela, olhava brincando no terreiro uma pequenada em que se misturava o sangue de muitas partes do mundo. Em nenhum deles havia o gárrulo e a inocência dos meninos ricos; quando não eram humildes e tristes, eram irritáveis. Facilmente surgia uma rixa entre eles e o choro passava do contendor vencido a ser geral entre todos, com os castigos infligidos pelas mães aos culpados e não culpados.

Admirava-me que essa gente pudesse viver, lutando contra a fome, contra a moléstia e contra a civilização; que tivesse energia para viver cercada de tantos males, de tantas privações e dificuldades. Não sei que estranha tenacidade a leva a viver e por que essa tenacidade é tanto mais forte quanto mais humilde e miserável. Vivia na casa uma rapariga preta que suportava dias inteiros de fome, mal vivendo do que lhe dava uma miserável prostituição; entretanto, à menor dor de dentes chorava, temendo que a morte estivesse próxima.

Quando refletia assim, era tarde e, da janela do meu quarto, eu via bem a cortina de montanhas desde Santa Teresa ao Andaraí. O sol descambara de todo e a garganta da Tijuca estava cheia de nuvens douradas. Um pedaço do céu era violeta, um outro azul e havia mesmo uma parte em que o matiz era paramente verde.

Olhei aquelas encostas cobertas de árvores, de florestas que quase desciam por elas abaixo até às ruas da cidade cortadas de bondes elétricos. Quantas formas já as cobriram — quantas vidas já as não tinham pisado! Depois que a civilização viera, quantas vezes elas não tinham sido despovoadas, e perdido o seu tapete de verdura!? E pelos séculos, apesar dos cataclismos, das evoluções geológicas, da ação do homem, nem uma só vez aquela terra deixara de fazer

surgir plenamente, nas ramagens das árvores e nas plumagens do passaredo, a energia vital que estava nas suas entranhas!

A minha vida passava-se um pouco à parte naquele grande casarão. Cumprimentava a todos, mas pouco falava. Só a minha lavadeira mantinha relações comigo, e era por ela que eu sabia da vida daquele vasto cortiço.

Era uma velha mulata, já muito feia e de fisionomia desfeita. De gênio folgazão e comunicativo, gostava de conversar, considerando com ceticismo especial as coisas da vida, as suas variações.

— Já fora gente — dizia-me —, hoje... Assim é a vida — continuava —, a noite vem depois do dia, isto para uma como eu. Para outros, é o contrário, o dia vem depois da noite. Não viu a Maria? — Exemplificava em sua voz preguiçosa enquanto eu conferia a roupa. — Não conheceu?

Respondia-lhe que não; ela então explicava:

— ... aquela rapariga clara, casada, que morava num quarto lá embaixo.

Eu insistia que não, e a velha mulher retorquia:

— Não vem ao caso. — E continuava: — O marido dera em beber e em maltratá-la. Uma noite, voltando muito bêbado da rua, espancou-a. Foi para a *Misericórdia* e lá encontrou alguém, um doutor, não sei, que se enfeitiçou por ela... Hoje, menino, anda num estádão! Xi! É assim: para uns, a noite vem depois do dia; para outros é o contrário...

E por fim acrescentava com desgosto:

— Eu também tive homem por mim; mas não soube aproveitar... Quando ele morreu, as filhas quase me tiraram a roupa do corpo... Ah! Esta vida!... Estão certos, os colarinhos?

Por aí calava-se e ficava olhando o chão, absorta em recordações e em saudades. Eu então indagava:

— Não teve filhos, dona Felismina?

— Tive dois: uma moça e um rapaz.

— Estão bem; não?

— Um, o rapaz, morreu; e a moça...

— Está casada?

— Não... Vive com um homem... Deu muitas cabeçadas... Não foi ela... O senhor sabe: nós, quando não temos ninguém, é isso...

E levantou-se sacudindo a cabeça como querendo enxotar a mágoa que a queria invadir...

Levantara-me muito cedo naquela manhã para ir ao jornal. Não me competia o serviço diurno naquele dia; mas o redator português chegava às dez

horas e eu recebera ordem para ir ao seu encontro no cais. No jornal, o diretor é uma espécie de senhor feudal a quem todos prestam vassalagem e juramento de inteira dependência: são seus homens. As suas festas são festas do feudo a que todos têm obrigação de se associar; os seus ódios são ódios de suserano, que devem ser compartilhados por todos os vassalos, vilões ou não. A recepção do redator português era uma festa sua e ele exigia esse aparato para que tivesse uma repercussão favorável na grande colônia portuguesa. Todos tinham que ir. E se bem que simples contínuo, o diretor exigia terminantemente a minha presença, para mostrar aos outros periódicos rivais que no seu não havia distinções vãs, “era uma tenda de trabalho onde mourejavam irmãos”.

É outra mentira dos jornais que logo senti.

Não há repartição, casa de negócio em que a hierarquia seja mais ferozmente tirânica. O redator despreza o repórter; o repórter, o revisor; este, por sua vez, o tipógrafo, o impressor, os caixeiros do balcão. A separação é a mais nítida possível e o sentimento de superioridade, de uns para os outros, é palpável, perfeitamente palpável. O diretor é um deus inacessível, caprichoso, espécie de Tupã ou de Júpiter Tonante, cujo menor gesto faz todo o jornal tremer. Para ciência dos povos, porém, aquilo é “uma tenda de trabalho onde mourejam irmãos”; e por ser assim eu tive que me levantar cedo e pedir na véspera um par de punhos a dona Felismina. Ela entregou-mos, indagando:

— Diga-me uma coisa “seu” Caminha: há aí uma lei que obriga todos a andarem calçados?

— Há uma postura municipal.

— Mas é verdade isso mesmo? Pois então todos, todos?

— Na rua, é. Por que se assusta?

— Dizem que as folhas falam nisso e que até, contam aí, que quem tiver pé grande tem que sofrer uma operação para diminuir os pés, como os chinas... É verdade?

— Qual! É balela! Quem lhe contou?

Ao sair, ainda ouvi que, pelos corredores, se discutia o assunto com calor, girando sempre a conversa em torno daquela operação chinesa que o governo queria impor à população.

No escritório já encontrei Floc, perfeitamente escanhado, a preparar a notícia da chegada do novo redator. Lia um período alto e ouvi que descrevia o estado do mar e a agitação das pequenas embarcações em torno do transatlântico. Nos jornais, os artigos impressionistas são sempre feitos antes das impressões.

Premeditou-se certa ocasião uma corrida de automóveis que foi mais tarde proibida pela polícia, por ter de efetuar-se nas ruas centrais.

O filho de Aires d'Ávila, que fazia por esse tempo um curso manhoso de Direito e escrevia no grande jornal umas sensaborias, compôs com antecedência uma descrição eloquente da corrida. Veio a proibição; mas o artigo saiu, sob o pretexto de que tinha raros méritos literários! É assim...

Floc escrevia nervosamente as impressões que ia sentir no desembarque. Estava de costas e, de quando em quando, rasgava uma ou duas tiras escritas. Num dado momento, ergueu-se bruscamente, deixou escapar uma exclamação desesperada, amarrotou todo o papel que tinha escrito e atirou-o com raiva à cesta. Depois de ter ido à janela, voltou a escrever com os mesmos trejeitos, com as mesmas mostras de desespero, que só desapareceu e se ocultou com a entrada do velho e esquelético gramático Lobo.

O caturra vinha também de mau humor. Não raro isso acontecia, mas naquela manhã a tempestade interior parecia ser amedrontadora. Vestia de preto, como habitualmente: uma velha sobrecasaca curta, desusada, com as abas espapadas e grandes placas luzentes nas costas. Tinha um pescoço de ave a sair de uns colarinhos muito baixos que a gravata cobria inteiramente. Usava cabelo curto, óculos sem aros e possuía uma testa curta com uma grande e constante ruga horizontal. Tinha curiosas manias. Se estava de bom humor, traduzia de uma língua para outra os provérbios e os anexins que surgissem na conversa. Era bastante alguém dizer: “de grão em grão a galinha enche o papo”; para ele retorquir da sua mesa, abandonando a revisão gramatical:

— Em francês: “*petit à petit l’oiseau fait son nid*”; os ingleses, porém, dizem...

Naquela manhã não parecia disposto ao seu *sport* favorito. Entrou carrancudo, com a ruga mais acentuada, cumprimentou ligeiramente Floc, e, já sentado, perguntou-lhe, olhando-o por cima dos óculos:

— Quem é esse Sanches que escreveu este artigo sobre “Bancos emissores”?

— Não sei bem — disse Floc. — Creio que é um advogado aí.

— Que ignorante! Pois esta besta não escreveu “um dos que foram”, isso se admite? Qual! Como é que saem batatas destas?! Estou desmoralizado... Todos sabem que tenho aqui a responsabilidade da língua... Que dirá o João Ribeiro? O Said Ali? O Fausto? E o Rui, que dirá? Naturalmente vão acusar-me de ignorante... Vou dizer ao Ricardo que preciso ver todos os originais, senão

declaro publicamente que não tenho responsabilidade com a gramática do *O Globo*. Não é possível ser assim!

A sua irritação — soube-se mais tarde — provinha verdadeiramente do ataque que um professor da Normal fizera à sua grande obra — *Colocação dos pronomes; teoria e prática* —, um fascículo de 36 páginas tão embrulhado de regras que fazia mais errar quem o lesse do que mesmo acertar.

Lobo gozava de uma grande ascendência sobre o ânimo do diretor. Emendava-lhe os artigos e fora imposto no jornal por sua mulher, dona Inês, a quem o padre Bos, das irmãs, recomendara como sábio. No *O Globo* todos lhe temiam o mau humor, por sabê-lo influente e prestigiado, como sabichão em Gramática, em Geografia e em línguas. Loberant não escondia o seu respeito. Para ele, a mais alta expressão da cultura era falar inglês, e Lobo sabia pedir água na língua do grande império.

A Gramática do velho professor era de miopia exagerada.

Não admitia equivalências, variantes; era um código tirânico, uma espécie de colete de força em que vestira as suas pobres ideias e queria vestir as dos outros. Há três ou cinco gramáticas portuguesas, porque há três ou cinco opiniões sobre uma mesma matéria. Lobo organizara uma série delas sobre as inúmeras dúvidas nas regras do nosso escrever e do nosso falar, e aí de quem discrepasse no jornal! Era emendado da primeira vez, da segunda repreendido, da terceira podia ser até despedido, se ele estivesse de mau humor.

Nos seus bons dias, tinha a mansuetude e os modos convincentes de um professor de primeiras letras e recitava muitas vezes aos ouvidos do repórter recalcitrante todas as regras do Sotero sobre o emprego do infinitivo pessoal, chamando-o por filho, repetindo exemplo. Não admitia que se escrevesse “vieram lhe chamar”, se alguém o fizesse em dias de mau humor, era certo ter de refazer do começo ao fim o seu trabalho.

Nem todos, porém, se sujeitavam à sua inspeção gramatical; Floc, Leporace e Caxias eximiam-se e Gregoróvitch amedrontara-o com alguns berros e palavrões, quando o fiel gramático do jornal quis corrigir o seu original.

O russo entrava naquele momento na redação. O pacote chegava às 11 horas e pouco faltava. Vendo-o entrar, Floc perguntou:

— Não vais, Gregoróvitch?

— A quê?

— Ao desembarque do nosso redator.

O russo não lhe respondeu logo. Sentou-se, encolheu a cabeça dentro do corpo como uma tartaruga, franziu a grande boca, depois retrucou:

— Eu! Eu vou lá a esses espetáculos... Isso é um baixo “engrossamento”...

O diretor entrava e o doutor Divá não dissimulou a resposta. Loberant, sempre autoritário com todos, era de uma delicadeza excepcional com o doutor pelo Cairo ou por Sófia.

— Você é um esquisito, Gregoróvitch — foi só o que ele observou.

E saímos. Éramos um bando à frente do qual marchava o doutor Ricardo, apressado, com as guias dos bigodes esfareladas ao vento e as abas da sobrecasaca cinzenta a baterem como asas de uma grande ave vulturina. Levava a bengala erguida e com todos nós atrás, andando celeremente, parecia um delegado em diligência ou um chefe eleitoral que vai perturbar com capangas a seção que lhe não é favorável.

Fazia um sol inclemente — sol de dezembro pela manhã. No cais já estavam a família do diretor, mulher e filhas pequenas, as filhas de Aires d’Ávila, cuja beleza tinha gabos especiais nas conversas dos cafés e confeitarias, a *claque* inteira do *O Globo*, o núcleo que gerava e transmitia pela cidade o talento de Ávila, as qualidades cívicas do doutor Ricardo e os dotes literários do jovem Deodoro Ramalho, que lá estava com a sua noiva e o seu passo de valsista impenitente. Outros chegaram depois, Floc ficou entre as senhoras. As suas faces, os olhos, a testa breve e até os longos bigodes pretos adquiriram uma radiação especial; o próprio queixo aproximou-se do plano do peito e vim a conhecer outro Floc, simpático, interessante, todo ele cativante e natural.

Inútil é dizer que fiquei de longe, sozinho, como sempre fiquei nessas coisas e como parece ser meu destino ficar sempre. Dona Inês, a mulher do doutor Ricardo, entretanto, deu-me bom-dia e fez um “como vais Isaías”, bondoso e superior. Tinha-se na conta de ilustrada e nobre. Era o oráculo literário e intelectual do marido. Julgava-se ilustrada porque aprendera a recitar umas coisas das irmãs de Botafogo e pintar flores; nobre, porque tinha um irmão deputado e o seu pai chicanara no interior do Brasil.

O cais estava agitado e concorrido. O Congresso estava a fechar-se, partia um pacote para o Norte e os congressistas começavam a fugir. Os magnatas: ministros, juizes, coronéis, ricos, engrossadores com as suas mulheres e filhas, encontravam-se ali em tocantes despedidas a amigos das duas Câmaras. A Viscondessa de Varennes, a famosa Odalina, poetisa de muito mérito e tão do gosto de Floc, viera também. O doutor Ricardo afastou-se logo dela com a senhora; mas a fidalga insinuara-se no grupo das filhas de Ávila e lá ficara a

deitar os seus grandes olhos de Juno para a massa masculina, brilhante e rica, que se apinhava no cais. Chegou por último Aires d'Ávila, com a sua marcha difícil, agitando a cabeça e balouçando os braços, no intuito de mais depressa impelir o corpo de chumbo.

Chegavam em carros, *coupés* e espalhavam-se pelo jardim, disputando as sombras das árvores em grupos de homens e senhoras. O pessoal masculino era soberbo: a nata — Senado, Câmara, altos tribunais, grandes patentes do Exército e da Marinha —, cartolas reluzentes e negras sobrecasacas a enquadrar os dourados dos uniformes. Tudo vergado ao sol indiferente e forte. As senhoras sentiam-se mal, envolvidas naquelas fartas ondas de luz e calor. Os bosquetes de arbustos tinham uma despreocupação divina e as grandes árvores nodosas davam uma escassa e compassiva sombra. As lanchas de aluguel, com bandeiras em que se lia o título do jornal, não tinham chegado. Eu esperava, afastado do grosso da *claque*, tímido diante de tanta grandeza inabalável. Chegou um ministro. Um movimento igual fez todos voltarem-se para o lado em que ele vinha. A atitude foi instantânea em cada homem e em cada mulher; era como se ao centro de uma porção de limalha de ferro espalhada se houvesse chegado um pequeno ímã.

O doutor Ricardo cumprimentou a alta autoridade e, a seu chamado, foi-lhe falar. Além do ministro, intermeteu-se uma nova personagem: um preto velho, quase centenário, de fisionomia simiesca e meio cego.

Trazia na mão esquerda um caniço que distendia um arame de pescaria; com a direita, auxiliado por uma varinha, vibrava dolentemente a corda, enquanto balbuciava qualquer coisa. Ia de grupo em grupo, tangendo o seu monocórdio extravagante. Cantava talvez uma ária de uma extravagante beleza, certamente só percebida por ele e feita pela sua alma para a sua alma... Tocava e esperava esmolas. Em todas as fisionomias, havia decerto piedade, comiseração, e mais alguma coisa que não me foi dado perceber. Era constrangimento, era não sei o quê...

O preto tinha os pés espalmados e, com a *cecidez* e a velhice, andava de leve, sem quase tocar no chão, escorregava, deslizava — era como uma sombra...

Sob aquele sol muito forte, à rebrilhante luz daquela manhã de verão, por entre tanta gente rica e forte, aquele seu instrumento infantil, a puerilidade da música, o seu aspecto de sombra, juntavam-se para dar um relevo cortante à sua miséria e à sua fragilidade... Ele, com a sua resignação e miséria, e o sol, com a sua força e indiferença, tinham um certo acordo oculto, uma relação

entre si quase perfeita. O negro ia... Ia tocando já sem forças a plangente música das recordações do adusto solo da África, da vida fácil de sua aringa e do cativoiro semissecular!

As lanchas aproximaram-se e embarcamos. O paquete ainda fumegava, rodeado de lanchas e pequenas embarcações de remos. Logo ao entrar, demos com o novo redator. As filhas de Aires d'Ávila cercaram-no. Elas eram as figuras decorativas do jornal. Bonitas, como toda moça que sabe dispor dos seus atavios e vestidos, não faltavam a qualquer festa do *O Globo*. Nos banquetes, nos piqueniques, nas *soirées* do diretor, nos embarques e desembarques, nos enterros, lá estavam elas com as suas lindas *toilettes*, irrepreensivelmente calçadas e enluvadas. Tinham uma emanção luxuriante e uns grandes olhos inquietos, banhados de muita luz; as narinas móveis aspiravam com ânsia todos os perfumes e exalações, e uma delas tinha o *tic* de morder os lábios. Era um gosto vê-las por entre os homens, animadas, com grande satisfação nos olhos, sorrindo para este, atendendo aquele, namorando. Amavam as grandes festas, em lugares afastados, onde vai muita gente...

Cercaram logo o novo redator, estabeleceram a cordialidade entre ele e o pessoal do jornal e ficaram junto dele, quando fomos à mesa tomar *champagne*. O doutor Ricardo julgou do seu dever erguer um brinde; o novo redator respondeu:

— Me falece competência para falar de si — começou.

Lobo, que continuava de mau humor, não se conteve e exclamou do canto:

— Xi! Quanta asneira!

O recém-chegado não se vexou e todos ficaram calados de espanto diante da grosseria do velho gramático. Loberant olhou-o severamente e Lobo suportou-lhe o olhar com coragem. O novo redator continuou, insistindo na primeira frase, sem mais sequer olhar o pedagogo.

De volta, ainda se deu um incidente desagradável no cais. Dona Inês e as filhas do diretor já iam longe, quando ele se aproximou de um senhor de cartola. Lembrei-me que tinha sido aquele senhor que tinha chamado o ministro para embarcar, quando o doutor Ricardo conversava com o potentado. Era deputado e o doutor Ricardo altercava com ele:

— “Seu” patife! “Seu” cáften! Então você pensa que eu preciso de emprego?... Sou independente, tenho o meu jornal...

O outro respondia:

— Apulcro de Castro! Canalha! Bêbado!

Não se demoraram muito; em breve se atracaram e rolaram pela areia do jardim. Ricardo saiu da luta deitando sangue pela boca e foi levado para um hotel próximo. Veio o médico e eu fiquei a seu lado, dando-lhe a poção de hora em hora. Acalmou-se e pareceu dormir. Deixei-o só, mas voltei logo. Acordara e, de braços na borda da cama, com a boca semicerrada, olhava fincadamente o chão. Cismava na vida e considerava a terra. Animei-me:

— Precisa alguma coisa, doutor?

— Preciso.

— O quê, doutor? — E virou-se para o lado sem me responder...

XII

— O senhor é da redação?

— Sim, senhor.

— Trago este volume de versos — *Anelos* — para oferecer ao jornal...

— Pode deixá-lo.

O poeta falava-me de pé, desconfiado e com longas interrogações no olhar. Na sala, não havia ninguém da redação, propriamente, e, quando me perguntou se eu o era, respondi-lhe afirmativamente, por pura vaidade.

O rapaz não me entregou logo o livro. Manteve-o na mão, olhando muitas vezes as coleções de jornais, os retratos das paredes, a sala toda, como se procurasse guardar de cor aquele aspecto e familiarizar-se inteiramente com ele.

— É o senhor o autor da obra? — perguntei.

— Sou, pois não. O senhor sabe: ninguém pode nunca estar certo de ter ou não habilidade. Escreve-se, os amigos gostam; mas, se não se tem coragem para sujeitar um volume à crítica, fica-se na dúvida se é a simples amizade dos camaradas que louva as nossas produções ou se há mérito, de fato, nelas... Sou muito moço, tenho 22 anos, faço versos desde os 18; agora, fiz uma escolha e publiquei este volume... Queria que os senhores dissessem alguma coisa, que notassem os defeitos, para eu me corrigir, caso fosse possível.

— Isso é com o crítico literário.

— Quem é?

— É o Floc, não conhece?

— Muito! Leio-o sempre. Até tenho aqui uma opinião dele que achei muito acertada. Creio que é do folhetim da semana passada...

O jovem poeta descansou o chapéu sobre uma mesa, puxou a carteira e esteve a procurar entre os papéis o retalho de Floc, sempre perseguido por um cacho de cabelos louros que teimava em lhe cobrir o olho direito. O cacho caía, ele retirava-o com a mão; teimava em voltar, ele sacudia a cabeça para levá-lo para cima, e assim custou a achar o pequeno retângulo de papel,

perdido entre uma porção de cartas, cartões e versos de que estava pejada a carteira.

Encontrando-o, não se demorou em lê-lo; tinha a secreta intenção de me convencer do grande apreço em que tinha o talento do viçoso Floc. Leu: — “Para mim, a verdadeira Arte é aquela que consorcia o ideal com o real; é aquela que, não desprezando os elementos representativos da realidade, sabe pelo ideal arrebatrar as almas aos páramos do incognoscível.”

Guardou a carteira com a valiosa opinião do esteta viajado em Quito; e continuou já um tanto desembaraçado:

— Concorro plenamente com ele. Nos *Anelos*, se o senhor ler, há de ver que sempre procurei não me afastar desse ponto de vista... E acho que deve ser assim, real e ideal, juntos, é verdade, mas este espiritualizando aquele, dominando-o e vencendo-o... Gosto imensamente do senhor Floc; acho-o um crítico sagaz, ilustrado, cujo julgamento sobre os meus versos eu receberia com especial agrado... O senhor falará a ele, não é?

Prometi-lhe e o cândido poeta Félix da Costa saiu satisfeito, apertando-me a mão demoradamente, oferecendo-me a casa e os préstimos. Folheei um instante o livro; era uma *plaque* de cento e tantas páginas, povoadas de sonetos e outras poesias soltas. Depositei-o sobre a mesa do secretário. De antemão, sabia que Floc não se deteria na sua leitura. Os livros nas redações têm a mais desgraçada sorte se não são recomendados e apadrinhados convenientemente. Ao receber-se um, lê-se-lhe o título e o nome do autor. Se é de autor consagrado e da facção do jornal, o crítico apressa-se em repetir aquelas frases vagas, muito bordadas, aqueles elogios em *cliché* que nada dizem da obra e dos seus intuitos; se é de outro consagrado, mas com antipatias na redação, o *cliché* é outro, elogioso sempre, mas não afetuoso nem entusiástico. Há casos em que absolutamente não se diz uma palavra do livro. Acontecia isso com três ou quatro autores. Um deles era Raul Gusmão, a quem o diretor invejava o talento de escrever; além dele, havia um grande poeta, respeitado em todo o Brasil, e um outro moço que se rebelara contra a ditadura do jornal. Com os nomes novos não havia hesitações; calava-se, ou dava-se uma notícia anódina, “recebemos, etc.”, quando não se descompunha.

Aos olhos dos homens da imprensa, publicar um livro é uma ousadia sem limites, uma temeridade e uma pretensão inqualificáveis e dignas de castigo.

— Como é — disse certa vez Oliveira — que este sujeito publicou um livro?... Um desconhecido! Um idiota magro! Um tipo que nunca escreveu coisa alguma...

Ele queria dar a entender como não tendo escrito coisa alguma o fato do rapaz não ter publicado artigos nos jornais ou feito mesmo a reportagem dos Telégrafos. O pensamento comum dos empregados em jornais é que eles constituem, formam o pensamento do nosso país, e não só o formam, mas “são a mais alta representação dele”. Fora deles, ninguém pode ter talento e escrever, e, por pensarem assim, hostilizam a todos que não querem aderir à sua grei, impedem com a sua crítica hostil o advento de talentos e obras, açambarcam as livrarias, os teatros, as revistas, desacreditando a nossa provável capacidade de fazer alguma coisa digna com as suas obras ligeiras e mercantis.

Por acaso, se o trabalho consegue vencer a hostilidade de semelhante gente, sempre cheia de preconceitos, eles ficam a matutar, pois não admitem esforço e honestidade intelectual em ninguém: de quem o autor copiou?

Os mais hábeis daqueles que estão de fora, porém, quando premeditam a infame ousadia de publicar, arranjam preliminarmente relações de amizade nos jornais, de modo a obter um bom acolhimento para o seu trabalho. Isso acontece com os de pequeno nascimento, com os que vêm dos estados; mas autor que nasceu no Rio, de certa camada, que tenha títulos e empregados, pode estar seguro que a crítica anônima dos jornais lhe será unânime em elogios e animação.

No *O Globo*, as coisas corriam assim. O secretário recebia o volume e dava-o a Floc. *Quimera*, romance, Abílio Gonçalves, lia Floc alto, e logo perguntava:

— Quem é este Abílio Gonçalves?

— Não conheces? É o filho do senador Gonçalves, de São Paulo.

Floc olhava outra vez o livro e voltava:

— É formado?

— É — retorquia Leporace. — É engenheiro de minas.

— Hum! — fazia Floc com segurança, mudando a primitiva antipatia que se lia na contração dos lábios para um breve sorrir de benevolência.

No dia consagrado, o folhetim aparecia cheio de blandícias, de elogios, fosse o livro bom ou mau, fosse o pai senador da oposição ou do Governo.

Houve uma ocasião em que Floc, para mais erguer o filhote criticado, forjou um elogio de um autor francês como tendo sido feito a um livro que aparecera havia duas semanas no Rio de Janeiro.

Se o nome do autor era obscuro, se as informações colhidas lhe não davam de pronto um estado civil decente, Floc adiava a notícia e esperava que os grandes nomes da crítica se pronunciassem. Se eram favoráveis ao livro, ele

repetia os elogios, ampliava as observações; se eram desfavoráveis, o elegante e viçoso crítico dava curso à sua natural hostilidade aos nomes novos que não surgiam nos jornais. Havia, porém, uma casta de autores que ele sempre elogiava; eram os diplomatas. Um desses senhores publicou certa vez uma compilação de naturalistas e de receitas agrícolas com fingimentos de Maeterlinck, sobre as frutas nacionais. Floc não se conteve: desandou um folhetim inteiro sobre o volume, elogiando a sua virtuosidade artística, o seu estilo límpido e sereno, mostrou o pensamento panteístico que o animava, só porque o primeiro secretário da Legação de Caracas dissera que o mamão era terno e resignado.

Dado que o livro tratasse do assunto que ele desconhecesse inteiramente, o processo era outro. Ele fazia como o abissínio faz com o boi em que viaja montado: tirava pedaços da própria obra e criticava.

Eu não quis dizer tudo isso ao poeta de *Anelos*. Era melhor mantê-lo na ilusão de que pudesse haver alguma independência e espontaneidade no julgamento dos jornais; e quando Floc chegou, com o seu grande queixo atirado para diante como um aríete e os seus bigodes de azeviche, dei-lhe o livro. Depois de manuseá-lo um instante, falou com azedume:

— Que nome! Félix da Costa! Parece até enjeitado! É algum mulatinho?

— Não. É mais branco que o senhor. É louro e tem olhos azuis.

— Homem, você hoje está zangado...

Ele não compreendia que eu também sentisse e sofresse.

E arredou o livro para a ponta da mesa e pôs-se a escrever. Era a sua tortura; era o seu pesadelo. Quase sempre as crônicas literárias, as fantasias, as notícias de teatro, as trazia escritas de casa; mas o serviço normal era obrigado a fazê-lo na própria redação. Preferia ficar só, e quando estava, escrevia para adiantar o serviço. A sua oclusão mental não fora capaz de me julgar e ele não me supunha bastante atilado para observar a sua dificuldade. Então, mesmo na minha presença, mordiscava os bigodes, dava suspiros, falava alto; mas ao chegar um outro dos colegas, continha-se, procurava diminuir a contração dos supercílios e o franzir da testa que lhe denunciavam o desespero e o esforço. Floc não tinha o dom de improvisar o artigo, não possuía esse talento especial de presteza de pensamento, essa facilidade em vazá-lo logo no papel, com que se fizeram conhecidos José do Patrocínio e Justiniano José da Rocha. Na redação, havia alguns que escreviam com facilidade e rapidez, mas sem brilho nem relevo. Meneses era quem tinha mais destaque, quem mais força possuía

no dizer, mas a sua pessoa resistia muito, não se queria transmitir ao artigo, temia, e por isso ele perdia muito.

Quem tivesse perfeitamente o dom de inventar, de arquitetar instantaneamente o artigo e escrevê-lo com sabor literário, movimento brilhante, vigoroso, orgânico, não havia. Losque, muito mais fraco do que Meneses, fingia-se de posse desse dom sagrado. Faltava-lhe novidade, invenção, força no dizer; tinha uns certos períodos, um constante arranjo de frases que ele adaptava ao assunto do momento, com as variantes necessárias. Gregoróvitch escrevia rapidamente, desenvolvia o artigo com muita força e paixão, mas era tumultuário até ao emaranhado e a falta de sentimento da língua não lhe dava uma arquitetura aos períodos. A música do idioma fazia-lhe falta, completamente. No mais, todos escreviam com acanhamento, sem naturalidade; as palavras fugiam-lhes no momento de escrever. Isso, que num temperamento literário pode transformá-lo em grande escritor, num jornalista a nada leva. Aliás, nenhum deles tinha o sentimento do seu defeito. Floc unicamente, com certeza devido aos seus grandes desejos literários e artísticos, sentia bem essa inferioridade e sofria com ela. Não procurava corrigir-se, adquirir a plasticidade necessária; o ofício não permitia e fora dele não tentava nada, com medo do desastre e do insucesso, embora na tentativa muito pudesse ganhar a sua vontade e o escritor que houvesse nele. Sofria...

Nos dias seguintes às festas de luxo, quando era encarregado dos *comptes-rendus*, era de ver o seu azedume contra o Raul Gusmão, que os fazia também para o *Despacho*. Em geral saíam antes dos seus, à tarde, de modo que ele chegava à redação notando-lhe as invenções e os exageros. Sempre, porém, senti na sua crítica a impotência e o despeito de não ver citada pelas senhoras conhecidas uma imagem mais faiscante, como faziam com as do rival. Entretanto, eram amigos e elogiavam-se sempre que podiam.

Floc, naquele momento, recebera uma aragem de inspiração. Escrevia com desembaraço, quando Losque entrou. O recém-vindo descansou o maço de jornais que sempre trazia, limpou o pince-nez, acendeu o cigarro de palha e perguntou camaradariamente:

- Que escreves?
- A notícia do baile do palácio...
- E o Rolim?
- É a “cabeça”... Tu bem sabes que o Rolim não escreve nada que preste...

Este Rolim era o repórter do palácio. Tinha mais de quarenta anos, uns grandes pés espalmados e o queixo erguido para o alto quase a bater nos bigodes fartos e negros. Tinha-se na conta de elegante, de fino e descendente de um vice-rei do Brasil, dom Antônio Rolim de Moura, conde de Azambuja. De uns tempos a esta parte, todos os brasileiros se vão enobrecendo ao acaso... Devem ter verificado isso.

O seu ofício no jornal era ir diariamente ao palácio presidencial, tomar conta dos nomes dos visitantes, ou, em ocasiões excepcionais, representar o jornal nas festas do bom-tom, em que a distinção de maneiras fosse exigida e um ar sedutor não ficasse mal. De volta, trazia os nomes dos circunstantes, a hora certa em que começaram as danças, procurava a notícia anterior e, *mutatis mutandis*, a copiava.

— Este Rolim!... É jornalista para uso externo, — disse Losque, acrescentando em seguida: — Você leu o *Jornal do Commercio*?

— Não. Por quê?

— O Teixeira Mendes ataca a lei dos sapatos obrigatórios. Diz que isso de andar calçado, de correção de traje, em última análise, entra no campo da estética, assim, no espiritual, em que não pode o poder temporal intervir absolutamente... Então é com o papa?

Os dois sorriram e Floc refletiu vagarosamente:

— Eu creio que as coisas vão mal. Há muita irritação, muito azedume por aí...

— Eu penso também que isso não acaba bem. Hoje, quando vinha de bonde, vi comentários ao artigo do Ricardo...

— Estava bom. Não achaste?

— Achei — fez o outro com segurança. — Ele atacou bem a questão; podia ir mesmo pelo lado higiênico...

Entrava no momento Leiva, que fazia polícia e “Vida Operária”. Sentindo que se falava na questão dos sapatos, interveio na palestra:

— Vocês não imaginam... As coisas estão feias! Estive na Gamboa e na Saúde... Os estivadores dizem que não se calçam nem a ponta de espada. Não falam noutra coisa. Vi um carroceiro dizer para outro que lhe ia na frente guiando pachorrentamente: “Olá, hé! Estás bom para andares calçado que nem um doutor!” Por aí vocês avaliam... Creio que há “turumbamba”!

— Agora, aqui para nós — aduzia Floc —, a coisa é necessária... Causa má impressão ver essa gente descalça... Isso só nos países atrasados! Eu nunca vi isso na Europa...

— Ora, deixa-te disso, Floc! — observou Gregoróvitch, que entrara. — No Norte é justo, o clima, o gelo; mas no Sul, em Nápoles, na Grécia, vê-se muito...

— Isso não é Europa.

— Engraçado! Com que liberdade modificas a geografia... E em Londres?

— Que tem Londres?

— Que tem! Não há cidade do mundo em que a multidão seja mais andrajosa, mais repugnante...

— Andam de casaco e sapatos! — gritou triunfantemente Floc.

— Que casaco! Que sapatos! Naturalmente que hão de procurar coberturas para o frio, mas onde vão buscá-las? Ao lixo, e é um disparate! Se queres uma multidão catita, arranja meios de serem todos remediados. Vocês querem fazer disto uma Paris em que se chegue sem gastar a importância da passagem ao mesmo tempo ganhando dinheiro, e esquecem de que o deserto cerca a cidade, não há lavoura, não há trabalho, enfim...

Quase todos previam um motim; julgavam-no certo pelas observações que tinham feito.

O doutor Ricardo entrou seguido de Aires d'Ávila. O diretor vinha satisfeito. Cumprimentou sorrindo e foi ao gabinete escrever. Aires d'Ávila fez algumas considerações sobre o projeto e pediu ao Floc notícias de uma cantora nova. Loberant, por esse tempo, gritou:

— Isaías, vem cá! Leva-me esta carta ao senador F. Olha — recomendou-me ao sair —, entrega em mão dele, estás ouvindo!

No momento em que começava a descer a escada ouvi que dizia alto:

— Esses f... hão de ver se valho ou não valho alguma coisa! Súcia!

Embaixo o gerente, em colete, sentado diante da grande mesa, contava *harpagonescamente* uma chusma de níqueis que ia dividindo em colunas, alinhando-as depois para o lado esquerdo à proporção que contava.

O mês de maio tinha começado naquele ano com particular doçura. Eu, que já tinha mais de dois anos de Rio de Janeiro, nunca o vi tão formoso, tão primaveril e nunca assisti a manhãs tão lindas e azuis. Fazia uma temperatura carinhosa e eu olhava as nuvens, as montanhas e as árvores sob uma luz aveludada. A Terra era todo um estojo macio e tépido, feita especialmente para viver do nosso corpo. Os boatos da redação e a tempestade que eu mesmo sentia preparar-se em nada diminuía a minha sensação de bem-estar físico. Aquele começo de mês foi para mim de grande sossego e de muito egoísmo. Embora minha mãe tivesse afinal morrido havia alguns meses, eu não tinha

sentido senão uma leve e ligeira dor. Depois de empregado no jornal, pouco lhe escrevi. Sabia-a muito doente, arrastando a vida com esforço. Não me preocupava... Os ditos de Floc, as pilhérias de Losque, as sentenças do sábio Oliveira tinham feito chegar a mim uma espécie de vergonha pelo meu nascimento, e esse vexame me veio diminuir em muito a amizade e a ternura com que sempre envolvi a sua lembrança. Sentia-me separado dela. Conquanto não concordasse em ser ela a espécie de besta de carga e máquina de prazer que as sentenças daqueles idiotas a abrangiam no seu pensamento de lorpas, entretanto eu, seu filho, julgava-me a meus próprios olhos muito diverso dela, saído de outra estirpe, de outro sangue e de outra carne. Ainda não tinham coordenado todos os elementos que mais tarde vieram encher-me de profundo desgosto e a minha inteligência e a minha sensibilidade não tinham ainda organizado bem e disposto convenientemente o grande *stock* de observações e de emoções que eu vinha fazendo e sentindo dia a dia. Vinham uma a uma, invadindo-me a personalidade insidiosamente para saturar-me mais tarde até ao aborrecimento e ao desgosto de viver. Vivia, então, satisfeito, gozando a temperatura, com almoço e jantar, ignobilmente esquecido do que sonhara e desejara. Houve mesmo um dia em que quis avaliar ainda o que sabia. Tentei repetir a lista dos Césares — não sabia; quis resolver um problema de regra de três composta, não sabia; tentei escrever a fórmula da área da esfera, não sabia. E notei essa ruína dos meus primeiros estudos cheio de indiferença, sem desgosto, lembrando-me daquilo tudo como impressões de uma festa a que fora e a que não devia voltar mais. Nada me afastava da delícia de almoçar e jantar por sessenta mil-réis mensais.

A irritação do espírito popular que eu tinha observado na minha própria casa não me fez pensar nem temer. Julguei-a especial àqueles a quem tocavam e nunca que aquelas observações ingênuas se tivessem transformado em grito de guerra, em amuleto excitador para a multidão toda. Mais tarde, entretanto, verifiquei que a crença de que o Governo pretendia operar violentamente os homens e mulheres de pés grandes, como os chinas, é que tinha impressionado fortemente os espíritos, levando-os ao sangrento motim que estalou.

Tinha-me recolhido cedo, depois de ter ido ao clube buscar provas ao Aires d'Ávila. Era hábito seu ir pelas cinco horas ao clube arriscar, na roleta, alguma coisa antes de jantar, e quando pretendia demorar-se levava as provas, indo eu ou o outro contínuo buscá-las já revistas. Em certas ocasiões, quando pelo correr do dia, não tinha tempo de escrever, era tão forte o seu hábito que, dada a hora, corria ao clube e voltava de lá às dez ou onze horas para escrever o

artigo. Noites havia que o sono e a fadiga eram tão fortes que, entre uma tira e outra, o gordo e pesado jornalista cochilava e dormia até. Então, com a precisa delicadeza, qualquer pessoa da redação acordava-o e Aires continuava a escrever o artigo sem mesmo reler as tiras anteriores. Em alguns dias, o sono obrigava-o a interromper o artigo mais de uma vez.

Recolhi-me cedo nessa noite e dormi profundamente durante toda ela. Não vi a destruição dos combustores de iluminação, que os populares tinham levado a efeito. Só a notei de manhã, já pelas oito horas, descendo a ladeira. Na rua, o trânsito era ralo e o tráfego dos bondes parecia ter cessado completamente. Nas esquinas, havia patrulhas de infantaria e cavalaria e de distância em distância, à porta de estalagens, afastados da polícia, havia grupos compactos de populares. Um bonde aproximou-se, e, embora cheio, dependurei-me com dificuldade num dos balaústres. A fisionomia das ruas era de expectativa. As patrulhas subiam e desciam; nas janelas havia muita gente espiando e esperando qualquer coisa. Tínhamos deixado a estação do Mangue, quando de todos os lados, das esquinas, das portas e do próprio bonde partiam gritos: “Vira! Vira! Salta! Salta! Queima! Queima!”

O cocheiro parou. Os passageiros saltaram. Num momento o bonde estava cercado por um grande magote de populares à frente do qual se movia um bando multicolor de moleques, espécie de poeira humana que os motins levantam alto e dão heroicidade. Num ápice, o veículo foi retirado das linhas, untado de querosene e ardeu. Continuei a pé. Pelo caminho a mesma atmosfera de terror e expectativa. Uma força de cavalaria de polícia, de sabre desembainhado, corria em direção ao bonde incendiado. Logo que ela se afastou um pouco, de um grupo partiu uma tremenda assuada. Os assobios eram estridentes e longos; havia muito da força e da fraqueza do populacho naquela ingênua arma. E por todo o caminho, este cenário se repetia.

Uma força passava, era vaiada; se carregava sobre o povo, este dispersava-se, fragmentava-se, pulverizava-se, ficando um ou outro a receber lambadas num canto ou num portal fechado. O Largo de São Francisco era mesmo uma praça de guerra. Por detrás da Escola Politécnica, havia uma força e os toques da ordenança sucediam-se conforme as regras e preceitos militares. Parei. Um oficial a cavalo percorria a praça, intimando o povo a retirar-se. Obedeci e, antes de entrar na rua do Ouvidor, a cavalaria, com os grandes sabres reluzindo ao sol, varria o largo com estrépito. Os curiosos encostavam-se às portas das casas fechadas, mas aí mesmo os soldados iam surrá-los com vontade e sem pena. Era o motim.

As vociferações da minha gazeta tinham produzido o necessário resultado. Aquele repetir diário em longos artigos solenes de que o Governo era desonesto e desejava oprimir o povo, que aquele projeto visava enriquecer um sindicato de fabricantes de calçados, que atentava contra a liberdade individual, que se devia correr a chicote tais administradores, tudo isso tinha-se encrostado nos espíritos e a irritação alastrava com a violência de uma epidemia.

Durante três dias a agitação manteve-se. Iluminação quase não havia. Na rua do Ouvidor armavam-se barricadas, cobria-se o pavimento de rolhas para impedir as cargas de cavalaria. As forças eram recebidas a bala e respondiam. Plínio de Andrade, com quem há muito não me encontrava, veio a morrer num desses combates. Da sacada do jornal, eu pude ver os amotinados. Havia a poeira de garotos e moleques; havia o vagabundo, o desordeiro profissional, o pequeno-burguês, empregado, caixeiro e estudante; havia emissários de políticos descontentes. Todos se misturavam, afrontavam as balas, unidos pela mesma irritação e pelo mesmo ódio à polícia, onde uns viam o seu inimigo natural e outros o Estado, que não dava a felicidade, a riqueza e a abundância.

O motim não tem fisionomia, não tem forma, é improvisado. Propaga-se, espalha-se, mas não se liga. O grupo que opera aqui não tem ligação alguma com o que tiroteia acolá. São independentes; não há um chefe geral nem um plano estabelecido. Numa esquina, numa travessa, forma-se um grupo, seis, dez, vinte pessoas diferentes, de profissão, inteligência, e moralidade. Começa-se a discutir, ataca-se o Governo; passa o bonde e alguém lembra: vamos queimá-lo. Os outros não refletem, nada objetam e correm a incendiar o bonde.

O apagamento momentâneo da honestidade e a revolta contra pessoas inacessíveis levam os melhores a esses atentados brutais contra a propriedade particular e a pública. Concorre também muito a nossa perversidade natural, o nosso desejo de destruir, que, adormecido no fundo de nós mesmos, surge nesses momentos, quando a lei foi esquecida e a opinião não nos vigia.

No jornal exultava-se. As vitórias do povo tinham hinos de vitórias da pátria. Exagerava-se, mentia-se, para se exaltar a população. Em tal lugar, a polícia foi repelida; em tal outro, recusou-se a atirar sobre o povo. Eu não fui para casa, dormi pelos cantos da redação e assisti à tiragem do jornal: tinha aumentado cinco mil exemplares. Parecia que a multidão o procurava como estimulante para a sua atitude belicosa. O serviço normal da folha fazia-se com atividade. Os repórteres iam aos lugares perigosos, aos pontos mais castigados pela polícia, corriam a cidade em tálburis. Nem os revisores nem os seus

suplentes faltavam à chamada; outro tanto sucedia com os tipógrafos e os outros operários.

Toda essa abnegação era para garantir os seus mesquinhos empregos. Um pobre tipógrafo, que morava para a Saúde, onde o trânsito se fazia com os maiores perigos, ficou todos os três dias no jornal. Temia ser morto por uma bala perdida. Houvera muitas mortes assim, mas os jornais não as noticiavam. Todos eles procuravam lisonjear a multidão, mantê-la naquelas refregas sangrentas, que lhes aumentava a venda. Não queriam abater a coragem do povo com a imagem aterradora da morte. A polícia atirava e não matava; os populares atiravam e não matavam. Parecia um torneio... Entretanto eu vi morrer quase em frente ao jornal um popular. Era de tarde. O pequeno italiano, na esquina, apregoava os jornais da tarde: *Notícia! Tribuna! Despacho!*

De há muito que a rua parecia retomar a sua vida normal. Durante todo o dia os passeios se fizeram como nos dias comuns; repetidamente, porém, uns grupos que paravam no canto do Largo de São Francisco, vaiaram a polícia. O esquadrão, com o alferes na frente, partiu como uma flecha e foi descendo a rua do Ouvidor, distribuindo cutiladas para todos os lados. O pequeno vendedor de jornais não teve tempo de fugir e foi derrubado pelos primeiros cavalos e envolvido nas patas dos seguintes, que o atiraram de um lado para outro como se fosse um bocado de lama.

Quando suspenderam a carga, alguns populares trouxeram-no morto para o escritório do jornal. O cadáver estava num estado ignóbil: tinha quase todos os ossos partidos, o crânio esmagado e o ventre roto. Recordei-me então daquelas palavras de Loberant:

— Esses f... hão de ver se valho ou não valho alguma coisa! Súcia!

XIII

“O homem que acaba de morrer não era um homem vulgar. No domínio de sua difícil arte, era uma notabilidade respeitada. Para nós, era muito mais: era um amigo, um dedicado e leal amigo a quem muito devíamos e prezávamos. Todos os que mourejam nesta tenda de trabalho certamente não hão de esquecê-lo e não há nenhum que não tenha recebido um favor, uma alegria, uma satisfação de suas mãos.

“O público que nos lê, não sabe o quanto esta vida de jornalista é esgotante e ingrata; não sabe que soma de energia ela exige e como nos tira os melhores momentos de ócio e os melhores minutos de prazer. Vivemos por assim dizer para os outros; e quem vive para os outros, é claro que muito pouco pode viver para si.

“Charles de Foustangel atravessava a nossa vida como um anjo protetor; dele, tirávamos alguns raros instantes de alegria no meio das agruras que nos cercam. Era de ver como ele sabia desenvolver um *menu*, como imaginava um ‘quitut’ inédito, um prato saboroso, que *verve* especial punha nos nomes com que os batizava e que raros gozos eles traziam aos nossos paladares fatigados por esses hotéis detestáveis que nos impingem solas duríssimas por bifes de grelha. Quantas ocasiões não fomos nós de mau humor para a mesa de jantar, enervados, sem vontade de trabalhar, com a encomenda do artigo, da reportagem, da crônica para o dia seguinte e sem coragem para fazê-los, e nos levantávamos, graças à brandura do seu tempero e à eurritmia dos seus molhos, satisfeitos, solertes, cheios de novas energias!

“A sua morte é uma grande desgraça que nos acabrunha; e, desde que esta folha existe, é o primeiro que a maldita *Parca* leva. Muitos, é verdade, já se foram; mas não os levou a Parca. São felizes? São infelizes? Eles lá saberão... Este ficou no seu posto até à última hora, e ainda nas vésperas de morrer, quando a arruaça fazia cessar todo o movimento, deu num só dia quatro mesas fartas ao pessoal deste jornal.

“Era um herói, um herói como o nosso tempo sabe compreender, isto é, um homem que põe tudo o que há em si de força, de coragem, de inteligência e de dedicação para um dado e único fim útil aos seus semelhantes.

“Nada lhe faltava de grande. O caráter, a inteligência e o coração, nele, chegavam à mesma altura e agiam de concerto. Falava três línguas: português, inglês e francês. Nascido em Arcis-sur-Aube, pátria de Danton, em 1864, e oriundo de uma família nobre, em breve emigrou para a Inglaterra, onde abraçou a profissão em que morreu. Daí, depois de exercê-la com paixão, veio para o Brasil esse excelente representante da grande raça de Vatel. Era de um grande orgulho e conta-se que não entrou para o célebre Savoy de Londres porque não tinham permitido que assinasse o *menu*. Saudades.”

Um pouco abaixo do retrato, seguia-se esse artigo de Losque e o jornal vinha tarjado em sinal de luto. Tratava-se do cozinheiro particular do diretor, mas a estética do necrológio pedia se fizesse um auxiliar do jornal. A morte desse serviçal obscuro da domesticidade do doutor Loberant veio trazer-lhe os maiores testemunhos da sua vitória.

Todos os jornais se referiram ao inditoso Charles de Foustangel e alguns abriram subscrições para socorrer a família do cozinheiro. Fora do convívio jornalístico, as manifestações de pesar não foram menores: o Centro dos Estudantes passou um telegrama de pêsames ao presidente da República Francesa e ao cortejo do enterro concorreram mais de cinquenta carros, levando perto de uma centena de pessoas, entre as quais altas patentes do Exército e da Marinha, diretores de repartições, homens da bolsa, literatos aclamados, revolucionários temidos e um capitão do Estado-Maior, representando o presidente da República.

A Viscondessa de Varennes não faltou. Passou por mim, no carro, a olhar um lado e outro com os seus grandes olhos de Juno, as olheiras violáceas, mordiscando os lábios muito pintados, abanando-se com o seu grande leque rococó e toda envolvida num pesado vestido de *taffetas* de seda negra.

Antes de embarcar, Floc foi até ao trem e ela despediu-se dele, estendendo a mão pela portinhola do *coupé*, com metade do rosto a aparecer, sorrindo, muito graciosa, muito lenta, numa atitude de fidalga do século XVIII. E o negro cortejo desfilou pela rua como um triunfo *sui generis* para a vitória do diretor. Na frente, ia o coche fúnebre, sarapintado de dourados, crivado de grinaldas com flores roxas e brancas de pano e as fitas votivas cheias de inscrições a esvoaçar lentamente como se fossem todos os adeuses que o morto quisesse dar naquele momento, às coisas e às pessoas. Seguiam-se-lhe as caleças,

as vitórias e os *coupés*, transportando a alta administração, civil e militar, as finanças, as letras e a revolução profissional, em tocante homenagem ao grande homem que era o cozinheiro do doutor Ricardo Loberant, diretor-proprietário do *O Globo*.

O motim obrigara o presidente a demitir a maioria dos ministros, isto é, os ministros atacados pelo *O Globo*; o prefeito e o chefe de polícia também saíram. A lei dos sapatos foi para as coleções legislativas e o empréstimo ficou prometido ao Rodrigues. O diário de Loberant ficou sendo quase a sétima Secretaria do Estado. As nomeações saíam de lá e as demissões também. Bastava um aceno seu para um chefe ser dispensado, e bastava qualquer dos seus empregados abrir a boca para obter os mais rendosos lugares. Leporace foi nomeado diretor das antiguidades egípcias do Museu Nacional; e Rolim, o Rolim dos grandes pós, subdiretor da Repartição Cartográfica da República. Leiva fora modesto: pediu e obtivera o lugar de quarto escrivão do Tribunal de Contas, independente de concurso. Os empregos foram assim satisfazendo a natural voracidade dos auxiliares de Loberant. Todos eles viviam agora calmos, sorridentes, satisfeitos, convencidos de que tinham moralizado a República. Tudo ia bem e a administração fazia-se com a moralidade e a limpeza de uma pequena casa burguesa. Tinham-se cinquenta mil-réis, comprava-se; não se os tinham, diminuía-se a conta do armazém. O jornal passou do mais formal pessimismo ao otimismo mais idiota. O próprio Loberant perdera a “atrabílis”, fumava com mais calma, sorria com afabilidade e dispunha de empenhos. Era um gosto vê-lo dando audiência aos necessitados de empregos. Apareciam diariamente aos vinte. A uns, atendia; a outros respondia com gravidade ministerial: venha amanhã.

Floc sofria alguma coisa; havia momentos em que se sentia patente a luta íntima que se travava nele. Ficava minutos inteiros calado, imóvel, a olhar perdidamente as coisas... Nada quisera, pois estava à espera de uma reorganização na diplomacia para obter o lugar de primeiro secretário. Era o seu sonho a diplomacia, o paraíso a sua felicidade. A todo o momento falava-lhe nos hábitos, nos costumes, na maneira de redigir notas. Uma vez, contava ele aos colegas, na recepção do ministro da Alemanha, a filha do ministro da Guerra... Isto fora em Quito e enchia de pasmo ver de que maneira, nos lábios de Floc, a vida de Quito era elegante e soberba. E ele rematava a narração liricamente:

— Oh! A diplomacia! Vocês não imaginam o que é! É a mais deliciosa vida que há... Entra-se em toda a parte, têm-se os melhores lugares; é-se

cercado, amimado... Uma delícia! Pode-se ser burro ou inteligente que é o mesmo! O secretário da Inglaterra, M. Lodge, era uma besta, mas uma besta perfeita... Alto, vermelho que nem um tomate, desengonçado, incapaz de dar um passo de valsa ou marcar um *cotillon*; entretanto, parecia um rei nas salas... Mas era a Inglaterra, rica e opulenta, que estava atrás dele, e era também o prestígio da profissão que o aureolava... E o Rolim ouvia tudo aquilo com os lábios entreabertos, a fisionomia parada e uma grande expressão de pasmo e assombro em toda ela. Quando Floc acabava, ele indagava:

— E mulheres, hein?

— Ora! Às dúzias... Uma vez, no baile do ministro dos Estrangeiros, no palácio da Plaza de la Concepción...

E Rolim voltava a sonhar aquele paraíso diplomático, cheio de medidas e cumprimentos, de etiquetas complicadas, mas cheio também de huris de luxo e tratamento.

Em começo, logo após a mutação do jornal, o lindo repórter pedira um lugar na diplomacia ou no corpo consular; mas o ministro convencera o diretor que era desmarcado o pedido. Prometera-lhe o ministro um lugar de amanuense na Secretaria do Estado, para o seu repórter; e depois, com o tempo, talvez fosse possível transferi-lo para o corpo consular. Rolim não quisera. Temia que a sua ignorância fosse posta a claro na redação dos ofícios. Para ele, só serviam os lugares de chefe, de diretor, em que só se tem que ter presença e assinar papéis. Foi então que vagou o cargo de subdiretor da Repartição Cartográfica e foi nomeado, para superintender os respectivos trabalhos geodésicos, que de há muito estavam em começo.

Meneses, tímido sempre, não se animava a pedir coisa alguma. Continuava obscuramente, pacientemente, a estudar, a ler e a contribuir para a glória e para a fortuna do doutor Loberant. Surdo, falando com dificuldade, muito feio, pouco conversava na redação; mas eram constantes as perguntas de uns e de outros sobre isso e sobre aquilo. Ele respondia com a sua voz fanhosa e retomava o serviço com resignação, automaticamente, e assim enchia os dias e os anos.

Aires d'Ávila e Oliveira não tinham querido emprego. Ao primeiro, a não ser de presidente da República ou diretor do Banco do Brasil, não havia colocação que pudesse custear os seus gastos. O que ganhava no jornal era insuficiente para as passagens e os charutos; o resto ele arranjava. Devia a todo mundo, e os credores quase formavam cauda na redação. Era uma mania. A uns dizia: "Procure-me em casa"; a outros ralhava: "Aqui não lhe posso atender,

estou escrevendo... Procure-me no escritório.” Ao que o cobrador retrucava: “Mas Vossa Excelência já me disse que só aqui.” “É”, respondia, “mas... Bem... É melhor você vir para a semana...”

E continuava a fumar serenamente enquanto o cobrador descia cabisbaixo, mastigando juras. Não havia expediente de que não lançasse mão para conseguir dinheiro. Todos lhe serviam, desde os honestos até aos semi-honestos. Tinha para as suas transações caixeiros e escreventes. Laje da Silva era um deles. Na transação dos quadros que ficou célebre, outros entraram e ganharam uma boa fatia. Não sei se se lembram ainda do caso. Eu recordo. Certo dia, um jornal de Pernambuco noticiou que se havia descoberto numa cidade do interior duas grandes telas que bem podiam ser de célebres mestres holandeses ou flamengos. E lá vinha a história do domínio batavo no Norte, de Maurício de Nassau etc. Em breve, os tais quadros eram expostos no Rio de Janeiro e as competências começaram a falar, gabando a beleza extraordinária dos trabalhos. Não havia dia em que este ou aquele jornal, esta ou aquela revista, não se referisse com grandes encômios aos quadros. Os competentes deram-nos como sendo de Rembrandt e J. van Eyck. Na tela que se atribuíu a este, havia mesmo uma certa beleza comunicativa, independente de qualquer exame ou cultura. Representava uma grande dama adorando um Menino Jesus e o fundo era uma paisagem de montanhas cobertas de neve, tratado com aquele desenho correto, firme, e aquela sábia perspectiva aérea que tanto lhe gabam os críticos. Raul Gusmão escreveu um cintilante artigo; Veiga Filho desarrumou dicionários, escreveu um folhetim maciço. Os escritos choviam, mas o que causou surpresa foi também o assunto merecer da pena política de Aires d’Ávila um artigo entusiástico, confessando não entender de arte, mas louvando-se nas suas impressões e nas opiniões dos competentes. Terminava pedindo ao Governo que adquirisse as telas. A sua ideia foi logo bem aceita e os tambores jornalísticos começaram a rufar. O ministro do Interior consultou a Escola de Belas-Artes, que achou as telas obras-primas e dignas de serem adquiridas. O Congresso votou o crédito e as telas foram compradas por perto de mil contos. Não passaram, porém, três meses que um jornal de Paris as não denunciasse como falsificadas e apontasse o falsificador. Um outro jornal do Rio foi além: denunciou o sindicato que tudo preparara e fizera a campanha para que o Estado adquirisse os quadros. O jornal, entre outras pessoas, apontou Aires d’Ávila como tendo entrado no negócio e recebido trinta contos no Banco inglês, com o cheque nº 5.327.

O esteta entusiástico deixou passar a tempestade e, serenada que ela foi, veio calmamente dizer que, de fato, recebera o dinheiro, mas tão somente como advogado, para fazer minutas de requerimentos, dar conselhos e outros pequenos serviços da profissão.

Quem ganhava tanto com minutas de requerimentos, não precisava sujeitar-se a um emprego.

Quase todos os seus artigos eram mais ou menos pagos, pelo diretor e pelos interessados; assim também procedia Veiga Filho. A sua literatura era a duas amarras. Escreveu, certa ocasião, um conto, de coluna e meia, passado em Teresópolis e gabando com insistência as comodidades de um hotel. O hoteleiro, no fim do mês, ao receber a conta dos anúncios, correu furioso ao escritório:

— Mas já paguei!

— Como? — fez admirado o gerente.

— Sim. Dei ao senhor Veiga Filho duzentos mil-réis pelo conto.

— Mas quem lhe falou no conto, senhor Lebrindo? Isso é lá entre os senhores... E quer saber de uma coisa? Nós já o pagamos também.

Ninguém se surpreendeu no jornal. Todos andavam preocupados com a obtenção de posições, e mesmo que não andassem, aquilo era quase admitido. Oliveira andava indignado com os colegas pelo sôfrego assalto aos lugares públicos, de que davam mostras.

— É isto — dizia ele —, vocês não prezam a imprensa, fazem dela achego, gancho; não a dignificam, não a honram. Querem empregos públicos, como se um reles burocrata valesse mais do que um jornalista...

— Mas não é isso — objetava Leiva. — É mais seguro...

— Qual seguro! Então você pensa que não se é também demitido... É preciso engrossar, bajular, fazer manifestações... Eu não quero. Da Imprensa para a cova, e não acho profissão mais brilhante do que a nossa!

Ele nunca tinha engrossado e era um grande jornalista. Losque também não quis emprego; a sua pretensão era ser deputado. Os seus títulos consistiam em ser redator anônimo de um grande jornal. Nunca se fizera notar por coisa alguma, não tinha a menor influência, não se distinguia como portador de nenhuma ideia útil e fecunda; mas queria ser deputado, indicado por um presidente de Estado, como convinha a um dos auxiliares do doutor Ricardo Loberant, o moralizador da República.

No meio daquele fervilhar de ambições pequeninas, de intrigas, de hipocrisia, de ignorância e filáucia, todas as coisas majestosas, todas as grandes

coisas que eu amara, vinham ficando diminuídas e desmoralizadas. Além do mecanismo jornalístico que tão de perto eu via funcionar, a política, as letras, as artes, o saber — tudo o que tinha suposto até aí grande e elevado, ficava apoucado e achincalhado.

Via Floc fazer reputações literárias, e ele mesmo uma reputação; via Losque, de braço dado com o medíocre Ricardo Loberant, erguer à Câmara e ao Senado quem bem queria; via Aires d'Ávila, com uns períodos de fazer sono e uma erudição de vitrine, influir nas decisões do Parlamento; via médicos milagreiros e tidos como sábios pedirem elogios às suas pantafaçadas obras a redatores ignorantes; e também via Dona Inês, a esposa do diretor, uma respeitável senhora, certamente, fazer-se juiz dos contos e das poesias dos concursos, com a sua rara competência de aluna laureada das irmãs de caridade.

À vista disso, à vista dessa incompetência geral para julgar, da ligeireza e dos extraordinários resultados que obtinham com tão fracos meios, impondo os seus protegidos, os seus favoritos, fiquei tendo um imenso desprezo, um grande nojo, por tudo quanto tocava às letras, à política e à ciência, acreditando que todas as nossas admirações e respeitos não são mais que sugestões, embustes e ilusões, fabricados por meia dúzia de incompetentes que se apoiam e se impuseram à credulidade pública e à insondável burrice da natureza humana.

Mas, se o meu desprezo e o meu aborrecimento por tudo isso se não fizeram totais, foi porque por vezes senti neles, naqueles redatores e repórteres que tinham o cofre das graças, grandes dúvidas, grandes desesperos e fortes vacilações de consciência sobre o seu próprio valor.

Houve um caso que, por trágico, me ficou eternamente gravado e foi como a demonstração de que ainda havia no fundo de alguns deles uma crença no Sério, no Verdadeiro, na Perfeição.

Voltava eu nessa tarde da casa de Veiga Filho, onde tinha ido levar umas provas. Voltava admirado de que os seus amigos, toda vez que a ele se referiam, lembrassem a grande miséria em que vivia. Não o tinha visto assim. Morava numa casa apalaçada, numa rua do bairro das Laranjeiras, com altos e baixos, dois andares. Esperei as provas na sala de visitas, transformada em gabinete de trabalho, mobiliada com relativa opulência. Havia bronzes, divãs, mesas com incrustações de laca e charão, vasos de porcelana, estantes com guarnições de bronze... Onde estava a miséria? O Artur sempre se referia a ela e o Bilac, no seu “Registro”, lastimava-a como indicando o atraso da nossa civilização.

Cheguei às oito horas à redação. Floc, de casaca, dava o último retoque na tradução do folhetim. Ia ao Lírico. Estava cercado de dicionários e exalava

perfumes. Em breve saiu e a redação a pouco e pouco se esvaziou. Pela meia-noite estava só o redator de plantão; o repórter de serviço tinha adoecido e os outros, à míngua de novidades, tinham desaparecido pelos cafés e cervejarias. Pouco depois da meia-noite, Floc voltou. Vinha alegre. A sua fisionomia irradiava satisfação e no seu olhar bailavam coisas fugidias e doces. Adelermo, que fazia o plantão, perguntou-lhe pelo desempenho:

— Maravilhoso! Nunca vi um conjunto tão harmonioso... Que vozes! O *quartetto* foi excelente. Não há uma cantora de destaque, na verdade, mas todas afinam bem e o conjunto é extraordinário!

— E a valsa?

— Oh! Magnífica! Que orquestra! Que *musetta*! Imagina que foi bisada quatro vezes!

— Então foi um delírio?

— Um delírio... Nunca vi tanto entusiasmo... A sala toda vibrava.

— E as galerias? Vaías, hein?

— Não. Portaram-se bem... Felizmente estamos deixando esse hábito

— Muita gente?

— À cunha. Que mulheres, Adelermo! que mulheres! A Lobo tinha um decote maravilhoso. Todo o colo, muito alvo, alvo de jaspe, ficava fora e o pescoço nascia do busto, muito longo e muito branco. A Santos Carvalho lá estava também, com aqueles olhos de fome, olhos de insatisfação, de curiosidade, de vontade de provar todos os “frutos do jardim do mundo”... A Carneiro de Sousa... Eu não sei que mal me faz essa mulher com o seu desenho de rosto à Botticelli! Tem não sei que mistura de candura e perversidade que me dá gana de gritar-lhe: fala, demônio! O que és, santa ou serpente? Pela sala, pairavam não sei quantas essências caras, não sei quantos perfumes de flores de quantos climas! Chegava-se a esquecer diante daquelas mulheres, daquelas luzes, daquela música, daquela olência, que se estava dentro dum barracão infamíssimo!

Floc falou com calor, gesticulando, procurando completar a frase com um gesto e um olhar. Sentia-se bem que aquelas coisas deliciosas se tinham impregnado nos seus sentidos e o envolviam todo.

Os seus olhos, ao falar nas mulheres, tinham reflexos de ouro e fumava nervosamente durante a conversa. Adelermo mantivera-se calmo, sorrindo de quando em quando; às vezes, ouvindo uma frase ou outra, parecia perder-se no seu próprio pensamento, destacar-se de si e ir longe, longe...

— Dás a crônica hoje? — perguntou Caxias.

— Naturalmente... O Raul dá também para o *Diário*... Eu não queria; pretendia fazer uma coisa mais cuidada, mas *noblesse oblige*... Não achas?

— Então, enquanto escreves, eu vou sair, como alguma coisa e volto já.

— Não há dúvida — disse Floc tirando a casaca. — Vai que eu espero.

Adelermo Caxias colocou o colarinho, deu o nó na gravata, vestiu o paletó e saiu apressado pelo corredor afora. Ficamos na redação eu e Floc.

Na rua havia o mais perfeito silêncio. De onde em onde, os passos de um retardatário vinham quebrá-lo com desusado vigor.

Floc pusera-se à mesa em atitude de escrever. Levei-lhe papel e tinta, e o crítico, preparada vagarosamente a caneta, arrumado o papel, acendeu um charuto e ficou por instantes abismado numa grande cisma sem fim... Tinha medo de começar. Tinha visto tanta coisa bela, tanta carne moça e boa, que ele queria lançar o artigo como um remígio para o alto, para as distantes regiões da arte e da beleza, não perdendo uma só ideia fugidia, transmitindo as emoções sentidas naquelas deliciosas horas em que contemplou as mais belas e caras mulheres da cidade, ouvindo aquela música lânguida de Itália cheia de sol, de história e de amor. Como que senti que ele tentava pôr na sua crônica um pouco dos sonhos sonhados à vista daqueles colos nus e tratados, daqueles olhares faiscantes, e também a sensação quase irregistrável da música, o roçar das sedas, a olência dos perfumes a pairar naquele ambiente fechado, uma impressão a tocar outra, bailando sem serem vistas nos ares polvilhados de luz, da luz azul da eletricidade. Eram todos os sentidos que tinham vivido: a sensação particular de um provocando sensações aos outros e todas elas sacolejando a sua personalidade com aquele hercúleo esforço para colhê-las todas. Pensava...

Quedou-se assim alguns minutos, três a cinco, e logo se pôs ao trabalho. As duas primeiras tiras foram rapidamente escritas, no começo da terceira, parou, escreveu, emendou, tornou a escrever, emendou, parou, suspendeu a pena e ficou olhando perdido a parede defronte. Voltou a ler o que tinha escrito... Leu duas vezes, não gostou, rasgou...

Recomeçou... A sua fisionomia estava transtornada. Não tinha mais a impressão de satisfação, de deslumbramento interior. A testa contraíra-se, enrugando-se; os olhos estavam fixos e a boca, cerrada nervosamente, custava a abrir-se para aspirar rapidamente o charuto. Toda a sua fisionomia revelava uma contensão extraordinária, fora mesmo do poder habitual da sua vontade. Escreveu de novo e gritou:

— Caminha! Vai buscar aí cachaça! Anda!

Quando voltei, ele discutia com o paginador. O operário vinha apressá-lo. Esperavam o seu artigo. Floc, aparentando calma, prometeu que o daria dentro de meia hora. Saído o paginador, tomou a garrafa, e pelo gargalo sorveu um longo gole. Aproximou a pena do papel e escreveu algumas palavras que riscou imediatamente. Suspendeu o trabalho, tomou outro gole e a sua fisionomia começou a adquirir uma expressão de desespero indescritível. Eu estava inquieto, sentindo vagamente um drama. Fumava agora um cigarro sobre outro; não ia até o fim, atirava-o em meio ao chão, acendia um outro. Bebeu, foi à janela, debruçou-se e o paginador voltou:

— “Seu” Couto!

— Homem! Já vai! Você pensa que isto é máquina!?

Voltou a escrever. A pena estava emperrada; não deslizava no papel. Floc fumava, mordida o bigode e a pena continuava a resistir. Depois de vinte minutos, o paginador voltou:

— Espere um pouco — disse o crítico.

O operário saiu. Floc esteve um instante com a cabeça entre as mãos, parado, tragicamente silencioso; depois, levantou-se firmemente, dirigiu-se muito hirto e muito alto para um compartimento próximo. Houve um estampido e o ruído de um corpo que cai. Quando penetramos no quarto, eu, o paginador e dois operários, ele ainda arquejava. Em breve morreu. Havia um filete de sangue no ouvido e os olhos semicerrados tinham uma longa e doce expressão de sofrimento e perdão. Caído para o lado estava o revólver, muito claro e brilhante na sua niquelagem, estupidamente indiferente aos destinos e às ambições.

Adelermo, antes que tomássemos qualquer providência, entrou. Correu ao telefone para avisar o diretor. O doutor Loberant não estava; tinha saído às dez horas para o jornal. A polícia fora avisada e era preciso que ele o fosse também. Onde estaria? Veio o Rolim. Adelermo e ele cochicharam. O redator de plantão chamou-me.

— Caminha! Tu vais aí a um lugar e do que vires não dirás nunca nada a ninguém. Juras?

— Juro.

— Vais à casa da Rosalina, procurar o doutor Loberant... É preciso discrição, hein? O Rolim não pode ir, tem que ficar aqui, para o que der e vier... Vai! Mas não fales nada, nunca!

— Entra, custe o que custar — recomendou-me Adelermo ao sair, e deu-me dinheiro.

Em breve estava diante daquele grande imóvel, com os fortes portais de granito, terminados em cariátides, parecendo em tudo uma casa burguesa. Bati, veio o porteiro. Disse-lhe a que vinha, dei-lhe dinheiro e entrei. Subi, acompanhado por ele.

Penetrei com tristeza naquela casa famosa entre os rapazes ricos da cidade pelas suas orgias e pelas mulheres que a habitavam. Ali moravam as cantoras de cafés-concertos, húngaras, espanholas, francesas, inglesas, turcas, cubanas; ali moravam também as Laís da cidade, as devoradoras de patrimônios e dos grandes desfalques. Subi a grande escada do palácio e tomei por um corredor. Dos quartos, vinha um ruído abafado do ranger de camas, um cicio de beijos, mas o Pecado pairava nela com o seu silêncio constrangido no recato que simulava ter.

Ao fundo do corredor, quase ao tomar uma pequena escada para o segundo andar, dei com uma velha prostituta em camisa, polaca pelo sotaque, de seios moles e quase sem pintura; àquela hora, a sua velhice surgia hedionda, e escaveirada, com um hálito de túmulo. Assustou-se. O porteiro sossegou-a. Subimos eu e ela. Quando nos sentiu só, ela lixou-me com a sua pele, encostando-se muito a mim, passando o seu braço sobre os meus ombros. Já no corredor, sob a luz de um bico de gás meio aberto, considerou bem a minha fisionomia, a minha mocidade, a falta de mulher que ela farejou logo; pegou-me carinhosamente o rosto com as duas mãos e quis beijar-me...

E ela tinha razão. Sempre foi do meu temperamento fugir daquilo que a Bíblia denomina tão rigorosamente para os nossos ouvidos modernos, pois não podia compreender que homens de gosto, de coração e inteligência, vivessem escravizados ao que São Paulo, na I Epístola aos Coríntios, classificou tão duramente, para aconselhar o casamento.

Além de desejar que existisse entre mim e a mulher alguma coisa de mais delicado, de mais espiritual, uma comunhão que não se tem com a primeira vinda, tinha em mim não sei que pensamento evangélico a proibir-me de proceder como todos, pois, fazendo-o, concorria para manter uma desgraça e fazer desgraçadas.

Recordo-me muito bem que, certa vez, não sei que tontura me deu, que me deixei arrastar pelos sentidos.

A entrada foi fácil; mas, depois, acanhei-me, a ponto de ter delicadezas, escrúpulos, certamente de noivo.

Quando pus o pé na rua, as orelhas ardiam, as faces queimavam-me e parecia que os transeuntes apontavam-me como um irremissível pecador. Tive

a visão do inferno... Foi naquele tempo... Adiante.

Larguei a megera com medo da sua velhice e corri à sala onde estava o doutor Loberant. Estava semiaberta. Aproximei-me da porta. A um canto havia um piano; ao centro, uma mesa cheia de garrafas e copos. Pelos divãs, fumando, três pares; as mulheres em camisa e os homens também, mas mais descompostos. Em torno da mesa, uma mulher cavalgava uma espécie de tapir ou de anta. Era Aires d'Ávila, cujas peles do vasto ventre caíam como úbere de vaca. A mulher montava-o com o garbo de uma *écuyère* e ele rodava em torno da mesa como se fosse um animal de circo. Os ditos choviam, mas não os pude ouvir. Uma das mulheres deu comigo e perguntou, sem espanto, com sotaque estrangeiro:

— Que é que você quer?

Loberant voltou-se e conheceu-me logo:

— Que há, Isaías?

— “Seu” Floc matou-se na redação.

Aires d'Ávila voltou à humanidade e, em plena orgia, por entre aqueles homens e aquelas mulheres despreocupados, passou a augusta sombra da Morte, misteriosa e severa...

XIV

No gabinete do ministro, estavam poucas pessoas. Em frente, em uma mesa nova, o secretário, um capitão de fragata, pálido e alto, com um lindo *cavaignac*, Napoleão III, que lhe dava um ar de veterano de 70, apesar dos seus cinquenta anos. Pela janela, descortinava-se uma nesga da baía e da cidade. Era a ilha Fiscal com o seu edifício alicerçado nas ondas; a Boa Viagem cismática e lá, num fundo de infinito, de ilimitado, as muralhas altas de Santa Cruz. Um grande navio entrava lentamente... Embaixo, havia o *brouhaha* das carroças; juras de cocheiros, estalidos de chicote e o rolar pesado dos caminhões. A Alfândega ficava perto.

Além do secretário, no gabinete, sentado ao lado direito do ministro, estava também o vice-almirante inspetor das construções navais; do lado esquerdo, eu.

O ministro vestia dólmã branco e a sua grande cabeça autoritária e cheia de uns belos cabelos brancos ia de mim para o inspetor, falando sempre e explicando as questões dos consertos:

— Com estas providências, o Governo fez uma economia de perto de seiscentos contos. Você sabe: a indústria oficial é muito cara. O *República* (está aqui o orçamento) tinha os consertos avaliados em 480 contos. Não era, almirante?

— Quatrocentos e oitenta e sete — respondeu o inspetor.

— Quatrocentos e oitenta e sete contos — repetiu o ministro. — Sabe você por quanto ficou nas oficinas das “Forjas”?

— ?

— Trezentos e noventa e sete. Só aí houve uma economia de noventa contos. Agora imagine com o *Sete de Setembro*, a *Parnaíba*, três torpedeiros, rebocadores... Enfim: seiscentos contos de economia.

— Mas Vossa Excelência acha desnecessário o Arsenal de Marinha?

— Não, absolutamente não. Primeiro porque é preciso que haja um campo prático à mão do Estado para os nossos engenheiros navais, e, segundo,

que ele pode prestar serviços, desde que tenha a emulação do trabalho particular.

— Se Vossa Excelência — disse eu, indo ao encontro dos seus desejos —, se Vossa Excelência me quisesse fornecer algumas notas, eu poderia dar uma notícia bem interessante...

E Sua Excelência, com a sua voz quase providencial, auxiliado pela memória do vice-almirante-inspetor, começou a ditar-me as notas, para que todo o Brasil tivesse notícia da sua capacidade de administrador, e de um dos resultados mais fecundos da sua fecunda administração.

Ofereceu-me um havano e, logo que o inspetor saiu, começamos a conversar sobre os encantos da nova *chanteuse* que se estreara no Moulin-Rouge.

Assim fazia a minha reportagem no Ministério da Marinha. Desde os ministros até aos contínuos, todos me enchiam de mimos e de festas. Era raro o oficial que não me pedia uma notícia, um elogio, um gabo ao relatório da sua última comissão. Os chefes viviam abraçados comigo e forneciam-me notas para o meu noticiário. Assombrava-me que a *morgue* militar de toda aquela gente fosse desfeita assim naturalmente em presença de um repórter. É verdade que já vira muitos, de mar e terra, subirem à redação e insinuarem alusões elogiosas; mas supunha exceções e agora verificava ser geral a inclinação.

Quando se apresentavam, reclamavam a omissão da notícia...

Nos meus primeiros meses de reportagem foi quando amei mais ativamente a vida. Não porque me visse adulado pelos almirantes e capitães de mar e guerra, mas porque senti bem a variedade onímoda da existência, a fraqueza dos grandes, a instabilidade das coisas e o seu fácil deslizar para os extremos mais opostos. Dois meses antes era simples contínuo, limpava mesas, ia a recados de todos; agora, poderosas autoridades queriam as minhas relações e a minha boa vontade.

E toda essa modificação tão imprevista no meu viver viera-me do suicídio do Floc. Tendo surpreendido na casa da Rosalina, em plena orgia, o terrível diretor, vexei-o. Nos primeiros dias, ele nada me falou; mas já me olhava mais, considerava-me, preocupava-o no seu pensamento. Breve me fez perguntas de boa amizade: donde era eu, que idade tinha, se era casado, etc. As respostas eram dadas conforme as perguntas; bem cedo, porém, graças à bondade com que me tratava, as ampliei até à confidência.

Percebi que o espantava muito o dizer-lhe que tivera mãe, que nascera num ambiente familiar e que me educara. Isso, para ele, era extraordinário. O

que me parecia extraordinário nas minhas aventuras, ele achava natural; mas ter eu mãe que me ensinasse a comer com o garfo, isso era excepcional. Só atinei com esse seu íntimo pensamento mais tarde. Para ele, como para toda a gente mais ou menos letrada do Brasil, os homens e as mulheres do meu nascimento são todos iguais, mais iguais ainda que os cães de suas chácaras. Os homens são uns malandros, pianistas, parlapatões quando aprendem alguma coisa, fósforos dos politicões; as mulheres (a noção aí é mais simples) são naturalmente fêmeas.

A indolência mental leva-os a isso, e assim também pensava o doutor Loberant. Não tive grande trabalho em o fazer modificar o juízo na parte que me tocava. Mas não me dei por satisfeito. Percebi que me viam como exceção; e, tendo sentido que a minha instrução era mais sólida e mais cuidada do que a da maioria deles, apesar de todos os seus diplomas e títulos, fiquei animado, como ainda estou, a contradizer tão malignas e infames opiniões, seja em que terreno for, com obras sentidas e pensadas, que imagino ter força para realizá-las, não pelo talento, que julgo não ser muito grande em mim, mas pela sinceridade da minha revolta que vem bem do Amor e não do Ódio, como podem supor.

Cinco capítulos da minha *Clara* estão na gaveta; o livro há de sair...

Penso, agora, dessa maneira; mas, durante o resto do tempo em que estive no *O Globo*, quase me conformei, tanto mais que o interesse que o diretor mostrou por mim não foi platônico.

Certo dia o gerente, espantado e cobiçoso, notificou-me que eu ia servir na expedição e o meu ordenado estava aumentado de cinquenta mil réis.

Duas semanas depois, ao encontrar-me na escada, Loberant disse-me:

— Caminha, você é capaz de tomar notas numa repartição e redigi-las?

Não esperava essa proposta. Fiquei deslumbrado: ser repórter como o Oliveira!... Oh! Era assombroso!... Respondi, porém, modestamente:

— Pode ser, doutor. Experimente; se for bem, o senhor me dirá...

— Pois então vais fazer “Marinha e Alfândega”.

Nos primeiros dias lutei com alguma dificuldade. Os colegas receberam-me mal. Sonegavam-me as notas, procuravam desmoralizar-me, ridicularizar-me diante dos empregados. Há neles em geral essa hostilidade pelos novos. Sentem que o ofício é fácil, e se eles ainda por cima o facilitarem, perderão em breve o prestígio. Levei alguns furos, mas dei outros, graças às relações que travei com um sargento protocolista do Estado-Maior. Leporace quis destituir-me, mas Loberant não o permitiu.

No quinto dia em que eu fazia reportagem, um outro repórter arrebatou-me das mãos umas notas que eu copiava. *Incontinenti*, fui ao diretor e o velho funcionário obrigou-o a restituir-mas. Quando o fez, gritou na portaria:

— Tome, “seu” moleque! Você saiu da cozinha do Loberant para fazer reportagem...

Contive-me, com espanto dos circunstantes, mas nunca imaginei que um insulto pudesse ir tão longe na nossa natureza. Senti-me outro, muito mais forte, transtornado e desejoso de matar. Contive-me, porém, e nada disse ao colega que, se não saíra de uma cozinha, era quase analfabeto e mediante uma propina, para protegê-lo contra a ação legal, figurava como sendo presidente de um clube de batota. Tirei as minhas notas, deixei-as no jornal e voltei. Encontrei o tal repórter na rua Primeiro de Março, e antes que ele fizesse o menor movimento atirei-me sobre o seu grande corpanzil, deitei-o por terra e dei-lhe com quanta força tinha.

Na delegacia, a minha vontade era rir-me de satisfação, de orgulho, de ter sentido por fim que, no mundo, é preciso o emprego da violência, do murro, do soco, para impedir que os maus e os covardes não nos esmaguem de todo.

Até ali, tinha eu sido a doçura em pessoa, a bondade, a timidez, e vi bem que não podia, não devia e não queria ser mais assim pelo resto de meus dias em fora.

Ria-me, pois tive vontade de rir-me, por ter descoberto uma coisa que ninguém ignora. Felizmente não foi tarde...

A natureza desgostosa e defeituosa de Loberant simpatizara com a minha fraqueza e a humildade dos meus começos. À força de falar em injustiça por especulação jornalística, adquirira um pouco de sentimento de reparação que externava em altos brados. Vendo em mim a necessidade de uma, não quis que ela continuasse a verificar-se; protegeu-me, estimou-me e fez-me seu valido.

Se não fosse ele, logo no primeiro dia de reportagem, eu teria sido destituído. Na própria redação quase todos me eram hostis. Oliveira, e Meneses, que só saía do seu mutismo para dizer um sarcasmo, fizeram exceção e apoiaram-me.

Contei ao Loberant a briga; contei-a emocionado e apaixonado. Ouviu calado e perguntou-me no fim:

— Mas deste-lhe mesmo?

— Dei-lhe quanto pude.

— Bem — fez ele depois de uma pausa —, vai fazer a tua seção e quando a acabares vem falar comigo.

Não me demorei muito. Passavam alguns minutos das sete, quando a entreguei a Leporace e fui ter com Loberant.

— Acabaste? Vamos jantar — disse ele.

Desse dia em diante as dificuldades desapareceram. A redação toda me encheu de consideração e a minha intimidade com o doutor Loberant aumentou. Eu mesmo, até então reservado e tímido, comecei a animar-me, a ensaiar um dito, a externar uma opinião. Um belo dia ousei até escrever; fiz um artigo. Comecei a ter inimigos. Leporace, em quem sempre encontrei a mais completa má vontade, redobrou; Caxias criticou-me o andar e meteu-me nas intrigas da redação. O artigo, porém, saiu com as emendas de Leporace e as escoras gramaticais do Lobo. Não havia nele nenhum defeito de monta, mas a autoridade de Leporace ficaria abalada se não tivesse o que emendar em um artigo de novato.

Com o andar dos tempos aprendi os processos, fiz-me exímio e quase tão fecundo como o Deodoro Ramalho. Aprendi com o Losque a servir-me dos outros jornais, a receber inspirações neles, a calcar os meus artigos nos que estampavam. Como Losque, norteei-me para as revistas obscuras, essas que ninguém lê nem os jornais dão notícia. Havia nelas uma pequena ideia, desenvolvia-a, enxertava umas considerações quaisquer. Não foi Losque quem me ensinou, foi a minha sagacidade que descobriu e tirou, da descoberta, os ensinamentos proveitosos. Quando deixava na mesa a sua biblioteca ambulante, eu corria um e outro jornal e cotejava os seus artigos, as suas pilhérias, com o que encontrava nos jornais que sobraçava sempre. Ele não lia senão jornais. Aprendia Finanças, Economia, Política, Estatística nos periódicos de França, de Portugal e da Argentina; neles, colhia citações de autores célebres, poetas, filósofos e sociólogos.

Leporace ainda lia alguma coisa, e lembrava-se de alguns livros que lera em estudante. Tendo morrido um rei qualquer, escreveu um artigo — “Dor da rainha viúva” — em que demarcava uma passagem de Daudet.

Os senhores lembram-se daquela passagem dos *Reis no exílio* em que Colette de Rosen, cavalgando ao lado da rainha Frederica, atira-lhe indiretas referentes ao seu silêncio em face das infidelidades do marido? Lembram-se de que a rainha, sentindo o golpe, responde à dama de honor que as rainhas não podem ser desgraçadas ou felizes como qualquer outra mulher? Precisam ocultar todas as suas dores e alegrias em virtude da majestade de sua grandeza. Pois bem. Leporace não teve dúvidas; agarrou a frase do diálogo e desenvolveu-a no seu estilo barroco, por quase uma coluna, do seguinte modo:

“Ela (a rainha) é bem a representação viva da mágoa, não a mágoa que nós outros sentimos, mas a mágoa injusta, a mágoa única, como que preparada pela adversidade também injusta e cega para determinadas almas que as circunstâncias do nascimento, e somente elas, fazem distintas das outras almas para não terem o direito de chorar.

“As lágrimas da realeza são assim mais dolorosas e mais acabrunhadoras, porque os olhos reais as devem ocultar à luz em que todas as mágoas resplandecem com a grandeza do sofrimento, em virtude de sua própria majestade real.”

E por aí foi disfarçando a frase breve e rápida do romancista francês.

No jornal, compreende-se o escrever de modo diverso do que se entende literariamente. Não é um pensamento, uma emoção, um sentimento que se comunica aos outros pelo escritor; não é o pensamento, a emoção e o sentimento que ditam a extensão do que se escreve. No jornal, a extensão é tudo e avalia-se a importância do escrito pelo tamanho; a questão não é comunicar pensamentos, é convencer o público com repetições inúteis e impressioná-lo com o desenvolvimento do artigo. Para se dar extensão aos artigos lança-se mão de todos os recursos. Acumulam-se incidentes e aprestos, organizam-se considerações, empregam-se velhas pilhérias. La Rochefoucauld não teria talento se fosse redator de um jornal e no *O Globo* seria menos considerado que o Lemos, cuja reputação aumentou com o famoso crime de Santa Cruz.

Agora escrevia com independência e autonomia as suas notícias. Punha nelas toda a sua ignorância com muita liberdade, fazendo até alusões históricas. Nos arredores da cidade, certa ocasião, um marido cioso, tendo encontrado a mulher em flagrante adultério, amarrou-lhe o cúmplice à cauda de um cavalo, que o arrastou pela estrada.

Lemos, que certamente não lera o Tácito nem o Berquó, interpretou tal coisa como sendo suplício semelhante ao imposto à sua mãe por Nero e escreveu, aludindo ao castigo:

— Bem. Agora eu sou o Nero. Tu não és minha mãe, mas vais para a cauda do cavalo.

Lemos era dos poucos que tinham ficado no jornal. O tempo trouxera à redação inevitáveis modificações. Lobo enlouquecera e estava recolhido ao hospício. A sua mania era não falar nem ouvir. Tapava os ouvidos e mantinha-se calado a semana inteira, pedindo tudo por acenos. Ao médico que lhe perguntou por que assim procedia, explicou, a muito custo:

— Isto não é língua... Não a posso ouvir... Tudo errado... Que vai ser disto!

— E por que não fala?

— Os erros são tantos, e estão em tantas bocas, que temo que eles me tenham invadido e eu fale esse calão indecente...

E vivia calado pelos corredores, lendo a *Ensynança de Bem Cavalgar* de el-rei Dom Duarte. Às vezes, entusiasmava-se e lia alto: “Ca som alguns [*nota: 2º u com til*] boos caualgadores dhuás sellas queo nom son doutras.”

Um colega de manicômio, ao ouvir tão linda coisa, perguntou ao gramático:

— Que língua é esta?

Vendo de que maneira insólita era tratada tão interessante obra, Lobo atirou o livro ao chão e encheu de murros a cara do companheiro de infortúnio. Foi metido na casa forte, com camisa de força. O doutor Gregoróvitch, desgostoso com a cor governista do jornal, não mais soube escrever. Um dia mandaram-lhe fazer um elogio a um ato ministerial, e quase lhe saiu uma descompostura. Não sabendo elogiar, procurou a quem atacar sem comprometer o jornal. Descobriu a República Argentina; mas, em breve, o assunto se esgotou e ele ficou sem inimigos. Arranjou alguns contos com um ministro e partiu para Caracas em busca de novas aventuras e oposições. O jovem Deodoro Ramalho formara-se e deixou a literatura sem pesar, sem saudade, assim como o coxo que abandona uma muleta velha. Fizera literatura como anúncio para a clínica futura e abandonava-a quando viu que ela viria comprometer a gravidade do mister e a respeitabilidade dos cargos que iria ocupar. Leporace abraçara com ardor o lugar das antiguidades egípcias e lia agora o Maspero. Deixou o jornal e Losque tomou-lhe o lugar. Vieram outros, mas esses conheci mal. Imutáveis eram o Oliveira e o Meneses, sempre tímido, este, escrevendo os artigos difíceis, mas sem melhoras de ordenados. Entretanto Aires d’Ávila ganhava dois contos para escrever algumas banalidades fatigantes.

Sempre que via o resignado Meneses, muito feio, murcho, a escrever as melhores coisas do jornal, punha-me a pensar por que o equilíbrio do jornal pedia que aquele rapaz ficasse embaixo e no alto pairassem Loberant, Leporace e Aires d’Ávila. A sua timidez e a sua modéstia não lhe davam o charlatanismo indispensável para levá-lo para diante. Ele sabia o que ignorava e não se atrevia a julgar tudo. Gregoróvitch não se cansava de lhe dizer:

— És uma besta! Então te sujeitas a ser burro de carga! Desta maneira não te impões!

E ele, depois de ouvi-lo com a sua atenção de surdo, ficava a olhar o russo a rolar os olhos nas órbitas, como que a perguntar quais eram as maneiras de nos impormos. Vira sem inveja nem assombro a minha brusca ascensão e o crescimento acelerado da minha amizade com o diretor.

Eu e ele éramos agora dois amigos íntimos, companheiros de pândegas e noites. Sentindo-me realmente educado e sofrivelmente instruído, o doutor Loberant como que sentia remorsos de não ter adivinhado isso e permitido que eu ficasse tanto tempo como contínuo de sua redação. Enchia-me de atenções e dinheiro. Levava-me a toda a parte, gabando-me o talento e o caráter. Quando lhe falei em abandonar o Rio e lhe pedi que se interessasse para obter o lugar que ocupo, ficou assombrado:

— Mas por quê, Isaías? Quais são teus desgostos? O que te falta?

Eu nada quis dizer. Percebia muito bem que ele não compreendia as ânsias do meu temperamento nem as angústias da minha inteligência.

— Quero casar-me, ter sossego para criar e educar os filhos.

Não consegui realizar tudo isso. Casei-me, é verdade; mas o único filho que tive, acaba de morrer em tenra idade. O doutor, depois da minha resposta, objetou:

— Mas não precisas, para isso, sair do Rio... Com esta idade, ires para o mato é tolice!

E tive muito que insistir para resolvê-lo a intervir junto ao ministro; e no dia da partida, depois de ter ele próprio prestado a fiança necessária, senti que ficava com saudades minhas. Vivemos dois ou três anos juntos, bebendo e pandegando. Ele apanhava-me as considerações e repetia-as por sua conta; eu dava expansão ao meu bom humor sombrio, à minha tristeza interna, aos meus desejos vagos que não tomavam vulto.

Queria-me um homem do mundo, sabendo jogar, vestir-se, beber, falar às mulheres; mas as sombras e as nuvens começavam a invadir-me a alma, apesar daquela vida brilhante. Eu sentia bem o falso da minha posição, a minha exceção naquele mundo; sentia também que não me parecia com nenhum outro, que não era capaz de me soldar a nenhum e que, desajeitado para me adaptar, era incapaz de tomar posição, importância e nome. Sofria com essa “consideração” especial que tanto irritava o poeta cubano Plácido. Continuava, porém, a ir com ele aos teatros, às pândegas. Saíamos com raparigas, jantávamos nos arrabaldes pitorescos. Eu ia contente, mas o meu contentamento durava pouco. Não sei o que sentia de ignóbil em mim mesmo e naquilo tudo, que no fim estava sombrio, calado e cheio de remorsos.

Desesperava-me o mau emprego dos meus dias, a minha passividade, o abandono dos grandes ideais que alimentara. Não; eu não tinha sabido arrancar da minha natureza o grande homem que desejara ser; abatera-me diante da sociedade; não soubera revelar-me com força, com vontade e grandeza... Sentia bem a desproporção entre o meu destino e os meus primeiros desejos; mas ia.

Nos dias em que tencionava levar-me a passeio, perguntava-me Loberant:

— Isaías, estás com dinheiro?

— Algum.

E sem que ninguém visse, passava-me uma nota de cinquenta ou cem mil-réis. Nunca vi dar dinheiro como aquele homem. Era a mim e a muitos. É verdade que o jornal dava mais de cem contos líquidos por ano e era só dele.

Neste dia, como de hábito, perguntou-me se tinha dinheiro e deu-me depois duzentos mil-réis.

— Nós vamos à Tijuca — disse ele. — Jantaremos lá com a Leda, conheces?

— Não.

— Está há pouco tempo aqui... É um *pancadão*!

Fomos buscá-la a casa. Morava numa rua transversal do Catete, e chegamos lá um pouco depois das três horas, quando a italiana ainda se vestia. Eu ainda pude ver bem as suas largas espáduas de estátua, muito alvas e rosadas, e o belo pescoço, torneado, modelado, encaixando no corpo em curva suave e vaporosa que vinha morrer nos ombros sem transição alguma. A italiana tinha uma forte marca de antigo, já no rigor da fisionomia, já no matiz da pele; e se não tinha também a vulgaridade exaustiva das estátuas clássicas, devia-o aos seus olhos negros, onde havia muito da nossa inquietude moderna, um grande langor profissional.

Loberant disse-lhe a nossa tenção de ir à Tijuca:

— Oh! Não — fez a mulher. — Já fui. Não gosto... Outro lugar, não achas?

— Então aonde queres ir? Ao Leme? Ao Silvestre? — perguntou Loberant.

— Pelo mar, no fundo... Lá onde estão aquelas montanhas, aquelas ilhas... Quando cheguei tive vontade de ir logo, logo lá.

Gostei do capricho da mulher, mas não me animara a aprová-lo. Loberant pareceu gostar também e perguntou:

— Onde há de ser? A Paquetá?

— Pode ser... — fiz eu.

— Não, não é bom. Há muita gente conhecida... Vamos à Ilha do Governador.

Leda estava já completamente vestida e não esqueceu os pandeloques que chocalhavam na cintura. A barca viajava semivazia e os viajantes habituais viram com espanto a nossa entrada. A elegância extrarrural de Leda fez escândalo. Ela parecia não notar, mexia-se por toda a barca naturalmente, dando pequenos gritos de admiração à paisagem que se desenrolava. Não cessava de olhar, de aspirar com força toda a exalação de poesia e de grandeza da baía incomparável. O sol, para o poente, ainda domava tudo e as águas estavam azuis. Um passageiro informou-nos da demora da barca nos pontos. Iria primeiro ao Zumbi, depois a outras localidades da ilha, e voltaria ao primeiro ponto no espaço de uma hora. Saltamos. O arraial tinha um ar risonho e estendia-se pela praia alva, cuja curva marcava obedientemente. As canoas dormiam nas praias e as redes secavam ao sol, estendidas sobre varas. A italiana propôs um passeio. Havia tempo, podíamos fazê-lo. Começamos a andar. Das casas espiavam-nos. Já ficavam para trás, tomamos um atalho, depois um outro, e quando voltamos ao caminho largo, tínhamos tomado outro. Não percebemos logo, só viemos a dar com o rumo depois de ter andado um quarto de hora sem encontrar a praia. Leda percebeu particularmente a situação. Quando teve notícia, soltou uma gargalhada:

— Que belo!

Andávamos por um caminho deserto no momento, mas que parecia trilhado. Dois regos paralelos de carros marcavam os seus limites com a floresta. A uma hora do Rio de Janeiro, estávamos no deserto. Andamos e quase não falávamos. A italiana era a única que parecia contente.

Às vezes era um areal; em outras, era um capoeirão quase floresta. E tudo triste, desolado e abatido. Leda observou:

— Quando não há muita árvore e muita água a terra de vocês é feia! É preciso que haja muita, muita, para que ela seja bonita!

Houve um momento que nos supusemos sem saída. As árvores cruzavam-se sobre a estrada; os cipós atravessavam de um lado e de outro, os arranhagatos perseguiam as nossas vestes, agarravam-se a elas tenazmente, como se nos quisessem despir. Um sabiá pôs-se a cantar e toda a dor daquela terra calcinada, exausta e pobre vibrou nos ares. Chegamos a uma campina. Havia bandos de coleiros trinando nas espigas de capim e os anus enodoavam os leques das ubás.

Depois da primeira marcha, pusemo-nos a conversar. O doutor estava apreensivo; eu resignado e Leda contente, recordando talvez a sua infância de

campônia.

— Onde iremos dar? — indagava o diretor.

— Ao mar, naturalmente. Isto não é uma ilha? É; portanto não há meio de se ir ter a São Paulo.

Sentamo-nos cansados. A débil organização de Loberant resistia fracamente à fadiga.

A italiana perguntava-me o nome das plantas. Era o monjolo cheio de apófises escamosas; era a embaúba como um adorno egípcio; a tinguacita, a pindaíba, as taquaras, os cipós... Depois interessou-se pelas pequenas plantas, pelo gravatá, pelo melão-de-são-caetano, pelo carrapicho e a guaxima...

Era eu quem informava; o diretor, no meio daquelas vidas todas, não lhes sabia o nome, nem serventia, nem a importância.

Um bando de tiés esvoaçou por nós e a italiana perguntou:

— Mas os há mesmo assim?

E ficou um instante surpreendida que houvesse ainda daqueles pássaros nas proximidades de tantas modistas. A noite chegara-nos cheia de opressões e desejos. O doutor marchara na frente, calado, preocupado; e eu, ao lado da italiana, escolhia-lhe o melhor caminho e aspirava-lhe o perfume.

Chegamos afinal a uma casa. Lembrei-me da minha casa paterna. Era o mesmo aspecto, baixa, caiada, uma parte de tijolos, outra de pau a pique; em redor, uma plantação de aipins e batata-doce. Deram-nos água, ofereceram-nos café e continuamos para o Galeão, que estava próximo. Quando chegamos à praia, o dia tinha agonizado de todo. Fomos a uma venda, pedimos algumas latas de sardinha, pão e vinho. Fomos servidos em velhos pratos azuis com uns desenhos chineses e as facas tinham ainda aquele cabo de chifre de outros tempos. À vista deles, dos pratos velhos e daquelas facas, lembrei-me muito da minha casa e da minha infância. Que tinha eu feito? Que emprego dera à minha inteligência e à minha atividade? Essas perguntas angustiavam-me.

Voltamos de bote para a ponta do Caju. Durante a viagem a angústia avolumou-se-me. As pás dos remos, caindo nas águas escuras, abriam largos sulcos luminosos de minúsculas estrelas agrupadas e todo o barco vogava envolvido naquele estreleamento, deixando uma larga esteira fosforescente.

Lembrava-me da vida de minha mãe, da sua miséria, da sua pobreza, naquela casa tosca; e parecia-me também condenado a acabar assim e todos nós condenados a nunca a ultrapassar.

A italiana conversava com o remeiro sobre a pesca. Ela conhecia a vida e fazia perguntas nítidas

Saltamos do bonde, no Campo de San'Ana, eu e Leda tomamos um carro; o diretor continuou para o jornal.

Em vão ela me fazia falar. Respondia-lhe por prazer. Lembrava-me... Lembrava-me de que deixara toda a minha vida ao acaso e que a não pusera ao estudo e ao trabalho com a força de que era capaz. Sentia-me repelente, repelente de fraqueza, de falta de decisão, e mais amolecido agora com o álcool e com os prazeres... Sentia-me parasita, adulando o diretor para obter dinheiro.

Às minhas aspirações, àquele forte sonhar da minha meninice, eu não tinha dado as satisfações devidas.

A má vontade geral, a excomunhão dos outros tinham-me amedrontado, atemorizado, feito adormecer em mim com seu cortejo de grandeza e de força. Rebaixara-me, tendo medo de fantasmas e não obedecera ao seu império.

O carro atravessara o Largo da Lapa e o seu caminho foi interrompido por uma aglomeração de populares. Da caleça, pude ver o que havia. Era uma mulher das muitas que povoam o largo e proximidades, que ia entre dois soldados. Recordei-me que já tinha visto aquela fisionomia. Esforcei-me por lembrar. A minha vida começou a desfilir e quando cheguei à casa da italiana, lembrei-me que era a amante do Deputado Castro.

Perguntei então a mim mesmo por que não casara aquela rapariga, por que não vivera dentro dos costumes tidos por bons. Não achei resposta, mas julguei-me, não sei por quê, um pouco culpado pela sua desgraça.

O carro chegou e eu saltei para ajudar Leda a apoiar-se. Paguei ao cocheiro e, na calçada, ela perguntou-me:

— Não entras?

— Não, obrigado.

Insistiu várias vezes, mas recusei. Vim vagamente a pé até ao Largo da Carioca, sem seguir um pensamento. Vinha triste e com a inteligência funcionando para todos os fados. Sentia-me sempre desgostoso por não ter tirado de mim nada de grande, de forte, e ter consentido em ser um vulgar assecla e apaniguado de um outro qualquer. Tinha outros desgostos, mas esse era o principal. Por que o tinha sido? Um pouco devido aos outros e um pouco devido a mim. Encontrei Loberant:

— Então? — perguntou maliciosamente.

— Deixei-a em casa.

— Pois se eu me tinha separado de vocês de propósito... Tolo! Vamos tomar cerveja...

Antes de entrar, olhei ainda o céu muito negro, muito estrelado, esquecido de que a nossa humanidade já não sabe ler nos astros os destinos e os acontecimentos. As cogitações não me passaram... Loberant, sorrindo e olhando-me com complacência, ainda repetiu:

— Tolo!

Todos os Santos, Rio de Janeiro — 1908

TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA

*A João Luiz Ferreira,
Engenheiro civil*

Le grand inconvénient de la vie réelle et ce qui la rend insupportable à l'homme supérieur, c'est que, si l'on y transporte les principes de l'idéal, les qualités deviennent des défauts, si bien que fort souvent l'homme accompli y réussit moins bien que celui qui a pour mobiles l'égoïsme ou la routine vulgaire.

Renan, *Marc-Aurèle*

PRIMEIRA PARTE

I A LIÇÃO DE VIOLÃO

Como de hábito, Policarpo Quaresma, mais conhecido por major Quaresma, bateu em casa às 16h15. Havia mais de vinte anos que isso acontecia. Saindo do Arsenal de Guerra, onde era subsecretário, bongava pelas confeitarias algumas frutas, comprava um queijo, às vezes, e sempre o pão da padaria francesa.

Não gastava nesses passos nem mesmo uma hora, de forma que, às 15h40, por aí assim, tomava o bonde, sem erro de um minuto, ia pisar a soleira da porta de sua casa, numa rua afastada de São Januário, bem exatamente às 16h15, como se fosse a aparição de um astro, um eclipse, enfim um fenômeno matematicamente determinado, previsto e predito.

A vizinhança já lhe conhecia os hábitos e tanto que, na casa do capitão Cláudio, onde era costume jantar-se aí pelas 16h30, logo que o viam passar, a dona gritava à criada: “Alice, olha que são horas; o major Quaresma já passou.”

E era assim todos os dias, há quase trinta anos. Vivendo em casa própria e tendo outros rendimentos além do seu ordenado, o major Quaresma podia levar um trem de vida superior aos seus recursos burocráticos, gozando, por parte da vizinhança, da consideração e respeito de homem abastado.

Não recebia ninguém, vivia num isolamento monacal, embora fosse cortês com os vizinhos que o julgavam esquisito e misantropo. Se não tinha amigos na redondeza, não tinha inimigos, e a única desafeição que merecera fora a do doutor Segadas, um clínico afamado no lugar, que não podia admitir que Quaresma tivesse livros: “Se não era formado, para quê? Pedantismo!” O

subsecretário não mostrava os livros a ninguém, mas acontecia que, quando se abriam as janelas da sala de sua livraria, da rua poder-se-iam ver as estantes pejadas de cima a baixo.

Eram esses os seus hábitos; ultimamente, porém, mudara um pouco; e isso provocava comentários no bairro. Além do compadre e da filha, as únicas pessoas que o visitavam até então, nos últimos dias, era visto entrar em sua casa, três vezes por semana e em dias certos, um senhor baixo, magro, pálido, com um violão agasalhado numa bolsa de camurça. Logo pela primeira vez o caso intrigou a vizinhança. Um violão em casa tão respeitável! Que seria?

E, na mesma tarde, uma das mais lindas vizinhas do major convidou uma amiga, e ambas levaram um tempo perdido, de cá pra lá, a palmilhar o passeio, esticando a cabeça, quando passavam diante da janela aberta do esquisito subsecretário.

Não foi inútil a espionagem. Sentado no sofá, tendo ao lado o tal sujeito, empunhando o “pinho” na posição de tocar, o major, atentamente, ouvia: “Olhe, major, assim.” E as cordas vibravam vagarosamente a nota ferida; em seguida, o mestre aduzia: “É ‘ré’, aprendeu?”

Mais não foi preciso pôr na carta; a vizinhança concluiu logo que o major aprendia a tocar violão. Mas que coisa? Um homem tão sério metido nessas malandragens!

Uma tarde de sol — sol de março, forte e implacável — aí pelas cercanias das quatro horas, as janelas de uma erva rua de São Januário povoaram-se rápida e repentinamente, de um e de outro lado. Até da casa do general vieram moças à janela! Que era? Um batalhão? Um incêndio? Nada disto: o major Quaresma, de cabeça baixa, com pequenos passos de boi de carro, subia a rua, tendo debaixo do braço um violão impudico.

É verdade que a guitarra vinha decentemente embrulhada em papel, mas o vestuário não lhe escondia inteiramente as formas. À vista de tão escandaloso fato, a consideração e o respeito que o major Policarpo Quaresma merecia nos arredores de sua casa diminuía um pouco. Estava perdido, maluco, diziam. Ele, porém, continuou serenamente nos seus estudos, mesmo porque não percebeu essa diminuição.

Quaresma era um homem pequeno, magro, que usava *pince-nez*, olhava sempre baixo, mas, quando fixava alguém ou alguma coisa, os seus olhos tomavam, por detrás das lentes, um forte brilho de penetração, e era como se ele quisesse ir à alma da pessoa ou da coisa que fixava.

Contudo, sempre os trazia baixos, como se se guiasse pela ponta do cavanhaque que lhe enfeitava o queixo. Vestia-se sempre de fraque, preto, azul, ou de cinza, de pano listrado, mas sempre de fraque, e era raro que não se cobrisse com uma cartola de abas curtas e muito alta, feita segundo um figurino antigo de que ele sabia com precisão a época. Quando entrou em casa, naquele dia, foi a irmã quem lhe abriu a porta, perguntando:

— Janta já?

— Ainda não. Espere um pouco o Ricardo que vem jantar hoje conosco.

— Policarpo, você precisa tomar juízo. Um homem de idade, com posição, respeitável, como você é, andar metido com esse seresteiro, um quase capadócio. Não é bonito!

O major descansou o chapéu de sol — um antigo chapéu de sol com a haste inteiramente de madeira, e um cabo de volta, incrustado de pequenos losangos de madrepérola — e respondeu:

— Mas você está muito enganada, mana. É preconceito supor-se que todo o homem que toca violão é um desclassificado. A modinha é a mais genuína expressão da poesia nacional e o violão é o instrumento que ela pede. Nós é que temos abandonado o gênero, mas ele já esteve em honra, em Lisboa, no século passado, com o padre Caldas que teve um auditório de fidalgas. Beckford, um inglês notável, muito o elogia.

— Mas isso foi em outro tempo; agora...

— Que tem isso, Adelaide? Convém que nós não deixemos morrer as nossas tradições, os usos genuinamente nacionais...

— Bem, Policarpo, eu não quero contrariar você; continue lá com as suas manias.

O major entrou para um aposento próximo, enquanto sua irmã seguia em sua direitura ao interior da casa. Quaresma despiu-se, lavou-se, enfiou a roupa de casa, veio para a biblioteca, sentou-se numa cadeira de balanço, descansando.

Estava num aposento vasto, com janelas para uma rua lateral, e todo ele era formado de estantes de ferro.

Havia perto de dez, com quatro prateleiras, fora as pequenas com os livros de maior tomo. Quem examinasse vagarosamente aquela grande coleção de livros havia de espantar-se ao perceber o espírito que presidia a sua reunião.

Na ficção, havia unicamente autores nacionais ou tidos como tais: o Bento Teixeira, da *Prosopopeia*; o Gregório de Matos, o Basílio da Gama, o Santa Rita Durão, o José de Alencar (todo), o Macedo, o Gonçalves Dias (todo), além de

muitos outros. Podia-se afaçar que nem um dos autores nacionais ou nacionalizados de oitenta pra lá faltava nas estantes do major.

De História do Brasil, era farta a messe: os cronistas, Gabriel Soares, Gândavo; e Rocha Pita, Frei Vicente do Salvador, Armitage, Aires do Casal, Pereira da Silva, Handelmann (*Geschichte von Brasilien*), Melo de Moraes, Capistrano de Abreu, Southey, Varnhagen, além de outros mais raros ou menos famosos. Então, no tocante a viagens e explorações, que riqueza! Lá estavam Hans Staden, o Jean de Léry, o Saint-Hilaire, o Martius, o Príncipe de Neuwied, o John Mawe, o von Eschwege, o Agassiz, Couto de Magalhães e se se encontravam também Darwin, Freycinet, Cook, Bougainville e até o famoso Pigafetta, cronista da viagem de Magalhães, é porque todos esses últimos viajantes tocavam no Brasil, resumida ou amplamente.

Além destes, havia livros subsidiários: dicionários, manuais, enciclopédias, compêndios, em vários idiomas.

Vê-se assim que a sua predileção pela poética de Porto Alegre e Magalhães não lhe vinha de uma irremediável ignorância das línguas literárias da Europa; ao contrário, o major conhecia bem sofrivelmente francês, inglês e alemão; e se não falava tais idiomas, lia-os e traduzia-os correntemente. A razão tinha que ser encontrada numa disposição particular de seu espírito, no forte sentimento que guiava sua vida. Policarpo era patriota. Desde moço, aí pelos vinte anos, o amor da pátria tomou-o todo inteiro. Não fora o amor comum, palrador e vazio; fora um sentimento sério, grave e absorvente. Nada de ambições políticas ou administrativas; o que Quaresma pensou, ou melhor, o que o patriotismo o fez pensar foi num conhecimento inteiro do Brasil, levando-o a meditações sobre os seus recursos, para depois então apontar os remédios, as medidas progressivas, com pleno conhecimento de causa.

Não se sabia bem onde nascera, mas não fora decerto em São Paulo, nem no Rio Grande do Sul, nem no Pará. Errava quem quisesse encontrar nele qualquer regionalismo: Quaresma era antes de tudo brasileiro. Não tinha predileção por esta ou aquela parte de seu país, tanto assim que aquilo que o fazia vibrar de paixão não eram só os pampas do Sul com o seu gado, não era o café de São Paulo, não eram o ouro e os diamantes de Minas, não era a beleza da Guanabara, não era a altura de Paulo Afonso, não era o estro de Gonçalves Dias ou o ímpeto de Andrade Neves — era tudo isso junto, fundido, reunido, sob a bandeira estrelada do Cruzeiro. Logo aos 18 anos quis fazer-se militar; mas a junta de saúde julgou-o incapaz. Desgostou-se, sofreu, mas não maldisse a Pátria. O ministério era liberal, ele se fez conservador e continuou mais do

que nunca a amar a “terra que o viu nascer”. Impossibilitado de evoluir-se sob os dourados do Exército, procurou a administração e dos seus ramos escolheu o militar.

Era onde estava bem. No meio de soldados, de canhões, de veteranos, de papelada inçada de quilos de pólvora, de nomes de fuzis e termos técnicos de artilharia, aspirava diariamente aquele hálito de guerra, de bravura, de vitória, de triunfo, que é bem o hálito da Pátria. Durante os lares burocráticos, estudou, mas estudou a Pátria, nas suas riquezas naturais, na sua história, na sua geografia, na sua literatura e na sua política. Quaresma sabia as espécies de minerais, vegetais e animais que o Brasil continha; sabia o valor do ouro, dos diamantes exportados por Minas, as guerras holandesas, as batalhas do Paraguai, as nascentes e o curso de todos os rios. Defendia com azedume e paixão a proeminência do Amazonas sobre todos os demais rios do mundo. Para isso ia até ao crime de amputar alguns quilômetros ao Nilo e era com este rival do “seu” rio que ele mais implicava. Ai de quem o citasse na sua frente! Em geral, calmo e delicado, o major ficava agitado e malcriado, quando se discutia a extensão do Amazonas em face da do Nilo.

Havia um ano a esta parte que se dedicava ao tupi-guarani. Todas as manhãs, antes que a “Aurora, com seus dedos rosados abrisse caminho ao louro Febo”, ele se atracava até ao almoço com o Montoya, *Arte y diccionario de la lengua guaraní ó más bien tupí*, e estudava o jargão caboclo com afínco e paixão.

Na repartição, os pequenos empregados, amanuenses e escreventes, tendo notícia desse estudo do idioma tupiniquim, deram não se sabe por que em chamá-lo Ubirajara. Certa vez, o escrevente Azevedo, ao assinar o ponto, distraído, sem reparar quem lhe estava às costas, disse em tom chocarreiro: “Você já viu que hoje o Ubirajara está tardando?”

Quaresma era considerado no arsenal: a sua idade, a sua ilustração, a modéstia e honestidade de seu viver impunham-no ao respeito de todos. Sentindo que a alcunha lhe era dirigida, não perdeu a dignidade, não prorrompeu em doestos e insultos. Endireitou-se, concentrou o *pince-nez*, levantou o dedo indicador no ar e respondeu:

— Senhor Azevedo, não seja leviano. Não queira levar ao ridículo aqueles que trabalham em silêncio, para a grandeza e a emancipação da Pátria.

Nesse dia, o major pouco conversou. Era costume seu, assim pela hora do café, quando os empregados deixavam as bancas, transmitir aos companheiros o fruto de seus estudos, as descobertas que fazia, no seu gabinete de trabalho, de

riquezas nacionais. Um dia era o petróleo que lera em qualquer parte, como sendo encontrado na Bahia; outra vez, era um novo exemplar de árvore de borracha que crescia no rio Pardo, em Mato Grosso; outra, era um sábio, uma notabilidade, cuja bisavó era brasileira; e quando não tinha descoberta a trazer, entrava pela corografia, contava o curso dos rios, a sua extensão navegável, os melhoramentos insignificantes de que careciam para se prestarem a um franco percurso da foz às nascentes. Ele amava sobremodo os rios; as montanhas lhe eram indiferentes. Pequenas talvez...

Os colegas ouviam-no respeitosos e ninguém, a não ser esse tal Azevedo, se animava na sua frente a lhe fazer a menor objeção, a avançar uma pilhéria, um dito. Ao voltar as costas, porém, vingavam-se da cacetada, cobrindo-o de troças: “Este Quaresma! Que cacete! Pensa que somos meninos de tico-tico... Arre! Não tem outra conversa.”

E desse modo ele ia levando a vida, metade na repartição, sem ser compreendido, e a outra metade em casa, também sem ser compreendido. No dia em que o chamaram de Ubirajara, Quaresma ficou reservado, taciturno, mudo, e só veio a falar porque, quando lavavam as mãos num aposento próximo à secretária e se preparavam para sair, alguém suspirando, disse: “Ah! Meu Deus! Quando poderei ir à Europa!” O major não se conteve: levantou o olhar, concertou o *pince-nez* e falou fraternal e persuasivo: “Ingrato! Tens uma terra tão bela, tão rica, e queres visitar a dos outros! Eu, se algum dia puder, hei de percorrer a minha de princípio ao fim!”

O outro objetou-lhe que por aqui só havia febres e mosquitos; o major contestou-lhe com estatísticas e até provou exuberantemente que o Amazonas tinha um dos melhores climas da terra. Era um clima caluniado pelos viciosos que de lá vinham doentes...

Era assim o major Policarpo Quaresma que acabava de chegar à sua residência, às 16h15, sem erro de um minuto, como todas as tardes, exceto aos domingos, exatamente, ao jeito da aparição de um astro ou de um eclipse.

No mais, era um homem como todos os outros, a não ser aqueles que têm ambições políticas ou de fortuna, porque Quaresma não as tinha no mínimo grau.

Sentado na cadeira de balanço, bem ao centro de sua biblioteca, o major abriu um livro e pôs-se a lê-lo à espera do conviva. Era o velho Rocha Pita, o entusiástico Rocha Pita da *História da América Portuguesa*. Quaresma estava lendo aquele famoso período: “Em nenhuma outra região se mostra o céu mais sereno, nem madrugada mais bela a aurora; o sol em nenhum outro hemisfério

tem os raios mais dourados...” mas não pôde ir ao fim. Batiam à porta. Foi abri-la em pessoa.

— Tardei, major? — perguntou o visitante.

— Não. Chegaste à hora.

Acabava de entrar em casa do major Quaresma o senhor Ricardo Coração dos Outros, homem célebre pela sua habilidade em cantar modinhas e tocar violão. Em começo, a sua fama estivera limitada a um pequeno subúrbio da cidade, em cujos “saraus” ele e seu violão figuravam como Paganini e a sua rabeca em festas de duques; mas, aos poucos, com o tempo, foi tomando toda a extensão dos subúrbios, crescendo, solidificando-se, até ser considerada como coisa própria a eles. Não se julgue, entretanto, que Ricardo fosse um cantor de modinhas aí qualquer, um capadócio. Não: Ricardo Coração dos Outros era um artista a frequentar e a honrar as melhores famílias do Méier, Piedade e Riachuelo. Rara era a noite em que não recebesse um convite. Fosse na casa do tenente Marques, do doutor Bulhões ou do “seu” Castro, a sua presença era sempre requerida, instada e apreciada. O doutor Bulhões, até, tinha pelo Ricardo uma admiração especial, um delírio, um frenesi e, quando o trovador cantava, ficava em êxtase. “Gosto muito de canto”, dizia o doutor no trem certa vez, “mas só duas pessoas me enchem as medidas: o Tamagno e o Ricardo”. Esse doutor tinha uma grande reputação nos subúrbios, não como médico, pois que nem óleo de rícino receitava, mas como entendido em legislação telegráfica, por ser chefe de seção da Secretaria dos Telégrafos.

Dessa maneira, Ricardo Coração dos Outros gozava da estima geral da alta sociedade suburbana. É uma alta sociedade muito especial e que só é alta nos subúrbios. Compõe-se em geral de funcionários públicos, de pequenos negociantes, de médicos com alguma clínica, de tenentes de diferentes milícias, nata essa que impa pelas ruas esburacadas daquelas distantes regiões, assim como nas festas e nos bailes, com mais força que a burguesia de Petrópolis e Botafogo. Isto é só lá, nos bailes, nas festas e nas ruas, onde se algum dos seus representantes vê um tipo mais ou menos, olha-o da cabeça aos pés, demoradamente, assim como quem diz: aparece lá em casa que te dou um prato de comida. Porque o orgulho da aristocracia suburbana está em ter todo o dia jantar e almoço, muito feijão, muita carne-seca, muito ensopado — aí, julga ela, é que está a pedra de toque da nobreza, da alta linha, da distinção.

Fora dos subúrbios, na rua do Ouvidor, nos teatros, nas grandes festas centrais, essa gente míngua, apaga-se, desaparece, chegando até as suas mulheres e filhas a perder a beleza com que deslumbram, quase diariamente, os lindos

cavalheiros dos intermináveis bailes diários daquelas redondezas. Ricardo, depois de ser poeta e o cantor dessa curiosa aristocracia, extravasou e passou à cidade, propriamente. A sua fama já chegava a São Cristóvão e em breve (ele o esperava) Botafogo convidá-lo-ia, pois os jornais já falavam no seu nome e discutiam o alcance de sua obra e da sua poética...

Mas que vinha ele fazer ali, na casa de pessoas de propósitos tão altos e tão severos hábitos? Não é difícil atinar. Decerto, não vinha auxiliar o major nos seus estudos de geologia, de poética, de mineralogia e histórias brasileiras. Como bem supôs a vizinhança, o Coração dos Outros vinha ali tão somente ensinar o major a cantar modinhas e a tocar violão. Nada mais e é simples.

De acordo com a sua paixão dominante, Quaresma estivera muito tempo a meditar qual seria a expressão poético-musical característica da alma nacional. Consultou historiadores, cronistas e filósofos e adquiriu certeza que era a modinha acompanhada pelo violão. Seguro dessa verdade, não teve dúvidas: tratou de aprender o instrumento genuinamente brasileiro e entrar nos segredos da modinha. Estava nisso tudo *a quo*, mas procurou saber quem era o primeiro executor e cantor da cidade e tomou lições com ele. O seu fim era disciplinar a modinha e tirar dela um forte motivo original de arte.

Ricardo vinha justamente dar-lhe lição, mas antes disso, por convite especial do discípulo, ia compartilhar o seu jantar; e fora por isso que o famoso trovador chegou mais cedo à casa do subsecretário.

— Já sabe dar o “ré” sustenido, major? — perguntou Ricardo logo ao sentar-se.

— Já.

— Vamos ver.

Dizendo isto, foi desencapotar o seu sagrado violão; mas não houve tempo. Dona Adelaide, a irmã de Quaresma, entrou e convidou-os a irem jantar. A sopa já esfriava na mesa, que fossem!

— O senhor Ricardo há de nos desculpar — disse a velha senhora — a pobreza do nosso jantar. Eu lhe quis fazer um frango com petit-pois, mas Policarpo não deixou. Disse-me que esse tal petit-pois é estrangeiro e que eu o substituísse por guando. Onde é que se viu frango com guando?

Coração dos Outros aventou que talvez fosse bom, seria uma novidade e não fazia mal experimentar.

— É uma mania de seu amigo, senhor Ricardo, esta de só querer coisas nacionais, e a gente tem que ingerir cada droga, chi!

— Qual, Adelaide, você tem certas ojerizas! A nossa terra, que tem todos os climas do mundo, é capaz de produzir tudo que é necessário para o estômago mais exigente. Você é que deu para implicar.

— Exemplo: a manteiga que fica logo rançosa.

— É porque é de leite, se fosse como essas estrangeiras aí, fabricadas com gorduras de esgotos, talvez não se estragasse... É isto, Ricardo! Não querem nada da nossa terra...

— Em geral é assim — disse Ricardo.

— Mas é um erro... Não protegem as indústrias nacionais... Comigo não há disso: de tudo que há nacional, eu não uso estrangeiro. Visto-me com pano nacional, calço botas nacionais e assim por diante.

Sentaram-se à mesa. Quaresma agarrou uma pequena garrafa de cristal e serviu dois cálices de parati.

— É do programa nacional, fez a irmã, sorrindo.

— Decerto, e é um magnífico aperitivo. Esses vermouths por aí, drogas! Isto é álcool puro, bom, de cana, não é de batata ou milho...

Ricardo agarrou o cálice com delicadeza e respeito, levou-o aos lábios e foi como se todo ele bebesse o licor nacional.

— Está bom, hein? — indagou o major.

— Magnífico — fez Ricardo, estalando os lábios.

— É de Angra. Agora tu vais ver que magnífico vinho do Rio Grande temos... Qual Borgonha! Qual Bordeaux! Temos no Sul muito melhores...

E o jantar correu assim, nesse tom. Quaresma exaltando os produtos nacionais: a banha, o toucinho e o arroz; a irmã fazia pequenas objeções e Ricardo dizia: “é, é, não há dúvida”, rolando nas órbitas os olhos pequenos, franzindo a testa diminuta que se sumia no cabelo áspero, forçando muito a sua fisionomia miúda e dura a adquirir uma expressão sincera de delicadeza e satisfação.

Acabado o jantar foram ver o jardim. Era uma maravilha; não tinha nem uma flor... Certamente não se podia tomar por tal míseros beijos-de-frade, palmas-de-santa-rita, quaresmas lutulentas, manacás melancólicos e outros belos exemplares dos nossos campos e prados. Como em tudo o mais, o major era em jardinagem essencialmente nacional. Nada de rosas, de crisântemos, de magnólias — flores exóticas; as nossas terras tinham outras mais belas, mais expressivas, mais olentes, como aquelas que ele tinha ali.

Ricardo ainda uma vez concordou e os dois entraram na sala, quando o crepúsculo vinha devagar, muito vagaroso e lento, como se fosse um longo

adeus saudoso do sol ao deixar a terra, pondo nas coisas a sua poesia dolente e a sua deliquescência.

Mal foi aceso o gás, o mestre de violão empunhou o instrumento, apertou as cravelhas, correu a escala, abaixando-se sobre ele como se o quisesse beijar. Tirou alguns acordes, para experimentar; e dirigiu-se ao discípulo, que já tinha o seu em posição:

— Vamos ver. Tire a escala, major.

Quaresma preparou os dedos, afinou a viola, mas não havia na sua execução nem a firmeza, nem o dengue com que o mestre fazia a mesma operação.

— Olhe, major, é assim.

E mostrava a posição do instrumento, indo do colo ao braço esquerdo estendido, seguro levemente pelo direito; e em seguida acrescentou:

— Major, o violão é o instrumento da paixão. Precisa de peito para falar... É preciso encostá-lo, mas encostá-lo com macieza e amor, como se fosse a amada, a noiva, para que diga o que sentimos...

Diante do violão, Ricardo ficava loquaz, cheio de sentenças, todo ele fremindo de paixão pelo instrumento desprezado.

A lição durou uns cinquenta minutos. O major sentiu-se cansado e pediu que o mestre cantasse. Era a primeira vez que Quaresma lhe fazia esse pedido; embora lisonjeado, quis a vaidade profissional que ele, a princípio, se negasse.

— Oh! Não tenho nada novo, uma composição minha.

Dona Adelaide obtemperou então:

— Cante uma de outro.

— Oh! Por Deus, minha senhora! Eu só canto as minhas. O Bilac, — conhecem?, — quis fazer-me uma modinha, eu não aceitei; você não entende de violão, “seu” Bilac. A questão não está em escrever uns versos certos que digam coisas bonitas; o essencial é achar-se as palavras que o violão pede e deseja. Por exemplo: se eu dissesse, como em começo quis, n’ “O Pé”, uma modinha minha: “o teu pé é uma folha de trevo”, — não ia com o violão. Querem ver?

E ensaiou em voz baixa, acompanhado pelo instrumento: o-teu-pé-é-uma-fo-lha-de-tre-vo.

— Vejam, continuou ele, como não dá. Agora reparem: o-teu-pé-é-uma-uma-ro-sa-de-mir-ra. É outra coisa, não acham?

— Não há dúvida — disse a irmã de Quaresma.

— Cante esta — convidou o major.

— Não — objetou Ricardo. — Está velha, vou cantar a “Promessa”, conhecem?

— Não — disseram os dois irmãos.

— Oh! Anda por aí como as “Pombas” do Raimundo.

— Cante lá, senhor Ricardo — pediu dona Adelaide.

Ricardo Coração dos Outros por fim afinou ainda uma vez o violão e começou em voz fraca:

Prometo pelo Santíssimo Sacramento
Que serei tua paixão...

— Vão vendo — disse ele num intervalo —, quanta imagem, quanta imagem!

E continuou. As janelas estavam abertas. Moças e rapazes começaram a se amontoar na calçada para ouvir o menestrel. Sentindo que a rua se interessava, Coração dos Outros foi apurando a dicção, tomando um ar feroz que ele supunha ser de ternura e entusiasmo; e, quando acabou, as palmas soaram do lado de fora e uma moça entrou procurando dona Adelaide.

— Senta-te, Ismênia — disse ela.

— A demora é pouca.

Ricardo aprumou-se na cadeira, olhou um pouco a moça e continuou a dissertar sobre a modinha. Aproveitando uma pausa, a irmã de Quaresma perguntou à moça:

— Então, quando te casas?

Era a pergunta que se lhe fazia sempre. Ela então curvava do lado direito a sua triste cabecinha, coroadada de magníficos cabelos castanhos, com tons de ouro, e respondia:

— Não sei... Cavalcanti forma-se no fim do ano e então marcaremos. — Isto era dito arrastado, com uma preguiça de impressionar.

Não era feia a menina, a filha do general, vizinho de Quaresma. Era até bem simpática, com a sua fisionomia de pequenos traços mal desenhados e cobertos de umas tintas de bondade.

Aquele seu noivado durava há anos; o noivo, o tal Cavalcanti, estudava para dentista, um curso de dois anos, mas que ele arrastava há quatro, e Ismênia tinha sempre que responder à famosa pergunta: — “Então quando se casa?”, — “Não sei... Cavalcanti forma-se para o ano e...”

Intimamente ela não se incomodava. Na vida, para ela, só havia uma coisa importante: casar-se; mas pressa não tinha, nada nela a pedia. Já agarrara um noivo, o resto era questão de tempo.

Após responder a dona Adelaide, explicou o motivo da visita.

Viera, em nome do pai, convidar Ricardo Coração dos Outros a cantar em casa dela.

— Papai — disse dona Ismênia — gosta muito de modinhas... É do Norte; a senhora sabe, dona Adelaide, que a gente do Norte aprecia muito. Venham.

E para lá foram.

II

REFORMAS RADICAIS

Havia bem dez dias que o major Quaresma não saía de casa. Na sua meiga e sossegada casa de São Cristóvão, enchia os dias da forma mais útil e agradável às necessidades do seu espírito e do seu temperamento. De manhã, depois da toalete, e do café, sentava-se no divã da sala principal e lia os jornais. Lia diversos, porque sempre esperava encontrar num ou noutro uma notícia curiosa, a sugestão de uma ideia útil à sua cara pátria. Os seus hábitos burocráticos faziam-no almoçar cedo; e, embora estivesse de férias, para os não perder, continuava a tomar a primeira refeição de garfo às 9h30.

Acabado o almoço, dava umas voltas pela chácara, em que predominavam as fruteiras nacionais, recebendo a pitanga e o cambuim os mais cuidadosos tratamentos aconselhados pela pomologia, como se fossem bem cerejas ou figos.

O passeio era demorado e filosófico. Conversando com o preto Anastácio, que lhe servia há trinta anos, sobre coisas antigas — o casamento das princesas, a quebra do Souto e outras —, o major continuava com o pensamento preso aos problemas que o preocupavam ultimamente. Após uma hora ou menos, voltava à biblioteca e mergulhava nas revistas do Instituto Histórico, no Fernão Cardim, nas cartas de Nóbrega, nos anais da biblioteca, no von den Stein e tomava notas sobre notas, guardando-as numa pequena pasta ao lado. Estudava os índios. Não ficava bem dizer que estudava, porque já o fizera há tempos, não só no tocante à língua, que já quase falava, como também nos simples aspectos etnográficos e antropológicos. Recordava (é melhor dizer assim), afirmava certas noções dos seus estudos anteriores, visto estar organizando um sistema de cerimônias e festas que se baseasse nos costumes dos nossos silvícolas e abrangesse todas as relações sociais.

Para bem se compreender o motivo disso, é preciso não esquecer que o major, depois de trinta anos de meditação patriótica, de estudos e reflexões, chegava agora ao período da frutificação. A convicção que sempre tivera de ser

o Brasil o primeiro país do mundo e o seu grande amor à pátria eram agora ativos e impeliram-no a grandes cometimentos. Ele sentia dentro de si impulsos imperiosos de agir, de obrar e de concretizar suas ideias. Eram pequenos melhoramentos, simples toques, porque em si mesma (era a sua opinião), a grande pátria do Cruzeiro só precisava de tempo para ser superior à Inglaterra.

Tinha todos os climas, todos os frutos, todos os minerais e animais úteis, as melhores terras de cultura, a gente mais valente, mais hospitaleira, mais inteligente e mais doce do mundo — o que precisava mais? Tempo e um pouco de originalidade. Portanto, dúvidas não flutuavam mais no seu espírito, mas no que se referia à originalidade de costumes e usanças, não se tinham elas dissipado, antes se transformaram em certeza após tomar parte na folia do “Tangomango”, numa festa que o general dera em casa.

Caso foi que a visita do Ricardo e do seu violão ao bravo militar veio despertar no general e na família um gosto pelas festanças, cantigas e hábitos genuinamente nacionais, como se diz por aí. Houve em todos um desejo de sentir, de sonhar, de poetar à maneira popular dos velhos tempos. Albernaz, o general, lembrava-se de ter visto tais cerimônias na sua infância; dona Maricota, sua mulher, até ainda se lembrava de uns versos de Reis; e os seus filhos, cinco moças e um rapaz, viram na coisa um pretexto de festas e, portanto, aplaudiram o entusiasmo dos progenitores. A modinha era pouco; os seus espíritos pediam coisa mais plebeia, mais característica e extravagante.

Quaresma ficou encantado, quando Albernaz falou em organizar uma chegada, à moda do Norte, por ocasião do aniversário de sua praça. Em casa do general era assim: qualquer aniversário tinha a sua festa, de forma que havia bem umas trinta por ano, não contando domingos, dias feriados e santificados em que se dançava também.

O major pensara até ali pouco nessas coisas de festas e danças tradicionais, entretanto viu logo a significação altamente patriótica do intento. Aprovou e animou o vizinho. Mas quem havia de ensaiar, de dar os versos e a música? Alguém lembrou a tia Maria Rita, uma preta velha, que morava em Benfica, antiga lavadeira da família Albernaz. Lá foram os dois, o general Albernaz e o major Quaresma, alegres, apressados, por uma linda e cristalina tarde de abril.

O general nada tinha de marcial, nem mesmo o uniforme que talvez não possuísse. Durante toda a sua carreira militar, não viu uma única batalha, não tivera um comando, nada fizera que tivesse relação com a sua profissão e o seu curso de artilheiro. Fora sempre ajudante de ordens, assistente, encarregado disso ou daquilo, escriturário, almoxarife, e era secretário do Conselho

Supremo Militar, quando se reformou em general. Os seus hábitos eram de um bom chefe de seção e a sua inteligência não era muito diferente dos seus hábitos. Nada entendia de guerras, de estratégia, de tática ou de história militar; a sua sabedoria a tal respeito estava reduzida às batalhas do Paraguai, para ele a maior e a mais extraordinária guerra de todos os tempos.

O altissonante título de general, que lembrava coisas sobre-humanas dos Césares, dos Turennes e dos Gustavos Adolfos, ficava mal naquele homem plácido, medíocre, bonachão, cuja única preocupação era casar as cinco filhas e arranjar “pistolões” para fazer passar o filho nos exames do Colégio Militar. Contudo, não era conveniente que se duvidasse das suas aptidões guerreiras. Ele mesmo, percebendo o seu ar muito civil, de onde em onde, contava um episódio de guerra, uma anedota militar. “Foi em Lomas Valentinas”, dizia ele... Se alguém perguntava: “O general assistiu à batalha?” Ele respondia logo: “Não pude. Adoeci e vim para o Brasil, nas vésperas. Mas soube pelo Camisão, pelo Venâncio, que a coisa esteve preta.”

O bonde que os levava até à velha Maria Rita percorria um dos trechos mais interessantes da cidade. Ia pelo Pedregulho, uma velha porta da cidade, antigo término de um picadão que ia ter a Minas, se esgalhava para São Paulo e abria comunicações com o Curato de Santa Cruz.

Por aí em costas de bestas vieram ter ao Rio o ouro e o diamante de Minas e ainda ultimamente os chamados gêneros do país. Não havia ainda cem anos que as carruagens d’El Rei Dom João VI, pesadas como naus, a balouçarem-se sobre as quatro rodas muito separadas, passavam por ali para ir ter ao longínquo Santa Cruz. Não se pode crer que a coisa fosse lá muito imponente; a Corte andava em apuros de dinheiro e o rei era relaxado. Não obstante os soldados remendados, tristemente montados em “pangarés” desanimados, o prestígio devia ter a sua grandeza, não por ele mesmo, mas pelas humilhantes marcas de respeito que todos tinham que dar à sua lamentável majestade.

Entre nós tudo é inconsciente, provisório, não dura. Não havia ali nada que lembrasse esse passado. As casas velhas, com grandes janelas, quase quadradas, e vidraças de pequenos vidros eram há bem poucos anos, menos de cinquenta. Quaresma e Albernaz atravessaram tudo aquilo sem reminiscências e foram até ao ponto. Antes perlustraram a zona do turfe, uma pequena porção da cidade onde se amontoam cocheiras e coudelarias de animais de corridas, tendo grandes ferraduras, cabeças de cavalos, panóplias de chicotes e outros

emblemas hípicas, nos pilares dos portões, nas almofadas das portas, por toda parte onde tais distintivos fiquem bem e deem na vista.

A casa da velha preta ficava além do ponto, para as bandas da estação da estrada de ferro Leopoldina. Lá foram ter. Passaram pela estação. Sobre um largo terreiro, negro de moinha de carvão de pedra, medas de lenha e imensas tulhas de sacos de carvão-vegetal se acumulavam; mais adiante um depósito de locomotivas e sobre os trilhos algumas manobravam e outras arfavam sob pressão.

Apanharam afinal o carreiro onde ficava a casa da Maria Rita. O tempo estivera seco e por isso se podia andar por ele. Para além do caminho, estendia-se a vasta região de mangues, uma zona imensa, triste e feia, que vai até o fundo da baía e, no horizonte, morre ao sopé das montanhas azuis de Petrópolis. Chegaram à casa da velha. Era baixa, caiada e coberta com pesadas telhas portuguesas. Ficava um pouco afastada da estrada. À direita havia um monturo: restos de cozinha, trapos, conchas de mariscos, pedaços de louça caseira — um sambaqui a fazer-se para gáudio de arqueólogo de futuro remoto; à esquerda, crescia um mamoeiro e bem junto à cerca, no mesmo lado, havia um pé de arruda. Bateram. Uma pretinha moça apareceu na janela aberta.

— Que desejam?

Disseram o que queriam e aproximaram-se. A moça gritou para o interior da casa:

— Vovó, estão aí dois “moços” que querem falar com a senhora. Entrem, façam o favor — disse ela depois, dirigindo-se ao general e ao seu companheiro.

A sala era pequena e de telha-vã. Pelas paredes, velhos cromos de folhinhas, registros de santos, recortes de ilustrações de jornais baralhavam-se e subiam por elas acima até dois terços da altura. Ao lado de uma Nossa Senhora da Penha, havia um retrato de Vítor Emanuel com enormes bigodes em desordem; um cromo sentimental de folhinha — uma cabeça de mulher em posição de sonho — parecia olhar um São João Batista ao lado. No alto da porta que levava ao interior da casa, uma lamparina, numa cantoneira, enchia de fuligem a Conceição de louça.

Não tardou vir a velha. Entrou em camisa de bicos de rendas, mostrando o peito descarnado, enfeitado com um colar de miçangas de duas voltas. Capengava de um pé e parecia querer ajudar a marcha, com a mão esquerda pousada na perna correspondente.

— Boas tardes, tia Maria Rita — disse o general.

Ela respondeu, mas não deu mostras de ter reconhecido quem lhe falava.
O general atalhou:

— Não me conhece mais? Sou o general, o coronel Albernaz.

— Ah! É sô coroné!... Há quanto tempo! Como está nhã Maricota?

— Vai bem. Minha velha, nós queríamos que você nos ensinasse umas cantigas.

— Quem sou eu, ioiô!

— Ora! Vamos, tia Maria Rita... você não perde nada... você não sabe o “Bumba-meu-Boi”?

— Quá, ioiô, já mi esqueceu.

— E o “Boi Espácio”?

— Coisa véia, do tempo do cativoiro. Pra que sô coroné qué sabê disso?

Ela falava arrastando as sílabas, com um doce sorriso e um olhar vago.

— É para uma festa... Qual é a que você sabe?

A neta que até ali ouvia calada a conversa animou-se a dizer alguma coisa, deixando perceber rapidamente a fiada reluzente de seus dentes imaculados:

— Vovó já não se lembra.

O general, que a velha chamava coronel, por tê-lo conhecido nesse posto, não atendeu a observação da moça e insistiu:

— Qual esquecida, o quê! Deve saber ainda alguma coisa, não é, titia?

— Só sei o “Bicho Tutu” — disse a velha.

— Cante lá!

— Ioiô sabe! Não sabe? Quá, sabe!

— Não sei, cante. Se eu soubesse não vinha aqui. Pergunte aqui ao meu amigo, o major Policarpo, se sei.

Quaresma fez com a cabeça sinal afirmativo e a preta velha, talvez com grandes saudades do tempo em que era escrava e ama de alguma grande casa, farta e rica, ergueu a cabeça, como para melhor recordar-se, e entoou:

É vem tutu

Por detrás do murundu

Pra cumê sinhozinho

Cum bucado de angü.

— Ora! — fez o general com enfado. — Isso é coisa antiga de embalar crianças. Você não sabe outra?

— Não, sinhô. Já mi esqueceu.

Os dois saíram tristes. Quaresma vinha desanimado. Como é que o povo não guardava as tradições de trinta anos passados? Com que rapidez morriam assim na sua lembrança os seus folgares e as suas canções? Era bem um sinal de fraqueza, uma demonstração de inferioridade diante daqueles povos tenazes que os guardavam durante séculos! Tornava-se preciso reagir, desenvolver o culto das tradições, mantê-las sempre vivazes nas memórias e nos costumes...

Albernaz vinha contrariado. Contava arranjar um número bom para a festa que ia dar, e escapava-lhe. Era quase a esperança de casamento de uma das quatro filhas que se ia, das quatro, porque uma delas já estava garantida, graças a Deus!

O crepúsculo chegava e eles entraram em casa mergulhados na melancolia da hora. A decepção, porém, demorou dias. Cavalcanti, o noivo de Ismênia, informou que nas imediações morava um literato, teimoso cultivador dos contos e canções populares do Brasil. Foram a ele. Era um velho poeta que teve sua fama aí pelos setenta e tantos, homem doce e ingênuo que se deixara esquecer em vida, como poeta, e agora se entretinha em publicar coleções, que ninguém lia, de contos, canções, adágios e ditados populares.

Foi grande a sua alegria quando soube o objeto da visita daqueles senhores. Quaresma estava animado e falou com calor; e Albernaz também, porque via na sua festa, com um número de *folklore*, meio de chamar a atenção sobre sua casa, atrair gente e... casar as filhas.

A sala em que foram recebidos era ampla; mas estava tão cheia de mesas, estantes peçadas de livros, pastas, latas, que mal se podia mover nela. Numa lata lia-se: Santa Ana dos Tocos; numa pasta: São Bonifácio do Cabresto.

— Os senhores não sabem — disse o velho poeta — que riqueza é a nossa poesia popular! Que surpresas ela reserva!... Ainda há dias recebi uma carta de Urubu-de-Baixo com uma linda canção. Querem ver?

O colecionador revolveu pastas e afinal trouxe de lá um papel onde leu:

Se Deus enxergasse pobre
Não me deixaria assim:
Dava no coração dela
Um lugarzinho pra mim.

O amor que tenho por ela

Já não cabe no meu peito;
Sai-me pelos olhos afora
Voa às nuvens direito.

— Não é bonito?... Muito! Se os senhores conhecessem então o ciclo do macaco, a coleção de histórias que o povo tem sobre o símio?... Oh! Uma verdadeira epopeia cômica!

Quaresma olhava para o velho poeta com o espanto satisfeito de alguém que encontrou um semelhante no deserto; e Albernaz, um momento contagiado pela paixão do folclorista, tinha mais inteligência no olhar com que o encarava. O velho poeta guardou a canção de Urubu-de-Baixo, numa pasta; e foi logo à outra, donde tirou várias folhas de papel. Veio até junto aos dois visitantes e disse-lhes:

— Vou ler aos senhores uma pequena história do macaco, das muitas que o povo conta... Só eu já tenho perto de quarenta e pretendo publicá-las, sob o título *Histórias do Mestre Simão*.

E, sem perguntar se os incomodava ou se estavam dispostos a ouvir, começou:

O macaco perante o juiz de direito. Andava um bando de macacos em troça, pulando de árvore em árvore, nas bordas de uma gruta. Eis senão quando um deles vê no fundo uma onça que lá caíra. Os macacos se enternecem e resolvem salvá-la. Para isso, arrancaram cipós, emendaram-nos bem, amarraram a corda assim feita à cintura de cada um deles e atiraram uma das pontas à onça. Com o esforço reunido de todos, conseguiram içá-la e logo se desamarraram, fugindo. Um deles, porém, não o pôde fazer a tempo e a onça segurou-o imediatamente.

— Compadre macaco — disse ela —, tenha paciência. Estou com fome e você vai fazer-me o favor de deixar-se comer.

O macaco rogou, instou, chorou; mas a onça parecia inflexível. Simão então lembrou que a demanda fosse resolvida pelo juiz de direito. Foram a ele; o macaco sempre agarrado pela onça. É juiz de direito entre os animais o jabuti, cujas audiências são dadas à borda dos rios, colocando-se ele em cima de uma pedra. Os dois chegaram e o macaco expôs as suas razões.

O jabuti ouviu-o e no fim ordenou:

— Bata palmas.

Apesar de seguro pela onça, o macaco pôde assim mesmo bater palmas. Chegou a vez da onça, que também expôs as suas razões e motivos. O juiz, como da primeira vez, determinou ao felino:

— Bata palmas.

A onça não teve remédio senão largar o macaco, que se escapou, e também o juiz, atirando-se n'água.

Acabando a leitura, o velho dirigiu-se aos dois:

— Não acham interessante? Muito! Há no nosso povo muita invenção, muita criação, verdadeiro material para *fabliaux* interessantes... No dia em que aparecer um literato de gênio que o fixe numa forma imortal... Ah! Então!

Dizendo isto, brincava nas suas faces um demorado sorriso de satisfação e nos seus olhos abrolhavam duas lágrimas furtivas.

— Agora — continuou ele —, depois de passada a emoção, vamos ao que serve. “O Boi Espácio” ou o “Bumba-meu-boi” ainda é muita coisa para vocês... É melhor irmos devagar, começar pelo mais fácil... Está aí o “Tangolongomango”, conhecem?

— Não — disseram os dois.

— É divertido. Arranjem dez crianças, uma máscara de velho, uma roupa estrambólica para um dos senhores, que eu ensaio.

O dia chegou. A casa do general estava cheia. Cavalcanti viera; e ele e a noiva, à parte, no vão de uma janela, pareciam ser os únicos que não tinham interesse pela folia. Ele, falando muito, cheio de trejeitos no olhar; ela, meio fria, deitando de quando em quando, para o noivo, um olhar de gratidão. Quaresma fez o “Tangolongomango”, isto é, vestiu uma velha sobrecasaca do general, pôs uma imensa máscara de velho, agarrou-se a um bordão curvo, em forma de báculo, e entrou na sala. As dez crianças cantaram em coro:

Uma mãe teve dez filhos
Todos os dez dentro de um pote
Deu o Tangolomango nele
Não ficaram senão nove.

Por aí, o major avançava, batia com o báculo no assoalho, fazia hu! hu! hu!; as crianças fugiam, afinal ele agarrava uma e levava para dentro. Assim ia executando com grande alegria da sala, quando, pela quinta estrofe, lhe faltou o ar, lhe ficou a vista escura e caiu. Tiraram-lhe a máscara, deram-lhe algumas sacudidelas e Quaresma voltou a si.

O acidente, entretanto, não lhe deu nenhum desgosto pelo *folklore*. Comprou livros, leu todas as publicações a respeito, mas a decepção lhe veio ao fim de algumas semanas de estudo.

Quase todas as tradições e canções eram estrangeiras; o próprio “Tangolongomango” o era também. Tornava-se, portanto, preciso arranjar

alguma coisa própria, original, uma criação da nossa terra e dos nossos ares.

Essa ideia levou-o a estudar os costumes tupinambás; e, como uma ideia traz outra, logo ampliou o seu propósito e eis a razão por que estava organizando um código de relações, de cumprimentos, de cerimônias domésticas e festas, calcado nos preceitos tupis.

Desde dez dias que se entregava a essa árdua tarefa, quando (era domingo) lhe bateram à porta, em meio de seu trabalho. Abriu, mas não apertou a mão. Desandou a chorar, a berrar, a arrancar os cabelos, como se tivesse perdido a mulher ou um filho. A irmã correu lá de dentro, o Anastácio também, e o compadre e a filha, pois eram eles, ficaram estupefatos no limiar da porta.

— Mas que é isso, compadre?

— Que é isso, Policarpo?

— Mas, meu padrinho...

Ele ainda chorou um pouco. Enxugou as lágrimas e, depois, explicou com a maior naturalidade:

— Eis aí! Vocês não têm a mínima noção das coisas da nossa terra. Queriam que eu apertasse a mão... Isto não é nosso! Nosso cumprimento é chorar quando encontramos os amigos, era assim que faziam os tupinambás.

O seu compadre Vicente, a filha e dona Adelaide entreolharam-se, sem saber o que dizer. O homem estaria doido? Que extravagância!

— Mas, senhor Policarpo — disse-lhe o compadre —, é possível que isto seja muito brasileiro, mas é bem triste, compadre.

— Decerto, padrinho — acrescentou a moça com vivacidade —, parece até agouro...

Este seu compadre era italiano de nascimento. A história das suas relações vale a pena contar. Quitandeiro ambulante, fora fornecedor da casa de Quaresma há vinte e tantos anos. O major já tinha as suas ideias patrióticas, mas não desdenhava conversar com o quitandeiro e até gostava de vê-lo suado, curvado ao peso dos cestos, com duas rosas vermelhas nas faces muito brancas de europeu recém-chegado. Mas um belo dia, ia Quaresma pelo Largo do Paço, muito distraído, a pensar nas maravilhas arquitetônicas do chafariz do Mestre Valentim, quando veio a encontrar-se com o mercador ambulante. Falou-lhe com aquela simplicidade d'alma que era bem sua, e notou que o rapaz tinha alguma preocupação séria. Não só, de onde em onde, soltava exclamações sem ligação alguma com a conversa atual, como também cerrava os lábios, rilhava os dentes e crispava raivosamente os punhos. Interrogou-o e veio a saber que tivera uma questão de dinheiro com um colega seu, estando

disposto a matá-lo, pois perdera o crédito e em breve estaria na miséria. Havia na sua afirmação uma tal energia e um grande e estranho acento de ferocidade, que fizeram empregar o major e toda a sua doçura e persuasão para dissuadi-lo do propósito. E não ficou nisto só: emprestou-lhe também dinheiro. Vicente Coleoni pôs uma quitanda, ganhou uns contos de réis, fez-se logo empreiteiro, enriqueceu, casou, veio a ter aquela filha, que foi levada à pia pelo seu benfeitor. Inútil é dizer que Quaresma não notou a contradição entre as suas ideias patrióticas e o seu ato. É verdade que ele não as tinha ainda muito firmes, mas já flutuavam na sua cabeça e reagiam sobre a sua consciência como tênues desejos, veleidades de rapaz de pouco mais de vinte anos, veleidades que não tardariam tomar consistência e só esperavam os anos para desabrochar em atos. Fora, pois, ao seu compadre Vicente e à sua afilhada Olga que ele recebera com o mais legítimo cerimonial goitacás, e, se não envergara o traje de rigor de tão interessante povo, motivo não foi o não tê-lo. Estava até à mão, mas faltava-lhe tempo para despir-se.

— Lê-se muito, padrinho? — perguntou-lhe a afilhada, deitando sobre ele os seus olhos muito luminosos.

Havia entre os dois uma grande afeição. Quaresma era um tanto reservado e o vexame de mostrar os seus sentimentos faziam-no econômico nas demonstrações afetuosas. Adivinhava-se, entretanto, que a moça ocupava-lhe no coração o lugar dos filhos que não tivera nem teria jamais. A menina vivaz, habituada a falar alto e desembaraçadamente, não escondia a sua afeição tanto mais que sentia confusamente nele alguma coisa de superior, uma ânsia de ideal, uma tenacidade em seguir um sonho, uma ideia, um voo enfim para as altas regiões do espírito que ela não estava habituada a ver em ninguém do mundo que frequentava. Essa admiração não lhe vinha da educação. Recebera a comum às moças de seu nascimento. Vinha de um pendor próprio, talvez das proximidades europeias do seu nascimento, que a fizeram um pouco diferente das nossas moças.

Fora com um olhar luminoso e perscrutador que ela perguntara ao padrinho:

— Então, padrinho, lê-se muito?

— Muito, minha filha. Imagina que medito grandes obras, uma reforma, a emancipação de um povo.

Vicente fora com dona Adelaide para o interior da casa e os dois conversavam a sós na sala dos livros. A afilhada notou que Quaresma tinha alguma coisa de mais. Falava agora com tanta segurança, ele que antigamente

era tão modesto, hesitante mesmo no falar — que diabo! Não, não era possível... Mas quem sabe? E que singular alegria havia nos seus olhos — uma alegria de matemático que resolveu um problema, de inventor feliz!

— Não se vá meter em alguma conspiração — disse a moça gracejando.

— Não te assustes por isso. A coisa vai naturalmente, não é preciso violências...

Nisto Ricardo Coração dos Outros entrou com o seu longo e rabudo fraque de sarja e o seu violão encapotado em camurça. O major fez as apresentações.

— Já o conhecia de nome, senhor Ricardo — disse Olga.

Coração dos Outros encheu-se de um alvissareiro contentamento. A sua fisionomia minguada dilatou-se ao brilho do seu olhar satisfeito; e a sua cútis, que era ressecada e de tom de velho mármore, como que ficou macia e jovem. Aquela moça parecia rica, era fina e bonita, conhecia-o — que satisfação! Ele que era sempre um tanto parvo e atrapalhado, quando se encontrava diante das moças, fossem de que condição fossem, animava-se, soltava a língua, amaciava a voz e ficava numeroso e eloquente.

— Leu então os meus versos, não é, minha senhora?

— Não tive esse prazer, mas li, há meses, uma apreciação sobre um trabalho seu.

— No *Tempo*, não foi?

— Foi.

— Muito injusta! — acrescentou Ricardo. — Todos os críticos se atêm a essa questão de metrificação. Dizem que os meus versos não são versos... São, sim; mas são versos para violão. Vossa Excelência sabe que os versos para música têm alguma coisa de diferente dos comuns, não é? Não há, portanto, nada a admirar que os meus versos, feitos para violão, sigam outra métrica e outro sistema, não acha?

— Decerto — disse a moça. — Mas parece-me que o senhor faz versos para a música e não música para os versos

E ela sorriu devagar, enigmaticamente, deixando parado o seu olhar luminoso, enquanto Ricardo, desconfiado, lhe sondava a intenção com os olhinhos vivos e miúdos de camundongo.

Quaresma, que até ali se conservava calado, interveio:

— O Ricardo, Olga, é um artista... Tenta e trabalha para levantar o violão.

— Eu sei, padrinho. Eu sei...

— Entre nós, minha senhora — falou Coração dos Outros —, não se levam a sério essas tentativas nacionais, mas, na Europa, todos respeitam e auxiliam... Como é que se chama, major, aquele poeta que escreveu em francês popular?

— Mistral — acudiu Quaresma —, mas não é francês popular; é o provençal, uma verdadeira língua.

— Sim, é isso — confirmou Ricardo. — Pois o Mistral não é considerado, respeitado? Eu, no tocante ao violão, estou fazendo o mesmo.

Olhou triunfante para um e outro circunstante; e Olga dirigindo-se a ele disse:

— Continue na tentativa, senhor Ricardo, que é digno de louvor.

— Obrigado. Fique certa, minha senhora, que o violão é um belo instrumento e tem grandes dificuldades. Por exemplo...

— Qual! — interrompeu Quaresma abruptamente. — Há outros mais difíceis.

— O piano? — perguntou Ricardo.

— Que piano! O maracá, a inúbia.

— Não conheço.

— Não conheces? É boa! Os instrumentos mais nacionais possíveis, os únicos que o são verdadeiramente; instrumentos dos nossos antepassados, daquela gente valente que se bateu e ainda se bate pela posse desta linda terra. Os caboclos!

— Instrumento de caboclo, ora! — disse Ricardo.

— De caboclo! Que é que tem? O Léry diz que são muito sonoros e agradáveis de ouvir... Se é por ser de caboclo, o violão também não vale nada — é um instrumento de capadócio.

— De capadócio, major! Não diga isso...

E os dois ainda discutiram acaloradamente diante da moça, surpresa, espantada, sem atinar, sem explicação para aquela inopinada transformação de gênio do seu padrinho, até ali tão sossegado e tão calmo.

III

A NOTÍCIA DO GENELÍCIO

— Então quando se casa, dona Ismênia?

— Em março. Cavalcanti já está formado e...

Afinal a filha do general pôde responder com segurança à pergunta que se lhe vinha fazendo há quase cinco anos. O noivo finalmente encontrara o fim do curso de dentista e marcara o casamento para daí a três meses. A alegria foi grande na família; e, como em tal caso, uma alegria não podia passar sem baile, uma festa foi anunciada para o sábado que se seguia ao pedido da pragmática.

As irmãs da noiva, Quinota, Zizi, Lalá e Vivi, estavam mais contentes que a irmã nubente. Parecia que ela lhes ia deixar o caminho desembaraçado, e fora a irmã quem até ali tinha impedido que se casassem.

Noiva havia quase cinco anos, Ismênia já se sentia meio casada. Esse sentimento junto à sua natureza pobre fê-la não sentir um pouco mais de alegria. Ficou no mesmo. Casar, para ela, não era negócio de paixão, nem se inseria no sentimento ou nos sentidos: era uma ideia, uma pura ideia. Aquela sua inteligência rudimentar tinha separado da ideia de casar o amor, o prazer dos sentidos, uma tal ou qual liberdade, a maternidade, até o noivo. Desde menina, ouvia a mamãe dizer: “Aprenda a fazer isso, porque quando você se casar”... ou senão “Você precisa aprender a pregar botões, porque quando você se casar”...

A todo instante e a toda a hora, lá vinha aquele “porque quando você se casar”... e a menina foi-se convencendo de que toda a existência só tendia para o casamento. A instrução, as satisfações íntimas, a alegria, tudo isso era inútil; a vida se resumia numa coisa: casar.

De resto, não era só dentro de sua família que ela encontrava aquela preocupação. No colégio, na rua, em casa das famílias conhecidas, só se falava em casar. “Sabe, dona Maricota, a Lili casou-se; não fez grande negócio, pois parece que o noivo não é lá grande coisa”; ou então: “A Zezé está doida para arranjar casamento, mas é tão feia, meu Deus!”...

A vida, o mundo, a variedade intensa dos sentimentos, das ideias, o nosso próprio direito à felicidade, foram parecendo ninharias para aquele cerebrozinho; e, de tal forma casar-se se lhe representou coisa importante, uma espécie de dever, que não se casar, ficar solteira, “tia”, parecia-lhe um crime, uma vergonha.

De natureza muito pobre, sem capacidade para sentir qualquer coisa profunda e intensamente, sem quantidade emocional para a paixão ou para um grande afeto, na sua inteligência a ideia de “casar-se” incrustou-se teimosamente como uma obsessão.

Ela não era feia; amorenada, com os seus traços acanhados, o narizinho malfeito, mas galante, não muito baixa nem muito magra e a sua aparência de bondade passiva, de indolência de corpo, de ideia e de sentidos — era até um bom tipo das meninas a que os namorados chamam — “bonitinhas”. O seu traço de beleza dominante, porém, eram os seus cabelos: uns bastos cabelos castanhos, com tons de ouro, sedosos até ao olhar.

Aos 19 anos arranjou namoro com o Cavalcanti, e à fraqueza de sua vontade e ao temor de não encontrar marido não foi estranha a facilidade com que o futuro dentista a conquistou.

O pai fez má cara. Ele andava sempre a par dos namoros das filhas: “Diga-me sempre, Maricota, dizia ele, quem são. Olho vivo!... É melhor prevenir que curar... Pode ser um valdevinos e...” Sabendo que o pretendente à Ismênia era um dentista, não gostou muito. “Que é um dentista?”, perguntava ele de si para si. Um cidadão semiformado, uma espécie de barbeiro. Preferia um oficial, tinha montepio e meio soldo; mas a mulher convenceu-o de que os dentistas ganham muito, e ele acedeu.

Começou então Cavalcanti a frequentar a casa na qualidade de noivo “paisano”, isto é, que não pediu, não é ainda “oficial”.

No fim do primeiro ano, tendo notícia das dificuldades com que o futuro genro lutava para acabar os estudos, o general foi generosamente em seu socorro. Pagou-lhe taxas de matrículas, livros e outras coisas. Não era raro que após uma longa conversa com a filha, dona Maricota viesse ao marido e dissesse: “Chico, arranja-me vinte mil-réis que o Cavalcanti precisa comprar uma Anatomia.”

O general era leal, bom e generoso; a não ser a sua pretensão marcial, não havia no seu caráter a mínima falha. Demais, aquela necessidade de casar as filhas ainda o fazia melhor quando se tratava dos interesses delas.

Ele ouvia a mulher, coçava a cabeça e dava o dinheiro; e até para evitar despesas ao futuro genro, convidou-o a jantar em casa todo o dia; e assim o namoro foi correndo até ali. “Enfim”, dizia Albernaz à mulher, na noite do pedido, quando já recolhidos, “a coisa vai acabar.” “Felizmente”, respondia-lhe dona Maricota, “vamos descontar esta letra”.

A satisfação resignada do general era porém falsa; ao contrário: ele estava radiante. Na rua, se encontrava um camarada, no primeiro momento azado, lá dizia ele:

— É um inferno, esta vida! Imagina tu, Castro, que ainda por cima tenho que casar uma filha!

Ao que Castro interrogava:

— Qual delas?

— A Ismênia, a segunda — respondia Albernaz e logo acrescentava: — Tu és que és feliz: só tiveste filhos.

— Ah! meu amigo! — falava o outro, cheio de malícia —, aprendi a receita. Por que não fizeste o mesmo?

Despedindo-se, o velho Albernaz corria aos armazéns, às lojas de louça, comprava mais pratos, mais compoteiras, um centro de mesa, porque a festa devia ser imponente e ter um ar de abundância e riqueza que traduzisse o seu grande contentamento.

Na manhã do dia da festa comemorativa do pedido, dona Maricota amanheceu cantando. Era raro que o fizesse; mas nos dias de grande alegria, ela cantarolava uma velha ária, uma coisa do seu tempo de moça e as filhas que sentiam nisto sinal certo de alegria corriam a ela, pedindo-lhe isto ou aquilo.

Muito ativa, muito diligente, não havia dona de casa mais econômica, mais poupada e que fizesse render mais o dinheiro do marido e o serviço das criadas. Logo que despertou, pôs tudo em atividade, as criadas e as filhas. Vivi e Quinota foram para os doces; Lalá e Zizi auxiliaram as raparigas na arrumação das salas e dos quartos, enquanto ela e Ismênia iam arrumar a mesa, dispô-la com muito gosto e esplendor. O móvel ficaria assim galhardo desde as primeiras horas do dia. A alegria de dona Maricota era grande; ela não compreendia que uma mulher pudesse viver sem estar casada. Não eram só os perigos a que se achava exposta, a falta de arrimo; parecia-lhe feio e desonroso para a família. A sua satisfação não vinha do simples fato de ter descontado uma letra, como ela dizia. Vinha mais profundamente dos seus sentimentos maternos e de família.

Ela arrumava a mesa, nervosa e alegre; e a filha fria e indiferente.

— Mas, minha filha — dizia ela —, até parece que não é você quem se vai casar! Que cara! Você parece aí uma “mosca-morta”.

— Mamãe, que quer que eu faça?

— Não é bonito rir-se muito, andar aí como uma sirigaita, mas também assim como você está! Eu nunca vi noiva assim.

Durante uma hora, a moça esforçou-se por parecer muito alegre, mas logo lhe tornava toda a pobreza de sua natureza, incapaz de vibração sentimental, e o natural do seu temperamento vencia-a e não tardava em cair naquela doentia lassidão que lhe era própria.

Veio muita gente. Além das moças e as respeitáveis mães, acudiram ao convite do general o contra-almirante Caldas, o doutor Florêncio, engenheiro das Águas, o major honorário Inocêncio Bustamante, o senhor Bastos, guardalivros, ainda parente de dona Maricota, e outras pessoas importantes. Ricardo não fora convidado porque o general temia a opinião pública sobre a presença dele em festa séria; Quaresma o fora, mas não viera; e Cavalcanti jantara com os futuros sogros.

Às seis horas, a casa já estava cheia. As moças cercavam Ismênia, cumprimentando-a, não sem um pouco de inveja no olhar.

Irene, uma alourada e alta, aconselhava:

— Eu, se fosse você, comprava tudo no Parque.

Tratava-se do enxoval. Todas elas, embora solteiras, davam conselhos, sabiam as casas barateiras, as peças mais importantes e as que podiam ser dispensadas. Estavam a par.

A Armanda indicava com um requebro feiticeiro nos olhos:

— Eu, ontem, vi na rua da Constituição um dormitório de casal, muito bonito, por que você não vai ver, Ismênia? Parece barato.

A Ismênia era a menos entusiasmada, quase não respondia às perguntas; e, se as respondia, era por monossílabos. Houve um momento em que sorriu quase com alegria e abandono. Estefânia, a doutora, normalista, que tinha nos dedos um anel, com tantas pedras que nem uma joalheria, num dado momento, chegou a boca carnuda aos ouvidos da noiva e fez uma confidência.

Quando deixou de segredar-lhe assim como se quisesse confirmar o dito, dilatou muito os seus olhos maliciosos e quentes, e disse alto:

— Eu quero ver isso... Todas dizem que não... Eu sei...

Ela aludia à resposta que, à sua confidência, Ismênia tinha dado com parcimônia: qual o quê!

Todas elas, conversando, tinham os olhos no piano. Os rapazes e uma parte dos velhos rodeavam Cavalcanti, muito solene, dentro de um grande fraque preto.

— Então, doutor, acabou, hein? — dizia este a jeito de um cumprimento.

— É verdade! Trabalhei. Os senhores não imaginam os tropeços, os embargos, fui de um heroísmo!...

— Conhece o Chavantes? — perguntava um outro.

— Conheço. Um crônico, um pândego...

— Foi seu colega?

— Foi, isto é, ele é do curso de Medicina. Matriculamo-nos no mesmo ano.

Cavalcanti ainda não tinha tido tempo de atender a este e já era obrigado a ouvir a observação de outro.

— É muito bonito ser formado. Se eu tivesse ouvido meu pai, não estava agora a quebrar a cabeça no Deve e Haver. Hoje, torço a orelha e não sai sangue.

— Atualmente, não vale nada, meu caro senhor — dizia modestamente Cavalcanti. — Com essas academias livres... Imaginem que já se fala numa Academia Livre de Odontologia! É o cúmulo! Um curso difícil e caro, que exige cadáveres, aparelhos, bons professores, como é que particulares poderão mantê-lo? Se o governo mantém mal...

— Pois doutor — acudia um outro — dou-lhe meus parabéns. Digo-lhe o que disse ao meu sobrinho, quando se formou: vá furando!

— Ah! Seu sobrinho é formado? — inquiria delicadamente Cavalcanti.

— Em engenharia. Está no Maranhão, na estrada de Caxias.

— Boa carreira.

Nos intervalos da conversa, todos eles olhavam o novel dentista como se fosse um ente sobrenatural.

Para aquela gente toda, Cavalcanti não era mais um simples homem, era homem e mais alguma coisa sagrada e de essência superior; e não juntavam à imagem que tinham dele atualmente as coisas que porventura ele pudesse saber ou tivesse aprendido. Isto não entrava nela de modo algum; e aquele tipo, para alguns, continuava a ser vulgar, comum, na aparência, mas a sua substância tinha mudado, era outra diferente da deles e fora ungido de não sei que coisa vagamente fora da natureza terrestre, quase divina.

Para o lado de Cavalcanti, que se achava na sala de visitas, vieram os menos importantes. O general ficara na sala de jantar, fumando, cercado dos

mais titulados e dos mais velhos. Estavam com ele o contra-almirante Caldas, o major Inocêncio, o doutor Florêncio e o capitão de Bombeiros Sigismundo.

Inocêncio aproveitou a ocasião para fazer uma consulta a Caldas sobre assunto de legislação militar. O contra-almirante era interessantíssimo. Na Marinha, por pouco que não fazia *pendant* com Albernaz no Exército. Nunca embarcara, a não ser na guerra do Paraguai, mas assim mesmo por muito pouco tempo. A culpa, porém, não era dele. Logo que se viu primeiro-tenente, Caldas foi aos poucos se metendo consigo, abandonando a roda dos camaradas, de forma que, sem empenhos e sem amigos nos altos lugares, se esqueciam dele e não lhe davam comissões de embarque. É curiosa essa coisa das administrações militares: as comissões são merecimento, mas só as dá aos protegidos. Certa vez, quando era já capitão-tenente, deram-lhe um embarque em Mato Grosso. Nomearam-no para comandar o couraçado “Lima Barros”. Ele lá foi, mas, quando se apresentou ao comandante da flotilha, teve notícia de que não existia no rio Paraguai semelhante navio. Indagou daqui e dali e houve quem aventurasse que podia ser que o tal “Lima Barros” fizesse parte da esquadilha do Alto-Uruguai. Consultou o comandante.

— Eu, no seu caso — disse-lhe o superior —, partia imediatamente para a flotilha do Rio Grande.

Ei-lo a fazer malas para o Alto-Uruguai, aonde chegou enfim, depois de uma penosa e fatigante viagem. Mas aí também não estava o tal “Lima Barros”. Onde estaria então? Quis telegrafar para o Rio de Janeiro, mas teve medo de ser censurado, tanto mais que não andava em cheiro de santidade. Esteve assim um mês em Itaqui, hesitante, sem receber soldo e sem saber que destino tomar.

Um dia lhe veio a ideia de que navio bem poderia estar no Amazonas. Embarcou na intenção de ir ao extremo, e quando passou pelo Rio, conforme a praxe, apresentou-se às altas autoridades da Marinha. Foi preso e submetido a Conselho.

O “Lima Barros” tinha ido a pique, durante a guerra do Paraguai.

Embora absolvido, nunca mais entrou em graça dos ministros e dos seus generais. Todos o tinham na conta de parvo, de um comandante de opereta que andava à cata do seu navio pelos quatro pontos cardeais. Deixaram-no “encostado”, como se diz na gíria militar, e ele levou quase quarenta anos para chegar de guarda-marinha a capitão de fragata. Reformado no posto imediato, com graduação do seguinte, todo o seu azedume contra a Marinha se concentrou num longo trabalho de estudar leis, decretos, alvarás, avisos, consultas, que se referissem a promoções de oficiais. Comprava repertórios de

legislação, armazenava coleções de leis, relatórios, e encheu a casa de toda essa enfadonha e fatigante literatura administrativa. Os requerimentos, pedindo a modificação de sua reforma, choviam sobre os ministros da Marinha. Corriam meses o infinito rosário de repartições e eram sempre indeferidos, sobre consultas do Conselho Naval ou do Supremo Tribunal Militar. Ultimamente constituíra advogado junto à justiça federal e lá andava ele de cartório em cartório, acotovelando-se com meirinhos, escrivães, juizes e advogados — esse povilêu rebarbativo do foro que parece ter contraído todas as misérias que lhe passam pelas mãos e pelos olhos.

Inocência Bustamante também tinha a mesma mania demandista. Era renitente, teimoso, mas servil e humilde. Antigo voluntário da pátria, possuindo honras de major, não havia dia em que não fosse ao quartel-general ver o andamento do seu requerimento e de outros. Num pedia inclusão no Asilo dos Inválidos, noutro honras de tenente-coronel, noutro tal ou qual medalha; e, quando não tinha nenhum, ia ver a dos outros.

Não se pejou mesmo de tratar do pedido de um maníaco que, por ser tenente honorário e também da Guarda Nacional, requereu lhe fosse passada a patente de major, visto que dois galões mais outros dois fazem quatro — o que quer dizer: major. Conhecedor dos estudos meticolosos do almirante, Bustamante fez a sua consulta.

— Assim de pronto, não sei. Não é a minha especialidade o Exército, mas vou ver. Isto também anda tão atrapalhado!

Acabando de responder coçava um dos seus favoritos brancos, que lhe davam um ar de “comodoro” ou de chacareiro português, pois era forte nele o tipo lusitano.

— Ah! meu tempo — observou Albernaz. — Quanta ordem! Quanta disciplina!

— Não há mais gente que preste — disse Bustamante.

Sigismundo por aí aventurou também a sua opinião, dizendo:

— Eu não sou militar, mas...

— Como não é militar? — fez Albernaz com ímpeto. — Os senhores é que são os verdadeiros: estão sempre com o inimigo na frente, não acha Caldas?

— Decerto, decerto — fez o almirante, cofiando os favoritos.

— Como ia dizendo — continuou Segismundo, apesar de não ser militar, eu me animo a dizer que a nossa força está muito por baixo. Onde está um Porto Alegre, um Caxias?

— Não há mais, meu caro — confirmou com voz tênue o doutor Florêncio.

— Não sei por quê, pois tudo hoje não vai pela ciência?

Fora Caldas quem falara, tentando a ironia. Albernaz indignou-se e retrucou-lhe com certo calor:

— Eu queria ver esses meninos bonitos, cheios de “xx” e “yy” em Curupaiti, hein, Caldas? Hein, Inocêncio?

O doutor Florêncio era o único paisano da roda. Engenheiro e empregado público, os anos e o sossego da vida lhe tinham feito perder todo o saber que porventura pudesse ter tido ao sair da escola. Era mais um guarda de encanamentos do que mesmo um engenheiro. Morando perto de Albernaz, era raro que não viesse toda a tarde jogar o solo com o general. O doutor Florêncio perguntou:

— O senhor assistiu, não foi, general?

O general não se deteve, não se atrapalhou, não gaguejou e disse com a máxima naturalidade:

— Não assisti. Adoeci e vim para o Brasil nas vésperas. Mas tive muitos amigos lá: o Camisão, o Venâncio...

Todos se calaram e olharam a noite que chegava. Da janela da sala onde estavam, não se via nem um monte. O horizonte estava circunscrito aos fundos dos quintais das casas vizinhas com as suas cordas de roupa a lavar, suas chaminés e o piar de pintos. Um tamarineiro sem folhas lembrava tristemente o ar livre, as grandes vistas sem fim. O sol já tinha desaparecido do horizonte e as tênues luzes dos bicos de gás e dos lampiões familiares começavam a acender-se por detrás das vidraças. Bustamante quebrou o silêncio:

— Este país não vale mais nada. Imaginem que o meu requerimento, pedindo honras de tenente-coronel, está no ministério há seis meses!

— Uma desordem — exclamaram todos.

Era noite. Dona Maricota chegou até onde eles estavam, muito ativa, muito diligente e com o rosto aberto de alegria.

— Estão rezando? — E logo ajuntou: — Dão licença que diga uma coisa ao Chico, sim?

Albernaz saiu da roda dos amigos e foi até a um canto da sala, onde a mulher lhe disse alguma coisa em voz baixa. Ouviu a mulher, depois voltou aos amigos e, no meio do caminho, falou alto, nestes termos:

— Se não dançam é porque não querem. Estou pegando alguém?

Dona Maricota aproximou-se dos amigos do marido e explicou:

— Os senhores sabem: se a gente não animar, ninguém tira par, ninguém toca. Estão lá tantas moças, tantos rapazes, é uma pena!

— Bem, eu vou lá — disse Albernaz.

Deixou os amigos e foi à sala de visitas dar começo ao baile.

— Vamos, meninas! Então o que é isso? Zizi, uma valsa!

E ele mesmo em pessoa ia juntando os pares: “Não, general, já tenho par”, dizia uma moça. “Não faz mal”, retrucava ele, “dance com o Raimundinho; o outro espera”. Depois de ter dado início ao baile, veio para a roda dos amigos, suando, mas contente.

— Isto de família! Qual! A gente até parece bobo — dizia. — Você é que fez bem, Caldas; não se quis casar!

— Mas tenho mais filhos que você. Só sobrinhos, oito; e os primos?

— Vamos jogar o solo — convidou Albernaz.

— Somos cinco, como há de ser? — observou Florêncio.

— Não, eu não jogo — disse Bustamante.

— Então jogamos os quatro de garrancho? — lembrou Albernaz.

As cartas vieram e também uma pequena mesa de tripeça. Os parceiros sentaram-se e tiraram a sorte para ver quem dava. Coube a Florêncio dar. Começaram. Albernaz tinha um ar atento quando jogava: a cabeça lhe caía sobre as costas e os seus olhos tomavam uma grande expressão de reflexão. Caldas aprumava o busto na cadeira e jogava com a serenidade de um lorde-almirante numa partida de *whist*. Sigismundo jogava com todo o cuidado, com o cigarro no canto da boca e a cabeça do lado para fugir à fumaça. Bustamante fora à sala ver as danças.

Tinham começado a partida, quando dona Quinota, uma das filhas do general, atravessou a sala e foi beber água. Caldas, coçando um dos favoritos, perguntou à moça:

— Então, dona Quinota, quedê o Genelício?

A moça virou o rosto com faceirice, deu um pequeno muxoxo e respondeu com falso mau humor:

— Ué! Sei lá! Ando atrás dele?

— Não precisa zangar-se, dona Quinota; é uma simples pergunta — advertiu Caldas.

O general, que examinava atentamente as cartas recebidas, interrompeu a conversa com voz grave:

— Eu passo.

Dona Quinota retirou-se. Este Genelício era o seu namorado. Parente ainda de Caldas, tinha-se como certo o seu casamento na família. A sua candidatura era favorecida por todos. Dona Maricota e o marido enchiam-no de festas. Empregado do Tesouro, já no meio da carreira, moço de menos de trinta anos, ameaçava ter um grande futuro. Não havia ninguém mais bajulador e submisso do que ele. Nenhum pudor, nenhuma vergonha! Enchia os chefes e os superiores de todo o incenso que podia. Quando saía, remancheava, lavava três ou quatro vezes as mãos, até poder apanhar o diretor na porta. Acompanhava-o, conversava com ele sobre o serviço, dava pareceres e opiniões, criticava este ou aquele colega, e deixava-o no bonde, se o homem ia para casa. Quando entrava um ministro, fazia-se escolher como intérprete dos companheiros e deitava um discurso; nos aniversários de nascimento, era um soneto que começava sempre por “Salve” e acabava também por “Salve! Três vezes Salve!”.

O modelo era sempre o mesmo; ele só mudava o nome do ministro e punha a data.

No dia seguinte, os jornais falavam do seu nome, e publicavam o soneto.

Em quatro anos, tinha tido duas promoções e agora trabalhava para ser aproveitado no Tribunal de Contas, a se fundar, num posto acima.

Na bajulação e nas manobras para subir, tinha verdadeiramente gênio. Não se limitava ao soneto, ao discurso; buscava outros meios, outros processos. Um dos que se servia eram as publicações diárias. No intuito de anunciar aos ministros e diretores que tinha uma erudição superior, de quando em quando desovava nos jornais longos artigos sobre contabilidade pública. Eram meras compilações de bolorentos decretos, salpicadas aqui e ali com citações de autores franceses ou portugueses.

Interessante é que os companheiros o respeitavam, tinham em grande conta o seu saber e ele vivia na seção cercado do respeito de um gênio, um gênio do papelório e das informações. Acresce que Genelício juntava à sua segura posição administrativa um curso de direito a acabar; e tantos títulos juntos não podiam deixar de impressionar favoravelmente às preocupações casamenteiras do casal Albernaz.

Fora da repartição, tinha um empertigamento que o seu pobre físico fazia cômico, mas que a convicção do alto auxílio que prestava ao Estado mantinha e sustentava. Um empregado modelo!

O jogo continuava silenciosamente e a noite avançava. No fim das “mãos” fazia-se um breve comentário ou outro, e no começo ouviam-se unicamente as

“falas” sacramentais do jogo: “solo, bolo, melhora, passo”. Feitas elas, jogava-se em silêncio; da sala, porém, vinha o ruído festivo das danças e das conversas.

— Olhem quem está aí!

— O Genelício — fez Caldas. — Onde estiveste, rapaz?

Deixou o chapéu e a bengala numa cadeira e fez os cumprimentos. Pequeno, já um tanto curvado, chupado de rosto, com um *pince-nez* azulado, todo ele traía a profissão, os seus gostos e hábitos. Era um escriturário.

— Nada, meus amigos! Estou tratando dos meus negócios.

— Vão bem? — perguntou Florêncio.

— Quase garantido. O ministro prometeu... Não há nada, estou bem “cunhado”!

— Estimo muito — disse o general.

— Obrigado. Sabe de uma coisa, general?

— O que é?

— O Quaresma está doido.

— Mas... o quê? Quem foi que te disse?

— Aquele homem do violão. Já está na casa de saúde...

— Eu logo vi — disse Albernaz —, aquele requerimento era de doido.

— Mas não é só, general — acrescentou Genelício. — Fez um ofício em tupi e mandou ao ministro.

— É o que eu dizia, fez Albernaz.

— Quem é? — perguntou Florêncio.

— Aquele vizinho, empregado do Arsenal; não conhece?

— Um baixo, de *pince-nez*?

— Este mesmo — confirmou Caldas.

— Nem se podia esperar outra coisa — disse o doutor Florêncio. — Aqueles livros, aquela mania de leitura...

— Pra que ele lia tanto? — indagou Caldas.

— Telha de menos — disse Florêncio.

Genelício atalhou com autoridade:

— Ele não era formado, para que meter-se em livros?

— É verdade — fez Florêncio.

— Isto de livros é bom para os sábios, para os doutores — observou Sigismundo.

— Devia até ser proibido — disse Genelício —, a quem não possuísse um título “acadêmico” ter livros. Evitavam-se assim essas desgraças. Não acham?

— Decerto — disse Albernaz.

— Decerto — fez Caldas.

— Decerto — disse Segismundo.

Calaram-se um instante, e as atenções convergiram para o jogo.

— Já saíram todos os trunfos?

— Contasse, meu amigo.

Albernaz perdeu e lá na sala fez-se silêncio. Cavalcanti ia recitar. Atravessou a sala triunfantemente, com um largo sorriso na face e foi postar-se ao lado do piano. Zizi acompanhava. Tossiu e, com a sua voz metálica, apurando muito os finais em “s”, começou:

A vida é uma comédia sem sentido

Uma história de sangue e de poeira

Um deserto sem luz...

E o piano gemia.

IV

DESASTROSAS CONSEQUÊNCIAS DE UM REQUERIMENTO

Os acontecimentos a que aludiam os graves personagens reunidos em torno da mesa de solo, na tarde memorável da festa comemorativa do pedido de casamento de Ismênia, se tinham desenrolado com rapidez fulminante. A força de ideias e sentimentos contidos em Quaresma se havia revelado em atos imprevistos com uma sequência brusca e uma velocidade de turbilhão. O primeiro fato surpreendeu, mas vieram outros e outros, de forma que o que pareceu no começo uma extravagância, uma pequena mania, se apresentou logo em insânia declarada. Justamente algumas semanas antes do pedido de casamento, ao abrir-se a sessão da Câmara, o secretário teve que proceder à leitura de um requerimento singular e que veio a ter uma fortuna de publicidade e comentário pouco usual em documentos de tal natureza.

O burburinho e a desordem que caracterizam o recolhimento indispensável ao elevado trabalho de legislar não permitiram que os deputados o ouvissem; os jornalistas, porém, que estavam próximo à mesa, ao ouvi-lo, prorromperam em gargalhadas, certamente inconvenientes à majestade do lugar. O riso é contagioso. O secretário, no meio da leitura, ria-se, discretamente; pelo fim, já ria-se o presidente, ria-se o oficial da ata, ria-se o contínuo — toda a mesa e aquela população que a cerca riram-se da petição, largamente, querendo sempre conter o riso, havendo em alguns tão franca alegria que as lágrimas vieram. Quem soubesse o que uma tal folha de papel representava de esforço, de trabalho, de sonho generoso e desinteressado, havia de sentir uma penosa tristeza, ouvindo aquele rir inofensivo diante dela. Merecia raiva, ódio, um deboche de inimigo talvez, o documento que chegava à mesa da Câmara, mas não aquele recebimento hilário, de uma hilaridade inocente, sem fundo algum, assim como se se estivesse a rir de uma palhaçada, de uma sorte de circo de cavaleiros ou de uma careta de *clown*.

Os que riam, porém, não lhe sabiam a causa e só viam nele um motivo para riso franco e sem maldade. A sessão daquele dia fora fria; e, por ser assim,

as seções dos jornais referentes à Câmara, no dia seguinte, publicaram o seguinte requerimento e glosaram-no em todos os tons. Era assim concebida a petição:

“Policarpo Quaresma, cidadão brasileiro, funcionário público, certo de que a língua portuguesa é emprestada ao Brasil; certo também de que, por esse fato, o falar e o escrever em geral, sobretudo no campo das letras, se veem na humilhante contingência de sofrer continuamente censuras ásperas dos proprietários da língua; sabendo, além, que, dentro do nosso país, os autores e os escritores, com especialidade os gramáticos, não se entendem no tocante à correção gramatical, vendo-se, diariamente, surgir azedas polêmicas entre os mais profundos estudiosos do nosso idioma — usando do direito que lhe confere a Constituição, vem pedir que o Congresso Nacional decrete o tupi-guarani como língua oficial e nacional do povo brasileiro.

O suplicante, deixando de parte os argumentos históricos que militam em favor de sua ideia, pede vênica para lembrar que a língua é a mais alta manifestação da inteligência de um povo, é a sua criação mais viva e original; e, portanto, a emancipação política do país requer como complemento e consequência a sua emancipação idiomática.

Demais, senhores congressistas, o tupi-guarani, língua originalíssima, aglutinante, é verdade, mas que o polissintetismo dá múltiplas feições de riqueza, é a única capaz de traduzir as nossas belezas, de pôr-nos em relação com a nossa natureza e adaptar-se perfeitamente aos nossos órgãos vocais e cerebrais, por ser criação de povos que aqui viveram e ainda vivem, portanto possuidores da organização fisiológica e psicológica para que tendemos, evitando-se dessa forma as estéreis controvérsias gramaticais, oriundas de uma difícil adaptação de uma língua de outra região à nossa organização cerebral e ao nosso aparelho vocal — controvérsias que tanto impedem o progresso da nossa cultura científica e filosófica.

Seguro de que a sabedoria dos legisladores saberá encontrar meios para realizar semelhante medida e cômico de que a Câmara e o Senado pesarão o seu alcance e utilidade

P. e E. deferimento.”

Assinado e devidamente estampilhado, este requerimento do major foi durante dias assunto de todas as palestras. Publicado em todos os jornais, com comentários facetos, não havia quem não fizesse uma pilhéria sobre ele, quem não ensaiasse um espírito à custa da lembrança de Quaresma. Não ficaram nisso; a curiosidade malsã quis mais. Indagou-se quem era, de que vivia, se era casado, se era solteiro. Uma ilustração semanal publicou-lhe a caricatura e o major foi apontado na rua.

Os pequenos jornais alegres, esses semanários de espírito e troça, então! Eram de um encarniçamento atroz com o pobre major. Com uma abundância que marcava a felicidade dos redatores em terem encontrado um assunto fácil,

o texto vinha cheio dele: o major Quaresma disse isso; o major Quaresma fez aquilo.

Um deles, além de outras referências, ocupou uma página inteira com o assunto da semana. Intitulava-se a ilustração: “O matadouro de Santa Cruz, segundo o major Quaresma”, e o desenho representava uma fila de homens e mulheres a marchar para o choupo que se via à esquerda. Um outro referia-se ao caso pintando um açougue, “O açougue Quaresma”; legenda: a cozinheira perguntava ao açougueiro: “O senhor tem língua de vaca?” O açougueiro respondia: “Não, só temos língua de moça, quer?” Com mais ou menos espírito, os comentários não cessavam e a ausência de relações de Quaresma no meio de que saíam fazia com que fossem de uma constância pouco habitual. Levaram duas semanas com o nome do subsecretário. Tudo isso irritava profundamente Quaresma. Vivendo há trinta anos quase só, sem se chocar com o mundo, adquirira uma sensibilidade muito viva e capaz de sofrer profundamente com a menor coisa. Nunca sofrera críticas, nunca se atirou à publicidade, vivia imerso no seu sonho, incubado e mantido vivo pelo calor dos seus livros. Fora deles, ele não conhecia ninguém; e, com as pessoas com quem falava, trocava pequenas banalidades, ditos de todo o dia, coisas com que a sua alma e o seu coração nada tinham de ver.

Nem mesmo a afilhada o tirava dessa reserva, embora a estimasse mais que a todos.

Esse encerramento em si mesmo deu-lhe não sei que ar de estranho a tudo, às competições, às ambições, pois nada dessas coisas que fazem os ódios e as lutas tinha entrado no seu temperamento. Desinteressado de dinheiro, de glória e posição, vivendo numa reserva de sonho, adquirira a candura e a pureza d'alma que vão habitar esses homens de uma ideia fixa, os grandes estudiosos, os sábios, e os inventores, gente que fica mais terna, mais ingênua, mais inocente que as donzelas das poesias de outras épocas. É raro encontrar homens assim, mas os há e, quando se os encontra, mesmo tocados de um grão de loucura, a gente sente mais simpatia pela nossa espécie, mais orgulho de ser homem e mais esperança na felicidade da raça.

A continuidade das troças feitas nos jornais, a maneira com que o olhavam na rua, exasperavam-no e mais forte se enraizava nele a sua ideia. À medida que engolia uma troça, uma pilhéria, vinha-lhe meditar sobre a sua lembrança, pesar-lhe todos os aspectos, examiná-la detidamente, compará-la a coisas semelhantes, recordar os autores e autoridades; e, à proporção que fazia isso, a

sua própria convicção mostrava a inanidade da crítica, a ligeireza da pilhéria, e a ideia o tomava, o avassalava, o absorvia cada vez mais.

Se os jornais tinham recebido o requerimento com facécias de fundo inofensivo e sem ódio, a repartição ficou furiosa. Nos meios burocráticos, uma superioridade que nasce fora deles, que é feita e organizada com outros materiais que não os ofícios, a sabença de textos de regulamentos e a boa caligrafia, é recebida com a hostilidade de uma pequena inveja.

É como se se visse no portador da superioridade um traidor à mediocridade, ao anonimato papeleiro. Não há só uma questão de promoção, de interesse pecuniário; há uma questão de amor-próprio, de sentimentos feridos, vendo aquele colega, aquele galé como eles, sujeito aos regulamentos, aos caprichos dos chefes, às olhadelas superiores dos ministros, com mais títulos à consideração, com algum direito a infringir as regras e os preceitos.

Olha-se para ele com o ódio dissimulado com que o assassino plebeu olha para o assassino marquês que matou a mulher e o amante. Ambos são assassinos, mas, mesmo na prisão, ainda o nobre e o burguês trazem o ar do seu mundo, um resto da sua delicadeza e uma inadaptação que ferem o seu humilde colega de desgraça.

Assim, quando surge numa secretaria alguém cujo nome não lembra sempre o título de sua nomeação, aparecem as pequeninas perfídias, as maledicências ditas ao ouvido, as indiretas, todo o arsenal do ciúme invejoso de uma mulher que se convenceu de que a vizinha se veste melhor do que ela.

Amam-se ou antes suportam-se melhor aqueles que se fazem célebres nas informações, na redação, na assiduidade ao trabalho, mesmo os doutores, os bacharéis, do que os que têm nomeada e fama. Em geral, a incompreensão da obra ou do mérito do colega é total e nenhum deles se pode capacitar que aquele tipo, aquele amanuense, como eles, faça qualquer coisa que interesse os estranhos e dê que falar a uma cidade inteira.

A brusca popularidade de Quaresma, o seu sucesso e nomeada efêmera irritaram os seus colegas e superiores. “Já se viu!” dizia o secretário. “Este tolo dirigir-se ao Congresso e propor alguma coisa! Pretensioso!” O diretor, ao passar pela secretaria, olhava-o de soslaio e sentia que o regulamento não cogitasse do caso para lhe infligir uma censura. O colega arquivista era o menos terrível, mas chamou-o logo de doido.

O major sentia bem aquele ambiente falso, aquelas alusões e isso mais aumentava o seu desespero e a teimosia na sua ideia. Não compreendia que o seu requerimento suscitasse tantas tempestades, essa má vontade geral; era uma

coisa inocente, uma lembrança patriótica que merecia e devia ter o assentimento de todo o mundo; e meditava, voltava à ideia, e a examinava com mais atenção. A extensa publicidade, que o fato tomou, atingiu o palacete de Real Grandeza, onde morava o seu compadre Coleoni. Rico com os lucros das empreitadas de construções de prédios, viúvo, o antigo quitandeiro retirara-se dos negócios e vivia sossegado na ampla casa que ele mesmo edificara e tinha todos os remates arquitetônicos do seu gosto predileto: compoteiras na cimalha, um imenso monograma sobre a porta da entrada, dois cães de louça, nos pilares do portão da entrada e outros detalhes equivalentes.

A casa ficava ao centro do terreno, elevava-se sobre um porão alto, tinha um razoável jardim na frente, que avançava pelos lados, pontilhado de bolas multicores; varanda, um viveiro, onde pelo calor os pássaros morriam tristemente. Era uma instalação burguesa, no gosto nacional, vistosa, cara, pouco de acordo com o clima e sem conforto.

No interior o capricho dominava, tudo obedecendo a uma fantasia barroca, a um ecletismo desesperador. Os móveis se amontoavam, os tapetes, as sanefas, os *bibelots* e a fantasia da filha, irregular e indisciplinada, ainda trazia mais desordem àquela coleção de coisas caras.

Viúvo havia já alguns anos, era uma velha cunhada quem dirigia a casa e a filha, quem o encaminhava nas distrações e nas festas. Coleoni aceitava de bom coração esta doce tirania. Queria casar a filha, bem e ao gosto dela, não punha, portanto, nenhum obstáculo ao programa de Olga. Em começo, pensou em dá-la a seu ajudante ou contramestre, uma espécie de arquiteto que não desenhava, mas projetava casas e grandes edifícios. Primeiro sondou a filha. Não encontrou resistência, mas não encontrou também assentimento. Convenceu-se de que aquela vaporosidade da menina, aquele seu ar distante de heroína, a sua inteligência, o seu fantástico não se dariam bem com as rudezas e a simplicidade campônias de seu auxiliar.

“Ela quer um doutor”, pensava ele, “que arranje! Com certeza, não terá ceitil, mas eu tenho e as coisas se acomodam”.

Ele se havia habituado a ver no doutor nacional, o marquês ou o barão de sua terra natal. Cada terra tem a sua nobreza; lá, é visconde; aqui, é doutor, bacharel ou dentista; e julgou muito aceitável comprar a satisfação de enobrecer a filha com umas meias dúzias de contos de réis.

Havia momentos que se aborrecia um tanto com os propósitos da menina. Gostando de dormir cedo, tinha que perder noites e noites no Lírico, nos bailes; amando estar sentado em chinelas a fumar cachimbo, era obrigado a

andar horas e horas pelas ruas, saltitando de casa em casa de modas atrás da filha, para no fim do dia ter comprado meio metro de fita, uns grampos e um frasco de perfume.

Era engraçado vê-lo nas lojas de fazendas cheio de complacência de pai que quer enobrecer o filho, a dar opinião sobre o tecido, achar este mais bonito, comparar um com outro, com uma falta de sentimento daquelas coisas que se adivinhava até no pagá-las. Mas ele ia, demorava-se e esforçava-se por entrar no segredo, no mistério, cheio de tenacidade e candura perfeitamente paternais.

Até aí ele ia bem e calcava a contrariedade. Só o contrariavam bastante as visitas, as colegas da filha, suas irmãs, com seus modos de falsa nobreza, os seus desdêns dissimulados, deixando perceber ao velho empreiteiro o quanto estava ele distante da sociedade das amigas e das colegas de Olga.

Não se aborrecia, porém, muito profundamente; ele assim o quisera e a fizera, tinha que se conformar. Quase sempre, quando chegavam tais visitas, Coleoni afastava-se, ia para o interior da casa. Entretanto, não lhe era sempre possível fazer isso; nas grandes festas e recepções tinha que estar presente e era quando mais sentia o velado pouco-caso da alta nobreza da terra que o frequentava. Ele ficara sempre empreiteiro, com poucas ideias além do seu ofício, não sabendo fingir, de modo que não se interessava por aquelas tagarelices de casamentos, de bailes, de festas e passeios caros.

Uma vez ou outra um mais delicado propunha-lhe jogar pôquer, ele aceitava e sempre perdia. Chegou mesmo a formar uma roda em casa, de que fazia parte o conhecido advogado Pacheco. Perdeu e muito, mas não foi isso que o fez suspender o jogo. Que perdia? Uns contos — uma ninharia! A questão, porém, é que Pacheco jogava com seis cartas. A primeira vez que Coleoni deu com isso, pareceu-lhe simples distração do distinto jornalista e famoso advogado. Um homem honesto não ia fazer aquilo! E na segunda, seria também? E na terceira?

Não era possível tanta distração. Adquiriu a certeza da trampolinagem, calou-se, conteve-se com uma dignidade não esperada em um antigo quitandeiro, e esperou. Quando vieram a jogar outra vez e o passe foi posto em prática, Vicente acendeu o charuto e observou com a maior naturalidade deste mundo:

— Os senhores sabem que há agora, na Europa, um novo sistema de jogar pôquer?

— Qual é? — perguntou alguém.

— A diferença é pequena: joga-se com seis cartas, isto é, um dos parceiros, somente.

Pacheco deu-se por desentendido, continuou a jogar, e a ganhar, despediu-se à meia-noite cheio de delicadeza, fez alguns comentários sobre a partida e não voltou mais.

Conforme o seu velho hábito, Coleoni lia de manhã os jornais, com o vagar e a lentidão de homem pouco habituado à leitura, quando se lhe deparou o requerimento do seu compadre do Arsenal.

Ele não compreendeu bem o requerimento, mas os jornais faziam tanta troça, caíam tão a fundo sobre a coisa, que imaginou o seu antigo benfeitor enleado numa meada criminosa, tendo praticado, por inadvertência, alguma falta grave.

Sempre o tivera na conta do homem mais honesto deste mundo e ainda tinha, mas daí quem sabe? Na última vez que o visitou ele não veio com aqueles modos estranhos? Podia ser uma pilhéria...

Apesar de ter enriquecido, Coleoni tinha em grande conta o seu obscuro compadre. Havia nele não só a gratidão de camponês que recebeu um grande benefício, como um duplo respeito pelo major, oriundo da sua qualidade de funcionário e de sábio.

Europeu, de origem humilde e aldeã, guardava no fundo de si aquele sagrado respeito dos camponeses pelos homens que recebem a investidura do Estado; e, como, apesar dos bastos anos de Brasil, ainda não sabia juntar o saber aos títulos, tinha em grande consideração a erudição do compadre.

Não é, pois, de estranhar que ele visse com mágoa o nome de Quaresma envolvido em fatos que os jornais reprovavam. Leu de novo o requerimento, mas não entendeu o que ele queria dizer. Chamou a filha.

— Olga!

Ele pronunciava o nome da filha quase sem sotaque; mas, quando falava português, punha nas palavras uma rouquidão singular, e salpicava as frases de exclamações e pequenas expressões italianas.

— Olga, que quer dizer isto? *Non capisco...*

A moça sentou-se a uma cadeira próxima e leu no jornal o requerimento e os comentários.

— *Che!* Então?

— O padrinho quer substituir o português pela língua tupi, entende o senhor?

— Como?

— Hoje, nós não falamos português? Pois bem: ele quer que daqui em diante falemos tupi.

— *Tutti?*

— Todos os brasileiros, todos.

— *Ma che* coisa! Não é possível?

— Pode ser. Os tchecos têm uma língua própria, e foram obrigados a falar alemão, depois de conquistados pelos austríacos; os lorenos, franceses...

— *Per la madonna!* Alemão é língua, agora esse acujelê, *ecco!*

— Acujelê é da África, papai; tupi é daqui.

— *Per Bacco!* É o mesmo... Está doido!

— Mas não há loucura alguma, papai.

— Como? Então é coisa de um homem *bene?*

— De juízo, talvez não seja; mas de doido, também não.

— *Non capisco.*

— É uma ideia, meu pai, é um plano, talvez à primeira vista absurdo, fora dos moldes, mas não de todo doido. É ousado, talvez, mas...

Por mais que quisesse, ela não podia julgar o ato do padrinho sob o critério de seu pai. Neste falava o bom senso e nela o amor às grandes coisas, aos arrojos e cometimentos ousados. Lembrou-se de que Quaresma lhe falara em emancipação; e se houve no fundo de si um sentimento que não fosse de admiração pelo atrevimento do major, não foi decerto o de reprovação ou lástima; foi de piedade simpática por ver mal compreendido o ato daquele homem que ela conhecia há tantos anos, seguindo o seu sonho, isolado, obscuro e tenaz.

— Isto vai causar-lhe transtorno — observou Coleoni.

E ele tinha razão. A sentença do arquivista foi vencedora nas discussões dos corredores e a suspeita de que Quaresma estivesse doido foi tomando foros de certeza. Em princípio, o subsecretário suportou bem a tempestade; mas tendo adivinhado que o supunham insciente no tupi, irritou-se, encheu-se de uma raiva surda, que se continha dificilmente. Como eram cegos! Ele que há trinta anos estudava o Brasil minuciosamente; ele que, em virtude desses estudos, fora obrigado a aprender o rebarbativo alemão, não saber tupi, a língua brasileira, a única que o era — que suspeita miserável!

Que o julgassem doido — vá! Mas que desconfiassem da sinceridade de suas afirmações, não! E ele pensava, procurava meios de se reabilitar, caía em distrações, mesmo escrevendo e fazendo a tarefa quotidiana. Vivia dividido em

dois: uma parte nas obrigações de todo o dia, e a outra, na preocupação de provar que sabia o tupi.

O secretário veio a faltar um dia e o major lhe ficou fazendo as vezes. O expediente fora grande e ele mesmo redigira e copiara uma parte. Tinha começado a passar a limpo um ofício sobre coisas de Mato Grosso, onde se falava em Aquidauana e Ponta-Porã, quando o Carmo disse lá do fundo da sala, com acento escarninho:

— Homero, isto de saber é uma coisa, dizer é outra.

Quaresma nem levantou os olhos do papel. Fosse pelas palavras em tupi que se encontravam na minuta, fosse pela alusão do funcionário Carmo, o certo é que ele insensivelmente foi traduzindo a peça oficial para o idioma indígena.

Ao acabar, deu com a distração, mas logo vieram outros empregados com o trabalho que fizeram, para que ele examinasse. Novas preocupações afastaram a primeira, esqueceu-se o ofício em tupi e seguiu com os companheiros. O diretor não reparou, assinou e o tupinambá foi dar ao ministério.

Não se imagina o reboliço que tal coisa foi causar lá. Que língua era? Consultou-se o doutor Rocha, o homem mais hábil da secretaria, a respeito do assunto. O funcionário limpou o *pince-nez*, agarrou o papel, voltou-o de trás para diante, pô-lo de pernas para o ar e concluiu que era grego, por causa do “yy”.

O doutor Rocha tinha na secretaria a fama de sábio, porque era bacharel em direito e não dizia coisa alguma.

— Mas — indagou o chefe —, oficialmente as autoridades se podem comunicar em línguas estrangeiras? Creio que há um aviso de 84... Veja, senhor doutor Rocha...

Consultaram-se todos os regulamentos e repertórios de legislação, andou-se de mesa em mesa pedindo auxílio à memória de cada um e nada se encontrara a respeito. Enfim, o doutor Rocha, após três dias de meditação, foi ao chefe e disse com ênfase e segurança:

— O aviso de 84 trata de ortografia.

O diretor olhou o subalterno com admiração e mais ficou considerando as suas qualidades de empregado zeloso, inteligente e... assíduo. Foi informado de que a legislação era omissa no tocante à língua em que deviam ser escritos os documentos oficiais; entretanto não parecia regular usar uma que não fosse a do país. O ministro, tendo em vista esta informação e várias outras consultas, devolveu o ofício e censurou o Arsenal.

Que manhã foi essa no Arsenal! Os tímpanos soavam furiosamente, os contínuos andavam numa dobadeira terrível e a toda hora perguntavam pelo secretário que tardava em chegar.

— Censurado! — monologava o diretor. — Ia-se por água abaixo o seu generalato. Viver tantos anos a sonhar com aquelas estrelas e elas se escapavam assim, talvez por causa da molecagem de um escrivão!

— Ainda se a situação mudasse... Mas qual!

O secretário chegou, foi ao gabinete do diretor. Inteirado do motivo, examinou o ofício e pela letra conheceu que fora Quaresma quem o escrevera.

— Mande-o cá — disse o coronel.

O major encaminhou-se pensando nuns versos tupis que lera de manhã.

— Então o senhor leva a divertir-se comigo, não é?

— Como? — fez Quaresma, espantado.

— Quem escreveu isso?

O major nem quis examinar o papel. Viu a letra, lembrou-se da distração e confessou com firmeza:

— Fui eu.

— Então confessa?

— Pois não. Mas Vossa Excelência não sabe...

— Não sabe! Que diz?

O diretor levantou-se da cadeira, com os lábios brancos e a mão levantada à altura da cabeça. Tinha sido ofendido três vezes: na sua honra individual, na honra de sua casta e na do estabelecimento de ensino que frequentara, a escola da Praia Vermelha, o primeiro estabelecimento científico do mundo. Além disso escrevera no *Pritaneu*, a revista da escola, um conto — “A saudade” — produção muito elogiada pelos colegas. Dessa forma, tendo em todos os exames plenamente e distinção, uma dupla coroa de sábio e artista cingia-lhe a fronte. Tantos títulos valiosos e raros de se encontrarem reunidos, mesmo em Descartes ou Shakespeare, transformavam aquele “não sabe” de um amanuense em ofensa profunda, em injúria.

— Não sabe! Como é que o senhor ousa dizer-me isto! Tem o senhor porventura o curso de Benjamim Constant? Sabe o senhor Matemática, Astronomia, Física, Química, Sociologia e Moral? Como ousa então? Pois o senhor pensa que por ter lido uns romances e saber um francesinho aí, pode ombrear-se com quem tirou grau 9 em Cálculo, 10 em Mecânica, 8 em Astronomia, 10 em Hidráulica, 9 em Descritiva? Então?!

E o homem sacudia furiosamente a mão e olhava ferozmente para Quaresma que já se julgava fuzilado.

— Mas, senhor coronel...

— Não tem mas, não tem nada! Considere-se suspenso, até segunda ordem.

Quaresma era doce, bom e modesto. Nunca fora seu propósito duvidar da sabedoria do seu diretor. Ele não tinha nenhuma pretensão a sábio e pronunciara a frase para começar a desculpa; mas, quando viu aquela enxurrada de saber, de títulos, a sobrenadar em águas tão furiosas, perdeu o fio do pensamento, a fala, as ideias e nada mais soube nem pôde dizer.

Saiu abatido, como um criminoso, do gabinete do coronel, que não deixava de olhá-lo furiosamente, indignadamente, ferozmente, como quem foi ferido em todas as fibras do seu ser. Saiu afinal. Chegando à sala do trabalho nada disse; pegou no chapéu, na bengala e atirou-se pela porta afora, cambaleando como um bêbado. Deu umas voltas, foi ao livreiro buscar uns livros. Quando ia tomar o bonde encontrou o Ricardo Coração dos Outros.

— Cedo, hein, major?

— É verdade.

E calaram-se ficando um diante do outro num mutismo contrafeito. Ricardo avançou algumas palavras:

— O major, hoje, parece que tem uma ideia, um pensamento muito forte.

— Tenho, filho, não de hoje, mas de há muito tempo.

— É bom pensar, sonhar consola.

— Consola, talvez; mas faz-nos também diferentes dos outros, cava abismos entre os homens...

E os dois separaram-se. O major tomou o bonde e Ricardo desceu descuidado a Rua do Ouvidor, com o seu passo acanhado e as calças dobradas nas canelas, sobraçando o violão na sua armadura de camurça.

V O BIBELOT

Não era a primeira vez que ela vinha ali. Mais de uma dezena já subira aquela larga escada de pedra, com grupos de mármores de Lisboa de um lado e do outro, a Caridade e Nossa Senhora da Piedade; penetrara por aquele pórtico de colunas dóricas, atravessara o átrio ladrilhado, deixando à esquerda e à direita, Pinel e Esquirol, meditando sobre o angustioso mistério da loucura; subira outra escada encerada cuidadosamente e fora ter com o padrinho lá em cima, triste e absorvido no seu sonho e na sua mania. Seu pai a trazia às vezes, aos domingos, quando vinha cumprir o piedoso dever de amizade, visitando Quaresma. Há quanto tempo estava ele ali? Ela não se lembrava ao certo; uns três ou quatro meses, se tanto.

Só o nome da casa metia medo. O hospício! É assim como uma sepultura em vida, um semi-enterramento, enterramento do espírito, da razão condutora, de cuja ausência os corpos raramente se ressentem. A saúde não depende dela e há muitos que parecem até adquirir mais força de vida, prolongar a existência, quando ela se evola não se sabe por que orifício do corpo e para onde.

Com que terror, uma espécie de pavor de coisa sobrenatural, espanto de inimigo invisível e onipresente, não ouvia a gente pobre referir-se ao estabelecimento da Praia das Saudades! Antes uma boa morte, diziam.

No primeiro aspecto, não se compreendia bem esse pasmo, esse espanto, esse terror do povo por aquela casa imensa, severa e grave, meio hospital, meio prisão, com seu alto gradil, suas janelas gradeadas, a se estender por uns centos de metros, em face do mar imenso e verde, lá na entrada da baía, na Praia das Saudades. Entrava-se, viam-se uns homens calmos, pensativos, meditabundos, como monges em recolhimento e prece.

De resto, com aquela entrada silenciosa, clara e respeitável, perdia-se logo a ideia popular da loucura; o escarcéu, os trejeitos, as fúrias, o entrechoque de tolices ditas aqui e ali.

Não havia nada disso; era uma calma, um silêncio, uma ordem perfeitamente naturais. No fim, porém, quando se examinavam bem, na sala de visitas, aquelas faces transtornadas, aqueles ares aparvalhados, alguns idiotas, alguns idiotas sem expressão, outros como alheados e mergulhados em um sonho íntimo sem fim, e via-se também a excitação de uns, mais viva em face à atonia de outros, é que se sentia bem o horror da loucura, o angustioso mistério que ela encerra, feito não sei de que inexplicável fuga do espírito daquilo que supõe o real, para se apossar e viver das aparências das coisas ou de outras aparências das mesmas.

Quem uma vez esteve diante deste enigma indecifrável da nossa própria natureza fica amedrontado, sentindo que o germe daquilo está depositado em nós e que por qualquer coisa ele nos invade, nos toma, nos esmaga e nos sepulta numa desesperadora compreensão inversa e absurda de nós mesmos, dos outros e do mundo. Cada louco traz em si o seu mundo e para ele não há mais semelhantes: o que foi antes da loucura é outro muito outro do que ele vem a ser após.

E essa mudança não começa, não se sente quando começa e quase nunca acaba. Com o seu padrinho, como fora? A princípio, aquele requerimento... Mas que era aquilo? Um capricho, uma fantasia, coisa sem importância, uma ideia de velho sem consequência. Depois, aquele ofício? Não tinha importância, uma simples distração, coisa que acontece a cada passo... E enfim? A loucura declarada, a torva e irônica loucura que nos tira a nossa alma e põe uma outra, que nos rebaixa... Enfim, a loucura declarada, a exaltação do eu, a mania de não sair, de se dizer perseguido, de imaginar como inimigos, os amigos, os melhores. Como fora doloroso aquilo! A primeira fase do seu delírio, aquela agitação desordenada, aquele falar sem nexos, sem acordo com que se realizava fora dele e com os atos passados, um falar que não se sabia donde vinha, donde saía, de que ponto do seu ser tomava nascimento! E o pavor do doce Quaresma? Um pavor de quem viu um cataclismo, que o fazia tremer todo, desde os pés à cabeça, e enchia-o de indiferença para tudo mais que não fosse o seu próprio delírio. A casa, os livros e os seus interesses de dinheiro andavam à matroca. Para ele, nada disso valia, nada disso tinha existência e importância. Eram sombras, aparências; o real eram os inimigos, os inimigos terríveis cujos nomes o seu delírio não chegava a criar. A velha irmã, atarantada, atordoada, sem direção, sem saber que alvitre tomar. Educada em casa sempre com um homem ao lado, o pai, depois o irmão, ela não sabia lidar com o mundo, com negócios, com as autoridades e pessoas influentes. Ao

mesmo tempo, na sua inexperiência e ternura de irmã, oscilava entre a crença de que aquilo fosse verdade e a suspeita de que fosse loucura pura e simples.

Se não fosse seu pai (e Olga amava mais por isso o seu rude pai) que se interessava, chamando a si os interesses da família e evitando a demissão de que estava ameaçado, transformando-a em aposentadoria, que seria dele? Como é fácil na vida tudo ruir! Aquele homem pautado, regrado, honesto, com emprego seguro, tinha uma aparência inabalável; entretanto bastou um grãozinho de sandice...

Estava há uns meses no hospício, o seu padrinho, e a irmã não o podia visitar. Era tal o seu abalo de nervos, era tal a emoção ao vê-lo ali naquela meia-prisão, decaído dele mesmo que um ataque se seguia e não podia ser evitado.

Vinham ela e o pai, às vezes o pai só, algumas vezes Ricardo, e eram só os três a visitá-lo.

Aquele domingo estava particularmente lindo, principalmente em Botafogo, nas proximidades do mar e das montanhas altas que se recortavam num céu de seda. O ar era macio e docemente o sol faiscava nas calçadas. O pai vinha lendo os jornais e ela, pensando, de quando em quando folheando as revistas ilustradas que trazia para alegrar e distrair o padrinho.

Ele estava como pensionista; mas, embora assim, no começo, ela teve um certo pudor em se misturar com os visitantes.

Parecia-lhe que a sua fortuna a punha acima de presenciar misérias; recalcou porém, dentro de si, esse pensamento egoísta, o seu orgulho de classe, e agora entrava naturalmente, pondo em destaque a sua elegância natural. Amava esses sacrifícios, essas abnegações, tinha o sentimento da grandeza deles, e ficou contente consigo mesma.

No bonde vinham outros visitantes e todos não tardaram em saltar no portão do manicômio. Como em todas as portas dos nossos infernos sociais, havia de toda a gente, de várias condições, nascimentos e fortunas. Não é só a morte que nivela; a loucura, o crime e a moléstia passam também a sua rasoura pelas distinções que inventamos.

Os bem-vestidos e os mal-vestidos, os elegantes e os pobres, os feios e os bonitos, os inteligentes e os néscios, entravam com respeito, com concentração, com uma ponta de pavor nos olhos como se penetrassem noutro mundo.

Chegavam aos parentes e os embrulhos se desfaziam: eram guloseimas, fumo, meias, chinelas, às vezes livros e jornais. Dos doentes uns conversavam com os parentes; outros mantinham-se calados, num mutismo feroz e inexplicável; outros indiferentes; e era tal a variedade de aspectos dessas

recepções que se chegava a esquecer o império da doença sobre todos aqueles infelizes, tanto ele variava neste ou naquele, para se pensar em caprichos pessoais, em ditames das vontades livres de cada um.

E ela pensava como esta nossa vida é variada e diversa, como ela é mais rica de aspectos tristes que de alegres, e como na variedade da vida a tristeza pode mais variar que a alegria e como que dá o próprio movimento da vida.

Verificando isso, quase teve satisfação, pois a sua natureza inteligente e curiosa se comprazia nas mais simples descobertas que seu espírito fazia.

Quaresma estava melhor. A exaltação passara e o delírio parecia querer desaparecer completamente. Chocando-se com aquele meio, houve logo nele uma reação salutar e necessária. Estava doido, pois se o punham ali...

Quando veio a ter com o compadre e a afilhada até trazia um sorriso de satisfação por baixo do bigode já grisalho. Tinha emagrecido um pouco, os cabelos pretos estavam um pouco brancos, mas o aspecto geral era o mesmo. Não perdera totalmente a mansuetude e a ternura no falar, mas quando a mania lhe tomava ficava um tanto seco e desconfiado. Ao vê-los disse amavelmente:

— Então vieram sempre... Estava à espera...

Cumprimentaram-se e ele deu mesmo um largo abraço na afilhada.

— Como está Adelaide?

— Bem. Mandou lembranças e não veio porque... — adiantou Coleoni.

— Coitada! — disse ele, e pendeu a cabeça como se quisesse afastar uma recordação triste; em seguida, perguntou:

— E o Ricardo?

A afilhada apressou-se em responder ao padrinho, com alvoroço e alegria. Via-o já escapo à semissepultura da insânia.

— Está bom, padrinho. Procurou papai há dias e disse que a sua aposentadoria já está quase acabada.

Coleoni tinha-se sentado. Quaresma também, e a moça estava de pé, para melhor olhar o padrinho com os seus olhos muito luminosos e firmes no encarar. Guardas, internos e médicos passavam pelas portas com a indiferença profissional. Os visitantes não se olhavam, pareciam que não queriam conhecer-se na rua. Lá fora, era o dia lindo, os ares macios, o mar infinito e melancólico, as montanhas a se recortar num céu de seda — a beleza da natureza imponente e indecifrável. Coleoni, embora mais assíduo nas visitas, notava as melhoras do compadre com satisfação que errava na sua fisionomia, num ligeiro sorriso. Num dado momento aventurou:

— O major já está muito melhor; quer sair?

Quaresma não respondeu logo; pensou um pouco e respondeu firme e vagarosamente:

— É melhor esperar um pouco. Vou melhor... Sinto incomodar-te tanto, mas vocês que têm sido tão bons, hão de levar tudo isso para conta da própria bondade. Quem tem inimigos deve ter também bons amigos...

O pai e a filha entreolharam-se; o major levantou a cabeça e parecia que as lágrimas queriam rebentar. A moça interveio de pronto:

— Sabe, padrinho, vou casar-me.

— É verdade — confirmou o pai. — A Olga vai casar-se e nós vínhamos preveni-lo.

— Quem é teu noivo? — perguntou Quaresma.

— É um rapaz...

— Decerto — interrompeu o padrinho sorrindo.

E os dois acompanharam-no com familiaridade e contentamento. Era um bom sinal.

— É o senhor Armando Borges, doutorando. Está satisfeito, padrinho? — fez Olga gentilmente.

— Então é para depois do fim do ano.

— Esperamos que seja por aí — disse o italiano.

— Gostas muito dele? — indagou o padrinho.

Ela não sabia responder aquela pergunta. Queria sentir que gostava, mas estava que não. E por que casava? Não sabia... Um impulso do seu meio, uma coisa que não vinha dela — não sabia... Gostava de outro? Também não. Todos os rapazes que ela conhecia não possuíam relevo que a ferisse, não tinham o “quê”, ainda indeterminado na sua emoção e na sua inteligência, que a fascinasse ou subjugasse. Ela não sabia bem o que era, não chegava e extremar na percepção das suas inclinações a qualidade que ela queria ver dominante no homem. Era o heroico, era o fora do comum, era a força da projeção para as grandes coisas; mas nessa confusão mental dos nossos primeiros anos, quando as ideias e os desejos se entrelaçam e se embaralham, Olga não podia colher e registrar esse anelo, esse modo de se lhe representar e de amar o indivíduo masculino.

E tinha razão em se casar sem obedecer à sua concepção. É tão difícil ver nitidamente num homem, de vinte a trinta anos, o que ela sonhara que era bem possível tomasse a nuvem por Juno... Casava por hábito de sociedade, um pouco por curiosidade e para alargar o campo de sua vida e aguçar a

sensibilidade. Lembrou-se disso tudo rapidamente e respondeu sem convicção ao padrinho:

— Gosto.

A visita não se demorou muito mais. Era conveniente que fosse rápida, não convinha fatigar a atenção do convalescente. Os dois saíram sem esconder que iam esperançados e satisfeitos. Na porta já havia alguns visitantes à espera do bonde. Como não estivesse o veículo no ponto, foram indo ao longo da fachada do manicômio até lá. Em meio do caminho, encontraram, encostada ao gradil, uma velha preta a chorar. Coleoni, sempre bom, chegou-se a ela:

— Que tem, minha velha?

A pobre mulher deitou sobre ele um demorado olhar, úmido e doce, cheio de uma irremediável tristeza e respondeu:

— Ah, meu sinhô!... É triste... Um filho, tão bom, coitado!

E continuou a chorar. Coleoni começou a comover-se; a filha olhou-a com interesse e perguntou no fim de um instante:

— Morreu?

— Antes fosse, sinhazinha.

E por entre lágrimas e soluços contou que o filho não a conhecia mais, não lhe respondia às perguntas; era como um estranho. Enxugou as lágrimas e concluiu:

— Foi “coisa-feita”.

Os dois afastaram-se tristes, levando n'alma um pouco daquela humilde dor.

O dia estava fresco e a viração, que começava a soprar, enrugava a face do mar em pequenas ondas brancas. O Pão de Açúcar erguia-se negro, hirto, solene das ondas espumejantes, e como que punha uma sombra no dia muito claro.

No Instituto dos Cegos, tocavam violino: e a voz plangente e demorada do instrumento parecia sair daquelas coisas todas, da sua tristeza e da sua solenidade.

O bonde tardou um pouco. Chegou. Tomaram. Desceram no Largo da Carioca. É bom ver-se a cidade nos dias de descanso, com as suas lojas fechadas, as suas estreitas ruas desertas, onde os passos ressoam como em claustros silenciosos. A cidade é como um esqueleto, faltam-lhe as carnes, que são a agitação, o movimento de carros, de carroças e gente. Na porta de uma loja ou outra, os filhos dos negociantes brincam em velocípedes, atiram bolas e ainda mais se sente a diferença da cidade para o dia anterior.

Não havia o hábito de procurar os arrabaldes pitorescos e só encontravam, por vezes, casais que iam apressadamente a visitas, como eles agora. O Largo de São Francisco estava silencioso e a estátua, no centro daquele pequeno jardim que desapareceu, parecia um simples enfeite. Os bondes chegavam preguiçosamente ao largo com poucos passageiros. Coleoni e sua filha tomaram um que os levasse à casa de Quaresma. Lá foram. A tarde se aproximava e as *toilettes* domingueiras já apareciam nas janelas. Pretos com roupas claras e grandes charutos ou cigarros, grupos de caixeiros com flores estardalhantes; meninas em cassas bem engomadas; cartolas antediluvianas ao lado de vestidos pesados de cetim negro, envergados em corpos fartos de matronas sedentárias; e o domingo aparecia assim decorado com a simplicidade dos humildes, com a riqueza dos pobres e a ostentação dos tolos.

Dona Adelaide não estava só. Ricardo viera visitá-la e conversavam. Quando o compadre de seu irmão bateu no portão, ele contava à velha senhora o seu último triunfo:

— Não sei como há de ser, dona Adelaide. Eu não guardo as minhas músicas, não escrevo. É um inferno!

O caso era de pôr um autor em maus lençóis. O senhor Paysandón, de Córdoba (República Argentina), autor muito conhecido na mesma cidade, lhe tinha escrito, pedindo exemplares de suas músicas e canções. Ricardo estava atrapalhado. Tinha os versos escritos, mas a música não. É verdade que as sabia de cor, porém, escrevê-las de uma hora para outra era trabalho acima de sua força.

— É o diabo! — continuou ele. — Não é por mim; a questão é que se perde uma ocasião de fazer o Brasil conhecido no estrangeiro.

A velha irmã de Quaresma não tinha grande interesse pelo violão. A sua educação que se fizera, vendo semelhante instrumento entregue a escravos ou a gente parecida, não podia admitir que ele preocupasse a atenção de pessoas de certa ordem. Delicada, entretanto, suportava a mania de Ricardo, mesmo porque já começava a ter uma ponta de estima pelo famoso trovador dos suburbanos. Nasceu-lhe essa estima pela dedicação com que ele se houve no seu drama familiar. Os pequenos serviços e trabalhos, os passos para ali e para aqui, ficaram a cargo de Ricardo, que os desempenhara com boa vontade e diligência.

Atualmente era ele o encarregado de tratar da aposentadoria do seu antigo discípulo. É um trabalho árduo, esse de liquidar uma aposentadoria, como se diz na gíria burocrática. Aposentado o sujeito, solenemente por um decreto, a

coisa corre uma dezena de repartições e funcionários para ser ultimada. Nada há mais grave do que a gravidade com que o empregado nos diz: ainda estou fazendo o cálculo; e a coisa demora um mês, mais até, como se se tratasse de mecânica celeste.

Coleoni era o procurador do major, mas não sendo entendido em coisas oficiais, entregou ao Coração dos Outros aquela parte do seu mandato.

Graças à popularidade de Ricardo, e da sua lhaneza, vencera a resistência da máquina burocrática e a liquidação estava anunciada para breve.

Foi isso que ele anunciou a Coleoni, quando este entrou seguido da filha. Pediram, tanto ele como dona Adelaide, notícias do amigo e do irmão.

A irmã nunca entendera direito o irmão, com a crise não o ficou compreendendo melhor; mas o sentira profundamente com o sentimento simples de irmã e desejava ardentemente a sua cura.

Ricardo Coração dos Outros gostava do major, encontrara nele certo apoio moral e intelectual de que precisava. Os outros gostavam de ouvir o seu canto, apreciavam como simples diletantes; mas o major era o único que ia ao fundo da sua tentativa e compreendia o alcance patriótico de sua obra.

De resto, ele agora sofria particularmente — sofria na sua glória, produto de um lento e seguido trabalho de anos. É que aparecera um crioulo a cantar modinhas e cujo nome começava a tomar força e já era citado ao lado do seu.

Aborrecia-se com o rival, por dois fatos: primeiro, pelo sujeito ser preto; e segundo, por causa das suas teorias.

Não é que ele tivesse ojeriza particular aos pretos. O que ele via no fato de haver um preto famoso tocar violão, era que tal coisa ia diminuir ainda mais o prestígio do instrumento. Se o seu rival tocasse piano e por isso ficasse célebre, não havia mal algum; ao contrário: o talento do rapaz levantava a sua pessoa, por intermédio do instrumento considerado; mas, tocando violão, era o inverso: o preconceito que lhe cercava a pessoa desmoralizava o misterioso violão que ele tanto estimava. E além disso com aquelas teorias! Ora! Quer que a modinha diga alguma coisa e tenha versos certos! Que tolíce! E Ricardo levava a pensar nesse rival inesperado que se punha assim diante dele como um obstáculo imprevisto na subida maravilhosa para a sua glória. Precisava afastá-lo, esmagá-lo, mostrar a sua superioridade indiscutível; mas como?

A *réclame* já não bastava; o rival a empregava também. Se ele tivesse um homem notável, um grande literato, que escrevesse um artigo sobre ele e a sua obra, a vitória estava certa. Era difícil encontrar. Esses nossos literatos eram tão tolos e viviam tão absorvidos em coisas francesas... Pensou num jornal, O

Violão, em que ele desafiasse o rival e o esmagasse numa polêmica. Era isso que precisava obter e a esperança estava em Quaresma, atualmente recolhido ao hospício, mas felizmente em via de cura. A sua alegria foi justamente grande quando soube que o amigo estava melhor.

— Não pude ir hoje — disse ele —, mas irei domingo. Está mais gordo?

— Pouca coisa — disse a moça.

— Conversou bem — acrescentou Coleoni. — Até ficou contente quando soube que Olga ia casar-se.

— Vai casar-se, dona Olga? Parabéns.

— Obrigada — fez ela.

— Quando é, Olga? — perguntou dona Adelaide.

— Lá para o fim do ano... Tem tempo...

E logo choveram perguntas sobre o noivo e afloraram as considerações sobre o casamento.

E ela se sentia vexada; julgava, tanto as perguntas como as considerações, impudentes e irritantes; queria fugir à conversa, mas voltavam ao mesmo assunto, não só Ricardo, mas a velha Adelaide, mais loquaz e curiosa que comumente. Esse suplício que se repetia em todas as visitas, quase a fazia arrepender-se de ter aceitado o pedido. Por fim, achou um subterfúgio, perguntando:

— Como vai o general?

— Não o tenho visto, mas a filha sempre vem aqui. Ele deve andar bem, a Ismênia é que anda triste, desolada... coitadinha!

Dona Adelaide contou então o drama que agitava a pequenina alma da filha do general. Cavalcanti, aquele Jacó de cinco anos, embarcara para o interior, há três ou quatro meses, e não mandara nem uma carta nem um cartão. A menina tinha aquilo como um rompimento; e ela, tão incapaz de um sentimento mais profundo, de uma aplicação mais séria de energia mental e física, sentia-o muito, como coisa irremediável que absorvia toda a sua atenção.

Para Ismênia, era como se todos os rapazes casadoiros tivessem deixado de existir. Arranjar outro era problema insolúvel, era trabalho acima de suas forças. Coisa difícil! Namorar, escrever cartinhas, fazer acenos, dançar, ir a passeios — ela não podia mais com isso. Decididamente, estava condenada a não se casar, a ser tia, a suportar durante toda a existência esse estado de solteira que a apavorava. Quase não se lembrava das feições do noivo, dos seus olhos esgazeados, do seu nariz duro e fortemente ósseo; independente da memória dele, vinha-lhe sempre à consciência, quando, de manhã, o estafeta não lhe

entregava carta, essa outra ideia: não casar. Era um castigo... A Quinota ia casar-se, o Genelício já estava tratando dos papéis; e ela que esperara tanto, e fora a primeira a noivar-se ia ficar maldita, rebaixada diante de todas. Parecia até que ambos estavam contentes com aquela fuga inexplicável de Cavalcanti. Como eles se riam durante o carnaval! Como eles atiraram aos seus olhos aquela sua viuvez prematura, durante os folguedos carnavalescos! Punham tanta fúria no jogo de confetes e bisnagas, de modo a deixar bem claro a felicidade de ambos, aquela marcha gloriosa e invejada para o casamento, em face do seu abandono.

Ela disfarçava bem a impressão da alegria deles que lhe parecia indecente e hostil; mas o escárnio da irmã que lhe dizia constantemente: “Brinca, Ismênia! Ele está longe, vai aproveitando” — metia-lhe raiva, a raiva terrível de gente fraca, que corrói interiormente, por não poder arrebentar de qualquer forma. Então, para espantar os maus pensamentos, ela se punha a olhar o aspecto pueril da rua, marchetada de papeluchos multicores, e as serpentinas irisadas pendentes nas sacadas; mas o que fazia bem à sua natureza pobre, comprimida, eram os cordões, aquele ruído de atabaques e adufes, de tambores e pratos. Mergulhando nessa barulheira, o seu pensamento repousava e como que a ideia que a perseguia desde tanto tempo ficava impedida de lhe entrar na cabeça.

De resto, aqueles vestuários extravagantes de índios, aqueles adornos de uma mitologia francamente selvagem, jacarés, cobras, jabutis vivos, bem vivos, traziam à pobreza de sua imaginação imagens risonhas de rios claros, florestas imensas, lugares de sossego e pureza que a reconfortavam. Também aquelas cantigas gritadas, berradas, num ritmo duro e de uma grande indigência melódica, vinham como reprimir a mágoa que ia nela, abafada, comprimida, contida, que pedia uma explosão de gritos, mas para o que não lhe sobrava força bastante e suficiente.

O noivo partira um mês antes do carnaval e depois do grande festejo carioca a sua tortura foi maior. Sem hábitos de leitura e de conversa, sem atividade doméstica qualquer, ela passava os dias deitada, sentada, a girar em torno de um mesmo pensamento: não casar. Era-lhe doce chorar.

Nas horas da entrega da correspondência, tinha ainda uma alegre esperança. Talvez? Mas a carta não vinha, e voltava ao seu pensamento: não casar.

Dona Adelaide, acabando de contar o desastre da triste Ismênia, comentou:

— Merecia um castigo isso, não acham?

Coleoni interveio com brandura e boa vontade:

— Não há razão para desesperar. Há muita gente que tem preguiça de escrever...

— Qual! — fez dona Adelaide. — Há três meses, senhor Vicente!

— Não volta — disse Ricardo sentenciosamente.

— E ela ainda o espera, dona Adelaide? — perguntou Olga.

— Não sei, minha filha. Ninguém entende essa moça. Fala pouco, se fala diz meias palavras... É mesmo uma natureza que parece sem sangue nem nervos. Sente-se a sua tristeza, mas não fala.

— É orgulho? — perguntou ainda Olga.

— Não, não... Se fosse orgulho, ela não se referia de vez em quando ao noivo. É antes moleza, preguiça... parece que ela tem medo de falar para que as coisas não venham a acontecer.

— E os pais que dizem a isso? — indagou Coleoni.

— Não sei bem. Mas pelo que pude perceber, o incômodo do general não é grande e dona Maricota julga que ela deve arranjar “outro”.

— Era o melhor — disse Ricardo.

— Eu creio que ela não tem mais prática — disse, sorrindo, dona Adelaide. — Levou tanto tempo noiva...

E a conversa já tinha virado para outros assuntos, quando a Ismênia veio fazer a sua visita diária à irmã de Quaresma.

Cumprimentou todos e todos sentiram que ela penava. O sofrimento dava-lhe mais atividade à fisionomia.

As pálpebras estavam roxas e até os seus pequenos olhos pardos tinham mais brilho e expansão. Indagou da saúde de Quaresma e depois calaram-se um instante. Por fim dona Adelaide lhe perguntou:

— Recebeste carta, Ismênia?

— Ainda não — respondeu ela, com grande economia de voz.

Ricardo moveu-se na cadeira. Batendo com o braço num *dunkerque*, veio atirar ao chão uma figurinha de *biscuit*, que se esfacelou em inúmeros fragmentos, quase sem ruído.

SEGUNDA PARTE

I No “SOSSEGO”

Não era feio o lugar, mas não era belo. Tinha, entretanto, o aspecto tranquilo e satisfeito de quem se julga bem com a sua sorte.

A casa erguia-se sobre um socalco, uma espécie de degrau, formando a subida para a maior altura de uma pequena colina que lhe corria nos fundos. Em frente, por entre os bambus da cerca, olhava uma planície a morrer nas montanhas que se viam ao longe; um regato de águas paradas e sujas cortava-a paralelamente à testada da casa; mais adiante, o trem passava vincando a planície com a fita clara de sua linha capinada; um carreiro com casas de um e de outro lado saía da esquerda e ia ter à estação, atravessando o regato e serpeando pelo plaino. A habitação de Quaresma tinha assim um amplo horizonte, olhando para o levante, a “noruega” era bem risonha e graciosa nos seus caiados. Edificada com a desoladora indigência arquetônica das nossas casas de campo, possuía, porém, vastas salas, amplos quartos, todos com janelas, e uma varanda com uma colunata heterodoxa. Além desta principal, o sítio do “Sossego”, como se chamava, tinha outras construções: a velha casa da farinha, que ainda tinha o forno intacto e a roda desmontada, e uma estrebaria coberta de sapê.

Não havia três meses que viera habitar aquela casa, naquele ermo lugar, a duas horas do Rio, por estrada de ferro, após ter passado seis meses no hospício da praia das Saudades. Saíra curado? Quem sabe lá? Parecia; não delirava, e os seus gestos e propósitos eram de homem comum, embora, sob tal aparência, se pudesse sempre crer que não se lhe despedira de todo, já não se dirá a loucura,

mas o sonho que cevara durante tantos anos. Foram mais seis meses de repouso e útil sequestração que mesmo de uso de uma terapêutica psiquiátrica.

Quaresma viveu lá, no manicômio, resignadamente, conversando com os seus companheiros, onde via ricos que se diziam pobres, pobres que se queriam ricos, sábios a maldizer da sabedoria, ignorantes a se proclamarem sábios; mas, deles todos, daquele que mais se admirou, foi de um velho e plácido negociante da rua dos Pescadores que se supunha Átila. Eu, dizia o pacato velho, sou Átila, sabe? Sou Átila. Tinha fracas notícias da personagem, sabia o nome e nada mais. Sou Átila, matei muita gente — e era só.

Saiu o major mais triste ainda do que vivera toda a vida. De todas as coisas tristes de ver, no mundo, a mais triste é a loucura; é a mais depressora e pungente. Aquela continuação da nossa vida tal e qual, com um desarranjo imperceptível, mas profundo e quase sempre insondável, que a inutiliza inteiramente, faz pensar em alguma coisa mais forte que nós, que nos guia, que nos impele e em cujas mãos somos simples joguetes. Em vários tempos e lugares, a loucura foi considerada sagrada, e deve haver razão nisso no sentimento que se apodera de nós quando, ao vermos um louco desarraoar, pensamos logo que já não é ele quem fala, é alguém que vê por ele, interpreta as coisas por ele, está atrás dele, invisível!... Quaresma saiu envolvido, penetrado da tristeza do manicômio. Voltou a sua casa, mas a vista das suas coisas familiares não lhe tirou a forte impressão de que vinha impregnado. Embora nunca tivesse sido alegre, a sua fisionomia apresentava mais desgosto que antes, muito abatimento moral, e foi para levantar o ânimo que se recolheu àquela risonha casa de roça, onde se dedicava a modestas culturas.

Não fora ele, porém, quem se lembrara; fora a afilhada que lhe trouxe à ideia aquele doce acabar para a sua vida. Vendo-o naquele estado de abatimento, triste e taciturno, sem coragem de sair, enclausurado em sua casa de São Cristóvão, Olga dirigiu-se um dia ao padrinho meiga e filialmente:

— O padrinho por que não compra um sítio? Seria tão bom fazer as suas culturas, ter o seu pomar, a sua horta... não acha?

Tão taciturno que ele estivesse, não pôde deixar de modificar imediatamente a sua fisionomia à lembrança da moça. Era um velho desejo seu, esse de tirar da terra o alimento, a alegria e a fortuna; e foi lembrando dos seus antigos projetos que respondeu à afilhada:

— É verdade, minha filha. Que magnífica ideia tens tu! Há por aí tantas terras férteis sem emprego... A nossa terra tem os terrenos mais férteis do mundo... O milho pode dar até duas colheitas e quatrocentos por um...

A moça esteve quase arrependida da sua lembrança. Pareceu-lhe que ia atear no espírito do padrinho manias já extintas.

— Em toda a parte, não acha, meu padrinho?, há terras férteis.

— Mas como no Brasil — apressou-se ele em dizer — há poucos países que as tenham. Vou fazer o que tu dizes: plantar, criar, cultivar o milho, o feijão, a batata-inglesa... Tu irás ver as minhas culturas, a minha horta e meu pomar. Então é que te convencerás como são fecundas as nossas terras!

A ideia caiu-lhe na cabeça e germinou logo. O terreno estava amanhado e só esperava uma boa semente. Não lhe voltou a alegria que jamais teve, mas a taciturnidade foi-se com o abatimento moral, e veio-lhe a atividade mental cerebrina, por assim dizer, de outros tempos. Indagou dos preços correntes das frutas, dos legumes, das batatas, dos aipins; calculou que cinquenta laranjeiras, trinta abacateiros, oitenta pessegueiros, outras árvores frutíferas, além dos abacaxis (que mina!), das abóboras e outros produtos menos importantes, podiam dar o rendimento anual e mais de quatro contos, tirando as despesas. Seria ocioso trazer para aqui os detalhes dos seus cálculos, baseados em tudo que vem estabelecido nos boletins da Associação de Agricultura Nacional. Levou em linha de conta a produção média de cada pé de fruteira, de hectare cultivado, e também os salários, as perdas inevitáveis; e, quanto aos preços, ele foi em pessoa ao mercado buscá-los.

Planejou a sua vida agrícola com a exatidão e meticulosidade que punha em todos os seus projetos. Encarou-a por todas as faces, pesou as vantagens e ônus; e muito contente ficou em vê-la monetariamente atraente, não por ambição de fazer fortuna, mas por haver nisso mais uma demonstração das excelências do Brasil.

E foi obedecendo a essa ordem de ideia que comprou aquele sítio, cujo nome — “Sossego” — cabia tão bem à nova vida que adotara, após a tempestade que o sacudira durante quase um ano. Não ficava longe do Rio e ele o escolhera assim mesmo maltratado, abandonado, para melhor demonstrar a força e o poder da tenacidade, do carinho, no trabalho agrícola. Esperava grandes colheitas de frutas, de grãos, de legumes; e do seu exemplo, nasceriam mil outros cultivadores, estando em breve a grande capital cercada de um verdadeiro celeiro, virente e abundante a dispensar os argentinos e europeus.

Com que alegria ele foi para lá! Quase não teve saudades de sua velha casa de São Januário, agora propriedade de outras mãos, talvez destinada ao mercenário mister de lar de aluguel... Não sentiu que aquela vasta sala, abrigo calmo dos seus livros durante tantos anos, fosse servir para salão de baile fútil,

fosse testemunhar talvez rixas de casais desentendidos, ódios de família — ela tão boa, tão doce, tão simpática, com o seu teto alto e as suas paredes lisas, em que se tinham incrustado os desejos de sua alma e toda ela penetrava da exalação dos seus sonhos!...

Ele foi contente. Como era tão simples viver na nossa terra! Quatro contos de réis por ano, tirados da terra, facilmente, docemente, alegremente! Oh! terra abençoada! Como é que toda a gente queria ser empregado público, apodrecer numa banca, sofrer na sua independência e no seu orgulho? Como é que se preferia viver em casas apertadas, sem ar, sem luz, respirar um ambiente epidêmico, sustentar-se de maus alimentos, quando se podia tão facilmente obter uma vida feliz, farta, livre, alegre e saudável?

E era agora que ele chegava a essa conclusão, depois de ter sofrido a miséria da cidade e o emasculamento da repartição pública, durante tanto tempo! Chegara tarde, mas não a ponto de que não pudesse, antes da morte, travar conhecimento com a doce vida campestre e a feracidade das terras brasileiras. Então pensou que foram vãos aqueles seus desejos de reformas capitais nas instituições e costumes: o que era principal à grandeza da pátria estremecida, era uma forte base agrícola, um culto pelo seu solo ubérrimo, para alicerçar fortemente todos os outros destinos que ela tinha de preencher. Demais, com terras tão férteis, climas variados, a permitir uma agricultura fácil e rendosa, este caminho estava naturalmente indicado.

E ele viu então diante dos seus olhos as laranjeiras em flor, olentes, muito brancas, a se enfileirar pelas encostas das colinas, como teorias de noivas; os abacateiros, de troncos rugosos, a sopesar com esforço os grandes pomos verdes; as jabuticabas negras a estalar dos caules rijos; os abacaxis coroados que nem reis, recebendo a unção quente do sol; as abobreiras a se arrastarem com flores carnudas cheias de pólen; as melancias de um verde tão fixo que parecia pintado; os pêssegos veludosos, as jacas monstruosas, os jambos, as mangas capitosas; e dentre tudo aquilo surgia uma linda mulher, com o regaço cheio de frutos e um dos ombros nu, a lhe sorrir agradecida, com um imaterial sorriso demorado de deusa — era Pomona, a deusa dos vergéis e dos jardins!...

As primeiras semanas que passou no “Sossego”, Quaresma as empregou numa exploração em regra da sua nova propriedade. Havia nela terra bastante, velhas árvores frutíferas, um capoeirão grosso com camarás, bacurubus, tinguacibas, tibibuias, munjolos e outros espécimes. Anastácio, que o acompanhava, apelava para as suas recordações de antigo escravo de fazenda, e

era quem ensinava os nomes dos indivíduos da mata a Quaresma muito lido e sabido em coisas brasileiras.

O major logo organizou um museu dos produtos naturais do “Sossego”. As espécies florestais e campesinas foram etiquetadas com os seus nomes vulgares, e quando era possível com os científicos. Os arbustos, em herbário, e as madeiras, em pequenos tocos, seccionados longitudinal e transversalmente.

Os azares de leituras tinham-no levado a estudar as ciências naturais e o furor autodidata dera a Quaresma sólidas noções de Botânica, Zoologia, Mineralogia e Geologia.

Não foram só os vegetais que mereceram as honras de um inventário; os animais também, mas como ele não tinha espaço suficiente e a conservação dos exemplares exigia mais cuidado, Quaresma limitou-se a fazer o seu museu no papel, por onde sabia que as terras eram povoadas de tatus, cutias, preás, cobras variadas, saracuras, sanás, avinhados, coleiros, tiês etc. A parte mineral era pobre, argilas, areia e, aqui e ali, uns blocos de granito esfoliando-se.

Acabado esse inventário, passou duas semanas a organizar a sua biblioteca agrícola e uma relação de instrumentos meteorológicos para auxiliar os trabalhos da lavoura.

Encomendou livros nacionais, franceses, portugueses; comprou termômetros, barômetros, pluviômetros, higrômetros, anemômetros. Vieram estes e foram arrumados e colocados convenientemente.

Anastácio assistia a todos esses preparativos com assombro. Para que tanta coisa, tanto livro, tanto vidro? Estaria o seu antigo patrão dando para farmacêutico? A dúvida do preto velho não durou muito. Estando certa vez Quaresma a ler o pluviômetro, Anastácio, ao lado, olhava-o espantado, como quem assiste a um passe de feitiçaria. O patrão notou o espanto do criado e disse:

— Sabes o que estou fazendo, Anastácio?

— Não “sinhô”.

— Estou vendo se choveu muito.

— Para que isso, patrão? A gente sabe logo “de olho” quando chove muito ou pouco... Isso de plantar é capinar, pôr a semente na terra, deixar crescer e apanhar.

Ele falava com a sua voz mole de africano, sem “rr” fortes, com lentidão e convicção.

Quaresma, sem abandonar o instrumento, tomou em consideração o conselho de seu empregado. O capim e o mato cobriam as suas terras. As

laranjeiras, os abacateiros, as mangueiras estavam sujos, cheios de galhos mortos, e cobertos de uma medusina cabeleira de erva-de-passarinho; mas, como não fosse época própria à poda e ao corte dos galhos mortos, Quaresma limitou-se a capinar por entre os pés das fruteiras. De manhã, logo ao amanhecer, ele mais o Anastácio, lá iam, de enxada ao ombro, para o trabalho do campo. O sol era forte e rijo; o verão estava no auge, mas Quaresma era inflexível e corajoso. Lá ia.

Era de vê-lo, coberto com um chapéu de palha de coco, atracado a um grande enxadão de cabo nodoso, ele, muito pequeno, míope, a dar golpes sobre golpes para arrancar um teimoso pé de guaxima. A sua enxada mais parecia uma draga, um escavador, que um pequeno instrumento agrícola. Anastácio, junto ao patrão, olhava-o com piedade e espanto. Por gosto andar naquele sol a capinar sem saber?... Há cada coisa neste mundo!

E os dois iam continuando. O velho preto, ligeiro, rápido, raspando o mato rasteiro, com a mão habituada, a cujo impulso a enxada resvalava sem obstáculo pelo solo, destruindo a erva má; Quaresma, furioso, a arrancar torrões de terra daqui, dali, demorando-se muito em cada arbusto e, às vezes, quando o golpe falhava e a lâmina do instrumento roçava a terra, a força era tanta que se erguia uma poeira infernal, fazendo supor que por aquelas paragens passara um pelotão de cavalaria. Anastácio, então, intervinha humildemente, mas em tom professoral:

— Não é assim, “seu majó”. Não se mete a enxada pela terra adentro. É de leve, assim.

E ensinava ao Cincinato inexperiente o jeito de servir-se do velho instrumento de trabalho.

Quaresma agarrava-o, punha-se em posição e procurava com toda a boa vontade usá-lo da maneira ensinada. Era em vão. O *flange* batia na erva, a enxada saltava e ouvia-se um pássaro ao alto soltar uma piada irônica: bem-te-vi! O major enfurecia-se, tentava outra vez, fatigava-se, suava, enchia-se de raiva e batia com toda a força; e houve várias vezes que a enxada, batendo em falso, escapando ao chão, fê-lo perder o equilíbrio, cair e a beijar a terra, mãe dos frutos e dos homens. O *pince-nez* saltava, partia-se de encontro a um seixo.

O major ficava todo enfurecido e voltava com mais rigor e energia à tarefa que se impusera; mas, tanto é em nossos músculos firme a memória ancestral desse sagrado trabalho de tirar o sustento de nossa vida, que não foi impossível a Quaresma acordar nos seus o jeito, a maneira de empregar a enxada vetusta.

Ao fim de um mês, ele capinava razoavelmente, não seguido, de sol a sol, mas com grandes repousos de hora em hora que a sua idade e falta de hábito requeriam.

Às vezes, o fiel Anastácio seguia-o no descanso e ambos, lado a lado, à sombra de uma fruteira mais copada, ficavam a ver o ar pesado daqueles dias de verão que enrodilhava as folhas das árvores e punha nas coisas um forte acento de resignação mórbida. Então, aí por depois do meio-dia, quando o calor parecia narcotizar tudo e mergulhar em silêncio a vida inteira, é que o velho major percebia bem a alma dos trópicos, feita de desencontros como aquele que se via agora, de um sol alto, claro, olímpico, a brilhar sobre um torpor de morte, que ele mesmo provocava.

Almoçavam mesmo no eito, comidas do dia anterior, aquecidas rapidamente sobre um improvisado fogão de calhaus, e o trabalho ia assim até à hora do jantar. Havia em Quaresma um entusiasmo sincero, um entusiasmo de ideólogo que quer pôr em prática a sua ideia. Não se agastou com as primeiras ingratidões da terra, aquele seu mórbido amor pelas ervas daninhas e o incompreensível ódio pela enxada fecundante. Capinava e capinava sempre até vir o jantar.

Esta refeição ele fazia mais demorada. Conversava um pouco com a irmã, contava-lhe a tarefa do dia, consistindo sempre em avaliar a área já limpa.

— Sabes, Adelaide, amanhã estarão as laranjeiras limpas, não ficará nem mais uma touceira de mato.

A irmã, mais velha que ele, não partilhava aquele seu entusiasmo pelas coisas da roça. Considerava-o silenciosa, e, se viera viver com ele, não foi senão pelo hábito de acompanhá-lo. Decerto, ela o estimava, mas não o compreendia. Não chegava a entender nem os seus gestos nem a sua agitação interna. Por que não seguira ele o caminho dos outros? Não se formara e se fizera deputado? Era tão bonito... Andar com livros, anos e anos, para não ser nada, que doideira! Seguirá-o ao “Sossego” e, para entreter-se, criava galinhas, com grande alegria do irmão cultivador.

— Está direito — dizia ela, quando o irmão lhe contava as coisas do seu trabalho. — Não vá ficares doente... Neste sol todo o dia...

— Qual, doente, Adelaide! Não estás vendo como essa gente tem tanta saúde por aí... Se adoecem, é porque não trabalham.

Acabado o jantar, Quaresma chegava à janela que dava para o galinheiro e atirava migalhas de pão às aves.

Ele gostava desse espetáculo, daquela luta encarniçada entre patos, gansos, galinhas, pequenos e grandes. Dava-lhe uma imagem reduzida da vida e dos prêmios que ela comporta. Depois, fazia indagações sobre a vida do galinheiro:

— Já nasceram os patos, Adelaide?

— Ainda não. Faltam oito dias ainda.

E logo a irmã acrescentava:

— Tua afilhada deve casar-se sábado, tu não vais?

— Não. Não posso... Vou incomodar-me, luxo... mando um leitão e um peru.

— Ora, tu! Que presente!

— Que é que tem? É da tradição.

Justamente estavam nesse dia assim a conversar os dois irmãos na sala de jantar da velha casa roceira, quando Anastácio veio avisar-lhe que se achava um cavalheiro na porteira.

Desde que ali se instalara, nenhuma visita batera à porta de Quaresma, a não ser a gente pobre do lugar, a pedir isso ou aquilo, esmolando disfarçadamente. Ele mesmo não travara conhecimento com ninguém, de modo que foi com surpresa que recebeu o aviso do velho preto.

Apressou-se em ir receber o visitante na sala principal. Ele já subia a pequena escada da frente e penetrava pela varanda adentro.

— Boas tardes, major.

— Boas tardes. Faça o favor de entrar.

O desconhecido entrou e sentou-se. Era um tipo comum, mas o que havia nele de estranho era a gordura. Não era desmedida ou grotesca, mas tinha um aspecto desonesto. Parecia que a fizera de repente e comia, a mais não poder, com medo de a perder de um dia para outro. Era assim como a de um lagarto que entesoura enxúndia para o inverno ingrato. Através da gordura de suas bochechas, via-se perfeitamente a sua magreza natural, normal, e se devia ser gordo não era naquela idade, com pouco mais de trinta anos, sem dar tempo que todo ele engordasse; porque, se as duas faces eram gordas, as suas mãos continuavam magras com longos dedos fusiformes e ágeis. O visitante falou:

— Eu sou o tenente Antonino Dutra, escrivão da coletoria...

— Alguma formalidade? — indagou, medroso, Quaresma.

— Nenhuma, major. Já sabemos quem o senhor é; não há novidade nem nenhuma exigência legal. — O escrivão tossiu, tirou um cigarro, ofereceu outro a Quaresma e continuou: — Sabendo que o major vem estabelecer-se

aqui, tomei a iniciativa de vir incomodá-lo... Não é coisa de importância...
Creio que o major...

— Oh! Por Deus, tenente!

— Venho pedir-lhe um pequeno auxílio, um óbulo, para a festa da Conceição, a nossa padroeira, de cuja irmandade sou tesoureiro.

— Perfeitamente. É muito justo. Apesar de não ser religioso, estou...

— Uma coisa nada tem com a outra. É uma tradição do lugar que devemos manter.

— É justo.

— O senhor sabe — continuou o escrivão —, a gente daqui é muito pobre e a irmandade também, de forma que somos obrigados a apelar para a boa vontade dos moradores mais remediados. Desde já, portanto, major...

— Não. Espere um pouco...

— Oh! major, não se incomode. Não é para já.

Enxugou o suor, guardou o lenço, olhou um pouco lá fora e acrescentou:

— Que calor! Um verão como este nunca vi aqui. Tem-se dado bem, major?

— Muito bem.

— Pretende dedicar-se à agricultura?

— Pretendo, e foi mesmo por isso que vim para a roça.

— Isto hoje não presta, mas noutro tempo!... Este sítio já foi uma lindeza, major! Quanta fruta! Quanta farinha! As terras estão cansadas e...

— Qual cansadas, seu Antonino! Não há terras cansadas... A Europa é cultivada há milhares de anos, entretanto...

— Mas lá se trabalha.

— Por que não se há de trabalhar aqui também?

— Lá isso é verdade; mas há tantas contrariedades na nossa terra que...

— Qual, meu caro tenente! Não há nada que não se vença.

— O senhor verá com o tempo, major. Na nossa terra não se vive senão de política, fora disso, babau! Agora mesmo anda tudo brigado por causa da questão da eleição de deputados...

Ao dizer isto, o escrivão lançou por baixo das suas pálpebras gordas um olhar pesquisador sobre a ingênua fisionomia de Quaresma.

— Que questão é? — indagou Quaresma.

O tenente parecia que esperava a pergunta e logo fez com alegria:

— Então não sabe?

— Não.

— Eu lhe explico: o candidato do governo é o doutor Castrioto, moço honesto, bom orador; mas entenderam aqui certos presidentes de Câmaras Municipais do Distrito que se hão de sobrepor ao governo, só porque o senador Guariba rompeu com o governador; e, zás, apresentaram um tal Neves que não tem serviço algum ao partido e nenhuma influência... Que pensa o senhor?

— Eu... Nada!

O serventuário do fisco ficou espantado. Havia no mundo um homem que, sabendo e morando no município de Curuzu, não se incomodasse com a briga do senador Guariba com o governador do Estado! Não era possível! Pensou e sorriu levemente. Com certeza, disse ele consigo, este malandro quer ficar bem com os dois, para depois arranjar-se sem dificuldade. Estava tirando sardinha com mão de gato... Aquilo devia ser um ambicioso matreiro; era preciso cortar as asas daquele “estrangeiro”, que vinha não se sabe donde!

— O major é um filósofo — disse ele com malícia.

— Quem me dera? — fez com ingenuidade Quaresma.

Antonino ainda fez rodar um pouco a conversa sobre a grave questão, mas, desanimado de penetrar nas tenções ocultas do major, apagou a fisionomia e disse em ar de despedida:

— Então o major não se recusa a concorrer para a nossa festa, não é?

— Decerto.

Os dois se despediram. Debruçado na varanda, Quaresma ficou a vê-lo montar no seu pequeno castanho, luzidio de suor, gordo e vivo. O escrivão afastou-se, desapareceu na estrada, e o major ficou a pensar no interesse estranho que essa gente punha nas lutas políticas, nessas tricas eleitorais, como se nelas houvesse qualquer coisa de vital e importante. Não atinava por que uma rezinga entre dois figurões importantes vinha pôr desarmonia entre tanta gente, cuja vida estava tão fora da esfera daqueles. Não estava ali a terra boa para cultivar e criar? Não exigia ela uma árdua luta diária? Por que não se empregava o esforço que se punha naqueles barulhos de votos, de atas, no trabalho de fecundá-la, de tirar dela seres, vidas — trabalho igual ao de Deus e dos artistas? Era tolo estar a pensar em governadores e guaribas, quando a nossa vida pede tudo à terra e ela quer carinho, luta, trabalho e amor...

O sufrágio universal pareceu-lhe um flagelo.

O trem apitou e ele demorou-se a vê-lo chegar. É uma emoção especial de quem mora longe, essa de ver chegar os meios de transporte que nos põem em comunicação com o resto do mundo. Há uma mescla de medo e de alegria. Ao

mesmo tempo que se pensa em boas novas, pensam-se também más. A alternativa angustia...

O trem ou o vapor como que vem do indeterminado, do mistério, e traz, além de notícias gerais, boas ou más, também o gesto, um sorriso, a voz das pessoas que amamos e estão longe. Quaresma esperou o trem. Ele chegou arfando e se estirando como um réptil pela estação afora à luz forte do sol poente. Não se demorou muito. Apitou de novo e saiu a levar notícias, amigos, riquezas, tristezas por outras estações além. O major pensou ainda um pouco como aquilo era bruto e feio, e como as invenções do nosso tempo se afastavam tanto da linha imaginária da beleza que os nossos educadores de dois mil anos atrás nos legaram. Olhou a estrada que levava à estação. Vinha um sujeito... Dirigia-se para a sua casa... Quem podia ser? Limpou o *pince-nez* e assestou-o para o homem que caminhava com pressa... Quem era? Aquele chapéu dobrado, como um morrião... Aquele fraque comprido... Passo miúdo... Um violão! Era ele!

— Adelaide, está aí o Ricardo.

II

ESPINHOS E FLORES

Os subúrbios do Rio de Janeiro são a mais curiosa coisa em matéria de edificação na cidade. A topografia do local, caprichosamente montuosa, influiu decerto para tal aspecto, mais influíram, porém, os azares das construções.

Nada mais irregular, mais caprichoso, mais sem plano qualquer, pode ser imaginado. As casas surgiam como se fossem semeadas ao vento e, conforme as casas, as ruas se fizeram. Há algumas delas que começam largas como *boulevards* e acabam estreitas que nem vielas; dão voltas, circuitos inúteis e parecem fugir ao alinhamento reto com um ódio tenaz e sagrado.

Às vezes se sucedem na mesma direção com uma frequência irritante, outras se afastam, e deixam de permeio um longo intervalo coeso e fechado de casas. Num trecho, há casas amontoadas umas sobre as outras numa angústia de espaço desoladora, logo adiante um vasto campo abre ao nosso olhar uma ampla perspectiva.

Marcham assim ao acaso as edificações e conseqüentemente o arruamento. Há casas de todos os gostos e construídas de todas as formas.

Vai-se por uma rua a ver um correr de *chalets*, de porta e janela, parede frontal, humildes e acanhados, de repente se nos depara uma casa burguesa, dessas de compoteiras na cimalha rendilhada, a se erguer sobre um porão alto com mezaninos gradeados. Passada essa surpresa, olha-se acolá e dá-se com uma choupana de pau a pique, coberta de zinco ou mesmo de palha, em torno da qual formiga uma população; adiante, é uma velha casa de roça, com varanda e colunas de estilo pouco classificável, que parece vexada a querer ocultar-se, diante daquela onda de edifícios disparatados e novos.

Não há nos nossos subúrbios coisa alguma que nos lembre os famosos das grandes cidades europeias, com as suas vilas de ar repousado e satisfeito, as suas estradas e responsabilidades e ruas macadamizadas e cuidadas, nem mesmo se encontram jardins cuidadinhos, aparadinhos, penteados, porque os nossos, se os há, são em geral pobres, feios e desleixados.

Os cuidados municipais também são variáveis e caprichosos. Às vezes, nas ruas, há passeios em certas partes e outras não; algumas vias de comunicação são calçadas e outras da mesma importância estão ainda em estado de natureza. Encontra-se aqui um pontilhão bem cuidado sobre um rio seco e passos além temos que atravessar um ribeirão sobre uma pinguela de trilhos mal juntos.

Há pelas ruas damas elegantes, com sedas e brocados, evitando a custo que a lama ou o pó lhes empane o brilho do vestido; há operários de tamancos; há peralvilhos à última moda; há mulheres de chita; e assim pela tarde, quando essa gente volta do trabalho ou do passeio, a mescla se faz numa mesma rua, num quarteirão, e quase sempre o mais bem posto não é que entra na melhor casa.

Além disto, os subúrbios têm mais aspectos interessantes, sem falar no namoro epidêmico e no espiritismo endêmico; as casas de cômodos (quem as suporia lá!) constituem um deles bem inédito. Casas que mal dariam para uma pequena família, são divididas, subdivididas, e os minúsculos aposentos assim obtidos, alugados à população miserável da cidade. Aí, nesses caixotins humanos, é que se encontra a fauna menos observada da nossa vida, sobre a qual a miséria paira com um rigor londrino.

Não se podem imaginar profissões mais tristes e mais inopinadas da gente que habita tais caixinhas. Além dos serventes de repartições, contínuos de escritórios, podemos deparar velhas fabricantes de rendas de bilros, compradores de garrafas vazias, castradores de gatos, cães e galos, mandingueiros, catadores de ervas medicinais, enfim, uma variedade de profissões miseráveis que as nossas pequena e grande burguesias não podem adivinhar. Às vezes, num cubículo desses se amontoa uma família, e há ocasiões em que os seus chefes vão a pé para a cidade por falta do níquel do trem.

Ricardo Coração dos Outros morava em uma pobre casa de cômodos de um dos subúrbios. Não era das sórdidas, mas era uma casa de cômodos dos subúrbios.

Desde anos que ele a habitava e gostava da casa que ficava trepada sobre uma colina, olhando da janela do seu quarto para uma ampla extensão edificada que ia da Piedade a Todos os Santos. Vistos assim do alto, os subúrbios têm a sua graça. As casas pequeninas, pintadas de azul, de branco, de oca, engastadas nas comas verde-negras das mangueiras, tendo de permeio, aqui e ali, um coqueiro ou uma palmeira, alta e soberba, fazem a vista boa e a falta de percepção do desenho das ruas põe no programa um sabor de confusão democrática, de solidariedade perfeita entre as gentes que as habitam; e o trem

minúsculo, rápido, atravessa tudo aquilo, dobrando à esquerda, inclinando-se para a direita, muito flexível nas suas grandes vértebras de carros, como uma cobra entre pedrouços.

Era daquela janela que Ricardo espraia as suas alegrias, as suas satisfações, os seus triunfos e também os seus sofrimentos e mágoas.

Ainda agora estava ele lá, debruçado no peitoril, com a mão em concha no queixo, colhendo com a vista uma grande parte daquela bela, grande e original cidade, capital de um grande país, de que ele a modos que era e se sentia ser, a alma, consubstanciado os seus tênues sonhos e desejos em versos discutíveis, mas que a plangência do violão, se não lhes dava sentido, dava um quê de balbúcio, de queixume dorido da pátria criança ainda, ainda na sua formação...

Em que pensava ele? Não pensava só, sofria também. Aquele tal preto continuava na sua mania de querer fazer a modinha dizer alguma coisa, e tinha adeptos. Alguns já o citavam como rival dele, Ricardo; outros já afirmavam que o tal rapaz deixava longe o Coração dos Outros, e alguns mais — ingratos! — já esqueciam os trabalhos, o tenaz trabalhar de Ricardo Coração dos Outros em prol do levantamento da modinha e do violão, e nem nomeavam o abnegado obreiro.

Com o olhar perdido, Ricardo lembrava-se de sua infância, daquela sua aldeia sertaneja, da casinha dos seus pais, com seu curral e o mugido dos vitelos... E o queijo? Aquele queijo tão substancial, tão forte, feio como aquela terra, mas feraz como ela tanto que bastava comer dele uma pequena fatia para se sentir almoçado... E as festas? Saudades... E o violão, como aprendeu? O seu mestre, o Maneco Borges, não lhe predissera o futuro: “Irás longe, Ricardo. A viola. A viola quer teu coração?”

Por que então aquele encarniçamento, aquele ódio contra ele — ele que trouxera para esta terra de estrangeiros a alma, o suco, a substância do país!

E as lágrimas lhe saltaram quentes dos olhos afora. Olhou um pouco as montanhas, farejou o mar lá longe... Era bela a terra, era linda, era majestosa, mas parecia ingrata e áspera no seu granito onipresente que se fazia negro e mau quando não era amaciado pela verdura das árvores.

E ele estava ali só com a sua glória e o seu tormento, sem amor, sem confidente, sem amigo, só como um deus ou como um apóstolo em terra ingrata que não lhe quer ouvir a boa nova.

Sofria em não ter um peito amado, amigo em que derramasse aquelas lágrimas que iam cair no solo indiferente. Por aí, lembrou-se dos famosos

versos:

“Se choro... bebe o pranto a areia ardente”...

Com a lembrança, ele baixou um pouco o olhar à terra e viu que, no tanque da casa, um tanto escondida dele, uma rapariga preta lavava. Ela abaixava o corpo sobre a roupa, carregava todo o seu peso, ensaboava-a ligeira, batia-a de encontro à pedra, e recomeçava. Teve pena daquela pobre mulher, duas vezes triste na sua condição e na sua cor. Veio-lhe um afluxo de ternura e, depois, pôs-se a pensar no mundo, nas desgraças, ficando um instante enleado no enigma do nosso miserável destino humano.

A rapariga não o viu, distraída com o trabalho; e se pôs a cantar:

Da doçura dos teus olhos
A brisa inveja já tem
.....

Era dele. Ricardo sorriu satisfeito e teve vontade de ir beijar aquela pobre mulher, abraçá-la...

E como eram as coisas? Ele recebia lenitivo daquela rapariga; era a sua humilde e dorida voz que vinha afagar o seu tormento! Vieram-lhe então à memória aqueles versos do padre Caldas, esse seu antecessor feliz que teve um auditório de fidalgas:

Lereno alegrou os outros
nunca teve alegria...
Enfim era uma missão!...

A rapariga acabou de cantar e Ricardo não se pôde conter:

— Vai bem, dona Alice, vai bem! Se não fosse, por que eu lhe pedia bis?

A rapariga estendeu a cabeça, reconheceu quem falava e disse:

— Não sabia que o senhor estava aí, senão não cantava na vista do senhor.

— Qual o quê! Posso garantir-lhe que está bom, muito bom. Cante.

— Deus me livre! Para o senhor me “acriticar”...

Embora insistisse muito, a rapariga não quis continuar. As mágoas pareciam ter passado do pensamento de Ricardo. Veio ao interior do quarto e pôs-se à mesa na tenção de escrever.

O seu quarto tinha o mobiliário mais reduzido possível. Havia uma rede com franjas de rendas, uma mesa de pinho, sobre ela objetos de escrever; uma cadeira, uma estante com livros, e, pendurado a uma parede, o violão na sua armadura de camurça. Havia também uma máquina para fazer café.

Sentou-se e quis começar uma modinha sobre a Glória, essa coisa fugace, que se tem e se pensa que não se tem, alguma coisa impalpável, incolhível como um sopro, que nos alanceia, queima, inquieta e abrasa como o Amor.

Tentou começar, dispôs o papel, mas não pôde. A emoção tinha sido forte, toda a sua natureza tinha sido lavrada, baralhada, com a ideia daquele furto que se queria fazer ao seu mérito. Não conseguiu assentar o pensamento, apanhar as palavras no ar, sentir a música zumbir no ouvido.

A manhã ia alta. As cigarras defronte chilreavam no tamarineiro desfolhado; começava a esquentar e o céu estava azul e ligeiro”, tênue e fino. Quis sair, procurar um amigo, espairecer com ele, mas quem? Ainda se o Quaresma... Ah! O Quaresma! Esse, sim, trazia-lhe conforto e consolo.

É verdade que ultimamente esse seu amigo se achava pouco interessado pela modinha; mas assim mesmo compreendia o seu propósito, os fins e o alcance da obra a que ele, Ricardo, se propunha. Ainda se o major estivesse perto, mas tão longe! Consultou as algibeiras. Não chegava a dois mil-réis a sua fortuna. Como ir? Arranjaria um passe e iria. Bateram à porta. Traziam-lhe uma carta. Não reconheceu a letra; rasgou o envelope com emoção. Que seria? Leu:

“Meu caro Ricardo — Saúde — Minha filha Quinota casa-se depois de amanhã, quinta-feira. Ela e o noivo fazem muito gosto que você apareça. Se o amigo não estiver comprometido com alguém, agarre o violão e venha até cá tomar uma chávena de chá conosco — Seu amigo Albernaz.”

O trovador, à proporção que lia, ia mudando de fisionomia. Até então estava carregada e dura; quando acabou de ler o bilhete, um sorriso brincava por toda ela, descia e subia, ia de uma face a outra. O general não o abandonara; para o respeitável militar, Ricardo Coração dos Outros ainda era o rei do violão. Iria e arranjaria passagem com o antigo vizinho de Quaresma.

Contemplou um pouco o violão, demoradamente, ternamente, agradecidamente como se fosse um ídolo benfazejo.

Quando Ricardo penetrou em casa do General Albernaz, o último brinde havia sido levantado e todos se dirigiam para a sala de visitas em pequenos grupos. dona Maricota vestia seda malva e o seu busto curto parecia ainda mais abafado, mais socado, naquele tecido caro que parece requerer corpos elegantes e flexíveis. Quinota estava radiante no vestido de noiva. Ela era alta, de feições mais regulares que a irmã Ismênia, mas menos interessante e mais comum de temperamento e alma, embora faceira. Lalá, a terceira filha do general, que já se ajeitava a moça, tinha muito pó de arroz, estava sempre a consertar o penteado e a sorrir para o tenente Fontes. Um casamento bem cotado e esperado. Genelício dava o braço à noiva, encasacado numa casaca mal talhada, que punha bem à mostra a sua gibosidade, e caminhava todo atrapalhado nos apertados sapatos de verniz.

Ricardo não os viu passar, pois, ao entrar, a fila estava no general, metido num segundo uniforme dos grandes dias, que lhe ia mal como a farda de um guarda nacional endomingado; mas, quem tinha um ar importante, marcial e navegado, ao mesmo tempo palaciano, era o contra-almirante Caldas. Fora padrinho e estava irrepreensível na sua casaca do uniforme. As âncoras reluziam como metais de bordo em hora de revista e os seus favoritos, muito penteados, alargavam a sua face e pareciam desejar com ardor os grandes ventos do vasto oceano sem fim. Ismênia estava de rosa e andava pelas salas com o seu ar dolente, com o seu vagar, com os seus gestos lentos, dando providências. O Lulu, o único filho do general, impava no seu uniforme do Colégio Militar, cheio de dourados e cabelos, tanto mais que passara de ano, graças ao empenho do pai.

O general não tardou em vir falar com Ricardo; e os noivos, quando o trovador os cumprimentou, agradeceram-lhe muito, e até Quinota disse um — “sou muito feliz...” — deitando a cabeça de lado e sorrindo para o chão, sorriso que encheu de imenso transporte a cândida alma do menestrel.

Deram começo às danças e o general, o almirante, o major Inocêncio Bustamante, que também viera de uniforme, com a sua banda roxa de honorário, o doutor Florêncio, Ricardo e dois convidados outros foram para a sala de jantar palestrar um pouco.

O general estava satisfeito. Sonhava há tantos anos uma cerimônia daquelas em sua casa e enfim pela primeira vez via realizado esse anseio.

A Ismênia foi aquela desgraça... O ingrato!... Mas para que recordar?

Os cumprimentos se repetiram.

— É um rapagão, o seu novo genro — disse um dos convidados novos.

O general tirou o *pince-nez* que era preso por um trancelim de ouro, e enquanto o limpava — respondeu, olhando com aquele jeito dos míopes:

— Estou muito contente.

Por aí pôs o *pince-nez*, endireitou o trancelim e continuou:

— Creio que casei bem minha filha: rapaz formado, bem encaminhado e inteligente.

O almirante acudiu:

— E que carreira! Não é por ser meu parente, mas com 32 anos primeiro escriturário do Tesouro, é coisa nunca vista.

— O Genelício não está no Tribunal de Contas, não passou? — perguntou Florêncio.

— Passou, mas é a mesma coisa — replicou o outro convidado novo, que era da amizade do recém-casado.

De fato, Genelício tinha arranjado a transferência e não fora só isso que o decidira a casar-se. Tendo escrito uma *Síntese de Contabilidade Pública Científica*, viu-se, sem saber como, cumulado de elogios pela “imprensa desta capital”. O ministro, atendendo ao mérito excepcional da obra, mandou-lhe dar dois contos de prêmio, tendo sido a edição feita à custa do Estado, na Imprensa Nacional. Era um grosso volume de quatrocentas páginas, tipo doze, escrito em estilo de ofício com uma vasta documentação de decretos e portarias, ocupando dois terços do livro.

A primeira frase da primeira parte, o quinhão do livro verdadeiramente sintético e científico, fora até muito notada e gabada pelos críticos, não só pela novidade da ideia, como também pela beleza da expressão.

Dizia assim: “A Contabilidade Pública é a arte ou ciência de escriturar convenientemente a despesa e receita do Estado.”

Além do prêmio e da transferência, ele já tinha promessa de ser subdiretor na primeira vaga.

Ouvindo tudo isso que tinham dito o almirante, o general e os convidados novos, o major não pôde deixar de observar:

— Depois da militar, a melhor carreira é a da Fazenda, não acham?

— Sim... Bem entendido — fez o doutor Florêncio.

— Eu não quero falar dos formados — apressou-se o major. — Esses...

Ricardo sentia-se na obrigação de dizer qualquer coisa e foi soltando a primeira frase que lhe veio aos lábios:

— Quando se prospera, todas as profissões são boas.

— Não é assim tanto — obtemperou o almirante, alisando um dos favoritos. — Não é para desfazer das outras, mas a nossa, hein, Albernaz? Hein, Inocêncio?

Albernaz levantou a cabeça como se quisesse apanhar no ar uma lembrança e depois replicou:

— É, mas tem os seus percalços. Quando se está numa trapalhada, fogo daqui, tiro dali, morre um, grita outro como em Curupaiti, então...

— O senhor esteve lá, general? — perguntou o convidado amigo de Genelício.

— Não estive. Adoei e vim para o Brasil. Mas o Camisão... Não imaginam o que foi. Você sabe, não é, Inocêncio?

— Se estive lá...

— Polidoro tinha ordem de atacar Sauce, Flores à esquerda e “nós” caímos sobre os paraguaios. Mas os malandros estavam bem entrincheirados, tinham aproveitado o tempo...

— Foi “seu” Mitre — disse Inocêncio.

— Foi. Atacamos com fúria. Era ribombar de canhões que metia medo, bala por todo o canto, os homens morriam como moscas... Um inferno!

— Quem venceu? — perguntou um dos convidados novos.

Todos se entreolharam admirados, exceto o general que julgava a sabedoria do Paraguai excepcional.

— Foram os paraguaios, isto é, repeliram o nosso ataque. É por isso que eu digo que a nossa profissão é bela, mas tem as suas “coisas”...

— Isso não quer dizer nada. Também na passagem de Humaitá... ia dizendo o almirante.

— O senhor estava a bordo?

— Não, eu fui mais tarde. Perseguições fizeram com que eu não fosse designado, porque o embarque equivalia a uma promoção... Mas, na passagem de Humaitá...

Na sala de visitas as danças continuavam com animação. Era raro que alguém viesse de dentro até onde eles estavam. Os risos, a música, e o mais que se adivinhava não distraíam aqueles homens das suas preocupações belicosas.

O general, o almirante e o major enchiam de pasmo aqueles burgueses pacíficos, contando batalhas em que não estiveram e pugnas valorosas que não pelejaram.

Não há como um cidadão pacato, bem comido, tendo tomado alguns vinhos generosos, para apreciar as narrações de guerra. Ele só vê a parte pitoresca, a parte por assim dizer espiritual das batalhas, dos encontros; os tiros são os de salva e se matam é coisa de somenos. A morte mesmo, nas narrações feitas assim, perde a sua importância trágica: três mil mortos só!!!

De resto, contadas pelo general Albernaz, que nunca tinha visto a guerra, a coisa ficava edulcorada, uma guerra *bibliothèque rose*, guerra de estampa popular, em que não aparecem a carniçaria, a brutalidade e a ferocidade normais.

Estavam Ricardo, o doutor Florêncio, o exato empregado como engenheiro das Águas, aqueles dois recentes conhecimentos de Albernaz, embevecidos, boquiabertos e invejosos diante das proezas imaginárias daqueles três militares, um honorário, talvez o menos pacífico dos três, o único que tivesse mesmo tomado parte em alguma coisa guerreira — quando Dona Maricota chegou, sempre diligente, ativa, dando movimento e vida à festa. Era mais moça que o marido, tinha ainda inteiramente pretos os cabelos na sua cabeça pequena, que contrastava tanto com o seu corpo enorme. Ela vinha ofegante e dirigiu-se ao marido:

— Então, Chico, que é isso? Ficou aí e eu que faça sala, que anime as moças... Pra sala todos!

— Já vamos, dona Maricota — disse alguém.

— Não — fez com rapidez a dona da casa —, é já. Vamos, “seu” Caldas, “seu” Ricardo, os senhores!

E foi empurrando um a um pelo ombro.

— Depressa, depressa, que a filha do Lemos vai cantar; e depois é o senhor... Está ouvindo, “seu” Ricardo!

— Pois não, minha senhora. É uma ordem...

E foram. No caminho o general parou um pouco, chegou-se a Coração dos Outros e perguntou:

— Diga-me uma coisa: como vai o nosso amigo Quaresma?

— Vai bem.

— Tem-lhe escrito?

— Às vezes. Eu queria, general...

O general suspendeu a cabeça, levantou um pouco o *pince-nez* que começava a cair, e perguntou:

— O quê?

Ricardo ficou intimidado com o ar marcial com que Albernaz lhe fez a pergunta. Depois de uma ligeira hesitação, respondeu de um jato, com medo de perder as palavras:

— Eu queria que o senhor me arranjasse uma passagem, um passe, para ir vê-lo.

O general esteve uns instantes de cabeça baixa, coçou o cabelo e disse:

— Isso é difícil, mas você apareça lá, na repartição, amanhã.

E continuaram a andar. Ainda andando, Coração dos Outros acrescentou:

— Estou com saudades dele, depois tenho certos desgostos... O senhor sabe: um homem que tem nome...

— Vá lá amanhã.

Dona Maricota apareceu na frente e falou agastada:

— Vocês não vêm!

— Já vamos — fez o general.

E depois, dirigindo-se a Ricardo, ajuntou:

— Aquele Quaresma podia estar bem, mas foi meter-se com livros... É isto! Eu, há bem quarenta anos, que não pego em livro...

Chegaram à sala. Era vasta. Tinha dois grandes retratos em pesadas molduras douradas, furiosos retratos a óleo de Albernaz e da mulher; um espelho oval e alguns quadrinhos, e a decoração estava completa. Da mobília não se podia julgar, tinha sido retirada, para dar mais espaço aos dançantes. A noiva e o noivo estavam no sofá sentados a presidir a festa. Havia um ou outro decote, poucas casacas, algumas sobrecasacas e muitos fraques. Por entre as cortinas de uma janela, Ricardo pôde ver a rua. A calçada defronte estava cheia. A casa era alta e tinha jardim; só de lá os curiosos, os “serenos”, podiam ver alguma coisa da festa. Lalá, no vão de uma sacada, conversava com o tenente Fontes. O general contemplou-os e abençoou-os com um olhar aprovador...

A moça, a famosa filha do Lemos, dispôs-se a cantar. Foi ao piano, colocou a partitura e começou. Era uma *romanza* italiana que ela cantou com a perfeição e o mau gosto de uma moça bem-educada. Acabou. Palmas gerais, mas frias, soaram.

O doutor Florêncio que ficara atrás do general, comentou:

— Tem uma bela voz esta moça. Quem é?

— É a filha do Lemos, o doutor Lemos da Higiene — respondeu o general.

— Canta muito bem.

— Está no último ano do Conservatório — observou ainda Albernaz.

Chegou a vez de Ricardo. Ele ocupou um canto da sala, agarrou o violão, afinou-o, correu a escala; em seguida, tomou o ar trágico de quem vai representar o Édipo-Rei e falou com voz grossa: “Senhoritas, senhores e senhoras.” Parou. Concertou a voz e continuou: “Vou cantar ‘Os teus braços’, modinha de minha composição, música e versos. É uma composição terna, decente e de uma poesia exaltada.” Seus olhos, por aí, quase saíam das órbitas. Emendou: “Espero que nenhum ruído se ouça, porque senão a inspiração se evola. É o violão instrumento muito... mui... to ‘dê-li-cá-do’. Bem.”

A atenção era geral. Deu começo. Principiou brando, gemebundo, macio e longo, como um soluço de onda; depois, houve uma parte rápida, saltitante, em que o violão estalava. Alternando um andamento e outro, a modinha acabou.

Aquilo tinha ido ao fundo de todos, tinha acudido ao sonho das moças e aos desejos dos homens. As palmas foram ininterruptas. O general abraçou-o, Genelício levantou-se e deu-lhe a mão. Quinota, no seu imaculado vestido de noiva, também.

Para fugir aos cumprimentos, Ricardo correu à sala de jantar. No corredor chamavam-no: “Senhor Ricardo, Senhor Ricardo!” Voltou-se. “Que ordena minha senhora?” Era uma moça que lhe pedia uma cópia da modinha.

— Não se esqueça — dizia ela com meiguice —, não se esqueça. Gosto tanto das suas modinhas... São tão ternas, tão delicadas... Olhe: dê aqui a Ismênia para me entregar.

A noiva de Cavalcanti aproximava-se e, ouvindo falar em seu nome, perguntou:

— Que é Dulce?

A outra explicou-se. Ela aceitou a incumbência e, por sua vez, perguntou a Ricardo com a sua voz dolente:

— “Seu” Ricardo, quando é que o senhor pretende estar com dona Adelaide?

— Depois de amanhã, espero eu.

— Vai lá?

— Vou.

— Pois então diga-lhe que me escreva. Eu queria tanto receber uma carta...

E limpou os olhos furtivamente, com o seu pequenino lenço rendado.

III GOLIAS

No sábado da semana seguinte àquela em que a filha do general recebera como marido o grave e giboso Genelício, glória e orgulho do nosso funcionalismo público, Olga casara-se. A cerimônia correria com a pompa e a riqueza acostuada em pessoas de sua camada. Houve uns arremedos parisienses de *corbeille* de noiva e outros pequenos detalhes chiques, que não a aborreceram, mas que não a encheram lá de satisfação maior que as noivas comuns. Talvez nem mesmo essa ela tivesse.

Não foi para a igreja em virtude de uma determinação certa de sua vontade. Continuava a não encontrar dentro de si motivo para aquele ato, mas, aparentemente, nenhuma vontade estranha à sua influíra para isso. O marido é que estava contente. Não seria muito com a noiva, mas com a volta que a sua vida ia tomar. Ficando rico e sendo médico, cheio de talento nas notas e recompensas escolares, via diante de si uma larga estrada de triunfos nas posições e na indústria clínica. Não tinha fortuna alguma, mas julgava o seu banal título um foral de nobreza, equivalente àqueles com que os autênticos fidalgos da Europa brunem o nascimento das filhas dos salchicheiros ianques. Apesar de ser seu pai um importante fazendeiro por aí, em algum lugar deste Brasil, o sogro lhe dera tudo e tudo ele aceitara sem pejo, com o desprezo de um duque, duque de plenamentos e medalhas, a receber homenagens de um vilão que não “roçou os bancos de uma academia”.

Julgava que a noiva o aceitara pelo seu maravilhoso título, o pergaminho; é verdade que foi, não tanto pelo título, mas pela sua simulação de inteligência, de amor à ciência, de desmedidos sonhos de sábio. Tal imagem que dele fizera, durara instantes em Olga; depois foi a inércia da sociedade, a sua tirania e a timidez natural da moça em romper que a levaram ao casamento. Tanto mais que ela, de si para si, pensava que se não fosse este, seria outro a ele igual, e o melhor era não adiar.

Era por isso que ela não ia para a igreja, em virtude de uma determinação certa de sua vontade, embora sem perceber o constrangimento de um comando fora dela. Apesar da pompa, esteve longe de ser uma noiva majestosa. Não obstante as origens puramente europeias, era pequena, muito mesmo, ao lado do noivo, alto, ereto, com uma fisionomia irradiante de felicidade; e, desse modo, ela desaparecia dentro do vestido, dos véus e daqueles atavios obsoletos com que se arreiam as moças que se vão casar. De resto, a sua beleza não era a grande beleza — aquela que nós exigimos das noivas ricas, segundo o modelo das estampas clássicas.

No seu rosto, nada de grego, desse grego autêntico ou de pacotilha, ou ainda dessa majestade de ópera lírica. Havia nos seus traços muita irregularidade, mas a sua fisionomia era profunda e própria. Não só a luz dos seus grandes olhos negros, que quase cobriam toda a cavidade orbitária, fazia fulgurar o seu rosto móbil, como a sua pequena boca, de um desenho fino, exprimia bondade, malícia e o seu ar geral era de reflexão e curiosidade.

Ao contrário do costume, não saíram da cidade e foram morar na casa do antigo empreiteiro. Quaresma não fora à festa, mandara o leitão e o peru da tradição e escrevera uma longa carta. O sítio empolgara-o, o calor ia passar, vinha a época das chuvas, das sementeiras, e não queria afastar-se de suas terras. A viagem seria breve, mas mesmo assim, perdendo um dia ou dois, era como se começasse a desertar da batalha.

O pomar estava todo limpo e já estavam preparados os canteiros da horta. A visita de Ricardo veio distraí-lo um pouco, sem desviá-lo contudo dos seus afazeres agrícolas.

Passou um mês com o major, e foi um triunfo. A fama do seu nome precedia-o, de forma que todo o município o disputava e festejava.

O seu primeiro trabalho foi ir à vila. Ficava a quatro quilômetros adiante da casa de Quaresma e a estrada de ferro tinha uma estação lá. Ricardo dispensou a estrada e foi a pé, pela estrada de rodagem, se assim se pode chamar um trilho, cheio de caldeirões, que subia e descia morros, cortava planícies e rios em toscas pontes. A vila!... Tinha duas ruas principais: a antiga, determinada pelo velho caminho de tropas, e a nova, cuja origem veio da ligação da velha com a estrada de ferro. Elas se encontravam em T, sendo o braço vertical o caminho da estação. As outras partiam delas, as casas juntavam-se urbanamente no começo, depois iam espaçando, espaçando, até acabar em mato, em campo. A antiga chamava-se Marechal Deodoro, ex-Imperador; e a mais nova, Marechal Floriano, ex-Imperatriz. De uma das extremidades da rua

Marechal Deodoro, partia a da Matriz, que ia ter à igreja, ao alto de uma colina, feia e pobre no seu estilo jesuítico. À esquerda da estação, num campo, a Praça da República, a que ia dar uma rua mal esboçada por espaçadas casas, ficava a Câmara Municipal.

Era um grande paralelepípedo de tijolo, cimalha, janela com sacadas de grade de ferro, puro estilo mestre de obras. Compungia essa pobreza de gosto a quem se lembrasse dos edifícios da mesma natureza das pequenas comunas francesas e belgas da Idade Média.

Ricardo entrou num barbeiro na rua Marechal Deodoro, Salão Rio de Janeiro, e fez a barba. O fígaro deu-lhe informações sobre a vila e ele se deu a conhecer. Havia certos circunstantes, um deles tomou-o a seu cargo e daí em pouco estava relacionado. Quando voltou para a casa do major já tinha convite para o baile do doutor Campos, presidente da Câmara, festa que teria lugar na quarta-feira próxima.

Chegara sábado e fora passear à vila domingo.

Tinha havido missa e o trovador assistiu à saída. A concorrência nunca é grande na roça, mas Ricardo pôde ver algumas daquelas moças do interior, linfáticas e tristes, ataviadinhas, cheias de laços, descendo silenciosas a colina em que se erguia a igreja, espalhando-se pela rua e logo entrando para as casas, onde iriam passar uma semana de reclusão e tédio. Foi na saída da missa que lhe apresentaram o doutor Campos.

Era o médico do lugar, morava, porém, fora, na sua fazenda, e viera de “aranha” com a sua filha, Nair, assistir o ofício religioso.

O trovador e o médico estiveram um instante conversando, enquanto a filha, muito magra, pálida, com uns longos braços descarnados, olhava com um vexame fingido o solo poeirento da rua. Quando eles partiram, ainda Ricardo considerou um pouco aquele rebento dos ares livres do Brasil.

À festa do doutor Campos, seguiram-se outras a que Ricardo deu a honra de sua presença e a alegria da sua voz. Quaresma não o acompanhava, mas gozava a sua vitória. Se bem que o major tivesse abandonado o violão, ainda continuava a prezar aquele instrumento essencialmente nacional. As consequências desastrosas do seu requerimento em nada tinham abalado as suas convicções patrióticas. Continuavam as suas ideias profundamente arraigadas, tão somente ele as escondia, para não sofrer com a incompreensão e maldade dos homens.

Gozava, portanto, a fulminante vitória de Ricardo, que indicava bem naquela população a existência de um resíduo forte da nossa nacionalidade a

resistir às invasões das modas e gostos estrangeiros.

Ricardo recebia todas as honras, todos os favores, por parte de todos os partidos. O doutor Campos, Presidente da Câmara, era quem mais o cumulava de homenagens. Naquela manhã até esperava um dos cavalos do edil, para dar um passeio ao Carico; e, esperando, foi dizendo a Quaresma, que ainda não tinha partido para o eito:

— Major, foi uma boa ideia vir para a roça. Vive-se bem e pode-se subir...

— Não tenho nenhum desejo disso. Você sabe como me são estranhas todas essas coisas.

— Sei... É... Não digo que se peça, mas, quando nos oferecem, não devemos rejeitar, não acha?

— Conforme, meu caro Ricardo. Eu não podia aceitar encargo de comandar uma esquadra.

— Até aí não vou. Olhe, major: eu gosto muito de violão, mesmo dedico a minha vida ao seu levantamento moral e intelectual, entretanto, se amanhã o presidente dissesse: “Seu Ricardo, o senhor vai ser deputado”, o senhor pensa que eu não aceitava, sabendo perfeitamente que não podia mais desferir os trenos do instrumento? Ora, se não! Não se deve perder vaza, major.

— Cada um tem as suas teorias.

— Decerto. Outra coisa, major: conhece o doutor Campos?

— De nome.

— Sabe que ele é presidente da Câmara?

Quaresma olhou um instante para Ricardo com uma ligeira desconfiança. O menestrel não notou o gesto do amigo e emendou:

— Mora daqui a uma légua. Já lhe toquei em casa e hoje vou a cavalo passear com ele.

— Fazes bem.

— Ele quer conhecê-lo. Posso trazê-lo aqui?

— Podes.

Um camarada do doutor Campos, neste instante, entrava pela porteira trazendo o cavalo prometido. Ricardo montou e Quaresma seguiu para a roça ao encontro dos seus dois empregados. Eram agora dois, pois, além do Anastácio, que não era bem um empregado, mas agregado, admitira o Felizardo.

Era manhã de verão, mas as chuvas continuadas dos dias anteriores tinham atenuado a temperatura.

Havia uma grande profusão de luz e os ares estavam doces. Quaresma foi caminhando por entre aquele rumor de vida, rumor que vinha do farfalhar do mato e do piar das aves e pássaros. Esvoaçavam tiés-vermelhos, bandos de coleiros; anuns voavam e punham pequenas manchas negras no verdor das árvores. Até as flores, essas tristes flores dos nossos campos, no momento, parecem que tinham saído à luz, não somente para a fecundação vegetal mas também para a beleza.

Quaresma e seus empregados trabalhavam agora longe, faziam um roçado, e fora para auxiliar esse serviço que contratou o Felizardo. Era este um camarada magro, alto, de longos braços, longas pernas, como um símio. Tinha a face cor de cobre, a barba rala e, sob uma aparência de fraqueza muscular, não havia ninguém mais valente que ele para roçar. Com isto era um tagarela incansável. De manhã, quando chegava, aí pelas seis horas, já sabia todas as intriguinhas do município.

O roçado tinha por fim ganhar terreno ao mato, no lado norte do sítio, que o capão invadira. Obtido ele, o major plantaria obra de meio alqueire ou pouco mais de milho, e nos intervalos batatas-inglesas, cultura nova em que depositava grandes esperanças. Já se fizera a derrubada e o aceiro estava aberto; Quaresma, porém, não lhe quisera atear fogo. Evitava assim calcinar o terreno, eliminando dele os princípios voláteis ao fogo. Agora o seu trabalho era separar os paus mais grossos, para aproveitar como lenha; os galhos miúdos e folhas, ele removia para longe, onde então queimaria em coivaras pequenas.

Isso levava tempo, custava tombos ao seu corpo mal habituado aos cipós e tocos; mas prometia dar um rendimento maior ao plantio.

Durante o trabalho, Felizardo ia contando as suas novidades para se distrair. Há quem cante, ele falava e pouco se incomodava que lhe dessem ou não atenção.

— Essa gente anda acesa por aí — disse Felizardo logo que o major chegou.

Certas vezes Quaresma fazia-lhe perguntas, atendia-lhe a conversa, raras não. Anastácio era silencioso e grave. Nada dizia: trabalhava e, de quando em quando, parava e considerava, numa postura hierática de uma pintura mural tebana. O major perguntou ao Felizardo:

— Que é que há, Felizardo?

O camarada descansou o grosso tronco de camará no monte, limpou o suor com os dedos e respondeu com a sua fala branda e chiante:

— Negócio de política... “seu” tenente Antonino quase briga ontem com “seu dotô Campo”.

— Onde?

— Na estação.

— Por quê?

— Negócio de partido. Pelo que ouvi: “seu” tenente Antonino é pelo “governadô” e “seu dotô Campo” é pelo “senadô”... Um “sarcero”, patrão!

— E você, por quem é?

Felizardo não respondeu logo. Apanhou a foice e acabou de cortar um galho que enleava o tronco a remover. Anastácio estava de pé e considerou um instante a figura do companheiro palrador. Respondeu afinal:

— Eu! Sei lá... Urubu pelado não se mete no meio dos coroados. Isso é bom pro “sinhô”.

— Eu sou como você, Felizardo.

— Quem me dera, meu “sinhô”. Inda “trasantonte” ouvi “dizê” que o patrão é amigo do “marechá”.

Afastou-se com o pau; e, quando voltou, Quaresma indagou assustado:

— Quem disse?

— Não sei, não “sinhô”. Ouvi a modo de “dizê” lá na venda do espanhol, tanto assim que “doutô Campo tá” inchado que nem sapo com a sua amizade.

— Mas é falso, Felizardo. Eu não sou amigo coisa alguma... Conheci-o... E nunca disse isso aqui a ninguém... Qual amigo!

— “Quá!” — fez Felizardo com um riso largo e duro. O patrão “tá” é varrendo a testada.

Apesar de todo o esforço de Quaresma, não houve meio de tirar daquela cabeça infantil a ideia de que ele fosse amigo do marechal Floriano. “Conheci-o no meu emprego”, dizia o major; Felizardo sorria grosso e por uma vez dizia: “Quá! o patrão é fino que nem cobra.”

Tal teimosia não deixou de impressionar Quaresma. Que queria dizer aquilo? Demais, as palavras de Ricardo, as suas insinuações pela manhã... Ele tinha o trovador em conta de homem leal e amigo fiel, incapaz de lhe estar armando laços para passar maus momentos; os entusiasmos dele, entretanto, junto à vontade de ser bom amigo, podiam iludi-lo e fazê-lo instrumento de algum perverso. Quaresma ficou um instante pensativo, deixando de remover os galhos cortados; em breve, porém, esqueceu-se e a preocupação dissipou-se. À tarde, quando foi jantar, já nem mais se lembrava da conversa e a refeição

correu natural, nem muito alegre, nem muito triste, mas sem sombra alguma de cogitações por parte dele.

Dona Adelaide, sempre com a sua *matinée* creme e saia preta, sentava-se à cabeceira; Quaresma à direita e à esquerda, Ricardo. Era a velha quem sempre puxava a língua do trovador.

— Gostou muito do passeio, senhor Ricardo?

Não havia meio dela dizer “seu”. A sua educação de “senhora” de outros tempos não lhe permitia usar esse plebeísmo generalizado. Vira os pais, gente ainda fortemente portuguesa, dizer “senhor” e continuava a dizer, sem fingimento, naturalmente.

— Muito. Que lugar! Uma catadupa... Que maravilha! Aqui, na roça, é que se tem inspiração.

E ele tomava aquela atitude de arroubo; uma fisionomia de máscara de trágico grego e uma voz cavernosa que rolava como uma trovoada abafada.

— Tens composto muito, Ricardo? — indagou Quaresma.

— Hoje acabei uma modinha.

— Como se chama? — indagou dona Adelaide.

— “Os lábios da Carola”.

— Bonito! Já fez a música?

Era ainda a irmã de Quaresma a perguntar. Ricardo levava agora o garfo à boca; deixou-o suspenso entre os lábios e o prato e respondeu com toda a convicção:

— A música, minha senhora, é a primeira coisa que faço.

— Hás de no-la cantar logo.

— Pois não, major.

Após o jantar, Quaresma e Coração dos Outros saíram a passear no sítio. Fora essa a única concessão que ao amigo fizera Policarpo, no tocante ao regime de seus trabalhos agrícolas. Levava sempre o pedaço de pão, que esfarelava em migalhas no galinheiro, para ver a atroz disputa entre as aves. Acabando, ficava um instante a considerar aquelas vidas, criadas, mantidas e protegidas para sustento da sua. Sorria para os frangos, agarrava os pintinhos, ainda implumes, muito vivos e ávidos, e demorava-se a apreciar a estupidez do peru, imponente, fazendo roda, a dar estouros presunçosos. Em seguida ia ao chiqueiro; assistia Anastácio dar a ração, despejando-a nos cochos. O enorme cevado de grandes orelhas pendentes levantava-se, dificilmente, e solenemente vinha mergulhar a cabeça na caldeira; noutro compartimento os bacorinhos grunhiam e grunhindo vinham com a mãe chafurdar-se na comida.

A avidez daqueles animais era deveras repugnante, mas os seus olhos tinham uma longa doçura bem humana que os fazia simpáticos.

Ricardo apreciava pouco aquelas formas inferiores de vida, mas Quaresma ficava minutos esquecidos a contemplá-las numa demorada interrogação muda. Sentavam-se a um tronco de árvore; e Quaresma olhava o céu alto, enquanto Coração dos Outros contava qualquer história.

A tarde ia adiantada. A terra já começava a amolecer, pelo fim daquele beijo ardente e demorado do sol. Os bambus suspiravam; as cigarras ciciavam; as rolas gemiam amorosamente. Ouvindo passos, o major voltou-se.

— Padrinho! Olga!

Mal se viram, abraçaram-se, e quando se separaram ficaram ainda a olhar um para o outro, com as mãos presas. E vieram aquelas estúpidas e tocantes frases de encontros satisfeitos: Quando chegaste? Não esperava... É longe... Ricardo olhava embevecido com a ternura dos dois; Anastácio tirara o chapéu e olhava a “sinhazinha”, com o seu terno e vazio olhar de africano.

Passada a emoção, a moça se debruçou sobre o chiqueiro, depois passou a vista pelos quatro pontos e Quaresma perguntou:

— Quedê teu marido?

— O doutor?... Está lá dentro.

O marido tinha resistido muito em acompanhá-la até ali. Não lhe parecia bem aquela intimidade com um sujeito sem título, sem posição brilhante e sem fortuna. Ele não compreendia como o seu sogro, apesar de tudo um homem rico, de outra esfera, tinha podido manter e estreitar relações com um pequeno empregado de uma repartição secundária, e até fazê-lo seu compadre! Que o contrário se desse, era justo; mas como estava a coisa parecia que abalava toda a hierarquia da sociedade nacional. Mas, em definitivo, quando dona Adelaide o recebeu cheia de um imenso respeito, de uma particular consideração, ele ficou desarmado e todas as suas pequenas vaidades foram trocadas e satisfeitas.

Dona Adelaide, mulher velha, do tempo em que o Império armava essa nobreza escolar, possuía em si uma particular reverência, um culto pelo doutorado; e não lhe foi, pois, difícil demonstrá-lo quando se viu diante do doutor Armando Borges, de cujas notas e prêmios ela tinha exata notícia.

Quaresma mesmo recebeu-o com as maiores marcas de admiração e o doutor, gozando aquele seu sobre-humano prestígio, ia conversando pausadamente, sentenciosamente, dogmaticamente; e, à proporção que conversava, talvez para que o efeito não se dissipasse, virava com a mão direita

o grande anelão “simbólico”, o talismã, que cobria a falange do dedo indicador esquerdo, ao jeito de marquise.

Conversaram muito. O jovem par contou a agitação política do Rio, a revolta da Fortaleza de Santa Cruz; dona Adelaide, a epopeia da mudança, móveis quebrados, objetos partidos. Pela meia-noite todos foram dormir com uma alegria particular, enquanto os sapos levantavam no riacho defronte o seu grave hino à transcendente beleza do céu negro, profundo e estrelado.

Acordaram cedo. Quaresma não foi logo para o trabalho. Tomou café e esteve conversando com o doutor. O correio chegou e trouxe-lhe um jornal. Rasgou a cinta e leu o título. Era *O Município*, órgão local, hebdomadário, filiado ao partido situacionista. O doutor se havia afastado; ele aproveitou a ocasião para ler o jornaleco. Pôs o *pince-nez*, recostou-se na cadeira de balanço e desdobrou o jornal. Estava na varanda; o terral soprava nos bambus que se inclinavam molemente. Começou a leitura. O artigo de fundo intitulava-se “Intrusos” e consistia em uma tremenda descompostura aos não nascidos no lugar que moravam nele — “verdadeiros estrangeiros que se vinham intrometer na vida particular e política da família curuzuense, perturbando-lhe a paz e a tranquilidade”.

Que diabo queria dizer aquilo? Ia deitar fora o jornaleco, quando lhe pareceu ler seu nome entre versos.

Procurou o lugar e deu com estas quadrinhas:

Política de Curuzu

Quaresma, meu bem, Quaresma!
Quaresma do coração!
Deixa as batatas em paz
Deixa em paz o feijão.

Jeito não tens para isso
Quaresma, meu cocumbi!
Volta à mania antiga
De redigir em tupi.

Olho vivo.

O major ficou estupefocado. Que vinha a ser aquilo? Por quê? Quem era? Não atinava, não achava o motivo e o fundo de semelhante ataque. A irmã aproximara-se acompanhada da afilhada. Quaresma estendeu-lhe o jornal com o braço tremendo: “Lê isto, Adelaide.”

A velha senhora viu logo a perturbação do irmão e leu com pressa e solicitude. Ela tinha aquela ampla maternidade das solteironas; pois parece que a falta de filhos reforça e alarga o interesse da mulher pelas dores dos outros. Enquanto ela lia, Quaresma dizia: mas que fiz eu? que tenho com política? E coçava os cabelos já bastante encanecidos. Dona Adelaide disse então docemente:

— Sossega, Policarpo. Por isso só?... Ora!

A afilhada leu também os versos e perguntou ao padrinho:

— O senhor se meteu algum dia nessa política daqui?

— Eu nunca!... Vou até declarar que...

— Está doido! — exclamaram as duas mulheres a um tempo, ajuntando a irmã:

— Isto seria uma covardia... Uma satisfação... Nunca!

O doutor e Ricardo chegavam de fora e encontraram os três nessas considerações. Notaram a alteração de Quaresma. Estava pálido, tinha os olhos úmidos e coçava sucessivamente a cabeça.

— Que há, major? — indagou o troveiro.

As senhoras explicaram o caso e deram-lhe as quadrinhas a ler. Ricardo depois contou o que ouvira na vila. Acreditavam todos que o major viera para ali no intuito de fazer política, tanto assim que dava esmolas, deixava o povo fazer lenha no seu mato, distribuía remédios homeopáticos... O Antonino afirmava que havia de desmascarar semelhante tartufo.

— E não desmentiste? — perguntou Quaresma.

Ricardo afirmou que sim, mas o escrivão não quisera acreditar nele e reiterara os seus propósitos de ataque.

O major ficou profundamente impressionado com tudo; mas, de acordo com seu gênio, incubou nos primeiros tempos a impressão, e, enquanto estiveram com ele os seus amigos, não demonstrou preocupação.

Olga e o marido passaram no “Sossego” cerca de quinze dias. O marido, ao fim de uma semana, já parecia cansado. Os passeios não eram muitos. Em geral, os nossos lugarejos são de uma grande pobreza do pitoresco; há um ou dois lugares célebres, assim como na Europa, cada aldeia tem a sua curiosidade histórica.

Em Curuzu, o passeio afamado era o Carico, uma cachoeira distante duas léguas da casa de Quaresma, para as bandas das montanhas que lhe barravam o horizonte fronteiro. O doutor Campos já travara relações com o major e, graças a ele, houve cavalos e silhão que também permitisse à moça ir à cachoeira.

Foram de manhã, o presidente da Câmara, o doutor, sua mulher e a filha de Campos. O lugar não era feio. Uma pequena cachoeira, de uns quinze metros de altura, despenhava-se em três partes, pelo flanco da montanha abaixo. A água estremecia na queda, como que se enrodilhava e vinha pulverizar-se numa grande bacia de pedra, rugindo e roncando. Havia muita verdura e como que toda a cascata vivia sob uma abóboda de árvores. O sol coava-se dificilmente e vinha faiscar sobre a água e sobre as pedras em pequenas manchas, redondas ou oblongas. Os periquitos, de um verde mais claro, pousados nos galhos eram como as incrustações daquele salão fantástico.

Olga pôde ver tudo isso bem à vontade, andando de um para outro lado, porque a filha do presidente era de um silêncio de túmulo e o pai desta tomava com o seu marido informações sobre novidades medicinais: Como se cura hoje erisipela? Ainda se usa muito o tártaro emético?

O que mais a impressionou no passeio foi a miséria geral, a falta de cultivo, a pobreza das casas, o ar triste, abatido da gente pobre. Educada na cidade, ela tinha dos roceiros ideia de que eram felizes, saudáveis e alegres. Havendo tanto barro, tanta água, por que as casas não eram de tijolos e não tinham telhas? Era sempre aquele sapê sinistro e aquele “sopapo” que deixava ver a trama de varas, como o esqueleto de um doente. Por que ao redor dessas casas não havia culturas, uma horta, um pomar? Não seria tão fácil, trabalho de horas? E não havia gado, nem grande nem pequeno. Era raro uma cabra, um carneiro. Por quê? Mesmo nas fazendas, o espetáculo não era mais animador. Todas soturnas, baixas, quase sem o pomar olente e a horta succulenta. A não ser o café e um milharal, aqui e ali, ela não pôde ver outra lavoura, outra indústria agrícola. Não podia ser preguiça só ou indolência. Para o seu gasto, para uso próprio, o homem tem sempre energia para trabalhar relativamente. Na África, na Índia, na Cochinchina, em toda a parte, os casais, as famílias, as tribos, plantam um pouco algumas coisas para eles. Seria a terra? Que seria? E todas essas questões desafiavam a sua curiosidade, o seu desejo de saber, e também a sua piedade e simpatia por aqueles párias, maltrapilhos, mal alojados, talvez com fome, sorumbáticos!...

Pensou em ser homem. Se o fosse passaria ali e em outras localidades meses e anos, indagaria, observaria e com certeza havia de encontrar o motivo e o remédio. Aquilo era uma situação do camponês da Idade Média e começo da nossa: era o famoso animal de La Bruyère que tinha face humana e voz articulada...

Como no dia seguinte fosse passear ao roçado do padrinho, aproveitou a ocasião para interrogar a respeito o tagarela Felizardo. A faina do roçado ia quase no fim; o grande trato da terra estava quase inteiramente limpo e subia um pouco em ladeira a colina que formava a lombada do sítio.

Olga encontrou o camarada cá embaixo, cortando a machado as madeiras mais grossas; Anastácio estava no alto, na orla do mato, juntando, a ancinho, as folhas caídas. Ela lhe falou:

— Bons dias, “sá dona”.

— Então trabalha-se muito, Felizardo?

— O que se pode.

— Estive ontem no Carico, bonito lugar... Onde é que você mora, Felizardo?

— É doutra banda, na estrada da vila.

— É grande o sítio de você?

— Tem alguma terra, sim, senhora, “sá dona”.

— Você por que não planta para você?

— “Quá, sá dona!” O que é que a gente come?

— O que plantar ou aquilo que a plantação der em dinheiro.

— “Sá dona tá” pensando uma coisa e a coisa é outra. Enquanto planta cresce, e então? “Quá, sá dona”, não é assim. Deu uma machadada; o tronco escapou; colocou-o melhor no picador e, antes de desferir o machado, ainda disse: — Terra não é nossa... E “frumiga”?... Nós não “tem” ferramenta... isso é bom para italiano ou “alamão”, que o governo dá tudo... Governo não gosta de nós...

Desferiu o machado, firme, seguro; e o rugoso tronco se abriu em duas partes, quase iguais, de um claro amarelado, onde o cerne escuro começava a aparecer.

Ela voltou querendo afastar do espírito aquele desacordo que o camarada indicara, mas não pôde. Era certo. Pela primeira vez notava que o *self-help* do Governo era só para os nacionais; para os outros todos os auxílios e facilidades, não contando com a sua anterior educação e apoio dos patrícios.

E a terra não era dele? Mas de quem era então, tanta terra abandonada que se encontrava por aí? Ela vira até fazendas fechadas, com as casas em ruínas... Por que esse acaparamento, esses latifúndios inúteis e improdutivos?

A fraqueza de atenção não lhe permitiu pensar mais no problema. Foi vindo para casa, tanto mais que era hora de jantar e a fome lhe chegava.

Encontrou o marido e o padrinho a conversar. Aquele perdera um pouco da sua morgue; havia mesmo ocasião em que era até natural. Quando ela chegou, o padrinho exclamava:

— Adubos! É lá possível que um brasileiro tenha tal ideia! Pois se temos as terras mais férteis do mundo!

— Mas se esgotam, major — observou o doutor.

Dona Adelaide, calada, seguia com atenção o crochê que estava fazendo; Ricardo ouvia, com os olhos arregalados; e Olga intrometeu-se na conversa:

— Que zanga é essa, padrinho?

— É teu marido que quer convencer-me que as nossas terras precisam de adubos... Isto é até uma injúria!

— Pois fique certo, major, se eu fosse o senhor — aduziu o doutor —, ensaiava uns fosfatos...

— Decerto, major — obtemperou Ricardo. — Eu, quando comecei a tocar violão, não queria aprender música...

— Qual música! Qual nada! A inspiração basta!... Hoje vejo que é preciso... É assim — resumia ele.

Todos se entreolharam, exceto Quaresma, que logo disse a ele com toda a força d'alma:

— Senhor doutor, o Brasil é o país mais fértil do mundo, é o mais bem-dotado e as suas terras não precisam “empréstimos” para dar sustento ao homem. Fique certo!

— Há mais férteis, major — avançou o doutor.

— Onde?

— Na Europa.

— Na Europa!

— Sim, na Europa. As terras negras da Rússia, por exemplo.

O major considerou o rapaz durante algum tempo e exclamou triunfante:

— O senhor não é patriota! Esses moços...

O jantar correu mais calmo. Ricardo fez ainda algumas considerações sobre o violão. À noite, o menestrel cantou a sua última produção: “Os lábios da Carola”. Suspeitava-se que Carola fosse uma criada do doutor Campos; mas

ninguém aludiu a isso. Ouviram-no com interesse e ele foi muito aclamado. Olga tocou no velho piano de dona Adelaide; e, antes das onze horas, estavam todos recolhidos.

Quaresma chegou a seu quarto, despiu-se, enfiou a camisa de dormir e, deitado, pôs-se a ler um velho elogio das riquezas e opulências do Brasil.

A casa estava em silêncio; do lado de fora, não havia a mínima bulha. Os sapos tinham suspendido um instante a sua orquestra noturna. Quaresma lia; e lembrava-se que Darwin escutava com prazer esse concerto dos charcos. “Tudo na nossa terra é extraordinário!”, pensou. Da despensa, que ficava junto a seu aposento, vinha um ruído estranho. Apurou o ouvido e prestou atenção. Os sapos começaram o seu hino. Havia vozes baixas, outras mais altas e estridentes; uma se seguia à outra, num dado instante todas se juntaram num uníssono sustentado. Suspenderam um instante a música. O major apurou o ouvido; o ruído continuava. Que era? Eram uns estalos tênues; parecia que quebravam gravetos, que deixavam outros cair ao chão... Os sapos começaram; o regente deu uma martelada e logo vieram os baixos e os tenores. Demoraram muito; Quaresma pôde ler umas cinco páginas. Os batráquios pararam; a bulha continuava. O major levantou-se, agarrou o castiçal e foi à dependência da casa donde partia o ruído, assim mesmo como estava, em camisa de dormir.

Abriu a porta; nada viu. Ia procurar nos cantos, quando sentiu uma ferroadada no peito do pé. Quase gritou. Abaixou a vela para ver melhor e deu com uma enorme saúva agarrada com toda a fúria à sua pele magra. Descobriu a origem da bulha. Eram formigas que, por um buraco no assoalho, lhe tinham invadido a despensa e carregavam as suas reservas de milho e feijão, cujos recipientes tinham sido deixados abertos por inadvertência. O chão estava negro, e carregadas com os grãos, elas, em pelotões cerrados, mergulhavam no solo em busca da sua cidade subterrânea.

Quis afugentá-las. Matou uma, duas, dez, vinte, cem; mas eram milhares e cada vez mais o exército aumentava. Veio uma, mordeu-o, depois outra, e o foram mordendo pelas pernas, pelos pés, subindo pelo seu corpo. Não pôde aguentar, gritou, sapateou e deixou a vela cair.

Estava no escuro. Debatia-se para encontrar a porta; achou e correu daquele ínfimo inimigo que, talvez, nem mesmo à luz radiante do sol, o visse distintamente...

IV

“PEÇO ENERGIA, SIGO JÁ”

Dona Adelaide, a irmã de Quaresma, tinha uns quatro anos mais que ele. Era uma bela velha, com um corpo médio, uma tez que começava a adquirir aquela pátina da grande velhice, uma espessa cabeleira já inteiramente amarelada e um olhar tranquilo, calmo e doce. Fria, sem imaginação, de inteligência lúcida e positiva, em tudo formava um grande contraste com o irmão; contudo, nunca houve entre eles uma separação profunda nem tampouco uma penetração perfeita. Ela não entendia nem procurava entender a substância do irmão, e sobre ele em nada reagia aquele ser metódico, ordenado e organizado, de ideias simples, médias e claras.

Ela já atingira os cinquenta e ele para lá marchava; mas ambos tinham ar saudável, poucos achaques, e prometiam ainda muita vida. A existência calma, doce e regrada que tinham levado até ali concorrera muito para a boa saúde de ambos. Quaresma incubou as suas manias até depois dos quarenta e ela nunca tivera qualquer.

Para dona Adelaide, a vida era coisa simples, era viver, isto é, ter uma casa, jantar e almoço, vestuário, tudo modesto, médio. Não tinha ambições, paixões, desejos. Moça, não sonhara príncipes, belezas, triunfos, nem mesmo um marido. Se não casou foi porque não sentiu necessidade disso; o sexo não lhe pesava e de alma e corpo ela sempre se sentiu completa.

O seu aspecto tranquilo e o sossego dos seus olhos verdes, de um brilho lunar de esmeralda, emolduravam e realçavam naquele interior familiar a agitação e a inquietude, o alanceado do irmão.

Não se vá supor que Quaresma andasse transtornado como um doido. Felizmente não. Na aparência até poder-se-ia imaginar que nada conturbava sua alma; porém, se mais vagarosamente se examinassem os seus hábitos, gestos e atitudes logo se havia de ver que o sossego e a placidez não moravam no seu pensamento.

Ocasões havia em que ficava a olhar, durante minutos seguidos, ao longe o horizonte, perdido em cisma; outras, quando no trabalho da roça, em que suspendia todos os movimentos, fincava o olhar no chão, demorava-se assim um instante, coçando uma mão com a outra, dava depois um muxoxo, continuava o trabalho; e mesmo momentos surgiam em que não reprimia uma exclamação ou uma frase.

Anastácio, em tais instantes, olhava por baixo dos olhos o patrão. O antigo escravo não os sabia mais fixar, e nada dizia; Felizardo continuava a contar a fuga da filha do Custódio com o Manduca da venda; e o trabalho marchava.

Inútil é dizer que a irmã não fazia reparo nisso, mesmo porque, a não ser no jantar e nas primeiras horas do dia, eles viviam separados. Quaresma na roça, nas plantações, e ela superintendendo o serviço doméstico.

As outras pessoas de suas relações não podiam também notar as preocupações absorventes do major, pelo simples motivo de que estavam longe.

Ricardo havia seis meses que não lhe visitava e da afilhada e do compadre as últimas cartas que recebera datavam de uma semana, não vendo aquela há tanto tempo, quanto ao trovador, e aquele desde quase um ano, isto é, o tempo em que estava no “Sossego”.

Durante esse tempo, Quaresma não cessou de se interessar pelo aproveitamento de suas terras. Os seus hábitos não foram mudados e a sua atividade continuava sempre a mesma. É verdade que deixara de parte os instrumentos de meteorologia.

O higrômetro, o barômetro e os outros companheiros não eram mais consultados e as observações registradas num caderno. Dera-se mal com eles. Fosse inexperiência e ignorância das bases teóricas deles, fosse porque fosse, o certo é que toda a previsão que Quaresma fazia baseada em combinações dos seus dados saía errada. Se esperava tempo seguro, lá vinha chuva; se esperava chuva, lá vinha seca. Assim perdeu muita semente e Felizardo mesmo sorria dos seus aparelhos, com aquele grosso e cavernoso sorriso de troglodita:

— “Quá” patrão! Isso de chuva vem quando Deus “qué”.

O barômetro aneróide continuava a um canto a dançar o seu ponteiro sem ser percebido; o termômetro de máxima e mínima, legítimo Casella, jazia pendurado na varanda sem receber um olhar amigo; a caçamba do pluviômetro estava no galinheiro e servia de bebedouro às aves; só o anemômetro continuava teimosamente a rodar, já sem fio, no alto do mastro,

como se protestasse contra aquele desprezo pela ciência que Quaresma representava.

Quaresma vivia assim, sentindo que a campanha que lhe tinham movido, embora tendo deixado de ser pública, lavrava ocultamente. Havia no seu espírito e no seu caráter uma vontade de acabá-la de vez, mas como? Se não o acusavam, se não articulavam nada contra ele diretamente? Era um combate com sombras, com aparências, que seria ridículo aceitar.

De resto, a situação geral que o cercava, aquela miséria da população campestre que nunca suspeitara, aquele abandono de terras à improdutividade encaminhavam sua alma de patriota meditativo a preocupações angustiosas. Via o major com tristeza não existir naquela gente humilde sentimento de solidariedade, de apoio mútuo. Não se associavam para coisa alguma e viviam separados, isolados, em famílias geralmente irregulares, sem sentir a necessidade de união para o trabalho da terra. Entretanto, tinham bem perto o exemplo dos portugueses que, unidos aos seis e mais, conseguiam em sociedade cultivar a arado roças de certa importância, lucrar e viver. Mesmo o velho costume do “moitirão” já se havia apagado.

Como remediar isso?

Quaresma se desesperava...

A tal afirmação de falta de braços pareceu-lhe uma afirmação de má fé ou estúpida, e estúpido ou de má fé era o governo que os andava importando aos milhares, sem se preocupar com os que já existiam. Era como se no campo em que pastavam mal meia dúzia de cabeças de gado, fossem introduzidas mais três, para aumentar o estrume!...

Pelo seu caso, ele via bem as dificuldades, os óbices de toda a sorte que havia para fazer a terra produtiva e remunerada. Um fato veio mostrar-lhe com eloquência um dos aspectos da questão. Vencendo a erva-de-passarinho, os maus-tratos e o abandono de tantos anos, os abacateiros de suas terras conseguiram frutificar, fracamente, é verdade, mas de forma superior às necessidades de sua casa.

A sua alegria foi grande. Pela primeira vez, ia passar-lhe pelas mãos dinheiro que lhe dava a terra, sempre mãe e sempre virgem. Tratou de vender, mas como? A quem? No lugar havia um ou outro que os queria comprar por preços ínfimos. Com decisão foi ao Rio procurar comprador. Andou de porta em porta. Não queriam, eram muitos. Ensinaaram-lhe que procurasse um tal senhor Azevedo no Mercado, o rei das frutas. Lá foi.

— Abacates! Ora! Tenho muitos... Estão muito baratos!

— Entretanto — disse Quaresma —, ainda hoje indaguei em uma confeitaria e pediram-me pela dúzia cinco mil-réis.

— Em porção, o senhor sabe que... É isso... Enfim, se quer mande-os...

Depois, tilintou a pesada corrente de ouro, pôs uma das mãos na cava do colete e quase de costas para o major:

— É preciso vê-los... O tamanho influi...

Quaresma os mandou e, quando lhe veio o dinheiro, teve a satisfação orgulhosa de quem acaba de ganhar uma grande batalha imortal. Acariciou uma por uma aquelas notas encardidas, leu-lhes bem o número e a estampa, arrumou-as todas uma ao lado da outra sobre uma mesa e muito tempo levou sem ânimo de trocá-las.

Para avaliar o lucro, descontou o frete, de estrada de ferro e carroça, o custo dos caixões, o salário dos auxiliares e, após esse cálculo que não era laborioso, teve a evidência de que ganhara 1.500 réis, nem mais nem menos. O senhor Azevedo tinha-lhe pago pelo cento a quantia com que se compra uma dúzia.

Assim mesmo o seu orgulho não diminuiu e ele viu naquele ridículo lucro objeto para maior contentamento do que se recebesse um avultado ordenado.

Foi, portanto, com redobrada atividade que se pôs ao trabalho. Para o ano, o lucro seria maior. Tratava-se agora de limpar as fruteiras. Anastácio e Felizardo continuavam ocupados nas grandes plantações; contratou um outro empregado para ajudá-lo no tratamento das velhas árvores frutíferas.

Foi, pois, com o Mané Candeeiro que ele se pôs a serrar os galhos das árvores, os galhos mortos e aqueles em que a erva daninha segurava as suas raízes. Era árduo e difícil o trabalho. Tinham às vezes que subir às grimpas para a extirpação do galho atingido; os espinhos rasgavam as roupas e feriam as carnes; e em muitas ocasiões estiveram em risco de vir ao chão serrote e Quaresma ou o camarada.

Mané Candeeiro falava pouco, a não ser que se tratasse de coisas de caça; mas cantava que nem passarinho. Estava a serrar, estava a cantar trovas roceiras, ingênuas, onde com surpresa o major não via entrar a fauna, a flora locais, os costumes das profissões roceiras. Eram vaporosamente sensuais e muito ternas, melosas até; por acaso lá vinha uma em que um pássaro local entrava; então o major escutava:

Eu vou dar a despedida

Como deu o bacurau,
Uma perna no caminho
Outra no galho de pau.

Este bacurau que entrava aí satisfazia particularmente às aspirações de Quaresma. A observação popular já começava a interessar-se pelo espetáculo ambiente, já se emocionava com ele e a nossa raça deitava, portanto, raízes na grande terra que habitava. Ele a copiou e mandou ao velho poeta de São Cristóvão. Felizardo dizia que Mané Candeeiro era um mentiroso, pois todas aquelas caçadas de caititus, jacus, onças eram patranhas; mas, respeitava o seu talento poético, principalmente no desafio: o moleque é bom!

Ele era claro e tinha umas feições regulares, cesarianas, duras e fortes, um tanto amolecidas pelo sangue africano.

Quaresma procurou descobrir nele aquela odiosa catadura que Darwin achou nos mestiços; mas, sinceramente, não a encontrou. Com auxílio de Mané Candeeiro foi que Quaresma conseguiu acabar de limpar as fruteiras daquele velho sítio abandonado há quase dez anos. Quando o serviço ficou pronto, ele viu com tristeza aquelas velhas árvores amputadas, mutiladas, com folhas aqui e sem folhas ali... Pareciam sofrer e ele se lembrou das mãos que as tinham plantado há vinte ou trinta anos, escravos, talvez, banzeiros e desesperançados!...

Mas não tardou que os botões rebentassem e tudo reverdecesse, e o renascimento das árvores como que trouxe o contentamento das aves e do passaredo solto. De manhã, esvoaçavam os tiés-vermelhos, com o seu pio pobre, espécie de ave tão inútil e tão bela de plumas que parece ter nascido para os chapéus das damas; as rolas pardas e caboclas em bando, mariscando, no chão capinado; pelo correr do dia, eram os sanhaços a cantar nos galhos altos, os papa-capins, as nuvens de coleiros; e de tarde como que todos eles se reuniam, piando, cantando, chilreando, pelas altas mangueiras, pelos cajueiros, pelos abacateiros, entoando louvores ao trabalho tenaz e fecundo do velho major Quaresma.

Não durou muito essa alegria. Um inimigo apareceu inopinadamente, com a rapidez ousadíssima de um general consumado. Até ali ele se mostrara tímido, parecia que somente mandava esclarecedores.

Desde aquele ataque às provisões de Quaresma, logo afugentadas, não mais as formigas reapareceram; mas, naquela manhã, quando contemplou o seu

milharal, foi como se lhe tirassem a alma, e ficou sem ação e as lágrimas lhe vieram aos olhos.

O milho que já tinha repontado, muito verde, pequenino, com uma timidez de criança, crescera cerca de meio palmo acima da terra; o major até mandara buscar o sulfato de cobre para a solução em que ia lavar a batata-inglesa a plantar nos intervalos dos pés.

Toda a manhã, ele ia lá e já via o milharal crescido com o seu pendão branco e as suas espigas de coma cor de vinho, oscilando ao vento; naquela, ele não viu nada mais. Até os tenros colmos tinham sido cortados e levados para longe! “A modo que é obra de gente” disse Felizardo; entretanto, tinham sido as saúvas, os terríveis himenópteros, piratas ínfimos que lhe caíam em cima do trabalho com uma rapacidade turca... Era preciso combatê-los. Quaresma pôs-se logo em campo, descobriu as aberturas principais do formigueiro e em cada uma queimou o formicida mortal. Passaram-se dias; os inimigos pareciam derrotados, mas, certa noite, indo ao pomar para melhor apreciar a noite estrelada, Quaresma ouviu uma bulha esquisita, como se alguém esmagasse as folhas mortas das árvores... Um estalido... E era perto... Acendeu um fósforo e o que viu, meu Deus! Quase todas as laranjeiras estavam negras de imensas saúvas. Havia delas às centenas, pelos troncos e pelos galhos acima e agitavam-se, moviam-se, andavam como em ruas transitadas e vigiadas a população de uma grande cidade: umas subiam, outras desciam; nada de atropelos, de confusão, de desordem. O trabalho como que era regulado a toques de corneta. Lá em cima umas cortavam as folhas pelo pecíolo; cá embaixo, outras serravam-nas em pedaços e afinal eram carregadas por terceiras, levantando-as acima da descomunal cabeça, em longas fileiras pelo trilho limpo, aberto entre a erva rasteira.

Houve um instante de desânimo na alma do major. Não tinha contato com aquele obstáculo nem o supusera tão forte. Agora via bem que era a uma sociedade inteligente, organizada, ousada e tenaz com quem se tinha de haver. Veio-lhe então à lembrança aquela frase de Saint-Hilaire: se nós não expulsássemos as formigas, elas nos expulsariam.

O major não estava lembrado ao certo se eram essas as palavras, mas o sentido era, e ficou admirado que só agora lhe ocorresse.

No dia seguinte, tinha recobrado o ânimo. Comprou ingredientes e ei-lo mais o Mané Candeeiro a abrir picadas, a fazer esforços de sagacidade, para descobrir os redutos centrais, as “panelas” dos insetos terríveis. Então era como

se os bombardeassem: o sulfeto queimava, estourava em tiros seguidos, mortíferos, letais!

E daí em diante, foi uma batalha sem tréguas. Se aparecia uma abertura, um “olho”, logo se lhe aplicava o formicida, pois, do contrário, nenhuma plantação era possível, tanto mais que extintos os das suas terras, não tardariam os formigueiros das vizinhanças ou dos logradouros públicos a deitar canículas para o seu terreno.

Era um suplício, um castigo, uma espécie de vigilância a dique holandês, e Quaresma viu bem que só uma autoridade central, um governo qualquer, ou um acordo entre os cultivadores, podia levar a efeito a extinção daquele flagelo pior que a saraiva, que a geada, que a seca, sempre presente, inverno ou verão, outono ou primavera.

Não obstante essa luta diária, o major não desanimou e pôde colher alguns produtos das plantações que tinha feito. Se por ocasião das frutas, a sua alegria foi grande, mais expressiva e mais profunda ela foi quando viu partir para a estação, em sucessivas carretas, as abóboras, os aipins, as batatas-doces, em cestos cobertos com sacos cosidos. Os frutos, em parte, eram de outras mãos; as árvores não tinham sido plantadas por ele; mas aquilo não, vinha do seu suor, da sua iniciativa, do seu trabalho!

Ele ainda foi ver aqueles cestos na estação, com a ternura de um pai que vê partir seu filho para a glória e para a vitória. Recebeu o dinheiro dias depois, contou-o e esteve deduzindo os lucros.

Não foi à roça nesse dia; o trabalho de guarda-livros roubou o de cultivador. A sua atenção, já um tanto gasta, não lhe favorecia a tarefa das cifras, e só pelo meio-dia, pôde dizer à irmã:

— Sabes qual foi o lucro, Adelaide?

— Não. Menor do que o dos abacates?

— Um pouco mais.

— Então... Quanto?

— Dois mil quinhentos e setenta réis — respondeu Quaresma, destacando sílaba por sílaba.

— O quê?

— Foi isso. Só de frete paguei 142.500.

Dona Adelaide esteve algum tempo com os olhos baixos, seguindo a costura que fazia, depois, levantando o olhar:

— Homem, Policarpo, o melhor é deixares isso... Tens gasto muito dinheiro... Só com as formigas!

— Ora, Adelaide! Pensas que quero fazer fortuna? Faço isso para dar exemplo, levantar a agricultura, aproveitar as nossas terras feracíssimas...

— É isto... Queres sempre ser a abelha-mestra... Já viste os grandes fazerem esses sacrifícios?... Vê lá se fazem! Histórias... Metem-se no café que tem todas as proteções...

— Mas, faço eu.

A irmã prestou mais atenção à costura, Policarpo levantou-se, foi até a janela que dava para o galinheiro. Fazia um dia fosco e irritante. Ele consertou o *pince-nez*, esteve olhando e de lá falou:

— Oh! Adelaide! Aquilo não é uma galinha morta?...

A velha senhora ergueu-se com a costura, foi até à janela e verificou com a vista:

— É... É já a segunda que morre hoje.

Após esta leve conversa, Quaresma voltou à sua sala de estudos. Meditava grandes reformas agrícolas. Mandara buscar catálogos e ia examiná-los. Tinha já em mente uma charrua dupla, um capinador mecânico, um semeador, um destocador, grades, tudo americano, de aço, dando o rendimento efetivo de vinte homens. Até então, não quisera essas inovações; as terras mais ricas do mundo não precisavam desses processos, que lhe pareciam artificiais, para produzir; estava, porém, agora disposto a empregá-los como experiência. Aos adubos, entretanto, o seu espírito resistia. Terra virada, dizia Felizardo, terra estrumada; parecia a Quaresma uma profanação estar a empregar nitratos, fosfatos ou mesmo estrume comum, numa terra brasileira... Uma injúria!

Quando se convencesse de que eram necessários, parecia-lhe que todo o seu sistema de ideias ia por terra e os móveis de sua vida desapareceriam. Estavam assim a escolher arados e outros “Planet”, “Bajac” e “Brabant” de vários feitios, quando o seu pequeno copeiro lhe anunciou a visita do doutor Campos.

O edil entrou com a sua jovialidade, a sua mansidão e o seu grande corpo. Era alto e gordo, pançudo um pouco, tinha os olhos castanhos, quase à flor do rosto, uma testa média e reta; o nariz, malfeito. Um tanto trigueiro, cabelos corridos e já grisalhos, era o que se chama por aí um caboclo, embora o seu bigode fosse crespo. Não nascera em Curuzu, era da Bahia ou de Sergipe, habitava, porém, o lugar há mais de vinte anos, onde casara e prosperara, graças ao dote da mulher e à sua atividade clínica. Com esta, não gastava grande energia mental: tendo de cor uma meia dúzia de receitas, ele, desde muito, conseguira enquadrar as moléstias locais no seu reduzido formulário.

Presidente da Câmara, era das pessoas mais consideráveis de Curuzu, e Quaresma o estimava particularmente pela sua familiaridade, pela sua afabilidade e simplicidade.

— Ora viva, major! Como vai isto por aí? Muita formiga? Lá em casa já não há mais.

Quaresma respondeu com menos entusiasmo e jovialidade, mas contente com a alegria comunicativa do doutor. Ele continuava a falar com desembaraço e naturalidade:

— Sabe o que me traz aqui, major? Não sabe, não é? Preciso de um pequeno obséquio seu.

O major não se espantou; simpatizava com o homem e abriu-se em oferecimentos.

— Como o major sabe...

Agora a sua voz era doce, flexível, sutil; as palavras caíam-lhe da boca adocicadas, dobravam-se, coleavam-se:

— Como o major sabe, as eleições se devem realizar por estes dias. A vitória é “nossa”. Todas as mesas estão conosco, exceto uma... Aí mesmo, se o major quiser...

— Mas, como? Se eu não sou eleitor, não me meto, nem quero meter-me em política? — perguntou Quaresma ingenuamente.

— Exatamente por isso — disse o doutor, com voz forte; e em seguida brandamente: — A seção funciona na sua vizinhança, é ali, na escola, se...

— E daí?

— Tenho aqui uma carta do Neves, dirigida ao senhor. Se o major quer responder (é melhor já) que não houve eleição... Quer?

Quaresma olhou o doutor com firmeza, coçou um instante o cavanhaque e respondeu claramente:

— Absolutamente não.

O doutor não se zangou. Pôs mais unção e macieza na voz, aduziu argumentos: que era para o partido, o único que pugnava pelo levantamento da lavoura. Quaresma foi inflexível; disse que não, que lhe eram absolutamente antipáticas tais disputas, que não tinha partido e mesmo que tivesse não iria afirmar uma coisa que ele não sabia ainda se era mentira ou verdade.

Campos não deu mostras de aborrecimento, conversou um pouco sobre coisas banais e despediu-se com o ar amável, com a jovialidade mais sua que era possível. Isto se passou na terça-feira, naquele dia de luz fosca e irritante. À tarde houve trovoadas, choveu muito. O tempo só levantou na quinta-feira, dia

em que o major foi surpreendido com a visita de um sujeito com um uniforme velho e lamentável, portador de um papel oficial para ele, proprietário do “Sossego”, conforme mesmo disse o tal homem fardado.

Em virtude das posturas e leis municipais, rezava o papel, o senhor Policarpo Quaresma, proprietário do sítio “Sossego”, era intimado, sob as penas das mesmas posturas e leis, a roçar e capinar as testadas do referido sítio que confrontavam com as vias públicas.

O major ficou um tempo pensando. Julgava impossível uma tal intimação. Seria mesmo? Brincadeira... Leu de novo o papel, viu a assinatura do doutor Campos. Era certo... Mas que absurda intimação esta de capinar e limpar estradas na extensão de 1.200 metros, pois seu sítio dava de frente para um caminho e de um dos lados acompanhava outro na extensão de oitocentos metros — era possível?

A antiga corveia!... Um absurdo! Antes confiscassem-lhe o sítio. Consultando a irmã, ela lhe aconselhou que falasse ao doutor Campos. Contou-lhe então Quaresma a conversa que tivera com ele dias antes.

— Mas és tolo, Policarpo. Foi ele mesmo...

A luz se lhe fez no pensamento... Aquela rede de leis, de posturas, de códigos e de preceitos, nas mãos desses regulotes, de tais caciques, se transformava em potro, em polé, em instrumento de suplícios para torturar os inimigos, oprimir as populações, crestar-lhe a iniciativa e a independência, abatendo-as e desmoralizando-as.

Pelos seus olhos passaram num instante aquelas faces amareladas e chupadas que se encostavam nos portais das vendas preguiçosamente; viu também aquelas crianças maltrapilhas e sujas, d’olhos baixos, a esmolar disfarçadamente pelas estradas; viu aquelas terras abandonadas, improdutivas, entregues às ervas e insetos daninhos; viu ainda o desespero de Felizardo, homem bom, ativo e trabalhador, sem ânimo de plantar um grão de milho em casa e bebendo todo o dinheiro que lhe passava pelas mãos — este quadro passou-lhe pelos olhos com a rapidez e o brilho sinistro do relâmpago; e só se apagou de todo, quando teve que ler a carta que a sua afilhada lhe mandara.

Vinha viva e alegre. Contava pequenas histórias de sua vida, a viagem próxima do papai à Europa, o desespero do marido no dia em que saiu sem anel, pedia notícias do padrinho, de dona Adelaide e, sem desrespeito, recomendava à irmã de Quaresma que tivesse muito cuidado com o manto de arminho da “Duquesa”.

A “Duquesa” era uma grande pata branca, de penas alvas e macias ao olhar, que, pela lentidão e majestade do andar, com o pescoço alto e o passo firme, merecera de Olga esse apelido nobre. O animal tinha morrido havia dias. E que morte! Uma peste que lhe levava duas dúzias de patos, levava a “Duquesa” também. Era uma espécie de paralisia que tomava as pernas, depois o resto do corpo. Três dias levou a agonizar. Deitada sobre o peito, com o bico colado ao chão, atacada pelas formigas, o animal só dava sinal de vida por uma lenta oscilação do pescoço em torno do bico, espantando as moscas que a importunavam na sua última hora.

Era de ver como aquela vida tão estranha à nossa, naquele instante penetrava em nós e sentíamos-lhe o sofrimento, a agonia e a dor.

O galinheiro ficou como uma aldeia devastada; a peste atacou galinhas, perus, patos; ora sobre uma forma, ora sobre outra, foi ceifando, matando, até reduzir a sua população a menos de metade.

E não havia quem soubesse curar. Numa terra cujo governo tinha tantas escolas que produziam tantos sábios, não havia um só homem que pudesse reduzir com as suas drogas ou receitas aquele considerável prejuízo.

Esses contratemplos, essas contrariedades abateram muito o cultivador entusiástico dos primeiros meses; entretanto não passara pela mente de Quaresma abandonar os seus propósitos. Adquiriu compêndios de veterinária e até já tratava de comprar as máquinas agrícolas descritas nos catálogos.

Uma tarde, porém, estava à espera da junta de bois que encomendara para o trabalho do arado, quando lhe apareceu à porta um soldado de polícia com um papel oficial. Ele se lembrou da intimação municipal. Estava disposto a resistir, não se incomodou muito.

Recebeu o papel e leu. Não vinha mais da municipalidade, mas da coletoria, cujo escrivão, Antonino Dutra, conforme estava no papel, intimava o senhor Policarpo Quaresma a pagar quinhentos mil-réis de multa, por ter enviado produtos de sua lavoura sem pagamento dos respectivos impostos.

Viu bem o que havia nisso de vingança mesquinha; mas o seu pensamento voou logo para as coisas gerais, levado pelo seu patriotismo profundo.

A quarenta quilômetros do Rio, pagavam-se impostos para se mandar ao mercado umas batatas? Depois de Turgot, da Revolução, ainda havia alfândegas interiores? Como era possível fazer prosperar a agricultura, com tantas barreiras e impostos? Se ao monopólio dos atravessadores do Rio se juntavam as exações do Estado, como era possível tirar da terra a remuneração consoladora?

E o quadro que já lhe passara pelos olhos, quando recebeu a intimação da municipalidade, voltou-lhe de novo, mais tétrico, mais sombrio, mais lúgubre; e anteviu a época em que aquela gente teria de comer sapos, cobras, animais mortos, como em França os camponeses, em tempos de grandes reis.

Quaresma veio a recordar-se do seu tupi, do seu *folklore*, das modinhas, das suas tentativas agrícolas — tudo isso lhe pareceu insignificante, pueril, infantil.

Era preciso trabalhos maiores, mais profundos; tornava-se necessário refazer a administração. Imaginava um governo forte, respeitado, inteligente, removendo todos esses óbices, esses entraves, Sully e Henrique IV, espalhando sábias leis agrárias, levantando o cultivador... Então sim! O celeiro surgiria e a pátria seria feliz.

Felizardo entregou-lhe o jornal que toda a manhã mandava comprar à estação, e lhe disse:

— Seu patrão, amanhã não venho “trabaiá”.

— Por certo; é dia feriado... A Independência.

— Não é por isso.

— Por que então?

— Há “baruio” na Corte e dizem que vão “arrecrutá”. Vou pro mato...

Nada!

— Que barulho?

— “Tá” nas “foias”, sim “sinhô”.

Abriu o jornal e logo deu com a notícia de que os navios da esquadra se haviam insurgido e intimado ao presidente a sair do poder. Lembrou-se das suas reflexões de instantes atrás; um governo forte, até a tirania... Medidas agrárias... Sully e Henrique IV...

Os seus olhos brilhavam de esperança. Despediu o empregado. Foi ao interior da casa, nada disse à irmã, tomou o chapéu, e dirigiu-se à estação.

Chegou ao telégrafo e escreveu:

“Marechal Floriano, Rio. Peço energia. Sigo já. — Quaresma.”

V O TROVADOR

Decerto, Albernaz, não é possível continuar assim... Então, mete-se um sujeito num navio, assesta os canhões pra terra e diz: sai daí “seu” presidente; e o homem vai saindo?... Não! É preciso um exemplo...

— Eu penso também da mesma maneira, Caldas. A República precisa ficar forte, consolidada... Esta terra necessita de governo que se faça respeitar... É incrível! Um país como este, tão rico, talvez o mais rico do mundo, é, no entanto, pobre, deve a todo o mundo... Por quê? Por causa dos governos que temos tido que não têm prestígio, força... É por isso.

Vinham andando, à sombra das grandes e majestosas árvores do parque abandonado; ambos fardados e de espada. Albernaz, depois de um curto intervalo, continuou:

— Você viu o imperador, o Pedro II... Não havia jornaleco, pasquim por aí, que o não chamasse de “banana” e outras coisas... Saía no carnaval... Um desrespeito sem nome! Que aconteceu? Foi-se como um intruso.

— E era um bom homem — observou o almirante. — Amava o seu país... Deodoro nunca soube o que fez.

Continuavam a andar. O almirante coçou um dos favoritos e Albernaz olhou um instante para todos os lados, acendeu o cigarro de palha e retomou a conversa:

— Morreu arrependido... Nem com a farda quis ir para a cova!... Aqui para nós que ninguém nos ouve: foi um ingrato; o Imperador tinha feito tanto por toda a família, não acha?

— Não há dúvida nenhuma!... Albernaz, você quer saber de uma coisa: estávamos melhor naquele tempo, digam lá o que disserem...

— Quem diz o contrário? Havia mais moralidade... Onde está um Caxias? Um Rio Branco?

— E mais justiça mesmo — disse com firmeza o almirante. — O que eu sofri, não foi por causa do “velho”, foi a canalha... Demais, tudo barato...

— Eu não sei — disse Albernaz com particular acento — como há ainda quem se case... Anda tudo pela hora da morte!

Eles olharam um instante as velhas árvores da Quinta Imperial, por onde vinham atravessando. Nunca as tinham contemplado; e, agora parecia-lhes que jamais tinham pousado os olhos sobre árvores tão soberbas, tão belas, tão tranquilas e seguras de si, como aquelas que espalhavam sob os seus grandes ramos uma vasta sombra, deliciosa e macia. Pareciam que medravam sentindo-se em terra própria, delas, da qual nunca sairiam desalojadas a machado, para edificação de casebres; e esse sentimento lhes havia dado muita força de vegetar e uma ampla vontade de se expandirem. O solo sobre o qual cresciam era delas e agradeciam à terra estendendo muito os seus ramos, cerrando e tecendo a folhagem, para dar à boa mãe frescura e proteção contra a inclemência do sol.

As mangueiras eram as mais gratas; os ramos longos e cheios de folhas quase beijavam o chão. As jaqueiras se espreguiçavam; os bambus se inclinavam, de um lado e outro da aleia, e cobriam a terra com uma ogiva verde...

O velho edifício imperial se erguia sobre a pequena colina. Eles lhe viam o fundo, aquela parte de construção mais antiga, joanina, com a torre do relógio um pouco afastada e separada do corpo do edifício.

Não era belo o palácio, não tinha mesmo nenhum traço de beleza, era até pobre e monótono. As janelas acanhadas daquela fachada velha, os andares de pequena altura impressionavam mal; todo ele, porém, tinha uma tal ou qual segurança de si, um ar de confiança pouco comum nas nossas habitações, uma certa dignidade, alguma coisa de quem se sente viver, não para um instante, mas para anos, para séculos... As palmeiras cercavam-no, eretas, firmes, com os seus grandes penachos verdes, muito altos, alongados para o céu...

Eram como que a guarda da antiga moradia imperial, guarda orgulhosa do seu mister e função.

Albernaz interrompeu o silêncio:

— Em que dará isto tudo, Caldas?

— Sei lá.

— O “homem” deve estar atrapalhado... Já tinha o Rio Grande, agora o Custódio... hum!

— O poder é o poder, Albernaz.

Vinham andando em demanda à estação de São Cristóvão. Atravessaram o velho parque imperial transversalmente, desde o portão da Cancela até à linha da estrada de ferro. Era de manhã, e o dia estava límpido e fresco.

Caminhavam com pequenos passos seguros, mas sem pressa. Pouco antes de saírem da quinta, deram com um soldado a dormir numa moita. Albernaz teve vontade de acordá-lo: Camarada! Camarada! O soldado levantou-se estremunhado; e, dando com aqueles dois oficiais superiores, consertou-se rapidamente, fez a continência que lhes era devida e ficou com a mão no boné, um instante firme, mas logo bambeou.

— Abaixе a mão — fez o general. — Que faz você aqui?

Albernaz falou em tom ríspido e de comando. A praça, falando a medo, explicou que tinha estado de ronda ao litoral toda a noite. A força se recolhera aos quartéis; ele obtivera licença para ir em casa, mas o sono fora muito e descansava ali um pouco.

— Então, como vão as coisas? — perguntou o general.

— Não sei, não “sinhô”.

— Os “homens” desistem ou não?

O general esteve um instante examinando o soldado. Era branco e tinha os cabelos alourados, de um louro sujo e degradado; as feições eram feias: malares salientes, testa óssea e todo ele anguloso e desconjuntado.

— Onde você é? — perguntou-lhe ainda Albernaz.

— Do Piauí, sim “sinhô”.

— Da capital?

— Do sertão, de Paranaguá, sim “sinhô”.

O almirante até ali não interrogara o soldado que continuava amedrontado, respondendo tropegamente. Caldas, para acalmá-lo, resolveu falar-lhe com doçura.

— Você não sabe, camarada, quais são os navios que “eles” têm?

— O “Aquidabã”... A “Luci”.

— A “Luci” não é navio.

— É verdade, sim “sinhô”. O “Aquidabã”... Um “bandão” deles, sim, “sinhô”.

O general interveio então. Falou-lhe com brandura, quase paternal, mudando o tratamento de você para tu, que parece mais doce e íntimo quando se fala aos inferiores:

— Bem, descansa, meu filho. É melhor ires para casa... Podem furtar-te o sabre e estás na “inácia”.

Os dois generais continuaram o seu caminho e, em breve, estavam na plataforma da estação. A pequena estação tinha um razoável movimento. Um grande número de oficiais, ativos, reformados, honorários moravam-lhe nas

cercanias e os editais chamavam todos a se apresentar às autoridades competentes. Albernaz e Caldas atravessaram a plataforma no meio de continências. O general era mais conhecido, em virtude de seu emprego; o almirante, não. Quando passavam, ouviam perguntar: “Quem é este almirante?” Caldas ficava contente e orgulhava-se um pouco do seu posto e do seu incógnito. Havia uma única mulher na estação, uma moça. Albernaz olhou-a e lembrou-se um instante de sua filha Ismênia... Coitada!... Ficaria boa?

Aquelas manias? Onde iria parar? Vieram-lhe as lágrimas, mas ele as conteve com força.

Já a levava a uma meia dúzia de médicos e nenhum fazia parar aquele escapamento do juízo que parecia fugir aos poucos do cérebro da moça.

A bulha de um expresso, chocalhando ferragens com estrépito, apitando com fúria e deixando fumaça pesada pelos ares que rompia, afastou-o de pensar na filha. Passou o monstro, pejado de soldados, de uniformes e os trilhos, depois de ter passado, ainda estremeciam.

Bustamante apareceu; morava nos arredores e vinha tomar o trem para apresentar-se. Trazia o seu velho uniforme do Paraguai, talhado segundo os moldes dos guerreiros da Crimeia. A barretina era um tronco de cone que avançava para a frente; e, com aquela banda roxa e casaquinha curta, parecia ter saído, fugido, saltado de uma tela de Vítor Meireles.

— Então por aqui?... Que é isto? — indagou o honorário.

— Viemos pela quinta — disse o almirante.

— Nada, meus amigos, esses bondes andam muito perto do mar... Não me importa morrer, mas quero morrer combatendo; isso de morrer por aí, à toa, sem saber como, não vai comigo...

O general falara um pouco alto e os jovens oficiais que estavam próximo olharam-no com mal disfarçada censura. Albernaz percebeu e ajuntou imediatamente:

— Conheço bem esse negócio de balas... Já vi muito fogo... Você sabe, Bustamante, que, em Curuzu...

— A coisa foi terrível — acrescentou Bustamante.

O trem atracava na estação. Veio chegando manso, vagaroso; a locomotiva, muito negra, bufando, suando gordurosamente, com a sua grande lanterna na frente, um olho de ciclope, avançava que nem uma aparição sobrenatural. Foi chegando; o comboio estremeceu todo e parou por fim.

Estava repleto, muitas fardas de oficiais; a avaliar por ali o Rio devia ter uma guarnição de cem mil homens. Os militares palravam alegres, e os civis vinham calados e abatidos, e mesmo apavorados. Se falavam, era cochichando, olhando com precaução para os bancos de trás.

A cidade andava inçada de secretas, “familiares” do Santo Ofício Republicano, e as delações eram moedas com que se obtinham postos e recompensas.

Bastava a mínima crítica, para se perder o emprego, a liberdade, — quem sabe? — a vida também. Ainda estávamos no começo da revolta, mas o regime já publicara o seu prólogo e todos estavam avisados. O chefe de polícia organizara a lista de suspeitos. Não havia distinção de posição e talentos. Mereciam as mesmas perseguições do governo um pobre contínuo e um influente senador; um lente e um simples empregado de escritório. Demais surgiam as vinganças mesquinhas, a revide de pequenas implicâncias... Todos mandavam; a autoridade estava em todas as mãos.

Em nome do Marechal Floriano, qualquer oficial, ou mesmo cidadão, sem função pública alguma, prendia e ai de quem caía na prisão, lá ficava esquecido, sofrendo angustiosos suplícios de uma imaginação dominicana. Os funcionários disputavam-se em bajulação, em servilismo... Era um terror baço, sem coragem, sangrento, às ocultas, sem grandeza, sem desculpa, sem razão e sem responsabilidades... Houve execuções; mas não houve nunca um Fouquier-Tinville.

Os militares estavam contentes, especialmente os pequenos, os alferes, os tenentes e os capitães. Para a maioria a satisfação vinha da convicção de que iam estender a sua autoridade sobre o pelotão e a companhia, a todo esse rebanho de civis; mas em outros muitos havia sentimento mais puro, desinteresse e sinceridade. Eram os adeptos desse nefasto e hipócrita positivismo, um pedantismo tirânico, limitado e estreito, que justificava todas as violências, todos os assassinios, todas as ferocidades em nome da manutenção da ordem, condição necessária, lá diz ele, ao progresso e também ao advento do regime normal, a religião da humanidade, a adoração do grão-fetiche, com fanhosas músicas de cornetins e versos detestáveis, o paraíso, enfim, com inscrições em escritura fonética e eleitos calçados com sapatos de sola de borracha!...

Os positivistas discutiam e citavam teoremas de mecânica para justificar as suas ideias de governo, em tudo semelhantes aos canatos e emirados orientais.

A matemática do positivismo foi sempre um puro falatório que, naqueles tempos, amedrontava toda a gente. Havia mesmo quem estivesse convencido

que a matemática tinha sido feita e criada para o positivismo, como se a Bíblia tivesse sido criada unicamente para a Igreja Católica e não também para a Anglicana. O prestígio dele era, portanto, enorme.

O trem correu, parou ainda em uma estação e foi ter à praça da República. O almirante, cosido com as paredes, seguiu para o Arsenal de Marinha; Albernaz e Bustamante entraram no quartel-general. Penetraram no grande casarão, no meio do retinir de espadas, de toques de cornetas; o grande pátio estava cheio de soldados, bandeiras, canhões, feixes de armas ensarilhadas, baionetas reluzindo ao sol oblíquo...

No sobrado, nas proximidades do gabinete do ministro, havia um vaivém de fardas, dourados, fazendas multicores, uniformes de várias corporações e milícias, no meio dos quais os trajes escuros dos civis eram importunos como moscas. Misturavam-se oficiais da guarda nacional, da polícia, da armada, do exército, de bombeiros e de batalhões patrióticos que começavam a surgir.

Apresentaram-se e, depois de tê-lo feito ao ajudante-general e ministro da Guerra, a um só tempo, ficaram a conversar nos corredores, com bastante prazer, pois que tinham encontrado o tenente Fontes e ambos gostavam de ouvi-lo. O general porque já era noivo de sua filha Lalá, e Bustamante porque aprendia com ele alguma coisa de nomenclatura dos armamentos modernos.

Fontes estava indignado, todo ele era horror, maldição contra os insurrectos, e propunha os piores castigos.

— Hão de ver o resultado... Piratas! Bandidos! Eu, no caso do marechal, se os pegasse... ai deles!

O tenente não era feroz nem mau, antes bom e até generoso, mas era positivista e tinha da sua República uma ideia religiosa e transcendente. Fazia repousar nela toda a felicidade humana e não admitia que a quisessem de outra forma que não aquela que imaginava boa. Fora daí não havia boa-fé, sinceridade; eram heréticos interesseiros, e, dominicano do seu barrete frígio, raivoso por não poder queimá-los em autos de fé, congestionado, via passar por seus olhos uma série enorme de réus confidentes, relapsos, contumazes, falsos, simulados, fictos e confictos, sem samarra, soltos por aí...

Albernaz não tinha tanta fúria contra os adversários. No fundo d'alma, ele os queria até, tinha amigos lá, e essas divergências nada significavam para a sua idade e experiência.

Depositava, entretanto, uma certa esperança na ação do marechal. Estando em apuros financeiros, não lhe dando o bastante a sua reforma e a gratificação de organizador do arquivo do Largo do Moura, esperava obter

uma outra comissão, que lhe permitisse mais folgadoamente adquirir o enxoval de Lalá.

O almirante, também, tinha grande confiança nos talentos guerreiros e de estadista de Floriano. A sua causa não ia lá muito bem. Perdera-a em primeira instância, estava gastando muito dinheiro... O governo precisava de oficiais de Marinha, quase todos estavam na revolta; talvez lhe dessem uma esquadra a comandar... É verdade que... Mas, que diabo! Se fosse um navio, então sim: mas uma esquadra a coisa não era difícil; bastava coragem para combater.

Bustamante cria com força na capacidade do general Peixoto, tanto assim que, para apoiá-lo e defender o seu governo, imaginava organizar um batalhão patriótico, de que já tinha o nome “Cruzeiro do Sul” e naturalmente seria o seu comandante, com todas as vantagens do posto de coronel.

Genelício, cuja atividade nada tinha de guerreira, esperava muito da energia e da decisão do governo de Floriano: esperava ser subdiretor e não podia um governo sério, honesto e enérgico, fazer outra coisa, desde que quisesse pôr ordem na sua seção.

Essas secretas esperanças eram mais gerais do que se pode supor. Nós vivemos do governo e a revolta representava uma confusão nos empregos, nas honrarias e nas posições que o Estado espalha. Os suspeitos abriam vagas e as dedicações supriam os títulos e habilidades para ocupá-las; além disso, o governo, precisando de simpatias e homens, tinha que nomear, espalhar, prodigalizar, inventar, criar e distribuir empregos, ordenados, promoções e gratificações.

O próprio doutor Armando Borges, o marido de Olga e sábio sereno e dedicado quando estudante, colocava na revolta a realização de risonhos anelos.

Médico e rico, pela fortuna da mulher, ele não andava satisfeito. A ambição de dinheiro e o desejo de nomeada esporeavam-no. Já era médico do Hospital Sírrio, onde ia três vezes por semana e, em meia hora, via trinta e mais doentes. Chegava, o enfermeiro dava-lhe informações, o doutor ia, de cama em cama, perguntando: “Como vai?” “Vou melhor, seu doutor”, respondia o sírio com voz gutural. No dia seguinte, indagava: “Já está melhor?” E assim passava a visita; chegando ao gabinete receitava: “Doente nº 1, repita a receita; doente 5... quem é?”... “É aquele barbado”... “Ahn!” E receitava.

Mas médico de um hospital particular não dá fama a ninguém: o indispensável é ser do governo, senão ele não passava de um simples prático. Queria ter um cargo oficial, médico, diretor ou mesmo lente da faculdade.

E isso não era difícil, desde que arranjasse boas recomendações pois já tinha certo nome, graças à sua atividade e fertilidade de recursos. De quando em quando, publicava um folheto. O *cobreiro, etiologia, profilaxia e tratamento* ou *Contribuição para o estudo da sarna no Brasil*; e, mandava o folheto, 47 páginas, aos jornais que se ocupavam dele duas ou três vezes por ano; o “operoso doutor Armando Borges, o ilustre clínico, o proficiente médico dos nossos hospitais”, etc., etc.

Obtinha isso graças à precaução que tomara em estudante de se relacionar com os rapazes da imprensa.

Não contente com isso escrevia artigos, estiradas compilações, em que não havia nada de próprio, mas ricos de citações em francês, inglês e alemão.

O lugar de lente é que o tentava mais; o concurso, porém, metia-lhe medo. Tinha elementos, estava bem relacionado e cotado na congregação, mas aquela história de arguição apavorava-o. Não havia dia em que não comprasse livros, em francês, inglês e italiano; tomara até um professor de alemão, para entrar na ciência germânica; mas faltava-lhe energia para o estudo prolongado e a sua felicidade pessoal fizera evoluir-se a pequena que tivera quando estudante.

A sala da frente do alto porão tinha sido transformada em biblioteca. As paredes estavam forradas de estantes que gemiam ao peso dos grandes tratados. À noite, ele abria as janelas das venezianas, acendia todos os bicos de gás e se punha à mesa, todo de branco com um livro aberto sob os olhos. O sono não tardava a vir ao fim da quinta página... Isso era o diabo! Deu em procurar os livros da mulher. Eram romances franceses, Goncourt, Anatole France, Daudet, Maupassant, que o faziam dormir da mesma maneira que os tratados. Ele não compreendia a grandeza daquelas análises, daquelas descrições, o interesse e o valor delas, revelando a todos, à sociedade, a vida, os sentimentos, as dores daqueles personagens, um mundo! O seu pedantismo, a sua falsa ciência e a pobreza de sua instrução geral faziam-no ver naquilo tudo, brinquedos, passatempos, falatórios, tanto mais que ele dormia à leitura de tais livros.

Precisava, porém, iludir-se, a si mesmo e à mulher. De resto, da rua, viam-no e se dessem com ele a dormir sobre os livros?!... Tratou de encomendar algumas novelas de Paulo de Kock em lombadas com títulos trocados e afastou o sono.

A sua clínica, entretanto, prosperava. De comandita com o tutor, chegou a ganhar uns seis contos, tratando de um febrão de uma órfã rica.

Desde muito que a mulher lhe entrava na sua simulação de inteligência, mas aquela manobra indecorosa indignou-a. Que necessidade tinha ele disso? Não era já rico? Não era moço? Não tinha o privilégio de um título universitário? Tal ato pareceu à moça mais vil, mais baixo, que a usura de um judeu, que o aluguel de uma pena...

Não foi desprezo, nojo que ela teve pelo marido; foi um sentimento mais calmo, menos ativo; desinteressou-se dele, destacou-se de sua pessoa. Ela sentiu que tinham cortado todos os laços de afeição, de simpatia, que prendiam ambos, toda a ligação moral, enfim.

Mesmo quando noiva, verificara que aquelas coisas de amor ao estudo, de interesse pela ciência, de ambições de descobertas, nele, eram superficiais, estavam à flor da pele; mas desculpou. Muitas vezes nós nos enganamos sobre as nossas próprias forças e capacidades; sonhamos ser Shakespeare e saímos Mal das Vinhas. Era perdoável, mas charlatão? Era demais!

Passou-lhe um pensamento mau, mas de que valeria essa quase indignidade?... Todos os homens deviam ser iguais; era inútil mudar deste para aquele...

Quando chegou a esta conclusão, sentiu um grande alívio, e a sua fisionomia se iluminou de novo como se já estivesse de todo passada a nuvem que empanava o sol dos seus olhos.

Naquela carreira atropelada para o nome fácil, ele não deu pelas modificações da mulher. Ela dissimulava os seus sentimentos, mais por dignidade e delicadeza, que mesmo por qualquer outro motivo; e a ele faltavam a sagacidade e finura necessárias para descobri-los sob o seu esconderijo. Continuavam a viver como se nada houvesse, mas quanto estavam longe um do outro!...

A revolta veio encontrá-los assim; e o doutor, desde três dias, pois há tanto ela rebentara, meditava a sua ascensão social e monetária.

O sogro suspendera a viagem à Europa, e, naquela manhã, após o almoço, conforme o seu hábito, lia recostado numa cadeira de viagem os jornais do dia. O genro vestia-se e a filha ocupava-se com sua correspondência, escrevendo à cabeceira da mesa de jantar. Ela tinha um gabinete, com todo o luxo, livros, secretária, estantes, mas gostava pela manhã de escrever ali, ao lado do pai. A sala lhe parecia mais clara, a vista para a montanha, feia e esmagadora, dava mais seriedade ao pensamento e a vastidão da sala mais liberdade no escrever.

Ela escrevia e o pai lia; num dado momento ele disse:

— Sabes quem vem aí, minha filha?

— Quem é?

— Teu padrinho. Telegrafou ao Floriano, dizendo que vinha... Está aqui, n' *O País*.

A moça adivinhou logo o motivo, o modo de agir e reagir de fato sobre as ideias e sentimentos de Quaresma. Quis desaprovar, censurar; sentiu-o, porém, tão coerente com ele mesmo, tão de acordo com a substância da vida que ele mesmo fabricara, que se limitou a sorrir complacente:

— O padrinho...

— Está doido — disse Coleoni. — *Per la madonna!* Pois um homem que está quieto, sossegado, vem meter-se nesta barafunda, neste inferno...

O doutor voltava já inteiramente vestido, com a sobrecasaca fúnebre e a cartola reluzente na mão. Vinha irradiante e o seu rosto redondo reluzia, exceto onde o grande bigode punha sombras. Ainda ouviu as últimas palavras do sogro, pronunciadas com aquele seu português rouco:

— Que há? — perguntou ele.

Coleoni explicou e repetiu os comentários que já fizera:

— Mas não há tal — disse o doutor. — É o dever de todo o patriota... Que tem a idade? Quarenta e poucos anos, não é lá velho... Pode ainda bater-se pela República...

— Mas não tem interesse nisso — objetou o velho.

— E há de ser só quem tem interesse que se deve bater pela República? — interrogou o doutor.

A moça que acabava de ler a carta que tinha escrito, mesmo sem levantar a cabeça, disse:

— Decerto.

— É vem você com as suas teorias, filhinha. O patriotismo não está na barriga...

E sorriu com um falso sorriso que o brilho morto dos seus dentes postiços mal falsificava.

— Mas vocês só falam em patriotismo? E os outros? É monopólio de vocês o patriotismo? — fez Olga.

— Decerto. Se eles fossem patriotas não estariam a despejar balas para a cidade, a entorpecer, a desmoralizar a ação da autoridade constituída.

— Deviam continuar a presenciar as prisões, as deportações, os fuzilamentos, toda a série de violências que se vêm cometendo, aqui e no Sul?

— Você, no fundo, é uma revoltosa — disse o doutor, fechando a discussão.

Ela não deixava de ser. A simpatia dos desinteressados, da população inteira era pelos insurgentes. Não só isso sempre acontece em toda a parte, como particularmente, no Brasil, devido a múltiplos fatores, há de ser assim normalmente. Os governos, com os seus inevitáveis processos de violência e hipocrisias, ficam alheados da simpatia dos que acreditam nele; e demais, esquecidos de sua vital impotência e inutilidade, levam a prometer o que não podem fazer, de forma a criar desesperados, que pedem sempre mudanças e mudanças.

Não era, pois, de admirar que a moça tendesse para os revoltosos; e Coleoni, estrangeiro e conhecendo, graças à sua vida, as nossas autoridades, calasse as suas simpatias num mutismo prudente.

— Não me vá comprometer, hein, Olga?

Ela se tinha levantado para acompanhar o marido. Parou um pouco, deitou-lhe o seu grande olhar luminoso, e com os finos lábios um pouco franzidos:

— Você sabe bem que eu não te comprometo.

O doutor desceu a escada da varanda, atravessou o jardim e ainda do portão disse adeus à mulher, que lhe seguia a saída, debruçada na varanda, conforme o ritual dos bem ou mal casados.

Por esse tempo, Coração dos Outros sonhava desligado das contingências terrenas.

Ricardo vivia ainda na sua casa de cômodos dos subúrbios, cuja vista ia de Todos os Santos à Piedade, abrangendo um grande trato de área edificada, um panorama de casas e árvores.

Já não se falava mais no seu rival e a sua mágoa tinha assentado.

Por esses dias o triunfo desfilava sem contestação. Toda a cidade o tinha na consideração devida e ele quase se julgava ao termo da sua carreira. Faltava o assentimento de Botafogo, mas estava certo de obter.

Já publicara mais de um volume de canções; e, agora pensava em publicar mais outro. Há dias vivia em casa, pouco saindo, organizando o seu livro. Passava confinado no seu quarto, almoçando café, que ele mesmo fazia, e pão, indo à tarde jantar a uma tasca próximo à estação.

Notara que sempre que chegava, os carroceiros e trabalhadores, que jantavam nas mesas sujas, abaixavam a voz e olhavam-no desconfiados; mas não deu importância...

Apesar de popular no lugar, não encontrara pessoa alguma conhecida durante os três últimos dias; ele mesmo evitava falar e, em sua casa, limitava-se

ao “bom-dia” e à “boa-tarde” trocados com os vizinhos.

Gostava de passar assim dias, metido em si mesmo e ouvindo o seu coração. Não lia jornais para não distrair a atenção de seu trabalho. Vivia a pensar nas suas modinhas e no seu livro que havia de ser mais uma vitória para ele e para o violão estremecido.

Naquela tarde estava sentado à mesa, corrigindo um dos seus trabalhos, um dos últimos, aquele que compusera no sítio de Quaresma — “Os lábios de Carola”.

Primeiro, leu toda a produção, cantarolando; voltou a lê-la, agarrou o violão para melhor apanhar o efeito e empacou nestes:

É mais bela que Helena e Margarida,
Quando sorri meneando a ventarola.
Só se encontra a ilusão que adoça a vida
Nos lábios de Carola.

Nisto ouviu um tiro, depois, outro, outro... Que diabo? pensou. Hão de ser salvas a algum navio estrangeiro. Repinicou o violão e continuou a cantar os lábios de Carola, onde encontrava a ilusão que adoça a vida...

TERCEIRA PARTE

I PATRIOTAS

Havia mais de uma hora que ele estava ali, num grande salão do palácio, vendo o marechal, mas sem lhe poder falar. Quase não se encontravam dificuldades para se chegar à sua presença, mas falar-lhe, a coisa não era tão fácil.

O palácio tinha um ar de intimidade, de quase relaxamento, representativo e eloquente. Não era raro ver-se pelos divãs, em outras salas, ajudantes de ordens, ordenanças, contínuos, cochilando, meio deitados e desabotoados. Tudo nele era desleixo e moleza. Os cantos dos tetos tinham teias de aranha; dos tapetes, quando pisados com mais força, subia uma poeira de rua mal varrida.

Quaresma não pudera vir logo, como anunciara no telegrama. Fora preciso pôr em ordem os seus negócios, arranjar quem fizesse companhia à irmã. Fizera dona Adelaide mil objeções à sua partida; mostrara-lhe os riscos da luta, da guerra, incompatíveis com a sua idade e superiores à sua força; ele, porém, não se deixara abater, fizera pé firme, pois sentia, indispensável, necessário que toda a sua vontade, que toda a sua inteligência, que tudo o que ele tinha de vida e atividade fosse posto à disposição do governo, para então!... oh!

Aproveitara os dias até para redigir um memorial que ia entregar a Floriano. Nele expunham-se as medidas necessárias para o levantamento da agricultura e mostravam-se todos os entraves, oriundos da grande propriedade, das exações fiscais, da carestia de fretes, da estreiteza dos mercados e das

violências políticas. O major apertava o manuscrito na mão e lembrava-se da sua casa, lá longe, no canto daquela planície feia, olhando, no poente, as montanhas que se alongavam, se afilavam nos dias claros e transparentes, lembrava-se de sua irmã, dos seus olhos verdes e plácidos que o viram partir com uma impassibilidade que não era natural; mas do que se lembrava mais, naquele momento, era do Anastácio, o seu preto velho, do seu longo olhar, não mais com aquela ternura passiva de animal doméstico, mas cheio de assombro, de espanto e piedade, rolando muito nas órbitas as escleróticas muito brancas, quando o viu penetrar no vagão da estrada de ferro. Parecia que farejava desgraça... Não lhe era comum tal atitude e como que a tomava por ter descoberto nas coisas sinais de dolorosos acontecimentos a vir... Ora!...

Ficara Quaresma a um canto vendo entrar um e outro, à espera que o presidente o chamasse. Era cedo, pouco devia faltar para o meio-dia, e Floriano tinha ainda, como sinal do almoço, o palito na boca.

Falou em primeiro lugar a uma comissão de senhoras que vinham oferecer o seu braço e o seu sangue em defesa das instituições e da pátria. A oradora era uma mulher baixa, de busto curto, gorda, com grandes seios altos e falava agitando o leque fechado na mão direita.

Não se podia dizer bem qual a sua cor, sua raça, ao menos: andavam tantas nela que uma escondia a outra, furtando toda ela a uma classificação honesta.

Enquanto falava, a mulherzinha deitava sobre o marechal os grandes olhos que despediam chispas. Floriano parecia incomodado com aquele chamejar; era como se temesse derreter-se ao calor daquele olhar que queimava mais sedução que patriotismo. Fugia encará-la, abaixava o rosto como um adolescente, batia com os dedos na mesa...

Quando lhe chegou a vez de falar, levantou um pouco o rosto, mas sem encarar a mulher, e, com um grosso e difícil sorriso de roceiro, declinou da oferta, visto a República ainda dispor de bastante força para vencer.

A última frase, ele disse com mais vagar e quase ironicamente. As damas despediram-se; o marechal girou o olhar em torno do salão e deu com Quaresma:

— Então, Quaresma? — fez ele familiarmente.

O major ia aproximar-se, mas logo estacou no lugar em que estava. Uma chusma de oficiais subalternos e cadetes cercou o ditador e a sua atenção convergiu para eles. Não se ouvia o que diziam. Falavam ao ouvido de Floriano, cochichavam, batiam-lhe nas espáduas. O marechal quase não falava:

movia com a cabeça ou pronunciava um monossílabo, coisa que Quaresma percebia pela articulação dos lábios.

Começaram a sair. Apertavam a mão do ditador e, um deles, mais jovial, mais familiar, ao despedir-se, apertou-lhe com força a mão mole, bateu-lhe no ombro com intimidade, e disse alto e com ênfase:

— Energia, marechal!

Aquilo tudo parecia tão natural, normal, tendo entrado no novo cerimonial da República, que ninguém, nem o próprio Floriano, teve a mínima surpresa, ao contrário alguns até sorriram alegres por ver o califa, o câ, o emir, transmitir um pouco do que tinha de sagrado ao subalterno desabusado. Não se foram todos imediatamente. Um deles demorou-se mais a segredar coisas à suprema autoridade do país. Era um cadete da Escola Militar, com a sua farda azul-turquesa, talim e sabre de praça de pré.

Os cadetes da Escola Militar formavam a falange sagrada.

Tinham todos os privilégios e todos os direitos; precediam ministros nas entrevistas com o ditador e abusavam dessa situação de esteio do Sila, para oprimir e vexar a cidade inteira.

Uns trapos de positivismo se tinham colado naquelas inteligências e uma religiosidade especial brotara-lhes no sentimento, transformando a autoridade, especialmente Floriano e vagamente a República, em artigo de fé, em feitiço de ídolo mexicano, em cujo altar todas as violências e crimes eram oblatas dignas e oferendas úteis para a sua satisfação e eternidade.

O cadete lá estava...

Quaresma pôde então ver melhor a fisionomia do homem que ia enfeixar em suas mãos, durante quase um ano, tão fortes poderes, poderes de Imperador Romano, pairando sobre tudo, limitando tudo, sem encontrar obstáculo algum aos seus caprichos, às suas fraquezas e vontades, nem nas leis, nem nos costumes, nem na piedade universal e humana.

Era vulgar e desoladora. O bigode caído; o lábio inferior pendente e mole a que se agarrava uma grande “mosca”; os traços flácidos e grosseiros; não havia nem o desenho do queixo ou olhar que fosse próprio, que revelasse algum dote superior. Era um olhar mortiço, redondo, pobre de expressões, a não ser de tristeza que não lhe era individual, mas nativa, de raça; e todo ele era gelatinoso — parecia não ter nervos.

Não quis o major ver em tais sinais nada que lhe denotasse o caráter, a inteligência e o temperamento. Essas coisas não vogam, disse ele de si para si.

O seu entusiasmo por aquele ídolo político era forte, sincero e desinteressado. Tinha-o na conta de enérgico, de fino e supervidente, tenaz e conhecedor das necessidades do país, manhoso talvez um pouco, uma espécie de Luís XI forrado de um Bismarck. Entretanto, não era assim. Com uma ausência total de qualidades intelectuais, havia no caráter do Marechal Floriano uma qualidade predominante: tibieza de ânimo; e no seu temperamento, muita preguiça. Não a preguiça comum, essa preguiça de nós todos; era uma preguiça mórbida, como que uma pobreza de irrigação nervosa, provinda de uma insuficiente quantidade de fluido no seu organismo. Pelos lugares que passou, tornou-se notável pela indolência e desamor às obrigações dos seus cargos.

Quando diretor do Arsenal de Pernambuco, nem energia tinha para assinar o expediente respectivo; e durante o tempo em que foi ministro da Guerra, passava meses e meses sem lá ir, deixando tudo por assinar, pelo que “legou” ao seu substituto um trabalho avultadíssimo. Quem conhece a atividade papuleira de um Colbert, de um Napoleão, de um Filipe II, de Guilherme I, da Alemanha, em geral de todos os grandes homens de Estado, não compreende o descaso florianesco pela expedição de ordens, explicações aos subalternos, de suas vontades, de suas vistas. Certamente necessárias deviam ser tais transmissões para que o seu senso superior se fizesse sentir e influísse na marcha das coisas governamentais e administrativas.

Dessa preguiça de pensar e de agir, vinha o seu mutismo, os seus misteriosos monossílabos, levados à altura de ditos sibilinos, as famosas “encruzilhadas dos talvezes”, que tanto reagiram sobre a inteligência e imaginação nacionais, mendigas de heróis e grandes homens.

Essa doentia preguiça fazia-o andar de chinelos e deu-lhe aquele aspecto de calma superior, calma de grande homem de Estado ou de guerreiro extraordinário.

Toda a gente ainda se lembra como foram os seus primeiros meses de governo. A braços com o levante de presos, praças e inferiores da fortaleza de Santa Cruz, tendo mandado fazer um inquérito, abafou-o com medo que as pessoas indicadas como instigadoras não fizessem outra sedição, e, não contente com isto, deu a essas pessoas as melhores e mais altas recompensas.

Demais, ninguém pode admitir um homem forte, um César, um Napoleão, que permita aos subalternos aquelas intimidades deprimentes e que tenha com eles as condescendências que ele tinha, consentindo que o seu nome servisse de lábaro para uma vasta série de crimes de toda a espécie.

Uma recordação basta. Sabe-se bem sob que atmosfera de má vontade Napoleão assumiu o comando do exército da Itália. Augereau, que o chamava “general de rua”, disse a alguém, após lhe ter falado: “O homem meteu-me medo”; e o corso estava senhor do exército sem batidelas no ombro, sem delegar tácita ou explicitamente a sua autoridade a subalternos irresponsáveis.

De resto, a lentidão com que sufocou a revolta de 6 de setembro mostra bem a incerteza, a vacilação de vontade de um homem que dispunha daqueles extraordinários recursos que estavam às suas ordens.

Há uma outra face do Marechal Floriano que muito explica os seus movimentos, atos e gestos. Era o seu amor à família, um amor entranhado, alguma coisa de patriarcal, de antigo que já se vai esvaindo com a marcha da civilização.

Em virtude de insucessos na exploração agrícola de duas das suas propriedades, a sua situação particular era precária, e não queria morrer sem deixar à família as suas propriedades agrícolas desoneradas do peso das dívidas.

Honesto e probo como era, a única esperança que lhe restava repousava nas economias sobre os seus ordenados. Daí lhe veio essa dubiedade, esse jogo com pau de dois bicos, jogo indispensável para conservar os rendosos lugares que teve e o fez atarraxar-se tenazmente à presidência da República. A hipoteca do “Brejão” e do “Duarte” foi o seu nariz de Cleópatra...

A sua preguiça, a sua tibieza de ânimo e o seu amor fervoroso pelo lar deram em resultado esse “homem-talvez” que, refratado nas necessidades mentais e sociais dos homens do tempo, foi transformado em estadista, em Richelieu, e pôde resistir a uma séria revolta com mais teimosia que vigor, obtendo vidas, dinheiro e despertando até entusiasmo e fanatismo.

Esse entusiasmo e esse fanatismo, que o ampararam, que o animaram, que o sustentaram, só teriam sido possíveis, depois de ter ele sido ajudante general do Império, senador, ministro, isto é, após se ter “fabricado” à vista de todos e cristalizado a lenda na mente de todos.

A sua concepção de governo não era o despotismo, nem a democracia, nem a aristocracia; era a de uma tirania doméstica. O bebê portou-se mal, castigou-se. Levada a coisa ao grande, o portar-se mal era fazer-lhe oposição, ter opiniões contrárias às suas e o castigo não eram mais palmadas, sim, porém, prisão e morte. Não há dinheiro no Tesouro; ponham-se as notas recolhidas em circulação, assim como se faz em casa quando chegam visitas e a sopa é pouca: põe-se mais água.

Demais, a sua educação militar e a sua fraca cultura deram mais realce a essa concepção infantil, raiando-a de violência, não tanto por ele em si, pela sua perversidade natural, pelo seu desprezo pela vida humana, mas pela fraqueza com que acobertou e não reprimiu a ferocidade dos seus auxiliares e asseclas.

Quaresma estava longe de pensar nisso tudo; ele, como muitos homens honestos e sinceros do tempo, foram tomados pelo entusiasmo contagioso que Floriano conseguira despertar. Pensava na grande obra que o Destino reservava àquela figura plácida e triste; na reforma radical que ele ia levar ao organismo aniquilado da pátria, que o major se habituara a crer a mais rica do mundo, embora, de uns tempos para cá, já tivesse dúvidas a certos respeitos.

Decerto, ele não negaria tais esperanças e a sua ação poderosa havia de se fazer sentir pelos oito milhões de quilômetros quadrados do Brasil, levando-lhes estradas, segurança, proteção aos fracos, assegurando o trabalho e promovendo a riqueza.

Não se demorou muito nessa ordem de pensamentos. Um seu companheiro de espera, desde que o marechal lhe falou familiarmente, começou a considerar aquele homem pequenino, taciturno, de *pince-nez* e foi-se chegando, se aproximando e, quando já perto, disse a Quaresma, quase como um terrível segredo:

— Eles vão ver o “caboclo”... O major há muito que o conhece?

Respondeu-lhe o major e o outro ainda lhe fez uma outra pergunta; o presidente, porém, ficara só e Quaresma avançou.

— Então, Quaresma? — fez Floriano.

— Venho oferecer a Vossa Excelência os meus fracos préstimos.

O presidente considerou um instante aquela pequenez de homem, sorriu com dificuldade, mas, levemente, com um pouco de satisfação. Sentiu por aí a força de sua popularidade e senão a razão boa de sua causa.

— Agradeço-te muito... Onde tens andado? Sei que deixaste o Arsenal.

Floriano tinha essa capacidade de guardar fisionomias, nomes, empregos, situações dos subalternos com quem lidava. Tinha alguma coisa de asiático; era cruel e paternal ao mesmo tempo.

Quaresma explicou-lhe a sua vida e aproveitou a ocasião para lhe falar em leis agrárias, medidas tendentes a desafogar e dar novas bases à nossa vida agrícola. O marechal ouviu-o distraído, com uma dobra de aborrecimento no canto dos lábios.

— Trazia a Vossa Excelência até este memorial...

O presidente teve um gesto de mau humor, um quase “não me amole” e disse com preguiça a Quaresma:

— Deixa aí...

Depositou o manuscrito sobre a mesa e logo o ditador dirigiu-se ao interlocutor de ainda agora:

— Que há, Bustamante? E o batalhão, vai?

O homem aproximou-se mais, um tanto amedrontado:

— Vai bem, marechal. Precisamos de um quartel... Se Vossa Excelência desse ordem...

— É exato. Fala ao Rufino em meu nome que ele pode arranjar... Ou antes: leva-lhe este bilhete.

Rasgou um pedaço de uma das primeiras páginas do manuscrito de Quaresma, e assim mesmo, sobre aquela ponta de papel, a lápis azul, escreveu algumas palavras ao seu ministro da Guerra. Ao acabar é que deu com a desconsideração:

— Ora! Quaresma! Rasguei o teu escrito... Não faz mal... Era a parte de cima, não tinha nada escrito.

O major confirmou e o presidente, em seguida, voltando-se para Bustamante:

— Aproveita Quaresma no teu batalhão. Que posto queres?

— Eu! — fez Quaresma estupidamente.

— Bem. Vocês lá se entendam.

Os dois se despediram do presidente e desceram vagarosamente as escadas do Itamarati. Até à rua nada disseram um ao outro. Quaresma vinha um pouco frio. O dia estava claro e quente; o movimento da cidade parecia não ter sofrido alteração apreciável. Havia a mesma agitação de bondes, carros e carroças; mas, nas fisionomias, um terror, um espanto, alguma coisa de tremendo ameaçava todos e parecia estar suspenso no ar.

Bustamante deu-se a conhecer. Era o major Bustamante, agora tenente-coronel, velho amigo do marechal, seu companheiro do Paraguai.

— Mas nós nos conhecemos! — exclamou ele.

Quaresma esteve olhando aquele velho mulato escuro, com uma grande barba mosaica e olhos espertos, mas não se lembrou de tê-lo já encontrado algum dia.

— Não me recordo... Onde?

— Da casa do General Albernaz... Não se lembra?

Policarpo então teve uma vaga recordação e o outro explicou-lhe a formação do seu batalhão patriótico “Cruzeiro do Sul”.

— O senhor quer fazer parte?

— Pois não — fez Quaresma.

— Estamos em dificuldades... Fardamento, calçado para as praças... Nas primeiras despesas devemos auxiliar o governo... Não convém sangrar o Tesouro, não acha?

— Certamente — disse com entusiasmo Quaresma.

— Folgo muito que o senhor concorde comigo... Vejo que é um patriota... Resolvi por isso fazer um rateio pelos oficiais, em proporção ao posto: um alferes concorre com cem mil-réis, um tenente com duzentos... O senhor que patente quer? Ah! É verdade! O senhor é major, não é?

Quaresma então explicou por que o tratavam por major. Um amigo, influência no Ministério do Interior, lhe tinha metido o nome numa lista de guardas-nacionais com esse posto. Nunca tendo pago os emolumentos, viu-se, entretanto, sempre tratado major, e a coisa pegou. A princípio, protestou, mas como teimassem deixou.

— Bem — fez Bustamante. — O senhor fica mesmo sendo major.

— Qual é a minha quota?

— Quatrocentos mil-réis. Um pouco forte, mas... O senhor sabe; é um posto importante... Aceita?

— Pois não.

Bustamante tirou a carteira, tomou nota com uma pontinha de lápis e despediu-se jovialmente:

— Então, major, às seis, no quartel provisório.

A conversa se havia passado na esquina da rua Larga com o Campo de Santana. Quaresma pretendia tomar um bonde que o levasse ao centro da cidade. Tencionava visitar o compadre em Botafogo, fazendo, assim, horas para a sua iniciação militar.

A praça estava pouco transitada; os bondes passavam ao chouto compassado das mulas; de quando em quando ouvia-se um toque de corneta, rufos de tambor, e do portão central do quartel-general saía uma força, armas ao ombro, baionetas caladas, dançando nos ombros dos recrutas, faiscando com um brilho duro e mau.

Ia tomar o bonde, quando se ouviram alguns disparos de artilharia e o seco espoucar dos fuzis. Não durou muito; antes que o bonde atingisse à rua da

Constituição, todos os rumores guerreiros tinham cessado, e quem não estivesse avisado havia de supor-se em tempos normais.

Quaresma chegou-se para o centro do banco e ia ler o jornal que comprara. Desdobrou-o vagarosamente, mas foi logo interrompido; bateram-lhe no ombro. Voltou-se.

— Oh! General!

O encontro foi cordial. O general Albernaz gostava dessas cerimônias e tinha mesmo um prazer, uma deliciosa emoção em reatar conhecimentos que se tinham enfraquecido por uma separação qualquer. Estava fardado, com aquele seu uniforme maltratado; não trazia espada e o *pince-nez* continuava preso por um trancelim de ouro que lhe passava por detrás da orelha esquerda.

— Então veio ver a coisa?

— Vim. Já me apresentei ao marechal.

— “Eles” vão ver com quem se meteram. Pensam que tratam com o Deodoro, enganam-se!... A República, graças a Deus, tem agora um homem na sua frente... O “caboclo” é de ferro... No Paraguai...

— O senhor conheceu-o lá, não, general?

— Isto é... Não chegamos a nos encontrar; mas o Camisão... É duro, o homem. Estou como encarregado das munições... É o fino o “caboclo”: não me quis no litoral. Sabe muito bem quem sou e que munição que saía das minhas mãos é munição... Lá, no depósito, não me sai um caixote que eu não examine... É necessário... No Paraguai, houve muita desordem e comilança: mandou-se muita cal por pólvora, não sabia?

— Não.

— Pois foi. O meu gosto era ir para as praias, para o combate; mas o “homem” quer que eu fique com as munições... Capitão manda, marinheiro faz... Ele sabe lá...

Deu de ombros, concertou o trancelim que já caía da orelha e esteve calado um instante. Quaresma perguntou:

— Como vai a família?

— Bem. Sabe que Quinota casou-se?

— Sabia, o Ricardo me disse. E dona Ismênia, como vai?

A fisionomia do general toldou-se e respondeu como a contragosto:

— Vai no mesmo.

O pudor de pai tinha-o impedido de dizer toda a verdade. A filha enlouquecera de uma loucura mansa e infantil. Passava dias inteiros calada, a um canto, olhando estupidamente tudo, com um olhar morto de estátua,

numa atonia de inanimado, como que caíra em imbecilidade; mas vinha uma hora, porém, em que se penteava toda, enfeitava-se e corria à mãe, dizendo:

“Apronta-me, mamãe. O meu noivo não deve tardar... é hoje o meu casamento.” Outras vezes recortava papel, em forma de participações, e escrevia: Ismênia de Albernaz e Fulano (variava) participam o seu casamento.

O general já consultara uma dúzia de médicos, o espiritismo e agora andava às voltas com um feiticeiro milagroso; a filha, porém, não sarava, não perdia a mania e cada vez mais se embrenhava o seu espírito naquela obsessão de casamento, alvo que fizeram ser da sua vida, a que não atingira, aniquilando-se, porém, o seu espírito e a sua mocidade em pleno verdor.

Entristecia o seu estado aquela casa outrora tão alegre, tão festiva. Os bailes tinham diminuído; e, quando eram obrigados a dar um, nas datas principais, a moça, com todos os cuidados, à custa de todas as promessas, era levada para casa da irmã casada, lá ficava, enquanto as outras dançavam, um instante esquecidas da irmã que sofria.

Albernaz não quis revelar aquela dor de sua velhice; reprimiu a emoção e continuou no tom mais natural, naquele seu tom familiar e íntimo que usava com todos:

— Isto é uma infâmia, senhor Quaresma. Que atraso para o país. E os prejuízos? Um porto destes fechado a comércio nacional, quantos anos de retardamento não representa!

O major concordou e mostrou a necessidade de prestigiar o Governo, de forma a tornar impossível a reprodução de levantes e insurreições.

— Decerto — aduziu o general. — Assim não progredimos, não nos adiantamos. E no estrangeiro que mau efeito!

O bonde chegara ao Largo de São Francisco e os dois se separaram. Quaresma foi direitinho ao Largo da Carioca e Albernaz seguiu para a rua do Rosário.

Olga viu entrar seu padrinho sem aquela alegria expansiva de sempre. Não foi indiferença que sentiu, foi espanto, assombro, quase medo, embora soubesse perfeitamente que ele estava a chegar. Entretanto, não havia mudança na fisionomia de Quaresma, no seu corpo, em todo ele. Era o mesmo homem baixo, pálido, com aquele cavanhaque apontado e o olhar agudo por detrás do *pince-nez*... Nem mesmo estava mais queimado e o jeito de apertar os lábios era o mesmo que ela conhecia há tantos anos. Mas, parecia-lhe mudado e ter entrado impelido, empurrado por uma força estranha, por um turbilhão; bem examinando, entretanto, verificou que ele entrara naturalmente, com o seu

passo miúdo e firme. Donde lhe vinha então essa coisa que a acanhava, que lhe tirara a sua alegria de ver pessoa tão amada? Não atinou. Estava lendo na sala de jantar e Quaresma não se fazia anunciar; ia entrando conforme o velho hábito. Respondeu ao padrinho ainda sob a dolorosa impressão da sua entrada:

— Papai saiu; e o Armando está lá embaixo escrevendo.

De fato, ele estava escrevendo ou mais particularmente: traduzia para o “clássico” um grande artigo sobre “Ferimentos por arma de fogo”. O seu último truque intelectual era este do clássico. Buscava nisto uma distinção, uma separação intelectual desses meninos por aí que escrevem contos e romances nos jornais. Ele, um sábio, e sobretudo, um doutor, não podia escrever da mesma forma que eles. A sua sabedoria superior e o seu título “acadêmico” não podiam usar da mesma língua, dos mesmos modismos, da mesma sintaxe que esses poetastros e literatecos. Veio-lhe então a ideia do clássico. O processo era simples: escrevia do modo comum, com as palavras e o jeito de hoje, em seguida invertia as orações, picava o período com vírgulas e substituíria incomodar por molestar, ao redor por derredor, isto por esto, quão grande ou tão grande por quamanho, sarapintava tudo de ao invés, em pós, e assim obtinha o seu estilo clássico que começava a causar admiração aos seus pares e ao público em geral.

Gostava muito da expressão “às rebatinhas”; usava-a a todo o momento e, quando a punha no branco do papel, imaginava que dera ao seu estilo uma força e um brilho pascalianos e às suas ideias uma suficiência transcendente. De noite, lia o Padre Vieira, mas logo às primeiras linhas o sono lhe vinha e dormia sonhando-se “físico”, tratado de mestre, em pleno Seiscentos, prescrevendo sangria e água quente, tal e qual o doutor Sangrado.

A sua tradução estava quase no fim, já estava bastante prático, pois com o tempo adquirira um vocabulário suficiente e a versão era feita mentalmente, em quase metade, logo na primeira escrita. Recebeu o recado da mulher, anunciando-lhe a visita, com um pequeno aborrecimento, mas, como teimasse em não encontrar um equivalente clássico para “orifício”, julgou útil a interrupção. Queria pôr “buraco”, mas era plebeu; “orifício”, se bem que muito usado, era, entretanto, mais digno. Na volta talvez encontrasse, pensou: e subiu à sala de jantar. Ele entrou prazenteiro, com o seu grande bigode esfarelado, o seu rosto redondo e encontrou padrinho e afilhada empenhados em uma discussão sobre autoridade.

Dizia ela:

— Eu não posso compreender esse tom divino com que os senhores falam da autoridade. Não se governa mais em nome de Deus, por que então esse respeito, essa veneração de que querem cercar os governantes?

O doutor, que ouvira toda a frase, não pôde deixar de objetar:

— Mas é preciso, indispensável... Nós sabemos bem que eles são homens como nós, mas, se não for assim, tudo vai por água abaixo.

Quaresma acrescentou:

— É em virtude das próprias necessidades internas e externas da nossa sociedade que ela existe... Nas formigas, nas abelhas...

— Admito. Mas há revoltas entre as abelhas e formigas, e a autoridade se mantém lá à custa de assassínios, exações e violências?

— Não se sabe... Quem sabe? Talvez... — fez evasivamente Quaresma.

O doutor não teve dúvidas e foi logo dizendo:

— Que temos nós com as abelhas? Então nós, os homens, o pináculo da escala zoológica iremos buscar normas de vida entre os insetos?

— Não é isso, meu caro doutor; buscamos nos exemplos deles a certeza da generalidade do fenômeno, da sua imanência, por assim dizer — disse Quaresma com doçura.

Ele não tinha acabado a explicação e Olga já refletia:

— Ainda se essa tal autoridade trouxesse felicidade, vá; mas não; de que vale?

— Há de trazer — afirmou categoricamente Quaresma. — A questão é consolidá-la.

Conversaram ainda muito tempo. O major contou a sua visita a Floriano, a sua próxima incorporação ao batalhão “Cruzeiro do Sul”. O doutor teve uma ponta de inveja, quando ele se referiu ao modo familiar por que Floriano o tratara. Fizeram um pequeno *lunch* e Quaresma saiu.

Sentia necessidade de rever aquelas ruas estreitas, com as suas lojas profundas e escuras, onde os empregados se moviam como em um subterrâneo. A tortuosa rua dos Ourives, a esburacada rua da Assembleia, a casquilha rua do Ouvidor davam-lhe saudades.

A vida continuava a mesma. Havia grupos parados e moças a passeio; no Café do Rio, uma multidão. Eram os avançados, os “jacobinos”, a guarda abnegada da República, os intransigentes a cujos olhos a moderação, a tolerância e o respeito pela liberdade e a vida alheias eram crimes de lesa-pátria, sintomas de monarquismo criminoso e abdicação desonesta diante do

estrangeiro. O estrangeiro era sobretudo o português, o que não impedia de haver jornais “jacobiníssimos” redigidos por portugueses da mais bela água.

A não ser esse grupo gesticulante e apaixonado, a rua do Ouvidor era a mesma. Os namoros se faziam e as moças iam e vinham. Se uma bala zunia no alto céu azul, luminoso, as moças davam gritinhos de gata, corriam para dentro das lojas, esperavam um pouco e logo voltavam sorridentes, o sangue a subir às faces pouco e pouco, depois da palidez do medo.

Quaresma jantou num *restaurant* e dirigiu-se ao quartel, que funcionava provisoriamente num velho cortiço condenado pela higiene, lá pelos lados da Cidade Nova. Tinha o tal cortiço andar térreo e sobrado, ambos divididos em cubículos do tamanho de camarotes de navio. No sobrado, havia uma varanda de grade de pau e uma escada de madeira levava até lá, escada tosca e oscilante, que gemia à menor passada. A casa da ordem funcionava no primeiro quartinho do sobrado e o pátio, já sem as cordas de secar ao sol a roupa, mas com as pedras manchadas das barreiras e da água de sabão, servia para a instrução dos recrutas. O instrutor era um sargento reformado, um tanto coxo, e admitido no batalhão com o posto de alferes, que gritava com uma demora majestosa: “om — brô”... armas!

O major entregou a sua quota ao coronel e este esteve a mostrar-lhe o modelo do fardamento.

Era muito singular essa fantasia de seringueiro: o dólmã era verde-garrafa e tinha uns vivos azul-ferrete, alamares dourados e quatro estrelas prateadas, em cruz, na gola.

Uma gritaria fê-los vir até à varanda. Entre soldados entrava um homem, a se debater, a chorar e a implorar, ao mesmo tempo, levando de quando em quando uma reffada.

— É o Ricardo! — exclamou Quaresma. — O senhor não o conhece, coronel? continuou ele com interesse e piedade. Bustamante estava impassível na varanda e só respondeu depois de algum tempo:

— Conheço... É um voluntário recalcitrante, um patriota rebelde.

Os soldados subiram com o “voluntário” e Ricardo logo que deu com o major, suplicou-lhe:

— Salve-me, major!

Quaresma chamou de parte o coronel, rogou-lhe e suplicou-lhe, mas foi inútil... Há necessidade de gente... Enfim, fazia-o cabo.

Ricardo, de longe, seguia a conversa dos dois: adivinhou a recusa e exclamou:

— Eu sirvo sim, sim, mas deem-me o meu violão.
Bustamante perfilou-se e gritou aos soldados:
— Restituam o violão ao cabo Ricardo!

II

VOCÊ, QUARESMA, É UM VISIONÁRIO

Oito horas da manhã. A cerração ainda envolve tudo. Do lado da terra, mal se enxergam as partes baixas dos edifícios próximos; para o lado do mar, então, a vista é impotente contra aquela treva esbranquiçada e flutuante, contra aquela muralha de flocos e opaca, que se condensa ali e aqui em aparições, em semelhanças de coisas. O mar está silencioso: há grandes intervalos entre o seu fraco marulho. Vê-se da praia um pequeno trecho, sujo, coberto de algas, e o odor da maresia parece mais forte com a neblina. Para a esquerda e para a direita, é o desconhecido, o Mistério. Entretanto, aquela pasta espessa, de uma claridade difusa, está povoada de ruídos. O chiar das serras vizinhas, os apitos de fábricas e locomotivas, os guinchos de guindastes dos navios enchem aquela manhã indecifrável e taciturna; e ouve-se mesmo a bulha compassada de remos que ferem o mar. Acredita-se, dentro daquele decoro, que é Caronte que traz a sua barca para uma das margens do Estige...

Atenção! Todos perscrutam a cortina de névoa pastosa. Os rostos estão alterados; parece que, do seio da bruma, vão surgir demônios...

Não se ouve a bulha: o escaler afastou-se. As fisionomias respiram aliviadas...

Não é noite, não é dia; não é o dilúculo, não é o crepúsculo; é a hora da angústia, é a luz da incerteza. No mar, não há estrelas nem sol que guiem; na terra, as aves morrem de encontro às paredes brancas das casas. A nossa miséria é mais completa e a falta daqueles mudos marcos da nossa atividade dá mais forte percepção do nosso isolamento no seio da natureza grandiosa.

Os ruídos continuam, e, como nada se vê, parece que vêm do fundo da terra ou são alucinações auditivas. A realidade só nos vem do pedaço de mar que se avista, marulhando com grandes intervalos, fracamente, tenuemente, a medo, de encontro à areia da praia, suja de bodelhas, algas e sargaços.

Aos grupos, após o rumor dos remos, os soldados deitaram-se pela relva que continua a praia. Alguns já cochilam; outros procuram com os olhos o céu

através do nevoeiro que lhes umedece o rosto.

O cabo Ricardo Coração dos Outros, de rifle à cintura e gorro à cabeça, sentado numa pedra, está de parte, sozinho, e olha aquela manhã angustiosa.

Era a primeira vez que via a cerração assim perto do mar, onde ela faz sentir toda a sua força de desesperar. Em geral, ele só tinha olhos para as alvoradas claras e purpurinas, macias e fragrantas; aquele amanhecer brumoso e feio era uma novidade para ele.

Sob o fardamento de cabo, o menestrel não se aborrece. Aquela vida solta da caserna vai-lhe bem n'alma; o violão está lá dentro e, em horas de folga, ele o experimenta, cantarolando em voz baixa. É preciso não enferrujar os dedos... O seu pequeno aborrecimento é não poder, de quando em quando, soltar o peito.

O comandante do destacamento é Quaresma que, talvez, consentisse...

O major está no interior da casa que serve de quartel, lendo. O seu estudo predileto é agora artilharia. Comprou compêndios; mas, como sua instrução é insuficiente, da artilharia vai à balística, da balística à mecânica, da mecânica ao cálculo e à geometria analítica; desce mais a escada; vai à trigonometria, à geometria e à álgebra e à aritmética. Ele percorre essa cadeia de ciências entrelaçadas com uma fé de inventor. Aprende uma noção de elementarismo após um rosário de consultas, de compêndio em compêndio; e leva assim aqueles dias de ócio guerreiro enfronhado na matemática, nessa matemática rebarbativa e hostil aos cérebros que já não são moços.

Há no destacamento um canhão Krupp, mas ele nada tem a ver com o mortífero aparelho; contudo, estuda artilharia. É encarregado dele o tenente Fontes, que não dá obediência alguma ao patriota major. Quaresma não se incomoda com isso; vai aprendendo lentamente a servir-se da boca de fogo e submete-se à arrogância do subalterno.

O comandante do “Cruzeiro do Sul”, o Bustamente da barba mosaica, continua no quartel, superintendendo a vida do batalhão. A unidade tem poucos oficiais e muito poucas praças; mas o Estado paga o pré de quatrocentas. Há falta de capitães, o número de alferes está justo, o de tenentes quase, mas já há um major, que é Quaresma, e o comandante Bustamente, que, por modéstia, se fez simplesmente tenente-coronel.

Tem quarenta praças o destacamento que Quaresma comanda, três alferes, dois tenentes; mas os oficiais pouco aparecem. Estão doentes ou licenciados e só ele, o antigo agricultor do “Sossego”, e um alferes, Polidoro, este mesmo só à noite, estão a postos. Um soldado entrou:

— Senhor comandante, posso ir almoçar?

— Pode. Chama-me o cabo Ricardo.

A praça saiu capengando em cima de grandes botinas; o pobre homem usava aquela peça protetora como um castigo. Assim que se viu no mato, que levava à sua casa, tirou-as e sentiu pelo rosto o sopro da liberdade.

O comandante chegou à janela. A cerração se ia dissipando. Já se via o sol que brilhava como um disco de ouro fosco.

Ricardo Coração dos Outros apareceu. Estava engraçado dentro do seu fardamento de caporal. A blusa era curtíssima, sungada; os punhos lhe apareciam inteiramente; e as calças eram compridíssimas e arrastavam no chão.

— Como vais, Ricardo?

— Bem. E o senhor, major?

— Assim.

Quaresma deitou sobre o inferior e amigo aquele seu olhar agudo e demorado:

— Andas aborrecido, não é?

O trovador sentiu-se alegre com o interesse do comandante:

— Não... Para que dizer, major, que sim... Se a coisa for assim até o fim, não é mau... O diabo é quando há tiro... Uma coisa, major; não se poderia, assim, aí pelas horas em que não há que fazer, ir nas mangueiras, cantar um pouco...

O major coçou a cabeça, alisou o cavanhaque e disse:

— Eu, não sei... É...

— O senhor sabe que isso de cantar baixo é remar em seco... Dizem que no Paraguai...

— Bem. Cante lá; mas não grite, hein?

Calaram-se um pouco; Ricardo ia partir quando o major recordou:

— Manda-me trazer o almoço.

Quaresma jantava e almoçava ali mesmo. Não era raro também dormir. As refeições eram-lhe fornecidas por um “frege” próximo e ele dormia em um quarto daquela edificação imperial. Porque a casa em que se acantonara o destacamento era o pavilhão do imperador, situado na antiga Quinta da Ponta do Caju. Ficavam nela também a estação da estrada de ferro do Rio Douro e uma grande e barulhenta serraria. Quaresma veio até à porta, olhou a praia suja e ficou admirado que o imperador a quisesse para banhos. A cerração se ia dissipando inteiramente.

As formas das coisas saíam modeladas do seio daquela massa de névoa pesada; e, satisfeitas, como se o pesadelo tivesse passado. Primeiro surgiam as partes baixas, lentamente; e por fim, quase repentinamente, as altas.

À direita, havia a Saúde, a Gamboa, os navios de comércio: galeras de três mastros, cargueiros a vapor, altaneiros barcos à vela — que iam saindo da bruma, e, por instantes, aquilo tudo tinha um ar de paisagem holandesa; à esquerda, era o saco da Raposa, o Retiro Saudoso, a Sapucaia horrenda, a ilha do Governador, os Órgãos azuis, altos de tocar no céu; em frente, a ilha dos Ferreiros, com os seus depósitos de carvão; e, alongando a vista pelo mar sossegado, Niterói, cujas montanhas acabavam de recortar-se no céu azul, à luz daquela manhã atrasada.

A neblina foi-se e um galo cantou. Era como se a alegria voltasse à terra; era uma aleluia. Aqueles chiados, aqueles apitos, os guinchos tinham um acento festivo de contentamento.

Chegou o almoço e o sargento veio dizer a Quaresma que havia duas deserções.

— Mais duas? — fez admirado o major.

— Sim, senhor. O 125 e o 320 não responderam hoje a revista.

— Faça a parte.

Quaresma almoçava. O tenente Fontes, o homem do canhão, chegou. Quase nunca dormia ali; pernoitava em casa, e, durante o dia, vinha ver as coisas como iam.

Uma madrugada, ele não estava. A treva ainda era profunda. O soldado de vigia viu lá ao longe um vulto que se movia dentro da sombra, resvalando sobre as águas do mar. Não trazia luz alguma: só o movimento daquela mancha escura revelava uma embarcação, e também a ligeira fosforescência das águas. O soldado deu rebate; o pequeno destacamento pôs-se a postos e Quaresma apareceu.

— O canhão! Já! Avante! — ordenou o comandante. E em seguida, nervoso, recomendou:

— Esperem um pouco.

Correu a casa e foi consultar os seus compêndios e tabelas. Demorou-se e a lancha avançava, os soldados estavam tontos e um deles tomou a iniciativa: carregou a peça e disparou-a. Quaresma reapareceu correndo, assustado, e disse, entrecortado pelo resfolegar:

— Viram bem... a distância... a alça... o ângulo... É preciso ter sempre em vista a eficiência do fogo.

Fontes veio e sabendo do caso no dia seguinte riu-se muito:

— Ora, major, você pensa que está em um polígono, fazendo estudos práticos... Fogo para diante!

E assim era. Quase todas as tardes havia bombardeio, do mar para as fortalezas, e das fortalezas para o mar; e, tanto os navios como os fortes saíam incólumes de tão terríveis provas.

Lá vinha uma ocasião, porém, que acertavam, então os jornais noticiavam: “Ontem, o forte Acadêmico fez um maravilhoso disparo. Com o canhão tal, meteu uma bala no ‘Guanabara’.” No dia seguinte, o mesmo jornal retificava, a pedido da bateria do cais Pharoux, que era a que tinha feito o disparo certo. Passavam-se dias e a coisa já estava esquecida, quando aparecia uma carta de Niterói, reclamando as honras do tiro para a fortaleza de Santa Cruz.

O tenente Fontes chegou e esteve examinando o canhão com o faro de entendedor. Havia uma trincheira de fardos de alfafa e a boca da peça saía por entre os fiapos de palha, como as goelas de um animal feroz oculto entre ervas.

Olhava o horizonte, depois de exame atento ao canhão, e considerava a ilha das Cobras, quando ouviu o gemer do violão e uma voz que dizia:

Prometo pelo Santíssimo Sacramento...

Dirigiu-se para o local donde partiam os sons e se lhe derrapou este lindíssimo quadro: à sombra de uma grande árvore, os soldados deitados ou sentados em círculo, em torno de Ricardo Coração dos Outros, que entoava endechas magoadas.

As praças tinham acabado de almoçar e beber a pinga, e estavam tão embevecidas na canção de Ricardo que não deram pela chegada do jovem oficial.

— Que é isto? — disse ele severamente.

Os soldados levantaram-se todos, em continência; e Ricardo, com a mão direita no gorro, perfilado, e a esquerda, segurando o violão, que repousava no chão, desculpou-se:

— “Seu” tenente, foi o major quem permitiu. Vossa Senhoria sabe que se nós não tivéssemos ordem, não iríamos brincar.

— Bem. Não quero mais isto — disse o oficial.

— Mas — objetou Ricardo — o senhor major Quaresma...

— Não temos aqui major Quaresma. Não quero, já disse!

Os soldados debandaram e o tenente Fontes seguiu para a velha casa imperial, ao encontro do major do “Cruzeiro do Sul”. Quaresma continuava no seu estudo, um rolar de Sísifo, mas voluntário, para a grandeza da pátria. Fontes foi entrando e dizendo:

— Que é isto, “seu” Quaresma! Então o senhor permite cantorias no destacamento?

O major não se lembrava mais da coisa e ficou espantado com o ar severo e ríspido do moço. Ele repetiu:

— Então o senhor permite que os inferiores cantem modinhas e toquem violão, em pleno serviço?

— Mas que mal faz? Ouvi dizer que em campanha...

— E a disciplina? E o respeito?

— Bem, vou proibir — disse Quaresma.

— Não é preciso. Já proibi.

Quaresma não se deu por agastado, não percebeu motivo para agastamento e disse com doçura:

— Fez bem.

Em seguida perguntou ao oficial o modo de extrair a raiz quadrada de uma fração decimal; o rapaz ensinou-lhe e eles estiveram cordialmente conversando sobre coisas vulgares. Fontes era noivo de Lalá, a terceira filha do general Albernaz, e esperava acabar a revolta para efetuar o casamento. Durante uma hora a conversa entre os dois versou sobre este pequenino fato familiar a que estavam ligados aqueles estrondos, aqueles tiros, aquela solene disputa entre duas ambições. Subitamente, a corneta feriu o ar com a sua voz metálica. Fontes assestou o ouvido; o major perguntou:

— Que toque é?

— Sentido.

Os dois saíram. Fontes perfeitamente fardado; e o major apertando o talim, sem encontrar jeito, tropeçando na espada venerável que teimava em se lhe meter entre as pernas curtas. Os soldados já estavam nas trincheiras, armas à mão; o canhão tinha ao lado a munição necessária. Uma lancha avançava lentamente, com a proa alta assestada para o posto. De repente, saiu de sua borda um golfão de fumaça espessa: Queimou! — gritou uma voz. Todos se abaixaram, a bala passou alto, zunindo, cantando, inofensiva. A lancha continuava a avançar impávida. Além dos soldados, havia curiosos, garotos, a assistir o tiroteio, e fora um destes que gritara: queimou!

E assim sempre. Às vezes eles chegavam bem perto à tropa, às trincheiras, atrapalhando o serviço; em outras, um cidadão qualquer chegava ao oficial e muito delicadamente pedia: O senhor dá licença que dê um tiro? O oficial acedia, os serventes carregavam a peça e o homem fazia a pontaria e um tiro partia.

Com o tempo, a revolta passou a ser uma festa, um divertimento da cidade... Quando se anunciava um bombardeio, num segundo, o terraço do Passeio Público se enchia. Era como se fosse uma noite de luar, no tempo em que era do tom apreciá-las no velho jardim de Dom Luís de Vasconcelos, vendo o astro solitário pratear a água e encher o céu.

Alugavam-se binóculos e tanto os velhos como as moças, os rapazes como as velhas, seguiam o bombardeio como uma representação de teatro: “Queimou Santa Cruz! Agora é o ‘Aquidabã’! Lá vai!” E dessa maneira a revolta ia correndo, familiarmente, entrando nos hábitos e costumes da cidade.

Nos cais Pharoux, os pequenos garotos, vendedores de jornais, engraxates, quitandeiros ficavam atrás das portadas, dos urinários, das árvores, a ver, a esperar a queda das balas; e quando acontecia cair uma, corriam todos em bolo, a apanhá-la como se fosse uma moeda ou guloseima.

As balas ficaram na moda. Eram alfinetes de gravata, berloques de relógios, lapiseiras, feitas com as pequenas balas de fuzis; faziam-se também coleções das médias e com os seus estojos de metal, areados, polidos, lixados, ornavam os consolos, os *dunkerques* das casas médias; as grandes, os “melões” e as “abóboras”, como chamavam, guarneciam os jardins, como vasos de faiança ou estátuas.

A lancha continuava a atirar; Fontes fez um disparo. O canhão vomitou o projétil, recuou um pouco e logo foi posto em posição. A embarcação respondeu e o rapazote gritou: queimou!

Eram sempre esses garotos que anunciavam os tiros do inimigo. Mal viam o fuzilar breve e a fumaça, lá longe, no navio, jorrar devagar, muito pesada, gritavam: “Queimou!” Houve um em Niterói que teve o seu quarto de hora de celebridade. Chamavam-no “Trinta-Réis”; os jornais do tempo ocuparam-se com ele, fizeram-se subscrições a seu favor. Um herói! Passou a revolta e foi esquecido, tanto ele como a “Luci”, uma bela lancha que chegou a fazer-se entidade na imaginação da *urbs*, a interessá-la, a criar inimigos e admiradores.

A embarcação deixou de provocar a fúria do posto do Caju, e Fontes deu instruções ao seu chefe da peça, e foi-se embora.

Quaresma recolheu-se ao seu quarto e continuou os seus estudos guerreiros. Os mais dias que passou naquele extremo da cidade não eram diferentes deste. Os acontecimentos eram os mesmos e a guerra caía na banalidade da repetição dos mesmos episódios.

A espaços, quando o aborrecimento lhe vinha, saía. Descia a cidade e deixava o posto entregue a Polidoro ou a Fontes, se estava.

Raras vezes o fazia de dia, porque Polidoro, o mais assíduo, marceneiro de profissão e em atividade numa fábrica de móveis, só vinha à noite.

No centro da cidade, a noite era alegre e jovial. Havia muito dinheiro, o governo pagava soldos dobrados, e, às vezes, gratificações, além do que havia também a morte sempre presente; e tudo isso estimulava o divertir-se. Os teatros eram frequentados e os *restaurants* noturnos também.

Quaresma, porém, não se metia naquele ruído de praça semissitiada. Ia às vezes ao teatro, à paisana, e, logo acabado o espetáculo, voltava para o quarto da cidade ou do posto.

Em outras tardes, logo que Polidoro chegava, saía a pé, pelas ruas dos arredores, pelas praias até o Campo de São Cristóvão.

Ia vendo aquela sucessão de cemitérios, com as suas campas alvas que sobem montanhas, como carneiros tosquiados e limpos a pastar; aqueles ciprestes meditativos que as vigiam; e como que se lhe representava que aquela parte da cidade era feudo e senhorio da morte.

As casas tinham um aspecto fúnebre, recolhidas e concentradas; o mar marulhava lugubrememente na ribanceira lodosa; as palmeiras ciciavam doridas; e até o tilintar da campainha dos bondes era triste e lúgubre.

A paisagem se impregnara de morte e o pensamento de quem passava ali mais ainda, para fazer sentir nela tão forte aspecto funéreo.

Foi vindo até ao campo; aí deu-lhe vontade de ver a sua antiga casa e afinal entrou na residência do general Albernaz. Devia-lhe aquela visita e aproveitou o ensejo.

Acabavam de jantar e jantaram com o general, além do tenente Fontes e o almirante Caldas, o comandante de Quaresma, o tenente-coronel Inocêncio Bustamante.

Bustamante era um comandante ativo, mas dentro do quartel. Não havia quem como ele se interessasse pelos livros, pela boa caligrafia com que eram escritos os livros mestres, as relações de mostra, os mapas de companhia e outros documentos. Com auxílio deles, a organização do seu batalhão era

irrepreensível; e, para não deixar de vigiar a escrituração, aparecia de onde em onde nos destacamentos do seu corpo.

Havia dez dias que Quaresma o não via. Após os cumprimentos, ele logo perguntou ao major:

— Quantas deserções?

— Até hoje, nove — disse Quaresma.

Bustamante coçou a cabeça desesperado e refletiu:

— Eu não sei o que tem essa gente... É um desertar sem nome... Falta-lhes patriotismo!

— Fazem muito bem... Ora! — disse o almirante.

Caldas andava aborrecido, pessimista. O seu processo ia mal e até agora o governo não lhe tinha dado coisa alguma. O seu patriotismo se enfraquecia com o diluir-se da esperança de ser algum dia vice-almirante. É verdade que o governo ainda não organizara a sua esquadra; entretanto, pelo rumor que corria, ele não comandaria nem uma divisão. Uma iniquidade! Era velho um pouco, é verdade; mas, por não ter nunca comandado, nessa matéria ele podia despende toda uma energia moça.

— O almirante não deve falar assim... A pátria está logo abaixo da humanidade.

— Meu caro tenente, o senhor é moço... Eu sei o que são essas coisas...

— Não se deve desesperar... Não trabalhamos para nós, mas para os outros e para os vindouros — continuou Fontes persuasivo.

— Que tenho eu com eles? — fez agastado Caldas.

Bustamente, o general e Quaresma assistiam à pequena discussão calados e os dois primeiros um tanto sorridentes com a fúria de Caldas, que não se cansava de dançar a perna e alisar os longos favoritos brancos. O tenente respondeu:

— Muito, almirante. Nós todos devemos trabalhar para que surjam épocas melhores, de ordem, de felicidade e evolução moral.

— Nunca houve e nunca haverá! — disse de um jato Caldas.

— Eu também penso assim — acrescentou Albernaz.

— Isto há de sempre ser o mesmo — aduziu ceticamente Bustamante.

O major nada disse; parecia desinteressado da conversa. Fontes, em face daquelas contestações, ao contrário dos seus congêneres de seita, não se agastou. Ele era magro e chupado, moreno carregado e a oval do seu rosto estava amassada aqui e ali. Com a sua voz arrastada e nasal, agitando a mão direita no jeito favorito dos sermonários, depois de ouvir todos, falou com unção:

— Houve já um esboço: a Idade Média.

Ninguém ali lhe podia contestar. Quaresma só sabia história do Brasil e os outros nenhuma.

E a sua afirmação fez calar todos, embora no íntimo duvidosos. É uma curiosa Idade Média, essa de elevação moral, que a gente não sabe onde fica, em que ano? Se a gente diz: “No tempo de Clotário, ele próprio, com suas mãos, ateou fogo na palhoça em que encerrava o seu filho Crame mais a mulher deste e filhos” — o positivista objeta: “Ainda não estava perfeitamente estabelecido o ascendente da igreja.” “São Luís”, diremos logo nós, “quis executar um senhor feudal porque mandou enforcar três crianças que tinham morto um coelho nas suas matas.” Objeta o fiel: “Você não sabe que a nossa Idade Média vai até o aparecimento de nossa Divina Comédia? São Luís já era a decadência”... Citam-se as epidemias de moléstias nervosas, a miséria dos campônios, as ladroagens à mão armada dos barões, as alucinações do milênio, as cruéis matanças que Carlos Magno fez aos saxões; eles respondem: uma hora que ainda não estava perfeitamente estabelecido o ascendente moral da igreja; outra que ele já tinha desaparecido.

Nada disso foi objetado ao positivista e a conversa resvalou para a revolta. O almirante criticava severamente o governo. Não tinha plano algum, levava a dar tiros à toa; na sua opinião, já devia ter feito todo o esforço para ocupar a ilha das Cobras, embora isso custasse rios de sangue. Bustamente não tinha opinião assentada; mas Quaresma e Fontes julgavam que não: seria uma aventura arriscada e de uma improficuidade patente. Albernaz ainda não tinha dado o seu aviso, e veio a fazê-lo assim:

— Mas nós reconhecemos Humaitá, e por pouco!

— Entretanto, não a tomaram — disse Fontes. — As condições naturais eram outras e assim mesmo o reconhecimento foi perfeitamente inútil... O senhor sabe, esteve lá!

— Isto é... Adoeci e vim um pouco antes para o Brasil, mas o Camisão disse-me que foi arriscado.

Quaresma voltara ao silêncio. Ele procurava ver Ismênia. Fontes lhe tinha inteirado do seu estado e o major se sentia por qualquer coisa preso à moléstia da moça. Viu todos: dona Maricota, sempre ativa e diligente; Lalá, a arrancar, com o olhar, o noivo da conversa interminável, e as outras que vinham, de quando em quando, da sala de visitas à sala de jantar onde ele estava. Por fim, não se conteve, perguntou. Soube que estava em casa da irmã casada e ia pior, cada vez mais abismada na sua mania, enfraquecendo-se de corpo. O general

contou tudo com franqueza a Quaresma e quando acabou de narrar aquela sua desgraça íntima, disse com um longo suspiro:

— Não sei, Quaresma... Não sei.

Eram dez horas quando o major se despediu. Voltou de bonde para a ponta do Caju. Saltou e recolheu-se logo a seu quarto. Vinha cheio da perturbação especial que põe em nós o luar que estava lindo, terno e leitoso, naquela noite. É uma emoção de desafoço do corpo, de delíquio; parece que nos tiram o envoltório material e ficamos só alma, envolvidos numa branda atmosfera de sonhos e quimeras. O major não colhia bem a sensação transcendente, mas sofria sem perceber o efeito da luz pálida e fria do luar. Deitou-se um pouco, vestido, não por sono, mas em virtude daquela doce embriaguez que o astro lhe tinha posto nos sentidos.

Dentro em pouco Ricardo veio chamá-lo: o marechal estava aí. Era seu hábito sair à noite, às vezes, de madrugada, e ir de posto em posto. O fato se espalhou pelo público que o apreciava extraordinariamente, e o presidente teve mais esse documento para firmar a sua fama de estadista consumado.

Quaresma veio ao seu encontro. Floriano vestia chapéu de feltro mole, abas largas, e uma curta sobrecasaca surrada. Tinha um ar de malfeitor ou de exemplar chefe de família em aventuras extraconjugais.

O major cumprimentou-o e esteve a dar-lhe notícias do ataque que fora feito ao seu posto, há dias passados. O marechal respondia por monossílabos preguiçosos e olhava ao redor. Quase ao despedir-se, falou mais, dizendo vagarosamente, lentamente:

— Hei de mandar pôr um holofote aqui.

Quaresma veio acompanhá-lo até o bonde. Atravessaram o velho sítio de recreio dos imperadores. Um pouco afastada da estação, uma locomotiva, semiacesa, resfolegava. Semelhava roncar, dormindo; os carros, pequenos, banhados pelo luar, muito quietos, sossegados como que dormiam. As anosas mangueiras, com falta de galhos aqui e ali, pareciam polvilhadas preciosamente de prata. O luar estava magnífico. Os dois andavam, o marechal perguntou:

— Quantos homens tem você?

— Quarenta.

O marechal mastigou um: “não é muito”; e voltou ao mutismo. Num dado momento, Quaresma viu-lhe o rosto inundado pela luz da lua. Pareceu-lhe mais simpática a fisionomia do ditador. Se lhe falasse...

Preparou a pergunta; mas não teve coragem de pronunciá-la. Continuaram a andar. O major pensou: “Que é que tem? Não há desrespeito

algum.” Aproximaram-se do portão. Num dado momento como que houve uma bulha atrás. Quaresma voltou-se, mas Floriano quase não o fez.

Os edifícios da serraria pareciam cobertos de neve, tanto era o branco luar. O major continuou a mastigar a sua pergunta; urgia, era indispensável; o portão estava a dois passos. Tomou coragem, ousou e falou:

— Vossa Excelência já leu o meu memorial, marechal?

Floriano respondeu lentamente, quase sem levantar o lábio pendente:

— Li.

Quaresma entusiasmou-se:

— Vê, Vossa Excelência, como é fácil erguer este país. Desde que se cortem todos aqueles empecilhos que eu aponte, no memorial que Vossa Excelência teve a bondade de ler; desde que se corrijam os erros de uma legislação defeituosa e inadaptável às condições do país, Vossa Excelência verá que tudo isto muda, que, em vez de tributários, ficaremos com a nossa independência feita... Se Vossa Excelência quisesse...

À proporção que falava, mais Quaresma se entusiasmava. Ele não podia ver bem a fisionomia do ditador, encoberto agora como lhe estava o rosto pelas abas do chapéu de feltro; mas, se a visse, teria de esfriar, pois havia na sua máscara sinais do aborrecimento mais mortal. Aquele falatório de Quaresma, aquele apelo à legislação, a medidas governamentais, iam mover-lhe o pensamento, por mais que não quisesse. O presidente aborrecia-se. Num dado momento, disse:

— Mas, pensa você, Quaresma, que eu hei de pôr a enxada na mão de cada um desses vadios?! Não havia exército que chegasse...

Quaresma espantou-se, titubeou, mas retorquiu:

— Mas, não é isso, marechal. Vossa Excelência, com o seu prestígio e poder, está capaz de favorecer, com medidas enérgicas e adequadas, o aparecimento de iniciativas, de encaminhar o trabalho, de favorecê-lo e torná-lo remunerador... Bastava, por exemplo...

Atravessavam o portão da velha quinta de Pedro I. O luar continuava lindo, plástico e opalescente. Um grande edifício inacabado que havia na rua parecia terminado, com vidraças e portas feitas com a luz da lua. Era um palácio de sonho.

Floriano já ouvia Quaresma muito aborrecido. O bonde chegou; ele se despediu do major, dizendo com aquela sua placidez de voz:

— Você, Quaresma, é um visionário...

O bonde partiu. A lua povoava os espaços, dava fisionomia às coisas, fazia nascer sonhos em nossa alma, enchia a vida, enfim, com a sua luz emprestada...

III

...E TORNARAM LOGO SILENCIOSOS...

- Eu tenho experimentado tudo, Quaresma, mas não sei... não há meio!
- Já a levou a um médico especialista?
- Já. Tenho corrido médicos, espíritas, até feiticeiros, Quaresma!

E os olhos do velho se orvalhavam por baixo do *pince-nez*. Os dois se haviam encontrado na pagadoria da Guerra e vinham pelo campo de Sant'Anna, a pé, andando a pequenos passos e conversando. O general era mais alto que Quaresma, e enquanto este tinha a cabeça sobre um pescoço alto, aquele a tinha metida entre os ombros proeminentes, como cotos de asas. Albernaz reatou:

— E remédios! Cada médico receita uma coisa; os espíritas são os melhores, dão homeopatia; os feiticeiros, tisanas, rezas e defumações... Eu não sei, Quaresma!

E levantou os olhos para o céu, que estava um tanto plúmbeo. Não se demorou, porém, muito nessa postura; o *pince-nez* não permitia, já começava a cair.

Quaresma abaixou a cabeça e andou assim um pouco olhando as granulações do granito do passeio. Levantou o olhar ao fim de algum tempo, e disse:

- Por que não a recolhe a uma casa de saúde, general?
- Meu médico já me aconselhou isso... A mulher não quer e agora mesmo, no estado em que a menina está, não vale a pena...

Falava da filha, da Ismênia, que, naqueles últimos meses, piorava sensivelmente, não tanto da sua moléstia mental, mas da saúde comum, vivendo de cama, sempre febril, enlanguescendo, definhando, marchando a passos largos para o abraço frio da morte.

Albernaz dizia a verdade; para curá-la tanto de sua loucura como da atual moléstia intercorrente, lançara mão de todos os recursos, de todos os conselhos apontados por quem quer que fosse.

Era de fazer refletir ver aquele homem, general, marcado com um curso governamental, procurar médiuns e feiticeiros, para sarar a filha.

Às vezes até levava-os em casa. Os médiuns chegavam perto da moça, davam um estremeção, ficam com uns olhos desvairados, fixos, gritavam: “Sai, irmão!” e sacudiam as mãos, do peito para a moça, de lá para cá, rapidamente, nervosamente, no intuito de descarregar sobre ela os fluidos milagrosos.

Os feiticeiros tinham outros passes e as cerimônias para entrar no conhecimento das forças ocultas que nos cercam eram demoradas, lentas e acabadas. Em geral, eram pretos africanos. Chegavam, acendiam um fogareiro no quarto, tiravam de um cesto um sapo empalhado ou outra coisa esquisita, batiam com feixes de ervas, ensaiavam passos de dança e pronunciavam palavras ininteligíveis. O ritual era complicado e tinha a sua demora.

Na saída, a pobre dona Maricota, um tanto já diminuída da sua atividade e diligência, olhando ternamente aquele grande rosto negro do mandingueiro, onde a barba branca punha mais veneração e certa grandeza, perguntava:

— Então, titio?

O preto considerava um instante, como se estivesse recebendo as últimas comunicações do que não se vê nem se percebe, e dizia com a sua majestade de africano:

— Vô vê, nhanhã... Tô crotando mandinga...

Ela e o general tinham assistido à cerimônia e o amor de pais e também esse fundo de superstição que há em todos nós levavam a olhá-la com respeito, quase com fé.

— Então foi feitiço que fizeram à minha filha? — perguntava a senhora.

— Foi, sim, nhanhã.

— Quem?

— Santo não qué dizê.

E o preto obscuro, velho escravo, arrancado há um meio século dos confins da África, saía arrastando a sua velhice e deixando naqueles dois corações uma esperança fugaz.

Era uma singular situação, a daquele preto africano, ainda certamente pouco esquecido das dores do seu longo cativeiro, lançando mão dos resíduos de suas ingênuas crenças tribais, resíduos que tão a custo tinham resistido ao seu transplante forçado para terras de outros deuses — e empregando-os na consolação dos seus senhores de outro tempo. Como que os deuses de sua infância e de sua raça, aqueles sanguinários manipansos da África indecifrável, quisessem vingá-lo à legendária maneira do Cristo dos Evangelhos...

A doente assistia a tudo aquilo sem compreender e se interessar por aqueles trejeitos e passes de tão poderosos homens que se comunicavam, que tinham às suas ordens os seres imateriais, as existências fora e acima da nossa.

Andando, ao lado de Quaresma, o general lembrava-se de tudo isso e teve um pensamento amargo contra a ciência, contra os espíritos, contra os feitiços, contra Deus que lhe ia tirando a filha aos poucos sem piedade e comiseração.

O major não sabia o que dizer diante daquela imensa dor de pai e parecia-lhe toda e qualquer palavra de consolo parva e idiota. Afinal disse:

— General, o senhor permite que eu a faça ver por um médico?

— Quem é?

— É o marido de minha afilhada... o senhor conhece... É moço, quem sabe lá! Não acha? Pode ser, não é?

O general consentiu e a esperança de ver curada a filha lhe afagou as faces enrugadas. Cada médico que consultava, cada espírita, cada feiticeiro reanimava-o, pois de todos eles esperava o milagre. Nesse mesmo dia, Quaresma foi procurar o doutor Armando.

A revolta já tinha mais de quatro meses de vida e as vantagens do governo eram problemáticas. No Sul, a insurreição chegava às portas de São Paulo, e só a Lapa resistia tenazmente, uma das poucas páginas dignas e limpas de todo aquele enxurro de paixões. A pequena cidade tinha dentro de suas trincheiras o coronel Gomes Carneiro, uma energia, uma vontade, verdadeiramente isso, porque era sereno, confiante e justo. Não se desmanchou em violências de apavorado e soube tornar verdade a gasta frase grandiloquente: resistir até à morte.

A Ilha do Governador tinha sido ocupada e Magé, tomada; os revoltosos, porém, tinham a vasta baía e a barra apertada, por onde saíam e entravam, sem temer o estorvo das fortalezas.

As violências, os crimes que tinham assinalado esses dois marcos de atividade guerreira do governo, chegavam ao ouvido de Quaresma e ele sofria.

Da Ilha do Governador fez-se uma verdadeira mudança de móveis, roupas e outros haveres. O que não podia ser transplantado, era destruído pelo fogo e pelo machado.

A ocupação deixou lá a mais execranda memória e até hoje os seus habitantes ainda se recordam dolorosamente de um capitão, patriótico ou da guarda nacional, Ortiz, pela sua ferocidade e insofrido gosto pelo saque e outras vexações. Passava um pescador, com uma tampa de peixe, e o capitão chamava o pobre homem:

— Venha cá!

O homem aproximava-se amedrontado e Ortiz perguntava:

— Quanto quer por isso?

— Três mil-réis, capitão.

Ele sorria diabolicamente e familiarmente regateava:

— Você não deixa por menos?... Está caro... Isso é peixe ordinário...

Carapebas! Ora!

— Bem, capitão, vá lá por 2.500.

— Leve isso lá dentro.

Ele falava na porta de casa. O pescador voltava e ficava um tempo em pé, demonstrando que esperava o dinheiro. Ortiz balançava a cabeça e dizia escarninho:

— Dinheiro! hein? Vá cobrar ao Floriano.

Entretanto, Moreira César deixou boas recordações de si e ainda hoje há lá quem se lembre dele, agradecido por este ou aquele benefício que o famoso coronel lhe prestou.

As forças revoltosas pareciam não ter enfranquecido; tinham, porém, perdido dois navios, sendo um destes o “Javari”, cuja reputação na revolta era das mais altas e consideradas. As forças de terra detestavam-no particularmente. Era um monitor, chato, raso com a água, uma espécie de sáurio ou quelônio de ferro, de construção francesa. A sua artilharia era temida; mas o que sobremodo enraivecia os adversários, era ele não ter quase borda acima d’água, ficar quase ao nível do mar e fugir assim aos tiros incertos de terra. As suas máquinas não funcionavam e a grande tartaruga vinha colocar-se em posição de combate com auxílio de um rebocador.

Um dia em que estava nas proximidades de Villegagnon, foi a pique. Não se soube e até hoje não foi esclarecido por que foi. Os legalistas afirmaram que foi uma bala de Gragoatá; mas os revoltosos asseguraram que foi a abertura de uma válvula ou um outro acidente qualquer.

Como o do seu irmão, o “Solimões”, que desapareceu nas costas de cabo Polônio, o fim do “Javari” ainda está envolvido em mistério.

Quaresma permanecia de guarnição no Caju e viera receber dinheiro. Deixara lá Polidoro, pois os outros oficiais estavam doentes ou licenciados, e Fontes, que, sendo uma espécie de inspetor-geral, ao contrário de seus hábitos, dormira aquela noite no pequeno pavilhão imperial e ia ficar até à tarde.

Ricardo Coração dos Outros, desde o dia da proibição de tocar violão, andava macambúzio. Tinham-lhe tirado o sangue, o motivo de viver, e passava

os dias taciturno, encostado a um tronco de árvore maldizendo no fundo de si a incompreensão dos homens e os caprichos do destino. Fontes notara a sua tristeza; e, para minorar-lhe o desgosto, obrigara a Bustamante a fazê-lo sargento. Não foi sem custo, porque o antigo veterano do Paraguai encarecia muito essa graduação e só a dava como recompensa excepcional ou quando requerida por pessoas importantes.

A vida do pobre menestrel era assim de um melro engaiolado; e, de quando em quando, ele se afastava um pouco e ensaiava a voz, para ver se ainda a tinha e não fugira com o fumo dos disparos.

Quaresma sabendo que dessa maneira o posto estava bem entregue, resolveu demorar-se mais, e, após despedir-se de Albernaz, encaminhou-se para a casa do seu compadre, a fim de cumprir a promessa que fizera ao general.

Coleoni ainda não decidira a sua viagem à Europa. Hesitava, esperando o fim da rebelião que não parecia estar próximo. Ele nada tinha com ela; até ali, não dissera a ninguém a sua opinião; e, se era muito instado, apelava para a sua condição de estrangeiro e metia-se numa reserva prudente. Mas, aquela exigência de passaporte, tirado na chefatura de polícia, dava-lhe susto.

Naqueles tempos, toda a gente tinha medo de tratar com autoridades. Havia tanta má vontade com os estrangeiros, tanta arrogância nos funcionários que ele não se animava a ir obter o documento, temendo que uma palavra, que um olhar, que um gesto, interpretados por qualquer funcionário zeloso e dedicado, não o levassem a sofrer maus quartos de hora.

Verdade é que ele era italiano e a Itália já fizera ver ao ditador que era uma grande potência, mas no caso de que se lembrava, tratava-se de um marinheiro, por cuja vida, extinta por uma descarga das forças legais, Floriano pagara a quantia de cem contos. Ele, Coleoni, porém, não era marinheiro e não sabia, caso fosse preso, se os representantes diplomáticos de seu país tomariam interesse pela sua liberdade.

De resto, não tendo protestado manter a sua nacionalidade, quando o governo provisório expediu o famoso decreto de naturalização, era bem possível que uma ou outra parte se ativessem a isso, para desinteressar-se dele ou mantê-lo na famosa galeria nº 7, da Casa de Correição, transformada, por uma penada mágica, em prisão de Estado.

A época era de susto e temor, e todos esses que ele sentia, só os comunicava à filha, porque o genro cada vez mais se fazia florianista e jacobino, de cuja boca muita vez ouvia duras invectivas aos estrangeiros.

E o doutor tinha razão; já obtivera uma graça governamental. Fora nomeado médico do Hospital de Santa Bárbara, na vaga de um colega, demitido a bem do serviço público como suspeito por ter ido visitar um amigo na prisão. Como o hospital, porém, ficasse no ilhéu do mesmo nome, dentro da baía, em frente à Saúde e a Guanabara ainda estivesse em mão dos revoltosos, ele nada tinha que fazer, pois até agora o governo não aceitara os seus oferecimentos de auxiliar o tratamento dos feridos.

O major foi encontrar pai e filha em casa; o doutor tinha saído, ido dar volta pela cidade, dar arras de sua dedicação à causa legal, conversando com os mais exaltados jacobinos do Café do Rio, não esquecendo também de passear pelos corredores do Itamarati, fazendo-se ver pelos ajudantes de ordens, secretários e outras pessoas influentes no ânimo de Floriano.

A moça viu entrar Quaresma com aquele sentimento estranho que o seu padrinho lhe causava ultimamente, e esse sentimento mais agudo se tornava quando o via contar os casos guerreiros do seu destacamento, a passagem de balas, as descargas das lanchas, naturalmente, simplesmente, como se fossem feições de uma festa, de uma justa, de um divertimento qualquer em que a morte não estivesse presente.

Tanto mais que o via apreensivo, deixando perceber numa frase e noutra o desânimo e a desesperança.

Na verdade o major tinha um espinho n'alma. Aquela recepção de Floriano às suas lembranças de reformas não esperavam nem o seu entusiasmo e sinceridade nem tampouco a ideia que ele fazia do ditador. Saíra ao encontro de Henrique IV e de Sully e vinha esbarrar com um presidente que o chamava de visionário, que não avaliava o alcance dos seus projetos, que os não examinava sequer, desinteressado daquelas altas coisas de governo como se não o fosse!... Era pois para sustentar tal homem que deixara o sossego de sua casa e se arriscava nas trincheiras? Era, pois, por esse homem que tanta gente morria? Que direito tinha ele de vida e de morte sobre os seus concidadãos, se não se interessava pela sorte deles, pela sua vida feliz e abundante, pelo enriquecimento do país, o progresso de sua lavoura e o bem-estar de sua população rural?

Pensando assim, havia instantes que lhe vinha um mortal desespero, uma raiva de si mesmo; mas em seguida considerava: o homem está atrapalhado, não pode agora; mais tarde com certeza ele fará a coisa...

Vivia nessa alternativa dolorosa e era ela que lhe trazia apreensões, desânimo e desesperança, notados por sua afilhada na sua fisionomia já um

pouco acabrunhada.

Não tardou, porém, que, abandonando os episódios da sua vida militar, Quaresma explicasse o motivo de sua visita.

— Mas qual delas? — perguntou a afilhada.

— A segunda, a Ismênia.

— Aquela que estava para casar com o dentista?

— Esta mesmo.

— Ahn!...

Ela pronunciou este “ahn” muito longo e profundo, como se pusesse nele tudo que queria dizer sobre o caso. Via bem o que fazia o desespero da moça, mas via melhor a causa, naquela obrigação que incrustam no espírito das meninas, que elas se devem casar a todo o custo, fazendo do casamento o polo, o fim da vida, a ponto de parecer uma desonra, uma injúria, ficar solteira.

O casamento já não é mais amor, não é maternidade, não é nada disso: é simplesmente casamento, uma coisa vazia, sem fundamento nem na nossa natureza nem nas nossas necessidades.

Graças à frouxidão, à pobreza intelectual e fraqueza de energia vital de Ismênia, aquela fuga do noivo se transformou em certeza de não casar mais e tudo nela se abismou nessa ideia desesperada.

Coleoni enterneceu-se muito e interessou-se. Sendo bom de fundo, quando lutava pela fortuna se fez duro e áspero, mas logo que se viu rico, perdeu a dureza de que se revestira, pois percebia bem que só se pode ser bom quando se é forte de algum modo.

Ultimamente o major tinha diminuído um pouco o interesse pela moça; andava atormentado com o seu caso de consciência, entretanto, se não tinha um constante e particular pensamento pela desdita da filha de Albernaz, abrangia-a ainda na sua bondade geral, larga e humana. Não se demorou muito na casa do compadre; ele queria, antes de voltar ao Caju, passar pelo quartel do seu batalhão. Ia ver se arranjava uma pequena licença, para visitar a irmã que deixara lá, no “Sossego”, e de quem tinha notícias, por carta, três vezes por semana. Eram elas satisfatórias, contudo ele tinha necessidade de ver tanto ela como o Anastácio, fisionomias com quem se encontrava diariamente há tantos anos e cuja contemplação lhe fazia falta e talvez lhe restituísse a calma e a paz de espírito.

Na última carta que recebera de dona Adelaide, havia uma frase de que, no momento, se lembrava sorrindo: “Não te exponhas muito, Policarpo. Toma

muita cautela.” Pobre Adelaide! Estava a pensar que esse negócio de balas é assim como a chuva?!...

O quartel ainda ficava no velho cortiço condenado pela higiene, lá para as bandas da Cidade Nova. Assim que Quaresma apontou na esquina, a sentinela deu um grande berro, fez uma imensa bulha com a arma e ele entrou, tirando o chapéu da cabeça baixa, pois estava à paisana e tinha abandonado a cartola com medo de que esse traje fosse ferir as suscetibilidades republicanas dos jacobinos.

No pátio, o instrutor coxo adestrava novos voluntários e os seus majestosos e demorados gritos: Ombroôô... armas! Mei-ããã volta... volver! Subiam no céu e ecoavam longamente pelos muros da antiga estalagem.

Bustamente estava no seu cubículo, mais conhecido por gabinete, irrepreensível no seu uniforme verde-garrafa, alamares dourados e vivos azul-ferrete. Com auxílio de um sargento, examinava a escrita de um livro quarteleiro.

— Tinta vermelha, sargento! É como mandam as instruções de 1864.

Tratava-se de uma emenda ou de coisa semelhante.

Logo que viu Quaresma entrar, o comandante exclamou radiante:

— O major adivinhou!

Quaresma descansou placidamente o chapéu, bebeu um pouco d’água, e o coronel Inocêncio explicou a alegria:

— Sabe que temos de marchar?

— Para onde?

— Não sei... Recebi ordem do Itamarati.

Ele não dizia nunca do quartel-general, nem mesmo do ministro da Guerra; era do Itamarati; do presidente, do chefe supremo. Parecia que assim dava mais importância a si mesmo e ao seu batalhão, fazia-o uma espécie de batalhão da guarda, favorito e amado do ditador.

Quaresma não se espantou, nem se aborreceu. Percebeu que era impossível obter a licença e também necessário mudar os seus estudos: da artilharia, tinha que passar para a infantaria.

— O major é que vai comandar o corpo, sabia?

— Não, coronel. E o senhor não vai?

— Não — disse Bustamante, alisando o cavanhaque mosaico e abrindo a boca para o lado esquerdo. — Tenho que acabar a organização da unidade e não posso... Não se assuste, mais tarde irei lá ter...

Começava a tarde, quando Quaresma saiu do quartel. O instrutor coxo continuava, com força, majestade e demora, a gritar: om-brôô... armas! A sentinela não pôde fazer a bulha da entrada, porque só viu o major quando já ia longe. Ele desceu até à cidade e foi ao correio. Havia alguns tiros espaçados; no Café do Rio, os levitas continuavam a trocar ideias para a consolidação definitiva da República.

Antes de chegar ao correio, Quaresma lembrou-se de sua partida. Correu a uma livraria e comprou livros sobre infantaria; precisava também dos regulamentos: arranjaria no quartel-general.

Para onde ia? Para o Sul, para Magé, para Niterói? Não sabia... Não sabia... Ah! Se isso fosse para realização dos seus desejos e sonhos! Mas quem sabe?... Podia ser... Talvez... Mais tarde...

E passou o dia atormentado pela dúvida do bom emprego de sua vida e de suas energias.

O marido de Olga não fez nenhuma questão em ir ver a filha do general. Ele levava a íntima convicção de que a sua ciência toda nova pudesse fazer alguma coisa; mas assim não se deu.

A moça continuou a definhar, e, se a mania parecia um pouco atenuada, o seu organismo caía. Estava magra e fraca, a ponto de quase não poder sentar-se na cama. Era sua mãe quem mais junto a ela vivia; as irmãs se desinteressavam um pouco, pois as exigências de sua mocidade levavam-nas para outros lados.

Dona Maricota, tendo perdido todo aquele antigo fervor pelas festas e bailes, estava sempre no quarto da filha, a consolá-la, animá-la e, às vezes, quando a olhava muito, como que se sentia um tanto culpada pela sua infelicidade.

A moléstia tinha posto mais firmeza nos traços de Ismênia, tinha-lhe diminuído a lassidão, tirado o mortício dos olhos e os seu lindos cabelos castanhos, com reflexos de ouro, mais belos se faziam quando cercavam a palidez de sua face.

Raro era falar muito; e assim foi que, naquele dia, se espantou muito dona Maricota com a loquacidade da filha.

— Mamãe, quando se casa Lalá?

— Quando se acabar a revolta.

— A revolta ainda não acabou?

A mãe respondeu-lhe e ela esteve um instante calada, olhando o teto, e, após essa contemplação disse à mãe:

— Mamãe... Eu vou morrer...

As palavras saíram-lhe dos lábios, seguras, doce e naturais.

— Não diga isso, minha filha — adiantou-se dona Maricota. — Qual morrer! Você vai ficar boa; seu pai vai levar você para Minas; você engorda, toma forças...

A mãe dizia-lhe tudo isso devagar, alisando-lhe a face com a mão, como se se tratasse de uma criança. Ela ouvia tudo com paciência e voltou por sua vez serenamente:

— Qual, mamãe! Eu sei: vou morrer e peço uma coisa à senhora...

A mãe ficou espantada com a seriedade e firmeza da filha. Olhou em redor, deu com a porta semicerrada e levantou-se para fechá-la. Quis ainda ver se a dissuadia daquele pensamento; Ismêndia, porém, continuava a repeti-lo pacientemente, docemente, serenamente:

— Eu sei, mamãe.

— Bem. Suponho que é verdade: o que é que você quer?

— Eu quero, mamãe, ir vestida de noiva.

Dona Maricota ainda quis brincar, troçar; a filha, porém, voltou-se para o outro lado e pôs-se a dormir, com um leve respirar espaçado. A mãe saiu do quarto, comovida, com lágrimas nos olhos e a secreta certeza de que a filha falava a verdade.

Não tardou muito a se verificar. O doutor Armando a tinha visitado naquela manhã pela quarta vez; ela parecia melhor. Desde alguns dias, falava com discernimento, sentava-se à cama e conversava com prazer.

Dona Maricota teve que fazer uma visita e deixou a doente entregue às irmãs. Elas foram lá ao quarto várias vezes e parecia dormir. Distraíram-se.

Ismênia despertou: viu, por entre a porta do guarda-vestidos meio aberto, o seu traje de noiva. Teve vontade de vê-lo mais de perto. Levantou-se descalça e estendeu-o na cama para contemplá-lo. Chegou-lhe o desejo de vesti-lo. Pôs a saia; e, por aí, vieram recordações do seu casamento falhado. Lembrou-se do seu noivo, do nariz fortemente ósseo e dos olhos esgazeados de Cavalcanti; mas não se recordou com ódio, antes como se fosse um lugar visto há muito tempo, e que a tivesse impressionado.

De quem ela se lembrava com raiva era da cartomante. Iludindo sua mãe, acompanhada por uma criada, tinha conseguido consultar Mme. Sinhá. Com que indiferença ela lhe respondeu: não volta! Aquilo doeu-lhe... Que mulher má! Desde esse dia... Ah! Acabou de abotoar a saia em cima do corpinho, pois não encontrara colete; e foi ao espelho. Viu os seus ombros nus, o seu colo muito branco... Surpreendeu-se. Era dela aquilo tudo? Apalpou-se um pouco e

depois colocou a coroa. O véu afagou-lhe as espáduas carinhosamente, como um adejo de borboleta. Teve uma fraqueza, uma coisa, deu um ai e caiu de costas na cama, com as pernas para fora... Quando a vieram ver, estava morta. Tinha ainda a coroa na cabeça e um seio, muito branco e redondo, saltava-lhe do corpinho. O enterro foi feito no dia imediato e a casa de Albernaz esteve os dois dias cheia, como nos dias de suas melhores festas.

Quaresma foi ao enterro; ele não gostava muito dessa cerimônia; mas veio, e foi ver a pobre moça, no caixão, coberta de flores, vestida de noiva, com um ar imaculado de imagem. Pouco mudara, entretanto. Era ela mesma ali; era a Ismênida dolente e pobre de nervos, com os seus traços miúdos e os seus lindos cabelos, que estava dentro daquelas quatro tábuas. A morte tinha fixado a sua pequena beleza e o seu aspecto pueril; e ela ia para a cova com a insignificância, com a inocência e a falta de acento próprio que tinha tido em vida.

Contemplando aqueles tristes restos, Quaresma viu o caixão do coche parar na porta do cemitério, atravessar pelas ruas de túmulos — uma multidão que trepava, se tocava, lutava por espaço, na estreiteza da várzea e nas encostas das colinas. Algumas sepulturas como se olhavam com afeto e se queriam aproximar; em outras, transparecia repugnância por estarem perto. Havia ali, naquele mudo laboratório de decomposições, solicitações incompreensíveis, repulsões, simpatias e antipatias; havia túmulos arrogantes, vaidosos, orgulhosos, humildes, alegres e tristes; e de muito, resumava o esforço, um esforço extraordinário, para escapar ao nivelamento da morte, ao apagamento que ela traz às condições e às fortunas.

Quaresma ainda contemplava o cadáver da moça e o cemitério surgia aos seus olhos com as esculturas que se amontoavam, com vasos, cruzes e inscrições, em alguns túmulos; noutros, eram pirâmides de pedra tosca, retratos, caramanchões extravagantes, complicações de ornatos, coisas barrocas e delirantes, para fugir ao anonimato do túmulo, ao fim dos fins.

As inscrições exuberam: são longas, são breves; têm nomes, têm datas, sobrenomes, filiações, toda a certidão de idade do morto que, lá embaixo, não se pode mais conhecer e é lama pútrida.

E se sente um desespero em não se deparar com um nome conhecido, nem uma celebridade, uma notabilidade, um desses nomes que enchem décadas e, às vezes, mesmo já mortos, parece que continuam a viver. Tudo é desconhecido; todos aqueles que querem fugir do túmulo para a memória dos

vivos são anódinos felizes e medíocres existências que passaram pelo mundo sem ser notadas.

E lá ia aquela moça por ali afora para o buraco escuro, para o fim, sem deixar na vida um traço mais fundo de sua pessoa, de seus sentimentos, de sua alma!

Quaresma quis afastar essa visão triste e encaminhou-se para o interior da casa. Ele estivera na sala de visitas, onde dona Maricota também estava, cercada de outras senhoras amigas que nada lhe diziam. O Lulu, fardado do colégio, com fumo no braço, cochilava a uma cadeira. As irmãs iam e vinham. Na sala de jantar, estava o general silencioso, tendo ao lado Fontes e outros amigos.

Caldas e Bustamante conversavam baixo, afastados; e quando Quaresma passou, pôde ouvir o almirante dizer:

— Qual! Os homens estão dentro em pouco aqui... O governo está exausto.

O major ficou na janela que dava para o quintal. O tecido do céu se tinha adelgaçado; o azul estava sedoso e fino; e tudo tranquilo, sereno e calmo.

A Estefânia, a doutora, a de olhos maliciosos e quentes, passou, tendo ao lado Lalá, que levava, de quando em quando, o lenço aos olhos já secos, a quem aquela dizia:

— Eu, se fosse você, não comprava lá... É caro! Vai ao *Bonheur des Dames*... Dizem que tem coisas boas e é pechincheiro.

O major voltou de novo a contemplar o céu que cobria o quintal. Tinha uma tranquilidade quase indiferente. Genelício apareceu demasiadamente fúnebre. Todo de preto, ele tinha afivelado ao rosto a mais profunda máscara de tristeza. O seu *pince-nez* azulado também parecia de luto.

Não lhe fora possível deixar de ir trabalhar; um serviço urgente fizera-o indispensável na repartição.

— É isto, general — disse ele —, não está lá o doutor Genelício, nada se faz... Não há meio da Marinha mandar os processos certos... É um relaxamento...

O general não respondeu; estava deveras combalido. Bustamente e Caldas continuavam a conversar baixo. Ouviu-se o rodar de uma carruagem na rua. Quinota chegou à sala de jantar.

— Papai, está aí o coche.

O velho levantou-se a custo e foi para a sala de visitas. Falou à mulher que se ergueu com a face contraída, exprimindo uma grande contensão. Os seus

cabelos já tinham muitos fios de prata. Não deu um passo; esteve um instante parada e logo caiu na cadeira, chorando.

Todos estavam vendo sem saber o que fazer; alguns choravam; Genelício tomou um partido: foi retirando os círios de ao redor do caixão. A mãe levantou-se, veio até ao esquife, beijou o cadáver: minha filha!

Quaresma adiantou-se, foi saindo com o chapéu na mão. No corredor, ainda ouviu Estefânia dizer a alguém: o coche é bonito.

Saiu. Na rua parecia que havia festa. As crianças da vizinhança cercavam o carro fúnebre e faziam inocentes comentários sobre os dourados e enfeites. As grinaldas foram aparecendo e sendo penduradas nas extremidades das colunas do coche: “À minha querida filha”, “À minha irmã”. As fitas roxas e pretas, com letras douradas, moviam-se lentamente ao leve vento que soprava.

Apareceu o caixão, todo roxo, com guarnições de galões dourados muito brilhantes. Tudo aquilo ia pra terra. As janelas se povoaram, de um lado e doutro da rua; um menino na casa próxima gritou da rua para o interior: “Mamãe, lá vai o enterro da moça!”

O caixão foi afinal amarrado fortemente no carro mortuário, cujos cavalos, ruços, cobertos com uma rede preta, escarvavam o chão cheios de impaciência.

Aqueles que iam acompanhar até ao cemitério procuravam os seus carros. Embarcaram todos, e o enterro rodou.

A esse tempo, na vizinhança, alguns pombos imaculadamente brancos, as aves de Vênus, ergueram o voo, ruflando estrepitosamente; deram volta por cima do coche e tornaram logo silenciosos, quase sem bater asas, para o pombal que se ocultava nos quintais burgueses...

IV

O BOQUEIRÃO

O sítio de Quaresma, em Curuzu, voltava aos poucos ao estado de abandono em que ele o encontrara. A erva daninha crescia e cobria tudo. As plantações que fizera tinham desaparecido na invasão do capim, do carrapicho, das urtigas e outros arbustos. Os arredores da casa ofereciam um aspecto desolador, apesar dos esforços de Anastácio, sempre vigoroso e trabalhador na sua forte velhice africana, mas baldo de iniciativa, de método, de continuidade no esforço.

Um dia capinava aqui, noutro dia ali, outro pedaço, e assim ia saltando de trecho em trecho, sem fazer trabalho que se visse, permitindo que as terras e os arredores da casa adquirissem um aspecto de desleixo que não condizia com o seu trabalho efetivo.

As formigas voltaram também, mais terríveis e depredadoras, vencendo obstáculos, devastando tudo, restos de seara, brotos de fruteiras, até os araçazeiros depenavam, com uma energia e bravura que sorriam aos fracos expedientes da inteligência crestada do antigo escravo, incapaz de achar meios eficazes de batê-las ou afugentá-las.

Entretanto ele cultivava. Era a sua mania, o seu vício, uma teimosia de caduco. Tinha uma horta que disputava diariamente às saúvas; e, como os animais da vizinhança a tivessem um dia invadido, ele a protegeu pacientemente com uma cerca de materiais mais inconcebíveis: latas de querosene desdobradas, caibros bons, folhas de coqueiros, tábuas de caixão, não obstante ter à mão bambus à vontade.

Na sua inteligência havia uma necessidade do tortuoso, do aparentemente fácil; e, em tudo ele punha esse jeito de sua psique, tanto no falar, com grandes rodeios, como nos canteiros que traçava, irregulares, maiores aqui, menores ali, fugindo à regularidade, ao paralelismo, à simetria, com um horror artístico.

A revolta tinha tido sobre a política local efeito pacificador. Todos os partidos se fizeram dedicadamente governistas, de forma que, entre os dois

poderosos contendores, o doutor Campos e o tenente Antonino, houve um traço de união que os reconciliou e os fez entenderem-se. Ao osso que ambos disputavam encarniçadamente, chegou um outro mais forte que pôs em perigo a segurança de ambos e eles se puseram em expectativa, um instante unidos.

O candidato foi imposto pelo governo central e as eleições chegaram. É um momento bem curioso esse das eleições na roça. Não se sabe bem donde saem tantos tipos exóticos. De tal forma são eles esquisitos que se pode mesmo esperar que apareçam calções e bofes de renda, espadins e gibão. Há sobrecasacas de cintura, há calças boca de sino, há chapéus de seda — todo um museu de indumentária que aqueles roceiros vestem e por um instante fazem viver por entre as ruas esburacadas e estradas poeirentas das vilas e lugarejos. Não faltam também os valentões, com calças bombachas e grandes bengalões de pequiá, à espera do que der e vier.

Para a monótona vida que levava dona Adelaide, esse desfile de manequins de museu, por sua porteira, em direção à seção eleitoral que ficava nas proximidades, foi um divertimento. Ela passava longos e tristes dias naquele isolamento. Fazia-lhe companhia desde muito a mulher de Felizardo, a sinhá Chica, uma velha cafuza, espécie de Medeia esquelética, cuja fama de rezadeira pairava por sobre todo o município. Não havia quem como ela soubesse rezar dores, cortar febres, curar cobreiros e conhecesse os efeitos das ervas medicinais: a língua-de-vaca, a silvina, o cipó-chumbo — toda aquela drogaria que crescia pelos campos, pelas capoeiras, e pelos troncos de árvores.

Além desse saber que a fazia estimada e respeitável, tinha também a habilidade de assistir partos. Na redondeza, entre a gente pobre e mesmo remediada, todos os nascimentos se faziam aos cuidados de suas luzes.

Era de ver como pegava uma faca e agitava o pequeno instrumento doméstico em cruz, repetidas vezes, sobre a sede da dor ou da tarefa, rezando em voz baixa, balbuciando preces que afugentavam o espírito maligno que estava ali. Contavam-se dela milagres, vitórias extraordinárias, denunciadoras do seu estranho poder quase mágico, sobre as forças ocultas, que nos perseguem ou nos auxiliam.

Um dos mais curiosos, e era contado em toda a parte e a toda a hora, consistia no afastamento das lagartas. Os vermes haviam dado num feijoal, aos milheiros, cobrindo as folhas e os colmos; o proprietário já desesperava e tinha tudo por perdido quando se lembrou dos maravilhosos poderes de sinhá Chica. A velha lá foi. Pôs cruzeiros de gravetos pelas bordas da roça, assim como se fizesse uma cerca de invisível material que nelas se apoiasse; deixou uma extremidade

aberta e colocou-se na oposta a rezar. Não tardou o milagre a verificar-se. Os vermes, num rebanho moroso e serpejante, como se fossem tocados pela vara de um pastor, foram saindo na sua frente, devagar, aos dois, aos quatro, aos cinco, aos dez, aos vinte, e um só não ficou.

O doutor Campos não tinha absolutamente nenhuma espécie de ciúme dessa rival. Armou-se de um pequeno desdém pelo poder sobre-humano da mulher, mas não apelou nunca para o arsenal de leis, que vedava o exercício de sua transcendente medicina. Seria a impopularidade; ele era político...

No interior, e não é preciso afastar-se muito do Rio de Janeiro, as duas medicinas coexistem sem raiva e ambas atendem às necessidades mentais e econômicas da população. A da sinhá Chica, quase grátis, ia ao encontro da população pobre, daquela em cujos cérebros, por contágio ou herança, ainda vivem os manitus e manipansos, sujeitos a fugirem aos exorcismos, benzeduras e fumigações. A sua clientela, entretanto, não se resumia só na gente pobre da terra, ali nascida ou criada; havia mesmo recém-chegados de outros ares, italianos, portugueses e espanhóis, que se socorriam da sua força sobrenatural, não tanto pelo preço ou contágio das crenças ambientes, mas também por aquela estranha superstição europeia de que todo o negro ou gente colorida penetra e é sagaz para descobrir as coisas malignas e exercer a feitiçaria.

Enquanto a terapêutica fluídica ou herbácea de sinhá Chica atendia aos miseráveis, aos pobretões, a do doutor Campos era requerida pelos mais cultos e ricos, cuja evolução mental exigia a medicina regular e oficial. Às vezes, um de um grupo passava para o outro; era nas moléstias graves, nas complicadas, nas incuráveis, quando as ervas e as rezas da milagrosa nada podiam ou os xaropes e pílulas do doutor eram impotentes.

Sinhá Chica não era lá uma companheira muito agradável. Vivia sempre mergulhada no seu sonho divino, abismada nos misteriosos poderes dos feitiços, sentada sobre as pernas cruzadas, olhos baixos, fixos, de fraco brilho, parecendo esmalte de olhos de múmia, tanto ela era encarquilhada e seca.

Não esquecia também os santos, a santa madre igreja, os mandamentos, as orações ortodoxas; embora não soubesse ler, era forte no catecismo e conhecia a história sagrada aos pedaços, aduzindo a eles interpretações suas e interpolações pitorescas.

Com o Apolinário, o famoso capelão das ladainhas, era ela o forte poder espiritual da terra. O vigário ficava relegado a um papel de funcionário, espécie de oficial de registro civil, encarregado dos batizados e casamentos, pois toda a comunicação com Deus e o Invisível se fazia por intermédio de sinhá Chica ou

do Apolinário. É de dever falar em casamento, mas bem podiam ser esquecidos, porque a nossa gente pobre faz uso reduzido de tal sacramento e a simples mancebia, por toda a parte, substitui a solene instituição católica.

Felizardo, o marido dela, aparecia pouco em casa de Quaresma; e, se aparecia, era à noite, passando os dias pelos matos com medo do recrutamento e logo que chegava indagava da mulher se o barulho já tinha acabado.

Vivia num constante pavor; dormia vestido, galgando a janela e embrenhando-se na capoeira, à menor bulha ouvida.

Tinham dois filhos, mas que tristeza de gente! Ajuntavam à depressão moral dos pais uma pobreza de vigor físico e uma indolência repugnante. Eram dois rapazes: o mais velho, José, orçava pelos vinte anos; ambos inertes, moles, sem força e sem crenças, nem mesmo a da feitiçaria, das rezas e benzeduras, que fazia o encanto da mãe e merecia o respeito do pai.

Não houve quem os fizesse aprender qualquer coisa e os sujeitasse a um trabalho contínuo. De quando em quando, assim de quinze em quinze dias, faziam uma talha de lenha e vendiam ao primeiro taverneiro pela metade do valor; voltavam para casa alegres, satisfeitos, com um lenço de cores vivas, um vidro de água-de-colônia, um espelho, bugigangas que denunciavam ainda neles gostos bastantes selvagens.

Passavam então uma semana em casa, a dormir ou perambular pelas estradas e vendas; à noite, quase sempre nos dias de festa e domingos, saíam com a “harmônica” a tocar peças, no que eram exímios, sendo a presença deles muito requestada nos bailes da vizinhança.

Embora seus pais vivessem em casa de Quaresma, raramente lá apareciam; e, se o faziam, era porque de todo não tinham que comer. Levavam o descuido da vida, a imprevidência, a ponto de não terem medo do recrutamento. Eram, entretanto, capazes de dedicação, de lealdade e bondade, mas o trabalho continuado, todo o dia, repugnava-lhes à natureza, como uma pena ou castigo.

Essa atonia da nossa população, essa espécie de desânimo doentio, de indiferença nirvanesca por tudo e todas as coisas cercam de uma caligem de tristeza desesperada a nossa roça e tira-lhe o encanto, a poesia e o viço sedutor de plena natureza.

Parece que nem um dos grandes países oprimidos, a Polônia, a Irlanda, a Índia apresentará o aspecto cataléptico do nosso interior. Tudo aí dorme, cochila, parece morto; naqueles há revolta, há fuga para o sonho; no nosso... Oh!... dorme-se...

A ausência de Quaresma trouxera para o seu sítio essa atmosfera geral da roça. O “Sossego” parecia dormir, dormir de encantamento, à espera que o príncipe o viesse despertar.

Máquinas agrícolas, que não haviam ainda servido, enferrujavam com a etiqueta da casa. Aqueles arados de ponta de aço, que tinham chegado com a relha reluzente, de um brilho azulado e doce, estavam hediondos e morriam de tédio no abandono em que jaziam, bracejando angustiosamente para o céu mudo. De manhã, não se ouvia mais o cacarejar das aves no galinheiro, o esvoaçar dos pombos — todo esse hino matinal de vida, de trabalho, de fartura não mais se casava com as auroras rosadas e com o chilreio áacre do passaredo; e ninguém sabia ver as paineiras em flor; com as suas lindas flores rosadas e brancas que, a espaços, caíam docemente como aves feridas.

Dona Adelaide não tinha nem gosto nem atividade para superintender aqueles serviços e fruir a poesia da roça. Sofria com a separação do irmão e vivia como se estivesse na cidade. Comprava os gêneros na venda e não se incomodava com as coisas do sítio.

Ansiava pela volta do irmão; escrevia-lhe cartas desesperadas, às quais ele respondia aconselhando calma, fazendo promessas. A última recebida, porém, tinha de sopetão outro acento; não era mais confiante, entusiástica, traía desânimo, desalento, mesmo desespero.

Querida Adelaide. Só agora posso responder-te a carta que recebi há quase duas semanas. Justamente quando ela me chegou às mãos, acabava de ser ferido, ferimento ligeiro é verdade, mas que me levou à cama e tratar-me-á uma convalescença longa. Que combate, milha filha! Que horror! Quando me lembro dele, passo as mãos pelos olhos como para afastar uma visão má. Fiquei com um horror à guerra que ninguém pode avaliar... Uma confusão, um infernal zunir de balas, clarões sinistros, imprecações — e tudo isto no seio da treva profunda da noite... Houve momentos que se abandonaram as armas de fogo: batíamos-nos à baioneta, a coronhadas, a machado, a facão. Filha: um combate de trogloditas, uma coisa pré-histórica... Eu duvido, eu duvido, duvido da justiça disso tudo, duvido de sua razão de ser, duvido que seja certo e necessário ir tirar do fundo de nós todos a ferocidade adormecida, aquela ferocidade que se fez e se depositou em nós nos milenários combates com as feras, quando disputávamos a terra a elas... Eu não vi homens de hoje; vi homens de Cro-Magnon, do Neanderthal armados com machados de sílex, sem piedade, sem amor, sem sonhos generosos, a matar, sempre a matar... Este teu irmão que estás vendo também fez das suas, também foi descobrir dentro de si muita brutalidade, muita ferocidade, muita crueldade... Eu matei, minha irmã; eu matei! E não contente de matar, ainda descarreguei um tiro quando o inimigo arquejava a meus pés... Perdoa-me! Eu te peço perdão, porque preciso de perdão e não sei a quem pedir, a que Deus, a que homem, a alguém enfim... Não imaginas como isto faz-me sofrer... Quando caí embaixo de uma carreta, o que doía não era a ferida, era a

alma, era a consciência; e Ricardo, que foi ferido e caiu ao meu lado, a gemer e pedir “capitão, meu gorro; meu gorro!” — parecia que era o meu próprio pensamento que ironizava o meu destino...

Esta vida é absurda e ilógica; eu já tenho medo de viver, Adelaide. Tenho medo, porque não sabemos para onde vamos, o que faremos amanhã, de que maneira havemos de nos contradizer de sol para sol...

O melhor é não agir, Adelaide; e desde que o meu dever me livre destes encargos, irei viver na quietude, na quietude mais absoluta possível, para que do fundo de mim mesmo ou do mistério das coisas não provoque a minha ação o aparecimento de energias estranhas à minha vontade, que mais me façam sofrer e tirem o doce sabor de viver...

Além do que, penso que todo este meu sacrifício tem sido inútil. Tudo o que nele pus de pensamento não foi atingido; e o sangue que derramei, e o sofrimento que vou sofrer toda a vida foram empregados, foram gastos, foram estragados, foram vilipendiados e desmoralizados em prol de uma tolice política qualquer...

Ninguém compreende o que quero, ninguém deseja penetrar e sentir; passo por doido, tolo, maníaco e a vida se vai fazendo inexoravelmente com a sua brutalidade e fealdade.

Como Quaresma dizia na carta, o seu ferimento não era grave, era, porém, delicado e exigia tempo para uma cura completa e sem perigos. Ricardo, este, fora ferido mais gravemente. E se o sofrimento de Quaresma era profundamente moral, o de Coração dos Outros era físico e não se cansava de gemer e imprecisar contra a sorte que o arrastara até à posição de combatente.

Os hospitais em que se tratavam estavam separados pela baía, agora intransponível, exigindo a viagem de uma margem à outra bem doze horas por estrada de ferro. Tanto na ida como na volta, ferido como estava, Quaresma passara pela estação em que morava. O trem, porém, não parava, e ele se limitou a deitar pela portinhola um longo e saudoso olhar para aquele seu “Sossego”, de terras pobres e árvores velhas, onde sonhara repousar calmamente por toda a vida; e, entretanto, o lançara na mais terrível das aventuras.

E ele perguntava de si para si, onde, na terra, estava o verdadeiro sossego, onde se poderia encontrar esse repouso de alma e corpo, pelo qual tanto ansiava, depois dos sacolejamentos por que vinha passando — onde? E o mapa dos continentes, as cartas dos países, as plantas das cidades, passavam-lhe pelos olhos e não viu, não encontrou um país, uma província, uma cidade, uma rua onde o houvesse.

A sua sensação era de fadiga, não física, mas moral e intelectual. Tinha vontade de não mais pensar, de não mais amar; queria, contudo, viver, por prazer físico, pela sensação material pura e simples de viver.

Assim, convalesceu longamente, demoradamente, melancolicamente, sem uma visita, sem ver uma face amiga.

Coleoni e família se haviam retirado para fora; o general, por preguiça e desleixo, não viera vê-lo. Vivia só, envolvido na suavidade da convalescença, a pensar no Destino, na sua vida, nas ideias e mais que tudo nas suas desilusões.

Entretanto, a revolta na baía chegava ao fim; toda a gente já pressentia isso e queria esse alívio.

O almirante e Albernaz, ambos pelos mesmos motivos, observavam esse fim com tristeza. O primeiro via fugir o seu sonho de comandar uma esquadra e a consequente volta para o quadro; e o general sentia perder a sua comissão, cujos rendimentos faziam de forma tão notável melhorar a situação da família.

Naquela manhã, bem cedo, dona Maricota acordara o marido:

— Chico, levanta-te! Olha que tens que ir à missa do senador Clarimundo...

Ouvindo a recomendação da mulher, Albernaz ergueu-se logo do leito. Era preciso não faltar. A sua presença se impunha e significava muito. Clarimundo fora um republicano histórico, agitador, tribuno temido, no tempo do Império; após a República, porém, não apresentara aos seus pares do Senado nada de útil e benfazejo. Embora assim, a sua influência ficara sendo grande; e, com diversos outros, era chamado patriarca da República. Há nos próceres republicanos uma necessidade extraordinária de serem gloriosos e não esquecidos pelo futuro, a que eles se recomendam com teimoso interesse.

Clarimundo era um desses próceres e, durante a comoção, não se sabia bem por quê, o seu prestígio cresceu e já se falava nele para substituir o marechal. Albernaz conhecera-o vagamente, mas assistir a sua missa era quase uma afirmação política.

A dor da morte da filha já se esvaíra muito na sua memória. O que o fazia sofrer era aquela semivida da moça, mergulhada na loucura e na moléstia. A morte tem a virtude de ser brusca, de chocar, mas não corroer, como essas moléstias duradouras nas pessoas amadas; passado que é o choque, vai ficando em nós uma suave recordação do ente querido, uma boa fisionomia sempre presente aos nossos olhos.

Dava-se isso com Albernaz e a sua satisfação de viver e a sua jovialidade natural foram voltando insensivelmente.

Obediente à mulher, preparou-se, vestiu-se e saiu. Conquanto se estivesse ainda em plena revolta, esses ofícios fúnebres se faziam nas igrejas do centro da cidade. O general chegou a tempo e à hora. Havia uniformes e cartolas e todos

se comprimiam para assinar as listas de presença. Não tanto que quisessem atestar à família do morto esse ato delicado; dominava-os, além disso, a esperança de ter os nomes nos jornais.

Albernaz não deixou de atirar-se também a uma das listas que andavam pelas mesas da sacristia; e, quando ia assinar, alguém lhe falou. Era o almirante. A missa ia começar, mas ambos evitaram entrar na nave cheia, e ficaram a um vão da janela, na sacristia, conversando.

— Então acaba breve, hein?

— Dizem que a esquadra já saiu de Pernambuco.

Fora Caldas quem falara primeiro e a resposta do general fê-lo sorrir irônico dizendo:

— Enfim...

— A baía está cercada de canhões — continuou o general, após uma pausa —, e o marechal vai intimá-los a renderem-se.

— Já era tempo — fez Caldas... — Comigo, a coisa já estava acabada... levar quase sete meses para dar cabo de uns calhambeques!...

— Você exagera, Caldas; a coisa não era tão fácil assim... E o mar?

— Que fez a esquadra tanto tempo no Recife, você não me dirá? Ah! Se fosse com este seu criado, tinha logo partido e atacado... Sou pelas decisões prontas...

O padre, no interior da igreja, continuava a pedir a Deus repouso para a alma do senador Clarimundo. O místico cheiro de incenso vinha até eles e o votivo perfume, votivo ao Deus da paz e da bondade, não os demovia dos seus pensamentos guerreiros.

— Entre nós — aduziu Caldas —, não há mais gente que preste... Isto é um país perdido, acaba colônia inglesa...

Coçou nervoso um dos favoritos e esteve um instante a olhar o ladrilho do chão. Albernaz avançou, meio sarcástico:

— Agora não; agora a autoridade está prestigiada, consolidada, e uma era de progresso vai abrir-se para o Brasil.

— Qual o quê! Onde é que você viu um governo...

— Mais baixo, Caldas!... onde é que se viu um governo que não aproveita as aptidões, abandona-as, deixa-as por aí vegetar?... Dá-se o mesmo com as nossas riquezas naturais: jazem por aí à toa!

A sineta soou e olharam um pouco a nave cheia. Pela porta, via-se uma porção de homens, todos de negro, ajoelhados, contritos, batendo nos peitos, a confessar de si para si: *mea culpa, mea maxima culpa*...

Uma réstia de sol coava-se por uma das aberturas do alto e resplandecia sobre algumas cabeças.

Insensivelmente, os dois, na sacristia, levaram a mão ao peito e confessaram também: *mea culpa, mea maxima culpa...* A missa veio a acabar e ambos entraram para o abraço da pragmática. A nave rescendia a incenso e tinha um aspecto tranquilo de imortalidade.

Todos tinham um grande ar de compunção: amigos, parentes, conhecidos e desconhecidos pareciam sofrer igualmente. Albernaz e Caldas, logo que penetraram no corpo da igreja, apanharam no ar um sentimento profundo e afivelaram-no ao rosto.

Genelício também viera; ele tinha o vício das missas das pessoas importantes, dos cartões de pêsames, dos cumprimentos em dias de aniversário. Temendo que a memória não lhe ajudasse, possuía um caderninho onde as datas aniversárias estavam assentadas e as residências também. O índice era organizado com muito cuidado. Não havia sogra, prima, tia, cunhada, de homem importante que, em dia de aniversário, não recebesse os seus parabéns, e, por morte, não o levasse à igreja em missa de sétimo dia.

O seu traje de luto era de pano grosso, pesado; e, olhando-o, lembrava-nos logo de um castigo dantesco.

Na rua, Genelício escovava a cartola com a manga da sobrecasaca e dizia ao sogro e ao almirante:

— A coisa está pra acabar!... Breve...

— E se resistirem? — perguntou o general.

— Qual! Não resistem. Corre que já propuseram rendição... É preciso arranjar uma manifestação ao marechal...

— Não acredito — fez o almirante. — Conheço muito o Saldanha, é orgulhoso e não se entrega assim...

Genelício ficou um pouco assustado com a entonação da voz do seu parente; teve medo que ele falasse mais alto, desse na vista e o compromettesse. Calou-se; Albernaz, porém, avançou:

— Não há orgulho que resista a uma esquadra mais forte.

— Forte! Uns calhambeques, homem!

Caldas continha a custo a fúria que lhe ia n'alma. O céu estava azul e calmo. Havia nele nuvens brancas, leves, esgarçadas, que se moviam lentamente, como velas, naquele mar infinito. Genelício olhou-o um pouco e aconselhou:

— Almirante, não fale assim... Olhe que...

— Qual! Não tenho medo... Porcarias!...

— Bom — fez Genelício —, eu tenho que ir à rua Primeiro de Março e...

Despediu-se e saiu com o seu traje de chumbo, curvado, olhando o chão com o seu *pince-nez* azulado, palmilhando a rua com passo miúdo e cauteloso. Albernaz e Caldas ainda estiveram conversando um tempo e se despediram sempre amigos, cada um com o seu desgosto e a sua decepção.

Tinham razão: a revolta veio a acabar daí a dias. A esquadra legal entrou; os oficiais revoltosos se refugiaram nos navios de guerra portugueses e o marechal Floriano ficou senhor da baía.

No dia da entrada, acreditando que houvesse canhoneio, uma grande parte da população abandonou a cidade, refugiando-se nos subúrbios, por baixo das árvores, na casa de amigos ou nos galpões construídos adrede pelo Estado.

Era de ver o terror que se estampava naquelas fisionomias, a ânsia e a angústia também. Levavam trouxas, samburás, pequenas malas; crianças de peito, a chorar, o papagaio querido, o cachorro de estimação, o passarinho que de há muito quebrava a tristeza de uma casa pobre.

O que mais metia medo era o famoso canhão de dinamite, do “Niterói”, uma espalhafatosa invenção americana, instrumento terrível, capaz de causar terremotos e de abalar os fundamentos das montanhas graníticas do Rio.

As crianças e as mulheres, mesmo fora do alcance de seu poder, temiam ouvir o seu estrondo; entretanto, esse fantasma ianque, esse pesadelo, essa quase força da natureza, foi morrer abandonado num cais, desprezado e inofensivo.

O fim do levante foi um alívio; a coisa já estava ficando monótona e o marechal ganhou feições sobre-humanas com a vitória.

Quaresma teve alta por esse tempo; e uma ala de seu batalhão foi destacada para guarnecer a ilha das Enxadas. Inocêncio Bustamente continuava a superintender o corpo com muito zelo, do interior do seu gabinete, na estalagem condenada que lhe servia de quartel. A escrituração estava em dia e era feita com a melhor letra.

Polcarpo aceitou com repugnância o papel de carcereiro, pois na ilha das Enxadas estavam depositados os marinheiros prisioneiros. Os seus tormentos d'alma mais cresceram com o exercício de tal função. Quase os não olhava; tinha vexame, piedade e parecia-lhe que dentre eles um conhecia o segredo de sua consciência.

De resto, todo o sistema de ideias que o fizera meter-se na guerra civil se tinha desmoronado. Não encontrara o Sully e muito menos o Henrique IV. Sentia também que o seu pensamento motriz não residia em nenhuma das pessoas que encontrara. Todos tinham vindo ou com pueris pensamentos políticos, ou por interesse; nada de superior os animava. Mesmo entre os moços, que eram muitos, se não havia baixo interesse, existia uma adoração fetichica pela forma republicana, um exagero das virtudes dela, um pendor para o despotismo que os seus estudos e meditações não podiam achar justo. Era grande a sua desilusão.

Os prisioneiros se amontoavam nas antigas salas de aulas e alojamentos dos aspirantes. Havia simples marinheiros; havia inferiores; havia escreventes e operários de bordo. Brancos, pretos, mulatos, caboclos, gente de todas as cores e todos os sentimentos, gente que se tinha metido em tal aventura pelo hábito de obedecer, gente inteiramente estranha à questão em debate, gente arrancada à força aos lares ou à calaçaria das ruas, pequeninos, tenros, ou que se haviam alistado por miséria; gente ignara, simples, às vezes cruel e perversa como crianças inconscientes; às vezes, boa e dócil como um cordeiro, mas, enfim, gente sem responsabilidade, sem anseio político, sem vontade própria, simples autômatos nas mãos dos chefes e superiores que a tinham abandonado à mercê do vencedor.

De tarde, ele ficava a passear, olhando o mar. A viração soprava ainda e as gaivotas continuavam a pescar. Os barcos passavam. Ora eram lanchas fumarentas que lá iam para o fundo da baía; ora pequenos botes ou canoas, roçando carinhosamente a superfície das águas, pendendo para lá e para cá, como se as suas alvas velas enfunadas quisessem afagar a espelhenta superfície do abismo. Os órgãos vinham suavemente morrendo na violeta macia; e o resto era azul, um azul imaterial que inebriava, embriagava, como um licor capitoso.

Ficava assim um tempo longo, a ver, e quando se voltava, olhava a cidade que entrava na sombra, aos beijos sangrentos do ocaso.

A noite chegava e Quaresma continuava a passear na borda do mar, meditando, pensando, sofrendo com aquelas lembranças de ódios, de sangueiras e ferocidade.

A sociedade e a vida pareceram-lhe coisas horrorosas, e imaginou que do exemplo delas vinham os crimes que aquela punia, castigava e procurava restringir. Eram negras e desesperadas, as suas ideias; muita vez julgou que delirava.

E então se lamentava por estar sozinho, por não ter um companheiro com quem conversar, que lhe fizesse fugir àqueles tristes pensamentos que o assediavam e se estavam transformando em obsessão.

Ricardo estava de guarnição na ilha das Cobras; e, mesmo que ali estivesse, os rigores da disciplina não lhe permitiriam uma conversa mais amigável. Vinha a noite inteiramente, e o silêncio e a treva envolviam tudo.

Quaresma ainda ficava horas ao ar livre a pensar, olhando o fundo da baía, onde quase não havia luzes que interrompessem a continuidade do negror noturno.

Fixava bem os olhos para lá, como se os quisesse habituar a penetrar nas coisas indecifráveis e adivinhar dentro da sombra negra a forma das montanhas, o recorte das ilhas que a noite tinha feito desaparecer.

Fatigado, ia dormir. Nem sempre dormia bem; tinha insônia e, se queria ler, a atenção recusava fixar-se e o pensamento vagabundava muito longe do livro.

Certa noite em que ia dormindo melhor, um inferior veio acordá-lo pela madrugada:

— Senhor major, está aí o “home” do Itamarati.

— Que homem?

— O oficial que vem buscar a turma do Boqueirão.

Sem atinar bem do que se tratava, levantou-se e foi ao encontro do visitante. O homem já estava no interior de um dos alojamentos. Uma escolta estava à porta. Seguiam-se algumas praças, das quais uma levava uma lanterna que derramava no salão uma fraca luzerna amarelada. A vasta sala estava cheia de corpos, deitados, seminus, e havia todo o íris das cores humanas. Uns roncavam, outros dormiam somente; e, quando Quaresma entrou, houve alguém que em sonho gemeu — ai! Cumprimentaram-se, Quaresma e o emissário do Itamarati, e nada disseram. Ambos tiveram medo de falar. O oficial despertou um dos prisioneiros e disse para as praças: “Levem este.”

Seguiu adiante e despertou outro: “Onde você esteve?”. “Eu”, respondeu o marinheiro, “na Guanabara”. “Ah! patife”, acudiu o homem do Itamarati. “Este também... Levem!”

Os soldados condutores iam até à porta, deixavam o prisioneiro e voltavam.

O oficial passou por uma porção deles e não fez reparo; adiante, deu com um rapaz claro, franzino, que não dormia. Gritou então: “Levante-se!” O rapaz

ergueu-se tremendo. “Onde esteve você?”, perguntou. “Eu era enfermeiro”, retrucou o rapaz. “Que enfermeiro!”, fez o emissário. “Levem este também”...

Mas, “seu” tenente, deixe-me escrever à minha mãe, pediu o rapaz quase chorando.

Que mãe! respondeu o homem do Itamarati. Siga! Vá!

E assim foi uma dúzia, escolhida a esmo, ao acaso, cercada pela escolta, a embarcar num batelão que uma lancha logo rebocou para fora das águas da ilha.

Quaresma não atinou de pronto com o sentido da cena e foi após o afastamento da lancha que ele encontrou uma explicação.

Não deixou de pensar então por que força misteriosa, por que injunção irônica ele se tinha misturado em tão tenebrosos acontecimentos, assistindo ao sinistro alicerçar do regime... A embarcação não ia longe. O mar gemia demoradamente de encontro às pedras do cais. A esteira da embarcação estrelejava fosforescente. No alto, num céu negro e profundo, as estrelas brilhavam serenamente.

A lancha desapareceu nas trevas do fundo da baía. Para onde ia? Para o Boqueirão...

V A AFILHADA

Como lhe parecia ilógico com ele mesmo estar ali metido naquele estreito calabouço. Pois ele, o Quaresma plácido, o Quaresma de tão profundos pensamentos patrióticos, merecia aquele triste fim? De que maneira sorrateira o destino o arrastara até ali, sem que ele pudesse pressentir o seu extravagante propósito, tão aparentemente sem relação com o resto da sua vida? Teria sido ele com os seus atos passados, com as suas ações encadeadas no tempo, que fizera com que aquele velho deus docilmente o trouxesse até à execução de tal desígnio? Ou teriam sido os fatos externos que venceram a ele, Quaresma, e fizeram-no escravo da sentença da onipotente divindade? Ele não sabia, e, quando teimava em pensar, as duas coisas se baralhavam, se emaranhavam e a conclusão certa e exata lhe fugia.

Não estava ali há muitas horas. Fora preso pela manhã, logo ao erguer-se da cama; e, pelo cálculo aproximado do tempo, pois estava sem relógio e mesmo se o tivesse não poderia consultá-lo à fraca luz da masmorra, imaginava podiam ser onze horas.

Por que estava preso? Ao certo não sabia; o oficial que o conduzira nada lhe quisera dizer; e, desde que saíra da ilha das Enxadas para a das Cobras, não trocara palavra com ninguém, não vira nenhum conhecido no caminho, nem o próprio Ricardo que lhe podia, com um olhar, com um gesto, trazer sossego às suas dúvidas. Entretanto, ele atribuía a prisão à carta que escrevera ao presidente, protestando contra a cena que presenciara na véspera.

Não se pudera conter. Aquela leva de desgraçados a sair assim, a desoras, escolhidos a esmo, para uma carniçaria distante, falara fundo a todos os seus sentimentos; pusera diante dos seus olhos todos os seus princípios morais; desafiara a sua coragem moral e a sua solidariedade humana; e ele escrevera a carta com veemência, com paixão, indignado. Nada omitiu do seu pensamento; falou claro, franca e nitidamente.

Devia ser por isso que ele estava ali naquela masmorra, engaiolado, trancafiado, isolado dos seus semelhantes como uma fera, como um criminoso, sepultado na treva, sofrendo umidade, misturado com os seus detritos, quase sem comer... Como acabarei? Como acabarei? E a pergunta lhe vinha, no meio da revoada de pensamentos que aquela angústia provocava pensar. Não havia base para qualquer hipótese. Era de conduta tão irregular e incerta o Governo que tudo ele podia esperar: a liberdade ou a morte, mais esta que aquela.

O tempo estava de morte, de carnificina; todos tinham sede de matar, para afirmar mais a vitória e senti-la bem na consciência coisa sua, própria, e altamente honrosa.

Iria morrer, quem sabe se naquela noite mesmo? E que tinha ele feito de sua vida? Nada. Levava toda ela atrás da miragem de estudar a pátria, por amá-la e querê-la muito, no intuito de contribuir para a sua felicidade e prosperidade. Gastara sua mocidade nisso, a sua virilidade também; e, agora que estava na velhice, como ela o recompensava, como ela o premiava, como ela o condecorava? Matando-o. E o que não deixara de ver, de gozar, de fruir, na sua vida? Tudo. Não brincara, não pandegara, não amara — todo esse lado da existência que parece fugir um pouco à sua tristeza necessária, ele não vira, ele não provara, ele não experimentara.

Desde dezoito anos que o tal patriotismo lhe absorvia e por ele fizera a tolice de estudar inutilidades. Que lhe importavam os rios? Eram grandes? Pois que fossem... Em que lhe contribuiria para a felicidade saber o nome dos heróis do Brasil? Em nada... O importante é que ele tivesse sido feliz. Foi? Não. Lembrou-se das suas coisas de tupi, do *folklore*, das suas tentativas agrícolas... Restava disso tudo em sua alma uma satisfação? Nenhuma! Nenhuma!

O tupi encontrou a incredulidade geral, o riso, a mofa, o escárnio; e levou-o à loucura. Uma decepção. E a agricultura? Nada. As terras não eram ferazes e ela não era fácil como diziam os livros. Outra decepção. E, quando o seu patriotismo se fizera combatente, o que achara? Decepções. Onde estava a doçura de nossa gente? Pois ele não a viu combater como feras? Pois não a via matar prisioneiros, inúmeros? Outra decepção. A sua vida era uma decepção, uma série, melhor, um encadeamento de decepções.

A pátria que quisera ter era um mito; era um fantasma criado por ele no silêncio do seu gabinete. Nem a física, nem a moral, nem a intelectual, nem a

política que julgava existir, havia. A que existia de fato era a do tenente Antonino, a do doutor Campos, a do homem do Itamarati.

E, bem pensando, mesmo na sua pureza, o que vinha a ser a pátria? Não teria levado toda a sua vida norteado por uma ilusão, por uma ideia a menos, sem base, sem apoio, por um deus ou uma deusa cujo império se esvaía? Não sabia que essa ideia nascera da amplificação da credence dos povos greco-romanos de que os ancestrais mortos continuariam a viver como sombras e era preciso alimentá-las para que eles não perseguissem os descendentes? Lembrou-se do seu Fustel de Coulanges... Lembrou-se de que essa noção nada é para os Menenanã, para tantas pessoas... Pareceu-lhe que essa ideia como que fora explorada pelos conquistadores por instantes sabedores das nossas subserviências psicológicas, no intuito de servir às suas próprias ambições.

Reviu a história; viu as mutilações, os acréscimos em todos os países históricos e perguntou de si para si: como um homem que vivesse quatro séculos, sendo francês, inglês, italiano, alemão, podia sentir a Pátria?

Uma hora, para o francês, o Franco-Condado era terra dos seus avós, outra não era; num dado momento, a Alsácia não era, depois era e afinal não vinha a ser.

Nós mesmos não tivemos a Cisplatina e não a perdemos; e, porventura, sentimos que haja lá manes dos nossos avós e por isso sofremos qualquer mágoa?

Certamente era uma noção sem consistência racional e precisava ser revista. Mas, como é que ele tão sereno, tão lúcido, empregara sua vida, gastara o seu tempo, envelhecera atrás de tal quimera? Como é que não viu nitidamente a realidade, não a pressentiu logo e se deixou enganar por um falaz ídolo, absorver-se nele, dar-lhe em holocausto toda a sua existência? Foi o seu isolamento, o seu esquecimento de si mesmo; e assim é que ia para a cova, sem deixar traço seu, sem um filho, sem um amor, sem um beijo mais quente, sem nenhum mesmo, e sem sequer uma asneira!

Nada deixava que afirmasse a sua passagem e a terra não lhe dera nada de saboroso. Contudo, quem sabe se os outros que lhe seguissem as pegadas não seriam mais felizes? E logo respondeu a si mesmo: mas como? Se não se fizera comunicar, se nada dissera e não prendera o seu sonho, dando-lhe corpo e substância?

E esse seguimento adiantaria alguma coisa? E essa continuidade traria enfim para a terra alguma felicidade? Há quantos anos vidas mais valiosas que a

dele se vinham oferecendo, sacrificando e as coisas ficaram na mesma, a terra na mesma miséria, na mesma opressão, na mesma tristeza.

E ele se lembrava que há bem cem anos, ali, naquele mesmo lugar onde estava, talvez naquela mesma prisão, homens generosos e ilustres estiveram presos por quererem melhorar o estado de coisas de seu tempo. Talvez só tivessem pensado, mas sofreram pelo seu pensamento. Tinha havido vantagem? As condições gerais tinham melhorado? Aparentemente, sim; mas, bem examinado, não.

Aqueles homens, acusados de crime tão nefando em face da legislação da época, tinham levado dois anos a ser julgados; e ele, que não tinha crime algum, nem era ouvido, nem era julgado: seria simplesmente executado! Fora bom, fora generoso, fora honesto, fora virtuoso — ele que fora tudo isso, ia para a cova sem acompanhamento de um parente, de um amigo, de um camarada...

Onde estariam eles? Sobre o Ricardo Coração dos Outros, tão simples, e tão inocente na sua mania de violão, ele não poria mais os olhos? Era tão bom que o pudesse, para mandar à sua irmã o último recado, ao preto Anastácio um adeus, à sua afilhada um abraço! Nunca mais os veria, nunca!

E ele chorou um pouco.

Quaresma, porém, enganava-se em parte. Ricardo soubera de sua prisão e procurava soltá-lo. Teve notícia do exato motivo dela; mas não se intimidou. Sabia perfeitamente que corria grande risco, pois a indignação no palácio contra Quaresma fora geral. A vitória tinha feito os vitoriosos inclementes e ferozes, e aquele protesto soou entre eles como um desejo de diminuir o valor das vantagens alcançadas. Não havia mais piedade, não havia mais simpatia, nem respeito pela vida humana; o que era necessário era dar o exemplo de um massacre à turca, porém clandestino, para que jamais o poder constituído fosse atacado ou mesmo discutido. Era a filosofia social da época, com forças de religião, com os seus fanáticos, com os seus sacerdotes e pregadores, e ela agia com a maldade de uma crença forte, sobre a qual fizessemos repousar a felicidade de muitos.

Ricardo, entretanto, não se amedrontou; procurou influências de amigos. Ao entrar no Largo de São Francisco encontrou Genelício. Vinha da missa da irmã da sogra do deputado Castro. Como sempre, trajava uma pesada sobrecasaca preta que parecia de chumbo. Já estava subdiretor e o seu trabalho era agora imaginar meios e modos de ser diretor. A coisa era difícil; mas

trabalhava num livro: *Os tribunais de contas nos países asiáticos* — o qual, demonstrando uma erudição superior, talvez lhe levasse ao alto lugar cobiçado.

Vendo-o, Ricardo não se deteve. Correu-lhe ao encalço e falou-lhe:

— Doutor, Vossa Excelência dá licença que lhe dê uma palavra?

Genelício perfilou-se todo e, como tivesse péssima memória das fisionomias humildes, perguntou com solenidade e arrogância:

— Que deseja, camarada?

Coração dos Outros estava com a sua farda do “Cruzeiro do Sul” e não ficava bem a Genelício dar-se como conhecido de soldado. O trovador julgou-o mesmo esquecido e indagou ingenuamente:

— Não me conhece mais, doutor?

Genelício fechou um pouco os olhos por detrás do *pince-nez* azulado e disse secamente:

— Não.

— Eu — fez com humildade Ricardo — sou Ricardo Coração dos Outros, que cantou no seu casamento.

Genelício não sorriu, não deu mostras de alegria e limitou-se:

— Ah! É o senhor! Bem, que deseja?

— O senhor não sabe que o major Quaresma está preso?

— Quem é?

— Aquele que foi vizinho do seu sogro.

— Aquele maluco... Ahn!... E daí?

— Eu queria que o senhor se interessasse...

— Não me meto nessas coisas, meu amigo. O governo tem sempre razão. Passe bem.

E Genelício seguiu com o seu passo cauteloso de quem poupa as solas das botas, enquanto Ricardo ficava de pé a olhar o largo, a gente que passava, a estátua imóvel, as casas feias, a igreja... Tudo lhe pareceu hostil, mau ou indiferente; aquelas caras de homens tinham cataduras de feras e ele quis por um momento chorar de desespero por não poder salvar o amigo.

Lembrou-se, porém, de Albernaz, e correu a procurá-lo. Não era longe, mas o general ainda não tinha chegado. Ao fim de uma hora o general chegou e, dando com Ricardo, perguntou:

— Que há?

O trovador, bastante emocionado, explicou-lhe com voz dorida todo o fato. Albernaz concertou o *pince-nez*, ajeitou bem o trancelim de ouro na orelha e disse com doçura:

— Meu filho, eu não posso... Você sabe; sou governista e parece, se eu for pedir por um preso, que já não o sou bastante... Sinto muito, mas... que se há de fazer? Paciência.

E entrou para o seu gabinete prazenteiro, muito seguro de si, dentro do seu plácido uniforme de general.

Os oficiais continuavam a entrar e a sair; as campainhas soavam; os contínuos iam e vinham; e Ricardo procurava entre todas aquelas fisionomias uma que lhe pudesse valer. Não havia e ele desesperava. Mas quem havia de ser? Quem? Lembrou-se: o comandante; e foi ter com o coronel Bustamante, na velha estalagem que servia de quartel ao garboso “Cruzeiro do Sul”.

O batalhão ainda continuava em pé de guerra. Embora terminada a revolta no porto do Rio de Janeiro era preciso mandar forças para o sul; de forma que os batalhões não tinham sido dissolvidos e um dos apontados para partir era o “Cruzeiro”.

O alferes coxo, no ensaboado pátio da antiga estalagem, continuava na sua faina de instrutor dos novos recrutas. Om-brôô... armas! Mei-ãã volta!

Ricardo entrou, subiu rapidamente a oscilante escada do velho cortiço e logo que chegou ao cubículo do comandante, gritou: “Com licença, comandante!”

Bustamante andava de mau humor. Aquele negócio de partir para o Paraná não lhe agradava. Como é que havia de superintender a escrita do batalhão, no fervor de batalhas, nas desordens de marchas e contramarchas? Isso era uma tolice do comandante marchar; o chefe devia ficar a resguardo, para providenciar e dirigir a escrituração.

Ele pensava nessas coisas, quando Ricardo pediu licença.

— Entre — disse ele.

O bravo coronel coçava a grande barba mosaica, tinha o dólmã desabotoado e acabava de calçar um dos pés de botina, para com mais decência receber o inferior.

Ricardo expôs o seu pedido e esperou com paciência a resposta, que custou a vir. Por fim, Inocêncio disse, sacudindo a cabeça e olhando o inferior cheio de severidade:

— Vai-te embora, senão mando-te prender! Já!

E apontou com o dedo a porta da saída num gesto marcial e enérgico. O cabo não se demorou mais. No pátio o instrutor coxo, veterano do Paraguai, continuava com solenidade a encher a arruinada estalagem com as suas vozes de comando: Om-brôô... armas! Meia-ãã... volta... volver!

Ricardo veio andando triste e desalentado. O mundo lhe parecia vazio de afeto e de amor. Ele que sempre decantara nas suas modinhas a dedicação, o amor, as simpatias, via agora que tais sentimentos não existiam. Tinha marchado atrás de coisas fora da realidade, de quimeras. Olhou o céu alto. Estava tranquilo e calmo. Olhou as árvores. As palmeiras cresciam com orgulho e titanicamente pretendiam atingir o céu. Olhou as casas, as igrejas, os palácios e lembrou-se das guerras, do sangue, das dores que tudo aquilo custara. E era assim que se fazia a vida, a história e o heroísmo: com violência sobre os outros, com opressões e sofrimentos.

Logo, porém, recordou que era preciso salvar o amigo e que era necessário dar mais uns passos. Quem poderia? Consultou sua memória. Viu um, viu outro e por fim lembrou-se da afilhada de Quaresma, e foi procurá-la na Real Grandeza.

Chegou, narrou-lhe o fato e as suas sinistras apreensões. Ela estava só, pois o marido cada vez mais trabalhava para aproveitar os despojos da vitória; não perdia um minuto, andando atrás de um e de outro.

Olga lembrou-se bem do padrinho, do seu eterno sonhar, da sua ternura, da tenacidade que punha em seguir as suas ideias, da sua candura de donzela romântica...

Durante um instante uma grande pena tomou-a toda inteira e tirou-lhe a vontade de agir. Pareceu-lhe que era bastante a sua piedade e ela ia de algum modo dar lenitivo ao sofrimento do padrinho; mas bem cedo o viu ensanguentado — ele, tão generoso, ele, tão bom, e pensou em salvá-lo.

— Mas que fazer, meu caro senhor Ricardo, que fazer? Eu não conheço ninguém... Eu não tenho relações... Minhas amigas... A Alice, a mulher do doutor Brandão, está fora... A Cassilda, a filha do Castrioto, não pode... Não sei, meu Deus!

E acentuou estas últimas palavras com grande e lancinante desespero. Os dois ficaram calados. A moça, que estava sentada, tomou a cabeça entre as mãos e as suas unhas longas e aperoladas engastaram-se nos seus cabelos negros. Ricardo estava de pé e aparvalhado.

— Que hei de fazer, meu Deus? — repetiu ela.

Pela primeira vez, ela sentiu que a vida tinha coisas desesperadoras. Possuía a mais forte disposição de salvar seu padrinho; faria sacrifício de tudo, mas era impossível, impossível! Não havia um meio; não havia um caminho. Ele tinha que ir para o posto de suplício, tinha que subir o seu Calvário, sem esperança de ressurreição.

— Talvez seu marido — disse Ricardo.

Pensou um pouco, demorou-se mais no exame do caráter do esposo; mas, em breve, viu bem que o seu egoísmo, a sua ambição e sua ferocidade interesseira não permitiriam que ele desse o mínimo passo.

— Qual, esse...

Ricardo não sabia o que aconselhá-la e olhava sem pensamentos os móveis e a montanha negra e alta que se avistava da sala onde estavam. Queria encontrar um alvitre, um conselho; mas nada!

A moça continuava a cravar os dedos nos seus cabelos negros e a olhar a mesa em que repousavam os seus cotovelos. O silêncio era augusto.

Num dado momento, Ricardo teve uma grande alegria no olhar e disse:

— Se a senhora fosse lá...

Ela levantou a cabeça; os seus olhos se dilataram de espanto e o rosto lhe ficou rígido. Pensou um pouco, um nada, e falou com firmeza:

— Vou.

Ricardo ficou só e sentou-se. Olga foi vestir-se.

Ele então pensou com admiração naquela moça que por simples amizade se dava a tão arriscado sacrifício, que tinha a alma tão ao alcance dela mesma, e a sentiu bem longe deste nosso mundo, deste nosso egoísmo, dessa nossa baixeza e cobriu a sua imagem com um grande olhar de reconhecimento.

Não tardou que ela ficasse pronta e ainda abotoava as luvas, na sala de jantar, quando o marido entrou. Vinha radiante, com os seus grandes bigodes e o seu rosto redondo cheio de satisfação de si mesmo. Nem fez menção de ter visto Ricardo e foi logo direto à mulher:

— Vais sair?

Ela, afogueada pela ânsia desesperada de salvar Quaresma, disse com certa vivacidade:

— Vou.

Armando ficou admirado de vê-la falar daquele modo. Voltou-se um instante para Ricardo, quis interrogá-lo, mas logo, dirigindo-se à mulher, perguntou com autoridade:

— Onde vais?

A mulher não lhe respondeu logo e, por sua vez, o doutor interrogou o trovador:

— Que faz o senhor aqui?

Coração dos Outros não teve ânimo de responder; adivinhava uma cena violenta que ele teria querido evitar, mas Olga adiantou-se:

— Vai acompanhar-me ao Itamarati, para salvar da morte meu padrinho. Já sabe?

O marido pareceu acalmar-se. Acreditou que, com meios suasórios, poderia evitar que a mulher desse passo tão perigoso para os seus interesses e ambições. Falou docemente:

— Fazes mal.

— Por quê? — perguntou ela com calor.

— Vais comprometer-se. Sabes que...

Ela não lhe respondeu logo e mirou-o um instante com os seus grandes olhos cheios de escárnio; mirou-o um, dois minutos; depois, riu-se um pouco e disse:

— É isto! “Eu”, porque “eu”, porque “eu”, é só “eu” para aqui, “eu” para ali... Não pensas noutra coisa... A vida é feita para ti, todos só devem viver para ti... Muito engraçado! De forma que eu (agora digo “eu” também) não tenho direito de me sacrificar, de provar a minha amizade, de ter na minha vida um traço superior? É interessante! Não sou nada, nada! Sou alguma coisa como um móvel, um adorno, não tenho relações, não tenho amizades, não tenho carácter? Ora!...

Ela falava, ora vagarosa e irônica, ora rapidamente e apaixonada; e o marido tinha diante de suas palavras um grande espanto. Ele vivera sempre tão longe dela que não a julgara nunca capaz de tais assomos. Então aquela menina? Então aquele bibelô? Quem lhe teria ensinado tais coisas? Quis desarmá-la com uma ironia e disse risonho:

— Está no teatro?

Ela lhe respondeu logo:

— Se é só no teatro que há grandes coisas, estou.

E acrescentou, com força:

— É o que te digo: vou e vou, porque devo, porque quero, porque é do meu direito.

Apanhou a sombrinha, concertou o véu e saiu solene, firme, alta e nobre. O marido não sabia o que fazer. Ficou assombrado e assombrado e silencioso viu-a sair pela porta fora.

Em breve, estava no palácio da rua Larga. Ricardo não entrou: deixou que a moça o fizesse e foi esperá-la no Campo de Sant’Anna.

Ela subiu. Havia um imenso burburinho, uma agitação de entradas e saídas. Toda a gente queria mostrar-se a Floriano, queria cumprimentá-lo, queria dar mostras de sua dedicação, provar os seus serviços, mostrando-se

coparticipante na sua vitória. Lançavam mão de todos os meios, de todos os planos, de todos os processos. O ditador tão acessível antes, agora se esquivava. Havia quem lhe quisesse beijar as mãos, como ao papa ou a um imperador; e ele já tinha nojo de tanta subserviência. O califa não se sentia sagrado e aborrecia-se.

Olga falou aos contínuos, pedindo ser recebida pelo marechal. Foi inútil. A muito custo conseguiu falar a um secretário ou ajudante de ordens. Quando ela lhe disse a que vinha, a fisionomia terrosa do homem tornou-se de oca e sob as suas pálpebras correu um firme e rápido lampejo de espada:

— Quem, Quaresma? — disse ele. — Um traidor! Um bandido!

Depois, arrependeu-se da veemência, fez com certa delicadeza:

— Não é possível, minha senhora. O marechal não a atenderá.

Ela nem lhe esperou o fim da frase. Ergueu-se orgulhosamente, deu-lhe as costas e teve vergonha de ter ido pedir, de ter descido do seu orgulho e ter enxovalhado a grandeza moral do padrinho com o seu pedido. Com tal gente, era melhor tê-lo deixado morrer só e heroicamente num ilhéu qualquer, mas levando para o túmulo inteiramente intacto o seu orgulho, a sua doçura, a sua personalidade moral, sem a mácula de um empenho que diminuísse a injustiça de sua morte, que de algum modo fizesse crer aos seus algozes que eles tinham direito de matá-lo. Saiu e andou. Olhou o céu, os ares, as árvores de Santa Teresa, e se lembrou que, por estas terras, já tinham errado tribos selvagens, das quais um dos chefes se orgulhava de ter no sangue o sangue de dez mil inimigos. Fora há quatro séculos. Olhou de novo o céu, os ares, as árvores de Santa Teresa, as casas, as igrejas: viu os bondes passarem; uma locomotiva apitou; um carro, puxado por uma linda parelha, atravessou-lhe na frente, quando já a entrar do campo... Tinha havido grande e inúmeras modificações. Que fora aquele parque? Talvez um charco. Tinha havido grandes modificações nos aspectos, na fisionomia da terra, talvez no clima... Esperemos mais, pensou ela; e seguiu serenamente ao encontro de Ricardo Coração dos Outros.

Todos os Santos (Rio de Janeiro),
janeiro-março de 1911

FIM

NUMA E A NINEA

I

O grande debate que provocara na Câmara o projeto de formação de um novo estado na Federação Nacional apaixonou não só a opinião pública, mas também (é extraordinário!) os profissionais da política.

Em torno do projeto, interesses de toda a ordem gravitavam. Um grande número de cargos políticos e administrativos iam ser criados; e, se bem que a passagem do projeto de lei não fosse para já, os chefes, chefetes, subchefes, ajudantes, capatazes políticos se agitavam e pediam, e desejavam, e sonhavam com este e aquele lugar para este ou aquele dos seus apaniguados.

De resto, além desse resultado palpável do projeto, havia nele outro alcance que só os profissionais da política entreviam. Com a criação de um novo estado nasceria naturalmente uma nova bancada da representação nacional no Senado e na Câmara; e o partido dominante, republicano radical, temia não eleger a totalidade dela.

Bastos, o seu poderoso e temido chefe, que detinha o domínio político do país, hesitava em apoiar ou contrariar francamente o projeto; e, a respeito, só tinha frases vagas e gestos de duvidoso sentido. Os seus asseclas, os muitos que lhe obedeciam cegamente, sem a palavra devida, não sabiam o que dizer; e os mais atarantados eram seus jornalistas e parlamentares. Uns apoiavam; outros, combatiam; outros, ainda, ora apoiavam, ora combatiam.

Essa desordem nos arraiais políticos, essa interrupção do trilho guiador, excitava os ânimos dos legisladores, preocupados todos, quer combatessem, quer apoiassem, em agradar o chefe e revelar que haviam descoberto o pensamento oculto de Bastos — porque o Congresso era todo deste, a não ser uma reduzida minoria que, no afã de combatê-lo, ora dizia não, ora dizia sim, conforme supunha que Bastos queria ou não a criação da nova unidade federal.

Deputados houve que cortaram as relações amistosas, tão somente porque, no calor da discussão, um aparte mais veemente um deles proferira, quase sem reflexão.

Dizia-se à boca pequena que o projeto tinha por fim acrescer a representação federal de jeito que, na próxima legislatura, tivesse o Congresso os dois terços necessários para rejeitar o “veto” ao projeto de venda de um dos mais importantes próprios nacionais. Cochichavam que tal influência receberia tanto; que tal outro já havia recebido metade da gratificação prometida; que a esposa de um diplomata também tinha interesse no negócio, além de apontarem outros padrinhos, já conhecidos por todos, como protetores de tais cambalachos.

Ao certo, o que havia em torno da proposição parlamentar, o grosso público não sabia; e que ela podia trazer no bojo tudo o que dizia, era admissível. A imitação do regime político dos Estados Unidos não ficou restrita à Constituição; aos poucos, como consequência ou não, conscientemente ou sem pensamento anterior, a imitação se estendeu aos seus escusos processos de traficâncias em votos e medidas de governo.

A massa da população interessava-se pelo debate, pesava argumentos, sem suspeitar que tanto esforço de inteligência escondesse uma vulgar mascateação ou um arranjo de políticos.

Fosse a importância do assunto ou fossem os interesses subalternos em jogo, o certo é que ocuparam a tribuna os mais mudos deputados e os mais céticos foram ainda encontrar, no fundo deles mesmos, ardor e vigor combativos.

Entre as revelações parlamentares que surgiam no momento, uma causou espanto. Era quase desconhecida da Câmara e completamente do público, a existência do deputado Numa Pompílio de Castro.

Apesar de nome tão auspicioso para o ofício de legislador, os próprios contínuos não lhe guardavam com facilidade nem o nome nem os traços fisionômicos. Durante muito tempo, chamaram-no Nuno; e, nos primeiros meses de seu mandato, frequentemente impediram-lhe a entrada em certas dependências, a menos que o fizesse pela porta por onde penetrara na véspera. Reconhecido e empossado, não deu sinal de si durante o primeiro ano e meio de legislatura. Passou todos esses longos meses a dormir na sua bancada, pouco conversando, enigmático, votando automaticamente com o *leader* e designado pelos informados como “o genro do Cogominho”. Era o deputado ideal; já se sabia de antemão a sua opinião, o seu voto, e a sua presença nas sessões era fatal. Se na passagem de algum projeto anteviam dificuldades na obtenção da maioria, contavam logo com o voto do “genro do Cogominho”.

Ele vota conosco, diziam os cabalistas, a questão é saber que o Bastos quer e o *leader* manda.

A sua colaboração, por esse tempo, para a felicidade nacional, se não foi fecunda, foi das mais tácitas de que se há notícia.

O deputado Pieterzoon, um gordo descendente de holandês, mas cuja malícia não tinha nem o peso do seu corpo nem o da sua raça, disse certa vez:

— O Numa ainda não ouviu a Ninfa; quando o fizer, ai de nós!

O deputado Salvador, que ouviu a frase, indagou:

— Ele é fauno?

O homenzinho tinha visto um quadro — *Ninfas e faunos* — e não havia meio de se separar na sua inteligência uma coisa da outra. Pieterzoon redarguiu:

— Não sei, meu caro, mesmo porque não se está bem certo de que os faunos fossem mudos.

Foi, portanto, com extraordinária surpresa que se viu o deputado Numa tomar a palavra e fazer um discurso valioso. Parecia um milagre ver aquele sujeito tão mudo, tão esquivo, tão aparentemente sem ideias, lidar com as palavras, organizá-las convenientemente, exprimindo-se com bastante lógica.

A sua argumentação foi até das mais perfeitas e eruditas, sem que a erudição perturbasse a concatenação, a seriação lógica da tese a demonstrar. Mostrou que a nossa Federação não atendia às tradições locais de costumes, de língua ou de história; que não foram pequenos países que se uniram por ter um liame comum, mas tão somente um imenso país que se dividiu e procurou com uma mais ampla autonomia local, perfeição administrativa; e, assim sendo, não se compreendia nem o “patriotismo estadual” nem a existência de desmedidos estados, verdadeiros impérios.

Os representantes dos jornais, não contando com tão inesperada revelação, denunciaram o entusiasmo com calorosos elogios publicados nas suas folhas, ao dia seguinte.

Dizia *A Aurora*:

O debate sobre a formação do estado de Guaxupé (projeto 244-A), se outro serviço não prestou, pelo menos teve a vantagem de ter revelado ao país um poderoso orador. O sr. Numa Pompílio, até agora considerado como uma perfeita excrescência parlamentar, produziu ontem um discurso cheio de critério, em que se notam saber, elegância e propriedade de frase.

Na seção competente, *O Intransigente* noticiava:

Ontem, na Câmara, naquele indecente valhacouto de caixeiros de oligarcas abandalhados, houve novidade. O sr. Numa de Castro, que até ao dia de ontem era tido por idiota, revelou-se um orador. É verdade que não pode emparelhar-se com os grandes oradores da Câmara. Faltam-lhe imagens, o seu vocabulário é pobre, a sua construção é rasteira; fala como conversa, quase terra a terra, sem as imagens que tanto tornam notável o sr. Gracimundo Rocha. O seu discurso foi ouvido no maior silêncio e impressionou francamente a Câmara. Ainda bem que isso lhe desculpa um pouco o ser associado à deslavada oligarquia dos Cogominhos.

Um outro jornal, que se tinha por neutro, e aqui e ali encontravam-se nele opiniões bem firmadas, contava a estreia da seguinte forma:

O sr. Numa Cogominho parece ter esperado o momento azado de revelar-se. Até agora, depois de ter entrado para Câmara, os trabalhos parlamentares têm se limitado a discussões corriqueiras de projetos pessoais, de questiúnculas políticas e mesmo do estafado orçamento. A sua cultura histórica e o seu saber sociológico pediam outros pretextos para se revelarem. Ontem, eles foram encontrados na discussão do projeto n. 244. Toda a gente sabe de que cuida esse projeto, mas o que toda a gente não supôs era de que maneira elegante e sábia, ao mesmo tempo, ele podia ser tratado. O sr. Numa fez isso e com muita discrição oratória, poucos tropos, sem guirlandas de frases. É simples a sua maneira de falar, calma e sóbria, sem nada daquilo que os latinos chamavam de asiático. Pode-se dizer dela o que já se disse do estilo Descartes: "*Il n'a que des idées et pas de style visible.*"

Antes que acabasse a semana, as revistas ilustradas — *Os Sucessos* — *A Nota* — *O Mequetrefe* — publicaram o retrato da nova glória parlamentar e a primeira, a sua biografia desenvolvida. A repercussão do triunfo foi tal que, quando, dias após, o dr. Numa atravessou a rua do Ouvidor, trazendo ao lado a mulher, era já uma notabilidade apontada e gloriosa. Aquela gente que a enche, gente habituada a respeitar as glórias retratadas nas revistas ilustradas e gabadas diariamente nos quotidianos, reconheceu-o e olhou-o com o alto respeito que se deve a um grande orador parlamentar.

Numa caminhava acanhado, de cabeça baixa, trôpego um tanto, mas a mulher, d. Edgarda, pisava com segurança, muito naturalmente, e com a fisionomia cheia de alegria contida.

Esforçava-se por não perder o que diziam; e, ao menor comentário feito à glória do marido, procurava de soslaio ver no grupo de quem partia. Os seus

olhos, ao chegar aos cantos das órbitas, fulguravam um instante e rapidamente se punham na posição normal. Se parava para falar a um conhecido, a alegria contida arrebatava em demorados sorrisos e frases meigas, dirigidas às amigas ou aos filhos destas, se as acompanhavam; e nunca o seu longo olhar foi tão longo e tão líquido e nunca brilhou tanto o esmalte de seus dentes na concha nacarada de seus lábios.

Desceram assim os dois lentamente a rua, parando aqui e ali, gozando aos goles o licor inebriante do triunfo. Cumprimentos não faltavam. Numa era detido por este e aquele, mas, dos muitos que o cumprimentaram, um ele apreciou sobremodo. As palavras do Inácio Costa foram-lhe ao imo d'alma. A mulher não as ouvira bem, ficara atendendo outro conhecimento e Costa passara a dizer:

— Meu caro dr. Numa, gostei imensamente do seu discurso. Para mim, achei nas suas palavras um bálsamo tranquilizador e patriótico. Estávamos voltando muito ao carrancismo egoísta dos conselheiros monárquicos. Os princípios republicanos estavam sendo esquecidos. Precisamos sempre reavivá-los. Ao mais digno! — é o meu pensamento.

Este Costa era funcionário público e fora da Escola Militar, donde trouxera umas fórmulas positivistas e uma forte crença nos efeitos milagrosos da palavra república. Havia no seu feitio mental uma grande incapacidade para a crítica, para a comparação, e fazia depender a toda felicidade da população em uma simples modificação na forma de transmissão da chefia do estado. Passara pelos jacobinos florianistas e tinha a intolerância que os caracteriza e a ferocidade política que os celebrizou.

Feroz e intolerante, com o apoio do positivismo autoritário, a sua concepção de governo se consubstanciava na ditadura e daí resvalava para o despotismo militar. Não se dirá que não fosse sincero; ele o era, embora houvesse nos seus intuitos, alguma mescla de interesse de melhoria na sua situação burocrática.

Julgava-se com a certeza; e, firmado na ciência, pois tirava toda a sua argumentação do positivismo, todo ele baseado na ciência e consequência dela, principalmente da matemática, condenava os adversários à fogueira.

Escusado é dizer que pouco sabia de matemática e falava por fé. Era um crente que tinha a revelação da certeza política.

Numa prezou muito sua opinião por dois motivos: Costa escrevia nos jornais e era ouvido com atenção pelo poderoso chefe Bastos.

Esta última razão era por demais ponderável, porque Bastos tinha o mesmo feitio mental de Costa; e julgava imprescindível a manutenção da República, necessária à integração do Brasil no régimen político da América. Não se atina bem por que seja isso necessário, pois é perfeitamente sabido que, antes de nós, os argentinos, nos quais essa espécie de gente encontra modelo, quiseram implantar a forma monárquica.

Costa e Bastos eram crentes, fanáticos com a mania de catequese de qualquer jeito, e não discutiam a sua fé.

Numa viu nas palavras de Costa a aprovação do grande chefe — o que consolidava o discreto elogio que este último lhe fizera:

— Sr. Numa, o senhor é um republicano!...

Numa Pompílio de Castro, a recente glória da tribuna política nacional, cuja biografia ocupou quatro páginas da *Os Sucessos*, não tinha história nem interessante nem longa. Filho de um pequeno empregado de um hospital do Norte, fizera-se bacharel em Direito, à custa das maiores privações. Logo menino, não lhe solicitaram os lados extraordinários da vida. Embora humilde, não foram as cumeadas da vida que ele viu. Viu a formatura, o doutorado, isto é, ser um dos brâmanes privilegiados, dominando sem grande luta e provas de valor, pois, com ele, afastava uma grande parte dos concorrentes.

O filho do escrivão, desprezado pelos doutores, percebeu logo que era preciso ser doutor fosse como fosse.

Arranjou daqui e dali os preparatórios e, durante o curso, levou a mais miserável vida que se pode imaginar. Alimentava-se dias inteiros de café e pão, dormia em cima de jornais, mas não deixava jamais de ir às aulas, de sentar-se ao banco da música, de fazer perguntas ao lente e prestar exames.

De quando em quando, arranjava um emprego efêmero, lições, e munia-se de roupa. Formou-se aos vinte e quatro anos, tendo vivido desde os dezessete sobre si.

Parecia que uma energia dessas se devesse empregar em altos intuitos; há aí, porém, uma questão de ponto de vista. No seu entender, o máximo de escopo de vida era formar-se, e formou-se com grande esforço e tenacidade.

Não que houvesse nele um alto amor ao saber, uma alta estima às matérias que estudava e das quais fazia exame. Odiava-as até. Todas aquelas complicações de direitos e outras disciplinas pareciam-lhe vazias de sentido, sem substância, puras aparências e mesmo sem grande utilidade e significação, a não ser a de constituírem barreiras e obstáculos, destinados à seleção dos homens.

O jovem Numa não separava o conceito das disciplinas dos da formatura; Economia Política, Direito Romano, Finanças e Medicina Legal não respondiam a certas necessidades da comunhão humana; e, se tais matérias foram criadas, descobertas ou inventadas, o foram tão somente para fabricar bacharéis em Direito. Com as outras carreiras, acontecia o mesmo.

Tal ideia pautava e regia o seu curso. Instantes depois de acabado o exame Pompílio esquecia a disciplina.

Demais, pode dizer-se que nunca vira um livro. Todo o seu curso fora feito estudando em apostilas, cadernos e pontos, organizados por outrem. Decorava aqueles períodos mastigados, triturados, e os repetia palavra por palavra ao lente. Prevenia-se para a prova, imaginando as perguntas do professor, e organizava as respostas, citando autoridades de vários países.

Foi sempre dos primeiros estudantes e, se não foi o primeiro ao fim do curso, deveu a nota baixa que tirou em Medicina Legal. Vale a pena contar o caso. O lente perguntou-lhe:

— Qual a quantidade de arsênico que pode ser encontrada nas glândulas tiroídeas?

Respondeu logo:

— Dezessete gramas.

Houve um grande espanto por parte do examinador e o estudante surpreendeu-se com o espanto do lente.

Não fora a sua ignorância que o fizera dizer semelhante dislate; foram os cadernos. O primeiro estudante escrevera certo; o copista que se seguira atrapalhara-se na vírgula dos décimos e, de copista em copista, de erro em erro, a apostila levava Numa a repetir tão imensa tolice nas bochechas dos seus sábios professores.

O seu rival no curso aproveitou a descaída e tirou o prêmio. Foi a única amargura de sua vida. Nascido pobremente, tendo passado toda espécie de privações e necessidades, nada o fazia sofrer profundamente. Logo que se viu formado, partiu para a sua terra natal e lá andou um ano inteiro a receber homenagens, sempre estranhando que alguns de seus companheiros de colégio não o chamassem por doutor.

Vendo que nada obtinha, deixou os penates paternos e veio em busca da fortuna. Em breve tempo, graças a sua insistência junto a um dos potentados da República, Numa foi despachado promotor de uma comarca de estado longínquo. Aos poucos, com aquele seu faro de adivinhar onde estava o vencedor — qualidade que lhe vinha não de uma sagacidade natural e própria,

mas de uma ausência total de emoção, de imaginação e orgulho inteligente —, foi subindo até juiz de direito.

Durante toda a sua passagem pela magistratura, Numa adquirira fama de talento. Fundava jornais onde escrevia panegíricos aos chefes, organizava bandas de música e animava representações teatrais em pequenos teatros de fortuna.

Não representava, mas ensaiava esse pequeno repertório da roça, velhas comédias que têm o único propósito de fazer rir, e aos poucos as grandes cidades as banem e vão refugiar-se no interior — *Os trinta botões, A senhora está dormindo, O bilontra*.

Aos atores improvisados ensinava a entonação, a gesticulação, marcava a peça melhor que o próprio autor.

Fazendo de sua vara de juiz alfanje de emir, obediente aos desígnios de Neves Cogominho, não estranharam que, eleito este presidente do estado, Numa fosse feito chefe de polícia.

O novo presidente vivera sempre afastado do estado, desde a proclamação da República. Sucessivamente deputado e senador, deixava-se ficar nas margens da Guanabara dominando o feudo por intermédio de delegados e prepostos.

Não conhecia bem Numa, embora o tivesse recomendado para obter a primeira nomeação; e o aceitou como chefe de polícia para satisfazer os chefes locais.

Cogominho bem sabia que esse seu afastamento do estado não era bem visto pelos semirrebeldes do seu domínio. Uma vez ou outra, acusavam-no pelas rubras folhas oposicionistas de ter um imenso desprezo pelo torrão natal e só lembrar-se dele para obter vantagens políticas.

No intuito de calar esse murmúrio, Cogominho fez-se eleger governador, embora fosse grande a diferença de subsídio entre aquele cargo e o de senador; e foi para Itaoca, a capital.

Não foi só; e, para mais completamente demonstrar o seu amor à terra natal, levou para o estado toda a família. Deixou o filho que andava pelos estudos no Rio de Janeiro e instalou-se no palácio com a filha, uma velha tia e os fâmulos de confiança que levava. Era viúvo desde muito, e a chegada da família ducal muito alegrou os itaoquenses. As festas foram as mesmas com que se recebiam ali os governadores, a alegria foi a mesma, os discursos foram os mesmos, as boas-vindas as mesmas e a dúvida de sua estabilidade no domínio de Sepotuba foi a mesma no ânimo de Cogominho.

Numa esforçara-se muito para provar ao grande sepotubense o seu talento e a sua dedicação. Discursara ao desembarque, ao jantar, e notou com especial agrado que a filha de Cogominho não era de todo indiferente à sua oratória.

De indústria, o juiz se mantivera até então solteiro. Esperava, com rara segurança de coração, que o casamento lhe desse o definitivo empurrão na vida. Aproveitara sempre seu estado civil para encarrear-se. Ora ameaçava casar com a filha de fulano e obtinha isto; ora deixava transparecer que gostava da filha de beltrano e conseguia aquilo; e se estava chefe de polícia, devia ao fato de ter julgado o coronel Flores, poderosa influência do município de Catimbau, que Numa pretendia casar-se com a filha dele.

A presença da menina Cogominho fê-lo pensar mais alto e relembrar as suas desmedidas ambições casamenteiras. Não que ele fosse belo e galanteador, mas perfeitamente sabia que essas coisas não são indispensáveis para um bom casamento, desde que o noivo não viesse a fazer má figura no eirado dos diplomatas e outras pessoas exigentes da representação interna e externa do Brasil.

Com toda a firmeza, com aquela firmeza que empregou para formar-se, Numa tratou de casar-se com a filha de Cogominho e não viu diante dele obstáculo algum, como aquele não vira quando tratou de casar-se com a filha do capitalista Gomes.

Edgarda era ainda bem moça, mas já tinha passado dos vinte anos e viera para Itaoca cheia de uma curiosidade constrangida. Nascida e criada no Rio, tendo vivido sempre nas rodas senatoriais e burguesas, tinha ilusões de nobreza. Acompanhava o pai com certa repugnância; ao mesmo tempo, porém, era atraída pela existência “dessas cidades” que não são o Rio. Encontrava no bacharel quem lhe informasse sobre a vida do estado, a sua história, a sua indústria, as suas cidades; e as pedia com o espírito de uma marquesa ao intendente dos seus domínios.

Esta concepção de nobreza lhe viera da educação das irmãs de caridade e a defeituosa instrução que recebera e não pudera ajudar à sua real inteligência a corrigi-la.

Não metera em linha de conta que nobreza supõe domínio efetivo e perpetuidade na família desse domínio, garantida por privilégios, soberania, tradições de raça e sangue; e a ilusão que as irmãs lhe instilaram no espírito aos dezesseis anos ficou-lhe sempre no subconsciente.

Como castelã, sonhara sempre casamentos excepcionais; e, a todos que lhe insinuavam, certos rejeitava por prosaicos; e outros, por serem

desproporcionados. Talvez se iludisse a si mesma; talvez já tivesse achado um que era do seu amor, mas não era de sua prudência. A castelã mais uma vez se fizera burguesinha...

Nunca supôs que aquele bacharel esguio, amarelado, cabelos duros, com um grande queixo, vestido com apuro exagerado de provinciano, premeditasse casar-se com ela; mas o ócio provinciano, a falta de galanteadores passáveis, a vontade de matar o tédio, fizeram-na esquecer a artificial representação que tinha de si mesma e aceitou as homenagens do chefe de polícia de seu pai.

O governador via com bons olhos a aproximação dos dois e pareceu-lhe que o casamento de ambos seria útil à sua política.

Conhecendo a fama do rapaz no estado, a sua influência, o seu atrevimento, o seu despudor em fazer do seu cargo judicial instrumento das ambições políticas do partido e de opressão para os adversários, Cogominho percebeu bem que era melhor tê-lo por aliado, antes que se unisse a Flores, quase sempre disposto a não lhe obedecer totalmente.

Era bom separar um do outro para que ambos mais tarde não lhe dessem que fazer e mesmo o “tombo”. A desfaçatez judiciária de Numa dava medida do que ele seria capaz de fazer quando o solicitassem grandes ambições e tivesse o apoio familiar de Flores.

O processo da “Boa Vista” indicava bem a alma do seu chefe de polícia. Flores, o coronel, por uma questão de gado, invadiu certa vez a estância do rival, matando-lhe filhas, filhos e criados e deixando que a horda que o acompanhava saqueasse casas, moinhos, currais e estrebaria. Até portas trouxeram.

Devido à celeuma que o caso levantou no Rio, houve processo, e Numa, apesar das testemunhas, apesar de todas as provas, despronunciou Flores e seus sequazes.

Como esta, eram muitas as causas em que o juiz se fizera criatura do caudilho, e seu casamento com a filha deste dar-lhe-ia uma força extraordinária na política do estado. O braço juntar-se-ia à cabeça...

Pouco depois de eleito deputado estadual, Numa Pompílio de Castro casara-se com a filha de Neves Cogominho sem surpresa para ninguém, nem mesmo para Flores, que apadrinhara o antigo chefe de polícia.

Quando se fizeram as eleições federais, o genro do presidente foi feito deputado federal e, como tal, partiu para o Rio, apressado em tomar assento na Câmara Federal.

Tinha poucas relações, e o seu desembarque não foi concorrido como era o do seu sogro. Contudo, alguns conhecimentos da mulher vieram, entre os quais um primo de que ele tinha notícia como extravagante de marca. Numa, então, conheceu-o; tratou-o com a polida severidade de suas virtudes judiciárias e admirou-se da satisfação com que sua mulher o acolheu e do olhar doce e curioso com que o cobriu todo.

Neves Cogominho ficou em Itaoca acabando o mandato de presidente; e, durante o primeiro ano, o genro foi fazendo com cautela a sua iniciação de deputado e de bacharel bem casado. Não faltava às sessões, conversava pouco, não adiantava opiniões e guardava de cor as de Bastos, a cuja casa não deixava de ir em obediência às recomendações do sogro.

Não se demorava na rua, mas pouco conversava com a mulher; mas dava os passeios e fazia as visitas de circunstância.

A vida de ambos era, entretanto, plácida como a de um velho casal.

A mulher lia, lia muito, e ele, a princípio, admirou-se muito com aquela leitura.

Para quê? Não sabia bem que prazer pudesse ela encontrar nos livros com os quais só lidou por obrigação... Nada disse, no entanto; ambos se entenderam e ele mesmo, as mais das vezes, se prontificou a trazer este ou aquele volume.

Os observadores que o viam entrar nas livrarias, adquirir livros e revistas, começaram a estimá-lo como estudioso e homem de bom gosto. No fim de poucos meses, era conhecido dos caixeiros, e o deputado Numa Pompílio de Castro continuava a ser obscuro, os diários não falavam nele, e, quando mesmo aparecia nas festas as seções mundanas dos jornais, não lhe davam o nome.

A mulher em que o casamento já começava a pesar aborrecia-se com essa obscuridade. Não o amara, não o supunha inteligente, mas havia não sei que de organizado nele, de médio, de segurança de processo, que esperou sempre que a política o fizesse pelo menos conhecido; mas, assim, não o queria, e o seu enlace era um desastre sem desculpa aos seus olhos.

Esperava-o na Câmara bulhento, discutindo, e ele vivia calado; esperava-o atacado pelos jornais da oposição e eles não diziam nada; esperava-o conhecido de todos e ninguém o conhecia, até mesmo as suas amigas. Ainda há dias, a Hortênsia não lhe tinha perguntado: “Edgarda, teu marido é deputado?” Precisava animá-lo; fazia-se mister isso.

De volta do enterro de uma parenta, a mulher de Numa vinha satisfeita. Nem sempre isso acontece, mas muitas vezes se dá, apesar de nós. Não se

colhem bem os motivos, as razões profundas de se ter passado de uma emoção à contrária, o certo é que se tem como que um alívio n'alma, a impressão de que se diminuíram os nossos pecados; ficamos melhor diante de nós mesmos, mais de acordo com Deus e com o Mistério.

Ficara Edgarda até ao saimento, voltara e jantara muito contente com o marido e o primo Benevenuto, que raras vezes os visitava. A tarde passaram excepcionalmente comunicativos; e, muito ternos, marido e mulher, recolheram-se à hora do costume.

O dia amanheceu lindo, transparente, tranquilo; e os galos se esqueceram das horas e foram cantando pela manhã em fora. As alturas destacavam-se na tela fina do azul infinito; o Corcovado curvava-se curioso sobre a casa em que habitavam e as janelas tiveram pressa em se abrir.

Numa conservava os seus hábitos de estudante. Erguia-se da cama cedo, tomava banho e cedo procurava o café e os jornais. A mulher, que se demorava mais no leito, naquele dia acompanhara o marido. Ela ainda tomava o café quando o esposo lia os jornais.

O deputado buscava imediatamente o que, nas folhas, se dizia dos debates, os comentários, os artigos de fundo; e, ao ler um dos jornais, não pôde deixar de dizer à mulher:

— Que elogio ao Caldas!

— Que Caldas? O Eduardo?

— Sim.

— E que fez ele?

— Um discurso ontem.

A mulher serviu-se novamente de café, açucarou-o bem, arrepanhou o roupão que lhe ia deixando muito à mostra o peito rosado e disse:

— Você por que não faz um, também?

Sem deixar o jornal, Numa atendeu, sacudindo os ombros:

— Ora!

Edgarda, depois de levar a xícara aos seus lábios, sorver um gole e descansá-la, observou:

— É preciso aparecer, Numa!

Com preguiça e mansidão, o marido objetou:

— Para quê, Edgarda? Para quê? Há lá tanta gente inteligente que não preciso incomodar-me.

— Eu — fez ela —, se estivesse no caso de você, por isso mesmo é que me incomodava. Você tem vergonha?

— Não, ao contrário; sou até desembaraçado, mas... mas... preciso estudar.

— Pois então estude! Que dificuldade há? Você por que não experimenta? Não se discute a tal questão do novo estado?

— Discute-se.

— Por que você não fala?

— É... É... Mas...

— Precisa estudar, não é?

— É.

— Eu ajudo.

— Como? Você sabe?

— Não. Vejo os livros, pergunto a papai; você indica outros, tomo notas e depois você as redige. Lê alguns discursos e o resto se arranja.

— Não vá sair a coisa com algumas inconveniências.

— Qual! Passo a limpo e você leva a papai, para ver o que há.

A peça oratória foi assim composta; e, na redação final, Numa ficou muito contente com a habilidade da mulher. Encontrou muitas modificações felizes, muita frase bonita, e, cheio de uma intensa alegria, perguntou:

— Você já escreve há muito tempo, Edgarda?

— Não, nunca escrevi. Por quê? — respondeu a mulher com algum estremecimento na voz.

— Por quê?... Porque tem muita coisa que você escreveu melhor do que eu.

— Pois você pode ficar certo de uma coisa: escrevi o que está no teu rascunho, modificando uma ou outra coisa, naturalmente.

Obtida a aprovação do sogro, Numa estudou o discurso como se fosse um papel de teatro. Não era sem antecedentes o processo; e ele o soube empregar magnificamente, pois a Câmara admirou-o e o seu sucesso foi grande e notado em toda a cidade.

Quando terminou, recebendo abraços, ouvindo aqui e acolá comentários, a sua lembrança ia para a casa paterna, lá no seu estado longínquo; e agora, passada a emoção da estreia, colecionando parabéns e olhares admirativos, naquela rua que sagra as celebridades nacionais, as recordações lhe voltavam mais vivas e mais cheias de ternura.

Recordou-se bem da casa de seu pai, das suas dificuldades, das suas ânsias e sobressaltos para se prevenir contra os chefes políticos que lhe queriam sempre arrebatá-lo o emprego. Subia um partido, descia outro; os Castriotos

reconciliavam-se com os Cíceros; os Cíceros deixavam os Castriotos e iam para os Coimbras; e sempre seu pai tinha que adivinhar essas marchas e contramarchas, essas reconciliações e separações, para manter o seu emprego, sem poder abster-se, obrigado a tomar partido para a sua própria segurança.

Lembrava-se bem da casa, baixa, caiada, meio de telha-vã, meio forrada, com um largo quintal, tendo, aqui e ali, uma árvore, um cajueiro e os urubus teimosos misturados com as aves domésticas. E agora? Habitava um palácio, no meio da abundância, ao lado de uma linda mulher bem educada, aonde iria?... Muito pode a formatura! Se ele não se fizesse doutor, que seria?... Bem lhe pareceu desde menino que a carta era a chave da riqueza, uma chave mágica a abrir todas as fechaduras da vida, suavemente, docemente, rapidamente, sem o mais tênue ruído. Uma gazua...

Tinha saber? Não sabia. Tinha talento? Não sabia. Que é que sabia ao certo? É que era formado. Examinou toda a sua vida de juiz e suas claudicações lhe vieram com afiada nitidez. Devia ter procedido de outra forma? Devia; mas que lhe adiantava? Ficar lá pelo interior a vegetar em lugarejos. O que ele sentia bem, o que lhe tocava, o que penetrava nele, não eram as faltas no cumprimento dos seus deveres; era a sensação de que estava em uma grande cidade, que tinha uma casa, que o dia de amanhã estava garantido e para viver não precisava esforçar-se. De resto, discursando hoje, falando amanhã, a ascensão era certa; e ele que quisera algum tinha muito; e ele que não ambicionara a celebridade era célebre; e ele que não procurara os livros, os livros o elevavam.

Olhou um pouco a mulher, e alguém, quando passavam, disse perceptivelmente: o triunfo é dele, mas a glória é dela.

Edgarda, distraída da multidão, olhando aqui e ali sem ver, continuava a caminhar com segurança e com grande alegria em todo o rosto. Em breve estavam na saleta pretensiosa, onde é de bom gosto tomar chá. Era um luxo novo da cidade, um luxo bem nosso, barato e cauteloso.

Lá, após o passeio, encontravam conhecidos, e, como sempre, achavam-se já sentados a uma das mesas catitas, Mme. Forfaible, esposa do general do mesmo nome, acompanhada de uma amiga, e o primo Benevenuto.

— Não sabe — foi logo dizendo este último — como me agradou o seu discurso. Há muito pensamento nele, muito estudo...

O deputado sorriu convencido e respondeu:

— Muito obrigado! Muito obrigado!

Mme. Forfaible concluiu:

— O doutor deve levar em muita conta a opinião do dr. Benevenuto. Ela é desinteressada, perfeitamente desinteressada... Não é de oficial do mesmo ofício...

— Sei bem, minha senhora. Sei bem.

A Numa seguiu-se Edgarda:

— Como vai o general, Anita?

— O general? Vai bem, vai bem.

Benevenuto indagou então:

— Não foi para o Supremo?

— Qual! — acudiu a mulher. — Qual! Eu não dizia até agora que a coisa pior deste mundo é o oficial do mesmo ofício? Pois bem: meu marido é um dos generais mais ilustrados e de mais serviços no Exército. Até hoje, até hoje, ainda não o fizeram marechal nem ministro do Supremo Tribunal. É isto! Entretanto nomearam o Castelo, que escreve corneta com “qu”.

— Minha senhora, posso garantir-lhe que me interessei muito...

— Olhe Anita — disse Edgarda —, não havia dia em que não lembrasse a Numa, que não deixasse de recomendar teu marido a papai.

— Eu sei bem — disse Mme. Forfaible — que a culpa não é dos civis. É dos colegas, doutor; é dos colegas... Bem fez o dr. Benevenuto, que não quis ser nada.

— Não sou eu quem não quer, minha senhora; são os obstáculos. A minha vocação não é para esse *steeple-chase* de pistolões, choradeiras, casamentos, intrigas, abdicações, pedidos, mofinas... Para isso, há uma raça especial... Eu...

Numa interveio:

— É mesmo um tormento! E as injustiças? Já no meu curso, não me deram a medalha. Mas tenho trabalhado para subir. Esta sabe bem.

A mulher foi ao encontro do marido, dizendo angelicamente:

— A questão é esperar. Paciência... Não é só um caminho que leva a Roma.

— O doutor — disse então Benevenuto — pode gabar-se de ter muita paciência. As injustiças não lhe fazem moça.

— Já estou habituado com elas.

— É uma grande vantagem na nossa vida — continuou o primo. — Sem esse hábito, não se ia para diante... Eu sei que, às vezes, a gente se revolta...

— Eu! — exclamou Numa — Eu! Não me revolto nunca. Trabalho, trabalho e consigo.

A amiguinha de Mme. Forfaible falou por aí, timidamente:

— Quem tem talento, como o doutor, consegue tudo.

— Não é tanto assim, menina! — fez Mme. Forfaible, com alguma irritação. O talento serve muito, não há dúvida; mas é para ajudar os outros.

Calaram-se e puseram-se a tomar o chá que esfriava nas xícaras.

II

O ar estava translúcido e fino. A manhã ia adiantada mas tinha um pouco do encanto das primeiras horas. Botafogo é, dos lugares do Rio de Janeiro, aquele em que mais agradável é o amanhecer. A proximidade do mar e a vizinhança das altas montanhas cobertas de vegetação, quando o sol é meigo, aí pelas primeiras horas do dia, casam-se, unem-se, fundem-se sob a luz macia e o céu azul, de tal forma que o encanto da manhã é inesquecível. Esquecemo-nos da áspera e violenta atmosfera das outras horas e mesmo de certas manhãs; deixamo-nos envolver de tênue e carinhosa gaze azulada do momento, totalmente, inteiramente, corpo e alma, ideias e sonhos, como se nos preparássemos para suportar os outros bravios instantes do dia.

Naquele dia amanhecera soberbo e quem andasse pelo arrabalde, pouco notaria as pretensiosas fachadas das casas, os gradis pelintras dos jardins, o movimento da criadagem, dos banhistas, para só aspirar o ar, aspirar e vê-lo, e também as flores daqueles prudentes jardins minúsculos que bem medem a nossa riqueza, a nossa magnificência e o nosso luxo.

As palmeiras farfalhavam suavemente na rua Paissandu, levando o mar para a montanha e trazendo a montanha para o mar; as árvores estremeciam na atmosfera e todos pareciam contentes. Os criados tagarelavam em grupos, cestos ao braço, mais animados para o árduo serviço; os caixeiros olhavam as cozinheiras com a ternura da manhã; os colegiais caminhavam brincando para as escolas; as patroas não tinham no rosto o enfado necessário do matrimônio, e os maridos, de volta do banho de mar, tiritavam alegres, sorridentes, esperançados nos seus negócios. A jocundidade da manhã porejava nas pessoas e nas coisas.

O diretor do *Diário Mercantil*, muito interessado no negócio da venda da Estrada de Ferro de Mato Grosso, tinha resolvido procurar Numa Pompílio, naquela manhã. Demandava a casa do deputado, sem notar a inocência e a bondade do momento e da paisagem, preocupado com a transação, desprezando as árvores, o ar, as montanhas, as flores e a gente.

Fuas Bandeira era português de nascimento e desde muito se achava no Brasil, metido em coisas de jornal. Homem inteligente, não era nem ignorante nem instruído. Tinha a instrução e a inteligência de homem de comércio e pusera na sua atividade jornalística o seu espírito e educação comerciais. Escrevia, mas escrevia como um guarda-livros hábil. A influência da “correspondência” sentia-se bem na sua redação econômica de pontos, períodos longos, procurando dizer tudo sem suspender a pena.

Emigrado de Portugal, por motivos suspeitos, tendo recebido unicamente os princípios de educação secundária, Fuas foi durante muito tempo um furavidas sem felicidade. Sucessivamente guarda-livros, gerente de frontões, professor de montar em velocípedes de que era alugador, editor de pequenas revistas, concessionário de patentes que escondiam jogos de azar, um belo dia a magnanimidade de um patrício fê-lo empregado da gerência do *Diário*, mais tarde gerente, e, quando o proprietário foi à Europa, deu-lhe procuração em causa própria para tratar dos negócios da empresa; e Fuas se serviu do instrumento para se apossar dos cabedais do protetor, não só dos que giravam na empresa, como dos particulares que ele soube, com a mais requintada má-fé e com a ousadia de ladrão profissional, arrancar à inexperiência de uma velha parenta do seu benfeitor e amigo, sob cuja guarda estavam.

Voltando precipitadamente o proprietário que fora prevenido do desvio dos seus bens, levado a efeito pelo seu procurador infiel, reclamou imediatamente a restituição dos haveres, sob pena de queixar-se à polícia. Fuas foi ter com o chefe de Estado que ordenou ao Tesouro fornecer-lhe os fundos necessários. Daí em diante, a sua fortuna estava feita e os seus processos de foliculário firmemente estabelecidos. Nunca mais lhe faltou dinheiro, e muito sempre obteve, por este ou por aquele meio escuso e cínico. Apesar disto, a sua folha sempre andava em concordatas, devendo ao pessoal; o que, a todos, causava admiração, pois Fuas, ao que diziam, tinha, até aí, recebido de vários governos do Brasil cerca de três mil contos. Não é de espantar, quando se considera que só da vez em que se viu atrapalhado com o antigo proprietário do *Diário*, ele conseguiu em dias, graças às ordens do presidente da República, obter quase mil e quinhentos contos. Todo esse dinheiro que ele “cavava”, empregava-o em aparentar largueza, peitar disfarçadamente os influentes e mais depressa perdia cinquenta contos no jogo do que pagava, dos três em atraso, um mês à reportagem. Era preciso não perder a linha...

Encarava todo o debate jornalístico como objeto de comércio ou indústria e estendera esse critério aos casos políticos, às pretensões de qualquer

natureza. Dizia-o mesmo francamente e francamente agia, embora quando acusado publicamente, se defendesse indignado.

Fazia uma vida brilhante: gastava, jogava, presenteava, mas a sua generosidade era sempre interesseira. Ele a tinha com os poderosos da indústria, do comércio, da política e dos negócios; e, nos apertos, não sacrificava um centil de suas despesas, para atender ao pagamento dos salários dos seus próprios criados.

A sua venalidade provinha de um ceticismo inconsciente quanto ao valor da política, da ação do governo, mas o curioso é que esse ceticismo só ele o tinha quanto ao Brasil. No que toca à sua pátria de origem, era crente e desinteressado, esperando resultados fecundos dos atos acertados do governo.

Seguia-lhe a política, advogava este ou aquele partido, gabava tal ou qual personagem sem remuneração alguma e até com prejuízo. Fazia entre nós sistematicamente a indústria do jornal e não havia empreendimento ou obra, por mais útil que fosse, representando emprego de capitais avultados e lucro para os empreiteiros, de que não procurasse tirar seu quinhão.

Não acumulava dinheiro, talvez não sentisse vontade de voltar à terra de origem e tinha o Brasil na conta de mina inesgotável que, para dar-lhe lucro, precisava estar-lhe à testa.

Conhecia todos os poderosos, os que se faziam de poderosos, os que se iam fazendo e prometiam sê-lo, e a nenhum se acanhava de pedir isto ou aquilo. À proporção que subiam, subiam os seus pedidos; e, dessa forma, quando no fastígio podia pedir-lhes o que quisesse.

Lendo os jornais, fumando teimosamente, sem sentir a olente fragrância dos jasmims e a rua pitoresca, Fuas chegou à residência do parlamentar.

A casa do deputado Numa Pompílio ficava pelas bandas do Humaitá, por aqueles lados de Botafogo onde Darwin morou e ao anoitecer, punha-se a ouvir embevecido o hino que a Natureza, por intermédio das rãs humildes, entoava às estrelas distantes. Era um casarão comum, sem movimento, quer na fachada, quer na massa toda do edifício. Muito simplesmente um paralelepípedo, com largas aberturas de portas e janelas, tinha um só pavimento, mas o porão era tão alto que bem se podia contar como outro.

Vasto de fato era, e as seis janelas da frente e a situação ao centro do jardim, mais amplo que os comuns, com as velhas fruteiras nodosas, corrigiam de algum modo a indigência de sua arquitetura. Tinha uma certa imponência; e, demais, com o fundo para a escarpa verde-negra dos contrafortes do Corcovado, o casarão ressaltava, saía, adquiria certa distinção solarenga entre as

jovens e acanhadas edificações dos arredores. Não era novo; pertencera aos avós da mulher de Numa e fora edificado aí pelos meados do século passado.

O velho Gomes (assim fora conhecido o avô de Edgarda) era português de origem humilde, traficara, enriquecera e se fizera, com os anos, uma potência comercial a cidade. Quando edificou aquele casarão, ainda era roça Botafogo e o fizera amplo e franco como uma casa de campo. Viveu muito e enterrou quase todos os descendentes, exceto a filha, que se casou com o dr. Neves Cogominho.

O genro, graças à previdência do velho negociante, não pudera desbaratar os haveres da mulher; ele mesmo não precisava disso. Médico, novamente formado, só necessitava de representação para ganhar fortuna na clínica; não teve tempo, porém, de o fazer, porque, antes de cinco anos de casado, proclamara-se a República e a política ofereceu-lhe campo mais vasto e menos trabalhoso para a vida abundante.

Lembrou-se de que era republicano, e seu tio, o coronel Fortuna, amigo íntimo de Deodoro, tomou conta do seu estado natal e ele foi feito deputado enquanto os seus primos, concunhados, sobrinhos, aderentes e afins ocuparam outros cargos no estado, implantaram nele o domínio dos Cogominhos de que ele se fez chefe por morte do venerando Fortuna.

A mulher não lhe viu a ascensão na política; morrera pouco depois de proclamada a República, deixando-lhe uma filha de dois ou três anos, que foi criada por uma velha tia do pai.

Cogominho não abandonou o casarão de Botafogo e só o deixou de habitar continuamente quando casou a filha. Assim mesmo tinha nele aposentados, mas dera para ficar em Petrópolis, onde antigamente costumava passar só três ou quatro meses.

Seu genro, em começo, custou muito habituar-se à velha casa. Achava-se deslocado, julgava-a grande em demasia; era como se tivesse vestido a roupa de um gigante. Aquelas amplas salas, grandes quartos e longos corredores, quase sem habitantes, só com móveis, as mais das vezes fechados, pareciam-lhe povoado de duendes. Habitado às pequenas casas, órfãs de trastes e outros adereços, Numa esforçava-se por entrar na significação e necessidade daqueles consolos reposteiros e divãs. Achava os sofás estufados baixos demais e as cadeiras frágeis; o que o aborrecia muito era a falta de escarradeiras.

O cunhado estava na Europa e grande parte da casa vivia fechada, só vindo a conhecer algumas dependências quando a velha tia de Cogominho, d. Romana, voltou de Sepotuba. A velha fazia abrir, varrer e espanar tudo aquilo

diariamente e movia-se dentro do casarão com a liberdade de quem conheceu daqueles como centro de léguas quadradas de uma fazenda.

Era de supor que Numa esperasse por tudo isso, mas não pedia tanto a sua ambição de posição e dinheiro. Nela, não havia necessidade interna de grandeza, de luxo, de comodidade, de magnificência; havia tão somente preguiça, preguiça física, preguiça mental, vontade de ficar a coberto dos vaivens da sorte, das “rebordosas”, o pavor nacional do dia de amanhã. Ficou estranho à casa, às alfaias e continuou com os seus hábitos medíocres.

Após o café e a leitura dos jornais, viera o deputado até à sala de visitas espairecer um pouco. Vinha ver pelas janelas a rua que lhe ficava em frente da casa. Antes de espiar o movimento matinal do bairro, quis o acaso que examinasse um pouco os adornos da sala. Aí, parou um pouco, convidado por esse ou aquele móvel. Julgou uns antipáticos, gostou dos antigos, pesados e amplos; examinou *bibelots* e demorou-se a considerar uma estatueta de bronze. Sentada em êxedra, de mármore, uma mulher tinha os braços abertos sobre os ramos da cadeira. O busto estava nu, a parte inferior coberta, e, aos pés, uma coroa de louros. Viu-lhe o olhar perscrutador, a expressão do rosto de serena imaterialidade, a atitude geral de suspensão. Olhou-a ainda demoradamente e descobriu qualquer coisa naquele pedaço de bronze que até ali não tinha sentido nunca. Afastou-se um pouco, examinou um *biscuit*, um outro bronze; mas, sempre aquela mulher em expectativa, à espera não sei de que atraía o seu exame.

Teve medo de apanhá-la; afinal o fez. Leu alguma coisa na base; não decifrou bem ou não teve confiança na leitura. Apesar da manhã muito clara, devido às cortinas, a luz entrava escassamente e a sala estava em uma meia penumbra. Trouxe-a bem junto à janela e leu claramente: *Histoire* — História!

Numa não precisou bem a relação entre a estatueta e a legenda, mas ainda assim olhou o bronze, o modo natural de seus braços abertos, a sua serenidade total, quando lhe avisaram de que havia uma pessoa que queria falar-lhe. Leu o cartão e mandou que fizessem entrar para a saleta o sr. Fuas Bandeira, diretor do *Diário Mercantil*.

Apurou melhor a *toilette* matinal e foi ao encontro do jornalista, depois de ter ao acaso lançado o olhar sobre o retrato do avô de sua mulher, enquadrado em uma grande moldura dourada.

Fuas Bandeira desculpou-se preliminarmente por ter vindo incomodá-lo tão cedo e expôs com franqueza o objeto de sua visita. A rejeição do “veto”

oposto ao projeto de venda da estrada do Mato Grosso devia ser posta em ordem do dia e Fuas esperava que Numa votasse pela rejeição.

O legislador afastou da lembrança a figura da estatueta e respondeu:

— Qual é a opinião de Bastos?

— A mim, meu caro doutor, ele já me disse que não tinha opinião firmada. Dá mesmo a entender que é questão aberta...

— Mas não disse claramente?

— Não, não disse. O doutor sabe como é o dr. Bastos. Ele não costuma dizer, quando se trata de insignificâncias, penso assim ou não. Parece-lhe que a dizer a tal respeito a sua opinião é insinuar que os seus amigos votem com ele. O dr. Bastos já está tão farto de ouvir dizer que ele violenta a consciência dos seus amigos, que é um ditador, que é a sua vontade que domina a dos outros, que ele é o partido. Ora, doutor, quando se trata dessas coisas de nonada, ele abstém-se de falar para que os republicanos votem como entendam.

— Mas no caso do Peixoto...

— Ah! Doutor! O caso aí é outro. Tratava-se, é verdade, de uma licença, mas Peixoto é inimigo do partido, inimigo acérrimo. Com o caso da estrada, não há nada disso, posso garantir-lhe!

— E o povo?

— O povo! O povo! Que tem o povo com estas questões? Por acaso ele pode raciocinar sobre finanças? Creio que não, meu caro doutor. Não é a sua opinião?

— Dizem que o governo gastou cem mil contos e vai vender pela metade.

— Não é certo; mas, se o fosse, valia a pena contar também com o *déficit* que ela dá. A operação, meu caro doutor, traz desafogo para o governo, não só para já, como para o futuro. O meu interesse, como republicano, é facilitar meios de vida à república e também educar o Brasil no caminho da iniciativa particular. Se até agora ela não se tem feito sentir na economia do país, é devido à timidez dos senhores diante da algazarra dos caluniadores.

A teimosa fragilidade da estatueta passou de novo pelos olhos do antigo juiz de Catimbau.

Fuas Bandeira acendeu o charuto e continuou de pé:

— O doutor, certamente, conhece bem a questão?

— Pouco.

— Pois se quer... Ah!

— Que procuras, sr. Fuas?

— A minha pasta... Está no automóvel.

Numa fez vir o criado para buscá-la e dela tirou o jornalista um folheto explicativo sobre a vantagem da operação. Ainda falaram sobre outras questões: Fuas não aceitou o almoço e despediu-se recomendando:

— Leia, doutor! Leia! Quanto à opinião do dr. Bastos, não se incomode, pois ele dá toda a liberdade a seus amigos.

Quando Numa voltou em demanda ao interior da casa, ainda olhou distraído a estatueta que continuava repousada, serena, na meia penumbra do salão.

A vida do casal continuava a ser a mesma. Viviam um ao lado do outro, sem grandes ternuras, sem ódio, sem também a perfeita e mútua penetração que o casamento supõe. Pareciam habituados àquele viver desde muito tempo; e d. Edgarda costumava a velar, a animar a carreira política do marido, maternalmente.

Era a sua ambição que se realizava na celebridade do marido. Educanda das irmãs, de Botafogo, ela não queria ficar atrás das outras e lembrava-se do que lhe dissera certo dia a irmã Teresa, com a sua voz macia e aquele olhar inteligente que dava tanta vida à sua cútis de pergaminho:

— Veja só, Edgarda, quase todos os homens importantes do Brasil têm casado com moças educadas aqui. A mulher do Indalécio, o ministro da Justiça, foi a nossa discípula; a Rosinha, que se casou com o Castrioto, do Supremo Tribunal, também; e a mulher do almirante Chavantes? E a Laurentina? Como era bonita, meu deus! Coitada! Essa morreu cedo, mas o marido foi longe. É rara, minha filha, a educanda nossa que não leva o marido longe.

Nunca se havia esquecido do que lera naquele palimpsesto debaixo de tais palavras; e casara, certa de que Numa ia fazer o seu nome ecoar por todo o país. Era preguiçoso, descansado; mas já dera o primeiro passo e a questão estava em continuar. A sua satisfação foi grande quando o viu elogiado, apontado em caminho da notoriedade; mas era necessário que não ficasse ali. Precisava insistir, ter o seu nome em todas as bocas, ser falado diariamente pelos jornais, como era o marido da Ilka, sua antiga colega.

Notava ela que a celebridade do marido começava a esfriar, a ser esquecida; e ficava contrariada quando lhe diziam nas lojas, ali ou aqui que não o conheciam. Fizera o marido comprar muitos números da *Os Sucessos* e mandar para o estado; insistira com o pai para que a biografia fosse transcrita no órgão oficial do partido, em Itaoca. Esforçava-se por adivinhar os golpes que ele pudesse levar e só os via por parte do Salustiano, um contraparente do pai, que parecia não ver com bons olhos o domínio de Cogominho.

Tinha nascido no estado, ocupava um bom emprego e todo o desejo dela era tê-lo sempre afastado de Sepotuba, para não obter influência direta, ficar sempre na dependência de Cogominho e não fazer valer em proveito próprio a tradição do pai dele, Salustiano.

Recomendava muito ao marido que fosse gentil com ele, que o convidasse a jantar, que perguntasse pela família; mas Numa tinha uma pequena implicância com o parente, por saber que sempre o tratava como — “genro do Cogominho”.

Dissera mesmo isso à mulher; ela, porém, lhe recomendara que não desse atenção e lhe captasse a boa vontade.

Edgarda lembrou-se naquela manhã de insistir com Numa para que ele aparecesse na tribuna. A visita de Fuas fê-la adiar de propósito e ocupou toda a manhã em coisas caseiras. Foi ao jardim, correu a chácara, viu bem a horta, porque era ela unicamente quem se interessava por aquelas dependências da casa.

O marido, apesar de ter nascido em cidade pequena do interior, não as apreciava; e se ia por ali, passava por sobre os canteiros um olhar distraído e indiferente. Só uma mangueira despertava-lhe interesse e era de antipatia. Ele não notava a beleza da fruteira, os seus grandes ramos alongados como braços, a sua sombra maternal e piedosa; Numa antipatizava com a árvore porque não dava frutos.

A mulher era quem se interessava por aquelas silenciosas e consoladoras vidas, que lhe sugeriam recordações de menina, de moça, da mãe, do avô.

D. Romana, a tia-avó, ficava no interior e tinha pelos velhos trastes, pelas velhas terrinas rachadas, por tudo quanto era alfaia velha ou utensílio antigo, um interesse de depositária do passado. Não deixava pôr fora um móvel bichado, um bule sem tampa, só se de todo não lhe fosse possível esconder em qualquer socavão da casa.

Entre as duas, a velha tia e a sobrinha moça, havia esse acordo tácito de tratar uma do exterior e a outra do interior do velho casarão do falecido Gomes.

D. Edgarda viu com prazer a visita de Fuas. Estava no fundo do quintal, mas de lá mesmo pode reconhecê-lo pelo automóvel. Continuou, porém, na chácara e não notou a saída do jornalista.

Até quase à hora do almoço ficou vendo as hortaliças, os preparativos do chacareiro para protegê-las do verão; e, quando deixou a horta, já a mesa estava posta.

Numa empregava o tempo fazendo lentamente a sua *toilette* de sair. Sempre a fizera com lentidão e vagar; desde os tempos de pobreza, que ele oficiava no vestir a calça, no abotoar os punhos e estudava bem ao espelho o atar a gravata.

À mesa, sentaram-se, como de costume, ele, a mulher e a velha d. Romana.

Em começo, antes de desdobrarem o guardanapo, Edgarda perguntou:

— Numa, não foi o Fuas quem esteve aí?

— Foi.

Numa respondeu e, sem alongar a resposta, começou a servir-se. A mulher insistiu:

— Que queria ele?

O parlamentar reprimiu um pouco o aborrecimento que a insistência da mulher lhe causava e respondeu:

— Nada! Um negócio de venda de uma estrada de ferro.

— Que estrada? A de Mato Grosso?

— É, Edgarda.

— Você prometeu o voto?

— Disse que ia pensar.

— Pensar? Você já sabe a opinião de Bastos?

— Não, mas dizem que ele não faz questão.

— É preciso cuidado.

Arrependeu-se o marido do mau humor com que recebera as perguntas da mulher e indagou com afeto, olhando-a demoradamente:

— Se ele não faz questão e é coisa de dinheiro, quer dizer...

— Quer dizer...

— Quer dizer; quer dizer — o quê?

— Quer dizer que você deve aproveitar, seu tolo!

— Como?

A mulher riu-se gostosamente e a velha ficou espantada com a atitude da neta e o espanto de Numa.

— Como?! — fez Edgarda. — Eu sou deputado, por acaso? Por que não pergunta aos seus colegas? Veja como o Cristiano está rico! Quando foi eleito, tinha alguma coisa? Tinha nada, seu tolo! Tinha nada!

Houve entre os dois um silêncio de inteligência; e, aproveitando uma ausência do copeiro, Numa refletiu:

— Esse Fuas não é coisa muito boa.

A mulher descansou o garfo, serviu-se de vinho e disse com vagar:

— Em política, nessas coisas, a gente não tem muito o que escolher. Se uns não são amigos dos outros, uns têm necessidade dos outros e as coisas vão passando. Você deve saber disso.

— É, mas esses homens de jornal... estrangeiro...

— Olhe, papai diz sempre: ninguém cospe no prato em que comeu; e papai já é antigo na política, é muito considerado... O que você deve fazer é aparecer, é falar, dar pareceres...

— Não tenho tido ocasião...

— Há sempre ocasião, desde que...

O copeiro interrompeu-os e avisou o patrão de que estava aí o Lucrécio que lhe queria falar.

Lucrécio, ou melhor: Lucrécio Barba-de-Bode, por sua alcunha, que tão intempestivamente interrompia o almoço do deputado Numa Pompílio, não era propriamente um político, mas fazia parte da política e tinha o papel de ligá-la às classes populares. Era um mulato moço, nascido por aí, carpinteiro de profissão, mas de há muito não exercia o ofício. Um conhecido, certo dia, disse-lhe que ele era bem tolo em estar trabalhando que nem um mouro; que isso de ofício não dá nada; que se metesse em política. Lucrécio julgava que esse negócio de política era para os graúdos, mas o amigo lhe afirmou que todos tinham direito a ela, estava na Constituição.

Já o seu amigo fora manobreiro da Central, mas não quis ficar naquela “joça” e estava arranjando coisa melhor. Dinheiro não lhe faltava e mostrou-lhe vinte mil-réis: — Sabes como arranjei? — fez o outro. — Arranjei com Totonho do Catete, que trabalha para o Campelo.

Lucrécio tomou nota da coisa e continuou a aplinar as tábuas, de mau humor. Que diabo? Para que esse esforço, para que tanto trabalho?

Fez-se eleitor e alistou-se no bando do Totonho, que trabalhava para o Campelo. Deu em faltar à oficina, começou a usar armas, a habituar-se a rolos eleitorais, a auxiliar a soltura dos conhecidos, pedindo e levando cartas deste ou daquele político para as autoridades. Perdeu o medo das leis, sentiu a injustiça do trabalho, a inutilidade do bom comportamento. Todo o seu sistema de ideias e noções sobre a vida e a sociedade modificou-se, se não se inverteu. Começou a desprezar a vida dos outros e a sua também. Vida não se fez para negócio... Meteu-se numa questão de jogo com um rival temido, matou-o e foi sagrado valente. Foi a júri e, absolvido, por isto ou por aquilo, o Totonho fez constar que o fora por empenho do dr. Campelo. Daí em diante se julgou cercado de

um halo de impunidade e encheu-se de processos. Quando voltou a noções mais justas e ponderou o exato poder de seus mandantes estava inutilizado, desacreditado, e tinha que continuar no papel...

Vivia de expedientes, de pedir a este ou àquele, de arranjar proteção para tabelagens em troca de subvenções disfarçadas. Sentia necessidade de voltar ao ofício, mas estava desabitinado e sempre tinha a esperança de um emprego aqui ou ali, que lhe haviam vagamente prometido. Não sendo nada, não se julgava mais operário; mesmo os de seu ofício não o procuravam e se sentia mal no meio deles. Passava os dias nas casas do Congresso; conhecia-lhe o regimento, os empregados; sabia dos boatos político e das chicanas eleitorais. Entusiasmava-se nas cisões por ofício e necessidade. Era este o Lucrécio que, ao entrar, fez com toda a jovialidade:

— Bons dias.

Todos responderam e ele esperou que lhe perguntassem a que vinha.

Esperou com muito acanhamento e respeito. Respondeu:

— O dr. Neves manda dizer a V. Exa. que não deixe de ir logo à tarde ao Senado.

— A que horas?

— Aí pelas três horas.

D. Edgarda voltou-se para Lucrécio e indagou naturalmente:

— Você sabe de alguma coisa?

— Eu, minha senhora, não sei bem, mas ouvi rosnar.

— O quê?

— Não sei... mas parece... eu não sei... A questão é do novo presidente... O dr. Bastos...

— Ele sabe?

— Homem, minha senhora: ele é macaco fino...

— Quem é o novo? Não é o Xisto?

— Não sei, mas se há “encrenca” é porque não é do gosto do “velho”.

Numa pôs fim à conversa mandando que ele fosse almoçar. Lucrécio conhecia a casa e os criados, com os quais era familiar. Almoçou na copa com todo o desembaraço, como fazia na casa deste ou daquele parlamentar. O copeiro perguntou-lhe:

— Que há, Lucrécio?

— Olha: não digas nada. A força não quer o Xisto. Não digas nada. Quer pôr lá o ministro deles, o general Bentes... Não digas nada!

A saída do Barba-de-Bode não produziu o reatamento da conversa. Marido e mulher calaram-se. Pairou sobre eles uma atmosfera de apreensões e pressentimentos. As novidades do emissário, as suas meias palavras, o vago de suas informações, a imprecisão delas escondiam algo de tenebroso para as suas ambições. Viam na estrada obstáculos, viam-na interrompida bruscamente, violentamente. Sentiam a proximidade do imprevisto e esse sentimento se engolfava, avolumava-se, crescia neles, perturbava-lhes as sensações e as ideias, misturava umas com as outras, baralhava as lembranças; a consciência fugia de regulá-las, de encadeá-las; a personalidade perdia os pontos de referência. Era a catástrofe próxima, a catástrofe jamais esperada.

O dia ainda continuava lindo, fresco e tranquilo; o café foi servido quase em silêncio; a velha Romana olhava um e outro e não tinha nada a dizer. As breves palavras do serviçal e as que lhe eram dirigidas morriam no silêncio como se não fossem pronunciadas. O próprio copeiro servia sem desembaraço; parecia novo no ofício, constrangido. O ruído das xícaras era logo abafado. De quando em quando, o marido olhava a mulher, e esta aquele; e aos dois, com um olhar perscrutador, cheio de esforço de adivinhar, a velha d. Romana, tia-avó de d. Edgarda.

Ia assim o almoço já ao fim, quando a cadelinha apareceu na sala. Correu para junto da dona, com acentuados trejeitos de contentamento; festejou-a e a moça afagou-a, dizendo:

— Olha a minha pobre Lili.

Apanhou-a ao colo, abraçou-a, dizendo:

— Coitadinha! Coitadinha dela! Onde estiveste, meu bem?

Levantaram-se da mesa e d. Edgarda pôde dizer:

— Não deixe de ir ver papai. Essas coisas não se adiam.

Ela continuou a afagar a cachorrinha; Numa acendeu o charuto que teimava em apagar-se e respondeu com firmeza:

— Não deixo, não deixo!... Sei bem, muito bem, que é preciso ouvi-lo.

As mulheres afastaram-se, enquanto Numa sentado à cadeira de balanço, fumava, vendo desfazer-se a mesa do almoço. Essas reviravoltas, essas contramarchas na política, ele ainda não sabia adivinhar. Às vezes estava na votação de um projeto; outras vezes na notícia de um jornal; outras vezes em um boato, de forma que não sabia se à sua inexperiência ou a outra qualquer coisa devia atribuir essa falta de acuidade para descobri-las.

Ainda ontem saíra da Câmara e nada vira, nada notara de extraordinário, a não ser um tenente do seu estado a conversar à parte com um deputado

veterano. Vira-os, lembrava-se de que quase sempre confabulavam; mas agora é que notava os reiterados encontros de ambos e o cuidado que tinham em falar baixo, quando se acercava deles. Haveria uma revolução? Mas não podia haver! Deviam estar satisfeitos os militares. A recomendação era dar-lhes tudo. Não tinham? O montepio das filhas que deviam perder ao casar, não ficava com elas depois do matrimônio? Queriam mais postos? A reforma não se fizera? As suas viúvas não viviam em casas do Estado sem pagar aluguel? Os seus filhos não tinham um luxuoso colégio de graça? Mas seria mesmo revolução?... Quem seria vencedor se houvesse uma? Era preciso adivinhar. Mas como adivinhar, meu Deus? Quem estava garantido em um país desses? Quem? O imperador, um homem bom, honesto, sábio, sem saber porquê, não foi de uma hora para outra tocado daqui pelos batalhões? Quem podia contar com o dia de amanhã? Ele, Numa? Julgara isto até ali, mas via bem que não. Só havia um alvitre; ir para fora e esperar que as coisas se decidissem, aderindo, então, ao vencedor. Seria bom.

A sua vontade era esta, mas... o seu sogro havia de indicar-lhe o caminho. Tinha experiência dessas coisas.

O copeiro acabava de tirar a toalha e sacudi pela janela lateral as migalhas que tinham ficado nela. Numa reparou a operação sem nenhum pensamento, esquecido um instante de suas apreensões. A ideia da revolução voltou-lhe novamente e dirigiu as suas ideias para o governo. Que fazia ele? Não sabia? Então o governo não tem tanta força que o país paga para mantê-lo — como não tinha tomado providências? Para que servia a Polícia, os Bombeiros? Que poder! E a Constituição? Lembrou-se Numa que era também poder, poder legislativo; e a revolução podia atingi-lo. A mulher apareceu:

— Pensei que você já tivesse ido.

— Não. Que é que há?

— Eu sei lá!

— Deve haver alguma coisa, porque...

— O melhor é você fingir que não sabe nada.

— É o que vou fazer.

— Outra coisa, Numa: você vê se os meus livros já vieram.

O deputado, com essas comissões da mulher, ganhara uma certa prática dos livros e matara um pouco em si a aversão que sempre sentira por eles. Só julgava perdoáveis aqueles que lhe serviam à carreira, os outros julgava que deviam ser queimados.

Passava frequentemente pelas livrarias, comprava um e outro, dava-os à mulher que sempre tivera o hábito de ler. E ela lia poetas, lia os romances, e foi alargando o campo de leitura. Deste e daquele modo foi completando a sua instrução, adquirindo essa segunda que as mulheres, no dizer de Balzac, só adquirem com um homem. Apanhara bem a relação que há entre a vida que não vivera e o livro que lia; entre a realidade e a expressão.

Numa tinha o cuidado de não dizer aos indiscretos que os livros eram para a mulher; e gostava daqueles encargos, mirando às vezes as estantes da esposa com íntimo orgulho.

O marido fora atender uma visita; ela abriu o livro que trazia marcado e seguro em uma das mãos e pôs-se a lê-lo sentada à mesa de jantar.

Numa que estava completamente preparado para sair, não se demorou em ir à sala. Nela encontrou uma elegante senhora de quarenta anos, luxuosamente de luto, irrepreensivelmente espartilhada, muito alva, com uns lindos olhos negros que mais se encheram de brilho e sedução quando disse:

— O doutor há de desculpar-me tê-lo incomodado agora, mas...

— Não, minha senhora. Prefiro mesmo ser procurado a esta hora, porque à tarde, ou mesmo à noite, estou quase sempre ocupado com estudos, lavrando pareceres... Faça o favor de sentar-se... Os deputados trabalham muito, minha senhora.

Os dois sentaram-se, e a dama tomou uma posição natural e irrepreensível, como se posasse para o retrato.

— Sei bem, doutor. Sei perfeitamente. Meu marido já me dizia isso.

— Seu marido foi deputado, minha senhora?

— Não, doutor. Sou viúva do dr. Lopo Xavier.

— Oh! Conheci muito...

— Deu-se com ele?

— Não. De nome. Era um belo talento. Queira aceitar os meus pêsames.

— Obrigada, doutor.

Calou-se um instante; com o dorso da mão esquerda, assentou melhor a blusa na cintura delgada e continuou a viúva mais melodiosa:

— O doutor sabe que ele não deixou nada. Morreu pobre. Só deixou a casa em que moramos, o montepio, muito pequeno, e quase nada mais... Não nos é possível viver com isso, tudo está tão caro, doutor, que requeri ao Congresso uma pensão.

Pronunciou as últimas palavras adoçando as sílabas com uma leve inflexão de sofrimento.

Numa perguntou:

— Muitos filhos, minha senhora?

— Um, uma filha.

— Julguei que fossem mais. Os jornais, se não me engano, disseram...

— São do primeiro casamento. Estão maiores, os filhos; e a filha, casada.

A senhora alongou o busto e explicou imediatamente:

— Não é justo, doutor, que o governo deixe na miséria a viúva e a filha de um homem que tanto trabalhou pela pátria. Foi propagandista da República, bateu-se pela abolição...

— Sei bem disso, mas esse negócio de pensão... esse negócio de pensão... A senhora já falou com o senador Bastos?

— Já. Ele me disse que dava o voto dele.

— Vou ver.

— Dão-se tantas. Não deram à viúva de um calafate que morreu num incêndio de um navio de guerra? Meu marido foi um juiz íntegro...

— Não há dúvida, minha senhora; mas houve grande dificuldade em dar-se à viúva daquele general...

— Ah! Doutor! O montepio é muito grande; não é como o nosso, viúva de civis.

Numa passou o olhar pela sala e demorou-se um instante olhando o retrato do avô de sua mulher. Notou-lhe a expressão de energia, a agudeza do olhar e considerou depois a espessa moldura dourada. O legislador ia falar, mas a viúva tomou-lhe a palavra:

— É de toda a justiça, doutor, o que peço.

— Não há dúvida, minha senhora! Não há dúvida! Conte comigo, minha senhora.

A viúva levantou-se e, estendendo a mão irrepreensivelmente enluvada, despediu-se:

— Obrigada, doutor. Obrigada. E, sem querer incomodá-lo mais, desde já lhe agradeço muito o favor que me vai prestar.

Encaminhou-se para a porta e a marcha fez que ondas de essências caras envolvessem o doutor carinhosamente.

Ao pisar no patamar da escada, arrepanhou gentilmente as sedas da saia, voltou-se e cumprimentou, sorrindo, o deputado, que a levava até à porta de entrada.

Edgarda tinha continuado, na sala de jantar, a leitura do seu querido Anatole France. Relia o volume e se detivera na frase em que um velho

acadêmico, depois de cochilar um tanto, afirma: “*Rassurez-vous, madame; une comète ne viendra pas de si tôt heuter la terre. De telles rencontres sont extrêmement peu probables.*”

Lembrou-se bem do fim do almoço e ficou segura de que o fim do mundo estava indefinidamente adiado.

Tendo se despedido da viúva, Numa voltou à sala de jantar, já com o chapéu na mão, para sair. A mulher perguntou:

— Quem era essa senhora?

— É a viúva do Lopo Xavier.

— Que queria ela?

— O meu voto para que lhe fosse concedida uma pensão que requereu.

— Prometeste?

— Prometi.

— E o Bastos?

— Não se incomoda.

— Tu a conheces?

— Não.

— Pois saibas tu de uma coisa: ela é rica, não muito, mas tem com o que viver.

— Quem te disse?

— Todos sabem. O pai deixou-lhe dinheiro e o marido alguma coisa. O que ela quer é luxar... Não precisa... O que tem dá e sobra.

Os dois calaram-se e Numa ficou um instante parado, hesitando em despedir-se de sua mulher. Não achava nenhuma gravidade na promessa. Que podia ser? Trezentos ou quatrocentos mil-réis por mês. Adiantou-se para beijar a mulher, quando esta lhe perguntou de repente:

— Numa, vocês já votaram a pensão para a viúva daquele bombeiro que morreu num incêndio da Saúde?

— Que bombeiro?

— Homem, não sabes? O presidente pediu até em mensagem especial... Não te lembras?

— Ah! É verdade!

— Então?

— Ainda não. A comissão ainda não deu parecer.

Beijaram-se e Numa saiu para a sessão da Câmara dos Deputados.

III

O general Manoel Forfaible almoçava cedo e logo procurava a sede de sua comissão. Presidia a comissão de inventário do material bélico inutilizado e avaliava do proveito provável de algumas peças pelas listas que os sargentos lhe enviavam. Era uma comissão técnica e os outros seus auxiliares tinham também conhecimentos sólidos de ciência e artes militares que aplicavam nas listas, a exemplo do chefe.

Sua jovem mulher empregava o ócio matrimonial fazendo visitas, correndo casas de modas, assistindo a sessões cinematográficas. Havia entre ambos uma efusiva simpatia. Não eram bem marido e mulher; eram pai e filha. Mais do que a diferença de idade, cerca do dobro entre os dois, determinava esse aspecto de suas relações a diferença de temperamento. O general era bonachão, simplório, lento de espírito, já um tanto desmilitarizado; a mulher, porém, era viva, convencida dos bordados do marido e das prerrogativas que os dourados lhe davam.

Ela o via a cavalo passando revista às tropas, garboso, ereto na sela, com um olhar de batalha; ele se via sempre em chinelas, lendo os jornais na varanda da casa.

Desde muito que d. Ana Forfaible não visitava a sua amiga Mariquinhas. Era terça-feira, dia morto para a rua do Ouvidor: os cinemas não tinham mudado de programa; ela vestiu-se e resolveu-se a ir ver a amiga. Certamente, estava em casa, pensou ela; Mariquinhas é caseira, tem filhos; demais, o marido ainda é tenente e não pode andar em passeios. Não tinha muito que esperar para melhorar, pois as coisas iam mudar. Mme. Forfaible desejava ardentemente a prosperidade do marido de sua amiga. Ele era engenheiro militar, tinha um bom curso, sabia bem matemática, não podia estar a lidar com soldados, a fazer serviço de quartel. O seu lugar era ocupar uma boa comissão, dessas que os paisanos têm, esses paisanos que não sabem nada...

Muito bem vestida, enluvada, fechou o rosto na sua importância, radiou a patente de seu marido e seguiu para a casa da amiga. Chegou.

— Não sabes — disse ela suspendendo a *voilette* — como tenho andado azafamada... Não te tenho podido visitar... Também tu não vais lá em casa?

— Não tenho podido, Anita; o Descartes anda só doente e...

— Não ficou no colégio?

— Não. Aquele idiota do comandante mandou-o para casa... Se fosse filho de um coronel...

— Isso tudo vai mudar, Mariquinhas. Tem paciência...

— Qual paciência, minha filha. Aquele colégio é assim mesmo. Já nos exames é o diabo. Perseguem o pequeno... Álvaro, vai lá, fala, mas o que queres?

— São os paisanos?

— Qual paisanos, minha filha! São os colegas mesmo do Álvaro...

— Vai melhor?

— Vai... Já está bom.

— E a Heloísa?

— Muito bem. Está no colégio. Não queres tomar café?

Foram para a sala de jantar. Sentando-se à mesa, Mme. Forfaible descansou a bolsa, tirou as luvas, juntou tudo — lenço, luvas e carteira — e pôs ao lado esquerdo. A dona da casa começou a colocar as xícaras; ia e vinha do guarda-louça para a mesa, e foram conversando:

— Estou sem criada, Anita. Um inferno!

— As minhas também não param.

— Não há leis...

— Esses paisanos, esses deputados não servem para nada.

— Não há quem cuide disso. Ganham um dinheirão...

— Se fossem militares...

— Hão de acabar.

— Olha, queres saber de uma coisa: o Xisto não vai.

— Corre isso.

— Pois eu te digo que sim. Está tudo preparado... Bastos ainda não deu o sim, mas quem vai é o Bentes.

— Ouviste dizer isto?

— O Manoel não te disse nada?

— Nada. E o Álvaro?

— Álvaro não diz coisa com coisa, mas ouço as conversas deles... Quem vai mesmo é o Bentes... Quem fez a República, não foram eles? Então fizeram a República para os outros? Não achas?

— Certamente. Não nos tem adiantado nada. Os paisanos tomaram os lugares, os bons, e nos deixaram os ossos. Uma ova!

— Vê tu o que ganha o Álvaro. É soldo de um oficial, de um engenheiro? Qualquer civil aí, que não sabe o que ele sabe, ganha contos de réis! Não tem lugar nenhum!...

— É um desaforo!

— Mas Bentes quer?

— Bentes quer, mas tem medo. Sabes bem que quem o faz querer não é ele, é o Gomes.

— Os militares sempre provam bem.

— E são honestos!

— O que era preciso, minha filha, era melhorar também o montepio.

— De tudo isso eles vão tratar; agora é que são elas.

— Se o “velho” não quiser, como há de ser?

— Contra a força não há resistência, Anita. Sabes bem disso.

O café foi servido e ambas deixaram um instante de conversar.

Mme. Forfaible perguntou:

— Quem será o Ministro da Guerra?

— Não sei; mas Álvaro não pode deixar de ser promovido. Agora é por antiguidade e merecimento. O Supremo já disse... Queres ver o almanaque?

— Não é preciso... Sei bem... Não vai ser ministro o Costa?

— Qual Costa! Costa está barrado.

— Não sabes nada?

— Nada.

— Se fosse o Manoel?

— Era bom... O Álvaro estava feito... Mas ele não quer lugar no ministério, quer civil.

— Isso arranja-se.

— Tudo vai ser militar.

Acabaram de tomar café e Mme. Forfaible ainda pediu que d. Anita se interessasse junto a Neves Cogominho pela nomeação de um parente. Como fosse hora adequada, Mme. Forfaible dirigiu-se ao Senado. Não estava certa de obter, mas servia à amiga e podia ver o que havia. Não lhe foi difícil falar ao pai de Edgarda, que prometeu interessar-se; sobre política, porém, nada pôde adiantar. Observou as fisionomias dos contínuos, dos solicitantes, dos jornalistas e parlamentares; notou o tom das conversas aos cantos da janela, e pareceu-lhe que havia alguma coisa de anormal. Esses rumores, esses cochichos, ela os ouvia

desde muito tempo; mas agora, depois das revelações da amiga, Anita já sabia do que se tratava. Era preciso aproveitar. O marido devia esforçar-se por ser ministro e viu na coisa uma promoção.

Não tinha tenção de vir, mas a sombra, as vitrines, a agitação da rua do Ouvidor atraíam-na como para um afago. Mergulhou nela sentindo a volúpia de um banho morno. Já pisava de outra forma, já olhava sem *morgue*; sentia-se bem no seu elemento. Não tardou a encontrar conhecimentos. Parou um pouco a falar com o poeta Albuquerque, um poeta curioso, só poeta nas salas, só conferencista nas salas, teimoso em sê-lo por toda a parte, mas mesmo os que o conheciam nos salões não admitiam que o fosse fora deles. Mme. Forfaible gostava de falar com ele e gostava de seus versos, mas os compreendia melhor quando os recitava nas casas de família, entre moças e senhoras, de casaca ou *smoking*, com o seu grande olhar negro quase parado, sem fixar-se em nenhuma fisionomia.

Sabendo como julgavam a sua poética, Albuquerque fazia o possível para desmentir esse julgamento. Empenhava-se para publicar os seus sonetos, nos grandes jornais, aos domingos; aderira às revistas *chics* e das quais se dizia redator. Todos, porém, nas rodas de literatos, como fora delas, não se convenciam de que fosse outra coisa que um poeta de salas e festas burguesas.

A sua elegância era procurada e o seu falar todo cheio de sibilos, de chiantes, que sublinhavam gestos demorados e quase impróprios. A sua inspiração, a sua versificação de colegial, as suas imagens talvez fossem muito a gosto das nossas salas; mas, à luz do dia, nas revistas e jornais, provocavam risos e galhofa. Apesar de rico, era delicado e atencioso com os pobretões dados a versos, e todos perdoavam o seu fraco, não o debochavam publicamente, e ele vivia com a sua infantil ilusão e o seu grande olhar negro que supunha fascinador.

Albuquerque ofereceu-lhe chá e foram tomar na saleta *chic*.

— Tenho, minha senhora, uma nova produção. Creio que vai gostar muito dela.

— Não a recite na rua, sr. Albuquerque. Podem pensar que sou também literata...

— Não havia mal nisso. Guardarei, entretanto, para dizê-la ao servirmo-nos do *tea*; e, entre um *gâteau* e outro, poderei contar-lhe, minha senhora, “a história vernal dos meus amores”.

— É soneto?

— É, minha senhora.

— Logo vi.

No caminho, encontraram Benevenuto, o primo de d. Edgarda, que os cumprimentou e continuou a caminhar. Albuquerque disse por aí a d. Anita:

— Dizem que este moço tem talento... Ele faz versos, a senhora sabe?

— Sr. Albuquerque, penso que poeta aqui é o senhor...

— Não, minha senhora. Não! Perdoe-me... Ouço sempre dizer que ele tem muito talento e informava-me simplesmente.

Benevenuto não fazia versos nem coisa alguma. A sua preocupação era mesmo não fazer nada. Não tinha isso como sistema e até estimava que os outros fizessem. Era o seu modo de viver, modo seu, porque se julgava defeituoso de inteligência para fazer qualquer coisa e inútil fazê-la desde que fosse defeituoso. Gastava uma parte da sua fortuna em prodigalidades e ações vulgares e ganhara a fama de extravagante. Moço ilustrado, a par de tudo, rico ainda, podia bem viver fora do Rio, mas dava-se mal fora dele, sentia-se desarraigado, se não respirasse a atmosfera dos amigos, dos inimigos, dos conhecidos, das tolices e bobagens do país. Lia, cansava-se de ler, passeava por toda parte, bebia aqui e ali, às vezes mesmo embebedava-se, ninguém lhe conhecia amores e as confeitarias o tinham por literato. Não evitava conversas, tinha relações em toda a parte e, por sinal, depois de passar por Mme. Forfaible e Albuquerque, encontrou o Inácio Costa, com quem foi tomar café.

A estranha mania de Costa era a política. Estava sempre a par dos reconhecimentos, das manobras, das intrigas. Benevenuto, que não lia essas coisas, que passava os olhos distraídos pelas seções parlamentares dos jornais, a não ser quando se tratava de Numa, estimava a sua palestra por informar a respeito desse aspecto de nossa vida que ele não prezava, absolutamente.

— Acabo de saber que o general Bentes, quer mesmo; o Bastos não se opõe, pois acha a candidatura do Xisto insólita.

Ele falava quase em segredo e o companheiro compreendia por alto o que dizia.

— Já mandei a minha adesão... O seu parente...

— Quem?

— O Salustiano.

— Não é meu parente. É parente do Cogominho e da minha prima, de quem sou parente por parte de mãe.

— Não quer dizer nada... Vamos ter um governo forte, um governo como o do grande Frederico, que conciliou a liberdade e a ditadura, realizando espontaneamente o voto sistemático de Hobbes.

Costa esquecia-se muito de quem fora Frederico e de quem era o general Bentes; mas Benevenuto não lhe quis lembrar.

— Costa — disse-lhe este — não te parece semelhante conciliação um tanto difícil?

— A ditadura não é isso que vocês pensam. É a ditadura republicana.

— Em que consiste a diferença?

— Em que consiste? Consiste em suprimir, em diminuir as atribuições desse Congresso, dessa Justiça que perturbam o regímen.

— Mas, Costa, você não quer a conciliação da liberdade com o governo?

— É o que diz o Mestre, o maior pensador dos tempos modernos, que completou Condorcet por de Maistre.

— Sei; se você quer isso, deve querer Justiça e Congresso, porque assim se obtém a conciliação. Todo o pensamento em criá-los e fazê-los independentes não foi senão com esse fim. Você lembre-se bem da história da revolução...

— Nada! Nada! Isso tudo entorpece a ação do governo... Esses debates, essas chicanas...

— Mas Costa, você quer é um sultanato, um canato oriental e pior do que isso, porque nesses há ainda uma lei: o Corão; e, no teu, não há lei alguma. Como limitar a vontade do governo, como saber os nossos direitos e deveres? Com a *Politique* de Comte ou simplesmente com o Lagarrigue?

— Qual lei! Leis são as leis naturais que são irrevogáveis.

— Nem tanto assim, meu caro, são também hipóteses possíveis...

— Como?

— São. Você deve conhecer a história das ciências. Há o exemplo muito curioso da queda dos corpos que têm tido diversas leis pelos anos em fora, desde Aristóteles e outros muitos.

— Mas agora está certa?

— Quem afirma isso a você?

— Benevenuto, você é um metafísico!

Inácio Costa despediu-se e correu atrás de um amigo, a quem desenrolou o manifesto para o qual pedia assinaturas.

Benevenuto tinha vagas notícias dessa candidatura presidencial de Bentes, mas, como toda a gente, não a levou a sério. Ouvira num bonde que fora levantada pela *A Cimitarra*, um jornaleco do interior, e não deu atenção ao caso. A agitação do Costa, o seu entusiasmo não lhe pareceram de bom agouro. Sabia que Costa passara pelo florianismo e essa concepção nacional de governo traz no bojo, no fim de contas, um grande desprezo pela vida humana. Numa,

com quem estivera, parecia amedrontado; e fora com a insistência que perguntara pelo Salustiano. Não dera o devido valor à insistência; mas, com os dados que ia colhendo, parecia que esse Salustiano aderira ao candidato improvisado para subir e galgar posições políticas, talvez mesmo retirar Cogominho da chefia.

Ainda uma vez ele não compreendia esse negócio de política e ainda uma vez sentia bem que, ao contrário dos que abraçam uma qualquer profissão, os políticos não pretendem realizar o que a política supõe, e isto logo ao começarem. Singular e honesta gente! Que se diria de um médico que não pretendesse curar os seus doentes?

A esmo pôs-se a passear, a andar daqui para ali, a ver as montras de joias, o vazio das fisionomias naquela constante curiosidade aterrada que parecia dominá-las.

A satisfação que ele encontrou em Inácio Costa não era o sentimento que ele via na massa da população. Os boletins dos jornais eram avidamente lidos, embora insignificantes. Os transeuntes paravam, amontoavam-se à porta dos jornais para ler a notícia de um simples falecimento. A cidade estava apreensiva e angustiada. É que ela conhecia essa espécie de governos fortes, conhecia bem essas aproximações de ditadura republicana. O florianismo dera-lhe a visão perfeita do que eram. Um esfacelamento da autoridade, um pululamento de tiranos; e, no fim, um tirano em chefe que não podia nada. A liberdade conciliada com a ditadura! Quem regulava essa conciliação, quem determinava os limites de uma e de outra? Ninguém, ou antes: a vontade do tirano, se fosse um, ou de dois mil tiranos, como era de esperar. Os moços, os que tinham visto os acontecimentos de 93, quando meninos, no instante da vida em que se gravam bem as dolorosas impressões, anteviam as execuções, os fuzilamentos, os encarceramentos, os homicídios legais e se horrorizavam.

Benevenuto era desses, desses que aos doze anos viram as maravilhas do Marechal de Ferro, o régimen da irresponsabilidade; e não podia esquecer pequenos episódios característicos do espírito de sua governança, todos eles brutais, todos eles intolerantes, além do acompanhamento de gritaria dos energúmenos dos cafés.

Não supunha que a ressurreição fosse adiante, como profetizava Costa. Ele sabia bem que a principal função do governo é desagradar, e todos nós sempre estamos a pedir um rei; mas desta vez parecia que as rãs queriam o que estava e contentavam-se com o seu toco de pau de soberano manso, fraco e inerte.

Continuou a caminhar, fatigou-se, não quis entrar em café conhecido. Procurou um fora da Avenida e da rua do Ouvidor. Comprou um jornal da tarde onde nada leu de novo. Era de maravilhar isto, pois corriam tantos boatos, tantas versões, havia tanta ansiedade, como as folhas não se apressavam em dizer alguma coisa? Calavam-se; calavam-se como se tivessem medo de despertar o monstro que dormitava.

O café não ficava longe, mas não era visitado pelos *habitués* da Avenida. Ocupava uma velha casa baixa, cujo andar térreo, tendo as paredes violadas em portas, aqui e ali, dava a entender que suportavam com esforço o pavimento superior. Não nascera para aquele destino e as colunas de ferro mal dissimulavam a fadiga. Benevenuto sentou-se e emendou a leitura do jornal que vinha começada. Em uma mesa próxima, um grupo conversava. O recém-chegado não os examinou bem, mas ouviu-lhes a conversa.

— É melhor assim... Isto de estar com negaças não vale... Quem quer, quer mesmo!

— A história era o Bastos.

— Ora Bastos! Bastos é tutu? Todo mundo tem medo de Bastos.

— Ora! Enquanto mulher parir, não há homem valente. Ele tem mesmo de engolir a espada.

— É dos nossos.

— Não podia deixar de ser assim... Este chefe não pode continuar... Não dá emprego à gente e não quer jogo... A gente tem que viver de quê?

— Se o general vier...

— Se vier?! Vem mesmo!

— É um modo de falar... Tudo muda. Vocês não viram o Floriano? Estava tudo barato. Agora?

— Qual! Paisano não dá pra coisa.

Benevenuto ouvia a conversa, mas não se atrevia a examinar os vizinhos. Descansou da leitura, pôs-se a tomar café e, por acaso, demorou o olhar sobre o grupo. Reconheceu nele Lucrécio Barba-de-Bode e foi reconhecido.

— Doutor, como está?

— Como está, Lucrécio?

Eram três e todos tinham um aspecto desembaraçado e descansado, de quem está habituado a encarar a vida em qualquer ponto de vista. Conheciam todas as misérias e todos os constrangimentos. Pareciam tranquilos, seguros de si e esperançados. A conversa entre eles continuou:

— Era mesmo preciso mudar... As necessidades aumentam cada vez mais... Você não viu, Lucrécio, o suicídio daquela moça?

— Foi coisa de amor... Ora bolas!

— É, mas pelos domingos se tiram os dias santos.

— Não há dúvida! — disse o terceiro — um preto que mascava um charuto. — Não há dúvida! O “velho” queria tomar conta de tudo, não deixava ninguém agir...

— Ele mesmo é que deu azo a tudo isso.

— Pra acabar! Vocês sabem de uma coisa: se nós não ganharmos, perder é que não perdemos... Vamo-nos embora!

Lucrécio cumprimentou Benevenuto e seguiu com os companheiros em direção ao largo de São Francisco. Anoitecia e o largo tinha o maior movimento. Os sinos da igreja soavam *Angelus*; soavam quase sem ser ouvidos pelos transeuntes apressados, correndo atrás deste ou daquele bonde. A igreja, porém, continuava imóvel, a anunciar, como se fazia há séculos e tanto, as avé-maria. Barba-de-Bode lembrou-se de ir para casa jantar e voltar. Uma força estranha o prendia no centro da cidade. Não se cansava de andar deste para aquele ponto, de subir e descer as escadas da Câmara e dos escritórios, de estar de pé horas e horas; fatigava-se da monotonia do interior, do sossego da sua rua pobre, sem bonde, sem trânsito algum, povoada à tarde pelos brincos das crianças da vizinhança.

Não foi; ficou ainda. A noite foi fechando e pelas nesgas abertas pelas ruas no horizonte, ele viu, sem demorar-se vendo, um pouco do crepúsculo rosado.

Quando de todo veio a noite, o largo tomou outro aspecto. Eram só mulheres, moças, às duas, às três, às quatro. Eram modistas, eram as costureiras. Quase todas, traindo o ofício no apuro do vestuário, fazendas pobres, mas bem talhadas e provadas; e todas elas gárrulas, louças, contentes, como se não tivessem trabalhado doze horas e não trabalhassem. As retardatárias passaram e o largo ficou um instante vazio. Não vinham mais homens aos magotes, nem moças aos bandos, nem dos bondes desembarcavam leva de passageiros. Havia passeantes solitários, homens e mulheres. Paravam nas vitrines, demoravam-se no ponto dos bondes, sempre marchando vagarosamente como se esperassem alguém. Por vezes um deles se encontrava com uma delas, trocavam breves palavras e o caminho de casa era encontrado. A igreja se escondia na sombra e a Escola Politécnica, muito alta, parecia dormir filosoficamente.

Lucrécio olhou o relógio e despediu-se dos companheiros. Não gostava daquela hora ali no largo, preferia-a na Avenida, onde sempre encontrava um conhecido ou outro que lhe oferecia de beber. De resto, precisava saber o “bicho” que dera no jogo noturno: e não convinha, se tivesse ganho, que os outros soubessem. Passou em uma casa de *book-maker* e verificou. Tinha ganho no grupo. Eram vinte mil-réis. Poderia levar uma coisa para casa. De que servia? Tinha tanta dívida... O melhor era aproveitar a “sorte”, a “maré”. Jantaria primeiro e depois arriscaria o restante. Tomou uma “abrideira”, um cálice de cachaça; e procurou um hotel onde jantou vagarosamente, e com apetite. Acabado o jantar, adquiriu um charuto barato, deu umas voltas e, dentro em pouco, arriscava as sobras no jogo. Houve alternativas de ganho e perda. Por fim ganhou, e, à uma hora, estava em casa.

Lucrécio morava na Cidade Nova, naquela triste parte da cidade, de longas ruas quase retas, com uma edificação muito igual de velhas casas de rótula, porta e janela, antigo charco, aterrado com detritos e sedimentos dos morros que a comprimem, bairro quase no coração da cidade, curioso por mais de um aspecto.

Muito baixo e comprimido entre as vertentes e contrafortes de Santa Teresa e a cinta de colinas graníticas — Providência, Pinto, Nheco — ainda hoje as chuvas copiosas do estio teimam em encontrar depósito naquela bacia, transformam as vias públicas em regatos barrentos, saltam os leitos das ruas, invadem, por vezes, as casas: os móveis boiam e saem pelas janelas ainda boiando, para se perderem no mar ou irem ao acaso encontrar outros donos.

Irregular como é o Rio, não se pode dizer que fique bem ao centro da cidade; é, porém, ponto obrigado de passagem para a Tijuca e adjacências, São Cristóvão e subúrbios.

O velho “aterrado” que conheceu atribulações de fidalgos em caminho do beija-mão de D. João VI, é hoje o Mangue, com asfalto e meios-fios; mas, de quando em quando, manhosamente, o canal enche desde que o céu queira para lembrar as suas origens aos que passam por elas nos bondes e nos automóveis.

A Cidade Nova não teve tempo de acabar de levantar-se do charco que era; não lhe deram tempo para que as águas trouxessem das alturas a quantidade necessária de sedimento; mas ficou sendo o depósito dos detritos da cidade nascente, das raças que nos vão povoando e foram trazidas para estas plagas pelos negreiros, pelos navios de imigrantes, à força e à vontade. A miséria uniu-as ou acamou-as ali; e elas lá afloram com evidência. Ela desfez muito sonho que partiu da Itália e Portugal em busca de riqueza; e, por

contrapeso, muita fortuna se fez ali, para continuar a alimentar e excitar esses sonhos.

Para os imitadores, nas “revistas” de ano e nos jornais, de velhos e obsoletos folhetins, a população da Cidade Nova é quase inteiramente de cor, no que se enganam e em tudo o mais que se segue.

A Cidade Nova de França Júnior já morreu, como já tinha morrido a do *Sargento de Milícias* quando França escreveu.

As mesmas razões que levaram a população de cor, livre, a procurá-la, há sessenta anos, levou também a população branca necessitada, de imigrantes e seus descendentes, a ir habitá-la também.

Em geral, era e ainda é, a população de cor, composta de gente de fracos meios econômicos, que vive de pequenos empregos; tem, portanto, que procurar habitação barata, nas proximidades do lugar onde trabalha e veio daí a sua procura pelas cercanias do aterrado; desde, porém, que a ela se vieram juntar os imigrantes italianos ou de outras procedências, vivendo de pequenos ofícios, pelas mesmas razões eles a procuraram.

Já se vê, pois, que, ao lado da população de cor, naturalmente numerosa, há uma grande e forte população branca, especialmente de italianos e descendentes. Não é raro ver-se naquelas ruas valentes napolitanos a sopesar na cabeça fardos de costuras que levaram a manufaturar em casa; e a marcha esforçada faz os seus grandes argolões de ouro balançarem nas orelhas, tão intensamente que se chega a esperar que chocalhem. Por toda parte há remendões; e, de manhã, muito antes que o sol se levante, daquelas medíocres casas, daquelas tristes estalagens, saem vendedores de jornais, com suas correias e bolsa a tiracolo que são o seu distintivo, saindo também peixeiros e vendedores de hortaliças com os cestos vazios.

A nacional, branca ou não, é composta de tipógrafos, de impressores, de contínuos e serventes de repartições, de pequenos empregados públicos ou de casas particulares, que lá moram por encontrar habitação barata e evitar a despesa de condução.

Basta examinar um pouco para se verificar a verdade disso e é de admirar que os observadores profissionais não tenham atinado com fato tão evidente.

É de ver aquelas ruas pobres, com aquelas linhas de rótulas discretas em casas tão frágeis, dando a impressão de que vão desmoronar-se, mas, de tal modo, umas se apoiam nas outras, que duram anos, e constituem um bom emprego de capital. Porque não são tão baratos assim aqueles casebres e a pontualidade no pagamento é regra geral. A não ser aos domingos, a Cidade

Nova é sorumbática e cismadora, entre as suas montanhas e com sua mediocridade burguesa. O namoro, como em toda parte, impera; é feito, porém, com tantas precauções, é cercado de tanto mistério, que fica tendo o amor, além da sua tristeza inevitável, uma caligem de crime, de coisa defendida.

Por parte dos pais, dada a sua condição, há o temor de sedução, da desonra e a vigilância se opera com redobrado vigor sobre as filhas; e, para vencê-la, há os processos avelhantados da linguagem das flores, dos meneios do leque e da bengala, e o geral aos bairros, do “abarracamento”.

Não é verdade, como fazem crer os panurgianos de “revistas” e folhetins *surannés*, que os seus bailes sejam coisas licenciosas. Há neles até exagero de vigilância materna ou paterna, de preceitos, de regras costumeiras de grupo social inferior que realiza a criação ou a invenção de outro grupo. Mais do que neles, nos grandes bailes luxuosos teria razão o árabe de Anatole France.

Como em todas as partes, em todas as épocas, em todos os países, em todas as raças, embora se dê, às vezes, o contrário, sendo mesmo condição vital à existência e progresso das sociedades — os inferiores se apropriam e imitam os ademanos, a linguagem, o vestuário, as concepções de honra e família dos superiores. Toda a invenção social é criação de um indivíduo ou grupo particular propagado por imitação a outros indivíduos e grupos; e, quem sabe disso não tem que se amofinar com os bailes da Cidade Nova, ou fazer acreditar que sejam batuques e sambas, que lá os há como em todos os bairros. É exceção.

A Cidade Nova dança à francesa ou à americana e ao som do piano. Há por lá até o célebre tipo do pianista, tão amaldiçoado, mas tão aproveitado que bem se induz que é ocultamente querido por toda a cidade. É um tipo bem característico, bem função do lugar, o que vem a demonstrar que o “cateretê” não é bem do que a Cidade Nova gosta.

O pianista é o herói-poeta, é o demiurgo estético, é o resumo, a expressão dos anseios de beleza daquela parte do Rio de Janeiro. É sempre bem-vindo; é, às vezes, mesmo disputado. As moças conhecem os seus hábitos, as suas roupas, e pronunciam-lhes as alcunhas e nomes com uma entonação de quase adoração amorosa. É o “Xixi”, o “Dudu”, o “Bastinhos”.

São mais apreciados os que tocam “de ouvido” e parece que eles põem nas “fiorituras”, trinados e “mordentes”, com que urdem as composições suas e dos outros, um pouco do imponderável, do vago, do indistinto que há naquelas almas.

Uma *schottisch* tocada por eles, ritma o sonho daquelas cabeças, e põe em seu pensamento não sei que promessas de felicidade que todos se transfiguram quando o pianista a toca.

Afora a modinha, tão amada por todos nós, são as valsas, as polcas, que saem dos dedos de seus pianistas a expressão de arte que a Cidade Nova ama e quer.

É assim aquela parte da cidade, bem grande e cismadora, bem curiosa e esquecida, que fica entre aqueles morros e tem quase ao centro o palmeiral do Mangue que cresce no lodo e beija o céu.

Barba-de-Bode morava por uma rua daquelas em que os lajedos dos passeios fazem montanhas-russas e o *macadam* da rua dá saudades do barro batido. Era a casa comum da Cidade Nova, uma pequena casa com a indefectível rótula, janela, duas alcovas, duas salas, onde moravam ele, a mulher, uma irmã e um filho menor, além de um hóspede, um russo, o dr. Bogoloff.

Não era das mais povoadas, pois outras havia em que se amontoavam no seu estreito âmbito oito e dez pessoas.

A mobília era a mais reduzida possível. Na sala principal, havia duas ou três cadeiras de madeira, com espaldar de grades, a sair de quando em quando do encaixe, ficando na mão do desajeitado como um enorme pente; havia também uma cômoda, com o oratório em cima, onde se acotovelavam muitas imagens de santos; e, cá do lado de fora, queimava uma lamparina e secavam em uma velha xícara ramos de arruda. Na sala de jantar, havia uma larga mesa de pinho, um armário com alguma louça, um grande banco e cromos e folhinhas adornavam as paredes.

De manhã, quando Lucrécio saiu do quarto, toda a família já estava de pé. A irmã lavava ao tanque, no quintal; a mulher já varrera a casa e preparava o almoço e o filho fora em busca do *O Talismã*, famoso jornal de palpites do “bicho”, em que toda a casa tinha fé. Não havia dia que não o comprassem e bem duas horas levavam a decifrá-lo, a estudá-lo, para afinal jogarem aquelas pobres mulheres um cruzado, se tanto.

O jornal do “bicho” é procurado e lido; é o mensageiro da abundância, é a esperança de salvar compromissos e poderosamente concorre para a realização de casamentos e batizados. A nossa triste humanidade sempre pôs grandes esperanças no Acaso...

Se uma viúva tem que casar a filha e meios não lhe sobram, só um recurso há: acertar no bicho, na dezena e centena, com auxílio do jornal bem

informado. Os redatores desses jornais vivem assediados de cartas, pedindo palpites nas dezenas e centenas; e, nestas cartas, os missivistas, em geral do sexo feminino, confessam as suas misérias e necessidades mais íntimas, segredos de coração.

O primeiro cuidado da mulher de Lucrécio e da irmã era comprar o jornal e, muitas vezes sem dinheiro para jogar, compravam-no por prazer e devoção.

A mulher de Lucrécio, Ângela, era mulata como ele, mas franzina, um pouco mais clara, feia, avelhantada precocemente e docemente triste; a irmã era forte, mas pesada de corpo, um rosto curto e nariz grosso e uns olhos empapuçados. Era casada, mas do marido não tinha notícias e perdera os filhos em pequena idade.

Lucrécio, depois de banhar-se, pediu à mulher que lhe desse de almoçar; queria sair cedo.

— Já está pronto o que há — disse ela.

Ele acabou de vestir-se e sentou-se logo à mesa do almoço. O filho voltou com o jornal; e, um instante, Lucrécio olhou a criança com o olhar mais preocupado.

— A benção, papai?

— Deus te abençoe, meu filho.

O pai viu ainda os olhos luminosos da criança, carbunculando nas escleróticas muito brancas, e pensou de si para si: que vai ser dele? Lembrou-se de dar-lhe dinheiro para os sapatos com que fosse à escola, mas estava atrasado na casa. A desordem de sua vida; antigamente... Que vai ser dele? Bem, arranjaría um emprego, fá-lo-ia estudar e havia de tomar caminho. Que vai ser dele? E logo lhe veio o ceticismo desesperado dos imprevidentes, dos apaixonados e dos que erraram; há de ser como os outros, como eu e muita gente. É sina!

A mulher foi pondo os pratos na mesa e Lucrécio se foi preparando para comer.

— Não fizeste arroz, Ângela?

— Não. Para quê?

— Quero arroz — fez com azedume Lucrécio.

Havia entre os dois essa necessidade de rixa e parece que cada um deles queria por esse meio manifestar ao outro as desilusões que se trouxeram reciprocamente. Às vezes, era o marido a provocá-la; em outras, a mulher; entretanto eles viviam unidos, trocando heroicas dedicações.

— Se você quer — disse-lhe a mulher — é mandar buscar.

— Por que você não mandou?

A irmã continuava a lavar no tanque e Lúcio, o filho de Barba-de-Bode, assistia encolhido a um canto a discussão entre os pais. Tinha as mãos entre as pernas e olhava um e outro quase ao mesmo tempo.

— Não mandei... Por que você não se levanta mais cedo e diz o que quer? Não adivinho!

À vista da insistência da mulher, Lucrécio fez-se calmo, pensou um pouco e disse ao filho:

— Lúcio, vai lá à venda e diz ao “seu” Antunes que mande um quilo de arroz. Ângela — ajuntou — dá o caderno.

O pequeno ficou enleado e, embora se houvesse erguido, não moveu o pé; a mulher fez que não ouvia. Barba-de-Bode insistiu com fúria:

— Você não vai, rapaz? Não está ouvindo?

A mãe interveio:

— Sente-se aí!

— Como? — fez o pai.

— Então você não sabe que o Antunes não nos fia mais?

— Por quê?

— Ora, por quê? Porque você não lhe paga e não estou para o pequeno estar ouvindo desaforos!

Lucrécio ergueu-se, com os olhos fora das órbitas, rilhando os dentes e expectorou:

— Aquele... Ele me paga!

E dirigiu-se para o corredor; a mulher interveio:

— Que vai você fazer, Lucrécio? Você deve...

— Deixe-me! — disse ele.

A mulher insistiu:

— Não vá lá... Você tem um filho, homem de Deus!

Desvencilhou-se da mulher; ela, porém, ainda o deteve na sala de visitas, quase chorando:

— Não vá lá, Lucrécio! Não vá!

— Deixe-me! Deixe-me! Vocês não sabem o que é ser mulato! Ora bolas!

Por aí a porta do quarto que dava para a sala de visitas foi aberta e apareceu o hóspede:

— Que é isso, Lucrécio?

— Não é nada, doutor. Não é nada!

Sentou-se numa cadeira, pôs-se um instante com a cabeça inclinada segura entre as mãos que se apoiavam nos joelhos; e, ao fim de algum tempo, perguntou à mulher, que estava de pé em frente dele, braços cruzados:

— Quantos meses devemos de casa?

— Três.

Pediu a conta da venda, considerou bem e disse para o filho, tirando o dinheiro do bolso:

— Vá pagar esse judeu, Lúcio! Doutor — fez para o hóspede, logo em seguida — vamos almoçar.

O dr. Grégory Petróvitch Bogoloff era russo e tinha vindo para o Brasil como imigrante. Lucrécio conhecera-o na rua, num botequim: bebera com ele e, sabedor de que não tinha pouso, cedera-lhe um dos dois quartos de sua casa. Nesse tempo, o russo andava doente e tinha abandonado o núcleo colonial onde se estabelecera.

Com as melhores disposições para o trabalho honesto, emigrou, foi para uma colônia, derrubou o mato do lote que lhe deram, construiu uma palhoça; e, aos poucos, uma casa de madeira ao jeito das “isbás” russas.

A colônia era ocupada por famílias russas e polacas e, enquanto os seus trabalhos de instalação não se acabaram, Bogoloff não travou relações valiosas.

Ao fim de dois meses o doutor de Kazan tinha as mãos em mísero estado, se bem que o corpo tivesse ganho mais saúde e mais força. Aos administradores da colônia via pouco e evitava vê-los, porque eram arrogantes, mas travou relações com o intérprete, que muito o orientou na vida brasileira. Havia neste certos tiques, certos gestos, que pareceu a Bogoloff ter o funcionário sofrido trabalhos forçados. Era russo e pouco disse dos seus antecedentes. Um dia disse ao compatriota:

— És tolo, Bogoloff; devias ter-te feito tratar por doutor.

— De que serve isso?

— Aqui, muito! No Brasil, é um título que dá todos os direitos, toda a consideração... Se te fizesses chamar de doutor, terias um lote melhor, melhores ferramentas e sementes. Louro, doutor e estrangeiro, ias longe! Os filósofos do país se encarregavam disso.

— Ora bolas! Para que distinções, se me quero anular? Se quero ser um simples cultivador?

— Cultivador! Isto é bom em outras terras que se prestam a culturas remuneradoras. As daqui são horrorosas e só dão bem aipim ou mandioca e batata-doce. Dentro em breve estarás desanimado. Vais ver!

Desprezando as amargas profecias do intérprete da colônia, pôs-se o imigrante a trabalhar a terra com decisão. Plantou milho e fez uma horta em que semeou couves, nabos, repolhos.

De fato, veio o milho rapidamente, mas as espigas, quando foram colhidas, estavam meio roídas pelas lagartas; a horta deu mais resultado; a rosca e o “piolho”, porém, estragaram grande parte dos canteiros.

Tentou outras culturas, a do trigo, a da batata inglesa, mas não deram coisa que prestasse. Assim foi; e quer dizer que Bogoloff, no “Eldorado”, continuava a viver da mesma forma atroz que no inferno da Rússia. Deitou-se com afinco à cultura da batata-doce, do aipim, da abóbora e mais não fez senão pedir à terra esses produtos quase espontâneos e respeitados pelos insetos daninhos.

A colheita foi tal, que, pela primeira vez, teve lucro e satisfação. Começou a criar porcos que engordou com as batatas-doces e os aipins; e, embora não encontrasse mercados fáceis para os suínos, ganhou algum dinheiro e viveu assim alguns anos, adquirindo aos poucos os hábitos do cultivador do país. Não comia mais pão, mas broa de farinha de milho ou aipim cozido; o açúcar com que temperava o café era o melaço da cana que obtinha em uma engenhoca tosca de sua própria construção. Desanimara de culturas mais importantes e a base da sua vida era a batata-doce, o aipim, a cana e o porco.

A terra, a sua estrutura e composição, o seu determinismo, enfim, tinha levado o doutor russo a esse resultado e só obedecendo a ele é que pudera tirar dela alguma renda.

Quem sabe se a vida no Brasil só será possível facilmente baseando-se no aipim e na batata-doce? Quem sabe se por ter querido fugir a essa fatalidade da terra, é que o país tem vivido uma vida precária de expedientes?

Durante muito tempo, a fortuna do Brasil veio do pau de tinturaria que lhe deu o nome, depois do açúcar, depois do ouro e dos diamantes; alguns desses produtos, por isso ou por aquilo, aos poucos foram perdendo o valor ou, quando não, deixaram de ser encontrados em abundância remuneradora.

Mais tarde vieram o café e a borracha, produtos ambos que, por concorrência, quanto ao primeiro, e também, quanto ao segundo, pelo adiantamento nas indústrias químicas, estão à mercê de desvalorização repentina. Viu bem isso tudo.

A vida econômica do Brasil nunca se baseara em um produto indispensável à vida ou às indústrias, no trigo, no boi, na lã ou no carvão. Vivia de expedientes...

Bogoloff fatigou-se de sua vida de colono, que nunca chegaria à fortuna, daquele viver medíocre e monótono, fora dos seus hábitos adquiridos. Viu a cidade, quis fugir ao sol inexorável, à gleba em que estava. Liquidou os haveres e correu ao Rio de Janeiro. Foi professor aqui e ali, ganhando ninharias. Não encontrou apoio nem o procurou. Passava dias nos cafés, conheceu toda espécie de gente, caiu na miséria e foi socorrido por Lucrécio, quando doente e sem vintém, em cuja casa estava há dois meses.

O almoço era parco e Barba-de-Bode tornara-se jovial. O russo não se deixara contaminar pela alegria do hóspede e viu-lhe entrar o filho com um compassivo olhar agradecido.

— Doutor, tudo isso vai mudar. O “homem” vem...

— Quem?

— O Bentes.

Bogoloff não tinha nem fé nem estima pela política e muito menos o costume de depositar nela os interesses de sua vida. Calou-se, mas Barba-de-Bode asseverou:

— Pode ficar certo que lhe arranjarei um emprego.

O russo olhou com um ingênuo espanto o rosto jovial do antigo carpinteiro.

IV

O bonde ia agora atravessando os Arcos. Sob a luz de um dia brumoso, encoberto, um dia pardo, a cidade se estendia irregular e triste. Bondes, carros, transeuntes passavam por debaixo da arcaria secular. Escachoavam, marulhavam, redemoinhavam, como as águas de um rio. As casas eram vistas pelos fundos e os passageiros entravam um pouco na vida íntima dos seus habitantes.

Viam-se criadas a lavar, homens em traje de banho, casais que almoçavam — todas essas cenas familiares iam sendo desvendadas pelo elétrico que rodava devagar, quase roçando as bordas do velho aqueduto do conde de Bobadela.

Foi um alívio quando penetrou pelo flanco da montanha de Santa Teresa, guinchando estrepitosamente, vencendo a rampa que o levava morro acima. A cidade se foi vendo melhor. Lá estavam as ruas centrais, cobertas de mercancia; mais além a Cidade Nova; acolá a pedreira de São Diogo, chanfrada, esfolada e roída pela teimosa humanidade; a estrada de ferro, o Mangue...

As torres das igrejas subiam aos céus com os seus votos e desejos. Do zimbório da Candelária, muito calmo na sua curva suave, o lanternim olhava tudo aquilo com superioridade e curiosa indiferença.

O mar parecia coagulado ou feito de um líquido pesado e espelhante; os navios estavam como incrustados nele e as ilhas pareciam borrões naquele espelho fosco.

A vista caía sobre um veículo, um carro, por exemplo, e, dali, poucos metros acima do solo, não se podia perceber se era um *coupé* de luxo ou um carro da Misericórdia, se era uma traquitana de praça ou um *landau* do presidente.

Não se separavam bem as pessoas e as coisas; o que se via era aquele ajuntamento, aquela aglomeração, que lá do alto parecia ser uma existência, uma vida, feita de muitas vidas e muitas existências. Não era o palacete ou o cortiço, não era o patrão ou o criado, não era teatro ou cemitério, não era

capitalista ou mendigo; era a cidade, a grande cidade, a soma de trabalho, de riqueza, de miséria, de dores, de crimes, de quase quatro séculos contados.

O bonde chegou ao largo do Guimarães, e d. Edgarda se viu novamente mergulhada numa atmosfera urbana. Uma praça cercada de casas, *rails* a cruzarem-se, bodegas, armarinhos, um cenário de praça de cidade pequena. O veículo continuou e agora lhe veio pensar para onde marchava aquilo tudo, para que fim, para que destino se encaminhava o resultado de tanto trabalho e de tanta inteligência empregados na criação, na edificação daquela imensa colmeia humana. Pensava, mas não viu nenhum; não quis, porém, o seu espírito acreditar que tudo o que aquilo representava de inteligência, todo o amor acumulado ali, todo o sofrimento que porejava daquelas paredes e se evolava daqueles telhados, não se destinassem a um remate, a um destino superior qualquer.

Contudo, no instante, a sua meditação se resumiu em sentir a inanidade das nossas criações e teve a imensa visão do inútil dos nossos esforços para o bem e para o mal.

O bonde galgava a montanha relinchando longamente, traindo o esforço que fazia, e aproximava-se da residência do dr. Macieira Galvão, governador eleito do estado das Palmeiras. Dentro de dias, ele e a família embarcariam para lá e d. Edgarda vinha fazer a visita de despedidas, na expectativa de não poder ir ao embarque.

Macieira tinha nas Palmeiras a posição que seu pai tinha em Sepotuba e admirava-se que a sua finura consentisse naquela partida, em vésperas de grandes acontecimentos políticos. Bentes já declarara pelos jornais que era candidato, deixando até o ministério. Xisto, o outro ministro que era candidato oficial, resignara a candidatura; e, pelo que diziam, tratava de aderir a Bentes, como estava fazendo toda a gente, oposicionistas e governistas. Não julgava de bom alvitre Macieira abandonar o centro e deixar que Bentes fosse cercado pelos seus adversários. Não lhe diria nada. Que tinha com isso? Seu pai já devia ter tomado as precauções necessárias e era o bastante. Quanto ao marido, ela estava sossegada, pois o seu pai saberia escorá-lo. O terremoto não chegaria a abalá-lo; e ele, até ali tão assustado, vivia tranquilo e sem medo algum. Ainda agora, pouco antes de sair, tivera ocasião de verificar. Vestia-se quando ouviu que a chamavam:

— Edgarda! Edgarda!

Compôs-se um pouco, escondeu entre as rendas da camisa as suas firmes espáduas, e foi ver o marido no aposento próximo.

— Como é que se diz, Edgarda. É *thalwég* ou *thálweg*?

Disse-lhe, e Numa continuou tranquilamente a estudar o discurso que devia pronunciar brevemente. A mulher ainda se demorou um pouco a ouvi-lo, a apreciar o seu minucioso estudo da peça, que ele recitava, quase toda de cor, com a sua voz, às vezes áspera, mas volumosa, articulando nitidamente as palavras.

O bonde avizinhou-se mais; Edgarda saltou e desceu em pouco uma rua transversal que escorregava suavemente pelas abas do morro. Metros após descansava a sua longa mão enluvada no botão da campainha que brilhava no portão de um amplo *chalet* risonho.

A casa toda era cercada pelo jardim e a varanda ao lado desaparecia sob um dossel de trepadeiras. A mulher de Numa ficou à espera um instante. Antes que o criado lhe viesse atender, uma outra pessoa, um rapaz bem-apegoado, bigodes encerados, surgiu à varanda a modos de quem ia sair.

— Por aqui, d. Edgarda?

Desceu a pequena escada e veio abrir o portão que dava para a rua.

A visita pôde responder:

— É verdade, venho despedir-me... D. Celeste não está, dr. Felicianinho?

O moço, sempre sorrindo, afirmou que estava e levou-a até o interior da casa. Ainda não era doutor, mas estava no fim do curso. Sabia-se mal a origem da grande proteção que gozava aquele rapaz da família de Macieira. Vindo do interior, a estudar no Rio qualquer coisa, aí pelo segundo ano de Engenharia, começara a frequentar a casa e dentro de seis meses nela se instalara completamente. Recebia da família tudo de que necessitava: roupa, livros, dinheiro e corria que isso obtivera devido à paixão que inspirara à velha d. Alice, mãe de Macieira Galvão, de quem se fizera amante.

Ao encontrá-lo no portão, Edgarda pôs-se por instantes a imaginar como aquele moço de vinte e poucos anos, tão elegante, quase bonito, podia viver com uma velha de quase setenta, uma ruína, inteiramente escorada pelos postigos e ingredientes.

Via-o já formado, colocado, casado, subindo e compreendeu então a natureza de seu amor e a razão de sua complacência.

Não era a primeira vez que ali vinha; e, da sala em que estava, conhecia bem as alaias e móveis. Tudo era caro, senão de gosto; mas, da forma que estavam arrumados, não tinham nada de inteligente ou artístico. Resumava de tudo uma exibição de riqueza, uma necessidade de provar fortuna, mas nunca um sentimento superior de luxo, de arte, de conforto ou gosto.

Não custou em vir ao encontro da amiga, d. Celeste. Entrou com aquela sua bonacheirice roceira, risonha, contente e foi toda aberta em alegria que falou à amiga. Havia cerca de vinte anos que passava pelas altas camadas, que a comprimia o código de várias cerimônias de sociedade, mas guardava intactas todas as qualidades e defeitos de sua educação de fazenda. De gostos elementares, sem compreensão para as altas coisas, com fraca energia de sentidos, d. Celeste era virtuosa e casta; tinha, entretanto, as ridículas arrogâncias de nossa nobreza campestre — uma dureza e um certo desdém em tratar os inferiores, um sentimento de propriedade sobre eles e um séquito atroz de pequeninos preconceitos e superstições.

Apesar disso, era generosa e caridosa. Sendo assim, à primeira vista era simpática; e quem a analisasse cuidadosamente, achá-la-ia um pouco ridícula, mas sempre simpática. Em a examinando bem, sentia-se perfeitamente tudo o que ela tinha de mau e estreito dentro de si, tudo o que o seu feitio de espírito representava de peso morto na nossa sociedade; por momentos, porém, havia profundas modificações no seu caráter e ela se manifestava em grandes atos de verdadeira grandeza que brotavam da sua exuberância sentimental.

— Eu não esperava você hoje, minha querida Edgarda. Julguei que viesse nas vésperas...

— Desde a semana passada que quis vir, d. Celeste. Quando é o embarque?

— Minha filha, não sei bem... Esses negócios de política andam tão atrapalhados... Macieira está com pouca vontade... Quer ver em que param as modas... Por mim, não tenho grande vontade.

— É grande, a capital?

— Qual! É menor que Niterói.

— É Niterói sem o Rio perto, não é?

— O quê? — fez d. Celeste, sem compreender. — Quinze dias de viagem! Não há bondes, não há água...

— Compete ao dr. Galvão por isso tudo.

— Qual! Há tempo para isso? A política monopoliza tudo. É um coronel que quer isso, é um deputado que quer aquilo... Há as brigas. Demais, a renda é pequena, não dá...

— E é saudável?

— Lá isso é; mas não é a cidade que me aborrece. É aquela gente. Que gente!

E fechou a fisionomia cheia de desprezo e desgosto.

— D. Celeste, que tem a senhora com eles?

— Que tenho? Invadem o palácio... Aqui, ao menos, a gente está isolada, não precisa estar a toda hora em contato com eles; mas lá — não há outro remédio!

D. Celeste, após uma pausa, refletiu:

— Os deputados e governadores não deviam estar em dependência tão estreita desse povinho — não acha você, Edgarda?

— Creio, mas... Dizem que eles devem ouvir todo o mundo, para bem representar a vontade do povo, por quem são eleitos.

— O povo! Eleitos! Nós é que sabemos como é isso, minha cara Edgarda; nós sabemos disso...

A mulher do senador Macieira riu-se sublinhando a frase; a visita, porém, não a acompanhou inteiramente no seu ceticismo pelo nosso aparelho político.

D. Alice, a mãe do senador, vinha entrando, ereta, alta, lembrando ainda o gesto senhorial e distinto, o *donaire* que devia ter em moça. As massagens não conseguiam disfarçar as rugas da velhice, mas as pinturas davam aos cabelos o vivo negror natural.

Contudo, havia nos olhos alguma coisa de moço; um certo calor, uns fortes reflexos luminosos que aqueciam a sua fisionomia, que nevava. Ainda era uma bela velha, cheia de naturalidade de gestos e encanto de maneiras.

Depois dos cumprimentos, d. Edgarda perguntou à velha d. Alice:

— Então, d. Alice vai também?

— Não, não posso. As viagens fazem-me mal, não posso suportá-las... Demais, o Felicianinho vai formar-se e eu não quero... não quero ir.

A nora atalhou:

— Você não imagina, Edgarda, a ternura que mamãe tem pelo Felicianinho... É Felicianinho para aqui, é Felicianinho para ali... Nem para Macieira, que é seu filho, nem para mim nem para o Orestes, que é seu neto, ela tem os mimos que tem para o Felicianinho.

— Ora! Vocês foram felizes: tiveram pai e mãe, e fortuna... Ele é órfão e pobre — não acha que faço bem, Edgarda? Neste mundo, a falta de amor, de carinho, faz mais mal do que a do dinheiro, não é?

— Não há dúvida que sim, mas, às vezes, também estraga — aduziu Edgarda.

— Isso é quando se trata desse amor por aí — fez a velha — mas o da mãe, nunca é demais!

Quando na rua, a mulher de Numa hesitou em se firmar na natureza do sentimento da velha d. Alice. Às vezes, parecia-lhe um simples amor de mulher; em outras, um grande amor de mãe; mas, afinal, concordou que havia as duas coisas juntas, misturadas de tal forma que não se podia saber qual dos dois sentimentos dominava.

O que mais a impressionou não foi a certeza a que ela chegou de haver em d. Alice uma curiosa mistura ou combinação daqueles dois sentimentos tão diferentes; o que mais a admirou foi a candura e a inocência que a velha revelava falando daquele jeito dos seus sentimentos pelo rapaz.

Sentia-se desculpada, perdoada, não porque amasse como mulher, mas porque amava também o rapaz como mãe; seguia-lhe os estudos, socorria-o de todo jeito, trazia-lhe sempre diante dos olhos o futuro e a glória.

D. Edgarda já estava no bonde que parou um pouco adiante para dar entrada a um senhor alto que todos os passageiros cumprimentaram. O senador Carlos Gerpes entrou no veículo com agilidade e desempenho. Olhou com aquele seu fino olhar os circunstantes, olhar sempre para a frente de quem beira precipícios. Não tardou em dar com d. Edgarda e veio colocar-se num banco adiante, de modo que lhe pudesse falar.

— Já sei — disse ele — que o Numa, hoje ou amanhã, falará sobre o orçamento do Exterior... Deve fazê-lo!... É moço e convém aparecer... Hoje, a minha atividade está reduzida; mas, na idade dele, não perdia vaza... Foi ao Lírico?

— Ainda não. Numa não tem podido ir... O senhor sabe...

— Deve ir. Que propriedade, que naturalidade! Os papéis de amorosa então ela os faz muito bem... O amor moderno... Não há aquelas imprecações, aqueles estos antigos... Oh! É perfeito!

Quem o visse falar assim e mesmo na tribuna, não suporia que toda a sua educação e instrução se fizera nos comícios, clubes eleitorais e assembleias políticas; e fora neles que aprendera desde as boas maneiras até finanças, desde noções de aritmética até literatura — o bastante para ser uma notabilidade política, com influência e vencendo todos os obstáculos à manutenção da sua situação.

D. Edgarda explicou melhor por que não tinha ido ver a famosa atriz:

— Numa anda muito atrapalhado... Muito trabalho!... Conferência com este e aquele... As coisas andam tão turvas...

— Turvas! Qual turvas, minha senhora!

Sentou-se melhor no banco e continuou com toda a simplicidade:

— A senhora quer saber de uma coisa... Olhe, minha senhora, vou lhe contar uma história antiga, mas que tem muito ensinamento.

— Para a política?

— Para tudo, minha senhora. Para tudo! Quer ouvi-la?

— Pois não, senador!

— Um negociante voltava de longe, onde fora comerciar, e trazia no navio em que estava embarcado toda a sua fortuna. De repente, arma-se uma tempestade; e, diante da ameaça do naufrágio, o negociante promete que se salvar mandará rezar em todos os altares da primeira igreja que encontrar missas em ação de graças aos santos respectivos, iluminado a igreja completamente. Feita a promessa, a tempestade amainou e é salvo. Chegando em terra, cumpre a promessa. Vai assistir às missas e repara que um canto da sacristia escuro não tinha vela. Chama o sacristão e pergunta por que não acendera o círio ali. O homem responde que ali era o lugar do diabo. Acenda assim mesmo, ordena o negociante. Foi feita a coisa e ele continuou a sua viagem. No meio do caminho, foi roubado pelos salteadores que o deixaram, por muito favor, continuar a viagem. Desanimado, o pobre seguiu; em meio à jornada, porém, encontrou um cavaleiro que lhe perguntou o nome. Respondeu, e o desconhecido, sabendo que havia sido roubado, disse: “Não se incomode, venha comigo.” Daí a pouco, estava senhor de sua fortuna. O desconhecido indagou: “O senhor sabe quem sou eu?” “Não”, retrucou o negociante. “Sou o diabo”, disse o outro; e desapareceu.

— Compreendeu?

— Pois não, senador — fez a moça entre um sorriso.

— Eu, minha senhora, não deixo nunca um canto sem vela; e creio que Cogominho faz o mesmo.

Gerpes não pôde continuar a expor pitorescamente a sua filosofia política; outro prócere da República veio tomar o bonde ao lado do colega.

— Como vais, Gerpes?

— Como vais, Martinho? Não conheces d. Edgarda?

O novo passageiro pôs o *pince-nez* e olhou a senhora com um frio olhar perscrutador, olhar de médico, de médico de consultório frequentado, e respondeu:

— Não tenho a honra...

— D. Edgarda, esposa do deputado Numa.

— Ah! Bem!... Já sei que seu marido vai falar.

— É verdade — disse a moça.

— Não convinha alongar o debate — observou Gerpes.

— É... O Bastos quer mostrar que não são só os deputados do estado dele que o defendem, mas o partido inteiro.

Abriu o *Diário Mercantil* e correu ligeiramente os olhos sobre a folha.

— Leste o artigo do Fuas Bandeira? — perguntou Gerpes.

— Li.

— Definiu-se.

— É um aviso seguro.

Nada mais disse, encolheu-se, pondo-se a ler o jornal que desdobrara. Martinho era uma das culminâncias da política republicana. Não era só a sua fama de talento e a grande reputação de clínico que lhe davam um grande prestígio; concorria também para isso a estranheza de sua vida e dos seus gostos.

Alcandorado em um casarão, vivia sibaritamente isolado, cercado de livros, de curiosidades e de sapos. Tinha uma coleção de batráquios de todas as regiões do globo; sapos gigantes, sapos minúsculos, sapos com chifres, sapos com cauda, até um imenso e desmedido sapo, remanescente de uma idade morta, adquirido por alto preço a um paleontologista americano.

Em matéria de amor, era curioso. Não conquistava, não namorava, não flertava, não amava: comprava. Tal dama assim que desejasse, mandava dizer: dou tanto. Às vezes, era um encontro rápido, um cochicho; em outras, o capricho vinha e o caso demorava meses.

Tinha em si o enfado de Tibério, mas sem ter a sua grandeza monstruosa. Faltavam-lhe o tempo e o sentimento artístico, para selar seus atos com uma exuberância impudica. Moço, trabalhara muito; e feio, vivera sempre à parte das mulheres. Chegando à grandeza, à riqueza, vingava-se, tratando a metade da espécie com mais desprezo que os sapos dos seus tanques.

Por vezes, sentia remorso do seu proceder e o arrependimento vinha todo carregado de ingênuas manifestações sentimentais. Foi talvez em uma dessas crises que, quando ministro, o fez determinar que o busto da República, mandado esculpir para o seu gabinete, tivesse a feição de uma das suas amantes mortas.

Gostava da fama de frio, de cético, de cruel, mas o que havia de exato era um cansaço, um esgotamento do seu forte sentir por muito tempo sopitado e nunca bem encaminhado.

Edgarda considerou um pouco aqueles dois homens. Martinho lia com a cabeça baixa, pescoço enterrado, jornal quase sobre os joelhos; Gerpes tinha o

pescoço em pé e o *pince-nez* à altura dos olhos. Neste a audácia espontânea; naquele, o cálculo laborioso.

A esposa de Numa ainda olhava a cidade que a esperava lá embaixo. O bonde caminhava e agora era o esforço para detê-lo na descida que o fazia guinchar os trilhos.

O acaso que traçou a cidade parece ter deixado aqui e ali pequenas ruas, travessas, becos, próprios aos amores que não querem ser suspeitados.

Ao lado das ruas principais, ficam o seu sossego e discrição para asilar os amorosos, evitando-lhes grandes rodeios e afastando as suspeitas de quem os vê por elas.

Casas há ainda mais favoráveis aos que amam fora da lei; são as que têm duas ou mais entradas para ruas diferentes. Essas, porém, só são achadas nas ruas centrais, onde o temor de encontrar conhecidos não permite que os apaixonados prudentes as procurem.

Contudo, os mais afoitos e menos cautelosos não as desprezam; e, das ruas centrais, escolhem aquelas mais compridas, as que se alongam até o Campo de Santana, em cujas proximidades, então, armam seus ninhos carinhosos.

Essa espécie de amorosos são os médios, aqueles que dispõem de pequena fortuna ou razoáveis rendimentos; aqueles, porém, que têm maiores recursos fogem dos caminhos batidos, procuram asilos mais seguros e confortáveis.

Escolhem essas travessas mortas em ruas de pouco movimento e a pouca distância da cidade, onde, em um pulo, se possam encontrar e de onde, em dez minutos, possam voltar à rua do Ouvidor.

Há sempre uma velha ou um casal complacente, antigos fâmulos da casa, protegidos da senhora ou do amante, que simulam à vizinhança serem donos da casa e acolhem generosamente o amor clandestino.

A nossa população é bisbilhoteira; os nossos vizinhos estão sempre a saber o que fazemos e nós o que eles fazem, de modo que é preciso precauções de estrategista, planos de peles-vermelhas para despistar a vigilância gratuita dos curiosos e fazer calar as suspeitas de sua bisbilhotice idiota.

Quem visse d. Edgarda, após descer um pequeno trecho da ladeira de Santa Teresa, tomar um bonde do Rocio Pequeno, havia de julgar que ia apanhar a condução que a levasse ao Rio Comprido ou à Tijuca, par fazer alguma visita. O seu ar natural, a sua atitude de inteira tranquilidade davam a entender que continuava a cumprir os seus deveres sociais de grande senhora; entretanto, antes que o veículo começasse a trepar a ladeira que existe quase ao fim da velha azinhaga de Mata-Cavalos, ela saltou muito naturalmente,

apanhou a calçada, dobrou esta e aquela rua e entrou com segurança em uma casa modesta, muito pobre de aparência.

Nem preciso era que ela desconfiasse e tomasse precauções, porquanto a rua estava deserta e silenciosa, como sói sempre estar a qualquer hora do dia e da noite. Acresce mais que a casa era conhecida e os seus habitantes sabiam perfeitamente que lá residiam uma velha rapariga e uma filha que viviam de costuras, além do filho que trabalhava como embarcadiço de um paquete.

A sala tinha uma pobre mobília e sobravam utensílios de costura. Havia máquinas, manequins, uma mesa para o corte, figurinos, e a mãe e a filha, uma na máquina e a outra à tesoura, trabalhavam distraídas.

Ambas não tiveram a menor surpresa em ver Edgarda entrar, parecia que a esperavam e corresponderam com simplicidade ao cumprimento que lhes fez.

A moça costureira franziu um pouco a fisionomia, mas a velha tornou-se logo alegre e foi falar familiarmente com a mulher do deputado. Conhecera-a menina, criara-se na casa do avô, e sempre encontrara na moça uma amiga, uma protetora para os seus tristes dias de viúva pobre.

— Benevenuto já veio, Carola?

— Já, Edgarda. Está lá dentro.

— Você já acabou aquela saia?

— Cortei, mas não sabia se você a queria com pressa mesmo.

A filha, que até ali se mantivera calada, acudiu:

— É aquela *salmon*, mamãe?

— É.

— Pode ser provada. A senhora quer?

Não teve tempo de responder, pois a velha lhe perguntava:

— Edgarda, que barulho vai haver?

— Barulho?

— Negócio de política. Não é, Lívia?

— Corre aí... Não sei...

— A candidatura do general?

— Sim, mas dizem que o “velho” deixa.

— Deixa? Quem disse isso a você?

— Benevenuto.

— Vou falar com ele. Com licença!

Edgarda atravessou o corredor e foi à sala de jantar. A casa era pequena, não tinha mais que duas salas e dois quartos, dando um destes para a sala de jantar. Havia de permeio aos aposentos uma área que iluminava mal, tanto um

como outro quarto. Mas, assim mesmo, a casa bastava para o destino que tinha merecido.

O primo já estava no interior quando Edgarda lá entrou. Ao vê-la, ele se levantou e um instante beijaram-se, sem dizer palavra.

Parentes próximos, conhecidos desde meninos, o amor só brotou neles depois do casamento da prima. Nunca se haviam conhecido bem, nunca se tinham compreendido; e, nela, o matrimônio como que lhe deu outro sentido, uma antena que descobriu no primo o que lhe exigiram a imaginação e a inteligência.

Casada, um pouco das suas ideias de menina e de moça evoluiu; se os desejos de notoriedade do marido não se foram também, é porque neles havia muito de seu amor-próprio pessoal e o seu casamento fora determinado por esse mesmo sentimento.

Se o marido não quis em começo corresponder a esses desejos, era, entretanto, bastante plástico para ser modelado por eles; o primo, porém, com uma personalidade mais forte, em que sobravam tantas aptidões, não seria capaz de plasmá-los; e sempre mostrara pelos políticos uma indiferença, senão um desdém superior.

O ambiente familiar, as preocupações do pai, as suas conversas, o modo por que, aqui e ali, se referia a ele, fizeram com que a menina Cogominho concordasse, partilhasse essa forma de ver do pai e mesmo o tornasse incompreensível a seus olhos. Tudo isso afastou-a do primo; e do pai, esse sempre vivera afastado, mas sem ódio nem rancor.

Referia-se o senador ao primo afim com condescendência de pai de filho pródigo. Bom rapaz, dizia ele, mas boêmio e extravagante.

Nada mais dizia a respeito do parente e parecia incomodar-se muito pouco com as opiniões e ditos que proferia ou citava. Nunca se indignava, nunca o censurava e, se uma frase era mais atrevida, fechava a conversa com um — Ora! Você! — e emendava outro assunto. Certa vez, não foi com ele mesmo, mas com um dos seus deputados, que Benevenuto dissera:

— Essa política é desonesta.

— Desonesta! Por quê?

— Por quê? Porque vocês se propõem a fazer a felicidade do país, coisa de que vocês estão convencidos que não fazem, nem tentam de modo algum fazer.

Essas e outras opiniões chocavam a moça, ameaçavam desmontar ou perturbar o seu sistema de ideias; e Edgarda evitou um pouco o primo, sem odiá-lo, sem aborrecê-lo, mas por temê-lo um pouco.

De volta de Sepotuba, esquecida ou já não tão dominada pelas suas primeiras concepções, acolheu o primo com grande efusão, admirou-o, apagando de todo a ponta de diabolismo que encontrava nele, e amaram-se sem saber como, sem determinar o começo, ora parecendo amor antigo, ora recente capricho.

Encontravam-se há quase um ano naquela casa discreta, graças à complacência de uma velha conhecida, quase pessoa da família de sua mãe, que lhe prestava aquele serviço mais por dedicação do que por interesse de outra ordem.

Edgarda tirou o chapéu, foi se desabotoando com o auxílio do amante, — tudo muito vagarosamente, com preguiça e sem nenhum ardor; Benevenuto disse-lhe:

— Sabes, Edgarda, que o “velho” vai resignar?

— Não.

— Pois vai, se não resignou já.

— Quem te disse?

— O Inácio Costa... Ele anda sempre informado, vive nos bastidores — ele e o teu primo Salustiano.

— Salustiano? Que tem ele com essas coisas?

Em corpete, colete descansando no toucador, ela sentara-se a uma cadeira, uma perna sobre a outra, e deixara um instante de desabotoar as botinas.

— Que tem?!

— Você é que não adivinhou. Tola — disse ele, beijando-a —, ele quer é deslocar teu pai.

— Como?

— É muito simples. Quem dá prestígio a teu pai?

— O partido... Os eleitores...

— Que eleitores! É o governo federal! Que faz Salustiano? Adere a Bentes, desde já; blasona influência; Bentes fica amigo dele; faz-se presidente e transfere o apoio para Salustiano. Admiras que não tenhas visto isto logo!

— Desconfiava, mas...

— Pensavas que Bentes tinha que contar com seu pai?

— Era isso.

— Tinha, não há dúvida; mas não tem. Teria se fosse candidato normal, então trocariam favores; mas Bentes, de qualquer modo, sobe por uma revolução. Dispensa eleição, Congresso, etc. É o que diz o Inácio Costa e é o que se está passando.

A visão daquela insólita queda do pai pareceu-lhe uma desfeita, um insulto; e conquanto ele pudesse prescindir dos proventos dos cargos, viu no fato uma humilhação à idade e à respeitabilidade do pai. Tirou uma das botinas e exclamou com raiva:

— É um desaforo!

— Precisa manha, meu amor. O que teu pai deve fazer e os outros também é fingirem grande dedicação a Bentes, fazê-lo prisioneiro, simular admiração pelos seus talentos, e convencê-lo de que é normal sua ascensão. Mas para isso devem exagerar, exagerar tudo, o prestígio que têm.

— Como?

— Com telegramas, retratos nos jornais, artigos, manifestações... Queres saber de uma coisa?

— Que é?

— Desde já vocês devem tratar de organizar uma manifestação a teu pai.

— Como?

— Fala ao Lucrécio, fala ao Inácio Costa...

— Inácio!

— Sim. Ele quer é pôr o nome em evidência... Fala a eles... Vamos tratar de outra coisa.

A moça já tinha desfeito a sua *toilette* quase inteiramente e o seu colo nascia por entre as marulhosas ondas rendadas da camisa. A preocupação não a deixava.

— Deita-te.

— Mas...

— Não pensa mais nisto. O fim do mundo ainda não chegou...

Ela quis afastar a obsessão, a teimosa ansiedade; mas voltava-lhe à ideia o “tombo” na influência paterna, enchia-se um momento de indignação sobretudo contra o tal Salustiano, um seu parente! Tomaria o lugar de seu pai? Como havia de olhá-lo? Já não quisera ridicularizar o marido?

— Ah! É verdade! Lembrou-se ela.

— Que é, meu bem?

— Já fizeste aquilo?

— Ora! Não te esqueças...

— Não se fala em outra coisa. Ainda agora, no bonde de Santa Teresa...

— Onde foste?

— À casa de Macieira. Por sinal vi o Felicianinho... Está bonito!

— Casa-te com ele.

— Só quando eu tiver setenta anos.

Riram-se brevemente e Benevenuto perguntou:

— Quem encontraste no bonde?

— O Gerpes e o Martinho, que me falaram em Numa... Já fizeste?

— Edgarda, és muito egoísta!... Ainda não me beijaste e...

— Perdoa, meu bem! Tu sabes... É...

E os dois se beijaram longa e fartamente.

V

Bogoloff vivia ainda na casa de Lucrécio Barba-de-Bode. Esperava este que o seu partido subisse para colocar convenientemente o doutor russo. A sua esperança era cega; tudo marchava para tal desenlace. O velho presidente resignara o poder e o seu substituto subira à presidência hipotecado aos partidários de Bentes. A população não podia compreender aquele desmoronar de castelo de cartas; não entendia que o governo, pelo seu mais poderoso representante, estivesse assim exposto a uma despedida tão ultrajante; não atinava com o motivo por que um dos seus ministros se pusera, de instante para outro, em franca rebeldia contra o presidente; e não atinava por que a explicação não podia ser achada senão com o exame vagaroso dos detalhes.

Com os novos governantes, o pavor do começo transformou-se em uma falsa alegria de encomenda. Os jornais pululavam; nasciam e morriam, com a publicação do retrato do herói; os ágapes, os banquetes, eram diariamente anunciados, telegramas e cartas congratulatórias eram publicadas, e polianteias, e biografias. Pelino Guedes fazia discípulos e eram legião. Todos riam-se, mas riam falso. Um riso de prostitutas em orgia sesquipedal. Houve a indústria das manifestações e Lucrécio aproveitou muito com ela, enquanto os seus serviços não eram encaminhados mais eficazmente. Havia necessidade de fazer crer ao povo que a opinião desejava ardentemente a emissão do Messias nas rédeas do Estado, e o povo faz-se graças à necessidade, graças à ilusão do Estado e à simplicidade dos esmagados.

Bogoloff pôde ganhar algum dinheiro, escrevendo artigos para jornais de pouca vida; meteu-se aos poucos no torvelinho dos que se agitavam à espera do reino dos céus que Bentes vinha realizar sobre a terra; e o populacho, as crianças e mulheres sobretudo, fossem de que condição fossem, viam a agitação daqueles possessos como mau agouro. Essa gente não quer coisa boa; parece que tem o tihoso no corpo, diziam.

A mulher de Lucrécio não se cansava de dizer-lhe: Toma cuidado, Lucrécio; esse homem não é bom. Olha o que ele fez com o “velho”...

Lucrécio não ouvia a mulher, mas estremecia com a lembrança dela e fazia fugir a má profecia com argumentos tirados dos jornais da situação. O russo não se entusiasmava; vivia e, por viver, foi que prometeu ir à manifestação que se fazia a Neves Cogominho naquela noite.

Inácio Costa, com quem travara conhecimento, era presidente da comissão e dissera:

— Doutor! Não deixe de ir! Precisamos acabar com os conselheiros, com o tartufismo deles... A sã política é filha da moral e da razão... Vá! Há bondes especiais.

Ele começava a conhecer a atividade política, os seus bastidores, as suas retortas de fantásticas transformações.

Essas presenças, essas atenções, enfim, esse ritual de salamaleques e falsas demonstrações de amizade influem no progresso da vida política. Como havíamos de subir, ou, pelo menos, de manter a posição conquistada, se não fôssemos sempre às missas de sétimo dia dos parentes dos chefes, se não lhe mandássemos cartões nos dias de aniversário, se não estivéssemos presentes aos embarques e desembarques de figurões? Fora daqui as notícias desses atos têm grande repercussão e infinito alcance; e, de resto, às vezes, um bota-fora decidia uma reeleição. Vejam só o que aconteceu com o Batista. Estava nas boas graças do Carneiro; mas, no dia do embarque deste para Pernambuco, deixou de ir. Carneiro notou e, quando Bandeira quis incluí-lo de novo na chapa, opôs-se tenazmente.

Os chefes não admitem independência, nem mesmo nos embarques. Os pequenos presentes mantêm as amizades; mas, na política, não são só os presentes que mantêm as relações; é preciso que os poderosos sintam que gravitamos em torno deles, que nenhum ato íntimo de sua existência nos é estranho, que o natalício dos filhos, o aniversário de casamento ou formatura se refletem no movimento e como que perturbam a órbita de nossa vida.

Numa, que sabia bem disso tudo, foi alma das muitas manifestações que se realizaram naquela época. Sempre tivera a visão nítida desse feitio da vida política; nunca a vira pelo lado épico ou lírico, e estava no seu elemento. Concebera a existência claramente e graças a essa concepção estava seguro na vida, rico pela fortuna da mulher e tratava de segurar-se quanto à parte de deputado.

Desde menino, sentira bem que era preciso não perder de vida a submissão aos grandes do dia, adquirir distinções rápidas, formaturas, cargos,

títulos, de forma a ir se extremando bem etiquetado, doutor, sócio de qualquer instituto, acadêmico ou coisa que o valha, da massa anônima.

Era preciso ficar endossado, ceder sempre às ideias e aos preconceitos atuais. Esperar por uma distinção puramente pessoal ou individual era tolice! Se o Estado e a Sociedade marcavam meios de notoriedade, de fiança, de capacidade, para que trabalhar em obter outros mais difíceis, quando aqueles estavam à mão e se obtinham com muita submissão e um pouco de tenacidade?

Era preciso dominar e, na sua espessa mediocridade, esse desejo guiava todos os sentimentos e matava outra qualquer veleidade mais nobre.

Qual o alcance das manifestações com que os detentores da política contraminavam os ataques dos seus prováveis adversários, naquela hora de mútuos enganos. Numa viu claro e organizou a que se fez ao sogro com tal jeito que ninguém suspeitaria de sua ação preponderante nela. Inácio Costa, aliado de Salustiano, sequioso de aparecer, de fazer gravar o seu nome na memória de Bentes, não trepidou em ir ao encontro de suas tenções; e, sem que o deputado lhe desse a mínima ordem, fez-se presidente da comissão organizadora, obteve os fundos num ministério complacente e o público indispensável para as aclamações.

A homenagem a Neves Cogominho foi anunciada nas folhas com grande gasto de palavras campanudas. O *Diário Mercantil*, o jornal de Fuas Bandeira, publicou-lhe o retrato num *cliché* de cerca de página e um artigo de Quitério Barrado mostrava perfeitamente a paridade que havia entre o senador de Sepotuba e o coronel da guarda nacional americana Heatgold, caçador de onças e celebridade do momento. Quitério tinha gostos de Plutarco, mas de Plutarco atual; e procurava sempre estudar as vidas dos poderosos em evidência, pondo em paralelo a de outros poderosos também em evidência. Neves nunca houvera caçado onças, a não ser nos arredores de Petrópolis, quando tomou parte numa partida venatória do fidalgo Clube de Santo Huberto.

A nobreza da cidade de Piabanha, nobreza bem documentada por um d'Hozier ignorado, resolvera reunir-se para dar pasto ao aristocrático *sport* de seus maiores. É verdade que não tinha coutadas nem tapadas nos seus castelos, mas os fidalgos da serra substituíram-nas por um capoeirão de carvoeiros dos arredores. Não houve cão vagabundo, *loulous* de todas as Pomerânias, *basset*, *caniches*, que não fosse convenientemente açaimado e a *meute*, fidalga, fidalgos, cavalos, piqueiros, monteiros, veadores e mais trem de caça grossa partiram a montar javardos, lobos, onças e outras feras daqui e da Europa. Obedecidas

todas as regras, coube a Neves Cogominho abater o javardo ou o que fosse; e, fincando as esporas, foi esperá-lo na trilha que as trombetas dos monteiros indicavam como sendo a da passagem do animal enfurecido. Atirou, desmontou para dar-lhe o tiro da graça; e descobriu então que havia matado um bezerro complacente que uma máscara adrede transformara em onça.

Há nas antigas crônicas de caça narrativas de intromissão de gênios malfazejos, para operar tão estranhas transformações; mas, daquela vez, não foram eles e sim a cautela e a prudência dos organizadores da partida para atender à falta absoluta da onça adequada.

Essa proeza de Neves foi notada e ele não a quis repetir para que não houvesse o desencanto. Cogominho era homem sério, cheio de responsabilidades do seu cargo, silencioso, olhava com doçura e segurança, e não lhe parecia bem arriscar-se assim aos dentes das feras — ele que esperava ocupar a presidência para a felicidade do país.

De resto, ganhara corpo, o ventre lhe crescera e juntou-se tudo isto ao nasóculo, para se ver como ele era impróprio para montar a cavalo e repetir aquela proeza cinegética. Quitério, que tivera notícias dela, não a esquecera no seu artigo e foi a paridade encontrada por ele muito gabada pelos entendidos em Psicologia, Filosofia, Semântica e escrituração por partidas dobradas.

O palacete do senador, inteiramente aberto e iluminado, fulgia no fundo do longo jardim. Perdidos na massa escura dos canteiros, glóbulos elétricos multicores brilhavam amortecidos, abafados.

As pessoas mais chegadas, os chefes políticos e os seus subordinados, os admiradores e os últimos amigos já lá estavam esperando a manifestação.

Erravam pelas salas da casa os nomes mais em evidência na política nacional e seus asseclas. Até o Clodoveu Rodrigues, que se julgava um futuro oposicionista, lá estava. Era curioso esse Clodoveu, no físico e no moral. Muito alto e esguio, tinha um semblante triste e pensativo. O seu longo nariz de corte aquilino, não fazia lembrar uma águia, mas uma cegonha, em postura meditativa de estampa, à qual houvessem cortado uma grande porção de bico.

Rico, talvez, solteiro, cheio de dourados e posições, de filigranas e enfeites, temia as aventuras amorosas do seu mundo. Fosse por timidez natural ou medo de comprometimento, o certo é que não se murmurava nada a respeito de sua atividade sentimental. Ia à Citéria cautelosamente...

Na sua concentrada tristeza, havia algum mistério de coração, que não tomava a proporção de um cínico desafio às convenções e aos preceitos, porque o deputado abafava o homem.

A presença de Clodoveu ali causava certa surpresa, pois as suas ligações com o presidente decaído obrigavam-no a ficar na oposição; no entanto, ele passeava de uma sala para outra, lentamente, fleumaticamente, pachorrentamente.

Lá estava também o J. F. Brochado, um curioso tipo de político, como quase todos os de sua raça, seco d'alma, mas como pouco deles agitado, a fazer praça de honesto, tendo sempre uma cauda de bajuladores, aos quais, nos momentos de poder, fazia, indiferentemente, contínuos e juizes, deputados e escriturários, engenheiros e carimbadores, conforme fosse o momento, a ocasião, a vaga, sem atender a saber ou o que quer que fosse.

Seguia-o sempre o seu amado secretário, uma múmia peruana, untada de pinturas e a enxergar por uns óculos negros, sombra que não o deixava um único instante. Era poeta de modinhas e orador hilariante.

Havia também o Carlos Salvaterra, senador, homem lido e inteligente, mas escravo da política e escondendo em caprichos de *toqué* a escravatura que pesava na sua consciência.

Seria difícil não encontrar ali Fuas Bandeiras. Ele lá estava com sua careca lustrosa e o seu ar atrevido de pirata argelino, a sugar o seu indefectível charuto. Ele era curto e atarracado como, em geral, os campônios portugueses.

Alem destes, também lá se encontravam o general César Japuí, um crente do nosso misticismo militar, convencido de que a sua qualidade de general, unicamente ela, dava-lhe capacidades superiores de governo e administrador; o Sarmento Heltz, fino e cauto, que todos naquele meio julgavam precioso e raro como uma raposa polar; o gordo Pieterzoon, o deputado Costale, mais conhecido por Xandu, que andava sempre à cata do emprego de ministro, o general Forfaible, o senador Macieira e outros mais. Muitos tenentes.

Numa providenciava; e Quitério, o autor do epinício do *Diário*, não parava em grupo algum. Desenterrava o pescoço da caixa óssea, e partia deste para aquele, dizendo aqui isto, ali aquilo, saltitando, como um tico-tico à cata de migalhas.

Souza conversava com Numa. Este Souza tinha uma reputação suspeita: diziam que o seu ofício consistia em evitar que nossos jupiterzinhos políticos tivessem o trabalho de se transformar em cisnes, em chuva de ouro, como o do Olimpo grego. Entrava, porém, em toda a parte, nas principais salas e era ele agora que conversava com Numa, informando-o quem era aquela interessante pessoa.

— Não conheces? É um rapaz de muito talento...

— Esses talentos...

Numa não gostava dos talentos, não os invejava; não gostava mesmo, achava-os prejudiciais à vida, fracos para obter a mínima coisa, orgulhosos e exigentes e, como que a perturbar a existência dos felizes, com a atenção que se devia a eles.

— Não gostas dos talentos? — perguntou Souza, que tratava assim, intimamente, a maioria dos políticos.

— São muito pretensiosos, não se submetem a ninguém e não amam a ninguém.

— Quem ama alguém?... Aquele que estás vendo sempre disposto a submeter-se. Muda de donos, mas se submete... — observou o deputado Barbosa, que se aproximava.

Numa não insistiu com o colega de bancada. Ele o sabia mordaz na familiaridade, fácil em aguçadas ironias e encarniçado no cinismo resignado. Fora eleito porque, tendo publicado um trabalho histórico de valor, Neves quisera mostrar que a sua oligarquia sabia aproveitar os talentos humildes. Era *leader* da bancada, em que havia um tio de Cogominho, um cunhado, ele, Numa, genro, e outros que não eram propriamente parentes. Barbosa eleito, julgou que o melhor meio de manter a posição era apagar-se completamente e assim fez.

Numa afastou-se e procurou outras rodas.

A manifestação não chegava e aquela gente fina ansiava pela sua chegada e a sua dissolução, para que ficassem à vontade, longe da presença daqueles vagabundos que deviam compô-la.

Quando Numa se aproximou de Xandu, este dizia a Bogoloff:

— Meu caro doutor, se eu for ministro, creia que hei de aproveitá-lo convenientemente. A República precisa de sangue novo... Veja só os Estados Unidos... Não acha, dr. Numa?

— Perfeitamente.

Costale, o Xandu — como era conhecido entre os políticos — julgava-se *yankee* e isto por dois motivos: por falar muito depressa e usar o bigode raspado, moda que bem pode ser romana ou napoleônica.

Desde muito que o casarão do velho Gomes não era aberto assim de par em par e não recebia tanta gente. Neves sempre fora parco em recepções e não gostava das grandes, em que uma multidão se move nas salas, quase sempre de desconhecidos. Sua tia, d. Romana, gostava desse aspecto da vida familiar e tinha a simplicidade roqueira de receber quem quer que fosse prazenteiramente.

A sua velhice adiantada, porém, fizera espaçar aos poucos os grandes bailes do poderoso político; ficaram raros, até mesmo quase suprimidos depois do casamento de Numa.

A velha d. Romana, com a volta, naquele dia, do esplendor da antiga morada, remoçou, tornou-se ativa e não cessava de ir de uma sala para outra, perscrutando os desejos dos convidados. A neta conversava com algumas amigas, sem deixar o lugar que ocupara logo em começo. Procurava sopitar a impaciência com que esperava a chegada dos manifestantes, mas d. Celeste adivinhara-a e observou:

— É mesmo uma maçada, minha filha. A política — que coisa! Você deve ter gastado muito!

— Alguma coisa...

— Alguma coisa! Eu é que não queria receber dessas manifestações... dão no bolso! Todo o mundo quer ser político. É porque não sabem quanto custa.

Mme. Costale, esposa do Xandu, aventou por aí:

— Tudo é assim, d. Celeste: visto de fora é muito fácil, mas cá do lado de dentro é que são elas... Xandu, só em “facadas” gastou o ano passado um terço do subsídio... Pensam que os políticos ganham muito, mas é um engano.

— Ganham alguma coisa — disse d. Celeste —, mas gastam muito. E as manifestações?

— Cada profissão — disse Mme. Forfaible — tem os seus espinhos e não são só os políticos que ganham pouco. Meu marido...

— Sim — disse Mme. Costale — seu marido não tem que lidar com tanta gente.

— É o que me aborrece! — disse d. Celeste. — Que caras! Não sou nenhuma rainha, mas suportar gente tão malvestida... Qual! É demais!

— Edgarda — disse Mme. Forfaible — é que não se aborrece.

— Eu — acudiu a mulher de Numa — não os aborreço, nem os estimo; suporto-os e acho-os necessários.

— Pois olha, Edgarda — fez a esposa de Xandu —, se eu pudesse...

— Que é que fazia? — perguntou Mme. Forfaible.

— Mandava tudo para o Acre.

— E quem elegia o marido de você? — indagou, sorrindo, Edgarda.

— Quem?

— Isso não é preciso — disse Mme. Forfaible. — Deviam ser nomeados. Os generais não são?

— Mas os generais — refletiu Edgarda não são representantes da Nação.

— Você diz isso porque não é casada com um general... Quem vai para a guerra? O que é mais difícil: falar na Câmara ou ir para a guerra? O Manoel tem mais serviços que muitos, entretanto ainda não foi para o Supremo... É verdade! Quem ficará na Guerra, Edgarda?

— Não sei. Por ora...

— Eu sei; o Chaves ficou provisoriamente. Mas quem vai? D. Celeste sabe?

— Não sei. Quem vai para o ministério é cá o marido da minha amiguinha... E apontou com o leque para Mme. Costale.

— Ora! — fez ela com um riso chocho. — Dizem isto há tanto tempo...

— Agora vai — confirmou Edgarda.

— Você é bem feliz — disse Mme. Forfaible —, meu marido é que não arranja nada. Não tem sorte.

Com a resignação do presidente, houve grande mudança nos altos cargos políticos; essa mudança, porém, não se deu imediatamente. O substituto, temendo não satisfazer todos os seus amigos, insistira para que os antigos detentores ficassem. Poucos aceitaram e assim mesmo interinamente, para não criar tropeços ao novo governo. Davam-se vagas e era uma dificuldade preenchê-las. Acontecia que nem sempre o candidato de Bastos era de Bentes; e, às vezes, o de Bastos era inimigo de Bentes e o de Bentes era inimigo de Bastos, coisa vulgar. Um único obtivera a concomitância dos dois poderosos padrinhos, fora Xandu, que estava à espera de deixar o antigo a pasta para ocupá-la. Quanto à de chefe de polícia, o novo executivo reservara a nomeação para si. Escolheu entre seus amigos um velho compadre roceiro, arruinado, que precisava dos proventos do cargo para resgatar hipotecas. Era o dr. José Dias Chaveco, mais conhecido por Juca Chaveco, que, naquele instante, expunha a Bogoloff as suas doutrinas policiais:

— *Quá* retrato, *doutô!* *Quá* nada! Se *arguém* viu, o *marvado* pode *sê* preso, mas se não viu — *quá!* Só se outro *vié* em *contá*.

Bogoloff tinha há pouco tempo entrado no convívio daqueles homens todos; mas era tal a sua flexibilidade, a sua maleabilidade de espírito, que lhes inspirava confiança, merecia-lhes consideração e ele, em troca, os tratava com um digno respeito.

A Chaveco, havia-lhe falado em processos modernos de investigação, mas o chefe de polícia tinha a respeito ideias simples de delegado da roça. Deixou-o e foi ter ao grupo em que falava Neves Cogominho. No momento a conversa era conduzida por Macieira Galvão. Tinha andado este deveras atrapalhado

com a posição que devia tomar na política: tendo querido que o presidente, por um de seus ministros, demitisse um funcionário e nomeasse um seu parente, não fora satisfeito e pensou declarar-se em oposição; mas não o fizera francamente, mandando que um dos seus deputados o fizesse. O seu jogo fora pressentido e denunciado. Para disfarçar o insucesso, resolveu afastar-se, fazendo-se eleger governador de Palmeiras.

— Eu bem vi — dizia ele — que o “velho” não ia... não nos queria atender. Foi isso que se viu.

Fuas Bandeira confirmou:

— Era de uma teimosia de criança... Vejam só este caso da estrada do Mato Grosso... Não prejudicou as finanças?

Numa acrescentou:

— Ele se havia fossilizado nos processos imperiais da política... Há necessidade de vistas novas.

Fuas ia perguntar com jeito, alguma coisa, sobre as tais vistas novas na política, quando Pieterzoon veio interrompê-lo. Bandeira era inculto e a sua leitura ia pouco além dos jornais; mas diariamente sondava este ou aquele mais ilustrado e calcava os seus imponentes artigos nas opiniões deles, falando de Darwin, de finanças e economia política e outras coisas que nada sabia. Ele, como toda a gente, julgava Numa ilustrado e estudioso e estava disposto a surripiar-lhe algumas opiniões sobre a nova política, quando o deputado Pieterzoon cortou-lhe as vazas, perguntando ao colega:

— Numa, você ainda não disse nada sobre o caso do Espírito Santo?

— Não é preciso.

— Como não é preciso? — fez Fuas. — Vejam só o ataque do Salomão. É preciso tirar-lhe os dentes.

— Frases! Frases! — disse hamleticamente Xandu.

— Não penso assim — considerou Macieira —; não se deve desprezar os ataques dessa maneira. Fazem eco e somos prejudicados.

Neves Cogominho também era do mesmo parecer, mas Xandu observou peremptoriamente:

— Prefiro a ação às palavras.

Pieterzoon contradisse risonho:

— Mas, caro Xandu, a nossa ação são as palavras.

— Por isso estou deslocado.

— Mas não está Numa, que falará. Não acha útil, dr. Cogominho?

— Com toda a certeza, apesar dos horizontes se esclarecerem.

A conversa ainda demorou algum tempo até que se ouviram os primeiros compassos da banda militar que puxava a manifestação. Senhoras e cavalheiros vieram colocar-se na sala principal; alguns nos vãos das janelas, outros nas portas de comunicação, e Neves ficou em um dos ângulos da sala, ao centro de um grupo de senhoras e cavalheiros. O seu corpo alentado e a sua altura dominavam tudo; e ele punha as mãos sobre o ventre, esperando pacientemente. Ao lado direito tinha a filha e o genro; à esquerda, Mme. Forfaible, cor de cera, alta, modelada em *grande ténue*, com o olhar de batalha que o marido não tinha; Mme. Celeste Galvão ficara atrás, com medo dos manifestantes e pudera dizer à velha d. Romana quando foi tomar lugar à esquerda do sobrinho:

— Amanhã é que são elas! Copos furtados, *bibelots*, jardim estragado... Qual! Esta política!

Os admiradores de Cogominho penetraram no jardim:

— Viva! Viva o senador Cogominho! Viva!

E a banda, a todo o pulmão, repenicava um dobrado entusiástico e cadenciado; as lanternas venezianas, nas pontas das canas, dançavam; e tudo parecia uma longa cobra fosforescente e musical que rastejava para o palacete. Viva o senador Cogominho! Viva! Viva o general Bentes!... A multidão vinha premida na estreita alameda principal do jardim; as lanternas venezianas dançavam na ponta das canas... Viva o senador Cogominho! Viva! Viva o senador Bastos! Viva! Viva! Queimavam os fogos de bengala... Viva! Viva!

A cabeça sonora atingia a escada de pedra, afastou-se a música para o lado; cindiu-se do corpo, que coleando subiu até o salão de recepção.

Inácio Costa, suando, lenço ao pescoço, fungando o seu teimoso defluxo, vinha à frente, berrando, agitando o chapéu, bem junto de Canto Ribeiro, celebridade dos *meetings* e manifestações, tipo da cidade, renitente orador, cuja oratória consistia em berrar as mais gastas chapas do *Orador Popular*. Era também empreiteiro de manifestações e, como todo o empreiteiro que se preza, tinha o seu pessoal adestrado. Além de um núcleo forte de bravos, possuía a seu serviço moços limpos: estudantes, pequenos empregados, aspirantes a empregos — gente iludida com promessas de lugares e promoções.

Havia em Canto Ribeiro um pouco de especulação e muita sinceridade. Supondo-se orador, julgava-se com alto destino político e não pejava em ser orador de praças públicas, para abrir caminho até aos altos cargos políticos.

A sua oratória era feita de berros, de mugidos e rugidos; e, além de qualquer apuro literário, faltava-lhe também uma voz musical, numerosa, com

inflexões.

Barba-de-Bode tratou de colocar os admiradores do melhor modo. A sala era vasta, mas não pôde conter todos os manifestantes. Uma grande parte ficou pela escada e pelo jardim.

Havia de toda a gente; pobres homens desempregados, que vinham ali ganhar uma espórtula; vagabundos notáveis, entusiastas ingênuos, curiosos e agradecidos: todas as cores. Os vestuários eram os mais engraçados e inesperados. Havia um preto com uma sobrecasaca cor de vinho, calçado com uma bota preta e outra amarela; um rapaz louro, com calças bicolor, uma perna preta e outra cinzenta; fraques antediluvianos, calças de cáqui, blusas, dólmas, coletes sarapintados.

Vendo essa gente miserável, degradada física e moralmente, tão contente com a política, parecia que ela não tinha por fim fazer os povos felizes...

Os admiradores comprimiram-se, os móveis foram arredados e Canto Ribeiro começou a falar. Durante vinte minutos, expectorou as mais sórdidas banalidades sobre a república e a pátria.

Elas tiveram, porém, o grande e esperado efeito de comover Cogominho, Numa, as senhoras e provocar a inveja de Quitério, que devorou o orador com o seu olhar miúdo. Havia-lhe no olhar também a admiração pela torrente de banalidades que Canto repetia e adivinhava-se que Quitério dizia de si para si: Ah! Meu Deus! Como ele fala bem!

Inácio Costa tomou a palavra, e, em nome da comissão organizadora, disse:

Minhas senhoras, meus senhores. O digno senador Neves Cogominho tira da civilização contemporânea a dedução do estado político que mais lhe convém para a sociedade. Segue nesse ponto, desprezando a metafísica de Platão e o teologismo de De Maistre, um sistema assemelhado ao de Rousseau.

Houve alguns pigarros indiscretos na sala, mas Inácio continuou impavidamente, chegando a este curioso trecho:

Sua individualidade una e perfeita não tem limites 'extremos', destes que estes terminam, em relação a um aspecto, onde começam quanto a um outro.

Uma moça bocejou no silêncio profundo da sala; e Costa, mais seguro de si, continuou:

E, na grandeza incomensurável da promiscuidade de suas feições, sentindo a visão mística das coisas, apostolando uma fé inabalável na República, Neves Cogominho aparece com a auréola do — O MAIS DIGNO.

Canto Ribeiro berrou fortemente — Apoiado! Inácio Costa continuou com entusiasmo:

O sábio estadista que aí vedes vai sempre ao encontro do termo da equação política do momento.

Depois desta manifestação do seu saber matemático, o futuro chefe de seção precipitou o seu discurso, rematou-o, dizendo:

Nas ligeiras palavras que disse, procurei esboçar o retrato deste homem, não de perfil nem de frente; mas, como Pelino Guedes, em obra conhecida, de frente voltada para o céu, tentei retratar esse gigante político, que traduz perfeitamente a ação de um passado que se afirma no presente, como refletirá sobre o futuro, quando o historiador tiver que tratar de todo esse período da nossa vida republicana. Saudemo-lo, senhores! Ele é O MAIS DIGNO!

Houve palmas e vivas e Numa abraçou-o, dizendo-lhe ao ouvido: Estiveste muito filosófico.

Foram oferecidos, em seguida, mimos e Clódia, filha do dr. Henocanti, ofertou um ramo de flores, com doces e capitosas palavras.

Quitério tirou a cabeça de dentro do tórax e ficou estático diante da sedosa alvura da moça, da sua elegância, do seu langor, da sua atração fortemente sensual.

— Quem é?

Não lhe responderam; Neves Cogominho falou com grande simplicidade, não sem comoção e, por fim, entusiasmado com o entusiasmo dos outros, agradeceu a homenagem com períodos repassados de sentimento.

Aos circunstantes foram oferecidos “chopps” e servidos em uma sala interior. Quase houve briga, quase houve bofetadas. As mãos passavam por

cima das cabeças, por entre os corpos, por debaixo dos braços de outrem; e os copeiros não sabiam como servir toda aquela gente sequiosa.

Canto Ribeiro e Inácio Costa, vendo que a coisa podia degenerar em conflito, pois já havia uma disputa em um canto, gritaram:

— Vamos, rapazes! Os bondes vão partir!

Foram-se e, na sala, encostado ao balcão improvisado de *buffet*, ficou unicamente Barba-de-Bode.

Encostou-se e disse com gloriosa satisfação:

— Sim, agora posso beber. Não sou desses “avançadores” que só vêm às festas para beber.

Em seguida, voltou-se para o copeiro e fez familiarmente:

— Ó amigo! Dá-me uma “joça” dessas!

Sorveu o copo quase inteiramente de um trago, e foi cheio de loquacidade que pronunciou:

— Vocês sabem, eu cá sou de casa. Não preciso de manifestações para entrar... O homem é meu amigo... Todos esses tipos são “engrossadores”.

Bebeu o resto que estava no copo, e pediu:

— Mais um “chopp”.

E continuou loquaz e jovial, jovialidade e loquacidade a que não era estranho o álcool que já bebera durante o dia todo. Continuou:

— Eu cá sou amigo... Não sou um dia de um, um dia de outro. Mais um “chopp”.

Bebeu e emendou:

— Vocês viram o que se deu com o dr. Macieira... Ele está aí e não me deixa mentir... Quando o “velho” lhe andava fazendo fosquinhas, quem é que o procurava? Um ou outro. Eu cá não, sempre estive a seu lado. Mais um “chopp”.

Os copeiros serviram e ele aduziu sentenciosamente:

— Esses homens são adulados, quando estão por cima; mas, logo que rosna qualquer coisa, tudo foge. É isto. Vamos beber!

Falando e bebendo, Lucrécio sorveu bem uma dezena de copos de cerveja; mas, quando ia ultrapassá-los, passou pela sala o dr. Macieira. Barba-de-Bode correu-lhe ao encontro:

— V. Exa. dá licença?

— Que é que você quer, homem? Já bebeste como diabo, hein?

— Alguma coisa. Queria agora beber à saúde de V. Exa.

— Deixa isso para mais tarde. Agora...

Lucrécio deitou sobre o poderoso político um súplice olhar de desgosto e Macieira não achou mau dar uma demonstração de tolerante bondade pelos humildes. Disse com bonomia:

— Bem! Vá lá!

— Sr. senador Macieira — começou Lucrécio. — Neste momento solene...

E parou como se buscasse palavras, termos, imagens. Esteve um instante calado, com a boca fortemente fechada; houve um imperceptível movimento nos músculos da garganta, movimento de quem tenta engolir alguma coisa. Por esse tempo, começaram a vir da sala convivas, damas e cavalheiros, curiosos de travar conhecimento com a eloquência de Lucrécio.

Ao ver tanta gente à sua roda, animou-se e continuou: — Sr. senador — mas não pôde acabar. Veio-lhe um forte vômito e, antes que pudesse correr à janela, despejou-o ali mesmo, borrifando o peitilho do famoso senador e a barra das saias daquelas grandes damas. Lançou, lançou tudo o que tinha no estômago.

O triste final do discurso causou hilaridade, mas houve quem se indignasse. Entre estas pessoas a que mais se zangou foi o dr. Chaveco. Logo que soube, correu à sala do *buffet*.

— Tá bebo... Chama aí um políça... Mete ele no xadrez.

Houve um grande esforço por parte dos presentes para que não fizesse prender o Lucrécio.

— Mas sô chefe! O homem bebe... Que faço então?

Neves Cogominho, Macieira, Numa, Souza, Pieterzoon, Costale e todas as senhoras interessaram-se, conseguindo dissuadi-lo de efetuar a diligência. Lucrécio foi levado para um dos quartos dos criados; e o dr. Chaveco, apanhando o chapéu e a bengala, sem castão nem ponteira, despediu-se:

— Tá bão... Inté manhã!

Aquele chefe de polícia era bem um chefe de polícia do tempo. Ingênuo e submisso, por necessidade de submissão agradecida, procurava onde aplicar as suas terríveis funções. Queria de qualquer modo mostrar energia e provar ao protetor que estava atento, que velava pela sua segurança e respeitabilidade.

As visitas tinham voltado à sala de visitas; e, na sala do *buffet*, a um canto, ficaram ainda a tia de Cogominho e algumas outras senhoras. O dr. Chaveco entrou de novo, batendo com a bengala no assoalho, ao jeito do báculo de um pastor bíblico:

— D. Romana — disse ele —, me esqueceu uma coisa...

- Que foi, doutor?
- A modo que não levei uns rebuçado pros meninos.
- Pois não, doutor.
- Tem artéa, siá dona? O Juca tá cum tosse.
- Não, doutor. Quer de amêndoas?
- Serve, dona.

Sentou-se a uma cadeira, enquanto a velha senhora tratava de preparar o embrulho de balas. Bogoloff, que viera tomar um copo de cerveja, acercou-se do chefe e indagou ao vê-lo com chapéu e bengala:

- Já vai, doutor?
 - Já, moço; drumo c'os pintos. É mais bom pra saúde.
 - Mas, no seu cargo, nem sempre é possível, doutor.
 - Quá, moço! Tenho os auxiliá que faz minha vez.
- Chaveco consertou melhor o busto na cadeira e indagou convictamente:
- Cá dê o malandro?
 - Que malandro, doutor? — fez Bogoloff.
 - Aquele que se embriagou-se.
 - Não é malandro, doutor. É amigo da casa. Um rapaz generoso...
 - Como se chama?
 - Lucrécio.
 - De quê?
 - Barba-de-Bode.

Riu-se gostosamente e disse com toda a sua simplicidade roceira:

- Bem posto... O cabra tem mesmo barba de bode!

D. Romana voltou com o embrulho; Chaveco agradeceu, levantou-se, despediu-se e disse para Bogoloff:

- Qué i cô nós, moço? Não paga nada. Intomove tá na porta.

O dr. Bogoloff não podia deixar de aceitar o convite. Lançara-se nas altas camadas, esperava tirar delas os melhores proveitos e o momento era azado para estreitar o conhecimento com aquela alta autoridade que tão obsequiosa se mostrava.

- Aceito, doutor.
- Bamo.

Juntos atravessaram as salas e, em breve, estavam na rua, onde um luxuoso automóvel esperava entre a fila de muitos outros. Sem esperar que o ajudante abrisse a portinhola, Chaveco a foi abrindo e convidou:

- Trepe, moço!

Logo que o russo entrou e o chefe também, o motorista perguntou-lhe o destino do carro:

— Pra onde vosmecê qué i, moço?

O automóvel rodou e os passageiros, depois de bem se colocarem nos assentos, puseram-se a conversar. O chefe de polícia perguntou:

— Como é seu nome, moço?

O russo disse-o e o chefe encheu-se de admiração infantil:

— Ué! Gentes! Que nome! É de santo?

O doutor russo explicou-lhe que era ou podia ser, mas o dr. Chaveco em pequenas risadas mantinha a sua dúvida.

Afogada no luar, a cidade oferecia um aspecto de paz serena e tranquilidade satisfeita. Pelas ruas, não havia ninguém e aquelas casas inteiramente fechadas, mudas, tranquilas, enchiam os dois passageiros de uma suave satisfação. Era como se esquecêssemos que, dentro delas, havia muita angústia, muito tormento, muita paixão e ódio. Verificando isso, tinha-se vontade de que todos nós, toda a humanidade, viesse a dormir assim, pelo séculos em fora...

O dr. Chaveco cochilava na almofada e Bogoloff lembrou-se da terrível polícia russa, contemplando aquele inofensivo chefe, aquele doce homem, simples, em que havia tanto de criança. Como era que naquelas mãos estavam tão terríveis poderes e como era que aquela bondade nativa não se fazia sentir em todas as rodas do mecanismo policial?

Recordou-se também do azedume com que as autoridades policiais o trataram quando aportou ao Rio. Já começavam a desembarcar os passageiros de terceira classe quando um empregado de bordo veio chamá-lo. Prontamente seguiu-o e achou-se em presença de um homem agaloado, que lhe perguntou:

— Como se chama?

O intérprete que estava a seu lado traduziu e Bogoloff respondeu:

— Grégory Petróvitch Bogoloff.

O homem da polícia marítima pediu então que lhe escrevesse o nome no papel. Esteve olhando as letras e, por fim, indagou:

— Qual é sua profissão?

Com o auxílio do intérprete, Bogoloff pôde responder:

— Sou professor.

O homem pareceu não se conformar com a resposta; olhou o imigrante muito e perguntou abruptamente:

— Você não é “cáften”?

Logo que Bogoloff percebeu o sentido, ficou indignado e disse:

— Por quê?

O homem da polícia replicou muito ingenuamente:

— Estes nomes em “itch”, em “off”, em “ski”, quase todos são de “cáftens”. Não falha!

Disse-lhe o russo então que não era, nem nunca tinha sido, mas o homem não acreditou e insistiu:

— Se você não é “cáften”, é anarquista.

Houve muito trabalho por parte do adventício para tirar a autoridade de sua singular ideia:

— Estes nomes em “itch”, em “off”, em “ski”, polacos e russos, quando não são de “cáftens” são de anarquistas.

Mostrou Bogoloff os documentos; e, afinal, depois de muita hesitação por parte da autoridade, pôde pisar a terra aonde viera procurar liberdade e sossego, mais que fortuna e felicidade.

O dr. Chaveco continuava a dormir serenamente recostado à almofada do carro. As suas longas barbas tinham doçura patriarcal. A sua pele estava queimada do sol e o seu ar era doce, bom e feliz. Era um pastor bíblico em que o luar punha a pátina da eternidade; e esse pastor bíblico tinha nas mãos a segurança, a ordem, a liberdade de uma vasta aglomeração humana de um milhão de almas!

Lembrou-se ainda Bogoloff das dificuldades do seu desembarque... A lembrança se esbatia no tempo; as suas linhas tinham perdido a nitidez... Como estava longe! Olhou o céu. A lua se mostrava por entre flocos de nuvens que corriam doidas. A cidade dormia tranquila, serena, satisfeita e a vontade dele era que ela continuasse a dormir assim pelos séculos em fora...

VI

— Sim... sim... como?... como votar?... entendi... bem... o *leader* como vota?... questão aberta?... bem... já?... daqui a meia hora... entendi... vou ver... não demoro... respondo já... não me esqueço... sim... sei... bem... já disse... eu sei. Numa! sei... Até já...

E descansou o fone no gancho durante alguns instantes. Esperou que a ligação se desfizesse e pediu nova:

— Minha senhora... alô... meia dúzia zero quatro leste... sim! Leste...

Aguardou o momento e continuou:

— Alô! Alô! Quem fala?... Ah! É você, Benta?... Benevenuto está?... Vai chamá-lo ao aparelho... de que casa?... da minha casa... sim... espero... vai...

Não houve grande demora e Edgarda com o fone ao ouvido, o lado esquerdo voltado para o aparelho, a cabeça meio inclinada, perguntou ternamente:

— É você, Benevenuto?... bem... é você?... já sei... não é para já... hoje?... não posso... não se perde por esperar... não tenho podido... quem está aí? Bem... uma coisa... Numa pergunta como deve votar no projeto de acumulação... diziam que queria... sim, o governo!... agora?... não faz questão... sim... que acha você?... entendi... bem... como?... contra?... não... sim... ele quer vetar?... ficar simpático... compreendo... faz passar por portas travessas... sou inteligente... no telefone, só, não, “seu” trouxe!... entendi... faz passar e veta... entendi... fica com a simpatia dos interessados... então?... como?... sim... se for nominal, contra; se não for, a favor... magnífico... vou... precisa cuidado... sei... creio... não se cansa... sei...adeus!

Orientada, pediu de novo ligação para a Câmara e pôde Edgarda resolver a dificuldade política em que se achava seu marido. A necessidade de provar dedicação ao general Bentes obrigava todos os seus adeptos e admiradores a meditar muito no levar a efeito o mínimo ato. Disputavam-se no agradecimento do estadista inesperado os políticos de todos os matizes. Os que estavam em cima não queriam de forma alguma dar o mínimo sinal de que o

seu apoio era simulado ou a contragosto; e os que estavam embaixo, apressados em ficar por cima, corriam parselhas com os adversários, dando sempre mais do que eles tinham dado.

Se uns chamavam-no de inteligente, os outros diziam-no gênio; se Numa qualificava-o de grande estadista, Salustiano arengava em algum lugar e aclamava-o o primeiro estadista do mundo. Não quer dizer que não houvesse quem visse nítido em tudo isso. Além da opinião, havia mesmo na política gente com alguma vergonha que não se entregava a tais excessos de bajulação; porém, os prudentes que estavam no poder, e os republicanos puros que sonhavam realizar integralmente o regímen, entregavam-se a essa luta para divertimento das arquibancadas e fortificar a convicção de Bentes.

Todas as qualidades que até ali tinham indicado o valor dos homens de Estado foram negadas, e as doutrinas mais absurdas foram espalhadas sobre o governo dos povos. Omar invadia o Egito e mandava queimar a biblioteca de Alexandria; e os escribas, que dormiam nas tumbas, puseram a cabeça fora delas e olharam com o seu olhar de esmalte a desmoralização da arte que tinha feito o seu encanto e o progresso dos homens. Choraram mais ainda quando lhes afirmaram que eram o demótico e mais caracteres da escrita que fizeram a infelicidade dos povos.

Abaladas as noções mais estáveis, nesse pugilato de bajulação, não sabiam como se conduzir os adeptos do futuro presidente. Ainda não o era efetivamente, mas já todos o consideravam assim e foi graças a seu esforço que Xandu, Raimundo Costale, foi afinal empossado no Ministério do Fomento Nacional.

Xandu era rico e tinha, como todos, a sua vaidade. A dele era julgar-se com o estofa de um grande ministro e o seu erro vinha de supor que o seria fecundo em obras, por espalhar decretos a mancheias. Pretendia fazer isto e aquilo; apanhava inspiração na boca de parentes, de amigos e punha toda a sua esperança na legislação. Não há dúvida que ela pode influir; ele exagerava, porém, o seu alcance e os seus resultados. Feito ministro, o seu primeiro trabalho foi instalar luxuosamente a sua secretaria e gabinete: cortinados, sanefas, mobílias, bustos, quadros — tudo ele colocou do maior luxo. Em seguida, espalhou o seu retrato e biografia pelos jornais e revistas, especialmente por essas pequenas revistas pouco conhecidas e lidas.

Há de parecer que são sem valor as publicações feitas nelas; entretanto, assim não se dá. Oferecidas gratuitamente, elas correm maior área e chegam onde as grandes publicações não chegam. O que perdem em intensidade,

ganham em extensão; e os propagandistas políticos sabem disso, porque não as desprezam. A fisionomia de Xandu, lavada, simpática, parada, com o seu olhar crédulo por detrás do monóculo, correu mundo em *clichés* de todos os tamanhos, com biografias auxiliares em todas as línguas. S. Exa. fomentava.

Bogoloff soube da nomeação de Xandu por intermédio do seu hospedeiro. Lucrécio ainda não estava colocado, mas tinha, sob o título de agente de polícia extranumerário, uma gratificação mensal que lhe dava para ter em dia o aluguel da casa. Parecia que devesse ter obtido colocação melhor; os seus protetores, porém, não julgaram a ocasião propícia e fizeram-no “encostado”.

Aí, ele podia com mais liberdade prestar-lhes os seus serviços de popular e, sendo lugar provisório, não lhe viria uma frouxidão inqualificável no seu entusiasmo pelas altas qualidades administrativas deles. Contudo, esperava firmar-se e não havia esquecido de sua promessa a Bogoloff.

Moravam ainda na mesma casa da Cidade Nova e era hábito almoçarem juntos antes que as outras pessoas da família o fizessem. Tendo de onde tirar o dinheiro, o primeiro cuidado de Lucrécio foi pôr o filho na escola e o pequeno raramente o via nos dias úteis da semana. O serviço do pai não era marcado. Aparecia na polícia e demorava-se por lá, à espera que houvesse um *meeting*, um discurso subversivo na Câmara, para perturbar as aclamações espontâneas e desinteressadas. A mulher e a irmã continuavam a temer semelhante espécie de emprego; Lucrécio, porém, as sossegava, dizendo:

— Minhas filhas, é assim que a gente se arranja. Tudo está nas mãos dos políticos e, sem política, ninguém vai lá. O Candinho não está agente da Prefeitura? Como começou? O Totonho não foi feito jardineiro-chefe? Ele há de me arranjar.

A fortuna de Totonho seguiu-se à do seu protetor Campelo, o dr. Campelo. Não tendo sido possível dar a este um lugar de deputado, foi feito professor de Meteorologia da Escola de Agricultura e diretor das Fundições da Ponta da Areia. Era bacharel em Direito, advogado sem renome, mas dispunha do bando de Totonho, que influía nas eleições da Lapa. Esse bando tinha existência duradoura e aliava-se a este ou àquele candidato, por mais ou menos tempo, às vezes desinteressadamente, conforme a fé que tinha na lealdade deles. Nem todos mereciam-lhe essa consideração de candidato. Uma das condições era ser bacharel, advogado, relacionado na política e fora dela, garantindo proteção para casas de jogo, para delegados e para absolvições.

Nas mais das vezes, como acontecia com Campelo, o candidato não podia garantir coisa alguma, sobretudo quanto ao júri. É verdade que muitos são ali prisioneiros políticos deste ou daquele, mas é tão difícil juntá-los em conselho que essa proteção é mais uma burla com que os candidatos incitam os seus apaniguados a desordens e a assassinatos, esperançados com a impunidade.

Totonho era encarregado de várias casas de cômodos e estalagens; e, na pobreza dos seus inquilinos e nas suas necessidades, arrepanhava eleitores, “fósforos” e desordeiros úteis.

Campelo juntara-se-lhe desde muito e Totonho punha muita esperança na estrela do doutor. De resto, este era delicado, acessível, apertava a mão de toda a gente, vestia-se bem, supondo-se até bonito; e com tantas qualidades não podia deixar de ir longe.

Foi logo um dos maiores admiradores de Bentes, organizou banquetes a todos os seus parentes e não houve metáfora mais ou menos de “haras” que ele não empregasse, para demonstrar de que modo a hereditariedade pesava na família.

Fora Totonho, por intermédio de Campelo, quem pusera Lucrécio na polícia, e a Bogoloff, com quem almoçava naquela manhã, o novo policial lembrou:

— Doutor, por que não procura o Xandu?

Lucrécio não sentia absolutamente pesada a hospedagem do russo; queria, porém, que a sua instrução e educação tivessem outro âmbito. Respeitava o saber do moscovita e sentia a sua alvura e os seus cabelos louros deslocados ali.

Tinha Bogoloff tenção de fazê-lo, mas, ainda muito russo, não supunha que o ministro o atendesse sem mais recomendações. Respondeu com grande convicção que iria. Lucrécio explicou:

— Doutor, não é que o senhor me incomode, mas a época está de aproveitar. Vamos ter uns anos cheios... Uma coisa, doutor?

— Que é?

— O senhor não entende de medicina?

— Não. Por quê?

— Por nada... É que tenho um serviço de medicina para umas eleições.

— Mas... Que têm as eleições com a medicina?

— É um caso.

— Conta lá.

— O fato é o seguinte: o coronel Liberato, lá do Cambuci, tem que vencer umas eleições, mas os “outros” têm mais votos. Ele precisa fazer um

estouro e um doutor era bom para socorrer a gente dele. Ele paga.

— Quanto?

— Um conto de réis. Quer ir?

— Não. Não sou médico, mas se fosse não iria. Não quero essas atrapalhões...

— Qual atrapalhões, doutor! Nossa gente está de cima... Se houver morte, ferimento, o processo fica abafado...

A mulher, que ouvira, falou da cozinha:

— Lucrécio, você não toma juízo. Fala assim de morte, como se fosse Nosso Senhor... Agora piores do que vocês são esses graúdos que dão costas quentes a vocês...

— Qual, mulher, isto é política, um ajuda o outro. Não acha, doutor?

— É... é... deve ser mesmo política.

— Você vai mesmo atrás da política, que um dia eles te deixam lá na “chácara”... Já disse... Não quero que você meta o Lúcio nessas coisas.

— Você já viu — disse Lucrécio — eu dar mau conselho ao pequeno? Doutor, na sua terra é assim?

— Bem assim, não é; mas...

— Qual! Todas as terras são iguais.

Seria difícil a Bogoloff explicar ao amigo as diferenças e semelhanças existentes entre o mecanismo político da Rússia e o do Brasil; uma diferença, porém, logo notou naquela procura de um médico para pleitear eleições de vereadores. Só o mandonismo republicano, com a sua concepção estupidamente cruel da política, é que podia lembrar-se de transformar comícios eleitorais em emboscadas de salteadores, com um médico entre eles. Curiosa piedade!

Absteve-se o russo de fazer qualquer consideração e, acompanhado de Lucrécio, encaminhou-se para o centro da cidade.

Inácio Costa parecia não dormir. A toda hora do dia e da noite, era encontrado na rua, falando e gesticulando em grupos, discutindo nos bondes, lendo os jornais, nos cafés, visitando as redações. A todos, prometia um governo de Salento e ameaçava com excomunhão os prudentes duvidosos. Com o seu fraque abanando, o seu coco, fungando com força, pondo em relevo as rugas do rosto, o Inácio não se cansava de dizer que a sã política é filha da moral e da razão.

Lucrécio e Bogoloff logo o encontraram na primeira esquina, pouco depois de saltarem do bonde. Estava limpo, banhado e o seu olhar era jubiloso

e esperançado.

— Viram! Viram! Não digo... Temos governo!... Xandu já mandou restabelecer o “saúde e fraternidade”... Os conselheiros tinham banido esse santo dístico, mas agora... Estamos na República... Implicaram também com — “Ordem e Progresso”. Por quê? Vocês não querem “ordem”? Vocês não querem “progresso”? A ordem é a condição do progresso.

— Será verdade? — indagou Bogoloff

— Como não! A história...

— A bem dizer, é o contrário: todo o progresso tem sido feito com desordens.

— Doutor, o senhor está me parecendo um metafísico. Chico — disse ele dirigindo-se a um passante — espera aí. Até logo! Até logo!

E saiu abanando o fraque, fungando, gesticulando, ao encalço do amigo.

Não tinha Bogoloff grande esperança de ser atendido pelo ministro do Fomento. A promessa que lhe fizera, por ocasião da manifestação a Cogominho, não parecia que obrigasse o ministro a nada. Temia que o despedisse polidamente e, quando fosse o momento azado, já tivesse estragado o pedido. Fez parte de suas dúvidas a Lucrécio e este as julgou de peso.

— O melhor — disse Barba-de-Bode — é irmos à casa do dr. Macieira.

— Não o conheço bem... Não tenho grande intimidade...

— Mas eu o conheço. Vamos lá... Ele me atende... Agora, se arranjar qualquer coisa, é preciso trabalhar pela política dele.

— Não como médico — disse Bogoloff, rindo-se.

— Qual! Isto é com a política do Liberato!

A hora era propícia e tomaram o caminho de Santa Teresa. Depois de Bastos, chefe absoluto e respeitado da política nacional, Macieira era um dos grandes magnatas da República. Graças à população do seu estado natal, a sua representação na Câmara era volumosa; e, em todos os conchavos, tinha que ser pesada a sua colaboração de chefe dirigente. Como grande chefe, não podia nunca declarar-se em franca oposição; e a veleidade que teve disso tinha-o enfraquecido um pouco. Entre os dirigentes da política, há um curioso equilíbrio que precisa de um mais audaz para se fazer; e surgindo esse audaz, nenhum outro pode tomar-lhe o lugar porque sempre o rebelde teme que os colegas não o sigam. O governo é sempre contado como elemento preponderante e o audaz nunca se separa do governo.

Macieira temia muito que a sucessão presidencial não lhe fosse favorável e dar-se-ia isto se caísse em Xisto. Logo que ela assim se anunciou, ajudou a fazer

cautelosas insinuações no ânimo de Bentes e viu com prazer tomar outro curso os acontecimentos. Por isso, tinha no interregno que se seguiu à resignação do presidente grande influência e preponderância.

Era um homem delicado mas reservado e tinha sempre o aspecto da cogitação profunda. Lucrécio entrou-lhe em casa, demorou-se um pouco e voltou logo dizendo que não lhe pudera falar. Voltasse ao dia seguinte, que seria atendido, recebera nesse sentido recado.

A impressão daqueles restos de floresta, a cidade confusa lá embaixo, a montanha roída trouxeram tristeza ao coração do russo, e recordações dolorosas do seu amargo passado. Em presença daquelas altas manifestações da natureza, o seu pensamento era triste. Diante do Atlântico, o mar tenebroso dos navegadores da renascença, quando veio, embora estivesse espelhante que nem um lago, a sua alma se confrangeu.

Ele — que mal conhecia a história daquelas águas e a das terras que banhavam — só se lembrou que estava ali o mar da escravidão moderna, o mar dos negreiros, que assistira durante três séculos o drama de sangue, de opressão e de morte, o sinistro drama do aproveitamento das terras da América pelas gentes da Europa.

Das dores de tantos milhões de seres, das suas agruras, dos seus padecimentos, da sua morte, só aquelas unidas e mudas águas guardavam memória e só elas evocavam o drama de que foram palco.

Lucrécio, julgando o companheiro triste com o resultado da expedição, tratou de consolá-lo.

— Ele dá o “pistolão”... Não há dúvida!... Não se incomode!...

Bogoloff pensava pouco no fim da visita, mas ficou enternecido com o interesse do rapaz:

— Estou certo... Não penso mais nisso.

Lucrécio falou-lhe ao ouvido:

— Ele não estava em casa, doutor. Ele tem uma francesa... A mulher não disse, mas eu sei... Vou ao Senado logo e as coisas estão arranjadas. Fique certo.

Essa ligação do senador era bem conhecida da cidade e frequentemente os jornais da oposição faziam claras alusões a ela.

Dizia-se mesmo que a tal francesa tinha um grande ascendente sobre o ânimo de Macieira e influía decisivamente no curso dos vastos negócios encaminhados nas repartições públicas. Os homens de concessões, os agentes de casas poderosas, sabiam dessa influência da “francesa” e tratavam de obter as suas boas graças mediante porcentagens grandiosas. Fuas Bandeiras conhecia-a,

fazia-lhe ofertas de valor e contava-se que Campelo sempre a interessava nos seus reconhecimentos mal sucedidos.

Murmuravam nas confeitarias uma curiosa história de que a “francesa” fora eixo. Já vivia em *collage* com Macieira, nesse tempo deputado, fraco de recursos, mal podendo sustentar as duas casas com o subsídio. O seu fraco era jogar *poker* e, nas rodas de *poker*, conhecera Fuas Bandeira, com quem travara amizade. Os dois aos poucos firmaram as relações solidamente e jogavam clandestinamente de parceirada. Um belo dia, o amigo dissera-lhe:

— Sabes de uma coisa? O Francisco tirou a sorte grande, quinhentos contos.

— Não o conheço.

— É um rapaz inteligente, mas pouco prático... Tem que cair...

— Vai perder tudo?

— Vai, e é pena que não aproveitemos algum... Se houvesse um meio...

— Isso é bom para as mulheres, que vão aproveitar.

— Para elas só, não vão. Os outros malandros entram... Há um meio...

— Qual é?

— Não vives com a Arlete? — perguntou Fuas.

— Que tem?

— Tira-a da pensão. Alugamos uma casa mobiliada e levamos Francisco para jogar *poker*.

— Que pode ele perder?

— Tudo, se quisermos.

— Se ele quiser namorar a Arlete?

— Deixa, e mesmo isso entra no plano.

— Ele descobre.

— Qual! Não tem prática dessas coisas e confia em todos.

A coisa assim foi feita. Alugaram uma casa mobiliada luxuosamente. Arlete figurou como amante de um terceiro sócio e o ingênuo perdeu no jogo bem a metade da sorte grande, enquanto bebia o olhar da francesa. O lucro foi distribuído proporcionalmente com todo o rigor comercial.

Macieira prosperou e foi fazendo a sua carreira na política e nos arredores da política: gorjetas em concessão, advocacias duvidosas e o mais semelhante. Essa pequena anedota poucos conhecem, mas a sua ligação era quase pública.

Arlete ficou na vida do senador como um amuleto de felicidade; e a família a teve do mesmo modo, conformando-se a mulher com a existência da francesa nos hábitos do marido.

Macieira era insinuante, jeitoso, tenaz e prestativo e, com a patrulha avançada de Arlete, conseguia tirar da política o que esta não devia dar.

O caso da venda da estrada de ferro interessava à francesa, mas Macieira que pedira votos não dava a transparecer nenhum interesse. De resto, havia tantos empenhados no caso que não valia a pena gastar energia. Arlete, porém, não pensava do mesmo modo e não cessava, com o auxílio de Fuas Bandeira, de trabalhar para que o Brasil se educasse na iniciativa particular, como dizia o jornalista.

Quem tivesse negócios, pretensões, requerimentos no Congresso, dentre muitas outras influências decisivas, procurava logo a amante de Macieira. Os seus conhecimentos e relações se estendiam nas várias camadas sociais e recebia na rua cumprimentos discretos de pessoas importantes. Nem sempre o seu trabalho era remunerado; muitas vezes interessava-se por compaixão e por bondade.

Morava no Flamengo e tinha uma casa principesca e risonha, que saltava de um jardim bem tosado, olhando Jurujuba do outro lado. Recebia, dava pequenas festas, jogava-se em sua casa e muita moça de boa família teve desejos de lhe ver as salas.

Gostava do interior, sabia encantá-lo e aos seus criados educava com um jeito peculiar, de modo a tê-los durante anos, sem queixas nem ralhos.

Nas salas do seu *chalet*, muita cartada política foi jogada, muita traição foi combinada com segurança, pois, em geral, as suas visitas femininas eram de atrizes, cantoras e damas de semelhante jaez, estrangeiras em geral, tidas por doidivanas e mais que doidivanas, sem nenhum interesse pelos destinos do país.

Fuas e Macieira, com outros parceiros, entre os quais o mais assíduo era o major Crótalo, formavam lá, quase diariamente, uma mesa de *poker*, onde se jogavam contos de réis; e foi numa dessas partidas que se decidiu adotar Bentes como *bélier* contra a chapeada teimosia em que estava o “velho” na candidatura de Xisto.

Fuas, até, interrompeu a partida, redigiu o manifesto ali mesmo, sobre uma secretária minúscula e catita de mulher *chic*, leu-o a Bentes, foi aprovado e, ao dia seguinte, publicado num estouro.

Arlete estimou que a sua casa se tivesse assim se tornado histórica e bendisse as consequências do fato, porquanto estava em oposição declarada, desde o veto ao projeto da venda da estrada do Mato Grosso.

As suas esperanças todas estavam no governo de Bentes, mas, durante o interregno que corria, ela não deixou de trabalhar em prol da iniciativa pública

e particular.

Macieira a tinha deixado naquela manhã, sem mesmo almoçar, quando ela foi interrompida na leitura de uma brochura francesa. Anunciaram-lhe a visita de uma senhora. Foi vê-la e logo gostou daquela senhora bem-apessoada, elegante, com uns sedutores olhos negros, moça ainda, que ficara de pé com tanto donaire. A visita também gostou daquela velha francesa que se movia na sua sala com tanto esquecimento de que era dela mesma.

— Minha senhora, eu sou a viúva do dr. Lopo Xavier. Não sei se conheceu?

— Conheci... Juiz, não era?

— Sim, minha senhora; e escreveu muito.

— Eu sei... Ouvi falar... Era homem de talento.

— Era, minha senhora; e, há quase um ano, requeri ao Congresso uma pensão... A senhora sabe: o montepio é pequeno... não deixou nada... Como a senhora tem alguns conhecimentos, eu...

— Não tenho lá grandes — disse a francesa sorrindo manso — entretanto pedirei aos meus amigos...

— Se a senhora quiser, sou pobre...

— Sim... Sim! Eu me interesso, minha senhora. Descanse.

— Então posso contar com a boa vontade da senhora?

— Pode.

A viúva Lopo Xavier pôs-se de pé com todo donaire, ajustou a blusa na cintura e saiu agradecendo muito a bondade e o interesse de Mme. Arlete.

Lucrécio Barba-de-Bode sabia perfeitamente do valimento dessa dama no ânimo de vários políticos, mas não quis incomodá-la, visto poder pedir diretamente a Macieira. O senador não gostaria que o fizesse e ele, cuidadoso em manter a boa vontade dos enfatiados, não os contrariava nessas pequenas coisas de temperamento.

Como Lucrécio não pudesse ir ao dia seguinte à casa de Macieira, Bogoloff foi só. Lucrécio tinha passado toda a noite, com outros de sua dedicação, a impedir que fossem afixados pelas esquinas da cidade, boletins em que se diziam duras verdades sobre Bentes; e, tendo falado a respeito com Macieira, o russo podia procurá-lo sem susto.

Foi recebido Bogoloff no gabinete de trabalho da casa de Santa Teresa. Havia uma mesa rica, cheia de gavetas, com incrustações de marfim e sobre ela, além de objetos próprios para escrever, um ou outro bronze. A mesa era trabalho antigo e de gosto. Havia também um armário, envidraçado, meio

cheio de livros. A obra menos conhecida que lá havia era a *História dos Girondinos*, por Lamartine, uma tradução portuguesa da casa David Corazzi. Além desta, encontravam-se no armário o César Cantu, alguns trabalhos de Direito Público Brasileiro e publicações oficiais. Não havia senão livros em português.

Sentado a uma *voltaire*, fumando preguiçosamente, Macieira parecia extremamente concentrado e recebeu o russo, não sem polidez, mas apreensivo, com poucas palavras, como se não quisesse perder o fio das ideias.

Temendo perturbar a marcha dos pensamentos daquele guia dos povos, após os cumprimentos, Bogoloff sentou-se e encolheu-se em respeitosa reserva. Certamente, Macieira imaginava coisas poderosíssimas para a grandeza do Brasil; certamente pensava em algum problema nacional, atinente à agricultura, à indústria, ou mesmo às relações internacionais do país; certamente, naquele instante, passavam no seu pensamento as condições de felicidade de toda uma população; e o russo calara-se para que suas parvas palavras não fossem de qualquer forma estragar a maravilhosa solução que o senador iria encontrar. Ficou arrependido de tê-lo procurado. Olhou durante alguns minutos os dois quadros que havia na sala. Eram duas oleogravuras baratas em molduras caras, representando o “Nascente” e o “Poente” no mar alto.

O senador tirou uma larga fumaça do charuto e a sua fisionomia fechada perdeu o ar de concentração. Disse então:

— Ah! Doutor! Esta política!

Repetiu depois de algum tempo, com uma lamentável expressão de desânimo, senão de desgosto, abanando a cabeça:

— Esta política! Esta política!

O antigo anarquista que Bogoloff era sentiu no momento uma certa admiração pelos homens de Estado. Com a visão que lhe veio ali das suas responsabilidades, das suas dificuldades, da necessidade do emprego, de inteligência e imaginação que necessitavam as medidas que punham em prática, veio também por eles um respeito que nunca se tinha aninhado no russo libertário. Sinceramente, disse-lhe este:

— O senador tem razão em estar preocupado, mas um homem dos seus recursos não pode desanimar. As questões mais difíceis se resolvem à custa de muito pensar nelas. Se não for hoje, será amanhã ou depois e o povo brasileiro não perde por esperar uns dias.

Macieira não lhe respondeu logo. Levantou-se da cadeira e respirou com força como se desde muito a preocupação não o deixasse respirar. Era alto e

pesado de corpo, tendo uma cabeça redonda e os cabelos embranqueciam devagar. Foi até à janela, atirou fora a ponta do charuto e respondeu:

— Ah! Bogoloff! Se fosse só o povo, não me preocupava tanto. Ele está habituado a esperar; mas se trata do Chiquinho e as eleições estão na porta.

Sentou-se, calou-se um pouco e o russo não encontrou nada que lhe dizer. Após instantes, continuou, com voz lastimosa:

— Pobre Chiquinho! Tão amigo, tão dedicado, tão leal! Quer ser deputado e eu lhe prometi que o faria; mas não sei por onde! Pelo meu estado não é possível, o Chico diz que a vaga que vai haver é para o Nunes. O Chico é muito caprichoso e eu não gosto de contrariá-lo. Já falei ao Machado, mas mostrou-me a impossibilidade de servir-me. A vaga do Castrioto, eleito governador, vai para o irmão do Bentes. O Nogueira disse-me que ia ver... Ah! Bogoloff! Esta política é uma burla. Sirvo a todos e, quando quero que me sirvam, não me atendem.

E estendeu os braços para o crucifixo.

Bogoloff esteve muito tempo sem nada dizer, apesar de saber que não é conveniente calar-se diante dos poderosos. O silêncio é sempre interpretado mal. Ele conhecia muito pouco o Chiquinho, ou, antes: o dr. Francisco Cotiassu, bacharel em Direito, com um emprego qualquer, e mais nada. Assim mesmo e sabendo o motivo da pressa em fazê-lo deputado, adiantou:

— Talvez ele pudesse esperar...

O senador acudiu quase irritado:

— Esperar! Como? Pois se vai casar-se brevemente, como pode esperar? A fortuna dele é insignificante e o emprego que tem rende a ninharia de novecentos mil-réis. Preciso fazê-lo deputado quanto antes... Havemos de ver.

A confiança trouxe-lhe o desejo de atender ao estrangeiro:

— Você quer um lugar, onde?

— No Fomento.

— Entende de alguma coisa?

— Entendo. Tenho até ideias especiais sobre pecuária.

— Quais?

— Penso em criar porcos do tamanho de bois e bois que cheguem a elefantes.

— É maravilhoso! Como você procede?

— É uma questão de alimentação. As plastidas... Enfim: processos bioquímicos, já experimentados em outras partes, que aperfeiçoei.

— Bem, doutor. Vou recomendar você ao Xandu e lá você expõe as suas ideias.

Redigiu a carta com grande desembaraço e segurança; e Bogoloff saiu com uma recomendação eloquente e persuasiva. No mesmo dia não procurou Costale, o Xandu; Bogoloff quis degustar a maravilhosa impressão que recebera da meditação política. Se fosse ao ministério, talvez ela se obliterasse. Procurou-o ao dia seguinte na sua catita secretaria de Estado.

Esperou um pouco na antessala com pretensões a luxo e majestade. Havia um busto de Floriano e pelas paredes, em telas médias, um prematuro retrato de Bentes e o de uma senhora, d. Anita Garibaldi, certamente uma glória italiana. Uma coleção de litografias ocupava grande parte de uma parede; eram os retratos dos ministros passados.

Pelas cadeiras, havia aquelas fisionomias tristes das antessalas dos ministérios. Pobres e remediados, pretos e brancos, mulheres e crianças, moços e velhos, todos compungidos, incertos, esperavam a graça do Estado quase divina. Uma atmosfera de angústia.

Os contínuos e oficiais de gabinete passavam sem pousar o olhar sobre nenhum dos circunstantes; gordos e bem trajados senhores surgiam por debaixo dos reposteiros e atravessavam a sala sorridentes; as campainhas soavam constantemente. Mme. Forfaible ondulante, encerrada no seu vestido impecável, apareceu por entre um reposteiro e foi acompanhada até à porta de saída por um secretário do ministro.

Bogoloff pôde ouvir que ela dizia:

— Os paisanos são muito felizes; nós não temos disso... Meu marido...

E afastou-se não deixando que o russo pudesse ouvir o resto da frase. Bogoloff não estava mal vestido. Tinha adquirido uma sobrecasaca de sarja preta, um colete e uma calça da mesma fazenda, trazia a barba curta e usava chapéu de feltro. Não se separava do chapéu de chuva; e julgou sempre que esse objeto dá aos brasileiros um aspecto de respeito e ponderação. Começou a perceber que não seria tão cedo atendido e fez a sua corte ao contínuo porteiro. Já desanimava, quando seus olhos deram com Inácio Costa.

— Oh! Doutor! Que há?

— Precisava falar a S. Exa.

— Pois não... Entre!... Estamos na democracia; os conselheiros já se foram. Estou no gabinete deste ontem.

O contínuo afastou-se; eles passaram e Bogoloff foi à presença de Xandu.

Sentava-se o ministro a uma mesa alta, ampla e torneada, inteiramente coberta de papéis, de livros. Nas suas costas, ainda um retrato de Floriano e, ao lado, a uma mesa menor, o secretário que conversava com um oficial do Exército.

Acolheu-o Xandu com uma certa frieza, mas, desde que leu a carta, fez-se prazenteiro e amável:

— Oh, doutor! Desculpe-me! Desculpe-me! Já me havia esquecido do senhor... Não sabe como ando atarefado. Hoje já assinei 1.557 decretos... Sobre tudo! Sobre tudo! Neste país tudo está por fazer! Tudo! Em dias, tenho feito mais que todos os governos deste país. Já assinei 2.725.832 decretos, 78.345 regulamentos, 1.725.384.671 avisos... um trabalho insano! Fala inglês?

— Não, Excelência.

— Eu falo. Desde que o falei com desembaraço, as minhas faculdades mudaram. Penso em inglês, daí me veio uma salutar reação que me interessou todo inteiro. Gosto muito de inglês, com sotaque americano. Experimente... Nascimento! (gritou para o secretário) já temos aquele regulamento sobre a “postura” das galinhas?

Respondeu-lhe o secretário e voltou-se para o russo febril e nervoso:

— O que nos falta é o frio. Ah! A sua Rússia! Eu se quero ser sempre ativo, tomo todo o dia um banho de frio. Sabe como? Tenho em casa uma câmara frigorífica, 8 graus abaixo de zero, onde me meto todas as manhãs. Precisamos de atividade e só o frio nos pode dar. Penso em instalar grandes câmaras frigoríficas nas escolas, para dar atividade aos nossos rapazes. O frio é o elemento essencial às civilizações... Mas, emendou a alta autoridade, ainda não lhe falei sobre seus planos. Macieira fala-me aqui das suas ideias sobre pecuária. Quais são?

— São simples. Por meio de uma alimentação adequada, consigo porcos do tamanho de bois e bois do tamanho de elefantes.

— Como? Mas como, doutor?!

— Os meus processos são baseados na bioquímica e já foram experimentados alhures. O grande químico e fisiologista inglês Wells escreveu algo a respeito. Não conhece?

— Não.

— H. G. Wells, um grande sábio inglês de reputação universal, cujas obras estão revolucionando a ciência.

— Não tenho notícia... É uma falha... O senhor tem livros dele?

— Tenho.

— Há de mos emprestar. Mas... de forma que um boi dos seus, é?

— São quatro, Excelência. Veja só, Vossa Excelência, que vantagem não traz?

— Magnífico! É um portento o seu método de criar. E o tempo de crescimento, doutor?

— O comum.

— É uma maravilha. No mesmo tempo, com um mesmo animal, o senhor obtém efetivamente quatro?

— É verdade.

— Quatro! Estás ouvindo, Nascimento?

O secretário respondeu ao ministro e continuou mergulhado no expediente. O oficial tinha partido. Um contínuo veio dizer-lhe qualquer coisa. O ministro mandou-o para o secretário.

— Doutor, o senhor é verdadeiramente mágico. Por que não me disse isto há mais tempo?

— Já lhe havia dito na casa do senador Neves Cogominho.

— Ah! É verdade!

— Não se cifram nisso, Excelência, as vantagens dos meus métodos.

— Ainda tem outros?

— Tenho; como não?

— Quais?

— Ainda consigo a completa extração dos ossos do meu gado.

— Completa?

— É um modo de dizer. Reduzo-os ao mínimo, quando chegar à época da matança, e os transformo em carne no animal vivo.

— Que gado lhe serve?

— Qualquer! Suíço, francês, inglês... Não faço questão; o essencial é haver boi.

— E os porcos?

— Também! Qualquer!

— Extraordinário! Estás ouvindo, Nascimento? — gritou para o secretário.

O acolhimento que dispensou aos seus projetos o excelentíssimo senhor ministro do Fomento Nacional animou o russo a improvisar novos processos que levantassem a pecuária no Brasil. Xandu, com o cotovelo direito sobre a mesa e a mão respectiva na testa, considerava Bogoloff com espanto e enternecido agradecimento.

— Ah! Doutor! — disse ele. — O senhor vai dar uma glória imortal ao meu ministério.

— Tudo isso, Excelência, é fruto de longos e acurados estudos.

Xandu continuava a olhar embevecido o russo admirável; e este aduziu com toda convicção:

— Por meio da fecundação artificial, Excelência, injetando germens de uma em outra espécie, consigo cabritos que são ao mesmo tempo carneiros e porcos que são cabritos ou carneiros, à vontade.

Xandu mudou de posição, recostou-se na cadeira; e, brincando com o monóculo, disse:

— Singular! O doutor vai fazer uma revolução nos métodos de criar! Não haverá objeções quanto à possibilidade, à viabilidade?

— Nenhuma, Excelência. Lido com as últimas descobertas da ciência e a ciência é infalível.

— Vai ser uma revolução!...

— É a mesma revolução que a química fez na agricultura. Penso assim há muitos anos, mas não me tem sido possível experimentar os meus processos por falta de meios; entretanto, em pequena escala já fiz.

— O quê?

— Uma barata chegar ao tamanho de um rato.

— Oh! Mas... não tem utilidade.

— Não há dúvida. Uma experiência ao meu alcance, mas logo que tenha meios...

— Não seja essa a dúvida. Enquanto eu for ministro, não lhe faltarão. O governo tem muito prazer em ajudar todas as tentativas nobres e fecundas para o levantamento das indústrias agrícolas.

— Agradeço muito e creia-me que ensaiarei outros planos. Tenho outras ideias.

— Outros? — fez em resposta o Xandu.

— É verdade. Estudei um método de criar peixes em seco.

— Milagroso! Mas ficam peixes?

— Ficam... A ciência não faz milagres. A coisa é simples. Toda a vida veio do mar, e, devido ao resfriamento dos mares e à sua concentração salina, nas épocas geológicas, alguns dos seus habitantes foram obrigados a sair para a terra e nela criarem internamente, para a vida de suas células, meios térmicos e salinos iguais àqueles em que elas viviam nos mares, de modo a continuar perfeitamente a vida que tinham. Procedo artificialmente da forma que a cega

natureza procedeu, eliminando, porém, o mais possível, o fator tempo, isto é: provoco o organismo do peixe a criar para a sua célula um meio salino e térmico igual àquele que ele tinha no mar.

— É engenhoso!

— Perfeitamente científico.

Xandu esteve a pensar, a considerar o tempo perdido, olhou o russo insistentemente por detrás do monóculo e disse:

— Não sabe o doutor como me causa admiração o arrojo de suas ideias. São originais e engenhosas, e o que tisa um pouco essa minha admiração é que elas não partam de um nacional. Não sei, meu caro doutor, como é que nós não temos desses arrojos! Vivemos terra à terra, sempre presos à rotina! Pode ir descansado que a República vai aproveitar as suas ideias que hão de enriquecer a pátria.

Ergueu-se e trouxe Bogoloff até a porta do gabinete, com seu passo de reumático.

Dentro de dias Gregory Petrovich Bologoff era nomeado diretor da Pecuária Nacional.

VII

Houve sempre quem se zangasse com os estrangeiros que perguntavam lá nas suas terras se aqui nós andávamos vestidos e concluísse daí a lamentável ignorância dos povos europeus. Essa irritação trouxe aos nossos dirigentes, diplomatas e gente do mesmo feitio de espírito, a necessidade de pensar em medidas que levassem os franceses a ter uma mais decente reputação de nós mesmos. Aborrecia-se essa gente tão bonita, tão limpa, tão elegante, que não vissem o Brasil nela, mas nos índios nus, nas serpentes, nas florestas e nas feras. Era um erro palmar de geografia que precisava ser emendado de vez e apagado do espírito estrangeiro essa feição tão deprimente para a nossa pátria. Há quem pense que daí não advém mal algum; que a representação de um país na imaginação de outro povo há de ser sempre inexata; e na de um país de segunda ou quarta ordem, feita por estranhos, há de dominar forçosamente o aspecto mais nitidamente diferente que ele possuir.

Outra fonte de irritação para esses espíritos diplomáticos estava nos pretos. Dizer um viajante que vira pretos, perguntar uma senhora num *hall* de hotel se os brasileiros eram pretos, dizer que o Brasil tinha uma grande população de cor, eram causas para zangas fortes e tirar o sono a estadistas aclamados. Ainda aí havia um lamentável esquecimento de um fato de pequena observação. Hão de concordar esses cândidos espíritos diplomáticos que o Brasil recebeu durante séculos muitos milhões de negros e que esses milhões não eram estéreis; hão de concordar que os pretos são gente muito diferentes dos europeus; sendo assim, os viajantes pouco afeitos a essa raça de homens, hão de se impressionar com eles.

Os diplomatas e jornalistas que se sentiam ofendidos com a verdade tão simplesmente corriqueira, esqueciam tristemente que por sua vez a sua zanga ofendia os seus compatriotas de cor; que essa rezinga queria dizer que estes últimos eram a vergonha do Brasil e o seu desaparecimento uma necessidade.

Os viajantes estipendiados, dessa ou daquela forma, pelo tesouro, nas obras e artigos que publicavam, tinham sempre o cuidado de dizer que não

havia mais febre amarela e o preto desaparecia. Um houve que teve intensas alegrias quando não viu negros no porto de Santos e levou essa novidade ao mundo inteiro, por intermédio de seu livro.

Os nossos diplomatas e quejandos, com esse tolo e irritante feitio de pensar, quiseram apoiar a sua vaidade em uma filosofia qualquer; e combinaram as hipóteses sobre as desigualdades de raça com a seleção guerreira, pensando em uma guerra que diminuísse os negros do Brasil.

Não podendo organizar uma verdadeira “*reserve for the blacks*”, decretar cidades de resistência, estabelecer o isolamento *yankee*, pensaram na guerra em que morressem milhares de negros, embora ficando as negras a parir bebês brancos.

Não convém discutir o valor de semelhante propósito e demonstrar esse projeto de nossos diplomatas com peças oficiais seria vão. Há inequívocas manifestações desse espírito nos jornais e fora deles; e elas indicam perfeitamente esse pensamento oculto, esse tácito desejo dos nossos homens viajados e influentes.

Por momentos, esse espírito tomou um grande ascendente sobre a nossa administração e quis concluir a sua obra de embelezamento de cidades, organizando um exército para a guerra futura. Necessitou de uma figura de um general. Os que haviam se notabilizado no Paraguai tinham desaparecido e os velhos oficiais que tinham por lá passado estavam cansados. Sabe toda a gente que quando um grupo social tem um pensamento fortemente comum e deseja realizá-lo, inconscientemente procura um indivíduo em que encarná-lo e por ele executar o seu desígnio. Nos generais que frequentavam os corrilhos políticos e próximos, havia a esperança.

Era um comandante, simplesmente um comandante, minucioso na administração do seu batalhão, mas com cujo auxílio, os jovens oficiais, tendo nos olhos o exemplo dos países militares, julgaram ser possível criar um exército à prussiana. No seu temperamento, na sua personalidade facilmente impressionável, dúctil e maleável, que não guardava impressões e não fazia com elas um “eu” seu, um pensamento próprio, era fácil influírem essas sugestões e representar ele o papel. Os políticos levaram-no aos pináculos da carreira e da administração; e os jovens militares fizeram-no organizar espetaculosas manobras e tomar atitudes guerreiras.

Com o ascendente dos diplomatas, nesse instante aliados aos guerreiros, Bentes ganhava prestígio e parecia ir ser o executor do pensamento de ambos os grupos. Há, porém, entre os militares uma corrente mais forte que a daqueles

que querem um exército adestrado, automático, garboso e eficiente; é a dos políticos. Não que eles sejam eleitores ou deputados; o que eles são é crentes nas virtudes excepcionais da farda para o governo e para a administração. A farda, a longa e pesada tradição que representa e evoca, promete muito a todos que a vestem; e os militares não pesam os meios de que dispõem para realizar esse muito que lhes é prometido. Para eles, o uniforme dá qualidades especiais; todos são honestos, todos são clarividentes, todos são enérgicos. A tradição de Floriano, sempre mal analisada e sempre falseada em grandeza e poder, muito concorre para isso e faz repercutir no povo a concepção quarteleira.

Há até doutrinadores a afirmar que os grandes fatos políticos e sociais do Brasil têm sido realizados por militares. O Exército, escrevem eles, tem levado este país às costas. Ainda não havia Exército brasileiro, pois ainda o Brasil não era independente, e já aquele fazia a independência com as milícias paisanas. A abolição foi feita porque um tenente não quis apanhar escravos fugidos. É bem possível que esse oficial não o quisesse fazer por espírito de casta ou de classe; que julgasse talvez incompatível com a dignidade de seu ofício semelhante diligência; mas os teóricos não se detêm. O que aconteceu foi o que se daria hoje se se mandasse o Exército executar as funções de polícia. Parece.

Justificada vagamente a excelência da política dos militares, não é de admirar que tal convicção se haja solidificado nos espíritos, tanto mais que os doutrinadores especiais não têm merecido a crítica que exigem. Lamentavelmente não se têm mostrado a eles que a sua teoria no que é peculiar ao Brasil tem vícios insanáveis; e no que toca ao mundo esquecem a consideração que durante muito tempo não houve militares nem civis e a casta dominante, donde saíam os governantes, era forçosamente a de guerreiros.

Popular entre os militares a doutrina, pondo na ascensão de um deles ao poder grandes esperanças de solver pequenas dificuldades, não é de espantar que Bentes, prestigiado pelos diplomatas, gabado nos jornais, se fizesse em pouco tempo o chefe primacial que não existia.

Com uma docilidade espantosa, foi ao encontro das sugestões e as acatava. Um jornal, pela pena de seu cronista militar, por ocasião de uma revista, disse que Bentes, a cavalo, pequeno busto, era bem um qualquer general japonês. Bentes gostou da lembrança e, como esse general tivesse o vício do havana que não largava da boca, esforçou-se ele também por não largá-lo dali em diante.

Bem cedo, aliaram-se os militares políticos e os organizadores da nação armada em torno da figura que nascia toda inteira do pensamento diplomático.

Sob o pretexto de reorganização, alargaram os quadros, fizeram-se centenas de promoções e esse alargamento dos quadros era justificado pelo sorteio militar.

A oposição foi grande e não houve expediente, por mais inconfessável que fosse, que não empregassem os interessados para arrancar a lei inconstitucional à facilidade do Congresso e à timidez do presidente.

Feitas as promoções, criadas as repartições em que os militares se fizeram plácidos burocratas, a popularidade e prestígio de Bentes no Exército foram os de um general vitorioso que tivesse repellido o invasor.

A criação dos diplomatas, porém, ia tomar outro rumo; o selecionador da população não queria mais o papel. Julgou-se estadista, ficou convencido que o era, graças aos ascendentes e sinais cabalísticos do seu anúncio. O despeito dos políticos com a candidatura de Xisto foi ao encontro da apocalipse militar; e Bentes pesou na escolha do sucessor presidencial com uma revolução na retaguarda.

A primeira impressão que se teve foi de estupor. Aquele motim branco, aquela revolução de palácio, de serralho, não estava nos nossos hábitos. Ninguém tinha percebido esse lento trabalho oculto; ninguém tinha notado e não notava as interferências dos diversos espíritos dos grupos que Bentes representava e o seu ato foi no ar, espantando e aterrando, como se fosse um braço que se agitasse no espaço sem inserir-se em um corpo qualquer.

Depois, passado o espanto, houve a irritação causada com aquela súbita fortuna. A opinião só as admite assim, as de dinheiro; mas as outras, que ela está habituada a ver obtidas lentamente, passo a passo, quando o são de outra forma, chocam e ferem as noções que o consenso geral já tem firmes no espírito.

Esquecia o povo todos os seus defeitos, todas as suas insuficiências, se a ascensão fosse feita aos poucos, normalmente, sem violências disfarçadas e coações meio confessadas; e a irritação da multidão, da opinião, descarregou-se, transformou-se em riso, em riso sardônico, como sabe sempre rir a massa, dos tiranos que são ao mesmo tempo tiranizados.

Não foram todos os políticos que o aceitaram; foram alguns chefes, um dos quais era Macieira, que viu logo como podia aproveitar a situação; e Bastos, apesar de toda a sua força aparente, admitiu-o, aceitou-o, por uma consideração de defesa e conservação pessoais. Neves Cogominho e os outros homologavam a escolha, e todo o esforço destes foi simular que o fizeram com liberdade e convencer Bentes de que muito lhes devia.

Solicitado por uma corrente de interesses, solicitado por outra contrária, Bentes oscilava doidamente, como um espantalho sob o vendaval. Os adeptos sem se entenderem entre si, só se compreendiam na bajulação infrene, com que incensavam o feitiço — bajulação que crescia em proporção aos ataques.

Políticos aposentados e esquecidos, agitadores infelizes foram trazidos à tona e, do exagero de adulação, penitenciavam-se todos troçando na intimidade o manipanso que tinham criado.

Um antigo político gabou mesmo a ignorância como fecunda no governo, afirmando mesmo a sabedoria como prejudicial ao país; e Inácio Costa, em conversa com Benevenuto, confirmou a sentença:

— Soberania? Bacharelismo?... Nada! Nada!... Acabamos com essa pedantocracia bacharelesca.

Benevenuto disse-lhe então pacientemente:

— Inácio, queres ouvir uma história? É uma lenda que corre entre os Fellahs. Como tu sabes, são supostos representantes dos contemporâneos dos faraós. Contam eles que, por ocasião da conquista do Egito pelos árabes, o escriba Hué-Tep despertou do túmulo. São casos que se passam frequentemente nessa vasta necrópole que é o Egito. Hué-Tep ergueu-se do túmulo, tirou a sua máscara funerária e viu toda a brutalidade de Omar e seus sequazes. Reparou que não gostavam dos rolos de papiro e não tinham em grande conta o seu velho saber de estilizar em belos caracteres demóticos os grandes fatos das dinastias. Hué-Tep, ressuscitado do túmulo por aquele tropel, não sabia como viver. Tinha uma língua tão diferente e os recém-chegados odiavam a escrita. Como havia de ser?

Estava pensando, já fora do túmulo e sentado sobre a extremidade de uma gulga de granito, quando um *caid* árabe, com a cabeleira untada de graxa, aproximou-se e perguntou-lhe:

— Que fazes, meu velho?

— Vim de entre os mortos e não sei o que hei de fazer.

— Quando vivias, que fazias?

— Escrevia; era escriba de Fon-Chué, ministro do poderoso Amenem-Set.

— Isto está fora de moda. Não vês por que o Egito com os seus três impérios desapareceu? Foi a escrita... Nada de escrita! Fora os preparados.

E logo o escriba da maravilhosa letra ficou convencido dos malefícios que a sua habilidade representava, e seguiu o *caid*, que lhe dava tâmaras e mel de quando em quando.

O escriba Hué-Tep, que só fora estimado pelo seu saber e pela sua linda letra, começou a aconselhar a quebra dos monumentos e a queima das bibliotecas; e foi por isso, dizem os Fellahs, que o Egito ficou estéril.

— Eu sei, doutor. Eu sei... Mas esse saber aí não é saber que valha.

— Mas qual é o teu saber, Inácio?

— É a ciência positiva... Não admito essa jurisprudência, esse direito.

— Por quê?

— Porque não é positivo.

— Quem te diz que o teu é?

— Doutor, o senhor é metafísico... Não se pode conversar com o senhor. Nós precisamos, doutor, de aperfeiçoamento moral e devemos ter por principal escopo a incorporação do proletariado à sociedade moderna.

Quase sempre Benevenuto, depois do jantar, vinha àquele café espairar e conversar com um e outro conhecido. Não tinha companheiro certo, mas era raro que encontrasse Inácio Costa. Às noites, raramente este saía de casa; mas, por aquela época de grande atividade política, ele as aproveitava para ir a esta ou àquela casa de pessoa influente, principalmente à de Bentes, que vivia cheia. De resto, quando não o fazia, corria os cafés, as redações dos jornais, buscando novidades, num temor constante que Bentes se evaporasse de uma hora para outra.

O primo de Edgarda encontrara ali Inácio e estavam a conversar amigavelmente, quando Lucrécio aproximou-se da mesa e, de pé, apoiado ao guarda-chuva, disse sem mais cumprimentos:

— Sabe... com licença, doutor... mataram o Zeca Boneco.

A Benevenuto pareceu que se tratava de alguma relação de Inácio, mas este indagou com indiferença.

— Quem é?

Lucrécio tinha nas faces o temor estampado e, de vez em vez, olhava os lados cautelosamente:

— Um rapaz... Um rapaz dos nossos... amigo do Totonho...

— Quem foi?

— O povo!

Barba-de-Bode pronunciou esta palavra e respirou aliviado; Benevenuto levantou-se e foi passar o resto da tarde em lugar menos povoado de novidades políticas.

Lucrécio sentou-se e contou os pormenores da execução popular. Zeca era antigo aprendiz de marceneiro. Alistara-se no bando de Totonho, fizera diversas

desordens e mesmo mortes. Tinha andado sossegado um pouco, devido à polícia; ultimamente, porém, voltara, mais terrível. Extorquia dinheiro a todos do bairro, de revólver em punho, especialmente dos negociantes, gostando também de fazê-lo alta noite aos jogadores felizes. As queixas eram muitas, a polícia o prendia, mas sempre o dr. Campelo ou Totonho soltavam-no. Naquela noite, no largo do Machado, intimara um cocheiro de carro a dar-lhe algum dinheiro. O Capote, tal era o apelido do cocheiro, não acedera e Zeca matara-o a facadas. Perseguido pelos colegas do morto, outros populares se vieram juntar e, quase em frente ao palácio do Catete, fora morto a tiros de revólver.

— E a polícia? — perguntou Inácio.

— A polícia não pôde nada.

Inácio não viu bem como ligava esse acontecimento ao destino da candidatura de Bentes. Pareceu-lhe ver naquela atitude dos populares, alguma coisa de mais efetivo na manifestação de sua opinião; e notem que Lucrécio estava amedrontado, assustado, como se o povo estivesse a gritar sempre: Mata! Mata! Lincha!

A notícia desse fato teve uma pungente repercussão na cidade. As proezas do assassinado, arroladas pela polícia e não punidas, que os jornais publicaram, deram aos habitantes a ideia de que estavam à mercê do mais audaz. Mesmo a frouxidão das autoridades em apurar tão grave fato indicava que se julgavam felizes por se verem livres do pesadelo que o desordeiro representava; e, se assim era, se não tinham procedido contra ele na forma da lei, denunciava que estavam coagidos, manietados, deixando a fortuna, a honra, a segurança de cada um entregues à sanha dos desalmados de que a polícia precisava para aterrar, asfixiar a opinião e as consciências.

Numa, na manhã seguinte, conforme o seu hábito, depois de ter tomado café, propôs-se a ler os jornais. Com os acontecimentos, a sua leitura era mais descansada e curiosa, estendendo-se a jornais de todos os matizes e feições.

Os periódicos efêmeros, as revistas comentárias, ele os lia ou fazia a mulher lê-los, cauteloso como andava em perscrutar a marcha dos fatos, em precaver-se contra as intrigas, em descobrir de que forma os seus colegas, no entusiasmo pela candidatura do general, enxergavam a sua situação política.

Amanhecera chovendo, um chuvisco fino e intermitente. O dia era indeciso. As árvores tinham um verde contente e as montanhas estavam encobertas. A velha d. Romana, que raramente se interessava pelos acontecimentos, veio perguntar a Numa:

— Doutor, estão matando gente na rua?

Ficou entre os umbrais da porta. Como que a velha tinha medo de avançar e perguntava com toda a sua forte e boa velhice:

— Doutor, estão matando gente na rua?

Numa descansou a folha e respondeu com acanhamento àquela pergunta em que havia algo de censura maternal:

— Não... Não... Um desordeiro... Não foi nada, d. Romana; isso acontece em toda a parte.

Esteve a velha ainda instantes de pé olhando o marido da neta sem dizer palavra, mas a interrogá-lo com os olhos. Numa evitava olhá-la e os encargos domésticos chamaram-na ao interior da casa.

Não se espantou o legislador com o caso, mas sentiu no ato dos populares um desaforo, uma insolência. Governo é governo; e se protegia o homem...

A mulher veio tomar café na sala em que o marido lia os jornais. Já sabia vagamente do fato e inquiriu:

— Numa, que fuzilamento é esse que os jornais trazem?

— Um caso à toa... Um sujeito matou outro e o povo matou-o.

— Por quê?

— Por quê? Porque matou o outro.

Acabando de tomar o café, Edgarda correu os jornais e leu o fato. Não tinha, como o marido, prática desses atos de política e não sabia que esta exigia tanto. A sua impressão foi de desmoronamento. Tudo caía, a lei, a ordem, a autoridade; e na barbaridade dos entrechoques de paixões, a paixão irrefletida da multidão teria de dominar... Acertaria sempre? Teria acertado? Por que aquele calaceiro saqueava em pleno Rio de Janeiro? Por quê?

Era a política, era Campelo a garantir-lhe a impunidade e, mais alto, os protetores de Campelo dando a este mão forte e prestígio... Se o Estado é uma coação organizada, essa coação cessava por abdicação do próprio Estado... Era o ruir de tudo... Onde nos levaria tudo isso?... A sua colaboração não seria criminosa? Tinha direito perante a sua própria consciência de contribuir para semelhante ruína? Sentiu perfeitamente que este afrouxamento da lei e da autoridade tinha por fim recrutar dedicações aos ambiciosos antipáticos à opinião. A coação legal do Estado fizera-se, para uma mascarada eleitoral, ameaça de valentão... No afã de fingir que Bentes era desejado, os aparelhos de compressão governamental não tinham o cinismo de impô-lo à força de baionetas. Tergiversavam, simulavam uma escolha regular; era a homenagem que o vício prestava à virtude. Como a opinião não se revoltava? Tinha

medo?... Parecia impossível, mas se não tivesse... Crime maior lhe pareceu a coação que se fazia à consciência da nação.

Com que direito? Em nome de quê? Não eram interesses secundários que se sobrepunham, com baionetas, garruchas, facas, à manifestação da vontade de um país inteiro? Não era um sindicato profissional que queria tirar de Bentes os lucros de seu monopólio? A maldição viria sobre ele e sobre ela também, que, por simples vaidade, não falava claramente... Mas, se fizesse, que havia de ser, que adiantaria? Numa não voltaria deputado; ela não seria a esposa do eloquente parlamentar; as outras não a olhariam com respeito e a sua fortuna não teria essa moldura; seria a fortuna vulgar, corriqueira, da mulher de um negociante qualquer.

— Esse caso vai ter eco na Câmara — disse ela.

— Penso também. A oposição vai aproveitá-lo e fazer um cavalo de batalha. Não me meto na discussão.

— Não faça isso... É bom sempre dar uns apartes... Naturalmente vão censurar a polícia.

— Qual polícia! Você não reparou que o homem é protegido do Campelo! Vão censurar a todos nós, atacar-nos.

— Os comentários de Fuas encaminham um pouco a opinião que você deve ter. Você leu?

— Li e já sei dos casos que tem havido em outros governos.

— Os oposicionistas podem achar certas diferenças.

— Quais são?

— É que o de hoje vivia a extorquir dinheiro à mão armada, desde que o “velho” deixou o governo, com ciência e aviso à própria polícia que não tomou providências. Você não acha?

— Que tem isso?

— Você sabe bem... Você não está na Câmara? A polícia não tomou providências porque vocês...

— Nós? Eu, não.

— O partido de vocês...

— Campelo.

— Sim; Campelo o acoitava.

A mulher retirou-se e Numa um instante considerou a gravidade do fato. A abdicação deles, os políticos, tinha afrouxado senão cortado todos os laços sociais. Ficou surpreso por ter verificado isso, ele que, em Catimbau, julgava de somenos essas coisas de assassinatos...

Na sala em que estava, ouviram-se longinquamente os ruídos da rua, o zumbido dos elétricos, o buzinar dos automóveis, o pregão dos mercadores, mas, assim mesmo, sentia a palpação do Rio de Janeiro, capital do Brasil, cheia de comodidades, mas de oposição e de crítica.

Embora no lugar em que estava não visse o portão, Numa teve ideia de que ele fora aberto. Devia ser uma visita. No começo eram raras; mas, ultimamente, se multiplicaram. Não havia projeto em que o seu voto não fosse solicitado por uma meia dúzia de empenhos. Muita vezes, os pedidos eram contrários à sua disciplina partidária, e negando-se a atendê-los, criava antipatias. Como queriam que fossem independentes? De um lado, o partido, e de outro, os interessados? Como havia de ser? Para não errar, para a sua segurança, votava sempre com o partido.

Os jornais e o povo debochavam o Congresso, faziam-lhe as mais acerbas críticas e cobriam os deputados de epítetos os mais desprezíveis. Não se entendia o povo! Dizia isso, proclamava a inutilidade do Parlamento, desmoralizava-o; entretanto, queria que resistisse aos assaltos, às ameaças do poder. Estariam os deputados muito avisados, se lhe seguissem os conselhos. Seriam tocados da Câmara, expulsos e então não valeria mesmo mais nada o Congresso. A vista entrou; era Mme. Forfaible. Edgarda acompanhava a generala e conversavam garrulamente. Numa teve pressentimento de que ela vinha interessar-se pelo projeto das desacumulações. Que diabo! Não sabia como votar!... O governo, uma hora fazia questão, outra diziam à socapa que vetaria... Temia incompatibilizar-se e ficar incompatível, tanto mais que Bentes parecia ser contra. Tinha mesmo dito: “Eu sou pelas desacumulações bem entendidas”.

A senhora entrou e toda a sala animou-se com a sua presença.

— Doutor, bom dia! Já sabe da última novidade? O Gomensoro casa-se com a copeira da pensão. Esse Gomensoro, Edgarda, é muito engraçado. Você sabe como foi o casamento dele? Vou contar. Ele pinta os bigodes. Outro dia, não tendo tempo de pintá-los completamente, saiu com a metade do bigode branco. Na sala, ao tomar a escada, alguém disse: coronel, o senhor está com o bigode sujo. A menina, a noiva, a copeira...

— Não era copeira, Anita — disse Edgarda.

— Enfim, a noiva observou por aí: Não é verdade dizer que a metade do bigode do coronel está suja; o que ela está é limpa.

— Por isso casou-se? — perguntou Numa.

— Por isso. Vai comer bons quitutes, certamente.

— Como você sabe disso, Anita?

— Eu não sou muito própria para saber, mas certamente Gomensoro não será também. Está tão velho...

— Nem tanto — disse Numa.

— No almanaque; a igreja talvez não seja da mesma opinião... Doutor, outra coisa: preciso do seu voto para serem rejeitadas as tais desacumulações. Manoel não pode viver sem os vencimentos de professor...

— Minha senhora...

— Olhe, doutor, nós ficamos inimigos...

— O povo...

— Que tem o senhor com o povo? O povo não vale nada... Não vê como ele não quer Bentes, como se pudesse ter opinião dessas coisas. Não acha, Edgarda?

— Olha, Anita, eu não sei bem se ele pode ter ou não.

— Você é socialista. Não sei como você, filha de senador e mulher de deputado, pode ter ideias tão estrambóticas. Então, doutor, como vota?

— Minha senhora...

— Seja franco: como vota?

— Depende.

— Edgarda, como vai votar o marido de você?

— Isso é lá com ele; não tenho nada com isso.

— Pois olhe, minha filha, não é o que dizem por aí.

Numa e Edgarda entreolharam-se, e Mme. Foirfable insistiu:

— Quero uma resposta, doutor.

— Minha senhora, voto com o *leader*.

— Está bem. Você sabe, Edgarda, vim só com café...

— Você quer almoçar comigo?

— Não. Falar em almoçar... Você sabe quem me convidou a jantar com ele há dias, em *tête-à-tête*?

— Quem?

— O Albuquerque. Não conhece, doutor? O poeta Albuquerque...

— Conheço. Recita muito bem.

— Ele convidou e você aceitou? — perguntou Edgarda.

— Quase! Albuquerque está fazendo um poema... Você não gosta dos versos dele?

— Não são maus. Por que você não jantou com ele?

— Que diriam?

— Ah! — fez Numa vitoriosamente. — Aí, a senhora respeita a opinião...

— Sim, respeito. Mas, para fazer um presidente da República, precisa-se saber da opinião do carnicheiro, do padeiro, do vendedor de jornais, do tripeiro? Ora!

Numa, nessa questão de acumulações, sabedor como era do grande número de pessoas a que ela interessava, tinha procurado sondar a opinião de muita gente. Em Fuas, não pudera descobrir estrela que o guiasse. As suas opiniões, tanto por escrito, como pronunciadas, eram cheias de duplicidade, de evasivas, de restrições. Todas elas admitiam que o cidadão tivesse dois ou mais empregos quando fossem de natureza técnica, quando não houvesse capacidades senão em um indivíduo para preenchê-los. Fazer tais restrições era continuar a manter as acumulações. Por que, então, querer a solenidade de uma lei especial? Fuas, que era ladino, podia bem orientá-lo; Numa, porém, não gostava da sua intimidade. Ele o tratava com uma condescendência superior, como se fosse Fuas o legislador, o deputado. Se bem que precisasse dele, essa atitude do jornalista feria-o e tirava-lhe a acuidade nas perguntas, as lábias para surpreender-lhe a opinião. Na verdade, Fuas pouco se incomodava com a questão; os seus interesses se haviam voltado para Bogoloff.

É caso que o diretor da Pecuária Nacional, logo que tomou posse do seu lugar, procurou Xandu, com quem teve uma conferência, na qual mostrou a necessidade de dar começo às experiências dos seus processos de fazer de um boi quatro e fabricar carneiros que fossem ao mesmo tempo cabritos.

— Não há dúvida, doutor, organize o seu plano — disse Xandu com toda a segurança. — Exponha o que necessita, pois aqui estou eu para fornecer-lhe os meios. O doutor compreende perfeitamente que tenho o máximo empenho em levar avante esse empreendimento, não só porque é de um valor científico extraordinário, como também oferece aspectos práticos de alcance transcendente. Demais, a glória que lhe couber também será partilhada pelo meu ministério...

Consertou o monóculo na arcada orbitária e continuou com calor:

— Sou pela prática, pela atividade útil. Hoje, por exemplo, tenho que assinar 2.069 decretos e levo ao presidente 412 regulamentos, entre os quais um sobre a postura de galinhas, que lhe vai agradar muito. Este país nunca teve ministros... Não se dedica à avicultura, doutor?

— Não; mas os meus processos são gerais, destinam-se a toda a espécie de criação de animais. Havemos de experimentá-los, se V. Exa. me fornecer os meios necessários.

— Não há dúvida. Faça o orçamento.

Não se demorou muito Bogoloff em organizá-lo com todo o capricho. Nele, além de muitas coisas, exigia dez auxiliares hábeis, práticos e sabidos na bioquímica, os quais deviam ser contratados na Europa; exigia também um numeroso pessoal subalterno; pedia uma fazenda e uma grande verba para material e aparelhos.

Só em pessoal gastavam-se quatrocentos contos e outro tanto com a fazenda, aparelhos e material. Fuas, sabedor do caso, pôs algumas observações no seu jornal, sobre a criação da Estação Experimental de Reversão Animal e Quadruplicação dos Bois. O russo procurou-o, os comentários cessaram e Fuas ficou encarregado da aquisição da fazenda, material e aparelhos.

Vencido esse pequeno tropeço, Bogoloff procurou o ministro, a quem apresentou o orçamento:

— Não lhe posso dar resposta já, meu caro doutor. Estou muito atrapalhado... Neste país está tudo por prover e eu trabalho dia e noite. Nunca teve ministros e um que vem com disposições de trabalhar esgota-se em pouco tempo... Imagine que não pude tomar hoje o meu banho de frio, tanto estou atrasado!... Um dia em que não o faço, volto a ser o brasileiro mole que os senhores conhecem... Assim mesmo já assinei 382 decretos e organizei 49 regulamentos... Ah! Doutor! Esse Brasil precisa de frio, muito frio!

Despediu-se Bogoloff do homem tão ativo e voltou ao seu gabinete de Quadruplicação de Bois, que era no próprio edifício da secretaria. Fuas esperou o resultado durante um mês e o trabalho do russo na direção da Pecuária Nacional limitava-se, durante esse tempo, tão somente a assinar os registros dos estábulos e cocheiras da cidade.

Fuas Bandeira desesperou e foi tratar de outros negócios; mas Bogoloff, que era mais tenaz, esperou pela decisão de Xandu. Houve um dia em que o ministro o chamou e falou-lhe a respeito da sua pecuária intensiva:

— Li o seu orçamento e a sua exposição. Muito bons, ambos! O orçamento está um pouco salgado. Por que o senhor quer um laboratório de química tão completo?

— V. Exa. compreende — disse-lhe o doutor russo — que os nossos processos se baseiam na bioquímica; daí essa necessidade.

— Não há dúvida, concordo; mas o doutor podia bem dispensar a fazenda.

— E os meus bois, onde viveriam? Não acha V. Exa. necessário pastagens?

— O seu método não se baseia na alimentação artificial, doutor?

— Baseia-se na superalimentação química.
— Pois então? O seu gado podia até ser criado em uma sala.
— Isto podia dar-se se fosse um ou dois, mas muitos não é possível. Demais, não abandono inteiramente os métodos comuns de alimentação. Não é possível!

— Não há dúvida, doutor! O senhor sabe que o governo está em economias e não pode já atendê-lo. Em todo o caso, o Estado tem uma casa disponível com um razoável quintal, à rua Conde de Bonfim, e, em pequena escala, o senhor podia experimentar. Vá ver a casa.

Inútil é dizer que Bogoloff não tinha nenhum interesse em pôr em prática as suas fantásticas ideias. Foi ver a casa e fez um relatório completamente desfavorável. Nem outro podia ser. A casa era um pardieiro arruinado e o quintal tinha para pastagem algumas touceiras desse capim a quem chamam “pés-de-galinhas”. Aconselhou-lhe o ministro por essa ocasião:

— Doutor, não se aborreça. Ninguém mais do que eu conhece as vantagens do seu processo, a barateza que ia trazer para um gênero de primeira necessidade, mas o governo está em apuros, está cortando despesas... Sinto muito, mas... Olhe: faça como eu, escreva regulamentos... Se não quiser, aconselho que se ocupe com o expediente ordinário de sua repartição e espere um pouco.

Bogoloff viveu assim feliz e tranquilo. Os cruéis acontecimentos que o envolviam não despertavam nele os ardores generosos da primeira mocidade, que tanta amargura havia sofrido. Nascera em Cazã, na Rússia, onde seu pai tinha um “sebo” que lhe dava os poucos recursos necessários à subsistência de ambos.

Aquele contato com os livros, desde quase o seu nascimento, dera-lhe “fumaças” e a inaptidão do intelectual de origem obscura para o esforço seguido, quando se choca com o meio naturalmente hostil. Fez o seu curso na Faculdade de Línguas Orientais, da universidade em que Lobatchévski afirmou, com rara coragem intelectual e grande vigor, que, por um ponto fora de uma reta se podiam tirar várias paralelas a essa reta.

Anos passou dentro dos seus “inocentes sonhos” de quimeras de justiça e de fraternidade. Inutilizou-se; fez-se honesto de pensamento e de coração. Acabado o curso, não sabia fazer nada; viveu encostado ao pai sem atinar como havia de empregar o seu persa e o seu tártaro.

Travou conhecimento com revolucionários, frequentou-os nos cafés, estimou alguns, foi tido por suspeito; e, quando houve um atentado contra a

vida do governador da cidade, foi com outros parar à cadeia, a fim de ser escolhido aquele cuja cabeça devia ser perdida para que a majestade do Estado não fosse conspurcada.

Verificaram que nada tinha com o caso, soltaram-no. Rolou de cidade em cidade depois de ter perdido o pai; por fim veio para o Brasil para sossegar e morrer.

Não tinha mais escrúpulos; e se não cobria humanidade com desprezo, desprezava-se a si mesmo, não se detendo diante de empecilho moral, senão daquele que fosse castigado pelo Código.

A terra era boa e chã; e ele não se incomodava em saber se era bem governada ou mal. Ia vivendo com a sua liberdade interior, perfeita e completa.

Não empregava os processos ultracínicos de Fuas, mas pouco se interessava pelas suas questões. Fuas, porém, fingia interessar-se, tomava partido, indignava-se, chegava-se a este e àquele, mostrando dedicação, a ponto de fornecer aos bisonhos prazeres requintados de casas de ópio que ele mesmo montava com o auxílio de velhas *cocottes* conhecidas, ou desbragadas orgias, tendo por convivas *parvenus* que iam para elas sem o enfado de viver e a embriaguez do poder de patrícios romanos, mas com a grosseria da sua falta de cultura e a inquietude das estreitas preocupações do momento. Os seus convivas eram senadores amatutados, ricos que, há trinta ou quarenta anos, não pensavam senão em ladroeiros honestas, traficantes de todos os matizes e aventureiros de todas as cores. Este era dos seus mais seguros processos de arranjar dedicações e seguros protetores para seus negócios. Outro processo de que lançava mão era perder propositadamente no *poker*, quando queria obter do parceiro influente proteção para um grosso negócio. Com Bastos, acontecia quase sempre isso. Vivendo assim, de rendosos expedientes, pouco se lhe dava que as coisas marchassem bem ou mal. Se as dele iam bem, estavam satisfeitos; se não, procurava fazer com que caminhassem a seu contento, por qualquer meio que fosse.

Nem todos, porém, eram assim; nem todos tinham a indiferença filosófica de Bogoloff e o secreto desdém do hipócrita Fuas pelas coisas do Brasil. Benevenuto, que sempre fora totalmente infenso aos conluios políticos, que mesmo duvidava da pátria, sentia dentro de si energias até agora sopitadas. Aquele espetáculo de subserviência geral, aquele amordaçamento da opinião, aquela série de delitos de toda a natureza, reagiram sobre ele e tiraram-no do seu quietismo.

A revolta era contra os oprimidos e contra os opressores, mais contra estes, pois eram reincidentes na sua opressão, feita sem ideal, sem desejo de realizar grandes obras, mas instigada unicamente por uma pueril vaidade e justificada com sentenças cheias de heresias liberticidas.

Os últimos sucessos scandalizaram-no; ele tinha como que remorsos deles, vergonha, sem ter tomado parte direta ou indiretamente neles. Acusava o seu silêncio, julgava-se covarde e, com a sua covardia, responsável por tudo o que de sangue, de opressão, de força bruta e selvagem se anunciava.

Só, naquela noite, em sua casa, não pôde ler os seus livros habituais. Os seus olhos mareavam-se ao contemplar os seus livros e os seus quadros. Havia como que sentimento da impotência do pensamento, da cultura, do sangue dos mártires e das vigílias dos sábios, para melhorar a nossa condição... Fumava... A luz elétrica brilhava segura. Contemplou um grande mapa do Brasil à parede... Ele estava na sombra. Pensou em dormir; mas viu bem que a sua angústia de alma não o deixaria conciliar o sono.

Saiu do Catete, onde morava. Veio a pé bordando o mar. O céu estava povoado pelo luar. Benevenuto rodava o cais a olhar, ora aquelas casa sombrias, fechadas, adormecidas; ora, o mar, coberto de densa película clara com manchas espaçadas, mais brilhantes aqui e ali. As luzes esféricas de Villegagnon brilhavam muito azuis no seio do luar prateado. As montanhas muito negras, que a fosca claridade da lua fixava melhor o seu negrume, erguiam-se em Niterói; eram muralhas, ameias de um castelo fantástico em cujos altos torreões sentinelas vigiavam a muda obscuridade das planuras que se supunham do outro lado. A rua da Lapa iluminada, agitada pelo trânsito, tomou-lhe os passos.

Uma dama, vivendo dentro de uma atmosfera inebriante de perfumes fortes, cortou-lhe o caminho e perturbou-lhe por momentos o seguimento das ideias e o voo dos seus desejos. Outras passaram estonteantes de irritantes perfumes, vestidos farfalhantes, altos chapéus, como velas enfunadas ao vento propício.

O largo da Lapa tinha a sua habitual agitação noturna e o seu trânsito; lá, mais além os Arcos, o aqueduto — um pontilhão sobre o lago infernal em que as almas ardiam como corpos e os corpos como miseráveis fragmentos de palha.

Os botequins estavam cheios; as garrafas espocavam; músicas fanhosas e cansadas esforçavam-se por dar compasso e medida àquela agitação; os carros dormiam às portas dos clubes e os automóveis passavam céleres; o Passeio

Público esperava o dia para o encontro dos amorosos e dos namorados inocentes.

Benevenuto entrou num café, quis encontrar, no atordoamento e na alegria dos outros, o pensamento calmo que lhe fugia. Um instante viu aquelas mulheres, aqueles chapéus, aquelas plumas, aquelas joias; e o seu pensamento continuou triste. A lua se ocultara.

Continuou a descer, encaminhou-se para a cidade. Avenida. O Teatro Municipal enterrava-se um pouco mais. Tubos de borracha sobre patins de rodas lavavam o asfalto e os lavadores viam com indiferença a sua vagabundagem atormentada.

Na estação do Jardim, os bondes demoravam-se mais um pouco a reconhecer o lugar, e a rua do Ouvidor já tinha, aqui e ali, os seus ambulantes cafés noturnos. Foi no largo de São Francisco que notou alguma coisa de anormal na cidade. Doidas galopadas de moleques, correrias de garotos com a cabeça ao ar provocaram-lhe a curiosidade. As ruas se animavam. Bandos de homens, mulheres corriam, apressavam o passo. Plácidas travessas de medíocre movimento agitavam-se como em dia de festa. Que era?... Diziam: É grande... é na rua do Senado... na rua do Riachuelo... E ele tinha com grande dificuldade a explicação para aquela estranha excitação de gente de condição mais vária, naquela hora. Que seria? Era um incêndio. Por sobre as casas, viu um penacho de nuvens negras; às vezes, na base, percebia-se uma barra alaranjada, ouro. Tomou um bonde no Campo de Sant'Ana, distinguiu nitidamente o incêndio. Existiam no edifício queimado ingredientes químicos. Era deslumbrante. No fogaréu, havia tal variedade de vermelho como se coroa-se o cone ardente de um vulcão em erupção. No núcleo central, por cima dos telhados, a chama era rubra com os tons de ouro; para as bordas, cor de laranja; e, alçando-se assim, quase ao tope do morro que iluminava, transformava-se emovelos negros, leves, a voar ao vento ligeiro que soprava.

Um enxame de fagulhas subia, brilhantes e vivas, até muito alto; e, no céu pardacento da fumarada negra, brilhavam como estrelas ígneas.

A uma oscilação da chama, o fundo verde do morro se descobria e o casario branco da encosta surgia numa visão de teatro. Um pouco em frente, as barras de um andaime dividiam o campo chamejante em quadrículos e a torre azul de São Gonçalo Garcia erguia-se no seu suporte de pedra. Viam-se-lhe os sinos aureolados de fogo e o cruzeiro desenhava-se no céu cinzento de fumaça. O povo continuava a correr. Havia nas frases, nos gestos, no andar, alegria e curiosidade. Todos corriam...

Onde é? Onde é? No Tribunal... Na Avenida... Na Ordem do Carmo... E corriam mulheres, homens, roçando-se, empurrando-se, mas sempre com ternura, em comunhão, quase sempre aos abraços; e, por aquela multidão, ao fogaréu que braseava forte, perpassava um desejo de carícia, de beijos de amor — tal em nós é a força com que a destruição desperta nas nossas almas a necessidade da eternidade. Velhos cultos ancestrais do fogo sagrado do lar, do fogo elementar do Céu, da fogueira comum, trabalhavam naquelas almas, más e inocentes, perversas e piedosas, de gente vinda dos mais estranhos climas, das raças mais várias, de pessoas de cultura mais diversa, para contemplar o magnífico espetáculo do fogaréu violento. Da eterna morte vem a eterna vida, e o sacerdócio daquela é o sacerdócio desta... Destruído um milhão, em pouco, dos despojos deste, surgirão os vencedores e os perfeitos...

E o povo na rua, aos “cordões” carnavalescos, cantando, gritando, corria para o fogaréu e os que lá chegaram em primeiro lugar, espantavam para dentro do prédio incendiado os muares que dele fugiam espavoridos.

De onde em onde, uma máquina dos bombeiros, arrastada por muares, abria, por entre a multidão excitada, um sulco, deixando um rastilho de fogo.

VIII

A reação da opinião pública à candidatura de Bentes era tão forte, tão geral e tão intensa, que o aparelho de compressão governamental não se julgava suficiente para vencê-la. Num país em que nunca os votos foram contados para a eleição dos seus representantes, os adeptos de Bentes temiam que o fossem pela primeira vez e derrotado o candidato do sindicato. Por todos os processos, procuravam obter aderentes e estes podiam contar com os favores mais inesperados do poder e da administração.

Liberato era coronel da Guarda Nacional e velho chefe político de uma longínqua freguesia do Rio de Janeiro. Nela, em Cambuci, estava habituado a vencer ou simular vencer, sem protesto, as eleições. De uns tempos a esta parte, porém, o seu prestígio decaía e os eleitores se insurgiam contra o seu mando infecundo e nocivo. Tendo chegado a época de escolher novos vereadores, Liberato temeu uma derrota mais completa, tanto mais que Cambuci, como o resto do país, se rebelava contra a ascensão de Bentes. Liberato, logo em começo, avariado como estava no seu prestígio, tratou de hipotecar seus préstimos a Bentes, por intermédio de Campelo. Escusado é dizer que foram bem recebidos e em troca ele pôde contar com o apoio incondicional dos promotores da candidatura Bentes.

Aproximando-se o dia da eleição dos vereadores, Liberato verificou que, apesar das ameaças, muitas seções do seu distrito não lhe registrariam votos de que precisava para a vitória total. Convém não esquecer que as eleições são as mais das vezes simuladas, que os mesários as fazem ao sabor de suas conveniências partidárias e raro se consegue apurar a votação que as urnas recebem efetivamente.

Sabendo de que algumas seções resistiam às suas ameaças e ao suborno governamental, Liberato entendeu-se com Campelo e outros chefes de primeira categoria que o animaram a proceder da forma que entendesse, contando que o partido fosse vencedor.

O velho coronel julgou melhor armar uma emboscada. Apossou-se com antecedência do edifício público em que ia funcionar o colégio eleitoral, estudou-lhe os aposentos, organizou seteiras e, no dia do comício, estava lá o seu bando por trás das portas e paredes, gatilho no dedo, canos em seteiras invisíveis sobre os eleitores descuidados.

Em dado momento, em hora aprazada, a descarga foi feita; caíram feridos e mortos e o médico que Liberato tinha alugado, não tivera serviço porque aqueles foram só entre os adversários do velho coronel.

Esta manobra de alta política indignou a cidade e a opinião, mesmo sem conhecer perfeitamente a forma atroz com que fora armada a tocaia; mas Liberato não se incomodou muito, pois o inquérito policial nada apurou, não se sabendo mesmo se tinha sido feito.

Houve quem dissesse que isso estava no programa de Bentes, mas não era verdade. É certo que Lucrécio já tinha avisado do que ia acontecer a Bogoloff, convidando-o até a vencer os honorários médicos que Liberato piedosamente oferecia; mas dizer que tal proeza estava no manifesto de Bentes é inverdade que não se sabe bem como foi gerada.

O programa de Bentes era até lírico, cheio de utopias, e a candidez de suas intenções não se quadrava com certas atitudes de seus adeptos. Do que havia necessidade era impedir que os cidadãos dissessem nos jornais, pelo menos, que não queriam o paraíso que ele prometia. Seria bem fácil convencer o país com os processos mais comuns de baionetas e garruchas; mas tal não quiseram e tentavam uma catequese em que os incidentes como esse de Liberato não foram os únicos.

As urnas deviam manifestar-se; e, como sempre nas suas manifestações havia sangue, tratou-se de lhe aumentar a quantidade em relação à espontaneidade do candidato e da popularidade do partido que o apoiava.

Se os seus opositores recebiam manifestações da cidade inteira, Bentes era aclamado muito decentemente por grandes caudas de caleças de enterro.

Riam-se os filósofos de um esforço tão inutilmente dispendido e não se esqueciam nunca de lembrar o célebre pensamento de La Rochefoucauld: “A hipocrisia é a homenagem que o vício presta à virtude”.

É difícil de dizer todas as belas coisas que Bentes prometeu no seu programa. Leu-o num dos mais luxuosos teatros da cidade que, por sinal, nesse dia para nele entrar não se pagavam bilhetes. Fui disse, ao dia seguinte, que era uma peça magistral, valendo ouro os seus conceitos e as suas arrojadas tentativas de engrandecimento do país.

Se valiam ouro nem todos podiam garantir, mas que prometiam despesas avultadas é fácil de afirmar.

Um dos seus propósitos mais altos era melhorar a navegação interior do Brasil. O seu interesse era pela bacia do São Francisco. Notava Bentes que os seus rios serviam a cinco estados do Brasil, interessando alguns mais; e, entretanto, não tinham merecido até ali a atenção dos poderes públicos. Notava ainda que nessa portentosa bacia vivia uma população enérgica, ativa, corajosa e o governo tinha o dever de auxiliá-la. O seu primeiro cuidado, se fosse governo, seria torná-lo navegável da foz à nascente, destruindo a dinamite e outros explosivos a cachoeira de Paulo Afonso e outros obstáculos que lhe impediam o seu livre aproveitamento pelos barcos.

O outro seu alto propósito tendia homenagear a mulher brasileira, esse exemplo extraordinário de mãe, dizia o manifesto; e havia de fazer, quando chefe do executivo, distribuição gratuita de brinquedos às crianças, desde que tivessem mães — continuava a dizer o manifesto.

Não eram ideias comuns as que aventou e nem tão pouco inviáveis; o que havia nelas era um altruísmo exagerado que muito desgostou os seus adeptos. Fuas dissera mesmo que era o seu programa, um programa de ideólogo; se não fora a experiência que já tinha a opinião conservadora de sua capacidade de administrador, as ideias do general deviam pô-la de sobreaviso.

Afirmou com uma coragem de inovador que nunca as suas ações consultariam a economia política e muito menos as finanças; que o país era soberbamente rico e não devia obedecer a essas tiranias espirituais criadas nos caducos e pobres países da Europa.

Fuas ainda disse no seu memorável artigo que essa opinião era de sábio e, para ela, deviam voltar a sua atenção os eruditos rotineiros, adstritos às coisas misantrópicas do Adam Smith da *Wealth of Nations*. Citou vários exemplos negando que a riqueza fosse o trabalho acumulado.

A esfuziante profundidade do manifesto foi recebida pelo país inteiro boquiaberto e Numa, na Câmara, defendeu-o dos ataques da oposição ignara. A sua defesa foi lógica e consistiu unicamente em pedir que esperassem a execução para se obter um critério seguro da certeza das proposições avançadas por Bentes.

D. Edgarda, mulher de Numa, não andou muito contente uns dias e ela os passou recolhida à sua biblioteca a ler e a pensar.

Os livros estavam fora dos seus lugares nas estantes; viviam pelas mesas, pelo chão, abertos, com marcas à vista; e um tal aspecto era mais o da

biblioteca de um sábio em desesperada polêmica que o da de uma senhora que faz plácidas leituras.

Essa preocupação de estudo e exame não foi a de Inácio Costa. O ardente republicano, fundador da República que foi ao lado de Benjamim Constant, não sentiu absolutamente na plataforma nem grandes coisas nem motivos de dúvida. Aquilo era uma simples cerimônia e não precisava Bentes mesmo cumpri-la, porque bastava inspirar-se nos grandes antecedentes históricos de Benjamim, Tiradentes e Floriano para fazer um bom governo.

— Bogoloff — dizia ele certa vez ao russo, no seu gabinete —, os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos. Os metafísicos não querem concordar e têm perturbado a marcha ascendente da humanidade, a completa passagem do período metafísico para o científico industrial. Essas preocupações dos legistas retrógrados não são mais da nossa época. A grande síntese social que Comte estabeleceu, completando Condorcet por De Maistre, demonstra perfeitamente isso. Bentes tem razão em fugir à pedantocracia universitária... Bastam os exemplos! Floriano...

— Que fez Floriano?

— Não sabe? Foi o maior estadista que tivemos.

— Quais são as suas obras?

— Manteve a forma republicana federativa com uma energia verdadeiramente republicana. Era um estadista moderno... Quer saber de um ato dele?

— Quero.

— Você vai ouvir. Como marechal precisasse de dinheiro para fazer face às urgentes despesas que a revolta acarretava, mandou que o Tribunal de Contas registrasse um crédito que ele tinha necessidade. O presidente do tribunal negou-se formalmente a dar a sua assinatura ao tal pedido, por não estar de acordo com as leis. O ministro da Fazenda, ao saber dessa resolução, foi comunicá-la imediatamente ao marechal. Floriano não gostou; mas, sorridente, pediu ao ministro que conseguisse do presidente do tribunal ir ter com ele uma conferência. Na manhã seguinte, muito cedo, estava no Itamarati o presidente do Tribunal de Contas. Floriano recebeu-o muito amável e mostrou a situação do governo e a urgente necessidade que havia de tal crédito. O presidente, inabalável, disse que não assinava o pedido, pois era ilegal, inconstitucional, que era isto, que era aquilo. Floriano ouviu tudo muito calmo e, em meio ao discurso do presidente, bateu na testa e perguntou: “O senhor é o dr. Fulano?” “Sim, senhor”, respondeu o presidente. “Ora, doutor, queira me desculpar.

Esta minha cabeça anda tão cheia de atrapalhões... Não era com o senhor que eu queria falar, era com o seu sucessor.” “Como?”, perguntou surpreso o ministro do Tribunal. “É verdade, doutor; o senhor está aposentado desde ontem.” E assim foi. Nessa mesma tarde, com data do dia anterior era publicado um decreto que declarava aposentado o presidente recalcitrante. Era assim Floriano! Isso é que é um estadista, Bogoloff!

E Inácio Costa bateu-lhe no ombro e saiu do gabinete, abanando o seu fraque preto.

Continuava Bogoloff a trabalhar intensamente no ressurgimento da pecuária nacional. O seu campo de experiência era limitado a um salão e os laboratórios eram constituídos por um armário cheio dos regulamentos que Xandu expedia a mãos cheias.

Desde a manhã até às quatro horas, passava a ler, assinando de quando em quando um ofício que o secretário trazia, porque a diretoria estava constituída do diretor, secretário e ror de escriturários. De bois ainda não se cogitava; e Bogoloff não se aborrecia.

As visitas de Inácio Costa eram constantes e vinham quebrar a monotonia das horas que o russo passava no seu gabinete. Ele ouvia com paciência as suas conversas políticas, observa-lhe as opiniões e surpreendia-se com elas. Verificou com singular assombro que Inácio tinha do governo uma concepção paternal de mujique; que o seu desejo era entregar todos os poderes a um só, a um tirano, e que esse tirano fosse um militar. Não compreendia que um homem como ele, que se dizia republicano, democrata, tivesse semelhante ideia de república. Inácio se supunha ilustrado, culto; entretanto, desprezava todo o ensinamento, todo o esforço dos homens de pensamento em restringir a autoridade, o poder total de um só. Inácio parecia não se ter apercebido dessa feição dos governos modernos, dessa necessidade de contrapesos, de recíproca fiscalização entre os depositários do governo, para que nenhum fosse efetivamente governo. Acusava de retrógrados os que a queriam, mas nele é que havia uma volta ao governo absoluto, ao completo governo absoluto dos orientais.

Essa sua mórbida admiração por Floriano era tanto ingênua quanto sem razão. Como esse homem era estadista eminente e não tinha deixado nenhuma obra de estadista, obra que redundasse em benefício geral, que tendesse para a felicidade dos povos, na expressão de Bossuet? Como ele tinha mantido a ordem republicana, se atentara contra os tribunais, os parlamentos, as leis, e

queria tudo isso curvado à sua vontade? Não era bem República que Costa queria; Costa desejava o régimen russo ou melhor dos canatos tártaros.

Curioso é que na Rússia os avançados sonhassem com constituintes, tribunais independentes, ministros responsáveis e os que aqui se julgavam avançados não quisessem todo esse aparelho governamental...

A Revolução, que teve como um dos seus grandes escopos o estabelecimento de uma constituição escrita que limitasse o poder real, era armada por Costa, como?... Não se sabia bem como e por quê. Costa falava muito em princípios republicanos; mas a República na sua cabeça era um ídolo vazio, vazio de significação, já não mais fetiche, não era mais nada senão uma simples palavra, um palavrão que soava aos seus ouvidos mas que não continha uma ideia segura.

Não se pode bem dizer que fosse totalmente vazio; havia nele, no ídolo, alguma coisa: um desejo imoderado de sangue, de violência, de carnificina. Os sacerdotes não sabiam mais por que ideia, por que concepção imolavam a Moloc; mas continuavam a imolar com o automatismo de sacerdotes de crenças mortas, e mais ferozes até.

O que se contava de crueza empregada para vencer a revolta igualava, se não excedia, às execuções russas; e com uma diferença: é que lá sempre houve uma forma de julgamento, mas na daqui — nenhuma!

Bogoloff, velho anarquista, compreendia que se pusesse em dúvida a lei, que se a condenasse; mas querer o Estado sem lei, admitir o despotismo como progresso, não querer restringir o governo, era absurdo que não compreendia em inteligências tão medrosas da palavra rei ou imperador.

De resto, aquela superstição de virtudes especiais do militar tinha uns restos de concepção de nobreza, de classe privilegiada, muito de admirar na mentalidade de um republicano.

Alongava-se o russo nessas considerações quando o cansaço mental levou-o a ler um jornal. Ele os lia durante as horas que administrava a Pecuária Nacional, com vagar e distraído. Na primeira leitura, não lhe tinha caído sob os olhos aquele trecho. Leu.

Agita-se agora a sucessão presidencial do estado das Palmeiras. Com a resignação do cargo pelo senador Macieira, presidente eleito, a curul governamental daquele Estado deve ser preenchida brevemente, por meio de eleição. A abandalhada oligarquia que faz a infelicidade daquela terra quer levar para o palácio das Pitangueiras a inválida figura do deputado Malaquias. Há nisso uma indecente manobra de Macieira. Não estando certo de que maneira o honrado general Bentes irá proceder com estas pustulentas

oligarquias, resignou o poder para ficar aqui no centro, neutralizando a ação purificadora do governo que vem; enquanto isso, punha lá Malaquias, tio-avô da esposa do futuro presidente. Nós nada temos a dizer quanto ao sr. Malaquias, a não ser que é uma figura apagada na política; mas, quem devia ir reger os destinos das Palmeiras, era o coronel Contreiras, também parente do honrado general Bentes, possuidor como ninguém de uma brilhante fé de ofício com o curso de Estado-Maior e engenharia, tendo no peito medalhas que muito recomendam os seus serviços de guerra. Além de tudo, o coronel Contreiras é um homem honesto, que tem vivido até agora do seu soldo, apesar de ter passado por boas comissões, e é filho do venerando José Maria.

Esta notícia, ou como se diz nos jornais, esse *suelto*, fora lida com espanto por todos os que se interessavam pela política. Desde dez ou quinze anos que se perpetuavam na presidência do estado das Palmeiras os apaniguados de Macieira e o próprio Macieira, não tentando ninguém disputar-lhe a indicação. Tinha-se o fato como uma lei e aquela lembrança de que não podia ser Malaquias, mas Contreiras, longe de ser tomada como coisa sem valor, ganhou importância e foi discutida.

Lucrécio Barba-de-Bode, que ainda descansava dos muitos vivas que dera a Bentes quando foi a um prado de corridas, leu a notícia em casa, pois agora mais se demorava nela pela manhã em fora.

Morava na mesma casa da Cidade Nova e tinha as mesmas pessoas em sua companhia, exceto Bogoloff que resolvera morar numa pensão do Catete, depois de ter sido feito diretor da Pecuária. Quisera este obter para Lucrécio um lugar na sua diretoria, mas só os havia de escriturário e Barba-de-Bode não quisera aceitar por não saber escrever correntemente.

Totonho tinha prometido colocá-lo definitivamente desde que Campelo se firmasse. Era bem possível que o doutor viesse a ser ministro, e, em o sendo, Lucrécio ficaria arranjado de vez. Totonho pedia-lhe que esperasse pacientemente; fosse tentando com o lugar de “encostado” e ele o fazia fiado na palavra de Totonho e na estrela do dr. Campelo.

Com o tempo, Lucrécio ganhara certa inteligência política. Ele que, a custo, tinha ido até à tabuada, ficou sabendo muito da difícil arte de governar os povos. Passara muito além a sua inteligência do capítulo dessa arte que trata das desordens nas eleições e *meetings*, com assassinatos consequentes; Lucrécio já compreendia certas manobras da alta estratégia dos deputados.

Lendo a notícia, lobrigou Barba-de-Bode alguma coisa de anormal nela. Como toda a gente, ele estava habituado a considerar Palmeiras como sendo de Macieira, porque cada estado era de certos e determinados que o presidente

dava. Não se dizia até que Bentes tinha dito ao Crescêncio: “Doutor, não lhe posso fazer ministro; mas dou-lhe o Sernambi”?

Palmeiras era de Macieira desde muito tempo; Bentes tinha confirmado a doação — como é que agora o presidente que Macieira queria para o estado podia sofrer contestação? Ele sabia perfeitamente que a propriedade desses homens é sempre disputada. Ninguém lhes disputa a casa, o casaco, as joias, mas os estados há sempre uns galfarros que lhes disputam. A Neves Cogominho era Salustiano; mas o Macieira, ele não sabia quem fosse. Conhecia o coronel Contreiras... Era um oficial limpo, alto, severo... Que ele se metesse em política, Lucrécio não sabia. É verdade que Bentes... Mas Bentes? Bentes tinha o Exército em peso...

— Não é possível! Não é possível!

E atirou com zanga o jornal para o lado. Apanhou-o ao fim de algum tempo. Leu o tópico de novo e de novo exclamou:

— Não é possível! Não é possível! É intriga!

A mulher, que trabalhava na cozinha, não se conteve e observou lá de dentro:

— Você está doido, Lucrécio!

— Qual doido, Ângela! Qual doido! Você não sabe o que é política!

— Homem, filho, eu não sei mesmo o que seja e nem quero saber. Se é como essa coisa de Cambuci, fresca história. É mesmo uma vergonha!

— Isso é política do Liberato. A minha política é outra... Você conhece o dr. Macieira?

— Não.

— Aquele que arranjou o Lúcio na Escola dos Desvalidos.

— Que aconteceu com ele?

— Querem lhe tomar a chefia das Palmeiras.

— Mas ele não é do general?

— É, minha filha; mas tem muitos invejosos... Não falta quem o vá intrigar com o general...

— Eu não dizia, Lucrécio?

— O quê?

— Que esse general não prestava. O que ele fez com o “velho” não é de homem bom; é de malvado... Ninguém mais pode fiar-se nele... Quem faz um cesto faz um cento — fique você sabendo.

Lucrécio nada respondeu. Deixou pender a cabeça sobre as mãos, apoiados os cotovelos no joelho, e esteve a olhar muito tempo o soalho

encardido de sua casa velha.

Se Lucrécio se preocupava com a notícia, Macieira muito naturalmente havia de avaliá-la por todos os aspectos. O jornal que a estampara era um dos mais lidos da cidade, tinha grande prestígio nos meios políticos; e, certamente, se não traduzia um desejo de Contreiras, manifestava o começo do plano dos seus inimigos para tomarem-lhe o lugar. Na redação do jornal estava o José Pedro que nascera no estado; mas nunca Macieira o viu com desejos de figurar na política e muito menos que fosse contra ele. Ao contrário: pedia-lhe informações, dava-lhe notícias tendenciosas e, como patrício inteligente, frequentava-lhe a casa como a de Contreiras, que também nunca deixara perceber que queria ser qualquer coisa no estado. Toda a gente, imaginava ele, quer ser político, e os meninos dos jornais não pensam senão em sê-lo. Veem os seus patrões deputados, senadores, escrevem também e se propõem também a sê-lo. Demais, a candidatura de Bentes foi imposta, da mesma forma que a de Contreiras. Lançara-a um qualquer num jornaleco *A Cimitarra*, de uma cidade longínqua, começou a falar-se nela, tomou vulto e eles tiveram que aceitá-la. Aproveitou-a como a salvação, agora, porém, estava vendo que a arma se voltava contra ele.

Arlete ainda não tinha saído do quarto e Macieira já se havia embrenhado mil vezes nessas considerações. Arlete que, tantas vezes, intervieria para salvá-lo de dificuldades, agora lhe parecia impotente. Se estivesse em casa, seria pior... Quando acontecia surgir-lhe essas dificuldades matutinas, em casa de sua mulher, ele as achava mais difíceis. Dormir fora era para ele dormir na sua casa legal... Pensou em procurar Bentes, em pedir-lhe francas explicações do caso. Quem podia, porém, fiar-se em Bentes? Prometia e... seria melhor rodeá-lo, correr aos amigos...

— Arlete!

— Que é?

— Já vou.

— Já, *mon chéri*? Que há?

— Querem me derrubar.

— Oh! Que coisa! *Mais, mon Dieu!*... É coisa assentada já, *chéri*? Que é?

— Não sei. Está aqui nos jornais...

— Qual! O país de vocês não presta para nada... É mesmo porcaria...

Então você que é tão bom, vai sair! Será o general?

— Não sei, Arlete.

— É ele... *Sale type!*

Macieira vestiu-se apressadamente e encaminhou-se para a casa de Neves Cogominho. A situação delicada da política exigia movimentos rápidos; a ação pronta e o chefe da polícia de Sepotuba resolvera deixar Petrópolis. Habitava agora a sua casa de Humaitá, que ficava próximo da de Bentes, podendo em minutos alcançar este, aparar o golpe que lhe quisessem desferir. Neves Cogominho não aceitara a candidatura de Bentes com muita satisfação. O processo pelo qual o general se impusera, tirava a força e o valor políticos dele, Cogominho. Compreendia perfeitamente que ele e os seus colegas não tinham feito mais do que ratificar uma escolha de quartéis e imposta sob disfarçada ameaça de uma revolução. Bentes estaria sempre disposto a apelar para a violência, para a coação da força, e desprezar, portanto, os conchavos de votos, as compensações políticas. Sentia como certo que o bastão de chefe ia escapar-lhe das mãos; sentia também que lhe escaparia da mesma forma se se tivesse recusado a homologar a imposição. Aderindo, simulando admirador de Bentes, ao menos podia salvar alguma coisa, se não de toda a sua autoridade política, ao menos amparar o genro que começava agora a carreira.

Até aqui Salustiano ainda não pudera avançar um passo; ao contrário, aproximava-se cada vez mais dele. Acreditava que isso fosse devido a conselhos de Bentes, pois que o general sempre dizia que a sua missão era harmonizar a família republicana. Certamente, Salustiano queria ser deputado. Neves Cogominho estava disposto a fazê-lo; e assim golpeava a efetiva oposição do seu estado que festejava Salustiano para feri-lo. Na Câmara, Salustiano seria como os outros; e, não podendo dispor de empregos e concessões, não organizaria um partido forte que pudesse abalar o antigo prestígio do sobrinho do venerando Frutuoso.

Lendo, porém, aquele *suelto*, Neves Cogominho verificou que as suas considerações podiam ser burladas. O processo estava claramente indicado. Um repórter levantava o nome de um coronel, parente ou não de Bentes, para presidente; e, naturalmente, o general, por camaradagem e espírito de classe, dava mão forte a esse coronel. Chegado este ao poder, não iria com toda a certeza receber o santo e a senha dos chefes, mas agir a seu modo, com a arrogância de militar, e inspirar-se na crença íntima de que era infalível por ser militar.

Tendo tomado no devido valor a meditação, Neves Cogominho resolvera confabular com o seu amigo Macieira. Esperava encontrá-lo no Senado; Macieira, porém, veio procurá-lo em casa.

— Eu já esperava você — disse Neves. — A notícia do *O Intransigente* devia ter posto a pulga na orelha de você.

— Não sei bem o que hei de pensar dela. Neves, você sabe perfeitamente com que antecedência adotei a candidatura de Bentes... Muito antes de vocês; e pode-se mesmo dizer que, nos meios políticos, fui dos primeiros a tomá-la a sério. O Bastos...

— É verdade: que diz Bastos? Você já falou com ele?

— Ainda não... Estou saindo de casa... Como ia dizendo: Bastos ainda não a julgava objeto de cogitação e eu já a tinha como excelente.

Numa, sabendo que Macieira estava em casa, veio ao encontro do senador e da sua desdita. Estava justamente Macieira a lembrar a sua ação na candidatura do general quando ele entrou. Macieira acrescentou:

— Está aqui o dr. Numa que se lembra perfeitamente dos esforços que fiz, para que você adotasse Bentes em vez de Xisto. Não foi, dr. Numa?

— É a pura verdade — fez Numa. Lembro-me bem de que até o senador procurou-me mais de uma vez na Câmara.

— Por que você resignou a presidência, Macieira? — fez Neves.

— Ora, por quê? Havia tantos boatos, tantos enredos que julguei melhor ficar aqui.

— Vigiando — completou Numa.

— Vigiando — confirmou Macieira.

— Pois você quer saber de uma coisa, Macieira? — disse Cogominho.

— Que é?

— Você fez mal. Eu no caso de você ia para lá. Estava eleito e tomava posse.

— Mas estavam as eleições federais à porta...

— Que tinha?

— Era preciso trabalhar no reconhecimento.

— Você trabalhava mesmo de lá...

Numa interrompeu:

— Ou senão, depois de ter tomado posse, o doutor pretextava licença e vinha até aqui.

— Eu não queria era abrir vaga no Senado.

— Por quê? — indagou Numa.

— Que tinha a vaga? — fez Cogominho.

— Que tinha? Pois você vai saber que o Torres, que nunca prestou serviços ao estado, que nem lá nasceu, já andava se empenhando com Bentes

para ser senador.

— Quem disse a você?

— Bastos.

Cogominho olhou muito seriamente para Macieira como se tivesse entendido mais do que as palavras diziam.

— Creio — disse Numa — que o general não se deixará levar por essa camarilha. Ele há de ter na consciência gratidão por nós que o temos apoiado e o apoiamos.

Os dois senadores não quiseram dizer coisa alguma e o silêncio pousou sobre os três.

D. Edgarda veio cumprimentar a visita do pai.

— Já sei, doutor, que não vão. D. Celeste disse-me...

— É verdade.

— Resolveu ficar, então?

— Que remédio!...

— Macieira — interrompeu Cogominho —, qual é a tua opinião franca sobre Bentes?

— É um bom homem.

— Isso não basta — observou Numa.

— Todos são bons — acrescentou Edgarda. — A questão é que sejam sempre bons.

— Para mim — disse Neves — eu não me fio muito nele.

— Nem eu — disse com pressa Macieira.

— Agora — aduziu Numa — o que ele fez com o “velho” não foi leal.

— Eu sou de parecer — fez Edgarda — que não se deve muito contar com a lealdade dele. O que se deve é fazer que ele não possa ser desleal. Aparar os golpes, preveni-lo das intrigas — isso sim!

— Mas, menina — obtemperou vivamente Macieira. — Nem sempre isso é possível.

— Como?

— Seu pai sabe.

— Que há?

— É isto, Edgarda: Macieira queria pôr na província das Palmeiras o velho Malaquias; andam agora a insinuar que deve ser o Contreiras...

— O coronel?

— Esse mesmo.

— É parente de Bentes — disse Numa.

— Certamente é uma balela — duvidou Edgarda.

— Não é. Há alguma coisa atrás disso tudo.

Macieira não acabou de dizer isto, quando Numa exclamou vitorioso.

— Ora! Ora!

— Que é? — fizeram os restantes a um tempo.

— Todos nós estamos com medo de fantasmas. Se Bentes der força a Contreiras e ele tiver votação, a Assembleia não o reconhecerá.

Pelas faces de Macieira brilhou um ligeiro sorriso, e Neves também ficou satisfeito; a filha, porém, depois de alguns momentos de reflexão, disse:

— Assembleia não vale nada.

— Como?

— Eles empregam a força e tudo adere.

A situação voltava de novo a ser obscura e, após algumas outras palavras, Macieira despediu-se para continuar procurando amigos que o salvassem, o apoiassem, evitando o golpe que lhe queriam desferir no seu prestígio político. Lembrou-se de procurar o irmão de Bentes; era um remédio heroico do qual não convinha lançar mão já. Precisava poupar-se, e ir logo ao Hildebrando seria gastar-se, lançar mão de um recurso desesperado.

Acudiu-lhe logo o nome de Fuas. O jornalista até bem pouco tempo tinha relações de cortesia com Bentes, mas, desde que lhe escrevera a célebre carta de desafio em casa de Arlete, a intimidade entre ambos cresceu, como se fosse a de velhos camaradas de colégio. Ele devia estar no jornal. Quase nunca almoçava em casa. Lidos os jornais, logo bem cedo, saía, ia à redação, escrevia alguma coisa que a leitura lhe inspirava e corria a almoçar em algum *restaurant* da cidade.

O *Diário Mercantil* era um dos mais antigos jornais da cidade; e fora sempre extremado em matéria política. De mão em mão, viera parar às de Fuas, que não se enfeitava com o título de redator-chefe; deixava-o a outro de mais fama, sendo ele de fato e também quase proprietário da folha.

Ocupava uma grande casa da Avenida; e, depois do *O país e Jornal do Comércio*, era o jornal mais bem instalado do Rio de Janeiro. A sua venda, sem ser grande, era considerável e a tradição da folha aparava bem as opiniões formalíssimas de Fuas.

Como quase todo o jornal do Rio de Janeiro, era deficiente e pouco preocupado com outros assuntos que não fosse política; mas, assim mesmo, dava fortunas, fortunas, que Fuas gastava com a liberalidade e a constância de um nababo oriental.

Fuas era amigo de Macieira. Tinham juntos negócios e o *poker* os tinha ligado indissolúvelmente. Podia bem ser que o jornalista, com artigos e palavras, demovesse Bentes de prestigiar Contreiras, porque tudo estava em Bentes. O atual chefe do interregno presidencial nada valia e diziam até que as salas e os quartos do palácio de Nova Friburgo já estavam arrumados ao gosto do general.

Como Macieira esperava, Fuas Bandeira estava no seu gabinete de trabalho, escrevendo em mangas de camisa. O charuto não o deixava.

— Tu por aqui?

— É verdade. Não sabes?

— De quê?

— Leste *O Intransigente*?

— Li... Que há?... Ah! É verdade!

— Que pensas daquilo?

— Homem, filho, era de esperar. O exemplo partiu de cima e agora tens que aguentar. Já te tinha dito o perigo que corria a manobra.

— Mas... eu fui quem levantou, por assim dizer, a candidatura do general Bentes.

— Tu pensas que ele se ilude? Que ele julga que deve alguma coisa a ti e aos outros?

— Homem... Eu acho...

— Qual! Ele sabe perfeitamente que foram os camaradas que assustaram vocês e vão pô-lo lá. Não há por onde sair, meu caro; e entre um camarada, parente, além de tudo, e um paisano...

— Parente também.

— Parente, mas paisano, ele não tem que escolher. Olha: tu mesmo foste quem deu parte de fraco.

— Como?

— Não resignaste!

— Foi por...

— Sei: mas para que apresentaste o Malaquias?

— Porque era parente de Bentes.

— Está aí. Um pequenote aí qualquer descobre um parente melhor, porque é coronel por cima de tudo, e dá-te o tombo.

— Mas Bentes é contra as oligarquias.

— É contra! É contra! Ora, tu, Macieira!...

Fuas chupou o charuto, rodou-o entre os lábios para melhor queimar e disse:

— Agora é tratar de salvar-te.

— Como?

— Pois não sabes? Tens ainda muito remédio...

— Escreve alguma coisa.

— Escrevi; mas é preciso jogar influências em cima dele.

— Tu não podias?

— Direi alguma coisa; mas de que necessitavas era de uma influência permanente.

— O Hildebrando?

— Não te fies nele. Quer muito, quer tudo e talvez não faça nada.

— Quem pode ser?

— Uma mulher!

— Quem?

— A mulher de Lussigny.

— Como?

— Pois tu não sabes?... Olha: quando Bentes foi à Europa, Lussigny estava a tinir. Tinham gasto o que possuíam e a mulher rendia pouco. Que fez Lussigny logo que soube da chegada de Bentes? Atirou a mulher em cima dele. Tu sabes muito bem que Bentes nunca esteve acostumado a essas mulheres de espanto, plumas, perfumes, cerimônias; e caiu que nem um patinho.

— É verdade?

— É verdade e tanto é verdade que eles pagaram as dívidas que tinham e vão embarcar para aqui, deixando a vida de “trem de luxo” que levavam. Por aí tu ias bem, infelizmente, porém, a coisa é para breve e os serviços...

— Como poderia conseguir?

— Como? Pois tu não sabes? Como tu consegues colarinhos ou punhos? No nosso tempo, todos os serviços têm seu preço... Tu não sabes?

Macieira não sabia coisa alguma dessa influência poderosa sobre o ânimo de Bentes. A descoberta alegrou-o e ele a pôs de parte como um trunfo forte para ganhar a partida. Fuas fumava recostado na cadeira, batendo as mãos sobre o ventre farto:

— É isto! É isto, meu caro!

— E Bastos?

— Bastos está atarantado... Ainda não tomou pé nessa história toda... O melhor que tu fazes é adiar a eleição e esperar que a mulher do Lussigny venha.

Deixou-o o senador a escrever uma local em que se pedia ao Congresso que votasse afinal o crédito necessário para a instalação da Estação Experimental de Reversão Animal e Quadruplicação dos Bois. Não se compreendia como até ali não tinha sido feito e como é que o governo pagava empregados que não tinham o que fazer, visto lhe faltarem os meios adequados. A fazenda, laboratórios, aparelhos, e demais pertences não chegariam a alcançar o preço insignificante de quatrocentos contos de réis; e não se devia deter o patriotismo dos parlamentares em votar semelhante crédito, desde que levassem em consideração a utilidade da instituição. Fuas era entusiasta dos projetos de Bogoloff; e, partilhando o seu saber e os seus planos, aconselhara-o a fazer as suas compras em uma certa casa, até mesmo se encarregara de fazê-las diretamente.

— Pode entrar, minha senhora.

Fuas julgou reconhecer aquela senhora e logo simpatizou com o seu demorado sorriso que lhe banhava o rosto todo.

— Sente-se.

A senhora sentou-se, apertou a blusa na cintura com o auxílio do dorso da mão esquerda e disse:

— Não me conhece, dr. Fuas?

— Minha senhora...

— Eu sou viúva do dr. Lopo Xavier.

— Oh! Sim! Sim! É verdade!

Fuas descansou o charuto e continuou pressuroso:

— Não tinha reconhecido... Não tem mudado nada...

— Não é o que dizem... Creio que emagreci um pouco.

— Ainda mora em Petrópolis?

— Ainda, doutor.

— Naquela casa da Vestfália?

— Não, doutor; na Cascatinha.

— Oh! Que bela casa... Tão bonita... Aquele seu jardim é muito *chic*; poucos há aqui como ele. E que camélias? De que morreu o Lopo?

— Tuberculose.

— Parecia tão forte. Não fui ao enterro porque não me foi de todo possível; mas creio que recebeu o meu telegrama.

— Recebi, doutor; e agradei.

— Lembro-me. O Lopo era muito meu amigo... Ultimamente encontrávamo-nos pouco. Vivia em Petrópolis e eu pouco lá vou. Quando o

faço, é às carreiras; senão teria aparecido para um “*poquerzinho*”.

— Ele gostava muito...

— Eu morro por ele. Muitos filhos, minha senhora?

— Um único, minha filha.

— Assim mesmo foi feliz.

— Nem tanto, doutor. Lopo não deixou quase nada...

— Ah! É verdade... E o montepio?

— Uma coisa de nada. Não dá nem para nos vestirmos.

— Também Lopo era desprendido.

— Muito, doutor. Eu lhe dizia sempre que pensasse no futuro.

— Era um poeta... A senhora não requereu uma pensão?

— Requeri.

— Já me haviam falado nisso. Quem foi, Fuas?

— Devia ter sido Mme. Arlete.

— É verdade. Em que estado está o “seu” projeto?

— Está no Senado, e eu esperava que o senhor se interessasse pela passagem.

— Pois não... Pois não...

— Muito agradecida.

A viúva ergueu-se, arrepanhou bem a saia irrepreensível e pisou com firmeza na porta da saída.

Fuas ficou um instante de pé, acendeu o charuto que se havia apagado, tirou fortemente as primeiras fumaças, lembrou-se num relâmpago do que havia sido, como se apossara daquele jornal com a ousadia de pirata argelino, por fim pôs as mãos nas algibeiras da calça; e, com a boca semiaberta, ao lado esquerdo, e o charuto ao direito, em mangas de camisa, esteve a olhar com desdém a multidão que escorria lá embaixo, roçando as paredes do seu jornal.

IX

Entre nós, muita gente tem mania de caboclo e havia na cidade uma senhora idosa, d. Florinda Seixas, que cultivava essa mania com muito carinho e constância. Desde anos que sua casa vivia cheia deles; e, ao surgir a candidatura Bentes, d. Florinda aderiu a ela com os seus caboclos hirsutos. Acontecia também que Bentes tinha um tio, já falecido, mais ou menos notável; e d. Florinda muito naturalmente juntou a sua mania indígena à admiração que sempre professou pela memória do tio de Bentes, o almirante Constâncio. Fundou, conseqüentemente, uma sociedade — Sociedade Comemorativa do Falecimento do Almirante Constâncio. O principal fim da sociedade dizia-lhe o nome; mas tinha outros, entre os quais, o ensino do guarani e o das aclamações às pessoas de destaque.

D. Florinda, tendo fundado associação tão útil, encontrou dos poderes públicos a maior boa vontade. Foi subvencionada, e, graças ao jeito que tinha para agradar, todos a julgaram muito útil em sanar dificuldades e procuravam-na, aderindo à sua proveitosa associação.

A velha senhora, antes mesmo da fundação, já tinha demonstrado os seus préstimos e não havia noite em que, com um, dois ou mais caboclos, não aparecesse nas casas de Bentes ou do Bastos.

Corria que os caboclos eram duvidosos; que eram desertores de regimentos do Exército, estacionados no Paraná e Rio Grande do Sul; o certo é que, como caboclos, eles se portavam nas visitas que faziam com a preceptora.

Homens da selva, pouco habituados às regras e preceitos das salas, esses jovens *hurons* praticavam em casas tão respeitáveis uma única inconveniência: embriagavam-se de cair e caíam pelos jardins, dormiam familiarmente com o rosto para o céu estrelado, como filhos das brenhas que eram.

Não se diga que d. Florinda não empregasse os seus esforços de domadora ou civilizadora para impedir tão indecente caboclismo. Ela era vista a dizer no *buffet*:

— *Tupaná penê cotê!*

Os caboclos respondiam, amuados como crianças teimosas:

— *Quelo bebê! Quelo bebê!*

E sacudiam a juba de cima dos olhos, das bordas dos copos e os bebiam às dúzias cheios de cerveja. Gostavam mais de *whisky*.

D. Florinda, porém, não desanimava de levá-los às recepções de Bentes e de Bastos, dar-lhes hábitos civilizados; e ambos, muito republicanos e brasileiros, não se podiam negar a receber tão autênticos e autoctônicos representantes da pátria. Os *hurons*, porém, embriagavam-se lamentavelmente.

A parcial incompreensão dos seus atos e desígnios, levou d. Florinda a criar uma aula pública de guarani. Era seu intuito ensiná-lo aos jornalistas, para que, conversando estes com os tupinambás, ficassem certos do seu adiantamento mental e da ciência que tinham armazenado. Os poderes públicos, graças à influência de Bentes, logo viram a grandeza do intento de d. Florinda e deram-lhe a subvenção.

D. Florinda tinha muitos caboclos e sempre aumentavam conforme a sua fortuna. Dentre todos, porém, ela estimava sobretudo um chamado Tupini. Era um índio alto com uma cabeleira de apóstolo; calçava com dificuldade as botinas, e os seus pés debaixo delas eram só ossos. Tinha as pernas arqueadas e o caiapó bem parecia ser familiar à montaria do cavalo. Tupini veio assistir à lição ao lado de d. Florinda. Começou a professora por asseverar que o guarani era a língua mais antiga, mais bela do mundo; e exemplificou:

— Meus senhores, vejam só esta frase: *amané saçu enacá pinaié*. Sabem o que quer dizer?

O auditório ficou suspenso e d. Florinda explicou:

— O peixe vive no mar.

— Tá elado — gritou Tupini.

D. Florinda voltou-se para o índio e respondeu em guarani:

— *Puxiguera che aicó*.

— Tá elado — gritou Tupini.

Os circunstantes entreolhavam-se, esperando pela continuação da lição.

— Não é só nessa frase que a beleza da língua se revela. Temos outra: *emu mameara cê laecê* — que quer dizer: minha noiva é bonita.

Tupini disse devagar:

— Tá elado.

— Tupini! Tupini! Não queira emendar-me!... Esta é a língua de outra tribo, *Xerêrê corê*!

— Tá elado.

Os discípulos foram um a um saindo e a lição não foi adiante naquele dia.

Aproveitando os seus conhecimentos do guarani e a malta de caboclos que tinha, cansada de simples recepções de pessoas importantes no momento, d. Florinda fundou a sociedade destinada a cultuar a memória do almirante Constâncio, tio de Bentes.

Ainda dessa vez, ela ia ao encontro de uma corrente popular. Desde que a fortuna de Bentes começara a brilhar, a lembrança do seu tio veio de novo a certas pessoas já totalmente esquecidas. Nos dias de finados ou no do aniversário da morte de Constâncio, o seu túmulo ficava coberto de cartões de visitas, registro piedoso dos seus amigos, e dos do sobrinho também, sempre lembrados do almirante.

No aniversário do falecimento do almirante Constâncio, d. Florinda, após os trabalhos preliminares e obter auxílios dos poderes públicos, organizou o préstito mais votivo e comemorativo dentre os muitos que tem visto o Rio de Janeiro.

As tribos dos Munducurus, Caiapós, Omaguas, Pataxós, Kaingangs, Tamoios, Carijós, Charruas, Xavantes e outras apareceram e foram representadas por comissões vestidas a caráter, tendo os respectivos estandartes: folhas de palmeiras, de bananeiras, remos de canoas, capivaras empalhadas; e, ao centro, num caminhão, reclinado sob um bananal verdejante, Tupini, de cocar e enduape, arco e flecha ao lado, pernas nuas, coxas nuas, peito nu e braços nus — o rei da floresta brasileira que marchava para o túmulo do almirante inesquecível.

Músicas militares, de espaço em espaço, tocavam elegias; os lampiões de gás semiacesos, cobertos de crepe, davam um ar fúnebre às ruas; e d. Florinda, com a sua coregiada de caboclos entoava nos intervalos um fúnebre hino tupi.

*E jo mi rean
Maenran pico?
E jo tenan
Apu ma nico*

Ao acabar a quadra, todos, a uma só voz, repetiam:

*Maenran pico?
Maenran pico?*

Pela turba passava um estremecimento religioso e trombetas fanhosas e agudas estridulavam sinistramente. E continuavam:

Eguapy napê
Maenran pico?
Eguapy tenon!
Aguapi ma nico

Mal terminavam de cantar a quadra, o coro repetia em longa e profunda toada:

Maenran pico
Maenran pico

De novo as trombetas guinchavam e o préstito caminhava lentamente, em direção ao cemitério. Houve quem dissesse que o hino de d. Florinda era uma canção erótica de origem paraguaia; entretanto, esse detalhe não foi notado e os adeptos de Bentes muito prezaram tão bela homenagem à memória de seu tio.

Esse aspecto caboclo não foi o único da singular manifestação fúnebre que d. Florinda organizou. Os caboclos, convém dizer, ao cantar — *E jo mi rean* — dançavam, sacudiam a juba e faziam roda ao chegar o coro.

Além desse aspecto, houve outros que não iam sendo mencionados. Havia associações de estivadores, de operários, de funcionários, de militares, de senhoras que tomaram parte com seus estandartes de seda, além dos clubes e cordões carnavalescos. Inácio Costa acompanhou o préstito a cavalo, um cavalo do regimento policial. Ele, vestido particularmente de verde e amarelo, e o cavalo ajaezado com florões desses crótons que antigamente chamavam — “independência”.

Trazia, à guisa de lança, um estandarte em que se lia na bandeirola: “À bala”.

Formou-se essa espécie de marcha solene, sob as vistas atentas da polícia; e desfilou vagarosa, ao som de músicas, cânticos e trombetas, pela Avenida em fora.

Na cauda, como representação do Futuro, condicionado pelo Passado e contido no Presente, grupos de crianças que, no descanso do préstito, faziam “roda” e cantavam candidamente:

*Ciranda, cirandinha!
Vamos todos cirandar!
Vamos dar a meia volta,
Volta e meia vamos dar!*

O alto simbolismo filosófico e patriótico do préstito foi muito gabado pelas pessoas simpáticas à causa de Bentes, sobretudo pelo *Diário Mercantil*, que viu no fato um ressurgimento do sentimento republicano e nacional. Foi gratuito. O Rio de Janeiro todo moveu-se para ver o préstito fúnebre; mas era curioso que muitos não o vissem compungidos e não encontrassem nada nele que lhes lembrasse a homenagem que pretendia prestar.

Inácio Costa, com o seu — “À bala” — apoiado em um dos estribos, do alto da sela, olhava com severidade patriótica para as moças que se espantavam com o seu vestuário bicolor; e, só na altura do Catete, pôde desfazer a carranca, quando cumprimentou sorridente Benevenuto, que via aquele desfile com um assombro de idiota chumbado ao rosto.

Pelas bordas do préstito, alguns entusiastas e mais membros da sociedade distribuía em retângulos de papel os seguintes versos:

Ao Almirante Constâncio

“Esta é a ditosa pátria minha amada.”

Camões, Canto III, XXI

Oh! Pátria! Lugar em que nascemos.
Onde temos amor e amizades!
Escuta o nosso preito de saudades
Daquele que faz que nos juntemos!

Nele as vontades portentosas
Dos fortes patriotas se juntaram
E com resplendor nele brilharam
Do passado as lembranças majestosas.

Que o seu nome seja sempre santo
Sob o lindo manto do cruzeiro.
Ele que foi grande pregoeiro
Da República — termo sacrossanto!

Benevenuto leu e releu os maravilhosos versos de Inácio Costa e pasmou. Seria possível que aquilo tudo se estivesse passando no Rio de Janeiro? Como é que tanta gente tinha de uma hora para outra mudado tão inteiramente de mentalidade?

O préstito continuava a passar lentamente. D. Florinda com a sua coregiada entoava a canção equívoca do Paraguai e as trombetas, a longos intervalos, faziam: fué! fon! fué! fon!

Xandu passou no desfile, sentado sobre o selote de uma “charrua-tílburi”, que governava com a naturalidade e elegância de quem guia um *tonneau* num parque de luxo. Um popular cochichou a outro:

— Por que, ao menos, ele não consertou as rodas?

As rodas cambaias da “charrua”, tão necessárias ao seu serviço normal, intrigavam os habitantes da cidade, estranhos aos trabalhos agrícolas. O préstito lá se foi... *Maenran pico...* fué! fon!... *Maenran pico...* fué! fon!

Benevenuto deixou o Catete e dirigiu-se vagarosamente ao encontro de Edgarda. Ela lhe havia escrito cheia de desolação. A situação se obscurecia e pedia-lhe o seu auxílio com mais insistência. Verdadeiramente amava-a, tinha a necessidade dela na sua vida e no seu pensamento.

Mas, sempre lhe foi difícil compreender por que razão íntima Edgarda teimava em fazer figurar o marido como orador, um orador ilustrado. Por meio do marido, parecia, ela dava expansão à sua necessidade de domínio; era ingênuo, porém, fazê-lo, porquanto Numa com a sua irremediável preguiça mental nem ao menos os autores que citava, lia e deles compreendia alguma coisa. A sua atonia de inteligência requeria uma artificial alimentação intelectual e esta ainda não havia sido inventada.

Benevenuto era moço de trinta e poucos anos, alto e tinha o olhar miúdo e penetrante. O seu parentesco com a esposa de Numa era por parte da mãe dela, de forma que, por temperamento e pelo sangue, era completamente estranho às competências políticas dos Cogominhos.

Pudera bem ter-se casado com a prima; teria evitado aquele amor às furtadelas; mas não só, quando solteira, passou por junto dela e não a notou, como também percebia que, se houvesse feito, não teria por ela a ternura de hoje. Não seria a mesma; o casamento tirou-lhe ou lhe deu alguma coisa, e isso que lhe tirou ou lhe deu, é que o atraía para ela.

De há muito quisera dizer-lhe que Numa não podia por muito tempo representar o papel; que era necessário que ficasse na fama; que não forçasse a sagacidade dos outros; mas vieram essas atrapalhações políticas e o orador do bando de Neves tinha que se manifestar de quando em quando.

Demais, com os absurdos que Bentes e os seus avançavam, o trabalho de justificá-los forçava de tal forma a inteligência que era bem preciso uma mentalidade totalmente diferente da humana para defender as proposições dos partidários do general com alguma vantagem.

As inteligências normais tinham até pudor diante delas mesmas, vexadas em sustentar as tolices que energúmenos berravam e escreviam por conta de Bentes.

Benevenuto vinha a pé com as mãos cruzadas às costas, agarrando a bengala; tinha a cabeça baixa e poucas vezes olhou o mar. No largo da Lapa, esperando o bonde, encontrou Mme. Forfaible e a sua amiguinha.

— Oh! Doutor! Muito bonito! Gostou do préstito?

— Estava bom.

— Gostei muito — continuou Mme. Forfaible. Aquele caboclo estava muito bom... O que é que representa, Maci?

A amiguinha respondeu com presteza:

— O rei da floresta brasileira. Gostei muito das crianças...

— Os cantos, doutor, não reparou? — são muito bonitos.

Benevenuto pensou um instante que todas as nossas festas tendem para o carnaval e que aquelas damas falavam da grotesca panateneia fúnebre, do préstito em homenagem a um morto, com o mesmo elance com que falariam das cavalgadas dos clubes carnavalescos. Mme. Forfaible continuou com volubilidade:

— Deixei o Manoel dormindo... Não podia deixar de ver...

— Seu marido ainda está na comissão?

— Está... Mas está vendo se arranja outra coisa...

— Não tem se dado bem?

— Tem... Mas... É preciso coisa melhor...

— Naturalmente.

— Lá na terra dele, falam muito em ser ele presidente do estado... Eu não gosto muito... Deixar o Rio de Janeiro, ir para o mato...

— Não é mato, minha senhora.

— Qual! Não acredito! Por mais que me digam que aquilo lá tem ruas, tem teatros, famílias, não sei por que não admito. Contudo, se fizerem muito

gosto, nós iremos.

Mme. Forfaible e a sua amiguinha tomaram o bonde, Benevenuto acompanhou-as com o olhar, pensando nas causas que tinham determinado esse despertar, em tantos generais e coronéis, exímias capacidades políticas; e também nas que tinham provocado os próceres lembrarem-se deles assim de uma hora para outra.

Encaminhou-se para o seu destino, sempre a pé e vagarosamente.

Chegou à travessa. Entrou. Na sala, a mãe e a filha costuravam. As duas faziam a sua tarefa com resignação e cuidado. De onde em onde, uma delas deitava a cabeça, colocava de certo modo a costura e a examinava com alegria nos olhos. Um instante, Benevenuto julgou que ofendia com seu amor a miséria daquelas mulheres; afastou o pensamento, cumprimentou e entrou. Edgarda já estava lá e livre da *toilette* pública. Abraçaram-se muito e ela teve um gesto de choro. O primo quis afastar-lhe a emoção:

— Vieste cedo...

— Vim, meu amor; vim. Não viste o préstito? Numa e papai foram.

— Vi, mas não os vi lá.

— Foram ao cemitério. Fiquei só e vim.

— Mas que é que tens?

— Nada... Nada...

— Fala!

— Não sei... Um pressentimento...

— Que é?

— Não sei, Benevenuto; não sei. Está me parecendo que vão tomar o lugar de papai e de Numa.

— É possível, mas não compreendo esse teu desgosto. Se fossem empregos, se por isso a tua situação financeira fosse abalada, vá; mas continuas no mesmo; que te dá que o teu marido seja ou não deputado?

— É um desaforo! É um desaforo!

— Desaforo como? Essas funções são mesmo transitórias, tu sabes disso, minha filha.

— Mas... O que me aborrece é essa Anita, a mulher de Forfaible!

— Que tem ela?

— Quer fazer o marido governador.

— Ah! Ele é de Sepotuba?

— É... Não sabias?

— Ela acaba de me dizer que tem lembrado muito o nome dele para presidir o estado, mas não sabia qual.

— Pois é verdade; são ela e o Salustiano que intrigam. Já o Macieira...

— Sê prudente, Edgarda. O teu orgulho te faz cega e apaixonada, o que vem a ser a mesma coisa. As eleições de governador ainda estão longe... Teu pai não se dá por achado... Faz o Forfaible senador agora, ele se contenta e vocês embrulham o Salustiano.

Sentada na borda da cama, a moça ficou pensando.

A sua fisionomia abriu-se por fim num sorriso e disse:

— É verdade!... A Anita fica até contente... Tu és uma joia!

E abraçaram-se e beijaram-se por um tempo perdido no mais absoluto silêncio.

Quando Benevenuto deixou Edgarda o dia ia adiantado e já na rua do Ouvidor estavam de volta os romeiros ao túmulo do almirante Constâncio.

Inácio Costa ainda tinha o seu vestuário verde e amarelo e na cabeça, a esfera azul com estrelas de papel branco. Não trazia mais a terrível lança — “À bala” — mas continuava a distribuir os versos que trazia nas fundas algibeiras da vestimenta.

No Café do Rio, muitos como ele se juntaram, discutindo e sempre proclamando a salvação da República. Parecia que queriam voltar aos cruéis dias do florianismo. Na Avenida, da mesma forma, havia grupos de civis, discutindo com entusiasmo e era de supor que a excitação e a satisfação lhes tivessem vindo do brilho, da imponência e da majestade do préstito de d. Florinda, préstito que mostrou de que maneira Bentes era popular com os dotes do tio morto.

Benevenuto afastou-se cautelosamente daquele fervedouro de patriotas que ele não compreendia, por não querer julgá-los todos interessados e ambiciosos. Havia neles não sei quantas ilusões do poder do governo, da efetiva riqueza da pátria; havia neles tanta maldade, tanta intolerância, em nome da República, que Benevenuto os evitava para não se irritar.

Sentia bem o vago da pátria, o misticismo da ideia, a sua força religiosa, e tinha medo que essa sobrevivência mesclada ao delírio republicano não desandasse em sangueira, em violência, em perseguições em nome de Bentes impassível e inerte.

De caminho para casa, viu no bonde que descia o senador Macieira. O homem vinha triste e certamente tristeza lhe trouxeram as cogitações políticas.

De fato, Macieira tinha jogado mal a cartada. A sua resignação do cargo dera azo a que seus adversários lançassem a candidatura de Contreiras. Seria lógico que os adversários de Macieira, que apoiava e desejava a presidência de Bentes, não a apoiassem nem a quisessem. Os adversários do senador de Palmeiras queriam entregar, entretanto, a presidência de Bentes. Nesse ponto eram correligionários.

Esperando a chegada da mulher de Lussigny, o senador tinha procurado todas as influências que pudessem afastar o apoio de Bentes às ambições de Contreiras. Bastos falara com franqueza e afiançara que por ora nada podia fazer; que era melhor dar carne às feras e esperar a digestão sonolenta delas para domá-las. Macieira, porém, não tinha esse sangue frio de estrategista político. Fora a Bentes:

— Qual, doutor! — dissera. — O Contreiras não quer nada absolutamente... Nunca se incomodou com política.

Entretanto, as notícias lhe chegavam desoladoras. A oposição se armava e os jornais anunciavam claramente motins de modo a permitir uma intervenção ou impedir que a Assembleia deliberasse livremente.

Macieira punha as mãos na cabeça e pedia a Fuas que escrevesse denunciando o plano dos adversários. No dia seguinte, ele lia o artigo de Bandeira e também a notícia da remessa de mais um batalhão para a capital das Palmeiras. Macieira corria ao ministro da Guerra e este lhe dizia:

— Qual, doutor! Não interviremos... É só para garantir as repartições federais.

Na capital do estado, os *meetings* se sucediam e o senador dava ordens que aumentassem a polícia. Contreiras, até ali estivera calado; um belo dia, porém, apareceu uma declaração sua. Se era para felicidade do povo palmeirense, dizia ele, até agora escravizado a uma imunda oligarquia, punha a sua vida e a sua espada à disposição dos seus patrícios. Macieira correu a Bentes:

— Qual, doutor! Contreiras é maluco... Não passa daquilo... Palmeiras é seu...

Macieira sossegava um pouco; mas, daí a dias, recebia telegramas que alguns dos seus correligionários, deputados estaduais, tinham aderido a Contreiras. A mulher de Lussigny não chegava; quis adiar a eleição; os deputados simpáticos a Contreiras não deram número e o projeto ficou encalhado. A mulher de Lussigny não chegava...

No dia da eleição a força federal que inflara o estado, espalhou-se em pequenos destacamentos pelos municípios e Contreiras foi proclamado eleito.

Restava o reconhecimento e a mulher de Lussigny não chegava...

Dias antes da apuração pela Assembleia estadual os oposicionistas armaram uma passeata de crianças; e por detrás delas começaram a hostilizar a polícia. Os milicianos fizeram fogo e um dos infantes morreu. Macieira foi chamado de assassino, de vampiro e os soldados do Exército alagaram a cidade, ameaçaram os amigos de Macieira e Contreiras foi reconhecido e proclamado governador do estado das Palmeiras.

Procurando Bentes, este dissera compungidamente:

— Ah! Dr. Macieira! Eu não sabia... Julguei que o senhor fosse muito popular e estimado no seu estado... Não está tudo acabado; havemos de harmonizar as coisas.

Macieira admirou-se que Bentes julgasse necessárias a estima e a popularidade para governar um país ou mesmo um estado.

Toda a cogitação de Macieira vinha desses casos em que o seu incondicional apoio a Bentes tinha sido retribuído com tanta lealdade republicana. O seu poder, outrora discricionário, ia aos poucos se enfraquecendo. Apeado da chefia da política de Palmeiras, nada mais conseguia. Xandu continuava a tratá-lo com toda a deferência, mas não fazia as nomeações que pedia. Quem dominava agora era Contreiras ou melhor o Castrioto que governava o coronel agachando-se e bajulando-o.

A última nomeação que fizera Macieira foi a de Bogoloff; e, como este tivesse autoridade para fazer algumas nomeações no estado, os partidários de Contreiras começaram a atacá-lo. Os jornais não cessavam de troçar os seus planos; na Câmara, os ataques eram mais diretos e Xandu, cheio de tanto temor quanto em começo estava de confiança, estremecia na cadeira de ministro.

A votação do crédito destinado à instalação da Estação Experimental de Reversão Animal e Quadruplicação dos Bois fora pretexto para um ataque em regra à gestão de Xandu, qualificada de perdulária, fantástica, vítima de “contos do vigário” de estrangeiros audazes como esse tal de Bogoloff, que se fizera um curioso Cristo multiplicador de bois.

O audaz ministro tinha fé na ciência e ficou pasmo com o ataque que se fazia aos infalíveis processos de Bogoloff. Não podia compreender que não se respeitassem os estudos de um sábio e não se esperassem os resultados deles. O chefe do interregno governamental falara-lhe a respeito; e Xandu, que, além de preparar no ministério os progressos das indústrias agrícolas, preparava também a sua chefia política do estado das Tâmaras, temeu pelo seu destino político.

Perdido o ministério, não poderia distribuir graças e favores; não arregimentaria, portanto, o partido a cuja testa ia ficar.

Xandu, no dia seguinte, não tomou, de desgosto e apreensão, o seu banho de frio, que tanta atividade lhe dava. Chegou ao seu gabinete amuado, triste, não assinou sequer um aviso e mandou ao fim de alguns minutos chamar o dr. Bogoloff.

Não tardou que o russo viesse em obediência ao chamado do operoso Xandu. Bogoloff era meão de altura e tinha uns traços miúdos e sem relevo. Os seus olhos eram de um verde esmaecido, mas seguros na visada e perquiridores.

Alegrou-se logo Xandu com a presença do diretor da sua pecuária.

— Sente-se, doutor.

O russo sentou-se à direita de Xandu por trás de uma pilha de regulamentos e decretos a assinar. O ministro consertou o monóculo e disse com doçura:

— Mande-o chamar, dr. Bogoloff, por um motivo muito simples. É um mau vizo do nosso regímen que tenhamos de dar satisfações ao público. Bentes, meu eminente chefe, julga isso totalmente prejudicial. Eu também; mas, como não sou chefe supremo, tenho que fazer concessões aos hábitos. Não sei, meu caro dr. Bogoloff, se tem lido os ataques que têm sido feitos à sua repartição.

— Tenho, doutor, mas os julgo tão inócuos e tão baldos de base que me supus dispensado de contestá-los.

— Seria assim, meu caro doutor, se toda a população conhecesse as últimas descobertas da ciência... Eu estou perfeitamente certo da verdade dos seus processos, baseados na biologia transcendente; que eles são o resultado de úteis e profundas meditações. Mas essa gente por aí que nada conhece de ciência e não procura examinar a veracidade de seus processos, de que forma obedecem à alta ciência, acreditará nos ataques, nas mofinas, nas pilhérias dos superficiais.

— E que tem isso?

— Que tem, doutor? Tem muita coisa. O seu cargo está entrelaçado com a política.

— Como?

— Pois o senhor não foi nomeado devido aos préstimos do senador Macieira? O senhor não é amigo do Macieira?

— Sou.

— Pois bem. Como o senhor não deve ignorar, Macieira deixou com algum constrangimento a chefia da política das Palmeiras e, desde que ele não é mais chefe, as nomeações federais para lá não são feitas por proposta dele.

— E que tenho eu com isso?

— Ouça-me. O senhor, dr. Bogoloff, de posse da verba total da diretoria, pode fazer nomeações no estado e nessas nomeações servir à política de Macieira. Eu sou amigo de Macieira, mas política é política, e estou fazendo demissões lá, para servir a Contreiras.

— Eu, porém, não me oponho...

— Não é isso. Quero-o sempre a meu lado e tenho que a glória dos resultados de suas pesquisas vai ser para mim um padrão de valor político e grandeza do meu ministério. Defenda-se, doutor, defenda-se!

— Não é difícil. Sei bem que o desconhecimento dos deputados da ciência moderna leva-os a ataques desabridos. Eles não conhecem a Citologia Experimental e ignoram os mais simples elementos da Citomecânica.

— Uma ciência nova, doutor?

Xandu perguntou, virou-se um pouco na cadeira, descansou a cabeça sobre o braço que se apoiava na mesa pelo cotovelo.

— Sim, doutor. São experiências recentes de mecânica celular, que pretendem estabelecer experimentalmente não só o que é uma célula em si, mas o que são os diversos órgãos celulares e também quais são as relações recíprocas desses órgãos e as relações da célula em presença do meio ambiente ou de outras células.

As rugas aumentavam na testa de Xandu e Bogoloff continuou com método:

— Estudei sempre as experiências feitas para reproduzir artificialmente o protoplasma e as figuras carioquinéticas, a ação dos agentes físico-químicos sobre a estrutura e os movimentos das plastidas; as relações do núcleo e do citoplasma; as modificações experimentais da mitose e a segmentação do óvulo.

— Doutor — disse Xandu, mudando de posição —, os seus trabalhos são de um valor incalculável. A minha esperança nas suas experiências é ilimitada!

— Eu, doutor, estudei a adaptação, os tropismos, tatismos, a quimiotaxia, o fototaxismo das plastidas, profundamente.

O ministro recostou-se na cadeira, olhou demoradamente o sábio russo e recomendou:

— Doutor, defenda-se por escrito. Publique no meu relatório, a sair, as linhas gerais do seu plano, mas não divulgue o seu segredo para que não nos

furtem a glória. Depois de ter feito isso, a fim de deixar o agudo do momento político, vá viajar pelo Brasil em comissão que lhe encarregarei.

Bogoloff obedeceu à recomendação do seu ministro e apresentou sem demora a defesa escrita dos seus aperfeiçoados projetos zootécnicos. Xandu publicou-o e a ciência nacional respeitou o valor do russo e teve como certos os seus propósitos.

Ficou Bogoloff encarregado de visitar os estados, de estudar-lhes a pecuária; e de ver se em algum deles já não se procedia espontaneamente conforme as ideias técnicas do diretor.

Como não tivesse Bogoloff predileção por este ou aquele estado, pôs dentro da copa do chapéu vinte pedaços de papel com o nome deles e mandou que um dos seus contínuos tirasse um dos tais pedaços. Caiu-lhe por sorte justamente o estado das Palmeiras para onde partiu em breve.

Esse estado, como se sabe, não é dos maiores do Brasil, nem dos menores; é dos médios. Tem uma população de cerca de um milhão de habitantes e uma lavoura de cana-de-açúcar que se arrasta através de dolorosas crises, como a indústria de que ela é base.

A sua capital, a cidade de Tatuí, tem uns cinquenta mil habitantes e é uma desgraciosa cidade de casas baixas, quase sem calçamento, sem esgotos e com uma péssima iluminação pública.

Espanta logo a quem chega, com a quantidade de mendigos e pobres que possui, além da grande porção de gente que exerce ofícios miseráveis, como baleiros, carregadores, vendedores de água, pois não a há encanada.

Possui uma linha de bondes preguiçosos, servida por um único veículo, que só parte dos pontos quando está a meio de passageiros.

Quando o viajante se afasta da zona urbana, o espetáculo é mais miserável ainda. Só há palhoças de sapê, cercadas de pobres roças desanimadas; pelos caminhos, encontram-se mulheres públicas meio rotas, carregando as esteiras em que realizam os seus tristes amores.

Pelo tempo que Bogoloff partiu, construía-se um teatro majestoso, num estilo compósito e abracadabrante.

Palmeiras já estava “salvo” pois tinha à sua frente o coronel Contreiras, filho do venerando José Maria. Essa sua filiação foi um dos grandes títulos eleitorais.

E ninguém mais se lembrava desse homem, de sorte que na rua perguntavam:

— Quem é esse Contreiras?

— É filho do venerando José Maria.

— Quem é esse Zé Maria?

— Não me lembro bem.

Não se atemorizou Bogoloff em visitar o estado governado por estadista tão conhecido. Partiu o russo para aquela parte do Brasil, a bordo de um vapor do Lloyd, em fins de ano. De há muito que o governo queria “salvar” essa companhia e o remédio já tinha sido achado por Xandu — o seu presidente era um general.

O paquete estava com a partida marcada para 26 de dezembro; como o governo, porém, queria número na Câmara e temia que muitos deputados fugissem nele para os estados, adiou-a para o dia 30. Bogoloff embarcou ao meio-dia, pois os anúncios diziam que o navio levantava ferros às quatro horas.

Havia congressistas passageiros e, tendo as sessões da Câmara se prolongado até tarde, o vapor só deixou as amarras às nove horas da noite.

Foi, portanto, vendo a cidade iluminada, a se mirar nas águas negras da baía, que o russo atravessou a barra em demanda do estado das Palmeiras.

Navegava num mar calmo sob um céu negro em que as estrelas faiscavam como diamantes nas trevas.

A linha da costa era de longe em longe marcada por fracas luzernas à altura das águas. As águas estavam negras e o mar tinha de noite menos atração e aparentava mais segurança. A luz manifestava toda a sua fascinação e esclarece os seus perigos e as suas perfídias.

De quando em quando, o jorro luminoso do farol da Rasa cobria um instante o navio. Não havia quase fosforescência e as hélices escachoavam ritmicamente.

Bogoloff, no salão, travara conversa com o tenente que, com uma juvenil atitude de superioridade, não o amedrontava. O russo, habituado a tudo isso, vencera pouco a pouco as desdenhosas respostas do rapaz. Ao fim de algum tempo, ele mesmo perguntou:

— Para onde o senhor vai?

— Para Tatuí.

— Vou também. Vou tratar de minha eleição a deputado.

Admirou-se o russo que aquele menino desconhecido, simples tenente, já quisesse ser deputado e julgou-se obrigado a explicar:

— Vou em comissão do meu ministro.

— Conheço muito o seu ministro. O Xandu é muito operoso. Já mesmo fiz-lhe um elogio. Conhece Contreiras?

— Não.

— Dou-me muito com ele; é meu amigo.

— Grande político, não é?

— Grande! Fui eu mesmo quem lhe levantou a candidatura. Dei o tombo no Macieira. Contreiras, meu caro senhor, é um Marco Aurélio. Nunca aceitou gratificações dos fornecedores.

Bogoloff afastou-se, pensando que esse moço não sabia quem era Marco Aurélio. Pois um homem é Marco Aurélio só porque não furtou dez tostões? Então ele deixava de lado a sede de perfeição moral do imperador romano, a sua profunda piedade e a sua ânsia de bondade e fraternidade, para crismar de Marco Aurélio um coronel jactancioso aí qualquer? Era curioso um tal fato, e Bogoloff dirigiu-se compungido para coberta do navio que a noite envolvia e o mar suportava.

Havia poucos passageiros na tolda e, entre eles, não se estabelecera conversas. Todos se tinham mergulhado no insondável mistério daquela noite de trevas sobre o oceano imenso.

De repente, um grito quebrou aquele augusto silêncio:

— Meu binóculo! Ó comandante! Pare! Pare!

Todos acudiram para ver o que era e toparam com um senhor envolvido em roupas de dormir que gesticulava possesso e gritava furiosamente:

— Ó comandante! Meu binóculo! Pare! Pare!

Às perguntas de explicação, ele se limitava a responder:

— Onde está o comandante?

Vendo o capitão, entre o tom de pedido e o de ordem, ele disse:

— “Seu” comandante, é preciso voltarmos ao Rio. Esqueci-me do meu binóculo.

Fez-lhe ver o comandante que isso era impossível e tal coisa iria causar graves prejuízos à companhia e aos passageiros. O homem enfureceu-se e gritou:

— Sabe com quem está falando?

O comandante disse que não sabia, mas que não havia necessidade de sabê-lo, pois se tratava de medida de suas atribuições, sendo ali a sua autoridade em tudo soberana.

— Pois bem — disse o homem —, tenho imunidades; sou o senador Leiva, amigo de Bastos.

Retorqui o comandante no mesmo tom de voz:

— Vossa Excelência há de perdoar-me, sr. senador, mas não posso voltar.

Nisto apareceu um indivíduo metido em boas roupas de onde desentranha a cabeça e exclama:

— Que desaforo! Desrespeitar um senador!

O comandante tentou convencer o parlamentar de que se podia servir dos binóculos de bordo, pois os havia muitos; mas o senador intimou:

— Quero o meu binóculo. Não quero outro. Ou o senhor volta e eu voto a autorização para o empréstimo da companhia, ou não volta e eu e a minha bancada fazemos uma guerra tremenda ao projeto.

À vista disso, o comandante, que sabia das dificuldades da empresa, tanto assim que não recebia os vencimentos havia três meses, virou de bordo e voltou para buscar o binóculo do senador Leiva, amigo de Bastos.

X

Os sequazes de Bentes acharam que o melhor meio de fazê-lo presidente do Brasil era impedir que houvesse eleições na capital do país. Todas as tendenciosas passeatas de batalhões, a inundação da cidade por valentões e capangas, as ameaças de perda de emprego não lhes deram segurança de vitória; e houve neles, tal era o vigor da população, temor que, se a compressão se efetivasse, redundasse ela em trabalho mecânico, inesperado, abrupto, uma erupção contra o sindicato que se acovardara diante das baionetas e iludia a própria consciência fingindo entusiasmo.

A seção eleitorais foram, pois, fechadas, os livros não apareceram e o Campelo com Totonho, outros do bando e oficiais foram vistos arrebatando-os aos carteiros do Correio.

Todas as ameaças e espécies de suborno empregaram contra os funcionários postais que tinham de lidar diretamente com os livros eleitorais; e Campelo, dias depois, nédio, ventruado, dessorando gorduras, passeava o seu olhar trampolineiro sobre a população, do alto de um automóvel, entre Totonho e Lucrécio Barba-de-Bode.

Pensava este sempre no emprego; Campelo não se fartava de dizer que viesse o “homem” e ele estaria colocado de vez.

O reconhecimento de Bentes, poucos meses depois, foi feito com mais segurança, graças aos votos dos deputados já contados e empenhados; e assim mesmo não deixaram os batalhões de sair à rua, bandeiras desfraldadas, rufos de tambores, marchas heroicas, a oferecer batalhas ao país inteiro.

O nome de Lucrécio ficara famoso em todo o âmbito da cidade e dos subúrbios. Não lhe separavam o nome do general Bentes. Nas próprias notícias dos jornais lá vinham juntos os tópicos que se referiam a ambos.

A ação de Lucrécio foi onímoda e maravilhosa. Ele destruiu cartazes, apreendeu boletins, rasgou jornais, desafiou rapazes e, de onde em onde, dava um tiro de revólver.

Foi coisa comum naqueles dias dar tiros de revólver pelas ruas. A polícia nada apurava e o próprio chefe, Juca Chaveco, perguntava aos auxiliares:

— Que foi?

— O Lucrécio deu um tiro ontem.

— Quá! Brincadeira... Pau de fogo às vez queima por si...

Chaveco mostrou-se muito hábil na gestão policial da cidade. Não se podia imaginar que aquele caipira tão simples, tão bonachão, de aspecto tão medroso, procedesse de forma tão profundamente política e atual.

No inquérito dos crimes de Liberato que avocou à sua autoridade, escreveu o relatório mais original de que se possa ter notícia. Não havia dúvida, dizia ele, que os mortos tinham sido por balas de revólver, mas os revólveres alcançam muito longe e podiam ter sido disparados de outro lugar que não aqueles indicados nos autos. Quanto ao depoimento do médico, devia não ser tido em consideração como os de certas testemunhas, por não estarem habituados a depor, não terem a prática suficiente de tão espinhoso ofício.

Chaveco era homem grato e não se detinha em consideração alguma de ordem moral ou intelectual para provar a sua gratidão. Dizia mesmo:

— Amigo é amigo. O compadre não fica má, nem à mão de Deus-Padre... Já fiz muito irrelatório lá na roça...

Lucrécio foi acusado de dar tiros, a polícia pôs-se em campo e afirmou que não era possível que ele tivesse feito semelhante coisa, a não ser com os pés, pois não tinha as mãos. Barba-de-Bode apareceu durante alguns dias com os braços dentro do casaco, pedindo nos botequins que lhe levassem a bebida aos lábios.

A mulher, porém, é que continuava a temer pela sorte do marido. Conhecia-lhe o gênio irascível, habituado agora às violências, sem temor; sentia a injustiça da causa a que servia, e via bem em torno dela a indignação, a fúria do povo, de toda a gente, contra Bentes, contra Campelo, contra os valentões assalariados como o marido.

Ela sempre quisera que voltasse ao ofício, que trabalhasse com regularidade, que contasse unicamente com o salário exíguo da oficina; mas o marido, às vezes com bons, outras vezes com maus modos, resistia e metia-se na tal política, no jogo, nas desordens.

Um dia ou outro, voltava para casa com quantias de certo porte e ela, um instante, esquecia os perigos da vida que levava, da maneira injusta que empregava a sua bravura.

Moravam ainda na mesma casa da Cidade Nova e não havia por ela mais abundância do que em outros tempos. Aquela vida era precária; e o dinheiro que Lucrécio recebia ia logo para pagamentos e despesas.

Naquela manhã, Ângela estava à janela esperando que o pequeno passasse vendendo o jornal do bicho. O filho estava na escola e Ângela não pudera mandar buscá-lo cedo. Esperava que o vendedor passasse quando viu um senhor de certa aparência entrar na venda. Quase todos que passavam na rua ela conhecia e um estranho logo lhe feria a memória. O senhor saiu da loja trazendo atrás de si o dono, que apontou para ela. O homem aproximou-se e logo que chegou bem junto a ela indagou:

— É aqui que mora o sr. Lucrécio?

— É. Que deseja?

— Desejo falar com ele.

Imediatamente Ângela pensou que ali estivesse um dos graúdos para os quais o marido trabalhava. Sem detença, abriu a rótula e fê-lo entrar para a sala, onde os santos ser amontoavam no oratório sobre a cômoda, com o ramo de arruda, na água, ao lado.

— Faça o favor de sentar-se.

Ela olhou o homem que era claro, cabelos brancos, e uma aparência toda de esforço e trabalho. Vinha vestido de fraque e as botas eram boas e justas nos pés.

— Meu marido está dormindo, mas vou acordá-lo. Faça o favor de esperar.

Sentado, o visitante olhou a casa, os móveis pobres, tirou o *pince-nez* e enxugou em seguida o suor do rosto.

A mulher de Lucrécio voltou logo e ele pôde dizer:

— Este Rio está muito mudado. Quase não o conhecia mais... reformaram quase todo.

— Há muito que não fazem outra coisa senão pôr abaixo casas... E as coisas encarecem de uma forma, meu senhor, que não sei onde iremos parar.

A mulher retirou-se com a entrada de Lucrécio na sala.

— Bom dia.

— Bom dia.

O recém-chegado apressou-se em apertar a mão do dono da casa e ambos sentaram-se em seguida.

— Sou o dr. Gama Silveira, engenheiro.

— Tenho muito prazer em conhecê-lo.

— Venho aqui, sr. Lucrécio, pedir-lhe um favor.
— No que for possível, doutor!
— Estou há muito tempo como engenheiro do governo de Palmeiras... Não sou moço, tenho filhos e não há meio de ser promovido.
— De que partido é o senhor?
— Não tenho partido.
— É por isso.
— Mas sempre fui admirador do general Bentes, seu amigo, e agora era ocasião de me fazer justiça.
— Mas...
— Eu desejava, sr. Lucrécio, que o senhor, junto ao seu grande amigo...
— As nossas relações não são tão grandes.
— Devem ser, pois todos quando falam no nome de um falam no do outro.
— Sou grande admirador dele, grande mesmo; e só.
— É a mesma coisa; e, pelo tempo, já devem ser amigos. Ia dizendo que queria que o senhor se interessasse por mim e me fizesse promover a engenheiro de primeira classe. Vim ao Rio propositadamente para isso... Há vinte anos que me passam a perna, estou envelhecido, preciso educar as filhas e os filhos e o aumento que me traz a promoção seria muito útil. Se o senhor se interessasse, estou certo que a promoção se faria e ficar-lhe-ia muito grato.
— Há vaga?
— Há.
— Não garanto; mas vou falar aos amigos e farei o possível.
— Posso ir descansado?
— Pode.
O engenheiro tomou o chapéu de chuva e o de cabeça que estavam encostados a um canto, apertou a mão de Lucrécio e saiu para a rua com a cabeça baixa.
Lucrécio, que tinha ficado à janela, lembrou-se de qualquer coisa e chamou o engenheiro:
— Doutor! Doutor!
Voltou-se logo o velho funcionário e perguntou:
— Que deseja, sr. Lucrécio?
— O senhor não me deu o nome todo e o lugar que quer.
— Ah! É verdade!

Tirou um cartão da carteira e escreveu rapidamente a lápis o que queria; e seguiu o seu caminho marchando a pequenos passos, sempre de cabeça baixa.

Lucrécio informou a mulher do que o engenheiro desejava. Teve ela uma grande alegria com a importância que o marido ia ganhando, mas, ao mesmo tempo, lembrou-se:

— Você arranja tudo para os outros e não arranja nada para você.

— Deixe estar, mulher, que a minha vez há de chegar... Quem não tem habilitações tem que esperar.

Vestiu-se Lucrécio e desceu com pressa à cidade, para passar um telegrama empenhando-se com Contreiras pelo engenheiro. Interessava-se deveras por aquele homem simples, formado, preterido, que fora ao seu encontro pedir justiça. Desceu a rua do Ouvidor com pressa; mas logo ao chegar à rua Primeiro de Março, teve que cumprimentar Mme. Forfaible.

A mulher do general não se cansava de andar na cidade e procurava variar a hora dos seus passeios. De fato, as ruas centrais pela manhã têm um aspecto de trabalho e atividade que as veste de modo diferente das outras horas do dia.

Não há conversas das esquinas; as carroças com cargas grosseiras passam por elas e pelas lojas há uma azáfama de lavagem e arrumação.

Na rua Primeiro de Março, porém, mais do que nas outras ruas, as libras brilham nas vitrinas e os bilhetes de banco podem ser estalados entre os dedos pobres.

Mme. Forfaible chamou Lucrécio e perguntou muito naturalmente:

— Que é que se diz do meu marido?

— Não sei. Não vai ser senador?

— Não queria. Queria que ele fosse ministro! Não dizem nada por aí?

— Que eu saiba não. Mas, a senhora sabe que essas coisas nós, os pequeninos...

— Diga-me uma coisa, Lucrécio: isso que se diz aí da mulher de Lussigny é verdade?

— Que é, minha senhora?

— Que ela pode muito em Bentes.

— Ah! É uma de Paris?

— É essa mesma.

— Dizem que sim, d. Anita. Dizem que ela é quem faz tudo, que o general só faz o que ela quer. Ela já está aí.

— Eu sei. Vou falar com ela. Meu marido há de ser ministro.

Despediram-se e Lucrécio seguiu em direitura à Central dos Telégrafos. Se bem que fosse amigo de Macieira, não estava incompatível com Contreiras, a quem mesmo dissera que não trabalhava em seu favor por ser camarada leal do adversário dele. Não havia nenhum obstáculo em pedir pelo engenheiro que há muitos anos não passava do mesmo lugar, portanto, em tal sentido, telegrafou:

Exmº sr. coronel Contreiras — Tatuí — Palmeiras. Respeitosamente peço a V. Exª promover engenheiro Gama Silveira vinte anos preterido — Lucrécio.

Contreiras, logo que tomou conta do governo do estado, mandou empastelar o jornal da oposição; e, em seguida, fez um inquérito em que seu delegado procurava demonstrar que haviam sido os proprietários do jornal os autores do empastelamento.

Para isso, além do seu cinismo em afirmar, o tal delegado empregou a coação e a ameaça sobre os depoentes, pobres operários que eram obrigados a dizer tudo o que convinha à autoridade.

Não contente com isso, dividiu o estado em vários distritos agrícolas, à frente dos quais pôs um inspetor e meia dúzia de auxiliares; todos gente sua, que se encarregavam de esbordoar aqueles que demonstravam de qualquer modo não concordarem com o “salvador”.

As reclamações choviam e os delegados policiais faziam inquéritos onde diziam que não havia nos casos coisa alguma de política, mas simples rixas por questões de mulheres ou de família.

Havia em Contreiras, como em todos os déspotas de sua escola que se seguiram, um terror extremo diante da lei que violavam. Não tinham coragem de fazê-lo francamente, claramente, ousadamente; mascaravam as suas violências, os seus assassinatos, com subterfúgios legais e outros, falando sempre em liberdade, em ordem, em paz e prosperidade.

Bogoloff chegando ao estado, teve vontade de visitar o governador e pediu-lhe uma audiência; mesmo porque, se não o fizesse, corria perigo a sua segurança.

Já começavam a desconfiar “daquele estrangeiro”. Isto é, não do súdito russo, mas do indivíduo estranho ao estado, pois assim chamavam os que não viviam e residiam lá.

Viu-se o Diretor da Pecuária muitas vezes seguido por tipos suspeitos e, à vista disso, declarou a sua qualidade oficial e pediu uma audiência ao

governador. Ele lha deu sem muita mora e Bogoloff pôde encontrar-se com um homem muito comum, de feições e inteligência. Não lhe pôde sacar nem uma ideia sobre a administração e governo. Só lhe dizia:

— Este estado, doutor, tem sido muito roubado. Agora as coisas vão entrar nos seus eixos. Sou honesto e não consinto que ninguém roube à minha sombra. Quanto a bois, há por aí muitos, mas esse negócios de bois não é dos mais urgentes. A polícia não está bem instruída...

Quando o russo lhe falou na miséria da população, na lamentável impressão que isso fazia a quem vinha de fora, ele lhe disse:

— É... É... São uns madraços. Estou tratando de fundar uma colônia correccional.

Aquele homem não via que era o próprio governo que estava criando aquela situação; que era, além de outras coisas, a quantidade formidável de impostos cobrados pelos governos municipal, estadual e federal, tornando o trabalho infecundo e afastando o emprego de capitais.

Perguntou ao dr. Bogoloff em seguida pela política central; se Bentes era ainda muito atacado, se lhe faziam muita oposição. Disse-lhe o russo que os jornais do Rio atacavam-no muito e Contreiras observou:

— Sei... Sei... Se eu estivesse lá fazia-os calar.

Tomou por aí uma expressão feroz que trouxe à lembrança do russo Tamerlão e Gêngis Khan.

Despedindo-se do governador, Bogoloff prometeu no dia seguinte ir assistir a uma sessão da Câmara dos Representantes.

— Venha, doutor — disse Contreiras. — O senhor vai ver que congresso disciplinado! Que ordem! Que obediência! Não é aquela “praia do peixe” do Rio.

A Constituição do estado, moldada na Federal, estabelecia a independência e a harmonia dos poderes estaduais, que eram o judiciário, o executivo e o legislativo.

Não tinha o estado Senado, e o órgão do seu poder legislativo era unicamente a Câmara dos Representantes, que funcionava em uma ala do palácio do governador.

A sala não era apropriada ao seu destino, mas era ampla e bem iluminada; e, como já fosse conhecida a qualidade de Bogoloff, deram-lhe uma espécie de camarote, ao nível do recinto, a que chamavam tribuna.

O doutor chegou cedo e pôde ver a entrada dos deputados. Havia alguns jovens bacharéis e tenentes, muito pimpantes nos seus trajes à última; e havia

também aqueles curiosos tipos de coronéis de roça, que vinham às sessões em terno de brim, com botas de montar e a açoitadeira de couro cru, pendente na mão direita, presa por uma corrente ao respectivo pulso.

Chegavam e espalhavam-se pelas bancadas, conversando e fumando. Junto de Bogoloff, havia dois, uma dos quais lia, à meia voz, um artigo de jornal para o outro ouvir.

Não passavam os congressistas de vinte e tantos e o russo perguntou a alguns se era aquele o número exato de representantes. Foi-lhe dito que não, que eram quarenta e cinco, mas que só pouco mais da metade frequentava as sessões. Os outros, acrescentou o informante, ficam nas suas fazendas e mandam unicamente receber o subsídio por seus procuradores bastantes.

A sessão custou e ter começo. Afinal o presidente e secretários tomaram os seus lugares e a chamada foi feita. Notou Bogoloff que, quase bem perto a ele e ao lado da mesa, um pouco distante, havia uma ampla cadeira de balanço, cujo destino ali era difícil de atinar.

Lida a ordem do dia, foi anunciado o expediente e um deputado gritou do fundo da sala:

— Peço a palavra.

No mesmo instante, a cadeira de balanço foi ocupada. O coronel Contreiras vagarosamente aproximou-se e sentou-se nela. Estava muito simplesmente vestido, com uniforme de cáqui, sem colarinho, em chinelas de marroquim e até dólmã estava desabotoado.

Acudindo ao pedido do deputado, o presidente da Câmara falou:

— Tem a palavra o deputado Salvador da Costa.

O deputado não abandonou a bancada e começou com voz cantante:

— Senhor presidente. — A cidade de Cubango, uma das mais prósperas do nosso interior, berço de tantas glórias, como Manoel Batista, Francisco Costa, o bravo João Fernandes e outros, acha-se, por assim dizer, completamente isolada do resto do estado. Chamo a atenção de V. Exa. e da Câmara para tão grave fato que muito depõe contra a pública administração. As notícias que me chegam, a respeito do estado das estradas que a põem em comunicação com as suas irmãs do nosso torrão natal, são absolutamente desanimadoras. A inspetoria de obras no seu habitual relaxamento...

Por aí, foi interrompido por um vibrante grito do governador:

— Senta-te, Salvador! Fala agora o João.

O deputado Salvador, abandonando o fio do discurso, desculpou-se:

— Há de perdoar-me, senhor coronel doutor governador. Trato pura e simplesmente de uma questão administrativa. Não há política nem tenção de fazer oposição a V. Exa.

Não lhe deu ouvidos o governador e continuou a gritar lá da cadeira de balanço:

— Senta-te, Salvador! Não prestas pra nada! Fala agora o João!

O deputado Salvador ainda esteve alguns minutos em pé, hesitante, sem saber o que fazer, olhando aqui e ali; porém um berro mais enérgico do coronel presidente fê-lo cair sentado sobre a cadeira, como se houvesse sido derrubado por um raio.

O resto da sessão correu normalmente e não houve mais necessidade da intervenção enérgica do senhor coronel doutor governador. Por fim, um deputado apresentou uma moção de congratulações com o coronel Firmino, chefe político do município de Cubandê, por fazer anos naquele dia.

Bogoloff deixou o edifício e dirigiu-se ao hotel em que residia; a viagem era curta, mas o trânsito era difícil, pois não dava um passo sem que não encontrasse um pequeno que se propunha a levá-lo a lugares equívocos.

Resolveu-se a abandonar Tatuí e foi despedir-se de Contreiras dias depois. O coronel doutor governador estava em pleno trabalho no seu gabinete. Recebeu-o prazenteiramente:

— Tenho aqui um telegrama de Lucrécio pedindo-me pelo Gama Silveira. Vou promovê-lo, mas diga ao Lucrécio que o faço por causa dele, se fosse Bastos não fazia. Não admito a sua intervenção na autonomia do estado!

Bogoloff não veio diretamente para o Rio. Fez a viagem de volta parando e demorando-se nos portos de escala. Tinha mesmo combinado com Xandu demorar-se o mais possível para lhe dar inteira liberdade no que toca as exigências políticas de Contreiras, evitando assim que a sua gratidão a Macieira tivesse escrúpulos em obedecer a certas ordens.

Teve ocasião na sua lenta volta de verificar Bogoloff que todas as cidades do Brasil se parecem, têm a mesma fisionomia, possuem casas edificadas da mesma forma e até as ruas têm os mesmo nomes e os apelidos das lojas de comércio são os mesmos.

Um país tão vasto, que se desenvolveu através de climas e regiões tão diferentes, é, entretanto, nos seus aspectos sociais, monótono e uno.

Já tinha o russo notado isso na sua viagem para o estado das Palmeiras e, na volta, foi que se certificou com vagar.

Quase a um tempo recebeu Lucrécio Barba-de-Bode telegramas de Bogoloff e do secretário do governador, avisando-o que o engenheiro havia sido promovido. A atividade política de Lucrécio estava captada agora em apreender os assovios. A população, roubada nos meios de manifestação de seu querer, virava-se para a terrível arma das crianças — a vaia. Os asseclas do governo sabiam que as casas de brinquedos não tinham mãos a medir na venda de gaitas, apitos, assovios; e os funileiros da cidade haviam deixado outras obras para fabricarem esses inocentes brinquedos de infância.

Todo o trabalho da polícia fardada, civil, oficial, oficiosa, particular, era caçar assovios. Era ver um cidadão com uma gaita, logo lha arrebatava; os doceiros escondiam as flautas com que anunciavam à petizada os quindins que levavam. Lucrécio, alto, espadaúdo, tórax proeminente, com o seu paletó de alpaca, corria a cidade com o bengalão de pequiá, arrancando assovios. Uns inutilizava na chefatura, mas outros levava para casa. O filho, quando vinha visitá-los, não se apercebia da proibição e apanhava as gaitas. Dava-as às crianças da vizinhança com uma liberalidade de milionário essas flautas gritantes e sereias agudas, de forma que a rua onde morava Lucrécio se encarregava de fazer voltar à população os assovios que lhe eram arrebatados pelos policiais diligentes.

Fuas Bandeira, no seu jornal, não se cansava de doutrinar contra o apito, que ele julgava um instrumento vexatório, indigno, mesmo nas mãos dos rondantes às desoras; e como é que se ia usar semelhante arma contra a mais alta autoridade de um país?

Não era só contra o apito que Fuas desenvolvia considerações tendenciosas; o jornalista insinuou mesmo o linchamento de colegas. Como não se podia deixar de esperar, provocada naturalmente pelas medidas que os adeptos de Bentes tinham posto em prática para amordaçar a opinião, a imprensa analisou minuciosamente os méritos de Bentes.

Fuas, na falta de melhor modo de combater essa análise, lembrou e insinuou que se devia proceder contra esses heresiarcas da mesma maneira que se havia feito outrora com Apulcro de Castro. Não há nada mais infeliz, porquanto esse Apulcro, que foi em vida um difamador profissional, a sua morte redimiou-o e elevou-o. Havia dito ele, em seu jornal, que um certo capitão era caloteiro e logo todos os oficiais, soldados, sargentos, cabos, faxinas se julgaram ofendidos, não trepidando em vir em grupo matá-lo em plena rua, às barbas da autoridade.

Vergonha maior para um país não se concebe e não se compreende a inteligência desses oficiais, soldados, sargentos, cabos, faxinas, que se julgaram ofendidos por ser acusado um capitão de não pagar as suas contas.

Apelando para essas honras obsoletas de classe, para essas superstições de grupos, Fua desentranhava com o seu jornal as mais abstrusas doutrinas e velava as ameaças mais papuas possíveis.

Com a aproximação da posse de Bentes, essa excitação geral do povo despertou a Câmara dos Deputados, onde as discussões foram renhidas.

A minoria era diminuta e a maioria se tinha acrescido com o preenchimento de vagas intercorrentes, por morte ou por outro motivo, de deputados opositores. Nunca se viu deputados mais curiosos, mais imprevistos, sendo alguns mesmo de outra nacionalidade que não a brasileira. Já se tinha visto a apologia da ignorância, já se vira a apologia do assassinato de Apulcro de Castro, agora a Câmara punha em prática a internacionalização da representação do país. Havia deputados turcos, ingleses, belgas, finlandeses e todos eles conservando orgulhosamente a sua nacionalidade de origem e mal falando o português.

As “salvações” dos estados não tinham continuado, mas os debates na Câmara eram furiosos e apaixonados. A administração continuando nos seus processos, enchia as galerias de secretas e valentões; e, quando os deputados da oposição se referiam mesmo respeitosamente ao honrado general Bentes, um dos asseclas puxava o revólver e apontava-o para o orador, cobrindo-o das mais sujas injúrias.

O presidente da Câmara mandava chamar o entusiasta e dizia-lhe amigavelmente, paternalmente:

— Você não toma juízo, Lucrécio.

Não há nada mais perigoso do que um entusiasmo pago e os parlamentares temiam sobremodo os defensores humildes do honrado general Bentes.

Campelo fora eleito deputado em uma das vagas, para enfrentar o célebre orador da oposição Júlio Barroso. A erudição deste, a sua voz cortante, a sua honestidade de proceder e de vida davam uma força e um prestígio extraordinário às suas orações. Campelo fazia também discursos; tinha uma voz agradável, mas não tinha nem o saber nem a força de Barroso. Se se tratasse de canto, podia-se dizer que Campelo tinha uma voz de salão, bom timbre, mas sem extensão de volume. Quando se anunciava um discurso de Barroso, a Câmara enchia-se; enchiam-se as galerias, os corredores, as tribunas. Lucrécio e

o seu pessoal ajudavam a encher o edifício e, tal era o poder de sedução do orador, a fascinação da sua palavra, que eles o aplaudiam candidamente. Campelo, tendo notado isso, resolveu tomar um alvitre. Como deputado, ficava no recinto, bem perto do orador, e de lá fazia sinais a Lucrécio quando devia protestar com o seu pessoal. Assim mesmo, o orador conseguia vencer os obstáculos e ficou resolvido que os governistas o interrompessem com constantes apartes.

A sessão de 25 de outubro foi particularmente agitada. Depois de ser lido o expediente, o presidente deu a palavra a um deputado “bentiano” que explicou a sua atitude votando a favor da rejeição do veto oposto ao projeto de venda da Estrada de Ferro de Mato Grosso. Não era escravo de suas opiniões políticas, dizia; não temia a opinião pública, mas também não temia a oposição facciosa e arruaceira.

Júlio Barroso — Protesto! Peço a palavra!

O presidente tocou os tímpanos e pediu atenção.

O deputado disse que era uma injúria à classe que pertencia o honrado presidente eleito supô-lo capaz...

Júlio Barroso — Que tem uma coisa com outra? Peço a palavra.

O Orador —... capaz de patrocinar traficâncias. O honrado general Bentes pertence a esse cadinho de heróis, etc. etc.

Acabou o discurso e o presidente deu a palavra aos deputado Júlio Barroso. Houve rumores de cadeiras que se arrastam, de bancadas que caem, e todos tomaram os seus lugares. Os jovens deputados, na idade e nos dias de Câmara, ficaram atentos.

Júlio Barroso — Sr. presidente. Eu não sei, não me entra absolutamente na compreensão, como militar que sou, quando sou camarada: se quando sou por Huerta contra Carranza, se quando sou por Carranza contra Huerta?

Willis — Não apoiado! *A raven carried off in his claws pieces of poisoned meat which the enraged gardener had thrown upon the ground for his neighbor's cats.*

O aparte do deputado Willis foi muito bem recebido; e, a um sinal de Campelo, houve palmas nas galerias a seguir-se às do recinto.

Fez-se um pouco de silêncio e ouviu-se o seguinte aparte:

Edin Nazib — Parque? *Né mifahman.*

Palmas estrepitosas cobriram a voz do deputado persa, a um aceno de Campelo.

Presidente — Peço atenção! As galerias não se podem manifestar.

O Orador — Em tão premente colisão o meu espírito de classe...

Caracoles — V. Exa. não pode dizer isso. *Poco me faltó para fallecer cuando llegué a casa de Melisa: de todos los poros me brotaba el sudor frío, se me cerraban los ojos, y costó gran trabajo hacerme recobrar el conocimiento.*

Abd-El-Chelif — De acordo. *Nehabbek; ma fehemtche.*

Como o aparte anterior, este foi recebido delirantemente. Campelo fez sinal e houve palmas na galeria.

O Orador —... indaga se é mais militar Carranza ou Huerta e tenho de procurar no Almanack...

Teamápulos — *Den catalavéno.*

O Orador — Senhor presidente, rogo a V. Exa. que me mande traduzir o aparte do nobre deputado.

A risada foi geral e antes que o presidente pudesse chamar atenção, a um sinal de Campelo, um cidadão das galerias gritou: ignorante! Ignorante!

Presidente — Atenção; as galerias não se podem manifestar.

Orador —... tenho que procurar no Almanack, para segurança de minha ação, qual é o mais antigo, qual tem mais medalhas...

Buoncompagni — *Ma la impresa era árdua; e non poteva compiersi senza molte ingiustizie.*

Sakenussen — Si. *Jeg holder af Dem.*

Acabado de pronunciar o aparte, que foi, como os demais, ouvido pacientemente pelo orador, houve palmas nas galerias, a um sinal de Campelo.

Presidente — As galerias não se podem manifestar! Aviso os senhores deputados que quem está com a palavra é o nobre deputado Júlio Barroso.

Orador — Senhor presidente, tenho até agora ouvido com a máxima paciência os apartes políglotas dos meus nobres colegas. Não sei onde estou, não sei se estou na torre de Babel, se isto...

Werner — V. Exa. sape. *Die alles ist eine Scheisse.*

Um sr. Deputado — É isso mesmo.

Vários Deputados — Muito bem! Muito bem!

A um sinal de Campelo, um tanto diferente dos anteriores, as galerias prorromperam em entusiásticos vivas.

Presidente — Atenção. Quem está com a palavra é o nobre deputado Júlio Barroso.

Orador —... se isto é mesmo o parlamento brasileiro, parlamento de um país onde se fala português. Acho-me por assim dizer coagido a suspender as ligeiras considerações que vinha fazendo sobre o espírito de classe. Eu queria

mostrar como esse espírito é uma sobrevivência nefasta, como ele já nos envergonhou a civilização. Vejo-me obrigado porém, a suspendê-las, porquanto não tenho mais imunidades parlamentares, não podendo falar livremente como fazem aqui os parentes das influências poderosas, que recitam...

Numa — V. Exa. deve positivar as suas acusações.

Orador — Não estou acusando. Estou simplesmente tratando de um modo geral no que toca ao proceder da mesa...

Numa — Não admito essas insinuações.

Orador — V. Exa. quando ora não tem dessas perturbações prejudiciais à memória ou ao fim...

Numa — Peço a palavra para uma explicação pessoal.

Júlio Barroso continuou a sua oração, embora cortado por apartes constantes, após a qual foi dada a Numa a palavra para uma explicação pessoal. Toda a Câmara esperou que Numa fizesse um veemente discurso, como faziam crer as suas orações anteriores; mas, ao contrário disso, pronunciou breves palavras, disse que era honrado, que a sua adesão ao general Bentes tinha sido espontânea e sincera.

A impressão geral foi péssima. Os seus amigos, quando deixou de falar, receberam-no friamente, não lhe deram os cumprimentos de hábito e houve suspensão em todos os espíritos. É verdade que pretextara incômodo, mas não podia ser tão grave que o impedisse de defender-se cabalmente e a sua defesa estava em falar com calor, com veemência e paixão. Pieterzoon, entre colegas, dissera mesmo:

— Vocês admiram-se! Não é coisa do outro mundo. O Numa lá de Roma acertava quando consultava a Ninfa; com este dá-se a mesma coisa.

O genro de Cogominho deixou a Câmara apreensivo. Ele mesmo tinha provocado aquele incidente, ele mesmo tinha levantado a luva e fora ele mesmo, portanto, quem criara aquele fiasco. Julgou em começo poder pronunciar a sua defesa; não havia estudo a fazer, não havia argumento a responder, entretanto, o hábito que adquirira de discursar depois de estudo apurado, tinha-o traído no momento crítico.

Era preciso apagar aquela impressão; no dia seguinte, fosse como fosse, tinha que fazer um discurso sólido, cheio, capaz, por consequência, de levantar a sua reputação. Foi logo para casa. Mal entrou, procurou a mulher. Edgarda lia na sua biblioteca. Numa entrou nervoso e ansioso. Olhou um momento com tristeza as estantes cheias de livros. A mulher notou-lhe a fisionomia alterada, a sua angústia quase a nu.

— Que tens, Numa?

O deputado sentiu-se combalido e pôs as mãos na cabeça. Edgarda apiedou-se com aquela atitude do marido.

— Que tens, Numa?

Ele tomou alento, sentiu-se um pouco aliviado, a opressão deixou-o um pouco. Disse:

— Fiz um fiasco.

— Onde?

— Na Câmara.

— Foste falar.

— Fui.

— Que imprudência! Durante muito tempo?

Numa quase chorava. Era a sua carreira, eram as suas ambições que se desfaziam. Pela primeira vez, sentiu alguma coisa profundamente. A mulher também teve a visão do desastre. Estremeceu.

— Falei cinco minutos... Gaguejei.

Contou-lhe Numa então toda a história e a necessidade que havia de fazer um discurso no dia seguinte. A mulher concordou e dispôs-se a compô-lo completo e perfeito. Numa descansaria, acalmar-se-ia; e, de madrugada, depois do repouso, estudá-lo-ia, e estaria resgatado. Jantaram; Numa mais calmo e a mulher mais esperançada. Os criados tiveram ordem de dizer que os patrões tinham saído. O deputado foi dormir e a mulher trancou-se na biblioteca trabalhando na oração do marido.

A noite se fez totalmente. Numa dormiu profundamente as primeiras horas. Tinha os nervos fatigados, todo ele era cansaço e pedia repouso. Dormiu; mas, pelo meio da noite, despertou. Procurou a mulher ao lado. Não a encontrou. Recostou-se. Lembrou-se, porém, da combinação que tinham feito. Teve amor pela mulher, sentiu-a boa e o seu sentimento por ela se separava agora de todo e qualquer interesse, de toda e qualquer ambição. Para que aquela teima? Devia deixar a política, viver simplesmente com a sua mulher até que a morte o levasse. Mais valia a vida assim do que ele estar a contrafazer-se a todo instante. Mas para que fazer isto? Que seria ele? Nada. Devia continuar, devia não recuar. Era preciso ter destaque, figurar; era preciso que o chamassem sempre de deputado, senador; tivesse sempre consideração especial. Então podia ser assim um qualquer? Subir! Subir! E ele viu o Catete, as suas salas oficiais, o piquete, os batedores, o lugar de S. M. I. o Sr. D. Pedro II...

Pensou em ir ver a mulher; em ir agradecer-lhe com um abraço o trabalho que estava tendo por ele. Calçou as chinelas e dirigiu-se vagarosamente, pé ante pé, até ao aposento onde ela estava. Seria uma surpresa. As lâmpadas dos corredores não tinham sido apagadas. Foi. Ao aproximar-se, ouviu um cicio, vozes abafadas... Que seria? A porta estava fechada. Abaixou-se e olhou pelo buraco da fechadura. Ergueu-se imediatamente... Seria verdade? Olhou de novo. Quem era? Era o primo... Eles se beijavam, deixando de beijar, escreviam. As folhas de papel eram escritas por ele e passadas logo a limpo pela mulher. Então era ele? Não era ela? Que devia fazer? Que descoberta! Que devia fazer? A carreira... o prestígio... senador... presidente... Ora bolas!

E Numa voltou, vagarosamente, pé ante pé, para o leito, onde sempre dormiu tranquilamente.

FIM

VIDA E MORTE DE M. J. GONZAGA DE SÁ

A Antônio Noronha Santos

Seul le silence est grand: tout le reste est faiblesse.
A. de Vigny

La plaie du coeur est le silence.
Bourger

ADVERTÊNCIA

Encarregou-me o meu antigo colega de escola, e, hoje, de ofício, Augusto Machado, de publicar-lhe esta pequena obra. Antes me havia ele pedido que a revisse. Se bem que nela nada encontrasse para retocar, não me pareceu de rigor a classificação de biografia que o meu amigo Machado lhe deu.

Faltam-lhe, para isso, a rigorosa exatidão de certos dados, a explanação minuciosa de algumas passagens da vida do principal personagem e as datas indispensáveis em trabalho que queira ser classificado de tal forma; e não só por isso, penso assim, como também pelo fato de muito aparecer e, às vezes, sobressair demasiado, a pessoa do autor.

Aqui e ali, Machado trata mais dele do que do seu herói.

Julgando que tão insignificantes defeitos eram de desprezar em presença dos reais méritos do pequeno livro, apressei-me em conseguir a sua publicação, certo de que, com isso, irei animar uma acentuada vocação literária que se manifesta, de modo inequívoco, nas páginas que se seguem.

Lima Barreto
Abril de 1918

EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA

A ideia de escrever esta monografia nasceu-me da leitura diurna e noturna das biografias do doutor Pelino Guedes. São biografias de ministros, todas elas, e eu entendi fazer as dos escribas ministeriais. Por ora, dou unicamente subsídios para uma; mais tarde, talvez escreva as duas dúzias que planejo.

Não há neste tentâmen nenhuma censura ao ilustre biógrafo, nem tampouco propósito socialista ou revolucionário de qualquer natureza. Absolutamente não! Obedeci, aliás muito inconscientemente em começo, à lei da divisão do trabalho; e, com isso, sem falsa modéstia o digo, fiz uma importante descoberta que o mundo me vai agradecer.

Os sábios, pelas notícias que deles tenho, não tinham dado ainda pela falta de verificação desta lei, nos domínios da biografia.

Entretanto era fácil de ver que, exigindo a ordem obscura do mundo humano um doutor que cure, outro que advogue, forçoso era também que houvesse um biógrafo para os ministros e outro para os amanuenses.

Dessa forma, somos, eu e o doutor Pelino uma bela prova de plena generalidade desse grande asserto científico da divisão do trabalho; portanto, longe de ser um capricho, a publicação deste opúsculo é manifestação de uma grande e inevitável lei, a que me curvei e me curvo, como a todas as leis, independentemente da minha vontade.

Crendo-me justificado, dou aqui o testemunho público de quanto sou grato àquele escritor; e se, pelo correr do folheto, pus alguma coisa da minha pessoa, a culpa, afora o meu incorrigível e elementar egotismo, cabe-me a mim somente que não soube imitar, no estilo, a concisão telegráfica do modelo que adotei, e, na maneira, a sua superior impersonalidade de relatório ministerial.

Contudo, não me julgo com a verdade. Deus me livre de tal coisa! Tanto mais que, tendo-me destinado a atividade bem diversa, não me afiz aos estudos que a literatura reclama. Não sei grego nem latim, não li a gramática do Senhor Cândido de Lago, nunca pus uma casaca e não consegui até hoje conversar cinco minutos com um diplomata bem talhado; sigo, entretanto, o

exemplo do severo e saudoso lente de Mecânica da Escola Politécnica, doutor Licínio Cardoso, que estudou longos anos a alta matemática para curar pela homeopatia.

O seu espetáculo foi-me sempre fecundo. As reprovações que levei foram justas: antes de mim, todos os que passaram, saíam maravilhosamente; depois... oh! então!...

O seu julgamento é um julgamento de Minos, inflexível e reto, e que tira a sua inflexibilidade da própria ordem do Cosmos; e se, nos atos de minha vida, alguma vez fui justo, devo-lhe a ele, só e unicamente ao seu exemplo, que tive sempre diante dos olhos, durante a minha adolescência atribulada.

De joelhos, rendo graças à minha estrela, por ter encontrado na minha carreira, tão raro e modelar exemplo...

Atirando-me aos azares da publicação de um opúsculo aliterado, pode ser que seja feliz, como o meu inestimável lente o foi na homeopatia; pode ser que não e leve algumas descomposturas. Embora desagradáveis, as descalçadeiras dar-me-ão alento para viver, coisa que me vai faltando dentro de mim mesmo.

É um estimulante que procuro, e uma imitação que tento. Plutarco e o doutor Pelino, mestres ambos no gênero, hão de perdoar esse meu plebeu intento, de querer transformar tão excelso gênero de literatura moral — a biografia — em específico de botica.

Perdoem-me!

Augusto Machado
8-10-1906

I

O INVENTOR E A AERONAVE

Nunca me passou pela mente que o meu amigo Gonzaga de Sá se dedicasse a coisas de balões. A não ser que o tal papel que me deixou entre muitos queira exprimir outro pensamento, não posso crer, dada a amizade que mantínhamos, que ele me fosse ocultar essa digna preocupação de seu espírito. Tive sempre respeito por aquele que quer voar... Enfim!... Contemos a história.

Conheci Gonzaga de Sá quando, certa vez, por dever de ofício, fui mandado à Secretaria dos Cultos. Tratava-se de um caso de salvas devidas a um bispo. O Bispo de Tocantins, ao entrar no porto de Belém, a bordo de um “gaiola”, recebera da respectiva fortaleza apenas dezessete tiros de salva. Sua Reverendíssima reclamou. Competir-lhe-iam dezoito tiros; e basto cabedal de textos e leis, a alta autoridade eclesiástica citou, fundamentando a sua opinião.

A reclamação foi presente ao ministro dos Cultos, cuja secretaria, na longa informação que deu, aludiu à questão das investiduras, à dos bispos no tempo do Império e ao direito canônico, ainda por cima, sem nada resolver de definitivo.

OuvIU-se o Ministério do Exterior e o protocolo carinhosamente interpretado e sabiamente, nada adiantava ao caso. Recorreram, então, ao estabelecido na legislação dos países civilizados ou não.

Os regulamentos da China eram completamente omissos, mas os de Montenegro davam vinte e quatro tiros aos bispos.

Na linda repartição das delicadas coisas internacionais, fizeram sábias transposições de uma religião para outra, de modo a se estabelecer a equivalência das respectivas autoridades.

Foi organizado um quadro, muito bem-feito, bem riscadinho, em que os nomes dos sacerdotes de cada religião foram escritos, respeitando-se a índole ortográfica de suas línguas próprias.

O catolicismo, o budismo, o judaísmo, o bramanismo e as seitas protestantes encontravam-se e encontram-se placidamente no enterro das conveniências burocráticas e protocolares.

Imãs, muezins, bispos, lamas, bonzos, dervixes, foram postos ao lado uns dos outros camarariamente.

Acreditava-se no Ministério dos Estrangeiros que, desta forma esclarecida a correspondência entre sacerdotes de todas as seitas e religiões, melhor poderia ser interpretada a legislação, relativa ao assunto, de cada país do globo, isto é: as praxes da Birmânia, do Tibete e da Turquia viriam em auxílio da mortificante colisão em que se achava a administração brasileira.

Nada disso, porém, conseguiu decifrar o problema. Buscou-se, então, resolvê-lo com a opinião do Ministério da Guerra que veio a decidi-lo salomonicamente.

Era seu parecer que, para evitar reclamações futuras e satisfazer as partes, de ora em diante devia competir uma salva de dezessete tiros, com canhões de quinze, e um tiro com canhão de sete e meio. Era, além de salomônico, matemático, ou ambas coisas juntas, pois, com dezoito disparos, se tinham dezessete tiros e meio, sendo, assim, satisfeito o prestígio do governo e os melindres do prelado.

Essa resolução foi tomada depois de serem ouvidas as grandes repartições técnicas do ministério, cujo saber foi no caso incalculável.

A informação da seção de artilharia recordou por alto a teoria de separação de poderes; a divisão de Justiça, porém, abandonando as leis, os tratadistas, baseou-se em questões teóricas de artilharia, desenvolveu cálculos, para mostrar os fundamentos da queixa de Sua Reverendíssima.

Estava a decidir-se a questão de um modo geral e de vez, quando surge a angustiosa dúvida do cardeal. Seria Sua Eminência uma autoridade eclesiástica brasileira? Devia receber só salvas de arcebispo ou mais outras? Se era autoridade eclesiástica estrangeira, que salvas devia ter? Se era nacional, quais? etc.

E assim as interrogações se sucediam nas seções do ministério, quando o meu diretor, para evitar delongas, resolveu mandar-me à Secretaria dos Cultos, submeter aos competentes a angustiosa questão — cardeal.

Pouca gente conhece a Secretaria dos Cultos e tem notícia dos seus serviços. É de admirar que aconteça isso, porquanto, penso eu, se há secretaria que deva merecer o respeito e a consideração da nossa população é a dos Cultos.

Num país em que, com tanta facilidade, se fabricam manipansos milagrosos, ídolos aterradores e deuses onipotentes, causa pasmo que a Secretaria dos Cultos não seja tão conhecida como a da Viação. Há, entretanto, nela, no seu museu e nos seus registros, muita coisa interessante e digna de exame.

Foi, por ocasião de desempenhar-me da incumbência do meu diretor, que vim a conhecer Gonzaga de Sá, afogado num mar de papéis, na secção de “alfaias, paramentos e imagens”, informando muito seriamente a consulta do Vigário de Sumaré, versando sobre o número de setas que devia ter a imagem de São Sebastião.

Era Gonzaga um velho alto, já não de todo grisalho, mas avançado em idade, todo seco, com um longo pescoço de ave, um grande “gogó”, certa macieza na voz grave, tendo uns longes de doçura e sofrimento no olhar enérgico. A sua tez era amarelada, quase dessa cera amarela de certos círios.

Tratei ele cheio de respeito que, acima da beleza, merece a velhice. Ele me pareceu agradecer a deferência, olhando-me com mal disfarçado interesse, por debaixo do *pince-nez*, do fundo do abismo da sua banca burocrática.

Vi logo nele um velho inteligente, de amplo campo visual a abranger um grande setor da vida; entendi-o ilustrado e de uma recalcada bondade. Não sei também porque adivinhei que tinha um bom nascimento e a antiguidade do aparecimento dos seus antepassados nestas terras não datava da República nem do encilhamento.

O meu julgamento não era errado, porque, mais tarde, indo por causa ainda dos “tiros” a um bispo à Cultos, perguntei-lhe, em meio do negócio:

— Senhor Gonzaga, não é casado?

— Não.

— Nem quis casar?

— Duas vezes: uma, com a filha de um visconde, em baile de um marquês.

— E a outra?

— Filho, você parece que ficou com inveja?

— Talvez, acudi eu prestamente à sua interrogação.

— Pois saiba: a outra foi com a minha lavadeira.

A adivinhação de sua mocidade fiz eu por essa resposta.

Além disso, era cético, regalista, voltairiano. Usava, como vim a verificar mais tarde, para estar em dia com o seu Deus, dele, frequentar as cerimônias religiosas; e não, como a burguesia republicana, para firmar-se nos frades, padres, freiras e irmãs de caridade e enriquecer-se ignobilmente, criminosamente, cinicamente, sem caridade e amor, senão aquelas de aparato. Era antimonástico, mas não maçom.

Para se compreender bem um homem não se procure saber como oficialmente viveu. É saber como ele morreu; como ele teve o doce prazer de abraçar a Morte e como Ela o abraçou. Depois de contar este grande fato da vida de um amigo, decifrar-lhe-ei os gestos íntimos e os seus atos insignificantes exporei. Não há erro, penso, procedendo assim.

A vida oficial de Lord Bacon é abjecta e cheia de vilania; mas vêde-lhe as obras, as suas reflexões e, sobretudo, a sua morte — como são belas e como eclipsam a sua vida outra!

Tendo imaginado subitamente que a neve podia preservar as carnes da putrefação, Bacon desceu da sua carruagem em dia de muito frio, já velho era, e entrou em uma palhoça para fazer a experiência. Comprou um frango, fê-lo matar e ele mesmo, com as suas próprias mãos, o encheu de gelo. Resfriou-se e pouco depois — em casa estranha, pois nem mais forças teve para atingir de carruagem a sua — morreu o ousado inovador, o filósofo de método experimental, o autor da grandeza científica e industrial de nossos dias.

De Gonzaga de Sá, vou contar-lhes as suas coisas íntimas e dizer-lhes, antes de tudo, como morreu, para fazer bem ressaltar certos trechos e particulares que serão mais tarde contados, de sua bela obscuridade. Narremos os fatos.

Nós tínhamos tratado de encontrarmo-nos no terraço do Passeio Público, para ver certo matiz verde que o céu toma, às vezes, ao entardecer. Fui esperá-lo com pressa de conversar com ele e admirá-lo. Pouco olho o céu, quase nunca a lua, mas sempre o mar. Embora o não encontrasse logo, o espetáculo do mar distraiu-me. Mas contemos as coisas por miúdo.

Quando cheguei ao terraço do Passeio, já os morros de Jurujuba e de Niterói haviam perdido o violeta com que eu os vinha vendo cobertos pela viagem de bonde afora; sobre a Armação, porém, pairava ainda o jorro de densas nuvens luminosas, por onde, nas oleografias devotas, acostumamos a ver surgir os santos e anjos da nossa fé.

Fazia uma tarde dúbia, de luz irregular e ameaçando tempestade; mas, a minha secreta correspondência com o meio avisara-me que não choveria.

Chegado que fui, sentei-me a um banco embutido no muro, bem defronte a uma das novas escadarias que levam à gabada Avenida “Beira-Mar”. Em seguida puxei um cigarro e pus-me a fumá-lo com paixão, olhando as montanhas do fundo, afogadas em nuvens de chumbo; e, engastado na barra de anil, um farrapo de púrpura, que se estendia por sobre os ilhotes de fora da baía.

Considere também a calma face da Guanabara, ligeiramente crispada, mantendo certo sorriso simpático na conversa que entabulara com a grave austeridade das serras graníticas, naquela hora de efusão e confiança.

Villegagnon boiava na placidez das águas, com seus muros brancos e suas árvores solitárias.

Notei então o acordo entre o mar e as serras. O negro costão do Pão de Açúcar dissolvia-se nas mansas ondas da enseada; e da mágoa insondável do mar, se fazia a tristeza da Boa Viagem.

Transmutavam-se naturalmente e tocavam-se amigavelmente.

O mar espelhejante e móvel realçava a majestade e a firmeza da serra e, em face da sua suntuosidade, por vezes conselheiral, o sorriso complacente do golfo tinha uma segurança divina.

O poeta tinha razão: era verdadeiramente a grandiosa Guanabara que eu via!

A Glória, do alto do outeiro, com seu séquito de palmeiras pensativas, provocou-me a pensar e rememorar minha vida, cujo desenvolvimento — conforme o voto que os meus exprimiram no meu batismo — se devia operar sob a alta e valiosa proteção de Nossa Senhora da Glória. E, quando alguma coisa nos recorda essa apagada e augusta cerimônia, vem à lembrança fatos passados, cuja memória vamos perdendo.

Claro é que não tentei ver se já tinha atingido à altura em que plana minha sagrada Madrinha. Era de esperar que estivesse mais próximo e, se ainda não estou, nem a milésimo do caminho, nunca mais lá chegarei... Não tive desgosto; dei como um desvio de sentimento, procurando ver como minha vida desenvolvera, segundo as obscuras determinações do fragmento do planeta, em que nascera. Durante meia hora fiz um detido exame dos meus atos passados e fui colhendo as suas analogias com o meu ambiente pátrio.

Tinha sido vário em seus aspectos e descuidoso com a irregularidade do meu solo natal. Sorrira com a baía, entre triste e alegre; e tive debaixo desse sorriso uma réstia de energia daquelas rochas antiquíssimas.

Diante da Serra dos Órgãos, cujo grandioso anseio de viver em Deus fui sentido desde menino, aprendi a desprezar as fofas coisas da gente de

consideração e a não ver senão a grandeza de suas inabaláveis agulhas que esmagam a todos nós.

Fui bom e tolerante como o mar da Guanabara, que recebe o bote, a canoa, a galera e o couraçado; e, como ela, tranquila sob a proteção de montanhas amigas, fiz-me seguro à sombra de desinteressadas amizades.

Quis viver muito, tive ímpetos e desejos, nas suas manhãs claras de maio, mas o sol causticante do seu verão ensinou-me (antes que M. Barrès mo dissesse) a sofrer com resignação e a me curvar aos ditames das coisas, sempre boas, e dos homens, às vezes maus.

Saturei-me daquela melancolia tangível, que é o sentimento primordial da minha cidade. Vivo nela e ela vive em mim!

E assim, fui sentindo com orgulho que as condições de meu nascimento e o movimento de minha vida se harmonizavam — umas supunham o outro que se continha nelas; e também foi com orgulho que verifiquei nada ter perdido das aquisições de meus avós, desde que se desprenderam de Portugal e da África. Era já o esboço do que havia de ser, de hoje a anos, o homem criação deste lugar. Por isso, já me apoio nas coisas que me cercam, familiarmente, e a paisagem que me rodeia, não me é mais inédita; conta-me a história comum da cidade e a longa elegia das dores que ela presenciou nos segmentos de vida que precederam e deram origem à minha.

Que me importavam os germanos e os gregos! O Estado e a arte! Outras gentes que não compreendo, nem os seus sonhos que resultaram nestas duas tiranias!

Sonho também por minha conta, ao jeito dos meus mortos; e os meus sonhos são mais belos porque são imponderáveis e fugazes...

A esse tempo, passava, olhando tudo com aquele olhar que os guias uniformizaram, um bando de ingleses, carregando ramos de arbustos — vis folhas que um jequitibá não contempla!

Tive ímpetos de exclamar: doidos! Pensam que levam o tumulto luxuriante da minha mata, nessa folhagem de jardim!

Façam como eu: sofram durante quatro séculos, em vidas separadas, o clima e o eito, para que possam sentir nas mais baixas células do organismo a beleza da senhora — a desordenada e delirante natureza do trópico de Capricórnio!... E vão-se, que isto é meu!

Logo me recordei, porém, dos meus autores — de Taine, de Renan, de M. Barrès, de France, de Swift, e Flaubert — todos de lá, mais ou menos da terra daquela gente! Lembrei-me gratamente de que alguns deles me deram a

sagrada sabedoria de me conhecer a mim mesmo, de poder assistir ao raro espetáculo das minhas emoções e dos meus pensamentos.

Houve em mim, por essa ocasião, um indizível reconhecimento sem limites... Olhei com veneração aquela parva gente, em homenagem aos de seu sangue que me educaram e me fizeram saber que eu, burro ou genial, sábio ou néscio, influo poderosamente no mecanismo da vida e do mundo.

Humilhado, abaixei a cabeça... O meu velho amigo chegava; a tarde, porém, não nos fora favorável e não nos dera o espetáculo que esperávamos.

Ficamos durante algum tempo a conversar no terraço do tradicional jardim público.

Gonzaga me disse, ao ver passar ainda outro bando de britânicos:

— Não posso suportar esses ingleses! Que pressa têm em andar! A tarde assim mesmo não está de afugentar... Andem devagar, devagarinho... Não se corre nem para a morte a quem amo... Vamos jantar em casa, embora minha tia não esteja em casa.

Eu tinha vinte anos e um louco sonho de ser diretor. Arrepiaram-se-me os cabelos diante daquela invocação da morte...

Aceitei o convite, apesar de tudo.

— Vamos a pé e pelo caminho mais longo.

Dirigimo-nos pelos Barbonos para aquelas veneráveis azinhagas de aldeola italiana, que levam à Santa Teresa. Nada me dizia; pouco depois, porém, passamos diante de um casarão brutal. Gonzaga me perguntou, apontando o convento de Santa Teresa:

— Sabes quem mora ali?

— Freiras.

— Mora também um conde, e creio que princesas.

— Mortas?

— Sim, mortos! Vês lá o sinal da morte?

— Não; está sorridente e alegre.

— E este casarão ali?

— Está aqui, está desabando.

— Morto, não é? Sabes por quê? Porque não guarda nenhum morto.

Continuamos a subir.

Ao chegar ao jardim de sua casa, que olhava para a Lapa, para a Glória, para a Armação, para Niterói, contemplou o mar insondável, abaixou-se para colher uma flor que me oferecera, mas caiu, e morreu. Foi assim. Dias depois da morte do meu amigo, com título de “O inventor e a Aeronave”, entre os

papéis desencontrados que ele me legou com os seus livros, encontrei uma folha de almaço, escrita de um lado e de outro. Li-a e verifiquei que se tratava de uma narração completa. Embora não dê ela toda a medida do espírito e da concepção do mundo do meu saudoso amigo, eu a publico para que aqueles que não o conheceram possam de algum modo apreciar o meu camarada intelectual e mestre, cujos julgamentos e opiniões sobre os homens e as coisas muito influíram para a escolha dos caminhos que a minha atividade mental tem trilhado.

Gonzaga era desses homens cujo pensamento se transmite mal pelo escrever ou por outro instrumento qualquer de comunicação criado pela nossa humanidade. A sua inteligência não sabia dar logo um pulo da cabeça para o papel; e só a sua palavra viva, assim mesmo em palestra camarária, era capaz de dizer dele tudo o que lhe era próprio e profundamente seu.

Contudo, como já disse, vou publicar a página de almaço encontrada por mim, entre os papéis que ele me deixou, no fito de dar uma módica ideia do que verdadeiramente era o meu velho Gonzaga de Sá, oficial da Secretaria dos Cultos. Ei-la:

“Desde dez anos não havia segundo em que ele não pensasse na máquina. Às vezes, sobre as folhas do Canson, tanto se demorava a riscar e a traçar que não chegava bem a compreender como passara da treva da noite para a claridade da manhã. Folhas e folhas de papel, outras vezes, amontoava com cerradas equações e outras expressões algébricas; e, nas horas de descanso, passeando os olhos distraídos por elas, apareciam-lhe diante deles, com as suas rebarbativas letras gregas — os “fi”, os “mi”, os “gama”, os “pi”, aqueles minúsculos caracteres ligeiros e de curvas sutis, como pelotões de tênues pensamentos que as “integrais” faziam avançar em fileiras disciplinadas, marchando para frente, para frente... Consultava revistas, tratados, compêndios; folheava-os bem e, noites e noites, com os pés n’água para afastar o sono, ficava sobre as suas páginas a ler, a comparar um com o outro, a cotejá-los inteiramente absorvido no ensino deles, a meditar, a adivinhar neles os impossíveis para o seu aparelho e a perscrutar os obstáculos que devia vencer, e as leis a que se devia curvar.

Afinal um belo dia, depois de um longo trabalho de horas a fio, ele apareceu no papel, maravilhosamente desenhado a cores; e ali, o inventor o remirou muitas vezes, alongou mais uma linha, amaciou mais uma aresta ou uma ligação e, por fim, teve a máquina completa, perfeita, tal e qual a ideia que trazia em mente e se fora fazendo em poucos, dia a dia, durante uma gestação de vinte anos.

Descansou nesse dia feliz e sem igual.

Pôde dormir um largo e profundo sono reparador e tranquilo; mas, já no dia seguinte, meditava sobre os materiais com que devia construí-la. Considerou a resistência de cada um, o peso específico, o custo — tudo ele levou em linha de conta com sagacidade e sapiência.

Combinou uns com os outros, considerando as suas qualidades, as suas vantagens e defeitos, tendo sempre em mira o efeito que desejava; escolheu motores, delicados engenhos de força e pequenez; e partiu, com todo esse pensamento metuculoso e sério, para a oficina onde ia construir o seu aparelho de voar.

Nem um momento das horas de trabalho, arredou o pé de junto aos operários; de cada peça, seguiu todas as operações de sua construção; de quando em quando as pesava e ordenava limar, poli-las mais, para que tivessem exatamente o peso, calculado com a aproximação de miligramas. Não havia parafuso que ele não visse bem o passo de modo que uma diferença maior ou menor não fosse perturbar a rigidez do sistema e fazer falhar o que esperava do seu invento. Ficou pronto, e lindo, e alígero que nem uma libélula.

Iria subir, iria remontar os ares, transmontar cordilheiras, alçar-se longe do solo, viver algum tempo quase fora da fatalidade da terra, inebriar-se de azul e de sonhos celestes, nas altas camadas rarefeitas...

A experiência seria de manhã e, a noite toda, não dormiu como se, no dia seguinte, fosse se encontrar com o amor que sonhou e, para realizá-lo agora, tinha aguardado muitos anos de angústia e de esperança.

Veio a aurora e ele a viu, pela primeira vez, com um interessado olhar de paixão e de encantamento. Deu a última demão, acionou manivelas, fez funcionar o motor, tomou o lugar próprio... Esperou... A máquina não subiu.”

Eis o que havia na folha amarelecida de almanaque encontrada por mim, no ano passado, entre os papéis que Gonzaga de Sá me deixou.

Não compreendi imediatamente a significação dessa fantasia; mas, referindo a este e aquele aspecto de sua vida entendi bem que ele queria dizer que o Acaso, mais do que outro qualquer Deus, é capaz de perturbar imprevisivelmente os mais sábios planos que tenhamos traçado e zombar da nossa ciência e da nossa vontade. E o Acaso não tem predileções...

II

PRIMEIRAS INFORMAÇÕES

Manuel Joaquim Gonzaga de Sá era bacharel em letras pelo antigo Imperial Colégio Dom Pedro II.

Possuía boas luzes e teve sólidos princípios de educação e instrução. Conhecia psicologia clássica e a metafísica de todos os tempos. Comparava opiniões do Visconde de Araguaia com as do Senhor Teixeira Mendes.

Sua história sentimental é limitada. Não foi casado, esqueceu-se disso; embora tivesse amado duas vezes: a primeira, a filha de um visconde, num baile de um marquês; a outra, uma sua lavadeira, não sabe em que ocasião.

Ele mesmo me disse, como devem estar lembrados.

Seguindo o seu favorito método introspectivo, analisou detidamente as duas emoções e, ao cabo de detalhada análise, achou-as idênticas em si mesmas e nas aparências.

Aliava a tudo isso, uma estoica despreocupação da notoriedade, ou melhor, da posição fácil e barulhenta. Filho de um general titular do Império, podia ser “muita coisa”; não quis. Era preciso ser doutor, formar-se, exames, pistolões, hipocrisias, solenidades... Um aborrecimento, enfim... Não quis; fez-se praticante e foi indo. Foi empregado assíduo e razoável trabalhador. A República veio encontrá-lo quase só na seção, redigindo um decreto do Defensor Perpétuo e, ao lhe avisarem: “Seu” Gonzaga, hoje não se trabalha; o Deodoro, de manhã, proclamou a República do Campo de Sant’Ana:

— Mas qual? — perguntou.

As suas reminiscências de história não lhe davam de pronto a ideia nítida do que fosse república. Sabia de tantas e tão diferentes, que a sua pergunta não foi afetada. Contou-me ele que, na própria manhã de 15 de novembro, estivera lendo o seu Fustel de Coulanges, justamente no ponto referente à significação aristocrática do tratamento cidadão.

Deve causar surpresa a quem ler estas linhas, o fato de Gonzaga de Sá, oficial da Secretaria dos Cultos, ter comércio com autores dessa ordem.

Há muita gente que, sem queda especial para médico, advogado ou engenheiro, tem outras aptidões intelectuais, que a vulgaridade do público brasileiro ainda não sabe apreciar, animar e manter. São filósofos, ensaístas, estudiosos dos problemas sociais e de outros departamentos da inteligência, para os quais a nossa gente que lê, não se voltou e de que são amadores poucos da *élite*, e sem eco na nação, em virtude dessa pasmosa diferença de nível que há entre a inteligência dos grandes homens do Brasil e da sua massa legente.

Certos de que as suas aptidões não lhes darão um meio de vida, os que nascem tão desgraçadamente dotados, se pobres procuram o funcionalismo, fugindo ao nosso imbecil e botafogano doutorado. Não são muitos; são raros em cada repartição, mas consideráveis em todo o funcionalismo federal.

Em começo, procuram-no com o fim de manter a integridade do seu pensamento, de fazê-lo produzir, a coberto das primeiras necessidades da vida; mas, o enfado, a depressão mental do ambiente, o afastamento dos seus iguais e o estúpido desdém com que são tratados, tudo isso, aos poucos, lhes vai crestando o viço, a coragem e mesmo o ânimo de estudar. Com os anos, esfriam, não leem mais, embotam-se e desandam a conversar.

Eu me dei com um escriturário que conhecia o zende, o hebraico, além de outros conhecimentos mais ou menos comuns.

Seu pai, que tivera fortuna, mandou-o para a Europa muito moço, pelos quatorze anos.

Lá, onde se demorara perto de dez anos, apaixonou-se pela crítica religiosa e estudou com afincos estas antigas línguas sagradas. Perdendo a fortuna, voltou e viu-se, com tão inestimável sabedoria, nas ruas do Rio de Janeiro, sem saber o que fizesse dela.

Nesse tempo, o folhetim estava na moda, e a repetição de umas coisas vulgares de matemática.

O futuro escriturário não dava para o rodapé; declarou-se “besta”, e fez um concursozinho de amanuense, e foi indo.

Ficou como um escolar que sabe geometria, a viver numa aldeia de gafanhotos; e, quinze anos depois, veio a morrer, deixando grandes saudades na sua repartição. Coitado, diziam, tinha tão boa letra!

Gonzaga de Sá não possuía qualquer sabedoria excepcional, mas tinha em compensação vistas suas e próprias; e, demais, sobre o tal escriturário, apresentou-se com maior força de inteligência, tendo resistido à depressão mental do ambiente da Secretaria dos Cultos, à qual, como à de todas as secretarias, poucos resistem.

Certa vez, ele me explicava, de um modo qualquer, algumas considerações suas a respeito do sentido da civilização na América do Sul, e eu lhe perguntei:

— Por que o senhor não publica isso?

Ainda o tratava por senhor, e só muito mais tarde, creio que um ano depois, vim a tratá-lo por você e tu.

— Deus me livre! E os jornais?

Não acreditei fosse esse temor pueril, que lhe obstava de publicar-se; devia haver outro motivo mais profundo e significativo.

A sua ânsia e a sua febre de conhecimentos, tais como via nele, sempre a par do movimento intelectual do mundo, fazendo árduas leituras difíceis, deviam procurar transformar-se em obra própria, tanto mais que não era um repetidor e sabia ver fatos e comentar casos a seu modo.

Creio que fizera os seus planos, pois que, apesar de remediado e seguro do emprego, não se deixou cevar, pensou sempre e o seu pensamento estava sempre vivo e ágil, embora, quando o conheci, já tivesse passado dos sessenta. Não ruminava.

Ao contrário, nunca cessou de aumentar a sua instrução, limando-a, polindo-a, estendendo-a a campos longínquos e áridos. Para que seria esse trabalho senão para criar?

É verdade que se podia atribuir ao seu gosto pessoal, perfeitamente desinteressado nas coisas de pensamento, sem objetivo ou tenção de obra ou lucro de qualquer natureza.

Mais tarde, porém, fiquei perfeitamente certo de que era só curiosidade intelectual, que o animava e mantinha nas suas leituras árduas, mesmo porque não se podia encontrar outra espécie de explicação, à vista da obscuridade a que se havia voluntariamente imposto.

Ele, como Mérimée, não tinha a quem oferecer colares de pérolas. Gonzaga, solitário, sem filhos, membro de família a extinguir-se, a quem iria dar a sua glória?

Deixando de seguir um curso profissional qualquer, foi como se fugisse aos programas, para ler com mais ordem e método os autores, ao jeito de quem vai escrever uma memória ou um Félix Alcan, de sete francos e cinquenta. Fez o seu curso à antiga, em matérias isoladas, abandonando o seriado das universidades medievais, tradição que, dominando nas nossas faculdades, faz estabelecer os mais absurdos encadeamentos de matérias e disciplinas nos seus anos ou séries.

Gostava Gonzaga de Sá muito de revistas. A variada instrução que recebeu, e o seu gosto policrômico permitiam-lhe seguir, sem esforço, a anarquia dos seus artigos. Assinava a *Revue*, o *Mercure*, a *Revue Philosophique*; mas, de todas, a *Revue des Deux Mondes* é a que mais queria e citava.

Não apreciava as nossas, muito *chics*, disse-me ele. Abria, entretanto, exceção para as obscuras e para os jornais ilustrados meteóricos. Havemos de saber mais tarde a sua opinião a respeito.

Pelo livro, acompanhava o movimento das letras pátrias, com vivo interesse, mas sem paixão.

Lia o *Figaro* e repetia, em francês e de cor, várias pilhérias do *Masque de Fer*.

.....

Nos meus primeiros encontros e com ajuda de informações daqui e dali, foi o que logo percebi em Gonzaga de Sá. Durante meses tive dele esses croquis; mais tarde as linhas se foram firmando, o perfil ressaltando, e obtive, segundo creio, um razoável retrato.

Não convém, porém, deixar de contar as primeiras *boutades* que ouvi dele.

Contá-las-ei ao correr deste despretenso esboço de sua biografia.

Contudo, vou narrar uma delas que me pareceu engraçada.

III

EMBLEMAS PÚBLICOS

A nossa insuficiência nas artes do desenho é manifesta. Não pecará tanto quanto à execução, mas no que toca à imaginação criadora é coisa que não se discute. As armas dos nossos Estados, das nossas cidades, o cunho das nossas moedas, são uma prova disso.

Não posso abrir o *Almanaque Garnier* e ver-lhe os mapas das nossas províncias, com os respectivos emblemas heráldicos, que não fique horripilado com aqueles bonecos que ladeiam uns escudos estrambóticos, cheios de montanhas e leiteiros, além de arvoredos e papagaios — tudo o que pode vir de mais extravagante e hediondo à cabeça de um sujeito doido e menos artista deste mundo.

As armas da República então! São de uma inépcia estonteadora. Aquele espadagão! Aquele fitão! Que coisas, meu Deus!

A não ser o brasão d'armas da cidade do Rio de Janeiro, que é de fato elegante, bem proporcionado, heráldico, significando a cidade, poucos dos nossos emblemas públicos se podem salvar de um inteiro naufrágio na fealdade e na mais completa cretinice.

Como são diferentes dos coloniais! Basta a esfera armilar, atravessada pela cruz de Malta — símbolo do Reino do Brasil —, outorgado não sei por que rei de Portugal, para mostrar como naqueles tempos havia mais gosto do que hoje, nas altas regiões.

Gonzaga de Sá disse-me isto certa vez, no Largo do Paço, olhando o chafariz do Mestre Valentim. Depois continuou:

— Este chafariz é feio, é massudo; mas a esfera armilar que o encima, dá-lhe certa grandeza, certa majestade... Mas já foi bonito...

— Quando?

— Quando o mar chegava-lhe aos pés. Ele tinha essa moldura, ou melhor, esse *repoussoir*, e possuía certa beleza. Eu ainda o conheci assim...

Vinha a noite e ela caiu toda negra sobre nós.

Nós, então, sentimos as nossas almas inteiramente mergulhadas nas sombras e os nossos corpos a pedir amor. Calamo-nos e olhamos um pouco as estrelas no céu escuro.

O jardim ia-se povoando de marítimos cansados e as mulheres, raparigas de condição modesta e íntima passavam apressadas e desconfiadas.

— Por que razão, Machado, todas as mulheres nesta terra têm medo dos homens? — perguntou-me Gonzaga.

— É porque os homens não são bons.

— Eu creio que sim. Aqui, não é a mulher que quer enganar o homem; é este que quer enganar a mulher.

— Penso como o senhor, e a prova está no noticiário dos jornais. São os amantes que roubam às amantes; são os maridos que fazem passar para as suas algibeiras os dotes das mulheres; são os pais que fraudam as “legítimas” das filhas; são os irmãos que furtam as joias das irmãs; e é o que vem à tona!

— À vista disto, o adultério não vale nada. Vamo-nos.

Saímos do jardim e tratei de ir para a casa escrever umas cartas aos parentes, em Minas; e, quando, ao dia seguinte, para enviá-las, entrei no correio, precisando endireitar um endereço, fui a uma das mesinhas, onde se encontram grossas penas e tinta rala. Todas estavam tomadas; fiquei então à espera junto a uma delas. Reparando melhor, verifiquei que o ocupante era Gonzaga de Sá. Não escrevia, olhava alguns selos espalhados sobre a mesa.

— Oh! Senhor Gonzaga de Sá, ande!

— Tu!

— À sua espera.

— Já viste os novos selos? Não te falei ontem em emblemas? Viste?

— Alguns.

— É bom ver. Tenho aqui de dez réis, vinte, cinquenta, cem, duzentos e quatrocentos.

— O senhor faz coleção?

— Não. Amo os homens ilustres e os selos trazem as efígies de alguns deles. Temos aqui: Aristides Lobo, Benjamim Constant, Pedr'Álvares, Wandenkolk, Deodoro e Prudente.

— Ideia feliz!

— Pena é que, ao lado, não tragam alguns dados biográficos, para que os pósteros saibam quem foram; e boas sentenças morais, para edificação dos contemporâneos e dos pósteros.

— A ideia é excelente.

— Teríamos, assim, o *Plutarco Brasileiro* em franquias postais. Embora sem isso, provocam reflexões, estes selos. Quando olhares em Aristides Lobo, dez réis, dirás lá contigo: está aí um homem que nasceu para dez réis, o que não aconteceu com Benjamim, que chegou a vintém. Felizardo! Vá que recebes uma carta urbana. Lá vem Wandenkolk, cor de telha, cem réis. Pensarás de ti para ti: como foi longe! E não é tudo... Se ao mesmo tempo tivermos um Deodoro, verdoengo, duzentos réis, um Prudente, acinzentado, quatrocentos réis, e um Pedr'Álvares, só cinquenta réis; e os outros? Eis aí como estava a pensar sobre os selos, e pensar sobre selos é dos mais modestos propósitos intelectuais. Não te parece?

— De fato.

— Bem! Escreve a tua carta.

IV

PETRÓPOLIS

Gonzaga de Sá dizia-me:

— A mais estúpida mania dos brasileiros, a mais estulta e lorpa, é a da aristocracia. Abre aí um jornaleco, desses de bonecos, e logo dás com uns clichês muito negros... Olha que ninguém quer ser negro no Brasil!... Dás com uns clichês muito negros encimados pelos títulos: “Enlace Sousa e Fernandes”, ou “Enlace Costa e Alves”. Julgas que se trata de grandes famílias nobres? Nada disso. São doutores arrivistas, que se casam muito naturalmente com filhas de portugueses enriquecidos. Eles descendem de fazendeiros arrebetados, sem nenhuma nobreza e os avós da noiva ainda estão à rabiça do arado na velha gleba do Minho e doidos pelo caldo de unto à tarde. Sabes bem que não tenho superstição de raça, de cor, de sangue, de casta, de coisa alguma. Para mim, só há indivíduos, e eu, mais do que ninguém, pois descendo dos Sás que fundaram esta minha cidade, podia tê-las. Mais sei o que era necessário para tê-las. Precisava, para me considerar nobre, que meus avós tivessem obedecido a todas as regras da nobreza. Eles se casaram em toda a parte, eles nunca se importaram com os seus forais, agora vou eu tolamente gritar por aí, pela rua do Ouvidor: eu sou Sá nobre, fidalgo, escudeiro, etc., pois descendo de Salvador de Sá etc. Isto digo eu que sou Sá!... Agora imagina tu um Fernandes aí qualquer com tais prosápias! Uma instituição só é válida quando é mantida com as suas leis — os nobres aqui degradaram-se porque não respeitaram as regras da linhagem... Sabes bem o que quer dizer “degradar” nos códigos de nobreza?

— Sei! É voltar, por inobservância de disposições deles, ao terceiro estado, onde, para a verdadeira nobreza, está incluída a burguesia. Os Colberts, os antepassados dos grandes ministros...

— Degradaram-se voluntariamente, para ser tapeceiros em Lyon, creio eu — concluiu o meu amigo.

Eram quatro horas e nós tínhamos vindo por deleite até o Pedregulho. Ao olhar, lá para as bandas do Jóquei, a estação da Leopoldina, Gonzaga lembrou:

— Vamos ao Engenho da Penha?

— Onde é?

— Vocês só conhecem a Tijuca e o Botafogo. O Rio tem mais coisas belas... É ali.

E apontou para o lado dos Órgãos. Continuou depois:

— Fica à margem de um canal, de cerca de duas milhas, que separa a Ilha do Governador de terra firme. Parece um rio quando se o vê escorrer mansamente, por entre as terras próximas, singrado de botes, de “perus”, de canoas, de faluas cujas velas a viração enfuna amorosamente e os impele devagar... Defronte, fica o Galeão, da Ilha do Governador, e o Fundão, uma outra ilha, povoados ambos os lugares de mangueiras maravilhosas... Imagina tu que, afora as que o raio pôs abaixo, as do Galeão são algumas dezenas em quadrilátero e viram Dom João VI... A enfermaria de loucos que elas ensombram majestosamente, foi casa de residência do rei simplório e infeliz... Vamos!

Tomamos o trem. Era um dos de Petrópolis. Ia cheio dos tais de que me falava ainda havia pouco Gonzaga. Compramos primeira classe para Bom Sucesso, mas passamos logo para a segunda. O meu amigo adquiriu um jornal e pôs-se a ler. Fiquei olhando a paisagem de mangues, desoladora, desanimadora.

Chegamos. Saltamos, fomos a um botequim, servimo-nos de cerveja e Gonzaga entimou-me:

— Tens que andar um pouco a pé... Lá diz La Fontaine: *“Aucun chemin de fleurs ne conduit à la gloire”*...

— Vamos! — disse eu.

Um pouco longe do botequim, ele me fez parar e falou-me assim:

— Fugi dessa gente de Petrópolis, porque, para mim, eles são estrangeiros, invasores, as mais das vezes sem nenhuma cultura e sempre rapinantes, sejam nacionais ou estrangeiros. Eu sou Sá, sou o Rio de Janeiro, com seus tamoios, seus negros, seus mulatos, seus cafuzos e seus “galegos” também...

Continuamos a andar e logo depois retomou a palavra com a doçura habitual.

— Já reparaste que não há nada mais cediço que as notícias de Petrópolis?

— Quase não as leio — respondi.

— Fazes mal; é preciso que nos preocupemos com as culminâncias de nós mesmos... Não te patenteias? Interessa-te por Petrópolis, homem!... Insignificantes, embora, merecem atenção as notícias de lá... É só quem “sobe” quem “desce”, não há dúvida!... Não censuro um cronista mundano que se preocupa com quem “sobe”, mas com quem “desce”! Não é muito lá seu ofício; deixe isso para a Irmã Paula... E não é só isso! O pior é que são notícias iguais às de qualquer lugar, vulgares, chatas... Que pobreza!...

— Que espécie de notícias queria o senhor?

— Eu?

— Escândalos mundanos?

— Qual! É vulgar! Queria reformas, revoluções, inversões nos valores chiques.

— Como?

— Imagina tu que um ousado filósofo do *Manual da Civilidade*, espécie zoológica que deve florescer na bela cidade da serra, lembra-se de inverter o consagrado no *Don't*; e que, aceitando as suas audazes ideias, a sociedade petropolitana se obriga a nos vir dizer, com grave escândalo para a Cidade Nova e Catumbi, a seguinte delícia: agora, em Petrópolis, come-se com a faca e os casamentos são feitos em “pijama”. Oh! Gozo! Demais, tudo tem sido invertido, baralhado, passado do branco para o preto, só o *savoir vivre* mantém-se no mesmo!... Não é possível! Exige-se uma inversão em tão transcendentes regras, não achas?

— É certo; mas a culpa então não é do noticiarista; é de Petrópolis.

— Por quê?

— Não tem história e pouca fantasia.

— Gente feliz!

Por esse tempo desembocávamos diante do mar. Tínhamos atravessado pequenas plantações de aipim, batata-doce, abóbora; a estrada era aqui, ali ladeada de capinzais e cercas de maricá. No alto de um morro, lavravam e quem guiava os bois era uma rapariga portuguesa, que tinha um grande chapéu de palha de coco e um lenço vermelho de Alcobaça ao pescoço. O mar...

Parecia mesmo um rio. Na frente, margem esquerda, o manicômio com suas vetustas mangueiras joaninas e o seu campo liso e arenoso. Um ilhote ficava no meio do canal e tinha ainda em pé as paredes de um sobrado. Perguntei o que era aquilo a Gonzaga.

— É o Cambambe. Aquelas paredes foram de um sobrado em cujo andar térreo havia uma venda.

— Ali? Para que?

— Antes das estradas de ferro, as comunicações com o interior se faziam pelo fundo da baía, por Inhomirim, porto da Estrela, hoje tapera; e daí até ao cais dos Mineiros, em faluas que passavam por aqui. Os tripulantes destas é que sustentavam a venda que existiu há cinquenta anos naquele ilhéu sem uma árvore.

Gonzaga lembrou-me depois que Estácio de Sá viera a morrer do ferimento por frecha, recebido em combate, naquela Ilha do Governador, que estava ali, na minha frente.

Olhei o canal, segui com o olhar as mangueiras centenárias do Galeão, demorei-o sobre as paredes enegrecidas do ilhote; e, quando pousei os olhos nas águas mansas do canal, como que vi as canoas de Estácio de Sá com os seus frecheiros e mosqueteiros deslizarem, levando o conquistador para a morte...

V O PASSEADOR

O que maravilhava em Gonzaga de Sá era o abuso que fazia da faculdade de locomoção. Encontrava-o em toda parte, e nas horas mais adiantadas. Uma vez, ia eu de trem, vi-o pelas tristes ruas que marginam o início da Central; outra vez, era um domingo, encontrei-o na Praia das Flechas, em Niterói. Nas ruas da cidade, já não me causava surpresa vê-lo. Era em todas, pela manhã e pela tarde. Segui-o uma vez. Gonzaga de Sá andava metros, parava em frente a um sobrado, olhava, olhava e continuava. Subia morros, descia ladeiras, devagar sempre, e fumando voluptuosamente, com as mãos atrás das costas, agarrando a bengala. Imaginava ao vê-lo, nesses trejeitos, que, pelo correr do dia lembrava-se do pé para a mão: como estará aquela casa, assim, assim, que eu conheci em 1876? E tocava pelas ruas em fora para de novo contemplar um velho telhado, uma sacada e rever nelas fisionomias que já mais não são objeto... Não me enganei. Gonzaga de Sá vivia da saudade da sua infância gárrula e da sua mocidade angustiada. Ia em procura de sobrados, das sacadas, dos telhados, para que à vista deles não se lhe morressem de todo na inteligência as várias impressões, noções e conceitos que essas coisas mortas sugeriram durante aquelas épocas da sua vida. Entendi que havia nele uma parada de sentimento e que o volumoso caudal, de encontro ao dique incógnito, crescera com os meses, com os anos, subira muito, e se extravasara pelas coisas, pelo total de vivo e de morto que lhe assistia viver. Um dia faltou à repartição (contou-me isso mais tarde) para contemplar, ao sol do meio-dia, um casebre do Castelo, visto cinquenta e tantos anos atrás, em hora igual, por ocasião de uma “gazeta” da aula primária. Pobre Gonzaga! A casa tinha ido abaixo. Que dor! Assim, vivendo todo o dia nos mínimos detalhes da cidade, o meu benévolo amigo conseguira amá-la por inteiro, exceto os subúrbios, que ele não admitia como cidade nem como roça, a que amava também com aquele amor de coisa d’arte com que os habitantes dos grandes centros prezam as coisas do campo. Desse modo era um gosto ouvi-lo sobre as coisas velhas da

cidade, principalmente os episódios tristes e pequeninos. Com uma memória muito plástica, de uma exatidão relativa mas criadora, ele não tinha securas de foral, de cartas de arrendamento ou sesmaria, nem tinha inclinação por tais documentos; e animava a narração pontilhando-a de graça, de considerações eruditas, de aproximações imprevistas. Era um historiador artista e, ao modo daqueles primevos poetas da Idade Média, fazia história oral, como eles faziam as epopeias. Das coisas, dois ou três aspectos feriam-no intensamente e sobre eles edificava uma outra mais bela e viva. Certa vez, não sei a que propósito, lembrei-me de observar ao meu amigo o seguinte:

— Este Rio é muito estrambótico. Estende-se pra aqui, pra ali; as partes não se unem bem, vivem tão segregadas que, por mais que aumente a população, nunca apresentará o aspecto de uma grande capital, movimentada densamente.

Ele me ouviu calado e depois me disse com aquela pausa de que dispunha certas vezes:

— Pense que toda cidade deve ter sua fisionomia própria. Isso de todas se parecerem é gosto dos Estados Unidos; e Deus me livre que tal peste venha a pegar-nos. O Rio, meu caro Machado, é lógico com ele mesmo, como a sua baía o é com ela mesma, por ser um vale submerso. A baía é bela por isso; e o Rio o é também porque está de acordo com o local em que se assentou. Reflitamos um pouco.

“Se considerarmos a topografia do Rio, havemos de ver que as condições do meio físico justificam o que digo. As montanhas e as colinas afastam e separam as partes componentes da cidade. É verdade que mesmo com os nossos atuais meios rápidos de locomoção pública ainda é difícil e demorado ir-se do Méier à Copacabana: gastam-se quase duas horas. Mesmo do Rio Comprido às Laranjeiras, lugares tão próximos na planta, o dispêndio não será muito menor. São Cristóvão é quase nos antípodas de Botafogo; e a Saúde, a Gamboa, a Prainha, graças àquele delgado cordão de colinas graníticas — Providência, Pinto, Nheco — ficam muito distantes do Campo de Sant’Ana, que está na vertente oposta; mas com aperfeiçoamento da viação, abertura de túneis etc., todos os inconvenientes ficarão sanados.

“Esse enxamear de colinas, esse salpicar de morros e o espinhaço da serra da Tijuca, com os seus contrafortes cheios de vários nomes, dão à cidade a fisionomia de muitas cidades que se ligam por estreitas passagens. A *city*, núcleo do nosso glorioso Rio de Janeiro, comunica-se com Botafogo, Catete, Real Grandeza, Gávea e Jardim Botânico, tão-somente pela estreita vereda que se

aperta entre o mar e Santa Teresa. Se quiséssemos fazer o levantamento da cidade com mais detalhes, seria fácil mostrar que há meia dúzia de linhas de comunicação entre os arrabaldes e o centro efetivo da cidade.

“É que o Rio de Janeiro não foi edificado segundo o estabelecido na teoria das perpendiculares e oblíquas. Ela sofreu, como todas as cidades espontâneas, o influxo do local em que se edificou e das vicissitudes sociais por que passou, como julgo ter dito já.

“Se não é regular com a estreita geometria de um agrimensor, é, entretanto, com as colinas que a distinguem e fazem-na ela mesma.

“Ao nascer, no topo do Castelo, não foi mais do que um escolho branco surgindo num revolto mar de bosques e brejos. Aumentando, desceu pela venerável colina abaixo; coleou-se pelas várzeas em ruas estreitas. A necessidade da defesa externa, de algumas forma, obrigou-as a ser assim e a polícia recíproca dos habitantes contra malfeitores prováveis fê-las continuar do mesmo modo, quando, de piratas, pouco se tinha a temer.

“O quilombola e o corsário projetaram um pouco a cidade; e, surpreendida com a descoberta das lavras de Minas, de que foi escoadouro, a velha São Sebastião aterrou apressada alguns brejos, para aumentar e espalhar-se, e todo o material foi-lhe útil para tal fim.

“A população, preguiçosa de subir, construiu sobre um solo de cisco; e creio que Dom João veio descobrir praias e arredores cheios de encanto, cuja existência ela ignorava ingenuamente. Uma coisa compensou a outra logo que a Corte quis firmar-se e tomar ares solenes...

“Quem observa uma planta do Rio tem de sua antiga topografia modestas notícias, define perfeitamente as preguiçosas sinuosidades de suas ruas e as imprevistas dilatações que elas oferecem.

“Ali, uma ponta de montanhas empurrou-as; aqui, um alagadiço dividiu-as em duas azinhagas simétricas, deixando-o intacto à espera de um lento aterro.

“Vamos às casas e aos bairros. Um observador perspicaz não precisa ler, ao alto, entre os ornatos de estuque, para saber quando uma delas foi edificada. Esse casarão que contemplamos a custo na rua da Alfândega ou General Câmara, é dos primeiros anos da nossa vida independente.

“Vêde-lhe a segurança ostensiva, como que quer parecer mais seguro que uma catedral gótica; a força demasiada das paredes, a espessura das portas... Quem a fez saía das lutas da Independência, do Primeiro Reinado, e vinha seguro de possuir uma terra sua para viver a vida eterna da descendência.

“O tráfico de escravos imprimiu ao Valongo e aos morros da Saúde alguma coisa de aringa africana; e a melancolia do cais dos mineiros é saudade das ricas faluas, peçadas de mercadorias, que não lhe chegam mais de Inhomirim e da Estrela.

“C’est le triste retour”...

“O bonde, porém, perturbou essa metódica distribuição de camadas. Hoje (ponho de parte os melhoramentos), o geólogo de cidades atormenta-se com o aspecto transtornado dos bairros. Não há terrenos mais ou menos paralelos; as estratificações misturam-se; os depósitos baralham-se; e a divisão da riqueza e novas instituições sociais ajudam o bonde nesse trabalho plutônico.

“No entanto, esse veículo alastra a cidade; mas serve aos caprichos de cada um, de forma a fazer o rico morar num bairro pobre e o pobre morar num bairro rico.

“O mal é o isolamento entre eles; é a falta de penetração mútua, fazendo que sejam verdadeiras cidades próximas, pedindo, portanto, órgãos próprios para levarem até aos ouvidos das autoridades as suas necessidades e os seus anseios, mas o aperfeiçoamento da viação sanará tudo isto.

“Mas, se a sua topografia criou essas dificuldades, deu à nossa cidade essa moldura de poesia de sonho e de grandeza. É o bastante!”

Não tive senão que lhe dizer que tinha toda a razão.

VI

O BARÃO, AS COSTUREIRAS E OUTRAS COISAS

Tendo aconchegado bem no duro banco, os seus vastos anos cheios de meditações e cisma, Gonzaga de Sá noticiou-me:

— O barão hoje de manhã recebeu um poeta.

— E daí?

— O poeta, extraordinariamente inquieto, visivelmente embaraçado, foi-lhe perguntar se devia grafar amor com maiúscula.

— E o Rio Branco?

— Que não era conveniente no meio do verso; mas, no começo, quase se impunha.

— Tenho satisfação em ver de que modo superior vai o barão influenciando nas nossas letras.

— E com espírito!... Ah! o barão!

Gonzaga de Sá não pôde deixar-se ficar no êxtase que esse título lhe provocava apesar de achar o Paranhos, como ele chamava às vezes o ministro, uma mediocridade supimpa, fora do seu tempo, sempre com o ideal voltado para as tolices diplomáticas e não com a inteligência dirigida para a sua época. Era um atrasado, que as ganâncias das gazetas sagrou e a bobagem da multidão fez um Deus. O que Gonzaga admira era o título dado pelo Imperador. Por essa ocasião, ao pensar eu nisto, repimpado em um luxuoso automóvel de capota arriada, passou, com o ventre proeminente atraído pelos astros, o poderoso ministro de Estrangeiros. Ao ver através das grades do jardim passar o barão, desdenhoso e enjoado, Gonzaga de Sá me disse:

— Este Juca Paranhos (era outro modo dele tratar o barão do Rio Branco) faz do Rio de Janeiro a sua chácara... Não dá satisfação à ninguém... Julga-se acima da Constituição e das leis... Distribui o dinheiro do Tesouro como bem entende... É uma espécie de Roberto Walpole... O seu sistema de governo é a corrupção... Mora em um palácio do Estado, sem autorização legal; salta por cima de todas as leis e regulamentos para prover nos cargos de

seu ministério os bonifrates que lhe caem em graça. Em falta de complicações diplomáticas, ele as arma, para mostrar o seu atilamento de Tayllerand, ou a sua astúcia bismarckiana. É um autócrata, um quediwa, porque “isto” é bem um futuro Egito... Ele estudou, é verdade, as nossas questões de limites, mas nunca falou no Joaquim Caetano, nem no velho Teixeira de Melo. Propositadamente, esqueceu-os; e fez que as gazetas os esquecessem também... Quando o Imperador leu o *L'Oyapock et l'Amazonie* de Joaquim Caetano, disse que o livro valia um exército de seiscentos mil homens. Ganha Juca a questão do Amapá, recebe dotação, pensão e os filhos também: entretanto a filha de Joaquim Caetano vive miseravelmente... É isto! Este Rio Branco é egoísta, vaidoso e ingrato... O seu ideal de estadista não é fazer a vida fácil e cômoda a todos; é o aparato, a filigrana dourada, a solenidade cortesã das velhas monarquias europeias; é a figuração teatral, a imponência de um cerimonial chinês, é a observância das regras de precedência e outras vetustas tolices versalhesas. Não é bem com Luís XIV que tem pontos de contato; ele imita Dom João V, sem Odíveas, talvez, mas o imita. Tivemos um cardeal por muito dinheiro. Foi uma espécie de sino monstro da Mafra, que era o orgulho do rei português.

Nós estávamos sentados num banco do Campo de Sant'Ana. Tínhamos marcado um encontro ali, para que ele me mostrasse onde ficava exatamente o “Teatro Provisório”. Depois de ter cumprido a promessa, deixamo-nos ficar sentados, apreciando a tarde e conversando.

Em dado momento surgiu, na nossa frente, uma “menina bonita”, acompanhada da notável complacência das velhas mães das “meninas bonitas”. Aqueles visitantes do Campo de Sant'Ana nos surpreenderam; e a “menina bonita”, lentamente, passou diante de nós, catando olhares nos escassos frequentadores daquele parque abandonado. Era ovelha tresmalhada; não pertencia ao grupo das que são vistas às vezes naquele jardim. Cheirava à rua do Ouvidor e ao balcão (bar) de Botafogo. Contudo, nem mesmo ao olhar decrépito de Gonzaga de Sá e ao meu estonteante de plebeísmo, ela perdoou. Levou-os para casa, quando desfilou diante de nós vagarosamente. Fiquei-lhe agradecido do fundo do coração...

— Até o dia de hoje — disse-me Gonzaga de Sá, ao perder as duas mulheres de vista —, em que já vou contando mais de sessenta anos de existência, eu me lastimo de não ter tido uma longa e perfeita intimidade com alguma costureira.

Eu, a quem a convivência com tão precioso e excepcional superior hierárquico permitira que se me penetrasse um pouco de seu feitio mental, pus-me doidamente a tirar conclusões daquele seu pequeno desgosto:

— Era de fato bastante instrutivo, pois ficarias (já o tratava por tu e você) admiravelmente apto para julgar a correção do corte dos vestidos das grandes damas com o que obterias um critério inerrável para estabelecer a escala de suas almas. De mais a mais, as condições do ofício devem dar às moças das oficinas uma forma de espírito especial e rara. Inconscientemente, hão de comparar a nudez das ancas e a frugalidade dos braços nus das suas ricas freguesas com o fascinador, retumbante e fornido aspecto que toma o corpo delas sob fazendas caras com acolchoados hábeis; hão de observar também a iníqua natureza dual das paixões que elas e as freguesas inspiram aos homens... Que influência maravilhosa, meu Deus! Exerce a cassa sobre os nossos sentimentos! Está aí uma pura questão de tecelagem, que provoca curiosas reações psíquicas! Tudo isso — continuei a dizer, com certo entusiasmo — há de romper em excelentes sarcasmos dignos do ouvido de uma alma magoada.

— Tens razão, menino. Com a tesoura do seu humilde ofício, criam a beleza das profissionais, donde: orgulho, que se choca com a percepção da sua real situação... daí o sarcasmo.

A mim surpreendera-me o jeito matemático que Gonzaga de Sá dava ao resumo das minhas palavras; mas bem cedo percebi que troçava, quando me disse com aquele seu meio sorriso cético:

— Estamos, pelo que vejo, fazendo uma pretensiosa meditação sobre a costureira. E não é sem importância — acrescentou logo o meu dorido amigo —, na nossa sociedade vestida, uma meditação sobre tão curioso agente, infinitesimal e ignorado, da grandeza e da majestade das altas camadas representativas. Para se verificar quanto a ação desses pálidos infusórios da sociedade é benéfica, alta e fecunda, basta supor por um instante todas as grandes damas dos *upper ten thousand*, malvestidas, simplesmente “ajambradas” ou nuas. Reduzida ao mínimo ou a nada, a sua beleza obumbrante, por inferência iríamos examinar os fundamentos da grandeza dirigente de seus maridos e pais. A crítica, com tal estímulo, estender-se-ia à massa por contágio, impregnada de um irrespeito anárquico e desmoralizante, faria a sociedade naufragar. De resto, não são precisas tantas justificativas; a ciência de hoje faz a corte aos infinitesimais, aos pequeninos... Está aí um ponto de contato entre os políticos de sufrágio universal e os homens de laboratório.

— Ponto de contato sobremodo honroso para ambos — disse eu então.

— Não era bem disso que eu queria falar — emendou Gonzaga de Sá com aquela sua voz pausada, cheia de mansuetude e bondade. — Eu lastimava não ter tido uma longa e perfeita intimidade com alguma costureira, pela razão de ter ficado até hoje ignorante dos atavios, das rendas, dos gêneros, espécies, raças e variedades dos chapéus e dos vestidos. Darwin sentiu durante toda a vida não ter aprendido álgebra; eu lastimo não conhecer a técnica da “Notre Dame”.

Ao me dizer Gonzaga de Sá que ignorava completamente tão transcendente departamento da vida; que não tinha as menores noções de conhecimento tão útil à filosofia das paixões, à ciência dos costumes e à análise das cristalizações sociais, diminuiu-se-me a admiração que eu lhe tinha e tão tumultuária se mostrava desde o início das nossas relações.

Gonzaga de Sá estava rebaixado a meus olhos. Platão não conhecer o vestuário das damas de Atenas — era possível? Como se saberão ao certo os fortes motivos da custosa nomeação de tal delegado ao Congresso da Repressão da Vadiagem dos Cães, na Itália, se não se souber com exatidão de que fazenda era a saia de *mlle*. Zedolin que dançou num baile chique e partiu para a Europa pouco antes daquela nomeação? Um vestido possui sempre um imenso poder vibratório na nossa sociedade; é um estado d'alma; é uma manifestação do insondável mistério da nossa natureza, a provocar outras em outros. E como Gonzaga de Sá, um sábio, um pensador, um sutil anotador da vida, não lhe tinha estudado a história natural?

— Enfim — disse-me ele —, pode parecer que naquela procura de fazendas, de rendas, naquele ajustamento torturado de panos às carnes, há o anseio de um ideal de plástica superior, etérea, imponderável, acima da grosseria dos nossos corpos terrestres; que há em tudo aquilo alguma coisa de desinteressado, de espontâneo, dela para ela; mas, qual! Sabes para que aquilo tudo?

— Para quê?

— Para arranjar um casamento, quatro filhos e criar um cavador a mais, malcriado, feroz e exigente. Ignóbil! Algumas ainda por cima, aprendem violino...

Foi então que me arrependi de ter mal julgado o meu excelente e arguto amigo. Ele não parava nos detalhes; talvez mesmo não soubesse o que era *voile*, *nanzouk*, “escocês”, *soutache*, e outras sabenças de costureira; mas atingira a lei básica, à filosofia primeira do vestuário feminino e — quem sabe? — masculino. Uma única objeção poderia surgir a ela. Por que se vestirão bem as

damas fáceis? Tudo se resume, para manter o seu rigor generalizante, em modificar um pouco, na noção de casamento, o dado de sua duração. Feito isso, a lei Gonzaga de Sá é perfeitamente rigorosa e verdadeira. Mas, aquele olhar que a “menina bonita”, por misericórdia, deitou-me, decididamente me enterneceu. Eu me pus de repente a favor das damas contra a elegante indelicadeza de Gonzaga de Sá:

— Oh! Gonzaga! Que perversidade! Não te apiedas, vais esmagando...

— Não; absolutamente não. Os indivíduos me enternecem; isto é, o ente isolado a sofrer; e é só! Essas criações abstratas, classes, povos, raças, não me tocam... Se efetivamente não existem!? E, pelo conceito literário, filosófico, sociológico e religioso — mulheres — tenho até uma grande afeição de ordem puramente intelectual — bem entendido! — para que não haja contradição.

— Afeição?

— Na verdade; e é infinita e absorvente.

— Espantas-me.

— Não me acuses de inconsequência. Apieda-me o indivíduo a sofrer, já to disse; mas, certas criações intelectuais nossas, incapazes de me provocar o sentimento profundo que posso nutrir por uma pessoa, são contudo bem reais para me despertar, às vezes, simpatia ou indiferença no campo abstrato que lhes é próprio. Detesto a antropologia e amo a crítica religiosa. Foi meu anseio, quando moço, logo ao ler Renan, partir para a Europa e estudar o hebraico, o sânscrito e o zende, mas... não me foi possível. É que algumas criações da inteligência humana são orgânicas, articuladas e perfeitas; não resultam de aproximações, da escolha de certos dados e abandono de outros, arbitrariamente; não provém de médias guerreiras. Deves ter reparado que o recurso aritmético da média tudo avassalou. É um recurso poderoso e razoável para certos aspectos da nossa atividade; mas, perfeitamente impróprio para dar a feição sentimental de uma classe, de um povo, ou mesmo traduzir as suas determinantes da inteligência e caráter. Por sua própria natureza, a inteligência, o caráter, e os aspectos sentimentais, com o suporem a sociedade, são tiranicamente individuais. O gênio é Rousseau, não são os suíços... Poderias dizer: na média no Rio de Janeiro, por ano, nascem tantas pessoas, pois trata-se aí de números; mas errarias grosseiramente se disseses que na média os cariocas são felizes. A felicidade, sensação tão volátil, instável, irreduzível de homem a homem, é coisa diferente, e não consente média a abranger centenas, milhares e milhões de seres humanos. Imaginas tu que *mme.* Belasman, de Petrópolis, tem um grande joanete, um defeito hediondo, com o qual sobremaneira sofre; e o

operário Felismino, da Mortona, orgulha-se em possuir um filho com talento. *Mme.* Belasman vive acabrunhada com a exuberância de seu joanete. Passou a meninice a sofrer por ele, a adolescência foi-lhe uma angústia; e tão insignificante aumento de seu pé, na sua consciência, reflete-se duradouramente, continuamente, com as manifestações mais inacreditáveis e aterrorizantes; entretanto, Felismino, quando bate rebites, sorri e antegoza o estrondo que uma parcela do seu sangue vai causar na sociedade. Os companheiros acreditam-no doido, e já porque uma vez ele se tenha referido entusiasticamente às brilhantes qualidades do filho, criou para este, dois ou três inimigos. Está sagrado! Quem é mais feliz, pergunto, *mme.* Belasman ou o senhor Felismino? E, à vista disso, poderás dizer que todas as damas de Petrópolis são felizes e os operários de fundição são desgraçados? Há média possível para a felicidade das classes? Nós, os modernos, nos vamos esquecendo que essas histórias de classe, de povos, de raças, são tipos de gabinete, fabricados para as necessidades de certos edifícios lógicos, mas que fora deles desaparecem completamente: Não são? Não existem. Compreende-se a “esfera”, o “cubo”, o “quadrado”, em geometria; mas fora daí, é em vão querer obtê-los. E de tal modo este engano está agitando a nossa opinião, que, parece-me, vai ressurgir o famoso debate escolástico dos “universais”. Tu o conheces, não é?

— Mal.

— Encheu a Idade Média a pergunta: certas ideias gerais são uma realidade? Existem, de fato, ou não, fora dos indivíduos que as concebem? Por séculos a opinião se dividiu, o debate se alongou; e houve entre os sábios partidários apaixonados... realistas e nominalistas... como hoje, nos nossos “cavalinhos”, entre seus juvenis frequentadores, há azuis e verdes. O moderno debate ainda não se estabeleceu; embora isso, eu sou “conceitualista”, como Abélard; e, por sê-lo, é que tenho pena de *mme.* Belasman em face do orgulho do Felismino da fundição da Mortona...

A noite caía rapidamente. A tarde, dúbia, apressara-lhe a queda e não nos dera senão um monocromático crepúsculo de chumbo, com bombolinas de teatro. Por nós uma caleça descoberta, suja e feia, passou, sopesando um par gordíssimo, que parecia não temer a tempestade que se anunciava. Tínhamos deixado o parque e descemos pachorrentamente a rua da Constituição, sem medo também do aspecto turvo da tarde. Depois da caleça estalou uma leve charrete, cuja passagem pôs alguma coisa de alado, de independente e petulante, naquele ambiente taciturno. Nós dois, por minutos quando no

Largo do Rossio, estivemos sem nada dizer, parados, olhando para um lado e outro, até que Gonzaga me disse:

— Vamos ainda ao Garnier, pois quero comprar o Poincaré, *La Science et l'Hypothèse*. Depois iremos jantar umas petisqueiras. Descemos a avenida em direção à rua do Ouvidor.

VII

PLENO CONTATO

Quando fui à Secretaria dos Cultos tratar da questão do cardeal, falei em primeiro lugar, como era natural, com o diretor-geral dos cultos católicos, o barão de Inhangá. Era um velho funcionário do tempo do Império que se fizera diretor e barão, graças ao seu nascimento e à sua antiguidade de funcionário. Homem inteligente, mas vadio, nunca entendera daquilo nem de coisa alguma. Entrara como chefe de seção e durante as horas de expediente o seu máximo trabalho era abrir e fechar a gaveta da sua secretária. Foi feito diretor e, logo que se repimpou no cargo, tratou de arranjar outra atividade. Em falta de qualquer mais útil aos interesses da pátria, o barão fazia a toda hora e a todo o instante a ponta no lápis. Era um gasto de lápis que nunca mais se acabava; mas o Brasil é rico e aprecia o serviço de seus filhos. Quando completou vinte e cinco anos de serviço, foi feito barão. Como dizia, falei-lhe em primeiro lugar e ele me mandou ao chefe da seção de “Alfaias e Paramentos”. Logo que entrei na sala, feriu-me o destaque original de Gonzaga de Sá. O chefe da seção era uma mediocridade das mais banais; mas senti em Gonzaga muita naturalidade, muita força nas suas maneiras e um forte ar de segurança no seu alto semblante, em V. Depois de expor ao diretor da seção o objeto da minha visita, ele tomou o “papel” que eu levava e escreveu ao alto de uma das folhas:

“Ao Senhor Gonzaga de Sá para informar e dizer a respeito.”

Fomos, eu e o contínuo que me acompanhava, até o oficial designado e tive verdadeira alegria em verificar que era aquele de quem me afeiçoara ao entrar. Reparei que, antes de escrever, o magnífico chefe das “Alfaias e Paramentos” meneou a caneta ao jeito de um esgrimista e pareceu-me que a tinta lhe ia pingando do nariz úmido e vermelho. O seu cursivo, ao fim de minutos, naquelas minguadas letras, surgiu caprichoso, floreado e abundante de uma respeitabilidade de escritura caldaica. Segui o “papel” até a mesa de Gonzaga de Sá, a quem expus a atroz dificuldade. À luz da leitura vagarosa do

processo, o simpático informante considerou bem o caso; e, em breve, sorrindo com a sua úmida boca de moça, perguntou-me:

— Por que não se ouve a Secretaria da Propaganda, em Roma?

Logo, porém, tomando da pena, num “papagaio” pôs-se a informar com a solenidade requerida. Fora tão brusca a passagem de uma atitude à outra, e os gestos revelaram-me tão bem as suas duas pessoas, que senti imediatamente, como se escondia sob aquelas formalidades passageiras a palpação moça de uma inteligência livre, que se adaptara superiormente ao feitio espiritual de sua terra e à sua própria fraqueza de gênio prático. Foi verdadeiramente daí que nasceram as nossas relações. Por meses seguidos, nós nos encontramos rapidamente, cumprimentando-nos com as maiores “arras” de simpatia. Insensivelmente, esses encontros demoraram-se e, portanto, melhor eu pude ir percebendo que se ocultava sob o seu azedume habitual, uma grande alma compassiva. Em começo, pareceu-me que ele sistematizara o ressaibo amargo de alguns pequenos desgostos, para formar um temperamento original; mas, com o tempo, verifiquei que não havia em todas as suas manifestações nada de buscado, de procurado — tudo nele era estrutural e as suas originalidades lhe tinham vindo naturalmente e foram-se fazendo com o lento trabalho sedimentar do tempo, do isolamento, da bondade e do íntimo sofrimento. Então, desconfiei que uma grande mágoa lhe turvava a mocidade, e que essa mágoa, por não a ter nunca confessado, por não lho consentir a sua reserva, ficou-lhe imprecisa, vaga e fugidia. Procurei decifrá-la e concebi hipóteses. Não vinha de amor; seria vulgar demais para Gonzaga de Sá. Entretanto, não afaço... No meu amável amigo, a crítica precedia qualquer ato; e assim o amor não faz males. Enfim... Teria tido sempre esse gênio? Ele mesmo me confessara que, a bem dizer, se esquecera de casar; e só lhe passara isso pela ideia nas duas vezes já aludidas. Seria de alguma delas que lhe vinha a mágoa? Não sei; contudo, uma ou outra vez, surpreendi-lhe certos gestos estranhos.

Ao entrar de manhã na seção dos paramentos, vi de longe que Gonzaga de Sá desenhava; e quando deu comigo, escondeu grosseiramente o papel. Não era um tal movimento da sua educação e eu pude ver, de relance, que se tratava de uma fisionomia humana. Uma tarde, num botequim em Copacabana, fui dar com o meu velho amigo a rabiscar a carteira. Tomava notas, disse-me, e eu acreditei.

Afora tais gestos nada me revelava que houvesse nele qualquer moessa de um brusco choque com a vida. Poder-se-ia, para arranjar uma explicação do seu estado d'alma, admitir que a mágoa lhe andava esparsa na desigualdade de

sua natureza, na variedade de suas aptidões, sem uma preponderante e vitoriosa, na sua amarga e dorida visão da vida e no seu anelo de absoluto. Havia nele um drama de organização e inteligência ou o que havia?

Fiz, como verão, todas as hipóteses, mas nunca nenhuma me satisfez; entretanto, para não cansar o leitor, eu lembrarei como Poe (creio eu) que a verdade está sempre na hipótese mais simples, ao que Comte ajunta: a mais simpática. Cada um que faça a sua de acordo com esses conselhos.

.....
.....

Por uma tarde clara de quinta-feira, foram me lembrando tais coisas, enquanto palmilhava o caminho que ia ter à casa do meu amado amigo. Acompanhava-me por ele afora, de envolta com essas agradáveis recordações, uma grande e exuberante alegria na alma. O contato ia ser pleno e a visita dar-nos-ia o perfeito enlace das nossas almas. Caminhava como para um quarto de núpcias... Mais do que o jantar e as águas-fortes que ele me convidara a folhear, levavam-me à sua casa, a simpática curiosidade de viver o interior e o desejo de saborear a sua inteligente palestra, paradoxal e um tanto sentenciosa. Na nossa terra de submissão antecipada, o paradoxo encanta, mesmo sob o aspecto sentencioso. Subi devagar uma rua em ladeira, pelas bandas da Candelária; e bati palmas, com respeito, no portão do jardim de sua velha casa, lá quase no alto de Santa Teresa. Veio-me abrir a porta um preto velho, da raça daqueles pretos velhos que sofreram paternalmente os caprichos das nossas anteriores gerações.

— Senhor Gonzaga de Sá?

— Nhonhô?

— Sim, meu velho.

Entrei para a sala principal da casa, da qual mestre Gonzaga de Sá fizera a sua de estudos. Tinha o teto em tronco de pirâmide retangular e estucado, e as estantes, a não ser nos vãos das janelas e portas, eram pequenas, da altura do peitoril da janela, e guarneciam a sala em toda a extensão das quatro faces. Por cima delas, ao jeito de um longo consolo, havia bustos, quadrinhos e minerais insignificantes; e, nas paredes, além de dois ou três pequenos quadros a óleo, uma reprodução de “Primavera” de Boticelli e um Rouget de Lisle, cantando pela primeira vez a Marselhesa. Havia também sobre a secretária um busto de Júlio César e, pregado à parede em que ele se encostava, bem alto, um magnífico retrato do Dante, enquadrado em moldura vulgar. Lia-se-lhe embaixo, em letras góticas, este verso do Inferno: “*Amor, che a nullo amato*

amar perdona". Pairava por toda a sala o olhar transcendente de um mocho de bronze, empoleirado na "bandeira" da porta de entrada. Com isso, tudo em minha ordem e sem luxo; havia desordem só na grande mesa do centro, em que livros, revistas, papéis se baralhavam familiarmente. Uma cadeira de balanço destinava-se às longas meditações vadias; à direita da mesa, uma cegonha de pescoço esticado, naquele meneio arisco de cabeça tão característico desse pernalta, presidia com elegância e desconfiança ao laboratório das cismas e dos pensares de Gonzaga de Sá.

Vasos com pequenas palmeiras e avencas estavam espalhados por entre tudo isso. Recebeu-me de pé, com um pequeno jornal na mão.

— Pontual. Cinco horas.

— Pensei não te encontrar ainda. Foste visitar o compadre aos subúrbios?

— Fui. Pobre compadre! Vai mal; depois da viuvez piorou muito...

Gonzaga de Sá baixou um tanto a cabeça e, depois, bruscamente, como quem quer afastar uma ideia triste, acrescentou:

— Fui. Cada vez mais interessantes, os subúrbios. Sobremodo namoradores e feministas...

— Feministas?

— Feministas! Como não? A atividade intelectual daquela parte da cidade, ao se entrar no trem, parece estar entregue às moças... Tal é o número das que trazem livros, violinos, rolos de música, que a gente se põe a pensar: estamos no reino da *Grã-Duquesa*? Conheces a *Grã-Duquesa*?

— Não.

— É uma opereta de Offenbach em que as mulheres são homens, fazem guerra, têm exércitos... Eu a vi pelo Vasques... Que graça tinha esse ladrão! Dizia muito bem, com muita malícia: se o nenê chorar, quem há de lhe dar de mamar? Ah! O Vasques!... Que saudade!... Nos subúrbios, dá vontade de perguntar: quem há de dar de mamar aos futuros filhos dessas meninas?

— Não há perigo algum — disse-lhe eu. — Quando vier o casamento, fecham as gramáticas, queimam as músicas, e começarão a repetir a história igual e enfadonha de todos os casamentos burgueses ou não.

— Há de ser assim mesmo, pois a eternidade de nossa espécie parece repousar sobre bases sólidas. Que achas?

— De pleno acordo. Basta que as mulheres, sejam quais forem as condições delas, não pensem em outra coisa, e queiram-na de qualquer modo até o ponto de fazer a raça humana a mais perfeitamente desgraçada de todas as raças, espécies, gêneros e variedades animais e vegetais do planeta. Eu as acuso!

— Às vezes penso dessa maneira, sem dúvida de natureza alguma; mas, depois, surge cada coisa que... Há duas horas, na estação da Piedade... Mas... Vênus é uma deusa vingativa, dizem.

Eu me tinha sentado no divã, junto à porta de entrada, e mestre Gonzaga de Sá na cadeira de balanço. Entre nós, em todo o seu comprimento, havia a grande mesa do centro. O meu amigo tinha-a ao alcance da mão, enquanto eu estava um pouco afastado. Pelas janelas abertas entrava a branda viração da tarde, e as emanações do jardim eram trazidas por ela e se dissolviam pelo ambiente todo. Olhando as deliciosas figuras do melancólico Sandro, discorria o meu generoso amigo:

— Há duas horas, na estação da Piedade, esperava eu o trem. Afinal, foi ele anunciado. Daí a instantes apontou, ao tempo em que um homem atravessava a linha um pouco a montante da estação. Avisos... gritos...gestos... O trem apita. O homem entontece, ataranta-se e é apanhado — mas de que maneira, meu Deus?! O limpa-trilhos levanta-o, atira-o sobre aquela espécie de plataforma-proa, sabes? O animal agarra-se a um ferro e a locomotiva acaba parando, bem junto à estação, trazendo o pobre homem de cabeça partida, humilhado, ensanguentado, mas vivo, vivinho, aparvalhado, sucumbido, completamente esmagado de terror diante daquela besta paleontológica que ele mesmo inventara. A eternidade da nossa espécie repousa sobre bases sólidas, Machado.

Ouvindo uma voz na sala, voltei-me.

— Machado: minha tia Escolástica — apresentou-me Gonzaga de Sá.

Que linda figura de velha era a dela. Muito clara, com uns olhinhos verdes e um miúdo perfil de criança. Tudo era candura e simpatia naquela velha solteirona. A alvura de seu casaco ressaltava extraordinariamente, imaculada, e seus cabelos brancos, já com aquele tom amarelo da grande velhice, eram apanhados em bandós, com uma rede de linha preta. Não me pude demorar mais, vendo-lhe a fisionomia de septuagenária. Gonzaga de Sá pediu licença e foi com ela ao interior da casa dar uma providência. Voltou logo. Houve tempo, porém, para que eu, indiscretamente, pudesse ver sobre a mesa uma folha de papel rabiscado. Havia oito ou dez narizes desenhados sucessivamente e por mão inábil que se esforça em vazar uma forma que viu ou já ouviu e ainda tem em mente. Que singular mania, meu Deus.

— Não imaginas — disse-me ao entrar — como estes pombos me dão trabalho.

— Crias pombos?

— Crio. Gosto das aves, especialmente dos pombos, do seu voo, das irisadas penas do seu pescoço, da sua graça, da sua natureza intermediária de ave de terreiro e de voo... O brutamontes do meu gato mete-lhes medo; mas os pobrezinhos voam para o sol... Já tens fome?

— Não.

— Mande trazer um pouco de vinho Bucelas branco. Gostas?

— É delicioso.

Dentro em pouco o velho preto Inácio entrou com os copos e a garrafa numa bandeja.

— Deixa aí, Inácio.

Embora Gonzaga de Sá falasse com toda a brandura, o pobre velho quase deixou cair a garrafa.

— Não imaginas, menino, que tesouro de dedicação há nesse homem. Eu não sei donde ele tira e de que maneira argamassou tão grandes sentimentos. Nasceu escravo, uns dias antes de mim; meu pai o libertou na pia, por isso. A mim me acompanha desde os primeiros dias do nascimento. É um irmão de leite. Viu-me nas atitudes mais humildes; apreciou-me em propósitos repugnantes; assistiu ao desmoronamento da grandeza da minha casa familiar; entretanto, não sendo, como parece a todos, destituído de inteligência crítica, sou para ele o mesmo, o mesmíssimo, cuja representação se lhe fez na consciência, no correr dos seus primeiros lustros de vida. Eu não o chego absolutamente a compreender. Acho-o obscuro; mas me deslumbra: é grandioso!... Às vezes, confesso, me parece uma subalterna dedicação animal; às vezes, também confesso, me parece um sentimento divino... Eu não sei, mas amo-o.

Não fora sem comoção que Gonzaga de Sá me dissera isso; houve como um ligeiro trêmulo na sua voz e, talvez para disfarçar foi que pegou de um pequeno jornal de província, passando o olhar ligeiramente por ele.

— Lês a *Gazeta de Uberaba*? — indaguei.

— Leio. Um amigo, político lá, manda-me.

— Que ele te mande, não é de admirar; mas que a leias!...

— Leio. Gosto dos jornais obscuros, dos jornais dos que iniciam. Gosto dos começos, da obscura luta entre a inteligência e a palavra, das singularidades, das extravagâncias, da livre ou buscada invenção dos principiantes.

— Estás como o meu amigo Domingos Ribeiro Filho, que diz: “Todo o vitorioso é banal”.

— Concordo com ele, mas unicamente no meu estreito ponto de vista pessoal.

— Decerto.

— Eu assino a *Pesquisa*, de Cascadura. Está ali um exemplar. Tira. E apontou uma estante junto de mim.

— Esta?

— Sim. Lê o sumário.

Tinha em mãos a *Pesquisa*, de Cascadura, em cuja capa, feia e suja, a envolver uma má brochura de sessenta páginas, li vagarosamente: “Literatura subjacente; Teixeira de Sousa, o estilista e o romancista”, por Gualberto Marques; “Halos”, poesia por Beltrando F. de Sousa; “Pintor Manuel da Cunha e os coloristas fluminenses do Século XVIII”, por Aimbiré Salvatore; “O temperamento na ciência”, por I. K.; “A matemática dos árabes e hindus e o cálculo diferencial em face da geometria grega”, por Karl von Walposky da Costa; “Da necessidade de corromper a língua portuguesa falada no Brasil”, por Bruno Uricuri Furtado; “A desassociação da matéria e o inabalável científico”, por Frederico Balspoff de Melo; “Os casos do mês e os seus comentários”, crônica por Baldônio Flaron.

Em seguida pus-me a folhear, lendo aqui e ali as páginas da suburbana publicação mensal. Não o fiz sem surpresa. Causava admiração que em tão detratado subúrbio, se agitassem tantas ideias diferentes e novas. Gonzaga manteve-se calado, sem perder um só dos meus gestos. Gozava...

— Cascadura dando a nota, hein?

— É verdade.

— À vista dos nossos grandes jornais e revistas catitas, a *Pesquisa*, de Cascadura, é uma bela publicação intelectual.

Folhee ainda uma vez a brochura; li trechos aqui e ali e depois disse:

— Curioso é que haja tanta gente obscura capaz de escrever sobre assuntos tão elevados. Conheces algum?

— Nenhum; mas o que te surpreende?!... Há entre nós muito talento. O que não há é publicidade, ou antes, a publicidade que há é humilhante, além de completamente destituída de vistas superiores.

— Como?

— Muito simplesmente... Analisemos: quais são os meios de publicidade?

— O jornal e a revista.

— ... e o livro — concluiu Gonzaga de Sá.

— O livro também.

— Um jornal, dos grandes, tu bem sabes o que é: uma empresa de gente poderosa, que se quer adulada e só tem certeza naquelas inteligências já firmadas, registradas, carimbadas, etc., etc. Demais, o ponto de vista limitado e restrito dessas empresas não permite senão publicações para os leitores medianos, que querem política e assassinatos. Os seus proprietários fazem muito bem, dão o que lhes pede o público... Se não consultam as médias, têm que lisonjear os potentados, os graúdos, porem-se a serviço deles: gente, em geral, perfeitamente estranha ao tênue espírito brasileiro e que não quer saber de coisas do pensamento desinteressado... Além disso, são necessárias mil curvaturas, para chegar até eles, os grandes jornais; e, quando se chega, para não escandalizar a média e a grande burguesia, onde eles têm a sua clientela, é preciso atirar fora o que se tem de melhor na cachola.

— E as revistas?

— São a mesma coisa, tendo a mais as fotografias. Não há entre nós — continuou ele — aquela procura que estimula a argúcia dos editores e empresários de publicidade do estrangeiro... a da inteligência viva e nova. Qual o quê! Satisfazem-se os nossos negociantes de livros e jornais com o ramerrão e para variar mandam buscar a novidade em Portugal. Sofriam o nosso pensamento, porque, quem não aparece no jornal, não aparecerá nem no livro, nem no palco, nem em parte alguma — morrerá. É uma ditadura.

— Você deve dividir a culpa... E o público? E os autores?

— O público é maleável, é dirigível; os autores, estes sim, têm culpa. Entretanto, eu achei um meio de travar conhecimento com a jovem inteligência de minha terra: leio as revistas obscuras e alguns jornais de província. Se a dor da rima e do metro aumentam a beleza da poesia, a escassez do espaço dá um grande realce aos artigos das pequenas revistas. Adivinha-se muito do que aos autores não puderam dizer; inventando-se também muito do que nem sequer lhes passou pela mente... Sugere?

— É possível que tenhas raras emoções nas leituras das pequenas revistas, mas nos jornais de província... tão cheios de política e intriga!

— Engano! Este número da *Gazeta de Uberaba* é um desmentido perfeito ao que asseveras.

— Ora! Questióncula!

— Questiónculas! Homessa! Altas questões sociais, meu amigo! Cuida da indústria pastoril e diplomacia!

Ao dizer isto, Gonzaga de Sá foi-se levantando aos poucos, pondo-se afinal de pé e fazendo menção de ler, com o jornal à altura dos olhos.

Olhei um instante à janela. As nuvens esgarçavam-se nas cumiadas das montanhas e cobriam-se diversamente à luz macia do poente. Aqui, era laranja; ali, púrpura, ouro, anil, cinzento; ora, franjavam-se; ora, em novelos; ora, em fitas, em barras, tomando as mais caprichosas e instáveis formas, com as mais belas cores dos belos céus.

Gonzaga de Sá não teve tempo de pronunciar uma palavra. Iluminada, com uma luz de retábulo, na porta de comunicação, dona Escolástica, a tia, apareceu, convidando:

— Venham jantar.

Fomos. Gonzaga de Sá levou o jornal.

VIII

O JANTAR

Dona Escolástica obrigara-me a passar diante dela e Gonzaga de Sá seguira-me com o jornal na mão. Penetramos na sala contígua, onde parei um bocado, a ver os retratos de família. O mestre não rompera com a tradição, que os quer na sala de visitas. Aí os tinha e não no seu gabinete de trabalho. Havia uma galeria de mais de seis veneráveis retratos de homens de outros tempos, agaloados, uns, e cheios de veneras, todos; e de algumas senhoras. Sem bigodes, de barba em colar, com um olhar imperioso e sobreceño carregado, um deles me pareceu que ia erguer o braço de sob a moldura dourada, para sublinhar uma ordem que me dizia respeito. Cri que ia ordenar: “Metam-lhe o bacalhau.” Virei o rosto e fui pousar o olhar na figura impalpável de uma moça com um alto penteado cheio de grandes pentes, muito branca, num traje rico de baile alto de outros tempos.

— Quem é? — perguntei.

— Minha avó, em moça, mãe de meu pai. Viveu em França, assistiu à Revolução.

Demorei-me olhando o retrato e os meus sentimentos já eram outros. A fisionomia benévola da moça, terna, irresistivelmente meiga, fizera-me esquecer a carranca do velho de barba em colar.

— Gostaste? Tem alguma coisa da Escolástica, não achas?

— Parecem-se.

— Quando moça, era exatamente, dizia meu pai, exceto os olhos que, em Escolástica, puxam para o verde e, nela, eram profundamente azuis, de Minerva. Não parece nada com os outros meus avós, cujas fisionomias dão a entender que tinham da vida uma visão de carrasco.

— Você tem cada propósito, Manuel. Pareces doido... Ele foi sempre assim. Nunca se o pôde entender — disse para mim a velha tia.

— Não há desrespeito nenhum... Cada um na sua época — refletiu Gonzaga. — Por mais que não queira, homem do meio, o meu retrato para os

pósteros deve ter alguma coisa de parecido com o do homem do prego. O onzenário, sob este ou aquele disfarce, é o homem representativo da época...

E seguimos para a sala de jantar, não sem que eu deitasse um longo olhar sobre aqueles velhos móveis de jacarandá, tão amplos e fortes que se diria feitos para outra raça de homens que não a nossa, aquela que vemos por aí nas ruas, nos teatros, nas regatas, nas corridas, mesquinha e sórdida.

Dona Escolástica sentou-se à esquerda; Gonzaga de Sá à cabeceira, e eu à sua direita. Pela janela nas duas extremidades da sala, fiquei vendo o exterior. Desciam pelo flanco bruscamente claro da pedreira, pequeninos negrumes de gente; à esquerda, na chapada do morro, uma palmeira adelgaçava-se pelos ares.

— Gostaste da casa?

— Gostei.

— Foi de meu pai... Que sacrifícios para ficar com ela! Não queiras nada com a justiça, pois quase sempre é a única herdeira. Felizmente conservei-a.

— Foi a única vez que te vi ativo — refletiu dona Escolástica.

— Pudera! Eu amava o ambiente, as vistas, o teto, as paredes...

— Quase não mudou nada — observou a tia.

— Alguma coisa. Aquela palmeira, por exemplo — explicou Gonzaga de Sá, apontando a janela —, é nova.

— Nova! Tem mais de vinte anos — fez dona Escolástica.

— Nova, sim! Se não nos viu nascer...

Olhei ainda uma vez a altiva elegância da árvore, lá, muito no alto, pairando sobre toda a cidade, e a beijar as nuvens radiantes. Há mais de vinte anos sofria a violência inconstante dos ventos; há mais de vinte anos escapava à raiva traiçoeira do raio; há mais de vinte anos suportava o rugido inofensivo do trovão... Todas essas negações, e as outras vindas da terra dura, granítica e pobre, fizeram-na maior, mais airosa, deram-lhe mais orgulho e atiraram-na aos ares altos. Hoje, plana sobre tudo, sobre a cidade, sobre a ingratidão do granito e olhará compassiva e desdenhosa as pobres e cuidadas árvores que enfeitam as ruas. O jantar começou a ser servido por um copeiro dos seus dezoito anos. Acabando de tomar a sopa, Gonzaga de Sá, que tinha o pequeno jornal na mão, disse-me:

— Eu não quero adiar o prazer que te prometi.

— Qual?

— A leitura destas lindas crônicas da *Gazeta de Uberaba*.

— Vamos ver.

— Trata-se da chegada a Uberaba de...

— Alguns poetas?

— Não.

— De naturalistas?

— Não. Trata-se da chegada de reprodutores zebus. O jornal ocupa-se com o fato em três colunas e começa assim: “Ainda uma vez Uberaba teve o ensejo de constatar o quanto pode a iniciativa dos seus filhos etc. etc.”

Continuou a ler e em outro ponto, disse-me:

— Guarda esta frase: “Batedores de uma nova cruzada etc.”

Emendou a leitura e, em dado momento, chamou-me a atenção:

— Olha este pedaço: “Embora o adiantado da hora, grande massa de povo, calculada em cerca de quinhentas pessoas etc.” Que multidão! Hein?

Reencetou a leitura e não tardou em interrompê-la para sublinhar certo trecho.

— Nota que houve música: “Então (quando chegaram os touros e as vacas, a banda Santa Cecília rompeu brilhante dobrado, e nutridas aclamações se fizeram ouvir.” Vivam as vacas! — acrescentou Gonzaga.

Seguiu por diante a sua leitura e, em certo ponto, disse-me:

— Observa este pedacinho: “Vieram alguns indivíduos *nellore*... destacando-se um, pelo belo porte e excepcional beleza...”

Abaixou o jornal e considerou:

— Imagina tu quantas vacas amorosas não o esperavam em Uberaba.

A tia, a esse tempo, repreendeu-o:

— Que é isso, Manuel, acaba de jantar!

O jantar daí por diante correu calmamente, sem a intervenção do gado zebu. Aproveitando o incidente, dona Escolástica pôs-se a narrar-me a estranheza da vida do sobrinho. Não parecia um velho, não tinha horas para nada, não tinha método algum. Comia a toda a hora; levantava-se alta noite e saía; passava dias fora de casa, com um e com outro. Parecia verdadeiramente um cigano, desses que vivem ao deus-dará.

— Não sei ainda como vives — rematou dona Escolástica com aquele seu ar natural e untuoso.

— Ora! — fez ele.

— Há dias que ele me chega aqui — continuou dona Escolástica para mim — à meia-noite... E sem jantar! Não sei onde anda... Chega cansado... E não é tudo: há noite que passa em claro, a ler, a ler...

Admirou-me muito o interesse afetuoso com que ela seguia a vida do sobrinho.

Revelava um desvelo diário, minuto a minuto, de dia e de noite...

— Tu não me compreendes, Escolástica, apesar de me teres criado.

— Sim, decerto; essas maluquices... Essas tuas vagabundagens...

E o diálogo continuou assim, com uma frescura juvenil de amuo entre irmãos de vinte e poucos anos.

— É verdade que o Manuel sempre foi extravagante. Uma vez (ela se pôs a me contar) meu irmão, o pai, foi agarrá-lo na janela do sótão. Desce, Manuel, desce! Que fazes aí? O senhor sabe o que ele respondeu?

— !...

— Quero voar, papai.

— Meu irmão repreendeu-o muito e Manuel chorou o resto da tarde.

— Era bem meu pai — lembrou Gonzaga de Sá. — Alto, metuculoso, muito grave e solene, conheceste?

— Não; nem podia.

— É verdade.

— Esteve no Paraguai?

— Não. Já não podia. Depois da guerra contra Rosas, em 1852, ficou no magistério, como lente da Escola Central — explicou-me Gonzaga de Sá. — Estava já muito alquebrado, em 1865, quando rebentou a guerra contra López.

— Tiveste um irmão que morreu na campanha?

— Tive; o Januário, o mais velho.

— E os outros?

— Todos morreram sem descendentes. Só uma irmã, a Maria da Glória, que vive ainda na Bahia, onde o marido é desembargador aposentado, é que teve filhos, quatro penso eu, que já lhe devem ter dado netos. Não a vejo há trinta anos e não lhe escrevo há cinco.

— É a mais moça?

— Não; sou eu. Ela é mais velha do que eu um ano e pouco.

— E tua mãe, morreu muito moça?

— Não; em boa idade. Deixou-me com oito anos. Quem me criou foi Escolástica.

Ao dizer tais palavras, houve na voz do meu amigo um pequeno tremor; entretanto, era banal o fato que a frase lembrava e o jantar chegou à sobremesa, entremeado por esse diálogo. O café foi servido na sala de visitas, com as janelas abertas para as bandas de Niterói que começava a iluminar-se. A sala

ainda não tinha luzes e havia uma grande paz no exterior. Casas do morro começavam a iluminar-se e todas pareciam contemplar-nos com simpatia. A palmeira, em pé, muito firme, adormecera. Uma cigarra estridulou no jardim e mais depressa nos vieram as cismas. A cigarra calou-se. Fumávamos, eu e Gonzaga, e olhávamos o morro, enxergando pouco.

— Como estará o Romualdo?

— Como vai ele? — perguntou dona Escolástica.

— Muito mal. E o Aleixo Manuel, aos oito anos, tão vivo, tão excepcional... Coitado! Sem as doçuras maternas já; agora o pai... Como vai ser sempre a sua alma cheia de arestas...

— Ele tem ido ao colégio, Manuel? — fez-lhe a tia.

— Vai. É uma criança extraordinária, muito mesmo; já lê desembaraçadamente e calcula... Ah! se for o gênio esperado!... Quem dera!?

Gonzaga pôs-se a olhar interrogativamente. A sala estava quase em treva completa e, na indecisão dos traços de sua cabeça, eu só via o seu grande olhar que me envolvia todo, respirando vaticínios de simpatia. Dona Escolástica ergueu-se da cadeira, olhou um pouco a janela, depois voltou-se e disse, destacando palavra por palavra:

— Está escuro. Acende as luzes, Manuel.

E os bicos de gás foram acesos vagarosamente. O velho piano Érard, de cauda, monstruoso, muito grande, surgiu todo inteiro na sala iluminada, como um animal fantástico. Mal as luzes brilharam, a paz externa quebrou-se. Houve um pequeno sussurro e a vida das coisas continuou.

— Dona Escolástica não toca?

Esta pergunta eu lhe fiz por mera polidez, visto que a sua avançada idade já a devia ter separado do velho instrumento.

— Há trinta e tantos anos que não.

— Desgostou-se?

— Desde que ouvi o Gottschalk não tive mais ânimo de me sentar ao piano. Só quem não o ouviu!... Era macio, que coisa! Tinha não sei o quê nas mãos...

E a velha senhora queria achar palavras, modismos que transmitissem a grande impressão que lhe fizera o pianista e suas músicas; e, com o esforço, o seu olhar de esmeralda tomou mais brilho, correndo por ele uns lampejos de mocidade breve apagados.

— Nunca ouviste peças dele? — perguntou-me Gonzaga de Sá.

— Uma ou outra.

— Merecia ouvi-las. São bem diferentes da música dos mestres europeus: seca, cerebral, sem raízes na nossa sensibilidade americana. O Gottschalk era fantástico, dolente, impetuoso... Aqui, ele provocou um delírio geral.

— Gostavas muito, não era, Manuel? Lembro que foste a todos os concertos com teu pai. Falavas muito na “Morta”, no “Poeta”...

— ... na “Savana”, na “Bamboula”, nos “Olhos crioulos” — concluiu Gonzaga de Sá. — Que entusiasmo gerou! E estávamos em guerra com o Paraguai... Não foste, Escolástica, ao concerto-monstro?

— Não; mas fui ao benefício da Stoltz. Nunca houve aqui um benefício como o dela. Manuel era menino; tinha onze ou doze anos. Eu fui. Hoje, quando me recordo, me parece estar vendo a sala do Provisório repleta e linda de senhoras e moças. Depois da ária “*Oh! mio Fernando!*”, da *Favorita*, houve um estrépito de palmas, flores, brindes. A duquesa de Abrantes, sobre uma almofada por ela própria bordada, manda-lhe uma coroa. A sala delirou — coroi-vos! coroi-vos! Flores, gritos, flores, gritos... A Stoltz hesita, afinal põe o emblema na cabeça. Que mulher! Nem que fosse uma rainha!

E eu refletia comigo mesmo sobre a ingenuidade daquela sociedade; e dona Escolástica continuava:

— Parecia uma palma só, todas ao mesmo tempo...

— Meses depois, vinham as descomposturas, as perlengas parlamentares, os epigramas... não foi Escolástica? — observou Gonzaga.

— É verdade. Tudo aqui é assim: muita festa, muita festa, depois...

— Houve até uns versinhos — continuou Gonzaga — que ficaram famosos. Diziam-nos do Francisco Otaviano:

Que importa que digam que é velha, que é feia
Que pinta os cabelos, que enfeita o carão.

Gonzaga de Sá tinha lágrimas nos olhos e a tia olhava para o teto cheia de beatitude. Admirei-me e disse:

— Como te lembras!

— Ora!... A cidade os soube de cor durante dez anos.

— O Lírico foi sempre o nosso fraco — refleti.

— Influência do Império. O Provisório custou rios de dinheiro. Precisava-se de um salão, de um lugar de encontro para a grande gente. Nós não tínhamos palácios, não havia educação mundana... Acrescia a falta de cultura

das altas classes. Sem que, em geral, tivessem recebido um forte preparo na mocidade, a gente rica, os plantadores, os grandes negociantes, e mesmo os políticos, só podiam compreender a música e a ópera, no teatro; lugar em que pouco se fala. Era preciso uma casa elegante para poli-los com o auxílio da arte. A ópera tem esta vantagem, é fácil, compreensível, popular, por mais que os magnatas queiram-na fazer transcendente. Quem, durante vinte, trinta anos, esteve fora das coisas da inteligência, pode compreendê-la do pé para a mão, sem esforço. A ideia do imperador, ao iniciar uma aristocracia, foi aproveitar essa música, para reuni-la, obrigá-la a se encontrar, se falar, a se casarem entre si. Falhou. A nobreza não se fez e o Lírico degenerou em moda idiota, sempre com o mesmo espírito curto, mas sempre em roda de tolos. Procura por exemplo, hoje, na sala do Lírico os grandes nomes de 52. Onde estão? Onde param os filhos, os netos? Não se sabe...

Dona Escolástica nada dizia. Naturalmente, nada compreendia daquelas ilações do sobrinho. Eu fiquei surpreso, embora Gonzaga de Sá já me tivesse habituado a tudo. Pelas oito horas despedi-me e vim descendo a ladeira devagar. Tinha penetrado no passado, no passado vivo, na tradição. Em presença daqueles velhos bons que me falavam das coisas brilhantes de sua mocidade, tive instantaneamente a percepção nítida dos sentimentos e das ideias das gerações que me precederam. Em torno daquele legendário “Provisório”, grotesco e formalista, que eles evocaram, pude ver os trabalhos e as virtudes dos antepassados e, também, seus erros e seus crimes. Vim descendo... Lançara mais uma raiz; estava mais firme contra as pressões externas, senti que sorvera também uma gota de veneno. Tomei o elétrico. No primeiro banco sentei-me, e me pus a mastigar ideias. Atravessei a rua do Catete e muito animado, o rococó largo da Glória. Vi o velho Passeio regurgitando. Tinha mastigado ideias... Não há civilização isenta de crimes e de erros, concluí. Estava na estação. Saltei.

IX

O PADRINHO

Uma tarde no Café Papagaio, vendo passar pela rua Gonçalves Dias afora, de baixo para cima, de um lado para outro, grandes mulheres estrangeiras, cheias de joias, com espantosos chapéus de altas plumas, ao jeito de velas enfunadas ao vento, impelindo grandes cascos; vendo-as passar a pé, de carro, abarrotadas de pedrarias, e ouro, e sedas roçagantes, centralizando os olhares do juiz, do deputado, do grave pai de família, das senhoras honestas e das meninas irrepreensíveis, eu me lembrei de uma frase de Gonzaga de Sá: a dama fácil é o eixo da vida. Recordei que aquelas mulheres todas tinham vindo vazias, com alguns vestidos de segunda mão e muitas malas ocas, mas chegavam com a sua alvura polar, com as faces rubras, com seus estranhos olhos azuis e o prestígio das velhas raças de que se originavam. Saíam de Bordeaux ou do Havre, “*comme un vol de gerfauts*”; chegavam com a estranha fisionomia dos mármore que os séculos consagraram; e seus cabelos dourados faziam estremecer os ares, as casas, as almas da cidade. As próprias pedras do cais sentiam-nas, tornavam-se macias a seus pés e a mica do granito procurava ter faíscas de diamantes. E daí, iam transtornando tudo pelas ruas em fora. O vetusto palácio vice-real apurava-se, queria ser airoso, e, todo gamenho, se punha a remexer escaninhos em esquecidos aposentos ocultos, para descobrir riquezas. O bronze da estátua, ao sol, tinha uns longes de ouro; e as mulheres paravam a ver o fascinante brilho. Na rua Primeiro de Março, as montras dos cambistas, ao perfume estrangeiro das recém-vindas, quase se desventram e se abrem prodigamente a lhes dar moedas e notas, muitas e muitas. Elas seguem... É a rua do Ouvidor. Então é a vertigem; todas as almas e corpos são arrebatados e sacudidos pelo vórtice. Há uma energia poderosíssima nelas todas e nas coisas de que se vestem; há atração, fascinação para esquecimento de nós mesmos e apagamento da nossa personalidade na luminosidade dos seus olhos. É mágico e sobrenatural. Esvaziam-se os pecúlios pacientemente acumulados; vão-se as heranças que tantas dores resumem, e os cofres das repartições e dos bancos

sangram... As inteligências trabalham, as imaginações associam elementos para estelionatos, peculatos e concussões... E tudo acaba nelas; é para elas que se encaminham as riquezas ancestrais, em terras longínquas, em gado nédio e plantações virentes. São para elas que se drenam os ordenados, os subsídios; é a elas também que vão ter o fruto dos roubos e os ganhos das tavolagens. É uma população, um país inteiro que converge para aqueles seres de corpos lassos. E elas continuam a passar muito grandes, bojudas, como casos antigos rebocados pelos grandes chapéus de altas plumas, ao jeito de velas enfunadas ao vento. Passavam às duas, às quatro, como frotas, aquelas frotas de outros tempos, esquadras de naus, de caravelas, de galeões que vinham às Américas buscar a prata de Potosi e ouro do coração do Brasil. E a civilização se faz por meios tão vários e obscuros que me pareceu que elas, como os veneráveis galeões que evocavam, traziam às praias do Brasil as grandes conquistas da atividade europeia, o resultado do difícil e lento evoluer dos milênios. Lembrei-me então duma frase de Gonzaga de Sá. Disse-me ele uma vez no Colombo:

— Estás vendo estas mulheres?

— Estou — respondi.

— Estão se dando ao trabalho de nos polir.

De fato, elas nos traziam as modas, os últimos tiques do *boulevard*, o andar *dernier cri*, o pendeloque da moda — coisas fúteis, com certeza, mas que a ninguém é dado calcular as reações que podem operar na inteligência nacional. A sua missão era afinar a nossa sociedade, tirar as asperezas que tinham ficado da gente dada à chatinagem e à veniaga dos escravos soturnos que nos formaram; era trazer aos intelectuais as emoções dos traços corretos apesar de tudo, das fisionomias regulares e clássicas daquela Grécia de receita com que eles sonham. Quantas delas não inspirariam belos versos e quantas não viviam nos períodos arredondados deles! Não era só. Os maridos que as frequentassem, levariam aos lares, ao conselho daquelas estrangeiras, o sainete mais moderno, o *bibelot* da última moda, e o móvel, e o tecido, e o chapéu, e a renda. Assim, ateariam o comércio e estimulariam o contato entre a nossa terra e os grandes centros do mundo, requintando o gosto e o luxo. Voltariam com o ouro, as que escapassem aos flibusteiros; mas espalhariam o Brasil sob o aspecto malévolos, é de crer, mas espalhariam... E a civilização se faz por tantos modos diferentes, vários e obscuros, que me parecem ver naquelas francesas, húngaras, espanholas, italianas, polacas bojudas, muito grandes, com espantosos chapéus, ao jeito de velas enfunadas ao vento, continuadoras de algum modo da missão dos conquistadores. A alguns dos nossos amigos, de

costume, encontrava naquele café. Como fossem chegando, lentamente afastei-me desses pensamentos, para atender aos assuntos que lhes era agradável e que lhes ocorria falar. Ao café, vínhamos conversar. As palestras variavam e eram instáveis. Ocasões havia em que, começando pelo comentário do último rolo do Cassino, acabávamos examinando as vantagens de uma grande reforma social. Todos nós éramos reformadores. Pretendíamos reformar a moral e a literatura, com escalas pelo vestuário feminino e as botinas de abotoar. Nesse dia, na primeira mesa perto à porta de entrada, aos poucos, reunimo-nos quatro: o Amorim, o Domingos, o Rangel e eu. Quase completo o “Esplendor dos Amanuenses”, pois assim denominávamos as nossas reuniões, em vista da profissão da maioria dos convivas — amanuenses, que tinham as suas grandes horas de satisfação e jucundo prazer ali, em torno daquela mesa e com uma orgia regada a café, entre o enfado da repartição e as agruras de lares difíceis. O Rangel, aquarelista do futuro, mas na atualidade genial pintor para o gasto das etiquetas das casas comerciais, chegara por último. Continuava na *Tragédia*, uma peça de teatro japonês de sua invenção, interminável, com uma centena de atos, que ia sempre acabar na rua da Carioca, no Zé dos Bifes, um luculesco hoteleiro, meigo e bom, que dava jantares por seiscentos réis, árduos de procurar e obter. O Pedreira passou, com o seu conhecido fraque de abas esvoaçantes e um longo pescoço de galináceo, misto de “tesoura” ao sabor do vento e de galo que come o milho aos grãos. Rangel quis ir-se, mal chegou, mas instado, ficou ouvindo as nossas palestras superempíreas.

— Lá vai o *lord* Max...

— Vocês sabem donde lhe vem a mania de inglês? — fez Amorim.

— Não — disse alguém.

— Ele traduzia para os seus alunos, em Cruz Alta, o *Graduated*, com uma lista de significados nos punhos.

— Não sei — observou o Rangel. — Limpa!

— Um super-homem! — considerou o invejoso Domingos.

— Que diabo chamam vocês super-homem? — pergunta o Rangel.

— Um cidadão que fica além do Bem e do Mal, é simples.

Rangel ficou satisfeito com a explicação e ficou a ouvir o Domingos, que falava, movimentando a avelhantada fisionomia de romano antigo, fisionomia desgostosa de Sêneca que não tivesse sido preceptor de príncipe. Dizia ele:

— Em meu parecer, nesse negócio de amor o que vale são os preliminares, os estados d’alma preambulares, a agonia da esperança de obter ou não o objeto amado. Mas, quando se o toca...

— Fura-se a bolha de sabão — concluiu o Amorim.

Não pudemos ir além no desenvolvimento desse velhíssimo tema que, não sabemos como, havia ocorrido na nossa conversa. Inesperadamente, o meu querido amigo Gonzaga de Sá entrava no café. A chegada do velho funcionário à nossa ruidosa roda causou-me surpresa. Não tinha aquele ódio fingido pelos cafés, que é de hábito encontrar-se em todo o sabichão estéril e infalível. Por certa conversa que tive com ele, concluí que Gonzaga de Sá os achava indispensáveis à revelação dos obscuros, à troca de ideias, ao entrelaçamento das inteligências, enfim, formadores de uma sociedade para os que não têm uma à sua altura, já pela origem, já pelas condições de fortuna, ou para os que não se sentem bem em nenhuma. A sua velhice tolerante e refletida compreendia que eu lá fosse, mas a sua misantropia de velho não lhe permitia tomar parte direta no seu ruído. Gonzaga de Sá trajava rigorosamente de preto, conforme seu hábito, mas, em vez de paletó-saco, trazia a grave sobrecasaca. Era a primeira vez que eu o via com esse traje, tão querido dos doutores e comendadores; e o meu despretenso amigo aparecia-me, assim, com a respeitabilidade precoce de um jovem ministro. Os seus grandes olhos, macios e lentos, nas órbitas de uma curvatura regular e suave, estavam vermelhos. O resto da fisionomia era calma e os seus gestos não apresentavam modificação sensível. Ao aparecer o venerável velho, os meus amigos calaram-se e, a todos, a sua austera figura impressionou. Levantei-me e falei-lhe à parte. Ele me disse:

— O compadre acaba de morrer... Vim tratar do enterro... Preciso de ti para carregar o caixão... Vem, Machado... Vem, Machado; espero esse serviço da tua piedade...

Fui, como me impunha a amizade e a admiração que eu tinha por aquele velho. E ambos, par a par, fomos andando pela rua em fora. O meu amigo, calado, de quando em quando sustinha um grande ofego... Eu, já via o cadáver, na nudez estúpida de coisa e, apesar dela, com uma interrogação a que ninguém até hoje respondeu com segurança — o que vamos ser depois “disto”?

Vi-o sair de casa, no caixão, as grinaldas, o coche, os soluços sinceros, os pêsames, as condolências dos profissionais de cerimônias fúnebres; depois, a cova e o trabalho misterioso da decomposição... E pareceu-me que a sua voz; que as doces coisas que ela exprimira e mesmo as más; que as noções, as ideias, os sentimentos que aquela inteligência adquirira em vida, se tinham agrupado em uma existência imperceptível para fugir daquela massa a desfazer-se... E as mulheres passavam, moças ou velhas, feias ou bonitas, de todas as cores, roçavam-me, e nunca em seus olhos, nunca em suas faces eu vi tanto brilho,

nunca as vi com aquele estranho fulgor, com aquela fascinação, com aquela força de absorção... A luz tinha mais doçura, as fachadas mais beleza, o calçamento não era áspero... E eu ia ver um morto!

Tomamos o bonde no largo de São Francisco. O veículo ia cheio. Viajei comprimido com volúpia, sofrendo aquele contato humano; dando-me bem ao absorver a maior porção de calor vital do meu semelhante próximo. Não estava só no mundo e toda aquela gente tinha que morrer, como eu...

O trem, também cheio. Na fila ao lado, em *vis à vis*, sentaram-se quatro sujeitos. Havia, entre eles um gordo senhor, com uma calva de sábio e uma barriga comercial e financeira. Era o mais tagarela. Não se cansava de falar, de criticar, de maldizer a polícia, o governo, os gastos deste, a vadiação dos deputados, dos funcionários públicos e a desonestidade dos juízes. Quando o trem se pôs em movimento, ele, dirigindo-se ao companheiro de defronte, pediu:

— Dá-me a tua *A Notícia*.

O outro respondeu, certo de que fazia espírito:

— Queres dar-me duzentos réis por ela?

O vizinho ao lado do sábio comendador, por aí, tirou o mesmo jornal do bolso e passou-lho.

— Obrigado — agradeceu o de barriga de comendador e calva de sábio.

— Não preciso mais da tua — continuou ele para o tal dos duzentos réis. — De outra vez, quando viajar contigo, hei de ter a precaução de trazer sempre dinheiro trocado... Não me fio em gazeteiros...

E, sem que ninguém esperasse, sem que houvesse o mínimo motivo, todos os quatro romperam numa gostosa gargalhada.

Gente fácil de rir-se, pensei eu. Enfim, o riso brota de acordo com a inteligência de cada um. O “subúrbio” já estava em movimento. Deixei de observar os quatro curiosos personagens, virei o rosto e, pela portinhola, pus-me a ver a paisagem, os morros altos e azulados, o verde-claro das campinas, o verde-escuro das encostas, as fagulhas de luz, as hastilhas de alegria no ar, as palmeiras melancólicas... Um dia viria que tudo isso havia de fugir dos meus olhos... Por que não sou assim como aquele barrigudo senhor, inconscientemente animalesco, que não pensa nos fins, nas restrições e nas limitações? Longe de me confortar a educação que recebi, só me exacerba, só fabrica desejos que me fazem desgraçado, dando-me ódios e, talvez despeitos! Por que ma deram? Para eu ficar na vida sem amor, sem parentes e, porventura, sem amigos? Ah! Se eu pudesse apagá-la do cérebro! Varreria uma por uma as

noções, as teorias, as sentenças, as leis que me fizeram absorver; e ficaria sem a tentação danada da analogia, sem o veneno da análise. Então, encher-me-ia de respeito por tudo e por todos, só sabendo que devia viver de qualquer modo... Mas... era impossível, impossível! Era tarde e os culpados do que eu sofria não eram a minha educação nem a minha instrução. Era eu mesmo; era o meu gênio; era o meu orgulho aliado a um estúpido medo. Arrependi-me da maldição e reconciliei-me comigo mesmo. Havia de curar-me. Gonzaga de Sá não me falava, mas eu sentia que a metade daqueles pensamentos eram dele. A nossa amizade era tão perfeita, que dispensava palavras. Entre nós havia aquele aperfeiçoamento de comunicação, que Wells tanto encomia nos marcianos: mal emitia um pensamento, um dos nossos cérebros, ia ele logo ao outro, sem intermediário algum, por via telepática. Depois da estação do Rocha, quando aquela obtusa vizinhança desembarcou, e se veio sentar no banco ao lado, um jovem par de namorados, os vizinhos em frente se puseram a conversar. A princípio, não ouvi bem o que diziam; mas, por fim, entendi que discutiam a grande tese das raças. Dizia um com um grande anel simbólico no indicador:

— Tem a capacidade mental, intelectual limitada; a ciência já mostrou isso.

E o outro, mais moço, ouvia religiosamente tão transcendente senhor. As ferragens do comboio faziam ruído de ensurdecer; nada mais escutei. Chegamos ao Engenho Novo. O trem parou. O mais moço então perguntou, olhando os fios de transmissão elétrica:

— Por que será que os passarinhos tocam nos fios e não são fulminados?

— É que de dia a comunicação está fechada.

E se não fossem os graves pensamentos que me assoberbavam naquela hora, ter-me-ia rido daquele sábio de capacidade intelectual ilimitada.

Ao lado, os namorados continuavam balbuciando. Havia um unto, uma alegria, um não sei que de meloso nos seus olhares, que irritou à minha capacidade namoradeira.

— Já namoraste? — perguntou-me Gonzaga de Sá, baixinho.

— Uma vez, aos dezesseis anos...

— Deves namorar, filho. Quando te vier a velhice há de te arrepender, se não o fizeres em tempo. Vênus é uma deusa vingativa, dizem.

— Qual! O namoro é a negação do amor... Não me arrependerei...

— Garanto-te. Será uma emoção que te ficou por provar... Experimente já, enquanto é tempo...

E o trem continuava a correr. Na estação de nosso destino, saltamos, tendo trocado com o meu companheiro durante a viagem somente aquelas escassas palavras.

Nós fomos subindo a rua devagar, por entre curiosos exemplares de uns pais de família. Graves homens de fisionomia triste, curvados ao peso da vida, sobraçando alongados embrulhos de pão, caminhavam ao nosso lado com o passo tardo e econômico, poupado, de velhos bois de carro. A estrada da vida era má; areienta, aqui; encharcada, ali; e mais além, íngreme e empedrouçada... Só a paciência deles, só aquela rija musculatura que se gastava às gotas, só ela poderia levar avante o carro da mulher e dos filhos. Com o jornal debaixo do braço, iam ruminando grandes combinações de tostões, com certeza, com o mesmo gasto de energia nervosa que um banqueiro qualquer empregaria ao delinear uma grande especulação aladroadada sobre os fundos de duas ou três potências. Insensivelmente, alinhavam-se em fila e fui vendo, à esquerda e à direita, longas teorias daqueles curiosos exemplares da nossa humanidade. Na minha meninice, nos arredores do Rio, eu tinha visto espetáculo que agora a imaginação associava a este. Era por aquela hora dourada da tarde, mais cedo um pouco, mas já as montanhas se tinham adelgado para sofrer a carícia imaterial de um céu rarefeito. Uma longa fila de carros de bois, cheios de verduras, carvão e lenha, desfilavam pela estrada. Os carreiros gritavam de quando em quando; os bois mastigavam o passo; por vezes, alongavam a língua, um inclinando-se sobre outro, a fim, talvez, de melhor dividir o esforço de tração... Oh! a solidariedade da carga!

Aos poucos venciam os óbices e chegavam ao porto, à praia risonha da ilha... Nem sabiam, aqueles animais, de sua força; nem suspeitavam que toda uma cidade esperara aquelas úteis e saborosas coisas que só a sua paciência e a sua força poderiam arrastar por sobre aqueles caminhos instáveis. A estrada me veio em mente: arenosa, de solo fugidio e móvel, mas, guardando indelevelmente o trilho paralelo dos carros, com os maricás, as pitangueiras, nas bordas, salpicadas de frutas vermelhas, e, de quando em quando, também uma árvore de mais vulto, um cajueiro, uma figueira — toda ela, ao passarem os carros, envolvida na poeira que o sol, no poente, avermelhava e dava faíscas de ouro. Aqueles homens, pacientes e tardos, que eu via naquele ambiente de vila, eram o esteio, a base, a grossa pedra alicerçal da sociedade... Operários e pequenos burgueses, eram eles que formavam a trama da nossa vida social, trama imortal, depósito sagrado, fonte de onde saem e sairão os grandes exemplares da Pátria, e também os ruins para excitar e fermentar a vida do

nosso agrupamento e não deixá-lo enlanguescer... Quiçá não soubessem disso e, se o soubessem, não se consolariam do duro fardo de viver... Viviam sob o agulhão dos deveres e com a vaga esperança consoladora da afeição eterna dos filhos.

— É ali — disse-me Gonzaga de Sá, apontando para um amontoado de casas.

Tomamos uma rua transversal e fomos indo quase sós, por ela afora. Eu ainda não tinha visto a casa, embora Gonzaga de Sá tivesse apontado. O arruamento do subúrbio é delirante. Uma rua começa larga, ampla, reta; vamos-lhe seguindo o alinhamento, satisfeitos, a imaginar os grandes palácios que a bordarão daqui a anos, de repente estrangula-se, bifurca-se, subdivide-se num feixe de travessas, que se vão perder em outras muitas que se multiplicam e oferecem os mais transtornados aspectos. Há o capinzal, o arremedo de pomar, alguns canteiros de horta; há a casinha acaçapada, saudosa da toca troglodita; há a velha casa senhorial de fazenda com as suas colunas heterodoxas; há as novas edificações burguesas, com ornatos de gesso, cimalha e compoteira, varanda ao lado e gradil de ferro em roda. Tudo isso se baralha, confunde-se, mistura-se, e bem não se colhe logo como a população vai-se irradiando da via férrea. As épocas se misturam; os anos não são marcados pelas coisas mais duradouras e perceptíveis. Depois de um velho “pouso” dos tempos das cangalhas, depois de bamboleantes casas roceiras, andam-se cem, duzentos metros e vamos encontrar um palacete estilo Botafogo. O chalé, porém, é a expressão arquitetônica do subúrbio. Alguns proprietários, poupando a platibanda e os lambrequins, não esquecem de dar ao telhado do edifício o jeito característico e de rematar as duas extremidades da cumeeira com as flechas denunciativas. Em dias de névoa, em dias frios, se olhamos um trecho do alto, é como se estivéssemos na Suíça, na Holanda... Afinal dei com a casa do compadre de Gonzaga de Sá. Era um chalé. De longe, tinha o aspecto de burguês médio; quando cheguei, porém, vi-o separado em duas habitações, tendo ambas, na frente, uma faixa de terreno com alguns crótons tristes. Da rua, avistei logo o caixão, o vulto confuso do cadáver dentro dele e o falso brilho dos círios aos pés e à cabeceira. Na porta, curiosos da vizinhança... As crianças brincavam na rua inocentemente. Entramos. Uma velha senhora de cor veio nos receber. Gonzaga de Sá me falara dela. Dona Gabriela tinha um vago parentesco com a mulher de seu compadre; era viúva e mãe de quatro filhos.

— Já está tudo arranjado, amanhã, às nove horas, o enterro sai.

— O caixão chegou agora mesmo; nós tratamos logo de pôr o corpo dentro.

— Fizeram bem — disse Gonzaga de Sá. — Quedê o Frederico, seu filho?

— Saiu a buscar um pouco de pão.

— Quando vier, diga-lhe que eu quero falar-lhe.

— Sim, senhor.

Fui vendo a sala, não havia muita gente; mas que variedade de tipos e de cores; encontravam-se quase todos do espectro humano... Muito concentrados, os circunstantes, se falavam era baixinho, e, se lhes afluía um sorriso aos lábios, logo o abafavam. Sentei-me também numa cadeira. E afinal pude olhar o cadáver, a cor faraônica do rosto, meio oculto no lenço ao queixo e pelas pétalas de flores espalhadas ao redor. Pouco conhecera aquele homem. Encontrara-o algumas vezes, no serviço, na Secretaria dos Cultos, onde era servente. Sabia-o compadre de Gonzaga e chamar-se Romualdo de Araújo. A amizade entre aqueles dois homens, tão diferentes de condição e educação, era forte e profunda. Conquanto não tivessem nunca chegado à completa intimidade, eles se amavam de um modo especial, distante, é certo, mas que permitia a duração eterna da afeição. Dona Gabriela, alta, muda, com a sua misteriosa pele parda, ia e vinha, espevitava as velas, endireitava um *bouquet*, tudo muito calmamente, sem vacilação, sem terror, familiarizada com o ato. Seu filho chegou com o pão. Era um magnífico exemplar de mulato, de mulato robusto, ousado de olhar e figura, mas leve, vivaz, flexível, sem ressumar peso nem lentidão nos modos. Gonzaga de Sá recomendou-lhe qualquer coisa e, daí a instantes, fomos jantar. A noite veio e mais pessoas chegaram.

Eu a vi cair da sala de jantar, apreciando o crepúsculo por uma janela. Fiquei durante todo ele, a olhar, nas montanhas longínquas do ocidente, a barra de nuvens douradas, e, enquanto ele durou, mantive-me calado, fumando, e toda a minha atividade cerebral girou em torno da morte. Veio a noite completa. Tinha pensado muito — é verdade; mas sem ter concluído coisa alguma. Nada me ficou palpável na inteligência; tudo era fugidio, escapava-me como se tivesse a cabeça furada. Evaporou-se tudo e eu só sabia dizer: a Morte! a Morte! Era o que restava da longa meditação... Gonzaga de Sá, de onde em onde, vinha até a sala de jantar. Pouco falava. Voltava para junto do cadáver. A sua fisionomia não revelava a mínima dor e os seus olhos macios e lentos já tinham o brilho normal. Eu me levantei e fui até ao quintal. Fora os meus

hábitos olhei o céu muito estrelado que tinha a beleza de todos os dias. Quando voltei para junto da janela, estava sentada uma moça. Não a tinha visto entrar.

— Quer o seu lugar? — fez-me ela ao ver-me.

— A gosto, minha senhora. Há aqui muitas cadeiras.

Sentei-me imediatamente, como um velho conhecimento de anos comecei a conversar, e ela a me responder como um velho conhecimento.

— A tarde refrescou, não acha?

— É verdade, mas na sala faz ainda muito calor — disse-me ela.

— É verdade que aqui é muito quente? A senhora deve saber, não mora aqui?

— Há poucos anos, dois creio.

— Gosta?

— Alguma coisa; mas tenho saudades da cidade. Morei muitos anos lá. É outra coisa. Que movimento! Carros, jardins para passear...

— Mas tudo isso de que vale? Vem a morte...

— De fato, mas enquanto se vive a gente deve procurar as coisas bonitas, os teatros... O senhor já foi ao bar?

— Nunca!

— Deve ser bonito!

— Não gosto de Botafogo. É Buenos Aires, supercivilizado...

— Eu gosto muito. Quem me dera ter uma casa lá.

— Um marido, também? Não é, dona...

— Alcmena, uma sua criada. Queria: mas lhe garanto que valia mais um carro...

— Mas se todas essas coisas vão-se acabar...

— Quando?

— Quando alguns homens generosos tiverem feito toda a humanidade trabalhar de um mesmo modo e ganhar a mesma coisa...

— São maus, esses homens!

— São bons, pelo contrário; como não podem dar tudo a todos, tiram muita coisa de alguns.

— Para que!... Antes esses continuem a existir com as suas riquezas, porque a gente ao menos tem a esperança...

— A senhora há de tê-las, com esses seus belos olhos...

— Ora!... — fez ela alongando o busto por sobre o espaldar da cadeira até poder ver o céu pela janela que lhe ficava à vista.

Pousei o meu olhar nos seus olhos revirados, e segui deles até uma estrela que brilhava muito próxima das nossas cabeças. Nessa rápida postura, a moça atraía fortemente. Seus seios pareciam intumescidos, o pescoço, longo e roliço, saía todo do corpete, e as formas miúdas desenhavam-se com relevo por entre as dobras do vestido. Aquela desenvoltura tão longe da rua do Ouvidor! Compreendia-se? Ainda lhe vi a tez macia, os cabelos castanhos, as mãos longas e bonitas, um pouco estragadas pelo trabalho doméstico... Depois, nasceram-me coisas obscenas; vagos e indefinidos desejos cresceram em tumulto, de roldão; borbulhavam, subiam e desciam dentro de mim, encontravam-se, faziam-se outros a exigir satisfações, carícias, estados enervados e deliciosos...

Conversamos muito ainda, esquecidos do defunto, inebriados um do outro como se estivessemos em um baile.

— A vida é cruel — disse-lhe em certa ocasião. — Tudo acaba na morte.

— É. Mas há nela certas passagens que talvez a morte não apague.

— Que instantes dessa natureza teria tido o Romualdo?

— Ele já sabia... Cada um sabe quando é feliz e não pode dizer a ninguém, nem mesmo que queira... A coisa fica vivendo dentro de nós e só a lembrança dela nos alegra de novo... O senhor era amigo dele?

— Apenas o conheci...

— Fomos vizinhos dois anos... Habituei-me a vê-lo, a estimar-lhe o filho e sinto... Quando a gente está alegre dá vontade de dançar, de cantar, não é? Parece que dentro de nós há muita coisa de mais, molas, um mecanismo que nos empurra... Quando fico triste, também me vem a mesma vontade... É curioso!...

— Em outros tempos, houve danças fúnebres; e os selvagens dançam ainda por essas ocasiões.

— Eles têm razão. Não é a gente que quer; é coisa cá dentro...

Dona Alcmena levantou devagar um braço e apanhou, com os seus longos dedos abertos em leque, alguns cabelos que lhe caíam pela testa. Ainda conversamos algum tempo, e eu, inebriado pelo capitoso da moça, fascinado pela sua estranheza, esqueci-me, muito inocentemente, de que era inimigo do namoro.

Alcmena levantou-se e me apertou a mão demoradamente para sair.

Por momentos, fiquei só, mas cheio dela. O seu vulto me enchia e as suas palavras, que não sei onde as fora buscar, dançavam-me nos ouvidos.

A impressão, em seguida, foi-se apagando, e a lembrança do cadáver me veio. Quando me pus a pensar fortemente nele, o vulto da moça, mais

firmemente, voltou-me aos olhos, alto, fino, com seus olhos negros e as curvas transcendentais do seu corpo.

Depois de associar mais de uma vez estas duas imagens, tal fato me apareceu como uma profanação, um sacrilégio. Tive remorsos do que fizera. Mas fora uma mola, um mecanismo, como dizia a moça! Que culpa tinha eu? Até as palavras doces, os galanteios me vieram, a mim tão canhestro com as damas! Fora automático... Que culpa tinha eu?

Demais, senti também, era o cadáver que me impelia, que me empurrava para a moça; era sua mudez de fim que me ditava o único ato da minha vida capaz de fugir à lei a que ele se curvara. Vivente, tinha vivido, pois tanto é forte em nós viver, que só em nós mesmos encontramos a razão e o fim da vida, sabendo todos nós que devemos continuá-la a todo o transe, custe o que custar, em nós mesmos e nos nossos descendentes.

Tive ainda uma ponta de arrependimento, apesar de tudo, pois não sei o que me dizia que fora longe demais...

Gonzaga de Sá entrou, sentou-se na cadeira em que estivera a moça. Recostou-se e disse-me olhando o céu:

— Como está belo o céu! Hein? Para ele não há dores... Os que vivem que lhe apreciem a beleza: os que morrem que deixem aos outros o cuidado de apreciá-la...

Calou-se um pouco e depois acrescentou *ex abrupto*:

— Essa continuidade é imposta por tudo. As folhas que caem adubam as raízes das árvores onde nasceram, para fazerem nascer outras novas e belas.

A observação não era nova: mas sobressaltou-me ao lembrar que podia ter ouvido a minha conversa com a moça. Ainda mais acrescentou:

— Tens estado pouco na sala.

— Está muito quente...

— Deves ir, não só porque é conveniente à tua mocidade o espetáculo da morte, como também dá campo para se ver como os etnólogos são falsos e maus.

Ele tirou uma longa fumaça do cigarro e continuou:

— Ultimamente, disseram que os feitios de sentir eram tão diferentes em cada raça humana, que era o bastante para fazer não se entendessem elas... Que há, de fato, mais de um sentir, de um pensar para cada raça etc. etc. Ora, em face do nosso povo, tão variado, eu tenho reparado que nada há que as separe profundamente. E nós nos entenderíamos e preencheríamos facilmente o nosso destino, se não fora a perturbação que trazem os diplomatas viajados,

acovardados diante da opinião americana, querendo deitar esconjuros e exorcismos...

Continuou:

— Tu bem sabes que é difícil dizer onde começa o real e onde acaba. O homem é um animal conceitualista, isto é, capaz de tirar de pequenos dados do mundo uma representação mental, uma imagem, estendê-la, desdobrá-la e convencer o outro que aquilo tudo existe fora de nós... Tu sabes? Ora, a Europa, as universidades que por má-fé ou por desconhecimento primitivo, não direi do real, mas do fato bruto colhido pelos sentidos, deram agora para fazer teorias sobre raça, sobre espécies humanas etc. etc. A coisa se estende, os interessados não são ouvidos, pois não têm uma cultura seguida, porque se a tivessem, poderiam ter chegado a resultados opostos. Que acontece? A coisa pega como certa, cava dissensões, e os sábios diplomatas, para fazer bonito, adotam e escrevem artigos nos jornais e peroram burrices repetidas. Se no século XVII o que separava os homens de raças várias era o conceito religioso, há de ser o científico que as separará daqui a tempos... A benéfica ciência!... Enfim, a ocasião não é propícia para uma conferência. Vamos prestar homenagens a esse meu infeliz e humilde amigo...

Havia na sala umas trinta pessoas, mais da metade mulheres. Sobre uma velha cômoda, um lampião mal iluminava; os círios bruxuleavam. Gonzaga de Sá atravessou-a e foi sentar-se perto da sogra do compadre que chorava. Era uma preta retinta, de uma pele macia de veludo. Fiquei em pé, perto da porta de entrada. Havia um silêncio completo, de quando em quando um soluço da pobre mulher quebrava-o lugubrementemente. A gratidão devia ser grande. Aquele homem agora morto lhe dera as mais gratas satisfações de sua vida humilde. Casara com a filha, apoiara com o seu prestígio de homem a sua fraqueza de condição de menina, arrebatara-a ao ambiente que cerca as raparigas de cor, dignificara-a, ela, a quem quase todo o conjunto da sociedade, sem excetuar os seus iguais, admitem que o seu destino natural é a prostituição e a mancebia. Do outro lado, lá estava o neto. A testa reta, ainda mal desenhada pela idade, as sobrancelhas arqueadas e unidas, o seu olhar perfurante — toda a fisionomia da criança tinha uma expressão de inteligência, de curiosidade e de energia que a sua doçura nativa havia de diminuir. Que seria dele, por aí pela vida? Sob a ascendência do padrinho, estudaria muito, aplicar-se-ia aos livros. Durante anos no ambiente falso dos colégios e escolas, a sua situação na vida não se lhe representaria perfeitamente. Viriam os anos e a ânsia que o estudo dá; viria o mundo social, com a sua trama de conceitos e preconceitos, justos e injustos,

bons e maus — trama unida e espinhenta, contra a qual a sua alma se iria chocar... Era então a dor, as deliquescências, as loucas fugidas pela fantasia... Era doloroso peregrinar com o opróbrio à mostra, à vista de todos, sujeito à irrisão do condutor do bonde e do ministro plenipotenciário... Era sempre, nos cafés, nas ruas, nos teatros, andando vinte metros na frente, um batedor que avisava da sua presença e fazia que se preparassem as malícias, os olhares vesgos ou idiotas... Coitado! Nem o estudo lhe valeria, nem os livros, nem o valor, porque, quando o olhassem diriam lá para os infalíveis: aquilo lá pode saber nada!

Tive uma pena infinita, imensa, afetuosa por aquela pobre alma órfã tantas vezes; eu tive uma imensa tristeza que aquela inteligência não se pudesse expandir livremente, segundo o próprio caminho que ela própria traçasse... Olhei-o algum tempo assim, cheio de pena, de afeto e tristeza. De repente, ele se pôs a chorar muito e com força, sem explicação, sem causa, e correu, como se estivesse sendo perseguido, para onde estava o padrinho. Foram instantâneos, conexos, o choro e a corrida... Gonzaga de Sá levantou-se, ergueu-o no colo e beijou-o, animando-o:

— Que é meu filho? Que é meu Aleixo?

Uma vez estremeceu, e, no rosto do cadáver, julguei lobrigar um fraco gesto de padecimento.

X

O ENTERRO

No dia seguinte, diante do caixão já fechado, senti-me penetrado duma indiferença glacial. Repontava em mim, de onde em onde, uma pontinha de aborrecimento. O domingo estava maravilhoso, glorioso de luz, e os ares eram diáfanos — estava sedutor e sorria abertamente, convidando a gozá-lo em passeios alegres...

O silêncio da sala, aquelas velas mortícias, os semblantes contrafeitos e estremunhados das pessoas presentes, diante da soberba luz do sol, da cantante alegria da manhã, pareceram-me sem lógica.

Eu me aborrecia e fumava. Afinal, veio a hora do saimento. A aglomeração aumentou na porta. Algumas mulheres choravam. Gonzaga de Sá ia e vinha, tomando as últimas disposições. Fechou-se o caixão. Houve um pequeno ruído, seco, vulgar, exatamente igual ao de qualquer caixa que se fecha... E foi só!

Fomos levando o cadáver pela rua empedrouçada, trôpegos, revezando-nos, aborrecidos e tristes sob o claro e vitorioso olhar de um firme sol de março. Pelo caminho (era de manhã), os transeuntes mecanicamente se descobriam, olhavam as grinaldas, o aspecto do acompanhamento, medindo bem de quem era e de quem não era. Meninas de volta da missa e passeios consequentes, alegres, louças, passavam exúberes de vida, contemplavam um pouco o séquito com rápido olhar piedoso e, depois, continuavam a andar o caminho interrompido um instante, indiferentes, descuidosas, casquinando, quase rindo às gargalhadas... E o caixão nos foi pesando até que o descansamos nos bancos da estação. Em breve, o trem correu conosco e o morto pelos *rails* afora, velozmente atravessando as paragens suburbanas. O carro fúnebre era o primeiro e, quando havia uma curva, eu podia lobrigar pelas janelas abertas, nos carros de primeira classe, algumas plumas de chapéus femininos... Dentro do carro fazia um calor insuportável e os bancos duros nos torturavam. Saltamos enfim na Central. Tínhamos vindo oito e só quatro iriam ao

cemitério. Gonzaga de Sá nada dissera até ali. Contraíra a fisionomia, a pele da testa se mantivera enrugada durante toda a viagem, parecendo que prendia grandes pensamentos fugidios. Colocamos o esquife no coche e fomos tomar lugar na velha caleça de aluguel. Antes de embarcar, o meu amigo olhou a praça, os ares, as casas e o parque defronte e me disse, quando se sentou no banco do carro:

— Como está lindo o dia! Até alegre, não achas? Nem parece que levamos um morto... É que ele não gozava da vida. Antes assim!... Morrendo, em nada perturbou a vida das coisas e dos outros; entretanto, dizem, a sociedade é uma associação simpática de indivíduos e pouca coisa separa o homem do mundo.

Seguido por duas caleças de acompanhamento, o coche rolou pelos paralelepípedos, tomando a direção do cemitério do Caju. Recostamo-nos no fundo da carruagem e eu me pus a olhar ao longe, cismando, procurando ver nas coisas e por detrás delas, um sinal, um ponto, uma indicação de mágoa, de desgosto por aquela morte que ferira algumas consciências. Rolávamos agora pela rua de São Cristóvão, cruzávamo-nos com os bondes do bairro e, ao passar um, o mestre refletiu alto:

— Já reparaste que, quando não há indiferença, a passagem de um féretro desperta desgosto?

Calou-se um pouco e depois acrescentou:

— Creio que, se tivéssemos coragem das nossas opiniões, decretávamos um caminho especial para o cemitério, talvez subterrâneo... Só assim, não teríamos na vida esse constante espetáculo que nos desgosta!

— Ainda não reparei — respondi.

Eu tinha uma grande atonia mental. A noite passada quase em claro, e as suas emoções, tinham-me esgotado dando um forte torpor de corpo e uma imensa lassidão cerebral. Respondi somente compreendendo as palavras do meu amigo, sem atividade cerebral suficiente para que elas provocassem em mim um outro qualquer pensamento. Havia tanta resistência na minha percepção, que o espetáculo circundante parecia chegar por caminho diferente da minha sensibilidade. Retruquei automaticamente, por mero hábito de polidez.

— E a morte tem sido útil, e será sempre — continuou Gonzaga de Sá.
— Não é só a sabedoria que é uma meditação sobre ela, toda a civilização resultou da morte.

Suspendeu a palavra; e, de acordo com a marcha da caleça, pôs-se a vagar o olhar pelos lados. Com ele, seguia os ornatos das cimalthas, as grades das

sacadas; adiante, demorava-se mais a ver um bando de moças em traje de passeio, postadas à porta de uma casa burguesa. Afastando-se dali o carro, o seu olhar lento e macio foi parar sobre os bondes que passavam, e os transeuntes na rua; deles resvalou, pela calçada, no ponto em que uma mulher andrajosa dormia ao relento, imóvel, enrodilhada, como uma trouxa esquecida, e por fim, durante segundos, fixamente, insistentemente, pousou a vista no coche fúnebre que rodava na nossa frente.

— Levamos a procurar as causas — falou-me ele em seguida àquele longo passeio visual —, levamos a procurar as causas da civilização para reverenciá-las como se fossem deuses... Engraçado! É como se a civilização tivesse sido boa e nos tivesse dado a felicidade!

E não me disse mais nada até chegarmos ao portão do cemitério, quando me avisou que ia tratar dos atos administrativos indispensáveis à finalização do enterro. Seguimos o caixão sobre a carreta mortuária, que os empregados do cemitério impeliam profissionalmente; em breve, Gonzaga de Sá se nos veio juntar. Íamos pelas alturas de meio-dia. O sol continuava claro e as alturas eram mais límpidas. O perfil das palmeiras ressaltava mais firme e os ciprestes não despertavam ao forte sol do dia. Chegamos em breve à beira da cova funda... O caixão desceu rapidamente pela sepultura abaixo. As correntes tilintaram aborrecidas daquela faina que exerciam há tantos anos. Lancei a minha pá de cal, sem comoção quase, desajeitadamente. Até ali, eu não sentira nada de especial; não tivera nenhum pensamento nem sequer uma emoção piedosa. Vira a cerimônia sem tristeza, fora de sua significação e dos grandes sentimentos compassivos que ela pedia. Passavam pelo meu cérebro, há muito soerguido do abatimento que trazia ao entrar, ligeiras reflexões, fracas e remotamente associáveis ao fato presente. Lembrei-me da minha infância, da fisionomia dos colégios por onde passei, dos professores, dos meus condiscípulos, da escola superior em que vadiiei, das alternativas dolorosas da minha vida... E assim, lembrando-me de coisas fora do lugar e do momento, vim com Gonzaga de Sá andando vagarosamente até à porta do cemitério. Ele caminhava calado, de cabeça baixa, com o seu vasto crânio venerável exposto ao sol. Vinha distraído, esquecera-se de pôr o chapéu; e eu não quis perturbar o seu recolhimento, lembrando-o. Engolfado naturalmente na dor de perder aquele obscuro amigo, para cuja vida mediocrementemente feliz, tanto ele concorrera generosamente, olhava a ponta dos pés, com a fisionomia endurecida e os olhos úmidos. Aquela amizade devia muito consolá-lo, a seu modo, do abandono e da solidão da sua velhice sem afeto. Gonzaga de Sá seria um apaixonado que

não conseguira a tempo encaminhar o seu temperamento para um objeto qualquer, ficara de parte, guardando suas paixões, escondendo seus estorvos, tanto por timidez como por orgulho? Seria isso de modo que, ao lhe chegarem os anos, já por fadiga, já pelas exigências da sua compleição, tivera que encaminhar para aqui e para ali, para este ou para aquele objeto, os ímpetus do seu coração, indo ter eles à insignificância, à modéstia daquele contínuo, de forma que encontrara nessa afeição um derivativo para o seu grande sofrimento, nascido quando a idade lhe fez assomar na consciência a imagem da sua esterilidade sentimental? Quem sabe?

Com a sua mania introspectiva, analisando-se constantemente, conhecendo bem a fonte de suas dores e indo ao encontro delas, conforme já foi observado, ficara mais apto para compreender as dos outros, para justificá-las ao mesmo tempo, e, portanto, perfeitamente capaz de simpatizar com aqueles que as curtiam. Nele, eu queria adivinhar isso desde muito e não estranhei quando me disse no portão do cemitério:

— Pobre Romualdo! De que lhe valeu viver se estava pelo meio na sociedade em que surgiu! Além dos males inerentes à vida, curtir mais este que se desdobra em milhões? Enfim, ele não tinha noção disso, o que é importante pois sem ele não há sofrimento! Nele, era tudo isso confuso e o seu sofrimento só poderia ser criado pelos outros. Sou eu que o faço sofrer; ele, de fato, não sofreu... Hei de tratar dos meios de extirpação da consciência...

Descemos devagar a praia, seguindo o gradil do cemitério, a pé, pois despedíramos o carro que nos trouxera, pretendendo tomar um bonde. Era mais cômodo; não jogava no calçamento. O mar estava calmo naquelas alturas e quem o olhasse, por cima, vê-lo-ia ligeiramente enrugado. As alturas apareciam cristalinas e o sol caía em jorros de luz sobre a superfície da baía. Começara já a viração. Ao fundo, e na frente, as montanhas saíam nitidamente do painel em que pareciam pintadas. Uma ilhota, com sua alta chaminé, não diminuía o largo campo de visão que o mar oferecia. Alonguei a vista por ele afora, deslizando pela superfície imensamente lisa. Surpreendi-o quando beijava os gelos do polo, quando afagava as praias da Europa, quando recordava as costas da Ásia e recebia os grandes rios da África. Vi a Índia religiosa, vi o Egito enigmático, vi a China hierática, as novas terras da Oceania e toda a Europa abracei num pensamento, com a sua civilização grandiosa e desgraçada, fascinadora, apesar de julgá-la hostil. E, depois de tão grande passeio, minha alma voltou a mim mesmo, certificando-me de que, aqui como naqueles lugares, era, ora a mais ora a menos. E me pus a pensar que sobre a

convexidade livre do planeta que me fez, não tinha um lugar, um canto, uma ilha, onde pudesse viver plenamente, livremente. Olhei o mar de novo. Boiavam sargaços, balouçando-se nas ondas, indo de um para outro lado, indiferentes, à mercê dos movimentos caprichosos do abismo. Felizes!

Gonzaga de Sá interrompeu-me estas vagas cogitações:

— Por que razão se vive? Que tu vivas, vá! Tu vives das tuas angústias, das tuas dores, dos clarões de alegria que por vezes rebentam entre elas; mas este pobre diabo, cujo *stock* de noções e conceitos era reduzidíssimo para forjar dores e, portanto, para obter alegrias, por que viveu? Sabes?

— Foi a inércia.

Dentro em pouco, tomamos o bonde e viajamos silenciosamente. O veículo encheu-se do curioso público de domingo. Gonzaga de Sá mantinha-se calado, de quando em quando olhava um pouco a rua, depois descansava as mãos na bengala, baixava a cabeça e se punha a ver o chão da rua, por entre as grades do assoalho do veículo. Quando saltamos, quis-me despedir dele. Não deixou.

— Janto na cidade... Fica!... Vamos andar pelas ruas. Por exemplo: vamos ao Passeio Público.

— Vamos.

Ele amava o velho jardim, onde nos sentamos pouco depois em um banco de pedra, num lugar retirado, ouvindo ao longe o estrondo da banda de música domingueira. A calma do lugar foi-nos aos poucos penetrando. De mim tinha fugido o desassossego que sucedera ao torpor da manhã; e o meu companheiro tinha a fisionomia mais composta, o olhar quieto. Estava calmo, embora triste. Levantara o chapéu no alto da cabeça e se pusera a traçar, com a ponta da bengala, na areia, uma figura grosseira... Parecia o esboço de um rosto... Do outro lado, pela alameda que corria defronte do botequim, víamos agitar-se, aos impulsos de energias acumuladas durante a semana, uma multidão policrômica; e, ali, separados dela, silenciosos e inertes às forças que se moviam, nós estávamos como fora da humanidade, como entes de outra estrutura, sem nada de comum com eles. O grande relvado circular que dividia as duas alamedas, com o seu repuxo ao centro, marcava o limite entre os dois meios fluidos, próprios à vida deles e à nossa. Víamo-los como o passageiro vê os peixes, da borda do navio, através das águas prateadas. Eu me demorava espreitando um casal que se abraçava um pouco longe de nós, quando Gonzaga de Sá me perguntou:

— Sabes por que o fiscal dos bondes fiscaliza o condutor?

A pergunta me pareceu pueril, a menos que não contivesse uma troça insignificante. Sem procurar resolver tão imbecil questão, respondi:

— É difícil de saber... Eu não atino...

Por um instante permaneceu calado, contemplando a multidão na alameda em frente.

Segui os seus movimentos. Tinha deixado de traçar a figura na areia e descansara negligentemente a bengala sobre a perna. Esforçava-se por abranger o maior círculo possível e horizonte e, sem se fatigar, ia e vinha com os olhos, de um extremo dele a outro. Parecia um navegante perdido que procura tênues indícios de costa.

— Eu julgo — disse ele, depois de estar algum tempo naquela postura — que os desgraçados se deviam matar em massa a um só tempo. Schopenhauer, que propôs o suicídio da humanidade, foi longe; devem ser só os desgraçados, os felizes que fiquem com a sua felicidade.

— Propõe isso, para ver se eles aceitam.

— Decerto, não. A burrice é firme e os leva a viver, apesar de tudo. Eu não compreendo acrescentou depois de uma pausa que um homem... um animal dotado de senso crítico, capaz de colher analogias... levante-se às quatro horas da madrugada, para vir trabalhar no Arsenal de Marinha, enquanto o ministro dorme até às onze, e ainda por cima vem de carro ou automóvel. Eu não compreendo — continuou — que haja quem se resigne a viver desse modo e organizar famílias dentro de uma sociedade cujos dirigentes não admitem para esses lares humildes os mesmos princípios diretos com que mantêm os deles luxuosos, em Botafogo ou na Tijuca. Recordo-me que uma vez, por acaso, entrei numa pretoria e assisti um casamento de duas pessoas pobres... Creio que até eram de cor... Em face de todas as teorias do estado, era uma coisa justa e louvável; pois bem, juízes, escrivães, rábulas enchiam de chacotas, de deboches aquele pobre par que se fiara nas declamações governamentais. Não sei por que essa gente vive, ou antes, por que teima em viver! O melhor seria matarem-se, ao menos os princípios químicos, dos seus corpos, logo às toneladas, iriam fertilizar as terras pobres. Não seria melhor?

— Na Europa, os camponeses sofrem...

— Oh! Lá é outra coisa! Há uma literatura, um pensamento, que vincula grandes ideias, que espalham o são espírito pela individualidade humana — fonte de simpatia pelos fracos, preocupada e angustiada com os destinos humanos. Aqui, o que há?

— Alguma coisa.

— Nada. A nossa emotividade literária só se interessa pelos populares do sertão, unicamente porque são pitorescos e talvez não se possa verificar a verdade de suas criações. No mais, é uma continuação do exame de português, uma retórica mais difícil a se desenvolver por este tema sempre o mesmo: dona Dulce, moça de Botafogo em Petrópolis, que se casa com o doutor Frederico. O comendador seu pai não quer, porque o tal doutor Frederico, apesar de doutor, não tem emprego. Dulce vai à superiora do colégio das irmãs. Esta escreve à mulher do ministro, antiga aluna do colégio, que arranja um emprego para o rapaz. Está acabada a história. É preciso não esquecer que Frederico é moço pobre, isto é, o pai tem dinheiro, fazenda ou engenho, mas não pode dar uma mesada grande. Está aí o grande drama de amor em nossas letras, e o tema de seu ciclo literário. Quando tu verás, na tua terra, um Dostoiévski, uma George Eliot, um Tólstoi, gigantes destes, em que a força de visão, o ilimitado da criação, não cedem o passo à simpatia pelos humildes, pelos humilhados, pela dor daquelas gentes donde às vezes não vieram, quando?

— A nossa gente não sofre, é insensível.

— Diz a sério? — E logo acrescentou: — Sofre. Sim. Sofre a sua própria humanidade.

O meu amigo falava calmo, mas com um travo de azedume na voz.

— Se eu pudesse — aduziu —, se me fosse dado o dom completo de escritor, eu havia de ser assim um Rousseau, ao meu jeito, pregando à massa um ideal de vigor, de violência, de força, de coragem calculada, que lhes corrigisse a bondade e a doçura deprimente. Havia de saturá-la de um individualismo feroz, de um ideal de ser como aquelas trepadeiras de Java, amorosas de sol, que coleiam pelas grossas árvores da floresta e vão por ela acima mais alto que os mais altos ramos para dar afinal a sua glória em espetáculo. Sabes de quem é?

— Não.

— É daquele que “aumenta a força vital”.

No curso do diálogo pusera-se de pé. O seu olhar tinha perdido a macieza e brilhava extraordinariamente nas órbitas de uma curvatura regular e suave. Falava com firmeza, com calor, sacudindo as palavras, uma a uma; as últimas, porém, foram ditas com paixão redobrada. Antes de sentar-se, olhei-o um instante. Sorria com um sorriso parado e cheio d'alma; parecia ouvir alguém invisível... O anjo Gabriel, talvez. Era como um Maomé que se preparava para levar seu pobre povo, em cem anos, dos Pireneus às ilhas de Sonda! O sorriso se desfez em seus lábios, à proporção que se sentava. Sentado, disse a esmo:

— Não; a maior força do mundo é a doçura. Deixemo-nos de barulhos...

Despreocupadamente, sossegadamente, durante horas, estivemos a ver os patos no lago e a conversar sobre coisas de pequena importância. Os combustores já estavam acesos, quando saímos para jantar. Tomamos a sopa num restaurante de uma rua central, e Gonzaga pôs-se a me dizer:

— Não repares naqueles palavrões de há pouco. Foram saudades do Romualdo, pesar pela sua morte... Eu o estimava deveras, e na minha vida, só encontrei aquela, estranha ao meu círculo, para me amar e me sentir. Na minha idade, tu também deves saber, um golpe desses traz manifestações indiretas, mas violentas.

Tirou o lenço e passou um instante pelos olhos. Esgotou o prato e emendou:

— Como lhe devia ter sido dura a vida! Aos quatorze anos, é metido numa escola, que mais é uma prisão. De corpo em corpo militar, vaga sofrendo as durezas da disciplina e também a da hierarquia. Tudo isso lhe custa o viço da vida. Tira-lhe a iniciativa, a sensação do que pode por si... Um belo dia, fazem-no servente e ei-lo a receber humilhações de todo um corpo de funcionários pretensiosos, desde o ministro até o contínuo. Casei-o. Ele, valente, que nascera em lugar em que a bravura pessoal é exigida para a própria vida comum, tinha medo de sair com a mulher, porque... oh! nem é bom contar.

E continuou a comer os pratos seguintes, trocando uma reflexão ou outra, enquanto eu não atingia os limites da minha surpresa. Gonzaga de Sá nunca me aparecera com esse aspecto de sentimentalidade comum. Em começo eu o achei uma natureza fria, depois um despeitado, em seguida uma espécie de pura inteligência que via a vida e as suas instituições para lhe colher os aspectos contraditórios. Um dia em que muito eu pensava sobre ele, achei-o da raça daquele André Maltère, de Barrès, que nasceu para compreender e desorganizar. Como neste momento me surgia sentimental, quase lamuriento?

É verdade que, em certas ocasiões, quase o sentia dessa maneira; mas, nestas, sempre se tratava dele, e não há quem o não seja a seu próprio respeito. Durante os quase dois dias em que o vi em presença da morte de um amigo, ele se transfigurara inopinadamente num sentimental vulgar, exatamente igual a qualquer homem. Desesperava por compreendê-lo, fiz todas as hipóteses, combinei-as, sem que o tivesse perfeitamente compreendido, confesso; e até o presente, quando ligo os diferentes modos de ser com que ele se me apresentou hoje, ontem e amanhã, em vários momentos e horas, é tal a incoerência, é tal a

falta de ligação dos seus atos, que o vejo na memória como o vi naquela tarde, em um café a circunvagando o olhar por tudo: enigmático!

.....
...

Deixando o hotel, ao chegarmos à avenida Central, havia um movimento por ela acima. Subimos até o pavilhão Monroe. O público noturno de domingo, nas ruas, tem uma certa nota própria. Há os mesmos *flâneurs*, artistas, escritores e boêmios; os mesmos *camelots*, mendigos e *rôdeuses*, que dão o encanto do pitoresco à via pública. No domingo, porém, como eles, vêm as moças dos arrabaldes distantes, com os seus pálidos semblantes e os vestidos característicos. Vêm as armênias das adjacências da rua Larga, em cujos grandes olhos negros, guarnecidos de longos cílios, e com uns duros reflexos de turmalina, a gente vê por vezes passar alguma coisa de ferocidade asiática. Além destes, há operários em passeio, com as suas roupas amarfanhadas pela longa estadia nos baús. Há caixeiros com roupas eternamente novas e grandes pés violentamente calçados... Por entre essa gente, fomos indo até a balaustrada que dá para o mar, junto à qual nos encostamos, olhando em todo o comprimento a avenida iluminada e movimentada.

— Repara — disse-me Gonzaga de Sá — como esta gente se move satisfeita. Para que iremos perturbá-la com as nossas angústias e nossos desesperos? Não seria mal?

— É um caso de consciência.

— De que me vale esse testemunho? Quem tem certeza das suas revelações? Quem acreditará na sua consciência? Sou pela dúvida sistemática... Eu não sinto evidências. Não sofro daquilo que Renan chamava a horrível mania de certeza... Tudo para mim foge, escapa, não se colhe... O que há são crenças, criações do nosso espírito, feitas por ele para seu gasto, estranhas ao mundo externo, que talvez não tenha nenhuma ordem para se curvar à que criamos... Determinando a consciência, valeria a pena perturbar a paz desses panurgianos?

Não lhe soube responder, ele também não me pediu resposta. Olhamos ainda as filas de luzes que se erguiam por todo o comprimento da via pública. Descemos a rua pouco depois. Fomos tomar chopes e abancados no botequim e conversamos outras banalidades. Quando nos despedimos ele me disse:

— Vou educar o Aleixo Manuel, o filho do Romualdo. Hei de fazê-lo um Tito Lívio de Castro.

Eu tive um pensamento aziago e, de mim para mim, perguntei: Viveria Gonzaga para tanto? Valeria a pena?

XI

ERA FERIADO NACIONAL...

Desci de minha casa aborrecido. Uma noite má, povoada de recordações amargas, pusera-me de mau humor, irritado, covardemente desejoso de fugir para lugares longínquos. Era festa nacional. Os poderes públicos tinham resolvido festejá-la com o ruído de uma parada, a que se seguia uma recepção em palácio e um espetáculo de gala, à noite, no barracão da Guarda Velha. Desci para me delir na multidão, para me embriagar no espetáculo dos fardões e dos amarelos, para me fragmentar com o estrondo das salvas fugindo a mim mesmo, aos meus pensamentos e às minhas angústias. Saltei no Campo de Sant'Ana, esgueirei-me por entre o povo, entrei no jardim, deixando-me a ver os batalhões, ingenuamente, humildemente como se fora um garoto. As tropas formavam, esperando a visita do general, para desfilarem, então, pelo Catete, em continência ao presidente. Vi regimentos, vi batalhões, luzidos estados-maiores, pesadas carretas, bandeiras do Brasil, sem emoção, sem entusiasmo, placidamente a olhar tudo aquilo, como se fosse uma vista de cinematógrafo. Não me provocava nem patriotismo nem revolta. Era um espetáculo, mais nada; brilhante, por certo, mas pouco empolgante e ininteligente. Junto a mim, dois populares discutiam, ao passar as forças formidáveis da Pátria, os seus recursos de mar e terra. Tinham um almanaque na cabeça, sabiam o nome dos oficiais, a marca dos canhões, a tonelagem dos couraçados. Discutiam com evidente orgulho, satisfeitos, manifestando, aqui e ali, desgosto que fosse tão reduzido o número de regimentos de cavalaria e tão poucos os couraçados de alto mar. Eu olhei. Olhei as suas botas, olhei os seus chapéus; em seguida, passei a olhar nos generais pimpões que galopavam ao lado dos dourados almirantes... Oh! A sociedade repousa sobre a resignação dos humildes! Grande verdade, pensei de mim para mim, recordando Lamenais.

Voltei a olhá-los. Continuavam a discutir acaloradamente; faziam comparações com a força de outros países vizinhos, e passava-lhes pelas faces uma irradiação de orgulho, quando o cotejo nos era favorável. Por que aqueles

homens maltratados pela vida, pela engrenagem social, cheios de necessidades, excomungados falariam tão santamente entusiasmados pelas coisas de uma sociedade em que sofriam? Por que a queriam de pé, vitoriosa — eles que nada recebiam dela, eles que seriam espezinhados pela mais alta ou pela mais baixa das autoridades, se alguma vez caíssem na asneira de ter negócios a liquidar com alguma delas? Não seria fundamental, estrutural, em todos nós, neles como em mim, esse espontâneo separar das nossas dores, a provável culpa do corpo social em que vivemos? Poderíamos viver sem ele, sem as leis e sem as regras que nos esmagam? Secretos ditames de nossa natureza não nos impunham essa subordinação resignada? Quem sabe lá? E, conforme tão bem dizia Gonzaga de Sá, que tinha eu, homem de imaginação e leitura; que tinha eu de levar desassossego às suas almas, às daquela pobre gente, de lhes comunicar o meu desequilíbrio nervoso? Olhei-os ainda uma vez. Um deles desconfiou e sorriu ao outro. Desviei o olhar, alvejando-o por sobre uma rua em frente, vista por mim em toda a extensão, graças a uma aberta na formatura. Olhando-a, pus-me a recordar que, ainda há dias, naquele longo sulco que se lhe abria pelo eixo em fora, homens sujos cavavam; e que, fizesse o sol mais ardente ou o aguaceiro mais temível, eles cavariam...

E eu ascendi a todas as injustiças da nossa vida; eu colhi num momento todos os males com que nos cobriam os conceitos e preconceitos, as organizações e as disciplinas. Quis ali, em segundos, organizar a minha República, erguer a minha Utopia, e, por instantes, vi resplandecer sobre a terra dias de Bem, de Satisfação e Contentamento. Vi todas as faces humanas sem angústias, felizes, num baile! Tão depressa me veio tal sonho, tão depressa ele se desfez. Não sei que diabólica lógica me dominava; não sei que inveterados hábitos de reflexão vieram derrubar meus sonhos: eu abanei a cabeça desalentado. Tudo isto era sem remédio. Morto um preconceito ou uma superstição, nasciam outros. Tudo na terra concorre para criá-los: a Arte, a Ciência e a Religião são as suas fontes, são as matrizes de onde saem, e só a morte dessas ilusões, só o esquecimento dos seus cânones, dos seus delírios e dos seus preceitos trariam à humanidade o reino feliz da perfeita ausência de todas noções entibiadoras. Seria assim? Não ficariam algumas? Não era mesmo da essência da natureza humana ter cada grupo o seu *stock* para opor às do vizinho? Não tinham os tupis as suas contra os tapuias; não tinham os portugueses contra os dois? Que me importava hoje ter de sofrer com as noções de alguns universitários europeus e a burrice dos meus concidadãos, se amanhã, asselvajado, de azagaia e bodoque, iria sofrer da mesma maneira com as da

tribo minha vizinha ou mesmo com as da minha? Levei em tais pensamentos emaranhando minuto a fio. Para mim, afinal, ficou-me a certeza de que sábio era não agir. Que me propusesse apagar as atuais fontes de sofrimentos, seria preparar o nascimento de outras, fosse o meu movimento no sentido de continuar a marcha que a humanidade vem fazendo até hoje, fosse no sentido de a fazer retroceder para os dias que já se foram. Tive um louco desejo de acabar com tudo; queria aquelas casas abaixo, aqueles jardins e aqueles veículos; queria a terra sem o homem, sem a humanidade, já que eu não era feliz e sentia que ninguém o era... Nada! Nada!

O clarim retiniu. Soou um ao longe, depois os outros, um a um, como se os sons de um fizessem o outro vibrar. As tropas dispunham-se a desfilar. Desfilaram. Passaram aos meus olhos lisas faces negras reluzentes, louros cabelos que saíam dos capacetes de cortiça; homens de cor de cobre, olhar duro e forte, raças, variedades e cruzamentos humanos se moviam a uma única ordem, a uma única voz. Tinham, os seus pais, vindo de paragens longínquas e da mais desconhecidas regiões do globo. Que motivos ocultos, sob a grosseria dos fatos históricos, explicavam essa estranha impulsão e aquela mesma obediência a um mesmo ideal e a uma mesma ordem? Que bobagem, pensei por aí, estar eu a meditar sobre coisas tão imbecis, quando estavam próximos os armazéns de modas, o Pavilhão Mourisco, ou *Os Pequenos Ecos*, tão peçados de coisas importantes e inteligentes, onde poderia com ganho e lucro empregar a minha atenção e o meu estudo. Que besta sou!...

As tropas continuavam a marchar em direção do Catete. Vi-as passar simplesmente, como as tinha visto formar. Depois que passaram, vim descendo ruas ao sabor da multidão; nela, flutuei com prazer, gozando a volúpia da minha anulação... Vinha como uma gota d'água no caudal de um rio, e, quando me perdi no largo do Rossio, foi para esbarrar com o doutor Xisto Beldroegas, bacharel em direito e colega de Gonzaga de Sá, na Secretaria dos Cultos. Caminhava devagar e preocupado, sombriamente preocupado. Conheci-o por intermédio do meu amigo, que me descrevera a sua curiosa atividade mental. Beldroegas era o depositário das tradições contenciosas da Secretaria dos Cultos. Apaixonado pela legislação cultural do Brasil, vivia obsedado com os avisos, portarias, leis, decretos e acórdãos. Certa vez, foi atacado de uma pequena crise de nervos, porque, por mais papéis que consultasse no arquivo, não havia meio de encontrar uma disposição que fixasse o número de setas que atravessam a imagem de São Sebastião. Gonzaga de Sá contava coisas bem engraçadas do seu colega bacharel. Notava muito a sua

necessidade espiritual da fixação, da resolução em papel oficial de tudo e todas as coisas. Beldroegas não podia compreender que o número de dias em que chove no ano, não pudesse ser fixado; e se ainda não o estava, em aviso ou portaria, era porque Congresso e os ministros não prestavam. Se fosse ele... Ah!... O movimento dos astros, o crescimento das plantas, as combinações químicas, toda a natureza, no seu entender, era governada por avisos, portarias e decretos, emanados de certos congressos, ministros e outras espécies de governantes que tinham existido há muito tempo. Não acreditava que outras vontades ou forças mais poderosas do que as dos membros ostensivos do poder político governassem. Eram eles, só eles, o voto... Tolice!...

Apesar de enfronhado na legislação, não tinha uma ideia das suas origens e dos seus fins, não a ligava à vida total da sociedade. Era uma coisa à parte; e a comunhão humana, um imenso rebanho, cujos pastores se davam ao luxo de marcar, por escrito, o modo de aguilhoar as suas ovelhas. Para o doutor Xisto Beldroegas, a lei era ofensiva, inimiga da parte. Ninguém tinha direito em presença dela; e todo pedido devia ser indeferido, não logo, mas depois de mil vezes informado por vinte e tantas repartições, para que a máquina governamental mais completamente esmagasse o atrevido. Demais, tinha uma noção curiosa da lei. Uma vez eu lhe falei na lei da hereditariedade.

— Lei! — exclamou. — Isso lá é lei!

— Como?

— Não é. Não passa de uma sentença de algum doutor por aí... Qual o parlamento que a aprovou?

Lei, no entender do colega de Gonzaga de Sá, eram duas ou três linhas impressas, numeradas ao lado, podendo ter parágrafos e devendo ser apresentadas por um deputado ou senador, às suas respectivas câmaras, aprovadas por elas e sancionadas pelo presidente da República. O que assim fosse era lei, o mais... bobagens!

.....
.....

Xisto vinha preocupado, sombriamente preocupado. Hesitei em lhe falar; não tive tempo, porém, de tomar uma decisão. Ele deu com os olhos em mim.

— Doutor! — disse eu, fingindo surpresa e contentamento.

Ele não me respondeu claramente; articulou unicamente um grunhido de suíno, como exigia a sua respeitabilidade burocrática. Sou teimoso, quis obrigá-lo a falar; insisti amavelmente.

— Em que pensa, doutor?

Xisto gostou da minha subalternidade, concertou o *pince-nez*, ajeitou o olhar nas órbitas e disse:

— Isto vai mal... Não sei onde vamos parar!...

— Por quê, doutor?

— Ora! É uma balbúrdia!

— Não há dúvida! — concordei.

— Nem dá gosto trabalhar! Imagine só o senhor que há mais de dez anos, nas minhas informações, lembro a necessidade de ser fixado o número de linhas dos avisos... É preciso regular isso perfeitamente... Ora, uns têm cinco linhas; ora, outros têm dez, quinze, trinta... É um inferno!... Veja só hoje o *Pais*! Chama mensagem o que é um simples aviso... É por causa dessa deficiência na doutrina! É verdade que serão sempre ignorantes; a coisa podia estar determinada e os jornalistas não saberiam... Qual! Nesta terra, fique certo, ninguém se entende! Os que prestam, estão por baixo...

Durante longos minutos, contou-me ainda outros grandes desgostos da sua alma de funcionário. Interrompi-o perguntando:

— E o Gonzaga, como vai?

— Parece-me que anda adoentado... Outro dia, teve um delíquio...

— Passou?

— Sim, passou; mas, na idade dele, é mau... Dizem que vai ser aposentado.

— Que pena!

— Não perde nada... Bom camarada, mas não entende do serviço... Até hoje, com perto de quarenta anos de casa, ainda não se tinha habituado a pôr o número de anos da República nos decretos. Imagine só!... Eu gosto dele, garanto; a respeito de serviço, porém, não era lá grande coisa... Sabia, é certo; mas negócio de romance, de filosofia, de revistas... Fico com pena... Ele tinha boas pilhérias... Muita gente há de dizer que gosto porque a sua aposentadoria vai me aproveitar. Estou em primeiro lugar para a promoção... Mas, não. Tenho pena...

As últimas palavras foram ditas quase a meia-voz. Calou-se um pouco e, em seguida, continuando a caminhar a meu lado, desandou a falar de sua repartição e dos colegas. O chefe não entendia; o diretor ainda menos; o ministro... A custo pude me afastar desse portentoso senhor, cujas mãos graduavam a força da lei e sustinham a majestade do Estado. Deixando-o, tive ímpetos de ir ver o meu amigo. Era pouco mais de duas horas. Muito cedo e temi incomodá-lo, com uma visita demorada. Deixei-me ficar pelas ruas até às

quatro horas da tarde, quando me dirigi à sua casa, saudoso dele, a quem não via há mais de vinte dias. Foi o próprio Gonzaga de Sá quem me recebeu.

— Disseram-me que estavas doente — disse-lhe eu ao entrar.

— Qual! Uma ligeira infecção do ambiente. Quem foi que te disse?

— O Xisto Beldroegas.

— Logo vi! Eles é que me fazem doente... Não os posso suportar mais...

Que cacetes! Imitam-me... É incrível que só agora, aos sessenta e tantos anos, eu me venha sentir incompatível com “eles”...

— Não tiveste uma tontura?

— Tive; mas coisa insignificante... O que tenho, de fato, é aborrecimento, é tédio; sofro em me sentir só; sofro em me ver que organizei um pensamento que não se afina com nenhum... Os meus colegas me aborrecem... Os velhos estão ossificados; os moços, abacharelados... Pensei que os livros me bastassem, que eu me satisfizesse a mim próprio... Engano! As noções que acumulei, não as soube empregar nem para a minha glória, nem para a minha fortuna... Não saíram de mim mesmo... Sou estéril e morro estéril... As palavras me faltam; as ideias não encontram expressões adequadas para se manifestarem... Enfim, estou no fim da vida, e só agora sinto o vazio dela, noto a sua falta de objetivo e de utilidade... Meu coração foi sáfaro... Gastei um capital precioso em coisas fúteis... A vida quer outras coisas... Passei quarenta e um anos a girar em torno de mim mesmo, e vivendo horas cercado de imbecis... Calcula que o meu chefe, há dias, organizou um curioso sistema de nomeação para presidente da República; e muito a sério, podes crer.

— Como era?

— Entrava-se amanuense, e de promoção em promoção, ia-se a presidente...

— Engenhoso!

— Sabes qual a vantagem apontada por ele?

— Não.

— Quando houvesse necessidade de se lavrar um decreto em palácio, o presidente estava perfeitamente apto a fazê-lo... Oh! Impossível! Nem a paciência de um santo!...

Nós conversávamos sentados naquele gabinete em que Gonzaga de Sá me recebeu pela primeira vez. Assombrava-me aquele seu desabafo; não estava nos seus hábitos; eu não o esperava. De há tempos para cá notava-o menos resignado, irritadiço, mais deprimido, sem energia para se conter. Perdera um pouco a sua ironia aguda, deixava-se facilmente encolerizar e lastimava-se

desalentadoramente. Não o tentei consolar; ele não era dos que se consolam. Olhei um instante para fora da janela. As alturas estavam calmas; o céu muito azul e límpido; o sol brilhava sem violência, meigamente envolvendo a palmeira quieta. O flanco chanfrado da pedreira, do outro lado, era visto ao longe, pela janela aberta, bruscamente claro, surgindo por entre a vegetação escura e a rocha, como uma chaga... Os cavouqueiros mexiam-se. O fermento humano na natureza indiferente...

Da rua vinha até nós o pregão monótono dos vendedores ambulantes. Pelas janelas da frente, eu vi a ponta das palmeiras do palácio e as alturas do morro de Guaratiba, pairando sossegadamente sobre nossos festins ruidosos...

Gonzaga de Sá levantou o olhar da folha de papel em que estivera rabiscando, passeou a vista pelas três faces da sala aberta para o exterior e permaneceu alguns minutos com o olhar perdido. Por fim, o meu velho camarada voltou-se e perguntou-me ainda uma vez:

— Quem te disse que eu estava doente?

— Já te disse... O Xisto Beldroegas.

— Que idiota! Com aquela voz de castrado, com aquele passo de jabuti... Tenho-lhe nojo, nojo da sua burrice... Imagina que, para me moer, ele se propôs um dia a discutir filosofia com o Baltar... Sabes o que discutiram?

— Não.

— Ouve, Beldroegas diz ao outro, olhando de esguelha para mim, Baltar, vamos discutir filosofia. Baltar empavesava-se, põe as mãos para trás, e diz com segurança: vamos. Baltar tosse, Beldroegas faz um esforço para falar, cacareja e pergunta: Como morreu Sócrates? Felizmente, eu escapei de ser doutor...

Ri-me, enquanto Gonzaga de Sá acendia, a custo, um cigarro. Tremia; vários fósforos apagaram-se. Levantei-me, para deitar fora o meu que se extinguiu, e, de soslaio, pude ver a folha que Gonzaga de Sá rabiscava. Eram indecisos traços de uma fisionomia humana... Sempre aquela obsessão. Sentei-me e ele continuou:

— Dantes, eu tinha pena. Hoje, sobe-me o ódio, dá-me vontade de lhes quebrar a cara... Eu quis fazer deles o meu ambiente, comuniquei-lhes as minhas leituras... Os burros maldizem-me... Eunucos, castrados! Apanharam umas opiniões, uns retalhos de pensamentos dos meus lábios e, com eles próprios, querem me ofender e irritam-me. A burrice humana é insondável! Tenho desgosto de mim, da minha covardia... Tenho desgosto de não ter procurado a luz, as alturas, de me ter deixado ficar covardemente entre tais patos, entre tais perus, burros e maus, agaloados ou não, ignorantes e sórdidos,

incapazes de simpatia, de gratidão e de respeito pelo valor dos outros... Como me fui meter com esses idólatras de títulos e posições, patentes e salamaleques, abaixados diante da força e do dinheiro? Não sei. Os mais próximos, eu os quis melhorar; eu lhes levei autores, novidades, jeitos de pensar... E eles? Oh! Que bestas! Que bestas! O que mais me aborrece é ter chegado a esta idade vazio de tudo, vazio de glória, de amizade, só, e quase isolado dos meus e dos que me podiam entender. Estou abandonado, como um velho tronco desenraizado num areal... Vivi muito e espero ainda viver alguma coisa... Vi ladrões, vi assassinos, vi gatunos, vi prostitutas — tudo isso é gente boa, muito boa, à vista dos perus graduados no meio dos quais vivi... Fugi das posições, do amor, do casamento, para viver mais independente... Arrependo-me!... Vênus é uma deusa vingativa!

Gonzaga estava desvairado; nunca o vira com aquelas feições, com aquela violência de linguagem. Ele se tinha erguido da cadeira; os cabelos se desfizeram; e, na mão esquerda, erguia o cigarro como uma tocha de incendiário.

— Gonzaga, sê clemente! Perdoa!

Não me respondeu e sentou-se. Lá fora, começava a correr uma branda viração, a cujo impulso a palmeira inclinou-se para o nosso lado. Na parede, todas as figuras da alegoria da “Primavera”, pareciam olhar o meu inolvidável amigo; a cegonha de bronze como que esticou um pouco mais a cabeça e, no alto do portal, o mocho juntou mais os olhos, como se se espantasse com aquela atitude de Gonzaga de Sá. Todos aqueles seus companheiros de tantos anos se admiravam da brusca revolta.

Eles se haviam surpreendido como eu, apesar de tudo. Compreendi, então, que o temperamento de Gonzaga era de fortes paixões; que a ironia tinha disfarçado a mágoa de não achar onde aplicá-las e surdas efervescências de raiva deviam viver sepultadas no seu íntimo. Na forte compreensão da dignidade de sua pessoa, e no avassalador orgulho pela sua inteligência, atrozes feridas deviam se ter aberto nele pela vida toda; e agora, com a decadência de energia que a velhice acarreta, não mais podia suportar-lhes as dores cruéis e gemia. Era mais uma interpretação da alma do meu amigo... Concluí também que aquilo seria uma convulsão, uma inevitável perturbação provocada pela idade, na sua calma habitual e na triste ironia que perfumava o seu viver solitário, perturbação que mais se acentuou depois da morte do compadre. Vexado, durante uns instantes, esteve calado, dizendo-me afinal:

— Nunca me viste assim, não é?

— ?

— Hás de me desculpar... Nunca mais... Não terei motivo para o ser outra vez...

Teve um grande ofego e falou-me em seguida, com aquela sua voz de sempre, cheio de mansuetude e bondade:

— Fizeste bem em vir... Jantas comigo e iremos ao Lírico. Quero ver pela última vez aqueles lugares; quero ver o núcleo atual de tantas ilusões... Irás comigo. A tua mocidade me excitará a rever os meus vinte e cinco anos esperançosos...

Não queria ir porque aquela gente do teatro eu a sentia hostil; mas acedi e jantei com ele, a tia e o afilhado.

O jantar foi triste; dona Escolástica, com a indiferença do seu olhar verde, jantou sempre cerimoniosa, tendo sempre um sorriso de bondade fixado nos lábios. Não perdia nunca aquele seu ar de remanso, de placidez. Mas, com tanta passividade, que não lhe adivinhei qualquer contração, ter descoberto a crise por que vinha passando o sobrinho. Era como essas deliciosas paisagens para onde corremos quando a alma se nos tolda de desgosto. Contemplamo-las, horas e horas, esperando um consolo, um afago, e elas nada nos dizem. Continuam, como sempre, belas para toda a gente, mas sem compreensão simpática para um qualquer dentre os muitos que as procuram. Dona Escolástica continuava plácida e remansosa, mas parecia ser assim para todos, sem escolha nem eleição. Diante da recente agitação do sobrinho e, antes, em face da sua indiferença nirvanésca por tudo, do seu niilismo intelectual, ela sempre procedeu como a paisagem: ficou muda, ficou muda sem uma palavra para animá-lo e sem um conselho para sossegá-lo. Acabado o jantar, Gonzaga de Sá vestiu-se pacientemente, carinhosamente. Íamos em cadeira de segunda classe, eu, por causa do traje, não o podia acompanhar em primeira como ele queria; entretanto, abotou-se bem, fez com que as calças caíssem com justeza sobre as botinas, amarrou bem a gravata, perfumou-se e fomos com antecedência comprar os bilhetes. Quando saltamos na porta do teatro, já começavam os carros a chegar. Em geral, os *coupés* traziam três pessoas e as vitórias seis, sem contar o nhonhô na boleia, ao lado do cocheiro. Havia um único palafreireiro para todos os carros. Logo que um apontava no canto da rua Senador Dantas, o pobre homem corria e seguia emparelhado ao veículo até o ponto justo de abrir a portinhola. Se, por acaso, um chegava trazendo o número normal da lotação e com ajudante de cocheiro próprio, causava pasmo. Era como se fosse uma carruagem de príncipe. Dos “ceroulas” é que

saltava o grosso dos frequentadores. E, ainda uma vez, eu me admirei que gente, que pagava vestidos e trajes tão caros, não pudesse vir em carruagens condignas e menos abarrotadas. Em certo momento Gonzaga de Sá me disse, sem que nem porque:

— Mete dó, não ofende, este luxo...

A sineta anunciou o espetáculo. Entramos. Poucas vezes fora eu ao antigo Pedro II e as poucas em que fui, assisti ao espetáculo das torrinhas; de modo que aquela sociedade brilhante que via formigar nas cadeiras e camarotes, de longe parecia revestida de uma grandeza que me intimidava. Debruçado na grade da galeria, as casacas corretas e os ricos vestuários das senhoras eram um deslumbramento para os meus pobres olhos; e, por não ser do meu gosto analisar os espetáculos que me agradam, aceitei aquela sociedade como deslumbrante, grandiosa e brilhante. Contudo, vulgarmente, e muito, na entrada, parecia-me que aquelas damas, envoltas em capotes e outros agasalhos, tinham o ar de quem ia para o banho; enquanto, na sala, de colos nus, sob o rebrilho das luzes, surgiam-me como mármore de museu.

No Cassino, ao ver pelos camarotes aquelas conhecidas grandes damas estrangeiras, os galeões do México, rutilantes de joias e de sedas, também recebi igual impressão de grandeza, beleza e majestade. Consenti, depois de anos de ausência, em pisar no Lírico. Ia agora ver tudo aquilo mais de perto, graças a Gonzaga de Sá, graças à animação, ao reforço que ele trazia à minha humildade nativa.

A representação ainda não começara. Damas conversavam com cavalheiros, à entrada dos camarotes. Eu ficava bem junto à fila direita. Vi algumas de perto e as cadeiras dos camarotes, que me pareceram bem inferiores às da sala de jantar da minha modesta casa. Notei-lhes o forro de rele papel pintado, o assoalho de tábuas de pinho barato; alonguei o olhar pelo corredor e além de acanhados, julguei-os sujos, vulgares, a guiar os passos para lugares escusos. O teto sempre me intrigou. Com os seus varões de ferro atravessados, supus que se destinassem a trapézios e outras coisas de acrobacia. Ópera, ou circo? Entretanto, eu estava no ponto mais elegante do Brasil; no ponto para que converge tudo que há de mais fino na minha terra.

Era para brilhar ali que nós todos brigávamos, matávamos, e roubávamos, por sobre os oito milhões de quilômetros quadrados do Brasil. Não se acredita! Os músicos tinham acabado de afinar os instrumentos; dentro em pouco, o maestro chegou. O presidente apareceu no camarote e a orquestra atacou o

hino nacional. Pusemo-nos de pé e, ao começar propriamente a ópera, sentamo-nos a ouvi-la.

— Bela casa! — disse eu ao ouvido de Gonzaga de Sá.

— *Chic*, rica! A metade não pagou entrada...

— Há muito que eu não via tanta gente poderosa reunida...

— E, em todo o caso, curiosa e representativa — disse-me ele.

Estivemos alguns instantes a sorver o mel daquela música, mais realçada ainda pela doce voz dos cantores, que nos vinha aos ouvidos como uma carícia fora das coisas. Vi num camarote uma linda senhora, de busto alto, linhas rígidas, que se apresentava sozinha. Procurei ver-lhe o rosto; era a Pilar, uma espanhola que talvez muito influísse nos destinos da pátria.

Gonzaga de Sá ouvia e eu perturbei-o, apresentando-lhe a espanhola:

— Conheces? — perguntei. — Quem é?

— A Pilar! A ninfa da alta política, da alta finança, de toda a pirataria com patente.

— Ahn! É justo que as haja para todas as classes, tanto mais que é invejada. Olha como a vê a honesta *mme.* Aldong... Sétimo camarote, da primeira ordem, à direita... Viste?

— Vi — respondeu Gonzaga de Sá.

— Sabes quem é *mme.* Aldong?

— Não. É uma senhora aí... Sabes bem quem é?

— Bem não sei, nem ninguém; mas é das rodas finas; é viúva e, sem ser rica, gasta rios de dinheiro... Não há motivo para inveja...

— Moralizas?

— Absolutamente, não. Verifico fatos. Repara, à esquerda, aquelas três moças... Bonitas, hein?

— De fato.

— São filhas do moralista da *Vanguarda*. Ganhou ele ultimamente duzentos contos com a indenização que pleiteou para a Companhia das Obras do Porto de Tabatinga, por não ter nunca a companhia encetado a construção dos seus utilíssimos cais. Foi no mês passado. Admira que tenha ainda dinheiro...

— Foi útil; elas nos vieram alegrar o olhar. E aquela senhora acolá?

— Que te parece ela?

— Esposa de um senador ou banqueiro.

— Exato, mas de jogo. Há trinta anos ele o é apesar de todos os códigos proibirem-no. A inutilidade das leis... Bom assunto!

— E aquele almirante que parece viu todos os mares da terra?

— Desde a viagem de instrução, que foi feita à vela, nunca mais embarcou, a não ser para Niterói.

— Prático.

— Em terra — disse-me rapidamente Gonzaga de Sá. — Bela casa!

— Bela casa!

O ato findava. Palmas entusiásticas partiram das galerias e alguns nas cadeiras também aplaudiram. Saímos. Pus-me a ver as feições daquela gente tão maldosamente catalogada por Gonzaga de Sá. Tinham não sei que de inquietude, não sei que de desassossego no olhar, que me penalizou. Quis interrogar o meu amigo... Parei um instante para ver a Pilar que passava. Roçou-me e pude ver-lhe bem as feições. Eram calmas e o olhar seguro e satisfeito. Em face daquela inquietude geral, o seu sossego pareceu-me superior, aristocrático, exercendo aquela fascinação especial da pessoa humana que pode, está segura de si e não tem tomentos. Observei tudo isto a Gonzaga de Sá, ele sorriu-se ligeiramente e retrucou:

— Pudera! Eles sabem como estão aqui; eles sabem que os que, com bulha matinada, frequentavam o Lírico ou o Provisório, há quarenta anos atrás, no meu tempo, não têm talvez um representante entre eles. Para onde foram? Não se sabe! Eles temem o futuro.

Perpassou um pouco a vista por sobre aqueles cavalheiros elegantes e aquelas damas jeitosas e disse-me:

— Vocês, os moços, fizeram mal em destronar os antigos. Apesar de tudo, nós nos entenderíamos afinal. Vínhamos sofrendo juntos, vínhamos combatendo juntos, às vezes até nos amamos — entenderíamos-nos por fim. Estes de agora...

— Nada impede que nos entendamos afinal com estes, também!

— Qual! São estrangeiros, novos no país, ferragistas e agiotas enriquecidos, gente nova... Vocês estão separados deles por quase quatrocentos anos de história, que eles não conhecem nem a sentem nas suas células, o que, para eles, é de lastimar, pois esses anos passados dão força e direito a vocês, que os devem reivindicar. Em breve vocês terão de empregar a força para eles respeitarem vocês. Esses quatrocentos anos... Resumindo — continuou Gonzaga —, vocês arranjam novos dominadores, com os quais vocês não se poderão entender nunca; e expulsaram os antigos com os quais, certamente, se viriam a entender um dia. Erraram, e profundamente.

A sineta tocou e fomos tomar lugares. A Pilar já estava no camarote; nos outros, quando neles iam entrando as damas respectivas, o primeiro olhar era para ela. O presidente já estava sentado, bem à vista da sala. A Pilar olhou-o demoradamente, correu a vista pela sala e olhou-o ainda uma vez, com firmeza e sem inveja. Era como se dissesse: aqui eu e tu! A orquestra atacou. O pano subiu e eu me preparei para ouvir as doçuras da música italiana. O espetáculo prolongou-se além da meia-noite, e nós assistimo-lo até o fim. Saímos tristes. Era a primeira vez que eu assim saía de um teatro. Nos meus tempos de estudante, deixava o espetáculo alegre.

Cercado senão de amigos, no mínimo de camaradas, passava a representação como assistindo uma aula, em cujos intervalos, de igual a igual, discutia e conversava familiarmente com os outros. Desta vez, sem aquele ambiente favorável de colegas, eu me choquei bruscamente com aquele mundo hostil. Não houve uma só palavra que me ferisse, nem sequer um olhar; entretanto, só em contemplar aquela grande gente, que me parecia tão rica e tão brutal, eu me senti inferior. Onde me vinha esse sentimento? Era a minha cultura? Não; eu recebi a mesma instrução dos mais instruídos da minha idade que lá estavam. Era do meu caráter, das falhas da minha moralidade? Não, também; eu sentia que as tinha; contudo, em comparação com o grosso daqueles cavalheiros tão limpos, eu era puro, imaculado. Nada mais me restava comparar, a não ser que o meu sangue me fizesse perfeitamente inferior, mas este mesmo eu cria correr em muitos daqueles a quem me julgava inferior. Onde vinha, portanto, esse sentimento que me entristecia? Analisei na memória o espetáculo que me ferira, combinei-o com as palavras de Gonzaga de Sá. Lembrei-me de que eles tinham vindo do Brasil todo, de todos os seus pontos, a brigar, a roubar os seus parentes, as suas mulheres e os governos, a furtar pobres e ricos; a matar também levas e levas de imigrantes nos árduos trabalhos agrícolas. Era aquele o seu prêmio!... Tinham saltado por cima de todas as conveniências, por cima de todos os preceitos morais... Tiveram coragem, enquanto eu... Oh! Algumas vezes por aí, umas pândegas e muito álcool! Narcótico! Era isso.

Percebendo a verdade, revoltei-me contra a minha fraqueza, contra a minha alma bruxuleante e pulha, que me fazia deter diante das regras do decálogo, diante dos preceitos morais. Eu era um covarde, um escravo; eles, príncipes e reis. Não serei mais assim!... Era preciso brigar — brigemos! Escolheram a guerra — tê-la-ão!

Fomos tomar cerveja em um café de notívagos. Gonzaga de Sá vinha embrulhado num sobretudo com o rigor de *parvenu* viajado. Em começo, bebemos calados; afinal Gonzaga de Sá quebrou o silêncio.

— Eu saio dessas coisas triste...

— Ora!

— Não, é certo. Tenho, pesar de mim, uns longes de patriotismo e, quando vejo que aquilo, o Lírico, a condensação da fina-flor é a mesma coisa de há quarenta anos passados, fico abatido. São os mesmos fazendeiros sugadores de sangue humano; são os mesmos políticos sem ideias; são os mesmos sábios decoradores de compêndios estrangeiros e sem uma ideia própria; são os mesmos literatos à Otaviano, literatos de coisas de *cotillon*, os mesmos agiotas... Há quarenta anos era assim; não mudou. Serão sempre assim?

Sem querer respondi logo:

— Certamente.

Depois, refleti que havia uma certa contradição entre o que Gonzaga de Sá me dissera no teatro e o que observava agora. Entretanto, calei-me.

— Eu também sou do teu parecer — confirmou ele. — Mas, agora, me acode dizer-te que os outros eram mais nossos parentes.

E, calmamente, sorvemos longos goles de cerveja, até espetar o corpo. Gonzaga de Sá pagou e, quando me quis despedir, perguntou-me:

— Para onde vais?

— Para casa.

— Sinceramente?

— Palavra!

— Vem dormir em minha casa; amanhã ficarás ajudando-me a arrumar os livros.

Juntos tomamos o bonde para a sua residência, nos arredores da rua Bento Lisboa, no Catete, e nas encostas de Santa Teresa.

No bonde, viajavam poucos passageiros. Havia uma rapariga, com um grande chapéu e um longo e belo capote, num banco da frente. Gonzaga de Sá esteve a observá-la muito tempo; e ali pela rua da Lapa, bruscamente refletiu, olhando para a mulher:

— O que sinto é que essas senhoras não sejam diferentes das de sociedade. Se o fossem, eu talvez experimentasse...

E não mais disse coisa de valia, até a porta da casa, onde entramos já com os galos a cantar, recebidos pela saudação sonolenta do velho preto Inácio.

XII

ÚLTIMOS ENCONTROS

Dormi magnificamente, em um amplo quarto desses das velhas casas do Rio de Janeiro que dão bem a imagem da fartura e da liberdade da nossa burguesia nos meados do século passado. Era maior do que as salas das nossas apelintradas casas de hoje. Despertei manhã adiantada. O quarto em que dormi dava para a sala de jantar. Penetrando aí, dei com dona Escolástica, de plácidos olhos verdes, a vigiar atentamente o pequeno Aleixo Manuel, que tomava uma ligeira refeição matinal, antes de ir para o colégio. Gonzaga de Sá não estava.

Ao entrar, o menino levantou a cabeça da xícara e pousou por instantes os seus grandes olhos negros, enervados de prata, sobre mim, interrogativamente, como sempre.

Vendo aquela criança, não sei que longínquas lembranças da minha infância me vieram. Eram as esperanças da minha iniciação nas coisas obscuras do alfabeto. Eram os afagos e espantos da minha professora; eram também os dolorosos desenganos desta minha mocidade irrequieta e desigual... Não viu o que invocava em mim aquela criança, com a sua rígida fronte inteligente e a sua forte e redonda cabeça de homem de caráter! Ele me olhou, fez a saudação matinal, respondeu-me e me sentei. A velha dona Escolástica informou-me, então, que o irmão erguera-se cedo e trabalhava na sala. Demorei-me uns tempos a conversar e, de caminho, falei à criança:

— Estás muito adiantado?

O Aleixo Manuel relutou em responder; a velha senhora, porém, obrigou-o a fazê-lo com presteza.

— Responde, Aleixo, não estás ouvindo o que te perguntaram? Responde: estás adiantado?

— Não estou, não senhor — respondeu ele, afinal.

— Em que livro estás?

— Terceiro.

— Com nove anos, vai bem — fiz eu, animando-o. — Já dás a História do Brasil?

— Sim, senhor.

— Quem descobriu o Brasil?

— Pedro Álvares Cabral.

— E a América?

— Cristóvão Colombo.

— Qual foi a primeira descoberta, a da América ou a do Brasil?

— A da América.

— Por quê?

— Porque o Brasil faz parte da América, e quem descobriu a América, também o Brasil, porque ele está na América.

— Então foi Cristóvão Colombo quem descobriu o Brasil? Que respondes?

O rapaz calou-se, franziu um instante as sobrancelhas e, depois, disse com toda a firmeza:

— Não. Colombo foi quem viu pela primeira vez um lugar da América, por isso se diz que descobriu “ela” toda; mas Cabral viu depois, pela primeira vez, lugares do Brasil, por isso diz-se que descobriu o Brasil.

A custo, disfarcei a minha surpresa diante da clareza do raciocínio do pequeno. Não quis com um elogio caloroso aguçá-lo a vaidade; desejava que a sua inteligência fosse crescendo sem consciência de si própria; e então quando fosse bem forte, ele tomasse conhecimento da sua capacidade, como uma revelação, como uma surpresa. Limitei-me a dizer-lhe que estava certo e passei a perguntar outras coisas.

Por fim, depois de ter respondido às minhas perguntas com uma prontidão que me maravilhou, passou a correia da mala pelo pescoço, apanhou a lousa e despediu-se. Beijou e abraçou dona Escolástica, e ambos o fizeram de maneira a me deixar perceber que um queria mais alguma coisa no outro, e que ambos não sabiam por que não a tinham. Foi-se.

— É inteligente, o rapaz — disse eu à velha senhora.

— Bastante. Que desejo de saber tem este pequeno! O senhor nem imagina! Brinca, é verdade; mas, à noitinha, agarra os livros, os deveres e os vai estudando, sem que ninguém o obrigue. Quem me dera que fosse assim até o fim!

— Por que não irá?

— Ora! Há tantos que como ele começam tão bem e...

— É verdade! Mas, virá deles mesmos a perda da vontade, o enfraquecimento do amor, da dedicação aos estudos; ou tem tal fato raízes em motivos externos, estranhos a eles que, só numa idade mais avançada, acabam percebendo, quando a consciência lhes revela o justo e o injusto, fazendo que se lhes enfraqueça deploravelmente o ímpeto inicial?

Cri que dona Escolástica não me compreendera, e procurei dizer a mesma coisa por outras palavras.

— Quem sabe se, na primeira idade, eles estudam porque desconhecem certas coisas que, sabidas mais tarde, lhes fazem desanimar e sentir vão o estudo?

— Qual, doutor! — Ela me tratava dessa maneira. — É assim mesmo!

E calou-se depois de sua segura afirmação, como os grandes e infalíveis sábios do nosso Brasil.

Tomei café e fui ter com Gonzaga de Sá na sua vasta sala de trabalho. Ele, recostado na cadeira de balanço, lia atentamente um jornal. Saudamo-nos e logo lhe observei:

— Julgava-te na arrumação; mas vejo que estás embevecido na leitura das gazetas.

— Uns jornais franceses que acabo de receber. Adiei a arrumação.

— Qual é o jornal?

— O *Figaro*. Leio um por dia, como se fosse publicado aqui e entregue de manhã na minha porta. Ando sempre por isso mesmo, atrasado com os acontecimentos mundiais. Em que ponto está a Conferência de Haia?

— Na classificação das nações...

— Não cheguei ainda aí... Estou atrasado...

— Onde estás?

— Na nomeação de comissões.

— De modo que sempre andas quinze dias atrasado com o mundo?

— Às vezes, muito mais... Ora! O tempo... Uma noção subjetiva, que só existe para nós... uma fatalidade da nossa organização cerebral, independente da experiência. Um critério, uma categoria para a nossa interpretação humana dos fenômenos... De que vale?

Nada respondi, porque não tinha nada a responder. O meu velho amigo, após um pequeno silêncio, perguntou-me:

— Viste o Aleixo Manuel?

— Vi.

— Que te pareceu?

— Aplicado e inteligente.

— Graças a Deus.

E tornou de novo ao jornal francês que estava lendo. Apanhei os jornais do dia, em cima da mesa do centro; li-os e, assim pelas nove horas, despedi-me. Não aceitei o almoço; chegaria tarde à repartição.

Ao despedir-me, Gonzaga me pediu:

— Vem mais a miúdo, para conversar com o Aleixo. Ele vive tão só...

Depois da morte de seu compadre, a sua constante preocupação era o afilhado. Sem nenhum pretexto, sem causa nem motivo, no meio de uma palestra sobre assunto muito diverso, dava-lhe para falar no filho do Romualdo. Uma vez dizia: preciso levá-lo ao museu; outra, talvez fosse bom pô-lo de interno, para ganhar convivência, desembaraço, hábitos de sociabilidade. Que achas?

Eu possuía poucas aptidões pedagógicas, quase nenhuma; e respondia evasivamente. Notava, entretanto, que a presença constante da criança, a contemplação dela todo o dia, na intimidade familiar, tinha acelerado aquela alteração de humor no temperamento do meu velho amigo, que já observei; e trouxera mais uma carga de apreensões que não lhe eram habituais. Mudara... Gonzaga amava ternamente o rapaz; via-se bem que o queria como seu filho e assim o tratava nos menores atos, e nas mais simples palavras que lhe dirigia punha a meiguice e a doçura de pai. Depois desta visita, mais de uma vez, porém, eu o surpreendi a olhar o afilhado com olhar de sibila. Havia não sei que grande esforço de penetração na sua mirada, que eu quis bem crer estar ele no propósito de decifrar o futuro do pequeno. Certa vez, depois de um olhar destes, disse-me:

— Esta vida é um conto do vigário...

Só a presença do afilhado não me bastava para explicar a mudança de humor de Gonzaga de Sá que, agora, via e visitava amiudamente, conforme ele me pedira.

É verdade que sempre o conheci triste; mas de uma tristeza, por assim dizer, filosófica, geral, essa tristeza de sentir profundamente a mesquinhez da nossa condição humana, em luta sempre com o imenso dos nossos desmarcados sonhos e desejos. Porém, agora, a sua tristeza era mais atual, mais terra a terra. Dir-se-ia que a presença do Aleixo Manuel, o afilhado, tinha levantado do fundo da pessoa do meu amigo lembranças dolorosas que sepultara para sempre; lembranças essas que eram seu segredo e das quais nunca me falou e não encontrei o mínimo indício para descobri-las nos papéis que ele me legou,

por testamento, juntamente com umas centenas de livros. Lembro-me, ao escrever estas linhas, que um dia ele me dissera:

— Já tiveste algum amor?

— Nunca.

— Olha, que falo de amor! Hein?

— Compreendo.

— É preciso tê-lo... Tenho te dito sempre que os antigos afirmavam que Vênus é uma deusa vingativa... Não perdoa, e tu sofrerás se não lhe prestares culto...

— Não há Vênus — retorqui.

— Quem sabe lá?

Trocávamos essas palavras nos últimos dias da sua existência, quando a alteração do seu gênio já se refletia claramente na saúde; e eu via bem que Gonzaga de Sá fanava-se, dissolvía-se vagarosamente ao fogo lento de suas secretas recordações, e dos desgostos que o aparecimento delas lhe fizera assomar na alma. As faces se encovavam; os olhos, seus doces olhos, perdiam o brilho, apareciam mortiços e ganhavam uma estranha auréola. Não andava com a mesma firmeza e o seu humor continuou a desequilibrar-se ainda mais. De uns tempos em diante, a sua palestra era frequentemente cortada por bruscas explosões de irritação, de queixumes indignos de sua altivez, em geral pueris e sem fundamento, passando espantosamente da mais intensa tristeza para a mais ruidosa alegria.

Aleixo Manuel, o afilhado, trouxe-lhe — quem sabe? — para a vida alguma coisa que queria não viesse jamais, ou não reaparecesse nunca; e ele sofria com isso, entristecia-se, alquebrava-se de corpo e alma, sem que fosse possível a mim atribuir diretamente tais modificações no meu amigo, ao dócil, ao meigo, ao obediente Aleixo Manuel que ele pusera em sua casa, a fim de ficar sendo seu filho.

— Hei de fazê-lo gente — dizia-me às vezes, cheio de esperança e de alegria.

Não pôde levá-lo até o fim. Ao encetar o pequeno curso de preparatórios, logo por aí, foi quando ele “colheu a flor”, e “caiu”, e “morreu”...

A tia levou o menino até ao fim, com todo o carinho e abnegação.

Bênçãos a ambos, que, na sua missão educadora, souberam ser bons, sem interesse e sem cálculo de espécie alguma, apesar de todos os dois terem concorrido para ampliar, com o hábito de análise e reflexão que o estudo traz, a consciência da criança que devia ficar restrita aos dados elementares para o uso

do viver comum, sem que viessem surgir nela uma mágoa constante e um fatal princípio permanente de inadaptação ao meio, criando-lhe um mal-estar irremediável e, conseqüentemente, um desgosto da Vida mais atroz do que o pensamento sempre presente da Morte!

Que importa isso, porém, se as tensões dos velhos foram generosas; e, se o sofrimento do pequeno, exteriorizado algum dia em grandes atos ou em grandes obras, possa concorrer mais tarde para o contentamento de muitos dos seus iguais que vierem depois!? Que importa!?

A felicidade final dos homens e o seu mútuo entendimento têm exigido até aqui maiores sacrifícios...

FIM

CLARA DOS ANJOS

À memória de minha mãe.

*Alguns as desposavam [as índias]; outros, quase todos,
abusavam da inocência delas, como ainda hoje das mestiças,
reduzindo-as por igual a concubinas e escravas.*

João Ribeiro, *História do Brasil*,
(p. 103, 7ª edição).

I

O carteiro Joaquim dos Anjos não era homem de serestas e serenatas; mas gostava de violão e de modinhas. Ele mesmo tocava flauta, instrumento que já foi muito estimado em outras épocas, não o sendo atualmente como outrora. Os velhos do Rio de Janeiro, ainda hoje, se lembram do famoso Calado e das suas polcas, uma das quais — “Cruzes, minha prima!” — é uma lembrança emocionante para os cariocas que estão a roçar pelos setenta. De uns tempos a esta parte, porém, a flauta caiu de importância, e só um único flautista dos nossos dias conseguiu, por instantes, reabilitar o mavioso instrumento — delícia, que foi, dos nossos pais e avós. Quero falar do Patápio Silva. Com a morte dele a flauta voltou a ocupar um lugar secundário como instrumento musical, a que os doutores em música, quer executantes, quer os críticos eruditos, não dão nenhuma importância. Voltou a ser novamente plebeu.

Apesar disso, na sua simplicidade de nascimento, origem e condição, Joaquim dos Anjos acreditava-se músico de certa ordem, pois, além de tocar flauta, compunha valsas, tangos e acompanhamentos de modinhas.

Uma polca sua — “Siri sem unha” — e uma valsa — “Mágoas do coração” — tiveram algum sucesso, a ponto de vender ele a propriedade de cada uma, por cinquenta mil-réis, a uma casa de músicas e pianos da rua do Ouvidor.

O seu saber musical era fraco; adivinhava mais do que empregava noções teóricas que tivesse estudado.

Aprendeu a “artinha” musical na terra do seu nascimento, nos arredores de Diamantina, em cujas festas de igreja a sua flauta brilhara, e era tido por muitos como o primeiro flautista do lugar. Embora gozando desta fama animadora, nunca quis ampliar os seus conhecimentos musicais. Ficara na “artinha” de Francisco Manuel, que sabia de cor; mas não saíra dela, para ir além.

Pouco ambicioso em música, ele o era também nas demais manifestações de sua vida. Desgostoso com a existência medíocre na sua pequena cidade natal, um belo dia, aí pelos seus 22 anos, aceitara o convite de um engenheiro inglês

que, por aquelas bandas, andava, a explorar terras e terrenos diamantíferos. Todos julgavam que o “seu” *mister* andasse fazendo isso; a verdade, porém, é que o sábio inglês fazia estudos desinteressados. Fazia puras e platônicas pesquisas geológicas e mineralógicas. O diamante não era o fim dos seus trabalhos; mas o povo, que teimava em ver, pelos arredores da cidade, o ventre da terra cheio de diamantes, não podia supor que um inglês que levava a catar pedras, pela manhã e até a noite, tomando notas e com uns instrumentos rebarbativos, não estivesse com tais gatimônhas a caçar diamantes. Não havia meio do *mister* convencer a simplória gente do lugar de que ele não queria saber de diamantes; e dia não havia em que o súdito de Sua Graciosa Majestade não recebesse uma proposta de venda de terrenos, em que forçosamente havia de existir a preciosa pedra abundantemente, por tais ou quais indícios, seguros aos olhos de “garimpeiro” experimentado.

Logo ao chegar o geólogo, Joaquim empregou-se como seu pajem, guia, encaixotador, servente etc., e tanto foi obediente e serviu a contento o sábio, que este, ao dar por terminadas as suas pesquisas, convidou-o a vir ao Rio de Janeiro, encarregando-se de movimentar a sua pedregulhenta ou pedregosa bagagem, até que ela fosse posta a bordo. O sábio comprometeu-se a pagar-lhe a estadia no Rio, o que fez, até embarcar-se para a Europa.

Deu-lhe dinheiro para voltar, um chapéu de cortiça, umas perneiras, um cachimbo e uma lata de fumo *Navy Cut*; Joaquim já se havia habituado ao Rio de Janeiro, no mês e pouco em que estivera aqui, a serviço do senhor John Herbert Brown, da Real Sociedade de Londres, e resolveu não voltar para Diamantina. Vendeu as perneiras num belchior e o chapéu de cortiça também; e pôs-se a fumar o saboroso fumo inglês no cachimbo que lhe fora ofertado, passeando pelo Rio, enquanto teve dinheiro. Quando acabou, procurou conhecidos que já tinha; e, em breve, entrou para o serviço de empregado de escritório de um grande advogado, seu patrício, isto é, mineiro.

— Não te darei coisa que valha a pena — disse-lhe logo o doutor —, mas aqui irás travando conhecimentos e podes arranjar coisa melhor mais tarde.

Viu bem que o “doutor” lhe falava a verdade, e toda sua ambição se cifrou em obter um pequeno emprego público que lhe desse direito a aposentadoria e a montepio, para a família que ia fundar. Conseguiu, ao fim de dois anos de trabalho, aquele de carteiro, havia bem quatro lustros, com o qual estava muito contente e satisfeito da vida, tanto mais que merecera sucessivas promoções.

Casara meses depois de nomeado; e, tendo morrido sua mãe, em Diamantina, como filho único, herdara-lhe a casa e umas poucas terras em

Inhaí, uma freguesia daquela cidade mineira. Vendeu a modesta herança e tratou de adquirir aquela casita nos subúrbios em que ainda morava e era dele. O seu preço fora módico, mas, mesmo assim, o dinheiro da herança não chegara, e pagou o resto em prestações. Agora, porém, e mesmo há vários anos, estava em plena posse do seu “buraco”, como ele chamava a sua humilde casucha. Era simples. Tinha dois quartos; um que dava para a sala de visitas e outro para a sala de jantar, aquele ficava à direita e este à esquerda de quem entrava nela. À de visitas, seguia-se imediatamente a sala de jantar. Correspondendo a pouco mais de um terço da largura total da casa, havia, nos fundos, um puxadito, onde estavam a cozinha e uma despensa minúscula. Comunicava-se esse puxadito com a sala de jantar por uma porta; e a despensa, à esquerda, apertava o puxado, a jeito de um curto corredor, até a cozinha, que se alargava em toda a largura dele. A porta que o ligava à sala de jantar ficava bem junto daquela, por onde se ia dessa sala para o quintal. Era assim o plano da propriedade de Joaquim dos Anjos.

Fora do corpo da casa, existia um barracão para banheiro, tanque, etc., e o quintal era de superfície razoável, onde cresciam goiabeiras, dois pés ou três de laranjeiras, um de limão-galego, mamoeiros e um grande tamarineiro copado, bem aos fundos.

A rua em que estava situada a sua casa desenvolvia-se no plano e, quando chovia, encharcava e ficava que nem um pântano; entretanto, era povoada e se fazia caminho obrigado das margens da Central para a longínqua e habitada freguesia de Inhaúma. Carroções, carros, autocaminhões que, quase diariamente, andam por aquelas bandas a suprir os retalhistas de gêneros que os atacadistas lhes fornecem, percorriam-na do começo ao fim, indicando que tal via pública devia merecer mais atenção da edilidade.

Era uma rua sossegada e toda ela, ou quase toda, edificada ao gosto antigo do subúrbio, ao gosto do chalé. Estava povoada e edificada quase inteiramente, de um lado e de outro. Dela, descortinava-se um lindo panorama de montanhas de cores cambiantes, conforme fosse a hora do dia e o estado da atmosfera. Ficavam-lhe muito distantes, mas pareciam cercá-la, e ela, a rua, ser o eixo daquele redondel de montes, em que, pelo dia em fora, pareciam ser iluminados por projeções luminosas, revestindo-se de toda a gama do verde, de tons azuis; e, pelo crepúsculo, ficavam cobertos de ouro e púrpura.

Além dos clássicos chalés suburbanos, encontravam-se outros tipos de casa. Algumas relativamente recentes, uns certos requififes e galanteios modernos, para lhes encobrir a estreiteza dos cômodos e justificar o exagero dos aluguéis.

Havia, porém, uma casa digna de ser vista. Erguia-se quase ao centro de uma grande chácara e era a característica das casas das velhas chácaras dos outros tempos; longa fachada, pouco fundo, teto acaçapado, forrada de azulejos até a metade do pé-direito. Um tanto feia, é verdade, que ela era, sem garridice; mas casando-se perfeitamente com as mangueiras, com as robustas jaqueiras e os coqueiros petulantes e com todas aquelas grandes e pequenas árvores avelhantadas, que, talvez, os que as plantaram não as tivessem visto frutificar. Por entre elas, onde se podiam ver vestígios do antigo jardim, havia estatuetas de louça portuguesa, com letreiros azuis. Uma era a “Primavera”; outra era a “Aurora”; quase todas, porém, estavam mutiladas; umas, num braço; outras não tinham cabeça; e ainda outras jaziam no chão, derrubadas dos seus toscos suportes.

Os muros que cercavam a casa, a razoável distância, e mesmo aquele em que se apoiava o gradil de ferro da frente do imóvel, estavam cobertos de hera, que os envolvia em todo ou em parte, não como um sudário, mas como um severo, cerimonioso e vivo manto de outras épocas e de outras gentes, a provocar saudades e evocações, animando a ruína. Hoje, é raro ver-se, no Rio de Janeiro, um muro coberto de hera; entretanto, há trinta anos, nas Laranjeiras, na rua Conde de Bonfim, no Rio Comprido, no Andaraí, no Engenho Novo, enfim, em todos os bairros que foram antigamente estações de repouso e prazer, encontravam-se, a cada passo, longos muros cobertos de hera, exalando melancolia e sugerindo recordações.

Joaquim dos Anjos ainda conhecera a “chácara” habitada pelos proprietários respectivos; mas, ultimamente, eles se tinham retirado para fora e alugado aos “bíblias”. Os seus cânticos, aos sábados (era o seu dia da semana de descanso sagrado), entoados quase de hora em hora, enchiam a redondeza e punham na sua audiência uma soturna sombra de misticismo. O povo não os via com hostilidade, mesmo alguns humildes homens e pobres raparigas dos arredores frequentavam-nos, já por encontrar nisso um sinal de superioridade intelectual sobre os seus iguais, já por procurarem, em outra casa religiosa que não a tradicional, lenitivo para suas pobres almas alanceadas, além das dores que seguem toda e qualquer existência humana.

Alguns, entre os quais o João Pintor, justificavam frequentar os “bíblias”, porque estes — dizia ele — não eram como os padres, que, para tudo, querem dinheiro.

Esse João Pintor trabalhava nas oficinas do Engenho de Dentro, no ofício de que proviera o seu apelido. Era um preto retinto, grossos lábios, malares

proeminentes, testa curta, dentes muito bons e muito claros, longos braços, manoplas enormes, longas pernas e uns tais pés, que não havia calçado, nas sapatarias, que coubessem neles. Mandava-os fazer de encomenda; mas assim mesmo, mal os punha hoje, no dia seguinte tinha que os retalhar a navalha, se queria dar alguns passos e manquejar menos até o “Mafuá”.

Dizia o “Turuna”, adepto do padre Sodré, capelão do Santuário de Nossa Senhora de Lourdes, que João Pintor se metera com os “bíblias” porque estes lhe haviam dado um quarto, na chácara, para ele morar de graça, com certas obrigações pequenas a cumprir. João Pintor contestava com veemência; o certo, porém, é que ele morava na “chácara”.

Chefiava os protestantes um americano, Mr. Quick Shays, homem tenaz e cheio de uma eloquência bíblica, que devia ser magnífica em inglês; mas que, no seu duvidoso português, se tornava simplesmente pitoresca. Era Shays Quick ou Quick Shays daquela raça curiosa de ianques fundadores de novas seitas cristãs. De quando em quando, um cidadão protestante dessa raça que deseja a felicidade de nós outros, na terra e no céu, à luz de uma sua interpretação de um ou mais versículos da Bíblia, funda uma novíssima seita, põe-se a propagá-la e logo encontra dedicados adeptos, os quais não sabem muito bem por que foram para tal novíssima religiãozinha e qual a diferença que há entre esta e a de que vieram.

Lá, na sua terra, como aqui, esses pequenos luteranos fazem prosélitos; lá, mais do que aqui. Mr. Shays obtinha, nas vizinhanças do carteiro Joaquim dos Anjos, não prosélitos, mas muitos ouvintes, dos quais uma quinta parte afinal se convertia. Quando se tratava de iniciar uma turma, os noviços dormiam em barracas de campanha, erguidas ao redor da casa, nos vãos existentes entre as velhas árvores da chácara, maltratada e desprezada.

As cerimônias preparatórias à iniciação, na religião de Mr. Quick Shays, duravam uma semana, farta de jejuns e cânticos religiosos, cheios de unção e apelos contritos a Deus, Nosso Pai; e a velha propriedade de recreio, com as barracas militares e salmodias contínuas, adquiria um aspecto esquisito e imprevisto, o de convento ao ar livre, mascarado por uma rebarbativa carranca de acampamento guerreiro. Dir-se-ia um destacamento de uma ordem de cavalaria monástico-guerreira, que se preparava para combater o turco ou o mouro infiel, na Palestina ou em Marrocos.

Da redondeza, não eram muitos os adeptos ortodoxos à doutrinação religiosa de Mr. Shays; entretanto, além das espécies que já foram aludidas, havia as daqueles que assistiam às suas prédicas, por mera curiosidade ou para

deliciar-se com a oratória do pastor americano. O templo estava sempre cheio, nos seus dias solenes.

Os frequentadores dessa ou daquela natureza lá iam sem nenhuma repugnância, pois é próprio do nosso pequeno povo fazer uma extravagante amálgama de religiões e crenças de toda a sorte, e socorrer-se desta ou daquela, conforme os transe e as momentâneas agruras de sua existência. Se se trata de afastar atrasos de vida, apela para a feitiçaria; se se trata de curar uma moléstia tenaz e renitente, procura o espírito; mas não falem à nossa gente humilde em deixar de batizar o filho pelo sacerdote católico, porque não há, dentre ela, quem não se zangue: “Está doido! Meu filho ficar pagão! Deus me defenda!”

Joaquim dos Anjos não frequentava Mr. Shays nem o reverendo padre Sodré, do Santuário de Nossa Senhora de Lourdes, pois, apesar de ter nascido numa cidade embalsamada de incenso e plena de ecos sonoros de litanias e o contínuo repicar de sinos festivos, não era animado de grande fervor religioso. Sua mulher, dona Engrácia, porém, o era em extremo, embora fosse pouco à igreja, devido às suas obrigações caseiras. Ambos, porém, estavam de acordo num ponto religioso católico-romano: batizar quanto antes os filhos, na Igreja Católica Apostólica Romana. Foi assim que procederam, não só com a Clara, a única filha sobrevivente, como com os demais, que haviam morrido.

Eram casados há quase vinte anos, e esta Clara, sua filha, sendo o segundo filho do casal, orçava pelos seus dezessete anos.

Era tratada pelos pais com muito desvelo, recato e carinho; e, a não ser com a mãe ou o pai, só saía com dona Margarida, uma viúva muito séria, que morava nas vizinhanças e ensinava à Clara bordados e costuras.

No mais, isto era raro e só acontecia aos domingos. Clara deixava, às vezes, a casa paterna para ir ao cinema do Méier ou do Engenho de Dentro, quando a sua professora de costuras se prestava a acompanhá-la, porque Joaquim não se prestava, pois não gostava de sair aos domingos, dia escolhido a fim de se entregar ao seu prazer predileto de jogar o solo com os companheiros habituais; e sua mulher não só não gostava de sair aos domingos, como em outro dia da semana qualquer. Era sedentária e caseira.

Os companheiros habituais do solo com Joaquim eram quase sempre estes dois: o senhor Antônio da Silva Marramaque, seu compadre, pois era padrinho de sua filha única; e o senhor Eduardo Lafões. Não variavam. Todos os domingos, aí pelas nove horas, lá batiam à porteira da casa do “postal”; não entravam no corpo da habitação e, pelo corredor que mediava entre ela e a vizinha, dirigiam-se ao grande tamarineiro, aos fundos do quintal, debaixo do

qual estava armada a mesa, com os seus tentos vermelhos e pupilas negras, de grão de aroeira, o seu baralho, os seus pires, um cálice e um litro de parati, ao centro, muito pimpão e arrogante, impondo um cínico desafio às conveniências protocolares.

Joaquim dos Anjos já esperava, lendo o jornal de sua predileção. Mal chegavam, trocavam algumas palavras, sentavam-se, “molhavam a palavra”, no litro de cachaça, e punham-se a jogar. Ficha a vintém.

Horas e horas esperando o “ajantarado”, que quase sempre ia para a mesa à hora do jantar habitual, deixavam-se ficar jogando, bebericando aguardente, sem dar uma vista d’olhos sobre as montanhas circundantes, nuas e pedroucentas, que recortavam o alto horizonte.

De quando em quando, mas sem grandes espaços, Joaquim gritava para a cozinha:

— Clara! Engrácia! Café!

De lá, respondiam, com algum amuo na voz:

— Já vai!

É que as duas mulheres, para preparar o café, tinham que retirar, de um dos dois fogareiros de carvão vegetal, uma panela do “ajantarado” que aprontavam, a fim de aquecer o café reclamado; e isto lhes atrasava o jantar.

Enquanto esperavam o café, os três suspendiam o jogo e conversavam um pouco. Marramaque era e sempre havia sido mais ou menos político, a seu modo.

Embora atualmente fosse um simples contínuo de ministério, em que não fazia o serviço respectivo, nem outro qualquer, devido a seu estado de invalidez, de semialeijado e semiparalítico do lado esquerdo, tinha, entretanto, pertencido a uma modesta roda de boêmios literatos e poetas, na qual, a par da poesia e de coisas de literatura, se discutia muita política, hábito que lhe ficou. Quando veio a revolta de 93, a roda se dissolveu. Uns foram acompanhar o Almirante Custódio; e outros, o Marechal Floriano. Marramaque foi um destes e até obteve as honras de alferes do Exército. Por aí é que teve a primeira congestão, isto é, nos fins do governo do marechal, em 94.

A sua roda não tinha ninguém de destaque, mas alguns eram estimáveis. Mesmo alguns de rodas mais cotadas procuravam a dele.

Quando narrava episódios dessa parte de sua vida, tinha grande garbo e orgulho em dizer que havia conhecido Paula Nei e se dava com Luís Murat. Não mentia, enquanto não confessasse a todos em que qualidade fizera parte do grupo literário. Os que o conheciam, daquela época, não ocultavam o título

com que partilhava a honra de ser membro de um cenáculo poético. Tendo tentado versejar, o seu bom senso e a integridade de seu caráter fizeram-lhe ver logo que não dava para a coisa. Abandonou e cultivou as charadas, os logogrifos, etc. Ficou sendo um hábil charadista e, como tal, figurava quase sempre como redator ou colaborador dos jornais, que os seus companheiros e amigos de boêmia literária, poetas e literatos, improvisavam do pé para a mão, quase sempre sem dinheiro para um terno novo. Envelhecendo e ficando semi-inutilizado, depois de dois ataques de apoplexia, foi obrigado a aceitar aquele humilde lugar de contínuo, para ter com que viver. Os seus méritos e o seu saber, porém, não estavam muito acima do cargo. Aprendera muita coisa de ouvido e, de ouvido, falava de muitas delas. Tivera, em moço, uma boa convivência. Estava aí o segredo de sua ilustração. Marramaque, apesar de tudo, do seu estado de saúde, da sua dificuldade de locomover-se, não deixava a mania inócua da política e ia votar, com risco de se ver envolvido num barulho de sufrágio universal, puxado a navalha, rabo de arraia, cabeçadas, tiros de revólver e outras eloquentes manifestações eleitorais, das quais, em razão do seu precário estado de pernas, não poderia fugir com segurança e a necessária rapidez.

Tendo vivido em rodas de gente fina — como já vimos —, e não pela fortuna, mas pela educação e instrução; tendo sonhado outro destino que não o que tivera; crescendo a tudo isto o seu aleijamento, Marramaque era naturalmente azedo e oposicionista. Naquele domingo, ele o tirara para falar mal do doutor Saulo de Clapin.

— Vocês vão ver: o Clapin está aí, está morto na política. Teve o topete de ir contra a corrente popular, espetou-se. Quem ganhou foi o barbudo Melo Brandão, esse judeu mestiçado. É um safadão, mas é mestre na política.

Joaquim se interessava mediocrementemente por essa história de política; mas Lafões tinha as suas paixões no negócio e acudiu:

— Qual o quê! Então você pensa, Marramaque, que um homem inteligente, tão superior, como o doutor Clapin, vai se deixar embrulhar por um trapaceiro de atas e coisas piores como o Melo Brandão! Qual o quê! Demais, o operariado...

— O que é que ele tem feito pelo operariado? — pergunta Marramaque.

— Muito.

Lafões não era operário, como se poderia pensar. Era guarda das obras públicas. Português de nascimento, viera menino para o Brasil, isto há mais de quarenta anos; entrara muito cedo para a repartição de águas da cidade,

chamara a atenção dos seus superiores pelo rigor de sua conduta; e, aos poucos, fizeram-no chegar a seu generalato de guarda de encanamentos e de torneiras que vazassem nos tanques de lavagem das casas particulares. Vivia muito contente com a sua posição, a sua portaria de nomeação, a sua carta de naturalização, e, talvez, não estivesse tanto, se tivesse enriquecido de centenas de contos de réis. Assim tudo fazia crer, pois era de ver a importância ingênua do campônio que se faz qualquer coisa do Estado, e a solenidade de maneiras com que ele atravessava aquelas virtuais ruas dos subúrbios.

Trazia sempre a farda cáqui e o boné com as iniciais da repartição; um chapéu de sol de cabo, que, quando não o trazia aberto, a protegê-lo contra os raios do sol, manejava como a bengala de um vigário de aldeia portuguesa, furando o chão e levantando-o, para pousá-lo de novo, à medida que executava as suas longas passadas.

Lafões respondeu assim a Marramaque:

— Muito. Em todas as comissões por que o doutor Clapin tem passado, sempre procura dar trabalho ao maior número de operários.

— Grande serviço! Arrebenta as verbas; no fim de dois ou três meses, despede mais da metade... Isto não se chama proteger; chama-se engazopar.

— Seja, mas ele ainda faz isso, e os outros? Não fazem nada. De resto, é um homem democrata. Desde muito que se bate pela igualdade entre os servidores da nação. Não quer distinção entre funcionários públicos e jornaleiros. Quem serve à nação, seja em que serviço for, é funcionário público.

— Honrarias! Isto não enche barriga! Por que ele não trabalha para diminuir a carestia da vida e dos aluguéis de casa?

— Homessa, Marramaque! Você não leu o projeto dele sobre construção de casas para famílias pobres e modestas? Você não leu, Joaquim?

O carteiro, que vinha ouvindo a conversa sem dar opinião, à interpelação de Lafões, interveio:

— Li, de fato; mas li também que ele havia aumentado os aluguéis de suas casas, que são inúmeras, de quarenta por cento.

— É isto! — acudiu com pressa Marramaque. — Clapin é muito generoso com o dinheiro dos outros, do Estado. Com o dele, é de uma sovínice de judeu e de uma ganância de agiota. Jesuíta!

Felizmente Clara chegava com o café. A conversa apaixonada cessava, e os dois convivas de Joaquim recebiam os cumprimentos da menina:

— A bênção, meu padrinho; bom dia, seu Lafões.

Eles respondiam e punham-se a pilheriar com Clara.

Dizia Marramaque:

— Então, minha afilhada, quando se casa?

— Nem penso nisso — respondia ela, fazendo um trejeito faceiro.

— Qual! — observa Lafões. — A menina já tem algum de olho. Olhe, no dia dos seus anos... É verdade, Joaquim: uma coisa.

O carteiro descansou a xícara e perguntou:

— O que é?

— Queria pedir a você autorização para cá trazer, no dia dos anos aqui da menina, um mestre do violão e da modinha.

Clara não se conteve e perguntou apressada:

— Quem é?

Lafões respondeu:

— É o Cassi. A menina...

O guarda das obras públicas não pôde acabar a frase. Marramaque interrompeu-o furioso:

— Você dá-se com semelhante pústula? É um sujeito que não pode entrar em casa de família. Na minha, pelo menos...

— Por quê? — indagou o dono da casa.

— Eu direi, daqui a pouco; eu direi por quê — fez Marramaque transtornado.

Acabaram de tomar café. Clara afastou-se com a bandeja e as xícaras, cheia de uma forte, tenaz e malsã curiosidade:

— Quem seria esse Cassi?

II

Quem seria esse Cassi? Quem era Cassi?

Cassi Jones de Azevedo era filho legítimo de Manuel Borges de Azevedo e Salustiana Baeta de Azevedo. O Jones é que ninguém sabia onde ele o fora buscar, mas usava-o, desde os vinte e um anos, talvez, conforme explicavam alguns, por achar bonito o apelido inglês. O certo, porém, não era isso. A mãe, nas suas crises de vaidade, dizia-se descendente de um fantástico Lorde Jones, que fora cônsul da Inglaterra em Santa Catarina; e o filho julgou de bom gosto britanizar a firma com o nome do seu problemático e fidalgo avô.

Era Cassi um rapaz de pouco menos de trinta anos, branco, sardento, insignificante, de rosto e de corpo; e, conquanto fosse conhecido como consumado “modinhoso”, além de o ser também por outras façanhas verdadeiramente ignóbeis, não tinha as melenas do virtuose do violão, nem outro qualquer traço de capadócio. Vestia-se seriamente, segundo as modas da rua do Ouvidor; mas, pelo apuro forçado e o *degagé* suburbanos, as suas roupas chamavam a atenção dos outros, que teimavam em descobrir aquele aperfeiçoadíssimo “Brandão”, das margens da Central, que lhe talhava as roupas. A única pelintragem, adequada ao seu mister, que apresentava, consistia em trazer o cabelo ensopado de óleo e repartido no alto da cabeça, dividido muito exatamente ao meio — a famosa “pastinha”. Não usava topete, nem bigode. O calçado era conforme a moda, mas com os aperfeiçoamentos exigidos por um elegante dos subúrbios, que encanta e seduz as damas com o seu irresistível violão.

Era bem misterioso esse seu violão; era bem um elixir ou talismã de amor. Fosse ele ou fosse o violão, fossem ambos conjuntamente, o certo é que, no seu ativo, o senhor Cassi Jones, de tão pouca idade, relativamente, contava perto de dez defloramentos e a sedução de muito maior número de senhoras casadas.

Todas essas proezas eram quase sempre seguidas de escândalo, nos jornais, nas delegacias, nas pretorias; mas ele, pela boca dos seus advogados, injuriando as suas vítimas, empregando os mais ignóbeis meios da prova de sua inocência,

no ato incriminado, conseguia livrar-se do casamento forçado ou de alguns anos na correção.

Quando a polícia ou os responsáveis pelas vítimas, pais, irmãos, tutores, punham-se em campo para processá-lo convenientemente, ele corria à mãe, dona Salustiana, chorando e jurando a sua inocência, asseverando que a tal fulana — qualquer das vítimas — já estava perdida, por esse ou por aquele; que fora uma cilada que lhe armaram, para encobrir um mal feito por outrem, e por o saberem de boa família, etc., etc.

Em geral, as moças que ele desonrava eram de humilde condição e de todas as cores. Não escolhia. A questão é que não houvesse ninguém, na parentela delas, capaz de vencer a influência do pai, mediante solicitações maternas.

A mãe recebia-lhe a confissão, mas não acreditava; entretanto, como tinha as suas presunções fidalgas, repugnava-lhe ver o filho casado com uma criada preta, ou com uma pobre mulata costureira, ou com uma moça branca lavadeira e analfabeta.

— Graças a esses seus preconceitos de fidalguia e alta estirpe, não trepidava em ir empenhar-se com o marido, a fim de livrar o filho da cadeia ou do casamento pela polícia.

— Mas é a sexta moça, Salustiana!

— Qual o quê! Calunia-se muito...

— Qual calúnia, qual nada! Este rapaz é um perverso, é sem-vergonha. Eu sei o nome das outras. Olhe: a Inês, aquela crioulinha que foi nossa copeira e criada por nós; a Luísa, que era empregada do doutor Camacho; a Santinha, que ajudava a mãe a costurar para fora e morava na rua Valentim; a Bernarda, que trabalhava no *Joie de Vivre*...

— Mas tudo isso já passou, Maneco. Você quer que o seu filho vá para a cadeia? Porque, casar com essas biraias, ele não se casa. Eu não quero.

— Era preferível que ele fosse para a cadeia, ao menos não estava desmoralizando todo o dia a casa.

— Pois você faça o que quiser. Se você não der os passos, eu dou. Vou procurar o meu irmão, o doutor Baeta Picanço — rematava a mulher com orgulho.

O pai desse Cassi era verdadeiramente um homem sério. Estreito de ideias, familiarizado no emprego público, que, há cerca de trinta anos, exercia, ele tinha profundos sentimentos morais, que lhe guiavam a conduta no seu comércio com os filhos. Nunca fora afetuoso: evitava até todas as exhibições e

exageros sentimentais; era, porém, capaz de estimá-los profundamente, amá-los, sem abdicar, entretanto, do dever paterno de julgá-los lucidamente e puni-los consoante a natureza das suas respectivas faltas.

Era homem de pouca altura, trazia a cabeça sempre erguida, testa reta e alta, queixo forte e largo, olhar firme, debaixo do seu *pince-nez* de aros de ouro. Conquanto alguma coisa obeso, era deveras um velho simpático e respeitável; e, apesar da sua imponência de antigo burocrata, dos seus modos um tanto ríspidos e secos, todos o estimavam na proporção em que seu filho era desprezado e odiado. Tinham até pena dele, confrontando a severidade de sua vida com a crapulice de Cassi.

Sua mulher não era lá muito querida, nem prezada. Tinha fumaças de grande dama, de ser muito superior às pessoas de sua vizinhança e mesmo às dos seus conhecimentos. O seu orgulho provinha de duas fontes: a primeira, por ter um irmão médico do Exército, com o posto de capitão; e a segunda, por ter andado no Colégio das Irmãs de Caridade.

Quando se lhe perguntava — seu pai, o que era? —, dona Salustiana respondia: era do Exército; e torcia a conversa. Não era seu pai exatamente do Exército. Fora simplesmente escriturário do Arsenal de Guerra. Com muito sacrifício e graças a uma pequena fortuna que lhe viera ter por acaso às mãos, pudera educar melhorzinho os dois únicos filhos que tivera.

A vaidade de dona Salustiana não deixava que ela confessasse isso; e tanto era contagioso esse seu sentimento, no que tocava a seu pai, que as suas duas filhas, Catarina e Irene, sempre se referiam ao avô como se fosse de verdade um general do Paraguai. Eram menos vaidosas do que a mãe; mas muito mais ambiciosas, em matéria de casamento. Dona Salustiana casara-se com o Manuel, quando este ainda era praticante e revia provas, à noite, nos jornais, para acudir às despesas da casa. Catarina e Irene sonhavam casar com doutores, bem empregados ou ricos, porque elas se julgavam prestes a se “formar”, a primeira, em música e piano, pelo trampolineiro Instituto Nacional de Música; e a segunda, pela indigesta Escola Normal desta capital.

Escusado é dizer que ambas tinham um grande desprezo pelo irmão, não só pela baixeza de sua conduta moral — o que era merecido —, mas, também, pela sua ignorância cavalgar e absoluta falta de maneiras e modos educados.

Em começo, o pai consentia, apesar de tudo, que Cassi, o ínclito Cassi, tomasse parte na mesa familiar. Ninguém lhe dirigia a palavra, a não ser a mãe. As moças conversavam com o pai ou com a mãe, ou entre si; e, se ele se

animava a dizer qualquer coisa, o velho Manuel olhava-o severamente e as filhas calavam-se.

Houve um acontecimento doloroso, provocado pela perversidade de Cassi, que fez o pai tomar a deliberação extrema de expulsá-lo de casa e da mesa doméstica. Não foi expulso de todo, devido à intervenção de dona Salustiana; mas o foi em meio.

Entre as relações de suas irmãs, havia uma moça muito pobre, que morava na redondeza. Sua mãe era viúva de um capitão do Exército, e ela, a Nair, era filha única. Com auxílio de alguns parentes, a viúva ia encaminhando a filha nos estudos próprios de seu sexo. Ela tinha tendência para música e procurou aproximar-se de Catarina, para explicar-lhe a matéria. Contava 18 anos, muito risonha, de um amorenado sombrio, cabelos muito negros, pequenina e viva, com os seus olhinhos irrequietos e luminosos.

Cassi a viu e logo a teve como boa presa, apesar de não ser totalmente sem apoio. Quis entabular namoro, na própria casa do pai, quando Nair vinha receber lições da irmã dele. Esta, porém, percebendo a manobra, proibiu-lhe, sob ameaça de contar ao pai, que ele viesse à sala quando estivesse dando lição a Nair. O nome do pai apavorava Cassi, não que o estimasse e, por isso, o respeitasse de veras; mas porque “o velho”, severo como era, bem podia pô-lo de vez na rua. Se isso viesse a acontecer, não teria para onde ir, e o pouco que ganhava, no jogo, em brigas de galos e em comissões de agente de empréstimos etc., seria absorvido para a casa e comida, pouco ou quase nada sobrando para roupas, sapatos e gravatas. Ele, sem isto tudo, estava perdido. Adeus amor! Se o quisesse, tinha que pagar...

Considerando tal hipótese, não relutou em obedecer à irmã; mas começou a cercar Nair “por fora”. Quando ela ia sair, precedia-a, ficava na porta da padaria, cumprimentava. Afinal, pôde conversar e declarar-se com a fatídica carta, que era a reprodução de um modelo que lhe dera um companheiro de malandragem, o Ataliba do Timbó, o qual, por sua vez, tinha obtido de um poeta “porrista” que morava na Piedade. Esse poeta, a quem o “intruso” Ataliba qualificava tão superiormente e de tal maneira, era o célebre Leonardo Flores, que o Brasil todo conhece e viveu uma vida pura, inteiramente de sonhos.

Enfim, a pequena Nair, inexperiente, em plena crise de confusos sentimentos, sem ninguém que lhe pudesse orientar, acreditou nas lábias de Cassi e deu o passo errado. A mãe veio a descobrir-lhe a falta, que se

denunciava pelo estado do seu ventre. Correu ao senhor Manuel, que não estava. Falou a dona Salustiana e esta, empertigando-se toda, disse secamente:

— Minha senhora, eu não posso fazer nada. Meu filho é maior.

— Mas, se a senhora o aconselhasse como mãe que é, e de filhas, talvez obtivesse alguma coisa. Tenha piedade de mim e da minha, minha senhora.

E pôs-se a chorar e a soluçar.

Dona Salustiana respondeu amuada, sem demonstrar o mínimo enternecimento por aquela dor inqualificável:

— Não posso fazer nada, no caso, minha senhora. Já lhe disse. A senhora recorra à justiça, à polícia, se quiser. É o único remédio.

A mãe de Nair acalmou-se um pouco e observou:

— Era o que eu queria evitar. Será uma vergonha para mim e para a senhora e família.

— Nós nada temos com o que Cassi faz. Se fosse nossa filha...

Não acabou a indireta injuriosa; levantou-se e estendeu a mão à desolada mãe, como que a despedindo.

A viúva saiu cabisbaixa; e, dali, foi à audiência do delegado distrital e expôs tudo. O delegado disse-lhe:

— Apesar de estar ainda não há seis meses neste distrito, sei bem quem é esse patife do Cassi. O meu maior desejo era embrulhá-lo num bom e sólido processo; mas não posso, no seu caso. A senhora não é miserável, possui as suas pensões de montepio e meio-soldo; e eu só posso tomar a iniciativa do processo quando a vítima é filha de pais miseráveis, sem recursos.

— Mas não há remédio, doutor?

— Só a senhora constituindo advogado.

— Ah! Meu Deus! Onde vou buscar dinheiro para isso? Minha filha, desgraçada, meu Deus!

E pôs-se a chorar copiosamente. Quando serenou, o delegado mandou que um empregado da delegacia acompanhasse a senhora até em casa e ficou a pensar nas baixeiras, nas dores, nas misérias que as casas encobrem e que, todo o dia, descobria, por dever de ofício.

No dia seguinte, a mãe de Nair suicidava-se com lisol. Os jornais esgravataram o acontecimento e contaram as causas do suicídio com todos os pormenores. Manuel de Azevedo, o pai de Cassi, quando leu no trem o jornal, saltou na primeira estação, voltou e entrou pela casa adentro que nem um furacão, transtornado de fisionomia, com rictus de ódio que o fazia outro

homem, muito diferente daquele reservado, bondoso e simpático burocrata que era.

— Quedê ele?

— Quem? — perguntou-lhe a mulher.

— Ele, esse Cassi — fez ele com os punhos cerrados, a errar o olhar desvairado pelos quatro cantos da sala.

— Mas que há, homem? — fez a mulher assustada.

— Lê isto.

Deu-lhe o jornal, apontando o local do suicídio.

— Mas que culpa tem...

Não acabou a frase, dona Salustiana; o marido logo a interrompeu:

— Culpa! Esse biltre sem senso moral algum; esse assassino, esse desgraçado que leva a corromper todas as moças e senhoras que lhe passam debaixo dos olhos, não o quero mais aqui, não o quero mais na minha mesa. Diga-lhe isto, Salustiana; diga-lhe isto, enquanto não o mato.

As filhas tinham chegado e adivinharam a causa daquela explosão de ódio e raiva, coisa rara no pai. Procuraram acalmá-lo:

— Sossegue, papai; sossegue.

Catarina, que passara os olhos pelo jornal, muito sofreu com a desonra de Nair. Lamentou sinceramente o trágico desfecho da mãe da sua discípula gratuita; e assim falou ao pai:

— Olhe, papai; eu me sinto em alguma coisa culpada, porque trouxe Nair para aqui, a fim de estudar música comigo.

Depois de uma pausa acrescentou:

— Que se há de fazer? É a fatalidade.

— Não o quero mais aqui — repetiu o chefe da família.

Os jornais não se deixaram ficar na simples notícia do suicídio. Revolveram a vida de Cassi; contaram-lhe as proezas; e ele, a conselho de sua mãe, foi passar uns tempos na casa do tio, o doutor, que tinha uma fazendola em Guaratiba. Pela narração dos quotidianos, pôde-se organizar toda a rede de insídias, de cavilosas mentiras, de falsas promessas, com que ele tinha cercado a pobre e ingênua vítima, cuja desonra determinou o suicídio da mãe. Ele, como de hábito, não falava de seus namoros a ninguém, muito menos a seu pai e a sua mãe; entretanto, para ganhar a confiança da pobre menina, dizia na carta que dissera à mãe que muito a amava ou textualmente: “confessei a mamãe que lhe amava loucamente” e avisava-lhe: “privino-lhe que não ligue ao que lhe disserem, por isso pesso-te que preze bem o meu sofrimento”; e, assim nessa

ortografia e nessa sintaxe, acabava: “pense bem e veja se estás resolvida a fazer o que disseses na tua cartinha”, etc. Confessava-se um infeliz “que tanto lhe adora” e lamentava não ser correspondido.

Em outra, mostrava-se interessado pela saúde de Nair; e, depois de dar instruções como devia deixar a janela para que ele a pulasse, contava: “tão depressa soube que estavas de cama fui ao doutor R. S. saber o que você tinha, ele disse-me que você tinha feito a loucura de molhar os pés na água fria”, etc., etc. Nessa altura, entrava em detalhes secretos da vida feminina e aduzia: “foi uma grande tristeza em saber que o doutor R.S. sabe de teus particulares moral” (sic).

No fim da missiva, ou quase, dizia: “enfim que eu devo fazer se você não quer ser inteiramente minha como eu sou teu.”

Não se demorou muito na casa do tio. O doutor, orgulho de sua irmã Salustiana e protetor sempre por ela posto em foco para as despudoradas aventuras do sobrinho, desconfiando que este tramava uma das suas, nos arredores do seu sítio, sem mais detença, embarcou-o para a casa da irmã, mãe de Cassi, dizendo-lhe que ficasse com o filho, porque sobrinho como aquele, ele, doutor Baeta Picanço, desejava nunca tê-lo em casa.

Não foi logo diretamente para a casa paterna, que era numa das primeiras estações de quem vem da Central. Ficou pelo Engenho de Dentro, de onde mandou, por Ataliba do Timbó, um bilhete à mãe, pedindo instruções. A mãe respondeu-lhe que viesse para casa; mas evitasse, por todos os meios, encontrar-se com o pai. Tinha ela arranjado as coisas, e ele teria sempre onde comer e dormir.

Foi-lhe reservado o porão, na parte dos fundos, e a chácara, como recreio, onde raramente o pai ia. Jantava, almoçava e tomava café no compartimento do porão onde morava. Logo na primeira manhã que despertou no seu humilhante aposento familiar, pensou logo em ir ver as suas gaiolas de galos de briga — o bicho mais hediondo, mais antipático, mais repugnantemente feroz que é dado a olhos humanos ver. Estavam em ordem; sua mãe cuidara deles, como lhe pedira.

Galos de briga eram a força de suas indústrias e do seu comércio equívocos. Às vezes, ganhava bom dinheiro nas apostas de rinhadeiro, o que vinha ressarcir os prejuízos que, porventura, anteriormente houvesse tido nos dados; e, assim, conseguia meios para saldar o alfaiate ou comprar sapatos catitas e gravatas vistosas. Com os galos, fazia todas as operações possíveis, a fim de ganhar dinheiro; barganhava-os, com “volta”, vendia-os, chocava as galinhas,

para venda dos frangos a criar e educar, presenteava pessoas importantes, das quais supusesse, algum dia, precisar do auxílio e préstimos delas, contra a polícia e a justiça.

Incapaz de um trabalho continuado, causava pasmo vê-lo cuidar todas as manhãs daqueles horripilantes galináceos, das ninhadas, às quais dava milho moído, triguilho, examinando os pintainhos, um por um, a ver se tinham bouba ou gosma.

Fosse se deitar a que hora fosse, pela manhã lá estava ele atrapalhado com os galos malaios e a sua descendência de frangos e pintos.

Nunca suportara um emprego, e a deficiência de sua instrução impedia-o que obtivesse um de acordo com as pretensões de muita coisa que herdara da mãe; além disso, devido à sua educação solta, era incapaz para o trabalho assíduo, seguido, incapacidade que, agora, roçava pela moléstia. A mórbida ternura da mãe por ele, a que não eram estranhas as suas vaidades pessoais, junto à indiferença desdenhosa do pai, com o tempo, fizeram de Cassi o tipo mais completo de vagabundo doméstico que se pode imaginar. É um tipo bem brasileiro.

Se já era egoísta, triplicou de egoísmo. Na vida, ele só via o seu prazer, se esse prazer era o mais imediato possível. Nenhuma consideração de amizade, de respeito pela dor dos outros, pela desgraça dos semelhantes, de ditame moral o detinha, quando procurava uma satisfação qualquer. Só se detinha diante da força, da decisão de um revólver empunhado com decisão. Então, sim...

Algumas boas lhe aconteceram. Tinha ele notado que uma moçoila com livros e *attirail* de normalista, na viagem de trem, o olhava muito.

Marcou-lhe a fisionomia e, ao dia seguinte, à mesma hora, pôs-se, na estação, à espera dela; não veio. Esperou outro trem, não veio. Assim, esperou diversos. No outro dia, após esse, foi mais feliz; ela veio. Procurou lugar conveniente e pôs-se a fazer trejeitos. A moça não lhe deu importância. Durante dias, insistiu. Um belo dia, ele vai muito calmo, à cata da ingrata, quando ela apareceu acompanhada de um rapaz, que, pela intimidade com que a tratava e pela idade que revelava à primeira vista, parecia ser irmão ou marido da moça. Habitado a lidar com parentes dessa natureza, mas fracos, não se intimidou. Os dois no banco, ao lado dele, seguem viagem, palestrando calmamente. Cassi os olha insistentemente. Chegam à Central, e o rapaz despede-se da moça, que segue para a sua escola. Volta-se o cavalheiro e procura com o olhar o senhor Cassi.

— É o senhor?

Cassi Jones responde:

— Sou eu.

— Desejava muito falar-lhe. Vamos à confeitaria; é coisa particular, e nós lá estaremos à vontade tomando um vermute.

Cassi fica com a pulga atrás da orelha e acompanha o desconhecido, que, com ar risonho e caminhando, vai dizendo:

— O senhor talvez não me conheça. Porém eu, meu caro senhor, o conheço muito bem. Nos subúrbios, todos conhecem as suas habilidades, senhor Cassi Jones; e, embora esteja lá morando há pouco, já tive notícias do seu valimento.

Cassi assustava-se com a calma do rapaz e pôs-se a medir-lhe os músculos. Não trouxera a navalha, porque tinha medo de ser preso, por causa do negócio da Nair e do suicídio da mãe dela; e armado... Mediu a musculatura do desconhecido. Era antes fraco do que forte, mas parecia disposto. Chegaram à confeitaria e sentaram-se. O caixeiro serviu vermute; e, quando iam em meio, o outro disse ex-abrupto para Cassi:

— O senhor sabe quem é aquela moça que vinha a meu lado?

Colhido de surpresa, não pôde tergiversar e disse prontamente:

— Não sei absolutamente.

— É minha irmã — afirmou o desconhecido.

— Também não sabia — respondeu docilmente o terrível Cassi.

— Não podia saber, naturalmente — justificou o rapaz. — Saio cedo de casa para o escritório e volto tarde, pois janto e almoço na cidade. Agora, eu chamei o senhor para lhe dizer uma coisa: se o senhor continua a perseguir minha irmã, meto-lhe cinco tiros na cabeça.

Ao dizer isto, foi tirando do bolso de dentro do paletó um magnífico Smith & Wesson, muito reluzente e com um luxuoso cabo de madrepérola.

Cassi redobrou o esforço para não denunciar o susto e, simulando calma, disse:

— Mas, meu caro senhor, creio que nunca faltei com o respeito devido à senhora sua irmã.

— É verdade; mas é preciso deixar de persegui-la — confirmou o outro e logo acrescentou, como que dando por acabada a entrevista:

— Quer tomar alguma coisa mais?

— Não; muito obrigado.

Despediram-se, sem se apertarem as mãos; e Cassi foi para a sua roda de Ataliba do Timbó, Zezé Mateus, Franco Sousa e Arnaldo.

Um deles perguntou-lhe:

— O que queria aquele sujeito contigo?

— Nada. É meu vizinho e, sabendo que sou morador antigo, pediu-me que lhe arranjasse um cavalo para vender, que ele me dava uma comissão.

Cassi era assim e assim mantinha a sua fama de valente. Não julguem que tinha estima e amizade por esses rapazes que andavam sempre com ele. Ele não os amava, como não amava ninguém e com ninguém simpatizava. Era uma corte digna dele, que o iludia do vácuo feito em torno dele, por todos os rapazes daquelas bandas.

Ataliba do Timbó era um mulato claro, faceiro, bem-apessoado, mas antipático pela sua falsa arrogância e fatuidade. Havia sido operário em uma oficina do estado. Meteu-se com Cassi e, aos poucos, abandonou o emprego, abandonou a mãe, de quem era único arrimo, e quis imitar o mestre até o fim. Foi infeliz. Arranjou uma complicação policial e matrimonial de donzelas, nas quais Cassi era useiro e vezeiro, e saiu-se mal. Obrigaram-no a casar; mas teve a hombridade de ficar com a mulher, embora, resignadamente, ela sofresse toda espécie de privações, no horrível subúrbio de Dona Clara, enquanto ele andava sempre muito suburbanamente elegante e tivesse vários uniformes de futebol.

Tirava proventos do jogo de dados ou campista, e também do futebol, em que era considerado bom jogador — “plêiel”, como dizem lá.

De vários clubes, havia sido expulso ou se havia demitido voluntariamente, porque os companheiros suspeitavam-no ser peitado pelos adversários, para facilitar estes fazer pontos. Ultimamente, era agente de jogo de bicho, e sua mulher viera gozar de mais algum conforto.

Pobre Ernestina! Era tão alegre, tão tagarela, era moça, e bonitinha, na sua fisionomia miúda e na sua tez pardo-clara, um tanto baça, é verdade, mas não a ponto de enfeá-la, quando conheceu Ataliba; e hoje? Estava escanzelada, cheia de filhos, a trair sofrimentos de toda espécie, sempre mal calçada, quando, nos tempos de solteira, o seu luxo eram os sapatos! Quem te viu e quem te vê!

Zezé Mateus era um verdadeiro imbecil. Não ligava duas ideias; não guardava coisa alguma dos acontecimentos que assistia. A sua única mania era beber e dizer-se valente. Topava todos os ofícios; capinava, vendia peixe e verdura, com cesto à cabeça; era servente de pedreiro, apanhava e vendia passarinhos, como criança; e tinha outras habilidades desse jaez.

Era branco, com uma fisionomia empastada, cheia de rugas precoces, sem dentes, todo ele mole, bambo. A sua testa era deprimida, e era longo e estreito

o seu crânio, do feitio daqueles a que o povo chama “cabeça de mamão-macho”.

Totalmente inofensivo, quase inválido pela sua imbecilidade nativa e pela bebida, uma família a quem ele prestava pequenos serviços — ir às compras, ao açougue, lavar a casa — dava-lhe um barracão na chácara, onde dormia, e comida, se estivesse presente às refeições. Encontrava-se nessa ruína humana o melhor da turma e o único que não tinha maldade no coração. Era um ex-homem e mais nada.

O Franco Sousa, este, era um malandro mais apurado, que, uma vez ou outra, aderira ao grupo de Cassi. Intitulava-se advogado e vivia de embrulhar os crédulos clientes que lhe caíam nas mãos. Todos sabiam que ele não tratava de coisa alguma, pois não podia absolutamente tratar, já por não saber coisa alguma das tricas forenses, já por não ser, de verdade, advogado. Assim mesmo, sempre apareciam ingênuos roceiros, simplórias viúvas, que, no pressuposto de que os seus serviços, na justiça, sobre a demarcação de terras litigiosas ou despejos de inquilinos relapsos, fossem mais baratos, procuravam-no. Ele recebia os adiantamentos e, em seguida, mais algum dinheiro, conforme a ingenuidade e a falta de experiência do cliente, e não fazia nada. Entretanto, vivia muito decentemente com a mulher, filhos e filhas. Cassi não lhe pisava em casa, e, aos poucos, foi se afastando do violeiro, a conselho da mulher, que zelava extremamente pela reputação das filhas, que se faziam moças.

O último dos asseclas do modinheiro era um tal Arnaldo, Arnaldo *tout court*. Nele, talvez, houvesse tipo mais nojento do que mesmo em Cassi. A sua profissão consistia em furtar, no trem, chapéus de sol, bengalas, embrulhos dos passageiros que estivessem a dormir ou distraídos. De tarde, ele fazia a especialidade dos embrulhos; e, à noite, às vezes, a altas horas, postava-se na beira da plataforma de estação pouco frequentada e, quando o trem tomava movimento e impulso, arrebatava rapidamente os chapéus dos passageiros, através da portinhola, principalmente se de palha e novos. Vendia-os, no dia seguinte, como vendia os chapéus de sol, as bengalas e o conteúdo dos embrulhos, se fosse de coisa vendável; roupas de lã ou branca, livros, louça, talheres, etc.

Se fossem, porém, doces, frutas, queijos, biscoitos, grãos, ele levava para casa e contava à mulher que só arranjava dinheiro para comprar aquelas guloseimas para as crianças. Usava dos mais imprevisíveis estratagemas para não pagar a casa de sua moradia. Numa, tendo ficado a dever oito meses, apresentando-se-lhe o cobrador com os recibos, pediu-os para examiná-los e

ficou com eles, alegando que ia consultar pessoa competente em matéria de selo, porquanto as estampilhas não lhe pareciam legais. Nunca mais os devolveu; e, apesar de todas as ameaças, ainda ficou morando na casa quatro meses. Os seus vizinhos contavam que ele tinha também o hábito de arrebatatar as notas do Tesouro das mãos das crianças, quando as encontrava sós também a caminho das vendas, onde iam fazer compras para as casas paternas, levando-as à mostra, na imprevidência natural de crianças.

Inútil é repetir que Cassi não tinha nenhuma espécie de amizade por esses rapazes, não pela baixeza de caráter e de moral deles, no que ele sobrelevava a todos; mas pela razão muito simples de que a sua natureza moral e sentimental era sáfara e estéril. A seus pais e às suas irmãs, não o prendia nenhuma dose de afeição, por menor que fosse. Mesmo com sua mãe, que o tinha retirado muitas vezes dos xadrezes policiais, em vésperas de seguir para a detenção, ele só tinha manifestações de ternura quando estava às voltas com a polícia ou com os juízes. O seu fundo e os seus princípios explicavam de algum modo essa sua aridez moral e sentimental.

A sua educação e a sua instrução foram deveras descuradas. Primeiro nascido do casal, quando as exigências da manutenção da família obrigavam seu pai a trabalhar dia e noite, não pôde este, pois poucas horas passava em casa, vigiá-las convenientemente. Rebelde desde tenra idade, a doçura para com ele, por parte de sua mãe, e os prejuízos dela impediram-na que o corrigisse convenientemente, assiduamente, no tempo próprio. Não ia ao colégio; fazia “gazeta”, correndo pelas matas das cercanias da residência dos pais, então em Itapiru, com outros garotos. O que faziam, pode-se bem adivinhar; mas a mãe fingia não perceber, passava a mão pela cabeça do filho querido, nada dizia ao pai, que quase mourejava durante as vinte e quatro horas do dia. Cresceu assim, sem nenhuma força moral que o comprimisse; e o pai seria a única.

Ao melhorarem as suas condições financeiras, com uma promoção a propósito e a compra daquela casa, na estação do Rocha, com o produto de uma herança que tocara à mulher, Manuel de Azevedo veio encontrar o filho, aos treze anos, completamente viciado, fumando às escâncaras, mal lendo, aos gaguejos, e escrevendo ainda muito pior. Pô-lo nos “Salesianos” de Niterói. As informações semanais eram péssimas; e, ao fim de três ou quatro meses, não sabemos que torpeza cometeu no colégio que, uma bela tarde, acompanhado de um padre magro, com uma cortante figura angulosa de asceta, veio a ser entregue Cassi ao pai, em casa. Falou-lhe o reverendo em particular, e Manuel

de Azevedo, quase chorando, despediu-se do reverendo, que insistia nas desculpas, e respondendo deste único feitio ao eclesiástico:

— Os senhores têm razão, muita razão. Eu é que me sinto infeliz por ter um filho bastante mau e vicioso com tão pouca idade. Que castigo, meu Deus!

A mulher quis saber o motivo da expulsão, mas a dignidade e a vergonha de pai fizeram que nem mesmo à sua mulher ele o dissesse.

Propôs, dias depois, à sua esposa, que pusesse o rapazola a aprender um ofício, a fim de discipliná-lo. Dona Salustiana revoltou-se e esbravejou:

— Meu filho aprender um ofício, ser operário! Qual! Ele é sobrinho de um doutor e neto de um homem que prestou muitos serviços ao país.

Sempre lembrado dos seus duros começos em que ela muito o ajudara e o animara, Manuel tinha, pela mulher, uma grande e sincera afeição, evitando o quanto possível contrariá-la, e, por isso, não teimou dessa feita. Meses depois, porém, logo que chegou em casa, a mulher e as filhas, chorando, pedem que vá soltar Cassi, que estava preso em uma delegacia. O menino já roçava pelos 16 anos e mostrava-se assim precoce na carreira de falcatruas. Havia sido preso, pelo respectivo vigia, no interior de uma casa vazia, quando procurava arrancar encanamentos de chumbo para vender.

O pai, então, voltou à ideia de pô-lo em uma oficina, a ver se o trabalho manual, já pelo cansaço, já pela convivência com pessoas honestas e de trabalho, desviava-o do mau caminho que ele estava iniciando. A mãe acedeu com grande repugnância, e ele foi ser aprendiz de tipógrafo.

No fim de um mês, porém, era despedido, porque, tendo ido receber uma conta de cartões de visita, uns cinco mil-réis ou pouco mais do que isso, voltara sem dinheiro, dizendo que o tinha perdido. Revistado convenientemente, foi-lhe o dinheiro encontrado quase intacto entre a botina e a meia.

A fascinação pelo dinheiro e sua absorção nele eram o seu fraco. Queria-o; mas sem trabalho e para ele só. As menores dívidas que fazia, não pagava; não oferecia nada a ninguém. Houve quem, o conhecendo e sabendo dessa sua sovínice doentia, explicasse os seus desvirginamentos seguidos e as suas constantes seduções a raparigas casadas, como sendo a resultante da aridez de dinheiro, que o encaminhava a amores gratuitos; e de uma atividade sexual levada ao extremo, que a sua estupidez explicava.

Seja devido a esta ou àquela causa, a este ou àquele motivo, o certo é que nele não havia nevrose ou qualquer psicopatia que fosse. Não cedia a impulsos de doença; fazia tudo muito calculadamente e com todo o vagar. Muito estúpido para tudo o mais, entretanto, ele traçava os planos de sedução e

desonra com a habilidade consumada dos escroques de outras naturezas. Tudo ele delineava lucidamente e previamente removia os obstáculos que antevia.

Escolhia bem a vítima, simulava amor, escrevia detestavelmente cartas langorosas, fingia sofrer, empregava, enfim, todo o arsenal do amor antigo, que impressiona tanto a fraqueza de coração das pobres moças daquelas paragens, nas quais a pobreza, a estreiteza de inteligência e a reduzida instrução concentram a esperança de felicidade num Amor, num grande e eterno Amor, na Paixão correspondida.

Sem ser psicólogo nem coisa parecida, inconscientemente, Cassi Jones sabia aproveitar o terreno propício desse mórbido estado d'alma de suas vítimas, para consumir os seus horripilantes e covardes crimes; e, quase sempre, o violão e a modinha eram seus cúmplices...

III

Marramaque, apesar de sua instrução defeituosa, se não rudimentar, tinha vivido em roda de pessoas de instrução desenvolvida e educação, e convivido em todas as camadas. Era de uma cidadezinha do estado do Rio, nas proximidades da corte, como se dizia então. Feitos os seus estudos primários, os pais empregaram-no num armazém da cidade. Estávamos em plena escravidão, se bem que nos fins, mas a antiga província do Rio de Janeiro era próspera e rica, com as suas rumorosas fazendas de café, que a escravaria negra povoava e penava sob os açoites e no suplício do tronco.

No armazém em que Marramaque era empregado havia de tudo: ferragens, roupas feitas, isto é, camisas, calças, ceroulas grosseiras, para trabalhadores; armas, louças, etc., etc. Comprava diretamente nos atacadistas da corte; além disso, o seu proprietário era intermediário entre os pequenos lavradores e as grandes casas da capital do Império, isto é, comprava as mercadorias àqueles, por conta destas, com o que ganhava comissão.

Marramaque era contemplativo e melancólico, e vivia debruçado ao balcão do armazém, ouvindo os tropeiros e peões contar histórias de todo gênero: façanhas de valentia, maus encontros pelos caminhos desertos, proezas de desafio à viola e de amor roceiro.

No gênio, não saía ao pai, que era um minhoto ativo, trabalhador, reservado e econômico. Em poucos anos de Brasil, conseguiu juntar dinheiro, comprar um sítio em que cultivava os chamados “gêneros de pequena lavoura”, aipim, batata-doce, abóboras, tomates, quiabos, laranja, caju e melancia, dando-lhe esta última cultura, pelos fins do ano e começo do seguinte, lucros razoáveis. Com o correr do tempo comprara um bote; e, duas vezes por semana, acompanhado de um companheiro a quem pagava, trazia ele mesmo os produtos de sua lavoura, navegando por um pequeno rio, mais ou menos canalizado, atravessando a Guanabara até o Mercado. Vinha com o “terral” e voltava com a “viração”.

O filho não seria capaz dessas proezas; mas, como sua mãe, que, embora quase branca, tinha ainda evidentes traços de índio, seria capaz de cantar o dia inteiro modinhas lânguidas e melancólicas.

Havia, quando rapazola, muitas névoas na sua alma, um diluído desejo de vaziar suas mágoas e seus sonhos no papel, em verso ou fosse como fosse; e um forte sentimento de justiça. O espectro da escravidão, com todo o seu cortejo de infâmias, causava-lhe secretas revoltas.

Certo dia, um viajante, que pousara no armazém, deixara, por esquecimento, na mesa do quarto em que fora hospedado, um volume das *Primaveras* de Casimiro de Abreu.

Ele nunca havia lido versos seguidamente. Nos jornais que lhe caíam à mão, mesmo nos retalhos deles e em páginas soltas de revistas que vinham parar ao armazém para embrulho, é que lera alguns. Dessa forma, encontrando no seu natural melancólico, cheio de uma doce tristeza e de um obscuro sentimento da mesquinhez do seu destino, terreno propício, o livro de Casimiro de Abreu caiu-lhe n'alma como uma revelação de novas terras e novos céus. Chorou e sonhou com os doridos queixumes do sabiá de São João da Barra e não deixou de notar que, entre ele e o poeta das *Primaveras*, havia a semelhança de começarem ambos sendo caixeiros de uma casa de negócio da roça. Cristalizada a emoção profunda que lhe causara a leitura dos versos do gaturamo fluminense, Marramaque resolveu agir, isto é, instruir-se, educar-se e... fazer versos também. Para isso, precisava sair dali, ir para a corte.

De quando em quando, pousavam no armazém, onde dormia também, caixeiros-viajantes de grandes casas da corte que tinham negócios com o senhor Vicente Aires, patrão de Marramaque. O seu natural bom, prestativo, a sua irradiação simpática, provinda dos seus sonhos vagos e amontoados, faziam-no estimado deles todos. Havia um, entretanto, que ele estimava mais. Era um rapaz português, o senhor Mendonça, Henrique de Mendonça Souto. Em tudo, ele era o contrário do pobre Marramaque. Era alegre, folgazão, palrador, bebia o seu bocado; mas sempre honesto, leal e franco.

Certa noite, estando ele hospedado nos fundos do armazém do senhor Vicente Aires, de volta de uma partida de “manilha”, na casa do sacristão da Matriz, o alegre “cometa” veio a encontrar o caixeiro Marramaque lendo o volume de Casimiro de Abreu. Era alta noite, passava da meia; e, como o caixeiro tinha que se erguer às cinco da manhã, para abrir o armazém e atender a tropeiros e viajantes em preparativos de partida, tal fato causou pasmo a “Seu” Mendonça:

— Ainda lêes, menino! E não te lembras que, daqui a pouco, deves estar de pé, filho de Deus!

— Esperava o senhor.

— E mais esta! Então tu pensas que eu mesmo não sabia despir-me e meter-me à cama? Que lêes?

— *Primaveras*, de Casimiro de Abreu.

O caixeiro-viajante acabou de vestir-se e deitou-se. Depois de cobrir-se, perguntou a Marramaque:

— Tu gostas de versos, rapaz?

Marramaque hesitou em responder, mas Mendonça fez rispidamente:

— Dize lá, rapaz; porque nisto não vai crime algum. Está a ver-se, rapaz! Dize!

— Gosto, sim, senhor — fez o caixeiro timidamente.

— Pois deves ir para o Rio — acudiu Mendonça com pressa — estudar e... quem sabe lá?

— Se eu arranjasse um emprego na corte...

Mendonça pensou um pouco e disse:

— Na casa, não te serve. Há muito serviço e tu não te acostumas... És aprendiz de poeta, tens inclinação para essas coisas de versos e te aborreces. O que te serve era trabalhar numa farmácia. Fala a teu pai que eu te arranjo a coisa. Escrevo-te logo que chegar ao Rio.

Mendonça cumpriu a palavra, e o pai consentiu que ele viesse para o Rio. Marramaque foi trabalhar numa farmácia; e, à noite, ia completando a sua instrução, conforme podia, nas instituições filantrópicas de instrução que existiam no tempo.

Logo tratou de fazer versos; e, certa vez, foi surpreendido por um dos *habitués* da farmácia, compondo uma poesia. As farmácias, naquele tempo, eram o lugar de encontro de pessoas graves e sisudas da vizinhança, que, à tarde, após o jantar, iam a elas espairecer e conversar. Quem surpreendeu o jovem Marramaque fazendo versos foi o senhor José Brito Condeixa, segundo oficial da Secretaria de Estrangeiros, poeta também, mas, de uns tempos para cá, somente festivo e comemorativo. Além de publicar, nos dias de gala, sonetos e outras espécies de poesias alusivas à festa, não se esquecia nunca de comemorar as datas domésticas da família imperial, em versos de um lavor chinês. Esperava o hábito da Rosa; mas só veio a ter no fim do Império, quando retirou da Imprensa Nacional o terceiro volume da *Sinopse da Legislação Nacional*, na parte que se refere ao Ministério de Estrangeiros.

Lendo os versos do adolescente, Brito Condeixa gostou e jurou que havia de proteger o caixeirozinho. Falou ao patrão, e ele foi se empregar numa papelaria-livraria, na rua da Quitanda. Frequentada por poetas e literatos que ensaiavam os primeiros passos, nos últimos quinze anos do Império, com eles se relacionou e sempre era escolhido para secretário, gerente, tesoureiro de suas efêmeras publicações. Deixou o emprego da papelaria, sem zanga; e atirou-se às refregas e às decepções da pequena imprensa, com ardor e entusiasmo, sangue republicano e abolicionista, sobretudo abolicionista.

Esse jornalismo contrário e efêmero pouco ou quase nada lhe dava para a sua manutenção. Vivia uma vida de privações e necessidades prementes. Sem deixar os companheiros poetas, escritores, parodistas, artistas, ele se improvisou guarda-livros ambulante, fazendo escritas aqui e ali, com o que ganhava para ter casa, comida, roupa e até, às vezes, socorrer os camaradas. Manteve-se sempre absolutamente solteiro.

Guardava, da sua vida de acólito da boêmia literária, recordações muito vivas, que gostava de contar, ensopando-as de comovida saudade. Anedotas deste, casos com aquele, expedientes daquele outro, ele narrava com chiste e firmeza de lembrança; mas, ao que parece, a figura de seu tempo que mais o impressionou foi a de um pequeno poeta, que nunca teve seu quarto de hora de celebridade e hoje está totalmente esquecido. A respeito dele, Marramaque se referia com o sentimento profundo de quem se lembra de um irmão muito amado:

— Ah! O Aquiles! Que alma! Que poeta! O senhor — dirigindo-se ao interlocutor ocasional — não o conheceu?

— Não; não me recordo.

— Nem de nome? Ele deixou obras.

O outro com quem conversava, por delicadeza, respondia:

— De nome, pois não, pois não!

— Que alma era esse Aquiles Varejão! Morreu há pouco tempo, em 94 ou 95; e, se não me falha a memória, na Santa Casa. Morreu na maior miséria; entretanto, tudo o que ganhava — ele era tipógrafo — estava sempre disposto a distribuir com os amigos. Não pude ir vê-lo... Tinha tido o primeiro ataque e estava em tratamento. Lembro-me, porém, do seu último soneto que a *Gazeta* publicou. Que lindeza! Aquilo era um poeta que não forçava, nem tinha compasso e régua. Ouça só!

E, com uma voz difícil, devido à semiparalisia da parte esquerda da boca, esbugalhando os olhos, devido ao esforço para pronunciar bem as palavras,

recitava:

Prostrado nesta enxerga, sinto a vida
Ir, pouco e pouco, procurando o nada;
Pra mim não há mais sol de madrugada,
Mas sim tremor da luz amortecida.

Prazeres, onde estais? Longa avenida
De amores, que trilhei nesta jornada?
Tudo acabou. É justa esta pousada,
Antes que dobre o sino da partida.

Feliz quem tem família! Tem carinho
De mãe, de esposa e, em derredor do leito,
Não sofre o horror de achar-se tão sozinho.
Porém ao meu destino estou sujeito;
Devo, batendo as asas, sem ter ninho,
Buscar, quem sabe? Um mundo mais perfeito?

O Marramaque, quase sempre, acabava de recitar os versos do amigo com os olhos úmidos; e o ouvinte, não só pela dor demonstrada pelo declamador, mas também pelo tom elegíaco do soneto, comovia-se também e, antes de qualquer pergunta, comentava:

— É bonito! É mesmo lindo.

Marramaque, poeta *raté*, tinha uma grande virtude, como tal: não denegrir os companheiros que subiram nem os que ganharam celebridade. A todos gabava, sem que, por isso, não lhes notasse as falhas de caráter.

Tendo vivido assim, em vários e diferentes meios, ganhando experiência e conhecimento dos homens e das coisas da vida, estava apto para julgar bem quem era Cassi Jones. Demais, devido à sua convivência com literatos, poetas e escritores, adquirira o hábito tirânico de ler diariamente todos os jornais que apanhava na repartição, e não fazia lá outra coisa, devido a seu estado de saúde.

De quando em quando, ele encontrava notícias mais que escabrosas, às vezes sangrentas mesmo, em que estava envolvido o nome do famigerado violeiro. De uma delas ele se lembrava perfeitamente, porque lhe havia

causado, na sua alma retardada de idealista e sonhador, de poeta que quis ser amoroso e cavalheiresco, a maior revolta e um movimento de nojo irreprimível. Joaquim dos Anjos não estava a par dela, pois não tinha hábito de ler jornais e pouco tagarelava com as pessoas de suas bandas suburbanas. Marramaque apoiou-se em contador e por alto.

Num dos subúrbios, na proximidade da casa de Cassi, veio a residir um casal. A mulher era moça, fruída de carnes, alta, louçã, grandes olhos negros, um tipo do Sul, ao que parece do Rio Grande. O marido, que era oficial de Marinha, maquinista, era amorenado tirando a mulato, baixo, sempre triste, curvado e pensativo. Apesar da diferença de gênios, que se percebia, e de idade, que estava à mostra, pareciam viver bem. Quase sempre saíam à tarde, iam a festas, a teatros; aos domingos, procuravam visitar os arrabaldes pitorescos e voltavam à noite. Tomavam comida fora e só tinham uma rapariguita preta, de uns 16 anos, para os serviços leves da casa. Não se sabe como, Cassi conseguiu conhecer a gaúcha e seduzi-la. Mal o marido saía, ele se metia em casa da moça com violão e tudo. A vizinhança murmurava contra aquela pouca-vergonha. Fosse de que fonte fosse, o marido veio a saber e um dia, de revólver em punho, furioso, fora de si, louco, totalmente louco, penetrava na casa e alvejou a mulher com dois tiros de revólver, de cujos ferimentos veio a morrer horas depois. Após ter alvejado mortalmente a mulher, correu em perseguição de Cassi, que, descalço, de calças e em mangas de camisa, saltava cercas e muros, para se pôr fora do alcance do marido indignado.

Entregando-se à prisão, o oficial maquinista contou toda a sua desdita e o causador dela. O delegado mandou procurar Cassi e conseguiu pilhá-lo à noite. Os agentes deram uma batida nos matos, e o galá fugitivo foi preso e recolhido à enxovia.

Por ocasião dessa prisão foi que ele veio a conhecer Lafões. Tinha este sido detido e recolhido ao xadrez, por ter feito um distúrbio, num botequim, onde tomara uma carraspana, em comemoração ao ter acertado uma centena no bicho. Quando Cassi foi recolhido, já Lafões estava no xadrez, havia quatro horas.

Cassi, que fugira do revólver do oficial, sem paletó e sem colete, em cujas algibeiras estava o seu dinheiro, não pudera comprar cigarros; mas Lafões os tinha. O profissional da sedução pediu-lhe um, que lhe foi dado. Disse, então, para Lafões:

- Vou te soltar, meu velho. Tu és uma bela alma.
- Por que vosmecê está preso, meu caro senhor?

Cassi respondeu com muita calma e indiferença, como se tratasse de um acontecimento vulgar:

— Por nada. Coisas de mulheres, meu velho. É o meu fraco.

Pela grade do xadrez, dirigiu-se a um soldado, a quem conhecia, e falou-lhe baixo qualquer coisa. Em breve, foi a praça substituída por outra. Vendo isso, Cassi disse para o velho Lafões:

— Estás aqui, estás na rua. Mande o soldado falar ao meu chefe político; e ele vai interessar-se para seres solto.

— E vosmecê?

— Não te importes comigo. Tenho que depor...

Na verdade, Lafões foi solto; não houve, porém, qualquer intervenção do chefe político de Cassi. Libertou-o o próprio comissário que o prendera e o conhecia como homem morigerado e qualificado.

Entretanto, o guarda das obras públicas sempre supôs que a sua libertação tivesse sido obra de Cassi, por isso lhe era grato e o defendia com todo o ardor.

Lafões era um homem simplório, que só tinha agudeza de sentidos para o dinheiro que vencia. Vivendo sempre em círculos limitados, habituado a ver o valor dos homens nas roupas e no parentesco, ele não podia conceber que torvo indivíduo era o tal Cassi; que alma suja e má era a dele, para se interessar generosamente por alguém.

Muito diferente do guarda era Marramaque, cujo âmbito de vida sempre fora mais amplo e mais variado. Abraçava um maior horizonte de existência humana...

Quando aquele lembrou que se convidasse o celebrizado violeiro, o contínuo viu logo os perigos que a presença do profissional da desonra das famílias podia trazer à paz e ao sossego que reinavam na casa de Joaquim dos Anjos.

Além de compadre, Marramaque era profundamente amigo do carteiro, que o auxiliava nos seus transe de toda a ordem: um pouco originados pelos hábitos boêmios que, de todo, não perdera; um pouco pela exiguidade de seus vencimentos, com os quais sustentava uma irmã viúva e dois filhos dela, ainda menores, com os quais morava, nas proximidades de Joaquim.

Na sua vida, tão agitada e tão variada, ele sempre observou a atmosfera de corrupção que cerca as raparigas do nascimento e da cor de sua afilhada; e também o mau conceito em que se têm as suas virtudes de mulher. A priori, estão condenadas; e tudo e todos pareciam condenar os seus esforços e os dos seus para elevar a sua condição moral e social.

Se assim acontecia com as honestas, como não pensaria sobre o mesmo tema um malandro, um valdevinos, um inconsciente, um vagabundo cínico, como ele sabia ser o tal Cassi?

Durante o jantar, ainda se falou muito a respeito, mas com as reservas que a assistência de uma moça pedia fossem tomadas.

— Vamos experimentar, meu caro Marramaque. “Ele” sabe com quem se mete...

— Eu cá, por mim, nada tenho a dizer dele. Sempre me tratou muito bem e sou-lhe grato.

— É que você, Lafões, não lê os jornais.

— Qual jornais! Qual nada! Tudo que lá vem neles é mentira.

Clara ouvia esse diálogo com muita atenção e forte curiosidade. Num dado momento, não se conteve e perguntou:

— O que é que esse Cassi faz, padrinho?

A mãe acudiu ríspida, dizendo:

— Não é de tua conta, bisbilhoteira!

A única filha do carteiro, Clara, fora criada com o recato e os mimos que, na sua condição, talvez lhe fossem prejudiciais. Puxava a ambos os pais. O carteiro era pardo-claro, mas com cabelo ruim, como se diz; a mulher, porém, apesar de mais escura, tinha o cabelo liso.

Na tez, a filha tirava ao pai; e no cabelo, à mãe.

Joaquim era alto, bem alto, acima da média, ombros quadrados e rija musculatura; a mãe, não sendo muito baixa, escapava à média da altura de nossas mulheres em geral. Tinha ela uma fisionomia medida, de traços breves, mas regular; o que não acontecia com o marido, que era possuidor de um grosso nariz, quase chato, e malares salientes. A filha, a Clara, havia ficado em tudo entre os dois; média deles, dos seus pais, era bem exatamente a filha de ambos.

Habituada às musicatas do pai e dos amigos, crescera cheia de vapores de modinhas e enfumagara a sua pequena alma de rapariga pobre e de cor com os dengues e o simplório sentimentalismo amoroso dos descantes e cantarolas populares.

Raramente saía, a não ser para ir bem perto, à casa de dona Margarida, aprender a bordar e a costurar, ou com esta ir ao cinema e a compras de fazendas e calçado. A casa dessa senhora ficava a quatro passos de distância da do carteiro. Apesar de ser uso, nos subúrbios, irem as senhoras e moças às vendas fazer compras, dona Engrácia, sua mãe, nunca consentiu que ela o

fizesse, embora de sua casa se avistasse tudo o que se passava no armazém do “Seu” Nascimento, fornecedor da família.

Essa clausura mais alanceava sua alma para sonhos vagos, cuja expansão ela encontrava nas modinhas e em certas poesias populares.

Com esse estado de espírito, o seu anseio era que o pai consentisse na visita do famoso violeiro, cuja má fama ela não conhecia nem suspeitava, devido ao cerco desvelado que a mãe lhe punha à vida; entretanto, supunha que ele tirava do violão sons mágicos e cantava coisas celestiais.

Joaquim dos Anjos, afinal, tendo o assentimento da mulher e também curioso de conhecer as habilidades de Cassi, no violão e na trova popular, consentiu que Lafões o trouxesse em sua casa, no dia do aniversário de Clara. Viria aquela vez e não viria mais...

Lafões acolheu a resposta com viva alegria e tratou de entender-se com o tocador mal-afamado. Fez. Quando os seus companheiros de vagabundagem souberam, comentaram cinicamente o convite:

— Conheço bem esse carteiro. Ele não trabalha aqui, mas na cidade, na zona dos bancos. Deve ter dinheiro. Tem um pancadão de filha, meu Deus! Que torrão de açúcar!

— Então estás feito, hein, Cassi? — fez alvarmente Zezé Mateus àquela tendenciosa observação de Ataliba do Timbó.

Cassi, o mestre suburbano do violão, o dedo da modinha, fingiu-se aborrecido e retrucou com fingido desgosto:

— Vocês mesmos é que me desacreditam. Dizem coisas que não fiz e não faço, e todo mundo me enche de desprezo, se não de ódio. Não sou essas coisas que dizem de mim.

Timbó teve vontade de rir à vontade, mas, embora mais forte do que Cassi, tinha este sobre ele um ascendente moral que não se explicava. Zezé Mateus, porém, com o seu peculiar meio riso de imbecil, fez:

— Estou brincando, meu “nego”. Sou teu amigo, tu sabes.

Eles conversavam sempre de pé, parados pelas esquinas. Raramente, sentavam-se a uma mesa de café. Aquela intempestiva observação do Ataliba, seguida do comentário de Zezé Mateus, arrefecera a palestra da sociedade. Despediram-se, e cada um foi para o seu lado.

Cassi, que fingira aborrecer-se com a tendenciosa notícia de Timbó e o comentário de Zezé, ficou, ao contrário, muito contente com ela. Tinha resolvido não ir à tal festa; mas, pelo que informara Ataliba, talvez não tivesse nada a perder. Experimentaria.

Mordeu os lábios e seguiu para o clube, com a consciência leve e o coração alegre...

IV

Veio o dia da festa; a pequena casa regurgitava; e — coisa curiosa — havia mais convidados de idade meã que moças e rapazes. Isto se explicava pela estreiteza de relações de Clara e dos seus pais, devido à vida que levavam. Entre as moças, havia duas ou três colegas de Clara, a filha de Lafões, uma sobrinha solteirona de dona Engrácia, Hermengarda, e poucas mais. Entre os rapazes, havia dois jovens colegas de Joaquim, Sabino e Honório; um irmão de Hermengarda e um afilhado de Lafões, que era vigia do cais do porto. Em compensação, as senhoras, mães de família, eram inúmeras. Destacava-se muito dona Margarida Weber Pestana, pelo seu ar varonil, tendo sempre ao lado o filho único, de 14 anos, fardado com uma fardeta de colegial. Tinha, essa senhora, um temperamento de heroína doméstica. Viera muito cedo para o Brasil, com o pai, que era alemão; ela, porém, havia nascido em Riga, russa, portanto, como sua mãe o era. Antes dos 16 anos, ficara órfã de mãe. Seu pai emigrara para o Brasil, contratado a trabalhar no acabamento das obras da Candelária. Era estucador, marmorista, um pouco escultor; enfim, um operário fino, para essas obras especiais de revestimento e decoração interna de edifícios suntuosos.

Bem cedo, mostrou ela inclinação por um tipógrafo que comia na “pensão” que havia montado, na rua da Alfândega, e dirigia ativamente. Casaram-se, e ele morreu dois anos depois, após o casamento, de tuberculose pulmonar, deixando-lhe o filho, o Ezequiel, que não a largava. Ano e meio depois, morreu-lhe o pai, de febre amarela. Continuou com a “pensão”; mas bem cedo vendeu-a e comprou uma casita nos subúrbios, aquela em que morava, quase junto de Joaquim. Costurava para fora, bordava, criava galinhas, patos e perus, e mantinha-se serenamente honesta. O senhor Ataliba do Timbó deu em certa ocasião em persegui-la com ditinhos de amor chulo. Certo dia, ela não teve dúvidas: meteu-lhe o guarda-chuva com vigor. À noite, no intuito de defender as suas galinhas da sanha dos ladrões, de quando em quando, abria um postigo, que abria na janela da cozinha, e fazia fogo de revólver. Era

respeitada pela sua coragem, pela sua bondade e pelo rigor de sua viuvez. O Ezequiel, seu filho, puxara muito ao pai, Florêncio Pestana, que era mulato, mas tinha os olhos glaucos, translúcidos, de sua mãe meio eslava, meio alemã, olhos tão estranhos — olhos tão estranhos a nós e, sobretudo, ao sangue dominante no pequeno.

Afora dona Margarida Pestana, notava-se dona Laurentina Jácome, uma velha, sempre metida com rezas e padres, pensionista do ex-Imperador e empregada numa capelinha da vizinhança, de cuja limpeza era encarregada, inclusive da lavagem das toalhas dos altares. Não podia conversar outra coisa que não fossem acontecimentos eclesiásticos e, quase sempre, os de sua igreja:

— A senhora não sabe, dona Engrácia, de uma coisa?

— O que é?

— O padre Santos, este mês, disse mais de vinte missas e só recebeu cinco. Pobre padre Santos! É mesmo um santo!

E contraía a fisionomia enrugada e, erguendo-a um pouco, apertava as mãos ao jeito de quem reza.

Além desta, havia uma digna de nota: era dona Vicência. Morava na vizinhança também e vivia de deitar cartas e cortar “coisas-feitas”. O seu procedimento era inatacável e exercia a sua profissão de cartomante com toda a seriedade e convicção.

Havia outras sem nada de notável, como entre os cavalheiros só havia um que se destacava. Convém não esquecer que Lafões e Marramaque lá estavam a postos. O cavalheiro digno de nota era um preto baixo, um tanto corcunda, com o ombro direito levantado, uma enorme cabeça, uma testa proeminente e abaulada, a face estreitante até acabar num queixo formando, queixo e face, um V monstruoso, na parte anterior da cabeça; e, na posterior, no occipital desmedido, acaba o seu perfil monstruoso. Chamava-se Praxedes Maria dos Santos; mas gostava de ser tratado por doutor Praxedes.

A monstruosidade de sua cabeça o pusera a perder. Por tê-la assim, julgou-se uma inteligência, um grande advogado, e pôs-se a frequentar cartórios, servindo de testemunha, quando era preciso, indo comprar estampilhas, etc., etc.

Com o tempo, tomou algumas luzes e atirou-se a tratar de papéis de casamento e organizou uma biblioteca particular de manuais jurídicos, de índices de legislação, etc., etc. Vestia-se sempre de fraque, botinas de verniz ou gaspeadas, e não dispensava a pasta indicadora de homens de leis. Quando foi moda ser de rolo, ele a usou assim; quando veio a moda de ser em saco, como a

trazem agora os advogados, ele comprou uma luxuosa de marroquim com fechos de prata.

Não falava senão em leis e decretos: “porque”, dizia ele, “a Lei 1.857, de 14 de outubro de 1879, diz que a mulher casada, no regime do casamento, não pode dispor dos seus bens, ter dinheiro em bancos, na Caixa Econômica; entretanto, o Decreto 4.572, de 24 de julho de 1899, determina...”

Afora o seu amor a esse embrulho legislativo, gostava de versos; mas não de modinha.

Era este o cavalheiro mais notável que havia vindo ao baile de anos de Clara. É que até aquele momento, com grande desgosto para as moças, o trovador Cassi não havia ainda aparecido.

Clara não ocultava o seu desapontamento; e uma de suas colegas lhe dizia em confidência:

— Clara, toma cuidado. Este homem não presta.

A moça não respondia, encaminhava-se para a sala de jantar, a fim de disfarçar a emoção, simulando ir beber água.

Clara estava bem-vestidinha. Era inteiramente de crepom o seu vestido, com guarnição de renda de indústria caseira, mas bonita e bem trabalhada; o pescoço saía-lhe nu e a gola do casaco terminava numa pala debruada de rendas. Calçava sapatos de verniz e meias. Nas orelhas tinha grandes africanas e penteara-se de bandós, rematando o penteado para trás, na altura do pescoço, um coque, fixado por um grande pente de tartaruga ou coisa parecida.

Quando ela foi beber água, seguiu-lhe a sua amiga Etelvina, uma crioulinha espevitada, sua antiga colega do colégio. Vestia-se esta com um mau gosto de aborrecer. Todo o vestido era azul-celeste, com rendas pretas; os sapatos amarelos e as meias cor de abóbora. Ao redor da cabeça, dividindo a testa ao meio, uma fita vermelha, de um vermelho muito berrante. Os gregos chamavam este adorno feminino de *stephané*; e, ao que parece, as portadoras não eram lá tidas como virtuosas.

Essa Etelvina era a primeira dançarina do baile, não tinha até ali perdido uma contradança.

A orquestra era composta de flauta, cavaquinho e violão — um “terno”, como denominam os seresteiros.

O baile ia adiantado, quando a filha de Lafões veio correndo do portão do mimoseado jardim que enfrentava a casa, anunciando alegre:

— E vem aí “Seu” Cassi.

Entrou. Houve um estremecimento que percorreu os convivas, como um choque elétrico. Todas as moças, das mais diferentes cores, que, ali, a pobreza e a humildade de condição esbatiam e harmonizavam, logo o admiraram na sua insignificância geral, tão poderosa é a fascinação da perversidade nas cabeças femininas. Nem César Bórgia, entrando mascarado, num baile à fantasia, dado por seu pai, Alexandre VI, no Vaticano, causaria tanta emoção. Se não disseram “É César! É César!”, codilharam “É ele! É ele!”.

Os rapazes, porém, não ficaram contentes, pressentindo essa satisfação das damas; e, entre eles, puseram-se a contar a biografia escabrosa do modinheiro.

Apresentado, por Lafões, aos donos da casa, e à filha, ninguém lhe notou o olhar guloso de grosseiro sibarita sexual que deitou para os seios empinados de Clara.

O baile continuou animado; Cassi, porém, não dançava e foi reforçar o terno de cavaquinho, flauta e violão, com o seu instrumento.

Dona Margarida, com o seu porte severo, olhava as damas, sentada no sofá austríaco, tendo ao lado o filho. A polca era a dança preferida, e todos quase a dançavam com requebros próprios de samba. Os convidados que não dançavam se haviam espalhado por várias partes da casa. Joaquim, Lafões e Marramaque ouviam o doutor Praxedes explicar o que era um *habeas corpus* preventivo.

— Exemplifico — dizia o doutor Praxedes, erguendo a mão direita catedraticamente, com o indicador apontado para o teto. — É uma medida perfeitamente jurídica de profilática, porque...

Nisto acode o “doutor” Meneses, um velho hidrópico, com a mania de saber todas as ciências, vivendo na maior miséria, apesar de exercer clandestinamente a profissão de dentista.

— Doutor Praxedes — acudia o doutor Meneses —, não julgo a comparação própria. Cada ciência tem seu campo próprio...

A discussão tomava vulto e Joaquim se levantou. Sempre que ele fazia isto, Meneses seguia com os olhos o carteiro, a ver se ele ia até a cozinha mandar pôr a ceia. O sábio dentista viera à última hora, na esperança que a houvesse. Não lograra dinheiro para tomar um caldo. Joaquim, porém, aborrecido com a discussão, fora simplesmente até a sala de visitas convidar:

— Quem quiser tomar alguma coisa, comer biscoitos, é só vir cá dentro. Não façam cerimônia.

Toda vez que o anfitrião dizia isso, Meneses comia duas empadas e quatro sanduíches e bebia uma boa “talagada” de parati.

O dono da casa convidava Cassi especialmente; mas este não bebia, não gostava. Não era esse o seu prazer...

De uma feita, indo à sala, Joaquim convidou-o:

— Por que não canta, “Seu” Cassi?

Até ali, não se falara nisso, e, repinicando as cordas do violão, não deixava o famoso mestre violeiro de devorar sorrateiramente com o olhar lascivo os bamboleios de quadris de Clara, quando dançava.

Ninguém se atrevia a convidá-lo; todos esperavam que o dono da casa o fizesse. Feito o convite, ele respondeu cheio de uma cerimônia afetada:

— Estou sem voz: esfalfei-me muito ontem, no baile do doutor Raposo e...

Vendo que seu pai o havia convidado, Clara animou-se:

— Por que não canta, “Seu” Cassi? Dizem que o senhor canta tão bem...

Esse “tão bem” foi alongado maciamente. Cassi consertou, com apurada pelintragem e com ambas as mãos, a pastinha oleosa; limpou, em seguida, os dedos no lenço e respondeu dengoso:

— Qual, minha senhora! São bondades dos camaradas...

Clara insistiu:

— Cante, “Seu” Cassi! Vá!

Ele, então, torcendo a cabeça para o lado esquerdo, cuja mão espalmada abria para o alto, e fingindo constrangimento, respondeu:

— Já que a senhora manda, vou cantar.

Marramaque, que tinha ouvido tudo, ficou espantado com o desembaraço da afilhada. Diabo!, fez ele de si para si.

O violeiro, com todo o dengue, agarrou o violão, fez estalar as cordas e avisou:

— Vou cantar uma modinha velha, mas muito gentil e literária — “Na Roça”.

Muitos circunstantes ficaram desapontados, porque já a conheciam; mas outros gostavam muito da modinha e aprovaram a escolha.

Cassi começou:

Mostraram-me um dia
Na roça dançando
Mestiça formosa
De olhar azougado...

Isto tudo era dito quase aos poucos, sem modulação alguma, enquanto o violão repinicava as mesmas notas, numa indigência musical, numa monotonia de sons, que dava sono. Quando chegava ao estribilho:

Sorria a mulata
Por quem o feitor
Diziam que andava
Perdido de amor.

Por aí ele empregava o seu tique invencível de tocador de violão e cantor de modinha. Cantando, revirava os olhos e como que os deixava morrer. O cardeal de Retz diz, nas suas famosas *Memórias*, que Mme. de Montayon, ou uma outra qualquer duquesa, ficava mais bela quando os seus olhos morriam. Cassi talvez ficasse mais, se ele tivesse alguma beleza; entretanto, esse seu tique impressionava as damas.

Clara, que sempre a modinha transfigurava, levando-a a regiões de perpétua felicidade, de amor, de satisfação, de alegria, a ponto de quase ela suspender, quando as ouvia, a vida de relação, ficar num êxtase místico, absorvida totalmente nas palavras sonoras da trova, impressionou-se profundamente com aquele jogo de olhar, com que Cassi comentava os versos da modinha. Ele sofria, por força, senão não punha tanta expressão de mágoa, quando cantava — pensava ela.

Tão embevecida estava, tão longe pairava o seu pensamento que, quando Cassi acabou, esqueceu-se de aplaudir o troveiro que, para o seu rudimentar gosto, lhe tinha proporcionado tão forte prazer artístico.

Comentava-se ainda a execução do maestro Cassi; e ele ao lado percebia os gabos e críticas. Por esse tempo, como uma aparição em alçapão de mágica, surgiu repentinamente, no centro da sala, o “doutor” Praxedes, célebre advogado nos auditórios suburbanos. Iniciou:

— Minhas senhoras e meus senhores. Peço-lhes a devida vênia, para recitar uma mimosa poesia de um nosso patrício. É uma obra-prima de chiquismo e de moralidade. O seu autor é o Major Urbano Duarte, que morreu, se não me falha a memória, general de brigada. Vou recitá-la, se me permitem. Chama-se “A lágrima”.

Dizendo isso, o seu todo grotesco ainda mais grotesco ficava, com a gesticulação desordenada dos braços, que rodavam, duros e hirtos, em torno

dos ombros, de cima para baixo. Pareciam asas de um antigo moinho de vento. Começou gritando a primeira estrofe e já se babando pelos cantos dos seus lábios violáceos:

Cismava à beira-mar, a linda Marieta,
Seguindo tristemente o sulco do vapor,
O qual, fugindo além, sumiu-se no horizonte,
Levando a longe terra o seu primeiro amor;

O seu gritar, o seu babujar, o seu gesticular foram crescendo. Quando chegou ao primeiro terceto do soneto, quase não tinha mais voz. Da assistência, apossara-se uma louca vontade de rir; muitos se contiveram; outros, porém, se retiraram para gargalhar longe. O doutor Praxedes nada via e continuava impertérrito; afinal acabou:

Depois, quando o luar banhando a natureza
Em pálidos clarões de luz misteriosa,
Eu vi no arrebentar do mar embravecido
A lágrima a boiar na pétala de rosa.

Ao terminar, recebeu palmas, e, sentando-se, cansado de tão estúrdio esforço muscular, ainda disse:

— Essa lágrima é a da Marieta de que “o verso” fala no começo. É preciso que os senhores e as senhoras não se esqueçam desse pormenor.

Marramaque, que até ali, sem ser notado, seguira a insistência com que o trovador Cassi olhava Clara, resolveu pregar-lhe uma peça. Apoiado na sua bengala amiga, com a perna esquerda encolhida, devido aos ataques, e o respectivo braço fixado em ângulo reto — consequência também dos ataques —, encaminhou-se para o centro da sala, capengando, a fim de recitar, por sua vez. A parte esquerda da boca era defeituosa também, e isso provocava-lhe muito esforço para pronunciar bem as palavras.

Não atendeu a nenhuma consideração e pôs-se em pé para recitar.

Assim é que ia fazer; deu o título da poesia — “Persistência” — e começou naturalmente, como quem já soubera recitar com relativa perfeição, quando estava são. Recitando, olhava sempre para Cassi, que, calado, numa

reserva de moço bem-comportado, ficara de pé, encostado ao vão da janela, de frente.

Marramaque atacou os versos, saltitando na sala:

Se às vezes contigo esbarro
e grito, esperneio e berro,
que me traz de há muito zarro
a paixão que aqui encerro,

Tu foges. E a ti me agarro,
cismando: (e nisto não erro)
Se eu tenho uma alma de barro,
tu mostras que a tens de ferro.

E se nada mais espirro
é porque, então, se não corro,
a coisa já cheira a esturro.

Que queres? Eu próprio embirro
com este amor por que morro,
mas é que sou muito burro.

O final causou uma franca hilaridade na assistência, e até Clara riu-se a perder; mas ninguém perguntou quem era o autor; e, se lhe perguntassem, Marramaque não lhe sabia o nome. Era a poesia sem assinatura, num jornal antigo, gostara dela e a decorara.

O povo é avesso a guardar os nomes dos autores, mesmo os dos romances, folhetins que custam dias e dias de leitura. A obra é tudo, para o pequeno povo; o autor, nada.

Cassi, que logo antipatizara com Marramaque, percebeu que a coisa era com ele. Perceberia outro mais burro do que o gabado artista da modinha, tanto era a teimosia com que o velho aleijado o olhava. Cassi pensou, de si para si: “Este pobre-diabo me paga.”

O que espantava, na ação de Marramaque, era a sua coragem. Ele, semialeijado, velho, pobre, lançava um solene desafio àquele valdevinos forte, são, habituado a rolos e rixas.

Cassi não se demorou mais por muito tempo. Pediu o chapéu, despediu-se dos donos da casa e da filha destes, fez um cumprimento em roda e, quando deu com o rosto de Marramaque, com os olhos estranhamente fixos nele, a boca semiaberta, o braço esquerdo fixado em ângulo reto, pela moléstia, arrastou-se. Parecia uma aparição... Deixara de ser o contínuo aleijado que ele antes tinha visto; era outra coisa, mais do que o simples Marramaque, que o espantava e o fazia tremer.

Com a atitude desassombrada daquele velho aleijado em face dele e que havia adivinhado, não sabia ele como, os seus maus propósitos em relação à Clara, Cassi sentiu, apesar do seu quase congênito embotamento moral, que havia na vida, ou, por outra, nas relações entre os homens, um guia silencioso e secreto, que pesava entre os nossos atos e pedia, para dar-lhes apoio e encaminhar-nos para uma paz interior e um contentamento com nós mesmos, o emprego, em todas as nossas ações, do Justo, do Leal, do Verdadeiro e do Generoso; e esse guia — ele via agora com o caso de Marramaque — dava forças aos fracos, coragem aos tímidos e uma seráfica e íntima satisfação, quando cumpríamos o nosso dever com honra e dignidade. Esse guia era a Consciência.

Confusamente, ele pensou isso; mas, ao passar o terror, o pavor, que lhe causara o olhar fixo, vitrificado, sobrenatural do velho Marramaque — olhar que o fizera um instante voltar-se para dentro de si mesmo e examinar-se —, tornou com pressa ao que era e, fazendo um desdenhoso “Ora!”, repetiu de si para si a ameaça que já fizera: “Aquele boneco de engonço me paga.”

Depois da saída de Cassi, ainda se bailou até os primeiros albos da aurora. Meneses, que tinha cochilado bastante, pôde, ainda, pela madrugada, comer um pouco de galinha assada e porco, que havia sobrado do jantar; mas não encetou discussão mais alguma com o doutor Praxedes; mesmo porque este já se havia despedido, por ter de comparecer muito cedo à audiência de um pretor, a fim de inquirir testemunhas num feito importante em que funcionava como advogado.

Quando todos se foram e Clara recolheu-se a seu quarto, que dava para a sala de jantar, Joaquim e a mulher ficaram nela, comendo ainda alguma coisa que sobrara. Foi então que Engrácia disse para o marido:

— Tudo foi muito bem. Todos se portaram decentemente, com respeito; mas uma coisa não quero mais.

— O que é?

— É que esse Cassi venha mais aqui. Dona Margarida me disse que ele é, é um devasso. Você não vê como ele canta indecentemente, revirando os olhos... Não o quero mais aqui; se ele vier...

— Não é preciso você se zangar, Engrácia; não gostei também dele e não porá mais os pés na minha casa.

Clara, que, deitada, no quarto, havia ouvido toda a conversa, pôs-se, em silêncio, a chorar.

V

Quem conhecesse intimamente Engrácia, havia de ficar espantado com a atitude decisiva que tomou em relação à visita de Cassi. O seu temperamento era completamente inerte, passivo. Muito boa, muito honesta, ativa no desempenho dos trabalhos domésticos; entretanto, era incapaz de tomar uma iniciativa em qualquer emergência. Entregava tudo ao marido, que, a bem dizer, era quem dirigia a casa. Rol de compras a fazer na venda do “Seu” Nascimento, diariamente, e também o de legumes e verduras, quem os organizava era o marido, especificando tudo por escrito e deixando o dinheiro para o quitandeiro, todas as manhãs, quando ia para o trabalho. De caminho, deixava a lista de gêneros no “Seu” Nascimento, onde pagava tudo por mês.

Qualquer acontecimento inesperado que lhe surgisse no lar, punha-a tonta e desvairada. Quando ainda tinham a velha preta Babá, que a criara na casa dos seus protetores e antigos senhores de sua avó, talvez um deles, pai dela, ficou Engrácia quase doida, ao ser a velha Babá acometida de um ataque súbito. Não sabia o que fazer. Foi preciso que dona Margarida interviesse, mandasse chamar o médico, fizesse aviar a receita, tomasse, enfim, as providências que o caso exigia. A velha morreu daí a pouco, de embolia cerebral. Muito Engrácia sofreu com essa morte, pois, não tendo conhecido sua mãe, que lhe morrera aos sete anos, fora Babá que a criara. Os seus protetores tinham sido abastados; eram descendentes de um alferes de milícias, que tinha terras para as bandas de São Gonçalo, em Colubandê. Pouco depois da maioridade, com a morte do chefe da casa, filhos e filhas se transportaram para a corte, procurando aqueles que se empregaram nas repartições do governo. Um dos irmãos já habitava a capital do Império e era cirurgião do Exército, tendo chegado a cirurgião-mor, gozando de grande fama. Para a cidade não trouxeram nenhum escravo. Venderam a maioria e os de estimação libertaram. Com eles, só vieram os libertos que eram como da família. Pelo tempo do nascimento de Engrácia, havia poucos deles e delas em casa. Só a Babá, sua mãe e um preto ainda estavam sob o teto patriarcal dos Teles de Carvalho.

Engrácia foi criada com mimo de filha, como os outros rapazes e raparigas, filhos de antigos escravos, nascidos em casa dos Teles.

Por isso, corria, de boca em boca, serem filhos dos varões da casa. O cochicho não era destituído de fundamento naquela família, composta de irmãs e irmãos, ainda abastada, que se comprazia, tanto uns como as outras, em tratar filialmente aquela espécie de ingênuos, que viam a luz do dia, pela primeira vez, em sua casa. As senhoras, então, eram de uma meiguice de verdadeiras mães.

Engrácia recebeu boa instrução, para a sua condição e sexo; mas, logo que se casou — como em geral acontece com as nossas moças —, tratou de esquecer o que tinha estudado. O seu consórcio com Joaquim, ela o efetuara na idade de 18 anos.

Fosse a educação mimosa que recebera, fosse uma fatalidade de sua compleição individual, o certo é que, a não ser para os serviços domésticos, Engrácia evitava todo esforço de qualquer natureza.

Não saía quase. Era regra que só o fizesse duas vezes por ano: no dia 15 de agosto, em que subia o outeiro da Glória, a fim de deixar uma espórtula a Nossa Senhora de sua íntima devoção; e, no dia de Nossa Senhora da Conceição, em que se confessava. Levava sempre a filha e não largava de a vigiar. Tinha um enorme temor que sua filha errasse, se perdesse... A não ser com ela, Clara, muito a contragosto da mãe, saía de casa para ir ao cinema, no Méier e no Engenho de Dentro, e outras vezes — poucas — para fazer compras nas lojas de fazendas, de sapatos e outras congêneres, acreditadas nos subúrbios.

Essa reclusão e, mais do que isso, a constante vigilância com que sua mãe seguia os seus passos, longe de fazê-la fugir aos perigos a que estava exposta a sua honestidade de donzela, já pela sua condição, já pela sua cor, fustigava-lhe a curiosidade em descobrir a razão do procedimento de sua mãe.

Clara via todas as moças saírem com seus pais, com suas mães, com suas amigas, passearem e divertirem-se, por que seria então que ela não o podia fazer?

A pergunta ficava sempre sem resposta, porque não havia meio, naquele isolamento em que vivia, de tudo e de todos, de encontrar a que cabia.

Engrácia, cujos cuidados maternos eram louváveis e meritórios, era incapaz do que é verdadeiramente educação. Ela não sabia apontar, comentar exemplos e fatos que iluminassem a consciência da filha e reforçassem-lhe o caráter, de forma que ela mesma pudesse resistir aos perigos que corria.

A mulher de Joaquim dos Anjos tinha a superstição dos processos mecânicos, daí o seu proceder monástico em relação à Clara.

Enganava-se com a eficiência dela; porque, reclusa, sem convivência, sem relações, a filha não podia adquirir uma pequena experiência da vida e notícia das abjeções de que está cheia, como também a sua pequenina alma de mulher, por demais comprimida, havia de se extravasar em sonhos, em sonhos de amor, de um amor extrarreal, com estranhas reações físicas e psíquicas.

Acresce, ainda, que era geral em sua casa o gosto de modinhas. Sua mãe gostava, seu pai e seu padrinho também. Quase sempre havia sessões de modinhas e violão na sua residência. Esse gosto é contagioso e encontrava, no estado sentimental e moral de Clara, terreno propício para propagar-se. As modinhas falam muito de amor, algumas delas são lúbricas até; e ela, aos poucos, foi organizando uma teoria do amor, com os descantes do pai e de seus amigos. O amor tudo pode, para ele não há obstáculos de raça, de fortuna, de condição; ele vence, com ou sem pretor, zomba da Igreja e da Fortuna, e o estado amoroso é a maior delícia da nossa existência, que se deve procurar gozá-lo e sofrê-lo, seja como for. O martírio até dá-lhe mais requinte...

As emolientes modinhas e as suas adequadas reações mentais ao áspero proceder da mãe tiraram-lhe muito da firmeza de caráter e de vontade que podia ter, tornando-a uma alma amolecida, capaz de render-se às lábias de um qualquer perverso, mais ou menos ousado, farsante e ignorante, que tivesse a animá-lo o conceito que os bordelengos fazem das raparigas de sua cor.

Cassi era dessa laia; entretanto, Clara, na sua justificável ignorância do mecanismo da nossa vida social, julgava que seus pais eram com ele injustos e grosseiros.

Depois do baile de seu aniversário, 15 ou 20 dias depois, num domingo, Cassi bateu à porta da casa de seus pais. Engrácia estava justamente arrumando a sala de visitas; recebeu-o com visível desgosto e gritou para a cozinha, onde estava Clara:

— Chama teu pai, que está aí “Seu” Cassi.

A moça ia se aproximar para falar ao modinheiro, quando a mãe lhe disse rapidamente:

— Vá chamar seu pai! Ande!

Joaquim não custou a vir; e, após os cumprimentos, dirigiu-se ao rapaz:

— Que é que manda nesta casa, meu caro senhor?

— Nada. Fui visitar um amigo e, passando pela sua porta, resolvi cumprimentá-lo.

— Muito obrigado. A partida de solo está fervendo e eu não me posso demorar.

Cassi olhou um instante, com seu olhar mau, o velho mulato; mas a nada se atreveu. Estiveram calados dois ou três minutos um diante do outro, até que o famoso violeiro tomou o alvitre de despedir-se. Clara veio saber da cena, pela narração que seu pai fez à sua mãe, e ficou aborrecida, cheia de desgostos com eles e com a situação em que estava, imposta por eles, para o seu sofrimento.

Avaliou em algum ressaibo de revolta o procedimento dos pais. O que queriam fazer dela? Deixá-la ficar para “tia” ou fazê-la freira? E ela precisava casar-se? Era evidente; sua mãe e seu pai tinham, pela força das coisas, que morrer antes dela; e, então, ela ficaria pelo mundo desamparada? Cochichavam que Cassi era isto e era aquilo. Dona Margarida e o padrinho eram os que mais mal falavam dele: que era um devasso, um malvado, um desencaminhador de donzelas e senhoras casadas. Como ele poderia ser tanta coisa ruim, se frequentava casas de doutores, de coronéis, de políticos? Naturalmente havia nisso muita inveja dos méritos do rapaz, em que ela não via senão delicadeza e modéstia e, também, os suspiros e os dengues de violeiro consumado.

Uma dúvida lhe veio; ele era branco; e ela, mulata. Mas que tinha isso? Havia tantos casos... Lembra-se de alguns... E ela estava tão convencida de haver uma paixão sincera no valdevinos, que, ao fazer esse inquérito, já recolhida, ofegava, suspirava, chorava; e os seus seios duros quase estouravam de virgindade e ansiedade de amar.

De resto, era preciso libertar-se, passear, conhecer a cidade, teatros, cinemas... Ela não conhecia nada disso. Até ir de um pulo à venda do “Seu” Nascimento não tinha licença. Um dia, por inadvertência, faltou sal para preparar o jantar; pois, nem mesmo assim, teve licença de ir à venda, e sua mãe não foi, para não deixá-la só. Tiveram de esperar uma hora, até que o caixeiro passasse. Entretanto, o armazém do “Seu” Nascimento não era mal frequentado, e todos que lá paravam eram pessoas de certa consideração e sem pecha alguma. Esta última observação de Clara era inteiramente verdadeira.

Mesmo a Rosalina, mais conhecida pelo apelido pejorativo de Mme. Bacamarte, apesar da vida má e desgraçada que levava, no armazém se portava com todo o rigor. Era verdadeiramente infeliz, essa rapariga. Seduzida em tenra idade, a polícia obrigou o sedutor a casar-se com ela. Nos três primeiros anos, as coisas correram mais ou menos naturalmente. Ao fim deles, devido a reveses, o marido começou a embirrar com ela, a atribuir-lhe toda a sua desgraça, a espancá-la, mas dando alguma coisa com que ela se sustentasse e aos

filhos. Já bebia, o marido dela; e, por esse tempo, fazia-o sem método nem medida. Bebia a mais não poder, em casa, nos botequins, em toda parte. Faltava à oficina para beber. Rosalina “pegou” o vício do marido e, do pouco dinheiro que ele lhe dava ou que com o seu trabalho obtinha, comprava parati. O marido devia seis meses de casa — um modesto barracão de madeira, com uma sala, um quarto e um pequeno adendo para a cozinha. O senhorio perseguia-o; ele fugia e deixava com a mulher o encargo de explicar os atrasos. Um belo dia, ela vê entrar o proprietário com dois homens. Nada dizem. Encostam sua escada no telhado e destelham a choupana. Deixou tudo o que tinha na mão dos desalmados. Pede a uma vizinha que fique com um filho; e uma outra, que fique com o mais moço, e correu a atirar-se debaixo do primeiro trem que passou. Sofreu escoriações e fraturas em um braço e uma perna; mas os médicos da Santa Casa conseguiram salvá-la. Saiu renovada, e o seu rostinho de mulatinha sapeca tinha recuperado um pouco o viço e a petulância que devia ter pela puberdade,

Os filhos, a mãe — uma pobre lavadeira — os tinha recolhido; e o marido nunca mais o vira. Em começo, portou-se bem; mas bem depressa foi correndo de mão em mão, até que as moléstias venéreas a tomaram de todo, obrigando-a a visitas constantes à Santa Casa, para levar injeções e sofrer operações. Proibida de beber, não obedecia à prescrição médica. Quando não tinha dinheiro, obtido de que maneira fosse, esperava pacientemente que as suas galinhas ou as de sua mãe, com quem morava, “pussem”, e logo corria à venda a trocá-los, por duzentos ou trezentos réis de parati.

Ela, porém, não fazia “ponto” no armazém do “Seu” Nascimento. Educado e criado na roça, tendo negociado no interior do estado do Rio, onde ainda tinha fazenda, ele gostava que pessoas de certa ordem fossem ao seu negócio ler os jornais e conversar — hábito do interior, como todos sabemos. A sua venda tinha até aqueles tradicionais tamboretos de abrir e fechar das antigas vendas e ainda são conservados nos armazéns roceiros. Demais, a sua casa de negócio ficava num lugar pitoresco, calmo, pouco transitado, diante das velhas árvores da chácara de Mr. Quick Shays e olhando para uns cumes caprichosos de montanhas distantes. Compravam muitas pessoas, para as quais tinha freguesia certa.

Um deles era o Alípio, um tipo curioso de rapaz que, conquanto pobre e ter amor à cachaça, não deixava de ser delicado e conveniente de maneiras, gestos e palavras. Tinha um aspecto de galo de briga; entretanto, estava longe de possuir a ferocidade repugnante desses galos malaio de rinhadeiro, não

possuindo — convém saber-se — nenhuma. Sem ser instruído, não era ignorante; mas era inteligente e curioso de invenções e aperfeiçoamentos mecânicos.

O velho Valentim era um outro frequentador da venda, muito curioso e pitoresco. Português, com muito mais de sessenta anos, não deixava de trabalhar, chovesse ou fizesse sol. Era chacareiro e, devido talvez ao ofício, que ele o devia exercer há bem perto de quarenta anos, tinha o corpo curvado de modo interessante. Não se sabia se era para trás ou para diante; fazia uma espécie de S, em que faltassem as extremidades.

Contava longos “casos” que não se acabavam mais, especialmente o João de Calais — como ele pronunciava —, pontilhando a sua longa e enfadonha narração com rifões portugueses de uma graça saborosa e uma filosofia saloia. Era o que se aproveitava da sua conversa.

Aparecia também, em certas ocasiões, o Leonardo Flores, poeta, um verdadeiro poeta, que tivera o seu momento de celebridade no Brasil inteiro e cuja influência havia sido grande na geração de poetas que se lhe seguiram. Naquela época, porém, devido ao álcool e desgostos íntimos, nos quais predominava a loucura irremediável de um irmão, não era mais que uma triste ruína de homem, amnésico, semi-imbecilizado, a ponto de não poder seguir o fio da mais simples conversa. Havia publicado cerca de dez volumes, dez sucessos, com os quais todos ganharam dinheiro, menos ele, tanto assim que, muito pobremente, ele, mulher e filhos agora viviam com o produto de uma mesquinha aposentadoria sua, do governo federal.

Raro era sair, porque a mulher punha todo o esforço em que ele o não fizesse. Mandava buscar parati, comprava-lhe os jornais de sua estimação, a fim de que ele permanecesse em casa. As mais das vezes, ele obedecia; mas, em algumas raras, recalcitrava, saía, com quinhentos réis em cobre na algibeira, bebia aqui, ali, dormia debaixo das árvores das estradas e ruas pouco frequentadas, e, mesmo, quando o delírio alcoólico o tornava forte, despia-se todo e gritava heroicamente numa doentia e vaidosa manifestação de personalidade:

— Eu sou Leonardo Flores.

O povo sabia vagamente que ele tinha celebridade. Chamava-o “o poeta”. No começo, caçoava com ele, mas ao saber de sua reputação, deram em cercá-lo de uma piedosa curiosidade.

— Um homem desses acabar assim, que castigo! — dizia um.

— É “cosa”-feita! Foi inveja da “inteligência” dele! — dizia uma preta velha. — Gentes da nossa “cô” não pode “tê inteligência”! Chega logo os “marvado” e lá vai reza e “fetiço”, “pá perdê” o homem — rematava a preta velha.

Aparecia um circunstante mais prático na sua piedade, vestia novamente o poeta e levava-o para casa.

Era justamente a ele, Leonardo Flores, que o doutor Meneses procurava, quando, naquela manhã de dia santo e não feriado, entrou na venda de “Seu” Nascimento, mancando, devido à inchação das pernas, e com as suas barbas brancas, abundantes, mas não cerradas, aparadas e tratadas à imitação do nosso último Imperador.

O doutor Meneses galgou a soleira da porta com esforço; parou um instante, logo que se viu no interior da venda, pôs as mãos nas cadeiras e respirou com força.

Após os cumprimentos, perguntou:

— O Flores não tem aparecido?

— Há muito tempo que não vem aqui — fez o “Seu” Nascimento do interior do balcão.

— Fui à casa dele, e disse-me a mulher que havia saído... Preciso tanto dele...

Ao dizer isto, sentara-se no tamborete que o caixeiro lhe abrira e o pusera onde ele estava, o dentista.

Descansou mais um pouco, sorveu mais uma forte dose de ar e, dirigindo-se ao Alípio, perguntou:

— Como vai você, Alípio?

Só estavam na venda Alípio e o velho Valentim, este em pé, encostado ao umbral de uma porta lateral; e aquele, sentado, lendo um jornal.

Alípio respondeu:

— Vou bem; não tão bem como o senhor, que anda agora em companhia de “almofadinhas” artistas.

— Como? — fez espantado o dentista particular.

— É o que dizem. Corre aqui que o senhor está toda noite com o mestre-violeiro Cassi e vários companheiros, num botequim do Engenho Novo.

— É verdade. São todos rapazes decentes, que...

— Então, o Cassi, este é de colete?

— Dizem — interveio “Seu” Nascimento — que esse rapaz...

— É um bandido — acudiu Alípio. — Ele merecia mais do que cadeia; merecia ser queimado vivo. Tem desgraçado mais de dez moças e não sei quantas senhoras casadas.

— Isto é calúnia! — protestou Meneses. — Fala-se muito por aí...

— Que o quê! Os processos têm corrido, os jornais têm publicado, e ele arranja meios e modos para livrar-se das penalidades e lançar na desgraça moças e senhoras — confirmou Alípio.

— Como ele consegue isso? — indagou “Seu” Nascimento.

— No começo, com a proteção do pai. Ao fim do segundo ou terceiro caso que veio a público, o pai não lhe falou mais e nunca mais se interessou pela sua liberdade. Sucederam-se outros, e, graças à intervenção da mãe junto a um irmão, médico do Exército, ele pôde arranjar rábulas sem escrúpulos, que, pelos meios mais nojentos, conseguiram retirá-lo das grades da detenção. Caluniava as vítimas com justificações em que eram testemunhas Timbó, Arnaldo e outros tais. Contou-me a Vicência — o senhor não a conhece, “Seu” Nascimento? — perguntou Alípio.

— Quem é? — perguntou por sua vez o taberneiro.

— É aquela crioula velha que vem aqui, às vezes, fazer compras, para a casa do major Carvalho. Ela foi empregada na casa do pai de Cassi muito tempo. Um dia — ela não sabe bem por quê — o pai expulsou-o de casa. A mãe mandou-o para a casa do irmão em Guaratiba. Lá, ele fez ou pretendeu fazer uma das suas, mas o tio não esteve pelos autos; despachou-o para a irmã. A muito custo, a mãe conseguiu que ficasse num porão dos fundos, que mal tem a altura dele. Nesse “socavão” é que ele mora e come. Nunca sobe nas dependências superiores da casa, com medo do pai. Se, por acaso, este tiver notícia dessa sua ousadia, põe-no definitivamente na rua.

— Que diz a isso, doutor Meneses? — chasqueou Nascimento.

— Não sei, porque pouco me preocupo com a vida dos outros — tergiversou Meneses.

— Não é da vida dos outros — fez impetuosamente Alípio —; é com a vida de um pirata como Cassi, que não respeita família, nem amizades, nem a miséria, nem a pobreza, para fazer das suas porcarias. É por isso que eu...

“Seu” Nascimento interveio suasoriamente e pediu calma. Era um homem alto, claro, um tanto obeso, tipo do antigo agricultor patriarcal, das nossas velhas fazendas. Ele assim disse:

— Não é necessário indignar-se, Alípio, fique calmo. O monstro não tem mais protetores, como você já disse.

— Tem, “Seu” Nascimento — afirmou Alípio. — Ele é esperto, “é manata escovado”.

— Quem é, Alípio? — perguntou Nascimento, indo servir de açúcar a um pequeno.

Os fregueses continuavam a chegar; em geral, eram crianças e mulheres. As suas compras eram pobres: dois tostões disso, quatrocentos réis daquilo — compras de gente pobre, em que raramente se via nelas incluído meio quilo de carne-seca ou um de feijão. Tudo não excedia a tostões. Mesmo atendendo aos fregueses sozinho, pois os caixeiros tinham ido correr a clientela fixa do armazém, “Seu” Nascimento não perdia o fio da conversa, e ela continuava naturalmente.

Alípio, habituado a isso, não suspendeu a narração e deu a resposta pedida.

— O protetor dele, agora, é um tal capitão Barcelos, chefe político na estação de***. Tem influência, e foi por saber disso que Cassi aderiu a ele. Já nessa última eleição para uma vaga de intendente, ele funcionou com o seu rancho ao lado de Barcelos. Não houve desordens, porque não apareceu outro candidato; mas ele queria fazer uma para ganhar prestígio. Assim e aos poucos, vai ganhando a confiança de Barcelos, a ponto do Freitas, que é o subcabo deste, sentir-se magoado e preterido.

— Quem é esse Barcelos? — fez Nascimento.

— É um português, já com seus cinquenta anos, bom, bom mesmo; mas, tendo ido para a detenção, pronunciado que estava devido a uns tiros que dera em um sujeito, por lhe ter insultado a mulher, produzindo no meliante ferimentos graves, isto há vinte anos, ganhou lá o gosto pela política e lá aprendeu as primeiras noções dessa difícil ciência. Foi na detenção que...

— Ué! — exclamou Nascimento.

— Também você, Alípio... — fez duvidoso Meneses.

Alípio continuou:

— Lá, ele encontrou um político daqui da capital, que estava na chácara, a responder processo, como mandante de um assassinio. O homem aproximou-se de Barcelos, e puseram-se a conversar. Não estavam no cubículo; estavam na enfermaria, ou na sala livre, ou em outro compartimento especial. Barcelos narrou sua vida, que, apesar daquele transtorno, não corria mal. Tinha uma venda em ***; vendia a dinheiro e a crédito, para o operariado das fábricas lá existentes; mas era feliz, pois, apesar de fazer muitos fiados, quase não os perdia. Era até estimado, pelo seu gênio folgazão e prestativo. O político, que tinha um chefe adversário naquela estação, viu bem como, para desbancá-lo,

podia aproveitar os serviços de Barcelos. “Você, por que não se mete na política?”, disse ele um dia. O vendeiro de *** respondeu: “Mas não sou brasileiro, doutor.” O seu alto companheiro de cárcere retrucou-lhe: “Eu faço você brasileiro naturalizado, capitão da Guarda Nacional, e você, nas eleições, trabalha para mim e os meus. Trate logo de alistar o maior número de fregueses que você puder.” Barcelos assentiu, trabalhou sempre para o tal político, por intermédio do qual arranjou melhoramentos para o lugarejo, valorizando as suas terras e prédios.

— Valeu a pena ir para a detenção!

— É verdade, “Seu” Nascimento. Daí data a pouca prosperidade de Barcelos, que possui perto de duzentos contos, em casas, terrenos e apólices, afora o giro do negócio.

— Você, Alípio, se diz anarquista; mas o que você é, é romancista. Isto é um romance — comentou Meneses.

— Qual, doutor! O senhor é que não sabe como as coisas se fazem. Eu sei. O senhor, por exemplo, não sabe que Timbó levou uma surra de uma senhora que mora aqui perto?

— Não sei — respondeu Meneses.

Quase ao mesmo tempo, Nascimento perguntava:

— Quem é Timbó?

— É um mulatinho faceiro, jogador de futebol e companheiro de Cassi, testemunha sempre escolhida para depor em seu favor, caluniando as vítimas, nos seus imundos processos.

— Foi ele quem levou a surra? — indagou Nascimento.

— Sim; ele, na estação de Todos os Santos, após uma perseguição ignóbil a dona Margarida...

— Que dona Margarida? A do 74? — falou com surpresa Nascimento.

— Essa mesma. Deu-lhe de rijo com o guarda-chuva; e, quando ele a quis desarmar, apareceu um cabra morrudo, que o pôs, pelas orelhas, para fora da plataforma, donde saiu debaixo de vaia. Dos companheiros de Cassi, o único perdoável é Zezé Mateus. Este não mexe com moça alguma, com a família de ninguém, não joga, não faz desordem. Quer beber e bebe à sua custa, porque, quando quer trabalhar, abandona tudo e salda as suas dívidas. Os mais são uns piratas!

Alípio calou-se, e os seus interlocutores não aventaram nenhuma observação, a não ser o velho Valentim, que havia ouvido toda a conversa, encostado ao portal de pedra, fumando displicentemente o seu cigarro São

Lourenço. Ele perguntou, cheio da ingenuidade do campônio que fica sempre na primeira aventura, das preferidas por Cassi:

— Mas, “Seu” Alípio, o senhor acredita que haja gente tão malvada, como esse Cassi?

— Há, e não pouca. Sei de tudo que contei de fonte limpa. É a pura verdade.

O doutor Meneses tinha ficado aborrecido com o tom da conversa. Tinha ido à venda procurar Leonardo Flores, para um negócio particular; e encontrara o Alípio a par das suas relações com Cassi e inteirado da vida deste. Diabo! Estaria se comprometendo? Havia já tomado quatro copitos de parati; mas, quando se despediu, tomou um grande. Caminhando pôs-se a pensar:

— Que devia fazer?

Pegou diversas hipóteses e concluiu:

— Ir até o fim.

A coisa não oferecia nenhum perigo para ele...

Isso não o contentou de todo. Procurou distrair-se.

VI

A recepção que tivera Cassi, na sua segunda visita, seca, hostil, quase sendo despedido à soleira da porta, ao contrário da primeira vez que fora à casa de Joaquim dos Anjos, fizera-o meditar e açulara-lhe o desejo de remover todos os obstáculos que se opunham à sua aproximação de Clara. Por exclusão, ele só viu duas pessoas capazes de lhe estarem atrasando seu “trabalho”, começado com tanta rapidez e sem esforço. Quem eram? Só podiam ser dona Margarida, por causa do “negócio” do Timbó; e o tal aleijado, que lhe lançara a indireta, em verso, de chamá-lo de burro.

Se na sedução, propriamente, ele não empregava absolutamente força, no que era o contrário dos conquistadores suburbanos, a ponto dos jornais noticiarem, de quando em quando, o desespero das vítimas que se fazem assassinas, para se defenderem de tão torpes sujeitos; Cassi, entretanto, quando no decorrer de suas conquistas, encontrava obstáculos, fosse mesmo da parte do próprio irmão da vítima em alvo, logo procurava empregar violência, para arredá-lo.

É bem de ver que ele sabia com quem se metia; mas, no caso, tratando-se de um quase inválido, a força a empregar seria mínima; e, no que toca a dona Margarida, ele saberia enganá-la e embaí-la.

A sua força de valente e navalhista era mais fama do que realidade; mas tinha fama, e muitos se intimidavam. Dava-lhe isso um ascendente sobre os que, de boa-fé e honestamente, podiam prevenir as moças que ele cobiçava, não as prevenindo, não as avisando, não o desmascarando totalmente. Cheios de temor, deixavam o caminho franco ao modinheiro.

A tal respeito, com o seu cinismo de sedutor de quinta ordem, tinha uma oportuna teoria, condensada numa sentença: “não se pode contrariar dois corações que se amam com sincera paixão.”

Colocando ao lado dessa teoria, bem sua, a consideração de que não empregava violência nem ato de força de qualquer natureza, ele, na sua singular moral de amoroso-modinheiro, não se sentia absolutamente criminoso, por ter

até ali seduzido cerca de dez donzelas e muito maior número de senhoras casadas. Os suicídios, os assassinios, o povoamento de bordéis de todo gênero, que os seus torpes atos provocaram, no seu parecer, eram acontecimentos estranhos à sua ação e se haviam de dar de qualquer forma. Disso ele não tinha culpa.

Para certificar-se quem era que, na casa do “carteiro”, fermentava o seu descrédito, Cassi resolveu ir sondar Lafões, em sua casa.

Lafões morava bem próximo do reservatório do Engenho de Dentro. Uma tarde, Cassi tomou o bonde de Piedade, que, para ir a essa estação, logo após o Méier, interna-se para os lados da serra, toma ruas despovoadas e, por fim, a do Engenho de Dentro. O caminho era então pitoresco, não só pelos restos de capoeira grossa que ainda havia, mas também pelas casas roceiras de varanda e pequenas janelas de outros tempos. Caminho de “tropa”, talvez, os engenheiros da Light só se deram ao trabalho de fazer sumários nivelamentos. Os altos e baixos, os atoleiros e atascadeiros, consolidados com gravetos e varreduras de capinas, transformaram o caminho do bonde, naquele trecho, numa montanha-russa, com a lembrança, de um lado e outro, do espetáculo do que seriam ou do que são os caminhos do nosso interior, pelos quais nos chegam os cereais e a carne que comemos.

Às vezes, o bonde cruzava com uma tropa de carvoeiros de Jacarepaguá, da Serra do Mateus e outras localidades ainda com florestas aproveitáveis; e tínhamos uma imagem mais viva. Os tropeiros eram gente de sangue muito mesclado, ossudos, jarretes nervosos e finos, pés espalmados, às vezes de feições regulares, mas sempre cobertos de barbas maltratadas e de uma insondável tristeza. Não eram só homens-feitos; havia crianças também, a guiar os burros em fila.

Quando o bonde apontava a sacolejar as suas ferragens, estourando que nem um besouro, avisando-os da sua presença próxima com o zunido contínuo do tímpano, ou, senão, com um apito, ao grito de locomotiva, aqueles homens, vivendo tão perto da terra e da natureza espontânea, não deixavam de se assustar e tomar precauções, para sua segurança e dos seus pacientes animalejos. Encostavam bem a tropa a uma ribanceira lateral da rua, quando na encosta; ou afastavam-se para o lado, se havia terreno baldio e sem cerca, quando ela era planície; e ficavam pasmos, diante daquele monstro zunidor que se movia por intermédio de um grosso fio de arame. Os burros, quer num, quer noutro caso, permaneciam indiferentes e punham-se a roer a erva escassa

do campo ou a pastar a folhagem que lhes dava sombra e crescia no alto da chanfradura do corte.

Chegou Cassi Jones à casa de Lafões quase à noite. Era uma pequena casa, mas bem tratada e limpa. O pequeno jardim na frente merecia cuidados e, no quintal, aos fundos, cresciam couves e repolhos, a dar saudades de um bom caldo à portuguesa.

Lafões, por aquelas horas, após o jantar, tinha por hábito pôr-se em camisa de meia, tamancos e calça, e completar a leitura do jornal que iniciara pela manhã. Sentava-se a uma cadeira de balanço, austríaca, que a punha bem junto à janela, tendo, à esquerda, uma cadeira, em que repousavam o isqueiro (não usava fósforo) e os cigarros “Fuzileiros”.

Estava assim, naquela postura, e enrolava melhor um cigarro pacientemente, quando lhe bateram no portão de ripas de madeira. Ergueu um tanto o busto e, pondo um pouco a cabeça à mostra, quase rente ao peitoril da janela, perguntou:

— Quem é?

Reconheceu logo:

— É o senhor Cassi.

Ergueu-se e foi ao encontro dele, abrindo a porta de entrada. Tomou-lhe o chapéu pelintra, a bengala ultra-aperfeiçoada e foi dizendo prazenteiramente:

— Por aqui? Sente-se, ora esta! Seja bem-vindo!

O rapaz sentou-se, respondendo:

— Muito obrigado, meu caro “Seu” Lafões.

— Por que não aparece mais vezes, senhor Cassi? — continuou Lafões com amizade.

— Não tenho tido tempo. Nos dias da semana, são os negócios; nos domingos, não dou para os convites. Eu vinha aqui...

— Para quê, senhor Cassi?

— Pedir-lhe uma informação.

— Qual é, senhor Cassi?

— Disseram-me que, no seu escritório, o inspetor está admitindo escreventes, para não sei que serviço extraordinário. O senhor não podia saber se isto é verdade?

— Pois não. Indago ao Braga, que é contínuo, vivo que nem azougue, e sabe de tudo que lá se passa — explicou Lafões.

— Quando posso vir buscar a resposta?

— Olhe, senhor Cassi: amanhã, à tarde, não, porque tenho que ir à sessão da minha sociedade; mas, se tem pressa, pode vir depois de amanhã, logo pelas sete ou oito horas.

— Bem — fez Cassi, simulando contentamento. — Desde já agradecido. Como vão sua senhora e seus filhos?

— Bem. A mulher saiu mais o mais moço; foram a não sei que ladainha por aí. É um inferno! Estes padres têm invadido estes subúrbios com mais rapidez que os “turcos” de prestações. É dinheiro para esse santo, é dinheiro para as obras da igreja... Não posso mais! Edmeia, porém, está lá no fundo do quintal. Quer tomar café, senhor Cassi?

— É incômodo... Se a sua senhora estivesse, sim; mas...

— Não há incômodo algum. Edmeia o aquece no espírito... Só se o senhor Cassi não gosta aquecido?

— Gosto.

— Pois bem, vamos a ele — e gritou pela filha, com possante voz de homem são: — Edmeia! Edmeia!

Não tardou em aparecer a filha. Era uma gentil menina de doze anos, risonha, com uma fisionomia redonda de traços firmes e finos, cabelos tirando para o louro, cortados à inglesa. Entrando, exclamou logo:

— Oh! Estava aqui “Seu” Cassi. Que surpresa! Não sabia...

Falou ao rapaz e este lhe disse a esmo:

— Há muito que não a via.

— É verdade, desde o dia de anos de Clarinha... Tem ido lá?

— Não tenho podido.

— Por quê? Parece que lá não gostam do senhor... Principalmente aquele “pé-pé”...

— Menina — ralhou-lhe o pai. — Não te metas a intrigar os outros... Vá aquecer o café e traze-nos duas xícaras. Vá.

Saindo a menina, Cassi julgou de bom alvitre, para preencher o fim verdadeiro de sua visita, dizer:

— Podem não gostar de mim. Mas a implicância é sem motivo. Nunca...

— Ora, senhor Cassi, o senhor vai dar ouvido a crianças. Elas não sabem o que dizem.

— Agora, meu caro “Seu” Lafões, eu notei no dia da festa que o compadre do senhor Joaquim dos Anjos não me tragava — disse Cassi.

— Isto se explica. Ele foi ou é poeta e tem em conta de coisa nenhuma os cantadores de modinhas. Lá na minha terra, os poetas dos fidalgos e das fidalgas

não tragam os fadistas do campo, aos quais chamam de rústicos e outras coisas piores. Em cada ofício, há sempre disso. O senhor não vê como os cocheiros desprezam os barbeiros? Cocheiro que não presta é barbeiro. Marramaque, velho, doente, não sabe disfarçar o seu mau juízo pelos que apreciam o violão e o tocam, cantando modinhas.

— Mas... o “Seu” Joaquim?

— É que eles são compadres e amigos, meu caro senhor Cassi. Está explicado.

Vieram as xícaras de café e a conversa tomou outro rumo. Falaram sobre as festas próximas do centenário da Independência, sobre a crise financeira, mas Cassi em nada disso pensava. Pensava em Marramaque, o audacioso aleijado, que queria se intrometer no seu amor por Clara. Pagaria bem caro. Despediu-se em breve e, lentamente, deixou-se ir a pé subúrbios abaixo. Eram estranhos aquele ódio e aquela obstinação. Cassi não era absolutamente, nem mesmo de forma elementar, um amoroso. A atração por uma qualquer mulher não lhe desdobrava em sentimentos outros, às vezes contraditórios, em sonhos, em anseios e depressões desta ou daquela natureza. O seu sentimento ficava reduzido ao mais simples elemento do Amor — a posse. Obtida esta, bem cedo se enfarava, desprezava a vítima, com a qual não sentia ter mais nenhuma ligação especial; e procurava outra.

A sua instrução era mais que rudimentar; mas, assim mesmo, talvez devido a uma necessidade íntima de desculpar-se, gostava de ler versos líricos, principalmente os de amor. Não lia jornais, nem coisa alguma; mas, num retalho apanhado aqui, num almanaque acolá, num livro que lhe ia ter às mãos, sem saber como, conseguia ler alguns e os entender pela metade. Deles, desses sonetos e mais poesias que, por acaso, iam parar em seu poder, ele concluía, com a sua estupidez congênita, com a sua perversidade inata, que tinha o direito de fazer o que fazia, porque os poetas proclamam o dever de amar e dão ao Amor todos os direitos, e estava acima de tudo a Paixão. Vê-se bem que ele não sentia nada do que, poetas medíocres que o guiavam nas suas torpezas, falavam; e, sem querer apelar para grandes ou pequenos poetas, percebia-se perfeitamente que nele não havia Amor de nenhuma natureza e em nenhum grau. Era concupiscência aliada à sórdida economia, com uma falta de senso moral digna de um criminoso nato — o que havia nele.

O verdadeiro estado amoroso supõe um estado de semiloucura correspondente, de obsessão, determinando uma desordem emocional que vai da mais intensa alegria até a mais cruciante dor, que dá entusiasmo e

abatimento, que encoraja e entibia; que faz esperar e desesperar, isto tudo, quase a um tempo, sem que a causa mude de qualquer forma.

Em Cassi, nunca se dava disso. Escolhida a vítima de sua concupiscência, se, de antemão, já não as sabia, procurava inteirar-se da situação dos pais, das suas posses e das suas relações. Em seguida, tratava de encontrar-se com ela num baile ou numa sala de festas e impressioná-la com os seus dengues no violão. Se percebia que tinha obtido algum sucesso, esforçava-se em reiterar os encontros nos cinemas, nos bondes, nas estações, e, na ocasião propícia, pespegava-lhe a carta fatal. Isto tudo era feito com muita calma e discernimento, pacientemente, sem ser perturbado em nenhum movimento de impaciência ou arrebatamento. Se a moça ou a senhora aceitava-lhe os galanteios e as cartas, ele tinha o final como certo; se não, ele não perdia tempo, abandonava os esforços preliminares e esperava que outra mais suasória aparecesse.

No caso de Clara, ele não estava disposto a acreditar que se houvesse dado a primeira hipótese, porquanto lhe davam certeza disso o embevecimento com que o ouvira cantar, na noite da festa dos anos dela, e a insistência que mostrara em vir falar com ele, quando lhe foi à casa do pai pela segunda e última vez. O que lhe parecia, por indícios aqui e ali, é que alguém se havia interposto entre ele e ela, “entre dois corações que se amam”, denunciando aos pais dela os seus maus precedentes de conquistador contumaz, de forma a trancarem-lhe aqueles as portas de sua casa, a ele, Cassi.

Agora mesmo, tivera a confirmação dessa suspeita com a ingênua denúncia de Edmeia, a filha de Lafões, de que Marramaque, padrinho de Clara, não gostava dele. Era, portanto, prevenir-se contra as “intrigas” do aleijado e arredá-lo de vez. Cassi sabia que, quase sempre, Marramaque parava na venda do “Seu” Nascimento, quando vinha do trabalho. Lá ficava bebericando com outros, até que o negócio se fechasse. A ele, Cassi, não convinha ir por todos os motivos; Timbó não podia também, por ser muito conhecido na localidade, devido à surra que levava; Zezé Mateus era um idiota. Quem iria, então, sondar aquele terreno? O Arnaldo, que não era conhecido no local, nem sabidas eram as suas relações com ele. Muito a contragosto, dirigiu-se para a casa dos pais. Não tinha dinheiro que prestasse, para “escorvar” o jogo.

O seu “socavão” doméstico ficava bem debaixo da sala de jantar da casa, que aí acabava o seu corpo principal. As dependências restantes ocupavam um puxado longo. Quando ele entrou, percebeu que na sala de jantar, além do pai,

mãe e irmãs, havia alguém que não era de hábito e dissera, ouvindo-lhe os passos:

— Há alguém aí?

— É Cassi — dissera a mãe.

— Ele não sobe aqui? — perguntou a visita.

Todos se calaram e se entreolharam, enquanto o velho Manuel de Azevedo explicava o fato em quatro palavras:

— Você queria, Augusto, que eu, chefe de família, que prezo a honra das filhas dos outros como a das minhas, deixasse semelhante miserável sentar-se ao meu lado? Se não o pus de todo para a rua, foi devido à mãe.

— Você tem razão, mano; mas tudo isto que se diz dele pode ser calúnia.

— É também o meu pensamento, Augusto — falou dona Salustiana.

As moças se haviam calado por pudor, mas o velho Azevedo cortou de vez o argumento da mulher e do irmão:

— Você não leu esses papéis escritos a máquina, que mandaram a você, dois dias após você chegar, para o hotel?

— Li.

— Leu as datas, a narração dos fatos, as cartas?

— Li, também, mas o tempo...

— Pois tudo é verdade; e ninguém mais do que eu, infelizmente, pode assegurar isso. Em menos de dez anos, esse meu indigno filho fez tudo isso. Não o posso negar em sã consciência. Se não posso...

Ao entrar, Cassi, tendo percebido que a conversa ia versar sobre ele, colocou-se de ouvido atento, embaixo da janela, nada perdendo e conseguindo ouvir esse trecho em que tomava parte o seu tio Augusto, irmão de seu pai, que, havia muito tempo, andava destacado numa alfândega do Norte. Quando o velho Manuel de Azevedo falou em papéis escritos a máquina, trazendo indicações de datas e a narração dos fatos de suas complicações com a polícia e a justiça, Cassi assustou-se. Quem estaria fazendo aquele trabalho surdo? Não era a primeira vez que tivera notícia da existência desse caderno misterioso e misteriosamente distribuído pelo correio. Dissera-lhe um investigador de uma delegacia suburbana que, logo que havia mudança de delegado ou de comissário, numa delas, o novo delegado ou o novo comissário recebia o tal caderno. Apavorava-lhe essa perseguição nas trevas, talvez segura, que, aos poucos, o ia minando. Tão indiferente era ele pela sorte de suas vítimas e tão estúpido se mostrara sempre em não compreendê-las, que não podia encadear

raciocínios seguros, para ter a procedência, mais ou menos provável, da remessa de tais cadernos.

Precisava fugir — era o que concluía; e ele se sentia ameaçado, não por duendes, mas por alçapões, homens mascarados, cárceres privados, suplícios, etc. — todo o arsenal do maravilhoso das fitas de cinema.

Entretanto, queria antes resolver o caso de Clara, que, apesar de tudo, considerava em meio.

Deitou-se e dormiu regaladamente, até o alvorecer do dia. Logo que a luz do sol ganhou uma relativa nitidez, ele foi passar revista nas suas gaiolas de galos de briga. Estava tudo a postos, e foi lhes dando milho, tirado de uma lata que tinha em uma das mãos, e olhando todos aqueles bichos hediondos, com a ternura de um honesto criador, que revê o seu trabalho nas travessas pesquisas ou na doçura de olhar de seus cordeiros. Aos pintos, deu milho moído, triguilho, e só não deu ovo picado porque não era dia. O seu embevecimento por aquelas horrendas aves era sincero: elas lhe faziam ganhar dinheiro. Olhou-as e perguntou de si para si:

— Quanto valeriam ao todo?

Alguns já lhe haviam oferecido quinhentos mil-réis e ele estava disposto a vendê-las por esse preço, depois que a “coisa” estivesse acabada...

Veio tomar café no “socavão”, onde a velha Romualda lho trazia todas as manhãs. Era velha, e a sua velhice a defendia perfeitamente contra qualquer assalto de Cassi. Perguntou-lhe este:

— Meu tio ainda está aí?

— Quem é seu tio, nhonhô?

— Aquele moço que esteve ontem à noite.

— Ah! Foi embora logo depois do chá.

Não trocaram mais palavras. Depois de servido o café e comido o pão com manteiga, a velha Romualda levou a bandeja com a xícara, e Cassi tratou de vestir-se e sair.

Quase nunca parava em casa. Temia encontrar-se com o pai, que, por isto ou por aquilo, houvesse resolvido ficar no lar, e também por não poder suportar o desdém de suas irmãs. A casa era-lhe mais penosa do que os xadrezes, por onde passara dezenas de vezes.

Ia à procura de Arnaldo, que, morando na Estrada Real, vinha no bonde de Cascadura para tomar o trem no Méier. Arnaldo não deixava de um só dia ir “lá embaixo”. Esperava sempre fazer um biscate e, quando não o fizesse, arranjar algum “magote” no trem.

Não se enganara. Às nove e pouco, Arnaldo, com o seu nariz de tromba de tapir, os seus olhos arredios e catadores, chegara; Cassi disse-lhe que dele precisava, às cinco horas, ali; e pagou-lhe o café.

— Pois não, Cassi; nas ocasiões é que se veem os amigos. Cá estarei.

Fazendo o sacrifício de perder uma tarde de colheita, Arnaldo chegou na hora marcada ao ponto ajustado.

Cassi explicou-lhe então que devia ir, naquela tarde, à venda do Nascimento, cuja rua e cujo número lhe deu. Chegando lá, simularia ter ido procurar por “Seu” Meneses, que ele conhecia.

— Se ele não estiver? — indagou Arnaldo.

— Você diz que fica à espera e ouve o que se conversa lá. Nela, devem estar, entre outros, o aleijadinho que anda sempre fardado. Ele não conhece você, como os outros, conforme espero. O que você ouvir, guarda e me conte. Se Meneses aparecer, você diz que quero falar com ele, negócio de interesse dele.

Cassi deu-lhe dois mil-réis e ele se pôs a caminho, mas a pé, para poupar o tostão do bonde. Chegou à venda de “Seu” Nascimento, teve duas decepções. Encontrara dois sujeitos, que o conheciam perfeitamente: um era um engenheiro inglês, Mr. Persons, de quem “abafara” uma capa de borracha, e o outro era o Alípio, que até o sabia da roda de Cassi.

Não se deu por vencido e, atravessando por entre Alípio e o velho Marramaque, que conversavam, foi direto ao balcão e perguntou naturalmente:

— O senhor não conhece um velho dentista, por nome Meneses?

E acrescentou:

— Ele tem vindo aqui?

O taberneiro respondeu:

— Há dias que não. — E, dirigindo-se aos circunstantes, por sua vez indagou: — Vocês têm visto o doutor Meneses?

Todos, porém, responderam: não.

Arnaldo ia dizer obrigado, para retirar-se, quando Mr. Persons perguntou-lhe:

— Senhor, vem cá!

Arnaldo fez-se jovial.

— Oh! “Seu” *mister* como vai?

— Não diga “Seu” *mister*, é “error”. Bem... Onde está mia capa?

— Trago por esses dias, tenho me esquecido.

— Já é duas vezes que “sinhor” diz isso. Eu precisa da capa.

— Não me esquecerei.

E saiu apressado. O negócio da capa fora simples. Persons não viera da cidade são de seu juízo e deixara a capa descansando no banco, ao lado, recostando-se na parede do carro. Pouco antes de certa estação, Arnaldo sentou-se a seu lado, no intento de carregar-lhe a capa. Ao pôr em prática o seu propósito, Persons despertou, mas só pôde dar com o furto quando Arnaldo ia saindo do carro. Gritou: “Minha capa.” Um condutor ainda agarrou Arnaldo com a carga, mas, quando o Persons deu com o lugar em que estavam ambos, já o auxiliar o tinha largado e o trem se pusera em movimento. Guardara, porém, a fisionomia do gatuno; e, vindo a encontrar-se com ele, perguntara-lhe por essa peça de vestuário, e Arnaldo lhe dissera que a havia levado por engano.

Ele saiu corrido de vergonha; mas, vendo que ninguém vinha até as portas da venda, ele voltou e se pôs a ouvir o que diziam.

O *mister* já acabara de contar a história da capa, quando Alípio, em tom de comentário, dissera:

— Isto que saiu daí é uma peste. Não sabia dessa história de furtos nos trens; mas basta ele ser do bando do tal Cassi para não prestar.

Marramaque acudiu:

— Eu ainda não conhecia este. Vou indicá-lo ao compadre. O tal Trembó ou Tipó, como é?

— Timbó — fez Alípio.

— O tal de Timbó já conheço e já o apontei ao compadre. Por falar nisto, o senhor sabe, “Seu” Nascimento e meus senhores, o que recebi, há dias, pelo correio, na secretaria?

— Não — responderam todos, por sinais ou por palavras.

— A vida desse Cassi.

— Imprensa?

— Não. Copiada a máquina de escrever, com fotografias dele, cópias de notícias dos jornais do tempo, indicação das datas dos processos e dos juízes e delegados — tudo!

— Quem lhe mandou? — perguntou Alípio.

— Não sei. Recebi a coisa na secretaria, lá a li e dei-a ao compadre, para se prevenir.

— Com uma boa garrucha — observou Nascimento.

— Ou revólver — obtemperou Marramaque.

Ouvindo tudo isto e percebendo que alguém se dirigia à venda, cuja hora de fechar não tardaria, Arnaldo deixou o lugar em que estava e correu ao encontro de Cassi, que devia estar no Engenho Novo.

Encontraram-se, e ele, no que não tinha o menor hábito, contou-lhe toda a verdade vista e ouvida.

Cassi e Arnaldo não eram dados à bebida; mas o momento a pedia. Aquele convidou o seu dedicado companheiro a tomar uma garrafa de cerveja, o que fizeram quase sem conversar.

Acabada, pagaram e levantaram-se. Arnaldo procurou o seu rumo e Cassi meteu-se pela sombria rua Barão de Bom Retiro.

Embora não fosse tarde, já se ouviam os tiros que os suburbanos dão, de quando em quando, para afugentar os ladrões dos seus galinheiros.

Um estourou bem perto dele, e Cassi, fingindo-se calmo e sem apreensões, disse à meia-voz:

— Ainda não foi desta vez.

VII

O subúrbio propriamente dito é uma longa faixa de terra que se alonga, desde o Rocha ou São Francisco Xavier, até Sapopemba, tendo por eixo a linha férrea da Central.

Para os lados, não se aprofunda muito, sobretudo quando encontra colinas e montanhas que tenham a sua expansão; mas, assim mesmo, o subúrbio continua invadindo, com as suas azinhagas e trilhos, charnecas e morrotes. Passamos por um lugar que supomos deserto, e olhamos, por acaso, o fundo de uma grotta, donde brotam ainda árvores de capoeira, lá damos com um casebre tosco, que, para ser alcançado, torna-se preciso descer uma ladeirota quase a prumo; andamos mais e levantamos o olhar para um canto do horizonte e lá vemos, em cima de uma elevação, um ou mais barracões, para os quais não topamos logo da primeira vista com a ladeira de acesso.

Há casas, casinhas, casebres, barracões, choças por toda parte onde se possa fincar quatro estacas de pau e uni-las por paredes duvidosas. Todo material para essas construções serve: são latas de fósforos distendidas, telhas velhas, folhas de zinco, e, para as nervuras das paredes de taipa, o bambu, que não é barato.

Há verdadeiros aldeamentos dessas barracas nas coroas dos morros, que as árvores e os bambuais escondem aos olhos dos transeuntes. Nelas, há quase sempre uma bica para todos os habitantes e nenhuma espécie de esgoto. Toda essa população, pobríssima, vive sob a ameaça constante da varíola e, quando ela dá para aquelas bandas, é um verdadeiro flagelo.

Afastando-nos do eixo da zona suburbana, logo o aspecto das ruas muda. Não há mais gradis de ferros, nem casas com tendências aristocráticas: há o barracão, a choça e uma ou outra casa que tal. Tudo isto muito espaçado e separado; entretanto, encontram-se, por vezes, “correrres” de pequenas casas, de duas janelas e porta ao centro, formando o que chamamos “avenida”.

As ruas distantes da linha da Central vivem cheias de tabuleiros de grama e de capim, que são aproveitados pelas famílias para coradouro. De manhã até a

noite, ficam povoadas de toda espécie de pequenos animais domésticos: galinhas, patos, marrecos, cabritos, carneiros e porcos, sem esquecer os cães, que, com todos aqueles, fraternizam.

Quando chega a tardinha, de cada portão se ouve o “toque de reunir”: “Mimoso!” É um bode que a dona chama. “Sereia!” É uma leitoa que uma criança faz entrar em casa; e assim por diante.

Carneiros, cabritos, marrecos, galinhas, perus — tudo entra pela porta principal, atravessa a casa toda e vai se recolher ao quintalejo aos fundos.

Se acontece faltar um dos seus “bichos”, a dona da casa faz um barulho de todos os diabos, descompõe os filhos e filhas, atribui o furto à vizinha tal. Esta vem a saber, e eis um bate-boca formado, que às vezes desanda em pugilato entre os maridos.

A gente pobre é difícil de se suportar mutuamente; por qualquer ninharia, encontrando ponto de honra, brigando, especialmente as mulheres.

O estado de irritabilidade, provindo das constantes dificuldades por que passam, a incapacidade de encontrar fora de seu habitual campo de visão motivo para explicar o seu mal-estar, fazem-nas descarregar as suas queixas, em forma de desaforos velados, nas vizinhas com que antipatizam por lhes parecer mais felizes. Todas elas se têm na mais alta conta, provindas da mais alta prosápia; mas são pobríssimas e necessitadas. Uma diferença accidental de cor é causa para que possa se julgar superior à vizinha; o fato do marido desta ganhar mais do que o daquela é outro. Um belchior de mesquinharias açula-lhes a vaidade e alimenta-lhes o despeito.

Em geral, essas brigas duram pouco. Lá vem uma moléstia num dos pequenos desta, e logo aquela a socorre com os seus vidros de homeopatia.

Por esse intrincado labirinto de ruas e bibocas é que vive uma grande parte da população da cidade, a cuja existência o governo fecha os olhos, embora lhe cobre atrozes impostos, empregados em obras inúteis e suntuárias noutros pontos do Rio de Janeiro.

Nem lhes facilita a morte, isto é, o acesso aos cemitérios locais.

Para o de Inhaúma, procurado por uma vasta zona suburbana, os caminhos são maus, e pior do que isto: dão voltas inúteis, que poderiam ser evitadas sem grandes despesas. Os enterros da gente mais pobre são feitos a pé, e é fácil imaginar como chegam, os que carregam o morto, no campo-santo municipal. Quem passa por aqueles caminhos, quase sempre topa com um. Os de “anjos” são carregados por moças e os destas também pelas da sua idade. Não há, para elas, nenhuma toalete especial. Levam a mesma que para os bailes

e mafuás; e lá vão de rosa, de azul-celeste, de branco, carregando a pobre amiga, debaixo de um sol inclemente, e respirando uma poeira de sufocar; quando chove, ou choveu recentemente, carregam o caixão aos saltos, para evitar atoleiros e poças d'água.

Os de adultos são carregados por adultos. Nestes, porém, há sempre uma modificação do indumento dos que acompanham. Os cavalheiros procuram roupas escuras, se não pretas; mas, às vezes, surge o escândalo da sua calça branca. Vão muito pouco tristes e, em cada venda que passam, “quebram o corpo”, isto é, bebem uma boa dose de parati. Ao chegarem ao cemitério, aquelas cabeças não regulam bem, mas o defunto é enterrado.

Houve, porém, uma ocasião, que o corpo não chegou a seu destino. Beberam tanto, que o esqueceram no caminho. Cada qual que saía da venda olhava o caixão e dizia: Eles que estão lá dentro, que o carreguem. Chegaram ao cemitério e deram por falta do defunto. “Mas não era você que o vinha carregando?”, perguntava um. “Era você”, respondia o outro; e, assim, cada um empurrava a culpa para o outro. Estavam cansadíssimos e semiembriagados. Resolveram alugar uma carroça e ir buscar o camarada falecido, que já tinha duas velas piedosas a arder-lhe à cabeceira. E o pobre homem, que devia receber dos amigos aquela tocante homenagem, dos camaradas levarem-no a pé ao cemitério, só a recebeu a meio, pois, o resto do caminho para a última morada, ele a fez graças aos esforços de dois burros, que estavam habituados a puxar carga bem diferente e muito menos respeitável.

Mais ou menos é assim o subúrbio, na sua pobreza e no abandono em que os poderes públicos o deixam. Pelas primeiras horas da manhã, de todas aquelas bibocas, alforjas, trilhos, morros, travessas, grotas, ruas, sai gente, que se encaminha para a estação mais próxima; alguns, morando mais longe, em Inhaúma, em Caxambi, em Jacarepaguá, perdem amor a alguns níqueis e tomam bondes que chegam cheios às estações. Esse movimento dura até as dez horas da manhã e há toda uma população de certo ponto da cidade no número dos que nele tomam parte. São operários, pequenos empregados, militares de todas as patentes, inferiores de milícias prestantes, funcionários públicos e gente que, apesar de honesta, vive de pequenas transações, do dia a dia, em que ganham penosamente alguns mil-réis. O subúrbio é o refúgio dos infelizes. Os que perderam o emprego, as fortunas; os que faliram nos negócios, enfim, todos os que perderam a sua situação normal vão se aninhar lá; e todos os dias, bem cedo, lá descem à procura de amigos fiéis que os amparem, que lhes deem alguma coisa, para o sustento seu e dos filhos.

Nessas horas, as estações se enchem e os trens descem cheios. Mais cheios, porém, descem os que vêm do limite do distrito com o estado do Rio. Esses são os expressos. Há gente por toda parte. O interior dos carros está apinhado e os vãos entre eles como que trazem quase a metade da lotação de um deles. Muitos viajam com um pé num carro e o outro no imediato, agarrando-se com as mãos às grades das plataformas. Outros descem para a cidade sentados na escada de acesso para o interior do vagão; e alguns, mais ousados, dependurados no corrimão de ferro, com um único pé no estribo do veículo.

Toda essa gente que vai morar para as bandas de Maxambomba e adjacências, só é levada a isso pela relativa modicidade do aluguel de casa. Aquela zona não lhes oferece outra vantagem. Tudo é tão caro como no subúrbio, propriamente. Não há água, ou, onde há, é ainda nos lugarejos do Distrito Federal que o governo federal caridosamente supre em algumas bicas públicas; não há esgotos; não há médicos, não há farmácias. Ainda dentro do Rio de Janeiro, há algumas estradas construídas pela Prefeitura, que se podem considerar como tal; mas, logo que se chega ao estado, tudo falta, nem nada há embrionário.

O viajante que se detém um pouco a olhar aqueles campos de vegetação rala e amarelada, aqueles morros escalavrados, cobertos de intrincados carrascais, onde pasta um gado magro e ossudo, fica confrangido e triste. Não há nenhuma cultura; as árvores de porte são raras; nas casas, é raro uma laranjeira virente, nem um mamoeiro semiespontâneo desce-lhes à entrada.

Os córregos são em geral vales de lama pútrida, que, quando chegam as grandes chuvas, se transformam em torrentes, a carregar os mais nauseabundos detritos. A tabatinga impermeável, o barro compacto e a falta d'água não permitem a existência de hortas; e um repolho é lá mais raro que na avenida Central.

O Rio de Janeiro, que tem, na frente, na parte anterior, um tão lindo diadema de montanhas e árvores, não consegue fazê-lo coroa a cingi-lo todo em roda. A parte posterior, como se vê, não chega a ser um neobarbante que prenda dignamente o diadema que lhe cinge a testa olímpica...

Cassi Jones, em pé, na estação do Méier, via passar aqueles trens cheios de homens de trabalho, sem considerar que, quase com trinta anos, até ali, na verdade, não havia nunca trabalhado. O seu pensamento ia para outra parte.

Desde que Arnaldo lhe trouxera notícias do que ouvira na venda, ele se sentia um pouco desanimado nos seus propósitos, em relação à filha do carteiro. Ao mesmo tempo, porém, ele percebia que todas aquelas precauções

contra ele eram tomadas porque a rapariga não lhe era indiferente. De modo que — concluía ele — precisava saber ao certo os sentimentos de Clara, para então agir. Era necessário ouvir-lhe a palavra; mas como? A ele, não convinha rondar a casa da filha do carteiro. Era conhecido, seria denunciado ao pai, que, naturalmente, lhe tomaria satisfações. Qualquer que fosse o desfecho do pugilato, ele só teria a perder. A sua fama, a sua má fama, se tinha corporificado naquele fantástico caderno que ia ter a todas as mãos. Não era mais formada de boquejos daqui e dali, em geral anônimos; agora, vinha documentada, com todas as indicações e referências precisas.

Havia nele com o que se pudesse condenar um santo; e, se ele agredisse o carteiro Joaquim, toda a simpatia iria para o pai, que defendia até a última extremidade a honra de sua filha, e não para ele, um contumaz e cínico sedutor. Até ali, ele contara com a benevolência secreta de juizes e delegados, que, no íntimo, julgavam absurdo o casamento dele com as suas vítimas, devido à diferença de educação, de nascimento, de cor, de instrução. Quanto à segunda e à terceira causas, embora nem sempre se verificasse a segunda, podia-se admitir; mas, quanto às duas outras considerações, eram errôneas, porque ele era tão ignorante e tão mal-educado como eram, em geral, as humildes raparigas que ele desgraçava irremediavelmente.

De resto, ele já não contava com proteção alguma.

No começo, foi seu pai; depois, seu tio, o capitão-médico — ambos solicitados tenazmente por sua mãe; mas agora? Agora, ele estava certo de que nenhum deles se abalaria e gastaria um ceitil por causa dele. Restava o Capitão Barcelos. Neste, porém, ele não depositava grande confiança. Fosse coisa pequena em que nada se gastasse, o capitão mover-se-ia; no caso contrário, porém, fugiria com o corpo. Era preciso cautela, senão...

Cassi continuou a pesar os meios que podia encontrar para entender-se com Clara. Com Lafões, ele já não contava. Vira, na última visita que lhe fizera, que o velho português era matreiro. Com ele, não levaria vantagem alguma. Como havia de ser?

Dos bondes continuava a descer gente aos magotes, que se encaminhava apressadamente para a plataforma da estrada de ferro. Alguns iam tomar um café antes de se encaminharem, definitivamente, para os “varais” da repartição; outros iam até as casas de “bicho” e deixavam lá o jogo; mas todos iam afinal trabalhar, fazer alguma coisa para ganhar dinheiro. Só o senhor Cassi Jones de Azevedo ficava...

— Oh! “Seu” Cassi, como vai essa força?

O menestrel suburbano da modinha lânguida e acompanhamento luxurioso de olhares revirados voltou-se e reconheceu quem falava:

— Como vai você, Praxedes?

— Eu, “Seu” Cassi, vou bem. Mas esse negócio de foro... Ontem, apresentei uma exceção de incompetência; pensei que fosse julgada logo, mas o juiz transformou o julgamento em diligência... Borrou-me a pintura... Hoje, vou ver se uns embargos meus são recebidos. Tenho que ir lá embaixo... Às vezes, dá-se uma penada e lá vêm vinte, trinta e mesmo cinquenta...

Vendo que a conversa não interessava Cassi, mudou-a de sentido e perguntou:

— Tem ido à casa do carteiro, lá na rua Teresina?

— Há muito tempo que não; e você?

— Eu só fui lá a convite de um dos músicos. Não tenho relações particulares com a família. Por falar nisso: sabe quem saiu agora mesmo daqui?

— Não.

— O doutor Meneses, aquele velho barbado, que sabe muito — não conhece?

Correu alguma coisa na cabeça de Cassi, que o fez perguntar com pressa, antes de responder:

— Para onde ele foi?

— Foi para a casa do carteiro. Está tratando dos dentes da filha e almoça quase sempre lá. Ele precisava, coitado do doutor Meneses! Um homem ilustrado, velho, doente, quase não comia; era só beber. Isso lhe fazia mal, estava requeimando “ele” por dentro... Pode-se beber; mas é preciso comer — não acha?

Praxedes não deixava, durante toda a conversa, de mover com os braços, sem medida nem compasso, e esticar a medonha cabeça, que teimava cada vez mais em se enterrar pelos ombros adentro.

— É um achado para ele — fez Cassi, reprimindo a alegria. — Tenho também um trabalho para o Meneses... Se você o encontrar, diga-lhe que eu quero falar com ele.

— Não me esquecerei; mas, caso o senhor tenha pressa, pode procurá-lo à noite, ali, no botequim do Fagundes, perto do posto de bombeiros. Até logo, que tenho que chegar cedo à cidade!

Cassi despediu-se também e encaminhou toda a sua esperança de entender-se diretamente com Clara, por intermédio de Meneses. Ele sabia-o velho, alquebrado, necessitado, viciado na bebida, sem dinheiro — seria fácil

vencer as suas repugnâncias. Pela primeira vez, pensou o modinheiro, tinha que gastar algum...

Em parte ele se enganava, porquanto, embora Meneses estivesse nas últimas extremidades, até agora não fizera ato menos liso na sua vida. Podia-se classificá-lo de puro. Meneses, José Caetano de Meneses, nascera de pais portugueses, numa cidade do litoral — sul do estado do Rio de Janeiro. Naqueles tempos, essas cidades eram prósperas; mas, atualmente, têm, para demonstrar a sua irremediável decadência, o fato de não se ter notícia de haver sido construída em qualquer delas, de quarenta anos a esta parte, uma única casa.

O pai tinha uma loja, um bazar, que ia próspero; mas, com a decadência da localidade, de que foi um dos fatores a construção da Central, o estabelecimento comercial foi decaindo. O pai viu-se obrigado a suprimir despesas, uma das quais era a da educação e instrução dos filhos. O José, que já tinha 17 anos, veio para a loja, os outros foram colocados aqui e ali, nas pescarias de “currais”, que o pai tinha, e na salga de peixe, levada a efeito muito rudimentarmente, também do velho Meneses.

Aos 22 anos, José, que se aborrecia com aquela vida, pôs o pé no mundo e correu, durante uns trinta, o interior das antigas províncias do Rio, de Minas e de São Paulo. Tudo ele foi; tudo sofreu, mas sempre inquebrantavelmente honesto. Aqui, foi guarda-livros de um armazém; numa fazenda, administrador; num vilarejo, professor das primeiras letras; em certa idade, encontrou um boticário simpático, que se fez seu amigo, ensinou-lhe a manipular drogas, também a obturar e limpar dentes, e a passar pequenas receitas. Foi onde se demorou mais; mas isto se veio a dar já no fim da sua carreira vagabunda, quando já não podia mudar de rumo. Na vizinhança da cidade, construía-se um depósito e modestas oficinas de pequenos reparos, para as máquinas de um ramal férreo que lá ia ter. José, que seguia as obras e via as máquinas, ficou assombrado com aquelas maravilhas de caldeiras, fornalhas, bielas, manivelas, alavancas, que se coordenavam para mover e parar aqueles hediondos monstros de ferro — as locomotivas. Quis entrar no segredo de tudo aquilo e fazia perguntas sobre perguntas. No começo, os operários explicavam; mas as perguntas eram tais e tantas, que eles acabaram por se aborrecer com elas e com o velho perguntador. Meneses não se aborreceu, pois se sentia com a vocação de engenharia e de engenheiro. Ali, porém, não tinha onde estudar. Convinha descer para o Rio de Janeiro, frequentar aulas teóricas e aperfeiçoar-se em oficinas adequadas. O dinheiro que tinha era pouco, mas o

boticão sempre dava alguma coisa, e a renda tinha aumentado, graças à afluência de operários para acabamento da estradinha local. Demais, também receitava. Fazia alguma coisa: a questão era economizar. Assim fez e, durante um ano, poupou o dinheiro necessário para ir estabelecer-se no Rio e esperar uma colocação qualquer.

O seu amigo farmacêutico não o quis dissuadir, mas disse-lhe:

— Se você fosse mais moço, aconselharia até, porque se projetam grandes obras no Rio; mas, já tendo passado dos cinquenta, é fazer o que parecer melhor a você. Em todo o caso, vou pedir ao Coronel Carvalho uma recomendação.

Durante esse longo lapso de tempo que vivera fora da família, recebera vagas notícias de seus pais e irmãos. Sabia que os pais tinham morrido e quase todos os irmãos; e que o único que lhe restava era remador da Capitania do Porto e mantinha a irmã solteira, a única que tivera. Moravam lá para a Saúde.

Meneses embarcou contente; ia afinal realizar a sua vocação. Até agora, não a tinha encontrado; mas, desde que vira aquelas máquinas e maquinismos, sentira outra coisa dentro de si. Não deixou, entretanto, de levar a mala dos ferros de dentista e a carta de recomendação.

No dia seguinte, depois de uma noite insípida no hotel, foi, indagando daqui, informando-se dali, até a Capitania do Porto.

Perguntou pelo remador seu irmão e, sem dificuldades, lhe informaram que, em breve, ele viria. Não esperou muito. Um homenzarrão forte, tostado, com um vestuário de marinheiro, chegou-se ao porteiro e perguntou:

— Quem é que me procura?

O porteiro apontou Meneses, sentado em um banco, e disse:

— É aquele senhor ali.

O irmão não deu muitos passos em sua direção; Meneses ergueu-se logo, correu-lhe ao encontro, perguntando:

— Você não me conhece mais?

— Não, senhor.

— Sou o seu irmão Juca.

Abraçaram-se muito, e o irmão Leopoldo foi dizer ao porteiro quem era e o que havia.

— Há trinta anos! — exclamou o porteiro. — Você devia ser muito criança, hein, Leopoldo?

O marinheiro respondeu:

— Devia ter cinco anos.

— É verdade — informou Meneses.

Leopoldo foi arranjar licença para acompanhar o irmão que não via há trinta anos; e Meneses ficou a conversar com o porteiro sobre coisas da roça.

— Ah! Então o senhor é engenheiro?

— Sim, mas mecânico. Trabalho, porém, com o nível e com o trânsito.

— Agora, deve haver muito trabalho para engenheiro; vão-se fazer grandes obras... Aproveite, doutor!

— Trago aqui uma carta para o deputado Sepúlveda. Tem influência?

— Muita! É o pensamento da política mineira... Não lhe deixe a aba do fraque, doutor!

A conversa foi interrompida pela chegada de Leopoldo, que obtivera a licença. Pelo caminho, porém, contou a Meneses como todos morreram; como ele se empregara na Capitania e casara a irmã com um colega, o Pedro Rocha, rapaz bom, bem-comportado, do qual tinha um sobrinho, Edmundo, com seis anos, e com o qual morava, na rua do Livramento.

Chegando à casa do cunhado e do irmão, a sua irmã Etelvina, que ele deixara com sete ou oito anos, não o reconheceu; e, em breve, tendo-lhe chegado o marido, foi uma festa de que só não participou o sobrinho de seis anos, sempre de nariz sujo e vestes rotas, arredio e agarrado às saias da mãe, mas sem querer tomar a bênção do tio.

A irmã logo convidou o irmão mais velho a ficar com eles. Havia um barracão no quintal que, bem reparado, podia servir para Leopoldo, e o quarto deste ficaria para o Juca. Enquanto não estivesse em estado, ele teria a paciência de dormir com Leopoldo. Meneses aceitou o alvitre, dizendo:

— Se eu tenho que gastar em outra parte...

Logo foi interrompido por todos:

— Oh! Não, não, Juca!

— Não é esse o motivo! — fez o cunhado.

— Não seja essa a dúvida, mano Juca.

Meneses ficou muito agradecido e acrescentou:

— Mesmo porque quero que um de vocês consiga meios e modos de falar ao doutor Sarmiento Sepúlveda, na Câmara. Tenho uma carta para ele.

O cunhado logo exclamou:

— O quê! É um bicho.

Combinado tudo isto, Meneses instalou-se na casa dos parentes, com a sua mala e os seus ferros de dentista. Levou a carta do coronel Carvalho ao deputado, que o atendeu muito bem, perguntou-lhe pelas pessoas gradas do

lugar onde estivera e deu-lhe outra para o chefe da construção da avenida. No dia seguinte, estava admitido. Ganhou dinheiro, não o guardou, mas, se assim foi, motivo não houve em desperdício de sua parte. O irmão em breve adoecia e morria; o cunhado seguia-se-lhe logo. Custeou o tratamento de ambos; e, quando foi dispensado da comissão da avenida, pouco após a morte de ambos, pouco ou nada tinha. A irmã ficara com uma pequena pensão mensal da Caixa dos Remadores, cerca de trinta mil-réis, e um filho; e ele, com seus ferros de dentista. É verdade que fizera uma pequena biblioteca de engenharia mecânica: *As grandes invenções*, de Luís Figuier; *As maravilhas da ciência*, de Tirrandier; manuais de toda a sorte de ofícios e recortes de jornais que tratavam de coisas científicas ou parecidas, colados e encadernados. Dessa biblioteca, nunca se separou; e, conquanto já bebesse, com o tempo, os desgostos e a miséria atraíram-no mais para o álcool, e o furor de beber o tomou inteiramente. A toda hora, naquele casebre dos subúrbios, onde morava com a irmã e o palerma do sobrinho, ele esperava, adivinhava, construía uma catástrofe que lhe devia cair sobre os ombros; e essa visão de uma próxima catástrofe na sua vida entibiava-lhe o ânimo, descoroçoava-o e pedia-lhe para afastar a bebida. Na rua, se só, era a mesma coisa. Só a tinha longe dos olhos quando de súcia com outros.

Contudo, apesar das duras necessidades que curtia, com a irmã e o filho desta, jamais ato algum de sua vida incidira na censura de sua consciência. O pouco dinheiro que os ferros lhe davam, ou os amigos, era empregado no sustento deles, pois a casa era paga com a pensão de Etelvina, a irmã.

Cassi, para vencê-lo, para ladeá-lo, tinha imaginado o plano de, aos poucos, pô-lo a seu dispor, prendê-lo de pés e mãos, como se diz, sem ele perceber.

Sabendo onde encontrá-lo à noite, nessa mesma do dia em que soube, procurou-o. Meneses estava triste a um canto, lendo um jornal, com um cálice vazio ao lado.

O homem das modinhas chegou-se e, sem dizer palavra, foi se abancando:

— Boa noite, doutor!

— Boa noite, “Seu” Cassi — fez Meneses, erguendo a cabeça do periódico.

— Que há de novo por aí? Trabalha-se muito?

— Alguma coisa. Agora, as coisas me correm melhor. O Joaquim dos Anjos deu-me os dentes da filha a tratar, e ele, embora pouco, sempre me paga pontualmente. É um alívio!

— O doutor é um sonhador. Tem sido explorado...

— Nem tanto. Quando fiz aquele trabalho para uma de suas irmãs, fui muito bem pago. A minha dificuldade é não ser formado; demais, não tenho roupas... Às vezes, “Seu” Cassi, para arranjar esses sapatos de duraque que uso, por não poder usar outros, suo sangue e faço das tripas coração...

— Paciência, doutor. Tome alguma coisa — fez Cassi, amável.

Meneses aceitou e disse amargamente:

— Estou com setenta anos e não sei o que fiz na vida.

Cassi regozijava-se, intimamente pensando: o homem está cheio de dificuldades.

— Não desanime. O capitão Sebastião, aquele da Prefeitura, há dias me disse que ia precisar de um dentista modesto para consertar os dentes de um filho, que, na “muda”, deixou acavalar. É pouca coisa, mas, talvez, daí...

— Aceito tudo...

— Outra coisa, doutor Meneses.

— Que há?

— O senhor se dá muito com o Leonardo Flores, o poeta?

— Muito. Por quê?

— É que eu queria uns versos...

Meneses não escondeu o espanto, que Cassi percebeu, e, sem dissimular, procurou explicar-se melhor:

— É coisa séria. Não há compromisso nenhum para os senhores... Eu daria alguma coisa até!...

— É que o senhor não sabe como o Flores é orgulhoso. Dentro daquela sujeira toda, esfarrapado, alagado de cachaça, ele é um deus; e não lhe toque em coisas de poesia, porque senão...

— Sei bem; mas sei também que o senhor tem grande influência sobre ele. Veja se me arranja? Olhe, doutor, não é para afrontar; tem aqui dez mil-réis para as primeiras despesas. Cinco são para o senhor e cinco para ele.

— Não é preciso — disse Meneses, já um tanto convertido.

A sua miséria lhe falava. Não havia quebra de honestidade, tanto mais que não se tratava de injúrias e insultos a ninguém.

— Não, doutor; leve, leve! Tudo deve ser pago. Não é preciso grande coisa; bastam uns versos amorosos, mas delicados e finos, morais — está ouvindo, doutor?

Cassi foi-se, depois que Meneses prometeu arranjar a versalhada. Já passavam das sete horas, e, logo que o violeiro desapareceu, o dentista levantou,

foi a um ângulo do balcão e disse para o caixeiro, dando-lhe a nota de dez mil-réis que havia recebido das mãos de Cassi:

— Paga aqueles seiscentos réis que estou devendo e me dá mais outra “lambada”.

Tomou-a e voltou a sentar-se na mesa. Comprou num jornaleiro os jornais da noite e foi se deixando ficar, levantando-se, de quando em quando, para sorver às escondidas um “calisto”. Aí, pelas proximidades das dez horas, sobraçando um maço de jornais, encaminhou-se para casa, no firme intuito de dar cumprimento à promessa que fizera a Cassi. A casa era um tanto longe, pelos bons caminhos; mas, cortando-se caminhos desertos, subindo e descendo morros, chegava-se a ela com mais presteza.

Não hesitou e tomou os atalhos, que conhecia bem; e, quase por instinto, os seguia até a sua residência. Ficava esta numa campina nua; e só era cercada na frente, toscamente, e, do lado direito, graças ao vizinho. Tinha um cajueiro mofino, que disfarçava a casinha e dava uma escassa sombra à torneira d’água, onde a irmã lavava roupa, de casa e de fora. De onde em onde, Meneses cismava em plantar algumas árvores de rápido crescimento, para sombra; mas lá vinham os cabritos da vizinhança e matavam-lhe os brotos. A muito custo, conseguiu fazer um caramanchão tosco com que ensombrasse a sala de jantar, onde dormia, e que se prestasse a cozinha, nos dias normais. A casa só tinha dois aposentos iguais, que se comunicavam por uma porta. Não fora a rua, não teria frente nem fundos, tão semelhantes eram essas extremidades dela. A irmã habitava o aposento da frente, dividido por uma cortina, que corria do portal da porta interior até ao da que dava para a rua. Era de telha-vã e de chão.

Chegou em casa e comeu o feijão e arroz com pirão de fubá de milho, que a irmã lhe guardava sempre. Fez isto à luz de um “vagabundo”, espécie de lanterna, de querosene, reduzida aos seus últimos elementos. Bebeu dois ou três cálices de parati, pois sempre o tinha em casa; e estirou-se num velho canapé, com um fundo de tábuas de caixões, acolchoado com jornais. A roupa, ele a tinha tirado com todo o cuidado e com todo o cuidado depositado na guarda de uma cadeira de pau, a única existente na casa. A mesa de pinho, uma carcomida velha mesa de cozinha, tomava o resto do aposento; e, nela, roncava o palerma do sobrinho. Cobriu-se com uma manta, feita de metades de duas outras, e dormiu serenamente.

Logo pela manhã, no dia seguinte, a irmã despertou-o assustada:

— Juca! Juca!

— Que é, mulher? Não se pode dormir mais nesta casa...

Depois, mudando de tom:

— Que há, Etelvina?

— Precisamos de açúcar, café, e já devemos ao padeiro seiscentos réis.

— Você vai até o bolso do colete e tira de lá todas as pratas e níqueis que encontrares. Deixa só quatrocentos réis. Julgo que deve haver uns três mil e tantos a quatro mil-réis. Fica com tudo. Dá-me um cálice aí!

A irmã não parecia mais moça do que ele quinze anos. Era velha, encarquilhada, magra, quase desdentada, cabelos completamente brancos, toda ela respirando cansaço e desânimo.

Ela chamou o filho — Edmundo! — que logo apareceu. Mole, bambo, a muito custo aprendera a ler e a rabiscar, a esforços do tio; mas não ficava em lugar nenhum. Tal era a sua inércia e moleza, que logo era despedido. O seu ofício era caçar preás, rãs, para vender aos estrangeiros da “fábrica”, apanhar passarinhos e, de onde em onde, ajudar a fazer pescarias no porto de Inhaúma.

A mãe, com o produto de suas pobres lavagens para fora, era afinal quem o vestia, porque ele bebia tudo o que ganhava, mas raramente tocava na garrafa que o tio tinha em casa e não trazia bebida para casa, absolutamente.

Tendo Etelvina servido o irmão de parati, este verificou que a garrafa continha pouco e, à nota das compras a fazer, mandou que juntasse mais meia garrafa de aguardente. A que restava, passou-a para um vidro de farmácia.

A irmã não se conteve, que não exclamasse:

— Ah! Santo Deus! Esse parati é uma desgraça...

— Não há dúvida, mana; mas, agora, não posso mais parar, senão morro... Olha o jornal! — gritou ele para Edmundo.

— Sim, titio — respondeu-lhe o sobrinho, do meio da rua.

Como também tivesse pressa em tomar café, Edmundo fez prestamente as compras. A fogo de gravetos, em breve o café estava pronto. Meneses, a irmã e o sobrinho tomaram-no em redor da mesa; ela, sentada na cadeira, e eles, no velho canapé.

Bebericando e lendo o jornal, o velho dentista deixou-se ficar deitado. Era dia santo, quase feriado, dia de ponto facultativo — que iria fazer? Lembrou-se de procurar Leonardo Flores. Era a sua obrigação. Almoçaria e iria até a casa dele. Assim fez. Encaminhou-se imediatamente para a casa de Leonardo Flores, que não ficava muito longe, pela Estrada Real, em cujas margens residiam ele e sua irmã Etelvina com o filho.

Em lá chegando, foi recebido pela mulher, dona Castorina, que o fez entrar. Estava avelhantada, gasta, já não pela idade, que não podia ser ainda de

cinquenta anos, mas pelos trabalhos por que tinha passado com o marido, mais do que com os próprios filhos. Nunca se lhe ouvia um queixume, nunca articulou uma acusação contra Flores. Sofria todos os desmandos do marido com resignação e longanimidade. Esse seu gênio, esse seu temperamento de doçura e perdão em face da exaltação, da exacerbação, até quase delírio, do marido, fizera que este produzisse o que produziu. Não fora ela, aquela pequena mulata, magra, de olhos negros e tristes, rindo-se sempre com uma profunda expressão de melancolia; não fora aquela humilde mulatinha, que estava ali defronte de Meneses, talvez Flores não fizesse nada. Este sabia disso e a amava, apesar de tudo o que pudesse depor contra eles, e ela tinha, no fundo d'alma, apesar dos desregramentos do seu marido, um grande orgulho de sua glória.

Dona Castorina informou-o que Leonardo havia saído, para visitar um amigo, em companhia de um filho; e talvez passasse o dia em casa dele. Meneses ainda conversou um pouco, tomou dois cálices de parati de Mangaratiba, que um filho seu, auxiliar de trem, trouxera para o pai.

Na hipótese — e muito plausível, consoante o gênio de Leonardo — de que ele houvesse parado na venda do “Seu” Nascimento, foi até lá. Não o encontrou e saiu com a consciência dolorida pelo que ouvira da boca de Marramaque, de Alípio e demais.

Teve remorso e vergonha do que estava fazendo? Para que iria ele, arranjando aqueles versos, contribuir? Dirigiu-se para o Engenho de Dentro, a ver se encontrava alguém com quem conversar e disfarçar aquele começo de acusação, que, à sua fraqueza, se debuxava na sua consciência. Encontrou um grupo de rapazes da estrada de ferro, que eram sempre generosos com ele. Estavam ruidosos e contentes. Meneses sentou-se na roda, mas não houve meio de despregar a língua.

— Que é isto, Meneses? Bebe! — fez um.

Ele bebia, mas o espinho não saía. Conversava afinal um pouco. Num dado momento, vendo que era demais na conversa com a sua tristeza e o seu arrependimento reprimido, despediu-se. Um lhe perguntou:

— Vais para casa? Tens dinheiro?

Ele respondeu:

— Vou já para casa; mas dinheiro não tenho.

Os rapazes fizeram-lhe um rateio, que perfez dois mil-réis; e, quando saía, um outro, levantando os braços, de um dos quais pendia uma antiquada bengala de cerejeira, gritou para o caixeiro:

— Antunes, dá uma garrafa de “cachaça”. “Cachaça”, estás ouvindo? “Cachaça”! Dá uma garrafa de “cachaça” para o nosso querido Meneses espantar as suas mágoas.

Quando Meneses apareceu em casa, a irmã foi-lhe logo dizendo:

— Juca, foi bom você aparecer. Estou sem dinheiro para carvão, farinha e querosene. O que você deu não chegou... Fui comprar carne-seca — lá se foi todo o dinheiro.

O velho Meneses, semiembriagado, já sem decidir perfeitamente, tirou os cinco mil-réis que estavam escondidos na algibeira e destinados a Flores, juntou mais dez tostões e disse para a irmã:

— Tens aí seis mil-réis até segunda-feira, mana, você até lá não tem direito de me pedir mais dinheiro. Hoje é sexta-feira, temos sábado e domingo garantidos.

Bebeu um cálice do parati que trouxera, deitou-se e tentou ler os jornais que os rapazes lhe deram; mas não pôde. O sono o tomou até a hora do jantar. Quando abriu os olhos e se lembrou de ter dado os cinco mil-réis, destinados a Flores, em troca de versos, aborreceu-se um pouco; mas pensou e fez de si para si: eu me arranjo. Comeu bem e, enquanto houve luz do sol, leu e releu os jornais que tinha; quando veio a noite, continuou a lê-los, sempre bebericando aguardente.

No dia seguinte, logo que amanheceu, ainda não se havia feito o dia totalmente, foi até à bica, lavou-se quase inteiramente, aproveitando a escuridão, preparou o café, tomou uma xícara, seguida de alguns cálices de parati, e pôs-se na rua antes das sete horas. Era ainda cedo para ir à casa de Leonardo Flores. Foi à estação, comprou um jornal, leu-o e seguiu para a residência do amigo. Flores já se encontrava de pé e quase todos de casa. Recebeu-o vestido com uma calça velha e de camisa de meia. Estava escrevendo. Ao se lhe deparar o amigo, olhou-o muito demoradamente; e, em seguida, fazendo com os braços um gesto perfeitamente teatral, inclinando para trás a cabeça e estufando o peito, conforme o consagrado na ribalta para encontros sensacionais, falou com voz cava e solene:

— Tu, Meneses! És tu, Pítias da minha alma! Notícias há muitos sóis que não hei recebido de ti. Entra neste solar amigo e repousa a fadiga da jornada naquela credência de Córdoba que o Abd El-Málek, caído do Atlas, me mandou de Marrocos e foi do último rei de Granada, Boabdil, que chorou...

— Flores, estás discursivo demais... — disse Meneses, sentado na tal credência de Córdoba, que não era nada mais do que uma vulgar cadeira

austriaca de palhinha.

— Bebe tu agora o licor de boa amizade. É produto genuíno das minhas terras solarengas e avoengas de Mangaratiba.

Tomaram o “licor de boa amizade”; e, após, o poeta, falando em tom natural, perguntou ao amigo:

— Como vais, Meneses?

— Assim; e tu?

— Às vezes, bem; às vezes, mal — conforme a lua. Já tomaste café?

Embora dissesse que sim, Flores teimou em servir-lhe outra xícara, que foi buscar à cozinha. A sala de visitas era a mesma de há vinte anos. Tinha resistido a todas as mudanças e todas as despesas. Um sofá austríaco, velho, esburacado; duas cadeiras de braço da mesma marca, um trio de cadeiras de todos os feitios. Pela parede, além de outros, um magnífico retrato a óleo de pintor, feito por uma celebridade, quando nos seus começos. Uma velha estante de ferro com brochuras expandongadas e uma mesa furada com toalha de aniagem, bordada a lã de várias cores. Tinteiro, canetas e o mais para escrever,

Flores voltou com as xícaras cheias, pão e manteiga. Depositou tudo na mesa e sentou-se. Meneses notava com admiração que o amigo não dava nenhum sinal de desequilíbrio, nem de embriaguez. Isso fez-lhe prazer e, pondo-se a tomar café, perguntou-lhe:

— Flores, tu ainda fazes versos?

— Bárbaro que tu és! Pois então tu podes imaginar que eu, Leonardo Flores, deixe de fazer versos? Eu vivo de versos e no verso. Minha cabeça é um poema, interminável, que minh'alma ritma soberbamente. Não sei outra língua, senão a divina das Musas... Contraria-me falar como estou falando...

Calou-se um pouco e ambos sorveram o café a grandes goles, mastigando grandes pedaços de pão com manteiga. Flores cessou de mastigar e perguntou:

— Por que tu me perguntaste se eu ainda fazia versos?

Ingenuamente, Meneses respondeu:

— Tinha encomenda deles a fazer-te.

— O quê? — fez indignado Flores, erguendo-se, num só e rápido movimento, da cadeira, e deixando a xícara sobre a mesa. — Pois tu não sabes quem sou eu, quem é Leonardo Flores? Pois tu não sabes que a poesia para mim é a minha dor e é a minha alegria, é a minha própria vida? Pois tu não sabes que tenho sofrido tudo, dores, humilhações, vexames, para atingir o meu ideal? Pois tu não sabes que abandonei todas as honrarias da vida, não dei o conforto que minha mulher merecia, não eduquei convenientemente meus

filhos, unicamente para não desviar dos meus propósitos artísticos? Nasci pobre, nasci mulato, tive uma instrução rudimentar, sozinho completei-a conforme pude; dia e noite lia e relia versos e autores; dia e noite procurava na rudeza aparente das coisas achar a ordem oculta que as ligava, o pensamento que as unia; o perfume à cor, o som aos anseios de mudez de minha alma; a luz à alegoria dos pássaros pela manhã; o crepúsculo ao ciclo melancólico das cigarras — tudo isto eu fiz com sacrifícios de coisas mais proveitosas, não pensando em fortuna, em posição, em respeitabilidade. Humilharam-me, ridicularizaram-me, e eu, que sou homem de combate, tudo sofri resignadamente. Meu nome afinal soou, correu todo este Brasil ingrato e mesquinho; e eu fiquei cada vez mais pobre, a viver de uma aposentadoria miserável, com a cabeça cheia de imagens de ouro e a alma iluminada pela luz imaterial dos espaços celestes. O fulgor do meu ideal me cegou; a vida, quando não me fosse traduzida em poesia, aborrecia-me. Parei sempre no ideal; e se este me rebaixou aos olhos dos homens, por não compreender certos atos desarticulados da minha existência, entretanto, elevou-me aos meus próprios, perante a minha consciência, porque cumpri o meu dever, executei a minha missão: fui poeta! Para isto, fiz todo o sacrifício. A arte só ama a quem a ama inteiramente, só e unicamente; e eu precisava amá-la, porque ela representava, não só a minha Redenção, mas toda a dos meus irmãos, na mesma dor. Louco?! Haverá cabeça cujo maquinismo impunemente possa resistir a tão inesperados embates, a tão fortes conflitos, a colisões com o meio tão bruscas e imprevistas? Haverá?

Flores havia falado até agora de pé, no meio da sala, sublinhando tudo com grandes e largos gestos e modulando a voz conforme a paixão lhe tocava. Fatigou-se, calou-se um pouco, cruzou os braços adiante do corpo, enterrou o queixo pontiagudo e barbado no peito e, assim, sempre calado, ficou instantes a sacudir levemente a cabeça, um tanto virada para a esquerda, olhando o amigo desoladamente. Era ele pardo-claro e cabelos negros e lisos, com abundantes fios brancos; tinha malares salientes e a boca bem-feita. Altura média. Diante da explosão do amigo, Meneses não encontrou nada que dizer. Calou-se prudentemente e evitou o olhar de Flores, onde este lhe censurava e, ao mesmo tempo, se apiedava pela incompreensão que não podia existir num velho amigo, tal como Meneses, pela verdadeira natureza e poder do seu estro e pelo seu ardor artístico.

Leonardo, com menos paixão e entusiasmo, continuou:

— Sim, meu velho Meneses, fui poeta, só poeta! Por isso, nada tenho e nada me deram. Se tivesse feito alambicados jeitosos, colchas de retalhos de sedas da China ou do Japão, talvez fosse embaixador ou ministro; mas fiz o que a dor me imaginou e a mágoa me ditou. A saudade escreveu e eu translado, disse Camões; e eu transladei, nos meus versos, a dor, a mágoa, o sonho que as muitas gerações que resumo escreveram com sangue e lágrimas, no sangue que me corre nas veias. Quem sente isto, meu caro Meneses, pode vender versos? Dize, Meneses!

— Não. Deve sempre assiná-los.

— Pois eu não vendo, passe por que passar. Sofram, sonhem e bebam cachaça, se o quiserem fazer. Isto não será bastante — disse ele com melancolia —, é preciso ter nascido como eu, ter perdido todos os seus irmãos na pobreza e ter um, há vinte anos, atacado da mais estúpida forma de loucura, para os poder fazer. Isto, porém, ninguém pode obter por sua própria vontade. Bendito seja Deus!

Sentou-se com os olhos úmidos, tomou uma “talagada” do “Mangaratiba” e dispôs-se a escrever, recomendando ao amigo:

— Deita-te no sofá e lê os jornais, enquanto escrevo alguma coisa, até o “ajantarado”.

Meneses assim fez. Veio a dormir e, quando despertou, ficou admirado da amplitude da sala e de ter as pernas livres. Sonhara que estava preso e acorrentado...

VIII

Um dos traços mais simpáticos do caráter de Joaquim dos Anjos era a confiança que depositava nos outros, e a boa-fé. Ele não tinha, como diz o povo, malícia no coração. Não era inteligente, mas também não era peço; não era sagaz, mas também não era tolo; entretanto, não podia desconfiar de ninguém, porque isso lhe fazia mal à consciência. Não se diga que, às vezes, não recebesse certos conhecimentos com reservas e cautelas; tal coisa, porém, era rara, e gracioso era estar já prevenido de antemão com o sujeito. Em geral, fosse quem fosse, ele acolhia com simpatia, de braços abertos. Na sua simplicidade, a maldade, a má-fé, a perversidade, a duplicidade dos homens lhe pareciam coisas tão raras, tão difíceis de medrar numa criatura de Deus, que só topariam com elas os que lhes andassem à procura, para estudos e coleções.

A sua vida se havia desenvolvido até ali na maior boa-fé e, como houvesse sido feliz, no seu ponto de vista, os seus cinquenta anos julgavam o mundo como um reino de paz, de concórdia, de honestidade e lealdade, apesar das notícias de jornais.

Jamais lera jornais habitualmente. Se tomava um e tentava ler qualquer coisa, logo lhe vinha o sono. Tudo que não viesse ferir-lhe o ouvido, não suportava e não lhe ia à inteligência. Não compreendia um desenho, uma caricatura, por mais grosseira e elementar que fosse. Para que pudesse receber qualquer sensação duradoura e agradável, era-lhe preciso o “som”, o “ouvido”.

Música, desde que fosse aquela a que estava habituado, encantava-lhe; canto, mesmo acima da trivial modinha, arrebatava-o; versos, quando recitados, apreciava muito; e um grande discurso, cujos primeiros períodos ele não seria capaz de lê-los até o fim, entusiasmava-o, fosse qual fosse o assunto, desde que o dissesse grande orador. Era pobre de visão e o funcionamento do seu aparelho visual era limitado às necessidades rudimentares da vida.

Conquanto razoavelmente empregado, nunca deixara a música. Não tocava em bandas nem em orquestra; mas tirava partes, instrumentava, compunha de quando em quando, ganhando algum dinheiro com isso. Todas

as tardes, após o serviço, reunia-se com outros músicos militantes, bebericavam, conversavam, falavam sobre a “Arte”, as orquestras de cinemas, a música de tal peça ou daquela outra, lembravam colegas mortos; e, às seis horas, por aí assim, encaminhava-se para a casa, sempre com um rolo de papel de música.

Trabalhava nas encomendas, após o jantar. Punha-se de calças e camisa de meia, nos dias quentes, ou com um paletó velho, nos frios, e enfronhava-se nos compassos, nos sustenidos, nos acordes, até alta noite. Tinha ensinado à filha os rudimentos da arte musical e a caligrafia respectiva. Não lhe ensinara um instrumento, porque só queria piano. Flauta não era próprio para uma moça; violino era agourento, e o violão era desmoralizado e desmoralizava. Os outros que o tocassem, sem música ou com ela; sua filha, não. Só piano, mas não tinha posses para comprar um. Podia alugar, mas tinha que pagar professora para a filha. Eram duas despesas com que não poderia arcar. O rendimento da música não era coisa certa; e os seus vencimentos tinham emprego obrigado no vestuário seu, da mulher e da filha, no armazém, etc., etc.

Por isso, não levou avante os estudos musicais da filha, os quais, por falta de convivência e tempo, não passaram da pouca coisa que ele podia ensinar. Mesmo ela não tinha nenhum ardor musical, nem de repetir, de reproduzir, nem de criar; aprazia-lhe ouvir, e era o bastante para a sua natureza elementar. Nem a relativa independência que o ensino da música e de piano lhe poderia fornecer, animava-a a aperfeiçoar os seus estudos. O seu ideal na vida não era adquirir uma personalidade, não era ser ela, mesmo ao lado do pai ou do futuro marido. Era constituir função do pai, enquanto solteira, e do marido, quando casada. Não imaginava as catástrofes imprevistas da vida, que nos empurram, às vezes, para onde nunca sonhamos ter de parar. Não via que, adquirida uma pequena profissão honesta e digna do seu sexo, auxiliaria seus pais e seu marido, quando casada fosse. Ela tinha bem perto o exemplo de dona Margarida Pestana, que, enviuvando, sem ceitil, adquirira casa, fizera-se respeitada e ia criando e educando o filho, de progresso em progresso, fazendo tudo prever que chegaria à formatura ou a coisa parecida.

A muito custo, devido às insistências de dona Margarida, consentira em ajudá-la nos bordados, trabalhados para fora, com o que ia ganhando algum dinheiro. Não que ela fosse vadia, ao contrário; mas tinha um tolo escrúpulo de ganhar dinheiro por suas próprias mãos. Parecia feio a uma moça ou a uma mulher.

Clara era uma natureza amorfa, pastosa, que precisava mãos fortes que a modelassem e fixassem. Seus pais não seriam capazes disso. A mãe não tinha

caráter, no bom sentido, para o fazer; limitava-se a vigiá-la caninamente; e o pai, devido aos seus afazeres, passava a maioria do tempo longe dela. E ela vivia toda entregue a um sonho lânguido de modinhas e descantes, entoadas por sestrosos cantores, como o tal Cassi e outros exploradores da morbidez do violão. O mundo se lhe representava como povoado de suas dúvidas, de queixumes de viola, a suspirar amor. Na sua cabeça, não entrava que a nossa vida tem muito de sério, de responsabilidade, qualquer que seja a nossa condição e o nosso sexo. Cada um de nós, por mais humilde que seja, tem que meditar, durante a sua vida, sobre o angustioso mistério da Morte, para poder responder cabalmente, se tivermos que o fazer, sobre o emprego que demos a nossa existência. Não havia, em Clara, a representação, já não exata, mas aproximada, de sua individualidade social; e, concomitantemente, nenhum desejo de elevar-se, de reagir contra essa representação. A filha do carteiro, sem ser leviana, era, entretanto, de um poder reduzido de pensar, que não lhe permitia meditar um instante sobre o seu destino, observar os fatos e tirar ilações e conclusões. A idade, o sexo e a falsa educação que recebera tinham muita culpa nisso tudo; mas a sua falta de individualidade não corrigia a sua obliquada visão da vida. Para ela, a oposição que, em casa, se fazia a Cassi, era sem base. Ele tinha feito isto e aquilo; mas — interrogava ela — quem diria que ele fizesse o mesmo em casa de seu pai?

Seu pai — pensava ela — estava bem empregado, relacionado, respeitado; ele, portanto, não seria tão tolo, que fosse desrespeitar uma família honesta, que tinha por chefe tal homem. De resto, esses rapazes não são culpados do que fazem; as moças são muito oferecidas...

Com raciocínios desse jaez e semelhantes, Clara, na ingenuidade de sua idade e com as pretensões que a sua falta de contato com o mundo e capacidade mental de observar e comparar justificavam, concluía que Cassi era um rapaz digno e podia bem amá-la sinceramente.

O padrinho, Marramaque, parecia-lhe seu inimigo. Sempre que podia, contava mais uma proeza, mais uma falcatrua de Cassi. Não lhe cansava o assunto.

Clara até tinha, às vezes, vontade de dizer a seu padrinho: “Padrinho, esse Cassi deve ser muito rico, porque compra a polícia, a justiça, para não ser preso. Olhe: se ele fosse condenado pela metade dos crimes que o senhor lhe atribui, estaria já na cadeia, por mais de trinta anos.”

Ela se enganava, porque não conhecia a vida. Para se escapar aos crimes de Cassi, basta um pouco de proteção e que o acusado seja bastante cínico e

ousado.

Vivia assim ansiosa e ofegante, querendo e não querendo ver o modinheiro; ora convencendo-se de tudo que diziam dele; ora não acreditando e apresentando ao seu próprio espírito dúvidas e objeções, quando Meneses veio tratar de seus dentes, após umas fortes dores que a prostraram de cama.

Um certo dia, o pai lhe havia dado, ao sair, pela manhã, um trabalho de música para copiar, de forma que, à tarde, estivesse pronto. Não era longo, mas exigia atenção. Depois do almoço, aí pelas onze horas, pôs-se a copiar, mas, subitamente, deu-lhe uma dor de dentes que a fez gemer e até chorar.

Engrácia, sua mãe, correu a acudi-la. Como sempre, porém, ficou estonteada, sem saber o que fazer, que paliativo dar; Clara, mal falando, disse-lhe que mandasse chamar dona Margarida.

Em vindo esta, aplicou remédios caseiros, mandou buscar malva, pela criada que tinha em sua casa; fez Clara bochechar e foi-se para a casa tratar dos seus bordados e costuras.

Engrácia, porém, não se acomodava, andava de um lado para outro, impaciente que o marido chegasse. Todas as moléstias existentes, que a natureza cria, e os médicos, por desfastio, inventam, ela supunha poder ter sua filha.

Não havia nenhuma lucidez nos seus raciocínios, quando um acontecimento de aparência grave lhe tocava, e pior ficava, quando se tratava da filha.

O seu amor à Clara era um sentimento doentio, absorvente e mudo. Queria a filha sempre junto a si, mas quase não conversava com ela, não a elucidava sobre as coisas da vida, sobre os seus deveres de mulher e de moça. A não ser no caso de Cassi, que o seu instinto de mãe falara mais alto do que a sua inércia natural, nunca punha em prática uma medida eficaz que traduzisse amparo e direção de mãe na conduta da filha. Pensava, mas não chegava ao ato.

O dia inteiro, quase, passavam as duas mulheres metidas cada uma consigo mesma.

A mãe lavava a roupa no tanque, ao lado da casa; e a filha se encarregava dos arranjos domésticos. A cozinha era feita por ambas ou só por Clara, quando não tinha músicas do pai a copiar ou sua mãe tinha muita roupa na lavagem.

Joaquim, o Quincas, como o chamava a mulher, saía nas primeiras horas da manhã, passava pela venda, fazia as encomendas, tomava um “calisto” e conversava um pouco com o “Seu” Nascimento.

— Não acredito que “ele” venha, nem também que o outro se repimpe no Catete.

— Seria bom para o senhor... — dizia Nascimento.

— O quê? Nem o conheço... Qual! Nada tenho com um nem com outro...

— Mas é seu patrício...

— Como o senhor é, como o outro é também. Somos todos brasileiros... Eu, “Seu” Nascimento, só cuido da mulher e da filha e, um pouco, da música.

— Por falar em música: que tal aquele Cassi?

— Quer que lhe diga uma coisa? Como músico, não vale nada. Dá cada cincada...

— Mas tem fama...

— A fama dele vem do dengoso, do meloso que ele põe no cantar, chegando a ser até uma indecência. Ele canta que parece estar num café-concerto, no meio de mulheres de vida airada...

— Por aí, apreciam-no muito...

— São essas meninas bobas, que não têm quem lhes abra os olhos... Olhe, “Seu” Nascimento, na minha casa ele não me põe mais os pés.

— Marramaque, seu compadre, já me tinha dito isto e...

— O compadre exagera muito. O compadre tem o seu ponto de honra de poeta... O senhor sabe; ele já figurou, escreveu em jornais e revistas, teve roda e convivência de certa ordem, não pode admitir que um quase analfabeto, como Cassi, tenha fama de artista... A culpa não é deste; é do nosso meio, que não tem instrução nem preparo.

— “Seu” Joaquim, o senhor já viu o caderno que mandaram a seu compadre sobre o tal Cassi?

— Já.

— Que pensa daquilo tudo?

— Se é verdade, ele merece a força.

— Pois dizem que é. O senhor não sabe quem é a tia Vicência, que mora por aqui, na rua da Redenção?

— Não.

— Conheço-a eu. Ela é pessoa da casa de Cassi e diz que tudo aquilo é verdade. Conta até mais detalhes.

— E quem é que espalha o tal caderno?

— É um oficial do Exército, homem preparado, parece que engenheiro, cuja mulher atual é aquela moça que Cassi desonrou, e a mãe matou-se por

isso, há cinco anos.

— Quem lhe disse isso?

— Vicência. Ela conhece não só a família do violeiro, como muitas das vítimas. Diz que o marido dessa moça só não lhe dá cabo do canastro, para não fazer escândalo; mas, na primeira em que se meter, toma a peito a causa da vítima, seja quem for.

Joaquim dos Anjos ouviu isso, calou-se um pouco e, sem nada responder, recomendou:

— Não se esqueça de mandar, principalmente a lenha, que é precisa para o almoço. Estou na hora... Até logo!

Saiu, pensando nesse tal Cassi, que, por mais que quisesse esquecê-lo, sempre estava presente à sua memória, sempre estavam a relembrá-lo, como se fosse uma grande coisa, um homem notável e de posição. Que é que queriam dizer com isso? Preveni-lo? O carteiro sorriu intimamente: “Ele não ousará!” E pensou na sua garrucha de dois canos, com as quais se viaja em Minas, presente ainda do inglês, seu primeiro patrão.

Homem forte, leal, direito, Joaquim tanto tinha nos outros como em si uma confiança ilimitada. Não desconfiava, nem admitia que se desconfiasse; mas esse tal Cassi...

Estendia essa sua confiança à sua mulher, no que tinha razão; mas não à filha, como fazia, porque, no tocante a esta, precisava contar com a crise da idade, a estreiteza de sua educação doméstica e a atmosfera de corrupção com que o meio a envolvia, admitindo tacitamente que ela estava fadada ao destino das “outras”. Joaquim dos Anjos não tinha capacidade intelectual para tanto...

Cessou de pensar em Cassi e pôs-se a cogitar no trabalho, nas gratificações e nos aumentos. Chegou à repartição, assinou o ponto, cumprimentou os colegas e chefes; e, à hora certa, tomou a correspondência a distribuir e lá correu para escritórios, casas de comércio, entregando cartas e pacotes.

Vinha tudo isto com nomes arrevesados: franceses, ingleses, alemães, italianos, etc.; mas, como eram sempre os mesmos, acabara decorando-os e pronunciando-os mais ou menos corretamente. Gostava de lidar com aqueles homens louros, rubicundos, robustos, de olhos cor do mar, entre os quais ele não distinguia os chefes e os subalternos. Quando havia brasileiros, no meio deles, logo adivinhava que não eram chefes. Almoçava frugalmente e até as cinco executava o serviço, isto é, as várias distribuições de correspondência.

Terminado o trabalho, procurava os seus colegas de arte e, aí pelas cinco, cinco e meia, metia-se no trem para casa.

Naquele dia, conforme o seu costume, preencheu-o todo assim, sem nenhuma discrepância ou variante, como se obedecesse a um programa. Quando chegou em casa, já se fazia escuro, e os lampiões da iluminação pública estavam acesos e prontos a suceder, consoante o seu poder, à soberba luz do sol, que ia morrendo, num crepúsculo cambiante e lento, por detrás das montanhas, que se destacavam num fundo de prata, de ouro e de púrpura, na parte do horizonte em que ele se escondia.

Veio-lhe abrir a porta a mulher, que, antes de mais nada, lhe foi dizendo:

— Ah! Quincas! Você não sabe como me vi atrapalhada hoje, aqui... Se não fosse dona Margarida...

— Mas o que houve, Engrácia?

— Clara ficou doente de repente, pôs-se a gemer, e eu, sem ninguém, não sabia o que fazer. Felizmente, gritei por dona Margarida, que acudiu.

— Que é que ela teve, mulher?

— Dentes, Quincas; mas uma dor muito forte.

— Ora, você mesmo! Você é uma pamonha. Então dor de dentes é moléstia que assuste ninguém?

— É que você não viu.

— Vamos ver o que há?

Dirigiu-se para o quarto da filha, que tinha o queixo amarrado num lenço dobrado, e perguntou:

— Que houve, Clarinha?

— Nada. Tenho aqui um dente furado, que me dói de quando em quando. Hoje doeu-me mais fortemente, gemi e tive que me deitar. Felizmente o remédio que dona Margarida me deu fez passar a dor, mas tenho o queixo inchado...

— Não é nada?

— Penso que sim — disse Clara, e acrescentou: — Olhe, papai, não pude passar a limpo a música.

— Não faz mal, eu mesmo passo.

Depois ajuntou, voltando-se para a mulher:

— É preciso levar essa menina ao dentista, Engrácia, enquanto está no começo.

— Dentistas! Deus me livre!

— Por quê, mulher de Deus?

— Porque é casa de perdição, Quincas.

— Qual perdição, qual nada. Perde-se quem quer ou quem já está perdido.

— Você que a leve, Quincas. Não posso sair todo o dia... Você sabe que não posso andar muito...

— Eu não posso, pois tenho de ir para o serviço.

Pôs-se a pensar, olhando a filha deitada, com os doces olhos negros a interrogar o pai, quando lhe surgiu um pensamento:

— Vou chamar o Meneses. Ele não é formado, mas tem prática e pode certamente saber do que se trata. Que acha, Engrácia?

— Acho bom, se ele vier em casa.

— Ele virá, pela manhã. Almoçará com vocês e dar-lhe-ei alguma coisa. Você quer, Clara? — perguntou o pai.

— Aceito e acho bom. Não é preciso sair e mamãe não se incomoda.

Foi assim que Meneses entrou a tratar dos dentes de Clara, fato de que tão oportunamente Cassi tivera notícias pelo doutor Praxedes, no Méier. Para o velho doutor Meneses foi uma salvação, porquanto, embora trabalhasse, não era pago ou o era mal e irregularmente. Com o carteiro, as coisas se passavam de outra forma; e, além disso, almoçaria todo dia — vantagem que não era de desprezar.

Sabendo que Meneses estava todos os dias com Clara, Cassi, que havia resolvido pôr cerco à rapariga, tratou de aproveitar o estado de miséria, de abatimento moral em que estava o velho dentista, para realizar os seus inconfessáveis fins. Encomendou-lhe aqueles versos que deviam ser feitos por Flores e deu-lhe dinheiro, já prevendo que Meneses gastá-lo-ia e não obteria os versos. Tudo isto aconteceu; mas Meneses, quando, no dia seguinte, se lembrou da recusa de Flores e de ter gasto o dinheiro, não achou outro alvitre senão ele mesmo fazer os versos. Ficou o dia inteiro a martelar, a riscar, a emendar e, ao fim do domingo, tinha feito algumas quadras com mais ou menos sentido. Nunca, a bem dizer, fizera versos; mas, tendo corrido montes e vales, lidara com poetas e tinha o ouvido educado. De resto, escolhera o metro popular, a quadra de sete sílabas; e tanto fez que, pela tardinha, a poesia estava pronta, e o pobre velho ficou muito contente consigo mesmo, como se tivesse feito obra de vulto. Bebeu bastante e dormiu satisfeito. Havia cumprido a sua palavra de qualquer forma. Se os versos não eram de Leonardo Flores, eram dele. Não seriam tão bons; mas, pelo menos, desculpariam o gasto dos cinco mil-réis, que lhe remordia a consciência.

Na segunda-feira, à noite, depois de ter andado por toda parte, com a sua velha mala de ferros de cirurgião-dentista, Meneses foi se postar no botequim do Fagundes. Sentou-se, como de hábito, à última mesa, aos fundos, encostada à parede, com um jornal debaixo dos olhos e um cálice de parati na frente. Ele bebia aos goles, à vista de todos, sem vexame algum. Fazia-lhe mal, como mal faz a todo mundo; mas era solicitado a beber para se atordoar, para não se recordar, para não estar só com o seu passado, para afugentar o terror que a vida lhe inspirava, na miséria, quase indigência em que se achava, naquela idade avançada de mais de setenta anos, alquebrado, doente, sem uma amizade forte, sem um parente que o amparasse, sem uma pensão qualquer.

Cassi foi encontrá-lo engolfado na leitura do jornal:

— Pensei — disse ao sentar-se — que o doutor se havia esquecido.

Meneses, descansando o modesto *pince-nez* em cima da mesa, onde já havia posto o jornal, respondeu:

— Qual o quê! Sou homem de palavra... Demais, o senhor havia me dado o dinheiro, e, assim, o trato ficava mais sagrado.

Cassi tinha uma grande dificuldade em ser amável, tomar a entonação de voz conveniente, adaptar o olhar a ela, ajeitar adrede os músculos da face...

Não era capaz disso quando sincero, que fará quando falso! Todo ele era rude, metálico, grosseiro e áspero. Enfim, fez o que pôde e disse:

— Por isso, não, doutor! Eu não me lembrava de tal fato! Aquilo foi para uns beberiques... Arranjou?

— Arranji; mas não com o Leonardo.

— Ele não quis ou...

— Não; estava bom. Como já lhe disse em certa ocasião, Flores é por demais orgulhoso, quando se trata de versos dele; e, ao falar-lhe no “negócio”, deitou-me um discurso enorme, dizendo que era isto e aquilo, tinha feito tais e quais coisas e, por fim, que não vendia versos.

— Nem dados?

— Não lhe propus; mas estou certo que não daria. Pelo que disse, os versos que lhe saíam da cachola eram dele e só dele.

— E com quem arranjou?

— Fi-los eu mesmo. Não serão...

— Vamos ver, doutor.

Meneses puxou, de dentro da algibeira do interior do fraque cinzento, um volumoso embrulho de papéis sebosos, procurou o que continha os versos, pôs o *pince-nez* e disse:

— Vou lê-los, para o senhor compreender melhor. A minha letra é muito ruim.

— Leia, doutor.

Meneses concertou os óculos, experimentou uma melhor posição para receber a luz e começou:

A minha Querida pena
Nas grades de uma prisão,
Mas o Amor lhe ordena
Sossego no coração.

O velho dentista ambulante, afinal, acabou e olhou interrogativamente o menestrel. Tinha este tomado um ar grotesco de entendido e olhava vago, simulando que ajustava pensamentos. Após ter Meneses perguntado o que achava dos versos, o manhoso violeiro disse:

— Não era bem isto que eu queria. Os versos, porém, não estão maus, antes são bons. Serve até para modinha... O doutor não sabe quem faça música para modinhas?

— Conheço o Joaquim dos Anjos.

— Ah! É verdade! Como há de ser? — perguntou Cassi, simulando embaraço.

— O senhor não se dá com ele?

— Dou-me; mas não tenho muita intimidade. Se fosse por intermédio da filha? Por que o doutor não pede?

— Posso pedir a ela; mas o padrinho, não sei por quê, não gosta do senhor. Se ele sabe...

Meneses arrependeu-se de ter avançado tanto, mas a sua vontade já era tão fraca que não soube, nem procurou meios e modos de fugir às consequências de sua confidência. Cassi aproveitou-se das aberturas do velho e disse:

— Sei; mas escrevo uma carta à dona Clara a fim de que ela evite a má vontade do padrinho e que se saiba ser a modinha...

Meneses não pôde reprimir um movimento de espanto.

— Não tenha susto, doutor; absolutamente não malicie no que vou fazer. A carta será lida pelo senhor.

Meneses ficou mais seguro de si e continuou a beber com vontade, enquanto Cassi contava-lhe os seus ganhos extraordinários no cangueiro, jogo

suburbano.

— Olhe, doutor — rematou ele —, quando precisar de algum, é só pedir.

O dentista já estava muito adiantado na embriaguez; e, ao ouvir aquilo, olhou, desejoso e mendicante, para o violeiro, que se apressou em ir ao seu encontro:

— Quanto precisa, doutor?

— Dois mil-réis, só.

— Não — disse Cassi, tirando um maço de notas da carteira —, leve cinco; e não se esqueça de estar aqui, amanhã, às sete horas. Preciso da música para breve.

Meneses foi para a casa, sem pensar no que havia prometido; e, como guiado por instinto, subiu e desceu morros, tomou atalhos e acabou se deitando muito naturalmente no seu miserável canapé. Não quis comer; a embriaguez lhe havia tomado inteiramente. Despertou, no dia seguinte, sem saber o que tinha feito nas últimas horas em que estivera fora. Lembrava-se vagamente que parara no botequim habitual. Tendo saído para fora de casa, a fim de lavar o rosto e satisfazer as exigências do organismo, quando voltou, já encontrou sua irmã de pé a lhe dizer, como quase todas as manhãs:

— Não temos nada em casa, Juca.

Meneses não sabia se tinha ou deixava de ter dinheiro. Por desencargo de consciência, foi esgravatar as algibeiras. Encontrou um níquel de cruzado e pensou: “Bem! Para o café e o açúcar já temos.” Continuou a procurar, achou, dobradinha, no fundo de um bolso, uma nota de cinco mil-réis. Espantou-se. Quem lha teria dado? Cogitou, forçou a memória, enquanto a irmã resmungava:

— Juca, você não ouviu o que eu disse?

— Ouvi; espera, que estou procurando o “cobre”.

Tanto forçou a memória, tanto combinou as vagas recordações, que toda a sua entrevista com Cassi foi recordada. Teve vontade de rasgar a nota, de dizer que não faria o prometido; mas já estava sem força moral, temia tudo, temia o menor sopro, o mais inocente farfalhar de uma árvore. Toda a Criação estava contra ele, conjugava-se para perdê-lo — que podia fazer contra tudo e contra todos? E a miséria? E a fome? Se se revoltasse, que seria dele, sem futuro, sem emprego, sem amigos, sem parentes, doente? Era bem triste o seu destino... Onde estava a sua mecânica? Onde estava a sua engenharia? Amontoara livros e notas pueris, e nada fizera. Levara bem cinquenta anos, isto é, desde que saíra da casa dos pais, a viver uma vida vagabunda de ciganos, sem

nunca se entregar seriamente a uma única profissão, experimentando hoje esta, amanhã aquela. De que lhe valera isto? De nada. Estava ali, no fim da vida, obrigado a prestar-se a papéis que, aos 16 anos, talvez não se sujeitasse, para disfarçadamente esmolar o que comer com os seus parentes. Teve vontade de chorar, mas a irmã gritou-lhe do quintal:

— Achaste o dinheiro?

— Achei.

Respondeu assim, numa palavra, e deitou bem meio copo da aguardente, que sorveu toda quase de um só trago.

Meneses pensou ainda nos seus setenta anos desamparados, estéreis, e teve infinita dor de si mesmo, da miséria do seu fim. Que resolver sobre o caso de Cassi e da carta? Sacudiu os ombros e pensou de si para si: Que hei de fazer? As coisas me levaram a isso e...

Cassi veio ao botequim, munido da carta, que leu, conforme prometera a Meneses. Desgostoso, com aquele mau travo na consciência, o pobre dentista ambulante procurava, durante o dia, beber a mais não poder. Tinha chegado cedo em casa de Joaquim e, tendo-o ainda encontrado, pedira-lhe dinheiro. Almoçou, saiu e foi bebendo daí em diante em todo botequim por que passava. Ao chegar à casa do Fagundes, tinha lá uma carta de um cliente. Abriu-a; mandava-lhe dez mil-réis, por conta de cinquenta que lhe devia. Deu cinco mil-réis ao caixeiro, para guardar, e foi para a cidade. Aí não teve medida. Todos lhe pagavam, de forma que, ao se encontrar com o Cassi, não dava mostras, mas estava completamente sem discernimento.

O violeiro leu o que quis, fechou a carta e deu-a ao pobre velho. A sua resolução já estava tomada. Havia forçosamente de se entregar à sorte, aos caprichos da corrente da miséria, de dor, de humilhação que o arrastava. Ela o havia levado até ali; era inútil resistir. Entregou a carta a Clara. No dia seguinte, recebeu a resposta. Entregou-a a Cassi. Assim, durante um mês e tanto, ele foi o intermediário da correspondência dos dois. Já não tinha um movimento de revolta; resignara-se àquele ignóbil papel como a uma fatalidade que o destino lhe impusesse. Contra a força não há resistência, pensou ele; o mais sábio era submeter-se. Não esperava mais que Cassi lhe oferecesse dinheiro, pedia-o. No começo, o violeiro foi satisfazendo inteiramente os pedidos; depois, fazia-o pela metade; por fim, dizia que não tinha dinheiro e não lhe dava nada.

Meneses, porém, continuava passivamente a desempenhar o seu indigno papel. Se não o achava decente, conformava-se diante da sua atroz e irremediável miséria. Não se julgava mais um homem...

Clara recebia aquelas cartas com uma emoção de quem recebe mensagens divinas. Entretanto, eram pessimamente escritas, a ponto de não serem, às vezes, entendidas, tão caprichosa era a ortografia delas. A filha do carteiro não via nada disso; esquecera-se até das más ausências que faziam do namorado. Para ela, ele era o modelo do cavalheirismo e da lealdade. Estava sempre a sonhar com ele, com aquele Cassi da viola. Passava da alegria para o choro. A mãe notava-lhe essas alternâncias de humor e fazia-lhe perguntas. Ela as respondia, malcriadamente, desabridamente. Relaxava o serviço ou não o fazia. Quase sempre, esquecia-se disso ou daquilo. Engrácia comunicou isto tudo ao marido. Joaquim disse então:

— É verdade, Engrácia. Essa menina tem alguma coisa... Antigamente, as suas cópias de música eram limpas e certas; agora, não. Vêm cheias de raspagens, erradas, borradas... Que terá ela? Vou levá-la a um médico — que achas?

— Talvez faça bem.

Daí a dias, Joaquim faltou à repartição e levou a filha ao doutor. Este a examinou e disse ao pai:

— Sua filha nada tem. São coisas da idade e do sexo... De distrações, passeios, convivência — é o que ela precisa... Em todo o caso, vou receitar...

Joaquim fez a necessária comunicação à mulher, que ficou de se entender com dona Margarida, para fazer-se acompanhar da filha, sempre que tivesse de sair, ir a lojas, etc. Ele mesmo, Joaquim, levou-a no próximo domingo a passear em Niterói.

O mar não fez bem à menina. Se a sua alma estava cheia de vago e de impalpável, com a vista do mar ficou absorta no infinito, no ilimitado do Universo.

De volta, chorou toda a noite sem saber por quê. Amanheceu de olheiras roxas, corpo mole, aborrecida de tudo e de todos. A vida lhe sabia a amargo. Ela não via como se a podia adoçar. Ao mesmo tempo, lembrava-se de Cassi e enchia-se de esperanças. Saiu com dona Margarida. A alemã, muito mais sagaz que seus pais, adivinhou o seu mal e pô-la em confissão com habilidade. Tanto fez, que Clara lhe disse francamente a origem dos seus males.

— Mas este sujeito é um tipo indigno.

— Não para mim. Estou crente que...

— Dizem tão mal dele...

— É porque ele se deixou apanhar, enquanto outros há por aí que... Ele confessa que está arrependido do que fez, e agora quer se empregar e casar-se

comigo.

Dona Margarida olhou firmemente para a moça, cravou bem os seus olhos perquiridores nos da rapariga; e fez de si para si:

— Será possível?

Apressou-se a contar a confissão de Clara à mãe. Engrácia odiava Cassi. Se, algum dia, tinha tido um sentimento forte, era esse de ódio ao violeiro. Não sabia bem como justificá-lo; mas tinha-lhe uma raiva, uma gana de morte. Quando dona Margarida lhe narrou a confidência da filha, ela teve uma crise surda de rancor. Já não era só contra ele, mas contra a filha, que ela criara com tantos carinhos, tantos cuidados, para, afinal, vir a se “embeijar” por aquele borra-botas, amaldiçoado por todos, até pelo próprio pai. Serenou e tomou a resolução de contar o fato, por sua vez, a Joaquim, antes que aquele perverso de modinheiro lhes pespegasse alguma das dele.

Joaquim recebeu a notícia sem demonstrar espanto. Não gostava também de Cassi. Era, para ele, homem morigerado e trabalhador, um capadócio, um desclassificado, réu de polícia, muitas vezes, de quem tanto mal se dizia; mas, se ele quisesse casar com a filha, apesar de todos os seus maus precedentes, não se oporia. Iria falar-lhe? Ou chamá-lo-ia em casa? Não seria melhor esperar?

Pensou e tomou o alvitre de pedir a opinião do compadre Marramaque. O antigo contínuo tinha um grande ascendente moral e intelectual sobre o ânimo do carteiro, que o obedecia cegamente. Tratou, portanto, de pedir-lhe conselho.

Naquele domingo, a partida de solo tinha se adiantado pela noite afora. Deviam ser onze horas quando resolveram a “dar com o basta”. Jogavam na sala de jantar, onde se encontravam, além dele, Joaquim, Marramaque, Lafões e dona Engrácia também. Clara já se recolhera ao quarto. Parecendo-lhe que a filha dormia, Joaquim resolveu decidir a coisa. Expôs primeiramente o estado nervoso da filha, os passos que tinha dado para tratá-la, e chegou ao ponto agudo da questão. Por aí, Marramaque ergueu-se furioso:

— Pois então, você, compadre, quer meter semelhante pústula dentro de sua casa? Você não sabe quem é este Cassi? Se o pai não quer saber dele, é porque boa coisa ele não é. Ele não só desonra a família dos outros, como envergonha a própria. As irmãs, que são moças distintas, já podiam estar bem casadas; mas ninguém quer ser cunhado de Cassi. Ele se diz sempre correspondido, que quer se casar, etc., para dar o bote. Quando fica satisfeito, escorrega pelas malhas da justiça e da polícia, e ri-se das pobrezinhas que atirou

à desgraça. Você não vê que, se ele quisesse se casar, não escolheria Clara, uma mulatinha pobre, filha de um simples carteiro? Sou teu amigo, Joaquim...

— É o que eu penso também — fez dona Engrácia. — Ele pode achar muitas em melhores condições...

Clara, que ouvia tudo, chorando em silêncio, quis protestar e citar exemplos em contrário, que conhecia, mas se conteve.

Joaquim, que escutara calado a fala apaixonada do compadre, observou:

— Acho que você tem razão; mas qual o remédio?

— É continuar... Como é que minha afilhada recebeu recados dele, comadre? — perguntou Marramaque a dona Engrácia.

— Ela diz que foi uma amiga que lhe trouxe — respondeu a mulher do carteiro.

— Fresca amiga! — comentou rindo-se Marramaque. — O que há a fazer, Joaquim, é continuar no que está e fazer que ele saiba que você não vê com bons olhos a insistência dele junto à filha.

— Se ele teimar? — perguntou Engrácia.

— Publica-se nos jornais aquele folheto que recebi, vai-se à polícia, desmoraliza-se o tipo de uma vez; e ele que faça o que quiser.

Todos calaram-se. Lafões não precisou fazer isto, porque se havia mantido até então calado. O carteiro voltou-se para ele e perguntou-lhe:

— Que diz a isto, Lafões?

— Isso... isso é matéria delicada. Não sou da família e, por isso, não me julgo com o direito...

— Eu também não sou — acudiu Marramaque. — Estou só dando com franqueza uma opinião que me pediram; mas certo de que, Joaquim, se você permitir que esse tal sujeito entre aqui, eu, apesar do muito que devo a você, não ponho mais os meus pés na sua casa.

Levantou-se, tomou a bengala e saiu mergulhado na treva da noite, que estava bem escura, quase sem estrelas, caminhando devagar, no seu passo de capenga, até a sua modesta casa, onde chegou sem temor e tranquilo de consciência.

Clara não pôde conciliar o sono. As ideias mais absurdas lhe passavam pela cabeça. Pensou em fugir, em ir ter com Cassi, em matar-se... Enchia-se de raiva contra o padrinho. Por fim, resolveu relatar, por carta, tudo o que se passou ao namorado. Saiu do quarto logo que percebeu que o pai já tinha ido para a repartição; tomou naturalmente a bênção à mãe, lavou-se e serviu-se do café matinal. Como não tivessem vindo as “compras”, disse à mãe que ia copiar

música, enquanto as esperava. Era um pretexto. O que ela escreveu foi uma longa carta, narrando o que ouvira naquela noite a respeito dela e dele. Antes de Meneses começar a cuidar dos dentes, ela lhe fizera entrega da missiva, que o pobre velho, cheio de amargura, logo meteu na algibeira. Para que viver tanto?, pensou ele, limpando os ferros numa toalha de alvura imaculada.

Inteirado do que acontecera, vendo os seus planos fracassarem por causa daquele “João Minhoca” e, ainda mais, com a ameaça de ver toda a sua escandalosa vida publicada nos jornais, Cassi encheu-se de fúria má e, na maior fúria, tomou a firme resolução de remover aquele trambolho de “aleijado”, que estava sempre estragando os seus planos, com os quais até já tinha gastado bastante dinheiro. Não subiam as despesas a mais de cinquenta mil-réis...

O seu furor foi grande; tanto que, ao ler, em voz baixa, a carta, ao lado de Meneses, no botequim, este lhe notou a profunda alteração de fisionomia que, subitamente, a leitura lhe havia produzido. Os seus olhos chamejavam, os dentes estavam rilhados e toda a sua natureza baixa, feroz e grosseira se revelava, num ríctus horrível.

Pagou alguma coisa que beber a Meneses e despediu-se, sem dizer mais nada.

Meneses continuou a sorver os seus consoladores “calistos” e a perguntar de si para si:

— Que há? Que haverá? Que haveria?

O que havia era simples: Cassi premeditava simplesmente, friamente, cruelmente, o assassinato de Marramaque. Quando ele falou a respeito a Arnaldo, limitou-se a dizer: “vamos dar-lhe uma surra.” “Por quê?”, perguntou o outro. Ele respondeu: “esse velho está abusando de ser aleijado, para me insultar. Merece uma surra.” Não iam sová-lo, sabiam os dois desalmados; iam matá-lo...

Era sábado, dia em que Marramaque se demorava mais na venda do “Seu” Nascimento. Chovia e a noite viera logo, fechada e escura. Grossas nuvens negras pairavam baixo. As luzernas de gás, tangidas pelo vento, mal iluminavam aquelas torvas ruas dos subúrbios, cheias de árvores aos lados e moitas intrincadas de arbustos. Marramaque, vindo da repartição, deixara-se ficar até as oito, na venda. Por essa hora, despediu-se e tomou o caminho de casa. Para se ir ter a ela, por ali, preconiza-se, entre outras, uma rua já quase completamente edificada, que terminava numa ladeira deserta. De um lado, o esquerdo, havia um terreno baldio, cheio de moitas altas; do direito, grandes

árvores dos fundos de uma chácara, cuja frente era na rua paralela. Além de deserto, esse trecho era por demais sombrio, sobretudo em noites como aquela.

Marramaque, debaixo de chuviscos teimosos, embrulhado numa capa de borracha, subiu a ladeira, para depois descer o barranco e, finalmente, chegar à casa. Quando estava no alto da pequena elevação, dois sujeitos tomaram-lhe a frente e disseram-lhe: “Capenga, você vai apanhar, para não se meter onde não é chamado.” Não teve tempo de dizer coisa alguma. Os dois descarregaram-lhe os cacetes em cima, pela cabeça, por todo o corpo; e o pobre Marramaque, logo à primeira paulada, caiu sobre um lado, arfando, mas já sem fala. Malharam-no ainda com toda a força e raiva, sem dó nem piedade; e fugiram, quando lhes pareceu o momento azado.

No dia seguinte, ao passarem os primeiros transeuntes, ele estava morto. E, assim, morreu o pobre e corajoso Antônio da Silva Marramaque, que, aos 18 anos, no fundo de um “armazém” da roça, sonhara as glórias de Casimiro de Abreu e acabara contínuo de secretaria, e assassinado, devido à grandeza do seu caráter e à sua coragem moral. Não fez versos ou os fez maus; mas, ao seu jeito, foi um herói e um poeta... Que Deus o recompense!

IX

Um crime, revestido das circunstâncias misteriosas e da atrocidade de que se revestiu o assassinato de Marramaque, faz sempre trabalhar todas as imaginações de uma cidade. Um homicídio banal em que se conheceu a causa, o autor, capturado ou não, e outros pormenores, deixa de oferecer interesse, para ser um acontecimento banal da vida urbana, fatal a ela, como os nascimentos, os desastres e os enterros; mas o assassinato de um pobre velho, aleijado, inofensivo, pobre, a pauladas, faz parecer a toda a gente que há, soltos e esbarrando conosco nas ruas, nas praças, nos bondes, nas lojas, nos trens, matadores, que só o são por prazer de matar, sem nenhum interesse e sem nenhuma causa. Então, todos acrescentam, aos inúmeros e insidiosos inimigos que tem a nossa vida, mais este do assassinio por divertimento, por passatempo, por esporte.

Um ou muitos, seja em que número forem, é sempre uma ameaça que paira sobre cada um de nós, zombando da mais ostensiva pobreza e não tendo em consideração a pacatez mais pusilânime.

Marramaque não era rico nem andava com joias, sendo certo que não podia trazer consigo muito dinheiro. O móvel do crime, portanto, não seria o roubo. Ao contrário, o exame minucioso nos bolsos das vestes com que fora encontrado o seu cadáver não denunciou nenhuma tentativa de saque. O pouco dinheiro que tinha — três mil e tanto — estava intacto; uma carteira, encontrada numa das algibeiras interiores do dólmã, continha unicamente papéis. Quando foi assassinado, vestia a farda de contínuo: dólmã azul-marinho e calças da mesma cor. Tinha, por baixo do dólmã, um comum colete preto, onde trazia um relógio de prata, preso numa antiga corrente de ouro, feita de diversos trancelins de ouro, reunidos por argolas também desse metal, com um remate em forma de estribo, cujo pedal era uma pedra negra. Pois bem: nem mesmo esta peça, de algum valor, foi-lhe roubada. Posta de lado a hipótese de roubo, qual poderia ter sido o móvel do crime? Amores, conquistas? O estado de saúde, a sua semi-invalidéz logo afastavam tal hipótese. Política, questões de

família — nada disso explicava o crime. Só na perversidade, na vontade de matar, por parte de alguém extremamente mau e sedento de sangue, encontrar-se-ia a causa. Seria isso? — perguntavam todos.

A notícia do crime logo se espalhou pelo subúrbio inteiro, apesar de ser domingo o dia em que foi descoberto. A deformidade de Marramaque fazia-o notado e conhecido, de forma que, por toda parte, se comentava o assassinio. A polícia tomou as providências de hábito; mas só iniciou as pesquisas no dia seguinte. Todos que estiveram na venda foram ouvidos; mas pouco, nada adiantaram. Nem o podiam fazer. Marramaque, em lá chegando, a chuva tinha cessado. Era sábado, e todos os *habitués* do armazém do “Seu” Nascimento lá estavam, inclusive Meneses, que se mostrava palrador e prazenteiro. Discutia-se despreocupadamente, e até Meneses causou grande hilaridade, quando explicou a sua teoria transcendente sobre o “ovo de Colombo”. No correr da discussão, alguém dissera:

— Isto é ovo de Colombo.

Parece que foi Marramaque a dizer, e Alípio aproveitou o ensejo para perguntar:

— Que diabo quer dizer esta história de “ovo de Colombo”, na qual todo o mundo fala e não sei o que é?

Entre os circunstantes estava o senhor Monção, caixeiro-vendedor da grande casa de cereais Belmiro, Bernardes & Cia., que tinha suas luzes e gostava de palestrar, para descansar da afanosa lida de estar a “tocar realejo” aos varejistas, oferecendo-lhes feijão, arroz, milho, e por bom preço.

Era um moço português, simpático, de bom porte e bem-educado. Tinha grande liberdade na roda, e não houve nenhum espanto quando interveio:

— Pois não sabes, Alípio, o que é o “ovo de Colombo”?

— Não, “Seu” Mindela.

— É simples. No meio dos sábios espanhóis, depois da primeira viagem à América, Colombo, vendo o seu trabalho criticado e tido como fácil pelos sabichões de Castela, desafiou-os a pôr um ovo em pé.

— Eles puseram? — perguntou Alípio.

Meneses apressou-se:

— Não puseram; mas Colombo pôs.

— Como? — indagou Alípio.

Meneses explicou, tomando a palavra de Mindela, com todo o seu açodamento de sábio:

— Colombo, dando um movimento de rotação conveniente e um de translação adequado, dissolveu a gema do centro do ovo para a base, trazendo, para a parte inferior do ovo, o centro de gravidade, de forma que o pôde pôr em pé.

Todos se entreolharam e viram o absurdo da explicação de Meneses. Ninguém se animava a contestar, mas Marramaque, tomando a dianteira de Mindela, que ia falar, soltou logo, em tom de gracejo:

— Qual, “Seu” Meneses! Esta história de translação, de rotação, de centro de gravidade é bobagem; o que...

— Bobagem, Marramaque? Isto é mecânica transcendente, como é a questão do gato cair sempre sobre as patas, atirado que seja, do alto para baixo, em qualquer posição.

Marramaque foi-lhe ao encontro, sem pestanejar:

— Nós não temos nada com gato. Ovo se parece tanto com gato como um espeto. Bolas, “Seu” Meneses!

Todos os circunstantes riram-se a mais não poder; Meneses pôs-se a cofiar a longa e abundante barba branca, lamentando-se da sua derrota em mecânica e tudo. De repente, cobrou coragem e desafiou o contínuo:

— Quero ver, Marramaque, como é que você explica ter Colombo posto o ovo em pé?

— Muito simplesmente, Meneses. Vou contar a história como a li: “Num banquete, procuravam os nobres da Espanha rebaixar o mérito da descoberta de Colombo, e dizia um: ‘As Índias já lá estavam e, se o senhor não as descobrisse, qualquer um outro as descobriria.’ Colombo, sem responder, pediu um ovo; trouxeram-lhe e ele desafiou a que alguém o pusesse de pé. ‘Impossível!’, bradaram. Então, o navegador tomou o ovo, bateu com ele, quebrando ligeiramente a mais rombuda das extremidades, e fê-lo ficar de pé. ‘Ora, isto também eu faria!...’, replicaram. ‘Sim, depois que me viram fazer. É simples, mas é preciso pensar no caso e achar o meio.’” Está aí como foi a coisa. Não tem nada de gravidade, nem de rotação, nem de translação, nem de constelação, nem de repulsão — nada tem em “ão”, Meneses!

De novo a gargalhada foi geral e prolongada; e Meneses, muito encafifado, limitou-se a dizer:

— Isto não é científico; é uma explicação jocosa de anedota de almanaque. Podia demonstrar a minha interpretação com o auxílio do cálculo, mas não é conveniente aqui... fica para outra ocasião.

Assim, sem outra preocupação, naquela tarde tempestuosa, conversaram na venda, enquanto Marramaque estivera e mesmo depois da sua saída. É óbvio que nenhuma das pessoas que lá estavam poderia adivinhar o que lhe ia acontecer pelo caminho. Chuviscava teimosamente, mas não havia o que se chama de chuva torrencial, quando o pobre contínuo se despediu. É verdade que a noite estava pavorosa de escuridão, e ameaçadoras nuvens pairavam baixo, ainda mais carregando de treva a atmosfera e ofuscando os lampiões, cuja luz oscilava sob o açoite de um vento constante e cortante. Não se via, como é costume dizer-se, um palmo diante do nariz. À polícia, pareceu que aquele misterioso assassinio, sem causa presumível, nascera de um segredo que só ele, Marramaque, podia revelar e, talvez, os seus papéis íntimos o revelassem. Resolveram, então, as autoridades perquiri-los, à cata de uma pista.

Morava Marramaque com uma tia materna, pouco mais moça que ele, tendo dois filhos homens, de doze e dez anos. Após ter enviuvado na roça, com alguma coisa, tomou o alvitre de comprar aquela casa e convidar o sobrinho para lhe fazer companhia e encaminhar a educação e a instrução dos filhos, e ajudá-la também.

A sua casa era inteiramente o contrário da de Meneses. Estava sempre limpa, móveis em ordem, completamente cercada, o jardimzinho da frente bem tratado. Helena, a tia de Marramaque, era muito metódica e econômica, de forma que a vida doméstica do sobrinho era regular e plácida. Ela costurava para os arsenais do governo e, com o que Marramaque lhe dava dos seus exíguos vencimentos, a vida deles corria sem contratempos. Não eram difíceis as suas comunicações com as estações da Central, quando feitas pelo bonde de Inhaúma, que passava na esquina; e, se o contínuo, na noite fatídica do assassinio, tomava aqueles atalhos e subidas, sempre que passava pela venda do Nascimento ou ia à casa do Joaquim, procurava aquele caminho mais curto. Helena vivia para os filhos; raras vezes, a não ser para regularizar as suas costuras, saía, indo uma ou outra vez à casa do carteiro, onde se aborrecia com o gênio taciturno de Engrácia. Foi ela quem assistiu desenterrar, do fundo de baús e gavetas, as recordações do seu pobre sobrinho.

As autoridades policiais pediram delicadamente autorização; e o delegado em pessoa foi examinar os papéis do infeliz contínuo. Não encontrou coisa de valia. Havia no seu arquivo cartas de família, bilhetes de amigos, rascunhos de versos, entre os quais um de Raul Braga, de quem Marramaque fora amigo, e o célebre caderno sobre Cassi, que o delegado tinha também um exemplar. A não ser esses papéis sem importância, encontraram um caderno de versos, pronto a

ir para o prelo, de autoria de Marramaque, intitulado *Boninas e sensitivas*, versos ingênuos de um homem bom e honesto que não é poeta. Deram também com um retrato de mulher-feita, numa pose popular, com o braço esquerdo descansando sobre uma coluna e tendo um leque enorme pendente do direito, caindo ao longo do corpo. Era uma mulher bonita, de trinta anos, sadia e forte. Nas costas havia esta dedicatória: “Ao meu Antônio, a Eponina. 25-12-92.” Mais abaixo, com letra de Marramaque, existiam estas observações: “Amor tudo vence; não pode vencer as obrigações de lealdade que devem sempre existir nas amizades perfeitas. Adeus!”

Quem seria? Os policiais indagaram; mas dona Helena não lhes pôde explicar. Naquela data, ela nem casada era ainda; e seu sobrinho já tinha vindo para o Rio. Quem seria?

Enfim, nada encontraram, e o crime foi sendo esquecido. Só duas pessoas podiam pôr as autoridades na pista verdadeira; eram Clara e Meneses.

Clara, logo que soube do assassinio do padrinho, ficou fora de si. Lembrou-se das ameaças veladas que Cassi fazia ao padrinho, nas cartas que lhe escrevia; lembrou-se também da carta em que ela narrava ao namorado a atitude de Marramaque, quando o pai falou ao compadre da necessidade de ter um franco entendimento com o violeiro. Por aí e por outras pequenas circunstâncias, atribuía a Cassi o assassinato do padrinho e como que se julgava também sua cúmplice. Veio-lhe um medo daquele cantador meloso, dengoso, apesar de seu mau olhar de folhas de flandres; e, num relâmpago, viu bem quanto de fingido e falso podiam conter as suas cartas ternas e cheias de protestos de boas intenções e de amor sincero e honesto.

Imediatamente, porém, explicou esse seu ato de desvario criminoso como um esporádico ato de loucura, provocado pelo amor que tinha a ela. Era um obstáculo e... Agradava-lhe a interpretação. Não tardaria, entretanto, a se explicar de viva voz, porque ela havia consentido afinal em conversar com ele na grade de casa, depois que seus pais se recolhessem. Então, nessa ocasião, ela avaliaria o grau de certeza de suas suspeitas. Meneses tinha levado uma carta dela nesse sentido; mas, tendo ficado atrapalhada por sentir a aproximação da mãe, não pôde, Clara, fechar a missiva convenientemente. Aberta, a moça, para não ser pilhada, passou-a precipitadamente ao velho, que assim a guardou jubilosamente. Quando se lhe ofereceu momento azado, leu-a.

Como toda mulher sem instrução, Clara pegou na pena e não tinha vontade de a largar. Contava detalhes, repisava juras e pedia juramentos. Um destes era o de que ele a respeitaria sempre; e, se não fizesse isso, romperia as

relações com ele. Estava disposta a esperá-lo, às dez horas, na grade, daí a oito dias, e isso o fazia, porque “Seu” Meneses tinha dado o serviço dos dentes por terminado.

De fato, Meneses, aborrecido com aquele negócio de cartas e com o desdém com que Cassi o tratava, ademais da ignóbil farsa a que se prestava, resolveu dar por findo o trabalho. A leitura da carta não lhe causou nenhuma estranheza; ele já esperava por este fim. Estava forrado de uma indiferença de vencido. Sentiu-se de mãos e pés atados, para ter qualquer movimento de censura ou de conselho. É que ainda não lhe tinha chegado aos ouvidos a notícia do bárbaro assassinio de Marramaque. Quando, porém, veio a saber, teve uma forte vergonha do seu procedimento, da sua covardia. Compreendeu que aquelas meias-palavras de Cassi sobre Marramaque, aquele ríctus horrendo que vira certa vez, ao se falar do contínuo, lhe desfigurar a face, eram os pródromos do assassinio do bondoso velho que o violeiro premeditava. O infeliz Meneses passou o dia todo e a noite inteira voltado para dentro de si mesmo. Não sabia mais chorar, mas o seu remorso era intenso. Ele se julgava também cúmplice daquele desalmado. Por que calara o que sabia? Por que se acovardara a ponto de servir de medianeiro? Oh! Ele não era mais homem, não tinha mais dignidade!

Cassi, entretanto, não demonstrou o menor abalo. Leu as notícias dos jornais, as objurgatórias contra os assassinos de que estavam cheios; ouviu as maldições de todos, nos cafés, nos bondes, em todas as conversas e por toda parte; mas nenhum arrependimento sentia. Só lhe faltava o orgulho íntimo de ter efetuado tão rara proeza, para ser completa a sua inumanidade e o seu abjeto sossego íntimo. Não tinha orgulho, mas havia nele como que alívio de se ver livre daquela espécie de duende, de fantasma, que vivia a persegui-lo.

Com Arnaldo, já não acontecia o mesmo. Passado o fato, com a leitura dos jornais, com as censuras amargas que via em todas as bocas, até nas daqueles afeitos ao crime, o sócio de Cassi, se não viu remorsos, começou a ter susto. Não pôde reprimir o impulso que o levou a ver o cadáver. Estavam os restos de Marramaque quase tal e qual foram encontrados. Os médicos ainda não haviam praticado a autópsia. A cabeça partida, os olhos fora das órbitas, todo o rosto coberto de uma lama sangrenta, o braço semiparalítico partido, as roupas ensopadas de lama e sangue... Era horrível! No necrotério, acotovelava-se uma multidão, e todos, em voz baixa, cobriam de baldões, de injúrias, de pragas, os malvados que tinham levado a efeito tão estranho e inconcebível

crime... Um crioulo, muito negro, forte, com grandes “peitorais” salientes, dizia bem alto do lado de fora:

— Eu não sou santo... Já fiz das minhas... Conheço a “chac’ra”; mas Deus me castigue, me ponha um raio em cima, e faça apodrecer em vida, se eu fosse capaz de fazer tão porco “trabalho”... Os que o fizeram, nem esfolados vivos pagariam... Para que mataram esse pobre velho?

Arnaldo voltou do depósito fúnebre apreensivo. Não havia nele, a bem dizer, arrependimento. O que ele sentia era medo de ser descoberto, de pegar cadeia trinta anos a fio, porque não podia ser mais. Chegou aos subúrbios apavorado; e, quando topou com Cassi, disse, com olhar desvairado:

— Chi, Cassi! O “homem” estava horrível...

O violeiro virou-se para ele, olhou-o firme com seu olhar fosco e falou-lhe com energia e fogo nos olhos:

— Cala-te, miserável! Queres pôr tudo a perder...

Conquanto temesse as fúrias do seu companheiro e cúmplice, não lhe passava o terror de ser descoberto pela polícia. Deu em beber; Cassi vigiava-o com medo de que ele “desse com a língua nos dentes”. Não o deixava só, quando estava em “rodas”.

Nos botequins, não entrava um freguês que Arnaldo não examinasse meticulosamente, cautelosamente, com o rabo dos olhos. Às vezes, não se continha e apontava:

— Cassi, aquele é agente do décimo oitavo...

O modinheiro, em voz baixa, mas com autoridade, repreendia-o:

— Estás doido! Queres nos pôr no “x” pelo resto da vida.

No começo, Cassi teve medo que a embriaguez o fizesse denunciá-los; mas, bem cedo, percebeu que a sua bebedeira tomava uma feição choramingas, efusiva, dava para abraçar todos e, com voz de mágoa íntima, repetia de onde em onde, sem nada entender do que se dizia ao redor: “Eu não sou mau...”, “Eu sou um bom rapaz...”, “Nunca fiz mal a ninguém”, etc.

Então, Zezé Mateus, também já muito bêbedo, derreado completamente na cadeira, com os olhos divergentes e vidrados, babando-se todo e gaguejando, retrucava: “Meu querido Arn... ar... ar... Arnaldo, você é uma... pomba sem... sem fel.” Em seguida, depois de limpar a baba com o lenço: “Quem foi que... que disse que... você é... é mau?” E acrescentava: “Traga... Traga este su... su... sujeito aqui que... que eu parto a cara dele.”

Arnaldo, por aí, levantava-se comovido e abraçava Zezé Mateus, que se mantinha na cadeira, e, com dificuldade, erguia os braços, a fim de cingir o

camarada.

Repetiam daí a pouco a cena, com pequenas variantes, debaixo dos motejos forçados de Cassi, a quem tais espetáculos não deixavam de fazer mal. Os outros companheiros riam-se a bom rir, sem nada suspeitar.

Entretanto, o violeiro não se fiava muito que Arnaldo sempre procedesse assim. A embriaguez — ele sabia — é caprichosa, ora dá para isto, ora dá para aquilo, podia aparecer qualquer coisa a respeito do crime e era preciso que ele, Cassi, tomasse as suas precauções. A entrevista com Clara estava marcada para o fim da semana. Tinha de ir; tinha que dar fim “naquilo”, que tanto trabalho lhe dera e estava dando. Antes de tudo, porém, era preciso estar preparado para o que desse e viesse. Não contava mais com a proteção; Barcelos não valia nada e só prestava pequenos serviços em vésperas de eleição. Quando elas estavam distantes, fiava com má cara um cálice de cachaça... Era preciso ter tudo pronto para fugir do Rio de Janeiro, ao primeiro sinal de alarme, tanto mais que sabia, por indiscrições de Meneses, que as ouvira na venda do “Seu” Nascimento, que o marido de Nair — aquela moça que ele desencaminhara e a mãe, por isso, se suicidara — estava disposto a persegui-lo, como já o perseguia, com os famosos cadernos, mas mais eficazmente, desde que se metesse em “alguma”. Considerou bem que as coisas agora seriam mais difíceis; e as pedras que semeara no caminho, começavam a erguer-se para lapidá-lo.

Tomou a extrema resolução de vender os galos de briga. O dinheiro que apurasse, depositaria na Caixa Econômica, para tê-lo sempre à mão, quando fosse necessário fugir. A mãe, vendo carroças chegarem à porta e as gaiolas e capoeiras saírem, a fim de tomarem lugar nos transportes, foi indagar-lhe o que havia:

— Nada, mamãe. Vou para fora, trabalhar...

— Para onde, Cassi?

— Vou para Mato Grosso, empregar-me na construção de uma estrada de ferro.

— Como trabalhador de picareta, meu filho?

— Não, mamãe, vou ser chefe de turma e praticar nos instrumentos, até conseguir ser seccionista.

Dona Salustiana assim mesmo não ficou contente. Ela conhecia a ignorância do filho, a sua inferioridade mental e a sua incapacidade para aplicar-se a alguma coisa que demandasse o menor esforço intelectual; viu bem, portanto, que, numa construção de estrada de ferro, ele só podia ser simples

trabalhador braçal, pegar na foice e roçar, no machado e derrubar, na picareta e cavar, mais nada! Voltou chorando para onde estavam as filhas:

— Você não sabe, Catarina? Você não sabe, Irene, de uma coisa? Ai! Meu Deus!

— Que é, mamãe? — perguntou Catarina.

— Que há, mamãe? — indagou Irene.

— Minhas filhas, vocês não sabem que desgraça para a família, Cassi...

— Que houve? — assustou-se Catarina.

— Cassi está doido e quer nos envergonhar a todos nós, o meu avô que foi cônsul da Inglaterra... Ah! Se ele ressuscitasse — que vexame não passaria!

— Que é que Cassi vai fazer? — fez Irene com calma.

— Vai ser trabalhador de enxada, numa estrada de ferro de Mato Grosso.

Irene, que era severa e nunca perdoaria ao irmão as maliciosas perguntas que as colegas da escola lhe faziam, vexando-a bastante, quando acontecia aparecer o nome dele nos jornais, nas suas habituais cavalarias, observou:

— Que tem isso, mamãe! Ele tem saúde, ao invés de andar por aí a fazer das suas, a nos envergonhar por toda parte, é melhor que ele trabalhe para ver se toma caminho.

Dona Salustiana olhou espantada para a filha e disse cheia de mágoa:

— É que você não é mãe; mas, em breve, você será, então...

Catarina obtemperou:

— Mamãe, eu não acho motivo para lástima. O que é de todo reprovável, é que ele leve toda a vida a que está levando... O melhor é aventurar...

O pai veio a saber da resolução do filho, sobre quem não punha os olhos havia dois anos. Não conteve a sua alegria e exclamou:

— Que se vá! Que vá para o diabo! Já é tempo!

Depois acrescentou:

— Vocês vão ver que ele fez uma das suas; vai fugir e deixar-nos vexados, se não atrapalhados. Seja tudo pelo amor de Deus! Que se vá e nos deixe em paz.

Vendidos os galos, galinhas, frangos e pintos, apurou quinhentos mil-réis, que se dispôs a depositar na Caixa Econômica, logo no dia seguinte ao do recebimento.

Nesse dia, despertou cedo, banhou-se cuidadosamente, escolheu bem a roupa branca, viu bem se a meia não estava furada, escovou o terno cintado e, cuidadosamente, meteu mão à obra de vestir-se com apuro, para vir à “cidade”. Raramente vinha ao centro. Quando muito, descia até o Campo de Santana e

daí não passava. Não gostava mesmo do centro. Implicava com aqueles elementos que se postavam nas esquinas e nas calçadas. Achava-os ridículos, exibindo luxo de bengalas, anéis e pulseiras de relógio. É verdade, pensava consigo, que ele usava tudo aquilo; mas era com modéstia, não se exibia. Recordava que não tinha *poses*, mas, mesmo que as tivesse, não se daria a tal ridículo... Essa sua filosofia sobre a elegância, de elegante suburbano, ele aplicava às moças. Quanto dengue! Para que aqueles passos estudados? Aqueles modos de dizer adeus?

Achava tudo ridículo, exagerado, copiado, mas não sabia bem de que modelo. O que, de fato, sentia não era isso que expunha aos amigos ou às belezas suburbanas que, porventura, requestasse. O que ele sentia diante daquilo tudo, daquelas maneiras, daqueles ademanos, daquelas conversas que não entendia, era a sua ignorância, a sua grosseria nativa, a sua falta de educação e de gosto. O seu ódio, então, ia forte para os poetas e jornalistas, sobretudo para estes. Não perdoava as descalçadeiras, os deboches que lhe passavam, quando tinham de denunciar alguma das suas ignóbeis proezas. Uns sujeitos! — dizia —; uns malandros! — continuava — que querem ditar moral. O seu primeiro ímpeto, quando lia notícias a seu respeito, era atirar-se contra um deles, naturalmente o que lhe parecesse mais fraco; e desancá-lo de pancadas. Sustinha, porém, o ímpeto, porque sabia, se tal fizesse, estaria perdido. A guerra seria sem tréguas, e “novos e velhos” da sua interminável conta sairiam à luz. Secretamente, tinha um respeito pela cidade, respeito de suburbano genuíno que ele era, mal-educado, bronco e analfabeto.

Mal tomou o café matinal, consertou ainda a gravata e pôs-se na rua. Era cedo, mas temia pelo dinheiro que tinha na algibeira. Não queria que ninguém soubesse da existência de avultada quantia em seu poder e, muito menos, que premeditava fugir. Embarcou no primeiro trem; e, esgueirando-se pela Central, conseguiu não encontrar conhecido que lhe fizesse perguntas indiscretas.

Cassi Jones, sem mais percalços, se viu lançado em pleno Campo de Santana, no meio da multidão que jorrava das portas da Central, cheia da honesta pressa de quem vai trabalhar. A sua sensação era que estava numa cidade estranha. No subúrbio, tinha os seus ódios e os seus amores; no subúrbio tinha os seus companheiros, e a sua fama de violeiro percorria todo ele, e, em qualquer parte, era apontado; no subúrbio, enfim, ele tinha personalidade, era bem Cassi Jones de Azevedo; mas, ali, sobretudo do Campo de Santana para baixo, o que era ele? Não era nada. Onde acabavam os trilhos da Central, acabava a sua fama e o seu valimento; a sua fanfarronice evaporava-se, e

representava-se a si mesmo como esmagado por aqueles “caras” todos, que nem o olhavam. Fosse no Riachuelo, fosse na Piedade, fosse em Rio das Pedras, sempre encontrava um conhecido, pelo menos, simplesmente de vista; mas, no meio da cidade, se topava com uma cara já vista, num grupo da rua do Ouvidor ou da avenida, era de um suburbano que não lhe merecia nenhuma importância. Como é que ali, naquelas ruas elegantes, tal tipo, tão malvestido, era festejado, enquanto ele, Cassi, passava despercebido? Atinava com a resposta, mas não queria responder a si mesmo. Mal a formulava, apressava-se em pensar noutra coisa.

Na “cidade”, como se diz, ele percebia toda a sua inferioridade de inteligência, de educação; a sua rusticidade, diante daqueles rapazes a conversar sobre coisas de que ele não entendia e a trocar pilhérias; em face da sofreguidão com que liam os *placards* dos jornais, tratando de assuntos cuja importância ele não avaliava, Cassi vexava-se de não suportar a leitura; comparando o desembaraço com que os fregueses pediam bebidas variadas e esquisitas, lembrava-se que nem mesmo o nome delas sabia pronunciar; olhando aquelas senhoras e moças que lhe pareciam rainhas e princesas, tal e qual o bárbaro que viu, no Senado de Roma, só reis, sentia-se humilde; enfim, todo aquele conjunto de coisas finas, de atitudes apuradas, de hábitos de polidez e urbanidade, de franqueza no gastar, reduziam-lhe a personalidade de medíocre suburbano, de vagabundo doméstico, a quase coisa alguma.

Saltando na Central, não procurou bonde. Engolfou-se num filete de multidão que se alastrava em direção à Prefeitura e marchou a pé até o “centro”. Desde o largo do Rossio, foi parando diante das montras. Demorava-se a ver joias através de fortes vidros que as protegiam contra a cobiça alheia. Mirava anéis e relógios, braceletes e brincos, mais àqueles do que a estes, porquanto não lhe brotava no coração nenhuma necessidade de dar presentes às amadas. Tão caros, não valia a pena!... Uma bengala de junco, esquinada, com castão de ouro, tentou-o. Os quinhentos mil-réis que tinha na algibeira murmuraram-lhe alguma coisa ao ouvido. Prontamente repudia a tentação; precisava estar seguro...

Entrou pela rua Sete de Setembro e, daí em diante, foi admirando as roupas feitas — por toda a longa fachada do Parc Royal, foi parando diante das vitrines, onde havia roupas e outras peças de vestuário para homens. Viu fraques, viu suspensórios, viu ligas, viu colarinhos, viu camisas... Que coisas lindas!

Tomou a rua do Ouvidor e foi descendo, sempre parando em frente das casas que tinham artigos para homens. Por desfastio, desviou-se a olhar as vitrines de uma livraria. Olhou-lhe também o interior. Livros de alto a baixo. Para que tantos livros? Aquilo tudo só seria para fazer doidos. Ele tinha livros, na verdade; mas eram alguns, livros de amor... Que livros, meu Deus! Teve vontade de tomar café; hesitou um pouco! Mas, afinal, animou-se. Estava quase na hora. A Caixa Econômica não tardaria em abrir-se. Lá chegando, teve que aguardar a abertura da porta. Já havia gente à espera. Olhou-a de relance. Fisionomias diferentes de trato e de cor: velhas de mantilha, moças de peito deprimido, barbudos portugueses de duros trabalhos, rostos de caixeiros, de condutores de bonde, de garçons de hotel e de botequim, mãos queimadas de cozinheiras de todas as cores, dedos engelhados de humildes lavadeiras — todo um mundo de gente pobre ia ali depositar as economias que tanto lhes devia ter custado a realizar, ou retirá-las, para acorrer a qualquer drama das suas necessitadas vidas. Aborreceu-se com aquele contato...

Penetrando no saguão, pôs-se a ler os cartazes onde estavam as disposições legais que interessavam ao público. Diabo! A providência não lhe servia... Para confirmar, dirigiu-se a um empregado num guichê, que tinha ao alto este letreiro: “Informações”. Não lhe servia absolutamente. Para retirar mais de duzentos mil-réis, tinha que avisar previamente. Não; não depositaria. O dinheiro devia estar sempre ao alcance da mão... Saiu e, a fim de não ser visto por algum conhecido, procurou alcançar o largo de São Francisco, atravessando aqueles velhos becos imundos que se originam da rua da Misericórdia e vão morrer na rua Dom Manuel e no largo do Moura. Penetrou naquela vetusta parte da cidade, hoje povoada de lôbregas hospedarias, mas que já passou por sua época de relativo realce e brilho. Os botequins e tascas estavam povoados do que há de mais sórdido na nossa população. Aqueles becos escuros, guarneceados, de um e outro lado, por altos sobrados, de cujas janelas pendiam peças de roupa a enxugar, mal varridos, pouco transitados, formavam uma estranha cidade à parte, onde se iam refugiar homens e mulheres que haviam caído na mais baixa degradação e jaziam no último degrau da sociedade. Escondiam, na sombra daquelas betesgas coloniais, nas alcovas sem luz daqueles sobrados, nos fundos caliginosos das sórdidas tavernas daquele tristonho quarteirão, a sua miséria, o seu opróbrio, a sua infinita infelicidade de deserdados de tudo deste mundo. Entre os homens, porém, ainda havia alguns com ocupação definida; marítimos, carregadores, soldados; mas as mulheres que ali se viam, haviam caído irremissivelmente na última

degradação. Sujas, cabelos por pentear, descalças, umas, de chinelos e tamancos, outras. Todas metiam mais pena que desejo. Como em toda e qualquer seção da nossa sociedade, aquele agrupamento de miseráveis era bem um índice dela. Havia negras, brancas, mulatas, caboclas, todas niveladas pelo mesmo relaxamento e pelo seu triste fado.

Cassi Jones ia atravessando aquele bairro singular e escuro, quando, do fundo de uma tasca, lhe gritaram:

— Olá! Olá! “Seu” Cassi! Ó “Seu” Cassi!

Insensivelmente, ele parou para verificar quem o chamava. De dentro da taverna, com passo apressado, veio ao seu encontro uma negra suja, carapinha desgrenhada, com um caco de pente atravessado no alto da cabeça, calçando umas remendadas chinelas de tapete. Estava meio embriagada. Cassi espantou-se com aquele conhecimento; fazendo um ar de contrariedade, perguntou amuado:

— Que é que você quer?

A negra, bamboaleando, pôs as mãos nas cadeiras e fez com olhar de desafio:

— Então, você não me conhece mais, “seu canaia”? Então você não “si” lembra da Inês, aquela crioulinha que sua mãe criou e você...

Lembrou-se, então, Cassi, de quem se tratava. Era a sua primeira vítima, que sua mãe, sem nenhuma consideração, tinha expulsado de casa em adiantado estado de gravidez. Reconhecendo-a e se lembrando disso, Cassi quis fugir. A rapariga pegou-o pelo braço:

— Não fuja, não, “seu” patife! Você tem que “ouvi” uma “pouca” mas de “sustança”.

A esse tempo, já os frequentadores habituais do lugar tinham ocorrido das tascas e hospedarias e formavam roda, em torno dos dois. Havia homens e mulheres, que perguntavam:

— O que há, Inês?

— O que te fez esse moço?

Cassi estava atarantado no meio daquelas caras antipáticas de sujeitos afeitos a brigas e assassinatos. Quis falar:

— Eu não conheço essa mulher. Juro...

— “Muié”, não! — fez a tal Inês, gingando. — Quando você “mi” fazia “festa”, “mi” beijava e “mi” abraçava, eu não era “muié”, era outra coisa, seu “cosa” ruim!

Um negro esguio, de olhar afoito, com um ar decidido de capoeira, interveio:

— Mas, Inês, quem é afinal esse moço?

— É o “home qui mi” fez mal; que “mi” desonrou, “mi pois” nesta “disgraça”.

— Eu! — exclamou Cassi.

— Sim! Você “memo”, “seu” caradura! “Mi alembro” bem... Foi até no quarto de sua mãe... Estava arrumando a casa.

Uma outra mulher, mas esta branca, com uns lindos cabelos castanhos, em que se viam lôn-deas, comentou:

— É sempre assim. Esses “nhonhês gostosos” desgraçam a gente, deixam a gente com o filho e vão-se. A mulher que se fomenta... Malvados!

Cassi ouvia tudo isso sem saber que alvitre tomar. Estava amarelo e olhava, por baixo das pálpebras, todas as faces daquele ajuntamento. Esperava a polícia, um socorro qualquer. A preta continuava:

— Você sabe onde “tá” teu “fio”? “Tá” na detenção, fique você sabendo. “Si” meteu com ladrão, é “pivete” e foi “pra chac’ra”. Eis aí que você fez, “seu marvado”, “home mardidoado”. Pior do que você só aquela galinha-d’angola de “tua” mãe, “seu” sem-vergonha!

Cassi fez um movimento de repulsa e que a rapariga não perdeu.

— “Oie” — disse ela, para os circunstantes —; ele diz que não é o tal. Agora “memo se acusou-se”, quando chamei a ratazana da mãe dele de galinha-d’angola... É uma “marvada”, essa mãe dele — uma “véia” cheia de “imposão” de inglês. Inglês, que inglês...

Soltou uma inconveniência, acompanhada de um gesto despu-dorado, provocando uma gargalhada geral. Cassi continuava mudo, transido de medo; e a pobre desclassificada emendava:

— “Tu” é “mao”, mas tua mãe é pior. Quando ela descobriu “qui” eu “tava” com “fio” na barriga, “mi pois” pela porta afora, sem pena, sem dó “di” eu não “tê pronde í”. E o “fio” era neto dela e ela “mi” tinha criado... Vim da roça... Ah! Meu Deus! Se não fosse uma amiga, tinha posto o “fio” fora, na rua, que era serviço... Deus perdoe a “tua” mãe o que “mi” fez “í” a meu “fio”, “fio” deste “qui tai”, também, Deus lhe perdoe!

E a pobre negra abaixou-se para apanhar a barra da saia enlameada, a fim de enxugar as lágrimas com que chorava o seu triste destino, talvez mais que o dela, o do seu miserável filho, que, antes dos dez anos, já travara conhecimento com a Casa de Detenção...

Graças à intervenção do dono da tasca, que tinha com o guarda de ronda o compromisso de manter a ordem no “reduto”, o ajuntamento se desfez, e Cassi pôde continuar seu caminho. Por despedida, porém, ainda levou uma surriada das mulheres, que o descompunham em baixo calão, enquanto Inês imprecava:

— “Marvado”! Desgraçado! Caradura! Hás de “mi pagá”, “seu canaia”!

Logo que se viu livre do perigo, Cassi respirou, compôs a fisionomia, apalpou o dinheiro na algibeira e fez de si para si:

— Acontece cada uma! Para que havia de dar esta negra... Felizmente, foi em lugar que ninguém me conhece; se fosse em outro qualquer — que escândalo! Os jornais noticiariam e... Não passo mais por ali e ela que fosse para o diabo!... Fico com o dinheiro em casa.

Nenhum pensamento lhe atravessou a cabeça, considerando que um seu filho, o primeiro já conhecia a detenção...

X

Clara dos Anjos, meio debruçada na janela do seu quarto, olhava as árvores imotas, mergulhadas na sombra da noite, e contemplava o céu profundamente estrelado. Esperava.

Fazia uma linda noite sem luar; era silenciosa e augusta. As árvores erguiam-se hirtas e se recortavam na sombra, como desenhadas. Nem uma aragem corria; mas estava fresco. Não se ouvia a mínima bulha natural. Nem o estridular de um grilo; nem o piar de uma coruja. A noite quieta e misteriosa parecia aguardar quem a interrogasse e fosse buscar no seu sossego paz para o coração.

Clara contemplava o céu negro, picado de estrelas, que palpitavam. A treva não era total, por causa da poeira luminosa que peneirava das alturas. Ela, daquela janela, que dava para os fundos de sua casa, abrangia uma grande parte da abóbada celeste. Não conhecia o nome daquelas joias do céu, das quais só distinguia o Cruzeiro do Sul. Correu com o pensamento errante toda a extensão da parte do céu que avistava. Voltou ao Cruzeiro, em cujas proximidades, pela primeira vez, reparou que havia uma mancha negra, de um negro profundo e homogêneo de carvão vegetal. Perguntou de si para si:

— Então, no céu, também se encontram manchas?

Essa descoberta, ela a combinou com o transe por que passara. Não lhe tardaram a vir lágrimas; e, suspirando, pensou de si para si:

— Que será de mim, meu Deus?

Se “ele” a abandonasse, ela estava completamente desmoralizada, sem esperança de remissão, de salvação, de resgate... Moça, na flor da idade, cheia de vida, seria como aquele céu belo, sedutoramente iluminado pelas estrelas, que também tinha ao lado de tanta beleza, de tanta luz, de não sabia que sublime poesia, aquela mancha negra como carvão. Cassi a teria de fato abandonado? Ela não podia crer, embora há quase dez dias não a viesse ver. Se ele a abandonasse — o que seria dela? Veio-lhe então perguntar a si mesma como se entregou. Como foi que ela se deixou perder definitivamente?

Clara não podia bem apanhar todas as fases dessa queda; ela se lembrava de poucas e sem nitidez apreciável. Tudo foi num galope para a desgraça... Em começo, a primeira impressão simpática, os gemidos do violão, os seus repinicados, seguidos dos requebros dos olhares do tocador, que os exagerava e punha neles não sei que chama estranha, doce e, ao mesmo tempo, quente. Impressionara-se muito com isso, tão preparada já estava para os efeitos do instrumento. Depois, aquela oposição de todos, aquele falar contínuo nele, para dizer mal, tanto da parte do padrinho, como da parte da mãe e de dona Margarida. Essa insistência em denegri-lo fizeram com que ela representasse, dentro de si mesma, Cassi, como um homem excepcional, que causava inveja a todos, pelas suas qualidades de bravura, pela sua habilidade no canto e na viola. Não acreditava no que diziam dele... Pareceu-lhe, na primeira vez que o viu, tão modesto, tão reservado de modos, tão delicado, que não podia ser o que diziam. Quando conversou com ele, meses depois, pela primeira vez, no gradil de sua casa, mais esse retrato se firmou; as suas conversas eram tão inocentes e honestas, falando sempre em empregar-se e casar-se com ela; removendo as objeções e dúvidas que ela punha quanto à viabilidade do casamento deles, com segurança e franqueza; contrapondo, para mostrar a sua possibilidade, à cor dela, além da grande paixão que nutria, a sua pobreza, a oposição dos pais, a sua falta de posição, de saber — o que não permitia a ele aspirar a grandes casamentos vistosos, com mulher mais bem-educada do que ele, mais instruída...

O seu ideal era Clara, pobre, meiga, simples, modesta, boa dona de casa, econômica que seria, para o pouco que ele poderia vir a ganhar...

De dia para dia, ele ganhava mais fortemente a confiança da rapariga. Ela se convencia e sonhava a toda hora com aquela “casa branca da serra”, onde iria aninhar o seu amor por Cassi. Indagava, em todas as entrevistas, dos passos que ele dava para obter emprego, colocação; e ele, com blandícia, com afagos, dizia-lhe com açúcar nas palavras:

— Sossega, filhinha querida! Roma não se fez num dia... É preciso esperar... Falei ao doutor Brotero, que me deu uma recomendação para o senador Carvalhais. Procurei este e ele me disse que, para o cais do Porto, não podia arranjar... Tinha pedido muito e muito; estava “queimado”, como se diz.

Ouvindo tudo isto, Clara sentia-se desfazer, ao calor, à meiguice, ao entono amoroso daquela voz. Era mesmo um bom, um sincero, um namorado, mais que isto, um noivo — esse Cassi.

— Por que você não me “pede” a papai? — perguntou-lhe um dia.

Cassi, sem hesitação, com o mais convincente tom de franqueza, respondeu:

— Não posso ainda, meu bem. Seus pais... É verdade que seu padrinho não existe mais...

A estas palavras, Clara estremeceu e olhou-o medrosa; ele, porém, não percebeu o movimento da rapariga, como ainda não tinha notado as suspeitas que ela tinha, de quando em quando, da intervenção dele no assassinato do padrinho. No começo, Clara quase ficara certa de que ele estava metido no crime; mas, quando, daí a dias, conversou com ele, fosse a emoção da primeira entrevista, fosse a ternura com que a cobria e se expandia por ele todo, ela afastou a convicção e perdeu o terror que ele começara a lhe inspirar. A sua débil inteligência, a sua falta de experiência e conhecimento da vida, aliado tudo isto à forte inclinação que tinha e não sopitava pelo violeiro, agiram sobre a sua consciência, de forma a inocentar, a seus olhos, o tocador de violão, no caso da morte misteriosa do padrinho. Entretanto, de quando em quando, lá lhe vinha uma suspeita, mas ele era tão bom...

Cassi, sem hesitação, respondeu-lhe à pergunta, no mais persuasivo tom de franqueza:

— Não posso ainda, meu bem. Seus pais... É verdade que seu padrinho não existe mais; mas dona Engrácia não me suporta. Além disso, essa dona Margarida também não me traga... Que estranho o que se passou com ela e Timbó...

— Você por que anda com ele, Cassi?

— Que hei de fazer? Ele não me faz e não me fez mal; procura-me e não posso correr com ele. É por isso.

— Mas é só por isso que você não me pede? Por causa da implicância que têm com você? Por isso só, não!

— Não é só por isso. É porque estou ainda desempregado. Se eu estivesse empregado, desarmava todos; e, fique você certa, logo que me empregue, peço-te em casamento.

Recordando-se disso, Clara, mais uma vez, contemplou o céu profusamente estrelado; mas, logo, deu com a mancha de alcatrão e ficou triste.

Rememorando conversas e fatos, ela punha todo o esforço em analisar o sentimento, sem compreender o ato seu que permitiu Cassi penetrar no seu quarto, alta noite, sob o pretexto de que precisava se abrigar da chuva torrencial prestes a cair. Ela não sabia decompô-lo, não sabia compreendê-lo. Lembrando-se, parecia-lhe que, no momento, lhe dera não sei que torpor de

vontade, de ânimo, como que ela deixou de ser ela mesma, para ser uma coisa, uma boneca nas mãos dele. Cerrou-se-lhe uma neblina nos olhos, veio-lhe um esquecimento de tudo, agruparam-se-lhe as lembranças e as recordações e toda ela se sentiu sair fora de si, ficar mais leve, aligeirada não sabia de quê; e, insensivelmente, sem brutalidade, nem violência de espécie alguma, ele a tomou para si, tomou a sua única riqueza, perdendo-a para toda a vida e vexando-a, daí em diante, perante todos, sem esperança de reabilitação.

Pôs-se a chorar silenciosamente. No seio da noite, um apito de locomotiva ecoou como um gemido; as árvores como que estremeceram; por sobre um capinzal próximo, um pirilampo emitia a sua luz de prata azulada; por cima da casa, morcegos silenciosos esvoaçavam; ao longe, as montanhas tinham aspectos sinistros, de gigantes negros que montavam sentinela; tudo era silêncio, e, em vão, ela apurava o ouvido e reforçava o seu poder de visão, para ver se daquele mistério todo saía qualquer resposta sobre o seu destino — ou se via o caminho para a sua salvação...

Olhou ainda o céu, recamado de estrelas, que não se cansavam de brilhar. Procurou o Cruzeiro, rogou um instante a Deus que a perdoasse e a salvasse. Andou com o olhar no céu, um pouco além; lá estava a indelével mancha de carvão...

“Ele” não vinha; os galos começavam a cantar. Fechou a janela chorando e chorando foi se deitar. Custou a conciliar o sono; e a visão ameaçadora da descoberta, por parte dos seus, da sua falta, passou-lhe pelos olhos e aterrou-a como um duende, um fantasma.

Em casa e fora, ainda ninguém suspeitava. Os sintomas de gravidez, por ora, não se faziam sentir. É verdade que tinha náuseas, enjoos, sem causa nem motivo; mas ela dissimulava-os tão bem, que sua mãe nada percebia.

Dona Engrácia mesmo era de seu natural pouco sagaz e tinha grande confiança na vigilância que exercia sobre a filha. Joaquim, nos dias úteis, mal via a filha, pela manhã, ao sair, e à noite, quando voltava do serviço.

A morte desgraçada do seu compadre Marramaque o fizera triste, verdadeiramente triste e acabrunhado. A sua amizade era velha, e ele devia favores inolvidáveis ao pobre contínuo. Fora ele quem aperfeiçoara o pouco que ele, Joaquim, sabia para ser carteiro. Devia-lhe esse serviço espontâneo. Mais de uma vez, arranjava-lhe recomendações para promoções, de modo que o que era, devia de alguma sorte a Marramaque. As partidas de solo, aos domingos, não se realizavam mais. Lafões tinha sido transferido para os mananciais. O sagaz minhoto farejava que aquele negócio de Cassi desandaria

em desgraça. Ele não a podia impedir, mas não a queria assistir, tanto mais que se sentia arrependido de ter apresentado o modinheiro em casa do carteiro. Enganou-o, o malandro! Fizera-o de boa-fé...

O único que aparecia ainda era Meneses. Estava, porém, amalucado, monomaníaco. Fugia de todas as conversas e teimava em expor o seu sistema de carro motor, sem rodas, absolutamente sem rodas. Uma grande descoberta! — arrematava ele.

— A roda, meu caro Joaquim, é um atraso das nossas máquinas. No seu acionamento, devido ao atrito dos eixos nos mancais e outros meios de transmissão da força, perde-se muito do efeito útil desta, proveniente das resistências passivas. Se nós, para nos movermos; se um cavalo, um elefante e todos os animais empregassem rodas para se deslocarem de um ponto para outro, a força que despenderiam seria muitas vezes maior do que a de que efetivamente dispõem. Suprimo as rodas da minha “Andotiva” (é assim que o meu aparelho se chama) e imito o meio de locomover-se dos animais terrestres. Tenho hesitado entre os répteis e os mamíferos; mas vou tomar por modelo estes. Com juntas, jogos combinados de cadeias de distensão e contração, como as nossas cadeiras de molas, obterei uma máquina que, com o mesmo custo de força e combustível que uma locomotiva comum, produzirá o dobro do rendimento útil que esta produz.

Joaquim, ouvindo tudo isto, bocejava; Meneses, inteiramente engolfado no seu sonho mecânico, não percebia que estava enfadando o amigo. Falava, falava sobre a sua sonhada — “Andotiva” — e bebia parati.

Às vezes, jantava com o carteiro e família; mas, na mesa, pouco se dirigia à Clara. Tinha medo de que, conversando, traísse o segredo que existia entre ambos.

O velho dentista, mesmo, havia deixado de ver Cassi, e este, por sua vez, evitava-o, temendo que Meneses percebesse os seus propósitos de fuga e contasse a todos, levantando suspeitas em Clara.

Outras vezes, o velho dentista ia procurar Leonardo Flores, para conversar e mesmo jantar com ele. Flores não passava verdadeiramente necessidade. Com a sua aposentadoria e o auxílio que os filhos lhe prestavam, sempre tinha o que comer sem se queixar da fome.

A sua casa, graças à dedicação da mulher, vivia em ordem. Ele não se intrometia em nada da economia do lar. Os seus próprios vencimentos de aposentado, ele ia recebê-los, ou ela, e os entregava intactos. Roupa, jornais, fumo, parati — tudo ela comprava e lhe dava. Em começo, a boa da dona

Castorina quis ver se suprimia a cachaça; mas viu que era pior. Ele caía num abatimento, numa apatia de coisa morta. Resolveu fazer mais este sacrifício ao seu triste casamento: dar cachaça ao marido. Quando ele queria sair, ela lhe dava níqueis para a sua predileta bebida.

As visitas de Meneses eram particularmente agradáveis à mulher de Flores, porque não só distraía o marido, como lhe tirava a vontade de sair.

Flores tinha épocas em que não se movia de casa, senão a muito custo, para ir ao Tesouro receber a sua pensão; mas tinha outras em que se lhe tomava inteiramente o delírio ambulatório. Dona Castorina, embora compreendendo que o marido não podia ficar sempre retido em casa, procurava evitar que ele saísse, devido aos desatinos que praticava. Lá vinha, porém, um dia que...

Quando Meneses ia, aos domingos, procurá-lo, Flores recebia-o com um grandiloquente palavreado heráldico e fidalgo; mas ele dizia com grande melancolia, com uma mágoa que bem sabia não ter remédio:

— Só tu me procuras, Meneses! Os outros me abandonaram... Ah! A Poesia! Ela me tem dado bons momentos, mas me fez ir longe demais no meu grande serviço...

Punham-se a bebericar e, quando já estavam um tanto “esquentados”, cada um dava para a sua mania. Meneses explicava a mecânica sutil da sua “Andotiva”; e Leonardo Flores recitava o seu último soneto, que, embora desconexo, ainda tinha música, uma imponderável nostalgia de coisas entrevistas em sonho, uma obsessão de perfume, que constituíam os característicos de sua poética.

De repente, Meneses punha-se a roncar no sofá, e Leonardo, saindo do seu mundo sonoro de versos e rimas, punha-se de pé e, contemplando o camarada, com os braços cruzados, limitava-se a dizer:

— Imbecil! Dorme, imbecil! Filisteu! Burguês!

E voltava a fazer versos, a que era como que forçado até a hora do jantar. Por essa ocasião, despertava Meneses aos berros e debaixo de descomposturas e injúrias poéticas.

O jantar, conforme o hábito das nossas pequenas famílias, nos domingos, era posto na mesa mais cedo, constituindo o que se chama o “ajantarado”. Assim se usava na casa de Flores; mas, em geral, era servido tarde, quase à hora do jantar habitual. A refeição não corria alegre. Meneses tinha a sua mania; Flores a dele; e ambos, durante ela, entregavam-se às suas extravagâncias, falando de coisas que os outros não entendiam. Meneses era calmo; mas o seu

amigo comia fazendo esgares, soltando rugidos, coçando a barba, ainda negra, que terminava num cavanhaque pontiagudo.

Dona Castorina, a mulher de Flores, de vez em vez, repreendia-o como a um filho menor:

— Come com modos, Flores! Você parece uma criança.

Raramente acontecia estar presente um dos filhos. Andavam pelo futebol e a mãe lhes reservava o jantar. Se acontecia o contrário, o rebento do poeta olhava o pai sem nenhuma expressão, sem ânimo de aconselhá-lo e sem sensibilidade para rir. A loucura de Flores era curiosa. Não só ela se manifestava com intermitências de grandes intervalos, como também as havia num curto espaço de um dia. O álcool tinha contribuído para ela; mas, sem ele, a sua alienação mental ter-se-ia manifestado, cedo ou tarde. Todos os que o conheceram moço, sabiam-no de sobra possuidor de diátese de loucura. Os seus tiques, os seus caprichos, a sua exaltação e outros sintomas confusamente percebidos levavam os seus íntimos a temerem sempre pela sua integridade mental. A tudo isso, ele juntava, ainda por cima, álcoois fortes, que sempre tomou; whisky, genebra, gim, rum, parati — para se compreender a natureza da insânia de Flores.

Certa vez, após o jantar, tomando café no jardinzinho de sua casa, que ele mesmo cuidava com rara dedicação, de surpreender no seu estado, Leonardo olhou o céu e gritou para Meneses, descansando a xícara sobre uma cadeira ao lado:

— Meneses! Vê só tu como esta tarde está linda! Não é só o ouro e a púrpura do crepúsculo que vêm; não é só o azul-ferrete dos morros que, com o aproximar-se a noite, se vai enegrecendo aos poucos... Há mais, caro Meneses; há verde no céu, um verde imaterial que não é o do mar, que não é o das árvores, que não é o da esmeralda, que não é o dos olhos de Minerva — é um verde celestial, diferente de todos aqueles que nós habitualmente vemos... Vamos sair, vamos gozar a natureza!

— Deixa-te disso, Flores. Daqui mesmo nós vemos...

— Idiota! Não és um artista... Se não me acompanhas, saio só!...

Dona Castorina interveio naturalmente:

— Para que vais sair, Leonardo? Estás tão bem aqui com o “Seu” Meneses... Precisas de repouso, descanso...

— Mulher! Sabes quem eu sou? — fez Flores, com o seu modo habitual de cruzar os braços e enterrar o queixo no peito, quando falava com solenidade.

— Sei muito bem. És Leonardo Flores, meu marido — respondeu-lhe a mulher, sorrindo.

— Não sou só isso. Sou mais! — insistiu Flores, carrancudo.

— O que és, então? — perguntou-lhe dona Castorina.

— Sou um poeta!

Dizendo isto, entrou pela sala adentro e encaminhou-se para o quarto de dormir.

— Aonde vais? — indagou-lhe a mulher.

— Vou me vestir; quero ver este crepúsculo de pedraria, de metais caros, de sonhos e de quimeras. Sou um poeta, mulher!

Dona Castorina já sabia que, quando lhe dava essa fúria de sair, era pior contrariá-lo. Nada disse ao marido e foi pedir a Meneses que o acompanhasse. O velho dentista não se sentia bem; o seu desejo era descansar; mas, à vista do pedido de dona Castorina, não teve outro remédio senão acompanhar o camarada. Andaram a pé por toda parte, bebendo sempre onde encontravam lugar propício; Meneses, arrastando o passo; e Flores, dilatando as narinas, fazendo horríveis contrações com o rosto, alisando o cavanhaque e dizendo:

— Que beleza! Que beleza! Quero respirar, cheirar, absorver todo o perfume desse divino crepúsculo... Não fora a natureza, os céus, os pássaros, as águas múrmuras, como poderíamos viver?

Depois de uma pausa, acrescentou desolado:

— A vida é tão banal, tão chata... Nós somos também natureza; mas do que nos vale isto? Há os burgueses e os regulamentos que nos abafam...

Já tinha anoitecido de todo. Leonardo Flores não dava mostras de querer voltar para casa; Meneses arrastava o passo a muito custo. Iam atravessando um trecho deserto de rua, quando o velho dentista disse para o amigo:

— Leonardo, estou com as pernas que não posso. Vamos descansar um pouco.

— Onde?

— Sentados na relva, um pouco longe da estrada, ali, atrás daquela moita... Estou que não posso, meu caro.

Os dois abandonaram o caminho público e procuraram a tal moita. Meneses, com muita dificuldade, sentou-se; mas Leonardo foi logo se deitando. Tinham bebido muito, e a embriaguez lhes chegava. Leonardo ainda pôde dizer, olhando as estrelas que começavam a brilhar:

— Como é belo o céu! Lá não haverá por certo ministros, nem Congresso, nem presidentes... Que bom será!

O dentista não se demorou muito tempo sentado; deitou-se logo; e Leonardo, mal dissera aquelas palavras, ferrou no sono. Dormiram afinal, na relva, com os olhos voltados para o céu estrelado...



Leonardo, já dia adiantado, veio a despertar naquele capinzal, atordoado, zozzo; e, ao dar com Meneses ao lado, procurou acordá-lo. Foi em vão; o velho estava morto. Um colapso cardíaco o tinha levado. Percebendo que o amigo tinha morrido, Leonardo ergueu-se, tirou-lhe o chapéu de perto da cabeça, pôs-lhe o rosto bem à mostra, com as suas brancas barbas veneráveis, e começou a exclamar:

— Sol! Sol glorioso das auroras e das ressurreições! Sol divino que conténs todos nós, homens e plantas, bestas e gênios, insetos e vampiros, lesmas e belezas! Sol que tudo fecundas e transformas! Vem tu — ó Sol! — beijar esta augusta cabeça de imperador (apontava para Meneses hirto) que vai para sempre mergulhar na treva e só te verá de novo quando for árvore, quando for arbusto, quando for pássaro e quando de novo voltar a ser homem. Beija-o ainda mais uma vez! Beija-o, porque ele te amou e muitas vezes voou para os espaços sidéreos, desejoso de ver o teu fulgor e morrer por tê-lo visto.

Não dera fé, Leonardo, que alguns transeuntes haviam parado para ouvir as suas palavras e ver os seus estranhos trejeitos. Os mais curiosos se aproximaram e deram com aquele estranho e bizarro espetáculo de um homem, que parecia louco ou bêbedo, a pronunciar coisas incompreensíveis e a gesticular diante de um pobre velho morto. Chamaram a polícia; e lá foi Leonardo, gesticulando e falando só, para a delegacia. Meneses tomou o caminho do necrotério, após fotografias e outras precauções policiais.

O primeiro movimento do policial que recebeu Leonardo, foi removê-lo *incontinenti* para o hospício ou lugar equivalente. Na verdade, o poeta não dizia coisa com coisa; nem mesmo quem era informava. Muitos o conheciam de vista, mas, para essas pessoas, era simplesmente “o poeta”. Em chegando Praxedes, as coisas mudaram. Tinha ele o hábito de ir de manhã às delegacias, ver se pegava algum biscate, alguma coisa. Indo, naquele dia, topou com Leonardo lá e soube que um velho, que bebia muito e costumava estar com ele, havia sido encontrado morto junto a Flores e fora removido para a *morgue*. Viu logo que se tratava de Meneses. Muito prestável, obsequioso de gênio,

Praxedes, para quem a polícia não tinha segredos, informou ao comissário quem era Leonardo e quem era Meneses. A autoridade policial encarregou-o de prevenir os parentes e amigos de ambos do que havia acontecido. Praxedes correu à casa de Joaquim dos Anjos, para desobrigar-se da missão. Foi recebido pela mulher e a filha.

— Quincas não está aí — disse-lhe dona Engrácia. — Ele saiu cedo...

— O senhor pode telefonar para a Repartição dos Correios — lembrou Clara.

— Lembrei-me disso, mas não sabia a seção.

A filha disse-lhe e o doutor Praxedes, muito diplomaticamente, ergueu-se todo e, ao despedir-se das senhoras, desculpou-se:

— Vossas Excelências hão de me perdoar. Não podia deixar de vir até aqui. Sabia de dois amigos íntimos do doutor Meneses; um era o Senhor Cassi, mas este está fora...

Clara espantou-se:

— Está fora!

— Ué, Clara! — fez dona Engrácia. — Que espanto!

— Não, porque ainda há dias “Seu” Meneses disse a papai que estivera com ele — fez Clara disfarçando.

— Deve ser há algum tempo, minha senhora — aventou Praxedes, com toda a delicadeza de voz; — porque há bem quinze dias que embarcou para São Paulo, em Cascadura. Eu até me despedi dele...

Praxedes saía e Clara, logo que pôde, correu ao quarto para chorar. Estava irremediavelmente perdida; ele a abandonava de vez. Como havia de ser? Como havia de esconder a gravidez, que se ia mostrando aos poucos? Que fariam dela os seus pais? Era atroz o seu destino!

Todas essas perguntas, ela formulava e não lhes dava resposta. Cassi partira, fugira... Agora é que percebia bem quem era o tal Cassi. O que os outros diziam dele era a pura verdade. A inocência dela, a sua simplicidade de vida, a sua boa-fé e o seu ardor juvenil tinham-na completamente cegado. Era mesmo o que diziam... Por que a escolhera? Porque era pobre e, além de pobre, mulata. Seu desgraçado padrinho tinha razão... Fora Cassi quem o matara.

Ele contava, já não se dirá com o apoio, mas com a indiferença de todos pela sorte de uma pobre rapariga como ela. Devia ser assim, era a regra. Nessa indiferença, nessa frouxidão de persegui-lo, de castigá-lo convenientemente, é que ele adquiria coragem para fazer o que fazia. Além de tudo, era covarde.

Não cedia ao impulso do seu desejo, de seu capricho, por uma moça qualquer. Catava com cuidado as vítimas entre as pobres raparigas que pouco ou nenhum mal lhe poderiam fazer, não só no que toca à ação das autoridades, como da dos pais e responsáveis.

Estava aí o seu forte; o mais eram acessórios de modinhas, de tocatas de violão, de cartas, de suspiros — todo um arsenal de simulação amorosa, que ele, sem caráter e, por demais cínico, sabia empregar como ninguém.

Que havia de ser dela agora, desonrada, vexada diante de todos, com aquela nódoa indelével na vida?

Sentia-se só, isolada, única na vida. Seus pais não a olhariam mais como a olhavam; seus conhecidos, quando soubessem, escarneceriam dela; e não haveria devasso por aí que a não perseguisse, na persuasão de que quem faz um cesto, faz um cento. Exposta a tudo, desconsiderada por todos, a sua vontade era de fugir, esconder-se. Mas para onde? Com a sua inexperiência, com a sua mocidade, com a sua pobreza, ela iria atirar-se à voracidade sexual de uma porção de Cassis ou piores que ele, para acabar como aquela pobre rapariga, a quem chamavam de Mme. Bacamarte, suja, bebendo parati e roída por toda sorte de moléstias vergonhosas.

Pensou em morrer; pensou em se matar; mas, por fim, chorou e rogou a Nossa Senhora que lhe desse coragem. Se pudesse esconder?... — acudiu-lhe repentinamente este pensamento. Se pudesse “desfazê-lo”? Seria um crime, havia perigo de sua vida; mas era bom tentar. Quem lhe ensinaria o remédio? Correu o rol de suas poucas amigas; e só encontrou uma: dona Margarida.

Nisto, sua mãe gritou-lhe do fundo da casa:

— Clara, estás dormindo? Olha que estão batendo na porta.

— Já vou, mamãe.

Era o estafeta dos telégrafos, que trazia um despacho do pai, comunicando que, devido a ter de fazer o enterro de Meneses, chegaria mais tarde, mas viria jantar.

Ela e a mãe não esperaram; jantaram antes. Clara, muito preocupada com o “remédio” que ia ver se dona Margarida lhe arranjava; e dona Engrácia, aborrecida com a morte de Meneses.

— Pobre Meneses! — dizia ela. — Morrer assim, no mato! Por que ele não foi pra casa? Era bem velho, não era, Clara?

— Devia ter mais de setenta anos.

— Isto não quer dizer nada. Há quem dure mais... Você tem reparado, Clara, que, de uns tempos para cá, está nos acontecendo uma porção de coisas

más?

— Nem tantas! Duas só: a morte do padrinho e...

— Você acha pouco e, ainda por cima, da forma que elas nos chegam! Deus nos proteja! Tenho para mim que alguma está para nos acontecer...

— Qual, mamãe! Tudo isto é doloroso, mas são fatos que se dão...

— Felizmente, esse azar de Cassi se foi. Que vá pro diabo que o carregue!

Clara teve vontade de chorar; mas conteve-se. Estava resolvida: amanhã, pediria um “abortivo” a dona Margarida.

Joaquim dos Anjos chegou e narrou tudo o que acontecera com Meneses e Leonardo. Aquele, por não ter ninguém que lhe fizesse o enterro, ele o fizera; e Leonardo, logo que foi afastada a hipótese de crime e ficou sabido o seu estado mental, entregaram-no à mulher. Ao chegar em casa, acompanhado de dona Castorina, foi que Flores caiu em si e teve consciência perfeita do fim do amigo. Estava lúcido, bom; estava o verdadeiro Leonardo, que chorou o falecimento do camarada, sem mescla de delírio, pressentindo que, nele, havia aviso do seu próximo fim.

Engrácia ouviu a narração de Quincas e, ingenuamente, perguntou-lhe:

— Esse Leonardo é mesmo homem de inteligência, Quincas?

— É, Engrácia. Por quê?

— Por que ele então bebe tanto?

— Quem sabe lá? Vício, hábito, capricho da sua natureza, desgostos, ninguém sabe! — observou o marido.

— Eu vejo tanto doutor por aí que não bebe.

— Você pensa que todo doutor é inteligente, Engrácia?

— Pensei.

Clara ficou admirada de que a opinião da mãe não fosse exata. Ela também, muito popular e estreita de ideia, admitia que toda a espécie de doutor fosse de sábios e inteligentes.

Joaquim, dizendo-se cansado, fora logo deitar-se; e, em seguida, a sua mulher e a sua filha.

Em breve, tudo era silêncio na casa e na rua. Clara não esperava mais, com a janela semiaberta, a visita do sedutor. Havia se fatigado de aguardá-lo muitas noites seguidas; e, agora então, depois da informação de Praxedes, tinha perdido toda a esperança. Ele fugira, e ela ficara com o filho a gerar-se no ventre, para a sua vergonha e para tortura de seus pais. Imediatamente, o seu pensamento se encaminhou para o “remédio” que devia “desmanchá-lo”, antes que lhe descobrissem a falta. Tinha medo e tinha remorsos. Tinha medo de

morrer e tinha remorsos de “assassinar” assim, friamente, um inocente. Mas... era preciso. Pôs-se a examinar o que lhe podia responder dona Margarida. Pesou os prós e os contras; analisou bem o caráter da amiga russo-alemã; e, na calma do quarto, percebeu bem que não lhe daria nem indicaria o “remédio” criminoso. Margarida era uma mulher séria, rigorosa de vontade, visceralmente honesta, corajosa, e não haveria rogos nem choro que a fizessem contribuir para um crime de qualquer natureza. Então, como havia de ser? Examinou a lista das conhecidas, a ver se encontrava uma que lhe prestasse esse “serviço”... Não encontrou, e também eram tão poucas... Se tivesse dinheiro, com auxílio de Mme. Bacamarte... Acudiu-lhe então uma ideia. Ela ajudava dona Margarida nos bordados e nas costuras, com o que já ganhava algum dinheiro. Não tinha nada a haver da amiga; mas bem lhe podia pedir emprestado, sob qualquer pretexto, uns vinte ou trinta mil-réis e pagá-los com trabalho. Qual seria o pretexto? Pensou, combinou mentiras; e, afinal, encontrou-o. Diria que era para comprar um presente destinado à mãe, cujo aniversário natalício estava a chegar. Sorriu de contentamento, quando organizou toda aquela mentiralhada. Julgava-se salva; mas, com o que ela não contava, era com a sagacidade da alemã.

Dona Margarida era mulher alta, forte, carnuda, com uma grande cabeça de traços enérgicos, olhos azuis e cabelos castanhos tirando para louro. Toda a sua vida era marcada pelo heroísmo e pela bondade. Embora nascida em outros climas e cercada de outra gente, o seu inconsciente misticismo humanitário, herança dos avós maternos, que andavam sempre às voltas com a polícia dos czares, fê-la logo se identificar com a estranha gente que aqui veio encontrar. Aprendeu-lhe a linguagem, com seus vícios e idiotismos, tomou-lhe os hábitos, apreciou-lhe as comidas, mas sem perder nada da tenacidade, do *esprit de suite*, da decidida coragem da sua origem. Gostava muito da família do carteiro; mas, no seu íntimo, julgava-os dóceis demais, como que passivos, mal armados para a luta entre os maus e contra as insídias da vida.

Quando Clara lhe falou no empréstimo ou adiantamento, ela se espantou. Nunca a filha do “correio” lhe havia feito semelhante pedido — o que queria dizer aquilo? Não respondeu logo à solicitação e encarou firmemente, com o seu olhar translúcido e, no momento, duro, a filha do carteiro; e, por sua vez, indagou:

— Para que você quer esse dinheiro, Clarinha?

A moça, não podendo suportar a mirada da alemã, baixara os olhos; e, com voz sumida, explicou o suposto destino que ia dar à quantia pedida. Dona

Margarida não acreditou; e, continuando com o olhar a sondar inquisitorialmente Clara, observou com energia maternal:

— Clara, você não fala a verdade; você está escondendo alguma coisa.

A moça quis negar; mas dona Margarida, pressentindo que ela ocultava alguma coisa de grave, cercou-a de perguntas; e Clara não teve outro remédio senão confessar tudo. Ela chorou, mas dona Margarida, sem se deixar comover, durante toda a confissão, mais arrancada aos poucos do que mesmo narrada espontaneamente, foi pensando como agir. Encheu-se, dona Margarida, de uma infinita pena daquela desgraçada rapariga, dos seus pais, e mais profunda se tornava a pena, quando antevia o horrível destino da pobre Clara; entretanto, não deu qualquer demonstração do que lhe ia n'alma.

Num dado momento, sem dar-lhe a mínima explicação, dona Margarida ergueu-se e, dirigindo-se a Clara, ordenou imperiosamente:

— Vamos falar à sua mãe.

A filha do carteiro, sem fazer a mínima objeção, obedeceu. Ao chegar à casa de Joaquim, dona Engrácia estava no interior, inocentemente entregue aos seus afazeres domésticos. Entretanto, dona Margarida chamou de parte a mãe de Clara e começou a narrar-lhe o que havia acontecido com a filha. Dona Engrácia não se pôde conter. Logo que compreendeu a gravidade do fato, pôs-se a chorar copiosamente, a lastimar-se, a soluçar, dizendo entre um acesso de choro e outro:

— Mas, Clara!... Clara, minha filha!... Meu Deus, meu Deus!

A filha aproximou-se chorando; ajoelhou-se, juntou as mãos, em postura de oração, aos pés da mãe e, soluçando, repetiu:

— “Me perdoe”, mamãe! “Me perdoe”, pelo amor de Deus!

Dona Margarida, de pé, nada dizia e olhava com profunda e desmedida tristeza, que não se adivinhava na sua calma e na segurança do seu olhar, aquele quadro desolador do enxovalhamento de um pobre lar honesto.

Afinal, quando lhe pareceu que ambas estavam mais calmas, interveio:

— Você sabe, Clara, onde mora a família desse sujeito?

Clara, ainda soluçando, respondeu:

— Sei.

Dona Engrácia indagou:

— Para quê?

Dona Margarida explicou que, antes de qualquer procedimento e mesmo de comunicar o fato a “Seu” Joaquim, era conveniente entender-se com a

família de Cassi. Ela, dona Margarida, iria imediatamente à casa dele, acompanhada de Clara. Mãe e filha concordaram; e Clara vestiu-se.

A residência dos pais de Cassi ficava num subúrbio tido como elegante, porque lá também há estas distinções. Certas estações são assim consideradas, e certas partes de determinadas estações gozam, às vezes, dessa consideração, embora em si não o sejam. O Méier, por exemplo, em si mesmo não é tido como chique; mas a Boca do Mato é ou foi; Cascadura não goza de grande reputação de fidalguia, nem de outra qualquer prosápia distinta; mas Jacarepaguá, a que ele serve, desfruta da mais subida consideração.

A casa da família do famoso violeiro não ficava nas ruas fronteiras à *gare* da Central; mas numa transversal, cuidada, limpa e calçada de paralelepípedos. Nos subúrbios, há disso: ao lado de uma rua, quase oculta em seu cerrado matagal, topa-se uma catita, de ar urbano inteiramente. Indaga-se por que tal via pública mereceu tantos cuidados da edilidade, e os historiógrafos locais explicam: é porque nela, há anos, morou o deputado tal ou o ministro sicrano ou o intendente fulano.

Tinha boa aparência a residência da família do senhor Azevedo; mas quem a observasse com cuidado, concluiria que a parte imponente dela, a parte da cimalha, sacadas gradeadas e compoteiras ao alto, era nova. De fato, quando o pai de Cassi a comprou, a casa era um simples e modesto chalé, mas, com o tempo, e com ser sua vagarosa, mas segura, prosperidade, pôde ir, também devagar, aumentando o imóvel, dando um aspecto de boa burguesia remediada. Na frente, não era alto; o terreno, porém, inclinava-se rapidamente para os fundos, de forma que, nessa parte, havia um porão razoável, onde, ultimamente, habitava Cassi. O puxado, na traseira da casa, também tinha porão, porém, com maus quartos, que eram ocupados pelas galinhas do filho e por coisas velhas ou sem préstimo, que a família refugava, sem querer pôr fora de todo.

Dona Margarida tocou a campainha com decisão e subiu a pequena escada que dava acesso à casa. Disse à criada que desejava falar à dona da casa. Dona Salustiana, que esperava tudo, menos aquela visita portadora de semelhante mensagem, não tardou em mandar entrar as duas mulheres. Ambas estavam bem-vestidas e nada denunciava o que as trazia ali. Só Clara tinha os olhos vermelhos de chorar, mas passava despercebido. Chegou dona Salustiana e cumprimentou-as com grandes mostras de si mesma. Dona Margarida, sem hesitação, contou o que havia. A mãe de Cassi, depois de ouvi-la, pensou um pouco e disse com ar um tanto irônico:

— Que é que a senhora quer que eu faça?

Até ali, Clara não dissera palavra; e dona Salustiana, mesmo antes de saber que aquela moça era mais uma vítima da libidinagem do filho, quase não a olhava; e, se o fazia, era com evidente desdém. A moça foi notando isso e encheu-se de raiva, de rancor por aquela humilhação por que passava, além de tudo que sofria e havia ainda de sofrer.

Ao ouvir a pergunta de dona Salustiana, não se pôde conter e respondeu como fora de si:

— Que se case comigo.

Dona Salustiana ficou lívida; a intervenção da mulatinha a exasperou. Olhou-a cheia de malvadez e indignação, demorando o olhar propositadamente. Por fim, expectorou:

— Que é que você diz, sua negra?

Dona Margarida, não dando tempo a que Clara repelisse o insulto, imediatamente, erguendo a voz, falou com energia sobranceira:

— Clara tem razão. O que ela pede é justo; e fique a senhora sabendo que nós aqui estamos para pedir justiça e não para ouvir desaforos.

Dona Salustiana voltou-se para dona Margarida e perguntou, pronunciando, devagar, as palavras, como para se dar importância:

— Quem é a senhora, para falar alto em minha casa?

Dona Margarida não se intimidou:

— Sou eu mesma, minha senhora; que, quando se decide a fazer uma coisa de justo, nada a atemoriza.

Foi calmamente que dona Margarida falou; e, à vista dessa atitude, dona Salustiana resolveu mudar de tática. Gritou para as filhas:

— Catarina! Irene! Venham cá que esta mulher está me insultando.

As moças acudiram e, contemplando o ar enérgico da teuto-eslava e a figura lastimosa de Clara, compreenderam que Cassi estava no meio. Acalmaram a mãe e indagaram do sucedido; dona Margarida explicou; mas, quando se falou em casamento de Cassi, dona Salustiana prorrompeu:

— Ora, vejam vocês só! É possível? É possível admitir-se meu filho casado com esta...

As filhas intervieram:

— Que é isto, mamãe?

A velha continuou:

— Casado com gente dessa laia... Qual!... Que diria meu avô, Lorde Jones, que foi cônsul da Inglaterra em Santa Catarina — que diria ele, se visse

tal vergonha? Qual!

Parou um pouco de falar; e, após instantes, aduziu:

— Engraçado, essas sujeitas! Queixam-se de que abusaram delas... É sempre a mesma cantiga... Por acaso, meu filho as amarra, as amordaça, as ameaça com faca e revólver? Não. A culpa é delas, só delas...

Dona Margarida ia perguntar: “Que decide, então?” — quando se ouviram passos na escada. Era o dono da casa. Entrando e deparando-se-lhe aquele quadro, suspendeu os passos e parou no meio da sala.

Olhou tudo e todos e perguntou:

— Que há?

— Papai — ia dizendo uma das filhas. — Mas sabendo, por aí, quem era aquele homem, Clara correu para ele, ajoelhou-se e implorou:

— Tenha pena de mim, “Seu” Azevedo! Tenha pena de uma infeliz! Seu filho me desgraçou!

O velho Azevedo descansou os embrulhos, levantou a moça, fê-la sentar-se; e ele, sentando-se por sua vez, pôs-se a olhar, cheio de pena, o dorido rosto da rapariga. Todos os olhos se fixaram nele; ninguém respirava. Afinal, Azevedo falou:

— Minha filha, eu não te posso fazer nada. Não tenho nenhuma espécie de autoridade sobre “ele”... Já o amaldiçoei... Demais, “ele” fugiu e eu já esperava que essa fuga fosse para esconder mais alguma das suas ignóbeis perversidades... Tu, minha filha, te ajoelhaste diante de mim ainda agora. Era eu que devia ajoelhar-me diante de ti, para te pedir perdão por ter dado vida a esse bandido — que é o meu filho... Eu, como pai, não o perdoo; mas peço que Deus me perdoe o crime de ser pai de tão horrível homem... Minha filha, tem dó de mim, deste pobre velho, deste amargurado pai, que há dez anos sofre as ignomínias que meu filho espalha por aí, mais do que ele... Não te posso fazer nada... Perdoa-me, minha filha! Cria teu filho e me procura se...

Não acabou a frase. A voz sumiu-se; ele descaiu o corpo sobre a cadeira e os olhos se foram tornando inchados.

As filhas acudiram, a mulher também; e uma daquelas, chorando, pediu à Clara e à dona Margarida:

— É favor, minhas senhoras; retirem-se, sim?

Na rua, Clara pensou em tudo aquilo, naquela dolorosa cena que tinha presenciado e no vexame que sofrera. Agora é que tinha a noção exata da sua situação na sociedade. Fora preciso ser ofendida irremediavelmente nos seus melindres de solteira, ouvir os desaforos da mãe do seu algoz, para se convencer

de que ela não era uma moça como as outras; era muito menos no conceito de todos. Bem fazia adivinhar isso, seu padrinho! Coitado!...

A educação que recebera, de mimos e vigilâncias, era errônea. Ela devia ter aprendido da boca dos seus pais que a sua honestidade de moça e de mulher tinha todos por inimigos, mas isto ao vivo, com exemplos, claramente... O bonde vinha cheio. Olhou todos aqueles homens e mulheres... Não haveria um talvez, entre toda aquela gente de ambos os sexos, que não fosse indiferente à sua desgraça... Ora, uma mulatinha, filha de um carteiro! O que era preciso, tanto a ela como às suas iguais, era educar o caráter, revestir-se de vontade, como possuía essa varonil dona Margarida, para se defender de Cassis e semelhantes, e bater-se contra todos os que se opusessem, por este ou aquele modo, contra a elevação dela, social e moralmente. Nada a fazia inferior às outras, senão o conceito geral e a covardia com que elas o admitiam...

Chegaram em casa; Joaquim ainda não tinha vindo. Dona Margarida relatou a entrevista, por entre o choro e os soluços da filha e da mãe.

Num dado momento, Clara ergueu-se da cadeira em que se sentara e abraçou muito fortemente sua mãe, dizendo, com um grande acento de desespero:

— Mamãe! Mamãe!

— Que é, minha filha?

— Nós não somos nada nesta vida.

*Todos os Santos (Rio de Janeiro),
dezembro de 1921 — janeiro de 1922.*

FIM

LIMA BARRETO



VOLUME 2

Histórias e sonhos

Outros contos

Diário íntimo

Diário do hospício

Cemitério dos vivos



**EDITORA
NOVA
FRONTEIRA**

AMPLIUS!

Amplius! Amplius!
Sim; sempre mais longe

Como me parecesse necessário um prefácio para essa coletânea de contos e fantasias de várias épocas e coisas de minha vida, julguei-me no direito de republicar, à testa dela, as linhas que se seguem, com o título acima, editadas poucos meses depois do aparecimento do meu livro *Triste fim de Policarpo Quaresma*.

Apareceram em um jornal de grande circulação da cidade do Rio de Janeiro, *A Época*, e eu tive com elas o intuito de esclarecer o que poderia haver de obscuro em certas passagens dos meus humildes trabalhos. Trata-se agora de contos e coisas parecidas, mais do que nunca elas me parecem necessárias à boa inteligência do que a minha mão inábil quis dizer e não soube; e eu as transcrevo aqui, na suposição de que não são demais.

Ei-las como saíram em setembro de 1916:

Tendo publicado há poucos meses um livro, poderá parecer a alguns leitores que estas linhas se destinam a responder críticas feitas à minha humilde obra. Não há tal. Já não sou mais menino e, desde que me meti nessas coisas de letras, foi com toda a decisão, sinceridade e firme desejo de ir até ao fim.

Quem, como eu, logo ao nascer, está exposto à crítica fácil de toda gente, entra logo na vida, se quer viver, disposto a não se incomodar com ela.

A única crítica que me aborrece é a do silêncio, mas esta é determinada pelos invejosos impotentes que foram chamados a coisas de letras, para enriquecerem e imperarem. Deus os perdoe, pois afirma Carlyle que “*men of letters are a perpetual priesthood*”.

De resto, todos os críticos só tiveram gabos para a minha modesta novela; e, se não fora alguns me serem quase desconhecidos, temeria que fossem inimigos disfarçados que conspirassem para me matar de vaidade.

A razão destas linhas é outra, muito outra, e eu explico já.

A emoção do recebimento de uma carta anônima só me foi dado experimentar ultimamente. Muitas dessas coisas banais da vida têm-me chegado assim tardiamente e algumas, pouco corriqueiras, antes do tempo normal aos outros.

A carta era anônima, mas absolutamente não era injuriosa.

Vinha escrita em linda letra e eu tenho pena em não acreditá-la feminina, pois se fosse meteria uma inveja doida aos galantes dos cinemas e maxixes da moda, linda gente feita de pedacinhos de mulheres feias.

Não tive portanto a emoção da carta anônima, pois a missiva era cortês, fazendo, sobre o meu *Policarpo*, reparos sagazes e originais.

Simpatizei tanto com o escrito que não pude furtar-me ao desejo de responder, de qualquer forma que pudesse, ao desconhecido autor.

É o que pretendo fazer aqui.

Apesar de toda a inteligência que ressuma das palavras que a epístola contém, não me parece que o autor estivesse, em certos quarteirões, muito fora das modas de ver da nossa retórica usual.

Percebi que tem de estilo a noção corrente entre leigos e... literatos, isto é, uma forma excepcional de escrever, rica de vocábulos, cheia de ênfase e arrebiques, e não como se o deve entender com o único critério justo e seguro: uma maneira permanente de dizer, de se exprimir o escritor, de acordo com o que quer comunicar e transmitir.

Como não tocasse de frente em tal questão, deixo de parte semelhante ponto e reservo uma resposta mais ampla, detalhada para qualquer crítico ulterior.

Veremos, então, se Descartes tem ou não estilo; e se Bossuet é ou não um estilo.

O que, porém, me faz contestar o meu amável correspondente anônimo é a sua insistência em me falar na Grécia, na Hélade sagrada etc. etc.

Implico solenemente com a Grécia, ou melhor: implico solenemente com os nossos cloróticos gregos da Barra da Corda e pançudos helenos da praia do Flamengo (vide banhos e mar).

Sainte-Beuve disse algures que, de cinquenta em cinquenta anos, fazíamos da Grécia uma ideia nova. Tinha razão.

Ainda há bem pouco o sr. Teodoro Reinach, que deve entender bem dessas coisas de Grécia, vinha dizer que Safo não era nada disso que nós dela pensamos; que era assim como Mme. Sevigné. Devia-se interpretar a sua linguagem misturada de fogo, no dizer de Plutarco, como uma pura exaltação

da mulher. A poesia sáfica seria, em relação à mulher, o que o diálogo de Platão é em relação ao homem. Houve escândalo.

Não é este o único detalhe, entre muitos, para mostrar de que maneira podem variar as nossas ideias sobre a velha Grécia.

Creio que, pela mesma época em que o sr. T. Reinach lia, na sessão das cinco Academias reunidas, o resultado das suas investigações sobre Safo se representou na Ópera, de Paris, um drama lírico de Saint-Saëns — *Djanira*. Sabem os leitores como vinham vestidos os personagens? Sabem? Com o que nós chamamos nas casas das nossas famílias pobres — colchas de retalhos. Li isto em um folhetim do senhor P. Lalo, no *Temps*.

Esta modificação no trajar tradicional dos heróis gregos, pois se tratava deles no drama, obedecia a injunções das últimas descobertas arqueológicas. O meu simpático missivista pode ver por aí como a sua Grécia é, para nós, instável.

Em matéria de escultura grega, podia eu, com o muito pouco que sei sobre ela, epilogar bastamente. É suficiente lembrar que era regra admitida pelos artistas da Renascença que, de acordo com os preceitos gregos, as obras esculturais não podiam ser pintadas.

É que eles tinham visto os mármores gregos lavados pelas chuvas; entretanto, hoje, segundo Max Collignon, está admitido que as frisas do Partenon eram coloridas.

A nossa Grécia varia muito e o que nos resta dela são ossos descarnados, insuficientes talvez para recompô-la como foi em vida, e totalmente incapazes para nos mostrar ela viva, a sua alma, as ideias que a animavam, os sonhos que queria ver realizados na Terra, segundo os seus pensamentos religiosos.

Atermo-nos a eles, assim variável e fugidia, é impedir que realizemos o nosso ideal, aquele que está na nossa consciência, vivo no fundo de nós mesmos, para procurar a beleza em uma carcaça cujos ossos já se fazem pó.

Ela não nos pode mais falar, talvez nem mesmo balbuciar, e o que nos tinha a dar já nos deu e vive em nós inconscientemente.

Como se vê, o meu correspondente está preso a ideias mortas; e, em matéria de novela, por certas notações que faz, à minha, se não está jungida a um pensamento morto, deixou-se prender por uma generalização que a experiência do gênero não legitima.

Estranha o meu inesperado correspondente que o meu modesto livro fuja à questão de amor; não seja ela o eixo do livro. Mas, caro senhor, essa questão nunca foi primordial no romance.

Nem os antigos, nem os modernos. Nem nos franceses, nem nos espanhóis. Se o senhor me cita *Dáfnis e Cloé*, eu cito o *Satiricon*; se o senhor me cita a *Princesse de Clèves*, eu lhe apresento *Lazarillo de Tormes*.

Nos grandes mestres modernos, Balzac, Tolstói, Turguêniev, Dostoiévski, quase sempre o amor é levado para o segundo plano; e essa sua generalização de que o primordial do romance, e seu característico, por assim dizer, é tratar de uma aventura de amor, é tão verdadeira e necessária como aquela regra das três unidades, em matéria de drama e tragédia, de que os críticos antigos faziam tanta questão, citando Aristóteles, que nunca a tinha estabelecido.

Parece-me que o nosso dever de escritores sinceros e honestos é deixar de lado todas as velhas regras, toda a disciplina exterior dos gêneros, e aproveitar de cada um deles o que puder e procurar, conforme a inspiração própria, para tentar reformar certas usanças, sugerir dúvidas, levantar julgamentos adormecidos, difundir as nossas grandes e altas emoções em face do mundo e do sofrimento dos homens, para soldar, ligar a humanidade em uma maior, em que caibam todas, pela revelação das almas individuais e do que elas têm em comum e dependente entre si.

A literatura do nosso tempo vem sendo isso nas suas maiores manifestações, e possa ela realizar, pela virtude da forma, não mais a tal beleza perfeita da falecida Grécia, que já foi realizada; não mais a exaltação do amor que nunca esteve a perecer; mas a comunhão dos homens de todas as raças e classes, fazendo que todos se compreendam, na infinita dor de serem homens, e se entendam sob o açoite da vida, para maior glória e perfeição da humanidade.

É ideal dos nossos dias que é ainda beleza a palpar nas suas mais altas manifestações espirituais; e não, como o meu correspondente pensa, o ressurgimento de concepções desaparecidas, de que só conhecemos poucas e raras manifestações exteriores, que só podem entorpecer a marcha da nossa triste humanidade para uma exata e mais perfeita compreensão dela mesma.

Não desejamos mais uma literatura contemplativa, o que raramente ela foi; não é mais uma literatura plástica que queremos, a encontrar beleza em deuses para sempre mortos, manequins atualmente, pois a alma que os animava já se evoluiu com a morte dos que os adoravam.

Não é isso que os nossos dias pedem; mas uma literatura militante para maior glória da nossa espécie na terra e mesmo no Céu.

O meu correspondente acusa-me também de empregar processos de jornalismo nos meus romances, principalmente no primeiro.

Poderia responder-lhe que, em geral, os chamados processos do jornalismo vieram do romance; mas mesmo que, nos meus, se dê o contrário, não lhes vejo mal algum, desde que eles contribuam por menos que seja para comunicar o que observo; desde que possam concorrer para diminuir os motivos de desinteligência entre os homens que me cercam.

Se conseguirem isso, por pouco que seja, dou-me por satisfeito, pois todos os meios são bons quando o fim é alto; e já Brunetière me disse que o era, ao sonhar em esforçar-me, na medida das minhas forças, para fazer entrar no patrimônio comum do espírito dos meus contemporâneos, consolidando pela virtude da forma tudo o que interessa o uso da vida, a direção da conduta e o problema do nosso destino.

E, como ele queria, assim como querem todos os mestres, eu tento também executar esse ideal em uma língua inteligível a todos, para que todos possam chegar facilmente à compreensão daquilo a que cheguei através de tantas angústias. No mundo, não há certezas, nem mesmo em geometria; e, se alguma há, é aquela que está nos Evangelhos: amai-vos uns aos outros.

Para atingir tão alto escopo, tudo serve; e, como são Francisco Xavier, todos nós, que andamos em missão entre hindus, separados em castas hostis, entre malaios ferozes e pérfidos, entre japoneses que se guerreiam feudalmente; todos nós, dizia eu, só devemos ter a divisa do Santo: “Amplius! Amplius!” Sim; sempre mais longe!

HISTÓRIAS E SONHOS

O MOLEQUE

A Arnaldo Damasceno Vieira

Reclus, na sua *Geografia universal*, tratando do Brasil, notava a necessidade de conservarmos os nomes tupis dos lugares de uma terra. Têm eles, diz o grande geógrafo, a vantagem de possuir quase todos um sentido claro, muito claro, nas suas palavras, exprimindo algum fato da natureza, a cor das águas correntes, a altura, a forma ou o aspecto dos rochedos, a vegetação ou a aridez da região. No Rio de Janeiro, há de fato nomes tupis tão eloquentes, para traduzir a forma ou o encanto dos lugares, que ficamos pasmos, quando lhes sabemos a significação, com o poder poético, com a força de emoção superior de que eram capazes os primitivos canibais habitantes desta região, diante dos aspectos da natureza tão bela e singular que é a que cerca e limita nossa cidade. Bastam os nomes da baía. Como não traduz bem a sua sedução, o seu recato, a sua fascinação, o nome: Guanabara — seio do mar? E se o mar abriu aqui um seio foi para nele esconder as suas águas.

— Niterói — água escondida.

Esses nomes tupis, nos acidentes naturais das cercanias da cidade, são os documentos mais antigos que ela possui das vidas que aqui floresceram e morreram. Edificada em um terreno que é o mais antigo do globo, nos depósitos sedimentares das velhas regiões, até hoje não se encontram vestígios quaisquer da vida pré-histórica. A terra é velha, mas as vidas que viveram nela não deixaram, ao que parece, nenhum traço direto ou indireto de sua passagem. Os mais antigos testemunhos das existências anteriores às nossas, que por aqui passaram, são esses nomes em linguagem dos índios que habitavam estes lugares; e são assim bem recentes, relativamente.

Há, parece, na fatalidade destas terras, uma necessidade de não conservar impressões das sucessivas camadas de vida que elas deviam ter presenciado o desenvolvimento e o desaparecimento [sic]. Estes nomes tupaicos mesmo tendem a desaparecer, e todos sabem que, quando uma turma de trabalhadores,

em escavações de qualquer natureza, encontra uma igaçaba, logo se apressam em parti-la, em destruí-la como coisa demoníaca ou indigna de ficar entre os de hoje. A pobre talha mortuária dos tamboios é sacrificada impiedosamente.

Frágeis eram os artefatos dos índios e todas as suas outras obras; frágeis são também as nossas de hoje, tanto assim que os mais antigos monumentos do Rio são de século e meio; e a cidade vai já para o caminho dos quatrocentos anos.

O nosso granito vetusto, tão velho quanto a terra, sobre o qual repousa a cidade, capricha em querer o frágil, o pouco duradouro. A sua grandeza e a sua antiguidade não admitem rivais.

Ainda hoje esse espírito do lugar domina a construção dos nossos edifícios públicos e particulares, que estão a rachar e a desabar, a todo instante. É como se a terra não deseje que fiquem nela outras criações, outras vidas, senão as florestas que ela gera, e os animais que nestas vivem.

Ela as faz brotar, apesar de tudo, para sustentar e ostentar um instante, vidas que devem desaparecer sem deixar vestígios. Estranho capricho...

Quer ser um recolhimento, um lugar de repouso, de parada, para o turbilhão que arrasta a criação a constantes mudanças nos seres vivos; mas só isto, continuando ela firme, inabalável, gerando e recebendo vidas, mas de tal modo que as novas que vierem não possam saber quais foram as que lhes antecederam.

Desde que as suas rochas surgiram, quantas formas de vida ela já viu? Inúmeras, milhares; mas de nenhuma quis guardar uma lembrança, uma relíquia, para que a Vida não acreditasse que podia rivalizar com a sua eternidade.

Mesmo os nomes índios, como já foi observado, se apagam, vão se apagando, para dar lugar a nomes banais de figurões ainda mais banais, de forma que essa pequena antiguidade de quatro séculos desaparecerá em breve, as novas denominações talvez não durem tanto.

Nenhum testemunho, dentro em pouco, haverá das almas que eles representam, dessas consciências tamboias que tentaram, com tais apelidos, macular a virgindade da incalculável duração da terra. Sapopemba é já um general qualquer, e tantos outros lugares do Rio de Janeiro vão perdendo insensivelmente os seus nomes tupis.

Inhaúma é ainda dos poucos lugares da cidade que conserva o seu primitivo nome caboclo, zombando dos esforços dos nossos edis para apagá-lo.

É um subúrbio de gente pobre, e o bonde que lá leva atravessa umas ruas de largura desigual, que, não se sabe por quê, ora são muito estreitas, ora muito

largas, bordadas de casas e casitas sem que nelas se depare um jardinzinho mais tratado ou se lobrigue, aos fundos, uma horta mais viçosa. Há, porém, robustas e velhas mangueiras que protestam contra aquele abandono da terra. Fogem para lá, sobretudo para seus morros e escuros arredores, aqueles que ainda querem cultivar a Divindade como seus avós. Nas suas redondezas, é o lugar das macumbas, das práticas de feitiçaria com que a teologia da polícia implica, pois não pode admitir nas nossas almas depósitos de crenças ancestrais. O espiritismo se mistura a eles e a sua difusão é pasmosa. A Igreja católica unicamente não satisfaz o nosso povo humilde. É quase abstrata para ele, teórica. Da divindade, não dá, apesar das imagens, de água benta e outros objetos do seu culto, nenhum sinal palpável, tangível de que ela está presente. O padre, para o grosso do povo, não se comunica no mal com ela; mas o médium, o feitiçeiro, o macumbeiro, se não a recebem nos seus transe, recebem, entretanto, almas e espíritos que, por já não serem mais da terra, estão mais perto de Deus e participam um pouco da sua eterna e imensa sabedoria.

Os médiuns que curam merecem mais respeito e veneração que os mais famosos médicos da moda. Os seus milagres são contados de boca em boca, e a gente de todas as condições e matizes de raça a eles recorre nos seus desesperos de perder a saúde e ir ao encontro da Morte. O curioso — o que era preciso estudar mais devagar — é o amálgama de tantas crenças desencontradas a que preside a Igreja católica com os seus santos e beatos. A feitiçaria, o espiritismo, a cartomancia e a hagiologia católica se baralham naquelas práticas, de modo que faz parecer que de tal baralhamento de sentimentos religiosos possa vir nascer uma grande religião, como nasceram de semelhantes misturas as maiores religiões históricas.

Na confusão do seu pensamento religioso, nas necessidades presentes de sua pobreza, nos seus embates morais e dos familiares, cada uma dessas crenças atende a uma solicitação de cada uma daquelas almas, e a cada instante de suas necessidades.

A gravidade de pensamento que todo esse espetáculo provoca e as lembranças históricas que acodem fazem perguntar se a terra, que não tem querido guardar na sua grandeza traços das vidas e das almas que por elas têm passado, ainda desta vez, não consentirá que fiquem vestígios, pegadas, impressões das atuais que, nela, hoje sofrem e mergulham, a seu modo, no Mistério que nos cerca, para esquecê-las soturnamente; e pensa-se isto sob a luz do sol, alegre, clara, forte e alta, que recorta no céu azul as montanhas que se

alongam para tocá-lo, tal como se vê nesse lugar de Inhaúma, antiga aldeia de índios, a serra dos Órgãos, solene, soberba...

Numa das ruas desse humilde arrebalde, antes trilho que mesmo rua, em que as águas cavaram sulcos caprichosos, todo ele bordado de maricás que, quando floriam, tocavam-se de flocos brancos, morava em um barracão dona Felismina.

O “barracão” é uma espécie arquitetônica muito curiosa e muito especial àquelas paragens da cidade. Não é a nossa conhecida choupana de sapê e de paredes “a sopapos”. É menos e é mais. É menos, porque em geral é menor, com muito menos acomodações; e mais, porque a cobertura é mais civilizada; é de zinco ou de telhas. Há duas espécies. Em uma, as paredes são feitas de tábuas; às vezes, verdadeiramente tábuas; em outras, de pedaços de caixões. A espécie, mais aparentada com o nosso “rancho” roceiro, possui as paredes como este: são de taipa. Estes últimos são mais baixos e a vegetação das bordas das ruas e caminhos os dissimula, aos olhos dos transeuntes; mas aqueles têm mais porte e não se envergonham de ser vistos. Há alguns com dois aposentos; mas quase sempre, tanto os de uma como de outra espécie, só possuem um. A cozinha é feita fora, sob um telheiro tosco, um puxado no telhado da edificação, para aproveitar o abrigo de uma das paredes da barraca; e tudo cercado do mais desolador abandono. Se o morador cria galinhas, elas vivem soltas, dormem nas árvores, misturam-se com as dos vizinhos e, por isso, provocam rixas violentas entre mulheres e maridos, quando disputam a posse dos ovos.

Por vezes, no fundo, na frente ou aos lados deles, há uma árvore de mais vulto: um cajueiro, um mamoeiro, uma pitangueira, uma jaqueira, uma laranjeira; mas nenhum sinal de amanho do terreno, de tentativa de cultura, a não ser um canteirozinho com uns pés de manjerição ou alecrim. Isto às vezes; e, às vezes também, uma touceira de bananeira.

A guaxima cresce, e o capim, e a vassourinha, e o carrapicho e outros arbustos silvestres e tenazes.

O barracão de dona Felismina era de um só aposento, mas o da vizinha, dona Emerenciana, tinha dois. Eram ambos da primeira espécie. Dona Emerenciana era casada com o senhor Romualdo, servente ou coisa que o valha em uma dependência da grande oficina do Trajano. Era preta como dona Felismina e honesta como ela. Defronte ficava a residência da Antônia, uma rapariga branca, com dois filhos pequenos, sempre sujos e rotos. A sua residência era mais modesta: as paredes do seu barraco eram de taipa.

A vizinhança, ao mesmo tempo que falava dela, tinha-lhe piedade:

— Coitada! Uma desgraçada! Uma perdida!

Era bem nova ela, mas fanada pelo sofrimento e pela miséria. Com os seus vinte e poucos anos de idade, de boas feições, mesmo delicadas, a sua história devia ser a triste história de todas essas raparigas por aí...

Mal comendo, ela e os filhos; mal tendo com que se cobrir, todas as manhãs, quando saía a comprar um pouco de café e açúcar, na venda do Antunes, e, na padaria do Camargo, um pão — que lhe teria custado, quem sabe! que profunda provação no seu pudor de mulher, para ganhá-lo — não se esquecia nunca de colher pelo caminho uns “boas-noites”, umas flores de melão-de-são-caetano, de pinhão, de quaresma, de manacás, de maricás — o que encontrasse — para enfeitar-se ou trazê-las nas mãos, em ramilhete.

Todos da rua dos Maricás — era este o nome daquele trilho de Inhaúma — conheciam-lhe a vida, mas com a piedade e compaixão próprias à ternura do coração do povo humilde pela desgraça, tratavam-na como outra fosse ela e a socorriam nas suas horas de maiores aflições. Só o Antunes, o da venda, com o seu empedernido coração de futuro grande burguês, é que dizia, se lhe perguntavam quem era:

— Uma vagabunda.

Dona Felismina gozava de toda a consideração nas cercanias e até de crédito, tanto no Antunes, como no Camargo da padaria. Além de lavar para fora, tinha uma pequena pensão que lhe deixara o marido, guarda-freios da Central, morto em um desastre. Era uma preta de meia-idade, mas já sem atrativo algum. Tudo nela era dependurado e todas as suas carnes, flácidas. Lavava todo o dia e todo o dia vivia preocupada com o seu humilde mister. Ninguém lhe sabia uma falta, um desgarro qualquer, e todos a respeitavam pela sua honra e virtude. Era das pessoas mais estimadas da ruela e todos depositavam na humilde crioula a maior confiança. Só a Baiana tinha-a mais. Esta, porém, era “rica”. Morava em uma das poucas casas de tijolo da rua dos Espinhos, casa que era dela. Vendedora de angu, em outros tempos, conseguira juntar alguma coisa e adquirira aquela casita, a mais bem tratada da rua. Tinha “homem” em quanto lhe servia; e, quando ele vinha aborrecê-la, mandava-o embora, mesmo a cabo de vassoura. Muito enérgica e animosa, possuía uma piedade contida que se revelou perfeitamente numa aventura curiosa de sua vida. Uma manhã, havia cinco ou seis anos, saindo com o seu tabuleiro de angu, encontrou em uma calçada um embrulho um tanto grande. Arriou o tabuleiro e foi ver o que era. Era uma criança, branca — uma menina. Deu os

passos necessários e criava a criança, que, nas imediações, era conhecida por “Baianinha”. E, ao ir às compras na venda, o caixeiro lhe dizia por brincadeira:

— “Baianinha”, tua mãe é negra.

A pequena arrufava-se e respondia com indignação:

— Negra é tu, “seu” burro!

A Baiana, porém, era “rica”, estava mais distante. Dona Felismina, porém, ficava mais próximo da vida de toda aquela gente da rua. Os seus conselhos eram ouvidos e procurados, e os seus remédios eram aceitos como se partissem da prescrição de um doutor. Ninguém como ela sabia dar um chá conveniente, nem aconselhar em casos de dissídias domésticas. Detestava a feitiçaria, os bruxedos, os macumbeiros, com as suas orgias e barulhadas; mas inclinava-se para o espiritismo, frequentando as sessões do “seu” Frederico, um antigo colega do seu marido, mas branco, que morava adiante, um pouco acima. Além da medicina de chás e tisanas, ela aconselhava àquela gente os medicamentos homeopáticos. A beladona, o acônito, a briônia, o enxofre, eram os seus remédios preferidos e quase sempre os tinha em casa, para o seu uso e dos outros.

Certa vez salvou um dos filhos da Antônia de uma convulsão e esta lhe ficou tão grata que chegou a prometer que se emendaria.

Dona Felismina morava com o seu filho José, o Zeca, um pretinho de pele de veludo, macia de acariciar o olhar, com a carapinha sempre aparada pelos cuidados da mão de sua mãe, e também com as roupas sempre limpas, graças também aos cuidados dela.

Tinha todos os traços de sua raça, os bons e os maus; e muita doçura e tristeza vaga nos pequenos olhos que quase ficavam no mesmo plano da testa estreita.

Era-lhe este seu filho o seu braço direito, o seu único esteio, o arrimo de sua vida com os seus nove ou dez anos de idade. Doce, resignado e obediente, não havia ordem de sua mãe que ele não cumprisse religiosamente. De manhã, o seu encargo era levar e trazer a roupa dos fregueses; e ele carregava os tabuleiros de roupa e trazia as trouxas; sem o menor desvio de caminho. Se ia à casa do “seu” Carvalho, ia até lá, entregava ou recebia a roupa e voltava sem fazer a menor traquinada, a menor escapada de criança por aquelas ruas que são mais estradas que rua mesmo. Almoçava e a mãe quase sempre precisava:

— Zeca, vai à venda e traz dois tostões de sabão “regador”.

Na venda, entre todo aquele pessoal tão especial e curioso das vendas suburbanas: carroceiros, verdureiros, carvoeiros, de passagens; habitués do

parati, como os há na cidade de chope; conversadores da vizinhança, gente sem ter que fazer que não se sabe como vive, mas que vive honestamente; um ou outro degradado da sua condição anterior ou nascimento — entre toda essa gente, Zeca era mais imperioso e gritava:

— Caixeiro, “mi” serve já. Dois tostões de sabão “regador”!

Se o caixeiro estava atendendo à dona Aninha, mulher do servente dos telégrafos, Fortes, e não vinha atendê-lo logo, Zeca insistia, fingindo-se irritado:

— “Mi despache”, caixeiro! Dois tostões de sabão “regador”.

“Seu” Eduardo, o caixeiro, que era bom e habituado a suportar a insolência dos pequenos que vão às compras, fazia docemente:

— Espere, menino. Você não vê que estou servindo, aqui, a dona Aninha!

A mãe tinha vontade de pô-lo no colégio; ela sentia a necessidade disso todas as vezes que era obrigada a somar os réis. Não sabendo ler, escrever e contar, tinha que pedir a “seu” Frederico, aquele “branco” que fora colega de seu marido. Mas, pondo-o no colégio, quem havia de levar-lhe e trazer-lhe a roupa? Quem havia de fazer-lhe as compras?

À tarde, Zeca descansava, brincava com as crianças do lugar um pouco; mas, ao anoitecer, já estava perto da mãe que remendava a roupa dos fregueses, à luz do lampião de querosene, cuja fumaça enegrecia o zinco do teto do barracão.

Se bem fosse com a mãe todos os meses receber a módica pensão que o pai deixara, na Caixa dos Guarda-Freios, o seu sonho não era viver no centro da cidade, nas suas ruas brilhantes, cheias de bondes, automóveis, carroças e gente. Zeca desprezava aquilo tudo. O seu sonho era o Engenho de Dentro e o seu cinema. Ter dinheiro para ir sempre a ele, ver-lhe instantaneamente as “fitas” que os grandes cartazes anunciavam e o tímpano a soar continuamente insistia no convite de vê-las. Quando sua mãe permitia, aos domingos, com outra criança ajuizada da vizinhança, ia até à estação, até lá, defronte do fascinante cinema. Encostava-se, então, à grade da estrada de ferro e ficava a olhar, no alto, minutos a fio, aqueles grandes painéis, cheios de grandes figuras, deslumbrantes na sua cercadura de lâmpadas elétricas, como se tudo aquilo fosse uma promessa de felicidade. Como atingiria aquilo? O céu talvez não fosse mais belo... Em cima dos seus tamancos domingueiros, com o terno de casimira que a caridade do coronel Castro lhe dera, e a tesoura de sua mãe adaptara a seu corpo, ele, fascinado, não pensava senão naquele cinema brilhante de luzes e apinhado de povo. Nem o apito dos trens o distraía e só a passagem dos bondes elétricos aborrecia-o um pouco, por lhe tirar vista do

divertimento. Não tinha inveja dos que entravam; o que ele queria era entrar também.

Como havia de ser uma “fita”? As moças se moviam sob luzes? Como faziam-nas grandes, parecidas? Como apareciam os homens tal e qual? As árvores e as ruas? E sem falar, como é que tudo aquilo falava?

Podia ter dinheiro para ir, pois, em geral, sempre os fregueses de sua mãe lhe davam um níquel ou outro; mas, mal os apanhava, levava-os à mãe que sempre andava necessitada deles, para a compra do trincal, do polvilho, do sabão e mesmo para a comida que comiam. Distraí-los com o cinema seria feio e ingratitude para com a sua mãe. Um dia havia de ir ao cinema, sem sacrificá-la, sem enganá-la, como mau filho. Ele não o era como o Carlos que furtava os do próprio pai...

Zeca, por seu procedimento, pela sua dedicação à mãe, era muito estimado de todos e todos lhe davam gratificações, gorjetas, balas, frutas, quando ia entregar ou buscar a roupa.

Muitos se interessavam com a mãe, para pô-lo em um recolhimento, em um asilo; ela, porém, embora quisesse vê-lo sabendo ler, sempre objetava, e com razão, a necessidade que tinha dos seus serviços, pois era este seu único filho o braço direito dela, seu único auxílio, o seu único “homem”.

Uma vez quase cedeu. O “seu” Castro, o coronel, empregado aposentado da alfândega, conhecido em Inhaúma pelo seu gênio benfazejo e seu infortúnio com filhos e filhas, viera-lhe até à sua própria casa, até àquele barracão, naquela modesta rua, bordada de um lado e outro de sebes de maricás e de “pinhão”, e expôs-lhe a que vinha. Dona Felismina respondeu-lhe com lágrimas nos olhos:

— Não posso, “seu” coronel; não posso... Como hei de viver sem ele? É ele quem me ajuda... Sei bem que é preciso aprender, saber, mas...

— Você vai lá para casa, Felismina; e não precisa estar se matando.

Titubeou a rapariga e o velho funcionário compreendeu, pois desde há muito já tinha compreendido, na gente de cor, especialmente nas negras, esse amor, esse apego à casa própria, à sua choupana, ao seu rancho, ao seu barracão — uma espécie de Protesto de Posse contra a dependência da escravidão que sofreram durante séculos. Apesar da recusa, o coronel Castro, em quem a idade e as desgraças domésticas tinham mais enchido de bondade o seu coração naturalmente bom, nunca deixou de interessar-se pela criança, que o penalizava excessivamente. A sua meiguice, a sua resignação, aquele árduo trabalho diário para a sua idade eram motivos para que o velho e tristonho aposentado sempre a olhasse com a mais extremada simpatia. Quando o pretinho ia à sua casa

levar-lhe a sua ou a roupa das filhas, dava-lhe sempre qualquer coisa, puxava-lhe a língua, perguntava-lhe pelas suas necessidades.

Certo dia, em começo do ano, o pequeno Zeca chegou-lhe em casa com a fisionomia um tanto transtornada. Parecia ter chorado e muito. O coronel, homem para quem, como disse um sábio, não havia nada insignificante e desprezível que pudesse causar dor ou prazer à mais humilde criatura, que não merecesse a atenção do filósofo — o coronel interrogou-o sobre o motivo de sua mágoa.

— Foi tua mãe?

— Não, “seu” coronel.

— Que foi, então, Zeca?

O pequeno não quis dizer e não cessava de olhar o chão, de encará-lo, de cravá-lo, de cavá-lo, de enterrar toda a sua vida nele. Zeca estava na varanda de uma velha casa de fazenda, como ainda as há muito por lá, varanda em parapeito e colunas, no clássico estilo dessas velhas habitações; o coronel nela também estava lendo os jornais, na cadeira de balanço, e só deixara a leitura quando avistou o pequeno que subia a ladeira com o tabuleiro de roupa à cabeça.

A atitude do pequeno, a sua recusa em confessar o motivo do seu choro e o seu todo de desalento fizeram que o velho funcionário, já por ternura natural, já por bondosa curiosidade, procurasse a causa da dor que feria tão profundamente aquela criança tão pobre, tão humilde, tão desgraçada, quase miserável.

— Dize, Zeca. Dize que eu te darei uma vestimenta de “diabinho” no Carnaval que está aí.

O pretinho levantou a cabeça e olhou com um grande e brusco olhar de agradecimento, de comovido agradecimento àquele velho de tão belos cabelos brancos.

Confessou; e Castro nada disse a ninguém da humilde e ingênua confissão do pretinho Zeca.

Aproximou-se o Carnaval; e, quando foi sábado, véspera dele, dona Felismina retirou mais cedo dos arames a roupa branca que estivera a secar.

Atarefada com esse serviço, ela não viu que o seu filho entrara-lhe pelo barracão adentro, sobraçando um embrulho guizalhante e um outro, com rasgões no papel, por onde saíam recurvados chifres e uma formidável língua vermelha. Era uma horrível máscara de “diabo”.

Dona Felismina veio para o interior do barracão; e pôs-se a arrumar a roupa seca ou corada. Zeca, distraído, no outro extremo do aposento, não a viu entrar e, julgando-a lá fora, desembulhou os apetrechos carnavalescos. Sobre a humilde e tosca mesa de pinho estendeu uma rubra vestimenta de ganga rala e uma máscara apavorante de olhos esbugalhados, língua retorcida e chifres agressivos, apareceu tão amedrontadora que se o próprio diabo a visse teria medo.

A mãe, ao barulho dos guizos, virou-se e, vendo aquilo, ficou subitamente cheia de más suspeitas:

— Zeca, que é isso?

Uma visão dolorosa lhe chegou aos olhos, da casa de detenção, das suas grades, dos seus muros altos... Ah! meu Deus! Antes uma boa morte!... E repetiu ainda mais severamente:

— Que é isso, Zeca? Onde você arranhou isso?

— Não... mamãe... não...

— Você roubou, meu filho?... Zeca, meu filho! Pobre, sim; mas ladrão, não! Ah! meu Deus!... Onde você arranhou isso, Zeca?

A pobre mulher quase chorava e o pequeno, transido de medo e com a comoção diante da dor da mãe, balbuciava, titubeava e as palavras não lhe vinham. Afinal, disse:

— Mas... mamãe... não foi assim...

— Como foi? Diz!

— Foi “seu” Castro quem me deu. Eu não pedi...

Dona Felismina sossegou e o pequeno também. Passados instantes, ela perguntou com outra voz:

— Mas para que você quer isso? Antes tivesse dado a você umas camisas... Para que essas bobagens? Isso é para gente rica, que pode. Enfim...

— Mas, mamãe, eu aceitei, porque precisava.

— Disto! Ninguém precisa disto! Precisa-se de roupa e comida... Isto são tolices!

— Eu precisava, sim senhora.

— Como, você precisava?

— Não lhe contei que há meses, diversas vezes, quando passava, para ir à casa de dona Ludovina, diante do portão do capitão Albuquerque, os meninos gritavam: ó moleque! — ó moleque! — ó negro! — ó gibli? Não lhe contei?

— Contou-me; e daí?

— Por isso quando o coronel me prometeu a fantasia, eu aceitei.

— Que tem uma coisa com a outra?

— Queria amanhã passar por lá e meter medo aos meninos que me
vaiaram.

HARAKASHY E AS ESCOLAS DE JAVA

Tudo o que este mundo encerra é propriedade do brâmane, porque ele, por seu nascimento eminente, tem direito a tudo o que existe.

Código de Manu

Na minha peregrinação sentimental por este mundo, fui ter, não sei como, à cidade de Batávia, na ilha de Java.

É fama que os franceses ignoram sobremodo a geografia; mas estou certo de que, entre nós, pouca gente tem notícias seguras dessa ilha e da capital das Índias Neerlandesas.

É pena, pois é da terra um dos recantos mais originais e cheios de surpreendentes mistérios que se vão aos poucos desvendando aos olhos atônitos da nossa pobre humanidade.

Lá, Dubois achou partes do esqueleto do *Pithecanthropus erectus*; e o doido do Nietzsche tinha admiração por certas trepadeiras dessa curiosa ilha, porque, dizia ele, amorosas do sol, se enrodilhavam pelos carvalhos e, apoiadas neles, elevavam-se acima dos mais altos galhos dessas árvores veneráveis, banhavam-se na luz e davam a sua glória em espetáculo.

Os restos do afastado ancestral do homem que Dubois encontrou, não os vi quando lá estive.

Trepadeiras e cipós vi muitos, mas carvalho não vi nenhum. Nietzsche, que lá não esteve, certamente julgou que Java tinha alguma semelhança com Saxe ou com a Suíça.

Não eram precisos os carvalhos nem as tais trepadeiras, muito vulgarmente, como todas as plantas, amorosas da luz, para tornar Java interessante, porque só o aspecto mesclado de sua população, a confusão do seu pensamento religioso, as suas antiguidades búdicas e os seus vulcões descomunais seduzem e prendem a atenção do peregrino desgostoso ou do sábio esquadrinhador.

Por meses e meses, o tédio mais principesco desfaz-se naquelas terras de sol candente e orgia vegetal que, talvez, com a Índia e os grandes lagos da

África, sejam os únicos lugares da terra que não foram ainda banalizados inteiramente.

Creio que não será assim por muito tempo. Lá estão os holandeses; e edificaram até, na cidade de Batávia, um bairro europeu chamado, na língua deles, Weltevreden (paz do mundo), cujas damas se vestem e têm todos os tiques periódicos das moças de Hong-Kong ou de Petrópolis.

Nos olhos das mulheres do bairro europeu não há senão a mui terrena ânsia da fortuna; mas nos olhares negros, luminosos, magnéticos das javanesas há coisas do Além, o fundo do mar, o céu estrelado, o indecifrável mistério da sempre misteriosa Ásia. Também há volúpia e há morte.

A massa de hindus, de chineses, de anamitas, de malaaios e javaneses, porém, esmaga a banalidade pretensiosa daquelas holandesas rechonchudas que estão pedindo a sua imediata volta às monótonas campinas da pátria, com as suas vacas nédias, os seus clássicos moinhos de vento e a ligeira névoa que parece sempre cobri-las, para readquirirem o necessário relevo das suas pessoas.

Não falando no famoso jardim botânico dos arredores, Batávia, como São Paulo ou Cuiabá, possui estabelecimentos e sociedades de ciência e de arte dignas de atenção.

A sua academia de letras é muito conhecida na rua principal da cidade, e os literatos da ilha brigam e guerreiam-se cruamente, para ocuparem um lugar nela. A pensão que recebem é módica, cerca de cinco patacas, por mês, na nossa moeda; eles, porém, disputam o *fauteuil* acadêmico por todos os processos imagináveis. Um destes é o empenho, o nosso “pistolão”, que procuram obter de quaisquer mãos, sejam estas de amigos, de parentes, das mulheres, dos credores ou, mesmo, das amantes dos acadêmicos que devem escolher o novo confrade.

Há de parecer que, por tão pouco, não valia a pena disputar acirradamente, como fazem, tais posições. É um engano. O sujeito que é acadêmico tem facilidade em arranjar bons empregos na diplomacia, na alta administração; e a grande burguesia da terra, burguesia de acumuladores de empregos, de políticos de honestidade suspeita, de leguleios afreguesados, de médicos milagrosos ou de ricos desavergonhados, cujas riquezas foram feitas à sombra de iníquas e aladroadas leis — essa burguesia, continuando, tem em grande conta o título de membro da academia, como todo outro qualquer, e o acadêmico pode bem arranjar um casamento rico ou coisa equivalente.

Lá, a literatura não é uma atividade intelectual imposta ao indivíduo, determinada nele, por uma maneira muito sua e própria do seu feitio mental;

para os javaneses, é, nada mais, nada menos, que um jogo de prendas, uma sorte de sala, podendo esta ser cara ou barata.

Os médicos, que, em Java, têm outra denominação, como veremos mais tarde, são os mais constantes fregueses da academia. Estão sempre a bater-lhe na porta, apesar de não ter a medicina nada que ver com a literatura.

Pertencendo à Academia de Letras — é o que imagino — como que eles ganham maior confiança dos clientes e mais segurança no emprego dos remédios. Assim, talvez, pensem eles e também o povo, tanto que a clínica lhes aumenta logo que entram para a ilustre companhia javanesa.

É bem possível que as suas letras e a sua fascinação pela academia visem somente tal resultado, porquanto, entre eles, a rivalidade na clínica é terrível e mais ainda quando se trata de competir com colegas estrangeiros. Usam contra estes das mais desleais armas.

Um houve, natural de um pequeno país da Europa e de extração campônia, que só as pôde manter à distância, usando de armas e processos grosseiramente saloios. Estava sempre de varapau em punho e foi o meio mais eficaz que encontrou para não lhe caluniarem e lhe prejudicarem a clínica.

A literatura desses doutores e cirurgiões é das mais estimadas naquelas terras; e isto, por dois motivos: porque é feita por doutores e porque ninguém a lê e entende.

O critério literário e artístico dos médicos de Java não é o de Hegel, de Schopenhauer, de Taine, de Brunetière ou de Guyau, eles não perdem tempo com semelhante gente. Não admitem que a obra literária tenha por fim manifestar um certo caráter saliente ou essencial do assunto que se tem em vista, mais completamente do que o fazem os fatos reais. Literatura não é fazer entrar no patrimônio do espírito humano, com auxílio dos processos e métodos artísticos, tudo o que interessa o uso da vida, a direção da conduta e o problema do destino. Não, absolutamente não.

Os doutores javaneses de curar não entendem literatura assim. Para eles, é boa literatura a que é constituída por vastas compilações de coisas de sua profissão, escritas laboriosamente em um jargão enfadonho com fingimentos de língua arcaica.

Curioso é que a primeira qualidade exigida em um livro de estudo é a sua perfeita, completa clareza, que só pode ser obtida com a máxima simplicidade de escrever, além de um encadeamento naturalmente lógico de suas partes, evitando-se tudo o que distraia a atenção do leitor daquilo que se quer ensinar.

Vou explicar-me melhor e os leitores verão como os sábios javaneses prendem a atenção, poupam o esforço mental dos seus discípulos, empregando termos obsoletos e locuções que desde muito estão em desuso.

Suponhamos que um médico nosso patrício se proponha a escrever um tratado qualquer de patologia e empregue a linguagem de João de Barros, mesclada com a do Padre Vieira, sem esquecer a de Alexandre Herculano. Eis aí em que consiste a literatura succulenta dos doutores javaneses; e todos de lá lhes admiram as obras escritas em tal patoá ininteligível. Darei um exemplo, servindo-me do nosso idioma.

Antes, porém, de dar essa mostra do modo de escrever dos esculápios de lá, dar-lhes-ei o de falar, com uma anedota que me contaram lá mesmo — porque lá há também irreverentes e observadores. Uma família média, tendo o chefe doente e vendo que a moléstia não dava volta com o modesto médico assistente, resolveu chamar uma das celebridades da medicina javanesa. A mulher do doente era quem mais queria isto, porque, embora possam ser excelentes, com todos os bons predicados, nenhuma mulher perde de todo a vaidade; e a visita de uma notabilidade hipocrática fazia falar a vizinhança. Foi chamado o homem, o doutor Lhovehy, uma celebridade retumbante, professor, membro de várias academias, inclusive a de Letras e a de História e Geografia.

Ele foi de carro, com a visita paga adiantadamente: cento e cinquenta florins. Em chegando junto ao doente, com três jeitos de mau ator foi falando assim:

— Até agora quem no há tratado?

— O doutor Nepuchalyth.

— Mister é que tendes sempre atilamento com esses físicos incautos. Eles são homens que não curam senão por experiência e costume; e é tão bom de enganar os néscios não afeitos ao bom parecer dos físicos de valia que dão cor a facilmente serem enganados por eles e o pior é que alguns clientes físicos, ou por contentar todos os do povo e não querer trabalhar ou especular as curas, vão-se com o parecer deles; e porque ser aprazível ao povo faz ao físico ganhar mais moedas, usam logo em princípio as suas mezinhas deles.

Depois de ter pronunciado esse exórdio com toda a solenidade teatral e doutoral, o Garcia Orta não anunciado, da sublime escola de Java, examinou o doente e receitou em grego. Quase ao sair, a mulher perguntou-lhe:

— Doutor, qual a dieta?

— Polho cozido ou caldo dele.

A mulher voltou para junto do marido, sem ter compreendido a dieta, pois temeu mostrar-se ignorante em face do sábio, indagando o que era polho.

Logo que a viu, o marido ralhou-a com doçura:

— Filha, eu não dizia a você que esses médicos famosos não servem para nada?... Este que você trouxe fala que ninguém o entende, como se a gente falasse para isso... Receita umas mixórdias misteriosas... Sabe você de uma coisa? Continuo com o doutor Nepuchalyth, ali da esquina. Este ao menos tem juízo e não inventou um modo de falar para ele só entender.

O exemplo de que falei acima é o que se encontra em obras de um famoso doutor lá de Java. Cito um único, mas poderia citar muitos. O javanês, doutor de curas, queria dizer: “Sou de opinião que a febre deve ser combatida na sua causa.”

Julgou isto vulgar, indigno do seu título e das suas prerrogativas consuetudinárias, e escreveu provocando a máxima admiração dos seus leitores, da seguinte forma:

“Erro, quer parecer-me, é não se atentar donde provém tal febre com incendimento e modorra, para só tratá-la às rebatinhas, tão de pronto como se mesmo fora ela a doença, senão consequência muita vez de vitais desarranjos inimigos da sã vida e onde o físico de recado achará a fonte ou as fontes do mal que deixa assim o corpo sem os bons e sãos aspectos de sua habitual composição.”

Depois de uma beleza destas, a sua entrada na academia foi certa e inevitável, pois é nessa espécie de pot-pourri de estilos de tempos desconstruídos, com o emprego de um vocábulo senil, tirado à sorte; de salada de feitiços de linguagem de épocas diferentes, de modismos de séculos afastados uns dos outros, que a gente inteligente de Java encontra a mais alta expressão da sua oca literatura. Há exceções, devo confessar. Continuo sem me deter nelas.

A ciência javanesa está muito adiantada. Nunca se fez lá a mais insignificante descoberta; nunca um sábio javanês edificou uma teoria qualquer.

Penso que tal se dá por não haver precisão disso; os da estranja suprem as necessidades da mentalidade javanesa.

O sábio da Batávia é o contrário de todos os outros sábios do mundo. Não é um modesto professor que vive com seus livros, seus algarismos, suas retortas ou éprouvettes. O sábio de Java, ao contrário, é sempre um ricoço que foge dos laboratórios, dos livros, das retortas, dos cadinhos, das épuras, dos microscópios, das equatoriais, dos telescópios, das cabaia, tem cinco ou seis empregos, cada qual mais afanoso, e não falta às festas mundanas.

A presunção de cientista, entretanto, não há quem lá não a tome. Basta que um sujeito tenha aprendido um pouco de álgebra ou folheado um compêndio de anatomia, para se julgar cientista e se encher de um profundo desdém por toda a gente, sobretudo pelos literatos ou poetas. Contudo todos desse gênero querem sê-lo e, em geral, são péssimos.

Vou lhes contar um caso que se passou com o doutor Karitschâ Lanhi, quando foi nomeado diretor do câmbio do Banco Central de Java. Esse doutor era professor da Escola de Sapadores, da qual mais adiante falarei, e por isso se julgou no direito de pleitear o lugar do banco. No dia seguinte de sua nomeação, o seu subalterno imediato foi perguntar-lhe qual a taxa de câmbio que devia ser afixada.

— Sempre para a alta. Qual foi a taxa de ontem?

O empregado retrucou:

— 18 5/17, doutor.

O sábio pensou um pouco e determinou:

— Afixe: 18 5/21, senhor Hatati.

O homem reprimiu o espanto e todo o banco riu-se de tão seguro financeiro que lhe caía do céu, por descuido. Não houve remédio senão demitir-se ele uma semana depois de nomeado.

São assim os graves sábios de Java.

Não nos afastemos, porém, do nosso estudo.

Das grandes artes técnicas, a mais avançada, como era de esperar, é a medicina. O tratamento geralmente empregado é o do vestuário médico. Consiste ele em usar o doutor certo traje para curar certa moléstia. Para sarar bexigas, o médico vai em ceroulas; para congestão de fígado, sobrecasaca e cartola; para tuberculose, tanga e chapéu de palha de coco; antraz, de casaca etc. etc.

Este curioso método foi descoberto recentemente em um país próximo que o repudiou, mas veio revolucionar a medicina da grande ilha. Os físicos locais adotaram-no imediatamente e aumentaram o preço das visitas e redobram a caça aos empregos, para atender às despesas com a indumentária e os aviamentos.

Estava a ponto de esquecer-me de falar no ensino da célebre ilha do arquipélago de Sonda, pois tanto me alonguei no estudo dos seus médicos, que vou ter a ele com pressa.

Existe uma universidade com três faculdades superiores: a de “Sapadores”, a de “Cortadores”, e a de “Físicos”. Os cursos destas faculdades duram cerca de

cinco anos, mas cada uma delas tem um subcurso menor, de dois ou três anos. A de “Sapadores” tem o de “consertadores de picaretas”; a de “Cortadores”, o de “embrulhadores”; e a de “Físicos”, o de “cobradores”.

Nas margens do Jacarta, rio que banha Batávia, quem não tem um título dado por uma dessas faculdades não pode ser nada, porquanto, aos poucos, os legisladores da terra e a estupidez do povo foram exigindo para exercer os grandes e pequenos cargos do Estado, quer os políticos, quer os administrativos, um qualquer documento universitário de sabedoria.

Todos, por isso, tratam de obtê-lo e é a mais dura vicissitude da vida ser reprovado no curso. É raro, mas acontece. Os jovens javaneses empregam toda espécie de meios para não serem reprovados, menos estudar. Essa contingência pueril da “bomba”, na sociedade javanesa, leva às almas dos moços daquelas paragens um travo tão amargo de desconforto que toda a felicidade que lhes chegar posteriormente não o atenuará, e muito menos será capaz de dissolvê-lo.

E mesmo que ele se acredite por sua própria iniciativa, mais valiosa e mais segura que os papéis oficiais; por mais aptidões que demonstre sem título — tem que vegetar em lugares subalternos e dar o que tem de melhor aos outros titulados, para que figurem estes como capazes. Ele escreverá as cartas de amor; mas os beijos não serão nele. Por um curioso fenômeno sociológico, as ideias bramânicas de casta se enxertaram nas caducas concepções universitárias do medievo europeu e foram dar nas ilhas de Sonda, sob o pretexto de ensino, nessa estranha e original concepção do doutor javanês. Aproveito a ocasião para avisar os leitores que essa concepção religioso-universitária também existe na República de Bruzundanga.

Creio, porém, que ela é originária da grande ilha da Malásia donde foi ter àquela república, por caminho que não descobri.

Como todo moço que tem legítimas ambições naquele recanto do nosso planeta, Harakashy, um javanês que foi muito meu amigo mais tarde, conseguiu entrar para a Escola dos Sapadores, a fim de acreditar-se na sociedade em que vivia, e ter o seu lugar sob o sol, com o título que a faculdade dava. Era malaio com muitas gotas de sangue holandês nas veias, mas sem fortuna nem família. No começo, as coisas foram indo, ele passou; mas, em breve, Harakashy desandou e foi reprovado umas dez vezes na universidade.

Em absoluto, não houve injustiça. O meu amigo nada sabia, porque ingenuamente deduzira dos fatos que a principal condição para ser aprovado, nos exames de Java, é não saber. Enganava-se, porém, supondo que tal homenagem fosse prestada a todos. Recebem-na os filhos dos grandes

dignitários da colônia, dos ricos, dos homens de negócios que sabem levantar capitais; mas escolares que não têm tal ascendência, como o meu amigo, estão talhados para engrossar a estatística dos reprovados, a fim de comprovar o rigor que há nos estudos da Universidade de Batávia.

Dá-se isto, não por culpa total dos professores; mas pelas solicitações de toda a sociedade batavense que quer seus lentes universitários, homens de salão, de teatros caros, de bailes de alto bordo; e eles, para aumentar as suas rendas, que custeiem esse luxo, têm que viver ajoujados aos ministros que dão empregos, ou aos *brasseurs d'affaires* que lhes pedem emprestados os nomes para apadrinhar empresas honestas, semi-honestas e mesmo desonestas, em troca de boas gorjetas.

Quem meu filho beija, minha boca adoça — diz o nosso povo.

Em uma sociedade que se modelou assim, não era possível que o meu Harakashy fosse lá das pernas.

Entretanto, eu o conheci e o senti muito inteligente, culto, amigo dos livros e todo ele saturado de anseios espirituais. Gostava muito de filosofia, de letras e, sobretudo, de história. Leu-me ensaios e eu achei muito bem escritos, revelando uma grande cultura e um grande poder de evocar.

Mas Java é muito estúpida e não admite inteligência senão nos “sapadores”, nos “físicos” e nos “cortadores”.

Ainda não lhes disse o que são os tais “cortadores”. São estes assim como os nossos advogados e o seu emblema é uma tesoura, devido a ser, senão de regra, mas de praxe, de tradição que toda defesa ou acusação judiciária tenha o maior número de citações possíveis e tais peças são mais estimadas quando as referências aos autores consultados vêm nelas coladas com os próprios retalhos dos livros aludidos. A tesoura é instrumento próprio para isto e, dessa maneira, enriquece os “cortadores”, pois os arrazoados dessa natureza são muito bem pagos, embora lhes estraguem as bibliotecas que alcançam muito baixas licitações quando vão a leilão.

Atribuí o desastre da vida escolar do meu amigo ao fato de ele não ter nenhum jeito para qualquer das grandes profissões liberais que a Batávia oferece aos seus filhos.

Se Harakashy nascesse em França ou em outro país civilizado, naturalmente a sua própria vocação encaminhá-lo-ia para uma aplicação mental, de acordo com a sua feição de espírito; mas, em Java, tinha que ser uma daquelas três coisas, se quisesse figurar como inteligente. Não achando campo para a sua atividade cerebral, muito pouco atraído para o estudo das

“picaretas automáticas”, muito orgulhoso para bajular os professores e aceitar aprovações por comiseração, o meu amigo ficou naquela exuberante terra sem norte, sem rumo, absolutamente sem saber o que fazer.

Ensinava para vestir-se e comer. E todos que o conheciam desde menino admiravam-se que, ao infante galhardo dos seus primeiros anos, se houvesse substituído nele um rapaz macambúzio, isolado, amargo e cruel nas suas conversas camarárias, ressumando sempre uma profunda tristeza.

Aos profundos, parecerá vão; aos superficiais, parecerá tolo — tão grandes consequências para tão fracas causas.

Não me animo a discutir, mas lembro que o amor tem qualquer coisa de parecido...

Visitei-o sempre. Amei-o na sua desordem de espírito, imensa e ambiciosa de fazer o Grande e o Novo. Em uma das minhas visitas, encontrei-o no seu modesto quarto, deitado em uma espécie de enxerga, fumando e tendo um gordo livro ao lado. Eu entrava sem me anunciar. Trocamos algumas palavras e ele me disse logo após:

— Fizeram muito bem em não me deixar ir adiante.

— E essa!

— Não te admires. Continuo a estudar história e estou convencido.

— Como?

— Lê este manuscrito.

Passou-me então um códice fortemente encadernado em couro.

Era o livro que tinha ao lado. Pude ler o título: *História da Universidade de Batávia com a biografia dos seus mais distintos alunos*, por Degni-Hatdy — 1878.

— Quem é este Degni-Hatdy? — perguntei.

— Foi um gênio, meu caro. Um gênio de escola... Recebeu medalhas, diplomas, prêmios... Vive ainda, mas ninguém o conhece mais.

— É de interesse, a memória?

— É, e bastante, pois traz a lista dos alunos ilustres da universidade.

— Quais foram?

— Newton, Huyghens, Descartes, Kant, Pasteur, Claude Bernard, Darwin, Lagrange.

— Chega.

— Ainda: Dante e Aristóteles.

— Uff!

— Gente de primeira, como vês; e, quando soube, tive orgulho de ter sido de alguma forma colega deles; mas...

Por aí acendeu um cigarro, tirou duas longas fumaças com a languidez javanesa e continuou com a pachorra batava:

— Mas, como te dizia, bem cedo tive vergonha de ter um dia passado pela minha mente que eu era capaz de emparelhar-me com tais gênios. É verdade que não sabia terem eles frequentado a universidade... Vou esconder-me em qualquer buraco, para me resgatar de tamanha pretensão.

Saí. Ainda o vi durante alguns dias; mas, bem depressa, desapareceu dos meus olhos. Pobre rapaz! Onde estará?

CONGRESSO PAN-PLANETÁRIO

Urubu pelado não se mete no meio dos coroados.

Ditado popular

De tal forma se haviam multiplicado os congressos, que foi preciso ser original. Dentro de cada um dos oito planetas, desde o mais bronco, que me parece ser Vênus, até o mais inteligente, que naturalmente deve ser Netuno, não era possível reunir um que não fosse a milésima repartição dos outros anteriores. Congressos nunca foram coisas de primeira necessidade; mas a necessidade do espetáculo tem em todos nós tão fortes exigências como desvios convenientes.

Demais, Júpiter estava em tal estado de adiantamento que precisava mostrar-se ao sistema todo. Produzia por ano 200.000\$000 de toneladas de aperfeiçoadas farpas de bambus (específico contra as dores de dentes); e os seus filósofos e escritores, graças às modernas máquinas elétricas de escrever, abarrotavam os armazéns das estradas de ferro com bilhões de toneladas de papel impresso. Houve um que, narrando todas as suas conversas e atos do ano, dia por dia, hora por hora, minuto por minuto, segundo por segundo, escreveu uma obra de 68.922 volumes, com 20.677.711 páginas, das quais 3.000.000 alvas e limpas — as melhores! — significavam as horas de seu sono sem sonhos.

O autor não omitiu nelas nem as ordens aos criados, nem tampouco as frases vulgares que trocamos ao cumprimentar. Tudo registrou porque, dizia ele, isso aumentava o peso da obra, e, portanto, o seu valor.

Era unicamente Júpiter que estava assim: o resto dos satélites do Sol vivia sofrivelmente... Como, porém, houvessem descoberto que todos eles estavam ligados por uma força oculta que, embora influenciando mutuamente sobre todos eles, pesava mediocrementemente sobre os destinos particulares de cada um; e, como também fosse preciso ser original nos congressos — Júpiter propôs, e todos os planetas restantes aceitaram, a reunião de um congresso Pan-Planetário.

Era preciso, diziam os embaixadores de Júpiter, formar um espírito planetário, em contraposição ao espírito estelar. Com isso, eles escondiam o secreto desejo de vender aos outros planetas farpas aperfeiçoadas, remédios para calos, toneladas de um literário papel de embrulhos e outros produtos similares

de sua atividade sem limites, não esquecendo o fito de conquistar alguns destes últimos ou parte deles.

Todos os outros não viram bem esse propósito de Júpiter; mas este lhes venceu a resistência convencendo-os de que deviam ser originais e chamar a atenção do Universo... O mundo estelar não nos debocha? Altair não está sempre a rir-se sarcasticamente de nós? Aldebarã não nos ameaça com seu rubor? Sirius não nos desdenha? Havemos de lho mostrar.

A reunião — ficou decidido — teria lugar na Terra. Não porque a Terra fosse muito poderosa, mas porque, nos últimos anos, ela instalara nos seus polos uma imensa buzina que gritava para as estrelas — “Sou o primeiro planeta do orbe, tenho estradas de milhões de metros: sou o paraíso do Universo” etc. etc.

A buzina era indispensável, visto que os caminhos, palácios, jardins e teatros etc. se destinavam aos extraterrestres e tinham por fim atraí-los, no pensamento de que os estranhos viessem trazer a segura prosperidade dela — a Terra.

O seu povo, todos conhecem-no: é uma gente cheia de uma nevoenta poesia, tema, loquaz, um tanto indolente, mas liberal, por ser relaxada, e generosa, por ser liberal.

São defeitos e são qualidades, mesmo porque, para os povos, não há defeitos nem qualidades; há características, e mais nada.

Os de Júpiter não são assim; são rígidos, duros e frios; e têm dois sentimentos dominadores: o do enorme, que é o seu critério de beleza, e o do dourado.

Um habitante do grande planeta, uma vez na Terra, ao ver pelo crepúsculo o céu banhado de ouro liquefeito, esperneou de tal modo e de tal modo subiu às montanhas para colhê-lo que nos antípodas houve um terremoto.

Em vendo a cor do ouro, eles saem bufando, com o olhar injetado, em estado de fúria; e saem matando, estripando a indiferentes, a amigos, a parentes e até aos pais; e — curioso — só querem ouro para construir caixões de seis léguas de alturas e seis polegadas quadradas de base. Eis como sentem a beleza... A isso juntam um horror pelos gatos, um ódio idiota e histérico; no entanto, os “gatos” são bons; se velhos, têm a candura de criança; se crianças, uma grácil espontaneidade de encantar. Mesmo se não são melhores do que os seus companheiros de planeta, são perfeitamente iguais a eles.

Contudo, são doridos e auditivos, o que lhes dá a faculdade de criar uma poesia e uma música próprias, das quais os de Júpiter se aproveitam, à míngua de poder eles mesmos criar essas manifestações artísticas, pois a sua insensibilidade não o permite.

Mas os jupiterianos não os toleram, porque podem os “gatos” votar, embora fossem os próprios algozes destes que lhes tivessem dado esse direito.

Por qualquer dá cá aquela palha, os estúpidos jupiterianos se reúnem na praça pública e matam a pauladas, a fogo, à fouce, sem forma de processo alguma, sob o pretexto de que o “gato” queria casar ou namorava uma filha deles. Lá se chama banditismo e é coisa parecida com o linchamento yankee.

Um viajante, entretanto, que lá esteve, achou esses “gatos” excepcionalmente tímidos e doces, admirando-se que lá não houvesse mais crimes, provocados pelos sofrimentos e humilhações que eles sofrem.

Perseguem-nos de um modo bárbaro e covarde. Chamam-nos de poltrões, mas, quando querem guerrear, socorrem-se deles e os “gatos” se portam bem. Vem a paz, oprimem-nos, encurralam-nos mas, assim mesmo, eles crescem e multiplicam-se... Fraca raça!

Júpiter, como ia dizendo, acudiu ao grito da buzina e reuniu o congresso na Terra.

Na primeira sessão, logo os jupiterianos falaram na fraternidade de todos os animais do Universo: homens e gatos, burros e jupiterianos, marcianos e raposos. Um principal de Júpiter até, a esse respeito, fez um discurso muito bonito.

É muito cediça a manobra de Júpiter falar sempre em liberdade, fraternidade etc. Certa vez, ele declarou guerra a Saturno, para libertar-lhe os povos. Logo, porém, que o venceu, restabeleceu a escravidão que já estava absolvida. Tal e qual a América do Norte fez com o Texas, província do México, em 1837.

Como todos esperavam, os trabalhos do congresso prosseguiram com grande atividade.

Além de tratar do estabelecimento de pontes pênseis que ligassem todos os planetas entre si, o congresso votou as seguintes conclusões sobre a perfeita fraternidade animal, estabelecido nos seguintes pontos:

- a) Não se deveria mais comer qualquer animal (boi, carneiro, porco);
- b) As gaiolas dos pássaros deveriam ser aumentadas do dobro, no mínimo;
- c) Na caça, uma espingarda não poderia ser carregada com mais de seis grãos de chumbo;

d) Generalizar 05 jogos de bola na sociedade dos cabritos.

O programa era vasto e piedoso; e até um principal de Júpiter, a esse respeito, orou e citou largamente a Bíblia, tanto o Antigo como o Novo Testamento, fazendo pena não haver ali muitas beatas que pudessem chorar com tal homem, tão digno de vir a substituir são Vicente de Paulo, porque não é próprio citar Sáquia-Múni.

O povo da Terra — boa gente! — exultou e encheu-se de orgulho por poder mandar às estrelas este grito: “Não comemos mais bois!! Nada temos com as estrelas!”

Houve festas: banquetes e bailes para alguns; luminárias para quem quisesse ver as fantasmagorias surpreendentes nos órgãos de publicidade.

No Céu, porém, Sírius sorriu e Altair mais amarela se fez. Da Plêiade, duas estrelas empalideceram de espanto, e a Aldebarã quis avisar aos néscios, mas não pôde.

Júpiter vendeu a todos os seus irmãos toneladas de farpas, de remédios para calos, de papel literário; e isto com alguma violência, que me eximo de contar. De passagem, digo-lhes que ele ocupou um pedaço de Mercúrio...

Se tais produtos não estavam completamente envenenados, foram, no entanto, deletérios. A Terra banalizou-se; Marte perdeu a inteligência; Vênus, o amor desinteressado; Netuno, a bravura generosa; os “gatos” de todos os planetas, contudo, vieram a gozar dos benefícios das instituições jupiterianas, isto é, foram expulsos da comunhão dos patrícios.

Sob os bons auspícios de Júpiter, foi assim que se fez a fraternidade animal em todo o sistema planetário. Sírius nunca mais cessou de sorrir.

CLÓ

A Alexandre Valentim

Devia ser já a terceira pessoa que lhe sentava à mesa. Não lhe era agradável aquela sociedade com desconhecidos; mas que fazer naquela segunda-feira de Carnaval, quando as confeitarias têm todas as mesas ocupadas e as cerimônias dos outros dias desfazem-se, dissolvem-se?

Se as duas primeiras pessoas eram desajeitados sujeitos sem atrativos, o terceiro conviva resgatava todo o desgosto causado pelos outros. Uma mulher formosa e bem tratada é sempre bom ter-se à vista, embora sendo desconhecida, ou, talvez, por isso mesmo...

Estava ali o velho Maximiliano esquecido, só moendo cismas, bebendo cerveja, obediente ao seu velho hábito. Se fosse um dia comum, estaria cercado de amigos; mas, os homens populares, como ele, nunca o são nas festas populares. São populares a seu jeito, para os frequentadores das ruas célebres, cafés e confeitarias, nos dias comuns; mas nunca para a multidão que desce dos arrabaldes, dos subúrbios, das províncias vizinhas, abafa aqueles e como que os afugenta. Contudo não se sentia deslocado...

A quinta garrafa já se esvaziara e a sala continuava a encher-se e a esvaziar-se, a esvaziar-se e a encher-se. Lá fora, o falsete dos mascarados em trote, as longas cantilenas dos cordões, os risos e as músicas lascivas enchiam a rua de sons e ruídos descontraídos e, dela, vinha à sala uma satisfação de viver, um frêmito de vida e de luxúria que convidava o velho professor a ficar durante mais tempo bebendo, afastando o momento de entrar em casa.

E esse frêmito de vida e luxúria que faz estremecer a cidade nos três dias de sua festa clássica, naquele momento, diminuía-lhe muito as grandes mágoas de sempre e, sobretudo, aquela teimosia e pequenina de hoje. Ela o pusera assim macambúzio e isolado, embora mergulhado no turbilhão de riso, de alegria, de rumor, de embriaguez e luxúria dos outros, em segunda-feira gorda. O “jacaré” não dera e muito menos a centena. Esse capricho da sorte tirava-lhe a esperança de um conto e pouco — doce esperança que se esvaía amargosamente naquele crepúsculo de galhofa e prazer.

E que trabalho não tivera ele, doutor Maximiliano, para fazê-la brotar no seu peito, logo nas primeiras horas do dia! Que chusmas de interpretações, de palpites, de exames cabalísticos! Ele bem parecia um áugure romano que vem dizer ao cônsul se deve ou não oferecer batalha...

Logo que ela lhe assomou aos olhos, como não lhe pareceu certo aquele navegar precavido dentro do nevoento mar do Mistério, marcando rumo para aquele ponto — o “jacaré” — onde encontraria sossego, abrigo, durante alguns dias!

E agora, passado o nevoeiro, onde estava?... Estava ainda em mar alto, já sem provisões quase, e com débeis energias para levar o barco a salvamento... Como havia de comprar bisnagas, confetes, serpentinas, alugar automóvel? E — o que era mais grave — como havia de pagar o vestido de que a filha andava precisada, para se mostrar sábado próximo, na rua do Ouvidor, em toda a plenitude de sua beleza, feita (e ele não sabia como) da rija carnadura de Itália e de uma forte e exótica exalação sexual...

Como havia de dar-lhe o vestido?

Com aquele seu olhar calmo em que não havia mais nem espanto, nem reprovação, nem esperança, o velho professor olhou ainda a sala tão cheia, por aquelas horas, tão povoada e animada de mocidade, de talento e de beleza. Ele viu alguns poetas conhecidos, quis chamá-los, mas, pensando melhor, resolveu continuar só.

O velho doutor Maximiliano não cansou de observar, um por um, aqueles homens e aquelas mulheres, homens e mulheres cheios de vícios e aleijões morais; e ficou um instante a pensar se a nossa vida total, geral, seria possível sem os vícios que a estimulavam, embora a degradem também.

Por esse tempo, então, notou ele a curiosidade e a inveja com que um grupo, de modestas meninas dos arrabaldes, examinava a *toilette* e os ademanos das mundanas presentes.

Na sua mesa, atraindo-lhes os olhares, lá estava aquela formosa e famosa Eponina, a mais linda mulher pública da cidade, produto combinado das imigrações italiana e espanhola, extraordinariamente estúpida, mas com um olhar de abismo, cheio de atrações, de promessas e de volúpia.

E o velho lente olhava tudo aquilo pausadamente, com a sua indulgência de infeliz, quando lhe veio o pensar na casa, naquele seu lar, onde o luxo era uma agrura, uma dor, amaciada pela música, pelo canto, pelo riso e pelo álcool.

Pensou, então, em sua filha, Clódia — a Cló, em família —, em cujo temperamento e feitio de espírito havia estofo de uma grande hetaira. Lembrou-se com casta admiração de sua carne veludosa e palpitante, do seu amor às danças lúbricas, do seu culto à *toilette* e ao perfume, do seu fraco senso moral, do seu gosto pelos licores fortes; e, de repente e por instantes, ele a viu coroada de hera, cobrindo mal a sua magnífica nudez, com uma pele mosqueada, o ramo de tirso erguido, dançando, religiosamente bêbeda, cheia de fúria sagrada de bacante: “Evoé! Baco!”

E essa visão antiga lhe passou pelos olhos, quando a Eponina ergueu-se da mesa, tilintando as pulseiras e berloques caros, chamando muito a atenção de Mme. Rego da Silva que, em companhia do marido e da sua extremosa amiga Dulce, amante de ambos, no dizer da cidade, tomavam sorvetes, numa mesa ao longe.

O doutor Maximiliano, ao ver aquelas joias e aquele vestido, voltou a lembrar-se de que o “jacaré” não dera; e refletiu, talvez com profundidade, mas certo com muita amargura, sobre a má organização da nossa sociedade. Mas não foi adiante e procurou decifrar o problema da sua multiplicação em Cló, tão maravilhosa e tão rara. Como é que ele tinha posto no mundo um exemplar de mulher assaz vicioso e delicado como era a filha? De que misteriosa célula sua saíra aquela floração exuberante de fêmea humana? Vinha dele ou da mulher? De ambos? Ou de sua mulher só, daquela sua carne apaixonada e sedenta que trepidava quando lhe recebia as lições de piano, na casa dos pais?

Não pôde, porém, resolver o caso. Aproximava-se o doutor André, com o seu rosto de ídolo peruano, duro, sem mobilidade alguma na fisionomia, acobreada, onde o ouro do aro do *pince-nez* reluzia fortemente e iluminava a barba sedosa.

Era um homem forte, de largos ombros, musculoso, tórax saliente, saltando; e, se bem tivesse as pernas arqueadas, era assim mesmo um belo exemplar da raça humana.

Lamentava-se que ele fosse um bacharel vulgar e um deputado obscuro. A sua falta de agilidade intelectual, de maleabilidade, de ductilidade, a sua fraca capacidade de abstração e débil poder de associar ideias não impediam fosse ele deputado e bacharel. Ele seria rei, estaria no seu quadro natural, não na câmara, mas remando em ubás ou igaras nos nossos grandes rios ou distendendo aqueles fortes arcos de iri que despejam frechas ervadas com curaro.

Era o seu último amigo, entretanto o mais constante comensal de sua mesa luculesca.

Deputado, como já ficou dito, e rico, representava, com muita galhardia e liberalidade, uma feitoria mansa do Norte, nas salas burguesas; e, apesar de casado, a filha do antigo professor, a lasciva Cló, esperava casar-se com ele, pela religião do Sol, um novo culto recentemente fundado por um agrimensor ilustrado e sem emprego.

O velho Maximiliano nada de definitivo pensava sobre tais projetos; não os aprovava, nem os reprovava. Limitava-se a pequenas reprimendas sem convicção, para que o casamento não fosse efetuado sem a bênção do sacerdote do Sol ou de outro qualquer.

E se isto fazia, era para não precipitar as coisas; ele gostava dos desdobramentos naturais e encadeados, das passagens suaves, das inflexões doces, e detestava os saltos bruscos de um estado para o outro.

— Então, doutor, ainda por aqui? — fez o rico parlamentar sentando-se.

— É verdade — respondeu-lhe o velho. — Estou fazendo o meu sacrifício, rezando a minha missa... É a quinta... Que toma, doutor?

— Um “madeira”... Que tal o Carnaval?

— Como sempre.

E, depois, voltando-se para o caixeiro:

— Outra cerveja e um “madeira”, aqui, para o doutor. Olha: leva a garrafa.

O caixeiro afastou-se, levando a garrafa vazia e o doutor André perguntou:

— Dona Isabel não veio?

— Não. Minha mulher não gosta das segundas-feiras de Carnaval. Acha-as desenhadas... Ficaram, ela e a Cló, em casa a se prepararem para o baile à fantasia na casa dos Silvas... Quer ir?

— O senhor vai?

— Não, meu caro senhor; do Carnaval, eu só gosto dessa barulhada da rua, dessa música selvagem e sincopada de reco-recos, de pandeiros, de bombos, desse estrídulo de fanhosos instrumentos de metais... Até do bombo gosto, mais nada! Essa barulhada faz-me bem à alma. Não irei... Agora, se o doutor quer ir... Cló vai de preta mina.

— Deve-lhe ficar muito bem... Não posso ir; entretanto, irei à sua casa para ver a sua senhora e a sua filha fantasiadas. O senhor devia também ir...

— Fantasiado?

— Que tinha?

— Ora, doutor! eu ando sempre com a máscara no rosto.

E sorriu leve com amargura; o deputado pareceu não compreender e observou:

— Mas a sua fisionomia não é tão decrépita assim...

Maximiliano ia objetar qualquer coisa quando o caixeiro chegou com as bebidas, ao tempo em que Mme. Rego da Silva e o marido levantaram-se com a pequena Dulce, amante de ambos, no dizer da cidade em peso.

O parlamentar olhou-os bastante com o seu seguro ar de quem tudo pode. Ouviu que ao lado diziam — à passagem dos três: *ménage à trois*. A sua simplicidade provinciana não compreendeu a maldade e logo dirigiu-se ao velho professor:

— Jantam em casa?

— Jantamos; e o doutor não quer jantar conosco?

— Obrigado. Não me é possível ir hoje... Tenho um compromisso sério... Mas fique certo que, antes de saírem, lá irei tomar um uisquezinho... Se me permite?

— Oh! doutor! O senhor é nosso melhor amigo. Não imagina como todos lá falam no senhor. Isabel levanta-se a pensar no doutor André; Cló, essa, nem se fala! Até o Caçula, quando o vê, não late; faz-lhe festas, não é?

— Como isso me cumula de...

— Ainda há dias, Isabel me disse: Maximiliano, eu nunca bebi um Chambertin como esse que o doutor André nos mandou... O meu filho, o Fred, sabe até um dos seus discursos de cor; e, de tanto repeti-lo, creio que sei de memória vários trechos dele.

A face rígida do ídolo, com grande esforço, abriu-se um pouco; e ele disse, ao jeito de quem quer o contrário:

— Não vá agora recitá-lo.

— Certo que não. Seria inconveniente; mas não estou impedido de dizer, aqui, que o senhor tem muita imaginação, belas imagens e uma forma magnífica.

— Sou principiante ainda, por isso não me fica mal aceitar o elogio e agradecer a animação.

Fez uma pausa, tomou um pouco de vinho e continuou em tom conveniente:

— O senhor sabe perfeitamente que espécie de força me prende aos seus... Um sentimento acima de mim, uma solicitação, alguma coisa a mais que os

senhores puseram na minha vida...

— Pois então — interrompeu cheio de comoção o doutor Maximiliano — à nossa!

Ergueu o copo e ambos tocaram os seus, reatando o parlamentar a conversa desta maneira:

— Deu aula hoje?

— Não. Desci para espairecer e “cavar”. É dura esta vida... “cavar”! Como é triste dizer-se isto! Mas que se há de fazer? Ganha-se uma miséria... Um professor com oitocentos mil-réis o que é? Tem-se a família, representação... uma miséria! Ainda agora, com tantas dificuldades, é que Cló deu em tomar banhos de leite...

— Que ideia! Onde aprendeu isso?

— Sei lá! Ela diz que tem não sei que propriedades, certas virtudes... O diabo é que tenho de pagar uma conta estupenda no leiteiro... São banhos de ouro, é que são! Jogo nos bichos... Hoje tinha tanta fé no “jacaré”...

O caixeiro passava e ele recomendou:

— Baldomero, outra cerveja. O doutor não toma mais um “madeira”?

— Vá lá. Ganhou, doutor?

— Qual! E não imagina que falta me fez!

— Se quer?...

— Por quem é, meu caro; deixe-se disso! Então há de ser assim todo o dia?

— Que tem!... Ora!... Nada de cerimônias; é como se recebesse de um filho...

— Nada disso... Nada disso...

Fingindo que não entendia a recusa, o doutor André foi retirando da carteira uma bela nota, cujo valor nas algibeiras do doutor Maximiliano fez-lhe esquecer em muito a sua desdita no “jacaré”.

O deputado ainda esteve um pouco; em breve, porém, se despediu, reiterando a promessa de que iria até à casa do professor, para ver as duas senhoras fantasiadas.

O doutor Maximiliano bebeu ainda uma cerveja e, acabada que foi a cerveja, saiu vagarosamente um tanto trôpego.

A noite já tinha caído de há muito. Era já noite fechada. Os cordões e os bandos carnavalescos continuavam a passar, rufando, batendo, gritando desesperadamente. Homens e mulheres de todas as cores — os alicerces do país — vestidos de meia, canitares e enduapes de penas multicores, fingindo índios,

dançavam na frente ao som de uma zabumbada africana, tangida com fúria em instrumentos selvagens, roufenhos, uns, estridentes, outros. As danças tinham luxuriosos requebros de quadris, uns caprichosos trocar de pernas, umas quedas imprevistas.

Aqueles fantasiados tinham guardado na memória muscular velhos gestos dos avoengos, mas não mais sabiam coordená-los nem a explicação deles. Eram restos de danças guerreiras ou religiosas dos selvagens de onde a maioria deles provinha, que o tempo e outras influências tinham transformado em palhaçadas carnavalescas...

Certamente, durante os séculos de escravidão, nas cidades, os seus antepassados só se podiam lembrar daquelas cerimônias de suas aringas ou tabas, pelo carnaval. A tradição passou aos filhos, aos netos, e estes estavam ali a observá-la com as inevitáveis deturpações.

Ele, o doutor Maximiliano, apaixonado amador de música, antigo professor de piano, para poder viver e formar-se, deteve-se um pouco, para ouvir aquelas bizarras e bárbaras cantorias, pensando na pobreza de invenção melódica daquela gente. A frase, mal desenhada, era curta, logo cortada, interrompida, sacudida pelos rufos, pelo ranger, pelos guinchos de instrumentos selvagens e ingênuos. Um instante, ele pensou em continuar uma daquelas cantigas, em completá-la; e a ária veio-lhe inteira, ao ouvido, provocando o antigo professor de música a fazer parar o “Chuveiro de Ouro”, a fim de ensinar-lhes, aos cantores, o que a imaginação lhe havia trazido à cabeça naquele momento.

Arrependeu-se que tivesse feito gostar daquela barulhada; porém, o amador de música vencia o homem desgostoso. Ele queria que aquela gente entoasse um hino, uma cantiga, um canto com qualquer nome, mas que tivesse regra e beleza. Mas — logo imaginou para quê? Corresponderia a música mais ou menos artística aos pensamentos íntimos deles? Seria mesmo a expansão dos seus sonhos, fantasias e dores?

E, devagar, se foi indo pela rua em fora, cobrindo de simpatia toda a puerilidade aparente daqueles esgares e berros, que bem sentia profundos e próprios daquelas criaturas grosseiras e de raças tão várias, mas que encontravam naquele vozerio bárbaro e ensurdecador meio de fazer porejar os seus sofrimentos de raça e de indivíduo e exprimir também as suas ânsias de felicidade.

Encaminhou-se direto para a casa. Estava fechada; mas havia luzes na sala principal, onde tocavam e dançavam.

Atravessou o pequeno jardim, ouvindo o piano. Era sua mulher quem tocava; ele o adivinhava pelo seu *velouté*, pela maneira de ferir as notas, muito docemente, sem deixar quase perceber a impulsão que os dedos levavam. Como ela tocava aquele tango! Que paixão punha naquela música inferior!

Lembrou-se então dos “cordões”, dos “ranchos”, das suas cantilenas ingênuas e bárbaras, daquele ritmo especial a elas que também perturbava sua mulher e abrasava sua filha. Por que caminho lhes tinha chegado ao sangue e à carne aquele gosto, aquele pendor por tais músicas? Como havia correlação entre elas e as almas daquelas duas mulheres?

Não sabia ao certo; mas viu em toda a sociedade complicados movimentos de trocas e influências — trocas de ideias e sentimentos, de influências e paixões, de gostos e inclinações.

Quando entrou, o piano cessava e a filha descansava, no sofá, a fadiga da dança lúbrica que estivera ensaiando com o irmão. O velho ainda ouviu indulgentemente o filho dizer:

— É assim que se dança nos Democráticos.

Cló, logo que o viu, correu a abraçá-lo e, abraçada ao pai, perguntou:

— André não vem?

— Virá.

Mas, logo, em tom severo, acrescentou:

— Que tem você com André?

— Nada, papai; mas ele é tão bom...

Quis Maximiliano ser severo; quis apossar-se da sua respeitável autoridade de pai de família; quis exercer o velho sacerdócio de sacrificador aos deuses Penates; mas era cético demais, duvidava, não acreditava mais nem no seu sacerdócio nem no fundamento da sua autoridade. Ralhou, entretanto, frouxamente:

— Você precisa ter mais compostura, Cló. Veja que o doutor André é casado e isto não fica bem.

A isto, todos entraram em explicações. O respeitável professor foi vencido e convencido de que a afeição da filha pelo deputado era a coisa mais inocente e natural deste mundo. Foram jantar. A refeição foi tomada rapidamente. Fred, contudo, pôde dar algumas informações sobre os préstitos carnavalescos do dia seguinte. Os Fenianos perderiam na certa. Os Democráticos tinham gasto mais de sessenta contos e iriam pôr na rua uma coisa nunca vista. O carro do estandarte, que era um templo japonês, havia de fazer um “bruto sucesso”.

Demais, as mulheres eram as mais lindas, as mais bonitas... Estariam a Alice, a Charlotte, a Lolita, a Cármen...

— Ainda toma muito cloral? — perguntou Cló.

— Ainda, retrucou o irmão; e emendou: vai ser uma lindeza, um triunfo, à noite, com luz elétrica, nas ruas largas...

E Cló, por instantes, mordeu os lábios, suspendeu um pouco o corpo e viu-se também, no alto de um daqueles carros, iluminada pelos fogos de bengala, recebida com palmas, pelos meninos, pelos rapazes, pelas moças, pelas burguesas e burgueses da cidade. Era o seu triunfo, a meta de sua vida; era a proliferação imponderável de sua beleza em sonhos, em anseios, em ideias, em violentos desejos naquelas almas pequenas, sujeitas ao império da convenção, da regra e da moral. Tomou a cerveja, todo o copo de um hausto, limpou a espuma dos lábios e o seu ligeiro buço surgiu lindo sobre os breves lábios vermelhos. Em seguida, perguntou ao irmão:

— E essas mulheres ganham?

— Qual! Você não vê que é uma honra? — respondeu-lhe o irmão.

E o jantar acabou sério e familiar, embora a cerveja e o vinho não tivessem faltado aos devotos de cada uma das duas bebidas.

Logo que a refeição acabou, talvez uns vinte minutos após, o doutor André se fazia anunciar. Desculpou-se com as senhoras; não pudera vir jantar, questões políticas, uma conferência... Pedia licença para oferecer aquelas pequenas lembranças de Carnaval. Deu uma pequena caixa a dona Isabel e uma maior à Cló. As joias saíram dos escrínios e faiscaram orgulhosamente para todos os presentes deslumbrados. Para a mãe, um anel; para a filha, um bracelete.

— Oh, doutor! — fez dona Isabel. — O senhor está a sacrificar-se e nós não podemos consentir nisto...

— Qual, dona Isabel! São falsas, nada valem... Sabia que dona Clódia ia de “preta mina” e lembrei-me trazer-lhe este enfeite...

Cló agradeceu sorridente a lembrança e a suave boca quis fixar demoradamente o longo sorriso de alegria e agradecimento. E voltaram a tocar. Dona Isabel pôs-se ao piano e, como tocasse depois da sobremesa, hora da melancolia e das discussões transcendentais, como já foi observado, executou alguma coisa triste.

Chegava a ocasião de se prepararem para o baile à fantasia que os Silvas davam. As senhoras retiraram-se e só ficaram, na sala, os homens, bebendo uísque. André, impaciente e desatento; o velho lente, indiferente e compassivo,

contando histórias brejeiras, com vagar e cuidado; o filho, sempre a procurar caminho para exhibir o seu saber em coisas carnavalescas. A conversa ia caindo, quando o velho disse para o deputado:

— Já ouviu a *Bamboula*, de Gottschalk, doutor?

— Não... Não conheço.

— Vou tocá-la.

Sentou-se ao piano, abriu o álbum onde estava a peça e começou a executar aqueles compassos de uma música negra de Nova Orleans, que o famoso pianista tinha filtrado e civilizado.

A filha entrou, linda, fresca, veludosa, de pano da costa ao ombro, trunfa, com o colo inteiramente nu, muito cheio e marmóreo, separado do pescoço modelado, por um colar de falsas turquesas. Os braceletes e as miçangas tilintavam no peito e nos braços, a bem dizer totalmente despidos; e os bicos de crivo da camisa de linho rendavam as raízes dos seios duros que mal suportavam a alvíssima prisão onde estavam retidos.

Ainda pôde requebrar, aos últimos compassos da *Bamboula*, sobre as chinelas que ocupavam a metade dos pés; e toda risonha sentou-se por fim, esperando que aquele Salomão de *pince-nez* de ouro lhe dissesse ao ouvido:

“Os teus lábios são como uma fita de escarlate; e o teu falar é doce. Assim como é o vermelho da romã partida, assim é o nácar das tuas faces; sem falar no que está escondido dentro.”

O doutor Maximiliano deixou o tamborete do piano e o deputado, bem perto de Clódia, se não falava como o rei Salomão à rainha de Sabá dilatava as narinas para sorver toda a exalação acre daquela moça, que mais capitosa se fazia dentro daquele vestuário de escrava desprezada.

A sala encheu-se de outros convidados e a sessão de música veio a cair na canção e na modinha. Fred cantou e Cló, instada pelo doutor André, cantou também. O automóvel não tinha chegado; ela tinha tempo...

Dona Isabel acompanhou; e a moça, pondo tudo o que havia de sedução na sua voz, nos seus olhos pequenos e castanhos, cantou a “Canção da Preta Mina”:

*Pimenta de cheiro, jiló, quibombô;
Eu vendo barato, mi compra ioiô!*

Ao acabar, era com prazer especial, cheia de dengues nos olhos e na voz, com um longo gozo íntimo que ela, sacudindo as ancas e pondo as mãos dobradas pelas costas na cintura, curvava-se para o doutor André e dizia vagamente:

Mi compra ioiô!

E repetia com mais volúpia, ainda uma vez:

Mi compra ioiô!

HUSSEIN BEN-ÁLI AL-BÁLEC E MIQUEIAS HABACUC

(Conto argelino)

Ao senhor Cincinato Braga

Antes da conquista francesa, havia, na Argélia, uma família composta de um velho pai doente e seis filhos varões. Desde muito que o pai, devido aos achaques da idade, não se entregava diretamente aos trabalhos da sua lavoura; mas, sempre que o seu estado de saúde lhe permitia, tinha o cuidado de correr as suas terras com plantações, que eram de tâmaras, alfa, oliveiras, laranjeiras, havendo somente uma parte que era destinada à criação de ovelhas, cabras e bezerros. As plantações e a criação estavam entregues a cinco dos seus filhos, pois o mais velho, ele o tinha mandado ao Cairo, para estudar profundamente, na respectiva universidade, a lei do Profeta e vir a ser um ulemá digno e sábio no Corão.

Áli Bálec Al-Bálec era o nome desse filho do velho árabe e esteve de fato no Cairo; mas, bem depressa, abandonou o estudo das santas leis de Alá e do Profeta e procurou a sociedade dos infieis.

Foi ter nas suas aventuras à Grécia, onde se demorou muito tempo e adquiriu dos gregos muitos hábitos, costumes e vícios. Não se pode em confiança dizer que os atuais sejam bem netos dos antigos; mas são aparentados. A finura e sagacidade dos últimos para abstrações filosóficas, para especulações científicas, para a análise dos sentimentos e paixões, do que dão provas as suas obras de filosofia, as suas criações científicas e as suas grandes obras literárias, empregam nos nossos dias os atuais na mercancia, no tráfico, no escambo, em que sempre procuram, com a máxima habilidade e sabedoria enganar não só os estrangeiros, como os seus próprios patrícios.

No Oriente, só há um traficante que não seja enganado pelo grego: é o armênio. Diz-se mesmo lá: o judeu é enganado pelo grego, mas o armênio engana ambos.

Os turcos, de onde em onde, matam estes últimos aos milheiros, não tanto por motivos religiosos, mas por ódio do comprador cavalheiresco, do homem leal e crédulo, que se vê enganado despidoradamente, e sente que não

há, no outro que o ludibriou, nenhum princípio de honra, de lealdade, de honestidade, que as relações entre os homens o exigem.

Áli Bálec Al-Bálec, apesar de ser muçulmano, foi atraído para o meio dos gregos e, com eles, aprendeu as suas espertezas, maroscas e habilidades para enganar os outros.

E assim foi que ele andou fora da casa paterna, fazendo o escambo dos mares do Levante, indo de Alexandria para Constantinopla, daí para Jafa, deste porto para Salônica, desta cidade para Corfu, perlustrando todos aqueles mares azuis, cheios de história, de lenda, de sangue e piratas, comerciando e mesmo pirateando quando a ocasião se lhe oferecia.

Ao saber da morte do pai, vendeu logo a faluca que possuía e correu a receber a herança. Coube-lhe uma grande data de terra, coberta de pés de tâmaras, enquanto os irmãos tinham as suas cultivadas com alfa, com laranjeiras, oliveiras e um mesmo recebeu a sua parte em terrenos de pastagens magras, onde pasciam rebanhos enfezados de ovelhas e cabras.

Todos, porém, ficaram contentes com a partilha e iam vivendo.

Áli Bálec Al-Bálec trouxera como sua mulher uma israelita que renegara o Talmude pelo Corão, mas, apesar disso, tinha o maior desprezo pelos muçulmanos, aos quais considerava grosseiros, convencendo de tal coisa o marido a ponto dele não dar mais importância aos seus próprios irmãos.

Logo ao voltar ainda os atendia e os visitava; mas a mulher lhe dizia sempre:

— Esses teus irmãos são uns brutos! Parecem mochos! Uns bobos! Que sandálias! O pano das suas chéchias é barato e sempre está sujo! Deixa-os lá!

Aos poucos, devido aos conselhos de sua mulher, Salisa, da sua insistência, ele deixou de procurar os irmãos, fez-lhes má cara, embora os filhos deles viessem de quando em quando à casa do tio, para ver o primo Hussein, que se ia criando mais perverso que o pai e mais orgulhoso que a mãe.

Em pouco, Áli ficou inteiramente convencido da sua imensa superioridade sobre os seus humildes e resignados irmãos.

Por ter na sua sala um tapete de Esmirna, serem as suas armas de aço de Damasco, tauxiadas de ouro, julgava os seus manos, que se tinham habituado à simplicidade e à modéstia, como inferiores, iguais aos das tribos negras que viviam para além do deserto. Julgando-os assim, esquecia-se que, enquanto ele viajava, enquanto ele aprendia aquelas coisas finais, os irmãos plantavam, ceifavam e colhiam, para ele aprender.

Além disso, Áli, como falasse alguns patoás levantinos, julgava-se muito mais que todos os do vilaiete e também, por possuir joias de ouro e pedras caras, valendo muitas piastras, imaginava que tudo podia.

Por esse tempo, chegaram os franceses e o *caide* apelou para todos, a fim de socorrer o bei com homens e valores. Áli ofereceu uma das joias do seu tesouro e quase por isso foi empalado. O joalheiro do palácio verificou que as joias eram inteiramente falsas e, vindo o bei a saber disso, tomou a coisa como afronta e mandou castigar severamente o doador.

Salisa, sua mulher, ficou, ao conhecer a notícia, no mais completo desespero, não porque o marido estivesse em risco de vida, mas pelo fato que a fortuna representada por aquelas joias não era mais que fumaça.

Áli foi solto e jurou que havia de enriquecer de novo. Aceitou sem resistência a dominação francesa e, com alegria, viu que essa dominação trazia uma grande alta para as tâmaras que o seu terreno produzia prodigiosamente.

Seus irmãos, a seu exemplo, aceitaram os francos e continuaram na sua modéstia, observando muito religiosamente as leis do Corão.

Áli, já habituado, em pouco se misturou com os infiéis a quem vendia as tâmaras por bom preço e gastava o grosso do rendimento que ia tendo em bebidas, apesar da proibição do Corão, em orgias com os oficiais e funcionários franceses. Construiu um palácio que ele pretendia parecido com aquele do grande califa Harum Al-Raxid, em Bagdá, conforme é descrito no livro de histórias da princesa Xerazade.

Vendo que as tâmaras eram muito procuradas pelos francos que, por elas, pagavam bom dinheiro, por toda a parte começaram a plantar tâmaras; os irmãos de Áli, porém, não quiseram fazer tal, pois sabiam por experiência de seu pai, que, desde que houvesse muitas tâmaras para vender e, não se precisando desse fruto para o nosso comer diário, não era possível que muita gente as quisesse comprar tão caro. Abundando tinham que vendê-las mais barato, para atingir e provocar os compradores mais pobres.

Continuaram com a sua alfa, as suas laranjeiras, a pascer os seus rebanhos, sem nenhuma inveja do irmão que parecia rico e os desprezava.

Os seus sobrinhos, de quando em quando, iam às terras do tio e ele, por ostentação, por vaidade e para mostrar riqueza, lhes dava uma libra turca e as crianças voltavam para casa dos pais, dizendo:

— Tio Áli é que é gente! Tem tudo! Como ele é rico, por Alá!

Os seus pais respondiam:

— Cada um se deve conformar com o que Alá lhe dá! É bom que prospere, pois tem família... Deus é Deus e Maomé é seu profeta.

Veio a morrer Áli, quando as tâmaras começaram a cair de preço. Herdou-lhe os bens, além da mulher, o seu único filho Hussein Ben-Áli Al-Bálec que tinha todos os defeitos do pai aumentados com os de sua mãe.

Era vaidoso, presunçoso, ávido, desprezando os parentes, para os quais era somítico e avaro, desprezando-os como se fossem animais imundos e tidos em maldição pelas Leis do Profeta. Com os franceses, entretanto, era mais pródigo do que o pai e fingia ter as suas maneiras e usos.

Nas gazetas que começaram a aparecer em Argel, Hussein Ben-Áli Al-Bálec era gabado e, apesar das leis do Corão proibirem a reprodução da figura humana, uma delas lhe publicou o retrato. As tâmaras começaram a descer; e, como Hussein tivesse notícias que, duas léguas próximas, um outro muçulmano possuía uma grande plantação delas, começou a pensar que era esta que fazia descer o preço das suas.

Em Argel, sobretudo no vilaiete de Hussein, personificam-se sempre os fenômenos e a sutileza de um plantador de tâmaras não pode bem conhecer, apesar de raça árabe, o filigranado das induções da economia política...

Imaginou logo destruir a plantação e mesmo toda aquela que aparecesse na redondeza. Supôs de bom alvitre ir com alguns homens e queimar os coqueiros. O dono certamente queixar-se-ia ao *caide*, às autoridades francas; e seria uma complicação. Homem de expedientes, lembrou-se de conseguir do capitão francês da guarnição, Al-Durand ou Al-Burhant, a destruição do plantio rival. Habitualmente, fez-se amigo do rume, encheu-o de presentes, de festas, de bebidas, pois seguia o exemplo de seu pai nesse tocante; e o “cão do cristão” se fez afinal seu amigo. Um dia, depois de uma festa, o militar, que pisava indignamente a terra onde estavam os ossos do seu pai, após muitas queixas de Áli, apiedado do árabe, apressou-se em ir à plantação do vizinho e castigá-lo. Assim fez, com os seus soldados e os ferozes serviços de Hussein. Houve queixa; o capitão foi punido; mas o *saas* de tâmaras não subiu nem meio *gourde*.

As suas finanças iam de mal a pior, a casa magnífica ia dando mostras de ruína e os seus móveis e alfaías deterioravam-se com o tempo. Sua mãe não cessava de censurar-lhe pelas faltas que não lhe cabiam. Ela, com aquela arrogância muito sua e inveja também muito sua, repreendia-o:

— Vês: as tâmaras caem de preço e tu não tomas providência alguma. Os meus não são assim... Mas tens o sangue de teu pai... É verdade que teus tios

estão vendendo alfa, oliveiras, gado e laranjas e ganham... Se tu não fizeres esforço algum, ficarás como eles, uns macacos a viver em tocas e a dormir em pelegos de carneiro... Xmed, o teu segundo tio, ganhou duzentas piastras em azeitonas e ficou contente. Queres ser como ele?

— Que hei de fazer, mãe?

— Pensa; e não fiques aí a chorar como mulher. Saul chorou? Davi chorou? Só o Deus dos cristãos chorou: Jeová não ama o choro. Ele ama a guerra e o combate, até o extermínio. Lê os livros, os que foram os meus e os teus que são também agora os meus. Lembra-te de Débora e de Judite e eram mulheres!

Hussein Ben-Áli Al-Bálec não podia dormir com a impressão das palavras de sua mãe. O *saas* de tâmaras continuava a descer de *gourde* em *gourde*, e ele só se lembrava de Áli, de Ornar, de todos aqueles de sua raça que as tinham levado em meio século, do Ganges ao Ebro. Mas o *saas* de tâmaras parecia não temer aquelas sombras augustas e ferozes. Descia sempre.

Certo dia, apareceu-lhe um homem que queria falar a sua mãe, Salisa. Era o irmão dela, Miqueias Habacuc. A irmã e o sobrinho acolheram muito bem tão próximo parente e lhe falaram na baixa das tâmaras que os atormentava. Miqueias, que era homem esperto em negócios, disse para o sobrinho:

— Filho de minha irmã, tens meu sangue, mas não a minha fé nos livros santos da sinagoga; mas teus avós Isaque, Baruque, Daniel, Azaf, Etá, Zabulon, Neftali e tantos outros mandam que eu te auxilie nesse transe da tua vida que é preciosa a eles e a mim, pois ela é deles e também minha. Portanto, tais forem os presentes que tu me fizeres, eu posso purificar-me de ter socorrido um ente que não é de Israel. Dize-o que o rabino me perdoará.

Hussein ficou de pensar e, à noite, conferenciou com sua mãe Salisa.

— Filho, dá-lhe alguns cequins turcos e aquelas joias falsas que quase custaram a morte de teu pai. Porque, ouve bem, o conselho dele pode ser falaz.

Despertando Miqueias, logo Hussein foi ter com ele e propôs-lhe o escambo. O israelita, ao ver as joias, nem olhou mais os cequins. Ficou com os olhinhos fosforescentes de tigre na escuridão. Era como se fosse dar um salto de felino. Contou então ao sobrinho como devia proceder.

— Tu que tens o sangue de minha avó Micaia, que era da tribo de Jeroboão, e de Azarela, que era da casa de Leedã, ouve, comprarás todas as tâmaras que houver na redondeza, mesmo antes de amadurecerem, ficando elas nos pés. Quando for época de colhê-las, colhê-las-ás todas, guardando em

surrões nos armazéns de tua casa e não venderás senão quando te oferecerem um lucro que dê a fartar para gastares...

— Tio amado e sábio: elas não apodrecerão?

— Não importa. As poucas “medidas” em que isto acontecer darão prejuízo, mas tu marcarás o lucro de modo que o cubras.

Hussein Ben-Áli Al-Bálec descansou um instante a cabeça sobre o peito, depois a ergueu de repente e exclamou:

— Falas com a sabedoria do Profeta, Miqueias Habacuc. Que Alá seja contigo!

Miqueias Habacuc, filho de Uriel de Sepetai, não se quis demorar mais e partiu despedindo-se da irmã Salisa e do sobrinho Hussein Ben-Áli Al-Bálec com lágrimas nos olhos, canastras pesadas com os cequins turcos e as joias falsas com que o sobrinho lhe pagara o seu profundo conselho de economia política hebraica.

Hussein fez o que lhe foi aconselhado; e as tâmaras começaram a ter mais oferta de preço. Vendeu-as com grande lucro no primeiro ano; no segundo, se sentia uma certa resistência no mercado, ele as reteve em grande parte; mas, no terceiro ano, ele teve que comprar a produção e viu que ia aumentando o estoque do que se pode chamar de valorização das tâmaras. Viu bem que se continuasse a comprar a produção, ficaria com ele demasiado aumentado, a sua fortuna comprometida e que fez? Cedeu. As tâmaras começaram a descer *gourde a gourde*. Teve uma ideia que um sargento francês lhe indicou. Vendo que elas encalhavam nos seus armazéns e os pedidos cresciam lentamente; vendo, pouco a pouco, os seus coquinhos perdendo o valor, alugou alguns gritadores que berrassem, nas ruas de Argel, a guerreira:

— Vivam as tâmaras! Não há coisa melhor que as tâmaras de Hussein Ben-Áli Al-Bálec!

Nas gazetas, ele pagava anúncios das suas tâmaras, mas não vendia mais que dantes. Deu-as de graça e, como toda coisa dada de graça, elas só agradavam desse modo.

Em se tratando de vendê-las, nada! Os surrões de tâmaras aumentavam nos seus armazéns, pois teimava em comprá-las e guardá-las, para que elas não viessem afinal a não valer nada.

O tapete de Esmirna que o pai lhe deixara desfiava-se, empenhou as armas preciosas, também a herança do pai, para comprar mais sacas de tâmaras. Comprou um tapete falso e umas armas vagabundas de um cabila mais vagabundo ainda, para pôr no lugar das antigas preciosidades. Os outros

plantadores, que se tinham limitado a colher e vender, iam vivendo das suas modestas plantações; ele, Hussein Ben-Áli Al-Bálec, corria para a ruína certa.

Foi por aí que, novamente, lhe apareceu Miqueias Habacuc, seu tio, homem hábil e esperto nos negócios. Hussein ficou espantado, mas o tio lhe disse:

— Rebento da minha querida irmã, pelo Deus de Abraão, de Israel e de Jacó, não te amedrontes: vendi as joias por um bom preço a um grego, com o que ganhei duas coisas: dinheiro e a glória de ter enganado um cão dessa espécie. Mas pelo Eterno! Esta ideia de pagar-me o conselho em joias falsas não é tua... Isto tem dedo de pessoa inteiramente da minha raça de Mardoc e Malaquias... Isto é de minha irmã! Não foi tua mãe quem...

— Foi. E que fizeste do dinheiro, tio amado da minha alma; socorro da minha vida?

— Emprestei-o aos turcos com bons juros e quando os cobrei, quase me esfolaram. Muito tem sofrido a raça de Israel; mas o que sofri deles, nem contar te posso — ó descendente do grande Al-Bálec, companheiro de Musa — conquistador das Espanhas!

Acabava de dizer estas palavras, quando entra no aposento em que estavam Salisa, a feroz Judite, a eloquente Débora — que, ao dar com o irmão, se põe em prantos, exclamando:

— Irmão do coração, sábio Miqueias! Tu que descendes como eu de Micaia, da tribo de Jeroboão, e de Azarela, que era da casa de Leedã, salva-me pelo nosso Deus de Abraão, de Israel e de Jacó — salva-me!

E a feroz Judite e eloquente Débora chorou não a sua dor, nem a dos outros, mas o dinheiro que se sumia.

Contou, então, Hussein ao tio, como a ruína se aproximava; como a valorização das tâmaras, no começo dando tão bom resultado, viera a acabar, no fim, em desastre completo.

O velho Miqueias, filho de Uriel de Sepetai, coçou as barbas hirsutas; os seus olhinhos luziram naquele quadro de pelos cerdosos; depois, faiscando-os malignamente, perguntou ao sobrinho:

— Com que dinheiro tu, sobrinho meu; com que dinheiro fizeste a operação?

Hussein disse-lhe que fora com o dinheiro dele e o da sua mãe. Miqueias Habacuc, judeu de Salônica, homem esperto e hábil em negócios, sorriu com gosto e demora, dizendo após:

— Tolo que és!

— Por quê?

Habacuc assim falou de súbito, logo imediatamente à pergunta:

— Que me darás em troca pela explicação?

— A última bolsa de cequins de ouro que me resta.

— És generoso e grande, sobrinho meu, filho de Salisa, minha irmã, guarda-a. Ganharemos mais. Fizeste mal em empregar o teu dinheiro e o da tua mãe. Devias empregar o dos outros.

— Como, tio Miqueias?

— Tu não sabes, meu sobrinho, essas operações de câmbio e de banco. Eu as sei. Nós agora vamos organizar a defesa das tâmaras, isto é, impedir que especuladores reduzam à miséria e à desolação esta rica região do Magreb, como dizia o teu grande avô, Al-Bálec. Vamos pedir dinheiro aos seus habitantes, para que não morram de fome e não pereçam à míngua por falta de trabalho.

— Não me darão, tio.

— Dar-te-ão, sobrinho do meu coração; dar-te-ão. Chama teus tios, irmãos de teu pai, e os filhos, e convence-os que devem dar as economias que têm, em moeda, para poderes lutar com os que querem acabar com as plantações de tâmaras do vilaiete. Dize-lhes que se não o fizerem as plantações morrerão, os habitantes fugirão, aqui ficará tudo deserto, sem água e sem pastagens; e os bens deles nada valerão e serão também eles obrigados a fugir, perdendo muito, senão tudo.

— E em troca?

— Tu lhes darás vales que vencerão juros e pagarás os vales em certo prazo.

— Mas...

— Nada objectes, meio do meu sangue de Sepetai, mas meu sobrinho inteiramente. Não sabes o que é a cobiça; não sabes o que é querer ter dinheiro sem trabalhar. Eles aceitarão na certa e, não sendo ricos em breve precisarão de dinheiro. Eu vou pôr um “bazar” com o saco de cequins de ouro que te resta e farei saber que desconte esses vales teus, em dinheiro ou em mercadoria. O pouco dinheiro que tens atrairá o deles, tu comprarás tâmaras, mas pagarás em vales que vencerão o juro de dois por cento, mas que eu descontarei a vinte, trinta e mais por cento.

— Se não quiserem descontar, tio que és sábio como o mais sábio dos ulemás, como há de ser?

— Tens o dinheiro dos teus parentes. Em começo, pagarás tudo em dinheiro. Mas teus parentes, precisando de dinheiro, irão, como te disse, procurar-me. Eu os atenderei imediatamente. A fama correrá e ninguém temerá receber os teus vales.

— Compreendo. E as tâmaras?

— Irás vendendo a bom preço e guardando o dinheiro, deixando que uma grande parte apodreça. Tu viverás na pompa, na grandeza, e um belo dia, em vez de eu descontar vales, adquiero-os com ágio. Toda a gente quererá os teus vales e encheremos as arcas de dinheiro.

— E no fim, no pagamento, como será?

— Marcarás um prazo longo, pela festa do Beirão, e daqui até lá teremos tempo de agir.

Hussein Ben-Áli Al-Bálec empregou todas as lábias que lhe ensinou Miqueias Habacuc. Seus tios e primos entregaram-lhe as economias, pois ficaram muito contentes que ele se lembrasse de defendê-los, de impedir a ser completa a miséria. Tio e sobrinho encheram os simplórios homens de todos os afagos, de todas as blandícias, e iniciaram a defesa das tâmaras, que era a própria defesa do vilaiete.

Um único não quis entregar as terras de pastagem. Foi o tio que herdara as terras de pastagem. Dissera o velho:

— As tâmaras não são do gosto de todo o mundo e as que se colhem são de sobra para os que gostam delas. Hão de se as vender barato por força, pois são demais.

Hussein Ben-Áli Al-Bálec, porém, deu início à sua obra de grande eficácia para todo o vilaiete, ostentando uma riqueza, um luxo e uma magnificência que reduziram, fascinaram a imaginação do povo do lugar e das circunvizinhanças.

O seu palácio foi aumentado; as suas estrebarias ficaram cheias de soberbos ginetes do Hedjaz, nas suas piscinas só corriam águas perfumadas — tudo ficou sendo um encanto no seu alcáçar e dependências.

A fama de sua riqueza corria por toda a parte e até, em Argel, a branca, a guerreira, seu nome era falado. Dizia a boca do povo:

— Se todos fossem como Hussein Ben-Áli Al-Bálec conquistaríamos todo o Magreb, expulsando os rumes.

O seu crédito ficou sendo tal que todo o dinheiro que havia naquelas terras entrou para as suas arcas.

As tâmaras subiram de preço, de fato; mas pouco. Entretanto, enquanto vendia um terço, guardava dois. Miqueias Habacuc exultava, com os descontos que fazia e com o dinheiro que era trazido para as mãos do sobrinho. Só a irmã, a feroz Salisa, temia o fim e perguntava ao irmão:

— Como pagaremos tantos vales, se já gastamos o dinheiro deles e temos mais tâmaras guardadas que vendidas?

— Cala-te, irmã que és minha. Aí é que está a minha grande sabedoria.

O dinheiro amoedado desapareceu e os vales de Hussein corriam como moeda. No começo equivaliam ao seu valor em cequins; mas, bem depressa, para se comprar com eles um *saas* de trigo, tinha-se de gastar o duplo do que se gastava antigamente. O povo começava a desconfiar, quando veio rebentar a guerra de Abdelcáder, emir de Mascara. Andava ele precisando de homens e víveres. O emir, que sabia do prestígio de Hussein naquele vilaiete, oferece-lhe alguns milhares de libras turcas, para que mandasse homens.

Miqueias, que sabe do caso, intervém, e propõe que o sobrinho aceite, contanto que o emir lhe compre as tâmaras. O emir acede, paga as mil libras turcas, compra as tâmaras de que não precisava.

E Hussein convence os parentes que devem partir para os *goums*. Para isso falou como um santo marabuto.

Antes da festa do Beirão, época que era marcada para o vencimento dos vales, fugia, com a mãe, a feroz Salisa, o tio Miqueias Habacuc, homem hábil e esperto em negócios — cheios todos de ouro, ricos de apodrecer.

No vilaiete a população caiu na miséria, menos aquele tio de Hussein Ben-Áli Al-Bálec, que não quis entrar na defesa das tâmaras.

Durante muito tempo, pastoreou as suas ovelhas e tosou os seus carneiros. Os seus netos ainda hoje fazem a mesma coisa naquele lugarejo argelino, onde as inocentes tamareiras, se não constituem objeto de maldição, são tidas como simples árvores de adorno.

AGRICUS AUDITAE

A João Luis Ferreira

Alexandre Ventura Soares tinha seus 25 anos, bacharel em ciências físicas e naturais, era preparador do Museu de História Natural, cargo que, obtido em concurso, lhe dera direito a uma viagem à Europa, nos tempos em que as subvenções para isso largamente se distribuía, razão pela qual eram equitativa e sabiamente feitas. De volta, por acaso, viera a morar defronte de um homem de idade, venerável, que vivia, pelo jardim de sua vasta casa, a catar pedrinhas no chão. Curioso com os trejeitos do homem, pôs-se a observá-lo, a fim de descobrir o que significavam. Visou a Ásia e encontrou no caminho a América. El Levante por el Poniente... A filha do ancião, muito naturalmente, pouco afeita a curiosidades sobre o seu jardim que não tivessem a ela por objeto, supôs que o doutor estivesse apaixonado por ela. Nenê, era o seu apelido familiar, sabia que o rapaz era dado a coisas de botânica; que pertencia ao museu; que o tratavam de doutor; logo não se podia tratar senão de um médico.

A nossa mentecapta inteligência nacional, de que não fazem parte só as mulheres, não admite que tratem de botânica senão os médicos; e de matemática os engenheiros; quando, em geral, nem uns nem outros se preocupam em tais coisas.

Ela, porém, vivendo em círculo restrito, não tendo estudos especiais, convivências outras que não essa da sociedade, fossilizadas de cérebro e com receitas de formulário na cabeça, não podia ter outra opinião que a geral na nossa terra, de cima a baixo. Aquele moço era por força doutor em medicina ou, no mínimo, estudante. Quando soube que não, teve uma ponta de despeito; e custou-lhe a crer que fosse tão formado como outro qualquer doutor. Foi o próprio pai quem a convenceu.

— Oh! filha! filha! Pois não sabias disso? Pois eu estimo muito saber que tenho na vizinhança um sábio.

O desembargador Monteiro, pai da Nenê, estava aposentado e tinha a mania da mineralogia. Ele mal conhecia o primeiro sistema de cristalografia; mas não lhe deixava a teima. Tinha um laboratório onde não havia nem uma balança de Jolly, nem um maçarico, nem um bico de Bunsen, nem um reativo,

nem um pedaço de carvão vegetal; mas quando mostrava aos visitantes, exclamava ufano:

— Vejam como tenho livros! Vejam! Tenho o Haüy, as suas duas obras; a *Estrutura dos cristais* e a *Mineralogia*, primeiras edições... Olhem aqui Delafosse! Seis volumes! Hein?

E assim mostrava toda a sua biblioteca de mineralogia sistemática e descritiva. Chegava a um canto, onde havia uma pequena bigorna de ourives, montada em um forte soco de pau, tendo a um dos lados um pesado martelo de carpinteiro; e observava:

— É aqui que trabalho há anos... Ainda não consegui isolar uma granada de granito... No entanto, eu as vejo em quase todas as pedras da rua sobre que ponho os pés.

Foi esta mania de procurar granadas nas pedras da rua que chamou a atenção do jovem naturalista seu vizinho. Se Monteiro lobrigava uma granada por menor que fosse, nas pedras soltas do seu caminho, logo apanhava o pedregulho, levando-o para casa, e martelava-o naquela bigorna de fazer pulseiras, à cata da pedrinha vermelho-rubra; mas, fosse por isso ou por aquilo, a granada se escafedia e o nosso mineralogista ficava desolado. Só os paralelepípedos do pavimento das ruas lhe escapavam; mas, assim mesmo, quando estivessem ajustados aos outros; se soltos, ele pagava a algum moleque para levar um ou outro à sua casa.

Sua filha, dona Nenê, ficou muito contente; e o jovem botanista não teve nenhuma dificuldade em obter a sua mão.

O velho desembargador disse-lhe unicamente:

— Bem. Não há dúvida. O doutor tem com certeza um futuro brilhante; mas ainda não demonstrou para que veio ao mundo. Já escreveu uma “memória”?

— Não, senhor.

— Faz mal. Na Alemanha, é muito usado... A “memória” demonstra sagacidade para o novo, para o detalhe inédito, inexplorado, um ponto de vista que houvesse escapado aos sábios e grandes mestres... Eu queria que meu futuro genro merecesse minha filha dessa maneira, porque, na Alemanha...

— Mas o senhor desembargador há de me permitir uma pergunta?

— Pois não.

— A que sociedade ou academia deveria eu apresentar a minha memória?

— Não há negá-lo: a sua objeção procede. Não havendo entre nós academias especiais a semelhantes ciências, havia, portanto, embaraço em achar

quem julgasse o mérito ou demérito do seu trabalho. As que há, ou são de uns ignorantes literatos que nunca viram uma granada em uma pedra, ali, da pedreira no rio Comprido, ou são formadas por uns médicos faladores que têm pretensões a literatos. Mas... acontece que os senhores não conhecem bem o Brasil, senão saberiam que existe uma academia respeitável e egrégia, não só pelos vários ramos de ciências naturais nela cultivados, como também pelo número de sábios mortos e vivos a ela pertencentes, que mereciam ser conhecidos pelo senhor que governa a sua mocidade nobre pela inteligência e pelo estudo. Então não conhece o senhor a “Academia dos Esquecidos”?

— Não!

— É de admirar! Pois, creia-me, dela, além dos atuais, fizeram e fazem parte ainda: Alexandre Ferreira, Conceição Veloso, Gomes de Sousa, o doutor José Mauricio Nunes Garcia, Domingos Freire, Tito Lívio de Castro, Moraes e Vale, José Bonifácio...

— José Bonifácio, dos Esquecidos!

— Sim! Aquele mineralogista que depois foi político. E como não?

— Ah!

— Compreende-me, agora? Pois bem. Atualmente, presido eu a academia, disse o desembargador com ênfase; e espero que, como um paladino, ofereça à sua noiva a árdua vitória de fazer parte dela: Está aqui a minha mão, Nenê...

Os três sábios despediram-se tocantemente; faltou, porém, o quarto sábio. Talvez fosse o único que não levasse n’alma engano cego; mas a pequena levou, creio, durante o primeiro ano.

Na rua, monologava Soares: um caso novo, um detalhe original, onde hei de buscá-los? Fui bom estudante e, talvez, por isso, nunca supus que, na ciência, houvesse novidade. Tudo já estava feito e, quando não estava, quando se queria coisa nova, compravam-se as revistas estrangeiras e lá estava a coisa digeridinha. E — que diabo! — para que havia eu de aumentar a dificuldade dos estudantes? Não bastavam os europeus, os tais alemães? Já que era preciso descobrir ou inventar para casar, vá lá! Mas não era já suficiente ser “doutor” para casar? Ainda mais esta! Até o que se havia de pedir para casar bem! Ora bolas! Estou quase desistindo... Não! É preciso ter-se urna posição decente na sociedade, um bom casamento, se não rico, pelo menos semirrico... Se não descubro, forjico qualquer coisa e a ciência que se amole... A ciência é um enfeite; é assim como este anel de safira.

E olhou para a pedra quase tão dura como o diamante, a qual não esmaeceu em nada ao seu olhar feroz de cupidez...

Resolveu-se Soares a escrever sobre mineralogia: *Rochas metamórficas do Brasil* ou *O veio de petro-sílex do Corcovado*; mas isto, considerava, não é novo e muito menos é meu. O jovem sábio foi dormir, julgando ter perdido a menina rica, a importância de genro do desembargador Monteiro e a sua entrada na Academia dos Esquecidos.

Buffon afirmou alhures que alguns volumes da sua monumental *História natural*, ele os devia ao seu criado. Soares deveu a sua “memória” e a sua felicidade ao seu criado José. Despertou-o este bem cedo, muito a contragosto dele. Leu os jornais, de princípio a fim; leu a notícia dos rolos que houvera no Teatro Lírico, tomou outra xícara de café, fumou e, de súbito, sentou-se à mesa e escreveu em bastardo:

Agaricus auditae

Mais em baixo, ao lado direito, pôs à guisa de epígrafe:

Memória apresentada à Academia dos Esquecidos, secular e vetusta como as demais congêneres, pelo bacharel em ciências físicas e naturais da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Alexandre Ventura Soares.

E então começou:

“Senhores Acadêmicos. Seduziu-me desde moço a doutrina darwiniana; e eu, com Lyell, a sorvi em grandes haustos na sua aplicação à geologia. Concordei que o mundo atual era resultante e resultado de várias, lentas, pequeninas transformações seriadas cujos termos não têm origem; com Huxley, depois daquela sua célebre demonstração por que tem passado o cavalo através das idades (T. Huxley — *L'Évolution et l'origine des espèces* — tradução francesa, 1892, págs. 232 e seguintes) — com Huxley, dizia, acreditei que o *Megatherium* e o mamute, como plenipotenciários seus, tivessem acreditado entre nós a horrída preguiça e o informe elefante. Sustentei que, sob o império inexorável da seleção natural e da adaptação ao meio, marchássemos nós, pedras e homens, nessa sucessão de modificações, passo moroso e graduado com que vai a variável, de estádio em estádio, se aproximando do limite para

nunca atingi-lo, como nós para o nosso perfeito destino desconhecido (Haeckel, passim)”.

— Bem começado! — exclamou o nosso Alexandre. — Os períodos se sucedem como uma falange de teoremas e deles tirarei legiões de corolários. *Festina lente...* Mas continuemos:

“E, certo nestas ideias, parecia impossível, e de fato é, que, em plena vida contemporânea, existissem exemplares da fauna e da flora dos primórdios da Terra. Houve, não obstante ser inconsequente com os verdadeiros princípios da ciência, alguém que pretendeu ter visto fósseis ‘vivos’, mas, se é possível isto no mundo das inteligências, fora do mundo do pensamento, tal como o dos artistas, dos poetas, dos sociólogos, dos escritores, dos arquitetos, dos jornalistas, dos músicos, tal não permite a evolução em geral.

“Deveis lembrar-vos, senhores acadêmicos, dos *Pterodactylus longirostris*, que alguns viajantes (poetas naturalmente) julgaram lobrigar por entre as florestas ralas da Nova Zelândia, mas que, após visitas de verdadeiros cientistas, foram arrastados para a voragem dos desmentidos da excelsa ciência.”

Soares não se conteve e exclamou bem alto:

— Muito bem! Excelsa ciência! Admirável! Naturalmente o desembargador Monteiro há de apreciar esta bela frase: excelsa ciência! Não há dúvida! Esta minha memória traz no seu bojo toda uma síntese das minhas qualidades e das minhas audácias fáceis! Assentarei a minha fama de naturalista; entrarei para a Academia dos Esquecidos; demonstrarei o vigor do meu estilo e, por cima de tudo, uma pequena semirrica! Arre! Como é bom ter-se um bom curso na Escola Politécnica do Rio de Janeiro! Nenê, como te amo! Socorre-me nesse transe, como me vais socorrer a vida toda! A mulher foi feita para sustentar homem... Aquele burro do Comte! Era por isso que ele detestava a geologia, a paleontologia! Burro! Nenê!... E não é que estou mesmo parecendo o Paulo, o tal da Virgínia? Ora bolas!

Adiante:

“II — Amigo meu e consumado sábio, J.C. Kramer, exímio geólogo e professor da mesma cadeira da Harvard University, USA, em conversa comigo, há dias, no Museu de História Natural desta capital — conversa amável de sábios —, comunicou-me que, há tempos, por ocasião de estudar, no Rio de Janeiro, a ‘hipótese da glaciação do Brasil’, de Agassiz, observou vegetando nesta cidade de assaz estranha casta de tortulhos — a que as crianças chamam ‘mijo-de-sapo’ e ‘orelha-de-burro’ que ele julgava, apesar do disparatado dos caracteres, exemplares da flora do período triássico da época secundária.

“Óbvio será dizer-vos, senhores acadêmicos, que uma tal comunicação me encheu de imenso júbilo, patriótico e científico.

“Cavaqueando comigo o doutor Kramer, da Harvard University, USA, admirava-se, sorrindo com mofa e desculpando-se amável, que, vivendo os tais cogumelos tão próximos dos nossos estabelecimentos de ciências, não houvéssemos ainda notado a sua singular estrutura. É bastante explicável — desculpava-se agora mal —, vosso país é muito novo. E, na continuação da palestra, não se media, às vezes, de contentamento e satisfação. Deixava sempre transparecer nesses sentimentos a utilidade científica da perspicácia e sutileza do sábio *yankee*; e o que parecia crescer ainda mais a sua maligna satisfação era que tais *Agaricus* fossem além dos nomes das crianças que tinham, também conhecidos vulgarmente por ‘diletantes’, nome que, dado o seu explicável e previsto mau ouvido para as línguas do sul da Europa, creio tratar-se de ‘*dilettanti*’.”

Nisto, o José chega à porta do gabinete do sábio Alexandre e grita:

— “Seu dotô”! O almoço na mesa!

— Oh! Já?

Olhou o relógio na parede e concordou:

— Você tem razão... É verdade! Já são dez horas... Almoço, vou ao museu, consulto as notas da besta do Kramer e, antes do fim do mês, tenho a “pequena” e o resto... E, se alguns cétricos, pessimistas e despeitados disserem que a ciência, no Brasil, não leva longe, não dá fortuna, independência, eu posso dizer bem alto: aqui estou eu!

E bateu, com força, no peito, como se dissesse para a escolta do fuzilamento: atirem que eu não preciso ficar amarrado, nem vendado. Sei morrer!

No dia seguinte, completamente armado com as notas do famoso geólogo *yankee*, o notável brasileiro Alexandre Ventura Soares, homem grave e sábio, tanto mais grave e mais sábio por ser jovem, continuou a sua memória casamenteira assim:

“III — O habitat de tais ‘orelhas-de-burro’, como lhes chamam as crianças do Rio de Janeiro, é um barracão úmido e quente que fica ao sopé do morro de Santo Antônio, no centro da cidade, e serve as mais das vezes de depósito de jornais europeus de modas e joias de aluguel que correm, em vários corpos, as capitais de segunda ordem do globo, exibindo-as como riquezas próprias.”

— Diabo! — exclamou Soares, compulsando as notas. — Este Kramer tem cada ideia! Isto é impossível! Adiante, pois é preciso! Enfim ponho umas

aspas e vai a coisa por conta dele:

“Convém — e com humildade vos peço, senhores acadêmicos — que vos esqueçais (não fôsseis Esquecidos) das mais mezinhas noções de botânica, pois o nosso excêntrico sábio vai desvendar órgãos pouco fáceis de aceitar em ‘mijos-de-sapo’.”

— Está salva a minha responsabilidade, monologou o notável preparador do Museu de História Natural. Vamos! É preciso não esquecer o teu ideal científico! A Nenê está ali! Vamos! Esta “memória” é a tua sorte grande!

E tomando fôlego, continuou:

“Eles deveriam ser análogos aos criptógamos que formavam com outros a flora do período carbonífero; e, para justificar isto, encontraram-se entre eles alguns exemplares do *Lepidodendron elegans*, do gênero *Atanephæ*.

“Pareceria a pessoas pouco versadas em geologia e paleontologia que tais criptógamos não alcançassem, nos nossos dias, mais do que alguns centímetros de altura; mas, a vós, que delas sabeis mais do que eu, não parecerá estranho que afirme tê-los visto com 1,50m e 1,80m de altura.

“Sob a forte objetiva de um microscópio de Zeiss, encontrou o doutor Kramer, na parte mínima do disco superior que possuem tais tortulhos, alguma coisa semelhante ao cérebro humano.

“Analisando esse pedacito de cabeça pacientemente, com a paciência característica de um professor da Harvard College, se lhe depararam, ao doutor Kramer, coroando as suas fatigantes pesquisas, em estado rudimentar, os nervos óptico, auditivo, olfativo, gustativo etc. e, de todos esses, o mais rudimentar e grosseiro, era o auditivo. Usando, então, de um paradoxo fácil, o sábio de Cambridge (USA) denominou-os cogumelos auditivos (*Agaricus auditæ*).

“Das bossas (o singular Kramer ainda admite a teoria de Gall), só lhes restava a da memória. As funções da vida vegetativa tinham neles um completo e pleno desenvolvimento, tanto assim que, apesar de agáricos, sabiam comer demasiadamente.

“O que torna tais cogumelos dignos de nota, além de outros caracteres — observa o doutor Kramer —, é que possuem sexos. Há-os machos e os há fêmeas. Embora fiel aos ditames da ciência, no entretanto, por honestidade científica, julgo-me obrigado a transcrever aqui essa blasfêmia. Mas, se ela foi irrogada à ciência, por um sábio como o distinto professor da Harvard University, claro é que nós não devemos senão acatá-la, embora assim parecendo ser. Se não nos parece verdade inconcussa, partindo de onde parte, néscios como somos, temos o dever de tomá-la como tal.

“Diz o professor americano que há os exemplares de uma coloração negra, intensamente negra, tendo na parte superior um canudo também negro, lustroso, como uma espécie de rabo de ave — são os machos; e os outros claros, róseos, cabeludos, seminus, cheios de pedrarias — são as fêmeas.

“Nessas diferenças, todas superficiais, que o extraordinário professor julga traduzirem sexos, no choque delas, no seu atrito é que reside a agitação, a fermentação daquele principado vegetal dos *Agaricus auditae*.

“Tocando isto à sociologia dos ‘orelhas-de-burro’, em que não sou versado, não me animo a discutir a questão e adio o debate para mais tarde...”

— Que é, José?

— Esta carta da casa do doutor Monteiro.

O criado retirou-se e o sábio, apud Kramer, abriu o bilhete e leu:

“Meu querido:

Já não apareces, não te vejo mais. Deixa essa história de ‘memória’. Papai é maníaco, isto não é preciso. É melhor que arranjes um soneto, uns versos, enfim, que talvez façam o mesmo efeito; e, se quiseses, mandá-los-ei fazer por um poeta discreto que anda na precisão de dez mil-réis. Queres? Que tal? Responde.

Nenê”.

O sábio Alexandre, luzeiro da ciência brasileira, respondeu:

“Nenê.

Tem fé em mim e na Ciência.

Alexandre”.

Em seguida, o original cientista Ventura considerou de si para si:

— Bem, por hoje, basta. Amanhã irei determinar a origem e, no sábado, lerei a memória ao desembargador; e, ainda, não foram passados dois meses! A ciência brasileira tem os seus lados notáveis e singulares — continuou Alexandre na sua meditação — e um deles é essa presteza nos seus trabalhos. Isto é devido ao fato que, para os outros sábios, o objeto da ciência está no mundo, exigindo pesquisas, observações e experiências demoradas; nós, porém, pouco nos importamos com o mundo. Há livros; fazemos ciência. Com eles, revistas, memórias dos outros, sem ir diretamente à natureza, estudam-se

detalhes, arquiteta-se uma teoria nova que escapou aos grandes mestres das grandes obras. A questão é combinar um com outro, embora antagônicos...

Oh! Este Brasil não é um país perdido! É um grande país!

Na quinta-feira, tinha o nosso bacharel concluído a sua memória e fê-lo de modo feliz e completo. Ei-lo:

“IV — Escusado será dizer que, desde logo, procurei motivar e determinar as origens de tão estranha vegetação; e sem nada encontrar, já desesperava, quando o acaso, constante amigo dos sábios, auxiliou-me eficazmente, como quando foi ao encontro de Newton, com a maçã, e de Galileu, com a lâmpada da catedral de Pisa.

“V — Há um ano pouco mais, andando eu na Itália, em comissão do governo, vi, na praia de Nápoles onde flanava, brotando sobre uns andrajos sujos e abandonados de um *lazzarone*, uns cogumelos de um cromatismo vário e minúsculos. Naturalista, impressionaram-me eles e tive o capricho de trazer a policrônica aglomeração dos pequeninos tortulhos, com os competentes andrajos, para o Rio de Janeiro. Aqui chegando, deposei-os em um quarto contíguo ao do meu criado José, que, ora tocando em uma flauta de bambu ou em sanfona valsas e polcas mais em voga; ora, lendo notícias de fitas de cinema, distraía-se, sem esquecer, de quando em quando, de entoar com indecifrável voz, árias das óperas da moda, que ele ouvia trauteadas pelas ruas. Sem que tal saiba bem explicar, a não ser a flauta, o cantochão, as crônicas do José, as ‘orelhas-de-burro’ napolitanas começaram a medrar, a crescer e têm atualmente quase meio metro de altura.

“VI — Atribuo, portanto, senhores acadêmicos Esquecidos, aos portentosos *Agaricus* do doutor Kramer as mesmas origens que os meus e o seu desenvolvimento às mesmas causas que os daqueles trazidos por mim da Itália, tanto mais que perto do habitat dos primeiros existe a banda de música da Brigada Policial e o Teatro Lírico.”

O doutor Alexandre Ventura Soares, bacharel em ciências físicas e naturais pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, preparador, por concurso, do Museu de História Natural do Rio de Janeiro, terminando a memória, levou-a ao desembargador Monteiro que gastou seis meses em lê-la e meditar sobre ela. Ao fim dos quais, mandou chamá-lo e, logo que veio, apresentando-o à filha, assim falou:

— Nenê, é este o teu noivo que, pelo seu talento e pela sua erudição, acaba de penetrar na Academia Brasileira dos Esquecidos. Casados, desejo que vocês continuem o número deles, para grandeza e fama do Brasil.

Casaram-se e a primeira coisa que fizeram, graças ao dote dela, foi comprarem um chalé na “curiosa floresta” dos *Agaricus audita*.

ADÉLIA

— A nossa filantropia moderna feita de elegância e exhibições é das coisas mais inúteis e contraproducentes que se pode imaginar.

Entre todas as pessoas do povo aqui, no Rio de Janeiro, há uma condenação geral para as raparigas que se casam, no dia de santa Isabel, e saem da Casa de Expostos. Isto se dá para uma casa semirreligiosa, que só visa, penso eu, não a felicidade terrena, mas o resgate de almas das garras do demônio. Agora, imagina tu o que de transtorno na vida de tantos entes não vão levar esses “dispensários”, essas creches etc. que lhes amparam os primeiros anos de vida e, depois, os abandonam à sua sorte!...

Antes a sala do banco da Misericórdia que receita remédios de uma cor única e cuja dieta só varia na inversão dos pratos... É sempre a mesma... Essa caridade é espúria e perversa... Antes deixar essa pobre gente entregue à sua sorte...

— És mau... É impossível que ela não aproveite muitos.

— Alguns, talvez; mas muitos, ela estraga e desvia do seu destino, que talvez fosse alto. Nelson legou Lady Hamilton à Inglaterra; e tu sabes quais foram os começos dela. Chegaria até isso se andasse em creches, dispensários?

— Não sei; mas não nos devemos guiar por exceções.

— É uma frase; mas vou contar-te uma história bem singela que espero não me interromperás. Prometes?

— Prometo.

— Vou contar.

— Conta lá.

O narrador fez uma pausa e encetou vagarosamente:

Quando a portuguesa Gertrudes, que “vivia” com o italiano Giuseppe, um amolador ambulante, apresentou Adélia, sua filha, à sublimada competência do doutor Castrioto, do dispensário, a criança era só um olhar. As pernas lhe eram uns palitos, os braços descamados, esqueléticos, moviam-se nas convulsões de choro sinistramente. Com tais membros e o ventre ressequido e a boca umedecida de uma baba viscosa, a criança parecia premida por todas as forças universais, físicas e espirituais. O seu olhar, entretanto, era calmo. Era azul-

turquesa, e doce, e vago. No meio da desgraça do seu corpo, a placidez do seu olhar tinha um tom zombeteiro. O doutor melhorou-a muito; mas, assim mesmo, até à puberdade, foi-lhe o corpo um frangalho e o olhar sempre o mesmo, a ver caravelas ao longe que a viessem buscar para países felizes. Depois de adolescente, porém, no fim das grandes concentrações íntimas, o brilho hialino das pupilas turbava-se, estremecia.

Ninguém descobriu-lhe o olhar — quem repara no olhar de uma menina de estalagem? Olham-se-lhe as formas, os quadris e os seios; ela não os tinha opulentos, contudo casou-se. O casamento realizou-se a pé e a garotada assoviou pelo caminho. A noiva com calma estúpida olhou-os. Por quê? Casava-se a pé; era ignóbil. O padrinho não lhe notou modificação sensível. Não chorara, não soluçara, não tremiera; unicamente mudou num instante de olhar, que ficou duro e perverso. O primeiro ano de casamento fez-lhe bem.

A intensa vida sexual arredondou-lhe as formas, disfarçou as arestas e as anfractuosidades — emprestou-lhe beleza.

Demais, o ócio desse primeiro ano afinou-a, melhorou-a; mas sempre com aquele olhar fora do corpo e das coisas reais e palpáveis. No fim de dois anos de casada, o marido começou a tossir e a escarrar, a escarrar e a tossir. Não trabalhava mais. Adélia rogou, pediu, chorou. Andou por aqui e por ali. Encontrou alguém amável que a convidou:

— Vamos até lá, é perto.

— Ó... Não... “Ele”...

— “Ele”!... Vamos!... “Ele” não sabe; não pode mais. Vamos.

Foi, e foi muitas vezes; mas sempre sem pesar, sem compreender bem o que fazia, à espera das caravelas sonhadas.

Ia e voltava. O marido tossia e tomava remédios.

— Trouxeste?

— Sim; trouxe.

— Quem te deu?

— O doutor.

— Como ele é bom.

Aos poucos, infiltravam-se-lhe gostos novos. Um sapato de abotoar, um chapéu de plumas, uma luva... Morreu o marido. O enterro foi fácil e o luto ficou-lhe bem. O seu olhar vago, fora dos homens e das coisas, atravessava o véu negro como um firmamento com uma única estrela no engaste de um céu de borrasca. Um ano depois corria confeitarias, à tarde; mas o seu olhar não

pousava nunca nos espelhos e nas armações. Andava longe dela, longe daqueles lugares.

— Toma vermute?

— Sim.

— É melhor coquetel.

— É.

— Antes cerveja.

— Vá cerveja.

Não custou a embriagar-se um dia. Meteram-lhe num carro. Estava que nem uma pasta mole e desconjuntada.

— Que tem você?

— Nada, não vejo.

— Você por que não abre mais os olhos?

— Não posso, não vejo!

— Lá vão os Fenianos... Você não vê?

— Ouço a música.

Teve carros. Frequentou teatros e bailes duvidosos, mas seu olhar sempre saía deles, procurando coisas longínquas e indefinidas. Recebeu joias. Olhava-as. Tudo lhe interessou e nada disso amou. Parecia em viagem, a bordo. A mobília e a louça do pacote não lhe desagradavam; queria a riqueza, talvez; mas era só. Nada se acorrentava na sua alma. Correu cidades elegantes e as praias.

— Hoje, ao Leme.

— Sim, ao Leme.

A curva suave da praia e a imensa tristeza do oceano prendiam-na. Defronte do mar, animava-se; dizia coisas altas que passavam pelas cabeças das companheiras, cheias de mistério, como o voo longo de patos selvagens, à hora crepuscular.

Veio um ano que se examinou. Estava quase magra, quase esquelética. Foi-se fanando daí por diante. Diminuíram-se-lhe as joias e os vestidos. Morreu aos trinta e poucos anos como a criança que se fora: um frangalho de corpo e um olhar vago e doce, fora dela e das coisas. Que é que adiantou o dispensário?

Calou-se o que narrava, e o outro só soube dizer:

— Vou-me embora... Até amanhã.

O FEITICEIRO E O DEPUTADO

Nos arredores do “Posto Agrícola de Cultura Experimental de Plantas Tropicais”, que, como se sabe, fica no município Contra-Almirante Doutor Frederico Antônio da Mota Batista, limítrofe do nosso, havia um habitante singular.

Conheciam-no no lugar que, antes do batismo burocrático, tivera o nome doce e espontâneo de Inhangá, por “feiticeiro”; o mesmo, certa vez a ativa polícia local, em falta do que fazer, chamou-o a explicações. Não julguem que fosse negro. Parecia até branco e não fazia feitiços. Contudo, todo o povo das redondezas teimava em chamá-lo de “feiticeiro”.

É bem possível que essa alcunha tivesse tido origem no mistério de sua chegada e na extravagância de sua maneira de viver.

Fora mítico o seu desembarque. Um dia apareceu numa das praias do município e ficou, tal e qual Manco Capac, no Peru, menos a missão civilizadora do pai dos incas. Comprou, por algumas centenas de mil-réis, um pequeno sítio com uma miserável choça, coberta de sapé, paredes a sopapo; e tratou de cultivar-lhe as terras, vivendo taciturno e sem relações quase.

A meia encosta da colina, o seu casebre crescia como um cômodo de cupins; ao redor, os cajueiros, as bananeiras e as laranjeiras afagavam-no com amor; e cá embaixo, no sopé do morrote, em torno do poço de água salobre, as couves reverdesciam nos canteiros, aos seus cuidados incessantes e tenazes.

Era moço, não muito. Tinha por aí uns trinta e poucos anos; e um olhar doce e triste, errante e triste e duro, se fitava qualquer coisa. Toda a manhã viam-no descer à rega das couves; e, pelo dia em fora, roçava, plantava e rachava lenha. Se lhe falavam, dizia:

— “Seu” Ernesto tem visto como a seca anda “brava”.

— É verdade.

— Neste mês “todo” não temos chuva.

— Não acho... Abril, águas mil.

Se lhe interrogavam sobre o passado, calava-se; ninguém se atrevia a insistir e ele continuava na sua faina hortícola, à margem da estrada.

À tarde, voltava a regar as couves; e, se era verão, quando as tardes são longas, ainda era visto depois, sentado à porta de sua choupana. A sua

biblioteca tinha só cinco obras: a *Bíblia*, o *Dom Quixote*, a *Divina comédia*, o *Robinson* e o *Pensées* de Pascal. O seu primeiro ano ali devia ter sido de torturas.

A desconfiança geral, as risotas, os ditérios, as indiretas certamente teriam-no feito sofrer muito, tanto mais que já devia ter chegado sofrendo muito profundamente, por certo de amor, pois todo sofrimento vem dele.

Se se é coxo e parece que se sofre com o aleijão, não é bem este que nos provoca a dor moral: é a certeza de que ele não nos deixa plenamente...

Cochichavam que matara, que roubara, que falsificara; mas a palavra do delegado do lugar, que indagara dos seus antecedentes, levou a todos confiança no moço, sem que perdesse a alcunha e a suspeita de feiticeiro. Não era um malfeitor; mas entendia de mandingas. A sua bondade natural para tudo e para todos acabou desarmando a população. Continuou, porém, a ser feiticeiro, mas feiticeiro bom.

Um dia Sinhá Chica animou-se a consultá-lo:

— “Seu” Ernesto: viraram a cabeça de meu filho... Deu “pa bebê”... “Tá arrelaxando”...

— Minha senhora, que hei de eu fazer?

— O “sinhô” pode, sim! “Conversa cum” santo...

O solitário, encontrando-se por acaso, naquele mesmo dia, com o filho da pobre rapariga, disse-lhe docentemente estas simples palavras:

— Não beba, rapaz. É feio, estraga — não beba!

E o rapaz pensou que era o Mistério quem lhe falava e não bebeu mais. Foi um milagre que mais repercutiu com o que contou o Teófilo Candeeiro.

Este incorrigível bebaço, a quem atribuíam a invenção do tratamento das sezões, pelo parati, dias depois, em um cavaco de venda, narrou que vira, uma tardinha, aí quase pela boca da noite, voar do telhado da casa do “homem” um pássaro branco, grande, maior do que um pato; e, por baixo do seu voo rasteiro, as árvores todas se abaixavam, como se quisessem beijar a terra.

Com essas e outras, o solitário de Inhangá ficou sendo como um príncipe encantado, um gênio bom, a quem não se devia fazer mal.

Houve mesmo quem o supusesse um Cristo, um Messias. Era a opinião do Manuel Bitu, o taverneiro, um antigo sacristão, que dava a Deus e a César o que era de um e o que era de outro; mas o escriturário do posto, “seu” Almada, contrariava-o dizendo que se o primeiro Cristo não existiu, então um segundo!...

O escriturário era um sábio, e sábio ignorado, que escrevia em ortografia pretensiosa os pálidos ofícios, remetendo mudas de laranjeiras e abacateiros

para o Rio.

A opinião do escriturário era de exegeta, mas a do médico era de psiquiatra.

Esse “anelado” ainda hoje é um enfezadinho, muito lido em livros grossos e conhecedor de uma quantidade de nomes de sábios; e diagnosticou: um puro louco.

Esse “anelado” ainda hoje é uma esperança de ciência...

O “feiticeiro”, porém, continuava a viver no seu rancho sobranceiro a todos eles. Opunha às opiniões autorizadas do doutor e do escriturário, o seu desdém soberano de miserável independente; e ao estulto julgamento do bondoso Mané Bitu, a doce compaixão de sua alma tema e afeiçoada...

De manhã e à tarde, regava as suas couves; pelo dia em fora, plantava, colhia, fazia e rachava lenha, que vendia aos feixes, ao Mané Bitu, para poder comprar as utilidades de que necessitasse. Assim, passou ele cinco anos quase só naquele município de Inhangá, hoje burocraticamente chamado — “Contra-Almirante Doutor Frederico Antônio da Mota Batista”.

Um belo dia foi visitar o posto o deputado Braga, um elegante senhor, bem-posto, polido e cético.

O diretor não estava, mas o doutor Chupadinho, o sábio escriturário Almada e o vendeiro Bitu, representando o “capital” da localidade, receberam o parlamentar com todas as honras e não sabiam como agradá-lo.

Mostraram-lhe os recantos mais agradáveis e pinturescos, as praias longas e brancas e também as estranguladas entre morros sobranceiros ao mar; os horizontes fugidios e cismadores do alto das colinas; as plantações de batatas-doces; a ceva dos porcos...

Por fim, ao deputado que já se ia fatigando com aqueles dias, a passar tão cheio de assessores, o doutor Chupadinho convidou:

— Vamos ver, doutor, um degenerado que passa por santo ou feiticeiro aqui. É um dementado que, se a lei fosse lei, já de há muito estaria aos cuidados da ciência, em algum manicômio.

E o escriturário acrescentou:

— Um maníaco religioso, um raro exemplar daquela espécie de gente com que as outras idades fabricavam os seus santos.

E o Mané Bitu:

— É um rapaz honesto... Bom moço. É o que posso dizer dele.

O deputado, sempre cético e complacente, concordou em acompanhá-los à morada do feiticeiro. Foi sem curiosidade, antes indiferente, com uma ponta

de tristeza no olhar.

O “feiticeiro” trabalhava na horta, que ficava ao redor do poço, na várzea, à beira da estrada.

O deputado olhou-o e o solitário, ao tropel de gente, ergueu o busto que estava inclinado sobre a enxada, voltou-se e fitou os quatro. Encarou mais firmemente o desconhecido e parecia procurar reminiscências. O legislador fitou-o também um instante e, antes que pudesse o “feiticeiro” dizer qualquer coisa, correu até ele e abraçou-o muito e demoradamente.

— És tu, Ernesto?

— És tu, Braga?

Entraram. Chupadinho, Almada e Bitu ficaram à parte e os dois conversaram particularmente.

Quando saíram, Almada perguntou:

— O doutor conhecia-o?

— Muito. Foi meu amigo e colega.

— É formado? — indagou o doutor Chupadinho.

— É.

— Logo vi, disse o médico. Os seus modos, os seus ares, a maneira com que se porta, fizeram-me crer isso; o povo, porém...

— Eu também, observou Almada, sempre tive essa opinião íntima; mas essa gente por aí leva a dizer...

— Cá para mim, disse Bitu, sempre o tive por honesto. Paga sempre as suas contas.

E os quatro voltaram em silêncio para a sede do “Posto Agrícola de Cultura Experimental de Plantas Tropicais”.

UMA NOITE NO LÍRICO

Poucas vezes, ia ao antigo D. Pedro II e, as poucas em que lá fui, era das galerias que assistia ao espetáculo.

Munido do competente bilhete, às oito horas, entrava, subia, procurava o lugar marcado e nele mantinha-me, durante a representação. De forma que aquela sociedade brilhante que eu via formigar nos camarotes e nas cadeiras, me parecia distante, colocada muito afastada de mim, em lugar inacessível, no fundo de cratera de vulcão extinto. Cá do alto, debruçado na grade, eu sorvia o vazio da sala com a volúpia de uma atração de abismo. As casacas corretas, os uniformes aparatosos, as altas toaletes das senhoras, semeadas entre eles, tentavam-me, hipnotizavam-me. Decorava os movimentos, os gestos dos cavalheiros e procurava descobrir a harmonia oculta entre eles e os risos e os ademanes das damas.

Nos intervalos, encostado a uma das colunas que sustentam o teto, observando os camarotes, apurava o meu estudo do *hors-ligne*, do distinto, com os espectadores que ficavam nas lojas.

Via correrem-se-lhes os reposteiros, e os cavaleiros bem encasacados, juntarem os pés, curvarem ligeiramente o corpo, apertarem ou mesmo beijarem a mão das damas que se mantinham eretas, encostadas a uma das cadeiras, de costas para a sala, com o leque em uma das mãos caídas ao longo do corpo. Quantas vezes não tive ímpetos de ali mesmo, com risco de parecer doido ao polícia vizinho, imitar aquele cavalheiro?

Quase tomava notas, desenhava esquemas da postura, das maneiras, das medidas do elegante senhor...

Havia naquilo tudo, na singular concordância dos olhares e gestos, dos ademanes e posturas dos interlocutores, uma relação oculta, uma vaga harmonia, uma deliciosa equivalência que, mais do que o espetáculo do palco, me interessavam e seduziam. E tal era o ascendente que tudo isso tinha sobre o meu espírito que, ao chegar em casa, antes de deitar, quase repetia, com o meu velho chapéu de feltro, diante do meu espelho ordinário, as performances do cavalheiro.

Quando cheguei ao quinto ano do curso e os meus destinos me impuseram, resolvi habilitar-me com uma casaca e uma assinatura de cadeira

do Lírico. Fiz consignações e toda a espécie de agiotagem com os meus vencimentos de funcionário público e para lá fui.

Nas primeiras representações, pouco familiarizado com aquele mundo, não tive grandes satisfações; mas, por fim, habituei-me.

As criadas não se fazem em instantes duquesas? Eu me fiz logo homem na sociedade.

O meu colega Cardoso, moço rico, cujo pai enriquecera na indústria das indenizações, muito concorreu para isso.

Fora simples a ascensão do pai à riqueza. Pelo tempo do governo provisório, o velho Cardoso pedira concessão para instalar uns poucos de burgos agrícolas, com colonos javaneses, nas nascentes do Purus; mas, não os tendo instalado no prazo, o governo seguinte cassou o contrato. Aconteceu, porém, que ele provou ter construído lá um rancho de palha. Foi para os tribunais que lhe deram ganho de causa, e recebeu de indenização cerca de quinhentos contos.

Encarregou-se o jovem Cardoso de me apresentar ao “mundo”, de me informar sobre toda aquela gente. Lembro-me bem que, certa noite, me levou ao camarote dos viscondes de Jacarepaguá. A viscondessa estava só; o marido e a filha tinham ido ao bufê. Era a viscondessa uma senhora idosa, de traços empastados, sem relevo algum, de ventre proeminente, com um *pince-nez* de ouro trepado sobre o pequeno nariz e sempre a agitar o cordão de ouro que prendia um grande leque rococó.

Quando entramos, estava sentada, com as mãos unidas sobre o ventre, tendo o fatal leque entre elas, o corpo inclinado para trás e a cabeça a repousar sobre o espaldar da cadeira. Mal desmanchou a posição em que estava, respondeu maternalmente aos cumprimentos e interrogou o meu amigo sobre a família.

— Não desceram de Petrópolis, este ano?

— Meu pai não tem querido... Há tanta bexiga...

— Que medo tolo! Não acha, doutor? — dirigindo-se a mim.

Respondi:

— Penso assim também, viscondessa.

Ela ajuntou então:

— Olhe, doutor... como é a sua graça?

— Bastos, Frederico.

— Olhe, doutor Frederico; lá em casa havia uma rapariga... uma negra...
boa rapariga...

E, por aí, desandou a contar a história vulgar de uma pessoa que trata de outra atacada de moléstia contagiosa e não apanha a doença, enquanto a que foge vem a morrer dela.

Depois da sua narração, houve um curto silêncio; ela, porém, o quebrou:

— Que tal o tenor?

— É bom, disse o meu amigo. Não é de primeira ordem, mas se o pode ouvir...

— Ah! O Tamagno — suspirou a viscondessa.

— O câmbio está mau, refleti; os empresários não podem trazer notabilidades.

— Nem tanto, doutor! Quando estive na Europa, pagava por um camarote quase a mesma coisa que aqui... Era outra coisa! Que diferença!

Como houvessem anunciado o começo do ato seguinte, despedimo-nos. No corredor, encontramos o visconde e a filha. Cumprimentamo-nos rapidamente e descemos para as cadeiras.

Meu companheiro, segundo a praxe elegante e desgraciosa, não quis entrar logo. Era mais chique esperar o começo do ato... Eu, porém, que era novato, fui tratando de abancar-me. Ao entrar na sala, dei com o Alfredo Costa, o que me causou grande surpresa, por sabê-lo, apesar de rico, o mais feroz inimigo daquela gente toda. Não foi durável o meu espanto. Juvenal tinha posto a casaca e cartola, para melhor zombar, satirizar e estudar aquele meio.

— De que te admiras? Venho a este barracão imundo, feio, pechisbeque, que faz todo o Brasil roubar, matar, prevaricar, adulterar, a fim de rir-me dessa gente que tem as almas candidatas ao pez ardente do inferno. Onde estás?

Disse-lhe eu, ao que ele me convidou:

— Vem para junto de mim... Ao meu lado, a cadeira está vazia e o dono não virá. É a do Abrantes que me avisou disso, pois, no fim do primeiro ato, me disse que tinha de estar em certo lugar especial... Vem que o lugar é bom para observar.

Aceitei. Não tardou que o ato começasse e a sala se enchesse...

Ele, logo que a viu assim, falou-me:

— Não te dizia que, daqui, tu poderias ver quase toda a sala?

— É verdade! Bela casa!

— Cheia, rica! — observou o meu amigo com um acento sarcástico.

— Há muito que não via tanta gente poderosa e rica reunida.

— E eu há muito tempo que não via tantos casos notáveis da nossa triste humanidade. Estamos como que diante de vitrinas de um museu de casos de patologia social.

Estivemos calados, ouvindo a música; mas, ao surgir na boca de um camarote, à minha direita, já pelo meio do ato, uma mulher, alta, esguia, de grande porte, cuja tez moreno-clara e as joias rutilantes saíam muito friamente do fundo negro do vestido, discretamente decotado em quadrado, eu perguntei:

— Quem é?

— Não conheces? A Pilar, a “Espanhola”.

— Ah! Como se consente?

— É um lugar público... Não há provas... Demais, todas as “outras” a invejavam... Tem joias caras, carros, palacetes...

— Já vens tu...

— Ora! Queres ver? Vê o sexto camarote de segunda ordem, contando de lá para cá! Viste?

— Vi.

— Conheces a senhora que lá está?

— Não, respondi.

— É a mulher de Aldong, que não tem rendimentos, sem profissão conhecida ou com a vaga de que trata de negócios. Pois bem: há mais de vinte anos, depois de ter gasto a fortuna da mulher, ele a sustenta como um nababo. Adiante, embaixo, no camarote de primeira Ordem vêς aquela moça que está com a família?

— Vejo. Quem é?

— É a filha do doutor Silva a quem, certo dia, encontraram, em uma festa campestre, naquela atitude que Anatole France, num dos Bergerets, diz ter alguma coisa de luta e de amor... E os homens não ficam atrás...

— És cruel!

— Repara naquele que está na segunda fila, quarta cadeira, primeira classe. Sabes de que vive?

— Não.

— Nem eu. Mas, ao que corre, é banqueiro de casa do jogo. E aquele general, acolá? Quem é?

— Não sei.

— O nome não vem ao acaso; mas sempre ganhou as batalhas... nos jornais. Aquele almirante que tu vêς, naquele camarote, possui todas as

bravuras, menos a de afrontar os perigos do mar. Mais além, está o desembargador Genserico...

Costa não pôde acabar. O ato terminava: palmas entrelaçavam-se, bravos soavam. A sala toda era uma vibração única de entusiasmo. Saímos para o saguão e eu me pus a ver todos aqueles homens e mulheres tão maldosamente catalogados pelo meu amigo. Notei-lhes as feições transtornadas, o tormento do futuro, a certeza da instabilidade de suas posições. Vi todos eles a arrombar portas, arcas, sôfregos, febris, preocupados por não fazer bulha, a correr à menor que fosse...

E ali, entre eles, a “Espanhola” era a única que me aparecia calma, segura dos dias a vir, sem pressa, sem querer atropelar os outros, com o brilho estranho da pessoa humana que pode e não se atormenta...

UM MÚSICO EXTRAORDINÁRIO

Quando andávamos juntos no colégio, Ezequiel era um franzino menino de quatorze ou quinze anos, triste, retraído, a quem os folguedos colegiais não atraíam. Não era visto nunca jogando “barra, carniça, quadrado, peteca”, ou qualquer outro jogo dentre aqueles velhos brinquedos de internato que hoje não se usam mais. O seu grande prazer era a leitura e, dos livros, os que mais gostava eram os de Júlio Verne. Quando todos nós líamos José de Alencar, Macedo, Aluísio e, sobretudo, o infame Alfredo Gallis, ele lia *A ilha misteriosa*, o *Heitor Servadac*, as *Cinco semanas em um balão* e, com mais afínco, as *Vinte mil léguas submarinas*.

Dir-se-ia que a sua alma ansiava por estar só com ela mesma, mergulhada, como o Capitão Nemo do romance vernesco, no seio do mais misterioso dos elementos da nossa misteriosa Terra.

Nenhum colega o entendia, mas todos o estimavam, porque era bom, tímido e generoso. E porque ninguém o entendesse nem as suas leituras, ele vivia consigo mesmo; em quando não estudava as lições de que dava boas contas, lia seu autor predileto.

Quem poderia pôr na cabeça daquelas crianças fúteis pela idade e cheias de anseios de carne para a puberdade exigente o sonho que o célebre autor francês instila nos cérebros dos meninos que se apaixonam por ele, e o bálsamo que os seus livros dão aos delicados que prematuramente adivinham a injustiça e a brutalidade da vida?

O que faz o encanto da meninice não é que essa idade seja melhor ou pior que as outras. O que a faz encantadora e boa é que, durante esse período da existência, nossa capacidade de sonho é maior e mais força temos em identificar os nossos sonhos com a nossa vida. Penso, hoje, que o meu colega Ezequiel tinha sempre no bolso um canivete, no pressuposto de, se viesse a cair em uma ilha deserta, possuir à mão aquele instrumento indispensável para o imediato arranjo de sua vida; e aquele meu outro colega Sanches andava sempre com uma nota de dez tostões, para, no caso de arranjar a “sua” namorada, ter logo em seu alcance o dinheiro com que lhe comprasse um ramilhete.

Era, porém, falar ao Ezequiel, em *Heitor Servadac*, e logo ele se punha entusiasmado e contava toda a novela do mestre de Nantes. Quando acabava,

tentava então outra; mas os colegas fugiam um a um, deixavam-no só com o seu Júlio Verne, para irem fumar um cigarro às escondidas.

Então, ele procurava o mais afastado dos bancos do recreio e deixava-se ficar lá, só, imaginando, talvez, futuras viagens que haviam de fazer, para as aventuras de Roberto Grant, de Hatteras, de Passepartout, de Keraban, de Miguel Strogoff, de Cesar Cascavel, de Phileas Fogg e mesmo daquele curioso doutor Lindenbrock, que entra pela cratera extinta de Sueffels, na desolada Islândia, e vem à superfície da terra, num ascensor de lavas, que o Estrômboli vomita nas terras risonhas que o Mediterrâneo afaga...

Sáímos do internato quase ao mesmo tempo e, durante algum, ainda nos vimos; mas, bem depressa, perdemo-nos de vista.

Passaram-se anos e eu já havia de todo esquecido, quando, no ano passado, vim a encontrá-lo em circunstâncias bem singulares.

Foi em um domingo. Tomei um bonde da Jardim, aí, na avenida, para visitar um amigo e, com ele, jantar em família. Ia ler-me um poema; ele era engenheiro hidráulico.

Como todo o sujeito que é rico ou se supõe ou quer passar como tal, o meu amigo morava para as bandas de Botafogo.

Ia satisfeito, pois de há muito não me perdia por aquelas bandas da cidade e me aborrecia com a monotonia dos meus dias, vendo as mesmas paisagens e olhando sempre as mesmas fisionomias. Fugiria, assim, por algumas horas, à fadiga visual de contemplar as montanhas desnudadas que marginam a Central, da estação inicial até Cascadura. Morava eu nos subúrbios. Fui visitar, portanto, o meu amigo, naquele Botafogo catita, Meca das ambições dos nortistas, dos sulistas e dos... cariocas.

Sentei-me nos primeiros bancos; e já havia passado o Lírico e entrávamos na rua Treze de Maio, quando, no banco de trás do meu, se levantou uma altercação com o condutor, uma dessas vulgares altercações comuns nos nossos bondes.

— Ora, veja lá com quem fala! — dizia um.

— Faça o favor de pagar sua passagem, retorquia o recebedor.

— Tome cuidado, acudiu o outro. Olhe que não trata com nenhum cafajeste! Veja lá!

— Pague a passagem, senão o carro não segue.

E como eu me virasse por esse tempo a ver melhor tão patusco caso, dei com a fisionomia do disputador que me pareceu vagamente minha conhecida.

Não tive de fazer esforços de memória. Como uma ducha, ele me interpelou desta forma:

— Vejas tu só, Mascarenhas, como são as coisas! Eu, um artista, uma celebridade, cujos serviços a este país são inestimáveis, vejo-me agora maltratado por esse brutamonte que exige de mim, desaforadamente, a paga de uma quantia ínfima, como se eu fosse da laia dos que pagam.

Aquela voz, de súbito, pois ainda não sabia bem quem me falava, reconheci o homem: era o Ezequiel Beiriz.

Paguei-lhe a passagem, pois, não sendo celebridade, nem artista, podia perfeitamente e sem desdouro pagar quantias ínfimas; o veículo seguiu pacatamente o seu caminho, levando o meu espanto e a minha admiração pela transformação que se havia dado no temperamento do meu antigo colega de colégio. Pois era aquele parlapatão o tímido Ezequiel?

Pois aquele presunçoso, que não era da laia dos que pagam, era o cismático Ezequiel do colégio, sempre a sonhar viagens maravilhosas, à Júlio Verne? Que teria havido nele? Ele me pareceu inteiramente são, no momento e para sempre.

Travamos conversa e mesmo a procurei, para decifrar tão interessante enigma.

— Que diabo, Beiriz! Onde tens andado? Creio que há bem quinze anos que não nos vemos, não é? Onde andaste?

— Ora! Por esse mundo de Cristo. A última vez que nos encontramos... Quando foi mesmo?

— Quando eu ia embarcar para o interior do estado do Rio, visitar a família.

— É verdade! Tens boa memória... Despedimo-nos no largo do Paço... Ias para Muruí, não é isso?

— Exatamente.

— Eu, logo em seguida, parti para o Recife a estudar direito.

— Estiveste lá este tempo todo?

— Não. Voltei para aqui, logo de dois anos passados lá.

— Por quê?

— Aborrecia-me aquela “chorumela” de direito... Aquela vida solta de estudantes de província não me agradava... São vaidosos... A sociedade lhes dá muita importância, daí...

— Mas que tinhas com isso? Fazias vida à parte...

— Qual! Não era bem isso o que eu sentia... Estava era aborrecidíssimo com a natureza daqueles estudos... Queria outros...

— E tentaste?

— Tentar! Eu não tento; eu os faço... Voltei para o Rio a fim de estudar pintura.

— Como não tentas, naturalmente...

— Não acabei. Enfadou-me logo tudo aquilo da Escola de Belas-Artes.

— Por quê?

— Ora! Deram-me uns bonecos de gesso para copiar... Já viste que tolice? Copiar bonecos e pedaços de bonecos... Eu queria a coisa viva, a vida palpitante...

— É preciso ir às fontes, começar pelo começo, disse eu sentenciosamente.

— Qual! Isto é para toda gente... Eu vou de um salto; se erro, sou como o tigre diante do caçador — estou morto!

— De forma que...

— Foi o que me aconteceu com a pintura. Por causa dos tais bonecos, errei o salto e a abandonei. Fiz-me repórter, jornalista, dramaturgo, o diabo! Mas em nenhuma dessas profissões dei-me bem... Todas elas me desgostavam... Nunca estava contente com o que fazia... Pensei, de mim para mim, que nenhuma delas era a da minha vocação e a do meu amor; e, como sou honesto intelectualmente, não tive nenhuma dor de coração em largá-las e ficar à toa, vivendo ao deus-dará.

— Isto durante muito tempo?

— Algum. Conto-te o resto. Já me dispunha a experimentar o funcionalismo, quando, certo dia, descendo as escadas de uma secretaria, onde fui levar um pistolão, encontrei um parente afastado que as subia. Deu-me ele a notícia da morte do meu tio rico que me pagava colégio e, durante alguns anos, me dera pensão; mas ultimamente a tinha suspenso, devido, dizia ele, a eu não esquentar lugar, isto é, andar de escola em escola, de profissão em profissão.

— Era solteiro, esse seu tio?

— Era, e, como já não tivesse mais pai (ele era irmão de meu pai), ficava sendo o seu único herdeiro, pois morreu sem testamento. Devido a isso e mais ulteriores ajustes com a Justiça, fiquei possuidor de cerca de duas centenas e meia de contos.

— Um nababo! Hein?

— De algum modo. Mas escuta, filho! Possuidor dessa fortuna, larguei-me para a Europa a viajar. Antes — é preciso que saibas — fundei aqui uma revista literária e artística — *Vilbara* — em que apresentei as minhas ideias budistas sobre a arte, apesar do que nela publiquei as coisas mais escatológicas possíveis, poemets ao suicídio, poemas em prosa à Venus Genitrix, junto com sonetos, cantos, glosas de coisas de livros de missa de meninas do colégio de Sion.

— Tudo isto de tua pena?

— Não. A minha teoria era uma e a da revista outra, mas publicava as coisas mais antagônicas a ela, porque eram dos amigos.

— Durou muito a tua revista?

— Seis números e custaram-me muito, pois até tricromias publiquei e hás de adivinhar que foram de quadros contrários ao meu ideal búdico. Imagina tu que até estampeei uma reprodução dos *Horácios*, do idiota do David!

— Foi para encher, certamente?

— Qual! A minha orientação nunca dominou a publicação... Bem! Vamos adiante. Embarquei quase como fugido deste país em que a estética transcendente da renúncia, do aniquilamento do desejo era tão singularmente traduzida em versos fesceninos e escatológicos e em quadros apologeticos da força da guerra. Fui-me embora!

— Para onde?

— Pretendia ficar em Lisboa, mas, em caminho, sobreveio uma tempestade; e deu-me vontade, durante ela, de ir ao piano. Esperava que saísse o “bitu”; mas, qual não foi o meu espanto, quando de sob os meus dedos, surgiu e ecoou o tremendo fenómeno meteorológico, toda a sua música terrível... Ah! Como me senti satisfeito! Tinha encontrado a minha vocação... Eu era músico! Poderia transportar, registrar no papel e reproduzi-los artisticamente, com os instrumentos adequados, todos os sons, até ali intraduzíveis pela arte, da Natureza. O bramido das grandes cachoeiras, o marulho soluçante das vagas, o ganido dos grandes ventos, o roncar divino do trovão estalido do raio — todos esses ruídos, todos esses sons não seriam perdidos para a Arte; e, através do meu cérebro, seriam postos em música, idealizados transcendentemente, a fim de mais fortemente, mais intimamente prender o homem à Natureza, sempre boa e sempre fecunda, vária e ondeante; mas...

— Tu sabias música?

— Não. Mas continuei a viagem até Hamburgo, em cujo conservatório me matriculei. Não me dei bem nele, passei para o de Dresden, onde também não me dei bem. Procurei o de Munique, que não me agradou. Frequentei o de Paris, o de Milão...

— De modo que deves estar muito profundo em música?

Calou-se meu amigo um pouco e logo respondeu:

— Não. Nada sei, porque não encontrei um conservatório que prestasse. Logo que o encontre, fica certo que serei um músico extraordinário. Adeus, vou saltar. Adeus! Estimei ver-te.

Saltou e tomou por uma rua transversal que não me pareceu ser a da sua residência.

A BIBLIOTECA

A Pereira da Silva

À proporção que avançava em anos, mais nítidas lhe vinham as reminiscências das coisas da casa paterna. Ficava ela lá pelas bandas da rua do Conde, por onde passavam então as estrondosas e fagulhentas “maxambombas” da Tijuca. Era um casarão grande, de dois andares, rés do chão, chácara cheia de fruteiras, rico de salas, quartos, alcovas, povoado de parentes, contraparentes, fâmulos, escravos; e a escada que servia os dois pavimentos, situada um pouco além da fachada, a desdobrar-se em toda a largura do prédio, era iluminada por uma grande e larga claraboia de vidros multicores. Todo ele era assoalhado de peroba de Campos, com vastas tábuas largas, quase da largura da tora de que nasceram; e as esquadrias, portas, janelas, eram de madeira de lei. Mesmo a cachoeira e o albergue da sege eram de boa madeira e tudo coberto de excelentes e pesadas telhas. Que coisas curiosas havia entre os seus móveis e alfaia? Aquela mobília de jacarandá-cabiúna com o seu vasto canapé, de três espaldares, ovalados e vastos, que mais parecia uma cama que mesmo um móvel de sala; aqueles imensos consolos, pesados, e ainda mais com aqueles enormes jarrões de porcelana da Índia que não vemos mais; aqueles desmedidos retratos dos seus antepassados, a ocupar as paredes de alto a baixo — onde andava tudo aquilo? Não sabia. Vendera ele, aqueles objetos? Alguns; e dera muitos.

Umas coisas, porém, ficaram com o irmão que morrera cônsul na Inglaterra e lá deixara a prole; outras, com a irmã que se casara para o Pará... Tudo, enfim, desaparecera. O que ele estranhava ter desaparecido eram as alfaia de prata, as colheres, as facas, o coador de chá...

E o espevitador de velas? Como ele se lembrava desse utensílio obsoleto, de prata! Era com temura que se recordava dele, nas mãos de sua mãe, quando, nos longos serões, na sala de jantar, à espera do chá — que chá! — ele o via aparar os morrões das velas do candelabro, enquanto ela, sua mãe, não interrompia a história do Príncipe Tatu, que estava contando...

A tia Maria Benedita, muito velha, ao lado, sentada na estreita cadeira de jacarandá, tendo o busto ereto, encostado ao alto espaldar, ficava do lado, com

os braços estendidos sobre os da cadeira, o tamborete aos pés, olhando atenta aquela sessão familiar, com o seu agudo olhar de velha e a sua hierática pose de estátua tebana tumular. Eram os nhonhês e nãnhãs, nas cadeiras; e as crias e molecotes acorados no assoalho, a ouvir... Era menino...

O aparelho de chá, o usual, o de todo o dia, como era lindo! Feito de uma louça negra, com ornatos em relevo, e um discreto esmalte muito igual de brilho — donde viera aquilo? Da China, da Índia?

E a gamela de bacurubu em que a Inácia, a sua ama, lhe dava banho — onde estava? Ah! As mudanças! Antes nunca tivesse vendido a casa paterna...

A casa é que conserva todas as recordações de família. Perdida que seja, como que ela se vinga fazendo dispersar as relíquias familiares que, de algum modo, conservavam a alma e a essência das pessoas queridas e mortas... Ele não podia, entretanto, manter o casarão... Foram o tempo, as leis, o progresso...

Todos aqueles trastes, todos aqueles objetos, no seu tempo de menino, sem grande valia, hoje valeriam muito... Tinha ainda o bule do aparelho de chá, um escumador, um *guéridon* com trabalho de embutido... Se ele tivesse (insistia) conservado a casa, tê-los-ia todos hoje, para poder rever o perfil aquilino, duro e severo do seu pai, tal qual estava ali, no retrato de Agostinho da Mota, professor de academia; e também a figurinha de Sèvres que era a sua mãe em moça, mas que os retratistas da terra nunca souberam pôr na tela. Mas não pôde conservar a casa... A constituição da família carioca foi insensivelmente se modificando; e ela era grande demais para a sua. De resto, o inventário, as partilhas, a diminuição de rendas, tudo isso tirou-a dele. A culpa não era sua, dele, era da marcha da sociedade em que vivia...

Essas recordações lhe vinham sempre e cada vez mais fortes, desde os 45 anos; estivesse triste ou alegre, elas lhe acudiam. Seu pai, o conselheiro Fernandes Carregal, tenente-coronel do Corpo de Engenheiros e lente da Escola Central, era filho do sargento-mor de engenharia e também lente da Academia Real Militar que o conde de Linhares, ministro de dom João VI, fundou em 1810, no Rio de Janeiro, com o fim de se desenvolverem entre nós os estudos de ciências matemáticas, físicas e naturais, como lá diz o ato oficial que a instituiu. Desta academia todos sabem como vieram a surgir a atual Escola Politécnica e a extinta Escola Militar da Praia Vermelha. O filho de Carregal, porém, não passara por nenhuma delas; e, apesar de farmacêutico, nunca se sentira atraído pela especialidade dos estudos do pai. Este dedicara-se, a seu modo e ao nosso jeito, à química. Tinha por ela uma grande mania... bibliográfica. A sua biblioteca a esse respeito era completa e valiosa. Possuía

verdadeiros “incunábulo”, se assim se pode dizer, da química moderna. No original ou em tradução, lá havia preciosidades. De Lavoisier, encontravam-se quase todas as memórias, além do seu extraordinário e sagacíssimo *Traité élémentaire de chimie, présenté dans un ordre et d'après les découvertes modernes*.

O velho lente, no dizer do filho, não podia pegar nesse respeitável livro que não fosse tomado de uma grande emoção.

— Veja só, meu filho, como os homens são maus! Lavoisier publicou esta maravilhosa obra no início da Revolução, a qual ele sinceramente aplaudiu... Ela o mandou para o cadafalso — sabe você por quê?

— Não, papai.

— Porque Lavoisier tinha sido uma espécie de coletor ou coisa parecida no tempo do rei. Ele o foi, meu filho, para ter dinheiro com que custeasse as suas experiências. Veja você como são as coisas e como é preciso ser mais do que homem para bem servir aos homens...

Além desta gema que era a sua menina dos olhos, o conselheiro Carregal tinha também o Proust, *Novo sistema de filosofia química*; o Priestley, *Expériences sur les différentes espèces d'air*; as obras de Guyton de Morveau; o *Traité de Berzelius*, tradução de Hoefer e Esslinger; a *Statique chimique* do grande Berthollet; a *Química orgânica* de Liebig, tradução de Gerhardt — todos livros antigos e sólidos, sendo dentre eles o mais moderno as *Lições de filosofia química*, de Wurtz, que são de 1864; mas o estado do livro dava a entender que nunca tinham sido consultadas. Havia mesmo algumas obras de alquimia, edições dos primeiros tempos da tipografia, enormes, que exigem ser lidas em altas escrivatinhas, o leitor de pé, com um burel de monge ou nigromante; e, entre os desta natureza, lá estava um exemplar do *Le livre des figures hiéroglyphiques* que a tradição atribui ao alquimista francês Nicolas Flamel.

Sobravam, porém, além destes, muitos outros livros de diferente natureza, mas também preciosos e estimáveis: um exemplar da *Geometria* de Euclides, em latim, impresso em Upsal, na Suécia, nos fins do século XVI; os *Principia* de Newton, não a primeira edição, mas uma de Cambridge muito apreciada; e as edições *princeps* da *Mécanique analytique*, de Lagrange, e da *Géométrie descriptive*, de Monge.

Era uma biblioteca rica assim de obras de ciências físicas e matemáticas que o filho do conselheiro Carregal, há quarenta anos para cinquenta, piedosamente carregava de casa em casa, aos azares das mudanças desde que

perdera o pai e vendera o casarão em que ela quietamente tinha vivido durante dezenas de anos, a gosto e à vontade.

Poderão supor que ela só tivesse obras dessa especialidade; mas tal não acontecia. Havia as de outros feitos de espírito. Encontravam-se lá os clássicos latinos; *Voyage autour du monde* de Bougainville; uma *Nouvelle Héloïse*, de Rousseau, com gravuras abertas em aço; uma linda edição dos *Lusíadas*, em caracteres elzevirianos; e um exemplar do *Brasil e a Oceania*, de Gonçalves Dias, com uma dedicatória, do próprio punho do autor, ao conselheiro Carregal.

Fausto Carregal, assim era o nome do filho, até ali nunca se separara da biblioteca que lhe coubera como herança. Do mais que herdara, tudo dissipara, bem ou mal; mas os livros do conselheiro, ele os guardava intatos e conservados religiosamente, apesar de não os entender. Estudara alguma coisa, era até farmacêutico, mas sempre vivera alheado do que é verdadeiramente a substância dos livros — o pensamento e a absorção da pessoa humana neles.

Logo que pôde, arranjou um emprego público que nada tinha a ver com o seu diploma, afogou-se no seu ofício burocrático, esqueceu-se do pouco que estudara, chegou a chefe de seção, mas não abandonou jamais os livros do pai que sempre o acompanharam, e as suas velhas estantes de vinhático com incrustação de madreperola.

A sua esperança era que um dos seus filhos os viesse a entender um dia; e todo o seu esforço de pai sempre se encaminhou para isso. O mais velho dos filhos, o Álvaro, conseguiu ele matriculá-lo no Pedro II; mas logo, no segundo ano, o pequeno meteu-se em calaças de namoros, deu em noivo e, mal fez dezoito anos, empregou-se nos correios, praticamente *pro rata*, casando-se daí em pouco. Arrastava agora uma vida triste de casal pobre, moço, cheio de filhos, mais triste era ele ainda porquanto, não havendo alegria naquele lar, nem por isso havia desarmonia. Marido e mulher puxavam o carro igualmente...

O segundo filho não quisera ir além do curso primário. Empregara-se logo em um escritório comercial, fizera-se remador de um clube de regatas, ganhava bem e andava pelas tolas festas domingueiras de *sport*, com umas calças sungadas pelas canelas e um *canotier* muito limpo, tendo na fita uma bandeirinha idiota.

A filha casara-se com um empregado da Câmara Municipal de Niterói e lá vivia.

Restava-lhe o filho mais moço, o Jaime, tão bom, tão meigo e tão seu amigo, que lhe pareceu, quando veio ao mundo, ser aquele que estava

destinado a ser o inteligente, o intelectual da família, o digno herdeiro do avô e do bisavô. Mas não foi; e ele se lembrava agora como recomendava sempre à mulher, nos primeiros anos de vida do caçula, ao ir para a repartição:

— Irene, cuida bem do Jaime! Ele é que vai ler os papéis do meu pai.

Porque o pequeno, em criança, era tão doentinho, tão mirrado, apesar dos seus olhos muito claros e vivos, que o pai temia fosse com ele a sua última esperança de um herdeiro capaz da biblioteca do conselheiro.

Jaime tinha nascido quando o mais velho entrava nos doze anos; e o inesperado daquela concepção alegrava-lhe muito, mas inquietara a mãe.

Pelos seus quatro anos de idade, Fausto Carregal já tinha podido ver o desenvolvimento dos dois outros seus filhos varões e havia desesperado de ver qualquer um deles entender, quer hoje ou amanhã, os livros do avô e do bisavô, que jaziam limpos, tratados, embalsamados, nos jazigos das prateleiras das estantes de vinhático, à espera de uma inteligência, na descendência dos seus primeiros proprietários, para de novo fazê-los voltar à completa e total vida do pensamento e da atividade mental fecunda.

Certo dia, lembrando-se de seu pai em face das esperanças que depositava no seu filho temporão, Fausto Carregal considerou que, apesar do amor de seu progenitor à química, nunca ele o vira com *éprouvettes*, com copos graduados, com retortas. Eram só livros que ele procurava. Como os velhos sábios brasileiros, seu pai tinha horror ao laboratório, à experiência feita com as suas mãos, ele mesmo...

O seu filho, porém, o Jaime, não seria assim. Ele o queria com o maçarico, com o bico de Bunsen, com a baqueta de vidro, com o copo de laboratório...

— Irene, tu vais ver como o Jaime vai além do avô! Fará descobertas.

Sua mulher, entretanto, filha de um clínico que tivera fama quando moço, não tinha nenhum entusiasmo por essas coisas. A vida, para ela, se resumia em viver o mais simplesmente possível. Nada de grandes esforços, ou mesmo de pequenos, para se ir além do comum de todos; nada de escaladas, de ascensões; tudo terra a terra, muito cá embaixo... Viver, e só! Para que sabedorias? Para que nomeadas? Quase nunca davam dinheiro e quase sempre desgostos. Por isso, jamais se esforçou para que os seus filhos fossem além do ler, escrever e contar; e isso mesmo a fim de arranjarem um emprego que não fosse braçal, pesado ou servil.

O Jaime cresceu sempre muito meigo, muito dócil, muito bom; mas com venetas estranhas. Implicava com uma vela acesa em cima de um móvel porque

lhe pareciam os círios que vira em torno de um defunto, na vizinhança; quando trovejava ficava a um canto calado, temeroso; o relâmpago fazia-o estremecer de medo e, logo após, ria-se de um modo estranho... Não era contudo doente; com o crescimento, até adquirira certa robustez. Havia noites, porém, em que tinha uma espécie de ataque, seguido de um choro convulso, uma coisa inexplicável que passava e voltava sem causa, nem motivo. Quando chegou aos sete anos, logo o pai quis pôr-lhe na mão a cartilha, porquanto vinha notando com singular satisfação a curiosidade do filho pelos livros, pelos desenhos e figuras, que os jornais e revistas traziam. Ele os contemplava horas e horas, absorvido, fixando nas gravuras os seus olhos castanhos, bons, leais...

Pôs-lhe a cartilha na mão:

— “A-e-i-o-u” — diga: “a”.

O pequeno dizia: “a”; o pai seguia: “e”; Jaime repetia: “e”; mas quando chegava a “o” parecia que lhe invadia um cansaço mental, enfarava-se subitamente, não queria mais atender, não obedecia mais ao pai e, se este insistia e ralhava, o filho desatava a chorar:

— Não quero mais, papaizinho! Não quero mais!

Consultou médicos amigos. Aconselharam-no esperar que a criança tivesse mais idade. Aguardou mais um ano, durante o qual, para estimular o filho, não cessava de recomendar:

— Jaime, você precisa aprender a ler. Quem não sabe ler, não arranja nada na vida.

Foi em vão. As coisas se vieram a passar como da primeira vez. Aos doze anos, contratou um professor paciente, um velho empregado público aposentado, no intuito de ver se instilava na inteligência do filho o mínimo de saber ler e escrever. O professor começou com toda a paciência e tenacidade; mas a criança, que era incapaz de ódio até ali, perdeu a doçura, a meiguice para com o professor.

Era falar-lhe no nome, a menos que o pai estivesse presente, ele desandava em descomposturas, em doestos, em sarcasmos ao físico e às maneiras do bom velho. Cansado, o antigo burocrata, ao fim de dois anos, despediu-se tendo conseguido que Jaime soletrasse e contasse alguma coisa.

Carregal meditou ainda um remédio, mas não encontrou. Consultou médicos, amigos, conhecidos. Era um caso excepcional; era um caso mórbido esse de seu filho. Remédio, se um houvesse, não existia aqui; só na Europa... Não podia, o pequeno, aprender bem, nem mesmo ler, escrever, contar!... Oh! Meu Deus!

A conclusão lhe chegou sem choque, sem nenhuma brusca violência; chegou sorrateiramente, mansamente, pé ante pé, devagar, como uma conclusão fatal que era.

Tinha o velho Carregal, por hábito, ficar na sala em que estavam os livros e as estantes do pai, a ler, pela manhã, os jornais do dia. À proporção que os anos se passavam e os desgostos aumentavam-lhe na alma, mais religiosamente ele cumpria essa devoção à memória do pai. Chorava, às vezes de arrependimento, vendo aquele pensamento todo ali sepultado, mas ainda vivo, sem que, entretanto, pudesse fecundar outros pensamentos... Por que não estudara?

Dava-se assim, com aquela devoção diária, a ele mesmo, a ilusão de que, se não compreendia aqueles livros profundos e antigos, os respeitava e amava como a seu pai, esquecido de que para amá-los sinceramente era preciso compreendê-los primeiro. São deuses os livros, que precisam ser analisados, para depois serem adorados; e eles não aceitam a adoração senão dessa forma...

Naquela manhã, como de costume, fora para a sala dos livros, ler os jornais; mas não os pôde ler logo.

Pôs-se a contemplar os volumes nas suas molduras de vinhático. Viu o pai, o casarão, os moleques, as mucamas, as crias, o fardão do seu avô, os retratos... Lembrou-se mais fortemente de seu pai e viu-o lendo, entre aquelas obras, sentado a uma grande mesa, tomando de quando em quando rapé, que ele tirava às pitadas de uma boceta de tartaruga, espirrar depois, assoar-se num grande lenço de Alcobaça, sempre lendo, com o cenho carregado, os seus grandes e estimados livros.

As lágrimas vieram aos olhos daquele velho e avô. Teve de sustê-las logo. O filho mais novo entrava na dependência da casa em que ele se havia recolhido. Não tinha Jaime, porém, por esse tempo, um olhar de mais curiosidade para aqueles veneráveis volumes avoengos. Cheio dos seus dezesseis anos, muito robusto, não havia nele nem angústias, nem dúvidas. Não era corroído pelas ideias e era bem nutrido pela limitação e estreiteza de sua inteligência. Foi logo falando, sem mais detença, ao pai:

— Papai, você me dá cinco mil-réis, para eu ir hoje ao *football*?

O velho olhou o filho. Olhou a sua adolescência estúpida e forte, olhou seu mau feitio de cabeça; olhou bem aquele último fruto direto de sua carne e de seu sangue; e não se lembrou do pai. Respondeu:

— Dou, meu filho. Dentro em pouco, você terá.

E em seguida como se acudisse alguma coisa deslembrada que aquelas palavras lhe fizeram surgir à tona do pensamento, acrescentou com pausa:

— Diga a sua mãe que me mande buscar na venda uma lata de querosene, antes que feche. Não se esqueça, está ouvindo!

Era domingo. Almoçaram. O filho foi para o *football*; a mulher foi visitar a filha e os netos, em Niterói; e o velho Fausto Carregal ficou só em casa, pois a cozinheira teve também folga.

Com os seus ainda robustos setenta anos, o velho Fausto Fernandes Carregal, filho do tenente-coronel de engenharia, conselheiro Fernandes Carregal, lente da Escola Central, tendo consertado mais uma vez o seu antigo *cavaignac* inteiramente branco e pontiagudo, sem tropeço, sem desfalecimento, aos dois, aos quatro, aos seis, ele só, sacerdotalmente, ritualmente, foi carregando os livros que tinham sido do pai e do avô para o quintal da casa. Amontoou-os em vários grupos, aqui e ali, untou de petróleo cada um, muito cuidadosamente, e ateou-lhes fogo sucessivamente.

No começo a espessa fumaça negra da querosene não deixava ver bem as chamas brilharem; mas logo que ele se evolou, o clarão delas, muito amarelo, brilhou vitoriosamente com a cor que o povo diz ser a do desespero...

LÍVIA

E todos os dias quando ela, de manhã cedo, ia, ainda morrinhenta da cama, preparar o café matinal da família, ia toda envolvida num nevoeiro de sonhos, sonhados durante um demorado dormir de oito horas a fio. Por vezes — lá na cozinha, só, vigiando pacientemente a água que fervia — ao lhe chegarem as reminiscências deles em tumulto, juntas, borbulhava-lhe nos lábios uma interjetiva qualquer, eco desconexo do muito que lhe falavam por dentro.

De quando em quando, sofrendo um gesto glorioso de satisfação, dizia — é ele — e isso de leve traduzia a grande carícia que lhe era dado gozar naquele instante, refazendo aquele sonho bom — tão bom e acariciador que bem lhe parecia um inebriamento de capitosos perfumes a se evolar do Mistério vagarosamente, suavemente... Depois, logo que o café se aprontava e, na sala de jantar, todos ao redor da mesa se punham a sorvê-lo, mastigando o pão de cada dia — ela, d'olhos parados, presos a uma linha do assoalho, levando compassadamente a xícara aos lábios, ficava a um canto a pensar, remoendo a cisma, procurando decifrar naqueles traços nebulosos — tão mal grudados pela memória — a figura viva daquele com quem, em sonhos, se vira indo de braço dado ruas em fora.

Esforço a esforço, de evocação em evocação, aparecia-lhe aos poucos a sua figura, o seu ar; e, após esse paciente trabalho de reconstrução, lhe vinha, anunciado por um sorriso reprimido que lhe encrespava radiosamente o semblante, o seu nome sílaba por sílaba... Go-do-fre-do. Então com volúpia, ela lhe pesava os recursos: ganhava cento e vinte, no emprego da Central, talvez, em breve, viesse a ter mais. Quarenta para casa e o resto para o vestuário e alimentos.

Era pouco — convinha —, mas servia, pois assim ficaria livre da tirania do cunhado, das impertinências do pai; teria sua casa, seus móveis e, certamente, o marido lhe dando algum dinheiro, ela — quem sabe! — que tão bons sonhos tinha, arriscando no “bicho”, aumentaria a renda do casal; e, quando assim fosse, havia de comprar um corte de fazenda boa, um chapéu, de jeito que, sempre, pelo Carnaval, iria melhorzinha à rua do Ouvidor, assistir passarem as sociedades.

O café já se havia acabado; e ela ficara ainda distraída e sentada, quando soou de lá da sala de visitas a voz vigorosa do cunhado:

— Lúvia! Traz o meu guarda-sol que ficou atrás da porta do quarto. Depressa!... Anda que faltam só oito minutos para o trem!

E como se demorasse um pouco, o Marques, redobrando de vigor no timbre, gritou:

— Oh! Cos diabos! Você ainda não achou! Safa! Que gente mole!

Humildemente, Lúvia lá foi aos pulos, como uma corça domesticada, entregar o objeto pedido, para lhe ser arrancado bruscamente das mãos...

Envolvida ainda naquele sonho que lhe soubera tão bem a manhã, ela, através das frinças da veneziana viu o cunhado atravessar a rua e se perder por entre o dédalo de casas.

Certificada disso, abriu a janela. O subúrbio todo despertava languidamente.

As montanhas, verde-negras, quase desnudas de vegetação, confusamente surgiam do seio da cerração tênue e esgarçada. As casas listravam de branco e ocre o pardacento geral, enquanto bocados de neblina, finos, adelgaçados, flutuavam sobre elas como sombras erradias.

As ruas descalças e enlameadas eram atravessadas por alguns transeuntes cabisbaixos, malvestidos, andando céleres em busca do embarcadouro.

Corria, de resto, como sempre, morosamente o viver diário; e a Lúvia, sacudida pelo silvo agudo de uma locomotiva, levantou de repente os olhos, até ali fitos na estação que emergia do ambiente pardo a clarear-se, para pregá-los numa nesga do céu que o sol abria, por entre a névoa, furiosamente, vitoriosamente.

A súbitas, sua alma voou, asas abertas, voo rasgado, para outras bandas, outras regiões. Voou para a cidade de luxo e elegância que, ao fim daquelas fitas de aço, refulgia e brilhava.

Representaram-se-lhe os teatros de luxo, os bailes do tom, a rua da moda onde triunfavam as belezas. Ao considerar isso, viu-se ali também, ela, sim! ela, que não era feia, tendo o seu porte flexível e longo, envolvido de rendas, a desprender custosas essências e aqueles seus dedos de unhas de nácar, ornados de ouro e pérolas, escolhendo, na mais chique loja, *cassas*, *baptistes*, *voiles*...

Numa galopada de sonhos, supôs maiores coisas e — lembrando-se do que lhe contara a madrinha (oh! como era rica!) — imaginou a Europa, aquelas terras soberbas, por onde a “dindinha” passeava a sua velhice e o seu egoísmo.

Doidamente revolvía a alma e as cismas... Calculou-se lá também, na alameda de um soberbo jardim, de landau, com ricas vestes ao corpo unidas, ressaltando delas o esplendor de suas formas e o esguio patricio de seu corpo.

Imaginou que, através de um caro chapéu de palhinha branca, se coasse a luz macia do sol da Europa, polvilhando-lhe a tez de ouro, em cujo fundo brilhassem muito os seus olhos vivos, negros e redondos.

— Oh! que bom! Quem me dera! — quase exclamou por esse tempo.

De reviravolta, Lúvia adivinhou outra coisa no sonho. Não pensara bem; era outro que não o Godofredo, o rapaz que imaginara.

Aquele nariz grosso, aquela testa alta, o bigode ralo, não eram dele; eram antes do Siqueira, estudante de farmácia, filho do Agente. Esse poderia lhe dar aquilo — a Europa, o luxo —, pois que formado ganharia muito.

Dessa forma — resolvera — “amarraria a lata” no Godofredo e “pegaria” com o Siqueira. E era muito melhor! O Siqueira, afinal, ia formar-se, seria um marido formado, ao braço do qual, se não fosse à Europa, viria a gozar de maior consideração...

Demais a Europa era desnecessária — para quê? Era querer muito. Quem muito quer nada tem; e ela para ter alguma coisa devia querer pouco. Bastava pois que lhe tirassem dali, fosse esse, fosse aquele; mas... se em todo o caso pudesse ser um mais assim... seria muito melhor.

E desde quando vinha ela querendo aquilo? Havia muitos anos; havia dez talvez. Desde os doze que namorava, que “grelava” só para aquele fim; entretanto, apesar de haver tido mais de quinze namorados, ainda ali estava, ainda ali ficava, sob o mando do cunhado.

Quinze namorados!

Quinze! De que lhe serviram?

Um levava-lhe beijos, outro abraços, outro uma e outra coisa; e sempre, esperando casar-se, isto é, libertar-se, ela ia languidamente, passivamente deixando. Passavam um, dois meses, e os namorados iam-se sem causa. Era feio, diziam; mas que fazer? Como casar-se?

Por consequência, como viver? A sua própria mãe não lhe aconselhava? Não lhe dizia: “Filha, anda com isso; preciso ver esta letra vencida”?

De resto, o amor lhe desculparia, pois não é o amor o máximo tirano? Não é a própria essência da vida, das coisas mudas, dos seres, enfim?

Porventura ela os amara? Teria ela amado aquela legião de namorados? Amara um, sequer? Não sabia...

— O que é amar? — interrogava fremente. — Não é escrever cartas doces? Não é corresponder a olhares?

— Não é dar aos namorados as ameaças da sua carne e da sua volúpia?

— Se era isso, ela amara a todos, um a um; se não era, a nenhum amara...

E o que era amar? Que era então?

Ao lhe chegar essa interrogação metafísica, para o seu entendimento, ela se perdeu no próprio pensamento; as ideias se baralharam, turbaram-se; e, depois, fatigada, foi passando vagarosamente a mão esquerda pela testa, correu-a pacientemente pela cabeça toda até à nuca.

Por fim, como se fosse um suspiro, concluiu:

— Qual amor! Qual nada! A questão é casar e para casar, namorar aqui, ali, embora por um se seja furtada em beijos, por outro em abraços, por outro...

— Ó, Livia! Você hoje não pretende varrer a casa, rapariga? Que fazes há tanto tempo na janela?!

Obedecendo ao chamado de sua mãe, Livia foi mais uma vez retomar a dura tarefa, da qual, ao seu julgar, só um casamento havia de livrá-la para sempre, eternamente...

MÁGOA QUE RALA

I

Dos chefes de Estado que tem tido o Brasil, o que mais amou, e muito profundamente, o Rio de Janeiro, foi sem dúvida, dom João VI; e a população da cidade e arredores ainda tem na memória, nos dias contemporâneos, mais de um século após a sua chegada a estas plagas, a lembrança do seu nome. Nas freguesias afastadas do antigo Município Neutro, que conservam até hoje uma forte feição roceira, a recordação do rei bondoso e bonachão é mais viva e o seu nome é pronunciado pela gente mais humilde de tais lugarejos, sofrendo uma abreviatura singular — “Dom Sexto”. Os que o precederam e nos governaram como vice-reis e governadores-gerais portaram-se na capital da ilimitada colônia portuguesa como simples funcionários, executores de ordens dos reis, ministros, conselhos, mesas disto e daquilo, sem olhar sequer as árvores, o céu, as cenas que os cercavam e muito menos a gente da terra. Acredito que, com a sua empáfia de fidalgos avariados, muitos deles duvidassem da humanidade dessa última e se aborrecessem com a natureza local, pululante e grandiosa. Não se pareciam com as coisas semelhantes de Portugal e não se podiam medir pelo estalão delas; não prestavam, portanto. A gente, para eles, um pouco mais que animais, eram uns negros à toa; e a natureza, um flagelo de mosquitos e cascavéis, sem possuir uma proporcionalidade com o homem, como a de Portugal, que parecia um jardim, feito para o homem.

Mesmo os nossos poetas mais velhos nunca entenderam a nossa vegetação, os nossos mares, os nossos rios; não compreendiam as nossas coisas naturais e nunca lhes pegaram a alma, o *abstractum*; e se queriam dizer alguma coisa sobre ela caíam no lugar-comum amplificado e no encadeamento de adjetivos grandiloquentes, quando não voltavam para a sua arcadiana e livresca floresta de álamos, plátanos, mirtos, com vagabundíssimas ninfas e faunos idiotas, segundo a retórica e a poética didáticas das suas cerebrinas escolas, cheias de pomposos tropos, de rapé, de latim, e regras de catecismo literário. Se, nos poetas, o sentimento da natureza era esse de paisagens de poetas latinos, numa diluição já tão exaustiva que fazia que os autores do decalque se parecessem todos uns com os outros, como se poderia exigir de funcionários, fidalgos

limitados, na sua própria prosápia, uma maior força original de sentimento diante dos novos quadros naturais que a luminosa Guanabara lhes dava, cercando as águas de mercúrio de suas harmoniosas enseadas?

Dom João VI, porém, nobre de alta linhagem e príncipe do século de Rousseau, mal enfronhado na literatura palerma dos árcades, dos desembargadores e repentistas, estava mais apto para senti-los de primeira mão, diretamente. Podia ele, perfeitamente, amar o passaredo alegre na plumagem e triste no canto, a gravidade alpestre de cenários severos, os morros cobertos de árvores de insondável verde-escuro, que descem pelas encostas amarradas umas às outras, pelos cipós e trepadeiras, até o mar fosco que muge ao sopé deles.

O sucesso de Rousseau entre a alta fidalguia do seu tempo foi um estranho acontecimento que hoje surpreende a todos nós, tanto mais que não se passa uma geração e vem ele a ser amaldiçoado pelos filhos e netos dos que o festejaram, como sendo um dos autores do 89 e do rubro 93.

Antes disso foi ele o *enfant gâté* da grande nobreza e da grande burguesia que àquela se assemelhava nos gestos, nos gostos, nos vestuários, em tudo, enfim, até no modo de assinar o nome.

Depois dos seus primeiros sucessos musicais e literários, mesmo antes com a sua mãe-amante, Mme. de Warens, Jean-Jacques foi o mimo, o autor predileto da alta nobreza e da grande burguesia, que esperavam a guilhotina da Grande Revolução lendo as suas declamações e objurgatórias contra a civilização. Sempre lido por elas, sempre por elas agraciado e socorrido, ambas sorveram com lágrimas nos olhos as palavras do genebrino, cujas obras deviam inspirar e sustentar o ânimo do sumo pontífice da guilhotina — Robespierre. E Rousseau, nas festanças e bailes do rico financeiro Dupin, avô ou coisa parecida de George Sand que, numa edição das *Confessions*, prefaciada por ela, se confessa fiel ao espírito do comensal de seu avô, naquele lacustre castelo de Chenonceaux, erguido a capricho sobre as águas do Cher; é Mme. d'Épinay, é a marechala de Luxembourg, é o marquês de Girardin, é o príncipe de Conti, é Frederico II, é o marechal, governador de Neuchâtel, em nome deste último, e tantos outros magnatas do tempo.

Dom João VI devia tê-lo lido e, sendo desgraçado três vezes, como filho, como marido e como rei, havia de encontrar a sua alma bem aberta para lhe receber as lições e compreender de modo mais amplo a natureza, de modo a ser solicitado para um convívio mais íntimo com as árvores, com os regatos, com as cascatas, fossem elas civilizadas, bárbaras ou selvagens.

Fugindo do seu reino, trazendo consigo a mãe louca, que pedia, ao embarcar em Lisboa, andassem mais devagar, para não parecer que fugiam; obrigado pelo seu nascimento e as condições particulares do seu estado, a suportar uma mulher que perdera toda a conveniência, todo o pudor e todo o respeito a si própria, nos seus desregramentos sexuais — o pobre rei, gordo, glutão, tido como estúpido, desconfiado da sua paternidade oficial, só encontrava na música e nos aspectos naturais derivativos para a sua muito humana necessidade de efusões sentimentais.

Na sua vida de grandes mágoas e profundas dores, o seu desembarque no Rio com certeza foi para a sua alma uma aleluia. A augusta beleza do cenário natural, a sua originalidade imprevista e grandiosa — sem atingir o incompreensível do desmedido e do colossal, a efusão filial de toda uma bizarra população de brancos, índios, negros e mulatos, quase toda a chorar, provocaram muito naturalmente a simpatia, fizeram-lhe logo brotar no coração uma grande afeição pelo lugar, animaram-no novamente a viver, sentir-se rei de fato — Rei —, o chefe aceito voluntariamente, como pai e senhor, por todos aqueles súditos longínquos que o viam pela primeira vez.

Dom João, diz Oliveira Lima, caminha sereno, com a melancolia a fundir-se ao calor da simpatia que o estava acolhendo.

Para bem ver a terra, então, ele se esqueceu das quinze mil pessoas que o acompanhavam desde as margens do Tejo, daqueles quinze mil “desembargadores e repentistas, peraltas e sécias, frades e freiras, monsenhores e castrados — enxame de parasitas imundos”, como diz Oliveira Martins, que aportava em São Sebastião para esvair quotidianamente a Ucharia Real e enchê-la em troca de zumbidos de intrigas, mexericos e alcovitices.

E o rei pagou bem o carinho filial com que o Rio de Janeiro o recebeu; foi grato. Tratou logo de arranjar uma nobreza da terra, que ele mesmo dizia não ser “nobreza” mas “tafetá”; protegeu José Maurício e autorizou que a sua desgraçada mas sagrada figura de rei, de nobre da mais alta e pura fidalguia, apesar da filha do Barbado, fosse pintada na tela por um pobre pintor mulato, José Leandro, que nunca vira a Itália, nem museus, nem academias, e talvez até nem tivesse mestres.

Mas não foi só aí que mostrou a sua gratidão para os afagos recebidos por ele, na sociedade da Guanabara; não o foi também, unicamente, nas instituições de ensino e outras que criou; foi para a terra que o seu agradecimento se voltou, foi para a sua beleza de que se enamorou, onde quis deixar as marcas e o penhor do grande amor que ela lhe inspirara.

De fato, não há lugar no Rio de Janeiro que não tenha uma lembrança do simplório rei erisipeloso e gordo. De Santa Cruz à ilha do Governador, numa distância de vinte léguas, as há por toda parte; da ilha do Governador à Gávea, também; e no centro da cidade são inúmeras.

Com as más entradas daqueles tempos, talvez pouco piores que as de hoje, é incrível como esse homem, tido por preguiçoso, indolente, vadio, vencesse tão grandes distâncias, andando de um lado para o outro, só para gozar os pinturescos e pitorescos recantos de sua improvisada capital ultramarina.

Hoje, com bondes elétricos, automóveis e o mais, os nossos grandes burgueses, alguns, dados todos os descontos, mais ricos do que o príncipe regente, só sabem amontoar-se em Botafogo, em palacetes de um gosto afetado, pedras falsas de arquitetura, com as tabuletas idiotas de “vilas” disto ou daquilo.

E não era só o rei; a própria rainha foi-se para Botafogo, hoje “melindroso” e “encantador” mas, naquele tempo, roça perfeita; Von Langsdorff, cônsul geral da Rússia, tinha uma fazenda na raiz da serra, onde cultivava em larga escala a mandioca; Chamberlain, também cônsul-geral, mas da Inglaterra, era proprietário de uma chácara em Santa Tereza, para caçar borboletas e plantar café; um emigrado político, o conde de Hogendrop foi morar como simples roceiro da terra, nas Águas Férreas; e o pintor Taunay, membro do Instituto de França, que veio com a missão artística de Lebreton, foi residir com toda a família, nas proximidades da cascatinha da Tijuca.

A nossa burguesia atual, porém, é panurgiana e, por isso, banaliza tudo em que toca ou de que se utiliza. Darwin, quando passou por aqui, em 1832, habitou durante os belos meses cariocas de maio e junho uma pequena casa de roça, nas cercanias da baía de Botafogo.

É impossível, diz ele, sonhar nada mais delicioso do que essa residência de algumas semanas em país tão admirável! Hoje, se ele visse esse subúrbio do Rio de Janeiro, com as suas casas quase todas iguais em pacholice; com os seus jardins econômicos de terra e, mais do que isso, avaros; com a sua aristocracia de melindrosas desfrutáveis e encantadoras com o espírito nas pontas dos dedos, ambos, machos e fêmeas, estetas de cinemas; com os seus verdadeiros e falsos ricos, arrogantes e ávidos; com os seus lacaios e *badauds* do luxo de pacotilha que lá impera; como não se recordaria da meiguice primitiva do lugar, quando por ali ele caçava “planárias”, classificadas por Cuvier como vermes intestinais, mas que, por sinal, não se encontram nos intestinos de qualquer animal; como lhe dariam saudades a música vespéral e dissonante iniciada pelas cigarras

estridentes, e seguida pelo coaxar de rãs e sapos e pelo chiar dos grilos, com a iluminação instantânea dos pirilampos? Mas a nuvem pardo-azul, que nos grandes dias de luz funde ao longe as cores e as nuances, observada pelo sábio inglês, ainda se pode ver naquele célebre recanto do Rio de Janeiro. Os burgueses não se erguem da terra; não escalam o céu. Isso é coisa para titãs... A nossa plutocracia, como a de todos os países, perdeu a única justificação da sua existência como alta classe, mais ou menos viciosa e privilegiada, que era a de educadora das massas, propulsora do seu alevantamento moral, artístico e social.

Nada sabe fazer de acordo com o país, nem inspirar que se faça. Ela copia os hábitos e opiniões uns dos outros, amontoa-se num lugar só, e deixa os lindos recantos do Rio de Janeiro abandonados aos carvoeiros ferozes que, afinal, saem dela mesma.

Encarando a burguesia atual de todo gênero, os recursos e privilégios de que dispõe, como sendo unicamente meios de alcançar fáceis prazeres e baixas satisfações pessoais, e não se compenetrando ela de ter, para com os outros, deveres de todas as espécies, falseia a sua missão e provoca a sua morte. Não precisará de guilhotina...

É bom lembrar, porém, já que falávamos em Darwin, que ele — e não podia deixar de fazê-lo — se refere também ao Jardim Botânico; e este recanto do Rio de Janeiro, tão peculiar à cidade que é até um dos seus emblemas, fala ainda de dom João VI. Até bem pouco tempo, era o lugar predileto para os passeios burgueses e familiares. Era o lugar dos piqueniques ou convescotes; e, aos domingos e dias de festas, quem lá fosse, encontraria, à sombra das suas veneráveis árvores, famílias e convivas, criados e mucamas e noivos, a comer o leitão assado e o peru recheado, votivos à boa harmonia e felicidade dos lares, em dias de sacrifício doméstico do nosso culto aos penates. Foram proibidos, e o Jardim Botânico só ficou lembrado por causa de uma casa rústica que havia defronte dele, espécie de hospedaria disfarçada em que, à noite, se realizavam pândegas alegres de rapazes e raparigas que não tinham o que perder. Assim mesmo, entretanto, ele não se aguentou na memória dos cariocas passeadores. Como Silvestre, a Tijuca e o modemo Sumaré, passou da moda. Hoje é em Copacabana e adjacências que se realizam as pândegas e se epilagam tragédias ou comédias conjugais. O Jardim Botânico, porém, ficou sossegado, quieto entre o mar bem próximo e a selva verde-negra que cobre os contrafortes do Corcovado ao fundo, polvilhada de prata após as grandes chuvas, lançando sobre os que o abandonaram o desdém de suas palmeiras altivas e titanicamente

para o céu, à espera de que, para as suas alfombras, voltem as famílias em festança honesta e os amorosos irregulares em transportes sagrados, a fim de abençoar, quer umas, quer outros, debaixo das arcaicas góticas dos seus bambus veneráveis.

Conquanto tenha tido a primazia de nortear, para o seu portão, a primeira linha de bondes que se construiu no Rio de Janeiro, de uns tempos a esta parte o jardim deixou de ser falado nos jornais, nas crônicas elegantes, não mais foi escolhido para festividades mundanas a estrangeiros de distinção efêmera; e a massa dos cariocas desabitua-se de lhe ouvir o nome, nem vendo a sua alameda senhorial de palmeiras nas notas do Tesouro, esqueceu-se daquele pedaço da cidade, que é bem e só ele mesmo, ele unicamente, sem semelhança com outro.

Um belo dia de anos passados, porém, nas primeiras horas da manhã, logo após o café, abrindo os jornais, deram os cariocas com a primeira página de quase todos os quotidianos ocupada com uma longa notícia, entremeadas de gravuras macabras e fisionomias satisfeitas de policiais em diligência.

Cada qual das gazetas tinha mais títulos e subtítulos e cada qual destes era mais campanudo e inexplicável. Leram a notícia e, em suma, tratava-se do seguinte: tendo fechado o jardim, os guardas, conforme mandava o regulamento, passaram revista a todo ele. Davam-na por acabada, quando um deles encontrou, na borda de um gramado, um punhal esquisito, “esquinado”, dizia ele, com uma inscrição na face da lâmina. Era simples e em espanhol o mote: *Soy yo!* O achado intrigou-o, esquadrinhou melhor os arredores e veio a dar, dissimulado em uma moita, com o cadáver de uma mulher com o rosto arroxado e congestionado, inteiramente vestida, só com chapéu fora do lugar, mas posto por outra mão ao lado dela. Parecia estrangeira. De súbito e de forma tão tétrica, foi arrancado do esquecimento a lembrança do velho jardim real; e ele surgiu a todos da cidade com uma auréola de martírio, feita da ingratidão de toda uma população a cujos pais e avós, sem nada lhes pedir, ele soubera dar tantos instantes de alegria e amor.

Os jornais lembraram a sua história, a sua fundação pelo rei dom João VI, os benefícios que havia prestado com fornecimentos de sementes de plantas úteis ou “mudas” de variedades de cana-de-açúcar; lembraram a plantação de chá que lá houvera, sem esquecer de louvar as esguias e majestosas palmeiras, uma das quais, plantada pelas próprias mãos do rei, estava morrendo de velha.

O inquérito veio a correr, ou melhor, a arrastar-se sem esperança de resultado; e a inscrição em espanhol, no punhal, fazia que as autoridades

policiais prendessem, não só todos os súditos do rei da Espanha que encontravam à mão, como também colombianos, argentinos, chilenos, e até um filipino azeitonado foi preso, apesar de ser um simples e inofensivo malaio vagabundo e cabeludo, que vivia a catar ervas medicinais para vendê-las aos herbanários da rua Larga e aos chefes de macumbas e “candomblés” dos subúrbios longínquos. Tudo em pura perda.

A vítima foi identificada. Era uma criada alemã, arrumadeira de um grande hotel de luxo do Silvestre ou de Santa Tereza, que, nos seus dias de folga ou licença, gostava de passear pelos arredores da cidade e beber cerveja em toda parte. Todos os frequentadores de casas de chopes conheciam aquela pequena alemã, de Baden, rechonchudinha, polpuda que nem um repolho, com os málares sempre rosados, possuidora de um perfeito aspecto de boneca alemã de carregação, que bebia mais do que os patrícios, rindo e estalando as palavras no duro e gutural alemão, cuja família diziam ser de camponeses de um lugarejo do grão-ducado. Os seus papéis eram cartas dos pais, de irmãos e parentes, além de lembranças de uns e outros, como retratos, sem mais outro traço sentimental que não este da família; e sobre o seu cadáver foram encontradas as joias que a sua modesta condição permitia possuir: um anel de pouco preço, umas bichas de ouro e brilhantes mas de valor pouco considerável, um par de pulseiras, algum dinheiro e mais nada.

II

O doutor Matos Garção era quem conduzia o inquérito; mas esse moço, feito delegado de polícia, por empenhos de políticos do interior e sendo ele mesmo de São Sebastião de Passa Quatro, pecava por inteiro desconhecimento do Rio de Janeiro, de forma que, apesar de ter alguma inteligência, andou dando por paus e por pedras, cego, tonto, numa descontinuidade de esforços de causar riso e pena.

Houve até uma diligência que, inspirada por ele, parecia encaminhá-lo para a descoberta do assassino da pequena Graüben Hunderbrok; mas que ele não a soube aproveitar. Tendo observado que muitos desses imigrantes espontâneos chegam ao Rio de Janeiro, com passagem por Buenos Aires, conseguiu obter da polícia argentina informações a respeito da alemãzinha assassinada. De lá, noticiaram que ela estivera naquela cidade do Prata havia já quatro anos, quando, tendo 23 de idade, viera de França, de Paris,

acompanhando uma família rica argentina, como criada. Meses depois, poucos, quatro, se tanto, despedira-se bruscamente e subitamente embarcara para a Guanabara. Era o que informaram as pessoas da família Avendaña, com a qual aportara em Buenos Aires. Um casal de alemães, cujo marido tinha um emprego secundário nas oficinas da Cervejaria Brama, sem ser solicitado, depôs perante o delegado. O que havia de importante, no depoimento dele, era que Graüben tinha na sua companhia um filho de quatro anos, a que dera à luz alguns meses após a sua chegada de Buenos Aires. O exame médico-legal tinha já indicado essa maternidade que ela parecia querer ocultar.

O punhal foi bem examinado; mas apesar de parecer a todos uma arma de luxo e antiga, cabo de prata lavrada, guarda de aço com arabescos tauxiados e a tal inscrição sibilina — *Soy yo!* — na lâmina também tauxiada de arabescos, nenhum dos armeiros, chamados para quesitos, se animavam a dizê-lo autêntico, hesitavam na determinação de sua procedência, uns queriam-na toledana, outros italiana das primitivas armas da Renascença e alguns mesmo chegaram a pensar em uma imitação, para “engazopar” os colecionadores “rastas” da América do Sul. A bainha não foi encontrada; a adaga estava imaculada de sangue, pois a morte se dera por estrangulamento, tendo o assassino simplesmente esganado a rapariga com ambas as mãos.

Ia assim o inquérito, cansando todos: delegado, escrivão, comissários, guardas, agentes, polícias de farda, “encostados”, jornalistas e o público; e já o doutor Matos, de São Sebastião de Passa Quatro, se resolvera a fechar a semana “espanhola” e inaugurar a “germânica” com a detenção de muitos alemães, quando a 22 de junho, isto dias depois do assassinio, surge na delegacia um rapaz de vinte e poucos anos de idade, boa aparência, que se acusa como autor do homicídio do jardim.

Chamava-se ele Lourenço da Mota Orestes e era empregado nos Telégrafos, em um modesto lugar, sendo muito estimado pelos chefes, superiores e colegas, pela sua reserva, sua assiduidade e obediência. Fora, antes, empregado no comércio, onde seu pai era também muito estimado e considerado, pela sua honestidade e rigor no cumprimento das suas obrigações. Tinha este um grande “bazar” muito apregoado, pelas bandas do Estácio de Sá, onde comerciava com toda a lisura, não tendo por isso grande fortuna, empregando quase toda a renda da loja nas suas despesas de família.

Lourenço, ao entardecer daquele úmido dia de junho de..., chegou à delegacia e disse precisar falar ao delegado sobre o assassinio da alemázinha. Estava já a autoridade muito enfarada com o caso e demorou razoavelmente

em recebê-lo. Devido à insistência do rapaz, veio a ser ouvido duas horas depois de sua chegada. Logo que se aproximou do doutor Matos, disse-lhe sem mais detença que confessava ser ele o matador de Graüben. O jovem bacharel de São Sebastião de Passa Quatro estremeceu na ampla cadeira, levantou-se como se fosse impelido por uma mola e, acompanhando a fala com um olhar desvairado, perguntou ao rapaz, para quem tinha a mão direita estendida, apontando-o dramaticamente, com o dedo indicador:

— Foste tu, então?

— Fui, doutor, disse o rapaz serenamente.

Tocou o delegado a campainha, chamou os seus auxiliares, aos quais disse em tom de grande satisfação:

— Está ali (apontou) quem matou a alemã no jardim.

Todos exclamaram a um só tempo:

— Este!

O delegado, de novo apontando para o rapaz, confirmou:

— Sim; é este.

Perguntou em seguida ao Lourenço:

— Não foste tu?

— Fui, doutor.

Determinou, então, o doutor Matos Garção que o metessem no xadrez; que o vigiassem muito e não deixassem conversar com ninguém. Logo que o rapaz se encaminhou para a prisão da delegacia, onde estavam os xadrezes, ordenou ao prontidão que telegrafasse ao chefe, aos auxiliares, à Associação de Imprensa, a todos os jornais, convidando todos para assistir à confissão do criminoso.

Com tal notícia, a cidade teve um contentamento de alívio e alguns, curiosos de ver o assassino e talvez ouvir-lhe a confissão que a nova estampada à porta dos jornais tinha feito encaminharem-se para o posto policial longínquo, tiveram que esperar até quase às onze horas da noite o momento de serem satisfeitos e dele saíram nas imediações da madrugada.

O chefe e os policia graúdos chegaram às nove horas, os repórteres dos principais jornais pouco depois, mas faltava o do *O Arauto do Povo*, um jornal ainda novo, mas de grande venda, que chegou pelas proximidades das onze horas e foi esperado devido às ordens do chefe, pois *O Arauto* fazia-lhe uma oposição cega e queria ele provar à sua redação o quanto eram infundados os seus artigos.

Tendo chegado, afinal, o repórter, seguido de fotógrafo como alguns outros, o criminoso foi introduzido.

Antes, tinham os jornalistas tirado aspectos da “mesa”, como chefe de polícia, auxiliares, delegados, escrivão, sentados, e, de pé, às costas destes, inspetores, guardas, polícias etc.

O moço entrou e puseram-no em uma cadeira próxima ao delegado distrital que esperou, para tomar por termo a confissão, que os fotógrafos “batessem” a chapa à luz da explosão do magnésio.

No começo, correu tudo em ordem e o acusado, com voz firme, articulando distintamente palavra por palavra, disse o seu nome, a sua filiação, ter 25 anos de idade etc. etc. Narrou como se dera o crime. Tendo, todos os anos, quando podia gozar férias, aí pelo mês de junho, o hábito de vir passar os 15 dias delas em casa de seu amigo Leopoldo Martins Barroca, nos arredores da praia do Pinto, da lagoa Rodrigo de Freitas, viera como de costume naquele ano. Gostava de passá-los aí, pois, com a sua família, até aos 14 anos, antes de estabelecer-se seu pai, ao deixar de ser feitor do jardim, ele residira naquelas redondezas das quais guardava as mais suaves recordações. Naquele dia, 14 de junho de..., o do assassinio, tendo almoçado com a mulher e os filhos do seu amigo, sem ele, pois o fazia mais cedo para não perder o seu ponto no Arsenal de Marinha, onde era escrevente, saiu e foi ler o *Jornal do Comércio* na venda do “seu” Eduardo, que ficava justamente na praia, fazendo esquina com a rua do Pau, em que estava a casa do seu hospedeiro amigo.

Lera a folha vagorosamente e dera-lhe vontade de ir ao jardim passear. Assim fizera e, vagando pelas alamedas, naquele dia de semana, silenciosas e desertas, encontrara com aquela alemã que, só agora, pela leitura dos jornais, soube chamar-se Graüben. Travara, a propósito não se lembra de quê, conversa com ela. Ria-se muito a moça, com um riso estreito e de pouca duração, com propósito ou não, e pareceu-lhe, por diversos gestos, ter-se ela apaixonado por ele. Em um dado momento, quis beijá-la, ela o repeliu, mas continuou a conversar com ele como se nada tivesse havido, no seu mau português.

Chegando a um lugar mais sombrio, repetiu a tentativa de abraçá-la e beijá-la e repetiu com mais força e decisão. Ela, a alemã, se enfureceu e arrancou, não sabia de que dobra do vestido, o punhal que foi encontrado, tentando feri-lo. Foi por esse tempo que, desvairado pela luxúria, pelo despeito, pelo medo — tudo isto misturado e multiplicado levou-o a agarrar a rapariga pelo pescoço, com ambas as mãos, cheio de frenesi apertou-o loucamente, cegamente e, quando pôde refletir, viu que ela estava morta. Vendo-a assim,

ocultou o cadáver em uma moita e saiu muito naturalmente, aí pelas três horas da tarde. Foi para a casa de que era hóspede e, ao dia seguinte, no noturno, embarcava para São Paulo, onde estivera até à véspera daquele dia 22.

Essa parte principal do depoimento correu bem, mas logo que o acusado deu por finda a acusação que fazia a si mesmo, todos começaram a interrogá-lo, quase a um só tempo — chefe, delegados, comissários, jornalistas, homens do povo e até polícias.

Apesar da barafunda, a todos respondia com calma e precisão, mesmo porque, em geral, as perguntas eram as mais idiotas possíveis ou não tinham relação alguma com o torpe crime do Jardim Botânico.

No dia seguinte, os jornais, pejados de retratos e outras gravuras, traziam longas notícias, com os comentários do costume e alguns elogiavam o chefe, outros calavam-se a tal respeito; mas todos eram acordes em tachar de revoltante o criminoso, tipo verdadeiramente lombrosiano, pelas feições e pela cínica calma dos delinquentes natos.

A não ser a calma, não havia nada de verdade nisso. O rapaz era bem parecido e conformado de corpo e rosto, mais alto que baixo, branco sem jaça, robusto mais do que a média; e tinha um olhar agudo, por vezes agudíssimo, mas sempre meigo e triste, onde havia muito de vago e de melancolia.

No dia seguinte, começaram a interrogar as pessoas aludidas na confissão pelo criminoso. Dois guardas do jardim reconheceram-no; um, porém, dizia que o vira entrar na véspera do crime, no dia de santo Antônio; entretanto, o outro jurava que ele estivera no jardim, a 14, por sinal que o avistara, nas proximidades do chafariz, quando ia o visitante dobrar a alameda à esquerda e perpendicular à principal da entrada.

Este depoimento, se bem que fosse confirmado, mais tarde e em acareação como protagonista da tragédia, estava em contradição com muitos outros. Dona Zilda, a mulher do amigo em cuja casa Lourenço estivera hospedado, depôs dizendo que, no dia do crime, o seu hóspede lhe chegara à casa, aí pelas três horas e pelos fundos, pois era seu hábito, depois de ler o jornal na venda, descer a praia, embrenhar-se na restinga, chupar cambuim, pitangas, frutas de cardo, mexerica, qualquer fruta silvestre e voltar para a casa pelos fundos que davam para a restinga do Leblon. Perguntada se era costume dele ir ao jardim disse que sim, parecendo-lhe até que, no dia de santo Antônio, lá fora.

O proprietário da venda, o senhor Eduardo Silveira, mais ou menos confirmou o depoimento de dona Zilda. Disse que, deixando o senhor Lourenço de ler o *Comércio* pelas duas horas, o vira descer à praia, como era do

seu hábito, procurar um atalho que levava à restinga; e não acreditava que tivesse ido ao jardim naquele dia, por aquelas horas, pois estava sem colarinho nem gravata, não se entrando, como é sabido, naquele logradouro público sem esses complementos do vestuário.

O marido de dona Zilda, o amigo de Lourenço, pouco sabia, mas asseverava que ele fora ao jardim, a 13, dia de santo Antônio, pois, tendo ficado em casa para remendar uma cerca e consertar o galinheiro, o vira sair completamente vestido, convidando-o, a ele, depoente, a acompanhá-lo, o que não fez, e com isso desculpou-se, por ter de executar aqueles servicinhos caseiros.

Reinquirido, à vista do depoimento do vendeiro, a respeito de como tinha podido entrar no jardim sem colarinho, nem gravata, explicou Lourenço que obtivera esses dois objetos no caminho de Jorge Turco, nas Três-Vendas, e os colocara no pescoço, nos fundos do botequim do canto da estrada de Dona Castorina.

Jorge Turco, convidado a depor, afirmou nunca ter vendido um alfinete ao rapaz, que conhecia, entretanto, por lhe passar pela porta do negócio em companhia do “seu” Leopoldo da rua do Pau, um dos seus bons fregueses e a mulher também.

O dono do botequim dissera que, de fato, um dia destes da semana passada, tinha consentido que ele fosse aos fundos do seu negócio, mas não sabia ao certo o dia e não podia garantir que, para lá entrasse sem colarinho e gravata. Com eles, saiu; disso, tinha memória.

Apesar de toda essa confusão de depoimentos que resultava em mostrar não ter ele coparticipação nem ser autor do crime, Lourenço continuava a afirmar com a mais convincente das firmezas que era autor do assassinio; que fora só ele quem matara a alemã; que merecia castigo e ajuntava detalhes elucidativos da sua luta com a alemã que dizia ter morto, nas condições do seu primitivo depoimento.

Vindo a saber-se que os dias que mediam entre o do crime e o da confissão, não estivera ele em São Paulo, mas, na barra da Guaratiba, em casa de uns antigos serviçais de seu pai, muito chegados à família, sendo ele até padrinho de um dos filhos deles — vindo a saber-se disso, explicava a falsidade do seu primeiro depoimento nessa parte como tendo por fito não querer comprometer aqueles pobres pretos aos quais muito estimava e amava.

Toda a sua confissão ia assim se desmoronando com as informações que traziam as pessoas conceituadas no seu meio peculiar, e indicadas tácita ou

explicitamente nos depoimentos do acusado, as quais, procuradas para elucidar os passos dados por ele naquele sinistro posmerídio de 14 de junho de..., vinham todas elas mostrar a inverossimilhança de suas afirmações, fazendo-o claramente inocente. Não se sabia o que pensar de tão esquisito caso...

O pai, como informante, depôs longamente sobre o caráter e os hábitos do filho. O seu depoimento foi tocante e longo. Era um velho português forte e firme, com um olhar ladino, mas bondoso, inspirando toda a sua pessoa retidão e franqueza. Contou ele que desde uns cinco ou seis anos para cá o gênio do seu filho se transformara. Até aos vinte anos, era alegre, até folgazão, gostava de regatas, de festas, de vestuário e atavios. Logo, aos dezesseis anos, pedira-lhe que o empregasse, porque não tinha propensão para os estudos. Ele, pois, se entristecera, porquanto o julgava, como todos os seus mestres, inteligente e aplicado. Fazendo-lhe a vontade, apesar de isso desgostá-lo e também à mulher, empregara-o em uma casa comercial, por atacado, onde fez carreira, sendo de ano para ano aumentado de vencimentos. Deu em morar fora da casa paterna, sob o pretexto de ficar mais perto do clube de regatas de que era sócio e não precisar acordar-se tão cedo para comparecer aos “ensaios”. Não se opôs, já por julgá-lo ajuizado, já por apreciar o seu desenvolvimento físico e o ar de saúde que ia ganhando.

Aos dezenove anos para os vinte, sem explicação alguma (aí a sua voz tremeu), soube que o seu filho tinha abandonado o emprego e fugira não sabia para onde. Fora ao patrão, pagou-lhe uns pequenos adiantamentos que fizera a casa ao rapaz e, quase dois anos depois, veio a saber que o filho estava na maior miséria em São Paulo, exercendo os duros e humildes ofícios de varredor e carregador de uma venda de arrabalde. A instâncias de sua mulher, partiu para aquela capital, trouxe-o e, um ano inteiro, Lourenço lhe ficou em casa, trocando raras palavras com ele e os irmãos, só se expandindo mais longamente com a mãe. Não atinava com a mágoa do filho e temia que se matasse. Vivia a ler livros de religião e espíritas, cujos títulos ele, o pai, não sabia repetir. Não queria ver jornais, nem revistas. Seus cuidados com a integridade mental do filho eram grandes, tanto mais que, várias vezes, lhe dissera a mulher que, quase sempre, quando ia ao quarto, o encontrava a chorar ou com a fisionomia de quem tinha acabado de fazer isso. Por intermédio dela, sempre lhe fornecia dinheiro, para as suas pequenas necessidades; e, longe de empregá-lo consigo, seu filho dava a maior parte aos criados da casa, às crianças da vizinha, só reservando uma pequena e diminuta quantia para a compra de cigarros ordinaríssimos e fósforos. Quisera-o mandar para a Europa, e ele não aceitara,

dizendo à mãe que tinha medo do oceano. Preferia que lhe arrandassem um pequeno emprego público modesto; com as suas relações, conseguira ele, o pai, obter; e, desde que o exercia, como que tinha melhorado de estado de espírito. Quanto ao crime, não sabia nada; mas não julgava seu filho capaz de tanta maldade, antes o supunha louco, com a mania do martírio e, em tempo, havia requerido o competente exame de sanidade mental.

A parte do depoimento do pai que aludia à fuga do filho para São Paulo impressionou o repórter d' *O Arauto*, que, daqui e dali, veio a saber e publicou o motivo dela. Ele abalara para lá, devido a ter dado um desfalque na casa em que era empregado, no valor de dois ou três contos, que foram pagos pelo pai.

A polícia que já estava disposta a não acreditar na sua confissão, à vista de tal precedente, voltou à carga, encerrou o inquérito e remeteu-o ao juiz competente. As contradições e incongruências entre a confissão do réu e os depoimentos de testemunhas e informantes continuaram a encher de mistério o caso.

O juiz sumariante ficou completamente atrapalhado, doido até, com tal crime e tal criminoso. Não havia uma hipótese a fazer, quase todos os depoimentos levavam à convicção de que a confissão de Lourenço era falsa; ele, porém, confessava com tal firmeza! Que havia de pensar?

Quem sabe se ele não queria despistar a polícia, mas com que interesse? Os seus amigos do peito eram poucos e todos eles podiam dar numerosos testemunhos de como tinham passado todo o dia 14, quase todo, nas suas repartições. Por dinheiro? Era absurdo.

O advogado, chamado pelo pai, disse-lhe logo:

— Aceito, mas o meu maior adversário é seu filho... Não cessa de confessar que foi ele e justificar mais ou menos bem os desmentidos às suas afirmações. Olhe como se saiu daquela “potoca” de São Paulo. Perfeitamente aceitável... É o diabo! Mas... aceito!

O advogado, em desespero de causa, pediu exame de sanidade mental para o seu cliente. O juiz com muito contentamento deferiu o pedido. Lourenço foi para o hospício, onde esteve internado dois meses. Da comissão, fazia parte o doutor Juliano Moreira, que empregou todo o seu saber e toda a sua quente simpatia para decifrar aquele angustioso enigma psicológico.

Observado cuidadosamente, virado o seu espírito pelo avesso, interrogado dessa e daquela forma, escrevendo e falando não revelou qualquer perturbação nas suas faculdades mentais. Era o homem comum, o médio, sem nenhuma degenerescência ou psicose, inferior ou superior, acentuada.

Foi pronunciado; mas, antes que entrasse em júri, uma pequena revista lembrou um caso muito semelhante acontecido na Alemanha, em Essen, e contando em um livro do senhor Hugo Fridlaender e resumido, no *Le Temps*, por Th. de Wyzewa. Tratava-se de um tal Alfred Land que, tendo praticado uma pequena falcatura, um furto doméstico, se sentiu tão angustiado, tão cheio de mágoa, de ralação íntima a lhe pedir expiação da falta, que não trepidou em acusar-se como autor de um assassinio misterioso, o qual ele estava materialmente impossibilitado de executar.

Citando Wyzewa, o autor do artigo dizia que, em Lourenço, a consciência de ter desonrado o seu nome, de ter cometido um crime vil e covarde, de ter injuriado, maculado a honra dos pais e da família, era o que o roía interiormente, o desassossejava, o ralava dia e noite, silenciosamente, sem que ele avaliasse bem a tensão desse estado d'alma, até o dia em que a notícia do assassinio da pequena alemã, num recanto afastado do Jardim Botânico, sugeriu-lhe a ideia de resgatar o seu erro de rapazola com uma condenação por assassinio.

Levava-o a júri uma espécie de necessidade de resgatar a sua falta de um modo “heroico, romanesco e místico” da honestidade; uma premente determinação de expiação do seu crime de furto, determinação que invadira aos poucos, insidiosamente, a sua vontade, no silêncio de suas meditações e nas horas angustiosas do remorso e do arrependimento.

Ninguém aqui, como aquele juiz de instrução do *Crime e castigo* se abalança a ler as pequenas revistas de rapazes, para estar a par da psicologia mórbida dos criminosos cerebrais e inexplicáveis; e, por isso, muito naturalmente, não houve quem interpretasse de modo plausível a atitude daquele rapaz que parecia desejar com volúpia uma condenação por crime hediondo e execrado.

Foi a júri e não foi difícil absolvê-lo. Ninguém acreditava na sua criminalidade, nem o promotor, nem jurados, nem juiz, ninguém! Quando, porém, o juiz, à vista das respostas do júri, mandou-o pôr em liberdade, se por “ali” não estivesse preso, conforme a linguagem forense, Lourenço se levantou, pediu vênia ao juiz, e, perante este e os jurados, protestou contra a sua absolvição, nos seguintes termos:

— Senhor juiz e senhores jurados, eu protesto contra a minha absolvição que é iníqua e injusta, em face da minha consciência. Sou um criminoso, ninguém melhor do que eu pode afirmá-lo; quero sofrer, para resgatar-me e poder, então, viver outra vez com alegria e satisfação, no convívio dos meus

semelhantes. Nenhuma justiça, nenhum homem tem o direito de se opor a esse meu sincero desejo... Protesto, portanto!

Sentou-se; mas, o promotor não apelou.

CLARA DOS ANJOS

A Andrade Murici

O carteiro Joaquim dos Anjos não era homem de serestas e serenatas, mas gostava de violão e de modinhas. Ele mesmo tocava flauta, instrumento que já foi muito estimado, não o sendo tanto atualmente como outrora. Acreditava-se até músico, pois compunha valsas, tangos e acompanhamentos para modinhas.

Aprendera a “artinha” musical na terra de seu nascimento, nos arredores de Diamantina, e a sabia de cor e salteado; mas não saía daí.

Pouco ambicioso em música, ele o era também nas demais manifestações de sua vida. Empregado de um advogado famoso, sempre quisera obter um modesto emprego público que lhe desse direito à aposentadoria e ao montepio, para a mulher e a filha. Conseguira aquele de carteiro, havia quinze para vinte anos, com o qual estava muito contente, apesar de ser trabalhoso e o ordenado ser exíguo.

Logo que foi nomeado, tratou de vender as terras que tinha no local de seu nascimento e adquirir aquela casita de subúrbio, por preço módico, mas, mesmo assim, o dinheiro não chegara e o resto pagou ele em prestações. Agora, e mesmo há vários anos, estava de plena posse dela. Era simples a casa. Tinha dois quartos, um que dava para a sala de visitas e outro, para a de jantar. Correspondendo a um terço da largura total da casa, havia nos fundos um puxadito que era a cozinha. Fora do corpo da casa, um barracão para banheiro, tanque etc.; e o quintal era de superfície razoável, onde cresciam goiabeiras maltratadas e um grande tamarineiro copado.

A rua desenvolvia-se no plano e, quando chovia, encharcava que nem um pântano; entretanto, era povoada e dela se descortinava um lindo panorama de montanhas que pareciam cercá-la de todos os lados, embora a grande distância. Tinha boas casas a rua. Havia até uma grande chácara de outros tempos com aquela casa característica de velhas chácaras de longa fachada, de teto acaçapado, forrada de azulejos até a metade do pé-direito, um tanto feia, é fato, sem garridice, mas casando-se perfeitamente com as anosas mangueiras, com as robustas jaqueiras e com todas aquelas grandes e velhas árvores que, talvez, os que as plantaram, não tivessem visto frutificar.

Por aqueles tempos, nessa chácara, se haviam estabelecido as “bíblias”. Os seus cânticos, aos sábados, quase de hora em hora, enchiam a redondeza. O povo não os via com hostilidade, mesmo alguns humildes homens e pobres raparigas simpatizavam com eles, porque, justificavam, não eram como os padres que, para tudo, querem dinheiro.

Chefiava os protestantes um americano, Mr. Sharp, homem tenaz e cheio de uma eloquência bíblica que devia ser magnífica em inglês; mas que, no seu duvidoso português, se fazia simplesmente pitoresca. Era Sharp daquela raça curiosa de *yankees* que, de quando em quando, à luz da interpretação de um ou mais versículos da Bíblia, fundam seitas cristãs, propagam-nas, encontram adeptos logo, os quais não sabem bem por que foram para a nova e qual a diferença que há entre esta e a de que vieram.

Fazia prosélitos e, quando se tratava de iniciar uma turma, os noviços dormiam em barracas de campanha, erguidas no eirado da chácara ou entre as suas velhas árvores maltratadas e desprezadas. As cerimônias preparatórias duravam uma semana, cheia de cânticos divinos; e a velha propriedade, com as suas barracas e salmodias, adquiria um aspecto esquisito de convento ao ar livre de mistura com um certo ar de acampamento militar.

Da redondeza, poucos eram os adeptos ortodoxos; entretanto, muitos lá iam por mera curiosidade ou para deliciar-se com a oratória de Mr. Sharp.

Iam sem nenhuma repugnância, pois é próprio do nosso pequeno povo fazer um extravagante amálgama de religiões e crenças de toda sorte, e socorrer-se desta ou daquela, conforme os transe de sua existência. Se se trata de afastar atrasos de vida, apela para a feitiçaria; se se trata de curar uma moléstia tenaz e resistente, procura o espírito; mas não falem à nossa gente humilde em deixar de batizar o filho pelo sacerdote católico, porque não há quem não se zangue: Meu filho ficar pagão! Deus me defenda!

Joaquim não fazia exceção desta regra e sua mulher, a Engrácia, ainda menos.

Eram casados há quase vinte anos, mas só tinham uma filha, a Clara. O carteiro era pardo-claro, mas com cabelo ruim, como se diz; a mulher, porém, apesar de mais escura, tinha o cabelo liso.

Na tez, a filha puxava o pai; e no cabelo, à mãe. Na estatura, ficara entre os dois. Joaquim era alto, bem alto, acima da média, ombros quadrados; a mãe, não sendo muito baixa, não alcançava a média, possuindo uma fisionomia miúda, mas regular, o que não acontecia com o marido que tinha o nariz grosso, quase chato. A filha, a Clara, tinha ficado em tudo entre os dois; média

deles, era bem a filha de ambos. Habituada às musicatas do pai, crescera cheia de vapores das modinhas e enfumagara a sua pequena alma de rapariga pobre com os dengues e a melancolia dos descantes e cantarolas.

Com dezessete anos, tanto o pai como a mãe tinham por ela grandes desvelos e cuidados. Mais depressa ia Engrácia à venda de “seu” Nascimento, buscar isto, ou aquilo, do que ela. Não que a venda de “seu” Nascimento fosse lugar de badernas; ao contrário: as pessoas que lá faziam “ponto” eram de todo o respeito. O Alípio, uma delas, era um tipo curioso de rapaz, que, conquanto pobre, não deixava de ser respeitador e bem comportado.

Tinha um aspecto de galo de briga; entretanto, estava longe de possuir a ferocidade repugnante desses galos malaios de apostas, não possuindo — é preciso saber — nenhuma.

Um outro que aparecia sempre lá era um inglês, Mr. Persons, desenhista de uma grande oficina mecânica das imediações. Quando saía do trabalho, passava na venda, lá se sentava naqueles característicos tamboretos de abrir e fechar, e deixava-se ficar até ao anoitecer bebericando ou lendo os jornais do senhor Nascimento. Silencioso quase taciturno, pouco conversava e implicava muito com quem o tratava por Seu Mister.

Havia lá também o filósofo Meneses, um velho hidrópico, que se tinha na conta de sábio, mas que não passava de um simples dentista clandestino e dizia tolices sobre todas as coisas. Era um velho branco, simpático, com um todo de imperador romano, barbas alvas e abundantes.

Aparecia, às vezes, o J. Amarante, um poeta, verdadeiramente poeta, que tivera o seu momento de celebridade em todo o Brasil, se ainda não a tem; mas que, naquela época, devido ao álcool e a desgostos íntimos, era uma triste ruína de homem, apesar dos seus dez volumes de versos, dez sucessos, com os quais todos ganharam dinheiro menos ele. Amnésico, semi-imbecilizado, não seguia uma conversa com tino e falava desconexamente. O subúrbio não sabia bem quem ele era; chamava-o muito simplesmente — o poeta.

Um outro frequentador da venda era o velho Valentim, um português dos seus sessenta anos e pouco, que tinha o corpo curvado para diante, devido ao hábito contraído no seu ofício de chacareiro que já devia exercer há mais de quarenta. Contava “casos” e anedotas de sua terra, pontilhando tudo de rifões portugueses do mais saboroso pitoresco.

Apesar de ser assim decente, Clara não ia à venda; mas o pai, em alguns domingos, permitia que fosse com as amigas ao cinema do Méier ou Engenho

de Dentro, enquanto ele e alguns amigos ficavam em casa tocando violão, cantando modinhas e bebericando parati.

Pela manhã, logo nas primeiras horas, os companheiros apareciam, tomavam café, iam em seguida para o quintal, para debaixo do tamarineiro, jogar a bisca, com o litro de cachaça ao lado; e aí, sem dar uma vista d'olhos sobre as montanhas circundantes, nuas, empedrouçadas, deixavam-se ficar até à hora do “ajantarado” que a mulher e a filha preparavam.

Só depois deste é que as cantorias começavam.

Certo dia, um dos companheiros dominicais do Joaquim pediu-lhe licença para trazer, no dia do aniversário dele, que estava próximo, um rapaz de sua amizade, o Júlio Costa, que era um exímio cantor de modinhas. Acedeu. Veio o dia da festa e o famoso trovador apareceu. Branco, sardento, insignificante, de rosto e de corpo, não tinha as tais melenas denunciadoras, nem outro qualquer traço de capadócio. Vestia-se seriamente com um apuro muito suburbano, sob a tesoura de alfaiate de quarta ordem. A única pelintragem adequada ao seu mister que apresentava consistia em trazer o cabelo repartido no alto da cabeça, dividido muito exatamente pelo meio. Acompanhava-o o violão. A sua entrada foi um sucesso.

Todas as moças das mais diferentes cores que, aí, a pobreza harmonizava e esbatia, logo o admiraram. Nem César Bórgia, entrando mascarado, num baile à fantasia dado por seu pai, no Vaticano, causaria tanta emoção.

Afirmavam umas para as outras:

— É ele! É ele, sim!

Os rapazes, porém, não ficaram muito contentes com isto; e, entre eles, puseram-se a contar histórias escabrosas da vida galante do cantor de modinhas.

Apresentado aos donos da casa e à filha, ninguém notou o olhar guloso que deitou para os seios empinados de Clara.

O baile começou com a música de um “terno” de flauta, cavaquinho e violão. A polca era a dança preferida e quase todos a dançavam com requebros próprios de samba.

Num intervalo Joaquim convidou:

— Por que não canta, “seu” Júlio?

— Estou sem voz, respondeu ele.

Até ali, ele tinha tomado parte no “remo”; e, repinicando as cordas, não deixava de devorar com os olhos os bamboleios de quadris de Clarinha, quando dançava. Vendo que seu pai convidara o rapaz, animou-se a fazê-lo também:

— Por que não canta, “seu” Júlio? Dizem que o senhor canta tão bem...
Esse — “tão bem” — foi alongado maciamente. O cantador acudiu logo:
— Qual, minha senhora! São bondades dos camaradas...
Consertou a “pastinha” com as duas mãos, enquanto Clara dizia:
— Cante! Vá!
— Já que a senhora manda, disse ele, vou cantar.
Com todo o dengue, agarrou o violão, fez estalar as cordas e anunciou:
— Amor e sonho.

E começou com uma voz muito alta, quase berrando, a modinha, para depois arrastá-la num tom mais baixo, cheio de mágoa e langor, sibilando os “ss”, carregando os “rr” das metáforas horrendas de que estava cheia a cantoria. A coisa era, porém, sincera; e mesmo as comparações estrambóticas levantavam nos singelos cérebros das ouvintes largas perspectivas de sonhos, erguiam desejos, despertavam anseios e visões douradas. Acabou. Os aplausos foram entusiásticos e só Clarinha não aplaudiu, porque, tendo sonhado durante toda a modinha, ficara ainda embevecida quando ela acabou...

Dias depois, vindo à janela por acaso — era de tarde — sem grande surpresa, como se já o esperasse, Clara recebeu o cumprimento do cantor magoado. Não pôs malícia na coisa, tanto assim que disse candidamente à mãe:

— Mamãe, sabe quem passou aí?
— Quem?
— “Seu” Júlio.
— Que Júlio?
— Aquele que cantou nos “anos” de papai.

A vida da casa, após a festança de aniversário do Joaquim, continuou a ser a mesma. Nos domingos, aquelas partidas de bisca com o Eleutério, servente da biblioteca, e com o Augusto, guarda municipal, acompanhadas de copitos de cachaça, e o violão, à tarde. Não tardou que se viesse agregar um novo comensal: era o Júlio Costa, o famoso modinheiro suburbano, amigo íntimo do Augusto e seu professor de trovas.

Júlio quase nunca jantava, pois tinha sempre convites em todos os quatro pontos cardeais daquelas paragens. Tomava parte nas partidas de bisca, de parceirada, e pouco bebia. Apesar de não demorar-se pela tarde adentro, pôde ir cercando a rapariga, a Clara, cujos seios empinados, volumosos e redondos fascinavam-lhe extraordinariamente e excitavam a sua gula carnal insaciável. Em começo foram só olhares que a moça, com os seus úmidos olhos negros, grandes, quase cobrindo toda a esclerótica, correspondia a furto e com medo;

depois, foram pequenas frases, galanteios, trocados às escondidas, para, afinal, vir a fatídica carta.

Ela a recebeu, meteu-a no seio e, ao deitar-se, leu-a, sob a luz da vela, medrosa e palpitante. A carta era a coisa mais fantástica, no que diz respeito à ortografia e à sintaxe, que se pode imaginar; tinha, porém, uma virtude: não era copiada do Secretário dos amantes, era original. Contudo, a missiva fez estremecer toda a natureza virgem de Clara que, com a sua leitura, sentiu haver nela surgido alguma coisa de novo, de estranho, até ali nunca sentida. Dormiu mal. Não sabia bem o que fazer: se responder, se devolver. Viu o olhar severo do pai; as recriminações da mãe. Ela, porém, precisava casar-se. Não havia de ser toda a vida assim como um cão sem dono... Os pais viriam a morrer e ela não podia ficar pelo mundo desamparada... Uma dúvida lhe veio: ele era branco; ela, mulata...

Mas que tinha isso? Tinham-se visto tantos casos... Lembrou-se de alguns... Por que não havia de ser? Ele falava com tanta paixão... Ofegava, suspirava, chorava; e os seus seios duros estouravam de virgindade e de ansiedade de amar... Responderia; e assim fez, no dia seguinte. As visitas de Costa tornaram-se mais demoradas e as cartas mais constantes. A mãe desconfiou e perguntou à filha:

— Você está namorando “seu” Júlio, Clarinha?

— Eu, mamãe! Nem penso nisso...

— Está, sim! Então não vejo?

A menina pôs-se a chorar; a mãe não falou mais nisso; e Clara, logo que pôde, mandou pelo Aristides, um molecote da vizinhança, uma carta ao modinheiro, relatando o fato.

Júlio morava na estação próxima e a situação de sua família era bem superior à sua namorada. O seu pai tinha um emprego regular na prefeitura e era, em tudo, diferente do filho. Sisudo, grave, sério, ia até a imponência grotesca do bom funcionário; e não seria capaz de admitir que a namorada do filho dançasse na sua sala. Sua mulher não tinha o ar solene do marido, era, porém, relaxada de modos e hábitos. Comia com a mão, andava descalça, catava intrigas e “novidades” da vizinhança; mas tinha, apesar disso, uma pretensão íntima de ser grande coisa, de uma grande família.

Além do Júlio, tinha três filhas, uma das quais já era adjunta municipal; e, das outras duas, uma estava na Escola Normal e a mais moça cursava o Instituto de Música.

Tiravam muito ao pai, no gênio sobranceiro, no orgulho fofo da família; e tinham ambição de casamentos doutorais. Mercedes, Adelaide e Maria Eugênia, eram esses os nomes, não suportariam de nenhuma forma Clara como cunhada, embora desprezassem soberbamente o irmão pelos seus maus costumes, pelo seu violão, pelos seus plebeus galos de briga e pela sua ignorância crassa.

Pequeno-burguesas, sem nenhuma fortuna, mas, devido à situação do pai e a terem frequentado escolas de certa importância, elas não admitiriam, para Clara, senão um destino: o de criada de servir.

Entretanto, Clara era doce e meiga; inocente e boa, podia-se dizer que era muito superior ao irmão delas pelo sentimento, ficando talvez acima dele pela instrução, conquanto fosse rudimentar, como não podia deixar de ser, dada a sua condição de rapariga pobríssima.

Júlio era quase analfabeto e não tinha poder de atenção suficiente para ler o trecho de uma fita de cinematógrafo. Muito estúpido, a sua vida mental se cifrava na composição de modinhas delambidas, recheadas das mais estranhas imagens que a sua imaginação erótica, sufocada pelas conveniências, criava, tendo sempre perante seus olhos o ato sexual.

Mais de uma vez, ele se vira a braços com a polícia por causa de defloração e seduções de menores.

O pai, desde a segunda, recusara intervir; mas a mãe, dona Inês, a custo de rogos, de choro, de apelo — para a pureza de sangue da família —, conseguira que o marido, o capitão Bandeira, procurasse influenciar, a fim de evitar que o filho casasse com uma negrinha de dezesseis anos, a quem o Júlio “tinha feito mal”.

Apesar de não ser totalmente má, os seus preconceitos junto à estreiteza da sua inteligência não permitiram ao seu coração que agasalhasse ou protegesse o seu infeliz neto. Sem nenhum remorso, deixou-o por aí, à toa, pelo mundo...

O pai, desgostoso com o filho, largara-o de mão; e quase não se viam. Júlio vivia no porão da casa ou nos fundos da chácara onde tinha gaiolas de galos de briga, o bicho mais hediondo, mais repugnantemente feroz que é dado a olhos humanos ver. Era a sua indústria e o seu comércio, esse negócio de galos e as suas brigas em rinhadeiros.

Barganhava-os, vendia-os, chocava as galinhas, apostava nas rinhadas; e com o resultado disso e com alguns cobres que a mãe lhe dava, vivia e obtinha dinheiro para vestir-se. Era o tipo completo do vagabundo doméstico, como há milhares nos subúrbios e em outros bairros do Rio de Janeiro.

A mãe, sempre temendo que se repetissem os seus ajustes de contas com a polícia, esforçava-se sempre por estar ao corrente dos seus amores. Veio a saber do seu último com a Clara e repreendeu-o nos termos mais desabridos. Ouviu-a o filho respeitosamente, sem dizer uma palavra; mas julgou da boa política relatar, a seu modo, por carta, tudo à namorada. Assim escreveu:

Queridinha confesso-te que ontem quando recebi a tua carta minha mãe viu e fiquei tão louco que confessei tudo a mamãe que lhe amava muito e fazia por você as maiores violências, ficaram todos contra mim é a razão porque previno-te que não ligués ao que lhe disserem, por isso peço-te que preze bem o meu sofrimento.

Pense bem e veja se estás resolvida a fazer o que lhe pedi na última cartinha.

Saudades e mais saudades deste infeliz que tanto lhe adora e não é correspondido. O teu Júlio.

Clara já estava habituada com a redação e ortografia do seu namorado, mas, apesar de escrever muito melhor, a sua instrução era insuficiente para desprezar um galanteador tão analfabeto. Ainda por cima, a sua fascinação pelo modinheiro e a sua obsessão pelo casamento lhe tiravam toda a capacidade crítica que pudesse ter. A carta produziu o efeito esperado por Júlio. Choro, palpitações, anseios vagos, esperanças nevoentas, vislumbres de céus desconhecidos e encantados — tudo isso aquela carta lhe trouxe, além do halo de dedicação e amor por ela com que Clara fez resplandecer, na imaginação, as pastinhas do violeiro. Daí a dias, fez o prometido, isto é, deixou a janela do quarto aberta para que ele entrasse no aposento. Repetiu a façanha quase todas as noites seguidas, sem que ele se demorasse muito no quarto.

Nos domingos, aparecia, cantava e semelhava que entre ambos não havia nada. Um belo dia, Clara sentiu alguma coisa de estranho no ventre. Comunicou ao namorado. Qual! Não era nada, disse ele.

Era, sim; era o filho. Ela chorou, ele acalmou-a, prometendo casamento. O ventre crescia, crescia...

O cantador de modinhas foi fugindo, deixou de aparecer a miúdo; e Clara chorava. Ainda não lhe tinham percebido a gravidez. A mãe, porém, com auxílio de certas intimidades próprias de mãe para filha, desconfiou e pô-la em

confissão. Clara não pôde esconder, disse tudo; e aquelas duas humildes mulheres choraram abraçadas diante do irremediável... A filha teve uma ideia:

— Mamãe, antes da senhora dizer a papai, deixa-me ir até à casa dele, para falar com a sua mãe?

A velha meditou e aceitou o alvitre:

— Vai!

Clara vestiu-se rapidamente e foi. Recebida com altaneria por uma das filhas, disse que queria falar à mãe de Júlio. Recebeu-a esta rispidamente; mas a rapariga, com toda a coragem e com sangue-frio difícil de crer, confessou-lhe tudo, o seu erro e a sua desdita.

— Mas o que é que você quer que eu faça?

— Que ele se case comigo, fez Clara num só hausto.

— Ora, esta! Você não se enxerga! Você não vê mesmo que meu filho não é para se casar com gente da laia de você! Ele não amarrou você, ele não amordaçou você... Vá-se embora, rapariga! Ora já se viu! Vá!

Clara saiu sem dizer nada, reprimindo as lágrimas, para que na rua não lhe descobrissem a vergonha. Então, ela? Então ela não se podia casar com aquele calaceiro, sem nenhum título, sem nenhuma qualidade superior? Por quê?

Viu bem a sua condição na sociedade, o seu estado de inferioridade permanente, sem poder aspirar à coisa mais simples a que todas as moças aspiram. Para que seriam aqueles cuidados todos de seus pais? Foram inúteis e contraproducentes, pois evitaram que ela conhecesse bem justamente a sua condição e os limites das suas aspirações sentimentais... Voltou para casa depressa. Chegou; o pai ainda não viera.

Foi ao encontro da mãe. Não lhe disse nada; abraçou-a chorando.

A mãe também chorou e, quando Clara parou de chorar, entre soluços, disse:

— Mamãe, eu não sou nada nesta vida.

UMA VAGABUNDA

É um caso bem curioso o que te vou contar e que me parece digno de registro. Para muitos parecerá fantástico; mas, como tu sabes, já houve quem dissesse que a realidade é mais fantástica do que imaginamos.

— Dostoiévski?

— Sim; creio que foi ele, embora não afiance que fosse com estas palavras. Sabes bem como são as palavras dele?

— Não; mas estou certo que não lhe traís o pensamento... Enfim! Isso não vem ao caso. Conta lá a história.

— Conto-a a ti com todos os detalhes, para que possas tirar dela todo o profundo sentido que tem. Se se tratasse de outro, havia de abreviá-la, transformá-la em anedota; mas, tratando-se de ti, não há nada que seja prolixo para a compreensão de semelhante fato.

Eles estavam no Campo de Sant'Ana e aquelas cutias sempre ariscas e aquelas saracuras de galinheiro, apesar de tudo, não deixavam de dar um toque selvagem naquele jardim educado.

O narrador continuou:

— Foi isto há alguns anos passados. Bebia eu muito nesse tempo, muito mesmo porque tinha por divisa ou tudo ou nada. Além disso adotam uma frase não sei de que autor, como complemento da divisa.

— Qual é? — perguntou o outro.

— “O burguês bebe champanha; o herói bebe aguardente.”

— Essas duas sentenças cobiçadas deviam dar resultados surpreendentes.

— Deram como tu sabes, mas eu te quero contar uma que tu não sabes.

— Duvido.

— Pois vais ver.

— Não acredito, pois sei todas as tuas proezas desse tempo.

— Essa proeza, porém, não é minha; é de outro ou de outra.

— Que outra?

— Conheceste a Alzira?

— Sim! Aquela vagabunda que ia à casa do “Guaco”, na rua do Carmo.

— É isso mesmo: aquela vagabunda que ia à casa do “Guaco”, na rua do Carmo. É isso.

— Homem! Pelo modo por que falas, parece que tiveste paixão por ela...

— Não tive paixão, mas sou-lhe grato.

— Por quê?

— Lembras-te bem que ela bebia conosco calistos de “Guaco”.

— Lembro-me bem.

— E que ela tivera um passado de lustre, de opulência, no alto mundanismo?

— Perfeitamente. Contudo, Frederico, eu penso que ela exagerava um pouco.

— É verdade. Aquele caso que ela nos contou de ter perdido uma noite, não sei em que jogo, em São Paulo, oitenta contos, não me parece verossímil; entretanto...

— Não é só isso. Todas as sumidades da República haviam sido seus amantes. Ora, isso não é possível, porquanto muitas delas, quando começaram, eram pobretões que não podiam aspirar a semelhante “objeto de luxo”.

— Tens razão; mas...

— Uma coisa: quando me recordo da Alzira, só me vem à mente o seu famoso chapéu de chuva de alpaca, com que, às vezes, quando embriagada, desancava um qualquer e ia parar no xadrez.

— Eu, quando me vem ela à lembrança, com a sua fisionomia triste, fanada, é com o seu orgulho de ter tido muito dinheiro, por meios tão baixos...

— A observação é boa. Ela não parecia ter dor em recordar os belos dias passados; parecia antes ter prazer... Afinal, que tem ela com a tua história?

— Estavas fora, lá, para Alagoas. Continuei a frequentar o “Guaco”, onde ia todas as tardes encontrar os companheiros. Ocasionalmente topava com Alzira e pagava-lhe um cálice. As nossas relações eram as mais amistosas possíveis. Ela me contava as histórias de aventuras passadas, quer as de jogo, quer as de amor; e eu as ouvia para aprender a vida com aquela mulher batida pela sorte, pelo infortúnio e pela maldade dos homens. Gostava até da emoção que ela sentia, narrando o seu triunfo, quando, trepada no alto dos carros de Carnaval, era aclamada pelas famílias, nas ruas apinhadas por onde passava. Pelo modo que ela me contava esses episódios, julguei que Alzira nesses dias se supunha resgatada. Talvez tivesse razão...

— Coitada! — fez o outro.

— Bem. Como te contava, ia sempre ao “Guaco” e, em certo dia do pagamento, lá fui. Tinha os vencimentos quase intactos na algibeira. Encontrei-a, sentei-me e pedi cerveja. Ela não quis, ficou no seu cálice habitual. Em dado momento, ao passar o proprietário, o Martins — tu te lembras dele?

— Pois não.

— Disse-lhe: Martins, vê quanto te devo.

Ele respondeu e, logo que ele se afastou, Alzira perguntou-me: “Frederico, tens dinheiro?” Disse-lhe que sim; e ela me pediu: “Podes ‘passar’ cinco mil-réis?” Não me fiz esperar e dei-lhe uma nota de cinco mil-réis que tinha na algibeira do colete. Ela guardou e continuou a conversa. Veio a hora de sair e de pagar a despesa atual e as passadas. Martins fez a soma e tirei da algibeira da calça o grosso do dinheiro, dando-lhe uma nota que satisfizesse a conta. Logo que o Martins se dirigiu ao balcão, ela me disse ao ouvido: “Tu não podes dar mais cinco mil-réis?” Disse-lhe peremptoriamente: não! Não teve um momento de hesitação: levantou-se e atirou-me a nota na cara. Foi saindo e descompondo-me baixamente.

— Era muito malcriada.

— Pensei isso e o Martins aconselhou-me a evitá-la, por isso. Um acontecimento posterior, porém, fez-me julgá-la melhor.

— É daí que...

— Vais ouvir: passaram-se meses e, para publicar um livro, meti-me em complicações. Se o livro deu dinheiro eu não sei, porque só perdi com ele; entretanto, fez um sucozinho; mas caí de roupas etc. etc. Uma noite estava sentado entre desanimados, como eu, num banco do largo da Carioca, considerando aqueles automóveis vazios, que lhe levam algum encanto. Apesar disso, não pude deixar de comparar aquele rodar de automóveis, rodar em torno da praça, como que para dar ilusão de movimento, aos figurantes de teatro que entram por um lado e saem pelo outro, para fingir multidão; e como que me pareceu que aquilo era um truque do Rio de Janeiro, para se dar ares de grande capital movimentada... Estava assim, quando me bateram ao ombro: “Oh! Frederiquinho!”

— Quem era?

— Era a Alzira.

— Queria ela alguma coisa?

— Queria dar-me. Nada mais.

— O quê?

— A passagem do bonde.

— Tu não a tinhas?

— Tinha. Disse-lhe isso até; mas o meu aspecto era da mais completa miséria. Minha roupa estava sebosa, meu chapéu de palha muito sujo, cabeludo, barba velha; e, além de tudo, sobreviera-me uma fraqueza de

pálpebras, que me obrigava a usar uns sinistros óculos escuros de mendigo semicego. Apesar da minha recusa, ela insistiu de tal modo, de forma tão cheia de piedade e ternura, que me pareceu uma cruel desfeita não lhe aceitar o cruzado.

— Aceitaste?

— Aceitei.

— Curioso.

— Está aí a vagabunda do “Guaco”, meu caro Chaves.

Levantaram-se, saíram do jardim e o advento da noite, misteriosa e profunda, era anunciado pelo acender dos lampiões de gás e o piscar dos globos de luz elétrica, naquele magnífico fim de crepúsculo.

A BARGANHA

E o “turco”, desde muito cedo, andava pelos subúrbios a mercar aqueles coloridos registros de santos. Havia um São João Batista, com a sua tanga, o seu bordão de pastor e o seu inocente carneiro que olhava doce tudo o que via fora da estampa; havia um Cristo com o coração muito rubro à mostra, coroado de espinhos, e os olhos revirados para o Céu que naquele dia estava lindo, de um profundo azul-cobalto; havia uma Ceia em que Jesus presidia, mansueto e resignado, apesar de se saber traído, e havia muitos outros santos e santas que o “turco” levava, alguns enrolados, mas outros diante do seu peito arquejante das suas caminhadas de humilde bufarinheiro, daquelas modestas paragens da cidade.

E ele ia:

— Compra, senhor! Muita bonita!

Das casas, às vezes, lá saía uma mulher ou outra, de cores as mais variadas, e indagava com desprezo:

— Olá! O que é que você leva aí?

Miguel José parava, aproximava-se da porteira e respondia:

— Santa, senhora! Muita bonita!

— Que santos tem?

— Muitas, senhora. Tuda bonita.

Desenrolava os registros e a rapariga começava a examinar. De repente, à vista de uma daquelas oleogravuras, ela gritava:

— Leocádia! Leocádia!

Lá do interior da casa respondiam:

— Que é?

A outra acudia:

— Vem cá. Vem ver uma coisa.

Vinha uma outra rapariga e a que estava, recomendava, mostrando um dos quadros do “turco”:

— Vê só como é lindo este Menino Jesus.

A outra examinava e concordava. O “turco” se animava e perguntava:

— Não quer compra ele?

Uma delas ia ao encontro da pergunta do bufarinheiro:

— Quanto é?

— Barata, sinhora.

— Quanto?

— Dois mil-réis.

— Chi, meu Deus! É caro, muito mesmo.

O pobre ambulante não fazia negócio algum; e continuava com a sua carga sagrada a palmilhar aquelas ruas que são mais propriamente veredas.

Ainda se houvesse árvores, sombra que amaciasse aquela manhã quente, embora linda e cristalina, o seu ofício seria suportável; mas não as havia. Tudo era descampado e as ruas eram batidas pelo sol em chapa. Lá ia ele. As calças ficavam-lhe pelos tornozelos; o chapéu era de feltro, mas não se sabia se era preto, azul, cinzento. Tinha todas as cores próprias a chapéus dessa espécie. Em um pé calçava uma botina amarela; em outro, um sapato preto.

— Cumpra, senhor! Coisa bonita de Deus! Cumpra.

Foi dizendo isto a um petulante crioulo, muito preto, de um preto fosco e desagradável, cabeleira grande, gordurosa, repartida ao alto, e o chapéu a dançar-lhe em cima dela; foi dizendo isto a ele que lhe ia acontecendo uma grande desgraça naquela manhã. O negro, ao ouvi-lo, chegou-se muito junto ao “turco” e indagou com um ar autoritário:

— Que é que você está dizendo?

O humilde armênio pensou logo que tratava com um soldado de polícia à paisana, pois lhe parecia que, na terra em que estava, todos os pretos são soldados e podem prender todos os armemos.

Com essa convicção, Miguel José respondeu cheio de respeito e acatamento:

— Dizia, senhor: cumpra santo muita bonita.

O negro perfilou-se todo, tomou uns ares judiciais ou policiais, chegou o chapéu de palha para a testa e disse:

— Você parece que não é civilizado.

— Cumo, senhor?

— Sim, você é herege, inimigo de Nosso Senhor.

— Não, senhor.

O preto desarmou-se um pouco de seus ares judiciais ou policiais, tornou-se mais suave, quis fazer de penetrante e sagaz. Perguntou:

— Você come carne de porco?

E Miguel José olhou as montanhas pedregosas que ele via lá, longe, esbatidas no azul profundo da manhã, ressaltando quase inteiramente na

ambiência translúcida do dia, e lembrou-se da sua aldeia armênia, das suas cabras, das suas ovelhas, dos seus porcos.

A sua fisionomia dura contraiu-se um pouco e os seus olhos de carneiro quiseram chorar de recordação, de sofrimento, de mágoa.

Ele se encheu todo de uma pesada tristeza; mas pôde responder:

— Sim, senhor, eu coma.

— Então você é cristão? — insistiu o preto.

— Sim, senhor; diga a senhor sou cristão.

— Admira.

— Por quê, senhor?

— Porque você diz “vender”, “comprar” santos.

— Cuma se diz então?

— Troca-se. Aprenda, está ouvindo! É falta de respeito, é sacrilégio dizer comprar ou vender santos. Aprendeu?

— Sim, senhor. Obrigada, senhor.

E o crioulo se foi, deixando o pobre armênio arrasado por mais aquele déspota que passava sobre a sua pobre raça; mas mesmo assim continuou na sua mercancia.

Lá se foi ele por aquelas ruas de tão caprichoso nivelamento que permite as carroças que por lá se arriscam andarem no ar com burros e tudo. Lá ia ele:

— Cumpra, senhor! Muita bonita.

Subia, descia ladeiras; parava nas portas; mas não fazia negócio algum.

Num pequeno campo, encontrou uma porção de crianças a empinar papagaios. Parou um pouco para ver aquele divertimento interessante que as crianças da sua terra não conheciam. Veio um pequenote:

— Ó Zê! O que é que você leva aí?

— Santo, menina. Pede mamãe compra uma.

— Ora, esta! Lá em casa tem tanto santo... para que mais um? Vende ali, aos “bíblias”.

Miguel José percebeu bem a malícia da criança, pois de uma feita caíra na tolice de oferecer um registro a essa espécie de religiosos e se vira atrapalhado. Não que o tivessem maltratado, mas um deles, baixinho, com um *pince-nez* muito puro de vidros cristalinos, o levava para o interior da casa, lera-lhe uma porção de coisas de um livro e depois quisera que ele se ajoelhasse e abandonasse os registros. Noutra não cairia ele...

Continuou o caminho, mas estava cansado. Ansiava por uma sombra, onde repousasse um pouco. Havia muitas árvores, mas todas no interior das

casas, nas chácaras, nos quintais ou nos jardins. Uma assim pública, na margem da rua, em terreno abandonado que o abrigasse aí, por uns dez minutos, ele não encontrava.

E seria tão bom descansar assim fazendo o seu minguido almoço, para continuar até à tarde a sua faina, vendo se ganhava pelo menos uns dez ou cinco tostões de comissão com a venda daquelas coisas sagradas.

E continuou o seu caminho, tendo sempre exposta diante do peito a imagem de Cristo, coroado de espinhos, a mostrar o coração muito rubro, com os seus misericordiosos olhos a procurar o Céu, naquela manhã muito linda, de um profundo azul-cobalto...

Afinal, achou uma mangueira, maltratada, cheia de ervas parasitas, a crescer na borda do caminho, num terreno desocupado.

Sentou-se, tirou da algibeira um naco de pão dormido, uma cebola e pôs-se a comer, olhando as montanhas pedroucentas que assomavam ao longe e lhe faziam lembrar a terra natal. Ele não tinha nenhum nítido pensamento sobre a vida, a natureza e a sociedade...

Não tardou que se lhe viesse juntar um companheiro. Era também um “volante” como ele; mas a sua mercancia era outra, menos espiritual. Vendia sardinhas, de que trazia um cesto cheio. Era um português, cheio de saúde, de força, de audácia. Vinha suado, mais do que o armênio; entretanto, não dava mostras de ter ressentimentos nem do sol nem da dureza do seu ofício. O armênio olhou-o com inveja e pensou de si para si:

— Como é que esse homem pode ser alegre, pode ter esperanças?

O português, sem auxílio, arriou o grande cesto na sombra e sentou-se também cheio de confiança e desembaraço.

Foi logo dizendo:

— Bons dias, patrício.

Miguel José fez uma voz sumida:

— Bom dia, senhor.

O português, sem mais aquela, observou:

— Qual senhor! Qual nada! Cá entre nós, é você pra baixo. Isto de senhor é lá pros doutores, não é para nós que andamos aqui aos tombos.

E emendou comunicativo:

— Que diabo, ó patrício!, que tu comes pra aí?

O “turco” disse-lhe e o Manuel da Silva considerou:

— Lá na minha terra, há quem goste disto; mas eu nunca me acostumei. Cebola pra mim, só na comida. Numa bacalhoadá, ah!...

Miguel José continuava a mastigar sua cebola com pão, enquanto Manuel da Silva contava a fêria. Contada que ela foi, disse bem alto:

— Pela hora que é, as coisas não vão mal. Até o meio-dia vendo tudo...

Guardou o dinheiro na bolsa que tinha a tiracolo e perguntou subitamente ao companheiro de acaso:

— Você já vendeu muito hoje, patrício?

— Nada, senhor.

— Está você a dar com o tal de senhor! Pergunto se você já vendeu alguma coisa hoje, homem!

— Nada.

— O que é que você vende?

— Santo, senhor.

— Santo?

— Sim; santo.

— Deixa ver isto, como é? — fez o português curioso.

O armênio passou-lhe os registros coloridos e o vendedor de sardinhas pôs-se a olhá-los com espanto e deslumbramento artístico de aldeão simplório. Achou tudo aquilo bonito: aquele Jesus, mostrando o coração; São João, com o carneirinho; o Menino Jesus — tudo muito lindo aos seus olhos maravilhados de camponês cândido e enfeitado pelas coisas do senhor vigário.

Refletiu de si para si: “Coisas tão bonitas, se não as vendeu, é porque este ‘turco’ é mesmo burro. Comigo, já as tinha vendido, ganhado dinheiro e ficado com algumas, pra pôr lá no quarto.”

Veio-lhe uma ideia.

— Patrício! Você quer fazer um negócio?

Os olhos de carneiro do armênio luziram mais forte e com mais esperança.

— Qual é? — perguntou ele.

— Tenho ali na cesta cerca de vinte mil-réis de sardinhas, vendidas a duas por um vintém. Se você vendê-las a vinte, ganha o dobro. Quer você trocar estes santos pelo cesto de sardinhas?

Miguel José rapidamente pesou os prós e contras da operação comercial. Sabia bem, por experiência própria, que a população, até as crianças, se mostrava refratária à mercadoria espiritual de que ele era portador; e, pelo que lhe vira ainda agora nas mãos, a do seu companheiro não se portava da mesma forma.

Em se tratando de sardinhas, as coisas não corriam da mesma maneira como no tocante a santos. Considerou bem e logo respondeu:

— Tá feita, senhor.

Os dois se despediram e trocaram de carga. Miguel José voltou a passar pelos mesmos lugares em que oferecera os registros, sem nenhum resultado; mas, quando apregoou as sardinhas, não teve mãos a medir. Vendeu-as a vintém, então fez escambos de compensação e, de tal forma correram-lhe as coisas que, dentro de três horas, tinha vendido tudo, podia pagar os registros à loja e lucrava cinco mil e tanto.

Manuel da Silva, o alegre português das sardinhas, saiu muito ancho com os seus registros; mas não foi logo vendê-los.

A frugalidade do “turco” tinha-lhe dado uma fome extraordinária.

Procurou uma casa de pasto e comeu a fartar, acompanhado de um bom martelo de verdasco.

Bem alimentado, satisfeito, dispôs-se a “trocar” o são João Batista, Menino Jesus, correndo a sua freguesia de peixes e crustáceos.

Batia as portas:

— Mamãe — dizia uma criança —, está aí o seu Manuel.

A mãe perguntava lá de dentro:

— Ele traz camarão?

— Não, mamãe; quer vender santos.

— Para que deu agora, seu Manuel! Ora, vejam só! Vender santos. Diga a ele que não quero.

Dessa e de outra maneira, ele foi percorrendo em vão sua freguesia das sardinhas, sem mercar uma única estampa religiosa.

A sua alegria matinal se ia e todo o seu desgosto se voltava terrível contra ele mesmo. Não fora o “turco” que o embrulhara; fora ele mesmo que propusera aquele negócio. Era castigo. Ia tão bem com as sardinhas, para que fizera aquela barganha?

Andou até quase a noitinha e nada vendeu. Ao recolher-se, ainda quis ver as oleogravuras que o haviam deslumbrado.

Mirou uma, mirou outra e, olhando-as firmemente, refletiu:

— Se não fosse por faltar o respeito devido a Nosso Senhor Jesus Cristo, que aí está, eu havia de dizer que tudo isso são coisas do diabo que aquele “turco” me impingiu. Nunca mais! Tarrenego!

UMA CONVERSA VULGAR

O meu conhecimento com aquele venerável velho me viera devido às relações que mantive com um seu neto, que fora meu colega de colégio. Isto que se passou comigo e ele, e conto agora, deu-se há anos.

Tinha eu totalmente, por aquela época, abandonado os estudos, o neto já havia falecido; e, abandonando os estudos, como se diz, procurara e já ocupava um emprego público. Apesar da irremediável falta do meu antigo colega, continuava a frequentar a casa do velho Florêncio, cujas conversas muito apreciava. A sua residência era fora da cidade, em um sítio lá pelas bandas de Campo Grande, bem tratado, com muita laranja, capados, galinhas, perus; e a casa de moradia era vasta e tinha muitos cômodos.

Ele morava com a filha, mãe do meu antigo colega, uma mocetona, irmã deste, e um seu irmão, que poderia ter aí os seus cinquenta e poucos anos, um tipo acabado de pequeno proprietário rural das nossas terras.

Este irmão, o mais moço dos quatro, sendo que dois já eram mortos, tinha tido uma mocidade acidentada; e, aos quarenta e poucos anos, sossegara, fazendo-se o mais plácido roceiro que se pode imaginar.

Aposentando-se Florêncio no lugar de escrivão do almoxarifado da Marinha, viera ele morar com o irmão ali, acompanhado da filha, viúva com dois filhos, um dos quais, o homem, como já disse, fora meu colega no internato secundário.

Quando cismava, sem mesmo me anunciar, ia aos sábados para lá, dormia e todo o domingo, fosse a cavalo pelos arredores, fosse jogando o solo, nós três — ele, o irmão e eu — passava-o eu na maior satisfação.

Não era lugar bonito, mas era são, e toda a gente do velho Florêncio era de uma meiguice para mim de me encher de saudades quando saía de manhã, segunda-feira, para vir para a morrinha da repartição.

Calhou aquela segunda-feira cair em dia que era do recebimento da sua aposentadoria no Tesouro. Florêncio disse-me logo, pela manhã, na segunda-feira:

— Você, Bandeira, acompanha-me até o Tesouro, que quero ir com você até ao Pão de Açúcar, no tal bonde aéreo.

Sendo os primeiros dias do mês e eu não tendo faltado até ali, podia bem acompanhá-lo no passeio que premeditava.

Florêncio contava perto de setenta anos, mas ainda era forte, pisava com liberdade e segurança e a sua conversa tinha o pitoresco e o encanto singular de ser como as “memórias” vivas do Rio de Janeiro.

Muito observador, com uma memória muito fiel para data e fisionomias, tendo vivido em certas rodas de algum destaque, podia-se, conversando com ele, saber a vida anedótica do Rio de Janeiro, quase desde a coroação e sagração de Pedro II, em 1841, até nossos dias.

Apreciava-o muito por isso, e, sem precisar provocá-lo, bastava um incidente qualquer, uma velha casa avistada, em qualquer parte, um encontro, um sobrenome, para ele me contar histórias pitorescas da vida social, política, sentimental ou escandalosa do Segundo Reinado.

Saímos do Tesouro logo que recebeu o seu dinheiro, e fomos em demanda do largo de São Francisco.

Notei que ele olhava para um lado e outro, como procurando alguém. Quase no meio da praça, quando a atravessamos, em direitura à rua do Ouvidor, veio a seu encontro um homem, não muito velho, orçando aí pelos quarenta e poucos, mas avelhantado, sujo mesmo, barba por fazer. Era mulato claro, de feições regulares. Logo que se apertaram as mãos, Florêncio disse ao outro:

— Você não foi ao Tesouro!

— Atrasei-me...

E gaguejou, sem encontrar desculpa.

O velho meu amigo não esperou que ele a encontrasse e foi dizendo:

— Você não toma juízo... Onde você está morando?

— No mesmo quarto, “seu” Florêncio.

— Por que não vai para casa descansar um pouco?

— “Seu” Florêncio, é longe... Aqui sempre faço os meus biscates...

— Bem. Tome lá, Ernesto.

E puxou uma nota de dez mil-réis e deu-lha.

Senti no olhar do Ernesto uma doida vontade de ir-se, logo que sentiu o dinheiro na algibeira.

Afinal deixamos o rapaz e reencetamos o caminho da rua do Ouvidor. Eram quase duas horas da tarde e o largo de São Francisco, se bem que decaído do antigo movimento, quando todas as linhas de bondes de São Cristóvão e Tijuca nele paravam, tinha alguma agitação.

Emparelhávamos com a estátua, quando o velho Florêncio me disse:

— Você conhece esse homem?

— Não.

— É filho do visconde de Castanhal.

— Como? O capitalista?

— Sim; o capitalista.

— Não se acredita.

— Vou contar a você como ele o é. Quando Castanhal chegou aqui era simplesmente José da Silva. Homem tenaz, abriu, onde hoje é a luxuosa rua Gonçalves Dias, antiga dos Latoeiros, uma casa para vender leite em copos, em garrafas e laticínios. Não havia dessas casas na cidade e logo foi a dele se afreguesando. Silva atendia à freguesia na sala; e no interior, para encher as garrafas, lavar os copos, cozinhar para ele e tratar da sua roupa, tinha uma preta com quem vivia amasiado.

“Na rua Gonçalves Dias, canto da do Ouvidor, naquela época, vinham parar os bondes do Jardim Botânico, cujo título era então em inglês. José da Silva lembrou-se de gelar o leite, isto é, pôr certo número de garrafas mergulhadas no gelo, que vinha da América do Norte, nos porões dos navios, pois ainda não se havia descoberto o processo de fabricá-lo artificialmente.

“O leite gelado 'pegou', como se diz; e sendo o lugar frequentado, em breve José da Silva viu-se obrigado a aumentar a casa que até aí só tinha duas portas.

“Um outro seu patrício invejou-lhe a sorte e Silva, finório que era, tratou logo de passar o estabelecimento adiante com grande lucro. Mas... eu não contei a você uma coisa.”

— Qual é?

— O Silva e a crioula tiveram um filho e o mulatinho cresceu até aos cinco ou seis anos, na leiteria de Silva, conhecido dos fregueses como filho dele. Assim o conheci. Passaram-se cinco ou seis anos sem que eu soubesse do Silva, crioula e filho, quando, indo a Catumbi e passando na porta de uma estalagem, vejo aproximar-se de mim uma crioula que me tratava pelo nome. Disse-me que era a rapariga de José da Silva, em cuja casa de laticínios me conheceu. Há três anos — é ela a falar — ele, o Silva, a abandonara, para casar-se convenientemente. Nada dera a ela nem ao filho; e a sua vida, com o pequeno Ernesto, havia sido até aquele dia um tormento de angústia e de misérias. Mandeí que me procurasse em casa. Morava por esse tempo com minha mãe e irmãos na rua do Senado, numa casa de altos e baixos, com uma chácara que dava para o morro já desaparecido. Falei a minha mãe que a admitisse em casa,

ao que ela acedeu; e por minha vez eu, que já estava na Marinha, consegui colocar o molecote no arsenal como aprendiz. Minha mãe morreu etc. etc...

O pequeno prosperou, aprendeu a ler, fez-se em breve oficial; e, quando acabamos com a casa paterna, ele pôde armar a sua e sustentar a mãe.

Parecia marchar muito bem e Ernesto nunca me deixou de procurar.

Gostei sempre dele, pois era bom filho, honesto, zeloso e digno de toda a proteção.

Há não sei que desgosto recalcado nessa gente, não sei que ponto fraco, que rachadura, que eles acabam sempre arrebrandando de alguma forma. Este Ernesto depois da morte da mãe deu em beber. Perdeu o emprego e vive agora como você vê. Tenho muita pena dele, dou-lhe dinheiro, sabendo mesmo que é para beber; mas não sei que coisa me diz que tenho alguma culpa nas carraspanas que transformaram esse rapaz ou na razão da transformação que o levou a bebedeiras contínuas, que me apiedou dele, do seu vício e lhe dou dinheiro.

— Que pai!

— Não há muito que censurá-lo. Hoje, não sei; mas, naquele tempo, essas ligações preliminares, introito e prefácio do venerável casamento com bênção sacerdotal e sacramental da igreja, eram admitidas; e as suas rupturas simples, inflexíveis, assim como a do Silva com a mãe do Ernesto, não vexavam ninguém.

Os futuros sogros, para dar o “sim” aos futuros genros, só admitiam uma coisa: e que elas, as rupturas, se realizassem e os seus genros futuros nunca mais procurassem, não só as raparigas, o que era justo, mas o filho ou filhos também...

Nós tínhamos chegado à avenida Central. A moderna via pública tinha o movimento do costume: os mesmos mirones, os mesmos estafermos com as mesmas caras idiotas para as mulheres e moças que passavam. Subitamente, Florêncio pega-me pelo braço e, apontando, diz:

— Você sabe quem é aquela moça que vai ali?

— Onde?

— Com aquelas duas senhoras?

— Quem é?

— É a filha mais moça do Castanhal; é irmã do Ernesto que acabamos de deixar.

Ainda me demorei olhando pelas costas a moçoila que seguia em direitura à rua do Ouvidor; e considerei bem o seu vestuário caro, na moda, de cujo

corpete surgia o pescoço bem modelado e de uma linda tinta moreno-claro.

SUA EXCELÊNCIA

O ministro saiu do baile da Embaixada, embarcando logo no carro. Desde duas horas estivera a sonhar com aquele momento. Ansiava estar só, só com o seu pensamento, pesando bem as palavras que proferira, relembrando as atitudes e os pasmos olhares dos circunstantes. Por isso entrara no *coupé* depressa, sôfrego, sem mesmo reparar se, de fato, era o seu. Vinha cegamente, tangido por sentimentos complexos: orgulho, força, valor, vaidade.

Todo ele era um poço de certeza. Estava certo do seu valor intrínseco; estava certo das suas qualidades extraordinárias e excepcionais. A respeitosa atitude de todos e a deferência universal que o cercava eram nada mais, nada menos, que o sinal da convicção geral de ser ele o resumo do país, a encarnação dos seus anseios. Nele viram os doridos queixumes dos humildes e os espetaculosos desejos dos ricos. As obscuras determinações das coisas, acertadamente, haviam-no erguido até ali, e mais alto levá-lo-iam, visto que só ele, ele só e unicamente, seria capaz de fazer o país chegar aos destinos que os antecedentes dele impunham...

E ele sorriu, quando essa frase lhe passou pelos olhos, totalmente escrita em caracteres de imprensa, em um livro ou em um jornal qualquer. Lembrou-se do seu discurso de ainda agora:

“Na vida das sociedades como na dos indivíduos...”

Que maravilha! Tinha algo de filosófico, de transcendente. E o sucesso daquele trecho? Recordou-se dele por inteiro:

“Aristóteles, Bacon, Descartes, Espinosa e Spencer, como Sólon, Justiniano, Portalis e Ihering, todos os filósofos, todos os juristas afirmam que as leis devem se basear nos costumes...”

O olhar, muito brilhante, cheio de admiração — o olhar do *leader* da oposição — foi o mais seguro penhor do efeito da frase...

E quando terminou! Oh!

“Senhor, o nosso tempo é de grandes reformas; estejamos com ele; reformemos!”

A cerimônia mal conteve, nos circunstantes, o entusiasmo com que esse final foi recebido.

O auditório delirou. As palmas estrugiram; e, dentro do grande salão iluminado, pareceu-lhe que recebia as palmas da Terra toda.

O carro continuava a voar. As luzes da rua extensa apareciam como um só traço de fogo; depois, sumiram-se.

O veículo agora corria vertiginosamente dentro de uma névoa fosforescente. Era em vão que seus augustos olhos se abriam desmedidamente; não havia contornos, formas, onde eles pousassem.

Consultou o relógio. Estava parado? Não; mas marcava a mesma hora e o mesmo minuto da saída da festa.

— Cocheiro, onde vamos?

Quis arriar as vidraças. Não pôde; queimavam.

Redobrou os esforços, conseguindo arriar as da frente. Gritou ao cocheiro:

— Onde vamos? Miserável, onde me levas?

Apesar de ter o carro algumas vidraças arriadas, no seu interior fazia um calor de forja. Quando lhe veio esta imagem, apalpou bem, no peito, as grã-cruzes magníficas. Graças a Deus, ainda não se haviam derretido. O leão da Birmânia, o dragão da China, o lingão da Índia estavam ali, entre todas as outras, intactas.

— Cocheiro, onde me levas?

Não era o mesmo cocheiro, não era o seu. Aquele homem de nariz adunco, queixo longo com uma barbicha, não era o seu fiel Manoel.

— Canalha para, para, senão caro me pagarás!

O carro voava e o ministro continuava a vociferar:

— Miserável! Traidor! Para! Para!

Em uma dessas vezes voltou-se o cocheiro; mas a escuridão que se ia, aos poucos, fazendo quase perfeita, só lhe permitiu ver os olhos do guia da carruagem, a brilhar de um brilho brejeiro, metálico e cortante. Pareceu-lhe que estava a rir-se.

O calor aumentava. Pelos cantos o carro chispava. Não podendo suportar o calor, despiu-se. Tirou a agaloada casaca, depois o espadim, o colete, as calças...

Sufocado, estonteado, parecia-lhe que continuava com vida, mas que suas pernas e seus braços, seu tronco e sua cabeça dançavam, separados.

Desmaiou; e, ao recuperar os sentidos, viu-se vestido com uma reles libré e uma grotesca cartola, cochilando à porta do palácio em que estivera ainda há pouco e de onde saíra triunfalmente, não havia minutos.

Nas proximidades um *coupé* estacionava.

Quis verificar bem as coisas circundantes; mas não houve tempo.

Pelas escadas de mármore, gravemente, solenemente, um homem (pareceu-lhe isso) descia os degraus envolvido no fardão que despira, tendo no peito as mesmas magníficas grã-cruzes.

Logo que o personagem pisou na soleira, de um só ímpeto aproximou-se e, abjectamente, como se até ali não tivesse feito outra coisa, indagou:

— V. Ex.a quer o carro?

A MATEMÁTICA NÃO FALHA

Embora ainda não esteja aposentado de todo, já me julgo completamente desligado do emprego público que exerci, na Secretaria da Guerra, durante quinze anos.

A vida de cada um de nós, que é feita e guiada mais pelos outros do que por nós mesmos, mais pelos acontecimentos fortuitos do que por qualquer plano traçado de antemão, arrasta-nos, às vezes, nos seus pontapés e repelões, até onde nunca julgaríamos chegar.

Jamais imaginei, em dia algum da minha vida, ter de ir parar naquele casarão do Campo de Santana e testemunhar as sábias e pressurosas medidas que os presidentes da República e seus ministros da Guerra põem em prática para a eficaz defesa armada do Brasil.

Mas sucessos imprevistos da minha vida com dolorosas desgraças domésticas, num instante de necessidade e angústia, levaram-me até ali, fizeram-me ver bem profundamente, de excelente lugar na plateia, uma das partes mais curiosas da administração republicana.

Não me despedi ainda do lugar, mas, de qualquer modo, hei de fazê-lo; e, quando de todo o fizer, penso bem que o farei sem saudades.

E não é propriamente por ser ele; fosse outro, creio que se daria o mesmo.

Neste como naquele, nesta ou naquela profissão, tenham-se as melhores ou piores aptidões, o que se nos pede nessa sociedade burguesa e burocrática é muita abdicação de nós mesmos, é um apagamento da nossa individualidade particular, é um enriquecimento de ideias e sentimentos comuns e vulgares, é um falso respeito pelos chamados superiores e uma ausência de escrúpulos próprios, de modo a fazer os tímidos e delicados de consciência não suportar sem os mais atrozes sofrimentos morais a dura obrigação de viver, respirar a atmosfera deletéria de covardia moral, de panurgismo, de bajulação, de pusilanimidade, de falsidade, que é a que envolve este ou aquele grupo social e traz o sossego dos seus fariseus e saduceus, um sossego de morte da consciência.

Os delicados de alma, nos nossos dias, mais do que em outros quaisquer, estão fatalmente condenados a errar por toda a parte. A grosseria dos processos, a “embromação” mútua, a hipocrisia e a bajulação, a dependência canina, é o que pede a nossa época para dar felicidade ao jeito burguês.

É a época dos registros e dos tabeliães, mas é o tempo das maiores falsificações; é a época dos códigos, sendo também o tempo das mais vivas ladroeiras; é a época das polícias aperfeiçoadas, apesar de que é o tempo dos fiadores, endossantes etc., verificando-se nele os maiores calotes; é a época dos diplomas e das cartas, entretanto, sobretudo, entre nós — é o tempo da mediocridade triunfante, da ignorância arrogante escondida atrás de diplomas de saber etc. etc.

Quem fez nas primeiras idades uma representação da vida cheia de justiça, de respeito religioso pelos direitos dos outros, de deveres morais, de supremacia do saber, de independência de pensar e agir — tudo isto de acordo com as lições dos mestres e dos livros; e choca-se com a brutalidade do nosso viver atual, não pode deixar de sofrer até o mais profundo do seu ser e ficar abalado com esse traumatismo para toda a vida, desconjuntado, desarticulado, vivendo aos trombolhões, sem norte, sem rumo e sem esperança.

Um espírito que criou para si um ideal de vida muito diferente do que a nossa atual de fato apresenta, conclui que tanto vale ter isto ou aquilo; que os homens são insuportáveis, tolos, injustos e que devemos vê-los, ricos ou generais, doutores ou curandeiros, carvoeiros ou almirantes, ministros e os seus sábios secretários, na sua hipocrisia de tartufos, na sua miséria moral, na sua abjeção necessária, como atores de uma comédia que nos deve fazer rir, sem esquecer de ter pena deles, pois os seus esgares, as suas pinturas, as suas roupagens brilhantes de reis, de príncipes, de papas ou os trapos de mendigos que os vestem, a sua caracterização, enfim, tem por destino ganhar dinheiro, a fim de que não morram de fome.

Sem que me atribua qualidades excepcionais, detesto a hipocrisia e por isso digo que deixo o emprego sem saudades.

Nunca o amei, jamais o prezei. No começo, se tivessem respeitado justamente a dignidade do meu juramento, o meu trabalho e as qualidades de burocrata que eu tinha como todos os outros, talvez mudasse de sentimento, e, mesmo, como tantos outros, me tivesse deixado anular comodamente no ramerrão burocrático.

Não quiseram assim, revoltei-me; e, desde essa revolta, sei que os meus desastres são devidos muito a mim e um pouco aos outros. Daí para cá, todo o meu esforço tem sido o livrar-me de tal lugar, que é para a minha consciência um foco de apreensões, transformando-se ele em um inquisitorial aparelho de torturas espirituais que me impede de pensar tão somente no esplendor do mistério e rir-me à vontade desses bonecos sarapintados de títulos e distinções

que, não sem pena, me fazem gargalhar interiormente para mais perfeitamente gozar a bronca estultícia deles.

A minha sociedade agora não será mais a dos simuladores do talento, do trabalho, da honestidade, da temperança, será a dos *défroqués*, dos *toqués*, dos *ratés* de todas as profissões e situações, mas que sabem perfeitamente que falta confessada é “meia falta”, e também que Sardanapalos poderoso mandou pôr como seu epitáfio as seguintes e eloquentes palavras “Fundei Tarso e Anquíale, entretanto, aqui estou morto”.

Antes, porém, de esquecer totalmente os episódios desses meus quinze anos de vida que deviam ser os melhores dela, mas que me foram os de maiores angústias, quero registrar algumas passagens curiosas que observei, e também curiosas figuras que conheci, durante eles.

Todo o mundo está disposto a acusar os burocratas desta ou daquela coisa feia. Mas poucos lembram das “partes” de certa espécie que são de pôr um cristão doido. Há algumas que são verdadeiramente importunas, insuportáveis e de desafiar a paciência de Jó.

No meu tempo de Secretaria, havia por lá muitos; e, de tão renitente espécie, eu me lembro de um preto de quase setenta anos, forte ainda, que, em um mês, fez entrar mais de dez requerimentos, pedindo a mesma coisa.

Chamava-se Agostinho Petra de Bittencourt e tinha sido músico de um batalhão de voluntários da Pátria, que estivera no Paraguai. Dizia-se filho de um padre Petra que morrera há mais de cinquenta anos, deixando uma incalculável fortuna, em barras de ouro e pedras preciosas, em moedas de ouro e prata, que se achava depositada no Tesouro. Era seu herdeiro, como seu filho; e, quando bem interrogado, Agostinho dizia que o padre era branco. Entretanto, não seriam precisos grandes conhecimentos antropológicos para dizer-se, à primeira vista, que o herdeiro de fortuna tão grande não tinha nem uma gota de sangue caucásico. Um jornal daqui chegou a tratar do caso; mas anos se passaram e só ele não deixou de falar na famosa herança...

A sua demanda com o Ministério da Guerra, porém, era de outra natureza e muito mais prosaica. Tendo vindo a lei que dava vitaliciamente aos voluntários da Pátria, sobreviventes, o soldo dos postos e graduações com que foram dispensados, ao terminar a guerra, Agostinho requereu-lhe fosse concedida semelhante pensão como mestre de música.

A Contabilidade da Guerra, consultando os documentos originais da época, as folhas de pagamento, denominadas na linguagem militar “relações de mostra”, só encontrou o nome de Petra como músico de 1ª classe. O velho não

se conformou e, daqui e dali, arranjou uma biblioteca de Ordens do Dia da guerra contra Lopes, que ele sobraçava dia e noite, onde o seu nome figurava como mestre de banda.

Armado contra elas, Agostinho foi a ministros, a secretários de Sua Excelência, a ajudantes de ordens de Sua Excelência, a todo o pessoal majestoso que recebe luz de Sua Excelência, queixar-se da imaginária injustiça de que vinha sendo vítima. Não havia nenhuma, mas Petra atribuía aos empregados da Contabilidade má-fé, dolo, falsidade administrativa, quando eles tinham cumprido seu dever.

Como, em geral, todos os requerentes, o pobre músico de batalhão só se queixava dos pequenos; e os grandes, ao receberem as suas queixas, aconselhavam que requeresse. E ele requeria sem dó nem piedade; anos e anos levou ele pelos corredores do Quartel-General, sobraçando a sua biblioteca belicosa, requerendo, resmungando, reclamando e um mês até deu entrada a mais de dez requerimentos no sentido da sua modesta pretensão.

À vista desse exemplo e de outros mais significativos, talvez, mas pouco pitorescos, é de crer que o Império e a literatura patriótica da ocasião tenham posto no espírito dos voluntários do Paraguai grandiosas esperanças de toda ordem. É mesmo vizo de todos os governos, quando precisam de soldados para suas guerras, isso fazerem. O nosso não podia fugir da regra e, ao se ver a braços com *El Supremo* do Paraguai, se não disse francamente aos voluntários, se voltassem, não teriam mais que trabalhar para viver, prometeu com certeza grandes coisas, pois todos com que tratei estavam possuídos de uma forte convicção dos deveres do Estado para com eles.

Foi, naturalmente, esse sentimento multiplicado, quadruplicado, decuplicado, centuplicado e também deformado no espírito simples, primitivo e vaidoso de um ingênuo e ignorante preto que levou o major honorário do Exército, voluntário da Pátria, José Carlos Vital, ao mais completo dos desastres que se pode imaginar.

Vital foi há anos uma figura popular do Rio de Janeiro. Todos devem lembrar-se de um pretinho muito baixo, miúdo, feio, com feições de pequeno símio, malares salientes, lábios moles, sempre úmidos de saliva, babados mesmo, que era visto passar pelas ruas principais, fardado de major honorário, com uma banda obsoleta na cintura, um espadagão antediluviano, de colarinho extremamente justo e botas cambaias... Hão de se lembrar, por força! Pois essa figura pouco marcial era o major José Carlos Vital.

Para obedecer à justiça, diga-se que todos o olhavam com respeito. Aos poucos, envaideceu-se com isto e não perdoava continência, brados d'armas e outras cerimônias militares devidas a seu posto. Ficou irritante e cavava assim a sua ruína. A vaidade matou-o, como veremos.

Nos seus tempos áureos de “major”, era Vital um simples servente do Arsenal de Guerra; e, quando deixava as suas humildes funções, lá, no Cafofo, nas proximidades do atual mercado, envergando solenemente a farda e sobraçando com o braço esquerdo o espadagão, não era raro que, na primeira tasca, aceitasse o copo de parati e contasse, encostado ao balcão da venda, à gente humilde e tresmalhada daquelas paragens as suas proezas guerreiras. O arsenal era naquele tempo local escolhido quase sempre, para embarque ou desembarque de figurões de toda ordem e nacionalidade; e, quando isso se dava, o major julgava-se obrigado a comparecer com o seu fardão, o seu espadagão, o seu colarinho sujo, as suas botas cambaias e o seu charuto de tostão. Às vezes mesmo, com tal *toilette*, apresentava-se no Palácio do Catete, para cumprimentar o presidente da República, em dias festivos...

É fácil de imaginar como a presença de semelhante herói quebraria a harmonia de tão solenes e graves cerimônias por demais obedientes ao protocolo e às regras de precedência. Mas o major, “Voluntário da Pátria” que era, nunca quis convencer-se de que o seu heroísmo ficava mal em tais lugares e devia somente brilhar no largo da Sé, no do Moura e em outras molduras dessa natureza que lhe eram adequadas e próprias. Um belo dia aparece um branco, e modestamente vivendo em Pernambuco, recebendo também etapa de asilado lá, como o seu homônimo preto recebia aqui. Abre-se inquérito; cada um dos Josés Carlos Vitais apresenta as suas provas de identidade; a indagação da verdade é feita com o máximo critério e imparcialidade, acabando-se por concluir que o de Pernambuco é o autêntico, embora o daqui não tenha procedido de má-fé. O festejado herói do largo do Moura, do beco da Batalha, o orgulho das últimas pretas minas que conheceram o Príncipe Obá, perde as zonas, o emprego, a etapa de asilado, enviúva do fardão, para sumir-se dentro de um velho fraque de paisano vulgar.

E aquela satisfação de ser major, com as suas honras, privilégios, garantias e isenções, esvai-se, some-se, foge da sua triste vida de filho sem pai e que da mãe não tem a mais vaga lembrança; essa satisfação infantil que lhe resgatava os padecimentos de criança desvalida e levada em tenra idade, como se verificou, para os campos de batalha — essa satisfação se aniquila completamente como se o destino não lhe quisesse dar, nos seus últimos dias de vida essa vã e pueril

consolação, como se não lhe quisesse dar a mínima ilusão de felicidade, a ele que passara toda a existência esmagado, humilhado, sem prazeres, sem alegrias, talvez, mesmo as mais vulgares!... Ah! a Vaidade...

Chamei de vã e pueril a consolação que podem dar as honras e que envaidecem o “major”. Será verdade? Vi tanta gente disputá-las, vi tantos homens, de condições de riqueza e instrução mais variadas, requestá-las que estou disposto a crer que errei quando assim as qualifiquei.

Não poderei citar muitos casos de pedidos delas, porque quase todos, por comuns de argumentação e motivos, me escaparam da memória; mas um, por ser sobremodo grotesco, viveu-me sempre na minha lembrança e, ainda hoje, quando dele me recordo, causa-me riso. Conto-o. Um voluntário da Pátria chamou em seu auxílio, ou tentou chamar, a aritmética para obter o justo honorário a que se julgava com direito. O senhor José Dias de Oliveira, porteiro adido do extinto Hospital do Andaraí, vivo ainda, como o são também os outros dois seus colegas a que aludi, era um velho pesadão, curto de membros e de corpo, com umas abundantes e longas barbas mosaicas, ventre proeminente e acentuado na sua redondeza, voz cava, que, de quando em quando, aparecia na secretaria, a fim de procurar com um seu amigo, funcionário dela, “o livro dos voluntários da Pátria”. Só ele conhecia esse livro e ele o pedia com a máxima insistência. A sua voz cava não permitia grandes gritos; mas, assim mesmo, nos dias de reclamação, conseguia encher os corredores e as salas com o seu rouco vozeiro. Quem o visse, nesse transe, poderia apreciar o gesticular desenfreado com que acompanhava a sua abafada gritaria e o cuidado constante que tinha, para não lhe caírem as calças perna abaixo. Movia todas as partes do corpo que permitiam movimento: os braços, as pernas, a cabeça, o pescoço; e falava, falava, semigritando.

Queria o tal “livro” para resolver ou justificar os seus direitos, que tinham o apoio da matemática. Era, argumentava, tenente honorário e fora tenente da polícia do Paraná. Ora, $2 + 2$ são quatro. Logo, ele possuía quatro galões, o que equivale a dizer que era major e, como tal, tinha direito à patente desse posto. De alguma forma, penso eu agora, o Senhor José Dias de Oliveira tem razão. Se o esoterismo positivista da geometria e do cálculo tanto concorreu para o 15 de Novembro, não é demais que a cabala da tabuada de somar auxiliasse a pretensão do porteiro adido do antigo hospital do Andaraí. $2 + 2 = 4$; ele é, portanto, major. A matemática não falha...

POR QUE NÃO SE MATAVA

Esse meu amigo era o homem mais enigmático que conheci.

Era a um tempo taciturno e expansivo, egoísta e generoso, bravo e covarde, trabalhador e vadio. Havia no seu temperamento uma desesperadora mistura de qualidades opostas e, na sua inteligência, um encontro curioso de lucidez e confusão, de agudeza e embotamento.

Nós nos dávamos desde muito tempo. Aí pelos doze anos, quando comecei a estudar os preparatórios, encontrei-o no colégio e fizemos relações. Gostei da sua fisionomia, da estranheza do seu caráter, e mesmo ao descansarmos no recreio, após as aulas, a minha meninice contemplava maravilhada aquele seu longo olhar cismático, que se ia tão demoradamente pelas coisas e pelas pessoas.

Continuamos sempre juntos até à escola superior, onde andei conversando; e, aos poucos, fui verificando que as suas qualidades se acentuavam e os seus defeitos também.

Ele entendia maravilhosamente a mecânica, mas não havia jeito de estudar essas coisas de câmbio, de jogo de bolsa. Era assim: para umas coisas, muita penetração; para outras, incompreensão.

Formou-se, mas nunca fez uso da carta. Tinha um pequeno rendimento e sempre viveu dele, afastado dessa humilhante coisa que é a caça ao emprego.

Era sentimental, era emotivo; mas nunca lhe conheci amor. Isto eu consegui decifrar, e era fácil. A sua delicadeza e a sua timidez faziam a compartilha com outro, as coisas secretas de sua pessoa, dos seus sonhos, tudo o que havia de secreto e profundo na sua alma.

Há dias encontrei-o no chope, diante de uma alta pilha de rodela de papelão, marcando com solenidade o número de copos bebidos.

Foi ali, no Adolfo, à rua da Assembleia, onde aos poucos temos conseguido reunir uma roda de poetas, literatos, jornalistas, médicos, advogados, a viver na máxima harmonia, trocando ideias, conversando e bebendo sempre.

É uma casa por demais simpática, talvez a mais antiga no gênero, e que já conheceu duas gerações de poetas. Por ela, passaram o Gonzaga Duque, o saudoso Gonzaga Duque, o B. Lopes, o Mário Pederneiras, o Lima Campos, o

Malagutti e outros pintores que completavam essa brilhante sociedade de homens inteligentes.

Escura e oculta à vista da rua, é um ninho e também uma academia. Mais do que uma academia. São duas ou três. Somos tantos e de feições mentais tão diferentes, que bem formamos uma modesta miniatura do Silogeu.

Não se fazem discursos à entrada: bebe-se e joga-se bagatela, lá ao fundo, cercado de uma plateia ansiosa por ver o Amorim Júnior fazer sucessivos dezoitos.

Fui encontrá-lo lá, mas o meu amigo se havia afastado do ruidoso cenáculo do fundo; e ficara só a uma mesa isolada.

Pareceu-me triste e a nossa conversa não foi logo abundantemente sustentada. Estivemos alguns minutos calados, sorvendo aos goles a cerveja consoladora.

O gasto de copos aumentou e ele então falou com mais abundância e calor. Em princípio, tratamos de coisas gerais de arte e letras. Ele não é literato, mas gosta das letras, e as acompanha com carinho e atenção. Ao fim de digressões a tal respeito, ele me disse de repente:

— Sabes por que não me mato?

Não me espantei, porque tenho por hábito não me espantar com as coisas que se passam no chope. Disse-lhe muito naturalmente:

— Não.

— És contra o suicídio?

— Nem contra, nem a favor; aceito-o.

— Bem. Compreendes perfeitamente que não tenho mais motivo para viver. Estou sem destino, a minha vida não tem fim determinado. Não quero ser senador, não quero ser deputado, não quero ser nada. Não tenho ambições de riqueza, não tenho paixões nem desejos. A minha vida me aparece de uma inutilidade de trapo. Já descri de tudo, da arte, da religião e da ciência.

O Manoel serviu-nos mais dois chopos, com aquela delicadeza tão dele, e o meu amigo continuou:

— Tudo o que há na vida, o que lhe dá encanto, já não me atrai, e expulsei do meu coração. Não quero amantes, é coisa que sai sempre uma caceteação; não quero mulher, esposa, porque não quero ter filhos, continuar assim a longa cadeia de desgraças que herdei e está em mim em estado virtual para passar aos outros. Não quero viajar; enfada. Que hei de fazer?

Eu quis dar-lhe um conselho final, mas absteve-me, e respondi, em contestação:

— Matar-te.

— É isso que eu penso; mas...

A luz elétrica enfraqueceu um pouco e cri que uma nuvem lhe passava no olhar doce e tranquilo.

— Não tens coragem? — perguntei eu.

— Um pouco; mas não é isso o que me afasta do fim natural da minha vida.

— Que é, então?

— É a falta de dinheiro!

— Como? Um revólver é barato.

— Eu me explico. Admito a piedade em mim, para os outros; mas não admito a piedade dos outros para mim. Compreendes bem que não vivo bem; o dinheiro que tenho é curto, mas dá para as minhas despesas, de forma que estou sempre com cobres curtos. Se eu ingerir aí qualquer droga, as autoridades vão dar com o meu cadáver miseravelmente privado de notas do Tesouro. Que comentários farão? Como vão explicar o meu suicídio? Por falta de dinheiro. Ora, o único ato lógico e alto da minha vida, ato de suprema justiça e profunda sinceridade, vai ser interpretado, através da piedade profissional dos jornais, como reles questão de dinheiro. Eu não quero isso...

Do fundo da sala, vinha a alegria dos jogadores de bagatela; mas aquele casquinar não diminuía em nada a exposição das palavras sinistras do meu amigo.

— Eu não quero isso — continuou ele. — Quero que se dê ao ato o seu justo valor e que nenhuma consideração subalterna lhe diminua a elevação.

— Mas escreve.

— Não sei escrever. A aversão que há na minha alma excede às forças do meu estilo. Eu não saberei dizer tudo o que de desespero vai nela; e, se tentar expor, ficarei na banalidade e as nuances fugidias dos meus sentimentos não serão registradas. Eu queria mostrar a todos que fui traído; que me prometeram muito e nada me deram; que tudo isso é vão e sem sentido, estando no fundo dessas coisas pomposas, arte, ciência, religião, a impotência de todos nós diante de augusto mistério do mundo. Nada disso nos dá o sentido do nosso destino; nada disto nos dá uma regra exata de conduta, não nos leva à felicidade, nem tira as coisas hediondas da sociedade. Era isso...

— Mas vem cá: se tu morresses com dinheiro na algibeira, nem por tal...

— Há nisso uma causa: a causa da miséria ficaria arredada.

— Mas podia ser atribuído ao amor.

— Qual. Não recebo cartas de mulher, não namoro, não requesto mulher alguma; e não podiam, portanto, atribuir ao amor o meu desespero.

— Entretanto, a causa não viria à tona e o teu ato não seria aquilatado devidamente.

— De fato, é verdade; mas a causa-miséria não seria evidente. Queres saber de uma coisa? Uma vez, eu me dispus. Fiz uma transação, arranjei uns quinhentos mil-réis. Queria morrer em beleza; mandei fazer uma casaca; comprei camisas etc. Quando contei o dinheiro, já era pouco. De outra, fiz o mesmo. Meti-me em uma grandeza e, ao amanhecer em casa, estava a níqueis.

— De forma que é ter dinheiro para matar-te, zás, tens vontade de divertir-te.

— Tem me acontecido isso; mas não julgues que estou prosando. Falo sério e franco.

Nós nos calamos um pouco, bebemos um pouco de cerveja, e depois eu observei:

— O teu modo de matar-te não é violento, é suave. Estás a afogar-te em cerveja e é pena que não tenhas quinhentos contos, porque nunca te matarias.

— Não. Quando o dinheiro acabasse, era fatal.

— Zás, para o necrotério na miséria; e então?

— É verdade... Continuava a viver.

Rimo-nos um pouco do encaminhamento que a nossa palestra tomava.

Pagamos a despesa, apertamos a mão ao Adolfo, dissemos duas pilhérias ao Quincas e saímos.

Na rua, os bondes passavam com estrépido; homens e mulheres se agitavam nas calçadas; carros e automóveis iam e vinham...

A vida continuava sem esmorecimentos, indiferente que houvesse tristes e alegres, felizes e desgraçados, aproveitando a todos eles para o seu drama e a sua complexidade.

ELE E SUAS IDEIAS

Conheci-o no tempo em que trabalhava na *Fon-Fon*. Era um homem pequeno, magro, com um reduzido *cavaignac*, bem tratado; mas a sua tragédia íntima e interior só a vim conhecer perfeitamente mais tarde. Não foram precisos muitos dias, mas foram precisos alguns.

Andávamos por esse tempo na febre dos melhoramentos, das construções; e, a todo o momento, ele lembrava a este ou aquele jornal uma ideia.

Um dia, era uma avenida; outro dia, era uma ponte, um jardim; e, de tal modo, a mania de ter ideias o tomou, que não se limitava a deixá-las pelos jornais. Ia além. Procurava em ministros, fazia requerimentos aos corpos legislativos, propondo tais e tais medidas.

Era um pingar de ideias diário, constante e teimoso.

É de crer que, após o almoço, ele dissesse à mulher: “Filha, hoje tenho quatro ideias”, e saísse contente a procurar redações, deputados, proprietários, ministros, chefes de serviço, escorrendo ideias.

Nos jornais, ele propunha melhoramentos na folha, sessões, “enquetes”, autores para folhetim.

Os secretários já o temiam; e, quando ele apontava na porta da sala, coçava a cabeça e lá diziam consigo: — “Lá vem o homem que tem ideias.”

E ele não tinha nenhuma piedade; abancava-se ao lado do redator e, zás, duas ideias. Para aquela fecundidade, não havia quase tempo de gestação. Certas vezes, mesmo entre duas ideias, brotava outra; e, se esta era de um melhoramento urbano, enquanto a primeira era de coisa jornalística, ele deixava o secretário e corria ao prefeito.

O prefeito e o seu gabinete já conheciam o extraordinário e fecundo homem; e, logo que ele se fazia anunciar, o chefe da cidade dizia para o secretário: “Esse diabo! Lá temos o homem das ideias.”

As suas ideias eram as mais disparatadas possíveis. Quase sempre eram inviáveis ou inúteis. Ele tinha viajado, de modo que queria ver no Rio todas as coisas soberbas do mundo: os jardins do Píncio, a torre Eiffel, o túnel sobre o Tâmis.

E ao acudir-lhe, por exemplo, a ideia de desviar o Paraíba para a baía de Guanabara, corria às nossas autoridades em engenharia e pedia o parecer delas.

Ficaram os mesmos engenheiros atarantados, atordoados, apavorados, diante das extravagantes inutilidades do homenzinho. Mas não se pode executar? Perguntava ele à menor objeção. Se tivesse resposta favorável, a sua fisionomia irradiava. Era de vê-lo nos momentos de concentração ou senão quando expendia as suas cogitações. Tinha então uma poderosa beleza, que empolgava e a tornava simpática.

Para levar os dias a destilar ideias, ele tinha que passar as noites a pensar. Creio que dormia pouco: todo ele se encontrava na função de ter ideias. E era pródigo, e era generoso, e era desperdiçado: pensava, tinha ideias e dava aos outros.

Em sua casa, a sua mania se propagara. A mulher, os filhos, os criados também tinham ideias. Quando lhe faltavam, recorria a eles.

Uma vez, o cozinheiro até lhe dera uma muito interessante: a dos bondes restaurantes; e ele correra logo à Light para lembrar a coisa.

Ocasões havia que ele ficava desolado, desesperado e aflito: era quando não tinha nenhuma e da família nada podia sacar.

— Ah! Chiquinha — dizia ele —, hoje saio sem nenhuma ideia. Que vão dizer de mim? Estou desmoralizado...

Quando, porém, lhe vinham muitas, que alegria! Que regozijo! A manhã ficava-lhe sorridente; cantarolava, arreliava...

No bonde, logo ao encontrar o primeiro amigo, agitava a conversa e pespegava:

— Aurélio, se o prefeito quisesse, podia fazer um grande melhoramento.

— Qual é?, indagava o amigo.

— Estabelecer um imenso foco elétrico no alto do Corcovado. Devia, por isso, a iluminação da cidade ficar mais perfeita.

E dizia a coisa bem alto, para que os vizinhos ouvissem. Após ter dito, observava uma por uma as fisionomias e tomava-lhes o espanto pela admiração causada pelo arrojo de sua imaginação.

Este homem singular, este homem que, no seu gênero era um Edison ou um Marconi, nunca foi apreciado. Os poderes públicos não tomaram na devida consideração os seus projetos: os jornais não o apontavam à admiração do público, e ele vive hoje — triste, abandonado, desolado, em uma pequena cidade do interior.

Estive com ele há dias, lá; e senti-me confrangido, diante de sua desolação, do seu abatimento. Conversamos sossegados debaixo de uma jaqueira úmida, e

lembrei-lhe o seu passado e a glória que lhe escapou. Ele me ouviu triste, olhou-me depois longamente e me disse:

— Que se há de fazer? Esta terra não estima seus filhos...

— Não é só aqui — disse-lhe eu —, em toda a parte é assim.

— Mas nas outras terras, na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos, há esperança de uma recompensa final; mas, no Brasil, que nos pode sustentar na luta?

E abaixou a cabeça para o chão ingrato da pátria, que o havia criado, mas que não o soubera animar no árduo trabalho de ter ideias. Não era um Mário nas ruínas de Cartago, porque afinal ele estava em sua pátria; era alguma coisa mais angustiosa, como que o próprio desalento em pessoa. Eu lhe respeitei a dor; fugi ao assunto e tivemos a conversar sobre umas várias e sem importância.

Entardecia e o crepúsculo vinha lentamente, pondo nas coisas a sua poesia dolente e a sua deliquescência.

Levantei-me para me despedir e ele veio até a porteira. Estivemos ainda parados, a ver a imensa sebe de bambus, curvados em nervuras de ogivas. Uma cigarra começou a estridular e os bambus agitaram-se em pouco, a um leve vento. Despedi-me afinal; mas, quando ia partir de vez, o homem me disse, de repente cheio de contentamento:

— Acabo de ter uma ideia.

— Qual é? — perguntei-lhe.

— O aproveitamento do bambu para encanamento d'água, nas cidades. Há economia e será uma fonte de renda para o Brasil.

Olhei-o atento, nada lhe disse e segui devagar pela estrada em fora.

NUMA E A NINEA

Na rua não havia quem não apontasse a união daquele casal.

Ela não era muito alta, mas tinha uma fronte reta e dominadora, uns olhos de visada segura, rasgando as cabeças, o busto erguido, de forma a possuir não sei que ar de força, de domínio, de orgulho; ele era pequenino, sumido, tinha a barba rala, mas todos lhe conheciam o talento e a ilustração.

Deputado há bem duas legislaturas, não fizera em começo grande figura; entretanto, surpreendendo todos, um belo dia fez um “brilhareto”, um lindo discurso tão bom e sólido que toda a gente ficou admirada de sair de lábios que até então ali estiveram hermeticamente fechados.

Foi por ocasião do grande debate que provocou, na Câmara, o projeto de formação de um novo estado, com terras adquiridas por força de cláusulas de um recente tratado diplomático.

Penso que todos os contemporâneos ainda estão perfeitamente lembrados do fervor da questão e da forma por que a oposição e o governo se digladiaram em torno do projeto aparentemente inofensivo. Não convém, para abreviar, relembrar aspectos de uma questão tão dos nossos dias; basta que se recorde o aparecimento de Numa Pompílio de Castro, deputado pelo estado de Sernambi, na tribuna da Câmara, por esse tempo.

Esse Numa, que ficou, daí em diante, considerado parlamentar consumado e ilustrado, fora eleito deputado, graças à influência do seu sogro, o senador Neves Cogominho, chefe da dinastia dos Cogominhos que, desde a fundação da República, desfrutava empregos, rendas, representações, tudo o que aquela mansa satrapia possuía de governamental e administrativo.

A história de Numa era simples. Filho de um pequeno empregado de um hospital militar do Norte, fizera-se, à custa de muito esforço, bacharel em direito. Não que houvesse nele um entranhado amor ao estudo ou às letras jurídicas. Não havia no pobre estudante nada de semelhante a isso. O estudo de tais coisas era-lhe um suplício cruciante; mas Numa queria ser bacharel, para ter cargos e proventos; e arranjou os exames da maneira mais econômica. Não abria livros; penso que nunca viu um que tivesse relação próxima ou remota com as disciplinas dos cinco anos de bacharelado. Decorava apostilas, cadernos; e, com esse saber mastigado, fazia exames e tirava distinções.

Uma vez, porém, saiu-se mal; e foi por isso que não recebeu a medalha e o prêmio de viagem. A questão foi com o arsênico, quando fazia prova oral de medicina legal. Tinha havido sucessivos erros de cópia nas apostilas, de modo que Numa dava como podendo ser encontradas na glândula tireoide dezessete gramas de arsênico, quando se tratam de dezessete centésimos de miligrama.

Não recebeu distinção e o rival passou-lhe a perna. O seu desgosto foi imenso. Ser formado já era alguma coisa, mas sem medalha era incompleto!

Formado em direito, tentou advogar; mas, nada conseguindo, veio ao Rio, agarrou-se à sobrecasaca de um figurão, que o fez promotor da justiça do tal Sernambi, para livrar-se dele.

Aos poucos, com aquele seu faro de adivinhar onde estava o vencedor — qualidade que lhe vinha da ausência total de emoção, de imaginação, de personalidade forte e orgulhosa —, Numa foi subindo.

Nas suas mãos, a justiça estava a serviço do governo; e, como juiz de direito, foi na comarca mais um ditador que um sereno apreciador de litígios.

Era ele juiz de Catimbau, a melhor comarca do Estado, depois da capital, quando Neves Cogominho foi substituir o tio na presidência de Sernambi.

Numa não queria fazer mediocrementemente uma carreira de justiça de roça. Sonhava a Câmara, a Cadeia Velha, a rua do Ouvidor, com dinheiro nas algibeiras, roupas em alfaiates caros, passeio à Europa; e se lhe antolhou, como meio seguro de obter isso, aproximar-se do novo governador, captar-lhe a confiança e fazer-se deputado.

Os candidatos à chefatura de polícia eram muitos, mas ele, de tal modo agiu e ajeitou as coisas, que foi o escolhido.

O primeiro passo estava dado; o resto dependia dele. Veio a posse, Neves Cogominho trouxera a família para o Estado. Era uma satisfação que dava aos seus feudatários, pois havia mais de dez anos que lá não punha os pés.

Entre as pessoas da família, vinha a filha, a Gilberta, moça de pouco mais de vinte anos, cheia de prosápias de nobreza, que as irmãs de caridade de um colégio de Petrópolis lhe tinham metido na cabeça.

Numa viu logo que o caminho mais fácil para chegar a seu fim era casar-se com a filha do dono daquela “marca” longínqua do desmedido império do Brasil.

Fez a corte, não deixava a moça, trazia-lhe mimos, encheu as tias (Coquinho era viúvo) de presentes; mas a moça parecia não atinar com os desejos daquele bacharelinho baço, pequenino, feio e tão roceiramente vestido. Ele não desanimou; e, por fim, a moça descobriu que aquele homenzinho

estava mesmo apaixonado por ela. Em começo, o seu desprezo foi grande; achava até ser injúria que aquele tipo a olhasse; mas vieram o aborrecimento da vida de província, a sua falta de festas, o tédio daquela reclusão em palácio, aquela necessidade de namoro que há em toda a moça, e ela deu-lhe mais atenção.

Casaram-se, e Numa Pompílio de Castro foi logo eleito deputado pelo estado de Sernambi.

Em começo, a vida de ambos não foi das mais perfeitas. Não que houvesse rusgas; mas o retraimento dela e a *gaucherie* dele toldavam a vida íntima de ambos.

No casarão de São Clemente, ele vivia só, calado a um canto; e Gilberta, afastada dele, mergulhada na leitura; e, não fosse um acontecimento político de certa importância, talvez a desarmonia viesse a ser completa.

Ela lhe havia descoberto a simulação do talento e o seu desgosto foi imenso porque contava com um verdadeiro sábio, para que o marido lhe desse realce na sociedade e no mundo. Ser mulher de deputado não lhe bastava; queria ser mulher de um deputado notável, que falasse, fizesse lindos discursos, fosse apontado nas ruas.

Já desanimava, quando, uma madrugada, ao chegar da manifestação do senador Euphonias, naquele tempo o mais poderoso chefe da política nacional, quase chorando, Numa dirigiu-se à mulher:

— Minha filha, estou perdido!...

— Mas que há, Numa?

— Ele... O Euphonias...

— Que tem? Que há? Por quê?

A mulher sentia bem o desespero do marido e tentava soltar-lhe a língua. Numa, porém, estava alanceado e hesitava, vexado em confessar a verdadeira causa do seu desgosto. Gilberta, porém, era tenaz; e, de uns tempos para cá, dera em tratar com mais carinho o seu pobre marido.

Afinal, ele confessou quase em pranto:

— Ele quer que eu fale, Gilberta.

— Mas você fala...

— É fácil dizer... Você não vê que não posso... Ando esquecido... Há tanto tempo... Na faculdade, ainda fiz um ou outro discurso; mas era lá, e eu decorava, depois pronunciava.

— Faz agora o mesmo...

— É... Sim... Mas preciso de ideias... Um estudo sobre o novo Estado! Qual!

— Estudando a questão, você terá ideias...

Ele parou um pouco, olhou a mulher demoradamente e lhe perguntou de sopetão:

— Você não sabe aí alguma coisa de história e geografia do Brasil?

Ela sorriu indefinidamente com os seus grandes olhos claros, apanhou com uma das mãos os cabelos que lhe caíam sobre a testa; e depois de ter estendido molemente o braço meio nu sobre a cama, onde a fora encontrar o marido, respondeu:

— Pouco... Aquilo que as irmãs ensinam; por exemplo: que o rio São Francisco nasce na serra da Canastra.

Sem olhar a mulher, bocejando, mas já um tanto aliviado, o legislador disse:

— Você deve ver se arranja algumas ideias, e fazemos o discurso.

Gilberta pregou os seus grandes olhos na armação do cortinado, e ficou assim um bom pedaço de tempo, como a recordar-se. Quando o marido ia para o aposento próximo, despir-se, disse com vagar e doçura:

— Talvez.

Numa fez o discurso e foi um triunfo. Os representantes dos jornais, não esperando tão extraordinária revelação, denunciaram o seu entusiasmo e não lhe pouparam elogios. O José Vieira escreveu uma crônica; e a glória do representante de Sernambi encheu a cidade. Nos bondes, nos trens, nos cafés, era motivo de conversa o sucesso do deputado dos Cogominhos: — Quem diria, hein? Vá a gente fiar-se em idiotas. Lá vem um dia que eles se saem. Não há homem burro — diziam —, a questão é querer...

E foi daí em diante que a união do casal começou a ser admirada nas ruas. Ao passarem os dois, os homens de altos pensamentos não podiam deixar de olhar agradecidos aquela moça que erguera do nada um talento humilde; e as meninas olhavam com inveja aquele casamento desigual e feliz.

Daí por diante, os sucessos de Numa continuaram. Não havia questão em debate na Câmara sobre a qual ele não falasse, não desse o seu parecer, sempre sólido, sempre brilhante, mantendo a coerência do partido, mas aproveitando ideias pessoais e vistas novas. Estava apontado para ministro e todos esperavam vê-lo na secretaria do largo do Rossio, para que ele pusesse em prática as suas extraordinárias ideias sobre instrução e justiça.

Era tal o conceito de que gozava que a câmara não viu com bons olhos furtar-se, naquele dia, ao debate que ele mesmo provocou, dando um intempestivo aparte ao discurso do deputado Cardoso Laranja, o formidável orador da oposição.

Os governistas esperavam que tomasse a palavra e logo esmagasse o adversário; mas não fez isso.

Pediu a palavra para o dia seguinte e o seu pretexto de moléstia não foi bem aceito.

Numa não perdeu tempo: tomou um tálburi, correu à mulher e deu-lhe parte da atrapalhação em que estava. Pela primeira vez, a mulher lhe pareceu com pouca disposição de fazer o discurso.

— Mas, Gilberta, se eu não o fizer amanhã, estou perdido!... E o ministério? Vai-se tudo por água abaixo... Um esforço... É pequeno... De manhã, eu decoro... Sim, Gilberta?

A moça pensou e, ao jeito da primeira vez, olhou o teto com os seus grandes olhos cheios de luz, como a lembrar-se, e disse:

— Faço; mas você precisa ir buscar já, já dois ou três volumes sobre colonização... Trata-se dessa questão, e eu não sou forte. É preciso fingir que se tem leituras disso... Vá!

— E os nomes dos autores?

— Não é preciso... O caixeiro sabe... Vá!

Logo que o marido saiu, Gilberta redigiu um telegrama e mandou a criada transmiti-lo.

Numa voltou com os livros; marido e mulher jantaram em grande intimidade e não sem apreensões. Ao anoitecer, ela recolheu-se à biblioteca e ele ao quarto.

No começo, o parlamentar dormiu bem; mas bem cedo despertou e ficou surpreso em não encontrar a mulher a seu lado. Teve remorsos. Pobre Gilberta! Trabalhar até àquela hora, para o nome dele, assim obscuramente! Que dedicação! E — coitadinha! — moça ter que empregar o seu tempo em leituras árduas! Que boa mulher ele tinha! Não havia duas... Se não fosse ela... Ah! onde estaria a sua cadeira? Nunca seria candidato a ministro... Vou fazer-lhe uma mesura, disse ele consigo. Acendeu a vela, calçou as chinelas e foi pé ante pé até ao compartimento que servia de biblioteca.

A porta estava fechada; ele quis bater, mas parou a meio. Vozes abafadas... Quem seria? Talvez a Idalina, a criada... Não, não era; era voz de homem. Diabo! Abaixou-se e olhou pelo buraco da fechadura. Quem era?

Aquele tipo... Ah! Era o tal primo... Então, era ele, era aquele valdevinhos, vagabundo, sem eira nem beira, poeta sem poesias, frequentador de chopes; então, era ele quem lhe fazia os discursos? Por que preço?

Olhou ainda mais um instante e viu que os dois acabavam de beijar-se. A vista se lhe turvou; quis arrombar a porta; mas logo lhe veio a ideia do escândalo e refletiu. Se o fizesse vinha a coisa a público; todos saberiam do segredo da sua “inteligência” e adeus câmara, ministério e — quem sabe? — a presidência da República. Que é que se jogava ali? A sua honra? Era pouco. Que se jogava ali eram a sua inteligência, a sua carreira; era tudo! Não, pensou ele de si para si, vou deitar-me.

No dia seguinte, teve mais um triunfo.

UMA CONVERSA

— Disse-te ainda há pouco — falou o Zeca Magalhães, na mesa de chopos em que estávamos — que não tinha certeza das minhas sensações e, portanto, não tinha nenhuma das minhas ideias. Não é momento de te citar filósofos, nem organizar raciocínios rimados. Conto-te somente um caso ilustrado, cheio de proveitosos ensinamentos.

Pegou do copo e sorveu um segundo chope, enquanto eu via, numa mesa ao lado, um gordo alemão com um focinho de porco Yorkshire, acompanhado da mais linda alemã que foi dado aos olhos de um carioca, que nunca saiu da sua cidade natal, ver e contemplar.

— Zeca — disse eu, a meia-voz —, vê que alemã bonita.

— Era disso mesmo que eu queria falar — fez ele descansando o copo.

— Da alemã?

— Relaciona-se. Eu estava no teatro... Foi há vinte anos, ou mais. Estava no teatro, no jardim, quando vi uma mulher. Que beleza era! Tinha uns olhos, um nariz! E que boca!

— Pintura.

— Qual! Ouve. Olhei-a demoradamente, analisei traço por traço, via-se na luz, pus-me mais perto e a impressão continuava a mesma, e até crescia. Ao sair, acompanhei-a... tu sabes o resto? Pela manhã, quando acordei e contemplei a mulher, sob a luz do sol, não era a mesma! Cos diabos!, fiz eu. Querem ver que me trocaram a mulher? Nada disso, despedi-me com toda a conveniência e saí.

“O caso não me saiu da cabeça. Eu a tinha visto no teatro, em plena integridade dos meus sentidos; tinha analisado detalhadamente — como era então que a mulher que eu via, às oito horas da tarde, não era a mesma de quem me despedi às seis da manhã do dia seguinte? Pintura? Não foi, eu tinha reparado bem. Voltei à sua casa dias seguintes. Examinei-a bem, traço a traço, comparei-a com as duas imagens que tinha dela — a das oito da tarde e a das seis da manhã. Nada lembrava a primeira, sendo exatamente igual à segunda. Voltei ao teatro, estive a lhe falar — era ainda a segunda imagem, a mais próxima. Estava doido naquela noite!, pensei. Rememorei o que fizera naquele dia e nos precedentes ao meu encontro com a tal italiana.

“Lembrei-me que tinha recebido umas estampas de grandes obras de escultura e, na sua contemplação, gastara horas seguidas de uma atenção absorvente. Estava aí a causa do erro! Sobre os seus traços verdadeiros, ou antes, os mais reais, eu tinha depositado a imagem anterior da grande beleza que me ficara do livro; e, quando de manhã, com a fadiga etc., ela se esvaiu, ficou mais ou menos a mulher comum, fugindo por completo a ideia anterior com que eu a revestira. Daí concluí, não sem ligeireza, que essa nossa mania de beleza é um contágio dos delirantes sonhos de alguns homens, dados a loucuras de Arte, exacerbados com os delírios das tradições de antigas raças e sofrendo a tirania dos ideais belos; é que as nossas sensações são interpretadas pelo nosso entendimento, de acordo com as imagens de certos padrões que já estamos predispostos a recebê-las...”

— Concordo em parte; mas daí podias concluir que a Arte é útil, estimula o Amor, a eternidade da vida...

— Quanto a isto, não; há nas boticas outros sucedâneos menos perigosos.

Não havia uma hora que eu o tinha visto terno; agora estava desabusado, cinicamente brutal, cobrindo com um sarcasmo o que sempre o vira engrandecer.

— Entretanto — observei —, para que a visses assim, era preciso que ela tivesse alguma coisa da tal estampa que se te gravara no cérebro.

— Estava talhada para isso... No momento, possui uma disposição qualquer, nos seus elementos fisionômicos, capaz de suscitar e de emitir a imagem que eu já tinha, nos seus traços vivos.

Bebíamos o quinto chope, e, embora por estas alturas, eu sempre fique mais inteligente e animado, naquela noite, a fadiga não permitiu. Despedi-me.

A CARTOMANTE

Não havia dúvida que naqueles atrasos e atrapalhações de sua vida, alguma influência misteriosa preponderava. Era ele tentar qualquer coisa, logo tudo mudava. Esteve quase para arranjar-se na Saúde Pública; mas, assim que obteve um bom “pistolão”, toda a política mudou. Se jogava no bicho, era sempre o grupo seguinte ou o anterior que dava. Tudo parecia mostrar-lhe que ele não devia ir para adiante. Se não fosse as costuras da mulher, não sabia bem como poderia ter vivido até ali. Há cinco anos que não recebia vintém de seu trabalho. Uma nota de dois mil-réis, se alcançava ter na algibeira por vezes, era obtida com auxílio de não sabia quantas humilhações, apelando para a generosidade dos amigos.

Queria fugir, fugir para bem longe, onde a sua miséria atual não tivesse o realce da prosperidade passada; mas, como fugir?

Onde havia de buscar dinheiro que o transportasse, a ele, a mulher e aos filhos? Viver assim era terrível! Preso à sua vergonha como a uma calceta, sem que nenhum código e juiz tivessem condenado, que martírio!

A certeza, porém, de que todas as suas infelicidades vinham de uma influência misteriosa deu-lhe mais alento. Se era “coisa feita”, havia de haver por força quem a desfizesse. Acordou mais alegre e se não falou à mulher alegremente era porque ela já havia saído. Pobre de sua mulher! Avelhantada precocemente, trabalhando que nem uma moura, doente, entretanto a sua fragilidade transformava-se em energia para manter o casal.

Ela saía, virava a cidade, trazia costuras, recebia dinheiro, e aquele angustioso lar ia se arrastando, graças aos esforços da esposa.

Bem! As coisas iam mudar! Ele iria a uma cartomante e havia de descobrir o que e quem atrasavam a sua vida.

Saiu, foi à venda e consultou o jornal. Havia muitos videntes, espíritos, teósofos anunciados; mas simpatizou com uma cartomante, cujo anúncio dizia assim: “Madame Dadá, sonâmbula, extralúcida, deita as cartas e desfaz toda a espécie de feitiçaria, principalmente a africana. Rua etc.”

Não quis procurar outra; era aquela, pois já adquirira a convicção de que aquela sua vida vinha sendo trabalhada pela mandinga de algum preto mina, a soldo do seu cunhado Castrioto, que jamais vira com bons olhos o seu casamento com a irmã.

Arranjou com o primeiro conhecido que encontrou o dinheiro necessário e correu depressa para a casa de Madame Dadá.

O mistério ia desfazer-se e o malefício ser cortado. A abastança voltaria à casa; compraria um terno para o Zezé, umas botinas para Alice, a filha mais moça; e aquela cruciante vida de cinco anos havia de lhe ficar na memória como passageiro pesadelo.

Pelo caminho tudo lhe sorria. Era o sol muito claro e doce, um sol de junho; eram as fisionomias risonhas dos transeuntes; e o mundo que até ali lhe aparecia mau e turvo, repentinamente lhe surgia claro e doce.

Entrou, espero um pouco, com o coração a lhe saltar do peito.

O consulente saiu e ele foi afinal à presença da pitonisa. Era sua mulher.

O CEMITÉRIO

Pelas ruas de túmulos, fomos calados. Eu olhava vagamente aquela multidão de sepulturas, que trepavam, tocavam-se, lutavam por espaço, na estreiteza da vaga e nas encostas das colinas aos lados. Algumas pareciam se olhar com afeto, roçando-se amigavelmente; em outras, transparecia a repugnância de estarem juntas. Havia solicitações incompreensíveis e também repulsões e antipatias; havia túmulos arrogantes, imponentes, vaidosos e pobres e humildes; e, em todos, resumava o esforço extraordinário para escapar ao nivelamento da morte, ao apagamento que ela traz às condições e às fortunas.

Amontoavam-se esculturas de mármore, vasos, cruzes e inscrições; iam além; erguiam pirâmides de pedra tosca, faziam caramanchéis extravagantes, imaginavam complicações de matos e plantas — coisas brancas e delirantes, de um mau gosto que irritava. As inscrições exuberavam; longas, cheias de nomes, sobrenomes e datas, não nos traziam à lembrança nem um nome ilustre sequer; em vão procurei ler nelas celebridades, notabilidades mortas; não as encontrei. E de tal modo a nossa sociedade nos marca um tão profundo ponto, que até ali, naquele campo de mortos, mudo laboratório de decomposição, tive uma imagem dela, feita inconscientemente de um propósito, firmemente desenhada por aquele acesso de túmulos pobres e ricos, grotescos e nobres, de mármore e pedra, cobrindo vulgaridades iguais umas às outras por força estranha às suas vontades, a lutar...

Fomos indo. A carreta, empunhada pelas mãos profissionais dos empregados, ia dobrando as alamedas, tomando ruas, até que chegou à boca do soturno buraco, por onde se via fugir, para sempre do nosso olhar, a humildade e a tristeza do contínuo da Secretaria dos Cultos.

Antes que lá chegássemos, porém, detive-me um pouco num túmulo de límpidos mármore, ajeitados em capela gótica, com anjos e cruzes que a rematavam pretensiosamente.

Nos cantos da lápide, vasos com flores de *biscuit* e, debaixo de um vidro, à nível altura da base da capelinha, em meio-corpo, o retrato da morta que o túmulo engolira. Como se estivesse na rua do Ouvidor, não pude sustentar um pensamento mau e quase exclamei:

— Bela mulher!

Estive a ver a fotografia e logo em seguida me veio à mente que aqueles olhos, que aquela boca provocadora de beijos, que aqueles seios túmidos, tentadores de longos contatos carnaais, estariam àquela hora reduzidos a uma pasta fedorenta, debaixo de uma porção de terra embebida de gordura.

Que resultados teve a sua beleza na terra? Que coisas eternas criaram os homens que ela inspirou? Nada, ou talvez outros homens, para morrer e sofrer. Não passou disso, tudo mais se perdeu; tudo mais não teve existência, nem mesmo para ela e para os seus amados; foi breve, instantâneo e fugaz.

Abalei-me! Eu que dizia a todo o mundo que amava a vida, eu que afirmava a minha admiração pelas coisas da sociedade — eu meditar como um cientista profeta hebraico! Era estranho! Remanescente de noções que se me infiltraram e cuja entrada em mim mesmo eu não percebera! Quem pode fugir a elas?

Continuando a andar, adivinhei as mãos da mulher, diáfanas e de dedos longos; compus o seu busto ereto e cheio, a cintura, os quadris, o pescoço, esguio e modelado, as espáduas brancas, o rosto sereno e iluminado por um par de olhos indefinidos de tristeza e desejos...

Já não era mais o retrato da mulher do túmulo; era de uma, viva, que me falava.

Com que surpresa, verifiquei isso.

Pois eu, eu que vivia desde os dezesseis anos, despreocupadamente, passando pelos meus olhos, na rua do Ouvidor, todos os figurinos dos jornais de modas, eu me impressionar por aquela menina do cemitério! Era curioso.

E, por mais que procurasse explicar, não pude.

NA JANELA

- Você sabe: o Alfredo não me trouxe o broche.
- Que desculpa ele deu?
- Que o sete não tinha dado a noite toda...
- Vai ver, Mercedes, que ele foi gastar com a Candinha... Ah! os homens! São uns malandros!
- Não sei, mas... enfim todos eles são iguais.
- No começo é aquilo, parece que a gente é pouca ou que eles são muito mais. Vivem atrás de nós, descobrem, adivinham os nossos pensamentos; depois... não sei o que dá neles... esfriam, esfriam...
- Meu marido foi assim. No tempo de noivo, nem sabia falar quando estava perto de mim; olhava-me só e o seu olhar parecia que me vestia, que me beijava, que me ameigava... Meses depois de casada, deixou-me só, sem dinheiro, sem parentes, nesta cidade tão grande... Bem fez você que não se casou!
- Mas namorei...
- Muitos?
- Sem conta!
- Você não amou nenhum?
- Não sei... Creio que todos me agradavam o bastante para casar.
- É difícil compreender.
- Ora, é fácil... Eu fui sempre engraçada. Aos treze anos, quando saía com meu pai, todos na rua me olhavam. Um dia, até, no bonde, uma senhora de aparência rica, muito grande, muito alta, perguntou a meu pai: é sua filha? Sim, respondeu ele. A senhora olhou-nos muito, a mim e a ele, virou a cara e sorriu duvidosa. Aos quatorze, tive o primeiro namorado. Era o caixeiro da venda... Um portuguesinho louro, que dizia “binho”, “benda”, mas com uns olhos azuis cor do céu pelas bonitas manhãs. E daí não parei mais. Tive um segundo, um terceiro... quando cheguei ao quinto já escrevia cartas. Minha mãe pegou uma e deu-me uma surra; mas não me emendei — continuei. Não sabia resistir... Eles choravam, juravam... e eu namorava quase ao mesmo tempo. Era como se — em grande riqueza inesgotável — não negasse esmolas. Você sabe: quando se tem muito vai se dando. Parece que não acaba; mas acaba e então chora-se pitanga. Fui assim: pediram-me beijos, abraços, cabelos; e eu

dava por pena, unicamente. Se eu tivesse sido mais sovina, não estava “nesta vida”... É a sorte, que se há de fazer?

— Mas, e o “tal”?

— É verdade! Um dia fui a um baile, como sempre, tinha lá uma chusma de adoradores; mas apareceu um novo. Não sabia quem era, muito diferente de todos. Educado, parecia doutor ou estudante de verdade, de estudos difíceis. Olhou-me e eu olhei, e namorei-o. Não troquei palavra. Dancei com ele e o ouvi falar a um outro. Que voz! Antes da meia-noite saiu. No outro ano, em dia de festa na mesma casa, já não pude ir lá mais; tinha vindo a tal encrença... corpo de delito... Você sabe... Não deu em nada; ou antes: deu “nisto”.

— Nunca mais você viu “ele”?

— O “tal”? Há dois anos que sempre o vejo na rua do Ouvidor, nos teatros...

— Ele não fala com você?

— Não. Olha-me um instante e baixa a cabeça.

— Engraçado! Outro qualquer...

— É verdade! Perguntei quem era, disseram é um doutor fulano de tal e é solteiro.

— Mas nunca você procurou falar com ele?

— Só uma vez. Cheguei-me e sem mais aquela sentei-me à mesa em que estava. Perguntei-lhe se não me conhecia. De vista, respondeu. Se não tinha ido a um baile assim, assim. Nunca!, afirmou. Conte-lhe então a história e indaguei-lhe se, de fato, fosse ele não se daria a conhecer. Hesitou e, por fim, respondeu-me umas coisas embrulhadas que, afinal, me pareceu quererem dizer que eu, a menina do baile era outra coisa que não sou eu mesma atualmente; e quem me tinha visto no baile não me via ali, num jardim de teatro.

— Era um tolo; um...

— Não. Eu o vi, mais tarde, muito alegre, com uma outra no automóvel...

Nos elétricos que passavam, os passageiros que olhavam aquelas duas mulheres com olhares cheios de desejos não seriam capazes de adivinhar a inocência de sua conversa, na janela de uma casa suspeita.

DESPESA FILANTRÓPICA

— Quando ele me chegou à porteira de casa, acompanhado de outro sujeito mal-encarado, não o reconheci. Ele entrou a meu convite para a sala; sentou-se mais o companheiro e mandei servir-lhe café. Enquanto o café era esperado, ele se deu a conhecer. Aí é que foi a minha surpresa.

— Por quê? — acudiu o amigo que ouvia o fazendeiro.

— Por quê?... Porque era um dos mais famosos assassinos do lugar.

— Diabo! Que visitante recebias tu com tanta distinção!

— Foi mesmo o diabo! E fiquei contrariado em recebê-lo em casa. Se soubesse quem era, teria dado “pouso”, em qualquer dependência da fazenda e evitado que ele me entrasse em casa; mas... o que estava feito, estava feito, tanto mais...

— Sim; porque se fizesses qualquer jeito de contrariedade, ele talvez te desfeiteasse.

— Com toda a certeza! E, conquanto já estivesse habituado à vida daqueles lugares bravios, onde a coragem pessoal, mesmo com certa jactância, é indispensável, não me convinha absolutamente ter questão com semelhante sujeito que era o tipo acabado do interior do Brasil.

— Há esse tipo?

— Há, pois não.

— Qual é o traço característico?

— É a futilidade dos móveis do crime e a capacidade de matar a mandado de outrem. No interior, a mais simples rixa por causa de uma questão de compra e venda leva um sujeito ao assassinato. Uma frase assim, assim, que o Fagundes ouvia da boca do Antônio, como tendo, sobre ele, sido proferido por seu inimigo Orestes, determina que Fagundes mate Orestes. Conto-te um caso: o Madruga se havia separado da mulher que se prostituía e fora morar numa cidade distante. Passam-se anos e Madruga vai prosperando com o seu negócio no vilarejo. Parecia esquecido de sua infelicidade conjugal, quando lhe chega aos ouvidos que a sua mulher tresmalhada, no auge daquelas grosseiras orgias sertanejas, o injuriava com frases pesadas.

“Ele que faz? Arma-se, monta a cavalo e vai procurar a mulher na sua triste residência. Engabelá-a e a mata. Consegue escapar, volta ao vilarejo, onde tinha negócio; espalha a 'boa-nova' do que fizera; publica, no jornal local, o seu

retrato e o da mulher, a peso de dinheiro; e espera tranquilamente a ação da justiça.”

— É incrível!

— Pois é, meu caro Felício. O caipira, o matuto, o Jeca, como se diz atualmente depois de Monteiro Lobato, mata mais por vaidade do que mesmo por vingança, crueldade ou por tara. De forma que ser valentão, matador, é lá um título de honra e os assassinatos cometidos são como condecorações de ordens reais e imperiais. Sendo assim, nada mais fácil do que achar quem aceite encomendas de “mortes”.

— O teu visitante quantas já tinha?

— Três; e era bem moço, de mais ou menos 25 anos.

— Como te livrastes dele?

— Vou te contar. Estivemos conversando e ele me narrava proezas, expondo, ao mesmo tempo, a maldade de seus inimigos e a vingança que havia de tirar deles. Hás de supor que falava com raiva.

— Não?

— Qual! Falava com a calma mais natural deste mundo, empregando os mais lindos modismos do dialeto caipira. Num dado momento sacou da cinta uma imensa pistola *parabélum* e disse: “Esta bicha tá virge, mas ela corre que nem veado.” Era uma magnífica arma de treze tiros, com alcance de mais de mil metros. Pedi-lhe que ma deixasse ver. Examinei-a, pensando tristemente no esforço da inteligência que representava aquele aparelho, e que, entretanto, estava destinado a tão má aplicação. De repente perguntei ao assassino: “Aluísio, você quer vender esta arma? Dou trezentos mil-réis.” Ele não pensou — porque Jeca está sempre disposto a fazer negócio, barganha e rifas — e disse: “Dotô, nós faz negócio.” Dei-lhe o dinheiro, fiquei com a arma; e ele se foi, para voltar mais tarde. Voltou, de fato; mas, sabes o que ele trazia quando voltou?

— Não.

— Um rifle Winchester que comprara por duzentos mil-réis. Eis em que deu minha despesa filantrópica.

O CAÇADOR DOMÉSTICO

O Simões era descendente de uma famosa família dos Feitais, do Estado do Rio, de que o 13 de Maio arrebatou mais de mil escravos.

Uma verdadeira fortuna, porque escravo, naquelas épocas, apesar da agitação abolicionista, era mercadoria valorizada. Valia bem um conto de réis a cabeça, portanto os tais de Feitais perderam cerca ou mais de mil contos.

De resto, era mercadoria que não precisava muitos cuidados. Antes da lei do ventre livre, a sua multiplicação ficava aos cuidados dos senhores e depois... também.

Esses Feitais eram célebres pelo sadio tratamento de gado de engorda que davam aos seus escravos e também pela sua teimosia escravagista.

Se não eram requintadamente cruéis para com os seus cativos, tinham, em posição, um horror extraordinário à carta de alforria.

Não davam uma, fosse por que pretexto fosse.

Conta-se até que o velho Feital, tendo um escravo mais claro que mostrava aptidões para os estudos, dera-lhe professores e o matriculara na Faculdade de Medicina.

Quando o rapaz ia terminar o curso, retirara-o dela, trouxera-o para a fazenda, da qual o fizera médico, mas nunca lhe dera carta de liberdade, embora o tratasse como homem livre e o fizesse tratar assim por todos.

Simões vinha dessa gente que empobrecera de uma hora para outra.

Muito tapado, não soubera aproveitar as relações de família, para formar-se em qualquer coisa e arranjar boas sinecuras, entre as quais a de deputado, para a qual estava a calhar, pois, de família do partido escravagista-conservador, tinha o mais lindo estofo para ser um republicano do mais puro quilate brasileiro.

Fez-se burocrata; e, logo que os vencimentos deram para a coisa, casou com uma Magalhães Borromeu, de Santa Maria Madalena, cuja família também se havia arruinado com a abolição.

Na repartição, o Simões não se fez de trouxa. Aproveitou as relações e amizades de família para promoções, preterindo toda a gente.

Quando chegou, aí, por chefe de seção, lembrou-se que descendia de gente de lavoura e mudou-se para os subúrbios, onde teria alguma ideia da roça, onde nascera.

Os restos de matas que há por aquelas paragens, deram-lhe lembranças saudosas da sua mocidade nas fazendas de seus tios. Lembrou-se que caçava; lembrou-se da sua matilha para caítilus e pacas; e deu em criar cachorros que adestrava para a caça, como se tivesse de fazer alguma.

No lugar em que morava, só havia uma espécie de caça rasteira: eram preás nos capinzais; mas, Simões, que era da nobre família dos Feitais de Pati e adjacências, não podia entregar-se a torneio tão vagabundo.

Como havia de empregar a sua gloriosa matilha?

À sua perversidade inata acudiu-lhe logo um alvitre: caçar os frangos e outros galináceos da vizinhança que, fortuitamente, lhe iam ter no quintal.

Era ver um frango de qualquer vizinho, imediatamente estumava a cachorrada que estraçalhava em três tempos o bicharoco.

Os vizinhos acostumados com os pacatos moradores antigos estranharam a maldade de semelhante imbecil que se fazia mudo às reclamações da pobre gente que lhe morava em torno.

Cansados com as proezas do caçador doméstico de frangos e patos resolveram pôr termo a elas.

Trataram de mal-assombrar a casa. Contrataram um moleque jeitoso que se metia no forro da casa, à noite e lá arrastava correntes.

Simões lembrou-se dos escravos dos seus parentes Feitais e teve remorsos. Um dia assustou-se tanto que correu espavorido para o quintal, alta noite, em trajes menores, com o falar transtornado. Os seus molossos não o conheceram e o puseram no estado em que punham os incautos frangos da vizinhança: estraçalharam-no.

Tal foi o fim de um dos últimos rebentos dos poderosos Feitais de Barra Mansa.

UMA ACADEMIA DE ROÇA

Na botica dos Segadas — Farmácia Esperança — que pompeava a sua enorme tabuleta, na principal rua de Itaçaraí, cidade do estado de..., cabeça da respectiva comarca, reuniam-se todas as tardes um grupo seleta dos habitantes do lugarejo, para discutir letras, filosofia e artes.

Era esse grupo formado das seguintes pessoas: doutor Aristogen Tebano das Verdades, promotor público; doutor Joaquim Petronilho, médico clínico na comarca; Sebastião Canindé, sacristão da matriz; e o doutor Francisco Carlos Kauffman, austríaco e alveitar de uma grande fazenda de criação nos arredores. Dele, também fazia parte o proprietário da botica — o Segadas.

O espanhol Santiago Ximénez, principal barbeiro da localidade, proprietário do Salão Verdun, aparecia, às vezes, na tertúlia; recitava um pouco de Campoamor ou citava Escrich; mas despedia-se logo, a fim de ir para o botequim do Cunha, onde podia unir o útil ao agradável, isto é, juntar o parati ou a genebra ao poeta de sua paixão — Campoamor — ou ao romancista de sua admiração — Pérez Escrich. Na botica, não havia disso e a sua literatura necessitava de um acompanhamento de beberiques.

O presidente do grupo era espontaneamente o promotor que sempre tinha versos a recitar e questões literárias a propor. A bem querida dele era indagar se mais valia a forma que o fundo ou vice-versa; inclinava-se pelo último, por isso gostava muito de Casimiro de Abreu e de Fagundes Varela.

O doutor Petronilho não tinha opinião segura sobre o caso, tanto mais que, a não ser Bilac, ele não suportava outro poeta; entretanto, vivia possuído de particular admiração por Aristogen e a sua versalhada desenxabida. Coisas...

Sebastião Canindé era pela forma, parnasiano da gema; mas os versos que publicava no jornal da localidade eram horrivelmente errados e rimados a martelo; eram piores do que os de Aristogen. Tinha as charadas por especialidade.

O austríaco não sabia nada dessas coisas. Lera os poetas de sua pátria, alguns alemães e italianos, a Bíblia, Shakespeare e o *Dom Quixote*.

Não percebia nada dessa história de época e escolas literárias. Ia à reunião para distrair-se.

Um belo dia, Aristogen lembrou aos companheiros:

— Vamos fundar uma Academia de Letras?

Canindé indagou:

— Daqui, do município?

— Sim — respondeu Aristogen. — Vamos?

O doutor Petronilho observou:

— Quantos membros?

Aristogen acudiu logo:

— Quarenta, por certo!

O doutor Kauffman refletiu:

— Oh! Eu acho muito.

Aristogen objetou:

— Muito! Não há tal! Há, além dos residentes aqui nascidos ou não no lugar, muito filho do município ilustre que anda por aí.

“Olhe: o doutor Penido Veiga, nosso representante na Câmara Federal, é um fino intelectual; pode, portanto, fazer parte dela. O tenente Barnabé que aqui nasceu, acaba de fazer com brilho o curso de aviação; pode também fazer parte. O Jesuíno, filho do Inácio, ali do 'armazém' vive em destaque no Tribunal de Contas, para onde entrou depois de um concurso brilhante: está naturalmente indicado a ser um dos membros.”

E, assim, muitos outros.

Com sujeitos portadores de semelhantes títulos literários, Aristogen organizou a sua academia de letras de quarenta membros, porque ela não podia ficar por baixo das outras, inclusive a brasileira, tendo menos imortais que elas.

Veio o dia da instalação solene que, em falta de local mais adequado, teve lugar na barraca de lona do circo de cavalinhos que trabalhava na cidade, por aquela ocasião.

Os acadêmicos presentes, inclusive o barbeiro Ximénez e o austríaco Kauffman, que eram do número deles, sentaram-se ao redor de uma longa mesa, que fora colocada no centro do picadeiro.

Os convidados especiais tomaram lugar nas cadeiras, arrumadas na linha da circunferência que fechava o círculo das acrobacias, peloticas e correrias de cavalos. As arquibancadas, para o povo miúdo. Entrada franca.

Uma charanga, a Banda Flor das Dores de Nossa Senhora, tocava à entrada da barraca, dobrados estridentes e polcas chorosas.

Aristogen tomou a presidência, tendo ao lado direito o presidente da câmara, coronel Manuel Pafúncio; e, à esquerda, o secretário-geral, o sacristão Canindé.

Depois de lido o expediente, começou a pronunciar o seu discurso em linguagem castigada, porque, se não o era no verso, na prosa ele era parnasiano e clássico.

Começou:

— Senhores: após longo decurso de tempo, lamentavelmente riçado por dificuldades, impedimentos, estorvos grandes, que adversavam a instituição definitiva desta Academia, é possível, alfim, realizar o ato de posse de sua diretoria, e eu procurarei salientar a determinante fundamental deste Instituto.

Logo neste período, o doutor Petronilho observou baixinho ao austríaco:

— É castiço. Fala que nem o Aluísio. Não achas?

O austríaco respondeu em voz baixa também:

— Oh! Eu não sape essas coisas.

Aristogen continuou:

— Basta que, à fé sincera, eu vo-lo afirme: há, dentre os eleitos para esta Egrégia Companhia, os que desalentaram em meio da jornada; há os que se deixaram empolgar de tanta vaidade que já se sentem sobrelevados aos que lhes foram pares na eleição; há os que do alto do seu valor, gozando a convicção própria de serem olímpicos, supremos, sorriram, num sorriso complacente de superior condescendência, aos pigmeus que lhes buscaram a honra eminente do convívio. É, pois, urgente, inadiável detergir esta Academia.

Petronilho, ainda cochichando, confidenciou aos ouvidos do alemão:

— Não te dizia! É mais que o Aluísio; é o próprio Rui.

A assistência estava embascada com fraseado tão bonito, que, na sua maioria, ela mal compreendia.

Chegava ao final com este período:

— Se procedermos concorde ao padrão que ora vos proponho, embora fosse ele discutido às rebatinhas, estou certo que ganharão timbre de verdade as palavras refregentes de Canindé, de Barnabé, de Kauffman e outros, quando, d'alma inspirada, anteviram no apogeu esta Academia, qual nem eu quisera!

Não teve tempo de sentar-se o orador, porque, no exato momento em que acabava a sua oração, os cavalos do circo, livrando-se das prisões que os subjugavam, invadiram a arena em que estavam os acadêmicos, e os afugentaram a todos eles, unicamente por ação de presença.

Nunca mais a Academia de Letras de Itaçaraí se reuniu.

A MULHER DO ANACLETO

Este caso se passou com um antigo colega meu de repartição.

Ele, em começo, era um excelente amanuense, pontual, com magnífica letra e todos os seus atributos do ofício faziam-no muito estimado dos chefes.

Casou-se bastante moço e tudo fazia crer que o seu casamento fosse dos mais felizes. Entretanto, assim não foi.

No fim de dois ou três anos de matrimônio, Anacleto começou a desandar furiosamente. Além de se entregar à bebida, deu-se também ao jogo.

A mulher muito naturalmente começou a censurá-lo.

A princípio, ele ouvia as observações da cara-metade com resignação; mas, em breve, enfureceu-se com elas e deu em maltratar fisicamente a pobre rapariga.

Ela estava no seu papel; ele, porém, é que não estava no dele.

Motivos secretos e muito íntimos talvez explicassem a sua transformação; a mulher, porém, é que não queria entrar em indignações psicológicas e reclamava. As respostas a estas acabaram por pancadaria grossa. Suportou-a durante algum tempo. Um dia, porém, não esteve mais pelos autos e abandonou o lar precário. Foi para a casa de um parente e de uma amiga, mas, não suportando a posição inferior de agregada, deixou-se cair na mais relaxada vagabundagem de mulher que se pode imaginar.

Era uma verdadeira “catraia” que perambulava suja e rota pelas praças mais reles deste Rio de Janeiro.

Quando se falava a Anacleto sobre a sorte da mulher, ele se enfurecia doidamente:

— Deixe essa vagabunda morrer por aí! Qual minha mulher, qual nada!

E dizia coisas piores e injuriosas que não se podem pôr aqui.

Veio a mulher a morrer, na praça pública; e eu que suspeitei, pelas notícias dos jornais, fosse ela, apressei-me em recomendar a Anacleto que fosse reconhecer o cadáver. Ele gritou comigo:

— Seja ou não seja! Que morra ou viva, para mim vale pouco!

Não insisti, mas tudo me dizia que era a mulher do Anacleto que estava como um cadáver desconhecido no necrotério.

Passam-se anos, o meu amigo Anacleto perde o emprego, devido à desordem de sua vida. Ao fim de algum tempo, graças à interferência de velhas

amizades, arranja um outro, num Estado do Norte.

Ao fim de um ano ou dois, recebo uma carta dele, pedindo-me arranjar na polícia certidão de que sua mulher havia morrido na via pública e fora enterrada pelas autoridades públicas, visto ter ele casamento contratado com uma viúva que tinha “alguma coisa”, e precisar também provar o seu estado de viuvez.

Dei todos os passos para tal, mas era completamente impossível. Ele não quisera reconhecer o cadáver de sua desgraçada mulher e para todos os efeitos continuava a ser casado.

E foi assim que a esposa do Anacleto vingou-se postumamente. Não se casou rico, como não se casará nunca mais.

DENTES NEGROS E CABELOS AZUIS

A Edgard Hasselman

Era dos mais velhos, o conhecimento que eu mantinha com esse rapaz. Iniciadas na rua, nos ligeiros encontros dos cafés, as nossas relações se estreitaram dia a dia. Nos primeiros tempos, ele sempre me apareceu como uma pessoa inalteravelmente jovial, indiferente às pequeninas coisas do mundo, cético a seu modo; mas, em breve sob essa máscara de polidez, fui percebendo nele um queixoso, um amargo a quem uma melancolia, provinda de fugitivas aspirações impossíveis, revestia de uma tristeza coesa. Depois o seu caráter e a sua organização muito concorriam para sua dorida existência. Muito inteligente para amar a sociedade de que saíra, e muito finamente delicado para se contentar de tolerado em outra qualquer, Gabriel vivia isolado, bastando-se a si e aos seus pensamentos, como um estranho anacoreta que fizesse, do agitado das cidades, ermo para seu recolhimento.

Às vezes ele nos surgia com uns ares de letrado chinês, lido em Sai-Tsê, calmo, superior, seguro de si e contente de se sacrificar à lógica imanente das coisas. Não dava um ai, não se lamentava, talvez temendo que o alarido de seus queixumes não desassossegasse a viagem do seu espírito “*par-delà du soleil, par-delà de l'éther, par-delà des confins de sphères étoilées*”.

Um dia o encontramos, eu e mais alguns da roda, e a um deles que lhe perguntava “Que tu vais fazer agora?”, aludindo às consequências do último desastre da sua vida, Gabriel respondeu:

— Nada! O soberano bem é não agir.

Dias depois confessava-me o contemplativo que seguia idiotamente, pelas ruas e pelos bondes, os belos olhos negros de uma preceptora francesa.

Sua natureza era assim, dual, bifronte, sendo que os seus aspectos por vezes, chocavam-se, guerreavam-se sem nunca se colarem, sem nunca se justaporem, dando a crer que havia entre as duas partes um vazio, uma falha a preencher que à sua união se opunha um forte obstáculo mecânico...

Esta maneira biface de sua organização, a sua sensibilidade muito pronta e uma tentação delirante, para as satisfações materiais, tinham transformado a sua vida num acúmulo de desastres; pelo que, em decorrer dela, de todo se lhe fora

aquela película cética, faceta, gaiata, ficando-lhe mais evidente a alegria e o sainete de filósofo pessimista, irônico, debicando a mentira por ter conhecimento da verdade, que é uma das povoadoras da imagem sem validade que é o mundo. Pelos seus 34 anos, eu o procurava em sua casa, uma pequena casinha, numa rua da ponta do Caju, junto daquele mar de morte que beija as praias desse arrabalde, olhando defronte o cinzelado panorama das montanhas.

Não vivia mal, o emprego exigia pouco e dava relativamente muito; e solteiro, habitava a casinha com um africano velho, seu amigo, seu oráculo e seu cozinheiro; e um desgraçado poetastro das ruas, semilouco e vagabundo.

Era uma colônia de *ratés* animados pela resignação africana.

Quando eu entrei em sua casa naquela tarde, a sua fisionomia radiava. Pareceu-me que a iluminação interior que há muito sentíamos nele ia afinal exteriorizar-se. Seu rosto afinara-se, sua testa alongara-se, havia pelo seu olhar faíscas novas; era como se a graça descesse até ele, povoasse-lhe a alma e a enchesse de tal modo que se extravasasse pelo seu olhar brilhante, bondoso e agora calmo.

— Que tens hoje — fui lhe dizendo —, a tua apaixonada rendeu-se ou achaste... o teu destino?

— Qual paixão, qual destino! — interrompeu ele. — O sábio não tem paixões para melhor poder contemplar a harmonia do universo.

E depois dessa sentença, não sei de que filósofo hindu ou chinês, ele me leu o seguinte, escrito com letra miúda e irregular em duas dezenas de tiras de papel almaço, cheias de paixão.

Morava eu nesse tempo em rua remota de uma estação de subúrbio afastado. Sem calçamento e mal iluminada, eu a trilhava a desoras em busca da casa reconfortante. Afazeres, e, em geral, a exigência do meu temperamento pelo bulício, pela luz da cidade, faziam-me demorar nas ruas centrais. A esmo, por elas à toa, passeava, vagava horas e horas, olhando e conversando aqui, ali; e quando inteiramente fatigado, buscava o trem e durante uma meia hora, tímido, covarde, encostado a um canto, pensava, sofria à menor risota e o mais imbecil dito cortava-me a alma. Era a constante preocupação das minhas ideias passar meu sofrimento, a outra pessoa, evitá-lo detidamente a alguém.

Sob a pressão daquela mágoa eterna, no meu íntimo ficava o seu segredo exigente de comunicação, fosse mesmo a quem não tivesse o refinamento do meu espírito e que a substância imortal lhe animasse a vida, não tivesse sido adivinhado e me sentia impelido a comunicá-lo. Era nessas ocasiões que eu pensava no amor, mas... Bem depressa, porém, meu espírito se perdia, caía em

devaneio, não encontrava deleite, sorria. Do homem ia aos cães, aos gatos, às aves, às plantas, à terra, em busca de confidente.

Uma vez, em frente ao mar augusto, verde e translúcido, tive desejos de lhe contar o meu segredo, mas logo o temor me veio de que os ventos voltassem e trouxessem para a vasta cidade as minhas palavras, tal como a planta que nasceu à confiança feita à terra do feitio das orelhas do Rei Midas.

Quando a percepção do meu estado, da maneira da minha existência, era mais clara aos meus olhos, arquitetava planos de fugas para lugares longínquos, livros vibrantes com indignações de Deus; mas nada disso executei. Qualquer coisa muito obscura na minha estrutura mental, talvez mesmo o sentimento da lógica da hostilidade de que me via cercado, impedia-me de reagir ativa ou passivamente. Agachava-se por detrás do meu espírito e então bebia em largos prantos o fogo claro, claro que enche os límpidos espaços e, por instantes, era feliz porque:

*Heureux celui qui peut d'une aile vigoureuse
S'élancer vers les champs lumineux et sereins,*

*Celui dont les pensées comme des alouettes
Vers les cieux le matin prennent un libre essor
Qui plane sur la vie et comprend sans effort
Le langage des fleurs et des choses muettes.*

Depois de ter carinhosamente ouvido essa linguagem, a amargura aumentava. O espírito dirigia, reclamava, queria qualquer coisa, não se bastava a si mesmo, esperava na sua prisão, no seu cárcere; e, para o meu caso, oh! que blasfêmia, o provérbio se modificara: “não é só de espírito que vive o homem...”

Certa noite, demorando-me mais do que de costume, fui saltar à estação pelas duas horas da madrugada. Tudo era mudo e ermo. Um ventinho constante soprava, inclinando as árvores das chácaras e agitando as amareladas luzernas de gás como espectros aterradores. As casas imóveis, caiadas, hermeticamente fechadas pareciam sepulcros com portas negras. A escuridão aconchegava os morros nas suas dobras. Pus-me a andar rapidamente. A rua pouco larga, bordada de bambuais de um e outro lado, iluminada frouxamente e abobadada no nevoeiro, era como uma longa galeria de museu. Em meio do caminho, alguém saltou-me na frente e de faca em punho, disse-me:

— Olá! Passe o “bronze” que tem.

Não tinha francamente grande prática desses encontros, contudo me portei na altura da sua delicadeza. Calmamente tirei das algibeiras o pouco dinheiro que tinha e, de mistura com alguns cupons de bonde, pálido, mas sem tremer, entreguei-o ao opressor daquele minuto fugaz.

O gesto foi belo e impressionou o bandido, a tal ponto que nem por sonhos desconfiou que eu poderia ter deixado algum oculto pelos forros. Há, já se disse, mais ingenuidade nos grandes criminosos do que a gente em geral supõe. Quase com repugnância ele recebeu o maço que lhe estendia; e já se retirava quando a uma onda de luz que em um vaivém da chama de gás lançou-me, percebeu alguma coisa nos meus cabelos e com ironia indagou:

— Tens penas? És azul? Que diabo! Estes teus cabelos são especiais.

Ouvindo isso eu o fitei com as pupilas em brasa e minha fisionomia devia ter tão estranha expressão de angústia que o ladrão fechou a sua e estremeceu. É que as suas palavras lembravam-me toda a minha existência envenenada por aquele singular acidente; as desastrosas hesitações de que ela ficara cheia; o azedume perturbador, ressaibo do ódio e de amarguras de que estava tismado. Os suplícios a que meu próprio espírito impunha. E de uma só vez, baralhado tudo isso se ofereceu aos olhos como uma obsessão demoníaca, algo premente, cruel, vivendo em tudo, em todas as coisas, em qualquer boca, na boca de um ladrão.

— Pois até tu! Que mais queres de mim? — disse-lhe eu. — Acaso além do dinheiro que trazem nas algibeiras, mais alguma coisa te interessa nos transeuntes? És também da sociedade! Movem-te as considerações dela?

Olhei-o interrogativamente. O homem tinha o ar mudado. Os lábios estavam entreabertos, trêmulos, pálidos, o olhar esgazeado, fixo, cravado no meu rosto. Olhava-me como se olhasse um duende, um fantasma. Contendo porém a comoção, pôde dizer:

— Dentes negros! Meu Deus! É o diabo! É uma alma penada, é um fantasma.

E o rosto dele dilatava-se, as pupilas estendiam-se; tinha os cabelos eriçados o homem que me assaltava; e desandaria a correr se o medo não lhe pusesse pesadas toneladas nas pernas.

Esteve assim minutos até que percebeu que a expressão do meu rosto era de choro e que nele havia a denúncia de uma grande mágoa fatal. O meu interlocutor transmudou as contrações de horror estampadas nas suas feições, abrindo-as num dúlcido sorriso de bondade.

— Desculpa-me. Desculpa-me. Não sabia. Quem não sabe é como quem não vê.

E sem ligação continuou:

— Não me creias um miserável gatuno de estradas, um comum assaltante de ruas. Foi o momento que me fez. Emprego-me em mais altos “trabalhos”, mas preciso de uns “miúdos” e, para obtê-los, o meio se impunha. Se me demorasse, a ocasião perdia-se. Bem sabes, a vida é um combate; se não se fere logo, morre-se. Mas... Deus me ajudará. Toma o teu dinheiro. Arranjarei sem ele como iniciar o meu grande “trabalho”, aquele que é a mira, o escopo da minha existência, que me vai dar, enfim, o descanso (resplandecia), a consideração dos meus semelhantes e o respeito da sociedade. Vai... Tu és sem esperança. Vai-te... Desculpa-me.

Aqueles meus cabelos azuis, cabelos que eram o suplício da minha vida e aqueles meus dentes negros, compuseram-se, dignificaram-se para sorrir ao herói jovialmente, de reconhecimento e ternura.

— Mas quem te faz sofrer rapaz? — perguntou-me o desconhecido.

— Ninguém — falei-lhe eu —, ninguém. É o meu espírito, meu entendimento, é a representação que ele faz do mundo circundante.

Íamos nos separar, quando ainda ele insistia:

— Com isso deves sofrer muito?

Dessa vez, antes de lhe responder pensei ligeiramente. Quem seria aquele homem? Vê-lo-ia ainda uma vez? Nunca mais, era certo. Depois daquele minúsculo incidente de sua carreira, continuaria inflexivelmente na sua grande missão sobre a terra. Teria todo o interesse em me fugir, em desaparecer dos meus olhos, ou senão, reconhecido, se eu encontrando não o denunciasses, ligar-se-ia a mim pela gratidão. Por que, sendo assim, não havia eu de lhe contar o meu segredo? Ouviria, não compreenderia bem; se o quisesse contar a outrem as palavras me faltariam. Certo disso e de que naquele indivíduo a ternura não era um jogo de sociedade, nem uma forma de elegância, quase espontaneamente, pus-me a lhe narrar a minha desventura:

— Dói-me, sim! Dói-me muito. É o demônio que me persegue, é o perverso desdobramento da minha pessoa. É uma companhia má, amarga, tenaz que me esporeia e que me retalha. Ela vai junto a mim, bem junto, no caminho que trilho, haja luz ou haja trevas, seja povoada ou deserta a estrada. Não me abandona, não me larga. Dorme comigo, sonha comigo; se me afasto um instante dela ela volta logo, logo, dizendo-me ao ouvido baixinho, com um

cicio cortante: estou aqui! É um símio irritante que me faz carantonhas e me vai às costas, pula na minha frente, dança esperneia.

O ladrão tinha agora outra espécie de espanto: era o espanto das palavras, das altas palavras. A sua grosseria nativa, primacial, sem limitações de qualquer educação, ia por elas alto, entendendo-as a meio, seu espírito aguçava-se e penetrava melhor no meu.

— Se, em dia claro e azulado — continuei —, vou por entre árvores, crendo-me só, e feliz, o miserável rafeiro que passa, deixa a inexorável busca do osso descarnado, para olhar as caretas do símio em que me desdobro, e ri-se de mim, meio espantado, mas satisfeito. Então, como por encanto o caminho se povoa. Há por toda a parte zumbidos, alaridos, risotas. Do farfalho das árvores ouço: Olá, tingiste a cabeça no céu; mas onde enlameaste a boca? Os seixos rolam, crepitam, e na sua vileza não escolhem palavras, não ensaiam deboches, gritam: mostrengo, vergonha da terra.

O gatuno analisava-me a fisionomia. Detinha-se nos meus olhos, no meu nariz, nos meus lábios, até as minhas mãos, os meus pés mereceram a análise do seu olhar inquieto. Foi por esse tempo que me lembrou de reparar quem estava na minha frente. Era um homem alto, de largas espáduas, membrado, e que, em “sotaque” espanhol, me falou ainda:

— Tu és poeta. Fantasias... Vês demais.

— Talvez que a minha sensibilidade... Mas não, não! Meu organismo não mente, fala a verdade: é como o microscópio a descobrir um mundo hostil onde nada se vê — retorqui eu...

— Não andas por aí, pelos teatros, pelos cafés... Como então é possível isso? — inquiriu ele.

A pergunta me atrapalhava; era da minha natureza estas contradições ostensivas, entretanto pude lhe responder:

— É verdade... mas palmilho tais lugares escravo do meu gênio, servo dos meus sentidos, que são inimigos do meu corpo; posso fugir deles, mas muito me custa seguir o curso imperioso dos meus nervos. Não sei... Não sei... Eu devia fugir, desaparecer, pois mal ando passos, mal me esgueiro numa travessa, das gelosias, dos mendigos, dos cocheiros, da gente mais vil e da mais alta, só uma coisa ouço; lá vai o homem de cabelos azuis, o homem de dentes negros... É um suplício! Tudo se apaga em mim. Isso unicamente brilha. Se um amigo quer referir-se a mim em conversa de outros, diz: aquele, aquele dos dentes negros... Os meus sonhos, as minhas leituras, são povoados pelos momos do símio. Se escrevo e faltam sílabas nas palavras, se estudo e não

compreendo logo, o sagui salta-me na frente dizendo com escárnio: — fui eu que a “cumi”, fui eu que não te deixei compreender...

Meu peito arfava, meus olhos deviam brilhar desusadamente. A animação passava de mim ao ouvinte. Ele todo vibrava às minhas palavras...

— Mas trabalha, sê grande... combate — aconselhou-me.

— Bom conselho, bom... Ah! Como és mau estrategista! Não percebes que não me é dado oferecer batalha; que sou como um exército que tem sempre um flanco aberto ao inimigo? A derrota é fatal. Se ainda me houvesse curvado ao estatuído, podia... Agora... não posso mais. No entanto tenho que ir na vida pela senda estreita da prudência e da humildade, não me afastarei dela uma linha, porque à direita há os espeques dos imbecis, e à esquerda, a mó da sabedoria mandarinata ameaça triturar-me. Tenho que avançar como um acrobata no arame. Inclino-me daqui; inclino-me dali; e em torno recebo a carícia do ilimitado, do vago, do imenso... Se a corda estremece acovardando-me logo, o ponto de mira me surge recordado pelo berreiro que vem de baixo, em redor aos gritos: homem de cabelos azuis, monstro, neurastênico. E entre todos os gritos soa mais alto o de um senhor de cartola, parece oco, assemelhando-se a um grande corvo, não voa, anda chumbado à terra, segue um trilho certo cravado ao solo com firmeza — esse berra alto, muito alto: “Posso lhe afirmar que é um degenerado, um inferior, as modificações que ele apresenta correspondem a diferenças bastardas, desprezíveis de estrutura física; vinte mil sábios alemães, ingleses, belgas, afirmam e sustentam...” Assim vivo. É como se todo dia, delicadamente, de forma a não interessar os órgãos nobres da vida, me fossem enterrando alfinetes, um a um aumentando cada manhã que viesse... Até quando será? Até quando? — fiz eu exuberante.

Uma rajada mais forte do vento que soprava quase apagava o combustor próximo. Ao cantar dos galos já se juntava a bulha do rolar de carroças na rua próxima. O subúrbio ia despertar. Despedi-me do salteador. Andara alguns passos e, como me parecesse que me chamavam, voltei-me e dei com a figura retangular do ladrão, agitando-se ao meneio de sua cabeça, como a venerável bandeira de misericórdia das execuções.

Pelos anos em fora, pelos dias iguais e monótonos que minha vida presenciou, mais fundo que essa incurável mágoa muito sofrida na mocidade, doeu-me à minha alma mais, muito mais a sincera piedade que inspirei àquele homem.

A DOENÇA DO ANTUNES

A fama do doutor Gedeão não cessava de crescer.

Não havia dia em que os jornais não dessem notícia de mais uma proeza por ele feita, dentro ou fora da medicina. Em tal dia, um jornal dizia: “O doutor Gedeão, esse maravilhoso clínico e excelente *goal-keeper*, acaba de receber um honroso convite do Libertad Futebol Club, de São José da Costa Rica, para tomar parte na sua partida anual com o Airoca Futebol Club, de Guatemala. Todo o mundo sabe a importância que tem esse desafio internacional e o convite ao nosso patrício representa uma alta homenagem à ciência brasileira e ao futebol nacional. O doutor Gedeão, porém, não pôde aceitar o convite, pois a sua atividade mental anda agora norteadada para a descoberta da composição da Pomada Vienense, específico muito conhecido para a cura dos calos”.

O doutor Gedeão vivia mais citado nos jornais que o próprio presidente da república e o seu nome era encontrado em todas as seções dos cotidianos. A seção elegante de *O Conservador*, logo ao dia seguinte da notícia acima, ocupou-se do doutor Gedeão da seguinte maneira: “O doutor Gedeão Cavalcanti apareceu ontem no Lírico inteiramente *fashionable*. O milagroso clínico saltou do seu *coupé* completamente nu. Não se descreve o interesse das senhoras e o maior ainda de muitos homens. Eu fiquei babado de gozo”.

A fama do doutor corria assim desmedidamente. Deixou em instantes de ser médico do bairro ou da esquina, como dizia Mlle. Lespinasse, para ser o médico da cidade toda, o lente sábio, o literato à João de Barros, o herói do *football*, o obrigado papa-banquetes diários, o Cícero das enfermarias, o mágico dos salões, o poeta dos acrósticos, o dançador dos bailes de bom-tom etc. etc.

O seu consultório vivia tão cheio que nem a avenida em dia de Carnaval, e havia quem dissesse que muitos rapazes preferiam-no, para as proezas de que os cinematógrafos são o teatro habitual.

Era procurado sobretudo pelas senhoras ricas, remediadas e pobres, e todas elas tinham garbo, orgulho, satisfação, emoção na voz quando diziam: — Estou me tratando com o doutor Gedeão.

Moças pobres sacrificavam os orçamentos domésticos para irem ao doutor Gedeão e muitas houve que deixavam de comprar o sapato ou o chapéu da moda para pagar a consulta do famoso doutor. De uma, eu sei que lá foi com

enormes sacrifícios para curar-se de um defluxo; e curou-se, embora o doutor Gedeão não lhe tivesse receitado um xarope qualquer, mas um específico de nome arrevesado, grego ou copta, Anakati Tokotuta.

Porque o maravilhoso clínico não gostava das fórmulas e medicamentos vulgares; ele era original na botica que empregava.

O seu consultório ficava em uma rua central, bem perto da avenida, ocupando todo um primeiro andar. As antessalas eram mobiliadas com gosto e tinham mesmo pela parede quadros e mapas de coisas da arte de curar.

Havia mesmo, no corredor, algumas gravuras de combate ao alcoolismo e era de admirar que estivessem no consultório de um médico, cuja glória o obrigava a ser conviva de banquetes diários, bem e fartamente regados.

Para se ter a felicidade de sofrer um exame de minutos do milagroso clínico, era preciso que se adquirisse a entrada, isto é, o cartão, com antecedência, às vezes de dias. O preço era alto, para evitar que os viciosos do doutor Gedeão não atrapalhassem os que verdadeiramente necessitavam das luzes do célebre clínico.

Custava a consulta cinquenta mil-réis; mas, apesar de tão alto preço, o escritório da celebridade médica era objeto de uma verdadeira romaria e toda a cidade o tinha como uma espécie de Aparecida médica.

José Antunes Bulhões, sócio principal da firma Antunes Bulhões & Cia., estabelecido com armazém de secos e molhados, lá pelas bandas do Campo dos Cardosos, em Cascadura, andava sofrendo de umas dores no estômago que não o deixavam comer com toda liberdade o seu bom cozido, rico de couves e nabos, farto de toucinho e abóbora vermelha, nem mesmo saborear, a seu contento, o caldo que tantas saudades lhe dava da sua aldeia minhota.

Consultou mezinheiros, curandeiros, espíritas, médicos locais e não havia meio de lhe passar de todo aquela insuportável dorzinha que não o permitia comer o cozido, com satisfação e abundância, e tirava-lhe de qualquer modo o sabor do caldo que tanto amava e apreciava.

Era ir para a mesa, lá lhe aparecia a dor e o cozido com os seus pertences, muito cheiroso, rico de couves, farto de toucinho e abóbora, olhava-o, namorava-o e ele namorava o cozido sem ânimo de mastigá-lo, de devorá-lo, de engoli-lo com aquele ardor que a sua robustez e o seu desejo exigiam.

Antunes era solteiro e quase casto.

Na sua ambição de pequeno comerciante, de humilde aldeão tangido pela vida e pela sociedade para a riqueza e para a fortuna, tinha recalcado todas as satisfações da vida, o amor fecundo ou infecundo, o vestuário, os passeios, a sociabilidade, os divertimentos, para só pensar nos contos de réis que lhe dariam a forra mais tarde do seu quase ascetismo atual, no balcão de uma venda dos subúrbios.

À mesa, porém, ele sacrificava um pouco do seu ideal de opulência e gastava sem pena na carne, nas verduras, nos legumes, no peixe, nas batatas, no bacalhau que, depois do cozido, era o seu prato predileto.

Desta forma, aquela dorzita no estômago o fazia sofrer extraordinariamente. Ele se privava do amor; mas que importava se, daqui a anos, ele pagaria para seu gozo, em dinheiro, em joia, em carruagem, em casamento até, corpos macios, veludosos, cuidados, perfumados, os mais caros que houvesse, aqui ou na Europa; ele se privava de teatros, de roupas finas, mas que importava se, dentro de alguns anos, ele poderia ir aos primeiros teatros daqui ou da Europa, com as onze mais caras mulheres que escolhesse; mas deixar de comer — isto não! Era preciso que o corpo estivesse sempre bem nutrido para aquela faina de quatorze ou quinze horas a servir o balcão, a ralhar com os caixeiros, a suportar desaforos dos fregueses e a ter cuidado com os calotes.

Certo dia, ele leu nos jornais a notícia que o doutor Gedeão Cavalcanti tinha tido permissão do governo para dar alguns tiros com os grandes canhões do “Minas Gerais”.

Leu a notícia toda e feriu-lhe o fato da informação dizer: “Esse maravilhoso clínico e, certamente, um exímio artilheiro...”

Clínico maravilhoso! Com muito esforço de memória, pôde conseguir recordar-se de que aquele nome já por ele fora lido em qualquer parte. Maravilhoso clínico! Quem sabe se ele o não curaria daquela dorzita ali no estômago? Meditava assim, quando lhe entra pela venda adentro o senhor Albano, empregado na Central, funcionário público, homem sério e pontual no pagamento.

Antunes foi-lhe logo perguntando:

— Senhor Albano, o senhor conhece o doutor Gedeão Cavalcanti?

— Gedeão — emendou o outro.

— Isso mesmo. Conhece-o, senhor Albano?

— Conheço.

— É bom médico?

— Milagroso. Monta a cavalo, joga xadrez, escreve muito bem, é um excelente orador, grande poeta, músico, pintor, *goal-keeper* dos primeiros...

— Então é um bom médico, não é, senhor Albano?

— É. Foi quem salvou a Santinha, minha mulher. Custou-me caro... Duas consultas... Cinquenta mil-réis cada uma... Some.

Antunes guardou a informação, mas não se resolveu imediatamente a ir consultar o famoso taumaturgo urbano. Cinquenta mil-réis! E se não ficasse curado com uma única consulta? Mais cinquenta...

Viu na mesa o cozido, olente, fumegante, farto de nabos e couves, rico de toucinho e abóbora vermelha, a namorá-lo e ele a namorar o prato sem poder amá-lo com o ardor e a paixão que o seu desejo pedia. Pensou dias e afinal decidiu-se a descer até a cidade, para ouvir a opinião do doutor Gedeão Cavalcanti sobre a sua dor no estômago, que lhe aparecia de onde em onde.

Vestiu-se o melhor que pôde, dispôs-se a suportar o suplício das botas, pôs o colete, o relógio, a corrente e o medalhão de ouro com a estrela de brilhantes, que parece ser o distintivo dos pequenos e grandes negociantes; e encaminhou-se para a estação da estrada de ferro.

Ei-lo no centro da cidade. Adquiriu a entrada, isto é, o cartão, nas mãos do contínuo do consultório, despedindo-se dos seus cinquenta mil-réis com a dor do pai que leva um filho ao cemitério. Ainda se o doutor fosse seu freguês... Mas qual! Aqueles não voltariam mais...

Sentou-se entre cavalheiros bem-vestidos e damas perfumadas.

Evitou encarar os cavalheiros e teve medo das damas. Sentia bem o seu opróbrio, não de ser taberneiro, mas de só possuir de economias duas miseráveis dezenas de contos... Se tivesse algumas centenas — então, sim! —, ele poderia olhar aquela gente com toda a segurança da fortuna, do dinheiro, que havia de alcançar certamente, dentro de anos, o mais breve possível.

Um a um, iam eles entrando para o interior do consultório; e pouco se demoravam. Antunes começou a ficar desconfiado... Diabo! Assim tão depressa?

Teriam todos pago cinquenta mil-réis?

Boa profissão, a de médico! Ah! Se o pai tivesse sabido disso... Mas qual!

Pobre pai! Ele mal podia com o peso da mulher e dos filhos, como havia ele de pagar-lhe mestres? Cada um enriquece como pode...

Foi, por fim, à presença do doutor. Antunes gostou do homem. Tinha um olhar doce, os cabelos já grisalhos, apesar de sua fisionomia moça, umas mãos alvas, polidas...

Perguntou-lhe o médico com muita macieza de voz:

— Que sente o senhor?

Antunes foi-lhe dizendo logo o terrível mal no estômago de que vinha sofrendo, há tanto tempo, mal que desaparecia e aparecia mas que não o deixava nunca. O doutor Gedeão Cavalcanti fê-lo tirar o paletó, o colete, auscultou-o bem, examinou-o demoradamente, tanto de pé como deitado, sentou-se depois, enquanto o negociante recompunha a sua modesta *toilette*.

Antunes sentou-se também, e esperou que o médico saísse de sua meditação.

Foi rápida. Dentro de um segundo, o famoso clínico dizia com toda segurança:

— O senhor não tem nada.

Antunes ergueu-se de um salto da cadeira e exclamou indignado:

— Então, senhor doutor, eu pago cinquenta mil-réis e não tenho nada! Esta é boa! Noutra não caio eu!

E saiu furioso do consultório que merecia, da cidade, uma romaria semelhante à da milagrosa Lourdes.

A INDÚSTRIA DA CARIDADE

Era dia de moda. A confeitaria regurgitava. Aqueles móveis de falsa laca, muito pechisbeques e pernósticos, davam a tudo um ar de fatuidade e presunção. A frequência especial de cavadores, gigolôs, “melindrosas”, “guitarristas”, bobos alegres etc. enchiam o salão, sentados ao redor das mesinhas, olhando, de quando em quando, de soslaio os espelhos que o circundavam.

A um canto, abancados a uma mesa, tendo uma garrafa de Canadian em frente, dois amigos conversavam. Eram sibaritas desses lugares. Gozam em contar um ao outro o que sabem da vida faustosa dessa gente que, rica de uma hora para outra, se empavesa de repente com coisas caras, tal e qual um régulo africano que, nos salvados de um naufrágio, achando um fardão de oficial de marinha, o veste, põe chapéu armado e fica de pés no chão. Os dois amigos tinham esse prazer, esse “gozo” de andar pelas reuniões públicas, tidas como da moda, para “biografar” os frequentadores.

Já tinham passado em revista a toda sala e, com desgosto, viram que todo o pessoal era “conhecido”.

Afinal, deram com uma família “desconhecida” que procurava esconder as suas maneiras de Catumbi, com uma morgue procurada e sob trajes caros no rigor da moda.

O mais velho, o Chichorro, perguntou ao mais moço, o Veiga:

— Quem é aquela gente? Tu conheces?

— Sim; conheço, Chichorro; aquela gente é típica, é a mais pura representação da época. É a família do major Almério, que é aquele de cinzento.

— Major! Então não é dos “novos”?

— Qual! É da Guarda Nacional, filho!

— Quem é aquele que tem uma pasta, no último mês de gravidez, e está ao lado do tal Almério?

— Aquilo não é uma pasta; é uma “guitarra”. Aquele sujeito é um advogado que anda metido com contrabandistas e gente que tal.

— Compreendo... Ele, o tal Almério, é “guitarrista” também?

— Não. É homem honesto; exerce legalmente a Indústria da Caridade.

— Indústria da Caridade! Tens cada uma — livra!

— Lembras-te dos da *Renée Mauperin*?

— Lembro-me; e como não me havia de lembrar desse livro que me causou tanta emoção.

— Pois bem. Há lá um personagem, cujo nome não me recorda agora, que diz: o furto é a maior indústria do nosso tempo. Os autores do *Renée* dizem que estudam, nesse livro, a burguesia ou um povo burguês de 64; há, portanto, quase sessenta anos que isso era corrente. Hoje ainda continua a ser; mas uma indústria nova apareceu ultimamente.

— Qual é?

— A da Caridade.

— Meu Deus! Isto é uma blasfêmia!

— Mas é uma verdade.

— ?...

— Vou te mostrar como o é. Este Almério, há menos dez anos passados, morava em Bonsucesso, numa casinha, pela qual pagava trinta ou quarenta mil-réis. Vivia sabe Deus como. O aluguel da casa era pago com o produto das costuras da mulher e da filha mais velha, que tinha, por esse tempo, dezesseis anos; e o resto os vizinhos e amigos forneciam. Ele vinha todo o dia à cidade, a ver se arranjava alguma coisa, qualquer lugar, mesmo de servente em qualquer repartição pública. Era, porém, caipora, nada obtinha; mas não desanimava. Veio uma agitação política, por ocasião de uma sucessão presidencial, e ele viu bem que o “caminho do burro” era ser do partido do candidato popular. Recordas-te da anedota de Diderot com Rousseau?

— Qual?

— Aquela da resposta a dar à Academia de Dijon: “Se o progresso das ciências e artes tinha contribuído para a felicidade do gênero humano?”

— Sim; lembro-me, pois não. Rousseau queria responder afirmativamente; mas Diderot disse-lhe que seria burrice: devia responder negativamente.

— Foi o que fez o nosso major. No negócio presidencial, respondeu não; foi contra a opinião geral e acertou. Entrou para uma junta a favor do candidato execrado; fizeram-no major da Guarda Nacional e recebia uma diária pelo serviço de *meetings* etc. Começou a jantar e almoçar diariamente, e a família também. Os seus horizontes se alargaram. Não quis mais emprego, fosse qual fosse. Pensou coisa melhor.

— Que fez?

— Planejou um hospital de crianças. Interessou jornalistas e repórteres do partido na coisa. Recebeu donativos, o governo federal cedeu-lhe o velho edifício do hospital da brigada e casas adjacentes, restauradas, deu-lhe uma subvenção; o governo municipal, outra. Ele se instalou num palacete, mobiliado com remanescentes das subvenções, que lhe dão também para comer e vestir-se luxuosamente, ele, mulher e filhas.

— Como se mantém nessa “mamata”?

— À custa de manifestações a tudo quanto é impopular, portanto, do agrado do “poder”.

— Talvez tenha razão, porque nem tudo o que é popular é justo.

— Não há dúvida, caro Chichorro. Noto um fato social e mais nada.

— O papai Basílio fez pior, com o seu asilo de Santa Rita de Cássia, caso que muito contribuiu para a fama do nosso atual desembargador Ataulfo... Como o tempo corre, hein?

— É verdade. Valha-nos isto: Almério não repetiu o papai Basílio.

Sorveram um trago de uísque e, com o pensamento longe, puseram-se a olhar a sala sem nada ver ao centro e sem trocarem palavra.

A família do major levantou-se e todo o rancho passou por perto dos amigos que sonhavam, mergulhados naquele burburinho de vaidades.

O homem da “guitarra” disse bem alto e cheio de suficiência:

— Consinto em ir jantar com “vocês”; mas com uma condição: eu pago o automóvel.

CASA DE POETAS

(Comédia em um ato)

A Carlos Pereira de Carvalho, meu tio, e a Marques Pinheiro, meus iniciadores no teatro.

PERSONAGENS

Filgueiras, poeta célebre 35 anos
Dr. Clarimundo, juiz aposentado 52 anos
Luís, seu copeiro 30 anos
D. Mariana, sua mulher 45 anos
Clarinda, sua filha 18 anos

A cena representa uma sala de visitas de gente de condição média. Cortinas nas janelas de frente, à direita, e porta de entrada, ao meio delas.

No 1º plano, à esquerda, sofá e cadeiras, sendo uma delas de balanço. As portas que comunicam com os quartos e com o interior, à esquerda. Ao fundo, janelas que dão para uma rua lateral. Estão abertas e vê-se um cenário de montanhas, através das cortinas. Piano, tamborete, estante de música, dunquerque com bibelots, quadros, tudo disposto do melhor modo. Cinco horas. Abril. Época atual.

CENA I

Ao erguer-se o pano, o dr. Clarimundo está sentado na cadeira de balanço; tem sobre as pernas vários jornais e acaba de beber um copo d'água que lhe serve o copeiro. Luís está de pé, com a salva na mão. Clarinda, vestida de branco, com certo gosto e donaire, está a uma janela dos fundos.

CLARIMUNDO (*acabando de beber água*) Então, Luís, viste o soneto que saiu hoje na *Gazeta*?

LUÍS (*categórico, recebendo o copo*) É parnasiano... Não gosto...

CLARIMUNDO (*paternalmente*) É boa!... Não gostas... Como se fosses capaz de fazer melhor!

LUÍS (*seguro de si*) Como não sou? Se o doutor visse o poemeto que fiz hoje...

CLARIMUNDO Dize lá.

LUÍS (*recitando*) O barulho dos pratos.

CLARIMUNDO (*esperando*) Como é?

LUÍS (*com confiança*) O barulho dos pratos.

CLARIMUNDO (*bondoso*) Continua. É inspiração do ofício. Continua.

LUÍS (*recitando*)

Na pia os pratos fazem tec-tec,

Ao encontro dos garfos e das facas.

CLARINDA (*voltando-se*) Deixe o rapaz... A poesia perde todos... Vamos, Luís, continua.

LUÍS (*que até então ficara aterrado, continua*) É a sina da gente...

CLARINDA (*interrompendo, sem sair da janela*) Vá, Luís, deixa isso para mais tarde. Vá tratar de pôr a mesa.

LUÍS (*obediente e saindo*) A senhora é quem perde... Quem não sabe a arte não a estima. (*ao sair*) E era uma lindeza!

*Sai o copeiro, Clarimundo volta a ler os jornais e a moça continua na janela.
Pausa.*

CENA II

(Clarimundo e Clarinda)

CLARINDA (*falando da janela*) Papai, como é ele? É louro? É alto?

CLARIMUNDO (*sem interromper a leitura*) Quem, filha?

CLARINDA (*docemente*) O poeta, papai.

CLARIMUNDO (*continuando a leitura*) Não é alto, nem baixo; é antes baixo que alto... Bem: você há de vê-lo.

CLARINDA (*na janela ainda*) Virá mesmo, papai?

CLARIMUNDO (*deixando cair o jornal, impaciente*) Vem, filha; vem... Espere um pouco.

CENA III

(*Os mesmos e d. Mariana*)

D. MARIANA (*entrando; é gorda e feia*) Você tem cada ideia, “seu” Clarimundo... Convidar esses poetas; ainda outro dia o tal Romualdo...

CLARIMUNDO (*com os olhos no jornal*) Já vem você. Queria que ele te namorasse, não é?

D. MARIANA (*sentando-se*) De certo, não; mas tratar-me assim... isto é... sem atenção particular, sem uma amabilidade, é demais! Você não diz que eles gostam das senhoras?

CLARIMUNDO (*titubeante e deixando o jornal*) É... sim... As senhoras... É... As moças, sim.

D. MARIANA (*agastada*) Por acaso, eu sou alguma velha coroca, ou um monstro para que eles fujam de mim? A sinhá Bandeira é mais feia e velha que eu, e já tem um soneto que lhe foi dedicado. (*categórica*) Eu não sou uma velha de oitenta anos!

CLARIMUNDO (*irônico*) Você está na flor da idade.

D. MARIANA (*irônica*) Não tanto quanto você, meu lindo poeta. (*pausa*) Ainda por cima, esses tais poetas se fazem esperar... Olhe: o jantar já está pronto.

CLARIMUNDO (*familiar e persuasivo*) Filha, isto não vai assim... Um homem, como ele, uma notabilidade, um grande poeta, tem direito a essas atenções.

CLARINDA (*chegando-se ao grupo e sentando-se*) Como é o nome do livro dele, papai?

CLARIMUNDO (*como quem se recorda*) Nu... Nuvens... Brumas... Não sei. Não tenho boa memória.

D. MARIANA (*que fora arranjar uns bibelots, ao sentar-se*) É boa! (*ri devagar*) É boa!... Você nem sabe o nome do livro! Como é então que você admira o homem?

CLARIMUNDO (*sentencioso*) Mulher, os poetas têm direito à nossa admiração, mesmo quando não lhes lemos os versos — fique certa disso!

Soa uma campainha.

CLARINDA (*erguendo-se precipitada*) Está aí.

Todos se erguem e Clarimundo vai receber o poeta à porta de entrada.

CENA IV

(Os mesmos e Filgueiras)

CLARIMUNDO (*apresentando*) O doutor Filgueiras... Minha filha e minha mulher.

Trocam-se os cumprimentos.

FILGUEIRAS (*com afetação*) Encantado em conhecê-las.

D. MARIANA (*polidamente*) Sente-se, doutor. Deixe-me ver o seu chapéu, doutor. (*agarra o chapéu e vai descansá-lo numa cadeira ao fundo enquanto os outros vão sentar-se*)

CLARIMUNDO (*sentando-se*) Então, doutor, tem feito muitos versos?

FILGUEIRAS (*sentando-se e olhando de soslaio Clarinda, que não cessa de medi-lo da cabeça aos pés*) Alguma coisa... O doutor sabe, na nossa terra, não se tem vontade de trabalhar. Não temos recompensa para o nosso esforço.

D. MARIANA (*sentando-se*) Os seus livros são grandes?

FILGUEIRAS (*dissimulando o espanto*) Alguns são, minha senhora; outros não. Não gosto muito das grandes composições, nem dos grandes livros.

CLARINDA (*ingênua*) Mas um livro não deve ser volumoso, grande?

FILGUEIRAS (*sorridente*) O que vale não é o peso, é o conteúdo.

CLARIMUNDO (*superior*) Eu também sou como o doutor, não gosto dos livros grandes. Esse tal Camões...

D. MARIANA (*interrompendo*) Como é que você anda sempre com aquele *livrão* enorme?

CLARIMUNDO (*amolado*) Aquilo é o dicionário, filha.

CLARINDA (*ingênua*) Então, o dicionário serve para fazer versos?

FILGUEIRAS (*apressado*) Às vezes, para ver um termo ou outro. Compreende, a senhora, que nem sempre sabemos...

CLARIMUNDO (*interrompendo*) Não sabe o doutor de que poesia gosto mais?

FILGUEIRAS (*com falsa modéstia*) “A tentação de Xenócrates”, do Bilac.

CLARIMUNDO (*expansivo*) Qual isso, qual nada! É de uma poesia muito pequena.

CLARINDA (*com segurança*) É bem bonita... Conhece... É o “Beijo”.

D. MARIANA (*solícita*) Não é aquela que você cortou e pregou no livro de seu pai? Não é, Clarimundo?

CLARIMUNDO (*acudindo*) Esta mesma... Veio até no *Malho*, do ano passado.

FILGUEIRAS De quem é?

CLARIMUNDO Eulino Breves — conhece?

FILGUEIRAS (*com desdém*) Nunca lhe ouvi o nome.

D. MARIANA É muito bonita! Que lindeza, doutor! (*para Clarinda*) Você não a sabe de cor?

CLARINDA Não, mamãe.

CLARIMUNDO Vá buscar o livro, minha filha, para o doutor ver.

Clarinda sai.

CENA V

(Os mesmos, menos Clarinda)

FILGUEIRAS (*a Clarimundo*) É essa moça o único filho que o doutor tem?

D. MARIANA (*precipitando-se*) Temos mais um, o Inácio...

FILGUEIRAS Não tem nenhum gosto pelas artes, esse seu filho, minha senhora?

CLARIMUNDO (*desgostoso*) Qual! É só negócio de remos, tiro ao alvo, futebol... Um bruto!

D. MARIANA Qual! Não diga isso, Clarimundo. É até um rapaz estimado. *O Esporte* trouxe o seu retrato e tem tirado dois campeonatos; e só não tirou o

deste ano porque esteve doente e não pôde cotejar bastante. Quantas medalhas tem ele, chi! Quando põe tudo aquilo no peito parece até o duque de Caxias! Então, um rapaz desses é um bruto, doutor?

FILGUEIRAS (*distraído*) De certo que não. (*tirando um cigarro*) A senhora dá licença que fume?

D. MARIANA Pois não, doutor.

FILGUEIRAS Fumo muito. (*acende o cigarro, vai atirar o palito do fósforo pela janela do fundo, volta e fica de pé*) A tarde está bela, não é doutor? (*Clarinda vem entrando*) Parece que o céu, de tão fino, quer ficar transparente e mostrar o seu mistério. (*Clarinda fica a ouvi-lo, calada e admirada*)

CENA VI

(*Os mesmos e Clarinda*)

CLARINDA (*entrando*) Está aqui, papai, o livro.

CLARIMUNDO Dê-me cá. (*põe os óculos e folheia o livro de recortes e poesias manuscritas*) Quer ver uma composição minha, doutor?

FILGUEIRAS De muita boa vontade.

CLARINDA Lê aquela, papai: “A Partida”.

D. MARIANA (*desdenhosa*) Não sei como você pode gostar de semelhante coisa... Seu pai, um homem velho, a ter derriços... Ora!

CLARIMUNDO É poesia, mulher!

FILGUEIRAS Se a senhora consente, eu pedia licença para que o doutor lesse.

D. MARIANA (*risonha*) Já que deseja...

CLARIMUNDO Então vou ler. (*lendo*) “Quando te foste numa barca triste” (*interrompendo*) O doutor não acha que barca está bem aí?

FILGUEIRAS (*hesitando*) É... É... Está.

CLARINDA Mas não foi em barca, papai; foi num pacote. Não se lembra? Até...

D. MARIANA (*interrompendo, zangada*) Então, isto é verdade, hein? (*erguendo-se*) Seu peralvilho! Seu bilontra! Seu patife! Então?

FILGUEIRAS Minha senhora...

CLARINDA (*nervosa*) Mamãe...

CLARIMUNDO (*atrapalhado*) Juro que...

D. MARIANA (*continuando, zangada*) Diante dos meus olhos, hein? Quem diria que este velho, esse jagodes... Que canalha! Não me verás mais! (*sai arrebatadamente*)

CLARINDA Mas, mamãe...

CENA VII

(*Os mesmos, menos d. Mariana*)

CLARIMUNDO (*depois de uma pausa*) Doutor, não há de reparar, não é? Minha mulher é muito zangada... Tem gênio, mas passa logo... Foi você, Clarinda, quem arranhou tudo isso...

CLARINDA (*titubeando*) Eu me tinha esquecido que...

FILGUEIRAS Oh, doutor! Eu sei que são essas coisas...

CLARIMUNDO Em todo o caso, vou lá... É bom acalmá-la, não acham? (*levanta-se e dirige-se à porta. Quase lá, vira-se*) Desculpe-me, sim, doutor. Clarinda, converse com o doutor... Toque piano...

Clarimundo sai.

CENA VIII

(*Filgueiras e Clarinda*)

FILGUEIRAS (*depois de um silêncio, embaraçado*) Toca muito, dona Clarinda?

CLARINDA (*sonhando*) Ultimamente, pouco. (*pausa; outro tom*) Não sei, doutor; não sei por quê, depois que papai meteu-se nessas coisas de poesia, tudo aqui anda levado da breca.

FILGUEIRAS Mas ele não gosta disso há muito tempo?

CLARINDA Não. De uns tempos para cá, é que lhe deu na telha... Mamãe há dias que fala, que diz mal; há outros que gosta... Ela diz que os poetas não lhe prestam atenção. (*ingênua*) Eu não sei o que ela quer dizer com isto... (*entristece*) Meu irmão não há meio de querer saber disso. Enfurece-se, grita, diz que papai está doido. O doutor acha que ele está?

FILGUEIRAS (*ameno*) Qual! É uma pequena preocupação, mais nada.

CLARINDA (*tristonha*) Mas ele nunca foi assim. Lá no Estado, quando juiz, não tinha senão livros de direito... Agora, leva atracado com poetas, dicionários, revistas... Não sei! Quem sabe? Eu também fico às vezes a pensar que não estou com juízo. Procuro entender isso, penetrar bem, compreender, mas a coisa me foge. Às vezes, sinto bem um trecho, um verso, uma quadra. A minha alegria é grande; mas quero ir adiante, a coisa me escapa e tudo o que aquelas palavras dizem não entra na minha cabeça. É assim como se eu quisesse (*gesto*) apanhar a luz, o ar, o perfume das flores com as mãos... Eu não sei... O doutor não me poderia dizer, como é, hein, doutor?

FILGUEIRAS (*compassivo*) A senhora é muito moça, tem visto pouco a vida. O tempo dar-lhe-á essa penetração que deseja, e então verá a beleza toda inteira, que lhe escapa agora.

CLARINDA Eu lhe digo francamente: eu não acredito que meu pai entenda também. Ele às vezes dorme sobre os versos que está lendo... Quando se amam as coisas — não é doutor...? — só podemos ter prazer com elas... Ainda há pouco o doutor olhou o céu e disse que ele estava tão fino que parecia querer revelar o seu mistério, não foi?

FILGUEIRAS (*enternecido*) Foi.

CLARINDA (*poética*) Pois bem. Eu não queria dizer essas coisas como o doutor, mas queria olhar as árvores, o mar, o céu e as estrelas, e ver mais do que árvores, mar, céu, estrelas, como os senhores. Então, talvez, eu entendesse...

Os dois calam-se. A moça fica a olhar o ocaso sanguíneo, pela janela do fundo; e o poeta a olhá-la cheio de espanto.

CENA IX

(Os mesmos e D. Mariana)

D. MARIANA (*entrando*) Estão jogando o sério?

CLARINDA (*senhora de si*) Então, mamãe, não se janta? O doutor Filgueiras deve ter fome.

FILGUEIRAS Não, ainda é cedo. Janto sempre tarde, com luzes... É mais agradável.

D. MARIANA O doutor há de ter paciência. Esperamos o Inácio, o meu filho. (*outro tom*) Clarinda, onde estão as chaves do armário?

CLARINDA Lá em cima do guarda-comidas.

D. MARIANA Vá mostrar ao Luís, que não há meio de achá-las.

Clarinda sai.

CENA X

(Filgueiras, d. Mariana e mais tarde Clarimundo)

D. MARIANA O Clarimundo manda pedir-lhe desculpas se tem demorado um pouco. Eu também lhe peço desculpas se...

FILGUEIRAS (*delicado*) Não há motivos para isto... Eu sei bem o que são essas coisas e...

D. MARIANA Que o doutor faça versos apaixonados, vá. É moço, é solteiro, mas um carcaça como meu marido, um lambisgoia, é indecente...

FILGUEIRAS Isso não quer dizer nada. Muitos poetas...

D. MARIANA (*interrompendo e faceira*) O doutor ainda não teve ocasião de dizer algumas das suas poesias.

FILGUEIRAS (*sorrindo, orgulhoso*) Logo mais tarde, não acha?

D. MARIANA (*sedutora*) O doutor deve ter belos versos... Tão moço! tão belo! Diga um pequeno, o último... gosto tanto... (*chega-se para ele*) Vamos, doutor!

FILGUEIRAS (*esgueirando-se*) Não são próprios... A senhora sabe, versos de poeta moço...

D. MARIANA Sou casada, que tem?

FILGUEIRAS Se a senhora permite...

D. MARIANA (*chegando a cadeira*) Como se chama, doutor?

FILGUEIRAS (*afastando um pouco a cadeira*) “Quero beijar-te.”

D. MARIANA (*aproximando mais a sua*) Deve ser lindo. Que título feliz!

FILGUEIRAS (*atarantado*) Por que não deixamos isso para mais tarde?

D. MARIANA (*sedutora*) Oh! doutor! Eu teria tanto prazer... Diga, doutor!

FILGUEIRAS (*tosse e começa*) “Quero beijar a tua boca ardente...”

D. MARIANA (*cheia de si*) Como é doce de ouvir... Oh!

FILGUEIRAS (*continuando*) “Quero beijar o teu sedoso colo.”

D. MARIANA (*envaidecida, chega-se mais e toma as mãos do poeta*) Como seria bom, meu Deus!

CLARIMUNDO (*entrando e parando na porta*) Então, Mariana, você já gosta de poesia? Eu não dizia... Isto é casa de poetas.

Cai o pano.

OS NEGROS

(Esboço de uma peça)

Segundo, ou antes, trilhando
Maurice Maeterlinck

.....a dor poreja,
Quando o chicote do simum dardeja
O teu braço eternal.
Castro Alves

Aos irmãos João, Antônio e Carlos Noronha dos Santos.
O. D. e C.
O Autor.

PERSONAGENS

Um velho negro
1º negro
2º negro
3º negro
Uma negra com um filho ao colo
Outra negra mais moça

Cena nos tempos da escravidão. No recanto de um penhasco abrupto, aberto como uma concha de mão, para o mar infinito, acorados e sentados, há um grupo de negros. Quase todos olham o augusto mar translúcido, cujas vagas alçam-se em curvas voluptuosas e quebram-se na praia, espadanando em espuma clara. A sucessão das ondas acaba por parecer uma única, enorme, contínua, a se transbordar da direita para a esquerda, beijando a areia e fazendo tilintar os seixos e as conchas. À esquerda e à direita, pontas de rocha negra, requeimada e nua de

vegetação, avançam para o mar, caindo a prumo sobre as águas, interrompendo a praia durante muitos metros e fechando o caminho para os lados. Às costas, o forte declive do penhasco chapa-se repentinamente; e, embaixo, à flor do solo, na anfractuosidade do monolito, abre-se uma cavidade escura, vagamente perceptível por entre as frinças das árvores que a tampam.

Ergue-se a penedia, alta, escarpada, balizada de coqueiros; e, como um traço de giz, ondula por ela acima, cheio de precipícios e perigos, um estreito caminho vigiado de um e outro lado pela Morte. Um negro velho, barbado, de barbas brancas, tendo o lanhudo cabelo branco emaranhado como algodão em pasta, está sentado sobre um pedaço de rocha. De quando em quando, levanta o olhar para a linha distante onde o mar se confunde com o céu num esbatido de flocos de nuvens. Mal se lhe sente viver. Os olhos estão parados nas órbitas; não há neles nem amor, nem ódio, nem esperança, nem temor. Movendo-os, fica rígido; é como se fosse uma tosca escultura talhada na adusta rocha em que se senta.

Os negros estão ao seu lado, de um e outro, e, rasando com o olhar a praia, olham enigmaticamente o mar. Uma negra tem o filhinho ao colo, dormindo. Os traços grosseiros da criança, no sono, se adelgaçam, afinam-se e acabam por emanar a misteriosa beleza da ingenuidade, da inocência.

Ao mugir das vagas, ao tilintar dos seixos na praia, juntam-se o frêmito da floresta e o pio nostálgico das aves. No silêncio, tudo é ruído confuso, ininteligível; e, de longe em longe, um canto estrídulo rebenta como marcos naquela triste viagem pelo Sonho. Os anuns pintalgam de negro, esvoaçando, o costão verde da penedia. Já não se vê mais o sol; sumiu-se de há muito por detrás do alto penedo. É boca da noite. Em breve ela cai seguida de segunda cúpula negra de tempestade, que se ergue vagamente dos cumes garfados do Norte.

1º NEGRO Não há mais mariscos; a areia está vazia.

2º NEGRO A areia está vazia! E a rocha, não tem ostras?

1º NEGRO A rocha não tem mais nada. (*silêncio*) Eles virão?

3º NEGRO Virão, sim. Custarão; procurarão aqui, ali, e hão de nos achar.

NEGRA VELHA ‘Stamos muito longe da fazenda?

2º NEGRO Muito, pois quase andamos quatro dias pelos matos. (*a brisa começa a soprar*)

NEGRA MOÇA Quantos espinhos há pelo mato! E os cipós? Não dávamos dez passos que não caíssemos. Andávamos como numa casa às escuras... A todo instante batíamos nas paredes... E as cobras! Pisei numa jararaca, parecia

gelo... Era fria, macia... Foi Deus que me salvou. De noite, havia fogo, luzes, sombras no mato. Experimentávamos as árvores, descansávamos. Pássaros chamejantes passavam junto a nós...

NEGRO VELHO As cobras são boas. Só mordem a quem as persegue. Sei falar com as cobras. E os pássaros acendem fogo para nos ensinar o caminho.
(silêncio)

1º NEGRO Se uma cobra aparecesse, tínhamos o que comer hoje.

NEGRA VELHA Antes morrer de fome. Veneno de cobra mata a gente num abrir e fechar de olhos...

NEGRO VELHO Veneno de cobra cura-se.

3º NEGRO Toda carne é boa de comer, desde que se tenha fome...

NEGRO VELHO Toda carne é boa de comer... Toda carne é boa, é boa de comer... *(a brisa mais forte faz redemoinhar em torno deles folhas secas. As embaúbas inclinam-se e estalam. O céu começa a turvar-se. Grandes nuvens negras galopam, rolam e a lua, temerosa em aparecer, filtra-se através dos novelos negros com mágoa e raiva)*

1º NEGRO Passa um navio; lá, ao longe. Como corre! Parece uma porção de patos juntos, ligados, unidos um ao outro.

3º NEGRO Os navios, que não nos vejam eles... Quando vim, da minha terra, dentro deles... Que coisa! Era escuro, molhado... Estava solto e parecia que vinha amarrado pelo pescoço. Melhor vale a fazenda...

2º NEGRO É longe a tua terra? Lá só há negro?

3º NEGRO Não sei... Não sei... Era pequeno. Andei uma porção de dias. As pernas doíam-me, os braços, o corpo, e carregavam muito peso. Se queria descanso, lá vinham uns homens com chicotes. Vínhamos muitos, de vários lugares. Cada qual falava uma língua. Não nos entendíamos. Todo o dia, morriam dois, quatro; e os urubus acompanhavam-nos sempre.

— Minha terra... Não sei... Era perto de um rio, muito largo, como o mar, mas roncava mais... Sim! Tudo era negro lá... Um dia, houve um grande estrépito, barulho, tiros e quando dei acordo de mim estava atado, amarrado e... marchei... Não sei... Não sei... *(tudo agora é escuro. As nuvens fecharam-se. O luar não as pôde mais atravessar)*

NEGRA VELHA E eu não sei nada mais donde vim. Foi dos ares ou do inferno? Não me lembro... Do que me lembro, foi do desembarque. Havia muito mar. Fomos para o barracão. Davam-nos uma gamela e nela comíamos todos, ao mesmo tempo. Depois, vieram homens. Escolheram dentre nós alguns. Experimentavam os dentes, os braços, faziam abrir as pernas,

examinavam a nós, com cuidado; e, ao fim, andávamos por muitas terras. Eu fui comprada pelo coronel. *(silêncio)*

2º NEGRO O coronel não é mau; mas o feitor... Que homem! Tem o coração de pedra. Um dia me pôs no tronco... Eu respondi-lhe mal... Ele me deu uma ordem, eu não cumpri... Fiquei dois dias no tronco, a pão e água. No fim, parecia que não tinha mais pernas. Elas estavam tão dormidas, esquecidas! Quando me levantei, cambaleei... Caí...

1º NEGRO O tronco... O tronco...

NEGRO VELHO O tronco faz a gente sonhar. *(as nuvens fecham-se cada vez mais. A atmosfera pesa. Está como que saturada pela fumaça de um milhão de forjas)*

NEGRA MOÇA O tempo muda... Se ao menos chovessem gafanhotos...

3º NEGRO Gafanhotos! Bolas! Vamos subir o morro. Deve haver caça.

NEGRA VELHA Eles podem estar lá. Ontem, ouvi um cão latir daqueles lados. Esperemos. *(as nuvens se acumulam em torno da cabeça do penhasco)* Amanhã, depois...

1º NEGRO Esperemos. *(levantando-se, olha o mar coberto de negrume. As ondas altas, negras, debruam-se de fosforescências, quebrando a praia. Volta-se; olha o penhasco. Pequenas línguas de fogo, a meia encosta, sobem e descem, ocultam-se e surgem de novo. Brilham com um brilho azulado, lívido; uma maior ergue-se. A escuridão povoa-se. Há cavalos enormes, de vinte pés, homens de decâmetros)* Almas! Almas do outro mundo! *(senta-se)*

3º NEGRO Lá... Lá... *(silêncio)* Descem...

2º NEGRO São demônios... Perseguem-nos... Fugamos.

NEGRA MOÇA Na fazenda havia desse fogo; e nunca fugimos.

NEGRA VELHA O morro vai cair... *(a escuridão envolve o penhasco, faz corpo com ele e agitação, que o vento, já forte, leva às nuvens e às árvores, parecendo abalar a imensa penedia)* Vamos para a praia... Vamos... *(todos se levantam. O negro velho, indiferente, vai ao centro do grupo. Marcha empurrado pelos outros. O vento agita-lhes as roupas esfrangalhadas. À borda do mar, quase roçando a marca das vagas, sentam-se na areia. O negro é intenso. Nada se vê)*

CRIANÇA Mamãe... Mamãe... As portas estão fechadas?

NEGRA VELHA Sim, meu filho... Estão todas...

CRIANÇA E as janelas também, mamãe?

NEGRA VELHA Sim, meu filho... Estão todas...

CRIANÇA Como é que o vento entra, mamãe?

NEGRO VELHO Os ventos entram pelas portas e janelas fechadas...

2º NEGRO Um bote... Um barco...

3º NEGRO Um barco... Um bote...

1º NEGRO Sinhô-moço contava que não sei que santo salvou-se engolido por uma baleia, que depois deixou-o numa praia.

NEGRA MOÇA Era um, um só...

3º NEGRO É um peixe muito grande.

2º NEGRO A boca é do tamanho de uma casa.

1º NEGRO Podia levar a todos nós pra longe.

NEGRA VELHA Podia... Podia...

3º NEGRO Olhem! E vem! *(pelo alto-mar, passam formas vagas. Grandes barcos, monstruosos peixes espadanam à tona)*

1º NEGRO Onde? Ali? E vem...

NEGRA VELHA Ê vem... Ali... Ali... Ali...

2º NEGRO Caberá a todos nós...

NEGRA VELHA Todos nós. *(olha)* Nada... Nada... Foi-se... *(o mar começa a subir. A maré aos poucos vai fazendo caminhar pela praia acima. Já tocam a orla da vegetação e olham o mar em frente, cravando o olhar desesperadamente. De repente, abre-se um relâmpago. Um ronco fortíssimo segue-se)*

TODOS *(exceto o VELHO)* Santa Bárbara! São Jerônimo! *(persignam-se)*

CRIANÇA *(despertando)* Mamãe, por que não deixa a candeia acesa? *(silêncio)*

1º NEGRO Já chove... *(grossos bagos de chuva caem espaçados. Caem como se fossem pedrinhas atiradas pelos garotos)*

CRIANÇA O teto está furado, mamãe? Chove dentro de casa...

NEGRO VELHO Na nossa casa, sempre chove. *(silêncio)*

1º NEGRO Há passos, parece uma tropa em marcha... Espoucam tiros...

3º NEGRO Lá vem muita gente... Não ouvem como as folhas choram? Elas estão sendo esmagadas, coitadinhas!

NEGRA MOÇA São tantos! Tantos! Que barulho! Mas vem longe!...

1º NEGRO Não tardam... Não tardam...

3º NEGRO Não custarão... E vêm! E vêm!

2º NEGRO Por onde passará tanta gente? Não há caminho.

NEGRA VELHA Descem. É como se fossem bagos de café, a cair numa lata de folha.

CRIANÇA Mamãe, mamãe... Que barulho é esse?

NEGRA VELHA Não sei... É a chuva...

1º NEGRO Tio! Tio! Que é isso? (*o negro velho caiu. A criança chora, chora muito*)

2º NEGRO Tio! Tio!

3º NEGRO Que é isso, tio, tio?

NEGRA MOÇA Ele morre, ele morre... (*silêncio*) Tio, tio... (*a criança chora cada vez mais*)

NEGRA VELHA Tragam água... Ele morre... Tio... Tio... (*a criança chora. E, durante uma pausa, ouve-se um tiro próximo*)

Laus Deo!

21 de setembro de 1905.

S.A.I. JAN-GHOTHE

Abu-al-Dhudut gozava placidamente o trono do país de Al-Patak, que ele tinha usurpado da maneira mais inconcebível.

Sabia que era impopular, que o povo ridicularizava com canções satíricas a sua pessoa desgraçada e proclamava também os seus méritos intelectuais com anedotas hilariantes.

Isto, porém, não o aborrecia, porque, tendo a mesa farta, um harém sortido e sobretudo honras das tropas, dos *caide* e presentes dos príncipes estrangeiros, ele se satisfazia e se julgava um grande sultão, igual àqueles que ilustraram o trono de Al-Patak.

De quando em quando, tinha desejos de se fazer notável e tomava alvitres singulares. Certa vez quis ser protetor das letras e fundou uma Academia no seu palácio. Nem de propósito: Dhudut juntou nela tudo quanto foi mau rimador da cidade.

Em outra, entendeu em dar casas baratas a toda a gente e gastou na construção delas tanto dinheiro que foi preciso lançar pesados impostos para que o Tesouro não ficasse vazio. Tal coisa veio redundar no seguinte: o artífice pagava mais barata a casa, mas comprava pelo dobro a passagem e os alimentos. Assim mesmo, os engrossadores proclamaram-no el Mezuar, que quer dizer, segundo alguns: o pai dos operários.

Para uma única coisa ele tinha jeito: era para criar adutores. Calcularam os sábios que cada adutor custava, uns pelos outros, ao Tesouro Público, cinco libras por dia e que, com eles, Abu-Al-Dhudut gastou no seu curto reinado cerca de vinte mil contos na nossa moeda.

Impopular e odiado, por causa de suas vexações e crueldades, quis ter dedicações; e, para isso, abriu as portas das prisões aos criminosos condenados e não prendia os que eram apanhados em flagrante.

A capital do Estado ficou assim entregue aos malfeitores que, não contentes com a espórtula que recebiam do chefe de polícia — *kaïa* —, extorquiam, sob ameaça, dinheiro aos mercadores.

Para os cargos do governo, para os principados vassallos, ele nomeava parentes obscuros e sem saber, chegando até a fazer ulemá do Beit el-Mal, juiz das heranças, um seu primo que não sabia ler o Alcorão.

O povo de Al-Patak é manso e ordeiro. Por isso ele vivia sossegado, tramando violências com o seu vizir Pkent-Phin', um homem cruel e violento, que fora na sua mocidade criador e castrador de cavalos.

Não contava, portanto, com nenhum levante do povo e passava a vida na mesa e no harém, em passeio e festas, sem cuidados nem incômodos.

Os seus parentes também levavam a vida da mesma forma, tanto mais que haviam ficado ricos com as riquezas do Estado e com os presentes que recebiam em troca de proteção a este ou àquele.

Um dia veio, porém, que, não se sabe como, o povo se levantou, levou a tropa de vencida, varou as muralhas que cercavam o palácio de Abu-al-Dhudut e tratou de pô-lo na rua.

Embora o sultão tivesse ficado com muito medo, não quis logo sair pelo caminho escuso que lhe ensinava o seu fiel eunuco Brederodes. Quis ainda carregar algumas riquezas e correu aos subterrâneos do palácio.

Esperava encontrar lá cequins de ouro, aos sacos; diamantes, pérolas, rubis, topázios, safiras, barras de ouro, enfim, riquezas sem número amontoadas pela longa geração de vinte sultões.

Desceu as escadas secretas, sempre acompanhado do seu fiel Brederodes, enquanto o povo ululava diante das portas do palácio e as mulheres do harém ganiam e soltavam gritos estridentes, os quais não lhe davam nenhuma pena. Descia com febre e obsedado.

Chegado que foi ao Tesouro, o guarda veio abrir-lhe a porta chapeada, couraçada e lenta de mover nos gonzos.

O sultão logo perguntou:

— Onde estão os diamantes, escravo?

O guarda respondeu:

— Saberá Vossa Majestade que o vosso sublime irmão, Sua Alteza Imperial Jan-Ghothe, levou-os todos?

— E os cequins? E a prata? E as pedrarias?

O guarda, com todo o respeito e muita calma, respondeu:

— Saberá Vossa Majestade que o vosso sublime irmão, Sua Alteza Imperial Jan-Ghothe, levou tudo?

Abu-al-Dhudut quase desmaiou; e, chorando, disse para o eunuco:

— Brederodes, como sou desgraçado! Não ficou nada para mim!

EL-KAZENADJI

O reinado de Abu-al-Dhudut foi curto, mas cheio de episódios interessantes que o cronista argelino Sidi-Mohammed-ben-Allah conta do modo mais ingênuo e, ao mesmo tempo, florido, capaz de fazer o delicioso encanto dos mais habituados à literatura árabe.

A tradução que vamos dando, além de resumida, fana muito o viço da luxuriante floração do original; mas, se tempo houver e editor, havemos de dar uma completa, respeitando o mais possível as palavras do autor argelino, assim como o seu rendilhado pensamento. Contemos.

Escolheu Abu-al-Dhudut, nos últimos dias de seu reinado, para ser o seu Kazenadji (ministro dos negócios internos do reino) um levantino de nome Sidi-Ercu-ben-Lanod, muito estimado pelas suas letras e sabido nelas como o mais douto ulemá.

Sidi-Ercu-ben-Lanod tinha vivido muito tempo em Marselha, como cônsul de Abu-al-Dhudut; e, fosse pela sua origem infiel, fosse pelo tempo que levou naquela cidade de França, o certo é que contraiu todos os vícios dos cristãos, especialmente dos francos. Feito Kazenadji, ganhando muitos presentes e dispondo do tesouro do sultão, era de esperar que Sidi-Ercu-ben-Lanod aumentasse as mulheres do seu harém e vivesse sabiamente entre elas, como mandam o Profeta e os livros sagrados. Não tinha em grande conta os preceitos do Alcorão e, apesar dos conselhos de um dos seus sogros, Sidi-Glei-ben-Serio, continuou nos seus sacrílegos hábitos de passar as noites fora de sua casa, em visitas amaldiçoadas a certos lugares da feitoria francesa que ficava perto da capital de Al-Patak.

Não contente com ir ele a tão daninhos lugares, seduziu muitos bons muçulmanos a fazer o mesmo. Um destes era o *kaïa*, Pesh-ben-Hôa, que vem a ser entre nós o chefe da polícia militar. Não deixava este funcionário de, todas as noites, acompanhar Sidi-Ercu-ben-Lanod nas suas profanações às regras e preceitos do Profeta.

Ambos, chegados que eram à feitoria, logo se encaminhavam para uma grande casa de uma velha francesa, de nome Susah-Hana, a que chamavam — Cidade das Flores; e entregavam-se a todos os pecados que a religião proíbe.

Deixavam-se arrastar pelo vício de beber licores espirituosos, coisa que mais depressa faz com que entreguemos as nossas almas aos espíritos malfazejos;

e cercavam-se de mulheres infiéis, mediante alguns cequins de ouro, com as quais tinham propósitos mais próprios de se os ter com as verdadeiras esposas.

A religião do Profeta dá a tal respeito tão grande liberdade que não se podia acreditar que aqueles fiéis tivessem prazer em fazer semelhante coisa, fora da comunhão dos crentes.

Mas Sidi-Ercu-ben-Lanod tinha tomado tal gosto por aquele vinho dos francos que borbulha e ferve como os gases danados das estranhas da terra, que não havia meio de deixar de ir uma noite à casa da velha Susah-Hana.

O *kaïa* (o chefe da polícia militar) também se havia habituado e não deixava de acompanhar o Kazenadji.

Certa noite, em que eles tinham bebido bem doze odres do tal vinho, estando, como de costume, na “Cidade das Flores”, Sidi-Ercu-ben-Lanod deu em altercar com o seu companheiro:

— Tua tropa não presta p’ra nada! Os franceses sim é que têm tropa.

O *kaïa*, que era um chefe orgulhoso e patriota, ficou indignado com o despropósito do ministro e respondeu:

— Se tu queres ver, Sidi-Ercu-ben-Lanod, vou agora mesmo formá-la e cercar o palácio de Abu-al-Dhudut.

— Quero ver — disse o outro.

O *kaïa*, meio trôpego e balançando-se que nem uma fragata franca no porto de Argel, levantou-se, veio até à porta, chamou um *spahi* (soldado de cavalaria) e deu as suas ordens.

Os dois ficaram dormindo e a força do *kaïa* cercou o *kasbah* (palácio do sultão), como lhe tinha sido ordenado.

Foi um espanto geral e as tropas do *agha* (ministro da Guerra) acudiram; houve combate, morrendo de parte a parte cerca de dois mil homens.

Sidi-Ercu-ben-Lanod e o *kaïa*, Sirdar-Pessh-ben-Hôa, despertaram na tarde seguinte e nunca a cidade pôde saber por que motivo as tropas do último tinham cercado o *kasbah* e guarnecido as estradas que iam ter a ele.

O JURAMENTO

Logo que Abu-al-Dhudut se apossou do trono de Al-Patak, todos os seus companheiros e amigos quiseram também fazer o mesmo nos reinos vassalos, embora muitos dos soberanos destes tivessem ajudado Abu na sua usurpação.

O primeiro *agha* (ministro da Guerra) ansiava por ocupar o governo do khanato de Al-Sugar, região rica e vasta, que até ali era governada pelo Khan Ross-al-Xeiroso. Este príncipe não se incomodava muito com a administração dos seus domínios e vivia em passeios e festas, fora da sua capital.

Poderoso e rico, tinha ajudado muito Abu-al-Dhudut a subir ao trono de Al-Patak, de forma que todos supunham que as pretensões do *agha* não seriam favorecidas pelo novo sultão.

O *agha*, porém, não se incomodou com os serviços que Ross-al-Xeiroso tinha prestado a seu amo e senhor e tratou de encher o khanato de Al-Sugar de *spahis*, bombardeiros e outras tropas irregulares, sob o pretexto de que as tribos do deserto ameaçam a capital do khanato e Ross-al-Xeiroso nada fazia, deixando-se ficar entregue aos prazeres e folguedos.

Este príncipe, vendo que o *agha* continuava nos seus propósitos de usurpação, pediu uma audiência a Abu-al-Dhudut, no que foi imediatamente atendido.

Recebeu-o Abu no divã do *kasbah* (palácio imperial) e fez todas as promessas ao príncipe vassalo:

— Ross-al-Xeiroso, juro pelos santos livros, pelo Alcorão, que prefiro pôr termo aos meus dias do que te ver fora do governo de Al-Sugar.

Ross-al-Xeiroso saiu seguro de que continuaria no governo e que o seu filho herdaria a sua coroa de príncipe, mantendo a sua descendência nela.

Em breves dias, porém, soube que o *agha* tinha mandado mais tropas para os seus domínios.

Correu de novo a Abu-al-Dhudut que lhe reiterou as promessas feitas.

Ross-al-Xeiroso voltou a divertir-se alguns dias, quando teve notícias que o *agha*, à frente das tropas que para lá tinha enviado, tomara conta do governo de Al-Sugar e, como khan, fora reconhecido por todos, inclusive por Abu-al-Dhudut.

Esperou ainda alguns dias a ver se o sultão se matava; ele, porém, continuou a viver a melhor das saúdes.

Ross-al-Xeioso, contudo, espera até hoje que Abu-al-Dhudut cumpra a sua palavra santa de sultão e chefe dos crentes.

A FIRMEZA DE AL-BANDEIRAH

Abu-al-Dhudut não usurpou o trono de Al-Patak sem que houvesse grande oposição por parte de espíritos eminentes e mesmo de províncias inteiras do país.

A todas estas, ele subjugou e dominou, excetuando o khanato de Al-Bandeirah cuja riqueza e prosperidade eram muito admiradas no país.

Esse khanato era governado por quatro ou cinco famílias que, sob o pretexto de terem feito a independência de Al-Patak e proclamado o sultanato, se sucediam no governo da província e a exploravam em seu proveito, tanto nos altos cargos, como no monopólio de bancos, indústrias e a exportação de tâmaras.

Sob o disfarce de auxiliar a lavoura desse fruto, os membros dessas quatro ou cinco famílias conseguiam dos soberanos privilégios e auxílios pecuniários que engrandeciam as suas indústrias, tornavam sem concorrentes os seus produtos e favoreciam grandes lucros nas suas explorações agrícolas.

Temendo que Abu-al-Dhudut não continuasse, como os seus antecessores, a lhes dar tudo o que pediam, armaram uma grande oposição ao seu governo, agitaram os espíritos e fizeram com que muita gente perdesse haveres, cargos e até a vida.

Abu-al-Dhudut, quando se viu seguro no trono, tratou de invadir a província e castigá-la, conforme entendesse.

Organizou tropas e dispôs as coisas de forma a vencer os recalcitrantes de Al-Bandeirah.

O povo dessa província pôs-se como uma só pessoa ao lado dos oligarcas que o governavam com muita habilidade e tal era esta que ninguém podia supor que o que eles defendiam eram os seus interesses particulares de donos de bancos, de chefes de casas comerciais, de proprietários de minas e fábricas, de ricos cultivadores de tâmaras.

O entusiasmo e o ardor da população pela causa de sua autonomia eram tais que tudo fazia esperar que a guerra civil rebentasse. Mas, como os membros das famílias que governam Al-Bandeirah eram antes de tudo homens de negócios, de especulação comercial e não tinham interesse em guerrear, mas sim amedrontar Abu-al-Dhudut de modo a que este não perturbasse as suas

existências regaladas, trataram de arranjar as coisas de modo mais cômodo, tanto mais que o sultão continuava no seu propósito de intervenção.

Pondo de parte tudo o que tinham afirmado com tanta altivez, procuraram um príncipe da família de Abu e arranjaram, por alguns milhares de piastras e outros dons, que não houvesse a invasão projetada.

Dessa maneira eles continuaram a fruir e a aumentar as suas riquezas, embora tivessem arrastado, com a agitação que fizeram, com os juramentos que juraram, muita gente à miséria, à enxovia e à morte.

O DESCONTO

Como foi contado, o khanato de Al-Bandeirah, depois de arrotar muita farofa, que fazia e acontecia, acabou por comprar a não invasão das tropas de Abu-al-Dhudut por bom dinheiro.

Essa província de Al-Bandeirah, como se sabe já, é governada por vários magnatas e algumas famílias, entre aqueles conta-se o *sidi* Cinsin-ben-Nhato que é, a bem dizer, o general da oligarquia do khanato.

Ele, quando os tais cultivadores de tâmaras gastam à vontade e ficam encalacrados, corre ao sultão e diz cheio de choro e lábia:

— Majestade, os cultivadores de tâmaras estão morrendo à fome; o produto da venda não paga as despesas que dá o seu cultivo; os grandes empregam toda a sua fortuna para que ele baixe.

Aí ele faz uma pausa e continua alteando a voz:

— É preciso que Vossa Majestade vá ao encontro das necessidades dessa pobre gente que tanto concorre para a grandeza do reino que é de Vossa Majestade.

— Mas como, *sidi*?

— Como? Dando-lhes dinheiro, Majestade.

— Não tenho. O meu tesouro está esgotado.

— Majestade: o poder de Vossa Majestade é grande e há um meio.

— Qual?

— Vossa Majestade decreta um imposto sobre os mendigos do reino, que haverá dinheiro para socorrer os miseráveis cultivadores de tâmaras.

Os sultões todos lhe fazem a vontade e os de Al-Bandeirah se blasonam de ricos e trabalhadores.

Há outros casos que hei de contar-lhes, mas agora quero lembrar um muito típico.

Os tais de Al-Bandeirah tinham, como já foi narrado, comprado um príncipe irmão de Abu-al-Dhudut, para que este não invadissem com as suas tropas o khanato.

O príncipe, que era seguro, foi em pessoa buscar o preço do negócio.

Trotou várias e muitas léguas em camelo e chegou à capital da província ex-semirrebelde.

Falou ao khan e este mandou ordem ao seu tesoureiro, para que lhe pagassem 350 mil piastras.

O irmão de Abu foi logo à presença do funcionário, que lhe disse:

— Príncipe: Vossa Alteza poderá ir para o palácio de Vossa Alteza que o dinheiro irá lá ter.

De fato assim foi e um empregado do tesouro lá chegou com os sacos de ouro.

Esperou este que o príncipe contasse o dinheiro. Acabou e exclamou furioso:

— Mas faltam 35 mil piastras.

— Príncipe: é a minha porcentagem. Dez por cento.

O irmão de Abu calou-se.

A SOLIDARIEDADE DE AL-BANDEIRAH

Dos principados vassalos que constituíam o reino de Al-Patak, não foi só Al-Bandeirah que não quis reconhecer Abu-al-Dhudut como sultão.

O khanato de Hbaya também, por intermédio do seu príncipe reinante, sempre protestou contra a usurpação. Ao contrário do primeiro, esse principado era trabalhado por grandes dissensões internas. Havia mais de cinco ou seis pretendentes ao seu trono e não existia entre os seus habitantes nenhuma harmonia de vistas.

A população, com o seu gênio vivaz, com a sua queda para eloquência, com a sua ligeireza de espírito, muito concorria para essas divisões e ela é de gênio muito oposto à de Al-Bandeirah, cuja gente é tardia, taciturna e cheia de um ingênuo orgulho de que são os primeiros de Al-Patak. Explorado habilmente, pelos governantes, esse último sentimento da população daquela província, foi-lhes sempre fácil obter uma quase unanimidade. Faziam uma ponte, uma torre, um bueiro e logo mandavam proclamar que era o primeiro de Al-Patak. O povo do khanato que é ingênuo, como um alemão, acreditava na coisa, ficava muito contente e escolhia para as altas funções os membros de três ou quatro famílias, que o exploravam.

Dessa forma, toda a resistência à usurpação de Abu-al-Dhudut estava centralizada em Al-Bandeirah.

Acontece, porém, que, ao contrário do que era de esperar, Hbaya demonstrou mais firmeza e o seu governo chegou a resistir às tropas que o invadiram, com armas na mão.

A coisa foi dolorosa e triste, pois a capital de Hbaya foi bombardeada, as suas casas incendiadas, o príncipe reinante andou daqui para ali, fugindo à sanha dos soldados de Abu-al-Dhudut.

Infelizmente, devido às facções que dividiam a gloriosa província, a resistência não pôde ser eficaz e foi quase nula em resultados.

Esse episódio comovedor do bombardeamento da capital de Hbaya se deu justamente no dia em que príncipe irmão de Abu-al-Dhudut recebia no tesouro de Al-Bandeirah 350 mil piastras, que, como já é sabido, ficavam reduzidas a 315 mil.

O RECONHECIMENTO

A organização política do Al-Patak não é assim tão absoluta como se pode supor.

Em tese o sultão tem todos os poderes, mas, devido à tradição, à liberalidade de alguns soberanos, o reino possui tribunais e juízes independentes, que decidem soberanamente sobre os assuntos que lhes são afetos.

Além disto, Al-Patak possui uma espécie de parlamento — o Divã — que representa ao rei sobre as necessidades dos povos.

Cada província, conforme a população, dá um certo número de representantes, que o são durante alguns anos, uns durante mais anos e outros menos.

Logo que Abu-al-Dhudut usurpou o trono, tratou de reformar essa espécie de conselho de Estado.

Não há quem não quera fazer parte dele, não só pelos vencimentos que percebem os seus membros, como também pelos presentes que recebem, graças à influência que possuem, podendo obter dos soberanos tudo o que desejam.

O príncipe irmão de Abu-al-Dhudut foi logo eleito membro do Divã e feito chefe dele.

Sendo homem esperto e sagaz, conhecendo perfeitamente os desejos de todos os habitantes de Al-Patak de pertencerem ao famoso conselho, tratou de regular a entrada nele, ao jeito mais propício aos seus interesses.

Com este, negociava isto; com aquele, barganhava aquilo.

Ia fazendo o seu negócio, quando se tratou do reconhecimento de Sidi Pen-ben-forte. Tinha sido esse ulemá juiz durante muito tempo, de forma que conhecia o irmão do sultão, quando advogava.

O seu direito à entrada no Divã era inconcusso, mas o príncipe queria dez mil piastras para tornar efetivo o seu direito.

Pen-ben-forte não esteve pelos autos e lembrou a S.A. o fato de ter ele obtido, revelando uma sentença dele, Sidi, dinheiro ao mercador — sentença mais tarde reformada.

Pen-ben-forte tinha disso documentos e prometeu publicá-los, se não entrasse no Divã.

Não é preciso contar mais; basta dizer que o antigo juiz entrou e foi reconhecido membro do conselho.

O ORÁCULO

Quando Pelino notou que a vista se lhe ia escurecendo, procurou um oculista famoso, timbrado pelo governo, assegurado por várias academias, inclusive a de Letras, cujo nome, precedido da mais clara fama, era garantia do milagre que o cliente esperava da ciência do doutor.

Este, porém, não pudera fazer a luz aumentar nos seus olhos que, a pouco, se iam apagando numa treva indistinta.

Pelino que, durante vinte e tantos anos, ajudara, na sua banca humilde, os ministros a cumprir as leis e os regulamentos, resolveu consultar um curandeiro.

Procurou os jornais, leu os anúncios e visitou então muitos que se anunciavam com grandes gabos.

Leu o do professor Im-Ra, sacerdote da Magia Natural ou Ortológica, capaz de dar saúde, beleza, amor, por um processo psicológico, ainda desconhecido etc. etc.

Leu outros, mas aquele que mais lhe agradou foi o do Ergonte Ribeiro, ocultista explícito, curador de doenças da virtude, por meio de uniformes adequados, cintos de castidade, manchões e outros instrumentos mecânicos esotéricos, cuja eficácia estava comprovada com 1.452 atestados que possuía.

Entre estes, ele publicava um em que o cidadão Freitas, de Umbu de Baixo, gabava o cinto que lhe havia mandado, com o qual pôde o referido cidadão impedir que sua mulher adulterasse enquanto ele andava no campo em trabalhos de criação.

Além de tais dotes, o professor Lemos Ribeiro curava a cegueira e outras moléstias, por meio de consultas a oráculos antigos, cujas receitas ele possuía em grande número.

Pelino, que precisava ficar com a sua vista em perfeito estado, para o escritório de Lemos partiu imediatamente.

Era uma vasta peça quadrada, precedida de uma antessala meio escura. Toda a peça estava forrada de livros, em altas estantes. Havia o tripode das velhas religiões da Grécia e Roma a queimar um tênue incenso.

Ouvida a consulta, Lemos Ribeiro começou a remexer os livros da sua abundante biblioteca.

Tirou, primeiro, da estante, as *Peregrinações*, de Fernão Mendes e citou: “A que os moradores logo acudiam com muitas bestas e lanças, bradando a grandes vozes: Navacaranguê, navacaranguê.”

Em seguida, agarrou um volume da *História de França*, por H. Martin, e leu um trecho sobre Luís XIV.

E depois de ter lido assim e citado a esmo, o sabichão expectorou a sua transcendente receita: lave os olhos com a água do banho da mulher que tenha sido sempre fiel a seu marido.

Pelino pagou, porque se pagava, e saiu a pensar no récipe que lhe dera o curandeiro. Quem seria a mulher? Pensou mais ainda e concluiu, com muita razão, que devia ser a sua.

Chegou em casa e, dentro em breve, pôde experimentar o remédio.

Apanhou um bom bocado de água do banho da esposa, e com ela lavou abundantemente os olhos uma, duas, três vezes; e neles a luz não se fez absolutamente.

A CHEGADA

Quando o senador Bastos voltou de Poços, onde esteve a espiar a maré dos acontecimentos e a ler pela décima segunda vez *As democracias da América*, de García Calderón — o evangelho da ditadura militar — e chegou à Cascadura, esperou que os seus amigos o fossem buscar acompanhados da banda de música da linha de tiro 69.

Tal, porém, não aconteceu e só o foi buscar o seu amado discípulo Anófeles que estudava com Sua Excelência direito constitucional e a criação de galos de briga.

O senador disfarçou o aborrecimento e continuou a viagem olhando os subúrbios sem encanto que a locomotiva atravessava.

Em dado momento, Anófeles dirigiu a palavra ao paredro:

— Vossa Excelência certamente imaginava que outros admiradores o viessem buscar, não é verdade?

O solerte discípulo dissera isto para bem realçar a sua dedicação ao antigo chefe poderoso.

Bastos impertigou-se melhor no banco e respondeu com aquela sua voz sacerdotal:

— Menino, quem é coerente com os princípios republicanos não se admira de levar coices.

Ele gostava muito dessas coisas de cavalos e sempre que podia fazia comparações e metáforas com os fatos que lhes dizem respeito.

— Como devemos entender esses princípios republicanos?

Bastos tossiu, acendeu o cigarro de palha mais uma vez e explicou:

— Primeiro: devemos entendê-los como sendo eu chefe absoluto do país, tal e qual o czar das Rússias; segundo: considerando que somos no Brasil um único povo, um estado tem o direito de reter cereais de que não precisa, para esfomear os outros; terceiro: para favorecer a liberdade, temos a obrigação de decretar um estado de sítio permanente; quarto (e este é o mais importante dos itens): as eleições ou a escolha dos representantes da nação não devem ser feitas pelo povo, mas por uma camarilha que vela como muezins na catedral gótica da República. Podia dizer mais; creio, porém, que isto basta.

O trem chegava à *gare* da Central e Bastos foi ultimar a sua *toilette* de desembarque. Quando voltou e olhou pela portinhola, viu que só o esperavam

duas dúzias de correligionários.

Pôde ainda dizer a Anófeles:

— Antes fosse como em Cartago, meu caro Anófeles. Lá, ao menos, se enforcavam os generais derrotados.

E não pôde olhar o céu, porque a abóbada de zinco da estação escondia-o dos seus olhos.

UM CANDIDATO

Um dia destes, encontrei um senhor vestido de ganga, com um chapéu de sol, de cabo de volta, rosto tostado pelo sol, que me perguntou qual o bonde próprio para ir ao morro da Graça. Ouço muito falar em tal morro, mas não sei se há bonde próprio para lá ir. Pelo que tenho ouvido dizer, creio mesmo que o veículo mais próprio são os nossos pés e devemos subi-lo, como os devotos sobem os degraus da Penha: de joelhos.

É punição bastante digna quando se está diante de Deus, mas pouco decente quando se trata de ir à presença de qualquer mortal por mais poderoso que seja.

Disse ao matuto isto e ele não se espantou.

Continuou a conversar comigo e notei que aquele candidato à vítima do conto do vigário era um espertalhão de marca. Contou-me que era candidato a deputado. Perguntei:

— Foi diplomado?

— Fui.

— Por que junta?

— Pela minha.

— É a legal?

— A minha junta é sempre legal.

Gostei imensamente do critério de legalidade do futuro legislador e indaguei:

— Que pretende fazer na Câmara?

— Eu? Não pretendo fazer nada, mesmo porque não entendo desses negócios de “falação”, nem de “leizes,” nem de “franciú”. Olhe, menino, quer que lhe conte as coisas tais quais são? Ouça.

Acendeu um enorme cigarro e emendou:

— Eu tinha alguns cobres e sempre trabalhei nas “inleição” pelo senador Chavantes. Trabalho há muitos anos. Ultimamente perdi muito dinheiro na “campista”. Apareceu lá pela terra o demônio de um turco que ganhava a mais não poder. Quero tampar o rombo e só achei um caminho; fazer-me deputado por meu distrito.

— Teve grande votação?

— Que votação, menino! Isso é lá preciso!... Eu tenho atas e atas, livros e livros... Não preciso mais nada.

— Mas o seu rival talvez tivesse eleitores e...

— Que eleitores! Pra quê? Eleitores são as assinaturas dos mesários e arranjei um espanhol que faz “elas” tão bem como cada um deles.

— E o reconhecimento?

— É disso que vou tratar com o general. Vou lhe dizer que, se ele arranjar o meu reconhecimento, ponho até cabestro e barbicacho.

— Então vai ao morro da Graça?

— Vou.

— A pé e subi-lo-á de joelhos?

— Não. “Inté” o morro, vou de “intumove”, mas para a casa do “home” subo de quatro. “Inté” logo, moço.

UM BOM DIRETOR

Estranhou o prefeito, ao ler a folha oficial, naquela manhã, que o seu diretor de Instrução Pública tivesse designado um inspetor escolar para reger uma escola elementar em Campo Grande.

Estranhou e não era possível que tal não se desse, mas quis atribuir o fato a injunções políticas.

Em Campo Grande, no castelo feudal do Caroba, cercado de cemitérios povoados, reside o poderoso senador Rapadura, prócer do P.R.C. e dono da cidade e arredores.

Ele mesmo, prefeito, tinha que lhe obedecer as ordens; e, certamente, o seu diretor da Instrução Pública designou um inspetor escolar para reger uma escola de *a-b-c* em obediência a pedidos do poderoso perturbador da paz dos campos-santos.

Mas por que seria que Rapadura queria em Campo Grande um sábio inspetor escolar?

Vaidade de habitante do lugarejo, que o desejava ver assim honrado e exaltado?

Não era possível. O profanador dos túmulos, o desinquietador do sono dos defuntos, não tinha nenhum amor pelo lugar que habitava. Não pedira para ele nenhum melhoramento, e isto há vinte anos. Como é, então, que tinha tido esse assomo de vaidade? Era inexplicável. Ah... Era isto. O senador era conhecido pelas suas poucas letras e tinha mesmo dificuldades em ler os jornais, de modo que, ao crescer-lhe a idade, teve o capricho de aperfeiçoar a sua instrução primária.

Há trelas na velhice que bem parecem de menino. Os extremos tocam-se.

Sendo assim, não era decente que um senador, um legislador, fosse recapitular o quanto diz a aritmética de Trajano, sob os olhos de uma moça. O discípulo exigia um professor mais respeitável e graduado. Estava explicado o ato do seu diretor.

O prefeito almoçou, tomou o automóvel que o esperava no portão e partiu célere para o palácio da prefeitura.

Quando chegou a seu gabinete, que a muito custo pôde alcançar, o seu mesureiro secretário adiantou-se e antes de mais nada foi dizendo:

— Doutor, o novo diretor da instrução quer provocar uma revolução.

— Como?

— Com a tal nomeação de um inspetor escolar para professor elementar em Campo Grande.

— Revolução?

— Sim. Vossa Excelência não viu como as moças estão aí nos corredores amotinadas? Elas se dizem lesadas e os outros inspetores estão magoados e as atacam contra Vossa Excelência.

O prefeito pensou e disse:

— Vá chamar-me o doutor Café.

O secretário foi em pessoa e em breve o diretor voltava, tendo atravessado as antessalas entre alas de professoras, adjuntas, estagiárias, normalistas, quase debaixo de vaia.

O prefeito perguntou-lhe logo com o sobrecenho carregado:

— Doutor Café, como é que o senhor nomeia para uma escola elementar um inspetor escolar?

— Que tem isso?

— E o regulamento?

— Vossa Excelência sabe perfeitamente que sou médico, entendo de patologia e algumas outras coisas mais...

— O Abel Parente já me havia dito.

— ... de instrução pública do município, pois, nada entendo.

— Como?

Disse isto a Vossa Excelência no meu discurso de posse, não se lembra? Veio até nos jornais. Disse bem claro: “Não entendo de instrução pública no Distrito Federal.”

— É verdade. Continuei.

OS QUATRO FILHOS D'AYMON

O chefe político do distrito de Anunciação, Felizardo José Senomenho, teve a ventura de obter do seu casal quatro filhos varões: Manoel, José, Otávio e Carlos.

Lido como era nos *Doze pares de França*, o coronel sonhou logo com os quatro filhos célebres d'Aymon e desejou para os seus a glória dos paladinos filhos deste.

Infelizmente, o nosso tempo não pede guerreiros esforçados e invencíveis que andem pelo mundo a batalhar em prol de um qualquer Carlos Magno. Pensou bem e viu que os quatro deviam ser encaminhados para a política, porque só na política, atualmente, se obtêm glórias retumbantes e proventos magníficos, mais magníficos do que os despojos de reis mouros com suas mulheres estonteantes.

O primeiro trabalho de Felizardo foi fazer os seus quatro descendentes bacharéis em direito ou coisa que o valha — o que não lhe foi difícil, graças à vivacidade dos pequenos e a importância social do coronel.

Sua mulher viu um a um chegarem em casa formados nisto ou naquilo, em “escadinha”, com a regularidade anual do nascimento deles.

Este fato contentou os dois velhos de tal forma que, nos primeiros anos, os rapazolas nada mais fizeram que divertir-se à grande nas fazendas dos pais e na capital do estado.

Um belo dia, porém, Felizardo chamou o mais velho e disse:

— Maneco, já falei ao Magalão. Sabes quem é? O presidente do estado. Tu vais ser o seu oficial de gabinete e na próxima legislatura serás deputado.

Maneco fez malas, pois estava na fazenda do papai e, em breve, sorria bondosamente aos pedintes, nas antessalas do Palácio das Graças, na capital.

Não tardou que Felizardo viesse a ver o seu notável rebento em lugar de tanta importância. Satisfez-se com os modos, a um tempo doces e majestosos do filho, dentro do seu fraque talhado no Rio, e tratou de encaminhar o José.

Este andava pela capital a publicar versos inócuos em revistas de grandes descortinos. Procurou-o o pai no seu aposento de solteiro e disse-lhe:

— Rapaz, esta vida não te serve. Precisas fazer-te gente.

— Trabalho, papai.

— Em quê?

— Na arte.
— Que é isto? Nada; vais entrar para a redacção da *Folha Independente*.
— Como? Se ela é da opposição e o senhor é do governo?
— Não tem nada. Vais entrar e trabalhar com o senador Mariano. Veste-te.

O José queria muito entrar para um grande jornal e seguiu contente. Felizardo entendeu-se com Mariano e, no dia seguinte, o filho estreava com uma formidável descompostura ao presidente do estado.

O coronel tinha já encaminhado os dois; restava a outra metade. Resolveu-se a esperar. Acontece, semanas depois da colocação do Zeca, que o chefe de polícia, por causa de um assassinato, prende o principal capanga do senador estadual Juventino, amigo íntimo de Magalão.

Juventino não obtém o “abafamento” do processo; zanga-se com Magalão, por essa falta de consideração aos seus amigos e briga. Houve a cisão no partido situacionista, devido a divergências sobre os cardeais princípios da política republicana.

Felizardo, que era sabido, determinou ao terceiro que aderisse a Juventino, sem detença. A coisa foi feita. Estava encaminhado.

Restava o quarto. Como havia de ser? Esperou uns tempos. Veio a dar-se que Brochado, deputado federal, grande amigo de Mariano, rompe com este e funda na capital do estado uma folha, para combater Mariano, Magalão e Justino. Felizardo agarra no último dos filhos e coloca na folha de Brochado.

Estavam, afinal, os quatro encaminhados. Vieram as eleições federais. Manoel, José, Otávio e Carlos foram apresentados candidatos a deputado, respectivamente, por Magalão, Mariano, Juventino e Brochado. Houve acordo no reconhecimento; e os filhos de Felizardo, a um só tempo, sentaram-se na Câmara dos Deputados.

Não chegaram a paladinos; mas foram pais da pátria.

A CONSULTA

O prefeito de polícia estava naquele dia muito atarefado em providenciar a captura do Elefante Branco e, por isso, não pudera dar começo à audiência pública que tinha marcado.

Sua Excelência ainda conferenciava com o diretor das investigações, que lhe mostrava as impressões digitais do imenso paquiderme, impressões obtidas em um casebre abandonado do bairro da Saúde.

Pondo uma imensa lente sobre os desenhos que o diretor lhe apresentava, o prefeito perguntou:

— Doutor, elefante tem dedos?

O sábio diretor titubeou e por fim concordaram, o prefeito e o seu subordinado, que esse animal não possui dedos.

— Resolveram encaminhar as pesquisas para outros pontos e a audiência teve começo.

A primeira pessoa a entrar foi uma senhora. Dizemos senhora porque em estilo administrativo e comercial todas as mulheres são senhoras. A diferença de tratamento entre elas fica reservado para outras ordens de estilo, entre as quais os daqueles que frequentam os clubes “chics” e os bares noturnos.

Tratava-se de Mme. Déchue, que foi logo dizendo ao prefeito:

— Vossa Excelência há de saber que ando pior do que o judeu errante.

— Quem é a senhora? — perguntou a poderosa autoridade colocando melhor o *pince-nez*.

— Eu sou Madame Déchue.

— Ahn!

— Não tenho onde morar.

— A senhora sabe que Lustosa, Garibaldi, Manzini e outros dão essa função à polícia?

— De andar tocando os viventes daqui para ali?

— A senhora é espirituosa.

— Não me creio assim, embora leia com atenção os seus despachos publicados nos jornais.

— Afinal... Nós não estamos aqui a trocar espírito... Que quer a senhora?

— Quero saber onde devo morar.

— Onde não houver famílias. Isto está em Rimato, Salvador Rosa e outros.

— Mas, doutor, em toda a parte há famílias. Já morei no Méier e a polícia fez-me mudar de lá porque era lugar de famílias. Mudei-me para a tal rua, porque não era de famílias... Agora...

— Pode ficar certa de que com isso nada tenho. A polícia só faz mudar; o resto é lá com vocês.

QUE RUA É ESTA?

Tendo sido nomeado prefeito de polícia, o dr. Secundino, chefe político muito estimado em Tefé, estado do Amazonas, trouxe ele para seu delegado auxiliar o dr. Fagundes, que há tantos anos não saía daquela longínqua localidade brasileira.

Em toda a parte, os cargos policiais são dados a quem conhece perfeitamente as localidades que vão policiar; entre nós, porém, esse critério obsoleto não é obedecido, de modo que o dr. Fagundes tomou conta do seu cargo, para felicidade da população carioca e da cidade do Rio de Janeiro que ele completamente desconhecia.

Fagundes, apesar dos seus trinta anos de Tefé ou Ega, não era bronco e tinha as suas luzes; procurou, portanto, exercer o seu cargo com a máxima honestidade e clarividência.

Pôs-se logo nos primeiros meses a estudar as coisas policiais e consultou com mão diurna e noturna as obras do dr. Elísio, principalmente a gíria da gatinagem que o atraía, tanto pelo lado filológico como pela sua utilidade policial.

Como bom alto funcionário de polícia, Fagundes não deixava o automóvel. Ia para a prefeitura de polícia de automóvel, voltava para a casa de automóvel. Se fazia compras com Mme. Fagundes... Que interessante senhora! O seu chapéu tinha dois metros de altura e uma tonelada de enfeites... E a saia? Na cintura, fazia um chumaço, que bem parecia um salva-vidas aperfeiçoado... Dizíamos: se fazia compras com Mme. Fagundes, o auto parava à porta das casas de fazendas, dos armarinhos, dos armazéns, das casas de chapéus, açougues etc.

Ao teatro e às diligências, Fagundes só ia de automóvel; e era assim.

Ao fim de seis meses, Fagundes estava de fato inteirado da polícia científica do dr. Elísio, conhecia os regulamentos e gozava com requintado prazer a velocidade inebriante de um auto.

Não corra pelo seu cartório nada importante, nada de chamar a atenção do público e dos jornais, de modo que a alta autoridade, se não recebia elogios, não recebia ataques.

Fagundes desfrutava o cargo com a mansidão de uma jiboia que digere o boi que engoliu. Juntava dinheiro até, pois nem comprava jornais. As redações

se encarregavam de mandá-los de graça a S. Ex.a.

Ele os lia no seu gabinete com o vagar provinciano, especialmente as notícias de polícia. Lendo-os, se por exemplo caía-lhe sob os olhos “ontem, houve um incêndio na rua da Misericórdia”, logo ele perguntava ao contínuo, a um guarda, ao escrivão: onde é essa rua? Ensinavam-lhe e ele continuava a ler. Certo dia, Fagundes foi levar um alto personagem a bordo e resolveu, na volta, subir a avenida a pé. Foi vindo, olhando sempre os guardas que o cumprimentavam respeitosamente. Subia, cruzando uma porção de ruas estreitas.

Chegou a uma destas, em que havia um movimento extraordinário. Pensou em alguma *grève*, pensou em revolução. Aproximou-se de um guarda e perguntou:

— Que rua é esta?

O guarda, descobrindo-se a meio, respondeu:

— Vossa Excelência não sabe? É a rua do Ouvidor.

ABERTURA DO CONGRESSO

Festa nacional. Descoberta do Brasil e abertura do Parlamento. Noite. Salão do restaurant do Club Épatant. Cortinas sovadas nas janelas, quadros de pacotilha pelas paredes. Os garçons vão e vêm. Ouve-se o chiar dos quitutes na cozinha próxima. Das salas de jogo, chega até ali o ruído especial das fichas de madrepérola. Com graves cavalheiros, pelas mesas, há cocottes em grande toilette. Pequenos “toques” na moda. Fala-se um calão de todas as línguas, inclusive o português. O Congresso tem na casa uma porção de representantes. Todas as mesas ocupadas.

UMA MESA À ESQUERDA

O DEPUTADO BREDERODES Fanny, não sabes quanto me custou o reconhecimento.

FANNY Um conto de réis?

B. A unidade de moeda de vocês é um conto...

F. Que é que você diz?

B. Digo que vocês só começam a contar o dinheiro de um conto de réis para cima. Quer mais vinho?

F. *Merci*. Mas quanto custou o reconhecimento de você?

B. Não posso dizer... É segredo de Estado.

UMA MESA À DIREITA

O DEPUTADO X. Amo-te muito, minha querida Concha.

CONCHA *Usted* bebeu *mucho hoy*.

X. É de alegria; fui reconhecido.

C. Então *usted* paga aquela conta da modista. *À la vôtre!* (*erguem as taças*)

UMA MESA AO FUNDO

O DEPUTADO Z. Se não tivesse sido reconhecido, diria que andava de cábula.

EMMA *Perchè?*

Z. Fiz doze paradas no 15 e não acertei nem uma vez.

E. Não faz mal. *Voi* não está deputado?

Z. Estou.

E. Então *tutto va bene*.

UMA MESA JUNTO À JANELA

O CANDIDATO INFELIZ Logo vi que aqueles idiotas de Minas haviam de hostilizar a minha candidatura... Carneiros de Panúrgio!

O DEPUTADO H. Você não falou ao Pinheiro?

MME. WALENSKA Eu disse a Almada que devia ela falar Pinheiro, mas ela não quis falar Pinheiro e foi isso.

O CANDIDATO INFELIZ Você, Sofia, não entende de política. O Pinheiro não podia me favorecer para hostilizar o Costa... Ambos nós somos seus amigos.

H. Lá isso é verdade.

MME. W. Mas que diaba de amiga é essa Pinheira... Não entenda isso.

O CANDIDATO INFELIZ É assim, minha filha; é assim a política... Precisava bem ser reconhecido... Ando atrapalhado... Queria ir à Europa... Não queres mais vinho, H.?

H. Aceito.

H. bebe um pouco e continua:

H. Acho que não deves desanimar... O Pinheiro faz-te governador do estado.

MME. W. Oh! Não! Eu não quera que Almada saísse daqui...

CANDIDATO INFELIZ Não quero também... Lá não posso viver com ela... Lugar pequeno!...

A ceia acaba e H. sai com a sua companheira de momento, Mme. Wronsky, que até ali estivera muda. Ao sair, ela observa:

W. Popre homem, aquela tua amiga. Não fizeram ela deputada... Tão pom!... Coitada!

A legislatura continua mais ou menos assim até o dia de são Silvestre.

MEDIDAS DE SUA EXCELÊNCIA

Aconselham todas as autoridades que têm tratado do assunto, que é conveniente procurar os governantes de um estado, de um país, de uma cidade, entre as pessoas que conheçam o presente e o passado, portanto, a história desse estado, desse país, dessa cidade.

Durante algum tempo, esse critério foi obedecido; mas desde que as várias partes do país quiseram ter uma maior autonomia e governadores, que as conhecessem perfeitamente, o país começou a ter à testa do seu governo os mais ignorantes e desconhecedores de sua vida passada, dentre os magnatas que sempre acompanham os grandes chefes.

Vinham hindus, tabajaras, gregos, árabes e até um chinês a governá-lo, sem conhecer sequer a capital.

Em certa ocasião, veio dirigi-lo uma bela pessoa, mas que, da capital, só conhecia as ruas principais, o bairro *chic* e os conventos.

Nascera em província longínqua e nela passara apenas a mocidade, e parte da virilidade, passou-as em Portugal.

Nem pela planta conhecia a cidade; nem pelos antigos conhecia a sua história; mas, como não havia quem quisesse o lugar, fizeram-no governador do país e ele se entronizou no governo com a maior boa vontade.

Os nossos governantes quando querem mostrar atividade fazem-se estadistas visitantes. Mal tomam posse, mal se sentam na curul governamental erguem-se logo, arrepanham meia dúzia de “toma-larguras”, sorridentes e mesureiros, e põem-se a visitar este ou aquele estabelecimento.

O novo governante, para não desmentir a tradição, deu logo em visitar os principais estabelecimentos que dependiam de sua autoridade.

É um modo de governo fácil hoje, em que há automóvel e ruas asfaltadas, mas que seria agradável há um século, quando se andava de sege, traquitana, liteira ou mesmo nas costas dos machos.

O gerente da metrópole, portanto, não sofreu muito com seus constantes deslocamentos e fez descobertas na cidade que era sede do governo, imprevistas e nunca suspeitadas por ele.

A primeira coisa que ele notou foi que a cidade era muito maior que aquela em que nascera. Ele a julgava assim duas vezes e pico; viu, porém, que o era cem vezes.

Outra coisa que notou foi que os subúrbios tinham casas de pedra e cal. O presidente imaginava que neles só houvesse choupanas, palhoças e barracões. Isso alegrou-o muito porque podia aumentar os impostos.

Observou ainda o governador do país que, nos arredores, nas freguesias distantes, não havia cafezais, como acontecia nas circunvizinhanças da sua terra natal.

Não gostou muito da coisa, pois lhe parecia que em toda a parte devia haver fazendas de café e engenhos de açúcar. Fatalidade da imagem que se grava na infância...

Depois de ter visitado o seu governo, deu em visitar sociedades sábias. Foi até aos arquivos especiais que eram dirigidos por um funcionário competente, zeloso e conhecedor do ofício como poucos.

Logo este funcionário quis mostrar à alta autoridade os papéis mais curiosos que havia. Como o alcaide-mor era especialista em coisas de eleições, o chefe dos arquivos disse:

— Quer V. Ex.a ver as atas de eleições dos tempos coloniais?

— Como? Eleições nos tempos coloniais! O regime representativo só foi instituído depois da Independência...

— V. Ex.a se esquece do Senado da Câmara.

— Senado da Câmara! Senado é uma coisa e Câmara é outra.

— V. Ex.a há de me permitir...

— Qual, doutor! Se o senhor tem esses papéis, deve mandá-los para o governo central. Vou falar ao seu chefe para mandar tudo isso para o Arquivo Geral da Nação. É a ele que compete guardar coisas do Senado e da Câmara. Mande-os quanto antes.

O funcionário caiu das nuvens e nada disse. Ainda rondou a suprema autoridade pela repartição; dado momento, perguntou, olhando uma vitrine:

— Que vara é aquela?

— É uma vara de almotacé!

— Isto não deve estar aqui.

— Por quê, Ex.a?

— Por quê? A Igreja não está separada do Estado? Aquilo é negócio de padre, de procissão... Mande já tudo para o cardeal.

Após tomar tão sábias medidas, o presidente saiu e continuou com as suas boas intenções a assinar os decretos que o esperavam sobre a sua mesa.

UMA ANEDOTA

Na legislatura passada, quando chegavam ao auge as proezas e violências do Dudu e o seu amigo Pinheiro, foi um dia anunciado que o sr. I. Machado falaria. Os populares se moveram e, apesar das ameaças dos cacetes e navalhas dos secretas e capangas, encheram as galerias. O parlamentar tomou a palavra e, em breve, desandou uma formidável catilinária em ambos.

Disse dos dois o que Mafoma não dissera do toucinho.

O senhor Pinheiro Machado — pronunciou o orador em certo ponto do seu discurso — está habituado a governar alimárias e pensa que o somos também. Nero, aquela crueldade, feito imperador de Roma, também se picava do bom cocheiro. A aproximação é eloquente... Não se compreende, senhor presidente, que este povo brasileiro se deixe assim governar como uma parelha de caminhão; que consinta que os mais baixos temperamentos de sua raça subam ao poder e deem expansão às suas inclinações de magarefe, de almocreve e senhor de senzala.

Apesar dos capangas e dos cacetes, os populares das galerias desandaram em palmas entusiásticas.

O orador continuou:

Senhor presidente, temos visto dominando povos a espada que vai à guerra, a astúcia que domou as feras ao tempo que o homem era fraco diante da força delas, a coragem, a inteligência, o saber, a beleza; mas nunca se viu dominando, esmagando, comprimindo um povo, o laço do domador de potros associado ao pontão do sangrador dos matadouros. Era preciso que...

Houve palmas nas galerias, e o presidente da Câmara, conforme tinha ameaçado anteriormente, mandou que os polícias evacuassem as arquibancadas.

O orador continuou e terminou o seu interessante discurso tão somente para os seus pares, para os gordos funcionários da Câmara, sem esquecer no meio destes os serventes e contínuos.

Desceu da tribuna e foi muito cumprimentado. Um dos deputados disse-lhe ao ouvido:

— Irineu, estiveste feroz com o Pinheiro. Não é do trato... Ele fica zangado...

— Ora! Dirás a ele que não se apoquente... Estamos nas vésperas da reeleição... É para uso externo.

— Assim mesmo, ele se aborrece.

— Qual! Eu já lhe tinha mandado dizer que hoje ia dobrar a parada... Ele já está prevenido.

Separaram-se e ainda vieram até à janela ver como os populares levavam pancada dos capangas, da polícia, a mais não poder.

Houve quem dissesse:

— Este povo é muito burro...

— Por quê? Porque leva pancada?

— Não; porque acredita no Irineu.

A NOVA GLÓRIA

Quando morreu o grande estadista Vicente, logo todos os espíritos do reino começaram a se preocupar com a pessoa que devia substituí-lo.

Vicente tinha feito grandes e meritórias obras de alcance incalculável e era justo que todos se esforçassem para encontrar um digno substituto para ele.

Damas da corte, ministros, velhacos, doutores, agiotas, agricultores, todos tinham o seu candidato.

Um queria o Jagodes porque era alto; outro queria o Zeca porque dançava bem; outro ainda desejava o Chico porque entendia de música; afinal foi achado o Maneco, que teve por si o grande título de ser mais ou menos ruivo.

Todo o reino exultou com a escolha e ele foi encarado como substituto eficaz de Vicente.

Esse reino é vasto e pouco povoado. É dividido em várias satrapias que se guerreiam entre si. De onde em onde, uma delas se arma até aos dentes e parte em guerra contra a vizinha. As damas de uma e outra se vestem de branco, põem uma cruz vermelha ao peito e dispõem-se a ir curar os feridos. Chama-se isto patriotismo regional e ele é cultivado e cantado por literatos e poetas de fama. Muitos espíritos, porém, protestavam contra tal coisa e esperavam que Maneco resolvesse essa enfermidade do reino.

Maneco prometeu que iria tratar dos casos vitais da nacionalidade e havia de resolvê-los eficazmente.

Fez um discurso a respeito que foi impresso em papelão para ter mais volume e intitulou-o: “Problemas vitais”.

Todos gabaram a obra e ele entrou para todas as sociedades sábias da terra.

Neste ponto, ele já se parecia com Vicente. Restava o resto, isto é, a ação política.

Esperavam todos por ela, quando certo dia a *Gazeta do Reino* publicou o seu primeiro grande ato. Ele tinha nomeado embaixador do Reino junto a uma nação vizinha, por trinta dias, uma das notabilidades da nação.

Houve quem dissesse: este Maneco é o Vicente das nomeações; mas a gritaria dos jornais não permitiu que todos vissem a insignificância do ato.

E o homem continuou a ser encarado como perfeito substituto do falecido estadista.

Vieram os dias que se passaram, e nada de Maneco fazer qualquer coisa de novo.

Um dia, porém, os jornais anunciaram a seguinte grande obra do homem: Maneco vai viajar acompanhado de vários rapazes pelos países amigos.

Foi, voltou e continuou a ser um digno substituto do grande Vicente.

ERA PRECISO...

O seu medíocre desejo era subir, fosse como fosse; e entendia por isso fazer-se deputado, embora não tivesse uma qualquer ideia política ou social a propor, tornar-se membro desta ou daquela sociedade sábia, embora não tivesse demonstrado qualquer forma de sabedoria.

Fora sempre esse o seu sonho, a sua ânsia, ânsia semelhante à daquele que quer ter fortuna sem ganhá-la no comércio ou na indústria ou mesmo na loteria.

Pensou em distinções marcadas, estabelecidas, carimbadas e fez-se doutor. Há um milhão de doutores de toda a sorte, dentistas, agrimensores, engenheiros, calistas, médicos, advogados e mesmo os da Escola Normal; ele, porém, feito doutor, já se julgou mais alguma coisa, por ter obtido tão corriqueira distinção.

Ainda assim não era bem subir, mas já era qualquer coisa. Precisava mais e tratou de cercar-se de amigos para transformá-los em admiradores.

Quando, por intermédio destes, conseguia outros mais poderosos, abandonava aqueles e explicava assim o abandono:

— Não os posso suportar! São umas bestas! Eu, um sábio! E os novos e os antigos convenciam-se cada vez mais de que o homem era mesmo um portento. Graças à complacência dos alfaiates, viu-se razoavelmente vestido, imaginou-se um Apolo de palmo e meio, e levava a gritar pelas esquinas:

— Eu sou um mármore de Praxíteles! Tenho todas as proporções das estátuas clássicas.

Os amigos ou aqueles que precisavam da sua estulta audácia, para arranjar qualquer coisa, ecoavam:

— O Quitério é mesmo o Apolo de Belvedere! O seu corpo respeita o cânon escultural do V século da Hélade imortal! E o seu espírito... E os ritmos novos!

Mas não falavam na voz, pois os mármore não falam e ele era mesmo de mármore, sem ser esculpado.

Houve, porém, quem julgasse que o rapaz não era nenhum mármore grego do V ou IV século nem tampouco sábio, como afirmavam os seus amigos.

Ele, entretanto, continuava a fazer a sua *tapage*, a não conceder mérito a ninguém, senão quando se tratava daqueles que tinham influência e poder.

A sua preocupação primordial era saber o que tal ou qual pessoa podia na vida, então o mármore se curvava reverente e submisso; e, se acontecia tratar mal a um cujo valor social não medira bem, logo passava ao extremo oposto sem transição.

Assim, vivendo deste para passar àquele, depois abandonar, se era conveniente, ia subindo, como é de costume dizer-se.

A subida, porém, não lhe pareceu vertiginosa e muito menos segura; e ele tratou de ver de que forma os outros se tinham firmado bem nas posições que adquiriram. Examinou as nossas assembleias e câmaras. X tinha matado a mulher; B armara uma emboscada nas eleições e matara dois; L tinha matado um rival animoso com auxílio de capangas; Z matara a tia; H respondia a júri por ter mandado assassinar um seu competidor eleitoral etc. etc.

“Não há dúvida”, pensou ele, “eu devo matar, para ficar garantido.”

Armou-se, e ao primeiro desafeto que encontrou, sem mais aquela, deu-lhe uns tiros que o prostraram sem vida. Hoje, está firme na vida e, de quando em quando, ao lembrar-se do incidente, diz: “Era preciso...”

FAUSTINO I

Lendo à toa um dicionário biográfico, temos às vezes surpresas bem agradáveis e revelações inéditas.

Há dias folheando o velho *Dicionário dos contemporâneos*, de Vapereau, encontrei a biografia de um curioso imperador do Haiti, Faustino I, mais conhecido por Suluque.

Não sei o que de atual descobri na sua vida que não me posso furtar ao desejo de comunicá-la aos leitores, em largos traços. Se a história se repete, as biografias dos seus grandes homens também. Vejam só.

Suluque era general de divisão em 1846, quando uma moléstia súbita prostrou sem vida o presidente da república haitiana, Riché. Dividiu-se a opinião entre dois candidatos, os generais Souffrau e Paul, e o Senado, a fim de sair-se do embaraço, escolheu um terceiro general, Suluque, escolha que ninguém esperava.

Cheio de medo, o futuro Faustino I tomou as rédeas do governo.

Tímido em excesso, seguro de sua ignorância, foi no começo dócil aos bons conselhos; mas bem depressa as suas superstições africanas e falta de cultura se mostraram patentemente nos seus atos.

Tornou-se, por isso, objeto de risada para as pessoas esclarecidas do país e um jornal, *Folha do Comércio*, tendo ido, por intermédio de um dos seus colaboradores, mais longe na crítica, foi sequestrado e o autor do artigo, Courtois, apesar de senador, condenado à morte.

Daí em diante, Suluque não viu por toda a parte senão conspiração e, em certo dia, fez tocar alarme e proceder à matança indistinta de todos aqueles que ele julgava seus inimigos.

Seguido de sua guarda, dias depois, foi para o interior da ilha e continuou o Saint-Barthélemy.

Voltou triunfalmente à capital e uma “súplica humilde” do povo às câmaras fez com que estas o aclamassem imperador.

Suluque tomou o nome de Faustino I, instituiu uma família imperial, criou uma nobreza e atribuiu-se uma lista civil de 800 mil francos, cerca de um sétimo da renda total do país.

No ano seguinte, fuzilou sem dó nem piedade os mais proeminentes membros do partido que o elevava à dignidade imperial.

Teve azedas questões com os grandes dignitários de sua corte, entre os quais Bobo, príncipe e ex-forçado.

Durante toda essa sangrenta palhaçada, Faustino não cuidou de um só melhoramento público, deixou arruinarem-se os que havia, foi derrotado pela república vizinha de São Domingos e empregou os soldados do seu exército na exploração de suas plantações de café e cana-de-açúcar. Tratava de matar e fingir de imperador.

Não podendo o Haiti rir-se dele, porque Faustino cortava cabeças sem dó nem piedade, a Europa riu-se a valer desse soberano durante anos. Destronado em 1859, morreu em 1867.

É bem bom ler-se a esmo um dicionário biográfico...

O RICO MENDIGO

Não sei como vos conte a coisa. A história passou-se em sonho, creio eu.

Sonhei uma noite destas que tinha encontrado na rua um senhor cheio de brilhantes, cheio de roupas, bengala de castão de ouro, botinas das mais finas, que me estendeu a mão:

— Uma esmola, pelo amor de Deus!

Admirei-me de tal fato, espantei-me e lhe dei a esmola. Ia seguir o meu caminho, quando o mendigo bem-vestido me chamou e disse-me:

— Venha cá, por favor.

Voltei e ele me convidou a ir a uma confeitaria. Houve da minha parte novo espanto. Como é que o homem me pedia uma esmola, a mim, de recursos reduzidos, cheio de “encrenças” na vida, e, minutos após, convidava-me a beber em uma confeitaria? Fui ao bar mais próximo e ele, sem mais delongas, explicou-se:

— Deve o senhor admirar-se de que eu, bem-vestido, com joias, com bengala de luxo, com um Patek no bolso, lhe tivesse pedido uma esmola. Eu lhe explico.

Fez uma pausa, sorvemos alguns goles de cerveja e continuou:

— Sou rico e digo isto a todo o mundo. Moro em uma grande casa, tenho lindos e caros móveis, tenho alfaias, tenho carros, tenho numerosa criadagem, tenho um banheiro que é uma verdadeira terma romana e custeio tudo isto sem o menor esforço; mas peço esmolas.

— Por quê?

— Porque quero ganhar mais e mais. Peço até aos meus irmãos mais pobres, mesmo àqueles que vivem com dificuldades. Quero sempre ter mais, ganhar mais, para proclamar a todos a minha riqueza; e as esmolas me servem para as despesas miúdas. Às vezes até, elas me proporcionam especulações felizes.

— Mas quem é o senhor?

— Não sabe? Eu sou o Café.

PROJETO DE LEI

Um belo dia, na Câmara dos Deputados de certo país, um dos seus augustos e digníssimos representantes, ergueu-se e pediu a palavra:

Meus senhores. A pátria está em perigo; o Tesouro está exausto; os recursos da nação estão esgotados. Urge que tomemos providências, a fim de evitar a bancarrota. O que mais pesa no nosso orçamento são os funcionários públicos. É preciso acabar com essa chaga que corrói o organismo do país. Eles podem muito bem ir plantar batatas. Se ainda não fiz o mesmo, como aquele general romano chamado Cincinato, é porque não arranjei algumas centenas de contos, para comprar uma fazenda rendosa, onde eu pegasse a uma enxada e fosse agricultor.

Mas não há funcionário público por aí que não o possa fazer.

É-lhes fácil obter isso, como me é difícil, porquanto eu tenho relações com os banqueiros e eles não têm. Devemos tirar da agricultura a base da nossa vida; é o que eu sempre aconselho aos outros, a todos, principalmente àqueles que me pedem empregos.

Dizem que árdua é a vida, mas isso é quando se trata de pequenos agricultores, para os quais não peço auxílio algum. Sou pelos grandes latifúndios, pelas vastas propriedades, que podem sustentar grandes famílias na opulência.

Sendo assim, tenho a honra de apresentar à consideração dos meus pares o seguinte projeto de lei:

Art. 1º — É o governo autorizado a emprestar aos bancos acreditados até à quantia de 200 mil contos, para auxiliar os cultivadores de tâmaras.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

O deputado sentou-se e foi muito cumprimentado.

O projeto passou, o dinheiro foi emprestado aos bancos, que, no prazo marcado, pagaram ao Estado em títulos do próprio Estado, comprados na praça com abatimento de vinte por cento.

Ainda hoje, o deputado se gaba de ter protegido o cultivo das tâmaras no país, que ele estima e venera.

FIRMEZA POLÍTICA

Bentes, professor de Anófoles, é, como toda a gente sabe, de uma firmeza política a toda a prova.

Tem dado disso as mais bastas provas que correm mundo e estão na boca de todos.

Uma delas foi a que se conta aqui. O pastor presbiteriano Alpido era senador e chefe supremo da política da província dos Cocos. Como tal, Alpido gozava da estima de Bastos, prestando aquele a este todo o apoio.

Veio, porém, a presidência de Bentes, e o dr. Melro, amigo do presidente, tantas fez que se meteu na política dos Cocos.

No começo, Melro e Alpido se harmonizaram, mas bem depressa se desavieram por questão da apresentação de novos deputados.

Alpido queria Bernardo, Chico e Juca; Melro queria Alfredo, Mané e Totó.

Não houve meio de harmonizá-los, e Alpido correu a implorar o poder excepcional de Bastos:

— Não tenha medo, reverendo. O Melro não arranja nada. Você continua na chefia dos Cocos.

O pastor presbiteriano ficou contente e foi para a casa, disse missa no seu templo; mas... veio a saber que Melro partia em guerra para o estado. Que fez? Tratou também de ir.

Bastos soube e disse:

— Não vá. Preciso que fique para você officiar por ocasião de um parente meu. Fique você certo que não acontece nada.

O pastor não foi e ficou quieto cá na grande cidade, confiante nas palavras de Bastos.

O dr. Melro chegou a Cocos, levou tudo de vencida, fez quantos deputados quis e deixou o pastor a ver navios.

O mais engraçado, porém, é que Alpido não brigou com Bastos. Ficaram até mais amigos.

CINCINATO, O ROMANO

Todos os compêndios de história romana não se fartam de gabar as virtudes e a austeridade de vida desse famoso ditador.

Contam mesmo que, em uma das duas vezes em que foi escolhido pelo povo para ditador, os eleitores o encontraram arando ele próprio o seu campo.

Washington, que o imitava muito, chegou a criar uma ordem com o nome do ditador romano, para galardoar os altos serviços que os oficiais e praças do Exército da Independência dos Estados Unidos prestassem à causa que defendiam.

Cincinato foi ditador pelo V Século antes de Jesus, portanto há cerca de 25 séculos que essa sua fama dura.

Um sábio alemão, porém, acaba de destruí-la por completo.

O sr. Karl von Biegler, professor da Universidade de Bonn, baseado em documentos descobertos na Dácia (Romênia), como sejam inscrições e mesmo fragmentos de manuscritos, fixou definitivamente a fisionomia de Cincinato.

Começa o professor von Biegler por estabelecer, com as mais sólidas provas, que o ditador nunca pegou na rabiça de um arado. Essa tradição vem, diz ele, de falar sempre o poderoso patrício romano, quer no Senado, quer em outros comícios, em causas de agricultura.

Aconselhava sempre a todos que se dedicassem a ela, levava para o Senado a miniatura de uma charrua, que punha a seus pés, quando se sentava na curul. Além, como se sabe, os senadores romanos tinham o dever de ter seus clientes. Eram destes patronos e distribuía todas as manhãs dez sertécios — a espórtula — o que equivale, mais ou menos, na nossa moeda, a 1\$600.

Juvenal, que foi um grande satírico, viveu durante muito tempo da espórtula e descreve como se a recebia, com amargor extraordinário.

Cincinato, sendo senador, tinha que atender a esse curioso costume e aborrecia-se muito por isso, quando recebia os seus clientes gritava:

— Plantem couves! Dediquem-se à agricultura!

Por essas e outras é que ele passou como sendo um amador da agricultura, mas de fato pouco pisava nas suas terras, deixando-as entregues aos escravos e libertos.

O dr. Karl von Biegler diz que a tal lenda de terem os eleitores, quando o foram chamar para ditador, encontrado a arar em pessoa o seu campo, bem

pode ter sido um ardil dele para impressionar a plebe romana.

O que é certo é que ele gostava muito de fazer o Senado votar subvenções aos federados e tudo faz crer que já, naquela data, ele tinha ideias de banco e especulações bancárias, pois há disso bastas provas nos documentos descobertos.

É em resumo o que nos conta o professor de Bonn, na acreditada revista alemã *Universum*, no artigo que tem o título simples de “Cincinnatus”.

O IDEAL

Assim que Irene soube que a sua amiga Inês se havia casado, imaginou logo que o tivesse feito com um grande poeta, uma jovem notabilidade.

Irene estava em Paris há muitos anos e raramente se correspondia com sua amiga, de forma que não podia fazer um juízo certo de quem fosse o marido de Inês.

Entretanto, sabia aquela das ideias de casamento de sua antiga colega.

No colégio em que ambas cursaram, quando tratavam desse assunto palpitante para o coração das moças — o casamento —, era hábito de Inês dizer à amiga:

— Eu me hei de casar com um grande poeta.

Ao que a amiga respondia:

— Esta gente não serve para marido; são estroinas, volúveis...

— Qual! Nem todos... E mesmo que assim seja, eu quero que o meu nome corra mundo junto ao nome do meu marido...

Moça feita, Inês sempre se interessou por essas coisas de letras e seguia todos os poetas que surgiam, com vagar, ardor e uma ingênua admiração.

Conferência deste ou daquele não era anunciada que lá não estivesse; aos salões da literatura elegante e decorativa, estava sempre presente.

Muitos esperaram dela uma literata e houve um ironista que a crismou mesmo de próxima futura poetisa ou... romancista.

Tudo isto fez ver à sua amiga Irene que ela se houvesse casado com um jovem poeta de grande talento.

Aconteceu que o marido desta última, com medo dos azares da guerra, deixasse a sua residência em Paris e viesse para o Rio.

Logo que as duas se avistaram, Irene imediatamente perguntou pressurosa:

— Já vi que o teu marido é um grande poeta.

— Não; é campeão do *football*.

A FRAUDE ELEITORAL

Desde muito que várias personalidades da República, próceres de vários partidos e facções que se propunham salvar a pátria, mediante medidas inócuas ou simplórios cortes sistemáticos na arraia-miúda; desde muito, dizíamos, que várias personalidades se reuniam para resolver o problema da verdade eleitoral.

A comissão, como fazia há seis anos, se congregou naquela tarde para apresentar ideias tendentes a obter da exata manifestação das urnas a legítima representação nacional.

O senador Brederodes apresentou as suas ideias, o seu colega Marcondes as suas opiniões; Machado Malaguetta aventou alguma coisa; enfim toda a comissão trabalhou a valer, e os alvitres mais sutis, mais severos, mais saudáveis, foram sugeridos para que a fraude fosse evitada nas eleições federais.

Despediram-se amáveis, sorridentes. E, ao famoso “secretário” da comissão, o oficial da Secretaria do Senado, Raide, pareceu que, daquela confabulação, ia sair obra de grande valia e alcance.

O seu desgosto, ao supor isto, era de não poder ele também assinar o projeto. Seria a imortalidade...

Brederodes, que era econômico, desceu a pé até às ruas centrais. Atravessou o Campo de Santana apreensivo.

Chegou à chapelaria Watson e encontrou logo o seu adepto Fulgêncio, deputado desconhecido.

Falou-lhe este com todo o respeito devido ao chefe supremo do seu partido.

— Como vai Vossa Excelência?

— Não estou bom hoje, Fulgêncio.

— Por quê?

— Aborreci-me no Senado, na reunião da comissão.

— Que houve?

— Escuta aqui.

E trouxe o seu assecla para um canto.

— Aquele canalha do Malaguetta parece que anda de mãos dadas com o Dourado e os meus adversários no estado.

— Por quê?

— Não é que ele propôs que, na reforma eleitoral a fazer-se, não houvesse voto cumulativo? Estou derrotado...

Enquanto isso se passava, Malagueta, que viera de bonde, já se havia encontrado com a mulher e as filhas em uma confeitaria. Uma destas lhe disse:

— Papai parece que está contrariado.

— Pudera!

— Que houve, Chico? — perguntou-lhe a mulher.

— O tratante do Marcondes propôs na comissão que só houvesse um deputado por distrito e que estes fossem equivalentes ao número de deputados que cada estado dá.

— Que tem?

— Que tem? É que não faço nem quatro lá na nossa terra...

Marcondes não ouviu certamente o tratamento que lhe deu o seu amável colega, mesmo porque ele tinha corrido do Senado para a casa de uma adorável criatura, a Manon, francesa nascida nos arredores de Varsóvia.

— Marcondes não está bom hoje — disse-lhe esta.

— É verdade. O patife do Brederodes propôs medidas que acabam com as atas falsas nas eleições.

— Que tem isso?

— É que, se eu assinar o projeto, o Juca, o chefão, não me reelege.

O projeto, como era de esperar, não foi apresentado ao plenário, e a comissão ainda estuda os meios eficazes de acabar com a fraude eleitoral.

AS TEORIAS DO DR. CARURU

O sábio dr. Caruru da Fonseca despertou naquele dia com o humor igual com que despertava em todos os outros.

Mme. Caruru ainda ficou na cama, muito certa de que a Inácia daria o café ao seu ilustre marido. Era este uma sumidade em matéria de psiquiatria, criminologia, medicina legal e outras coisas divertidas.

Tinha, na nossa democracia, por ser sumidade e doutor, direito a exercer quatro empregos.

Era lente da Escola de Medicina, era chefe do Gabinete Médico da Polícia, era subdiretor do Manicômio Nacional e também inspetor da Higiene Pública.

Caruru tinha mesmo publicado várias obras, entre as quais se destacava *Os caracteres somáticos da degenerescência* — livro que fora muito gabado pelo estilo saborosamente clássico. Um crítico disse:

O milagre que, no seu livro, conseguiu o dr. Caruru obter, foi exprimir ideias e concepções modernas com a sã e enérgica linguagem dos quinhentistas e mesmo dos seus antecessores. Seguiu, portanto, André Chénier, que desejava fazer poesias modernas com versos antigos. Cito de memória. Não há como louvar etc.

Caruru, como esperava a sua dorminhoca mulher, foi logo servido do café pela dedicada Inácia e não tardou que lhe viessem os jornais.

Leu o primeiro que lhe caiu sob os olhos e quase teve um ataque quando deu com um “controlava”.

— Que gente! — disse de si para si. — Estão a esbodegar esta maravilhosa língua.

Apanhou outro, desprezou a parte política e correu ao noticiário policial. Deparou-se-lhe a seguinte notícia:

Ontem, ao atravessar a avenida Central, foi acometido de um ataque o pintor Francisco Murga, morrendo repentinamente. Murga, que era ainda moço, pois contava pouco mais de trinta anos, estreou-se com grande brilho há uns dez anos passados, tendo obtido o prêmio de viagem e tudo fazia crer que ele continuaria a dar-nos obras-primas, ou quase isso, como foi o seu primeiro quadro, *O banzo*. Entretanto, tendo se entregado

à mais desordenada boemia, tal não fez, embora não deixasse sempre de produzir etc. etc.

O dr. Caruru exultou. Que caso! Devia ser um exemplar típico de dipsomaníaco, de degenerado superior e ele, o doutor, como chefe do Gabinete da Polícia, ia ter o seu cadáver às ordens, para bem verificar as suas teorias mais ou menos à Lavater ou Gall. A diferença entre ele e estes dois últimos é que Caruru encontrava seguros indícios do caráter, da inteligência etc. dos indivíduos em todas as partes do corpo.

O doutor pediu mais uma xícara de café e não se pôde conter:

— Gertrudes! — gritou para a mulher. — Tenho hoje um caso excelente.

A mulher apareceu em trajes matinais e ele narrou toda a sua alegria.

Caruru vestiu-se e correu à faculdade. Aos primeiros estudantes que lá apareceram, Caruru os convidou para irem ao necrotério verificar a certeza das asserções que fazia no seu célebre livro, escrito no estilo de Rui de Pina e, por pouco, que não o era no da *Notícia de partiçam*.

Foram estudantes de medicina, de farmácia, de dentista e até uma dama que estudava para parteira.

Chegado que foi ao necrotério, o dr. Caruru armou-se de uma bateria de compassos graduados, de uma porção de réguas, de todo um arsenal de instrumentos de antropométrica e começou a preleção diante do cadáver:

— Meus senhores. Estamos certamente diante de um caso típico de degenerado...

A sua linguagem falada era diferente da escrita. Ele escrevia clássico ou pré-clássico, mas falava como qualquer um de nós.

— O indivíduo que está aqui, bêbedo incorrigível, vagabundo, incapaz de afeições, de dedicações, vai demonstrar com as injeções que lhe vou fazer, a verdade das minhas teorias. Vejamos os pés...

Caruru armou-se de uma das tais réguas, enquanto um servente chorava.

Aplicou-a aos pés do defunto e, pouco depois, exclamou triunfante:

— Vejam só! O pé direito mede quase mais um centímetro que o esquerdo. Não é o que eu dizia? É um degenerado! Essa assimetria dos pés...

O servente que chorava interrompeu-o:

— Vossa Excelência só por causa dos pés do senhor Murga não pode dizer isto. Ele não nasceu assim.

— Como foi então?

— Fui seu amigo e devo-lhe muitos favores. Eu conto a Vossa Excelência... “Seu” Murga teve um tumor no pé direito e foi obrigado a andar com chinelo num pé, durante cerca de dois meses, enquanto o esquerdo estava calçado. Naturalmente aquele aumentou enquanto o outro ficava parado. Foi por isso.

O ANEL DE PERDICAS

O reino não era completamente independente, mas era quase como se assim fosse. Dependia do império em tudo que tocasse as relações com os países estrangeiros e não podia ter exército próprio.

O seu rei não era escolhido por força da primogenitura. Alguns sujeitos avançados tinham mostrado a desvantagem do filho suceder ao pai no trono, e resolveram que o herdeiro fosse indicado por uma assembleia de notáveis, a que chamaram — a Dieta.

Governava nesse tempo o reino El-Sulida, príncipe velho, de pouca barba, curto de pernas, rico de muitas fazendas, que desejava do fundo da alma povoadas [sic] de escravos.

Sulida tinha encaminhado bem os filhos nos cargos do reino e do império e vivia, a contento de todos, distribuindo governo mais ou menos com sabedoria.

Além do desgosto que lhe ia na alma por não ter mais escravos negros nas suas propriedades agrícolas, um dos seus pesares íntimos era não passar ao filho o trono que ocupava.

Ninguém suspeitava dessa sua mágoa secreta, por isso todos diziam que Sulida era um príncipe perfeito, respeitador das leis e desejos da igualdade de seus povos, porque, se bem que aquilo lá fosse reino, era legal que ninguém tivesse privilégios.

Uma bela manhã, fosse devido à idade avançada do soberano, fosse devido a outro qualquer motivo, el-rei Sulida amanheceu muito doente e os médicos que foram chamados declararam que o príncipe poucos dias tinha de vida.

Os seus ministros trataram de reunir logo a Dieta, para que ela escolhesse o sucessor.

Reunida a tal Dieta, não chegaram os seus membros a acordo algum. Todos eram candidatos, de modo que ninguém podia escolher o sucessor de Sulida, a não ser que o sucessor fosse o próprio eleitor, isto é: o desejo de cada um era votar em si mesmo.

Resolveram então apelar para a assembleia das cidades e vilas, isto é, para uma convenção maior, composta de representantes de todos os municípios do reino.

Reuniu-se essa convenção, mas não chegaram a acordo algum, após temíveis bate-bocas. Afinal, no fito de conciliar as várias correntes da política do reino, concordaram em deixar a escolha ao alvitre do soberano moribundo. Foram a ele e falaram-lhe. Ele respondeu:

— Quem deve ser o rei é o Sancho.

Foi geral o espanto. Poucos conheciam esse Sancho e ninguém atinava com o motivo da escolha. Afinal vieram a saber que o obscuro Sancho estava noivo ou coisa parecida da filha de Sulida.

Está aí como um bom pai de família procede: não podendo deixar o trono ao filho, deixou-o ao futuro marido da filha.

Houve muito barulho no reino, apesar de não dizerem os cronistas se Sancho casou-se mesmo com a princesa, filha de Sulida.

O CONGRAÇAMENTO

A cidade de L. era uma cidade muito pobre que vivia sempre a pedir dinheiro emprestado, usando de expedientes dignos dos mais célebres “facadistas” de rua.

Dinheiro depositado nos cofres, era dinheiro sumido e ninguém sabia para onde ele ia.

Entretanto, para servir aos interesses do chefe político Leitão, a sua municipalidade possuía um exército de funcionários e até os seus vereadores eram pagos regiamente.

Justificava-se esse pagamento pela carência absoluta de homens ricos que quisessem ocupar os lugares de edis, de modo que só os pobres concorriam a eles e precisavam do subsídio para manter-se.

Como esses pobres tivessem muitos parentes, naturalmente também pobres, os vereadores tinham necessidade de colocar os filhos, sobrinhos, primos, netos, genros etc.

Para isso, não encontravam outro caminho senão criar lugares na secretaria do conselho e o faziam com abundância e tenacidade.

A cada conselho novo correspondia nova reforma na secretaria e a criação de mais meia dúzia de oficiais, amanuenses, redatores de debates, taquígrafos etc., e de tal forma que a Câmara Municipal de L. veio a ter mais empregados na sua secretaria que o Senado e a Câmara federais nas deles.

Lembrem-se bem de que esses dois últimos corpos legislativos não são parcimoniosos em tal assunto, embora estejam sempre dispostos a censurar a burocratomania do Executivo e do Judiciário.

Não havia, portanto, Câmara Municipal mais homogênea e unânime, conquanto seja da essência das assembleias a heterogeneidade de opiniões dos seus membros.

As suas sessões eram marcadas, regradas, como cenas de opereta, e traíam o ensaiador, o contrarregra e outros úteis auxiliares de peças de teatro.

Aconteceu um dia que o chefe dos chefes políticos do país, uma espécie do falecido general Pinheiro Machado, veio a falecer e Leitão perdeu consequentemente todo o prestígio, pois não tinha outro senão aquele que lhe emprestava o tal chefe dos chefes.

Logo que tal fato se deu, os fabricantes de delegados do povo se insubordinaram e os vereadores de L. começaram a palpitar qual deles seria o mais poderoso. Um tratou de agradar Cunegundes; outro namorou Bernardino; um outro requestou Bertoldo; e todos brigaram entre si.

O fato é que as sessões que eram até aí harmoniosas como as representações de óperas, passaram a ser um charivari de todos os diabos.

Houve bate-bocas terríveis e descomposturas de mercado.

Toda a gente imaginou que o diabo tinha entrado no corpo daquela gente, mas logo se soube a explicação natural da profunda desavença que surgiu entre os vereadores de L.

Aproximava-se a terminação da sessão ordinária e cada um dos edis desejava a prorrogação em extraordinária, para poderem vencer o respectivo subsídio.

Estavam todos brigados e houve temor de que o respectivo projeto não fosse aprovado.

Um mais ousado, porém, apresentou-o e, ao contrário da expectativa, a coisa passou por unanimidade.

Estava feito o conagraçamento dos partidos.

NÓS! HEIN?

— Quando eu fui amanuense da Secretaria de... — contava-me um amigo —, certa vez aconteceu-me um fato bem interessante. Era tido eu como empregado vagabundo, relapso e, como particular, poeta e boêmio, de modo que eles me preteriam em toda a vaga de promoção que se viesse a dar. No começo, exasperei-me; mas, no fim, conformei-me, e fiquei ainda mais relapso e vagabundo. O diretor era o conselheiro Flores Teles, que vinha do tempo do Império: e também era, talvez, o funcionário público mais antigo da República. Não tinha faltas, nem licenças; era pé de boi. Entrava às dez e saía às três. Quando ele fazia anos, havia zumbaias na Secretaria: quando completava 45 anos de serviço — bumba! —, festanças, discursos; quando era aniversário de sua entrada na secretaria, festas; de modo que ele andava no noticiário dos jornais, durante o ano inteiro, e toda a gente pensava cá fora que fosse mesmo uma sumidade. Concorri várias vezes para a sua glória, pois mais de uma vez fiz-lhe discursos por ocasião dos seus variados aniversários; mas isso não impediu que...

— Engrossava? — perguntei eu.

— Talvez — respondeu-me o camarada —, mas não a ele, certamente a meu chefe de seção que era meu amigo: escondia-me as faltas. Um belo dia, o conselheiro que parecia não querer morrer, adoece e morre. Eu tinha deixado de ir à repartição, durante os primeiros dias de sua moléstia, porque sabia que não me seria descontado nada; mas cansando-me de vadiar, certa manhã cismeí e fui. Despertei muito tarde e só tive tempo de lavar o rosto, mudar o colarinho e ir para lá. Entrei e, logo que penetrei nas seções, tive a impressão de que havia alguma coisa de anormal. Grupos de empregados cochichavam; outros estavam de luto fechado; o substituto do diretor, quando entrou, veio envolvido numa respeitável sobrecasaca e deu-nos bons-dias com uma cartola imprevista, na sua habitual modéstia. Soube afinal que tinha morrido o conselheiro e todos faziam roda em torno do seu imediato, lembrando providências: carros, coroas, comissão etc. Um lembrou: é preciso escrever alguma coisa no livro do ponto. É verdade, acudiram todos. Quem escreve? Lembraram o dr. Aldovrando, bacharel tido como pessoa competente da redação de mensagens e outras difíceis peças oficiais; o dr. Aldovrando, porém, excusou-se, porquanto tinha muito serviço. Lembraram em seguida o dr.

Samuel Ponte, cirurgião-dentista, que acabara o seu curso de medicina. Como o dr. Aldovrando, o dr. Samuel excusou-se porque não era dado a essas tolices e futilidades de literatura. Ele só cuidava de ciência e até hoje eu estou à espera dos seus trabalhos a tal respeito. Foi quando alguém se lembrou de mim, cuja disposição para isso era nenhuma. Acedi, sentei-me a uma mesa e redigi o rascunho. Reli, emendei e vi que a coisa não estava má.

— Como era?

— Não posso me recordar aqui, mas tenho a coisa num retalho do *Diário do Congresso*.

— Aí?

— É verdade. Explico-me. No dia seguinte ao do enterro, o senador P. solicitou da sua câmara a inserção de um voto de pesar, pela morte do conselheiro, fazendo dele, senador, as palavras do substituto de Flores Teles, na Secretaria de...

— Eram as de você, não?

— Eram.

— Engraçado!

— Você vai ouvir o resto.

— Ainda há?

— Há. Quando fui assinar o ponto, no dia seguinte, encontrei-me logo com o substituto de Flores Teles que foi logo gritando para mim: viste T., como nós fizemos figura no Senado. Nós! hein? Demos a letra!

— Que disse você?

— Eu?... Nada.

OS KALOGHERAS

O sucesso do Polemaska Kalogheras na retumbante mobilização das tropas nacionais para a gloriosa expedição da Bahia causou pasmo a todos, inclusive o basileus Epitaphio.

Entretanto, a nós, um tal acontecimento não nos trouxe nenhuma surpresa, porquanto conhecíamos de há muito as virtudes guerreiras dos Kalogheras, desde o mais remoto ancestral do atual ministro que foi o fulminante Alexandre da Macedônia, cuja fama ainda enche o mundo e aborrece os meninos estudantes de história na indagação de saber se ele foi ou não foi o maior general de todos os tempos.

Os Kalogheras são originários da Macedônia e os outros gregos, inclusive Plutarco, falam neles aqui e ali, louvando-lhes as virtudes guerreiras.

Há alguns, porém, da Beócia.

Cremos mesmo que já o velho Homero, na *Iliada*, tem um verso em que se alude a altos feitos dessa família predestinada; o certo, porém, é que, nas épocas últimas, eles sempre se mostraram guerreiros de primeira ordem. Quando os turcos conquistaram e tomaram o Império Bizantino e suas restantes províncias, os Kalogheras, não tendo a quem oferecer as suas aptidões bélicas, puseram-se a serviço dos osmanlis, pelo que os sultões respectivos deram-lhes grandes honras e muitos cequins de ouro.

Corre que, entre as proezas do Kalogheras, há a de ter ajudado a bombardear o Partenon de Atenas, feito glorioso que toda a gente atribui a sua autoria tão somente aos turcos, mas que, na verdade, nela tomaram parte muitos gregos.

Com a emancipação grega, os Kalogheras, não podendo suportar a admiração de um rei estrangeiro, imposto pela Inglaterra e pela França, emigraram, uns, e outros entregaram-se à guerra nacional de perturbar o comércio marítimo dos mares do Levante, sobretudo no do arquipélago.

As duas únicas grandes potências marítimas daquelas épocas, a França e a Inglaterra, fizeram uma guerra feroz e inumana a esses patriotas gregos, e a maioria dos Kalogheras foi morta, sem julgamento nem outra qualquer formalidade, nos navios de guerra ingleses e franceses, quando neles caíam como prisioneiros.

Uma raça guerreira dessas, em cujo sangue há certamente muitas gotas do sangue do turco combativo, não podia deixar de revelar no nosso atual ministro da Guerra, que dela descende, uma capacidade extraordinária e uma forte alegria que mal se faz inteirar, na tática e feroz, na estratégia de uma guerra civil.

Quem sai aos seus, não degenera.

CONSERVOU O FEZ

Não se pode deixar de admirar suficientemente o modo por que o eminente *sirdar* Ben-Zuff Kalogheras vai conseguindo de modo eficaz e rápido a eficiência do nosso Exército.

Em começo, ele estudou a disposição das forças nacionais, segundo cartas mineralógicas e geológicas.

S. Ex.a, o *sirdar*, em chefe, é, como se sabe, muito bom engenheiro de minas.

Em seguida, continuou na suas inovações militares e tratou da indumentária, não só dos soldados e oficiais, como da dele.

Da primeira parte, sempre os *sirdar*-ministros tiveram o cuidado de tratar como dos primeiros atos dos seus ministérios, por isso que julgaram sempre que, mudando o hábito, faziam mudar o monge; da segunda, entretanto, eles nunca julgaram coisa imprescindível, mesmo quando eram oficiais.

Ben-Zuff Kalogheras, porém, achou necessário experimentar modelos em sua própria pessoa.

Primeiramente, pôs à prova um uniforme de viajante inglês em visita às pirâmides: um chapéu de cortiça e um fichu azul. Feito isto, montou num camelo. Parece coisa imprópria; mas, a muitos, pareceu o contrário.

Não contente com isto e, também, porque lhe disseram que o tal fichu era para evitar as oftalmias, produzidas pelo revérbero da luz do sol nas areias do deserto, tratou de arranjar um outro mais adequado ao Rio de Janeiro.

Encomendou a um adelo um vestuário de *cowboy* ou, antes, de vaqueiro mexicano, pelo qual mandou fazer um novo, de excelente brim cáqui.

Completo o indumento, pôs vestuário, perneiras, um par de grandes esporas de rosetas, um chapéu cômico cheio de guizos; e foi embarcar as tropas que partiam para uma expedição. Até aí não parou a fúria do seu amor à novidade de uniformização ministerial.

Reparando que o traje de rigor, para conferenciar com o quediua-presidente, não era bastante distinto ou original, apareceu-lhe em conferência de calças brancas, sem colete, camisa à mostra e paletó de alpaca.

O quediua formalizou-se e mastigou censuras.

Por fim, disse o soberano:

— *Sirdar*!

— Alteza!

— É nesse traje que os seus amanuenses se apresentam perante V. Ex.a, em serviço?

— Não, Alteza. Por quê?

— Por quê? Porque julguei lhe tivessem ensinado essa moda de vestuário, para falar aos superiores.

Ele, o *sirdar*, encafifou, voltou a usar sobrecasaca com fez vermelho, que ele deixava na antessala, quando ia ao despacho. Assim, sem merecer censuras, conservava a sua originalidade... militar.

ARTE DE GOVERNAR

Quando o príncipe Epi subiu ao trono de rajá de Bengabul, toda a gente exultou, porque um cidadão da América, chamado Vilsão, tinha em grande conta os seus méritos de cantor de modinhas. Ele ia fazer grandes coisas, inclusive a felicidade do povo.

Vivia este na mais atroz desgraça. Não tinha casas em que morasse e os gêneros de primeira necessidade andavam pela hora da morte. Segundo propalava, ele iria dar remédio a isso tudo e a fartura havia de reinar nos lares pobres.

Epi era pequenino e vaidoso. Mais pequeninos e vaidosos do que ele, porém, os que o cercavam. Gostavam de festas e macumba e, logo que o viram no trono, trataram de arrumar muita festança.

Depois de sua ascensão, não havia dia em que, por este ou aquele motivo, não houvesse um bródio suculento.

E os seus auxiliares diziam:

— Isto é que é governo! Epi sabe governar!

Não contente com festas caseiras, tratou de arranjar outras com príncipes estrangeiros.

Chamou para visitar o país o príncipe das ilhas Aleutianas, que imediatamente veio visitá-lo.

O príncipe era um rapagão reforçado e sabia remar em canoa como ninguém. Epi fez uma despesa louca para recebê-lo e em pessoa cuidou de todos os aprestos.

Durante a sua estadia no país que foi de um mês, por delicadeza, todos se calaram; mas, mesmo assim, o rajá meteu na cadeia cinco mil pobres-diabos.

Isto tudo, ele fazia para o rei ver.

Os trinta dias em que o soberano esteve no país foram de grossa pagodeira.

Passeios, cantorias etc. encheram o vazio da significação da visita e o povo até parecia contente.

Com esta simulação de felicidade, Epi ganhou foros de bem saber a arte de governar.

BOA MEDIDA

O faustoso dultão de Kambalu, Abbas I, que tinha por avós em linha direta Manuel José Fernandes, de Trás-os-Montes, reino de Portugal, e Japira, índia de nação potiguara, a qual nação habitou antigamente o Império do Brasil e desapareceu, à vista da penúria do seu povo e da fome e da peste que o dizimavam, resolveu certo dia reunir em conclave as pessoas mais gradas do reino, fossem elas de que credo fossem, professassem as teorias que professassem, a fim de se aconselhar e resolver a situação. Vieram um bispo, um mago oriental, um sábio doutor em medicina, uma cartomante, um jurista, um engenheiro e um brâmane.

Abbas I assim falou, abrindo a sessão:

— Meus senhores: todos vós sabeis o motivo da nossa reunião. É a dor e a piedade pelo meu querido povo que me movem a pedir-vos conselho, para lhe dar lenitivo. Falai com franqueza que vos ouvirei com prazer. Falai!

O bispo levantou-se, fez o sinal da cruz, orou durante alguns minutos, contando as contas do rosário e começou:

— *Ad victum quar flagitat usus — Omnia jam mortalibus esse parata.* Precisamos de igrejas, conventos, recolhimento — Majestade!

O mago — Não concordo. A luz é tudo, de luz é feito o mundo, é feito Deus. Precisamos mais luz elétrica.

O doutor — Isto tudo é delírio; é pura paranoia, temperada com psicastenia, frenastenia. Na etiologia da peste há duas fases: primeira, a do aparecimento, dúbio, auroral, das auroras claras de maio, que é imperceptível; depois: manifestação ostensiva, horrível, de um belo horrível que só os médicos conhecem. Keats diz: “*Our songs are...*”

O engenheiro — Que diabo é isto? Uma encampação é mais útil...

A cartomante — Vou deitar as cartas...

O jurista — Cuidado com a polícia! O Código Penal, no seu livro V, art. 1824, parágrafo...

O bramâne — Tudo o que vem de mim. O boi, a vaca...

Abbas I — Ora bolas! Vocês não me aconselham coisa alguma... São uns tagarelas aborrecidos. Vou decidir por mim; vou construir um palácio magnífico. Vão-se embora, e já!

Abbas I cumpriu a sua palavra. Cobriu o reino de impostos; mandou vir jaspe e ouro e mármore e pórfiro; contratou no estrangeiro hábeis arquitetos e operários e construiu o palácio, para enriquecimento de seu povo e extinção das moléstias que o dizimavam.

Acabada a construção, meteu-se nele. Daí a dias, porém, nem mais um criado tinha para servi-lo. Toda a gente do país havia morrido de fome e de moléstia; e ele veio também a morrer de fome porque não havia mais quem plantasse, quem colhesse, quem criasse etc. etc.

FALAR INGLÊS

A amizade, que eu mantinha com o dr. Serapião Fortunato Cosme Damião, era antiga e sólida. Sempre ele me protegeu de todas as formas que pôde, embora não dispusesse de grandes recursos. Há anos passados, andava eu muito atrapalhado da vida, desempregado, quando recebi um telegrama de Serapião, nestes termos: “Venâncio — Corre cá em casa. — Serapião”. Assim fiz; e só não fui de táxi porque não me sobrava dinheiro. Chegando em casa dele, fui entrando e gritando pela mulher do amigo:

— Dona Miloca! Dona Miloca!

Ela respondeu.

— Sou eu, o Venâncio.

— Oh! “seu” Venâncio! Entre, entre! O Serapião está à sua espera, no gabinete.

Conhecendo a casa, dirigi-me com toda a liberdade, para o aposento em que estava o meu camarada. Ao dar com ele, mal cumprimentei-o e perguntei-lhe logo:

— Que há?

— Boa coisa.

— O que é?

— Vou ter uma boa empreitada, no estado de Ibiturana, e vais trabalhar comigo.

— Que vais fazer lá?

— Vou sanear o vale do Ipitiranga, um dos lugares mais férteis do Brasil, e que se presta admiravelmente para a cultura da oliveira.

— Há lá oliveira, já?

— Nunca houve; mas observações climatológicas, geológicas, análises químicas dos terrenos etc. etc. permitem identificar o solo e a semelhança daquela parte do Brasil com os melhores trechos da Europa em que crescem árvores de azeitonas. Todas as observações, experiências e análises foram feitas nos laboratórios do Ministério da Agricultura, por operadores de ambos os sexos, e “controladas” por sumidades alemãs, belgas, suíças e japonesas.

— Mas... azeitonas!

— Que tem azeitonas? São um excelente alimento. É o fruto da sabedoria que Minerva fez brotar na terra. Na Europa, nos lugares em que elas são

abundantes, os camponeses, dias e dias, unicamente se alimentam com elas, acompanhando-as com pão duro ou bolacha. Aqui, os bufarinheiros sírios, turcos — tens visto? Demais, e o azeite?

— Como arranjaste isto?

— Eu te conto. Dou-me com doutor Karl Tem Kantayo, que foi meu lente, e é hoje governador de Ibiturana. Ele está aqui, pois veio tratar-se. Não me aparecendo comissão nenhuma de engenharia e como, com as moléstias constantes da mulher e dos filhos, eu ia entrando no grosso do capital, era urgente obter qualquer trabalho. De resto, depois que consegui falar com desembaraço inglês, comecei a aborrecer-me com o Rio. Queria...

— Foste tenaz, não há dúvida!

— Fui. Levei quatro anos e posso te garantir que o falo bem, como tu vais ver. Queria ir para o campo. Resolvi procurar o doutor Tem Kantayo, para que ele me arranjasse alguma coisa no estado que administra. Fiz-me anunciar, dando o meu cartão. Fui logo introduzido. O doutor Karl fez-me sinal para que o esperasse e me sentasse.

Sentei-me e ele continuou a conversar com um americano de olhos esbugalhados e queixo quadrado que lhe estava à direita. Falavam em inglês e eu lhes entendia perfeitamente a palestra. Tratavam do tal saneamento. Dizia o americano que já propusera tal serviço, no governo de Prudente de Moraes, em... Não pôde dizer o ano; fui em seu socorro e disse-lhe, em inglês, todos os anos do período governamental daquele presidente. O dr. Karl ficou espantado e ordenou:

— Então, Serapião, você fala inglês?

— Falo, respondi com modéstia, mal; mas falo.

Daí em diante conversamos os três em inglês. Convencionamos que eu seria sócio de Mr. Cecil Sharp (o tal americano), na sua empreitada de sanear o vale do Ipitiranga, pois era bom figurar na empresa um brasileiro. Objetei que não tinha capital. O dr. Karl explicou-me que o seu estado entrava com o dinheiro, à proporção que as obras se realizassem, pagando-nos ordenado e porcentagens.

— Mas, opus eu, se por qualquer circunstância não pudermos acabar o trabalho?

O dr. Karl, então, elucidou:

— Vocês, administradores, receberão, em tal caso, a indenização de cinco por cento, calculados sobre o custo total das obras que teriam de concluir para a execução plena do contrato. Eis aí.

Pensei um pouco e atrevi-me — com que medo! — atrevi-me a indagar:

— E a opinião pública?

— Fecho-lhe a boca, fez com império o governador, dizendo que se vocês acabassem as obras, as comissões de dez e meio por cento, fariam o estado gastar muitas vezes mais. Vou mandar lavrar o contrato. Depois de amanhã, vocês venham assiná-lo.

— De modo, Serapião — perguntei eu —, o teu interesse está em não acabar a obra?

— Por certo! Nem mesmo ela foi projetada para ser ultimada.

— Para que, então, foi?

— És ingênuo! Obras como essa, meu caro, sempre tiveram um escopo.

— Qual é?

— Fornecer matéria-prima para indenizações.

— É uma indústria?

— É, das mais nacionais.

— Tens sorte.

— Por que não aprendes a falar inglês?

— Devia fazê-lo. Não há dúvida que o inglês é um instrumento próprio para... realizar altos trabalhos.

— Tolo!

E tirou uma longa fumaça do charuto.

ROCHA, O GUERREIRO

Este Rocha, quando nasceu, os pais levaram-lhe à pia com o intuito de que ele fosse general. Ele era descendente de gente brava que se tinha batido valentemente nos campos do Paraguai.

Quiseram meter-lhe na Escola Militar, mas não houve meio de Rocha aprender aritmética. A mãe, como ele dizia ter vocação militar e ser neto ou bisneto do barão de Jacutinga, herói da guerra do Paraguai, resolveu requerer-lhe praça, a fim de ser reconhecido cadete.

Rocha era medroso que nem um jacu; e quando foi metido num regimento da Quinta da Boa Vista, ao primeiro trote, pôs-se a chorar.

Queixou-se ao capitão de sua companhia, a quem pediu licença para escrever à sua velha mãe. O capitão, atendendo que ele não tinha nenhuma enfibratura para a vida militar, consentiu.

A velha veio, e ele, mal ela chegou, disse-lhe:

— Mamãe, quero mamar.

Está aí em que deu o general futuro — o Rocha das Arábias.

UM DO POVO

Conheço em Anchieta, subúrbio longínquo desta cidade, um grande músico. Chama-se Felismino Xubregas e nasceu no Maranhão. Sentou praça no Pará, foi metido na banda de música do batalhão; e, vendo o respectivo comandante que ele tinha grande vocação para a “Arte”, arranhou-lhe a transferência para o Rio de Janeiro. Isto foi em 1887. Aqui chegado, o nosso pistom, pois era esse o instrumento que ele tocava, captou a simpatia do atual marechal Faria, então simples comandante de esquadrão, que sempre gostou de música e de músicos. O então capitão Faria conseguiu que ele frequentasse as aulas do Conservatório de Música, para aperfeiçoar os seus estudos. Em boa hora isso fez, porque Xubregas estudou a valer e acabou sabendo música a fundo. Acabado o seu tempo de serviço militar, não quis reengajar-se e deu baixa. Andou por aí em “tocatas”, nas quais mal ganhava para comer. Deu em escrever valsas e polcas; mas, mesmo assim, não obtinha o dinheiro necessário para viver. A vida, porém, e a sua continuidade têm tanto império sobre nós que Xubregas, apesar de tudo, casou-se e veio a ser pai de muitos filhos.

Chefe de família, não podia continuar na música, que quase nada lhe dava. Que fez então? Procurou toda a espécie de empregos mais acessíveis. Foi lenhador em Costa Barros, caixeiro de botequim em Maxabomba, servente de pedreiro em Sapopemba; hoje, o seu ofício habitual é o de construtor de “fossas”, nas redondezas de Anchieta, onde reside.

Há dias, indo até lá, encontrei-o e perguntei-lhe simplesmente:

— Que há, Xubregas? Como vais?

— Vou bem; mas ando aborrecido.

— Por que, Xubregas?

— É coisa da prefeitura.

— Como? Estás metido na política do Brandão, do Pio ou do grande e inolvidável Nestor Areas Mackenzie?

— Não, caro amigo. É questão do teatro.

— Não atino.

— Eu te explico.

— Bem, vá lá!

— Não está aí uma afamada orquestra vienense?

— Está, sei bem; e trabalha no Municipal.

— É verdade o que dizes; e eu, por ser “um do povo” e, além de tudo, músico, tive desejo de ouvir tão famosa orquestra. Escovei a minha roupa e fui até lá, julgando que a coisa era ao alcance das minhas algibeiras.

— Que te aconteceu?

— Quando lá cheguei, tudo era caro, isto é, qualquer lugar era tão caro que, se eu alugasse um, ficava sem comer uma semana.

— Pois não sabias disso?

— Não. Sempre li que a prefeitura tinha erguido aquele teatro para educação do povo.

— Que engano! Ele deve estar por quinze mil contos, extorquidos ao povo; mas foi feito para educação dos ricos. Eis aí!

Xubregas não me disse mais nada; e, ao despedir-se, ergueu um heroico:

— Viva a República!

HÓSPEDE ILUSTRE

Todos os dias, anunciam as folhas a chegada de um hóspede ilustre, estampando-lhe algumas vezes o retrato. O Rio de Janeiro, se não está ficando o Instituto de França ou a Royal Society de Londres, pode bem ficar sendo o Museu do Trocadero.

Não me canso de ler tais notícias e causa-me assombro que semelhantes sumidades não figurem no Larousse e em outras publicações congêneres.

Não vem isto, porém, ao caso. O que estas linhas tencionam é protestar contra a omissão que eles fizeram, do nome do ilustre marroquino Mulay Málek ben-Bélek.

Ele vem superintender a construção do pavilhão de Marrocos, que será erguido no estilo original daquele próspero império.

Os materiais empregados, como se sabe, são caniços e uma argamassa feita de bosta de camelo e lã de carneiro. Como aqui não havia camelos, portanto, o primeiro elemento da aludida argamassa, o imperador de Marrocos fretou um barco suíço e atestou-o daquele primordial elemento dos Partenons dos seus domínios. Vai ser uma lindeza, debaixo da *féerie* iluminativa que o senhor Carlos Sampaio contratou com os seus amigos americanos e vai nos custar os olhos da cara. Diz-se mesmo que as experiências realizadas, no morro da Favela, mostraram de que forma mágica iluminações *yankees* transformam, em palácios de “Mil e uma noites”, cubatas africanas.

O emir Mulay Málek ben-Bélek é especialista em agricultura. Ele já ensinou ao sr. Carlos a fazer brotar do caroço da uva pés de algodão do mais estimável fio.

Além disto, conhece os outros gregos da mais alta antiguidade do que ele lê, não só em grego, como em árabe, tais como Aristóteles, Ptolomeu, Estrabão etc., até dos propriamente árabes, persas e hindus.

Uma tal sabedoria está a indicá-lo para professor de “relatividade”, na Escola Politécnica, ao lado das “Máquinas” do sr. Frontin.

O emir Mulay tem 83 mulheres e 150 concubinas. Não as trouxe por dois motivos: a) por não haver grande necessidade; b) porque supôs que, aqui, não houvesse carros “especiais” em que as suas mulheres e concubinas pudessem passear pela cidade, islamicamente enclausuradas como manda o Alcorão. Desconhecia que, entre nós, há os carros-fortes da polícia...

Este homem eminente, entretanto, segundo dizem, está disposto a fazer-se bufarinheiro, no Rio.

INTERESSE PÚBLICO

O senador Victoman era conhecido pela sua grande severidade na fiscalização dos dinheiros públicos. Nenhum outro era como ele inimigo dos burocratas que, no seu julgar, sugavam o melhor das rendas públicas, vivendo à larga, sem prestar serviço algum ao país e ao Estado.

A sua implicância por essa classe dos servidores do governo, em certas ocasiões, levava-o a explosões de cólera que metiam medo a todo mundo.

Por isso, quando ele falava no Senado, no dia seguinte, os modestos lares dos funcionários públicos eram abalados com a tempestade que as suas palavras desencadeavam.

A esposa de um amanuense que via seu marido sair toda a manhã para o trabalho e voltar à tarde, sabendo que Victoman chamara todos os funcionários públicos de madraços, punha-se a desconfiar do emprego que seu marido dava ao tempo que levava fora de casa e recriminava-o com meias palavras.

Algumas mesmo excediam e diziam francamente aos maridos que eles se metiam em pândegas nas horas que afirmavam passarem nas repartições.

Sendo assim, o senador Victoman quando, naquele dia, subiu à tribuna para falar, todos estremeceram, e as repartições públicas, ao saberem do caso, encheram-se de pavor.

Entretanto, não havia motivo para isso.

O senador pediu a palavra e disse, em resumo, o seguinte que nada tem a ver com o funcionalismo do Estado:

“Meus senhores. Há dias comprei dez bois e algumas vacas que enviei para as minhas fazendas.

Devido à pouca importância que a administração liga aos meus bois e às minhas vacas, eles chegaram às propriedades agrícolas com alguns arranhões insignificantes.

Tal coisa não se teria dado se o governo acolchoasse convenientemente os carros da estrada de ferro destinados ao transporte dos meus bois e das minhas vacas.

Julgo, portanto, do meu dever apresentar a esta casa um projeto de lei, concedendo um crédito de 2 mil contos para acolchoar os carros das estradas

federais que tiverem de transportar o meu gado vacum.”

O orador, dizia a ata, foi muito cumprimentado por ter tratado de caso de tanto interesse público.

OUTROS CONTOS

UM ESPECIALISTA

A Bastos Tigre

Era hábito dos dois, todas as tardes, após o jantar, jogar uma partida de bilhar em cinquenta pontos, finda a qual iam, em pequenos passos, até o largo da Carioca tomar café e licores, e, na mesa do botequim, trocando confidências, ficar esperando a hora dos teatros, enquanto que, dos charutos, fumaças azuladas espiralavam preguiçosamente pelo ar.

Em geral, eram as conquistas amorosas o tema da palestra; mas, às vezes, incidentalmente, tratavam dos negócios, do estado da praça e da cotação das apólices.

Amor e dinheiro, eles juntavam bem e sabiamente.

O comendador era português, tinha seus cinquenta anos, e viera para o Rio aos 24, tendo estado antes seis no Recife. O seu amigo, o coronel Carvalho, também era português, viera, porém, aos sete para o Brasil, havendo sido no interior, logo ao chegar, caixeiro de venda, feitor e administrador de fazenda, influência política; e, por fim, por ocasião da bolsa, especulara com propriedades, ficando daí em diante senhor de uma boa fortuna e da patente de coronel da Guarda Nacional. Era um plácido burguês, gordo, ventrudo, cheio de brilhantes, empregando a sua mole atividade na gerência de uma fábrica de fósforos. Viúvo, sem filhos, levava a vida de moço rico. Frequentava *cocottes*; conhecia as escusas casas de *rendez-vous*, onde era assíduo e considerado; o outro, o comendador, que era casado, deixando, porém, a mulher só no vasto casarão do Engenho Velho a se interessar pelos namoricos das filhas, tinha a mesma vida solta do seu amigo e compadre.

Gostava das mulheres de cor e as procurava com o afinho e ardor de um amador de raridades.

À noite, pelas praças mal iluminadas, andava catando-as, joeirando-as com olhos chispantes de lubricidade e, por vezes mesmo, se atrevia a seguir qualquer mais airoso pelas ruas de baixa prostituição.

— A mulata — dizia ele — é a canela, é o cravo, é a pimenta; é, enfim, a especiaria de requieime acre e capitoso que nós, os portugueses, desde Vasco da Gama, andamos a buscar, a procurar.

O coronel era justamente o contrário: só queria as estrangeiras; as francesas e italianas, bailarinas, cantoras ou simplesmente meretrizes, eram o seu fraco.

Entretanto, havia já 15 dias que não se encontravam no lugar aprazado e a faltar era o comendador, a quem o coronel sabia bem por informações do seu guarda-livros.

Ao acabar a segunda semana dessa ausência imprevista, o coronel, maçado e saudoso, foi procurar o amigo na sua loja à rua dos Pescadores. Lá o encontrou amável e de boa saúde. Explicaram-se; e entre eles ficou assentado que se veriam naquele dia, à tarde, na hora e lugar habituais.

Como sempre, jantaram fartamente e regamente regaram o repasto com bons vinhos portugueses. Jogaram a partida de bilhar e depois, como encarrilhados, seguiram para o café de costume no largo da Carioca.

No princípio, conversaram sobre a questão das minas de Itaoca, vindo então à baila a inépcia e a desonestidade do governo; mas logo depois, o coronel que “tinha a pulga atrás da orelha”, indagou do companheiro o motivo de tão longa ausência.

— Oh! Não te conto! Foi um “achado”, a coisa — disse o comendador, depois de chupar fortemente o charuto e soltar uma volumosa baforada. — Um pestisco que encontrei... Uma mulata deliciosa, Chico! Só vendo o que é — disse a rematar, estalando os beijos.

— Como foi isso? — inquiriu o coronel pressuroso. — Como foi? Conta lá!

— Assim. A última vez que estivemos juntos, não te disse que no dia seguinte iria a bordo de um paquete buscar um amigo que chegava do Norte?

— Disseste-me. E daí?

— Ouve. Espera. Cós diabos isto não vai a matar! Pois bem, fui a bordo. O amigo não veio... Não era bem meu amigo... Relações comerciais... Em troca...

Por essa ocasião rolou um carro no calçamento. Travou em frente ao café e por ele adentro entrou uma gorda mulher, cheia de plumas e sedas, e para vê-la, virou-se o comendador, que estava de costas, interrompendo a narração. Olhou-a e continuou depois:

— Como te dizia: não veio o homem, mas enquanto tomava cerveja com o comissário, vi atravessar a sala uma esplêndida mulata; e tu sabes que eu...

Deixou de fumar e com olhares canalhas sublinhou a frase magnificamente.

— De indignação em indignação, soube que viera com um alferes do Exército; e murmuravam a bordo que a Alice (era seu nome, soube também) aproveitara a companhia, somente para melhor mercar aqui os seus encantos. Fazer a vida... Propositadamente, me pareceu, eu me achava ali e não perdia vaza, como tu vais ver.

Dizendo isso, endireitou o corpo, alçou um tanto a cabeça, e seguiu narrando:

— Saltamos juntos, pois viemos juntos na mesma lancha — a que eu alugara. Compreendes? E, quando embarcamos num carro, no largo do Paço, para a pensão, já éramos conhecimentos velhos; assim pois...

— E o alferes?

— Que alferes?

— O alferes que vinha com a tua diva, filho? Já te esqueceste?

— Ah! Sim! Esse saltou na lancha do Ministério da Guerra e nunca mais o vi.

— Está direito. Continua lá a coisa.

— E... E... Onde é que estava? Hein?

— Ficaste: quando ao saltar, foram para a pensão.

— É isto! Fomos para a Pensão Baldut, no Catete; e foi, pois, assim que me apossei de um lindo primor — uma maravilha, filho, que tem feito os meus encantos nesses 15 dias — com os raros intervalos em que me aborreço em casa, ou na loja, já se vê bem.

Repousou um pouco e, retornando logo após a palavra, assim foi dizendo:

— É uma coisa extraordinária! Uma maravilha! Nunca vi mulata igual. Como esta, filho, nem a que conheci em Pernambuco há uns 27 anos! Qual! Nem de longe! Calcula que ela é alta, esguia, de bom corpo; cabelos negros corridos, bem corridos; olhos pardos. É bem fornida de carnes, roliça; nariz não muito afilado, mas bom! E que boca, Chico! Uma boca breve, pequena, com uns lábios roxos, bem quentes... Só vendo mesmo! Só! Não se descreve.

O comendador falara com um ardor desusado nele; acalorara-se e se entusiasvara de veras, a ponto de haver na sua fisionomia estranhas mutações. Por todo ele havia aspecto de um suíno, cheio de lascívia, inebriado de gozo. Os olhos arredondaram-se e diminuíram; os lábios se haviam apertado

fortemente e, impelidos pra diante, se juntavam ao jeito de um focinho; o rosto destilava gordura; e, ajudado isto pelo seu físico, tudo nele era de um colossal suíno.

— O que pretendes fazer dela? Dize lá.

— É boa... Que pergunta! Prová-la, enfeitá-la, enfeitá-la e “lançá-la”. E é pouco?

— Não! Acho até que te excedes. Vê lá, tu!

— Hein? Oh! Não! Tenho gasto pouco. Um conto e pouco... Uma miséria!

Acendeu o charuto e disse subitamente, ao olhar o relógio:

— Vou buscá-la de carro, porquanto vamos ao cassino, e tu me esperas lá, pois tenho um camarote. Até já.

Saindo o seu amigo, o coronel considerou um pouco, mandou vir água Apolinárias, bebeu e saiu também.

Eram oito horas da noite.

Defronte ao café, o casarão de uma ordem terceira ensombrava a praça parcamente iluminada pelos combustores de gás e por um foco elétrico ao centro. Das ruas que nela terminavam, delgados filetes de gente saíam e entravam constantemente. A praça era como um tanque a se encher e a se esvaziar equitativamente. Os bondes da Jardim semeavam pelos lados a branca luz de seus focos e, de onde em onde, um carro, um tílbur, a atravessava célere.

O coronel esteve algum tempo olhando o largo, preparou um novo charuto, acendeu-o, foi até à porta, mirou um e outro transeunte, olhou o céu recamado de estrelas, e, finalmente, devagar, partiu em direção à Lapa.

Quando entrou no cassino, ainda o espetáculo não havia começado.

Sentou-se a um banco no jardim, serviu-se de cerveja e entrou a pensar.

Aos poucos, vinham chegando os espectadores. Naquele instante entrava um. Via-se pelo acanhamento, que era um estranho às usanças da casa. Esmerado no vestir, no calçar, não tinha em troca o desembaraço com que se anuncia o *habitué*. Moço, moreno, seria elegante se não fosse a estreiteza de seus movimentos. Era um visitante ocasional, recém-chegado, talvez, do interior, que procurava ali uma curiosidade, um prazer da cidade.

Em seguida, entrou um senhor barbado, de maçãs salientes, rosto redondo, acobreado. Trazia cartola, e pelo ar solene, pelo olhar desdenhoso que atirava em volta, descobria-se nele um legislador da Cadeia Velha, deputado, representante de algum Estado do Norte, que, com certeza, há duas legislaturas

influiu poderosamente nos destinos do país com o seu resignado apoio. E assim, um a um, depois aos magotes, foram entrando os espectadores. Ao fim, na cauda, retardados, vieram os frequentadores assíduos — pessoas variegadas de profissão e moral que com frequência blasonavam saber os nomes das *cocottes*, a proveniência delas e as suas excentricidades libertinas. Entre os que entravam naquele momento, entrara também o comendador e o “achado”.

A primeira parte do espetáculo corria quase friamente.

Todos, homens e mulheres, guardavam as maneiras convencionadas de se estar em público. Era cedo ainda.

Em meio, porém, da segunda, as atitudes mudaram. Na cena, uma delgadinha senhora (*chanteuses à diction* — no cartaz) berrava uma cançoneta francesa. Os espectadores, com batidos das bengalas nas mesas, no assoalho, e com a voz mais ou menos comprometida, estribilhavam-na doidamente. O espetáculo ia no auge. Da sala aos camarotes subia um estranho cheiro — um odor azedo de orgia.

Centenas de charutos e cigarros a fumer e enevoavam todo ambiente.

Desprendimentos do tabaco, emanações alcoólicas, e, a mais, uma fortíssima exalação de sensualidade e lubricidade, davam à sala o aspecto repugnante de uma vasta bodega.

Mais ou menos embriagado, cada um dos espectadores tinha para com a mulher com quem bebia, gestos livres de alcova. Francesas, italianas, húngaras, espanholas, essas mulheres, de dentro das rendas, surgiam espectrais, apagadas, lívidas como moribundas. Entretanto, ou fosse o álcool ou o prestígio de peregrinas, tinham sobre aqueles homens um misterioso ascendente. À esquerda, na plateia, o majestoso deputado da entrada coçava despidoradamente a nuca de Dermalet, uma francesa; em frente o dr. Castrioto, lente de uma escola superior, babava-se todo a olhar as pernas da cantora em cena, enquanto em um camarote defronte, o juiz Siqueira apertava-se à Mercedes, uma bailarina espanhola, com o fogo de um recém-casado à noiva.

Um sopro de deboche percorria homem a homem.

Dessa forma o espetáculo desenvolvia-se no mais fervoroso entusiasmo e o coronel, no camarote, de soslaio, pusera-se a observar a mulata. Era bonita de fato e elegante também. Viera com um vestido *crème* de pintas pretas, que lhe assentava magnificamente.

O seu rosto harmonioso, enquadrado num magnífico chapéu de palha preto, saía firme do pescoço roliço que a blusa decotada deixava ver. Seus olhos

curiosos, inquietos, voavam de um lado a outro e a tez de bronze novo cintilava à luz dos focos. Através do vestido se lhe adivinhavam as formas; e, por vezes, ao arfar, ela toda trepidava de volúpia...

O comandante pachorrentamente assistia ao espetáculo e fora do costume, pouco conversou. O amigo, pudicamente não insistiu no exame.

Quando saíram de permeio à multidão, acumulada no corredor da entrada, o coronel teve ocasião de verificar o efeito que fizera a companhia do amigo. Ficando mais atrás, pôde ir recolhendo os ditos e as observações que a passagem deles ia sugerindo a cada um.

Um rapazola dissera:

— Que “mulatão”!

Um outro refletiu:

— Esses portugueses são os demônios para descobrir boas mulatas. É faro.

Ao passarem os dois, alguém, a quem ele não viu, maliciosamente observou:

— Parecem pai e filha.

E essa reflexão de pequeno alcance na boca que a proferiu, calou fundo no ânimo do coronel.

Os queixos eram iguais, as sobrancelhas, arqueadas também; no ar, um não sei quê de ambos assemelhavam-se... Vagas semelhanças, concluiu o coronel ao sair à rua, quando uma baforada de brisa marinha lhe acariciou o rosto afogueado.

Já o carro rolava rápido pela rua quieta — quietude agora perturbada pelas vozes esquentadas dos espectadores saídos e pelas falsas risadas de suas companheiras — quando o comendador, levantando-se no estrado da carruagem, ordenou ao cocheiro que parasse no hotel, antes de tocar para a pensão. A sala sombria e pobre do hotel tinha sempre por aquela hora uma aparência brilhante. A agitação que ia nela; as sedas roçagantes e os chapéus vistosos das mulheres; a profusão de luzes, o irisado das plumas, os perfumes requintados que voavam pelo ambiente; transmudavam-na de sua habitual fisionomia pacata e remediada. As pequenas mesas, peçadas de pratos e garrafas, estavam todas elas ocupadas. Em cada, uma ou duas mulheres sentavam-se, seguidas de um ou dois cavalheiros. Sílabas breves do francês, sons guturais do espanhol, dulçorosas terminações italianas, chocavam-se, brigavam.

Do português nada se ouvia, parecia que se escondera de vergonha.

Alice, o comendador e o coronel sentaram-se a uma mesa redonda em frente à entrada. A ceia foi lauta e abundante. À sobremesa, os três convivas

repentinamente animados, puseram-se a conversar com calor. A mulata não gostara do Rio; preferia o Recife. Lá sim! O céu era outro; as comidas tinham outro sabor, melhor e mais quente. Quem não se recordaria sempre de uma frigideira de camarões com maturins ou de um bom feijão com leite de coco?

Depois, mesmo a cidade era mais bonita; as pontes, os rios, o teatro, as igrejas.

E os bairros então? A Madame, Olinda... No Rio, ela concordava, havia mais povo, mais dinheiro; mas Recife era outra coisa, era tudo...

— Você tem razão, disse o comendador; Recife é bonito, e muito mais!

— O senhor, já esteve lá?

— Seis anos, filha, seis anos — e levantou a mão esquerda à altura dos olhos, descansou-a afinal na perna e acrescentou: — Comecei lá minha carreira comercial e tenho muitas saudades. Onde você morava?

— Ultimamente à rua da Penha, mas nasci na de João de Barro, perto do Hospital de Santa Águeda...

— Morei lá também — disse ele distraído.

— Criei-me pelas bandas de Olinda, continuou Alice, e por morte de minha mãe vim para a casa do dr. Hildebrando, colocada pelo juiz...

— Há muito que tua mãe morreu? — indagou o coronel.

— Há oito anos quase — respondeu ela.

— Há muito tempo — refletiu o coronel; e logo perguntou: — Que idade tens?

— Vinte e seis anos — fez ela. — Fiquei órfã aos 18. Durante esses oito anos tenho rolado por esse mundo de Cristo e comido o pão que o diabo amassou. Passando de mão em mão, ora nesta, ora naquela, a minha vida tem sido um tormento. Até hoje só tenho conhecido três homens que me dessem alguma coisa; os outros Deus me livre deles! — só querem meu corpo e o meu trabalho. Nada me davam, espancavam-me, maltratavam-me. Uma vez, quando vivia com um sargento do Regimento de Polícia, ele chegou em casa, embriagado, tendo jogado e perdido tudo, queria obrigar-me a lhe dar trinta mil-réis, fosse como fosse. Quando lhe disse que não tinha e o dinheiro das roupas que eu lavava, só chegava naquele mês para pagar a casa, ele fez um escarcéu. Descompôs-me. Ofendeu-me. Por fim, cheio de fúria agarrou-me pelo pescoço, esbofeteou-me, deitou-me em terra, deixando-me sem fala e a tratar-me no hospital. Um outro — um malvado em cujas mãos não sei como fui cair — certa vez, altercamos, e deu-me uma facada ao lado esquerdo, da qual ainda tenho sinal. Ah! Tem sido um tormento... Bem me dizia minha

mãe: toma cuidado, minha filha, toma cuidado. Esses homens só querem nosso corpo por segundos, depois vão-se e nos deixam um filho nos quartos, quando não nos roubam como fez seu pai comigo...

— Como?... Como foi isso? — interrogou admirado o coronel.

— Não sei bem como foi — retrucou ela. — Minha mãe me contava que ela era honesta; que vivia na cidade do Cabo com seus pais, de cuja companhia fora seduzida por um caixeiro português que lá aparecera e com quem veio para o Recife. Nasci deles e dois meses, ou mais depois do meu nascimento, meu pai foi ao Cabo liquidar a herança (um sítio, uma vaca, um cavalo) que coubera à minha mãe por morte de seus pais. Vindo de receber a herança, partiu dias depois para aqui e nunca mais ela soube notícias dele, nem do dinheiro, que, vendido o herdado, lhe caberia dos meus avós.

— Como se chamava teu pai? — indagou o comendador com estranho entono.

— Não me lembro bem; era Mota ou Costa... Não sei... Mas o que é isso? — disse ela de repente, olhando o comendador. — Que tem o senhor?

— Nada... Nada... — retrucou o comendador experimentando um sorriso. — Você não se lembra das feições desse homem? — interrogou ele.

— Não me lembra, não. Que interesse! Quem sabe que o senhor não é meu pai? — gracejou ela.

O gracejo caiu de chofre naqueles dois espíritos tensos, como uma ducha frigidíssima. O coronel olhava o comendador que tinha as faces em brasa; este, àquele; por fim depois de alguns segundos o coronel querendo dar uma saída à situação, simulou rir-se e perguntou:

— Você nunca mais soube alguma coisa... qualquer coisa? Hein?

— Nada... Que me lembre, nada... Ah! Espere... Foi... É. Sim! Seis meses antes da morte de minha mãe, ouvi dizer em casa, não sei por quem, que ele estava no Rio implicado num caso de moeda falsa. É o que me lembra — disse ela.

— O quê? Quando foi isso? — indagou pressuroso o comendador.

A mulata, que ainda não se havia bem apercebido do estado do comendador, respondeu ingenuamente:

— Mamãe morreu em setembro de 1893, por ocasião da revolta... Ouvi contar essa história em fevereiro. É isso.

O comendador não perdera uma sílaba; e, com a boca meio aberta, parecia querê-las engolir uma a uma; com as faces congestionadas e os olhos esbugalhados, a sua fisionomia estava horrível.

O coronel e a mulata, extáticos, estuporados, entreolharam-se.

Durante um segundo nada se lhes antolhava fazer. Ficaram como idiotas; em breve, porém, o comendador, num supremo esforço, disse com voz sumida:

— Meu Deus! É minha filha!

O FILHO DE GABRIELA

A Antônio Noronha Santos

*Chaque progrès, au fond, est un
avortement
Mais l' échec même sert.
GUYAU*

— Absolutamente não pode continuar assim... Já passa... É todo o dia!
Arre!

— Mas é meu filho, minh'ama.

— E que tem isso? Os filhos de vocês agora têm tanto luxo. Antigamente, criavam-se à toa; hoje, é um deus nos acuda; exigem cuidados, têm moléstias... Fique sabendo: não pode ir amanhã!

— Ele vai melhorando, d. Laura; e o doutor disse que não deixasse de levá-lo lá amanhã...

— Não pode, não pode, já lhe disse! O conselheiro precisa chegar cedo à escola; há exames e tem que almoçar cedo... Não vai, não senhora! A gente tem criados pra quê? Não vai, não!

— Vou, e vou sim!... Que bobagem!... Quer matar o pequeno, não é? Pois sim... Está-se “ninando”...

— O que é que você disse, hein?

— É isso mesmo: vou e vou!

— Atrevida!

— Atrevida é você, sua... Pensa que não sei...

Em seguida as duas mulheres se puseram caladas durante um instante; a patroa — uma alta senhora, ainda moça, de uma beleza suave e marmórea — com os lábios finos muito descorados e entreabertos, deixando ver os dentes aperolados, muito iguais, cerrados de cólera; a criada agitada, transformada, com faíscas desusadas nos olhos pardos e tristes. A patroa não se demorou assim muito tempo. Violentamente contraída naquele segundo a sua fisionomia repentinamente se abriu num choro convulsivo.

A injúria da criada, decepções matrimoniais, amarguras do seu ideal amoroso, fatalidades de temperamento, todo aquele obscuro drama de sua

alma, feito de uma porção de coisas que não chegam bem a colher, mas nas malhas das quais se sentia presa e sacudida, subiu-lhe de repente à consciência, e ela chorou.

Na simplicidade popular, a criada também se pôs a chorar, enternecida pelo sofrimento que ela mesma provocara na ama.

E ambas, pelo fim dessa transfiguração inopinada, entreolharam-se surpreendidas, pensando que se acabavam de conhecer naquele instante, tendo até ali vagas notícias uma da outra, como se vivessem longe, tão longe, que só agora haviam distinguido bem nitidamente o tom de voz próprio a cada uma delas.

No entendimento peculiar de uma e de outra, sentiram-se irmãs na desoladora mesquinhez da nossa natureza e iguais, como frágeis consequências de um misterioso encadear de acontecimentos, cuja ligação e fim lhes escapavam completamente, inteiramente...

A dona da casa, à cabeceira da mesa de jantar, manteve-se silenciosa, correndo, de quando em quando, o olhar ainda úmido pelas ramagens do atoalhado, indo, às vezes, com ele até à bandeira da porta defronte, donde pendia a gaiola do canário, que se sacudia na prisão niquelada.

De pé, a criada avançou algumas palavras. Desculpou-se inábil e despediu-se humilde.

— Deixe-se disso, Gabriela, disse d. Laura. Já passou tudo; eu não guardo rancor; fique! Leve o pequeno amanhã... Que vai você fazer por esse mundo afora?

— Não senhora... Não posso... É que...

E de um hausto falou com tremuras na voz:

— Não posso, não minh'ama; vou-me embora!

Durante um mês, Gabriela andou de bairro em bairro, à procura de aluguel. Pedia lessem-lhe anúncios, corria, seguindo as indicações, a casas de gente de toda a espécie. “Sabe cozinhar?”, perguntavam; “Sim, senhora, o trivial.” “Bem, e lavar? Serve de ama?” “Sim, senhora; mas se fizer uma, não quero fazer outra.” “Então, não me serve”, concluía a dona da casa. “É um luxo... Depois queixam-se que não têm onde se empreguem...”

Procurava outras casas; mas nesta já estavam servidas, naquela o salário era pequeno e naquela outra queriam que dormisse em casa e não trouxesse o filho.

A criança, durante esse mês, viveu relegada a um canto da casa de uma conhecida da mãe. Um pobre quarto de estalagem, úmido que nem uma masmorra. De manhã, via a mãe sair; à tarde, quase à boca da noite, via-a

entrar desconfortada. Pelo dia em fora, ficava num abandono de enternecer. A hóspede, de longe em longe, olhava-o cheia de raiva. Se chorava aplicava-lhe palmadas e gritava colérica: “Arre diabo. A vagabunda de tua mãe anda saracoteando... Cala a boca, demônio! Quem te fez, que te ature...”

Aos poucos, a criança tomou-se de medo; nada pedia, sofria fome, sede, calado. Enlanguescia a olhos vistos e sua mãe, na caça de aluguel, não tinha tempo para levá-lo ao doutor do posto médico. Baço, amarelado, tinha as pernas que nem palitos e o ventre como o de um batráquio. A mãe notava-lhe o enfraquecimento, os progressos da moléstia e desesperava, não sabendo que alvitre tomar. Um dia pelos outros, chegava em casa semiembriagada, escorraçando o filho e trazendo algum dinheiro. Não confessava a ninguém a origem dele; em outros mal entrava, beijava muito o pequeno, abraçava-o e assim corria a cidade. Numa destas correrias passou pela porta do conselheiro, que era o marido de d. Laura. Estava no portão, a lavadeira, parou e falou-lhe; nisto, viu aparecer a sua antiga patroa numa janela lateral. “Bom dia minh’ama.” “Bom dia, Gabriela. Entre.” Entrou. A esposa do conselheiro perguntou-lhe se já tinha emprego; respondeu-lhe que não. “Pois olha”, disse-lhe a senhora, “eu ainda não arranjei cozinheira, se tu queres...”

Gabriela quis recusar, mas d. Laura insistiu.

Entre elas, parecia que havia agora certo acordo íntimo, um quê de mútua proteção e simpatia. Uma tarde em que d. Laura voltava da cidade, o filho de Gabriela, que estava no portão, correu imediatamente para a moça e disse-lhe, estendendo a mão: “a bênção”. Havia tanta tristeza no seu gesto, tanta simpatia e sofrimento, que aquela alta senhora não lhe pôde negar a esmola de um afago, de uma carícia sincera. Nesse dia, a cozinheira notou que ela estava triste e, no dia seguinte, não foi sem surpresa que Gabriela se ouviu chamar.

— Ó Gabriela!

— Minh’ama.

— Vem cá.

Gabriela concertou-se um pouco e correu à sala de jantar, onde estava a ama.

— Já batizaste o teu pequeno? — perguntou-lhe ela ao entrar.

— Ainda não.

— Por quê? Com quatro anos!

— Por quê? Porque ainda não houve ocasião...

— Já tens padrinhos?

— Não, senhora.

— Bem; eu e o conselheiro vamos batizá-lo. Aceitas?

Gabriela não sabia como responder, balbuciou alguns agradecimentos e voltou ao fogão com lágrimas nos olhos.

O conselheiro condescendeu e cuidadosamente começou a procurar um nome adequado. Pensou em Huáscar, Ataliba, Guatemozim; consultou dicionários, procurou nomes históricos, afinal resolveu-se por “Horácio”, sem saber por quê.

Assim se chamou e cresceu. Conquanto tivesse recebido um tratamento médico regular e a sua vida na casa do conselheiro fosse relativamente confortável, o pequeno Horácio não perdeu nem a reserva nem o enfezado dos seus primeiros anos de vida. À proporção que crescia, os traços se desenhavam, alguns finos; o corte da testa, límpida e reta; o olhar doce e triste, como o da mãe, onde havia, porém, alguma coisa a mais — um fulgor, certas expressões particulares, principalmente quando calado e concentrado. Não obstante, era feio, embora simpático e bom de ver.

Pelos seis anos, mostrava-se taciturno, reservado e tímido, olhando interrogativamente as pessoas e coisas, sem articular uma pergunta. Lá vinha um dia, porém, que o Horácio rompia numa alegria ruidosa; punha-se a correr, a brincar, a cantarolar, pela casa toda, indo do quintal para as salas, satisfeito, contente, sem motivo e sem causa.

A madrinha espantava-se com esses bruscos saltos de humor, queria entendê-los, explicá-los e começou por se interessar pelos seus trejeitos. Um dia, vendo o afilhado a cantar, a brincar, muito contente, depois de uma porção de horas de silêncio e calma, correu ao piano e acompanhou-lhe a cantiga, depois, emendou com uma ária qualquer. O menino calou-se, sentou-se no chão e pôs-se a olhar, com olhos tranquilos e calmos, a madrinha, inteiramente delido nos sons que saíam dos seus dedos. E quando o piano parou, ele ainda ficou algum tempo esquecido naquela postura, com o olhar perdido numa cisma sem fim. A atitude imaterial do menino tocou a madrinha, que o tomou ao colo, abraçando-o e beijando-o, num afluxo de ternura, a que não eram estranhos os desastres de sua vida sentimental.

Pouco depois a mãe lhe morria. Até então vivia numa semidomesticidade. Daí em diante, porém, entrou completamente na família do conselheiro Calaça. Isso, entretanto, não lhe retirou a taciturnidade e a reserva; ao contrário, fechou-se em si e nunca mais teve crises de alegria.

Com sua mãe ainda tinha abandonos de amizade, efusões de carícias e abraços. Morta que ela foi, não encontrou naquele mundo tão diferente, pessoa

a quem se pudesse abandonar completamente, embora pela madrinha continuasse a manter uma respeitosa e distante amizade, raramente aproximada por uma carícia, por um afago.

La para o colégio calado, taciturno, quase carrancudo, e, se, pelo recreio, o contágio obrigava-o a entregar-se à alegria e aos folguedos, bem cedo se arrependia, encolhia-se e sentava-se vexado, a um canto. Voltava do colégio como se fora, sem brincar pelas ruas, sem traquinadas, severo e insensível. Tendo uma vez brigado com um colega, a professora o repreendeu severamente, mas o conselheiro, seu padrinho, ao saber do caso, disse com rispidez: “Não continue, hein? O senhor não pode brigar, está ouvindo?”

E era assim sempre o seu padrinho, duro, desdenhoso, severo em demasia com o pequeno, de quem não gostava, suportando-o unicamente em atenção à mulher — maluquices de Laura, dizia ele. Por vontade dele, tinha-o posto logo num asilo de menores, ao morrer-lhe a mãe; mas a madrinha não quis e chegou até a conseguir que o marido o colocasse num estabelecimento oficial de instrução secundária, quando acabou com brilho o curso primário.

Não foi sem resistência que ele acedeu, mas os rogos da mulher, que agora juntava à afeição pelo pequeno uma secreta esperança no seu talento, tanto fizeram que o conselheiro se empenhou e obteve.

Em começo, aquela adoção fora um simples capricho de d. Laura; mas, com o tempo, os seus sentimentos pelo menino foram ganhando importância e ficando profundos, embora exteriormente o tratasse com um pouco de cerimônia.

Havia nela mais medo da opinião, das sentenças do conselheiro, do que mesmo necessidade de disfarçar o que realmente sentia e pensava.

Quem a conheceu solteira, muito bonita, não a julgaria capaz de tal afeição; mas, casada, sem filhos, não encontrando no casamento nada que sonhara, nem mesmo o marido, sentiu o vazio da existência, a inabilidade dos seus sonhos, o pouco alcance da nossa vontade; e, por uma reviravolta muito comum, começou a compreender confusamente todas as vidas e almas, a compadecer-se e a amar tudo, sem amar bem coisa alguma. Era uma parada de sentimento e a corrente que se acumulava nela, perdendo-se do seu leito natural, extravasava e inundava tudo.

Tinha um amante e já tivera outros, mas não era bem a parte mística do amor que procurava neles. Essa, ela tinha certeza que jamais podia encontrar; era a parte dos sentidos tão exuberantes e exaltados depois das suas contrariedades morais.

Pelo tempo em que o seu afilhado entrara para o colégio secundário, o amante rompera com ela; e isto a fazia sofrer, tinha medo de não possuir mais beleza suficiente para arranjar um outro como “aquele”; e a esse desastre sentimental não foi estranha a energia dos seus rogos junto ao marido para admissão do Horácio no estabelecimento oficial.

O conselheiro, homem de mais de sessenta anos, continuava superiormente frio, egoísta e fechado, sonhando sempre uma posição mais alta ou que julgava mais alta. Casara-se por necessidade decorativa. Um homem de sua posição não podia continuar viúvo; atiraram-lhe aquela menina pelos olhos, ela o aceitou por ambição e ele por conveniência. No mais, lia os jornais, o câmbio especialmente, e, de manhã passava os olhos nas apostilas de sua cadeira — apostilas por ele organizadas, há quase trinta anos, quando dera as suas primeiras lições, moço, de vinte e cinco anos, genial nas aprovações e nos prêmios.

Horácio, toda manhã, ao sair para o colégio, lá avistava o padrinho atarraxado na cadeira de balanço a ler lentamente o jornal: “A bênção, meu padrinho!” “Deus te abençoe”, dizia ele, sem menear a cabeça do espaldar e no mesmo tom de voz com que pediria os chinelos à criada.

Em geral, a madrinha estava deitada ainda e o menino saía para o ambiente ingrato da escola, sem um adeus, sem dar um beijo, sem ter quem lhe reparasse familiarmente o paletó. Lá ia. A viagem de bonde, ele a fazia humilde, espremido a um canto do veículo, medroso que seu paletó roçasse as sedas de uma rechonchuda senhora ou que seus livros tocassem nas calças de um esquelético capitão de uma milícia qualquer. Pelo caminho, arquitetava fantasias; seu espírito divagava sem nexos. À passagem de um oficial a cavalo, imaginava-se na guerra, feito general, voltando vencedor, vitorioso de ingleses, de alemães, de americanos e entrando pela rua do Ouvidor aclamado como nunca se fora aqui. Na sua cabeça ainda infantil, em que a fraqueza de afetos próximos concentrava o pensamento, a imaginação palpitava, tinha uma grande atividade, criando toda a espécie de fantasmagorias que lhe apareciam como fatos possíveis, virtuais.

Eram-lhe as horas de aula um bem triste momento. Não que fosse vadio, estudava o seu bocado, mas o espetáculo do saber, por um lado grandioso e apoteótico, pela boca dos professores, chegava-lhe tisonado e um quê desarticulado. Não conseguia ligar bem umas coisas às outras, além do que tudo aquilo lhe aparecia solene, carrancudo e feroz. Um teorema tinha o ar

autoritário de um régulo selvagem; e aquela gramática cheia de regrinhas, de exceções, uma coisa cabalística, caprichosa e sem aplicação útil.

O mundo parecia-lhe uma coisa dura, cheia de arestas cortantes, governado por uma porção de regrinhas de três linhas, cujo segredo e aplicação estavam entregues a uma casta de senhores, tratáveis uns, secos outros, mas todos velhos e indiferentes.

Aos seus exames ninguém assistia, nem por eles alguém se interessava; contudo, foi sempre regularmente aprovado.

Quando voltava do colégio, procurava a madrinha e contava-lhe o que se dera nas aulas. Narrava-lhe pequenas particularidades do dia, as notas que obtivera e as travessuras dos colegas.

Uma tarde, quando isso ia fazer, encontrou d. Laura atendendo a uma visita. Vendo-o entrar e falar à dona da casa, tomando-lhe a bênção, a senhora estranha perguntou:

— Quem é esse pequeno?

— É meu afilhado — disse-lhe dona Laura.

— Teu afilhado? Ahn! Sim! É o filho da Gabriela...

Horácio ainda esteve um instante calado, estatelado e depois chorou nervosamente.

Quando se retirou observou a visita à madrinha:

— Você está criando mal esta criança. Faz-lhe muitos mimos, está lhe dando nervos...

— Não faz mal. Podem levá-lo longe.

E assim corria a vida do menino em casa do conselheiro.

Um domingo ou outro, só ou com um companheiro, vagava pelas praias, pelos bondes ou pelos jardins. O Jardim Botânico era-lhe preferido. Ele e o seu constante amigo Salvador sentavam-se a um banco, conversavam sobre os estudos comuns, maldiziam este ou aquele professor. Por fim, a conversa vinha a enfraquecer; os dois se calavam instantes. Horácio deixava-se penetrar pela flutuante poesia das coisas, das árvores, dos céus, das nuvens; acariciava com o olhar as angustiadas colunas das montanhas, simpatizava com o arremesso dos píncaros, depois deixava-se ficar, ao chilreio do passaredo, cismando vazio, sem que a cisma lhe fizesse ver coisa definida, palpável pela inteligência. Ao fim, sentia-se como que liquefeito, vaporizado nas coisas — era como se perdesse o feitio humano e se integrasse naquele verde escuro da mata ou naquela mancha faiscante de prata que a água a correr deixava na encosta da montanha. Com que volúpia, em tais momentos, ele se via dissolvido na natureza, em estado de

fragmentos, em átomos, sem sofrimento, sem pensamento, sem dor! Depois de ter ido ao indefinido, apavorava-se com o aniquilamento e voltava a si, aos seus desejos, às suas preocupações com pressa e medo.

— Salvador, de que gostas mais, do inglês ou francês?

— Eu do francês; e tu?

— Do inglês.

— Por quê?

— Porque pouca gente o sabe.

A confiança saía-lhe a contragosto, era dita sem querer. Temeu que o amigo o supusesse vaidoso. Não era bem esse sentimento que o animava; era uma vontade de distinção, de reforçar a sua individualidade, que ele sentia muito diminuída pelas circunstâncias ambientes. O amigo não entrava na natureza do seu sentimento e despreocupadamente perguntou:

— Horácio, já assististe a uma festa de São João?

— Nunca.

— Queres assistir a uma?

— Quero, onde?

— Na ilha, em casa de meu tio.

Pela época, a madrinha consentiu. Era um espetáculo novo; era um outro mundo que se abria aos seus olhos. Aquelas longas curvas das praias, que perspectivas novas não abriam em seu espírito! Ele se ia todo nas cristas brancas das ondas e nos largos horizontes que descortinava.

Em chegando a noite, afastou-se da sala. Não entendia aqueles folguedos, aquele dançar sôfrego, sem pausa, sem alegria, como se fosse um castigo. Sentado a um banco do lado de fora, pôs-se a apreciar a noite, isolado, oculto, fugido, solitário que se sentia ser no ruído da vida. Do seu canto escuro, via tudo mergulhado numa vaga semiluz. No céu negro, a luz pálida das estrelas; na cidade defronte, o revérbero da iluminação; luz, na fogueira votiva, nos balões ao alto, nos foguetes que espoucavam, nos fogaréus das proximidades e das distâncias — luzes contínuas, instantâneas, pálidas, fortes; e todas no conjunto pareciam representar um esforço enorme para espancar as trevas daquela noite de mistérios.

No seio daquela bruma iluminada, as formas das árvores boiavam como espectros; o murmúrio do mar tinha alguma coisa de penalizado diante do esforço dos homens e dos astros para clarear as trevas. Havia naquele instante, em todas as almas, um louco desejo de decifrar o mistério que nos cerca; e as fantasias trabalhavam para idear meios que nos fizessem comunicar com o

Ignorado, com o Invisível. Pelos cantos sombrios da chácara pessoas deslizavam. Iam ao poço ver a sombra — sinal de que viveriam o ano; iam disputar galhos de arruda ao diabo; pelas janelas, deixavam copos com ovos partidos para que o sereno, no dia seguinte, trouxesse as mensagens do Futuro.

O menino, sentindo-se arrastado por aquele frêmito de augúrio e feitiçaria, percebeu bem como vivia envolvido, mergulhado no indistinto, no indecifrável; e uma onda de pavor, imensa e aterradora, cobriu-lhe o sentimento.

Dolorosos foram os dias que se seguiram. O espírito sacolejou-lhe o corpo violentamente. Com afínco estudava, lia os compêndios; mas não compreendia, nada retinha. O seu entendimento como que vazava. Voltava, lia, lia e lia e, em seguida, virava as folhas sofregamente, nervosamente, como se quisesse descobrir debaixo delas um outro mundo cheio de bondade e satisfação. Horas havia que ele desejava abandonar aqueles livros, aquela lenta aquisição de noções e ideias, reduzir-se e anular-se; horas havia, porém, que um desejo ardente lhe vinha de saturar-se de saber, de absorver todo o conjunto das ciências e das artes. Ia de um sentimento para outro; e foi vã a agitação. Não encontrava solução, saída; a desordem das ideias e a incoerência das sensações não lhe podiam dar uma e cavavam-lhe a saúde. Tornou-se mais flébil, fatigava-se facilmente. Amanhecia cansado de dormir e dormia cansado de estar em vigília. Vivia irritado, raivoso, não sabia contra quem.

Certa manhã, ao entrar na sala de jantar, deu com o padrinho a ler os jornais, segundo o seu hábito querido.

— Horácio, você passe na casa do Guedes e traga-me a roupa que mandei consertar.

— Mande outra pessoa buscar.

— O quê?

— Não trago.

— Ingrato! Era de esperar...

E o menino ficou admirado diante de si mesmo, daquela saída de sua habitual timidez.

Não sabia onde tinha ido buscar aquele desaforo imerecido, aquela tola má-criação; saiu-lhe como uma coisa soprada por outro e que ele unicamente pronunciasse.

A madrinha interveio, aplainou as dificuldades; e, com a agilidade de espírito peculiar ao sexo, compreendeu o estado da alma do rapaz. Reconstituiu-o com os gestos, com os olhares diversos e cuja significação lhe

escapara no momento, mas que aquele ato, desusadamente brusco e violento, aclarava por completo. Viu-lhe o sofrimento de viver à parte, a transplantação violenta, a falta de simpatia, o princípio de ruptura que existia em sua alma. E que o fazia passar aos extremos das sensações e dos atos.

Disse-lhe coisas doces, ralhou-o, aconselhou-o, acenou-lhe com a fortuna, a glória e o nome.

Foi Horácio para o colégio abatido, preso de um estranho sentimento de repulsa, de nojo por si mesmo. Fora ingrato, de fato; era um monstro. Os padrinhos lhe tinham dado tudo, educado, instruído. Fora sem querer, fora sem pensar; e sentia bem que a sua reflexão não entrara em nada naquela resposta que dera ao padrinho. Em todo o caso, as palavras foram suas, foram ditas com sua voz e sua boca, e se lhe nasceram do íntimo, sem a colaboração da inteligência, devia acusar-se de ser fundamentalmente mau...

Pela segunda aula, pediu licença. Sentia-se doente, doía-lhe a cabeça e parecia que lhe passavam um archote fumegante pelo rosto.

— Já, Horácio? — perguntou-lhe a madrinha, vendo-o entrar.

— Estou doente.

E dirigiu-se para o quarto. A madrinha seguiu-o. Chegando que foi, atirou-se à cama, ainda meio vestido.

— Que é que você tem, meu filho?

— Dores de cabeça... um calor...

A madrinha tomou-lhe o pulso, assentou as costas da mão na testa e disse-lhe ainda algumas palavras de consolação: que aquilo não era nada; que o padrinho não lhe tinha rancor; que sossegasse.

O rapaz, deitado, com os olhos semicerrados, parecia não ouvir; voltava-se de um lado para outro; passava a mão pelo rosto, arquejava e debatia-se. Um instante pareceu sossegar; ergueu-se sobre o travesseiro e chegou a mão aos olhos, no gesto de quem quer avistar alguma coisa ao longe. A estranheza do gesto assustou a madrinha.

— Horácio!... Horácio!...

— Estou dividido... Não sai sangue...

— Horácio, Horácio, meu filho!

— Faz sol... Que sol!... Queima... Árvores enormes... Elefantes...

— Horácio, que é isso? Olha; é tua madrinha!

— Homens negros... fogueiras... Um se estorce... Chi! Que coisa!... O meu pedaço dança...

— Horácio! Genoveva, traga água de flor... Depressa, um médico... Vá chamar, Genoveva!

— Já não é o mesmo... é outro... lugar, mudou... uma casinha branca... carros de bois... nozes... figos... lenços...

— Acalma-te, meu filho!

— Ué! Chi! Os dois brigam...

Daí em diante a prostração tomou-o inteiramente. As últimas palavras não saíam perfeitamente articuladas. Pareceu sossegar. O médico entrou, tomou a temperatura, examinou-o e disse com a máxima segurança:

— Não se assuste, minha senhora. É delírio febril, simplesmente. Dê-lhe o purgante, depois as cápsulas, que, em breve, estará bom.

A NOVA CALIFÓRNIA

I

Ninguém sabia donde viera aquele homem. O agente do Correio pudera apenas informar que acudia ao nome de Raimundo Flamel, pois assim era subscrita a correspondência que recebia. E era grande. Quase diariamente, o carteiro lá ia a um dos extremos da cidade, onde morava o desconhecido, sopesando um maço alentado de cartas vindas do mundo inteiro, grossas revistas em línguas arrevesadas, livros, pacotes...

Quando Fabrício, o pedreiro, voltou de um serviço em casa do novo habitante, todos na venda perguntaram-lhe que trabalho lhe tinha sido determinado.

— Vou fazer um forno — disse o preto, na sala de jantar.

Imaginem o espanto da pequena cidade de Tubiacanga, ao saber de tão extravagante construção: um forno na sala de jantar! E, pelos dias seguintes, Fabrício pôde contar que vira balões de vidros, facas sem corte, copos como os da farmácia — um rol de coisas esquisitas a se mostrarem pelas mesas e prateleiras como utensílios de uma bateria de cozinha em que o próprio diabo cozinhasse.

O alarme se fez na vila. Para uns, os mais adiantados, era um fabricante de moeda falsa; para outros, os crentes e simples, um tipo que tinha parte com o tnhoso.

Chico da Tirana, o carreiro, quando passava em frente da casa do homem misterioso, ao lado do carro a chiar, e olhava a chaminé da sala de jantar a fumar, não deixava de persignar-se e rezar um “credo” em voz baixa; e, não fora a intervenção do farmacêutico, o subdelegado teria ido dar um cerco à casa daquele indivíduo suspeito, que inquietava a imaginação de toda uma população.

Tomando em consideração as informações de Fabrício, o boticário Bastos concluía que o desconhecido devia ser um sábio, um grande químico, refugiado ali para mais sossegadamente levar avante os seus trabalhos científicos.

Homem formado e respeitado na cidade, vereador, médico também, porque o dr. Jerônimo não gostava de receitar e se fizera sócio da farmácia para mais em paz viver, a opinião de Bastos levou tranquilidade a todas as consciências e fez com que a população cercasse de uma silenciosa admiração a pessoa do grande químico, que viera habitar a cidade.

De tarde, se o viam a passear pela margem do Tubiacanga, sentando-se aqui e ali, olhando perdidamente as águas claras do riacho, cismando diante da penetrante melancolia do crepúsculo, todos se descobriam e não era raro que às “boas-noites” acrescentassem “doutor”. E tocava muito o coração daquela gente a profunda simpatia com que ele tratava as crianças, a maneira pela qual as contemplava, parecendo apiedar-se de que elas tivessem nascido para sofrer e morrer.

Na verdade, era de ver-se, sob a doçura suave da tarde, a bondade de Messias com que ele afagava aquelas crianças pretas, tão lisas de pele e tão tristes de modos, mergulhadas no seu cativeiro moral, e também as brancas, de pele baça, gretada e áspera, vivendo amparadas na necessária caquexia dos trópicos.

Por vezes, vinha-lhe vontade de pensar qual a razão de ter Bernardin de Saint-Pierre gasto toda a sua ternura com Paulo e Virgínia e esquecer-se dos escravos que os cercavam...

Em poucos dias a admiração pelo sábio era quase geral, e, não o era, unicamente porque havia alguém que não tinha em grande conta os méritos do novo habitante.

Capitão Pelino, mestre-escola e redator da *Gazeta de Tubiacanga*, órgão local e filiado ao partido situacionista, embirrava com o sábio. “Vocês hão de ver”, dizia ele, “quem é esse tipo... Um caloteiro, um aventureiro ou talvez um ladrão fugido do Rio.”

A sua opinião em nada se baseava, ou antes, baseava-se no seu oculto despeito, vendo na terra um rival para a fama de sábio de que gozava. Não que Pelino fosse químico, longe disso; mas era sábio, era gramático. Ninguém escrevia em Tubiacanga que não levasse bordoadas do Capitão Pelino, e mesmo quando se falava em algum homem notável lá no Rio, ele não deixava de dizer: “Não há dúvida! O homem tem talento, mas escreve: ‘um outro’, ‘de resto’...” E contraía os lábios como se tivesse engolido alguma coisa amarga.

Toda a vila de Tubiacanga acostumou-se a respeitar o solene Pelino, que corrigia e emendava as maiores glórias nacionais. Um sábio...

Ao entardecer, depois de ler um pouco o Sotero, o Cândido de Figueiredo ou o Castro Lopes e de ter passado mais uma vez a tintura nos cabelos, o velho

mestre-escola saía vagarosamente de casa, muito abotoado no seu paletó de brim mineiro, e encaminhava-se para a botica do Bastos a dar dois dedos de prosa. Conversar é um modo de dizer, porque era Pelino avaro de palavras, limitando-se tão somente a ouvir. Quando, porém, dos lábios de alguém escapava a menor incorreção de linguagem, intervinha e emendava. “Eu asseguro”, dizia o agente do Correio, “que...” Por aí, o mestre-escola intervinha com mansuetude evangélica: “Não diga ‘asseguro’, sr. Bernardes; em português é ‘garanto’.”

E a conversa continuava depois da emenda, para ser de novo interrompida por uma outra. Por essas e outras, houve muitos palestradores que se afastaram, mas Pelino, indiferente, seguro dos seus deveres, continuava o seu apostolado de vernaculismo. A chegada do sábio veio distraí-lo um pouco da sua missão. Todo o seu esforço voltava-se agora para combater aquele rival, que surgia tão inopinadamente.

Foram vãs as suas palavras e a sua eloquência: não só Raimundo Flamel pagava em dia as suas contas, como era generoso — pai da pobreza — e o farmacêutico vira numa revista de específicos seu nome citado como químico de valor.

II

Havia já anos que o químico vivia em Tubiacanga, quando, uma bela manhã, Bastos o viu entrar pela botica adentro. O prazer do farmacêutico foi imenso. O sábio não se dignara até aí visitar fosse quem fosse, e, certo dia, quando o sacristão Orestes ousou penetrar em sua casa, pedindo-lhe uma esmola para a futura festa de Nossa Senhora da Conceição, foi com visível enfado que ele o recebeu e atendeu.

Vendo-o, Bastos saiu de detrás do balcão, correu a recebê-lo com a mais perfeita demonstração de quem sabia com quem tratava e foi quase em uma exclamação que disse:

— Doutor, seja bem-vindo.

O sábio pareceu não se surpreender nem com a demonstração de respeito do farmacêutico, nem com o tratamento universitário. Docemente olhou um instante a armação cheia de medicamentos e respondeu:

— Desejava falar-lhe em particular, sr. Bastos.

O espanto do farmacêutico foi grande. Em que poderia ele ser útil a homem, cujo nome corria mundo e de quem os jornais falavam com tão acendrado respeito. Seria dinheiro? Talvez... Um atraso no pagamento das rendas, quem sabe? E foi conduzindo o químico para o interior da casa, sob o olhar espantado do aprendiz, que, por um momento, deixou a “mão” descansar no gral, onde macerava uma tisana qualquer.

Por fim, achou aos fundos, bem no fundo, o quartinho que lhe servia para exames médicos mais detidos ou para as pequenas operações, porque Bastos também operava. Sentaram-se e Flamel não tardou a expor:

— Como o senhor deve saber, dedico-me à química, tenho mesmo um nome respeitado no mundo sábio...

— Sei perfeitamente, doutor, mesmo tenho disso informado, aqui, aos meus amigos.

— Obrigado. Pois bem: fiz uma grande descoberta, extraordinária...

Envergonhado com o seu entusiasmo, o sábio fez uma pausa e depois continuou:

— Uma descoberta... Mas não me convém, por ora, comunicar ao mundo sábio, compreende?

— Perfeitamente.

— Por isso precisava de três pessoas conceituadas que fossem testemunhas de uma experiência dela e me dessem um atestado em forma, para resguardar a prioridade de minha invenção... O senhor sabe: há acontecimentos imprevistos e...

— Certamente. Não há dúvida!

— Imagine o senhor que se trata de fazer ouro...

— Como? O quê? — fez Bastos arregalando os olhos.

— Sim! Ouro! — disse com firmeza Flamel.

— Como?

— O senhor saberá, disse o químico secamente. A questão do momento são as pessoas que devem assistir à experiência, não acha?

— Com certeza, é preciso que os seus direitos fiquem resguardados, porquanto...

— Uma delas, interrompeu o sábio, é o senhor; as outras duas o sr. Bastos fará o favor de indicar-me.

O boticário esteve um instante a pensar, passando em revista os seus conhecimentos e, ao fim de uns três minutos, perguntou:

— O coronel Bentes lhe serve? Conhece?

— Não. O senhor sabe que não me dou com ninguém aqui.
— Posso garantir-lhe que é homem sério, rico e muito discreto.
— É religioso? Faço-lhe esta pergunta — acrescentou Flamel logo —, porque temos que lidar com ossos de defunto e só estes servem...
— Qual! É quase ateu...
— Bem! Aceito. E o outro?
Bastos voltou a pensar e dessa vez demorou-se um pouco mais consultando a sua memória... Por fim falou:
— Será o tenente Carvalhais, o coletor, conhece?
— Como já lhe disse...
— É verdade. É homem de confiança, sério, mas...
— Que é que tem?
— É maçom.
— Melhor.
— E quando é?
— Domingo. Domingo, os três irão lá em casa assistir à experiência e espero que não me recusarão as suas firmas para autenticar a minha descoberta.
— Está tratado.

Domingo, conforme prometeram, as três pessoas respeitáveis de Tubiacanga foram à casa de Flamel, e, dias depois, misteriosamente, ele desapareceria sem deixar vestígio ou explicação para o seu desaparecimento.

III

Tubiacanga era uma pequena cidade de três ou quatro mil habitantes, muito pacífica, em cuja estação, de onde em onde, os expressos davam a honra de parar. Há cinco anos não se registrava nela um furto ou roubo. As portas e janelas só eram usadas... porque o Rio as usava.

O último crime notado em seu pobre cadastro fora um assassinato por ocasião das eleições municipais; mas, atendendo que o assassino era do partido do governo, e a vítima, da oposição, o acontecimento em nada alterou os hábitos da cidade, continuando ela a exportar o seu café e a mirar as suas casas baixas e acanhadas nas escassas águas do pequeno rio que a batizara.

Mas, qual não foi a surpresa dos seus habitantes quando se veio a verificar nela um dos mais repugnantes crimes de que se têm memória! Não se tratava de um esquartejamento ou parricídio; não era o assassinato de uma família

inteira ou um assalto à coletoria; era coisa pior, sacrílega aos olhos de todas as religiões e consciências: violavam-se as sepulturas do “Sossego”, do seu cemitério, do seu campo-santo.

Em começo, o coveiro julgou que fossem cães, mas, revistando bem o muro, não encontrou senão pequenos buracos. Fechou-os; foi inútil. No dia seguinte, um jazigo perpétuo foi arrombado e os ossos, saqueados; no outro, um carneiro e uma sepultura rasa. Era gente ou demônio. O coveiro não quis mais continuar as pesquisas por sua conta, foi ao subdelegado e a notícia espalhou-se pela cidade.

A indignação na cidade tomou todas as feições e todas as vontades. A religião da morte precede todas e certamente será a última a morrer nas consciências. Contra a profanação, clamaram os seus presbiterianos do lugar — os bíblias, como lhes chama o povo; clamava o agrimensor Nicolau, antigo cadete e positivista do rito Teixeira Mendes; clamava o major Camalho, presidente da Loja Nova Esperança; clamavam o turco Miguel Abudala, negociante de armarinho, e o cético Belmiro, antigo estudante, que vivia ao deus-dará, bebericando parati nas tavernas. A própria filha do engenheiro residente da estrada de ferro, que vivia desdenhando aquele lugarejo, sem notar sequer os suspiros dos apaixonados locais, sempre esperando que o expresso trouxesse um príncipe a desposá-la — a linda e desdenhosa Cora não pôde deixar de compartilhar da indignação e do horror que tal ato provocara em todos do lugarejo. Que tinha ela com o túmulo dos antigos escravos e humildes roceiros? Em que podia interessar aos seus lindos olhos pardos o destino de tão humildes ossos? Porventura o furto deles perturbaria o seu sonho de fazer radiar a beleza de sua boca, dos seus olhos e do seu busto nas calçadas do Rio?

Decerto, não; mas era a Morte, a Morte implacável e onipotente, de quem ela também se sentia escrava, e que não deixaria um dia de levar a sua linda caveirinha para a paz eterna do cemitério. Aí Cora queria os seus ossos sossegados, quietos e comodamente descansando num caixão bem-feito e num túmulo seguro, depois de ter sido a sua carne encanto e prazer dos vermes...

O mais indignado, porém, era Pelino. O professor deitara artigo de fundo, imprecando, bramindo, gritando: “Na história do crime”, dizia ele, “já bastante rica de fatos repugnantes, como sejam: o esquartejamento de Maria de Macedo, o estrangulamento dos irmãos Fuoco, não se registra um que o seja tanto como o saque às sepulturas do ‘Sossego’.”

E a vila vivia em sobressalto. Nas faces não se lia mais paz; os negócios estavam paralisados; os namoros suspensos. Dias e dias por sobre as casas

pairavam nuvens negras e, à noite, todos ouviam ruídos, gemidos, barulhos sobrenaturais... Parecia que os mortos pediam vingança...

O saque, porém, continuava. Toda noite eram duas, três sepulturas abertas e esvaziadas de seu fúnebre conteúdo. Toda população resolveu ir em massa guardar os ossos dos seus maiores. Foram cedo, mas, em breve, cedendo à fadiga e ao sono, retirou-se um, depois outro e, pela madrugada, já não havia nenhum vigilante. Ainda nesse dia, o coveiro verificou que duas sepulturas tinham sido abertas e os ossos levados para destino misterioso.

Organizaram então uma guarda. Dez homens decididos juraram perante o subdelegado vigiar durante a noite a mansão dos mortos.

Nada houve de anormal na primeira noite, na segunda e na terceira; mas, na quarta, quando os vigias já se dispunham a cochilar, um deles julgou lóbrigar um vulto esgueirando-se por entre a quadra dos carneiros. Correram e conseguiram apanhar dois dos vampiros. A raiva e a indignação até aí sopitadas no ânimo deles, não se contiveram mais e deram tantas bordoadas nos macabros ladrões, que os deixaram estendidos como mortos.

A notícia correu logo de casa em casa e, quando, de manhã se tratou de estabelecer a identidade dos dois malfeitores, foi diante da população inteira que foram neles reconhecidos o coletor Carvalhais e o coronel Bentes, rico fazendeiro e presidente da Câmara. Este último ainda vivia e, a perguntas repetidas que lhe fizeram, pôde dizer que juntavam ossos para fazer ouro e o companheiro que fugira era o farmacêutico.

Houve espanto e houve esperanças. Como fazer ouro com ossos? Seria possível? Mas aquele rico, respeitado, como desceria ao papel de ladrão de mortos se a coisa não fosse verdade!

Se fosse possível fazer, se daqueles míseros despojos fúnebres se pudesse fazer alguns contos de réis, como não seria bom para todos eles!

O carteiro, cujo velho sonho era a formatura do filho, viu logo ali meios de consegui-la. Castrioto, o escrivão do juiz de paz, que o ano passado conseguiu comprar uma casa, mas ainda não a pudera cercar, pensou no muro, que lhe devia proteger a horta e a criação. Pelos olhos do sitiante Marques, que andava desde anos atrapalhado para arranjar um pasto, passou logo o prado verde do Costa, onde os seus bois engordariam e ganhariam forças...

Às necessidades de cada um, aqueles ossos que eram ouro, viriam atender, satisfazer e felicitá-los; e aqueles dois ou três milhares de pessoas, homens, crianças, mulheres, moços e velhos, como se fossem uma só pessoa, correram à casa do farmacêutico.

A custo, o subdelegado pôde impedir que varejassem a botica e conseguir que ficassem na praça à espera do homem, que tinha o segredo de todo um Potosi. Ele não tardou a aparecer. Trepado a uma cadeira, tendo na mão uma pequena barra de ouro que reluzia ao forte sol da manhã, Bastos pediu graça, prometendo que ensinaria o segredo, se lhe poupassem a vida. “Queremos já sabê-lo”, gritaram. Ele então explicou que era preciso redigir a receita, indicar a marcha do processo, os reativos — trabalho longo que só poderia ser entregue impresso no dia seguinte. Houve um murmúrio, alguns chegaram a gritar, mas o subdelegado falou e responsabilizou-se pelo resultado.

Docilmente, com aquela doçura particular às multidões furiosas, cada qual se encaminhou para casa, tendo na cabeça um único pensamento: arranjar imediatamente a maior porção de ossos de defunto que pudesse.

O sucesso chegou à casa do engenheiro residente da estrada de ferro. Ao jantar, não se falou em outra coisa. O doutor concatenou o que ainda sabia do seu curso, e afirmou que era impossível. Isto era alquimia, coisa morta: ouro é ouro, corpo simples, e osso é osso, um composto, fosfato de cal. Pensar que se podia fazer de uma coisa outra era “besteira”. Cora aproveitou o caso para rir-se petropolimente da crueldade daqueles botocudos; mas sua mãe, d. Emília, tinha fé que a coisa era possível.

À noite, porém, o doutor percebendo que a mulher dormia, saltou a janela e correu em direitura ao cemitério; Cora, de pés nus, com as chinelas nas mãos, procurou a criada para irem juntas à colheita de ossos. Não a encontrou, foi sozinha; e d. Emília, vendo-se só, adivinhou o passeio e lá foi também. E assim aconteceu na cidade inteira. O pai, sem dizer nada ao filho, saía; a mulher, julgando enganar o marido, saía; os filhos, as filhas, os criados — toda a população, sob a luz das estrelas assombradas, correu ao satânico *rendez-vous* no “Sossego”. E ninguém faltou. O mais rico e o mais pobre lá estavam. Era o turco Miguel, era o professor Pelino, o dr. Jerônimo, o major Camalho, Cora, a linda e deslumbrante Cora, com os seus lindos dedos de alabastro, revolvendo as sepulturas, arrancava as carnes ainda podres agarradas tenazmente aos ossos e deles enchia o seu regaço até ali inútil. Era o dote que colhia e as suas narinas que se abriam em asas rosadas e quase transparentes, não sentiam o fétido dos tecidos apodrecidos em lama fedorenta...

A desinteligência não tardou a surgir; os mortos eram poucos e não bastavam para satisfazer a fome dos vivos. Houve facadas, tiros, cachações. Pelino esfaqueou o turco por causa de um fêmur e mesmo entre as famílias questões surgiram. Unicamente, o carteiro e o filho não brigaram. Andaram

juntos e de acordo e houve uma vez que o pequeno, uma esperta criança de onze anos, até aconselhou ao pai: “Papai, vamos onde está mamãe; ela era tão gorda...”

De manhã, o cemitério tinha mais mortos do que aqueles que recebera em trinta anos de existência. Uma única pessoa lá não estivera, não matara nem profanara sepulturas: fora o bêbado Belmiro.

Entrando numa venda, meio aberta, e nela não encontrando ninguém, enchera uma garrafa de parati e se deixara ficar a beber sentado na margem do Tubiacanga, vendo escorrer mansamente as suas águas sobre o áspero leito de granito — ambos, ele e o rio, indiferentes ao que já viram, ao que viam, mesmo à fuga do farmacêutico, com o seu Potosi e o seu segredo, sob o dossel eterno das estrelas.

10-11-1910

O HOMEM QUE SABIA JAVANÊS

Em uma confeitaria, certa vez, ao meu amigo Castro, contava eu as partidas que havia pregado às convicções e às respeitabilidades, para poder viver.

Houve mesmo, uma das ocasiões, quando estive em Manaus, em que fui obrigado a esconder a minha qualidade de bacharel, para mais confiança obter dos clientes, que afluíam ao meu escritório de feiticeiro e adivinho. Contava eu isso.

O meu amigo ouvia-me calado, embevecido, gostando daquele meu Gil Blas vivido, até que, em uma pausa da conversa, ao esgotarmos os copos, observou a esmo:

— Tens levado uma vida bem engraçada, Castelo!

— Só assim se pode viver... Isto de uma ocupação única: sair de casa a certas horas, voltar a outras, aborrece, não achas? Não sei como me tenho aguentado lá, no consulado!

— Cansa-se; mas, não é disso que me admiro. O que me admira é que tenhas corrido, é que tenhas corrido tantas aventuras aqui, neste Brasil imbecil e burocrático.

— Qual! Aqui mesmo, meu caro Castro, se podem arranjar belas páginas de vida. Imagina tu que eu já fui professor de javanês!

— Quando? Aqui, depois que voltaste do consulado?

— Não; antes. E, por sinal, fui nomeado cônsul por isso.

— Conta lá como foi. Bebes mais cerveja?

— Bebo.

Mandamos buscar mais outra garrafa, enchemos os copos, e continuei:

— Eu tinha chegado havia pouco ao Rio e estava literalmente na miséria. Vivia fugido de casa de pensão em casa de pensão, sem saber onde e como ganhar dinheiro, quando li no *Jornal do Commercio* o anúncio seguinte:

“Precisa-se de um professor de língua javanesa. Cartas etc.”

“Ora”, disse cá comigo, “está ali uma colocação que não terá muitos concorrentes”; se eu capiscasse quatro palavras, ia apresentar-me. Saí do café e andei pelas ruas, sempre a imaginar-me professor de javanês, ganhando dinheiro, andando de bonde e sem encontros desagradáveis com os “cadáveres”. Insensivelmente dirigi-me à Biblioteca Nacional. Não sabia bem que livro iria

pedir; mas, entrei, entreguei o chapéu ao porteiro, recebi a senha e subi. Na escada, acudiu-me pedir a *Grande Encyclopédie*, letra J, a fim de consultar o artigo relativo a Java e à língua javanesa. Dito e feito. Fiquei sabendo, ao fim de alguns minutos, que Java era uma grande ilha do arquipélago de Sonda, colônia holandesa, e o javanês, língua aglutinante do grupo malaio-polinésio, possuía uma literatura digna de nota e escrita em caracteres derivados do velho alfabeto hindu.

A *Enciclopédia* dava-me indicação de trabalhos sobre a tal língua malaia e não tive dúvidas em consultar um deles. Copiei o alfabeto, a sua pronunciação figurada e saí. Andei pelas ruas, perambulando e mastigando letras.

Na minha cabeça dançavam hieróglifos; de quando em quando consultava as minhas notas; entrava nos jardins e escrevia estes calungas na areia para guardá-los bem na memória e habilitar a mão a escrevê-los.

À noite, quando pude entrar em casa sem ser visto, para evitar indiscretas perguntas do encarregado, ainda continuei no quarto a engolir o meu “a-b-c” malaio, e, com tanto afínco levei o propósito que, de manhã, o sabia perfeitamente.

Convenci-me que aquela era a língua mais fácil do mundo e saí; mas não tão cedo que não me encontrasse com o encarregado dos aluguéis dos cômodos:

— Sr. Castelo, quando salda a sua conta?

Respondi-lhe então eu, com a mais encantadora esperança:

— Breve... Espere um pouco... Tenha paciência... Vou ser nomeado professor de javanês, e...

Por aí o homem interrompeu-me:

— Que diabo vem a ser isso, sr. Castelo?

Gostei da diversão e ataquei o patriotismo do homem:

— É uma língua que se fala lá pelas bandas do Timor. Sabe onde é?

Oh! Alma ingênua! O homem esqueceu-se da minha dívida e disse-me com aquele forte dos portugueses:

— Eu cá por mim, não sei bem; mas ouvi dizer que são umas terras que temos lá para os lados de Macau. E o senhor sabe isso, sr. Castelo?

Animado com esta saída feliz que me deu o javanês, voltei a procurar o anúncio. Lá esteve ele. Resolvi animosamente propor-me ao professorado do idioma oceânico. Redigi a resposta, passei pelo *Jornal* e lá deixei a carta. Em seguida, voltei à biblioteca e continuei os meus estudos de javanês. Não fiz grandes progressos nesse dia, não sei se por julgar o alfabeto javanês o único

saber necessário a um professor de língua malaia ou se por ter me empenhado mais na bibliografia e história literária do idioma que ia ensinar.

Ao cabo de dois dias, recebia eu uma carta para ir falar ao dr. Manuel Feliciano Soares Albernaz, Barão de Jacuecanga, à rua Conde de Bonfim, não me recordo bem que número. É preciso não te esqueceres que entrementes continuei estudando o meu malaio, isto é, o tal javanês. Além do alfabeto, fiquei sabendo o nome de alguns autores, também perguntar e responder “Como está o senhor?”, e duas ou três regras de gramática, lastrado todo esse saber com vinte palavras do léxico.

Não imaginas as grandes dificuldades com que lutei, para arranjar os quatrocentos réis da viagem! É mais fácil — podes ficar certo — aprender o javanês... Fui a pé. Cheguei suadíssimo; e, com maternal carinho, as anosas mangueiras, que se perfilavam em alameda diante da casa do titular, me receberam, me acolheram e me reconfortaram. Em toda a minha vida, foi o único momento em que cheguei a sentir a simpatia da natureza...

Era uma casa enorme que parecia estar deserta; estava maltratada, mas não sei por que me veio pensar que nesse mau tratamento havia mais desleixo e cansaço de viver que mesmo pobreza. Devia haver anos que não era pintada. As paredes descascavam e os beirais do telhado, daquelas telhas vidradas de outros tempos, estavam desguarnecidos aqui e ali, como dentaduras decadentes ou malcuidadas.

Olhei um pouco o jardim e vi a pujança vingativa com que a tiririca e o carrapicho tinham expulsado os tinhorões e as begônias. Os crótons continuavam, porém, a viver com a sua folhagem de cores mortíferas. Bati. Custaram-me a abrir. Veio, por fim, um antigo preto africano, cujas barbas e cabelo de algodão davam à sua fisionomia uma aguda impressão de velhice, doçura e sofrimento.

Na sala, havia uma galeria de retratos: arrogantes senhores de barba em colar se perfilavam enquadrados em imensas molduras douradas, e doces perfis de senhoras, em bandos, com grandes leques, pareciam querer subir aos ares, enfunadas pelos redondos vestidos à balão; mas, daquelas velhas coisas, sobre as quais a poeira punha mais antiguidade e respeito, a que gostei mais de ver foi um belo jarrão de porcelana da China, a sua fragilidade, a ingenuidade do desenho e aquele seu fosco brilho de luar, diziam-me que aquele objeto tinha sido feito por mãos de criança, a sonhar, para encanto dos olhos fatigados dos velhos desiludidos...

Esperei um instante o dono da casa. Tardou um pouco. Um tanto trôpego, com o lenço de alcobaça na mão, tomando veneravelmente o simonte de antanho, foi cheio de respeito que o vi chegar. Tive vontade de ir-me embora. Mesmo se não fosse ele o discípulo, era sempre um crime mistificar aquele ancião, cuja velhice trazia à tona do meu pensamento alguma coisa de augusto, de sagrado. Hesitei, mas fiquei.

— Eu sou — avancei — o professor de javanês, que o senhor disse precisar.

— Sente-se — respondeu-me o velho. — O senhor é daqui, do Rio?

— Não, sou de Canavieiras.

— Como? — fez ele. — Fale um pouco alto, que sou surdo.

— Sou de Canavieiras, na Bahia — insisti eu.

— Onde fez seus estudos?

— Em São Salvador.

— Em onde aprendeu o javanês? — indagou ele, com aquela teimosia peculiar aos velhos.

Não contava com essa pergunta, mas imediatamente arquitetei uma mentira. Conte-lhe que meu pai era javanês. Tripulante de um navio mercante, viera ter a Bahia, estabelecera-se nas proximidades de Canavieiras como pescador, casara, prosperara e fora com ele que aprendi javanês.

— E ele acreditou? E o físico? — perguntou meu amigo, que até então me ouvira calado.

— Não sou — objetei — lá muito diferente de um javanês. Estes meus cabelos corridos, duros e grossos e a minha pele *basané* podem dar-me muito bem o aspecto de um mestiço de malaio... Tu sabes bem que, entre nós, há de tudo: índios, malaios, taitianos, malgaches, guanches, até godos. É uma comparsaria de raças e tipos de fazer inveja ao mundo inteiro.

— Bem — fez o meu amigo —, continua.

— O velho — emendei eu — ouviu-me atentamente, considerou demoradamente o meu físico, pareceu que me julgava de fato filho de malaio e perguntou-me com doçura:

— Então está disposto a ensinar-me javanês?

A resposta saiu-me sem querer:

— Pois não.

— O senhor há de ficar admirado, aduziu o Barão de Jacuecanga, que eu, nesta idade, ainda queira aprender qualquer coisa, mas...

— Não tenho que admirar. Têm-se visto exemplos e exemplos muito fecundos..

— O que eu quero, meu caro senhor...?

— Castelo — adiantei eu.

— O que eu quero, meu caro senhor Castelo, é cumprir um juramento de família. Não sei se o senhor sabe que eu sou neto do conselheiro Albernaz, aquele que acompanhou Pedro I, quando abdicou. Voltando de Londres, trouxe para aqui um livro em língua esquisita, a que tinha grande estimação. Fora um hindu ou siamês que lho dera, em Londres, em agradecimento a não sei que serviço prestado por meu avô. Ao morrer meu avô, chamou meu pai e lhe disse: “Filho, tenho este livro aqui, escrito em javanês. Disse-me quem mo deu que ele evita desgraças e traz felicidades para quem o tem. Eu não sei nada ao certo. Em todo o caso, guarda-o; mas, se queres que o fado que me deitou o sábio oriental se cumpra, faz com que teu filho o entenda, para que sempre a nossa raça seja feliz. “Meu pai” continuou o velho barão “não acreditou muito na história; contudo, guardou o livro. Às portas da morte, ele mo deu e disse-me o que prometera ao pai. Em começo, pouco caso fiz da história do livro. Deitei-o a um canto e fabriquei minha vida. Cheguei até a esquecer-me dele; mas, de uns tempos a esta parte, tenho passado por tanto desgosto, tantas desgraças têm caído sobre a minha velhice que me lembrei do talismã da família. Tenho que o ler, que o compreender, se não quero que os meus últimos dias anunciem o desastre da minha posteridade; e, para entendê-lo, é claro, que preciso entender o javanês. Eis aí.”

Calou-se e notei que os olhos do velho se tinham orvalhado. Enxugou discretamente os olhos e perguntou-me se queria ver o tal livro. Respondi-lhe que sim. Chamou o criado, deu-lhe as instruções e explicou-me que perdera todos os filhos, sobrinhos, só lhe restando uma filha casada, cuja prole, porém, estava reduzida a um filho, débil de corpo e de saúde frágil e oscilante.

Veio o livro. Era um velho calhamaço, um *in-quarto* antigo, encadernado em couro, impresso em grandes letras, em um papel amarelado e grosso. Faltava a folha do rosto e por isso não se podia ler a data da impressão. Tinha ainda umas páginas de prefácio, escritas em inglês, onde li que se tratava das histórias de príncipe Kulanga, escritor javanês de muito mérito.

Logo informei disso o velho barão que, não percebendo que eu tinha chegado aí pelo inglês, ficou tendo em alta consideração o meu saber malaio. Estive ainda folheando o cartapácio, à laia de quem sabe magistralmente aquela espécie de vasconço, até que afinal contratamos as condições de preço e de

hora, comprometendo-me a fazer com que ele lesse o tal alfarrábio antes de um ano.

Dentro em pouco, dava a minha primeira lição, mas o velho não foi tão diligente quanto eu. Não conseguia aprender a distinguir e a escrever nem sequer quatro letras. Enfim, com metade do alfabeto levamos um mês e o senhor Barão de Jacuecanga não ficou lá muito senhor da matéria: aprendia e desaprendia.

A filha e o genro (penso que até aí nada sabiam da história do livro) vieram a ter notícias do estudo do velho; não se incomodaram. Acharam graça e julgaram a coisa boa para distraí-lo.

Mas com o que tu vais ficar assombrado, meu caro Castro, é com a admiração que o genro ficou tendo pelo professor de javanês. Que coisa única! Ele não se cansava de repetir: “É um assombro! Tão moço! Se eu soubesse isso, ah! Onde estava!”

O marido de d. Maria da Glória (assim se chamava a filha do barão) era desembargador, homem relacionado e poderoso; mas não se pejava em mostrar diante de todo o mundo a sua admiração pelo meu javanês. Por outro lado, o barão estava contentíssimo. Ao fim de dois meses, desistira da aprendizagem e pedira-me que lhe traduzisse, um dia sim outro não, um trecho do livro encantado. Bastava entendê-lo, disse-me ele; nada se opunha que outrem o traduzisse e ele ouvisse. Assim evitava a fadiga do estudo e cumpria o encargo.

Sabes bem que até hoje nada sei de javanês, mas compus umas histórias bem tolas e impingi-as ao velhote como sendo do crônicon. Como ele ouvia aquelas bobagens!...

Ficava extático, como se estivesse a ouvir palavras de um anjo. E eu crescia aos seus olhos!

Fez-me morar em sua casa, enchia-me de presentes, aumentava-me o ordenado. Passava, enfim, uma vida regalada.

Contribuiu muito para isso o fato de vir ele a receber uma herança de um seu parente esquecido que vivia em Portugal. O bom velho atribuiu a coisa ao meu javanês; e eu estive quase a crê-lo também.

Fui perdendo os remorsos; mas, em todo o caso, sempre tive medo que me aparecesse pela frente alguém que soubesse o tal patuá malaio. E esse meu temor foi grande, quando o doce barão me mandou com uma carta ao visconde de Caruru, para que me fizesse entrar na diplomacia. Fiz-lhe todas as objeções: a minha fealdade, a falta de elegância, o meu aspecto tagalo. “Qual!” retrucava ele. “Vá, menino; você sabe javanês!” Fui. Mandou-me o visconde

para a Secretaria dos Estrangeiros com diversas recomendações. Foi um sucesso.

O diretor chamou os chefes de seção: “Vejam só, um homem que sabe javanês — que portento!”

Os chefes de seção cevaram-me aos oficiais e amanuenses e houve um deles que me olhou mais com ódio do que com inveja ou admiração. E todos diziam: “Então sabe javanês? É difícil? Não há quem o saiba aqui!”

O tal amanuense, que me olhou com ódio, acudiu então: “É verdade, mas eu sei canaque. O senhor sabe?” Disse-lhe que não e fui à presença do ministro.

A alta autoridade levantou-se, pôs as mãos às cadeiras, consertou o *pince-nez* no nariz e perguntou: “Então, sabe javanês?” Respondi-lhe que sim; e, à sua pergunta onde o tinha aprendido, contei-lhe a história do tal pai javanês. “Bem, disse-me o ministro, o senhor não deve ir para a diplomacia; o seu físico não se presta... O bom seria um consulado na Ásia ou Oceania. Por ora, não há vaga, mas vou fazer uma reforma e o senhor entrará. De hoje em diante, porém, fica adido ao meu ministério e quero que, para o ano, parta para Bâle, onde vai representar o Brasil no Congresso de Linguística. Estude, leia o Hovelacque, o Max Müller, e outros!”

Imagina tu que eu até aí nada sabia de javanês, mas estava empregado e iria representar o Brasil em um congresso de sábios.

O velho barão veio a morrer, passou o livro ao genro para que o fizesse chegar ao neto, quando tivesse a idade conveniente e fez-me uma deixa no testamento.

Pus-me com afã no estudo das línguas malaio-polinésias; mas não havia meio!

Bem jantado, bem-vestido, bem dormido, não tinha a energia necessária para fazer entrar na cachola aquelas coisas esquisitas. Comprei livros, assinei revistas: *Revue Anthropologique et Linguistique*, *Proceedings of the English-Oceanic Association*, *Archivo Glottologico Italiano*, o diabo, mas nada! E a minha fama crescia. Na rua, os informados apontavam-me, dizendo aos outros: “Lá vai o sujeito que sabe javanês.” Nas livrarias, os gramáticos consultavam-me sobre a colocação dos pronomes no tal jargão das ilhas de Sonda. Recebia cartas dos eruditos do interior, os jornais citavam o meu saber e recusei aceitar uma turma de alunos sequiosos de entenderem o tal javanês. A convite da redação, escrevi, no *Jornal do Commercio*, um artigo de quatro colunas sobre a literatura javanesa antiga e moderna...

— Como, se tu nada sabias? — interrompeu-me o atento Castro.

— Muito simplesmente: primeiramente, descrevi a ilha de Java, com o auxílio de dicionários e umas poucas de geografias, e depois citei a mais não poder.

— E nunca duvidaram? — perguntou-me ainda o meu amigo.

— Nunca. Isto é, uma vez quase fico perdido. A polícia prendeu um sujeito, um marujo, um tipo bronzado que só falava uma língua esquisita. Chamaram diversos intérpretes, ninguém o entendia. Fui também chamado, com todos os respeitos que a minha sabedoria merecia, naturalmente. Demorei-me em ir, mas fui afinal. O homem já estava solto, graças à intervenção do cônsul holandês, a quem ele se fez compreender com meia dúzia de palavras holandesas. E o tal marujo era javanês — uf!

Chegou, enfim, a época do congresso, e lá fui para a Europa. Que delícia! Assisti à inauguração e às sessões preparatórias. Inscreveram-me na seção do tupi-guarani e eu abalei para Paris. Antes, porém, fiz publicar no *Mensageiro de Bâle* o meu retrato, notas biográficas e bibliográficas. Quando voltei, o presidente pediu-me desculpas por me ter dado aquela seção; não conhecia os meus trabalhos e julgara que, por ser eu americano-brasileiro, me estava naturalmente indicada a seção do tupi-guarani. Aceitei as explicações e até hoje ainda não pude escrever as minhas obras sobre o javanês, para lhe mandar, conforme prometi.

Acabado o congresso, fiz publicar extrato do artigo do *Mensageiro de Bâle*, em Berlim, em Turim e Paris, onde os leitores de minhas obras me ofereceram um banquete, presidido pelo senador Gorot. Custou-me toda essa brincadeira, inclusive o banquete que me foi oferecido, cerca de dez mil francos, quase toda a herança de crédulo e bom Barão de Jacuecanga.

Não perdi meu tempo nem meu dinheiro. Passei a ser uma glória nacional e, ao saltar no cais Pharoux, recebi uma ovação de todas as classes sociais e o presidente da República, dias depois, convidava-me para almoçar em sua companhia.

Dentro de seis meses fui despachado cônsul em Havana, onde estive seis anos e para onde voltarei, a fim de aperfeiçoar os meus estudos das línguas da Malaia, Melanésia e Polinésia.

— É fantástico — observou Castro, agarrando o copo de cerveja.

— Olha: se não fosse estar contente, sabes que ia ser?

— Quê?

— Bacteriologista eminente. Vamos?

— Vamos.

Gazeta da Tarde, Rio, 20-4-1911

UM E OUTRO

A Deodoro Leucht

Não havia motivo para que ela procurasse aquela ligação, não havia razão para que a mantivesse. O Freitas a enfarava um pouco, é verdade. Os seus hábitos quase conjugais; o modo de tratá-la como sua mulher; os rodeios de que se servia para aludir à vida das outras raparigas; as preocupações que tomava para enganá-la; a sua linguagem sempre escoimada de termos de calão ou duvidosos; enfim, aquele ar burguês da vida que levava, aquela regularidade, aquele equilíbrio davam-lhe a impressão de estar cumprindo pena.

Isto era bem verdade, mas não a absolvía perante ela mesma de estar enganando o homem que lhe dava tudo, que educava sua filha, que a mantinha como senhora, com o *chauffeur* do automóvel em que passeava duas vezes ou mais por semana. Por que não procurara outro mais decente? A sua razão desejava bem isso; mas o seu instinto a tinha levado.

A bem dizer, ela não gostava de homem, mas de homens; as exigências de sua imaginação, mais do que as de sua carne, eram para a poliandria. A vida a fizera assim e não havia de ser agora, ao roçar os cinquenta, que havia de corrigir-se. Ao lembrar-se de sua idade, olhou-se um pouco no espelho e viu que uma ruga teimosa começava a surgir no canto de um dos olhos. Era preciso a massagem... Examinou-se melhor. Estava de corpinho. O colo era ainda opulento, unido; o pescoço repousava bem sobre ele e ambos, colo e pescoço, se ajustavam sem saliências nem depressões.

Teve satisfação de sua carne; teve orgulho mesmo. Há quanto tempo ela resistia aos estragos do tempo e ao desejo dos homens? Não estava moça, mas se sentia ainda apetitosa. Quantos a provaram? Ela não podia sequer avaliar o número aproximado. Passavam por sua lembrança numerosas fisionomias. Muitas ela não fixara bem na memória e surgiam-lhe na recordação como coisas vagas, sombras, pareciam espíritos. Lembrava-se às vezes de um gesto, às vezes de uma frase deste ou daquele sem se lembrar dos seus traços; recordava-se às vezes da roupa sem se recordar da pessoa. Era curioso que de certos que a conheceram uma única noite e se foram para sempre, ela se lembrasse bem; e de outros que se demoraram, tivesse uma imagem apagada.

Os vestígios da sua primitiva educação religiosa e os moldes da honestidade comum subiram à sua consciência. Seria pecado aquela sua vida? Iria para o inferno? Viu um instante o seu inferno de estampa popular: as labaredas muito rubras, as almas mergulhadas nelas e os diabos, com uns garfos enormes, a obrigar os penitentes a sofrerem o suplício.

Haveria isso mesmo ou a morte seria...? A sombra da morte ofuscou-lhe o pensamento. Já não era tanto o inferno que lhe vinha aos olhos; era a morte só, o aniquilamento do seu corpo, da sua pessoa, o horror horrível da sepultura fria.

Isto lhe pareceu uma injustiça. Que as vagabundas comuns morressem, vá! Ela, porém, ela que tivera tantos amantes ricos; ela que causara rixas, suicídios e assassinatos, morrer, era uma iniquidade sem nome! Não era uma mulher comum, ela, a Lola, a Lola desejada por tantos homens; a Lola, amante do Freitas, que gastava mais de um conto de réis por mês nas coisas triviais da casa, não podia nem devia morrer. Houve então nela um assomo íntimo de revolta contra o destino implacável.

Agarrou a blusa, ia vesti-la, mas reparou que faltava um botão. Lembrou-se de pregá-lo, mas imediatamente lhe veio a invencível repugnância que sempre tivera pelo trabalho manual. Quis chamar a criada: mas seria demorar. Lançou mão de alfinetes.

Acabou de vestir-se, pôs o chapéu, e olhou um pouco os móveis. Eram caros, eram bons. Restava-lhe esse consolo: morreria, mas morreria no luxo, tendo nascido em uma cabana. Como eram diferentes os dois momentos! Ao nascer, até aos vinte e tantos anos, mal tinha onde descansar após as labutas domésticas. Quando casada, o marido vinha suado dos trabalhos do campo e, mal lavados, deitavam-se. Como era diferente agora... Qual! Não seria capaz de suportá-lo mais... Como é que pôde?

Seguiu-se a emigração... Como foi que veio até ali, até aquela cumiada de que se orgulhava? Não apanhava bem o encadeamento. Apanhava alguns termos da série; como porém se ligaram, como se ajustaram para fazê-la subir de criada a amante opulenta do Freitas, não compreendia bem. Houve oscilações, houve desvios. Uma vez mesmo, quase se viu embrulhada numa questão de furto; mas, após tantos anos, a ascensão parecia-lhe gloriosa e retilínea. Deu os últimos toques no chapéu, consertou o cabelo na nuca, abriu o quarto e foi à sala de jantar.

— Maria, onde está a Mercedes? — perguntou.

Mercedes era a sua filha, filha de sua união legal, que orçava pelos vinte e poucos anos. Nascera no Brasil, dois anos após a sua chegada, um antes de abandonar o marido. A criada correu logo a atender a patroa:

— Está no quintal conversando com a Aída, patroa.

Maria era a sua copeira e Aída a lavadeira; no trem de sua casa, havia três criadas e ela, a antiga criada, gostava de lembrar-se do número das que tinha agora, para avaliar o progresso que fizera na vida.

Não insistiu mais em perguntar pela filha e recomendou:

— Vou sair. Fecha bem a porta da rua... Toma cuidado com os ladrões.

Abotoou as luvas, consertou a fisionomia e pisou a calçada com um imponente ar de grande dama sob o seu caro chapéu de plumas brancas.

A rua dava-lhe mais força de fisionomia, mais consciência dela. Como se sentia estar no seu reino, na região em que era rainha e imperatriz. O olhar cobiçoso dos homens e o de inveja das mulheres acabavam o sentimento de sua personalidade, exaltavam-no até. Dirigiu-se para a rua do Catete com o seu passo miúdo e sólido. Era manhã e, embora andássemos pelo meado do ano, o sol era forte como se já verão fosse. No caminho trocou cumprimentos com as raparigas pobres de uma casa de cômodos da vizinhança.

— Bom dia, “madama”.

— Bom dia.

E debaixo dos olhares maravilhados das pobres raparigas, ela continuou o seu caminho, arrepanhando a saia, satisfeita que nem uma duquesa atravessando os seus domínios.

O *rendez-vous* era para a uma hora; tinha tempo, portanto, de dar uma volta à cidade. Precisava mesmo que o Freitas lhe desse uma quantia maior. Já lhe falara a respeito pela manhã, quando ele saiu e tinha que buscá-la ao escritório dele.

Tencionava comprar um mimo e oferecê-lo ao *chauffeur* do “seu” Pope, o seu último amor, o ente sobre-humano que ela via coado através da beleza daquele “carro” negro, arrogante, insolente cortando a multidão das ruas orgulhoso como um deus.

Na imaginação, ambos, *chauffeur* e “carro”, não os podia separar um do outro; e a imagem dos dois era uma única de suprema beleza, tendo a seu dispor a força e a velocidade do vento.

Tomou o bonde. Não reparou nos companheiros de viagem; em nenhum ela sentiu uma alma; em nenhum ela sentiu um semelhante. Todo o seu pensamento era para o *chauffeur*, e o “carro”. O automóvel, aquela magnífica

máquina, que passava pelas ruas que nem um triunfador, era bem a beleza do homem que o guiava; e, quando ela o tinha nos braços, não era bem ele quem a abraçava, era a beleza daquela máquina que punha nela ebriedade, sonho e alegria singular da velocidade. Não havia como aos sábados em que ela, recostada às almofadas amplas, percorria as ruas da cidade, concentrava os olhares e todos invejavam mais o carro que ela, a força que se continha nele e o arrojo que o *chauffeur* moderava. A vida de centenas de miseráveis, de tristes e mendicantes sujeitos que andavam a pé, estava ao dispor de uma simples e imperceptível volta no guidão; e o motorista que ela beijava, que ela acariciava, era como uma divindade que dispusesse de humildes seres deste triste e desgraçado planeta.

Em tal instante, “carro” e *chauffeur*, ela estabelecia um laço necessário, não só entre as imagens respectivas como entre os objetos. O “carro” era como os membros do outro e os dois completavam-se numa representação interna maravilhosa de elegância, de beleza, de vida, de insolência, de orgulho e força.

O bonde continuava a andar. Vinha jogando pelas ruas em fora, tilintando, parando aqui e ali. Passavam carroças, passavam carros, passavam automóveis. O dele não passaria certamente. Era de “garage” e saía unicamente para certos e determinados fregueses que só passeavam à tarde ou escolhiam-no para a volta dos clubes, alta noite. O bonde chegou à praça da Glória. Aquele trecho da cidade tem um ar de fotografia, como que houve nele uma preocupação de vista, de efeito de perspectiva; e agradava-lhe. O bonde corria agora ao lado do mar. A baía estava calma, os horizontes eram límpidos e os barcos a vapor quebravam a harmonia da paisagem.

A marinha pede sempre o barco a vela; ele como que nasceu do mar, é sua criação; o barco a vapor é um grosseiro engenho demasiado humano, sem relação com ela. A sua brutalidade é violenta.

A Lola, porém, não se demorou em olhar o mar, nem o horizonte; a natureza lhe era completamente indiferente e não fez nenhuma reflexão sobre o trecho que a via passar. Considerou dessa vez os vizinhos. Todos lhe pareciam detestáveis. Tinham um ar de pouco dinheiro e regularidade sexual abominável. Que gente!

O bonde passou pela frente do Passeio Público e o seu pensamento fixou-se um instante no chapéu que tencionava comprar. Ficar-lhe-ia bem? Seria mais belo que o da Lúcia, amante do Adão “Turco”? Saltava de uma probabilidade para outra, quando lhe veio desviar da preocupação a passagem de um automóvel. Pareceu ser ele, o *chauffeur*. Qual! Num “táxi”? Não era possível.

Afugentou o pensamento e o bonde continuou. Enfrentou o Teatro Municipal. Olhou-lhe as colunas, os dourados; achou-o bonito como uma mulher cheia de atavios. Na avenida, ajustou o passo, consertou a fisionomia, arrepanhou a saia com a mão esquerda e partiu ruas em fora com um ar de grande dama, sob o enorme chapéu de plumas brancas.

Nas ocasiões em que precisava falar ao Freitas no escritório, ela tinha por hábito ficar num *restaurant* próximo e mandar chamá-lo por um caixeiro. Assim ele lhe recomendava e assim ela fazia, convencida como estava de que as razões com que o Freitas lhe justificara esse procedimento eram sólidas e procedentes. Não ficava bem ao alto comércio de comissões e consignações que as damas fossem procurar os representantes dele nos respectivos escritórios; e, se bem que o Freitas fosse um simples caixa da casa Antunes, Costa & Cia., uma visita como a dela poderia tirar de tão poderosa firma a fama de solidez e abalar-lhe o crédito na clientela.

A espanhola ficou, portanto, próximo e, enquanto esperava o amante, pediu uma limonada e olhou a rua. Naquela hora, a rua Primeiro de Março tinha o seu pesado trânsito habitual de grandes carroções pejados de mercadorias. O movimento quase se cingia a homens; e se, de quando em quando, passava uma mulher, vinha num bando de estrangeiros recentemente desembarcados.

Se passava um destes, Lola tinha um imperceptível sorriso de mofa. Que gente! Que magras! Onde é que foram descobrir aquela magreza de mulher? Tinha como certo, na Inglaterra, não havia mulheres bonitas nem homens elegantes.

Num dado momento, alguém passou que lhe fez crisar a fisionomia. Era a Rita. Onde ia àquela hora? Não lhe foi dado ver bem o vestuário dela, mas viu o chapéu, cuja *pleureuse* lhe pareceu mais cara que a do seu. Como é que arranjava aquilo? Como é que havia homens que dessem tal luxo a uma mulher daquelas? Uma mulata...

O seu desgosto sossegou com essa verificação e ficou possuída de um contentamento de vitória. A sociedade regular dera-lhe a arma infalível...

Freitas chegou afinal, e como convinha à sua posição e à majestade do alto comércio, veio em colete e sem chapéu. Os dois se encontraram muito casualmente, sem nenhum movimento, palavra, gesto ou olhar de ternura.

— Não trouxeste Mercedes? — perguntou ele.

— Não... Fazia muito sol...

O amante sentou-se e ela o examinou um momento. Não era bonito, muito menos simpático. Desde muito verificara isso; agora, porém, descobrira o máximo defeito da sua fisionomia. Estava no olhar, um olhar sempre o mesmo, fixo, esbugalhado, sem mutações e variações de luz. Ele pediu cerveja, ela perguntou:

— Arranjaste?

Tratava-se de dinheiro e o seu orgulho de homem do comércio, que sempre se julga rico ou às portas da riqueza, ficou um pouco ferido com a pergunta da amante.

— Não havia dificuldade... Era só vir ao escritório... Mais que fosse...

Lola suspeitava que não lhe fosse tão fácil assim, mas nada disse. Explorava habilmente aquela sua ostentação de dinheiro, farejava “qualquer coisa” e já tomara as suas precauções.

Veio a cerveja e ambos, na mesa do *restaurant*, fizeram um numeroso esforço para conversar. O amante fazia-lhe perguntas: “Vais à modista? Sais hoje à tarde?” Ela respondia: “Sim, não.”

Passou de novo a Rita. Lola aproveitou o momento e disse:

— Lá vai aquela “negra”.

— Quem?

— A Rita.

— A Ritinha!... Está agora com o “Louro”, *croupier* do Emporium.

E em seguida acrescentou:

— Está muito bem.

— Pudera! Há homens muito porcos.

— Pois olha: acho-a bem bonita.

— Não precisava dizer-me. És como os outros... Ainda há quem se sacrifique por vocês.

Era seu hábito sempre procurar na conversa caminho para mostrar-se arrufada e dar a entender ao amante que ela se sacrificava vivendo com ele. Freitas não acreditava muito nesse sacrifício, mas não queria romper com ela, porque a sua ligação causava nas rodas de confeitarias, de pensões *chics* e jogo muito sucesso. Muito célebre e conhecida, com quase vinte anos de “vida ativa”, o seu *collage* com a Lola, que se não fora bela, fora sempre tentadora e provocante, punha a sua pessoa em foco e garantia-lhe um certo prestígio sobre as outras mulheres.

Vendo-a arrufada, o amante fingiu-se arrependido do que dissera, e vieram a despedir-se com palavras ternas.

Ela saiu contente com o dinheiro na carteira. Havia dito ao Freitas que o destinava a uma filha que estava na Espanha; mas a verdade era que mais de metade seria empregada na compra de um presente para o seu motorista amado. Subiu a rua do Ouvidor, parando pelas montras das casas de joias. Que havia de ser? Um anel? Já lhe havia dado. Uma corrente? Também já lhe dera uma. Parou numa *vitrine* e viu uma cigarreira. Simpatizou com o objeto. Parecia caro e era ofuscante: ouro e pedrarias — uma coisa de mau gosto evidente. Achou-a maravilhosa, entrou e comprou-a sem discutir.

Encaminhou-se para o bonde cheia de satisfação. Aqueles presentes como que o prendiam mais a ela; como que o ligavam eternamente à sua carne e o faziam entrar no seu sangue.

A sua paixão pelo *chauffeur* durava havia seis meses e encontravam-se pelas bandas da Candelária, em uma casa discreta e limpa, bem frequentada, cheia de precauções para que os frequentadores não se vissem.

Faltava pouco para o encontro e ela aborrecia-se esperando o bonde conveniente. Havia mais impaciência nela que atraso no horário. O veículo chegou em boa hora e Lola tomou-o cheia de ardor e de desejo. Havia uma semana que ela não se encontrava com o motorista. A última vez em que se avistaram, nada mais íntimo lhe pudera dizer. Freitas, ao contrário do costume, passeava com ela; e só lhe fora dado vê-lo soberbo, todo de branco, *casquette*, sentado à almofada, com o busto ereto, a guiar maravilhosamente o carro lustroso, impávido, brilhante, cuja niquelagem areada faiscava como prata nova.

Marcara-lhe aquele *rendez-vous* com muita saudade e vontade de vê-lo e agradecer-lhe a imaterial satisfação que a máquina lhe dava. Dentro daquele bonde vulgar, um instante, ela teve novamente diante dos olhos o automóvel orgulhoso, sentiu a sua trepidação, indício de sua força, e o viu deslizar, silencioso, severo, resoluto e insolente, pelas ruas em fora, dominado pela mão destra do *chauffeur* que ela amava.

Logo ao chegar, perguntou à dona da casa se o José estava. Soube que chegara mais cedo e já fora para o quarto. Não se demorou muito conversando com a patroa e correu ao aposento.

De fato, José lá estava. Fosse calor, fosse vontade de ganhar tempo, o certo é que já havia tirado de cima de si o principal vestuário. Assim que a viu entrar, sem se erguer da cama, disse:

— Pensei que não viesses.

— O bonde custou muito a chegar, meu amor.

Descansou a bolsa, tirou o chapéu com ambas as mãos e foi direto à cama. Sentou-se na borda, cravou o olhar no rosto grosseiro e vulgar do motorista; e, após um instante de contemplação, debruçou-se e beijou-o, com volúpia, demoradamente.

O *chauffeur* não retribuiu a carícia; ele as julgava desnecessárias naquele instante. Nele, o amor não tinha prefácios, nem epílogos; o assunto ataca-se logo. Ela não o concebia assim; resíduos da profissão e o sincero desejo daquele homem faziam-na carinhosa.

Sem beijá-lo, sentada à borda da cama, esteve um momento a olhar enternecida a má e forte catadura do *chauffeur*. José começava a impacientar-se com aquelas filigranas. Não compreendia tais rodeios que lhe pareciam ridículos.

— Despe-te!

Aquela impaciência agradava-lhe e ela quis saboreá-la mais. Levantou-se sem pressa, começou a desabotoar-se devagar, parou e disse com meiguice:

— Trago-te uma coisa.

— Que é? — fez ele logo.

— Adivinha!

— Dize lá de uma vez.

Lola procurou a bolsa, abriu-a devagar e de lá retirou a cigarreira. Foi até ao leito e entregou-a ao *chauffeur*. Os olhos do homem incendiaram-se de cupidez; e os da mulher, ao vê-lo satisfeito, ficaram úmidos de contentamento.

Continuou a despir-se e, enquanto isto, ele não deixava de apalpar, de abrir e fechar a cigarreira que recebera. Descalçava os sapatos quando José lhe perguntou com a sua voz dura e imperiosa:

— Tens passeado muito no “Pope”?

— Deves saber que não. Não o tenho mandado buscar, e tu sabes que só saio no “teu!”.

— Não estou mais nele.

— Como?

— Saí da casa... Ando agora num “táxi”.

Quando o *chauffeur* lhe disse isso, Lola quase desmaiou; a sensação que teve foi de receber uma pancada na cabeça.

Pois então, aquele deus, aquele dominador, aquele supremo indivíduo descera a guiar um “táxi” sujo, chocalhante, mal pintado, desses que parecem feitos de folha de flandres! Então ele? Então... E aquela abundante beleza do automóvel de luxo que tão alta ela via nele, em um instante, em um segundo,

de todo se esvaiu. Havia internamente, entre as duas imagens, um nexó que lhe parecia indissolúvel, e o brusco rompimento perturbou-lhe completamente a representação mental e emocional daquele homem.

Não era o mesmo, não era o semideus, ele que estava ali presente; era outro ou era ele degradado, mutilado, horrendamente mutilado. Guiando um “táxi”... Meu Deus!

O seu desejo era ir-se, mas, ao lhe vir esse pensamento, o José perguntou:

— Vens ou não vens?

Quis pretextar qualquer coisa para sair; teve medo, porém, do seu orgulho masculino, do despeito de seu desejo ofendido.

Deitou-se a seu lado com muita repugnância, e pela última vez.

Todos os Santos (Rio de Janeiro), março de 1913

MISS EDITH E SEU TIO

A pensão familiar “Boa Vista” ocupava uma grande casa da praia do Flamengo, muito feia de fachada, com dois pavimentos, possuindo bons quartos, uns nascidos com o prédio e outros que a adaptação ao seu novo destino fizera surgir com a divisão de antigas salas e a amputação de outros aposentos.

Tinha boas paredes de sólida alvenaria de tijolos e pequenas janelas de portadas de granito e linha reta, que olhavam para o mar e para uma rua lateral, à esquerda.

A construção devia datar de cerca de sessenta anos atrás e, nos seus bons tempos, certamente possuiria, como complemento, uma chácara que se estendia para o lado direito e para os fundos, chácara desaparecida, em cujos chãos se erguem atualmente prédios modernos, muito pelintras e enfezados, ao lado da velha, forte e pesadona edificação dos outros tempos.

Os aposentos e corredores da obsoleta moradia tinham uma luz especial, uma quase penumbra, esse toque de sombra do interior das velhas casas, no seio da qual flutuam sugestões e lembranças.

O prédio sofrera acréscimos e mutilações. Da antiga chácara, das mangueiras que a “viração” todas as tardes penteava a alta cabeleira verde, das jaqueiras, de ramos desorientados, das jabuticabeiras, dos sapotizeiros tristes, só restava um tamarineiro no fundo do exíguo quintal, para abrigar nos posmerídios de canícula, sob os ramos que caíam lentamente como lágrimas, algum hóspede sedentário e amoroso da sombra maternal das grandes árvores.

O grande salão da frente — a sala de honra das recepções e bailes — estava dividido em fatias de quartos e dele só ficara para lembrar o seu antigo e nobre mister, um corredor acanhado, onde os hóspedes se reuniam, após o jantar, conversando sentados em cadeiras de vime, ignobilmente mercenárias.

Dirigia a pensão *Mme.* Barbosa, uma respeitável viúva de seus cinquenta anos, um tanto gorda e atochada, amável como todas as donas de casas de hóspedes e ainda bem conservada, se bem que houvesse sido mãe muitas vezes, tendo até em sua companhia uma filha solteira, de vinte e poucos anos por aí, *Mlle.* Irene, que teimava em ficar noiva, de onde em onde, de um dos hóspedes de sua progenitora.

Mlle. Irene, ou melhor: d. Irene, escolhia com muito cuidado os noivos. Procurava-os sempre entre os estudantes que residiam na pensão, e, entre estes, aqueles que estivessem nos últimos anos do curso, para que o noivado não se prolongasse e o noivo não deixasse de pagar a mensalidade a sua mãe.

Isto não impedia, entretanto, que o insucesso viesse coroar os seus esforços. Já fora noiva de um estudante de direito, de um outro de medicina, de um de engenharia e descera até um de dentista, sem, contudo, ser levada à presença do pretor por qualquer deles.

Voltara-se agora para os empregados públicos e toda a gente na pensão esperava o seu próximo enlace com o sr. Magalhães, escriturário da alfândega, hóspede também da “Boa Vista”, moço muito estimado pelos chefes, não só pela assiduidade ao emprego, como pela competência em coisas de sua burocracia aduaneira e outras mais distantes.

Irene caíra do seu ideal de doutor até aceitar um burocrata, sem saltos, suavemente; e consolava-se interiormente com essa degradação do seu sonho matrimonial, sentindo que o seu namorado era tão ilustrado como muitos doutores e tinha razoáveis vencimentos.

Na mesa, quando a conversa se generalizava, ela via com orgulho Magalhães discutir Gramática com o dr. Benevente, um moço formado que escrevia nos jornais, levá-lo à parede e explicar-lhe tropos de Camões.

E não era só nesse ponto que o seu próximo noivo demonstrava ser forte; ele o era também em Matemática, como provava questionando com um estudante da Politécnica sobre Geometria e com o doutorando Alves altercava sobre a eficiência da vacina, dando a entender que conhecia alguma coisa de Medicina.

Não era, pois, por esse lado do saber que lhe vinha a ponta de descontentamento. De resto, em que pode interessar a uma noiva o saber do noivo?

Aborrecia-lhe um pouco a pequenez do Magalhães, verdadeiramente ridícula e, ainda por cima, o seu canhestrismo de maneiras e vestuário.

Não que ela fosse muito alta, como se pode supor; porém, algo mais do que ele, era Irene fina de talhe, longa de pescoço, ao contrário do futuro noivo, grosso de corpo e curto de pescoço, ainda parecia mais baixo.

Naquela manhã, quando já se ia em meio dos preparativos do almoço, o tímpano elétrico anunciou estrepitosamente um visitante.

Mme. Barbosa, que superintendia na cozinha o preparo da primeira refeição dos seus hóspedes, àquele apelo da campainha elétrica, de lá mesmo

gritou à Angélica:

— Vá ver quem está, Angélica!

Essa Angélica era o braço direito da patroa. Cozinheira, copeira, arrumadeira e lavadeira, exercia alternadamente cada um dos seus ofícios, quando não dois e mais a um só tempo.

Muito nova, viera para a casa de *Mme.* Barbosa, ao tempo em que esta não era ainda dona da pensão; e, em companhia dela, ia envelhecendo sem revoltas, nem desgostos ou maiores desejos.

Confidente da patroa e, tendo visto crianças todos os seus filhos, partilhando as alegrias e agruras da casa, recebendo por isso festas e palavras doces de todos, não se julgava bem uma criada, mas uma parenta pobre, a quem as mais ricas haviam recolhido e posto a coberto dos azares da vida inexorável.

Cultivava por *Mme.* Barbosa uma gratidão ilimitada e procurava com o seu auxílio humilde minorar as dificuldades da protetora.

Tinha guardado uma ingenuidade e uma simplicidade de criança que, de modo algum, diminuía a atividade pouco metódica e interesseira dos seus quarenta e tantos anos.

Se faltava a cozinheira, lá estava ela na cozinha; se bruscamente se despedia a lavadeira, lá ia para o tanque; se não havia cozinheira e copeiro, Angélica fazia o serviço de uma e de outro; e sempre alegre, sempre agradecida à *Mme.* Barbosa, d. Sinhá, como ela chamava e gostava de chamar, não sei por que irreprimível manifestação de ternura e intimidade.

A preta andava lá pelo primeiro andar na faina de arrumar os quartos dos hóspedes mais madrugadores e não ouviu nem o tinir do tímpano, nem a ordem da patroa. Não tardou que a campainha soasse outra vez e desta, imperiosa e autoritária, forte e rude, dando a entender que falava por ela a própria alma impaciente e voluntariosa da pessoa que a tocava.

Sentiu a dona da pensão que o estúpido aparelho lhe queria dizer qualquer coisa importante e não mais esperou a mansa Angélica. Foi em pessoa ver quem batia. Quando atravessou o “salão”, reparou um instante na arrumação e ainda ajeitou a palmeirita que, no seu pote de faiança, se esforçava por embelezar a mesa do centro e fazer gracioso todo o aposento.

Prontificou-se em abrir a porta envidraçada e logo encontrou um casal de aparência estrangeira. Sem mais preâmbulos, o cavalheiro foi dizendo com voz breve e de comando:

— Mim quer quarto.

Percebeu *Mme.* Barbosa que lidava com ingleses e, com essa descoberta muito se alegrou, porque, como todos nós, ela tinha também a imprecisa e parva admiração que os ingleses, com a sua arrogância e língua pouco compreendida, souberam nos inspirar. De resto, os ingleses têm fama de dispor de muito dinheiro e ganhem duzentos, trezentos, quinhentos mil-réis por mês, todos nós logo os supomos dispondo dos milhões dos Rothschilds.

Mme. Barbosa alegrou-se, portanto, com a distinção social de tais hóspedes e com a perspectiva dos extraordinários lucros, que certamente lhe daria a riqueza deles. Apressou-se em ir pessoalmente mostrar a tão nobres personagens os cômodos que havia vagos.

Subiram ao primeiro andar e a dona da pensão apresentou com os maiores gabos um amplo quarto com vista para a entrada da baía — um rasgão na tela mutável do oceano infinito.

— Creio que servirá este. Aqui morou o dr. Elesbão, deputado por Sergipe. Conhecem?

— Oh! Não — fez o inglês secamente.

— Mando pôr uma cama de casal...

Ia continuando *Mme.* Barbosa, quando o cidadão britânico interrompeu-a, como se estivesse zangado:

— Oh! Mim não é casada. *Miss* aqui, meu sobrinha.

A *miss* por aí baixou os olhos cheios de candura e inocência; *Mme.* Barbosa arrependeu-se da culpa que não tinha, e desculpou-se:

— Perdoe-me... Não sabia...

E ajuntou logo:

— Então querem dois quartos?

A companheira do inglês, até aí muda, respondeu com calor pouco britânico:

— Oh! Sim, senhorra!

Mme. Barbosa prontificou-se:

— Tenho, além deste quarto, um outro.

— *Where?* — perguntou o inglês.

— Como? — fez a proprietária.

— Onde? — traduziu *miss*.

— Ali.

E *Mme.* Barbosa indicou uma porta quase fronteira à do aposento que mostrara em primeiro lugar. Os olhos do inglês fuzilaram bruscamente de

alegria e, nos de *miss*, houve um relâmpago de satisfação. A um tempo, exclamaram:

— Muito bom!

— *All right!*

Examinaram com pressa os aposentos e já se dispunham a descer, quando, no patamar da escada, se encontraram com a Angélica. A preta olhou-os demorada e fixamente, com espanto e respeito; parou extática, como em face de uma visão radiante. À luz mortiça da claraboia empoeirada, ela viu, naqueles rostos muito alvos, naqueles cabelos louros, naqueles olhos azuis, de um azul tão doce e imaterial, santos, gênios, alguma coisa de oratório, de igreja, da mitologia de suas crenças híbridas e ainda selvagens.

Ao fim de instantes de muda contemplação, continuou o seu caminho, carregando baldes, jarros, moringues, inebriada na visão, enquanto a sua patroa e os ingleses iniciaram a descida, durante a qual não se cansou *Mme.* Barbosa de elogiar o sossego e o respeito que havia na sua casa. *Mister* dizia — *yes*; e *miss* também — *yes*.

Prometeram mandar as malas no dia seguinte e a dona da pensão, tão comovida e honrada estava com a futura presença de tão soberbos hóspedes, que nem lhes falou no pagamento adiantado ou fiança.

Na porta da rua, ainda madame se deixou ficar embevecida contemplando os ingleses. Viu-se entrar no bonde; admirou-lhes o império verdadeiramente britânico com que ordenaram a parada do veículo e a segurança com que se colocaram nele; e só depois de perdê-los de vista foi que leu o cartão que o cavalheiro lhe dera:

— George T. Mac Nabs — C. E.

Radiante, certa da prosperidade de sua pensão, antevendo a sua futura riqueza e descanso dos seus velhos dias, d. Sinhá, no carinhoso tratamento da Angélica, penetrou pelo interior do casarão com um demorado sorriso nos lábios e uma grande satisfação no olhar.

Quando chegou a hora do almoço, logo que os hóspedes se reuniram na sala de jantar, *Mme.* Barbosa procurou um pretexto para anunciar aos seus comensais a boa-nova, a notícia maravilhosamente feliz da vinda de dois ingleses para a sua casa de pensão.

Olhando a sala, escolhera a mesa que destinaria ao tio e à sobrinha. Ficaria a um canto, bem junto à última janela, que dava para a rua ao lado, e à primeira que se voltava para o quintal. Era o lugar mais fresco da sala e também o mais cômodo, por ficar bem distante das outras mesas. E, pensando

nessa homenagem aos seus novos fregueses, de pé na sala, encostada à imensa *étagère*, foi que *Mme.* Barbosa recomendou ao copeiro em voz alta:

— Pedro, amanhã reserve a “mesa das janelas” para os novos hóspedes.

A sala de jantar da pensão “Boa Vista” tinha a clássica mesa de centro e outras pequenas ao redor. Forrada de papel cor-de-rosa com ramagens, era decorada com umas velhas e empoeiradas oleogravuras, representando peças de caça, mortas, entre as quais um coelho que teimava em voltar o ventre encardido para fora do quadro, dando aos fregueses de *Mme.* Barbosa sugestões de festins *luculescos*. Havia também algumas de frutas e um espelho oval. Era dos poucos compartimentos da casa que não sofrera alteração e o mais bem iluminado. Tinha três janelas que davam para a rua, à esquerda, e duas outras, com uma porta ao centro, que miravam o quintal, além das comunicações interiores.

Ouvindo tão imprevista recomendação, os hóspedes todos dirigiram o olhar para ela, cheios de estranheza, como querendo perguntar quem eram os hóspedes merecedores de tão excessiva homenagem; mas a pergunta que estava em todos os olhos, só foi feita por d. Sofia. Sendo a mais antiga hóspede e possuindo uma razoável renda em prédios e apólices, gozava esta última senhora de uma tal ou qual intimidade com a proprietária. Dessa forma, sem rodeios, suspendendo um instante a refeição já começada, perguntou:

— Quem são esses príncipes, *madame*?

Mme. Barbosa retrucou bem alto e com certo orgulho:

— Uns ingleses ricos — tio e sobrinha.

D. Sofia, que farejara desconfiada o contentamento da viúva Barbosa com os novos inquilinos, não pôde evitar um movimento de mau humor: arrebitou mais o nariz, já de si arrebitado, deu um muxoxo e observou:

— Não gosto desses estrangeiros.

D. Sofia havia sido casada com um negociante português que a deixara viúva rica; por isso, e muito naturalmente, não gostava desses estrangeiros; mas, teve logo para contrariá-la a opinião do dr. Benevente.

— Não diga tal, d. Sofia. O que nós precisamos, é de estrangeiros... Que venham... Demais, os ingleses são, por todos os títulos, credores da nossa admiração.

De há muito, o doutor procurava captar a simpatia da rica viúva, cuja abastança, famosa na pensão, atraía-o, embora a vulgaridade dela devesse repeli-lo.

D. Sofia não respondeu à contestação do bacharel e continuou a almoçar cheia do mais absoluto desdém.

Magalhães, no entanto, julgou-se obrigado a dizer qualquer coisa, e o fez nestes termos:

— O doutor gosta dos ingleses; pois olhe: não simpatizo com eles... Um povo frio, egoísta.

— É um engano — veio com pressa Benevente. — A Inglaterra está cheia de grandes estabelecimentos de caridade, de instrução, criados e mantidos pela iniciativa particular... Os ingleses não são esses egoístas que dizem. O que eles não são é esses sentimentais piegas que nós somos, choramingas e incapazes. São fortes e...

— Fortes! Uns ladrões! Uns usurpadores! — exclamou o major Melo.

Melo era um empregado público, promovido, guindado pela República, que impressionava à primeira vista pelo seu aspecto de candidato à apoplexia. Quem lhe visse o rosto sanguíneo, o pescoço taurino, não lhe podia vaticinar outro fim. Morava com a mulher na pensão, desde que casara as filhas; e, tendo sido auxiliar, ou coisa que valha do Marechal Floriano, guardava no espírito aquele jacobinismo do 93, jacobinismo de exclamações e objurgatórias, que era o seu modo habitual de falar.

Benevente, muito calmo, sorrindo com ironia superior, como se estivesse a discutir numa academia, com outro confrade, foi ao encontro do adversário furioso:

— Meu caro senhor; é lei do mundo: os fortes devem vencer os fracos. Estamos condenados...

O bacharel usava e abusava desse fácil darwinismo de segunda mão; era o seu sistema favorito, com o qual se dava ares de erudição superior. A bem dizer, nunca lera Darwin e confundia o que o próprio sábio inglês chama de metáforas, com realidades, existências, verdades inconcussas. Do que a crítica tem oposto aos exageros dos discípulos de Darwin, dos seus amplificadores literários ou sociais, do que, enfim, se vem chamando as limitações do darwinismo, ele nada sabia, mas falava com a segurança de inovador de há quarenta anos passados e ênfase de bacharel recente, sem as hesitações e dúvidas de verdadeiro estudioso, como se tivesse entre as mãos a explicação cabal do mistério da vida e das sociedades. Essa segurança, certamente inferior, dava-lhe força e o impunha aos tolos e néscios; e, só uma inteligência mais fina, mais apta a desmontar máquinas de embuste, seria capaz de fazer reservas discretas aos méritos de Benevente. Na pensão, porém, onde as não havia, todos

recebiam aquelas afirmações como ousadas inteligentes, sábias e ultramodernas.

Melo, ouvindo a afirmação do doutor, não se conteve, exaltou-se e exclamou:

— É por isso que não progredimos... Homens há, como o senhor, que dizem tais coisas...

Nós precisávamos de Floriano... Aquele sim...

O nome Floriano era para Melo uma espécie de amuleto patriótico, de égide da nacionalidade. O seu gênio político seria capaz de fazer todos os milagres, de realizar todos os progressos e modificações na índole do país.

Benevente não lhe deixou muito tempo e objetou, pondo de lado a parte de Floriano:

— É um fato, meu caro senhor. O nosso amor à verdade leva-nos a tal convicção. Que se há de fazer? A Ciência prova.

A palavra altissonante de Ciência, pronunciada naquela sala mediocrementemente espiritual, ressoou com estridências de clarim a anunciar vitória. D. Sofia virou-se e olhou com espanto o bacharel; Magalhães abaixou afirmativamente a cabeça; Irene arregalou os olhos; e *Mme.* Barbosa deixou de arrumar as xícaras de chá na *étagère*.

Melo não discutiu mais e Benevente continuou a exaltar as virtudes dos ingleses. Todos concordaram com ele sobre os grandes méritos do povo britânico: a sua capacidade de iniciativa, a sua audácia comercial, comercial e financeira, a sua honestidade, a sua lealdade e, sobretudo, rematou Florentino: a sua moralidade.

— Na Inglaterra — afirmou este último —, os rapazes se casam tão puros como as raparigas.

Irene enrubesceu ligeiramente e d. Sofia levantou-se estrepitosamente, arrastando a cadeira em que estava sentada.

Florentino, hóspede quase sempre mudo, era um velho juiz de direito aposentado, espirituista convencido, que vagava no mundo com o olhar perdido de quem perscruta o invisível.

Não percebeu que a sua afirmação havia escandalizado as senhoras e continuou serenamente:

— Lá não há esse nosso desregramento, essa falta de respeito, essa impudicícia de costumes... Há Moral... O senhor quer ver uma coisa: outro dia fui ao teatro. Quer saber o que me aconteceu? Não pude ficar lá... Era tal a imoralidade que...

— Que peça era, doutor? — indagou *Mme.* Barbosa.

— Não sei bem... Era *Iaiá me deixe*.

— Ainda não vi — disse candidamente Irene.

— Pois não vá, menina! — fez com indignação o dr. Florentino. — Não se esqueça do que Marcos diz: “Qualquer que fizer a vontade de Deus, esse é meu irmão, e minha irmã, e minha mãe, isto é, de Jesus.”

Florentino gostava dos Evangelhos e os citava a cada passo, com ou sem propósito.

Alguns hóspedes levantaram-se, muitos já se tinham retirado. A sala esvaziava-se e não tardou que o jovem Benevente se erguesse também e saísse. Antes passeou pela sala o seu olhar de pequeno símio, cheio de pequeninas espertezas, e rematou sentenciosamente:

— Todos os povos fortes, como os homens são morais, isto é, são castos, dr. Florentino. Concordo com o senhor.

Conforme tinha prometido, no dia seguinte, vieram as malas dos ingleses; mas não apareceram nesse dia na sala de jantar, nem em outras partes da pensão se mostraram aos hóspedes.

Só ao outro dia imediato, pela manhã, à hora do almoço, foram vistos. Entraram sem descansar o olhar sobre ninguém; cumprimentaram entre os dentes e foram sentar-se no lugar que *Mme.* Barbosa lhes indicou.

Como parecessem não gostar dos pratos que lhe foram apresentados, d. Sinhá apressou-se em ir receber as suas ordens e logo se pôs a par de suas exigências e correu à cozinha para as providências necessárias.

Miss Edith, como se soube mais tarde chamar-se a moça inglesa, e o tio comiam calados, lendo cada um para o seu lado, desinteressados de toda a sala.

Vendo d. Sofia os rapapés que a dona da pensão fazia ao par albiônico, não pôde deixar de dar um muxoxo, que era o seu modo costumeiro de criticar e desprezar.

Todos, porém, olhavam de soslaio para os dois, sem ânimo de dirigir-lhes a palavra ou fixá-los mais demoradamente. Assim foi no primeiro e nos dias que se seguiram. A sala fez-se silenciosa; as conversas bulhentas cessaram; e, se alguém queria pedir qualquer coisa ao copeiro, falava baixo. Era como se de todos se tivesse apossado a emoção que a presença dos ingleses trouxera ao débil e infantil espírito da preta Angélica.

Os hóspedes acharam neles não sei o que de superior, de superterrestre; deslumbraram-se e encheram-se de um respeito religioso diante daquelas banalíssimas criaturas nascidas numa ilha da Europa ocidental.

A moça, mais que o homem inspirava esse respeito. Ela não tinha a fealdade habitual das inglesas de exportação. Era até bem gentil de rosto, com uma boca leve e uns lindos cabelos louros, a puxar para o veneziano de fogo. As suas atitudes eram graves e os seus movimentos lentos, sem preguiça ou indolência. Vestia-se com simplicidade e discreta elegância.

O inglês era outra coisa: brutal de modos e fisionomia. Posara sempre de *Lord Nelson* ou duque de Wellington; olhava todos com desdém e superioridade esmagadora e realçava essa sua superioridade não usando ceroulas, ou vestindo blusas de jogadores de *golf* ou bebendo cerveja com rum.

Não se ligaram a ninguém na pensão e todos suportavam aquele desprezo como justo e digno de entes tão superiores.

Nem mesmo à tarde, quando, após o jantar, vinham todos, ou quase, para a sala da frente, eles se dignavam trocar palavras com os companheiros de casa. Afastavam-se e iam para a porta da rua, onde se mantinham geralmente calados: o inglês fumando, com os olhos semicerrados, como se incubasse pensamentos transcendentais; e *Miss Edith*, com o cotovelo direito apoiado no braço da cadeira e a mão na face, olhando as nuvens, o céu, as montanhas, o mar, todos esses mistérios fundidos na hora misteriosa do crepúsculo, como se o quisesse absorver, decifrá-lo e tirar dele o segredo das coisas futuras. Os poetas que passassem no bonde, certamente, veriam nela uma casta druidesa, uma *Veleda*, descobrindo naquele instante imperecível o que havia de ser pelos dias vindouros em fora.

Eram assim na pensão, onde faziam trabalhar as imaginações no imenso campo do sonho. Benevente julgava-os nobres, um duque e sobrinha; tinham o ar de raça, maneiras de comando, depósito da hereditariedade secular dos seus ancestrais, começando por algum vagabundo companheiro de Guilherme da Normandia; Magalhães pensava-os parentes dos Rothschilds; *Mme. Barbosa* supunha *Mr. Mac Nabs* gerente de um banco, metendo todos os dias as mãos em tesouros da gruta de Ali Babá; Irene admitia que ele fosse um almirante, viajado por todos os mares da terra, a bordo de poderoso couraçado; Florentino, que consultara os espaços, sabia-os protegidos por um espírito superior; e o próprio Melo calara a sua indignação jacobina, para admirar as fortes botas do inglês, que pareciam durar a eternidade.

Todo o tempo em que estiveram na pensão, o sentimento que a respeito deles dominava os seus companheiros de casa, não se modificou. Até em alguns cresceu, solidificou-se, cristalizou-se em uma admiração beata e a própria d.

Sofia, vendo que a sua consideração na casa não diminuía, partilhou a admiração geral.

Em Angélica, a coisa tomara feição intensamente religiosa. Pela manhã, quando levava chocolate ao quarto da *miss*, a pobre preta entrava medrosa, tímida, sem saber como tratar a moça, se de dona, se de moça, se de patroa, se de minha Nossa Senhora.

Muitas vezes temia interromper-lhe o sono, quebrar-lhe o sereno encanto do rosto adormecido na moldura dos cabelos louros. Deixava o chocolate sobre a mesa de cabeceira; a infusão esfriava e a pobre negra, era mais tarde, repreendida em uma algaravia ininteligível, pela deusa que ela adorava. Não se emendava, porém; e, se encontrava a inglesa dormindo, a emoção do momento apagava a lembrança da repreensão. Angélica deixava o chocolate a esfriar, não despertava a moça e era de novo repreendida.

Em uma dessas manhãs, em que a preta foi levar o chocolate à sobrinha de *Mr. George*, com grande surpresa sua, não a encontrou no quarto. Em começo pensou que estivesse no banheiro; mas havia passado por ele e o vira aberto. Onde estaria? Farejou um milagre, uma ascensão aos céus, por entre nuvens douradas; e a *miss* bem o merecia, com o seu rosto tão puramente oval e aqueles olhos de céu sem nuvens...

Premida pelo serviço, Angélica saiu do aposento da inglesa; e foi nesse instante que viu a santa sair do quarto do tio, em trajes de dormir. O espanto foi imenso, a sua ingenuidade dissipou-se e a verdade queimou-lhe os olhos. Deixou-a entrar no quarto e, cá no corredor, mal equilibrando a bandeja nas mãos, a deslumbrada criada murmurou entre os dentes:

— Que pouca vergonha! Vá a gente fiar-se nesses estrangeiros... Eles são como nós...

E continuou pelos quartos no seu humilde e desprezado mister.

Todos os Santos (Rio de Janeiro), março de 1914

COMO O “HOMEM” CHEGOU

*Deus está morto; a sua piedade
pelos homens matou-o.*
NIETZSCHE

I

A polícia da república, como toda a gente sabe, é paternal e compassiva no tratamento das pessoas humildes que dela necessitam; e, sempre, quer se trate de humildes, quer de poderosos, a velha instituição cumpre religiosamente a lei. Vem-lhe daí o respeito que aos políticos os seus empregados tributam e a procura que ela merece desses homens, quase sempre interessados no cumprimento das leis que discutem e votam.

O caso que vamos narrar não chegou ao conhecimento do público, certamente devido à pouca atenção que lhe deram os repórteres; e é pena, pois, se assim não fosse, teriam nele encontrado pretexto para *clichés* bem macabramente mortuários que alegrassem as páginas de suas folhas volantes.

O delegado que funcionou na questão talvez não tivesse notado o grande alcance de sua obra; e tanto isso é de admirar quanto as consequências do fato concordam com luxuriantes sorites de um filósofo sempre capaz de sugerir, do pé para a mão, novíssimas estéticas aos necessitados de apresentá-las ao público bem informado.

Sabedores de acontecimento de tal monta, não nos era possível deixar de narrá-lo com alguma minudência, para edificação dos delegados passados, presentes e futuros.

Naquela manhã, tinha a delegacia um movimento desusado. Passavam-se semanas, sem que houvesse uma simples prisão, uma pequena admoestação. A circunscrição era pacata e ordeira. Pobre, não havia furtos; sem comércio, não havia gatunos; sem indústria, não havia vagabundos, graças à sua extensão e aos capoeirões que lá havia; os que não tinham domicílio arranjavam-no facilmente em choças ligeiras sobre chãos de outros donos mal conhecidos.

Os regulamentos policiais não encontravam emprego; os funcionários do distrito viviam descansados e, sem desconfiança, olhavam a população do

lugarejo. Compunha-se o destacamento de um cabo de três soldados; todos os quatro, gente simples, esquecida de sua condição de sustentáculos do Estado.

O comandante, um cabo gordo que falava arrastando a voz, com a cantante preguiça de um carro de bois a chiar, habitava com a família um rancho próximo e plantava ao redor melancias, colhendo-as de polpa bem rosada e doce, pelo verão inflexível da nossa terra. Um dos soldados tecia redes de pescaria, chumbava-as com cuidado para dar cerco às tainhas; e era de vê-las saltar por cima do fruto de sua indústria com a agilidade de acrobatas, agilidade surpreendente naqueles entes sem mãos e pernas diferenciadas. Um outro camarada matava o ócio pescando de caniço e quase nunca pescava crocorocas, pois diante do mar, da sua infinita grandeza, distraía-se, lembrando-se das quadrinhas que vinha compondo em louvor de uma beleza local.

Tinham também os inspetores de polícia essa concepção idílica, e não se aborreciam no morno vilarejo. Conceição, um deles, fabricava carvão e os plantões os fazia junto às caieiras, bem protegidas por cruces toscas para que o tnhoso não entrasse nelas e fabricasse cinza em vez do combustível das engomadeiras. Um seu colega, de nome Nunes, aborrecido com o ar elísico daquela delegacia, imaginou quebrá-lo e lançou o jogo do bicho. Era uma coisa inocente: o mínimo da pule, um vintém; o máximo, duzentos réis, mas, ao chegar a riqueza do lugar, aí pelo tempo do caju, quando o sol saudoso da tarde dourava as areias e os frutos amarelos e vermelhos mais se intumesciam nos cajueiros frágeis, jogavam-se pules de dez tostões.

Vivia tudo em paz; o delegado não aparecia. Se o fazia de mês em mês, de semestre em semestre, de ano em ano, logo perguntava: houve alguma prisão? Respondiam alvissareiros: não, doutor; e a frente do doutor se anuviava, como se sentisse naquele desuso do xadrez a morte próxima do Estado, da Civilização e do Progresso.

De onde em onde, porém, havia um caso de defloraento e este era o delito, o crime, a infração do lugarejo — um crime, uma infração, um delito muito próprio do Paraíso, que o tempo, porém, levou a ser julgado pelas polícias, quando, nas primeiras eras das nossas origens bíblicas, o fora pelo próprio Deus.

Em geral, os inspetores por eles mesmos resolviam o caso; davam paternos conselhos suasórios e a lei sagrava o que já havia sido abençoado pelas prateadas folhas das imbaúbas, nos capoeirões cerrados.

Não quis, porém, o delegado deixar que os seus subordinados liquidassem aquele caso. A paciente era filha do Sambabaia, chefe político do partido do

senador Melaço; e o agente era eleitor do partido contrário a Melaço. O programa do partido de Melaço era não fazer coisa alguma e o do contrário tinha o mesmo ideal; ambos, porém se diziam adversários de morte e essa oposição, refletindo-se no caso, embaraçava sobremodo o subdelegado.

Interrogado, confessara-se o agente pronto a reparar o mal; e, desde há muito, a paciente dera a tal respeito a sua indispensável opinião.

A autoridade, entretanto, hesitava, por causa da incompatibilidade política do casal. As audiências se sucediam e aquela era já a quarta. Estavam os soldados atônitos com tanta demora, provinda de não saber bem o delegado se, unindo mais uma vez o par, não iria o caso desgostar Melaço e mesmo o seu adversário Jati — ambos senadores poderosos, aquele do governo e este da oposição; e, desgostar qualquer deles, punha em perigo o seu emprego, porque, quase sempre entre nós, a oposição passa a ser governo e o governo oposição instantaneamente. O consentimento dos rapazes não bastava ao caso; era preciso, além, uma reconciliação ou uma simples adesão política.

Naquela manhã, o delegado tomava mais uma vez o depoimento do agente, inquirindo-o desta forma:

— Já se resolveu?

— Pois não, doutor. Estou inteiramente a seu dispor...

— Não é bem ao meu. Quero saber se o senhor tem tenção?

— De quê, doutor? De casar? Pois não, doutor.

— Não é de casar... Isto já sei... É...

— Mas, de que deve ser, então, doutor?

— De entrar para o partido do dr. Melaço.

— Eu sempre, doutor, fui pelo dr. Jati. Não posso...

— Que tem uma coisa com a outra? O senhor divide o seu voto: a metade dá para um e a outra metade para outro. Está aí!

— Mas como?

— Ora! O senhor saberá arranjar as coisas da melhor forma; e, se o fizer com habilidade, ficarei contente e o senhor será feliz, porquanto pode arranjar tanto com um como com outro, conforme andar a política no próximo quadriênio, um lugar de guarda dos mangues.

— Não há vaga, doutor.

— Qual! Há sempre vaga, meu caro. O Felizardo não se tem querido alistar, não nasceu aqui, é de fora, é “estrangeiro”; e, dessa maneira, não pode continuar a fiscalizar os mangues. É vaga certa. O senhor adere ou antes: divide a votação?

— Divido, doutor.

— Pois então...

Por aí, um dos inspetores veio avisar de que o guarda-civil de nome Hane lhe queria falar. O dr. Cunsono estremeceu. Era coisa do chefe, do geral lá de baixo; e, de relance, viu o seu hábil trabalho de harmonizar Jati e Melaço perdido inteiramente, talvez por causa de não ter, naquele ano, efetuado sequer uma prisão. Estava na rua, suspendeu o interrogatório e veio receber o visitador com muita angústia no coração. Que seria?

— Doutor — foi logo dizendo o guarda —, temos um louco.

Diante daquele caso novo, o delegado quis refletir, mas logo o guarda emendou:

— O dr. Sili...

Era assim o nome do ajudante do geral inacessível; e dele, os delegados têm mais medo do que do chefe supremo todo poderoso.

Hane continuou:

— O dr. Sili mandou dizer que o senhor o prendesse e o enviasse à central.

Cunsono pensou bem que esse negócio de reclusão de loucos é por demais grave e delicado e não era propriamente da sua competência fazê-lo, a menos que fossem sem eira nem beira ou ameaçassem a segurança pública. Pediu a Hane que o esperasse e foi consultar o escrivão. Este serventuário vivia ali de mau humor. O sossego da delegacia o aborrecia, não porque gostasse da agitação pela agitação, mas pelo simples fato de não perceber emolumentos ou quer que seja, tendo que viver de seus vencimentos. Aconselhou-se com ele o delegado e ficou perfeitamente informado do que dispunham a lei e a praxe. Mas Sili...

Voltando à sala, o guarda reiterou as ordens do auxiliar, contando também que o louco estava em Manaus. Se o próprio Sili não o mandava buscar, elucidou o guarda, era porque competia a Cunsono deter o “homem”, porquanto a sua delegacia tinha costas do oceano e de Manaus se vinha por mar.

— É muito longe — objetou o delegado.

O guarda teve o cuidado de explicar que Sili já vira a distância no mapa e era bem reduzida: obra de palmo e meio. Cunsono perguntou ainda:

— Qual a profissão do “homem”?

— É empregado da delegacia fiscal.

— Tem pai?

— Tem.

Pensou o delegado que competia ao pai o pedido de internação, mas o guarda adivinhou-lhe o pensamento e afirmou:

— Eu o conheço muito e meu primo é concunhado dele.

Estava já Cunsono irritado com as objeções do escrivão e desejava servir a Sili, tanto mais que o caso desafiava a sua competência policial. A lei era ele; e mandou fazer o expediente.

Após o que tratou Cunsono de ultimar o enlace de Melaço e Jati, por intermédio do casamento da filha do Sambabaia. Tudo ficou assentado da melhor forma; e, em pequena hora, voltava o delegado para as ruas onde não policiava, satisfeito consigo mesmo e com a sua tríplice obra, pois não convém esquecer a sua caridosa intervenção no caso do louco de Manaus.

Tomava a condução que o devia trazer à cidade, quando a lembrança do meio de transporte do dementado lhe foi presente. Ao guarda-civil, ao representante de Sili na zona, perguntou por esse instante:

— Como há de vir o “sujeito”?

O guarda, sem atender diretamente à pergunta, disse:

— É... É, doutor; ele está muito furioso.

Cunsono pensou um instante, lembrou-se dos seus estudos e acudiu:

— Talvez um couraçado... O “Minas Gerais” não serve? Vou requisitá-lo.

Hane, que tinha prática do serviço e conhecimento dos compassivos processos policiais, refletiu:

— Doutor: não é preciso tanto. O “carro-forte” basta para trazer o “homem”.

Concordou Cunsono e olhou as alturas um instante sem notar as nuvens que vogavam sem rumo certo, entre o céu e a terra.

II

Sili, o dr. Sili, bem como Cunsono, graças à prática que tinha do ofício, dispunham da liberdade dos seus pares com a maior facilidade. Tinham substituído os graves exames íntimos provocados pelos deveres de seus cargos, as perigosas responsabilidades que lhes são próprias, pelo automático ato de uma assinatura rápida. Era um contínuo trazer um ofício, logo, sem bem pensar no que faziam, sem lê-lo até, assinavam e ia com essa assinatura um

sujeito para a cadeia, onde ficava aguardando que se lembrasse de retirá-lo de lá a sua mão distraída e ligeira.

Assim era; e foi sem dificuldade que atendeu ao pedido de Cunsono no que toca ao carro-forte. Prontamente deu as ordens para que fosse fornecida a seu colega a masmorra ambulante, pior do que masmorra, do que solitária, pois nessas prisões sente-se ainda a algidez da pedra, alguma coisa ainda de meiguice, meiguice de sepultura, mas ainda assim meiguice; mas, no tal carro feroz, é tudo ferro, há a inexorável antipatia do ferro na cabeça, ferro nos pés, aos lados — uma igaçaba de ferro em que se vem sentado, imóvel, e para a qual se entra pelo próprio pé. É blindada e quem vai nela levado aos trancos e barrancos de seu respeitável peso e do calçamento das vias públicas, tem a impressão de que se lhe quer poupar a morte por um bombardeio de grossa artilharia para ser empalado aos olhos de um sultão. Um requinte de potentado asiático.

Essa prisão de Calístenes, blindada, chapeada, couraçada, foi posta em movimento; e saiu, abalando o calçamento, a chocalhar ferragens, a trovejar pelas ruas afora em busca de um inofensivo.

O “homem”, como dizem eles, era um ente pacato lá dos confins de Manaus, que tinha a mania da Astronomia e abandonara, não de todo, mas quase totalmente, a terra pelo céu inacessível. Vivia com o pai velho nos arrabaldes da cidade e construía na chácara de sua residência um pequeno observatório, onde montou lunetas que lhe davam pasto à inocente mania. Julgando insuficientes o olhar e as lentes, para chegar ao perfeito conhecimento da Aldebarã longínqua, atirou-se ao cálculo, à inteligência pura, à Matemática e a estudar com afinco e fúria de um doido ou de um gênio.

Em uma terra inteiramente entregue à chatinagem e à veniaga, Fernando foi tomando a fama de louco, e não era ela sem algum motivo. Certos gestos, certas despreocupações e mesmo outras manifestações mais palpáveis pareciam justificar o julgamento comum; entretanto, ele vivia bem com o pai e cumpria os seus deveres razoavelmente. Porém, parentes oficiosos e outros longínquos aderentes entenderam curá-lo, como se se curassem assomos d’alma e anseios de pensamento.

Não lhes vinha tal propósito de perversidade inata, mas de estultice congênita juntamente com a comiseração explicável em parentes. Julgavam que o ser descompassado envergonhava a família e esse julgamento era reforçado pelos cochichos que ouviam de alguns homens esforçados por parecerem inteligentes.

O mais célebre deles era o dr. Barrado, um catita do lugar, cheiroso e apurado no corte das calças. Possuía esse doutor a obsessão das coisas extraordinárias, transcendentais, sem par, originais; e, como sabia Fernando simples e desdenhoso pelos mandões, supôs que ele, com esse procedimento, censurava Barrado por demais mesureiro com os magnatas. Começou, então, Barrado a dizer que Fernando não sabia Astronomia; ora, este último não afirmava semelhante coisa. Lia, estudava e contava o que lia, mais ou menos o que aquele fazia nas salas, com os ditos e opiniões dos outros.

Houve quem o desmentisse; teimava, no entanto, Barrado no propósito. Entendeu também de estudar uma Astronomia e bem oposta à de Fernando: a Astronomia do centro da terra. O seu compêndio favorito era *A Morgadinha de Val-Flor* e os livros auxiliares: *A Dama de Monsoreau* e *O Rei dos Grilhetas*, numa biblioteca de Herschell.

Com isso, e cantando, e espalhando que Fernando vivia nas tascas com vagabundos, auxiliado pelo poeta Machino, o jornalista Cosmético e o antropologista Tucolas, que fazia sábias mensurações nos crânios das formigas, conseguiu remover os simplórios parentes de Fernando, e foi bastante que, de parente para conhecido, de conhecido para Hane, de Hane para Sili e Cunsono, as coisas se encadeassem e fosse obtida a ordem de partida daquela fortaleza couraçada, roncando pelas ruas, chocalhando ferragens, abalando calçadas, para ponto tão longínquo.

Quando, porém, o carro chegou à praça mais próxima, foi que o cocheiro lembrou-se de que não lhe tinham ensinado onde ficava Manaus. Voltou e Sili, com a energia de sua origem britânica, determinou que fretassem uma falua e fossem a reboque do primeiro paquete.

Sabedor do caso e como tivesse conhecimento de que Fernando era desafeto do poderoso chefe político Sofonias, Barrado que, desde muito, lhe queria ser agradável, calou o seu despeito, apresentou-se pronto para auxiliar a diligência. Esse chefe político dispunha de um prestígio imenso e nada entendia de Astronomia; mas, naquele tempo, era a ciência da moda e tinham em grande consideração os membros da Sociedade Astronômica, da qual Barrado queria fazer parte.

Sofonias influía nas eleições da Sociedade, como em todas as outras, e podia determinar que Barrado fosse escolhido. Andava, portanto, o doutor captando a boa vontade da potente influência eleitoral, esperando obter, depois de eleito, o lugar de Diretor-Geral das Estrelas de Segunda Grandeza.

Não é de estranhar, pois, que aceitasse tão árdua incumbência, e, com Hane e carrião, veio até à praia; mas não havia canoa, caíque, bote, jangada, catraia, chalana, falua, lancha, calunga, poveiro, peru, macacuano, pontão, alvarenga, saveiro, que os quisesse levar a tais alturas.

Hane desesperava, mas o companheiro, lembrando-se dos seus conhecimentos de Astronomia, indicou um alvitre:

— O carro pode ir boiando.

— Como, doutor? É de ferro... muito pesado, doutor!

— Qual o quê! O “Minas”, o “Aragón”, o “São Paulo” não boiam? Ele vai sim!

— E os burros?

— Irão a nadar, rebocando o carro.

Curvou-se o guarda diante do saber do doutor e deixou-lhe a missão confiada, conforme as ordens terminantes que recebera.

A calistênica entrou pela água adentro, consoante as ordens promanadas do saber de Barrado, e, logo que achou água suficiente, foi ao fundo com grande desprezo pela hidrostática do doutor. Os burros, que tinham sempre protestado contra a física do jovem sábio, partiram os arreios e salvaram-se; e graças a uma poderosa cábreia, pôde a almanjarra ser salva também.

Havia poucos paquetes para Manaus e o tempo urgia. Barrado tinha ordem franca de fazer o que quisesse. Não hesitou e, energicamente, fez reparar as avarias e tratou de embarcar num paquete todo o trem, fosse como fosse.

Ao embarcá-lo, porém, surgiu uma dúvida entre ele e o pessoal de bordo. Teimava Barrado que o carro merecia ir para um camarote de primeira classe, teimavam os marítimos que isso não era próprio, tanto mais que ele não indicava o lugar dos burros.

Era difícil essa questão da colocação dos burros. Os homens de bordo queriam que fossem para o interior do navio; mas, objetava o doutor:

— Morrem asfixiados, tanto mais que são burros e mesmo por isso.

De comum acordo, resolveram telegrafar a Sili para resolver a curiosa contenda. Não tardou viesse a resposta, que foi clara e precisa: “Burros sempre em cima. Sili.”

Opinião como esta, tão sábia e tão verdadeira, tão cheia de filosofia e sagacidade da vida, aliviou todos os corações e abraços fraternais foram trocados entre conhecidos e inimigos, entre amigos e desconhecidos.

A sentença era de Salomão e houve mesmo quem quisesse aproveitar o apoftegma para construir uma nova ordem social.

Restava a pequena dificuldade de fazer entrar o carro para o camarote do dr. Barrado. O convés foi aberto convenientemente, teve a sala de jantar mesas arrancadas e o bendegó ficou no centro dela, em exposição, feio e brutal, estúpido e inútil, como um monstro de museu.

O pacote moveu-se lentamente em demanda da barra. Antes fez uma doce curva, longa, muito suave, lentamente, como se, ao despedir-se, cumprimentasse reverente a beleza da Guanabara. As gaivotas voavam tranquilas, cansavam-se, pousavam n'água — não precisavam de terra...

A cidade sumia-se vagarosamente e o carro foi atraindo a atenção de bordo.

— O que vem a ser isto?

Diante da almanjarra, muitos viajantes murmuravam protestos contra a presença daquele estafermo ali; outras pessoas diziam que se destinava a encarcerar um bandoleiro da Paraíba; outras que era um salva-vidas; mas, quando alguém disse que aquilo ia acompanhando um recomendado de Sofonias, a admiração foi geral e imprecisa.

Um oficial disse:

— Que construção engenhosa!

Um médico afirmou:

— Que linhas elegantes!

Um advogado refletiu:

— Que soberba criação mental!

Um literato sustentou:

— Parece um mármore de Físias!

Um sicofanta berrou:

— É obra mesmo de Sofonias! Que republicano!

Uma moça adiantou:

— Deve ter sons magníficos!

Houve mesmo escala para dar ração aos burros, pois os mais graduados se disputavam a honraria. Um criado, porém, por ter passado junto ao monstro e o olhado com desdém, quase foi duramente castigado pelos passageiros. O ergástulo ambulante vingou-se do serviçal; durante todo o trajeto perturbou-lhe o serviço.

Apesar de ir correndo a viagem sem mais incidentes, quis ao meio dela Barrado desembarcar e continuá-la por terra. Consultou nestes termos Sili: “Melhor carro ir terra faltam três dedos mar alonga caminho”; e a resposta veio

depois de alguns dias: “Não convém desembarque embora mais curto carro chega sujo. Siga.”

Obedeceu e o meteorito, durante duas semanas, foi objeto da adoração do pacote. Nos últimos dias, quando um qualquer dos passageiros dele se acercava, passava-lhe pelo dorso negro a mão espalmada com a contrição religiosa de um maometano ao tocar na pedra negra da Caaba.

Sofonias, que nada tinha com o caso, não teve nunca notícia dessa tocante adoração.

III

Muito rica é Manaus, mas, como em todo o Amazonas, nela é vulgar a moeda de cobre. É um singular traço de riqueza que muito impressiona o viajante, tanto mais que não se quer outra e as rendas do Estado são avultadas. O Eldorado não conhece o ouro, nem o estima.

Outro traço de sua riqueza é o jogo. Lá, não é divertimento nem vício: é para quase todos profissão. O valor dos noivos, segundo dizem, é avaliado pela média das paradas felizes que fazem, e o das noivas pelo mesmo processo no tocante aos pais.

Chegou o navio a tão curiosa cidade 15 dias após fazendo uma plácida viagem, com o fetiche a bordo. Desembarcá-lo foi motivo de absorvente cogitação para o dr. Barrado. Temia que fosse de novo ao fundo, não porque o quisesse encaminhá-lo por sobre as águas do Rio Negro; mas, pelo simples motivo de que, sendo o cais flutuante, o peso do carrião talvez trouxesse desastrosas consequências para ambos, cais e carro.

O capataz não encontrava perigo algum, pois desembarcavam e embarcavam pelos flutuantes volumes pesadíssimos, toneladas até.

Barrado, porém, que era observador, lembrava-se da aventura do rio, e objetou:

— Mas não são de ferro.

— Que tem isso? — fez o capataz.

Barrado, que era observador e inteligente, afinal compreendeu que um quilo de ferro pesa tanto quanto um de algodão; e só se convenceu inteiramente disso, como observador que era, quando viu o ergástulo em salvamento, rolando pelas ruas da cidade.

Continuou a ser ídolo e o doutor agastou-se deveras porque o governador visitou a caranguejola, antes que a ele o fizesse.

Como não as tivesse completas para detenção de Fernando, pediu instruções a Sili. A resposta veio num longo telegrama minucioso e elucidativo. Devia requisitar força ao governador, arregimentar capangas e não desprezar as balas de alteia. Assim fez o comissário. Pediu uma companhia de soldados, foi às alfurjas da cidade catar bravos e adquirir uma confeitaria de alteia. Partiu em demanda do “homem” com esse trem de guerra; e, pondo-se cautelosamente em observação, lobrigou os óculos do observatório, donde concluiu que a sua força era insuficiente. Normas para o seu procedimento requereu a Sili. Vieram secas e peremptórias: “Empregue também artilharia.”

De novo pôs-se em marcha com um parque do Krupp. Desgraçadamente não encontrou o homem perigoso. Recolheu a expedição a quartéis; e, certo dia, quando de passeio, por acaso, foi parar a um café do centro comercial. Todas as mesas estavam ocupadas; e só em uma delas havia um único consumidor. A esta, ele sentou-se. Travou por qualquer motivo conversa com o mazombo; e, durante alguns minutos, aprendeu com o solitário alguma coisa.

Ao despedirem-se, foi que ligou o nome à pessoa, e ficou atarantado sem saber como proceder no momento. A ação, porém, lhe veio prontamente; e, sem dificuldade, falando em nome da lei e da autoridade, deteve o pacífico ferrabrás em um dos dois bailéus do cárcere ambulante.

Não havia pacote naquele dia e Sili havia recomendado que o trouxessem imediatamente. “Venha por terra”, disse ele; e Barrado, lembrado do conselho, tratou de segui-lo. Procurou quem o guiasse até ao Rio, embora lhe parecesse curta e fácil a viagem. Examinou bem o mapa e, vendo que a distância era de palmo e meio, considerou que dentro dela não lhe cabia o carro. Por este e aquele, soube que os fabricantes de mapas não têm critério seguro: era fazer uns muito grandes, ou muito pequenos, conforme são para enfeitar livros ou adornar paredes. Sendo assim, a tal distância de doze polegadas bem podia esconder viagem de um dia e mais.

Aconselhado pelo cocheiro, tomou um guia e encontrou-o no seu antigo conhecido Tucolas, sabedor como ninguém do interior do Brasil, pois o palmilhara à cata de formigas para bem firmar documentos às suas investigações antropológicas.

Aceitou a incumbência o curioso antropologista de himenópteros, aconselhando, entretanto, a modificação do itinerário.

— Não me parece, sr. Barrado, que devamos atravessar o Amazonas. Melhor seria, sr. Barrado, irmos até a Venezuela, alcançar as Guianas e descermos, sr. Barrado.

— Não teremos rios a atravessar, Tucolas?

— Homem! Meu caro senhor, eu não sei bem; mas, sr. Barrado, me parece que não, e sabe por quê?

— Por quê?

— Por quê? Porque este Amazonas, sr. Barrado, não pode ir até lá, ao Norte, pois só corre de oeste para leste...

Discutiram assim sabiamente o caminho; e, à proporção que manifestava o seu profundo trato com a geografia da América do Sul, mais Tucolas passava a mão pela cabeleira de inspirado.

Achou que os conselhos do doutor eram justos, mas temia as surpresas do carrião. Ora, ia ao fundo, por ser pesado; ora, sendo pesado, não fazia ir ao fundo frágeis flutuantes. Não fosse ele estranhar o chão estrangeiro e pregar-lhe alguma peça? O cocheiro não queria também ir pela Venezuela, temia pisar em terra de gringos e encarregou-se da travessia do Amazonas — o que foi feito em paz e salvamento, com a máxima simplicidade.

Logo que foi ultimada, Tucolas tratou de guiar a caravana. Prometeu que o faria com muito acerto e contentamento geral, pois aproveitá-la-ia, dilatando as suas pesquisas antropológicas aos moluscos dos nossos rios. Era sábio naturalista, e antropologista, e etnografista da novíssima escola do Conde de Gobineau, novidade de uns sessenta anos atrás; e, desde muito, desejava fazer uma viagem daquelas para completar os seus estudos antropológicos nas formigas e nas ostras dos nossos rios.

A viagem correu maravilhosamente durante as primeiras horas. Sob um sol de fogo, o carro solavancava pelos maus caminhos; e o doente, à míngua de não ter onde se agarrar, ia ao encontro de uma e outra parede de sua prisão couraçada. Os burros, impelidos pelas violentas oscilações dos varais, encontravam-se e repeliam-se, ainda mais aumentando os ásperos solavancos da traquitana; e o cocheiro, na boleia, oscilava de lá para cá, de cá para lá, marcando o compasso da música chocalhante daquela marcha vagarosa.

Na primeira venda que passaram, uma dessas vendas perdidas, quase isoladas, dos caminhos desertos, onde o viajante se abastece e os vagabundos descansam de sua errância pelos descampados e montanhas, o encarcerado foi saudado com uma vaia: ó maluco! Ó maluco!

Andava Tucolas distraído a fossar e cavoucar, catando formigas; e, mal encontrava uma mais assim, logo examinava bem o crânio do inseto, procurava-lhe os ossos componentes, enquanto não fazia uma mensuração cuidadosa do ângulo de Camper ou mesmo de Cloquet. Barrado, cuja preocupação era ser êmulo do Padre Vieira, aproveitara o tempo para firmar bem as regras de colocação de pronomes, sobretudo a que manda que o “que” atraia o pronome complemento.

E assim andando foi o carro, após dias de viagem, encontrar uma aldeia pobre, à margem de um rio, onde chalanas e naviecos a vapor tocavam de quando em quando.

Cuidaram imediatamente de obter hospedagem e alimentação no lugarejo. O cocheiro lembrou o “homem” que traziam. Barrado, a respeito, não tinha com segurança uma norma de proceder. Não sabia mesmo se essa espécie de doentes comia e consultou Sili, por telegrama. Respondeu-lhe a autoridade, com a energia britânica que tinha no sangue, que não era do regulamento retirar aquela espécie de enfermos do carro, o “ar” sempre lhes fazia mal. De resto, era curta a viagem e tão sábia recomendação foi cegamente obedecida.

Em pequena hora, Barrado e o guia sentavam-se à mesa do professor público, que lhes oferecera de jantar. O ágape ia fraternal e alegre, quando houve a visita da Discórdia, a visita da Gramática.

O ingênuo professor não tinha conhecimento do pichoso saber gramatical do dr. Barrado e expunha candidamente os usos e costumes do lugar com a sua linguagem roceira:

— Há aqui entre nós muito pouco caso pelo estudo, doutor. Meus filhos mesmo e todos quase não querem saber de livros. Tirante este defeito, doutor, a gente quer mesmo o progresso.

Barrado implicou com o “tirante” e o “a gente”, e tentou ironizar. Sorriu e observou:

— Fala-se mal, estou vendo.

O matuto percebeu que o doutor se referia a ele. Indagou mansamente:

— Por que o doutor diz isso?

— Por nada, professor. Por nada!

— Creio — aduziu o sertanejo — que, tirante eu, o doutor, aqui, não falou com mais ninguém.

Barrado notou ainda o “tirante” e olhou com inteligência para Tucolas que se distraía com um naco de tartaruga.

Observou o caipira momentaneamente o afã de comer do antropologista e disse meigamente:

— Aqui, a gente come muito isso. Tirante a caça e a pesca, nós raramente temos carne fresca.

A insistência do professor sertanejo irritava sobremaneira o doutor inigualável. Sempre aquele “tirante”, sempre o tal “a gente, a gente, a gente” — um falar de preto mina! O professor, porém, continuou a informar calmamente:

— A gente aqui planta pouco mesmo, não vale a pena. Felizardo do Catolé plantou uns leirões de horta, há anos, e quando veio o calor e a enchente...

— É demais! É demais! — exclamou Barrado.

Docemente, o pedagogo indagou:

— Por quê? Por quê, doutor?

Estava o doutor sinistramente raivoso e explicou-se a custo:

— Então, não sabe? Não sabe?

— Não, doutor. Eu não sei — fez o professor com segurança e mansuetude.

Tucolas tinha parado de saborear a tartaruga, a fim de atinar com a origem da disputa.

— Não sabe, então — rematou Barrado —, não sabe que até agora o senhor não tem feito outra coisa senão errar em português?

— Como, doutor?

— É “tirante”, é “a gente, a gente, a gente”; e, por cima de tudo, um solecismo!

— Onde, doutor?

— Veio o calor e a chuva — é português?

— É, doutor, é, doutor! Veja o doutor João Ribeiro! Tudo isso está lá. Quer ver?

O professor levantou-se, apanhou sobre a mesa próxima uma velha gramática ensebada e mostrou a respeitável autoridade ao sábio dr. Barrado. Sem saber como sair-se, escondendo o despeito com uma fúria e um desdém simulados, ordenou:

— Tucolas, vamo-nos embora.

— E a tartaruga? — diz o outro.

O hóspede ofereceu-a, o original antropologista embrulhou-a e saiu com o companheiro. Cá fora, tudo era silêncio e o céu estava negro. As estrelas

pequeninas piscavam sem cessar o seu olhar eterno para a terra muito grande. O doutor foi ao encontro da curiosidade recalcada de Tucolas:

— Vê, Tucolas, como anda o nosso ensino? Os professores não sabem os elementos de gramática, e falam como negros de senzala.

— Sr. Barrado, julgo que o senhor deve a esse respeito chamar a atenção do ministro competente, pois me parece que o país, atualmente, possui um dos mais autorizados na matéria.

— Vou tratar, Tucolas, tanto mais que o Semicas é amigo do Sofonias.

— Sr. Barrado, uma coisa...

— Que é?

— Já falou, sr. Barrado, a meu respeito com o sr. Sofonias?

— Desde muito, meu caro Tucolas. Está à espera da reforma do museu e tu vais para lá direitinho. É o teu lugar.

— Obrigado, sr. Barrado. Obrigado.

A viagem continuou monotonamente. Transmontaram serras, vadearam rios e, num deles, houve um ataque de jacarés, dos quais se salvou Barrado graças à sua pele muito dura. Entretanto, um dos animais de tiro perdeu uma das patas dianteiras e mesmo assim conseguiu pôr-se a salvo na margem oposta.

Sarou-lhe a ferida não se sabe como e o animal não deixou de acompanhar a caravana. Às vezes, distanciava-se; às vezes, aproximava-se; e sempre a pobre alimária olhava longamente, demoradamente, aquele forno ambulante, manquejando sempre, impotente para a carreira, e como se se lastimasse de não poder auxiliar eficazmente o lento reboque daquela almanjarra pesadona.

Em dado momento, o cocheiro avisa Barrado de que o “homem” parecia estar morto; havia até um mau cheiro indicador. O regulamento não permitia a abertura da prisão e o doutor não quis verificar o que havia de verdade no caso. Comia aqui, dormia ali, Tucolas também e os burros também — que mais era preciso para ser agradável a Sofonias? Nada, ou antes: trazer o “homem” até ao Rio de Janeiro. As doze polegadas da sua cartografia desdobravam-se em um infinito número de quilômetros. Tucolas que conhecia o caminho, dizia sempre: estamos a chegar, sr. Barrado! Estamos a chegar! Assim levaram meses andando, com o burro aleijado a manquejar atrás do ergástulo ambulante, olhando-o docemente, cheio de piedade impotente.

Os urubus crocitavam por sobre a caravana, estreitavam o voo, desciam mais, mais, mais, mais, até quase debicar no carro-forte. Barrado punha-se

furioso a enxotá-los a pedradas; Tucolas imaginava aparelhos para examinar a caixa craniana das ostras de que andava à caça; o cocheiro obedecia.

Mais ou menos assim, levaram dois anos e foram chegar à aldeia dos Serradores, margem do Tocantins.

Quando aportaram, havia na praça principal uma grande disputa, tendo por motivo o preenchimento de uma vaga na Academia dos Lambrequins.

Logo que Barrado soube do que se tratava, meteu-se na disputa e foi gritando lá a seu jeito e sacudindo as perninhas:

— Eu também sou candidato! Eu também sou candidato!

Um dos circunstantes perguntou-lhe a tempo, com toda a paciência:

— Moço: o senhor sabe fazer lambrequins?

— Não sei, não sei, mas aprendo na academia e é para isso que quero entrar.

A eleição teve lugar e a escolha recaiu sobre um outro mais hábil no uso da serra que o doutor recém-chegado.

Precipitou-se por isso a partida e o carro continuou a sua odisseia, com o acompanhamento do burro, sempre a olhá-lo longamente, infinitamente, demoradamente, cheio de piedade imponente. Aos poucos os urubus se despediram; e, no fim de quatro anos, o carrião entrou pelo Rio adentro, a roncar pelas calçadas, chocalhando duramente as ferragens, com o seu manco e compassivo burro a manquejar-lhe à sirga.

Logo que foi chegado, um hábil serralheiro veio abri-lo, pois a fechadura desarranjara-se devido aos trancos e às intempéries da viagem, e desobedecia à chave competente. Sili determinou que os médicos examinassem o doente, exame que, mergulhados numa atmosfera de desinfetantes, foi feito no necrotério público.

Foi este o destino do enfermo pelo qual o delegado Cunsono se interessou com tanta solicitude.

Rio de Janeiro, 18-10-1914

O FALSO DOM HENRIQUE V

(Episódio da história de Bruzundanga)

Nas notas da minha viagem à República da Bruzundanga, que devem aparecer brevemente, eu me abstive, para não tornar enfadonho o livro, de tratar da sua história. Não que ela deixe, por isso ou aquilo, de ser interessante; mas por ser trabalhosa a tarefa, à vista das muitas identificações das datas de certos fatos, que exigiam uma paciente transposição de sua cronologia para a nossa e também porque certas formas de dizer e de pensar são muito expressivas na língua de lá, mas que numa tradução instantânea para a de cá ficariam sem sal, sem o sainete próprio, a menos que não quisesse eu deter-me anos em tal afã.

Conquanto não seja rigorosamente científico, como diria um antigo aluno da École Nationale des Chartes, de Paris; conquanto não seja assim, eu tomei a resolução heroica de aproximar, *grosso modo*, nesta breve notícia, os mais peculiares à Bruzundanga dos nossos nomes portugueses e nomes típicos assim como, do nosso calendário usual, as datas da cronologia nacional da República da Bruzundanga, que seria obrigado a fazer referência.

É assim que o nome do principal personagem desta narração não é bem o germano-luso Henrique Costa; mas, no falar da República de que trato, Henbe-en-Rhinque.

Avisados disso os eruditos, estou certo de que não tomarão por inqualificável ignorância da minha parte esse traduzir fantástico às vezes, mesmo, só se baseando na simples homofonia dos vocábulos.

A história do falso d. Henrique, que foi imperador da Bruzundanga, é muito semelhante à daquele falso Demétrio que imperou na Rússia onze meses. Mérimée contou-lhe a história em um livro estimável.

O imperador d. Sajon (Shah-Jehon) reinava desde muito e o seu reinado parecia não querer tomar termo. Todos os seus filhos varões tinham morrido e a sua herança passava para os seus netos varões, os quais nos últimos anos do seu governo se haviam reduzido a um único.

Lá, convém lembrar, havia uma espécie de lei sálica que não permitia princesa no trono, embora, em falta do filho do príncipe varão, pudessem os

filhos delas governar e reinar.

O Imperador d. Sajon, conquanto fosse despótico, mesmo, em certas vezes, cruel e sanguinário, era amado do povo, sobre o qual a sua cólera quase nunca se fazia sentir.

Tinha no coração que a sua gente pobre fosse o menos pobre possível; que no seu império não houvesse fome; que os nobres e príncipes não esmagassem nem espaliassem os camponeses. Espalhava escolas e academias e, aos que se distinguiam, nas letras ou nas ciências, dava as maiores funções do Estado, sem curar-lhes da origem.

Os nobres fidalgos e mesmo os burgueses enriquecidos do pé para a mão murmuravam muito sobre a rotina do imperante e o seu viver modesto. “Onde é que se viu”, diziam eles, “um imperador que só tem dois palácios? E que palácios imundos! Não têm mármore, não têm 'frescos', não têm quadros, não têm estátuas...”

“Ele”, continuavam, “que é dado à botânica, não tem um parque, como o menor do rei da França, nem um castelo, como o mais insignificante do rei da Inglaterra. Qualquer príncipe italiano, cujo principado é menos do que a sua capital, tem residências dez vezes mais magníficas do que esse bocó de Sanjon.”

O imperador ouvia isso da boca dos seus esculcas e espiões, mas não dizia nada. Sabia o sangue e a dor que essas construções opulentas custam aos povos. Sabia quantas vidas, quantas misérias, quanto sofrimento custou à França Versalhes. Lembrava-se bem da recomendação que Luiz XIV, arrependido, na hora da morte, fez a seu bisneto e herdeiro, pedindo-lhe que não abusasse das construções e das guerras, como ele o fizera.

Serviu assim o velho imperador o seu longo reinado sem dar ouvidos aos fidalgos e grandes burgueses, desejosos todos eles de fazer parada das suas riquezas, títulos e mulheres belas, em grandes palácios, luxuosos teatros, vastos parques, construídos, porém, com o suor do povo.

Vivia modestamente, como já foi dito, sem fausto, ou antes com um fausto obsoleto, tanto pelo seu cerimonial propriamente quanto pelos apetrechos de que se servia. O carro de gala tinha sido do seu bisavô e, ao que diziam, as librés dos palafreiros ainda eram da época do pai, vendo-se até em algumas os remendos mal postos.

Perdeu todas as filhas, por isso veio a ficar sendo, afinal, o único herdeiro o seu neto d. Carlos (Khárlithos). Era este um príncipe bom como o avô, mas mais simples e mais triste do que Sanjon.

Vivia sempre afastado, fora da corte e dos fidalgos, num castelo retirado, cercado de alguns amigos, de livros, de flores e árvores. Dos prazeres reais e feudais só guardava um: o cavalo. Era a sua paixão e ele não só os tinha dos melhores, como também ensaiava cruzamentos, para selecionar as raças nacionais.

Enviudara dois anos após um casamento de conveniência e do seu enlace houvera um único filho — o príncipe d. Henrique.

Apesar de viúvo, nada se dizia sobre os seus costumes, que eram os mais puros e os mais morais que se podem exigir de um homem. O seu único vício era o cavalo e os passeios a cavalo pelos arredores do seu castelo, às vezes com um amigo, às vezes com um criado, mas quase sempre só.

Os amigos íntimos diziam que o seu sofrimento e a sua tristeza vinham de pensar em ser um dia imperador. Ele não disse, mas bem se podia admitir que raciocinasse como aquele príncipe do romance que confessa ao primo: “Pois você não vê logo que eu tenho vergonha, nesta época, de me fingir de Carlos Magno, com o tal manto de arminho, abelhas, coroas, cetro — você não vê mesmo? Fique você com a coroa, se quiser!”

D. Carlos não falava assim, pois não era dado a *blagues*, nem a *boutades*; mas, de quando em quando, ao sair dos rápidos acessos de mutismo e melancolia a que era sujeito, no meio da conversação, dizia como num suspiro:

— No dia em que for imperador, o que farei, meu Deus!

Um belo dia, um príncipe tão bom como este aparece assassinado num caminho que atravessa uma floresta do seu domínio de Cubahandê, nos arredores da capital.

A dor foi imensa em todos os pontos do império e ninguém sabia explicar por que pessoa tão boa, tão ativamente boa, seria trucidada assim misteriosamente.

Naquela manhã, saíra a cavalo, na Hallumatu, a sua égua negra, de um ébano reluzente como carbúnculo; e ela voltava desbocada, sem o cavaleiro, para as estrebarias. Procuraram-no e foram encontrá-lo cadáver com uma punhalada no peito.

O povo perquiriu os culpados e boquejou que o assassinio devia ter sido a mando de uns parentes longínquos da família imperial, em nome da qual, há vários séculos, o seu chefe e fundador tinha desistido das suas prerrogativas e privilégios feudais, para traficar escravos malaios. Enriquecidos, aos poucos, entraram de novo na hierarquia de que se tinham degradado voluntariamente, mas não obtiveram o título de príncipes imperiais. Eram somente príncipes.

O assassinato ficou esquecido e o velho Rei Sanjon teimava em viver. Fosse enfraquecimento das faculdades, originado pela velhice, fosse o emprego de sortilégios e feitiços, como querem os incrédulos cronistas de Bruzundanga, o fato é que o velho imperador entregou-se de corpo e alma ao mais evidente representante da família aparentada, a dos Hjanlhianes, o tal que se havia degradado. Fazia este e desfazia no império; e falou-se mesmo em permiti-los voltar às dignidades imperiais, mediante um *senatus consultum*. A isso, o povo e sobretudo o exército se opuseram e começaram a murmurar. O exército era republicano, queria uma república de verdade, na sua ingenuidade e inexperiência política; os Hjanlhianes logo perceberam que, por aí, podiam chegar a altas dignidades e muitos deles se fizeram republicanos.

Entretanto, o bisneto de Sanjon continuava sequestrado no castelo de Cubahandê. Devia ter sete ou oito anos.

Quando menos se esperava, num dado momento em que se representava, no Teatro Imperial da Bruzundanga, o *Brutus* de Voltaire, vinte generais, seis coronéis, doze capitães e cerca de oitenta alferes proclamaram a república e saíram para a rua, seguidos de muitos paisanos que tinham ido buscar as armas de flandres, na arrecadação do teatro, a gritar: Viva a República! Abaixo o tirano! etc. etc.

O povo, propriamente, vem assim, àquela hora, nas janelas para ver o que se passava; e, no dia seguinte, quando se soube da verdade, um olhava para o outro e ambos ficavam estupidamente mudos.

Tudo adieriu; e o velho imperador e os seus parentes, exceto os Hjanlhianes, foram exilados. Ficou também o pequeno príncipe d. Henrique como refém e sonhou que os imperiais parentes dele não tentariam nenhum golpe de mão contra as instituições populares, que acabavam de trazer a próxima felicidade da Bruzundanga.

Foi escolhida uma junta governativa, cujo chefe foi aquele Hjanlhianes, Tétrech, que era favorito do imperador Sanjon.

Começou logo a construir palácios e teatros, a pôr casas abaixo, para fazer avenidas suntuosas. O dinheiro da receita não chegava, aumentou os impostos, e vexações, multas etc. Enquanto a constituinte não votava a nova Constituição, decuplicou os direitos de entrada de produtos estrangeiros manufaturados. Os espertos começaram a manter curiosas fábricas de produtos nacionais da seguinte forma, por exemplo: adquiriam em outros países solas, sapatos já recortados. Importavam tudo isso, como matéria-prima, livre de

impostos, montavam as botas nas suas singulares fábricas e vendiam pelo triplo do que custavam os estrangeiros.

Outra forma de extorquir dinheiro ao povo e enriquecer mais ainda os ricos eram as isenções de direitos alfandegários.

Tétrech decretou isenções de direitos para maquinismos etc., destinados a usinas-modelos de açúcar, por exemplo, e prêmios para a exportação dos mesmos produtos. Os ricos somente podiam mantê-los e trataram de fazê-lo logo. Fabricaram açúcar à vontade, mas mandavam para o exterior, pela metade do custo, a quase totalidade da produção, pois os prêmios cobriam o prejuízo e o encarecimento fatal de produto, nos mercados da Bruzundanga, também. Nunca houve tempo em que se inventassem com tanta perfeição tantas ladroeiras legais.

A fortuna particular de alguns, em menos de dez anos, quase que quintuplicou; mas o Estado, os pequeno-burgueses e o povo, pouco a pouco, foram caindo na miséria mais atroz.

O povo do campo, dos latifúndios (fazendas) e empresas deixou a agricultura e correu para a cidade atraído pela alta dos salários; era, porém, uma ilusão, pois a vida tornou-se caríssima. Os que lá ficaram, roídos pelas doenças e pela bebida, deixavam-se ficar vivendo num desânimo de agruras.

Os salários eram baixíssimos e não lhes davam com o que se alimentassem razoavelmente; andavam quase nus; as suas casas eram sujíssimas e cheias de insetos parasitas, transmissores de moléstias terríveis. A raça da Bruzundanga tinha por isso uma caligem de tristeza que lhe emprestava tudo quanto ela continha: as armas, o escachoar das cachoeiras, o canto doloroso dos pássaros, o cicio da chuva nas cobertas de sapê da choça — tudo nela era dor, choro e tristeza. Dir-se-ia que aquela terra tão velha se sentia aos poucos sem viver...

Antes disso, porém, houve um acontecimento que abalou profundamente o povo. O príncipe d. Henrique e o seu preceptor, d. Hobhathy, foram encontrados numa tarde, afogados num lago do jardim do castelo de Cubahandê. A nova correu célere por todo o país, mas ninguém quis acreditar no fato, tanto mais que Tétrech Hjanlhianes mandou executar todos os servidores do palácio. Se ele os mandou matar, considerava a gente humilde, é porque não queria que ninguém dissesse que o menino tinha fugido. E não saiu daí. Os padres das aldeias e arraiais, que se viam vexados e perseguidos — os das cidades sempre dispostos a esmagar aqueles, para servir os potentados nas suas violências e opressões contra os trabalhadores rurais — não cessavam de

manter veladamente essa crença da existência do príncipe Henrique. Estava oculto, havia de aparecer...

Sufrimentos de toda a ordem caíram sobre o pobre povo da roça e do sertão; privações de toda a natureza caíram sobre ele; e colaram-lhe a fria sanguessuga, a ventosa dos impostos, cujo produto era empregado diretamente, num fausto governamental de opereta, e, indiretamente, numa ostentação ridícula de ricos sem educação nem instrução. Para benefício geral, nada!

A Bruzundanga era um sarcófago de mármore, ouro e pedrarias, em cujo seio, porém, o cadáver mal embalsamado do povo apodrecia e fermentava.

De norte a sul, sucediam-se epidemias de loucuras, umas maiores, outras menores. Para debelar uma, foi preciso um verdadeiro exército de vinte mil homens. No interior era assim; nas cidades, os hospícios e asilos de alienados regurgitavam. O sofrimento e a penúria levavam ao álcool, “para esquecer”; e o álcool levava ao manicômio.

Profetas regurgitavam, cartomantes, práticos de feitiçaria, abusos de toda a ordem. A prostituição, clara ou clandestina, era quase geral, de alto a baixo; e os adultérios cresciam devido ao mútuo engano dos nubentes em represália, um ao outro, fortuna ou meios de obtê-la. Na classe pobre, também, por contágio. Apesar do luxo tosco, bárbaro e bronco, dos palácios e “perspectivas” cenográficas, a vida das cidades era triste, de provocar lágrimas. A indolência dos ricos tinha abandonado as alturas dela, as suas colinas pitorescas, e os pobres, os mais pobres, de mistura em toda espécie de desgraçados criminosos e vagabundos, ocupavam as eminências urbanas com casebres miseráveis, sujos, frios, feitos de tábuas de caixões de sabão e cobertos com folhas desdobradas de latas em que veio acondicionado o querosene.

Era a coroa, o laurel daquela glacial transformação política...

As dores do país tiveram eco num peito rústico e humilde. Surgiu num domingo o profeta, que gemia por todo o país.

Rapidamente, pela nação toda, foram conhecidas as profecias, em verso, do professor Lopes. Quem era? Numa aldeia da província de Aurilândia, um velho mestiço que tivera algumas luzes de seminário e vivera muito tempo a ensinar as primeiras letras, apareceu alistando profecias, umas claras, outras confusas. Em instantes, espalharam-se pelo país e foram do ouvido do povo crédulo ao entendimento do burguês com algumas luzes. Todos os que tinham “a fé no coração” ouviram-nas; e todos queriam o reaparecimento d’Ele, do pequeno imperador d. Henrique, que não fora assassinado. A tensão espiritual chegava ao auge; a miséria batia em todos os pontos, uma epidemia

desconhecida de tal forma foi violenta que, na capital da Bruzundanga, foi preciso apelar para a caridade dos galés, a fim de enterrar os mortos!...

Desaparecida que ela foi, muito tempo, a cidade, os subúrbios, até as estradas rurais cheiravam a defunto...

E quase todas recitavam como oração, as profecias do professor Lopes:

Este país da Bruzundanga
Parece de Deus deslembrado.
Nele, o povo anda na canga
Amarelo, pobre, esfaimado.

Houve fome, seca e peste
Brigas e saques também
E agora a água investe
Sem cobrir a guerra que vem.

No ano que tem dois sete
Ele por força voltará
E oito ninguém sofrerá.
Pois flagelos já são sete
E oito ninguém sofrerá.

Estes toscos versos eram sabidos de cor por toda a gente e recitados em uma unção mística. O governo tentou desmoralizá-los, por intermédio dos seus jornais, mas não conseguiu. O povo acreditava. Tentou prender Lopes mas recuou, diante da ameaça de uma sublevação em massa da província de Aurilândia. As coisas pareciam querer sossegar, quando se anunciou que, nesta penúria, aparecera o príncipe d. Henrique. Em começo, ninguém fez caso; mas o fato tomou vulto. Todos por lá recebiam-no como tal, desde o mais rico até o mais pobre. Um velho servidor do antigo imperador jurou reconhecer, naquele mancebo de trinta anos, o bisneto do seu antigo imperial amo.

Os Hjanlhianes, com estes e aquele nome, continuavam a suceder-se no governo, espenicando o saque e a vergonha do país em regra. Tinham, logo que esgotavam as forças dos naturais, apelado para a imigração, a fim de evitar velhaduras nos seus latifúndios. Vieram homens mais robustos e mais cheios de ousadia, sem mesmo dependência sentimental com os dominadores, pois não se deixavam explorar facilmente, como os naturais. Revoltavam-se continuamente; e os Hjanlhianes, esquecidos do mal que tinham dito dos

seus patrícios pobres, deram em animar estes e a tanger o chocalho da pátria e do patriotismo. Mas era tarde! Quando se soube que a Bruzundanga tinha declarado guerra ao império dos Oges para que muitos Hjanlhianes se metessem em grandes comissões e gorjetas, que os banqueiros da Europa lhes davam, não foi mais a primazia de Aurilândia que se conheceu naquele mancebo desconhecido, o seu legítimo imperador d. Henrique V, bisneto do bom d. Sajon: foi todo país, operários, soldados, cansados de curtir miséria também; estrangeiros, vagabundos, criminosos, prostitutas, todos enfim, que sofriam.

O chefe dos Hjanlhianes morreu como um cão, envenenado por ele mesmo ou por outros, no seu palácio, enquanto os seus criados e fâmulos queimavam no pátio, em auto de fé, os tapetes que tinham custado misérias e lágrimas de um povo dócil e bom. A cidade se iluminou; não houve pobre que não pusesse uma vela, um coto, na janela do seu casebre...

D. Henrique reinou durante muito tempo e, até hoje, os mais conscienciosos sábios da Bruzundanga não afirmam com segurança se ele era verdadeiro ou falso.

Como não tivesse descendência, quando chegou aos sessenta anos, aquele sábio príncipe proclamou por sua própria boca a República, que é ainda a forma de governo da Bruzundanga, mas para a qual, ao que parece, o país não tem nenhuma vocação. Ela espera ainda a sua forma de governo...

TRÊS GÊNIOS DE SECRETARIA

O meu amigo Augusto Machado, de quem acabo de publicar uma pequena brochura aliterada — Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá —, mandou-me algumas notas herdadas por ele desse seu amigo, que, como se sabe, foi oficial da Secretaria dos Cultos. Coordenadas por mim, sem nada pôr de meu, eu as dou aqui, para a meditação dos leitores:

“Estas minhas memórias, que há dias tento começar, são deveras difíceis de executar, pois se imaginarem que a minha secretaria é de pequeno pessoal e pouco nela se passa de notável, bem avaliarão em que apuros me encontro para dar volume às minhas recordações de velho funcionário. Entretanto, sem recorrer à dificuldade, mas ladeando-a, irei, sem preocupar-me com datas nem tampouco me incomodando com a ordem das coisas e fatos, narrando o que me acudir de importante, à proporção de escrevê-las. Ponho-me à obra.

Logo no primeiro dia em que funcionei na secretaria, senti bem que todos nós nascemos para empregado público. Foi a reflexão que fiz, ao me julgar tão em mim, quando, após a posse e o compromisso ou juramento, sentei-me perfeitamente à vontade na mesa que me determinaram. Nada houve que fosse surpresa, nem tive o mínimo acanhamento. Eu tinha 21 para 22 anos; e nela me abanquei como se de há muito já o fizesse. Tão depressa foi a minha adaptação que me julguei nascido para ofício de auxiliar o Estado, com a minha reduzida gramática e o meu péssimo cursivo, na sua missão de regular a marcha e a atividade da nação.

Com familiaridade e convicção, manuseava os livros — grandes montões de papel espesso e capas de couro, que estavam destinados a durar tanto quanto as pirâmides do Egito. Eu sentia muito menos aquele registro de decretos e portarias e eles pareciam olhar-me respeitosamente e pedir-me sempre a carícia das minhas mãos e a doce violência da minha escrita.

Puseram-me também a copiar ofícios e a minha letra tão má e o meu desleixo tão meu, muito papel fizeram-me gastar, sem que isso redundasse em grande perturbação no desenrolar das coisas governamentais.

Mas, como dizia, todos nós nascemos para funcionário público. Aquela placidez do ofício, sem atritos, nem desconjuntamentos violentos; aquele

deslizar macio durante cinco horas por dia; aquela mediania de posição e fortuna, garantindo inabalavelmente uma vida medíocre — tudo isso vai muito bem com as nossas vistas e os nossos temperamentos. Os dias no emprego do Estado nada têm de imprevisto, não pedem qualquer espécie de esforço a mais para viver o dia seguinte. Tudo corre calma e suavemente, sem colisões, nem sobressaltos, escrevendo-se os mesmos papéis e avisos, os mesmos decretos e portarias, da mesma maneira, durante todo o ano, exceto os dias feriados, santificados e os de ponto facultativo, invenção das melhores da nossa República. De resto, tudo nele é sossego e quietude. O corpo fica em cômodo jeito; o espírito aquieta-se, não tem efervescências nem angústias; as praxes estão fixas e as fórmulas já sabidas.

Pensei até em casar, não só para ter uns bate-bocas com a mulher, mas, também, para ficar mais burro, ter preocupações de “pistolões”, para ser promovido. Não o fiz; e agora, já que não digo a ente humano, mas ao discreto papel, posso confessar por quê. Casar-me no meu nível social, seria abusar-me com a mulher, pela sua falta de instrução e cultura intelectual; casar-me acima, seria fazer-me lacaio dos figurões, para darem-me cargos, propinas, gratificações, que satisfizessem às exigências da esposa. Não queria uma nem outra coisa. Houve uma ocasião em que tentei solver a dificuldade, casando-me, ou coisa que o valha, abaixo da minha situação. É a tal história da criada... Aí foram a minha dignidade pessoal e o meu cavalheirismo que me impediram.

Não podia, nem devia ocultar a ninguém e de nenhuma forma, a mulher com quem eu dormia e era mãe dos meus filhos. Eu ia citar santo Agostinho, mas deixo de fazê-lo para continuar a minha narração...

Quando de manhã, novo ou velho no emprego, a gente se senta na sua mesa oficial, não há novidade de espécie alguma e, já da pena, escreve devagarinho: ‘Tenho a honra’, etc. etc.; ou, republicanamente, ‘Declaro-vos, para os fins convenientes’ etc. etc. Se há mudança, é pequena e o começo é já bem sabido: ‘Tenho em vistas’... Ou ‘Na forma do disposto’...

Às vezes o papel oficial fica semelhante a um estranho mosaico de fórmulas e chapas; e são os mais difíceis, nos quais o dr. Xisto Rodrigues brilhava como mestre inigualável.

O dr. Xisto já é conhecido dos senhores, mas não é dos outros gênios da Secretaria dos Cultos. Xisto é estilo antigo. Entrou honestamente, fazendo um concurso decente e sem padrinhos. Apesar da sua pulhice bacharelesca e a sua limitação intelectual, merece respeito pela honestidade que põe em todos os

atos de sua vida, mesmo como funcionário. Sai à hora regulamentar e entra à hora regulamentar; não bajula, nem recebe gratificações.

Os dois outros, porém, são mais modernizados. Um é 'charadista', o homem que o diretor consulta, que dá as informações confidenciais, para o presidente e o ministro promoverem os amanuenses. Esse ninguém sabe como entrou para a secretaria; mas logo ganhou a confiança de todos, de todos se fez amigo e, em pouco, subiu três passos na hierarquia e arranjou quatro gratificações mensais ou extraordinárias. Não é má pessoa, ninguém se pode aborrecer com ele: é uma criação do ofício que só amofina os outros, assim mesmo sem nada estes saberem ao certo, quando se trata de promoções. Há casos muito interessantes; mas deixo as proezas dessa inferência burocrática, em que o seu amor primitivo a charadas, ao logogrifo e aos enigmas pitorescos pôs-lhe sempre na alma uma caligem de mistério e uma necessidade de impor aos outros adivinhação sobre ele mesmo. Deixo-a, dizia, para tratar do 'auxiliar de gabinete'. É esta a figura mais curiosa do funcionalismo moderno. É sempre doutor em qualquer coisa; pode ser mesmo engenheiro hidráulico ou eletricista. Veio de qualquer parte do Brasil, da Bahia ou de Santa Catarina, estudou no Rio qualquer coisa; mas não veio estudar, veio arranjar um emprego seguro que o levasse maciamente para o fundo da terra, donde deveria ter saído em planta, em animal e, se fosse possível, em mineral qualquer. É inútil, vadio, mau e pedante, ou antes, pernóstico.

Instalado no Rio, com fumaças de estudante, sonhou logo arranjar um casamento, não para conseguir uma mulher, mas para arranjar um sogro influente, que o empregasse em qualquer coisa, solidamente. Quem como ele faz de sua vida, tão somente caminho para o cemitério, não quer muito: um lugar em uma secretaria qualquer serve. Há os que veem mais alto e se servem do mesmo meio; mas são a quintessência da espécie.

Na Secretaria dos Cultos, o seu típico e célebre 'auxiliar de gabinete', arranjou o sogro dos seus sonhos, num antigo professor do seminário, pessoa muito relacionada com padres, frades, sacristães, irmãs de caridade, doutores em cânones, definidores, fabriqueiros, fornecedores e mais pessoal eclesiástico.

O sogro ideal, o antigo professor, ensinava no seminário uma física muito própria aos fins do estabelecimento, mas que havia de horripilar o mais medíocre aluno de qualquer estabelecimento leigo.

Tinha ele uma filha a casar e o 'auxiliar de gabinete' logo viu no seu casamento com ela o mais fácil caminho para arranjar uma barrigazinha estufadinha e uma bengala com castão de ouro.

Houve exame na Secretaria dos Cultos, e o ‘sogro’, sem escrúpulo algum, fez-se nomear examinador do concurso para o provimento do lugar e meter nele ‘o noivo’.

Que se havia de fazer? O rapaz precisava.

O rapaz foi posto em primeiro lugar, nomeado, e o velho sogro (já o era de fato) arranhou-lhe o lugar de ‘auxiliar de gabinete’ do ministro. Nunca mais saiu dele e, certa vez, quando foi, *pro forma*, se despedir do novo ministro, chegou a levantar o reposteiro para sair; mas, nisto, o ministro bateu na testa e gritou:

— Quem é aí o dr. Mata-Borrão?

O homenzinho voltou-se e respondeu, com algum tremor na voz e esperança nos olhos:

— Sou eu, Excelência.

— O senhor fica. O seu ‘sogro’ já me disse que o senhor precisa muito.

É ele assim, no gabinete, entre os poderosos; mas, quando fala a seus iguais, é de uma prosápia de Napoleão, de quem se não conhecesse a Josefina.

A todos em que ele vê um concorrente, traiçoeiramente desacredita: é bêbado, joga, abandona a mulher, não sabe escrever ‘comissão’ etc. Adquiriu títulos literários, publicando a *Relação dos padroeiros das principais cidades do Brasil*; e sua mulher quando fala nele, não se esquece de dizer: ‘Como Rui Barbosa, o Chico...’ ou ‘Como Machado de Assis, meu marido só bebe água.’

Gênio doméstico e burocrático, Mata-Borrão, não chegará, apesar da sua maledicência interesseira, a entrar nem no inferno. A vida não é unicamente um caminho para o cemitério; é mais alguma coisa e quem a enche assim, nem Belzebu o aceita. Seria desmoralizar o seu império; mas a burocracia quer desses amorfos, pois ela é das criações sociais aquela que mais atrozmente tende a anular a alma, a inteligência, e os influxos naturais e físicos ao indivíduo. É um expressivo documento de seleção inversa que caracteriza toda a nossa sociedade burguesa, permitindo no seu campo especial, com a anulação dos melhores da inteligência, de saber, de caráter e criação, o triunfo inexplicável de um Mata-Borrão por aí.

Pela cópia, conforme.”

Brás Cubas, Rio, 10-4-1919.

MANEL CAPINEIRO

Quem conhece a Estrada Real de Santa Cruz? Pouca gente do Rio de Janeiro. Nós todos vivemos tão presos à Avenida, tão adstritos à rua do Ouvidor, que pouco ou nada sabemos desse nosso vasto Rio, a não ser as coisas clássicas da Tijuca, da Gávea e do Corcovado.

Um nome tão sincero, tão altissonante, batiza, entretanto, uma pobre azinhaga, aqui mais larga, ali mais estreita, povoada, a espaços, de pobres casas de gente pobre, às vezes, uma chácara mais assim ali, mas tendo ela em todo o seu trajeto até Cascadura e mesmo além, um forte aspecto de tristeza, de pobreza e mesmo de miséria. Falta-lhe um debrum de verdura, de árvores, de jardins. O carvoeiro e o lenhador de há muito tiraram os restos de matas que deviam bordá-la; e hoje, é com alegria que se vê, de onde em onde, algumas mangueiras majestosas a quebrar a monotonia, a esterilidade decorativa de imensos capinzais sem limites.

Essa estrada real, estrada de rei, é atualmente uma estrada de pobres; e as velhas casas de fazenda, ao alto das meias-laranjas, não escaparam ao retalho para casas de cômodos.

Eu a vejo todo dia de manhã, ao sair de casa e é minha admiração apreciar a intensidade de sua vida, a prestantia do carvoeiro, em servir a minha vasta cidade.

São carvoeiros com as suas carroças peçadas que passam; são os carros de bois cheios de capim que vão vencendo os atoleiros e os “caldeirões”; as tropas e essa espécie de vagabundos rurais que fogem à rua urbana com horror.

Vejo-a no Capão do Bispo, na sua desolação e no seu trabalho; mas vejo também dali os órgãos azuis, dos quais toda a hora se espera que ergam aos céus um longo e acendrado hino de louvor e de glória.

Como se fosse mesmo uma estrada de lugares afastados, ela tem também seus “pousos”. O trajeto dos capineiros, dos carvoeiros, dos tropeiros é longo e pede descanso e boas “pingas” pelo caminho.

Ali no “Capão”, há o armazém “Duas Américas” em que os transeuntes param, conversam e bebem.

Para ali o “Tutu”, um carvoeiro das bandas de Irajá, mulato quase preto, ativo, que aceita e endossa letras sem saber ler nem escrever. É um espécime do que podemos dar de trabalho, de iniciativa e de vigor. Não há dia em que ele

não desça com a sua carroça carregada de carvão e não há dia em que ele não volte com ela, carregada de alfafa, de farelo, de milho, para os seus muares.

Também vem ter ao armazém o sr. Antônio do Açougue, um ilhéu falador, bondoso, cuja maior parte da vida se ocupou em ser carnicheiro. Lá se encontra também o “Parafuso”, um preto, domador de cavalos e alveitar estimado. Todos eles discutem, todos eles comentam a crise, quando não tratam estreitamente dos seus negócios.

Passa pelas portas da venda uma singular rapariga. É branca e de boas feições. Notei-lhe o cuidado em ter sempre um vestido por dia, observando ao mesmo tempo que eles eram feitos de velhas roupas. Todas as manhãs, ela vai não sei onde e traz habitualmente na mão direita um *bouquet* feito de miseráveis flores silvestres. Perguntei ao dono quem era. Uma vagabunda, disse-me ele.

“Tutu” está sempre ocupado com a moléstia dos seus muares. O “Garoto” está mancando de uma perna e a “Jupira” puxa de um dos quartos. O “seu” Antônio do Açougue, assim chamado porque já possuiu um muito tempo, conta a sua vida, as suas perdas de dinheiro, e o desgosto de não ter mais açougue. Não se conforma absolutamente com esse negócio de vender leite; o seu destino é talhar carne.

Outro que lá vai é o Manel Capineiro. Mora na redondeza e a sua vida se faz no capinzal, em cujo seio vive, a vigiá-lo dia e noite dos ladrões, pois os há, mesmo de feixes de capim. O “Capineiro” colhe o capim à tarde, enche as carroças; e, pela madrugada, sai com estas a entregá-lo à freguesia. Um companheiro fica na choupana no meio do vasto capinzal a vigiá-lo, e ele vai carreando uma das carroças, tocando com o guião de leve os seus dois bois — “Estrela” e “Moreno”.

Manel os ama tenazmente e evita o mais possível feri-los com a farpa que lhes dá a direção requerida.

Manel Capineiro é português e não esconde as saudades que tem do seu Portugal, do seu caldo de unto, das suas festanças aldeãs, das suas lutas a varapau; mas se conforma com a vida atual e mesmo não se queixa das cobras que abundam no capinzal.

— Ai! As cobras!... Ontem dei com uma, mas matei-a!

Está aí um estrangeiro que não implica com os nossos ofídios — o que deve agradar aos nossos compatriotas, que se indignam com essa implicância.

Ele e os bois vivem em verdadeira comunhão. Os bois são negros, de grandes chifres, tendo o “Estrela” uma mancha branca na testa, que lhe deu o

nome.

Nas horas do ócio, Manel vem à venda conversar, mas logo que olha o relógio e vê que é hora da ração, abandona tudo e vai ao encontro daquelas suas duas criaturas, que tão abnegadamente lhe ajudam a viver.

Os seus carrapatos lhe dão cuidado; as suas “manqueiras” também. Não sei bem a que propósito me disse um dia:

— Sr. Fulano, se não fosse eles, eu não saberia como iria viver. Eles são o meu pão.

Imaginem que desastre não foi na sua vida a perda dos seus dois animais de tiro. Ela se verificou em condições bem lamentáveis. Manel Capineiro saiu de madrugada, como de hábito, com o seu carro de capim. Tomou a estrada para riba, dobrou a rua José dos Reis e tratou de atravessar a linha da estrada de ferro, na cancela dessa rua. Fosse a máquina, fosse um descuido do guarda, uma imprudência de Manel, um camboio, um expresso, implacável como a fatalidade, inflexível, inexorável, veio-lhe em cima do carro e lhe trucidou os bois. O capineiro, diante dos despojos sangrentos do “Estrela” e do “Moreno”, diante daquela quase ruína de sua vida, chorou como se chorasse um filho uma mãe e exclamou cheio de pesar, de saudade, de desespero:

— Ai mô gado! Antes fora eu!...

Era Nova, Rio, 21-8-1915.

MILAGRE DE NATAL

O bairro do Andaraí é muito triste e muito úmido. As montanhas que enfeitam a nossa cidade aí tomam maior altura e ainda conservam a densa vegetação que as devia adornar com mais força em tempos idos. O tom plúmbeo das árvores como que enegrece o horizonte e torna triste o arrabalde.

Nas vertentes dessas mesmas montanhas, quando dão para o mar, este quebra a monotonia do quadro e o sol se espadana mais livremente, obtendo as coisas humanas, minúsculas e mesquinhas, uma garridice e uma alegria que não estão nelas, mas que se percebem nelas. As tacanhas casas de Botafogo se nos afigura assim; as bombásticas “vilas” de Copacabana, também; mas, no Andaraí, tudo fica esmagado pela alta montanha e sua sombria vegetação.

Era numa rua desse bairro que morava Feliciano Campossolo Nunes, chefe de seção do Tesouro Nacional, ou antes e melhor: subdiretor. A casa era própria e tinha na cimalha este dístico pretensioso: “Vila Sebastiana”. O gosto da fachada, as proporções da casa não precisam ser descritas: todos conhecem um e as outras. Na frente, havia um jardimzinho que se estendia para a esquerda, oitenta centímetros a um metro, além da fachada. Era o vão que correspondia à varanda lateral, quase a correr todo o prédio.

Campossolo era um homem grave, ventrudo, calvo, de mãos polpudas e dedos curtos.

Não largava a pasta de marroquim em que trazia para a casa os papéis da repartição com o fito de não lê-los; e também o guarda-chuva de castão de ouro e forro de seda. Pesado e de pernas curtas, era com grande dificuldade que ele vencía os dois degraus dos “Minas Gerais” da Light, atrapalhado com semelhantes cangalhas: a pasta e o guarda-chuva de “ouro”. Usava chapéu de coco e cavanhaque.

Morava ali com uma mulher mais a filha solteira e única, a Mariazinha.

A mulher, d. Sebastiana, que batizara a vila e com cujo dinheiro a fizeram, era mais alta do que ele e não tinha nenhum relevo de fisionomia, senão um artificial, um apostó. Consistia num pequeno *pince-nez* de aros de ouro, preso, por detrás da orelha, com trancelim de seda. Não nascera com ele, mas era como se tivesse nascido, pois jamais alguém havia visto d. Sebastiana sem aquele adendo, acavalado no nariz, fosse de dia, fosse de noite. Ela, quando

queria olhar alguém ou alguma coisa com jeito e perfeição, erguia bem a cabeça e toda d. Sebastiana tomava um entono de magistrado severo.

Era baiana, como o marido, e a única queixa que tinha do Rio cifrava-se em não haver aqui bons temperos para as moquecas, carurus e outras comidas da Bahia, que ela sabia preparar com perfeição, auxiliada pela preta Inácia, que, com eles, viera de Salvador, quando o marido foi transferido para São Sebastião. Se se oferecia portador, mandava-os buscar; e, quando aqui chegavam e ela preparava uma boa moqueca, esquecia-se de tudo, até que estava muito longe da sua querida cidade de Tomé de Sousa.

Sua filha, a Mariazinha, não era assim e até se esquecera que por lá nascera: cariocara-se inteiramente. Era uma moça de vinte anos, fina de talhe, poucas carnes, mais alta que o pai, entestando com a mãe, bonita e vulgar. O seu traço de beleza eram os seus olhos de topázio com estivas negras. Nela, não havia nem invento, nem novidade como as outras.

Eram estes os habitantes da “Vila Sebastiana”, além de um molecote que nunca era o mesmo. De dois em dois meses, por isso ou por aquilo, era substituído por outro, mais claro ou mais escuro, conforme a sorte calhava.

Em certos domingos, o sr. Campossolo convidava alguns dos seus subordinados a irem almoçar ou jantar com eles. Não era um qualquer. Ele os escolhia com acerto e sabedoria. Tinha uma filha solteira e não podia pôr dentro de casa um qualquer, mesmo que fosse empregado de fazenda.

Aos que mais constantemente convidava, eram os terceiros escrivães Fortunato Guaicuru e Simplício Fontes, os seus braços direitos na seção. Aquele era bacharel em Direito e espécie de seu secretário e consultor em assuntos difíceis; e o último chefe do protocolo da sua seção, cargo de extrema responsabilidade, para que não houvesse extravio de processos e se acoimasse a sua subdiretoria de relaxada e desidiosa. Eram eles dois os seus mais constantes comensais, nos seus bons domingos de efusões familiares. Demais, ele tinha uma filha a casar e era bom que...

Os senhores devem ter verificado que os pais sempre procuram casar as filhas na classe que pertencem: os negociantes com negociantes ou caixeiros; os militares com outros militares; os médicos com outros médicos e assim por diante. Não é de estranhar, portanto, que o chefe Campossolo quisesse casar sua filha com um funcionário público que fosse da sua repartição e até da sua própria seção.

Guaicuru era de Mato Grosso. Tinha um tipo acentuadamente índio. Malares salientes, face curta, mento largo e duro, bigodes de cerdas de javali,

testa fugidia e as pernas um tanto arqueadas. Nomeado para a alfândega de Corumbá, transferira-se para a delegacia fiscal de Goiás. Aí passou três ou quatro anos, formando-se, na respectiva faculdade de Direito, porque não há cidade do Brasil, capital ou não, em que não haja uma. Obtido o título, passou-se para a Casa da Moeda e, desta repartição, para o Tesouro. Nunca se esquecia de trazer o anel de rubi, à mostra. Era um rapaz forte, de ombros largos e direitos; ao contrário de Simplício que era franzino, peito pouco saliente, pálido, com uns doces e grandes olhos negros e de uma timidez de donzela.

Era carioca e obtivera o seu lugar direitinho, quase sem pistolão e sem nenhuma intromissão de políticos na sua nomeação.

Mais ilustrado, não direi; mas muito mais instruído que Guaicuru, a audácia deste o superava, não no coração de Mariazinha, mas no interesse que tinha a mãe desta no casamento da filha. Na mesa, todas as atenções tinha d. Sebastiana pelo hipotético bacharel:

— Por que não advoga? — perguntou d. Sebastiana, rindo, com seu quádruplo olhar altaneiro, da filha ao caboclo que, na sua frente e a seu mando, se sentavam juntos.

— Minha senhora, não tenho tempo...

— Como não tem tempo? O Felicianinho consentiria — não é Felicianinho?

Campossolo fazia solenemente:

— Como não, estou sempre disposto a auxiliar a progressividade dos colegas.

Simplício, à esquerda de d. Sebastiana, olhava distraído para a fruteira e nada dizia. Guaicuru, que não queria dizer que a verdadeira razão estava em não ser a tal faculdade “reconhecida”, negaceava:

— Os colegas podiam reclamar.

D. Sebastiana acudia com vivacidade:

— Qual o quê! O senhor reclamava sr. Simplício?

Ao ouvir o seu nome, o pobre rapaz tirava os olhos da fruteira e perguntava com espanto:

— O quê, d. Sebastiana?

— O senhor reclamaria se Felicianinho consentisse que o Guaicuru saísse, para ir advogar?

— Não.

E voltava a olhar a fruteira, encontrando-se rapidamente com os olhos de topázio de Mariazinha. Campossolo continuava a comer e d. Sebastiana

insistia:

— Eu, se fosse o senhor, ia advogar.

— Não posso. Não é só a repartição que me toma o tempo. Trabalho em um livro de grandes proporções.

Todos se espantaram. Mariazinha olhou Guaicuru; d. Sebastiana levantou mais a cabeça com *pince-nez* e tudo; Simplício que, agora, contemplava esse quadro célebre nas salas burguesas, representando uma ave, dependurada pelas pernas e fazendo *pendant* com a ceia do Senhor — Simplício, dizia, cravou resolutamente o olhar sobre o colega, e Campossolo perguntou:

— Sobre o que trata?

— Direito administrativo brasileiro.

Campossolo observou:

— Deve ser uma obra de peso.

— Espero.

Simplício continuava espantado, quase estúpido a olhar Guaicuru. Percebendo isto, o mato-grossense apressou-se:

— Você vai ver o plano. Quer ouvi-lo?

Todos, menos Mariazinha, responderam, quase a um tempo só:

— Quero.

O bacharel de Goiás endireitou o busto curto na cadeira e começou:

— Vou entroncar o nosso Direito administrativo no antigo Direito administrativo português. Há muita gente que pensa que no antigo regime não havia um Direito administrativo. Havia. Vou estudar o mecanismo do Estado nessa época, no que toca a Portugal. Vou ver as funções dos ministros e dos seus subordinados, por intermédio de letra morta dos alvarás, portarias, cartas régias e mostrarei então como a engrenagem do Estado funcionava; depois, verei como esse curioso Direito público se transformou, ao influxo de concepções liberais; e, como ele transportado para aqui com d. João VI, se adaptou ao nosso meio, modificando-se aqui ainda, sob o influxo das ideias da Revolução.

Simplício, ouvindo-o falar assim dizia com os seus botões: “Quem teria ensinado isto a ele?”

Guaicuru, porém, continuava:

— Não será uma seca enumeração de datas e de transcrição de alvarás, portarias etc. Será uma coisa inédita. Será coisa viva.

Por aí parou e Campossolo com toda a gravidade disse:

— Vai ser uma obra de peso.

— Já tenho editor!

— Quem é? — perguntou o Simplício.

— É o Jacinto. Você sabe que vou lá todo o dia, procurar livros a respeito.

— Sei; é a livraria dos advogados — disse Simplício sem querer sorrir.

— Quando pretende publicar a sua obra, doutor? — perguntou d. Sebastiana.

— Queria publicar antes do Natal, porque as promoções serão feitas antes do Natal, mas...

— Então há mesmo promoções antes do Natal, Felicianinho?

O marido respondeu:

— Creio que sim. O gabinete já pediu as propostas e eu já dei as minhas ao diretor.

— Devias ter-me dito — ralhou-lhe a mulher.

— Essas coisas não se dizem às nossas mulheres; são segredos de Estado, sentenciou Campossolo.

O jantar foi acabando triste, com essa história de promoções para o Natal.

D. Sebastiana quis ainda animar a conversa, dirigindo-se ao marido:

— Não queria que me disseses os nomes, mas pode acontecer que seja o promovido o dr. Fortunato ou... o “seu” Simplício, e eu estaria prevenida para uma “festinha”.

Foi pior. A tristeza tornou-se mais densa e quase calados tomaram café.

Levantaram-se todos com o semblante anuviado, exceto a boa Mariazinha, que procurava dar corda à conversa. Na sala de visitas, Simplício ainda pôde olhar mais duas vezes furtivamente os olhos topazinhos de Mariazinha, que tinha um sossegado sorriso a banhar-lhe a face toda; e se foi. O colega Fortunato ficou, mas tudo estava tão morno e triste que, em breve, se foi também Guaicuru.

No bonde, Simplício pensava unicamente em duas coisas: no Natal próximo e no “Direito” de Guaicuru. Quando pensava nesta, perguntava de si para si: “Quem lhe ensinou aquilo tudo? Guaicuru é absolutamente ignorante”. Quando pensava naquilo, implorava: “Ah! Se Nosso Senhor Jesus Cristo quisesse...”

Vieram afinal as promoções. Simplício foi promovido porque era muito mais antigo na classe que Guaicuru. O ministro não atendera a pistolões nem a títulos de Goiás.

Ninguém foi preterido; mas Guaicuru, que tinha em gestação a obra de um outro, ficou furioso sem nada dizer.

D. Sebastiana deu uma consoada à moda do Norte. Na hora da ceia, Guaicuru, como de hábito, ia sentar-se ao lado de Mariazinha, quando d. Sebastiana, com *pince-nez* e cabeça, tudo muito bem erguido, chamou-o:

— Sente-se aqui a meu lado, doutor, aí vai sentar-se o “seu” Simplício.

Casaram-se dentro de um ano; e, até hoje, depois de um lustro de casados ainda teimam.

Ele diz:

— Foi Nosso Senhor Jesus Cristo que nos casou.

Ela obtempera:

— Foi a promoção.

Fosse uma coisa ou outra, ou ambas, o certo é que se casaram. É um fato. A obra de Guaicuru, porém, é que até hoje não saiu...

Careta, Rio, 24-12-1921.

FOI BUSCAR LÁ...

A sua aparição nos lugares do Rio onde se faz reputação, boa ou má, foi súbita.

Veio do Norte, logo com a carta de bacharel, com solene pasta de couro da Rússia, fecho e monograma de prata, chapéu de sol e bengala de castão de ouro, enfim, com todos os apetrechos de um grande advogado e de um sábio jurisconsulto. Não se podia dizer que fosse mulato; mas também não se podia dizer que fosse branco. Era indeciso. O que havia nele de notável era o seu olhar vulpino, que pedia escuridão para brilhar com força; mas que, à luz, era esquivo e de mirada erradia.

Aparecia sempre em roda de advogados, mais ou menos célebres, cheio de *morgue*, tomando refrescos, chopes, mas pouco se demorando nos botequins e confeitarias. Parecia escolher com grande escrúpulo as suas relações. Nunca se o viu com qualquer tipo aboemiado ou malvestido. Todos os seus companheiros eram sempre gente limpa e de vestuário tratado. Além do convívio das notabilidades do *bureau* carioca, o dr. Felismino Praxedes Itapiru da Silva apreciava também a companhia de repórteres e redatores de jornais, mas desses sérios, que não se metem em farras, nem em pândegas baratas.

Aos poucos, começou a surgir seu nome, subscrevendo artigos nos jornais diários; até, no *Jornal do Commercio*, foi publicado um, com quatro colunas, tratando das “Indenizações por prejuízos resultantes de acidentes na navegação aérea”.

As citações de textos de leis, de praxistas, de comentadores de toda a espécie, eram múltiplas, ocupavam, em suma, dois terços do artigo; mas o artigo era assinado por ele: dr. Felismino Praxedes Itapiru da Silva.

Quando passava solene, dançando a cabeça como cavalo de *coupé* de casamento rico, sobraçando a rica pasta rabulesca, atirando a bengala para adiante, muito para adiante, sem olhar para os lados, havia quem o invejasse, na rua do Ouvidor ou na avenida, e dissesse:

— Este Praxedes é um “águia”! Chegou noutro dia do Norte e já está ganhando rios de dinheiro na advocacia! Esses nortistas...

Não havia nenhuma verdade nisso. Apesar de ter carta de bacharel pela Bahia ou por Pernambuco; apesar do ouro da bengala e da prata da pasta; apesar de ter escritório na rua do Rosário, a sua advocacia ainda era muito

“mambembe”. Pouco fazia, e todo aquele espetáculo de fraques, hotéis caros, táxis, *cocktails* etc. era custeado por algum dinheiro que trouxera do Norte e pelo que obtivera aqui, por certos meios de que ele tinha o segredo. Semeava, para colher mais tarde.

Chegara com o firme propósito de conquistar o Rio de Janeiro, fosse como fosse. Praxedes era teimoso e, até, tinha a cabeça quadrada e a testa curta dos teimosos; mas não havia na sua fisionomia mobilidade, variedade de expressões, uma certa irradiação, enfim, tudo o que denuncia inteligência.

Muito pouco se sabia dos seus antecedentes. Vagamente se dizia que Praxedes fora sargento de um regimento policial de um estado do Norte; e cursara como sargento a faculdade de Direito respectiva, formando-se afinal. Acabado o curso, deu um desfalque na caixa do batalhão com a cumplicidade de alguns oficiais, entre os quais, alguns eram esteios do situacionismo local. Por único castigo, tivera baixa do serviço, enquanto os oficiais lá continuaram. Escusado é dizer que os “dinheiros” com que se lançava no Rio vinham em grande parte das “economias lícitas do batalhão tal da Força Policial do Estado ***”.

Eloquente a seu modo, com voz cantante, embora um tanto nasalada, senhor de imagens suas e, sobretudo, de alheias, tendo armazenado uma porção de pensamentos e opiniões de sábios e filósofos de todas as classes, Praxedes conseguia mascarar a miséria de sua inteligência e a sua falta de verdadeira cultura, conversando como se discursasse, encadeando aforismas e foguetões de retórica.

Só o fazia, porém, entre os colegas e repórteres bem-comportados. Nada de boêmios, poetas e notívagos, na sua roda!

Advogava unicamente no cível e no comercial. “Isto de ‘crime’, dizia ele com asco, “só para rábulas.”

Pronunciava “rábulas” quase cusbindo, porque devem ter reparado que os mais vaidosos com os títulos escolares são os burros e os de baixa extração que os possuem.

Para estes, ter um pergaminho, como eles pretensiosamente chamam o diploma, é ficar acima e diferente dos que o não têm, ganhar uma natureza especial e superior aos demais, transformar-se até de alma.

Quando fui empregado da Secretaria da Guerra, havia numa repartição militar, que me ficava perto, um sargento amanuense com um defeito numa vista, que não cessava de aborrecer-me com as suas sabenças e literatices.

Formou-se numa faculdade de Direito por aí e, sem quê nem por quê, deixou de me cumprimentar.

São sempre assim...

Praxedes Itapiru da Silva, ex-praça de pré de uma polícia provinciana, tinha em grande conta, como coisa inacessível, aquele banalíssimo trambolho de uma vulgar carta de bacharel; e, por isso, dava-se à importância de sumidade em qualquer departamento do pensamento humano e desprezava soberbamente os rábulas e, em geral, os não formados.

Mas, contava eu, o impávido bacharel nortista tinha um grande desdém pela advocacia criminal; à vista disso, certo dia, todos os seus íntimos se surpreenderam quando ele lhes comunicou que ia defender um dado criminoso, no júri.

Era um réu de crime hediondo, cujo crime deve estar ainda na lembrança de todos. Lá, pelas bandas de Inhaúma, num lugar chamado Timbó, vivia num “sítio” isolado, quase só, um velho professor jubilado da Escola Militar, muito conhecido pelo seu gênio estranhamente concentrado e sombrio. Não se lhe conheciam parentes; e isto, há mais de quarenta anos. Jubilara-se e metera-se naquele ermo recanto do nosso município, deixando mesmo de frequentar o seu divertimento predileto, por deficiência de condução. Consistia este no café-concerto, onde houvesse anafadas mulheres estrangeiras e saracoteios de raparigas no palco. Era um esquisitão, o dr. Campos Bandeira, como se chamava ele. Vestia-se como ninguém se vestiu e se vestirá: calças brancas, em geral; colete e sobrecasaca curta, ambos de alpaca; chapéu mole, partido ao centro; botins inteiriços de pelica; e sempre com chapéu de chuva de cabo de volta. Era amulatado, com traços indiáticos e tinha um lábio inferior muito fora do plano do superior. Pintava e, por sinal, muito mal, os cabelos e a barba; e um pequeno *pince-nez*, sem aros, de vidros azulados, acabava-lhe a fisionomia original.

Todos o sabiam homem de preparo e de espírito; tudo estudava e tudo conhecia. Dele contavam-se muitas anedotas saborosas. Sem amigos, sem parentes, sem família, sem amantes, era, como examinador, de uma severidade inexorável. Não cedia a empenhos de espécie alguma, viessem donde viessem. Era o terror dos estudantes. Não havia quem pudesse explicar o estranho modo de vida que levava, não havia quem atinasse com a causa oculta que o determinava. Que desgosto, que mágoa o fizera assim? Ninguém sabia.

Econômico, lecionando, e muito particularmente, devia possuir um pecúlio razoável. Os rapazes calculavam em cento e tantos contos.

Se era tido como estranho, ratão original, mais estranho, mais ratão, mais original pareceu ele a todos, quando se foi estabelecer, depois de jubilado, naquele cafundó do Rio de Janeiro:

— Que maluco! — diziam.

Mas o dr. Campos Bandeira (ele não o era, mas assim o tratavam), por não os ter, não ouviu amigos e meteu-se no Timbó. Hoje, há lá uma magnífica estrada de rodagem, que a prefeitura em dias de lucidez construiu; mas, naquele tempo, era um atoleiro. A maioria dos cariocas não conhece essa obra útil da nossa municipalidade; pois olhem: se fosse em São Paulo, já os jornais e revistas daqui teriam publicado fotografias, com artigos estirados, falando da energia paulista, dos bandeirantes, de José Bonifácio e da valorização do café.

O dr. Campos Bandeira, apesar da péssima estrada que lá havia, por aquela época, e vinha trazê-lo ao ponto dos bondes de Inhaúma, lá se estabeleceu, entregando-se de corpo e alma aos seus trabalhos de química agrícola.

Tinha quatro trabalhadores para a roça e tratamento de animais; e, para o interior de casa, só tinha um serviçal. Era um pobre-diabo de bagaço humano, espremido pelo desânimo e pelo álcool, que acudia, nas vendas dos arredores, pelo apelido de “Casaca”, por andar sempre com um fraque rabudo.

O velho professor o tinha em casa mais por consideração do que por qualquer outro motivo. Quase não fazia nada. Bastava-lhe possuir alguns níqueis, para que não voltasse a casa a fim de procurar serviço. Deixava-se ficar pelas bodegas. Pela manhã, mal varria a casa, fazia o café e moscava-se. Só quando a fome apertava aparecia.

Campos Bandeira, que fora tido, durante quarenta anos, por frio, indiferente, indolor, egoísta e até mau, tinha, entretanto, por aquele naufrago da vida ternuras de mãe e perdões de pai.

Uma manhã, “Casaca” despertou e, não vendo o seu amo de pé, foi até os seus aposentos receber ordens. Topou-o na sala principal, amarrado e amordaçado. As gavetas estavam revolvidas, embora os móveis estivessem nos seus lugares. “Casaca” chamou por socorro; vieram os vizinhos e desembaraçando o professor da mordaça, verificaram que ele ainda não estava morto. Fricções e todo o remédio que lhes veio à mente empregaram, até tapas e socos. O dr. Campos Bandeira salvou-se, mas estava louco e quase sem fala, tal a impressão de terror que recebeu. A polícia pesquisou e verificou que houvera roubo de dinheiro, e grosso, graças a um caderno de notas do velho professor. Todos os indícios eram contra o “Casaca”. O pobre-diabo negou.

Bebera, naquela tarde, até os botequins fecharam-se, por toda a parte, nas proximidades. Recolhera-se completamente embriagado e não se lembrava se tinha fechado a porta da cozinha, que amanhecera aberta. Dormira e, daí em diante, não se lembrava de ter ouvido ou visto qualquer coisa.

Mas... tamancos do pobre-diabo foram encontrados no local do crime; a corda, com que atacaram a vítima, era dele; a camisa, com que fizeram a mordada, era dele.

Ainda mais, ele dissera a “seu” Antônio “do botequim” que, em breve, havia de ficar rico, para beber na casa dele, Antônio, uma pipa de cachaça, já que ele recusava fiar-lhe um “calisto”. Foi pronunciado e compareceu a júri. Durante o tempo do processo, o dr. Campos Bandeira ia melhorando. Recuperou a fala e, ao fim de um ano, estava são. Tudo isto se passou no silêncio tumular do manicômio.

Chegou o dia do Júri. “Casaca” era o réu que o advogado Praxedes ia defender, quebrando o seu juramento de não advogar no “crime”. A sala encheu-se para ouvi-lo.

O pobre “casaca”, sem pai, sem mãe, sem amigos, sem irmãos, sem parati, olhava tudo aquilo com o olhar estúpido de animal doméstico num salão de pinturas. De quando em quando, chorava. O promotor falou.

O dr. Felismino Praxedes Itapiru da Silva ia começar a sua estupenda defesa, quando um dos circunstantes, dirigindo-se ao presidente do Tribunal, disse com voz firme:

— Senhor juiz, quem me quis matar e me roubou, não foi este pobre homem que aí está, no banco dos réus; foi o seu eloquente e elegante advogado.

Houve sussurro; o juiz admoestou a assistência, o popular continuou:

— Eu sou o professor Campos Bandeira. Esse tal advogado, logo que chegou do Norte, procurou-me, dizendo-se meu sobrinho, filho de uma irmã, a quem não vejo desde quarenta anos. Pediu-me proteção e eu lhe pedi provas. Nunca mas deu, senão alusões a coisas domésticas, cuja veracidade não posso verificar. Vão já tantos anos que me separei dos meus... Sempre que ia receber a minha jubilação, ele me escorava nas proximidades do quartel-general e me pedia dinheiro. Certa vez, dei-lhe quinhentos mil-réis. Na noite do crime, à noitinha, apareceu-me, em casa, disfarçado em trajes de trabalhador, ameaçou-me com um punhal, amarrou-me, amordaçou-me. Queria que eu fizesse testamento em favor dele. Não o fiz; mas escapou de matar-me. O resto é sabido. O “Casaca” é inocente.

O final não se fez esperar; e, por pouco, o “Casaca” toma a si a causa do seu ex-patrono.

Quando este saía, entre dois agentes, em direitura à chefatura de polícia, um velho meirinho, disse bem alto:

— E dizer-se que este moço era um “poço de virtudes”!

América Brasileira, Rio, maio 1922.

UM QUE VENDEU A SUA ALMA

A anedota que lhe vou contar, tem alguma coisa de fantástica e pareceria que, como homem de meu tempo, eu não devia dar-lhe crédito algum. Entra nela o Diabo e toda a gente de certo desenvolvimento mental está quase sempre disposta a acreditar em Deus, mas raramente no Diabo.

Não sei se acredito em Deus, não sei se acredito no Diabo, porque não tenho as minhas crenças muito firmes.

Desde que perdi a fé no meu Lacroix; desde que me convenci da existência de muitas geometrias a se contradizerem nas suas definições e teoremas mais vulgares; desde então deixei que a certeza ficasse com os antropologistas, etnólogos, florianistas, sociólogos e outros tolos de igual jaez.

A horrível mania de certeza de que fala Renan, já a tive; hoje, porém, não. De modo que posso bem à vontade contar-lhes uma anedota em que entra o Diabo.

Se os senhores quiserem, acreditem; eu, cá por mim, se não acredito, não nego também.

Narrou-me o amigo:

— Certo dia, uma manhã, estava eu muito aborrecido a pensar na minha vida. O meu aborrecimento era mortal. Um tédio imenso invadia-me. Sentia-me vazio. Diante do espetáculo do mundo, eu não reagia. Sentia-me como um toco de pau, como qualquer coisa de inerte.

Os desgostos da minha vida, os meus excessos, as minhas decepções, me haviam levado a um estado de desespero, de aborrecimento, de tédio, para o qual, em vão, procurava remédio. A morte não me servia. Se era verdade que a vida não me agradava, a morte não me atraía. Eu queria outra vida. Você se lembra do Bossuet, quando falou por ocasião de *Mlle.* de La Vallière tomar o véu?

Respondi:

— Lembro-me.

— Pois sentia aquilo que ele disse e censurou: queria outra vida. E então só me daria muito dinheiro. Queria andar, queria viajar, queria experimentar se as belezas que o tempo e o sofrimento dos homens acumularam sobre a terra, despertavam em mim a emoção necessária para a existência, o sabor de viver. Mas dinheiro! — como arranjar? Pensei meios e modos: furtos, assassinatos,

estelionatos — sonhei-me Raskólnikov ou coisa parecida. Jeito, porém, não havia e a energia não me sobrava. Pensei então no Diabo. Se ele quisesse comprar-me a alma? Havia tanta história popular que contava pactos com ele que eu, homem cético e ultramoderno, apelei para o Diabo, e sinceramente!

Nisto bateram-me à porta.

— Abri.

— Quem era?

— O Diabo.

— Como o conheceste?

— Espera. Era um cavalheiro como qualquer, sem barbichas, sem chavelhos, sem nenhum atributo diabólico. Entrou como um velho conhecimento e tive a impressão de que conhecia muito o visitante. Sem cerimônia sentou-se e foi perguntando: “Que diabo de *spleen* é esse?” Retorqui: “A palavra vai bem mas falta-me o milhão.” Disse-lhe isso sem reflexão, e ele, sem se espantar, deu umas voltas pela minha sala e olhou um retrato.

Indagou: “É tua noiva?” Acudi: “Não. É um retrato que encontrei na rua. Simpatizei e...” “Queres vê-la já?” perguntou-me o homem. “Quero”, respondi. E logo, entre nós dois sentou-se a mulher do retrato. Estivemos conversando e adquiri certeza de que estava falando com o Diabo. A mulher foi-se e logo o Diabo inquiriu: “Que querias de mim?”

“Vender-te minha alma”, disse-lhe eu.

E o diálogo continuou assim:

Diabo — Quanto queres por ela?

Eu — Quinhentos contos.

Diabo — Não queres pouco.

Eu — Achas caro?

Diabo — Certamente.

Eu — Aceito mesmo a coisa por trezentos.

Diabo — Ora! Ora!

Eu — Então, quanto dás?

Diabo — Filho, não te faço preço. Hoje, recebo tanta alma de graça que não me vale a pena comprá-las.

Eu — Então não dás nada?

Diabo — Homem! Para falar-te com franqueza, simpatizo muito contigo, por isso vou dar-te alguma coisa.

Eu — Quanto?

Diabo — Queres vinte mil-réis?

E logo perguntei ao meu amigo:

— Aceitaste?

O meu amigo esteve um instante suspenso, afinal respondeu:

— Eu... Eu aceitei.

A Primavera, Rio, julho 1913.

CARTA DE UM DEFUNTO RICO

“Meus caros amigos e parentes. Cá estou no carneiro nº 7..., da 3ª quadra, à direita, como vocês devem saber, porque me puseram nele. Este Cemitério de São João Batista da Lagoa não é dos piores. Para os vivos, é grande e solene, com o seu severo fundo de escuro e padraсто granítico. A escassa verdura verde-negra das montanhas de roda não diminui em nada a imponência da antiguidade da rocha dominante nelas. Há certa grandeza melancólica nisto tudo; mora neste pequeno vale uma tristeza teimosa que nem o sol glorioso espanta... Tenho, apesar do que se possa supor em contrário, uma grande satisfação; não estou mais preso ao meu corpo. Ele está no aludido buraco, unicamente a fim de que vocês tenham um marco, um sinal palpável para as suas recordações; mas anda em toda a parte.

Consegui afinal, como desejava o poeta, elevar-me bem longe dos miasmas mórbidos, purificar-me no ar superior — e bebo, como um puro e divino licor, o fogo claro que enche os límpidos espaços.

Não tenho as dificultosas tarefas que, por aí, pela superfície da terra, atazanam a inteligência de tanta gente.

Não me preocupa, por exemplo, saber se devo ir receber o poderoso imperador do Beluchistã com ou sem colarinho; não consulto autoridades constitucionais para autorizar minha mulher a oferecer ou não lugares do seu automóvel a príncipes herdeiros — coisa, aliás, que é sempre agradável às senhoras de uma democracia; não sou obrigado, para obter um título nobiliárquico, de uma problemática monarquia, a andar pelos adelos, catando suspeitas bugigangas e pedir a literatos das antessalas palacianas, que as proclamem raridades de beleza, a fim de encherem salões de casas de bailes e emocionarem os ingênuos com recordações de um passado que não devia ser avivado.

Afirmando isso, tenho que dizer as razões. Em primeiro lugar, tais bugigangas não têm, por si, em geral, beleza alguma; e, se a tiveram, era emprestada pelas almas dos que se serviram delas. Semelhante beleza só pode ser sentida pelos descendentes dos seus primitivos donos.

Demais, elas perdem todo o interesse, todo o seu valor, tudo o que nelas possa haver de emocional, desde que percam a sua utilidade e desde que sejam retiradas dos seus lugares próprios. Há senhoras belas, no seu interior, com os

seus móveis e as costuras; mas que não o são na rua, nas salas de baile e de teatro. O homem e as suas criações precisam, para refulgir, do seu ambiente próprio, penetrado, saturado das dores, dos anseios, das alegrias de sua alma; é com as emanções de sua vitalidade, é com as vibrações misteriosas de sua existência que as coisas se enchem de beleza.

É o sumo de sua vida que empresta beleza às coisas mortais; é a alma do personagem que faz a grandeza do drama, não são os versos, as metáforas, a linguagem em si etc. etc. Estando ela ausente, por incapacidade do autor, o drama não vale nada.

Por isso, sinto-me bem contente de não ser obrigado a caçar, nos belchiores e cafundós domésticos, bugigangas, para agradar futuros e problemáticos imperantes, porque teria que dar a elas alma, tentativa em projeto que, além de inatingível, é supremamente sacrílego.

De resto, para ser completa essa reconstrução do passado ou essa visão dele, não se podia prescindir de certos utensílios de uso secreto e discreto, nem tampouco esquecer determinados instrumentos de tortura e suplício, empregados pelas autoridades e grão-senhores no castigo dos seus escravos.

Há, no passado, muitas coisas que devem ser desprezadas e inteiramente eliminadas, com o correr do tempo, para a felicidade da espécie, a exemplo do que a digestão faz, para a do indivíduo, com certas substâncias dos alimentos que ingerimos...

Mas... estou na cova e não devo relembrar aos vivos coisas dolorosas.

Os mortos não perseguem ninguém; e só podem gozar da beatitude da superexistência aqueles que se purificam pelo arrependimento e destroem na sua alma todo o ódio, todo o despeito, todo o rancor.

Os que não conseguem isso — ai deles!

Alonguei-me nessas considerações intempestivas, quando a minha tenção era outra.

O meu propósito era dizer a vocês que o enterro esteve lindo. Eu posso dizer isto sem vaidade, porque o prazer dele, da sua magnificência, do seu luxo, não é propriamente meu, mas de vocês; e não há mal algum que um vivo tenha um naco de vaidade, mesmo quando é presidente de alguma coisa ou imortal da Academia de Letras.

Enterro e demais cerimônias fúnebres não interessam ao defunto; elas são feitas por vivos para vivos.

É uma tolice de certos senhores disporem nos seus testamentos como devem ser enterrados. Cada um enterra seu pai como pode — é uma sentença

popular, cujo ensinamento deve ser tomado no sentido mais amplo possível, dando aos sobreviventes a responsabilidade total do enterro dos seus parentes e amigos, tanto na forma como no fundo.

O meu, feito por vocês, foi de truz. O carro estava soberbamente agaloado; os cavalos bem paramentados e empenachados; as riquíssimas coroas, além de ricas, eram lindas. Do Haddock Lobo, daquele casarão que ganhei com auxílio das ordens terceiras, das leis, do câmbio e outras fatalidades econômicas e sociais que fazem pobres a maior parte dos sujeitos e a mim me fizeram rico; da porta dele até o portão de São João Batista, o meu enterro foi um deslumbramento. Não havia, na rua, quem não parasse para contemplá-lo, descobrindo-se ritualmente; não havia quem não perguntasse quem ia ali.

Triste destino meu, esse de, nos instantes do meu enterramento, toda uma população de uma vasta cidade querer saber o meu nome e dali a minutos, com a última pá de terra deitada na minha sepultura, vir a ser esquecido, até pelos meus próprios parentes.

Faço esta reflexão somente por fazer, porque, desde muito, havia encontrado, no fundo das coisas humanas, um vazio absoluto.

Essa convicção me veio com as meditações seguidas que me foram provocadas pelo fato de meu filho Carlos, com quem gastei uma fortuna em mestres, a quem formei, a quem coloquei altamente, não saber nada desta vida, até menos do que eu.

Adivinhei isto e fiquei a matutar como é que ele gozava de tanta consideração fácil e eu apenas merecia uma contrariedade? Eu, que...

Carlos, meu filho, se leres isto, dá o teu ordenado àquele pobre rapaz que te fez as sabatinas por “tuta e meia”; e contenta-te com o que herdaste do teu pai e com o que tem tua mulher! Se não fizeres... ai de ti!

Nem o Carlos nem vocês outros, espero, encontrarão nesta última observação matéria para ter queixa de mim. Eu não tenho mais amizade, nem inimizade.

Os vivos me merecem unicamente piedade; e o que me deu esta situação deliciosa em que estou, foi ter sido, às vezes, profundamente bom. Atualmente, sou sempre...

Não seria, portanto, agora que, perto da terra, estou, entretanto, longe dela, que havia de fazer recriminações a meu filho ou tentar desmoralizá-lo. Minha missão, quando me consentem, é fazer bem e aconselhar o arrependimento.

Agradeço a vocês o cuidado que tiveram com o meu enterro; mas, seja-me permitido, caros parentes e amigos, dizer a vocês uma coisa. Tudo estava lindo e rico; mas um cuidado vocês não tiveram. Por que vocês não forneceram librés novas aos cocheiros das caleças, sobretudo ao do coche, que estava vestido de tal maneira andrajosa que causava dó?

Se vocês tiverem que fazer outro enterro, não se esqueçam de vestir bem os pobres cocheiros, com o que o defunto, caso seja como eu, ficará muito satisfeito. O brilho do cortejo será maior e vocês terão prestado uma obra de caridade.

Era o que eu tinha a dizer a vocês. Não me despeço, pelo simples motivo de que estou sempre junto de vocês. É tudo isto do

José Boaventura da Silva.

N. B. — Residência, segundo a Santa Casa: Cemitério de São João Batista da Lagoa; e, segundo a sabedoria universal, em toda a parte. — J. B. S.

Posso garantir que transladei esta carta para aqui, sem omissão de uma vírgula.

A.B.C., Rio, 22-1-1921.

A SOMBRA DO ROMARIZ

— Dizer que não trabalho mais à noite, no jornal, não é bem verdade. Licenciei-me por alguns meses, para lá não ir à noite. Quando há desses turumbambas políticos, na cidade, fujo do trabalho noturno. E faço semelhante coisa principalmente quando vejo certos nomes metidos neles.

Quem expunha isto era o tipógrafo Brandão a seu colega Barbalho que tinha observado àquele a sua ausência das oficinas do *Diário Carioca*, naqueles últimos dias.

Brandão continuou:

— Quando vejo tais nomes fico cheio de pavor, meu ânimo se estiola, não tenho coragem para nada, toda a minha personalidade é atingida de seca. Há dias, a mulher me pediu que fosse reconhecer a firma de um papel necessário a ela, a fim de receber uma pensão. Fui para a oficina de manhã, hesitei, tive medo; afinal dei uma gorjeta a um aprendiz, para ir ao tabelião.

— Então, sempre estás trabalhando de dia?

— Que fazer? Preciso de algum dinheiro para as despesas inadiáveis; mas, à noite, nunca.

— Por que isto?

— É a sombra do Romariz.

— Quem é ou quem foi esse Romariz?

— Eu te conto. Em 1890, acabava-se de proclamar a República. Isto há trinta anos. Eu tinha vinte e poucos. De dia, trabalhava na Casa Mont'Alverne; e, à noite, fazia uns bicos, na *Tribuna Liberal*. Um jornal apaixonadamente monarquista que atacava o governo provisório sem peso, nem medida. A bem dizer, não o lia ou mal o lia, porque, quando deixava a oficina da *Tribuna*, para pegar o último bonde de Vila Isabel, onde morava, ele ainda não estava impresso.

A campanha da *Tribuna* era superiormente feita e levada com rijeza, no dizer de todos. Começou-se a falar que iam empastelar a folha. O governo desmentiu, assinando que era seu ponto de honra manter a liberdade de pensamento e de imprensa.

Continuei a trabalhar com mais coragem e sossego. Vi senão quando, aí pelas oito ou nove horas, entrar pela oficina adentro o aprendiz assustado e avisando cheio de terror: “Fujam! Fujam! Lá vêm eles!”. Perguntado o que

havia, contou que descia pela rua do Ouvidor um magote de gente, fardados e outros à paisana, a gritar: “Morram os sebastianistas! Morra a *Tribuna Liberal*! Viva o marechal Deodoro!” etc. etc.

À vista da narração do pequeno, todos trataram de fugir. Em nenhuma seção do jornal ficou viva alma. Redatores, revisores, compositores, impressores — todos fugiram. Só ficou no edifício o Romariz, um pobre revisor que dormia profundamente, descansando a cabeça sobre os braços cruzados e estes sobre a mesa de trabalho.

Por mais que o sacudissem e o chamassem, não foi possível despertá-lo. O tempo urgia; e o infeliz revisor lá ficou abandonado. Ele vivia tresnoitado; trabalhava dia e noite para manter a mãe e os irmãos. Tinha um pequeno emprego na estrada de ferro, que mal lhe dava para pagar a casa em subúrbio longínquo; lançara mão do ofício de revisor de provas, para acrescentar sua renda. Saía tarde do jornal; havia poucos *trucks* naquele tempo; e, muitas vezes, só ia em casa para mudar o colarinho, comer um pouco e voltar à cidade, a fim de assinar o ponto na Central.

Como te disse, foi ele o único que ficou, devido a seu profundo sono, perfeitamente explicável como tu já viste. Os assaltantes foram entrando, quebrando balcões, máquinas, derramando as caixas de tipos no chão, enquanto outros subiam ao primeiro andar cheios de raiva que, neles, nada explicava. Topando com o Romariz dormindo, nem se deram ao trabalho de despertá-lo. Foram-no desancando de cacete e de coices de armas na cabeça e ele mesmo sem saber por quê. Vi-lhe o cadáver, estava hediondo; vi-lhe a família, que ficava na maior miséria: vi...

— E daí?

— Daí é que quando há desses turumbambas políticos, vejo a sombra do Romariz que me diz: “Não vás trabalhar à noite”.

— És espírita?

— Não; mas há muito mistério nesta nossa triste vida terrena.

Careta, Rio, 14-1-1922.

QUASE ELA DEU O “SIM”; MAS...

João Cazu era um moço suburbano, forte e saudável, mas pouco ativo e amigo do trabalho.

Vivia em casa dos tios, numa estação de subúrbios, onde tinha moradia, comida, roupa, calçado e algum dinheiro que a sua bondosa tia e madrinha lhe dava para os cigarros.

Ele, porém, não os comprava; “filava-os” dos outros. “Refundia” os níqueis que lhe dava a tia, para flores a dar às namoradas e comprar bilhetes de tômbolas, nos vários “mafuás”, mais ou menos eclesiásticos, que há por aquelas redondezas.

O conhecimento do seu hábito de “filar” cigarros aos camaradas e amigos estava tão espalhado que, mal um deles o via, logo tirava da algibeira um cigarro; e, antes de saudá-lo, dizia:

— Toma lá o cigarro, Cazu.

Vivia assim muito bem, sem ambições nem tenções. A maior parte do dia, especialmente à tarde, empregava ele, com outros companheiros, em dar loucos pontapés numa bola, tendo por arena um terreno baldio das vizinhanças da residência dele ou melhor: dos seus tios e padrinhos.

Contudo, ainda não estava satisfeito. Restava-lhe a grave preocupação de encontrar quem lhe lavasse e engomasse a roupa, remendasse as calças e outras peças do vestuário, cerzisse as meias etc. etc.

Em resumo: ele queria uma mulher, uma esposa, adaptável ao seu jeito descansado.

Tinha visto falar em sujeitos que se casam com moças ricas e não precisam trabalhar; em outros que esposam professoras e adquirem a meritória profissão de “maridos da professora”; ele, porém, não aspirava a tanto.

Apesar disso, não desanimou de descobrir uma mulher que lhe servisse convenientemente.

Continuou a jogar displicentemente o seu *football* vagabundo e a viver cheio de segurança e abundância com os seus tios e padrinhos.

Certo dia, passando pela porteira da casa de uma sua vizinha mais ou menos conhecida, ela lhe pediu:

— “Seu” Cazu, o senhor vai até à estação?

— Vou, d. Ermelinda.

— Podia me fazer um favor?

— Pois não.

— É ver se o “seu” Gustavo, da padaria Rosa de Ouro, me pode ceder duas estampilhas de seiscentos réis. Tenho que fazer um requerimento ao Tesouro, sobre coisas do meu montepio, com urgência, precisava muito.

— Não há dúvida, minha senhora.

Cazu, dizendo isto, pensava de si para si: “É um bom partido. Tem montepio, é viúva; o diabo são os filhos!” D. Ermelinda, à vista da resposta dele, disse:

— Está aqui o dinheiro.

Conquanto dissesse várias vezes que não precisava daquilo — o dinheiro —, o impenitente jogador de *football* e feliz hóspede dos tios foi embolsando os Nicolaus, por causa das dúvidas.

Fez o que tinha a fazer na estação, adquiriu as estampilhas e voltou para entregá-las à viúva.

De fato, d. Ermelinda era viúva de um contínuo ou coisa parecida de uma repartição pública. Viúva e com pouco mais de trinta anos, nada se falava da sua reputação.

Tinha uma filha e um filho que educava com grande desvelo e muito sacrifício.

Era proprietária do pequeno *chalet* onde morava, em cujo quintal havia laranjeiras e algumas outras árvores frutíferas.

Fora o seu falecido marido que o adquirira com o produto de uma “sorte” na loteria; e, se ela, com a morte do esposo, o salvara das garras de escrivães, escreventes, meirinhos, solicitadores e advogados “mambembes”, devia-o à precaução do marido que comprara a casa em nome dela.

Assim mesmo, tinha sido preciso a intervenção do seu compadre, o capitão Hermenegildo, a fim de remover os obstáculos que certos “águias” começavam a pôr, para impedir que ela entrasse em plena posse do imóvel e abocanhar-lhe afinal o seu chalezito humilde.

De volta, Cazu bateu à porta da viúva que trabalhava no interior, com cujo rendimento ela conseguia aumentar de muito o módico, senão irrisório montepio, de modo a conseguir fazer face às despesas mensais com ela e os filhos.

Percebendo a pobre viúva que era o Cazu, sem se levantar da máquina, gritou:

— Entre, “seu” Cazu.

Estava só; os filhos ainda não tinham vindo do colégio. Cazu entrou.

Após entregar as estampilhas, quis o rapaz retirar-se; mas foi obstado por Ermelinda nestes termos:

— Espere um pouco, “seu” Cazu. Vamos tomar café.

Ele aceitou e ambos se serviram da infusão da “preciosa rubiácea”, como se diz no estilo “valorização”.

A viúva, tomando o café, acompanhado com pão e manteiga, pôs-se a olhar o companheiro com certo interesse. Ele notou e fez-se amável e galante, demorando em esvaziar a xícara. A viuvinha sorria interiormente de contentamento. Cazu pensou com os seus botões: “Está aí um bom partido: casa própria, montepio, renda das costuras; e além de tudo, há de lavar-me e consertar a roupa. Se calhar, fico livre das censuras da tia...”

Essa vaga tenção ganhou mais corpo quando a viúva, olhando-lhe a camisa, perguntou:

— “Seu” Cazu, se eu lhe disser uma coisa, o senhor fica zangado?

— Ora, qual, d. Ermelinda?

— Bem. A sua camisa está rasgada no peito. O senhor traz “ela” amanhã, que eu conserto “ela”.

Cazu respondeu que era preciso lavá-la primeiro; mas a viúva prontificou-se em fazer isso também. O *player* dos pontapés, fingindo relutância no começo, aceitou afinal; e doido por isso estava ele, pois era uma “entrada”, para obter uma lavadeira em condições favoráveis.

Dito e feito: daí em diante, com jeito e manha, ele conseguiu que a viúva se fizesse a sua lavadeira bem em conta.

Cazu, após tal conquista, redobrou de atividade no *football*, abandonou os biscates e não dava um passo para obter emprego. Que é que ele queria mais? Tinha tudo...

Na redondeza, passavam como noivos; mas não eram, nem mesmo namorados declarados.

Havia entre ambos, unicamente, um “namoro de caboclo”, com o que Cazu ganhou uma lavadeira, sem nenhuma exigência monetária e cultivava-o carinhosamente.

Um belo dia, após ano e pouco de tal namoro, houve um casamento na casa dos tios do diligente jogador de *football*. Ele, à vista da cerimônia e da festa, pensou: “Por que também eu não me caso? Por que eu não peço Ermelinda em casamento? Ela aceita, por certo; e eu...”

Matutou domingo, pois o casamento tinha sido no sábado; refletiu segunda e, na terça, cheio de coragem, chegou-se à Ermelinda e pediu-a em casamento.

— É grave isto, Cazu. Olhe que sou viúva e com dois filhos!

— Tratava “eles” bem; eu juro!

— Está bem. Sexta-feira, você vem cedo, para almoçar comigo e eu dou a resposta.

Assim foi feito. Cazu chegou cedo e os dois estiveram a conversar; ela, com toda a naturalidade, e ele, cheio de ansiedade e apreensivo.

Num dado momento, Ermelinda foi até à gaveta de um móvel e tirou de lá um papel.

— Cazu — disse ela, tendo o papel na mão — você vai à venda e à quitanda e compra o que está aqui nesta “nota”. É para o almoço.

Cazu agarrou trêmulo o papelucho e pôs-se a ler o seguinte:

1 quilo de feijão	600 rs.
½ de farinha	200 rs.
½ de bacalhau	1\$200 rs.
½ de batatas	360 rs.
Cebolas	200 rs.
Alhos	100 rs.
Azeite	300 rs.
Sal	100 rs.
Vinagre	200 rs.
	3\$260 rs.

Quitanda:

Carvão	200 rs.
Couve	200 rs.
Salsa	100 rs.
Cebolinha	100 rs.
Tudo:	3\$860 rs.

Acabada a leitura, Cazu não se levantou logo da cadeira; e, com a lista na mão, a olhar de um lado a outro, parecia atordoadado, estuporado.

— Anda Cazu — fez a viúva. — Assim, demorando, o almoço fica tarde...

— É que...

— Que há?

— Não tenho dinheiro.

— Mas você não quer casar comigo? É mostrar atividade meu filho! Dê os seus passos... Vá! Um chefe de família não se atrapalha... É agir!

João Cazu, tendo a lista de gêneros na mão, ergueu-se da cadeira, saiu e não mais voltou...

Careta, Rio, 29-1-1921.

O TAL NEGÓCIO DE “PRESTAÇÕES”

O sr. José de Andrade era contramestre de uma oficina do Estado, situada nos subúrbios.

Era ele o único homem da casa, pois, do seu casamento com d. Conceição, só lhe nasceram filhas, que eram quatro: Vivi, Loló, Ceci e Lili.

Era homem morigerado, sem vícios, exemplar chefe de família, que ele governava com acerto e honestidade. Só tinha um fraco: jogar no bicho; mas, isso mesmo, não era diariamente; fazia-o de longe em longe.

Um belo dia, ganhou na centena. Adquiriu, por quinhentos mil-réis, um terreno, em Inhaúma; comprou algumas peças de uso doméstico e distribuiu cem mil-réis, igualmente, entre a mulher e as quatro filhas. D. Conceição tinha visto nas mãos do Benjamim, vendedor ambulante, por prestações, uma saia de casimira muito boa. Quis comprá-la, mas não tinha de mão a quantia que devia dar de sinal. Entretanto, agora, com aqueles vinte mil-réis, estava de posse dela.

Nem de propósito! No dia seguinte, Benjamim passa, e ela adquire a saia, dando o sinal e obrigando-se a pagar doze mil-réis, mensalmente.

Vivi também tinha visto nas mãos de Sárak uns borzeguins de cano alto, de pelica, muito bons; mas não tivera o dinheiro na ocasião, para fazer o primeiro adiantamento.

Esperou Sárak e adquiriu dois pares: um preto e outro amarelo.

Estava no dever de pagar doze mil-réis por mês, que ela esperava obter com o produto de suas costuras.

Loló, essa gostava de joias e vivia sonhando com um relógiozinho-pulseira que o Nicolau lhe quisera vender a prestações de 15 mil-réis. Avisou a sua amiga Eurídice que, quando ele lhe fosse cobrar, o mandasse falar com ela, Loló.

Assim foi feito; e, no domingo seguinte, ia ao cinema com o adorno cobiçado que logo se desarranjou.

Pagaria as prestações com o dinheiro que os bordados lhe dariam.

Ceci e Lili não eram lá muito inclinadas para esse negócio de prestações; mas o exemplo das irmãs animou-as.

Ceci tinha uma linda saia de *voile* azul-marinho, que o papai lhe dera no mês passado, quando fizera 17 anos; mas não gostava da blusa que era branca. Queria uma creme; e, justamente, o Ivã, um ambulante de prestações, que lhe

não deixava a porta, tinha uma em condições, e magnífica. Ficou com ela; e a sua contribuição era modesta: seis mil-réis mensais, quantia ínfima que o pai lhe daria certamente.

Lili, a mais moça, não tendo ainda 16 anos, parecia resistir à atração, à fascinação de obter um adorno ou uma peça de vestuário, por meio de quotas mensais.

Guardou, durante uma semana, os vinte mil-réis intactos; mas apareceu-lhe no portão, pela primeira vez, um vendedor ambulante de joias, a prestações; e ela, dando-lhe o dinheiro, que tinha reservado, fez-se dona de umas “africanas” com a promessa de pagar dez mil-réis por mês. Chama-se o ambulante José Síky.

Ela ajudava a mais velha, a Vivi, nas costuras e, por isso, lhe dava esta uma parte do que ganhava.

O mês correu e não bem para os cálculos das moças, pois Vivi adoeceu e não pudera trabalhar na “Singer”. A moléstia da mais velha refletiu-se em toda a economia da família, pois houve aumento de despesas com medicamentos, dieta etc. D. Conceição não pôde fazer economias nas compras, pois tinha que atender ao acréscimo de despesa com o aleitamento de Vivi; à segunda, Loló, tendo que cuidar da irmã, não foi permitido bordar; ao pai, devido aos dispêndios com o tratamento da mais velha, não foi dado oferecer qualquer dinheiro à sua filha de estimação, Ceci; e, finalmente, não tendo Vivi trabalhado, Lili não ganhava a gorjeta que a primogênita lhe dava.

No começo do mês seguinte, um atrás do outro, lá batiam à porta, Benjamim, Sárak, Nicolau, Ivã, José Síky, a cobrar as prestações de d. Conceição, de Vivi, de Loló, de Ceci e de Lili.

Desculpavam-se do melhor modo e os homens se foram resignadamente.

No mês que se seguiu, as coisas não correram tão bem como elas esperavam. Fizeram alguma coisa, mas insuficiente para pagar aos russos das prestações.

Não ficaram estes contentes e procuraram indagar quem era o dono da casa. José de Andrade não sabia da história de prestações e ficou espantado quando eles o procuraram, para a cobrança. No começo pensou que era só um; mas quando viu que eram cinco, e que as prestações alcançavam a respeitável soma de cinquenta e nove mil-réis, o pobre homem quase ficou louco.

Ainda quis restituir os objetos; mas as peças de vestuário estavam usadas, o relógio desarranjado e até as “africanas” precisavam de consertos no fecho.

Não houve remédio senão pagar, e, ainda hoje, quando o modesto operário encontra um homem de prestações, diz com os seus botões:

— Não sei como a polícia deixa essa gente andar solta... Só se lembra de perseguir o “bicho” que é coisa inocente.

O Malho, Rio, 10-1-1920.

O MEU CARNAVAL

— Mas foste mesmo recrutado?

— Fui; e comi fogo que não foi graça.

— Como foi a história?

— Aproximava-se o Carnaval. Como era meu costume, vim para a oficina, onde trabalhava. Eu morava em Santa Alexandrina, pelas bandas do largo do Rio Comprido.

— Ao chegar à oficina, na rua dos Inválidos, o mestre me disse: “Valentim, você hoje tem um serviço externo. Você vai até Caxambi, no Méier, para assentar as caixas-d’água de um prédio novo.” Deu-me o dinheiro das passagens e parti. Conhecia aquela zona e, a fim de poupar níqueis, desprezei o bonde e fui a pé. Passava eu por uma rua transversal à Imperial, quando fui abordado por três ou quatro tipos fardados, do mais curioso aspecto. Eram de diversas cores, formando uma escolta, cujo comandante, um cabo, era um preto. E que preto engraçado! Desengonçado, pernas compridas e arqueadas, pés espalhados — era mesmo um macaco. A farda, blusa e calça, estava toda pingada; o cinturão subira-lhe até quase ao peito... Enfim, era um verdadeiro jagodes, um “Judas”.

— Que é que eles te disseram?

— O cabo veio direito a mim e perguntou-me com toda a empáfia: “Onde é que você vai?” Disse-lhe; mas a feroz autoridade parecia ter implicado comigo, tanto que me intimou: “Você vai à presença do sr. capitão Lulu.” “Mas não fiz nada”, objetei. Ele foi inabalável e não quis atender aos meus rogos. Chorei, roguei, mas nada! Num dado momento, um dos soldados disse: “Seu cabo está com muitos luxos. Se fosse comigo, esse paisano ia já.” E fez menção de desembainhar um enorme sabre de cavalaria que tinha à cinta.

— Mas que soldados eram estes?

— Não estás vendo logo? Eram guardas nacionais.

— Percebo. Foste?

— Fui. Que remédio?

— Que te fizeram?

— Vou contar-te tim-tim por tim-tim. Levaram-me à presença do oficial. Era um mulato forte, simpático, e o seria intensamente se não fosse a sua presunção e pernosticidade. Era assim o capitão Lulu. Muito apurado no seu

uniforme, disse-me num tom imperativo: “Você é um reles desertor. É um ignóbil brasileiro que recusa servir a sua pátria.” Objetei-lhe cheio de susto: “Mas, sr. capitão, nunca fui soldado, como posso ser desertor?” O capitão Lulu não respondeu diretamente à minha interrogativa, mas perguntou-me: “Como é que você se chama?” Disse-lhe. Indagou ainda: “Onde é que você mora?” Indiquei: “Rua tal, em Santa Alexandrina”. Isto pareceu-lhe contrariar; mas nada disse. Pôs-se a escriturar num livro e, por fim, falou-me: “Encontrei os seus assentamentos. Você está há muito tempo qualificado neste batalhão — 01.723.436, regimento de cavalaria da Guarda Nacional. Apesar de reiteradas intimações, você não se tem apresentado. Está preso disciplinarmente por oito dias”. Fiquei tonto, atordoado: “Mas senhor”, fiz eu, a tremer. “Cabo”, gritou o Lulu, “cumpra as ordens. Já sabe!”

— Puseram-te na cadeia?

— Não. Revistaram-me, tiraram-me as ferramentas e o dinheiro que levava. Isto tudo na presença do marcial Lulu. Quando este viu os cobres, gritou: “Dá cá! Esses cobres vão para a caixa do regimento”. Após o quê, levaram-me para um outro compartimento, onde me fizeram despir a roupa e vestir uma calça e blusa do uniforme. Das peças que lá havia, a única blusa que me chegava tinha as divisas de cabo. Não quiseram arrancá-las e fui feito cabo de esquadra. Isto não impediu, porém, que me pusessem em serviço árduo.

— Qual foi?

— Meteram-me uma enxada na mão e fizeram-me capinar a chácara durante quase oito dias, passando fome.

— Como?

— A comida era café ralo e pão duro, pela manhã; e, às duas horas, um ensopado de mamão verde, muito malfeito, no qual encontrar uma hastilha de carne-seca era uma raridade de fazer alegria até chorar. Na sexta-feira que precedia o sábado, véspera do Carnaval, descansei. Ordenaram-me que lavasse a farda e a roupa branca, o que fiz vestindo em cima do corpo a fatiota com que fora preso. Mandaram passar a roupa lavada a ferro; e, no sábado, ordenaram-me que a envergasse e fosse à presença do comandante. Apresentei-me, fiz a continência que me haviam ensinado e esperei as ordens. O Lulu disse para o superior: “Está aí coronel, o desertor que capturei”. O comandante, recostado na cadeira, acariciou o ventre proeminente com as duas mãos e disse com sotaque italiano: “Que vai ele fare?” O capitão Lulu respondeu: “Vai ser minha ordenança, no patrulhamento do Carnaval”. O coronel ítalo-brasileiro só se limitou a dizer: “Bene!” À tarde, no sábado, Lulu, antes de sairmos,

mandou-me chamar e aconselhou-me: “Você me parece boa pessoa, disciplinada. Procede muito bem. ‘A submissão é a base do aperfeiçoamento’, disse Victor Hugo. Se sou oficial, se cheguei à posição em que estou, devo não só ao meu esforço, como também a ser obediente aos meus superiores. Você veio, acompanhou-me; porte-se bem que não terá de arrepender-se”.

— O que era esse tipo, além de guarda nacional?

— Era servente do Senado.

— Que magnata!

— Não te rias. À hora marcada, saímos, eu e Lulu, para a ronda. Deu-me cinco mil-réis, para despesas; mas não os pude gastar em uma feijoada, porque o aguerrido Lulu não me dava tempo. Andamos pelas ruas e, à noite, fomos aos clubes, onde pude beber e comer à vontade. No domingo foi a mesma coisa e já tinha ganho a intimidade de Lulu, a ponto de bebermos os nossos calistos juntos. Na segunda-feira, deu-me licença de ir até em casa; e eu que já estava ensoberbado de ser guarda nacional, fui de farda, facão e tudo! Quando cheguei ao largo do Rio Comprido, saltei para tomar alguma coisa. Topei logo com um conhecido que, surpreendido e cheio de espanto, me disse: “Valentim! Que é isso? Você pode ser ‘pegado’!” “Por quê?” “Ninguém se pode fantasiar com os trajes militares do país.” Mal tinha dito isto, quando fui preso imediatamente por um polícia que me levou à delegacia onde não me quiseram ouvir e me meteram no xadrez até Quarta-feira de Cinzas. Está em que deu a Guarda Nacional e como foi o meu Carnaval, naquele ano.

Careta, Rio, 8-1-1921.

LOURENÇO, O MAGNÍFICO

I

Quem conheceu, antes de 1914, o corretor Lourenço Caruru, hoje não o conhecerá mais.

Lembram-se todos que ele ia ali, ao Colombo, todas as tardes, tomar um ou dois *cocktails*; e, se lhe apareciam amigos, logo raspava-se para não pagar mais. Tinha horror aos filantes; hoje, ele os procura, mas aos de alta escola que aprendem com os modestos pilhérias e ditos.

Lourenço Caruru, só no ano de 1917, ganhou líquido oitocentos contos. Nos seus belos tempos dos dois *cocktails* por tarde de Colombo, Caruru era um homem morigerado que, das “francesas”, só queria o cheiro; e, se por acaso, uma delas lhe sentava à mesa, logo punha-se a tremer com medo que a carametade lhe aparecesse.

Era homem da família.

Depois dos dois *cocktails* saía a bongar frutas, *bonbons* e quejandos, para levar para os filhos e netos.

Ganhando tanto dinheiro no curto espaço de um ano, Lourenço ficou estonteado e julgou-se um príncipe magnífico.

A primeira coisa que arranjou foi uma princesa — coisa que não lhe foi difícil nos mercados do Flamengo e do Catete.

Correu a um estofador e disse-lhe:

— Preciso mobiliar um *appartement* com gosto. É para uma senhora estrangeira de fino trato.

Essa “senhora estrangeira de fino trato” começara modestamente como caixeira de botequim em Estrasburgo, passara-se para Paris com a profissão e tudo; e, daí, tentara fazer a “América do Sul”, no que foi muito feliz, como se está vendo.

O tapeceiro, depois de ouvir o homenzinho e pedir-lhe mais detalhes, disse-lhe o custo do *appartement*.

— Vinte contos.

O homenzinho indignou-se:

— Mas, então, o senhor pensa que eu sou um “pronto” por aí? Que eu sou algum funcionário público?!

— Meu caro senhor — disse-lhe o negociante —, eu fiz o orçamento médio. Havia nele todo o mobiliário para os quartos de dormir, *boudoir*, sala de visitas etc. etc. Mas se o senhor quer coisa melhor...

— Por certo! — Exclamou o corretor.

— Vou, então, organizar coisa mais requintada.

— Faça e mande a conta. A senhora virá examinar e combinar com o senhor tudo.

Dito e feito: o tapeceiro fez a mesma coisa ou pouco mais do que aquilo que ia custar-lhe vinte contos, cobrou-lhe cem, de acordo com a “madama”, que levou vinte por cento na transação.

Mas Lourenço não estava satisfeito. Queria passar como homem de gosto junto da “madama”. Queria quadros, estátuas... arte!

De vista, ele conhecia vários rapazes pintores; mas, por conhecê-los, não os julgava capazes de fazerem qualquer trabalho de préstimo.

“Então, aquele tipo que vive na porta da ‘Galeria’ pode fazer alguma coisa que preste? Qual!”

Nesse meio-tempo, desembarca um afamado pintor egípcio, Sádi Ben-Áfari, cujos méritos os jornais gabam com os mais ternos adjetivos. Lourenço, que, naquele ano de 1918, ganhara, num negócio de cereais e praça de navios, cerca de mil contos, compra-lhe a carregação toda de quadros, ainda encaixotados na alfândega.

O tal pintor da terra dos faraós mosca-se logo; e, quando Lourenço manda desencaixotar os quadros, fica admirado de só encontrar neles, apesar de ser quase uma centena, a reprodução das pirâmides e da ilha de File, à tarde, ao meio-dia e pela manhã.

“Madama”, que não tinha levado nada na transação, passa-lhe uma grande descompostura e refuga-lhe os quadros. Lourenço os distribui com os amigos, parentes e, até, leva alguns para a casa da família.

Meses depois, os jornais anunciam que o senhor Ramkjolk, de Estocolmo, ia expor uma grande coleção de mármore artísticos, dos mais célebres escultores da Suécia, no armazém de uma casa da avenida Central.

O magnífico Lourenço lê a notícia e a “madama” também.

Dias depois, resolvem ir ver os mármore suecos que fizeram o ingente sacrifício de atravessar tantos mares bravios, para nos edificar esteticamente; e os dois vão até eles, não só para receberem um *frisson* de arte superior, pois os

nervos de Lourenço não suportavam outro, como também para adquirirem alguns.

Essa última parte foi logo alvitrada por “madama”, que, a sós, já tinha examinado a exposição.

No automóvel de príncipes, vão arrulhando, ele e “madama”. Chegam, “madama” quer este, Lourenço quer aquele; e ambos querem aqueloutro.

Resultado: gastam duzentos contos em estátuas.

Lourenço, o Magnífico, sai radiante com a revelação inesperada da sua cultura artística; mas, subitamente, ao transpor a porta de saída, lembra-se de alguma coisa e volta-se de repente, para reentrar.

“Madama” assusta-se.

— Que é Lourenço?

— É preciso pôr o meu cartão em cada um daquele “calungas”.

II

Quando Lourenço Caruru, o corretor *nouveau-riche*, deu balanço dos seus lucros, em 1919, e viu que tinha ganho mais de mil contos, procurou gastar o mais que pudesse, com repercussão, porém, nos jornais e nas rodas. Vimos como ele gastou duzentos contos em mármore suecos, a que ele, pitorescamente, denominou — “calungas”. Embora fizesse outros gastos tão avultados, a sua fortuna em nada ressentiu deles, pois os ganhos em especulações da “praça” de navios, de compra e venda de cereais, de carne e, até, na declaração de guerra do Brasil à Alemanha, foram tais que cobriram todas as suas dissipações e as de “madama”, a princesa de *brasserie*, para quem montara uma luxuosa moradia.

Verificando tão extraordinários lucros, Caruru pôs-se a pensar em que devia gastar dinheiro.

Ele estava na situação daquele sujeito a quem o diabo dera uma carteira, contendo certa avultada quantia que ele devia gastar totalmente até à meia-noite. Toda manhã, ela amanhecia cheia. O sujeito supôs a coisa fácil e, durante os primeiros meses, cumpriu o pacto.

Jogava, bebia, viajava, galanteava, etc. etc.; mas vieram o enfado e o cansaço dessas coisas todas, e, numa bela noite, chega-lhe a hora fatal das doze e ele não tinha gasto todo o dinheiro da carteira.

O diabo surge-lhe e pergunta-lhe:

— Então? A tua alma é minha... Não soubeste gastar o dinheiro...

— É que... estou doente.

— Qual, doente! Qual nada! — objeta o demônio. — Se o soubesses gastar, terias escapado do inferno por toda a eternidade.

— Como?

Fazendo o bem.

Naqueles começos do ano de 1919, Lourenço, o Magnífico, estava em situação semelhante. Ele não sabia como gastar a cobreira que ganhara... Deu em mudar o estilo do mobiliário da casa; e fazia as maiores extravagâncias.

“Madama” não tinha também grande força de fantasia. No fundo, ela era uma pequeno-burguesa, de gostos simples, que fazia, como aqueles fingimentos de aventureira alto coturno, de *Lady* Hamilton de um “rasta” brasileiro, numa cidade mais ou menos cheia de selvagens, que fazia, explicava, o seu pecúlio com que, na sua segunda velhice, pois estava na primeira, ficasse a coberto de necessidades, auxiliasse os parentes e fizesse obras pias e de caridade que a levassem direitinho ao céu dos justos, apesar de tudo.

Ambos sem fantasia, não atinavam como gastar a melgueira, cujo ganho na algibeira de Caruru representava a morte, a dor, o penoso trabalho de centenas de miseráveis.

A história de mudança do mobiliário já estava cacete. Eram andorinhas pra cá; eram andorinhas pra lá. A vizinhança, no contar dos criados, já troçava. “Madama” gostava, porque sempre “refundia” o preço de venda da que se ia; mas, apesar de tal, teve medo do ridículo e parou com a coisa.

Lourenço, o Magnífico, muito menos fértil de imaginação fantasista, estava atarantado, mesmo porque, como o tal sujeito da lenda, não sabia fazer o bem.

Os seus princípios de economia e subordinação a um ganho restrito junto ao seu natural visceralmente seco tinham-no feito viver à parte da Caridade. Sempre embirrara com os mendigos:

— É uma vergonha — dizia ele — que, numa cidade como esta, um homem não possa andar, sem que não encontre dez pobres, para lhe estender a mão. Que faz a polícia? O governo não cria asilos?

Há pessoas que têm medo de defuntos; Lourenço, o Magnífico, sempre tivera ojeriza aos pobres e miseráveis. Eram-lhe como espectros...

Não sabia, portanto, como aplicar os seus desmedidos lucros; e tão enleado estava nessa atroz cogitação que até pensou em arranjar outra “madama”. Era como ele sabia gastar... Mas... teve medo. “Madama” nº 1 era

uma fera de ciúmes (ela é quem sabia de quem os tinha); e bem podia fazer uma das suas. Lourenço, o Magnífico, não quis levar o propósito avante; mas... precisava gastar dinheiro, fosse como fosse.

Uma tarde, em que ele chegara ao seu *appartement*, antes de “madama”, esta veio encontrá-lo, ao chegar ela da rua, sentado a ler jornais vespertinos. Falou-lhe “madama” com o seu português bordelengo em que ela queria, na ocasião, pôr muita meiguice:

— Sabes, Lourenço, de uma coisa?

— Que é?

— Acabo de vir de uma exposição de tapeçarias. Que coisas lindas! Dizem que foi de uma grande casa russa, cujos membros conseguiram salvar do saque dos sanguinários socialistas que tomaram conta da Rússia. Há até um autêntico gobelino; mas não foi deste que eu gostei. O que gostei mais, foi de um “Hércules e Onfale”. Queres comprá-lo?

— Quanto custa?

— Vinte contos.

— Estás doida, filha! Ainda se fosse em outra coisa; mas dar tanto dinheiro, para se pôr os pés... Nessa não vou eu!...

“Madama” pôs-se de pé e disse com todo desprezo:

— Burro! Selvagem! *Sale singe!* Pois você pensa que é um tapete qualquer? Ora, bolas! É um verdadeiro quadro que se estende na parede. Aprenda, macaquito!

— Não sabia — acudiu o corretor humildemente —, mas, se é assim, amanhã terá você o tapete.

Não só comprou esse, como mais outros; e a “madama” ganhou 18 contos de comissão.

III

Lourenço Caruru, o Magnífico, depois que a guerra e a Liga pelos Aliados lhe fizeram ganhar centenas de contos por ano, teve desejos de mostrar-se um homem fino, artista e apreciador de belas coisas.

Já temos visto como ele se mostrou conspícuo em matéria de artes plásticas e aplicadas; mas o que não contei ainda foi como ele inaugurou, com grande orgulho monetário, a sua biblioteca.

Caruru tinha por camarada um adestrado leiloeiro com quem almoçava todo dia, no *restaurant* mais caro do centro comercial e mais banal do universo, enquanto “madama” sarandava por aí, à cata de compras vultuosas em que ela ganhasse gordas comissões — meio magnífico que encontrara para passar grande parte da fortuna do “Magnífico” para as suas algibeiras.

Esse leiloeiro, o Cosme, viu bem que, até então, só havia ganho com os estupendos lucros do Caruru almoços e charutos. Era preciso ganhar mais alguma coisa.

Falou-lhe em móveis antigos, em curiosidades de mobiliário, de toda a ordem. Caruru, porém, seguindo o conselho da princesa, “madama”, só gostava de coisas novas. Esses objetos antigos, dizia ele, consoante a sabedoria da Saúde Pública, têm gérmen de várias moléstias transmissíveis e ele não ia nisso de morrer agora, quando ganhava dinheiro a rodo e tinha ao lado aquela deliciosa “madama” que o fizera ressuscitar da sepultura do lar burguês e honesto.

Cosme, entretanto, não desanimou de ganhar algum dinheiro graúdo do seu “comensal riquíssimo” de opíparos almoços.

Havia morrido um manipanso célebre do foro, dos pareceres e dos apedidos do *Jornal do Commercio*, e Cosme tinha que lhe vender a biblioteca em leilão. Era de fato preciosa, mas os livros preciosos e caros estavam virgens, até de traças.

Cosme, logo que pôs a livraria no armazém, tratou de seduzir o amigo para lhe comprar uns lotes.

— Não sabes Caruru que livros raros há na biblioteca do conselheiro Encerrabodes!

— Estrangeiros?

— Não; nacionais. Os livros nacionais, quando rareiam, são mais raros do que os estrangeiros.

— Por quê?

— Porque, aqui, não há amor aos livros, de forma que eles não são conservados de pais a netos. Ao contrário do que acontece na Europa, onde os herdeiros quase sempre guardam as relíquias, inclusive os livros, dos avós, sendo por isso fácil encontrar duplicatas, triplicatas e mais.

— Então tens verdadeiras preciosidades?

— Tenho.

— Quando é o leilão?

— Amanhã.

— Vou lá — disse Caruru com o ar de um valentão que diz para outro: “Comigo é nove e tu não tiras farinha.”

Despediram-se, e Cosme logo tratou de achar um comparsa que “picasse” os lances de Caruru.

No dia seguinte, o corretor lá estava; Cosme distraiu-o até começar o leilão.

Puseram em lotação uma obra cujo título ele não ouviu bem. Um sujeito disse:

— Dois contos de réis.

Cosme, piscando o olho para Caruru, gritou:

— Quem dá mais?

O “Magnífico” berrou:

— Dois contos e quinhentos.

O comparsa do leiloeiro berrou:

— Três contos!

O duelo continuou assim e a obra coube a Lourenço pela ninharia de nove contos. Eram as leis e decisões do Brasil, desde a Independência até um ano próximo àquele de tão memorável compra. Dessa forma, comprou muitos outros.

Quando Caruru ia saindo orgulhoso da vitória, alguém perguntou:

— O senhor deve ganhar muito dinheiro na advocacia não é?

— Absolutamente não. Ganho muito dinheiro com a guerra que os outros fazem e na qual morrem aos milhares.

Achou a resposta irônica e sentiu que tinha esmagado o idiota que pretendia debochá-lo.

Dias depois, possuía no famoso apartamento o núcleo de uma bela e luxuosa biblioteca, para a qual era perfeitamente analfabeto e que faria dormir o mais resistente a leituras soporíferas.

Careta, Rio, 5-3-1921.

FIM DE UM SONHO

Foi mesmo um sonho, mergulhado no qual vivi cerca de três meses, meu caro. Durante eles, sonhei dia e noite. De dia, então eu nada percebia com nitidez. A luz do sol, dura e crua, me era estranha, feria-me, fazia-me mal. Discernia com dificuldade as fisionomias e as coisas. Eu me havia transformado em um animal noturno muito especial que só pode viver em luz elétrica. Só, sob incidência dessa luz artificial, é que o mundo das coisas e dos entes saía, para os meus olhos, da bruma, da caligem, da hesitação de formas; fora daí, houvesse o mais radiante sol que houvesse, tudo era pastoso, turvo e mal tomavam corpo e figura as vidas e os objetos.

Erguia-me sempre tarde, porque me deitava alta madrugada. Vinha para casa em automóvel que o clube punha à minha disposição. Metia-me no quarto da pensão chique, que era hermeticamente fechado como convém a essas pensões, e arejado astuciosamente pelo rodapé e pelo teto. Dormia até às três horas, tomava banho e almoçava quando os outros iam jantar. Saía à boca da noite, fazia horas pelos botequins até ir jantar num restaurante do centro e, depois, encaminhava-me para o clube, o lindo “Incroyable-Club”, decorado luxuosamente, com um luxo e gosto nem sempre de grande aprumo, mas que a profusão de luz elétrica, derramada aos jorros, fazia suntuoso e maravilhoso que nem um palácio de Mil e uma Noites.

Nunca vira aquilo tudo; e embora, por conhecer alguma coisa de arte, detestasse as duvidosas pinturas das paredes, gostava, entretanto, das mulheres que não me pareciam ser tão artificiais assim. Em começo, fazia o meu serviço, bebendo cerveja; por fim, champanha; e, afinal, travei conhecimentos com cavalheiros amáveis. Eram todos estrangeiros e chamavam-se: Wassíli Alexandróvich Sóbonoff, engenheiro russo, de grande capacidade em coisas elétricas, emigrado de sua pátria, por causa do “Soviet”, e contratado para dirigir uma poderosa usina de produção elétrica em Mambocaba, a fim de extrair mecanicamente turfa, que abundava naquela localidade, e beneficiá-la também.

O outro era dinamarquês ou tcheco e só o conheci pelo nome de Peteo. Pretendia servir-se de um pouco da força da usina de Wassíli, para obter matérias corantes dos resíduos da turfa deste; e o terceiro era o barão de Hermeny, magiar com muitos quarteirões de nobreza, descendente de santo

Estêvão e não sei quem mais. Corria mundo enquanto não se restabelecia o trono do seu augusto e santo avô, para então retomar os seus cargos e as suas fartas rendas.

Nunca conheci cavalheiros tão amáveis e educados. Sempre corretamente vestidos, injuriados discretamente, conversavam comigo sobre todos os assuntos com conhecimento profundo de causa. Sabiam todo o movimento político do mundo e as suas previsões eram sempre seguras. Desde que os conheci, nunca mais paguei champanha nem ceias. Para estas, eles traziam variadas damas que lhes falavam numa geringonça arrevesada que mesmo não sei que língua era. Eu ficava babado diante daquelas carnaduras rijas, daqueles colos azuis que nos são pouco familiares e daqueles rostos polpudos, daquelas sobranceiras negras a poder de ingredientes, daquelas orelhas cheias de bichas e daquelas ancas... Por momentos, vendo aquelas mulheres, aquelas luminárias, aqueles tapetes, aqueles jarrões com pequenas palmeiras, esquecendo as figuras das paredes, eu me julgava um sultão ou pelo menos, um aprendiz desse ofício, mas que já podia tirar o lenço...

Um dia saí com o barão húngaro e convidei-o para tomar o “meu” automóvel. Quando ele ia entrar, chegou-se um sujeito, apresentou-lhe uma carteira e disse-lhe:

— O senhor está convidado a ir à Polícia Central.

O barão não relutou e respondeu galantemente:

— Deve ser algum engano. Vamos.

Depois, dirigindo-se a mim:

— O doutor me desculpe... As autoridades brasileiras ainda não estão bem informadas de quem sou...

— Quer ir no “meu” automóvel?

— Não; seria incomodá-lo. Vou mesmo num táxi aqui com o senhor — disse, voltando-se para o agente.

No dia seguinte, soube que o tal barão era um terrível ladrão de bancos que a polícia do Chile perseguia, por ter roubado, com grande audácia, a um de Santiago, em cerca de 150 contos. Não era húngaro, como se intitulava: era rumaico ou coisa que o valha.

Continuei, porém, no meu sonho de nada pensar de sério na vida. Quase não lia jornais; livros e revistas esperavam que lhes apontasse as páginas, em cima da mesa; não respondia às cartas ou mal as respondia, às pressas. Que mais queria? Tinha encontrado, ao mesmo tempo, os “Campos Elísios”, o “Éden”, o “Paraíso” cristão e o de Maomé. O clube de jogo juntava-me tudo isto no meu

sentir e para o meu gozo. Vivia num arrebatamento deste mundo, fora dele e das suas coisas triviais, num encantamento divino... Que delícia!

— Como acabou, meu caro? — perguntou-lhe o amigo que o ouvira calado até aí.

— Uma noite destas, fui para o serviço do *club*, como de costume, e o porteiro, logo à entrada, me avisou: “A ‘casa’ fechou doutor; a emenda do senador Sá foi avante: não há mais jogo”.

Não quis subir, pus-me na rua e acendi o último dos “havanás” que o tal engenheiro russo me havia dado, na véspera. Fumei-o com volúpia e vagar, sacudindo as cinzas com pena — as cinzas do meu sonho! Certamente, esse seria o último que fumaria na minha vida... Foi um sonho!

Careta, Rio, 21-1-1922.

EFICIÊNCIA MILITAR

(Historieta chinesa)

Li-Huang-Pô, vice-rei de Cantão, Império da China, Celeste Império, Império do Meio, nome que lhe vai a calhar, notava que o seu exército provincial não apresentava nem garbo marcial, nem tampouco, nas últimas manobras, tinha demonstrado grandes aptidões guerreiras.

Como toda a gente sabe, o vice-rei da província de Cantão, na China, tem atribuições quase soberanas. Ele governa a província como reino seu que houvesse herdado de seus pais, tendo unicamente por lei a sua vontade.

Convém não esquecer que isto se passou durante o antigo regímen chinês, na vigência do qual esse vice-rei tinha todos os poderes de monarca absoluto, obrigando-se unicamente a contribuir com um avultado tributo anual, para o erário do Filho do Céu, que vivia refestelado em Pequim, na misteriosa cidade imperial, invisível para o grosso do seu povo e cercado por dezenas de mulheres e centenas de concubinas. Bem.

Verificado esse estado miserável do seu exército, o vice-rei Li-Huang-Pô começou a meditar nos remédios que devia aplicar para levantar-lhe o moral e tirar de sua força armada maior rendimento militar. Mandou dobrar a ração de arroz e carne de cachorro, que os soldados venciam. Isto, entretanto, aumentou em muito a despesa feita com a força militar do vice-reinado; e, no intuito de fazer face a esse aumento, ele se lembrou, ou alguém lhe lembrou, o simples alvitre de duplicar os impostos que pagavam os pescadores, os fabricantes de porcelana e os carregadores de adubo humano — tipo dos mais característicos daquela babilônica cidade de Cantão.

Ao fim de alguns meses, ele tratou de verificar os resultados do remédio que havia aplicado nos seus fiéis soldados, a fim de dar-lhes garbo, entusiasmo e vigor marcial.

Determinou que se realizassem manobras gerais, na próxima primavera, por ocasião de florirem as cerejeiras, e elas tivessem lugar na planície de Chu-Wei-Hu — o que quer dizer na nossa língua: “planície dos dias felizes”. As suas ordens foram obedecidas e cerca de cinquenta mil chineses, soldados das três

armas, acamparam em Chu-Wei-Hu, debaixo de barracas de seda. Na China, seda é como metim aqui.

Comandava em chefe esse portentoso exército o general Fu-Shi-Tô que tinha começado a sua carreira militar como puxador de tílburí em Hong Kong. Fizera-se tão destro nesse mister que o governador inglês o tomara para o seu serviço exclusivo.

Este fato deu-lhe um excepcional prestígio entre os seus patrícios, porque, embora os chineses detestem os estrangeiros, em geral, sobretudo os ingleses, não deixam, entretanto, de ter um respeito temeroso por eles, de sentir o prestígio sobre-humano dos “diabos vermelhos”, como os chinsas chamam os europeus e os de raça europeia.

Deixando a famulagem do governador britânico de Hong-Kong, Fu-Shi-Tô não podia ter outro cargo, na sua própria pátria, senão o de general no exército do vice-rei de Cantão. E assim foi ele feito, mostrando-se desde logo um inovador, introduzindo melhoramentos na tropa e no material bélico, merecendo por isso ser condecorado com o dragão imperial de ouro maciço. Foi ele quem substituiu, na força armada cantonesa, os canhões de papelão pelos do Krupp; e, com isto, ganhou de comissão alguns bilhões de *taels*, que repartiu com o vice-rei. Os franceses do Canet queriam lhe dar um pouco menos, por isso ele julgou mais perfeitos os canhões do Krupp, em comparação com os do Canet. Entendia, a fundo, de artilharia, o ex-fâmulo do governador de Hong Kong.

O exército de Li-Huang-Pô estava acampado havia um mês, nas “planícies dos dias felizes”, quando ele se resolveu a ir assistir-lhe as manobras, antes de passar-lhe a revista final.

O vice-rei, acompanhado do seu séquito, do qual fazia parte o seu exímio cabeleireiro Pi-Nu, lá foi para a linda planície, esperando assistir a manobras de um verdadeiro exército germânico. Antegozava isso como uma vítima sua e, também, como constituindo o penhor de sua eternidade no lugar rendoso de quase rei da rica província de Cantão. Com um forte exército à mão, ninguém se atrevia a demiti-lo dele. Foi.

Assistiu às evoluções com curiosidade e atenção. A seu lado, Fu-Shi-Pô explicava os temas e os detalhes de respectivo desenvolvimento, com abundância e o saber de quem havia estudado *Arte da Guerra* entre os varais de um *cabriolet*.

O vice-rei, porém, não parecia satisfeito. Notava hesitações, falta de *élan* na tropa, rapidez e exatidão nas evoluções e pouca obediência ao comando em

chefe e aos comandados particulares; enfim, pouca eficiência militar naquele exército que devia ser uma ameaça à China inteira, caso quisessem retirá-lo do cômodo e rendoso lugar de vice-rei de Cantão. Comunicou isto ao general que lhe respondeu:

— É verdade o que Vossa Excelência Reverendíssima, Poderosíssima, Graciosíssima, Altíssima e Celestial diz; mas os defeitos são fáceis de remediar.

— Como? — perguntou o vice-rei.

— É simples. O uniforme atual muito se parece com o alemão; mudemo-lo para uma imitação do francês e tudo estará sanado.

Li-Huang-Pô pôs-se a pensar, recordando a sua estadia em Berlim, as festas que os grandes dignatários da corte de Potsdam lhe fizeram, o acolhimento do Kaiser e, sobretudo, os *taels* que recebeu de sociedade com o seu general Fu-Shi-Pô... Seria uma ingratidão; mas... Pensou ainda um pouco; e, por fim, num repente, disse peremptoriamente:

— Mudemos o uniforme; e já!

Careta, Rio, 9-9-1922.

O JORNALISTA

A Ranulfo Prata

A cidade de Sant'Ana dos Pescadores fora em tempos idos uma cidadezinha próspera. Situada entre o mar e a montanha que escondia vastas vargens férteis, e muito próximo do Rio, os fazendeiros das planuras transmontanas preferiam enviar os produtos de suas lavouras, através de uma garganta, transformada em estrada, para, por mar, trazê-los ao grande empório da corte. O contrário faziam com as compras que aí faziam. Dessa forma, erguida à condição de uma espécie de entreposto de uma zona até bem pouco fértil e rica, ela cresceu e tomou ares galhardos de cidade de importância. As suas festas de igreja eram grandiosas e atraíam fazendeiros e suas famílias, alguns tendo mesmo casas de recreio apalaçadas nela. O seu comércio era por isso rico com o dinheiro que os tropeiros lhe deixavam. Veio, porém, a estrada de ferro e a sua decadência foi rápida. O transporte das mercadorias de “serra-acima” se desviou dela e os seus sobrados deram em descascar como velhas árvores que vão morrer. Os mercadores ricos a abandonaram e os galpões de tropa desabaram. Entretanto, o sítio era aprazível, com as suas curtas praias alvas que foram separadas por desabamentos de grandes moles de granito da montanha verdejante do fundo do vilarejo, formando aglomerações de grossos pedregulhos.

A gente pobre, após a sua morte, deu em viver de pescarias, pois o mar aí era rumoroso e abundante de pescado de bom quilate.

Tripulando grandes canoas de voga, os seus pescadores traziam o produto de sua humilde indústria, vencendo mil dificuldades, até Sepetiba e, daí, a Santa Cruz, onde ele era embarcado em trem de ferro até o Rio de Janeiro.

Os ricos de lá, além dos fabricantes de cal de marisco, eram os taverneiros que, nessas vendas, como se sabe, vendem tudo, mesmo casemiras e arreios, e são os banqueiros. Lavradores não havia e até frutas iam do Rio de Janeiro.

As pessoas importantes eram o juiz de direito, o promotor, o escrivão, os professores públicos, o presidente da Câmara e o respectivo secretário. Este, porém, o Salomão Nabor de Azevedo, descendente dos antigos Nabores de

Azevedo de “serra-acima” e dos Breves, ricos fazendeiros, era o mais. Era o mais porque, além disto, se fizera o jornalista popular do lugar.

A ideia não fora dele, a de fundar *O Arauto*, órgão dos interesses da cidade de Sant’Ana dos Pescadores; fora do promotor. Este veio a perder o jornal, de um modo curioso. O dr. Fagundes, o tal de promotor, começou a fazer oposição ao dr. Castro, advogado no lugar e, no tempo, presidente da Câmara. Nabor não via com bons olhos aquele e, certo dia, foi ao jornal e retirou o artigo do promotor e escreveu um descabelado de elogios ao dr. Castro, porque ele tinha suas luzes, como veremos. Resultado: Nabor, o nobre Nabor, foi nomeado secretário da Câmara e o promotor perdeu a importância de melhor jornalista local, que coube, daí por diante e para sempre, a Nabor. Como já disse, este Nabor recebera luzes num colégio de padres de Vassouras ou Valença, quando os pais eram ricos. O seu saber não era lá grande; não passava de gramaticazinha portuguesa, das quatro operações e umas citações históricas que aprendera com Fagundes Varela, quando este foi hóspede de seus pais, em cuja fazenda chegara, certa vez, de tarde, numa formidável carraspana e em trajes de tropeiro, calçado de tamancos.

O poeta gostara dele e lhe dera algumas noções de letras. Lera o Macedo e os poetas do tempo, daí o seu pendor para coisas de letras e de jornalismo.

Herdou alguma coisa do pai, vendera a fazenda e viera morar em Sant’Ana, onde tinha uma casa, também pela mesma herança. Casou aí com uma moça de alguma pecúnia e vivia a fazer política e a ler os jornais da corte, que assinava. Deixou os romances e apaixonou-se por José do Patrocínio, Ferreira de Menezes, Joaquim Serra e outros jornalistas dos tempos calorosos da Abolição. Era abolicionista, porque... os seus escravos, ele os tinha vendido com a fazenda que herdara; e os poucos que tinha em casa, dizia que não os libertava, por serem da mulher.

O seu abolicionismo, com a lei de 13 de Maio, veio dar, naturalmente, algum prejuízo à esposa...

Enfim, após a República e a Abolição, foi várias vezes subdelegado e vereador de Sant’Ana. Era isto, quando o promotor Fagundes lembrou-lhe a ideia de fundar um jornal na cidade. Conhecia aquele a mania do último, por jornais, e a resposta confirmou a sua esperança:

— Boa ideia, “seu” Fagundes! A “estrela do Abraão” (assim era chamada Sant’Ana) não ter um jornal! Uma cidade como esta, pátria de tantas glórias, de tão honrosas tradições, sem essa alavanca do progresso que é a imprensa, esse fanal que guia a humanidade — não é possível!

— O diabo, o diabo... — fez Fagundes.

— Por que o diabo, Fagundes?

— E o capital?

— Entro com ele.

O trato foi feito e Nabor, descendente dos Nabores de Azevedo e dos famigerados Breves, entrou com o cobre; e Fagundes ficou com a direção intelectual do jornal. Fagundes era mais burro e, talvez, mais ignorante do que Nabor; mas este deixava-lhe a direção ostensiva porque era bacharel. O *Arauto* era semanal e saía sempre com um artiguete laudatório do diretor, à guisa de artigo de fundo, umas composições líricas, em prosa, de Nabor, aniversários, uns mofinos anúncios e os editais da Câmara Municipal. Às vezes, publicava certas composições poéticas do professor público. Eram sonetos bem quebrados e bem estúpidos, mas que eram anunciados como “trabalhos de um puro parnasiano que é esse Sebastião Barbosa, exímio educador e glória da nossa terra e da nossa raça”.

Às vezes, Nabor, o tal dos Nabores de Azevedo e dos Breves, honrados fabricantes de escravos, cortava alguma coisa de valia dos jornais do Rio e o jornalesco ficava literalmente esmagado ou inundado.

Dentro do jornal, reinava uma grande rivalidade latente entre o promotor e Nabor. Cada qual se julgava mais inteligente por decalcar ou pastichar melhor um autor em voga.

A mania de Nabor, na sua qualidade de profissional e jornalista moderno, era fazer do *O Arauto* um jornal de escândalo, de altas reportagens sensacionais, de “enquetes” com notáveis personagens da localidade, enfim, um jornal moderno; a de Fagundes era a de fazê-lo um quotidiano doutrinário, sem demasias, sem escândalos — um *Jornal do Commercio* de Sant’Ana dos Pescadores, a “Princesa” do “O Seio de Abraão”, a mais formosa enseada do Estado do Rio.

Certa vez, aquele ocupou três colunas do grande órgão (e achou pouco), com a narração do naufrágio da canoa de pescaria “Nossa Senhora do Ó”, na praia da Mabombeba. Não morrera um só tripulante.

Fagundes censurou-lhe:

— Você está gastando papel à toa!

Nabor retrucou-lhe:

— É assim que se procede no Rio com os naufrágios sensacionais. Demais: quantas colunas você gastou com o artigo sobre o direito de cavar “tariobas”, nas praias?

— É uma questão de marinhas e acrescidos; é uma questão de direito.

Assim, viviam aparentemente em paz, mas, no fundo, em guerra surda.

Com o correr dos tempos, a rivalidade chegou ao auge e Nabor fez o que fez com Fagundes. Reclamou este e o descendente dos Breves respondeu-lhe:

— Os tipos são meus; a máquina é minha; portanto, o jornal é meu.

Fagundes consultou os seus manuais e concluiu que não tinha direito à sociedade do jornal, pois não havia instrumento de direito bastante hábil para prová-la em juízo; mas, de acordo com a lei e vários jurisconsultos notáveis, podia reclamar o seu direito aos honorários de redator-chefe, à razão de 1:8:00\$000. Ele o havia sido 15 anos e quatro meses; tinha, portanto, direito a receber 324 contos, juros de mora e custas.

Quis propor a causa, mas viu que a taxa judicial ia muito além das suas posses. Abandonou o propósito; e Nabor, o tal dos Azevedos e dos Breves, um dos quais recebera a visita do imperador, numa das suas fazendas, na da Grama, ficou único dono do jornal.

Dono do grande órgão, tratou de modificar-lhe o feitio carrança que lhe imprimira o pastrana do Fagundes. Fez inquéritos com o sacristão da irmandade; atacou os abusos das autoridades da Capitania do Porto; propôs, a exemplo de Paris etc., o estabelecimento do exame das amas de leite etc. etc. Mas, nada disso deu retumbância a seu jornal. Certo dia, lendo a notícia de um grande incêndio no Rio, acudiu-lhe a ideia de que se houvesse um em Sant'Ana, podia publicar uma notícia de “escacha”, no seu jornal, e esmagar o rival — *O Baluarte* — que era dirigido pelo promotor Fagundes, o antigo companheiro e inimigo. Como havia de ser? Ali, não havia incêndios, nem mesmo casuais. Esta palavra abriu-lhe um clarão na cabeça e completou-lhe a ideia.

Resolveu pagar a alguém que atacasse fogo no palacete do dr. Gaspar, seu protetor, o melhor prédio da cidade. Mas, quem seria, se tentasse pagar a alguém? Mas... Esse alguém, se fosse descoberto, denunciá-lo-ia, por certo. Não valia a pena... Uma ideia! Ele mesmo poria fogo no sábado, na véspera de sair o seu hebdomadário — *O Arauto*. Antes escreveria a longa notícia com todos os “ff” e “rr”. Dito e feito. O palácio pegou fogo inteirinho no sábado, alta noite; e de manhã, a notícia saía bem feitinha. Fagundes, que era já juiz municipal, logo viu a criminalidade de Nabor. Arranjou-lhe uma denúncia processo e o grande jornalista Salomão Nabor de Azevedo, descendente dos Azevedos, do Rio Claro, e dos Breves, reis da escravatura, foi parar na cadeia, pela sua estupidez e vaidade.

Revista Sousa Cruz, Rio, julho, 1921.

O ÚNICO ASSASSINATO DE CAZUZA

Hildegardo Brandão, conhecido familiarmente por Cazuzza, tinha chegado aos seus cinquenta anos e poucos, desesperançado; mas não desesperado. Depois de violentas crises de desespero, rancor e despeito, diante das injustiças que tinha sofrido em todas as coisas nobres que tentara na vida, viera-lhe uma beatitude de santo e uma calma grave de quem se prepara para a morte.

Tudo tentara e em tudo mais ou menos falhara. Tentara formar-se, foi reprovado; tentara o funcionalismo, foi sempre preterido por colegas inferiores em tudo a ele, mesmo no burocracismo; fizera literatura e se, de todo, não falhou, foi devido à audácia de que se revestiu, audácia de quem “queimou os seus navios”. Assim mesmo, todas as picuinhas lhe eram feitas. Às vezes, julgavam-no inferior a certo outro, porque não tinha pasta de marroquim; outras vezes tinham-no por inferior a determinado “antologista”, porque semelhante autor havia, quando “encostado” ao consulado do Brasil, em Paris, recebido como presente do rei do Sião uma bengala de legítimo junco-da-índia. Por essas e outras, ele se aborreceu e resolveu retirar-se da liça. Com alguma renda, tendo uma pequena casa, num subúrbio afastado, afundou-se nela, aos 45 anos, para nunca mais ver o mundo, como o herói de Júlio Verne, no seu “Náutilus”. Comprou os seus últimos livros e nunca mais apareceu na rua do Ouvidor. Não se arrependeu nunca de sua independência e da sua honestidade intelectual.

Aos 53 anos, não tinha mais um parente próximo junto de si. Vivia, por assim dizer, só, tendo somente a seu lado um casal de pretos velhos, aos quais ele sustentava e dava, ainda por cima, algum dinheiro mensalmente.

A sua vida, nos dias de semana, decorria assim: pela manhã, tomava café e ia até a venda, que supria a sua casa, ler os jornais, sem deixar de servir-se, com moderação, de alguns cálices de parati, de que infelizmente abusara na mocidade. Voltava para a casa, almoçava e lia os seus livros, porque acumulara uma pequena biblioteca de mais de mil volumes. Quando se cansava, dormia. Jantava e, se fazia bom tempo, passeava a esmo pelos arredores, tão alheio e soturno que não perturbava nem um namoro que viesse a topar.

Aos domingos, porém, esse seu viver se quebrava. Ele fazia uma visita, uma única e sempre a mesma. Era também a um desalentado amigo seu. Médico, de real capacidade, nunca o quiseram reconhecer porque ele escrevia

“propositalmente” e não — “propositadamente”, “de súbito” e não — “às súbitas” etc. etc.

Tinham sido colegas de preparatórios e, muito íntimos, dispensavam-se de usar confidências mútuas. Um entendia o outro, somente pelo olhar.

Pelos domingos, como já foi dito, era costume de Hildegardo ir, logo pela manhã, após o café, à casa do amigo, que ficava próximo, ler lá os jornais e tomar parte no “ajantarado”, da família.

Naquele domingo, o Cazuza, para os íntimos, foi fazer a visita habitual a seu amigo dr. Ponciano.

Este comprava certos jornais; e Hildegardo, outros. O médico sentava-se a uma cadeira de balanço; e o seu amigo numa dessas a que chamam de bordo ou de lona. De permeio, ficava-lhes a secretária. A sala era vasta e clara e toda ela adornada de quadros anatômicos. Liam e depois conversavam. Assim fizeram, naquele domingo.

Hildegardo disse, ao fim da leitura dos quotidianos:

— Não sei como se pode viver no interior do Brasil!

— Por quê?

— Mata-se à toa por dá cá aquela palha. As paixões, mesquinhas paixões políticas, exaltam os ânimos de tal modo, que uma facção não teme eliminar o adversário e por meio do assassinato, às vezes o revestindo da forma mais cruel. O predomínio, a chefia da política local é o único fim visado nesses homicídios, quando não são questões de família, de herança, de terras e, às vezes, causas menores. Não leio os jornais que não me apavore com tais notícias. Não é aqui, nem ali; é em todo Brasil, mesmo às portas do Rio de Janeiro. É um horror! Além desses assassinatos, praticados por capangas — que nome horrível! — há os praticados pelos policiais e semelhantes nas pessoas dos adversários dos governos locais, adversários ou tidos como adversários. Basta um boquejo, para chegar uma escolta, varejar fazendas, talar plantações, arrebanhar gado, encarcerar ou surrar gente que, pelo seu trabalho, devia merecer mais respeito. Penso, de mim para mim, ao ler tais notícias, que a fortuna dessa gente que está na Câmara, no Senado, nos Ministérios, até na presidência da República se alicerça no crime, no assassinato. Que acha você?

— Aqui, a diferença não é tão grande para o interior nesse ponto. Já houve quem dissesse que, quem não mandou um mortal deste para o outro mundo, não faz carreira na política do Rio de Janeiro.

— É verdade; mas, aqui, ao menos, as naturezas delicadas se podem abster de política; mas, no interior não. Vêm as relações, os pedidos e você se alista. A

estreiteza do meio impõe isso, esse obséquio a um camarada, favor que parece insignificante. As coisas vão bem; mas, num belo dia, esse camarada, por isso ou por aquilo, rompe com o seu antigo chefe. Você, por lealdade, o segue; e eis você arriscado a levar uma estocada em uma das virilhas ou a ser assassinado a pauladas como um cão danado. E eu quis ir viver no interior! De que me livrei, santo Deus!

— Eu já tinha dito a você que esse negócio de paz na vida da roça é história. Quando cliniquei, no interior, já havia observado esse prurido, essa ostentação de valentia que os caipiras gostam de fazer e que, as mais das vezes, é causa de assassinatos estúpidos. Poderia contar a você muitos casos dessa ostentação de assassinato, que parte da gente da roça; mas não vale a pena. É coisa sem valia e só pode interessar a especialistas em estudos de criminologia.

— Penso — observou Hildegardo — que esse êxodo da população dos campos para as cidades pode ser em parte atribuído à falta de segurança que existe na roça. Um qualquer cabo de destacamento é um César naquelas paragens — que fará então um delegado ou subdelegado? É um horror!

Os dois calaram-se e, silenciosos, se puseram a fumar. Ambos pensavam numa mesma coisa: em encontrar remédio para um tão deplorável estado de coisas. Mal acabavam de fumar, Ponciano disse desalentado:

— E não há remédio.

Hildegardo secundou-o.

— Não acho nenhum.

Continuaram calados alguns instantes, Hildegardo leu ainda um jornal e, dirigindo-se ao amigo, disse:

— Deus não me castigue, mas eu temo mais matar do que morrer. Não posso compreender como esses políticos, que andam por aí, vivam satisfeitos, quando a estrada de sua ascensão é marcada por cruces. Se porventura matasse creia que eu, a que não tem deixado passar pela cabeça sonhos de Raskólnikoff, sentiria como ele: as minhas relações com a humanidade seriam de todo outras, daí em diante. Não haveria castigo que me tirasse semelhante remorso da consciência, fosse de que modo fosse perpetrado o assassinato. Que acha você?

— Eu também; mas você sabe o que dizem esses políticos que sobem às alturas com dezenas de assassinatos nas costas?

— Não.

— Que todos nos matamos.

Hildegardo sorriu e fez para o amigo com toda a serenidade:

— Estou de acordo. Já matei também.

O médico espantou-se e exclamou:

— Você, Cazuza!

— Sim, eu! — confirmou Cazuza.

— Como? Se você ainda agora mesmo...

— Eu conto a coisa a você. Tinha eu sete anos e minha mãe ainda vivia. Você sabe que, a bem dizer, não conheci minha mãe!

— Sei.

— Só me lembro dela no caixão quando meu pai, chorando, me carregou para aspergir água benta sobre o seu cadáver. Durante toda a minha vida, fez muita falta. Talvez fosse menos rebelde, menos sombrio e desconfiado, mais contente com a vida, se ela vivesse. Deixando-me ainda na primeira infância, bem cedo firmou-se o meu caráter; mas, em contrapeso, bem cedo me vieram o desgosto de viver, o retraimento, por desconfiar de todos, a capacidade de ruminar mágoas sem comunicá-las a ninguém — o que é um alívio sempre; enfim, muito antes do que era natural, chegaram-me o tédio, o cansaço da vida e uma certa misantropia.

Notando o amigo que Cazuza dizia essas palavras com emoção muito forte e os olhos úmidos, cortou-lhe a confissão dolorosa com um apelo alegre:

— Vamos, Carleto; conta o assassinato que você perpetrou.

Hildegardo ou Cazuza conteve-se e começou a narrar:

— Eu tinha sete anos e minha mãe ainda vivia. Morávamos em Paula Matos... Nunca mais subi a esse morro, depois da morte de minha mãe...

— Conte a história, homem! — fez impaciente o dr. Ponciano.

— A casa, na frente, não se erguia, em nada, da rua; mas, para o fundo, devido à diferença de nível, elevava-se um pouco, de modo que, para se ir ao quintal, a gente tinha que descer uma escada de madeira de quase duas dezenas de degraus. Um dia, descendo a escada, distraído, no momento em que punha o pé no chão do quintal, o meu pé descalço apanhou um pinto e eu o esmaguei. Subi espavorido a escada, chorando, soluçando e gritando: “Mamãe, mamãe! Matei, matei...” Os soluços me tomavam a fala e eu não podia acabar a frase. Minha mãe acudiu, perguntando: “O que é, meu filho! Quem é que você matou?” Afinal, pude dizer: “Matei um pinto, com o pé.”

E contei como o caso se havia passado. Minha mãe riu-se, deu-me um pouco de água de flor e mandou-me sentar a um canto: “Cazuza, senta-te ali, à espera da polícia.” E eu fiquei muito sossegado a um canto, estremecendo ao menor ruído que vinha da rua, pois esperava de fato a polícia. Foi esse o único

assassinato que cometi. Penso que não é da natureza daqueles que nos erguem às altas posições políticas, porque, até hoje, eu...

D. Margarida, mulher do dr. Ponciano, veio interromper-lhes a conversa, avisando-os que o “ajantarado” estava na mesa.

Revista Sousa Cruz, Rio, fevereiro, 1922.

O NÚMERO DA SEPULTURA

Que podia ela dizer, após três meses de casada, sobre o casamento?

Era bom? Era mau?

Não se animava a afirmar nem uma coisa, nem outra. Em essência, “aquilo” lhe parecia resumir-se em uma simples mudança de casa.

A que deixara não tinha mais nem menos cômodos do que a que viera habitar; não tinha mais “largueza”; mas a “nova” possuía um jardimzito minúsculo e uma pia na sala de jantar.

Era, no fim de contas, a diminuta diferença que existia entre ambas.

Passando da obediência dos pais para a do marido, o que ela sentia era o que se sente quando se muda de habitação.

No começo, há nos que se mudam, agitação, atividade; puxa-se pela ideia, a fim de adaptar os móveis à casa “nova” e, por conseguinte, eles, os seus recentes habitantes também; isso, porém, dura poucos dias.

No fim de um mês, os móveis já estão definitivamente “ancorados”, nos seus lugares, e os moradores se esquecem de que residem ali desde poucos dias.

Demais, para que ela não sentisse profunda modificação no seu viver, advinda com o casamento, havia a quase igualdade de gênios e hábitos de seu pai e seu marido.

Tanto um como outro eram corteses com ela; brandos no tratar, serenos, sem impropérios, e ambos, também, meticolosos, exatos e metódicos. Não houve, assim, abalo algum na sua transplantação de um lar para outro.

Contudo, esperava no casamento alguma coisa de inédito até ali, na sua existência de mulher: uma exuberante e contínua satisfação de viver.

Não sentiu, porém, nada disso.

O que houve de particular na sua mudança de estado foi insuficiente para lhe dar uma sensação nunca sentida da vida e do mundo. Não percebeu nenhuma novidade essencial...

Os céus cambiantes, com o rosado e dourado de arrebóis, que o casamento promete a todos, moços e moças, não os vira ela. O sentimento de inteira liberdade, com passeios, festas, teatros, visitas — tudo que se contém para as mulheres, na ideia de casamento, durou somente a primeira semana de matrimônio.

Durante ela, ao lado do marido, passeara, visitara, fora a festas e a teatros; mas assistira a todas essas coisas, sem muito se interessar por elas, sem receber grandes ou profundas emoções de surpresa, e ter sonhos fora do trivial da nossa mesquinha vida terrestre. Cansavam-na até!

No começo, sentia alguma alegria e certo contentamento; por fim, porém, veio o tédio por elas todas, a nostalgia da quietude de sua casa suburbana, onde vivia à *négligé* e podia sonhar, sem desconfiar que os outros lhe pudessem descobrir os devaneios crepusculares de sua pequenina alma de burguesinha, saudosa e enfumaçada.

Não era raro que também ocorresse saudade da casa paterna, provocada por aquelas chinfrinadas de teatros ou cinematográficas. Acudia-lhe, com indefinível sentimento, a lembrança de velhos móveis e outros pertences familiares da sua casa paterna, que a tinham visto desde menina. Era uma velha cadeira de balanço de jacarandá; era uma leiteira de louça, pintada de azul, muito antiga; era o relógio sem pêndula, octogonal, velho também; e outras bugigangas domésticas que, muito mais fortemente do que os móveis e utensílios adquiridos recentemente, se haviam gravado na sua memória.

Seu marido era um rapaz de excelentes qualidades matrimoniais, e não havia, no nebuloso estado da alma de Zilda, nenhum desgosto dele ou decepção que ele lhe tivesse causado.

Morigerado, cumpridor exato dos seus deveres, na seção de que era chefe seu pai, tinha todas as qualidades médias para ser um bom chefe de família, cumprir o dever de continuar a espécie e ser um bom diretor de secretaria ou repartição outra, de banco ou de escritório comercial.

Em compensação, não possuía nenhuma proeminência de inteligência ou de ação. Era e seria sempre uma boa peça de máquina, bem ajustada, bem polida e que, lubrificada convenientemente, não diminuiria o rendimento daquela, mas que precisava sempre do motor da iniciativa estranha, para se pôr em movimento.

Os pais de Zilda tinham aproximado os dois; a avó, a quem a moça estimava deveras, fizera as insinuações de praxe; e, vendo ela que a coisa era do gosto de todos, por curiosidade mais do que por amor ou outra coisa parecida, resolveu-se a casar com o escriturário de seu pai. Casaram-se, viviam muito bem. Entre ambos, não havia a menor rusga, a menor desinteligência que lhes toldasse a vida matrimonial; mas não existia também, como era de esperar, uma profunda e constante penetração, de um para o outro e vice-versa, de desejos, de sentimentos, de dores e alegrias.

Viviam placidamente numa tranquilidade de lagoa, cercada de altas montanhas, por entre as quais os ventos fortes não conseguiam penetrar, para encrespar-lhe as águas imotas.

A beleza do viver daquele novel casal não era ter conseguido de duas fazer uma única vontade; estava em que dois continuassem a ser cada um uma personalidade, sem que, entanto, encontrassem nunca motivo de conflito, o mais ligeiro que fosse. Uma vez, porém... Deixemos isso para mais tarde... O gênio e a educação de ambos muito contribuía para tal.

O marido, exato burocrata, era cordato, de temperamento calmo, ponderado e seco que nem uma crise ministerial. A mulher era quase passiva e tendo sido educada na disciplina ultrarregrada e esmerilhadora de seu pai, velho funcionário, obediente aos chefes, aos ministros, aos secretários destes e mais bajuladores, às leis e regulamentos, não tinha assomos nem caprichos, nem fortes vontades. Refugiava-se no sonho e, desde que não fosse multado, estava por tudo.

Os hábitos do marido eram os mais regulares e executados, sem a mínima discrepância. Erguia-se do leito muito cedo, quase ao alvorecer, antes mesmo da criada, a Genoveva, levantar-se da cama. Pondo-se de pé, ele mesmo coava o café e, logo que estava pronto, tomava uma grande xícara.

Esperando o jornal (só comprava um), ia para o pequeno jardim, varria-o, amarrava as roseiras e craveiros nos espeques, em seguida, dava milho às galinhas e pintos e tratava dos passarinhos.

Chegando o jornal, lia-o meticulosamente, organizando, para uso do dia, as suas opiniões literárias, científicas, artísticas, sociais e, também, sobre a política internacional e as guerras que havia pelo mundo.

Quanto à política interna, construía algumas, mas não as manifestava a ninguém, porque quase sempre eram contra o governo e ele precisava ser promovido.

Às nove e meia, já almoçado e vestido, despedia-se da mulher, com o clássico beijo, e lá ia tomar o trem. Assinava o ponto, de acordo com o regulamento, isto é, nunca depois das dez e meia.

Na repartição, cumpria religiosamente os seus sacratíssimos deveres de funcionário.

Sempre foi assim; mas, após o casamento, aumentou de zelo, a fim de pôr a seção do sogro que nem um brinco, em questão de rapidez e presteza no andamento e informações de papéis.

Andava pelas bancas dos colegas, pelos protocolos, quando o serviço lhe faltava e se, nessa correição, topava com expediente em atraso, não hesitava: punha-se a “desunhar”.

Acontecendo-lhe isto, ao sentar-se à mesa, para jantar, já em trajes caseiros, apressava-se em dizer à mulher:

— Arre! Trabalhei hoje, Zilda, que nem o diabo!

— Por quê?

— Ora, por quê? Aqueles meus colegas são uma pinoia...

— Que houve?

— Pois o Pantaleão não está com o protocolo dele, o da Marinha, atrasado de uma semana? Tive que o pôr em dia...

— Papai foi quem te mandou?

— Não; mas era meu dever, como genro dele, evitar que a seção que ele dirige fosse tachada de relaxada. Demais não posso ver expediente atrasado...

— Então, esse Pantaleão falta muito?

— Um horror! Desculpa-se com estar estudando Direito. Eu também estudei, quase sem faltas.

Com semelhantes notícias e outras de mexericos sobre a vida íntima, defeitos morais e vícios dos colegas, que ele relatava à mulher, Zilda ficou enfronhada no viver da diretoria em que funcionava seu marido, tanto no aspecto puramente burocrático, como nos da vida particular e familiar dos respectivos empregados.

Ela sabia que o Calçoene bebia cachaça; que o Zé Fagundes vivia amancebado com uma crioula, tendo filhos com ela, um dos quais com concurso e ia ser em breve colega do marido; que o Feliciano Brites das Novas jogava nos dados todo o dinheiro que conseguia arranjar; que a mulher do Nepomuceno era amante do general T., com auxílio do qual ele preteria todos nas promoções etc. etc.

O marido não conversava com Zilda senão essas coisas da repartição; não tinha outro assunto para palestrar com a mulher. Com as visitas e raros colegas com quem discutia, a matéria da conversação eram coisas patrióticas: as forças de terra e mar, as nossas riquezas naturais etc.

Para tais argumentos tinha predileção especial e um especial orgulho em desenvolvê-los com entusiasmo. Tudo o que era brasileiro era primeiro do mundo ou, no mínimo, da América do Sul. E — ai! — de quem o contestasse; levava uma sarabanda que resumia nesta frase clássica:

— É por isso que o Brasil não vai para adiante. O brasileiro é o maior inimigo de sua pátria.

Zilda, pequeno-burguesa, de reduzida instrução e, como todas as mulheres, de fraca curiosidade intelectual, quando o ouvia discutir assim com os amigos, enchia-se de enfado e sono; entretanto, gostava das suas alcovites sobre os lares dos colegas...

Assim ela ia repassando a sua vida de casada, que já tinha mais de três meses feitos, na qual, para quebrar-lhe a monotonia e a igualdade, só houvera um acontecimento que a agitara, a torturara, mas, em compensação, espantara por algumas horas o tédio daquele morno e plácido viver. É preciso contá-lo.

Augusto — Augusto Serpa de Castro — tal era o nome de seu marido — tinha um ar mofino e enfezado; alguma coisa de índio nos cabelos muito negros, corredios e brilhantes, e na tez acobreada. Seus olhos eram negros e grandes, com muito pouca luz, mortiços e pobres de expressão, sobretudo de alegria.

A mulher, mais moça do que ele uns cinco ou seis anos, ainda não havia completado os vinte. Era de uma grande vivacidade de fisionomia, muito móbil e vazia, embora o seu olhar castanho-claro tivesse, em geral, uma forte expressão de melancolia e sonho interior. Miúda de feições, franzina, de boa estatura e formas harmoniosas, tudo nela era a graça do caniço, a sua esbelteza, que não teme os ventos, mas que se curva à força deles com mais elegância ainda, para ciciar os queixumes contra o triste fado de sua fragilidade, esquecendo-se, porém, que é esta que o faz vitorioso.

Após o casamento, vieram residir na travessa das Saudades, na estação de

É uma pitoresca rua, afastada alguma coisa das linhas da Central, cheia de altos e baixos, dotada de uma caprichosa desigualdade de nível, tanto no sentido longitudinal como no transversal.

Povoada de árvores e bambus, de um lado e outro, correndo quase exatamente de norte para sul, as habitações do lado do nascente, em grande número, somem-se na grota que ela forma, com o seu desnivelamento; e mais se ocultam debaixo dos arvoredos em que os cipós se tecem.

Do lado do poente, porém, as casas se alteiam e, por cima das de defronte, olham em primeira mão a aurora, com os seus inexprimíveis cambiantes de cores e matizes.

Como no fim do mês anterior, naquele outro, o segundo término de mês depois do seu casamento, o bacharel Augusto, logo que recebeu os vencimentos

e conferiu as contas dos fornecedores, entregou o dinheiro necessário à mulher, para pagá-los, e também a importância do aluguel da casa.

Zilda apressou-se em fazê-lo ao carnicheiro, ao padeiro e ao vendeiro; mas, o procurador do proprietário da casa em que moravam, demorou-se um pouco. Disso, avisou o marido, em certa manhã, quando ele lhe dava uma pequena quantia para as despesas com o quitandeiro e outras miudezas caseiras. Ele deixou o importe do aluguel com ela.

Havia já quatro dias que ele se havia vencido; entretanto, o preposto do proprietário não aparecia.

Na manhã desse quarto dia, ela amanheceu alegre e, ao mesmo tempo apreensiva.

Tinha sonhado; e que sonho!

Sonhou com a avó, a quem amava profundamente e que desejara muito o seu casamento com Augusto. Morrera ela poucos meses antes de realizar-se o seu enlace com ele; mas ambos já eram noivos.

Sonhara a moça com o número da sepultura da avó — 1724; e ouvira a voz dela, da sua vovó, que lhe dizia: “Filha, joga neste número!”

O sonho impressionou-a muito; nada, porém, disse ao marido. Saído que ele foi para a repartição, determinou à criada o que tinha a fazer e procurou afastar da memória tão estranho sonho.

Não havia, entretanto, meios para conseguir isso. A recordação dele estava sempre presente ao seu pensamento, apesar de todos os seus esforços em contrário.

A pressão que lhe fazia no cérebro a lembrança do sonho pedia uma saída, uma válvula de descarga, pois já excedia a sua força de contenção. Tinha que falar, que contar, que comunicá-lo a alguém...

Fez confidência do sucedido à Genoveva. A cozinheira pensou um pouco e disse:

— Nhanhã: eu se fosse a senhora arriscava alguma coisa no “bicho”.

— Que “bicho” é?

— 24 é cabra; mas não deve jogar só por um lado. Deve cercar por todos e fazer fé na dezena, na centena, até no milhar. Um sonho destes não é por aí coisa à toa.

— Você sabe fazer a lista?

— Não, senhora. Quando jogo é o “seu” Manuel do botequim quem faz “ela”; mas a vizinha, d. Iracema, sabe bem e pode ajudar a senhora.

— Chame “ela” e diga que quero lhe falar.

Em breve chegava a vizinha e Zilda contou-lhe o acontecido.

D. Iracema refletiu um pouco e aconselhou:

— Um sonho desses, menina, não se deve desprezar. Eu, se fosse a vizinha, jogava forte.

— Mas, d. Iracema, eu só tenho os oitenta mil-réis para pagar a casa. Como há de ser?

A vizinha cautelosamente respondeu:

— Não lhe dou a tal respeito nenhum conselho. Faça o que disser o seu coração; mas um sonho desses...

Zilda, que era muito mais moça que Iracema, teve respeito pela sua experiência e sagacidade. Percebeu logo que ela era favorável a que ela jogasse. Isto estava a quarentona da vizinha, a tal d. Iracema, a dizer-lhe pelos olhos.

Refletiu ainda alguns minutos e, por fim, disse de um só hausto:

— Jogo tudo.

E acrescentou:

— Vamos fazer a lista... não é, d. Iracema?

— Como é que a senhora quer?

— Não sei bem. A Genoveva é quem sabe.

E gritou, para o interior da casa:

— Ó Genoveva! Genoveva! Venha cá, depressa!

Não tardou que a cozinheira viesse. Logo que a patroa lhe comunicou o embaraço, a humilde preta apressou-se em explicar:

— Eu disse a nhanhã que cercasse por todos os lados o grupo, jogasse na dezena, na centena e no milhar.

Zilda perguntou à d. Iracema:

— A senhora entende dessas coisas?

— Ora! Sei muito bem. Quanto quer jogar?

— Tudo! Oitenta mil-réis!

— É muito, minha filha. Por aqui não há quem aceite. Só se for no Engenho de Dentro, na casa do Halavanca, que é forte. Mas quem há de levar o jogo? A senhora tem alguém?

— A Genoveva.

A cozinheira, que ainda estava na sala, de pé, assistindo aos preparativos de tão grande ousadia doméstica, acudiu com pressa:

— Não posso ir, nhanhã. Eles me embrulham e, se a senhora ganhar, a mim eles não pagam. É preciso pessoa de mais respeito.

D. Iracema, por aí, lembrou:

— É possível que o Carlito tenha vindo já de Cascadura, onde foi ver a avó... Vai ver, Genoveva!

A rapariga foi e voltou em companhia do Carlito, filho de d. Iracema. Era um rapagão dos seus 18 anos, espadaúdo e saudável.

A lista foi feita convenientemente; e o rapaz levou-a ao “banqueiro”.

Passava de uma hora da tarde, mas ainda faltava muito para as duas. Zilda lembrou-se então do cobrador da casa. Não havia perigo. Se não tinha vindo até ali, não viria mais.

D. Iracema foi para a sua casa; Genoveva foi para a cozinha e Zilda foi repousar daqueles embates morais e alternativas cruciantes, provocados pelo passo arriscado que dera. Deitou-se já arrependida do que fizera.

Se perdesse, como havia de ser? O marido... sua cólera... as repreensões... Era uma tonta, uma doida... Quis cochilar um pouco; mas logo que fechou os olhos, lá viu o número — 1724. Tomava-se então de esperança e sossegava um pouco da sua ânsia angustiosa.

Passando, assim, da esperança ao desânimo, prelibando a satisfação de ganhar e antevendo os desgostos que sofreria, caso perdesse, Zilda, chegou até à hora do resultado, suportando os mais desconfortáveis estados de espírito e os mais hostis ao seu sossego. Chegando o tempo de saber “o que dera”, foi até à janela. De onde em onde, naquela rua esquecida e morta, passava uma pessoa qualquer. Ela tinha desejo de perguntar ao transeunte o “resultado”; mas ficava possuída de vergonha e continha-se.

Nesse ínterim, surge o Carlito a gritar:

— D. Zilda! D. Zilda! A senhora ganhou, menos no milhar e na centena.

Não deu um “ai” e ficou desmaiada no sofá da sua modesta sala de visitas.

Voltou em breve a si, graças às esfregações de vinagre de D. Iracema e de Genoveva. Carlito foi buscar o dinheiro que subia a mais de dois contos de réis. Recebeu-o e gratificou generosamente o rapaz, a mãe dele e a sua cozinheira, a Genoveva. Quando Augusto chegou, já estava inteiramente calma. Esperou que ele mudasse de roupa e viesse à sala de jantar, a fim de dizer-lhe:

— Augusto: se eu tivesse jogado o aluguel da casa no “bicho”, você ficava zangado?

— Por certo! Ficaria muito e havia de censurar você com muita veemência, pois que uma dona de casa não...

— Pois, joguei.

— Você fez isso, Zilda?

— Fiz.

— Mas quem virou a cabeça de você para fazer semelhante tolice? Você não sabe que ainda estamos pagando despesas do nosso casamento?

— Acabaremos de pagar agora mesmo.

— Como? Você ganhou?

— Ganhei. Está aqui o dinheiro.

Tirou do seio o pacote de notas e deu-o ao marido, que se tornara mudo de surpresa. Contou as pelegas muito bem, levantou-se e disse com muita sinceridade, abraçando e beijando a mulher:

— Você tem muita sorte. É o meu anjo bom.

E todo o resto da tarde, naquela casa, tudo foi alegria.

Vieram d. Iracema, o marido, o Carlito, as filhas e outros vizinhos.

Houve doces e cervejas. Todos estavam sorridentes, palradores; e o contentamento geral só não desandou em baile, porque os recém-casados não tinham piano. Augusto deitou patriotismo com o marido de Iracema.

Entretanto, por causa das dúvidas, no mês seguinte, quem fez os pagamentos domésticos foi ele próprio, Augusto em pessoa.

Revista Souza Cruz, Rio, maio 1921.

O PECADO

Quando naquele dia são Pedro despertou, despertou risonho e de bom humor. E, terminados os cuidados higiênicos da manhã, ele se foi à competente repartição celestial buscar ordens do Supremo e saber que almas chegariam na próxima leva.

Em uma mesa longa, larga e baixa, um grande livro aberto se estendia e debruçado sobre ele, todo entregue ao serviço, um guarda-livros punha em dia a escrituração das almas, de acordo com as mortes que anjos mensageiros e noticiosos traziam de toda a extensão da Terra. Da pena do empregado celeste escorriam grossas letras, e de quando em quando ele mudava a caneta para melhor talhar um outro caracter caligráfico.

Assim, páginas ia ele enchendo, enfeitadas, iluminadas nos mais preciosos tipos de letras. Havia, no emprego de cada um deles, uma certa razão de ser e entre si guardavam tão feliz disposição que encantava o ver uma página escrita do livro. O nome era escrito em bastardo, letra forte e larga; a filiação, em gótico, tinha um ar religioso, antigo; as faltas, em bastardo e as qualidades em ronde arabescado.

Ao entrar são Pedro, o escriturário do Eterno, voltou-se, saudou-o e, à reclamação da lista d'alma pelo santo, ele respondeu com algum enfado (enfado do ofício) que viesse à tarde buscá-lo.

Aí pela tardinha, ao findar a escrita, o funcionário celeste (um velho jesuíta encanecido no tráfico de açúcar da América do Sul) tirava uma lista explicativa e entregava a são Pedro, a fim deste se preparar convenientemente para receber os ex-vivos no dia seguinte.

Dessa vez, ao contrário de todo o sempre, são Pedro, antes de sair, leu de antemão a lista; e essa sua leitura foi útil, pois que se a não fizesse, talvez, dali em diante, para o resto das idades — quem sabe? —, o Céu ficasse de todo estragado. Leu são Pedro a relação: havia muitas almas, muitas mesmo, delas todas, à vista das explicações apensas, uma lhe assanhou o espanto e a estranheza. Leu novamente. Vinha assim: P. L. C., filho de..., neto de..., bisneto de... — Carregador, 48 anos. Casado. Casto. Honesto. Caridoso. Pobre de espírito. Ignaro. Bom como são Francisco de Assis. Virtuoso como são Bernardo e meigo como o próprio Cristo. É um justo.

Deveras, pensou o Santo Porteiro, é uma alma excepcional; com tão extraordinárias qualidades bem merecia assentar-se à direita do Eterno e lá ficar, *per saecula saeculorum*, gozando a glória perene de quem foi tantas vezes santo...

— E porque não ia? — deu-lhe vontade de perguntar ao seráfico burocrata.

— Não sei — retrucou-lhe este. — Você sabe — acrescentou —, sou mandado...

— Veja bem nos assentamentos. Não vá ter você se enganado. Procure — retrucou por sua vez o velho pescador canonizado.

Acompanhado de dolorosos rangidos da mesa, o guarda-livros foi folheando o enorme *Registro* até encontrar a página própria, onde, com certo esforço, achou a linha adequada e com o dedo afinal apontou o assentamento e leu alto:

— P. L. C., filho de..., neto de..., bisneto de... Carregador. 48 anos. Casado. Honesto. Caridoso. Leal. Pobre de espírito. Ignaro. Bom como são Francisco de Assis. Virtuoso como são Bernardo e meigo como o próprio Cristo. É um justo.

Depois com o dedo pela pauta horizontal e nas *Observações*, deparou qualquer coisa que o fez dizer de súbito:

— Esquecia-me... Houve engano. É! Foi bom você falar. Essa alma é a de um negro. Vai para o purgatório.

Revista Sousa Cruz, Rio, agosto 1924.

DIÁRIO ÍNTIMO

Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça; porque serão satisfeitos.

Evangelho de São Mateus. Cap. 5, v. 6.

— Pues ¿de qué suerte los piensas honrar? — preguntó el caballero.

— Con mis estudios — respondió el muchacho —, siendo famoso por ellos; porque yo he oído decir que de los hombres se hacen los obispos.

El licenciado Vidriera, Cervantes.

1900

2 de julho

*Quando comecei a escrever este,
uma “esperança” pousou.*

CAPÍTULO 1

A antipatia do largo de São Francisco fica mais acentuada nas primeiras horas da manhã dos dias de verão. O sol o cobre inteiramente e se espadana por ele todo com a violência de um flagelo. Pelo ar, a poeira forma uma película vítrea que fulgura ao olhar, e do solo, com o revérbero, sobe um bafio de forja que oprime os transeuntes. Não há por toda a praça uma nesga de sombra, e as pessoas que saltam dos bondes caminham apressadamente para a doçura amiga da rua do Ouvidor. Vão angustiadas, e oprimidas, parecendo tangidas por ocultos carrascos impiedosos. Os negros chapéus de sol dos homens e as pintalgadas sombrinhas das senhoras, ao balanço da marcha, sobem e descem como se flutuassem ao sabor das ondulações de um curso d'água. São como flores, grandes flores, nenúfares e ninfeias, estranhas e caprichosas, que recurvassem as imensas pétalas ao sol causticante das nove horas da manhã. A superfície lisa da fachada da Politécnica é o espelho, onde se refletem e concentram os raios do sol que quer o largo vazio; e o trânsito se faz para e da rua do Ouvidor, segundo dois recurvados filetes que terminam num e noutro lado daquela fachada. À violência do sol nada resiste. O granito da portaria da igreja de São Francisco parece estalar. Os tálburis em fileira ao centro da praça rebrilham como ágatas e as suas pilecas, a aquele calor, dormem resignadamente. De quando em quando, por entre a fileira dos tálburis, um rapazola atravessa e lépido sobe as escadas da Escola Politécnica. São os únicos transeuntes que se lançam pela praça corajosamente. As aulas começam às dez horas e eles vêm vindo meia hora antes, em pleno suplício. No começo do ano é bom de ver o pátio central por essa hora. Os novos e os velhos, os crônicos e os distintos, encontram-se e põem-se a esgrimir espiritualmente, procurando cada qual dizer as mais maravilhosas coisas. Alunos há que só aparecem na Escola durante o primeiro mês; depois, vão-se e só voltam pelo começo do ano seguinte, para conversar, discutir e “tregar”. “Tregar” é um dos prazeres mais estimados entre os rapazes. Guarda-se, até, a tradição dos bons “trepadores”.

— Você não conheceu o Bolsel, Costa?

- Como não? Muito!
- Que trepador, hein?
- Chi! Era feroz.

E os novatos arregalam muito os olhos e ficam em segredo desejando mais aquela glória do que os prêmios burocráticos que o regulamento promete.

“Tregar” é uma variante da maledicência nacional; mas, enquanto esta, em geral, traduza sempre uma pontinha de ódio latente, a “trepção” se faz sem razão e sem causa. É um prazer, uma ginástica intelectual, uma satisfação do espírito, unicamente exigida pelo feitio mental dos rapazes e nunca provocada por qualquer ato da vítima. “Trega-se” à toa, nos amigos, nos inimigos, nos indiferentes, nos vivos e nos mortos, em tudo e em todos.

Nos primeiros dias do ano letivo é que a trepção recrudesce. As reprovações, as decepções nos exames e, sobretudo, a inocente vaidade dos antigos, em aparecer sobre-humanos aos novos, desenvolvem o humor agressivo dos rapazes.

- Que tal o visconde, hein?

— ? ?

- Vai publicar uma nova edição da *Geodésia*...

- É certo?

— É; mas tirou aquele pedacinho “em terras como a nossa onde não há palmeiras”...

— Em compensação — indaga um outro — continuará a aconselhar que os burros não podem carregar os instrumentos de precisão, pois lhes falta delicadeza para isso?

A roda ri-se muito e um outro conta que o Santiago, o lente de Canais, não se “aperta”. Começa em Canais, continua por Cinemática, põe Geodésia, mistura Máquinas e acaba em Canais. É um gênio!

De repente, a trepção, que ia viva, descamba para a ópera italiana. A conversa se generaliza e todos se possuem de paixão. Não há que admirar: a ópera lírica é a mais alta expressão da estesia dos nossos estudantes; no meio do ano, pela quadra própria, ela os absorve completamente. Fora da ópera, mesmo na música, para a sensibilidade deles não há arte...

Há ocasiões, porém, que a conversa passa da “trepção” e do “lírico” para as questões de metafísica matemática. Toda a gente é iniciada nela. Há questões gerais que acirram as inteligências de todos; outras há, contudo, que só interessam os alunos de um dado ano e de uma certa cadeira. A questão se “du” pode ser substituído por “su” pertence à cadeira de Mecânica, mas os problemas

das geometrias agitam toda a Escola. Os paradoxais (sempre os há entre rapazes) deixam se arrastar pelo voo dourado da segunda verdade; e gostam de levar, à candura dos positivistas, dúvidas sobre a existência de uma única geometria. Discutem a questão do espaço, uma forma subjetiva da nossa intuição, independente de toda e qualquer experiência, misturam a convenção dos postulados; e, com um esforço de filosofar risível, concluem que é uma ciência apriorística, e o mundo bastante plástico para se curvar a qualquer uma e a todas que se queira inventar.

Os positivistas são inflexíveis. Contrapõem, à dialética dos metafísicos, algumas fórmulas esotéricas da doutrina, e declamam contra a anarquia mental e os sofistas antissociais. Há porém os euclidianos ortodoxos, positivistas ou não, que, por vezes, se opõem com vantagem aos paradoxais impetuosos.

Quando se contempla — iluminados pelo sol vitorioso de março, que esbraseia as telhas do edifício e vem dar, aos descorados arbustos do jardimzito do pátio, um beijo escaldante de vida —, quando se contempla aquela porção de rapazes, cujas inteligências moças ainda, no indivíduo e na raça, agitam-se tumultuariamente ao influxo da filosofia europeia, surge-nos aquela quadra espiritual da Europa pelo XII século, quando chegou às suas universidades a *Enciclopédia* de Aristóteles traduzida. As palavras com que Taine nos dá esse quadro remoto poderiam ser empregadas para descrever este contemporâneo. É com a mesma sofreguidão, é com a mesma teima sombria, é com o mesmo tropel bárbaro que aqueles moços invadem, tomam de assalto e varam as muralhas das difíceis abstrações e das fugitivas filigranas da metafísica europeia. Talvez, como no XII século, daquele trabalho encarniçado, nenhuma ideia nova se venha juntar ao patrimônio humano.

Será, quiçá, um obscuro trabalho de disciplina mental, a que a raça infante se impõe para aproveitar quando adulta.

.....

No começo desse ano, pelo meado de março, ainda funcionavam algumas mesas de exames; as aulas, contudo, já estavam abertas e seguiam o trilho do horário. Como no início dos anos anteriores, os bancos do pátio estiveram povoados até às dez horas, tempo em que a maioria retirara-se para assistir às preleções. Um grupo pequeno ficara. Conheciam já a matéria das primeiras aulas — para que ir?

Fernando Amoreira, que estava em estado de graça — como ele dizia — durante a manhã toda, continuava a expandir a sua verve. Sob o olhar desdenhoso de Osvaldo Litichart de Guimarães, rapaz do Norte, que na

prosápia contava como antecedente um general holandês do tempo da ocupação, Fernando Amoreira discorria desembaraçadamente, de pé, com a mão esquerda no bolso da calça e a direita agitando o cigarro aceso. Osvaldo quase não sorria, a roda, porém, ria-se a bom rir das coisas do Fernando. O seu temperamento singular fazia as delícias dos colegas. Nada o alterava, nem mesmo as reprovações. Ria-se sempre dos acontecimentos e imaginava uma teoria risonha para justificá-los. Ninguém como ele seguia as nuances de uma ideia, ninguém como ele buscava com tanto afincio a contradição entre duas opiniões respeitáveis; por isso, quando lhe caiu em mãos aquele sutil livro de Poincaré, *La Science et l'hypothèse*, todo ele vibrou satisfeito, ébrio de contentamento — podia duvidar também da geometria! Era um espírito livre e solto, desapegado de todas as certezas, inclusive a científica. Para nós, era uma espécie de Chamfort, de Rivarol; para outros, um palhaço com uma graça difícil e meditada. Seu prazer era conversar. Vivia a palestrar, durante o dia, nos corredores da Escola; à tarde, nos cafés.

— Hoje, tive uma ideia.

— Qual foi, Fernando?

— Se as coisas continuam nesse caminho — respondeu ele indiretamente —, dentro de dois séculos o estudo da geometria terá alguma coisa de parecido com a compra de fitas.

— Como?

— Eu explico. Você quer comprar fitas e vai à casa de armarinho. O caixeiro pergunta: “De que quer, de seda, de gorgorão, ou....?” Você responde: “De chamalote”. “De que cor?” “Azul”, responderá você. Dentro de dois séculos, o pai leva o filho ao professor de geometria. Este pergunta a aquele: “Que espécie de geometria quer que eu ensine? A euclidiana, a russa, a de Riemann...?” O pai pensa um pouco e diz: “A melhor”. “Todas são boas”, retruca o professor, “pois todas são certas”. “Então ensine ao menino a russa, deve ser mais esquisita”. Eis aí.

Houve um sorriso fino no grupo. O Fernando, muito contente, tirou uma longa fumaça do cigarro, andou até ao gradil e olhou a praça em frente e exclamou:

— Lá vem o Brandão, o Spinoza...

— O príncipe negro — fez um.

O riso, provocado pela última pilhéria do Fernando, não se interrompera de todo e recrudescera a aquele epigrama do Sodré. Litichart, que até ali estivera calado, resolveu-se a falar.

— Por que vocês não gostam do Tito?

— Não, eu gosto muito dele. É inteligente, honesto — respondeu o Fernando.

— Com franqueza, acho-o muito orgulhoso — respondeu o Sodré, que lançara o epigrama.

— Que tem isso, Sodré? O seu orgulho é a força motriz de sua máquina viva... É a sua arma de defesa contra o mundo que lhe é hostil... É o escudo que o defende... É o impulso que o fará ir para frente e para cima...

Oswaldo dissera aquelas palavras ardentemente, sem refletir, e nelas acentuara tanta paixão, que parecia que se defendia e não ao amigo.

— Mas podemos levar a vida pelos meios comuns.

— Qual, Sodré, depende de onde se parta, quer se ir e onde se quer chegar.

— O orgulho é um pendor egoísta — sentenciou um positivista.

— O aperfeiçoamento moral tem por fim reprimir os nossos pendores egoístas.

Tito Brandão entrava. Cortejou polidamente a todos, sentou-se e o Fernando *ex aperto* lhe indagou:

— Como se deve levar a vida, Brandão?

— Como quem quer subir aos céus... A vida é uma escalada de Titã.

1903

Um diário extravagante

Eu sou Afonso Henriques de Lima Barreto. Tenho 22 anos. Sou filho legítimo de João Henriques de Lima Barreto. Fui aluno da Escola Politécnica. No futuro, escreverei a *História da escravidão negra no Brasil* e sua influência na nossa nacionalidade.

*

Nasci em segunda-feira, 13-5-81.

*

O meu decálogo:

- 1 — Não ser mais aluno da Escola Politécnica.
- 2 — Não beber excesso de coisa alguma.
- 3 — E...

*

Dia 12 de junho de 1903

Acordei-me da enxerga em que durmo e difícil foi recordar-me que há três dias não comia carne. Li jornais e lá fui para a sala dar as aulas, cujo pagamento tem sido para mim sempre uma hipótese. Tomei café. Escrevi o memorial para o Serrado. Não o achou bom e eu sou da opinião dele.

Continuo a pensar onde devo comer. Há chance de ser com o Ferraz. Ah! Santo Deus, se depois disso não vier um futuro de glória, de que me serve viver? Se, depois de percorrido esse martirológio, eu não puder ser mais alguma coisa do que o idiota Rocha Faria — antes morrer.

E os dez mil-réis! Idiota.

Noite. Ainda não jantei. Às seis horas, com um tostão, comi uma empada. Que delícia! Ah! se o futuro...

E os dez mil-réis do tal visconde! Idiota.

Os protetores são os piores tiranos.

*

12 de junho

Na eleição. Que bobo é o Everardo; pois não é que ele deixou perceber que exigia do diretório aquele ofício para disfarçar a sua nula influência junto aos estudantes?

E o Ribeiro? Presidente! Hein? Quem o diria!

E o Carneiro? Distinguiu-se: nem votou.

Todos que somos apegados àquilo e eu... que besta sou! Enfim, o Orlando inda o é maior. Bem, está dito.

*

Ainda e sempre: sem dinheiro.

Moses furibundo, Justo idem. Levi no centro trabalha para paz. Ribeiro furioso. Tudo em guerra!

*

O meu concurso. Lá o fiz. Fui de prova em prova num crescendo medonho... como eu sei, hein! E o nomeado foi o Milanes! Com certeza, o bom-bocado não é para quem o faz e sim para quem o come.

*

O Moses diz que os auxílios dos outros são platônicos.

*

Aflar — ação do vento contra as folhas — José de Alencar. Palejar — empregado por esse mesmo escritor no sentido da luz a lançar reflexos ou ondulações, tornando uma fronte pálida. Exale, adjetivo, do mesmo autor. Gárceo — de garça, à laia de garça — perfil gárceo José de Alencar. Elance — eflúvio — elance de ternura. Rubescência — gradação da cor que se vai ascendendo às faces até chegar rubor.

*

O sol ia alto e, pelas encostas do serro, o verde, sob aquela luz, variava de tons; aqui, esmeralda; ali, musgo; e todos, num coro, se confundiam num só, multivirescendo, irisado de azul.

“No esforço voluntário, a reflexão interior se apercebe de um ‘eu’ que quer e de um ‘não eu’ que resiste.” Maine de Biran.

Curso de filosofia feito por Afonso Henriques de Lima Barreto para Afonso Henriques de Lima Barreto, segundo artigos da *Grande encyclopédie française du siècle XIXème*, outros dicionários e livros fáceis de se obter.

O curso será feito segundo a história do pensamento filosófico, devendo cada época ser representada pela opinião dos seus mais notáveis filósofos. Na passagem de uma época para outra, constituirá o grande objetivo do curso estabelecer a ligação dos dois pensamentos, as suas modificações e o que se eliminou de um e por que essa eliminação foi feita, assim como as reações da ciência e da arte. Dessa maneira, o curso será dividido em quatro partes:

Filosofia em geral. Modo antigo de entendê-la e modo moderno de encará-la. Definição. Divisões. Lógica. Metafísica. Teodiceia. Filosofias particulares das ciências e das artes. O lugar que lhes compete. Fim da filosofia. Utilidade (2 lições).

Filosofia antiga.

a) Filosofia grega (3 lições).

b) Filosofia alexandrina (2 lições).

c) Filosofia romana (2 lições).

d) Pensamento antigo.

Filosofia na Idade Média. Filosofia árabe. Escolástica.

Pensamento medievo (4 lições).

Filosofia moderna. Escolas. Filosofias (5 lições).

Filosofia contemporânea. Sociologia. Estudo de raças. Teorias (4 lições).

Pensamento atual (1 lição).

Filosofia chinesa (1 lição).

Filosofia hindu (1 lição).

Religiões. Crenças religiosas. Animismo. Fetichismo. Politeísmo e monoteísmo.

Panteísmo e materialismo (3 lições).

Programa.

1ª Parte.

Objeto da Filosofia (I e II). III — Método. IV — Definição e divisões. Psicologia. Lógica. Teodiceia. Moral. Metafísica e Estética. Modos de encará-la; contribuições diversas do socialismo (estudos sociais), donde modificação de sua significação primitiva.

O resto se fará pelo programa do antigo Colégio Pedro II (está no Paul Janet).

I — A filosofia tem por fim explicar até nos seus últimos fundamentos a existência do mundo, devendo formar um conjunto de nossos conhecimentos particulares a convergir para uma concepção do mundo, do homem e da vida, que satisfaça às necessidades do entendimento e às exigências do espírito humano. Deve ser uma espécie de ciência geral, destinada a constituir, isenta de contradições, um edifício construído com os conhecimentos gerais desvendados pelas ciências particulares.

O seu fim é, portanto, organizar um conhecimento, uma disciplina em métodos seus, teorias organizadas e um plano geral, sendo, pois, arbitrário qualificar de filosóficos os modos de atividade intelectual que consistem em pontos de vista espontâneos, em reflexões sem técnica e sem método, em representações místicas e em crenças. Essas organizações, essa espécie de atividade mental, só pode entrar na verdadeira filosofia como dados, como meros auxiliares, talvez mesmo como fatos, a examinar à luz do critério filosófico. A filosofia é essencialmente uma teoria intelectual organizada. (Artigo “Filosofia”, *Grande encyclopédie*.)

II — Cada órgão de conhecimentos tem um objeto nitidamente marcado pela realidade, pelo fato científico a estudar, e bastante poderoso para esgotar a noção dele. As ciências, portanto, entre si, dividem os objetos primitivamente ou capazes de ser concebidos primitivamente; contudo, sem sair do domínio da ciência, nota-se que o mesmo objeto, que o mesmo fato, que a mesma ideia podem ser examinados de várias maneiras, recebendo explorações diferentes, todas aceitáveis e necessárias. O espaço, por exemplo, é o lugar ideal em que se passam os fenômenos geométricos e mecânicos, para o geômetra; pode ser

também — uma ideia sempre presente ao nosso espírito; pode ser ainda — a condição para que possa existir a faculdade de perceber. De maneira que, por tão vários modos de encará-lo, vai fazer parte de disciplinas intelectuais diversas. Seria ocioso mostrar o fato da cor ter significações diversas para o físico, para o químico e para o biólogo, e exemplos seriam não fáceis de encontrar, mas inúteis para a certeza. O que define uma ciência não é o objeto que ela considera, é o ponto de vista em que ela o considera. Se se propõe definir uma ciência pelo seu objeto, é preciso dizer-se que esse objeto não é tal qual existe nas coisas, mas tal qual ele é para a ciência. A ciência vem a ser, portanto, um ponto de vista sobre as coisas. Segue-se, daí, que, sendo as ciências extensivas sobre as coisas, a filosofia a bom título pode constituir um conhecimento, constituindo como que um resíduo, que se vai alterando sem cessar, para se perder finalmente no sistema de ciências. A unidade relativa das ciências, a conexão entre a inteligência e as coisas, a natureza dos princípios científicos, a validade deles, a legitimidade e ilegitimidade das interrogações que se apõem às ciências, e que, às vezes, são postas por elas mesmas, nem respondendo à solução, constituem o objeto da filosofia, donde partirá uma concepção rígida das coisas e da vida, e da sua harmonia geral.

É mais ou menos o artigo de Victor Delbos.

III — O método filosófico, isto é, o processo de que a filosofia se serve para chegar ao pleno conhecimento do objeto de seus estudos, não se distingue absolutamente dos métodos empregados nas demais ciências. Usa da abstração, da determinação, da síntese e da análise, da indução e da dedução. Mas, sendo assim, o seu método possui caracteres específicos, tanto mais que o filósofo sabe que, além de tais processos de chegar à verdade, a inteligência possui outros que o cientista não admite nem emprega, a sentimento, a intuição.

Portanto, fora das teorias a estudar, seria difícil caracterizar perfeitamente o método da filosofia; só no estudo de suas doutrinas pode-se completamente compreendê-lo.

Dolorosa vida a minha! Empreguei-me há seis meses e vou exercendo as minhas funções. Minha casa ainda é aquela dolorosa geena pra minh'alma. É um mosaico tétrico de dor e de tolice.

Meu pai, ambulante, leva a vida imerso na sua insânia. Meu irmão, C..., furta livros e pequenos objetos para vender. Oh! Meu Deus! Que fatal inclinação desse menino!

Como me tem sido difícil reprimir a explosão. Seja tudo que Deus quiser!

A Prisciliana e filhos, aquilo de sempre. Sem a distinção da cultura nossa, sem o refinamento que já conhecíamos, veio em parte talvez prender o desenvolvimento superior dos meus. Só eu escapei!

*

Orçamento:

Ordenado	184
Doutor Araújo	40
	224

Despesas:

Casa	120
Venda	80
Médico	10
M. de Oliveira	4
Café	3
	217

Orçamento definitivo:

Eu	200\$000
Papai	140\$000
Carlindo	20\$000
	340\$000

Despesas	120\$000
Armazém	100\$000
	220\$000

*

Sem data

Dom João VI no Brasil

Estado geral do Brasil nos começos do século XIX.
 Causas que obrigaram dom João VI a partir para o Brasil.
 Desembarque. A cidade do Rio de Janeiro. Seu governo. Seus habitantes.
 Ruas e praças. Fisionômica.
 Em relação aos destinos do Brasil, medidas tomadas logo pelo regente.
 Escolas superiores. A colônia artística. A cultura musical. José Maurício.
 Criações políticas. Secretarias de Estado. Ministros. Construções. Criações de novas capitanias. Regime das minas.
 Revoluções e guerra. A sedição de 1817 em Pernambuco. Expedição de Caiena.
 Modificações na vida comum. Aumento de esplendor. Teatros. Festas religiosas. Trajes. Arrabaldes. Vilegiaturas. Santa Cruz, Ilha do Governador, São Domingos. Caráter da edificação. Antes e pós dom João VI. Monumentos deixados. Quinta da Boa Vista. Transformação. Museu Nacional. Relações com o vice-reinado de Buenos Aires. A família real. Os fidalgos, seu caráter. P. R.
 A escravatura. Leis relativas. Aumento progressivo. Relações entre senhores e escravos. Tronco. Bacalhau. Cantos de senzala. Caráter dos negros. Mulatos. O banzo. Viajantes estrangeiros. Capacidade dessa gente pra civilizar-se. Modo de proceder do rei.

*

Sem data

No curso da vida e das leituras

*

...pôr mão no sagrado das vontades e dos corações — Castelo Branco,
Paço de Ninães.

*

Vejar-se. Vezou-se a luzir. Idem. Resquícios (da almofada) — restos ou frestas.

*

Abra em páginas. Castelo Branco.

*

No tempo da “bolsa” um oficial entrara no quartel-general num luxuoso carro com cavalos. Do cabo.

*

“Toute idée fausse est dangereuse. On croit que les rêveurs ne font point de mal, on se trompe, ils en font beaucoup. Les utopies les plus inoffensives en apparence exercent réellement une action nuisible. Elles tendent à l’inspirer le dégoût de la réalité”. (Anatole France, *Le Lys rouge.*)

Podemos muito bem explicar assim a constante irritabilidade dos neófitos e adeptos de utopias e reformas sociais. Vede Barbosa Lima, a quem eu creio sincero, entre nós, pois que todas as reformas da atualidade, no nosso meio, se vão polarizando no positivismo religioso.

*

28 de outubro

O Barbosa Lima descompôs o Medeiros; não há negar que o Medeiros é vil como uma serpente, mas o Barbosa tem sido de uma felicidade pasmosa, tendo sempre como adversário fofos literatos (no mau sentido!), que não podem arrancar-lhe aquela máscara de matemático e de filósofo.

É um péssimo espírito esse Barbosa Lima, utópico, granítico, recheado de positivismo, cheio de ideias sentimentais, mas no fundo cruel e covarde moral. É uma das mais belas flores do bacharelismo do Exército, bacharelismo cheio de espírito de casta de fofa ciência. Convém debilitá-lo.

*

O Corinto e o Gil perguntaram-me se lia revistas e escrevia paródias! Bem idiotas! Que dois!

*

A ninguém insultes; fala sempre a verdade e, quando a pronunciare, cuida em agradar.

*

Sem data

Estrada de rodagem construída pelo coronel Joaquim Ribeiro da Silva Peixoto, direto, da colônia de Itapura, para ligação da mesma e Avanhandava ou Uberaba.

*

Sem data

David C..., baiano, homem insinuante; vivo; de escrúpulos reduzidos, honestidade relativa. Intermediário de agiotas. Agenciador de casas de jogo. De qualquer modo generoso. Poucas letras. Pelas mãos, no seu dizer, tem passado a flor da literatura e da ciência pátria. Tísico. Moreno pálido. Meão de altura. Olhos vivos e grandes, inquietos. Meio calvo. Bigode farto. Arcadas superciliares fundas. Sobrancelhas espessas. Vagamente mulato. Sem família.

*

Máximo Kovéski, russo ou polaco, doutor à última hora. Atrapalhado na colocação de sua tradução em fascículos do romance do autor turquestânico Ralgoft. Vendeu um exemplar ao ministro russo.

*

Há uma peça de Calderón de la Barca intitulada:

Tudo é mentira e tudo é verdade.

Ver filosofia do trem.

Castor e Pólux — São Cosme e Damião — Dois-Dois.

*

Quando eu fui amanuense da Secretaria da Guerra, pintou-se (em 1904) a secretaria e dependência; pois bem, o encarregado de fiscalizar isso, essa pintura e ligeiros retoques na escada e no calçamento da entrada, era um capitão do Exército, doutor em ciências físicas e matemáticas etc. etc.

*

Sem data

Durante o meu primeiro ano de amanuense da Secretaria da Guerra, foi reclamada a baixa de quatro soldados que eram peruano, italiano, oriental e português.

Eram frequentes os decretos declarando sem efeito as promoções de alferes a tenente, por não existirem no Exército oficiais com aqueles nomes.

*

Exmo. Sr. Marechal etc.
pedir a V. Exa. se digneis (beleza)
R. Cl. Teles Pires

*

Hoje, o caso mais curioso foi o coronel P.. É um tipo de militar sul-americano. Fanfarrão, sem ser valente, nem generoso. Ignorante. Jogador. Sempre indo atrás do ministro para arranjar um adiantamento. Aconteceu que o tal que falei que vi a passear com a mulher em São Francisco é um estradeiro, e o P.. o teme, pois a mulher com quem ele casou é sua parente e tem a receber algum dinheiro do pai, que morreu.

*

6 de novembro

Hoje (6 de novembro) fui à ilha, pagar dívidas de papai (490); paguei-as uma a uma; entretanto, na volta, estava triste; na estação de São Francisco (vim pela Penha), ao embarcar, me invadiu tão grande melancolia, que resolvi descer à cidade. Que seria? Foi o vinho? Sim, porque tenho observado que o vinho em pequenas doses causa-me melancolia; mas não era o sentimento; era outro, um

vazio n'alma, um travo amargo na boca, um escárnio interior. Que seria? Entretanto, eu o quero atribuir ao seguinte:

Na estação, passeava como que me desafiando o C. J. (puto, ladrão e burro) com a esposa ao lado. O idiota tocou-me na tecla sensível, não há negá-lo. Ele dizia com certeza:

— Vê, “seu” negro, você me pode vencer nos concursos, mas nas mulheres, não. Poderás arranjar uma, mesmo branca como a minha, mas não desse talhe aristocrático.

Suportei o desafio e mirei-lhe a mulher de alto a baixo e, dentro de alguns anos, espero encontrar-me com ela em alguma casa de alugar cômodos por hora.

*

Sem data

Contou-me o Conceição que, a convite de uma preta de fortuna, ia tocar por setembro em casa dela. Era a festa de Cosme e Damião, por ela denominada — “Dois-Dois”.

*

Hoje observei uma mulata que parecia amigada a um português; viajavam no bonde separados.

*

Tomei um alvitre: quando no bonde entregar uma nota, devo olhar o número.

Dez minutos depois!

Entretanto, recordei-me, se passa a nota adiante, e eu com ares de vencedor digo-lhe o número, que rata se ele a não tem.

*

Sem data

O doutor Lund viveu na Lagoa Santa de 1835 a 1880.

Lund descobriu fósseis em cavernas calcárias nas proximidades da vila de Curvelo.

Quanto a isso, convém ler o artigo da *Revista Brasileira*. Secretário de Lund, Warnung.

*

Um leitor de Balzac. Era um meio velho, que encontrava sempre com um volume da *Comédia humana*. (Conto.)

*

O primeiro de Voluntários da Pátria saiu do Rio de Janeiro, comandado pelo coronel Pinheiro Guimarães.

É preciso saber se esse batalhão foi para Corrientes ou para o Rio Grande do Sul, quando foi o cerco de Uruguaiana.

*

Sem data

Durante as mazorcas de novembro de 1904, eu vi a seguinte e curiosa coisa: um grupo de agentes fazia parar os cidadãos e os revistava.

O governo diz que os opositoristas à vacina, com armas na mão, são vagabundos, gatunos, assassinos, entretanto ele se esquece que o fundo dos seus batalhões, dos seus secretas e inspetores, que mantêm a opinião dele, é da mesma gente.

Essa mazorca teve grandes vantagens: 1) demonstrar que o Rio de Janeiro pode ter opinião e defendê-la com armas na mão; 2) diminuir um pouco o

fetichismo da farda; 3) desmoralizar a Escola Militar.

Pela vez primeira, eu vi entre nós não se ter medo de homem fardado. O povo, como os astecas ao tempo de Cortéz, se convenceu de que eles também eram mortais.

O Argolo, parece, queria nesse movimento resgatar a pouca bravura que teve em 9 de fevereiro.

*

Quando eu fui amanuense da Secretaria da Guerra, havia um tal B... coronel ou coisa que valha, que era um tipo curioso de idiota. Ignorante até à ortografia; jactancioso. A coragem dele e sua vibração pessoal só surgem quando veste a farda. É conveniente mesmo escrever alguma coisa a esse respeito.

O Exército, ou antes, os oficiais gerais de mar e terra escaparam, pelas mazorcas de novembro, de serem tomados de terror pânico.

Gente habituada à guerra, e familiarizada com seus instrumentos, tomou como sendo canhão, em Porto Artur (Saúde), um tubo de poste telefônico quebrado e assestado. Bombas eram inofensivas peças de madeira, envolvidas pacificamente em fio de ferro. Almas doutro mundo!

*

Profecia. Dos militares mais ou menos envolvidos nas mazorcas, nenhum sofrerá pena; dos civis, alguns se suicidarão na prisão.

*

É notório que aos governos da República do Brasil faltam duas qualidades essenciais a governos: majestade e dignidade. Vimos durante a mazorca um ministro, o da Guerra, e um general, o Piragibe, darem ordens de simples inspetores em altas vozes e das sacadas de duas secretarias de Estado.

Eis a narrativa do que se fez no sítio de 1904. A polícia arrepanhava a torto e a direito pessoas que encontrava na rua. Recolhia-as às delegacias, depois

juntavam na Polícia Central. Aí, violentamente, humilhantemente, arrebatavam os cós das calças e as empurrava num grande pátio. Juntadas que fossem algumas dezenas, remetia-as à ilha das Cobras, onde eram surradas desapidadamente. Eis o que foi o terror do Alves; o do Floriano foi vermelho; o do Prudente, branco, e o Alves, incolor, ou, antes, de tronco e bacalhau.

*

Sinal dos tempos. Na quinta-feira (10 de novembro), eu vi o Argolo risonho, sorridente, apresentar ao repórter a esposa, de que vinha acompanhado.

No 19, pleno estado de sítio, vi o mesmo Argolo não corresponder, a dois passos de distância, ao cumprimento do mesmo repórter.

*

Este caderno esteve prudentemente escondido trinta dias. Não fui ameaçado, mas temo sobremodo os governos do Brasil.

Trinta dias depois, o sítio é a mesma coisa. Toda a violência do governo se demonstra na ilha das Cobras. Inocentes vagabundos são aí recolhidos, surrados e mandados para o Acre.

Um progresso! Até aqui se fazia isso sem ser preciso estado de sítio; o Brasil já estava habituado a essa história. Durante quatrocentos anos não se fez outra coisa pelo Brasil. Creio que se modificará o nome: estado de sítio passará a ser estado de fazenda.

De sítio para fazenda, há sempre um aumento, pelo menos no número de escravos.

*

22 de novembro

Hoje acabo de ir cumprimentar o Argolo, marechal e ministro da Guerra. É um tipo simples. Sem olhar e sem fisionomia. Recebeu-nos num pequeno gabinete. Ouviu algumas palavras do barão e disse outras. Apertou-nos a mão um a um. Se pela sua fisionomia nada se lhe pode descobrir de elevado ou de mau, pelo seu aperto de mão também. É um aperto de mão burguês, indiferente. Não tem o forte sacolejo de um violento, nem a frieza de um astuto. Aperta mão como um funcionário bom e probo, e às vezes tolerante, que ele é. Houve depois recepção de oficiais e funcionários. Uma mó de gente em brilhantes e garridos (alguns) uniformes desfilou aos meus olhos. De todos os corpos de honorários, uniformes eu vi. Os oficiais generais repletos de bordados lembram alguma coisa dos uniformes vistosos de corporações científicas, artísticas e palacianas. Sobre o dólmã preto bordam filigranas caprichosas, e as platinas franjadas descaem sobre os ombros negligentemente. Esses uniformes brilhantes bem demonstram que são de generais de paz; quem conhece os discretos uniformes dos generais da revolução, e mesmo o clássico de Napoleão, fica abismado com o brilho dos nossos. A farda negra do Corpo de Saúde e dos honorários misturava-se sem se dissolver nos vermelhos das outras armas, e, como pontos de fraca saturação, apareciam as fardas dúbias dos oficiais do Estado-Maior. Havia cerca de seiscentos oficiais e suponho que quatrocentos houvessem deixado de comparecer; dá um total de mil, que, na proporção média de um para 15 soldados, à vista da variedade de postos, calcular-se-ia oficialidade de uma força de 15 mil. Eis aí como a matemática erra, ou antes, como, para alguém da linha equinocial, variam as coisas mais firmemente assentadas na Europa, porquanto, no Brasil, a proporção de oficiais, entremeando generais etc., não é de um para 15, mas sim de um para dois, que é a da guarnição da cidade do Rio de Janeiro.

Esses oito dias, depois da mazorca do Lauro (15) gorado, têm sido de um aspecto encantador. O poltrão do Cardoso de Castro, a humílima autoridade que recebeu o deputado Varela, é agora das mais enérgicas, e o simplice Rodrigues Alves, grave conselheiro, secundária figura do Império, é estrênuo defensor da República.

Rui, o letrado beneditino das coisas de gramática, artificiosamente artista e estilista, aconselha pelos jornais condutas ao governo. Há dias, ele, no auge da retórica, perpetrou uma extraordinária mentira. Referindo-se ao dia 14, que fora cheio de apreensões, de revoltas e levantes, e à nota trazida a 15, da vitória da “legalidade”, disse assim, da manhã de 15: “fresca, azulada e radiante”, quando toda a gente sabe que essa manhã foi chuvosa, ventosa e hedionda.

Eis até onde leva a retórica; e depois...

*

Sem data

Eu tinha um colega na secretaria que, em face a mim, desperta-me um estranho sentimento. Era uma espécie de repulsa misturada com enjoo que eu sentia quando ele vinha conversar comigo. Não sei a que atribuir isso. Penso que seja pela sua completa linfacidade; pela sua estupidez. Entretanto, bem analisando, eu tenho conhecimentos que são dessa espécie de gente, pelos quais, entretanto, eu não sinto esse sentimento.

Em mim, eu já agora tenho observado, há uma série chocante de incongruência de sentimentos desacordes, de misteriosas repulsas.

Não sei! Não sei! O futuro elucidará.

*

Os oficiais do Exército do Brasil dividem com Deus a onisciência e com o papa a infalibilidade.

*

26 de dezembro

Hoje, comigo, deu-se um caso que, por repetido, mereceu-me reparo. Ia eu pelo corredor afora, daqui do Ministério, e um soldado dirigiu-se a mim, inquirindo-me se era contínuo. Ora, sendo a terceira vez, a coisa feriu-me um tanto a vaidade, e foi preciso tomar-me de muito sangue-frio para que não desmentisse com azedume. Eles, variada gente simples, insistem em tomar-me como tal, e nisso creio ver um formal desmentido ao professor Broca (de

memória). Parece-me que esse homem afirma que a educação embeleza, dá, enfim, outro ar à fisionomia.

Por que então essa gente continua a me querer contínuo, por quê?

Porque... o que é verdade na raça branca, não é extensivo ao resto; eu, mulato ou negro, como queiram, estou condenado a ser sempre tomado por contínuo. Entretanto, não me agasto, minha vida será sempre cheia desse desgosto e ele far-me-á grande.

Era de perguntar se o Argolo, vestido assim como eu ando, não seria tomado por contínuo; seria, mas quem o tomasse teria razão, mesmo porque ele é branco.

Quando me julgo — nada valho; quando me comparo, sou grande.

Enorme consolo.

*

27 de dezembro

Hoje, no trem, vim com o Apocalipse. É um sujeito magro, esgrouviado, sempre com a barba por fazer. As calças sujas e curtas dão o talhe exato de suas pernas, que são finas, parecendo somente de ossos. O curioso é que o Apocalipse, de fisionomia de símio velho domesticado, bondoso etc. etc., tem três filhos: um está na Escola do Realengo; outro, no ginásio, e o outro, no mosteiro de São Bento.

Praticante da Secretaria da Polícia, vivendo de um ordenado exíguo e fornecendo aos seus filhos essa educação exagerada, ele criará ou aduladores vis, ou desgraçados descontentes. Entretanto, ele me dizia isso com grande satisfação: “Três filhos doutores! Que honra, que nobreza!”

O dia continuou morno, sem atrativo nem novidade. A secretaria, em geral tão pitoresca para despertar reflexões, esteve de uma pobreza franciscana. O ministro esteve ausente. Tenho reparado que, o ministro presente, vive o edifício. Não sei donde lhe vem isso, mas é verdade que verifico. O Lopes, médium “curador”, convidou-me a ir assistir os serões musicais na casa dele. A filha toca piano, e dizem que bem; há uma outra vizinha que executa ao violino, e a elas acompanhará dona Maria José de Brito, primeiro prêmio de

flauta do Instituto. Ansioso espero a coisa, tanto mais que me será deveras novo ouvir uma moça tocar flauta.

Oh! Que dia! Infame, não vale dois caracóis!

*

Sem data

Na secretaria, eu tive um companheiro primeiro oficial, o M... T... C..., que era dos poucos que lá havia tendo algum destaque. Ele era duma avareza excepcional e duma estupidez de carneiro. Habitado há quarenta anos a escriturar o protocolo, era incapaz de fazer outra qualquer coisa. Pelas relações da família da mulher, veio [sic] a ele alguns cobres que junto à avareza dele davam com que ele manter um filho no Colégio Paula Freitas, uma filha no Instituto de Música. Não comprando os jornais, filava-os dos outros, e isso lhe valia as maiores “molecagens”. Às vezes, ao ele aparecer, um relatava ao outro um caso extravagante, vindo em tal jornal, e, zás, corria a procurar o jornal mencionado. Outras vezes, muito antes de ele chegar, colavam em jornais velhos datas dos novos e ele os lia tal qual como se fossem do dia. A sua estupidez muito concorria para isso e ele leu em 1903 ou 4 um jornal do tempo da Revolta de 93. Ao acabar se lhe perguntou: “Que tal as notícias?” Então, respondeu:

— Poucas novidades, mas que havia um romance da Revolta muito bom.

A sua avareza era tal que ele procurava de mesa em mesa jornais e os juntava para vender aos quilos. Homem feliz. Hei de me aproximar dele para observá-lo no interior.

*

Dezembro

Doutor Laranjinha. Médico. Bebedor de parati.

*

O secretário do ministro, por cuja influência eu fui nomeado, tomou-se de aborrecimento mortal por mim.

É o que não explico e para motivar o que eu procuro razão. Hoje, encontrei-me com ele no gabinete do diretor e ele nem sequer olhou-me.

Por que foi, meu Deus?

Talvez a falta de um cartão de pêsames, que não lhe mandei por morte do irmão dele.

Só sé isso...

Se o nariz de Cleópatra etc.

*

Sem data

Tito Brandão da Silva nascera no Rio de Janeiro, de uma dessas famílias da pequena burguesia carioca. Sua mãe “criara-se” na casa dos Brandões, como eram conhecidos na rua de São Pedro, onde moravam. Vindos de Inhomirim, pelos primeiros anos da Independência, o capitão de milícias José Manuel Brandão, com seus filhos e escravos mais chegados, estabelecera-se na corte, tomando parte ativa na agitação do primeiro reinado. Com a retirada de Pedro I, recolheu-se à vida privada, entretendo as longas horas, passadas nas sombrias salas do seu casarão da rua de São Pedro, com a leitura dos clássicos latinos e dos poetas portugueses. Morrera de desgosto. Seu filho José Luís, oficial de engenharia, com curso da Academia Militar, batalhando no Rio Grande do Sul, foi ferido em Ponche Verde e veio a falecer em consequência de ferimentos. Os seus filhos restantes, ainda adolescentes, sob a vigilância da irmã mais velha, dona Rosa, continuaram no sobrado solarengo. O mais velho dos dois, Heliodoro, cursando a Escola Médico-Cirúrgica, e o outro, a de Belas-Artes, frequentava a aula de arquitetura. Heliodoro alcançou uma grande fama de cirurgião e seu irmão, embora estimado e considerado pelos colegas, nada fizera, morrendo em avançada idade, cheio de misantropia e professando um amargo nirvanismo desesperador. Murmurava-se que Clara, mãe de Tito, era filha deste Brandão, César. De fato, sua mãe Engrácia, uma cria da casa, nascida

e libertada por ocasião da vinda de Inhomirim, era provida da precisa beleza para interessar o seu jovem senhor, tanto mais que isso estava nos costumes do tempo, quase sem prostituição pública e de aventuras amorosas difíceis. A ternura de dona Rosa encaminhou-se toda para essa e outras raparigas e rapazes, nascidos em casa, em cujas veias corria uma forte dose do seu sangue; e, à indiferença, mais ou menos formalística, dos irmãos, com eles, ela sempre opôs um cuidado, uma atmosfera carinhosa quase maternal. Era médico, botica, roupas, colégio... tudo ela dava àqueles seus sobrinhos inconfessados.

Clara frequentara o colégio e tivera a educação comum das moças do seu tempo. Era essa a origem da mãe de Tito; a de seu pai, Miguel da Costa, não era menos complicada, embora mais obscura. Nascera ele da mancebia de uma “cabrocha” com um português, minhoto tenaz e paciente, estucador de ofício, que chegou à fortuna pelas suas qualidades de caráter. Miguel herdara essas qualidades do pai; assim é que, aos 14 anos, quando ele abandonou sua mãe (estava nos costumes do tempo), pôs-se em campo com decisão e, em breve, fez-se um operário litógrafo estimado e respeitado. Perdendo sua mãe, o foco concentrador de sua mãe, não se entregou absolutamente à ociosidade dissolvente habitual nos de sua classe. Adquiriu uma pequena instrução, mas segura, com a qual, pelos 25 anos, protegido por uma influência do tempo, pôde exercer um emprego público numa repartição que se fundou. Casou-se por essa época. Os primeiros anos foram difíceis. O seu primeiro filho, Jônatas, de um natural selvagem e independente, criou-se quase à toa pelo arrabalde em que moravam. Aos 12 anos, era um rapagão nédio, “desembolado”, forte, valente, que já metia medo com a sua destra capoeiragem aos mais velhos de sua vizinhança. Era uma perdição, como dizia uma preta velha dos arredores. O segundo, porém, seis anos mais moço que esse, nascera em horas melhores. O velho César, ao morrer, deixara à Clara obra de sessenta contos, restos da fortuna que o velho Brandão trouxe de Inhomirim, e que o excêntrico César, pela sua longevidade, fora recolhendo. Clara não gozou muito da herança. Um ano depois morreu. Senhor de um tal pecúlio, com três filhos apenas, Jônatas, Tito e Clara, o antigo litógrafo tratou de consubstanciar seu sonho: formar um filho. Mandou Tito ao colégio, seguiu os seus estudos, animou-o, mas não pôde vê-lo formado, pois, quando o filho acabava os preparatórios, morreu do fígado, muito moço ainda.

Tinha 19 anos, Tito, e seu irmão, Jônatas, intermitentemente empregado nisso e naquilo, ficou como tutor, tutor singular que obedecia e respeitava a seu irmão tutelado.

Cuidados com os irmãos, abnegação pelo futuro deles, afastara de dona Rosa os do casamento. O ímpeto do tempo e do seu sangue desviara-a na ternura e no carinho com irmãos rapazes, esquisitos, caprichosos e desiguais. Envelhecera animando-os, alentando-os, e se sua ação fora útil ao desenvolvimento []

*

Sem data

Um escritor, um literato, apresenta ao público, ou dá publicidade a uma obra; até que ponto um crítico tem o direito de, a pretexto de crítica, injuriá-lo?

Um crítico não tem absolutamente direito de injuriar o escritor a quem julgar.

Não se pode compreender no nosso tempo, em que as coisas do pensamento são mostradas como as mais meritórias, que um cidadão mereça injúrias, só porque publicou um livro. Seja o livro bom ou mau. Os maus livros fazem os bons, e um crítico sagaz não deve ignorar tão fecundo princípio. Ao olhar do sábio, o vício e a virtude são uma mesma coisa, e ambos necessários à harmonia final da vida; ao olhar do crítico filósofo, os bons e maus livros se completam e são indispensáveis à formação de uma literatura.

Se o crítico tem razões particulares para não gostar do autor, cabe-lhe unicamente o direito de fazer, com a máxima serenidade, sob o ponto de vista literário, a crítica do livro.

Dizem que o amor faz grandes obras. O ódio também poderá fazê-las; mas, para isso, como no caso do amor, é preciso conter-se.

No domínio do pensamento, as paradas de sentimento são extraordinariamente fecundas.

Em geral, ao começar, o temperamento literário é delicado, é fraco, é semifeminino, diga-se, e ninguém poderá prever sob que aspecto, sob que forma, a injúria vai reagir nele.

Balzac, Lord Rhoone, se houvesse sido injuriado, chegaria a ser o Honoré de Balzac do *Père Goriot*?

Em resumo, se o crítico ama as coisas do pensamento, e sobretudo estas, deve ter sempre em mira a sua prosperidade; e, creio, a injúria não é o melhor meio para obtê-la.

*

“La muse, si revêche qu'elle soit, donne moins de chagrins que la femme. Je ne peux accorder l'une avec l'autre.” (Flaubert a George Sand.)

*

“There are more things in heaven and earth, Horatio, than are dreamt of in your philosophy.”

*

Clara dos Anjos, mulher, mulata, 23 anos. Tenente Frutuoso, do Exército, positivista etc., noivo de Carlota Sá Bandeira.

Guedes (Camilo da Costa), português, interessado; mais tarde, enriquece, parte pra Europa, onde fica, doando alguma coisa à Clara, sua amiga, com quem tem uma filha (visconde mais tarde de qualquer coisa).

A gente Sá Bandeira, família de pequeno empregado, da relação de Clara, de quem o pai era padrinho.

Edmundo Neves, *raisonneur*, boas opiniões, apresentado ao Frutuoso. Edmundo Neves é de Minas, placidamente desliza pela vida como empregado dos Telégrafos, ligara-se de amizade com Armando Sá Bandeira, poeta de jornais pequenos e empregado da estrada de ferro.

A velha Cipriana de Sá Bandeira.

David Carvalho casa-se mais tarde com Clara, a quem vem a conhecer na festa dos Cardosos, na Penha, por ocasião do São João. David, sem ofício certo, é tudo, mais ainda jogador, bêbado etc. Dá cabo dos cinquenta contos de Clara.

Clara enviúva e amiga-se com José Portilho, pedreiro, cinquenta anos, e, quando sua filha Iracema foge com um cabo de polícia, queixa a esta,

relutâncias encontradas, e afinal, abandona-a amiga com este, e prostituição dela e morte na Misericórdia.

José Portilho, envelhecido, não podendo trabalhar; Clara lava e engoma para sustentá-lo, e no terreiro da estalagem em que moram ela canta uma trova qualquer em um belo dia de sol.

1903

Época: 1874 a 1905

Clara

Nasceu	1868
Morte do pai	1887
Deflorada	1888 (12 ou 13 de maio)
Dá à luz	1889
Deixada	1892
Casada	1894
Viúva	1899
Amigada de novo	1900

*

Preciso saber de que data são as *Vozes d'África*.
Veio residir em Catumbi em 1884.

*

Clara deve primeiro intentar os soldados à noite no acampamento de Maria Angu, depois, aconselhada, vai ao Frutuoso, de manhã, que a recebe, escrevendo uma carta cheia de sentenças filantrópico-políticas, e escrevendo continua a dar-lhe atenção.

David é fuzilado de manhã no meio de um campo, fazem-lhe cavar a cova e depois zás.

*

A sedução de Clara passara-se no dia 13 de maio.

*

Amigada com casa montada briga com a dona Quitéria. O delegado e os escrivães, gente libidinosa, querendo conquistar todas as mulheres que lhe vão às repartições.

*

A República passa-se enquanto ela, amigada com o Monteiro, recebia algumas pessoas de sua amizade, entre os quais o Sá Bandeira, que, para casar a filha, adulava-a, para arranjar dinheiro...

*

Fuzilado o seu marido, ela amiga-se com o alferes tal, das forças; finda a revolta ele a deixa e ela procura empregar-se em serviço doméstico. A vida que leva.

*

Amancebada com um operário espanhol que fica entrevado, vai morar numa estalagem no Mangue.

O dia do funeral, a força passa. Comanda-a Frutuoso, general, e, antes, elas conversam sobre o bicho, lavando roupa e cantarolando.

*

O Frutuoso, por acaso, conversa em uma roda alegre, um deles afirma que o Benjamin Constant era um impostor, que não sabia matemática nem nada. Reflete Frutuoso, examina o que ele deixou de obras, os seus cursos em que havia mais política e eloquência que profundidade matemática, e concorda intimamente com a história. Vai pelo bonde e no caminho salta nele um colega e ele se refere à conversa e por fim ele solta uma frase.

(Convém procurar essa frase nos exemplos vivos: Liberato, Moreira Guimarães. Ler a *Revista Militar*.)

*

“Quando, porém, procede inversamente, vai de encontro à função que fica fementida e perturbada.

“Este fato se produz, sobretudo, quando o chefe, saindo de sua impersonalidade, determina ordens no sentido de sua satisfação individual açulada por forte dose de vaidade.

“O comando é, em suma, a determinação do ato funcional no conjunto hierárquico da força armada.

“Saíamos agora do estilo imaginoso que não podíamos deixar de empregar nesta exposição.”

Da *Revista Militar*, 1904.

*

Frutuoso, com uma pretensão, julga humilhante se empenhar como um paisano para o ministro da Guerra.

Tinha bochechas cheias, bigode esfarelado ao ar e olhos miúdos.

*

A classificação de ciências do Frutuoso:

Ciências estáticas
Ciências dinâmicas
Ciências estático-dinâmicas

Exs.

1ª - A Geometria, a Mineralogia etc.

2ª - A Astronomia, a Química.

3ª - A Biologia, a História e a Nigromancia.

*

Verso de um soneto de Frutuoso:

“Marcando aos homens o dever do justo.”

*

Opiniões do Gomensoro.

Os negros fizeram a unidade do Brasil.

O negro é recente na terra.

Os negros, quando ninguém se preocupava em arte no Brasil, eram os únicos.

(O Duque, *Arte brasileira*.)

Os produtos intelectuais negros e mulatos, e brancos, não são extraordinários, mas se equivalem, quer os brancos venham de portugueses, quer de outros países.

Os negros diferenciam o Brasil e mantêm a sua independência, porquanto estão certos que em outro lugar não têm pátria.

Se um viajante, sábio etc. etc., sem saber a história do passado, fosse visitar os árabes atuais, negaria qualquer capacidade intelectual a eles.

A capacidade mental dos negros é discutida *a priori* e a dos brancos, *a posteriori*.

A energia só se tem revelado depois de lenta submissão (hunos, plebe romana, bárbaros em geral).

A coragem é da mesma maneira. O português, que é humilde entre nós, é um povo valente; o fim a que se propõe obriga-o a curvar-se.

Discutindo a incapacidade mental desta ou aquela raça, temos o ar de dizer com o poeta grego — os bárbaros, gente vil que não ama a filosofia e ciências; ele se dirigia ao avô de Kant e ao tio de Descartes.

Se a feição, o peso, a forma do crânio nada denota quanto a inteligência e vigor mental entre indivíduos da raça branca, por que excomungará o negro?

Os árias, quando no *plateau* da Bactriana, nada valiam; emigrando, após séculos de fermentação, brilharam numa cultura superior; por que os negros, transportados de África pelo tráfico, não desenvolverão uma civilização ou concorram para ela? Esse fenômeno de mudança de *habitat* é importante para o estudo.

A ciência é um preconceito grego; é ideologia; não passa de uma forma acumulada de instinto de uma raça, de um povo e mesmo de um homem.

Se há três geometrias etc. etc.

*

Outubro

Discurso que fiz ao barão de Itaipu.

É caso, senhor barão e meus senhores, que o encanto da complexidade da vida nos assombra e nos atrai. Ora esse aspecto absorve nossa alma, ora aquele outro faz convergir para ele toda a energia de que são capazes os nossos sentidos; e sempre — em vão procurando decifrá-la — a estrutura íntima da vida aparece ao nosso entendimento como um eterno problema a resolver.

Armamo-nos de ciências e filosofias, e, se com elas percebemos uma face da existência, deixamos escapar uma outra, ou descobrimos novas. Nesse suplício, que lembra, ao mesmo tempo, os mitológicos das danaides e de Sísifo, percorremo-la Tateando em trevas.

Entretanto, há um seguro instrumento para a compreender: é viver.

Viver é acumular intuições e noções, que vão formar um cabedal pessoal e intransmissível. É construir uma sabedoria individual; é, de alguma forma, decifrar o magno problema, pois só o lento evoluir na vida nos fornece a verdadeira percepção dela mesma e a sua representação, cuja passagem a outrem é impossível.

Será talvez por isso que, com os anos, aos nossos corações chega aquela calma transcendental que nos faz saborear, com carinho, todas as suas feições e pairar desassombradamente sobre os acontecimentos.

Lembro-me agora de um fato. Era menino. Com meu pai, assistia a um dramalhão ensanguentado. Ao meu lado direito, adiante do meu progenitor, um senhor tinha os olhos úmidos; em frente, uma moça soluçava com a ingênua; à esquerda, porém, um cavalheiro, com a fisionomia parada, e plácida, seguia com afinco a representação. Não perdia um gesto, uma frase, um movimento...

Quando saía, pelo fim da peça, ouvi dizer a um amigo:

— Aproveitei bem a minha entrada.

Para espetáculo do mundo, só os anos dão a calma do meu espectador.

E, por ser assim, é que eu, ainda avaro em anos, gabo a passagem de mais um, pois que me vou vendo chegar ao tempo em que poderei apreciar, com o máximo rendimento, a dádiva de viver.

Aproveitarei melhor a minha entrada, então... Todas as grandes qualidades de Vossa Excelência, senhor barão, de honradez, de experiência, de culto ao dever e à justiça, de tolerância e de bondade, acentuadas cada vez mais por essa sabedoria de que falei, lograram transformar, de cada um de nós, classificados diversamente pelas necessidades da administração, em um amigo e um admirador. De tal forma é assim, que sabemos que, em Vossa Excelência, temos um mais alto critério e um árbitro máximo, indicados pelo respeito, pela admiração e pela amizade que crescem dia a dia, razão por que, neste, sabedores de que mais um ano Vossa Excelência acrescenta aos já vividos, pedimos aos deuses protetores que muito mais sejam os que restam a Vossa Excelência, para maior ser a nossa veneração.

Era o que eu tinha a dizer.

*

Sem data

Capítulo I — A família Brandão.

Capítulo II — Marco Aurélio encontra uma conhecida de infância, Araci, relembra-lhe a história. Considerações. A rua. A escola, as pressões.

Capítulo III — A festa de formatura. Os lírios. O discurso de Marco Aurélio. A alegria da família dona Romualda e a filha Mendonça.

Capítulo IV— Marco Aurélio Brandão, compadecido da miséria de um colega, doente, sem dinheiro, recolhe-o a sua casa.

Capítulo V — Sentindo-se melhor, mas não tendo para onde ir, o rapaz continua em casa e começa a namorar a irmã.

Capítulo VI — Sedução de Alice pelo Mendonça, e como ele dá farinha envenenada à filha.

Capítulo VII — Gravidez.

Capítulo VIII — As explicações e recusa.

Capítulo IX — O assassinato pelo outro irmão, a desculpa de Marco Aurélio e a queda dos titãs.

Deve dar vinte capítulos.

O caso do Mendonça. Um poeta seduziu uma mulata. Houve um filho. Ele não quis casar com ela. Indo uma vez pedir o que comer para o filho, ele lhe deu farinha láctea com sublimado corrosivo.

Marco Aurélio. Pedro. Alice. O velho Nicolau. A criada Ana.

Silvino Cavalcanti. Manuel da Costa Freitas.

Romualda. Amélia.

*

Capítulo 1

Marco Aurélio, orgulho, bondade, talento, tristeza em ver “a gente” sem força, sem coragem, sem ânimo de trabalhar e de lutar, os homens; as mulheres, sem dignidade, sem grandeza, sem força para resistir às seduições, mergulhadas na prostituição.

Pedro, seu irmão, capadócio, tocador de violão, capoeira, altivo e corajoso, mas inútil.

Alice, passiva, não conhecendo bem a sua situação.

Tia Rosa, doçura, filosofia pessimista, certeza de que não é nada.

O velho Nicolau, africano, dedicação etc.

Ana, preta, resignação, jovialidade.

Marco Aurélio acaba de se formar, o seu gênero de estudo, o seu orgulho de inteligência, a sua tristeza em ser único, prepara-se para festejar a data.

É de manhã, a família toma café, a irmã pede-lhe licença para convidar Amélia, filha da Romualda, prima de sua mãe; ele a dá contrariado, mostra-lhe os inconvenientes. Antes de sair, chega-lhe o seu colega Cavalcanti, é um ano mais atrasado, vem lhe pedir um livro.

Conversam um pouco. O colega abre um livro, a *Bíblia*, por acaso dá com esta passagem: “Bendito seja o senhor Deus meu, que adestra as minhas mãos para a batalha e os meus dedos para a guerra.”

— É terrível esta *Bíblia* — comenta o outro.

E ambos saem.

*

Sem data

Marco Aurélio e seus irmãos

Bendito seja o senhor Deus meu, que adestra as minhas mãos para a batalha e os meus dedos para a guerra.

Salmo 144

Primeira parte

Tito, fora de seus hábitos, despertara cedo. A tepidez e a beleza da manhã tinham como que atravessado as paredes da velha casa, as fortes portas da janela, fazendo-se sentir no interior do quarto, completamente fechado, somente iluminado pela claridade vaga que se coava pelos óculos das janelas. O velho preto não demorara em trazer o café. Há 15 anos que ele o fazia, com a mesma regularidade e com aquela larga e doce simpatia, que só se encontra nessas almas selvagens dos velhos negros, onde o cativoiro paradoxalmente depositou amor e bondade. Enquanto o café esfriava na mesa de cabeceira, Marco Aurélio pôs-se a remontar o destino daquele pobre homem, que o servia e o amava desde quase o nascer. Viu-o criança, muito negro, retinto, feio, entre os braços da mãe na cubata natal, crescendo ao forte sol da África, aquele sol que fecunda e que mata, para onde se alçam as altas palmeiras num ardor de paixão insuperável. Viu-o, depois, crescido, aos sete anos, já tangado, aprendendo a usar as armas da tribo e ensaiando-se nas culturas elementares da sua rudimentar agricultura. Depois, e em seguida, eram as festas, aquelas danças em que o apelo à divindade se faz com esboços de representações de atos amorosos, presididas por aqueles fantásticos feiticeiros. Um dia... Como foi? Quem o saberia? Um encontro, um ataque às cubatas, lá vinha ele, infante ainda, ao sol forte do triste continente, entre um rebanho de irmãos, jungiam aos dois, da corrente, carregando volumes, a descer até o negreiro que os trouxesse às plantações da América. E desde oito anos até hoje, durante mais de cinquenta, ele tinha trabalhado de sol a sol; e agora, agora que nem talvez uma década lhe restava de vida, que consolo tinha ele? Filhos? Mulher? Fortuna? Terra? Sete palmos onde enterrasse aquela sua carne, pois o seu sangue há muito que a ensopava? Nada! E ele então começou a perguntar-se por que estranhas leis aquela humilde vida tivera que atravessar léguas e léguas, desertos e oceanos, para vir acabar aqui tão tristemente, depois de encher um semisséculo de trabalho. Havia mesmo leis que se servissem da cupidez e da perversidade humana para tal fazer, ou era o acaso, só o acaso? E ele não soube responder e fatigou-se de pensar. Ergueu-se, abriu a janela, olhou em torno a paisagem. Os cajueiros estavam em flor e o bambual cerrado só deixava uma fresta para ver o mar e a cidade lá embaixo, surgindo das águas, com o seu casario tumultuário a subir pelos morros, que começam a branquear à luz já

firme da manhã. Um sino tocou. Era o sino da velha igreja conventual, onde se instalara o asilo. Ele lembrou-se, então, do seu serviço, aquele obscuro serviço de escriturário, sempre doloroso, sempre amargo, sempre humilhado, mais que isso; ali, entre dois médicos, não sei quantos internos, todos doutores e senhorias, mais amargo e mais doloroso se tornava. Lembrava-se bem do seu curso perdido, das suas esperanças de posição e consideração, há dez anos passados, quando um dia voltava com os preparatórios feitos, para a casa e a alegria que causara ao pai. Ele se pôs a recordar o curso, os processos de aprovação, a venalidade dos lentes, a sua covardia diante do poder e da força, e pensou consigo que essa nobreza universitária, de exames e diplomas, era duas vezes mais cínica e mais rapace que e milhares de vezes maior que a nobreza de dinheiro. Em uma, havia emprego, trabalho, imaginação para as especulações e para os ganhos. Na outra, havia bravura, generosidade, energia; mas na nossa, nada, nem o saber, sobre o qual ela se faz repousar, e poucas vezes a inteligência, de que ela se arroga o monopólio. Lembrava-se do dia em que se apresentara para tomar posse do lugar:

— Marco Aurélio! — disse-lhe um interno no veículo. — O senhor ainda vive?

E o idiota contraía os lábios, contente com o espírito que fizera. E a galeria do pessoal superior começou a passar-lhe pelos olhos. Primeiro, o ecônomo, um homem cauteloso, tímido, vivendo à parte, filosoficamente, cheio de respeitos por tudo e por todos; era o homem mais firme, de mais caráter de todos; era o único em quem não se podia apontar uma infração no regulamento. Ordenava-lhe a lei que morasse próximo, ele morava; que assistisse as refeições dos asilados, ele assistia. Depois, o diretor, um velho formado em medicina, espécie curiosa de médico, que se amedrontava com a perspectiva de passar uma receita. Depois, o médico, os dois internos, estes pedantes, enfumaçados de sábios etc...

1905

1º de janeiro

Hoje, dia de Ano-Bom (1º de janeiro de 1905) levantei-me como habitualmente às sete e meia para as oito horas. Fiz a única ablução do meu asseio, tomei café, fumei um cigarro e li os jornais. Acabando de lê-los, arrumei as paredes do meu quarto. Preguei aqui, ali, alguns retratos e figuras, e ele tomou um aspecto mais garrido. Há, de mistura com caricaturas do *Rire* e do *Simplicissimus*, retratos de artistas e generais. Não faz mal; nesse aspecto baralhado ele terá o aspecto da vida ou da letra “A” do dicionário biográfico, que traz Alexandre, herói de alto coturno, e um Antônio qualquer, célebre por ter inventado certa pomada. Como a casa me aborrecesse, não unicamente pela tristonha moléstia de meu pai, mas por ela em si, com quem nunca me acomodei, resolvi dar uma volta. Demorando-se o trem na estação de Todos os Santos, fui tomá-lo na de Engenho de Dentro. O trem, banal como sempre; idiota e mascavado. Quase ao chegar ao largo da Carioca, assisti a uma cena de que já me ia desabituando. Três soldados do Exército em grande gala forçavam os vendedores ambulantes a lhes darem a sua fazenda gratuitamente. A um qualquer passante, isso, tachado de roubo, valeria um passeio até à estação policial; mas a soldados, não; eles se foram na mais santa das pazes. É coerente isso: o papel dos exércitos, desde os mais extraordinários de Condé e Frederico, até às nossas guardas nacionais da América do Sul, é esse mesmo. Eles três individualmente fizeram o que, talvez mais tarde, hão de fazer sob o pendão auriverde, em meu nome e no dos demais pacíficos homens desta terra.

Muni-me de uma ida e volta para o Leme e no elétrico voei linhas afora até o meu destino. A viagem até ao Largo do Machado foi banal e corriqueira. No banco em frente a mim iam dois burgueses, desses respeitáveis, passados dos cinquenta e ainda em santa paz conjugal. O homem era dos vulgares em sua classe. A mulher tinha características fisionômicas. Uma penugem rala cresciam-lhe dos cabelos até o pescoço, fazendo supor, que, como um debrum simétrico, fosse pelas pernas, o busto, até aos pés. A cintura quase lhe ficava no pescoço e os seios empinados dentro de uma blusa cor-de-rosa de seda acabavam o seu todo grotesco. Na rua Marquês de Abrantes, embarcam a Odete C. P. e outras. Nada de notável, a não ser a vulgaridade.

Pleno Leme. O dia é meigo. O sol, ora espreitando através de nuvens, ora todo aberto, não caustica. Nos dois abarracamentos cheios de gente, espoucam garrafas de cerveja que se abrem. A praia se estende graduada, harmônica, desde o monte do Leme à igreja. A ponta recurva desta é como a cauda de um peixe que se dobrasse num “samburá”. Por detrás, a lombada de morros pintalga de verde-esmeralda, verde-garrafa, verde-mar, variando cambiantes

aqui, ali, consoante as dobras do terreno e a incidência da luz, pintalga o azulado opalino do dia. O mar muge suavemente. As ondas verde-claras rebentam antes da praia em franjas de espuma. Pelo ar havia meiguice, e blandícias tinha o vento a sussurrar.

A gente que há é a vulgar dos piqueniques. Gente simplória que, enclausurada em casa uma semana, um mês, um ano, quem sabe, resfolegava naquele dia ao ar livre. Havia um deputado e família, o que não diminui nem altera a minha observação. No bonde, na altura da rua dos Voluntários, tomaram-no dois rapazes e uma rapariga. A rapariga sentou-se ao meu lado. Como era de meu dever, comecei a observar-lhe discretamente. Ela não se aborreceu e observou-me. Estendeu a mão, mirei-lhe a mão com amor e firmeza. Ela escondia. Eu fingia olhar para outro lado, ela estendia, eu olhava. E assim fomos até ao Leme. Era uma espécie de galanteio que eu tinha inventado e que agradara a italiana (falava em patoá italiota com os rapazes). Já nas curvas, ela avançava mais do que eu. Dava-me encontrões. Preparei o *flirt* para o botequim, mas, aí chegando, o cioso irmão, percebendo, levou-a para longe. A minha covardia não permitiu que a seguisse, nem que a esperasse, de volta. Com isso, eu adquiri uma certeza; embora mulato, os meus olhares podem interessar as damas e desconfiar os irmãos delas.

Fui ao bastião do Leme. Na concavidade que há ali, fizeram um bastião poligonal a terminar nas duas asas da curva. Um velho canhão de ferro com as quinas repousa indolentemente num dos ângulos: é como um funcionário aposentado.

Na volta, o Teixeira Mendes veio. Benzi-me. Saía do São João Batista. Adiante conversava com umas senhoras elegantemente vestidas (garanto, é verdade). Falavam de coisas familiares. Na praia de Botafogo, a senhora mais velha, olhando as obras, disse:

— Vamos ter um Rio de Janeiro bonito!

— Parece... A questão é que as cabeças não andam direito — disse o apóstolo.

O apóstolo fala como se falou há vinte mil anos. Nada novo. Cediço. Puh!

Pagou duas vezes a passagem (do cemitério ao Largo do Machado e do Largo à Glória), em nenhuma delas recebeu *coupons*. Singular! Não atino por quê. Talvez seja um modo especial de ser altruísta: permitindo que o condutor furete. Puro anarquismo!

2 de janeiro

Hoje, dia 2 de janeiro. Chegando à secretaria, fui cumprimentar o ministro pela entrada do ano novo. A coisa foi a de sempre. O barão, o diretor, disse algumas palavras em voz baixa, e o Argolo também respondeu assim. Depois apertou-nos a mão em mão e dessa vez a alguns dirigiu umas palavras.

A mim ele chegou-se e, com aquela fisionomia sem olhar e com a voz incolor, indagou:

— Você é o novato?

— Sim, senhor. Sou o mais moço.

— O mais moço — frisou ele.

— O mais moço aqui na secretaria.

A coisa não tinha grande graça, mas todos riram-se, incluso o ministro.

Até ao meio-dia, ele recebeu cumprimentos. Havia alguma frieza; entretanto, os aspectos eram os mesmos de quando ele recebeu, há um mês, cumprimentos pela vitória do governo, cujos detalhes já tomei nota. O Matias continua na sua faina de cavar jornais. Hoje, em falta de outro, procurou o *Diário Oficial*.

Dos jornais, de notável só estes versos, sobremodo estúpidos:

I

És mais formosa do que um crisântemo,
Mulher gentil, aurora de meus sonhos.
Só de pensar em desengano, tremo,
Como em frente aos fantasmas mais medonhos.

II

Tens um nome tão doce como as flores,
que em lembrá-lo somente me extasio.
E sinto se esvaírem minhas dores,
Qual águas cristalinas dalgum rio.

III

Teu corpo tem da forma a divindade
E se desenha por entre as brancas vestes,
Onde se reúne à simplicidade
A graça que possuis e o revestes.

Rio, 27-12-1904

Com frequência, os jornais traziam casos desses. Às vezes era uma pretinha, outras era já uma rapariga. Davam-se em casas da pequena burguesia, dessa que se quer fazer de grande etc. etc. É um estudo que me tenta o do serviço doméstico entre nós. Em geral, as pessoas se queixam dos criados e eu sempre objetei que os criados têm razão contra os patrões e os patrões contra os criados.

Três anos de martírios. Surras diárias.

Há três anos, mais ou menos, chegou a esta capital, vinda do interior de um dos estados vizinhos, a menor Claudomira, de vinte anos de idade, indo para a casa de uma família residente à rua Nora no 2-D.

Durante algum tempo foi essa moça tratada relativamente bem, pois, no desempenho de suas ocupações, que era a de criada, se houve com geral agrado de todos.

Não gozou, entretanto, essa infeliz da paz que, na sua obscura existência, perenemente fazia vicejar a rósea claridade dos seus sonhos de moça.

A mais horrorosa situação, com todo o cortejo de ignomínias, lhe criou o atroz destino.

Não lhe valeu o esforço sobre-humano que empregava para libertar-se da pesada tarefa que lhe era dada nos vários serviços da casa, onde, sem causa que tal justifique, lhe aplicam o mais terrível castigo: o açoite!

Tudo tem suportado essa desgraçada.

Crete na misericórdia divina, dominava-lhe a esperança de ver aplacada a fúria desumana dos seus algozes.

Tudo em vão!

Impedida de sair à rua, desde que aqui chegou, vive essa desventurada sob o jugo dos seus verdugos.

De tudo a vizinhança sabe.

Desde as primeiras horas da manhã, já se ouve, como fúnebre matina, as lúgubres pancadas do açoite!

E essa infeliz não grita: lamentos abafados, soluços de dor, essa macabra confusão com a voz do algoz, enchem de pavor a vizinhança.

É chegado o momento da redenção que terá lugar com a intervenção da polícia da 15ª circunscrição.

*

3 de janeiro

O espetáculo circundante nada apresenta de novo. Ontem, eram onze horas, eu estava no meu quarto, escrevendo, passou um pequeno da vizinhança. Chegando em frente à nossa casa, deu boas-noites. Pelo jeito, pareceu-me que o dera para a minha irmã ou para a tal Paulina, que é uma vulgar mulatinha, muito estúpida, cheia de farofas de beleza e de presunção, que é ou que pode ser namorada. Achei aquilo inconveniente. Que um sujeito, passando por uma casa fechada, desse boas-noites a moças recolhidas num quarto de dormir. Nesse sentido, inquiri minha irmã, que desmentiu. Há em minha gente toda uma tendência baixa, vulgar, sórdida. Minha irmã, esquecida que, como mulata que se quer salvar, deve ter um certo recato, uma certa timidez, se atira ou se quer atirar a toda a espécie de namoros, mais ou menos mal-intencionados, que lhe aparecem. Até bem pouco era na casa do tal Carvalho, onde se reúne toda a espécie de libertinos vagabundos; cortei essas relações. Agora é na casa do idiota do Sardinha, casa de positivista, o que quer dizer fábrica de namoros. Se a minha irmã não fosse de cor, eu não me importaria, mas o sendo dá-me cuidados, pois que, de mim para mim, que conheço essa nossa sociedade, foge-me o pensamento ao atinar por que eles as requestam. A tal Paulina é vulgar, chata como um percevejo, e a meu pai nunca perdoarei essa sua ligação com essa boa negra Prisciliana, que grandes transtornos trouxe à nossa vida.

A uma família que se junta uma outra, de educação, instrução, inteligência inferior, dá-se o que se dá com um corpo quente que se põe em contato com um meio mais frio; o corpo perde uma parte do seu calor em favor do ambiente frio, e o ambiente, ganhando calor, esfria o corpo.

Foi o que se deu conosco.

Eu, entretanto, penso me ter salvado.

Eu tenho muita simpatia pela gente pobre do Brasil, especialmente pelos de cor, mas não me é possível transformar essa simpatia literária, artística, por assim dizer em vida comum com eles, pelo menos com os que vivo, que, sem reconhecerem a minha superioridade, absolutamente não têm por mim nenhum respeito e nenhum amor que lhes fizesse obedecer cegamente. Entretanto, é por meu pai e, por assim ser, levarei a cruz ao Calvário, pois que, se meu pai fez tal coisa, foi por supor que nunca nos atingiria, mas a desgraça não quis e a coisa nos atingiu.

O filho da tal negra despediu-se do emprego em que o pus para ficar em casa escrevendo versos.

É o que se dá comigo e me faz dia e noite sangrar de dor.

Se essas notas forem algum dia lidas, o que eu não espero, há de ser difícil explicar esse sentimento doloroso que eu tenho de minha casa, do desacordo profundo entre mim e ela; é de tal forma nuançoso a razão de ser disso, que para bem ser compreendido exigiria uma autobiografia, que nunca farei. Há coisas que, sentidas em nós, não podemos dizer. A minha melancolia, a mobilidade do meu espírito, o ceticismo que me corrói — ceticismo que, atingindo as coisas e pessoas estranhas a mim, alcançam também a minha própria entidade —, nasceu da minha adolescência feita nesse sentimento da minha vergonha doméstica, que também deu nascimento a minha única grande falta.

Hoje, pois, como não houvesse assunto, resolvi fazer dessa nota uma página íntima, tanto mais íntima que é de mim para mim, do Afonso de 23 anos para o Afonso de trinta, de quarenta, de cinquenta anos. Guardando-as, eu poderei fazer delas como pontos determinantes da trajetória da minha vida e do meu espírito, e outro não é o meu fito.

Aqui bem alto declaro que, se a morte me surpreender, não permitindo que as inutilize, peço a quem se servir delas que se sirva com o máximo cuidado e discrição, porque mesmo no túmulo eu poderia ter vergonha.

*

4 de janeiro

A minha casa continua a aborrecer-me sobremodo. Ontem. De manhã, encontrei um sujeito, que me andou aqui na secretaria, a aborrecer-me, para mandar a cópia do decreto que lhe concedia as honras de alferes do Exército. Mande. O simplório do homem, mal pagou a patente no Tesouro, meteu-se numa farda de linho branco e, agalado, transita de sua residência para o lugar que trabalha. Vai mais garboso, mais inflamado. E às vezes olha em redor disfarçadamente. Há nessa inspeção desconfiança e orgulho. Desconfiança que os outros militares não o debochem, e orgulho, porque se distingue dos restantes civis. O pobre homem sentia o que todos nós sentimos, a necessidade do lustre.

Na nossa vida complicada, o lustre é tudo, e uma atmosfera de lustre é como um ambiente de carícias, e carícias que tanto mais precisamos, quanto a nossa vida é falta de outras satisfações. O burro do Lago, o diretor da contabilidade, é extraordinariamente idiota.

É uma coisa que nada tem a ver com o que foi escrito acima, mas que, no entretanto, deu-me vontade de escrever.

*

5 de janeiro

Hoje, no trem, vim com uma menina que me despertou a atenção. Ela não era bonita, antes feia e sardenta, porém, de corpo, apetitosa, era dessas que os franceses chamam *fausses maigres*. Cheia de carnes, redondinha, ela despertava facilmente o furor báquico. Vinha no trem com pai e irmãos. Sentara em um banco afastado e, cobrindo-se de expressão dolorosa, repousava a cabeça sobre a mão, que, em começo, bonita, polpuda e abacial, acabava nas pontas de dedos feios, chatos. Mas o que me chamou a atenção foi um detalhe da *toilette*. Evidentemente menina pobre — mesmo as mãos denunciavam, naquelas pontas de dedos feios, os estragos do trabalho manual —, pobre, pois, não tendo talvez um vestido decotado e querendo sair com um assim, dobrara a gola do casaco afogado para dentro na altura das espáduas. A coisa foi boa, porquanto as suas espáduas eram das melhores.

*

6 de janeiro

Dia de chuva.

Três horas da tarde. O sol começa a aparecer. Espreita por entre as nuvens. Dentre as matas das encostas altas, erguem-se fiapos de nuvens. Parece que pelas matas há uma enormidade de caieiras de verão. Os fiapos saem como novelos de fumaça. O verde varia de matiz. Onde mato grosso escuro é; onde ralo ou campina, claro. Passa de um para outro matiz bruscamente.

Mangueira.

A montanha é alta. O verde vai esmaecendo e para cima há cambiantes azulados. O sol coa-se através de nuvens na altura da Tijuca. Há múltiplos matizes confundidos.

Central.

O sol mais forte. As nuvens franjam-se de ouro. Como doidas correm para as bandas de Petrópolis.

*

7 de janeiro

A manhã bonita. Desço. O ar acaricia. Tudo azul. A paisagem é de algum modo europeia.

Praia Formosa.

Serra dos Órgãos aparece por entre os morros de São Diogo e os de Barro Vermelho. Azul-ferrete com tons de aço novo. Os cumes beijavam as nuvens; à meia encosta, condensavam cúmulos. O mar aparecia espelhante, semelhava de nível mais alto do que a terra.

Campo de Sant'Ana.

Ar polvilhado de alegria. Azul diáfano. Tudo azul. As árvores verdoengas do parque destoam. O rolar das carroças é azul; os bondes azuis; as casas azuis. Tudo azul.

*

8 de janeiro

Ontem, à tarde, estive com o saboroso Carneiro, o Manuel Otávio, engenheiro dos esgotos de Niterói. Gosto imenso dele; é inteligente, é doce, é bom, mas há nele uma pontinha de dúvida, a meu respeito, que me apoquenta. Voltando só com ele da rua Primeiro de Março, fomos tomar refresco no Cascata. Aí ele me disse:

— Barreto, sou dos teus amigos o único que quer ficar obscuro. Contento-me em estudar a condução da merda dos niteroienses, e isso porque eles me pagam... etc. etc.

Nisso, o Filomeno nos interrompe; continuando a subir pela rua do Ouvidor acima, Carneiro foi despejando coisas dúbias, frases sem nexos, que eu decididamente não lhe compreendi o estado d'alma.

Amores... Aborrecimento comigo... Falta de dinheiro... Que seria? Que desconforto lhe causaria isso, a ele, tão jovial, tão calmo sempre?

Hoje, 8, domingo. Pleno Leme. Cedição. Nada novo. Não há moças bonitas. Só velhas e anafadas burguesas. Turcos mascates e suas mulheres também. O João, um imbecil do meu gasto pessoal, o João T... B..., foi comigo. Fomos ao fortim. Canhão do século atrasado. Ruínas portuguesas. Esforço dos lusos. Povoamento do Brasil. Pedro Álvares Cabral. Bandeirantes. Jacobinos idiotas, burros, ingratos. Ipanema, tal qual o Méier. Duas vezes, pelo caminho, encontrei o Serrado a cavalo. Chapéu de cortiça inglês. De branco. Pela rua, fazia o que ele tem feito sempre na vida, galopar e saltar todos e quaisquer obstáculos, fossem quais fossem. Homem águia. Pavorosa vontade de urinar. Passeio com o João pela avenida a construir. Cais do beira-mar. Travessa do Maia. “Ei-la”. Número 22. Que doçura de fisionomia. Pálida. Calma. Cílios poucos. Não há nela nem revolta, nem resignação. Interessa-me. Queria-a para minha mulher. Mas eu... Ah! meu Deus! Há de ser sempre isso. Há uns tempos a esta parte, vai se dando uma curiosa coisa. Na rua, nos bondes, nos trens, eu me interesso por certas moças e às vezes por cinco minutos chego a amá-las. Procuro-lhes a moradia. Passo duas, três vezes pela porta timidamente, *gauchement* — onde me levará isso?

Toma tento, Afonso! Não te precipites. Olha bem. “*Nosce te*”...

Reflexões no Leme.

Divertimento que, tirado dos colégios, foi fazer, no Leme, as delícias dos marmanjos — o balanço.

*

Há aqui alguns ingleses, com máquinas fotográficas, pavorosos; (parodiando) por que todos os ingleses não ficam na Inglaterra?

*

Quando se quer divertir, deve-se andar só. Os imbecis mesmo perturbam.

*

Se toda a humanidade desse passeios ao Leme, teria mais felicidade.

*

A felicidade depende mais das nossas cogitações interiores, do que mesmo das circunstâncias exteriores que nos envolvem.

*

As nuvens, ao correr, esgarçam-se nas pontas das montanhas, ao jeito de fumaça nas locomotivas.

*

10 de janeiro

Ontem, dia morto. Nada de novo. Nem uma nota, nem um pensamento. Atravessei a cidade, dei as minhas aulas. Escrevi quatro páginas do meu livro; não foram boas, ou antes, não estão firmes, vigorosas como eu as gosto. Farei o trabalho novamente.

Hoje, dia quente, cheguei um tanto mais tarde na secretaria. À minha banca, veio-me falar o major Vital. Esse major é um pretinho, fulá, magrinho, de crânio deprimido, olhos quase à superfície da fisionomia, pele de sapato velho que nunca foi engraxado. Esse pretinho usava farda de major honorário, e tendo estado no Paraguai, obtivera umas honras militares. Depois, com sucessivos acontecimentos, as honras foram aumentando e, um belo dia, surge um, em Pernambuco, de igual nome, branco, que também tinha estado na campanha. Papéis pra lá, papéis pra cá, o branco foi considerado como sendo o que de direito. O major foi despedido de servente do Arsenal de Guerra, excluído do asilo, ficou na miséria. Vou-lhe dar alguma roupa velha e uns cobres.

Não tenho absolutamente a convicção de que seja ele o verdadeiro major, nem tampouco que não é o outro ou um terceiro; entretanto, julgo que a ele competiam as honras; pobre e obscuro, ele precisava qualquer coisa para disfarçar isso, e ainda mais negro...

Por falar nisso, o Belo, primeiro oficial, que foi do gabinete do Benjamin, contou-me que a nomeação do Hemetério (é um negro), para professor do Colégio Militar, foi sustada na gaveta por ordem do Lauro Sodré, que sempre lhe recomendava a ele ir lhe pedir para expedir, que esperasse, que esperasse.

É singular que, fazendo eles a República, ela não a fosse de tal forma liberal, que pudesse dar um lugar de professor a um negro.

É singular essa República.

*

Em geral, os homens notáveis do passado são admirados e prezados, não pelo que afirmaram peremptoriamente, mas pelo que supuseram.

*

Da Piúca, a maravilhosa Piúca, a belíssima:

Um rapaz recitou uns versos, avisando antes que eram do Macedo Papança. Acabando de recitar, ela vai a ele e lhe diz:

— Gostei muito desses versos do Sancho Pança.

Contou-me o Antônio Noronha Santos, que ouviu do Carlos Silva, com quem se passou o caso.

*

12 de janeiro

Ontem não fui à secretaria. Passo mal. Uma impressão de cansaço, uma vontade de nada fazer, tenho fadiga de corpo. Descendo, vim à rua do Ouvidor. Encontrei o Carneiro, o Mário Tibúrcio Gomes Carneiro, que sofre de “bovarismo” revolucionário. É um rapaz a quem um desgraçado acidente cortou-lhe as pernas; entretanto ele, em cima das andas, é como se montasse um corcel de guerra. Mata, esfola, derrota exércitos e esquadras. Derruba governos e conserta países. Há nele a alma de um alferes do Exército do Brasil e, se não o foi, deve-o unicamente a seu aleijão. Se o fosse, ele já se teria envolvido em todas as mil mazorcas que tem havido ultimamente.

No fundo, é um bom rapaz, algo inteligente, cavalheiro, mas maníaco de possuir um talhe de herói de Plutarco, que o ridiculariza. Ele tem um revólver Nagant, que é mais um canhão, perfeitamente característico do seu gênio: não dispara, quando é apontado ou acionado. Ama a farda, os militares; sabe o nome dos oficiais de cor, seus corpos, suas particularidades. As coisas de caserna tentam-no. No fundo, ele é um alferes que se perdeu pelas pernas.

Hoje. Chove pavorosamente. Dia vazio, não há notas a tomar.

Do jornal de hoje:

“A cura da tuberculose. No meu consultório, à rua Mariz e Barros nº 35. Uma consulta por semana, fornecendo o meu específico — 30\$000. Na tuberculose incipiente, quatro consultas bastam — 120\$000. Na tuberculose declarada crônica ou subaguda, para a cura, dez consultas — 300\$000, em primeiro período. Na tuberculose, segundo período, não febril, 15 consultas, para cura — 450\$000. Na tuberculose aguda, primeiro e segundo períodos, febril, permitindo o doente vir ao consultório, de 15 a vinte consultas — 450\$000 a 600\$000. Na tuberculose, em começo do terceiro período — um

conto a dois, conforme a resistência da moléstia. Haverá mais barateza? Não obstante, propalam que sou um ‘careiro’! E gastam com viagens e outros profissionais ‘contos de réis’ para terem a certeza de ‘falecer’.

“Dr. Platão de Albuquerque.”

*

Veio-me à ideia, ou antes, registro aqui uma ideia que me está perseguindo. Pretendo fazer um romance em que se descrevam a vida e o trabalho dos negros numa fazenda. Será uma espécie de *Germinal* negro, com mais psicologia especial e maior sopro de epopeia. Animará um drama sombrio, trágico e misterioso, como os do tempo da escravidão.

Como exija pesquisa variada de impressões e eu queira que esse livro seja, se eu puder ter uma, a minha obra-prima, adiá-lo-ei para mais tarde.

Temo muito pôr em papel impresso a minha literatura. Essas ideias que me perseguem de pintar e fazer a vida escrava com os processos modernos do romance, e o grande amor que me inspira — pudera! — a gente negra, virá, eu prevejo, trazer-me amargos dissabores, descomposturas, que não sei se poderei me pôr acima delas. Enfim — “*une grande vie est une pensée de la jeunesse réalisée par l’âge mûr*”, mas até lá, meu Deus!, que de amarguras!, que de decepções!

Ah! Se eu alcanço realizar essa ideia, que glória também! Enorme, extraordinária e — quem sabe? — uma fama europeia.

Dirão que é o negrismo, que é um novo indianismo, e a proximidade simplesmente aparente das coisas turbará todos os espíritos em meu desfavor; e eu, pobre, sem fortes auxílios, com fracas amizades, como poderei viver perseguido, amargurado, debicado?

Mas... e a glória e o imenso serviço que prestarei a minha gente e a parte da raça a que pertenço. Tentarei e seguirei avante. “*Alea jacta est.*”

Se eu conseguir ler esta nota, daqui a vinte anos, satisfeito, terei orgulho de viver!

Deus me ajude!

*

14 de janeiro

Ontem passei o dia em casa. Um dia bom. Folheei os meus livros, cortei os artigos dos jornais franceses e preguei-os de encontro à lídima prosa de Rui Barbosa. É um perfeito retórico esse tal Rui, glória do Brasil e honra da América do Sul. Pelos dias 16 a 20 de novembro, ele publicou uma carta na *Tribuna*, fazendo considerações sobre os acontecimentos de 14 e 15. Havia o seguinte: ele dissera que a noite de 14 fora prenhe de ameaças, mas que a providência divina, protegendo o Brasil, permitira que a manhã de 15 fosse clara, radiante e azulada, como convinha a uma manhã cheia de boas-novas... Entretanto, choveu muito na tal manhã, que foi feíssima, haja vista o testemunho dos que viveram e viram. Como a retórica exigia, lá vai pura, azulada e radiante.

Pois preguei os meus artigos, fumei muito e comi à vontade.

Perdi a esperança de curar meu pai! Coitado, não lhe afrouxa a mania que, cada vez mais, é uma só, não varia: vai ser preso; a polícia vai matá-lo; se ele sair à rua, trucidam-no. Coitado, o seu delírio cristalizou-se, tomou forma. Pobre de meu pai! Uma vida cheia de trabalhos, de afanosos trabalhos, acabar assim nesse misterioso sofrimento que me compunge!

Hoje, 14, desci da casa, vim à secretaria. O S..., que é o chefe, um curioso tipo de moleza de caráter e de ignorância, quis repreender-me, altercamos e ele retirou-se convencido. Deu-me, entretanto, um grande trabalho. Cópias dos acontecimentos do Juruá. Estou as tirando. A ênfase da linguagem das partes dos oficiais pareceu tratar-se de combates na Manchúria. Palavras bombásticas, frases grandíloquas, a retórica, sempre a retórica.

Havia numa delas a palavra da gíria: “corretismo”.

O dia acabou morno, sem novidade.

*

16 de janeiro

Um livro que pensei. Tibau, filho de uma rapariga que fugira da casa de seu pai em companhia de um valdevinos, que pouco depois a abandona, educa com grande dificuldade esse filho, que chega a estudar medicina; mas, no terceiro ano, sem o adubo que era sua mãe, a planta fenece sem arrimo e, por fim, por recomendação de um colega, vai ser professor de História do Brasil,

num colégio em Botafogo; o diretor, notando que era um desar para seu estabelecimento ter um professor sem título algum, arranja-lhe o de major da Guarda Nacional. Eis senão quando o major Tibau, que do seu avô pouca notícia tivera, vem a saber que ele acabava de morrer no Porto, deixando-lhe (e reconhecendo-o como neto) toda a sua fortuna: dois mil contos. No curso das suas lições de história, Tibau tinha adquirido um grande amor do Brasil e acariciara o sonho de uma Sociedade de Folclore, que se destinava a recolher os cantos, as tradições e a poesia popular da nossa terra. Cultivar e festejar as datas familiares com o sainete nacional e os respectivos manjares. Possuidor dessa fortuna, funda a sociedade, com a qual é explorado por jornalistas, poetas, estudantes, debicado pelos ministros e funcionários, a quem se dirigiu para pedir uma subvenção. Morre numa estalagem, às sete horas da noite, estalagem a que se recolhera com um preto velho, o Nicolau, que, fazendo “ganchos”, ia-o fazendo viver; morre, mandando que se lhe abram a porta e a janela, para ouvir melhor a cantilena da criançada ao luar.

*

17 de janeiro

Desde domingo que não tomo notas. Hoje, 17, vou recapitular estes três dias. Domingo, passei-o em casa. Cortando artigos do *Figaro* do ano passado e os pregando sobre a lídima prosa do nosso Rui Barbosa. Enchi o dia assim e enchi-o agradavelmente, suavemente. Meu pai frequentemente me ia apoquentar. Pobre insano. Não quer comer e é preciso forçá-lo, e as perseguições que ele tem no espírito não o deixam sossegar. Às vezes, é preciso obrigá-lo a comer, porque, diz ele, no estado em que está, chamariam-no de cínico, porque come com satisfação. Tendo requerido uma certidão de sua vida ao delegado, veio, nesse dia, o inspetor verificar. O policial entrou na minha casa de cigarro na boca e não o tirou; não atribuo isso à arrogância, pois que ele parecia um rapazola simples, antes a sua absoluta falta de educação. Percebendo a patetice de meu pai, ele apressou o atestado e saiu um tanto acanhado. Coitado, não era mau!

Segunda-feira vim à secretaria, passaram-me em mãos cópias das coisas do *[ilegível]*, combate entre brasileiros e peruanos. Não foi combate, pois que cem

dos do Peru e cento e pouco dos nossos, que tirotearam durante vinte horas, só podia haver escaramuça. As partes, consoante o jeito nacional, vêm cheias de frases grandiloquas, que fazem crer que se trata da rendição de Porto Artur... A Retórica! A Retórica! Entretanto, elas me deram uma consolação: é a energia e a vitalidade que os brasileiros apresentam naquela região. Não sendo nova essa energia, me parece que ela serve unicamente à humanidade como desbravadora, como batedora, sentinelas avançadas de outra gente que há de vir.

Edmundo Bittencourt. Como amostra, pois que não é dos mais primorosos, guardo esse artigo desse jornalista. Os seus processos eram invariavelmente esses; entretanto, com alguns meses de exercício da linguagem, apurara-se um pouco, perdendo os termos rebuscados e antiquados, que ele tinha hábito de usar. É curioso como eu notei, pela primeira vez, a fisionomia desse homem. O filho do Castagnino, hoje Alexandre, fizera exame e seu pai nos convidara a ir jantar no Silvestre, num restaurante que ficava por cima dos bondes. No salão do hotel havia pouca gente, e entre essa pouca me chamou a atenção um senhor magro, de bigodes louros, de olhar de cão de fila ao cio, que em espanhol macarrone perguntava a uma rapariga airada dessa proveniência:

— *¿Quiere usted camarones con quiabos?*

— *Si, como non?*

Acompanhei essa fisionomia e, pouco depois, na rua da Quitanda, onde o Serrado trabalhava como solicitador, fui-lhe por este apresentado; passando por ele e como ele não me cumprimentasse, decidi também não fazê-lo. Meses depois, ele fundou o *Correio da Manhã*, órgão da regeneração nacional.

*

Hoje, à noite, recebi um cartão-postal. Há nele um macaco com uma alusão a mim e, embaixo, com falta de sintaxe, há o seguinte:

“Néscios e burlescos serão aqueles que procuram acercar-se de prerrogativas que não têm. M.”

O curioso é que o cartão em si mesmo não me aborrece; o que me aborrece é lobrigar se, de qualquer maneira, o imbecil que tal escreveu tem razão.

“Prerrogativas que não tenho”...

Ah! Afonso! Não te dizia...
Desgosto! Desgosto que me fará grande.

*

18 de janeiro

Vim no trem com o Viana, pai e filho, neta e irmã. É um tipo curioso de aventureiro esse Viana. Fundou um jornal, a *Revista da Época*, do qual, por lábias sábias, obrigou-me durante três números a ser secretário, do que me descartei a muito custo. A revista dele é uma espécie de galeria de retratos de varões obscuros. Quando lhe escasseiam os recursos, ele publica um número e, no dia seguinte, corre aos retratados para buscar dinheiro.

Anda agora de gorro com um russo. Curioso vagabundo que busca fortuna. Saltou no cais de Pharoux, arranjou um título universitário, é doutor, assim como, se saltasse na *gare* de Orléans, seria conde ou marquês. Dentro do código, como o Galvez e outros, ele com certeza pretende roubar o Brasil. Há ainda com ele o Raposo, tradutor de inglês, um português que foi criado de hotel em New York. Chegado aqui, insinuou-se, e de tal maneira, que em breve fez-se examinador de inglês, em cujo lugar fez uma tabela de aprovações, creio que só. Distinção — duzentos mil-réis; plenamente — 150 mil-réis; simplesmente — cem mil-réis. Para melhor “cavar”, casou-se e, se ainda não fez da mulher um chamariz, foi porque as coisas não apertaram. Ele, com o Viana, estão fazendo um número em inglês. A revista, aparecendo em duas línguas, “morderá” melhor. Além destes, esporadicamente, surgem lá outros: gente honesta, às vezes, mas que, desanimada, se atira ali como a uma gamela de porcos, gente faminta. Eu, graças a Deus, librei-me dele.

*

19 de janeiro

Dor de dentes pavorosa. É uma coisa soberanamente imbecil, dói-me a cabeça, as faces. Eu vejo o mundo mau através da minha dor. O mundo é

decididamente mau, porque o vejo coado na minha dor de dentes. Ela vai passando. As burrices do 5... tiveram o efeito do creosote.

O Edmundo Bittencourt foi preso por causa do artigo de que falei há dias; alguns jornais, poucos, protestaram, entre eles a *Tribuna*, a quem o chefe de polícia mandou avisar, por um capitão de sua milícia, que não admitia censura à sua administração. O presidente da República (parece) mandou que o chefe o soltasse, e este soltou-o, fazendo-o constar que o fazia por seu livre alvitre. Esse chefe de polícia, Cardoso de Castro, é a besta mais imbecil que há no Brasil. Irritado, ignorante, esfomeado de dinheiro, babuja-se todo para ficar no lugar em que está. O seu relatório, que é a coisa mais impagável dessa vida, pretende envolver nos distúrbios de novembro platônicos monarquistas, porque, diz ele, fazer propaganda da monarquia é o maior crime possível. A monarquia há de voltar, e eu hei de vê-lo, como chefe de polícia, dizer que a propaganda da República é pior que matar o seu próprio pai. Áulico, esfomeado, imbecil e ignorante, sem capacidade para ser liberal. Desonesto, porque consentia que seus filhos, eu os conheci, recebessem subvenções de bicheiros e morassem em casa de propriedade deles sem pagar. Disso eu sou testemunha.

*

24 de janeiro

Desde sábado, ou antes, desde sexta-feira (20), que não tomo notas. A 20, dia santo de São Sebastião, semiferiado, vim para minha desgraça à secretaria e de tal forma trabalhei nesse dia, que resolvi não vir no dia seguinte, em que fui à Biblioteca Nacional tomar notas para o meu romance. Pedi maio de 1888; vindo-me, corri o mês, desde 10 até 16, onde recebi confirmação do que pensava. Li, por acaso, algumas páginas do *Ateneu* e as achei soberbas; entretanto é de desanimar que um livro como aquele não seja lido aos dez mil. O Eça, me parece, escrevia inferiormente, e os seus processos de graça são muito mais grosseiros que os de Raul Pompeia.

Entretanto... Ah! O Brasil! À tarde, muito conversei com o Alcides sobre nossa pátria, sobre nossas coisas, nossa política. O Alcides, Alcides Maia, é um inteligente rapaz, inteligência de bom quilate, dessas que não fazem coisas de

raio, mas marcham lenta, seguramente, a deixar sulco como uma relha de arado. Conversamos muito e agradavelmente. Éramos eu, o Otávio de Sousa, um bom matemático, que se intromete agora pelas coisas da arte e de sociedade, estreou no positivismo mundano, eu penso rapaz de talento; éramos eu, Otávio e Alcides, depois chegaram o Araújo Viana, músico, e o Cartier, um belo rapaz do Rio Grande, bonito e forte, amplo de gestos e de voz, simpático.

Como ficasse tarde, recolhi-me ao quarto do Tigre, parede-meia do Alcides. Às duas horas, ele chegou e mais dois para buscar o Amarante, para o baile dos Democráticos.

É um tipo de literato do Brasil, esse meu amigo Tigre, inteligente, pouco estudioso, fértil, que usa da literatura como um conquistador usa das roupas — adquirir mulheres, de toda a casta e condição.

Ia aos Democráticos com o Domingo, que é também literato, e daqueles, que pensa que o literato deve ser o inimigo do casamento, da moral, das coisas estabelecidas, com tintas de darwinismo e haeckelismo, velhíssimas coisas que ele pensa novas, escreveu um romance rebarbativo e idiota, para fazer constar que é um voluptuoso, um lascivo, e põe-se nas ruas a fazer os mais baixos comentários sobre as mulheres que passam: “Que peixão! Que bunda! Oh! A carne!” Isso! Aquilo!

É um imbecil.

Também o Miguel Austregésilo, gastador dos mais velhos paradoxos que se conhece. Passando seis meses em Paris ou, antes, em Bruxelas, trazia os bolsos cheios de canções que nós conhecíamos aqui desde dois anos.

O outro, Amarante, é um bom menino.

É preciso saber que a todos eles eu devo valiosos favores.

*

26 de janeiro

Ontem, quarta-feira, fui à casa do Santos, Antônio Noronha Santos, bacharel, irmão do João, engenheiro, e Carlos. Conversamos amistosamente e inteligentemente. Voltei pra casa, eis senão quando dou com um baile em forma. Eram dez horas da noite. Havia canto, dança etc. Ora, no estado que meu pai está, com os poucos recursos que temos, positivamente aquilo me

aborreceu. Como permitia o meu orgulho que eu recebesse gente, sem oferecer-lhes boas coisas? Como? Demais, meu pai, aluado, na saleta, e o baile, a roncar na de visitas. Não me contive e manifestei logo o meu descontentamento. Isso, ao depois das visitas saírem, deu lugar a um destampatório familiar.

A minha vida de família tem sido uma atroz desgraça.

Entre eu e ela há tanta dessemelhança, tanta cisão, que eu não sei como adaptar-me. Será o meu “bovarismo”?

*

27 de janeiro

Ontem, ao sair da secretaria, passei pela rua do Ouvidor e não vi a Palhares. Acho-a curiosa por causa do mestiçamento que nela há, disfarçado pelos cuidados meticulosos da *toilette*: perfumes, pomadas, pós etc. Isso aborreceu-me mais do que estava aborrecido e na botica tive sono. Saí e tomei um bonde e fui à Prainha. A rua está outra, não a conheci bem. Se os prédios fossem mais altos, eu me acreditaria em outra cidade. Estive na esquina dela com a avenida, a famosa avenida das indenizações, subi-a a pé, tomei pelo que resta de beco da rua da Prainha, agora em alargamento, e segui pela rua Larga de São Joaquim, prolongada e alargada até o largo de Santa Rita. A rua quebra um pouco do primitivo alinhamento, mas mesmo assim ficará bela. Entretanto, como vêm já de boa administração essas modificações, acredito que o Rio, o meu tolerante Rio, bom e relaxado, belo e sujo, esquisito e harmônico, o meu Rio vai perder, se não lhe vier em troca um grande surto industrial e comercial; com ruas largas e sem ele, será uma aldeia pretensiosa de galante e distinta, como é o tal de São Paulo.

Tomei pela rua Larga e fui à fábrica do Rink ver lá o João, o João Noronha Santos, engenheiro e subgerente lá. Conversamos até às nove horas. Carreguei-lhe umas caixas de papelão, piedosa mania, e uns números do *Figaro*. Tomei o trem e fui pra casa, a minha espectral casa.

Cá estou na secretaria; o barão, em frente, vigia-me por cima dos livros que acumulei nas minhas vendas.

O dia vai correr e eu vou trabalhar um tanto.

Ontem à tarde, fui ao banco receber um empréstimo que propus. É uma casa singular aquela, uma espécie de agiota privilegiado pelo governo. Demorei-me lá duas horas e às oito fui jantar na Estrada de Ferro; paguei ao Chambá o jantar.

Voltei para casa e li até à uma hora o bovarismo do Gaultier, um curioso livro que se propondo revelar uma coisa já muito pressentida, entretanto, é duma frescura de brisa fagueira dos poetas. Estou lendo e acho lisonjeiro para mim achar nele vistas que eu já tinha sentido também. Deitei-me e dormi bem, sossegado e satisfeito, porque tinha trezentos e tantos mil-réis em casa. Depois dos grandes sofrimentos por que passou minha casa, eu ando pela vida apavorado, temendo desgraças, moléstias e tal fúria de tal forma vai se apossando de mim, que me vou azedando, e as rugas que tenho mantido em casa, me parece, se explicam assim.

Hoje, ao chegar à secretaria, fui intimado a cumprimentar o Argolo, que fazia anos; lá fui. Idiota esse barão e esse Argolo.

O mês vai se encerrar e o meu livro só tem prontos dois capítulos, e quem projeta trinta, é pouco trabalhar. Vou esforçar-me mais e creio que até fevereiro terei três capítulos mais.

Entretanto, que de dúvidas me assoberbam sobre o seu mérito, sobre o seu valor!

O bovarismo de Jules Gaultier.

Impressões de leitura.

O bovarismo, diz seu autor, é um livro que não visa instituir nenhuma reforma, se aplica a matéria que os homens, mais que nenhuma outra espécie, acreditam marcar, eles mesmos, uma forma; trata da evolução na humanidade, isto é, dos modos de mudança nesta parte do espetáculo fenomenal em que o fato da consciência parece atribuir ao ser que sofre a modificação, com o poder de dar causa, o dever de dirigir. Sob essa ilusão, a vontade humana acredita intervir no turbilhão de causas e efeitos que a envolvem. A constatação,

verificação do fato, tende na linguagem a se formular em regra moral, porque a ilusão do fato, engendrada pelo reflexo da atividade na consciência, é tão forte que domina as formas da linguagem.

O bovarismo, livro, é um aparelho de ótica mental. É do prefácio. O bovarismo é o poder partilhado no homem de se conceber outro que não é. Precisar o papel do bovarismo como causa e meio essencial da evolução na humanidade.

O mal, o bovarismo nos personagens de Flaubert, pode ser apreciado com uma rigorosa observação: aumenta com o afastamento que se forma entre o fim a que está voluntariamente assinalado e o fim para que os imantava naturalmente a sua vocação natural.

A pessoa humana.

A imagem que, sob o império do meio, circunstâncias exteriores, educação sujeição, a pessoa forma de si mesmo.

Ser real, ideal, tendências hereditárias etc.

As linhas se coincidem quando a impulsão, vinda do meio circunstancial, age no mesmo sentido que a impulsão hereditária.

Nos casos de Flaubert, essa convergência não se produz. O ângulo dessas linhas é o índice bovárico, mede o afastamento entre o indivíduo real e o imaginário, entre o que é e o que ele acredita ser.

Na *Educação sentimental*, de Flaubert, mímica de valor desigual.

Diz o Gaultier que, se na Ema Bovary o bovarismo foi negativo, deve-se à sua falta de crítica.

*

Sem data

Bem cabível.

“Malheureusement il y avait chez le frère de Mme. Pompadour un amour-propre ombrageux, une inquiétude perpétuelle de l'estime qu'on faisait de sa personne, une susceptibilité toujours en quête et en alarme d'une ironie ou d'un

mépris, une tendresse pleine de méfiances et de soupçons, un besoin de se tourmenter et de se rendre malheureux dans lequel faisant tout à coup irruption une noire humeur accompagnée de rudesses et de brusqueries”. (Mme. Pompadour, Goncourts.)

É curioso verificar que essas linhas descrevem inteiramente o meu caráter e, se de qualquer forma a metempsicose é verdade, e em minha alma há qualquer coisa do desventurado irmão da grande favorita.

*

30 de janeiro

No sábado, fui à casa do Alcides Maia ler o meu livro; acredito que fossem sinceros os elogios que dele me fez, o que me anima a continuá-lo; entretanto, o pensamento foi ainda pouco compreendido, eu o creio, porque ele me tenta a pôr nele um personagem que o livro não comporta. A leitura dos dois capítulos primeiros durou uma hora, e ele fez pequenas observações, emendando, que eu aceitei.

Cada vez mais simpatizo com esse Alcides. É inteligente, ilustrado, estudioso, delicado de sentimentos. Ele é muito diverso da maioria dos jornalistas e rapazes de letras com quem tenho relações. Não é que lhe falte orgulho, altaneria, Deus nos livre que ele não o tivesse. Tem-no, mais pautado, discreto; e nele esses sentimentos modelam a sua melhoria. Acho nele dois pequenos defeitos: é jornalista e é político. O primeiro é simplesmente um meio de vida, desculpa-se; o segundo é que não. Entretanto, como ele nascesse daquele fermentado Rio Grande e de família abastada, não poderia escapar a ela.

Domingo, fui ao *Papa Lebonnard*, drama em quatro atos de Jean Aicard. É um drama de moldes velhos, feito por um autor novo e de talento. A Lucinda, a minha querida Lucinda, um gosto que foi meu pai quem mo deu, fez o papel com uma sobriedade, com uma elevação, que admira em língua portuguesa.

A Lucinda não tem ênfase e com poucos recursos de fisionomia ela tira um partido excepcional. É como um escritor de pequeno vocabulário, mas com grande conhecimento da sintaxe e um grande sentimento da língua. O

Cristiano não é lá essas coisas, esforça-se, trabalha, sabe, mas, como disse um português, não tem o teatro no peito. O Ferreira é melhor; entretanto, com se sentir nele um ator inteligente, vê-se que lhe falta a observação do tipo que representava, um nobre, um marquês.

Bom dia! Chovia a cântaros. A francesa de defronte à botica continua a interessar-me. É Louise Léon, costureira. Magra e alourada e eu... Afonso! Afonso!

Estou na secretaria a aborrecer-me com os decretos; levemos a cruz ao Calvário, por amor ao meu pai.

Hoje vou pagar ao J... P... o último dinheiro que meu pai lhe deve. Procedeu conosco como um carrasco. Aborreceu-me e acirrou-me como um agiota.

Graças a Deus vou pagar-lhe e que Deus me dê felicidade suficiente para pagar tudo que meu pai deve. E, se eu isso fizer e se conseguir cercar-lhe o resto da vida da abundância que ele tem direito, eu só peço três coisas:

Um amor.

Um belo livro.

E uma viagem pela Europa e pela Ásia.

*

31 de janeiro

Último dia do mês em que, com certa regularidade, venho tomando notas diárias da minha vida, que a quero grande, nobre, plena de força e de elevação. É um modo do meu “bovarismo”, que, para realizá-lo, sobra-me a crítica e tenho alguma energia. Levá-la-ei ao fim, movido por esse ideal interessado e, se as circunstâncias exteriores não me forem adversas, tenho em mim que cumprir-me-ei.

Ontem, saindo da secretaria, fui à rua do Ouvidor, estive com alguns idiotas e fui à botica. Encontrei o V... C..., um meu antigo colega de colégio. Bom rapaz, avarento, míope de inteligência e sem nenhum bovarismo. Está a se formar em medicina e com isso enche o seu ideal de fazendeiro médico.

Deixando a botica, fui à rua do Ouvidor; como estava bonita, semiagitada! Era como um *boulevard* de Paris visto em fotografia.

Fui de trem, meditei durante a viagem sobre o meu livro, e em casa compulsei as notas para acabar o terceiro capítulo. Agora acabo de achar uma pequena cena para o segundo, com a qual dar-lhe-ei mais força, mais vida, mais verossimilhança.

Agita-me a vontade de escrever já, mas nessa secretaria de filisteus, em que me debocham por causa da minha pretensão literária, não me animo a fazê-lo.

Fá-lo-ei em casa.

*

1º de fevereiro

No dia 1º de fevereiro, com mais forte razão que nos outros, eu vim à secretaria. Logo ao chegar, fui chamado a falar com um tal B..., que aqui há. Lá fui. Tratava-se não sei de que maçada tinha que ver comigo. Esse B... é o tipo mais curioso de militar burocrata, e burocrata fraco em ortografia e na sintaxe comum. Enchi-me da precisa altivez para falar com ele, e lá não foi preciso usá-la, porquanto ele nada me disse que a provocasse. Ainda bem.

O S..., o chefe, atrapalhou-se de tal modo na folha, que não pudemos receber dinheiro; recebi, entretanto, o de meu pai, no Tesouro, o que constitui para mim um grande aborrecimento.

*

2 de fevereiro

No dia 2, dia das candeias, vim à secretaria receber o dinheiro e por sinal que nela me demorei até as duas e meia horas da tarde. Saindo, fui à igreja da Candelária e, como estivesse algum tanto obtuso, não recolhi nenhuma ideia, nem qualquer emoção.

No entanto, com o enterro do Patrocínio não se deu o mesmo. Propalado pelos jornais que esse jornalista tinha sido a alma da Abolição, o populacho à última hora agitou-se e fez-lhe a manifestação de uso: coche puxado a braços, ululos pelas ruas e discursos de cidadãos mais ou menos sequiosos de renome,

que aproveitam a ocasião para aumentá-lo um pouco. Quem conheceu o Patrocínio como eu o conheci, lacaio de todos os patoteiros, alugado a todas as patifarias, sem uma forte linha de conduta nos seus atos e nos seus pensamentos, não acredita que pudesse ter sido, como dizem, o apóstolo da Abolição.

Necessariamente, ele se serviu da coisa como um meio de arranjar facilmente dinheiro, explorou-a em seu proveito, na parte pecuniária e na parte gloriosa. Isso ele o fez com o máximo interesse e a máxima baixeza. Eu sei bem que baixos móveis levam a altas coisas, mas isso não se deu com o Patrocínio.

A lei 13 de maio vinha de longe, era convicção da nação a injustiça da escravidão, não precisava jornalistas nem evangelizadores para mostrar-lhe a injustiça. Quem notar — basta fazê-lo de 1822 — as referências que os nossos governantes fazem à coisa, sente que eles o fazem com vergonha, com desazo, sentiam-no a ilegalidade, a injustiça; e esse sentimento, que se foi espalhando pelo país, aumentou extraordinariamente depois da guerra do Paraguai e foi como, se dando a lei de 1871, não teve para encarná-la senão o funcionário que a subscreveu, o visconde do Rio Branco, ministro naquele tempo. A lei dos sexagenários foi assim também. E, quando já era quase universal no Brasil esse amargo sentimento, é que apareceu seu Patrocínio, que, sem honestidade e sem grandeza, aproveita-se da história e, pelo “jornalismo”, consegue ser elevado à altura de um apóstolo, de um evangelizador.

Demais, há e houve sempre entre nós um grande sentimento liberal, com certas restrições, em favor dos negros.

Eu vi o enterro; compungido, do redator do *Novidades*, o último jornal escravocrata que houve aqui, o Alcindo Guanabara. Se era ao amigo que ele ia ao enterro, mentia; eles nunca o foram; se era ao tribuno, mentia, porquanto sempre foram adversários; tartufo e jornalista, o que é uma e mesma coisa.

As ruas cheias tinham um aspecto híbrido, pardo, e os discursos choveram de todas as sacadas da rua do Ouvidor. Sonetos e mais longas poesias também. E o Rafael, no largo do Rossio, fez um extraordinário — pois fez populares chorar —, um extraordinário discurso. Eu não ouvi; tenho pena.

*

20 de fevereiro

Há mais de dez dias que não tomo notas. Nada de notável me há impressionado, de forma que me obrigue a registrar. Mesmo nos jornais nada tenho lido que me provoque assinalar, mas, como entretanto eu queria ter um registro de pequenas, grandes, mínimas ideias, vou continuá-lo diariamente.

Ontem, estive em casa do Tigre, com Alcides Maia, que na verdade é um rapaz que promete.

*

Sem data

Saião, amanuense comigo em 1904 e 5. Burro. Pobre. Tonto de sua família — Saião Lobato e Costallat. Ignorante. Fumaças de escritor. Escreveu uns pensamentos e reflexões que eu devo ter entre os meus livros. Curiosos de asnáticos. Como lhe chegassem aos ouvidos que eu estava escrevendo um livro — o *Clara dos Anjos* — deu-se para espalhar que estava escrevendo outro. Sobre botânica e zoologia. Coisa transcendente. De agora em diante, está no meu trato.

Registrarei as suas palavras e as suas coisas.

*

É incrível a ignorância dos nossos literatos; a pretensão que eles possuem não é secundada por um grande esforço de estudos e reflexão. Presumidos de saber todas as literaturas, de conhecê-las a fundo, têm repetido ultimamente as maiores sandices sobre o Gorki, que anda encarcerado na Rússia, por motivo dos levantes populares lá havidos.

Há dias, conversando com o Tigre, ele me disse que esse Gorki nada valia — escrevera uns contos, coisas de fancaria socialística. É incrível, mas é verdade.

Quando eu lhe disse que o Máximo tivera o Prêmio Nobel, ele se admirou — não sabia.

Entretanto, Tigre é uma das esperanças da geração moderna.

Domingos, bom rapaz, algo mais ilustrado que a maioria dos novéis literatos, cerebrino autor do *Sê feliz*, vai fazer um discurso sobre o Bordalo Pinheiro.

Não acredito que essa coisa do Bordalo seja sincera. Como caricaturista, ele era um pesadão, a sua caricatura era alguma coisa barroca, com os motivos portugueses desgraciosos, folhas de parra, pipas de vinho, suínos etc. etc.

Desenhista, eu o não conheço. O que se salva nele é o ceramista, e esse só alcança a Portugal, com quem, eu penso, ele não há de querer repartir a glória. Sendo assim, é positivamente idiota e sem razão essa manifestação que lhe vão fazer.

Eu tenho notado nas rodas que hei frequentado, exceto a do Alcides, uma nefasta influência dos portugueses. Não é o Eça, que inegavelmente quem fala português não o pode ignorar, são figuras subalternas: Fialho e menores.

Ajeita-se o modo de escrever deles, copiam-se-lhes os cacoetes, a estrutura da frase, não há dentre eles um que conscienciosamente procure escrever como o seu meio o pede e o requer, pressentindo isso na tradição dos escritores passados, embora inferiores. É uma literatura de *concetti*, uma literatura de clube, imbecil, de palavrinhas, de coisinhas, não há neles um grande sopro humano, uma grandeza de análise, um vendaval de epopeia, o cicio lírico que há neles é mal encaminhado para a literatura estreitamente pessoal, no que de pessoal há de inferior e banal: amores ricos, mortes de parentes e coisas assim. A pouco e pouco, vou deixando de os frequentar, abomino-lhes a ignorância deles, a maldade intencional, a lassidão, a covardia dos seus ataques.

*

E, como tencione fundar uma revista com o Alcides Maia e mais outros, só me encontro com literatos aos sábados, e com estes do Alcides, que, se não têm todos talento, têm vontade, cavalheirismo e tenção de qualquer coisa.

*

Juca Rocha era um conhecido proprietário de casa de jogo. Sustentando, dirigindo estabelecimentos dessa natureza, mantendo a família num luxuoso palacete em Botafogo, e frequentando ela a “gente” *hors ligne* de lá. Suas filhas

casaram-se com vários magnatas. É um caso curioso e denunciador do relaxamento dos nossos costumes. Da sua casa de jogo, na rua de São José, eu vi sair senadores, deputados, militares etc. etc.

*

Contou-me o Luís:

Um oficial, quando cadete, se amigara com uma mulher, madame Cartomante; ao seu enterro, quando foi esse oficial, o carro, por mais que o cocheiro fustigasse os cavalos, não se movia. O acompanhamento já ia longe, quando o alferes resolveu não acompanhar, mandando que o carro seguisse outro caminho.

O carro, então, rolou placidamente.

*

Sem data

Amanheci mal, tive até um sonho erótico. Saí às nove horas, fui à missa na igreja da Glória. Como estivesse embotado com a má noite que passei, não pude tomar uma nota.

Vim à cidade, almocei com os Batistas, bons rapazes. Fui ao Leme, aborreci-me. O Metelo, um rapaz gago de Mato Grosso, caceteou-me enormemente. O Pereira, burro e sem nenhum relevo, encheu-me de sono a volta.

Por descargo de consciência, fui à casa do César Vilares, um bom rapaz, a quem devo vários favores, mas que é extraordinariamente aborrecido como companhia, pois por falta de hábito é *gauche* conversador.

Em casa voltei.

Esquecia-me de dizer que na sexta fui com minha irmã à casa do Artur, dancei e bocejei.

É o que tenho a relembrar desses quatro dias.

*

Eram vulgares no tempo em que morei nos subúrbios os clubes dramáticos. Em Cascadura havia quatro; no Riachuelo, um; no Méier, três; em Todos os Santos, um. Tinham títulos singulares. Um era Cassino do Méier; outro, Clube Dramático Esperança.

Em geral, eram sórdidos, baixos, um simples barracão coberto com telhas de zinco, e um jirau que era o palco. As mulheres se vestiam quase à vista dos homens. Mensalmente davam récitas. As amadoras, além de lhes faltar beleza, porte, gramática, não tinham voz, graça e jeito. Os rapazes ainda piores. Nos papéis dramáticos ou trágicos, presos da ênfase, tornavam-se ridículos.

Uma vez, no Esperança, quando um ator invectivava a esposa culposa, a plateia caiu na gargalhada. Quando em papéis cômicos, caíam na palhaçada, na “esculhambação”, como se dizia no tempo. Traduzia perfeitamente o fundo burro, inestético da nossa gente. As peças eram pavorosas sensaborias, velhas e sem mérito, cortadas aqui, ali, surgiam à ribalta, representadas por tais atores, como pantomimas idiotas. Findo o espetáculo, um qualquer dos sócios redigia uma notícia e levava a um amigo de um jornal que a publicasse. Exemplo:

*

“Grêmio Jupira — Com o encanto e brilhantismo de sempre realizou, sábado último, esta simpática sociedade mais uma récita, sendo levada à cena a chistosa comédia:

“Os amores de um boticário.”

“Os distintos amadores, a quem estavam confiados os difíceis papéis, saíram-se corretissimamente, sendo dignos de menção as exmas. sras. d. Januária Teixeira, d. Hilda Nolding e d. Maria Azevedo, que com extraordinário realce tiveram ensejo de demonstrar os seus conhecimentos do palco, e os srs. Oscar Amazonas, Joel Braga, J. Júlio, A. Braga e Ribeiro de Sá, que plenamente as coadjuvaram no bom desempenho da peça.

— Terminando o espetáculo, tiveram início das danças que, sempre animadas, se prolongaram até alta noite.”

*

Sem data

É curioso comparar a maneira com que o Debret pinta os negros e os brancos. O ponto de verdade dos dois...

*

Sem data

Crisólito — Crisoberilo — Crisópraso.

*

Francisco de Castro Moraes, governador em 1710.

Guarnição — dois regimentos de infantaria, duas companhias de artilharia.

*

Aprisionaram uma sumaca, da Bahia.

*

Fossem atacar a fortaleza da Praia Vermelha, mandou mestre de campo João Paiva.

*

Lei de 24 de janeiro de 1756 sobre negros e mulatos.

*

Quilombolas — lê-se no alvará de 3 de março de 1741:
..... partus sequitur ventrem.

*

Peça da índia — negro escravo.

*

Pritchard, citado por Gobineau, pretendia provar que o negro moçambique tinha aptidão para grande personagem.

Até que ponto o livro do conde Gobineau influiu no Darwin?

Gobineau diz que Darwin e Buckle “*ont créé ainsi les dérivations principales du ruisseau que j’ai ouvert*”.

*

Sem data

O número da folha de pagamento de papai é 46v.

*

10 de julho

Campo de Sant’Ana. Uma mulher me veio ao banco em que eu estava sentado, trazendo uma criança no colo e pediu-me algum dinheiro. Dei-lhe trezentos réis. Rico Brasil! Não há miséria. Disse-me ela que a criança não tinha mãe, mas eu creio que quem lhe faltava era o pai.

*

Gobineau — meio-nada.

*

Gobineau — dia 10. Guizot: a civilização é um fato. A civilização para ele não é um fato, é uma série de fatos, um encadeamento de fatos mais ou menos logicamente unidos uns aos outros, e gerados por um concurso de ideias muitas vezes múltiplos, ideias e fatos fecundando-se sem cessar.

“Civilisation est un milieu dans lequel elle (l’humanité) a réussi à se mettre, qu’elle a créé, qui émane d’elle, et qui à son tour réagit sur elle.”

“Civilisations, un état de stabilité relative où des multitudes s’efforcent de chercher pacifiquement la satisfaction de leurs besoins, et raffinent leur intelligence et leurs mœurs.”

Princípio-macho na civilização — útil; princípio-fêmea — sonho.

*

Sem data

Seria uma bela obra um romance em que se tratasse a antiga fazenda com escravos...

*

12 de junho

Facada do filho do doutor B... S... (quatrocentos réis).

*

14 de junho

Nada de novo. Lobão me comunicou que está no *Malho*. Grande terra esta!

*

18 de junho

Facada de uma pobre mulher no Campo de Sant'Ana (cem). Injustiça: ao filho do almirante não tive pena de dar quatrocentos, mas...

*

Sem data

Eu me lembrava de ter lido não sei onde que Dalloz observava que, quando a desordem anda nos espíritos, as leis tornam-se numerosas e são sem cessar as reclamações de novas leis que nada conseguem, porque o indispensável é reformar os espíritos, para o que elas são impotentes.

Que diabo ia eu fazer em casa de jurisconsulto? Que tinha ele de meter-se em questão intelectual? Por acaso a gente que incumbia decidir a questão, não era suficientemente esclarecida para resolvê-la por si mesmo?

Mas o tempo era legiferante; e a opinião tinha fé no manipanso da lei e nas coisas rebarbativas e, em geral, falsas dos pareceres dos juristas. As melhores leis foram as que romperam as anteriores. Há quem diga isto; e estamos coincidindo a tal ponto, que a excelente será o que romper todas as demais.

O Campo de Sant'Ana estava sempre tranquilo. Aqueles dois mármores de entrada, muito brancos, nasciam da grama verde, como lírios...

*

9 de julho, domingo

Amanhã, hoje, ontem, fatídicas palavras com o mesmo significado. Tédio, consequência da miséria.

Haverá de fato necessidade de submissão? Ou será inútil semelhante coisa, podendo a sociedade existir sem ela?

Nansen, *Viagem ao polo*, lida pela quinta vez, hoje, 9 de julho, muito frio, pouco dinheiro, nenhum é melhor dizer. 1905. Encantadora viagem, saborosa como uma ficção; entretanto, aqui, ali, há coisas pueris, reflexões vulgares, que, entre nós, publicada aquela obra, não haveria quem não nas atribuisse ao conselheiro Acácio, *vulgus fecus*.

Depois de três meses de interrupção, deu-me vontade de escrever, ou continuar a escrever meu livro. Publicá-lo-ei? Terá mérito? *En avant*.

Escrevi um bilhete ao Manuel Ribeiro.

*

17 de julho

Dia 17 de julho de 1905. Secretaria. Dez e meia da manhã. A sala da seção do expediente está completa. Todos vieram. Só falta o S..., o chefe, que a faltar tem levado quarenta dias. Estava doente. Fui visitá-lo. Achei-o mal, abatido, carcomido. A família, agradável, simples. Jantei com ele, bom acolhimento. Tem uma filha que não é feia e possui mesmo uma distinção de busto, um que-quer-que aristocrático que me agradou. É a vida. Bem! Secretaria, dez e meia, segunda-feira. Lauriano, um contínuo, entra na sala. Pelas suas costas, a porta por onde entrou fere o batente com estrépido. A dois passos do primeiro oficial que serve de chefe, o Vaz de Barros, ele para e diz:

— Anuncio que “seu” Silva morreu.

Cada um, ao ouvir aquelas palavras, que ele pronunciara levemente, ergueu as cabeças, cujas fisionomias — maus atores! — se esforçavam por ter um ar de compunção. Ninguém sente. Apesar de viverem, ou terem vivido com ele dez, vinte, trinta anos, a amizade não lhes ligou as almas. Não havia afinidades entre os espíritos deles e os pequeninos atritos de carreira ainda os separou mais. Entretanto, eles se esforçam por ter compaixão e dos traços do seu rosto nada sai e dos seus lábios só um banal:

— Coitado!

O Belo é o mais aperfeiçoado de todos, como eu já observei algures, é o homem mais sensível às dores formalísticas e de polidez. Logo depressa se apressou no plano das homenagens: que se devia fazer isso, aquilo etc. etc. É tremendo esse Belo. É desses exemplares de homens que substituíram por

completo sua alma pelo papel escrito. Um cartão de pêsames, no seu imaginar, e algumas linhas públicas, no seu pensar, são grandes lenitivos para dores, para aflições. Um dia, morreu a filha de um major, com quem ele tinha conhecimento, por tratar em interesse de serviço com ele, aqui na secretaria; pois bem, logo que soube da notícia, encheu de uma ou duas linhas um cartão e mandou-o. E a um seu companheiro que lhe perguntou o que era:

— Um cartão de pêsames — disse, ao major fulano de tal. — Sou assim, meus amigos, nas horas das aflições, é que vou em busca dos amigos.

Com o tal cartão, e ele não gastara nada, nem pecuniariamente, nem doutra qualquer forma. Escrevera-o com parca sintaxe e bela caligrafia, entre risadinhas e comentários alegres, e mandara-o com o carimbo oficial, recebendo-o gratuitamente da casa fornecedora de papel. Bela alma!

E eu vou assim também ficando. O Belo, hoje, 18 de julho de 1905, afiançou que, se o Silva morreu, foi devido a essa nossa carreira (administração). Porque, raciocina ele, a moléstia era antiga e ele não se tinha podido tratar. Ganha-se uma miséria.

O Silva, horas antes de morrer, disse a um parente:

— Siga o cachorro e porco.

*

27 de outubro

Vim, hoje, 27 de outubro de 1905, no trem com o Oliveira, um antigo caixeiro da botica do Vilarés, que me apresentou ao senhor Cordeiro, empregado da Casa da Moeda.

“Seu” Cordeiro é homem velho, pardo sem ser mulato (?), de pele encarquilhada, a boca pequena calcada para dentro e projetando o queixinho redondo pra fora. Um bigode ralo amareloço sempre aparado, com uma penugem de pássaro, enquadra-se magnificamente bem em semelhante rosto, a cuja superfície, e, sem exagero, quase no seu plano, brilham uns olhinhos pardos, aureolados com o halo da velhice. Os cabelos, muito lisos, tais como se fossem falsos, descem untados das bordas internas do chapéu. É, me pareceu, como uma *chinha* (aquelas múmias do Peru).

“Seu” Cordeiro é etimologista. Vai procurar a exata origem da palavra “cigano”, que, etnograficamente, segundo a sua abalizada opinião, são judeus. Disse-me, quando se tratava de superstições, que, embora o metafísico fundamentado fosse uma dúvida, ele não acreditava nessas bobagens: varrer casa de noite, diabos em encruzilhada.

Há dias, foi daí que lhe veio o seu ceticismo astronômico, há dias, estando na estação de Engenho Novo, o sol caía com tanta força sobre um lampião de gás e a luz se refletia com tanta força, que era como um astro de primeira grandeza (*sic*). Assim — concluiu ele, muito logicamente — são as distâncias calculadas de quarenta milhões e mais de léguas daqui ao sol.

Ao saltar, confessou-me que tinha estudado todas as religiões, e profundamente.

Vou explorar esse flão. Deve ser de uma riqueza de estontear.

*

Sem data

Há dias, por motivos de minha profissão, fui obrigado a entrar na Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Vestia-me mal, é fato; mas entrava certo de que era cidadão brasileiro, homem de algum cultivo, cumpridor dos meus deveres, e, sobretudo, protegido da crença que, tendo frequentado uma dessas nossas escolas superiores, mereceria dos contínuos de lá o tratamento que se dá ao comum dos mortais. Enganei-me. Dirigi-me ao contínuo, no primeiro pavimento, que, com a habitual *morgue* dos altos e baixos funcionários, aconselhou-me que subisse. Até aí pisava no Brasil, agora, parecia-me, passava a fronteira. Dois contínuos, enfardelados em amplas sobrecasacas pretas com botões dourados, ocupavam-se pachorrentamente em cortar jornais, pregando os retalhos num livro em branco. Original ocupação dos contínuos da Secretaria do Exterior!

Medroso do meu ato, ousei interromper-lhes a tarefa:

— Precisava isso assim, assim; os senhores podem etc.

Os dois respeitáveis funcionários olharam-me de alto a baixo e, entre complacente e desdenhoso, um deles disse-me:

— Entra.

Fiquei atônito, nunca fora assim tratado em departamento da administração brasileira e demais naquele sotaque estrangeiro! Prudentemente entrei, sentei-me, conforme me aconselhava o magnífico auxiliar das nossas relações exteriores. Tinha sob mim uma delgada cadeira dourada meio suja. Em torno, um salão lustrado, amplo e meio escuro; e o teto de estuque tinha pelos cantos o armorial de algum visconde apressado. O estuque encantou-me e, embora sob o peso daquela afronta, interessou-me o relevo dele, as armas do escudo, os florões, os grifos etc. etc. etc... De quem fora aquilo? Não sabia. O dinheiro que o fizera, entretanto, era fácil de se dizer donde vinha. E, não sei como, eu vi uma grande fazenda: a senhorial casa acaçapada, numa meia laranja de morro branco de cal, enrubescer sob o banho da luz da aurora; as vacas mugiam no curral próximo; o terreiro fronteiro era como vasto lençol estendido. Da senzala, sem que sequer ouvissem o gorjeio dos pássaros, em filas cerradas, saíam, sob o peso do cativo, algumas centenas de negros. Aquela viva linha negra a estender, silenciosa, humilde, tinha a energia oculta de um filete que se infiltra pela terra adentro. Depois de furar cem metros, rebenta aqui como uma fonte cristalina; se mais desce, mais pressão e mais temperatura ganha, e complexidade na composição; voltando à flor da terra, é agora termal; se mais baixo vai, mais forte fica, e lá, nos profundos recessos do planeta, complica, revoluciona, baralha, e provoca vulcões. Lá ia a fila negra unida, cerrada, por entre os cafezais...

Olhei o escudo, as fantasias heráldicas, as armas de galés e, de mim pra mim, pensei:

— Doce fila negra que mourejaste no cafezal, estás ali também naquele níveo escudo; tu entraste nele sem querer; foste aí pela fatalidade das coisas e essa...

— Não é isso que você quer? — disse-me o contínuo.

E eu acabei de raciocinar:

— ...e essa, não há barões, viscondes, duques e reis que a desviem.

*

Sem data

Vai se estendendo, pelo mundo, a noção de que há umas certas raças superiores e umas outras inferiores, e que essa inferioridade, longe de ser transitória, é eterna e intrínseca à própria estrutura da raça.

Diz-se ainda mais: que as misturas entre essas raças são um vício social, uma praga e não sei que coisa feia mais.

Tudo isto se diz em nome da ciência e a coberto da autoridade de sábios alemães.

Eu não sei se alguém já observou que o alemão vai tomando, nesta nossa lúcida idade, o prestígio do latim na Idade Média.

O que se diz em alemão é verdade transcendente. Por exemplo, se eu dissesse em alemão o quadrado tem quatro lados seria uma coisa de um alcance extraordinário, embora no nosso rasteiro português seja uma banalidade e uma quase verdade.

E assim a coisa vai se espalhando, graças à fraqueza da crítica das pessoas interessadas, e mais do que à fraqueza, à covardia intelectual de que estamos apossados em face dos grandes nomes da Europa. Urge ver o perigo dessas ideias, para nossa felicidade individual e para nossa dignidade superior de homens. Atualmente, ainda não saíram dos gabinetes e laboratórios, mas, amanhã, espalhar-se-ão, ficarão à mão dos políticos, cairão sobre as rudes cabeças da massa, e talvez tenhamos que sofrer matanças, afastamentos humilhantes, e os nossos liberalíssimos tempos verão uns novos judeus.

Os séculos que passaram não tiveram opinião diversa a nosso respeito — é verdade; mas, desprovidas de qualquer base séria, as suas sentenças não ofereciam o mínimo perigo. Era o preconceito; hoje é o conceito.

Esmagadoras provas experimentais endossam-no. Se F tem 0,02 m a mais no eixo maior da oval de sua cabeça, não é inferior em relação a B, que tem menos, porque ambos são da mesma raça; contudo, em se tratando de raças diferentes, está aí um critério de superioridade.

As mensurações mais idiotas são feitas, e, pelo complacente critério do sistema métrico, os grandes sábios estabelecem superioridades e inferioridades.

Não contentes com isso, buscam outros dados, os psíquicos, nas narrações dos viajantes apressados, de *touristes* imbecis e de aventureiros da mais baixa honestidade.

E hoje é para mim motivo de alegria poder eu dizer tal coisa, poder tratar tão solenes instituições com semelhante desembaraço que não é fingido.

É satisfação para minh'alma poder oferecer contestação, atirar sarcasmos à soberbia de tais sentenças, que me fazem sofrer desde os 14 anos.

Oh! A ciência! Eu era menino, tinha aquela idade, andava ao meio dos preparatórios, quando li, na *Revista Brasileira*, os seus esconjuros, os seus anátemas... Falavam as autorizadas penas do senhor Domício da Gama e Oliveira Lima...

Eles me encheram de medo, de timidez, abateram-me; a minha jovialidade nativa, a satisfação de viver nesse fantástico meio tropical, com quem tenho tantas afinidades, ficou perturbada pelas mais degradantes sentenças.

Desviei a corrente natural de minha vida, escondi-me em mim mesmo e fiquei a sofrer para sempre.

Mas, hoje! Hoje! Já posso alguma coisa e amanhã poderei mais e mais. Não pararei nunca, não me deterei; nem a miséria, as perseguições, as descomposturas me deterão. Sacudi para longe o fantasma do medo; sou forte, penso, tenho coragem... Nada! Nada! Nada!

É que senti que a ciência não é assim um cochicho de Deus aos homens da Europa sobre a misteriosa organização do mundo.

Quando há dias li numa das histórias do Brasil do senhor João Ribeiro, pág. 234: “Não podemos pensar que o homem de cor, consequência semi-híbrida do contato heterogêneo de raças tão distanciadas que, até por eminentes cientistas como Haeckel, são consideradas como espécies diversas, seja a peste da cultura americana, como sentenciam os sociólogos”, ri-me com uma espontaneidade, que até eu mesmo me admirei.

Lobriguei no período, debaixo daquele — “eminentes cientistas como Haeckel” — uma excomunhão em regra para os miscigênicos.

Até hoje não li Haeckel e tenho pena de não conhecer o inventor de animais curiosos. Um dos traços do meu espírito é a curiosidade pelas criações humanas. Não se me dá que sejam verdadeiras; o principal, para o meu espírito, é o esforço de inteligência que elas representam e que eu amo. Leio-as, compreendo-as até o ponto que quero, depois fecho livros — certo de que o mundo continua ainda []

Opiniões e ideias de J. Sá Bragança, primeiro oficial da Secretaria dos Cultos.

É bacharel em letras pelo antigo Imperial Colégio Dom Pedro II, onde foi colega do doutor Joaquim Nabuco. Conhece a psicologia clássica e a metafísica de todos os tempos.

É de história sentimental limitada. Não é casado e só amou duas vezes: a primeira vez, a filha de um visconde, num baile de um marquês; a segunda, à sua cozinheira, não sabe em que ocasião. Seguindo o seu favorito método introspectivo, analisou as duas emoções e, ao cabo de análise detalhada, achou-as idênticas em si mesmas e nas aparências.

Nunca teve ambições. Filho de um general e titular do Império, podia ter sido “muita coisa”; não quis; era preciso ser doutor, formar-se, o que lhe daria trabalho, amolações...

Fez-se praticante e foi indo.

Com tão grande saber, Sá Bragança podia ser oráculo de sua repartição, e não o é. As repartições são como a vida em geral — amam os medíocres.

Contudo, ele é bom empregado. A República veio encontrá-lo a postos, redigindo um decreto do Defensor Perpétuo; e, ao lhe avisarem:

— Seu Bragança, o Deodoro proclamou a República no Campo de Sant’Ana.

— Qual foi? — perguntou.

As suas reminiscências de história não lhe davam de pronto a ideia nítida do que fosse República. Sabia de tantas e tão diferentes, que o seu embaraço não foi afetado.

— República!... Homessa!... Governo de todos nós — respondeu o servente.

— E você ainda pretende governar?

— Eu, não; mas meus filhos...

— É de esperar, meu amigo.

— Agora, outra coisa: vão restabelecer a escravatura?

— Isso não sei, “seu” Bragança.

Disse-me ele que, naquela manhã mesmo lera o seu Fustel de Coulanges, a respeito da significação aristocrática do tratamento cidadão. Despido de ambições, acabado o seu curso, não abandonou os livros. Continuou a ler e a

comprá-los mensalmente, procedendo a leitura com a ordem e o vagar de quem vai escrever uma tese. Das revistas estrangeiras, a *Revue des Deux Mondes* é a que mais quer e cita.

— É a única que não traz figuras — disse-me ele.

Ama as letras pátrias e acompanha o seu movimento com interesse, mas sem paixão. Quando moço, admirou Fagundes Varela e Laurindo Rabelo; hoje, o seu ídolo literário é o senhor barão do Rio Branco.

— Mas não tem livros?

— É porque não quer. Se os fizesse...

E a sua fisionomia se concentrou num olhar que parece estar vendo, ao longe, o triunfo de Tito.

Nos dias de bom humor, ele me distingue com as suas piadas críticas:

— Na Canaã do Milkau, do doutor Graça Aranha, entrarão o Felicíssimo e aquele simpático “camarada” que dança o miudinho?

Não lhe pude responder. A terra de promessa do ilustre romancista fica tão na névoa e no vago — é tão alemã! — que não me atrevi a responder sim. Demais, quem é que precisa de terra de justiça e de amor? Os alemães, sem dúvida!

Para Felicíssimo e nós outros, o encorajamento.

Lentziano com a carabina do vagabundo da Tijuca, que vem a ser o mesmo.

Sá Bragança parece que adivinhou o meu pensamento, quando me perguntou em seguida:

— Você já reparou que os nossos [...]

*

Sem data

Aos camaradas do Esplendor dos Amanuenses comunica Aff. H. de Lima Barreto, amanuense da Secretaria da Guerra, que vai arejar no largo da Carioca, onde, durante dois meses, para exercícios variados de artilharia... verbal, continuando, embora com tão árduos trabalhos, a tomar notas para o seu *Pequeno dicionário dos super-homens*, título esse que o Rivarol, lá do Inferno onde está, há de gostar muito.

Mot de la fin:

Rua do Ouvidor. Passa o batalhão naval.

— Que te parece?

— O quê? (para danar o Rui)

— O batalhão naturalmente...

— Os oficiais são de um país e os soldados de outro.

— Um regimento de cipangos.

— Um batalhão de sudaneses.

— Exato!

— Tal e qual!

*

Abril

O pai de Gonzaga de Sá devia ter nascido em 1813.

Gonzaga de Sá, em 1850, e entrou na Secretaria dos Cultos em 1872; quando nasceu, o pai tinha 37 anos, e a irmã deve ser mais velha do que ele 12 anos.

O concerto do Gottschalk.

O benefício da Stoltz.

*

O pai de Gonzaga de Sá devia ter morrido em 1874, com, pelo menos, sessenta anos — 1814. Fez a campanha do Rio Grande; em 1845 voltou e fez-se professor.

	Pai	Gonzaga
N.	1810	1850
	1874	57

G. de Sá	1850 (40) — Mãe morreu em 12 (1866)
General	{1810

Escolástica 1838 (26)..... Mãe morreu em 24

Benefício da Stoltz — 1852, agosto — E. 14

Gottschalk — novembro de 1869

	Escolástica	Gonzaga de Sá	Pai	Mãe
Benefício da Stoltz	14 anos	2 anos	42	27
Gottschalk	31	19	69	Morta
Morte da mãe (1858)	20	8	58	O

*

Sem data

Opiniões e ideias de J. Gonzaga de Sá, oficial da Secretaria dos Cultos.

Encontrei Gonzaga de Sá na avenida Beira-Mar, numa tarde tépida destes últimos dias. Vinha absorto, com as mãos atrás das costas, agarrando a bengala, de cabeça caída, sem ver as fantásticas mutações nas nuvens altas.

Falei-lhe:

— Passeando, hein?

— Exato.

— É uma bela avenida, esta!

O meu amigo olhou-me um pouco como que experimentando a minha lealdade.

— Não acho, meu caro. Notei as minhas sensações e creio poder resumir o meu exame introspectivo da seguinte maneira: — é o cais da Lapa alargado. Os americanos têm como critério de beleza — a altura; é possível que o nosso venha a ser a largura...

— Ainda não está acabada...

— Quando estiver, a mais só haverá os passeios, o que é insignificante.

— As paisagens? Os pontos de vista?

— Não são a avenida propriamente, e já o cais me oferecia o mesmo espetáculo.

— Contudo... — quis retorquir a minha mocidade entusiasta.

— Não se agaste... “*Le beau pour le crapaud...*” Você sabe, não é? Profunda verdade!... É possível que, se os homens não precisassem de dois sexos para se perpetuarem, não houvesse surgido entre [nós] uma tão curiosa noção. Já não sou um homem mais; a beleza para mim é uma fórmula algébrica, por isso...

— Creio que o senhor não maldiz os melhoramentos?

— Absolutamente não! Pelo contrário, tenho projeto de novos.

Dizendo isto, tirou da algibeira do velho paletó algumas tiras que me deu.

— Leia-as. Amanhã me entregue.

Eu li então o seguinte:

“Nota-se que em geral as grandes cidades, especialmente as europeias, não têm um fundo de cordilheira como a nossa. Ora, se as grandes cidades não têm tal disposição natural e se o Rio quer ser das grandes à europeia, deve arrasar as montanhas. Não há prejuízo algum com isso. A desvantagem única seria a supressão do Corcovado, montanha internacional e muito procurada pelos estrangeiros. Em substituição, pode-se erguer uma torre semelhante à Eiffel, em Paris. Até será muito melhor, pois ficará o Rio muito parecido com a capital da França. O aterro, proveniente do desmonte dos morros, servirá para alterar a baía, um incômodo, sepulcro de crimes e cuja beleza, no juízo dos políticos, é uma vazia banalidade de retórica.

“Para o comércio, ficará uma doca; e lá para as bandas de Mauá um lagozinho destinado aos poetas.

“Nota-se também que as grandes metrópoles ficam sobre rios mais ou menos consideráveis (Paris, Berlim, Londres, New York, Viena etc.) — logo se o Rio quer ser grande metrópole deve ficar à margem de um rio respeitável.

“Poder-se-ia transformar o Maracanã em rio considerável. Com canalizações suplementares às nascentes, o aumento do seu volume d’água poderia ser obtido; mas seria falsificar. O melhor é um rio autêntico e bem catalogado nas geografias.

“Nenhum mais adequado do que o Paraíba, para preencher um fim tão civilizador.”

Apesar de tudo, mesmo depois das linhas acima, ainda não tenho uma opinião segura sobre o Gonzaga de Sá doido ou ajuizado, inteligente ou parvo? Não sei.

XIII — O afilhado. Primeira conversa com o Aleixo Manuel, sua inteligência, sua vivacidade. Saída para o colégio, alegre, contente, cheio de vida. O Gonzaga de Sá, em seguida, ao ir me dando livros, vai expondo suas ideias sobre a ciência. Volta de Aleixo Manuel, mal põe o pé na soleira da sala, põe-se a chorar nervosamente, muito, muito. Gonzaga de Sá o interroga:

— Que é? Que foi?

— Dindinha, dindinho, me chamaram de macaco — diz ele.

Fim

XIV — Escritos de Gonzaga de Sá. Dia de chuva, fico em casa. Minha irmã toca. Leio e, folheando livros de Gonzaga de Sá, encontro notas e escritos dele. Miauança, minha gata.

Primeiro — Não há mulher, há sexo feminino.

1 — O general.

2 — A ressurreição de Barbarroxa.

3 — A aeronave e o construtor.

4 — Sapo e sapa.

E alguns pensamentos.

XV — Morte de Gonzaga de Sá. Vou visitá-lo. Está de camisolão, a rasgar papéis e notas. Muito magro, a cabeça muito grande etc. De repente, sai do quarto, vem à sala de visitas, grita pela irmã, fá-la sentar ao piano, obrigando-a a tocar a “Bamboula” e morre num desfalecimento, recostado num divã, dizendo:

— Que complicação... que peso... foi-se... afinal!

Estou eu, a irmã, o preto velho e o Aleixo Manuel.

1907

Augusto de Freitas: untuoso, gestos lentos, sorriso à flor dos lábios. Doce de coco.

Barbosa Lima — imprecações, gestos bruscos e convulsos, voz ora cava, ora estrídula. Apocalíptico.

James Darcy — melífluo, longas melenas oleadas, na voz “trêmulos”, acompanhados de outros trêmulos na mão, que se alça devagar. Manjar branco.

Anísio de Abreu — desengonçado, desarticulado, voz tonitroante, inaudível à meia-voz e gestos descompassados, estos. Sermão da Quaresma.

Rui Barbosa — voz imperceptível, citações, citações... Temas arcaicos e aforismas. João das Regras.

Germano Hasslocher. Super-homem.

Augusto de Vasconcelos. O silêncio é de ouro.

*

25 de novembro

Précis de Philosophie./ Rédigé conformément aux programmes officiels. / Pour la classe de philosophie./ D'après les leçons de philosophie de M. E. Rabier./ Par René Worms.../ Deuxième édition revue./ Paris, Librairie Hachette et Cie./ 1903.

VIII — 407p.

Este livro foi-me dado pelo Antônio N. Santos, no “sebo” do Martins, em 1907.

Lima Barreto.

25-11-1907.

*

Sem data

Mário Pederneiras. Artigo em francês, publicado na *A Revista*, Rio de Janeiro, 1907.

Tolice e burrice minha.

*

Manuel Capineiro. Ver do Barreto. Houve uma fome. Estrada Real etc. Caso do capim. Expresso esmaga bois. “Ai mô gado! Antes fosse eu!”

*

“A expiação.” Tipo que, sem ter assassinado, acusa-se como sendo o assassino de um caso misterioso.

*

“A volta” (?). Mocidade. Carnaval. Bebericos. Choro. “Pobre Chico, que quer?, não me casei.”

*

Sobre o humorismo. Pôr tudo na história do riso de Schopenhauer.

*

O sentimento do doente nas outras crises. Brigas etc. Falta tudo.

*

Mulher bonita é que não falta nesta vida; o que falta é a mulher de que a gente goste.

1908

5 de janeiro

O ano que passou foi bom para mim. Em geral, os anos em sete fazem grandes avanços aos meus desejos. Nasci em 1881; em 1887, meti-me no

alfabeto; em 1897, matriculei-me na Escola Politécnica. Neste andei um pouco, no caminho dos meus sonhos. Escrevi quase todo o *Gonzaga de Sá*, entrei para o *Fon-Fon*, com sucesso, fiz a *Floreal* e tive elogio do José Veríssimo, nas colunas de um dos *Jornais do Comércio* do mês passado. Já começo a ser notado. Pelas vésperas do Natal, fui ao Veríssimo, eu e o Manuel Ribeiro. Recebeu-nos afetuosamente. Ribeiro falou muito, doidamente, difusamente; eu estive calado, ouvi, dei uma opinião aqui e ali. Deu-me conselhos, leu-me Flaubert e Renan, aconselhando aos jovens escritores. Falou da nossa literatura sem sinceridade, cerebral e artificial. Sempre achei a condição para obra superior a mais cega e mais absoluta sinceridade. O jacto interior que a determina é irresistível e o poder de comunicação que transmite à palavra morta é de vivificar. Agora mesmo acabo de ler o Carlyle, *Hero Worship*, no herói profeta, Maomé, que ele diz ser um sincero, acrescentando: “*I should say sincerity, a deep, great, genuine sincerity is the first characteristic of all men in any way heroic*”. O Veríssimo disse coisa semelhante, dizendo-nos que a glória dos segundos românticos, do Castro Alves, do Fagundes, do Laurindo, do Casimiro, era imperecível, tinha-se incorporado à sorte da nação, porque eles tinham sido sobretudo sinceros. Concordei, porque me acredito sincero. Sê-lo-ei? Às vezes, penso ser; noutras vezes, não. Eu me amo muito; pelo amor em que me tenho, com certeza amarei os outros.

A *Floreal* vai mal.

*

No dia 2, fui à casa do M... A... Ele vive amancebado com uma rapariga portuguesa, de 24 anos, por aí. Tenho ido lá várias vezes, sempre cheio de suspeitas que me queiram armar alguma cilada. É besta e infantil tal suposição. Eu não compreendo a ligação dos dois. Ele quase não dorme lá, passa dias sem lá ir; sob os pretextos mais infantis, passa as noites fora. Corre que tem outra amante; suspeito que tem um sócio na mulher. Eu julgo que ele não dorme em casa, para deixar o outro dormir; entretanto, pelas conversas dos dois, há noites em que dorme. Ela não o ama; ela o quer para descansar da vida fatigante, aborrecida, trabalhosa, de mulher pública. Moram numa casa de duzentos mil-réis de aluguel, têm um trem de vida de trezentos; não saem juntos; se se encontram na rua, não se falam. É enigmático. Porque se mantêm juntos, que

soma de interesses representa tal ligação? A mulher é pouco para o homem que é; e o homem etc. etc.

Fui lá, dizia, entrei para a sala de jantar, sentei-me e ela veio ao meu encontro:

— ...não está.

Tinha ido a um jantar, disse-me ela. Tinha esquecido o *rendez-vous* etc. etc.

Em começo, tive uma alegria de devasso — quem sabe? — que passou depressa e felizmente. Ela sentou-se na minha frente, fumei desesperadamente e conversei. Nunca estive tão bem. Tenho 26 anos e, até hoje, ainda não me encontrei com uma mulher de qualquer espécie de maneira tão íntima, de maneira tão perfeitamente a sós; mesmo quando a cerveja, a infame cerveja, me embriaga e me faz procurar fêmeas, é um encontro instantâneo, rápido, de que saio perfeitamente aborrecido e com a bebedeira diminuída pelo abatimento.

A Cecília, tal é o seu nome, é pequena, dá-me pelo peito; é pálida, com aquela palidez *mate* das prostitutas um tanto diminuída; simples de inteligência, não tem quatro ideias sobre o mundo, aceita o seu estado, acha-o natural, não deita arrependimentos, tem vontade de empregar as elegâncias que aprendeu com as francesas dos grandes bordéis em que andou (Valéry, Richard etc. etc.). Para mim, apesar da sua maneira de apertar a mão com as pontas dos dedos, ela me fica sendo sempre uma cachopa dos arredores do Porto, meiga, simples, ignorante e um tanto obstruída de inteligência, que um vendaval de miséria trouxe para esta África disfarçada, diminuindo em sua mãe o sentimento de família, aproveitada essa diminuição pela concupiscência dos patrícios que lhe atiraram à grande prostituição, acenando-lhe com a riqueza e a fortuna, que ela não alcançou, talvez porque fosse fundamentalmente boa. Eu a tenho observado muito e, com grande medo da minha inexperiência, eu a quero boa, doce, sem arrependimento, mas a desejar um casamento que a nobilite e eleve. Quando saio de sua casa, depois de sua ingenuidade, depois de sentir que a prostituição lhe roçou de leve, posso dizer com M. de Vogüé, a respeito da *Casa dos mortos*, de Dostoiévski: fico contente em ver que a nossa humanidade é melhor. Sinto por ela que há um cristal de pureza inalterável como núcleo eterno da pessoa humana, e que raramente ele se desagrega, mesmo sob o império das mais baixas degradações por que possamos passar.

Essa rapariga, que viu bordéis, ladrões, estelionatários, rufiões e jogadores; que se meteu em orgias; que certamente se atirou a desvios da sexualidade, aparece-me cândida, ingênua e até piedosa. Estou a ver daqui os seus cabelos

castanhos, os seus olhos de um azul desmaiado, e não sei por que me lembram Maria Madalena. Há não sei que separação entre o seu passado e presente e a sua alma verdadeira, que tenho um delicioso bem-estar em vê-la. É como se ela me trouxesse “uma redoma de alabastro cheia de bálsamo”. Nessa tarde, eu, com 26 anos, e ela, com 24, ainda muito lembrada da vida antiga, conversamos, das seis e meia às dez horas, inocentemente, e creio que saí com os pés ungidos de nardo, mal enxugados pelos seus lindos cabelos. Eu a olhava com o meu olhar pardo, em que há o tigre e a gazela, de quando em quando, e ela, sempre, constantemente, me envolvia com o seu olhar azul, macio e sereno, que lhe iluminava o sorriso de afeto, eterno e constante, espécie de riso da natureza fecunda e amorável por uma manhã límpida e suave de maio, quando as flores desabrocham para frutos futuros.

Nunca mais hei de me esquecer desta sua frase:

— Senhor Barreto, M... não está. O senhor janta e depois vai-se embora, não é?

Esse “depois vai-se embora” foi dito com tal singeleza, com tal espontaneidade, como se pronunciasse uma donzela ou uma senhora casada. E quantas destas seriam capazes de dizer isso com tanta candura?!!

Por que razão o destino tê-la-ia prostituído e atravessado no caminho da minha vida?

No jantar, nunca foi tão cordial a nossa palestra.

— Não faça cerimônia, senhor Barreto. Gosta de feijão?

— Muito, e a senhora?

— Muito também.

— Admira...

— Os portugueses gostam...

— O feijão tem uma coisa — disse eu —, é feio...

— Mas é gostoso — acrescentou ela, alegre —, e como muita gente feia, mas gostosa.

Depois do jantar, conversamos longamente; não vi como a conversa começou e resvalou para coisas de jogo, de mulheres.

Ela bebeu mais que de hábito, e houve um instante que ela me disse, ao tomar um copo de vinho, cheia daquela espontaneidade que dominou a entrevista toda:

— Eu não posso viver sem gostar de alguém.

É de tarde, chove, embora assim olho a janela, para ver se dou no céu com um pouco daqueles seus olhos de azul límpido, com aquele seu sorriso de

florescimento da natureza... É feia a tarde, névoa cerrada, moinha de carvão no ar...

Como a prostituição me parece sagrada; se não fora ela, esta minha mocidade, órfã de amor, de carinho de mulher, não teria recebido esse raio louro de um sorriso e de um olhar, para me recordar esse misterioso amor que se sofre, quando se o tem, e se padece, quando se não o tem.

Abro o Cântico dos Cânticos, leio um versículo a esmo:

“Apareceram as flores na nossa terra, chegou o tempo da poda: ouviu-se na nossa terra a voz da rola...”

Chove... Vou para a cadeira de balanço. Vou fumar e sonhar...

*

24 de janeiro

A esquadra americana, forte de 15 navios grandes e não sei quantas torpedeiras e *destroyers*, já saiu. Trazia uma tripulação de 16 mil homens, que, aos dois mil e três mil, encheram a cidade diariamente. Era tripulação variada. Trazia gente de diversas nacionalidades: franceses, portugueses, italianos, turcos, alemães; trazia negros e mulatos, alguns destes bem-postos e fortes. Tomei um “pifão” uma noite e andei experimentando o meu inglês com alguns. Foi um fiasco. Observei fisionomias. Algumas lindas; nunca vi nas mais lindas mulheres brancas daqui o tom doce de uma fisionomia de marinheiro que me caiu sob os olhos. Entre nós, as fisionomias são mais secas, contraídas, cheias de fogo, mas não têm a limpidez dessas fisionomias saxônicas, que a gente vê nas reproduções dos quadros dos pré-rafaelitas. Há alguma coisa de primitivo nelas, de um primitivo sem selvageria, um sentimento do além, do desconhecido, visto por anjos delicados. Os selvagens são sempre graves; nós somos sempre graves, quando não, uns abandonados às contrações sagradas do “purismo”.

Mesmo a Cecília e as portuguesas que conheço não têm esse ar de arcanjo que o marinheiro me fez ver. Por falar nela, voltei lá na penúltima quinta-feira. Não trouxe nenhuma convicção. A conversa foi falsa. M... estava lá, com toda a sua burrice e falta de poesia.

Quarta-feira última, chegando à secretaria, deram-me um convite para assistir à saída da esquadra de bordo de um navio do Lloyd. Fui, depois de

hesitar muito.

*

Fui a bordo ver a esquadra partir. Multidão. Contato pleno com meninas aristocráticas. Na prancha, ao embarcar, a ninguém pediam convite; mas a mim pediram. Aborreci-me. Encontrei Juca Floresta. Fiquei tomando cerveja na barca e saltei.

É triste não ser branco.

*

10 de fevereiro

Fui ontem a São Gonçalo. É um município limítrofe ao de Niterói. Fui à casa do Uzeda. Uzeda é um segundo oficial da Secretaria da Guerra, casado com uma professora pública do lugar.

Embarquei às oito e meia no largo do Paço; fazia uma manhã quente e feia, ensombrada de nuvens. Encontrei o Pinho, um meu antigo colega da Escola Politécnica. Vinha de exercícios práticos. Soberbamente insuportável. Indagando da produção do município, não me soube informar com simplicidade. Atribuiu a falta da lavoura à indolência do povo. Tive vontade de perguntar se ele, engenheiro, tendo estudado a química, física e história natural, dava um exemplo salutar, cultivando o sítio onde morava. Calei-me, e foi dizendo bobagens. Fez uma crítica severa às tarifas do Tramway Rural Fluminense. É isto uma pequena estrada de ferro, com carros abertos ao jeito de bondes, que liga as Neves ao município de São Gonçalo. É uma coisa tosca, necessariamente exigindo para a sua manutenção uma série de medidas empíricas, que a prática dita; o idiota do Pinho quer que ela se guie pelos princípios tarifários que regem os fretes das grandes vias férreas. Disse-me coisas proveitosas, que, por exemplo — o esforço da tração era o mesmo na descida que na subida. É profundo.

As Neves não tiveram, para os meus olhos, nada de notável. Têm o aspecto comum dos nossos postos afastados e edificadas. Casas baixas, pintadas

de azul, de oca; janelas quadradas; espessas escadas de tijolos e pedras, que dão acesso a portas baixas; fisionomias indolentes de homens pelas portas das vendas; mulheres: negras, brancas e mulatas — tristes, de longos olhares, em que há desejos de volúpias e sonhos de festas, de bailes, fantásticos, de envolvedoras agitações de todo o corpo, capazes de as fazerem esquecer e quebrar a monotonia daquela vida pobre e triste que levam, tão parecida ainda com a senzala, em que o chicote disciplinador de outrora ficou transformado na dureza, na pressão, na dificuldade do pão nosso de cada dia.

Tomei o *tramway*. Fui vendo o caminho. A linha é construída sobre a velha estrada de rodagem. Em breve, deixamos toda a atmosfera urbana, para ver a rural. Há casas novas, os *chalets*, mas há também as velhas casas de colunas heterodoxas e varanda de parapeito, a lembrar a escravidão e o sistema da antiga lavoura. Corre o caminho por entre colinas, há pouca mata, laranjeiras muitas, algumas mangueiras.

Eu, olhando aquelas casas e aqueles caminhos, lembrei-me da minha vida, dos meus avós escravos e, não sei como, lembrei-me de algumas frases ouvidas no meu âmbito familiar, que me davam vagas notícias das origens da minha avó materna, Geraldina. Era de São Gonçalo, de Cubandê, onde eram lavradores os Pereiras de Carvalho, de quem era ela cria.

Lembrando-me disso, eu olhei as árvores da estrada com mais simpatia. Eram muito novas; nenhuma delas teria visto minha avó passar, caminho da corte, quando os seus senhores vieram estabelecer-se na cidade. Isso devia ter sido por 1840, ou antes, e nenhuma delas tinha a venerável idade de setenta anos. Entretanto, eu não pude deixar de procurar nos traços de um molequinho que me cortou o caminho algumas vagas semelhanças com os meus. Quem sabe se eu não tinha parentes, quem sabe se não havia gente do meu sangue naqueles párias que passavam cheios de melancolia, passivos e indiferentes, como fragmentos de uma poderosa nau que as grandes forças da natureza desfizeram e cujos pedaços vão pelo oceano afora, sem consciência do seu destino e de sua força interior.

Entretanto, embora enchesse-me de tristeza o seu estado, eu não pude deixar de lembrar-me, sem algum orgulho, que o meu sangue, parente do seu, depois de volta de três quartos de século, voltava àquelas paragens radiante de mocidade, saturado de noções superiores, sonhando grandes destinos, para ser recebido em casa de pessoas que, se não foram senhores dele, durante algum tempo, tinha-o sido de outrem da mesma origem que o meu.

Eu vi também pelo caminho uma grande casa solarenga, em meio de um grande terreno, murado com um forte muro de pedra e cal. Estava em abandono, grandes panos do muro caídos e as aberturas fechadas com frágeis cercas de bambus. Eu me lembrei que a grande família de cuja escravatura saíra minha avó, tinha se extinguido, e que deles, diretamente, pelos laços de sangue e de adoção, só restava um punhado de mulatos, muitos, trinta ou mais, de várias condições, e eu era o que mais prometia e o que mais ambições tinha.

Ela fora mais caipora do que aquele muro sólido, porque extinguiu-se, caíra de todo e não deixara da sua linha direta nenhum rastro.

Cheguei à casa do Uzeda.

Antes vi a vila. Há uma grande rua principal, com uma imensa matriz a cavaleiro dela, e toscas casas que a arruam. O trem passa embaixo e, junto ao paço municipal, é macadamizada. A câmara municipal é um caixão ignóbil. Não sei por que nós não sabemos fazer esses edifícios com o gosto que os arquitetos da Idade Média faziam os dos seus burgos. Que infâmia é a que vi! Entretanto, é moderna, tem menos de vinte anos. A capela tem o acabamento das torres em pirâmide; é sem gosto e soturna; não há uma casa com sentimento, e a gente tem o que ver, apenas nas das colunas, em que a escravidão pôs seus sofrimentos e as suas recordações.

A mulher do Uzeda é rapariga anêmica, dessas nossas que a mocidade sabe dar um brilho singular com a sua fragilidade, mas que a maternidade e o tempo empanam e estiolam de modo lastimável. É morena, de curtos cabelos. Rosto em V, bom, para um rapaz inteligente, e que nela, com seus hábitos de paciência que o professorado dá, empresta uma singular fisionomia de freira, que o olho direito mais estreito faz quebrar com certa canalhice.

*

15 de maio

Ontem fui à casa do Goulart, Goulart de Andrade, poeta. Já publicou um livro vitorioso. Não gosto de sua poesia, muito sábia, muito certa, muito verbal, com pouco de sua pessoal, tocando certos temas clássicos; entretanto, ele é trabalhador, poeta agradável, legível e verbal.

Leu-me uma sua peça — *Inconfidentes*. Trata-se de Tiradentes e os poetas da conjuração. Há versos bonitos. Fraca de espírito, pouca graça, muito pouca. O entrecho não podia ter nada de novo. Os poetas falam com ênfase no

primeiro ato. Tiradentes vocifera no segundo; no terceiro, Bárbara Heliodora encontra-se com Marília de Dirceu e Maria Ifigênia, fala como uma melancólica dos nossos dias. O quarto ato é na prisão, movimentado, mas não dramático. A peça toda tem esse defeito: tem movimento, mas não tem drama. Goulart não compreende o drama, não sente a paixão. A paixão, para ele, existe depois da poesia — ele só sente o verso. Ilude, no drama, na peça, essa sua fraqueza com o movimento. E um poeta, puro, um poeta de sessenta anos passados, que não parece ter aprendido mecânica, astronomia e navegação. Eu não acredito absolutamente na eficácia da ciência para fazer poetas e literatos; às vezes mesmo a julgo nociva; mas tenho para mim que o processo é o mesmo na arte e na ciência: um acordo entre o oculto e o visível, uma relação entre fatos que, só com os instrumentos do pensamento, ganham uma explicação.

Poeta, antes da poesia, eu devo ter as paixões, as emoções para exprimi-las em verso; dramaturgo, comediógrafo, romancista, da mesma forma: os costumes, as paixões, os sofrimentos, as emoções, o entrechoque delas no cenário do mundo. O estilo, na frase de alguém, é um acompanhamento.

Enfim, para que discutir? Se a poesia agrada...

Leu-me o Coelho Neto — *Jardim das Oliveiras*. Há algumas coisas boas, diferentes do Neto comum, cantador de condessas, baronesas, *misses* etc. Esse Neto de pacotilha que tem medo de dizer as suas amarguras contra “a sociedade que nos esmaga”.

Contei-lhe o *Isaías Caminha*. Achou graça, mas ficou apreensivo. Não tinha razão: eu sou amigo dele e sei ser amigo até à última hora.

E nunca, penso eu, procurei ser inimigo do meu ex-amigo.

Cheguei em casa às onze e quarenta e li um artigo de Gaultier sobre o bovarismo na história, a propósito do último livro de Nietzsche. Considerações inatuais. Pelas doze e quarenta apagava a vela e dormia.

*

5 de julho

Domingo. Levantei-me às dez horas, fiz a barba, consertei a gravata, arranjei melhor a minha roupa velha; pus-me limpo e elegante, enfim. Ia visitar umas damas; isto é, ia à casa de duas raparigas de vida airada, que vivem em

semimancebia com dois antigos colegas meus, o A..., M..., e o C..., M... Hoje, ambos são engenheiros da prefeitura.

Cheguei lá às duas horas da tarde. Nenhum dos dois estava. Fiquei a conversar com a amiga do A... Chama-se Maria, Cecília, Celina, ou coisa que valha. Eu simpatizo com essa mulher, porque ela me inspira piedade. E eu a ter piedade!

Elas têm outros amigos, com o consentimento deles. É uma coisa da moda, isto, hoje. Os costumes estão desse modo, permitem já a poliandria. Há muita falta de delicadeza e beleza nas nossas coisas.

Aborreci-me!

*

16 de julho

Desde menino, eu tenho a mania do suicídio. Aos sete anos, logo depois da morte de minha mãe, quando eu fui acusado injustamente de furto, tive vontade de me matar. Foi desde essa época que eu senti a injustiça da vida, a dor que ela envolve, a incompreensão da minha delicadeza, do meu natural doce e terno; e daí também comecei a respeitar supersticiosamente a honestidade, de modo que as mínimas coisas me parecem grandes crimes e eu fico abalado e sacolejante. Deu-me esse acontecimento, conjuntamente com a vida naturalmente seca e árida dos colégios, uma tristeza sem motivo, que é fundo de quadro, mas pelo qual passam bacantes em estertores de grande festa. Outra vez que essa vontade me veio foi aos 11 anos ou 12, quando fugi do colégio. Armei um laço numa árvore lá do sítio da ilha, mas não me sobrou coragem para me atirar no vazio com ele ao pescoço. Nesse tempo, eu me acreditava inteligente e era talvez isso que me fazia ter medo de dar fim a mim mesmo.

Hoje, quando essa triste vontade me vem, já não é o sentimento da minha inteligência que me impede de consumir o ato: é o hábito de viver, é a covardia, é a minha natureza débil e esperançada.

Há dias que essa vontade me acompanha; há dias que ela me vê dormir e me saúda ao acordar. Estou com 27 anos, tendo feito uma porção de bobagens, sem saber positivamente nada; ignorando se tenho qualidades naturais,

escrevendo em explosões; sem dinheiro, sem família, carregado de dificuldades e responsabilidades.

Mas de tudo isso, o que mais me amola é sentir que não sou inteligente. Mulato, desorganizado, incompreensível e incompreendido, era a única coisa que me encheria de satisfação, ser inteligente, muito e muito! A humanidade vive da inteligência, pela inteligência e para a inteligência, e eu, inteligente, entraria por força na humanidade, isto é, na grande humanidade de que quero fazer parte.

Mas não é só não ser inteligente que me abate. Abate-me também não ter amigos e ir perdendo os poucos que tinha. Santos está se afastando; Ribeiro e J. Luís também. Eram os melhores. Carneiro (o Otávio), o egoísta e frio Otávio, está fazendo a sua alta vida, a sua reputação, o seu halo grandioso, e é preciso não me procurar mais. Eu esperava isso tudo; mas não pensei que fosse tão cedo. Resta-me o Pausílipo, este é o único que se parece comigo e que tem o meu fundo, que ele desconhece por completo.

Eu os sabia desse feitio, principalmente o O. C. Ele tinha um lustre, um verniz de independência e desinteresse, de superioridade e de grandeza, mas a vida, a grande vida, a fortuna, as fêmeas e uma esposa assim, pedem outras coisas muito diferentes: submissão, respeito pelo estabelecido, companhias que não sejam suspeitas etc.

Eu fico só, só com os meus irmãos e o meu orgulho e as minhas falhas.

Vai me faltando a energia. Já não consigo ler um livro inteiro, já tenho náuseas de tudo, já escrevo com esforço. Só o Álcool me dá prazer e me tenta... Oh! meu Deus! Onde irei parar?

Tenho um livro (trezentas páginas manuscritas), de que falta escrever dois ou três capítulos. Não tenho ânimo de acabá-lo. Sinto-o besta, imbecil, fraco, hesito em publicá-lo, hesito em acabá-lo.

É por isso que me dá gana de matar-me; mas a coragem me falta e me parece que é isso que me tem faltado sempre.

*

26 de outubro

No *Correio da Manhã* de hoje, trecho de um artigo de Carmen Dolores:

“...e ficamos a rebolar, sempre a rebolar, tristes bolas sociais.”

*

Sem data

Modificações a fazer no manuscrito (12):

1) Onde está: Figueiredo Pimentel, no “Binóculo” etc. (Cap. X ou XI), escrever: Florêncio Silva, no “Despacho” etc. Adiante, substituir Figueiredo Pimentel por Florêncio Silva.

2) Onde diz: trezentos mil portugueses, pôr duzentos mil. (Cap. XI ou XII).

3) Onde diz: sensação imperscrutável da música etc. (Cap. XIII). pôr sensação imponderável etc.

4) Onde diz: as extremidades dos remos luziam como prata e a nossa esteira era luminosa (Cap. XIV *in fine*), pôr: “As pás dos remos, caindo nas águas escuras, abriam largos sulcos luminosos de minúsculas estrelas agrupadas e todo o barco vogava envolvido naquele estrejamento, deixando uma larga esteira fosforescente.

5) Abaixo desta frase de diálogo no Cap. XII: — Homem, você hoje está muito zangado! (Floc), acrescentar: Ele não compreendia que eu também sentisse e sofresse.

*

2 de novembro, segunda-feira

Foi Dia de Finados. A exposição, como já se esperava, foi muito concorrida. Entretanto, alguns pavilhões e palácios estiveram fechados, hermeticamente fechados, como túmulos. Era justo.

*

3 de novembro, terça-feira

A chuva reapareceu. Veio fraquinha, deliciosamente fraquinha; mas veio. A exposição esteve agradavelmente vazia. Os diretores, de onde em onde, passeavam pelas ruas de chapéu de sol aberto, a olhar simpaticamente os raros visitantes. O doutor Antônio Olinto mesmo a um quis servir de guia. O homem, que pertencia à falange jornalística, abespinhou-se com a amabilidade do presidente. Pois não o conhecerem!...

O restaurante Pão de Açúcar serviu jantar a seus empregados e a alguns da exposição. O bar vendeu alguns chopes ao pessoal da polícia.

*

6 de novembro, sexta-feira

Pouco sei do que tivesse sido o dia; mas a noite foi cheia. Pelo menos, no teatro, foram levadas três peças. Foi, portanto, uma noite de máxima teatral na exposição. Nenhuma delas era de Coelho Neto; uma era de um autor falecido e as duas outras tinham sido escritas por autores jovens e já muito estimados pelo público. Um destes últimos é o nosso amável colega Agenor de Carvoliva, o gentil Carvoliva dos noticiários, que teve a felicidade de ver aplaudido, como merecia, o seu delicado trabalho teatral que intitulou: *O eterno romance*.

O outro jovem autor, que se fez representar pela primeira vez, foi dona Carmen Dolores. O público conhece sobejamente o autor pela leitura de suas crônicas e contos, cheios sempre de altos conselhos morais e animados superiormente pelo sentimento da família e da pureza do lar; mas a pessoa é totalmente desconhecida da nossa população.

É uma moça esbelta, de menos de 25 anos, reservada, vestida sempre com discretas *toilettes*, que quase nunca é vista nos lugares em que nos pomos à mostra. Os seus grandes olhos redondos são povoados de sonhos íntimos e toda ela, com seu corpo esguio e seu perfil espiritualizado, parece viver absorvida na arte, ouvindo a música das esferas e as harmonias dos arcanjos. Muito moça, as triviais coisas da elegância não a fascinam, nem lhe são a cogitação constante. Despreza os vestidos, os tecidos caros, as rendas, as modas, os chapéus. Pouco frequenta as salas e salões; não acha neles atrativo algum, de qualquer ordem ou

natureza; julga-os fúteis, desprovidos de atmosfera intelectual propícia à vida de seu espírito e da sua alma.

Moça, e moça circumspecta, não podendo, em obediência aos costumes, viver a vida agitada e desigual de um rapaz do seu temperamento, ela se abroquela no estudo e na leitura. Vive que nem um beneditino ou um solitário do Port-Royal, toda entregue às obras e às concepções. É ela, entre nós, uma das poucas pessoas que possuem perfeito conhecimento de toda a evolução da língua francesa. A sua biblioteca é rica dos antigos documentos dessa língua, e quem a visita poderá ver, além do Froissart, Villehardouin, todas as gestas do ciclo carolíngio, *Renaud de Montauban*, *Chanson de Roland* etc. nas edições mais autorizadas.

Além desse conhecimento, que é valioso, dona Carmen Dolores possui uma ciência perfeita do inglês, traduz Chaucer como se fosse um autor dos nossos dias; e há anos que se dedica ao estudo da metafísica alemã e dos teólogos da Idade Média. É um raro tipo de autora entre nós: bela, não é coquete; ilustrada, não é pedante; gloriosa, não se exhibe. A sua peça — *Desencontro* — espantou a crítica nacional, pelo rigor da concepção, arrojo das ideias e louçania do diálogo, quente e nervoso.

Foi mais uma vitória para o Grêmio Dramático Artur Azevedo, que tanto tem concorrido para o brilho do certame da Praia Vermelha, representando primores de autores falecidos e obras-primas de alguns camaradas nossos e dos organizadores da companhia.

1910

Sem data

À tarde, um *après-midi* de verão, *assoupissant*, todas as vidas param e dormem, para que o [...] dos trópicos venha aparecer e agradeça a fecundidade que demorava pelas suas terras.

*

Discussões literárias.

Estilo.

Gramática.

Critério [?] filosofia.

*

Fuzilamento. Ilha das Enxadas. O enviado do marechal. Este, aquele. A lanterna. A leva. O batelão. Quaresma. [...]. A presença do poente [?]. Solução. Será o mar?

*

Malaiala ou telugo.

*

A conveniência do estilo consiste em escrever sobre os mesmos assuntos que o fizeram os escritores clássicos, com as mesmas expressões e conforme o mesmo plano.

Herculano [?], 117.

*

Dissonância do desespero.

*

Páthos.

*

Ele pensava criar ambiente, a sua casa. O seu sonho é tão forte!

*

Quando sobe em balão e vê o Rio, ele recorda as leituras, evoca a grandeza do Brasil e o seu sonho volta com força etc.

*

Ele não percebia que via com os olhos do sonho, não descontava a refração dessa atmosfera especial, para avaliar a realidade.

Anastácio.

Observações.

*

Floriano preguiçoso. Fraqueza. Fuzilamentos. Paternalidade [?] com os alunos da Escola Militar.

*

Quaresma é feito procurador do Amazonas pelo partido da concentração. Os partidos. Brasileiros, peruano se bolivianos [.....]

*

A trama do céu se tinha alargado.

*

Tibulo

Ouve, meu anjo, o canto meu

Como as cotovias sobre o mar

Quando escutam os gemidos
Das ondas de Trafalgar [?]

*

Esmeralda.
O Exército. A matemática. A luta com os [...] A Marinha. Monge e
Lagrange.

*

A duquesa, pata, parece arrastar um manto de arminho.

*

Os [...]
Na retirada, todos se põem a gritar: metafísicos. O general chega,
repreende severamente: são fetichistas.

*

Falar nas matas devastadas.

*

E [...] indaga de Felizardo: por que não planta nas suas terras?

*

Casa de Maria Rita. A neta. Chateaubriand. O inventário etc. etc.

*

Eschwege.

Grupiaras — cascalho aurífero solto.

*

Choros, folhinhas, registros, retratos [...]

*

Capítulo VII — Continuam os desgostos de Ricardo.

Cap. VIII — É o 5º antigo.

Cap. IX — É o 6º.

Capítulo X — A revolta etc. Casa de Cavalcanti etc.

Cap. XI — É o 7º antigo.

Cap. XII — A defesa da legalidade.

Capítulo XIII — Morte e enterro de Ismênia etc. etc.

*

Cap. XIV — Armação, guerra etc. Ferimento de Quaresma. Ilha das Enxadas. Fuzilamento.

*

Cap. XV — Fuzilamento de Quaresma, por ter protestado.

*

Desgostos de Ricardo. Subúrbios — sua moradia. Razão dos desgostos. A glória. As preocupações. O seu triunfo em casa do general. Casamento de

Genelício. Florêncio, Breves, Caldas, Inocência Bustamante.

Ismênia.

Apesar desse triunfo, sempre desgosto. Motivos por que foi procurar Quaresma.

*

As unhas nacaradas dos seus longos dedos mergulhavam na maciez de cabelos negros.

*

Pombos, quando sai o enterro de Ismênia, voam.

*

Ismênia vai à casa da cartomante.

*

A lua. Cap. II — 3ª parte.

No silêncio da noite, a lívida lua dourava tudo, o céu e árvores e coisas, homens e as casas, com a sua luz emprestada e fria.

*

Feitiçaria etc.

*

As suas terras eram de soalheira, expostas ao poente, o que não contentava Anastácio, que as queria olhando para o levante, de “noruega”, melhores. Variavam muito quanto à proporção de argila, areia, húmus e calcário, de pedaço a pedaço.

Em geral, eram areno-argilosas, pouco calcário e pobres em húmus.

*

Queria o incrível. Tácito.

*

Revue de Deux Mondes, 1-8-08. Gaston Rougeot. Sobre os resultados da psicofisiologia.

*

Policarpo Quaresma.

Ideia que mata.

A decepção.

O prêmio.

*

As paineiras estavam cobertas de flores, rosadas e brancas, que, a espaços, caíam com a doçura de ave ferida.

*

Bernardin de Saint-Pierre, artigo sobre a sua vida e caráter. *Natura et Arte* — setembro de 1906 a outubro.

*

Artigo sobre a vida, experiência de renascimento. *Natura et Arte* — 5-12-06.

*

Os barcos passavam. Ora, eram lanchas fumarentas; ora, pequenos botes ou canoas, com as suas velas alvas, roçando carinhosamente pela superfície das águas, pendendo para um lado ou outro, como se as quisessem afagar um instante. Os Órgãos vinham suavemente morrendo na violeta macia; e o resto era azul, um azul imaterial de inebriar, de embriagar, como um licor capitoso. Ele se voltava, depois, para a cidade, que entrava na sombra, aos beijos sangrentos do ocaso.

Vinha-lhe então pensar por que força misteriosa, por que injunção irônica, ele se tinha misturado em tão tenebroso acontecimento, assistindo ao sinistro alicerçar do régimen.

*

O processo da vida devia ser outro. Se fosse de doçura, de bondade, talvez a humanidade depurasse [?].

*

Ilusões que morrem.
Ilusões e fatos.
Desenganos.

*

Um oficial no hospício como deve ser considerado? Louco.
Doutrina da solidão.

*

Consultar a toda a hora o dicionário. Livros empregados.

*

Sobre os negros, em geral, e principalmente sobre as populações coloniais da Ásia e Oceania, é bom ver a *Revue Scientifique*, de julho de 1906. M. Louis Lapicque.

*

Sobre a literatura em geral, ler Brunetière, *Revue des Deux Mondes* — janeiro e fevereiro de 1892.

*

Nietzsche: *Revue des Deux Mondes* — setembro a outubro de 1892.
Pascal: *Revue des Deux Mondes* — 15 agosto 1879, Brunetière.

*

Como se deve escrever a história do Brasil, tomo VI da *Revista do Instituto Histórico*.

*

Artigo de Littré sobre árias e semitas, 1º de julho de 1857.

*

O triste fim de Policarpo Quaresma:

*

Leme. Pescadores seguiam as ondas com a tarrafa.

*

Olhos cheios d'água.

*

El negro se ha ido cuando se fue la fiebre, que excluía la concurrencia dominante del trabajador europeo. (El Brazil, M. Bernárdez, pág. 6.)

*

Rouché. *L'Art théâtrale moderne.*

*

Sem data

I — História do macaco que arranjou viola

Um macaco saiu à rua muito bem-vestido. As crianças começaram a troçá-lo: — Olha o rabo! Olha o rabo do macaco! — Meninos, deixem-me — dizia o macaco. As crianças, porém, continuaram: — Olha o rabo do macaco! Ele foi então a um barbeiro e pediu que lhe cortasse o rabo. O barbeiro recalcitou. Ele insistiu e ameaçou-o de lhe furtar a navalha se não lhe cortasse a

cauda. O barbeiro cortou-lhe a cauda e o macaco voltou à rua muito contente. A assuada continuou: — Olhem o macaco cotó! Olhem! O macaco voltou ao barbeiro e pediu que lhe pusesse de novo a cauda. O barbeiro mostrou que era impossível. O macaco furtou-lhe a navalha. Continuou o seu caminho e veio a encontrar uma mulher que escamava peixe com a mão. — Por que você escama peixe com a mão? — Porque não tenho faca —, diz-lhe a mulher. — Tens aqui uma navalha. A mulher aceitou e ambos comeram o peixe com farinha. Chegando mais adiante, arrependeu-se e foi de novo buscar a navalha. A mulher recusou, porque lhe tinha dado o peixe. — Ah! não me dás — disse o macaco —, eu te furto a farinha! Dito e feito. Furtou-lhe a farinha e seguiu adiante, vindo a encontrar uma professora que dava bolos de pau às meninas. Ele, então, ofereceu a farinha. A professora aceitou e ele entrou também nos bolos. Tendo andado um pouco, arrependeu-se e veio reclamar a farinha. A professora não a tinha mais e, portanto, não a pôde restituir. Ele então arrebatou uma menina. Com ela às costas, foi indo, vindo a encontrar um tipo que tocava viola. Deu-lhe a menina em segurança e pediu-lhe a viola. Armado do instrumento, foi a esmo, topando com um rio. Não o podendo atravessar, começou a cantar as suas proezas e, acabado que foi o hino à sua astúcia, atirou-se ao rio. “Macaco, com o seu rabo, arranhou navalha; com a navalha, arranhou peixe; com o peixe, arranhou farinha; com a farinha, arranhou menina; com menina, arranhou viola.”

(Contado por dona Minerva Correia Pinto, natural de Valença, à rua do Piauí, 64, Todos os Santos).

*

História do linguado

O linguado tem a boca torta, porque, certa vez, Nossa Senhora, tendo chegado à praia, perguntou:

— Linguado, a maré enche ou vaza?

O peixe arremedou a fala e gesto de Nossa Senhora:

— Linguado, a maré enche ou vaza?

Por castigo ele ficou sempre com a boca torta.

*

II — História do diabo que foi ao baile

Certa vez, havia um baile animado num lugarejo da roça. Dançava-se e cantava-se, quando entra um moço muito bonito e pede licença para cantar. Toma de uma viola e canta. Encantou. Todas as moças ficaram pelo beicinho e ele continuou durante muito tempo triunfando. Eis senão quando uma criança se abaixa e diz:

— Mamãe, esse moço tem pé de pato.

Houve um cheiro de enxofre e o moço desapareceu.

Era o diabo.

(Estas duas histórias me foram contadas quando menino e são correntes).

*

III — O Macaco e a onça

O macaco andava de implicância com a onça e a onça com o macaco. Um belo dia esta veio a encontrá-lo trepado na floresta a tirar cipó.

— Que fazes aí, compadre macaco?

— Ah, não sabes, comadre onça, que estou fazendo? É a minha salvação.

— Como?

— Pois não tens notícia de que Nosso Senhor vai mandar um pé de vento fortíssimo e só se salvará quem estiver amarrado?

A onça logo pediu amedrontada:

— Então, compadre, amarra-me também para que eu não morra.

O macaco objetou que ela lhe queria fazer mal; mas, à vista dos juramentos e promessas, animou-se a descer e amarrar bem a onça. À proporção que amarrava, perguntava ao felino: — Pode se mexer? A onça fazia esforços e, logo que ela não pôde fazer o menor movimento, o símio deu-se por satisfeito.

Vendo-a bem amarrada, o macaco agarrou um cipó bem grosso e deu-lhe uma surra.

Veio uma seca e a onça, para vingar-se do macaco, ficou de sentinela no único lugar em que havia água. Todos os animais podiam ir aí beber, exceto o macaco. O macaco imaginou então um estratagema. Encontrou um pote de melação, besuntou-se todo e depois espojou-se nas folhas secas... Assim disfarçado, foi para aguada.

A onça perguntou:

— Quem vem lá?

Respondeu o macaco:

— É ará (?) (ouriço).

E vem beber água, no que se demora muito.

A onça admira-se muito:

— Que sede!

O macaco, tendo se afastado e fora do alcance da onça, responde:

— Admira-se! Pois desde a surra que te meti, água jamais bebi.

(Contado com pornografia pelo A. Higino, contínuo da Secretaria da Guerra, natural do Rio Grande do Norte.)

*

IV — O Macaco e a raposa

O macaco e a raposa se juntaram para poder viver. O macaco arranhou um laço, feito de uma corda, furtada a uma fazenda; e a raposa levava uma faca. Postavam-se no trilho do gado e o macaco atirava o laço, cuja ponta ficava amarrada a um tronco de pau. Logo que a novilha era laçada e presa, a raposa atirava-se à rês e sangrava. Após comiam, e assim foram fazendo durante muito tempo. Um dia, porém, o macaco, por precipitação, esqueceu-se de amarrar o laço ao tronco da árvore.

Atirou o laço e foi arrastado. A raposa gritava:

— Compadre macaco, força na “cacunda”!

Mas não houve meio e ele assim foi arrastado até ao curral. Houve alvoroço entre o gado. Por fim o proprietário veio e descobriu quem lhe dava cabo das reses. Para vingar-se, comeu o macaco, que estava gordo.

*

Os macacos que salvaram a onça

Andava uma vara de macacos em troça por sobre umas grotas. Eis senão quando, eles veem, no fundo de uma armadilha, uma onça que lá caíra em aventura de caça. Penalizaram-se e resolveram salvá-la. Para isso, cortaram cipós e, amarrando-se às cinturas, atiraram uma ponta ao felino que se agarrou a ela e salvou-se. Chegado à superfície do solo, agarrou um dos macacos que fora tardo em soltar-se da laçada que fizera na cintura.

A onça disse:

— Compadre, tenha paciência, estou com fome e você vai ser comido.

O macaco chorou e afinal resolveram submeter a questão ao juiz de direito. Era este o cágado, que dava audiência no centro de uma lagoa, num ilhote. Lá foram ambos. O juiz ouviu primeiro o macaco, que sempre a onça segurava pelo braço. No fim disse:

— Bata palmas.

Apesar de seguro, o macaco pôde bater palmas. Veio a vez da onça. Ela se explicou e por fim o juiz ordenou:

— Bata palmas.

Para o quê, teve que largar o macaco, que se aproveitou e fugiu, assim como o juiz, que se atirou n'água.

(Contadas pelo Santos, servente da Secretaria da Guerra, natural do Ceará.)

*

V — O príncipe Tatu

Estando, uma vez, o rei e a rainha à janela, viram passar um caçador com um tatu às costas. A rainha, até então, não tivera a felicidade de dar à luz um filho e, por isso, disse ao rei: — Ah! meu Deus! Quem dera ter o filho, mesmo que fosse como aquele tatu.

Os seus desejos foram satisfeitos e, dentro de menos de um ano, a rainha veio ter um filho, que era um tatu. Apesar de ser assim, ele foi criado com todos os cuidados de um príncipe: educado, instruído, conforme a sua

hierarquia e nascimento. Tendo crescido e chegado à época do casamento, ele demonstrou desejo de casar-se com a filha de um conde, que tinha três.

A moça aceitou a coisa com repugnância e pediu que a sua casa fosse guarnecida como se fosse luto, e casamento se fizesse de preto. Assim foi. À hora de recolherem-se ao quarto, o príncipe Tatu, que já encontrara a mulher deitada disse:

— Ah! Tu quiseste um casamento de luto, pois vais ver... Morrerás!

E estrangulou a mulher, passando um ano desaparecido. Ao fim desse tempo, voltou e mostrou desejos de casar-se com a segunda filha do conde. Da mesma forma que a primeira, ela quis que o casamento fosse de luto. Aconteceu-lhe o mesmo que à primeira. Veio a vez da terceira e esta, ao contrário das outras, quis o casamento festivo. Realizado ele e entrado Tatu no quarto, ele retirou a casca e veio a ser o homem bonito, que o encantamento fizera tatu. A moça ficou muito contente e, não satisfeita de saber do segredo, contou-o à mãe do príncipe. Esta, sabedora do caso, veio ver o príncipe seu filho e, mais a nora, lembraram-se de queimar a casca óssea do tatu. Sentindo o cheiro, o príncipe despertou e disse:

— Ah! Ingrata! Faltavam-me só cinco dias para desencantar... Agora, se tu me quiseres ver, terás que ir à terra dos Campos Verdes.

Saudosa do marido, a princesa faz a trouxa e parte à procura de tais terras.

Andou e veio encontrar uma porta, junto à qual estava uma velhinha.

— Minha velha — perguntou ela —, onde fica a terra dos Campos Verdes?

— Homessa, minha neta, quem deve saber isso é minha filha, a lua. Espera que ela venha.

Escondeu-se na casa e esperou a lua. A lua veio e a velha perguntou. A lua disse-lhe:

— Minha mãe, é longe, muito longe, tanto que ainda não cheguei lá.

A princesa saiu e continuou a andar, levando no seio um papelzinho que lhe tinha dado a mãe da lua. Veio a encontrar outra velha e perguntou:

— Minha velha, onde é a terra dos Campos Verdes?

— Não sei, minha filha, quem deve saber é o meu filho, o sol.

Veio o sol e este também não havia chegado lá e disse que só o vento podia saber.

Com um papelzinho que lhe deu a velha, partiu a princesa à procura do vento. Veio a encontrar a sua mãe, que, como as mães da lua e do sol, lhe escondeu à espera do filho.

O filho chegou furioso e gritando:

— Aqui, cheira-me à carne humana e a sangue real!

E procurou por toda a casa e não encontrou. Por fim, a mãe, usando de estratagemas, indagou:

— Meu filho, como é que se vai à terra dos Campos Verdes?

— Hi! minha mãe, ninguém pode ir...

— Ninguém?

— Só quem tiver três pedaços da minha boca.

A mãe, então, para obtê-los, disse:

— Meu filho, olha um fiapo no teu lábio.

Ele passou a mão na boca e atirou o suposto fiapo no chão. A mãe apanhou logo o pedaço da boca, e assim fez três vezes.

Possuidora dos três pedaços, a princesa soube, para chegar às famosas terras, tinha que atravessar o mar, com auxílio deles. Chegando à praia, assim fez, e, quando as ondas se queriam fechar, ela atirava outro pedaço. Chegou a Campos Verdes.

O príncipe Tatu não o era mais e se chamava dom João. Estava casado. A princesa, sabendo disso, foi morar a uma casa muito pobre. Tirando um dos papeizinhos que as velhas lhe tinham dado, viu-se coberta de um vestido magnífico.

A mulher de dom João soube e mandou indagar se ela queria vender o vestido. Ela disse que sim, porém, se ela consentisse que dormisse uma noite com dom João. Ela consentiu, mas pôs ópio no chá que ele costumava tomar à noite. A princesa não se pôde fazer reconhecer, e, tendo vestido, com auxílio do segundo papel, uma nova *toilette* brilhante, obteve da mulher de dom João o mesmo cambalacho.

Mas a coisa foi notada pelos criados e o príncipe determinou que o seu chá noturno fosse posto fora e substituído por outro, quando a tal moça viesse. Feito isso, eles se reconheceram e Tatu mandou chamar um ferreiro:

— Ferreiro, eu tinha perdido a chave de uma certa fechadura. Mande fazer outra, mas agora achei a que tinha perdido. De qual me devo servir?

O ferreiro pensou e respondeu:

— Da velha.

Pelo quê, resolveu ficar com a princesa e separar-se da segunda mulher.

A aranha

O príncipe andava em guerra e perseguido pelos inimigos. Refugiou-se numa gruta. Uma aranha fez a teia na boca da gruta e os inimigos passavam e paravam, mas resolveram não entrar, porque, se o príncipe nela tivesse entrado, teria esmigalhado a teia.

Assim, a avó mostrou ao neto que aranha servia e podia salvar a vida de um homem.

*

VI — Macacos no roçado do milho

Iam os macacos a uma roça de milho, quando deram na porteira com um cavalo deitado. Julgaram-no morto e, para afastar esse obstáculo, amarraram cipós na alimária e depois um nó na cintura e começaram a função.

O cavalo, que só dormia, ergueu-se e arrastou-os.

O chefe, que não estava amarrado, gritava:

— Quebra o corpo rapaziada! Senão vamos pra casa do homem do milho!

Eles não aguentaram e foram lá cair, levando uma surra.

*

VII — O macaco e o aluá

Macaco tomou emprestado doze atilhos de milho a vários animais e também ao homem. Marcou o pagamento para o mesmo dia a todos. Eles vieram e ele os atirou um contra o outro, dando antes um copo de aluá a cada um, para refrescar. Eles brigaram e a onça devorou os que ficaram; afinal veio o homem, que matou a onça, e o macaco ficou livre!

*

História do casamento da princesa Chelminaza

O pai manda chamar a concorrer todos os que a desejam. Apresentam-se muitos. Há provas de inteligência, de destreza, etc. Dez vencem todas as provas e ele fica atrapalhado. Afinal descobre o ardil: quer saber qual o melhor. Para isso, posta no palácio, na porta, uma velha mendiga, e manda-os chamar a todos, com pressa, um por um. Quando chegam, a velha se posta aos pés deles; todos a repelem, e só um deles para. Foi este.

*

História do príncipe Benalcaza

Vivia triste etc. Tudo lhe aborrecia porque queria ver tudo o que há no mundo, provar etc.

Vai passear nos arredores do palácio e vê, na praia, um homem a afogar-se. Corre em seu socorro e o salva. É o gênio Gransar, que tudo pode, menos com água, e, por isso, o seu inimigo Bensar, com ardis, o atraiu e fizera soçobrar-lhe a embarcação.

Em troca oferece-lhe tudo que desejar. O príncipe só pede que lhe faça provar todos os frutos do pomar do mundo. O gênio não lhe quer dar esse poder. Ele insiste. Dá ao príncipe então um cinto, tocando no qual, ele, gênio, pode ir em seu socorro, mas só em perigo de morte iminente. Ele sofre tudo; perde a posição; é ferido; é roubado pelos gatunos; sofre amnésia; trabalha como canteiro, e um belo dia é encerrado num palácio encantado, onde as iguanas se empedrecem quando se as vai tocar.

Sentindo morrer à fome, chama o gênio. Este vem em seu socorro e leva-o de novo aos seus domínios. Veio a ser um bom rei, porque tudo sofreu.

*

O escravo persa

Harum Al-Raxid todo o dia quando saía de seu palácio encontrava um rapaz a olhar para o pavilhão da valida Noemi. Ele, um dia, interrogou-o e habilmente veio a saber que ele adorava Noemi e que queria ser califa para dormir com ela. Foi à casa do senhor, pois era escravo, libertou-o e levou-o a cear. Aí, deu-lhe um narcótico. E levou-o a dormir com Noemi. De manhã, ele amanheceu e devia ser morto. Ele, o califa, perdeu etc.

1911

Em 6 de março de 1911

Respeitáveis colegas e concorrentes.

Para sossego, tanto do meu espírito e do de vocês, declaro que não sou candidato à promoção que não me julgo com direito absolutamente. Os motivos são íntimos e particulares.

No mais sou de vocês amigo e admirador.

Afonso Henriques de Lima Barreto.

*

5 de maio

Ontem, fui ao teatro. Há muito tempo que não ia.

Quase há três anos. Fui com o Marques Pinheiro, irmão do Rafael Pinheiro. Rafael é o tipo do arrivista, é do que fura, de qualquer modo. Estudou medicina e não se formou. Foi tido como rapaz de muito talento, orador etc., mas coisa alguma de valor fez, em coisa alguma. Ele não me estima, mas talvez me tema. O irmão é medroso. É redator da *Gazeta da Tarde*, de que me fiz colaborador ultimamente. Levou-me ao teatro e fui à caixa. Nunca tinha ido aí. É interessante. Há uma desordem que agrada.

Batem, sacodem, arrastam panos. O contrarregra grita com uma atriz que está ao colo de um cavalheiro:

— Aqui não é bordel, é uma casa de trabalho.

As atrizes, seminuas, encostam-se a nós, mostram as espáduas, dizem coisas maliciosas, cantarolam canções do Catulo. Eu gostei da coisa. Houve uma delas que gostei muito. Tinha uma feminilidade de gato, olhos pisados sob a *maquillage*. Bamboleava-se toda, esfregava-se em nós, maxixava. Ela era portuguesa, mas já tinha tomado o sotaque e o ar de deboche nacionais, o nosso relaxamento, a nossa tristeza que quer ruído e aquele apelo para o erotismo truculento, que nem essas damas lascivas em que o ritmo da cópula domina e é motor. Havia costureiras. Oh! Coitadas! Velhas mulatas com a miséria no rosto, malvestidas; algumas eram mimosas ainda; mas todas tinham um ar velhaco. Elas, na sua fealdade, na sua pobreza, olhavam a todos nós, *mirones* e atrizes, com uma infinita resignação.

“Nós nunca seremos como elas e não teremos esses cortejadores”, talvez pensassem.

Enfim, fui apresentado a dona Guilhermina Rocha. É uma atriz de fama, fama feita antes pela sua beleza, que tanto sacode os jornalistas e os faz escachoar reclamos, do que mesmo pelos seus méritos. Ela é inteligente e caprichosa; mas o teatro não é o seu forte. Creio teve um amante rico, que a fez educar-se. Onde estaria ele? Que teria sido feito dele? Oh! Esses amantes ricos que educam as suas amigas, são sempre obscuros...

De fato, ela é bonita e quase bela; faltam-lhe, para a grande beleza, espáduas, ombros de deusa. Tem um perfil fino, pernas bem-feitas; mas o busto não é correto e o colo é fraco.

O que mais gostei dela foi o olhar. Tem um olhar inteligente, móbil e sequioso, olhar que, com as asas das narinas, móveis e finas, dá-lhe um grande acento de desejo, de fúria carnal, mais fúria que lascívia, mais lascívia que volúpia, mais volúpia que amor. Fedra e Safo, uma e outra coisas.

Falei-lhe. Ela me disse que me conhecia. De fato, ela morava na rua das Marrecas e, por cima da sua casa, no sótão, o Nicolau Ciâncio. Fui lá muitas vezes e a vi com volumes de Racine, Marivaux, Beaumarchais. Ela, lembrou, estreara na *É Fita*, uma revista, como todas as outras. “*C’est le triste retour des choses d’ici bas*”...

Devia ser deliciosa, essa Guilhermina.

*

Sem data

Publiquei um *aperçu* sobre a tipografia do Rio na *Tribuna Popular*, que o Deoclides editou, em 6-6-1911.

*

Sem data

Vi hoje, no trem, uma moça, com um grande *manteau* de teatro, sem chapéu.

*

Outubro (?)

Quando Flaubert esteve no Egito, encontrou um certo Chamas, francês de origem, que, de aventura a aventura, havia chegado a ser médico em chefe do exército querdial. Esse medicastro empregava o seu ócio em rimar uma tragédia clássica, intitulada *Abd-El-Káder*, em cinco atos, cujo verso mais citado por ele era o seguinte:

“*C’est de là, par Allah! qu’Abd’Allah s’en alla*”!

Dizia ele que isto era o que os antigos chamavam a harmonia imitativa. Aí se percebia perfeitamente o galope do cavalo.

“Alada planta fenda as vastidões soturnas,

“Ou bruta pata passe e pise, à pressa, poças,

“Cavada a um som, a noite arredonda-se em furnas.”

*

Sem data

“Le danger de l’éducation littéraire est d’inspirer un désir immodéré de la gloire sans donner toujours le sérieux morai qui fixe le sens de La vraie gloire.” (E. Renan, *L’Antéchrist*, 315.)

*

Sem data

E já na rua, ao longe, como que continuava a ouvir os passos doidos daquelas danças lúbricas...

*

E ela disse, chorou, convulsamente; no salão, as danças continuavam; mas, muitos pares se desfizeram para formar em torno dela uma roda humana espessa:

— Que é Pepita?

— Nada... Nada... Eu quero casar... Não quero mais viver nesta vida.

E o choro a tomava, a tomava de novo para depois suspender, e ela toda rebenta naquele seu desejo oculto:

— Quero me casar!

*

Sem data

“L’homme est une corde tendue entre la bête et le surhumain — une corde sur l’abîme.

“Il est dangereux de passer au delà, dangereux de rester en route, dangereux de regarder en arrière, frisson et arrêt dangereux.” Les flèches du désir vers l’autre rive.

*

Sem data

Caçada em Petrópolis. Houve um *club* lá de caça. Um dia arrumaram uma grande caçada à onça. Damas, cavaleiros, pradaria. Como não havia onça, mascararam um bezerro e foi a ele que caçaram.

*

Sem data

Ocaso da mulher do P... C...

Fora pedir um emprego para o marido ao Rodolfo de Miranda. Este não acedeu. Um dia, ela encontrou o tal G... A... e disse-lhe:

— Sabes, vou ao Rodolfo pedir um lugar para o J... Choro e ele há de arranjar.

Assim fez e, quando saiu, encontrou o Pompílio e vieram numa grande pândega de automóvel.

Dias depois alguém, falando ao poeta sobre a nomeação, ele lhe disse:

— É certo... Não sei como agradecer ao Rodolfo... Essa espontaneidade... Não pedi... Enfim, talvez ele seja meu admirador.

*

Sem data

Quintino. A sua falta de cultura, a amplitude dos seus lugares-comuns. Físico: duro, lábios contraídos, aspecto hispano-americano dele. A sua incapacidade.

Pinheiro. Terror. Cultura do terror. Escravo de divertimentos sangrentos. Total incapacidade de ligar a ideia à palavra. Ignorante, ausência de ideias condutoras de governo, necessidade de discursos.

Carlos Peixoto. Ilustração relativa. Timidez diante das mulheres de alta roda, donde gosto pelas raparigas airadas.

Elói. Sagacidade, oportunismo, medo de ser chamado mulato ou negro.

Irineu. Ambição de homem humilde, fascinação pela história da revolução, brutalidade, violência sangrenta etc.

Hermes = Zero. Jeito, donaire de anjo pelo incenso dos outros, convicção de energia, reduzida capacidade militar a uma de regimento, bondade paternal, agudo sentimento de casta, suposição de iluminado etc.

*

Sem data

Seabra, dando informações de coisas reservadas ao *Correio*.

*

Não esquecer Paca. Agiotas. Fornecimentos.

*

A casa de pensão do Jequiriçá.

*

Cantigas da Penha, transcritas em jornal:

“Ranchos e grupos.

Vimos no arraial os seguintes:

Filhos da Noite, que passou cantando a seguinte quadra:

Os Filhos da Noite
A nota vão dar
Na festa da Penha
Sempre a brincar.

A Lira de Ouro, que assim cantava:

Oh minha lira...
Que vai chorar,
Povo do ouro
Não pode negar.

Flor das Morenas. Até nos faz lembrar os bons tempos do Instituto Profissional... Penha. O “samba” é a “nota” alegre dos festejos de outubro, no arraial da Penha:

Morena, vai, vai
Minha flor...
Morena, vai, vai
Meu lindo amor.
Meu amor.
Oh! flor!

*

Preciso de cem contos.

*

Sem data

O autor destas cartas, segundo os jornais, deflorou 11 moças e seduziu uma porção de senhoras:

“Querida Doquinha.

“Recebi a tua amável cartinha na qual pedis-me que eu não me dedique a outra mulher e que não me esqueça de ti, conserteza estaes convencida que a amizade que eu tenho-te é igual a que me tens, porisso é que tens desconfiança em mim; enfim eu perdoo porque quem ama deve ter sciumes e desconfiança.

“Doquinha eu juro-te por mais uma vez que sou teu enquanto quizeres, por tua causa eu soffro tudo que for possível, e ao mesmo tempo peço-te que tudo quanto suberes a nosso respeito escreve para meu governo, e quando quizeres falar-me pessoalmente escreve que cumprirei como se fosse uma ordem.

“Estimo as tuas melhoras.

“Teu do coração *Assis*.”

“Queridinha confeço-te que hontem quando recebi a tua carta fiquei tão louco que confecei a mamãe que lhe amava loucamente e fazia por você as maiores violências ficaram todos contra mim, e a razão porque privino-te que não ligués ao que lhe disserem, por isso peço-te que peze bem o meu sofrimento e escreva-me dizendo o que passou-se durante as ultimas vinte e quatro horas, e peço-te perdão de não ter respondido a mais tempo e divido a falta de tempo.

“Pense bem e veja se estaes revolvida a fazer o que me dizeste na tua amavel cartinha, responde-me com a maior urgencia sim.

“Saudades e mais saudades deste infeliz que tanto lhe adora e não é correspondido.

Assis. 17-6-911.

“Quando acabar de ler faz o que eu fiz com a sua, rasga e queima.

“Adeus. — *Assis*.”

“Indolatrada Doquina. Saudades.

“Tive immensa satisfação quando a vi hoje pela manhã quando passei no trem estavas sentada na meza e agora as sete horas da noite a ver-te perto da salla de jantar, porisso peço a minha ingrata que faça o possível de falar comigo hoje, não é preciso pullar a janela é bastante abri-la que eu vou falar com voce, espera-me a hora do costume isto é, se voce não estiver com raiva de mim, podes ficar crente que tão de pressa soube que estavas de camma fui ao Dr. Roma Santos saber o que voce tinha elle disse-me que voce tinha feito a loucura de molhar os peis na agua fria, pois que voce estava com irregularidade no incomudo, foi para mim uma grande tristeza em saber que o Dr. Roma Santos sabe de teus particulares moral; enfim que eu devo fazer *se voce não quer ser minha inteiramente minha* como eu sou teu.

“Doquinha faz o possivel de não faltar porque eu tenho grande novidade a contar-te.

“Teu teu do coração

“A [...] de *Assis*.”

*

Sem data

Preciso descobrir *O Dia* do Alcindo a meu respeito. Veio na *A Imprensa*, quando eu publiquei no *Jornal* o *Policarpo*.

1912

22 de março

Vou comprar um bilhete de cem contos...

*

Maio

Em setembro de 1913 está pago o montepio.

*

Há uma consignação que acaba em abril de 1913, outra em maio de 1913, outra em junho. Preciso ver as outras.

*

14 de maio

Vou comprar um bilhete de vinte contos.

*

Saião volta dos Estados Unidos, admirado que lá haja também nomes estrambóticos. Exemplos: *Broadway*, estrada larga; *Red Star*, estrela vermelha etc.

*

Imprensa, de fins de 1912:

Aventuras do Doutor Bogoloff

“Lima Barreto está publicando em fascículos, que sairão sempre às terças-feiras, umas narrativas humorísticas às quais chamou: Episódios da vida de um pseudorrevolucionário russo, dando-lhe aquele título acima.

“As *Aventuras do Doutor Bogoloff* não são apenas páginas de boa literatura, são na realidade capítulos e capítulos trabalhados com sadio humorismo, visando claramente criticar os nossos costumes, sem preocupações inferiores de agressão a quem quer.

“O primeiro fascículo traz uma linda capa colorida.”

1913

Fevereiro

No volume II dos *Retalhos(1)*, há um artigo do Forjaz de Sampaio; e no III, um de Alberto Olavo, Mário Matos, sobre o *Isaías Caminha*.

*

Sem data

J. R. (P. B.)

Quando ele caiu na cova
Remexeu-se bem dengoso
Os vermes logo provaram
O gordo “ioiô” gostoso.

Não sei de quem é.

*

14 de setembro

Mudei-me ontem, 13-9-13, da casa em que vivi quase dez anos, à rua Boa Vista, 76, Todos os Santos. Lá entrei com uma nomeação no bolso e com muito pouco dinheiro. Nesta entrei sem um vintém na algibeira, tendo recebido antes seiscentos mil-réis. Já é progresso. Major Mascarenhas, 42.

*

Lia:

Em mim, não existe absoluto, nem ausência de absoluto, porque não conheci nunca elemento distinto do “eu”.

— É de Kant! — exclamou alguém.

*

26 de setembro

Desagradar é verbo intransitivo. Pede, portanto, objeto indireto. É o mais grave erro do artigo, pois o pronome devia ser “lhe” e não “o”. Que clássico!

Todos são assim. Quanto mais falam em gramática, mais erram por conta própria.

*

Sem data

Fetichismo dos negros do Brasil, pelo padre Etienne Brasil, *Revista do Instituto*, tomo LXXIV (Parte II, ano de 1911).

Este padre é um mistificador de sabedoria. Conheci-o na Associação de Imprensa.

1914

20 de abril

Hoje, pus-me a ler velhos números do *Mercure de France*. Lembro-me bem que os lia antes de escrever o meu primeiro livro. Publiquei-o em 1909. Até hoje nada adiantei. Não tenho editor, não tenho jornais, não tenho nada. O maior desalento me invade. Tenho sinistros pensamentos. Ponho-me a beber; paro. Voltam eles e também um tédio da minha vida doméstica, do meu viver cotidiano, e bebo. Uma bebedeira puxa outra e lá vem a melancolia. Que círculo vicioso! Despeço-me de um por um dos meus sonhos. Já prescindo da glória, mas não queria morrer sem uma viagem à Europa, bem sentimental e intelectual, bem vagabunda e saborosa, como a última refeição de um condenado à morte.

A minha casa me aborrece. O meu pai delira constantemente e o seu delírio tem a ironia dos loucos de Shakespeare. Meus irmãos, egoístas como eles, queriam que eu lhes desse tudo o que ganho e me curvasse à Secretaria da Guerra.

O que me aborrece mais na vida é esta secretaria. Não é pelos companheiros, não é pelos diretores. É pela sua ambiência militar, onde me sinto deslocado e em contradição com a minha consciência.

Não posso suportá-la. É o meu pesadelo, é a minha angústia.

Tenho por ela um ódio, um nojo, uma repugnância que me acabrunha.

Queria ganhar menos, muito menos, mas não suportar aqueles generais do Haiti que, parece, comandaram ou vão comandar em Austerlitz.

Demais, o meu feitio é tão oposto àquela atmosfera de violência, de opressão, de bajulação, que me enche de revolta. Não sei o que hei de arranjar para substituir aquilo, e a minha gana de sair de lá é tão grande, que não me promovem, não me fazem dar um passo à frente.

Eu fiz parte do júri de um Wanderley, alferes, e condenei-o. Fui posto no índex.

Para os jornais daqui estou incompatível. Podia tentar a aventura fora, mas não tenho liberdade; era preciso que estivesse só, só.

Enfim, a minha situação é absolutamente desesperada, mas não me mato.

Quando estiver bem certo de que não encontrarei solução, embarco para Lisboa e vou morrer lá, de miséria, de fome, de qualquer modo.

Desgraçado nascimento tive eu! Cheio de aptidões, de boas qualidades, de grandes e poderosos defeitos, vou morrer sem nada ter feito.

Seria uma grande vida, se tivesse feito grandes obras; mas nem isso fiz.

*

13 de julho

Noto que estou mudando de gênio. Hoje tive um pavor burro. Estarei indo para a loucura?

*

Sem data

Estive no hospício de 18-8-14 a 13-10-14.

*

Basílio Seixas era um rapaz preto tipógrafo, que conheci na Tipografia Altina em 1902, quando fiz, com o Tigre, a *Quinzena Alegre*.

*

Sem data

A Notícia de 9-8-14. Afrânio Peixoto, “isto é metonímia”, quando foi por sinédoque.

1915

Março

Fiz o empréstimo no montepio, em março de 1915.

*

Sem data

A Noite começou a publicar o meu livro *Numa e a ninfa*, em 20 de março de 1915.

*

Álbum de Pelino.

— Por que a girafa tem o pescoço tão comprido?

— Porque tem a cabeça longe do corpo.

*

Há meses inaugurou-se iluminação elétrica em uma qualquer cidade.

Para evitar desastres pessoais dou-vos o seguinte aviso junto aos dínamos de alta voltagem, os transformadores etc.:

“Perigo! Quem tocar nesses fios será fulminado. Pena de prisão e multa para os contraventores.”

Fazer um conto. Pelino, quando vê um sujeito ser fulminado pelo fio elétrico...

*

Sem data

Banco, consignação, a começar a 1º de janeiro de 1916.

1916

Fevereiro

O *Policarpo Quaresma* apareceu em 26 de fevereiro de 1916. A entrevista comigo na *Época* saiu em fins de fevereiro, 20.

*

Retirei três exemplares: um para Jackson, outro Vinhais e outro Milanez.

*

Retirei quatro volumes: dois brochados e dois encadernados, sendo para o *Comércio* e *A Noite*.

*

Castilhos / 50.

*

Brochado, 1. Pereira da Silva.

*

Mandei:

1 — João Ribeiro.

1 — Alcindo Guanabara.

1 — Alcides Maia.

1 — Laet.

*

Dei:

1 — Antônio

1 — Benedito.

1 — Lima.

1 — Minha irmã.

*

Já dei 15 exemplares.

*

País. Um volume. Dei.

Gazeta. Dois volumes. Dei.
Viriato. Um volume. Dei.
Prensa. Um volume. Dei.
Tribuna. Um volume. Dei.
Notícia. Um volume. Dei.
Braule. Um. Dei.
Rui. Um. Dei.
Afonso Celso. Um. Dei.
Correio Paulistano. Um.
Amadeu Amaral.
Estado de S. Paulo. Um.
Teixeira (Lisboa). Dois.
Couto. Um. Dei.
Fábio. Um. Dei.
Biblioteca. Dois.

*

Saião. Hilário de Gouveia, 54, Copacabana.

*

Adriano de Abreu — 1.
Capistrano de Abreu — 1.
Mário Behring — 1, dei.
Carlos Maul — 1, dei. (*Jornal das Moças*, Assembleia.)

*

Notícia da *Época* sobre *Policarpo*: 28-2-16.

*

Domingos — 1, dei.
A Águia — 1 (Porto), dei.
Dei 25 exemplares.
Osino — 1, dei.
Emílio — 1, dei.
Dei 28 exemplares.

*

Correio de Vassouras: doutor Soares Filho — 1.

*

Artur Mota. São Paulo.

*

Francisco Calmon. Farmácia do Aristides Caire.

*

Rui Barbosa, dei. São Clemente, 184.

*

Costa Macedo — 1, dei.
Jacob — 1, dei.
Gilka — 1, dei.
Dei 33 exemplares.
Lambert — 1, dei.
Bilac — 1, dei.
Malagutti, dei.

*

Carlos Restier — 1, dei.

*

Paulo Hasslocher. Nossa Senhora de Copacabana, 72.

*

Dei 36 exemplares.
Dei um ao tipógrafo.
Dei 37.

*

Arnaldo Pereira. Arquivo da Prefeitura.

*

Mota —? Reis — 1.
Dei 38 exemplares.

*

Bastos Tigre — 1.
Antônio Torres — 1.
Araújo Jorge — 1.

*

Doutor Afonso Machado. Largo da Lapa, 106.

*

Alfredo Morais Rego — 1.

*

Dei sete mais = 45.

*

Prensa.

*

Cartier.
48 livros.

*

Dei 49.
P. Curio —1.

*

Nos nossos militares (exceto a Marinha), a necessidade de mudança de uniformes equivale à da moda nas mulheres.

*

1 — Henrique Magalhães.

Dei 51.
Dermeval — 1, dei.
52.

*

Cardim. Rua Fernandes, 91.

*

Março

Meu livro, o *Policarpo*, saiu há quase um mês. Só um jornal falou sobre ele três vezes (de sobra). Em uma delas, Fábio Luz assinou um artigo bem agradável. Ele saiu nas vésperas do carnaval. Ninguém pensava em outra coisa. Passou-se o carnaval e Portugal teve a cisma de provocar guerra com a Alemanha. As folhas não se importavam com outra coisa senão com o gesto comicamente davidinesco de Portugal. Enchiam colunas com notícias como esta: “A esquadra portuguesa foi mobilizada. Acham-se em pé de combate o couraçado *Vasco da Gama*, o cruzador *Adamastor*, a corveta *dona Maria da Glória*, a nau *Catarineta*, a caravela *Nossa Senhora das Dores*, o brigue *Voador* e o bergantim *Relâmpago*”. E não têm tempo de falar no meu livro, os jornais, estes jornais do Rio de Janeiro.

*

O *Policarpo Quaresma* foi escrito em dois meses e pouco, depois publicado em folhetins no *Jornal do Comércio* da tarde, em 1911. Quem o publicou foi o José Félix Pacheco. Emendei-o como pude e nunca encontrei quem o quisesse editar em livro. Em fins de 1915, devido a circunstâncias e motivos obscuros, cisme em publicá-lo. Tomei dinheiro daqui e dali, inclusive do Santos, que me emprestou trezentos mil-réis, e o Benedito imprimiu-o. Os

críticos generosos só se lembravam diante dele do dom Quixote. V. Oliveira Lima e Afonso Celso. *Audaces fortuna juvat*.

*

O *Numa e a ninfa* foi escrito em 25 dias, logo que saí do hospício. Não copiei nem recopiei sequer um capítulo. Eu tinha pressa de entregá-lo, para ver se o Marinho me pagava logo, mas não foi assim e recebi o dinheiro aos poucos. Escrevi-o em outubro de 1914. O Marinho era diretor da *A Noite*.

*

Encontrei, na estação, T. S., um vagabundo, companheiro de P. Disse-lhe que tinha estado doente, e ele me confessou que também, à guisa de quem faz uma confidência, explicando-me, ao ouvido, que tinha levado uma navalhada na barriga da perna. Penso que ele tinha perebas.

*

W., cantora, interpelou o espectador por ter posto a mão em concha no ouvido.

*

Numa dependência do quartel-general, diversos soldados conversavam; diz um a outro:

- Foi preso esse Paiva Couceiro.
- Quem é?
- É um anarquista aí.

*

O *Isaiás*, os primeiros quatro capítulos, escrevi-os lentamente; o resto em dias, mas copiando-os, logo que os acabava.

*

Os jornais que não noticiaram absolutamente o aparecimento do meu segundo livro foram: o *Correio da Manhã* e a *Tribuna*, do Rio de Janeiro.

No *Correio* sou excomungado; e é justo. Na *Tribuna*, não sei por quê, tanto mais que o mandei ao Lindolfo Collor.

*

Sem data

Vilarinho morreu em 8-4-1916.

*

Junho

Encontrei em Ouro Fino na boca do povo o neologismo “fumal”, para designar plantação de fumo.

E o vício de dizer “ponhar” em vez de “pôr”, em todos os tempos e modos.

*

Sem data

Manuel de Oliveira morreu a 8 de novembro de 1916, dia de anos de minha irmã.

Eu o conheço desde os 11 anos e creio que ele foi para casa, quando eu tinha 12 ou 13 anos. Viveu conosco cerca de 22 ou 23 anos e muito nos serviu e foi útil. Era preto cabinda e tinha de sua nação um orgulho inglês. Hei de escrever-lhe um artigo.

*

“Amplius!”, *A Época*, de 10-9-1916.

1917

Março

Devo unicamente ao Lima, pela impressão do *Policarpo*, a quantia de 442 mil-réis.

*

7 de março

Hoje, 7 de março de 1917, estive na Garnier, como ontem, como anteontem. Vou agora lá sempre rondar. Troquei palavras com este, com aquele, e cada vez me capacito mais de que eles não têm nenhum ideal de Arte. São muito inteligentes, escrevem e falam como Rui de Pina, mas ideal em Arte não têm nenhum. Não me entendem ao certo e procuram nos meus livros bandalheiras, apelos sexuais, coisa que nunca foi da minha tenção procurar ou esconder.

Chamam-me de pudico. Ora bolas!

*

Eu vendi ao Jacinto quatrocentos Policarpus por duzentos mil-réis. Vendi ao Garnier a mil-réis cem, por cem mil-réis. Vendi ao Alves setecentos a oitocentos réis, 560 mil-réis, $1.200 = 860$ mil-réis.

Devo ter recebido uns seiscentos mil-réis de consignações. $860 + 600 + 1.460 = 2.920$

Dei cerca de 1.200 exemplares. Tenho ainda a receber cem mil-réis, se tanto.

*

Enquanto que Latino Coelho — livro sobre o Marquês de Pombal, diversas vezes, nas páginas 357 [.....]

*

Lutero também condenou o sistema de Copérnico. Ver Latino Coelho, *Marquês de Pombal*, página 371.

*

Dona Luísa de Oliveira Costa, poetisa das *Mágoas secretas*, rua da Candelária, 92A.

*

Paguei a *Gazeta* até 14.

*

Preço médio do açúcar exportado é de 462 réis o quilo.
Vide *Correio da Manhã*, de 15-9-17.
O último da *Bruzundanga* veio no *A.B.C.*, de 5-5-17.

*

7 de junho

Minha irmã acaba de chegar da rua (sete e meia da noite) e me traz a notícia de que um grande prédio em construção no largo do Rossio acaba de desabar, matando quarenta operários. O antigo prédio era uma arapuca colonial, mas que, apesar da transformação, de ter tido as paredes eventradas, resistia impavidamente. O novo ia ser uma brutalidade americana, de seis andares, dividido em quartos, para ser hotel: Hotel New York (que nome!), um pombal, ou melhor: uma cabeça de porco.

Somos de uma estupidez formidável. O Rio não precisa de semelhantes edifícios. Eles são desproporcionados com as nossas necessidades e com a população que temos. Com pouco mais, o seu construtor adquiria os prédios vizinhos e faria coisa decente, proporcional, harmônica com a nossa vida e os nossos gostos. Mas a mania de imitarmos os Estados Unidos leva-nos a tais tolices. Uma casa dessas, servida por elevadores, povoada que nem uma vila povoada, é sempre uma ameaça para os que a habitam. Em caso de desastre, de acidente, os pequenos elevadores não a poderão esvaziar, a sua população. Mas os americanos...

É o que eles chamam progresso. Fresco progresso!

*

Sem data

Há dois acréscimos a fazer no *Polcarpo*: o requerimento do maníaco que quer ser major por ter dois galões, como tenente honorário, e outros dois, como tenente reformado, pois a soma $2 \pm 2 = 4$ dá o número de galões de major; e falar nas cobras — a morte do Dicomarte.

*

Sem data

Para *Clara dos Anjos*. Ver *Correio da Manhã*, de 31-5-17.

*

Piramidamento. Piramidar — colocar em pirâmide.

*

Sobre a vida de João Laje, ver *Correio da Manhã*, artigo do Edmundo e de 6-9-17.

*

Sem data

“Un écrivain ne doit songer, quand il écrit, ni à ses maîtres, ni même à son style. S’il voit, s’il sent, il dira quelque chose; cela sera intéressant ou non, beau ou médiocre, chance à courir.” (Remy de Gourmont, *Le Problème du style*, p. 31.)

“Volupté — c’est pour les coeurs libres quelque chose d’innocent et de libre, le bonheur du jardin de la terre, la débordante reconnaissance de l’avenir pour le présent.” (Nietzsche, *Zarathrusta*.)

*

“Loué par ceux-ci, blâmé par ceux-là, me moquant des sots, bravant les méchants, je me hâte de rire de tout, de peur d’être obligé d’en pleurer.” (Figaro. Beaumarchais.)

*

Carta régia de 30-7-1766, proibindo as fábricas. Vide Matoso Maia, página 222, e a que proíbe a cultura da cana-de-açúcar no Maranhão, de 19-6-1768, no mesmo autor.

*

Quando se está perto de uma mulher, ou dizemos asneiras, ou nos calamus.

*

Sem data

O Paraná (que em tupi significa mar) toma este nome... Serve de limites às províncias de Minas, Goiás, São Paulo e Paraná; dividindo outrossim o Brasil do Estado Oriental e da Confederação Argentina. Recebe então o Paraguai e o Uruguai, adquirindo o nome de rio da Prata.

Nota do cônego Fernandes Pinheiro à *História do Brasil*, de Robert Southey, volume III, página 433.

Há aqui um equívoco do Southey. É inexato que o rio Uruguai... serve de limites do Império do Brasil à República Oriental.

*

“*Cette question de savoir si son (du Grec) toujours grandissant désir de beauté, de fêtes, de réjouissances, de cultes nouveaux, n'est pas fait de vice, de misère, de mélancholie, de douleur?*” (Nietzsche, *L'Origine de la tragédie*.) Em que fica a *joie de vivre* dos gregos? Ora bolas!

*

Só em Ciudad Real, a Inquisição, em 1486, processou mais de três mil pessoas; em Sevilha, desde este ano até o de 1489, calcula-se em três mil sentenciados, dos quais perto de quatrocentos foram queimados vivos. Herculano, *História do estabelecimento da Inquisição*, página 71 (2ª edição).

*

3 de junho

Hoje, depois de ter levado quase todo o mês passado entregue à bebida, posso escrever calmo. O que me leva a escrever estas notas é o fato de o Brasil ter quebrado a sua neutralidade na guerra entre a Alemanha e os Estados Unidos, dando azo a que este mandasse uma esquadra poderosa estacionar em nossas águas.

A dolorosa situação dos homens de cor nos Estados Unidos não devia permitir que os nossos tivessem alegria com semelhante coisa, pois têm. Néscios. Eu me entristeço com tal coisa, tanto mais que estou amordaçado com o meu vago emprego público.

A escolher, sim senhor, eu preferia mil vezes a Alemanha. Não posso dizer nada e nada direi; mas aqui fica o meu protesto mudo. Coisa curiosa, o Lauro não quis dar o seu assentimento a tal coisa; o Nilo deu. Ao primeiro, chamam de alemão; e ao segundo, de moleque?

Em que parará isto? Não sei bem, mas, se a sangueira já é grande, julgo que ela vai ser ainda maior depois. Tudo o que é revoltante e grosseiro vai por baixo disso tudo, sob o pretexto de pátria. É de causar horror, tanto mais que os fortes burgueses querem, aproveitando o estado dos espíritos, matar o indivíduo em proveito do Estado, que são eles.

Spencer tinha razão: o mundo retrograda. O escopo utilitário matou todo o ideal, toda a caridade e quer cada “besta” na sua manjedoura.

Antes o feudalismo!

Antes a nobreza!

*

18 de junho

Nada mais devo da impressão do meu livro. O pulha do Vasconcelos, empregado na Secretaria do Exterior, no meio de outros pulhas, cônsules ou coisa que o valha, teve o topete de perguntar-me onde fui buscar um conto e oitocentos mil-réis. Certamente não foram nas gratificações que na repartição dele se distribuem a mancheias. F. da p.!

*

Hoje me contaram que o Getúlio das Neves, lente da Escola Politécnica, demitiu-se de diretor da Carteira Cambial do Banco do Brasil, porque, encontrando o câmbio, por exemplo, a 11 1/32, no dia seguinte, julgando que o fazia subir, mandou que o banco o cotasse a 11 3/32. As cifras não são exatas, mas o fato em si é.

*

O Raul Pederneiras fez concurso de anatomia artística, de que deve entender muito pouco. Agora, está tratando de fazer de grego, de que estudou umas coisinhas no Ginásio.

Que homem e que país!

*

Setembro

A segunda edição do *Isaiás* apareceu em setembro de 1917.

*

5 de setembro

De há muito sabia que não podia beber cachaça. Ela me abala, combale, abate todo o organismo, desde os intestinos até à enervação. Já tenho sofrido muito com a teimosia de bebê-la. Preciso deixar inteiramente.

No dia 30 de agosto de 1917, eu ia para a cidade, quando me senti mal. Tinha levado todo o mês a beber, sobretudo parati. Bebedeira sobre bebedeira, declarada ou não. Comendo pouco e dormindo sabe Deus como. Andei porco, imundo.

Ia para a cidade, quando me senti mal. Voltei para casa, muito a contragosto, pois o estado de meu pai, os seus incômodos, junto aos meus desregramentos, tornam-me a estada em casa impossível. Voltei, porque não tinha outro remédio.

Deitei-me, vomitei e andava com fluxo de sangue, que me levava à latrina frequentemente. Numa das vezes em que fui, caí e fiquei como morto. Meus irmãos acudiram-me e trouxeram-me a braços, inclusive o Elói, o filho da Prisciliana, meu afilhado e de minha irmã. Não sei o que se passou; o que sei é que as senhoras da vizinhança acudiram e eu despertei duas horas depois com equimoses nos tornozelos e cercado por elas, cheias de susto.

Chamaram médico, o Caire, estudante do meu tempo; e estou sofrendo a medicação mais penosa que me podia ser imposta. Estou em dieta de fruta e água de arroz, pois o meu organismo tem *deficit*.

Se não deixar de beber cachaça, não tenho vergonha. Queira Deus que deixe.

*

Outubro

“Exmos. Srs.

“Tendo nós notado que artigos de certos dos nossos autores, quando aparecem em publicações difundidas, são lidos com interesse e avidez; e notando também que muitos escritores não possam fazê-los com independência e necessária autonomia intelectual, para não ferir interesses e susceptibilidades das grandes empresas dos nossos cotidianos, revistas e *magazines*; resolvemos editar uma pequena revista quinzenal em que coubessem artigos de semelhante natureza e onde também fossem feitos, sem a dependência de pequeninos

interesses do momento, largos e francos comentários aos sucessos da nossa atividade, em todos aqueles departamentos onde os nossos colaboradores entendessem buscar assunto.

“Não se trata de uma revista de descompostura, não se trata nela de insultar esta ou aquela personagem em evidência. Não precisamos disto. O que nós desejamos é esclarecer fatos e opiniões, sob a luz de uma livre crítica, de forma que aqueles leitores, pouco enfronhados nos bastidores de certos aspectos da nossa vida e deles só tendo diante de si o fato bruto, possam melhor julgar o desenrolar dos acontecimentos políticos, literários e outros, assim também as individualidades envolvidas nesses acontecimentos.

“Um programa destes é necessariamente assintótico. Começamos modestamente e, com o tempo, a curva irá se aproximando gradativamente, insensivelmente, da assíntota, para nunca atingi-la. É da definição.

“Com esse espírito, resolvemos pôr, na direção intelectual da publicação, o senhor Lima Barreto, moço autor, cujos livros, por demais conhecidos, são fiadores da diretriz que ele imprimirá a *Marginália*, de acordo com o que desejamos.

“Procuraremos o mais breve possível organizar o nosso quinzenário, de forma a torná-lo o mais atraente possível. Na medida do razoável, não fugiremos aos moldes das publicações mais procuradas. Sem fazê-la semelhante aos chamados semanários humorísticos, nem tampouco aos modelos das grandes revistas clássicas — o que no nosso meio é quase impossível —, esforçar-nos-emos por editar a *Marginália* de modo que, participando de um e outro gênero de publicidade, ela possa satisfazer o gosto de qualquer espécie de leitor, sem depender de nenhuma delas.

“É mais uma tentativa que entre nós se faz nesse gênero de imprensa de período longo; e, seja qual for o seu futuro, ficaremos satisfeitos só em tentá-la.

“Esperamos, pois, a boa vontade dos senhores para a publicação que encetamos agora e, desde já, agradecemos o acolhimento que derem a *Marginália*.

“Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1917.

“Os Editores.

“P.S. — Não aceitamos, por ora, assinaturas.”

Sem data

Otacílio Sampaio de Macedo. *Ensaio de uma psicologia nacional*. Capítulo II. Cita *Policarpo*.

1918

21 de janeiro

Eu beijei por uma ou duas vezes E., cunhada do H. M. Isto foi há dias e eu estava esquentado. Se aquela ocasião fosse propícia, talvez consumássemos o ato. Ela é casada com um demônio de um inferior da Marinha, estúpido a roçar na idiotice. Tem todas as manifestações da compressão militar, em que o puseram desde a meninice. Tem dois filhos.

A E. não é uma beleza, mas é farta de carnes e tem aquele capitoso das caboclas, quando moças. Foi sempre ela quem me provocou. Naquele dia, eu fui adiante... O G. a ronda também, mas penso que não chegou tão longe...

O que eu queria dizer é que, agora, quase um mês passado, eu não tenho nenhum interesse em continuar a aventura. Não lhe tenho amor, não me sinto atraído por ela, por isso não encontro justificativa em mim mesmo para arrastá-la, como se diz, a um mau passo. Havemos de ver...

(Morreu no fim do ano e o G. também. Gripe).

*

Álbum de Pelino Guedes

“Ida e volta”

A Osório Duque Estrada

Quando chorosa partiste,
No dorso do mar bravio,
Sobre a tolda do navio
Vi-te, dolente, a cismar...

No ocaso o Sol se escondia,
Gemia o mar nos abrolhos
Chorava a dor em teus olhos
Tudo chorava no lar...

Hoje que voltas contente,
Do teu sorriso inocente
De luz doura-se o arrebol...
Ontem — partias chorando,
Hoje — sorrindo e cantando
Beijam-te as flores e o Sol!

“Por mais que te escarafunches
Por mais que rimas arranjes
Serás sempre um pobre Dunshee
Um pobre Dunshee de Abranches.”

Artur Azevedo, vide *A Lanterna*, de 30-10-17.

*

“Aucun âge n’a le droit d’imposer sa beauté aux âges qui précèdent; aucun âge n’a le devoir d’emprunter sa beauté aux âges qui précèdent. Il ne faut ni dénigrer ni imiter, mais inventer et comprendre.” (Taine. *Essais*, página 255.)

*

Helmholtz, citado por Metchiníkofz: *“La Nature. A comme exprès accumulé les contradictions dans l’intention de répéter tous les fondements d’une théorie d’harmonie préexistente entre le monde extérieur et le monde intérieur”* — página 100.

*

O conto meu “Sua Excelência” foi transcrito na *Plateia*, de São Paulo, em 24-1-1918.

*

O doutor Luís Ribeiro do Vale, na sua tese de doutoramento em 1918 (ano letivo de 1917), refere-se ao meu livro *Policarpo Quaresma*. O título é *Psicologia mórbida na obra de Machado de Assis*.

*

Lenine, Trotski, Kóloniai. (mulher?).

*

Páginas 146, 147, *Sóror Mariana Alcoforado*, Luciano Cordeiro, sobre adornos pagãos nos conventos de Conceição de Beja e no de Odivelas.

*

Mariana Alcoforado nasceu — 22-4-1640

Morreu — 28-7-1723

83 anos

Convento Conceição (da Nossa Senhora da Conceição) de Beja (Alentejo).

*

“Daqui a poucos dias vai fazer um ano que toda me entreguei sem escrúpulos”, Carta II.

“Receava muitas vezes que a afeição que parecia ter por mim pudesse de algum modo prejudicá-lo (a Chamilly).” Carta V.

“Em nada mais faço consistir a minha honra e a minha religião do que em amar-te perdidamente toda a vida já que comecei a amar-te.” Carta IV.

“Também (Deus?), separando-nos, parece-me que nos fez todo o mal que poderíamos recear dele. Não conseguirá separar os nossos corações: o amor que pode mais do que ele uniu-os para toda a vida.” Carta I.

“O que me fazem por aliviar-me acirra a minha dor, e nos próprios remédios acho razão particular para me afligir.” Carta II.

“Fizeras a sangue-frio o propósito deste incêndio em que me abrasaste toda.” Carta III.

*

Há dez anos eu não compreenderia estas cartas (1918).

*

“Triste de mim! que sinto vivamente a impostura desta ideia (nunca tê-lo visto), conheço, mal a exprimo, que estimo bem mais ser desventurada, amando-te, do que não te haver visto jamais.” Carta III.

*

Heloísa diz coisa semelhante.

*

“Mas agradeço-te, do fundo do coração, as mortificações que me causas, e aborreço a tranquilidade em que vivia antes de conhecer-te.” Carta III.

“Vi que (o senhor) era menos caro do que a minha paixão e tive mágoas desconformes em combatê-la, depois ainda que os maus procedimentos do

senhor o tornaram para mim odioso.” Carta V.

“Desconfio muito dos sentimentos violentos para que me aventure a esse.”
Carta V.

“Parece-me contudo que se os homens pudessem ter mão na razão quando escolhem os seus amores, mais se inclinariam a elas (religiosas) do que a outras mulheres.” Carta V (1).

*

Sem rival, Chamilly. Eu sou seu rival.

*

O indeferimento do meu requerimento de montepio em 1916.

*

— Não cobra nada pelas minhas receitas, pois só prescreve remédios para os amigos.

Seria muito melhor que o fizesse para os seus inimigos.

*

O filho do Leão Veloso aceitou a Legião de Honra. Vide *Correio da Manhã*, de 5-5-1918.

O Júlio Novais agrediu o Álvaro de Oliveira, em 8-5-96, em frente à igreja de São Francisco, por causa de reprovações.

*

Fim do governo:

Ocupar-se das substâncias
Fornecer a abundância
Cuidar da segurança
Favorecer a igualdade.

Bentham — Filon — *Literatura inglesa.*

*

Um epitáfio de um marinheiro grego que naufragou:
O marítimo que aqui jaz diz-te: “Veleja! O golpe de vento que nos fez naufragar aqui, fazia vogar ao largo toda uma flotilha de barcos felizes e contentes”.

*

A prorrogação do contrato da São Paulo Railway foi no governo do Prudente. O Adolfo Gordo foi o intermediário

*

Frase de Nilsa Faceiro (caso da casa do Faria — retalhos em notas oportunas), tratando do filho que tem no ventre: “Sim, é dele; e só a ele (o amante) é que eu amo”.

*

Bolchevismo.

*

Conde de Belfort, Visconde de Gurupari — morou na rua Formosa, perto do velho Antônio Lourenço, num sobradão junto ao Colégio de Santa Cândida.

*

Sem data

O artigo do Amaral tem o mesmo plano que o do Miguel Melo; o do Antônio Torres o mesmo que o daquele último; o do filho de Leão Veloso o mesmo que o do Torres.

Parece que o plano foi ditado pelo chefe de polícia, devendo tocar nos seguintes pontos:

a) acoimar de estrangeiros os anarquistas e exploradores dos operários brasileiros;

b) debochar os seus propósitos e inventar mesmo alguns bem repugnantes e infames;

e) exaltar a doçura e o patriotismo do operário brasileiro;

d) julgar que eles têm razão nas suas reivindicações; que a dinamite não deve ser empregada etc.; que devem esperar, pois a Câmara vai votar o código do trabalho etc. etc.

Seria melhor mandar o Celso Vieira redigir uma circular, em papel da chefatura de polícia, e, mediante pagamento razoável, publicá-la em todos os jornais.

Viver às claras.

*

Hélio Lobo, sua defesa, em *A Noite*, de 1º-12-18.

*

Quando eu passo, à noite, pelo Flamengo, que as gentes elegantes, com as suas horríveis casas, fizeram banal, lembro-me do Helesponto, de Leandro e de Hero, que deve estar lá, em Icaraí. Infelizmente, eu não sei nadar.

*

A *Gazeta*, de 1º e 2-12-18, denuncia uma violência do delegado da 17ª sob o pretexto de anarquismo.

*

João Francisco comprou um apito e uma gaita, para atrair os pardais.

*

27 de dezembro

Hoje, aqui, no Hospital Central do Exército, estando na varanda, das seis para as sete, eu vi um grupo de irmãs atravessar o jardim, em demanda a uma outra enfermaria. Uma delas, ao pisar nas terras, recentemente trazidas para um canteiro, passou levantando os pés, como se estivesse a atravessar um terreno encharcado, e levantou a bata com os ademanos bem femininos, com ambas as mãos. Tarda muito a morrer na mulher a *coquetterie*. A menina burguesa, mais ou menos rica, surgiu debaixo da irmã.

*

João Francisco Filho continua a chamar os pardais e a ouvi-los cantar óperas, valsas etc.

*

No retrato de Josefina, que ilustra as minhas memórias de Barras, compradas em segunda mão, havia a seguinte nota, da mão naturalmente do primeiro possuidor:

“Veja o retrato na obra de J. Turquan, pág. 1.”

*

Escrever alguma coisa sobre o João Francisco e os pardais. Foi meu companheiro no Hospital Central do Exército.

João Francisco, alferes reformado, tipo *raté* da Escola Militar, as suas manias matemáticas, a sua terminologia, megalômano etc.

Encontrei no Hospital Central do Exército. Escrevia cartas a todos os reis e potentados, aconselhando isto ou aquilo.

Tinha um tratado de mecânica etc. Caso patológico das manias dos militares saídos da Escola Militar há trinta anos.

*

Chagas — boêmio.

Nezumano — positivista.

Nepomuceno — caricato.

*

Sem data

Fui aposentado por decreto de 26-12-1918. Presidente da República, vice em exercício, Delfim Moreira e ministro da Guerra, Alberto Cardoso de Aguiar.

*

Sem data

No *Peau de chagrin*, de Balzac, há o seguinte pensamento muito semelhante a um de Nietzsche: “*L’homme est un bouffon qui danse sur des précipices.*”

1919

Janeiro

Estive no Hospital Central do Exército, de 4 de novembro de 1918 a 5 de janeiro de 1919.

*

25 de fevereiro

O meu *Gonzaga de Sá*, editado em São Paulo, apareceu no Rio de Janeiro em 25 de fevereiro de 1919.

*

“*Mais que diable allait-il faire dans cette galère?*” (Molière, *F. de Scapin.*)

*

Março

O negócio do Antônio Claro, diretor da fábrica de tecidos, está no artigo de Ramos da Paz, *Jornal do Comércio*, de 10 ou 11 de março de 1919.

*

“Le Latin, qui dans les mots brave l’honnêteté”...

*

A mulher do H., com quem estive em avançadas intimidades, narrou-me há tempos que o pai gastava razoáveis dinheiros para levar toda a família a Petrópolis. Falando-me em passear com ela, lembrei-lhe a Tijuca, o Jardim, o Pão de Açúcar, as Paineiras, o Corcovado. O pai é fiel da Armada e se tem em grande conta. Eles e ela saíram todos assim.

*

Eu veria a Vitória de Samotrácia com o mesmo olhar e a mesma emoção com que vejo um manipanso africano. São documentos sociais ambos.

*

13 de março

“A Liga contra o football.”

Lima Barreto, entrevistado pelo *Rio-Jornal* expõe os inconvenientes do *football*.

Um jogo de pés que concorre para a animosidade e a malquerença entre os filhos de uma mesma nação.

A notícia de que Lima Barreto e alguns companheiros tratavam de fundar uma “Liga contra o *Football*” levou-nos esta manhã à sua casa, para obter mais esclarecimentos sobre os destinos e fins da liga. Lima Barreto reside, há 16 anos, na pacata estação suburbana de Todos os Santos. A sua casa é modesta, porém

clara e ampla, cercada de fruteiras e respirando sossego. A sua sala de trabalho, ao mesmo tempo dormitório, é também clara e ampla, tendo livros, móveis, quadros — tudo em ordem. A desorganização de Lima é para uso externo. Estava lendo os jornais matutinos quando chegamos.

— Você por aqui! — exclamou ele logo ao ver-nos.

— É verdade. Quero saber bem esse negócio da “liga” que você fundou.

Nós já nos havíamos sentado e o Lima, na cadeira de balanço, deixou os jornais e respondeu:

— O negócio é simples. Há cerca de um ano eu e o Valverde... Você não conhece o Valverde?

— Conheço.

— Bem. Eu e ele, conversando sobre os *sports*, em uma confeitaria do Méier, Valverde me expôs, com a sua competência especial de médico que conhece o seu ofício, os prejuízos de toda a ordem que o abuso imoderado dos *sports*, sobretudo o *football*, trazia à nossa economia vital. Ele mos explicou singelamente, sem pedantismo, nem suficiência doutoral. Impressionei-me. Dias depois, ele me lembrou a fundação da liga. Passaram-se dias e meses e não mais falamos nisto; ultimamente, porém...

— Com a decisão da congregação do Pedro II, proibindo o *football*?

— Não; antes. Eu explico a você. Nos últimos meses do ano passado, estive no Hospital Central do Exército, tratando-me. Lá, sem ter que fazer, nem distrações, eu, por desfastio, lia todas as seções dos jornais, inclusive as esportivas, que são as únicas enfatuadas e enfáticas. Verifiquei que havia uma irritação inconveniente entre os *players*.

— Você já sabe a técnica do *football*?

— Isso é técnica? *Player* está ali no Valdez.

— Vamos adiante.

— ...entre os *players*, amadores, torcedores, enfim entre o público do bola-pé de lá e o daqui. Você sabe disso?

— Sei.

— Saindo do hospital, tive notícias mais completas. Entre a gente do *football* de lá e a daqui há uma rivalidade feroz que se manifesta em chufas, vaias, apelidos deprimentes, até em rolos. A esse respeito escrevi dois ou três artigos...

— Onde?

— No *A.B.C.*... Mas a coisa não seria tão importante se, nestes últimos dias, realizando-se no Recife, um *match* entre um *club* de lá e um daqui, não se

repetissem as chufas, as vaias e os rolos.

— Concluiu você, daí...

— Concluí que, longe de tal jogo contribuir para o conagraçamento, para uma mais forte coesão moral entre as divisões políticas da União, separava-as.

— Não será exagerado, Barreto?

— Julgo que não. Entre São Paulo e Rio foi assim; entre Rio e Recife também; e o lógico é provar que as coisas se repetirão entre Rio e Belém, entre Rio e Porto Alegre etc. etc.

— É um argumento.

— E não é só este. Os grandes clubes daqui, aqueles que têm para cerimoniais o caucásico Coelho Neto, são portadores de uma pretensão absurda, de classe, de raça etc., você não pode negar isto!

— Não nego; é verdade.

— Está aí uma grande desvantagem social do nosso *football*. Nos nossos dias em que, para maior felicidade dos homens, todos os pensadores procuram apagar essas diferenças acidentais entre eles, no intuito de obter um mútuo e profundo entendimento entre as várias partes da humanidade, o jogo do pontapé propaga a sua separação e o governo o subvenciona.

— Subvenciona?

— Sim. Parece que a Liga e a tal Confederação estão inscritas no orçamento da despesa da República. Não estou certo, vou verificar; mas, favores e favorezinhos, elas têm recebido do governo para lançar cizânias entre Estados da União e criar distinções idiotas e antissociais entre os brasileiros.

— Que favores são esses?

— Os poderes governamentais reconheceram de utilidade pública a tal Confederação, o que naturalmente redundava em alguma vantagem de ordem administrativa; e aquela casa de espantos, que é o Itamarati, quando há os tais *matches* internacionais, subvenciona clandestinamente as *équipes* que vão para as repúblicas vizinhas “defender as nossas cores”, como dizem eles infantilmente. De modo...

— Você é capaz de provar que receberam essas subvenções?

— Nem eu nem ninguém. O Itamarati, depois de Rio Branco, fez-se a caixa dos segredos e das mistificações da nossa administração. Não há quem arranque de lá a mais simples certidão...

— Então, como você...?

— Como? Digo, sob a responsabilidade de meu nome, denuncio, e chamem-me a juízo. Espero. Contudo...

— Mas, Barreto, penso em que vocês não ficarão nesse aspecto político-social-administrativo do *football*. Não é?

— Não ficaremos aí. Esta é a minha parte, mas a que se refere à higiene pessoal, ao funcionamento da boa saúde, às reações de ordem psicológica, às perturbações ao desenvolvimento mental que ele possa trazer, esta parte difícil, árdua e técnica é com o Valverde. Eu tratarei da minha, no que tenho o apoio de todos, pois nenhum de nós está disposto a admitir que o Brasil pague impostos, para o governo obter dinheiro e ele venha a dar um pouco desse dinheiro à sociedade dos que cavam a separação, não só das divisões políticas da nação, mas entre os próprios indivíduos desta nação. Você pode dizer que nós não estamos dispostos a consentir que se forme, à custa dos contribuintes, uma aristocracia que se baseia nas habilidades dos pés... Representaremos ao Congresso...

A conversa ameaçava eternizar-se, despedimo-nos, pois; o serviço do jornal nos esperava.

1920

Sem data

A segunda vez que estive no hospício de 25 de dezembro de 1919 até 2 de fevereiro de 1920.

Trataram-me bem, mas os malucos, meus companheiros, eram perigosos. Demais, eu me imiscuí muito com eles, o que não aconteceu daquela vez que fiquei de parte.

*

Tenho um conto no *Malho*, segundo semestre de 1919, que não guardei. Não sei o número.

*

Sem data

O cálculo do valor das terras de São Paulo, segundo o Cincinato Braga. Fazer uma *charge* a respeito.

Revista da Semana, de 7-8-20. Logo no primeiro artigo aconselha reformas suntuárias na cidade. Em seguida sob o título “Um prado de corridas no Leblon” — pede que a prefeitura e o Ministério da Agricultura o construam, visto “gastar-se muito dinheiro em coisas inúteis” (textual).

Por aí vai nas suas elegâncias.

*

A ordenação do Reino (manuelina) que equipara as bestas aos escravos é encontrada no livro IV, título XVI.

*

“A saudade escreve entranhado.” (Camões, *Elegia*.)

1921

Sem data

Num domingo de fevereiro de 1921, houve um grande rolo, quando, na praia de Botafogo, jogavam uma partida de *water polo* os clubes Natação e São Cristóvão. Foi tremendo e dentro d’água.

*

Setembro

João Henriques de Lima Barreto. Nasceu em 19 de setembro de 1853. Foi chefe de turma das oficinas de composição da Imprensa Nacional, depois de trabalhar como tipógrafo em várias oficinas particulares e de jornais do tempo; mais tarde, chegou a mestre da referida oficina da mesma Imprensa, donde foi demitido com o estabelecimento da República, em 1889.

Pouco depois, foi nomeado para as Colônias de Alienados que o governo provisório acabava de fundar, na Ilha do Governador, como escriturário; anos após, foi almoxarife, administrador, aposentando-se, em 1902, devido a pertinazes sofrimentos que o impossibilitaram de toda e qualquer atividade até à data do seu falecimento.

Era viúvo e deixa três filhos e uma filha, solteiros, todos os quatro, e o mais velho é o escritor Lima Barreto.

Traduziu e publicou um volume, o *Manuel de l'apprenti compositeur*, do célebre impressor francês Jules Claye.

*

21 de setembro

(Cópia).

John C. Branner Stanford University

President Emeritus

July 27, 1921. Califórnia

*Ilmo. Sr. Capistrano de Abreu. clo F. Briguiet & Cia. Rua Nova do Ouvidor.
Rio de Janeiro, Brazil.*

My dear Capistrano: — I received your letter of April 26, and the book and papers you kindly sent, but I have been in poor health for more than six months on account of my heart, and my correspondance has necessarily been very much neglected.

Only a few days ago was I able to read Lima Barreto's Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá. I am delighted with it. I thank you very much for sending it.

I don't remember whether I ever thanked you for calling my attention to some of the writings of Monteiro Lobato. Some of them seem to me remarkably well done.

Though I am still shut up indoors by the physicians, such strength as I have is spent in the preparation of an autobiography. Naturally there is a good deal about Brazil in it.

Remember me kindly to my friends.

Faithfully yours,

(a) Branner.

Observação:

O original o Capistrano deixou para que eu o visse na livraria Schettino, Sachet, 18, com o Francisco Schettino, em começos de setembro de 1921. Mande-o traduzir oficialmente pelo Guaraná.

*

13 de dezembro

Hoje, 13 de dezembro de 1921, recebi de dona Rafaelina de Barros, que viveu com Emílio de Meneses, um terno de fraque, um de casaca, quatro camisas, gravatas etc. etc., que foram dele. Obrigado à dona Rafaelina e que Deus fale n'alma do Emílio. Amém.

*

Sem data

As alfices de Deocleciano — Diocleciano.

*

“Quando a natureza nos deu lágrimas, foi para mostrar que nos criou para a piedade.” (Juvenal, *Diálogo dos oradores*.)

*

Criptomnésia — conflito do inconsciente com o subconsciente. *Vide Delírio em geral*, Franco da Rocha, caderno VIII.

Ch. Labitte *Divine comédie avant Dante*. Aroux:

“Dante hérétique, révolutionnaire et socialiste.”

*

Maus quartos de hora de um plantador de mangas, o plantador de mangas.

Jurujuba + pescoço louro, amarelo. Papagaio louro. Tamoios assim chamavam os franceses. Vi no Benício.

CLARA DOS ANJOS
(Primeira versão incompleta)
1904

“L’oeuvre d’art a pour but de manifester quelque caractère essentiel ou saillant, plus complètement que ne le font les objets réels.”

(Taine)

I

A cidade do Rio de Janeiro é regularmente edificada.

Não se infira daí que ela o seja conforme o estabelecido na teoria das perpendiculares e oblíquas; antes se conclua que a cidade se tem erguido, acorde com a topografia do local onde se assentou e com as vicissitudes históricas que sofreu.

Se não é regular com a estreita geometria de um agrimensor, é, entretanto, com as colinas e encostas, que a distinguem e fazem-na formosa. Enquadra-se garridamente nelas, explicando-as e continuando-as.

Ao nascer, no topo do Castelo, não foi mais que um escolho branco, surgindo no revolto mar de florestas e brejos. Aumentando, desceu pela venerável colina abaixo, coleou-se, pelas várzeas, em ruas estreitas. A necessidade de defesa externa obrigou-as a ser assim, e a polícia recíproca dos habitantes contra malfeitores prováveis fez com que elas continuassem do mesmo modo, quando de piratas pouco tinham a temer.

O quilombola e o corsário projetaram a cidade.

Surpreendida pela fereza das lavras de Minas, que fizeram dela seu entreposto de exportação, a velha São Sebastião aterrou apressada alguns brejos; e todo e qualquer material foi-lhe útil para tal fim. A população, preguiçosa de subir de novo morros, construiu sobre um solo de cisco, e o rei dom João veio descobrir praias e arredores cheios de encantos, cuja existência ela ingenuamente ignorava. Uma coisa compensou a outra; e logo que a corte quis se firmar e tomar ademanos solenes...

Quem observa uma carta do Rio e tem de sua antiga topografia modestas notícias, define plenamente as preguiçosas sinuosidades das suas ruas e as imprevistas dilatações que elas oferecem. Ali, uma ponta de montanha empurrou-as; aqui, um alagadiço dividiu-as em duas azinhagas simétricas, deixando-o intacto, à espera de um lento aterro.

Na fisionomia das casas estereotipam-se as coisas da nossa história. Um observador amoroso e perspicaz não precisa ler, ao alto, a data, entre os ornatos de estuque, para saber quando uma delas foi edificada. Esse casarão de dois andares que vemos na rua do Sabão ou da Alfândega é dos primeiros 15 anos da Independência. Vede-lhe a segurança afetada; a força demasiada das paredes; a valentia dos alicerces que se adivinha... Quem a fez sabia das lutas do Primeiro Reinado, vinha seguro de possuir uma terra sua para viver a vida eterna da descendência. O tráfico de escravos imprimiu ao Valongo e aos morros da Saúde alguma coisa de cubata africana, e a tristeza do cais dos Mineiros é saudade das ricas faluas que não chegam mais de Inhomirim e da Estrela, pejudadas de mercadorias.

O bonde, porém, perturbou essa metódica superposição de camadas. Hoje, o geólogo de cidades atormenta-se com o aspecto transtornado dos bairros. Não há mais terrenos paralelos; as estratificações inclinam-se; os depósitos baralham-se; e a divisão da riqueza e novas instituições sociais ajudam o bonde nesse trabalho plutônico.

No entanto, este veículo alastra a cidade; cria nas pontas de seus trilhos núcleos de condensação urbana. Onde ele chega desenha-se uma venda, surge um botequim, um quiosque; em torno, edificam-se casebres. Ondulações concêntricas a esse núcleo encontram as de outro próximo, dando nascimento a uma travessa mal povoada, tristonha, esquecida das autoridades municipais e que vive anarquizadamente, fora de toda a espécie de legislação, a poucas centenas de metros de outras, apertadas num cinto de posturas.

Por elas, o capim medra viril e orgulhoso; os cabritos desembaraçadamente pastam; as lavadeiras sem cerimônia coram as roupas; e as poucas casas que há hesitam entre casa e casebre e dão-se ao luxo de ter jardim na frente. As casas são em geral isoladas, separadas, umas das outras, por cercas de espinheiros ou bambus; mas, às vezes, juntam-se em grupo, cavalgam-se umas às outras, de jeito que quem as vê considera a extensão da terra e a muita que por aqueles lugares sobra.

A população que as povoa é heteróclita. Na generalidade, operários e pequenos empregados; mas, se algum descuidado se aventura por uma dessas

travessas adentro, surpreender-se-á sem razão ao cruzar com algum elegante da rua do Ouvidor.

Cavalheiros de extraordinária exuberância amorosa, e de apoucados rendimentos, resolvem o problema de sua natureza, gastando com a família o mínimo, num desses corredores, e o máximo, nos alfaiates e aperitivos platônicos com as *cocottes* nas confeitarias.

Entre Rio Comprido e Catumbi, numa travessa dessa espécie, residia, em 1886, com sua família, Manuel Antônio dos Anjos, contínuo da Secretaria da Agricultura. Era pequena a família: ao contínuo e à mulher se juntavam unicamente uma filha, a orçar, por esse tempo, pelos 16 anos, e uma velha preta, a babá, que, já escrava já livre, rolara até aos cinquenta e tantos anos, quando viera parar às mãos deles.

Desde 1882 que se estabeleceram ali e, como gostassem do lugar e a casa fosse em conta, ficaram. Viviam bem. Os hábitos regulares do marido e a sagaz economia da mulher extraíam do mesquinho ordenado do contínuo o bastante para um passadio medíocre e igual, que satisfazia a todos. Sempre que tinham ocasião de se referir ao seu feijão cotidiano, dona Florência ou seu marido repetiam:

— Deus nos dê sempre isso! E quem dera — acrescentavam — que todos o tivessem!

De manhã, às oito e um quarto, o Manuel Antônio descia para a cidade em bonde certo; munia-se, na curva da rua do Conde, de um jornal, lia-o atento até à rua da Constituição, onde, ao acabar a leitura, dobrava-o cuidadosamente, a fim de que sua filha pudesse ler o folhetim. Findo o expediente, volteava pelas ruas centrais da cidade; dava dois dedos de palestra aqui, ali; e, pelas quatro horas, subia a jantar e a descansar em família. Era assim a sua vida. Dos 365 dias do ano, excetuando os de gala e os de descanso, que ficava em casa, nenhum merecia do austero contínuo a honra da menor discrepância naquele programa. Sua mulher, também, pouco saía; em um ou outro domingo, excepcionalmente, assistia à missa em Sant'Ana e dos festejos fugia com resignação satisfeita. Não era de festas, dizia, e o que de divertimento ainda lhe pudesse caber, ela, de bom grado, legava à Clara, que, com efeito, não só recebia esse legado, como também concentrava todas as fortes energias de seu pai. Durante a sua segunda infância, ele de modo decisivo se esforçara por lhe ministrar uma melhor educação. Para isso, aduziu, ao trabalho habitual, outros extraordinários, que lhe deram com que custear a estadia da filha no Externato de Nossa Senhora do Amparo, no Estácio de Sá. Há uns tempos

atrás, como se sentisse fatigado com aquela dupla labuta, retirara-a do colégio, embora, para completar o estudo de português faltasse, a Clara, a sintaxe, e do piano trouxesse alguns prolegômenos, suficientes para fazê-la tocar as valsas em voga — o que ela desandou a fazer sofregamente, furiosamente. Fechado esse parêntese da educação da filha, o viver de Manuel dos Anjos voltou a ser aquele equilibrado de antigamente. Para Clara, porém, a vida não era tão monótona e encarrilhada, como para seus pais. Havia sempre uma diversão, um desvio: por novembro e agosto, e algumas vezes em outros meses, ia às festas em casa do padrinho, onde as suas habilidades de pianista eram gabadas e requeridas. Constituíam esses festejos a sua forte preocupação. Em setembro, chegava-se ao pai e dizia:

— Papai, preciso de botinas para ir ao aniversário do meu padrinho, em novembro.

Em abril era costume ela recomendar:

— Olhe, papai, em agosto é aniversário de casamento de meu padrinho, e ainda não tenho um vestido para ir.

Afagando a face do velho mulato, a filha lhe pedia eloquentemente o que as palavras só deixavam perceber.

Seu padrinho era o senhor Carlos Alves da Silva, primeiro oficial da Secretaria do Império, a quem o Manuel dos Anjos, quando voltou do Paraguai, em 1869, conhecera ainda amanuense. Partindo para o rio da Prata, logo em começo da companhia, o contínuo a fizera até à ocupação de Assunção, onde deu baixa de um batalhão de voluntários. De volta à corte, obtivera com alguns empenhos e aquele seu título de voluntário um lugar de contínuo interino da Secretaria do Império e pouco depois efetivo na da Agricultura.

Durante a interinidade, o antigo voluntário travou conhecimento com o Alves da Silva, ainda nesse tempo um rapazola franzino, tagarela, de qualquer modo poeta, abolicionista, e que viera ter à burocracia com um curso gorado de Direito e o peso da manutenção da mãe, pois que seu pai, major do Exército, morrera em Lomas Valentinas, legando-lhes uma velha escrava, uma casinha em São Cristóvão e o exíguo meio soldo.

A entranhada simpatia do contínuo pelo Alves da Silva não nascera, porém, do trato diário da repartição, que era severo e não permitia demasias. Essa afeição nascera-lhe forte em uma tarde, que ficou célebre na sua vida.

Havia pouco que o Brasil definitivamente domara o Paraguai: com essa vitória o país tinha tomado consciência de si mesmo — era como um tímido que, superada grave dificuldade de sua vida, acredita na sua energia, no seu

valor e, quiçá, na efetividade de sua existência. Um tal sentimento que naquela época se apoderara fortemente da nação traduzia-se num explosivo desejo de progresso, de engrandecimento. Àquela chuva de borrasca, que foi a guerra, pelo Brasil rebentaram tumultuariamente novos e vigorosos brotos. Conjuntamente, vieram agitar-se as grandes questões de povoamento, de instrução e viação.

Mas o que veio a constituir, depois dela, a verdadeira questão palpitante de norte a sul do Império foi a que se chamou a do elemento servil. A guerra, pondo em apertado contato senhores e recentes escravos, fazendo-os sofrer os mesmos perigos e as mesmas agruras, aproximou-os, dando nascimento a uma mútua simpatia entre eles e a uma melhor compreensão das suas necessidades. Com o pleno sucesso das armas imperiais, espalharam-se por todos os recantos do país gente tomada de generosos sentimentos pelos escravos, e essa foi a sementeira donde brotou mais tarde a árvore da Abolição. Entretanto, a poesia nacional, que mais ou menos já colaborara em algumas das nossas transformações políticas, muito antes, já começava a preparar os artigos de fundo de alguns anos depois. As escolas de Direito eram o seu centro de irradiação e o Carlos Alves da Silva, chegado do Recife, vinha impregnado dela, e mesmo para o seu gasto pessoal trazia alguns tropos escolhidos e cinco ou seis argumentos irresponsáveis, que, ao seu julgar, seriam as pedras com que o minúsculo Davi havia de matar o Golias negroiro...

Fora o Manuel dos Anjos, como bom contínuo que era, ajudar a servir na festa que o seu chefe dava pelo batismo do seu primeiro neto.

Bailara-se e já o baile ia em meio, quando, no fito de descansar os pares infatigáveis, alguém lembrou que se recitasse. Dona Adelaide, a filha mais moça do dono da casa, convidara já a quatro rapazes, quando convidou o amanuense Alves da Silva.

— Seu Carlos, recite qualquer coisa — disse a moça.

— Oh! Minha senhora, estou constipado — tossiu —, rouco e não tenho toda a poesia de cor — retrucou, desculpando-se.

— Não faz mal. Recite o que souber — objetou dona Adelaide, logo interrogando: — Qual era?

— *As Vozes d'África...* Conhece?

— Sim, senhor! Não é de Castro Alves?

— Pobre rapaz — refletiu o chefe, que estava em frente sentado num sofá. — Na flor da idade, com aquele talento — continuou ele, abanando

desconsoladamente a cabeça —, morrer assim. Foi uma pena! De que morreu ele, senhor Silva? — perguntou, fechando a reflexão.

O amanuense não teve tempo de responder, pois, como essa conversa parecesse querer se prolongar e desviá-lo do recitativo, algumas moças pressurosas vieram reiterar o pedido de dona Adelaide.

Instado, o Alves da Silva acedeu. Encostando-se ao piano, onde já havia quem acompanhasse, começou:

“Deus! ó Deus, onde estás...”

Continuando, as estrofes voavam pela sala, impetuosas, guindadas, enquanto o piano respondia com notas veladas e dolentes. Em meio do recitativo, o Carlos estava extraordinariamente animado. A gesticulação não correspondia à letra do poema, e, com um murro erguido ao teto, foi que ele sublimou:

“O universo, após ela — doido amante

“Segue cativo” etc.

A assistência não notava as discordâncias. Hipnotizada, bebia as suas palavras como se contivessem grandes e novas verdades. Percebendo o efeito, o Carlos Alves dobrava a sua incongruente dramatização, continuando:

“Negro, sombrio, pálido” etc.

No fim, com toda a ênfase de que era capaz, imprecou, erguendo as mãos espalmadas à altura do olhos:

“Escuta o brado meu lá no infinito,

“Meu Deus! Senhor, meu Deus!”

A sala recebeu o final com um triplicado bravo, e o Carlos, agradecendo e enxugando o suor, partiu em direção à sala de jantar.

Foi durante esse recitativo que a alma do Manuel dos Anjos se sentiu invencivelmente presa à do amanuense. Da porta que ligava a sala de visitas ao corredor, ele ouvira-o todo e quando, com trêmulos na voz, o amanuense Alves disse: “Se choro... bebe o pranto a areia ardente!” — o pobre do contínuo quase chorou, abrangendo de um só lance de vista o hediondo e vazio espetáculo das fazendas. O eito, o tronco, o banzo apavorante, a encher de aluados as melancólicas senzalas, para ele, naquele instante, tiveram existência concreta. Ele os sentiu em si e palpou-os; e, conquanto não houvesse sido escravo, se julgava preso à sorte dos cativos por fortes laços de sangue e raça.

Saiu já alta madrugada. Partilhando o padecer do cativo e exuberante de afeição pelo Alves da Silva, o contínuo Manuel vinha descendo o morro vagarosamente. Aquelas retumbantes palavras, compreendidas a meio, tinham-

lhe revolvido a alma e a memória. Tênuos sentimentos obscuros afloravam; rompiam com reminiscências fugaces a forte couraça de sua rudeza. Quis entrar na causa das coisas, na lógica oculta da vida, no sobrepor fatal dos acontecimentos.

O dia surgia. O sol, ainda escondido por detrás das montanhas, anunciava a aurora com um feixe de claridade aberto em leque para as nuvens. Aos poucos vinha; e antes que o rosicler tingisse de ouro e sangue as franjas do céu, a luz opalescente espalhava-se, esgarçava-se pelos altos morros, cujas curvas doces e caprichosas eram como dobras de pernas, arredondados de colos, anfractuosidades de tórax emergindo de um lençol de gaze. Pareceu-lhe que, pela noite, estreitados, dormiam os dois, aos casais, trocando beijos de paixão, delirando em espasmos, e que, mal vinha a alvorada, despertavam bruscamente para de novo ser os rudes cerros do dia claro. Quantas vezes não vira já o amanhecer? Quantas! Pelos quatro anos de campanha, o sol nascente encontrara-o mil vezes de olhos abertos nas sentinelas regimentais. Mal apontava, as cornetas do Exército estridulavam pela amplidão em fora. Uma seguia outra; as notas delas se perdiam, esvaíam-se ondulando, as da primeira empurrando as da segunda, e por fim um retinido pairava no ar, logo abafado pela agitação da tropa, que se movia desordenadamente, como um formigueiro atacado. Minutos depois, tudo era ordem. Os corpos formavam. Guardas que iam, guardas que voltavam...

Fora uma vez — lembrava-se como se fosse hoje — nas vésperas da batalha do Estabelecimento, que esse caso se dera. Ia ele com outro soldado fazer não sei o quê... O certo é que ia com o Urbano... Um negro, alto, delgado, de pele macia e reluzente, vindo do Norte, onde, escravo, libertado, fora dado como substituto do filho do barão de Cajaí... Iam os dois de manhã, caminhando. Madrugada ainda. Frio que Deus dava. Num encontro de caminhos, uma moeda de ouro no chão atraía a atenção de Urbano. Um soldado oriental, que a vira também, correrá ao mesmo tempo que o nortista. O brasileiro agarrou-a antes do uruguaio, que não se satisfazendo com essa prova de propriedade, alterou-o:

— *És mio. Yo lo vi primeiro* (?).

— Qual teu o quê! É minha, está aqui — e mostrou a mão fechada.

O montevideano olhou Urbano de alto a baixo e, desdenhoso de lábios e ombros, disse:

— *Suyo... negro... Vá-te* (?).

Muitas ocasiões depois lembrou-se desse fato. Sempre que o Exército formado se lhe apresentava aos olhos, considerava um a um os homens que o compunham. Viam-lhe os matizes da pele e com amargura recordava a frase do gringo. Alguns milhares de *suyos* levavam pelos pantanaís do Paraguai o prestígio do Império e um enxame igual borrifava no país com sangue a sua riqueza! Faziam jus a um futuro melhor, então o gringo...

A rua a que chegara começava a se animar. Vacas de leite arrastavam bezerros, plangendo compainhas. As tavernas se abriam, e os sacolejos dos jacás de uma tropa, voltando do mercado, dava um tom de roça à paisagem urbana. Pretos do ganho, quitandeiros, ainda pretos, passavam. De repente, de uma esquina adiante, veio ter à rua uma leva de escravos, em marcha para a casa de comissão. Eram poucos. Dois ou três guardas bastavam. Uma anafada “crioula”, com o bamboleio dos quadris, polvilhava de sensualidade o grupo a andar. Insidiosamente veio-lhe à mente os versos do recitativo. Esforçou-se recordá-los. A memória rebelde resistia. Chegavam duas palavras, as antecedentes não vinham, e as seguintes, arrancadas, não faziam sentido com as que já achara. Por fim, já o grupo se esbatia no fundo da perspectiva, quando na memória boiou-lhe esforçado um verso inteiro:

“Quando o chicote do simum dardeja”...

A cena da sala se lhe representou novamente. Imaginou, então, o Alves da Silva, armado com milhares daquelas poesias, derrubando senhores de fazenda com a mesma facilidade que as balas do Bahia derrubavam as cristas de Humaitá. A imagem do amanuense brilhou-lhe resplandecente de santidade. Era como um apóstolo e doravante queria a sua benevolência; os seus menores gestos, havia de interpretá-los como os de um orago, como os de um santo padroeiro...

Quando chegou em casa — na casa em que morava com sua mulher — tinha decidido que o senhor Carlos Alves da Silva seria o padrinho do seu filho a nascer.

O apaixonado declamador das *Vozes d’África* entrara em casa momentos antes e, ao entrar, mal sabendo que a sua filantrópica tirada lhe valera um compadresco, repreendeu severamente a velha escrava, porque, àquela hora, ainda não tinha aprontado o café matinal. Eram os restos — quem sabe? — das inflamadas estâncias de Castro Alves.

Recebendo o convite do contínuo para levar à pia batismal um filho dele a nascer, Alves da Silva não lhe deu resposta definitiva. Sorriu, intimamente lisonjeado, e risonho, com um “veremos” entre os dentes, encareceu a distinção

que havia no aceitar. Pela segunda vez, depois de nascer-lhe a filha, quando novamente Manuel dos Anjos foi lembrar o convite, o Carlos da Silva lhe disse:

— Filho, teria muito prazer, mas, tu sabes, com essa canalha de padres não quero conversa.

— Seu Silva — obtemperou-lhe o contínuo —, a coisa dura instantes, é rápida, num segundo a menina está batizada. O senhor marca um domingo, nós vamos à igreja, e em menos de meia hora está realizada a cerimônia.

— Oh! Manuel! Não é lá pela demora — retrucou o amanuense. — São outros motivos. Indo batizar, terei que me ajoelhar, que rezar, não é?... e isso constitui uma quebra de opinião. Sou contra padres, como tu bem sabes — foi dizendo ele, erguendo um tanto a voz — e compreendes que, homem de responsabilidades futuras como sou, devo ter uma inflexível linha de conduta. Devo pôr de acordo os meus atos com os meus pensamentos. Não, filho, não. Que dirão os meus inimigos mais tarde, sabendo que fui rezar a uma igreja? Que dirão? Hein?

O simples do contínuo, na sua santa simplicidade, não compreendia que alguém jogasse seu futuro só porque fosse rezar um credo, e uma salve-rainha, à surdina. Não percebia, e, como não respondesse, Alves da Silva asperamente falou:

— Nada... Nada... Precisamos ter firmeza de opiniões. O Brasil nada é por causa dessa nossa mudança contínua de crenças. Hoje liberal, amanhã conservador, depois republicano. Nada... Precisamos de caráter... Não posso...

O humilde voluntário ficou estatelado. Todos os seus castelos, todas as suas esperanças derruíam-se. O padroeiro não o queria e ele ia andar pelo mundo sem anjo da guarda. As rugas de seu rosto paralisaram-se e, fazendo esforço por falar, calou-se, porque lhe parecia que, falando, se ia abrir em pranto. Com voz meiga pôde, minutos depois, dizer:

— Mas, “seu” Silva, eu já disse a toda a gente que o senhor era o padrinho. Já preparei tudo. Como há de ser? Com que cara vou ficar, seu Silva?

A isso, sem pronunciar palavra, eles ficaram ao lado um do outro. Alves da Silva ia devagar escrevendo no papel timbrado — “À S. Exa, o Exmo-Sr-Ministro...”, enquanto o Manuel dos Anjos, encostado à mesa, olhava amorosamente as letras, uma a uma, escorrendo da caneta. Por fim, o Silva levantou a cabeça e ternamente indagou:

— Quem é a madrinha?

— É Nossa Senhora da Conceição.

— Qual Nossa Senhora da Conceição! — motejou o Carlos da Silva. — Pois Nossa Senhora pode lá ser madrinha de alguém!

— É um modo de dizer, seu Silva. Nossa Senhora é a protetora, mas quem leva à pia é uma amiga de minha mulher.

— Bem. Está direito. Pelos reis... É tarde?

— Não, senhor.

— Pelos reis batizarei tua filha.

E, depois de uma pequena pausa, o amanuense Silva inquiriu:

— Já tem nome a tua filha?

— Já, sim, senhor. Clara foi o que lhe pusemos. Se não lhe agradar, o senhor pode escolher outro.

— Não. Não precisa. Fica esse mesmo.

O batizado realizou-se na época marcada, e, como Alves da Silva ficasse noivo, algum tempo antes, foi sua noiva a madrinha. O contínuo relutou entre a noiva do amanuense e Nossa Senhora da Conceição, já escolhida para madrinha; e, depois de maduramente refletir, decidiu aceitar a noiva do amanuense. Era mais pronta a proteção, mais fácil de solicitar-se — conveio.

Depois de casado, o Alves da Silva e sua mulher passaram a tratar a família do contínuo com uma benévola proteção. Recebiam ao Manuel e à mulher, em sua casa, sentavam-se com o humilde par à mesa, mas sempre, com um mínimo qualquer, faziam sentir a distância que os separava. Longe de se agastarem com esse tratamento, o contínuo e a esposa acolhiam-no com orgulho. Guardando a convicção de sua real inferioridade, um tal tratamento era, para eles, como um prêmio conferido à retidão de sua honesta vida de casal.

Em começo, o casal Silva levou uma vida trabalhosa. O amanuense, para fazer face às despesas do *ménage*, foi obrigado a procurar trabalhos fora da secretaria. Pelas casas de comércio, levava as tardes a escriturar e, ao chegar ao lar fatigado, aborrecido, os beijos da mulher estavam longe de lhe tirar o azedume de que vinha forrado. Dois anos depois, porém, devido à influência de parentes de sua esposa, fora promovido e, alguns meses em seguida, recebera, por morte de um parente seu, uma pequena herança, que lhe deu com que comprar uma casa regular no Engenho Novo. Repentinamente a depressão fugiu-lhe, e a pontinha de arrependimento, que já começava a ter do seu novo estado, aparecia-lhe agora como um grande crime. Dormia cedo, satisfeito, convicto de possuir uma vida inabalável; e de manhã, logo aos primeiros albos da madrugada, erguia-se e olhava o sol a escalar o nascente,

amaciando o sonho da chefia da sua seção e um bom casamento para a filha que já tinha. Crescendo-lhe a filha, Alves da Silva procurou dar reuniões. Ele por si não gostava, mas era preciso que, desde menina, Olímpia se acostumassem à sociedade, porquanto, com o futuro que lhe preparava, impunha-se que, desde já, ela se fosse habituando.

Escolheu alguns dias nos anais da família e nesses dias festejava com ruído os obscuros acontecimentos que simbolizavam. Aos primeiros festejos, o Manuel dos Anjos e a mulher não foram, embora convidados, mas, por fim, animados por convites reiterados, foram sempre. Chegavam cedo, antes de todos; e o contínuo tirava o paletó e ajudava nos últimos preparativos.

— Oh compadre! Você me faz um favor — dizia dona Adélia da Silva prazenteiramente.

— Pois não, comadre.

— Você me vai ali na padaria buscar um quilo de farinha de trigo.

Ou senão:

— Florência!... Florência! — gritava o Alves da Silva da sala de visitas.

— Senhor, compadre — respondia.

— Faz-me aí uma limonada e me manda trazer. Está ouvindo?

De tarde, porém, vestiam-se convenientemente e, cheios de respeito, ficavam na sala de jantar assistindo à festa que ia na de visitas. Mais tarde, com o crescimento da filha, a maneira do casal de Catumbi cumprimentar os seus compadres do Engenho Novo mudou. O pai levava a filha, deixava-a lá, vinha-se, e no dia seguinte ia buscar.

*

Nesse ano, o aniversário natalício do padrinho de Clara prometia ter um brilho desusado. Caindo em domingo, era obrigatório que a festa começasse sábado e durasse se prolongando, até segunda-feira de manhã. Ao contrário, porém, de toda a expectativa, o sábado amanhecera chovendo. O céu enfarruscado era atravessado por grossas nuvens a galopar de um quadrante para outro. De quando em quando, uma forte pancada de chuva desabava, interrompendo qualquer esperança de melhor dia. Dona Adélia não cessava de se lastimar:

— Oh! os doces! Meu Deus! Tanta coisa... e não vem ninguém! Que diabo!

E, antes do marido sair, recomendou muito que fosse buscar Clara. O Manuel estava adoentado e com certeza ela não tinha com quem vir, dizia dona Adélia.

— Demais — acrescentava —, você sabe, Carlos, não temos ninguém pro piano. O Zezé toca duas contradanças e mais nada. Sem Clara, filho, não temos festa. Olha bem. Vai até lá.

O Silva, cheio ainda das recomendações da mulher, entrou pelas quatro horas em casa do Manuel dos Anjos. O dia continuava chuvoso, e, deixando o guarda-chuva a escorrer na modesta sala de visitas da casa, ele foi entrando para a sala próxima, onde o contínuo repousava numa cadeira de balanço.

Vendo o Silva, o velho mulato levantou-se a custo e estendeu-lhe a mão para cumprimentar. O antigo amanuense dirigiu-lhe com amabilidade pequenas perguntas de boa educação.

— Não é nada, compadre. Umas dores... O reumatismo que não me deixa.

— Tens te tratado, Manduca?

— Sim, senhor. Fui aí a um médico, receitou-me umas fermentações, mas, com essa mudança de tempo, piorei. Não há de ser nada com ajuda de Deus.

— Assim espero. Você se deve agasalhar melhor, Manuel. Olha, estás sem meias e quase de costas para o vento.

— Não é o que te digo, Manuel? — interrompeu dona Florência. — Há que tempo, compadre, estou dizendo ao Manuel: calça as meias, muda essa cadeira de lugar, e ele teima em ficar; depois...

— Qual o quê! Aqui não há vento nenhum — objetava o contínuo.

Convencido, afinal, de que havia corrente de ar no lugar, o contínuo mudou a cadeira para um canto da sala mais abrigado.

A Babá tinha começado a pôr a mesa e, sendo convidado para jantar, o Silva respondeu:

— Não, obrigado. Eu vinha buscar Clarinha. Você estava doente — dirigiu-se ao Manuel — e por não ter ela com quem ir, talvez não fosse lá em casa, o que entristeceria a mulher e Olímpia.

— Mas, compadre — objetou dona Florência —, com esse tempo... e Manuel assim...

— Que diabo! Florência, eu não estou à morte. Deixe a rapariga ir... — disse agastado o contínuo.

— Não é isso que quero dizer. O compadre bem me compreende. Pode-se precisar qualquer coisa, de noite. Babá está velha...

— Qual nada! Deixa-te disso, Florência. Clara — disse o contínuo com império —, vai te vestir para ir com teu padrinho.

O Carlos da Silva que até ali se mantivera calado, disse afinal:

— Eu não quero obrigar. Mas, se a comadre não acha bom, ela não vai; entretanto...

— Não... Não... Por que não há de ir? Não estou à morte. Anda, Clara.

Dentro de meia hora, Clara voltava vestida e, quando ela se despediu do velho pai, ele lhe disse:

— Diverte-te. Diverte-te, minha filha, enquanto sou vivo.

O dia continuava chuvoso.

Grandes nuvens negras esgarçavam-se aqui, contraíam-se ali e por vezes baixavam tanto, que pareciam roçar na cobertura do veículo em que iam a afilhada e o padrinho. Abriam uma fresta entre elas, em outras, e um pedaço de sol rompia bruscamente aquela espessura macia. A luz, então, respigava pelas encostas, e fracas manchas de tons claros mosqueavam o verde-escuro que as atapetava. Depois, continuavam a agitar-se. Acumulavam-se nas dobras das montanhas e vinham de voo, como grandes aves agoureiras, roçar de novo o carro de ferro. Clara pela primeira vez supôs grave a moléstia do pai. Que seria? Tantas dores, e ainda a noite passada gemera tanto! O padrinho virara-se e, olhando as bandas da Tijuca, prognosticou:

— Amanhã não teremos chuva. Aposto até.

Clara entrou em casa do Alves da Silva satisfeita e alegre, e recordando muito a recomendação do pai:

— Diverte-te, minha filha, diverte-te enquanto sou vivo.

II

— Oh! como está lindo, madrinha! — disse Clara ao chegar à janela da sala de jantar. — Venha ver só... vem Olímpia. Olha como se veem os Órgãos daqui —, continuava a menina, entusiasmada.

— Deixa-te disso, Clara, vem tomar café e depois então te fartarás de ver. Anda.

E as três à roda da mesa, sentadas, começaram a mastigar a refeição matinal. A sala estava clara, de uma luz azulada, penetrante e macia; e o ruído

do pão entre os dentes era como um cantar de cigarras. Tendo acabado a refeição, todas as três se puseram na janela, olharam em roda; no começo, trocaram algumas palavras, mas depois ficaram minutos a fio caladas, recolhidas, a olhar diferentes pontas de horizonte.

Tivera razão o Alves da Silva: amanhecera fazendo bom tempo, e mais do que bom tempo surgira um belo dia. Pelo céu não havia mais nem uma nuvem. Era límpida, tranquila, azul, a abóbada que se engastava nas colunas verde-negras dos morros. Dava gosto olhar; a claridade jorrava; não havia pelo céu alto um canto escuro; e o olhar, passeando vagaroso, detinha-se tristonho ante aquela massa de montanhas. Ela manchava melancolicamente o esplendor da manhã e espalhava pelo ambiente uma vaga sombra. Dir-se-ia que, apesar de límpido, o céu ainda tinha nuvens e que essas nuvens escondidas debuxavam nas coisas uma fugace tristeza, prestes a fugir a um súbito arrepio de contentamento.

Na casa do antigo amanuense se ergueram cedo, e a cantante beleza do dia estimulou-lhes a espera dos convidados. Esperavam com ânsia e impaciência. Pelas duas horas, foram chegando aos poucos.

— Quase não vínhamos — dizia dona Eugênia Gomensoro, ao chegar, acompanhada dos filhos. — Imagine, dona Adélia, que o Zezé, o pequenino, tem passado mal...

— Que é que ele tem?

— Nada. Uma pontinha de febre, que está teimosa. Coisa dos dentes. Demais, essa sua moradia, aqui, tão longe, e com aquele tempo de ontem. Depois, o Chico anda tão atarefado. É chamado pr'aqui; é chamado pr'ali. Inda se pagassem! Não pagam, todos pensam que o médico vive de "brisas"; que não tem mulher e filhos. Um inferno!

O Chico, de quem dona Eugênia falava, era seu marido, doutor Francisco Gomensoro, médico clínico em São Cristóvão, que pela monotonia do seu receituário parecia ter descoberto a panaceia universal. No campo de sua visão clínica, só havia uma moléstia; para essa moléstia uma única medicação: um purgante e sulfato de quinina. Era invariável. Um doente tremia de sezões, lá ia o específico; escarrava sangue, o mesmo. Gozava no entanto de boa reputação. Lhano, afável, todos estimavam: chamavam-no. Às vezes, pagavam, em geral, não. Ele não se incomodava. Continuava a tratar do mesmo jeito e com a mesma solicitude. Receitava pelos bondes e da ponta de um banco inquiria, na janela, do estado de um cliente:

— Vai melhor?

— Sim, senhor doutor.

— Repita.

E, o bonde afastando-se, ele se voltava para o companheiro mais próximo, continuando a discutir a queda do gabinete. Não viera com sua esposa, mas, pelas quatro horas, quando a casa estava cheia, achava-se lá, na varanda, a conversar com o primeiro oficial Alves da Silva, seu antigo colega de colégio, e alguns outros convidados.

O Alves da Silva centralizava a palestra. Sentado em uma cadeira de vime, tinha ao seu lado o doutor Gomensoro, junto ficava-lhe o “seu” Monteiro, um velho português, calvo e gordo, baixo e sanguíneo, em quem um rosto cheio sempre barbeado dava um esquisito realce aos bigodes brancos, cingindo uns lábios polpudos e jovens. O senhor Monteiro era homem de fortuna, ganha muito, muito honestamente, em empreitadas de estradas de ferro. No interior do Império, onde vivera os primeiros anos, a construção de uma via dessas viera surpreendê-lo com uma pequena taverna. Em falta de lugar melhor, o engenheiro encarregado da construção tomava refeições em suas casas e animara-o a aceitar a empreitada de um trecho. Ganhara dinheiro na tentativa, experimentara uma segunda. Fora feliz, e daí por diante a fortuna cresceu-lhe com segurança. Há oito anos enviuvara, e os seus filhos educavam-se na Europa, em companhia de parentes de sua mulher.

Alves da Silva animava essa amizade, mais do que a do doutor Alfredinho, com quem também conversava, bacharel novel e filho do visconde da Meia Ponte, senador por Goiás. Doutor Alfredo estava em pé, encostado ao gradil da varanda, tendo ao lado o alferes Boaventura, um conhecimento do Feliciano, sobrinho do antigo amanuense, que também fazia parte da sociedade. Boaventura, Boaventura Iperoig da Silva, alferes-aluno, era um rapaz de estatura meã, que roçava então pelos 23 anos. Com as bochechas fortemente salientes, o seu rosto redondo e acobreado repousava, atormentado, sobre um pescoço demasiado delgado para o volume da cabeça, que era grande e coberta de grossos cabelos, lisos e muito negros. Acabava na Escola Militar da Praia Vermelha o curso de engenharia militar, gozando nesse estabelecimento de uma fama de geômetra que o próprio Newton invejaria. Se sobre o Boaventura, de qualquer seu colega, se fosse ouvir a opinião, seria essa só:

— Boaventura! É habilíssimo. Tem talento, sabe muito bem matemática. O curso todo é só distinção e quem tira distinções no templo da Ciência é porque é coisa como diabo!

De fato, Boaventura tinha um curso brilhantemente distinto. Seus atos anuais congregavam uma larga assistência.

— Hoje, era do “zunzum” dos corredores, Boaventura faz exame — você não vai assistir?

A princípio, isso acanhou-o; com a continuação, porém, ele se foi habituando e, como tivesse grandes sonhos de mando, aproveitou para ensaiar efeitos oratórios. Preparava-se para as truculentas sessões das assembleias políticas.

Desde muito que abraçara o positivismo científico e filosófico, mas, há alguns tempos atrás, convertera-se à religião da humanidade. Baniu dos seus hábitos o café, o fumo e o álcool, para o qual, justiça lhe seja feita, fora sempre remisso.

Transformara-se em quase positivista ortodoxo e a toda a gente se lastimava de ainda não se poder considerar como tal. Com estar já demasiadamente avançado na “doutrina regenadora”, Boaventura, entretanto, não lhe sentia pesar na consciência a sua posição de cientista oficial e, sobretudo, a de militar.

Achara (ele ou outro iluminado) pequenos acomodatamentos com as “suratas” da *Politique*; e o apóstolo da extinção de todas as academias — os entraves à total regeneração — continuou a fazer placidamente os seus atos escolares. No exame de Mecânica, já completamente assimilado ao “regímen definitivo”, como incidentemente um examinador se referisse ao teorema de Sturm, raivoso e solene, Boaventura contestou desabridamente:

— O teorema é de Fourier, porque, na série dos grandes servidores da humanidade, Fourier fica muito mais alto que Sturm, que foi um puro algebrista.

O velho docente olhou-o e sorriu com bonomia; e, aprovado grau dez, distinção, pela escola correu, para sua maior glória, que “espichara” o lente F.

Vogava assim o distinto Iperoig da Silva envolvido na névoa acariciadora que dá a fama; e ao seu orgulho de oficial (era alferes-aluno), de bom grado juntou o de cientista e filósofo. Era de ver como ele se referia aos senadores, ministros, à gente em evidência enfim. Uns literatos! Metafísicos! Ignorantes!

Literato era na sua boca uma extraordinária infâmia. O que de injurioso havia nesse vocábulo empregado por ele sobrevalia aos mais soezes que um carroceiro da Saúde empregasse. Não é que Boaventura detestasse a literatura; muito ao contrário, prezava-a, distinguindo somente a alta e “a que anda por aí”. E tanto Boaventura prezava a alta literatura é que, às escondidas, sacrificava

as musas. Lia o Guerra Junqueiro e depois pingava em 14 versos a sua profundeza sabichona. A lei dos três estados merecera-lhe nove sonetos; e a Revolução Francesa, comemorada, data a data, tipo a tipo, uma profusão deles.

Os episódios da história pátria estimulavam a sua musa. Tiradentes provocava-lhe um poema.

Certa vez, fundaram na escola uma revista e Boaventura, convidado a colaborar, aparecera pelas páginas dela, assinando um soneto “Augusto Comte.” A obra foi lida e relida, e um verso, creio que o último — mostrando aos homens o dever do justo — foi citado, gabado, e viveu durante muito tempo na memória dos seus condiscípulos. Como lhe parecesse que a sua fama exigia um trabalho de ciência ou filosofia, no quinto número, o Boaventura publicou — “A classificação das ciências”.

Estes dois trabalhos muito ajudaram a cimentar a alta autoridade científica de que ele veio a gozar.

Boaventura Iperoig da Silva foi sempre, como dessa vez, coerente com a sua teoria — prezou a alta literatura:

— Dante, Petrarca, Shakespeare... esses, sim! — como ele dizia.

Com todos esses predicados, Boaventura tinha uma conversa desagradável. O seu espírito rígido falava por dogmas; e não possuía a flexibilidade precisa para borboletear pelos pequenos assuntos.

Em conversa sobre coisas altas, se era fortemente contraditado, fraqueava; e pouco e pouco se acastelava em breves axiomas invariavelmente os mesmos. Seu espírito não amava a análise. Discutindo, do mais insignificante argumento, retrucava com uma suntuosa generalização sabida e decorada.

Às vezes, no palestrar, se enfurecia; e por seus olhos perpassavam os mesmos relâmpagos que fuzilaram nos dos chefes árabes, ao tempo da expansão islâmica. Utopista, ele tinha um grande descontentamento da realidade, a se manifestar num constante azedume, agressivo e insolente para tudo e para todos. Tudo o irritava. O que, a qualquer de nós, pareceria coisa de nonada, aos seus olhos ganhava a proporção de um sacrilégio. Bastava a fórmula de um decreto, o comparecimento de um governante a uma festa anódina, uma condecoração conferida ou recebida.

Azedo, quase sempre, e hostil, seu gênio lhe valera múltiplas desavenças entre os colegas; e, se não fora o seu prestígio de inteligente e estudioso, teria tido péssimas consequências. Sua irritabilidade era uma fúria a lhe perseguir, turvando-lhe os melhores momentos da vida; entretanto, na casa do Alves da

Silva, se transformava um tanto. Palestrando polidamente, quase que se não adivinhava nele o feroz dilatador da fé positivista na Praia Vermelha.

A palestra, que, na varanda, até ali se mantivera fria, começava a se animar. O velho português, que, com seus hábitos de viúvo vagabundo, bisbilhotava a vida de toda a gente, preparava-se para contar um caso escabroso, acontecido há dias. A criada veio interromper-lhes oferecendo vermute.

O velho Monteiro já havia citado os nomes e a parentela das pessoas em jogo, quando de novo foi interrompido por um bando de moças, entre as quais ia Clara. Ele lançou um olhar furtivo sobre o grupo e, quando afastado, recomeçou. Relatou-o em poucas palavras.

Uma moça e um rapaz, casados de pouco, se separaram, havia dias, com grande escândalo, trazendo a moça uma moléstia horripilante.

Entre risotas, comentou-se compadecidamente o caso. Boaventura fechou o rosto e nada disse. Fez exceção.

O Alves da Silva aventou um remédio pra evitar no futuro casos idênticos.

— O pai — dizia ele —, ao se lhe pedir uma filha em casamento, deve pesquisar não só a limpeza da família de que procede o noivo, como também lhe incumbe descobrir os costumes íntimos do rapaz, os seus defeitos etc. Só assim, só assim — repetiu — se evitariam desgraças dessa natureza.

A opinião do Alves da Silva foi ouvida com acatamento, mas o doutor Alfredo aventurou-se a contraditá-la:

— Qual, seu Silva. Isso era inútil, perfeitamente inútil.

— Como inútil, doutor? Então, se...

— Inútil — retrucou o bacharel. — Inútil. A um noivo esperto seria fácil embair o pai; mesmo porque, ao pai, a menos que não fosse um profissional, faltaria a competência científica, legal, por assim dizer. Não acha, doutor Gomensoro?

— Perfeitamente. Sou da sua opinião.

— Então, não há remédio? — perguntou o dono da casa.

— Há. Como não há! Na legislação sobre os casamentos, pode-se estatuir que eles não se realizem, senão depois dos noivos apresentarem certidões comprobativas de que não estão afetados de moléstias transmissíveis.

O doutor Alfredo falava devagar, pesando bem as palavras, a sua justeza e a propriedade delas. Parecia estar redigindo um artigo de lei; e, quando acabou de expor, disse com firmeza, sacudindo o cigarro na mão esquerda:

— É o único remédio plausível, no meu fraco entender.

Preguiçosamente o doutor Gomensoro apoiava-o com frequentes: de acordo, de acordo; e, logo que o legista acabou de falar, disse com indolência:

— Eu já tinha pensado nisso.

Recostou-se na cadeira em que estava sentado puxando uma forte fumaça.

O alferes Boaventura julgava a medida uma exorbitância do Estado, porquanto, afirmou ele, na época de transição em que estávamos, a sindicância, a haver uma, competia às famílias; e, quando chegássemos ao regímen normal, em plena sociocracia — então sim! — a situação regular-se-ia perfeitamente com os “casamentos castos”.

O auditório ficou surpreso e se entreolhou, prendendo uma gargalhada. Quiseram meter à bulha a “história” dos casamentos castos, mas lembraram-se logo da fúria com que o alferes recebera a troça, feita, há tempos atrás, numa das suas ideias.

Afinal o doutor Gomensoro indagou:

— Admite, então, o senhor que, enquanto não vem essa época normal, o governo deve consentir nesse contínuo apodrecimento da raça?

— Admito, pois não.

— O senhor admite isso? — inquiriu admirado o velho empreiteiro.

— O papel do Estado moderno deve unicamente consistir na manutenção da ordem interna, não intervindo na esfera espiritual de forma alguma, quer seja religiosa, científica, ou mesmo artística — disse Boaventura tal qual como se recitasse um trecho de catecismo.

— Dir-me-á o senhor como ele deve manter essa ordem, se...? — ia interrogando o Alves da Silva.

— Muito simplesmente — cortou-lhe a palavra o Boaventura. — Mantendo plenamente a propriedade e...

— Se assim é — observou o bacharel —, o tenente chega à conclusão que a escravatura deve ser mantida. Mantendo plenamente a propriedade — repisou lentamente o doutor Alfredinho, como querendo fazer melhor compreender o seu raciocínio.

— É um sofisma. A escravatura é nos tempos modernos imoral e criminosa. Restabelecida na América, foi um retrocesso na História. A influência do catolicismo, benéfica quando a fez desaparecer da Europa, foi criminosa apoiando-a na América. Portanto, não há fundamento na sua objeção.

— Como não, tenente? Bem examinando, nas suas origens, nos seus primórdios, qualquer espécie de propriedade é imoral e criminosa — retrucou

com segurança o bacharel novato.

— Ora! Ora! meu caro — exclamou o Boaventura. — Isso é divagação metafísica muito estimada dos pedantocratas acadêmicos. Não forme opinião por eles. A secura de suas almas, os baixos pendores que os movem, tudo isso não permite que eles tenham um verdadeiro pensamento social, humano e altruístico, pois que, como já resumiu numa admirável máxima um moralista moderno, “os grandes pensamentos vêm do coração”.

Estas palavras foram ditas com calor, cheias. A fisionomia do alferes, ao dizer as últimas, tinha uma estranha expressão de beatitude.

Os vermouths, nos seus copos, sobre uma cadeira, pacientemente esperavam lábios que os bebessem. O doutor Gomensoro foi o primeiro a servir-se, os outros imitaram-no, exceto o Boaventura, que não bebia.

O sobrinho do Alves da Silva, que até ali nada dissera, animou-se a entrar na conversa, perguntando:

— Você é abolicionista, Boaventura?

— Não sou abolicionista nem escravocrata, como não sou nem a favor nem contra os eclipses. Os acontecimentos sociais regidos como quaisquer outros por leis invariáveis, desvendados pelo maior dos filósofos de sempre, realizam-se independentemente da nossa vontade. É em vão querer ou não querer — respondeu o alferes.

— Eu, cá para mim, sempre quero alguma coisa — atreveu-se a motejar o antigo amanuense. — Não quero a Abolição, pois trará desastrosas consequências econômicas. Deixei os liberais...

— Não se preocupe com liberais e conservadores — interrompeu com fogo o alferes. — Quer uns, quer os outros, são incapazes de nos dirigir. Ignorando por completo as leis que regem a atividade do homem no planeta, são perfeitamente inábeis para presidir a passagem do regime metafísico para o positivo, porquanto, segundo afirma uma lei de filosofia primeira, todo intermediário deve se subordinar aos extremos, cuja ligação ele opera.

Boaventura falara extraordinariamente animado. Excepcionalmente se conduziu polidamente na conversa. Mais ou menos, os convidados do Alves da Silva conheciam o gênio do alferes; e, sabendo a consideração em que o tinha o dono da casa, evitavam agastá-lo; e muito a medo animavam-se a discutir-lhe as ideias. Ele tomava a fraqueza da réplica como uma prova de inferioridade mental dos outros, chegando a adivinhar em alguns uma ponta de conversão à sua magnífica doutrina. O alferes tinha também a mania da catequese, e não é de admirar que a tivesse, quando sem número eram os incrédulos.

Já um tanto amável, o Boaventura preparava-se para continuar, quando a presença de uma pessoa no portão cortou-lhe as primeiras palavras:

— Que é, comadre? — disse o Alves da Silva, levantando-se.

— O Manuel tem passado mal; arqueja; pergunta por Clara. E eu vinha pedir licença ao senhor pra levá-la.

O antigo amanuense coçou a cabeça e por fim, com alguma rudeza, disse:

— Licença! Pois é sua filha — leve-a.

— O compadre há de me desculpar, mas o Manuel pede... chora — fez dona Florência com humildade.

— Deixe estar, minha senhora — interrompeu o doutor Gomensoro —, amanhã irei vê-lo. Há de ser uma forma de impaludismo e mais nada.

Clara saiu em meio de uma tristeza geral. Levava metade da festa, e com ela o piano também parecia ir.

Anunciado o jantar, o Carlos Alves da Silva pôs-se a carregar cadeiras para a sala de jantar; e, como uma se atravancasse no corredor e resistisse aos seus arrancos, o despeito contido rompeu-lhe:

— É isso! Essa gentinha pilha-se assim, assim, julga-se gente... Tem uns dengues, uns derriços...

A mesa esperava-o. Contados antes cautelosamente, os convivas eram 14. A sopa fumegava em frente ao anfitrião, na cabeceira. O porco, o assado, o peru, atravancavam a mesa com o arroz de forno, a salada etc. etc.

Discutiu-se Abolição; e a República também. Boaventura achava a república fatal, porquanto, dizia ele, no Brasil não havia tradições, nem nobreza, e por isso...

— Não há nobreza! — contestou o Alves da Silva. — Há, sim, senhor. Está aqui um que é. Sou nobre; por parte de minha mãe, descendo dos marqueses de La Rochart, fidalgos franceses. Há, sim, senhor! Como não?

O militar evitou a questão e, pela sobremesa, em seguida ao bacharel Alfredo, que brindara ao dono da casa, saudou o belo sexo — a providência moral do homem — na frase do grande filósofo Augusto Comte.

Pouco depois de findo o jantar, o médico caridoso despediu-se, saindo em companhia da mulher, as filhas e a ama. A viagem foi feita no mais absoluto silêncio. A negrinha, a cochilar, levava ao colo o pequeno Zezé a dormir. O Oscar, o mais velho, de dez anos, sentado, dormia recostado nos joelhos da mamã. O doutor vinha absorto, cogitante. Olhava fixamente uma fresta do teto. Sonhava... Cismava. De onde em onde, aspirava fortemente o cigarro; e, entre duas fumaças, sua fisionomia vincava-se, contraía-se rudemente. Sua

mulher olhava-o de esguelha, com a fisionomia aberta de satisfação. Seguia dobra a dobra as contorções do seu rosto; parecia querer entrar na sua cogitação, no alto pensamento que o devorava. Logo, ao chegar ao lar, mesmo antes de despir-se, o doutor correu à biblioteca, tirou um volume, consultou-o nervosamente, em seguida outros, e depois veio para sua mulher, exclamando:

— Filha! Que desgraça, meu Deus! Que desgraça! Tantos anos perdidos em vão!

Soluçando, enchia o quarto com as suas longas passadas. Passado o espanto, sua mulher, enternecida, perguntou com doçura:

— Que é, Chico? Que é que você tem? Diga, que é...

Gomensoro nada dizia. Mastigava monossílabos. Deixou-se ficar numa cadeira e, com as mãos na cabeça, curvara-se sobre uma pequena mesa. Sua mulher insistia; afinal, arrancou a causa do seu incômodo:

— É a língua, filha! É a língua!

— Mas que língua é essa?

— A língua em que hei de escrever a minha obra.

— Ué! Pois não é português?

— Em português, sim; eu não sei português...

— Como? Você não fala, já não escreveu alguma coisa, como é, então?

— Falo, escrevo, Genica. Mas a língua que falo não é português, não é nada. É um vazadouro de imundícies, cheio de galicismos, anglicanismos, africanismos, indianismos, cacófatons, cacoténias, erros de regência, o diabo, filha. A obra imperecível deve ser escrita no português de Barros, de Vieira. Como há de ser? Que trabalho! — disse o médico com angústia.

Sua mulher, com 15 anos de casamento, já estava habituada àquelas deliquescências. Elas aumentavam-lhe o orgulho que tinha do marido. Casada pouco depois de sair do colégio das irmãs, Genica só conhecera dois sábios: o capelão do colégio, um padre francês, sabido nos manuais do bacharelato; e seu marido. Pelos seus sete anos, sua mãe fugira de casa e com um caixeiro janota do pai, um probo negociante português da rua da Quitanda. Seu pai, que se casara por amor, recebeu a injúria com uma sobranceira superior. Meteu a filha no colégio da Imaculada. Fugiu do mundo. Fez-se provedor, andador, benfeitor de várias ordens terceiras, e, quando sua mulher lhe escreveu dizendo-se na miséria, enviou-lhe uma pensão mensal até que ela se veio a findar de tuberculose no Porto. Aos domingos, invariavelmente, ele ia buscar a filha para passeios. Andavam pelos arrabaldes silenciosos, cada um entregue aos seus pensamentos; jantavam juntos em hotel, e pela tardinha entregava a menina à

irmã superiora. Durante os oito dias, Genica vivia no colégio a decorar frases do manual de conversação francesa e a fazer trabalhos vistosos de bordado e desenho. Aos bocados, o temperamento da menina se firmou frio, cauteloso, mas doce e resignado. E, quando ao sair do colégio, seu pai a aproximou do Francisco Gomensoro, ainda quintanista, ela ingenuamente se tomou de amores pelo rapaz com quem veio a casar. Dentro de um ano, após o consórcio, seu pai morreria. O velho negociante conhecera o pai de Gomensoro, de quem fora amigo. Era ele um espanhol que, tendo fugido de Espanha por ocasião de um *pronunciamiento* abortado, refugiara-se em Portugal. Casado aí, veio para o Rio como guarda-livros de uma casa de objetos cirúrgicos. As lojas ficavam perto e os dois, à tarde, com mais outro companheiro, jogavam o solo pachorrentamente. Em poucos anos, o revolucionário espanhol tornara-se proprietário da loja, e o filho que aqui nascera-lhe, tratando diariamente com médicos e estudantes, tomou-se de gosto pela arte deles.

O velho Gomensoro morreu logo após o menino encetar os preparatórios; e a viúva ficou com a casa, dirigindo a educação do órfão, até o terceiro ano, quando morreu.

O probo negociante português, pai de Eugênia, liquidara a casa na melhor forma, tutelou o jovem Francisco com munificência; e, ao morrer, sentindo-os casados e felizes, foi leve e sorridente apresentar-se a Deus.

Fizera uma felicidade e a regara com algumas dezenas de contos.

Terminadas as formalidades do luto, o casal partiu para o velho mundo. O doutor frequentou clínicas, notabilidades, hospitais, e a dona Eugênia viu as cidades pelas portinholas da carruagem e das janelas dos hotéis em que se hospedara. Em vão seu marido chamava-lhe a atenção para as maravilhas. Ela não queria. Tinha medo, acanhava-se. Tanta gente, todos a olhavam; e impertinentemente pediu a volta. Estabelecendo-se de vez na cidade natal, Gomensoro começou a aprofundar a teoria concebida desde os tempos de estudante: o paludismo é o fundo de todas as moléstias nos países quentes. A sua biblioteca de rapaz decuplicou. Lia obras, tratados, memórias, revistas, em três línguas. Nervosamente tomava notas em papelinhos e, como se fosse esquecendo das notas, por fim deu para tomar nota das notas. Lia, lia, doidamente, desordenadamente. Fugia sempre de escrever, porém há oito dias começara a passar para o papel o resultado de suas meditações. E foi por isso que a questão da língua surgira-lhe.

Sua mulher tinha por ele um respeito religioso. Era o sábio, o homem que conhecia um outro mundo que rege este. Era o doutor, o bonzo-homem, formado, respeitável e grandioso; e, ao lhe vir um desespero daqueles, ela o animava, dizia-lhe pequenas lisonjas sinceras. O Chico sorria, acalmava-se e beijava-a muito. No dia seguinte, continuava: lia, lia, desordenadamente e doidadamente.

O patrimônio deixado pelo português filantrópico já estava gasto a meio. Gomensoro não se incomodava com a direção dos seus bens. Sua ideia cegava-o e a tola educação que sua esposa recebera não lhe permitia corrigir as desmandadas despesas do médico. Uma vez, ele lera, numa revista francesa, a notícia de um livro: *As formas palustres nas Índias neerlandesas*, do doutor Van Bree. Imediatamente mandou buscar um exemplar; e, como não compreendesse o holandês, correu a cidade, foi ao consulado, ao cais; e arranjou um marinheiro que o traduzisse, mediante oito libras por capítulo, e para meio português. Recebendo o estipulado pelo primeiro capítulo, o marinheiro saiu. Logo adiante tomou uma grande bebedeira; esfaqueou um polícia e foi recolhido à detenção.

Gomensoro empregou advogados; pagou-lhes regamente, e o marítimo morreu de beribéri antes de entrar em julgamento.

O paludismo tudo exigia.

Fora dessa ideia, pouco lhe preocupava o resto da atividade mental. Não lia filosofias, nem teorias sociais e muito menos literaturas; e, se por acaso era chamado a falar sobre esses assuntos, a sua lucidez era segura, perfeita, própria, com algo de paradoxal, o que o admirava por supor a de toda a gente.

Não conhecendo as teorias a respeito, só via os fatos, dos quais tirava conclusões pessoais e imprevistas.

Como de costume ao vê-lo em diluimento, sua esposa tratou de o consolar. Animando-o, interrogou-o:

— Chico, essa língua é diferente da de hoje?

— Muito, querida. Muito... Nem se compara.

— Então é como se fosse outra — continuou a dona Eugênia.

— É... É... É como se fosse outra — acabou, afinal, o Gomensoro por dizer.

— Então você não tem mais que comprar uma gramática e estudá-la — concluiu triunfantemente a esposa do médico.

— Mas é verdade, Gênic — fez admirado o Chico Gomensoro. — Mas é verdade! Amanhã seguirei o teu conselho.

E num afluxo de ternura, elogiou-lhe o talento, beijando-a nos olhos, no rosto e na boca. Sossegou, dormindo quieto.

No dia seguinte, logo pela manhã, viu alguns doentes, e depois do almoço desceu à cidade, donde depois iria ver o contínuo Manuel em Catumbi. O médico, perseguido pela ideia tenaz de uma língua lídima, andou pelas ruas de comércio, buscando nas livrarias a famosa gramática do século XVI. Num sebo da rua de São José, encontrou, sossegadamente esquecido, um velho exemplar da *Enssynança de bem cavalgar*, d'El Rei dom Duarte e adquiriu-o, para servir de leitura da nova língua que ia estudar, embora o livro fosse do século XV.

Eram três e um quarto quando procurou o ponto dos bondes da companhia de São Cristóvão. Aí veio a encontrar o doutor Alfredinho, filho do visconde da Meia Ponte, senador por Goiás.

— Oh, doutor! Por aqui?

— É verdade! Vou ver um doente. E o doutor, onde vai?

— Vou ao Rio Comprido, procurar o conselheiro Rosemiro. Esse negócio da legação tem me dado um trabalho, que o senhor não imagina... Que bonde toma?

— Eu? Itapiru. Por quê?

— Em que rua vai? — perguntou o bacharel, sem responder à pergunta.

— Na travessa do Laje.

— Podemos fazer uma coisa, doutor: vamos juntos no bonde na Estrela, que lhe deixa próximo — propôs o advogado.

O médico relutou um pouco; e, concordando afinal, os dois embarcaram, quando o veículo se punha em movimento para as ruas estreitas da velha cidade.

Logo assentados, lembraram o dia anterior, a palestra, o jantar, as pessoas; e as “coisas” do Boaventura vieram à baila.

— Doutor — perguntou o médico ao advogado —, esse Comte era militar ou monge?

— Nem uma nem outra coisa. Por quê?

— A sua doutrina é ferrenha, cheia de regrinhas, de disciplinas estreitas, medidas. Parece uma ordenança militar ou uma regra monacal.

— Não há dúvida; mas até, ao contrário, o Comte prega a transformação dos exércitos em milícias e quer a paz universal — disse o bacharel, após curta pausa.

— Admira então que — refletiu o Gomensoro —, os nossos militares, de uns tempos para cá, convertam-se e propaguem-na.

— É simples. Uma questão de vaidade profissional. A matemática é a pedra angular do sistema, e os militares estudam um pouco dessa ciência, daí... Demais, o prestígio do Benjamin concorre.

— Oh! o Benjamin, o Benjamin — disse o médico, com um risinho de escárnio.

— É um geômetra, doutor.

— Geômetra — é muito, ou antes é pouco. Benjamin, para geômetra, faltam-lhe obras, documentos quaisquer de sua sabedoria. É antes...

— E “A Teoria das Quantidades Negativas”? — indagou o filho do visconde.

— Um artigo de estudante “furão”, e mais nada. Para mim, como ia lhe dizendo — fez o Gomensoro —, Benjamin é um visionário, um utopista perigoso. Em resumo: bom homem e amigo do Pedro II. — E riu devagar, consertando os óculos, ao tempo que o bonde parava na cauda de outros enfileirados na rua.

Os poucos passageiros levantaram-se:

— Que há? Que foi? Não anda? — indagaram.

— Nada — responderam o cocheiro e o condutor, já pachorrentamente sentados no meio-fio da calçada. — Um caminhão que está descarregando uns fardos numa loja, e não deixa o carro da Tijuca passar.

O bacharel pôs-se impaciente. Erguia-se, olhava raivoso, cofiava os pequenos bigodes e, por fim, disse para o médico com lancinante desprezo:

— Isso não é terra, doutor. É uma “droga”...

— Por quê? Porque houve uma pequena interrupção no tráfego dos bondes?

— Não. É tudo! É tudo! Uma cidade feia, suja, esburacada, sem estética, sem parques. Um relaxamento... maldita colônia...

O médico não tinha o que responder e sentia-se constrangido disso. Calou-se. O bacharel, adivinhando-o magoado, virou-se para o Gomensoro e lhe disse confidencialmente:

— Sabe o que nos matou?

— Não — respondeu com simplicidade o paciente esculápio.

— Foi o negro.

O médico pareceu não se admirar muito do segredo e com alguma ironia retrucou:

— Pois olhe, doutor. Eu julgava o contrário. Eles fizeram o Brasil. Lavraram as minas; plantaram a cana; guerrearam; e hoje colhem o café e

cavam estradas. Chegava a pensar que fizeram a nossa unidade. Vejam como são as coisas, doutor Alfredo?

— De fato fizeram alguma coisa disso, mas são inferiores, incapazes pra civilização. Não são árias — doutor Gomensoro —, não são árias.

— Que diabo é isso?

— Oh! doutor. Não conhece a teoria dos árias? — interrogou espantado o moço advogado.

— Árias, árias... Ah! Espere... Recordo-me... Quando estive na Europa, alguém me falou nisso. É, se não me engano, uma hipótese alemã muito engraçada, que expli...

— Hipótese, não, doutor. Uma conquista da ciência. A Filologia, a Linguística, a Arqueologia, a Pré-história comprovam-na, e os recentes estudos de religiões comparadas afirmam-na soberanamente. Não é uma hipótese, absolutamente.

— Não importa — retrucou o médico. — Seja uma verdade... vá... mesmo porque o que é hipótese na Europa é certeza aquém da linha equinocial. Diga lá a teoria, doutor Alfredo.

O moço bacharel atirou fora o cigarro que fumava, enquanto o médico dava duas olhadelas a um passageiro próximo. Depois, expôs a teoria.

— Em uma época anterior a todo o testemunho histórico, e que se esconde na noite dos tempos, uma raça cresceu no *plateau* de Pamir, na antiga Bactriana, Ásia Central. Em migrações sucessivas e em instantes diversos, irradiou pela Europa e foi ao norte da Índia. Já no *plateau* originário, tinha uma língua admirável, onde se vinham refletir suas afeições meigas, suas admirações ingênuas e arroubos para um mundo superior. Eram pastores, crê-se que também agricultores. Conheciam o ouro, a prata, o bronze, exceto o ferro, que não conheciam. Como se fossem raios do sol — um dos focos da elipse de translação da terra —, os árias, mestres, senhores — emitidos do *plateau* de Bactriana — seguiram vetores e pararam aqui, ali, pela Europa, pela Ásia, ao norte, ao noroeste, a oeste e a sul, com os nomes de lituanos, eslavos, germanos, celtas, gregos, latinos, persas e hindus, que quase fecharam a elipse alongada. O que caracteriza o ária é a capacidade para a civilização. Rapidamente evoluíram e vão ficando senhores do mundo. É o que veio revelar as afinidades do latim com o grego, do grego com o alemão, do alemão com o persa, e deste com o sânscrito... Eis, doutor, esboçada a teoria dos árias, a teoria da raça civilizadora.

— Bonito! — exclamou sem querer o calmo doutor Gomensoro.

— Do greco-latino — continuou o filho do titular —, do iraniano e do ramo hindu surgiram civilizações poderosas, o que...

— E dos lituanos, eslavos, germanos, celtas, não? — disse de repente o médico.

— Estes povos mantiveram um relativo estado de cultura até que foram absorvidos na civilização romana — objetou o filho do senador por Goiás.

— Estado de cultura — fuzilou Gomensoro —, que de forma alguma é uma civilização...

— Sim... concordo, mas é cultura...

— De modo que dos árias, a raça da civilização, só os gregos criaram uma civilização. Os que ficaram no mágico *plateau* nada fizeram e os da Índia, imobilizados nas castas, estão se deixando roubar pelos primos da Europa?

— Com os da Índia aconteceu isso, devido às condições do meio e a presença de raças inferiores — retrucou o doutor Alfredo.

O médico calou-se, pensou, olhou o passageiro que o interessava e levantou a objeção:

— Com as condições favoráveis da França nada fizeram, entretanto os da Índia...

— Foram as raças inferiores — objetou apressado o doutor Alfredo.

— Raças inferiores — respondeu, depois de uma pausa, o médico. — Como essas raças se influiriam maleficamente? Por ação de presença, só? Não é possível? Na humanidade, as reações se fazem por via sexual, e esta, terminantemente, não operou nos Ganges, pois a religião proibia, e os costumes também, que os casamentos e até a mais simples união sexual se fizesse entre indivíduos de castas, e, sobretudo, raças diferentes.

O bacharel não sentia a argumentação valiosa. Pareciam-lhe argumentos de um simplório e, entretanto, não sabia combatê-los. Para fechar a conversa disse:

— O que lhe acabo de dizer é resultado de pacientes trabalhos. Max Müller, Pictet, Juin e outros sábios criaram essa teoria, desenvolveram-na e demonstraram-na. Demais, doutor — ligou ele rapidamente —, se todos os outros ramos nada tivessem feito, bastava Grécia e Roma.

— Concordo — disse frouxamente o médico — e concluo que a civilização não é intrínseca na raça, não depende... Ah! Espere... — E sofregamente correu o banco vazio até a ponta e daí falou ao passageiro que ia na frente: — Desculpe-me..., desculpe-me... Sou médico e o senhor vai perdoar-me... Nunca teve maleita, sezões, febres?

O desconhecido voltou-se com ar estúpido e obedientemente respondeu:
— Nunca.
— Tem estado doente?
— Algumas vezes. Tive sarampão, bexigas doidas e que me lembre nada mais.

— Sofre de prisão de ventre?
— Não, senhor.
— É curioso — insistiu o médico. — E dores de cabeça tem tido?
— Às vezes, tenho — retrucou o desconhecido um tanto impacientado.
— Sempre?
— Não, doutor. Uma vez ou outra.
— E seu pai?
— Meu pai — fez aborrecido o interrogado —, meu pai teve febres, sezões, maleitas, prisões de ventre.

— Ah! — exclamou o médico satisfeito. — Tome quinino, amigo; tome quinino.

E, depois de pedir muitas desculpas, voltou ao seu lugar e disse baixo ao bacharel:

— É um caso de paludismo hereditário, perfeito, tachado. Aquelas “orelhas de abano” não negam. O doutor Polyenesky, de Varsóvia, verificou 627 casos idênticos na Bessarábia, e eu...

O bonde corria célere pelo Rio Comprido, e o Alfredinho, que tinha consultado o relógio, verificou que chegava à hora de jantar em casa do conselheiro.

— Doutor Gomensoro, onde vai?
— Eu já não lhe disse? Vou ver o compadre do Carlos.
— Aquele contínuo? Agora me lembro... Sua mulher esteve ontem lá. Eu conheci-o. Era um bom homem. Obediente, honesto, trabalhador, bom chefe de família... Quando meu pai foi ministro, ia sempre lá em casa levar papéis. Uma coisa. Vou com o senhor, doutor. Há inconveniente?

— Nenhum.

E, logo ao chegar no lugar propício, os dois saltaram e se embrenharam pelo labirinto de ruas ainda mal povoadas.

III

A medicação do doutor Gomensoro não fora milagrosa.

O doente pouco melhorou e, levantando-se dias depois, recaiu em seguida mais gravemente. De recaída em recaída, ora melhor, ora pior, o ex-voluntário morreu numa quarta-feira de fevereiro, fulminado por moléstia do coração.

Precavido, ele se fizera inscrever em algumas sociedades de socorro mútuo, as quais, dando pequenas quantias para o enterramento, pouparam à família dificuldades com esse piedoso ato. A viúva economizou alguma coisa dos auxílios; e os cuidados com a vida futura atenuaram em alguma coisa a dor da perda que sofrera.

Durante os primeiros tempos, tendo delineado um plano a seguir, tratava de cumpri-lo. Para ela, queria roupa a lavar, e a filha iria trabalhar em um *atelier* de costuras, onde a sua virtude correria menor perigo. A preta velha encarregar-se-ia da casa; e assim levariam a vida até quando Deus quisesse.

Diariamente saía e dava os passes que julgava precisos. Pedia a um, pedia a outro e, pela tardinha, voltava à casa, naquela travessa esquecida, às vezes desanimada, em outras esperançada de encontrar no dia seguinte o trabalho desejado.

No fim de alguns dias, arranjou alguma roupa, mas era a de uma família residente no Catete, e, lavada que ela fosse, as despesas de transporte absorveriam o lucro possível. Não acertou. O plano lhe pareceu mau, pensou outro.

Alugar-se-ia como criada; colocaria a filha como “ama” em alguma casa. Mas a babá? Que havia de fazer dela? Empregá-la? Estava tão velha, enferma, reumática, num estado de saúde que não permitia prestar trabalho fixo, certo... Além do quê, Clara inquietá-la-ia, se o executasse. Moça ainda, com finura de mãe, adivinhava os perigos que ia correr. Fora de suas vistas estaria exposta a ser desviada do bom caminho. Conhecera tantas que como “ama”... Coitada da filha! Tão moça! Tão boa!

E, toda a vez que ela evocava tais coisas, redobrava de energia em seguir o seu primitivo plano. Ao sair, olhava Clara, púbere ainda, de seios túmidos meio formados, contemplava-a em instantes enchendo os olhos d’água, e, com a vista empanada, jogando o xale aos ombros, antes que a filha lhe percebesse a comoção, punha-se em campo com ânimo. Deus Nosso Senhor havia de ajudá-la! Casaria a filha, estava certa, pobre naturalmente, humilde também, mas seria honesta, honrada. Entretanto, os seus esforços eram vãos; os 17 anos de casada, sem ter que prover a subsistência, não lhe tinham dado a prática, o faro de viver. Os conhecimentos eram poucos e desvaliosos; e, mesmo da família de

que fora cria, nenhum restava capaz. Semeados pelo Brasil, aqui, acolá, arrastavam uma vida desgraçada de infortunados. As relações do marido esquivavam-se delicadamente; e, já sem crédito qualquer, na vida das três mulheres havia fome. As coisas de algum valor foram vendidas e a casinha estava quase nua de trastes. Atrasada nos aluguéis, eram diárias as ameaças do proprietário ou seu preposto. Desenvolvia um tato enorme para contê-los. Nem sempre era feliz; suas palavras por vezes erravam o alvo e, longe de apaziguá-los, enfurecia-os mais. Como certa vez ela lembrasse a pontualidade do falecido Manuel, o cobrador se enchera de raiva e raivoso dissera que, assim fazendo, não fizera nenhum favor algum; era obrigação dele unicamente.

Dona Florência, em desespero de causa, resolveu procurar o Alves da Silva. Uma manhã, na estação inicial de Pedro II, pôs-se a aguardá-lo, cheia de angústia. Tinha oito dias para mudança, assim a intimava o procurador — a menos que não quisesse sofrer despejo judicial: havia quase três meses de atraso, e não estava pra isso... nada tinha com dificuldades... não era pai de ninguém, dissera ferozmente, numa cena violenta, que a resignada dona Florência ouvira toda com pejo e ódio.

A viúva saiu cedo. Chegada à estação, encostou-se bem perto do lugar de desembarque e, entre os passageiros que chegavam, com o olhar, catava sofregamente o compadre. O calor era sufocante. O dia de mormaço, baço, tristonho, enchia as almas de opressão. Todos andavam cabisbaixos; não havia um riso. Esperando até às onze horas, não via chegar o Alves da Silva, contudo ele não lhe teria podido escapar. Devorava angústias. Figurava resoluções. Talvez fosse melhor dar um pulo até à casa do compadre. Ia incomodá-lo. Não havia de gostar; e tinha razão — que tinham os mais com sua sina? Nada. Devia aguentar-se só; não tinha nada que importunar os outros...

Veio até à porta do edifício. O jardim em frente tinha as árvores abatidas à temperatura do dia; uma névoa quente crestava tudo. Era como um bafio de forja. O rolar dos veículos levantava muito pó; e a poeira ficava pairando à meia altura, sobrecarregando ainda mais o ambiente já por si pesado.

Alguém chegou e lhe falou:

— Dona Florência, como vai?

— Oh! É o senhor, seu doutor? — respondeu ao dar com a pessoa.

— Eu já lhe tinha visto, mas não a conheci logo. Agora, ao se virar, é que lhe pude ver bem as feições. Soube — acrescentou — que seu marido morreu... Meus pêames. De que foi?

— Muito obrigada. Do coração. O Manuel não se tratava; era teimoso..., foi uma desgraça — disse a viúva com um suspiro.

— Coitado! Era moço? — perguntou o interlocutor.

— Quarenta e cinco anos, seu tenente.

— Moço... Vai tomar o trem ou vem de cima? — perguntou o alferes Boaventura.

— Não, senhor. Esperava o compadre, mas...

— O senhor Alves da Silva?

— Sim, senhor.

— Está doente — afirmou o militar.

— De quê, seu doutor?

— Nada, uma coisa ligeira. Uma constipação, um pouco de febre. Não há gravidade.

Boaventura tinha se chegado à humilde mulher muito naturalmente. Ao seu temperamento fundamental, acessível e compassivo, sem preconceitos — a não ser o de militar e sábio —, as doutrinas utópicas que professava, e com as quais estava fabricando de si mesmo uma imagem diversa, se soldavam para que fosse mais chão e mais ameno de trato com os pobres. Com estes, o seu azedume habitual se apagava e falava-lhes com doçura mesclada de piedade.

Não temia que o vissem na rua a discretear com eles, pois a ninguém fazia mistério de suas ideias igualitárias e da sua simpatia pelo sofrimento do povo. Sempre que tinha dois minutos de reflexão, procedia de acordo com elas.

Detestava a riqueza, a burguesia, o fausto; queria a paz universal, mas tinha as pequeninas ideias dos seus companheiros de profissão. O Exército era uma coisa sagrada, intangível — a arca santa da pátria — na sua frase. As concessões especiais de foro, de prisão, de instrução separada, para filhos e netos de militares, ele as achava legítimas, naturais, defendia-as extremamente. Desse modo, de um salto, passava das inovações generosas, para admirar a Alemanha militar. Os teóricos da guerra desse país juntava às prédicas do fundador da religião da humanidade. E, como os humildes não percebessem essas contradições e se curvassem também ao seu saber matemático, Boaventura junto a eles perdia o azedume nascido da comparação da grandeza do seu sonho com a zombaria que era recebido. Era notável que, considerando o saber matemático a única forma de sabedoria, condenasse, no entanto, toda a exploração já feita ou nova, tendente a alargar o domínio dessa ciência. Afora determinadas explanações sobre teorias elementares, qualquer outra incursão

no campo da análise matemática era para ele, além de sem significação, imoral. A ciência estava completa, o mais era algebrismo acadêmico — dizia.

Viera, conforme dissera à viúva, consultar o horário e voltava ao quartel-general, indo à tarde fazer uma visita ao Alves da Silva.

Depois das primeiras explicações trocadas, dona Florência insensivelmente foi lhe fazendo confidências. Boaventura ouvira-a atento e triste, sinceramente triste. Enterneceu-se. O seu fundo emotivo, exagerado com sonhos humanitários, interessou-se por aquele padecer. Mesmo sem saber como, ofereceu-se a ajudá-la, prometendo-lhe que a procuraria no dia seguinte em casa.

— Contudo — disse ao despedir-se —, não é mau ir ver seu compadre. Vá.

Quando a envelhecida Florência entrou em casa de seu compadre, o doutor Alfredo saía. Saudou-a cerimoniosamente, ao encontrá-la na escada de pedra, enquanto da porta a menina Olímpia dava grandes mostras de agrado. Mal falou com a moça, foi ter com o compadre.

Conversava Alves da Silva, na sala de jantar, com o doutor Gomensoro. Vestia de linho branco e tinha chinelas de tapete. A fisionomia estava algo abatida. O rosto anguloso tinha um tom mate, e o nariz adunco e firme perdera um pouco de sua dureza habitual. Os cabelos grisalhos saltavam da moldura azul que um gorro oferecia, cobrindo-lhe a calva. A barba estava crescida. As primeiras palavras que dirigiu à comadre foram exatamente as mesmas que lhe dissera no dia do enterro.

— Paciência, comadre. Paciência. As coisas hão de se arranjar com o tempo. É triste, eu sei, a morte de um chefe de família, mas o que se há de fazer?

O médico maníaco mantinha-se calado. De vez em vez, firmava muito o seu olhar vivo, de costume inquieto, sobre a viúva, medindo-a de alto a baixo. Logo que era percebido, disfarçava, fugia com olhos, passeando-os em torno pelos quadros pendentes das paredes. Reparava a reprodução da ceia em oleogravura, a lagosta muito vermelha, o quadro das frutas, depois descia a vista palpando a *Etagère*, o guarda-louças e o pano da mesa com guarnições encarnadas. Fatigado, mirava as pontas dos pés separados, e com os dedos nodosos tilintava sobre a beirada da cadeira.

O oficial de secretaria continuava a repetir consolos. A comadre, mal sentada na cadeira, contemplava-o respeitosamente. O seu rosto miúdo, de

traços empastados, com rugas precoces, não tinha uma expressão definida. Havia respeito, desespero, dúvida e esperança a um só tempo.

— O que eu sinto, comadre — dizia com fadiga o Alves da Silva —, é que a minha casa não tenha cômodos, senão.

O médico quis dar volta à conversa. Perguntou ao Carlos se ia à cidade no dia imediato. Respondida afirmativamente, os três estiveram por algum tempo mudos. A viúva, animando-se, com a voz embargada, falou nas dificuldades, na mudança, na necessidade de dinheiro... Alves da Silva, coçando a cabeça, encostou-se melhor na cadeira de lona e murmurou:

— É, comadre. As coisas estão tão ruins. Ainda agora, essa moléstia...

Nesse ponto, chegou do interior a mulher. Vinha de *matinée* de cassaca, sem colete e com uma saia de ramagens claras.

— Oh! Florência, como está você? Pensei que você estava zangada!

De repente, sentindo que o seu acolhimento benévolo surpreendia o grupo, dona Adélia fechou a fisionomia, fez que procurava um objeto num móvel, apanhou-o e, olhando o marido de soslaio, saiu da sala dizendo:

— Florência, antes de você ir, fale comigo.

O Gomensoro, então, indagou:

— Mas quais são as dificuldades, dona Florência?

A viúva as explicou redundantemente. Contou as diabruras do proprietário, as vergonhas que estavam sofrendo.

— Tenha paciência, espere hoje e amanhã, depois vá, ou mande sua filha lá em casa, que lhe poderei fazer alguma coisa.

A fisionomia apalermada da mulher iluminou-se. Os seus olhinhos de conta muito abertos agradeceram melhor do que os repetidos: obrigada, doutor, obrigada — que ela dizia.

— É isso — comentou no fim o Alves da Silva —, você, se sofreu tudo o que contou, foi porque quis; se nos tivesse procurado há mais tempo tinha evitado esses desgostos.

A mãe de Clara pediu licença e foi ao interior falar com dona Adélia. Olímpia fazia *crochet* na saleta, ao lado de sua mãe, que lia um jornal. Chegando a viúva, arredou um pouco a folha e indagou:

— O que trouxe você aqui, Florência?

Antes que pudesse responder, Olímpia por sua vez perguntou:

— Como está Clara? Por que não veio?

Florência respondeu à menina e explicou a dona Adélia os motivos que a traziam.

— E você arranhou o que queria?

— Sim, arranhei.

— Foi o Carlos quem te ofereceu?

— Não. Foi o doutor.

— Ahn! — fez a dona Adélia.

— Quem te disse que o Carlos estava doente? — perguntou ela logo em seguida.

— Foi seu alferes Boaventura.

— É verdade! — exclamou dona Adélia...

Depois, refletindo um pouco, disse para a filha:

— Olímpia, fica aí, enquanto eu vou com Florência até ao quintal.

A dona da casa, logo que ficou fora dos ouvidos da filha, disse para a viúva:

— Florência! eu queria saber uma coisa. Mas fica entre nós — olhe lá!...

— Oh! comadre! Eu *sei* guardar segredos; sou de caixa encourada...

Assegurada da discrição da comadre, dona Adélia perguntou:

— Clara nunca te disse se o Boaventura “gostava” de alguém?

— Nunca. E como ela me podia dizer, se pouco conversava com “seu” Boaventura?

— Não... Sim... É...

E, depois de uma série de volteios e meias palavras, a mulher do Alves da Silva contou à sua humilde comadre que, pelo seu sobrinho Alípio, soubera que o alferes “gostava” da filha. Por ela, dona Adélia achava um bom casamento, mas, sondando o marido, este lhe objetara.

— Não lhe conhecemos a família. Ele diz que tem, mas nunca fala dela.

E, figurando mais o caso como sendo possível, dona Adélia havia já interrogado o marido assim:

— E se ele te pedir a menina em casamento?

— Se ele ma pedir — retrucou o Alves da Silva —, exigirei um prazo e investigarei os seus precedentes de lar. Se forem bons, sim; senão, não. É coisa muito delicada.

O segredo comunicado, mútuas promessas de guardá-lo foram feitas; e a viúva do contínuo, embora muito admirada que sua comadre, à vista das suas dificuldades, só achasse valioso falar-lhe dos namoricos da filha, prometeu, todavia, indagar de Clara alguma coisa de positivo.

Entrando na sala em que o médico e o seu antigo companheiro de colégio conversavam, Florência não encontrou o Alves da Silva. Recebia, na sala da

frente, uma visita de cerimônia. E, enquanto esteve só com o médico, Gomensoro lhe reiterou a promessa, dando-lhe conselhos.

— É, mude-se. Vá morar pra Laranjeiras ou Botafogo. Por lá arranja trabalho facilmente. Há muitas famílias ricas. Minha mulher poderá mesmo lhe recomendar a algumas de suas antigas colegas bem casadas. Conhece o chefe de esquadra Valadão? Sua mulher foi colega da minha. Mora na Bica da Rainha, e assim muitos outros.

*

Andamos pela vida apavorados, trêmulos de medo do futuro e, quando o que se conta no dia seguinte e no de hoje é mediano, nós nos pomos quietos, a olhar os astros, e na nossa alegria há menos palavras que na nossa dor.

O júbilo é interno e tememos que o exteriorizando ele se evole como um perfume sutil, contido em frasco frágil. Clara, sua mãe, e a preta velha, acabados os arranjos domésticos, se puseram sossegadas na porta da cozinha. As fraldas de Santa Teresa cobriu-as com a sua sombra e as três, sentadas no chão, poucas palavras trocavam. Antes, no tempo do contínuo vivo, ele também se sentava e — como homem, andava pelas ruas e lia jornais — tinha sempre o que contar...

*

Naquela tarde, pela primeira vez, depois da morte do Manuel, elas voltavam ao seu antigo hábito. Sem acordo algum, as três, uma a uma, se foram chegando, sentando-se, com as suas respectivas tarefas.

A velha Florência, de onde em onde, soltava um longo suspiro, olhava a ponta do Corcovado, punha-se de olhos parados para o morro, estupidamente. Parecia temer que ele desabasse...

Conforme o costume, ao anoitecer, a conversa se animou. Clara tinha vindo de interrogação em interrogação, nesse salteio caprichoso de diálogo, até perguntar à preta velha como viera até nós...

*

A babá, ao saber que a escravidão vai acabar, se admira, não acredita, acha impossível e diz que o mundo vai acabar. Clara retruca-lhe que não, e por que ela (a babá) indaga quem vai trabalhar nas fazendas:

— Os livres, os que quiserem.

— Qual! Qual!

— Mas por quê? Na Inglaterra, na França, não há escravos e há fazendas!

— Mas é que lá não há negros (babá).

*

A visita do alferes foi o assunto do dia seguinte. Dona Florência estava certa que ele viria, mas que ele lhe poderia ser útil não atinava. Se fosse dinheiro, ele lhe teria dado ontem, e, em todo o caso, bem podia ser que, não tendo, fosse adquiri-lo e delicadamente lhe trouxesse. Incapaz de compreender espontâneo o ato do oficial, a viúva procurou inutilmente um motivo, mas, quando comparou o movimento dele com as confidências da comadre, num clarão lhe veio explicada a sua generosidade.

Em começo, aquilo lhe pareceu baixo, naturalmente ele lhe iria pedir pequenos serviços de apaixonado, cartas a levar, cartas a trazer, flores, e, se não fosse a ela, seria à filha. Mas não tinha razão dona Florência. Boaventura, lhe oferecendo auxílio, procedera muito generosamente e desinteressadamente; e, embora ele já se sentisse tomado de amores pela filha de Alves da Silva, desprezando os comezinhos meios dos namorados de profissão, não queria de Florência nem da filha os serviços que aquela suspeitava.

Saindo da estação central, ele subira para uma das portas do quartel-general, até o pavimento superior e, logo ao sair, dera com o capitão Meireles. Era de infantaria, mas tinha suas letras. Fora jubilado no segundo ano do curso da Praia Vermelha, quando tenente, e voltara a servir na sua arma. Nas rodas militares, falava-se muito do seu nome, a sua profusão de anedotas picarescas, a sua jovialidade inquebrantável, e o seu estro de poeta satírico eram os motivos da sua popularidade. Com já estar na casa dos quarenta, desse seu gênio colegial pouco perdera; contudo, de alguns anos para cá, embora não se fechasse em grande taciturno, andava calado e mastigando ideias ultimamente se soubera o que o perseguia. Era nem mais nem menos que a adoção dos pombos-correios no Exército. Uma ponta de inveja o movera a isso. Verificando que uma série de oficiais, por gênio tumultuário ou por estudos, atravessavam o âmbito

estreito das companhias e estabelecimentos, para viver na fama da plena rua, ele também sonhara ter um nome assim. E estudara para isso os pombos-correios, tão importantes na organização dos exércitos europeus.

Assimilara ligeiramente noções de anatomia e fisiologia das aves; lera tratados e artigos históricos e, justamente naquela ocasião em que encontrara o Boaventura, trazia o memorial em que lembrava ao ministro da Guerra a conveniência de adotar aqueles mensageiros no Exército.

Era um calhamaço de cinquenta páginas manuscritas em papel almaço, e ele ia lê-lo do começo ao fim, quando o Boaventura objetou-lhe que tinha pressa.

— Ah! — lhe respondeu — ouve só uma parte da introdução. Ouve: “A colombofilia militar evidenciou sua utilidade no último cerco de Paris, e nenhuma nação europeia desmereceu dos seus meios de defesa a telegrafia aérea. Esse fato veio despertar as grandes nações germânicas e, enquanto estas se aprestavam para defender, os países latinos, renunciando o próprio desdém, suicidam-se. A ciência da guerra é também uma necessidade inerente à conservação social. Diz um insigne intelectual: ‘Não crede senão na força temperada por uma longa disciplina’.

“A força é a grande lei da natureza, indiscutível e insuprimível. O mundo tem por base a força, mas o olhar dos povos, principalmente os da raça latina, nas crises da sua história, só vê o momento presente. Baldado é o intento de fazê-lo alcançar mais longe. Desmintamos estas asserções. Entre os auxiliares do Exército se deve contar como um dos mais proveitosos os pombos-correios.”

— Bem! Mas você é atrasado, Meireles. A missão do Exército não é mais esta...

— Qual é então?

— É a regeneração da sociedade. Formados como a elite do povo, a nossa forte cultura científica nos prepara para governarmos no período científico-industrial. Estamos destinados a substituir os bacharéis em Direito. Até logo...

E saiu, deixando boquiaberto o capitão, com o calhamaço descansando sobre o peitoril da janela.

*

Como houvesse fogos em vários trechos da cidade, e um se queimasse em Vila Isabel, no Boulevard, bem perto da sua casa, Clara, com algumas outras

raparigas da vizinhança e um irmão de uma delas, foi vê-los.

A rua era cheia, e, se bem que larga, a multidão se espremia, contida entre os dois lados. Aproveitando os largos terrenos vazios que havia nas margens, o povo derivava por eles, enchendo-os. Clara e os companheiros, muito a custo, avançaram por entre o povo até à altura da rua d'Aldeia Campista e, aí, sendo boa a posição para ver os fogos, ficaram.

Tudo ofegava. A noite feia ameaçava chuva; entretanto, ninguém desanimava. Desde 15...

*

— Que é?

— Um rolo...

— Onde?

— Espera, eu vou ver — disse o rapaz que acompanhava as moças.

— Pouca coisa — disse ele, voltando. Ali, junto à confeitaria, havia um grupo: um rapaz, filho, parece-me, de um capitão de mar e guerra, acompanhava umas moças, sendo, me parece, uma delas namorada dele, e, como um sujeito a olhasse muito insistentemente, ele tomou satisfações; o outro, que não era mole, respondeu no mesmo tom, e o final foi que o tal rapaz das moças saiu ferido com a cabeça quebrada...

— Coitado! — fizeram as raparigas.

— Não, pouca coisa: uma racha aqui — e apontou o parietal esquerdo.

— Ele desmaiou... Foi pra botica? — inquiriu Clara de repente, mostrando muito interesse.

— Desmaiou e foi pra botica.

— Mas não tem novidade o ferimento? — perguntou, ainda, Clara.

— Não. Alguns pontos falsos e daqui a dias está curado, não foi nada.

— Que diabo! Que interesse! Você conhece o rapaz?

— Não conheço, não. Nunca o vi.

— Pois não parece — retrucou a outra com malícia.

— Está sempre com essas coisas, Adelaide. A gente não pode ter pena, dó, de um rapaz que se fere, que você não venha com “coisas” — disse Clara, meio zangada.

— Não te zangues, Clarinha. Estou brincando — disse a outra, animando a rapariga.

Quando eles vinham pra casa, Clara ouviu um grupo, que acaso parara junto de onde eles pararam, a narração do caso. Adquiriu certeza de que o caso se passara com o adolescente, mas ao fim da conversa chegou um latagão forte, um desses rufões de arrabalde, que foi indagando pormenores.

— Ah! Se eu estou lá... O sujeito conhecia o jogo?

— Não sei. A verdade é que lhe foi assestando a bengala e o Alfredo caiu.

— E a noiva, a namorada?

— A noiva deu um faniquito e foi levada para o interior da confeitaria.

IV

A casa de Clara era uma pequena habitação de telhado cortado ao jeito de *chalet*, edificada ao lado de outras iguais, a correr numa só linha, como o que se denomina atualmente uma avenida... Na frente, um corredor comunicava-as com a travessa, que ia terminar na rua de São Francisco Xavier. Aos fundos, um capinzal cobria um grande baixado. Essa última rua, por esse tempo, estava parcamente povoada; de extensão a extensão, alguns grupos de casas pontuavam vastas porções de terreno, coberto de capim plantado. Na esquina da travessa em que ela morava com a rua de São Francisco, havia uma grande chácara, vasta como um sítio, que, murada do lado da rua principal, era na orla da travessa cercada por uma sebe compacta de bambus. Quando Clara desembarcava do bonde, costumava encontrar a babá ou sua mãe que a vinham esperar; nas noites de verão, porém, as duas velhas se poupavam desse trabalho.

Na tarde de segunda-feira, nenhuma das duas viera, e Clara, de volta do *atelier*, andando vagarosamente, muito concentrada nos seus pensamentos, foi surpreendida, logo ao dar os primeiros passos, com o encontro do adolescente que a esperava. A lua brincava nas pontas dos bambus que balouçavam, e a projeção da touceira dividia a rua em duas partes, negra e branca, quase iguais. Era como uma bandeira bicolor estendida e, aos meneios da sebe, ela se agitava tal qual uma bandeira que estivesse desfraldada.

A angústia daqueles três dias de separação atirou-lhe fremente para o rapazola e se explicaram com palavras entrecortadas pela comoção. Sua mãe, justificava o adolescente, quisera dele uma comissão em Santa Cruz, no curato, e ele fora sem poder avisá-la. Uma carta despertaria suspeitas; não tinha como prevenir; o trem partia cedo, de madrugada, ele foi.

— Se te vim esperar aqui — dizia ele —, foi porque temi que me recebesses mal, e se isso se desse no bonde seria um destempero.

— Oh! Qual! Eu gosto tanto de ti...

— E eu, meu anjo, tanto, tanto... que não sei mesmo...

— Meu Deus, como eu te gosto, tu não me amas mesmo, hein?

— Muito! Muito!

Insensivelmente os dois se foram aproximando, de tal jeito o fizeram que não se poderia dizer bem qual dos dois beijou o outro primeiro. Por alguns minutos estiveram aos beijos, e palavrinhas doces, ditas pela metade, entremeavam-nos.

Por fim, o rapazola, temendo que alguém viesse a passar e o visse ali com ela, rematou:

— Adeus! Aqui não é bom lugar para nos explicarmos. Espera-me amanhã... Sai um pouco antes e vai me encontrar no largo de São Francisco, atrás da Escola Politécnica. Quero-te falar.

Saindo dali, o rapazola conteve a comoção, pois que seria feio ele se apresentar aos outros comovido por ter dado uns beijos numa mulata, e foi ao encontro da roda.

— Então? — indagaram em coro.

— Oh! Não conto nada! A mulata está “embeçada” por mim... Quando me viu... Dá-me um cigarro?

— Toma.

— Quando me viu quase chorou. Caiu que nem um patinho. Quem tem fósforos?

— Eu!

— Amanhã me vai esperar. Está tudo arrumado.

— Olha lá!

— Qual! Não há nada. Se a coisa arrebentar, papai me passa um “carão” e abafa a coisa. Você empresta-me a chave do *chateau*? Sim? Está ouvindo, Freitas?

Ao sair de casa, Clara pediu à sua mãe que a mandasse esperar, pois, esperando serão, viria mais tarde.

No *atelier*, Clara, pretextando moléstia, obteve da contramestra permissão para sair mais cedo. Pilhando-se na rua, ela apressou o passo em demanda do ponto de encontro. Ia entre sôfrega e inquieta. Que queria ele? Oh! Se fosse isso, nunca! Ela resistiria. Deus a livre guarde. Coitada da sua mãe, se soubesse, morria. Depois ela estaria desgraçada pra sempre. Ainda se... qual... filho de

quem ele era, nada aconteceria. O capitão de mar e guerra não deixaria que fosse amante. Havia de pôr empenhos, dinheiro, e a coisa ficaria em nada. Na altura da rua de Uruguaiana, quis voltar, tomar logo o bonde. Arrependeu-se e continuou. De mais a mais, ela tinha prometido, e em ir não havia mal algum. Quando dobrou a esquina, encontrou o empreiteiro.

— Oh, dona Clarinha, onde vai com tanta pressa?

— Não... Nada... Vou aqui fazer uma compra e ainda volto ao *atelier*. Boa tarde.

— Boa tarde.

O largo de São Francisco, àquela hora, ainda estava movimentado. Grandes magotes de povo atravessavam-no em várias direções. Da rua do Ouvidor, a onda a chegar era volumosa, e para lá marchava a maior parte. Nas outras ruas e travessas, o espetáculo era o mesmo. Delgados filetes de gente iam e vinham, cruzavam-se, baralhavam-se. O largo mantinha inalterável a mesma quantidade: era como um reservatório a se encher e a se esvaziar equitativamente.

Clara atravessou-o aos últimos raios do sol de verão, em procura da travessa atrás da Politécnica.

— Tardei?

— Não. Chegaste a tempo.

— O que é que você quer comigo?

Disseram os dois ao se encontrar.

— Que pressa; se é com ela que vieste, vai t'embora, que não é coisa pra minuto, disse o rapazola azedamente.

O adolescente tinha percebido que Clara estava “arisca” e, certo disso, atirou fora o ar de timidez com que se cobrira durante o namoro todo e armou-se de atitude firme, que melhor lhe parecia servir aos seus fins. Clara, recebendo aquela resposta, ficou rapidamente enternecida. Para que aquilo? Aquele desabrimento? Ela não tinha razão e meigamente respondeu:

— Você se zangou?

— Não... Não me zanguiei... Mas tu vens assim, dessa maneira. Uma pessoa fica espantada. Parece que vou te engolir...

— Você sabe, se eu demorar... Se alguém passa por aqui... — retrucou Clara com a voz meio embargada.

— Tem razão. Saíamos daqui.

Clara como um cachorrinho acompanhou-o. Os dois foram andando calados. A noite caía vagarosamente. As últimas estavam no largo do Rossio...

— Entra — disse o rapazola. — Entra.

Era uma pequena confeitaria pouco frequentada. Nas poucas mesas, quase ninguém havia.

— Que querem?

— Cerveja, não é? — indagou o adolescente. — Olhe, traga cerveja e uns doces, recomendou ele ao caixeiro.

— Cerveja e doces?

— Sim.

Enquanto ia buscar o caixeiro, o adolescente começou a animar Clara. Ela, inquieta, olhava de um lado a outro. Nada dizia; só pela sua fisionomia transtornada se percebia o desencontrado dos seus sentimentos.

— Sabe por que é isso, Clara?

— Não.

— Faço anos hoje e quis te oferecer um banquetezinho.

— Parabéns. Parabéns.

— Tanto mais que eu, dando uma fugida de casa, aproveitei a ocasião para te declarar que sou, de hoje em diante, o teu noivo; entretanto, como não quero que se saiba já, peço-te que não o digas a ninguém.

Com estas palavras, Clara se acalmou um pouco, e o copo de cerveja que bebeu veio lhe dar uma lassidão, uma vontade de dormir que a dominou. Estiveram algum tempo calados e depois saíram; os combustores já brilhavam acesos. De braço dado, eles seguiram ao longo da grade do jardim. Ao atravessar de novo a praça, numa olhadela, ela percebeu o velho empreiteiro, que a vigiava. Lembrou-se de sua mãe: “Olha, minha filha, esses homens...”

— Onde é que vamos? — disse ela, estacando subitamente.

— Vamos aqui. Que diabo, não sou teu noivo? Vamos — disse o efebo imperiosamente.

Clara se tinha deixado tomar de inércia. Alcoolizada, com as promessas do rapaz e sobretudo aquele seu temperamento de torrão de açúcar, não lhe ajudavam a resistir ao forte querer do adolescente. Ela se sentia arrastada, puxada. Queria despedir-se, mas não podia. O bafo quente do rapaz, a esquentar-lhe a carne palpitante e sequiosa de outra, impelia-a a ir com ele, ao seu lado, a dar-lhe beijos, abraços; mas, bem depressa, cortando-lhe o frêmito que lhe resolvia as entranhas, surgiam-lhe as recomendações de sua mãe. Então, atemorizada, esforçava-se por despregar-se, por fugir dele, que a prendia magneticamente. Não tinha forças e, amolentada, seguiu-o. Dobrou uma esquina e achou-se num beco. Entrou por uma casa escura, meio suja e, em pé,

petrificada, esperou uns instantes que o seu companheiro achasse a chave na algibeira, com a qual abriu a porta do quarto, onde os dois penetraram. Pelas paredes, algumas figuras eróticas despertaram-lhe logo ideias sinistras. Olhou desvairada em roda e na reles cama de ferro, que guarnecia o aposento, sentou-se chorando. Chorava de um choro nervoso, de quando em quando interrompido; quando assim, com os olhos abertos, a lacrimejar, olhava o adolescente em pé, que procurava sossegá-la.

— Que é isso, Clara? Deixa-te disso! Olha se ouvem e se vem a polícia.

O adolescente, temendo que a ocasião escapasse, ameigava a rapariga, ora terno, ora áspero, ia empregando o velho arsenal da sedução. Ajoelhou-se, jurou por Deus, sob sua palavra de honra, que se casaria, que não faria a infelicidade dela, e para que esperar mais um mês, um ano, dois, quando ela, agora, poderia felicitá-lo, provar o seu amor por ele. Já fatigada e amaciada com aquelas juras, que lhe saíam bem ao paladar, a mulata sentada na cama ficou sem ação. O rapazola, meio inclinado, beijou-a no rosto pela primeira vez, na segunda no pescoço, desabotoou-lhe o casaco, com um fraco protesto dela, beijou-lhe os seios. A rapariga parecia outra. Não arquejava, trepidava de volúpia, como uma caldeira de vapor. Os olhos cheios brilhavam, parecendo querer ver longínquas regiões, satisfações não vistas e muito desejadas. Entontecida de amor e de desejo, foi deixando, deixando. Quando os beijos deixaram de estalar no quartinho, já eram quase dez horas. Clara, mais leve, lepidamente tomou o bonde para o lar. A babá esperava-a e sua mãe angustiada também.

— Oh! mamãe! Foi o serão — adiantou-se. — Há muitas encomendas. Com as festas que deve haver, tem havido muito serviço. Foi por isso só.

— Amanhã haverá ainda?

— Creio que não. Se houver, eu não farei. Já disse lá que moro longe e que minha mãe é doente e sozinha.

Os encontros no beco se repetiram; agora menos demorados, mas mais gostosos. Clara, habituada e segura que nada se suspeitava, ia para lá contente e dele voltava transbordando de satisfação.

*

Clara, de temperamento ardente, apreciava aqueles encontros, mas o adolescente, satisfeito, e temendo as consequências judiciais, procurava fugir.

Certa vez, ela lá indo, em vez de encontrá-lo, encontrou um outro. Convidando-a a entrar, ela recusou e, ao sair, mal tinha dado alguns passos, deu com o Monteiro. Dissimulou, mas, por melhor que o fizesse, ela não pôde deixar de trair-se. Sua mãe ia aos poucos definhando, apatetara-se e dentro de seis meses definhou de tal forma, que...

*

O lugar dos encontros era ainda no tal beco e no mesmo quarto meio sujo, meio escuro, para onde, naquela tarde, o adolescente a levava. Com o gênio ordeiro de Clara, o aposento, entretanto, tinha ganhado mais limpeza, e uma arrumação mais cuidada disfarçava a exiguidade de seus móveis. A cama de ferro, calçada, tinha o colchão de capim coberto de lençóis limpos, alvos, e uma colcha de chita de ramagens cobria-a por dois terços. As figuras eróticas das paredes substituíra Clara por cromos de folhinhas, e, dispondo-os ingenuamente simétricos, o ar do quarto era de um aposento de moça pobre.

As suas relações duravam há oito dias, e, com ser ainda recentes as relações, o adolescente parecia à Clara um tanto aborrecido. Não mais carinhos, pedidos, coisas mínimas, que ela tanto estimava. De tarde, ao sair, ela dirigia-se rapidamente ao beco. Subia, já o encontrava, sentado, esperando-a. Mal chegada, antes mesmo de repousar os embrulhos, ela ia muito humilde, muito doce, amimá-lo. Os carinhos eram quase indiferentemente recebidos pelo rapaz, respondia a um beijo ou a uma carícia e, como fatigado, dizia mal-humorado:

— Deixa-te disso... Deixa-te disso...

Clara murmurava uma queixa, mas continha-a e ficava em pé com as mãos nos cadarços da saia, a olhá-lo, com os seus olhos redondos, humildes, parados, espantados. O adolescente, então, intervinha e com império mandava:

— Despe-te. Anda.

Satisfeito, ele se levantava rápido, aborrecido, respondendo monossilabicamente às perguntas da rapariga, obrigava-a a vestir-se de novo, fazia-a sair, e ela, logo que o imaginava longe, saía a se coser pelas paredes, envergonhada, vexada, apreensiva.

Dentro de dias, havia já nele um grande arrependimento, nascido do sentimento confuso do temor das leis, da sociedade, da honra, dos preconceitos. Aquelas carícias, aquela intimidade da rapariga não eram

próprias, não competiam a ele, era uma confiança. E como mesmo lhe fora tão forte o desejo dela que lhe chegara a prometer casamento? Ele e ela, casados... Oh! Oh! E continha a risada. A risada que queria explodir era contida pelo temor do código, do escândalo, da polícia. Mas daí não havia senão perigo passageiro.

Seu pai repreendê-lo-ia, amarraria a cara, evitaria o código, a polícia e, afinal, havia de achar coisa de somenos, pândega de rapaz. Entretanto, o que mais aborrecia-o eram as carícias dela. A demasiada doçura com que o tratava, os afagos de noiva, uma criada, quase. Convinha pôr um termo àquilo; já tinha o que queria, e se a coisa continuasse podia “pegar”, era o diabo!

Na última vez que estiveram juntos, no sábado; ele pedira à Clara que viesse segunda-feira cedo, almoçariam juntos no *chateau*, passariam o dia e a tarde, iriam ver as festas, mesmo porque, acrescentou ele no fim, tinha muita coisa a dizer-lhe, relativamente ao futuro de ambos.

Naquele dia, Clara, dizendo à sua mãe que ia com sua companheira assistir às festas da Libertação, saiu de casa por volta das nove horas e foi direito ao quartinho do beco. As ruas cheias eram atravessadas pelo bonde entre ululos, a multidão não satisfeita com as provas públicas de regozijo continuava a enchê-las, percorrendo-as animada, a parecer que, sem destino nem fim, teimava a andar pela via pública de baixo para cima. No quartinho, como de costume, a rapariga encontrou o adolescente e de contrário do habitual ele aparentava mais gentileza e se esforçava por ser prazenteiro. O almoço, que fora frugal e breve, veio pô-los em maior intimidade.

— Clara — disse o rapazola —, eu te queria dizer alguma coisa, mas espero que, com o que te vou dizer, não te ponhas aí a fazer um escarcéu, mesmo porque não há razão para isso...

— Que é?

— Vou te dizer, mas primeiro hás de me prometer que tu não farás nada, isto é, não te surpreenderás, nem te irás pôr a chorar e a dizer bobagens... Prometes?

— O que é?

— Promete, primeiro, senão...

— Prometo. Que é, então?

— Vê lá. Prometes? Juras?

— Juro. Juro. Diz lá.

— Bem. Como você sabe, eu estou estudando, vivo da pensão que meu pai me dá, tenho que lhe dar contas de mim e, nessa época de exames, eu fui

reprovado nos últimos que me faltavam para me matricular; sendo a segunda vez, meu pai zangou-se, repreendeu-me, aborreceu-se, mas acontece que agora, num dos estados do Norte, haverá exames para o mês que vem, uma segunda época, e meu pai, que é amigo do presidente da província e tem muitas relações lá, com os professores do liceu, vai me mandar lá completar os preparatórios. Mas o que é isso? Que cara! Deixa-te disso. Você me prometeu...

— Você volta?

— Volto. A coisa é segura, os exames lá são fáceis, mesmo com empenhos que levo nem que fossem difíceis, e, dentro de um mês e tanto, estou aqui e matricular-me-ei em medicina. Portanto, como você vê, é uma separação breve, eu voltarei e então tu já sabes.

A rapariga tinha ouvido o adolescente, contendo a máxima angústia. De quando em quando, ela queria dizer qualquer coisa, objetar que ela sentia a verdade, que ele não ia só prestar aqueles exames, mas separar-se dela, cortar as relações que ia mantendo, retirar-lhe a promessa e deixá-la por aí, desonrada, isolada, desgraçada, tanto mais que lhe era agora a coisa abominável, pois que já se suspeitava, e já, entre dentes, ela ouvia referência indiretas e aproximações.

O trabalho do empreiteiro não fora em vão e, se bem que ela não o visse nas proximidades do quarto, nem tampouco ele lhe houvesse dito qualquer coisa, ela sentia que ele sabia, tinha certeza que ela vinha ali naquele quarto reunir-se com um rapaz. E, ele sabendo, saberia seu padrinho, e ela perderia com isso a única proteção. Que ia ela ser, desonrada, sem ajuda de ninguém, desprotegida? E lhe passou, então, pelos olhos, a visão rápida, dramática, de um futuro doloroso. Seria assim como aquelas que, na janela, passam dia e noite, a chamar homens, a arrebatá-los pelo casaco, viveria assim de tamancos ao meio do pé, vestida com chitas ralas, a se ver a metade do corpo, a bebericar, até que um dia o ciúme de um ébrio, de um mau, com quem naquela vida ela estava arriscada a travar conhecimento, a matasse cosendo de facadas, no fundo horripilante de uma daquelas alcovas. Não pôde então impedir de chorar. Chorava, com um choro seco, em começo, e depois, como se o choro contido tivesse aberto todas as válvulas, ela chorou abundantemente e livremente. O adolescente, sentado, afagava-a, fazia-se terno, amimava-a, e ela, entre soluços, disse-lhe:

— Você volta? Você vai me deixar?

— Volto, Clara, volto, quem te disse...

— Você quer me deixar. Eu sei. Eu sei. Se você não me queria, por que então me namorou, me desviou? Ah, eu logo vi! Logo vi. Bem me dizia minha

mãe.

— Mas, Clara, ouve. Atende. Se eu te quisesse abandonar, viria te dizer? Eu não poderia ir-me embora, sem nada avisar, hein?

— É... É... Mas — fez Clara, abalada com a argumentação do rapazola —, mas — continuou —, mas não sei, eu penso que você não volta, que você vai me deixar.

— Mas que interesse tinha eu em te avisar? Para quê? Diz?

— Não sei. Não sei.

— Ouve, Clara, eu volto dentro em breve, e nós haveremos de ser felizes, vamos morar numa casinha, eu, você e tua mãe; eu me empregarei, enquanto tirar meu curso. Então...

Clara, pouco a pouco assegurada, acalmou-se; o choro não lhe vinha mais, e, quando de toda sossegada, o rapazola disse-lhe:

— Lava o rosto. Endireita as tuas roupas. São quase três horas e eu preciso sair.

Obedecendo, Clara pôs-se a concertar o vestuário e a tirar da fisionomia os vestígios da cena que vinha de ter. Servia-se pra isso dos poucos objetos de *toilette* que havia no *chateau* e procurava o pente, quando na porta severamente bateram.

— Que é?

— Não sei, Clara. Eu vou ver — disse ele, abrindo a porta e saindo.

— Foi um sujeito — disse ele, em breve, voltando — que, por engano, julgou que morava aqui um tal de Costa.

Clara olhou-o algo desconfiada, mas de tal forma a sua fisionomia era leal, que ela continuou placidamente a pentear o cabelo.

— Clara — disse o adolescente de repente —, você espera aí um pouco, que eu já volto, vou aqui à rua do Senado levar essa carta, que meu pai pediu-me que levasse e já volto.

Saindo o rapazola, Clara nem sequer lembrou-se de fechar a porta, pôs-se em frente ao espelho do lavatório de ferro a dar a última mão no penteado. Quando ela punha o último grampo, ela sentiu que lhe entravam no quarto, virou-se e deu com um rapaz na sua frente:

— Não se assuste, benzinho. Não se assuste.

Não respondendo, Clara foi olhando o rapaz. Era alto, membrado, de testa quadrada e curta de estúpido obstinado. De repente, como se virasse um pouco, ela viu que, pelo pescoço dele, atrás da orelha, lhe saía uma mancha vermelha, e lembrou-se logo que o havia visto. Onde? Quando? Ah, foi na

noite dos fogos, com o rapazola que ali a trouxera. E compreendeu, então, a armadilha que lhe fora armada, e nitidamente se lhe desenhava a sua situação.

— Benzinho, não se espante. Sou eu, que lhe quero muito bem.

O seu andar tortuoso, cambaleante, denunciava-lhe a embriaguez, e o seu olhar de crapuloso desferia chispas.

Clara não sabia o que dizer, calada, olhava o rapaz em frente e recuava até a janela. O rapazola ia chegando, aborrecido com aquela resistência, começava a se enfurecer, as suas palavras não eram as mesmas, melosas, de ainda então; um vocabulário de injúrias soezes saía de sua boca.

— Vá, sua negra. Deixe-se disso.

Clara, aproveitando uma ocasião em que tropeçara no lavatório, empurrou a velha enxerga de ferro para o meio da sala e, de uma das guardas, suplicava:

— Deixe-me, pelo amor de Deus. Deixe-me.

O latagão do outro lado armava o salto para um lado e outro, no fim de enganchá-la. Por fim, de um salto, agarrou-lhe pela toalha, que ela tinha ao redor do pescoço, que lhe ficou nas mãos. Enfurecido, ele corria da direita para a esquerda, atrás de Clara, saltava a cama, enganava-a, e sempre a rapariga, murmurando pedidos, escapava dos seus botes, com um seguro instinto de conservação. Por fim, já sentindo que as forças lhe iam faltar, Clara pôs-se a gritar por socorro; gritou uma, duas, três, seis vezes, ao fim das quais, violentamente empurrada, a porta do quarto se abriu, e algumas pessoas entraram e levaram os dois até o rondante e daí para a subdelegacia. O rapagão, a quem o exercício curara de algum modo a semiembriaguez com que entrara, tomara acordo de si e, à ordem de prisão recebida, quis resistir a princípio, depois disse que iria só, não com polícia, que era estudante, filho de boa família. Afinal, tendo obedecido, os dois foram à subdelegacia.

*

— Vossa Excelência compreende que a situação é delicadíssima. Eu, que o conhecia muito de nome, vendo que ele vinha à tona em semelhante coisa, parei, embaí um pouco e obtive que a coisa ficasse nisso mesmo. Entretanto, não foi tanto que os jornais não pudessem pegar, e agora, de manhã, ao lê-los, foi com surpresa que vi o nome da rapariga por extenso e o dos rapazes pelas iniciais, com o seu também desse modo, denunciando a filiação... Eu sou velho,

tenho perto de sessenta anos, e nos meus tempos de rapaz essas coisas não tinham nenhum valor, eram pândegas de rapazes, muito natural na sua idade, e mesmo com o seu filho a coisa talvez não tivesse nenhuma repercussão, se não fora esse estouvado amigo dele, que, semiébrio, e de um comportamento abaixo de qualquer estima, se não fosse, dizia, se não fosse ter consentido que ele se introduzisse no quarto e quisesse violentar a rapariga, mas...

— Senhor major, há provas contra meu filho?

— Muitas. O depoimento da vítima, da mulatinha — disse ele —, emendando logo a denúncia do valentão, seu amigo, que foi preso quase em flagrante, contou a coisa por miúdo, e o encarregado da casa de cômodos, que, depondo, afirmou que desde um mês ela, a vítima, digo a mulatinha, e um rapaz, com os sinais de seu filho, se reuniam ali, entretanto...

— E qual é a pena que o código crimina para “isso”?

— A não ser que o indiciado queira proceder casamento...

— Oh! isso absolutamente não — disse ele com um imperceptível “isso”.

— Não se compreende que a lei obrigue a se casar gentes de situações diferentes, de cores, de educação, só porque se encontraram...

— Vossa Excelência...

DIÁRIO DO HOSPÍCIO

O PAVILHÃO E A PINEL

Estou no hospício, ou melhor, em várias dependências dele, desde o dia 25 do mês passado. Estive no pavilhão de observações, que é a pior etapa de quem, como eu, entra para aqui pelas mãos da polícia.

Tiram-nos a roupa que trazemos e dão-nos uma outra, só capaz de cobrir a nudez, e nem chinelos ou tamancos nos dão. Da outra vez que lá estive me deram essa peça do vestuário que me é hoje indispensável. Desta vez, não. O enfermeiro antigo era humano e bom; o atual é um português (o outro o era) arrogante, com uma fisionomia bragantina e presumida. Deram-me uma caneca de mate e, logo em seguida, ainda dia claro, atiraram-me sobre um colchão de capim com uma manta pobre, muito conhecida de toda a nossa pobreza e miséria.

Não me incomodo muito com o hospício, mas o que me aborrece é essa intromissão da polícia na minha vida. De mim para mim, tenho certeza que não sou louco, mas devido ao álcool, misturado com toda a espécie de apreensões que as dificuldades de minha vida material há seis anos me assoberbam, de quando em quando dou sinais de loucura: deliro.

Além dessa primeira vez que estive no hospício, fui atingido por crise idêntica, em Ouro Fino, e levado para a Santa Casa de lá, em 1916; em 1917, recolheram-me ao Hospital Central do Exército, pela mesma razão; agora, volto ao hospício.

Estou seguro que não voltarei a ele pela terceira vez; senão, saio dele para o São João Batista, que é próximo. Estou incomodando muito os outros, inclusive os meus parentes. Não é justo que tal continue. Quanto aos meus amigos, nenhum apareceu, senão o senhor Carlos Ventura e o sobrinho.

Este senhor Carlos Ventura é um velho homem, tem uma venda na rua Piauí, em Todos os Santos, fornece para a nossa casa, e foi com auxílio dele que

me conseguiram laçar e trazer-me até ao hospício. Acompanharam-me o Alípio e o Jorge.

Passei a noite de 25 no pavilhão, dormindo muito bem, pois a de 24 tinha passado em claro, errando pelos subúrbios, em pleno delírio.

Amanheci, tomei café e pão e fui à presença de um médico, que me disseram chamar-se Adauto. Tratou-me ele com indiferença, fez-me perguntas e deu a entender que, por ele, me punha na rua.

Voltei para o pátio. Que coisa, meu Deus! Estava ali que nem um peru, no meio de muitos outros, pastoreado por um bom português, que tinha um ar rude, mas doce e compassivo, de camponês transmontano. Ele já me conhecia da outra vez. Chamava-me você e me deu cigarros. Da outra vez, fui para a casa-forte e ele me fez baldear a varanda, lavar o banheiro, onde me deu um excelente banho de ducha de chicote. Todos nós estávamos nus, as portas abertas, e eu tive muito pudor. Eu me lembrei do banho de vapor de Dostoiévski, na *Casa dos mortos*. Quando baldeei, chorei; mas lembrei de Cervantes, do próprio Dostoiévski, que pior deviam ter sofrido em Argel e na Sibéria.

Ah! A literatura ou me mata ou me dá o que eu peço dela.

Desta vez, não me fizeram baldear a varanda, nem outro serviço. Já tinha pago o tributo... Fui para o pátio, após o doutor Adauto; mas, bem depressa, fui chamado à varanda de novo. Sentei-me ao lado de um preto moço, tipo completo do espécimen mais humilde da nossa sociedade. Vestia umas calças que me ficavam pelas canelas, uma camisa cujas mangas me ficavam por dois terços do antebraço e calçava uns chinelos muito sujos, que tinha descoberto no porão da varanda.

Tinha que ser examinado pelo Henrique Roxo. Há quatro anos, nós nos conhecemos. É bem curioso esse Roxo. Ele me parece inteligente, estudioso, honesto; mas não sei por que não simpatizo com ele. Ele me parece desses médicos brasileiros imbuídos de um ar de certeza de sua arte, desdenhando inteiramente toda a outra atividade intelectual que não a sua e pouco capaz de examinar o fato por si. Acho-o muito livresco e pouco interessado em descobrir, em levantar um pouco o véu do mistério — que mistério! — que há na especialidade que professa. Lê os livros da Europa, dos Estados Unidos, talvez; mas não lê a natureza. Não tenho por ele antipatia; mas nada me atrai a ele.

Perguntou-me por meu pai e eu lhe dei informações. Depois, disse-lhe que tinha sido posto ali por meu irmão, que tinha fé na onipotência da ciência

e na credence do hospício. Creio que ele não gostou.

Acompanhava-o uma espécie de interno, que tinha uma cara bovina, apesar do *pince-nez*. Tanto lá como aqui, no hospício, os internos evitam conversar com os doentes: *morgue* ou regulamento? No tempo de meu pai não era assim e, desde que eles descobrissem um doente em nossa casa, se aproximavam e conversavam.

Decididamente, a mocidade acadêmica, de que fiz parte, cada vez mais fica mais presunçosa e oca.

Julguei, apesar de tudo, que o Roxo me mandasse embora, tanto assim que, após o almoço-jantar, quando o tal bragança enfermeiro me chamou, pensei que fosse para ir-me embora. Não foi.

Lembro-me agora de um fato; o guarda-civil, que me esperou na porta do hospício, pois não veio comigo nenhum polícia, dirigindo-se a ele, tratou-o mais de uma vez de doutor; ele, porém, nunca protestou.

Chamou-me o bragantino e levou-me pelos corredores e pátios até ao hospício propriamente. Aí é que percebi que ficava e onde, na seção, na de indigentes, aquela em que a imagem do que a Desgraça pode sobre a vida dos homens é mais formidável.

O mobiliário, o vestuário das camas, as camas, tudo é de uma pobreza sem-par. Sem fazer monopólio, os loucos são da proveniência mais diversa, originando-se em geral das camadas mais pobres da nossa gente pobre. São de imigrantes italianos, portugueses e outros mais exóticos, são os negros roceiros, que teimam em dormir pelos desvãos das janelas sobre uma esteira esmolambada e uma manta sórdida; são copeiros, cocheiros, moços de cavalaria, trabalhadores braçais. No meio disto, muitos com educação, mas que a falta de recursos e proteção atira naquela geena social.

Vi lá o D... L..., um poeta alegre, companheiro do Tapajós, que conheci assim, assim e depois montou um colégio em Vila Isabel. Parece-me que ele prosperou, mas, vindo a equiparação e não tendo ele recursos para equipará-lo ao ginásio (depósito de cinquenta contos e quota de fiscalização), foi perdendo a frequência, ele se desgostou, endividou-se e enlouqueceu. Cumprimentou-me, mas não quis falar comigo.

Esperei o médico. Era um doutor Airosa, creio eu ser esse o nome, interrogou-me, respondi-lhe com toda a verdade, e ele não me pareceu mau rapaz, mas sorriu enigmaticamente, ou, como dizendo: “você fica mesmo aí” ou querendo exprimir que os meus méritos literários nada valiam, naturalmente à vista das burrices do Aluísio. Fosse uma coisa, fosse outra,

fossem ambas conjuntamente, não me agastei. Ele era muito moço; na sua idade, no caso dele, eu talvez pensasse da mesma forma.

O enfermeiro-mor ou inspetor era o Santana. Um mulato forte, simpático, olhos firmes, um pouco desconfiados, rosto oval, que foi muito bom para mim. Ele fora empregado na Ilha, quando meu pai lá era almoxarife ou administrador, e se lembrava dele com amizade.

Deu-me uma cama, numa seção mais razoável, arranhou que eu comesse com os pensionistas de quarta classe e, no dia seguinte, fez-me dormir num quarto, com um estudante de medicina, Queirós, que um ataque tornara hemiplégico e meio aluado.

Tratou-me bem esse moço, conquanto não deixasse de ter, como eu já tive, essa presunção infantil do nosso estudante, que se julga, só por sê-lo, diferente dos outros. Dei-lhe a entender que já o havia sido; ele pareceu não acreditar.

Dormi a noite de 26 no dormitório geral e a de 27 no quarto do estudante. Vinte e oito foi domingo, recebi visitas do meu irmão e do senhor Ventura, ambos me trouxeram cigarros, e o senhor Ventura, passas e figos. Ainda desta vez, dormi no quarto, com o estudante.

Na Seção Pinel, que é a de que estou falando, reatei conhecimento com um rapaz português, que me conheceu quando era estudante e comia na pensão do Ferraz, isto deve ter sido há vinte anos ou mais. Durante os dias em que lá estive, ele, o José Pinto, me foi de um préstimo inesquecível. Relembrava ao porteiro a ordem que eu tinha do Santana de ir tomar refeições no refeitório especial, arranjava-me jornais (Santana também), cigarros (contarei essa tragédia manicomial em separado) e, na tarde de domingo, levou-me a passear pela chácara do hospício. É muito grande e, apesar de estiolada e maltratada, a sua arborização devia ter sido maravilhosa. Os ricos de hoje não gostam de árvores...

O hospício é bem construído e, pelo tempo em que o edificaram, com bem acentuados cuidados higiênicos. As salas são claras, os quartos amplos, de acordo com a sua capacidade e destino, tudo bem arejado, com o ar azul dessa linda enseada de Botafogo que nos consola na sua imarcescível beleza, quando a olhamos levemente enrugada pelo terral, através das grades do manicômio, quando amanhecemos lembrando que não sabemos sonhar mais... Lá entra por ela adentro uma falua, com velas enfunadas e sem violentar; e na rua embaixo passam moças em traje de banho, com as suas bacias a desenharem-se nítidas no calção, até agora inúteis.

Na segunda-feira, antes que meu irmão viesse, fui à presença do doutor Juliano Moreira. Tratou-me com grande ternura, paternalmente, não me admoestou, fez-me sentar a seu lado e perguntou-me onde queria ficar. Disse-lhe que na Seção Calmeil. Deu ordens ao Santana e, em breve, lá estava eu.

Paro aqui, pois me canso; mas não posso deixar de consignar a singular mania que têm os doidos, principalmente os de baixa extração, de andarem nus. Na Pinel, dez por cento assim viviam, num pátio que era uma *bolgia* do inferno. Por que será?

II

NA CALMEIL

OS PRIMEIROS DIAS (DE 29-12-19 A 4-1-20)

Eu entrei na Seção Calmeil, seção dos pensionistas, na segunda-feira, 28 de dezembro. O inspetor da seção é um velho português de perto de sessenta anos, que me conhece desde os nove. Ele foi em 90, com meu pai, nomeado escriturário das colônias da Ilha do Governador, exerceu as funções de enfermeiro-mor da Colônia Conde de Mesquita. As suas funções eram árduas, porquanto, ficando ela a dois quilômetros e meio da sede da administração, ele arcava com toda a responsabilidade de governar uma centena de loucos, numa colônia aberta para um grande campo, cheio de vetustas mangueiras, a que o raio e o tempo tinham desmanchado os maravilhosos quadriláteros, um dentro do outro, formando uma alameda quadrangular, que devia ser soberba quando intacta, aí pelos tempos de dom João VI, que a conheceu, pois o edifício principal dela tinha sido uma das muitas casas de recreio que o bom e gordo rei tinha pelos arredores do Rio.

Ainda vi um curral de pedra, que mais parecia uma fortaleza, e um enorme pombal, alicerçado em pedra, mas construído de tijolos enormes e bem queimados, com as casuchas e pouso de entrada dos pombos feitos de um ladrilho grande, quase quadrangular, que certamente eram, ladrilhos e tijolos, de origem portuguesa.

Na Ilha não havia pedra, a não ser granito em franca decomposição, esfoliando, de modo que curral e pombal foram pedreiras que forneceram material para reparos e acréscimos nos edifícios das duas colônias.

Dias, desde esse tempo, e parece que já mesmo antes, nunca largou esse ofício de pajear malucos. Não é dos mais agradáveis e é preciso, além de

paciência e resignação para aturá-los, uma abdicação de tudo aquilo que faz o encanto da vida de todo o homem. É ele, por assim dizer, obrigado a viver no manicômio, só podendo ir ter com a família, ou o que com isso se parece, a longos intervalos, demorando-se pouco no lar. Ouvir durante o dia e a noite toda a sorte de disparates, receber as reclamações mais desarrazoadas e infantis, adivinhar as manhas, os seus truques e dissimulações — tudo isto e mais o que se pode facilmente adivinhar, transforma a vida desses guardas, enfermeiros, num verdadeiro sacerdócio.

Estive mais de uma vez no hospício, passei por diversas seções e eu posso dizer que me admirei que homens rústicos, os portugueses, mal saídos da gleba do Minho, os brasileiros, da mais humilde extração urbana, pudessem ter tanta resignação, tanta delicadeza relativa, para suportar os loucos e as suas manias. Nem todos são insuportáveis; na maioria, são obedientes e dóceis; mas os poucos rebeldes e aqueles que se enfurecem, de quando em quando, são por vezes de fazer um homem perder a cabeça. Tratarei deles mais minuciosamente. Pois o meu Dias, apesar dos gritos, dos gestos de mando, é um homem talhado para pastorear doidos, tanto ele como Santana, cuja seção é mais trabalhosa, mas que eu deixei, não porque ele não me tratasse bem, o que ele me fez espontaneamente, mas para ter às ordens a biblioteca da Seção Calmeil, que eu descreverei devagar.

Outra coisa que me fez arrepiar de medo na Seção Pinel foi o alienista. Se entre nós, no Rio, houvesse uma universidade, eu poderia dizer que ele havia sido meu colega, porquanto, quando ele frequentava a Escola de Medicina, eu passeava pelos corredores da Escola Politécnica.

Nunca travamos relações, mas nós nos conhecíamos. Ele, porém, não se deu a conhecer e eu, no estado de humilhação em que estava, não devia ser o primeiro a me dar a conhecer.

Não lhe tenho nenhuma antipatia, mas julgo-o mais nevrosado e avoadado do que eu. É capaz de ler qualquer novidade de cirurgia aplicada à psiquiatria em uma revista norueguesa e aplicar, sem nenhuma reflexão preliminar, num doente qualquer. É muito amante de novidades, do *vient de paraître*, das últimas criações científicas ou que outro nome tenham.

Dei-me muito com o irmão, cuja morte muito lamento; mas não posso deixar de dizer essa minha inocente opinião que, talvez, possa parecer maldosa. Garanto que não é.

Logo ao entrar na seção, no meado do dia da segunda-feira, notei que a biblioteca tinha mudado de lugar. Mudei a roupa, pois meu irmão me apareceu

com outra de casa. Esperei o Dias, que me marcasse o dormitório, e sentei-me na biblioteca e estava completamente desfalcada! Não havia mais o Vapereau, *Dicionário das literaturas*; dois romances de Dostoiévski, creio que *Les Possédés*, *Les Humilliés et offensés*; um livro de Mello Moraes, *Festas e tradições populares do Brasil*. O estudo sobre Colbert estava desfalcado do primeiro volume; a *História de Portugal*, de Rebelo da Silva, também, e assim por diante. Havia, porém, em duplicado, a famosa *Biblioteca Internacional de Obras Célebres*.

Olhei as fisionomias e, tanto aqui como na outra seção, eu me surpreendi de encontrar tantas fisionomias vagamente conhecidas. Umas me pareciam de antigos colegas de colégio, de escola superior, de repartição, do Exército, de cafés, de festas; mas não me animava a falar-lhes, pois me olhavam com ar estúpido e parado, que eu detinha o primeiro impulso de perguntar a cada um:

— O senhor não me conhece?

O engraçado é que aqueles que eu não conhecia prontamente é que vinham a mim falar-me; e não veio um só, vieram muitos, e todos me trataram com afeto e respeito, conquanto me caceteassem, lendo o que eu escrevia ou lia, querendo o meu jornal, pedindo-me cigarros, não me deixando de todo sossegar e aproveitar esse descanso que o álcool e as apreensões da minha atribulada vida me dão.

No dia seguinte à minha entrada na seção e no outro imediato, fui à presença do médico. É um rapaz do meu tempo e deve ter a minha idade; conheci-o estudante; ele, porém, não me conheceu por esse tempo.

Nos nossos jornalecos troçamo-lo muito. Eu, porém, não me lembro de qualquer pilhéria a seu respeito feita por mim. Ele me tratou muito bem, auscultou-me, disse-lhe tudo o que sabia das consequências do meu alcoolismo e eu saí do exame muito satisfeito por ter visto no moço uma boa criatura, que não guardava rancor das troças que ele bem podia atribuir a mim.

Era uma alma boa, em quem o dandismo era mais uma aquisição que uma manifestação de superficialidade de alma e inteligência.

Não me achou muito arruinado e, muito polidamente, deu-me conselhos, para reagir contra o meu vício. Oh! meu Deus! Como eu tenho feito o possível para extirpá-lo e, parecendo-me que todas as dificuldades de dinheiro que sofro são devidas a ele, e por sofrê-las é que vou à bebida. Parece uma contradição; é, porém, o que se passa em mim. Eu queria um grande choque moral, pois físico já os tenho sofrido, semimorais, como toda a espécie de humilhações também. Se foi o choque moral da loucura progressiva de meu pai, do sentimento de não poder ter a liberdade de realizar o ideal que tinha na vida, que me levou a

ela, só um outro bem forte, mas agradável, que abrisse outras perspectivas na vida, talvez me tirasse dessa imunda bebida que, além de me fazer porco, me faz burro.

Não quero morrer, não; quero outra vida.

Não lhe disse isto ao doutor H., mas lhe quis dizer. Tenho que falar dos doentes em cuja companhia estou, dos guardas, dos enfermeiros, mas preciso tratar com mais detalhe e já me cansa o escrever estas notas.

Cá estou na Seção Calmeil há oito dias. Raro é o seu hóspede com quem se pode travar uma palestra sem jogar o disparate. Ressinto-me muito disto, pois gosto de conversar e pilheriar; e sei conversar com toda a gente, mas, com esses que deliram, outros a quem a moléstia faz tatibitate, outros que se fizeram mudos e não há nada que os faça falar, outros que interpretam as nossas palavras de um modo inesperado e hostil, o melhor é calar-se, pouco dizer, mergulhar na leitura, no cigarro, que é a paixão, a mania de todos nós, internados, e o possuí-los em abundância é um perigo que se corre e só pode ser evitado pela astúcia ou pela energia.

Falarei disso com mais vagar.

Estou entre mais de uma centena de homens, entre os quais passo como um ser estranho. Não será bem isso, pois vejo bem que são meus semelhantes. Eu passo e perpasso por eles como um ser vivente entre sombras — mas que sombras, que espíritos?! As que cercavam Dante tinham em comum o estoque de ideias indispensável para compreendê-lo; estas não têm mais um para me compreender, parecendo que têm um outro diferente, se tiverem algum.

III

A MINHA BEBEDEIRA E A MINHA LOUCURA

Ao pegar agora no lápis para explicar bem estas notas que vou escrevendo no hospício, cercado de delirantes cujos delírios mal compreendo, nessa incoerência verbal de manicômio, em que um diz isto, outro diz aquilo, e que, parecendo conversar, as ideias e o sentido das frases de cada um dos interlocutores vão cada qual para o seu lado, eu me lembro muito bem que um amigo de minha família, médico ele mesmo de loucos, me deu, logo ao adoecer meu pai, o livro de Maudsley *O crime e a loucura*. A obra me impressionou muito e de há muito premedito repetir-lhe a leitura. Saído dela, escrevi um decálogo para o governo da minha vida; entre os seus artigos havia

o mandamento de não beber alcoólicos, coisa aconselhada por Maudsley, para evitar a loucura. Nunca o cumpri e fiz mal. Muitas causas influíram para que viesse a beber; mas, de todas elas, foi um sentimento ou pressentimento, um medo, sem razão nem explicação, de uma catástrofe doméstica sempre presente. Adivinhava a morte de meu pai e eu sem dinheiro para enterrá-lo; previa moléstias com tratamento caro e eu sem recursos; amedrontava-me com uma demissão e eu sem fortes conhecimentos que me arranjassem colocação condigna com a minha instrução; e eu me aborrecia e procurava distrair-me, ficar na cidade, avançar pela noite adentro; e assim conheci o chope, o *whisky*, as noitadas, amanhecendo na casa deste ou daquele.

A minha casa me aborrecia, tão triste era ela! Meu pai delirava, queixava-se, resmungava, com tal ar que me parecia [...]. Eu me agastava, tanto mais que ele não tinha razão alguma. A não ser na Ilha do Governador, plena roça, por aquelas épocas, cujas vantagens de moradia são fáceis de adivinhar, eu não me lembrava de ter morado em melhor casa e ter comido melhor; mas ele resmungava.

De resto, tinha horror à vizinhança e, por isto e pelo que disse mais acima, procurei sempre entrar em casa ao anoitecer, quando todos estavam recolhidos. Era rematada tolice, porquanto eu saía para a repartição dia claro e à vista de todos. Coisas de maluco...

No começo, havia dinheiro na bolsa de todos e o parati entrava como mera extravagância. O forte era cerveja; mas, bem depressa, com a fuga inexplicável do dinheiro das nossas algibeiras, a cachaça ficou sendo o nosso forte; e eu a bebia desbragadamente, a ponto de estar completamente bêbedo às nove ou dez horas da noite.

O aparecimento do meu primeiro livro não me deu grande satisfação. Esperava que o atacassem, que me descompusessem, e eu, por isso, tendo o dever de revidar, cobraria novas forças; mas tal não se deu; calaram-se uns e os que dele trataram o elogiaram. É inútil dizer que nada pedi.

A minha dor ou as minhas dores aumentavam ainda; e, cheio de dívidas, sem saber como pagá-las, o J.M. aconselhou-me que escrevesse um livro e o levasse para ser publicado no *Jornal do Commercio*.

Assim o fiz. Pus-me em casa dois meses e escrevi o livro. Saiu na edição da tarde e ninguém o leu, e só veio a fazer sucesso, para mim inesperado, quando o publiquei em livro. Desalentado e desanimado, sentindo que eu não podia dar nenhuma satisfação àqueles que me instruíram tão generosamente, nem mesmo formando-me, não tendo nenhuma ambição política, administrativa,

via escapar-se por falta de habilidade, de macieza, a única coisa que me alentava na vida — o amor das letras, da glória, do nome, por ele só.

Eu me senti capaz de fazer, mas de antemão sabia que não encontraria em parte alguma quem me imprimisse e tinha a íntima certeza de que não encontraria dinheiro com que me fosse possível editar o meu trabalho, especialmente o *Gonzaga de Sá*.

Bebi cada vez mais, e, dentre muitas aventuras, algumas humilhantes, e não foram as mais o parar duas ou três vezes nas delegacias de polícia, aconteceu-me uma que se cerca de um mistério que até hoje não pude desvendar. Conto. Uma noite, às últimas horas, muito bêbedo, pedi a V. que me levasse ao bonde, que passava na rua Sete de Setembro. Esperei no poste, em frente ao canil, o veículo e, de repente, focinhei no chão. V., que já morreu e era muito mais forte do que eu, levantou-me, equilibrou-me e pôs-me de pé. De repente, veio uma rapariga preta, surgida não sei de onde, que perguntou a V. (foi ele que me contou):

— A patroa manda perguntar o que tem o doutor L.

V. respondeu:

— O doutor L. está um pouco incomodado, devido a ter se excedido um pouco. Não é nada.

A rapariga foi-se e logo após voltou:

— A patroa manda este remédio para o senhor fazer que o doutor L. cheire. Ela manda também que o senhor acompanhe o doutor L. até em casa, com todo o cuidado.

Era um vidro de amônia que, ainda vazio, guardo em casa. Quem foi essa boa alma? Quem é essa “patroa”? Não sei e creio que não saberei nunca. Ficam aqui, porém, os meus ternos agradecimentos. As minhas dores e as minhas dificuldades também.

Não me preocupava com o meu corpo. Deixava crescer o cabelo, a barba, não me banhava a miúdo. Todo o dinheiro que apanhava bebia. Delirava de desespero e desesperança; eu não obteria nada.

Outras muitas me aconteceram, mas são banais a todos os bebedores. Dormi em capinzais, fiquei sem chapéu, roubaram-me mais de uma vez quantias vultosas. Um dia, furtaram-me cerca de quinhentos mil-réis e eu amanheci sentado a uma soleira, na Praça da Bandeira, com mil-réis no bolso, que, creio, me deixaram por comiseração os que me roubaram.

Tenho vergonha de contar algumas dessas aventuras, em que felizmente ainda me deixaram com roupa. Elas seriam pitorescas, mas não influiriam para

o que tenho em vista.

Resvalava para a embriaguez inveterada, faltava à repartição semanas e meses. Se não ia ao centro da cidade, bebia pelos arredores de minha casa, desbragadamente. Embriagava-me antes do almoço, depois do almoço, até ao jantar, depois deste até à hora de dormir.

Eu sou dado ao maravilhoso, ao fantástico, ao hipersensível; nunca, por mais que quisesse, pude ter uma concepção mecânica, rígida do Universo e de nós mesmos. No último, no fim do homem e do mundo, há mistério e eu creio nele. Todas as prosápias sabichonas, todas as sentenças formais dos materialistas, e mesmo dos que não são, sobre as certezas da ciência, me fazem sorrir e, creio que este meu sorriso não é falso, nem precipitado, ele me vem de longas meditações e de alanceantes dúvidas.

Cheio de mistério e cercado de mistério, talvez as alucinações que tive, as pessoas conspícuas e sem tara possam atribuí-las à herança, ao álcool, a outro qualquer fator ao alcance da mão. Prefiro ir mais longe...

Certo dia, a minha alucinação foi tão forte, que resolveram levar-me para a casa de um parente, para ver se melhorava; foi pior. Mandaram-me para o hospício. No mesmo dia que lá cheguei, no pavilhão, nada sofri. Assim não foi no Hospital Central, nem na Santa Casa, de Ouro Fino, onde as visões continuaram, no hospital por mais de 24 horas, e em Ouro Fino, unicamente na noite da entrada.

Agora, que creio ser a última ou a penúltima, porque daqui não sairei vivo, se entrar outra vez, penetrei no pavilhão calmo, tranquilo, sem nenhum sintoma de loucura, embora toda a noite tivesse andado pelos subúrbios sem dinheiro, a procurar uma delegacia, a fim de queixar-me ao delegado das coisas mais fantásticas dessa vida, vendo as coisas mais fantásticas que se possa imaginar.

No começo, eu gritava, gesticulava, insultava, descompunha; dessa forma, vi-as familiarmente, como a coisa mais natural deste mundo. Só a minha agitação, uma frase ou outra desconexa, um gesto sem explicação denunciavam que eu não estava na minha razão.

O que há em mim, meu Deus? Loucura? Quem sabe lá?

IV ALGUNS DOENTES

Que dizer da loucura? Mergulhado no meio de quase duas dezenas de loucos, não se tem absolutamente uma impressão geral dela. Há, como em todas as manifestações da natureza, indivíduos, casos individuais, mas não há ou não se percebe entre eles uma relação de parentesco muito forte. Não há espécies, não há raças de loucos; há loucos só.

Há os que deliram; há os que se concentram num mutismo absoluto. Há também os que a moléstia mental faz perder a fala ou quase isso. Quando menino, muito vi loucos e, quando estudante, muito conversei com os outros que essas coisas de sandice estudavam sobre eles, mas, pela observação direta e pelo que li e ouvi dos entendidos, percebi bem a perplexidade deles em face de tão angustioso problema da nossa natureza.

Há uma nomenclatura, uma terminologia, segundo este, segundo aquele; há descrições pacientes de tais casos, revelando pacientes observações, mas uma explicação da loucura não há. Procuram os antecedentes do indivíduo, mas nós temos milhões deles e, se nos fosse possível conhecê-los todos, ou melhor, ter memória dos seus vícios e hábitos, é bem certo que, nessa população que cada um de nós resume, havia de haver loucos, viciosos, degenerados de toda a sorte.

De resto, quase nunca os filhos dos loucos são gerados quando eles são loucos; os filhos de alcoólicos, da mesma forma, não o são quando seus pais chegam ao estado agudo do vício e, pelo tempo da geração, bebem como todo o mundo.

Todas essas explicações da origem da loucura me parecem absolutamente pueris. Todo o problema de origem é sempre insolúvel; mas não queria já que determinassem a origem, ou explicação; mas que tratassem e curassem as mais simples formas. Até hoje, tudo tem sido em vão, tudo tem sido experimentado; e os doutores mundanos ainda gritam nas salas diante das moças embasbacadas, mostrando os colos e os brilhantes, que a ciência tudo pode.

Se a estátua de Ísis lá estivesse, havia de cerrar mais o véu impenetrável que cobre o seu rosto. Essa questão do álcool, que me atinge, pois bebi muito e, como toda a gente, tenho que atribuir as minhas crises de loucura a ele, embora sabendo bem que ele não é o fator principal, acode-me refletir por que razão os médicos não encontram no amor, desde o mais baixo, mais carnal, até a sua forma mais elevada, desdobrando-se num verdadeiro misticismo, numa divinização do objeto amado; por que — pergunto eu — não é fator de loucura também?

Por que a riqueza, base da nossa atividade, coisa que, desde menino, nos dizem ser o objeto da vida, da nossa atividade na terra, não é também a causa

da loucura?

Por que as posições, os títulos, coisas também que o ensino quase tem por meritório obter, não é causa de loucura?

Há um doente aqui, F.P., em que eu vejo misturados o amor e a presunção de inteligência e de saber. É o mais bulhento e rixento da casa. Desde as cinco horas da manhã até às sete ou oito da noite, ri, vive a gritar, a berrar, proferindo as mais sórdidas pornografias. Compra barulho com doentes e guardas, descompõe-nos, como já disse; mas, dentro em pouco, está ele abraçado com aqueles mesmos com que brigou há horas, há dias.

Há muita coisa de infantil nas suas atitudes, nas suas manias de amor, na estultice de se julgar com grande talento e saber, de provir de uma raça nobre ou parecida. Diz-se descendente de um revolucionário pernambucano, em sexta geração, e que foi fuzilado.

Vi-lhe a letra e uma carta que escreveu a uma pessoa da família. A letra é positivamente de tolo, graúda e redonda. Tem sempre na boca a palavra formidável: meu talento é formidável; tenho uma força formidável; o poder de Deus é formidável; H. é um general formidável. A sua prosápia de educação, de homem fino e de sala, não impede que, por dá cá aquela palha, empregue os termos mais chulos e porcos. Uma hora diz do médico, do chefe da seção, dos companheiros e amigos os maiores elogios; daqui a pouco, está a descompô-los com os seus termos habituais.

Fila os jornais do médico, mas só para tê-los embaixo do braço, pois não os lê e nota-se mesmo em todos os seus atos, gestos e palavras uma falta de seriação, uma instabilidade mental, mais fácil de perceber, quando se lhe expõe qualquer coisa, do que quando ele pretende narrar um fato ou contar uma anedota. O orgulho dele, além do pai, que é totalmente desconhecido, está nos irmãos, formados nisso e naquilo; entretanto, não o pai, mas estes últimos, não escapam da sua língua nas horas de fúria. Tem a acompanhá-lo um guarda particular, que faz pena vê-lo sofrer com ele. A toda a hora e a todo instante, além de outros insultos, está a pôr-lhe na cara que ele ganha sessenta mil-réis para servi-lo.

O velho quer despedir-se, mas, ao que parece, ele precisa muito dessa miséria de ordenado. Não é lá muito velho, mas sofre já de decrepitude. Foi guarda-civil, guarda do hospício e, nesse seu último quartel da vida, para ter com o que viver, tem de aturar o mais insuportável louco que eu tenho conhecido na minha longa convivência com loucos. Mania de grandeza, delírio de saber, de família, de valentia e coragem, uma agitação que não o faz dormir,

nem deixa o seu guarda dormir, tudo nela concorre para fazê-lo, nesta sombria cidade de lunáticos, uma espécie à parte, e supliciar os que são encarregados de sua vigilância.

Não me gabo, mas, com ele e muitos outros, tem-se dado um fato muito interessante: eu lhes inspiro simpatia. Quando estive na enfermaria preliminar, ao amanhecer do dia seguinte, mandei comprar um jornal e pus-me a ler no pátio. Um doente recomendado, que lá havia — um velho nortista, moreno carregado, feições regulares, a não ser os malarres salientes —, sentou-se ao meu lado e quis ler de sociedade comigo o jornal. Disse-lhe que não era conveniente lermos juntos; que ele esperasse, eu lhe daria o jornal. Ouvindo isto, ele levantou-se amuado e amuado me disse:

— Mesmo mostra que você é maluco.

Ele foi transferido para o hospício e, quando deu comigo, disse-me que tivera notícias que eu era do jornal, e procurara-me para conversar; mas que eu já me tinha vindo embora. Tratou-me com uma distinção extraordinária, fez-se meu amigo, pediu-me obséquios, deu-me conselhos e prometeu-me este mundo e outro.

É um louco clássico, com delírio de perseguição e grandeza. É um homem inteligente, mas com cultura elementar, e o seu delírio, desde que não se o interrogue pela base, parece à primeira vista a mais pura verdade. No começo, ele me enganou; e julguei certo tudo o que dizia, mas, por fim, ele me revelou toda a sua psicose. Por me parecer interessante, eu vou reproduzir as histórias que ele me contou, procurando não quebrar a lógica mórbida com a qual as articulava. Ele é de Sergipe e chama-se V. de O.

Quando encontrei V. de O., no corredor do hospício, e ele me falou de forma diferente de todos os outros, como se conhecesse de fato, houvesse lido alguma coisa minha, enumerou-me os seus títulos e trabalhos, dizendo-me até que trabalhara em um jornal de Minas com o senhor Augusto de Lima, a minha satisfação foi grande. Demais, recitou-me versos dele e, conquanto eles nada valessem, esperei encontrar nele um sujeito lido que, por isso ou aquilo tenha caído ali, eu podia conversar, por ser da minha raça mental.

Nesta seção, como na outra em que estive, não faltam sujeitos que tenham recebido certa instrução; há até os formados. Eu não tenho nenhuma espécie de superstição pelos nossos títulos escolares ou universitários; eles dão algumas vezes algum saber profissional, muito restrito e ronceiro, e nunca uma verdadeira cultura; mas, em todo o caso, a convivência nas escolas com rapazes de inteligência mais aguda, mais curiosos de saber e conhecer a atividade

mental indígena ou estrangeira, dá a alguns uma tintura das altas coisas que, nesta minha solidão intelectual, num meio delirante, seria um achado encontrar um.

Coisa curiosa, entretanto, os formados nisto ou naquilo, que me apontam aqui, quase todos eles são possuídos de uma mania depressiva que lhes tira não só a ênfase doutoral, como também se votam, em geral, a um silêncio perpétuo. Mostraram-me vários, e todos eles eram de um mutismo absoluto. Contudo, um deles, bacharel, o mais mudo de todos, na sua insânia, não se esquecera do anel simbólico e, com um pedaço de arame e uma rodela não sei de quê, improvisara um, que ele punha à vista de todos, como se fosse de esmeralda.

Havia um outro, que diziam ser engenheiro; este guardava uma certa presunção do “anelado” brasileiro. Sentava-se perto de mim e sempre atirava com maus modos o seu prato servido para cima do meu. Andava sempre com um ponche, parecia ser isso um hábito de viajante. O seu orgulho não parecia vir do título, mas de um sentimento desmedido da sua aptidão para endireitar a pátria. Soltava frases soltas como esta:

— Que podem estes broncos de empregados conhecer das necessidades do Brasil?

Ou senão:

— O presidente deve vir aqui para conferenciar comigo.

Às vezes, na janela, através da grade, gritava para os bondes, a passar:

— Digam ao doutor E. (o presidente) que não aceite alianças, que só podem perder o Brasil.

Os outros formados nada diziam, ou balbuciavam coisas ininteligíveis.

Vendo aquele homem, que se dizia ter sido estudante do quarto ano de medicina, engenheiro agrônomo, agrimensor, jornalista e fazia versos, é de imaginar que prazer não foi o meu em encontrá-lo e como eu me esqueci da pequena mágoa, que seu mau humor me causou no pavilhão. Mas estava escrito que eu não poderia, no meio de cento e tantos insanos, encontrar um com quem trocasse uma palavra.

Os leitores hão de dizer que não era possível encontrar isso numa casa de loucos. É um engano; há muitas formas de loucura e algumas permitem aos doentes momentos de verdadeira e completa lucidez.

No salão, há um bilhar, e eu admirava que um rapaz, O., que passava o dia inteiro a cantarolar pornografias, em que misturava reminiscências de família, jogasse com consciência bilhar com um outro, que era dos médicos

surdos a que me referi. Tinham ambos “conta”, conheciam os efeitos, e naquele momento o delírio ou a loucura cessava.

Dá-se o mesmo com a instrução, a educação. A loucura dá intervalos. Eu vi um rapazote, de vinte e poucos anos, explicar aritmética a um outro, divisibilidade, e pelo que me lembro estava certo tudo o que ele expunha. Não me quis aproximar, para não parecer importuno, mas pelo que ouvi ao longe nada tenho a atribuir como erro. Entretanto, ele vivia delirando.

Mas o doutor V. de O. foi um desapontamento. Contarei tudo, porque é interessante contar. Já disse como ele travou relações comigo. Disse-me que precisava de mim para uns serviços na imprensa. Pus-me logo às suas ordens, e ele me explicou que vinha sendo perseguido por um *complot* que tinha até conseguido desmoralizá-lo pelos jornais. A alma dessa conspiração contra ele era a mulher, atizada pela sogra. Casara-se, depois de ser amante, e ela, no fim de cinco meses, abandonou o lar, levando tudo que nele havia, propondo em juízo uma ação de nulidade de casamento.

A sua causa era advogada por certo advogado que era seu amante e deputado pela Bahia; ele, porém, tinha quatro advogados. Fora sua mulher que conseguira a sua internação no hospício, dizendo à polícia que ele andava aluado e armado para matá-la. Fora preso com um revólver na mão, e, sem mais nem menos, constituíra advogado, ou melhor, advogados. Tinha quatro, mas depois disse-me que eram dois.

Havia, no correr da sua exposição, muitas contradições e exageros. Ele, em começo, me dissera que fora o seu advogado que se interessara por ele para ser tratado com certa deferência no pavilhão. Depois me dissera que o seu patrono se queixava de estar gastando dinheiro em bondes, que não tinha dinheiro.

Há, em muita coisa, um fundo de verdade, mas a exaltação da sua personalidade, a grande conta em que ele tem dos seus talentos, ora de médico, ora de dentista, ora de engenheiro, o seu delírio de grandeza monetária, soa, na verdade que se sente em algumas de suas palavras, como uma nota falsa. A mãe é rica, acaba de receber dois mil contos, os irmãos, cada um tem dois mil contos etc. etc. Ele mesmo tem tido muito dinheiro e tem dado. Promete-me mundos e fundos. Pijamas de seda, passeios a Petrópolis, dinheiro — a gruta de Ali-Babá. É exigente de roupas, que as tem possuído de primeira qualidade — tudo bom e fino, vindo do estrangeiro para ele. Tem uma demanda com a administração, por causa de uns suspensórios que lhe custaram dezoito mil-réis. Em toda a sua narração de passeios etc., não se esquece nunca de dizer o preço

do custo das coisas. Apesar de sua prosápia sabichona, é de uma ignorância crassa. Erra na ortografia como uma criança de colégio e a sintaxe é um Deus nos acuda. Obriga-me a rever os seus escritos. Fala com ênfase, entre os dentes, sibila e tem a risada do João Barreto. Não sabe onde fica Blumenau e quis me convencer que os ladrilhos do vestíbulo do hospício eram mármore que vinha antigamente da Itália, e me explicou uma coisa fantástica de fornos, em que o mármore era transformado em ladrilhos. A sua pretensão intelectual é uma coisa comum à gente de Sergipe e o enlouqueceu, ao que parece.

Não tem a mínima noção de ciências naturais e das suas aplicações. Não diz minerais de um país, diz a sua mineralogia. É um caso curioso, com algum parentesco com o do F.P., mas mais seguro do que este no seu delírio de grandeza intelectual e de fortuna, que F.P. não tem, mas em compensação tem o de força e de amor, e de fêmea, que V. de O. também tem.

Diz-se conhecido em toda a parte, no Chile, na Argentina, mas nada sabe do Rio de Janeiro. De repente, porém, conta que já esteve aqui, que já foi preso no estado de sítio da vacina obrigatória com Jacques Ourique.

Alia, à sua pretensão intelectual, a sua cisma de fortuna, a um sentimento de uma grande importância social.

Para ele, ele é objeto de uma perseguição de poderosos; entretanto, diz que dispõe de poderes quase sobrenaturais de hipnotismo. Já conseguiu furtar os autos de seu processo de nulidade com auxílio dele e fez outras proezas.

Todos o têm como homem temível, e por isso procuram inutilizá-lo. Nada sei sobre os seus antecedentes. Só posso ter como certas coisas que ele repete da mesma forma; entretanto, não garanto, pois esse homem, no seu delírio, omite alguma coisa, para confessar mais tarde, e confessa outras, para negar logo depois. Disse-me que não esteve no xadrez dos loucos uma hora; outra, diz que esteve. Diz que não esteve na Pinel, outra hora diz que esteve. Disse-me que era o seu advogado quem se interessava por ele; outra hora, diz que é um pronto e não tem informação.

Ele está muito mais bem instalado do que eu. Tem um quarto com um só companheiro, uma mesa para o seu uso, com uma gaveta e chave, onde pode escrever à vontade. Eu, se quero escrever, tenho que ir pedir para fazê-lo no gabinete do médico, que isso me facilitou. Para mim, ele tem fortes recomendações políticas e outras poderosas que fazem ter ele essas regalias excepcionais.

A história do seu casamento me parece fantástica e da sua prisão também. Foram esses amigos políticos, talvez, que, à vista do seu delírio, conseguiram a

sua internação e têm contribuído para ter gratuitamente o tratamento que tem. A sua inteligência parece não ter sido nunca grande e a sua fortuna também. Ele conhece o Amazonas, pessoas e coisas de lá. Percebe-se. Diz que ganhou dinheiro viajando com uma lancha que rebocava batelões carregados de mercadorias, que trocava com grande vantagem por borracha, que vendia em Manaus, em grande. Tenho ouvido de pessoas sãs, de juízo, que isto se faz ou se fez naquelas paragens. É, portanto, possível; mas logo vem o delírio, quando diz que os seus batelões carregavam cinquenta mil toneladas de mercancia.

V GUARDAS E ENFERMEIROS

Poderia alongar-me mais na descrição dos doentes que me cercam. Mas a loucura tem tantos pontos de contato de um indivíduo para outro, que seria arriscar tornar-me fastidioso se quisesse descrever muitos doentes. Há uma grande parte que se condena a um mutismo eterno. Como descrever estes? Estes silenciosos são bizarros. Há três aqui muito interessantes. Um é um tipo acaboclado, com um cavanhaque crespo, denunciando sangue africano, que vive embrulhado em trapos, com dois alforjes pendurados à direita e à esquerda, sequioso de leitura, a ponto de ler qualquer fragmento de papel impresso que encontre. Não chega aos extremos de um português, que vive dia e noite, nas proximidades das latrinas, senão nelas, e que não trepida em retirar os fragmentos de jornais emporcalhados, para ler anúncios e outras coisas sem interesse, mas sempre delirando. O silencioso leitor não faz tal, mas escolheu o vão de uma janela, para aí passar horas inteiras deitado, como se fosse um beliche de navio. Outro silencioso, que tem a mesma atitude, é mulato, simpático, calmo, que só vai para as refeições a correr. O refeitório fica fora da seção e um pouco distante. Outro silencioso interessante é um matuto de Cabo Frio, que parece uma estátua. É de uma grande atonia, de uma inércia que não se concebe. Para deitar-se, é preciso ser trazido para a cama, mas logo se levanta e encosta-se à parede de um corredor e aí fica, até que o tragam de novo. Ama o silêncio e estar de pé. Encostado à parede, hirtos, olhos parados, sem brilho nem expressão qualquer, parece uma estátua egípcia, um cimélio de templo.

O guarda rondante, aquele que vigia os doentes, à noite, é um velho português paciente e enérgico, que não tem nenhuma espécie de mau humor para trazê-lo, duas, três e mais vezes para a cama.

O que assombra nestes portugueses é que, sendo homens humildes, camponeses em geral, de fraca educação e quase nenhuma instrução, se possam conter, abafar os ímpetos de mau humor, de cólera, de raiva, que o procedimento dos doentes provoca.

V. de O., outro dia, chamou o enfermeiro de todos os nomes sujos que há no português do Brasil e de Portugal; o F.P., toda a hora, todo o instante, de envolta com as mais torpes injúrias, descompõe os guardas na sua nacionalidade: galegos etc. Daí a pouco, está a mimá-los e pedindo-lhes favores. O substituto do chefe de enfermeiros é uma vítima dele. É um português, novo, doce, simpático. Ouve tudo o que ele diz, ri-se, e daqui a pouco está atendendo aos pedidos do F.P. Não é só com este que ele assim procede; é com o meu guarda também. Um rapaz espanhol, muito moço, simpático, com uns bonitos olhos ternos, que suporta da mesma forma todos os insultos dele e de outros.

Os enfermeiros, na seção em que estou, são em geral bons. Há, porém, uma casta deles que não presta. São os tais particulares. Estes são aqueles que os doentes abastados das primeiras classes são autorizados a trazer. Nem todos são assim, mas com dois eu implico solenemente; e me fazem lembrar a insolência do Bragança do pavilhão, que tem as costas quentes, por causa da proteção que lhe dispensa o poeta épico da Psiquiatria, H.R. Dizem que este está acabando os *Timbiras*, de Gonçalves Dias, e, para embeber o seu espírito de cadência e harmonia, dá frequentes bailes em casa, em que o Bragança, o tal doutor do guarda-civil, figura como chefe do *buffet*.

Esses dois enfermeiros são absolutamente insuportáveis. Um, pela conversa que ouvi dele, é xucro português, sem as qualidades dos portugueses em geral, mas fátuo dos seus namoros e da sua irresistibilidade como homem, em face das mulheres. Ouvi-o conversar e sinto não poder reproduzir a conversa. Enumerava as enfermeiras que havia namorado, e o seu interlocutor, perguntando:

— Por que você não continuou o namoro com F.?

— Só podia ser por carta.

— Que tinha?

— Não gosto. O namoro só serve quando se pode beijar e apertar os peitinhos.

Creio que foi Maxime du Camp que disse ser uma lenda a história do senhor rico que desgraça as raparigas pobres. Tenho verificado que ele tem

razão: são os rapazes pobres que as perdem. Este portuguesote tenho para mim que é candidato a um processo de defloração ou de estupro.

O outro é muito confiado, tem uns ares de fadista e guitarreiro, com quem eu implico mais do que com o ar fanfarrão e meloso do nosso capadócio.

Os guardas em geral, principalmente os do pavilhão e da seção dos pobres, têm os loucos na conta de sujeitos sem nenhum direito a um tratamento respeitoso, seres inferiores, com os quais eles podem tratar e fazer o que quiserem. Já lhes contei como baldeei no pavilhão, como lavei o banheiro e como um médico ou interno me tirou a vassoura da mão quando estava varrendo o jardim.

Mas na Seção Pinel, aconteceu-me coisa mais manifesta, da estupidez do guarda e da sua crença de que era meu feitor e senhor. Era este um rapazola de vinte e tantos anos, brasileiro, de cabeleira solta, com um ar de violeiro e modinheiro. Estava deitado no dormitório que me tinham marcado e ele chegou à porta e perguntou:

— Quem é aí Tito Flamínio?

— Sou eu — apressei-me.

— O seu S.A. manda dizer que você e sua cama vão para o quarto do doutor Q.

Era este um estudante, que tivera um ataque e vivia no hospital, para curar os efeitos do insulto, que o deixara semiparalítico.

Fiquei tonto com o carregar eu só a cama; o capadócio nem se deu ao trabalho de mandar um colega me ajudar, já que ele não queria fazê-lo. Foi preciso um outro doente espontaneamente prestar-se. Este guarda é brasileiro. Depois da minha ascensão no manicômio, ele, quando me encontra no refeitório, olha-me com uma certa desconfiança. Deste e do Bragança eu tenho alguma mágoa, mas dos outros que me trataram por você e do Camilo, do pavilhão, que me fez lavar, baldear e varrer, nenhuma.

Não só eu fora para lá remetido como sujeito sem eira nem beira, devido à tolice dos meus parentes, pois me podiam internar sem passar por lá, mesmo com auxílio da polícia, como também não tinha ele o ar de feitor do violeiro da Pinel, e trabalhava, isto é, baldeava, lavava, varria junto conosco.

No hospício, das duas vezes em que lá estive, nunca me fizeram executar qualquer serviço, mas, se quisessem fazer, eu me prestaria, desde que ele estivesse de acordo com as minhas forças e os meus hábitos anteriores. Eu me prestava mesmo a aprender um ofício que fosse leve, mas essas tarefas pesadas...

Digo com franqueza, cem anos que viva eu, nunca poderá apagar-me da minha memória essas humilhações que sofri. Não por elas mesmo, que pouco valem; mas pela convicção que me trouxeram de que esta vida não vale nada, todas as posições falham e todas as precauções para um grande futuro são vãs.

Eu tinha tudo, ou tenho tudo, para não sofrê-las, tanto mais que não as provoquei. Sou instruído, sou educado, sou honesto, tenho procurado o mais possível ter uma vida pura. Parecia que sendo assim, que — sendo eu um rapaz que, antes dos 16 anos, estava numa escola superior (que todos me gabavam a inteligência, e mesmo até agora ninguém nega) — estivesse a coberto de tudo isso. Mas eu e a sorte, a sorte e eu, nos juntamos de tal sorte, nos irmanamos, que vim a passar por transe desses.

Desde a minha entrada na Escola Politécnica que venho caindo de sonho em sonho e, agora que estou com quase quarenta anos, embora a glória me tenha dado beijos furtivos, eu sinto que a vida não tem mais sabor para mim. Não quero, entretanto, morrer; queria outra vida, queria esquecer a que vivi, mesmo talvez com perda de certas boas qualidades que tenho, mas queria que ela fosse plácida, serena, medíocre e pacífica, como a de todos.

Penso assim, às vezes, mas, em outras, queria matar em mim todo o desejo, aniquilar aos poucos a minha vida e sumir-me no todo universal. Esta passagem várias vezes no hospício e outros hospitais deu-me não sei que dolorosa angústia de viver que me parece ser sem remédio a minha dor.

Vejo a vida torva e sem saída. A minha aposentadoria dá-me uma migalha, com que mal me daria para viver. A minha pena só me pode dar dinheiro escrevendo banalidades para revistas de segunda ordem. Eu me envergonho e me aborreço de empregar, na minha idade, a minha inteligência em tais futilidades. Ainda tenho alguma verve para a tarefa do dia a dia; mas tudo me leva para pensamentos mais profundos, mais doridos e uma vontade de penetrar no mistério da minha alma e do Universo.

Eu me indago, de mim para mim, se, por acaso, não é amor que me corrói. Mas vejo bem que não. Passei a idade de tê-lo, fugindo dele, para que ele não me criasse sofrimento e não prejudicasse a minha ambição de glória. A própria Heloísa achava-o nocivo nos homens de pensamento; é verdade que ela também achava o seu Abelardo virtuoso.

Se fosse ele, eu teria explicação, pois, conforme diz Bossuet, *“Posez l’amour, vous faites naître toutes les passions; ôtez l’amour, vous les supprimerez toutes.”*

Não amei nunca, nem mesmo minha mulher que é morta e pela qual não tenho amor, mas remorso de não tê-la compreendido, devido à oclusão muda do meu orgulho intelectual; e tê-la-ia amado certamente, se tão estúpido sentimento não tivesse feito passar por mim a única alma e pessoa que me podiam inspirar tão grave pensamento.

Li-a e não a compreendi...

Ah! meu Deus!

Ontem, matou-se um doente, enforcando-se. Escrevi nas minhas notas:

“Suicidou-se no pavilhão um doente. O dia está lindo. Se voltar a terceira vez aqui, farei o mesmo. Queira Deus que seja o dia tão belo como o de hoje.”

Não me animo a dizer: venceste, Galileu; mas, ao morrer, quero com um sol belo, de um belo dia de verão!

VI

Hoje é segunda-feira. Passei-a mais entediado do que nunca. Li o Plutarco, mas não tive ânimo de acabar com a leitura da vida de Pelópidas. Mais ou menos, releio esta célebre obra, porque aos dezoito anos fiz uma leitura dela apressada e salteada. Não tem o mesmo sabor, a que faço agora, como tinha de delícia a primeira. Observo que Plutarco põe muito a intervenção dos deuses, nas proezas felizes dos seus heróis; há relações de predicações ingênuas que, apesar de tudo, nos fazem rir, mesmo a mim que sou supersticioso.

No almoço se deu um caso que me fez passar mal o dia. Há aqui um louco que não parece ser profundamente alterado das faculdades mentais. É aleijado das pernas e chamam-no até Caranguejo, porque, aqui, como em todas as coleções de homens que vivem juntos, há o gosto pela alcunha depreciativa. Há o Gato, há o Teteia, etc.

Há muito que um certo doente o perseguia com chufas e gestos. Hoje, no refeitório, ao receber um destes do seu perseguidor, o Caranguejo atirou-lhe uns copos na cara. Não pegou, mas ele, apesar de seu aleijão, saiu atrás do adversário, que se cobriu de pavor e tremia. O pobre do bom Caranguejo, com quem eu jogo bisca calmamente, teve um ataque de nervos, rasgou as vestes e, quase a chorar, dizia:

— Eu não sou nada! Nada! Ponha tudo isto fora!

Deram-lhe uma injeção e ele dormiu, não podendo ir jantar.

O tal que o persegue, eu já lhe passei uma corrida. Não é positivamente louco. É antes um débil mental de um fundo perverso e de uma covardia sem nome. Só persegue os velhos, aleijados e os doentes mais imbecis que ele.

Ele foi preso e, tendo que ir até às proximidades do dormitório dele, de lá, muito de longe e com a fuga garantida, deu em fazer-me gestos imorais.

Não o temo, mas me aborreci o dia inteiro, em imaginar que alguém estaria na obrigação de se atracar com semelhante idiota.

É uma triste contingência, esta, de estar um homem obrigado a viver com semelhante gente. Quando me vem semelhante reflexão, eu não posso deixar de censurar a simplicidade dos meus parentes, que me atiraram aqui, e a ilegalidade da polícia que os ajudou.

Caído aqui, todos os médicos temem pôr logo o doente na rua. A sua ciência é muito curta, muito prevê; mas seguro morreu de velho e é melhor empregar o processo da Idade Média: a reclusão.

Leio com relativa minúcia os jornais. Até os crimes de repercussão eu leio. Por estes últimos dias, houve um nefando. Um oficial do Exército matou a mulher em circunstâncias abomináveis. De uns tempos para cá, estão os oficiais a fornecer matéria para essa espécie de noticiários dos jornais. Tenho, para mim, que há nisso uma grande desilusão por parte das mulheres e uma ralação dos maridos, quando sentem as mulheres esfriar. A moça, a nossa moça casadoira da classe média, vê, nos dourados da farda do cadete ou do alferes, uma vida de delícia, de luxo, de importância. Casada, não é assim. O soldo, se bem que não seja mau, não dá para custear a metade do seu sonho de solteira. O marido, querendo conservar as boas graças da mulher, faz empréstimos, os vencimentos diminuem. Está aí a desgraça feita. Dificuldades em casa, credores, mau humor da mulher, rompantes do marido, descomposturas, casas de tavolagem, álcool, etc.

Aqui, no hospício, há dois oficiais uxoricidas, e o tal engenheiro, em quem não desculpo a arrogância, apesar de sua insânia, o é também. Dos oficiais, um é positivamente louco. Delira, e o seu delírio é típico, passa das coisas mais opostas e sem intermédio algum logo, presente ou oculto. É muito difícil reproduzir um delírio de louco, principalmente o deste, que é de uma incoerência inacreditável. Eu quis segui-lo e guardá-lo, já de memória, já por escrito; mas nada pude conseguir, mesmo aproximadamente. Ele acaba em casas de alugar, passa para o curso dos rios, história da Guerra do Paraguai etc. etc.

Além do delírio em voz alta, a sua loucura se revela pela necessidade em que ele está de quando em quando fazer o maior barulho possível. Ele dá murros nas mesas, bate com estrondo as portas, levanta as cadeiras e fá-las cair sobre o assoalho com toda a força, e assim por diante, tudo entremeado de palavras escabrosas e porcas. É geral nos doentes essa necessidade de pornografia e de terminologia escatológica. O F.P. imita a parte brilhante da demência do tenente. Haverá contágio na loucura? Ouvi sempre falar que alienistas notáveis atribuíam a loucura de velhos guardas à ambiência dos hospitais; aqui, contaram-me vários casos. A imitação, que é um poderoso fator de progresso social útil, positivo, pode bem ser contada em sentido contrário, um fator de regresso do indivíduo, e aqui sobra inteligência débil de modo a fazê-la copiar gestos e coisas dos loucos que a cercam.

Lembro-me agora do Silvestre, um pequeno caibra que eu ensinei a ler e me chamava de tu e você. Era um objeto perfeito para estudar a força da imitação sobre os indivíduos. Ele era feio, desengonçado, escanifrado, mas se tinha na conta de namorador. Um dia de calor e de gazeta (ele iniciava a cansar-se), ele julgou que ficava muito elegante se calçasse luvas. Calçou umas de tecido de meia, brancas, sapatos brancos, e correu as ruas dos subúrbios debaixo de vaias e chufas.

Além do fato que narrei, da imitação aos gestos do Tenente C.B. por parte do F.P., este ainda imita um português, Pereira, moço, cuja mania é simular com a boca uma deflagração baixa, muito baixa, e fazê-la seguir com expressões esquisitas. Não é só F.P. que o copia, outros muitos.

Com espírito normal, nós imitamos, temos sempre modelos. Citam-se nas rodas literárias desses tipos que imitam em tudo Arthur Azevedo e Joaquim Nabuco, este mesmo já imitava não sei que parlamentar inglês, que ele conheceu em Londres, na sua primeira mocidade.

Conhecendo a vida dos guardas e pequenos empregados dos hospícios, que convivem familiarmente com os loucos, que, com eles, trocam chufas e familiaridades, é bem possível que alguns gestos, manias e caprichos os impressionem de tal forma, lhes deem desejo de imitá-los, no começo por troça, habituem-se, a impressão se grava, e a exteriorização se segue e se desdobra com tempo.

Não sou psicólogo, nem psiquiatra, nem coisa parecida; mas tenho para mim que não é toda estúpida essa hipótese. É preciso levar em linha de conta a capacidade e a resistência mental dos guardas e enfermeiros. Lembro-me que a Romualda não se capacitava de que meu pai estivesse sofrendo das faculdades

mentais: “Não vejo nada. Sempre o conheci assim, zanga-se às vezes; foi dessa forma sempre e logo passa.”

O outro uxoricida militar parece-me não ter nada. Creio que ele está aqui para fugir a cárcere mais duro. Não se pode compreender este homem assassino; é polido, culto, gosta de leitura e de conversar coisas superiores.

Nestes últimos dias, houve na cidade um assassinato de uma mulher, perpetrado por um tenente. Evitei falar nisto a ele; e a custo tenho me contido. Quisera a sua opinião. O engenheiro, que me parece ter sido sempre muito burro, matou a mulher, num acesso de loucura, e o filho. Este é francamente e permanentemente doido. Não lê coisa alguma, a não ser a *Gazeta de Notícias*, de cabo a rabo. É insuportável de arrogância. Ninguém conversa com ele, a não ser um imbecil R. (que pena! É moço, simpático e parece ter recebido educação). Ambos cochicham. Há perguntas e respostas.

Deve haver outros nestas condições; mas eu os não conheço; mas simples assassinos me apontaram três: um, na Seção Pinel, e os dois restantes aqui.

O da Seção Pinel é um velho, que anda sempre irrepreensivelmente vestido, muito limpo, engravatado, e foi empregado na Central, não sei com que título. Matou um colega, não me disseram por que motivo; mas o certo é que a sua aparência calma, de homem normal, causa um engano à primeira vista.

Passa assim dias, meses; mas lá vem um minuto, à noite ou de dia, em que ele sai da seção, fazendo gestos de fúria, de raiva e raivosamente a exclamar referindo-se à sua vítima:

— Dá-me um descanso, miserável!

O outro é um pensionista de primeira, que tem curiosos hábitos. Delira à meia-voz, tem o seu quarto muito limpo pelas suas mãos, cuida dos gatos, das plantas, chegou até a plantar batatas e colhê-las, gosta de agarrar camundongos, esfolá-los e conservar as peles.

Este homem está no hospício há cerca de trinta anos; entrou muito moço, e a sua entrada, ao que dizem, foi motivada pela loucura que se seguiu ao assassinato de um rival, que disputava a moça de quem ele gostava.

O outro é muito velho e é um fraticida. Está mudo ou quase mudo. Certas formas de loucura têm esse efeito, e manifestações dela são as mais díspares possíveis. Debruçar sobre o mistério dela e decifrá-lo parece estar acima das forças humanas. Conheço loucos, médicos de loucos, há perto de trinta anos, e fio muito que a honestidade de cada um deles não lhes permitirá dizer que tenha curado um só.

Amaciado um pouco, tirando dele a brutalidade do acorrentamento, das surras, a superstição de rezas, exorcismos, bruxarias etc., o nosso sistema de tratamento da loucura ainda é o da Idade Média: o sequestro. Não há dinheiro que evite a Morte, quando ela tenha de vir; e não há dinheiro nem poder que arrebate um homem da loucura. Aqui, no hospício, com as suas divisões de classes, de vestuário etc., eu só vejo um cemitério: uns estão de carneiro e outros de cova rasa. Mas, assim e assado, a Loucura zomba de todas as vaidades e mergulha todos no insondável mar de seus caprichos incompreensíveis.

Ver o F.P. falar na sua inteligência formidável e V. de O. na estrambótica engenharia me parecem coisas semelhantes que assistir àquele preto da Seção Pinel não querer dormir na cama do dormitório, para o fazer na proximidade da latrina, ou sorrir dolorosamente, quando vejo os trejeitos beatos do F., antigo dono de casa de pasto, e as suas rezas estapafúrdias. Todos eles estão na mão de um poder que é mais forte do que a Morte. A esta, dizem, vence o amor; a Loucura, porém, nem ele.

VII

Dia de São Sebastião. Um dia feio, nevoento. Olho a baía de Botafogo, cheio de tristeza. Não acho tão bela como sempre achei. Os longes dos Órgãos não se veem; estão mergulhados em névoa. As montanhas de Niterói estão sem o cobalto de sempre; e as manchas de cortes e chanfraduras nelas aparecem como chagas. O casario está mergulhado, confuso, não se desenha bem no horizonte. Tudo é triste. O céu muito baixo, cheio de fuligem, fumaça. O Pão de Açúcar está emoldurado de nuvens brancas, parecem abaixar do cume. Vê-se o chalé do caminho aéreo. A Urca, também chanfrada, é de uma estupidez diante daquele cenário! A Urca não muda. Lembro-me que já estive lá no alto. Como é diferente! O bosque é convidativo, fresco, há um lago natural no centro. As árvores ainda tinham os cipós da floresta, os pássaros chilreavam; parecia não se estar no Rio. Não me lembro de tudo visto; mas vi a Rasa e o oceano infinito, um pouco de Copacabana, da velha Copacabana. Um grande transatlântico sai. Vai vagaroso, vai para o mar largo, que se estende pelas cinco partes do mundo; beija-lhes e morde-lhes a praia. Corre perigo, mas está solto, entre dois infinitos; como diz o poeta: o mar e o céu. Vejo passar por Villegagnon, através das grades do salão. Villegagnon ainda tem muros, mas não lhes vejo as palmeiras. Acode-me pensar na fundação do Rio de Janeiro,

que a data comemora. Nesta enseada houve, segundo a história, um combate com os franceses — o das canoas. Olho-a, está um tanto crespa, e as águas são turvas e dão ao olhar a impressão de que estão mais povoadas do que nas outras. Há pescadores em faina. Canoas ainda! Herança dos índios! O remo também vem deles! Quantas coisas, dos seus usos e costumes, eles nos legaram? Muitas! A farinha da mandioca, do milho, certas tuberosas, nomes de rios e lugares, muitos, adequados e expressivos. Hoje, a vaidade nacional batiza os lugares com os mais feios nomes que se podem esperar. Enseada Almirante Batista das Neves! Só falta um doutor, também. Esta nossa sociedade é absolutamente idiota. Nunca se viu tanta falta de gosto. Nunca se viu tanta atonia, tanta falta de iniciativa e autonomia intelectual! É um rebanho de Panúrgio, que só quer ver o doutor em tudo, e isso cada vez mais se justifica, quanto mais os doutores se desmoralizam pela sua ignorância e voracidade de empregos. Quem quiser lutar aqui e tiver de fato um ideal qualquer superior, há de por força cair. Não encontra quem o siga, não encontra quem o apoie. Pobre, há de cair pela sua própria pobreza; rico, há de cair pelo desânimo e pelo desdém por esta Bruzundanga. Nos grandes países de grandes invenções, de grandes descobertas, de teorias ousadas, não se vê nosso fetichismo pelo título universitário que aqui se transformou em título nobiliárquico. É o *Don* espanhol.

O dia é de tédio e eu procuro meios e modos de fugir dele, de voltar-me para mim mesmo e examinar-me. Não posso e sofro. Arrependo-me de tudo, de não ter sido um outro, de não seguir os caminhos batidos e esperar que eu tivesse sucesso onde todos fracassaram.

Tenho orgulho de me ter esforçado muito para realizar o meu ideal; mas me aborrece não ter sabido concomitantemente arranjar dinheiro ou posições rendosas que me fizessem respeitar. Sonhei Spinoza, mas não tive força para realizar a vida dele; sonhei Dostoiévski, mas me faltou a sua névoa.

Aborrece-me este hospício; eu sou bem tratado; mas me falta ar, luz, liberdade. Não tenho meus livros à mão; entretanto, minha casa, o delírio de minha mãe... Oh! Meu Deus! Tanto faz, lá ou aqui... Sairei desta catacumba, mas irei para a sala mortuária que é minha casa. Meu filho ainda não delira; mas a toda a hora espero que tenha o primeiro ataque...

Minha mulher faz-me falta, e nestas horas eu tenho remorsos como se a tivesse feito morrer. Logo, porém, como vem de mim mesmo ou de fora de mim uma voz que me diz: É mentira.

Os outros deliram em redor de mim e, se não choro, é para não me julgarem totalmente louco. Imagino que essa convicção se enraíze nos médicos e me faça ficar aqui o resto da vida. Ainda agora, meu irmão veio visitar-me e, nos primeiros dias, um amigo; mas, dos que me vieram ver, na primeira vez que estive aqui, nenhum veio. Se me demorar mais tempo, ainda, ficarei completamente abandonado, sem cigarros, sem roupa minha, e ficarei como o Gato e o Ferraz, que aqui envelheceram, vivendo aquele a fazer transações de forma tão cínica, para arranjar cigarros. Troca pão por fumo e furta lápis dos companheiros, para arranjar moeda para barganhar. Todos o perseguem, o maltratam, o chasqueiam, na sua velhice, a ele que foi rico, filho de ex-ministro e senador do Império. “*Sic transit gloria mundi.*”

Aceito todos os fins, mas não permita Deus que o tenha um destes. Enche-me de angústia, quando este quadro se desenha a meus olhos; atribuo a mim mesmo a culpa do que me sucede, ao mesmo tempo culpo F., culpo Z., culpo X. e toda a humanidade, a sociedade em que vivo, mas não quero. Contudo, eu queria viver isolado, fora dessa paixão pela literatura, pelo estudo. Creio que ela me faz mal e lastimo não ter outra forma de talento em que minha inteligência pudesse trabalhar, absorver toda a minha atividade, sem comunhão com os meus semelhantes. Queria ser um geômetra, mesmo medíocre, mas da família de Arquimedes, conforme o desenha Plutarco, na vida de Marcellus, página 109.

Mas não me é possível, a minha pouco certa inteligência é de outra raça; sou levado incoercivelmente para o estudo da sociedade, para os seus mistérios, para os motivos dos seus choques, para a contemplação e análise de todos os sentimentos. As formas das coisas que as cercam, e as suas criações, e os seus ridículos, me interessam e dão-me vontade de reproduzi-los no papel e descrever-lhe a sua alma, e particularidades. Ao mesmo tempo, levado para o estudo das sociedades, da sua história, do *quid* que as anima, arrastado para o estudo do seu destino, sou também capaz de me emocionar diante das coisas e da natureza. Não serei nunca sociólogo, historiador, não serei nunca romancista. Falta-me amor ou ter amado. Mas... Minha mulher!

Não posso tratar dela. Não se ama uma morta; e eu não a soube amar em vida. Fui tomar café matutino, já melancólico; li os jornais, hipocondríaco; almocei, ainda pior. Não pude acabar de ler a vida de Pelópidas. À uma hora fui para o café com pão, que é a refeição mais apreciada por mim aqui.

Festa de São Sebastião. Uma enfermeira, com consentimento da alta administração do hospício, certamente uma canivetada na Constituição,

organizou na capela uma festa, flores, missa, sermão etc. Na hora do café, os internos almoçaram uma boia superfina, digna do santo do dia e da Constituição. Alguns nos olhavam naturalmente; mas outros, com a enfatuação, não tanto da idade, mas de estudantes, com a convicção que estavam muito acima de nós e se podiam permitir debochar-nos. É verdade que se limitaram ao Gato; mas, logo a uma reclamação deste, falaram poderosamente em casa-forte.

Voltei do café entediado. Um vago desejo de morte de aniquilamento. Via minha vida esgotar-se, sem fulgor, e toda a minha canseira feita, às guinadas. Eu quisera a resplandecência da glória e vivia ameaçado de acabar numa turva, polar loucura. Polar, porque me parecia que nenhuma afeição me aquecia, e turva, pois eu não via, não compreendia nada em torno de mim. Eu me comparava a um explorador das regiões árticas, que tivesse durante anos atravessado florestas lindas, cascatas, céus epinícios, lagos de anil, mares de esmeraldas, nessas paisagens mais belas da terra, as suas servências mais majestosas, e se houvesse de *motu proprio* atirado às banquistas do polo e se deixasse mergulhar na sua noite imensa que, para o meu caso, era infinita.

Quase me arrependia de não ter querido ser como os outros. Seguir os caminhos do burro e ter feito da minha vida um paradoxo. Quis ler ainda, mas não me era possível. Pensava e triava todos os meus sonhos que se iam esvaindo. Já tinha vivido dois terços da minha provável vida e só um pouco deles realizara. O que mais desesperava era a angústia de dinheiro. Não tinha contado com ele, como não contara com muitos elementos que eu desprezara; agora, eles se vingavam...

Sentia-me impotente por isso, e os obstáculos invencíveis. Não me quisera curvar, revoltara-me; entretanto, mais de uma vez me vira obrigado a pedir pequenos favores humilhantes aos camaradas. Curiosa independência!

Mastigava esse raciocínio, quando um colega de manicômio me chamou para ver um doente da Seção Pinel, que fica na loja, impando no telhado. Lá fui e vi-o. Era o D.E., parente de um funcionário da casa, de real importância. Tinha o vício da bebida, que o fazia louco e desatinado. Já saíra e entrara no hospício mais de vinte vezes. Apesar de tudo, era simpatizado, e muito, pelo pessoal subalterno. Não subira propriamente à cumeeira do edifício, mas à de uma dependência, no flanco esquerdo do edifício, onde fica a rouparia. Em chegando ao alto, começou a destelhar o edifício e atirar telhas em todas as direções, sobretudo para a rua, para as ruas, pois a tal rouparia ficava numa esquina.

Entre um e outro arremesso, prorrompia em descomposturas à diretoria e sorvia goles de cachaça, que levava num vidro de medicamentos.

Não era a primeira vez que, zombando de todos os esforços da administração, do inspetor e guardas, obtinha aguardente e se embriagava, preso, no estabelecimento.

Desta vez, ele o fazia em presença da cidade toda, pois na rua se havia aglomerado uma multidão considerável.

Jogava telhas e eles se apartavam para a borda do cais que beira o mar, no momento, turvo e de atmosfera fosca. Num dado momento, tirou o paletó. Ficou seminu; estava sem camisa. Atirava telhas e berrava. Alguém, de onde nós estávamos, um tanto próximo dele, gritou-lhe:

— Atira para aqui!

— Não, entre nós, não! Vocês são os infelizes como eu.

Continuou, durante algum tempo, nessa pantomima, quando acudiu o corpo de bombeiros com escadas. A sua fúria cresceu. Desandou a atirar pedras sobre os automóveis. Berros, palmas; e ele, como equilibrista, correu toda a cumeeira e foi buscar a flecha que lhe dava a semelhança de chalé e arrematava a cumeeira, para se armar. Os bombeiros fingiram que iam estender mangueira e obrigá-lo a descer com jactos d'água. Distraiu-se, deu pouca importância, e veio para a borda da cimalha falar à multidão.

Enquanto isso, guardas e bombeiros subiam pelo outro lado, sem que ele desse fé disso, e, surpreendendo, o amarraram, não sem tenaz defesa dele a unhas e dentes. O diretor veio ver, e os loucos amolavam-no.

O V. de O. fez-lhe esta recriminação que ouvi:

— Vê Vossa Excelência isso, numa casa desta! Que escândalo!

Este V. de O. não sai mais daqui. Cada dia, torna mais completo o seu depoimento de doido.

O diretor nada disse, e eu percebi; mas foi preciso ele vencer, com a sua doçura, a sua paciência e a simplicidade de sua alma, a indelicadeza desse seu hospitalizado.

Hei de falar mais longamente sobre ele, que é uma interessante figura que conheci.

A proeza do D.E. agitou todo o hospício, pôs a rua em polvorosa e suspendeu o tráfego da Light, e havia no seu procedimento muita coisa, que parecia ser ele premeditado.

Doentes lá de baixo, e outros com os quais vim a conversar depois, disseram-me que sim, que ele tinha feito veladas ameaças do que ia fazer.

Num dado momento, trepado e de pé na cumeeira, falando, cabelos revoltos, os braços levantados para o céu fumacento, esse pobre homem surgiu-me como a imagem da revolta... Contra quem? Contra os homens? Contra Deus? Não; contra todos, ou melhor, contra o Irremediável!

VIII

O hospício tem uma biblioteca; antigamente, isto é, há cinco anos, quando aqui estive, estava nos fundos da seção, em uma pequena sala. Tinha uma porção de livros, até um Dostoiévski lá havia e um excelente dicionário das literaturas, de Vapereau, que eu lia com muito agrado; atualmente, porém, conquanto tenha pequenas mesas, meia dúzia, próprias para ler e tomar notas, duas cadeiras de balanço e duas espécies de divã (estas últimas peças já existiam), não possui mais a mesma quantidade de livros, e a frequência é dos delirantes, que lá vão dar pasto a seu delírio, berrar, gritar, fazer bulha com as cadeiras sobre o assoalho, não permitindo nenhuma leitura.

Há ainda livros curiosos que eu queria ler, mas não é possível absolutamente. Vi uma obra em dois volumes sobre finanças de Colbert, Félix Joubleau, que me tentava lá; vi um Daniol, *História das classes rurais na França*, que devia ser interessante, apesar de um pouco antigo; vi o romance *Pedro, o Grande*, de Merejcovski; um *Bohème Galante*, de Gérard de Nerval; mas não me animei a ler. Às vezes, para variar, ia até lá e pegava ao acaso um volume da *Biblioteca Internacional de Obras Célebres* e lia. Foi aí que se me ofereceu pela primeira vez o ensejo de ler uma carta de Heloísa e a biografia de Abelardo, por Lewis, o célebre biógrafo de Goethe e amante não menos célebre de George Eliot.

O lugar era cômodo e agradável. Dava para a enseada, e se avistava doutra banda Niterói e os navios livres que se iam pelo mar em fora, orgulhosos de sua liberdade, mesmo quando tangidos pelos temporais. Às vezes, lendo, eu me punha a vê-los, com inveja e muita dor na alma. Eu estava preso, via-os por entre as grades e sempre sonhei ir por aí afora, ver terras, coisas e gentes...

Um dia, não sei se foi na biblioteca ou no salão de bilhar, vi entrar barra adentro um grande quatro mastros a vela. Há muito tempo que não via esses quadros marítimos, que foram o encanto da minha meninice e da minha adolescência. A minha literatura começou por Jules Verne, cuja obra li toda. Aos sábados, quando saía do internato, meu pai me dava uma obra dele,

comprado no Daniel Corrazzi, na rua da Quitanda. Custava mil-réis o volume, e os lia, no domingo todo, com afã e prazer inocente. Fez-me sonhar e desejar saber e deixou-me na alma não sei que vontade de andar, de correr aventuras, que até hoje não morreu, no meu sedentarismo forçado na minha cidade natal. O mar e Júlio Verne me enchiam de melancolia e de sonho.

Não gostava muito das viagens fantásticas, como à Lua, ou que tivessem por entrecho uma coisa inverossímil, como no *País das peles*; assim mesmo apreciava o *César Cascabel* e a *Viagem ao centro da Terra*. Do que mais gostava, eram aquelas que se passavam em regiões exóticas, como a Índia, a China, a Austrália; mas, de todos os livros, o que mais amei e durante muito tempo fez o ideal da minha vida foram as *Vinte mil léguas submarinas*. Sonhei-me um Capitão Nemo, fora da humanidade, só ligado a ela pelos livros preciosos, notáveis ou não, que me houvessem impressionado, sem ligação sentimental alguma no planeta, vivendo no meu sonho, no mundo estranho que não me compreendia a mágoa, nem me debicava, sem luta, sem abdicação, sem atritos, no meio de maravilhas.

Entretanto, nestes últimos dez anos, rara vez eu vinha ver o mar. Vivia numa cidade marítima, sem ir vê-lo nem contemplá-lo. Atolava-me na bebida, no desgosto e na apreensão... Pensava bem em morrer, mas me faltavam forças para buscar a morte. Comprava livros e não os lia. Planejava estudos e não os fazia. Delineava obras e não as realizava. Minha capacidade inventiva e criadora, a minha instrução técnica e a minha pretensão eram insuficientes para fabricar um Náutilus, e eu bebia cachaça.

Lembrava-me disso, vendo a biblioteca, o mar, os paquetes, os perus e as faluas, que entravam na enseada de Botafogo, os pescadores a colher as redes, em canoas quase atracadas ao cais, e sonhava o mar livre que se adivinhava, lá fora da barra, ali bem perto...

O grande veleiro, a gábia de quatro mastros, entrava por ela afora, sem auxílio de rebocador, com o terço do velame solto, sem denunciar o esforço e sem ter a arrogância dos paquetes, a vogar, sereno, parecendo de acordo com a natureza, com o céu e o mar, em que todo ele estava mergulhado. Neste momento, apareceu-me o V. de O., que me veio dizer que não lhe davam a sua roupa fina, que tinha 19 malas, que o médico estava no *complot* que se organizava contra ele e o inspetor também. Não sei como este último apareceu, e ele se pôs a esbravejar contra ele, gritou, chamou-o dos nomes mais feios desta vida, contra todas as suas prosápias de títulos, e acabou tirando da palmilha dos sapatos algumas notas, dizendo que ali tinha trezentos e tantos

mil-réis. Dias antes, tinha me dito que tinha duzentos. Na loucura deste homem, há muita impostura. Deixei de ler a carta de Heloísa e de ver o mar, ambas as coisas me faziam sonhar.

Resolvi deixar de frequentar a biblioteca, porque, quando não era o V. de O., eram o F.P., com suas dissertações de tico-tico e enumeração dos seus parentes doutores e bacharéis, o C.B., com o seu estardalhaço, que não me permitiam ler com atenção. Resolvi fazê-lo no dormitório e durante muito tempo sorvi sossegadamente o meu Plutarco. A minha leitura atual desse célebre livro é feita com outro olhar que o de antigamente. Noto-lhe uma porção de atributos, sempre os mesmos, para os seus heróis. Ele os quer sempre belos, como filhos mais belos do seu tempo, e o paralelo entre os heróis de Grécia e Roma, às vezes, não é feliz; mas há sempre nele muita coisa que nos faz refletir. Vejam só esta observação de um antepassado dos atuais bolchevistas, do cita Anacársis, feita a Sólon: “As leis são como as teias de aranha que prendem os fracos e pequenos insetos, mas são rompidas pelos grandes e fortes.” Os nossos milionários e políticos não pagam os impostos e, muitas vezes, os criados, quando os alugam, se não mandam buscá-los na polícia militar e na guarda civil; entretanto, há uma porção de leis, de fiscais etc. etc.

Ora, a lei! Que burla! Que trabuco para saquear os fracos e os ingênuos...

Mas, como dizia, resolvi abandonar a biblioteca e vir ler no dormitório.

Infelizmente, não tenho um quarto para mim só, nem com outro companheiro. Habito, com mais 19 companheiros, um salão amplo, com três janelas para a frente da rua, olhando para o mar. A minha cama fica perto da janela, mas, entre ela e eu, há um colega dos mais estranhos da casa. Só sai do dormitório para as refeições, para lavar o rosto de manhã, conjuntamente com os seus trapos, na pia; e, afora disto, vive a dormir, ou à janela, dizendo uma porção de coisas desconexas, em que ele repete sempre coisas de jogo e batota. O seu acesso foi na rua, e intitulou-se capitão de polícia, e os outros aqui o chamam por esse título militar. Esquecia de dizer que ele lê um volume do *Dicionário ilustrado*, do Pinheiro Chagas, ou, senão, jornais velhos, que arrepanha aqui ou ali. Todas essas coisas não me incomodariam, se não se julgasse no seu direito de estar a abrir e a fechar a janela, desde que lhe dê na telha sair dela ou de ler, para deitar-se ou ir a qualquer parte. Muda-me a luz e incomoda-me na leitura.

Meu vizinho de dormitório é um rapaz cuja loucura reagiu sobre o seu aparelho vocal a ponto dele mal falar e com esforço. Olha-me estupidamente, e com um olhar parado e de um único brilho, e tem a mania de incapacidade de

ingerir qualquer alimento. Tudo se tem experimentado: leite, frutas, até um irrigador; mas é em vão. Ele não ingere nada e, se ingere à força, logo vomita, debilita-se e dá em suar às catadupas.

Esperando a sua morte próxima, a família levou-o para casa. Vai mudar de cemitério — coitado! Para esse, não houve um intervalo entre os dois. Foi substituído pelo Pinto.

Um outro companheiro de dormitório é um tal Cabo Frio. Tem os traços todos do nosso camarada roceiro, com um fundo muito forte de índio, cabelos negros, e barba também, grossos e luzidios.

Está completamente estúpido, não fala e vive hieraticamente esteado nas paredes, ou nos cantos, como uma estátua de templo egípcio. Em começo, era preciso, à hora de recolher, trazê-lo para o quarto; mas, dias depois, já vinha pelo seu pé. Com essa conquista sobre o seu cérebro ocluso, ele ganhou também outra atividade. Remexe os baixos dos travesseiros e colchões dos outros, carrega o que encontra e vai esconder os objetos onde cisma. Sempre antipatizei com ele — Deus não me castigue! —, e depois que desapareceu, de debaixo do colchão, um livro, mais o fiquei aborrecendo. Desconfiei que fosse ele, o que me aborrece extraordinariamente. O que me aborrece é a sua inércia, a sua falta de iniciativa, e o furto do livro, como já disse, fez-me aborrecê-lo mais, conquanto suspeito de outros: um tal Veiga, o F.P., o sargento e mais um tal Gastão.

Este último, que já foi do meu dormitório, é um rapazola de seus 18 anos, que tem uns ataques de forma epiléptica. É uma natureza de dissimulação e falsidade. Gosta de escambar, gosto que não é só dele aqui, mas que se encontra em muitos outros. O Gato é um deles. Carrega pães e troca por cigarros, estes por jornais, vende os jornais por lenços, furta camisas e livros, para cambiar por qualquer coisa, ou vender. Creio que já lhes falei na sua prosápia de família, das suas constantes alusões ao seu pai ex-ministro do Império, chama todos de negros, ladrões. Ele já me furtou um lápis. A sua mania de descomposturas lhe tem valido muitas sovas. Uma das últimas foi a do Borges, um negro pretíssimo, de pais ricos, mas façanhudo, rixento, que não pode estar na seção para que paga, pois agride todos por dá cá aquela palha. É um belo tipo de cabra ou caibra, com fortes peitorais, magníficos bíceps, deltoides. Um pouco curto de corpo, sobretudo de pernas, como ele todo, robustíssimas, respira audácia, bravura, desaforo.

Ao entrar, ele se chegou a mim e olhou-me ferozmente:

— Como é que você deixa a farda?

- Que farda? Não uso farda.
- Você não é oficial do Exército?
- Não; é meu irmão.
- Bem dizia eu.

Falou abruptamente, as suas palavras saltavam dos lábios, aos jactos, descontínuas, mas sem propósito de me ofender, mas de acariciar-me; daí a dias, deu-me biscoitos caros, que recebeu de casa.

O Gato, o Marquês de Gato, insultou-o de negro, vagabundo e ladrão. B. não teve dúvidas e intimou-o ameaçadoramente:

- Repete, se você é gente, seu este, seu aquele.

O Gato, o nobiliárquico Gato, repetiu, e o B. deu-lhe tais murros, que o pôs todo em sangue, com o nariz quebrado. Penalizei-me, porque o Gato era um velho, a roçar pelos sessenta anos, cheio de uma loucura infantil de insultar, fazer caretas e julgar-se muito, com ter sua parentela obscura, mas colocada em bons lugares, e o seu título de bacharel em Direito, por São Paulo, obtido adivinha-se como. Depois de levar os bofetes de B., andou dias com o emplasto, e o nariz, que era grande, rubicundo, proeminente até à altura da boca, encurtou um pouco e cambou para um dos lados. A sua fisionomia era cômica, com esse nariz, a sua cabeça redonda, os seus olhinhos verdes e, quando se enfurecia, com o seu falar esganiçado e rápido.

Implicava com todo o mundo; comigo, só da primeira vez que estive, quando saí para ir não sei onde, que ele disse ao passar:

- Este negro entrou ontem e já se vai embora.

Agora ele me trata muito bem.

Ontem, ele me chamou confidencialmente e me disse:

- Você sabe de uma coisa?
- Não.

— Vou para São Paulo e lá me casar com uma filha do S.L., que tem noventa milhões de contos.

Ele não se contentava com pouco.

IX

Outras considerações referentes ao meu dormitório me arrastaram a abandonar os motivos por que o deixei como lugar de leitura, para voltar à biblioteca.

Queria reatar a narração das razões, mas não me é possível. Um vizinho foi, afinal, quem me levou a fazê-lo. Só este, porque, em geral, como já descrevi, pouco os outros me incomodavam. Os mais próximos eram excelentes, tanto o da cama, à direita, de que já sobre ele falei, como o da esquerda.

Era este um menino, moreno, completamente idiota. Tinha as feições regulares, a não ser a boca, os olhos negros cravados nas órbitas, e balbuciava que nem uma criança. Tinha poucas ideias e quatro ou cinco palavras. Parece que tinha mais ideias que palavras. Repetia:

— Papai é mau.

— F. é mau!

— Papai tem dinheiro!

— É mau!

— Que pena!

Eram mais ou menos estas as palavras que se entendiam na sua boca. Doce e bom, geralmente estimado, tinha tudo e de todos, e figurava no hospício como um cãozinho de estimação de todos. Hão de estranhar que não houvesse quem criasse animais, gatos, cães, pássaros, etc. A bem dizer, não havia; mas o Torres, o único pensionista de primeira classe, o tal que matara o rival e era o decano do estabelecimento, no almoço e no jantar, juntava restos de comidas e levava aos gatos ariscos que andavam pelos pátios e jardins. F. tinha toda a liberdade e andava onde queria. Fora deste, não vi louco algum que se interessasse por animais.

Na outra casa de saúde em que estive, havia um oficial reformado do Exército, declaradamente dementado, que tinha a cisma de que conversava com os pardais.

Em todas as refeições, munia-se de miolo de pão, mergulhava-o em água, na pia do seu quarto, e atirava pedaços da pasta assim obtida aos pássaros, que voejavam em torno do pavilhão às centenas. Não contente com isso, comprava chocalhos, apitos infantis, fazia poleiros, gangorras, para divertir ou chamar os pardais. Estes pássaros acorriam aos montes na varanda, que se estendia em face dos quartos, cujas janelas para ela davam, e tudo emporcalhavam com os seus dejetos. A irmã zangava-se, ameaçava-o, mas o tenente não se emendava. Continuava.

No hospício, não vi nada semelhante. Os loucos me pareciam pouco emotivos, e quase todos eles se queixavam dos seus parentes e das suas mulheres.

V. de O. abrangia, na mesma queixa, a mulher, a sogra e os irmãos; o F.P. descompunha os irmãos e afirmava em alto e bom som que havia de falar mal da família até morrer.

Na minha convivência, ou melhor, nas minhas convivências com loucos, dois ou três vi chorar. O tal rapazola da cama à esquerda da minha; e um outro, na janela do salão de bilhar, quando delirava. Alguém repreendeu-o por isso, mas ele, com propriedade e urbanidade, respondeu:

— O senhor nada deve observar-me, porque não sabe quais são os meus sofrimentos.

Como dizia, porém, eu tive que ir para a biblioteca ler, por causa do meu companheiro de dormitório. Tinha evitado travar relações com ele, mas, aos poucos, pedindo fogo e outros pequenos favores muitos, fomos travando conhecimento mais profundo.

Era um rapaz pálido, de feições delicadas, franzino, que vivia sempre com um lenço na cabeça, bem molhado. A princípio, julguei que fosse para manter a pastinha inalterável, com o seu vinco muito nítido no meado da cabeça; mas, bem cedo, vi que não. Uma noite, delirando, ele gritou:

— Estão me queimando a cabeça!

Atinei logo com o seu delírio, e em breve ele explicou todo o seu sofrimento imaginário, fazendo questão de que eu escrevesse e tirasse nota do que ele me expunha.

Trouxe-me escrito o seguinte:

[...]

Deu-me isto a lápis, em papel amarelo de embrulho, dizendo-me: “resolva este problema”. Mas não esperou a minha resolução, ele mesmo se encarregou de explicar-me a coisa, e eu pude registrar, mesmo à vista dele, alguma coisa, o essencial do seu delírio. Dizia-me ele:

[...]

Quando me explicou isso, foi nas primeiras horas do dia, depois do café matinal, e não me deu tempo de ler os jornais. Quando voltei do almoço, às nove e meia, pude fazê-lo, mas acabado que ele foi, ele reencetou a explicação, e, para me livrar dele, fugi para a biblioteca. Lia eu o doutor Jousseaux, um livro sobre a geologia e fisiografia do Mar Vermelho, aqui e ali, interessante, no maior sossego, pois éramos dois malucos dos menos malucos — eu e o E.P. (o da cabeça branca) —, quando vi que o inspetor seguia um visitante vestido de casimira, sem ar de médico, e entrava ele pela seção com o máximo desembaraço. Ele deu comigo e eu com ele, encontrando-se os nossos olhares.

Pareceu-me já tê-lo visto e a ele, não sei por quê, suspeitei que acontecesse a mesma coisa em relação a mim.

Quem é? Quem não é? Soube-se logo que era um dos fiscais do governo para casas de saúde e recolhimentos.

Logo que se soube isso, toda a seção se pôs em polvorosa. Não houve quem não apresentasse a sua queixa. V.O. fez um discurso e leu representações, cartas, que eu tinha corrigido e mesmo escrito. Ficou muito contente, porque o doutor ia tratar de tirá-lo de lá, tanto, isso depois, que ele sabia (ele sempre sabia do que se passava fora do alcance das suas vistas e ouvidos) que o fiscal falara a respeito dele, V.O., energicamente, com a alta administração.

O meu vizinho do holofote do monte Ararat não lhe deu a mínima importância. Limitou-se a perguntar, horas depois da saída do tal fiscal:

— Quem é esse doutor boa-vida que aí esteve?

Mais feliz do que V.O., ele se ria de todas as providências e solicitações do governo. O fato é que o tal doutor boa-vida, como o chamou o A. de Oliveira, devia ter voltado para a casa, meditando sobre os percalços de visitar casa de loucos.

Quando saiu, deu por falta de sua bengala com castão de ouro...

X

SEM DATA

O meu transplante forçado para outro meio que não o meu. A necessidade de convivência com os de meu espírito e educação. Estranheza. A minha ojeriza por aqueles meus companheiros que se animam a falar de coisas de letras etc. O J.P., que se animava a discutir comigo Zola e falar sobre edições, datas etc. Entretanto, eu gostava dele. Ri-me mais que nunca quando, percebendo tudo isto, lembrei-me que me supunha um homem do povo e capaz de lidar e viver com o povo. Concluí que nem com ele, nem com ninguém. Lembrança da mulher, a única que podia ter feito viver comigo e eu não compreendera.

* * *

Cigarro. Insistência em pedir. Negar. Arrependimento. O caso do velho. Remorso: dei o cigarro, muito depois de tê-lo negado.

* * *

Um pequeno meteu-se no porão, armou-se de tijolos e ameaçou não sair de lá. Os guardas entraram lá com escudos de travesseiros.

* * *

Um maluco vendo-me passar com um livro debaixo do braço, quando ia para o refeitório, disse:

— Isto aqui está virando colégio.

A Noite, de 15-1-20, sobre desapropriações.

* * *

Dia 16-1-20

Suicidou-se no pavilhão um doente. O dia está lindo. Se voltar uma terceira vez aqui, farei o mesmo. Queira Deus que seja um dia bonito como o de hoje.

* * *

Os sábios que seguiram Napoleão na expedição do Egito montavam em jumentos. Quando os mamelucos ameaçavam um ataque, ao formar um quadrado, os soldados gritavam: “No centro do quadrado, os asnos” — “*Au centre du carré, les ânes*” —, porque estavam montados em burricos.

* * *

What is gipsy?

* * *

O engenheiro diz que o Pires de Albuquerque foi promovido devido a ele, tendo-lhe dado até dinheiro.

* * *

Revolta das mulheres por causa da comida. Loucas e enfermeiras. Diferença entre a reclamação delas e a dos homens, que foi anteriormente.

* * *

Conversa de loucos. Dificuldade de reproduzi-la e o delírio também.

* * *

Rabelais XIII.

* * *

Abelardo: Viveu infeliz e morreu humilhado, mas teve a glória e foi amado.

* * *

O B., homem de mais de cinquenta anos, dizia ter oito ou nove anos e tomava a bênção a outro doente (V.O.).

* * *

Há um doente, o tal dos berloques, que toca piano, é o que toca melhor; ele toca coisas do meu tempo de rapazola, quando eu dançava. Observo o seu modo de tocar. Embrulho. O Hino Nacional. Nunca acaba.

* * *

C.B., jogando xadrez, vai muito bem e de repente vem-lhe o delírio e complica tudo.

* * *

Comparar com o bilhar. Por quê?

* * *

Quem toca é o tal bacharel que se condenou à mudez. E..., M..., o velho que dizem matou a mãe, quase mudos. Observar as reações da loucura sobre a articulação da palavra; alguns, trôpegos de língua; alguns balbuciam, e outros, quase mudos.

* * *

B., quase preto, o terror da enfermaria. A briga dele com o Gato, o Caranguejo. Falar desse tipo curioso de maníaco.

* * *

Eu vi o P. esfregando o assoalho com a vassoura pesada.

* * *

A., companheiro de dormitório; tem a mania de trazer a cabeça molhada e os cabelos presos por um lenço fino. Uma noite, despertou gritando: “Estão me ateando fogo na cabeça!” Dorme com uma venda nos olhos e tem ao lado um verdadeiro guarda-comidas. Mania literária.

* * *

Um velho português que tem a vaga semelhança com Francisco José, imperador da Áustria, se crê por isso imperador. Seção Pinel.

* * *

Haverá contágio na loucura? Creio que sim. Ambiência do hospital. A imitação como própria à natureza da nossa inteligência. Notar que P. imita dois loucos: C.B. (tenente), que dá para bater portas e cadeiras, dá murros na mesa, etc., e Pereira, que imita dar traques. Este é copiado por diversos. As falas com que acompanham os gestos com a boca não se podem repetir: são porcas demais.

* * *

A princípio ninguém me procura. Da outra vez, fui muito. Sou muito estimado na rua do Ouvidor; mas quem não o é aí?

* * *

O F.P. batuca no piano coisas tão estúpidas como a sua loucura. Não sei como o povo julga que a loucura é sintoma de inteligência e de muito estudo. No hospício, não se vê tal coisa.

* * *

Um louco perguntou-me se Lisboa ficava em Minas Gerais e V. de O., aliás doutor, não sabia onde ficava Blumenau.

* * *

Diz F. — está há 26 anos, tendo entrado com 28 — que as mulheres temem refeitório devido à revolta do João Cândido.

* * *

Há três doentes que mataram ou tentaram matar as mulheres, dos quais dois são oficiais do Exército, sendo que um nada tem. É o engenheiro, o tenente e o Tenente P.M.

* * *

A força da loucura do V. de O. está nas suas pretensões intelectuais. Ele me disse que tem os instrumentos de engenharia mais aperfeiçoados, e um teodolito, caríssimo, [*ilegível*], e uma bússola que faz levantamentos automáticos e os registra numa espécie de fita telegráfica, indo no bolso. Instrumentos de cirurgia etc. A sua casa é uma lindeza de coisas pequeninas, até a mesa de operações é do tamanho de uma boneca. Quando mora em sobrados, tem as flores em potes. Entre elas, catleias, catleias em pote!

* * *

Dia 20-1-20

Hoje, o D.E., sobrinho de um funcionário daqui, embriagou-se e, no furor alcoólico, conseguiu subir até o telhado de uma dependência do hospício e de lá, prorrompendo nos maiores impropérios, pôs-se nu em pelo, enquanto bebia aguardente. Na hora do café, lá estavam os caíbras ou coisa parecida. Alguns têm um ar bom e modesto; mas outros têm a *morgue* de estudantes. Eu já tive.

* * *

Houve festa na capela e ao sair do café (à uma hora) cruzei-me com os padres. Que lorpas! E a Constituição! Padres como esses não fariam mal, se não fossem eles a guarda avançada do estado-maior jesuítico que nos pretende oprimir, favorecendo os ricos e pavoneando os seus preconceitos.

* * *

D.E. Veio o corpo de bombeiros, com uma escada, para tirá-lo de cima do telhado. Ele partiu as telhas e pôs-se a atirá-las em cima do povo que assistia o espetáculo do lado da rua. Não parece intimidado. Está seminu e, apesar de saber perfeitamente que está tomado de loucura alcoólica, de pé, na cumeeira do pavilhão, destinado à rouparia, como que vi, naquele desgraçado, a imagem da revolta.

Esse acontecimento causa-me apreensões e terror. A natureza deles. Espelho.

* * *

Guardas e bombeiros conseguiram apanhar o homem e amarrá-lo. Ele estava acororado na borda da cimalha, acororado da forma daqueles animais fantásticos que se veem nas cimalhas das igrejas góticas. Suspendeu o trânsito, durante mais de uma hora. O edifício ficava no canto da rua General Severiano.

* * *

O F.F. tinha no quarto também um estudo sobre moléstias crônicas, em francês.

* * *

O barbeiro.

* * *

Dizia Catão, segundo Plutarco, que os sábios tiram mais ensinamentos dos loucos que estes deles, porque os sábios evitam os erros nos quais caem os loucos, enquanto estes últimos não imitam os bons exemplos daqueles. Plutarco, página 178. 2v.

* * *

Ouvindo Catão, que pronunciava poucas palavras para o intérprete traduzi-las em muitas, aos grupos, observaram estes que as palavras do romano saíam do coração e as dos gregos da ponta da língua (*bout des lèvres*).

* * *

22-1-20

Vi hoje entrar um navio a vela, sem auxílio de rebocador, com um terço do velame. Outra impressão do vapor. Não denunciava esforço e parecia docemente ir a navegar sereno.

* * *

O.N., o tal de engenheiro, qualificou de vermelhas as cascas das laranjas, quando as mandou cortar pelo cozinheiro.

* * *

V. de O. diz comprar um iate logo que saísse e convidou o comandante e o farmacêutico.

* * *

O.V., lavador de peças de roupas dos pátios. Foi aluno da Escola de Minas. O tipo. Condenou-se ao silêncio. Gosto pela leitura. Vive nos vãos das janelas. Uma sesta, com outros que têm a mesma mania.

* * *

O alemão grandão, que é meu vizinho no refeitório, por ocasião do café teve um ameaço de ataque epiléptico. Bem estúpido e malcriado. Tratar dos nomes de pavilhões e dependências. Pinel, Esquirol — mulheres —, Calmeil. O mais conhecido é o Esquirol, porque foi médico do Augusto Comte.

* * *

O F.P., a sua mania de amolar todo o dia o médico e seu esforço para impedir que os outros fizessem o mesmo.

* * *

Juliano (Tito) César Flamínio.

* * *

Vive-se aqui pensando na hora das refeições. Acaba-se do café, logo se anseia pelo almoço; mal se vai deste, cogita-se imediatamente no café com pão; à uma hora, volta-se e, no mesmo instante, se nos apresenta a imagem do jantar às quatro horas. Daí até dormir, são as horas piores de passar.

* * *

O V. de O. logo se informou de tudo, costumes dos doentes, guardas, mexericos, puxava conversa com todos, doentes e guardas, para saber novidades.

* * *

23-1-20

O S., que parecia idiota completo, a ponto de carregar troços dos outros, para os dar a um meu vizinho de dormitório, desapareceu. Emoção na seção.

* * *

O C., sempre com um pano preto. Tipo eclesiástico. Mal-encarado. Companheiro de bisca com o P. Uma voz fortemente nasal. Era tipógrafo. Tinha um ríctus constante de mau humor e aborrecimento.

* * *

24-1-20

Hoje, antes das sete horas, F., o que tem mania religiosa, desaveio-se com um belga, que tem mania de milionário e condecorado, e deu-lhe um golpe com uma faca improvisada.

* * *

Visita do procurador da República, Olinto Braga. Agitação. Reclamação dos malucos. Inspeção das camas, etc.

* * *

Um doente chamou-o de boa-vida.

* * *

Furtaram da sala do diretor a bengala do procurador.

* * *

O A. disse que o faziam ficar sem juízo e a alma se esvaía.

* * *

O servente do laboratório. A sua pretensão. O avental que, no interior dos hospitais, se confunde com a tal esmeralda simbólica. Livros científicos. Meios de cultura. Não sabia francês. Quis que lhe traduzisse páginas. Pede a P, embaraço deste. Caso semelhante, Hospital Central, com F., diferença entre este e aquele. João e Horácio, nos laboratórios de química da Escola Politécnica.

* * *

F. diz que a mãe dele tem 420 anos.

* * *

Suas façanhas. Casa-forte. Pai rico. Transferido de seção. Saída da casa-forte. O [...] estava no pátio na outra seção. Negro. Vassoura na mão. Reflexões a respeito.

* * *

Vieram visitar-me o Luís Pinto, o Paixão e um amigo deste, 25-1-20, quando fazia um mês que eu aqui estava.

* * *

A loucura, a degradação humana — o horror desse espetáculo.

* * *

V. de O., sua preocupação de ser o primeiro maluco que faz reclamações, e sua pretensão de que fala muito bem e com toda a clareza.

* * *

V. de O. disse-me que tinha duzentos e tantos mil-réis na palmilha da botina; quando brigou com o Dias, disse que tinha trezentos e tantos. No dia de São Sebastião, foi à capela do hospício pelo correr do dia e à tarde. Voltou de lá dizendo que tinha arrematado prendas. Estávamos no salão, e ele apontou uma menina que passava, como tendo recebido dele o presente de uma flor arrematada. Vendo que a menina não levava flor alguma, emendou que esta estava no chapéu. Na ocasião da proeza do D.E. no telhado, viu a sogra e a mulher. Ele toma-me as palavras e as repete como dele. Quando o B. quebrou o nariz do Gato, eu, narrando-lhe o fato, classifiquei o estado do nariz do Gato como estando a meia-nau; imediatamente, contando a outro, ele repetiu a classificação. Vendo os padres no refeitório, achei-os indecentes, antipáticos, com ar de párocos portugueses. Ele, na minha vista, repetiu a opinião. As cartas que lhe dou minuta, que lhe emendo, quando eu o procuro para que ele aluda

a esse serviço, mínimo, ele desconversa. Ele é mais ignorante do que eu pensava. É um caso interessante.

* * *

Diz Plutarco que, mais do que outra qualquer divindade, Vênus tem horror à violência e à guerra.

* * *

Não sabe suportar nem a boa nem a má fortuna.

* * *

Há sempre prodígios, no Plutarco, até os ratos roem o ouro do templo de Júpiter, raios advertissadores, crianças que nascem com cabeça de elefante, eclipses, etc. Todos os seus heróis têm filhos mais belos da cidade.

* * *

Houve quem perguntasse: bebemos porque já somos loucos ou ficamos loucos porque bebemos?

* * *

A mania do F.P. pelos jornais que ele não lê. A razão. Os livros também. Um livro de matemática em alemão.

* * *

Havia no hospício um louco completamente imbecil, cuja mania era tirar os troços da cama de um e levá-los para as de outros. Constantemente fazia isso. Hoje, 26-1-20, desapareceu-me um livro que me fora oferecido, dentre os três que ali tinha. Além do mutismo e ficar ereto nos cantos, a sua mania era esta. Tive-o sempre em antipatia, e o fato, que me aborreceu muito mais, aumentou a minha antipatia por ele. Os furtos aqui, antes dele, eram de onde em onde; agora sucedem com frequência. É preciso saber que não tenho dormitório e tudo que tenho — livros, toalha, papel, sabonete, etc. — guardo debaixo do travesseiro ou do colchão.

Na primeira vez que aqui estive, consegui não me intrometer muito na vida do hospício; agora não, sou a isso obrigado, pois todos me procuram e contam-me mexericos e novidades. Esse convívio, obrigado, com indivíduos dos quais não gostamos, é para mim, hoje, insuportável e ainda mais esse furto e as minhas apavorantes dívidas fazem-me desejar imensamente sair daqui. O médico me ofereceu alta, mas não aceitei já, porque só quero sair depois do carnaval. Demais, eu penso que o tal delírio me possa voltar, com o uso da bebida.

Ah! Meu Deus! Que alternativa!

E eu não sei morrer.

* * *

Sarará das drogas, o tal chibante, tem o cabelo crespo. Para assentá-lo, usa uma touca e naturalmente vaselina. Dorme com a touca e a usa pela manhã em fora.

* * *

V. de O., desde dias, vinha brigando com M. Antônio, guarda, o substituto de Dias, na inspetoria da seção. Sabendo aquele que ele tinha uma tesoura em seu poder, tomou-a. Ele se enfureceu e disse que tinha um punhal; deram uma busca mais rigorosa e descobriram que ele furtava roupas particulares de outros doentes, cujas marcas trocava. Além disso, encontraram uma chave da porta dos fundos.

* * *

O caso dos jornais atrasados e a sua prisão no dormitório-cárcere.

* * *

A sala de bilhar é uma das melhores peças da parte do edifício que ocupamos. Fica no extremo da ala esquerda do hospício. Tem três janelas de sacada para a frente, que olha para o mar; e três outras do lado esquerdo. Já foi melhor mobiliada. Nas paredes há quadrinhos, com recortes de revistas ilustradas, emoldurados modestamente com *passe-partout* improvisados. Representam castelos nas pontas de montanhas, com torres cilíndricas com os tectos cônicos, das condessinhas do século XIII ou XIV, paisagens de Estaque, no inverno; uns carvalheiros sem folhas ou *peupliers* tristes. Há um desenho de um senhor gordo deitado num divã rico, ele mesmo em vestuário de baile, que me parece ser de Leandro.

Quem teve esse trabalho de decoração? Há vestígios de que foi pessoa de gosto e educação.

* * *

Dia 27-1-20

Logo após o café, o V. de O. provocou um barulho dos diabos com o F.P., porque este tinha sido transferido para um quarto melhor, com cômoda etc., e não pagava nada, enquanto ele pagava 15 mil-réis e não tem essas regalias. Trocavam insultos mutuamente os mais vis e baixos. V. de O. mostrou todo o seu fundo de soberba, de presunção, de vaidade e mesquinharia. Entretanto, ele não paga.

* * *

Tem-se na conta do doente mais rico, mais importante, o que mete medo aos guardas, aos médicos, ao pessoal superior.

* * *

A sua loucura veio-lhe da vaidade doentia.

* * *

O T., o tal que matou o rival em amor, diz que viveu 12 anos num ovo.

* * *

V. de O. tem o riso algo parecido com o J.B. e algumas vezes sublinha as frases com contrações da fisionomia e do canto dos lábios, e tem gestos parecidos com ele.

O riso é antipático. Dostoiévski diz que se o riso de um desconhecido é agradável, ele é homem honesto. O do V. de O. é desagradável, soa como um chocalho de coco ou cabaça.

* * *

Há outro caso de imitação entre loucos: um doente que esteve na minha seção foi transferido para outra e lá espiava o A., que vivia pelas salas e corredores a dizer coisas desconexas, palavrões, e repetir, a espaços, a palavra pinacoteca, derivadas e ou acompanhadas de outras, que não fazem sentido com ela. Ao imitador não vi, mas fui informado por pessoa segura que andava de um lado para outro a dizer: pinacoteca, Piabanha.

* * *

O doente borrado, seminu, o seu aspecto horripilante.
O seu maneio de sombra no corredor.

* * *

Gabrielle Coni — *Vers l'oeuvre douce e Fleurs de l'air.*

* * *

Annuaire international du crédit public.

* * *

Attala.

* * *

Revolta dos presos na casa-forte, às sete horas da noite. Baderna, etc. A revolta é capitaneada pelo D.E., o tal que subiu no telhado. Estão chegando bombeiros e força de polícia. Previ isto. Os revoltosos são vizinhos de quase metade da Seção Pinel. Armaram-se de trancas. Vejo-os cá de cima. O resto da Seção Pinel mantém calma. A nossa está quase sem guardas nem enfermeiros, mas a atitude de todos é de curiosidade. Um acontecimento desses quebra a monotonia e distrai. O Ferraz diz que o Santana é vítima de inimigos traiçoeiros, por ser mulato. Santana é um velho empregado da assistência e muito bom para os doentes em geral. Ferraz, em seguida, acrescenta que ele é um homem velho, tem 420 anos, já foi Márcio Néri e outros despautérios que eu não pude guardar; mas pode com eles todos. O que é evidente é que alguém fornece meios e modos ao D.E. para ele fazer esses escândalos todos, no intuito de desacreditar alguma pessoa influente no hospício ou mesmo toda a diretoria. A rua encheu-se; há um movimento de carros, automóveis com personagens, e força de polícia e bombeiros; há toques de corneta — um aspecto de grosso motim.

Consta que ele lançou cimentos e varões de ferro. Já tenho medo de ficar aqui.

* * *

Há alguns que não são aparentemente doentes, mas que em dados momentos se denunciavam em contrário. Os epilépticos, os sujeitos a certas manias que têm um delírio de tempos em tempos. Conheço o E.P. desde que entrei aqui, como homem polido, de certa educação, serviçal, não aparentando a menor mania, senão a de não sair daqui. Foi estabelecido com tabacaria e mostra ter boas relações de amizade. Uma vez atrasou-se no banho; o guarda, ao passar pelo banho para o café, disse-lhe uma coisa sem importância, ele vestiu-se rapidamente, chegou a tempo, o guarda repetiu uma pilhéria sem alcance e, por isso, ele se fez pálido, beijos roxos e tremendo que nem uma pilha. Que seria capaz de fazer?

* * *

28-1-20

O diretor proibiu a entrada dos jornais.

* * *

O E.P. atirou fora os abacates que lhe deram, porque os temperaram com açúcar de terceira. Ele é branco de primeira ordem e não negro, nem mulato, para usar tal açúcar.

* * *

O nu no hospício. A Liga pela Moralidade. Poucos homens bem-feitos; o mesmo no banho de mar. Um único eu vi no hospício. Era um rapaz moreno, olhos e sobrancelhas negras, assim como os cabelos, de um negro bonito e luzente. Perfeitamente imbecil, olhava-me com um sorriso parado, sem dizer nada e nada pedir.

* * *

Os jornais foram proibidos, mas todos tinham jornais, entre eles o F.P. e o tal engenheiro C.P. Aquele moço bem alto, que não emprestava a ninguém, olhando para mim, ele que não cessa de pedir-me cigarros, fósforos, jornais e até dinheiro, eu lhe dei para comprar revista. Contudo, o Gastão dos cigarros guarda um para mim. O maluco é em geral mau e egoísta, especialmente o Porto, cujo delírio é de grandeza. Raro é o liberal e agradecido. Só aqueles que caem em profunda loucura é que perdem o sentimento de propriedade. Descobri quem me furtou o livro. Foi o Gato a quem tratei bem e nunca lhe atirei chufas. Deu-o ao Gastão, que viu meu nome e não mo restituiu. Este G. é um rapazola de que já falei, e não tem nada de louco. Simplesmente sujeito a ataques. A esse tempo, agarrou de aborrecer-me muito, tenho feito muitos obséquios. Este pequeno tem de sair daqui, por força; é muito moço e não tem cura; mas terá um mau destino.

* * *

Convém falar no J.C., de Santa Teresa, um louco. A sua loucura. A história dos seus estudos, as suas crises, apelo a misticismo, vícios etc.

* * *

Custa a crer que esses loucos, dois principalmente, V. de O. e F.P., me aborrecem e irritam-me. Esqueço de que são loucos e dá-me vontade de vociferar. Vou pedir alta, para não dar essa demonstração de loucura.

* * *

— “*Un partenaire au jeu est un individu très émerdant. Toujours il me demande: Est-ce que vous connaissez monsieur un tel? En attendant ma repouse, il dit: Ce monsieur un tel est marié avec ma cousine qui est fille du docteur un tel. Connaissiez vous? — Non. — Au moins le docteur... Il a été une notabilité à Valparaiso. — Non. J'avait dit à lui que je suis été au Hospital Central. — Vous avez connu sans doute le general Travassos. Je me fâche et en tire fâché. Je dit: —*

Hier j'ai dit ainsi que je suis été au H.C. le dernier année. Oh! Mon Dieu de la France! J'étouffe."

* * *

F. Porto diz que é tão inteligente que, depois de seis meses de estudar latim, pôs-se a declinar grego, enquanto o irmão levou dois anos para traduzir Virgílio.

* * *

O Torres matava camundongos, pelava-os, estripava-os, para dar aos gatos, a fim de que não tivessem trabalho de fazer isto.

* * *

As rixas! Os heróis delas.

* * *

A loucura do cigarro. Um doente, homem rústico, tipo de nosso roceiro, veio para o meu dormitório. Nos primeiros dias, passou bem; mas, não recebendo visitas e, conseqüentemente, fumo ou cigarro, perdeu a quietude e ficou doido. Descrever a noite.

* * *

No salão, havia um recorte representando uma pescaria de fúcea feita por mulheres de coifa, à noite ao luar.

* * *

Telefone do Schettino — 3863 C.

* * *

“As leis são como as teias de aranha que prendem os fracos e pequenos insetos, mas são rompidas pelos grandes e fortes.” — Palavras de um sábio cita Anacársis, citado por Plutarco, na vida de Sólon.

* * *

A., primeiro, repetia — suavemente perfumas a tua lembrança — frase que ele encontrou num livro que me deram.

* * *

Este mesmo fez-me ler, na biblioteca, a *Dor do Alcindo*, com má prosódia, em que pronunciava “inercia” e “esteríl”. Aconselhou-me que a lesse, porque educaria melhor o meu espírito que o livro de Renan que estava lendo. Lia um artigo sobre Amiel. A *Dor* está no volume 24 da *Biblioteca das Obras Célebres*.

* * *

Leio o Plutarco (hospício) vida de Coriolano a Alcibíades. Ambos puseram os seus talentos a serviço dos inimigos de sua pátria, por despeito de serem perseguidos politicamente. Temístocles matou-se. O beócio P. considera todos os três homens ilustres; hoje, aqueles dois não tomariam arma, mas vendê-la-iam em convênios e declarações de guerra, mediante ouro do estrangeiro.

* * *

Não esquecer o poltrão do Veiga. Tipo de débil mental.

O CEMITÉRIO DOS VIVOS

Quando minha mulher morreu, as últimas palavras que dela ouvi foram estas, ditas em voz cava e sumida:

— Vicente, você deve desenvolver aquela história da rapariga, num livro.

Ainda durou cerca de dois dias, mas quase sem fala. Balbuciava unicamente; em geral, não entendia o que queria por aí, mas pelos gestos e sinais que fazia.

Nas ocasiões em que me aproximava dela, nos seus últimos momentos, o seu olhar de moribunda tinha uma doce e transcendente expressão de piedade. Era como se ela dissesse: “Vou morrer! Que pena! Vou deixá-lo só por este mundo afora.”

Para o filho, que andava próximo dos quatro anos, não lobriguei nos seus olhos uma tão profunda manifestação de comiseração. Parecia-lhe, certamente, que ele seria mais feliz do que eu. Não sei, não me recordo se, logo após a sua morte, pus-me a pensar nas suas palavras, a bem dizer as últimas, e no meu casamento e outros fatos domésticos. Mas o certo é que elas me ficaram gravadas; e nunca mais se foi de mim a imagem daquela pobre moça a morrer, com pouco mais de 25 anos, e o sentimento da dor que se lhe estampava no olhar místico, por me deixar no mundo, dor que não era bem de mulher, mas de mãe amantíssima.

O melhor é contar como foi o meu casamento, um pouco da minha vida, para que se possa bem compreender por que esse espetáculo doméstico, em geral de tão pouco alcance, trouxe para mim consequências desenvolvidamente dolorosas, um verdadeiro drama psicológico e moral, que todas as satisfações posteriores não puderam dar termo na minha consciência, nem tampouco o trabalho e o vício.

A minha história de casamento é singular. Vou narrá-la. Como toda a gente, quis ser “doutor” em alguma coisa. Não tendo quem me custeasse os estudos, logo pelos 17 anos, com uma falsa certidão de idade, fiz um concurso em uma repartição pública e obtive um pequeno lugar de funcionário. Minha

família vivia fora do Rio de Janeiro; e eu, apresentado por outro colega, fui morar na pensão da viúva Dias, à rua XXX. Canhestro e tímido, apesar de ter vivido fora do ambiente doméstico, em internatos, no meio de meninos e rapazes desenvolto, nunca fui dado à sociabilidade feminina, muito menos a namoros, e sempre que, por esta obrigação ou aquele obséquio, me impunham a tomar parte em sociedade de moças e senhoras, saía daí aborrecido. No dia seguinte, fazia um exame retrospectivo dos fatos da véspera e verificava, com amargura e vexame, que tinha dado tal “rata”, tinha sido ridículo, por isso, por aquilo, e jurava não mais me meter em semelhantes rodas.

Crente da minha irremediável inabilidade para tratar com damas de todo o jaez, evitava-lhes o comércio o mais que podia. Se minha irmã me pedia, lá donde estava, que comprasse qualquer coisa em loja servida por moças, dava a encomenda a outrem, para executá-la, mediante ou não gratificação. Até agora, ainda de todo não perdi essa cisma, pois evito comprar selos a funcionários de saias.

Com esse gênio, não me agradou muito quando deparei na pensão uma moça de pouco menos idade do que eu, vivendo familiarmente com os fregueses. Era dona Efigênia, a filha da dona da casa, que superintendia o serviço na sala das refeições. Guiava o copeiro, ralhava-lhe, atendia as reclamações dos fregueses; enfim, como já disse, vigiava na marcha das refeições das pensionistas, no salão a elas destinado.

A velha, sua mãe, dona Clementina, ficava lá nos fundos, dosava os pratos, racionava, como se diz hoje, e fazia outras miudezas da copa.

A descoberta da moça quase me fez abandonar o hotel de dona Clementina Dias, no fim do primeiro mês; mas temi agastar o meu colega e parecer-lhe ao mesmo tempo ridículo, se confessasse o motivo. Contudo, no começo, envergonhado, quer para uma, quer para outra refeição, esperava-o sempre para tê-lo como companhia.

Dona Efigênia, que deu com o meu embaraço, veio ao meu encontro. Respondi-lhe às perguntas, mas temia encará-la. Com quase vinte anos, habituado a todas as troças de rapazes, ficava que nem um seminarista diante daquela moça.

Furtivamente, eu a observava. Não era feia, nem bonita. Pequena, mesmo miúda, com uma cabecinha minúscula de cabelos escassos, parecia uma gatinha, com os seus olhos estriados muito firmes de mirada, agachada na escrivaninha alta, donde dirigia o serviço do refeitório e onde ficava melhor, com mais elegante figura, do que de pé, quando a isto era obrigada, para providenciar

sobre qualquer coisa em cima das mesas, às importunações e reclamações de um dos fregueses de sua mãe.

Assim, nessa postura, ficava inteiramente insignificante, e o seu lindo olhar de força e penetração se sumia todo na justeza de sua figurinha; e na rua, então, ainda mais...

Não gostava de vê-la senão na escrivaninha alta, sobre um estrado; e era onde, positivamente, apreciava os seus olhos pardos, pequenos, penetrantes, como que estriados, ao redor das pupilas negras.

De onde em onde, ela os punha sobre mim, denotando uma grande vontade de me adivinhar, e eu fugia deles com medo de me trair.

No fim de dois meses, ela me fez as perguntas do costume sobre os meus estudos e os meus avanços neles. Aborrecia-me com isto, porque já começava a aborrecer-me com eles. O que os estudos normais e consagrados do Brasil me podiam dar, eu já supunha ter obtido; o mais era ter um título de que me não iria servir e só me serviria de trambolho e enfeite de botocudo.

Não me queria absolutamente ignorante nas ciências físico-matemáticas e estava seguro de que as noções que tinha eram suficientes. As carreiras especiais, em uso na nossa terra, não me tentavam, tanto mais que sabia eu, pois tinha percebido logo após a minha matrícula, que em nenhuma delas se enriquece ou mesmo se sobe em honrarias, sem ter nascimento ou fortuna, ou senão empregando muita abdicação de suas opiniões, ou — o que é pior — perdendo muito de sua autonomia e independência intelectual na gratidão por seu protetor.

O meu esforço em “formar-me”, como se diz por aí, era para atender a um capricho de meu pai, que, até o último momento de vida, desejou isso, para vingar-se.

É caso que ele tinha um parente ou contraparente, com quem viera às mãos por causa de uma questão de herança do avô, meu bisavô, portanto, e dera-lhe uns tiros. Processado, fora absolvido, mas não deixou de passar um ano na cadeia e sofrer o suplício moral do júri. Nunca me contara isso, mas todos que ouvi a respeito eram unânimes em dizer-me que esse tal meu primo era um fanfarrão, presunçoso de seu título de engenheiro pela Bélgica ou Estados Unidos. Tratava com muito desprezo o meu pai, e este o suportava, porque fora amigo do irmão, pai dele, de quem não tirara a bondade e o carinho.

Antes do doloroso fato, demonstrava publicamente não querer relações estreitas com meu pai e, a quem o inquirisse sobre a natureza de seu parentesco

com o meu genitor, respondia desdenhoso:

— É, é meu parente; mas muito longe.

Acredito que dissesse isso porque meu pai ainda tinha em muita evidência traços de raça negra; e o meu primo, o doutor belga, como todos os antropologistas nacionais, põe os defeitos e qualidades da raça nos traços e sinais que ficam à vista de todos.

No suspeito doutor americano, eles se haviam detido muito, apesar do cabelo liso e cor de fogo.

Apesar dos tiros terem todos errado o alvo, o seu ódio se sentiu cevado. Casou-se meu pai, vindo eu a nascer em breve, e todo o seu esforço foi encaminhar-me para a formatura, numa escola nacional, bem direitinho, para dar uma outra lição no filho do seu irmão mais velho, que o era em muitos anos sobre ele, numa diferença de quase vinte.

Comecei cedo a fazer os preparatórios, se não com brilho, ao menos com muita segurança; e cedo acabei-os; mas sobrevieram dificuldades de família, meu pai enfermo veio a morrer, fiquei sobre mim, longe de minha mãe e dos meus irmãos.

Tinha grandes ambições intelectuais, um grande orgulho de inteligência, mas não sentia nenhuma atração pelo “doutorado” nacional, eu visava ao Kamtchatka, aos países exóticos, às regiões defesas à inteligência.

Ainda mais: era meu propósito ambicioso de menino examinar a certeza da ciência, e isto — vejam só os senhores — porque, lendo um dia, nos meus primeiros anos de adolescência, uma defesa de júri, encontrei este período:

“O réu, meus senhores, é um irresponsável. O peso da tara paterna dominou todos os seus atos, durante toda a sua vida, dos quais o crime de que é acusado não é mais do que o resultado fatal. Seu pai era um alcoólico, rixento, mais de uma vez foi processado por ferimentos graves e leves. O povo diz: tal pai, tal filho; a ciência moderna também.”

Muito menino, sem instrução suficiente, entretanto, semelhante aranzel me pareceu abstruso e sobretudo baldo de lógica e em desacordo com os fatos. Conhecia filhos de alcoólicos, abstinentes; e abstinentes pais com filhos alcoólicos.

Demais, um vício que vem, em geral, pelo hábito individual, como pode de tal forma impressionar o aparelho da geração, a não ser para inutilizá-lo, até o ponto de determinar modificações transmissíveis pelas células próprias à fecundação? Por que mecanismo iam essas modificações transformar-se em caracteres adquiridos e capazes de se constituírem em herança?

Não sabia responder isto e até hoje não sei responder, e ainda mais se me perguntava, nesse caso de alcoólico: no ato da geração, dado que fosse a verdade essa sinistra teoria da herança de defeitos e vícios, o pai já seria deveras um alcoólico que tivesse as suas células fecundantes suficientemente modificadas, igualmente, para transmitir a sua desgraça ao filho virtual?

Menino, pouco lido nessa coisa, como ainda hoje sou, a afirmação daquele advogado de júri me pareceu menos certa do que se ele dissesse que um desvario, um mau gênio, tinha feito o seu constituinte errar, pecar, roubar ou assassinar. É mais decente pôr a nossa ignorância no mistério, do que querer mascará-la em explicações que a nossa lógica comum, quotidiana, de dia a dia, repele imediatamente, e para as quais as justificações com argumentos de ordem especial não fazem mais do que embrulhá-las, obscurecê-las a mais não poder.

Sou, e hoje posso afirmar sem temor, sujeito a certas impressões duradouras, tenazes, que me acodem todos os dias à lembrança, por estas ou aquelas circunstâncias aparentemente sem relação com o fundo delas. Não sei nunca por que me ficaram e, as mais das vezes, não posso verificar o instante em que elas me ficaram.

Lembro-me de um grande pé de eucalipto que havia na estrada da casa de um amigo de minha família, e isto vi quando tinha sete anos ou menos; lembro-me de uma cadeira de jacarandá, estilo antigo, com um alto e largo espaldar, em que minha avó materna sentava-se, tendo os pés num tamborete e todos os netos sentados no chão a ouvir-lhe histórias ou a responder às suas perguntas afetuosas, e ela morreu antes de completar eu vinte anos; entretanto, não tinha a menor lembrança de fatos importantes que se deram depois, quer domésticos, quer particulares a mim, quer públicos.

Não me recordo mais quais foram os meus examinadores de História Universal, dos seus nomes, nem das suas fisionomias. Só me lembro de que todos os três eram velhos, bem velhos, e me tratavam filialmente.

Tinha, entretanto, já 13 anos de idade.

Esse fraseado de advogado, que mais acima citei, jamais me saiu da memória. De mim para mim pensei: se um simples bêbedor pode gerar um assassino; um quase assassino (meu pai) bem é capaz de dar origem a um bandido (eu). Assustava-me e revoltava-me. Seria possível que a ciência tal dissesse? Não era possível. Havia ali, por força, uma ilusão científica, um exagero, se não uma verdadeira imperfeição; e o meu pensamento de menino foi estudá-la, mas bem depressa, depois que a frequência das prédicas

positivistas deram-me, por negação, algumas vistas sobre as bases metafísicas das ciências, planejei estudá-las, decompô-las e marcar o grau de exatidão dos seus métodos, a sua conexão com o real, a deformação que ele trazia ao que passava de fato bruto para o dado na teoria científica; havia de aquilatar a colaboração da fatalidade da nossa inteligência nas leis, na contingência delas, as ideias primeiras — todo um programa de alta filosofia, de alta lógica e metafísica eu esboçava nas voltas com o cálculo de “pi”.

Parecia-me que estávamos, quanto à experiência, ao método experimental, caindo nos mesmos erros e exageros que os escolásticos medievais com os seus princípios aristotélicos, seus silogismos e outras ilusões e preconceitos lógicos, bem etiquetados, enfileirados e disciplinados. Sobretudo, no que tocava aos confins da biologia e do que chamam sociologia ou estudos sociais, havia vícios insanáveis de pensar, e tudo o que parecia indução, resultado de experiências honestas e conclusões de documentos que os equivaliam, devia merecer uma crítica rigorosa, não só dessas experiências e documentos, como também dos instrumentos de observação e de exame — crítica que, neste e naquele ponto, já vinha sendo feita por espíritos mais livres, mais ousados, libertos das tiranias da tradição das academias e universidades.

Tinha firme o propósito, quando pisava a pensão, de abandonar o que vulgarmente se chama, entre nós, estudos superiores e fazer com todo o afinco, segundo programa meu e o destino que tinha em vista, o que entendesse e da forma que entendesse.

Por isso eu me aborrecia, como já disse, quando dona Efigênia, com toda a sua unção de mulher e de moça, me perguntava pelos meus estudos oficiais.

De acordo com o meu sistema, a ninguém fizera confidência dessas minhas tenções. Tinha para mim que todos, admitindo que eu fosse capaz de tudo ser, até poeta, haviam de rir-se do meu singular e estupendo plano de trabalhos intelectuais. Se não me julgassem totalmente incapaz, certamente haviam de aconselhar-me:

— Bem! Está direito! Mas você pode formar-se, pois uma coisa não impede outra.

Impedia, sim. Com o diploma, o “pergaminho” da superstição popular, não permitia a censura geral que havia de reagir sobre mim, que ficasse eu copiando ofícios numa repartição do governo. Tinha que obter um emprego adequado ao meu título, para isto era necessário dar passos que me repugnavam: arranjar pistolões, mendigá-los mesmo, para me colocar e, de acordo com a alta conta em que então tinha as minhas faculdades mentais, para

não fazer feio, estudar, estar a par das coisas da profissão de que o Estado me investira solenemente, num canudo de folhas de flandres, curtindo um papel encorpado e uma caixa de prata com selo de lacre.

Sobretudo este último passo não me convinha dar. Queria depender, o menos possível, das pessoas poderosas, as únicas capazes de me darem um emprego, e, conquanto elas nada exigissem, eu ficava tacitamente obrigado a não expender umas certas opiniões radicais sobre várias questões que as podiam interessar proximamente. De resto, aplicar-lhe, ao estudo de uma profissão liberal, o que exigia o meu amor-próprio, se a fosse exercer, seria desviar da aplicação normal, da inclinação natural e espontânea da minha inteligência, que não me levava para isso.

Sem nenhuma autoridade moral sobre mim, pois a única que tinha era meu pai, que morrera, estava firmemente decidido a executar o meu plano de vida, sem atender a conselhos quaisquer.

Mandaria às urtigas o “pergaminho”, o canudo, o lacre, o grau, o retrato de tabuleta, numa casa de modas na rua do Ouvidor, e resignar-me-ia a ser tratado desgraciosamente por “seu fulano”.

Aquele ano em que fui para a pensão da viúva Dias, ainda resolvi frequentar, por minha conta e risco, sem cuidar da seriação oficial das matérias, certas aulas da escola, para aprender umas dadas noções e ideias que julgava necessário tê-las; mas, no ano seguinte, não mais lá iria. Foi quando apareceu dona Efigênia.

Apesar de fugir dela, a moça estava sempre a puxar-me pela língua. Não sabia a que atribuir essa irresistível simpatia que se denunciava assim por mim. Não me tinha como repelente, julgava-me mesmo simpático para os rapazes e homens; mas supor que o mesmo fosse para raparigas e moças, era vaidade que não penetrava em minha pessoa.

Ao menor pretexto, conversasse ela qualquer coisa com outro comensal da pensão, voltava-se para mim e indagava:

— Não é, seu Mascarenhas? Não é assim? Não é isso?

E deitava sobre mim aquele seu olhar de flecha, que fazia baixar o meu, timidamente.

Estava sempre a procurar jeitos e modos para que eu falasse. Ora falava-me na guerra russo-japonesa, ora sobre os méritos de uma dessas efêmeras celebridades que os jornais noticiavam a sua estadia; e eu respondia com muito acanhamento e timidez, e até, em começo, com certo mau humor.

Aos poucos, porém, fui perdendo o medo; e, por fim, já dava respostas mais longas, sustentava a palestra, levantava o olhar, não me limitando a respostas secas e curtas.

Seguiu-se o capítulo dos livros emprestados: romances, livros de versos. Com as minhas fumaças de filósofo e sabichão adolescente, desdenhava tudo isso, muito tolamente, porque ainda não houve sábio ou filósofo de verdade que os desdenhasse, a não ser os do Brasil, que o são em família e, mal morrem, todos se esquecem deles e da sua portentosa mentalidade inovadora.

As minhas leituras literárias eram poucas. Em menino, lia os autores nacionais: Alencar, Macedo, Manuel de Almeida, Aluísio, Machado de Assis; e também os poetas: Gonçalves Dias, Varela, Castro Alves e Gonzaga, de quem soube de cor várias líras da *Marília de Dirceu*. Júlio Verne, porém, era o meu encanto, pois me fazia sonhar no concreto de novas terras, novos mares, novos céus e até novos meios diferentes dos possíveis de admitir, mesmo imaginando.

Depois dos 16 anos, pouco procurei literatura, a não ser o *Paulo e Virgínia*, o *D. Quixote*, o *Robinson*, que são livros geralmente conhecidos e universalmente prezados.

Não os tinha porém, para emprestar à moça, e tive que os pedir, por empréstimo, para ser galante e serviçal.

A mos emprestar, era um meu colega, Nepomuceno, positivista simpático, pela mão do qual fui às conferências do senhor Teixeira Mendes e a outras festividades da Religião da Humanidade. A minha passagem pelo positivismo foi breve e ligeira. Frequentei o apostolado cerca de um ano; mas, apesar de me ter convencido de muita coisa da escola, eu, até hoje, nunca pude acreditar que aquele conjunto de doutrinas, capazes de falar e seduzir inteligências, fosse capaz de arrebatrar corações com o ardor e o fogo de uma fé religiosa.

Deu-me, entretanto, a frequência daquela curiosa igreja, o gosto pelas leituras de autores antigos, dos mestres que todos nós, em geral, só conhecemos de nome ou por citações de citações.

Lembro-me bem que lá adquiri uma brochura do *Discours de la méthode*, de Descartes, em tradução. Lia-a com atenção, sem fadiga, antes com prazer. O que me encantou no livrinho do filósofo francês foi preconizar ele a dúvida metódica, se não sistemática, a tábua rasa preliminar, para se chegar à certeza. Quando, mais tarde, pude ler, nos resumos, as suas *Meditações metafísicas*, a minha admiração cresceu ainda muito, aumentou sobremaneira, não tanto que o seguisse tão rápido quanto ele, da análise e da crítica à construção final... Demorava-me na análise...

Além disto, gostava de História e dos estudos históricos e sociológicos das civilizações; dos filósofos franceses do século XVIII, constituí durante muito tempo minha leitura predileta. Tive mesmo, por aqueles tempos, um magnífico exemplar da *Esquisse d'un tableau du progrès de l'esprit humain*, seguido de vários opúsculos de estudos sociais de Condorcet, exemplar que não sei que sumiço teve.

Com tais leituras rebarbativas, se não pedantes, e a biblioteca ortodoxa do Nepomuceno, via-me às vezes muito embaraçado, quando dona Efigênia me pedia:

— Doutor Mascarenhas, o senhor não tem os versos do Bilac?

Não me vinha felizmente a burrice de dizer que os não lia; mas, constrangido, dizia que não tinha. Se dissesse mesmo que não lia, seria rematada hipocrisia, pois o fazia com emoção e gozo, em toda a parte que os encontrava.

A moça, porém, insistia:

— Veja se me arranja.

— Vou ver.

Dava-me com um rapaz do Ceará, meu colega de curso, de nome Chagas, vadio que nem ele, mesmo estroina e desregrado, mas inteligente, bom camarada e dado a versos e a poetas, em cujo meio vivia. Possuía muitos livros de versos e outros de autores literários que eu me abstinha de ler. Morava na mesma casa de cômodos que eu, à rua do Lavradio, o famoso 69, que conheceu gerações e gerações de estudantes. Era um sobradão de dois andares e loja, que devia ter sido construído nos fins da Regência ou no começo do Segundo Reinado, forte, com amplas salas, áreas, mas assim mesmo escuro, iluminado somente por aquela meia-luz dos templos e dos mosteiros. Chagas levava na troça o meu positivismo, mas éramos amigos. Pedi-lhe o livro de Bilac. Ele sorriu e disse-me, entre malicioso e contente:

— Você está namorando, Mascarenhas?

— Por quê? Homessa!

— Qual! Você, positivista, lendo Bilac — não é possível! Isto é para “alguém”, seu manata! Vou emprestar a você o Bilac e é já!

Nunca me tinha passado semelhante coisa pela cabeça, pois me julgava completamente inapto para semelhante atividade e conformava-me orgulhosamente, por julgar tal incapacidade de bom augúrio, para realizar os estudos que meditava. Chagas, porém, fez-me ver melhor a mim mesmo, examinar mais detidamente as minhas atitudes diante da moça e as

modificações que elas tinham sofrido, naqueles oito meses de convivência pelo jantar e pelo almoço. Não deixava de ter ele razão, em parte...

Não me assustei com a descoberta e, daí por diante, as minhas relações com a moça, filha da dona da pensão, se estreitaram; e a minha solicitude pelas suas leituras chegou a tal ponto, que eu mesmo comprei livros para emprestar-lhe e até lhe dar. Ela passou a chamar-me somente por “doutor”...

Uma manhã, levei Chagas a almoçar comigo. Chagas era um excelente rapaz de coração, generoso, cavalheiro, poeta sem verso nem prosa, mas tomava para mexer comigo, no dizer familiar, uma atitude satânica e cínica. Logo que entrou e deu com a moça, disse-me em voz baixa:

— Olha que ela não é má, Mascarenhas. Para Musa é pouco escultural, tem muito pouco de Deusa; na rua das Marrecas, há mais perfeitas; mas, para o fabrico dos feijões e dos bebês, deve ser excelente.

Fechei a cara e Chagas não continuou nesse diapasão.

Veio o Pinto, um dos fregueses da viúva Dias, e, não havendo lugar nas outras mesas, sentou-se na nossa, justamente na cabeceira. Empenhou-se em uma conversa com Chagas, sobre Zola. Esse Pinto era um rapaz do comércio, que vim encontrar mais tarde em circunstâncias bem tristes e de que falarei com vagar no decorrer desta narração; era inteligente, curioso, razoavelmente lido, tendo feito a sua educação e instrução por si. Gostava de Zola, mas Chagas, que era nefelibata, decadente, simbolista ou coisa parecida, detestava o romancista francês.

Tanto eu como o Pinto, pouco ou nada sabíamos dessas coisas de escolas literárias; e Chagas, apesar de enfronhado e devoto desses assuntos de literatura, não explicava claramente, nitidamente, a diferença ou as diferenças que existiam entre elas. Falava nevoentemente, com grande calor, frases bonitas e novas; mas não as definia cabalmente. A discussão foi absolutamente inócua, mas a moça seguiu-a com atenção e, com algum travo de ciúme, observei que ela bebia, saboreando, o palavreado de Chagas.

No dia seguinte, ou no jantar desse mesmo dia — não me recordo bem —, ela, mal me sentava à mesa para tomar a refeição, ela se dirigiu a mim e perguntou-me:

— Doutor Mascarenhas, aquele seu camarada que almoçou consigo, falou nos *Cegos*, de um autor belga, cujo nome...

— Maeterlinck.

— É isto. Ele terá?

— Não sei; mas, se tiver, há de ser em francês.

— Não faz mal; serve assim mesmo.

Muito indelicadamente, perguntei sem reflexão:

— A senhora lê francês?

— Com dificuldade — respondeu ela —, mas leio. Aprendi com as irmãs, no colégio.

Trouxe o livro que, de fato, Chagas possuía; e esse episódio me passou como muitos outros que, por aqueles tempos, me pareceram sem importância.

Escrevendo estas linhas hoje e percorrendo na lembrança toda a minha vida passada, causa-me assombro de que, em face de todos esses episódios, a minha atitude fosse de completo alheamento. Mais do que os grandes acontecimentos, na nossa vida, são os mínimos que decidem o nosso destino; e esses pequenos fatos encadeados, aparentemente insignificantes, vieram influir na minha existência, para a satisfação e para o desgosto. Entretanto, quando se davam, eu me limitava a responder o que ela me perguntava e, sem força de consciência, fazia uma observação banal.

Foram precisos muitos e dolorosos acontecimentos, erros e guinadas, na minha vida, para que eu os reunisse todos na imaginação e reconstituísse com eles a figura excepcional de minha mulher, que eu não soube ver quando viva.

Não era menino, mas o meu sonho interior, o meu orgulho, o pavor de parecer ridículo, de mistura com uma forte depreciação a que, à minha personalidade, eu mesmo tinha levado, tudo isso e outros fatores difíceis de registrar contribuíram para que eu não visse, ou mal visse, a alma excepcional daquela pobre moça, cujo olhar, onde não havia ódio, me amedrontava como se não fosse humano.

Arrependo-me, embora não me sinta em nada culposos para com ela; arrependo-me por não a ter bem visto e não a ter extremado da massa humana, onde só via indiferença e incapacidade para o amor e para a bondade.

Expiei bem duramente essa minha falta íntima, que tantos sentimentos desconhecidos fez surgir em mim, tantas dores deu nascimento, como verão no decorrer destas páginas, que são mais de uma simples obra literária, mas uma confissão que se quer exteriorizar, para ser eficaz e salutar o arrependimento que ela manifesta.

O abismo abriu-se a meus pés e peço a Deus que ele jamais me trague, nem mesmo o veja diante aos meus olhos, como o vi por várias vezes...

Como ia dizendo, porém, continuei a emprestar livros a dona Efigênia e mesmo lia alguns dos que emprestava, para poder conversar com ela sobre as suas leituras. Assim, pouco a pouco, fui vencendo o fingido desprezo que tinha

pela literatura; e, quase sem sentir, dei em me interessar pelas suas coisas. Deixei aquela falsa e tola atitude positivista de só falar em Shakespeare, Dante e Molière; e falei sem fingido pudor em outros autores, alguns menores, mas alguns tão grandes quanto aqueles. De há muito eu percebia, mas minha toleima infantil não queria dar o braço a torcer, confessá-la. A convivência com a moça tirou-me afinal desse empacamento de muar letrado.

Deu-se um incidente, por aí, que muita influência teve ao depois no desenvolvimento da minha existência: comecei a escrever.

Animou-me a isto um outro colega meu, camarada íntimo de Chagas, com quem morava e discutia dia e noite literatura.

Era ele dado a escrever versos satíricos aos professores e a coisas de estudantes, para o que demonstrava singular habilidade e uma virtuosidade invejável. Tinha mesmo fundado um jornalzinho de estudante e arrastou-me a escrever nele. Colaborava com artiguetes tímidos, vacilantes, tratando de assuntos adequados ao meio, troças a este ou àquele, pequenos comentários sobre este ou aquele fato. Foi assim que comecei. Houve quem apreciasse e gabasse mesmo; e tratei de aperfeiçoar-me. Tratei de ler os autores com cuidado, de observar como dispunham a matéria, como desenvolviam, a procurar teorias de estilo, e isto, como todo principiante, fui procurar no enfado dos clássicos; mas, bem depressa, abandonei esse sestro e o meu escopo foi unicamente vazar o melhor possível o pensamento que queria vazar no papel.

Tinha um grande medo da gramática, dos galicismos, da regência dos complementos, das concordâncias especiais, por isso os escritos saíam-me cautelosos, numa prosa um pouco dura, sem fluência; mas os outros, assim mesmo, achavam graça no escrito.

Apurei-me, afinei-me, escrevendo duas, três e mais vezes a mesma coisa; e estendi a minha colaboração a jornaizinhos equivalentes ao do amigo de Chagas e, por intermédio dele, meti-me na roda de estudantes literatos que abandonam as letras mal se formam, e também na de profissionais.

Esqueci-me um momento dos meus propósitos de alto debate metafísico, de ferir a Ciência nas suas bases e contestar-lhe esse caráter de confiança dos Deuses, que os pedantes querem dar-lhe, para justificarem a vaidade de que tresandam, por saber dela um pouquinho, levando, com as suas asserções arrogantes, tristeza no coração dos outros e discórdia entre os homens.

Certo dia em que me pus a pensar nisso, veio-me a reflexão de que não era mau que andasse eu a escrever aquelas tolices. Seriam como que exercícios

para bem escrever, com fluidez, claro, simples, atraente, de modo a dirigir-me à massa comum dos leitores, quando tentasse a grande obra, sem nenhum aparelho rebarbativo e pedante de fraseologia especial ou um falar abstrato que faria afastar de mim o grosso dos legentes. Todo o homem, sendo capaz de discernir o verdadeiro do falso, por simples e natural intuição, desde que se lhe ponha este em face daquele, seria muito melhor que me dirigisse ao maior número possível, com auxílio de livros singelos, ao alcance das inteligências médias com uma instrução geral, do que gastar tempo com obras só capazes de serem entendidas por sabichões enfatuados, abarrotados de títulos e tiranizados na sua inteligência pelas tradições de escolas e academias e por preconceitos livrescos e de autoridades. Devia tratar de questões particulares com o espírito geral e expô-las com esse espírito.

De resto, é bem sabido que os especialistas, sobretudo de países satélites, como o nosso, são meros repetidores de asserções das notabilidades europeias, dispensando-se do dever mental de examinar a certeza das suas teorias, princípios, etc., mesmo quando versam sobre fatos ou fenômenos que os cercam aqui, dia e noite, fazendo falta, por completo, aos seus colegas da estranha. Abdicam do direito de crítica, de exame, de livre-exame; e é como se voltássemos ao régimen da autoridade.

A verdade, porém, é que, raciocinando assim, eu não fazia senão justificar-me, iludindo-me, de um desfalecimento no caminho que tinha prometido a mim mesmo trilhar. Não só abandonei os meus estudos particulares, satisfeito com o sucesso de estima que tinha obtido no estreitíssimo círculo de estudantes, como também não liguei importância alguma mais às disciplinas escolares.

Adiei os exames e deixei passar as duas épocas, sem prestar nenhum. Pouco demorou que Efigênia não soubesse de minha estreia nas letras; e instasse comigo para que lhe trouxesse os jornais. Trouxe um ou outro e percebi que ela não tinha entendido as crônicas. Não era possível ser de outra forma. Eram momentos, observações sobre episódios de uma classe, de vida muito à parte, com costumes muito seus e sempre a variar. Um dia, porém, tentei um conto. Havia já uma certa naturalidade na narração, alguma lógica no encadeamento e no desenlace, mas sem frescura de emoção diante das coisas vivas e mortas, e uma falta de ingenuidade doce, que precisava acentuar-se na heroína.

Era a tal história da rapariga que Efigênia me falou na hora da morte... A dar-lhe o continho, não fui eu; e até hoje não sei como lhe chegou às mãos. O certo é que sempre me falou nele, fazendo observações a respeito, como se o

tivesse de cor. Ainda me lembro que um dia, já estávamos casados, ela, aludindo ao conteco, me perguntou:

— Por que você não descreveu mais o amor da rapariga?

— Por que você pergunta isto? — fiz eu.

— Ora, por quê! Porque ficava mais bonito...

— Tive vergonha.

Ela dardejou sobre mim o seu olhar de malícia, em que não havia o menor sinal de raiva, mas só esforço de penetração, e inquiriu:

— Vergonha de quê?

— Não sei.

Disse isso, vexamos e nos calamos, como não precisando mais de palavras para nos entendermos.

Tenho me alongado em detalhes que parecem não ter interesse algum para o meu primitivo objetivo; mas espero que, quem tiver a paciência de me ler, há de achá-los necessários para a boa compreensão desta história de uma vida sacudida por angústias íntimas e dores silenciosas.

Havia quase dois anos que eu comia na pensão da viúva Dias, quando ela caiu doente. Um ataque prostrou-a, e perdeu movimentos, e tudo levava a crer que morresse ou ficasse parálitica. Parecia não ter parentes no Rio; e, a tal respeito, pouco sabia, pois nunca foi dos meus hábitos essa nacional bisbilhotice doméstica. Daqui e dali, uma frase hoje ou uma recordação amanhã, tinham-me feito crer que ela tinha ainda dois filhos, mas em Mato Grosso. Um, o mais velho, era oficial do Exército e lá vivia muito bem casado, interessado na política local e de lá não queria afastar-se; o outro era o mais moço, mais moço ainda que Efigênia, e vivia com o irmão que, por não poder dar-lhe caminho qualquer, o fizera soldado, depois cabo, mas não conseguindo, por mais que se esforçasse, fazê-lo sargento do seu batalhão.

Só isso sabia sobre a família da velha Dias e, conforme o meu gênio, dei-me por satisfeito.

Durante alguns dias ainda, a moça sua filha, fazendo todos os sacrifícios, dirigiu a pensão; mas, ao chegar o fim do mês, avisou a todos nós que ia fechá-la. Não podia mais; a mãe exigia todos os cuidados, e ela não podia atender as duas coisas ao mesmo tempo: à mãe e ao negócio. Tivéssemos paciência e desculpássemos.

— Por que não vende? — perguntou alguém.

— Não posso perder tempo em esperar quem apareça para comprar. Faremos leilão de tudo. Eu, mamãe e Ana vamos morar nos subúrbios, onde

talvez minha mãe melhore.

Ana era uma crioula de meia-idade, que chefiava a cozinha. Não era bem uma criada; era uma espécie de agregada desse tipo especial de negras e pretas, criado pela escravatura, que seguem as famílias nos seus altos e baixos, são como parte integrante delas e morrem nelas.

Reparei que, quando Efigênia respondeu daquela forma, olhou para mim, com menos afínco do que lhe era habitual, e que seu olhar, sempre enxuto e polido, tinha alguma névoa úmida, uma angustiosa expressão de dor de quem não sabe ou não quer chorar.

Aquele pequeno drama doméstico, embora seja eu de natural bom, naquela ocasião, não me feriu muito, porque tinha ainda o coração dessecado por disparatadas ambições; agora, porém, relembro, censurando-me a mim mesmo, por não ter sabido avaliar logo o tormento daquela pobre moça, só no mundo, a acompanhar a mãe que mal se movia no leito.

Acabada a pensão, deixei de saber notícias delas, durante três ou quatro meses. Já me passavam mesmo da lembrança, iam ficando no rol das fracas impressões da vida, quando, com espanto, recebo um bilhete de Efigênia, pedindo-me fosse vê-las, numa estação dos subúrbios. “Minha mãe, dizia-me ela, tem melhorado; mas, mesmo assim e por isso, talvez, pede que o senhor venha até cá, em atenção a ela”.

Não enxerguei no bilhete coisa alguma de extraordinário. O que me passou pela ideia foi que precisassem de algum recurso de dinheiro e, em falta de outrem, apelassem para mim. Isto me punha em sérios embaraços, porquanto não dispunha de pronto de qualquer quantia e ser-me-ia doloroso negar-lhes o que me pedissem, pois era fácil de supor as suas necessidades. Em todo o caso, disse de mim para mim, vou lá.

Uma tarde, tomei o trem de subúrbios e fui em demanda da casa das pobres senhoras. Viajei despreocupado, sem dar nenhuma importância ao caso. O meu pensamento ia vagabundo para todos os lados, sem me deter em coisa alguma. A observação mais demorada que fiz, foi a da grotesca e imprópria edificação dos subúrbios, com as suas casas pretensiosas e palermas, ao jeito das dos bairros chiques, a falta de jardins e árvores, realçada pelos morros pelados, pedroucentos, que, de um lado, correm quase paralelamente ao leito da estrada e quase nele vêm tocará Não parecia aquilo subúrbios de uma grande e rica cidade; mas uma série de vilarejos pedantes, a querer imitar as grandes cidades do país. Totalmente lhes fazia falta de gracilidade e de frescor de meia roça.

Destarte, cheguei à estação em que moravam e fui ter à casa de dona Clementina Dias. Ficava longe da estação, numa rua improvisada, mal delineada pelas casas escassas que se erguiam, tendo de permeio terrenos baldios, onde cresciam árvores de capoeira de certo porte. Por toda a parte, jaqueiras, mangueiras, sebes de maricás, além das essências silvestres de que falei, enfim, muita árvore e muita sombra doce e amiga. Se os arredores da estação tinham um ar pretensioso, de pretender-se um pequeno Rio de Janeiro, aquela rua longínqua, simplesmente esboçada, ensombrada de grandes árvores, atapetada de capim e arbustos, tinha a aparência de uma estrada, ou antes, de um trilho de roça.

Bati na porteira, pois tinha uma, ficando o chalezinho afastado da cerca que bordeava a rua. Era começo de março e os espinheiros dela estavam em flor, tocados de um branco flocoso e macio. Olhei as montanhas distantes; a tarde ia adiantada e elas se enegreciam e douravam-se e prateavam-se...

Abriu-me a porta a moça e, juntos, entramos na casa modesta, cuja planta é conhecida de todos na sua simplicidade mais que elementar. Um quadrado, ou quase isso, divide-se em quatro partes desiguais, as menores são quartos e as maiores salas que se comunicam entre si por uma porta. Um quarto fica do lado esquerdo e dá para a sala de visitas; e outro, do lado direito e tem comunicação para a sala de jantar. Há um puxado, aos fundos, para a cozinha.

Descansei o chapéu na sala de visitas e logo Efigênia me disse:

— Venha ver mamãe.

Abriu a porta do quarto que dava para onde estávamos e nele deparei a velha dona Clementina.

Pareceu-me melhor. Tinha a fisionomia mais repousada. Estava deitada, não bem deitada, assim como que meio sentada, com o busto reclinado sobre grandes almofadas. Os olhos estavam bons e, ao contrário da filha, que tinha nos seus sempre uma grande firmeza, os dela eram incertos, distraídos e erradios, humildes sempre de bondade e não sei de que vaga e indeterminada cisma.

Perguntando-lhe se ia melhor, ela me disse lentamente:

— Sim, vou melhor, doutor; mas vivemos tão sós...

— Nem tanto, dona Clementina. Tem a companhia de sua filha, da Ana, que...

— E do Nicolau — fez a moça.

— Que Nicolau? — perguntei eu.

— Aquele que carregava marmitas — explicou a velha senhora.

— Ele não para aqui... vai trabalhar.

— Qual trabalhar! — acudiu a Ana, que chegava naquele momento. — Não sai das vendas e dos botequins... Uma vez ou outra faz um carroto, um biscate...

— Não digas isso, Ana. Sempre foi bom para nós... Soube da minha moléstia e veio logo nos ver... Que seríamos nós, neste deserto, sem um homem em casa. Ele nos serve e nos ajuda nas medidas de suas posses...

Este Nicolau não era bem preto; tinha a tinta do rosto azeitonada, cabelos lisos e negros, embora a barba e o bigode fossem crespos. Fora praça do Exército e muito chegado ao pai de Efigênia, que morrera capitão. Tendo baixa, quando cismava e deixava os seus empregos de ocasião, procurava a casa da viúva, ajudava-a nisto ou naquilo e um belo dia desaparecia, pois arranjava um trabalho neste ou naquele ponto da cidade e arredores. Corria o Rio de Janeiro, da Penha à Gávea, da Praça do Mercado a Santa Cruz; conhecia-o todo, pois o palmilhava a pé, de bonde, de carroça, de automóvel, só não empregava o cavalo, e, assim mesmo, não se sabe se o fazia nas freguesias rurais.

Nicolau era nortista, do Piauí ou do Ceará, mas viera muito moço para um corpo do Exército, estacionado no Rio de Janeiro, e nunca mais quis sair da capital do país.

— Por que você não vai para sua terra, Nicolau, comer buriti e mangaba?

— Pra quê? — dizia ele. — Aqui tem também boa fruta; o carioca é que não sabe... Olhe: eu sempre acho.

De fato, ele sempre descobria frutas, que trazia a dona Clementina, se não lhe acontecia achar comprador pelo caminho. Era fiel como um cachorro, serviçal, prestável, mas despido de toda a ambição na vida. Não procurava outro prazer na vida senão servir e beber cachaça. Só bebia cachaça; não suportava outra bebida.

Ouvindo o que a mãe dizia a respeito de Nicolau, Efigênia observou com certa dureza:

— Ora, qual! Mamãe! Nicolau não serve pra nada... Se fôssemos fiar nele, estávamos bem arranjados. Ele chega à noite, deita-se e dorme que nem uma pedra até o dia seguinte. De que serve?

— Não diga isso, Efigênia; é sempre um companheiro. Tenha pena.

— Tenho, mas a verdade deve se dizer.

Com intuito de variar de conversa, perguntei de chofre:

— E os seus filhos, dona Clementina?

Ela me olhou com espanto, e eu, atônito, olhei dela para a moça, que parecia censurar-me amargamente com os olhos.

A velha, afinal, falou, e com raiva:

— Não me fale neles! Deixe-me... Deixe-me...

Efigênia chamou-me:

— Venha cá, doutor Mascarenhas. Mamãe quer descansar.

Anoitecia. Ainda havia cigarras retardatárias a chilrear dentro da melancolia do fim do crepúsculo. Quando íamos saindo, a velha chamou:

— Efigênia, endireita-me na cama.

A sua voz já era outra; a filha apressou-se em ajustá-la, em posição conveniente nos travesseiros. Paralítica de um lado, precisava a todo o instante de quem a auxiliasse para tudo. Mesmo com a mão esquerda, que já tinha ganho alguns movimentos, ela não podia afastar os cabelos, quando lhe caíam sobre os olhos, senão com auxílio de alguém. Ao contrário de Efigênia, que os tinha escassos, os da mãe eram ainda abundantes e tinham poucos fios brancos.

Logo que se viu em posição, disse-me:

— Ah! Meu filho! Que suplício! Tenho que, a toda a hora e todo o instante, incomodar os outros... Estar parada não me incomoda tanto, mas... ter que aborrecer todos... e eu... e eu que só tenho essa filha! Coitada!

Sossegou um pouco e continuou:

— O que me aborrece também... O que me aborrece, doutor, é deixá-la só por aí... Se, ao menos, ela...

— Mamãe, sossega! Vamos falar em outra coisa! — observou-lhe com alguma rispidez a filha.

Eu e a Ana não dizíamos nada. Nós ambos adivinhávamos que daquele diálogo entre mãe e filha sairia alguma coisa que interessava o Destino.

— Não! Não! — fez a velha com teimosia. — Disseste que falavas, que confessavas... E tua mãe que te pede, diz a verdade...

— Mas, mamãe!

A velha tinha falado com uma energia pouco comum, com um forte acento de desespero; e a filha, súplice e vexada. Eu não entendia nada daquela cena e a Ana, a quem interroguei com olhos, parecia sem espanto. Sorria a meio até.

Depois do balbucio, dirigindo-se a mim e a Efigênia, dona Clementina continuou com entono de ordem:

— Vocês devem se entender para o meu sossego. Vão para a sala conversar, enquanto eu descanso um pouco. Ana, acende as lâmpadas.

Não havia meio de eu atinar com o sentido de tudo aquilo. Estava no ar e me parecia ao mesmo tempo estar entre doidos. A viúva ainda ordenou:

— Vão.

E obedeci ao convite de Efigênia:

— Venha para a sala, “seu” Mascarenhas.

Notei a mudança de tratamento e segui-a. Sentou-se ela em uma cadeira e eu também. A porta do quarto estava fechada. A preta Ana ficara do lado de dentro. Ficamos uns instantes calados. A fisionomia de Efigênia era de opressão, de vergonha, de angústia... Parecia sofrer por não poder chorar. Já tinha percebido nela essa dificuldade para o pranto. Não dizia nada. Ao fim de instantes, ousei:

— Mas o que há, dona Efigênia?

— Que há? — fez num ofego.

— Sim; o que há?

— Há... sim... há...

Depois, como se tomasse coragem e alento, falou de um só hausto:

— O senhor não me tomará mal, não é?

O tom de voz, o olhar, a atitude toda ela da moça me pareceu de vergonha, de humilhação, mas, ao mesmo tempo, do desejo de dizer, de confessar qualquer coisa que a trabalhava interiormente.

Eu me perturbava, mas respondi com firmeza:

— Não há motivo... Fale, minha senhora; seja franca!

Ela acalmou-se, olhou-me com a sua firmeza habitual de olhar e perguntou-me naturalmente:

— Eu te amo, seu Mascarenhas; o senhor quer casar comigo?

Esperava tudo, menos uma pergunta dessas. Vi logo as desvantagens do casamento. Ficaria preso, não poderia com liberdade executar o meu plano de vida, fugiria ao meu destino pelo dever em que estava de amparar minha mulher e a prole futura. Com os anos cresceriam as necessidades de dinheiro; e teria então de pleitear cargos, promoções, fosse formado ou não, e havia de ter forçosamente patronos e protetores, que não deveria melindrar para não parecer ingrato. Onde ficaria o meu sonho de glória, mesmo que fosse só de demolição? Onde ocultaria o meu “pensamento de mocidade”? Havia de sofrer muito, por ter fugido dele...

De resto, mesmo que conseguisse aproximar-me da realização do que planejava, o meu casamento era a negação da minha própria obra.

Apesar de toda a minha superioridade no momento, o meu orgulho me determinava que não desse essa prova pública de fraqueza; que não sancionasse com esse gesto o pensar geral; que não amaciasse o meu desgosto e não o tornasse inútil, para orquestrar superiormente a obra que meditava... Tudo isso me passou num segundo pelo pensamento e só pude responder com uma exclamação:

— Eu!

— Sim; você, Mascarenhas!

Ela percebia bem o meu caráter, o meu natural hesitante e a minha disposição de inclinar-me sempre para o lado simpático. Ela já me governava. Eu tremia.

— Mas, minha senhora — animei-me —, sou apanhado assim de supetão... A senhora não me conhece bem... Sou cheio de defeitos, de caprichos... Não vá se arrepender...

Não sei como cheguei até aí. Fosse arrastado pela fatalidade da palavra ou determinado por outra qualquer força, o certo é que pronunciei aquele meio “consinto” — “não vá se arrepender”.

Parece-me que tinha falado mais alto, a ponto de dona Clementina ouvir lá, de dentro do quarto, e dizer, que eu escutei:

— Também eu quero, doutor!

Havia me esquecido desta. Olhei mais firme a filha. Não tinha mais o aspecto de angústia, de vergonha, de humilhação; os seus olhos não tinham mais aquela vontade incoercível de chorar. A sua fisionomia estava risonha, banhada de alegria. Acudindo à mãe, ela respondeu:

— Ele aceita, mamãe.

Não a desmenti e fomos até a borda da cama de dona Clementina. A custo apertou-me a mão, eu a beijei depois, e ela me disse:

— Abracem-se, meus filhos. Como estou satisfeita!

Deu um suspiro muito longo e nós nos abraçamos. A Ana chorava, eu também, mas me sentia feliz...

II

Entrei no hospício no dia de Natal. Passei as famosas festas, as tradicionais festas de ano, entre as quatro paredes de um manicômio. Estive no pavilhão pouco tempo, cerca de 24 horas. O pavilhão de observação é uma espécie de

dependência do hospício a que vão ter os doentes enviados pela polícia, isto é, os tidos e havidos por miseráveis e indigentes, antes de serem definitivamente internados.

Em si, a providência é boa, porque entrega a liberdade de um indivíduo, não ao alvedrio de policiais de todos os matizes e títulos, gente sempre pouco disposta a contrariar os poderosos; mas à consciência de um professor vitalício, pois o diretor do pavilhão deve ser o lente de psiquiatria da faculdade, pessoa que deve ser perfeitamente independente, possuir uma cultura superior e um julgamento no caso acima de qualquer injunção subalterna.

Entretanto, tal não se dá, porque as generalizações policiais e o horror dos homens da Relação às responsabilidades se juntam ao horror às responsabilidades dos homens do pavilhão, para anularem o intuito do legislador.

A polícia, não sei como e por quê, adquiriu a mania das generalizações, e as mais infantis. Suspeita de todo o sujeito estrangeiro com nome arrevesado, assim os russos, polacos, romaicos são para ela forçosamente caftens; todo o cidadão de cor há de ser por força um malandro; e todos os loucos hão de ser por força furiosos e só transportáveis em carros blindados.

Os superagudos homens policiais deviam perceber bem que há tantas formas de loucura quanto há de temperamentos entre as pessoas mais ou menos sãs, e os furiosos são exceção; há até dementados que, talvez, fossem mais bem transportados num coche fúnebre e dentro de um caixão, que naquela antipática almanjarra de ferro e grades.

É indescritível o que se sofre ali, assentado naquela espécie de solitária, pouco mais larga que a largura de um homem, cercado de ferro por todos os lados, com uma vigia gradeada, por onde se enxergam as caras curiosas dos transeuntes a procurarem descobrir quem é o doido que vai ali. A carriola, pesadona, arfa que nem uma nau antiga, no calçamento; sobe, desce, tomba pra aqui, tomba para ali; o pobre-diabo lá dentro, tudo liso, não tem onde se agarrar e bate com o corpo em todos os sentidos, de encontro às paredes de ferro; e, se o jogo da carruagem dá-lhe um impulso para a frente, arrisca-se a ir de fuças de encontro à porta de praça-forte do carro-forte, a cair no vão que há entre o banco e ela, arriscando a partir as costelas... Um suplício destes, a que não sujeita a polícia os mais repugnantes e desalmados criminosos, entretanto, ela aplica a um desgraçado que teve a infelicidade de ensandecer, às vezes, por minutos...

É uma providência inútil e estúpida que, anteriormente, em parte, me aplicaram; contudo, posso garantir que iria para o hospício muito pacificamente, com qualquer agente, fardado ou não. Era o bastante que me ordenassem segui-lo, em nome do poderoso chefe de polícia, eu obedeceria *incontinenti*, porquanto estou disposto a obedecer tanto ao de hoje como ao de amanhã, pois não quero, com a minha rebeldia, perturbar a felicidade que eles vêm trazendo à sociedade nacional, extinguindo aos poucos o vício e o crime, que diminuem a olhos vistos.

Por mais passageiro que seja o delírio, um ergástulo ambulante dessa conformidade só pode servir para exacerbá-lo mais e tornar odiosa aos olhos do paciente uma providência que pode ser benéfica. A medicina, ou a sua subdivisão que qualquer outro nome possua, deve dispor de injeções ou lá que for para evitar esse antipático e violento recurso, que transforma um doente em assassino nato involuído para fera.

Dessa feita, porém, pouparam-me o carro-forte. Fui de automóvel e desde o Largo da Lapa sabia para onde ia. Não tive o menor gesto de contrariedade, quando percebi isto, embora me aborrecesse passar pelo pavilhão.

Não guardava nenhum ressentimento dessa dependência da assistência a alienados, mas o seu horror à responsabilidade, que o impede de dar altas por si, fazia-me ver que eu, apesar de sentir-me perfeitamente são, tendo de passar por ele, teria forçosamente de ficar segregado mais de um ou dois meses, entre doentes de todos matizes, educação, manias e quizílias. Tristes e dolorosas lembranças...

Feria-me também o meu amor-próprio ir ter ali pela mão da polícia, doía-me; e, mais me doeu, quando, nesse dia de Natal, eu tomei café num pátio, sem ter mesa, e, sem ser em mesa, com prato sobre os joelhos, comi a refeição elementar que me deram, servida numa escudela de estanho e que eu levava à boca com uma colher de penitenciária. Jamais pensei que tal coisa me viesse acontecer um dia; hoje, porém, acho uma tal aventura útil, pois temperou o meu caráter e certifiquei-me capaz de resignação.

Quando, pela primeira vez, me recolheram ao hospício, de fato a minha crise era profunda e exigia o meu afastamento do meio que me era habitual, para varrer do meu espírito as alucinações que o álcool e outros fatores lhe tinham trazido. Durou ela alguns dias seguintes; mas, ao chegar ao pavilhão, já estava quase eu mesmo e não apresentava e não me conturbava a mínima perturbação mental. Em lá chegando, tiraram-me a roupa que vestia, deram-

me uma da “casa”, como lá se diz, formei em fileira ao lado de outros loucos, numa varanda, deram-me uma caneca de mate e grão e, depois de ter tomado essa refeição vespéral, meteram-me num quarto-forte.

Até ali, apesar de me terem despido à vista de todos — coisa que sempre me desagradou —, não tinha razão de queixa; mas aquele quarto-forte provocou-me lágrimas. Eis em que tinham dado os meus altos projetos de menino. Por aí, não sei por quê, me lembrei de minha mulher morta, cuja lembrança o delírio tinha afastado de minha mente; ganhei mais forças e entrei mais confiante naquela prisão inútil...

Aí, tive três companheiros, dos quais dois eram inteiramente insuportáveis, que, a bem dizer, não me deixaram dormir. Um deles era um velho de cerca de sessenta anos, com umas veneráveis barbas de imagem, alto, a que chamavam os outros por São Pedro; o outro era um português esguio, anguloso, mas sólido de músculos e de pés.

Tinha este a mania de sapatear com força e gesticular como se guiasse animais de carro ou carroça. Soltava, de onde em onde, interjeições, assovios; e fazia outros gestos e sinais usados pelos cocheiros, ao mesmo tempo que imitava com os pés o esforço de tração dos burros, quando se apoiam nas patas a que o chão foge, a fim de arrastar a carroça. Não esquecia de chamar as imaginárias alimárias pelos seus nomes de cocheira:

— Eia, Jupira! Acerta, Corisco!

“São Pedro” ficava, enquanto isto, ficava em outro canto, rezando, à meia-voz, litanias, ou a orar em voz alta, tudo acompanhado de persignações rituais.

Em certas ocasiões, o palafreheiro e as invisíveis bestas corriam para onde estava aquele, cego inteiramente. “São Pedro” afastava-se, mas prorrompendo em injúrias muito pouco próprias a um santo tão venerável.

Quando não encontrava, de pronto, caminho livre para a sua fuga, atirava-se para qualquer lado. Mais de uma vez, quer um, quer outro, quase me pisaram em cima da simples enxerga de capim que, com um travesseiro e uma manta, me haviam dado, para dormir.

De uma feita, fugi de vez para a cama de um deles. Parecia-me que lá ficaria mais sossegado. Foi por aí que interveio o quarto companheiro. Era um preto que tinha toda a aparência de são, simpático, com aqueles belos dentes dos negros, límpidos e alvos, como o marfim daqueles elefantes que as florestas das terras dos seus pais criam. A sua aparência de sanidade era ilusória; soube, mais tarde, que ele era um epiléptico declarado. O crioulo, vendo o meu embaraço e a minha falta de hábito daquela hospedaria, gritou enérgico:

— “São Pedro”, vai rezar lá pra porta! E você, cavalgada (falava ao português), fica dando coices à vontade, mas na cama de você... Deixa o rapaz dormir sossegado!

Agradei ao negro e ele se pôs a conversar comigo. Respondi-lhe com medo e cautela. Hoje, não me lembro de tudo o que ele me perguntou e do que lhe respondi; mas de uma pergunta me recordo:

— Você não foi aprendiz-marinheiro?

Esta pergunta me pôs bem a par da situação onde tinha caído; era ela tão humilde e plebeia, que só se podia supor de mim, na vida, essa iniciação modestíssima de aprendiz-marinheiro. Verifiquei tal fato, mas não me veio — confesso — um desgosto mais ou menos forte. Tive um desdém por todas as minhas presunções e filáucias, e até fiquei satisfeito de me sentir assim. Encheu-me de contentamento tirar a prova provada de que, na vida, não era coisa alguma; estava mais livre, e os ventos e as correntes podiam-me levar de polo a polo, das costas da África às ilhas da Polinésia...

No dia seguinte, quando o guarda que nos veio abrir a porta deu-me uma vassoura e um pano com que eu ajudasse a ele e outros a baldear o quarto-forte e a varanda, não fiz nenhum movimento de repulsa. Tomei os dois objetos e cumpri docilmente o mandado. O que me aborreceu, porém, foi a minha falta de forças e hábito de abaixar-me, para realizar tão útil serviço. Havia-me preparado para todas as eventualidades da vida, menos para aquela, com que não contei nunca. Imaginei-me amarrado para ser fuzilado, esforçando-me para não tremer nem chorar; imaginei-me assaltado por facínoras e ter coragem para enfrentá-los; supus-me reduzido a maior miséria e a mendigar; mas por aquele transe eu jamais pensei ter de passar... Realizei, entretanto, o serviço até o fim, e foi com uma fome honesta que comi pão e tomei café.

A faina não tinha cessado, e fui com outros levado a lavar o banheiro. Depois de lavado o banheiro, intimou-nos o guarda, que era bom espanhol (galego) rústico, a tomar banho. Tínhamos que tirar as roupas e ficarmos, portanto, nus, uns em face dos outros. Quis ver se o guarda me dispensava, não pelo banho em si, mas por aquela nudez desavergonhada, que me repugnava, tanto mais que até de outras dependências me parecia que nos viam. Ele, com os melhores modos, não me dispensou, e não tive remédio: pus-me nu também. Lembrei-me um pouco de Dostoiévski, no célebre banho da *Casa dos mortos*; mas não havia nada de parecido. Tudo estava limpo e o espetáculo era inocente, de uma traquinada de colegiais que ajustaram tomar banho em

comum. As duchas, principalmente as de chicote, deram-me um prazer imenso e, se fora rico, havia de tê-las em casa. Fazem-me saudades do pavilhão...

O guarda, como já disse, era um galego baixo, forte, olhar medido, sagaz e bom. Era um primitivo, um campônio, mas nunca o vi maltratar um doente.

A sua sagacidade campônia tinha emprego ali no adivinhar as manhas, planos de fuga dos clientes, e mais maroscas deles; mas, pouco habituado às coisas urbanas, diante daquela maluqueira toda, uniformemente vestida, não sabia distinguir em nenhum deles variantes de instrução e educação; para ele, devia ser o seu pensar, e isto sem maldade, todos ali eram iguais e deviam saber baldear varandas.

Teria para si, sem desprezar nenhum, que aqueles homens todos que para ali iam eram pobres, humildes como ele e habituados aos mesteres mais humildes, senão, iriam diretamente para o hospício. Não deviam, por consequência de vexar-se por executá-los.

Desde lá, não o levei a mal, por ter-me conduzido àquelas baldeações. Estava ele no seu papel, tanto mais que eu não era melhor do que outros a que o Destino me nivelara. Sofri, com resignação e, como já disse, às vezes mesmo com orgulho, o que poderia parecer a outrem humilhação. Esqueci-me da minha instrução, da minha educação, para não demonstrar, com uma inútil insubordinação, como que uma injúria aos meus companheiros de Desgraça. Não reclamei; não reclamo e não reclamarei; conto unicamente.

Parece-me que ele gostou da minha obediência, pois deu-me cigarros; e, naquele dia ou no seguinte, escolheu-me para ir varrer os canteiros do jardim, isto é, os que circulavam o edifício da enfermaria.

Por essa ocasião, confesso, vieram-me as lágrimas aos olhos. Já não era mais o varrer, porque, mais de uma vez, varri a minha residência; em menino, minha mãe fazia-me varrer a casa e fazer outros serviços menores, para não ficar em prosa; quando estudante, para poupar dinheiro, vasculhava o meu cômodo. Não era o varrer; era o varrer quase em público, sob o olhar de tanta gente a que não ligava a infelicidade comum.

Veio-me, repentinamente, um horror à sociedade e à vida; uma vontade de absoluto aniquilamento, mais do que aquele que a morte traz; um desejo de perecimento total da minha memória na Terra; um desespero por ter sonhado e terem me acenado tanta grandeza, e ver agora, de uma hora para outra, sem ter perdido de fato a minha situação, cair tão, tão baixo, que quase me pus a chorar que nem uma criança.

Senti muito a falta de minha mulher, e toda a minha culpa, puramente moral e de consciência, subiu-me à mente... Pensei... Não... Não... Era um crime...

Tomei a vassoura de jardim, e foi com toda a decisão que, calçado com uns chinelos encardidos que haviam sido de outros, com umas calças pelos tornozelos, em mangas de camisa, que fui varrer o jardim, mais malvestido que um pobre gari.

Não dei, porém, duas vassouradas. Um rapaz de bigode alourado, baixo, vestido com aquele roupão de brim apropriado aos trabalhos de enfermaria, médico ou interno, cujo nome até hoje não sei, aproximou-se de mim, chamou-me e perguntou-me quem tinha determinado fazer eu aquele serviço. Disse-lhe e o médico ou interno determinou que encostasse a vassoura e me fosse embora. Se nesse episódio, houve razão de desesperar, houve também a de não perder a esperança nos homens e na sua bondade.

Disse mais atrás que tinha do pavilhão recordações tristes e dolorosas. Uma delas é a desse episódio e a outra é do pátio, do terreiro em que estávamos encurralados todo o dia, até vir a hora de ir para os dormitórios, pois eu estava num bem asseado.

Habituação a andar por toda a parte, a fantasiar passeios extravagantes, quando não me prendem as obrigações de escrever e de ler, ou então a estar na repartição, enervava-me ficar, bem 12 horas por dia, em tão limitado espaço, sob a compassiva sombra de umas paineiras e amendoeiras.

Os cigarros que tinha, fumava-os um sobre o outro, guardando as pontas para fabricar novos, com papel comum de jornal. Fumar assim era um meio de afastar o tédio. Jornais, recebia irregularmente dos meus parentes, dos meus amigos e, uma ou outra vez, do chefe dos enfermeiros, que era muito afável.

Conversar com os colegas era quase impossível. Nós não nos entendíamos. Quando a moléstia não os levava para um mutismo sinistro, o delírio não lhes permitia juntar coisa com coisa.

Um dia, um menino, ou antes, um rapaz dos seus 17 anos, chegou-se perto de mim e me perguntou:

— O senhor está aqui por causa de algum assassinato?

Estranhei a pergunta, que me encheu de espanto.

Respondi:

— Deus me livre! Estou aqui por causa de bebida, mais nada.

O meu interlocutor acudiu com toda a naturalidade:

— Pois eu estou. O meu advogado arranjou...

Não pôde concluir. O guarda chamou-o com aspereza:

— Narciso (ou outro nome), venha para cá. Já disse que não quero você perto da cerca.

Não pude apurar a verdade do que me dizia esse tal Narciso ou que outro nome tenha. Soube que era fujão e, talvez por causa disso, foi logo transferido para o hospício propriamente.

Vivi assim cerca de uma semana, condenado ao silêncio e ao isolamento mais estúpidos que se podem imaginar, junto a uma quase imobilidade de preso na solitária.

Foram dias atrozes por isso, e só por isso, os que padeci no pavilhão; mas, em breve, depois que um médico moreno, de óculos, um moço, pois o era, em toda a linha, inteligente, simpático e bom, ter-me minuciosamente examinado o estado mental e nervoso, a monotonia do pátio foi quebrada com o fazer eu as refeições no comedouro dos enfermeiros. Deixava um pouco o pátio, aquele curral de malucos vulgares.

Pouco me recordo dos doentes que ali encontrei, a não ser do tal menino, cuja palestra comigo interrompeu-a uma reprimenda do guarda.

Não me lembro se tudo que já narrei foi tudo o que ele me disse ou perguntou; mas, fosse delírio ou fosse verdade, é à imagem dele que ainda hoje associo a lembrança do pavilhão e a do seu pátio.

Doutra forma não era possível a contasse, à vista de um conhecimento que se trava por intermédio de tão fantástica pergunta:

— O senhor está aqui por causa de algum assassinato?

Criminoso que fosse, ele mesmo, a sua pessoa não me meteu medo, como, em geral, não me assustam os criminosos; mas a candura, a inocência e a naturalidade, em que não senti cinismo, com que ele respondeu — “pois eu estou” — causaram-me não sei que angústia, não sei que tristeza, não sei que mal-estar.

Aquele menino, quase imberbe, falava-me de seu crime como se fosse a coisa mais trivial desta vida, um simples incidente, uma pândega ou um contratempo sem importância.

Todas as minhas ideias anteriores a tal respeito estavam completamente abaladas; e me veio a pensar, coisa que sempre fiz, no fundo da nossa natureza, na clássica indagação da sua substância ativa, na alma, na parte que ele tomava nos nossos atos e na sua origem.

Até bem pouco, quase nada me preocupava com tais questões; tinha-as por insolúveis, e tomar tempo com o querer resolvê-las era trabalho perdido.

Entretanto, os transtornos e as dores da minha vida doméstica tinham-me levado às vezes a pensar nelas. Procurei estabelecer, para meu uso particular, uma teoria que, forçosamente, me saiu por demais simplista, a fim de explicar a nossa existência e a do mundo, assim como as relações entre os dois. Não tinha chegado ao mistério, ao espesso mistério impenetrável, em nós e fora de nós. Isto que escrevo, agora, aqui, não será propriamente muito meu; mas o gérmen que havia em mim não fez mais que se desenvolver mais tarde, com o adubo das ideias dos outros.

Repugnava-me personalizar com este ou aquele nome o desconhecido, o informe, o vago. Dar um apelido seria limitar o ilimitado, definir o indefinido, distinguir o indistinto, fazer perecível o imperecível. Sendo tudo, em face do nada, e nada, em face de tudo, esse ser não devia ter corpo, nem forma, nem extensão, nem movimento, nem outra qualidade qualquer com que nós conhecemos as coisas existentes. O nosso ideal, a nossa felicidade seria ser como ele, e, para alcançá-lo, devíamos procurar a nossa desincorporação, pela imobilidade e pela contemplação. O sábio é não agir. Quando li esta conclusão nos meus manuais baratos de filosofia, assustei-me. Aceitava a concepção, mas a conclusão me repugnava. Se verdade era que, em presença desse tumulto da vida, desse entrecostar de ambições, as mais vis e imundas, desse batalhar sem termo e sem causa, o homem beneficiado pela sabedoria tinha o dever superior de afastar-se disso tudo e tudo isso contemplar com piedade; era verdade também que a ação, julguei assim, seria favorável à nossa reincorporação no indistinto, no imperecível, desde que fosse orientada para o Bem. Como conhecer o Bem? O meu espírito não encontrava, para sinal de seu conhecimento, senão na revelação íntima. Os problemas últimos da nossa natureza moral, nas minhas cogitações, ficaram aí, e dei-me por satisfeito; mas — chega-me esse pequeno criminoso e me põe tudo de pernas para o ar! Por que, pensei eu, se cada consciência fala ao indivíduo de uma maneira, sobre o bem e sobre o mal, como na desse rapazola, que não podia ter sofrido outras influências duradouras que não as dele mesmo; se os homens não se encontram a respeito numa opinião única, como distingui-las — Deus do Céu?

O curto encontro com esse rapazola criminoso, ali, naquele pátio, mergulhado entre malucos a delirar, a fazer esgares, uns; outros, semimortos, aniquilados, anulados, encheram-me de um grande pavor pela vida e de um sentimento profundo da nossa incapacidade para compreender a vida e o universo.

Lembrei-me, então, dos outros tempos em que supus o universo guiado por leis certas e determinadas, em que nenhuma vontade, humana ou não, a elas estranhas, poderia intervir, leis que a ciência humana iria aos poucos desvendando... Não sorri inteiramente; mas achei tal coisa ingênua e que todo o saber humano só seria útil para as suas necessidades elementares de vida e nunca conseguiria explicar a sua origem e o seu destino. Tudo mistério e sempre mistério.

Em tal estado de espírito, penetrado de um profundo niilismo intelectual, foi que penetrei no hospício, pela primeira vez; e o grosso espetáculo doloroso da loucura mais arraigou no espírito essa concepção de um mundo brumoso, quase mergulhado nas trevas, sendo unicamente perceptível o sofrimento, a dor, a miséria, e a tristeza a envolver tudo, tristeza que nada pode espantar ou reduzir. Entretanto, pareceu-me que ver a vida assim era vê-la bela, pois acreditei que só a tristeza, só o sofrimento, só a dor faziam com que nós nos comunicássemos com o Logos, com a Origem das Coisas e de lá trouxéssemos alguma coisa transcendente e divina. Shelley, se bem me recordo, já dizia: “Os nossos mais belos cantos são aqueles que falam de pensamentos tristes...”

Toda a minha vida particular, toda a minha existência doméstica, quer de filho, quer de chefe, tendia para conceber e praticar essa concepção do Universo, só sentido e representado em nós pelos seus aspectos sombrios.

Casado, como já contei, com tantas reservas íntimas, vivi cinco anos com minha mulher, até à sua morte, na mais perfeita paz de decência doméstica. Logo após passar o meu primeiro ano de casamento, aí pelo nascimento do meu primeiro e único filho, sua mãe, a minha sogra, melhorara muito das consequências do ataque, ganhara quase todos os movimentos, mas de juízo não me saiu muito sã e o foi perdendo aos poucos, até chegar à mania declarada.

Foi depois da morte de Efigênia que o meu pensamento fez-me viver uma vida desnorteada, que me levou duas vezes ao manicômio.

O meu primeiro ano de casamento correu mansamente, da forma mansa e vulgar de todos os enlaces da espécie do meu. Não tinha por minha mulher grandes extremos de sentimento; dominava em mim, porém, a imagem das minhas responsabilidades de marido, e as cumpri como um dever sagrado. Estimava-a, prezava-a, mais como um companheiro, como um amigo, do que mesmo objeto de uma profunda solicitação da minha total natureza. Reprimia mesmo o mínimo movimento nesse sentido, porque sempre tive vexame, pudor de amar.

Não lhe dizia as coisas mais secretas a mim mesmo. Dos meus planos de vida, dos meus projetos intelectuais, não lhe confiava palavra, nem dos meus desânimos, nem dos meus desalentos. Mal lhe noticiava o aparecimento de um trabalho nesta ou naquela pequena revista ou jornal obscuro. Não só motivava isso um certo desdém pela sua inteligência e instrução, como também por temer que ela me desanimasse e censurasse os meus propósitos literários, porque ela sempre teve sobre mim um grande ascendente, se não império moral.

Os nossos sentimentos nunca são lógicos, por isso mesmo não são simples. Eu respeitava muito minha mulher, via-a, às vezes, interessada pelas minhas tentativas; mas não me queria abrir com ela, dizer tudo, temendo que a sua medíocre condição de pequena e modesta burguesa não se assustasse com as minhas ambições intelectuais. Encerrava-me em mim mesmo e sofria. Sem inquietar-me que toda a gente percebesse a minha relação íntima, para a qual não sabiam, até, onde procurar a fonte, fazia, contudo, todos os esforços, para que Efigênia não a percebesse em mim e nos meus escritos.

Veio, porém, um acontecimento, que me obrigou a desvendar-me um tanto. Graças ao meu amigo Chagas, pouco depois do nascimento de meu filho, fiz parte, como colaborador, da redação de uma revista do gênero denominado humorístico, que se acabava de fundar e era dirigida por quem sabia explorar a indústria da publicidade. Tinha eu aí um razoável ordenado mensal, que sempre empreguei honestamente, e a *Gatimanhãs*, tal era o nome da publicação, fez sucesso. Não pude esconder isso à minha mulher e ela pareceu alegrar-se; mas, com o meu espírito sistemático, não quis ver, na sua alegria, senão o contentamento pelo acréscimo da renda do casal.

De há muito tinha abandonado a escola superior que frequentava; e, embriagado com o sucesso de estima que ia fazendo na revistinha, esquecia-me dos meus estudos, das minhas leituras, sem, contudo, procurar reputação no gênero que ela representava. Saía da repartição, ia ao escritório da publicação, entregava originais, conversava um pouco, jantava nos fregues literários e ficava até à meia-noite nas cervejarias. Quase sempre encontrava minha mulher acordada, costurando, fazendo crochê ou mesmo lendo.

Não chegava muito são, mas minha embriaguez era discreta e pouco evidente. Nunca ela me disse nada; nunca lhe fiz a mínima má-criação. Passava assim durante a semana; e só no domingo ficava em casa ou saía com ela a passeio ou a visitas. Evitava muito estas, pois me aborreciam; eu estava naquele período inicial de literato que só quer ouvir falar de literatura ou coisas

literárias. As conversas familiares me entediavam, e não sabia sustentá-las. Enquanto minha sogra não ficou declaradamente doida, era ela as mais das vezes quem acompanhava minha mulher; mas, à proporção que ensandecia, deixou de fazê-lo, e eu tive de acompanhá-la.

A minha entrada na *Gatimanhas* e o hábito de frequentar chopes, adquiri depois de ter meu filho, Boaventura, um ano. Antes, eu vinha cedo para a casa. Minha sogra, apesar da decadência de seu estado mental, e a preta Ana gostavam muito do pequenote, que havia nascido robusto, forte, mas com um mau feitio de cabeça, que me desgostava.

Não tinha eu, porém, conquanto pai, tanto gasto de ternura com ele; e se o queria animar e acalentar, fazia-o com a mais total falta de jeito de que uma criatura é capaz.

— Arre, Vicente! — dizia minha mulher. — Você não sabe pegar numa criança.

Não lhe dizia nada ou senão passava-lhe a criança, observando:

— Pega lá você, que sabe! Isto é mesmo serviço de mulher.

Mais de uma vez, ao lhe dizer isto, minha mulher dizia, meio séria, meio brincando:

— Dá cá meu caboclinho! Dá cá! Diz pra ele, meu filhinho, diz: deixa estar! Quando você se casar, segunda vez, há de saber também. Diz, meu filhinho.

E se punha a acalentar a criança, cantarolando qualquer coisa adequada. Em outras vezes, o diálogo continuava, desta maneira, após a minha pergunta, cheia de surpresa:

— Como é isto, Efigênia, segunda vez?

— Sim, quando eu morrer; porque eu só me casei com você para ensinar a você estas coisas.

— Você tem cada uma... Ora, bolas!

— Qual! Eu sei... Você ganha nome, é capaz de formar-se...

— Disse a você, antes de nos casarmos, que não me formava mais, não foi? Quanto a mulher, você sabe muito bem o que vale...

— Enfeita, pelo menos.

— Se é assim, você já está recebendo os enfeites.

— A mim! Você nem ao menos me diz o que escreve... Foi. Mas pensei que você se entregasse a estudos altos. Você se enveredou, porém, por essas coisinhas de revistas sem importância...

Por aí, eu olhei minha mulher, espantado com a sua reflexão, e ela, que estava sentada do outro lado da mesa em que eu escrevia, olhava-me muito séria, sem dureza, debruçada, com a mão na cabeça, apoiada no móvel, com um ar misterioso que não pude decifrar.

Tentei dizer alguma coisa:

— Não dou importância a essas tolices, tanto que não as assino...

— É verdade, mas não vejo você pegar mais nos livros. Ainda ontem, vi-os tão cheios de pó, que tratei de limpá-los. Você sabe onde estava o Bouglé?

— Qual?

— *La Démocratie devant...*

Cada vez me espantava mais minha mulher. Com aquele interesse pelos meus livros, sabendo-lhes os nomes, os títulos... Olhei-a mais e demoradamente para ela, estava ainda na mesma postura de sondagem, de exame, de interrogação misteriosa. Não me contive:

— Efigênia, é você mesmo quem me fala?

— Sou, meu filho. Sou eu, Efigênia, tua mulher.

No momento, eu vi, na censura disfarçada de minha mulher, a manifestação de um pequeno desgosto doméstico, por chegar eu, em casa, geralmente tarde; hoje, porém, a fisionomia e a expressão de minha mulher naquela ocasião me parece totalmente outra, e, no correr da narração, eu tenho bem dito que a senti misteriosa e estranha.

Minha mulher nunca teve para mim uma palavra azeda, uma palavra má; e, conquanto às vezes birrento, mudo, nunca a tratei senão com delicadeza e cordura. Se tenho algum arrependimento das minhas relações com ela, não é por nenhum dos meus atos externos; era pela minha reserva de alma e de pensamento, que sempre mantive em face dela; é da minha incompreensão dela, enquanto viveu, e da grande esperança e do grande desejo que eu realizasse o meu destino.

Fosse pela sua meiga e disfarçada censura, fosse porque fosse, o certo é que deixei um pouco as rodas bulhentas da minha literatice incipiente, fugi aos cafés e pus-me a meditar em um livro. A obra que meditava, assim que travei conhecimento mais íntimo com a cozinha literária, percebi logo que me seria difícil publicá-la, sem que, antes, eu adquirisse um certo nome, uma certa posição que me garantisse o bem-querer dos livreiros. Demais, eu precisava anos para realizá-la, tal qual eu a meditava. Pobre, não me seria possível custear a impressão, e mesmo era preciso que eu fosse criando um núcleo de leitores. Resolvi, portanto, publicar alguma coisa que atraísse atenção sobre mim, que

me abrisse as portas, como se diz, que me fizesse conhecido, mas queria pôr nessa obra alguma coisa das minhas meditações, das minhas cogitações, atacar em síntese os inimigos das minhas ideias e ridicularizar as suas superstições e ideias feitas. Pensei em diversas formas, procurei modelos, mas me veio, ao fim dessas cogitações todas, a convicção de que o romance ou a novela seria o gênero literário mais próprio, mais acessível a exprimir o que eu pensava e atrair leitores, amigos e inimigos.

Mas o romance, como a canônica literária do Rio ou do Brasil tinha estabelecido, não me parecia próprio. Seria obra muito fria, teria de tratar de um caso amoroso, ou haver nele alguma coisa de parecido com isso. Eu tinha um grande pudor de tratar de amor. Parecia-me ridículo ter esse sentimento e ainda mais ridículo analisá-lo ou tratá-lo em livro. Todo o amor, parecia isto a mim, me humilhava, e não queria o fato de descrever um qualquer encontrasse em mim prova de fraqueza e rebaixamento de mim mesmo.

Evitando o amor, voltei as minhas vistas para os grandes livros de aventuras; e, por eles, vi bem que os romances que as narram são talvez os que mais resistem ao tempo. Não foi, porém, por isso, nem mesmo pela sua aparente facilidade; foi tão somente para evitar o escolho do Amor, que comecei a escrever um.

Tínhamos entrado no terceiro ano do casamento; meu filho já tinha dois, já tinha mais aparência de gente e me atraía com mais naturalidade de sentimento. Minha sogra não o deixava, o pequeno; era o seu enlevo, era a sua única preocupação. Tinha questões com a filha, por causa dele; atribuía-lhe a culpa das suas manhas naturais de criança, ensinava-o a andar. A velha Ana, que o era um pouco mais do que minha sogra, também tinha um grande pendor pelo pequeno, embora não demonstrasse grande simpatia por mim.

Não era bem preta e tinha sido cria do pai de minha sogra, se não filha ou parenta próxima dele. As duas velhas se tratavam pelos apelidos e por tu e você. Era você, Aninhas, pra ali; era tu, Clementina, pra lá.

Entre as duas, havia muitos vestígios daqueles singulares costumes existentes entre senhores e escravos, nas pequenas propriedades rurais, antes das agitações abolicionistas. Eram todos parentes e íntimos, mucamas e sinhazinhas. Fingia sempre não perceber a antipatia de Aninhas por mim e sempre, afora o que minha mulher lhe dava, eu lhe oferecia dinheiro, que era aceito com pressa. Tinha um fundo religioso, não era bem este ou aquele credo que a tomava: eram todos. Todo o domingo ia à missa, confessava-se e comungava com frequência, nos dias próprios levava a benzer palmas, ramos de alecrim e

arruda, mas isso não impedia que também frequentasse sessões espíritas e procurasse feiticeiros quando julgava necessário.

Se conversava com ela, não cessava de dizer-me a todo o propósito:

— No tempo de seu Zuzu, as coisas eram outras... Havia sempre de “um tudo” a faltar em casa... Não era, Clementina?

Esse Zuzu era o falecido marido de minha sogra, que tinha umas propriedades agrícolas no estado do Rio, mas que, depois da República, liquidara tudo e se fizera tesoureiro ou pagador de uma repartição do Ministério da Viação.

Outras vezes, quando eu estava presente, a velha Aninhas lembrava:

— Clementina, você se lembra daquele São João em que seu pai matou um boi, para receber a visita do deputado?

Minha sogra não gostava dessas rememorações; mas nada objetava, limitando-se a dizer: “Sim, eu me lembro.” Minha mulher, porém, era mais franca:

— Ora, Aninhas! Águas passadas não movem moinho...

— Não movem! — exclamava a velha cabrocha, tirando o cachimbo da boca. É que naqueles tempos havia “homens...”.

E olhava para mim significativamente. Compreendia que ela queria pôr nos meus olhos a grandeza passada dos parentes de minha mulher, em face da mediania atual, que, se não era eu culpado, demonstrava, por continuar ela, incapaz e indigno de me ter casado com Iaiá Figena. Disse isto a minha mulher e ela me observou:

— É assim, Aninhas: pensa sempre em muito; mas se contenta com pouco e nada exige quando não se tem. Essas lembranças do passado são para ela como os nossos sonhos de futuro.

Tive ocasião de verificar isto nos transe de vida por que vim a passar. Escrevia meu livro, mas não com seguimento e vontade. Interrompia, ora por uma coisa, ora por outra. Continuava a escrever nas minhas revistecas, para ganhar dinheiro e mesmo por gosto; mas via bem que elas não me dariam o que sonhava e estavam abaixo dos meus propósitos e da minha instrução. Procurava campo mais vasto...

Uma tarde, era domingo, estava eu sentado com minha mulher no jardim, quando ela me perguntou:

— Você leu a opinião de F. sobre o livro do teu amigo Oliveira?

— Li.

— Achei justa.

— Você o leu?

— Li. Ele não ofereceu a você? Peguei-o em cima da mesa e li-o... Uma coisa, Vicente?

— Que é?

— Você abandonou a sua obra?

Não tinha dito nunca a minha mulher que fazia uma tentativa literária, mas não escondia nada, nem fechava móvel algum. Espantei-me e indaguei:

— Como é que você sabe disso?

— Muito simplesmente: via você escrever tantas folhas de papel e descobri que você fazia uma obra.

Fiquei envergonhado e arrependido com aquela falta de franqueza com minha mulher e tentei uma desculpa:

— Não disse isso a você porque podia falhar e...

— Mas que mal havia nisso para a sua mulher, Vicente? Você tem vexames, temores, com sua mulher? O que é preciso é acabá-lo... Há quase um mês que você não escreve nele...

— Como é que você sabe disso?

— Antes de São João, você estava na página 114; ontem, eu vi que você continuava na mesma página, e nós estamos em fins de julho!

Todo esse interesse de minha mulher pelos meus trabalhos, pela minha vida mental, passava-me despercebido. Eu os não unia, eu os não coordenava, para completar a figura dela, a sua inteligência, o seu amor por mim. Duas coisas levavam-me a isto: a certeza de que não é dado as mulheres brasileiras de seu nascimento se preocuparem com essas coisas, e o meu vexame de fazer confidências a quem quer que fosse do que planejava em letras.

A intervenção dela, porém, não foi em vão. Terminei a obra e, apesar de antemão saber que não arranjaría editor, procurei um, dois, três. Todos eles me diziam: “O senhor já mostrou a F.?” “Não”, dizia eu. “Deve mostrar”, objetavam; e restituíam-me o manuscrito intacto. Não conhecia nem fulano, nem beltrano, e desconfiava que eles não gostassem da minha literatura, das minhas poucas opiniões existentes no livro, na forma da narração e, sobretudo, a timidez junto ao orgulho impediam-me de pedir-lhes opinião.

Correram tempos e minha mulher, vendo-me uma vez ler o meu manuscrito, ao trazer-me café que lhe pedi, perguntou-me:

— Você por que não publica isto?

— Não há quem o queira imprimir.

— Publique você mesmo. Custa caro?

— Muito.

Ela convenceu-me que devia pedir emprestado o dinheiro necessário sobre os meus vencimentos. Assim fiz, e o livro ia em meio da composição, quando ela adoeceu gravemente. A sua moléstia foi dolorosa e duradoura. Mais de quatro meses, ela esteve acamada, morrendo aos bocados. No fim, só tinha de humano o olhar, aquele seu olhar vivo, penetrante, com expressões indefiníveis. Penou muito e muito me fez penar. No fim, parecia estranha a tudo, até ao filho, até à mãe, e estava já quase assim, quando me fez aquela recomendação:

— Você deve desenvolver aquela história da rapariga num livro...

Já estava morta, quando meu livro apareceu. Vendi toda a edição quase pelo preço de impressão, para pagar dívidas, e me comprou um daqueles livreiros que me editara. Não pude desagrar os meus ordenados; a minha colaboração rendia pouco. Minha sogra, depois da morte da filha, ficou aluada. Não se movia do lugar, não queria sair, não queria ver ninguém. Os atos e requerimentos para receber a sua pensão de montepio, era uma dificuldade para obter dela a assinatura. Do pequeno, cuidava, mas a seu jeito; enfurecia-se com qualquer repreensão a ele e a todo o instante relembra-lhe a mãe:

— É isto, a Efigênia não está aí...

O meu consolo era o meu livro. A crítica assinada, a responsável, honrou-o muito, particulares insuspeitos gabaram-mo à queima-roupa. Ele era cochichado, e eu pressentia no ar a emoção e a surpresa que tinha causado.

Devia alegrar-me, mas a alegria que me podia causar era abafada pelas minhas dificuldades de dinheiro e pela doença de minha sogra.

Ela sempre me estimara, eu via bem; ela sempre me quisera, eu percebia; ela mesma fora que nos casara; mas a loucura sua, que ia a passos largos, como sempre, virava-se para os parentes próximos e para as pessoas amigas.

Sem aproveitar o pequeno e restrito sucesso que havia obtido, eu não sabia como haver dinheiro. Não queria tentar o jornal. Muitas coisas me faziam pensar. Repugnava-me aceitar um lugar subalterno, sentia-me capaz de outra coisa; mas, ao mesmo tempo, não me queria hipotecar por gratidão ou dinheiro a pessoas e influências, que fariam sepultar em mim as minhas ideias e abafar a paixão com que elas deviam ser expostas.

Voltou-me o hábito de beber, e, desta vez, sem dinheiro, mal-vestido, sentindo a catástrofe próxima da minha vida, fui levado às bebidas fortes e, aparentemente, baratas, as que embriagam mais depressa. Desci do *whisky* à genebra, ao *gin* e, daí, até à cachaça.

Tinha recebido um sobrinho para se empregar no Rio, no decorrer desses cinco anos que mediaram entre a morte de minha mulher e a minha primeira entrada no hospício. Era um rapaz simples, bom, de pouca instrução e inteligência. Filho de uma irmã que ficara e se casara no interior, eu não o conhecia; mas foi bom para mim. Ele e a preta Aninhas.

Esta perdera a antipatia por mim, adivinhava-me as dificuldades, não todas, e, das origens, ela só supunha consolar-me da morte de Efigênia:

— Sossega, “seu” Mascarenhas! — dizia-me ela em certas manhãs que eu amanhecia terrível. — Que se há de fazer? Deus assim quis.

Meu filho crescia sob os cuidados desta pobre rapariga. Ele tinha pouco mais de dois anos, quando a mãe morreu. Pouco depois dos cinco, veio a ter em certas noites umas convulsões, um choro, um tremer que me assustou. Levei-o a um médico, meu amigo.

— Mascarenhas — disse-me ele —, toma cuidado com este teu filho... Evita contrariá-lo...

Deu-me uma poção calmante e não me quis dizer mais nada. Foi crescendo e, aos sete anos, tentei ensinar-lhe a ler. Começava “a-e-i-o-u”; quando passei a juntar as letras, ele ia até certo ponto e desandava a chorar. Minha sogra intervinha, às vezes com bons modos, às vezes malcriada:

— Deixem o pequeno! Malvados!

Tentava convencê-la, mas era em vão. Tratei de experimentar o colégio; a professora me disse que era dócil, o meu filho, mas não sabia o que tinha ele. A verdade é que não havia jeito de poder-lhe prender a atenção na cartilha.

Tinha trinta e poucos anos, um filho fatalmente analfabeto, uma sogra louca, eu mesmo com uma fama de bêbedor, tolerado na repartição que me aborrecia, pobre, eu vi a vida fechada. Moço, eu não podia apelar para minha mocidade; ilustrado, não podia fazer valer a minha ilustração; educado, era tomado por um vagabundo por todo o mundo e sofria as maiores humilhações. A vida não me tinha mais sabor e parecia que me abandonava a esperança.

Depois de beber consecutivamente durante uma semana, certa noite amanheci de tal forma gritando e o dia seguinte passei de tal forma cheio de terrores, que o meu sobrinho André, que já era empregado e muito me auxiliava, não teve outro remédio senão pedir à polícia que me levasse para o hospício.

Foi esta a primeira vez.

III

O espetáculo da loucura, não só no indivíduo isolado, mas, e sobretudo, numa população de manicômio, é dos mais dolorosos e tristes espetáculos que se pode oferecer a quem ligeiramente meditar sobre ele. Dizia Catão que os sábios tiram mais ensinamentos dos loucos que estes deles. Deve ser assim, conforme quem os interpela e o tempo que o faz, mas o certo é que, à primeira vista, o ensinamento não é, como queria o orgulho romano, para melhoramento e progresso dos ajuizados; ao contrário, a primeira impressão é de abjeção para o espírito, pelo enigma que nele se põe, diante de uma misteriosa interrogação sem resposta. Onde vem isto? Que inimigo da nossa espécie é esse que se compraz em nos rebaixar?

No pavilhão, devido ao número exíguo de doentes, não se sente bem essa dor especial, esse tomado de amargura pelo nosso destino, o nosso pensamento não se angustia tanto em querer resolver tão sombrio problema da nossa existência que a loucura provoca; mas na Seção Pinel é de abater, é de esmagar, a contemplação, o contato, o convívio com quase duas centenas de loucos.

Da primeira vez, não saí do pavilhão para essa seção, que é a dos gratuitos, a dos indigentes, mas, na qual, como uma consideração que a bondade da administração pode ter, sem ferir os regulamentos, há muitos que não o eram. De forma que, quando saí do pavilhão, para ela, na segunda vez, foi-me um espetáculo novo, inédito, denso, a que fui obrigado a assistir nela.

Logo após o café, fui chamado à presença de um jovem médico, muito simpático, pouco certo dos seus poderes para curar-me. Fez-me umas perguntas, e senti mesmo que seu desejo era mandar-me embora. Disse-me mais ou menos isso, ou melhor, as suas palavras foram estas, depois de dizer o que eu tinha tido:

— Não há dúvida... Mas o senhor ou você — não me recordo — veio pela polícia, tem que se demorar um pouco.

Concordei e voltei para o pátio. Vestia umas calças que me ficavam pelas canelas, uma camisa que me ficava pela metade do antebraço. Um tal vestuário me aborrecia deveras, e não porque eu me julgava mais ínfimo ali com ele do que se outro tivesse. Pouco tempo depois, fui de novo para a varanda, onde me puseram num banco, ao lado de outros companheiros. Estava em uma extremidade, e o doente a meu lado era um preto moço, tipo completo do espécimen mais humilde da nossa sociedade.

Era ocasião da visita do médico em chefe, que me conhecia de vista e eu a ele; mas não fez alusão a isso, e também não me dei por achado. Sempre me disseram um excelente rapaz, mas o supunha muito cheio de certeza, por isso embirrava com ele.

Acabada a visita do médico em chefe, voltei para o terreiro, à espera da minha alta. Estava certo dela; e, quando o enfermeiro-mor me chamou do alto da varanda que dava para onde eu estava sentado, sorri de alegria.

Esse enfermeiro não me fez mal algum, mas impliquei com ele. Era alto, bem-apessoado, tinha uma fisionomia bragantina, papada, bochechas, olhos pequenos... O guarda-civil que me esperava no portão do hospício chamou-o de doutor e ele se deixou tratar assim. Pareceu-me um pouco pedante; se não me maltratou, tratou-me com desdém e sobrançeria... Muitas vezes, rio-me interiormente, quando tal acontece, mas com ele irritei-me.

Veio-me chamar e levantei-me alvissareiro:

— Venha cá!

Olhando para ele, perguntei:

— Eu?

— Sim, você.

Levou-me o bragantino por corredores e pátios até ao hospício propriamente. Aí é para não me ir embora, mas ficar.

— Não vou-me embora?

— Não; você fica.

Ainda esperei que fosse cair na seção dos pensionistas; mas assim não foi. Entrei para a Pinel, para a seção dos pobres, dos sem-ninguém, para aquela em que a imagem do que a Desgraça pode sobre a vida dos homens é mais formidável e mais cortante.

O mobiliário, o vestuário das camas, as camas — tudo é de uma pobreza sem-par. O acúmulo dos doentes, o sombrio da dependência que fica no andar térreo e o pátio interno é quase ocupado pelo pavilhão das latrinas de ambos os andares — tirando-lhe a luz, tudo isso lhe dá má atmosfera de hospital, de emanações de desinfetantes, uma morrinha terrível.

Os loucos são de proveniências as mais diversas; originam-se, em geral, das camadas mais pobres da nossa gente pobre. São pobres imigrantes italianos, portugueses, espanhóis e outros mais exóticos; são negros roceiros, que levam a sua humildade, teimando em dormir pelos desvãos das janelas sobre uma esteira ensebada e uma manta sórdida; são copeiros, são cocheiros, cozinheiros,

operários, trabalhadores braçais e proletários mais finos: tipógrafos, marceneiros etc.

No meio desse baralhamento de homens de tão diferentes raças e educação, fazem-se às vezes descobertas. Um dia, um maluco diz a outro:

— Você sabe? Aquele novo é padre.

— Qual?

— Aquele alemão, que veio há dias do pavilhão.

A notícia corre de boca em boca e vai até ao enfermeiro-chefe. Este, então, verifica e procura melhorar o tratamento do pobre náufrago da vida.

Quando lá estive, havia um religioso alemão ou teuto-brasileiro, moço, forte, silencioso, com aquele doce olhar que há em certos alemães, em que a gente vê o mar raso e a areia faiscando no fundo. Parecia um frade concentrado e, sem rezar, parecia rezar, andando de um lado para outro do corredor. Pelo que se entendia do seu português, ele o falava bem, com certo acento, mas correto. Não se o entendia, porque não pronunciava as palavras: balbuciava, ciciava...

Vi também o D.L., meu antigo conhecido, poeta das pequenas coisas, paródias, sonetos satíricos. Era companheiro do T., que foi meu colega de colégio, e agora se fez esquecer; mas foi um grande estroina. D.L. montou um colégio num arrabalde modesto e, segundo notícias, ele prosperou. Deixou de andar em rodas dos literatos, parece que estudou, pois eu o conheci com pouca instrução, e os seus discípulos gabavam-lhe o saber e o método. Veio, porém, a equiparação ao ginásio, ele não tinha dinheiro para equiparar o seu colégio ao oficial, foi perdendo alunos, endividou-se e enlouqueceu.

Foi o primeiro a me falar e, pelo jeito com que o fez, parecia que me esperava ali desde muito tempo...

Fui de novo à presença de um médico; era também moço, mas não tão cético como o primeiro que me viu no pavilhão, nem tão crente como o chefe deste. Interrogou-me pacientemente, sobre o meu delírio, sobre os meus hábitos e antecedentes. Disse-lhe toda a verdade. Não me desgostou este médico, senão quando ele me perguntou assim, com um pouco de menosprezo:

— O senhor colabora nos jornais?

— Sim, senhor; e já até publiquei um livro.

O doutor, por aí, sorriu desdenhosamente, mas foi um instante. Saí do exame e fiquei pelos corredores. Eu tinha passado bem a noite passada; mas tudo aquilo me parecia mais extravagante. Como é que eu, em 24 horas,

deixava de ser um funcionário do Estado, com ficha na sociedade e lugar no orçamento, para ser um mendigo sem eira nem beira, atirado para ali que nem um desclassificado?

Por que o Estado queria-me gratuito, comendo à sua custa, quando era mais simples tomar-me o ordenado e dar-me pelo menos um paletó?...

Recordei-me um pouco da casa do meu sobrinho, da sua infantil mania de supor que o hospício me curava e de supor que era o álcool e as companhias que me punham a delirar. O meu sofrimento era mais profundo, mais íntimo, mais meu. O que havia no fundo dele, eu não podia dizer, a sua essência era meu segredo; tudo mais — álcool, dificuldades materiais, a loucura de minha sogra, a incapacidade de meu filho — eram consequências dele e do desnorreamento em que eu estava na minha vida. Depois de quase dez, ou antes, logo nos primeiros anos da morte de minha mulher, é que eu senti bem a falta dela e que me convenci que ela viera ao meu encontro para realizar o meu destino e o meu sonho. Perdida ela, perdida nas condições em que foi, parecia-me que eu tinha praticado um crime, uma falta grave, sem remédio e sem resgate. Embora não a tivesse nunca maltratado de nenhuma sorte, eu me sentia culpado por não a ter compreendido em tempo, por não a ter adivinhado.

Vinha-me um desespero íntimo, um aborrecimento de mim mesmo, um sinal da evidência da minha incapacidade para qualquer obra maior, pois — raciocinava eu — quem teve um ente humano a seu lado, com ele viveu na mais total intimidade em que dois entes humanos podem viver, não o compreendeu, não pode absolutamente compreender mais coisa alguma. E eu atirava meus livros para o lado, e eu me punha a beber, e eu não tratava do meu, e eu me queria anular, ficar um desclassificado, uma bola de lama aos pontapés dos polícias...

Não tinha lido o trecho de Plutarco a que aludi, pois o li no próprio hospício; mas, agora, lembrando as minhas impressões, sinto bem que ele tem bastante razão. Eu estava ajuizado e tinha muito que aprender com loucos.

Da primeira vez, não me demorei observando loucos. Revoltei-me, censurei meu sobrinho; mas desta vez voltava mais capaz de fazê-lo. Eu me tinha esquecido de mim mesmo, tinha adquirido um grande desprezo pela opinião pública, que vê de soslaio, que vê como criminoso um sujeito que passa pelo hospício, eu não tinha mais ambições, nem esperanças de riqueza ou posição: o meu pensamento era para a humanidade toda, para a miséria, para o sofrimento, para os que sofrem, para os que todos amaldiçoam. Eu sofria

honestamente por um sofrimento que ninguém podia adivinhar; eu tinha sido humilhado, e estava, a bem dizer, ainda sendo, eu andei sujo e imundo, mas eu sentia que interiormente eu resplandecia de bondade, de sonhos de atingir a verdade, do amor pelos outros, de arrependimento dos meus erros e um desejo imenso de contribuir para que os outros fossem mais felizes do que eu, e procurava e sondava os mistérios da nossa natureza moral, uma vontade de descobrir nos nossos defeitos o seu núcleo primitivo de amor e de bondade.

O hospício me retemperava. Lembrava-me do plano de minha obra, dos grandes trabalhos que ela demandava, dos estudos que pedia; e, de mim para mim, eu me prometia levá-la a cabo, empregando todos os argumentos, tirando-os de toda a parte, não só os lógicos, como os sentimentais; havia de escrevê-la, empregando todos os recursos da dialética e da arte de escrever.

Voltava-me para trás da minha vida e lá via minha sogra louca, às vezes, delirando; às vezes, calada, a olhar tudo com um olhar intraduzível e sobretudo meu filho, seu neto, que passava dos dez anos e não sabia absolutamente nada. Não havia ameaça, não havia afago, não havia promessa que o fizesse dar um pouco de atenção à cartilha. Eu não sabia o que fazer. Deixava o tempo correr; e, quando me vinha a ideia que havia de ter um filho completamente analfabeto, eu amaldiçoava tudo e me arrependia de tê-lo gerado. No hospício, porém, estas duas lembranças dolorosas não me abatiam tanto quanto em casa ou solto em qualquer parte. A conclusão a que chegava era ser preciso transmontá-las, para executar o meu propósito de moço e o meu sonho de menino...

— “Seu” Vicente, venha ver sua cama.

Era o inspetor. Era bom homem, conhecera meu pai e se lembrava dele com amizade. Eu não me recordava dele; havia-o visto menino. Ele, entretanto, fez tudo para suavizar a minha sorte, sem pedido nem rogo meu. Era um mulato escuro, forte, mesmo muito forte, rosto redondo grande, olhos negros brilhantes, com uma pequena jaça de desconfiança.

Deu-me uma cama num dormitório mais razoável, com melhor companhia; e, por sua iniciativa, fez que eu tomasse as minhas refeições com os doentes mais escolhidos.

Entre estes fui encontrar um rapaz português da minha idade, a quem conhecera quando estudante. Travamos relações na pensão da senhora que veio a ser minha sogra. Parece que ele fora daqueles que tinham de voltar pobres. Era um tanto instruído e me foi de um préstimo inesquecível. Não tinha

cigarros, ele mos deu; não sabia ir ao refeitório, ele me ensinou; enfim, amaciou as dificuldades do primeiro estabelecimento.

Apesar de não demonstrar vestígio algum de loucura, nem mesmo a alcoólica ou tóxica, Misael era veterano no hospício e me informou muito sobre os loucos, suas manias, seus antecedentes. O meu mergulho naquele mundo estranho foi logo profundo, naqueles quatro dias que nele passei.

Vista assim de longe, a noção do horror que se tem da loucura não parte da verdadeira causa. O que todos julgam, é que a coisa pior de um manicômio é o ruído, são os desatinos dos loucos, o seu delirar em voz alta. É um engano. Perto do louco, quem os observa bem, cuidadosamente, e une cada observação a outra, as associa num quadro geral, o horror misterioso da loucura é o silêncio, são as atitudes, as manias mudas dos doidos.

Há indivíduos que se condenam a um mutismo absoluto, que não conversam com ninguém, não dizem palavra anos e anos. Destes, uns vivem de um lado para outro, outros deitados; ainda outros fazem gestos, e certos outros prorrompem em berreiros.

Alguns, a sua doença atacou-os no aparelho de emissão da palavra. Havia um, mas na outra seção, velho e dizem que de família importante, que falava de onde em onde, mas logo perdia o jeito e emudecia. Tinha delírios terríveis. Corria que em estado de loucura matara uma irmã, na fazenda paterna, com mão de pilão.

Alguns não suportam roupa no corpo, às vezes totalmente, outras vezes em parte. Na Seção Pinel, num pátio em que ficavam os mais insuportáveis, dez por cento deles andavam nu ou seminu. Esse pátio é a coisa mais horrível que se pode imaginar. Devido à pigmentação negra de uma grande parte dos doentes aí recolhidos, a imagem que se fica dele, é que tudo é negro. O negro é a cor mais cortante, mais impressionante; e contemplando uma porção de corpos negros nus, faz ela que as outras se ofusquem no nosso pensamento. É uma luz negra sobre as coisas, na suposição de que, sob essa luz, o nosso olhar pudesse ver alguma coisa. Aí é que há os berradores; mas, como em toda a parte, são só os seus gritos que encham o ambiente. Eles são relativamente poucos.

Há outros que se degradam no sexo, com uma indiferença de amaldiçoados a isso... É um horror silencioso, que nos apavora e faz-nos cobrir a humanidade de piedade, e nos amedronta sobre a nossa vida a vir.

Olham-se os quartos e todos aqueles homens, muitas vezes moços, sem moléstia comum, que não falam, que não se erguem da cama nem para exercer

as mais tirânicas e baixas exigências da nossa natureza, que se urinam, que se reboleciam no próprio excremento, se não fossem os cuidados dos guardas e enfermeiros, pensa-se profundamente, dolorosamente, angustiosamente sobre nós, sobre o que somos; pergunta-se a si mesmo se a cada um de nós está reservado aquele destino de sermos nós mesmos, o nosso próprio pensamento, a nossa própria inteligência, que, por um desarranjo funcional qualquer, se há de encarregar de levar-nos àquela depressão de nossa própria pessoa, àquela depreciação da nossa natureza, que as religiões querem semelhante a Deus, àquela quase morte em vida.

Parece tal espetáculo com os célebres cemitérios de vivos, que um diplomata brasileiro, numa narração de viagem, diz ter havido em Cantão, na China.

Nas imediações dessa cidade, um lugar apropriado de domínio público era reservado aos indigentes que se sentiam morrer. Dava-se-lhes comida, roupa e o caixão fúnebre em que se deviam enterrar. Esperavam tranquilamente a Morte.

Assim me pareceu pela primeira vez que deparei com tal quadro, com repugnância, que provoca a pensar mais profundamente sobre ele, e aquelas sombrias vidas sugerem a noção em torno de nós, de nossa existência e a nossa vida, só vemos uma grande abóbada de trevas, de negro absoluto. Não é mais o dia azul-cobalto e o céu ofuscante, não é mais o negror da noite picado de estrelas palpitantes; é a treva absoluta, é toda ausência de luz, é o mistério impenetrável e um *não poderás ir além* que confessam a nossa própria inteligência e o próprio pensamento.

A loucura se reveste de várias e infinitas formas; é possível que os estudiosos tenham podido reduzi-las em uma classificação, mas ao leigo ela se apresenta como as árvores, arbustos e lianas de uma floresta: é uma porção de coisas diferentes.

Uma generalização sobre o seu fundo pecaria pela base. Choques morais, deficiência de inteligência, educação, instrução, vícios, todas essas causas determinam formas variadas e desconhecidas de loucura; e, às vezes, nenhuma delas o é.

Apela-se para a hereditariedade que tanto pode ser causa nestes como naqueles; e que, se ela fosse exercer tão despoticamente o seu poder, não haveria um só homem de juízo, na terra. É bastante pensar que nós somos como herdeiros de milhares de avós, em cada um de nós se vem encontrar o sangue, as taras deles; por força que, em tal multidão, há de haver *detraqués*, viciosos, etc., portanto a hereditariedade não há de pesar só sobre este e sobre

aquele, cujos antecedentes são conhecidos, mas sobre todos nós homens. Por ser remota? Mas as forças da natureza não contam o tempo; e, às vezes mesmo, as mais poderosas só se fazem notar quando se exercem lentamente, durante séculos e séculos.

A explicação por hereditariedade é cômoda, mas talvez seja pouco lógica.

Sem capacidade nem competência para tratar de semelhante assunto, eu me lembrei de fazer estas considerações, por ter observado entre os meus colegas da Pinel um caso singular de mania.

Eu via um português velho, sempre com um gorro e borla, de barba cerrada, enroupado num grande sobretudo *marron*, passear de um lado para o outro nos corredores. A sua fisionomia tinha um ar de estampa, sorridente, mas orgulhosa. Perguntei certo dia:

— Misael, quem é aquele doente?

— É um português que foi barbeiro. Os fregueses chamavam-no de Francisco I, imperador da Áustria. Ele se parece, convenceu-se e acabou aqui. Há dias, quando embarcaram uma turma para a colônia, ele foi até ao grupo e recomendou: “Olhem, vocês vão para lá. Se forem maltratados, queixem-se a mim, que sou seu imperador.”

Que relação teria a sua loucura com a sua fortuita semelhança com o imperador da Áustria? É possível que ela tivesse alguma intervenção?

Parecia pueril uma tal questão, mas eu a pus sempre, de mim para mim, essa pergunta do poder de autossugestão na loucura e também da imitação.

Tomei posse do meu dormitório e despertei maravilhosamente. O meu dormitório era no canto da ala direita do pavimento térreo.

O hospício é bem construído e seria adequado, se não tivesse quatro vezes o número de doentes para que foi planejado. É obra de iniciativa individual, e a sua construção, pode-se dizer, foi custeada pela caridade pública. Nas dádivas e doações, como sempre, nas obras, muito concorreram os portugueses que enriqueceram no comércio. Os chãos parece que já eram da Santa Casa, mas o edifício propriamente é resultado de dádivas e doações. É grande de fachada, com fundo proporcional, acabamento e remates cuidadosos, um pouco sombrio no andar térreo, mais devido aos acréscimos do que ao plano primitivo, que se adivinha. Acabado de construir em 1852, todo ele trai, no aspecto exterior, ao gosto do pseudoclássico da Revolução e do Império Napoleônico. O seu arquiteto, Domingos Monteiro, foi certamente discípulo da antiga Academia de Belas-Artes e certamente do arquiteto Grandjean de Montigny. É de aspecto frio, severo, solene, com pouco movimento nas massas

arquiteturais. Custou naquela época cerca de 1.500 contos, e por aí se pode avaliar a tenacidade de José Clemente, que o ideou e o ergueu no espaço curto de dez anos. Dizem que há, no salão nobre, uma estátua dele, mandada fazer pelo segundo imperador, que também tem a sua, diante da daquele. Este José Clemente parece não ter sido estadista de grandes vistas políticas, mas pelas posições em que passou deixou traços do seu amor a obras de utilidade pública, sobretudo de assistência.

Interiormente é dividido em salões e quartos, maiores e menores, com janelas todas para o exterior e portas para os corredores, que olham para os pátios internos.

O meu dormitório ficava no extremo da ala esquerda do edifício, como já disse, e as camas ficavam encostadas ao longo das quatro paredes. Tinha três janelas de sacada para a rua, mas eram inteiramente gradeadas. Via-se o jardim, a rua, os bondes, o mar e as montanhas de Niterói e Teresópolis.

Com o ar azul da enseada de Botafogo, para quem olha, devia ser um alegre retiro, tivesse ele outro destino; mas a beleza do local pouco deve consolar, apreciada através das grades, da triste condição em que se está, torvo o ambiente moral em que ali se respira. A beleza da natureza faz mais triste a quem tem consciência do lugar em que está e, olhando-a com os olhos tristes, ao amanhecer, a impressão que se tem é que não se pode mais sonhar felicidade diante das belas paisagens e das belas coisas...

Assim amanheci. Olhei o mar através das grades, com esses sombrios pensamentos, e recebi essa emoção. Demorei-me pouco vendo-o... Pela enseada adentro, entrava uma falua, com velas enfunadas e muito suavemente deslizava sobre o mar levemente encrespado pelo terral fresco... Passavam banhistas de ambos os sexos. As mulheres, envolvidas em roupões ou lençóis, escondiam as pernas e os braços, mais ainda que os calções e as blusas; os homens, porém, ostentavam-nos com garbo. As pernas, embora musculosas, às vezes, eram hediondas.

Todos olhavam para a grade, e logo saí dela vexado com aquela curiosidade malsã. Domingo, eu não amanheci mais nesse dormitório. O inspetor, tinha resolvido, me transferia para um quarto em que havia um outro doente de consideração. Não me agradou, porque se tratava de um estudante e porque, à sua ênfase (eu a tive também) de estudante, não devia agradar um companheiro que lhe surgia no estado de mendigo. Tratou-me bem e eu não tive queixa dele durante as duas noites que fui seu companheiro de aposento.

Estava há quatro dias no hospital e não havia recebido visita alguma. Misael salvou-me no que toca a cigarros, o inspetor emprestava-me os jornais; mas não me contentava com isso.

Chamaram-me à noite e, de pé, no corredor para onde se abria a porta da seção, falei com meu sobrinho. Não tive aborrecimento algum, eu tinha convicção da minha manifestação de loucura. O que me amedrontava era a seção. Não os loucos propriamente, mas do que o seu aspecto geral me trazia ao pensamento. Trouxe-me cigarros e eu só lhe reclamei a saída da seção, fosse como fosse. De tanto pensar no meu destino, entrelaçado com o daqueles que me eram companheiros, eu me apavorava mais do que se estivesse no Inferno, perseguido por mil diabos.

Perguntei por todos de casa e despedi-me. Voltei ao interior da seção e fizeram-me mudar a roupa. Foi a primeira satisfação que me oferecia o manicômio. Senti mais integrado na minha dignidade, na minha educação, com aquele pijama que me cobria os tornozelos e os braços.

Não pude fumar um cigarro até ao fim. Vieram-me chamar. Era um bom vizinho, negociante dos subúrbios, humano e compassivo. Minha família comprava na sua venda e, a bem dizer, foi dela que saí da segunda vez para o hospício. Deu-me cigarros e jornais. Conversamos dez minutos, e senti bem, naquele homem simples, de pouca cultura, a piedade profunda que lhe inspirava. Foi a segunda satisfação que o hospício me dava. Havia bondade, simpatia de homem para homem, independente de interesse e parentesco.

Pus-me a ler os jornais. A minha sensação já não era de mágoa e de dor de estar ali; era de esperança da minha correção e da melhoria de todos os homens. A afeição, o amor, a simpatia e a piedade haviam de inspirar um dia alguém que curasse aqueles pobres homens...

Naquele instante, conversando com um companheiro, um outro doente delirava de fazer rir. Não me ri, mas prestei-lhe atenção, simulando ler.

Dizia o doente a outro que, no banco em que era empregado, certas vezes dava a fazer a cobrança de que estava encarregado a outro colega. Este lhe pedia a roupa, os sapatos, o chapéu, o relógio etc. Um dia, porém, pediu-lhe por empréstimo o nariz, os olhos, os bigodes etc.

Neguei-lhe, afirmava com energia; como havia eu de viver sem nariz, sem olhos, sem bigodes, enfim, sem a minha cabeça?

O outro, que era também delirante, não vi a que propósito, veio a falar em livros, poetas etc., porque é próprio do delírio, como toda a gente sabe, não ligar nunca as ideias, às vezes só às palavras, outras vezes nem a uma nem a

outra coisa, para continuar a sua manifestação, em estilhaços de pensamentos, de uma que arrebentou sob a pressão da loucura:

— Livros! Tive-os muito bons! — fez o homem que não queria emprestar os bigodes. — Você já ouviu falar em Luís de Camões?

— É o autor dos *Lusíadas*, português.

— Qual o quê! Sou eu! Era uma obra em que eu há muito tempo trabalhava. Escrevia-o em papel muito bom, com uma excelente caligrafia, quando saía, guardava-o numa escrivaninha à chave. Eu tinha uma criada, uma negra, que era amigada com um português. Certo dia, esqueci-me da chave e, ao voltar para a casa, não encontrei a negra, nem o livro. Ela tinha fugido com o meu trabalho... Passam-se anos e um dia li que, em Lisboa, morrera na miséria um poeta que vivia com uma negra, deixando um poema, intitulado *Lusíadas*, primoroso... Adivinhei logo a coisa: era o meu trabalho, que a negra tinha roubado e dado ao galego...

— Não reclamou?

— Qual! Não arranjei nada!

O parentesco do delírio do meu companheiro de dormitório com o episódio do jau, da vida de Camões, toda a gente percebe; eu, porém, não intervim na conversa e, até, forcei a atenção para os jornais, a fim de que ela não me arrastasse de novo a pensamentos agoureiros.

Li-os com cuidado, li seções que, normalmente, desprezava, mas não findei a leitura. Misael chamou-me para o jantar.

Nos domingos, era mais cedo, e, como das outras vezes, atravessamos o pátio cheio dos doentes mais incorrigíveis, uns em pé, do lado para outro, outros deitados debaixo daquele sol de dezembro, outros nus e sobre uma esteira, um inteiramente nu, de bruços, com um curativo negro de um cáustico qualquer, que denunciava uma das mais nojentas formas de sodomia. Misael perguntou-me:

— Sabe o que é isso?

— Sei... Há muitos?

— Muitos.

Não quis mais continuar o diálogo, mesmo porque chegávamos ao refeitório.

O domingo, que tinha amanhecido toldado, nevoento, com o correr do dia se tornou claro e luminoso. O calor bastante sensível não era de sufocar, a viração soprou bem cedo, e a tarde se fez uma esplêndida tarde tropical, tépida, embalsamada de azul e de silêncio imaterial das coisas. Do refeitório, nós

víamos as montanhas, e até o Corcovado inclinava-se para o hospício. Acabado o jantar, eu e Misael fomos dar um passeio pela chácara. É vasta e, apesar das modificações, mutilações, que tem sofrido, ainda guarda exemplares das grandes fruteiras que deviam povoá-la há quarenta anos passados. Vi nela uma grande horta, sem viço, sem verdura tenra das couves e repolhos, por ser verão; mas, assim mesmo, ela me interessava todo, me recordava sonhos e projetos.

Gostei sempre muito da casa, do lar; e o meu sonho seria nascer, viver e morrer na mesma casa. A nossa vida é breve, a experiência só vem depois de um certo número de anos vividos, só os depósitos de reminiscências, de relíquias, as narrações caseiras dos pais, dos velhos parentes, dos antigos criados e agregados é que têm o poder de nos encher a alma do passado, de ligar-nos aos que foram e de nos fazer compreender certas peculiaridades do lugar do nosso nascimento. Todos os desastres da minha vida fizeram que nunca eu pudesse manter uma inabalável, minha, a única propriedade que eu admitia, com as lembranças dos meus antecedentes, com relíquias dos meus amigos, para que tudo isso passasse por sua vez aos meus descendentes, papéis, livros, louças, retratos, quadros, a fim de que eles sentissem bem que tinham raízes fortes no tempo e no espaço e não eram só eles a viver um instante, mas o elo de uma cadeia infinita, precedida de outras cadeias de números infinitos de elos.

Uma horta, um pomar com grandes jaqueiras, mangueiras, laranjeiras, abacateiros, sempre foi o meu sonho; e estavam ali aqueles restos de uma grande chácara, com árvores de mais de meio século de existência, maltratadas, abandonadas, talvez, de toda a contemplação sonhadora de olhos humanos, mas que ainda assim davam prazer, consolavam aquele sombrio lugar de dor e de angústia.

Misael tinha não sei que moléstia nos músculos de uma das pernas que o fazia capengar, e nós, sob a luz coada maternalmente pelas árvores, andamos devagar pela chácara afora.

Havia por ela outros pavilhões, além do de observação. Havia o de epiléticos, o de tuberculosos, e neste eu vi um *chin*, no último grau, deitado numa cama, debaixo de uma árvore frondosa, que me lembrou de novo o Cemitério dos Vivos de Cantão. Ele tinha todas as duas magrezas: a de tuberculoso e a de *chin*; e, falando a Misael, eu me admirei que não tivesse tido piedade dele. Quis afastar-me logo; e o chin nos ofereceu cigarros. Recusei, por temer o contágio. Surpreendi-me com esse motivo que calara, porque nunca temo pegar moléstia alguma. É espontâneo em mim esse destemor, mesmo nas maiores epidemias que tenho atravessado.

Continuamos a nossa peregrinação. A tarde ainda estava alta e clara; a noite ainda se demoraria a vir.

Por baixo das árvores, havia doentes; e deparei ao lado cerradas touceiras de bambus, cujos colmos se entrelaçavam no alto. Não eram as do Jardim Botânico; mas, no momento, tinham a beleza de me lembrar as ogivais dele. Quem as teria plantado? De quem teria sido aquela chácara? Como as coisas têm às vezes o destino ilógico!

Aquelas árvores, aqueles bambus, destinavam-se a uma remansosa estação de recreio, teriam assistido festas de junho, bulhentas de foguetes e outros fogos, e iluminadas por fogueiras de cultos esquecidos. Os anos as fizeram ver a mais triste moléstia da humanidade, aquela que nos faz outro, aquela que parece querer mostrar que não somos verdadeiramente nada, nos aniquilando na nossa força fundamental.

Parecia que bastava esta ali; mas não era assim.

Fomos ver outra pior, a horrorosa morfeia, que, junto com a loucura, é para juntar o horror até ao mais alto grau. Uma deforma, degrada o pensamento; a outra, o corpo, o rosto sobretudo.

Não quis olhar onde estavam alojados os lázaros dementes. Era numa barraca de campanha, erguida sobre espeques, e cujas bordas eram presas por pedregulhos respeitáveis.

A sua moradia era provisória; a Morte não tardaria em levá-los...

Era no fundo da chácara. Os automóveis passavam fonfonando. Adivinhava-os cheios de senhoras, moças, rapazes, homens, cheios de satisfação por ir gozar aquele domingo em Copacabana; na frente, era o mesmo movimento dos que se dirigiam a contemplar a baía, a cidade, o mar e as árvores das montanhas, por cima do Pão de Açúcar.

O hospício estava naquele dia de passeio, quase cercado de alegria, e movimento. Ele, porém, continuava tranquilo, silencioso, só às vezes o silêncio se quebrava, com um grito isolado de alienado lá nos pavilhões da frente; e nós estávamos diante da mais terrível associação de males que uma pessoa humana pode reunir.

Voltamos pelo mesmo caminho. Olhei o céu tranquilo, doce, de um azul muito fino. Não se via o sol, que descambava pelas nossas costas.

A tarde continuava bela e agradável. Em meio do caminho, encontramos bandos de crianças loucas, de menos de dez anos, que iam brincar, sob a vigilância de uma enfermeira estrangeira, alemã, parecia.

Havia de todas as cores, e todas eram feias, algumas mesmo aleijadas.

Continuamos a volta. Eu olhei o muro que dava para uma das ruas, onde corriam os automóveis, e calculei sua altura pela minha, que eu sabia de cor...

IV

Segunda-feira, logo após o almoço, o superintendente da seção chamou-me e disse-me:

— Senhor Mascarenhas, vamos à presença do diretor.

Pus o cigarro fora, ele mesmo ajudou-me a compor o meu vestuário, e lá fui eu. Em caminho, perguntou-me o chefe da enfermaria:

— O senhor conhece o diretor?

— Conheço — respondi.

A segurança da minha resposta pareceu intrigar o meu caridoso pastor. Adivinhei, de mim para mim, que ele se fazia a seguinte pergunta: como é que este rapaz conhece assim o diretor, e logo não reclamou uma melhoria de situação, e deixou que eu espontaneamente o fizesse?

Seria simples a explicação, se ele me conhecesse melhor. A minha consciência, a certeza em que eu estava de que o culpado de estar ali era eu, era a minha fraca vontade, que, entretanto, era forte em outros sentidos, obrigavam-me, para meu decoro moral, a nada pedir aos camaradas que me suavizassem a minha situação. De resto, eu já tinha obtido o razoável para um sujeito que foi recolhido a um hospital público como um *va-nu-pieds*. Longe de acusar os outros, longe de censurar aqueles desconhecidos e semidesconhecidos com os quais lidei com essa classificação social, eu só tinha que dizer bem deles, pois me julgando assim, em nada me ofenderam ou maltrataram. As pequenas coisas que feriam o meu amor-próprio e que me desgostavam intimamente, eram decorrentes do modo por que eu ia me conduzindo na vida, deixando cair, aniquilando-me. É curioso agora notar que o que mais me impressionava nos loucos era a mania depressiva, eram os efeitos da moléstia, a conduzir o indivíduo para o esquecimento do seu corpo, da sua dignidade de homem, da obliteração, se não apagamento, de todas as manifestações externas de sua alma, de sua vida...

Conhecia perfeitamente o diretor e travei conhecimento com ele espontaneamente. Havia em mim uma atração para ele, e eu me espantava que ele pudesse, sem barulho, mansamente, se fazer até onde estava. Pouco conhecia de sua vida, mas conhecia bem a geral e de outros no seu caso, para

achar a dele surpreendente. Ele tinha mesmo qualidades nativas de sedução e despertar simpatias; mas, se isso se dava nele, e se dá em muitos outros, entretanto, não despertava, não provocava antipatias, o que é inevitável, desde que a nossa força na vida venha da capacidade oposta, como acontecia com ele.

Todos gabavam muito o seu talento, a sua ilustração; mas não era bem por isso que eu o amava. Nunca lhe tinha lido um trabalho, só mais tarde me foi dado fazer isso, não tinha nenhuma ilustração no assunto do seu caber para julgar; mas, conquanto sentisse logo um homem superior, eu o amava pela sua exalação de doçura.

Logo que fui à sua presença, estava ele sentado a uma pequena mesa, modesta e sem traduzir nenhuma imponência burocrática, muito semelhante àquela em que escrevo em casa. Deu comigo, fez-me sentar a seu lado e perguntou-me, sem nenhuma censura nas palavras e nem no acento da fala ou no olhar:

— Você, Mascarenhas, quer ficar embaixo ou em cima?

— Em cima, doutor; lá há uma biblioteca...

— Pois bem; vá lá pra cima.

E foi assim que, antes de ter meu sobrinho dado o menor passo para a minha transferência, ela me foi dada, e tive um pequeno alívio na minha sorte de maluco periódico.

A biblioteca era a dependência da seção de que mais me recordava. Quando estive lá pela primeira vez, enchia o tempo lá, lendo. Havia um razoável número de livros, mas, além dos muitos dilacerados, havia obras desfalcadas nos seus volumes. Logo ao entrar, depois de mudar de roupa, tratei de me instalar nela. Tinha mudado de local; era agora logo na entrada, quando antigamente era no fundo. Fui vê-la. Estava pobríssima, não havia mais o Vapereau, dicionário de literatura, tão interessante; não havia mais uns volumes de Dostoiévski, nenhum deles escapara; os segundos românticos nacionais tinham desaparecido; e, dos primeiros, só restava um volume de Gonçalves Dias.

Mesmo da vez passada, a biblioteca do hospício não era um modelo de lógica, não a tinha presidido nenhum espírito; tinha de tudo, mas como a massa dos volumes era de literatura de ficção, não se observava bem o absurdo de certas associações de obras. Agora, não; ele ressaltava francamente. Os livros de ficção eram poucos; entretanto de Bourget, de quem não havia só romance, se encontravam os dois volumes de *Essais de psychologie contemporaine*, em magnífico estado; a *Bohème galante*, de Gérard de Nerval, estava conservada,

assim como o *Romance de Pedro, o Grande* tinha os dois volumes em magnífico estado.

Encontravam-se, porém, outros livros, que não se sabia bem como foram ali parar. Por exemplo, eu achei nela livros estreitamente especiais, como estes: *L'État civil des nouveau-nés*, cujo autor não me recordo; safados relatórios oficiais de vários ministérios, que, entretanto, apesar da sua aridez, eram muito procurados; *Études sur Colbert*, por Jubleaux, que me pareceu uma bela obra, embora a não pudesse ler; *Histoire des classes rurales en France*; E. Poirier — *Le Chili en 1908*; e um *La mer rouge, Le darwinisme*, em que o doutor F. Jousseume combatia as opiniões de Darwin sobre a formação dos bancos e recifes calcários, com muito luxo de palavras de má literatura, assim como a teoria do calor central, ou por outra, de um núcleo ígneo no centro da Terra, com bastante razão. Pode parecer fatigante, mas não me é possível deixar de citar mais estas três obras exóticas por demais ali: *Le chien*, Gayot; um tratado de xadrez; *Annuaire du crédit public*, de 60 a 61. Dois romances dessa curiosa literatura de colégio de irmãs de caridade encontrei também. Eram de uma virtuosa, certamente, dama — Dona Gabrielle Coni — e se intitulavam: *Vers l'oeuvre douce* e *Fleur* não sei de quê. Um estava dilacerado, mas no outro procurei descobrir indícios de quem fosse, não encontrei. Em alguns, havia. O forte, porém, da biblioteca eram duas coleções, com vinte e tantos volumes, da *Biblioteca de Obras Célebres*.

O salão da biblioteca era mobiliado com pequenas mesas de peroba, em três filas com quatro delas, cadeiras comuns, duas em cada mesa, cadeiras de balanço e duas espécies de divã com enxergão de arame, próprios à leitura, mas no qual dormiam aqueles que precisavam companheiros, se não bulha, para conciliar o sono.

Tinha três janelas de sacada, mas gradeadas, e via-se bem próximo o Pão de Açúcar, a Urca, surgindo das ondas suavemente, sem luta, nem a interrupção que a denunciasse na transição de uma praia.

Entrando na biblioteca, muito naturalmente, pois já estava acostumado aos costumes da casa, tirei a esmo um volume dos 22 ou quatro das *Obras Célebres*. Não conhecia essa obra, implicava mesmo com ela; mas, como vão ver, ela tem o dom de sugerir, de encaminhar, pelos excertos que traz, em geral bem escolhidos, à leitura dos autores que recorta.

Deixei mesmo Renan: *Dialogues philosophiques* e *Feuilles détachées*, que não me causaram surpresa achá-los ali, embora não me lembrasse de tê-los visto da outra vez em que estive.

Os doentes continuavam a passar ao corredor, a entrar e a sair no salão, a tirar livros e consultá-los durante minutos, e, depois, desandavam a delirar. Um ou outro de fato lia, mas as obras mais vulgares que lá existiam.

Não tinha até então falado com nenhum. Tanto nesta como na outra seção, eu me surpreendi de topar com tanta fisionomia conhecida vagamente. Umas me pareciam de antigos colegas do colégio ou de escola superior; outras, de cafés, de festas, de vizinhança, de conduções públicas. Conquanto isso, não me atrevia a dirigir-lhes a palavra e perguntar-lhes:

— O senhor não me conhece? Eu me lembro do senhor.

Era preciso travar conhecimento com os meus tristes companheiros de isolamento e de segregação social. Deixei para depois e dispus-me a ler. Procurei no índice e encontrei este artigo: Lewis — “Abelardo e Heloísa”.

O autor do artigo que precedia uma ou duas cartas de Heloísa era o muito conhecido autor inglês, autor de uma famosa vida de Goethe, e cujas relações com George Eliot ficaram famosas. Trabalho muito curioso o seu artigo sobre o famoso filósofo do Medievo, mas que, em resumo, censura em Abelardo o que se pode censurar em todo o grande homem: um amor muito maior à sua obra, ou talvez aos seus projetos, do que às pessoas que o amam. Ele vai a ponto de dizer que no forte amor que ele inspirou a Heloísa, entrou cálculo de aproveitar as deficiências de sua instrução com as sobras da de sua amada, fugindo ao casamento público, para obter grandes posições na cléricatura.

Não me sobra conhecimento para contrariar esse julgamento; mas, conquanto achasse justo na primeira leitura, hoje partilho a opinião de Heloísa, que mais o queria glorioso, do que exemplar chefe de família, porquanto a sua glória, que unicamente ele a podia realizar, precisava da sua dedicação e do sacrifício de outros muitos, para ser útil a todos.

Quando pensei nisso, compreendi melhor minha mulher. O que me assoberbavam eram dificuldades de toda a ordem, especialmente de dinheiro, coisas caseiras e triviais; e eu, que nunca lhe tinha confiado meus projetos e escrevera coisas vulgares e pouco acima do médio, merecia que Efigênia nunca me atormentasse com as coisas triviais da casa. O que me roía era o silêncio, era calar, esconder o que eu tinha de mais eu mesmo na minha vida. Nunca confiei e não sei como, talvez lendo uma nota ou outra, ela veio a compreender, como só muito mais tarde vim a inferir pelas suas frases isoladas, pelos seus conselhos, pelos seus olhares.

Essa descoberta não só me trouxe um grande desgosto e arrependimento, como uma convicção íntima da fraqueza da minha inteligência.

Vieram-me essas e outras considerações menores, à leitura daqueles extraordinários fragmentos, e eu chegava a este período de uma carta de Heloísa: “Se é verdade que os pesares comunicados a quem deveras nos ama, se dividem e partem ao meio, vós, meu caro Abelardo, vos vereis por este modo (escrevendo a ela) aliviado de metade do peso que vos oprime.”

Mal tinha acabado a leitura, quando uma voz forte, jovial e atraente falou a meu lado:

— O senhor não é o Vicente Mascarenhas?

— Sou.

— Conheço-o de vista e de nome. Não escreveu na *Lux*, do Ribeiro Botelho?

De fato, eu havia escrito nessa pequena revista uma coisa sem valor algum; e aquele rapaz que me falava a tinha lido, por ser amigo do editor da publicação.

Deu-se a conhecer. Era irmão do Samuel Cavalcanti, jornalista, amigo do Tibério de Belém, também poeta e homem de jornal, e chamava-se Godofredo Cavalcanti. O todo do rapaz não era do maluco comum, ele falava com desembaraço e siso, e obedecia em tudo às regras da conveniência e polidez. Achei estranho que, ali, afinal dentro de casa, ele vivesse sobraçando um maço de jornais, assim como quem está fora e vai levá-los para a sua residência.

Godofredo apresentou-me logo a diversos doentes e eles me cercaram a mesa. A um ele me apresentou como o Capitão do Exército Carvalho Nascimento, a outro como o doutor Rufino Bezerra, e assim por diante. Por fim, ficamos nós ambos sós, e Godofredo começava a contar-me uma história, quando se aproximou um rapaz de menos de trinta anos, magro, de uma boniteza feminina, pele fina, com a cabeça coberta com um lenço úmido. O meu introdutor interrompeu o que dizia e, de mau humor exclamou:

— Já vem você, Ribeiro! Não se pode conversar uma coisa que você não venha se meter! Que falta de educação!

— Já sei — fez o outro —, que você, Godofredo, é o homem mais polido do hospício.

— Sou, sim. Meu pai, que não tinha título algum, que não era bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, como meu irmão Samuel, foi convidado pelo doutor João Barbalho Uchoa Cavalcanti para representar o Brasil nos Estados Unidos.

— Isto foi o pai de você — comentou o outro.

— E eu também, que já tenho três preparatórios e sou o ai-jesus! de meu pai.

Eu não tive tempo de acabar o meu pensamento, estranho o orgulho daquele trintão de ter quatro preparatórios, veio interrompê-lo uma forte pancada de uma cadeira contra o assoalho e uns berros incompreensíveis, que, acompanhando o gesto violento, soltava o Capitão Carvalho Nascimento.

Pelo correr da minha estadia no estabelecimento, fui me habituando a essa manifestação da loucura desse oficial do Exército. Ele andava de um lado para o outro, gritava coisas desconexas, repentinamente soltava um forte berro, agarrava uma cadeira com toda a força contra o solo, batia com estrondo uma porta.

E que magníficas e fortes portas eram aquelas do hospício! De canela com fechos e guarnições destes de cobre!

Cavalcanti, sem se despedir de mim, lá se foi, e eu fiquei sentado ali, sentindo bem que aquela biblioteca podia se destinar a tudo, menos à leitura.

O chefe da enfermaria tinha estado fora e voltava, quando deu comigo. Não houve espanto em encontrar-me segunda vez e, creio mesmo, ele já tinha notícias da minha segunda entrada.

— Oh! Vicente! Você aqui?

— É isto, “seu” Carneiro. Cá estou.

— Bem.

Olhou-me a roupa, o cabelo, a barba e perguntou-me:

— Já te deram cama?

— Ainda não, senhor.

— Vou tratar disso — disse-me ele.

Foi-se agitando os braços, com a cabeça inclinada para o chão. Este Carneiro, que devia orçar pelos sessenta ou sessenta e poucos anos, há quase quarenta lidava com doidos.

Ele era empregado do hospício, desde o tempo em que a superintendência da sua administração estava a cargo da Santa Casa de Misericórdia. Fora enfermeiro-mor das colônias da Ilha do Governador e voltara ao hospício.

Aí as suas funções eram quase de supremo comando, pois a colônia de que ele era enfermeiro-mor ficava distante da outra, que era sede da diretoria, cerca de três quilômetros, e ele por si tinha que decidir toda matéria de urgência.

Eu conheço o local dessa colônia. Fica numa ponta de terra, que faz um canal de pequena largura com uma outra ilha, a do Fundão, que lhe fica

fronteira. As suas terras são de um campo arenoso e extenso, que margina o braço de mar que separa a Ilha do Governador do litoral da Penha. O campo é em grande parte coberto de dois quadriláteros inscritos de mangueiras, anosas, solenes e silenciosas. Dizem que a casa o foi de campo do rei dom João VI e as mangueiras ele já as conheceu taludas. O lugar é propício à melancolia e ao pensar vagabundo dos que sonham despertos... É de imaginar como esse pobre Carneiro sonhava a sua terra de Portugal, a vida de sua aldeia minhota, como se recordaria do odor e do sabor do vinho de lá, naquela ponta de ilha, com aquela guarda negra de mangueiras centenárias, olhando as serras solenes e graves do Rio de Janeiro... Ele nunca me falou nisso e talvez mesmo não soubesse dizer o que aquela singular paisagem de grandeza e tristeza grave lhe sugeriu ao pensamento e retirou de dentro do fundo d'alma. Só ele sabia, e só dele para ele ela lhe podia falar. Muitas das grandiosas mangueiras tinham sido feridas pelo raio e muitas outras, feridas pela Morte, secavam em pé, como se vivas fossem...

Quarenta anos de pajear doidos deve ser uma das missões mais árduas e tristes ofícios desta vida; e, então, ele, que convivia com eles, com eles a modos que comia e dormia, pois poucas vezes saía dos manicômios em que foi empregado, devia ter desta nossa existência uma ideia bastante atroz e curiosa. Havia de ter-lhe sido preciso uma resignação de santo, para aturar-lhes os insultos e muitas vezes as agressões; e, além disto, uma abdicação de fruir e gozar daquilo tudo que faz o encanto e o motivo de nossa vida. Era quase uma vida de cenóbio, pois eram verdadeiramente rápidos os instantes em que passeava e via a mulher e os filhos, assim mesmo a longos intervalos. A insânia cria complicações, dores e sofrimentos que não ficam só naqueles que são atingidos, mas vão se refletir nos outros, talvez mais profundamente, deste ou daquele modo.

Ouvir durante o dia, senão à noite, disparates e tolices, receber as reclamações mais pueris e desarrazoadas, adivinhar manhas perigosas que a insânia engendra, todo esse ambiente moral e intelectual da loucura, tão complicado como a própria vida, mas sem um acordo qualquer entre as suas partes, deve ser, durante quarenta anos, uma razão para tristeza, para renunciamiento de si, para sonhar com a ventura da Morte, que é o sossego.

O mister desses humildes guardas fez-me pensar e entristecer; mas naqueles exemplos de renúncia e abnegação, tão somente movidos pela dura necessidade de ganhar o pão de cada dia, retemperei-me eu, para imitá-los, a

fim de chegar são, sem o afluxo de aquisições, externas aonde o destino me levasse, fosse como fosse.

Mais de uma vez estive no hospício; e quer me tratassem como doente vulgar e sem recomendação, quer me tratassem com recomendação, afora este ou aquele movimento de mau humor e impaciência, eu só posso dizer bem desses pobres homens, humildes camponeses portugueses, rudes decerto, às vezes mesmo chucros que eram eles, no seu penoso e árduo ofício. Imaginar que homens mal saídos da gleba do Minho e alguns nacionais de condição modesta pudessem ter certa delicadeza, resignação, paciência, para suportar os loucos e as suas manias!

A maioria é de obedientes e dóceis; mas uma pequena parte é de rebeldes, de insuportáveis, já pelos gestos, já pelos atos, já pelas consequências passivas de sua moléstia mental.

Alguns, quando lhes vem a mania, sem provocação, nem causa, os descompõem de galegos, de gringos, de negros etc.; outros vão até à agressão; outros se recusam a comer, rasgam a roupa, emporcalham-se de fezes e urina...

De todos guardo boas recordações. A vida, em geral, entre os doentes e guardas, é da mais estreita familiaridade. Os malucos tratam as suas sentinelas de você e estes da mesma forma aos dementados. Só abrem exceções, os guardas, para os formados nisto ou naquilo e para os que têm honras militares. Não quer dizer, porém, que um ou outro não seja chamado por “seu” fulano; mas são poucos, os mais velhos, os mais graves de atitudes e gestos. Há também apelidos, como em todas as prisões, internatos e quartéis. O Gato era até famoso.

Todos os doentes se habituavam a serem tratados assim e não demonstravam nenhum mau humor. Os empregados pedem cigarros aos doentes e os doentes a eles. Só não jogam pontos, cartas, bilhar, xadrez. Muitos auxiliam os empregados na sua tarefa de baldeação e outros serviços. Se alguns destes, pela sua profissão, podem facilmente sujeitar-se a tais tarefas, outros há que parecia nunca se poderem adaptar a tais misteres.

Os corredores, salões e quartos são encerados e, de manhã, antes e depois do café, de parceria, empregados e doentes dão cera ao assoalho e esfregam-no com escovas presas a grandes tocos de madeira pesada ou aos pés, por atilhos.

Os atritos entre guardas e doentes são raros, mas os há, porque muitos destes são deveras insuportáveis, e alguns guardas são impacientes, por fadiga ou por gênio; mas, em geral, as relações são amistosas.

Nesta minha última estadia, só impliquei com dois empregados. Um, no pavilhão, foi o inspetor de pessoal menor. Ele tinha uma fisionomia real da casa de Bragança e um ar de quem tratava com subalternos. Feriu-me um pouco a vaidade semelhante atrevimento do sujeito, esquecido, entretanto, que o soldado de polícia mais comum também tem esse ar, quando trata com qualquer pessoa, sem que, entretanto, se esteja doido.

Essa implicância passou-me logo, não porque me viesse ele tratar de outra forma mais tarde; sempre me convenci de que não devia guardar o mínimo rancor por semelhante tolice.

O outro guarda com quem impliquei foi na Seção Pinel. O chefe dos enfermeiros tinha determinado que eu passasse do dormitório geral em que estava para um quarto separado, como já contei. Estava eu sentado à borda da cama, quando apareceu na porta um guarda e gritou:

— Quem é Vicente Mascarenhas aí?

— Sou eu — respondi.

— “Seu” Orestes, o enfermeiro-mor, disse para você levar a cama e tudo para o quarto de dentro.

E ficou encostado no umbral da porta, com as chaves na mão. Olhei-o um pouco. Era um rapaz encurvado, baixo, com cabelos em desordem propositada; tinha um ar de seresteiro, de cantor de modinhas. Esperei um pouco que ele me viesse a ajudar a carregar a cama, mas tal não fez. Foi preciso que um outro doente se apressasse em fazê-lo, para cumprir a ordem.

Esse guarda era brasileiro e está se vendo no seu ato essa malsã vaidade nossa de mandar, de querer fugir à verdadeira situação do seu emprego e ter de qualquer modo uma importância, por mínima que seja. Não há nenhum de nós que não tenha passado por isso, e a explicação do ato desse servente ou guarda pode ser mostrada na frase de um que, admitido hoje, se despediu amanhã, “porque não queria ser criado de maluco”, ou de um outro, também brasileiro, que, estando na sala de banho, não conhecendo um interno que estava presente, desandou uma descompostura do mais baixo calão num doente, porque este não ouvira uma “ordem” dele para lhe trazer o sabão, e, por não a ter ouvido, não a atendera.

Não se infira daí que todos os brasileiros são assim. Lá encontrei mais de uns nacionais que tinham as boas qualidades dos estrangeiros. O que se revela aí é esse lado mau do nosso caráter nacional, de exibição de mando e autoridade, de executar a tarefa a que conscientemente nos obrigamos a executar.

Desse último guarda que assim me tratou, se não guardei rancor, nunca mais lhe falei nem o cumprimentei; e, ao que me parece, ele percebeu perfeitamente a queixa que eu tinha dele.

Um dos horrores de qualquer reclusão é nunca se poder estar só. No meio daquela multidão, há sempre um que nos vem falar isto ou aquilo. No hospício, eu resenti esse incômodo que só pode ser compreendido por quem já se viu recolhido a qualquer prisão; lá, porém, é pior do que em outra qualquer, sobretudo quando se está perfeitamente lúcido, como eu estava, e não pode, por piedade, tratar com mau humor os outros companheiros, que são doentes.

Logo, no primeiro dia, travei eu conhecimento com esse agudo e miúdo suplício, próprio ao meu estado. O chefe Carneiro tinha-me informado onde era a minha cama e o meu dormitório. Sentia-me fatigado de espírito, desejoso de interrogar-me a mim mesmo, de pensar nos meus problemas íntimos, de fugir um instante daquele *brouhaha* hospitalar. Deitei-me na cama e quis recordar-me dos episódios da minha entrada, das tolices que fizera. Sempre fiz esse exercício de memória, que julgava conveniente para conservá-la sempre fiel e pronta para o que apelasse para ela. Não tinha bem começado, quando um menino, que até ali não tinha visto, veio para junto de mim:

— O senhor me dá um cigarro?

Dei-lhe o cigarro e esperava que, após acendê-lo, se fosse, mas assim não foi. Continuou:

— O senhor sofre de ataques?

Disse-lhe que não e olhei bem a criança. Não devia ter 17 anos; era forte e simpático. Lembrei-me logo de meu filho e uma mágoa imensa me invadiu, pensando no destino dele. Vi-o ali, daqui a anos, talvez. Perguntei ao rapazola:

— Por quê? Você sofre?

Ele me disse que sim, que tinha uns ataques; mas não eram epiléticos, e emendou a confissão de vícios seus, que me encheram de desgosto e tristeza. Não era só por ele; era também pela minha descendência que eu sofria particularmente. Que culpa oculta haveria em mim no tenebroso destino que eu augurava para o meu pequeno? A tal hereditariedade dos sábios... E me repontaram todas as dúvidas, que eu e tanta gente tínhamos trocado essa antiga credence popular, agora transformada em artigo de fé; e me lembrei também da salutar regra do mestre de não admitir como verdade senão o que, sem prevenção e precipitação, não contivesse nada de mais; senão o que se apresentasse tão claramente e distintamente no meu espírito, de forma que não tivesse nunca ocasião de pôr em dúvida.

Pensei tudo isto muito rapidamente, porquanto o rapaz doente não me deixava, fazendo perguntas sobre perguntas.

Levantei-me, fui para o corredor, esperando que ele me deixasse. O menino, porém, não me abandonava. Tinha vontade de romper com ele, de falar-lhe com a energia; mas a lembrança do meu filho...

Eu o via forte e robusto, como era, mesmo brutal, toda a vida encarcerado ali pelo maldito ataque, cujo aparecimento não se pode prever...

Bateram palmas; era hora do jantar. O menino me deixou afinal, e eu segui no meio da multidão de loucos para o refeitório.

Era, como já disse, este o mesmo em que tomava as minhas refeições, quando estive na outra seção, do pavilhão moderno, amplo, claro, mas, pela tarde, à hora do jantar, o sol espadanava por ele afora, que era um regalo. Superintendia esse serviço uma velha portuguesa, ajudada por outra mais moça, além dos copeiros e guardas.

Mudaram-me de local; passei a sentar-me com outros mais bem classificados. Preferia ter ficado ao pé dos antigos companheiros, sobretudo do rapaz português, pois com ele me havia relacionado intimamente, ou melhor, reatado relações antigas.

A comida, isto é, o seu sabor ou quantidade, não me fazia nenhuma moça; apesar de estar quase oito dias no manicômio, a minha fome era escassa; mas não era pelo seu sabor que eu não ingeria, era pelo mau estado do estômago, e talvez mesmo angústia espiritual.

Contudo, eu sentia muito prazer quando soavam as horas das refeições. É que, nesses instantes, a vida ali dentro variava um pouco, eu me sentia mais livre, o olhar abarcava mais horizonte do que aquele que se via pelas janelas gradeadas da seção.

A mudança de lugar no refeitório não a recebi bem, não só pela falta do companheiro que me conhecia desde menino, e me era por isso muito simpático, mas também porque me deram uma posição de cabeceira, tendo ao lado dois doentes que eu não suportava.

É incrível que se possa simpatizar ou antipatizar com malucos e com a maluqueira deles; no correr desta narração, terei de confessar isso, que me vexa, mas é verdade.

O doente da esquerda era um engenheiro, Bernardes, que, num acesso de loucura, no Norte, matara, segundo me informaram mais tarde, a mulher e um filho. Era arrogante, lia o dia inteiro o jornal e toda a manhã pedia papel e envelope ao chefe Carneiro, para escrever a sua correspondência ao presidente

da República, no gabinete do médico. Vivia na biblioteca, lendo o jornal e fazendo em voz alta, de quando em quando, uma reflexão sobre a leitura. Comia ovos cozidos e frutas, e do comer comum só se servia de carne. Assim, vinham para ele diversos pratos e, desde que se servia de um deles e esvaziava o conteúdo sobre aquele em que comia, arredava o outro muito senhorialmente para o meu lado, com um gesto de pouco caso. Certo dia, sem dizer uma palavra, quando ele isso fez, de novo eu arredei o prato para o seu lado.

O do lado direito era um teuto-brasileiro, antigo empregado de banco, alto, membrudo, era simplesmente epilético; mas, apesar de falar mal dos alemães, sentia-se a sua primeira educação no orgulho alemão.

Ambos me desgostavam por comer ali contrafeito; vim a sair dali, mas contarei como, mais tarde.

A refeição durava muito pouco, cerca de meia hora; e, após ela, vinha o tormento do pedido de cigarros. Nisso ainda, eu não era vítima dele; mas, ao depois, foi uma das minhas quizílias com o hospício.

Aborrecido, tristonho, sem ter o meu amigo português para trocar umas lembranças, desejoso de fugir da convivência dos meus companheiros, eu corri logo ao dormitório, deitei-me e acendi um cigarro. Para mim, eram as mais tristes horas que passei no hospital, aquelas que vão da refeição até à hora do sono. Durante as outras, há sempre uma esperança para nos animar e sustentar o espírito: são as das refeições. Marca-se a vida daquelas horas vazias de que fazer, de ócio obrigado, mas cheias de tédio, por elas, mas, depois do jantar, não há mais nenhum marco no tempo que vai correr, senão o duvidoso do instante em que se concilie o sono. Vem então uma melancolia, que a luz da tarde faz mais sombria, mais física, mais dolorosa; e o nosso pensamento, quando para em alguma coisa, é para os tristes episódios da nossa vida. Eu ali, naquele hospício, no meio da vida, com tantas dores na vida, as que me vieram sem culpa minha, inclusive a minha organização, as que eu mesmo engendrei, cheio de vida e de bondade, não era bem a morte que eu queria, não era o aniquilamento da minha pessoa, a sua fragmentação até ao infinito, nas coisas e nos seres, era outra vida, mais cheia de amor, de crença, de ilusão, sem nenhum poder de análise e isenta de toda e qualquer capacidade de exame sobre mim mesmo.

Via todos os meus tropeços, todas as tolices que tinha feito, o tempo perdido nelas, as minhas hesitações, os meus pavores, que não deviam existir e que só me faziam sofrer. Eu devia ser reto como uma seta e rápido como um raio; mas vinha a pensar na minha vida atribulada, na saudade da minha

mulher, no arrependimento que eu tinha de não tê-la compreendido em tempo... no meu filho... na minha sogra... na minha embriaguez.

Então, quando esta surgia à tona do meu pensamento, lá vinham recordações dos meus companheiros de pândega mortos, quase todos bons, quase todos amigos mesmo meus, sobre cuja amizade durante muito tempo as minhas torturas repousaram e as deles também. E fulano? E sicrano? E este? E aquela ronda de mortos lá surgiam aos meus olhos, sem álcool, bons, quase todos inteligentes e cavalheiros. E os episódios também vinham, e os fantásticos passeios por todo o Rio eram lembrados por mim. Nessa primeira tarde, na Seção Calmeil, deitado só, apesar da bulha que os loucos faziam nos corredores e nos salões, me recordei, sem saber como, de um fato que se deu comigo e um outro companheiro.

Já morreu; e nós fomos buscá-lo ao necrotério. Todas as tardes éramos vistos juntos. Toda a tarde, ao sair do serviço, o procurava, e ficávamos parados, de pé, nas ruas centrais a ver passar as moças bem-vestidas. Tinha a mania de não entrar cedo em casa, com a luz do sol, porque me aborrecia aquele dever de cumprimentar os vizinhos; porque, em casa, em face de toda a sua tristeza, logo me vinha a imagem cruel da catástrofe doméstica, da subversão da minha vida, da sua impotência, do seu não valor.

Aborrecia-me de não dar uma satisfação aos que me instruíram generosamente e procurava distrair-me na cidade...

Esse meu amigo era meu inevitável companheiro. Certo dia, bebemos muito, e todas as casas já se fechavam, quando lhe disse:

— Sousa, você me leva até o bonde.

Eu o tomava na rua XXX, e para ela nos dirigimos. Encostei-me ao poste de parada, balouçando. Era mais de uma hora da noite. A rua, naquele trecho, não tinha nem uma casa aberta. Passava um transeunte ou outro. Automóvel não me lembro de ter visto passar um. Não falava quase. Num dado momento, caí e estendi-me no asfalto da rua. O meu companheiro, que era mais forte do que eu, e, naquele momento, o era excessivamente mais, ergueu-me do chão e encostou-me à parede. De repente, segundo me contou o amigo, veio uma rapariga preta, surgida de qualquer parte, e, dirigindo-se à patroa, falou ao meu camarada nestes termos:

— A patroa manda perguntar o que tem o doutor Vicente.

Meu amigo respondeu:

— O doutor Vicente está um pouco incomodado, devido a ter se excedido um pouco. Não é nada, ele vai para casa...

A rapariga foi-se e logo após voltou:

— A patroa manda este remédio para o senhor fazer o doutor Vicente cheirar.

Ele fez o que lhe era recomendado e quis restituir o vidro à rapariga. Tinha eu melhorado um pouco, já via alguma coisa, mas não ouvi o que ela recomendou nestas palavras que me foram narradas dias depois pelo meu amigo:

— Não, não; o senhor deve. A patroa disse que o senhor acompanhasse o doutor até em casa e fizesse ele cheirar durante o caminho todo.

O vidro continha amônia, e eu ainda o conservo vazio entre outras coisas curiosas da minha vida. Quem foi que o mandou?

Esforcei-me por descobrir, andei a rua várias vezes, de alto a baixo, vasculhando os sobrados, a todas as horas do dia, nas horas da noite que me era dado passar por ela; e, até hoje, não sei quem foi...

V

Desde o pavilhão que eu vinha conhecendo médicos. Na seção anterior em que eu estive, conheci dois. Logo à entrada, um moço ao qual já me referi; e, no dia seguinte, um outro mais graduado. Conhecia-o e ele a mim; mas, simplesmente, de vista. Não se dando ele a conhecer, não competia a mim fazê-lo, no estado de humilhação em que estava. Suportei-o diante dele, com toda a dignidade, e fiquei contente comigo mesmo. Sem ter motivo algum para isso, eu não queria ficar aos seus cuidados. Eu o tinha por muito amante de novidades, de experiências, e o meu temor é que ele viesse a cismar que eu era um magnífico campo para algumas delas.

Faziam-me perguntas de confessor, e eu as respondia com toda a veracidade de catecúmeno obediente; mas, no meu íntimo, eu tinha para mim que tudo aquilo era inútil. Há uma classificação, segundo este ou aquele; há uma terminologia sábia; há descrições argutas de tais e quais casos, revelando pacientes observações; mas uma explicação da loucura, mecânica, científica, atribuída a falta ou desarranjo de tal ou qual elemento ou órgão da nossa natureza, parece que só há para raros casos, se há.

Procuram os antecedentes, para determinar a origem do paciente que está ali, como herdeiro de taras ancestrais; mas não há homem que não as tenha, e se elas determinam loucura, a humanidade toda seria de loucos. Cada homem

representa a herança de um número infinito de homens, resume uma população, e é de crer que nessa houvesse fatalmente, pelo menos, um degenerado, um alcoólico, etc. etc.

De resto, os filhos de loucos são gerados por pais que estão loucos, mas tarde é que a sandice aparece; como é então que ele herdou? Tinha a loucura incubada, em gérmen, etc.?

A explicação é acomodada, mas não é leal, antes traduz o desejo de não invalidar uma sentença. Há homens que, durante uma existência inteira, não demonstram o mínimo sinal de loucura e, ao fim da vida, perdem o juízo. As maravilhas que a ciência tem conseguido realizar, por intermédio das artes técnicas, no campo da mecânica e da indústria, têm dado aos homens uma crença de que é possível realizá-las iguais nos outros departamentos da atividade intelectual; daí o orgulho médico, que, não contente de se exercer no âmbito da medicina propriamente, se estende a esse vago e nebuloso céu da loucura humana.

Eu tinha muito medo do meu médico da Seção Pinel; ele tinha o orgulho e a fé na sua atividade intelectual, e os pontos de dúvida que deviam tirar do seu espírito o sentimento de sua evidência pareciam que antes reforçavam-no.

Há um grande mal em querer os nossos estudiosos de hoje desprezar as observações dos leigos; muitas vezes é preciso estar livre de construções lógicas, erguidas *a priori*, para se chegar à verdade e não há como levar em linha de conta aquelas.

Ísis, como todos os Deuses e Deusas, gosta muitas vezes de abrir uma frestazinha no seu véu impenetrável aos simples e aos néscios...

A minha transferência para outra seção, onde ia ficar aos cuidados de outro médico, deu-me muita satisfação, entre outras, por isso mesmo.

O terrível nessa coisa de hospital é ter-se de receber um médico que nos é imposto e muitas vezes não é da nossa confiança. Além disso, o médico que tem em sua frente um doente, de que a polícia é tutor e a impersonalidade da lei, curador, por melhor que seja, não o tem mais na conta de gente, é um naufrago, um rebotalho da sociedade, a sua infelicidade e desgraça podem ainda ser úteis à salvação dos outros, e a sua teima em não querer prestar esse serviço aparece aos olhos do facultativo, como a revolta de um detento, em nome da Constituição, aos olhos de um delegado de polícia. A Constituição é lá pra você?

Não presenciei nada disso, mas é um sentimento geral que ninguém, nem os próprios médicos, de boa fé negarão.

Eu passei, desde a minha entrada no pavilhão, nas mãos de cinco médicos. Os daquela primeira dependência, já falei; os da Seção Pinel, já aludi. Principalmente ao adjunto ou que outro nome tenha. Não falei do chefe do serviço. Era um moço de minha idade, conhecido da rua, mas, conforme meu hábito, já que ele não se deu a conhecer, eu não me dei também. Em rigor, ali, doente indigente, pária social, a mais elementar dignidade fazia eu não o fizesse e, por estar em tal estado, temia-o muito. Sentia, não sei por quê, nesse rapaz, um grande amor à novidade, uma pressa e açodamento, muito pouco científicos, em experimentar o “remédio novo”. Percebia-se pelo seu ar abstrato, distraído, que era homem de leituras, de estudos; mas também, por não sei que ar de fisionomia ou de olhar, que era inquieto e sôfrego. Faltavam-lhe a capacidade de meditação demorada, da paciência de examinar durante muito tempo o pró e o contra de uma questão; não havia nele a necessidade da reflexão sua, de repensar o pensamento dos outros até admitir como sua a evidência, tida por um outro como tal. Essa sua falta de método, junto a minha condição de desgraçado, davam-me o temor de que ele quisesse experimentar em mim um processo novo de curar alcoolismo em que se empregasse uma operação melindrosa e perigosa. Pela primeira vez, fundamentalmente, eu senti a desgraça e o desgraçado. Tinha perdido toda a proteção social, todo o direito sobre o meu próprio corpo, era assim como um cadáver de anfiteatro de anatomia. Felizmente, fui logo transferido, mas não sem passar dolorosos minutos à espera de ser vítima desse vício mental dos nossos métodos. Pouco lógicos, por isso demasiadamente objetivos; impacientes, por isso aceitando em globo a “autoridade”, arriscam-se a de boa-fé cometer os erros mais grosseiros e funestos no exercício de sua profissão. Falta-lhes crítica, não só a mais comum, mas também a necessária do grau de certeza da experiência e dos instrumentos em que as refazem.

Transferido de seção, eu fui parar nas mãos de um médico de outro feitiço mental, cuja inteligência, solicitada e atraída para outros campos de atividade, dava-lhe mais dúvida, mais necessidade de reexame, no que propusessem os seus colegas, de modo a não se permitir liberdades com a vida dos outros.

Também era muito conhecido meu, desde menino, eu tive grande surpresa em ficar encantado com ele e um imenso prazer em julgá-lo de outro modo.

Tinha-o por dândi, por fútil, algo pedante e, mais do que os outros, que éramos francamente conhecidos e ele podia com certa razão ter motivos de queixa de mim, eu fui à sua presença com certo temor e sem nenhuma

segurança da minha atitude. Recebeu-me prazenteiramente, falou-me, examinou-me com cuidado, viu bem os estragos que o álcool podia ter realizado no meu organismo e ficou admirado. Eram mínimos. Foi aí que eu vi bem o mal da “bebida”. Ela não me matava, ela não me estragava de vez, não me arruinava. De quando em quando, provocava-me alucinações, eu incomodava os outros, metiam-me em casas de saúde ou no hospício, eu renascia, voltava, e assim levava uma vida insegura, desgostosa, e desgostando os outros, sem poder realizar plenamente o meu destino, que as coisas obscuras queriam dizer não ser o de um simples bêbedo. Era preciso reagir. Tive mesmo desgosto que não tivesse profundamente crença numa vida futura para pedir a minha mulher morta que me iluminasse com seu espírito, que me tirasse daquela degradação, que me desviasse com preocupações quaisquer daquele infame e imundo caminho de bebedeira.

A administração do hospício é feita segundo seções e pavilhões, à testa das quais tem um alienista e mais médicos. Segundo depreendi, as seções principais do hospício propriamente são quatro: Pinel e Calmeil, para homens; e Morel e Esquirol, para mulheres. Além destas, há outras especiais, para epiléticos, para crianças retardadas, rígidas e epiléticas, para tuberculosos etc., cada qual com um nome de sumidade nacional ou estrangeira. O pavilhão, por excelência, é o de observação, que tem uma organização *sui generis*, depende do hospício, da polícia e da Faculdade de Medicina, cujo lente de Psiquiatria é o seu diretor, sem nenhuma dependência ou subordinação ao do hospício, dependendo, entretanto, o resto do pessoal subalterno e fornecendo este estabelecimento e tudo o mais. Para ser um anfiteatro a seu jeito em uma enfermaria da Santa Casa, só lhe falta a insolência, a multidão de estudantes a querer fazer espírito e outras crianças com os doentes e defuntos.

Estive nele, como já disse, e, conquanto as minhas queixas sejam mínimas, é, das dependências da Praia Vermelha, a que pior impressão me deixou. Todas as demais, com todos os defeitos, mesmo aparentemente mais defeituosas que aquela, não nos machucam tanto como ela. É possível que eu não tenha razão; e que lá estivesse mais maluco, por isso...

Do pavilhão, como já contei, fui para a Seção Pinel; é a de indigentes, daqueles sem eira nem beira, nem ramo de figueira. Houve nisso um grande erro e muito grave para as finanças governamentais. Sujeitos assim classificados lá existem, que recebem do governo pensões sob vários títulos. Isto tudo é sabido, consta de papéis oficiais. O Estado, recebendo-os como loucos, por mais mínima que fosse, o seu primeiro cuidado devia ser apoderar-se dessa

pensão para o seu tratamento. Evitava que eles fossem tratados abaixo de sua condição, aumentava a renda do estabelecimento e dava enchanças para melhorar o tratamento dos verdadeiramente pobres.

Essa narração, porém, não tem por fim indicar medidas de administração; quero contar simplesmente as impressões da minha sociedade com os loucos, as minhas conversas com eles, e o que esse transitório comércio me provocou pensar.

Entrando na Seção Calmeil, lá em cima, como é ela conhecida no hospício, não encontrei logo o respectivo enfermeiro-mor ou inspetor. É um tipo curioso esse de pajeador de loucos. Talvez isso faça trinta ou mais anos. É um português baixo, todo ele curto, pernas, tronco, pescoço, testa, mas de grandes olhos sequiosos de entender alguma coisa, o único traço grande de sua fisionomia. Tem abundante barba, bigode caído e fala por estos; não há na sua voz modulações, passagens: é um tom único, peremptório e decisivo: não tem, não há, senhor; não há; pois não, tire. Ele quer ser meigo, doce, mas não pode; há de parecer brutal; entretanto, é um homem paciente, resignado, sofrendo, e eu o vi sofrer, injúrias e até sevícias dos loucos.

Depois que mudei de roupa, para uma minha que meu sobrinho me trouxe de casa, como não soubesse onde era o meu alojamento, eu fiquei no corredor à espera do inspetor Malone, que mo designasse, a fim de descansar um pouco na cama até à hora do jantar.

Nisto, um doente, trajando com certo *aplomb* uma roupa caseira, tendo até ao peito uma flor vulgar, uma flor do mato, como diz o povo, chegou-se a mim e me perguntou cerimoniosamente:

— O senhor não é o senhor Vicente Mascarenhas?

Respondi com a delicadeza requerida e estive a reparar aquele rapaz, que catava maneiras e trazia dentro daquele casarão um livro debaixo do braço.

Reparei melhor naquele rapaz e a sua fisionomia não me pareceu estranha. Eu já a havia visto. Ele era claro, membrudo, barrigudo; tinha uns olhos salientes, muito fora das órbitas, inquietos; papagueava ao falar com os lábios moles e úmidos.

— Eu já li — continuou ele — alguma coisa do senhor... Foi na revista do Samuel... Conhece o Samuel Belo?

— Conheço.

— Pois foi na revista dele. Não se lembra?

— É verdade, escrevi lá.

Notava eu que, à proporção que ele falava, considerava-me com desconfiança, não só a mim, como aos arredores.

— Pois li. Meu irmão, Eduardo Alves, conhece?

— Conheço.

— É muito amigo do Samuel e escreveu lá também. É bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, sabia?

— Sabia.

— Tenho outro irmão que é também bacharel e o mais velho é médico. O meu futuro cunhado está a se formar em odontologia, eu já tenho quatro preparatórios.

Tive uma grande vontade de rir-me, quando aquele respeitável disse-me com tanto orgulho isso. Nos meses que lá passei, não pude nunca deixar de me admirar do cândido entusiasmo que aquele rapaz tinha pelos títulos chamados acadêmicos. Quando os tinham, os amigos a que se referia, ele não cessava de pô-los à mostra; mas se os não tinha, observava insistentemente: não era formado, mas dava surra em muita gente formada.

O hospício tem uma particular admiração pelos títulos doutorais, patentes, e um culto pelas nobiliarquias familiares.

— Eu — dizia-me esse José Alves — descendo de Frei Caneca, em quinta geração. Meu pai falava quatro línguas e foi convidado pelo barão de Lucena para representar o Brasil em Londres.

Nunca cansava de repetir estas palavras por qualquer que fosse o motivo que se lhe apresentasse. Além disto, gabava-se extraordinariamente de sua força e de sua bravura.

— Não sou carioca, gente mole. Olhe aqui minha musculatura... Sou pernambucano e descendo de frei Caneca.

A minha conversa, logo na entrada, não pôde ir mais longe. Acercou-se de nós um outro doente. Era um rapaz fraco, delgado, fino de fisionomia, mas insignificante de olhar e modos. Trazia na cabeça um lenço umedecido, que depois me explicou os serviços que lhe prestava.

Alves tinha entrado no terreno das confidências, dos motivos que tinham feito a sua família interná-lo ali. O outro chegou-se justamente nesse ponto preciso, e o meu amável interlocutor virou-se zangado e peremptório para o companheiro:

— Você, Azevedo, parece que não tem educação. Estamos falando em particular e você...

— Eu já sei, Zé Alves, que você é o moço mais educado da seção...

— Sou, sim; minha mãe me educou muito bem. Tocava o *Guarani* a quatro mãos e fez um grande sucesso, num concerto no Teatro Santa Isabel.

O outro observou:

— Você já me tinha dito isto; mas não vim ouvir o que estava dizendo.

— Então, o que é que você veio fazer aqui?

— Vim conhecer o novo colega e pedir fogo.

Os dois continuaram a altercar dessa maneira, e eu não via saída alguma para harmonizá-los. Parecia-me que a coisa ia acabar em briga, em pugilato; mas tal não se deu. Repentinamente Alves se foi para um canto, e aquele a quem ele tratara de Azevedo se foi para outro. Fiquei eu só no vão da janela.

LIMA BARRETO



VOLUME 3

**Aventuras do dr. Bogoloff
Os Bruzundangas
Coisas do Reino do Jambon
Crônicas seletas
O subterrâneo do Morro do Castelo**



AVENTURAS DO DR. BOGOLOFF

CAPÍTULO I

FIZ-ME, ENTÃO, DIRETOR DA PECUÁRIA NACIONAL

Saí de Odessa com as mais honestas e puras intenções de trabalho. Não era eu natural dessa cidade, mas desde muito ali vivia uma vida medíocre de professor quase sem alunos, vendo alguns rublos com intervalos de longos meses. Nasci em Kazan, onde meu pai tinha uma pequena loja de livros usados, mantendo-se bem mal com os poucos lucros que ela lhe dava.

Aquele contato com os livros desde o meu nascimento deu-me “fumaças” e a inaptidão do intelectual de origem obscura para o esforço seguido, quando se choca com o meio naturalmente hostil. Não foi assim logo; antes, fiz o meu curso na Faculdade de Línguas Orientais da Universidade da cidade em que nasci, com certo vigor e muito entusiasmo. Aquela sórdida loja de meu pai, porém, foi para mim uma redoma de encantos, que me tirou toda a visão nítida da vida, visão da sua injustiça natural, da sua baixeza imprescindível, do horror da sociedade e da vida.

Anos passei dentro dos meus “indecentes sonhos” de quimeras e justiça e fraternidade, e eles se fizeram tanto mais fortes quanto eu lia a mais não poder, com a fúria de vício, com febre e terríveis anseios. Inutilizei-me.

Acabado o curso, eu não sabia fazer nada e levei alguns anos encostado a meu pai, que continuava a ter uma admiração amorosa pelo filho inepto e inapto.

Toda manhã sonhava ir falar com fulano e com beltrano para obter um emprego em que o meu tártaro e o meu persa rendessem dinheiro, mas logo me vinha uma invencível repugnância de pedir, repugnância em que havia delicadeza de incomodá-los e orgulho de fazer-lhes sentir as minhas necessidades.

Era eu filho único, minha mãe havia morrido; vivíamos eu e meu pai sós na loja. Continuei a ler, mas a convicção que me veio de toda a ilustração era

inútil para prover a nossa existência, diminuiu-me o ardor pela leitura e levou-me a procurar no café distrações e atordoamentos.

Desde a Universidade que conheci muitos revolucionários, sinceros, falsos e simulados; e, se bem que eu conversasse com eles, nunca tomei compromisso definitivo, nunca aderi. Não foi tanto por temor à polícia e às masmorras, mas a certeza da excelência dos ideais revolucionários não me veio imediatamente.

Procurei lê-los, especialmente no príncipe Kroporkine, que era o escritor revolucionário que mais me interessava. O seu rigor lógico e a sua farta documentação davam aos seus livros alguma coisa de sólido, e eu os lia.

Aborrecido, como dizia, dei em frequentar os cafés e lá travei conhecimento com vários rapazes já enfronhados nas teorias anarquistas, tirando-me eles, aos poucos, as dúvidas que ainda pairavam no meu espírito. Não o fizeram sem que eu resistisse muito, mas, afinal, convenceram-me.

Em má hora, fiz tais conhecimentos e mantive semelhantes relações. Houve, por esse tempo, um atentado contra o governador da cidade, e fui com muitos outros metidos na cadeia. Era completamente estranho ao caso; mas na Rússia, como em toda a parte, quando há dessas coisas, a polícia prende todo o mundo, todos “va-nu-pieds”, todos os “rotos”, porque há de encontrar, entre esses, alguns que percam a cabeça para que a majestade do Estado seja mantida.

Desgostou-se muito meu pai com essa minha prisão. Ele tinha uma inteligência simples e limitada. O lastro das gerações se tinha depositado na sua mentalidade, de forma a encarar a autoridade do Czar como sagrada. Para ele, o autocrata era ainda o “paizinho”, e sofreu muito em ter notícia de que seu filho querido não participava dessa opinião e fosse ao extremo de atentar contra a vida de um representante da autoridade transcendente do déspota de S. Petersburgo.

Verificaram com grande desgosto que eu era absolutamente inocente no caso e soltaram-me. Meu pai nada me disse, mas viveu dois anos taciturno, macambúzio, olhando-me de quando de quando, de soslaio, com piedade e censura.

Veio a morrer; vendi-lhe a livraria e sai de Kazan. Saí, porque desde o tal atentado que a polícia não me deixava em paz. A Rússia não é governada pelo Czar, nem pelo Senado, nem, como em outros países, pelos Parlamentos, Ministérios, favoritas ou favoritos; a Rússia é governada pela polícia. O seu poder se estende sobre tudo e sobre todos, não perdendo ela de vista quem uma vez passou-lhe pelas mãos.

Vim para Odessa, onde me fiz professor particular. Não me foi fácil e nunca fiz franca carreira na profissão que adotei. Logo ao chegar, nada obtive e vivi graças aos remanescentes da venda da livraria de meu pai.

Um dia em que, aborrecido da pocilga da minha moradia, saí a esmo pelas ruas de Odessa, encontrei o meu antigo colega, Karatoff. Era ele filho de um rico negociante de trigo e sempre se mostrou cético, indiferente, gostando de pândegas, onde empregava o seu ócio e as fazia ser o destino de sua vida.

Alexis Karatoff veio-me e falou-me:

— Querido Bogoloff, que fazes por aqui?

Disse-lhe a que vinha, contei-lhe as minhas desditas, e ele tratou mesmo do caso do atentado.

— Não me importo muito com isso, meu caro Bogoloff. Embora burguês, como vocês me chamam, não tenho nenhum ódio de você, nem me proponho a combater as suas ideias. Se a coisa dependesse de mim, já estava feita e logo que vocês consigam destruir a ordem existente, estou pronto em aderir à nova. A verdadeira sabedoria, meu velho, é não agir. Não faço nada; vivo e viverei de qualquer forma. Como você anda necessitado, eu ofereço a minha bolsa, enquanto não me for possível arranjar qualquer coisa para você.

Não aceitei nesse dia o oferecimento, mas vim a precisar dos seus préstimos mais tarde, e Alexis serviu-me generosamente.

Um belo dia, ele me disse que um amigo de seu pai, o príncipe Pakine, precisava de um professor para o seu filho e que fosse falar com o titular. O príncipe recebeu-me polidamente e dirigiu-me a palavra em francês. Respondi-lhe na mesma língua, e me pareceu que a minha pronúncia não tinha o gosto aristocrático do príncipe. Ele me disse então:

— Bem, o senhor me parece um rapaz preparado e digno de ser professor de meu filho; mas não posso lhe dar resposta já, porquanto tenho que tomar outras informações a seu respeito. Depois de amanhã, procure-me, que lhe darei resposta.

Não deixei de procurar o príncipe no dia marcado e não fui recebido polidamente como da outra vez. O homem tinha o sobreceño carregado e me disse abruptamente:

— Não o posso admitir. O senhor já esteve metido num “complot” revolucionário e não quero que meu filho tenha outras ideias que não aquelas que naturalmente o seu nascimento lhe impõe.

Expliquei-lhe da melhor forma possível, apelei para a minha inocência, mas o príncipe em nada me quis atender.

Tratei de verificar de quem ele obtivera semelhante informação. Do meu amigo Karatoff não era, pois senão desde a primeira visita teria me recusado. Quem fora, pois? Depois de mil conjeturas, acertei logo em julgar que a coisa partira da própria polícia. Era ela, ela por toda a parte, a seguir-me como uma sombra, a tirar-me o pão da boca, a perseguir-me eternamente. Eu estava como aquelas mulheres públicas que, inscritas nos seus registros, não podem mais ser eliminadas. Era uma pena do inferno a que a moderna inquisição do Estado, a que os dominicanos do governo, me condenavam. Toda a minha mocidade, todos os meus desejos e as minha aspirações se haviam de quebrar naquela informação que vinha dos prontuários policiais.

Não sabia bem o que fazer e entreguei-me à minha sorte. Vivi uma miserável vida de quatro anos, comendo muito irregularmente e fazendo esforços desesperados para pagar a pocilga em que morava.

O próprio Karatoff esfriou um pouco comigo; não me pareceu ser o “blasé” de antigamente. Havia nele novas ambições, e como que senti que a minha companhia o comprometia, evitei-o e, sem o seu auxílio, muito sofri.

Pouco antes de romper a guerra russo-japonesa, um operário com quem me dava perguntou-me se eu poderia vir para o Brasil. Não sabia bem onde ficava tal país; sabia-o vagamente na América, mas, na minha imaginação geográfica, o colocava no lugar do México e este no lugar dele.

Não lhe disse logo que sim, e ele, para que me resolvesse, deu-me a ler umas brochuras escandalosamente apologéticas da desconhecida república da América do Sul. Nelas se dizia que era um país onde não havia frio nem calor; onde tudo nascia com a máxima rapidez; que tinha todos os produtos do globo; era, enfim, o próprio paraíso. Descontei cinquenta por cento, descontei mais e resolvi-me a emigrar. Um agente que andava catando desgraçados para a sua mercancia deu-me passagem, e eu, com um saco, meio cheio de roupas miseráveis, e alguns francos, embarquei em Odessa e singrei o mar Negro em busca de Nápoles.

Atravessei este velho mar cheio de lendas e história, absorvido nos meus pensamentos. Esse mar, que vira Jasão singrá-lo em busca do velo de ouro; esse mar, que era uma das etapas do caminho da seda, via-me agora em caminho inverso, buscar não o velo, mas do que viver em longínquas paragens.

Que desgraçada viagem! Nada há mais infernal que a terceira classe de um navio! Não há comodidade, não há limpeza; vive-se misturado. Homens e mulheres, as vidas e os seus detritos. A nossa época que tanto se esforça para manter o pudor, que tem leis que punem os atentados a ele, permite essa

terceira classe de navios em que as necessidades naturais, as mais baixas e as mais nobres são satisfeitas à vista de todos.

E o navio continuava a sua rota por aquele mar cheio de gente e de história...

Paramos em Constantinopla, e eu não quis saltar para ver de relance aquela velha cidade, que já foi a primeira do mundo e cobiça de todos os bárbaros.

Até então não tinha feito conhecimento com nenhum dos meus companheiros de viagem; mas, ao fim de certo tempo, uma das mulheres que viajavam no meu galinheiro me impressionou, e eu travei relações com ela.

Chamava-se Irma e era judia. Nos seus profundos olhos negros havia o mistério de vida e morte do mar. Pareceu-me triste e resignada; e toda vez que lhe perguntava sobre os seus projetos de vida, nas novas terras para que nos destinávamos, ela se esquivava de dizer o que faria. Ia ao encontro de seu marido, respondia; e se fechava num rigoroso mutismo. Tinha ouvido falar muito naquele tráfico de mulheres, de que Odessa é um dos mais importantes portos; mas não quis, à primeira vista, supor que aquela moça, tão fresca e rosada, tão inocente e reservada em modos, fosse também para aqueles açougues de carne viva que os campos da Polônia e da Rússia fornecem às duas Américas. Uma vez que aludi a isso, com um pouco de áspera censura na voz, ela me disse, cheia de indiferença e fatalidade:

— Se tem de morrer de fome, é melhor experimentar.

Nós entramos no Egeu, no mar das primeiras civilizações, no mar grego, por excelência, cantado por tantas gerações de poetas e sulcado pelos barcos de tantas civilizações; e eu vi, por entre a treva da noite ou sob o dossel de um maravilhoso céu de cobalto, aquelas ilhas donde tem saído das suas sepulturas os espantosos mármores que estão morrendo novamente nos museus frios da Europa Ocidental.

Por um instante, sonhei aquele passado, naqueles dois milênios e pouco de história escrita, e vi toda a humanidade, toda ela, por maiores que sejam as suas aquisições presa à mesma ferocidade, com mais ou menos violência.

Não viram aquelas ondas os barcos dos fenícios, dos gregos, dos romanos? Aquele mar não os vira remados por escravos presos e seguros às suas bancadas? Não viram os delfins e tritões daquelas mitológicas vagas ser os mesmos chicoteados, para que não abrandassem na faina? Não viram eles comboios de escravos passarem daqui e dali para a onipotente Roma, para a feroz Bizâncio e para a sensual Istambul? E que continuavam a ser? Os grandes “steamers”

ingleses e franceses, com foguistas que sofriam mais que os remeiros antigos e navios, como aquele em que eu vinha, trazendo do fundo do Mar Negro mulheres tristes e famintas, para serem escravas em distantes regiões do globo, transformando o seu corpo em fonte de renda, em mercancia, em objetos de comércio? E os homens? Quantos não eram como eu, a que a necessidade, a miséria, a fome, mais que a sede de fortuna, levavam a sair da terra de nascimento para ir buscar em outra talvez ainda a fome e quem sabe se não a morte?

A civilização, a não ser que marchasse para o livre entendimento de todos nós, para o apoio mútuo de nossas necessidades, sem desejo de lucro, de riqueza e propriedade — a civilização me pareceu sem sentido.

Nós chegamos a Atenas, e eu quis ter diante daquela famosa cidade uma emoção superior; mas não senti coisa alguma, não vi coisa que me impressionasse, a não ser um grande tumulto nas ruas, uma manifestação ou coisa que valha. Onde estava a Atenas de Péricles? De Sólon? De Aristófanes? Não havia nada disso, era uma pequena cidade moderna, comum, tendo em uma das de suas alturas uma ruína, o esqueleto do Partenon, descarnado pelos abutres do tempo e roído pela fome dos arqueólogos.

O tumulto não cessava, e tive a curiosidade em saber de que se tratava. Vi num café alguém falando francês e perguntei.

— Trata-se da eleição de Teamapulos — responderam-me.

— Quem é este homem?

— É um orador, é um novo Demóstenes.

Por um instante pensei naquela velha Atenas discursiva e eleitoral, com a sua “Ágora” e o seu “Pnyx”. Ela não tinha morrido, ainda era bem ela que queria no governo belos oradores e se agitava por causa deles. De novo indaguei, curioso:

— Mas quais são as ideias políticas desse Teamapulos?

— Quer a grandeza da pátria.

Que vinha a ser isso? Nada, ou antes muito. Era a mesma Atenas de outros tempos; ainda eram os mesmos homens, ainda era o mesmo espírito que os guiava; e essa verificação como que me deu uma amarga certeza da imobilidade da humanidade. Por toda a parte o mesmo ideal de pátria, por toda a parte a mesma esperança no governo... E, quando naquela noite, atravessamos o canal de Corinto, eu procurei ouvir se da terra me chegava aquele velho brado: o Deus Pã não morreu!

Não me veio aos ouvidos. É que Pã tinha morrido e estava bem morto, debaixo de dois mil anos de macerações, de jejuns, de hipocrisias; e a alegria da natureza, a satisfação natural de viver, o sentimento de excelência da vida tinham sido enterrados com ele, tinham desaparecido da terra; mas a Pátria, esse monstro que tudo devora, continuava vitoriosa nas ideias dos homens, levando-os à morte, à degradação, à miséria, para que, sobre a desgraça de milhões, um milhar vivesse regaladamente, fortemente ligados num sindicato macabro.

Quem me levava a terras tão distantes? Quem me tirava toda a minha satisfação de viver? Quem fazia que eu até então não encontrasse na vida nem com que me vestir bem, nem com o que comer, nem amor, nem nada? Era a pátria, a famigerada pátria, com as suas ideias decorrentes. Que diabo, afinal, era ela? Um Deus, como outro qualquer. Uma criação subjetiva, já sem utilidade, já sem valor. Se eu nascesse no século XIV, russo, como eu era, Odessa seria minha pátria? Se a Sibéria deixasse de ser russa e passasse a ser mongólica ou tártara, a Rússia morreria? Que diabo de existência era essa que não se mutila, que cresce ou diminui conforme os conquistadores são mais ou menos felizes? Eu ia ali, naquela miserável terceira classe, sofrendo frio, viajando num curral, por causa de uma deusa tão frágil?

Nós entramos no porto de Nápoles à noite. Havia luar, um grande luar que enchia tudo e dava à famosa baía um toque delicioso de imaterialidade. Íamos sofrer transbordo e à espera dele passamos a noite toda.

Não lhes falarei de Nápoles, lugar clássico na terra, tão falado e tão descrito que é inútil tentar dizer qualquer coisa de novo sobre ele. Passamos, afinal, para o pacote que nos devia trazer diretamente ao Rio de Janeiro. Se a terceira classe daquele em que vim de Odessa era sórdida, agora aquela do navio em que estava era mais sórdida.

Éramos mais de quinhentos homens, mulheres e crianças, misturados nos beliches, amontoados como galinhas numa capoeira. A comida era uma infâmia; a sentina não se descreve, e nós tínhamos que passar aí bem quinze dias ou mais.

Na maioria eram italianos, mas havia alguns russos, uns poucos de armênios e meia dúzia de gregos.

Não nos entendíamos e vivíamos em grupos conforme as nossas nacionalidades. A judia Irma também viera, e logo que deixamos os portos espanhóis e entramos em pleno Atlântico, ela pareceu ganhar um pouco de alegria, uma certa esperança, e, como que seus olhos, debaixo das suaves

arcadas das suas sobranceiras negras, viam na linha fugidia do horizonte a felicidade e a satisfação.

Perguntei-lhe se ia para o Rio de Janeiro ou para Buenos Aires, pois eu já começava a compreender a geografia da América do Sul. Fiz-lhe a pergunta, e ela me respondeu, muito naturalmente:

— Vou para Buenos Aires. Quando estiver um pouco estragada, irei para o Rio de Janeiro.

O mar tenebroso dos navegantes da Renascença foi atravessado por nós. Dir-se-ia que eles temeram em vão; estava espelhento que nem um lago, e doce e tranquilo.

Eu que não conhecia quase a história daquelas águas nem das terras que elas banhavam, só me lembrava que aquele era o mar da escravidão moderna, o mar dos negreiros, e que assistira durante três séculos aquele drama de sangue, de opressão e de saque, que foi o aproveitamento das terras da América pelas gentes da Europa.

Pensei comigo que, em presença daquelas altas manifestações da natureza, só me vinham pensamentos tristes e, longe de ter a esperança natural do emigrante, de riqueza e abastança, ia-me n'alma o mesmo desespero que tinha em Odessa.

A viagem fez-se sem incidentes, a não ser um curioso e eloquente para a vida da terceira classe dos vapores.

Dois emigrantes italianos casados que dormiam no mesmo beliche certo dia deixaram-se ficar até bem tarde no convés, bebendo; e, quando desceram, semiembriagados, trocaram de beliches e dormiram com as mulheres trocadas.

Ao amanhecer, dando pelo engano, cada um atribuía ao outro o intuito de traição:

— Patife! Canalha! — dizia um.

O outro retrucava:

— Canalha! Patife!

E toda a população do paquete acudiu para ver tão estranha disputa. Embora os dois homens estivessem ferozes, toda a gente achava no acontecimento motivo de hilaridade, e os comentários eram nesse sentido.

Dizia um gaiato:

— Não há motivo para briga. Quando nascerem os pequenos, troquem-nos que a coisa fica certa.

Os dois, porém, não abrandavam, e houve a intervenção do pessoal de bordo para que se acalmassem. Fosse porque fosse, fosse porque a situação de

ambos não comportasse uma tensa pendência de honra, o certo é que vieram a fazer as pazes e continuaram a viagem como bons amigos como dantes. Que importa à natureza que o pai seja este ou aquele? A questão é que nasça gente para ela preencher os seus obscuros destinos.

Tocamos no Recife, na Bahia, e, afinal, chegamos ao Rio de Janeiro. Aqui, positivamente é que começam as minhas aventuras, mas eu lhes quis fornecer algumas notas anteriores a elas, para que meus leitores me julguem melhor e sintam bem o motivo ou os motivos que me levaram a abandonar os propósitos do trabalho honesto e lançar-me com decisão na vida de expedientes e de planos.

Não era essa a minha tenção, mas o sentimento que se me apossou da injustiça da vida, da fraqueza das bases em que se alicerça a sociedade e o espetáculo da comédia que é a administração do Brasil, levaram-me a procurar viver de modo menos afanoso e com emprego de menos esforço.

Chegamos afinal ao Rio e, após as visitas regulamentares, já começavam a desembarcar os passageiros de todas as classes, quando um empregado de bordo veio chamar-me. Prontamente fui e achei-me em presença de um homem agaloado. Ele me perguntou:

— Como se chama?

O intérprete que estava a seu lado traduziu para uma língua que ele julgava ser russo, mas que eu, sem a entender bem, senti que era lituano. Respondi então, em francês, que não entendia. O intérprete — um tipo alto, muito magro, com uma pequena barbicha alourada — zangou-se e gritou em português:

— Mas você não é russo, como é que não compreende russo?

Respondi, ainda em francês, que não entendia, e o intérprete quis ainda empregar o seu lituano. Eu continuava no meu francês, e parecíamos querer não sair disso, quando um dos circunstantes que falava francês prestou-se a auxiliar o policial marítimo que me interrogava. Respondi dessa feita que me chamava:

— Gregory Petrovich Bogoloff.

O homem da polícia marítima pediu-me que eu escrevesse o nome num papel que me apresentou. Esteve olhando um instante o papel com as letras e, por fim, indagou de repente:

— Qual é a sua profissão?

O intérprete traduziu em francês, e eu o atendi:

— Sou professor.

O homem pareceu não se conformar, olhou-me muito e disse à queimadura:

— Você não é “cáften”?

Logo percebi o sentido da palavra, fiquei indignado, mas me contive e por minha vez indaguei:

— Por quê?

O homem da polícia explicou muito ingenuamente:

— Estes nomes em “itch”, em “off”, em “sky”, quase todos são de “cáftens”. Não falha!

Disse-lhe então que não era, nem nunca tinha sido, mas o homem não acreditou nas minhas palavras e insistiu:

— Se não é “cáften”, é anarquista.

Ainda protestei, ainda desfiz-me em explicações, mas o sujeito teimava na singular ideia:

— Esses nomes em “itch”, em “off”, em “sky”, polacos e russos, quando não são de “cáftens”, são de anarquistas.

Eu tive um grande espanto com tão curiosas generalizações da polícia do Brasil e, como me parecia que o homem não me queria deixar desembarcar, apelei para os meus documentos. Trouxe os meus papéis: o passaporte, a carta do agente de imigração e a minha de bacharel em línguas orientais.

O homem do lituano esteve a olhá-las, e o intérprete oficioso também. O policial tomou por sua conta a carta da Universidade de Kazan. Esteve a examiná-la com respeito que merecia um pergaminho e perguntou:

— Que língua é esta em que está escrita?

Adivinhando-lhe a pergunta, acudi logo:

— Latim.

Foi preciso que o intérprete oficioso dissesse por que ele não entendeu bem o meu — latin — francês, e fiquei admirado que um funcionário neolatino não conhecesse nem uma palavra da língua de que se originara a sua.

O policial continuava com as suas desconfianças e ainda objetou:

— É uma língua estrangeira. Devia estar traduzida para a nossa, por um tradutor público juramentado.

Quando soube da sua objeção, quase me desmanchei numa gargalhada.

Onde é que este homem ia encontrar um tradutor público juramentado para o latim? Pensei eu.

O homem esteve a olhar-me durante alguns minutos; considerou-me bem a fisionomia, a roupa e ainda fez:

— Então o senhor não é “cáften” nem anarquista?

Tendo conhecimento de sua pergunta pelo intérprete, protestei que não, e creio que ele ficou certo da sinceridade das minhas palavras, pois me deixou desembarcar.

Fui para a Hospedaria dos Imigrantes, e dentro de uma semana estava colocado num núcleo colonial de um Estado do Sul.

Eu tinha os melhores propósitos de trabalho honesto e logo me pus a trabalhar com afinco. Deram-me ferramentas, sementes e um lote de terras duras e compactas.

Comecei a derrubar o mato, construí antes uma palhoça, e, aos poucos, ergui uma casa de madeira, feita ao jeito das “isbas” russas.

A colônia era ocupada por famílias russas e polacas, e, enquanto os meus trabalhos de instalação não se acabaram, não travei relações com ninguém.

Ao fim de dois meses, tinha já onde dormir sem temer os temporais; mas as minhas mãos estavam em mísero estado, se bem que o meu corpo tivesse ganho mais saúde e mais força.

Aos administradores da colônia via pouco e evitava mesmo vê-los, porque eram arrogantes e intratáveis; mas travei relações com o intérprete, que muito me orientou na vida brasileira.

Este, de fato, falava russo e tinha certa instrução. Nunca me disse os antecedentes da sua vida, mas havia nele certos tiques, certos gestos, que me pareceu ter o seu corpo sofrido trabalhos forçados.

Quando soube que tinha um grau universitário, disse-me logo:

— És tolo, Bogoloff, devias ter-te feito tratar de doutor.

— De que serve isso?

— Aqui, muito! No Brasil, é um título que dá todos os direitos, toda a consideração, mesmo quando se está na prisão. Se te fizesses chamar de doutor, terias um lote melhor, melhores ferramentas e sementes. Louro, doutor e estrangeiro, ias longe!

— Ora bolas! Para que distinções, se eu me quero anular? Se quero ser um simples cultivador?

— Cultivador? Isto é bom em outras terras que se prestam a culturas remuneradoras. As daqui são horrorosas e só dão bem aipim ou mandioca e batata doce. Dentro em breve, estarás desanimado. Vais ver.

Desprezando as amargas profecias do intérprete da colônia, pus-me com decisão a trabalhar a terra. Plantei dois hectares de milho e fiz uma horta em que plantei couves, nabos, repolhos.

Esperei que nascesse e frutificasse o milho. De fato, veio rapidamente, mas as espigas, quando as colhi, estavam meio roídas pelas lagartas; a horta foi um pouco melhor, mas, assim mesmo, a “rosca” e o piolho estragaram-me grande parte da minha obra.

Tentei outras culturas, a do trigo, a da batata inglesa, mas não deram coisa que prestasse e voltei ao milho logo que o tempo se me apareceu propício.

A lagarta, porém, não deixou a sociedade que fizera comigo e tirava do meu trabalho uma porcentagem bem forte. Entretanto, eu tinha que pagar o meu lote e as ferramentas. Com tão magras e pouco remuneradoras culturas, fi-lo com sacrifícios sobre-humanos. Quer dizer que eu, no “El-Dorado”, continuava a viver da mesma forma atroz que no inferno de Odessa.

Deite-me com todo o afincó à cultura da batata doce, do aipim e da abóbora, e nisso imitei os naturais, que não faziam senão pedir à terra esses produtos quase espontâneos e respeitados pelos insetos daninhos.

A colheita foi tal que, pela primeira vez, tive lucro e satisfação. Comecei a criar porcos, que engordava com as batatas e os aipins, e, embora não encontrasse mercados fáceis para os meus suínos, ganhei algum dinheiro e, dentro em pouco, tive o meu lote em plena prosperidade.

Ao fim de alguns anos, reparei que a minha cultura e a minha vida de cultivador tinham aos poucos ganho o aspecto dos naturais do país. Não comia mais pão, mas broa de farinha de milho ou aipim cozido; o açúcar com que eu temperava o meu café era feito de um melaço de cana que eu obtinha numa engenhoca tosca de minha construção. Desanimava de culturas mais importantes, e a base da minha vida era a batata doce, o aipim e a carne de porco.

A terra, a sua estrutura e composição, o seu determinismo, enfim, me tinha levado a esse resultado, e só obedecendo a ele é que pudera tirar dela alguma coisa.

Quem sabe se a vida no Brasil só será possível facilmente baseando-se no aipim e na batata doce? Não sei bem se isso tem visos de verdade, porque o conheço pouco, mas verifiquei que a minha vida só foi fácil quando se estribou nesses dois produtos quase selvagens.

Mais tarde, quando pude verificar de um golpe a vida política do Brasil, voltou-me essa pergunta, tanto mais que eu notava em toda a sua história econômica uma vida precária de expedientes.

Durante muito tempo, a fortuna do Brasil veio do pau de tinturaria que lhe deu o nome, depois do açúcar, depois do ouro e dos diamantes; aos poucos,

por isso ou por aquilo, alguns desses produtos foram perdendo o valor ou, quando não, deixaram de ser encontrados em abundância.

Mais tarde vieram o café e a borracha, produtos ambos, que, por concorrência, quanto ao primeiro, e também, quanto ao segundo, pelo adiantamento nas indústrias químicas, estão à mercê de uma desvalorização repentina.

Nunca a sua vida se baseara num produto indispensável à vida ou às indústrias, no trigo, no boi, na lã ou no carvão. Não era mesmo uma Austrália, não era mesmo uma Argentina, nem uma Índia, com os seus arrozais. A sua vida fora sempre de expedientes e, sem carvão e sem esses produtos primários para a existência, tinha que pagá-los caro, não só eles, mas os manufaturados, de forma a não ter reservas de riquezas.

Se nem todos ele ia buscar no estrangeiro, como a carne, tinha, entretanto, que obtê-los no seu solo mais caro que se os comprasse fora.

O boi, que se abate nas cidades do litoral do Brasil, chega-lhe mais caro do seu interior do que se viesse da República Argentina.

Não quero transformar a narração das minhas aventuras em ataque sistemático a essa boa terra do Brasil; e se falo nisso é para lhe mostrar quais os fatos que determinaram o mecanismo psíquico que me levou a abandonar a vida honesta de trabalho.

Ao fim de alguns anos de trabalhar e refletir, eu estava convencido de que, a não ser que a vida do Brasil se baseasse em certas tuberosas e solanáceas, há de ser por força de expedientes e resolvi-me por esse fato a viver também de expedientes.

Corri muitas aventuras, tive que dar muitos planos para viver, e se não conto umas e outras na ordem em que se verificaram, é porque resolvi contá-los à proporção que me fosse lembrando.

Uma das mais interessantes, porém, foi aquela pela qual me fiz diretor da Pecuária Nacional.

Eu me dava com um mulato conhecido por Lucrécio, o “Barba de Bode”, uma bela pessoa que exercia o rendoso ofício de “capanga” político.

Não era bem o “espadachim” de César Bórgia, mas os seus patrões não tinham nada de semelhante ao famoso filho do Papa Alexandre VI.

Travei relações com ele em ocasião muito interessante e hei de lhes contar a maneira por que fizemos amizade.

Certo dia vim a encontrar-me com ele, e Lucrécio me disse com toda a jovialidade de sua raça:

— Doutor, você precisa sair disso por que não arranja um emprego?

— Sou estrangeiro, e, demais, não sei fazer nada.

— Qual! Um doutor sabe fazer tudo. Você não sabe pintar?

Eu tinha algumas noções de desenho, muito vagas e elementares, mas como me havia disposto a viver de expedientes, disse-lhe evasivamente:

— Alguma coisa.

— Bem — disse-me Lucrécio. — Vai haver uma reforma nas Belas-Artes, e eu vou apresentar você ao senador Sofônias.

Sofônias era nesse tempo o diretor da política nacional, e fiquei admirado que um humilde “capanga” tivesse préstimo para tanto. Ele ainda insistiu:

— Veja lá, hein? Não faça feio.

Dentro em breve, fui apresentado por Lucrécio ao senador. Ele falava com um longínquo sotaque espanhol e tinha um olhar vidrado de agonizante. Recebeu-me prazenteiro, como todo brasileiro a quem se solicita qualquer coisa!

— Então, menino, você é pintor?

Ele dizia menino com o “e” muito aberto; e “pantor”, como se o “i” fosse “e”. Respondi-lhe que sim e, para provar-lhe, fiz ali mesmo um “croquis” de seu retrato. Achou-o muito parecido e guardou-o. Ao jeito de lisonja, disse-lhe eu:

— V. Exa. parece-me com Suvaroff.

— Quem? — indagou.

— Suvaroff... Um grande general russo, vencedor dos turcos.

— Ah! Gosto desses homens de energia.

Estivemos conversando sobre a Rússia, que ele conhecia tanto como eu o México ou a Nova Zelândia. Aludiu à guerra russo-japonesa:

— Vocês perderam porque não são uma república. Lá há muitos revolucionários. O despotismo é grande lá.

Quis objetar-lhe que o Japão era também um Império e ganhara, e a França, por ser um país teoricamente liberal, tinha uma corrente revolucionária tão forte como a Rússia. Não lhe disse nada e concordei. Não se discute nunca com os protetores. Sobre a minha pretensão, ele me falou da seguinte maneira:

— Menino, você quer um lugar nas Belas-Artes, não é?

— É, senador.

— Lá não é possível. Já fiz muitos pedidos. Você não entende nada de agricultura?

Lembrei-me de meus dias de colono e respondi com toda a firmeza:

— Entendo alguma coisa. Até em pecuária tenho certas ideias e, caso o governo queira, posso experimentá-las.

— Quais são?

Acudiu-me então dizer:

— Posso criar porcos que cheguem ao tamanho de bois e bois da altura de elefantes.

— É maravilhoso! Como você procede?

— É uma questão de alimentação, processos bioquímicos, já experimentados em outras partes, que aperfeiçoei.

— Bem, menino. Vou mandar você ao Xandu, e lá você expõe as suas ideias.

Esse Xandu era ministro da Agricultura, para quem o senador Sofônias me deu uma carta eloquente e persuasiva.

Procurei o ministro que me recebeu com certa frieza, mas, desde que leu a carta do senador, fez-se prazenteiro e amável.

— Ora, doutor! Desculpe-me! Desculpe-me! Não sabe como ando atarefado. Hoje já assinei 1597 decretos... Sobre tudo! Sobre tudo! Neste país tudo está por fazer! Tudo! Em três meses tenho feito mais que todos os governos deste país. Já assinei 2.725.832 decretos, 78.345 regulamentos... 1.725.384.671 avisos... Um trabalho insano! Fala inglês?

— Não, Excelência.

— Eu falo. Desde que o falei com desembaraço, as minhas faculdades mudaram. Penso em inglês, daí me veio uma salutar reação mental que me interessou todo inteiro. Gosto muito do inglês com o sotaque americano. Experimente... Brederodes (gritou ele para o secretário), já temos aquele regulamento sobre a “postura” de galinhas?

Respondeu-lhe o secretário e voltou-se para mim, febril:

— O que nos falta é o frio. Ah! A sua Rússia! Eu, se quero ser sempre ativo, tomo todo o dia um banho de frio. Sabe como? Tenho em casa uma câmara frigorífica, oito graus abaixo de zero, onde me meto todas as manhãs. Precisamos de atividade, e só o frio pode nos dar. Penso em instalar grandes câmaras frigoríficas nas escolas, para dar atividade aos nossos rapazes. O frio é o elemento essencial às civilizações... Mas — emendou a alta sumidade — ainda não lhe falei sobre os seus planos. O Sofônias fala-me aqui das suas ideias sobre pecuária. Quais são?

— São simples. Por meio de uma alimentação adequada, consigo porcos do tamanho de bois e bois do tamanho de elefantes.

— Mas como?

— O meu processo é baseado na bioquímica e já foi experimentado alhures. O grande químico H.G. Wells já escreveu algo a respeito. Não conhece?

— Não.

— H.G. Wells, um grande sábio inglês, de reputação universal.

— De forma que um boi seu são?

— Quatro.

— Magnífico! E o tempo de crescimento?

— O comum.

— É uma maravilha.

— Ainda consigo a completa extinção dos ossos.

— Completa?

— É um modo de dizer. Reduzo-os ao mínimo. Quando chegar à época da matança, eu os transformo em carne.

— Extraordinário! Estás ouvindo Brederodes? — gritou, para o secretário. Animei-me e aduzi com toda a convicção:

— Por meio de fecundação artificial, enxertando germes de uma e outra espécie, consigo carneiros que são ao mesmo tempo cabritos e cabritos que são ao mesmo tempo carneiros.

— Singular. O doutor vai fazer uma revolução nos métodos de criar.

— É a mesma revolução que a química fez na agricultura. Penso nisso há muitos anos, mas não me tem sido possível experimentar por falta de meios.

— Não seja essa a dúvida. Enquanto eu for ministro não lhe faltarão. O governo tem muito prazer em ajudar a todas as tentativas nobres e fecundas para o levantamento das indústrias agrícolas.

— Agradeço muito, e creia-me o doutor que não ficam por aí os meus planos. Tenho outras ideias.

— Outras?

— É verdade. Estudei um método de criar peixe em seco.

— É milagroso!

— A ciência não faz milagres. A coisa é simples. Toda a vida veio do mar e, devido ao resfriamento dos mares e a sua concentração salina, nas épocas geológicas, alguns dos seus habitantes foram obrigados a sair para a terra e nela criaram internamente meios salinos e térmicos iguais àqueles que viviam nos mares, de forma a continuar perfeitamente a vida de suas células. Procedo artificialmente da forma que a cega natureza procedeu, eliminado o mais

possível o fator tempo; isto é, provoco o organismo do peixe a criar para sua célula um meio salino e térmico igual àquele em que se desenvolvia a sua vida no mar.

— É engenhoso!

— Perfeitamente científico.

O homem esteve a considerar um tempo perdido, olhou-me muito com o monóculo e depois me disse:

— Não sabe o doutor como me causa admiração o arrojo de suas ideias. São originais e engenhosas, e o que tisna um pouco essa minha admiração é que elas não partam de um nacional. Não sei, meu caro doutor, como é que nós não temos esses arrojos! Vivemos terra à terra, sempre presos à rotina. Pode ir descansado que o governo da República vai aproveitar as suas ideias, que hão de enriquecer a pátria.

Ergueu-se do seu trono e me veio trazendo com o seu passo de reumático até a porta do seu gabinete.

No dia seguinte li nos jornais que tinha sido nomeado diretor da Pecuária Nacional.

CAPÍTULO II

COMO ESCAPEI DE “SALVAR” O ESTADO DOS CARAPICUS

De acordo com o que deve estar estabelecido no Manual do Perfeito Engrossador, jamais perdi de vista as pessoas poderosas e influentes cujo conhecimento ia travando no curso da vida. Se as encontrava na rua, procurava todos os meios para que elas me vissem e lhes prestava a homenagem do meu cumprimento humilde; se faziam anos ou morria-lhes algum parente, mandava-lhes cartões; se faziam rezar missas na intenção da alma de defunto da família, lá estava eu na igreja, inteiramente de preto e cheio de dor; e, se o conhecimento era mais estreito, não deixava, pelo menos, de fazer-lhes uma visita por semana. Esse ritual de salamaleques foi observado por mim com cega obediência de uma imposição da natureza.

Tendo assim me resolvido a proceder, de quando em quando visitava o poderoso senador Sofônias, no seu palacete, maravilhosamente situado em um dos mais pitorescos arrabaldes da cidade.

Vivo há muitos anos no Brasil e tenho visto nele coisas bem misteriosas e surpreendentes, uma delas é o prestígio do senador Sofônias. Nunca lhe encontrei qualidade superior, nem de inteligência, nem de sentimento, nem de caráter. Privei com ele e só lhe notei uma elementar astúcia e uma ferocidade descuidada de papua.

Na sua vida não havia nada de brilhante nem de grande. Soube que se fizera notável por ter armado uma pequena força e se batido à frente dela contra os revolucionários. Fora um condotierre, mas um condotierre sul-americano, a quem a incultura da terra não podia dar os toques de beleza de um Colleone, de um Francisco Storza, ou mesmo de um Wallestein. A bravura e a cupidez não alternavam nele com o gosto das altas coisas e gestos de homem superior. Era um Arariboia com a paixão do lucro e das posições, um Arariboia do nosso tempo.

Penso que foi esse halo de bravura e ferocidade que lhe deu o grau de ascendência que tinha sobre todos; e ele, dentro de uma grande cidade civilizada, o mantinha astutamente.

Procurava divertimentos ferozes, corridas de touros, brigas de galos; ia às matanças de Santa Cruz e, segundo me disseram, chegou a carnear uma rês num piquenique diante das damas em faniquitos e dos cavalheiros amedrontados. A sua casa tinha armas por todos os cantos, revólveres, pistolas, carabinas, lanças, alfanjes, facões, sabres. Lembrava muito Tartarin, mas havia também nele um pouco de Artigas e outros caudilhos sul-americanos.

Todo o país obedecia-lhe, e eu me resolvi a ter também uma grande admiração por esse manipanso brasileiro.

Depois que fui nomeado diretor da Pecuária Nacional, nunca deixei de visitá-lo. Naquela semana, fui recebido no seu gabinete de trabalho. Era a primeira vez que entrava naquele santuário, donde o poderoso senador Sofônias Antônio Macedo da Costa ditava ordens ao Brasil todo.

Havia uma mesa rica, cheia de gavetas, com incrustações de marfim, e sobre ela, além de objetos próprios para escrever, um galo de bronze, um touro no ato de dar a marrada, também de bronze; os pesos para papel eram atributos de cavalaria e corridas de cavalos: ferraduras, chicotes, “bonets” de jóquei etc.

Olhei o armário envidraçado meio cheio de livros. A obra mais importante que lá havia era a *História dos Girondinos*, de Lamartine, uma tradução portuguesa da casa de David Corrazi. Além destas, vi *O Galo*, *O Cavalo*, *O Boi*, monografias de baixo valor e preço baixo; muitos relatórios e alguns trabalhos sobre o Direito Público Brasileiro. Não havia trinta volumes na biblioteca daquele homem poderoso que dirigia os destinos de um povo. Não vi nelas senão livros em português.

Encontrei-o concentrado, sentado a uma “voltaire”, fumando um cigarro de palha, que parecia sempre apagado, mas que, a menor aspiração, se acendia logo.

— Entra, menino — disse-me com aquele seu falar especial.

Após os cumprimentos e sentar-me, encolhi-me em respeitosa reserva, temendo perturbar a marcha dos pensamentos daquele guia de povos. Certamente, ele imaginava coisas poderosíssimas para a grandeza do Brasil; certamente, pensava em algum problema nacional, atinente à agricultura, à indústria, ou mesmo às relações internacionais do país; certamente, naquele instante, pesavam no seu pensamento as condições de felicidade de toda uma

população, e eu me calei para que as minhas parvas palavras não fossem de qualquer forma estragar a maravilhosa solução que ele ia encontrar. Fiquei assim alguns minutos, olhando os dois quadros que havia na sala. Eram duas oleogravuras baratas em molduras caras, representando o “Nascente” e o “Poente” no alto mar.

O senador tirou uma longa fumaça do seu teimoso cigarro de palha, e a sua fisionomia dura perdeu o ar de concentração. Disse-me então:

— Ah! Menino! Esta política!

Repetiu a queixa depois de algum tempo, com uma lamentável expressão de desânimo, senão de desgosto, abanando a cabeça.

— Esta política! Esta política!

Não nego que tivesse no momento uma certa admiração pelos homens de Estado. Apesar das minhas secretas ideias anarquistas, com a visão que me veio das suas responsabilidades, das suas dificuldades, da necessidade do emprego, de inteligência e imaginação que necessitavam as medidas que punham em prática, veio-me também por eles um respeito que nunca se tinha aninhado em mim. Sinceramente, disse-lhe por aí:

— O senador tem razão em estar preocupado, mas um homem dos seus recursos não pode desanimar. As questões mais difíceis se resolvem à custa de muito pensar nelas. Se não for hoje, será amanhã ou depois, e o povo brasileiro não perde por esperar uns dias.

Sofônias não me respondeu logo. Levantou-se da cadeira e respirou com força, como se de há muito a preocupação não lhe deixasse respirar. Era alto e fino de corpo, mas sem flexibilidade, “souplesse”, que lhe desse uma elegância natural. Debaixo daquelas roupas muito justas, via-se sempre o homem do campo mal habituado àquelas roupagens e cioso de se mostrar elegante e majestoso. Foi até a uma janela, atirou a ponta do cigarro fora e respondeu-me:

— Ah! Bogoloff! Se fosse só o povo, não me preocupava tanto. Ele está habituado a esperar; mas se trata do Chiquinho, e as eleições estão na porta.

Calou-se um pouco, e eu não encontrei nada que lhe dizer. Após instantes, continuou, com voz lastimosa:

— Pobre Chiquinho! Tão amigo, tão dedicado, tão leal! Quer ser deputado, e eu lhe prometi que o faria, mas não sei por onde! Pelo meu Estado não é possível, o Chico diz que a vaga que vai haver é para o Xisto. O Chico é muito caprichoso, e eu não gosto de contrariá-lo. Já falei ao Machado, mas mostrou-me a impossibilidade de servir-me. A vaga do Castrioto, eleito governador, já tinha sido prometida ao Nunes. O Nogueira disse-me que ia

ver... Qual, menino! Esta política é uma burla. Sirvo todos e, quando quero que me sirvam, não me atendem.

Eu já estava há muito tempo sem dizer nada, e não é conveniente calarmo-nos diante dos poderosos. O silêncio é sempre interpretado mal. Conhecia muito pouco o Chiquinho, ou, antes: o dr. Francisco Cotiassu, bacharel em Direito, com um emprego qualquer, e mais nada. Assim, mesmo sabendo o motivo da pressa em fazê-lo deputado, adiantei:

— Talvez ele pudesse esperar...

O senador respondeu quase irritado:

— Esperar! Como? Pois se vai casar dentro de quatro meses, como pode esperar? A fortuna dele é insignificante, e o emprego que tem rende a ninharia de novecentos mil-réis. Preciso fazê-lo deputado quanto antes... Veremos.

Estivemos falando um pouco e saímos juntos. Vim até o seu carro e, por toda a parte por onde passávamos, todos olhavam o poderoso senador Sofônias Antônio Macedo da Costa, o homem encarregado pela soberania da nação de lhe fazer a felicidade e respeitar sua vontade e conquistas liberais.

A arte de governar é de fato uma coisa difícilima e, como eu estava em posição propícia, resolvi estudá-la mais de perto, examinando os seus órgãos e analisando as suas funções.

Desde o dia em que encontrei o senador Sofônias tão intensamente concentrado no problema de fazer o Chiquinho deputado, tomei o alvitre de procurar ver como funcionava o mecanismo político do Brasil. Ele me pareceu, por aquela espantosa manifestação do senador, tão maravilhoso e tão sábio, que não esperei mais tempo e pus-me à obra. Pedi uma licença e tracei meu plano. A minha ideia era vê-lo funcionar nos Estados e, depois então, na Capital. A época era maravilhosa, porque se aproximavam as eleições federais para deputado, e o terço do Senado e, em alguns Estados, ia ter lugar as eleições de governadores. Como não tinha predileção por este ou aquele, tirei a sorte. Pus dentro da copa do chapéu vinte pedaços de papel com os nomes deles muito bem enrolados e mandei que o meu criado tirasse um dos tais pedaços. Caiu por sorte o Estado dos Caranguejos, para onde parti em breve tempo.

Antes de lhes contar as minhas aventuras pelos Estados, convém que lhes diga o que fiz como diretor da Pecuária Nacional.

Logo que tomei posse tive uma conferência com o ministro, no qual lhe mostrei a necessidade de darmos começo às experiências de meu processo.

— Não há dúvida, doutor. Organize o seu plano e exponha o que necessita, que aqui estou para fornecer-lhe os meios. O doutor compreende que tenho o máximo empenho em levar avante esse empreendimento, não só porque é de um valor científico extraordinário, como também oferece aspectos práticos de alcance transcendente. Sou pela prática, pela atividade útil. Hoje, por exemplo, tenho que assinar 2.069 decretos e levo ao presidente 400 regulamentos, ente os quais um sobre a postura das galinhas que lhe vai agradar muito. Não se dedica à avicultura, doutor?

— Não; mas os meus processos são gerais, destinam-se a toda espécie da criação de animais. Havemos de experimentá-los, se V. Exa. me fornecer os meios necessários.

— Não há dúvida. Faça o orçamento.

Não me demorei muito em organizá-lo com todo o capricho. Nele, além de muitas coisas, exigia dez auxiliares hábeis, práticos e sabidos na bioquímica, os quais deviam ser contratados na Europa; exigia uma fazenda à minha disposição; pedia um numeroso pessoal subalterno e uma grande verba para material. O orçamento ia a quase oitocentos contos anuais. Apresentei-o ao ministro, que não o examinou logo:

— Não lhe posso dar resposta já, meu caro doutor. Estou muito atrapalhado... Nesse país está tudo por prover, e eu trabalho dia e noite. Nunca teve ministros, e um que vem com disposições de trabalho, esgota-se em pouco tempo... Imagine, que não pude tomar hoje o meu banho de frio, tanto estou atrasado!... Um dia em que não o faço, volto a ser o brasileiro mole que os senhores conhecem... Assim mesmo já assinei 382 decretos e organizei 49 regulamentos... Ah! Doutor! Esse Brasil precisa de frio, muito frio!

Despedi-me de homem tão ativo e voltei ao meu gabinete. Durante um mês o ministro não me deu resposta, e o meu trabalho na Direção da Pecuária Nacional limitava-se tão somente a assinar os registros de estábulos e vacarias da cidade.

Houve um dia em que o ministro me chamou e falou-me a respeito da minha Pecuária intensiva:

— Li o seu orçamento e a sua exposição. Muito bons, ambos! O orçamento está um pouco salgado. Por que o senhor quer um laboratório de química tão completo?

— V. Exa. compreende — disse-lhe eu — que os nossos processos se baseiam na bioquímica; daí essa necessidade.

— Não há dúvida, concordo; mas o doutor podia bem dispensar a fazenda.

— E os meus bois, onde viveriam? Não acha V. Exa. necessário pastagens?

— O seu método não se baseia na alimentação artificial, doutor?

— Baseia-se na superalimentação química.

— Pois então? O seu gado podia até ser criado em uma sala.

— Isto podia dar-se se fosse um ou dois, mas muitos não é possível.

— Não há dúvidas, doutor! O senhor sabe que o governo está em economias e não pode atendê-lo. Em todo o caso o Estado tem uma casa disponível com um razoável quintal, à rua Conde de Bonfim, e, em pequena escala, o senhor podia experimentar. Vá ver a casa.

Inútil é dizer que eu não tinha nenhum interesse em por em prática as minhas fantásticas ideias. Fui ver a casa e fiz um relatório completamente desfavorável. Nem outro podia ser. A casa era um pardieiro arruinado, e o quintal tinha para pastagem algumas touceiras desse capim que se chama “pés de galinhas”. O ministro aconselhou-me por essa ocasião:

— Doutor, não se aborreça. Ninguém mais do que eu conhece as vantagens do seu processo, a barateza que ia trazer para um gênero de primeira necessidade, mas o governo está em apuros. Aconselho que se ocupe do expediente ordinário e espere um pouco.

Levei quase um ano a assinar licenças e registros das vacarias da cidade, e tanto isso me aborreceu que, quando vi a dolorosa preocupação política do senador Sofônias, resolvi atirar-me ao exame da política do Brasil, colhendo dados nos Estados.

Não julguem, pois, que foi um estado d'alma de “pícaro” e vagabundo que me lançou nessa peregrinação. Não sou absolutamente um Guzman d'Alfarrache, um Lazarillo de Tormes, nem um Gil Blas; tenho ânsia de certeza e de verdade, e quis, provocado pelo espetáculo pungente que o alto senador Macedo da Costa me deu, examinar bem o que era política, quais as suas vantagens, quais as suas belezas e qual a sua importância.

Já lhes disse como escolhi o Estado dos Caranguejos para começar o meu exame. Parti para ele, a bordo de um vapor do Lóide, em fins do ano. O paquete estava com a partida marcada para 26 de dezembro; mas, como o governo queria número na Câmara e temia que muitos deputados fugissem nele para os Estados, adiou-a para o dia 30.

Embarquei às 10 horas da manhã, pois os anúncios diziam que o navio levantava ferros ao meio dia. Havia congressistas passageiros e, tendo as sessões

da Câmara se prolongado até tarde, o vapor só deixou as amarras às nove horas da noite.

Foi, portanto, vendo a cidade iluminada, a se mirar nas águas negras da baía, que atravessei a barra em demanda ao Estado dos Caranguejos.

Navegávamos num mar calmo sob um céu negro em que as estrelas faiscavam como diamantes nas trevas.

A linha da costa era de longe em longe marcada por fracas luzernas à altura das águas. As águas estavam negras, e o mar tinha de noite menos atração e aparentava mais segurança. A luz manifestava toda a sua fascinação e esclarecia os perigos e as suas perfídias.

De quando em quando, o jorro luminoso do farol da Rasa cobria um instante o navio. Não havia quase fosforescência e, na coberta, só se ouvia o ritmo das máquinas e o escachoar das hélices.

Havia poucos passageiros na tolda e, entre eles, não se estabelecera conversa. Todos se tinham mergulhado no insondável mistério daquela noite de trevas sobre o oceano imenso. De repente, um grito quebrou aquele augusto silêncio:

— Meu binóculo! Ó comandante! Pare! Pare!

Todos nós acudimos para ver o que era e topamos com um senhor envolto em roupas de dormir que gesticulava possesso e gritava furiosamente:

— Ó comandante! Meu binóculo! Pare! Pare!

A todas as nossas perguntas de explicação, ele se limitava a responder:

— Onde está o comandante?

Vindo o capitão, entre o tom de pedido e o de ordem, ele disse:

— “Seu” comandante, é preciso voltarmos ao Rio. Esqueci-me do meu binóculo.

O comandante fez-lhe ver que isso era impossível, e tal coisa iria causar graves prejuízos à companhia e aos passageiros. O homem enfureceu-se e gritou:

— Sabe com quem está falando?

O comandante disse que não sabia, mas que não havia necessidade de sabê-lo, pois se tratava de medida de suas atribuições, sendo ali a sua autoridade em tudo soberana.

— Pois bem — disse o homem — tenho imunidades; sou o senador Carrapatoso.

O comandante retorquiu no mesmo tom de voz:

— V. Exa. há de perdoar-me, sr. senador, mas não posso voltar.

Nisso apareceu um sujeito alto e espadaúdo, acaboclado, com um bambolear de corpo expressivo e foi dizendo:

— Volte essa joça. Vá! O senador está mandando.

O comandante ainda recalcitou, tentando convencer o homem que havia muitos binóculos a bordo, mas o senador intimou:

— Quero o meu binóculo. Não quero outro. Ou o senhor volta e eu voto a autorização para o empréstimo da companhia, ou não volta e eu e a minha bancada faremos uma guerra tremenda ao projeto.

À vista disso, o comandante, que sabia das dificuldades da empresa, tanto assim que não recebia os seus vencimentos havia três meses, virou de bordo, e voltamos para o Rio de Janeiro.

Só levantamos de novo o ferro na madrugada do dia seguinte, e penosamente o navio levou-me a Tatui, capital do Estado dos Caranguejos.

Como os senhores sabem, esse Estado não é dos maiores do Brasil, nem mesmo dos médios, mas não é o menor deles. Tem uma população de pouco mais de meio milhão de habitantes e uma lavoura de cana de açúcar que se arrasta através de dolorosas crises. A não ser a indústria do fabrico do açúcar, quase sempre em crise, como a lavoura em que se baseia, não havia no Estado outra indústria de vulto.

A sua capital, a cidade de Tatui, tem uns trinta mil habitantes. Era uma desgraciosa cidade de casas baixas, quase sem calçamento, sem esgotos e com pouca iluminação elétrica.

Nos primeiros dias que lá passei, espantou-me a quantidade de mendigos e pobres, além da grande quantidade de gente que exerce ofícios miseráveis, como baleiros, carregadores, vendedores de água (não havia água encanada) e outros.

Possuía uma linha de bondes preguiçosos, servida por um único veículo, que só parte dos pontos quando estava pela metade de passageiros.

Quando nos afastávamos da zona urbana, o espetáculo era mais miserável ainda. Só há palhoças de sapé, cercadas de pobres roças desanimadas; pelos caminhos encontravam-se mulheres públicas meio rotas, carregando as esteiras em que realizavam os seus tristes amores.

Construía-se um teatro majestoso, num estilo compósito e abracadabrante.

Não dava um passo sem que os moleques me fizessem oferecimento de levar-me a lugares equívocos.

Esse Estado já estava “salvo”. Sabem os senhores o que isso quer dizer. Chama-se “salvar um Estado” entregar a sua governança a um militar. Para isso contribuem duas coisas: a fome de grandes e pequenas posições dos civis e a vaidade demasiada de alguns militares. O dr. Fulano e o chefe político Fuão não tinham sido até ali satisfeitos nas suas pretensões pelo governador. Que fazer? Dizem-se em oposição, arranjam meia dúzia de asseclas, publicam um jornaleco e apresentam candidatos à sucessão governamental o general Z. ou o coronel B.

O general Z. ou o coronel B., como coronéis ou generais que são, muito convencidos das suas virtudes excepcionais, aceitam logo a coisa e tecem os pauzinhos de forma a encher o Estado com batalhões, cujos oficiais lhes são dedicados inteiramente.

Ao chegar a ocasião das eleições, oprimem os adversários, enchem-se de votos falsos e verdadeiros e, depois, obrigam os respectivos Congressos a reconhecê-los.

Eles mesmos se intitulam Césares e Marcos Aurélios, jactam-se de puros, sapientes e imaculados.

Em geral são tipos inteiramente desconhecidos, não só do país como dos Estados que vão “salvar”, mas não trepidam em tomar os mais altissonantes pseudônimos e em dizer-se escolhidos do povo.

Um é César porque é um general de talentos nunca postos à prova e um péssimo escritor; o outro é Marco Aurélio porque nunca furtou dez tostões.

Este deixa de lado aquela sede de perfeição do imperador romano, a sua profunda piedade e a sua ânsia de bondade e fraternidade; aquele, abandona os talentos do grande Júlio e cobre a sua modéstia notória com o nome do autor dos Comentários.

Não dizem quais sejam as suas ideias de governo, o que pretendem fazer, quais as medidas que vão empregar. Mandam os batalhões, chamam os adversários de gatunos, proclamam-se honestos e fazem-se presidentes, governadores, custe o que custar.

De posse do governo, esbordoam, empastelam jornais, degolam, matam, procedem, enfim, mais como Domiciano ou Cômodo do que como Marco Aurélio ou mesmo Júlio César.

Esta palhaçada já tinha tido lugar no Estado dos Caranguejos e estava à sua frente o general Contreiras.

Foi engraçado como apresentaram a candidatura desse general, então coronel. Era um oficial obscuro, que tinha subido posto a posto pelos processos

comuns. Um belo dia, o repórter de um jornal levantou a sua candidatura à presidência, porque era filho do venerando Frutuoso. Ninguém mais se lembrava desse herói, que morrera havia dez anos, e, nas ruas, não era raro ouvir-se a seguinte conversa:

— Quem é esse Contreiras?

— É filho do venerando Frutuoso.

— Quem foi esse Frutuoso?

— Não me lembro bem.

Tudo marchava nessa conformidade, e era com tão fortes títulos que se conflagravam os Estados, causando mortes e violências de toda ordem sobre as propriedades e as pessoas.

O Estado de Caranguejos já estava, portanto “salvo”, pois tinha à frente do seu governo o general Contreiras.

Contreiras, logo que tomou conta do governo, mandou empastelar o jornal da oposição e, em seguida, fez um inquérito em que o seu delegado procurava demonstrar que haviam sido os proprietários do jornal os autores do empastelamento.

Para isso, além do seu cinismo em afirmar, o tal delegado empregou a coação e a ameaça sobre os depoentes, pobres operários que eram obrigados a dizer tudo o que convinha à autoridade.

Não contente com isso, dividiu o Estado em vários distritos agrícolas, à frente dos quais pôs um inspetor e meia dúzia de auxiliares, todos capangas seus, que se encarregavam de esbordoar aqueles que demonstrassem de qualquer modo não concordarem com “o salvador”.

As reclamações choviam, e os delegados policiais faziam inquéritos onde diziam que não havia nos casos coisa alguma de política, mas simples rixas por questões de mulheres ou de família.

Reparei que havia nesses ditadores todos um terror extremo diante da lei que violavam. Não tinham coragem de fazê-lo francamente, claramente, ousadamente; mascaravam as suas violências, os seus assassinatos, com subterfúgios legais e outros, falando sempre em liberdade, em ordem, em paz e prosperidade.

Tive vontade de visitar o governador e pedir-lhe uma audiência, mesmo porque, se não o fizesse, corria perigo a minha segurança.

Já começavam a desconfiar “daquele estrangeiro”, isto é, de mim, mas o estrangeiro não significava estranho ao país, mas ao Estado.

Vi-me muitas vezes seguido por tipos suspeitos, e, à vista disso, declarei a minha qualidade de oficial e pedi uma audiência ao governador. Ele me deu sem demora e pude conversar com ele.

Não se imagina homem mais comum, de feições e inteligência. Não lhe pode sacar nem uma ideia sobre a administração e o governo. Ele só me dizia:

— Este Estado tem sido muito roubado. Agora a coisa vai entrar nos eixos. Sou honesto e não consinto que ninguém roube à minha sombra.

Quando lhe falei sobre a miséria da população, na lamentável impressão que isso fazia a quem vinha de fora, ele me disse:

— É... É... São uns madraços. Estou tratando de fundar uma colônia correccional.

Aquele homem não via que era o próprio governo quem criava aquela situação; que era, além de outras coisas, a quantidade formidável de impostos cobrados pelos governos municipal, estadual e federal?

Perguntou-me então pela política central, se o Sofônias era muito poderoso, se faziam muita oposição a ele, governador. Disse-lhe que os jornais do Rio atacavam-no muito, e ele observou:

— Sei... Sei... A culpa é do Simplício (o presidente), que não os faz calar...

Tomou por aí uma expressão feroz que trouxe à lembrança o russo Tamerlão e Gengis Khan.

Despedi-me do governador, e, no dia seguinte, para completar as minhas notas, fui assistir a uma sessão da Câmara dos Representantes.

A Constituição do Estado, moldada na Federal, estabelecia a independência e a harmonia dos poderes estaduais, que eram o judiciário, o executivo e o legislativo.

O Estado não tinha Senado, e o órgão do seu poder legislativo era unicamente a Câmara dos Representantes, que funcionava numa ala do palácio do governador.

A sala não era apropriada ao seu destino, mas era ampla e bem iluminada; e, como já fosse conhecida a minha qualidade, deram-me uma espécie de camarote ao nível do recinto, a que chamavam de tribuna.

Cheguei cedo e pude ver a entrada dos deputados. Havia alguns jovens bacharéis e tenentes, muito pimpantes nos seus trajes à última moda, e havia também aqueles curiosos tipos de coronéis de roça, que vinham às sessões em terno de brim, com botas de montar e a açoiteira de couro cru pendendo na mão esquerda, presa por uma corrente ao respectivo pulso.

Eles chegavam e se espalhavam pelas bancadas, conversando e fumando. Junto a mim havia dois, uma dos quais lia, à meia voz, um artigo de jornal para o outro ouvir.

Não passavam de vinte e tantos, e eu perguntei a alguém se era aquele o número exato de representantes. Foi-me dito que não, que eram quarenta e cinco, mas que só pouco mais da metade frequentava as sessões. Os outros, acrescentou o meu informante, ficavam nas suas fazendas e mandam unicamente receber o subsídio por seus procuradores bastantes.

A sessão custou a ter começo. Afinal o presidente e secretários tomaram seus lugares, e a chamada foi feita.

Notei que, quase em frente a mim e ao lado da mesa, um pouco distante, havia uma ampla cadeira de balanço, cujo destino ali era difícil atinar.

Lida a ordem do dia, foi anunciado o expediente, e um deputado gritou do fundo da sala:

— Peço a palavra.

No mesmo instante, a cadeira de balanço foi ocupada. Imaginem por quem? Pelo presidente do Estado, o general Contreiras. Estava muito simplesmente vestido, com uniforme de cor cáqui, sem colarinho, em chinelas de marroquim e até o dólmã estava desabotoado. Acudindo o pedido do deputado, o presidente da Câmara falou:

— Tem a palavra o deputado Salvador da Costa.

O deputado não abandonou a bancada e começou, com voz cantante:

— Senhor presidente, a cidade de Cubango, uma das mais prósperas do nosso interior, berço de tantas glórias, como Manoel Batista, Francisco Costa, o bravo João Fernandes e outros, acha-se, por assim dizer, completamente isolada do resto do Estado. Chamo a atenção de V. Exa. e da Câmara para isso. As notícias que me chegam a respeito do estado das estradas que a põem em comunicação com as suas irmãs do nosso terrão natal são absolutamente desanimadoras. A inspetoria de obras, no seu habitual relaxamento...

Por aí, o orador foi interrompido por um vibrante grito do governador:

— Senta-te, Salvador! Fala agora o João.

O deputado Salvador, abandonando o fio do seu discurso, desculpou-se:

— Há de perdoar-me, senhor general doutor governador. Trato pura e simplesmente de uma questão administrativa. Não há política.

O governador não lhe deu ouvidos e continuou a gritar lá da cadeira de balanço:

— Senta-te, Salvador! Não prestas pra nada! Fala agora o João!

Salvador ainda esteve uns minutos em pé sem saber o que fazer, olhando aqui e ali, porém, um berro mais enérgico do presidente fê-lo cair sentado sobre a cadeira, como se tivesse sido derrubado por um raio.

Assisti todo o resto da sessão. Não houve mais a intervenção enérgica do general doutor presidente. Por fim, um deputado apresentou uma moção de congratulação ao coronel Firmino, chefe político em Caxoxó, por fazer anos naquele dia.

Inteirado do funcionamento dos dois poderes do Estado, tendo a respeito tão excelentes notas, quis observar em outra unidade política da Federação a marcha de sua administração. Embarquei para o Estado dos Carapicus, que fica muito ao sul do dos Caranguejos.

Pouco tinha a mais que ver, pois o que me fora dado assistir nos domínios do general Contreiras me pareceu ser o resumo da política estadual; contudo, dispus-me a ver como se passavam as coisas em outro Estado, porquanto podia tomar nota de um ou outro detalhe expressivo.

Não tinha muita esperança nisso, à vista da parecença estreita que têm as partes do Brasil entre si.

Todas as cidades se parecem, tem a mesma fisionomia, possuem casas edificadas da mesma forma, e até as ruas têm os mesmo nomes, e os apelidos das lojas de comércio são os mesmos.

Um país tão vasto, que se desenvolveu através de climas e regiões tão diferentes, é, entretanto, nos seus aspectos sociais, monótono e uno.

Tinha verificado isso na minha viagem para o Estado dos Caranguejos e certifiquei-me da verdade dessa verificação quando voltei.

Imaginei que a coisa também se desse nos aspectos políticos, mas não quis ficar em suposição e tratei de certificar-me da verdade, vendo os fatos que eram objeto dos meus estudos.

Cheguei a capital do Estado dos Carapicus num domingo à tarde. No logradouro de desembarque, tocava uma fanhosa banda de música, e as moças do lugar, muito enfunadas nos seus vestidos domingueiros, passeavam pelo largo com uma satisfação de prisioneiras em temporária liberdade.

Vista Alegre, essa capital, é uma pequena cidade de vinte mil habitantes, muito montuosa, sem monumentos, nem mesmo as velhas igrejas de estilo jesuítico que se encontram pelo Brasil todo. O Estado dos Carapicus é dos mais pobres do Brasil; não tem uma produção característica e importante. Vive de magras culturas estritamente indígenas e possui riquezas florestais de difícil aproveitamento.

Saltei na sua capital com o nome trocado, e isso havia feito após as maçadas que o meu nome estrangeiro e a minha qualidade de diretor da Pecuária me haviam dado em Tatui.

Quando lá souberam que eu tinha tão elevado cargo na administração nacional, não me deixaram fazer consultas a respeito das moléstias de bois e cavalos.

Vi-me sempre em sérias atrapalhões para resolvê-las e, quase sempre, receitei e aconselhei drogas que mais matavam os animais que a própria moléstia.

Tendo sido tão terrível exemplo do quanto custa ser-se diretor da Pecuária Nacional, troquei de nome, adotando um bem português, e fiz chamar-me de dr. Manoel da Silva.

Eu falava já muito bem português, sem o mais leve acento estrangeiro, de forma a poder iludir perfeitamente os nacionais sob o meu disfarce de Silva. Abandonado os meus nomes russos, conservei, porém, o doutor, título indispensável para se ter no Brasil a consideração que os hoteleiros, os copeiros, os catraieiros etc., dispensam a qualquer cavalheiro em todas as partes do mundo, com ou sem títulos.

Saltando em Vista Alegre, dirigi-me logo a um hotel, Hotel Barbosa, onde pedi um quarto. Reparei que, quando dava o meu nome português ao hoteleiro, o homem fez uma careta e olhou-me com espanto. Tomei banho, mudei de roupa e fui jantar. Logo que me pus à mesa, o meu hospedeiro veio sentar-se ao meu lado e falou-me, cheio de atenções e delicadezas.

— Então, doutor, resolveu-se a vir, não foi?

Não atinava com o motivo dessa pergunta, porquanto, por mais que me lembrasse das minhas tenções, não achava nas minhas recordações hesitação em vir ou deixar de vir ao Estado dos Carapicus; entretanto, por complacência, respondi:

— Pensei muito e resolvi-me.

O sr. Barbosa fez-se mais blandicioso e continuou:

— Já temos aqui dois batalhões.

— É útil — disse-lhe eu —, sempre traz lucros para o comércio.

— É, mas demoram pouco. Ainda se ficassem...

— Quem sabe lá? Aqui é lugar saudável e talvez o governo os deixe ficar.

— Nós estimaríamos bem, porque assim ficávamos mais garantidos, a não ser que...

Por aí, como que teve medo de adiantar-se muito, calou-se, mas em breve recomeçou:

— V. Exa. sabe que não sou político, mas há certas coisas que a gente não pode ver sem protestar. O governador parece que perdeu a cabeça e está dando por paus e pedras... Não sou político, mas há certas coisas que fazem a gente ficar indignado.

Não respondi ao hoteleiro, e ele não sei como interpretou o meu mutismo. Calou-se e se foi. Dormi maravilhosamente aquela noite e bem cedo saí pela cidade.

Uma cidade como aquela, sem fábricas de qualquer espécie, não tem, ao amanhecer, movimento de espécie algum. Encontram-se, a espaços, vendedores de pão, uma carroça ou outra e mais nada. Após o passeio, voltei a almoçar e reparei que os meus companheiros do hotel olhavam-me de uma forma indecentemente insistente. Que teria eu? Almocei à pressa e saí logo a passeio.

Não tinha a cidade muito onde ir; não possuía arrabaldes nem sítios pitorescos, mas descobri uma fábrica de cerveja, num dos seus extremos, com um botequim anexo, onde me deixei ficar por algumas horas.

Voltei ao centro ao entardecer e procurei o lugar de mais movimento. Procurei um café e entrei para tomar cerveja. Olhando ao redor, verifiquei que continuavam a olhar-me da mesma forma que no hotel. Que teria eu? Levantei-me resolvido a ir-me no dia seguinte. Quem sabe se não me tomavam como espião, como político adversário da situação, e não premeditavam alguma violência contra mim? A situação nos Estados do Brasil era tão confusa que tudo era possível. Levantei-me amedrontado e, cheio de temor, atravessei por entre as mesas. Atravessando-as, ouvi que partiam dos grupos nela sentados frases destacadas como estas:

— É ele.

— Não é.

— É. Tem o mesmo nome e é louro.

Não tive logo certeza que se tratasse de minha pessoa, mas, em caminho do hotel, nas ruas por onde passei, continuei a ouvir:

— É ele.

— Não é.

— É. É louro.

Não imaginam o pavor que fiquei possuído e foi apressado que entrei no hotel. Que diabo queriam aqueles homens comigo? Fui ao quarto, fiz a minha “toilette” de jantar e abanquei-me à sala respectiva.

Dei começo à refeição, e ainda estava no meio dela quando um capitão, inteiramente fardado, veio ao pé de mim e me disse:

— É com o dr. Manoel da Silva que tenho a honra de falar?

— Um seu criado — disse-lhe eu.

— Desejava ter uma conferência reservada com o senhor.

— Para já?

— Não. Pode jantar e depois, então, falaremos.

Fiz o possível para conservar o meu sangue frio, mas não consegui comer mais nada e dei-me por satisfeito antes de acabar as iguarias do sr. Barbosa. Dirigi-me logo para o quarto, e o capitão seguiu-me. Lá chegando, ele me foi dizendo à queima roupa:

— Está tudo pronto! Não há tempo a perder.

— Como? Que é?

— Não tenha medo. A força garante.

— Garante o quê?

— A sua posse.

— Que posse?

— No lugar do governador. Não é o senhor o doutor Manoel da Silva?

Não tive outro remédio senão dizer quem era, e o capitão insistiu:

— Então, prepare-se. Tenho ordem do Bonifácio. Aqui está o telegrama.

Leia!

Passou-me o telegrama, e eu li o seguinte: “Dê posse ao Manoel da Silva, custe o que custar. Bonifácio.”

De há muito não lia jornais e não sabia que havia para o Estado de Carapicus um candidato com o nome que eu usava à sua governança. Esse candidato era inteiramente desconhecido no Estado e fora apresentado porque mantinha estreita amizade com esse tal Bonifácio, espécie de mordomo do presidente da República, sobre cujo ânimo tinha esse serviçal uma dominação sem limites.

Depois de muitos disparates, consegui saber tudo isso e protestei ao capitão que não era o tal Manoel da Silva que ele pensava; o homem, porém, não acreditou e, julgando-me cheio de medo, intimou-me:

— É o senhor, por força. Disseram-me que era louro; o senhor é louro, é por força ele. Temos “trabalhado” muito, e ou o senhor aceita e nós o pomos

no palácio, ou foge às suas responsabilidades, e eu o mato.

Estava em séria colisão e tinha que escolher entre essas duas pasmosas coisas: ser governador do Estado de Carapicus ou morrer.

Levei toda a noite a pensar, a imaginar um meio de sair-me daquela atrapalhação. Quis fugir, mas certamente, desconhecendo inteiramente a cidade, seria pior, pois logo cairia nas mãos de um ou de outro partido, e o meu fim seria o mesmo.

De manhã, muito cedo, chegou-me o tal capitão que me mostrou um outro telegrama: “Emposse o homem, custe o que custar. Bonifácio.”

— Então — perguntou-me ele — aceita ou não?

— Aceito.

— Fez bem, doutor, porque senão o senhor não voltaria mais ao Rio. Prepare-se para receber uma manifestação.

Não saí do hotel naquele dia e, à tardinha, apareceu-me na rua uma charanga militar, seguida de algumas centenas de pessoas, parando na frente do estabelecimento do sr. Barbosa.

— Viva o dr. Manoel da Silva! Viva! — gritavam.

Estava cheio de medo, mas o hoteleiro e mais o tal capitão empurravam-me para a janela, de onde comecei a ouvir os oradores.

Dizia um, na peroração:

— Dr. Manoel da Silva, salvai-nos, libertai-nos desse monstro que nos devora, que mata os nossos filhos, que nos furta, que nos esmaga! Sede o nosso Moisés! Levai-nos à terra da Promissão, à Canaã sonhada!

Os outros repetiam a mesma coisa, e eu estava diante daquilo tudo completamente besta. Não haveria um remédio, um meio de esclarecer aqueles tolos todos de que eu não tinha tais predicados. Os oradores acabaram, e vivas foram erguidos.

— Viva o dr. Manoel da Silva! Viva o nosso salvador! Viva!

Quando acabaram, o capitão intimou-me ferozmente:

— Fale!

Não tive outro remédio senão gaguejar qualquer coisa, que foi ouvida no maior silêncio. Não saí mais do hotel e, à noite, ouvi o espocar de fuzis, tropel na rua, uma bulha de grosso motim.

No dia seguinte, soube que haviam empastelado o jornal do governo, destroçado a polícia, atacado o palácio e que o governador renunciara.

O capitão não tardou a procurar-me, prazenteiro:

— O patife do Bastos saiu. Agora o governo está com o Guedes, que é nosso. A sua posse é depois de amanhã.

Recebia aquelas notícias cheio de terror, de medo que semelhante aventura não resultasse na minha morte. Se soubessem que eu não era o tal “salvador”, certamente matavam-me.

Aquilo me parecia um mero sonho, um pesadelo, ou senão um capítulo de um romance jocoso. Onde iria parar, meu Deus?

O hoteleiro continuava com as suas zombarias e, durante a véspera da posse, não tive mãos a medir para atender às visitas. Dizia-me um: fui eu quem lançou a sua candidatura; dizia-me outro: fui eu quem o defendeu nos jornais. Os próprios situacionistas me procuravam, propunham acordos, “modus vivendi”. Não lhes respondia coisa com coisa, e partiam fazendo uma triste ideia do seu “salvador”; entretanto continuavam a buzinar nos seus jornais que eu era um homem de raro talento, extraordinário.

Chegou o dia da posse e, quase arrastado pelo tal capitão, levaram-me ao Congresso, onde me dispus a acabar com a farsa. Um pacote entrava na baía despejando pelas chaminés grossas baforadas de fumaça.

Reuniram-se os congressistas e, quando eu ia prestar o compromisso, entra pela sala um sujeito pequeno e louro, que gritava:

— Não é este o dr. Manoel da Silva, sou eu.

Os congressistas ficaram petrificados, ninguém sabia o que dizer e o tal sujeito continuou a gritar:

— Não é este, sou eu.

Na sala, logo se formaram dois partidos: um a meu favor, outro a favor do recém-chegado.

Houve uma barafunda geral, gritos, palavrões, começo de discursos.

Daqui se gritou:

— É ele! É!

Dali se berrou:

— Não é! Sai, usurpador!

No meio daquela barulhada, daquele berreiro, fiquei mais morto do que vivo. A bulha continuou, cada vez mais feroz. Por fim veio a calma, e pude dizer:

— Deve ser esse senhor, porque eu não sou.

Houve propostas de morte, mas a maioria me protegeu, e eu pude sair. E foi assim que escapei de “salvar” o Estado de Carapicus.

CAPÍTULO III

DEI ALGUNS PLANOS E PINTEI A BATALHA DE SALAMINA

O que se passou comigo no Estado dos Carapicus pode parecer impossível a quem não estiver lembrado da situação de desmando por que passava àquela época a política brasileira. Se até então um resto de pudor faziam com que se disfarçassem as violências e as ilegalidades, apoiados pela força federal, ao serviço de ambiciosos saídos de seu seio ou fortemente protegidos por pessoas influentes nela, os sindicatos políticos faziam o que entendiam e não guardavam conveniências.

Havia exigências terríveis nas leis para as eleições de governadores, como fossem: um dilatado prazo de residência no Estado, não exercer algum tempo antes das eleições cargos de mando e outros; mas, quando se tratava de ajuntar Fulano ou Beltrano para usurparem as governanças regionais, não atendiam a isso e procuravam pessoas que dispusessem da dedicação do presidente ou de homens que, por sua vez, dominassem o ânimo presidencial.

Entre estas últimas havia um tal Bonifácio, que fora seu copeiro e deixara de sê-lo para se transformar numa espécie de “maitre du palais”. Não se sabia bem de onde lhe vinha esse ascendente, mas o certo é que ele fazia e desfazia na República. As nomeações, as mais baixas e as mais altas, eram em geral feitas por sua inspiração; ele exigia demissões e indicava presidentes de Estado.

Esse dr. Manoel da Silva, de quem, em tão má hora, me fiz homônimo, era seu médico, e, muito agradecido aos seus préstimos profissionais, Bonifácio, sabendo-o natural dos Carapicus, fê-lo de conchavo com certos ambiciosos de lá, candidatos à presidência de tão obscuro Estado.

Ninguém o conhecia nos Carapicus, pois lá nascera quando seu pai estivera em comissão na respectiva Alfândega; viera de lá com um ou dois anos e desenvolvera a sua vida na Capital, rompendo o caminho comum aos rapazes de juízo e prudentes, isto é, formara-se em Medicina, arranjava um emprego de

médico na Marinha e, assim, vivia ignorado, quando Bonifácio lhe acenou com a alta situação de presidente do Estado.

O fato de tomarem-me por ele não proveio absolutamente de qualquer semelhança física. Não lhe era sócia; havia, ao contrário, entre nós dois, muitas dessemelhanças. Era eu alto, e ele, baixo; era eu pálido, “mate”, e ele, corado; eu tinha o rosto comprido, e ele, redondo; eu tinha o nariz alto e aquilino, e ele, um largo e achatado.

Não fora, pois, a semelhança, mas unicamente o nome e o fato de sermos ambos louros, coisas que, ajudadas pelo seu total desconhecimento no Estado, convenceram os seus partidários de que eu era o seu “salvador”.

Viram os senhores até que ponto os acontecimentos me levaram; mas não lhes pude dizer as consequências que tais sucessos determinaram. No Estado, as coisas se explicaram e todos ficaram satisfeitos; mas, conhecida a história no Rio de Janeiro, não tardaram os jornais oposicionistas, que eram quase todos, a explorá-la, a troçá-la em todos os tons, e alguns mais ferozes frisaram bem a minha condição de funcionário público e os governistas acusaram-me de ter me vendido aos oposicionistas para, de tal maneira, desmoralizar o benemérito governo do general Simplício, “o único que até agora tinha sido verdadeiramente republicano”.

Quem mais zangado ficou comigo foi o tal Bonifácio, o poderoso heril do presidente *fainéaut*. Era um tipo de sujeito comum, mas azedado pelos baixos ofícios que tinha exercido e desmedidamente envaidecido pela posição em que a sorte o colocara. Fora sargento de batalhão e trazia para a alta administração a concepção de governo de uma companhia. Não tinha podido ainda formar-lhe na cauda; não se me oferecera ocasião, de modo que fui sacrificado, e ninguém se animou a defender-me diante dele.

Ao chegar ao Rio, tive notícia de demissão, a bem de tudo. Não deixava de ser um acontecimento bem importante na minha vida. Ganhava quase dois contos de réis e nada fazia, a não ser despachar licenças para as vacarias e estábulos da cidade.

Tendo vivido sempre na miséria e possuindo pela minha educação gosto pelas altas coisas, logo que vi dinheiro, comecei a gastá-lo. Comprei alfaias, roupas, móveis e livros.

A minha casa, nas Laranjeiras, era um primor, e, tendo bem forte o sentimento da miséria e das necessidades, tive a bolsa sempre aberta aos grandes e pequenos pedidos de dinheiro que me faziam.

Desse jeito, ao me despedirem, eu me encontrava completamente desprevenido. Não desesperei e procurei o senador Sofônias, para ver se ele inutilizava a minha exoneração.

Recebeu-me o senador com a cara fechada e uma solenidade grotesca de grande sacerdote de uma extravagância religiosa da África ou da Ásia. Foi-me dizendo logo:

— Menino, não gosto que os meus amigos concorram para a desmoralização do regime.

Apanhei o ar mais humilde que me era dado ter e disse ao sumo pontífice do regime:

— V. Exa. não sabe como as coisas se passaram. Não tenho absolutamente culpa. O “homem” não era lá conhecido. Quis livrar-me das cacetadas das consultas sobre moléstias de bois, cavalos, cabras e até de cachorros e gatos e dei aquele nome no hotel, sem saber que, por ele, acudia o eminente político que V. Exa. apoia. Não o conhecendo, tomaram-me por ele e, sob ameaças, fizeram-me aceitar o papel a contragosto... Foi assim.

Dei-lhe mais detalhes, narrei-lhe toda a verdade e ainda acrescentei:

— Admira-me que V. Exa. tenha patrocinado a candidatura de pessoa que ninguém conhece no Estado.

— Eu! Isto está tudo de patas para o ar...

Depois, como se quisesse apagar o efeito daquele desabafo, ajuntou:

— Não patrocino coisa alguma. Disseram-me que era o povo, o Bonifácio o quer e eu também o quero. Menino, no nosso regimen, não há patrocínio; há escolha da soberania popular. Este é que é o seu “status quo”.

Não deixei e admirar as consequências de tal teoria, dando em resultado o advento de um desconhecido ao tal povo e também aquele emprego engraçado de “status quo”, mas evitei fazer qualquer comentário e falei-lhe na minha reintegração:

— Compreende V. Exa. que nem tive tempo de dar começo às minhas experiências. Sinto até remorsos de ter recebido do governo tanto dinheiro e nada ter feito. Desejava muito poder voltar para mostrar de que forma os meus projetos são excelentes.

Sofônias acendeu o cigarro, ergueu-se, pôs uma das mãos à cintura e, agitando a direita com um jeito sacerdotal, aconselhou-me:

— É preciso ter muito cuidado com os pequenos fatos. São os grãos de areia que mudam a sorte dos impérios. Não me posso meter no teu, porque o autor da demissão é o Bonifácio, um rapaz orientado, verdadeiro republicano,

respeitador fetichico do regimen... Deves procurá-lo e, antes, explicar como foi a coisa pelos jornais.

Sentou-se, quando acabou, e eu lhe objetei:

— Mas, senador, V. Exa. há de anuir que eu não posso confessar que me obrigaram à força a ir ao palácio.

— É verdade, menino, mas tens um bom “desgarro”.

— Qual é?

— Afirmas que foi a multidão. Procura por aí um rapazola hábil nessas coisas de escrever e pode ser que arranjes a coisa.

Senti bem que a minha entrevista estava terminado e despedi-me. Segui o alvitre do senador e imediatamente redigi a explicação que ia dar ao público e aos meus amigos. Publiquei-a nos “a pedidos” do Jornal do Comércio e, nela, eu dizia que, tendo tomado aquele nome ao acaso, para, mais em sossego e segurança, inspecionar os serviços do Ministério, sem me lembrar que era o do eminente político eleito governador dos Carapicus, a multidão, sem verificar identidades, mas apaixonada pelo nome que representava o seu ídolo, que resumia uma sua esperança de farta prosperidade, obrigou-me a ir tomar posse do alto cargo. Quem conhece a psicologia das multidões, dizia eu, sabe perfeitamente como essas coisas se passam, e diante delas qualquer de nós tem de se curvar às suas vontades, como nos curvamos diante das manifestações das forças da natureza. Elas são o raio, o vento, a chuva, ao mesmo tempo; elas são verdadeiros cataclismos. Apontava testemunhas, citava episódios, e fiquei mesmo contente com o meu escrito.

No dia seguinte, resolvi-me a procurar o Bonifácio no palácio governamental. Havia, na sua antecâmara, mais de cinquenta pessoas, metade das quais eram mulheres, moças bem postas e galantes.

A ansiedade se estampava naquelas caras, e, em muitas, havia também o vexame.

O Estado é o mais forte desmoralizador do caráter. Mais que os vícios, o álcool, o jogo, a morfina, a cocaína, o tabaco, ele nos tira toda a nossa dignidade, todo o nosso amor-próprio, todo o sentimento de realza de nós mesmos.

Muitas daquelas eram pessoas de cultura, de educação; entretanto, para obter isso ou aquilo, se tinham que agachar, que adular um tal Bonifácio, que, no fim de contas, não passava de um criado do sr. presidente.

Depois disso, que sensação delas mesmas poderiam ter? Fossem servidas ou não, saíam degradadas.

Bonifácio passou por nós e entrou no seu gabinete. Todos nós nos desfizemos em sorrisos e cumprimentos, e, quase sem nos corresponder, como se fosse um imperador, foi atravessando aquela chusma de súditos necessitados.

O seu tipo físico não lhe dava majestade, mas arrogância. Era baixo, com o pescoço enterrado nos ombros; a roupa assentava-lhe mal, embora fosse cara de preço e de alfaiate. No seu rosto acobreado com malares salientes, os seus olhos pardos e pequenos morriam sem brilho. Onde lhe vinha aquele poder de Charles Martell? Onde lhe vinha aquela dominação extraordinária? Ninguém sabia. O certo, porém, é que ele se pusera acima de tudo, e não havia objeção legal que detivesse os seus caprichos.

Tardei muito em ir à sua presença, pois fui um dos últimos. Quando atravessava a porta do seu gabinete, veio-me ao espírito uma pequena dificuldade. Como devia tratá-lo? Sabia que tinha uma patente da guarda nacional, mas de que posto ignorava. Seria melhor tratá-lo de doutor e, logo que me pus na sua frente, fui dizendo, sem reflexão:

— Doutor...

Estava quase a arrepender-me, mas notei que ele não se aborrecera. Ao contrário; a sua má fisionomia tomara uma rápida expressão de satisfação. Continuei:

— Doutor, eu sou o dr. Gregory Bogoloff que...

Bonifácio adiantou-se e interrompeu-me:

— Sei. Li sua explicação. Sente-se, pois preciso falar-lhe demoradamente.

Animei-me com acolhimento tão lisonjeiro, e eu mesmo me disputei em baixeza e adulação:

— Vi logo que o esclarecido espírito de V. Exa. ficaria satisfeito com as minhas palavras.

— Não digo que não, mas há um ponto que não está bem explicado.

— Qual é, doutor?

— Por que você (gostei da mudança) não fugiu?

— Não havia meios. Temi que na estrada de ferro me reconhecessem e...

— Mas podia fugir de canoa para o Estado das Abóboras, que fica perto.

— Perto! São duzentos quilômetros!

— Tanto? No mapa ficam tão juntos!

— Ah! Isto é no mapa.

— Bem. São coisas de astronomia que não entendo. A minha preocupação é não deixar o Simplício ser embrulhado, por isso meto-me nessas coisas... Só quero amigos no governo dos Estados.

— V. Exa. faz muito bem, porque não faltam aí traidores. Aprovo “in totum” o procedimento de V. Exa. O governo e as leis são feitos...

— Leis! Bacharelices! Espoliações!

Expliquei-lhe que desejava a minha reintegração, tanto mais que eu era inocente, como se havia verificado.

— Não posso fazer isso que você pede. O lugar já foi preenchido, mas não faltará ocasião para servir ao amigo. Conte comigo.

Deu-me uma amigável palmada no ombro, e eu saí certo de que ele não me arranjaría coisa alguma.

Vendo-me nessa situação, tratei de liquidar a minha casa, apurar o dinheiro que pudesse e viver o mais economicamente possível.

Vivi assim cerca de seis meses folgadoamente, mas, ao fim desse tempo, começou o dinheiro a escassear, e eu passava os dias a arquitetar planos que me fizessem sair do embaraço.

Tinha ainda bastante roupa branca e ternos bons; mas as botinas e o chapéu começavam a ficar velhos. Influi muito no nosso destino um chapéu ensebado ou umas botinas cambaias, e, como eu não desanimava de encontrar uma posição oficial, era-me necessário tê-los novos, para que os políticos não fugissem de mim.

A principal função dos políticos é dar empregos, mas eles não gostam de ser atormentados com pedidos e detestam que os maltrapilhos o façam.

De modo que, para eles, quem precisa de emprego, para viver, deve estar cheio de dinheiro com que pague bons vestuários.

Sabendo muito bem desse ponto de psicologia política, assisti com pesar à ruína dos meus chapéus e o acalcanhamento das minhas botas. Tinha uma cartola que, por pouco uso, estava nova em folha e dei em usá-la comumente.

Sem querer aumentei minha consideração, e muita gente que me supunha na miséria passou-me a tratar de forma mais atenciosa possível. Resolvi, por esse tempo, dar um plano que me trouxesse um chapéu novo, porquanto aquela cartola usada todo dia podia dar a entender que eu não tinha outro chapéu. Não convém usar muito repetidamente a cartola. No começo, faz sucesso; mas, com o correr dos dias, denuncia a miséria em que estamos.

A questão do chapéu era para mim importante, e decidi-me a resolvê-la quanto antes.

Quase sempre nas minhas excursões pelas casas dos políticos, ia tomar uma garrafa de cerveja a uma pequena confeitaria situada num arrabalde. Desde a segunda vez que lá fui, o caixeiro, à falta do que fazer, pôs-se de

conversa comigo. Não deixei de dar-lhe atenção, e a todas as suas perguntas respondia com o máximo desenvolvimento. Gostou ele muito da minha prosa e apreciou sobremodo a minha erudição. Passei a tomar duas garrafas em vez de uma e fui estreitando a amizade que tinha com ele.

Certo dia, estava eu conversando com a minha recente amizade, quando fiz reparo que, defronte à confeitaria, havia uma chapelaria. Notei ainda que os chapéus não eram maus e, não sei bem por que, veio-me a ideia de que aquele era o estabelecimento destinado a fornecer-me o chapéu. Eu queria um chapéu bom, e os meus cobres não chegavam para isso. Pensei e achei um excelente plano para obter um.

Creio que a coisa se passou numa sexta-feira. Cheguei muito cedo à confeitaria e disse ao caixeiro, meu amigo:

— Tenho que dar uma festa lá em casa e preciso de doces. Fui a diversas confeitarias e não puderam aceitar-me a encomenda, pelo simples motivo de que já têm muitas. Você podia servir-me?

— Pois não, doutor.

Tinha com jeito dado a entender ao caixeiro que era doutor, mas não lhe disse o meu verdadeiro nome.

— Bem. Então você me manda preparar isso e mais cinquenta pastéis.

O caixeiro já ia correr aos fundos para fazer a encomenda, mas eu o detive e intimei:

— E mais cinquenta pastéis! Não se esqueça!

O amigo foi à cozinha, voltou e eu disse-lhe então:

— E mais cinquenta pastéis! Veja bem!

— Estão encomendados.

— Logo mais, quando vier buscá-los, pagarei.

— Não há dúvida, doutor.

Saí muito contente e entrei na chapelaria como um rei. Pedi um chapéu, e o caixeiro não tardou em servir-me. Escolhi com todo o vagar, mirei-o no espelho e disse, com todo o garbo:

— Quanto custa?

— Vinte e cinco mil-réis.

Aprumei-me todo e disse com toda ênfase:

— Não tenho aqui o dinheiro bastante; mas não há dúvida. Deixei ali, na confeitaria, cinquenta mil, para pagar uma conta e vou ordenar que lhe deem vinte e cinco. Venha cá!

O caixeiro seguiu-me e, ao chegarmos à porta, apontava um bonde.

— Que diabo! — disse eu. — Lá vem o bonde... Não há dúvida. Falo daqui mesmo.

E gritei para a confeitaria, chamando o caixeiro:

— Chico! Chico!

Não tardou que o meu espontâneo amigo aparecesse na porta. Eu lhe disse:

— Daqueles cinquenta, manda vinte e cinco para o senhor, ouviu?

E apontei o empregado da chapelaria, que estava ao meu lado.

— Sim, senhor! — respondeu o Chico.

O bonde chegava, despedi-me do caixeiro da chapelaria, que muito contente me oferecia o chapéu embrulhado.

Tomei o lugar no bonde e não sei do seguimento a aventura, porque nunca mais voltei por aquelas bandas, mas fiquei com o chapéu e não fui perseguido nem pelo confeitiro nem pelo chapeleiro.

Animado com o sucesso da aventura, planejei logo obter os sapatos, tanto mais que queria procurar o Bonifácio e não me convinha ir com os sapatos cambaios.

Acontecia comigo uma coisa que se dá com todos. Desde que se tem uma ideia feliz, a tendência de nosso espírito é respeitá-la. Por isso, levei alguns dias, pensando em obter os sapatos da mesma forma que o chapéu. Ora, unicamente o acaso me havia protegido, pondo uma confeitaria em frente de uma chapelaria e, ainda por cima, fazendo o caixeiro simpatizar comigo.

Para o caso das botinas, podia não acontecer a mesma coisa, e eu sair-me mal. Resolvi, então, tentar outro caminho. De resto, era ele necessário, pois não tinha nem dez tostões de meu e, dos últimos que me restavam, doía-me muito desfazer-me.

Conhecia vagamente um sujeito que tinha numa rua central da cidade um escritório de advogado, creio eu, onde fora duas vezes ver se ele me pagava uma conta que me deram para cobrar.

Escusado é dizer que ele nunca pagou e, certa manhã, resolvido a pregar-lhe uma peça e obter sapatos, fui até lá.

O pequeno criado, esses pequenos criados maltrapilhos de advogados, varria o escritório quando eu entrava. Perguntei-lhe?

— O doutor não está?

— Não senhor. Só chega ao meio dia.

O pequeno me conhecia, e eu então lhe pedi:

— Você deixa-me experimentar aqui umas botinas? Estou com as meias rotas e não me convém ir a uma loja. Posso?

— Pois não.

— Bem — disse-lhe eu — você vai à casa tal e diz que mande um par de botinas, boas, número tanto.

Dei-lhe o meu último níquel, e o pequeno lá foi. Não tardou que viesse um empregado com os sapatos. Experimentei e disse ao caixeiro da loja:

— Estão bons; mas o pé direito aperta-me um pouco. Leva-o e põe-no na forma uma meia hora.

Assim fez, e eu, logo a seguir, disse ao pequeno do advogado:

— É bom a gente sempre experimentar. Você vai na loja número tal e pede que mande um par de botinas.

O criado do advogado foi, e eu tive o cuidado de esconder o pé que já tinha. Quando chegou o caixeiro da outra loja, experimentei e depois lhe disse:

— Estão muito bons, mas o pé esquerdo aperta-me um pouco. É bom por na forma.

O caixeiro seguiu a minha recomendação, deixando-me o pé direito, e eu me vi de posse de um magnífico par de botinas.

Aproveitei a ida do pequeno ao interior do prédio e saí a todo vapor, antes que me surpreendessem naquele casamento de pés de botina de uma e outra casa.

Não sei o que se seguiu, mas o certo é que ninguém me incomodou, tanto mais que, por precaução, deixei-me ficar uns dias em casa, roendo uns restos de pão duríssimo, que ficara abandonado em cima da mesa em que fazia café.

Foram esses os piores dias da minha vida, não só pela fome que passava, mas também por sofrer as maiores angústias. Não tinha mais joias, restava-me alguma roupa de pano, e a primeira coisa que fiz, ao sair, foi vender uma parte delas no primeiro “belchior” que encontrei. Pude então comer e, satisfeita a fome, foram-se de mim todos os tristes pensamentos que me assediavam.

Essa venda de alguns ternos de roupa que me tinham ficado da boa época de diretor da Pecuária Nacional deu-me apenas alguns mil-réis com que passar uns dias, mas bem cedo vi-me na mais completa penúria e tive que engendrar um plano para obter dinheiro, a menos que não quisesse vender a única roupa que tinha.

No quarto em que morava, cujo aluguel fora pago adiantado, durante um ano, havia um braço de gás, com o respectivo bico.

Agarrei-o, limpei-o convenientemente e saí decidido a fazer dinheiro com ele.

Tomei um trem de subúrbios e saltei, ao acaso, em uma estação. A primeira coisa que fiz foi procurar uma vendola e, nestes termos, dirigi-me ao dono:

— Senhorre, não quer compra um bico de gaz aperfeiçoado que faz economia?

Sabem que falava bem português, mas iludia melhor falando dessa forma. O dono da venda, do alto do seu protuberante ventre, disse-me:

— Que diabo de coisa é esta, ó homem?

Repeti-lhe eu:

— É uma bica...

— O quê?

Fingi que não lhe entendia a interrogação maliciosa e respondi ingenuamente:

— É uma bica de gaz que luz melhor e economia...

O taverneiro pegou-me na mercadoria e a esteve examinando atentamente:

— Que diabo! — disse-me ele, afinal. — Não lhe vejo nada de novo.

— Senhorre, fiz eu, a questão não está na coisa nova...

— O quê? — acudiu ele, rindo às gargalhadas.

Eu não me dei por achado e continuei muito humildemente:

— Questão não está na coisa nova, mas “diâmetro” do tubo por onde passe o gaz. Diz fisique...

— Bem — perguntou-me o crédulo merceeiro —, quanto queres por isso?

— Quatro mil-réis.

— Muito caro. Demais, não sei se isso presta.

— Senhorre experimenta. Se não prestá pode dá de novo a mim.

— Bem. Fico.

— Bem, senhorre, eu deixa ficar, mas senhorre dá uma garantia.

— Que garantia?

— Pode dá cinco tostões e o outro bico, e eu volta amanhã ver senhorre compra.

— Vá lá.

Logo que me pilhei fora das vistas do homem, tratei de arear o bico que me dera e fui à outra casa propor a venda do meu bico aperfeiçoado. Muitos

não quiseram, mas doze aceitaram, e voltei, à tarde, para a cidade, com um bico.

Continuei a fazer a mesma coisa por outros bairros e assim pude viver cerca de um mês.

Todos esses planos e expedientes não me davam senão insignificantes resultados, de modos que eu estava sempre a braços com a mais atroz miséria.

Saía de uma semana de necessidades, entrava em outra em que comia, mas levava assim, sem dar um passo definitivo e seguro.

Muitas vezes pensei no roubo, mas este nunca dá coisa que se possa fazer o restante da vida segura, e os riscos são muitos.

Seria magnífico um estelionato, mas, para tal, eram indispensáveis elementos que me faltavam: conhecimento do mecanismo da administração ou do comércio, capacidade para falsificar documentos e outros de igual jaez.

Pensava nessas coisas todas com a mesma frieza com que um general determina tal ou qual movimento, sabendo que as suas ordens vão determinar a morte de milhares de pessoas.

Não me vinha ao pensamento nenhuma impossibilidade moral nem qualquer consideração sobre o julgamento que a opinião podia ter do meu ato.

Sofria necessidades, tinha fome e queria viver de qualquer forma, fazendo só o que os grandes capitalistas, os políticos, os comerciantes e os industriais fazem, baseando-se nas leis e em transações mútuas entre eles.

Se em Odessa não me vieram esses desejos, é porque lá ainda estava moço e tinha dentro de mim essa horrorosa esperança que nos faz escravos desses exploradores todos, disfarçados sob os mais pomposos rótulos. No Brasil, não; já tinha mais de trinta anos e estava vendo a minha vida escorrer sem satisfação, sem sossego e sem ventura.

Demais, lá, se bem que não quisesse, tinha um resto de respeito pelas instituições pátrias; mas aqui o meu desprezo era total, era completo e, por mais que me esforçasse por ter alguma veneração pelos senadores, deputados e autoridades restantes, não me era possível.

Eu as tinha visto, por assim dizer, no nascedouro e sabia perfeitamente como se faziam, o que representavam de fraude, de compressão e corrupção.

Conhecia-lhes, além do mais, a sua ignorância, a sua falta de inteligência e a nenhuma sinceridade deles todos.

Não deixava de influir também, nesse grande desprezo que tinha pelos homens do Brasil, uma boa dose de preconceito de raça.

Aos meus olhos, todos eles eram mais ou menos negros, e eu me supunha superior a todos.

De resto, eu — eu, que era um pobre imigrante — não fora um dia aclamado como “salvador” de um Estado! De resto, eu — eu, que não sabia o tempo de gestação de uma vaca — não fora diretor da Pecuária do Brasil!

Eu desprezava tal terra, desprezava-a soberanamente, olímpicamente, inteiramente.

Para mim, era uma sociedade de ladrões, de mistificadores, de exploradores, sem tradições, sem ideias, disposta sempre à violência e opressão. A Rússia me pareceu mil vezes melhor...

Lá, se Plewnw era um tirano, é porque acredita no Czarismo, na excelência daquela espécie de governo, supõem-no capaz de trazer felicidade. Ele não é simplesmente um sócio nos lucros do governo, não é simplesmente governo porque quer proventos; há nele alguma coisa de pensamento, de ideal, de saber.

Na terra em que estava, não havia nada disso, não havia nada de superior naqueles homens todos que tão de perto conheci. Eles queriam os subsídios, os ordenados, as gratificações e a satisfação pueril de mandar.

Falavam em princípios republicanos e democráticos; enchiam a boca de tiradas empoladas sobre a soberania do povo; mas não havia nenhum deles que não lançasse mão da fraude, da corrupção, da violência, para impedir que essa soberania se manifestasse.

De resto, esse povo do Brasil metia-me um ódio terrível. Eram de uma fraqueza e puerilidade revoltantes. Viviam à beira dos caminhos de ferro, quase nus, com fome, sem terras em que plantassem um aipim, deixando-as como propriedades de terríveis senhores feudais, que não as aproveitavam por falta de braços!

A verdade é que, no intuito de obterem lucros fabulosos, ofereciam salários mesquinhos, e os trabalhadores que podiam empregar preferiam morrer à fome a revoltar-se a aproveitá-las de qualquer modo. Eles não se associavam, eles não se entendiam, e os mais adiantados não seguiam, não apoiavam os seus raros grandes homens.

Com as convicções que já tinha e um país desses, não podia ter qualquer escrúpulo a respeito do que chama pomposamente a sagrada propriedade.

Naquela manhã, levantei-me bem cedo e saí a passear pela cidade. Estava bem lindo o tempo, e a cidade toda tomava um banho de azul.

Cansado, comprei um jornal e entrei num jardim, para descansar enquanto lia. Corri todas as seções da folha meio distraído, sem deter-me em nenhuma com mais atenção.

Havia entre as notícias uma que particularmente me chamou a atenção. Tratava-se da chegada do pintor sueco Hans Ingegered, grande artista de reputação universal. Vinha fazer uma exposição, e o jornal se alongava em elogios aos seus méritos, afiançados por medalhas e diplomas de exposições universitárias.

Aquela notícia fez-me moça no espírito e, não sei como, deu-me uma extravagante ideia: intitular-me pintor.

Nada sabia de pintura, mesmo de desenho tinha fracas noções da escola secundária; entretanto me parecia que era pela pintura que sairia daquelas atrapalhões todas. Pensei em fazer uma exposição, convidar o presidente, os ministros, Sofônias, enfim todos os homens poderosos do Brasil, por intermédio dos quais pudesse vender um ou mais quadros ao Estado.

Quando se está na miséria, surgem essas ideias extravagantes; são as visões radiantes que o afogado tem nas portas da morte.

O pensamento não me deixava, e eu o julgava a coisa mais exequível desse mundo. Passei ainda muito e vim ter ao centro da cidade. Encontrei um rapaz que tinha tido, no meu tempo de diretor, um pequeno emprego na minha diretoria. Não o reconheci, e foi ele quem me falou:

— Dr. Bogoloff, como vai o senhor? Onde tem andado?

Disse-lhe com certa reserva as minhas dificuldades, porque o meu aspecto ainda era bom; mas ele farejou que eu passava necessidades e fez-se mais efusivo. Contou-me que estava próspero, pois, além de ter tido dois acessos, ainda era redator de um jornal. Dei-lhe parabéns, e ele me disse:

— Estimo encontrá-lo, porque tenho uma obrigação com o senhor.

Não me recordava mais que lhe emprestara cem mil-réis; e, dando-me todas as desculpas pela demora, fez com que os aceitasse. Convidou-me para almoçar, mas não aceitei e fiquei de procurá-lo no jornal em que trabalhava.

Deixando-o, a ideia de fazer-me pintor voltou-me e continuou a perseguir-me até o quarto. Pensado melhor, resolvi tentar a crítica da arte e, pretextando a chegada do pintor sueco, escrevi um artigo sobre as artes plásticas no Norte da Europa, que eu não conhecia absolutamente. Levei o artigo que foi publicado, mas no dia imediato saiu-me pela frente um contraditor.

No calor da polêmica, excedi-me e, além de desenvolver considerações gerais, fiz uma crítica severa à arte brasileira. Afirmi que ela não tinha

interpretação, nem julgamento; que era simplesmente fotográfica.

O meu contendor caiu-me em cima cheio de fúria, e ele e mais outros desafiaram-me a que eu definisse o meu ideal artístico.

Respondi-lhes mais ou menos nestes termos: “que a pintura devia ser intensiva e psicológica; que um quadro devia ter não só aquilo que ele queria dizer objetivamente, mas também subjetivamente; que pintar a batalha de Salamina, por exemplo, não era agrupar mais ou menos bem soldados gregos e persas, mas era oferecer ao espectador a sùmula de todos os pensamentos que lhe sugerisse a lembrança dessa pugna. Era evocar o heroísmo grego, o seu amor à beleza, a sua influência na civilização humana, o gênio especulativo, sem esquecer que ali, naquela batalha, se havia jogado o destino da civilização.”

Havia dito isso a esmo, para sair-me da embrulhada e mesmo com certo entusiasmo, porquanto os meus artigos começavam a fazer sucesso e as minhas teorias a obter adesões. Apesar disso, não, mas pagaram absolutamente.

O meu adversário, porém, ao ler tão curiosas afirmações, levou-me ao sério e desafiou-me a que eu pintasse a tal batalha da Salamina.

A princípio quis fugir, mas vi tanta gente convencida da verdade das minhas teorias que eu resolvi levar a coisa até o fim. Retruquei afirmando que a pintaria e, em breve, teria o prazer de convidar o meu contraditor a ver o meu quadro.

Graças à larga publicidade dos jornais em que se travara, a polêmica tinha repercutido em meios em que absolutamente não se cuidam dessas coisas.

Bonifácio, a quem vim a encontrar em certo dia na rua, falou-me a respeito dela com o interesse que a sua cultura lhe dava:

— Li os seus artigos. Magníficos! Essa gente por aí não sabe o que é uma batalha... Você, sim, Bogoloff, mostrou que as conhece. Faça a sua exposição que lá iremos... O presidente irá também; você não sabe como ele se interessa por essas coisas...

Além de Bonifácio, muitas outras pessoas das altas regiões oficiais falaram nas minhas teorias estéticas, entre as quais o ilustre Sofônias.

— Menino — disse-me ele —, você é o diabo. Não sabia que você entendia dessas coisas de quadros.

— Não se recorda V. Exa. que, a princípio, lhe pedi um lugar nas Belas-Artes?

— Ah! É verdade. Quando você pretende expor?

— Dentro de seis meses.

— Lá estarei, para ver a derrota dos turcos.

— Não se trata de turco, mas de persas; V. Exa. quer talvez falar na batalha de Navarino.

— Ah! É verdade, menino; esses nomes causam uma certa confusão.

A vista do interesse que tão altas pessoas mostravam pelas minhas aptidões pinturiais, tomei o alvitre de atacar a credulidade pública até o seu entrincheiramento: dispus-me a fazer qualquer coisa na tela e pôr por baixo o título — Batalha de Salamina — para ver no que dava.

Andava de novo em apuros de dinheiro; graças, porém, às minhas novas relações no jornalismo, obtive ser de um velho rico o seu secretário, para os efeitos da correspondência em francês que mantinha com uma certa criatura francesa.

Com o dinheiro que ele me dava, comprei os apetrechos de pintar, mas a minha insuficiência era tal que nem as tintas pegavam na tela.

Não desanimei e, conhecendo um borrador italiano, que vivia de pintar tabuletas e ilustrar quiosques, tratei com ele o auxílio que necessitava.

Sobre uma tela de cinco metros sobre dois e meio de altura, mandei que ele pintasse as coisas mais desconstruídas desse mundo. No primeiro plano, pus um “embrulho” de palavra ilegível que mais pareciam caravelas; o mar parecia de um azul tão carregado que tendia para o negro; ao alto pus numa grande desordem a Torre Eiffel, a Vênus de Milo, um trem de ferro, um prelo de imprimir etc. O céu fez vermelho, como se estivesse pegando fogo. Enquadrei coisa tão doida em uma moldura dourada e anunciei a minha exposição.

Nas vésperas, por meio de uma “interview”, tive o cuidado de explicar a teoria do meu quadro. Afastava-me, dizia eu, das modernas regras de perspectiva, para dar a impressão e antiguidade; a batalha era simplesmente delineada, no intuito de não se obter, com a sobrecarga de detalhes, uma diminuição do símbolo, transformando-a em uma grosseria fotográfica etc.

Convidei todas as altas autoridades e com quem mais instei que viesse foi com o Bonifácio. Era nele que eu depositava toda a minha esperança.

No dia marcado, muito solene e convencido, dentro de uma enorme sobrecasaca, lá estava eu à espera das autoridades.

Não tardaram a chegar, e, entre Bonifácio e o presidente, dirigi-me para o salão em que o quadro estava exposto. Logo que o viu, Bonifácio exclamou:

— É maravilhoso!

O presidente confirmou:

— É extraordinário!

O ministro do Interior alongou-se mais:

— É de uma originalidade flagrante.

O ministro das Belas-Artes, que até aí se mostrava reservado, não se conteve:

— É uma obra-prima!

Os outros convidados não oficiais vieram chegando e, vendo o entusiasmo do grupo “executivo”, abundaram nas mesmas considerações.

A Viscondessa de Cinco Pontes veio cumprimentar-me e disse-me:

— Pode o senhor ficar certo que pintou o quadro mais original do nosso século.

Não ficaram aí os cumprimentos e elogios, que foram muitos, mas da maioria dos quais não me recordo mais.

Naquele dia, o sucesso foi absoluto e, nos que se seguiram, não diminuiu muito. Os jornais, em geral, me fizeram elogios, senão rasgados, ao menos gabaram a minha concepção ousada, fazendo restrições sobre a minha técnica. O meu antigo contendor passou-me um deboche em regra, mas a sua opinião não pesou, como não pesaram as dos pequenos jornais e revistas em que fui debochado a valer.

Em resumo: o julgamento de Bonifácio foi vitorioso, e a minha extravagante borra teve as honras de obra-prima.

Foram tais os elogios que eu mesmo me convenci de que era um grande pintor e tinha uma vocação perfeitamente “vinceana” que até então não tinha sabido aproveitar.

Tratei de agradecer às pessoas eminentes a honra que me tinham dado e comecei pelo Bonifácio.

— Oh, caro Bogoloff — disse-me ele quando me viu —, você tem todas as habilidades. O presidente gostou muito de seu quadro, achou-o original, e falou mesmo em adquiri-lo para a Pinacoteca Nacional. Você quanto quer por ele?

Pensei um instante e respondi com modéstia:

— Quero dez contos.

— Peça vinte, homem.

— Vai lá.

E daí a dias tinha eu vendido por tal quantia a minha maravilhosa extravagância ao Estado, para ensinamento e edificação dos pósteros.

CAPÍTULO IV

FUI UM MOMENTO SHERLOCK HOLMES

(A primeira lauda dos manuscritos deste capítulo não foi localizada)

Graças a ele, vim a conhecer muita coisa dos bastidores da política e tive ocasião de incomodá-lo em pequenos obséquios. Após ter pintado a Batalha da Salamina, cujo sucesso excedeu à minha expectativa, resolvi descansar e gastar com parcimônia o dinheiro que o quadro me rendera. Vivi retirado muitos meses, pouco apareci nos lugares públicos e quase nenhuma visita fiz.

Aluguei nos arredores da cidade uma chácara e lá passei o dia a plantar couves.

Certo dia, estando deveras aborrecido, tomei a resolução de vir até a cidade.

Desembarquei cedo e, como tivesse fome, procurei um restaurante.

Ao entrar, encontrei já sentado à mesa o deputado Numa, que me chamou para junto de si. Antes de mais nada, ele me perguntou:

— Não vais à manifestação de Sofônias?

— Quando é?

— Amanhã.

Disse-lhe que não; Numa, porém, insistiu, expondo curiosas doutrinas com abundância de fatos concretos, doutrinas que eu resumo aqui para edificação dos jovens que se destinam à carreira política. Mais ou menos, ele me disse, as belezas que se seguem.

Essas presenças, essas atenções, enfim, este ritual de salamaleques e falsas demonstrações de amizade influía no progresso da vida. Como havíamos de subir, ou, pelo menos, de manter a posição conquistada, se não fossemos sempre às missas de sétimo dia dos parentes dos chefes, se não lhes

mandássemos cartões nos dias de aniversário, se não estivéssemos presentes aos embarques e desembarques dos figurões?

Um bota fora, às vezes, decidia uma eleição. Vejam só o que aconteceu com o Batista. Estava nas boas graças do Carneiro, mas, no dia do embarque deste para Pernambuco, deixou de ir. Carneiro notou e, quando o Bandeira quis incluí-lo de novo na chapa, opôs-se tenazmente.

Os chefes não admitem independência, nem mesmo nos embarques.

Os pequenos presentes mantêm as amizades; mas, na política, não são só os presentes que mantêm as relações; é preciso que os poderosos sintam que gravitamos em torno deles, que nenhum ato íntimo de sua existência nos é estranho, que o natalício dos filhos, o aniversário de casamento ou de formatura, o falecimento da sogra se refletem no movimento e como que perturbam a órbita da nossa vida.

Como nesse ponto, era assim em tudo o mais — acrescentava Numa. Sempre tivera a visão nítida da vida social, jamais a vira pelo lado épico ou lírico. Concebera a existência chãmente e, graças a essa concepção, estava seguro na vida, rico pela fortuna da mulher e deputado pelo Estado de Sernambi, onde dominava seu sogro, o senador Neves Cogominho.

Desde menino, vendo o seu orgulhoso pai sofrer de todos os seus superiores enfardelados em retumbantes títulos e esmaltados em galões, sentira bem que era preciso não perder de vista a submissão aos grandes do dia, adquirindo distinções rápidas, formaturas, cargos, títulos, de forma a ir se extremado bem etiquetado, doutor, sócio de qualquer instituto, juiz ou coisa que o valha, da massa anônima.

Era preciso ficar bem endossado, ceder sempre às ideias e aos preconceitos sociais. Esperar por uma distinção puramente pessoal ou individual era tolice. Se o Estado e a sociedade marcavam meios de notoriedade, de fiança de capacidade, para que trabalhar em obter outros mais difíceis, quando aqueles estavam à mão e se obtinham com muita submissão e um pouco de tenacidade? Era assim a vida... Convenci-me de que ele tinha muita razão, tanto mais que, de experiência própria, sabia da verdade das suas asserções. No dia seguinte, fui à casa de Sofônias e encontrei Numa, no vão de uma janela, um tanto triste e apreensivo. Aproximei-me dele, cumprimentamo-nos, mas pouco conversamos.

O palacete do senador Sofônias, inteiramente aberto e iluminado, fulgia ao fundo de um longo jardim na encosta negra de um morrote. Perdidos na massa escura dos canteiros, glóbulos elétricos brilhavam amortecidos, abafados.

Era dia do aniversário do poderoso senador Sofônias, um dos prestigiosos chefes da política geral do Brasil.

Auxiliado pelos seus amigos, organizava aquela retumbante festa, para atenuar um pouco os furiosos ataques que vinha sofrendo na imprensa.

Esperávamos a manifestação e, como nós, muitas outras pessoas de importância e hierarquia. Erravam pelas salas dos palacetes de Sofônias os nomes mais em evidência da política nacional. Lá estava o F.J. Brochado, um curioso tipo de político, como quase todos os de sua raça, secos d'alma, mas como pouco deles agitado, a fazer praça de honesto, a intrigar, tendo sempre, conforme fosse o momento, a ocasião, a vaga, sem atender a saber ou ao que fosse.

Havia também o Carlos Porto, um singular orador, desanimado, mas preso à política, possuindo, entre muitas extravagâncias, a de ser um escritor canhestro, a modelar moldagens de fragmentos de antigas estátuas, numa teima de doido declarado.

Além destes, também se encontravam o general Júlio César Tupinambá, um crente do nosso misticismo militar, convencido de que a sua qualidade de general dava-lhe capacidades superiores de governo e administração; o Sarmiento Heltz, uma mistura de judeu e alemão, fino e frio; o gordo Pieterzoon, o Castelo, o Galvão e outros. A todos ele eu conhecia, mas vi um circunstante cujo nome não sabia. Era um rapaz amulatado, pescoço enterrado no corpo, um queixo a lembrar peixe, mas com uma marcha saltitante de tico-tico à cata de migalhas.

E ele saltitava de grupo em grupo, dizendo aqui uma coisa, ali outra, como se quisesse agradar a todos e a todos contentar. Perguntei a Numa quem era, mas ele também não sabia.

Quando o Bastos, líder de sua bancada, apareceu, Numa apressou-se em indagar:

— É o Quitério Almada.

— Quem é?

— Não conheces? É um rapaz de muito talento. Escreve artigos maravilhosos.

— Esses talentos...

Numa não gostava dos talentos, não invejava; não gostava mesmo, achava-os prejudiciais à vida, fracos para obter a mínima coisa, orgulhosos e exigentes e, como que a perturbar a existência dos felizes, com a atenção que se devia a eles.

— Não gosta dos talentos? — perguntou-lhe o Bastos.

— São muito pretensiosos, não se submetem a ninguém e não amam ninguém.

— Quem ama alguém?... Aquele que estás a ver, o Quitério, esteve sempre disposto a submeter-se. Muda de senhores, mas se submete...

Numa não insistiu com o colega de bancada. Ele o sabia mordaz na familiaridade, com pequenas ironias, num cinismo de que ninguém o tirava. Afastou-se.

Fora um ato de perversidade a eleição de Bastos pelo Neves Cogominho. Obscuro e pobre, sem nenhum título valioso aos olhos da política, certo dia publicara um pequeno folheto sobre a história que chamara a atenção dele. Neves Cogominho, para mostrar que a sua oligarquia sabia abrir caminho aos jovens talentos, fizera-o deputado estadual e mais tarde federal. Bastos julgou que o melhor meio de manter a posição era apagar-se completamente, não dar na vista e assim o fez. Vingava-se fazendo troças em família, arquitetando ditos e frases.

A manifestação não chegava e aquela gente fria ansiava pela sua chegada e a sua dissolução, para que ficassem à vontade, longe da presença daqueles vagabundos que deviam compô-la.

A política, por esse tempo, mais do que nunca, constituía num jogo de interesses estritamente pecuniários, representados pelos proventos dos cargos e o que se arranja com auxílio deles. Mais atroz e feroz esse jogo parecia, à vista da temporariedade dos cargos e da falta de uma base fixa e forte em que os detentores atuais se apoiassem ou pela bajulação, ou pelo talento, ou pelo sangue, como aconteceria se estivéssemos sob um Império ou numa monarquia qualquer.

A simulação eleitoral nos Estados não bastava, pois havia ainda o reconhecimento nas Câmaras, onde uma maioria audaz e desavergonhada podia tudo fazer e desfazer com o monte de atas falsas que chegavam.

De forma que todo o trabalho dos feudatários estaduais estava em ter sempre ao seu lado essa maioria, para que os descontentes de todos os matizes não se servissem deles para alcançarem os postos de governo.

A grande habilidade dos chefes estava em manobrar essa maioria no Senado, tendo para isso um grande império na Câmara.

Se houvesse algum chefe estadual recalcitrante, a entrada do seu representante no Senado seria cortada; e, como todos queriam essa entrada, faziam os seus homens na Câmara obedecer aos ditames dos chefes coligados.

Sofônias Antônio Macedo da Costa era o diretor da política nacional.

Obtivera esse poder com os meios mais insignificantes, com intrujices de comadre, com abraços e salamaleques e também com certo ascendente de forças que não se lhe podia negar. Ele metia um pouco de medo; medo de quem está em presença de um valentão, mas medo.

Nada, além disso, o fazia notável, nem o saber, nem o talento, nem a ilustração. Nada! Embora bacharel, não tinha aí pelos seus cinquenta e poucos anos a menor reminiscência das coisas do seu curso e dos seus preparatórios. Certo dia, em face do mar calmo, querendo fazer frase, disse com ênfase: “O mar está no seu ‘status quo’”; em outra vez, num discurso, dissera: “Não posso admirar esses ‘bonzos’ de uma nova trindade védica.”

Como estas, contavam-se dele muitas anedotas, e ele ia, entretanto, dominando, ora com astúcia, ora com golpes de força, aquelas fracas vontades e aquelas duvidosas inteligências.

A sua história era curta e sugestiva. Mal se formara, internara-se nos sertões de Mato Grosso e vivera a bater-se contra a natureza, criando gado aos milhares de cabeças, sem se dar ao incômodo de leituras e estudos, de sociabilidade e delicadezas. Aprendera a dominar pela força, a se fazer temido se não queria ser roubado e esmagado, a dominar os homens e os irracionais, cujas fronteiras ele não estabelecia nitidamente.

Os peões recalcitrantes, os bandos de salteadores de currais, os rivais na política, ele sabia que só se dominavam com o punhal, com a garrucha, com o bacamarte, assim como os potros e os novilhos a laço, a bridão, enfim, à força, e pondo-lhes a morte nos olhos.

Perdera todo o verniz civilizado e tinha da política uma concepção de estância, onde o gado deve ser dominado, marcado a ferro quente e sempre disposto a ser reunido para a venda aos invernadores.

Uma revolução trouxera-o à tona. Armara à sua custa um troço de duzentos bandidos, gente sem fé nem lei, acostumados a essas empreitadas, e, à frente deles e de outros que se lhes agregaram, bateu, fuzilou os adversários, talando-lhes as propriedades com uma ferocidade de vândalo.

Ele fez a guerra à tártara, em arremetidas impetuosas e distribuindo tudo o que saqueava entre seus homens. Ganhou prestígio, e o governo teve-lhe respeito.

Acabada a revolução, circundava-lhe o nome uma auréola de bravura e inumanidade que o levou às culminâncias; e, sentindo bem donde lhe vinha o prestígio, nunca mais deixou que seu halo esmaecesse. Ia às matanças em Santa

Cruz, fez tiro aos pombos em casa, não faltava às touradas e, certo dia, numa festa campestre, à vista das damas em faniquitos e dos homens aterrados, ajudou a carnear uma rês, que era destinada ao churrasco, à moda dos Estados criadores.

Esse aspecto feroz e guerreiro, que tinha tomado para o seu papel, dava-lhe mais ascendência sobre as consciências fracas e vacilantes do que os discursos mais altamente literários e mais conceituosos que ele pudesse pronunciar.

Oh! Diziam eles. O Sofônias! Aquilo é que é um homem. Acerta numa moeda de vintém a cem metros! E de revolver.

Numa tinha por ele o respeito do “sheik” pelo sultão; uma mescla de terror físico e assombro religioso. Nada avançava na sua presença que não soubesse ser de sua opinião; nada dizia na sua ausência que não fosse um quente elogio ao bei.

— O Sofônias é um chefe! Ele sabe manobrar e comandar! Depois, é de uma lealdade...

Como Numa, afora alguns recalcitrantes, que se apoiavam na força transitória do presidente, todos eram assim no temor àquele emir, aquele kã legislativo.

Vimo-lo passar com o seu passo demorado, numa lentidão vagarosa de monarca em seu palácio, mas a sua solenidade tinha alguma coisa de manequim, era dura, era procurada, como se não estivesse habituado a ela.

O cigarro de palha vinha-lhe meio apagado no canto dos lábios, e ele olhava sem expressão a tudo aquilo, com aquele seu olhar sem brilho que parecia ser falso, emprestado.

No seu porte, não havia coisa alguma de dominação. Era vulgar de fisionomia, empastada, sem expressão, rígida; mas apurara-se no vestuário, usando a roupa muito colada ao busto, que parecia modelado num espartilho.

Aproximou-se acompanhado de Quitério, cuja gagueira dava às suas palavras lisonjeiras a lentidão das baforadas de incenso queimado ao turíbulo.

Numa chegou-se ao califa e cumprimentou-o longamente.

— Menino, obrigado — disse com ênfase Sofônias. — Essas coisas agradam muito. Nós, homens da nação, que vivemos “encangados” no respeito às leis e aos princípios republicanos, só temos esses momentos para nos vingar dos nossos inimigos — “embolamo-nos”!

Falava sempre com metáforas e termos de criador e de matadouro.

A sua mulher chegara, e o grande senador perguntou, com aquela voz em que os “aa” eram demorados e muito abertos:

— Filha, não falta nada?

— Nada, Sofo.

— Quero que os amigos saiam satisfeitos. O “potreiro” deve ser bom para todos.

Aos poucos, ele se viu cercado, e todos tinham vontade de mais humilde se mostrarem. O gordo Pieterzoon era o único que falava com desembaraço. O prestígio de sua real inteligência sobre o chefe dava-lhe esse direito; mas os outros, o Brochado, o Sarmento Heltz e até o general Tupinambá só tinham um desejo: rojarem-se aos pés daquela espécie de monarca oriental sem califato nem kanato.

Dentre todos, aquele que dava maiores demonstrações de admiração e respeito a Sofônias era Brochado, não só porque era o mais falso, como queria apagar no espírito do grande chefe as picardias que lhe tinha feito.

Tratavam dos últimos acontecimentos políticos. O caso em questão era a formação de um novo Estado com territórios adjudicados por um recente tratado. O projeto era inofensivo, mas Sofônias queria aproveitá-lo para fazer uma demonstração de força ao governo. O procedimento do presidente não lhe agradava; Simplício parecia não lhe querer obedecer, e Sofônias temia que a sucessão presidencial lhe fosse desfavorável. Até agora, não se havia declarado francamente, mas empenhava os seus esclarecedores: os jornais e aqueles dos seus deputados que simulavam independência de pensamento. A imprensa do governo, conhecendo perfeitamente o jogo, não se animava a atacá-lo, e a da oposição ajudava.

Alguém, no momento, referiu-se ao discurso terrível que, contra o formidável Sofônias, pronunciara o Albuquerque.

Costale, deputado, adiantou mesureiro:

— Frases! Frases! Retórica e mais nada!

Esse Costale, Raimundo Costale, tinha a mania do americano, do “yankee”, e a de que estava destinado a promover o soerguimento da agricultura no Brasil. A mania de “yankee” viera-lhe do gosto de raspar o bigode, moda muito pouco americana, e de ter passado uns meses nos Estados Unidos; e a de salvador da agricultura não se sabia bem donde vinha. É verdade que tinha uma fazenda, como toda gente, mas fazenda de recreio que não lhe dava lá grandes lucros, nem mesmo os comuns.

De fato era rico, mas dos rendimentos das fábricas de tecido que tinha e montara com o produto do caucionamento de títulos sem valor a um banco do Estado.

Foi, portanto, com o desprezo mais “yankee” que pronunciou:

— Frases! Frases! Retórica e mais nada!

Pieterzoon, um grande e grosso homem, gigantesco e desarticulado, holandês de origem, objetou:

— Não há de ser assim, dizendo frases, que vocês hão de desfazer a impressão que ele fez na opinião.

— Ora, a opinião! — comentou Numa. — A opinião somos nós, que sabemos por que o Sales é a favor...

Ao que Brochado retrucou:

— Eu não tenho grande conta da opinião, quando sou governo. O povo se fabrica e, quando não se fabrica, há chanfallo, bala e pata de cavalo; mas, quando não se está no poder, é preciso cativá-lo.

Sofônias ouvia um e outro com olhar distraído, aquele olhar torvo de agonizante, onde havia uma única e mortíça luz. Por fim, tirou uma fumaça e disse:

— Não é assim também. Querem saber de uma coisa: eu tinha em casa uma vaca mansa que nem um cordeiro. Os meninos faziam dela o que queriam; montavam na rê, enfeitavam-lhe as pontas, punham-na na carroça. Um belo dia, tanto fizeram que ela se encheu de zanga e deu uma marrada num, quebrando-lhe o braço. É verdade que a matei — rematou com satisfação Sofônias.

Como agora, gostava de afetar liberalismo, tolerância, quando o seu fundo era de déspota, de tirano, de cacique; em presença daquela gente toda, sentindo ao seu redor uma grande cidade mais ou menos civilizada, procurava esconder o seu natural; e, obedecendo a essa ordem de sentimentos, aconselhou que alguém respondesse ao Sales e adiantou mesmo:

— Era bom que um de vocês falasse... Por que você não fala, Numa?

Havia nesse convite um pequeno plano. Sofônias temia que o Neves Cogominho se bandeasse, e dessa maneira descobriria logo os seus planos. Se Numa falasse, o homem e a sua gente estavam presos; se não, as baterias ficariam descobertas.

Numa quis fazer ainda algumas objeções, mas, no instante, entrou alguém que propriamente não era da Câmara ou do Senado, era, porém, da política, e de quem já tratei, devendo-lhe até a apresentação a Sofônias.

Chamava-se Lucrécio da Costa, mas com as suas façanhas ganhara o nome de “Barba de Bode”. Carpinteiro de profissão, depois de alguns assassinatos, julgara mais rendoso fazer-se capanga político.

Era um belo mulato escuro, forte e alto, de cabelos corridos, peito alto e ombros largos. Tinha uma fama de terrível e era muito procurado pelas eleições. Servia de guarda de corpo do senador Sofônias e propagava a sua celebridade nas classes desafortunadas. Ao vê-lo, o senador perguntou:

— Que há, Lucrécio?

— V. Exa. podia dar uma palavra em particular?

— Fale!

O capanga hesitou um instante e falou afinal, com timidez:

— Procurei “seu” Bento, mas...

Esse Bento era uma espécie de mordomo do senador, motivo pelo qual fora nomeado partidador do Distrito. Nos dias comuns, encarregava-se de fazer as encomendas dos gêneros alimentícios para Sofônias; nos extraordinários, organizava as manifestações, os vivas, as aclamações, a tanto por cabeça, quando a polícia não queria encarregar-se da coisa.

O senador compreendeu o que Lucrécio queria:

— Dinheiro, não é?

— É, Exa. Arranjamos mais dez “partidários” de V. Exa. que querem vir, e V. Exa. sabe que...

O senador falou com arrogância:

— Fale com a Lala.

Correu à sala de jantar, e eu o segui a observar. A esposa do senador Sofônias, depois de dar o dinheiro a Lucrécio, voltou a conversar com as amigas.

— É mesmo uma maçada — fez ela ao chegar. — A política, que coisa! Sofo mal ganha para gastar... Só de “champagne”, quanto? E o “chopp”? E os doces? Todo o mundo quer ser político; é porque não sabe quanto custa!

Madame Costale, esposa do deputado Rodolfo Costale, aventou então:

— Tudo é assim, d. Lalá: visto de fora tudo é fácil, mas cá do lado de dentro é que são elas... O Rodolfo, só em “facadas”, gastou no ano passado cerca de três contos... Toda a gente pensa que os políticos ganham mundos e fundos... É um engano! Ganham, é verdade, mas gastam muito. E as subscrições?

— O que mais me aborrece — disse madame Celeste Galvão, esposa do deputado Galvão, futuro presidente do Estado de xxs — é essa gente que temos de receber... Que caras! Nem fazem a barba!... Não sou nenhuma rainha, mas suportar sujeitos tão mal vestidos... Qual! É demais.

A conversa demorou-se assim algum tempo e ia continuar quando se ouviram na rua os compassos da música militar que puxava a manifestação e todas aquelas senhoras dirigiram-se para a sala principal. No corredor ainda, d. Lalá pôde dizer a madame Galvão:

— Amanhã é que são elas! Copos furtados, “bibelots”, o jardim estragado... Qual! Esta política!

E a banda repenicava um dobrado canalha a todos os pulmões, as lanternas venezianas, nas pontas das varas, dançavam; e parecia tudo uma longa cobra fosforescente e musical que rastejava para o palacete. A multidão vinha premida na estreita alameda principal do jardim.

— Viva o senador Sofônias! Viva!

Por entre vivas foram entrando, e Sofônias, no fundo da sala, cercado dos amigos presentes, já esperava a manifestação com sua majestade de manequim e a sua cabeleira untada de óleo, a reluzir.

Na frente dos manifestantes, vinha o tribuno Canto Ribeiro, celebridade dos “meetings” e manifestações. Era um tipo da cidade, teimoso orador do Largo de São Francisco, cuja oratória consistia em berrar a todos os pulmões as mais gastas chapas do Orador Popular. E ele tinha uns pulmões valentes, e cada berro seu retumbava pela praça toda e era ouvido em todos os cantos.

Era também empreiteiro de manifestações, e, como todo o empreiteiro que se preza, tinha o seu pessoal. Além de um núcleo forte de capangas, possuía a seu serviço moços limpos: estudantes, pequenos empregados, aspirantes a empregos — gente disposta ao vivório, iludida com promessas de empregos e promoções.

Havia em Canto Ribeiro um pouco de especulação e um pouco de sinceridade. Supondo-se orador, julgava-se com um alto destino político, e não pejou de ser o orador de praça pública para chegar aonde queria. Os meios...

A sua oratória era feita de berros, de mugidos e rugidos; e, além de qualquer apuro literário, faltava também a ela uma voz musical, numerosa, com inflexões. Ele só sabia berrar e, quando se cansava, guinchava.

A sala era vasta, mas não pode conter todos os manifestantes. Uma grande parte ficou pela escada e pelo jardim.

Havia de toda a gente; pobres homens desempregados que vinham ali ganhar uma espórtula; vagabundos notáveis, entusiastas sinceros, curiosos e agradecidos. Todas as cores. Os vestuários eram os mais engraçados e inesperados. Havia um preto com uma sobrecasaca cor de vinho, calçado com uma bota preta e outra amarela; um rapaz louro, um polaco do Paraná, com

umas calças bicolor, uma perna preta e outra cinzenta; fraques antediluvianos, calças bombachas, outras a trair a origem reuna, coletes sarapintados.

Vendo essa gente miserável, esfaimada, degradada física e moralmente, o que se sentia era um imenso nojo pela política, pelo sufrágio universal, pelas Câmaras, pelos Tribunais, pelos ministros, pelo presidente, enfim, pela poderosa ilusão da Pátria, que criava, alimentava e se aproveitava de tamanha degradação.

Toda essa gente comprimiu-se, arredaram-se os móveis, e Canto Ribeiro começou a falar. Berrou vinte minutos, dizendo as mais sórdidas banalidades sobre o povo, a República, os méritos de Sofônias, etc.

Numa, que estava ao meu lado, ouvia-o atentamente, e como que senti nele que havia uma ponta de inveja pela facúndia do orador.

Era conhecido como “silencioso” e, tendo recebido aquela intimação do chefe para discursar, não era difícil adivinhar o seu estado d’alma.

Havia no seu olhar muito espanto, muita admiração pela torrente de banalidades que Canto Ribeiro berrava; e, de onde em onde, como se adivinhava que Numa dizia, com os seus botões: Ah! Se eu fosse como ele!

O tribuno deu por finda a arenga, e Sofônias ia preparar-se para responder, quando uma moça saiu do meio das outras e começou a pronunciar um discurso.

Fiquei admirado, não muito do seu discurso, mas da sua elegância, do seu langor, da tração fortemente sexual que ela possuía. Ao meu lado, o genro de Neves Cogominho perguntou ao Bastos quem era:

— É a filha do Henocanti, a Clódia. Há muito que “cava” uma cadeira para o pai. O Castrioto podia já ter arranjado isso, mas está “cavando” a filha primeiro...

A moça falou ainda um pouco e, no olhar mortiço de Sofônias, ao influxo do capitoso da dama, houve um brilho desusado. Acabou de falar e ofereceu-lhe um bouquet de flores.

Sofônias respondeu a Canto Ribeiro, dizendo ser simplesmente como um “muezzin” da Catedral da República, cuja voz estava sempre pronta a lembrar aos fiéis os seus deveres para com a República; e à Clódia, que se enternecia por aquela homenagem da gentil patrícia, cujas belezas ofuscava as famosas Lucrecia Borgia e outras. Bastos não deixou de dizer baixinho ao colega:

— Esta é demais.

Por fim foi oferecido “chopps” aos circunstantes. Quase houve briga, quase houve bofetadas. As mãos passavam por cima das cabeças, por entre os

corpos, e os copeiros tinham um imenso trabalho em servir toda aquela gente sequiosa. Canto Ribeiro, vendo que a coisa podia degenerar em conflito, pois já havia um bate-boca em um canto, resolveu levar o seu pessoal. Gritou:

— Vamos, rapazes! Os bondes vão partir!

Foram-se a um tempo e na sala, encostado ao balcão improvisado de “buffet”, ficou unicamente Barba de Bode. Encostou-se e disse com gloriosa satisfação:

— Sim, agora posso beber. Não sou desses “avançadores”, que só vêm às festas para beber.

Em seguida, voltou-se para o copeiro e fez, familiarmente:

— Ó amigo! Dá-me aí uma coisa dessas!

Sorveu o copo quase inteiramente de um trago, e foi cheio de loquacidade para os copeiros que disse:

— Vocês sabem, eu cá sou de casa. Não preciso de manifestação para entrar... O “homem” é meu só... Todos esses tipos são engrossadores.

Bebeu o resto que estava no copo, e pediu:

— Mais um “chopp”.

E continuou loquaz e jovial, jovialidade e loquacidade a que não era estranho o álcool que já engorgitara durante o dia todo. Continuou:

— Quando aquele velho caduco do Mendes (o antigo presidente) lhe andou fazendo fosquinhas, quem é que vinha aqui? Um ou outro. Eu cá não, sempre estive a seu lado. Mais um “chopp”.

Os copeiros serviram, e ele aduziu sentenciosamente:

— Esses homens são muito adulados quando estão por cima; mas, logo que rosna qualquer coisa, tudo foge. É isto. Vamos beber!

Falando e bebendo, Lucrécio sorveu mais uma dúzia de “chopps” e, quando ia pelo décimo terceiro, passou pela sala o Sofônias. Barba de Bode correu ao encontro do senador:

— V. Exa. dá licença?

— Que é que você quer, homem? Já bebeste como o diabo, hein?

— Alguma coisa. Queria agora beber à sua saúde.

— Deixa isso para mais tarde. Agora...

Lucrécio deitou sobre o poderoso político um súplice, e este não achou mau dar aos seus pares uma demonstração de tolerante bondade pelos humildes. Sofônias disse bonacheiramente:

— Bem! Vá lá!

— Sr. senador Sofônias — começou Lucrécio. — Neste momento solene...

E parou como se buscasse palavras, termos, imagens. Esteve um instante calado, com a boca fortemente fechada: houve um imperceptível movimento nos músculos na sua garganta de quem engole alguma coisa. Por esse tempo, começaram a vir da sala convivas, damas e cavalheiros, curiosos de travarem conhecimento com a eloquência de Lucrécio.

Ao ver tanta gente à sua roda, animou-se e continuou:

— Sr. senador...

Mas não pode acabar. Veio-lhe um forte vômito e, antes que pudesse correr à janela, despejou-o ali mesmo, borrifando o peitilho do famoso senador e a barra das saias daquelas grandes damas. Lançou, lançou tudo o que tinha no estômago.

Eu estava na sala desde que Lucrécio começara a beber e de lá não arredei pé. O triste final do discurso do “capanga” causou em algumas pessoas indignação e noutras hilaridade. Entre aquelas, houve um que não disfarçou sua reprovação. Dizia ele:

— Tá bebo... Chama aí um políça... Mete ele no xadrex.

Olhei o homem, que me pareceu um tipo acabado de matuto. Tinha um ar de tabajara e umas roupas amarrotadas no corpo. Perguntei a Numa quem era.

— É o dr. Chaveco, chefe de Polícia.

Reparei ainda o homem. Que triste chefe de Polícia! Tinha um ar de vítima de conto do vigário.

Houve um grande esforço por parte dos presentes para que ele não levasse preso Lucrécio, e foi preciso a intervenção pessoal de Sofônias para dissuadi-lo completamente. Convenceu-se, apanhou o chapéu, tomou sua bengala sem castão nem ponteira e despediu-se:

— Tá bão... Inté manhã!

Aquele ar bonachão do homem, aquele seu aspecto paternal e simplório, tão em contraste com as suas terríveis funções, longe de provocarem a mofa, que eu via estampada em todos os rostos, fizeram-me encarar com ternura o país em que estava, cuja capital tinha a sua segurança entregue a mão tão débeis e, a julgar pelo aspecto, tão doces.

Recordei-me, não sem calafrios, da famosa 3ª Seção da Chancelaria Imperial da minha pátria, aquela terrível polícia secreta, que seguia um a um os

habitantes do Império com seus processos inquisitoriais; lembrei-me também das suas terríveis prisões, das minas da Sibéria, dos cossacos...

O Brasil surgiu-me, então, como um país maravilhoso, liberal por fraqueza, mas liberal, e eu perdoei um instante tudo o que presenciara nele de ridículo e inferior.

As minhas reflexões foram interrompidas por uma nova entrada do chefe de Polícia. Na sala de visitas já se dançava, eu estava na sala de jantar, a um canto fumando, e quase na minha frente, na outra extremidade, algumas senhoras cercavam a esposa de Sofônias. O dr. Chaveco foi entrando, batendo com a bengala no assoalho, ao jeito de um pastor bíblico:

— D. Lalá — disse ele —, mi esqueceu uma coisa...

— Que é, doutor?

— A mode que não levei uns rebuçados pros meninos.

— Pois não, doutor.

— Tem artéa, siá dona? O Zeca tá cum tosse.

— Não, doutor. Quer de hortelá?

— Serve, dona.

A senhora começou a preparar o pequeno embrulho, e eu não sei por que quis travar relações com o dr. Chaveco. Cheguei-me a ele e fui logo dizendo:

— Então doutor, já vai?

— Já, moço. Drumo sempre c'os pintos. É mais bom pra saúde.

— Mas, no seu cargo, nem sempre pode...

— Quá, moço! Tenho os auxiliá que faz minha vez.

A dona da casa voltou com o embrulho; Chaveco agradeceu, levantou-se, despediu-se e disse-me:

— Qué i cô nós, moço? Não paga nada. Intomove tá na porta.

Embora as minhas finanças estivessem em bom pé, lobriguei logo naquela relação com o chefe de Polícia um meio de ganhar dinheiro mais tarde. Na rua, entre outros, o seu automóvel esperava. Sem esperar que o ajudante abrisse a portinhola, Chaveco a foi abrindo e convidou-me:

— Treppe moço!

Entrei no veículo, e logo que o chefe de Polícia se pôs ao meu lado, o motorista lhe perguntou para onde queria ir.

— Pra onde vosmecê qué i?

Disse-lhe, e o automóvel rodou pela rua deserta, cujas palmeiras, de um ou outro lado, dormiam sob o lençol de um belo luar.

Estivemos um pouco calados e, após, ele me perguntou:

— Como é seu nome, moço?

Disse-lhe eu então o meu nome por inteiro.

— Ué! Gentes! — fez ele um risinho simiesco — Que nome! É de santo?

Expliquei-lhe então que era russo, e o meu nome era, portanto, russo. Ficou muito espantado e afirmou-se naquele seu falar especial que eu falava muito bem o português.

Afogada no luar, a cidade oferecia um aspecto de paz serena e tranquilidade satisfeita. Pelas ruas, não havia ninguém e aquelas casas inteiramente fechadas, mudas, tranquilas, enchiam-nos de uma satisfação suave. Era como se esquecêssemos que, dentro delas, havia muita angústia, muita tormenta, muita paixão e muito ódio. Verificando isso, tínhamos vontade de que todos nós, toda a humanidade, viesse a dormir assim, pelos séculos em fora...

O doutor Chaveco vinha calado ao meu lado, mas não dormia. Os seus olhos pequenos e castanhos brilhavam muito e como que sondavam a noite. De repente senti que estremecia. Não me pude conter.

— Que é doutor?

— A mode que lá em cima anda uma coisa branca.

Olhei a casa indicada e nada vi, mas Chaveco afirmara que vira e até se benzeu:

— Credo! Padre, Filho, Espírito Santo.

Acabamos a viagem conversando sobre coisas de polícia. De indústria, levei-o para esse terreno; mas aí, como em tudo mais, ele era de uma simplicidade evangélica.

— Quá retrato, doutor! Quá, nada! Se arguém viu, o criminoso pode sê preso, mas se não viu — quá — só se outro vié contém.

Não havia meio de demovê-lo daí. Expus-lhe tudo o que sabia de métodos de investigação; mas o homem não saía da sua convicção:

— Quá! Se arguém...

Separamo-nos muito bons amigos, e eu pude dormir as últimas horas da noite na minha plácida chácara dos subúrbios.

Eu morava numa eminência e a minha casa ficava sobre o “plateau”, olhando o poente. À tarde, sob alguma das muitas mangueiras, que me protegiam a casa do calor, eu gostava de ver o sol deitar-se, sumir-se por entre as nuvens de púrpura e ouro; de manhã, eu me erguia em boa hora, regava as minhas couves e lia alguns autores da minha reduzida biblioteca.

Às vezes, pelo correr do dia, eu passeava pelos arredores da minha propriedade e surpreendia a espaços aquela vida dos subúrbios da capital, feita da estratificação de todas as vidas da cidade.

A minha casa era velha casa de estilo roceiro, feia a não mais poder, mas sem o casquilho antipático de suas vizinhas modernas e muito mais ampla e ensolarada que elas.

Tinha uma velha preta, que me cozinhava os pratos nacionais, a que se afizera o meu paladar russo, sem violência nem repugnância. Eu comia com prazer o feijão e a carne seca; até ousei entrar pelo vatapá e pelo caruru.

Além da cozinheira, tinha um português, que me servia ao mesmo tempo de chacareiro e de jardineiro; e, em companhia desses dois serviçais, a minha vida nos subúrbios corria mansa, sossegada e obscura.

Tendo chegado muito tarde, na noite em que voltei da manifestação a Sofônias, ergui-me do leito dia alto, e, quando abri as janelas amplas e altas do meu quarto, o sol passou forte através delas, com uma fúria de protesto e indignação.

Nesse dia não reguei as minhas couves, mas, antes de almoçar, fui dar uma vista d'olhos na horta, cujo viço o meu olhar demorou-se na concentração.

Depois almocei, li os jornais e o dia enchi-o lendo e pensando em coisas graves e sérias. Não havia em mim nenhuma necessidade de movimento, mas não amanheci da mesma forma na manhã seguinte. Despertei com os músculos a pedir exercício e com os sentidos a pedir impressões outras que não aquelas mesmas que recebia sempre no meu interior.

Logo após o almoço saí, dirigi-me à estação, comprei o necessário bilhete e o trem correu em direção à “gare” da Central.

Li no trajeto os jornais; não tinham nada de interessante, como é de uso nos nossos jornais, mas se estendiam muito sobre um crime misterioso. Como esse crime me houvesse permitido realizar uma das minhas curiosas proezas, vou narrá-lo em poucas palavras.

Em um dos morros da Saúde, morava um velho português que, em tempos fora agiota; segundo corria, vivia de emprestar pequenas quantias aos marítimos, mediante juros exorbitantes.

Uma manhã, custando muito a abrir a porta, a coisa causou desconfiança à vizinhança, que do fato deu conhecimento às autoridades. Arrombada a porta, ele foi encontrado amordaçado e morto a punhaladas. As notícias todas não concordavam na denominação da arma; umas chamavam “adaga”; outras, “kandjar”; e ainda em outras a arma era chamada de cimitarra.

O instrumento do homicídio foi encontrado junto ao cadáver e outro vestígio do assassinato não havia.

Não sei por que associei a imagem simplória do chefe da Polícia com tão misterioso crime e desembarquei tendo as duas, uma ao lado da outra, prestes a combinarem-se em alguma coisa nova.

A minha intenção era vagabundear pela cidade, percorrê-la ao acaso, tomando um bonde aqui, saltando ali, satisfazendo a necessidade de movimento que havia nos meus músculos e de impressões que me havia nos meus nervos.

Era pouco mais de meio dia quando saltei e, antes de me por a vagar, quis tomar alguns “chopps”.

Entrei numa casa que eu frequentava muito ao tempo em que vivia constantemente na cidade. Ficava no centro comercial e era frequentada por comerciantes e gente de negócios, sobretudo pelos estrangeiros.

Não tinha fartos conhecimentos no Rio, e eu mesmo tinha evitado fazê-los, para melhor dar aos meus planos. Uma amizade é sempre um cúmplice da nossa consciência e os cúmplices atrapalham.

Mal tinha abancado à mesa forrada de couro quando se me acercou um conhecido. Chamava-se Gustav Kordenjold, era irlandês e falava russo. De profissão, sabia-o ser dispenseiro de uma galera norueguesa, a “Selma”, um lindo barco de três mastros de belo e airoso ar, que se ocupava de trazer de Ragoon para o Rio o arroz excelente da Ásia.

Eram longas e afanosas viagens de quase meio ano, em que a “Selma”, com o seu velame alto e amplo, ora dormitava sobre as ondas, ora corria com o vento ao capricho dos temporais de dois grandes oceanos, sem contar as arribações forçadas a pontos obscuros de ilhas e continentes.

Mesmo assim, tal era a barateza do motor, tal era a exiguidade de gastos com salários da tripulação, as viagens eram rendosas e a “Selma” deixava sempre para o seu armador em Transoë, na hiperbólica e glacial Noruega, grandes lucros que o trabalho das gentes dos países quentes lhe dava.

Gustav Kordenjold falou-me prazenteiramente, e eu o convidei a partilhar dos meus “chopps”. Sentou-se e falou-me em russo. Conversamos muito sobre vários assuntos e ele veio afinal falar-me a respeito de sua viagem.

— Levamos quase oito meses. Na altura de Cingapura, apanhamos um temporal de oito dias e só fomos arribar nas Filipinas. Quase não nos podíamos ter em pé; os mastaréus vieram abaixo, o leme perdeu-se e, quando o tempo amainou, foi um imenso trabalho para colocar os sobressalentes. Estou

aborrecido dessa vida... Se arranjasse uns quinze mil francos, voltava para a Noruega e ia estabelecer-me com uma serraria. Tu que tens tantos conhecimentos por aqui, podias bem arranjar-me um negócio em que ganhasse essa quantia... Estou deveras aborrecido! Não posso mais!...

Não sei por que veio à lembrança o crime que os jornais noticiavam e lhe disse:

— Podia arranjar-te o dinheiro, mas o meio é um pouco arriscado...

— Como?

— Não leste nos jornais o crime que houve, ontem à noite?

Gustav teve um pequeno estremecimento, mas logo disse, naturalmente:

— Não li; sabes perfeitamente que mal falo o português. Mas que tem o crime com a minha necessidade de dinheiro?

— Ouve: estou em boas relações com o chefe de Polícia daqui. Anda muito em moda as deduções com verniz científico para a descoberta dos crimes. Vou a ele; arranjo umas de modo que te acusem, os esbirros te prendem; tu negas; mas as minhas deduções acusam-te, o chefe fica contente, dá-me alguns contos de réis, eu t'os passo. Sais absolvido e vais para a Noruega. É questão de alguns meses de repouso na Detenção. Queres?

Kordenjold esteve a pensar e disse:

— Aceito. Tanto mais que esta noite não sai de bordo.

Contratamos bem a coisa, e eu saí em demanda do chefe de polícia na sua respectiva repartição.

Não me foi difícil falar ao dr. Chaveco. S. Exa. não tinha chegado, e eu fiquei na antecâmara do seu gabinete. Ao entrar, ele deu de ombros comigo e veio logo falar-me:

— Oh! “Seu” barão!

Julguei que ele confundisse com outro, mas não havia tal. Os brasileiros estão sempre dispostos a ver no estrangeiro bem vestido um fidalgo; e nos pobres, um animal desprezível. Como que compreendeu o meu embaraço e aduziu:

— Não tá alembrado que viajamo junto no intomóvel?

— Sim, Exa.; mas não sou barão.

— A mode que pensei. Que há de novo?

— Venho a respeito do crime.

— Ah! O assucedido na Saúde?

— Sim, Exa.

— Que pretende fazê?

Expliquei-lhe, entrando com ele no seu gabinete, as minhas ideias. Seguiria a diligência, tomaria nota dos mais ínfimos detalhes e aplicaria o método do doutor Sherlock Holmes, de Londres.

— Vancê cunheceu ele?

— Muito.

Por esse tempo, ele se havia sentado à sua ampla mesa e delegados e mais policiais cercavam-no de todos os lados.

— “Seu” doutô Praxedes — disse a poderosa autoridade —, tá aqui o dotô... Como é?

— Bogoloff — disse eu.

— Tá aqui o dotô Bogoloff, que acunheceu o Cheloque em Londres. Ele vai acompanhá e vê se descobre os assassino do assucedido na Saúde.

O dr. Praxedes olhou-me com certo desdém e quis objetar alguma coisa; mas o chefe confirmou a ordem, e eu segui.

Ainda não tinham feito a primeira inspeção, de forma que pude acompanhá-la. A minha lábia desarmou a repugnância dos policiais profissionais, e lá cheguei na melhor camaradagem com eles.

Tomando aquele ar, ao mesmo tempo de perdigueiro e de inspirado, de que fala Conan Doyle, ao tratar das pesquisas do seu herói, andei apanhando pontas de cigarro; com o auxílio de uma lente examinei o assoalho e, por fim, dei-me por satisfeito, depois de todos os trejeitos que me vieram à cabeça. A arma de fato era esquisita; absolutamente, não a podia denominá-la, e muito menos os policiais. Fui para casa e apresentei o meu relatório, em que: tendo em vista a quantidade de potassa contidas nas cinzas dos cigarros encontrados, denunciadoras de fumo filipino; a fibra do tecido, com que fora amordaçado o agiota, de natureza perfeitamente malaia; a arma, que era um “kriss” malaio; a proporção entre as pegadas encontradas e a altura do homem; e os fios dos cabelos que encontrara — o assassino devia estado em alguma das ilhas do arquipélago malaio, ter um metro e oitenta de altura e ser europeu, pois não podia ser dessa raça oceânica, porquanto os cabelos louros denunciavam um origem europeia.

O meu relatório foi acolhido com os maiores gabos pelos conselheiros do chefe, e, indagando-se daqui e dali, soube-se da entrada da galera “Selma” e foi entre a sua tripulação que se procurou o criminoso.

Gustav foi o mais fortemente suspeitado, porquanto eu havia organizado os indícios de forma a recaírem sobre ele todas as suspeitas.

Ele se defendeu valentemente, dizendo que não viera à terra naquele dia; mas um indício surgiu forte contra o finlandês; a arma, o “kriss”, era dele, pois quase toda a tripulação o atestou.

Restava um álibi, mas um marinheiro contou que ele viera disfarçado entre os estivadores e entre a meia noite e uma hora da madrugada voltara, regressando mais tarde à terra.

Continuou sempre a negar, mas as presunções eram muitas, e ele foi pronunciado, sendo mais tarde absolvido.

O chefe deu-me dez contos de gratificação e, logo que Gustav saiu a prisão, eu lhe dei mais da metade dessa quantia.

Confessou-me que havia sido ele e, por um instante, senti-me de fato Sherlock Holmes.

Os BRUZUNDANGAS

Hais tous maux où qu'ils soient, très doux fils.
Joinville. São Luís.

PREFÁCIO

Na *Arte de furtar*, que ultimamente tanto barulho causou entre os eruditos, há um capítulo, o quarto, que tem como ementa esta singular afirmação: “Como os maiores ladrões são os que têm por ofício livrar-nos de outros ladrões.”

Não li o capítulo, mas abrindo ao acaso um exemplar do curioso livro, achei verdadeira a coisa e boa para justificar a publicação destas despretensiosas “Notas”.

A “Bruzundanga” fornece matéria de sobra para livrar-nos, a nós do Brasil, de piores males, pois possui maiores e mais completos. Sua missão é, portanto, como a dos “maiores” da Arte, livrar-nos dos outros, naturalmente menores.

Bem precisados estávamos nós disto quando temos aqui ministros de Estado que são simples caixeiros de venda, a roubar-nos muito modestamente no peso da carne-seca, enquanto a Bruzundanga os tem que se ocupam unicamente, no seu ofício de ministro, de encarecerem o açúcar no mercado interno, conseguindo isto com o vendê-lo abaixo do preço da usina aos estrangeiros. Lá, chama-se a isto prover necessidades públicas; aqui, não sei que nome teria...

E semelhante ministro daqueles “maiores” de que a Arte nos fala, destinados a ensinar-nos como nos livrar dos nossos modestos caixeiros de mercearias ministeriais.

Não contente com ter dessas coisas, a Bruzundanga possui outras muitas que desejava enumerar todas, pois todas elas são dignas de apreço e portadoras de ensinamentos proveitosos.

Como não poderíamos aproveitar aquele caso de um doutor da Bruzundanga, ele mesmo açambarcador de cebolas, que vai para uma

comissão, nomeada para estudar as causas da carestia da vida, e propõe que se adotem leis contra os estancadores de mercadorias?

É que este doutor dos “maiores” de que nos fala o célebre livrinho sabia perfeitamente que não estancava e tinha o hábito de reservas mentais. Não açambarcava, mas “aliviava” logo uma grande porção de mercadorias para o estrangeiro, por qualquer coisa, de modo que... *Le pauvre homme!* Podia até iludir o nosso pobre Beckman!

Com este exemplo, os menores daqui poderão ser denunciados por este grandalhão de lá, tão generoso e desinteressado, e o nosso povo poderá livrar-se deles.

Conheci na Bruzundanga um rapaz (creio que está nas “Notas”), de rabona de sarja e ares de familiar do Santo Ofício, mas tresandando a Comte, senão a anticlericalismo, que, de uma hora para a outra, se fez reitor do Asilo de Enjeitados, apandilhado com padres e frades, depois de ter arranjado um rico casamento eclesiástico, a fim de ver se, com o apoio da sotaina e do solidéu, se fazia ministro ou mesmo mandachuva da República. Que “maior”, não acham?

E aquele que, tendo sido ministro do imperador da Bruzundanga e seu conselheiro, se transformou em açougueiro para vender carne aos vizinhos a dez réis de mel coado, graças às isenções que obteve com o prestígio do seu nome, dos seus amigos, da sua família e das suas antigas posições, enquanto os seus patrícios pagavam-lhe o dobro?

Quantos exemplos de lá, bem grandes, nos irão precaver contra os pequeninos de cá... A Arte fala a verdade...

Outra coisa curiosa da Bruzundanga, das grandes, das extraordinárias, é a sua “Defesa Nacional”.

Lá, como em toda parte, se devia entender por isso a aquisição de armamentos, munições, equipamentos, adestramento de tropas etc.; mas os doges do Kaphet (vide texto) entenderam que não; que era dar-lhes dinheiro, para elevar artificialmente o preço de sua especiaria. De que modo? Retendo o produto, proibindo-lhe a exportação desde certo limite, conquanto se houvessem tenazmente oposto a que semelhante medida fosse tomada no que toca às utilidades indispensáveis à nossa vida: cereais, carnes, algodão, açúcar etc.

É preciso notar que tais utilidades, como já fiz notar, iam para o estrangeiro por metade do preço, menos até.

Aprendamos por aí a conhecer os nossos “menores”.

Poderia muito bem falar de outros grossos casos de lá, capazes de nos livrar dos tais pequenos daqui; mas para quê?

As páginas que se seguem vão revelá-los e eu me dispenso de narrá-los neste curto prefácio, pobre terra da Bruzundanga! Velha, na sua maior parte, como o planeta, toda a sua missão tem sido criar a vida e a fecundidade para os outros, pois nunca os que nela nasceram, os que nela viveram, os que a amaram e sugaram-lhe o leite, tiveram sossego sobre o seu solo!

Ainda hoje, quando o geólogo encontra nela um queixal de *Megatherium* ou um fêmur de *Propithecus* tem vontade de oferecer à Minerva uma hecatombe de bois brancos!

Vivos, os bons são tangidos daqui para ali, corridos, vexados, se têm grandes ideais; mortos, os seus ossos esperam que os grandes rios da Bruzundanga os levem para fecundar a terra dos outros, lá embaixo, muito longe...

Tudo nela é caprichoso, e vário e irregular. Aqui terreno fértil, úbere; acolá, bem perto, estéril, arenoso.

Se a jusante sobra cal, falta água; se há para montante, falta cal...

As suas florestas são caprichosas também; as essências não se associam. Vivem orgulhosamente isoladas, tornando-lhes penosa a exploração. Aqui, está uma espécie e outra semelhante só se encontrará mais além, distante...

Envelheceu, está caduca e tudo que vem para ela sofre-lhe o contágio da sua antiguidade: caduquece!

Contudo, e talvez por isso mesmo, os seus costumes e hábitos podem servir-nos de ensinamento, pois, conforme a *Arte de furtar* diz: “Os maiores ladrões são os que têm por ofício livrar-nos de outros ladrões.”

Por intermédio dos dela, dos dessa velha e ainda rica terra da Bruzundanga, livremo-nos dos nossos: é o escopo deste pequeno livro.

LIMA BARRETO, Todos os Santos, 2-9-17.

CAPÍTULO ESPECIAL

Os SAMOIEDAS

Vazios estais de Cristo, vós que vos justificais pela lei: da graça tendes caído.
São Paulo aos Gálatas

Queria evitar, mas me vejo obrigado a falar na literatura da Bruzundanga. É um capítulo dos mais delicados, para tratar do qual não me sinto completamente habilitado.

Dissertar sobre uma literatura estrangeira supõe, entre muitas, o conhecimento de duas coisas primordiais: ideias gerais sobre literatura e compreensão fácil do idioma desse povo estrangeiro. Eu cheguei a entender perfeitamente a língua da Bruzundanga, isto é, a língua falada pela gente instruída e a escrita por muitos escritores que julguei excelentes; mas aquela em que escreviam os literatos importantes, solenes, respeitados, nunca consegui entender, porque redigem eles as suas obras, ou antes, os seus livros, em outra muito diferente da usual, outra essa que consideram como sendo a verdadeira, a lídima, justificando isso por ter feição antiga de dois séculos ou três.

Quanto mais incompreensível é ela, mais admirado é o escritor que a escreve, por todos que não lhe entenderam o escrito.

Lembrei-me, porém, que as minhas notícias daquela distante república não seriam completas, se não desse algumas informações sobre as suas letras; e resolvi vencer a hesitação imediatamente, como agora venço.

A Bruzundanga não podia deixar de tê-las, pois todo povo, tribo, clã, todo agregado humano, enfim, tem a sua literatura e o estudo dessas literaturas muito tem contribuído para nós nos conhecermos a nós mesmos, melhor nos compreendermos e mais perfeitamente nos ligarmos em sociedade, em humanidade, afinal.

Seria uma falha minha nada dizer eu sobre as belas-letras da Bruzundanga que as tem como todos os países, a não ser o nosso que, conforme sentenciou a *Gazeta de Notícias*, não merece tê-las, pois o literato não tem função social na nossa sociedade, provocando tal opinião o protesto de um sociólogo

inesperado. Devem estar lembrados deste episódio — creio eu. Continuemos, porém, na Bruzundanga.

Nela, há a literatura oral e popular de cânticos, hinos, modinhas, fábulas etc.; mas todo esse *folklore* não tem sido coligido e escrito, de modo que, dele, pouco lhes posso comunicar.

Porém, um canto popular que me foi narrado com todo o sabor da ingenuidade e dos modismos peculiares ao povo, posso reproduzir aqui, embora a reprodução não guarde mais aquele encanto de frase simples e imagens familiares das anônimas narrações das coletividades humanas.

Na versão dos populares da curiosa república, o conto se intitula “O general e o diabo”, havendo uma variante sob a alcunha de “O padre e o diabo”. Como não tivesse de cor nem as palavras da versão mais geral, nem as da variante, aproveitei o tema, alguma coisa do corpo da “história” e narro-a aqui, certamente muito desfigurada, sob a crisma de:

Sua Excelência

O ministro saiu do baile da embaixada, embarcando logo no carro. Desde duas horas estivera a sonhar com aquele momento. Ansiava estar só, só com o seu pensamento, pesando bem as palavras que proferira, relembando as atitudes e os pasmos olhares dos circunstantes. Por isso entrara no *coupé* depressa, sôfrego, sem mesmo reparar se, de fato, era o seu. Vinha cegamente, tangido por sentimentos complexos: orgulho, força, valor, vaidade.

Todo ele era um poço de certeza. Estava certo do seu valor intrínseco; estava certo das suas qualidades extraordinárias e excepcionais. A respeitosa atitude de todos e a deferência universal que o cercava eram nada mais, nada menos que o sinal da convicção geral de ser ele o resumo do país, a encarnação dos seus anseios. Nele viviam os doridos queixumes dos humildes e os espetaculosos desejos dos ricos. As obscuras determinações das coisas, acertadamente, haviam-no erguido até ali, e mais alto levá-lo-iam, visto que só ele, ele só e unicamente, seria capaz de fazer o país chegar aos destinos que os antecedentes dele impunham...

E ele sorriu, quando essa frase lhe passou pelos olhos, totalmente escrita em caracteres de imprensa, em um livro ou em um jornal qualquer. Lembrou-se do seu discurso de ainda agora:

“Na vida das sociedades, como na dos indivíduos”...

Que maravilha! Tinha algo de filosófico, de transcendente. E o sucesso daquele trecho? Recordou-se dele por inteiro:

“Aristóteles, Bacon, Descartes, Spinoza e Spencer, como Sólon, Justiniano, Portalis e Ihering, todos os filósofos, todos os juristas afirmam que as leis devem se basear nos costumes”...

O olhar, muito brilhante, cheio de admiração — o olhar do *leader* da oposição — foi o mais seguro penhor do efeito da frase...

E quando terminou! Oh!

“Senhor, o nosso tempo é de grandes reformas; estejamos com ele: reformemos!”

A cerimônia mal conteve, nos circunstantes, o entusiasmo com que esse final foi recebido.

O auditório delirou. As palmas estrugiram e, dentro do grande salão iluminado, pareceu-lhe que recebia as palmas da Terra toda.

O carro continuava a voar. As luzes da rua extensa apareciam como um só traço de fogo; depois sumiram-se.

O veículo agora corria vertiginosamente dentro de uma névoa fosforescente. Era em vão que seus angustiosos olhos se abriam desmedidamente; não havia contornos, formas, onde eles pousassem.

Consultou o relógio. Estava parado? Não, mas marcava a mesma hora, o mesmo minuto da sua saída da festa.

— Cocheiro, onde vamos?

Quis arriar as vidraças. Não pôde; queimavam.

Redobrou os esforços, conseguindo arriar as da frente.

Gritou ao cocheiro:

— Onde vamos? Miserável, onde me levas?

Apesar de ter o carro algumas vidraças arriadas, no seu interior fazia um calor de forja. Quando lhe veio esta imagem, apalpou bem, no peito, as grã-cruzes magníficas. Graças a Deus, ainda não se haviam derretido. O Leão da Birmânia, o Dragão da China, o Lingão da Índia estavam ali, entre todas as outras, intactas.

— Cocheiro, onde me levas?

Não era o mesmo cocheiro, não era o seu. Aquele homem de nariz adunco, queixo longo com uma barbicha, não era o seu fiel Manuel!

— Canalha, para, para, senão caro me pagarás!

O carro voava e o ministro continuava a vociferar:

— Miserável! Traidor! Para! Para!

Em uma dessas vezes voltou-se o cocheiro, mas a escuridão que se ia aos poucos fazendo quase perfeita só lhe permitiu ver os olhos do guia da

carruagem, a brilhar de um brilho brejeiro, metálico e cortante. Pareceu-lhe que estava a rir-se.

O calor aumentava. Pelos cantos o carro chispava. Não podendo suportar o calor, despiu-se. Tirou a agaloada casaca, depois o espadim, o colete, as calças...

Sufocado, estonteado, parecia-lhe que continuava com vida, mas que suas pernas e seus braços, seu tronco e sua cabeça dançavam, separados.

Desmaiou e, ao recuperar os sentidos, viu-se vestido com uma reles libré e uma grotesca cartola, cochilando à porta do palácio em que estivera ainda há pouco e de onde saíra triunfalmente, não havia minutos.

Nas proximidades um *coupé* estacionava.

Quis verificar bem as coisas circundantes, mas não houve tempo.

Pelas escadas de mármore, gravemente, solenemente, um homem (pareceu-lhe isso) descia os degraus, envolvido no fardão que despira, tendo no peito as mesmas magníficas grã-cruzes...

Logo que o personagem pisou na soleira, de um só ímpeto aproximou-se e, abjetamente, como se até ali não tivesse feito outra coisa, indagou:

— Vossa Excelência quer o carro?

Como esta há, na Bruzundanga, muitas outras “histórias” que correm de boca em boca e se transmitem de pai a filho.

Os literatos, propriamente, aqueles de bons vestuários e ademanos de encomenda, não lhes dão importância, embora de todo não desprezem a literatura oral. Ao contrário: todos eles quase não têm propriamente obras escritas; a bagagem deles consta de conferências, poesias recitadas nas salas, máximas pronunciadas na intimidade de amigos, discursos em batizados ou casamentos, em banquetes de figurões ou em cerimônias escolares, cifrando-se, as mais das vezes, a sua obra escrita em uma *plaquette* de fantasia de menino, coletâneas de ligeiros artigos de jornal ou num maçudo compêndio de aula, vendidos, na nossa moeda, à razão de quinze ou vinte mil-réis o volume.

Estes tais são até os escritores mais estimados e representativos, sobretudo quando empregam palavras obsoletas e são médicos com larga freguesia.

São eles lá, na Bruzundanga, conhecidos por “expoentes” e não há moça rica que não queira casar com eles. Fazem-no depressa porque vivem pouco e menos que os seus livros afortunados. Há outros aspectos. Vamos ver um peculiar.

O que caracteriza a literatura daquele país é uma curiosa escola literária lá conhecida por “Escola Samoieda”.

Não que todo escritor bruzundanguense pertença a semelhante rito literário; os mais pretensiosos, porém, e os que se têm na conta de sacerdotes da Arte, se dizem graduados, diplomados nela. Digo “caracteriza” porque, como os senhores verão no correr destas notas, não há na maioria daquela gente uma profundidade de sentimento que a impila a ir ao âmago das coisas que fingem amar, de decifrá-las pelo amor sincero em que as têm, de querê-las totalmente, de absorvê-las. Só querem a aparência das coisas. Quando (em geral) vão estudar medicina, não é a medicina que eles pretendem exercer, não é curar, não é ser um grande médico, é ser doutor; quando se fazem oficiais do exército ou da marinha, não é exercer as obrigações atinentes a tais profissões, tanto assim que fogem de executar o que é próprio a elas. Vão ser uma ou outra coisa, pelo brilho do uniforme. Assim são os literatos que simulam sê-lo para ter a glória que as letras dão, sem querer arcar com as dores, com o esforço excepcional, que elas exigem em troca. A glória das letras só as tem quem a elas se dá inteiramente; nelas, como no amor, só é amado quem se esquece de si inteiramente e se entrega com fé cega. Os samoiedas, como vamos ver, contentam-se com as aparências literárias e a banal simulação de notoriedade, umas vezes por incapacidade de inteligência, em outras por instrução insuficiente ou viciada, e quase sempre, porém, por falta de verdadeiro talento poético, de sinceridade, e necessidade, portanto, de disfarçar os defeitos com pelotiquices e passes de mágica intelectuais.

Tendo convivido com alguns poetas samoiedas, pude estudar um tanto demoradamente os princípios teóricos dessa escola e julgo estar habilitado a lhes dar um resumo de suas regras poéticas e da sua estética.

Esses poetas da Bruzundanga, para dar uma origem altissonante e misteriosa à sua escola, sustentam que ela nasceu do poema de um príncipe samoieda, que viveu nas margens do Ártico, nas proximidades do Óbi ou do Lena, na Sibéria, um original que se alimentava da carne de mamutes conservados há centenas de séculos nas geleiras daquelas regiões.

Essa espécie de alimentação do longínquo príncipe poeta dava aos olhos de todos eles singular prestígio aos seus versos e aos do fundador, embora pouco eles os conhecessem.

O príncipe chamava-se Tuque-Tuque Fit-Fit e o seu poema *Parikáithont Vakochan*, o que quer dizer no nosso calão *O silêncio das renas no campo de gelo*.

Tuque-Tuque Fit-Fit era descrito pelos “samoiedas” da Bruzundanga como sendo uma beleza sem par e triunfal entre as deidades daquelas regiões árticas.

Tudo isto fantástico, mas graças à credulidade dos sábios do país, só um ou outro desalmado tinha a coragem de contestar tais lendas.

Como todos nós sabemos, a raça samoieda é de estatura baixa, pouco menos que a dos lapões, cabelos longos, duros e negros de jade, vivendo de carne de renas, de urso branco, quando a felicidade lhe fornece um. Tais homens andam em trenós e fazem *kayaks* de peles de renas ou focas que eles empregam para capturar estas últimas.

As suas concepções religiosas são reduzidas, e os seus ídolos, manipulados hediondos, tocos de pau besuntados de pinturas incoerentes. Vestem-se, os samoiedas, com peles de renas e outros animais hiperbóreos.

Entretanto, na opinião dos poetas daquela república, que dizem seguir as teorias da literatura do oceano Ártico, não são os samoiedas assim, como o contam os mais autorizados viajantes, mas sim os mais belos espécimens da raça humana, possuindo uma civilização digna da Grécia Antiga.

Esta Grécia serve para tudo, especialmente na Bruzundanga...

Em geral, os vates bruzundanguenses adeptos da tal escola samoieda, como os senhores veem, não primam pela ilustração; e, quando se conteste no tocante à beleza de tais esquimós, respondem categoricamente que a devem ter extraordinária, pois quanto mais fria é a região, mais belos são os tipos, mais altos, mais louros, e os samoiedas vivem em zona frigidíssima.

Não há como discutir com eles, porque todos se guiam por ideias feitas, receitas de julgamentos e nunca se aventuram a examinar por si qualquer questão, preferindo resolvê-las por generalizações quase sempre recebidas de segunda ou terceira mão, diluídas e desfiguradas pelas sucessivas passagens de uma cabeça para outra cabeça.

Atribuem, sem base alguma, a esse tal Tuque-Tuque a fundação da escola, apesar de nunca lhe terem lido as poesias nem a sua arte poética.

Sempre procurei saber por que se enfeitavam com esse exótico avoengo; as razões psicológicas, eu as encontrei na vaidade deles, no seu desejo de disfarçar a sua inópia poética com um padrinho esquisito e misterioso; mas o núcleo da lenda, o grãozinho de areia em torno do qual se concretizava o mito ártico da escola, só ultimamente pude encontrar.

Consegui descobrir entre os livros de um inglês meu amigo, sr. Parsons, um volume do sr. H. T. Switbilter, de Bristol (Inglaterra) — *Literature of the stingy peoples* —, e encontrei nele alguns versos samoiedas. São anônimos, mas o estudioso de Bristol declara que os recolheu da boca de um certo Tuck-Tuck, samoieda de nação, que ele conheceu em 1867, quando foi encarregado pela

Sociedade Paleontológica de Bristol de descobrir na embocadura dos grandes rios da Sibéria monstros antediluvianos conservados no gelo, como escaparam de encontrar, quase intactos, o naturalista Pallas, nos fins do século XVII, e o viajante Adams, em 1806. A história do tal príncipe Tuque-Tuque alimentar-se de carne de elefantes fósseis parece ter origem no fato bem sabido de terem os cães devorado as carnes do mamute, cujo esqueleto Adams trouxe para o museu de São Petersburgo; e o príncipe já sabemos quem é.

O sr. Switbilter pouco acrescenta a algumas poesias que publica; e as que estão no volume, traduzidas, são por demais monstruosas, sempre com um mesmo pensamento denunciando uma concepção estreita da vida e do universo, muito explicável em bárbaros glaciais.

O viajante inglês que conhece o samoieda, entretanto, diz aqui e ali que elas são enfáticas, sem quantidade de sentimento ou um acento musical agradável e individual, descaindo quase sempre para a melopeia ou o “tantã” ignaro, quando não alternam uma coisa e outra.

Mas não foi no livro do sr. Switbilter que os augustos poetas da Bruzundanga foram encontrar as bases da sua escola. Eles não conhecem esse autor, pois nunca os vi citá-lo.

Eles, os “samoiedas” da Bruzundanga, encontraram o mestre nos escritos de um tal Chamat ou Chalat, um aventureiro francês que parece ter estado no país daquela gente ártica, aprendido um pouco da língua dela e se servido do livro do viajante inglês para defender uma poética que lhe viera à cabeça.

Esse Chamat ou Chalat, Flaubert, quando esteve no Egito, encontrou-o por lá, como médico do exército quederal; e ele se ocupava nos ócios de sua provável mendicância em rimar uma tragédia clássica, *Abdelcáder*, em cinco atos, onde havia um célebre verso de que o grande romancista nunca se esqueceu. É o seguinte:

“C’est de lá par Allah! qu’Abd-Allah s’en alla.”

O esculápio do Cairo insistia muito nele e esforçava-se por demonstrar que, com semelhante “harmonia imitativa”, como os antigos chamavam, obtinha traduzir, em verso, o somido do galope de cavalo.

Havia mais belezas de igual quilate e outras originalidades. Não obstante, quando apareceu, foi um louco sucesso de riso muito parecido com o do *Tremor de terra de Lisboa*, aquela célebre tragédia do cabeleireiro André, a quem Voltaire invejou e escreveu, entretanto, ao receber-lhe a obra, que continuasse a fazer sempre cabeleiras — “*toujours des perruques*”, sr. André.

Chalat afrontou a crítica e não podendo defender-se com os clássicos franceses, apelou para a poesia em língua samoieda, que conhecia um pouco por ter sido marinheiro de um baleeiro que naufragou nas proximidades da terra desses lapões, entre os quais passou alguns meses. Não desconhecia o livro do sr. Switbilter, como tive ocasião de verificar nos fragmentos de um seu tratado poético, citado na tradução da obra de um seu discípulo basco por onde os “samoiedas” da Bruzundanga estudaram a escola que verdadeiramente Chalát ou Chamat fundara.

O seu desafio à crítica, escudado na poética e estética das margens do glacial Ártico, trouxe-lhe logo uma certa notoriedade e discípulos.

Estes vieram muito naturalmente, pois, dada a indigência mental daquela espécie de esquimós, a sua pobreza de impressões e sensações, a sua incapacidade para as ideias gerais, os hinos, os cânticos, os rondós dos mesmos, citados pelo medicastro, facilitavam muito o ofício de fazer verso, desde que se tivesse paciência; e a facilidade seduziu muitos dos seus patrícios e determinou a admiração dos bardos bruzundanguenses.

Os discípulos de Chalát ou Chamat tiraram da sua obra regras infalíveis para fazer poetas e poesias e um certo até aplicou a teoria dos erros à sua arte poética.

A instrução do grosso dos menestrelis bruzundanguenses não permitia esse apelo à matemática; e contentaram-se com umas regras simples que tinham na ponta da língua, como as beatas com as rezas que não lhes passam pelo coração, e outros desenvolvimentos teóricos.

Era pois essa poética e essa estética que dominavam entre os literatos da Bruzundanga; era assim como o seu dogma de arte donde se originavam as suas fórmulas litúrgicas, o seu ritual, os seus esconjuros, enfim, o seu culto à tal harmonia imitava, que tanto prezava Chalát.

Além desta deusa, havia outras divindades: o ritmo, o estilo, a nobreza das palavras, a aristocracia dos assuntos e dos personagens, quando faziam romances, conto ou drama, e a medição dos versos que exigiam fosse feita como se se tratasse da base de uma triangulação geodésica. Ninguém, no entanto, podia sacar-lhes da cabeça uma concepção geral e larga de arte ou obter o motivo deles conceberem separados da obra d’arte esses acessórios, transformando-os em puros manipulansos, fetiches, isolando-os, fazendo-os perder a sua função natural que supõe sempre a obra literária como fim. É ela, a sua concepção, a ideia anterior que a domina e o seu destino necessário, que

unicamente regulam o emprego deles, graduam o seu uso, a sua necessidade, e como que ela mesma os dita.

Todos os samoiedas limitavam-se quando se tratava dos tais assuntos, a falar de um modo confuso, esotericamente, em forma e fundo, com trejeitos de feiticeiros tribais.

Não nego que houvesse entre eles algum valor, mas os preconceitos da escola os matava.

A maioria ia para ela, porque era cômoda no fundo, pois não pedia que se comunicasse qualquer emoção, qualquer pensamento, qualquer importante revelação de nossa alma que interessasse outras almas; que se dissesse usando dos processos artísticos, novos ou velhos, de um pouco do universal que há em nós, alguma coisa do mistério do universo que o nosso espírito tivesse percebido e determinasse transmiti-la; enfim, um julgamento, um conceito que pudesse influir no uso da vida, na nossa conduta e no problema do nosso destino, empregando os fatos simples, elementares, as imagens e os sons que por si sós não exprimiriam a ideia que se procura, mas que se acha com eles e se vai além por meio deles.

Isto de *Hegel*, de *Taine*, de *Brunetière* não era com os samoiedas; a questão deles era encontrar uma espécie de tabuada que lhes fizesse multiplicar a versalhada. Como as tais regras poéticas do suposto príncipe eram bem acessíveis à sua paciência de correccionais, adotaram-nas como artigos de fé, exageraram-nas até ao absurdo.

Convinham elas por ir ao encontro da sua falta de uma larga inteligência do mundo e do homem e facilitar-lhes uma crítica terra a terra de seminaristas mnemônicos.

Para mais perfeito ensinamento dos leitores vou lhes repetir um trecho de conversa que ouvi entre três dos tais poetas da Bruzundanga, adeptos extremados da Escola Samoieda.

Quando cheguei, eles já estavam sentados em torno da mesa do café. Acabava eu de assistir a uma aula de geologia na Faculdade de Ciências do país; o meu espírito vinha cheio de silhuetas de monstros de outras épocas geológicas. Eram ictiossauros, megatérios, mamutes; era do sinistro pterodáctilo que eu me lembrava; e não sei por quê, quando deparei os três poetas samoiedas, me deu vontade de entrar no botequim e tomar parte na conversa deles.

A Bruzundanga, como sabem, fica nas zonas tropical e subtropical, mas a estética da escola pedia que eles se vestissem com peles de urso, de renas, de

martas e raposas árticas.

É um vestuário barato para os samoiedas autênticos, mas caríssimo para os seus parentes literários dos trópicos.

Estes, porém, crenes na eficácia da vestimenta para a criação artística, morrem de fome, mas vestem-se à moda da Sibéria.

Estavam assim vestidos, naquela tarde quente, ali naquele café da capital da Bruzundanga, três dos seus novos e soberbos vates; estavam ali: Kotelniji, Wolpuk e Worspikt, o primeiro que tinha aplicado o *vernier* para “medir” versos.

Abanquei-me e pude perceber que acabavam de ouvir uma poesia do poeta Worspikt. Tratava de lua, de *iceberg* — descobri eu por uma e outra consideração que fizeram.

Nenhum deles tinha visto um *iceberg*, mas gabavam os ouvintes a emoção com que o outro traduzira em verso o espetáculo desse fenômeno das circunvizinhanças dos polos.

Num dado momento Kotelniji disse para Worspikt:

— Gostei muito desse teu verso: “Há luna loura linda leve, luna bela!”

O autor cumprimentado retrucou:

— Não fiz mais do que imitar Tuque-Tuque, quando encontrou aquela soberba harmonia imitativa, para dar ideia do luar, “Loga Kule Kulela logalam”, no seu poema “Kulelau”.

Wolpuk, porém, objetou:

— Julgo a tua excelente, mas teria escolhido a vogal forte “u”, para basear a minha sugestão imitativa do luar.

— Como? — perguntou Worspikt.

— Eu teria dito: “Ui! lua uma pula, tuu moo! Sulla nuit!”

— Há muitas línguas nela — objetou Kotelniji.

— Quantas mais, melhor, para dar um caráter universal à poesia que deve sempre tê-lo, como ensina o mestre — defendeu-se Wolpuk.

— Eu, porém — aduziu Kotelniji —, conquanto permita nos outros certas licenças poéticas, tenho por princípio obedecer às mais duras e rígidas regras, não me afastar delas, encarcerar bem o meu pensamento. No meu caso, eu empregaria a vogal “a” para a harmonia em vista.

— Mas Tuque-Tuque... — fez Worspikt.

— Ele empregou o “e” no tal verso que você citou, devido à pronúncia que essa letra lá tem. É um “e” molhado que evoca bem o luar deles, mas...

— E com “a”, como é? — indagou Wolpuk.

— O “a” é o espanto; seria aí o espanto do homem dos trópicos, diante da estranheza do fenômeno ártico que ele não conhece e o assombra.

— Mas Kotelniji, eu visava o luar.

— Que tem isso? Na harmonia em “a” também entra esse fenômeno que é o provocador do teu espanto, causado pela sua singularidade local, e pela hirta presença do *iceberg*, branco, fantástico, que a lua ilumina.

— Bem — perguntou o autor da poesia —, como você faria, Kotelniji?

— Eu diria: “A lua acaba de calar a caraça parva.”

— Mas não teria nada que ver com o tema da poesia — objetou Wolpuk.

— Como? O *iceberg* toma as formas mais variadas... Demais, há sempre onde encaixar, seja qual for a poesia, uma feliz “imitativa”.

— Você tem razão — aplaudiu Wolpuk.

Worspikt concordou também e prometeu aproveitar a maravilhosa *trouvaille* do amigo de letras.

Kotelniji era considerado como um grande poeta “samoieda” e tinha mesmo estabelecido, com assentimento de todos eles, as leis científicas da escola perfeita, “a samoieda”, que ele definia como tendo por escopo não exprimir coisa alguma com relação ao assunto visado, ou dizer sobre ele, pomposamente, as mais vulgares banalidades.

Dentre as leis que estatuiu, eu me lembro de algumas. Ei-las:

1ª — Sendo a poesia o meio de transportar o nosso espírito do real para o ideal, deve ela ter como principal função provocar o sono, estado sempre profícuo ao sonho.

2ª — A monotonia deve ser sempre procurada nas obras poéticas; no mundo, tudo é monótono (Tuque-Tuque).

3ª — A beleza de um trabalho poético não deve ressaltar desse próprio trabalho, independente de qualquer explicação; ela deve ser encontrada com as explicações ou comentários fornecidos pelo autor ou por seus íntimos.

4ª — A composição de um poema deve ser sempre regulada pela harmonia imitativa em geral e seus derivados.

E muitas outras de que me esqueci, mas julgo que só estas ilustram perfeitamente o absurdo da qualificação de leis científicas da arte. Alhos com bugalhos!

Denuncia tal denominação, de modo cabal, a sua incapacidade para agrupar ideias, noções e imagens. Que pensaria ele de ciência? Qual era a sua concepção de arte? Será possível decifrar essa história de “leis científicas da arte”? Qual!

Era assim o grande poeta samoieda.

Além de uma gramaticazinha que nós aqui chamamos de tico-tico e da arte poética de Chalat aumentada e explicada com uma lógica de gafanhotos, não possuía ele um acervo de noções gerais, de ideias, de observações, de emoções próprias e diretas do mundo, de julgamentos sobre as coisas, tudo isso que forma o fundo do artista e que, sob a ação de uma concepção geral, lhe permite fazer grupamentos ideais, originalmente, criar enfim.

A importância do vate lhe vinha de redigir *A Kananga*, órgão das casas de perfumarias, leques, luvas e receitas para doces, onde alguns rapazes, sob o seu olhar cioso, escreviam, para ganhar os cigarros, algumas coisas ligeiras.

O bardo samoieda tomava, entretanto, a coisa a sério, como se estivesse escrevendo para a *Revue de Deux Mondes* uma fórmula de mãe-benta; e evitava o mais possível que alguém tomasse pé na pueril *A Kananga*. Era essa a sua máxima preocupação de artista.

De todos os postigos literários, usava, e de todas as mesquinhezas da profissão abusava.

Era este de fato um samoieda típico no intelectual, no moral, no físico. Tinha fama.

Poderia mais esclarecer semelhante escola, os seus processos, as suas regras, as suas superstições, mas não convém fazer semelhante coisa, porque bem podia acontecer que alguns dos meus compatriotas a quisessem seguir.

Já temos muitas bobagens e são bastantes.

Fico nisto.

I UM GRANDE FINANCEIRO

A República dos Estados Unidos da Bruzundanga tinha, como todas as repúblicas que se prezam, além do presidente e juízes de várias categorias, um Senado e uma Câmara de Deputados, ambos eleitos por sufrágio direto e temporário, com certa diferença na duração do mandato: o dos senadores, mais longo; o dos deputados, mais curto.

O país vivia de expedientes, isto é, de cinquenta em cinquenta anos, descobria-se nele um produto que ficava sendo a sua riqueza. Os governos taxavam-no a mais não poder, de modo que os países rivais, mais parcimoniosos na decretação de impostos sobre produtos semelhantes, acabavam, na concorrência, por derrotar a Bruzundanga; e, assim, ela fazia morrer a sua riqueza, mas não sem os estertores de uma valorização duvidosa. Daí vinha que a grande nação vivia aos solavancos, sem estabilidade financeira e econômica; e, por isso mesmo, dando campo a que surgissem, a toda a hora, financeiros de todos os seus cantos e, sobretudo, do seu parlamento.

Naquele ano, isto há dez anos atrás, surgiu na sua Câmara um deputado que falava muito em assuntos de finanças, orçamentos, impostos diretos e indiretos e outras coisas cabalísticas da ciência de obter dinheiro para o Estado.

A sua ciência e saber foram logo muito gabados, pois o Tesouro da Bruzundanga, andando quase sempre vazio, precisava desses mágicos financeiros, para não se esvaziar de todo.

Chamava-se o deputado Felixhimino Ben Karpatoso. Se era advogado, médico, engenheiro ou mesmo dentista, não se sabia bem, mas todos tratavam-no de doutor.

O doutor Karpatoso tinha uma erudição sólida e própria em matéria de finanças. Não citava Leroy-Beaulieu absolutamente. Os seus autores prediletos eram o russo-polaco Ladislau Poniatwsky, o australiano Gordon O'Neill, o chinês Ma-Fi-Fu, o americano William Farthing e, sobretudo, o doutor Caracoles y Mientras, da Universidade de Caracas, capital da Venezuela, que, por ser país sempre em bancarrota, dava grande autoridade ao financista de sua principal universidade.

O físico do deputado era dos mais simpáticos. Tinha um ar de Gilblas de Santillana, em certas ilustrações do romance de Le Sage, com as suas barbas

negras, cerradas, longas e sedosas, muito cuidadas e aparadas à tesoura diariamente. A tez era de um moreno espanhol; os cabelos, abundantes e de azeviche; os olhos, negros e brilhantes; e não largava a piteira de âmbar, com guarnições de ouro, onde fumegava sempre um charuto caro.

O seu saber em matéria de finanças e economia política determinava a sua constante escolha para relator do orçamento da receita. Era de ver como ele escrevia um substancial prefácio ao seu relatório. Não me recordo de todas as passagens importantes de alguns deles, mas, de certas, e é pena que sejam tão poucas, eu me lembro perfeitamente. Eis aqui algumas. Para o orçamento de 1908, o doutor Karpatoso escreveu o seguinte trecho profundo: “Os governos não devem pedir às populações que dirigem, em matéria de impostos, mais do que elas possam dar, afirma Ladislau Poniatwsky. A nossa população é em geral pobríssima e nós não devemos sobrecarregá-la fiscalmente.” Não impediu isto que ele propusesse o aumento da taxa sobre o bacalhau da Noruega, pretextando haver produtos similares nas costas do país.

No orçamento do ano seguinte, ainda como relator da receita, ele dizia: “É missão dos governos modernos, em países de fraca iniciativa individual (o nosso o é), fomentar o aparecimento de riquezas novas, no dizer de Gordon O’Neill. A província das jazidas, segundo um sábio professor francês, é um coração de ouro sob um peito de ferro. O pico de Ytabhira etc.”

E lembrava à Câmara que indicasse medidas práticas para o aproveitamento do ouro e do ferro da província das jazidas. A Câmara e o Senado ouviram-no e votaram algumas centenas de contos para uma comissão que estudasse o meio prático de aproveitar o ferro da rica província central. A comissão foi nomeada, montaram o escritório de pesquisas na capital, em lugar semelhante ao Largo da Carioca, e o pico de Ytabhira ficou intacto.

A fama do doutor Karpatoso subia e a sua elegância também. Fez uma viagem à Europa, para estudar o mecanismo financeiro dos países do velho mundo. Voltou de lá naturalmente mais sábio; o que, porém, ele trouxe de fato, nas malas, e foi verificado pelos elegantes do país, foram fatos, botas, chapéus, bengalas, *dernier bateau*, como dizem os *smarts* das colônias francesas da Ásia, da África, da América e da Oceania.

Arreado de novo e inteiramente europeu, o doutor Karpatoso começou a figurar nas seções mundanas dos jornais, e, vencendo o senhor Mikel de Longueville, outro deputado da Bruzundanga, foi tido como o parlamentar mais *chic* do Congresso Nacional.

“A elegância do doutor Mikel de la Tour d’Auvergne é um tanto pesada; tem algo da solidez lusitana quando enrijou os músculos ao machado nos cepos dos açougues; a do doutor Ben Karpatoso é mais leve, mais ligeira, mais nervosa. Parece ter sido obtida com o exercício do florete.”

Tudo isto foi dito na seção elegante — “De Cócoras” — do *Diário Mercantil*, jornal da capital, seção redigida por escritor que tinha, em matéria de compor romances, um grande parentesco com aquela raposa das uvas, cuja história La Fontaine contou. “*Ils sont trop verts, et bons pour des goujats*”, disse a raposa quando não pôde atingir as uvas. Lembram-se?

O elogio que o tal senhor fez aos ademanos do doutor Karpatoso tinha origem no boato a correr de que, muito em breve, ele seria indicado para ministro da Fazenda, e o tal redator da seção — “De Cócoras” — tinha sempre em mira descobrir os ministros futuros, para ulteriores serviços de sua profissão e recompensas consequentes.

Mikel de Bouillon é que ficou aborrecido com a coisa, mas como tinha certeza de sair, pelo menos, vice-presidente da Bruzundanga, abafou o azedume, encerrou bem os bigodes e continuou a pisar os passeios das ruas centrais da capital, com uma estudada solenidade — lento, ereto como um soba africano que tivesse envergado um fardão de oficial de marinha e se coberto com o respectivo chapéu armado, encontrados nos salvados de um naufrágio, em uma praia deserta. Via-se bem que Turenne Calmon era daqueles que se satisfazem em ser o segundo em Roma, e que segundo!

Desde que se rosnou que o doutor Karpatoso seria ministro da Fazenda do futuro quadriênio, a sua casa começou a encher-se. Karpatoso era casado com uma senhora da roça, muito segura das suas origens nobres; ela pertencia à família dos Kilvas, cujo armorial e pergaminhos não tinham sido outorgados por nenhum príncipe soberano. Como Napoleão que, segundo dizem, na sua sagração de imperador, pôs ele mesmo a coroa na cabeça, Dona Hengrácia Ben Manuela Kilva tinha ela mesma se enobrecido.

Felixhimino, como bom financeiro que era, possuía qualidades harpagonescas de economia e poupança, de forma que se zangava muito com aquelas despesas de chá e biscoitos, que era obrigado a oferecer aos visitantes. A fim de não mexer nas economias que fazia sobre seu subsídio teve a ideia genial de fundar uma casa de herbanário, em uma espécie de rua Larga de São Joaquim da capital da República da Bruzundanga. Arranjou uma pessoa de confiança, que pôs à testa do negócio; e ei-lo a vender chá mineiro, alfavaca, “língua-de-vaca”, cipó-chumbo, malícia-de-mulher, erva-cidreira, jurubeba,

catinga-de-bode, mata-pão, erva-tostão, bicuíba, óleo de capivara, cascos de jacarés, corujas empalhadas, caramujos, sapos secos, jabutis etc. Em breve, ficou sendo o principal fornecedor dos feiticeiros da cidade, e os lucros foram grandes, de modo que ele pôde, sem mais gravame nas suas finanças, sustentar o seu salão.

Mme. Hengrácia Ben Karpatoso, centro de conversa, não se cansava de gabar os árduos trabalhos do marido.

Certa vez em que houvera recepção na casa do famoso deputado, quando ele já se tinha retirado para os aposentos do andar superior, a fim de estudar não sei o quê, sua mulher ficou na sala de visitas a conversar com algumas amigas e alguns amigos. Alguém, a um tempo da conversa, observou:

— Isto vai tão mal, que não sei mesmo quem nos salvará.

Mme. Hengrácia, tal e qual *Mme.* de Girardin, em certa ocasião, apontou o dedo para o teto e disse sacerdotalmente:

— Ele!

Todos se entreolharam e o doutor Moscoso completou:

— Sim: Deus!

— Não — observou Dona Hengrácia. — Ele, o Felixhimino, quando for ministro da Fazenda. Ele há de sê-lo em breve.

Todos concordaram. Não se cumpriu, porém, a profecia da pitonisa conjugal, pois o novo presidente da Bruzundanga — Idle Bhras — não fez Ben Karpatoso ministro do Tesouro.

O sábio deputado continuou, porém, na sua atividade financeira, a relatar orçamentos com saldos, mas que sempre, ao fim do exercício, se fechavam com *déficits*.

Certo dia, Idle Bhras de Grafofone e Cinema mandou-o chamar ao palácio e disse-lhe:

— Karpatoso, o orçamento fecha-se sempre com *déficit*. Este cresce de ano para ano... Tenho que satisfazer compromissos no estrangeiro... Espero que você me arranje um jeito de aumentarmos a receita. Você tem estudos sobre finanças e não será difícil para você...

A isto Felixhimino respondeu com toda a segurança:

— Não há dúvidas! Vou arranjar a coisa.

Três dias após, ele tinha as ideias salvadoras: aumentava do triplo a taxa sobre o açúcar, o café, o querosene, a carne-seca, o feijão, o arroz, a farinha de mandioca, o trigo e o bacalhau; do dobro, os tecidos de algodão, os sapatos, os chapéus, os fósforos, o leite condensado, a taxa das latrinas, a água, a lenha, o

carvão, o espírito de vinho; criava um imposto de 50% sobre as passagens de trens, bondes e barcas, isentando a seda, o veludo, o champagne etc. de qualquer imposto. Calculando tudo, ele obtinha trinta mil contos. Levou a coisa a Idle Bhras de Grafofone e Cinema, que gabou muito o trabalho de Ben Karpatoso:

— Tu és um Colbert e mais ainda: és o João Ben Venanko, aquele, não sabes?, que foi presidente da Câmara de Guaporé, minha terra. Ele sempre teve ideias semelhantes às tuas, mas nunca as aceitava, por isso nunca o município prosperou. Entretanto, era um pobre meirinho... Que financeiro!

Apresentadas as ideias de Felixhimino à Câmara, muitos deputados se insurgiram contra elas.

Um objetou:

— Vossa Excelência quer matar de fome o povo da Bruzundanga.

— Não há tal; mas mesmo que viessem a morrer muitos, seria até um benefício, visto que o preço da oferta é regulado pela procura e, desde que a procura diminua com a morte de muitos, o preço dos gêneros baixará fatalmente.

Um outro observou:

— Vossa Excelência vai obrigar o povo a andar nu.

— Não apoiado. O vestuário deve ser uma coisa majestosa e imponente, para bem impressionar os estrangeiros que nos visitem. A seda e a lã ficarão pouco mais caras que os tecidos de algodão. Toda a gente vestir-se-á de seda ou de lã e as populações das nossas cidades terão um ar de abastança que muito favoravelmente há de impressionar os estrangeiros.

Um outro refletiu:

— Vossa Excelência vai impedir o movimento de passageiros dentro da cidade e dentro do país.

— Será um benefício. O barateamento das passagens só traz a desmoralização da família. Com as passagens caras, diminuirão os passeios, os bailes, as festas, as visitas, os piqueniques, conseqüentemente os encontros de namorados, a procura de casas suspeitas etc., de forma que os adultérios e as seduções sensivelmente hão de ser mais raros.

Dessa maneira, o genial Karpatoso, émulo do meirinho Ben Venanko, o financeiro, foi arrendando uma por uma as objeções que eram feitas ao seu projeto de orçamento da receita.

Houve uma crise no ministério e logo ele foi nomeado ministro da Fazenda, com o orçamento que fizera votar. Foram tais os processos de

contrabando que teve que estudar, tanto meditou sobre eles, que, um dia, telegrafou a um seu subalterno que apreendera um grande, um imenso contrabando e prendera os infratores, desta forma: “Fuzile todos.”

O homem estava louco e morreu pouco depois. A seção elegante de um jornal de lá, o *Diário Mercantil* — “De Cócoras” — fez-lhe o necrológio; o novo ministro, entretanto, não pagou ao redator dela nada pelo serviço assombroso que prestara às letras do país.

II

A NOBREZA DE BRUZUNDANGA

Um leitor curioso e simpático, por ser curioso, escreveu-me uma amável cartinha, pedindo-me esclarecimentos sobre os usos, os costumes, as instituições civis sociais e políticas da República dos Estados Unidos da Bruzundanga.

Diz-me ele que procurou informações de tal país em compêndios de geografia, em dicionários da mesma disciplina e várias obras, nada encontrando a respeito.

O meu simpático leitor não me disse que obras consultou, mas certamente ele não procurou informações nos livros que o governo da Bruzundanga manda imprimir, dando fabulosos lucros aos impressores e editores, livros escritos em várias línguas e destinados a fazer a propaganda do país no estrangeiro.

É estranho; pois que, por meio de tais livros, muita gente tem feito fortuna e adquirido notoriedade nos corredores das Secretarias e nos desvãos do Tesouro da República da Bruzundanga.

Pode ter acontecido, entretanto, que o meu leitor amigo os tivesse procurado nas livrarias principais, mas não é aí que eles podem ser encontrados.

As obras que a república manda editar para a propaganda de suas riquezas e excelências, logo que são impressas completamente, distribuem-se a mancheias por quem as queira. Todos as aceitam e logo passam adiante, por meio de venda. Não julgue o meu correspondente que os “sebos” as aceitem. São tão mofinas, tão escandalosamente mentirosas, tão infladas de um otimismo de encomenda que ninguém as compra, por sabê-las falsas e destituídas de toda e qualquer honestidade informativa, de forma a não oferecer nenhum lucro aos revendedores de livros, por falta de compradores.

Onde o meu leitor poderá encontrá-las, se quer ter informações mais ou menos transbordantes de entusiasmo pago, é nas lojas de merceeiros, nos açougues, nas quitandas, assim mesmo em fragmentos, pois todos as pedem nas repartições públicas para vendê-las a peso aos retalhistas de carne verde, aos vendeiros e aos vendedores de couves.

Contudo, a fim de que o meu delicado missivista não fique fazendo mau juízo a meu respeito, vou dar-lhe algumas informações sobre o poderoso e rico país da Bruzundanga.

Hoje lhe falarei das nobrezas da grande Nação; proximamente, em artigos sucessivos, tratarei de outras instituições e costumes.

A nobreza de Bruzundanga se divide em dois grandes ramos. Talqualmente como na França de outros tempos, em que havia a nobreza de Toga e a de Espada, na Bruzundanga existe a nobreza doutoral e uma outra que, por falta de nome mais adequado, eu chamarei de palpite.

A aristocracia doutoral é constituída pelos cidadãos formados nas escolas, chamadas superiores, que são as de medicina, as de direito e as de engenharia. Há de parecer que não existe aí nenhuma nobreza; que os cidadãos que obtêm títulos em tais escolas vão exercer uma profissão como outra qualquer. É um engano. Em qualquer outro país, isto pode se dar; na Bruzundanga, não.

Lá, o cidadão que se arma de um título em uma das escolas citadas obtém privilégios especiais, alguns constantes das leis e outros consignados nos costumes. O povo mesmo aceita esse estado de coisas e tem um respeito religioso pela sua nobreza de doutores. Uma pessoa da plebe nunca dirá que essa espécie de brâmane tem carta, diploma; dirá: tem pergaminho. Entretanto, o tal pergaminho é de um medíocre papel de Holanda.

As moças ricas não podem compreender o casamento senão com o doutor; e as pobres, quando alcançam um matrimônio dessa natureza, enchem de orgulho a família toda, os colaterais e os afins. Não é raro ouvir alguém dizer com todo o orgulho:

— Minha prima está casada com o doutor Bacabau.

Ele se julga também um pouco doutor. Joana d'Arc não enobreceu os parentes?

A formatura é dispendiosa e demorada, de modo que os pobres, inteiramente pobres, isto é, sem fortuna e relações, poucas vezes podem alcançá-la.

Coisa curiosa! O que mete medo aos candidatos à nobreza doutoral não são os exames da escola superior, são os exames preliminares, aqueles das matrículas que constituem o nosso curso secundário...

Em geral, apesar de serem lentos e demorados, os cursos são medíocres e não constituem para os aspirantes senão uma vigília de armas para serem armados cavaleiros.

O título doutor anteposto ao nome tem na Bruzundanga o efeito do Dom em terras de Espanha. Mesmo no Exército, ele soa em todo seu prestígio nobiliárquico. Quando se está em face de um coronel com o curso de engenharia, o modo de tratá-lo é matéria para atrapalhações protocolares. Se só

se o chama *tout court* — doutor Kamisão —, ele ficará zangado porque é coronel; se se o designa unicamente por coronel, ele julgará que o seu interlocutor não tem em grande consideração o seu título universitário-militar.

Os prudentes, quando se dirigem a tais pessoas, juntam os dois títulos, mas há ainda aí uma dificuldade na precedência deles, isto é, se se devem designar tais senhores por doutor coronel ou coronel doutor.

Está aí um problema que deve merecer acurado estudo do nosso sábio Mayrinck. Se o nosso grande especialista em coisas protocolares resolver o problema, muito ganhará a fama da inteligência brasileira.

Quanto aos costumes, é isto que se observa em relação à nobreza doutoral. Temos, agora, que ver no tocante às leis.

O nobre doutor tem prisão especial, mesmo em se tratando dos mais repugnantes crimes. Ele não pode ser preso como qualquer do povo. Os regulamentos rezam isto, apesar da Constituição etc. etc.

Tendo crescido imensamente o número de doutores, eles, os seus pais, sogros, etc., trataram de reservar o maior número de lugares do Estado para eles. Capiciosamente, os regulamentos da Bruzundanga vão conseguindo esse *desideratum*.

Assim é que os simples lugares de alcaides de polícia, equivalentes aos nossos delegados, cargos que exigem o conhecimento de simples rudimentos de direito, mas muito tirocínio e hábito de lidar com malfeitores, só podem ser exercidos por advogados, nomeados temporariamente.

A Constituição da Bruzundanga proíbe as acumulações remuneradas, mas as leis ordinárias acharam meios e modos de permitir que os doutores acumulem. São cargos técnicos que exigem aptidões especiais, dizem. A Constituição não fez exceção, mas os doutores hermeneutas acharam uma.

Há médicos que são ao mesmo tempo clínicos do Hospital dos Indigentes, lentes da Faculdade de Medicina e inspetores dos telégrafos; há, na Bruzundanga, engenheiros que são a um só tempo professores de grego no Ginásio Secundário do Estado, professores de oboé no Conservatório de Música, e peritos louvados e vitalícios dos escombros de incêndios.

Quando lá estive, conheci um bacharel em direito que era consultor jurídico da principal estrada de ferro pertencente ao governo, inspetor dos serviços metalúrgicos do Estado e examinador das candidatas a irmãs de caridade.

Como veem, eles exercem conjuntamente cargos bem técnicos e atinentes aos seus diplomas.

Um empregado público qualquer que não seja graduado não pode ser eleito deputado; mas a mesma lei eleitoral faz exceção para aqueles funcionários que exercem cargos da mesma natureza técnica, isto é, doutores. Já vimos que espécie de técnica é a tal tão estimada na Bruzundanga. Convém, entretanto, contar um fato elucidativo. Um doutor de lá que era até lente da Escola dos Engenheiros, apesar de ter outros empregos rendosos, quis ser inspetor da carteira cambial do banco da Bruzundanga. Conseguiu e, ao dia seguinte de sua nomeação, quando se tratou de afixar a taxa do câmbio, vendo que, na véspera havia sido de 15 3/16, o sábio doutor mandou que se o fizesse no valor de 15 3/32. Um empregado objetou:

— Vossa Excelência quer fazer descer o câmbio?

— Como descer? Faça o que estou mandando! Sou doutor em matemática.

E a coisa foi feita, mas o sábio deixou o lugar, para estudar aritmética.

Continuemos a citar fatos para que esta narração tenha o maior cunho de verdade, apesar de que muita coisa possa parecer absurda aos leitores.

Certo dia li nos atos oficiais do Ministério dos Transportes e Comunicações daquele país o seguinte:

“F., amanuense dos Correios da província dos Cocos, pedindo fazer constar de seus assentamentos o seu título de doutor em medicina — Deferido”.

O pedido e o despacho dispensam qualquer comentário; e, por eles, todos podem aquilatar até que ponto chegou, na Bruzundanga, a superstição doutoral. Um amanuense que se quer recomendar por ser médico é fato que só se vê no interessante país da Bruzundanga.

Outros casos eloquentemente comprobativos do que venho expondo, posso ainda citar.

Vejamos.

Há pouco tempo, no Conselho Municipal daquele longínquo país, votou-se um orçamento, dobrando e triplicando todos os impostos. Sabem os que ele diminuiu? Os impostos sobre os médicos e advogados. Ainda mais.

Quando se tratou de organizar uma espécie de serviço militar obrigatório, o governo da Bruzundanga, não podendo isentar totalmente os aspirantes a doutor, consentiu que eles não residissem e comessem nos quartéis, no intuito piedoso de não lhes interromper os estudos. Entretanto, um caixeiro que fosse sorteado perderia o emprego, como todo e qualquer empregado de casa particular.

Há nessa nobreza doutoral uma hierarquia como em todas as aristocracias. O mandarinato chinês, ao qual muito se assemelha essa nobreza da Bruzundanga, tem os seus mandarins botões de safira, de topázio, de rubi etc. No país em questão, eles não se distinguem por botões, mas pelos anéis. No intuito de não fatigar os leitores, vou dar-lhes um quadro sintético de tal nobreza da Bruzundanga com a sua respectiva hierarquia colocada em ordem descendente. Guardem-no bem. Ei-lo, com as pedras dos anéis:

Médicos (Esmeralda)

Advogados (Rubi)

Doutores: Engenheiros (Safira)

Engenheiros militares (Turquesa)

Engenheiros geógrafos (Safira e certos sinais no arco do anel)

Farmacêutico (Topázio)

Dentista (Granada)

Em linhas gerais, são estas as características mais notáveis da nobreza doutoral da Bruzundanga. Podia acrescentar outras, sobre todos os seus graus. Lembrarei, porém, ao meu correspondente que os três primeiros graus são mais ou menos equivalentes, mas os três últimos gozam de um abatimento de 50% sobre o conceito que se faz dos primeiros.

Da outra nobreza, tratarei mais tarde, deixando de lado as meninas das Escolas Normais, com os seus bonés de universidade americana, e os bacharéis em letras da Bruzundanga, porque lá não são considerados nobres. Entretanto, as primeiras têm um anel distintivo que parece uma montra de joalheria, pela quantidade de pedras que possui; e os últimos anunciam o seu curso com uma opala vulgar. Ambos esses formados são lá considerados como falsa nobreza.

III

A OUTRA NOBREZA DA BRUZUNDANGA

No artigo precedente, dei rápidas e curtas indicações sobre a primeira espécie da nobiliarquia da República da Bruzundanga. Falei da nobreza doutoral. Agora vou falar de uma outra mais curiosa e interessante.

A nobreza dos doutores se baseia em alguma coisa. No conceito popular, ela é firmada na vaga superstição de que os seus representantes sabem; no conceito das moças casadeiras é que os doutores têm direito, pelas leis divinas e humanas, a ocupar os lugares mais rendosos do Estado; no pensar dos pais de família, ele se escuda no direito que têm os seus filhos graduados nas faculdades em trabalhar pouco e ganhar muito.

Enfim, em falta de outra qualquer base, há o tal pergaminho, mais ou menos carimbado pelo governo, com um fitão e uma lata de prata, onde há um selo, e na tampa uma dedicatória à dama dos pensamentos do gentil cavalheiro que se fez doutor.

A outra nobreza da Bruzundanga, porém, não tem base em coisa alguma; não é firmada em lei ou costume; não é documentada por qualquer espécie de papel, édito, código, carta, diploma, lei ou o que seja. Foi por isso que eu a chamei de nobreza de palpite. Vou dar alguns exemplos dessa singular instituição, para elucidar bem o espírito dos leitores.

Um cidadão da democrática República da Bruzundanga chamava-se, por exemplo, Ricardo Silva da Conceição. Durante a meninice e a adolescência foi conhecido assim em todos os assentamentos oficiais. Um belo dia, mete-se em especulações felizes e enriquece. Não sendo doutor, julga o seu nome muito vulgar. Cogita mudá-lo de modo a parecer mais nobre. Muda o nome e passa a chamar-se: Ricardo Silva de la Concepción. Publica o anúncio no *Jornal do Commercio* local e está o homem mais satisfeito da vida. Vai para a Europa e, por lá, encontra por toda parte príncipes, duques, condes, marqueses da Birmânia, do Afeganistão e do Tibete. Diabo!, pensa o homem. Todos são nobres e titulares e eu não sou nada disso.

Começa a pensar muito no problema e acaba lendo em um romance folhetim de A. Carrillo — nos *Cavalheiros do amor*, por exemplo — um título espanhol qualquer. Suponhamos que seja: Príncipe de Luna y Ortega. O homem diz lá consigo: “Eu me chamo Concepción, esse nome é espanhol, não

há dúvidas que sou nobre”; e conclui logo que é descendente do tal Príncipe de Luna y Ortega. Manda fazer cartões com a coroa fechada de príncipe, acaba convencido de que é mesmo príncipe, e convencendo os seus amigos da sua prosápia elevada.

Com um destes que se improvisou príncipe assim de uma hora para outra, aconteceu uma anedota engraçada.

Ele se chamava assim como Ferreira, ou coisa que o valha. Fez uma viagem à Europa e voltou príncipe não sei de quê.

Foi visitar as terras dos pais e dos avós que estavam abandonadas e entregues a antigos servidores.

Um dos mais velhos destes veio visitá-lo arrimado a um bastão que escorava a sua grande velhice. Falou ao homem, ao filho do seu antigo patrão, como falara ao menino a quem ensinara a armar laços e arapucas.

O novel príncipe formalizou-se e disse:

— Você não sabe, Heduardo, que eu sou príncipe?

— Quá o quê, nhonhô! Vancê não pode sê príncipe. Vancê não é fio de imperadô, cumo é?

O recente nobre, *ci-devant* Ferreira, estomagou-se e não quis mais conversas com aquele velho decrépito que tinha da nobreza ideias tão caducas. Não lhe deu mais trela.

Essa improvisação de títulos se dá pelas formas as mais estranhas.

Um rapaz de certos haveres, cujo pai mourejava muito para arranjar alguns cobres, foi um dia para o estrangeiro, bem enroupado, com algumas libras no bolso. Fora das vistas paternas e sentindo longe a hipocrisia de Bruzundanga, meteu-se em todas as pândegas que lhe passou pela cabeça.

Uma noite, em que estava cercado de damas alegres, em uma mesa de café cantante, uma delas deu na telha de tratá-lo de marquês. Era senhor marquês para aqui; senhor marquês para ali.

O rapaz espantou-se a princípio, mas com o calor da conversa e a insistência da dama, ele perguntou ingenuamente:

— Mas eu sou marquês?

— É — disse a dama galante.

— Como?

— Vou já mostrar ao senhor marquês. Dê-me vinte francos e os nomes de seus pais, que já lhe dou a prova.

Ele assim fez e, dentro de vinte minutos, o rapazola recebia a sua árvore genealógica, donde se concluía que descendia dos marqueses de Livreville.

À vista de tão poderoso documento, o cidadão, que partira da Bruzundanga simplesmente chamando-se Carlos Xavantes (é uma hipótese), voltou da estranha com o altissonante título de Marquês de Libreville. O pai continuou a chamar-se Xavantes; ele, porém, era marquês. O'manes de d'Hozier!

Alguns nobres da casta dos doutores acumulam também a outra nobreza. São condes ou duques e doutores; e usam alternativamente o título de uma e o da outra aristocracia. Passam assim a ser conhecidos por dois nomes — coisa que é quase verificada entre os malfeitores e outros conhecidos da polícia.

Essa recrudescência de títulos nobiliárquicos apareceu desde que a Bruzundanga se fez república, e desconheceu os títulos de nobreza porque o país havia sido governado pelo regime monárquico, com uma nobreza modesta não hereditária, que mais parecia o *tchin* russo, isto é, uma nobreza de burocratas, do que mesmo uma nobreza feudal. O rei que a criou não a chamava mesmo “nobreza”, mas *taffetas*.

No país, esses titulares de palpite não têm importância alguma na massa popular. Os do povo respeitam mais um modesto doutor de farmácia pobre do que um altissonante Medina Sidonia de última hora; a *élite*, porém, a nata — essa sim! — tem por eles o respeito que se devia aos antigos nobres.

O povo sempre os recebe com o respeito que nós tínhamos, aqui, pelo Príncipe Ubá II, d'África.

A gente civilizada e rica, entretanto, não pensa assim, leva-os a sério e os seus títulos são berrados nos salões como se estivessem ali um Montmorency, um Conde de Vidigueira, um Duque D'Alba, que, por sinal, foi tomado para ascendente de um grave senhor da Bruzundanga, que desejava a incorporação do proletário à sociedade moderna.

Os costumes daquele longínquo país são assim interessantes e dignos de acurado estudo. Eles têm uma curiosa mistura de ingenuidade infantil e idiotice senil. Certas vezes, como que merecem invectivas de profeta judaico; mas, quase sempre, o riso bonachão de Rabelais.

O que ficou dito sobre as suas duas nobrezas, penso eu, justifica esse juízo. E para elas ainda é bom não esquecer que devemos julgá-las como aconselha Anatole France: com ironia e piedade.

IV

A POLÍTICA E OS POLÍTICOS DA BRUZUNDANGA

A minha estada na Bruzundanga foi demorada e proveitosa. O país, no dizer de todos, é rico, tem todos os minerais, todos os vegetais úteis, todas as condições de riqueza, mas vive na miséria. De onde em onde, faz uma “parada” feliz e todos respiram. As cidades vivem cheias de carruagens; as mulheres se arreiam de joias e vestidos caros; os cavalheiros *chics* se mostram, nas ruas, com bengalas e trajes apurados; os banquetes e as recepções se sucedem.

Não há amanuense do Ministério do Exterior de lá que não ofereça banquetes por ocasião de sua promoção ao cargo imediato.

Isto dura dois ou três anos, mas, de repente, todo esse aspecto da Bruzundanga muda. Toda a gente começa a ficar na miséria. Não há mais dinheiro. As confeitarias vivem às moscas; as casas de elegâncias põem à porta verdadeiros recrutadores de fregueses; e os judeus do açúcar e das casas de prego começam a enriquecer doidamente.

— Por que será tal coisa? — hão de perguntar.

É que a vida econômica da Bruzundanga é toda artificial e falsa nas suas bases, vivendo o país de expedientes.

Entretanto, o povo só acusa os políticos, isto é, os seus deputados, os seus ministros, o presidente, enfim.

O povo tem em parte razão. Os seus políticos são o pessoal mais medíocre que há. Apegam-se a velharias, a coisas estranhas à terra que dirigem, para achar solução às dificuldades do governo.

A primeira coisa que um político de lá pensa, quando se guinda às altas posições, é supor que é de carne e sangue diferente do resto da população.

O valo de separação entre ele e a população que tem de dirigir faz-se cada vez mais profundo.

A Nação acaba não mais compreendendo a massa dos dirigentes, não lhe entendendo estes a alma, as necessidades, as qualidades e as possibilidades.

Em face de um país com uma população já numerosa em relação ao território ocupado efetivamente — na Bruzundanga, os seus políticos só pedem e proclamam a necessidade de introduzir milhares e milhares de forasteiros.

Dessa maneira, em vez de procurarem encaminhar para a riqueza e para o trabalho a população que já está, eles, por meio de capciosas publicações,

mentirosas e falsas, atraem para a nação uma multidão de necessitados cuja desilusão, após certo tempo de estadia, mais concorre para o mal-estar do país.

Bossuet dizia que o verdadeiro fim da política era fazer os povos felizes; o verdadeiro fim da política dos políticos da Bruzundanga é fazer os povos infelizes.

Já lhes contei aqui como o doutor Felixhimino Ben Karpatoso, tido como grande financista naquele país, se saiu quando se tratou de resolver grandes dificuldades financeiras da nação. Pois bem: esse senhor não é o único exemplo da singular capacidade mental dos homens públicos da Bruzundanga.

Outros muitos eu poderia citar. Há lá um que, depois de umas exibições vaidosas de retratos nos jornais e coisas equivalentes, se casou rico e deu para ser católico praticante.

Encontrou o caminho de Damasco que é ainda uma cidade opulenta. Entretanto, eu, quando frequentei a Universidade da Bruzundanga, o conheci como adepto do positivismo do rito do nosso Teixeira Mendes. Quis meter-se na política, fugiu do positivismo e, antes de dez anos, ei-lo de balandrau e vara a acompanhar procissões.

Depois de sua conversão, foi eleito definidor, fabriqueiro, escrivão de várias irmandades e ordens terceiras.

Aliás, na Bruzundanga, não há sujeito ateu ou materialista em regra que, ao se casar com mulher rica, não se faça instantaneamente católico apostólico romano. Assim fez esse meu antigo colega.

Esse homem, ou antes esse rapaz, que tão rapidamente se passou de uma ideia religiosa para outra, esse rapaz cuja insinceridade é evidente, é ajudado em todas as suas pretensões, veleidades, desejos, pelos bispos, frades, padres e irmãs de caridade.

As irmãs de caridade gozam, lá na Bruzundanga, de uma influência poderosa. Não quero negar que, como enfermeiras de hospitais, elas prestem serviços humanitários dignos de todo o nosso respeito, mas não são essas que os cínicos ambiciosos da Bruzundanga cortejam. Eles cortejam aquelas que dirigem colégios de meninas ricas. Casando-se com uma destas, obtêm elas influência das colegas, casadas também com grandes figurões, para arranjar posições e lugares rendosos.

Toda a gente sabe como o pessoal eclesiástico consegue manter a influência sobre os seus discípulos, mesmo depois de terminarem os seus cursos. Anatole France, em *L'Église et la République*, mostrou isso muito bem. Os padres, freiras, irmãs de caridade não abandonam os seus alunos absolutamente.

Mantêm sociedades, recepções etc. para os seus antigos educandos; seguem-lhes a vida de toda forma, no casamento, nas carreiras, nos seus lutos etc.

De tal forma fazem isto que constituem uma espécie de maçonaria a influir no espírito dos homens, através das mulheres que eles esposam.

E os malandros que sabem dessa teia formada acima dos néscios, dos sinceros e dos homens de pensamento, tratam de cavar um dote e uma menina das irmãs, o que vem a ser uma e única coisa.

Disse-nos um velho que conheceu escravos na Bruzundanga que foram elas, as irmãs dos colégios ricos, as mais tenazes inimigas da abolição da escravidão. Dominando as filhas e mulheres dos deputados, senadores, ministros, dominavam de fato os deputados, os senadores e os ministros. *Ce que femme veut...*

Na Bruzundanga, onde os casamentos desastrosos abundam como em toda parte, não é lei o divórcio por causa dessa influência hipócrita e tola, provinda dos ricos colégios de religiosos, onde se ensina a papaguear o francês e acompanhar a missa.

Esta dissertação não foi à toa, em se tratando de política e políticos da Bruzundanga, porque estes últimos são em geral casados com moças educadas pelas religiosas e estas fazem a política do país.

Com esse apoio forte, apoio que resiste às revoluções, às mudanças de regime, eles tratam, no poder, não de atender as necessidades da população, não de lhes resolver os problemas vitais, mas de enriquecerem e firmarem a situação de seus descendentes e colaterais.

Não há lá homem influente que não tenha, pelo menos, trinta parentes ocupando cargos do Estado; não há lá político influente que não se julgue com direito a deixar para os seus filhos, netos, sobrinhos, primos, gordas pensões pagas pelo Tesouro da República.

No entanto, a terra vive na pobreza; os latifúndios abandonados e indivisos; a população rural, que é a base de todas as nações, oprimida por chefões políticos, inúteis, incapazes de dirigir a coisa mais fácil desta vida.

Vive sugada, esfomeada, maltrapilha, macilenta, amarela, para que, na sua capital, algumas centenas de parvos, com títulos altissonantes disso ou daquilo, gozem vencimentos, subsídios, duplicados e triplicados, afora rendimentos que vêm de outra e qualquer origem, empregando um grande palavreado de quem vai fazer milagres.

Um povo desses nunca fará um *haro* para obter terras.

A República dos Estados Unidos da Bruzundanga tem o governo que merece. Não devemos estar a perder o latim com semelhante gente; eu, porém, que me propus a estudar os seus usos e costumes, tenho que ir até ao fim.

Não desanimarei e ainda mais uma vez lembro, para bem esclarecer o que fica dito acima, que o grande Bossuet disse que a política tinha por fim fazer a felicidade dos povos e a vida cômoda.

A Águia de Meaux, creio eu, não afirmou isso somente para edificação de algumas beatas...

V

AS RIQUEZAS DA BRUZUNDANGA

Quando abrimos qualquer compêndio de geografia da Bruzundanga, quando se lê qualquer poema patriótico desse país, ficamos com a convicção de que essa nação é a mais rica da terra.

“A Bruzundanga”, diz um livro do grande sábio Volkate Ben Volkate, “possui nas entranhas do seu solo todos os minerais da terra.

“A província das Jazidas tem ouro, diamantes; a dos Bois, carvão de pedra e turfa; a dos Cocos, diamantes, ouro, mármore, safiras, esmeraldas; a dos Bambus, cobre, estanho e ferro. No reino mineral, nada pede o nosso país aos outros. Assim também no vegetal, em que é sobremodo rica a nossa maravilhosa terra.

“A borracha”, continua ele, “pode ser extraída de várias árvores que crescem na nossa opulenta nação; o algodoeiro é quase nativo; o cacau pode ser colhido duas vezes por ano; a cana-de-açúcar nasce espontaneamente; o café, que é a sua principal riqueza, dá quase sem cuidado algum e assim todas as plantas úteis nascem na nossa Bruzundanga com facilidade e rapidez, proporcionando ao estrangeiro a sensação de que ela é o verdadeiro paraíso terrestre.”

Nesse tom, todos os escritores, tanto os mais calmos e independentes como os de encomenda, cantam a formosa terra da Bruzundanga.

Os seus acidentes naturais, as suas montanhas, os seus rios, os seus portos são também assim decantados. Os seus rios são os mais longos e profundos do mundo; os seus portos, os mais fáceis ao acesso de grandes navios e os mais abrigados etc. etc.

Entretanto, quem examinar com calma esse ditirambo e o confrontar com a realidade dos fatos há de achar estranho tanto entusiasmo.

A Bruzundanga tem carvão, mas não queima o seu nas fornalhas de suas locomotivas. Compra-o à Inglaterra, que o vende por bom preço. Quando se pergunta aos sábios do país porque isto se dá, eles fazem um relatório deste tamanho e nada dizem. Falam em calorías, em teor de enxofre, em escórias, em grelhas, em fornalhas, em carvão americano, em *briquettes*, em camadas e nada explicam de todo. Os do povo, porém, concluem logo que o tal carvão de pedra da Bruzundanga não serve para fornalhas, mas, com certeza, pode ser

aproveitado como material de construção, por ser de pedra. O que se dá com o carvão, dá-se com as outras riquezas da Bruzundanga. Elas existem, mas ninguém as conhece. O ouro, por exemplo, é tido como uma das fortunas da Bruzundanga, mas lá não corre uma moeda desse metal. Mesmo nas montras dos cambistas, as que vemos são estrangeiras. Podem ser turcas, abexins, chinas, gregas, mas do país não há nenhuma. Contudo, todos afirmam que o país é a pátria do ouro.

O povo da Bruzundanga é doce e crente, mais supersticioso do que crente, e entre as suas superstições está esta do ouro. Ele nunca o viu, ele nunca sentiu o seu brilho fascinador, mas todo bruzundanguense está certo de que possui no seu quintal um filão de ouro.

Com o café dá-se uma coisa interessante. O café é tido como uma das maiores riquezas do país; entretanto, é uma das maiores pobreza. Sabem por quê? Porque o café é o maior “mordedor” das finanças da Bruzundanga.

Eu me explico. O café, ou antes, a cultura do café é a base da oligarquia política que domina a nação. A sua árvore é cultivada em grandes latifúndios pertencentes a essa gente, que, em geral, mal os conhece, deixando-os entregues a administradores, senhores, nessas vastas terras, de barão e cutelo, distribuindo soberanamente justiça, só não cunhando moeda porque, desde séculos, tal coisa é privilégio do rei.

Os proprietários dos latifúndios vivem nas cidades, gastando à larga, levando vida de nababos e com fumaças de aristocratas. Quando o café não lhes dá o bastante para as suas impondências e as da família, começam a clamar que o país vai à garra, que é preciso salvar a lavoura, que o café é a base da vida econômica do país, e zás, arranjam meios e modos do governo central decretar um empréstimo de milhões para valorizar o produto.

Curiosos economistas que pretendem elevar o valor de uma mercadoria cuja oferta excede às necessidades da procura. Mais sábios, parece, são os donos de armarinho que dizem vender barato para vender muito...

Arranjando empréstimo, está a coisa acabada. Eles, os oligarcas, nadam em ouro durante cinco anos, todo o país paga os juros e o povo fica mais escorchado de impostos e vexações fiscais. Passam-se os anos, o café não dá o bastante para o luxo dos doges, dogaresas e dogarinhos da baga rubra, e logo eles tratam de arranjar uma nova valorização.

A manobra da “valorização” consiste em fazer que o governo compre o café por um preço que seja vantajoso aos interessados e o retenha em depósito; mas acontece que os interessados são, em geral, governo ou parentes deles, de

modo que os interessados fixam para eles mesmos o preço da venda, preço que lhes dê fartos lucros, sem se incomodar que “o café” venha a ser, senão a pobreza, ao menos a fonte da pobreza da Bruzundanga, com os tais empréstimos para as valorizações.

Além disto, o café esgota as terras, torna-as maninhas, de modo que regiões do país que foram opulentas pela sua cultura em menos de meio século ficaram estéreis e sáfaras.

Sobre a cultura do café nas terras da Bruzundanga, eu podia muito dizer e podia também muito epilogar. Não me despeço do assunto totalmente; eu talvez mais tarde volte a ele. Há matéria para escrever sobre ela, muita; dá tanto assunto quanto os matadouros de Chicago.

O cultivo da cana e o fabrico de aguardente e açúcar são matérias de que me abstenho de tratar. Abstenho-me porque lá diz o ditado que, com teu amo, não jogues as peras. *Le sage...*

A riqueza mais engraçada da Bruzundanga é a borracha. De fato, a árvore da borracha é nativa e abundante no país. Ela cresce em terras que, se não são alagadiças, são doentias e infestadas de febres e outras endemias. A extração do látex é uma verdadeira batalha em que são ceifadas inúmeras vidas. É cara, portanto. Os ingleses levaram sementes e plantaram a árvore da borracha nas suas colônias, em melhores condições que as espontâneas da Bruzundanga. Pacientemente, esperaram que as árvores crescessem; enquanto isto, os estadistas da Bruzundanga taxavam a mais não poder o produto.

Durante anos, essa taxa fez a delícia da província dos Rios. Palácios foram construídos, teatros, hipódromos etc.

Das margens do seu rio principal, surgiram cidades maravilhosas e os seus magnatas faziam viagens à Europa em iates ricos. As *cocottes* caras infestavam as ruas da cidade. O Eldorado...

Veio, porém, a borracha dos ingleses e tudo foi por água abaixo, porque o preço de venda da Bruzundanga mal dava para pagar os impostos. A riqueza fez-se pobreza...

A província deixou de pagar as dívidas e houve desembargadores dela a mendigar pelas ruas, por não receberem os vencimentos desde mais de dois anos.

Eis como são as riquezas do país da Bruzundanga.

VI

O ENSINO NA BRUZUNDANGA

Já vos falei na nobreza doutoral desse país; é lógico, portanto, que vos fale do ensino que é ministrado nas suas escolas, donde se origina essa nobreza. Há diversas espécies de escolas mantidas pelo governo geral, pelos governos provinciais e por particulares.

Estas últimas são chamadas livres e as outras oficiais, mas todas elas são equiparadas entre si e os seus diplomas se equivalem. Os meninos ou rapazes que se destinam a elas não têm medo absolutamente das dificuldades que o curso de qualquer delas possa apresentar. Do que eles têm medo é dos exames preliminares. De forma que os filhos dos poderosos fazem os pais desdobrarem bancas de exames, porem em certas mesas pessoas suas, conseguindo aprovar os pequenos em aritmética sem que ao menos saibam somar frações, outros em francês sem que possam traduzir o mais fácil autor. Com tais manobras, conseguem sair da alhada e lá vão, cinco ou seis anos depois, ocupar gordas sinecuras com a sua importância de “doutor”.

Há casos tão escandalosos que, só em contá-los, metem dó.

Passando assim pelo que nós chamamos preparatórios, os futuros diretores da República dos Estados Unidos da Bruzundanga acabam os cursos mais ignorantes e presunçosos do que quando para lá entraram. São esses tais que berram: “Sou formado! Está falando com um homem formado!”

Ou senão quando alguém lhes diz: “Fulano é inteligente, ilustrado...”, acode o homenzinho logo:

— É formado?

— Não.

— Ahn!

Raciocina ele muito bem. Em tal terra, quem não arranja um título como ele obteve o seu, deve ser muito burro, naturalmente.

Há outros, espertos e menos poderosos, que empregam o seguinte *truc*. Sabem, por exemplo, que, na província das Jazidas, os exames de matemática elementar são mais fáceis. Que fazem eles? Inscrevem-se nos exames de lá, partem e voltam com certidões de aprovação.

Continuam eles nessas manobras durante o curso superior. Em tal Escola são mais fáceis os exames de tais matérias. Lá vão eles para a tal escola,

frequentam o ano, decoram os pontos, prestam ato e, logo aprovados, voltam correndo para a escola ou faculdade mais famosa, a fim de receberem o grau. O ensino superior fascina todos na Bruzundanga. Os seus títulos, como sabeis, dão tantos privilégios, tantas regalias, que pobres e ricos correm para ele. Mas só são três espécies que suscitam esse entusiasmo: o de médico, o de advogado e o de engenheiro.

Houve quem pensasse em torná-los mais caros, a fim de evitar a pletora de doutores. Seria um erro, pois daria o monopólio aos ricos e afastaria as verdadeiras vocações. De resto, é sabido que os lentes das escolas daquele país são todos relacionados, têm negócios com os potentados financeiros e industriais do país e quase nunca lhes reprovam os filhos.

Extinguir-se as escolas seria um absurdo, pois seria entregar esse ensino a seitas religiosas, que tomariam conta dele, mantendo-lhe o prestígio na opinião e na sociedade.

Apesar de não ser da Bruzundanga, eu me interesso muito por ela, pois lá passei uma grande parte da minha meninice e mocidade.

Meditei muito sobre os seus problemas e creio que achei o remédio para esse mal que é o seu ensino. Vou explicar-me sucintamente.

O Estado da Bruzundanga, de acordo com a sua carta constitucional, declararia livre o exercício de qualquer profissão, extinguindo todo e qualquer privilégio de diploma.

Feito isso, declararia também extintas as atuais faculdades e escolas que ele mantém.

Substituiria o atual ensino seriado, reminiscência da Idade Média, onde, no *trivium*, se misturava a gramática com a dialética e, no *quadrivium*, a astronomia e a geometria com a música, pelo ensino isolado de matérias, professadas pelos atuais lentes, com seus preparadores e laboratórios.

Quem quisesse estudar medicina, frequentaria as cadeiras necessárias à especialidade a que se destinasse, evitando as disciplinas que julgasse inúteis.

Aquele que tivesse vocação para engenheiro de estrada de ferro não precisava estar perdendo tempo estudando hidráulica. Frequentaria tão somente as cadeiras de que precisasse, tanto mais que há engenheiros que precisam saber disciplinas que até bem pouco só se exigiam dos médicos, tais como os sanitários; médicos — os higienistas — que têm de atender a dados de construção etc.; e advogados a estudos de medicina legal.

Cada qual organizaria o programa do seu curso, de acordo com a especialidade da profissão liberal que quisesse exercer, com toda a honestidade e

sem as escoras de privilégio ou diploma todo poderoso.

Semelhante forma de ensino, evitando o diploma e os seus privilégios, extinguiria a nobreza doutoral; e daria aos jovens da Bruzundanga mais honestidade no estudo, mais segurança nas profissões que fossem exercer, com a força que vem da concorrência entre homens de valor e inteligência nas carreiras que seguem.

Eu não supponho, não tenho a ilusão que alguém tome a sério semelhante ideia.

Mas desejava bem que os da Bruzundanga a tomassem, para que mais tarde não tenham que se arrepender.

A nobreza doutoral, lá, está se fazendo aos poucos irritante, e até sendo hereditária. Querem ver? Quando por lá andei, ouvi entre rapazes este curto diálogo:

— Mas T. foi reprovado?

— Foi.

— Como? Pois se é filho do doutor F.?

Os pais mesmo têm essa ideia; as mães também; as irmãs da mesma forma, de modo a só desejarem casar-se com os doutores. Estes vão ocupar os melhores lugares, as gordas sinecuras, pois o povo admite isto e o tem achado justo até agora. Há algumas famílias que são de verdadeiros Polignacs doutorais. Ao lado, porém, delas vai se formando outra corrente, mais ativa, mais consciente da injustiça que sofre, mais inteligente, que, pouco a pouco, há de tirar do povo a ilusão doutoral.

É bom não termos que ver, na minha querida Bruzundanga, aquela cena que a nobreza de sangue provocou, e Taine, no começo da sua grande obra *Origens da França Contemporânea*, descreve em poucas e eloquentes palavras. Eu as traduzo:

“Na noite de 14 para 15 de julho de 1789, o Duque de Laroche-foucaud-Liancourt fez despertar Luís XVI para lhe anunciar a tomada da Bastilha.

— É uma revolta? — diz o rei.

— *Sire* — respondeu o duque —, é uma revolução.”

VII

A DIPLOMACIA DA BRUZUNDANGA

O ideal de todo e qualquer natural da Bruzundanga é viver fora do país. Pode-se dizer que todos anseiam por isso, e, como Robinson, vivem nas praias e nos morros, à espera do navio que os venha buscar.

Para eles, a Bruzundanga é tida como país de exílio ou mais do que isso: como uma ilha de Juan Fernández, onde os humanos perdem a fala, por não terem com quem conversar e não poderem entender o que dizem os pássaros, os animais silvestres e mesmo as cabras semi-selvagens.

Um dos meios de que a nobreza doutoral lança mão para safar-se do país é obter empregos diplomáticos ou consulares; em falta destes, os de adidos e “encostados” às legações e consulados.

Convém notar que, quando digo que a ânsia geral é viver fora do país, excetuo os ativos, aqueles que sugam dos ministérios subvenções, propinas, percentagens e obtêm concessões, privilégios etc. Estes demoram-se pouco fora dele e, seja governo o partido radical, seja governo o partido conservador, esteja o erário cheio, esteja ele vazio, sabem sempre obter fartos e abundantes recursos monetários de um modo de que só eles têm o segredo. Estes senhores gostam muito da Bruzundanga e são ferozes patriotas.

Mas, como lhes contava, os nobres doutores tratam logo de representar o país em terras estranhas.

Não fazem questão de lugar. Seja no Turquestão ou na Groenlândia, eles aceitam os cargos diplomáticos.

A um, perguntei:

— Mas tu vais mesmo para o Anam?

— Por que não? Não há lá mulheres?

O sonho do jovem diplomático não é ser Talleyrand, é ser Don Juan para uso externo.

Ia até bastante satisfeito, disse-me em seguida, porquanto lá, não se distinguindo bem a mulher anamita do homem, devia acontecer surpresas bem agradáveis com semelhante “engano d’arma ledó e cego”.

A sua aprendizagem para o ofício é simples. Além do corriqueiro francês e os usos da sociedade, os aspirantes a diplomatas começam nos passeios e reuniões da capital da República a ensaiar o uso de roupas, mais ou menos à

última moda. Não esquecem nem o modo *chic* de atar os cordões dos sapatos, nem o jeito ultra *fashionable* de agarrar a bengala; estudam os modos apurados de cumprimentar, de sorrir; e, quando se os vê na rua, descobrindo-se para aqui, chapéu tirado da cabeça até à calçada para ali, balouçando a cabeça, lembramo-nos logo dos cavalos do Cabo de *coupé* de casamento rico.

Outra coisa que um recomendável aspirante a diplomata deve possuir são títulos literários. Não é possível que um milhar de candidatos, pois sempre os há nesse número, tenham todos talento literário, mas a maior parte deles não se atrapalha com a falta.

Os mais escrupulosos escrevem uns mofinos artigos e tomam logo uns ares de Shakespeare; alguns publicam livros estafantes e solicitam dos críticos honrosas referências; outros, quando já empregados no ministério, mandam os contínuos copiar velhos ofícios dos arquivos, colam as cópias com goma-arábica em folhas de papel, mandam a coisa para a Tipografia Nacional do país, põem um título pomposo na coisa, são aclamados historiadores, sábios, cientistas e logram conseguir boas nomeações.

Houve um até que não teve escrúpulo em copiar grandes trechos do Carlos Magno e os doze pares de França, para ter um soberbo título intelectual, capaz de fazê-lo secretário de legação, como ainda o é atualmente.

O mais notável caso de acesso na “carreira” foi o que obteve o adido à Secretaria de Estrangeiros Horlando. Em um jantar de luxo, houve uma disputa entre dois convidados sobre uma qualidade de peixe que viera à mesa. Um dizia que era garoupa; o outro, que era bijupirá. Não houve meio de concordarem. Horlando foi chamado para árbitro. Levou amostras para casa. Mandou tirar fotografias, fez que desenhassem estampas elucidativas, escreveu um relatório de duzentas páginas, e concluiu que não era garoupa nem bijupirá, mas cação. O seu trabalho foi tido como um modelo da mais pura erudição culinária e o moço foi logo encarregado de negócios na Guatemala. É hoje considerado como um dos luzeiros da diplomacia da Bruzundanga.

Cada mandachuva novo traz sempre em mente aumentar o número de legações, de modo que não há país no mundo em que a Bruzundanga não tenha um batalhão de representantes. Muitos desses países não mantêm, com a curiosa república que venho descrevendo, relações de espécie alguma; mas, como é preciso mandar alguns filhos de “figurões” para o estrangeiro, a munificência dos poderes públicos não trepida em criar nelas legações dispendiosas. Há lá até quem reze para que certos países se desmanchem e surjam da separação novos independentes, permitindo o aumento de legações.

Os rapazes que vão para elas saem do país muito bons rapazinhos, às vezes mesmo mais ricos de influência que de dinheiro; quando, porém, de lá voltam, só porque viram o emir de Afeganistão ou o sultão de Baçora, acreditam-se da melhor nobreza... certamente muçulmana.

Os seus modos são outros, os seus gestos estudados pisam à última moda do centro da Ásia e encetam a conversa sobre qualquer coisa, começando sempre assim:

— Estava eu em Cabul, quando a mulher do ministro russo...

Cabul soa aí como se fosse Paris, Londres ou Roma e os seus auditores consentem em admitir que a capital de Afeganistão seja mesmo um depósito de elegâncias superiores.

Pelo simples fato de terem palmilhado terras estranhas e terem visto naturalmente algumas obras-primas, os diplomatas da Bruzundanga se julgam todos eles artistas, literatos, homens finos, *gentlemen*.

Não pensem que eles publiquem obras maravilhosas, profundas de pensamentos, densas de ideias; não é isso bem o que publicam.

Afora um ou outro que não se veste pelo figurino da maioria, o que eles publicam são sonetos bem rimadinhos, penteadinhos, perfumadinhos, lambidinhos, cantando as espécies de joias e adereços que se encontram nas montras dos ourives.

A isto, eles batizam, por conta própria, de aristocracia da arte, arte superior, arte das delicadezas impalpáveis.

Publicam esses catálogos de ourivesaria, quando não são de modistas e alfaiates, em edições luxuosas, e imediatamente apresentam-se candidatos à Academia de Letras da Bruzundanga.

Houve tempo em que ela os aceitava sem detença, mas, ultimamente, devido à sua senilidade precoce, desprezou-os e só vai aceitando os taumaturgos da cidade.

Não há médico milagreiro e afreguesado que não entre para ela e pretira os diplomatas.

Nem sempre foi assim a diplomacia da Bruzundanga. Mesmo depois de lá se ter proclamado a República, os seus diplomatas não tinham o recheio de ridículo que atualmente têm.

Eram simples homens como quaisquer, sem pretensões do que não eram, sem fumaças de aristocracia, nada casquilhos, nem arrogantes.

Apareceu, porém, um embaixador gordo e autoritário, megalômano e inteligente, o visconde de Pancome, que fizeram ministro dos estrangeiros, e ele

transformou tudo.

Empossado no ministério, a primeira coisa que fez foi acabar com as leis e regulamentos que governavam o seu departamento. A lei era ele. O novo ministro era muito popular na Bruzundanga; e vinha a sua popularidade do fato de ter obtido do rei da Inglaterra a comenda de Jarreteira para o Mandachuva e seus ministros, assim como o Tosão de Ouro da Espanha para os generais e almirantes.

Todos os senhores hão de se admirar que tal coisa tenha feito o homem popular. É que os bruzundanguenses babam-se inteiramente por esse negócio de condecorações e comendas, e, embora cada qual não tivesse recebido uma, eles se julgavam honrados pelo fato do Mandachuva, do ministro, dos generais e almirantes terem recebido condecorações tão famosas no mundo inteiro.

São assim como nós que temos grande admiração pelo barão do Rio Branco por ter adjudicado ao Brasil não sei quantos milhares de quilômetros quadrados de terras, embora, em geral, nenhum de nós tenha de seu nem os sete palmos de terra para deitarmos o cadáver.

O visconde, exaltado no ministério, tendo por lei a sua vontade, baseado na popularidade, fez o que entendeu e a sua preocupação máxima foi dar à representação externa da Bruzundanga um brilho de beleza masculina, cujo cânon ele guardava secretamente para si. Daí veio essa total modificação no espírito da representação exterior do país e não houve bonequinho mais ou menos vazio e empomadado que ele não nomeasse para esta ou aquela legação.

O seu sucessor seguiu-lhe logo as pegadas, não só neste ponto como em outros mais.

O Visconde de Pancome era de fato um escritor; o novo ministro não o era absolutamente, mas como substituiu aquele, julgou-se no direito de o ser também e também membro da Academia de Letras, como tinha sido o seu predecessor.

Publicou em papelão um discurso, impresso em letras garrafais, conseguindo assim organizar um volume e foi daí em diante igual ao antecessor em tudo.

Não há mal algum que seja assim a diplomacia daquelas paragens. A Bruzundanga é um país de terceira ordem e a sua diplomacia é meramente decorativa. Não faz mal, nem bem: enfeita.

E, se os maridos e pais da Bruzundanga têm que andar cheios de cuidados, é melhor que tais zelos fiquem ao cargo dos estrangeiros. A diplomacia do país tem a sua utilidade...

VIII

A CONSTITUIÇÃO

Quando se reuniu a Constituinte da República da Bruzundanga, houve no país uma grande esperança. O país tinha, até aí, sido governado por uma lei básica que datava de cerca de um século e todos os jovens julgavam-na avelhentada e já caduca. Os militares do Exército, iniciados nas sete ciências do Pitágoras de Montpellier, criticavam-na da seguinte forma: “Qual! Esta constituição não presta! Os que a fizeram não sabiam nem aritmética; como podiam decidir em sociologia?”

Escusado é dizer que isto não era verdade, mas o critério histórico deles e o seu orgulho escolar pediam fosse.

Os outros doutores também achavam a Constituição monárquica absolutamente tola, porque, desde que ela fora promulgada, havia surgido um certo jurista alemão ou aparecido um novo remédio para erisipelas. A nova devia ser uma perfeição e trazer a felicidade de todos.

Reuniu-se, pois, a Constituinte com toda a solenidade. Vieram para ela jovens poetas ainda tresandando à grossa boêmia; vieram para ela imponentes tenentes de artilharia, ainda cheirando aos “cadernos” da escola; vieram para ela velhos possuidores de escravos, cheios de ódio ao antigo regime por haver libertado os que tinham; vieram para ela bisonhos jornalistas da roça recheados de uma erudição à flor da pele, e também alguns dos seus colegas da capital, eivados do Lamartine, *História dos Girondinos*, e entusiastas dos caudilhos das repúblicas espanholas da América. Era mais ou menos esse o pessoal de que se compunha a nova Constituinte.

Tinham entrado no ritual da nova República os banquetes pantagruélicos, e, nas vésperas da reunião, houve um de estrondo.

À sessão inaugural, prestou guarda de honra uma brigada, mas, bem contando, era unicamente um batalhão.

Quando saíram os constituintes, Z., um deles, perguntava de si para si:

— Que vou propor eu?

H. excogitava:

— Devo ser pelo divórcio? Esses padrões...

B. meditava:

— Antes não me metesse nisto. O imperador pode voltar e é o diabo...

Quase todos, porém, consideravam com toda a convicção, com todo o acendramento, com um recolhimento religioso:

— Qual a Constituição que devemos imitar?

Em geral, eles esperavam ser escolhidos para a comissão dos 21 que tinha de redigir o projeto da futura lei básica, e era justo que tivessem semelhante preocupação absorvente:

— Qual a Constituição que devemos imitar?

Votado o regimento interno da grande assembleia e tomadas todas as outras disposições secundárias, a comissão dos 21 membros, encarregada de redigir o projeto, foi escolhida, e, em reunião, houve entre seus membros caloroso debate a respeito de quem deveria ser o relator ou os relatores.

Escolheram, afinal, três sumidades: Felício, Gracindo e Pelino, todos eles — *ben* — qualquer coisa.

O resto pôs-se a descansar e os três, em sala separada, no dia seguinte, juntaram-se e trataram dos moldes em que devia ser elaborada a nova Magna Carta.

Pelino foi de parecer que a constituição futura devia ser vazada no cadinho em que fora a do país dos Houyhnhnms.

— É um país de cavalos! — exclamou Gracindo.

— Que tem isto? — retrucou Pelino. — Nós somos bastante parecidos com eles.

— Não, não queremos — objetaram os dois outros.

— Então, como vai ser? — perguntou Pelino. — Se não querem à moda dos cavalos, não podemos achar outro modelo, pois o país dos camelos não tem Constituição.

— Façamos a Constituição aos modos da de Lilliput — fez Felício.

— Não me serve! — exclamou Pelino. — Semelhante gente não pesa, é muito pequena!

— Então ao jeito de Brobdingnag, o país dos gigantes.

Todos acharam justa a proposta e começaram a redigir o projeto de constituição da Bruzundanga republicana, conforme o paradigma do país dos gigantes.

Quando Gulliver lá esteve (creio que os senhores se lembram disso), figurou como um verdadeiro brinquedo. Ninguém o levava a sério como homem; era antes um boneco que dormia com as moças e tinha outras intimidades que, se não foram contadas, podem ser adivinhadas.

A população da Bruzundanga, tirante um atributo ou outro, não era composta de pessoas diferentes do doutor Gulliver, eram minúsculos bonecos que queriam possuir uma Constituição de gigantes.

Felizmente, porém, já na grande comissão, já no plenário a imitação foi modificada; e, em muitos pontos, a Carta da Bruzundanga veio a afastar-se de Brobdingnag.

Houve mesmo disposições originais que merecem ser citadas. Assim, por exemplo, a exigência principal para ser ministro era a de que o candidato não entendesse nada das coisas da pasta que ia gerir.

Por exemplo, um ministro da Agricultura não devia entender coisa alguma de agronomia. O que se exigia dele é que fosse um bom especulador, um agiota, um judeu, sabendo organizar *trusts*, monopólios, estancos etc.

Os deputados não deviam ter opinião alguma, senão aquelas dos governadores das províncias que os elegiam. As províncias não poderiam escolher livremente os seus governantes; as populações tinham que os escolher entre certas e determinadas famílias, aparentadas pelo sangue ou por afinidade.

Havia artigos muito bons, como por exemplo o que determinava a não acumulação de cargos remunerados e aquele que estabelecia a liberdade de profissão mas logo surgiu um deputado prudente que estabeleceu o seguinte artigo nas disposições gerais: “Toda vez que um artigo desta Constituição ferir os interesses de parentes de pessoas da ‘situação’ ou de membros dela, fica subentendido que ele não tem aplicação no caso.”

Na Constituinte, todos esperavam ficar na “situação”, de modo que o artigo acima foi aprovado unanimemente.

Com este artigo a Lei Suprema da Bruzundanga tomou uma elasticidade extraordinária. Os presidentes de província, desde que estivessem de acordo com o presidente da República — na Bruzundanga chama-se Mandachuva —, faziam o que queriam.

Se algum recalcitrante, à vista de qualquer violação da Constituição, apelava para a Justiça (lá se chama Chicana), logo a Corte Suprema indagava se feria interesses de parentes de pessoas da situação e decidia conforme o famoso artigo.

Um certo governador de uma das províncias da Bruzundanga, grande plantador de café, verificando a baixa de preço que o produto ia tendo, de modo a não lhe dar lucros fabulosos, proibiu o plantio de mais um pé que fosse da “preciosa rubiácea”.

Era uma lei colonial, uma verdadeira disposição da carta régia. Houve então um cidadão que pediu *habeas corpus* para plantar café. A Suprema Corte, à vista do tal artigo citado, não o concedeu, visto ferir os interesses do presidente da província, que pertencia à “situação”.

Como todo o mundo não podia pertencer à “situação”, os que ficavam fora dela, vendo os seus direitos postergados, começavam a berrar, a pedir justiça, a falar em princípios, e organizavam, desta ou daquela maneira, masorcas.

Se eram vitoriosos, formavam a sua “situação” e começavam a fazer o mesmo que os outros.

Havia apelo para a “Chicana”, mas a Suprema Corte, considerando bem o tal artigo já citado, decidia de acordo com a “situação”. Era tudo a “situação”.

Todos os partidos que não pertenciam a ela pregavam a reforma da Constituição, mas, logo que a ela aderiam, repeliam a reforma como um sacrilégio.

A Constituição afirmava que ninguém podia ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Não havia lei que permitisse às províncias deportar indivíduos de uma para outra, mas o Estado do Kaphet, graças ao tal artigo, deportava quem queria e ainda encomendava aos jornais que o chamassem de província modelo.

A Constituição da Bruzundanga era sábia no que tocava às condições para elegibilidade do Mandachuva, isto é, o Presidente.

Estabelecia que devia unicamente saber ler e escrever; que nunca tivesse mostrado ou procurado mostrar que tinha alguma inteligência; que não tivesse vontade própria; que fosse, enfim, de uma mediocridade total.

Nessa parte a Constituição foi sempre obedecida.

A República dura, na Bruzundanga, há cerca de trinta anos. Têm passado pela curul presidencial nada menos do que seis Mandachuvos, e não houve, talvez, um que infringisse tão sábias disposições.

A Carta da Bruzundanga, que começou imitando a do país dos gigantes, foi inteiramente obedecida nessa passagem, e de um modo religioso.

No que toca ao resto, porém, ela tem sofrido várias mutilações, desfigurações e interpretações de modo a não me permitir continuar a dar mais apanhados dela, a menos que quisesse escrever um livro de seiscentas páginas.

IX

UM MANDACHUVA

Os leitores que têm seguido estas rápidas notas sobre os usos e costumes, leis e superstições da República da Bruzundanga não devem ter esquecido que o seu presidente é chamado “Mandachuva”, e oficialmente.

Já dei até algumas das exigências constitucionais que os candidatos têm de preencher, a fim de ascenderem à curul presidencial daquele país, que fica próximo da ilha dos Lagartos, tão bem descrita pelo meu concidadão Antônio José, que as fogueiras da Inquisição queimaram em Lisboa.

O que pretendo agora, nestas linhas, é fornecer aos leitores o tipo de um presidente da curiosa República, infelizmente tão mal conhecida entre nós — coisa de lastimar, pois ela nos podia fornecer modelos que nos levassem de vez a completo desastre. *Il faut finir, pour recommencer...*

A não ser que suba ao poder, por uma revolta mais ou menos disfarçada, um general mais ou menos decorativo, o Mandachuva é sempre escolhido entre os membros da nobreza doutoral; e, dentre os doutores, a escolha recai sobre um advogado.

É justo, pois são os advogados ou bacharéis em direito que devem ter obrigação de conhecer a barafunda de leis de toda natureza, embora a arte de governar, segundo o critério dos que filosofam sobre o Estado e o admitem necessário, não peça unicamente o seco conhecimento de textos de leis, de artigos de códigos, de opiniões de praxistas e hermeneutas.

As leis são o esqueleto das sociedades, mas a feição de saúde ou doenças destas, as suas necessidades terapêuticas ou cirúrgicas, são dadas pelo prévio conhecimento e exame, no momento, do estado de certas partes externas e dos órgãos vitais, que são o seu comércio, a sua indústria, as suas artes, os sonhos do seu povo, os sofrimentos dele — toda essa parte mutável das comunhões humanas, cambiante e fugidia, que só os fortes observadores, com grande inteligência, colhem em alguns instantes, sugerindo os remédios eficazes e as providências adequadas, para tal ou qual caso.

Como dizia, porém, na Bruzundanga, em geral, o Mandachuva é escolhido entre os advogados, mas não julguem que ele venha dos mais notáveis, dos mais ilustrados, não: ele surge e é indicado dentre os mais néscios e os mais medíocres. Quase sempre, é um leguleio da roça que, logo após a

formatura, isto é, desde os primeiros anos de sua mocidade até aos quarenta, quando o fizeram deputado provincial, não teve outro ambiente que a sua cidadezinha de cinco a dez mil habitantes, mais outra leitura que a dos jornais e livros comuns da profissão — indicadores, manuais etc. — e outra convivência que não a do boticário, do médico local, do professor público e de algum fazendeiro menos dorminhoco, com os quais jogava o solo, ou mesmo o “truque” nos fundos da botica.

É este homem que assim viveu a parte melhor da vida, é este homem que só viu a vida de sua pátria na pacatez de quase uma aldeia; é este homem que não conheceu senão a sua camada e que o seu estulto orgulho de doutor da roça levou a ter sempre um desdém bonachão pelos inferiores; é este homem que empregou vinte anos, ou pelo menos, a conversar com o boticário sobre as intrigas políticas de seu lugarejo; é este homem cuja cultura artística se cifrou em dar corda no gramofone familiar; é este homem cuja única habilidade se resume em contar anedotas; é um homem destes, meus senhores, que depois de ser deputado provincial, geral, senador, presidente de província, vai ser o Mandachuva da Bruzundanga.

Hão de dizer que, passando por tão altos cargos que se exercem em grandes cidades, nas capitais, o futuro Mandachuva há de ter recebido outras impressões e ganhar, portanto, ideias mais amplas. Naturalmente, ele há de adquirir algumas, mas não tantas que modifiquem a sua primitiva estrutura mental.

Durante esse longo tempo em que ele passa como deputado, senador, isto e aquilo, o esperançoso Mandachuva é absorvido pelas intrigas políticas, pelo esforço de ajeitar os correligionários, pelo trabalho de amaciar os influentes e os preponderantes, na política geral e regional. A sua atividade espiritual limita-se a isto.

Os preponderantes e influentes têm todo o interesse em não fazer subir os inteligentes, os ilustrados, os que entendem de qualquer coisa, e tratam logo de colocar em destaque um medíocre razoável que tenha mais ambição de subsídios do que mesmo a vaidade do poder.

Além disso, eles têm que atender aos capatazes políticos das localidades das províncias; e, em geral, estes últimos indicam, para os primeiros postos políticos, os seus filhos, os seus sobrinhos e de preferência a estes: os seus genros.

A ternura do pai quer sempre dar essa satisfação à vaidade das filhas.

O futuro chefe do governo da Bruzundanga começa a sua carreira política pela mão do sogro; e, relacionando-se com os bonzos de sua província, se é esperto e apoucado de inteligência e saber, faz-se ainda mais; na maioria dos casos, porém, não é preciso tanto. Os caides ficam logo contentes com ele. Mandam-no para a Câmara Geral; e, durante a primeira legislatura, encarregam-no de comprar ceroulas, pares de meias, espingardas de dois canos, óculos de grau tanto, de ir às repartições ver tal requerimento, de empenhar-se pelos exames dos nhonhês etc...

Quando acaba a legislatura, o Messias anunciado para salvar a Bruzundanga é possuidor de todo esse acervo de serviços ao partido. É reeleito. A sua lealdade e o seu natural prestativo indicam-no logo para *leader* da bancada, senão da Câmara. Ei-lo em evidência. Os jornalistas, grandes e pequenos, não o deixam, elogiam-no, dão-lhe o retrato nas folhas, fazem pilhérias a respeito do homem; e ele autoriza a publicação de atos oficiais do governo de sua província, cujas contas o erário departamental paga generosamente aos seus jornais e revistas.

Os *calenders* provincianos estão cada vez mais contentes com ele e o nosso homem já economizou, sobre subsídios, mais do que a mulher trouxe para a sociedade conjugal.

É um homem metódico, pontual nos pagamentos, não gasta dinheiro em coisas inúteis, como seja em livros.

Uma noite ou outra, vai ao Teatro Lírico, mas logo se aborrece, não só ele como a futura *Mme.* Mandachuva. Preferia *madame* estar a dormir naquela hora, e ele a jogar solo na botica, antes do que permanecerem ali, apertados nos vestuários, a ouvir umas cantorias em língua que não entendem. Que saudades do gramofone! Para ele, há secas piores...

Ainda a música ele suporta um tanto, mas as tais exposições de pintura, as sessões de Academias... Irra! Que estafa!

Foge de ir a elas, e todo o seu medo é vir a ser presidente da Bruzundanga, pois será obrigado a comparecer a tais festas.

A sua leitura continua a ser os jornais, porém não pega mais nos manuais, nos indicadores de legislação.

As necessidades artísticas de sua natureza se cifram no gramofone doméstico e nos cinemas urbanos ou do arrabalde em que reside. Faz coleção dos programas destes últimos e, com eles, organiza a sua opulenta biblioteca literária.

À proporção que sobe, mostra-se mais carola; não falta à missa, aos sermões, comunga, confessa-se e os padres e irmãs de caridade têm-no já por aliado. Ah! Quem o visse contar certas anedotas sobre padres, jogando o “truque”, nos fundos da botica de sua terra!... História antiga! O homem, hoje, é sinceramente católico, e tanto assim que acompanha procissões de opa ou balandrau.

A ascensão dele a Senador até coincidiu com a sua eleição para irmão fabriqueiro da Santíssima Irmandade de Santo Afonso de Ligório e também com a de definidor da Santíssima e Venerável Irmandade de Santo Onofre.

As coisas vão assim marchando; e ele, sempre calado, deixa-se ficar, rodando a manivela do gramofone e do seu moinho de rezas.

Há uma complicação na escolha do Governador da província das Jazidas, onde ele nasceu. Os caides não se entendem e o seu nome é apontado como conciliador, escolhido e eleito. Aborrece-se um pouco, pois já estava habituado com a capital do país, e muito gostava dela, apesar de mal a conhecer. Toma posse, entretanto. Surge, ao meio do seu governo regional, não entre os caides, mas na comunhão dos emires que governam o país, um desaguisado, com o problema da sucessão do Mandachuva, cujo tempo está a acabar. O nosso homem não se define. Continua a dar corda no seu enorme e fanhoso gramofone e a rodar a manivela do seu moinho de rezas. Os padres, que são seus aliados, não o abandonam, e nos bastidores, por intermédio das mulheres dos políticos, insinuam-lhe o nome para o alto cargo de Mandachuva. Ei-lo eleito, toma posse do cargo e do alcatifado palácio que a nação lhe dá para residência.

O seu primeiro cuidado, e também da mulher, é fechar diversos aposentos para diminuir o número de serviçais, de modo a fazer economias na verba de representação.

O cargo dá-lhe certos incômodos, mas muitas vantagens: não paga selo nas cartas, não paga bonde, trem, nem teatros, onde continua a quase não ir. O que o aborrece, sobretudo, são as audiências públicas — uma importunação para esse parente de São Luís. Mais o amolam que lhe dão fadiga. Ao sair de uma delas, diz à mulher:

— Que povo aborrecido!

— Mas que tem você com o povo? — pergunta *Mme.* Mandachuva, a Egéria conjugal.

Para distrair-se, o esclarecido Mandachuva compra um bom gramofone e instala no palácio um cinema.

É conveniente lembrar que, nesse mesmo palácio, ao tempo em que a Bruzundanga era Império, executores famosos no mundo inteiro tinham tocado obras-primas musicais, no violino e no piano. Houve progresso...

Eis aí um Mandachuva perfeito.

X

FORÇA ARMADA

Na Bruzundanga não existe absolutamente força armada. Há, porém, cento e setenta e cinco generais e oitenta e sete almirantes. Além disto, há quatro ou cinco milheiros de oficiais, tanto de terra como de mar, que se ocupam em fazer ofícios nas repartições. O fim principal dessas repartições, no que toca ao Exército, é estudar a mudança de uniformes dos mesmos oficiais. Os grandes costureiros de Paris não têm tanto trabalho em imaginar modas femininas como os militares da Bruzundanga em conceber, de ano em ano, novos fardamentos para eles.

Quando não lhes é possível de todo mudá-los, reformam o feitio do boné ou do calçado. É assim que já usaram os oficiais do Exército de lá, coturnos, borzeguins, sandálias, sabots e aquilo que nós chamamos aqui — tamancos.

Entretanto, o Exército da Bruzundanga merece consideração, pois tem boas qualidades que desculpam esses pequenos defeitos. É às vezes abnegado e quase sempre generoso, e eu, que vivi entre os seus oficiais muito tempo, tendo tido muitas questões com eles, posso dizer que jamais os supus tão tolerantes. Foi, no que me toca, um traço que, além de me surpreender, me cativou imensamente. Demais, apesar de toda e qualquer presunção que se lhes possa atribuir, eles têm sempre um sincero respeito pelas manifestações da inteligência, partam elas de onde partirem.

O mesmo não se pode dizer da Marinha. Ela é estritamente militar e os seus oficiais julgam-se descendentes dos primeiros homens que saíram de Pamir. Não há neles a preocupação de constante mudança de fardamento, mas há a de raça, para que a Bruzundanga não seja envergonhada no estrangeiro possuindo entre os seus oficiais de mar alguns de origem javanesa. Os mestiços de javaneses, entretanto, têm dado grandes inteligências ao país, e muitas.

A Marinha da Bruzundanga, porém, com muito pouco entra para o inventário intelectual da pátria que ela diz representar no estrangeiro com os seus navios paralíticos.

Se, de fato, lá houvesse Marinha, podia-se dizer que era mantida pelo povo da Bruzundanga para gáudio e alegria dos países estranhos.

As principais produções dos arsenais de guerra do país são brinquedos aperfeiçoados; e os da Marinha são muito estimados na nação pela perfeição das

redes de pescaria que lhes saem dos estaleiros.

Uma das curiosidades da Armada daquele país é a indolência tropical dos seus navios que, às vezes, por mero capricho, teimam em não andar.

Enfim, a força armada da Bruzundanga é a coisa mais inocente deste mundo. Em face dela, todo o pacifismo ou humanitarismo é perfeitamente ridículo.

XI

UM MINISTRO

Estas “notas” sobre a Bruzundanga ameaçam não acabar mais. Temo, ao escrevê-las tão longas como as *Histórias* de Heródoto, não virem elas, apesar disso, merecer a imortalidade da obra do viajante grego.

Contudo, se a posteridade não encontrar nelas algum ensinamento, e as desprezar, os contemporâneos do meu país podem achar nestas rápidas narrações de coisas de nação tão remota, moldes, receitas e meios para esbodegar de vez o Brasil.

Esbocei em um capítulo antecedente o tipo de Mandachuva da Bruzundanga; agora, vou ver se debuxo o de um ministro daquele país.

A Bruzundanga, como o Brasil, é um país essencialmente agrícola; e, como o Brasil, pode-se dizer que não tem agricultura.

O regime de propriedade agrícola lá, regime de latifúndios com toques feudais, faz que o trabalhador agrícola seja um pária, quase sempre errante de fazenda em fazenda, donde é expulso por dá cá aquela palha, sem garantias de espécie alguma — situação mais agravada ainda pela sua ignorância, pela natureza das culturas, pela politicagem roceira e pela incapacidade e cupidez dos proprietários.

Estes, em geral, são completamente inábeis para dirigir qualquer coisa, indignos da função que a obscura marcha das coisas depositou em suas mãos. Pouco instruídos, apesar de formados, nisto ou naquilo, e sem iniciativa de qualquer natureza, despidos de qualquer sentimento de nobreza e generosidade para com os seus inferiores, mais ávidos de riqueza que o mais feroz taverneiro, pimpãos e arrogantes, as suas fazendas ou usinas são governadas por eles, quando o são, com a dureza e os processos violentos de uma antiga fazenda brasileira de escravos.

Todos eles são políticos, senão de destaque, ao menos com influência nos lugares em que têm as suas fazendas agrícolas, e, apoiados na política, fazem o que querem, são senhores de barão e cutelo, eles ou os seus prepostos.

O pária agrícola (chamam lá colono ou caboclo), quando se estabelece nas suas propriedades, tem todas as promessas e todas as garantias verbais. Constrói o seu rancho, que é uma cabana de taipa coberta com o que nós chamamos de sapê, e começa a trabalhar para o barão, desta ou daquela maneira. Não me

alongo mais sobre a vida deles, porque pouco vivi na roça da Bruzundanga, mas posso asseverar que o trabalhador agrícola daquele país — esteja o café em alta, esteja em baixa, suba o açúcar, desça o açúcar — há trinta anos ganha o mesmo salário, isto é, dez tônios por dia, a seco, o que quer dizer, na nossa moeda, 1.502 mil-réis, sem alimentação.

Todos os salários têm subido na Bruzundanga, menos o dos trabalhadores agrícolas. A parte povoada e cultivada do país tem já uma razoável população e talvez suficiente para as suas necessidades, mas, à vista do pouco lucro que os trabalhadores agrícolas tiram do seu suor, em breve deixam-se cair em marasmo, em desânimo, ou vêm a morrer de miséria nas cidades, onde se sentem mais garantidos contra o arbítrio dos fazendeiros e seus prepostos.

Como os grandes agricultores e seus parentes são políticos, e deputados, e senadores, e ministros, logo que sentem o êxodo dos naturais, começam a berrar que há falta de braços. Publicam uns fascículos desonestamente otimistas, onde há as maiores hipérboles laudatórias ao clima e à fertilidade da Bruzundanga e atraem emigrantes incautos.

Os primeiros que chegam com aquele fervor de quem “queimou os seus navios” trabalham vigorosamente e abarrotam de dinheiro os régulos das feitorias, mas já os seus filhos não são assim. Logo se enchem do mesmo desânimo que os seus patrícios mais antigos, na terra, e começam a cair naquele marasmo, naquela apatia, naquela tristeza, que se evola, com um grande apelo à embriaguez sexual, das cantigas populares do país e cobre a roça da Bruzundanga de um sudário impalpável.

A manobra dos fazendeiros e outros agricultores é mudar, de quando em quando, a nacionalidade dos emigrantes que vão buscar. Assim eles conseguem manter o fogo sagrado e ter trabalhadores abnegados.

Tudo isto se dá porque o fazendeiro ou grande agricultor da Bruzundanga quer ter da sua cultura lucros imensos que lhe proporcionem uma vida de fausto, a ele, aos filhos que estudam para doutor, às filhas para casarem com a nobreza do país. O crédito agrícola é, por isso, até prejudicial à lavoura da paradoxal República.

Em geral, vivem fora das propriedades, nas grandes cidades, sob o pretexto de educarem as filhas e os filhos, mas com o secreto intuito de arranjar bons partidos matrimoniais para as meninas.

Foi entre semelhantes morubixabas que certo Mandachuva escolheu um seu Ministro da Agricultura. Remontemos às origens desse cacique do açúcar, os piores da Bruzundanga, pois lidam em geral com os naturais do país que não

têm a quem se queixar. Na província das Canas, houvera um turumbamba mais ou menos oficialmente protegido por um Mandachuva, motivo esse que derrubou a oligarquia da família dos Cravhos. Um usineiro muito rico da mesma província, Phrancisco Novilho Ben Kosta, mais conhecido por Chico Caiana, tinha adiantado dinheiro e assoldado gente para que o general Tupinambá tomasse o lugar do soba-mor Cravho Ben Mathos. O general vitorioso ficou muito agradecido ao Chico, e prometeu dar-lhe uma posição de destaque na política.

Chico era o tipo do grande agricultor da Bruzundanga: nada entendia de agricultura, mesmo daquela que dizia exercer.

As canas que moía nos seus engenhos eram plantadas por outros, a quem ele impunha o preço do carro como bem entendia; e, no que toca à moagem e preparo do açúcar, aí já de indústria, ele nada ou pouco conhecia.

Apesar de bacharel em direito, mal lia os jornais e o seu forte, em aritmética, era a conta de juros, de cabeça. A sua usina era de fato dirigida por um francês boêmio, Ormesson, a quem chamavam de doutor, apesar de ter unicamente um simples curso do Conservatoire des Arts et Métiers, de Paris.

Charles Ormesson, o tal francês, com o ser prático e hábil no ofício, era um extravagante incorrigível, e, como tal, pouco exigente de dinheiro e facilmente explorável. Bebia desregradamente e fazia do feroz doutor Chico Novilho gato e sapato. O doutor Novilho não o despedia, apesar de seus pruridos disciplinadores até à tirania, por sordícia. Caiana nada entendia daqueles mistérios de fazer da cana açúcar, e, se fosse mexer nos aparelhos, nas turbinas, dosar o caldo etc. etc., a coisa era capaz de explodir como pólvora. Acrescia mais ainda que ele conseguia pagar a Ormesson o que bem entendia, e, se quisesse substituí-lo, o outro talvez custasse mais caro. Aturava o francês e explorava-o. Conservando Ormesson, reservava o seu autoritarismo para os outros pobres-diabos de empregados subalternos, colonos e mais gente sob o seu guante.

Toda manhã, em tempo de safra, inteiramente de branco, montado no “Quixote”, um cavalo ruço-malhado, Caiana corria os canaviais e, se se encontrava com um comboio de canas, nas usineiras linhas Decauville, olhava a pequena locomotiva e sempre se lembrava de admoestar o foguista-maquinista:

— Olhe o manômetro que não está limpo.

Eis aí a sua agricultura, de que veio tirá-lo o braço forte do general Tupinambá. Vejamos como. Ascendendo à governança da Província das Canas, Tupinambá tratou logo de eleger senador da Bruzundanga o seu forte esteio

eleitoral, o doutor Chico Caiana. Arranjaram as atas e mandaram-nas, e mais ele, para a capital do país.

Quando saltou, era um gozo ver o Chico Caiana atravessar as ruas com um ostentoso chapéu panamá, terno de linho branco, botinas inteiriças de pelica amarela e açoiteira pendente do pulso direito. Olhava tudo alvarmente e, de quando em quando, ficava surpreendido de que ninguém o conhecesse. O doutor Chico Caiana, da usina Cambambu! Não conhecem? Que gente fútil!

O Senado não o quis reconhecer; porém, Mandachuva, que tinha a palavra empenhada com Tupinambá, arranjou as coisas. Determinou que o Ministro de Guerra fosse estudar na Europa o fabrico dos mais modernos medicamentos alemães, transferiu o Ministro da Agricultura para a pasta da Guerra e nomeou Caiana para aquela outra.

Tomado posse, o famoso e prático usineiro imediatamente teve uma grande admiração.

— Onde está aqui agricultura?... Estes papéis... Isto não é prático!... Quero coisas práticas!... Canaviais... Engenhos... Qual! Isto não é prático! Vou fazer uma reforma!

Mandou chamar Ormesson para ajudá-lo e, nesse ínterim, andou às cristas com os seus subalternos. Vinha o chefe da Contabilidade e ele gritava:

— Qual verba 29, letra A! Isto é uma trapalhada! Quero coisas práticas! Vou chamar o Félix, o meu guarda-livros, lá do Cambambu, a minha usina. Conhece?

O inspetor do serviço de veterinária vinha pedir-lhe autorização para instalar um laboratório e Caiana berrava:

— Qual laboratório! Qual nada! Tudo isto é pomada! Vou mandar chamar o Nicodemo. Conhece? Pois trata toda espécie de moléstias de animais com sangria ou óleo de andá-açu. Quero coisas práticas! Práticas, está ouvindo?

Tendo chegado o francês e o guarda-livros, ele recomendou ao primeiro:

— Ormesson, vê como havemos de fazer isto aqui ser mesmo de agricultura. Quero coisa prática! Hein? Vê lá, se vais beber! Hein?

Ao guarda-livros, ele disse:

— Tome conta dessas coisas de papéis aí, que não pesco nada.

A Nicodemos, nada o doutor Chico recomendou, porque o alveitar não quis deixar as Canas.

O francês não bebeu e, dias depois, trouxe o projeto de transformar a chácara da Secretaria em campo agrícola.

— Amendoim! — exclamou o ministro. — Não dá nada! Se fosse cana... “Mindobi”, só para preta velha vender torrado...

Ele não conhecia, não admitia outra cultura que não fosse a da cana-de-açúcar. Ormesson convenceu-o e o ministro determinou o plantio aconselhado. Um dos diretores pediu autorização para admitir trabalhadores.

— Trabalhadores! Ponha lá os escriturários, esses escreventes todos...

— Mas...

— Não tem mas, não tem nada! Quem não quiser, deixe o lugar, que eu arranjo outros mais baratos.

Não houve remédio senão os oficiais da sua Secretaria de Estado irem puxar o rabo da enxada.

Houve, no ano seguinte, uma complicação internacional e o açúcar começou a ser procurado. Chico Caiana não se importou mais com as coisas do ministério e aproveitou a posição para ganhar dinheiro. Durante muito tempo, o Mandachuva não o viu. O guarda-livros era quem lhe levava os atos necessitados da assinatura presidencial.

Um dia o chefe do governo perguntou ao auxiliar do grande agricultor:

— Onde está o doutor Phrancisco Novilho?

— Está ocupado com coisas práticas.

XII

OS HERÓIS

A República da Bruzundanga, como toda pátria que se preza, tem também os seus heróis e as suas heroínas.

Não era possível deixar de ser assim, tanto mais que a pátria sempre foi feita para os heróis, e estes, sinceros ou não, cobrem e desculpam o que ela tem de sindicato declarado.

Um país como a Bruzundanga precisa ter os seus heróis e as suas heroínas para justificar aos olhos do seu povo a existência fácil e opulenta das facções que a têm dirigido.

O mais curioso herói da pátria bruzundanguense é sem dúvida uma senhora que nada fez por ela, antes perturbou-lhe a vida, auxiliando um aventureiro estrangeiro que se meteu nas suas guerras civis.

Para bem compreenderem o meu pensamento, é preciso que antes lhes recorde por alto alguns pontos da história política da Bruzundanga. Vou fazê-lo.

A atual República consta de territórios descobertos pelos iberos e povoados por eles e por outros povos das mais variadas origens.

Os colonizadores fundaram várias feitorias, e, quando fizeram a independência da Bruzundanga, essas feitorias ficaram sendo províncias do Império que foi criado.

Feita a República, elas ficaram mais ou menos como eram, com mais independência e outras regalias. Portanto, é claro que a evolução política da Bruzundanga tinha por expressão a unidade dessas províncias, e era mesmo o seu fim. Qualquer pessoa que tenha tentado, ou venha a tentar, o desmembramento dessas províncias, não pode ser tido como herói nacional.

Pois bem: um senhor estrangeiro, cheio de qualidades, talvez, meteu-se de parceria com uns rebeldes, para separar uma dessas províncias do bloco bruzundanguense. Isto ao tempo do Império. Em caminho, em uma de suas correrias, encontrou-se com uma moça da Bruzundanga que se apaixonou por ele. Seguiu-o nas suas aventuras e combates contra a união bruzundanguense.

Até aí nada de novo. É comum, até. Mas querer fazer de semelhante dama heroína da Bruzundanga é que nunca pude compreender. Eu me ponho aqui no ponto de vista dos patriotas, para os quais a pátria é una e indivisível. Se me

pusesse sob qualquer outro ponto de vista, então a tal dama heroína nada de notável teria a meus olhos a não ser a dedicação até ao sacrifício pelo seu amante, mais tarde seu marido. Isto mesmo, porém, não é virtude que torne uma mulher excepcional, pois é comum nelas, a menos que tal dedicação sirva de moldura às qualidades excepcionais do seu marido ou do seu amante. No caso, porém, encarando-o estritamente sob o aspecto da evolução política da Bruzundanga, o seu marido não era mais do que um aventureiro.

É semelhante senhora que lá, naquelas plagas, comparam a Jeanne d'Arc. Admirável!

Por aí, podem os senhores ver de que estofo são os heróis da Bruzundanga, mas há outros.

Como sabem, a Bruzundanga foi, durante um século, Império ou Monarquia. Há seis ou sete lustros os oficiais do seu exército começaram a ficar descontentes e juntaram-se a outros descontentes civis, que tinham achado para resumir as suas vagas aspirações a palavra República. Começaram a agitar-se e, em breve, tinham a adesão dos senhores de escravos, cuja libertação os fizera desgostosos com o trono da Bruzundanga.

Os amigos do Império, vendo que as coisas perigavam, trataram de enfrentar a corrente com decisão e chamaram, para condestável da Bruzundanga, um velho general que vivia retirado nas suas propriedades agrícolas.

Era de crer que semelhante condestável pudesse ser vencido, mas que confabulasse com os inimigos que vinha combater não era possível admitir! Pois foi o que ele fez. Não sou eu quem o diz, são os seus próprios companheiros. Ainda há meses, recebi um jornal da Bruzundanga, em que um grande e notável fabricante da República de lá contava como as coisas se tinham passado. Narra esse senhor como o condestável, nas vésperas da proclamação da República, enganara aqueles que tinham depositado confiança nele para servir os contrários. Eis aí os começos de um herói da República dos Estados Unidos da Bruzundanga! Ele, porém, ainda nos merece mais algumas palavras. Este último herói é lá chamado Consolidador da República. Sabem por quê? Porque não consolidou coisa nenhuma. Não houve Mandachuva, pois ele o foi, da Bruzundanga, quem mais desrespeitasse as leis da República. Entender-se-ia que a havia consolidado se o seu governo fosse fecundo dentro das leis da Bruzundanga. Ele, porém, saltou por cima de todas elas e governou a seu talante. Mostrou que as leis da República não prestavam e, longe de consolidá-las, abalou-as nos seus fundamentos. Tal coisa, na hipótese do seu

governo ter sido bom e fecundo, mas não o foi. Isto, porém, não nos interessa. Ele é um dos heróis da Bruzundanga que, em falta de um Carlyle, teve aqui um escultor que lhe fez um monumento, ereto em uma das praças da capital, monumento tão curioso que precisa de um guia, de um tratado escrito, para ser compreendido. Arte do futuro, Beyreuth da Bruzundanga.

Outro herói da Bruzundanga é o visconde de Pancome. Este senhor era de fato um homem inteligente, mesmo de talento, mas lhe faltava o senso do tempo e o sentimento do seu país. Era um historiógrafo, mas não era um historiador. As suas ideias sobre história eram as mais estreitas possíveis: datas, fatos, estes mesmos políticos. A história social, ele não a sentia e não a estudava. Tudo nele se norteava para a ação política e, sobretudo, diplomática. Para ele (os seus atos deram a entender isto) um país só existe para ter importância diplomática nos meios internacionais. Não se voltava para o interior do país, não lhe via a população com as suas necessidades e desejos. Pancome sempre tinha em mira saber como havia de pesar, lá fora, e ter o aplauso dos estrangeiros.

Sabendo bem a história política da Bruzundanga, julgava conhecer bem a nação. Sabendo bem a geografia da Bruzundanga, imaginava ter o país no coração.

Entretanto, forçoso é dizer que Pancome desconhecia as ânsias, as dificuldades, as qualidades e defeitos de seu povo. A história econômica e social da Bruzundanga ainda está por fazer, mas um estadista (critério clássico) deve tê-la no sentimento. Pancome não a tinha absolutamente. A sua visão era unicamente diplomática e tradicionalista.

Estava como embaixador em um país qualquer e um Mandachuva fê-lo Ministro de Estrangeiros. Logo que tomou posse, o seu primeiro cuidado foi mudar o fardamento dos contínuos. Pôs-lhes umas longas sobrecasacas com botões dourados. A primeira reforma. Tendo conseguido adjudicar à Bruzundanga vastos territórios, graças à leitura atenta de modestos autores esquecidos, a sua influência sobre o ânimo do Mandachuva era imensa. Convenceu-o que devia modificar radicalmente o aspecto da capital. Era preciso, mas devia ser feito lentamente. Ele não quis assim e eis a Bruzundanga tomando dinheiro emprestado, para pôr as velhas casas de sua capital abaixo. De uma hora para outra, a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na coisa muito de cenografia.

Não contente com isto, convenceu o Mandachuva que devia adquirir uma esquadra poderosa. Eis a Bruzundanga a pedir dinheiro aos judeus da City para construir uma esquadra poderosa. E as festas? E os anúncios?

À vista de seu exemplo, nenhum ministro quis ficar atrás. Todos porfiaram nos gastos. Anos depois, os *déficits* aumentavam, os impostos aumentavam, os preços de todos os gêneros aumentavam; mas a gente do país não deu pela origem da crise, tanto assim que, quando Pancome morreu, lhe fez a maior apoteose que lá se há visto. Os heróis e o povo da República dos Estados Unidos da Bruzundanga são assim, caros senhores.

XIII

A SOCIEDADE

É deveras difícil dizer qualquer coisa sobre a sociedade da Bruzundanga. É difícil porque lá não há verdadeiramente sociedade estável. Em geral, a gente da terra que forma a sociedade só figura e aparece nos lugares do tom, durante muito pouco tempo. Os nomes mudam de trinta em trinta anos, no máximo. Não há, portanto, na sociedade do momento tradição, cultura acumulada e gosto cultivado em um ambiente propício. São todos arrivistas e viveram a melhor parte da vida tiranizados pela paixão de ganhar dinheiro, seja como for. Os melhores e os mais respeitáveis são aqueles que enriqueceram pelo comércio ou pela indústria, honestamente, se é possível admitir que se enriqueça honestamente.

Esses, porém, fatigados, embotados, não formam bem a sociedade, embora as suas filhas e mulheres façam parte dela.

Os que formam diretamente a grande sociedade são os médicos ricos, os advogados afreguesados, os tabeliães, os políticos, os altos funcionários e os acumuladores de empregos públicos.

Por mais que se esforcem, por mais que queiram, semelhantes homens, atarefados dia e noite nos escritórios, nas repartições, nos tribunais, nos cartórios, na indústria política, não podem ter o repouso de espírito, o ócio mental necessário à contemplação desinteressada e à meditação carinhosa das altas coisas. Limitam-se a pousar sobre elas um olhar ligeiro e apressado; e a preocupação de manter os empregos e fazer render os cartórios, tirar-lhes-á o sossego de espírito para apreciar as grandes manifestações da inteligência humana e da natureza.

Pode ser definida a feição geral da sociedade da Bruzundanga com a palavra — medíocre.

Vem-lhe isto não de uma incapacidade nativa, mas do contínuo tormento de cavar dinheiro, por meio de empregos e favores governamentais, do sentimento de insegurança de sua própria situação.

Em uma sala, se ouve conversa das senhoras (digo senhoras), a preocupação não é outra senão saber se fulano será ministro, para dar tal ou qual comissão ao marido ou ao filho. Uma outra criticará tal ou qual pessoa poderosa porque não arranjou para o pai uma concessão qualquer. É assim.

Uma tão vulgar preocupação pauta toda a vida intelectual da sociedade bruzundanguense, de modo que, nas salas, nos salões, nas festas, o tema geral dos comensais é a política; são as combinações de senatorias, de governanças, de províncias e quejandos.

A política não é aí uma grande cogitação de guiar os nossos destinos, porém, uma vulgar especulação de cargos e propinas.

Sendo assim, todas as manifestações de cultura dessa sociedade são inferiores. A não ser em música, isto mesmo no que toca somente a executantes, os seus produtos intelectuais são de uma pobreza lastimável.

Há lá salões literários e artísticos, mas de nenhum deles surgiu um Montesquieu com o *Espírito das Leis*, como saiu do de *Mme.* du Deffand. As obras mais notáveis que lá têm aparecido são escritas por homens que vivem arredados da sociedade bruzundanguense.

Em uma sala desse país, quando não se trata de intrigas políticas ou coisas frívolas de todos os dias, surge logo um tédio inconcebível. Ele sepulta o pensamento, antes de matá-lo: enterra-o vivo. Mereceria detalhes, mas só fazendo romance ou comédia.

A gente da Bruzundanga gosta de raciocinar por aforismos. Sobre todas as coisas, eles têm etiquetadas uma coleção deles.

Se se fala em uma sala ou em outro qualquer lugar de sociedade de coisas literárias, logo um aforista sentencia:

— A arte deve ser impessoal. Os grandes artistas etc.

Naturalmente, ele se lembrou de Dante, que pôs no inferno os seus inimigos e no céu os seus amigos.

Incapaz de fazer aparecer no seu seio razoáveis manifestações intelectuais, ela é ainda mais incapaz de apoiar as que nascem fora dela.

A pintura, que sempre foi arte dos ricos e abastados, não tem, na Bruzundanga, senão raros amadores. Os pintores vivem à míngua e, se querem ganhar algum dinheiro, têm que se rojar aos pés dos poderosos, para que estes lhes encomendem quadros, por conta do governo.

Porque eles não os comprem com o dinheiro seu, senão os de vagas celebridades estrangeiras que aportam às plagas do país com grandes carregações de telas. É outro feitio da gente imperante da Bruzundanga de só querer ser generosa com os dinheiros do Estado. Quando aquilo foi Império, não era assim, mas, desde que passou a República, apesar da fortuna particular ter aumentado muito, a moda da generosidade à custa do governo se generalizou.

Se um desses engraçados mecenas julga que deve proteger tal ou qual pessoa, que esta precisa viajar a Europa, aperfeiçoar-se, não lhe subvenciona a viagem, não tira nem um ceitil dos seus mil e mais contos. Sabem o que faz? Influi para que ele receba um pagamento indevido do Tesouro ou promove uma fantástica comissão para o indivíduo.

É assim o mecenato da Bruzundanga. A falta de generosidade e a sua inquietude pelo dia de amanhã ferem logo a quem examina a sociedade daquele país, mesmo perfunctoriamente.

Basta ler os testamentos dos seus ricos e compará-los com os que fazem os humildes iberos, que lá enriqueceram em misteres humildes, para sentir a inferioridade moral da sociedade da Bruzundanga.

Nestes últimos, há mesmo um grande pensamento da hora da morte, quando fazem legados a amigos, a parentes afastados, a criados, a instituições de caridade; mas, nos daqueles, só se topa com o mais atroz egoísmo. Lembro-me de um ricoço de lá que, ao morrer, fez avultados legados aos netos, filhos de sua filha, com a condição de que deviam usar o nome dele — coisa que, como se sabe, se não é contrária às leis, ofende os costumes. O sobrenome tira-se do pai, lá como aqui.

Por falar em coisas de morte, convém recordar que os cemitérios dessa gente, ou por outra, os túmulos das pessoas da alta roda da Bruzundanga são outra manifestação da sua pobreza mental.

São caros jazigos ou carneiros de mármore de Carrara, mas os ornamentos, as estátuas, toda a concepção deles, enfim, é de uma grande indigência artística. Raros são aqueles que pedem a escultores que os façam. Todos os encomendam a simples marmoristas, que os recebem, aos montes, da Itália.

As suas casas são desoladoras arquitetonicamente. Há modas para elas. Houve tempo em que era a de compoteiras na cimalha; houve tempo das cúpulas bizantinas; ultimamente era de mansardas falsas. *Carneiros de Panúrgio...*

A sua capital, que é um dos lugares mais pitorescos do mundo, não tem nos arredores casas de campo, risonhas e plácidas, como se veem em outras terras.

Tudo lá é conforme a moda. Um antigo arrabalde da capital que há quantos anos era lugar de chácaras e casas roceiras passou a ser bairro aristocrático; e logo os panurgianos ricos, os que se fazem ricos ou fingem sê-lo, banalizaram o subúrbio, que ainda assim é lindo.

Um dos toques da mediocridade da sociedade da Bruzundanga é a sua incapacidade para manter um teatro nacional.

O teatro é por excelência uma arte da sociedade, de gente rica. Ele exige vestuários caros, joias, carros — tudo isso que só se pode obter com a riqueza. Pois os ricos da Bruzundanga não animam as tentativas que se têm feito para fazer surgir um teatro indígena, e todas têm fracassado.

Ela se contenta com a ópera italiana ou com as representações de celebridades estrangeiras.

Poderia ainda falar nas suas festas íntimas, nos seus casamentos, nos seus batizados, nas suas datas familiares; mas, por hoje, basta o que vai dito, e é o bastante para mostrar de que maneira a aristocracia da Bruzundanga é incapaz de representar o papel normal das aristocracias: criar o gosto, afinar a civilização, suscitar e amparar grandes obras.

Se falei aqui em aristocracia, foi abusando da retórica. O meu intento é designar com tão altissonante palavra não uma classe estável que detenha o domínio da sociedade da Bruzundanga e a represente constantemente, mas os efêmeros que, por instantes, representam esse papel naquele interessante país.

Explicado este ponto, posso ir adiante nas minhas breves “notas” sobre o país da Bruzundanga.

XIV

AS ELEIÇÕES

Dentre as muitas superstições políticas do nosso tempo, uma das mais curiosas é sem dúvida a das eleições. Admissíveis quando se trata de pequenas cidades, para a escolha de autoridades verdadeiramente locais, quase municipais, como eram na antiguidade, elas tomam um aspecto de sortilégio, de adivinhação, ao serem transplantadas para os nossos imensos estados modernos. Um deputado eleito por um dos nossos imensos distritos eleitorais, com as nossas dificuldades de comunicação, quer materiais, quer intelectuais, sai das urnas como um manipanso a quem se vão emprestar virtudes e poderes que quase sempre ele não tem. Os seus eleitores não sabem quem ele é, quais são seus talentos, as suas ideias políticas, as suas vistas sociais, o grau de interesse que ele pode ter pela causa pública; é um puro nome sem nada atrás ou dentro dele. O eleito, porém, depois de certos passes e benzeduras legais, vai para a Câmara representar-lhes a vontade, os desejos e, certamente, procurar minorar-lhes os sofrimentos, sem nada conhecer de tudo isto.

A superstição eleitoral é uma das nossas coisas modernas que mais há de fazer rir os nossos futuros bisnetos.

Na Bruzundanga, como no Brasil, todos os representantes do povo, desde o vereador até ao Presidente da República, eram eleitos por sufrágio universal, e, lá, como aqui, de há muito que os políticos práticos tinham conseguido quase totalmente eliminar do aparelho eleitoral este elemento perturbador — “o voto”.

Julgavam os chefes e capatazes políticos que apurar os votos dos seus concidadãos era anarquizar a instituição e provocar um trabalho infernal na apuração porquanto cada qual votaria em um nome, visto que, em geral, os eleitores têm a tendência de votar em conhecidos ou amigos. Cada cabeça, cada sentença; e, para obviar os inconvenientes de semelhante fato, os mesários da Bruzundanga lavravam as atas conforme entendiam e davam votações aos candidatos conforme queriam.

Na capital da Bruzundanga, Bosomsky, onde assisti a diversas eleições, o espetáculo delas é o mais ineditamente pitoresco que se pode imaginar.

As ruas ficam quase desertas, perdem o seu trânsito habitual de mulheres e homens atarefados; mas para compensar tal desfalque passam constantemente

por elas carros, automóveis, pejados de passageiros heterogêneos. O doutor-candidato vai neles com os mais cruéis assassinos da cidade, quando ele mesmo não é um assassino; o grave chefe de seção, interessado na eleição de F., que prometeu fazê-lo diretor; o grave chefe, o homem severo com os vadios de sua burocracia, não trepida em andar de cabeça descoberta, com dois ou três calaceiros conhecidíssimos.

A fisionomia aterrada e curiosa da cidade dá a entrever que se está à espera de uma verdadeira batalha, e a julgar-se pelas fisionomias que se amontoam nas seções, nos carros, nos cafés e botequins parece que as prisões foram abertas e todos os seus hóspedes, soltos naquele dia.

Raro é o homem de bem que se faz eleitor, e se se alista, para atender a pedidos de amigos, não tarda que o seu diploma sirva a outro cidadão mais prestante, que no dia do pleito, para fins eleitorais, muda de nome e toma o do pacato burguês, que se deixa ficar em casa, e vota com eles. Isto é o que lá se chama: “um fósforo”.

Às vezes semelhantes eleitores votam até com nomes de mortos, cujos diplomas apresentam aos mesários solenes e hieráticos que nem sacerdotes de antigas religiões. Quer um, quer outro serviço eleitoral, constituem os préstimos mais relevantes que se podem prestar aos políticos de profissão.

Tais costumes eleitorais da Bruzundanga são fonte de muitos casos cômicos, mas, por serem quase semelhantes aos que se passam entre nós, abstenho-me de narrá-los. Entretanto, vou dar-lhes o depoimento de um ingênuo e inteligente eleitor, que descreve a sua iniciação eleitoral na Bruzundanga e os característicos do exercício dos direitos políticos que a sua Constituição outorga aos cidadãos.

Trata-se de uma das melhores relações que travei naquele país. Ao tempo em que nos conhecemos, ele tinha aí os seus 26 anos e já havia publicado algumas memórias interessantes sobre a paleontologia da Bruzundanga.

Não sei, ao certo, se continuou com brilho a sua estreia brilhante, mas suspeito que não.

A sociedade de Bruzundanga mata os seus talentos, não porque os desdenhe, mas porque os quer idiotamente mundanos, cheios de empregos, como enfeites de sala banal.

O meio inconsciente de que ela se serve para tal fim é o casamento.

O rapaz começa a fazer ruído e logo todos o cercam, já os de sua camada, já os de camada superior, se é de extração modesta.

É natural que ele encontre entre tantas damas da roda que o cerca a do seu pensamento.

Ei-lo casado; a mulher, porém, não pode compreender sábio que não ganhe muito dinheiro e viva modestamente. Não compreende nem Spinoso, nem Fabre. Se não se faz católico praticante, o rapaz, para arranjar bons empregos, faz-se charlatão, acólito de políticos, já não medita, perde a pertinácia, para as pesquisas originais, publica compilações rendosas e enche-se de cargos públicos e particulares. É esta a trajetória de todas as “esperanças” intelectuais da Bruzundanga.

Penso, por isso, que o meu amigo, Halaké Ben Thoreca, como todos os seus iguais, se banalizou com o casamento e a consequente cavação de empregos. Tratemos, porém, da sua estreia eleitoral, como ele me contou. Vamos ouvi-lo:

“Pelos meus 22 anos, uma manhã, li um artigo eloquente em que se lembrava aos bruzundanguenses a necessidade, o dever de inscrever os seus nomes no próximo alistamento eleitoral. Li e fiquei convencido. Depois de árduos trabalhos, obtive o diploma, e, nas vésperas da eleição, pus-me a estudar os manifestos dos candidatos ao cargo espinhoso de deputado. Fiquei perplexo.

Julho Ben Khosta, com mais de vinte anos de prática no ofício de candidato, prometia, caso fosse eleito, propugnar a disseminação de livros e estampas; e, hoje mesmo, apesar de homem feito, passa horas e horas a folheá-los. A promessa de Julho Ben Khosta demoveu-me a empenhar-lhe o meu voto. Não durou muito essa minha resolução. Na mesma coluna dos apedidos do jornal, a plataforma do doutor Karaban acenava-me com uma grande esperança.

Este doutor gastava frases e juramentos, prometendo que faria decretar a aprovação compulsória dos estudantes reprovados.

Calculem que eu tinha quatro bombas em mecânica e, por aí, poderão imaginar como fiquei contente com semelhante candidato.

Foi tiro e queda: decidi votar no doutor Karaban. Saí bem cedo, para almoçar qualquer coisa.

Na pensão um meu amigo pediu-me que votasse no Kasthiotoh. É um moço muito pobre, está quase na miséria, disse-me o amigo, cheio de família; precisa muito do subsídio.

Tive dó e, quando deixei o almoço, tinha o arraigado propósito de votar no indigente Kasthiotoh. Dirigi-me, no dia próprio, para a seção eleitoral, e esperei. Chamaram-me, afinal.

Quase a tremer, no alevantado fito de influir nos destinos da Pátria consegui atravessar por entre duas filas de homens de aspecto feroz, que me olhavam desdenhosamente.

Sentei-me, mostrei o meu título, assinei um livro, depus a cédula na urna e fiquei um momento cismando diante da esbelteza de um longo arco abatido que, de uma única *enjambée* e com uma flecha relativamente diminuta, vencia, com suave elegância, toda a largura do átrio do palácio vice-real, onde funcionava a seção eleitoral.

Creio que me demorei indecentemente nessa admiração, porque vi as minhas cismas interrompidas pelo grito enérgico do coronel mesário-presidente:

— O senhor não se levanta! — berrou o homem.

Obedecendo, afastei-me corrido de vergonha e atravessei de novo por entre aquelas mesmas caras ferozes que me tinham visto passar um pouco antes, no alevantado intuito de influir nos destinos da Pátria.

Aguardei o resultado quieto, a um canto.

Estava seriamente interessado em impedir que o pobre Kasthiotoh morresse de fome, com a mulher, filhos, sogra, cunhadas etc.

Estive assim cerca de duas horas, ao fim das quais alguns daqueles sujeitos horrendos se aproximaram e, fingindo que o faziam às ocultas, começaram a examinar facas, punhais, estoques, garruchas, revólveres, que traziam. Via perfeitamente tais armas e descobri que mesmo para isso é que eles tal coisa faziam.

Fascinaram-me e não pude desviar o olhar. Foi a minha desgraça, Deus dos céus! Um deles ergueu o chapéu ao alto da cabeça e fez para mim, encarando-me com horrorosa catadura:

— Que está olhando?

— Nada não, senhor — respondi eu.

— Vá... Você está aí com parte de siri sem unha... Arreda!

E, sem saber como, vi-me envolvido em um formidável rolo e levei uma porção de pauladas e quatro facadas.

Mandaram-me para a Santa Casa, onde meu amigo Hanthônio me foi visitar:

— Que foi isto? — perguntou-me.

— Direitos políticos.

Depois de restabelecido, vim a saber que o Kasthiotoh não tivera um único voto e arranjava um emprego modesto que lhe dava para fazê-lo viver e mais a família com café e pão sem manteiga. A ata (eu a pude ver mais tarde) estava um primor de autenticidade, pois tinha sido falsificada com toda a perfeição por um espanhol que vivia do ofício eleitoral de falsificar atas de eleições. Eis como foi a minha estreia eleitoral.”

Os meus leitores poderão verificar que, no ponto de vista eleitoral, a Bruzundanga nada tem que invejar da nossa cara pátria.

XV

UMA CONSULTA

Na Bruzundanga, quando lá estive, a fama do doutor Adhil Ben Thaft não cessava de crescer.

Não havia dia em que os jornais não dessem notícias de mais uma proeza por ele feita, dentro ou fora da medicina. Em tal dia, um jornal dizia: “O doutor Adhil, esse maravilhoso clínico e excelente *goal-keeper* acaba de receber um honroso convite do Libertad Football Club, de São José de Costa Rica, para tomar parte na sua partida anual com o Ayroca Football Club, de Guatemala. Todo o mundo sabe a importância que tem esse desafio internacional e o convite ao nosso patrício representa uma alta homenagem à ciência da nossa terra e ao *football* nacional. O celebrado mestre, porém, não pôde aceitar o convite, pois a sua atividade mental anda agora norteadada para a descoberta da composição da Pomada Vienense, específico muito conhecido para a cura dos calos.”

O extraordinário clínico vivia assim mais citado nos jornais que o próprio Mandachuva e o seu nome era encontrado em todas as seções dos quotidianos. A seção elegante do *O Conservador*, logo ao dia seguinte da notícia acima, editada nos sueltos do jornal ocupou-se do famoso médico da seguinte maneira:

“O doutor Adhil apareceu ontem no Lírico inteiramente *fashionable*.

“O milagroso clínico saltou do seu *coupé* completamente nu. Não se descreve o interesse das senhoras e o maior ainda de muitos homens. Eu fiquei babado de gozo.”

A fama do doutor corria assim desmedidamente. Deixou em instantes de ser médico do bairro ou da esquina, como dizia *Mlle.* Lespinasse, para ser o médico da capital do país, o lente sábio, o literato ilegível, à João de Barros, o herói do *football*, o obrigado papa-banquetes diários, o Cícero das enfermarias, o mágico dos salões, o poeta dos acrósticos, o dançador dos bailes do tom etc. etc...

O seu consultório vivia tão cheio que nem a avenida em dia de carnaval; e havia quem dissesse que muitos rapazes preferiam-no para as proezas daquelas que os nossos cinematógrafos são o teatro habitual.

Era procurado sobretudo pelas senhoras ricas, remediadas e pobres, e todas elas tinham garbo, orgulho, satisfação, emoção na voz quando diziam:

— Estou me tratando com o doutor Adhil.

Moças pobres sacrificavam os orçamentos domésticos para irem à consulta do doutor Adhil e muitas houve que deixavam de comprar o sapato ou o chapéu da moda para pagar o exame perfunctório do famoso doutor. De uma eu sei que lá foi com enormes sacrifícios para curar-se de um defluxo; e curou-se, embora o doutor Adhil não lhe tivesse receitado um xarope qualquer, mas um específico de nome arrevesado, grego ou copta, Mutrat Todotata.

Porque o maravilhoso clínico não gostava das fórmulas e medicamentos vulgares, ele era original na botica que empregava.

O seu consultório ficava em uma rua central, ocupando todo um primeiro andar. As antessalas eram mobiliadas com gosto e tinham mesmo pela parede quadros e mapas de coisas da arte de curar.

Havia mesmo, no corredor, algumas gravuras de combate ao alcoolismo e era de admirar que estivessem no consultório de um médico, cuja glória o obrigava a ser conviva de banquetes diários, bem e fartamente regados.

Para se ter a felicidade de sofrer um exame de minutos do milagroso clínico, era preciso que se adquirisse a entrada, isto é, o cartão, com antecedência, às vezes, de dias. O preço era alto, para evitar que os viciosos do grande clínico não atrapalhassem os que verdadeiramente necessitavam das luzes do célebre clínico...

Custava a consulta cerca de cinquenta mil-réis, na nossa moeda, mas apesar de tão alto preço, o escritório da celebridade médica era objeto de uma verdadeira romaria e toda cidade o tinha como uma espécie de Aparecida médica.

Cator Krat Ben, sócio principal da firma Suza & Cia, estabelecido com armazém de secos e molhados, lá pelas bandas de um arrabalde afastado da cidade, andava sofrendo de umas dores no estômago que não o deixavam comer com toda liberdade o seu bom cozido, rico de couves e nabos, farto de toucinho e abóbora vermelha, nem mesmo saborear, a seu contento, o caldo que tantas saudades lhe dava de sua aldeia natal.

Consultou mezinheiros, curandeiros, espíritas, médicos locais e não havia meio de lhe passar de toda aquela insuportável dorzinha que não lhe permitia comer, com satisfação e abundância, o cozido e tirava-lhe de qualquer modo o sabor do caldo que tanto amava e apreciava.

Era ir para à mesa, lá lhe aparecia a dor, e o cozido com os seus pertences, muito cheiroso, rico de couves, farto de toucinho e abóbora, olhava-o,

namorava-o e ele namorava o cozido sem ânimo de mastigá-lo, de devorá-lo, de engoli-lo com aquele ardor que a sua robustez e o seu desejo exigiam.

Krat Ben Suza era solteiro e quase casto.

Na sua ambição de pequeno comerciante, de humilde aldeão tangido pela vida e pela sociedade para a riqueza e para a fortuna, tinha recalcado todas as satisfações da vida, o amor fecundo ou infecundo, o vestuário, os passeios, a sociabilidade, os divertimentos, para só pensar nos contos de réis que lhe dariam a forra mais tarde, com toda a certeza, do seu quase ascetismo atual, no balcão de uma venda dos subúrbios.

À mesa, porém, ele sacrificava um pouco do seu ideal de opulência e gastava sem pena na carne, nas verduras, nos legumes, no peixe, nas batatas, no bacalhau que, depois do cozido, era o seu prato predileto.

Desta forma, aquela dorzita no estômago o fazia sofrer extraordinariamente. Ele se privava do amor, mas que importava se daqui a anos, ele pagaria para seu gozo, em dinheiro, em joias, em carruagens, em casamento até, corpos macios, veludosos, cuidados, perfumados, os mais caros que houvesse aqui ou na Europa; ele se privava de teatros, de roupas finas, mas que importava, se dentro de alguns anos, ele poderia ir aos primeiros teatros daqui ou da Europa com as mais caras que escolhesse; mas deixar de comer — isto não! Era preciso que o corpo estivesse sempre bem nutrido para aquela faina de 14 ou 15 horas por dia, a servir ao balcão, a ralhar com os caixeiros, a suportar os desaforos dos fregueses e a ter cuidado com os calotes.

Certo dia, ele leu nos jornais a notícia que o doutor Adhil Ben Thaft tinha tido permissão do governo para dar alguns tiros com os grandes canhões do grande couraçado da esquadra do país — “Witopá”.

Leu a notícia toda e feriu-lhe o fato da informação dizer: “Esse maravilhoso clínico é, certamente, um exímio artilheiro...”

Clínico maravilhoso! Com muito esforço de memória, pôde conseguir recordar-se de que aquele nome já por ele fora lido em qualquer parte. Maravilhoso clínico! Quem sabe se ele não curaria daquela dorzita ali, no estômago? Meditava assim, quando lhe entra pela venda adentro o sr. Hutekle, empregado na Repartição das Arapucas, funcionário público, homem sério e pontual no pagamento.

Krat foi logo lhe perguntando:

— Sr. Hutekle, o senhor conhece o doutor Adhil Ben Tad?

— Thaft — emendou o outro.

— Isto mesmo. Conhece-o, sr. Hutekle?

— Conheço.

— É bom médico?

— Milagroso. Monta a cavalo, joga xadrez, escreve muito bem, é um excelente orador, grande poeta, músico, pintor, *goal-keeper* dos primeiros...

— Então é um bom médico, não é, meu caro senhor?

— É. Foi quem salvou a minha mulher. Custou-me caro... Duas consultas...

— Quanto?

— Cinquenta mil-réis cada uma... Some.

O merceeiro guardou a informação, mas não se resolveu imediatamente a ir consultar o famoso taumaturgo urbano. Cinquenta mil-réis!

E se não ficasse curado com uma única consulta? Mais cinquenta...

Viu na mesa o cozido, olente, fumegante, farto de nabos e couves, rico de toucinho e abóbora vermelha, a namorá-lo e ele a namorar o prato, sem poder gozá-lo com o ardor e a paixão que o seu desejo pedia. Pensou dias e afinal decidiu-se a descer até à cidade, para ouvir a opinião do doutor Adhil Ben Thaft sobre a sua dor no estômago, que lhe aparecia de onde em onde.

Vestiu-se o melhor que pôde, dispôs-se a suportar o suplício das botas, pôs ao colete o relógio, a corrente e o medalhão de ouro com a enorme estrela de brilhante que parece ser o distintivo dos pequenos e grandes negociantes de todas as terras, e encaminhou-se para a estação da estrada de ferro. Ei-lo no centro da cidade.

Adquiriu a entrada, isto é, o cartão, nas mãos do contínuo do consultório, despedindo-se dos seus cinquenta mil-réis com a dor de pai que leva um filho ao cemitério. Ainda se o doutor fosse seu freguês... Mas qual! Aqueles não voltariam mais...

Sentou-se entre cavalheiros bem vestidos e damas perfumadas. Evitou encarar os cavalheiros e teve medo das damas... Sentia bem o seu opróbrio, não de ser taverneiro, mas de só possuir de economias duas miseráveis dezenas de contos... Se tivesse algumas centenas — então, sim, ele! — ele poderia olhar aquela gente com toda a segurança da fortuna, do dinheiro, que havia de alcançar certamente, dentro de anos, o mais breve possível.

Um a um, iam eles entrando para o interior do consultório, e pouco se demoravam. Suza começou a ficar desconfiado... Diabo! Assim tão depressa?

Boa profissão, a de médico! Ah! Se o pai tivesse sabido disso... Mas qual!

Pobre pai! Ele mal podia com o peso da mulher e dos filhos, como havia de pagar-lhes mestres? Cada um enriquece como pode...

Foi, por fim, à presença do doutor. Krat gostou do homem. Tinha um olhar doce, os cabelos já grisalhos, apesar de sua fisionomia moça, umas mãos alvas, polidas.

Perguntou-lhe o médico com muita macieza de voz:

— Que sente o senhor?

Krat Ben Suza foi-lhe dizendo logo o terrível mal no estômago de que vinha sofrendo, há tanto tempo, mal que aparecia e desaparecia, mas que não o deixava nunca. O doutor Adhil Ben Thaft fê-lo tirar o paletó, o colete, auscultou-o bem, examinou-o demoradamente, tanto de pé como deitado, sentou-se depois, enquanto o negociante recompunha a sua modesta *toilette*.

Suza sentou-se também, e esperou que o médico saísse de sua meditação.

Foi rápida. Dentro de um segundo, o famoso clínico dizia com toda segurança:

— O senhor não tem nada.

O humilde vendeiro ergueu-se de um salto da cadeira e exclamou indignado:

— Então, senhor doutor, eu pago cinquenta mil-réis e não tenho nada! Esta é boa! Noutra não caio eu!

E saiu furioso do consultório que merecia da cidade uma romaria semelhante à da milagrosa Lourdes, no doce país de França.

XVI

A ORGANIZAÇÃO DO ENTUSIASMO

A curiosa República de que me venho ocupando é acusada pelos seus filósofos de não ter costumes originais. É um erro de que participam quase todos os seus naturais — erro muito naturalmente explicável, pois mergulhados na sua vida, não possuem pontos de referência para aquilatar da originalidade das usanças especiais de sua terra.

Os estrangeiros, porém, logo as percebem e contam nos seus livros. Li muitos livros de viagem na Bruzundanga e em nenhum deles vi referências a um costume curioso daquele país — “a manifestação”.

Chama-se isto ao ato de fazer ressaltar uma dada personalidade com aclamação, o vivório de muitos outros. Esta é a grande manifestação; há também as pequenas que consistem em banquetes, saraus, piqueniques, em honra de um dado sujeito.

Convém fazer observar que tanto uma espécie como a outra visam a publicação de longas notícias nos jornais, de modo a fazer crer ao público que o “manifestado” é mesmo homem de valor (às vezes o é) e merece dos poderes públicos todo o acatamento e toda a proteção. É este o fim oculto da “manifestação”, grande ou pequena.

Houve lá um rapaz que, graças aos banquetes que lhe eram oferecidos e cujas notícias saíam em colunas pelos jornais afora, foi de segundo-tenente da Marinha a contra-almirante em cinco anos, sem nunca ter comandado uma falua.

Um senhor que conheci, fez-se uma celebridade em astronomia, com auxílio dos saraus que lhe eram oferecidos pelos amigos. Ele tinha em casa um óculo de bordo, montado sobre uma tripeça, que, por sua vez, se alcandorava em um mangrullo erguido na sua chácara; lia o *Flammарion*; e isto tudo com mais uns amigos dedicados a lhe oferecer bailes, por ocasião das suas portentosas descobertas nos céus ignotos, levaram o governo da Bruzundanga a nomeá-lo diretor de um dos observatórios astronômicos da República.

Esses casos são de pequenas homenagens levadas ao cabo por amigos cuja amizade e vinhos generosos são bastantes para incutir-lhes entusiasmo, por ocasião de tais manifestações.

Mas, para as grandes, para aquelas feitas a políticos, a capitalistas, a embaixadores, para aquelas em que se exige multidão, o entusiasmo não era fácil de obter-se assim do pé pra mão e quando eram realizadas, além desse “defeito” apresentavam alguns outros.

Muitas vezes até os organizadores verificavam que os manifestantes não sabiam bem o nome do grande homem a festejar. Era uma lástima! Uma vergonha!

Acontecia em certas ocasiões que um grupo gritava:

— Viva o doutor Clarindo! — O outro exclamava: — Viva o doutor Carlindo! — E um terceiro expectorava: — Viva o doutor Arlindo! — Quando o verdadeiro nome do doutor era Gracindo!

Para obviar tais inconvenientes, houve alguém que teve a ideia de “canalizar”, de “disciplinar” o entusiasmo do povo bruzundanguense, entusiasmo tão necessário às manifestações que lá há constantemente, e tão indispensáveis são ao fabrico de grandes homens que dirijam os destinos da grande e formosa República dos Estados Unidos da Bruzundanga.

Esse alguém, esse homem de gênio, cujo nome infelizmente me escapa agora, delineou a “Guarda do Entusiasmo”.

Os fins a que a organização de semelhante corpo manifestante devia obedecer foram expostos pelo seu criador, mais ou menos, nas seguintes palavras que, se não são transcritas do seu manifesto, podem ser tomadas como verdadeiras, pois me gabo de ter muito boa memória.

Ei-las:

“As sucessivas e continuadas festas que Bosomysy (capital da Bruzundanga) tem dado a vários personagens nacionais e estrangeiros, nestes últimos tempos, sugerem a ideia de se organizar um corpo de dez mil homens, convenientemente fardados, armados e disciplinados, encarregados das aclamações, dos vivórios e todas as outras coisas que os jornais englobam sob o título 'Uma Entusiástica Recepção'.

É conveniente que esse corpo tenha uma organização adequada e fique sujeito à suprema direção de um dos nossos ministérios, por intermédio de uma Diretoria-Geral de Manifestações e Festejos, que deve ser criada oportunamente.

O nosso catita Ministério de Estrangeiros está naturalmente indicado para superintender os destinos superiores dessa “Guarda do Entusiasmo”, e da

diretoria, que fará parte naturalmente da respectiva Secretaria de Estado.

O aproveitamento da energia entusiástica desses dez mil homens obter-se-á com uma disciplina inteligente e uma hierarquia conveniente.

Cada soldado, pelo menos, deverá dar dois 'vivas' por minuto; os sargentos e demais inferiores, nos intervalos dos 'vivas', baterão palmas, muitas palmas, seguidas e nervosas; os oficiais serão encarregados de soltar foguetes e traques; o general fará, por intermédio do corneta, os sinais da ordenança, de modo a graduar, a marcar a aclamação delirante.

Ter-se-á assim a canalização, a organização do entusiasmo, e a população de Bosomby, mediante um pequeno imposto, ficará desembaraçada do ônus manifestante.

O fardamento não custará lá grande coisa. Roupas usadas, velhos chapéus de funcionários sobrecarregados de família, botas acalcanhadas de empregados de advogados emprestarão aos soldados o aspecto mais popular possível. Os oficiais vestirão a sobrecasaca de sarja das grandes ocasiões; o general e o seu estado-maior virão em carro descoberto.

A 'Guarda do Entusiasmo' não formará, por completo, para toda e qualquer homenagem.

Um embaixador belíssimo terá direito à metade; um chefe de Estado feio, a toda ela.

O Governo, como atualmente procede com as bandas de música militares, poderá alugar frações da 'Guarda', ou mesmo ela completa, a particulares que pretendam realizar manifestações honestas e republicanas, e, com isto, obterá uma segura fonte de renda para o erário nacional.

Tudo indica que nela haja algumas centenas de praças e uma ou duas dúzias de oficiais conhecedores do entusiasmo inglês, francês, chinês e abexim para as manifestações a grandes personagens abexins, chineses, franceses e ingleses.

Toda a corporação congênere deve ser proibida pelo governo, e na 'Guarda' é bom que o comandante admita algumas dezenas de homens robustos capazes de puxar carros de heróis ambulantes ou atrizes fascinadoras. Às vezes, temos visto o entusiasmo exigir esse glorioso serviço...

Se no mercado comum de homens robustos não se encontrarem músculos capazes para tão nobre atividade, é bom que sejam contratados alguns lutadores de luta romana, mesmo porque, procurando dar às manifestações um cunho de novidade, pode haver quem proponha levantar-se a carruagem dos 'manifestados' de sobre o vulgar chão de asfalto."

Estas palavras vinham eivadas de tanta lógica que logo convenceram os governantes da Bruzundanga da verdade e da necessidade que encerravam, e não demorou um mês que a “Guarda” fosse organizada, apesar de se terem apresentado como candidatos a lugares dela quase todos os habitantes de Bosomsy.

XVII

ENSINO PRÁTICO

Notando os grandes estadistas da Bruzundanga que o comércio do país estava nas mãos de estrangeiros, resolveram com todo o patriotismo retirar o monopólio da mercancia, quer por atacado quer a varejo, das mãos de estranhos ao país.

Os economistas tinham mesmo verificado que a exportação de dinheiro que os grandes e pequenos negociantes faziam para os seus países de origem sobrepujava a do café, e, longe do comércio da nação enriquecê-la, empobrecia-a mais até do que a da venda aos estrangeiros da famosa rubiácea que constituía a sua riqueza.

Foi então que para sanar tão lastimável estado de coisas, para nacionalizar o comércio, alguns homens de boa vontade tomaram a iniciativa de fundar, em Bosomys, um alto estabelecimento de instrução comercial, nos moldes alemães e americanos, isto é, inteiramente prático. Vou em rápidas palavras dizer-lhes como eles o projetaram e para tal, nada mais farei do que transcrever para aqui as partes essenciais do programa que estavam distribuindo quando saí da grande República e as conversas que com eles tive.

Era intuito dos fundadores da Academia Comercial banir do seu ensino todo o pedantismo, todo o luxo teórico; fazê-lo prático, moderno, à *yankee*. De tal modo o queriam assim que, ao fim de um curso de pequena duração, o aluno pudesse, sem dificuldades e hesitações, colocar-se à testa de uma loja e geri-la com o desembaraço e a segurança de velho negociante com vinte anos de prática.

Além de negociantes propriamente, a academia visava sobretudo formar magníficos caixeiros, magnéticos, com virtudes de ímã, capazes de solicitar, de empolgar, de atrair a freguesia.

Para a boa compreensão dos leitores que mal conhecem certamente os usos daquele país e os aspectos de sua capital, os exemplos locais de hábitos de comércio, que me foram fornecidos pelos fundadores da Academia, serão por mim dados aqui com similares cariocas. Continuemos.

Os cursos da Academia Comercial da Bruzundanga não ficarão instalados em um enorme edifício, grandioso e inútil para os fins a que se destina, e sobretudo favorável à criação de um espírito de escola, de camaradagem,

indigno da luta comercial. As aulas funcionarão em pequenas casas, situadas nas regiões da capital em que atualmente mais florescem os gêneros de comércio que os alunos pretenderem aprender.

Conversando com um dos iniciadores, tive ocasião de receber a confiança da metodologia própria ao estabelecimento. Lembro ainda que os exemplos são transferidos das coisas de lá para as daqui.

Assim, em uma espécie de rua da Alfândega de Bosomsky, entre as equivalentes de lá às nossas do Núncio e São Jorge, será estabelecido o curso de venda ambulante de fósforos.

A aula ficará a cargo de um velho “turco” afeito ao negócio, cujas calças curtas, denticuladas nas extremidades, beijam a fugir os canos das botinas muito grandes e deixam ver, de quando em quando, dois bons pedaços de suas canelas felpudas.

Possuidor de voz roufenha e lenta, mas penetrante e persuasiva, toda manhã, o venerável catedrático, no centro de jovens discípulos, marcando o ritmo com uma varinha auxiliar, fá-los-á repetir uma, duas, mil vezes: “Fofó Barato! Fofó Barato! Duas caixas um tostão!”

Este curso durará seis meses, dando direito a um atestado de frequência.

A aula de jornalismo (venda ambulante de gazetas) ia ser instalada em frente do popularíssimo quotidiano de lá — Bosomsky-Gazetto —, e tencionavam os fundadores da Academia realizá-lo de madrugada, admitindo um número restrito de alunos, sendo-lhes exigida a apresentação de atestados valiosos de que sabiam tomar bondes em movimento.

Os cocheiros de bondes (ainda eram de tração animal), os respectivos recebedores e os baleiros eram pessoas idôneas para passar o atestado.

A aula de “frege”, cuja sede seria uma espécie de Largo da Sé de lá, ficará dividida em duas partes: cantata da lista e encomenda de pratos à cozinha.

Os discípulos serão obrigados a repetir em coro e na toada de uso todo um pantagruélico e imaginário menu: “Seca desfiada, caldo à portuguesa, arroz com repolho, feijoada Camões, tripas à portuense, bifes à Itália.” Etc. etc...

O lente, um exemplar de homem assim como um gordo proprietário de casa de pasto da rua da Misericórdia, sentado a uma mesinha, coberta com uma toalha eloquentemente imunda, dirá subitamente a um dos alunos:

— Traga-me um arroz e um bacalhau, “seu” Manuel.

O discípulo correrá até ao fundo da sala e, com a voz clássica do ofício, gritará para a fantástica cozinha:

— Salta um “chim” e um bacalhau.

O tirocínio acadêmico durará um ano, conferindo o título de bacharel em lista cantada e dando direito ao uso de um anel simbólico.

Afora estes, haverá o curso de barbeiro, de botequim, de compra de ferro velho, e outros. O mais difícil, porém, há de ser o de armarinho, cujas aulas funcionarão em uma rua principal da cidade, em uma rua como a nossa do Ouvidor, e terão lugar em grandes salas, guarnecidas de assentos em anfiteatro, como nas grandes escolas superiores.

Alguma dama facilmente adaptável figurará como freguesa atendida pelo professor, que perpetrará os lânguidos olhares de uso nesse tráfico, ajudando-a na escolha das fazendas, cortando o padrão com elegância e dizendo as frases amáveis, espirituosas e adequadas a tão alto comércio: “Em si, toda a fazenda vai bem: quem quer cassa, caça.” Etc. etc.

Durará dois anos este curso e conferirá, ao aluno que o terminar, o grau de doutor em artigos de armarinho e boas maneiras.

Semanalmente, haverá duas aulas gerais, cuja frequência será obrigatória aos alunos de todas as aulas; a de dança e a de coisas de carnaval.

Eis aí como, em linhas gerais, iria ser, conforme me disseram, a Academia Comercial da Bruzundanga.

XVIII

A RELIGIÃO

Segundo afirmam os compêndios de geografia do país, tanto os nacionais como os estrangeiros, a religião dominante é a católica apostólica romana. Entretanto, é de admirar que, sendo assim, a sua população, atualmente já considerável, não seja capaz de fornecer os sacerdotes, quer regulares, quer seculares, exigidos pelas necessidades do seu culto.

Há muitas igrejas e muitos conventos de frades e monjas que, em geral, são estrangeiros.

Não há mais que dizer sobre tão relevante assunto.

XIX

Q. E. D.

Animado pela alta e dignificadora curiosidade de estudar o mecanismo administrativo da República da Bruzundanga, voltei, em certa ocasião, as minhas vistas para o exame das funções de secretário de ministro, cujas responsabilidades sempre me disseram ser grandes e que, de longe, parece ser de importância transcendente. Dou aqui o resultado parcial dos meus estudos, observando-lhe o serviço sobre-humano, e por demais intelectual, nas passagens mais características do exercício do seu cargo.

O secretário, como verão, é um funcionário indispensável ao complexo funcionamento do aparelho governamental da Bruzundanga. Imaginem só o seguinte caso que prova a contento do mais exigente o que afirmo.

Um dia, ao gabinete de um tal Ministro da Bruzundanga, foi ter um industrial, pedindo-lhe que fosse visitar sua fábrica que estava inaugurando uma nova indústria no país.

Ficava longe, cinco léguas de Bosomsy, e, para se ir ter lá, era preciso tomar a barca muito cedo, muito mesmo, às seis horas, ou antes, da manhã.

O ministro tinha já concordado em ir, quando, da sua mesa respeitosamente pequena, o secretário ergueu-se e lembrou:

— Vossa Excelência não pode apanhar o orvalho da manhã.

— Homem, é verdade! — fez o ministro.

Se não fosse a memória pronta do secretário e a sua dedicação à causa pública, quantas ocorrências graves não iriam perturbar a marcha das coisas governamentais, se o ministro, com a imprudência que ia fazer, apanhasse um resfriado qualquer? Quantas? Um defluxo, papéis atrasados, terremotos, pestes, inundações etc.

Graças a Deus, porém, a gente da Bruzundanga inventou o ofício de secretário de Ministro que é capaz, a tempo, de evitar tantas desgraças...

Continuemos a demonstração. Creio que as aranhas, tanto as daqui como as de Bruzundanga, não têm em grande conta o cargo de Ministro de Estado. É de lastimar que insetos de tanto talento desconheçam a importância de tão sublime bímano. Entretanto, não está nos poderes humanos obrigá-los a respeitar o que respeitamos, senão devíamos fazê-lo, para que tais aracnídeos

não procedessem como um deles procedeu irreverentemente com um Ministro de Bruzundanga.

Caso foi que uma aranha comum, totalmente despida de qualquer notoriedade entre as aranhas, completamente sem destaque entre as suas iguais, teve o desaforo de pôr-se a tecer a sua teia no próprio teto do gabinete de um Ministro da Bruzundanga e bem por cima de sua majestosa cadeira.

Houve, quando o trabalho ia adiantado, não sei que espécie de cataclismo, próprio ao universo das aranhas, e, tão forte foi ele que um bom pedaço de labor do engenhoso articulado veio a cair em cima da sobrecasaca da poderosa autoridade da República da Bruzundanga.

Apesar do seu imenso poder e da sua forte visão de seguro guia de povos, o grave Ministro não deu conta do desrespeito — involuntário, é verdade, mas desrespeito — de que acabava de ser objeto, por parte de uma miserável aranha, hedionda e minúscula.

Mas, não dando pelo fato, tratou de tomar o *coupé* para ir ao despacho coletivo, levando tão estranha condecoração (?) nas costas, quando o secretário, chapéu na mão, todo mesuroso, pedindo licença, tirou a prova da indignidade do bichinho das vestes do seu amo. E ele já entrava no carro!...

Suponhamos que tal não se tivesse dado, isto é, que o ministro entrasse para o alto sínodo cuja presidência competia ao Mandachuva, com aquele evidente atestado de relaxamento.

Que pensaria o supremo da Bruzundanga? Naturalmente, penso eu, que os negócios da pasta que lhe havia confiado mereciam-lhe o mesmo cuidado que a sua sobrecasaca.

Ah! Os secretários de ministro! Como são úteis!

Além desses préstimos tão relevantes de que eles não se poupam, ainda por cima são às vezes mártires. Duvidam? Pois vou provar-lhes como é verdade.

O deputado Fur-hi-Bhundo tinha um pedido a outro Ministro da Bruzundanga. Este por qualquer motivo não lhe pôde servir e atendeu a outro “pistolão”. Sabedor da coisa, Fur-hi-Bhundo voou que nem uma frecha para a respectiva Secretaria de Estado.

Arrebatadamente entra pelo gabinete ministerial adentro e, dando com o secretário, pois o Ministro não estava, desanda no dedicado serventuário uma feroz decompostura em que o chama de lacaio, de capacho, de toma-larguras, de lavador de tinteiros etc. etc.

Entretanto, o secretário não merecia tão feroz objurgatória, pois, em geral, esses abnegados serventuários da Bruzundanga são pessoas ternas, meigas,

de bom coração, especialmente com os filhos dos Ministros.

Em dias de festas, das festas familiares dos Ministros, é de ver como tratam os pimpolhos ministeriais; é de ver como suportam resignadamente o peso de um nas costas, o de um outro nos joelhos, além do incômodo de um terceiro que lhe passou um barbante na boca e simula guiá-lo como cavalo de tálburi.

Não vão para a copa, mas — coitados! — aturam coisas muito piores.

Disse, no começo desta “nota”, que o secretário de Ministro era indispensável ao complexo funcionamento do aparelho governamental da Bruzundanga.

Pelos fatos que expus, estou certo de que provei esta asserção e posso concluir com orgulho, com aquele orgulho de um jovem estudante, quando acaba de demonstrar com segurança um teorema de geometria e dizer, como ele ou como o velho compêndio de Euclides, que demonstrei o que era preciso demonstrar — *quod erat demonstrandum*, Q. E. D. como abreviam os compêndios.

XX

UMA PROVÍNCIA

As províncias da República da Bruzundanga, que são dezoito ou vinte, gozam, de acordo com a Carta Constitucional daquele país, da mais ampla autonomia, até ao ponto de serem, sob certos aspectos, quase como países independentes.

Seria enfastiar o leitor querer dar detalhes das prerrogativas que usufruem as províncias. Com isto, faria obra de estudioso de coisas legislativas e não de viajante curioso que quer transmitir a seus concidadãos detalhes de costumes, que mais o feriram em terras estranhas. Faço trabalho de *touriste* superficial e não de erudito que não sou.

Das províncias da Bruzundanga, aquela que é tida por modelar, por exemplar, é a província do Kaphet. Não há viajante que lá aporte, a quem logo não digam: vá ver Kaphet, aquilo sim! Aquilo é a joia da Bruzundanga.

A mim — é bem de ver-se — os magnatas de lá não me fizeram semelhante convite, mas à tal província fui por minha própria iniciativa e sem os tropeços de cicerones oficiais que me impedissem de ver e examinar tudo com a máxima liberdade.

Pela leitura, sabia que a gente rica da província se tem na conta de aristocratas, de nobres e organizam a sua genealogia de modo que as suas casas tomem origem em certos antropófagos, como eram os primitivos habitantes da província, dos quais todos eles querem descender. Singular nobreza!

Sempre achei curioso que a presunção pudesse levar a tanto, mas, em lá chegando, observei que podia levar mais longe. O traço característico da população da província do Kaphet, da República da Bruzundanga, é a vaidade. Eles são os mais ricos do país; eles são os mais belos; eles são os mais inteligentes; eles são os mais bravos; eles têm as melhores instituições etc. etc.

E isto de tal forma está apegado ao espírito daquela gente toda, que não há modesto mestre-escola que não se julgue um Diderot ou um Aristóteles, e mais do que isso, pois deixando de parte a teoria, se julgam também capazes de exercer qualquer profissão deste mundo; e, se se fala em ser oficial de marinha, eles se dizem capazes de sê-lo do pé pra mão, e assim de artilharia, de cavalaria. Imaginam-se prontos para serem astrônomos, pintores, químicos, domadores de feras, pescadores de pérolas, remadores de canoas, niveladores, o diabo!

Tudo isto porque a província faz questão de que conste nos panegíricos dela que o seu ensino é uma maravilha; as suas escolas normais, coisa nunca vista; e os seus professores, sem segundos no mundo.

Domina nos grandes jornais e revistas elegantes da província a opinião de que a arte, sobretudo a de escrever, só se deve ocupar com a gente rica e *chic*, que os humildes, os médios, os desgraçados, os feios, os infelizes não merecem atenção do artista e tratar deles degrada a arte. De algum modo, tais estetas obedecem àquela regra da poética clássica, quando exigia, para personagens da tragédia, a condição de pessoas reais e principais.

Mas, como eles não têm dessa gente lá, não têm nem Orestes, nem Ajax, nem Ismênia, nem Antígone, os Sófocles da província se contentam com algumas gordas fazendeiras ricas e saltitantes filhas de abastados negociantes ou com uns bacharéis enfadonhos, quando não tratam de solertes atravessadores de café.

Um dos traços mais evidentes da vaidade deles não está só no que acabo de contar. Há manifestações mais ingênuas.

Quando lá estive, deu-me vontade de ir ver a pinacoteca e a gliptoteca locais. Já havia visto as da capital da Bruzundanga. Eram modestas, possuindo um ou outro quadro ou mármore de autor de grande celebridade. Eram modestas, mas probas e honestas.

Tinham-me dito coisas portentosas da galeria de quadros e estátuas da capital da província do Kaphet. Fui até lá, como quem fosse para a de Munique ou para o Louvre. Adquiri um catálogo e logo topei com esta indicação: *La Gioconda*, quadro de Leonardo da Vinci.

Fiquei admirado, assombrado com aquelas palavras do catálogo. Teria a França vendido a célebre criação do mestre florentino? Poderia tanto o dinheiro do café? Corri à sala indicada e dei — sabem com quê? Com a reprodução fotográfica do célebre retrato a óleo de *Mona Lisa del Giocondo*, uma reprodução da Casa Braün!

Não quis ir adiante para ver a *Ronda Noturna*, de Rembrandt, um Corot, um Watteau, nem tampouco na seção de escultura a *Vitória de Samotrácia* e a *La Pietá*, de Miguel Ângelo.

Eles, os da província, falam muito em arte, na cultura artística daquele rincão da Bruzundanga, mas o certo é que não lhe vi nenhuma manifestação palpável. Vão ter uma prova.

Durante os dias em que lá estive apuravam-se as provas do concurso aberto para a escolha das armas da capital. Vi os desenhos. Que coisas

hediondas! Quanta insuficiência artística! Não havia talvez dois desenhos, já não direi de acordo com as regras da heráldica, mas do gosto. Eram verdadeiros rótulos de cerveja marca “barbante”.

Não falo de música, porque pouco observei sobre tal arte, mas, no que toca à arquitetura, posso dizer, com convicção, que lá não há um arquiteto de talento. Devia citar-lhes o nome aqui, mas, ao se tratar de tal gente, podia parecer que queria arranjar dinheiro. Não preciso.

Outra pretensão curiosa da gente daquela província da Bruzundanga é afirmar que a sua casquilha capital é uma cidade europeia. Há tantos tipos de cidades europeias que tenho vontade de perguntar se ela é do tipo Atenas, do tipo Veneza, do tipo Carcassone, do tipo Madrid, do tipo Florença, do tipo Estocolmo — de que tipo, afinal? Certamente do de Paris. Ainda bem que ela não quer ser ela mesma.

O mal da província não está só nessas pequenas vaidades inofensivas; o seu pior mal provém de um exagerado culto ao dinheiro. Quem não tem dinheiro nada vale, nada pode fazer, nada pode aspirar com independência. Não há metabolia de classes. A inteligência pobre que se quer fazer tem que se curvar aos ricos e cifrar a sua atividade mental em produções incolores, sem significação, sem sinceridade, para não ofender os seus protetores. A brutalidade do dinheiro asfixia e embrutece as inteligências.

Não há lá independência de espírito, liberdade de pensamento.

A polícia, sob este ou aquele disfarce, abafa a menor tentativa de crítica aos dominantes. Espanca, encarcera, deporta sem lei hábil, atemorizando todos e impedindo que surjam espíritos autônomos. É o arbítrio; é a velha Rússia.

E isso a polícia faz para que a província continue a ser uma espécie de República de Veneza, com a sua nobreza de traficantes a dominá-la, mas sem sentimento das altas coisas de espírito.

Ninguém pode contrariar as cinco ou seis famílias que governam a província, em cujo proveito, de quando em quando, se fazem umas curiosas valorizações dos seus produtos. Ai daquele que o fizer!

A mentalidade desses oligarcas é tal que não trepidaram em fazer votar uma lei colonial, uma verdadeira disposição de Carta Régia, para, diziam eles, aumentar o preço da “medida” (cerca de quinze quilos) do café. O seu aparelho governativo decretou, em certa ocasião, a proibição do plantio de mais um pé de café que fosse, da data daquela lei em diante. A lei, ao que parece, caiu em desuso. Não era de esperar outra coisa...

Havia muito ainda a dizer a respeito, mas bastam estes traços para os brasileiros julgarem o que é uma província modelo na República dos Estados Unidos da Bruzundanga.

XXI

PANCOME, AS SUAS IDEIAS E O AMANUENSE

Este caso do amanuense e alguns outros que aqui vão ser contados na maioria aconteceram na alta administração da Bruzundanga, quando foi Ministro de Estrangeiros o visconde de Pancome.

Mas, dentre todos os seus atos, aquele que fez propriamente escola foi a nomeação de um amanuense para a sua secretaria; e os demais, quer quando foi ministro, quer antes, se entrelaçam tanto com a célebre nomeação, esclarecem de tal modo o seu espírito de governo e a sua capacidade de estadista, que tendo de narrar aquele provimento de um modesto cargo, me vejo obrigado a relatar muitos outros casos de natureza quiçá diversa. Entro na matéria.

Andava o poderoso secretário de Estado atrapalhado para preencher um simples cargo de amanuense que havia vagado na sua secretaria.

Em lei, o caminho estava estabelecido: abria-se concurso e nomeava-se um dos habilitados, mas Pancome nada tinha que ver com as tais leis, embora fosse ministro e, como tal, encarregado de aplicá-las bem fielmente e respeitá-las cegamente.

A sua vaidade e certas quizílias faziam-no desobedecê-las a todo instante. Ninguém lhe tomava conta por isso e ele fazia do seu ministério coisa própria e sua.

Nomeava, demitia, gastava as verbas como entendia, espalhando dinheiro por todos os toma-larguras que lhe caíam em graça, ou lhe escreviam panegíricos hiperbólicos.

Uma das suas quizílias era com os feios e, sobretudo, com os bruzundanguenses de origem javanesa — coisa que equivale aqui aos nossos mulatos.

Constituíam o seu pesadelo, o seu desgosto e não julgava os indivíduos dessas duas espécies apresentáveis aos estrangeiros, constituindo eles a vergonha da Bruzundanga, no seu secreto entender.

Esta preocupação, nele, chegava às raias da obsessão, pois o seu espírito de herói da Bruzundanga não se orientava, no que toca à sua atividade governamental, pelos aspectos sociais e tradicionais do país, não se preocupava em descobrir-lhe o seu destino na civilização por este ou aquele tênue indício a fim de, com mais proveito, auxiliar a marcha de sua pátria pelos anos em fora.

Ao contrário: secretamente revoltava-se contra o determinismo de sua história, condicionado pela sua situação geográfica, pelo seu povoamento, pelos seus climas, pelos seus rios, pelos seus acidentes físicos, pela constituição do seu solo etc., e desejava muito infantilmente fabricar, no palácio do seu ministério, uma Bruzundanga peralvilha e casquilha, gênero *boulevard*, sem os javaneses, que incomodavam tanto os estrangeiros e provocavam os remoques dos caricaturistas da República das Planícies, limítrofe, e tida como rival da Bruzundanga.

Enfim, ele não era ministro, para felicitar os seus concidadãos, para corrigir-lhe os defeitos em medidas adequadas para as suas qualidades, para aperfeiçoá-las, para encaminhar melhor a evolução do país, acelerando-a como pudesse; o visconde era ministro para evitar aos estranhos, aos *touristes*, contratempos e maus encontros com javaneses. Ele chegou até a preparar uma guerra criminosa para ver se dava cabo destes últimos...

Mas como ia dizendo, Pancome, no seu ministério, fazia tudo o que entendia, mas, mesmo assim, não se atrevia a romper abertamente com aquela história de concursos, com os quais desde muito andava escarmentado, devido a razão que lhes hei de contar mais tarde.

Era, afinal, uma pequena hesitação no espírito de um homem que tinha tido até ali tão audazes atrevimentos para desrespeitar todas as leis, todos os regulamentos e todas as praxes administrativas.

É bastante dizer que, não contente em residir no próprio edifício do Ministério sem autorização legal, Pancome não trepidou em estabelecer na chácara do mesmo redondel de touradas, um campo de *football*, um café-concerto, para obsequiar respectivamente os diplomatas espanhóis, ingleses e suecos.

Como já tive ocasião de dizer, tal ministro só trabalhava para impressionar os estrangeiros, e, apesar de não ter feito obra alguma de alcance social para a Bruzundanga, o povo o adorava porque o julgava admirado pelos países estranhos e seus sábios.

Se alguém se lembrava de censurar esse seu desavergonhado modo de governar, logo os jornalistas habituados a canonizações simoníacas e parlamentares que gostavam do *pot-de-vin* gritavam: que tipo mesquinho! Criticar esse patrimônio nacional que é o visconde de Pancome por causa de ninharias! Ingrato!

Diante dessa desculpa de patrimônio nacional, toda a gente se calava e o país ia engolindo as afrontas que o seu ministro fazia às suas leis e aos seus

regulamentos.

De onde — hão de perguntar — lhe tinha vindo tal prestígio? É fácil de explicar.

Ele veio, no fim, da tal história das condecorações que já lhes contei — fato que encheu de júbilo todo o povo daquela pátria, porque a República das Planícies, que Pancome trabalhava para sempre andar às turras com a Bruzundanga, não as tinha obtido, apesar de disputá-las. Antes disso, porém, ele já tinha um ascendente bem forte, devido a uma grande proeza. Pancome tinha subido ao cume do Tiaya, o modesto Himalaia da corografia da República da Bruzundanga, dois mil e novecentos a três mil metros de altitude. Vou-lhes contar como a coisa foi.

Um dia, estando Pancome nas proximidades dessa montanha, anunciou a todos os quadrantes que ia escalá-la.

Os bruzundanguenses do lugar sorriram diante do projeto daquele homem gordo e pesado. Aquilo (o monte), diziam, era muito alto e ele não teria fôlego para chegar ao cume; havia fatalmente de rolar pelas encostas abaixo antes de atingir o meio da jornada.

O visconde, porém, não se temORIZOU, subiu e dizem que foi ao pico da montanha.

A vista de semelhante proeza, os naturais do país, logo que a nova se espalhou, exultaram, pois andavam de há muito necessitados de um herói. Não contentes da notícia da façanha ter corrido toda a nação, telegrafaram para as cinco partes do mundo exaltando a ousadia ainda mais.

É verdade que, antes de Pancome, muitos outros, entre os quais o Kaetano Phulgêncio, um roceiro do local, tinham subido o Tiaya várias vezes, em aventuras de caça, e até esse Phulgêncio serviu-lhe de guia, mas isto não foi lembrado e Pancome passou a ser o primeiro a fazê-lo.

De tal proeza e das consequências que dela advieram nasceu a fama do visconde, a sua consideração de herói nacional, tanto mais que os clubes alpinos da Europa tomaram nota do ilustre feito e, graças à diplomacia da Bruzundanga, o retrato e a biografia do portentoso varão foram estampados nas revistas especiais de *sport*.

Durante um mês, os jornais da capital do interessante país que ora nos ocupa, não deixaram um só dia de publicar telegramas do seguinte teor ou parecidos: “*La Vie au Grand Air*, importante revista francesa, publica o retrato do Visconde de Pancome, o destemido herói do Tiaya, e os seus traços biográficos.”

Um outro quotidiano dizia: “*Army, Navy and Sport*, célebre magazine inglês, estampando o retrato do Visconde de Pancome, essa legítima glória do nosso país, afirma que a sua ascensão ao cume do Tiaya é sem precedentes na história do alpinismo”; e assim transcreviam ou noticiavam referências de outras revistas alemãs, italianas, sírias, gregas, tchecas etc.

Recebendo esse impulso do estrangeiro, os jornais da Bruzundanga, os mais lidos e os mais obscuros, e as revistas de toda natureza redobram a sua habitual gritaria em casos tais. Enchiam-se de artigos louvando o herói que fizera a Bruzundanga conhecida na Europa, afirmação essa em que logo o povo do país acreditou piamente; mostraram também com períodos bem caídos como o fato tinha um alcance excepcional e proclamaram o homem o primeiro de todos os bruzundanguenses.

A seguir-se aos jornais, vieram os poetas louvaminheiros com as suas odes, poemas, sonetos, cantatas, erguendo às nuvens o visconde e a sua extraordinária proeza. Eles sacavam com atilamento sobre o futuro, porquanto, quando Pancome veio a ser ministro, os encheu de propinas e fartos jantares.

É ocasião de notar aqui uma singular feição dos poetas da Bruzundanga.

Todos os vates de lá, em geral, são incapazes de comparação, de crítica e impróprios para a menor reflexão mais detida, e, com a sua mentalidade de *parvenus* aperuados, estão sempre dispostos a bajular os titulares ou os apatacados burgueses, para terem o prazer de ver mais perto as suas mulheres e filhas, pois se persuadiram que são elas feitas de outra substância diferente daquela que forma as cozinheiras e os pequenos burgueses.

Tão tolos são eles que não se lembram que tais marqueses e mais barões da sua terra são de origem tão humilde e tão vexatória em face do critério nobiliárquico que os próprios portadores de tais títulos fidalgos ocultam o mais que podem a sua ascendência. Mas é preciso voltar ao nosso Visconde de Pancome.

À custa de todas essas vociferações, o povo não permitia que ninguém lhe tocasse na reputação e ficou convencido de que o homem era mesmo um demiurgo e consubstanciou a sua admiração ingênua nesta fórmula simples: “É um bruzundanguense conhecido na Europa.”

Porque a mania daquele povo é querer à força que o seu país e os seus homens sejam conhecidos no estrangeiro, embora ele não possua uma atividade, de qualquer natureza, nem mesmo um homem notável que possa atrair a curiosidade dos estranhos sobre a região e as suas coisas.

De modo que, qualquer referência a ele ou a um natural dele, se ela é favorável e elogiosa, logo alvoroça o povo da Bruzundanga, que fica crente de que em todas as aldeias de países afastados não se fala em outra coisa senão na sua nação.

Quando, porém, se diz lá fora que, na sua população, há milhões de javaneses e mestiços deles (o que é verdade), imediatamente todos se aborrecem, zangam-se, lançando tristemente o lábio de vergonha sobre os seus compatriotas de tal extração.

É uma tolice deles (aí entram também muitos javaneses), pois tanto os de origem javanesa como os de outras raízes raciais têm dado inteligências e atividades que se equivalem. Não há este de tal procedência que sobrepuje aquele de outra procedência, nem mesmo na quantidade; os de uma origem não sobrelevam os de outra, isto dura há três séculos e poucos, e pode-se dizer que é uma prova perfeitamente experimental, obtida no laboratório da história. Tão bom como tão bom...

Com tal mania, não é de admirar que, de uma hora para outra, Pancome ficasse sendo o ídolo da Bruzundanga, e o governo, para premiá-lo e satisfazer a opinião pública, apressou-se em nomeá-lo embaixador junto ao governo de uma potência europeia, e foi (lembro-me agora) quando embaixador que obteve as condecorações a que aludi em capítulo anterior.

E de tal forma a população do país se convenceu da imensa inteligência, das geniais vistas do visconde, de que ele era admirado no mundo inteiro, e de que também todos os sábios do universo respeitavam-no religiosamente, que ao chegar ele da estranha para assumir a pasta do exterior, toda ela correu em massa para a rua, quase lhe desatrelam, os mais entusiastas, os cavalos do carro, aclamando-o freneticamente pelas ruas em que passou, como se recebesse a cidade Júlio César vitorioso ou Descartes, caso a natureza da glória deste se compadecesse com admirações irrefletidas.

Além daquelas medidas que citei em um dos capítulos passados, logo no início do seu ministério, tomou o visconde estas primordiais: usar papel de linho nos ofícios, estabelecer uma cozinha na sua secretaria e baixar uma portaria, determinando que os seus funcionários engraxassem as botas todos os dias. Na cozinha, porém, é que estava o principal das suas reformas, pois era o seu fraco a mesa farta, atulhada.

Em seguida, convenceu o Mandachuva que o país devia ser conhecido na Europa por meio de uma imensa comissão de propaganda e de anúncios nos

jornais, cartazes nas ruas, berreiros de *camelots*, letreiros luminosos, nas esquinas e em outros lugares públicos.

A sua vontade foi feita, e a curiosa nação em Paris foi muitas vezes apregoada nos *boulevards* como o último específico de farmácias ou como uma marca de automóveis. Contam-se até engraçadas anedotas.

Nos anúncios luminosos, então, a sua imaginação foi fértil. Houve um que ficou célebre e assim rezava: “Bruzundanga, País rico — Café, cacau e borracha. Não há pretos.”

Não ficou aí. Mostrou a necessidade de uma esquadra poderosa e o Mandachuva encomendou uma custosíssima para o serviço da qual o país não tinha marinheiros dignos, arsenais, e que pôs de alcateia a República das Planícies.

Tudo isto e mais a transformação da capital, da noite para o dia, fato a que já aludi, endividaram sobremodo o país e, com a vinda de um inepto Mandachuva, para cuja ascensão ele muito concorreu, a Bruzundanga veio a ficar na miséria.

Por essas e outras, foi Pancome proclamado o maior estadista da nação, embora a situação interna, durante o seu longo ministério (quase dez anos), piorasse sempre e cada vez mais, sem que ele apresentasse ou lembrasse medidas para remediar um tal estado de descabro.

Tirassem-no das coisas fantasmagóricas e berrantes que feriam a vaidade pueril do povo, fazendo este supor que a Bruzundanga era respeitada na Europa; tirassem-no daí que ninguém era capaz de sacar-lhe da cachola uma ideia de governo, um alvitre de verdadeiro estadista.

Basta dizer, para se avaliar a triste situação interna da extravagante nação de que lhes dou notícias, que, nos arredores da capital, se morria à míngua, à fome, as terras estavam abandonadas e invadidas pelas depredadoras saúvas, a população roceira não tinha direitos nem justiça e vivia à mercê de cúpidos e ferozes senhores de latifúndios, cuja sabedoria agrônômica era igual à dos seus capatazes ou feitores.

Mas o povo, graças aos poetas e jornalistas simoníacos, não queria capacitar-se de que Pancome era simplesmente decorativo e continuou a admirá-lo como um semideus.

E ele fazia o que queria e se agora estava atrapalhado com a nomeação de um amanuense, não era porque fosse do seu natural respeitar leis.

Há um pequeno e passageiro temor da natureza daquele que sentem os heróis quando vão entrar em combate.

Já nomeara pouco mais de meia dúzia por meio de concurso, mas não estava satisfeito com essas nomeações.

É verdade que os que nomeara trajavam regularmente, engraxavam as botas e não tinham nunca o colarinho sujo. Eram já grandes qualidades, porque de tal forma viera a encontrar o pessoal da secretaria, esbodegado, relaxado, vestindo roupas baratas, morando nos subúrbios, que foi necessária toda a sua energia para que ele modificasse tão maus hábitos.

As verbas do ministério pagaram a quase todos, desde o servente até um chefe de seção, ternos bem talhados, camisas finas, botinas de bom cabedal etc. Assim, conseguira dar um ar de *Foreign Office* ou de *Quai d'Orsay* à modesta Secretaria de Estrangeiros do modesto país da Bruzundanga.

A sua atrapalhação estava na tal história do concurso, pois até ali, devido a tão tola formalidade, não conseguira ter nos cargos de amanuenses moços bonitos e demais, para fazer concursos, sempre apareciam uns rebarbativos candidatos de raça javanesa, com os quais ele embirrava solenemente.

Da última vez, até, quase que um atrevido javanês puro consegue o primeiro lugar, tal o brilho de suas provas; Pancome, porém, arranjou as coisas tão lealmente diplomáticas que o rapaz perdeu a última prova.

Não queria que a coisa se repetisse e estudava o modo de, evitando o concurso, encontrar um candidato bonito, bem bonito, não sendo em nada javanês, que pudesse oferecer aos olhares do ministro da Coreia ou do Afeganistão um belo exemplar da beleza masculina da Bruzundanga.

Todos os candidatos que se haviam apresentado não preenchiam essa exigência do seu alto critério governamental.

Alguns eram mesmo feios, outros tinham toques de javanês, e nenhum a beleza radiante que ele queria ver nos amanuenses.

Essas suas sábias medidas, para recrutamento do seu pessoal, levaram para a sua secretaria moços bonitos e excelentes mediocridades, que ainda procuravam demonstrar a sua principal qualidade intelectual publicando borracheiras idiotas ou compilações rendosas e pesadas ao Tesouro. Entretanto, em certo e determinado sentido, foram profícuas, como teve ocasião de verificar o sucessor de Pancome.

Este, por ocasião de uma festa de sustância, encontrou nos amanuenses e oficiais da escola do visconde soberbos estofadores, magníficos tapeceiros, exímios ornamentadores de salas, e, de tal forma um dado arrumou retratos nas paredes de seu salão, que o Ministro da Inglaterra ofereceu-lhe um bem remunerado lugar na domesticidade do castelo de Windsor.

O obstáculo do concurso fazia o visconde pensar a toda hora e instante na vaga de amanuense, e ele já se resolvera a removê-lo por completo, sem dar nenhuma satisfação a quem quer que fosse, quando, ao despachar o expediente daquele dia, lhe veio ter às mãos um requerimento com fotografias apenas.

Em geral, os ministros não leem o que despacham; limitam-se a rubricar o despacho do secretário ou oficial de gabinete. Pancome não fazia exceção na regra, mas aquele papel, com fotografias, despertou-lhe a atenção. Leu-o. Tratava-se do bacharel Sune Wolfe, que requeria ser provido no lugar vago de amanuense, e, para que avaliar pudesse o senhor Ministro da sua beleza física, juntava aqueles dois retratos, um de perfil e outro de frente.

A secretaria tinha exigido selos de juntada em tais documentos e o despacho do secretário era nesse sentido. O visconde, como sempre, pouco disposto a obedecer às leis, não se incomodou, e, cheio de admiração pela boniteza do requerente, riscou o despacho e escreveu com a sua letra um outro, determinando que o candidato comparecesse à sua presença.

No dia seguinte o rapaz foi ter com o ministro, que ficou embasbacado diante do lindo candidato.

De fato, era bonito, bonitinho mesmo, desbotado de cútis, e parecia até fabricado em Saxe ou em Sèvres. Tinha uns lindos dentes, um belo cabelo cuidado, não era alto, mas era bem apessoado. Merecia muito bem um bom casamento rico. Contudo, o visconde quis melhor examiná-lo e perguntou:

— O senhor sabe sorrir bem?

O candidato não se atrapalhou e acudiu com firmeza:

— Sei, Excelência.

— Vamos ver.

E o lindo moço repuxou os lábios, entortou o pescoço de um lado, gracilmente, ajeitou os olhos e todo ele foi uma lindeza de impressionar o pacato secretário que, ao lado, assistia ao exame, completamente embrulhado em um fraque venerável e cheio de embevecimento.

Contente com isto, o ministro tratou de ir mais longe na experiência das excepcionais qualidades que o candidato revelava e convidou-o com voz paternal:

— Aperte a mão, ali, do major Marmeleiro (o secretário). Faça o favor.

O examinando não se fez de rogado. Juntou os pés, curvou docemente o busto, levantou o braço e, sempre sorrindo, cumprimentou:

— Senhor major Marmeleiro...

Pancome não cabia em si de contentamento com a sideral aquisição que estava ali. Que elegância! Que lindeza! Dessa feita é que ele ia fazer uma nomeação justa e sábia. Arre! Não era sem tempo...

Era preciso, porém, ver se o donzel conhecia algumas coisas de sociedade.

— O senhor sabe dançar? — perguntou.

— Sei, excelentíssimo.

— Vamos ver.

— Mas só e sem música, senhor visconde?!

Ordenou o ministro que o contínuo fosse chamar um certo empregado, exímio em dança, e, enquanto ele ia buscar o funcionário, disse Pancome a Marmeleiro:

— Você sabe assoviar, major?

O secretário estava sempre disposto a responder afirmativamente ao visconde e não se deteve um minuto:

— Sei, senhor visconde.

— Bem — disse Pancome —, assovie aí uma valsa.

A “dama” já tinha chegado e Marmeleiro agora hesitava.

— Não sabe? — indagou o ministro severamente.

— Só sei as *Laranjeiras*.

— De quem é isso? — perguntou Pancome.

— É do Hamélio.

— Não é lá muito elegante — considerou o visconde —, mas... serve, serve!

Marmeleiro começou a assoviar com todo o recato que o lugar exigia — fiu, fiu, fiu... — e os dois dançaram com todas as cerimônias e ademanes dignos de gabinete tão diplomático e do respeito que merecia a presença daquele alto herói ministerial. Pancome verificou com um júbilo paternal que o tal Sune continuava a ser uma maravilha! Que soberbo amanuense ia ele ser! Bendita Bruzundanga que produzia daquilo!

Acabaram de valsar ao som do melodioso assovio de Marmeleiro, e o visconde falou, então, com mansuetude, ao candidato:

— Descanse um pouco, meu filho, e depois escreva-me uma carta ao Ministro do Interior sobre a necessidade da Bruzundanga se fazer representar no Congresso de Encaixotamento de Pianos em Seul.

O lindo Wolfe esteve a pensar um pouco e retrucou, titubeando:

— Vossa Excelência compreende que... Eu! De uma hora para outra... Compreende Vossa Excelência que não tenho prática... Com o tempo... Mais

tarde...

Era só redigir cartas o que ele não sabia, mas, sendo elegante, bonitinho, bom dançador, tinha todas as boas qualidades para um aperfeiçoado amanuense do extraordinário Pancome.

Tendo em vista as necessidades da representação da Bruzundanga, o visconde nomeou-o logo, sem detença alguma. Foi uma acertada nomeação, e sábia, que veio provar o quanto são tolos os regulamentos e as leis que exigem dos amanuenses a vetusta ciência de saber redigir cartas.

Se não fosse um herói, uma notabilidade universal o Ministro, talvez o galante Sune não tivesse sido aproveitado e os estrangeiros não teriam uma favorável ideia da boniteza dos homens da Bruzundanga, mas era, felizmente, e pôde, portanto, pôr de parte as tolas exigências legais, e o país, com tal aquisição para o seu funcionalismo, adiantou um século.

É verdade que o Marechal Soult, duque da Dalmácia, e Guizot, que em celebridade e notoriedade universal talvez não invejassem as de Pancome, foram ministros de França, e, ao que consta, nunca desrespeitaram ostensivamente as leis do seu tempo. Isto aconteceu em França, mas na Bruzundanga as coisas se passam de outro modo e aquele país só tem ganho com tal proceder, como acabamos de ver.

Feito amanuense, aprendeu logo a copiar minutas e, em menos de seis anos, Sune, o tal da carta, acabou eleito, por unanimidade, membro da Academia de Letras da Bruzundanga.

Ficou sendo o que aqui se chama — um “expoente”.

XXII

NOTAS SOLTAS

Um anúncio de livraria, na Bruzundanga:

“Acaba de aparecer o extraordinário romance — *Meu caro senhor...*, de dona Adhel Karatá (pseudônimo de Hiralhema Sokothara Lomes, filha do grande poeta e escritor Sokothara Lomes, cujas assombrosas glórias literárias ela continua com muito brilho, e irmã do fino estilista e elegante parlamentar Carol Sokothara Lomes). À venda etc. etc.”

Lá, na Bruzundanga, os Mandachuvas, quando são eleitos, e empossados, tratam logo de colocar em bons lugares os da sua clientela. Fazem reformas, inventam repartições, para executarem esse seu alto fim político.

Há, porém, dois cargos estritamente municipais e atinentes à administração local da capital da Bruzundanga, que todos os matutos amigos dos Mandachuvas disputam. Os Mandachuvas, em geral, são do interior do país. Estes cargos são: o de Prefeito de polícia e o de Almotacé-mor da cidade. Não só eles são rendosos, pelos vencimentos marcados em lei, como dão direito a propinas e outros achegos.

O de chefe de polícia rende, na nossa moeda, cerca de vinte contos por ano, só nas taxas cobradas às mulheres públicas; o de Almotacé-mor da cidade, esse então não se fala...

Sendo assim, lugares em que se pode enriquecer não faltam doutores da roça que os queiram e empreguem todas as armas para obtê-los.

Eles mal conhecem a cidade. Se a visitaram ou se mesmo residiram nela, nunca lhes foi possível passar das ruas principais e daquela em que estiveram morando, de forma que lhe ignoram as necessidades, os defeitos a corrigir, a sua história, a sua economia e as queixas de sua população.

Houve um Prefeito de polícia que, vindo diretamente da província das Jazidas para a sua prefeitura em Bosomsky, nada sabia da cidade, nem mesmo as ruas principais. Metódico, econômico, por estar muito preocupado em desagrar as suas propriedades de hipotecas, nos primeiros meses de sua gestão

limitava-se a ir de casa para a prefeitura no seu automóvel oficial, e voltar para a sua residência, também no seu automóvel burocrático.

Certo dia cismou em percorrer, a pé, um dos mais centrais *boulevards* da cidade. Esta recente via pública cortava muitas outras estreitas da antiga cidade e, em todas as esquinas, ele encontrou os urbanos (guardas civis) nos seus postos. Todos estes modestos policiais da cidade o cumprimentavam respeitosamente e o prefeito ficou muito contente com a sua administração. Chegou, porém, em um dado cruzamento de rua donde, de uma estreitinha, tanto da direita como da esquerda, saíam e entravam magotes de povo. Que rebuliço será esse?, pensou ele. Será uma greve? Um motim? Que será?

O prefeito, assustado, medita logo providências, quando se lembra de pedir ao urbano explicações diretas, sem ir pelos canais competentes:

— Que quer dizer tanto povo aí, nessa rua? — perguntou ele, esquecido da celestial altura em que estava.

— Não há nada, senhor Prefeito. É sempre assim — acudiu o urbano, levando a mão ao boné.

— Como?

— Vossa Excelência não sabe que esta é a rua mais transitada da cidade, e que é a antiga rua do Desembargador?

O prefeito não conhecia, senão de ouvido, a rua mais célebre do país, dentre todas as ruas célebres das suas principais cidades.

Com um Almotacé-mor da cidade, deu-se um caso quase semelhante. Este arconte tinha nascido na província dos Bois, e, apesar de viver desde há muitos anos na capital da Bruzundanga, pouco a conhecia. Quando foi provido no seu cargo, quis fazer em horas o que não havia feito em anos. Tomou o automóvel oficial (certamente) e mandou tocá-lo para os arredores de Bosomsy. Admirou-se muito de que não houvesse por eles matadouros de gado bovino, pois nos da sua pequena, pequeníssima cidade natal, os havia em quantidade. Não viu senão essa falta e deixou de ver as terras abandonadas, incultas, as estradas esburacadas, terras em que um bom Almotacé ainda podia, com proveito, animar o plantio de árvores frutíferas, hortaliças, legumes e a criação de pequeno gado, na zona rural.

Com essa decepção na alma, pois não podia admitir que uma cidade não tivesse nos arredores matadouros para o fabrico da carne salgada, resolveu certo dia visitar as dependências da sua repartição. Chegou ao arquivo. O arquivista, que era zeloso e conhecia bem a história da cidade, prontificou-se a mostrar-lhe os documentos curiosos da vida passada da linda capital:

— Vossa Excelência vai ver as atas das sessões do Senado da Câmara, que...

Eram documentos escritos dos mais antigos, não só da história da cidade, como da do país inteiro, mas o Almotacé, com grande surpresa de toda a comitiva, exclamou amuado:

— Como? O quê?

— ...as atas do Senado da Câmara, Excelência.

— Qual! Senado é uma coisa e Câmara é outra. Como Senado da Câmara? Que embrulho? Cada um se governa por si... A Constituição...

— Mas...

— Não tem mas, não tem nada. Mande o que é do Senado para o Senado, e o que é da Câmara para a Câmara.

Um grande filósofo afirmou que, para bem se conhecer uma instituição, uma ciência, um país, era necessário saber-lhes a história, e ninguém, penso, pode admitir que se possa administrar bem qualquer coisa sem a conhecer perfeitamente.

Os administradores de Bosomysy nada conhecem, como já disse, da cidade, cujos destinos vão reger e cuja vida vão superintender. Exemplifico.

Um prefeito de polícia, como lhes contei, não lhe conhecia a rua principal; e um Almotacé-mor, encarregado da administração geral do município, não lhe conhecia a natureza de suas produções nem a sua história, como ficou contado. Ele não sabia que a antiga Câmara dos Edis chamava-se Senado da Câmara.

Como estes muitos outros se repetem na administração da capital.

* * *

Via eu todos os dias passar na rua principal de Bosomysy um sujeito cheio de imponência e ademanes fidalgos; perguntei a um amigo:

— Quem é aquele? É algum duque? É marquês?

— Qual! É um tabelião.

* * *

“O sr. F. de tal, redator da *Warkad-Gazette*, contratou casamento com a srta. Hilvia Kamond, filha da viúva Almirante Bartel Kamond”, informava um jornal.

É caso de perguntar: que diabo de coisa é esta — “viúva almirante”? Por que a noiva não é logo e simplesmente filha do falecido almirante?

* * *

— Quem é aquele sujeito que ali vai?

— Não lhe sei o nome. Sei, porém, que vive muito bem e é o marido da Klarindhah.

* * *

— O doutor Sicrano já escreveu alguma coisa?

— Por que perguntas?

— Não dizem que ele vai ser eleito para a Academia de Letras?

— Não é preciso escrever coisa alguma, meu caro. Entretanto, quando estive na Europa, enviou lindas cartas aos amigos e...

— Quem as leu?

— Os amigos, certamente, e, demais, é um médico de grande clínica. Não é bastante?

SOBRE O TEATRO

Tendo lido na *Warkad-Gazette* uma notícia elogiosa da estreia da revista *Mel de Pau*, no Teatro Mundhéu, fui lá uma noite. Quando entrei já o espetáculo tinha começado e uma dama, em fraldas de camisa, fumando um cigarro, cantava ao som de uma música roufenha:

Eu hei de saber
Quem foi aquela
A dizer ali em frente
Que eu chupava
Charuto de canela

Por aí os pratos estridulavam, o bombo roncava e a orquestra iniciava alguns compassos de tango, ao som dos quais a dama bamboleava as ancas. As palmas choviam e, quase sempre, a cantora repetia a maravilha, que tanto fazia rir a plateia.

Na noite seguinte, passando pelo “Harapuka-Palace”, li no cartaz: *Todo o serviço*, revista hilariante, em três atos etc.

Entreí. No palco uma dama, em fraldas de camisa, fumando um cigarro, cantava acompanhada de uma música rouca:

Eu hei de saber
Quem foi aquela
A dizer ali em frente
Que eu chupava
Charuto de canela

Acabando, os pratos eram feridos, o bombo trovejava, a música inteira iniciava uns compassos de “maxixe” e a dama, com as mãos nos quadris,

bamboleava as ancas. Risos, palmas e o portento era repetido.

Interessei-me por tão variado teatro e foi com agrado que em certa noite, muito próxima destas duas últimas, aceitei um convite para ir ao “Mussuah Theatre”. Lá dei com uma outra dama, em fraldas de camisa, fumando e cantando, sob a direção da batuta do maestro:

Eu hei de saber
Quem foi aquela
A dizer ali em frente
Que eu chupava
Charuto de canela

Risos, palmas, pratos, chocalhos, bombos; a música iniciava alguns compassos, e a dama remexia bem os quadris. Tratava-se da revista *Está pra tudo*.

Assim, fui a três ou quatro teatros e sempre dei com uma dama a cantar esta coisa tão linda:

Eu hei de saber
etc. etc. etc.

SOBRE OS LITERATOS

— Quantas cartas tens aí! — disse-lhe eu ao vê-lo abrir a carteira para tirar uma nota com que pagasse a despesa.

— São “pistolões”.

— Pra tanta gente?

— Sim; para os críticos dos jornais e das revistas. Não sabes que vou publicar um livro?

SOBRE OS JORNAIS

Novidades telegráficas sensacionais:

“Cocos, 2 — Foi aposentado o primeiro Escriurário da Intendência F. (A. A.). Correio Vespertino, de 3-6-07.”

“Caranguejos, 22 — Os padres maristas comemoraram ontem com grandes festas o centenário da fundação da respectiva ordem (*J. C.*, ed. t., de 22-6-17).”

“Guarabariba, 22 — Foi desligado do quadro da administração dos Correios daqui o praticante de segunda classe Virgílio César, por ter sido removido para os Correios de Santa Catarina.

— Chegaram a esta capital os doutores Ascendino Cunha e Guilherme Silveira (*J. C.*, ed. t., de 22-6-17).”

ERUDIÇÃO

“Costumava Tito Lívio dizer que tinha ganho o seu dia sempre que lhe era dado realizar um benefício.” (*Correio Matutino*, de 2-11-13).

Tito Lívio foi imperador?

“E é o motivo dessa antecipação que está sendo explicado, agora, nos jornais da Fortaleza, pelos entendidos na matéria, um dos quais acusa como razão desse desequilíbrio a abertura do canal de Panamá, que pôs em contato duas grandes massas d’água de nível diferente.” (*O imparcial*, de 12-11-15).

A que fica reduzida a tal história do equilíbrio dos líquidos em vasos comunicantes? Pobre Ganot, quer o grande, quer o pequeno!

SOBRE A ADMINISTRAÇÃO

“A extração deste combustível na América do Sul se eleva, contudo, a mais de 1.500.000 toneladas, produzindo o México 500.000 toneladas e o Chile o restante.” (Relatório oficial sobre *A Indústria Siderúrgica no Mundo*, pelo general F. M. de S., pág. 198).

O México na América do Sul? Que terremoto!

Coisas maravilhosas de um tradutor burocrático:

- 1º) arbustos de serra (*arbrisseaux de serre*)
- 2º) bilhetes de bilhar (*billes de billard*)
- 3º) Tecidos de... cânhamo ou de ramia (*ramie*)
- 4º) fetos de serra (*fougères de serre*)
- 5º) berloques, colorados... (*breloques, coloriées*)

Todas estas e muitas outras lindezas semelhantes vieram publicadas no D.O. da Bruzundanga, em 23 de março de 1917: e o ato era assinado pelo grande ministro Kallokeras.

“A seleção nas repartições é feita inversamente de forma que os empregados mais graduados são os mais néscios e inscientes. Houve quem propusesse para corrigir tal defeito que se mudasse a hierarquia burocrática: o cargo de diretor passava a ser o primeiro da escala e o de praticante, o último.”

NO GABINETE DO MINISTRO

— O senhor quer ser diretor do Serviço Geológico da Bruzundanga? — pergunta o Ministro.

— Quero, Excelência.

— Onde estudou geologia?

— Nunca estudei, mas sei o que é vulcão.

— Que é?

— Chama-se vulcão a montanha que, de uma abertura, em geral no cimo, jorra turbilhões de fogo e substâncias em fusão.

— Bem. O senhor será nomeado.

* * *

Pancome, quando se deu uma vaga de amanuense na sua secretaria de Estado, de acordo com o seu critério não abriu concurso, como era de lei, e esperou o acaso para preenchê-la convenientemente.

Houve um rapaz que, julgando que o poderoso visconde queria um amanuense *chic* e lindo, supondo-se ser tudo isso, requereu o lugar, juntando os seus retratos, tanto de perfil como de frente. Pancome fê-lo vir à sua presença. Olhou o rapaz e disse:

— Sabe sorrir?

— Sei, Excelentíssimo Senhor Ministro.

— Então mostre.

Pancome ficou contente e indagou ainda:

— Sabe cumprimentar?

— Sei, senhor visconde.

— Então, cumprimente ali o major Marmeleiro.

Este major era o seu secretário e estava sentado em outra mesa, ao lado da do Ministro, todo ele embrulhado em uma vasta sobrecasaca.

O rapaz não se fez de rogado e cumprimentou o major com todos os “ff” e “rr” diplomáticos.

O visconde ficou contente e perguntou ainda:

— Sabe dançar?

— Sei, Excelentíssimo senhor visconde.

— Dance.

— Sem música?

O visconde não se atrapalhou. Determinou ao secretário:

— Marmeleiro, ensaia aí uma valsa.

— Só sei *Morrer sonhando* (exemplo).

— Serve.

O candidato dançou às mil maravilhas e o visconde não escondia o grande contentamento de que sua alma exuberava.

Indagou, afinal:

— Sabe escrever com desembaraço?

— Ainda não, doutor.

— Não faz mal. O essencial, o senhor sabe. O resto o senhor aprenderá com os outros.

E foi nomeado, para bem documentar, aos olhos dos estranhos, a beleza dos homens da Bruzundanga.

SOBRE OS SÁBIOS

(A desenvolver)

Os engenheiros, tanto os civis como os militares, mais estes que aqueles, julgam-se geômetras. Não o são absolutamente; os melhores são simples professores.

* * *

Os médicos da Bruzundanga imaginam-se sábios e literatos. Pode-se afirmar que não são nem uma coisa nem outra.

* * *

É sábio, na Bruzundanga, aquele que cita mais autores estrangeiros; e quanto mais de país desconhecido, mais sábio é. Não é, como se podia crer, aquele que assimilou o saber anterior e concorre para aumentá-lo com os seus trabalhos individuais. Não é esse o conceito de sábio que se tem em tal país.

Sábio é aquele que escreve livros com as opiniões dos outros.

Houve um que, quando morreu, não se pôde vender-lhe a biblioteca, pois todos os livros estavam mutilados. Ele cortava-lhes as páginas para pregar no papel em que escrevia os trechos que citava e evitar a tarefa maçante de os copiar.

* * *

Há mais de século que se estudam nas suas escolas superiores as altas ciências, entretanto, os sábios da Bruzundanga não têm contribuído com coisa alguma para o avanço delas.

Em toda parte, os sábios, de qualquer natureza, são homens de recursos medianos, modestos, retraídos, pouco mundanos, mesmo quando ricos. Na Bruzundanga, não; os sábios são nababos, têm carros e automóveis de luxo, palácios; frequentam teatros caros, durante temporadas completas; dão festas suntuosas nos seus hotéis etc. etc.

* * *

Não há médico afreguesado que não seja considerado um sábio pela gente da Bruzundanga, e, para afirmar tal reputação, não fabrique uma compilação escrita em sânscrito. O médico sábio não pode escrever em outra língua que o sânscrito. Isto lhe dá foros de literato e aumenta-lhe a clínica.

Com a vida dos sábios da Bruzundanga ninguém poderia escrever *Os mártires da ciência*. Têm eles a precaução preliminar de inaugurarem a sua sabedoria com um casamento rico.

SOBRE A MÚSICA

A música, na Bruzundanga, é, em geral, a arte das mulheres. É raro aparecer no país uma obra musical.

SOBRE A INDÚSTRIA

A indústria nacional da Bruzundanga tem por fim espoliar o povo com os altos preços dos seus produtos. É nacional, mas recebe a matéria-prima, já em meia manufatura, do estrangeiro.

A ÚLTIMA NOTA SOLTA

A habilidade dos governantes da Bruzundanga é tal, e com tanto e acendrado carinho velam pelos interesses da população, que lhes foram confiados que os produtos mais normais à Bruzundanga, mais de acordo com a sua natureza, são comprados pelos estrangeiros por menos da metade do preço pelo qual os seus nacionais os adquirem.

OUTRAS HISTÓRIAS DOS BRUZUNDANGAS

AS LETRAS NA BRUZUNDANGA

“A solenidade que aqui nos reúne e para a qual foram convocados os poderes do céu e da terra, e do mar, é de tanta magnitude que a não podemos avaliar senão rastreando, através das sombras do Tempo, a sua projeção no Futuro.”

Coelho Neto
Discurso na Inauguração
da piscina do Fluminense F.C.

O meu livro de viagem à República dos Estados Unidos da Bruzundanga está a sair das mãos do editor carioca Jacinto Ribeiro dos Santos; por isso nada posso lhe adicionar, senão quando estiver em segunda edição, caso tenha ele essa felicidade.

Nesse meio-tempo, porém, tenho recebido notícias de lá que, sem implicar numa total modificação dos costumes e hábitos daquele notável povo e daquela curiosa terra, observados já por mim, revelam, entretanto, pequenas alterações interessantes que não devem ficar sem registro. Uma delas é a que se está passando com os seus literatos e poetas.

Em todos os tempos os homens de letras, maus ou bons, geniais ou medíocres, ricos ou pobres, gloriosos ou *ratés*, sempre se julgaram inspirados pelos Deuses e confabulando intimamente com eles. A vida dos escritores, poetas, comediógrafos, romancistas etc. está cheia de episódios que denunciam esse singular orgulho deles mesmos e da missão da arte de escrever a que se dedicam. Todos eles se deixariam morrer à fome ou de miséria, antes de transformar a sua Musa em passatempo de poderosos e ricos. Entregaram essa função aos bufões, aos histriões, aos bobos da corte etc.

Mesmo quando um duque ou um príncipe tinha um poeta a seu soldo, o estro dele só era empregado para solenizar os grandes acontecimentos privados ou públicos em que o duque ou o príncipe estivesse de qualquer forma metido. Se se tratasse de um batizado na família, de um casamento, de aniversário da duquesa, de uma vitória ganha pelo príncipe, de sua nomeação para embaixador junto à corte de Grão-Mongol, sim! O poeta palaciano tinha que

puxar a mitologia do tempo, escrever uma ode, um epinício, um ditirambo ou mesmo um simples soneto, conforme fosse a natureza da festa. Mesmo para as mortes havia a elegia com todas as suas regras marcadas na retórica e poética daqueles tempos de reis, marqueses e duques.

Esses fidalgos mesmo aceitavam de bom grado o orgulho profissional dos seus poetas *attachés*. Alguns destes mereciam até homenagens excepcionais, como um tal Alain Chartier, poeta francês do século XV. Conta-se que a delfina Margarida da Escócia, passando por uma sala em que estava cochilando o poeta, não hesitou em beijá-lo na boca diante de todo o seu acompanhamento. A mulher do príncipe que mais tarde foi o sombrio e velhaco Luís XI de França justificou o ato dizendo que apesar do desgracioso físico de Alain, a encerrar, contudo, tão belo espírito, daquela boca tinham saído tantas palavras douradas, que ele merecia aquela sua imprevista homenagem. As crônicas do tempo contam esse episódio que me parece não ter eu adulterado e, além deste, muitos outros interessantes, em que se mostra até que ponto os homens de pena eram prezados pelos poderosos de antanho, e como eles tinham em grande conta a sua missão de troveiros e trovadores.

Na Bruzundanga, até bem pouco, era assim também. A sua nobreza territorial e agrícola estimava muito, a seu jeito, os homens de inteligência, sobretudo os poetas, aos quais ela perdoava todos os vícios e defeitos. Essa fidalguia à roceira daquele país era assim semelhante aos nossos “fazendeiros”, antes da lei de 13 de maio, e poeta, ou mesmo poetastro, que aportasse nas suas fazendas, que lá são chamadas “ampliúdas” tinha casa, comida, roupa nova, quando dela precisasse, e lavada toda semana, podendo demorar-se no latifúndio o tempo que quisesse, e fazendo o que bem lhe parecesse, desde que nada tentasse contra a decência e a honra da família. Por agradecimento, então, em dia festivo da família ou da religião, ao jantar cerimonioso e votivo, o vate recitava uma poesia inédita, alusiva ou não ao ato, e tomava uma grande e alegre carraspana.

Houve um até — uma espécie do nosso Fagundes Varela — que é ainda lá muito célebre, recitador nas salas, e cujas obras têm tido muitas edições, que viveu anos inteiros em peregrinações de “ampliúda” para “ampliúda”, sem saber o que era uma moeda, por mais insignificante que fosse de valor, comendo, bebendo, fumando, sem que nada lhe faltasse, a não ser dinheiro de que ele mesmo não sentia nenhuma necessidade. Tinha tudo...

Recentemente, na Bruzundanga, uma revolução social e, logo em seguida, uma política, deslocaram essa boa gente da fortuna, e muitos deles até dos seus

domínios, que vieram a cair nas mãos de aventureiros recentemente chegados à terra ou, quando nascidos nela, eram de primeira geração, descendendo diretamente de imigrantes recentes cujo único pensamento era fazer fortuna do pé para a mão, cheios de uma avidez monetária e inescrupulosa que transmitiram decuplicada aos filhos, e logo os lindos costumes de antiga nobreza agrária se perderam. Os poetas foram postos à margem e não tiveram mais nem consideração nem desprezo. Era como se não existissem, como se fosse possível isso, seja em sociedade humana, fora de qualquer grau de civilização que ela esteja.

Aos poucos, porém, os *parvenus* viram bem que era preciso pôr um pouco de beleza e de sonho nas suas existências de mascates brancos e ferozes saqueadores legais. Deram em pagar sonetos que festejassem o nascimento dos filhos e elegias que lhes dessem lenitivo por ocasião da morte dos pais. Pagavam bem e pontualmente, como hoje se pagam as missas de sétimo dia aos sacerdotes que oficiam nelas, ou em outras cerimônias menos tristes.

Alguns, porém, quiseram mais ainda e, tendo notícias que os nobres feudais, de espada e cavalo de batalha encouraçado e intrépido, tinham os seus vates e trovadores, nos seus castelos e *manoirs*, pensaram em tê-los também, pagando-os a bom preço, a fim de que contribuíssem com as suas “palavras douradas” para o brilho de suas festas.

Um desses milionários, caprichoso e voluntarioso, quis ir mais longe ainda. Tendo construído nos fundos de sua chácara, situada em um pitoresco arrabalde da capital da República da Bruzundanga, um tanque imenso, para dar banho aos cavalos de raça das suas opulentas cavaliças, teimou que havia de inaugurá-lo soberbamente, com notícias nos jornais, bênçãos religiosas e um discurso feito pelo maior literato da Bruzundanga, ou tido como tal, enfim, pelo mais famoso.

Não posso garantir que o Creso tivesse pago ao celeberrimo poeta ou que este lhe devesse algum dinheiro, mas o certo é que, desprezando a dignidade de sua Arte e a Glória, a reputação literária mais absorvente e mais tirânica da Bruzundanga, pescou latim, grego, a cabala judaica, o Ramaiana, os Evangelhos e inaugurou com um discurso assim pomposo, e grandiloquente, no estilo hugueano, o banheiro dos ginetes do multimilionário Har-al-Nhardo Ben Khénly.

O altitudo! O Parafuso, São Paulo, 12-3-19.

A ARTE

O país da Bruzundanga, hoje República dos Estados Unidos da Bruzundanga, antigamente império, tem-se na conta de civilizado e, para isso, entre outras coisas, possui escolas para o ensino de belas-artes.

Naturalmente dessas escolas saem competências em pintura, escultura, gravura e arquitetura que devem ter mais ou menos talento. Entretanto, ninguém lhes dá importância, seja qual for o seu mérito.

Se não conseguem lugares de professores, mesmo de desenho linear, nenhum favor público ou particular recebem da sua nação e do seu povo.

Houve um até, pintor de mérito, que se fez fabricante de tabuletas, para poder viver; os mais, quando perdida a força de entusiasmo da mocidade, se entregam a narcóticos, especialmente a uma espécie da nossa cachaça, chamada lá *sodka*, para esquecer os sonhos de arte e glória dos seus primeiros anos.

Dá-se o mesmo com os poetas, principalmente os pouco audazes, aos quais os jornais nem notícia dão dos livros.

Conheci um dos maiores, de mais encanto, de mais vibração, de mais estranheza, que, apesar de ter publicado mais de dez volumes, morreu abandonado num subúrbio da capital da Bruzundanga, bebendo *sodka* com tristes e humildes pessoas que nada entendiam de poesia, mas o amavam.

A gente solene da Bruzundanga dizia dele o seguinte: “É um javanês (equivalente ao nosso ‘mulato’ aqui) e não sabe sânscrito.”

Essa gente sublime daquele país é quase sempre mais ou menos javanesa e quase nunca sabe sânscrito.

Todo estímulo se vai e uma arte própria lá não se cria por falta de correspondência entre o herói artístico e a sua sociedade.

Não é que ele não tenha necessidade dessa atividade do espírito humano, tanto assim que os jornais da Bruzundanga vêm pejados de notícias, encômios, ditirambos às mediocridades mais ou menos louras do que as de lá.

Tenho aqui diante dos olhos um jornal da Bruzundanga que trata de um poeta da Austrália, cujos melhores versos são como estes:

Fui lá em cima ver meu Deus;
Voltei triste, por nada encontrar.

Mas se tiver forças hei de voltar
Para vê-lo de novo outra vez.

A notícia está assinada com o nome do autor e justifica os elogios que lhe faz, com estas palavras, cuja aplicação devia caber aos seus camaradas e contemporâneos, para animá-los a fazer grandes coisas. Ei-las:

“Nada mais agradável e, sobretudo, nada mais útil que aplaudir os espíritos que apenas desabotoam, ainda cheios do calor dos primeiros sonhos, ainda ressoantes da vibração dos primeiros voos. Para eles não deve ser a crítica um instrumento frio, insensível, com as asperezas de uma medida certa, senão uma voz de estímulo, uma alentadora voz que embale o coração e penetre, carinhosamente, a inteligência que repona. O comentário, sem ser exagerado, para não se tornar prejudicial, sem ser frívolo, para não se transformar em elemento nocivo, em fonte de erros e vícios, deve procurar os aspectos mais significativos do temperamento que surge, apontando, com amoroso intuito, as insuficiências, as indecisões da primeira hora, as dúvidas e as hesitações peculiares aos que começam. Geralmente, porém, não costumam os críticos profissionais usar de tais cautelas; antes preferem exercer o seu mister com rudeza e impassibilidade, confundindo autores novos, sem responsabilidades literárias ainda firmadas, para os quais o maior rigor é brandura.”

É engraçado que seja só maior rigor a brandura quando se trata de poetas da Austrália, mas quando se trata de vates da Bruzundanga a maior brandura é o rigor.

Não é só assim em poesia. Nas artes plásticas, na música, tudo é assim.

Chega à capital da Bruzundanga um pintor que se diz pintor e espanhol, a quem ninguém nunca viu ou conheceu, e logo os críticos dos jornais, viajados e lidos, finos e limpos de colarinhos, logo dizem: “Este Dom Tuas y Trias é Velázquez, é Zurbarán, é Greco, é Goya etc. etc.”

Os quadros que ele traz, talvez, não sejam dele; são de uma banalidade de concepção e de uma infantilidade de execução lamentáveis; mas os tais homens lidos, viajados, que desprezam os javaneses (os mulatos de lá) afirmam que o homem é extraordinário.

Dito isto, logo todos os bobos ricos, enriquecidos com o tráfico do ópio e outras coisas maléficas, a fim de imitarem os príncipes da Renascença — já se viu! — correm à exposição e compram os quadros a preço de ouro, enquanto

os pobres-diabos naturais ou vivendo na Bruzundanga, que são conscienciosos do seu mister, morrem em ofícios humildes ou de *sodka*.

É assim o gosto da gente superior da Bruzundanga, gente feita de doutores e aventureiros, ambas dadas à chatinagem e à veniaga, desde os primeiros caçando casamentos ricos e os segundos na cavação comercial e industrial, sem ter tido tempo para se deter nessas coisas de pensamento e arte.

Quando ficam ricos, estão completamente embotados, para não dizer mais...

Houve um pintor viriático que veio com uns quadros dramáticos, cenográficos para a Bruzundanga, precedido de uma fama de todos os diabos, a ponto de um guarda-livros, Filinto, não hesitar em dizer que era Leonardo Da Vinci.

Quando publicar estas notas em volume, que está a aparecer em edição de Jacinto Ribeiro dos Santos, meu bom amigo e camarada, hei de juntar uma reprodução do retrato equestre de um rei dele, o pintor, que é o modelo mais perfeito do maneirismo, do apelo aos uniformes, aos chamalotes, às plumas que conheço, em pintura.

Estas notas foram escritas ao correr da pena, mas, entretanto, poderei desenvolvê-las se os interessados me provocarem. Escrevo em dia oportuno.

A.B.C, Rio, 7-9-19.

LEI DE PROMOÇÕES (CRÔNICA MILITAR)

O que tem até agora regulado as promoções, quer no exército e armada, quer na polícia e guarda nacional, é o arbítrio, o capricho e a ignorância cega dos elementos da genesíaca cartesiana, que os metafísicos definem erroneamente como aplicação da álgebra à geometria.

No semi-século genial e fecundo que medeou entre Descartes e Leibnitz, muita conquista útil foi obtida no terreno da análise transcendente, mesmo antes da sua completa sistematização pelo gênio do último daqueles filósofos.

Fermat, Cavallieri, Roberval e outros muitos concorreram para o estabelecimento definitivo do instrumento leibnitziano — uma imortal conquista científica, para obtenção da qual o espírito humano estava assaz maduro, tanto assim que Newton, pela mesma época, apresentou o seu cálculo das fluxões.

Todo esse lento e paciente trabalho que absorveu o espírito de tantos grandes homens da Humanidade, obriga-nos a dispensar um culto acendrado à memória deles, por isso lhes cito aqui os nomes, ao lembrar as suas descobertas que muito lucraram com o rigor e a justiça das promoções nos batalhões dos colégios equiparados e linhas de tiro.

Nestas unidades, o acesso ao posto imediato é determinado por um processo rigorosamente científico de um rigor verdadeiramente astronômico.

É preciso estendê-lo ao resto das forças armadas.

Suponhamos um sargento que quer ser alferes. Pega-se o candidato e faz-se engolir a seguinte beberagem:

Ácido azótico	5g
Oxalato de potássio	7g
Magnésia calcinada	3g
Bicloreto de mercúrio	2g
Água destilada	100g

Deve-se dar ao paciente tudo isto de uma só vez. Se o sujeito não bater a bota, examinam-se as fezes com o papel *tournesol*, que, no caso de avermelhar-se, indica que o tipo pode ser alferes. No contrário, não.

Isto não tem nada que ver com Leibnitz, nem com o seu cálculo infinitesimal, mas não me ficava bem deixar de citar o imortal filósofo e a sua magna obra, podendo, se assim não procedesse, ser confundido com um qualquer legislador metafísico e anarquizado por aí que não é senhor do saber integral da humanidade.

A dosagem que indiquei deve variar quando se tratar de polícias, guardas nacionais e oficiais de fazenda. Para os primeiros, carregar no ácido azótico, para os segundos e terceiros, dobrar a dose de bicloreto de mercúrio.

Com o emprego deste método que é rigorosamente científico, o governo pode ter, em breve, um corpo de oficiais perfeitamente selecionados pela Morte e um povoamento rápido e instantâneo dos cemitérios — o que, afinal, é o fim natural de todas as guerras a que os oficiais, sejam desta ou daquela corporação, são obrigados a servir com todos os riscos e vantagens.

Há, porém, o método empírico que é mais humano e compatível com o grau de adiantamento a que chegou a nossa humanidade atualmente. Não há morte, nem sangue, nem bravura, nem salvas.

Este método é muito usado na guarda nacional e poucas outras entidades (vocabulário do *football*) militares. Vamos ver em que consiste.

Um tal método tem por princípio básico só admitir à promoção, oficiais que nunca tenham visto soldados, fortalezas, quartéis etc.

Por esse processo, estão fatalmente eliminados todos os oficiais que hajam servido em guarnições longínquas.

O mais relevante conhecimento exigido para as promoções de acordo com esse processo empírico é o de uma perfeita sabedoria nas marcas de papel de ofícios, de grampos, colchetes e alfinetes para papéis. Contam-se como ultrameritórios os serviços pacíficos em linhas telegráficas, em leitura de pluviômetros, em conversas com bugres filósofos e em construção de estradas de ferro que não acabam mais.

Em caso de merecimento igual, entre os candidatos, promovido será o que tiver melhor “pistolão”.

Para isso, o oficial precavido não se deve afastar da capital do seu país, e, nela, sempre cultivar a amizade de poderosos políticos e pessoas de seu amor e amizade. E é por isso que os oficiais que servem em guarnições longínquas, fronteiras etc. não podem entrar na lista das promoções, determinação que se

subentende nesse sistema empírico que a sabedoria dos tempos consagrou com alguns retoques.

Não falei nas promoções nos bombeiros. Emendo a mão. Nos bombeiros — corporação reduzida — as promoções devem ser feitas em família. É o melhor.

O que acabo de dizer, são como os croquis das minhas ideias sobre promoções nas classes armadas, sendo que algumas não me pertencem propriamente, antes a todos os militares, suas mulheres, filhas e noivas. Eis aí.

Capitão Ortiz y Valdueza (do Exército da Bruzundanga).

Reconheço a rubrica supra e a letra do Capitão Ortiz y Valdueza, do Corpo de Submarinos do Exército da República dos Estados Unidos da Bruzundanga.

(Tenho o sinal público e, à margem, “grátis”) — O copista.

Careta, Rio, 29-1-21

REJUVENESCIMENTO (CRÔNICA MILITAR)

Todas as medidas esperadas para resolver o problema do rejuvenescimento dos quadros do Exército, das discutidas no Congresso, não conseguiram sair do campo das discussões. Rejuvenescer os quadros não significa somente melhorar o futuro dos oficiais, é concorrer para que não reine o desânimo, para que seja mantido o ardor profissional. Não é possível esperar dum oficial que moireja de seis a oito anos em cada posto que ele tenha sempre o mesmo entusiasmo, que a própria idade consegue arrefecer. E com a idade vem naturalmente a diminuição do vigor físico exigido para o desempenho do árduo trabalho de oficial de tropa.

É assim que se exprime sabiamente um jornal desta cidade. Estamos de pleno acordo com as opiniões do nosso colega diário, mas julgamos, no nosso humilde parecer, que ele só encara uma face do problema. É nossa opinião que essa questão de rejuvenescimento é uma questão geral e interessa não só aos militares como também a outras classes da sociedade.

Que ardor profissional pode ter um carpinteiro que tem cinquenta anos de idade e trabalha no ofício desde os dezesseis?

A sua obra há de se ressentir da fadiga dos seus músculos cansados e do desinteresse que traz a monotonia de fazer durante anos a mesma tarefa. A sociedade perde muito com isso, pois os seus trabalhos não terão a perfeição que havia nos que executava com trinta anos de vida.

Seria inútil repetir exemplos como este, pois eles estão aí aos pontapés, para mostrar o quanto é indispensável decretar medidas que rejuvenesçam os quadros de todas as profissões.

Para as funções públicas, inclusive as militares, já o célebre filósofo político-militar dinamarquês, Hans Reykavyk propôs dois métodos para obter o remoçamento dos quadros:

Um, aparente meramente, e de origem feminina; o segundo substancial e rigorosamente científico.

O primeiro método se baseia nas pinturas, pomadas e massagens. Não há negar que o seu emprego, quando executado por operador hábil, dá ao indivíduo que a ele se sujeita a aparência de mocidade, mas é só aparência e não restitui a quantidade de força vital que o indivíduo perdeu com o correr dos anos.

De resto, ele ia levar para a caserna hábitos de camarim de atriz.

A guerra em si mesma nada tem de teatral; só acham essa coisa nela os pintores de batalhas que recebem encomendas dos governos, e os literatos da moda.

A guerra em si é uma coisa brutal e horrendamente ignóbil; a única consideração que rege a batalha, se há uma, está na cabeça de quem a dirige, e isto não é matéria para a tela, nem para páginas literárias, mas notas e riscos numa carta topográfica, em escala conveniente com convenções adequadas.

Além disto, introduzindo hábitos teatrais no viver guerreiro, iria isso perturbar a ação dos combatentes, diminuir-lhes a eficiência com a suposição de que deviam tomar belas atitudes, para obter o aplauso da galeria, distraíndo-lhes do verdadeiro objetivo de sua ação que é dar cabo do inimigo, por fás ou nefas.

Esse sistema de academia de beleza não pode ser adotado, sendo essa também a conclusão a que chega, depois de exaustiva análise, o grande filósofo dinamarquês que nos guia nestas despretensiosas notas.

Resta o método científico que se estriba na psicologia experimental e é corrigido pela sociologia transcendente.

Não posso transcrever aqui todas as considerações que precedem a exposição que o sr. Hans Reykavyk faz desse método.

Bastará dizer-lhes que, depois de expor fatos concretos em abundância, ele estabelece o postulado de que o general deve ser moço, de menos de trinta anos, pois é nessa idade que os homens têm o máximo de iniciativa.

Saído das escolas militares o oficial será logo general, ganhando como tenente, depois irá descendo de graduação, de forma a chegar aos sessenta como tenente, ganhando como general.

Eis em linhas gerais o plano de rejuvenescimento dos quadros de oficiais militares a que chega o ilustre Reykavyk, após uma análise detalhada das conclusões da psicologia experimental, convenientemente corrigidas pela sociologia transcendente.

Além de outras vantagens, tem este método a de fazer que os tenentes deixem, por morte, para as viúvas, filhos, filhas, genros e netos um montepio que porá estes a coberto de todas as necessidades — montepio de general.

Pelo seu caráter geral e abstrato, com as necessárias modificações, ele pode aplicar-se não só a todas as corporações militares como também a quaisquer outras civis, estipendiadas pelo governo.

Não é preciso mais dizer a fim de pôr em evidência o grande alcance do sistema do pensador dinamarquês e chamar para ele a atenção do legislativo brasileiro.

Creio que, fazendo isso, cumpro um dos deveres da missão militar de que me acho incumbido no Brasil.

Capitão Ortiz y Valdueza, do corpo de submarinos dos Estados Unidos da Bruzundanga.

Pela tradução do “bengali”. Lima Barreto (Tradutor público *ad-hoc*).

Careta, Rio, 19-3-21

NO SALÃO DA MARQUESA

Na República da Bruzundanga, nunca houve grande gosto pelas coisas de espírito. A atividade espiritual daquelas terras se limita a uns doutores de sabedoria equívoca; entretanto, alguns espíritos daquele Fonkim se esforçavam por dar um verniz espiritual à sociedade da terra. Escreviam livros e folhetos, revistas e revistecas, de modo que, artificialmente, o país tinha uma certa atividade espiritual.

Notavam todos a falta de salas literárias, de salões espirituais, tais aqueles que tanto brilho deram ao século XVIII francês, revelando não só grandes escritores e filósofos, mas também espíritos femininos que, pela sua graça, pelo seu talento de penetração, muito distinguiram o sexo amável, antes desse feminismo truculento e burocrático que anda por aí.

Consciente desta falta, a Marquesa de Borós, uma senhora de alta estirpe e não menos alta inteligência, tomou o alvitre de fundar um salão literário.

Ela residia em um grande palácio que se dependurava sobre a cidade capital, do alto de uma verdejante colina, e nele, em certas e determinadas tardes, reunia os intelectuais do país.

Em começo, recebeu alguns de valia, mas, bem depressa, os fariseus e simuladores de talento tomaram conta da sala.

A sua delicadeza e a sua bondade se viram obrigadas a receber toda essa chusma de mediocridades que, sem ter talento nem vocação, se julgam literatos e artistas, como se se tratasse de condecorações e títulos fornecidos pelo presidente da República do Cunany.

A esse pessoal, acompanhou o equivalente feminino, e era de ver como Cathos fazia *pendant* ao farmacêutico Homais; Madelon, ao gramático Vaugelas; e Filaminta, ao artista Pèlerin.

Uma sociedade, ou antes: este salão começou a dominar a atividade espiritual do país, e não havia recompensa do esforço intelectual em que ele não se metesse e até pusesse o seu veto.

O parecer dele era sempre sobremodo néscio e tolo.

Para uns, ele opinava:

— O Jagodes receber prêmio. Qual! Um filho natural! Não é possível!

Para outros, ele sentenciava:

— Não julgo o Fagundes digno de figurar no Grêmio Literário Nacional... Ele não bebe champagne!

A propósito destoutro, ele dogmatizava:

— O Bustamante não pode receber a medalha. É verdade que ele tem merecimento, mas veste-se muito mal...

Essa opinião acabava de ser pronunciada pelo ilustre literato Manuel das Regras, cuja obra por ser desconhecida era de alto valor, quando, num canto da sala, foi visto um sujeito malvestido, relaxado, sujo mesmo, com um todo de homem de outros tempos.

Todos se entreolharam com certo medo, apesar do estranho não ter nenhum ar de existência sobrenatural.

Um mais animoso resolveu-se a falar ao intruso:

— Quem é o senhor?!

— Eu! Eu sou Francisco II, rei da Prússia.

E toda aquela miudeza de gente escafedeu-se por todas as portas e janelas da sala.

Careta, Rio, 5-11-21

OUTRAS NOTÍCIAS

Da minha viagem à República dos Estados Unidos da Bruzundanga, tenho publicado, no *A.B.C.*, algumas notas com as quais organizei um volume que deve sair dentro em breve das mãos do editor Jacinto Ribeiro dos Santos.

Estou fora da Bruzundanga há alguns anos, mas, de quando em quando, recebo cartas de amigos que lá deixei, dando-me notícias de tão interessante terra.

De algumas vale a pena dar conhecimento ao público que se interessa pela vida desses povos exóticos e paradoxais.

Diz-me um amigo, em carta de meses atrás, que a Bruzundanga declarou guerra ao império dos Ogres, mas não mandou tropas para combatê-los ao lado dos outros países que já o faziam. Tratou unicamente de vender uma grande partida de tâmaras dos seus virtuais aliados, com o que o intermediário ganhou uma fabulosa comissão.

Outra carta que de lá recebi, mais tarde, conta-me que os governantes da Bruzundanga resolveram afinal mandar uma esquadra para auxiliar os países amigos que combatiam os Ogres.

Logo toda a Bruzundanga se entusiasmou e batizou a sua divisão naval de “Invencível Armada”.

Como lá não houvesse um Duque de Medina Sidonia, como na Espanha de Felipe II, foi escolhido um simples almirante para comandá-la.

A esquadra levou longos meses a preparar-se e com ela, mas em pacote, partiu também uma missão médica, para tratar dos feridos da guerra contra os Ogres.

Tanto a esquadra como a missão chegaram a um porto intermediário, onde, em ambas, se declarou uma peste pouco conhecida. Chamado o chefe da comissão médica, este respondeu:

— Não entendo disto... Não é comigo... Sou parteiro.

Um outro doutor da missão dizia:

— Sou psiquiatra.

E não saiu daí.

— Não sei — acudiu um terceiro, ao se lhe pedir os seus serviços profissionais —, não curo defluxos. Sou ortopedista.

Não houve meio de vencer-lhes a vaidade de suas especialidades de anúncio de jornal.

Assim, sem socorros médicos, a “Invencível Armada” demorou-se longo tempo no tal porto, de modo que chegou aos mares da batalha quando a guerra tinha acabado.

Melhor assim...

Não foram só estas duas cartas que me trouxeram novas excelentes da Bruzundanga.

Muitas outras me chegaram às mãos; a mais curiosa, porém, é a que me narra a nomeação de um papagaio para um cargo público, feita pelo poder executivo, sem que houvesse lei regular que a permitisse.

Um ministro de lá muito jeitoso, que andava fabricando em vida, ele mesmo, as peças de sua estátua, julgou que fazendo uma tal nomeação... tinha já em bronze o baixo-relevo do monumento futuro à sua glória.

Consultou um dos seus empregados que estudava leis e a interpretação delas em Bugâncio, sabia a casuística jesuítica, além de conhecer as sutilezas da Escolástica, a ponto de ser capaz de provar com a mesma solidez a tese e a antítese, desde que os interessados em uma e na outra o retribuíssem bem.

Dizia a lei fundamental da Bruzundanga:

“Todos os cargos públicos são acessíveis aos bruzundanguenses, mediante as provas de capacidade que a lei exigir.”

O exegeta ministerial, depois de verificar que o papagaio tinha nascido na Bruzundanga, e era, portanto, bruzundanguense, concluiu, muito logicamente, que ele podia e lhe assistia todo o direito de ser provido em um cargo público de seu país.

Argumentou mais com Augusto Comte que incorporava à Humanidade certos animais; com o “artemismo”, crença de determinados povos primitivos que se julgam descendentes ou parentes de tal ou qual animal, para mostrar que o anelo íntimo dos homens é elevar esses seus semelhantes e companheiros de sofrimentos na terra. Emancipá-los.

A arte, dizia ele, foi sempre por eles. Citava as esculturas assírias, egípcias, gregas, góticas que, embora idealizados ou estilizados, denunciavam um culto pelos animais que, injustamente, chamamos inferiores.

Na arte escrita, para demonstrar o que o sábio consultor vinha asseverando, lembrava La Fontaine, com as suas fábulas, e modernamente, Jules Renard, com as suas interessantes *Histoires naturelles*.

Nas modernas artes plásticas, nem se falava, continuava ele. A representação artística de animais, por meio delas, já constituía uma especialidade.

Foi por aí...

E, de resto, dizia ele quase no fim, quem não se lembra do papagaio de Robinson Crusoe?

Devemos, portanto, exaltar o papagaio, que é um animal que fala, rematou afinal.

O ministro gostou muito do parecer; julgou dispensável pedir uma lei ao corpo legislativo que, na Bruzundanga, é composto de duas câmaras: a dos vulgares e a dos doutores. Não julgou também necessário avisar os outros papagaios da sua resolução, para que concorressem, e nomeou o do seu amigo Fagundes...

E foi assim, segundo me conta a missiva que recebi, que um “louro” bem falante foi nomeado arauto d’armas da Secretaria de Estado de Mesuras e Salamaleques da República dos Estados Unidos da Bruzundanga.

A.B.C., Rio, 23-11-18

COISAS DO REINO DO JAMBON

COISAS DO JAMBON

O Reino do Jambon é assim chamado porque afeta, mais ou menos, a forma de um presunto. Até aqui, não tem sido comido; mas tem sido muito roído. Roem-no os de fora; roem os de dentro; mas não há meio, quer uns, quer outros de o deglutirem completamente. O diabo da perna de porco resiste à voracidade externa e interna de uma maneira perfeitamente milagrosa.

Após muitas vicissitudes políticas, veio a governá-lo um príncipezinho vaidoso chamado Tupita I, que tinha para condestável um renegado grego Kalogheras, também vaidoso e mandão. Este levantino nunca tinha visto uma espingarda, mas caprichos de Tupita fizeram-no logo marechal. Assim, erguido de repente a tão alto posto, o grego pensou que o houvesse sido por verdadeira glória militar, e começou como condestável a dar por paus e por pedras.

Tal coisa desgostou um velho servidor da pátria, o Conde Milaky, que se retirou para as suas terras, a fim de continuar as suas experiências prediletas de pomologia. Esse Milaky não era lá grande inteligência, mas era honesto e sincero. Tinha uma paixão: a pomologia. As suas pesquisas, em tal assunto, eram de louco varrido.

Ele queria obter que uma única árvore desse todos os frutos de várias estações. Para isso fazia as enxertias mais extravagantes, empregava toda a espécie de adubos e matava todas as plantas com descargas elétricas de alta voltagem. Desejava que os frutos se sucedessem no mesmo pé, durante o ano, da mesma forma que acontece com os que sazonam em vários.

Vivia assim nas suas terras todo entregue às suas loucas experiências, quando veio a dar-se a questão da sucessão de Tupita. Dela, isto é, da questão da sucessão, ele não teve notícia.

Consistia ela no seguinte:

No Reino do Jambon, a sucessão não se dá por via hereditária. Ela se verifica por eleição, em que são eleitores vinte dignatários principais do reino (governadores) e alguns mais, sem função de governo, entre os quais estava Milaky. Todos são paxás.

Tupita não levava o governo do reino a sério. A sua preocupação mais sincera eram bailes, rega-bofes, chás dançantes, teatros, comidas, automóveis e quejandos. Sob qualquer pretexto, gastava milhares de contos em luminárias e tirava o retrato. Um paxá obscuro de um paxalique importante, aproveitando-se da cegueira dançante de Tupita, tramou com outros tomar-lhe a sucessão. Chamava-se este paxá obscuro Ar-ben-Mudes e só era conhecido no país, por vir, de quando em quando, o seu nome nas gazetas; mas não tinha feitos nem proezas que o recomendassem.

Um belo dia, sem que Tupita esperasse, recebe a intimação de quase todos os paxás para reconhecer Ar-ben-Mudes como seu sucessor. Ele se surpreendeu, pois não estava em extrema velhice, nem o minava moléstia que o ameaçasse de morte próxima.

Surpreendeu-se e respondeu:

— Pois não: consinto; mas como uma condição.

— Qual é? — pergunta-lhe o chefe da comissão de paxás.

— É que vocês me deixem dançar até o fim do meu governo. Deixam?

— Não seja essa a dúvida.

Iam as coisas assim muito bem, quando aparece um certo número de paxás descontentes que não querem Ar-ben-Mudes para chefe, e escolhem, para sucessor de Tupita, o paxá sem governo Nil-cer-Thenza. Era este, homem conhecido no país, ladino e jeitoso. Sabia simular e dissimular; mas era estimado e popular. Os partidários dele foram também a Tupita, que os recebeu de mau humor:

— Vocês não me deixam folgar... Que aborrecimento!

— Mas, Majestade...

— Bem. Vocês vão me fazer uma promessa.

— Qual é, Majestade?

— Vocês briguem lá entre vocês; mas me deixem dançar até o fim do meu governo. Prometem?

— Prometemos.

— Pois bem, vou aumentar a orquestra do palácio.

Os partidários de Nil-cer-Thenza, em tão apertadas conjecturas eleitorais, lembraram-se de Milaky, de quem os adversários se haviam esquecido. Foram às suas terras cabalar-lhe o voto. O velho servidor perguntou-lhes:

— Há outro candidato?

— Há.

— Quem é?

- É o paxá Ar-ben-Mudes. Conhece?
- Não, mas voto nele.
- Por quê?
- Porque é inteiramente desconhecido.

Careta, Rio, 30-7-1921

“ENCRENCAS” NACIONAIS

Este Brasil é o país das “encrencas”. Não se conhece no mundo nação mais cheia de atrapalhões do que esta.

Todo o ano aparece uma e elas se somam sem que qualquer seja resolvida.

Sobem presidentes, entram ministros, elegem-se deputados e senadores, criam-se repartições e comissões e elas continuam de pé.

Não sei para que lia tantos sábios e doutores, no Brasil, se eles não dão solução a tais “encrencas!”.

Por exemplo: o *déficit*. Temos entre nós — não há dúvida alguma! — financeiros de valor, como o senhor Cincinato Braga, o senhor Antônio Carlos, o senhor Nuno de Andrade e outros muitos — como é que não acabam com ele?

É uma pergunta muito natural que um leigo como eu, em matéria de finanças, faz logo e os entendidos deviam responder cabalmente.

As tais secas do Norte são outra atrapalhação. O Brasil possui celebridades em engenharia hidráulica e, apesar de há tantos anos tratarem elas de acabá-las e se haver gasto rios de dinheiro, até hoje não deram cabo do flagelo que continua a dizimar milhares de pessoas de tempos a tempos.

E o caso do Lloyd?

Há não sei quantos anos vários alvitres são apresentados para que ele dê renda. Mudam os administradores e ele continua a ser um sorvedouro de dinheiros públicos.

Por que será que não se encontra um doutor que lhe dê remédio. É incrível que não haja!

Uma outra “encrenca” nacional é o tal de “café”.

De quando em quando, trata-se de valorizá-la. Fazem-se emissões, empréstimos vultuosos e nunca ele fica valorizado de vez. É uma pedra de Sísifo.

O carvão nacional também faz parte das complicações nacionais. Dizem uns que ele presta, dizem outros que ele não presta para nada. O governo tem gasto um dinheirão com ele; entretanto uma partida do mesmo que estava no cais do porto, quando há dias houve lá um incêndio, foi a única coisa que não pegou fogo, conforme noticiaram os jornais.

Belo carvão!

Muitas outras “encrencas” nacionais há por aí que deixo de citar por brevidade.

Careta, Rio, 4-12-1920

DEFESA DA PÁTRIA

O governo, o sábio governo, tendo em vista que a Pátria, o solo sagrado da Pátria, o chão onde estão os ossos dos nossos avós, precisa de defesa eficiente contra os inimigos prováveis, resolveu muito acertadamente criar linhas de tiro, onde os jovens, nas horas de lazer, se exercitassem de modo cabal no manejo das armas de guerra, formando assim economicamente uma reserva do Exército, aguerrida e hábil.

Alguns cidadãos abnegados foram logo ao encontro dos desejos do governo e fundaram a Sociedade de Tiro do Timbo, nos arredores desta capital, que tomou o número 1.457.

A República Argentina, ao ter notícia do fato, encheu-se de inveja, pois esse país vizinho não possuía instituição tão eficaz para a sua defesa.

Os seus jornais falaram e disseram mesmo: “Olhemos o Brasil”.

Os periódicos daqui, ao saber do sucesso do fato, gabaram longamente o benemérito Dudu, ministro da Guerra, pela sua capacidade de organização, pelo seu tato social, capaz de transformar um povo indisciplinado em soldados hábeis.

A sociedade 1.457 recebeu, como sócio, certo dia, um jovem barbeiro das cercanias, cujo ardor patriótico foi encaminhado para o tiro ao alvo, sem nenhuma preocupação política.

O jovem barbeiro não queria ser nem mesmo deputado e só foi para a sociedade de tiro com o doído intuito de defender a pátria. Foi sempre assíduo aos exercícios e aproveitou imensamente com eles. Ao fim de seis meses, era um exímio atirador.

Aproveitando certa data, a sociedade número 1.457 resolveu dar um festival, com auxílio discreto dos poderes públicos.

Arranjaram folhas de mangueiras que espalharam pela estrada que levava ao *stand*, umas bandeirinhas, uma charanga, muitos figurões e a festa foi feita.

Entre estes veio o deputado Orse que muito se admirou da justeza de pontaria do jovem brasileiro, primeiro prêmio no concurso do dia.

Acabado que ele foi, Orse dirigiu-se a ele e disse carinhoso:

— Meus parabéns. O senhor merece muito da Pátria. Sou o deputado Orse e desejo que o senhor me procure.

Deu-lhe o cartão e, dias depois, o jovem barbeiro procurava o deputado Orse.

— Você — disse este —, deve ter outra ocupação. Eu lhe dou duzentos mil-réis e você vai ficar em casa do chefe político que me elege. Desde que venha um certo tipo assim assim, você atira, certo que não acontece nada a você.

O jovem brasileiro, tentado pelo ordenado, aceitou a oferta e ficou de guarda-costas ao tal chefe.

Um belo dia o tal tipo assim assim apareceu na porta da casa e o jovem barbeiro atirou, matando-o.

Tinha defendido a Pátria.

Careta, Rio, 21-8-1915

FESTAS NACIONAIS

Agora se trata de criar um eclesiástico, não é todo fora de propósito lembrar o modo com que os feriados cívicos, planetários e militares são festejados de forma pouco diferente, quando merecem alguma atenção do povo e dos poderes públicos.

O planetário 14 de julho passa completamente despercebido. Há as salvas que a maioria da cidade não ouve: há o baile da colônia francesa, onde reina a mais cordial harmonia, mas entre... franceses; e é só. Esquecia-me: há também o discurso do apóstolo da humanidade — na igreja da rua Benjamim Constant, feito todo o ano para reduzida porção de fiéis que, apesar de o serem, mudam de ano em ano.

Domingo último o senhor Kalogheras foi encarregado de organizar os festejos de mais uma comemoração do advento da República, que, como todos devem saber, foi a 15 de novembro de 1889.

Sua Excelência não há negá-lo, pôs no programa todo o seu talento daquele gênero à Robespierre, que planejou a festa do Ser Supremo, em Paris, nos dias do terrível 1793.

É verdade que o ilustre financista, guerreiro e mineralogista não queimou estátuas simbólicas, nem oficiou com ares de pontífice romano; mas planejou a coisa com limpeza. Vejam só o começo da festividade, tal como vem nos jornais, quando publicaram o programa:

Cada corpo de tropa, aquartelado nesta capital, mandará uma representação de quinze praças para, às dezesseis e meia horas, cantar o Hino Nacional.

Não é só a religião que impõe sacrifícios, a pátria também. Obrigar os nossos soldados que, como todos nós, são de vozes fracas e fanhosas, a cantar alguma coisa, é suplício para eles e para os seus ouvintes.

É observação comum que todos esses coros que improvisamos nas escolas, nos colégios etc. são de uma indigência sonora de causar dó; mas o entendido senhor Kalogheras sabe o que faz.

O programa, fora a cantoria, vai mais ou menos, sendo guiado por esse espírito de parcelas, fragmentos diminutos de corpos, quando antigamente

havia uma pomposa parada de forças de terra e mar.

A República parcela-se ou fragmenta-se? Não sei e não me compete julgar; sou muito humilde para isso.

Temos também a festa da bandeira, que é eminentemente tendenciosa e positivista. O seu fito é manter o lema comtista — Ordem e Progresso, no pavilhão auriverde; e não tem outro fim.

Cada partido religioso busca manter nos símbolos nacionais as coisas de suas crenças, sob pretexto de festas nacionais; e não é de admirar que a igreja católica procure manter as suas e mostrar prestígio político, pleiteando a criação de um feriado brasileiro, dedicado a se dar “graças a Deus”.

Cada um puxa a brasa para sua sardinha, para isso não é de admirar que os prelados brasileiros não tenham recebido a inspiração divina para decretarem o dia por eles mesmos; e apelem para a sabedoria do congresso em que há até hereges.

Careta, Rio, 29-11-1919

COISAS ADMINISTRATIVAS

A história da nossa administração, em todos os seus departamentos, registra as coisas mais cômicas possíveis. Relatá-las seria uma fábrica de gargalhadas, mas torna-se árduo o trabalho de colecioná-las aqui.

Há tantos registros, tantos protocolos, tantas portarias, assim como memorandos, “papagaios”, que até navios de guerra se perdem nesse oceano de papel.

Canhões desaparecem e edifícios e terras passam suavemente das mãos do Estado federal, provincial e municipal, para as de felizes particulares que logo se armam com títulos hábeis de posse.

Até hoje a municipalidade do Rio de Janeiro não pôde entrar na posse da sesmaria que lhe foi doada para a fundação da cidade, por não lhe saber os rumos. Há estudos, dissertações, mas as terras não são demarcadas... Não fôsse a propriedade territorial uma coisa inabalável e eterna...

Nestes últimos dias, surgiram, na nossa administração, dois casos curiosos e grotescos. Um é o de uma fazenda modelo, na ilha do Marajó, no Pará, para a qual há várias verbas destinadas ao pessoal e ao material, mas que não existe, embora as rubricas do orçamento que lhe são referentes se consumam.

É uma fazenda de criação ou que outro nome tenha a hipotética fazenda existente no papel, sempre neutro e indiferente ao que recebe desta ou daquela mão e desta ou daquela máquina, sofrendo com a mesma paciência o receber ideias fecundas e altas ou rematadas tolices.

Tanto se lhe dá registrar o poder vibratório das palavras de um Renan como suportar a estagnação mental do obreiro Fausto Ferraz.

Por isso, não é muito de lastimar que o governo brasileiro mantenha ou tenha mantido no papel a existência de um estabelecimento destinado a fomentar a pecuária na Amazônia. Às vezes, quando o papel é bom, a obra é muito gabada. Não é o caso, porém, do *Diário Oficial*...

A outra novidade, e das maiores, é a descoberta de uma estrada de ferro de que o governo desconhecia a existência, mas que toda a gente conhecia como trafegando ali, no Espírito Santo, bem pertinho, de cama e pucarinho com a Leopoldina.

Dirão que o governo não tem olhos. É verdade; mas os seus representantes os tem. De resto há uma Inspeção de Estradas de Ferro etc. etc.

Como e que essa repartição não conhecia a tal ferrovia?

O pior cego do mundo é aquele que não quer ver — é voz do povo que deve ser, como quase sempre, a voz de Deus.

Leio agora melhor a notícia no *O Jornal* e vejo que se trata de uma estrada de ferro colonial, isto é, para serviço de um núcleo colonial.

A ferrovia em causa não é propriamente Viação, por isso nunca esteve sob alçada desse Ministério Pires do Rio, atual; é estrada de ferro Agricultura, Indústria e Comércio... Quem é o ministro mesmo?... Não nos importa; continuemos...

É, portanto, uma estrada de ferro batuta, aipim, café, comissariado e carvão arrojado; ou, na melhor das hipóteses, uma espécie de linha de usina, de fábrica, de serviço interno para grandes oficinas etc. etc.

Eis a razão por que ela escapa a toda a fiscalização e não é vista pelo governo.

Dizem que trafega com toda a regularidade. É de espantar; mas, à vista de tal modelo, o governo deve decretar, por exemplo, para a linha de subúrbios da Leopoldina, que todos aqueles lagos e mangues que a marginam sejam considerados como terras de usina, retirando também toda a fiscalização, a fim de que não mais se repitam atrasos e desordens concomitantes.

Careta, Rio, 17-1-1920

O IMPÉRIO DE PETRÓPOLIS

— Quanto aos sustos dos republicanos históricos...

— É gente que, com raras exceções, me parece sobremodo ridícula. Não pensas assim?

— Penso e não penso; mas o melhor é não pensarmos propriamente nela: “*Ma guarda e passa*”... Há neles tanta contradição íntima, tantos aspectos opostos e inimigos que não os posso encará-los de conjunto. Vê tu só: o Elias, um verdadeiro plantador da Virgínia, antes da Guerra da Secessão, tem semelhanças com o desinteresse e descuidado de si do Lopes Trovão? O major Jacaré e o Júlio do Carmo, duas doces criaturas, que semelhança têm com a alma inquisitorial de um positivista qualquer, republicano histórico? Alonguei-me, porém, e não era dessas pessoas que queria falar.

— De que era então?

— De restauração monárquica.

— Achas que ela era possível?

— Perfeitamente.

— No Brasil?

— Sim, meu caro; aqui; mas não em todo o território.

— Onde, então?

— Em Petrópolis.

— Homessa!

— Estás admirado! Há exemplos... Mônaco é um principado encravado na República Francesa e há repúblicas mais ou menos encravadas em monarquias...

— Sei bem.

— Pois, então? Petrópolis tem uma vocação monárquica que ninguém pode contestar. Aqueles seus colégios de frades e freiras, mais ou menos jesuíticos, cultuam e mantêm vivo o ideal católico-feudal, como dizem os positivistas. Por intermédio de seus filhos e filhas, sobretudo por estas, conseguem tais estabelecimentos varrer do espírito dos pais os últimos restos do voltairianismo de caixeiros, de pequenos, empregados, de estudantes que ainda lhes restava. Se não, se fazem condes do Papa ou comendadores do Rei Alberto, aprendem uma porção de regrinhas e sentenças sobre os direitos das classes conservadoras a morrer de indigestão e os restantes de fome, sobre a divindade

da fidalguia etc. Uns mingotes que procuram energia no *football* e inteligência nos títulos de escolas caras proclamam a necessidade da subalternização dos fracos aos fortes, segundo a eugenia, julgando-se eles, que não caixeiraram nem fizeram coisa semelhante, mais fortes e nobres que os pais por isso mesmo. Há lá também, a *noblesse vieille roche* do nosso antigo império, cujas origens não são diferentes, lá muito, da nova; há também fidalgos russos, polacos e até franceses que, um belo dia, são descobertos pela polícia, como hábeis *escrocs* internacionais; há ainda renegados de todas as religiões, credos, nacionalidades, raças etc. Há, esquecia-me de notar, criados orgulhosos com os títulos e situações de seus patrões; há *râtés* de todos os ofícios que mariscam as migalhas dos ricos; há os arrivistas tenazes, ajaezados com títulos convenientes, à caça de casamentos ricos; há, ainda por cima de quando em quando, presidentes que descendem de Carlos Magno, para não ficarem abaixo de certos concidadãos que se originam de Hugo Capeto. Enfim, meu caro Moreira, o ambiente de Petrópolis é puramente monárquico; e só lhe está faltando um monarca, para ser uma obra-prima de... confeitaria. O governo brasileiro há de consentir, obrigado pela força bruta ou por um superior respeito à opinião o povos (Vid. “Tratado de Versalhes”, “Liga das Nações” e “Gabriel D’Annunzio — arquivos de Veneza”), que lá se restaure o regime monárquico que já fez, segundo dizem, a felicidade do Brasil.

— Como se chamará?

— Império de Petrópolis.

— Poderá ter força armada?

— Pois não! Regimentos de almofadinhas, cavalaria da alta finança, artilharia de *football* e aviação de “águias”, nos gordos negócios.

— E marinha?

— O porto de Mauá não tem capacidade para grandes couraçados. A esquadra será composta de iates de recreio, barcos de regatas e canoas de pescaria.

— Que vantagem tem isso?

— Grande. Já te disse que o governo do Catete ver-se-á obrigado a respeitar uma grande parte da opinião nacional que é monárquica, permitindo isso. Além do que, executando esse plano, ficarão os “históricos” livres de sustos; e nós, de exposições de velharias de autenticidade e beleza duvidosas.

— E o presidente da república não poderá veranear lá?

— Veranear, só? Ficará lá o ano inteiro com ministros, congresso e tudo. Nós é que ficaremos aqui, na república, como sempre ficamos, comendo carne-

seca a 2\$400 o quilo. Está aí.

Careta, Rio, 22-1-1921

A CASA DOS ESPANTOS

Na tarde de 12 do mês corrente, eu li esta notícia em um jornal: “A senhora Domício da Gama dá hoje a sua primeira recepção ao corpo diplomático e às pessoas da sociedade que queiram cumprimentá-la.”

A novidade vinha encimada com um retrato da senhora (traduzimos com propriedade) *Mistress* Domício da Gama, ou melhor — *Mistress* Gama; e, não pude conter a minha admiração, lendo tais linhas. Que luxo! Estamos afinal totalmente *up-to-date*! Nunca se viu isto por aqui; nem no tempo dos ministros, marqueses, condes etc., da nossa nobreza que Dom João VI dizia ser *taffetas*.

Continuei a ler a notícia e deparei com isto: “A recepção realiza-se no Itamarati, das 15h às 17h.”

Homessa! Então o senhor Gama não tem casa? Como é que uma mulher (é termo das leis) se serve de um edifício público para dar recepções?

Quem é o ministro? É *Mister* Domício da Gama ou *Mistress* Gama?

A república deu agora para transferir as honrarias dos maridos às respectivas mulheres?

Amanhã, a senhora do senhor Delfim Moreira, quando fôr dar um passeio a Paquetá, há de exigir salvas de 21 tiros, marinheiros nas vergas, tanto dos navios nacionais como dos estrangeiros.

Correndo as coisas assim, as esposas dos oficiais da Polícia, da Guarda Nacional, do Exército e da Armada, terão de representar aos respectivos chefes de Estado-Maior, aos comandantes de cada uma das corporações designadas, contra os soldados que não lhes fizerem continência na rua e em outros lugares públicos!

Um réu de crime hediondo, em júri de Niterói, por ter sido absolvido, deu vivas à república! Os cacos da velha nobreza imperial que os senhores de Vasconcelos estão a grudar por aí com o cola-tudo devem estar também, exultando com essa transformação de costumes da nossa terra.

Agora, há de fato protocolo, etiqueta e os enobrecidos pelo imperador podem se fazer valer com as suas cartas de nobreza em regra. Grande engano, se assim pensarem! A república não quer linhagem, segundo as vetustas regras e preceitos. Ela, de quando em quando, organiza uma e esta nasce agora de Maricá, com o senhor Domício da Gama, de toma-viagem da livre América. Os outros ministros vão pedir a mesma patente...

Há muito tempo veio o senhor Gama; mas, assim mesmo, estranho a sua invenção que os colegas querem imitar.

Travei conhecimento com as suas letras, na *Revista Brasileira*, de José Veríssimo, em 1895.

Lembro-me até de certas anedotas que ele contava, em certo artigo: “Notas da América” — num dos fascículos da mesma revista, que perdi desgraçadamente. Reproduzo-as com alguma reserva.

Ria-se ele, como autêntico ariano da Bactriana, como sociólogo e historiador que era, de um mulato cubano que, em Paris, fazendo propaganda da independência de seu país, dizia: “*Nous autres peuples latins...*”

O riso ou o sorriso do senhor Domício podia bem ser superiormente bactriano; mas seguramente não era lá muito superiormente refletido.

O mulato cubano podia dizer com tanto acerto que ele e os seus eram latinos, com o mesmo fundamento com que os franceses, os espanhóis, os rumaicos, até os italianos dizem. A questão não é de cor, de pigmentação; a questão é de educação e de cultura matriz.

Uma outra anedota que o risonho senhor Domício contava era a de um preto do ganho que, seguindo, na rua Direita, uns negros americanos, marinheiros de um navio dos Estados Unidos (não era o “Alabama”), ia os ouvindo, atento e cético, falarem inglês. Num momento dado, encontrou um seu comborça e segredou:

— Esses moleques pensa mesmo que eu acredito que eles fale francês.

Por estas e outras, habituei-me a fazer do senhor Domício uma ideia de homem superior; e, como convinha ao seu arianismo, fiz dele, de algum modo, um mito solar. Napoleão também já foi feito. Não me gabem a invenção. Vamos adiante.

Estava no nascimento e eu tinha que esperar o seu zênite. Um belo dia, porém, dei com um conto seu, “Moloch”, nos últimos números da revista de José Veríssimo.

Não era bem curto e não era também uma fantasia daquelas que apareciam nas revistas nefelibatas do tempo. Era um fragmento, bem escrito, mas sem relevo próprio, sem vigor pessoal. Não seria uma pintura de homem, quando muito, uma aquarela de moça prendada. Bem! Fiz eu de mim para mim. O sol vai atingir ao meio-dia e esperei anos, anos: Domício não deu nada.

O sol radiante tinha tido um ocaso brusco, prematuro, sem a explicação que só ultimamente encontrei.

O que falta no senhor Domício da Gama é força, é vigor de alma, é paixão, é necessidade de amar e de odiar. A sua literatura foi uma coisa assexuada, catitinha, limpinha, sem altos nem baixos, sem um acento forte de um qualquer sentimento pessoal e muito menos geral.

O senhor Domício não tem em si atividade mental bastante poderosa para criar, para inventar, para desdobrar a sua personalidade, em escritos bons ou maus, quando quer e quando não quer.

Na mocidade, que é, sempre e em todos, a milagrosa mocidade, um pouco de vaidade e o desejo de possuir títulos que o ajudassem na vida e, mesmo, algum gosto, o que seria injustiça negar-lhe, deram alguma capacidade ativa e criadora à sua inteligência; mas vieram-lhe os anos, as posições, a “sorte” e ela voltou à sua feição espontânea de ser unicamente reflexa.

As anedotas de moço, às vezes, dão muita luz ao caráter dos homens feitos. Sobre o senhor Domício, reproduzo uma que me parece bastante elucidativa da faculdade matriz que guiou a sua vida em todos os aspectos.

Foi Sua Excelência, como pouca gente sabe, aluno da Escola Central, hoje Politécnica, no tempo em que a matemática elementar constituía uma espécie do que no primeiro ano é chamado curso anexo.

O senhor Domício matriculou-se nesse curso e não foi além. Um seu antigo colega me contou que ele explicava o abandono do curso pelo fato de não gostar de “diferências”. Era um jogo de palavras e não sei se dos bons. Ele empregava “diferências” por “diferenças” e aludia ao estudo de cálculo diferencial, que era no ano seguinte.

Essa frase dita em moço explica muito bem o senhor Domício. Na sua falta de relevo, na sua lamentável indigência de atributos próprios e dominantes, ele tem sido um caso eloquente e público de mimetismo.

Os seus escritos trazem não só influência mas imitação de Machado de Assis. Há, entretanto, uma diferença: se os seustos e as esquisitices do velho Machado tinham nascido dele mesmo, do amplo solo de sua alma dorida; as cravinas literárias do senhor Domício haviam sido cultivadas em um pote de janela e regadas com um regador de menina de qualidade. Nasciam murchas.

Depois que lhe embranqueceu o cabelo, tratou o autor dos *Contos a meia-tinta* de vestir-se a Joaquim Nabuco; e, quando o fizeram embaixador, visou logo o Itamarati e imitar nele Rio Branco. Chegou lá.

Felizmente, não temos mais essas bobas questões de limites; o senhor Domício há de sentir, por isso, não ser totalmente como o seu epônimo ministerial, para arranjar uma complicação diplomática que ele mesmo

desfizesse e recebesse uma ovação desta mulataria, com grande gáudio dele, a mostrar-se orgulhosamente à *mistress*, como ídolo desta negralhada brasileira que quer ser latina.

Um homem como o senhor Domício da Gama, que é ministro por obra da “valorização do café”, e graças aos Estados Unidos; que volta de lá rico; que, mal chegado, literato *râté*, é feito logo presidente da Academia de Letras; e um perigo que se deve combater, em nome da nossa tradição nacional, muito oposta a daquele país cheio de más sugestões para os imitativos.

Não tenho vexame nenhum em dizer que, seja aqui, seja no órgão dos trabalhadores em trapiche de café, ou de outra corporação mais humilde, hei de combater por todos os processos de que dispuser. O desespero, às vezes, faz grandes obras...

Não quero vir a sofrer, no Rio de Janeiro, as humilhações e os vexames que os homens de minha cor sofrem na terra do senhor Wilson, esse cavalheiro andante de auto, bombeiro voluntário que foi apagar o incêndio na casa alheia e deixou a sua a arder.

Seja por que meios for, não há de ser com a minha anuência tácita que o senhor Domício se torne em veículo dos micróbios da cultura americana. Estrebucharei.

O senhor Domício é mimeto, e acomodaticio e faz literatura pouco própria, para as sinhás moças.

Tudo isto não valeria nada, se não tivesse ele a posição que ocupa; e a cobardia moral de todos nós está permitindo que ele vá aos poucos abusando dela e a levar o seu pendor para imitação não se sabe até onde.

A secretaria do Itamarati, desde Rio Branco, é a nossa casa dos espantos; mas não tinha até agora passado a ser *ménage* dos ministros, em que suas senhoras anunciam publicamente, ostensivamente, como que nos desafiando a todos, receber amigos e amigas em ágapes desta ou daquela ordem. Foi preciso que viesse o doutor Domício para se dar esse espanto *maximum*, que talvez não seja o *maximorum*...

Esperemos, pois cada um de nós espera da sua maneira... Nem sempre o camelo deita-se, quando a carga é muita...

Atualidade, Rio, 20-7-1919

IMPORTÂNCIA DA DANÇA NO INTERCÂMBIO COMERCIAL

Lembrou-se, em boa hora, o senhor ministro do Exterior de comunicar aos jornais o modo altamente coreográfico com que vai dignificando o Brasil, na Suécia, um segundo secretário da nossa legação, acreditado naquele reino. Alguns jornais estranharam que um austero ministro de Estado se ocupasse com semelhante futilidade, a ponto de mandar para os jornais comunicados sobre as proezas valsistas de um secretário de legação.

Os jornais, que assim procederam, foram levianos e pouco filosóficos. Se eles se lembrassem de como a dança tem uma importância capital na diplomacia e outros graves acontecimentos de alta política, não procederiam dessa forma.

Rio Branco não nomeava um secretário de legação sem lhe medir bem o ângulo facial, o cefálico e examinar se o rapaz sabia dançar convenientemente.

O senhor Azevedo Marques gaba-se dos seus concursos, a vista do papel brilhante que desempenha o seu secretário, rodopiando com a rainha da Suécia, a bordo de um couraçado inglês; mas, sem desfazer nos seus concursos, os de Rio Branco eram mais aperfeiçoados. Está aí o coronel Pessegueiro que pode confirmar este asserto, tanto mais que, em tais exames, ele soprava no ponto, ao lado do barão, as contradanças da pragmática, que o candidato tinha de executar. O falecido Frederico de Carvalho assistia à prova, marcando o compasso com uma caneta velha.

Nas sociedades organizadas e que atingiram a perfeição de sua organização, a dança não só tem importância doméstica, mas também grande alcance militar, religioso etc. etc...

Os gregos tinham a pírrica e outras danças militares; e até Sófocles, quando rapazola, após a batalha de Salamina ou de Maratona (vou consultar qualquer poeta de salão), entoou e dançou o *paeon*, nu em pelo — trajo nesse tempo muito estimado pelos rapazolas gregos, constituindo isso motivo para admiração desavergonhada de certos estetas, por essa antiga Grécia de hipóteses, mais ou menos feitas, segundo os nossos gostos, defeitos e vícios.

Havia diversos *paeon*, um mesmo era fúnebre. Não falo nas danças “fálicas” porque não deviam ser há muito do gosto das nossas “melindrosas”, apesar da transparência de seus vestuários, mas que não espantariam os nossos secretários de legação tão amantes que são dos *cabarets* e cafés-concertos.

A Bíblia não deixa de aludir, em diversas passagens, a danças de diversas naturezas; se não estou enganado, nos primeiros séculos de sua existência, a igreja admitiu a dança, na sua liturgia.

David dançou diante da arca, naturalmente com Betsabé; e os hebreus, no deserto, dançaram em torno do bezerro de ouro. Pelo que veem, o costume não é novo, nem tampouco nosso.

Na Índia, o bramanismo, até hoje, ainda sustenta colegiadas de bailadeiras, donde veio o francês — *bayadère* — mais *chic*.

Um curioso livro português, que me acompanha desde menino de preparatórios, descreve com muito sal essas “baiaderas”. Um parêntesis: chamo a atenção do senhor Assis Sintra para o fato de *bayadère* originar-se do português “bailadeira”, e eu, por minha vez, ter nacionalizado aquele termo, escrevendo-o portuguesmente “baiadera”. Dito isto, continuo.

O curioso livro de que falei é constituído de cartas que um senhor José Inácio de Andrade enviou, da Índia e da China, nos anos de 1815 a 1835, à sua mulher, dona Maria Gertrudes de Andrade, que estava no reino. Tenho a segunda edição, num respeitável e sólido calhamaço, encadernado em couro, com a robustez portuguesa, e impresso na Tipografia Nacional, de Lisboa, em 1845. Não é bem o Fernão Mendes Pinto, que nunca li, mas de que tenho notícias; entretanto, são curiosas as cartas do Andrade egrégio, como é tratado o autor, nuns versos laudatórios que precedem a obra.

Diz o egrégio, falando das bailadeiras bramínicas:

A música e a dança entraram sempre nos festejos dos índios. Nos pagodes, são as mulheres quem desempenham essas funções, juntando as graças da natureza às da arte, ensinadas pelos bramas. Chamam às religiosas, empregadas nos serviços dos pagodes, *devedássis*.

Mais adiante, ele explica:

Nos mosteiros ricos há muitas e belas *devedássis*. Na província de Bengala há um que possui setecentas, vestidas e sustentadas pelos rendimentos da ordem.

Depois de dizer que os brâmanes ensinam-lhes “tudo quanto a galanteria tem de mais sedutor”, Andrade torna-se mais explícito sobre a função extrarreligiosa dessas dançarinas e escreve:

As devedássis não só fazem o deleite dos bramas, mas também o dos seus abastados amantes, que à porfia as enchem de riquezas, em honra do Senhor.

Se eu, por acaso, for lido no Senado, adivinho ver muitos alentados e avelhantados senadores a se encherem de “água na boca” e a dizer com os seus botões: “Que bom! Ah! Eu lá!”

Para torturá-los mais e dar-lhes uma ideia da coisa, vou aproveitar-me de uma descrição, eminentemente plástica, de um bailado, executado por uma famosa dançarina hindu, assistido e narrado por Maurice Maindun, no seu livro *Dans l'Inde du Sud*. É em Pondichéri, em 3 de julho de 1901.

Primeiro, ele descreve a dançarina. É moça e sólida. Cinge-lhe o pescoço um colar fabricado com libras, de três fiadas; os seus braceletes são de ouro maciço e cinzelados. Braços carnudos e torneados, flancos morenos e luzidios que assim se percebem por falta de colete ou faixa, seus pés carregados de pedrarias — é tudo o que se vê dela. O resto se adivinha debaixo da seda e das joias. Envia beijos a todos e cada um se julga particularmente mimoseado. Começou. Sua mímica se anima em seguida. Dançando, abre demasiadamente os seus grandes olhos javaneses de oligisto. Em breve, eles nada mais veem senão o céu a abrir-se para dar passagem a um Deus.

Tome a palavra o próprio Maindum, agora:

c'est le dieu même quelle voit, qu'elle admire, qu'elle implore, en tendant les bras. Le délire amoureux qui l'entraîne, s'exprime par la danse grave, molle, et discrètement sensuelle.

Essa bailarina era, segundo parece, de uma ilha vizinha da de Java, donde era a famosa Mata Hari que, no correr da grande guerra, os franceses fuzilaram, por crime de espionagem, nos fossos de Vincennes. Todos se lembram que essa tal de Mata pôs muita gente atrapalhada e temerosa de seguir o destino dela e de outro célebre freguês do afamado fosso, o Duque d'Énghien. Essas “baiaderas” são tentações do demônio e aconselho aos senadores que fiquem mesmo no *two-steps*, *ragtime*, passo de ganso etc. São menos perigosos. Mas se os nossos veneráveis pais da pátria querem prestar um serviço ao Brasil, tratem de estender a cultura coreográfica da nossa diplomacia ao nosso corpo consular. Sei bem que há nele muitos membros que dançam muito bem, entre os quais, o senhor Hélio Lobo, cuja sabedoria em semelhante

matéria apaga quase completamente o seu grande saber na “Teoria da tesoura e goma arábica”.

Isto, porém, não basta, para ficarmos conhecidos no estrangeiro e aumentar o nosso comércio. É preciso mais; é preciso que todos os nossos representantes no estrangeiro dancem bem todas as danças. A Argentina fez uma enorme propaganda sua, espalhando o seu tango, que provocou debates e excomunhões na Europa. E nós? Ficamos por baixo. Alguns rapazes como o venerável Duque, Domingos Ribeiro Filho, o Luís Edmundo, o Renato Alvim e tantos outros tentaram opor ao “tango argentino” o nosso maxixe, estilizado por Braguinha. O governo, porém, não nos auxiliou e perdemos essa magnífica ocasião de sermos mais bem conhecidos na Europa e desenvolvermos o nosso intercâmbio comercial com a estranja.

As nossas sociedades sábias ou técnicas e mesmo certas repartições especiais vão dando já o exemplo de um sagaz culto à Terpsícore.

Na Sociedade Nacional de Agricultura, graças à iniciativa do doutor Miguel Calmon, já se dançam, nas suas recepções, modas caracteristicamente nacionais, como o fado, o cateretê, o jongo, e, até, o canjerê.

Na Academia de Medicina, em festas solenes, a “Dança Macabra” é o *clou* da partida; no Museu, o pessoal dança o “baile das múmias”; na repartição de Estatística, as danças escolhidas são as burguesas, aquelas que levam ao honesto e burguês casamento, as valsas americanas, as quadras, os *schottische* etc.; no Instituto Histórico, é a “dança de velho”, em que o senhor Max Fleuiss é exímio. Outras muitas já adotaram ou vão adotar, vários passos e danças simbólicas.

O Clube de Engenharia, ao que consta, está ensaiando o passo do “siri sem unha”; o Instituto dos Advogados, a “dança de urso”; a Academia de Letras, a quadrilha de “tangará” — um passarinho mimoso, que não canta, é inofensivo e não faz bem nem mal a ninguém; e, em várias, cujos nomes não me ocorrem, experimentam-se danças selvagens de antropófagos.

A Associação de Imprensa ainda não se decidiu; a sua escolha balança entre a dança de Loie Fuller e a “furlana”, aconselhada pelo papa Pio X.

O congresso deve auxiliar o ministro do Exterior, secundar os esforços particulares, para que esse excelente meio de propaganda dos nossos produtos e riquezas naturais não seja desprezado.

Pensando assim, é que julgo, como o doutor Azevedo Marques, que aquele segundo secretário de legação que teve a honra de dançar com a hiperbórea rainha da Suécia merece todas as distinções e receber do país as

homenagens que Rui Barbosa está recebendo, por ter sido eleito membro a Corte Permanente de Justiça Internacional.

Cultuemos os nossos heróis!

A. B. C., Rio, 8-10-1921

LEI DE IMPRENSA

O senhor Adolfo Gordo, apenas de sua perfeição torquemadesca, em matéria de legislar, esqueceu-se de alguns artigos na sua recente lei, regulando o direito de escrever em jornais. Vou lembrar-lhe alguma coisa e os artigos podem ser postos, onde convier.

Vejamos quais são eles:

- 1º) Todo o artigo deve ser acompanhado com o retrato do autor;
- 2º) O autor do artigo deve declarar que sabe ler e escrever e tem os preparatórios de Português, Aritmética, Geografia e estudou para padre;
- 3º) O signatário do articulado deve confessar que nunca foi acionista ou coisa que o valha da São Paulo Railway;
- 4º) Nos artigos, nunca se deve aludir a prorrogações de contratos e outras traquibérnias parlamentares;
- 5º) O sujeito que não provar ter tido vultuosas transações com companhias de estrada de ferro, não pode escrever nos jornais, nem mesmo nos “apedidos”.

Creio que assim estará salva a moralidade da “imprensa” e a segurança do Estado.

Careta, Rio, 5-8-1922

ARTE DE VATEL

A ascensão do senhor Epitácio Pessoa à presidência da República veio dar um grande lustre à arte culinária no Brasil.

É ela que consagra sua glória e é, pela perfeição dela, que me bato.

O que seria o ilustre Epitáfio sem banquetes, bródios e outras coisas insignificantes? Nada. O atual presidente não é gente, senão pelo que a arte culinária o faz.

Brillat-Savarin diz: todos os homens comem, mas só o homem de espírito sabe comer. Não há maior verdade do que esta quando se observa o Senhor Epitáfio. Ele sabe comer. Não há motivos para censuras nessa sua atitude. Comer e a culinária sempre foram as preocupações dos governantes.

Nos primeiros tempos em que estudava francês, lembro-me bem de uma ode ou coisa que o valha, intitulada “*Mort de Vatel*”. Toda a gente sabe que esse tal de Vatel era cozinheiro do Príncipe de Condé e se matou por causa de ter feito um prato mal preparado para o banquete do mesmo príncipe, ou do rei, Luís XIV, parente do vencedor de Rocroy.

A ode é de um tal Berchoux, que deve ser um grande poeta francês, porque figura no meu Charles-André — *Petit Cours de Littérature Française*, onde soletrei o franciú.

Eis como ele diz, no seu majestoso francês:

Condé, le grand Condé, qui la France révère,
Recevait de son roi la visite bien chère,
Dans ce bien fortuné, ce brillant Chantilly.

Por aí vai e conta o desgosto que causou ao grande *maître d'hôtel* a falta de não ter sido advertido da presença de um soberano.

Lágrimas e o diabo, o tal de Vatel chorou e o poeta emocionado conta a coisa como foi:

Ah! dit-il (o tal de Vatel),
S'adressant à son ami Courville,
De larmes, de sanglots, de douleur suffoqué,
Je suis perdu d'honneur: deux rôtis ont manqué.

Não é uma dor dessas de causar preocupação às personagens imperiais e principescais que governam a nossa República!

Um Estado, como o nosso é agora, de funçonatas, bródios e festanças, deve ter em muita conta a “Arte de Vatel”, que fez a felicidade da França e a glória do século de Luís XIV.

Continuo a ter em meu poder o Cozinheiro Imperial que, mais do que a Constituição da República, pode contribuir para o progresso do Brasil.

Careta, Rio, 30-10-1920

A AMANUENSA

A República dos Estados Unidos do Brasil teima em cometer todos os absurdos contra as mais mezinhas leis da glória e os mais elementares princípios de sociologia.

As palavras que aqui vão ser lidas, espero sejam tomadas como um respeitoso protesto contra o ato de um homem público do Brasil por quem tenho a máxima consideração.

Trata-se do senhor Nilo Pessanha, cujo talento e cuja operosidade muito admiro. O senhor Nilo, porém, tem o defeito de querer ferir a multidão pela singularidade de seus gestos e estranheza de suas atitudes.

Há no nosso atual ministro do Exterior muito talento, muita vontade de acertar e um grande desejo de ser útil à causa do Brasil; mas a sua mania de aparecer como estranho e original prejudica extraordinariamente as suas grandes qualidades de homem de Estado e de homem inteligente.

Sua Excelência devia, para a nossa glória, já que subiu a posições tão eminentes, coibir-se de semelhante defeito.

Nos lugares que o Senhor Nilo tem ocupado, e há de ocupar, o exigido é muita ponderação. Eu nunca seria nomeado ministro, nem aceitaria tal cargo, a não ser no regimem maximalista.

O nosso atual ministro do Exterior, entretanto, que tem disputado tais cargos, não pode ir para eles com ideias de botequim.

O seu ato, admitindo em concurso, para o lugar de terceiro oficial da sua secretaria, uma moça, aprovando-a e nomeando-a, aberra de todas as nossas concepções políticas e vai de encontro a todos os princípios sociais.

Já de uma feita, houve da parte de uma senhorita pretensão semelhante, para escriturária do Tesouro. O ministro era o senhor Joaquim Murtinho, cujos méritos e adiantamento de espírito não preciso lembrar aqui.

Pois saiba, senhor doutor Nilo, o que fez o ministro: indeferiu o pedido.

O senhor Pessanha ou a sua secretaria devia saber que, nessas coisas, a praxe é estabelecida pelo Tesouro e nunca se a deve desrespeitar, a menos que haja lei clara que a contrarie.

Desde que os lugares públicos, mesmo os que não o são, mas que naturalmente são destinados aos homens, sejam invadidos pelas mulheres, tal fato irá prejudicar a regularidade da reprodução da nossa raça.

O nosso interesse está em favorecê-la da melhor forma e nunca prejudicar a perpetuidade da espécie humana no planeta.

É sabido que, desde que as mulheres foram, na Europa, chamadas aos serviços exercidos normalmente pelos homens, de ano em ano, as dimensões antropométricas exigidas para os recrutas eram diminuídas. Está isto no Spencer, *Introdução à Ciência Social*. Favorecer, empregando meninas na burocracia, tal coisa, é um pecado de lesa-humanidade.

A mulher ressent-se muito mais que o homem de semelhante espécie de serviço. O homem é sempre um progresso (sic) e resiste, por isso mesmo, a todos os inconvenientes.

A mulher é a conservação e sofre mais por ser assim do que há de mau no sedentarismo de uma mesa de secretária.

Não é bastante que uma moça papagueie francês ou alemão para ser melhor funcionário que um rapaz. A inteligência da moça é, em geral, reprodutora, portanto muito própria para esse estudo de línguas muito do gosto das repartições catitas, como o Itamarati; mas nunca é capaz de iniciativa, de combinação de imagens, dados concretos e abstratos que definam a verdadeira inteligência.

Tanto isto é verdade que a candidata do senhor Nilo, na falatina do Berlitz, foi muito bem; mas quando se tratou da simples aritmética caiu n'água e, em direito constitucional, nem se fala.

Não é possível compreender que o empregado de uma secretaria de Estado não saiba nada do nosso direito fundamental e que regula as relações, já não só dos indivíduos, mas dos poderes políticos do país.

A elegância da repartição da rua Larga, porém, entende as coisas por outra forma.

Desde que por lá passou o pedantismo do Barão do Rio Branco, a sua presunção e prosápia, ela ficou assim.

Sua alma, sua palma!

Ao acabar este ligeiro comentário, eu peço licença para lembrar ao senhor doutor Nilo Pessanha que Krafft-Ebing diz, num dos seus livros, que a profissão da mulher é o casamento.

Sua Excelência — eu lhe rogo —, antes de tratar de fazer “amanuenses”, procure arranjar para as meninas bons maridos, honestos e trabalhadores.

É obra de misericórdia que certamente há de levá-lo ao reino dos Céus.

A. B. C., Rio, 5-10-1918

O NOSSO FEMINISMO

Uma moça, residente no Engenho Novo, nesta capital, foi sorteada, para o serviço militar. Negou-se a servir alegando a sua qualidade de mulher, que tudo está a indicar ser imprópria para serviço de tal jaez.

Eu julgo que a razão e a justiça estão ao lado da moça: ela não pode nunca ser soldado. Isto por todas as leis divinas, naturais e humanas, pondo nesta categoria a Constituição Federal Brasileira de 24 de fevereiro de 1891.

Mas o caso merece considerações e não posso deixar de fazê-las aqui muito rapidamente, com grande desgosto meu.

A Constituição da República diz que “todo o brasileiro é obrigado ao serviço militar, em defesa da Pátria e da Constituição, na forma das leis federais”.

Diz também um pouco atrás que “os cargos públicos civis e militares são acessíveis a todos os brasileiros, observadas as condições de capacidade especial, que a lei estatui etc. etc.”

Um feminismo interesseiro e burocrático que aí anda, entendeu de dizer que “brasileiro” neste último artigo está tomado no sentido geral; é tanto homem como mulher; é como réu, por exemplo, em outras leis.

Com tão cerebrina interpretação, umas das damas espertas, dispondo de bons pistolões e alguma sabença das “irmãs”, deram para invadir as repartições com os seus deliciosos sorrisos e os seus vestidos bem cortados.

Hoje, a não ser nas repartições do ministério da Guerra e da Marinha, não se entra em nenhuma que não se tope logo com uma rua do Ouvidor de datilógrafas, amanuenses e até secretárias, sabendo grego e latim e aspirando à Academia de Letras, antes de terem publicado a mais desvaliosa *plaque* de versos.

Diabo! Eu fui amanuense ou o que quer que seja de uma vetusta secretaria, durante quinze anos, e sei bem o quanto aquilo de fazer ofícios, registros e decretos dá à ambiências um ar morno e depressivo; sei bem que a graça feminina quebra esse ar magnificamente, como acontece, por exemplo, na repartição da Estatística, que tem sempre o ar festivo e galante de sala de baile.

Mas lei é lei; e a Constituição quando falou em “brasileiro” aí, no tal artigo, não incluiu mulher, porque ela se quis referir a cidadão brasileiro. Tanto

não é que a dama sorteada não quer ser soldado, alegando que “nenhuma lei ainda tornou extensivo às mulheres o serviço militar”.

É muito engraçado! Para o tal feminismo que anda aí, o “brasileiro” da Constituição inclui as mulheres quando se trata do provimento de cômodos cargos públicos; mas, quando se trata do trabalhoso serviço militar, criado para a defesa da Pátria”, nos termos da Constituição, no “brasileiro” desta, não entra mais a mulher, mas unicamente o homem, sendo preciso uma lei especial do congresso, para que a “mulher” possa prestar o árduo mister de soldado ou marinheiro.

Não é preciso pôr mais na carta, para se ver o que visa esse “feminismo” caricato que prolifera pelos solicitados dos jornais. O que ele quer não é a dignificação da mulher, não é a sua elevação; o que ele quer são lugares de amanuenses com cujos créditos possa comprar vestidos e adereços, aliviando nessa parte os orçamentos dos pais, dos maridos e dos irmãos.

É o feminismo que sustenta, com a Constituição na mão, poder a mulher ser escriturária; mas teme essa mesma Constituição quando esta, segundo a hermenêutica de tais damas, exige que a mulher vá para a tarimba ou para o picadeiro.

Tenho dito.

Careta, Rio, 16-4-1921

O DOUTOR FRONTIN E O FEMINISMO

Sigo com o máximo interesse a vida da professora Daltro. Não há, no Rio de Janeiro, pessoa que mais me interesse do que essa notável senhora; ninguém como ela tem sabido quebrar a monotonia do viver da grande aldeia que é esta cidade de São Sebastião, com espetáculos inéditos e imprevistos. Quando nós andávamos quase sem saber como resolver o problema transcendente de saber quem era maior, se Rui ou se Hermes, para chefe da República, lá apareceu dona Daltro com os caboclos cabeludos e de má catadura e pôs na concha do hermismo o argumento da opinião autóctone. O fiel da balança pendeu logo para o marechal, porque, desde que os apinajés ovacionaram o candidato de bastão militar, era bem mostrar que o queriam para presidente os verdadeiros brasileiros, pois, segundo o pensar do meu amigo Policarpo Quaresma e outros velhos patriotas menos cansativos que os atuais, devem ser considerados assim todos os guaicurús, por serem eles produtos espontâneos e imediatos do solo destes Brasis. Há quem conteste e diga que vieram de fora, como os portugueses e os pretos cabindas; mas não entendo disto e não me quero intrometer em seara alheia.

Queria notar que foram as manifestações dos valentes filhos das nossas selvas, capitaneados por dona Deolinda, que fizeram vitoriosa a empreitada presidencial do marechal.

Não fossem ela e seus tupiniquins, talvez os quatrocentos mil eleitores do falecido Pinheiro Machado e outros sátrapas menores acreditassem que os brasileiros desejam mesmo o senhor Rui e deixavam de votar erradamente no antigo Ministro da Guerra do conselheiro Pena.

Esta vitória da famosa professora custou ao candidato algum dinheiro gasto em bebidas fortes com que obsequiava a sua linda Ala de Bororós, quando iam, em companhia de sua capitã, homenageá-lo na sua residência, e isto quase diariamente.

Seria ocioso estar a relembrar as proezas de dona Daltro. Não lembrarei aqui a sua escola feminina que tinha uma guarda de honra de guardas civis e onde dava lições de guarani, que os seus catecúmenos não julgavam lá muito ortodoxo; não lembrarei aqui o escândalo que, em sua companhia, deu um dos seus caboclos, o senhor doutor Tupini, formado na Universidade dos Selvagens Nacionais, quando, certa vez, numa rua central, quis por força beber cachaça

numa tasca, ao que ela se opôs com todo o rigor, não sendo atendida pelo caboclo que chegou até a agredi-la; não lembrarei as passeatas do Partido Republicano Feminino que foram imitadas pelo Democráticos de Madureira no último carnaval, tão majestosas foram.

Todos esses fatos e muitas outras iniciativas da professora tenho registrado com cuidado e espero publicá-las num estudo que irei fazer sobre ela.

O que me levou a escrever estas linhas foi uma carta sua, publicada nos jornais, dizendo que ela e as suas companheiras de partido e batalhão não estão absolutamente dispostas a fazer salamaleques ao senhor Sá Freire, atual prefeito da cidade.

Está aí uma coisa que eu não esperava partir da pena da dona Deolinda!

Embora professora de caboclos, podendo, portanto, sofrer a influência dos hábitos selvagens deles, sempre conheci a notável professora com hábitos muito apurados de cortesia e polidez. Sempre ela e seus caboclos não faltavam nunca a várias manifestações. Quando vi pela primeira vez a professora, a esforçada senhora ia diariamente à Federação de Estudantes Brasileiros interessar-se com o seu presidente (eu tinha, se bem me lembro, um cargo na diretoria) Barreto Dantas, hoje bacharel e juiz no Estado do Rio, para que ele e a nossa sociedade se empenhassem junto ao prefeito Passos, a fim de que fosse reintegrada no magistério municipal.

Tudo isto feito e rogado com excesso de regras de civilidade. Como é que mudou de repente?

A causa está explicada na própria carta. Ela, o batalhão e o partido reservam os afagos e cumprimentos para o doutor Frontin.

Todos os três — o batalhão, ela e o partido — têm razão. O senhor Frontin é o fura-avenidas e é justo que instituições femininas admirem esse Hércules que lhes fornece campo e quadro para realçar as elegâncias das moças, senhoras e velhas.

Dona Deolinda deixou os caboclos hirsutos e fez-se feminista de quatro costados. Deve, portanto, defender os interesses das transparentes “melindrosas”, que são afinal a quintessência do feminismo moderno. Viva o doutor Frontin.

Careta, Rio, 14-2-1920

VOTO FEMININO

A engraçada contenda presidencial que anda por aí, nos jornais e meios políticos, desviou a atenção da população para o projeto do senado, concedendo voto às mulheres. Eu, porém, não o perdi de vista e digo-lhes por quê.

Esse negócio de ser este ou aquele cidadão presidente da república não tem para mim a mínima importância. Se eu pudesse ser ministro, ainda vá que me interessasse; se tivesse, entre os candidatos, um amigo do peito que ao chegar à presidência me arranjasse uma gorda concessão com a qual enriquecesse, ainda vá; se conseguisse com um camarada no cocuruto do Catete um lugar ou mesmo uma comissão na Europa, na Ásia ou até na África onde pudesse espairecer um pouco o meu tédio, vá; mas, seja Pedro, Sancho ou Marinho, estou certo de que não obterei nada disto tudo nem muito menos. Para que então azucrinar a minha paciência com semelhante questão?

De resto, eu não tenho nenhuma fé nos princípios republicanos. Agora mesmo, nessa questão de candidatura à presidência, vi como eles são elásticos. Vejo que se baralham nas asseverações, escritos e gestos dos seus próceres coisas antagônicas com as suas asseverações, escritos e gestos de poucos anos atrás. Quando pessoas tão eminentes canivetam, assim a lógica, um pobre-diabo como eu, além de pasmado, deve ficar calado. Sei bem que as coisas da vida não tem lógica alguma, principalmente quando é uma delas o ocupar a presidência da república.

Ainda mais; o dissídio que a questão da escolha do futuro supremo magistrado da república trouxe nos meios políticos, principalmente nas duas casas do congresso, tirou-lhes o único que, segundo parece, é essencial à existência deles.

Um jornal desta cidade narra um aspecto da câmara, nestes últimos dias, com as seguintes palavras:

Os gritos ouvidos e os gestos vistos eram completamente estranhos à atual situação econômica. O que aqueles homens, representantes da nação, cuidavam era de injuriar ou aplaudir alguns nomes indicados para a sucessão presidencial, tratavam de competições de bancada de maiores ou menores Estados; falavam em perseguições a oficiais do nosso Exército; das viagens do senhor Raul Soares a Belo Horizonte ou do

senhor Carlos de Campos, a São Paulo; de telegramas do senhor Borges ou de conversas na praia do Flamengo.

Não chega a ser trágico, mas cômico também não é. É absolutamente desagradável.

Vejam agora só como, com o voto feminino, as coisas se passavam de modo bem diverso.

Dona Deolinda Daltro, que está pleiteando a passagem do projeto, ia para o senado com um bando de senhoras, senhoritas e meninas, carregadas de flores, e despejava as pétalas sobre a cabeça do respeitável e imenso senador Lopes Gonçalves, que sabe inglês e é o defensor do mesmo projeto, embora seja este de autoria do seu colega Justo Chermont. As flores, porém, foram e irão para o senhor Gonçalves, porque é pessoa notoriamente elegante e trata-se de um projeto que interessa às damas.

Um jornal desta cidade contava o aspecto do senado quando iam lá as senhoras pleitear tão maravilhoso direito que eu, a bem dizer, nunca quis usar; ele contava assim:

As mulheres interessadas com o caso têm comparecido ao senado, enchendo as suas tribunas. E como lhes agradasse a defesa documental e valorosa do senador amazonense, as sufragistas nacionais não lhe tem faltado com as justas manifestações de entusiasmo.

Veem bem os senhores como é diferente essa fisionomia parlamentar da que tomou a câmara com a questão do senhor Bernardes, Bermudes, Beldroegas, Brederodes ou quem quer que seja aspirante à presidência desta nossa maravilhosa república.

Não tenho nenhuma simpatia pelo projeto, mas julgo-o útil porque dá às casas do parlamento feições floridas e gentis de sala de baile ou plateia de teatro.

Demais, segundo diz o mesmo jornal, as senhoras andam aos abraços com os senadores. Não diz se andam também aos beijos. A folha volante dá até um detalhe tentador:

Da manifestação, já provou o senador Lopes Gonçalves, saudado calorosamente pelas moças que foram ao senado. Todas disputam a honra de um abraço do senador amazonense. De uma ouvimos a pergunta orgulhosa, feita a uma companheira:

— Já obtive o seu abraço? Eu acabo de receber o meu!

Podia comentar outros detalhes do aspecto que, segundo as folhas, toma a câmara alta quando lá se discute a outorga de voto às mulheres. Não é preciso pôr mais na carta. Uma lei que nasce de abraços, só pode ser favorável aos destinos da Pátria.

Careta, Rio, 9-7-1921

A POLIANTEIA DAS BUROCRATAS

A Noite, uma segunda-feira destas últimas, resolveu fazer um inquérito entre as meninas e as moças recentemente nomeadas funcionárias públicas, depois do advento do feminismo burocrático, instituído pelo senhor Nilo Pessanha, ouvindo ao mesmo tempo os seus chefes, a respeito do trabalho e méritos delas.

A reportagem é fartamente ilustrada com os retratos das senhoritas que auxiliam os governos a fazer a felicidade da pátria. Até agora, eu supunha que o feminismo fosse o partido das moças feias; mas vejo que não. O retrato da *leader*, apesar de dona Deolinda, vem no centro da primeira página, em “abismo”, como se diz em heráldica, tratando-se de escudos.

Todos os chefes estão satisfeitos com os gentis amanuenses; e não podia ser de outra forma. As mulheres tem tanta vocação para os cargos públicos que as suas letras não só se parecem, mas quase são iguais. Indivíduos que têm semelhantes predicados não podem deixar de ser amanuenses ideais, tanto mais que, atualmente, já se usa nas repartições públicas a impessoal máquina de escrever. De resto não é boa recomendação para ser bom escriturário ou ótimo oficial de secretaria, a posse de uma individualidade, de um temperamento; e, raramente, a mulher é dona dessas coisas. Dá, portanto, sempre um bom empregado.

Os gabos dos chefes, inclusive os do sempre simpático doutor Bruno Lobo, são perfeitamente legítimos; e eu o mesmo diria, se fosse diretor ou coisa que o valha, sem faltar absolutamente com a mais estrita verdade.

Ninguém nega que a mulher tenha as qualidades subalternas e secundárias que são exigidas para o exercício de um simples cargo público; mas o que está em jogo não é bem isso.

Está em jogo a maneira irregular e ilegal que tem presidido o provimento, desses cargos, por moças e senhoras. Em que lei se hão baseado as autoridades que tal tem feito?

Não respondem. Ou antes: respondem citando consultas pareceres e outros documentos mais ou menos graciosos, que não podem ter valor legal, isto é, de lei alguma.

Até bem pouco, para certos e determinados cargos ou lugares públicos, nos Correios, nos Telégrafos, e não sei aonde mais, podiam ser admitidos

indivíduos do sexo feminino; mas isso, em virtude de artigos explícitos dos respectivos regulamentos, expedidos por autorização do congresso.

A coisa estava perfeitamente legal e nada havia que dizer; mas, obedecendo a motivos talvez respeitáveis domesticamente, um ministro entendeu que, à ultima hora, devia inscrever em concurso, para um lugar de sua repartição, uma moça que, naturalmente, se apresentou à última hora.

Resolveu isso, sem prorrogar, porém, a inscrição para que outras, nas mesmas condições, o fizessem também. Está se vendo que esse feminismo *rond-de-cuir* nasceu torto e aleijado por diversas razões e há duas principais. Primeira: um ministro não tem competência para decidir sobre semelhantes assuntos, isto é, a equiparação dos direitos do sexo feminino ao masculino; segunda: se ele resolveu no caso vertente, essa equiparação, à última hora, devia para mostrar isenção de ânimo, prorrogar a inscrição, a fim de que se apresentassem outras candidatas, tanto mais que, na data e durante a publicação do respectivo edital, não se admitia tal equiparação.

É verdade que a Constituição fala que os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, e, afinal de contas, as mulheres que nascem no Brasil são gramaticalmente, em conjunto com os homens brasileiros; mas também afirma a Constituição que todo o brasileiro é obrigado ao serviço militar; entretanto, quando se trata de saber se a mulher pode ou não ser soldado, há hesitação em se decidir que também ela é o brasileiro de que fala a Constituição, e pede-se uma lei ao congresso. Desde, porém, que se trate de fazer uma dama secretário de qualquer coisa ou amanuense disso ou daquilo, a questão fica logo resolvida: pode exercer o cargo. O congresso é dispensado.

Tanto esse “brasileiro” da Constituição não tem sentido estreitamente lexicográfico, mas sim um carácter menos literal, que até agora se espera que o congresso dê o direito de voto às mulheres, para que se possam alistar no Partido Republicano Feminino e noutras facções que estão em dissidência, mas, nem por isso, deixam de ser perfeitamente respeitáveis.

A Noite, como disse acima, nessa sua edição prematura de segunda-feira, entrevista as gentis burocratas e as suas opiniões constituem um precioso florilégio que convém comentar, embora brevemente.

Nele — o que é de admirar — há poucas manifestações de sabichonas, conquanto fosse de esperar que, nesse feminismo paletó de alpaca, houvesse muitas descendentes de Filaminta.

Dona Berta Lutz e, com ela, muitas outras colocam a questão sob o aspecto do direito da mulher ao trabalho próprio. Havia muito que epilogar a

tal respeito. Adiemos, porém, os comentários.

Diz essa senhora, que bem podia também ser sufragista, tão completo e acendrado é o seu feminismo: “A meu ver, o trabalho é o ponto capital do movimento feminista. Não só porque representa o eixo principal em redor do qual se têm vindo grupar todas as reivindicações feministas, como também porque só ele permitira a solução integral da questão”.

E continua por aí, reformando o Código Civil e outras instituições respeitáveis. Mas eu direi simplesmente: minha senhora, então a mulher só veio a trabalhar porque forçou as portas das repartições públicas? Ela sempre trabalhou, minha senhora, aqui e em toda a parte, desde que o mundo é mundo; e, até nas civilizações primitivas, ela trabalhava mais do que o homem. Dou o meu testemunho pessoal. Desde menino — e já tenho quarenta anos feitos — que vejo trabalhar em casa, fora de casa, em oficinas, *ateliers* de costura e até na roça, plantando, colhendo, guiando bois ao arado etc.

Eu lhe conto, minha senhora. Certa noite, há três anos, um amigo meu, o engenheiro Noronha Santos, levou-me à Fábrica de Tecidos Rink, na rua do Costa, onde havia serão e ele tinha um lugar elevado. Lá fui e o meu ex-colega fez-me correr aí pelas dez horas da noite, mais ou menos, todas as dependências do estabelecimento fabril.

Havia muitas mulheres junto aos teares e outros maquinismos cujos nomes não sei. Uma delas, porém, chamou-me a atenção: era uma negra velha que, sentada no chão, tinha diante de si um monte de lã, limpa, alva, recentemente lavada quimicamente, e o seu cabelo, o da negra, era já tão branco e encaracolado que desafiava a alvura da lã que estava diante dela.

Pergunto: esta mulher precisou do feminismo burocrata para trabalhar, e não trabalhava ainda, apesar de sua adiantada velhice?

Eu lhe conto ainda mais. Uma tarde, fui à Livraria Alves falar sobre negócios de um livro com o respectivo proprietário, que estava ainda são e forte. Subi ao primeiro andar, para entender-me com ele, no seu escritório. Lá em cima, conversando com o terrível livreiro, observei uma porção de moças, que de avental completo, quase um roupão pardacento, cabelos empoeirados, com a célebre poeira Alves, faziam pacotes de livros, a fim de serem expedidos para aqui e para ali. Pergunto: essas moças não trabalhavam? E, a menos que a senhora julgue que trabalho seja só sentar-se a um amplo *bureau* e muito solenemente distribuir serviço aos amanuenses, creio que há de concordar que nunca se negou o direito de trabalhar ao sexo gentil.

Como já disse, não há nesse feminismo *rond-de-cuir* muitas descendentes de Filamintas. Todas as representantes dele são moças simples, que só têm o desejo de ter um ordenado razoável para se manter e auxiliar os parentes. Nada mais justo e respeitável; entretanto, essa questão sugere tantas outras de interesse mais alto que não é possível referir-se a ela sem alguma aspereza, diante da sem-cerimônia com que ministros e presidentes do Brasil se julgam capazes de tudo decidir por si, as questões mais delicadas, como essas, sem esperar um debate amplo, largo, na tribuna e na imprensa, para que bem aclarado fique o problema e esclarecida a opinião pública.

Entretanto, não é o que se está fazendo com esse feminismo de secretaria. O que se está fazendo com esse feminismo bastardo, burocrático, é uma coisa de momento, clandestina, para servir a amigos, disfarçando-se a bastardia das medidas com pareceres graciosos, familiares, e consultas tendenciosas, resolvidas por Sancho Pança, governador da ilha da Baratária; e, por mais respeitáveis que sejam os nomes que consignam tais pareceres e consultas, não pode o meu respeito segui-los até esse ponto, porquanto não é da competência deles legislar sobre o assunto. Legislar, só o Congresso Nacional; e ele ainda não falou a respeito. Continuemos:

Na polianteia da *A Noite*, há opiniões curiosas e sinceras.

Uma delas é a daquela moça que, perguntada se gostava da carreira, respondeu:

— Gosto, mas gostaria mais de ficar em minha casa. Devo dizer-lhe que os meus companheiros são muito distintos e me encorajam no trabalho.

Está aí uma moça que não merece castigo. O chefe da seção do Ministério da Agricultura, Marcos Martins, é um pouco rude, mas talvez não esteja longe da verdade a sua opinião.

Ele atribui ao prestígio da saia o sucesso na classificação das moças em concursos.

Em exames, eu os fiz muitos, o ascendente das moças e meninas sobre os examinadores é sabido. Quando eu fazia preparatórios, moça que entrasse em exame tirava distinção pela certa. Estava a ver-se que elas sabiam tanto ou menos que nós, mas a distinção era inevitável, enquanto nós rapazes e meninos gramávamos na plena e até na simples, com as mesmas respostas certas.

Fiz o meu último preparatório há quase 25 anos. Guardei nomes de várias “colegas” acidentais daquele tempo. Apesar das sucessivas distinções, todas deram em “droga”.

Está aí.

As mulheres têm muita aptidão para a retenção e para a repetição, sobretudo nas primeiras idades; mas não filtram os conhecimentos através do seu temperamento, não os incorporam à sua inteligência, ficam sempre como estáticos a elas, não os renovam em si. Daí a sua pouca capacidade de invenção e criação; mas daí também os seus sucessos nos exames e concursos. Tudo está na ponta da língua...

Prefiro a criação, a invenção, as lacunas no saber que dão lugar à imaginação criadora, do que a repetição pura e simples.

Muito boas amanuenses podem ser, as mulheres; serão péssimas chefes, piores que os carrancas homens, tal deve ser o seu respeito ao estabelecido nos regulamentos, nas praxes etc.

Estou, por isso, com aquela moça da Agricultura que disse ao repórter da *A Noite*, ao ser inquirida.

— Qual é a sua aspiração, senhorita?

— Só tenho uma aspiração, como funcionária: não ter como chefe outra mulher.

Certamente muitas não pensam assim como essa funcionária despachada, conforme se diz em linguagem familiar.

Rio-Jornal, Rio, 26 e 27-9-1921

LEGIÃO DA MULHER BRASILEIRA

De quando em quando, as nossas gentis patrícias, como dizem as seções elegantes dos jornais, cansadas do ramerrão das festas mundanas e de torcer nas agitadas partidas de *football*, lembram-se de fundar partidos, clubes e outras agremiações exclusivamente femininas.

Há dias, no salão de honra da Associação dos Empregados no Comércio, ali adiante, nesta catita avenida Central ou Rio Branco, muitas senhoras solenemente instalaram uma sociedade a que deram o nome retumbante de Legião da Mulher Brasileira.

Não tive a dita de assistir a essa instalação pelo motivo muito simples de que, sendo homem, julgava não me ser permitido tomar parte na festa; mas, seguindo os acontecimentos, nos jornais que publicaram fotogravuras, vi bem que nessa legião da mulher tomavam parte muitos homens.

Parece — não afirmo coisa alguma — que as nossas senhoras não se julgam perfeitamente aptas para esses trabalhos de sessões solenes; precisam, por isso, do auxílio masculino e este foi abundante na partida a que me refiro.

Não lia senão louvar nas nossas gentis patrícias (lá vem o estilo de seção elegante) essa precaução. Completamente novatas nessas coisas mais ou menos parlamentares, era justo que elas fossem buscar luzes entre os homens, que são sempre hábeis nesse ofício de sessões e assembleias.

O que afirmo nestas últimas palavras posso garantir que é convicção por mim obtida graças a experiência própria.

Na minha vizinhança, no pacato Todos os Santos, nas proximidades de Inhaúma, a longínqua, dias ou semanas antes do carnaval, alguns meus conhecidos e amigos de modesta condição, que me dão a honra de ouvir, nas vendas e botequins, as minhas prédicas sociais e políticas, fundaram um cordão, rancho ou bloco a que chamaram de “Rapaduras Gostosas”.

Eu não sei bem porque quiseram tal nome, mas nada objetei-lhes e calei toda a crítica irreverente ou tola à semelhante manifestação de arte popular. Diabo! Eu sou povo também; não descendo, como o presidente, de fidalgos flamengos, que ficaram no Brasil e abandonaram os seus patrícios quando eles foram batidos pelas hostes pernambucasas de André Vidal de Negreiros, Fernandes Vieira, Camarão e Henrique Dias. Sou essencialmente homem do povo e criticar manifestações artísticas de pessoas da mesma condição que a

minha, pode parecer pretensão e soberbia. Guardei a crítica e convenci-me de que podia haver rapaduras amargas.

Tendo tomado essa precaução, fui a uma das sessões de início do bloco e assisti-a de começo ao fim. A presidi-la, estava o meu bom camarada Manuel Parafuso, artista pintor de liso, muito consagrado pelas famílias abastadas da redondeza; o secretário era Miguel Barbalho, um rapaz acobreado da mais perfeita aparência caprina; e outros cujos nomes não me recordo.

Pois bem, todos esses homens humildes de condição e instrução guiaram os trabalhos da assembleia com uma perfeição extremamente parlamentar, a ponto de, se pudessem lá estar, causar inveja ao senhor Andrade Bezerra ou ao senhor Torquato Moreira.

Sendo assim, isto é, encontrando-se até em homens humildes capacidades de notáveis parlamentares, nada mais justo do que as senhoras da legião fossem pedir a alguns homens conspícuos o favor de dirigir-lhes os trabalhos legislativos.

O acerto foi notável com semelhante gesto, porquanto os senhores escolhidos foram dos mais notáveis no nosso meio intelectual.

Além do senhor Carlos de Laet, que é sobejamente conhecido como professor, erudito, jornalista e homem de letras, lá havia também dois sacerdotes católicos dos mais respeitáveis e portadores de instruções especiais de Sua Eminência o senhor Arcebispo, para orientar a reunião.

A sessão parecia correr magnificamente, perfeitamente mansueta e cheia de beatitude, como era de esperar devido à influência do Espírito Santo que devia naturalmente estar presente.

Creio que foi por sua obra e graça que se aclamou “presidente de honra” — a ilustre senhora dona Mary de Saião Pessoa, digníssima esposa do senhor presidente da república.

Uma escolha dessas está tão acima das faculdades humanas que somente uma inspiração sobrenatural podia ditá-la.

Os outros cargos da diretoria ou das diretorias foram providos excelentemente, mas em nenhum deles houve esse sinete sobrenatural com que foi marcada a aclamação da “presidente de honra”.

Tudo ia muito bem com discursos variados, masculinos e femininos, só se mantendo calado o senhor Carlos de Laet, quando, a folhas tantas, o eminente orador sacro, o reverendo João Gualberto, foi interrompido violentamente.

Estava aí um fim tristíssimo para uma assembleia que tinha começado sob tão belos auspícios. A coisa ia degenerar em sessão de *football*, esse divertimento

que está tão profundamente unido a nossa mocidade por meio de barulhos e conflitos.

Felizmente, entre as nossas gentis patrícias (que mania essa minha de falar a moda do *Binóculo!*) não houve conflito nem pugilato. Para boa compreensão do sucesso, transcrevo as palavras dos jornais. Ei-las:

O padre Gualberto não pôde, entretanto, prosseguir a sua oração. As suas ideias, no momento expendidas, acerca do modo por que, baseada nos ensinamentos da igreja católica, devia a legião presidir os seus destinos, provocaram sério protesto de uma grande parte da assistência, que se levantou, retirando-se do recinto entre os protestos dos que, com as ideias referidas, não podiam, por uma questão de crença, estar absolutamente de acordo. Entendiam os que protestavam, que a legião, formada por senhoras de diferentes credos religiosos não podia admitir injunções de quem quer que fosse, de maneira a abalar o sentimento religioso que divergia por completo entre os presentes.

Esse charivari de fundo religioso deu fim a sessão. A diretoria declarou que vai convocar outra reunião em que se ponha de lado qualquer credo religioso; e as senhoras operárias foram até às redações dos jornais protestar contra essa intromissão manhosa do sacerdócio católico nos negócios do seu puro interesse.

Abstenho-me de mais comentários sobre esse pequeno acontecimento, mas estou certo que esse agradável insucesso da celebrada oratória do padre João Gualberto em nada influirá na diminuição ou acréscimo de seu auditório feminino, nas igrejas e matrizes dos bairros ricos.

O reverendo tem uma reputação feita nesses meios que nada pode abalar. Cada sermonista tem a sua freguesia escolhida e adequada.

Petrópolis gosta da frase elegante do senhor padre João Gualberto; aqui, onde moro, em Todos os Santos, o grande orador sacro para toda gente é o padre André. Ele tem uma oratória popular com imagens pitorescas de coisas familiares e triviais que encanta a todos, inclusive a mim, que não lhe falto a uma prédica.

A política da igreja devia consistir em aproveitar cada vocação sacerdotal de acordo com as necessidades da catequese. Para Botafogo, este; para Madureira, aquele; e assim por diante.

É muita pretensão minha dar conselhos, mas é que desejo muito a prosperidade da Legião da Mulher Brasileira.

A.B.C., Rio, 27-3-1920

O FEMINISMO INVASOR...

Realizou-se a 5 do corrente mês, na sua sede, em toda a parte e em nenhum lugar, mais uma reunião da “Liga pela Manumissão da Mulher Branca”. Aberta a sessão, foi aclamada presidente dona Adalberta Luz, que designou para seus secretários: dona Adalberta Luz, como primeiro, e, como segundo, dona Adalberta Luz.

Disse a presidente que a prosperidade da sociedade era um fato. A mulher já não usava mais colete e em breve havia de acabar com os cós das saias. Os suspensórios estavam indicados para substituí-los, ou senão os vestidos inteiriços de abotoar em qualquer lado. Neste ponto, a presidente ergueu um — Vivam os suspensórios! Esse “viva” foi entusiasticamente correspondido por dona Adalberta Luz, que, logo o pronunciou, deixou a presidência, para ocupar todos os lugares reservados às sociais. Não ficaram aí as vitórias da liga, continuou dona Luz. A presidente comunicou mais que a sua liga tinha dado combate às seitas rivais — Legião da Mulher Brasileira, Partido Republicano Feminino e *Mme. Chrysanthème*, sendo vitorioso em toda a linha. Ergueu, por aí, um frenético viva à nossa liga e acrescentou: “*Honny soit qui mal y pense*”. Outra vitória que a liga obtivera, no ano que findou, foi estabelecer que as mulheres podiam ir dependuradas nos balaústres, evitando assim a dependência da boa vontade dos homens em lhes oferecerem ou não lugares nos bondes. A presidente propôs que se oficiasse a diversos “condutores de bonde” que haviam permitido tal usança e se mostravam dessa forma favoráveis a emancipação total da mulher. A proposta foi aprovada pelo *score* de 1 X 0.

Lamentou que ainda não tivesse passado no congresso o direito de voto às mulheres; mas tal havia acontecido por motivos acidentais.

Comunicou a presidente a ela mesmo, como auditório que era, que, tendo se entendido com o deputado Juvenal Lamartine, este lhe dissera o seguinte:

- a) que o direito de voto às mulheres passaria dentro em breve; mas que
- b) era preciso que as senhoras organizassem desde já a sua capangagem especial e eleitoral; e ele lembrava que dela fizessem parte os seguintes nomes que figuram, quase sempre, no noticiário policial de vários jornais: Chica Perna Inchada, Maria Boneca de Fogo, Etelvina Bole-Bole, Zulmira da Favela e outras que estavam na detenção e na colônia correcional;

c) que, para apressar a passagem do projeto, se tornava necessário que as senhoras fundassem um jornal de combate; um jornal de modas bem redigido, catita, onde pudessem mostrar os seus talentos de polemista nos cortes de vestido e receitas para doce.

À vista do que dissera o ilustre relator do parecer ao projeto, dando o direito de voto às mulheres, ela lembrava ao auditório que se deviam tomar as providências necessárias para eficaz execução dos alvitre lembrados pelo senhor Lamartine, que não é poeta, nem nunca foi Juvenal, apesar do nome.

Propôs ainda que se oficiasse ao sultão de Marrocos, ao xá da Pérsia e outros soberanos muçulmanos para que só tivessem uma mulher em casa, a exemplo do que a liga fizera ao sultão da Turquia que, muito atenciosamente, respondeu que cada uma das suas mulheres tinha a sua casa, seguindo nisso o exemplo dos ocidentais que o podem.

Propôs um voto de agradecimento aos senhores Li Yang-Fu, ministro do Interior da República da China, por ter permitido às mulheres chinesas usarem saias em vez de calças;

Kai-dai-Kalanesco, chefe de polícia de Praga, por ter permitido às mulheres o uso da bengala para afugentar os cães;

Doutor Bruno Lobo, por ter descoberto o feminismo pré-histórico no devoniano entre os trilobitas; Vieira de Moura, intendente municipal, por ter proposto que fossem admitidas as mulheres como *chauffeurs* dos carros o Conselho Municipal que viajam alta noite a serviço do município;

Jacarandá Peroba, pela conferência que, no Retiro das Camélias, pronunciou em favor da obrigatoriedade do sobretudo de amianto para cozinheiras que trabalham em fogões de cóque.

Tendo sido aprovadas todas essas propostas, a presidente leu um ofício da Diretoria Feminina Toda a América, a reunir-se em Salt Lake City — EUA, convidando a liga a se fazer representar na mesma conferência. Depois de lido o ofício, passou-se à votação da representante. Dona Adalberto Luz votou em dona Adalberto Luz, que foi assim eleita por absoluta unanimidade de votos.

Não havendo mais que tratar, a presidente entrou na apreciação dos serviços que a liga vem prestando, desviando o feminismo brasileiro do mau caminho em que ia trabalhando. Até agora, ele, se não era platônico e comemorativo, levava aos extremos a autonomia do sexo, fazendo verdadeiras diabruras. Umas limitavam-se a organizar cômicas procissões cívicas, com caboclos que nada tinham a ver com o feminismo; outras a recitar versos a figurões, outras auxiliavam os tocadores de guitarras, nas suas sonatas desonestas

e vigaristas, enquanto algumas, para servir à malsã politicagem, metiam-se em embrulhadas de documentos e papéis secretos.

Com o aparecimento, no cenário do feminismo nacional, da Liga pela Manumissão, as coisas tomaram outro rumo. Daí em diante, secundando as vozes altipotentes de Maurício de Lacerda e Bruno Lobo, de Lopes Gonçalves, o verdadeiro Conde de Redondo, e do senhor Juvenal, que não é satírico, não é poeta, não é nada, trataram as moças e senhoras de arranjar bons padrinhos e colocaram-se nas repartições públicas, saltando por cima das leis e outros obstáculos.

Hoje, sim! — concluiu a presidente — a mulher trabalha deveras e a sua total manumissão está para breve; e tempo virá, em séculos bem breves, no qual a mulher tornará armas para manter integralmente o terreno conquistado. Não será o reino da grande *Duchesse* de Gérolstein, de Offenbach, diz dona Adalberta, mas sê-lo-á de Lisístrata de Aristófanes. Abaixo os beijos, sejam de que natureza forem! Não é sem tempo...

A presidente, dona Adalberta Luz, terminando, ergueu um viva à libertação da mulher, que foi seguido pelo de dona Adalberta Luz, primeiro-secretário; pelo de dona Adalberta Luz, segundo-secretário; e pelo de todo o auditório, composto unanimemente de dona Adalberta Luz.

As notas de que me servi, para redigir essa notícia, não foram tomadas por mim, que não estive presente à sessão; mas o meu amigo Euricles de Matos, muito digno secretário de *A Noite*, teve a bondade de me ceder as suas muito fiéis, pelas quais pude organizar essa desenxabida nota. Fico agradecido desde já ao bom amigo Euricles de Matos e, sem lembrar que das “almas grandes a nobreza é esta”, tomo a liberdade de assinar.

A.B.C., Rio, 21-1-1922

O FEMINISMO EM AÇÃO

Mostram-se os jornalistas alarmados pela recrudescência de crimes praticados por mulheres sobre homens indefesos. É caso de assim dizer. Atribuem a isso e aquilo; explicam o fato com toda a sutileza; mas esquecem o feminismo reinante.

É natural que a mulher, querendo ser votante e votada, seja também candidata ao assassinato, tanto mais que esse negócio de eleição não passa sem homicídio.

Não há político, aqui ou em *caixa-prego*, que dispense um ou mais assassinatos nas costas. Quando ele não mata, manda matar. É um fato.

Quem se mete em política é como quem vai para uma batalha: arma-se, disposto a matar ou morrer. As nossas eleições e lutas políticas são verdadeiros combates. Querendo a mulher ser político, deve saber matar com revólver, com faca ou outra arma qualquer.

De resto, não é justo a mulher só queira entrar para o Museu Nacional e não aspire também a Casa de Correção, por crime de morte.

Ela está mostrando que é capaz de uma e de outra coisa. Ainda bem que os antifeministas são assim derrotados!

Não é possível que ela só tenha as vantagens dos homens, equiparando-se a eles; devem ter também os ônus da vida masculina e um deles é a cadeia, por homicídio.

Eu, que sou antifeminista, à vista do que está acontecendo, me julgo completamente satisfeito. A mulher tem as mesmas capacidades que o homem e pode exercer todas as funções que ele exerce, inclusive a de assassínio.

Não sei o que, a respeito, pensará a Liga pela Emancipação da Mulher (leiam Berta Lutz), a Legião da Mulher Brasileira, dona Deolinda Daltro e *Mme.* Chrysantème; mas acredito que elas estejam contentíssimas, porquanto encontrarão nesses sucessivos e sensacionais assassinatos, praticados por mulheres, mais um forte argumento em favor de sua tese e equiparação dos sexos, na nossa sociedade. O crime não deixa afinal de ser um fato social; e, talvez, seja, no fim de contas, útil à existência das agremiações humanas, dando origem a muitas instituições delas, destinadas à repressão dele e tornando objeto das meditações dos moralistas, dos sociólogos e exaltando os místicos e temperamentos religiosos, na cogitação de sua extinção. Passemos além.

No final de contas, a entrada da mulher na atividade do crime não é mais do que uma manifestação de progresso do feminismo. Em New York, este se mostrou, porque não tinha mais por onde se mostrar, com o cigarro na boca das senhoras, em plena rua; aqui, ele se vai mostrando com o trabalho, empenhado por distintas damas, e com nomeações ilegais de moças para as repartições públicas.

Cada povo tem o seu gênio peculiar — é da Bíblia.

Careta, Rio, 8-4-1922

O PATRIOTISMO

Nota-se, de uns tempos a esta parte, graças à crítica histórica, difundida por todas as formas e meios, que o patriotismo é um sentimento que vai morrendo, e, se ainda é mantido e cultuado, em certas partes do mundo, é devido unicamente à necessidade de defesa contra a vizinhança de países arrogantes, em que os charlatães do Estado, em nome da pátria e de estúpida teoria de raças, instilaram na massa ignara das populações sentimentos guerreiros de agressão contra os quais nos devemos precaver, como se de cães danados fossem.

A pátria é uma ideia religiosa e de religião que morreu, desde muito. Ela nasceu da crença de que os nossos mortos continuavam vivos de certa forma, nos lugares em que habitaram, e precisavam de que os alimentássemos e lhes fizéssemos sacrifícios expiatórios para que não perturbassem os nossos trabalhos de vivos.

Quanto à raça, os repetidores das estúpidas teorias alemãs são completamente destituídos das mais elementares noções da ciência, senão saberiam perfeitamente que a raça é uma abstração, uma criação lógica, cujo fim é fazer o inventário da natureza viva, dos homens, dos animais, das plantas e que, saindo do campo da história natural, não tem mais razão de ser.

Lamarck, que entendia muito bem dessas coisas, e não tratou nunca de vender a sua *Camelote*, diz, na sua *Filosofia Zoológica*, que a natureza não formou realmente nem classes, nem ordens, nem espécies constantes, mas unicamente indivíduos, que se sucedem uns aos outros, e que assemelham àqueles que os têm produzido.

Essas duas ideias não podem, pois, de modo algum, justificar a existência do Deus-Pátria, que, como todos os deuses, vai morrendo lenta e mansamente, de uma morte sem dor nem agonia.

Entretanto, entre nós, há uma recrudescência de patriotismo, mas, patriotismo regional.

As questões de limites entre os Estados tomam um aspecto, ao mesmo tempo irritante e jocoso, de contendas entre países de verdade.

O Brasil e a França concordaram em submeter uma questão que tiveram, a respeito dos seus limites, a um certo árbitro e a sentença foi aceita por ambas as partes litigantes, com toda a serenidade.

Os Estados do Brasil, como Paraná e Espírito Santo, pronunciadas as sentenças, não as querem observar e dão o triste espetáculo de uma falta de compostura e respeito pelos tribunais a que se submeteram, indigna de nosso tempo.

De quando em quando, em um deles há uns assomos belicosos, partem expedições, e as damas da capital, como se tratasse de senhoras de Berlim ou Paris, correm ao palácio do governador e oferecem os seus serviços nas ambulâncias para fazer *pendant* aos entusiásticos batalhões patrióticos, que se formam.

Penso que essa gente deixou de ser absolutamente brasileira, para ser paranaense, ou espírito-santense e esqueceu que Paraná, Santa Catarina, Ceará ou Mato Grosso são divisões político-administrativas do Brasil e não Pátrias, tanto mais que a Constituição permite que elas se subdividam, de acordo com as regras que estabelece.

Penso eu...

Correio da Noite, Rio, 21-12-14

REFLEXÕES

Há pequenas mentirinhas que, por serem muito repetidas, tomam o aspecto de grandes verdades.

Os apologistas da guerra costumam a divinizá-la por ser uma manifestação de energia. Grande coisa! O raio também é uma manifestação de energia, e os caboclos, ao que dizem os cronistas, tinham-no por Deus.

A questão não está em saber se é ou não manifestação de energias; a questão é saber se é ou não útil.

Não há industrial que querendo movimento, só peça que a energia se transforme em calor.

Tudo depende, de saber o fim útil a que se destina uma transformação de energia qualquer.

A lógica desses senhores, com a tal história de energia, deve ir ao ponto de admirar o crime, os grandes assassinatos — manifestação de energia; a pirataria — manifestação de energia; Antônio Silvino — manifestação de energia etc. etc.

Não se podem, para bem raciocinar, prestar a tais consequências da sua ingênua admiração.

Continuam também a dizer que a guerra é um fator do progresso; que a paz é favorável à decadência, senão ao retrocesso.

Nada mais falso; a Idade Média foi uma guerra diária e absolutamente não foi favorável ao progresso; e, o que houve não foi estimulado pelas classes guerreiras, mas pelos plácidos burgueses das cidades.

Norman Angell, no seu curioso livro *A grande ilusão*, mostrou com estatística que, a se dar isso, os países adiantados não deviam ser absolutamente a França, a Inglaterra e a própria Alemanha, mas o Haiti, a Venezuela, o Peru, a Colômbia, e a Turquia que sempre andaram em guerras permanentes nestes últimos quarenta anos.

A Alemanha foi a que menos campanhas sustentou e foi justamente aquele país que mais prosperou.

— Estão vendo os senhores como os apologistas da guerra, à von Bernardi, claudicam infantilmente e como são pueris os seus argumentos.

Todos estão a ver que a energia que se despende numa guerra imensa e a que se gasta na paz, em exércitos e esquadras, bem podia ter outra aplicação

mais útil aos nossos destinos; mas, para que tal se dê, é preciso uma reforma total nos sentimentos e nas ideias, e tal coisa só se obterá lentamente.

O que, porém, desde já se pode obter é a diminuição da Alemanha. Ela era o campeão da guerra e a oligarquia plutocrata, que a dirigia, ainda se supunha na época romana, em que a guerra era industrial.

Por falar em romanos. Imagino as gargalhadas que Júlio César não dará no inferno, quando tiver notícia que um bárbaro germano se enfeita com o seu nome. Kaiser! Ora! Por momentos, deixará de ter aquele olhar de abutre, de que fala Dante.

Correio da Noite, Rio, 22-12-14

A AMAZÔNIA

Nessa nossa vida de expediente, vida que nós levamos desde a descoberta, os Estados do extremo Norte, Pará e Amazonas, contribuíram nos últimos decênios com a sua borracha.

Já tive ocasião de notar que nunca a nossa vida econômica se baseou na exploração e trabalho de um produto indispensável à vida e que, procurados como país de especiarias, continuamos a ser país de especiarias.

Numa malograda publicação semanal que fiz há dois ou três anos, explanei, de acordo com o gênero da publicação, essa simples observação e lhe dei o desenvolvimento compatível pela boca do doutor Bogoloff.

José Veríssimo, com aquela honestidade intelectual que o caracteriza, com aquela penetração que põe nos seus julgamentos, vem mostrando, em uma série de artigos, no *Jornal do Commercio*, o erro em que sempre andaram os da Amazônia, procurando somente na seringa a riqueza e a fortuna.

Eu não o posso seguir nos detalhes, mas louvo a sua orientação, garantida pela sua sagacidade e independência de espírito.

Outro publicista que, desde muito, se vem batendo pelos interesses daquela curiosa região brasileira, é o capitão Félix Amélio, ou melhor: Félix Amélio, *tout court*.

Félix tem o espírito da velha Escola Militar. É patriota, crê na pátria, crê no Brasil e se esforça para solver os seus problemas de modo que continuemos sempre unos e associados.

O seu pensamento constante é evitar que se realize a profecia de Mitre, isto é, que nos separemos, que nos dividamos em pequenas pátrias, que ficarão mais fracas ainda que as próprias repúblicas espanholas.

Tem posto, Félix, este pensamento em toda a sua atividade de jornalista; e aqui, no centro da república, procura encaminhar a opinião para os interesses da região em que nasceu.

É justo que ele o faça com o seu ardor peculiar, pois obedece ao postulado da sua atividade mental: é preciso que o todo se interesse pelas partes, para que as partes não se separem do todo.

A sua campanha contra a blague da valorização da borracha ficou famosa e agora acaba de firmar nos admiráveis artigos, no *O País*, mostrando as necessidades vitais da região do Pará ribeirinha ao Tapajós — a Tapajônia.

Félix é assim: estuda, pensa, escreve e revela ao Brasil, que ele quer sempre unido, as necessidades da região que conhece, para que o Brasil auxilie — o que é e deve continuar a ser Brasil.

Correio da Noite, Rio, 8-1-15

O MOMENTO

Sempre fui contra a república. Tinha sete anos e vinha do colégio primário, do grande colégio de que me lembro sempre com ternura e cheio de saudades da minha boa professora, dona Teresa Pimentel do Amaral, quando me disseram que se havia proclamado a república.

Não tinha naqueles tempos outras cogitações que não fossem a de glória, a da grande, imensa glória, feita por mim, sem favor, nem misericórdia, e vi que a tal de república, que tinha sido feita, espalhava pelas ruas soldados embalados, de carabinas em funeral.

Nunca mais a estimei, nunca mais a quis.

Sem ser monarquista, não amo a república.

João Ribeiro disse-me, certa vez, que a república era a cultura parda; pois sou como o senhor João Ribeiro; nunca houve anos no Brasil em que os pardos, os malditos do seu Haeckel, fossem mais postos à margem.

O nosso régimen atual e da mais brutal plutocracia, e da mais intensa adulação aos elementos estranhos, aos capitalistas internacionais, aos agentes de negócios, aos charlatães tintos com uma sabedoria de pacotilha.

Não há entre os ricos, entre os poderosos, nenhuma generosidade; não há piedade, não há vontade, por parte deles, desejo de atenuar a sua felicidade, que é sempre uma injustiça, com a proteção aos outros, com o arrimo aos necessitados, com o fervor religioso de fazer bem.

Têm medo de ser generosos, tem medo de dar uma esmola, tem medo de ser bons.

Se a dissolução de costumes que todos anunciam como existente, há, antes dela houve a dissolução do sentimento, do inacessível, sentimento de solidariedade entre os homens.

Eu, há mais de vinte anos, vi a implantação do régimen. Vi-a com desgosto e creio que tive razão.

Correio da Noite, Rio, 3-3-15

OS PINTORES

A coisa pior que há aqui, de charlatães artísticos, são os pintores.

Eles não têm nenhum ideal, nenhuma concepção artística, nada que dizer nas telas; são uns simples copistas de pouco ou algum talento, que forçam o Estado ou o governo a comprar-lhes os quadros por preços fabulosos.

Todos eles são ricos, vivem nas salas, viajam pela Europa e... se queixam.

Que é que o governo faz pela literatura? Nada.

Eu não quero mesmo que ele faça qualquer coisa, porque, se ele fizer alguma coisa, dá na droga do Hélio Lobo, o tal de secretário da presidência, ou no filho do Leão Veloso.

O governo sempre protegeu os imbecis e sempre acoroçoou as mediocridades.

A condessa de Sousa Dantas deve saber perfeitamente disto.

Digo isto aqui por causa da exposição do senhor Antônio Parreiras.

Este senhor é o maior cabotino da pintura, que o Brasil conhece.

Paisagista de algum valor, mas, mascate, como o diabo, o senhor Parreiras deu um dia para pintar quadros históricos, nus e outras coisas por fotografia.

Os nus do senhor Parreiras parecem ter por modelo os corpos de mulheres do Paulo Gardênia, ou, melhor, Benedito Costa, o romancista de Coelho Neto.

Nunca se viu uma coisa tão errada, tão estúpida, e tão sem senso.

As pernas se encaixam... Oh! Meu Deus!

Os quadros históricos do senhor Dair são os maiores conto do vigário que se possam imaginar. Que perspectiva! Que grupamento!

O senhor Parreiras pinta para impingir quadros ao governo, pinta para ganhar dinheiro, o que não seria defeito, se o fizera com consciência.

O meu vendeiro, o “Galego”, como vocês chamam, tem mais moralidade nos seus negócios, que o senhor Parreiras nas suas telas históricas.

Tudo nele é cálculo, e “avanço”.

Pare!

OPOSIÇÃO JORNALÍSTICA

É bem curioso notar, na leitura dos jornais, a forma de sua atual oposição. Todos eles estão, mas nenhum o está completamente.

Trata-se, por exemplo, do jornal A que fala do Ministro X da seguinte forma:

O Senhor X desmentiu todas as nossas esperanças. Nós que esperávamos um ministro regenerador dos nossos costumes políticos, com grande surpresa nossa estamos a vê-lo chafurdar-se no lameiro das indecentes negociatas.

Mas adiante o mesmo jornal diz:

O honrado presidente da república está no firme propósito de modificar totalmente os nossos hábitos de lidar com os dinheiros públicos. Sua Excelência não quer em nada seguir as pegadas do nefasto quadriênio passado.

Além mais, se se trata do ministro da Pecuária, o mesmo jornal grita:

O honrado titular da pasta do Gado e do Capim Melado tem grandes propósitos de imprimir honradez nos negócios da sua pasta. Ainda ontem pagou de seu bolso o café que a portaria pagava.

Este é mais ou menos governista. Agora vejamos um outro inteiramente oposicionista. Achamo-lo. Diz ele:

Este governo incolor, invertebrado, sem firmeza de espécie alguma, além de graves ofensas que irrogou ao país, entregou cadeiras do parlamento a mastins da imprensa amarela que tanto ofende a nossa cultura.

Dias depois, esse mesmo jornal grita:

Não há motivo algum para que essa imprensa imunda, que aí anda a caçar níqueis do leitor ingênuo, esteja a fazer um berreiro de todos os diabos por causa da indenização que foi paga à Companhia de Navegação de Mar de Espanha. *Much ado about nothing*. Muita coisa para nada. A operação é lisa e honesta etc. etc.

E assim são todos eles. Um ataca tal ministro e defende aquele; outro ataca o presidente e defende os ministros e muitos defendem o presidente e atacam os ministros. Todos defendem o prefeito.

Careta, Rio, 18-9-15

O SERVIÇO DAS ELEIÇÕES

Aproximam-se as eleições para intendentos municipais, os candidatos chovem, e os eleitores pululam.

Viajo nos bondes e observo a conversa dos “gratuitos” na plataforma.

A não serem as praças que não podem votar, os carteiros e os guardas civis e municipais estão sempre interessados pela salvação da pátria.

Um dia destes assisti uma interessante conversa.

— Sabes — disse um carteiro para outro colega —, estou me habilitando para eleitor. Já juntei as minhas nomeações de distribuidor, de servente, de carteiro, ao requerimento que está na junta eleitoral, mas falta-me a certidão de idade.

— Em quem tu vais votar?

— No doutor Jagodes.

— Ele quanto te dá?

— Ainda não falei a respeito, mas espero cem mil-réis.

— Dá-te cem o quê?

— Vais no arrastão.

— Ele prometeu e é homem de palavra.

— Qual! Passa nada! Faze como eu.

— Como é?

— É simples.

— Conta lá.

— Eu chego ao Tripa Forra, e digo: “doutor, sou seu admirador e preciso de dez mil-réis, para votar no senhor”. Ele passa a ficha e vou adiante a outro candidato e peço, “doutor preciso de dez mil-réis para comprar um chapéu e votar no senhor”. Ele passa e corro a outro. Assim consigo arranjar mais de cem, sem ser pesado a ninguém. Faze como eu, e nunca te há de faltar dinheiro.

Saltei e fiquei deveras surpreso com o serviço que as eleições prestam às nossas classes menos abastadas.

É um serviço colossal esse de aumentar os vencimentos das nossas classes modestas, serviço que não estava na cogitação dos homens que as fizeram entrar nos nossos costumes políticos.

Foi uma surpresa que me causou assombro, tanto mais que sempre andei arredado dessas coisas políticas.

Careta, Rio, 28-8-15

ELEIÇÕES

Eu tenho muito respeito por essa coisa de eleições. Nada na minha vida faria meter-me nelas.

Se me obrigassem a vencer a batalha de Austerlitz ou Tuchima, eu que nada entendo de tática terrestre nem marítima, talvez não hesitasse em assumir o comando de um grande exército ou de uma grande esquadra, e, podia ser que viesse acabar Togo ou Napoleão. Mas... uma eleição! Que coisa complicada! A primeira dificuldade é o manifesto eleitoral. Há além do estilo especial que é difícil de definir, que um outro óbice na redação que, com, humildade, confesso não seria capaz de vencer.

Tinha que fazer a minha plataforma igualzinha à do adversário. Por exemplo o meu rival dizia:

Com este objetivo, considero como medidas primordiais a serem resolvidas na próxima legislação as seguintes:

- Valorização da moeda e estabilização do câmbio;
- Legislação social que garanta ao trabalho parte da produção da riqueza;
- Aumento dos vencimentos dos funcionários públicos e equiparação deles, acabando com as distinções odiosas existentes;
- Construção de casas para operários, higiênicas e baratas;
- Automóveis grátis para os mendigos e estropiados;
- Aumento dos vencimentos dos oficiais e praças de todas as corporações militares;
- Finalmente distribuir bombons, castanhas, nozes e avelãs a todas as crianças da pátria, no dia de Natal.

Ora, eu tinha que dizer coisas semelhantes para obter eleitores. Não seria plágio? Mas existirá plágio mesmo em política? Em todo o caso, para minha consciência, havia. Sei bem que tudo em política é plágio. Um deputado é água de outro; não há nada mais parecido com o discurso de um senador do que o de outro senador. Houve quem dissesse até que os discursos parlamentares são estereotipados. Quando um paredro quer fazer um discurso manda buscar no arquivo um discurso de um outro senador. E está feita a obra. Plágio, plágio — tudo em política é plágio, porque, para ser bom representante do povo, a primeira coisa que o indivíduo deve perder é a personalidade, é o caráter próprio.

Seria essa uma das dificuldades que teria de vencer. A outra é a tal de “fazer eleição”. Dizem que custa muito; que é preciso “queimar” muito “arame” com os chefes políticos e chefetes.

Antigamente, com muita ingenuidade, julgava que eleição fosse escolha do votante num candidato, por lhe parecer que este possuía qualidades e talentos capazes de o representar no parlamento. Hoje, porém, sei que é preciso custear alistamentos, os quais, embora gratuitos por lei, custam caro. Há as botinas; há o dinheiro para as passagens; há uma porção de nonadas que, somadas, levam longe e pesam na algibeira de um pronto como eu.

E os regabofes? E a cerveja? E os almoços para os eleitores?

Essa dificuldade de dinheiro eu não venceria nunca.

De resto, aquela barulheira de navalhadas, cacetadas, facadas, não é absolutamente do meu temperamento.

Um político que se preza, ao que parece, deve frequentar não os sociólogos, os tratadistas de coisas sociais, mas também uma boa escola de capoeiragem.

Não digo isto por desprezo, porque, na terra, temos o dever de bem executar aquilo que a profissão abraçada por nós exige; e a capoeiragem, conquanto possa levar longe, não é do meu agrado.

Enfim, embora correndo maiores riscos em Tuchima ou Austerlitz, preferiria estar em tais lugares, do que numa eleição do Distrito Federal.

Tenham a bondade de notar que escrevo isto na véspera das eleições que passaram.

Mas... pelas outras podemos julgar as vindouras e julguei logo a de 20.

Careta, Rio, 26-2-21

O RECONHECIMENTO

Estamos chegando a época parlamentar a que se chama pomposamente de reconhecimento dos poderes que o povo, mediante eleição, delega aos seus representantes no congresso.

Sempre foi uma época cômica, desde que leio jornais. Um milheiro de cidadãos se julga legitimamente escolhido pelos humildes eleitores deste vasto país, como diz a canção, mas não se ficam nisso e apelam para os pistolões políticos.

Antigamente, o maior deles era o general Pinheiro Machado. Ele fazia e desfazia deputados e senadores, mesmo contra a vontade dos presidentes da república. Houve disso bastos exemplos; e não sei porque não se lembraram de dar-lhe uma função muito republicana e democrática de nomear, por sua livre vontade, os representantes do país. Seria mais rápido e menos dispendioso, porquanto uma eleição geral custa um dinheirão aos cofres públicos. Mas o nosso régimen é feito de ficções, e a eleição é uma delas. Agora, a história fica mais fina, porque não há um único Pinheiro Machado; há muitos.

Tem, portanto, os candidatos que se empistolarem com uma chusma deles que não se veem com bons olhos. Admiro — e é o caso — a coragem de um sujeito que pretende ser reconhecido deputado ou senador. Pedir a um, é fácil; mas pedir a muitos é tarefa gigantesca.

Disse, porém, o meu amigo Costa Rego que, atualmente, o reconhecimento, em virtude de uma nova lei, é coisa séria. Não duvido dos conhecimentos do simpático jornalista, do seu saber em coisas tão sérias como são as leis. Peço, contudo, licença para discordar. E o motivo é bem simples.

Tínhamos a Constituição do império e a carne-seca custando o quilo — não sei bem — duzentos réis; temos a da república, muito nova diante da imperial, e a mesma quantidade de carne-seca custa 3 mil-réis e mais.

Parece um argumento de dona de casa, mas é intuitivo e fica ao alcance de todos.

De resto, as novidades só ficam melhores do que as antiguidades, após ficarem velharias.

Da república, quando alguém lhe acusa os erros e as faltas, os seus defensores alegam a novidade do régimen e que precisa da experiência dos anos para mostrar as suas excelências.

O decurso dos anos é necessário, para dar qualidade e primores a tudo neste mundo. É da sabedoria de todos. Por isso, julgo que a novidade da lei eleitoral só servirá para tornar mais cômico o futuro reconhecimento de poderes.

Digo isso sem nenhuma malícia, porquanto sei que Costa Rego é candidato e tenho na melhor conta os seus apreciados méritos.

Fico, portanto, muito filosoficamente, aqui, do meu canto, à espera dele, do reconhecimento, para rir-me das decepções e das surpresas que ele vai determinar.

Quem viver verá e dirá se tenho ou não razão.

Careta, Rio, 9-4-21

ESCOLA DE DEPUTADOS

Acaba de ser fundada nesta cidade uma escola que o momento estava pedindo se fundasse.

Trata-se, nada mais, nada menos, da Escola Profissional de Deputados.

De há muito, os deputados vitalícios — Dutras, Mascarenhas, Bonifácios e outros — reparavam que os calouros não se portavam bem e infringiam do modo mais lamentável as praxes parlamentares. O senhor doutor B. Vianna, especialista nestas coisas de fundar escolas, resolveu ir ao encontro de tão palpitante necessidade.

Não se pode negar que o fosse, porque, não há muito tempo, simples amanuenses, redatores de jornais, boêmios, pequenos militares saíam dos seus obscuros ofícios para serem augustos representantes da Nação Brasileira.

O curso é meramente prático. Nada de coisas indigestas. Não lia cadeiras de economia política, de finanças, de sociologia, de história social ou política, de geografia política; nada disso: o curso é prático, simplesmente prático e dura o pequeno espaço de dois anos. O primeiro ano compõe-se das seguintes cadeiras: francês das pensões *chics* e respectivos exercícios práticos; falsificação de atas e assinaturas de eleitores; meios e modos de fazer os defuntos votarem; o sistema de vestir economicamente na Barra do Rio ou no Brandão.

Para a primeira cadeira, há muitos candidatos, entre os quais velhos e aposentados deputados.

Não queiram ver aí o comendador Neiva. A segunda cadeira vai ser ocupada pelo senhor Floriano de Brito; a terceira pelo Rapadura e a última pelo senador Raimundo de Miranda.

Feito este ano que é, como veem, organizado da forma mais praticamente americana possível, os alunos cursarão o seguinte que consta: do engrossamento aos chefes e da maneira de lhes lustrar as botas; o que se pode tirar de certas concessões; como se arranjam casamentos bons; a melhor forma de não ter opinião alguma.

Como a escola ainda vai se fundar não houve necessidade de prover as cadeiras desse ano, embora haja candidatos à matéria que podem bem dispensar o primeiro.

Os compêndios já estão escolhidos para as matérias de que os há; e, para aquelas que não os possuem, os alunos beberão os ensinamentos da boca de

lentes experimentados.

O Manual do Perfeito Engrossador é muito recomendado, assim como a narração daquele Jerônimo Paturot que andava à procura de uma posição social e acabou deputado.

Os alunos, conquanto não tratem estritamente de assunto do programa, deverão ler *O Processo Panamá* e as publicações do senhor Gallis.

O edifício onde deve funcionar a escola, não está escolhido. Há quem julgue melhor instalá-la no *Club Épatant*; outros, porém, são de parecer que deve ser na Pensão Junqueira.

Careta, Rio, 22-5-15

FATO INÉDITO

Em todos os parlamentos do mundo se hão passado casos edificantes de que todos têm mais ou menos lembrança.

Ainda há dias, no Parlamento Britânico, houve um rolo que os telegramas descrevem nos seguintes termos:

Londres, 22 (A.A.) — Os debates realizados na Câmara dos Comuns sobre a situação da Irlanda deram motivo a um escândalo dentro do próprio recinto.

Um deputado irlandês e outro unionista empenharam-se numa verdadeira luta de *box* que acabou no meio de grande desordem, obrigando o presidente a suspender a sessão.

Entre nós, mesmo quando os casos partidários afervoram os ânimos dos sectários deste ou daquele partido, não é raro que revólveres surjam em cena, embora não sejam detonados convenientemente.

Houve já quem propusesse que cada câmara legislativa tivesse um serviço médico-cirúrgico anexo, com a competente enfermaria e sala de operações.

Tudo isso e mais alguma coisa tem sido lembrado, à vista da experiência e do espetáculo de todos os dias, fornecido pelos debates das câmaras e conselhos que discutem para felicidade dos povos.

Um caso, porém, que se deu há dias no Monroe, sai fora da bitola desses conhecidos e é preciso procurar remédio para evitá-lo, a fim de salvar o decôro do poder legislativo.

Preenchidas todas as formalidades da abertura da sessão, seguiu-se a hora do expediente e, lá do fundo da sala, formosamente atapetada pelo senhor Epitácio e o seu ministro das Alaias, Alfredo Pinto, um senhor pediu a palavra.

O presidente preguiçosamente acudiu:

— Tem a palavra o nobre deputado.

O homem começou a falar. Tratou da crise. Disse que o progresso trazia miséria; a riqueza de uns acarretava a pobreza dos outros.

Era uma lei geral que a história registrava e se verificava no decurso dela com os anais da Assíria, Babilônia, Pérsia, Egito, Grécia, Roma etc.

O orador empolgava a assistência com a sua sociologia barroca. Maurício de Lacerda perguntou então a um vizinho de bancada:

— Quem é?
O vizinho respondeu:
— Creio que é aquele deputado pelo Pará que só veio aqui para tomar posse, vive em Paris e recebe o subsídio por procurador.
— Como se chama?
— Não sei.
— Não é de admirar. Há tanto deputado anônimo...
Enquanto eles conversavam baixinho nesses termos, o orador perorava.
Dizia:
— Se o que digo é uma verdade constatada...
Quando ele proferiu esta última palavra o truculento professor Assis Sintra que apanhava os debates para o *Correio da Manhã* disse para o colega, ao lado:
— Que ignorante! “Constatar” é galicismo.
O orador, porém, não se apercebeu da reguada do mestre-escola e completou o período:
— ... por historiadores como Cibbon, Montesquieu, Solano López e Pasteur, não há motivo para se acusar o atual presidente da república pela miséria que, atualmente, vai pelos lares brasileiros.
Quase todos os deputados exclamaram:
— Muito bem! Muito bem!
O oficial da ata saiu de detrás do presidente e veio ter com o desconhecido:
— Como é o nome de Vossa Excelência?
— Eu?
— Sim; Vossa Excelência...
— Mas eu não sou deputado, caro senhor.
Houve um rebuliço maior do que o do começo da sessão.

Careta, Rio, 4-12-20

ESCOLA DE ENFERMEIRAS

A nossa excepcional Diretoria de Saúde Pública fundou uma Escola de Enfermeiras e vai em breve inaugurá-la no antigo edifício do Asilo de Mendigos. A Escola Profissional de Enfermeiras vai ser dirigida por senhora muito competente, segundo diz um jornal, de origem americana e terá professoras quase todas americanas.

As alunas serão internas e receberão a mensalidade de 75 mil-réis. Nós vamos ver como vão correr à matrícula moças e mocetonas. As vantagens são muitas; e, demais, uma escola *up-to-date*, dirigida por americanas *comme il faut*, é de tentar. Se vestisse saias e estivesse na idade, logo acudia à benemérita instituição, para por meu nome no respectivo livro e apresentar meus títulos. De resto, que curso supimpa! Ele é de dois anos e quatro meses. Não acham que essa fração de quatro meses é demonstração da proficiência com que a escola foi organizada? Antigamente nós dividíamos os nossos cursos em anos inteiros que, em geral, eram de menos de seis meses; vieram as americanas, porém, e acharam que era de boa sabença esse contrapeso de quatro meses.

Deve ser de grande utilidade a medida e, talvez, seja uma descoberta de Edison.

É verdade que o programa fala em primeiro e segundo ano; mas, como os nossos anos letivos são de menos de seis meses, os dos americanos — povo empreendedor e ativo — devem ser de quatorze.

Demais, eles contêm coisas complicadas: história e ética da enfermagem (que discursos não dá!), noções de microbiologia, de matéria médica, de física, de química, nutrição e cozinha (bem achado!) etc. etc. Falta ainda alguma coisa, como: botânica, zoologia, astronomia, meteorologia, oceanografia e uma cadeira sobre o rádio e suas aplicações na medicina, sem esquecer algumas mais.

Desejo muito a prosperidade da escola — o que certamente vai acontecer. Se tal acontecer — o que tudo faz esperar —, vamos ver mais um quadro acadêmico nas vitrinas da rua do Ouvidor, o das “enfermeirandas” e mais um anel simbólico nos dedos das moças — o delas.

Será tudo isto um benefício para a Saúde Pública. Ainda bem.

Careta, Rio, 25-3-22

O CAFÉ

Tenho ouvido dizer que o café é a maior fortuna do Brasil; que ele, quase unicamente, contribui para a riqueza orçamentária da nossa pátria. São coisas que andam por aí afirmadas pelos jornais, sobretudo pelos de São Paulo.

Pus-me a verificar e estudar as coisas com todo o método. A história não me pareceu assim tão inconcussa como parece.

Sempre tenho ouvido dizer que quem tem dinheiro dá dinheiro e não pede dinheiro.

O tal de café, porém, só leva a pedir dinheiro. Como é que ele é riqueza do Brasil?

Não se abre um jornal, governista, neutro ou oposicionista, que não se encontre uma lamúria, uma “facada” da lavoura de café!

Um dia é porque os preços estão baixos; outro dia por que o câmbio baixou; outro é porque não pode ser exportado e assim por diante.

Urge que se tenha uma explicação satisfatória para um tal estado de coisas.

A economia política, oficial ou oficiosa, deve declarar por que razão tal riqueza anda sempre na pobreza; por que razão São Paulo, o Estado mais rico do Brasil, que vive do café, é por isso mesmo o mais rico.

Não sou economista, nem financista, nem jurístinista, mas um tal fato me causa pasmo e assombra-me.

Estou, portanto, no meu pleno direito, de pedir aos sábios das escrituras explicação para esses milagres da natura.

Careta, Rio, 26-6-15

A DEFESA DO SENHOR CAFÉ (UMA SUBSCRIÇÃO)

Condoídos, extraordinariamente condoídos com a sorte do senhor Café, cujo estado precário acaba de ser exposto pelas autoridades do Estado de São Paulo, pedindo aos cofres da União um auxílio pecuniário para esse senhor que elas dizem ser a riqueza do Brasil, tomamos o alvitre e procurarmos recursos de modo a minorar os sofrimentos de tão rico mendigo que nos batia a porta.

A nossa redação é composta de “prontos”, mas mesmo assim, logo ao primeiro impulso de coração, níquel daqui, níquel dali, conseguimos para o milionário a considerável quantia de 1\$700 (mil e setecentos réis).

É que nós podíamos deixar morrer assim a míngua a riqueza da Pátria e não devíamos esquecer que, todos os dias, os jornais buzinam que a base da nossa fortuna pública e particular (sabíamos) está no nababesco senhor Café, principalmente no chefe da família que reside em São Paulo, e é considerado como o verdadeiro senhor Café.

Pouco afeitos a coisas de economia política e finanças, nunca indagamos como uma riqueza pode andar assim, sempre na miséria, embora soubéssemos que só pede quem não tem ceitel. Isto, concluíamos nós, deve se dar com os míseros mortais, mas não com o magnífico, rico, opulento, abastado, golcondesco Estado de São Paulo.

Sabíamos também que os usurários sórdidos, com as arcas cheias de ouro, esmolam; mas não é o caso de que tratamos, pois o senhor Café luxa, gasta, fascina a todos com o seu trem de vida.

Não era, porém, o caso de indagar ou considerar tais coisas. O momentourgia e os nossos magros níqueis em nada remediariam a situação embaraçosa em que estava o californiano Senhor Café.

Um dos nossos companheiros lembrou-se da Irmã Paula. Não havia dúvida que havia na bondosa senhora tanta bondade que seria capaz, apesar de tanto ela fazer de bem por aí, de socorrer aquela nossa Cólquida nacional que é o senhor Café. Um dos nossos companheiros lembrou-se até de que, tendo vindo da província para colocar-se no Rio, foi durante muito tempo socorrido pela santa senhora que recebeu a prematura homenagem da “Dor” do senhor Alcino.

Foi ele, naturalmente, encarregado de tratar com a boa religiosa os meios capazes de salvar a situação do êmulo nacional do senhor Vanderbilt. A Irmã Paula não se fez de rogada (tanto ela é boa, meu Deus!) e, há dias, entregou-nos o resultado da subscrição que fizera entre pessoas conceituadas e instituições várias.

Ei-la:

Dispensário Irmã Paula	\$720
Alfredo Ellis (meia pataca)	\$160
L.B. (três vinténs)	\$060
Cincinato Braga	\$050
Instituto Histórico	\$040
Academia de Letras	\$020
Doutor Miguel Couto	\$480
Doutor Aluísio de Castro	\$100
Doutor Venceslau Brás	\$120
Doutor Miguel Calmon (uma pataca)	\$320
Banco Inglês	\$010
Total	2\$080

A curiosa irmã disse-nos, ao entregar a lista, que a academia se havia desculpado por não dar pelo menos um tostão, visto não ter ainda recebido o dinheiro do velho Alves; e nós, se desde já não pomos essa quantia e mais os 1.600 à disposição do rico senhor Café, é porque ainda não recebemos nem os sessenta réis acima subscritos.

Enquanto isso, vamos tratar de arranjar outros donativos, para o que já tratamos os bons ofícios do substituto do falecido Rocha Alazão.

Dom Quixote, Rio, 1-8-1917

O QUE SE DIRÁ “DELES”

Seria muito interessante, saber-se o que, dentro de cinquenta anos, aí pelas proximidades do último quartel do presente século, se dirá dos nossos presidentes de república, que reinaram nestes últimos trinta anos.

Com certeza, nada podemos adiantar; mas um amigo, que tem dons sobrenaturais de visão, previsão e administração, disse-me a respeito coisas interessantes que, segundo ele, correrão como moeda de lei em 1972. Eis o que ele supõe:

Deodoro da Fonseca. — Homem bom, mas arrebatado. Uma sua parenta, logo após ter ele proclamado a república, quis ir à festa de Nossa Senhora da Glória, em carro de Estado, acompanhado de piquete e precedido de batedores, tal e qual ia à mesma festa a princesa regente, dona Isabel. Símbolo de crença íntima de toda a sua família, essa parenta (P.) do primeiro presidente.

Hermes da Fonseca. — Navegador emérito. Descobriu a ilha das Cobras, a bordo do “Satélite”. Herdou o trono republicano do precedente, que era seu tio, por não ter este deixado filhos que o herdassem.

Prudente de Moraes. — Varão cauteloso e econômico. Nada pôde fazer senão defender a sua cadeira e a sua vida. Prorrogou o gordo contrato de São Paulo Railway, lavando as mãos como Pilatos. Hoje é que são elas...

Campos Sales. — Inaugurou as magnificências presidenciais e as respectivas munificências. Morreu pobre; mas deixou descendência rica.

Floriano Peixoto. — Harum Al-Raxid de sobrecasaca e chapéu desabado, sem um Giafar amigo. Seria um presidente soberbo se pudesse percorrer a superfície do Brasil, de quando em quando, sem previamente avisar ninguém. Tinha uma grande vocação para chefe de nau. Não fez mais e deixou que muito mal se praticasse, porque lhe era impossível estar em toda a parte e tudo ver.

Rodrigues Alves. — Fez obras úteis, algumas e suntuárias, muitas. Caso estranho em todas as mitologias: foi comido pelos filhos. Este fato não é raro em certas tribos canibais que o têm como útil: às vezes na crença de que os comedores incorporam com a ingestão das carnes muitas das qualidades que o morto tinha; em outras guia-nos a ideia de que, assim, deixam de ter uma boca inútil a sustentar.

Venceslau Brás. — Médico da roça. Receitava, governava e fazia discursos pelo Chernoviz, único livro que conhecia, além dos almanaques Ayer.

Afonso Pena. — Com muito boas intenções começou o seu governo. Houve a inundação do Xerém que lhe trouxe a primeira desgraça; seguiu-se a Exposição Nacional (1908) que desabou, arruinando a nação. Cuidou mais da defesa nacional; reorganização do exército e outras coisas parecidas — do que mesmo da sua defesa pessoal e do seu cargo. Morreu de traumatismo moral — moléstia que não se encontra senão nas patologias políticas.

Delfim Moreira. — Foi um excelente presidente, porque nunca quis governar.

Nilo Pessanha. — Nem bom, nem mau. Metade Sancho Pança, governador da ilha da Baratária; metade Tartarin, governador de Port-Tarascon. Foi sempre estimado pelo povo e um dos poucos chefes republicanos que conservou essa estima, mesmo depois de passar pela presidência. Tinha boas ideias; mas o amor à “fita” matava-o.

O amigo, que me dava esses informes sobre o que se dirá dos que efetivamente exerceram a presidência nestes últimos trinta anos, adiantou que se falara também daqueles que a pleitearam e não a exerceram. Não se trata dos que o fizeram claramente, como os senhores Lauro Sodré e Rui Barbosa; mas daqueles que a quiseram secretamente, fingindo-a desdenhar, como o senhor Assis Brasil, que é caso típico.

Deste — disse-me o amigo — o futuro há de apelidá-lo o “desmancha prazeres”. Plenipotenciário, embaixador, tendo a maestria de dar tiros para o ar, a ponto de escrever no teto de uma sala o seu nome a tiros de pistola, um belo dia retirou-se da vida faustosa das cortes, para criar ginetes de raça, na sua estância de Pedras Altas. Fazia assim de Cincinato, à espera que os lictores lhe viessem trazer as insígnias de ditador; mas estes não apareceram nunca. Resolveu-se então a falar sempre que se tratava de sucessão presidencial. Eram um deus nos acuda, as suas homílias: ninguém prestava! De quando em quando, soltava o verbo e aconselhava a mudança da capital do Brasil para Pedras Altas, porque era lei da história brasileira o deslocamento da capital do país para o sul, a fim de fugir dos pretos. O Brasil só tinha tido até aí duas capitais e, com tão grande número de exemplos, ele induzia a sua cerebrina lei. Que sábio honesto! Numa acesa luta política, em companhia do senhor Rui Barbosa, logo na primeira reunião solene, brigou com todos, sem motivo nem causa, e se retirou do conclave.

Em outra, desancou os candidatos, sem positivar nada; e a um deles que já exercera a suprema magistratura, denominou essa sua gestão de “consulado negro”, para feri-lo muito fidalgamente nas suas humildes origens africanas. Nada perdoava nas outras, nunca estava contente com ninguém e com coisa alguma, a não ser com os seus potros, os seus carneiros, os seus bois de enfeite ou quando dava tiros para o ar. Ah! Nisto, ele era exímio e levava essa sua habilidade, mas sem proveito algum, para os prélios políticos. Felizmente, nunca foi presidente da república, nem de coisa alguma — o “desmancha-prazeres”.

— Eis — rematou o meu amigo — o que se dirá no futuro dos presidentes reais e rituais da nossa república, nos seus primeiros trinta anos de existência.

— Mas — acudi eu —, nada me disseste do que se dirá sobre o atual?

— É difícil adivinhar. Mais ou menos, penso que dirão: faltavam-lhe ascendência e crueza para ser um daqueles Césares romanos apaixonados por gladiadores, apostas de quádrigas, naumaquias, combates de feras, festanças noturnas ou mais do que isto tudo: sequiosos de homenagens rituais a eles mesmos como Deuses que eram, decretados assim pelo senado subserviente; faltavam-lhe nascimento e amor às artes, especialmente à Música, para ser Luís II da Baviera. Os vindouros hão de também julgá-lo, segundo aquela frase do Eça: esta medalha é...”

— De modo que?

— De modo que, seja como for, o atual presidente será julgado pela posteridade, por essa frase condecorativa (?) pronunciada por um certo conselheiro, pelo farmacêutico Homais ou outro equivalente.

Careta, Rio, 18-2-22

DEPOIS DE VELHO...

O *Dicionário dos contemporâneos brasileiros*, ultimamente publicado, traz o seguinte artigo:

“Melaço (Augusto Rapa Leitão Assado). Senador, estadista de largo descortino triangular e funerário. Os seus processos eleitorais eram os seguintes: nas vésperas de eleições, corria aos cemitérios e, por processos mágicos, desenterrava os defuntos e os fazia votar. Como ele dispunha de poderes de nigromantes, Rapa conseguia que os mortos lhe obedecessem cegamente e sufragassem os seus candidatos.

Estes eram quase sempre homens medíocres ou de tal subserviência espiritual que seriam capazes de, a um aceno dele, dizer que o branco era preto e o preto era branco.

Demais, no seu sítio ou fazenda, nas proximidades do Rio de Janeiro, ele criava mosquitos.

O motivo disto é simples. Como toda a gente sabe, os mosquitos têm a propriedade de propagar as moléstias infecciosas de modo que ele precisa e mortos, muito naturalmente queria o aumento dos mosquitos.

Muitas das suas frases e opiniões ficaram célebres. Conta-se dele a seguinte anedota. Passeava ele e um amigo em Copacabana, quando veio este a perguntar:

— Rapa, por que o mar é salgado?

Melaço pensou um pouco e respondeu categoricamente:

— É simples. Os bacalhaus são numerosos e são salgados, salgam, portanto, o mar.

Ultimamente Rapa afirmou que não quer saber mais de defuntos; que não apela eleitoralmente para os cemitérios etc. etc.

Causou admiração tal fato, à vista dos precedentes. Pode ser que seja verdade, porque o diabo depois de velho, lá diz o rifão, fez-se ermitão.

Careta, Rio, 2-10-15

OS JORNAIS DOS ESTADOS

Uma das mais curiosas coisas das redações dos jornais é examinar, ler os colegas que vêm do interior.

O aspecto predominante neles é a paixão política. Nenhum deixa de ter na sua localidade, no seu lugarejo, na sua cidadezinha, um ídolo a que constantemente incensa.

Não há adjetivo por mais alcandorado que eles não empreguem para lisonjear o coronel X ou o doutor Zebedeu.

Todo o jornal se ocupa com ele, com a sua família, com as suas doenças, com os seus azedumes e disfarça essa obsessão com a transcrição de um soneto, com a publicação de um artiguete ou mesmo uma transcrição mais longa de artigo de autor notável.

A vida das localidades em que são publicados os fatos da sua existência cotidiana são esquecidos e pouco notados pelos respectivos jornais, a não ser os aniversários e datas íntimas em que se alongam em uma efusão familiar equivalente as gazetas aqui do Rio.

Nota-se também que os anúncios são neles abundantes. Das suas usuais quatro páginas, mais de duas, três quase são ocupadas por anúncios.

São felizes esses jornais do interior que servem a um comércio tão próspero, tão progressista e que não teme em anunciar à vontade.

Outros, além dos múltiplos anúncios, vêm quase todos os dias com o expediente das câmaras municipais e nós temos pena de não ter interesse em tais lugares para podermos lê-las com todo o prazer.

Acontece, às vezes, porém, que certos fatos são registrados com mais arte e calor.

Possuo um número da *Gazeta de Uberaba*, que já me deu a honra de uma transcrição; possuo, dizia, um número da *Gazeta de Uberaba* em que há uma entusiástica crônica sobre a chegada de reprodutores zebus.

Lia-a, guardei-a, porque nunca vi tão entusiásticas palavras aplicadas a tristes touros com missão determinada e rigorosa, destino que bem pode ser agradável, mas não deixa por isso de ser aborrecido, visto ser um tanto coercitivo.

As palavras com que o cronista canta a beleza dos exemplares zebus que lá chegaram poderiam ser justas na boca de Coelho Neto, ao tratar dos mármores

gregos que ele nunca viu.

Ao menos, na roça, os estetas se entusiasmam pelas belezas que viram e apalparam; e é bom ler os jornais da roça para verificar coisa tão consoladora.

Correio da Noite, Rio, 14-1-15

A PECUÁRIA

Genésio Cardoso é meu velho conhecido há muitos anos. As nossas relações se fizeram quando ambos disputávamos um lugar de amanuense; e — coisa notável — ficamos camaradas embora eu fosse classificado acima dele e nomeado.

Passaram-se anos, e nunca mais nos avistamos. Tive vagas notícias de que ele andava por esse vasto Brasil, a trabalhar como engenheiro, como agrimensor, como agricultor, como tudo que lhe vinha à cabeça.

Tive inveja do Genésio. Eu apodrecia em uma banca, suava na minha galé burocrática, sofria o tédio horrível das repartições públicas; e o meu Genésio, que quisera ser amanuense como eu, corria o mundo e bebia os ares livres dos espaços desmedidos.

Eu encontro-o agora e ele me dá o seu livro, o livro que escreveu com as observações de suas viagens, não como as do senhor Francisco de Castro Junior, curioso advogado e publicista em vida de sua correspondência, mas como homem sem pose. Descubro agora que Genésio se preocupa com coisas sérias, escreve correntemente, sem que deixe de ter uma hesitação, aqui e ali, um descuido fatal em todos nós que escrevemos.

Trata Genésio da pecuária, para a qual aventa ideias, apresenta faces práticas e insinua medidas tendentes a melhorar a criação nacional.

Que posso eu dizer sobre as suas ideias? Nada ou muito pouco. Não concordo muito com ele quando só se preocupa com a restituição a terra dos elementos químicos que as plantas lhe tiram.

Ideia de Liebz, de Jorge Ville e dos químicos agrícolas, mas que hoje vão sendo modificadas, à vista dos dados que os observadores têm apresentado.

As toxinas que as plantas tiram talvez concorram muito para uma esterilidade temporária das terras e outros dados, como a granulação das mesmas explicaria, concomitantemente, a uberdade ou a infecundidade dos terrenos.

Não tenho nenhuma competência nisso, mas sou curioso como Diderot e me preocupo com essas coisas agrícolas.

Um dia, talvez, irei pedir ao doutor Aurelino Leal um lote em uma colônia do governo, e então levarei o livro do Genésio, para ver, ao fim de alguns anos, o meu gado, tangido para o curral, mugir ao sol que morre.

Correio da Noite, Rio, 10-3-15

NOVAS REFORMAS

A nossa administração pública se caracteriza pelas reformas. Não há ministro novo que não traga na cabeça uma nova em folha, muito oposta à do antecedente, com a qual vai “salvar” a sua pasta.

Eles sempre têm por escopo economias, mas acontece que todas as reformas que eles fazem aumentam as despesas. O motivo? É simples: querem dar lugares a amigos e, para isso, põem os funcionários velhos adidos e nomeiam os seus apaniguados para os lugares das repartições que criam.

Agora, fala-se muito em uma reforma no Ministério da Guerra. Meia dúzia de sábios nessas coisas de reformas, inclusive de casas de aluguel, está trabalhando com afinco no plano de uma reforma geral naquele ministério.

Não se sabe bem em que a coisa consiste, mas já se suspeita que haja mudança de nomes de certas repartições com títulos mal traduzidos do francês.

Nessa época calamitosa em que o doutor Cartola persegue os adidos, quer pô-los na rua, quer exterminá-los, não se compreende que se vá aumentar o número deles.

É o que cogita a nova reforma, pois ela é só feita para extinguir repartições seculares, sem motivo ou causa plausível, adir civis e criar mais lugares para a burocracia militar.

Este governo que se deve querer coerente não poderá permitir semelhante coisa, a menos que não queira cair no máximo ridículo.

É preciso que não se esteja a aumentar o número de adidos tão somente para dar prazer ao doutor Cartola, prazer que ele tem em pô-los na rua.

Careta, Rio, 7-8-15

COLÔNIA CARIOCA

O meu amigo doutor Bogoloff, que, durante muitos anos exerceu o lugar de diretor da Pecuária Nacional, um dia destes, me disse:

— Caminha, você onde nasceu?

— No Brasil.

— Mas em que Estado?

— Nasci na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Disse isto com todo o orgulho de quem nasceu em uma bela e grande cidade, libérrima, que nem a paz de Varsóvia, preconizada pelo senhor Raul Cardoso, deputado por São Paulo.

Ouvindo a minha resposta, o doutor Bogoloff pensou um pouco e acudiu:

— Você deve fundar o Centro da Colônia Carioca, no Rio de Janeiro.

— Isto é um absurdo, Bogoloff. Nós nascemos aqui e não precisamos de semelhante coisa.

— É um engano.

— Como?

— Digo já a você. O prefeito da cidade de onde é?

— Quase sempre de fora.

— Os presidentes quando vêm, quais as pessoas que trazem para os cargos administrativos da cidade?

— Gente dos Estados deles.

— Vai vendo você que eu tenho razão. Vocês precisam fundar o Centro da Colônia Carioca, no Rio de Janeiro. É uma necessidade. Não acha?

Concordei e fiquei pensando na fundação de tão útil instituição.

Careta, Rio, 9-10-15

AMOR, CINEMA E TELEFONE

Tenho em grande conta a eficácia das medidas legislativas, administrativas e policiais que, diretamente e indiretamente, tendem a civilizar a sociedade. Temos visto o que acontece com o jogo de patota que todos os nossos códigos presentes e passados condenam, o que não tem impedido que virtuosos cavalheiros dele tenham vivido durante meio século, eduquem regamente filhos e filhas, formando aqueles e casando estas nas rodas mais governamentais possíveis, merecendo, com toda a justiça, serem considerados de exemplares pais de família, por toda a gente. Tudo nesta vida é o sucesso. Pode-se começar por este ou aquele meio defeituoso ou condenado; mas, se se obteve sucesso, a massa está disposta a admirar o audaz bem-sucedido.

Estas reflexões não são próprias do assunto, tendendo elas unicamente mostrar que a ação da polícia, é sempre eficaz para a moralização dos costumes.

Até agora, ela não se tinha voltado para os cinemas, deixando de imitar a Liga pela Moralidade que tem uma polícia secreta para julgar, sob o ponto de vista de sua moral particular, os *films* que são corridos nos nossos cinemas.

Não posso auxiliar a nossa polícia legal, porquanto desde muito que não vou a cinematógrafos. Não posso suportar essas hediondas damas americanas: Ketties não sei o quê, Thedas; e os respectivos cavalheiros: Johns, Hamiltons, Tigres de toda a sorte. As mulheres têm uma carnadura de gesso ou mármore artificial e uns gestos duros e angulosos; os homens, com uns enormes olhos que se esbugalham mais no patético, têm um mento quadrado de *sious*, muito antipático.

E todas essas fitas americanas são brutas histórias de raptos, com salteadores, inóbeis fantasias de uma pobreza de invenção de causar pena, quando não são melodramas idiotas que deviam fazer chorar as criadas de servir de há quantos anos passados.

Apesar disso tudo, é na assistência delas que nasce muito amor condenado. O cadastro policial registra isso com muita fidelidade e frequência. “Foi”, diz uma raptada, “no Cinema X que conheci F. Ele me acompanhou, até.”

Ela omite alguma coisa que houve antes do acompanhamento. Tem um apelido náutico...

Ainda outro dia, no inquérito a que a polícia procedeu, sobre aquela tragédia conjugal da rua Juparanã, veio saber-se que a esposa culpada conhecera

o seu sedutor no Cinema Z.

O amor, ao que parece, é como o mundo, nasce das trevas; e o cinema não funciona à luz do sol, nem a da eletricidade, nem a da lua que, no velho romantismo das falecidas Elviras, Grazielas e outras, lhe era tão favorável.

Outro aparelho bem moderno, que está sendo fator constante da dissolução da família, é o telefone.

Um inquérito que corre nos subúrbios sobre um suposto suicídio, por envenenamento, vem mostrando às claras como o telefone é assim como “o livro e aquele que o escreve”, no caso sagrado de Paulo e Francesca da Rimini. É e vem sendo o medianeiro de amores ilícitos e criminosos.

Não há dia, hora, minuto, em que eu entre nas casas de negócios da minha vizinhança, que não veja uma moça, uma senhora atracada ao respectivo telefone. Falam baixo e eu fico pensando cá com os meus botões: que tolice irão fazer nos dias que conversam através de um fio de cobre?

O amor deve ser combatido. Ele é o causador, parte primacial, de todos os crimes, violentos ou não, da loucura, do suicídio, do jogo e, até muitas vezes, da embriaguez e intoxicações de toda a sorte.

Todo o instrumento, aparelho que facilita a sua obra, deve ser proibido, acho eu.

Têm a palavra as nossas autoridades.

Careta, Rio, 24-1-20

A MODA FEMININA

Opinião sobre tal assunto, nunca tive uma qualquer. Acho-as todas morais e imorais. As que desnudam partes do corpo das moças e senhoras, dizem todos serem imorais; as que encobrem severamente essas mesmas partes não o são menos, pois provocam a imaginação dos contempladores das belezas urbanas, adivinhar aquelas partes, a criá-las totalmente no espírito, com mais força e sedução, o que não os deve levar a pensamentos e desejos muito decentes.

Com mais de trinta anos de idade, eu tenho visto muitas modas de senhoras; e, contra todas elas, tenho visto levantar-se o clamor dos moralistas. É gente difícil de contentar, esta dos moralistas. A anquinha era indecente, a saia travadinha também, o colete *droit-devant* idem, o vestido-camisola também, e assim por diante.

É preciso perguntar a esses homens severos e austeros discípulos do senhor Peixoto Fortuna como é que querem que as moças se vistam.

Estou a adivinhar que os figurinos de sua predileção são os que marcam o corte do vestuário, usado pelas irmãs de caridade, do Sagrado Coração de Jesus etc. etc.

Não os tenho por muito feios, mas os acho um pouco impróprios para o nosso clima. Podiam ser feitos com fazenda mais leve, mas... lá vem a tal mistura de moralidade!

O manifesto que a celeberrima Liga pela Moralidade deitou atribui a indecência dos atuais trajes femininos a diminuição dos casamentos.

Não vejo porque. Em toda a transação comercial, e o casamento sempre foi isso, é de hábito pedirem-se amostras das mercadorias a vender. Não é verdade?

A liga do senhor Fortuna não quer isso, tem a ingenuidade de ignorar verdade tão reais.

Na sua linguagem sincera e eminente (é próprio, o adjetivo), como qualifica o jornal de que me sirvo, o estilo do manifesto, logo no começo, diz textualmente:

Não basta ser casta e honesta, é também necessário parecer ser.

Está aí uma doutrina bem curiosa em católicos militantes e praticantes.

Dela se conclui que o “ser” não é o essencial; o “parecer” é o indispensável.

Até agora dizia-se que o hábito não fazia o monge; agora, com a doutrina da liga do senhor Peixoto é o contrário: todo aquele que tiver um hábito em regra há de ser um perfeito monge por força, mesmo que faça, por aí, das suas, às escondidas.

Isto tem um nome muito duro que eu não quero por aqui; e os que são pecadores de semelhante vício moral, Dante, no seu *Inferno*, condenou-os a usar um capote de chumbo.

Essa história de “conquistadores” não pode ser argumento contra a moda atual. Seja ela como for, até trancando as damas em cofres, depositando-as no fundo do mar, como fez aquele gigante das *Mil e uma noites*, não há meio de impedir a missão dos “leões”, senão a vontade das próprias mulheres.

O mais engraçado é que o manifesto acusa os “judeus” de inventar essas e outras modas; entretanto, passo na Casa Sucena, cheia de imagens e registros de santos, rosários, livros de missa, crucifixos, dalmáticas, sobrepelizes etc. etc. etc., e lá vejo também amostras dos vestidos excomungados — como é isto?

Não aceito a definição da moda que o manifesto dá. “A moda de hoje”, diz ele, “pode definir-se: um tecido de ímodéstia debruado de pecados!”

Por que “de hoje”?

Sempre foi isso; sempre a moda foi isso desde a Grécia até os dias atuais, desde a *stéphané* até os *chichis* e o *droit-devant*.

Nunca ela escolheu tecidos modestos, nem teve por fim outra coisa senão acrescentar ou realçar a beleza das mulheres, segundo o gosto do tempo e lugar, atraindo-lhes a admiração dos homens.

Tem variado, é verdade. Mas nada neste mundo é mais variável do que o critério da mulher bela. Cada idade, cada século, cada país, tem um seu próprio; e varia com a moda do vestuário do sexo fraco e esta com aquele. Um é função da outra e vice-versa. Deixemo-nos cá de histórias! Deus quer o que a mulher quer, como lá afirma o conhecido brocardo francês, que vai em português para não melindrar os grêmios nacionalistas que há por aí. “Amo tanto, estremeço esta terra...”

Careta, Rio, 31-1-20

TRIBUNAL HISTÓRICO REPUBLICANO

É um divertimento para todos nós que nascemos nos últimos anos da monarquia, ver os estertores dessa porção de ingênuos que se intitulam republicanos históricos, estertores mais cômicos que a imaginação humana pode inventar e a que eles mesmos se sujeitam, para não serem de todo esquecidos.

Ainda não há muito tempo uma dúzia de ilustres propagandistas da ideia republicana, de antes e depois de 13 de maio de 1888, lembrou-se de apresentar o seu candidato à presidência da república pelas colunas de uma revista de elegâncias e alto *chic*.

É que já não vestem o barrete frígio, nem usam gravatas vermelhas, à *La Vallière*.

Os históricos efeminaram-se e deram em procurar para os seus órgãos as revistas de modas, já não berram; casquinam...

A lei da Morte, porém, é inexorável e não tem nenhuma espécie de veneração pelos vestidos econômicos das “melindrosas” e “transparentes”.

Demais, eles têm pouca roda e não podem as suas salas abrigar um cidadão, quanto mais tantos!

Hoje, os históricos têm aumentado muito; e até o senhor Ellis, velho conservador e antigo proprietário de escravos, lá aparece na criação do tal tribunal que deve ter saído da cabeça daquele velho sonhador que é o senhor Raul Guedes.

É um erro quererem eles julgar os republicanos que têm governado. O que eles deviam fazer era julgar a república.

Uma rematada tolice que foi a tal república. No fundo, o que se deu em 15 de novembro foi a queda do partido liberal e a subida do conservador, sobretudo da parte mais retrógrada dele, os escravocratas de quatro costados.

Isso de Benjamim Constant, Lopes Trovão, Silva Jardim foi uma isca que os matreiros “bois do coice”, “rapa cocos” e outros de igual jaez se serviram, para “forrar” a opinião da força e se apossarem do poder.

Toda a nossa administração republicana tem tido um constante objetivo de enriquecer a antiga nobreza agrícola e conservadora, por meio de tarifas, auxílios à lavoura, imigração paga etc.

É verdade que muitos que a ela não pertenciam enriquecem; mas não há rede por mais perfeita que não tenha algumas malhas em mau estado. Sempre escapa um camarão...

Estou doido para ver funcionar esse tribunal e ver os seus julgadores. Quero ver como ele vai tratar Floriano Boqueirão — Moreira César — Pico do Diabo — Santa Catarina; quero ver como ele tratará Prudente — Canudos, Hermes — Satélite — Ilha das Cobras etc. etc. etc.

No meu parecer, se me fosse dado dar um conselho a tais históricos, eu diria: não mexam em casa de marimbondos.

Careta, Rio, 24-1-20

O REI E A GALEOTA

A visita que o rei Alberto, da Bélgica, nos fez foi deveras proveitosa. São inúmeras as vantagens que ela nos trouxe e não poderia, nem saberia, enumerá-las todas aqui.

Muita gente, até agora, julgava que um rei fosse um homem diferente dos outros.

Com a visita do rei, porém, todos se certificaram que essa espécie de homem é em tudo semelhante a qualquer outra.

Eu não precisava dessa visita para certificar-me disso, pois conheci o simplório imperador do Brasil, Dom Pedro II. Fui, aos oito anos, com meus pais, esperá-lo, quando veio pela última vez da Europa.

Não me lembro bem de tudo. Sei só que ficamos na rua Primeiro de Março; que havia muita gente; que o largo do Paço estava coalhado de povo; mas não havia cordão, nem um bandão de policiais e militares de todos os matizes.

Pedro II não se dava ao luxo de temer atentados e desembarcou numa lancha comum que, se não me falha a memória, naquelas épocas, se chamava “bonde marítimo”.

Durante o seu reinado, que foi longo, a galeota real “Dom João VI”, que já se chamou, se não estou de todo esquecido, “Nossa Senhora da Conceição”, dormiu o sono de esquecimento na ilha das Cobras.

O velho imperador que era Habsburgo, Bragança e não sei o que mais, não gostava muito dessas suntuosidades reais, e, se o bonachão Dom João VI, servia-se, para os seus passeios na baía, da “Nossa Senhora da Conceição”, era porque, no seu tempo, não havia uma cômoda e rápida lancha a vapor.

Foi preciso que fizéssemos a república, e nos viesse visitar um presidente de república, o general Roca, para que a magnificência republicana fosse descobrir nas carreiras da ilha das Cobras essa suntuosa antighalha dos tempos dos reis absolutos, a fim de prestar homenagens a reis constitucionais e democratas e a simples presidentes de república.

Não pensem que tenha particular implicância com a galeota e queira a sua transformação em saveiro; ao contrário; o meu interesse por ela é grande e eu desejava mesmo vê-la de perto, a ela e a uma outra menor que há na ilha das Cobras.

Tenho por ela o interesse que tenho pelo mastodonte, pelas antiguidades egípcias, assírias, babilônicas e outras; um interesse arqueológico.

Posta a viver no mar, remada não sei por quantos remos de banda, a manobra guiada a apito, ela só pode trazer-nos recordações dolorosas dos tempos em que essas embarcações eram remadas por escravos ou galés acorrentados às bancadas.

É estranho que hajam sido os republicanos que tenham retirado do seu asilo e posto ao mar essa embarcação que só pode ser um espectro das más instituições do passado.

As coisas são sempre assim; e bem diz o povo: donde menos se espera, daí sai.

Napoleão, que era um arrivista e se fez a custa dos encantos da Josefina, não gostava que se falasse mal de Carlos Magno, nem de Luís XV, segundo dizem, porque se julgava herdeiro dessas majestades.

Os chefes republicanos que nos dirigem sonham-se herdeiros de Dom João VI e, por isso, desenterram-lhe a galeota do seu túmulo da ilha das Cobras e dela se servem nas suas próprias festas.

Na vida dos povos, não há interrupções, não há colapsos.

As revoluções se sucedem, mas no fundo as coisas continuam na mesma e vêm afinal as novidades que aquelas trazem se ligar com as velharias que foram derrubadas.

Presidente e rei são um e a mesma coisa. Está aí a galeota real, para dizê-lo.

Careta, Rio, 23-10-20

ATRIBUIÇÕES DE UM AUTOR

— Vou deixar a literatura.

— Por que?

— Porque ela nada rende, senão desgostos: além dos que provêm propriamente dela, há outros.

— Quais são?

— Você não imagina como sou assediado no bairro modesto em que moro. As crianças me pedem livros de “histórias”, os marmanjos querem cartas para namoradas; as moças querem versos; os velhos perguntam-me se tenho *O judeu errante* ou *Os doze pares de França*.

— Ora, bolas!

— Não se ria você; e a pura verdade — garanto a você! Já me pediram até uma cantiga de carnaval para um “rancho” de moças... Veja você só!

— Que é que você disse?

— Que não sabia fazer versos, sobretudo os de... carnaval.

Os dois amigos conversavam numa sala pobre de casa pobre, cuja única riqueza eram livros. O que acaba de falar repetiu:

— Vou deixar a literatura; é um aborrecimento...

— Mesmo que você a deixe, eles não acreditarão e continuarão a perseguir você.

— Você tem razão. Qual o remédio?

— É você mudar-se de bairro, ir para outro extremo da cidade.

— A ideia é boa, mas a despesa que tenho de fazer é grande.

— Não há dúvida; mas é preciso, meu caro.

— De resto, ainda por cima, sou perseguido pelos poetas incipientes. Eles me invadem a casa, com os seus poemas e novelas; convidam-me para isso e para aquilo; e, quando lhes dou uma opinião sincera, zangam-se e me desfeiteiam. Um inferno, Deus dos Céus!

— Por tudo isso, passam os autores célebres — fez o outro rindo-se.

— Mas eu não sou célebre. Se ainda fosse um acadêmico sisudo, vá!, mas não sou nem mais nem menos que um autor pobre, modesto e simples.

— E por isso mesmo é que eles procuram você. Se você fosse um autor grave, bem posto, que pesasse as palavras e os gestos, eles não procurariam; mas você não é assim, menino... o que se há de fazer?

— Há coisa mais séria que lamento: são os livros de valor que recebo, e sobre os quais não tenho tempo de dar notícia. São tantos que não me é possível atendê-los logo; e os seus autores hão de julgar que não o faço por descaso, desdém ou orgulho. Enfim: essa literatura é para mim um tormento. Vou deixá-la.

— Qual o quê! Você só a deixará com a Morte.

O queixoso olhou o céu, através da janela do aposento, e disse com mágoa:

— Talvez nem assim...

Careta, Rio, 10-9-21

O CENTENÁRIO

O que se nota, nas atuais festas comemorativas da passagem do centenário da proclamação da Independência do Brasil, é que elas se vão desenrolando completamente estranhas ao povo da cidade. O observador imparcial não vê nele nenhum entusiasmo, não lhe sente no ânimo nenhuma vibração patriótica. Se não há na nossa pequena gente, indiferença; há, pelo menos, incompreensão pela data que se comemora. De resto, o nosso povo carioca sempre foi assim: nunca levou a sério as datas nacionais, sempre elas lhe mereceram essa atitude displicente que está tomando agora com o “Centenário” festejado tão pomposamente com bailes e banquetes.

Há um conto de humorista inglês em que faz falar um mendigo de Londres da seguinte maneira: “Sou súdito de Sua Majestade Britânica. Tenho, além das ilhas Britânicas, o Canadá, a Austrália, a Índia, a Nova Zelândia e não sei que mais terras; entretanto, visto-me com farrapos, durmo, às mais das vezes, ao relento, e passo dias sem comer. Que me vale ter nominalmente tantas terras? Nada. Antes tivesse alguns níqueis por dia.”

Creio que o carioca raciocina de alguma forma parecida. Dirá ele: “Que me adianta José Bonifácio, Pedro I, Álvares Cabral, o Amazonas, o ouro de Minas, a feérica exposição, o Minas Gerais, se levo a vida a contar vinténs, para poder viver?”

Um tal estado de espírito não é favorável para entusiasmos patrióticos; ao contrário, há de trazer depauperamento e abatimento geral.

Os tempos estão bicudos; tudo está pelos olhos da cara. Um pobre chefe de família tem que pensar constantemente no dia de amanhã. Terá ele tempo de impressionar-se com festividades patrióticas em que mais predominam jogos de bola e outras futilidades do que mesmo manifestações sérias de um culto ao país e a seu passado?

O Brasil passa por uma crise curiosa que não sei como classificar. Com estas festas do “Centenário”, nós vemos uma das suas manifestações. Abre-se um jornal qualquer. Páginas e páginas são ocupadas com notícias de pugnas esportivas que se destinam a consagrar a efeméride que passa. A data em si é esquecida; tudo que se pode relacionar com ela o é também; mas o negócio de bola e de *box* ocupa o primeiro lugar.

De forma que nós não festejamos os cem anos da nossa independência política. O que nós fazemos é transformar o Rio de Janeiro num grande campo de lutas de *box* e corrida de cavalos.

Disse no começo destas breves linhas que o povo não se associava às festas do “Centenário”. Enganei-me. Às esportivas, ele se associa de bom grado. A elas, e às de luminárias e às paradas militares.

O povo saberá o parentesco que elas têm.

Careta, Rio, 30-9-22

CONGRESSOS

Além de outros motivos, devido a um infernal reumatismo que não me deixa, há bem seis anos, e me deixará nunca, por assim dizer não tenho arredado o pé de casa, desde que o povo do Brasil houve por bem reconhecer que estávamos independentes há um século.

Não vi a parada; não vi a revista naval; não vi os fogos de bengala da praia de Botafogo; nada vi, enfim, nem mesmo a exposição propriamente dita.

Aproveitei o tempo dessa forçada inação para estudar certas feições especiais dessa grandiosa comemoração, a que todos estamos assistindo, menos eu e alguns reumáticos e artríticos como eu.

Os senhores hão de se admirar de como possa eu, sem ter assistido sequer um festejo, apreciar feições características do atual centenário. É muito simples. Leio com o maior cuidado os jornais, como não os leria, se estivesse de perfeita saúde. A primeira coisa que notei, e — creio — os senhores terão notado também, é que não há dia em que não haja uma prova, um torneio esportivo. Seja de cavalos, de bolas, de pés todo o dia há um. De modo que esta comemoração do centenário não é bem a da nossa independência política; mas a da nossa capacidade esportiva ou desportiva, embora, no longínquo ano de 1822, não houvesse semelhante coisa, a não ser a montaria em bestas empacadeiras ou caçadas de paca e porco do mato, à noite, nos arredores da cidade nascente.

Se tivéssemos que comemorar o centenário do esporte entre nós, com outros, tudo estava a aconselhar algumas caçadas em Teresópolis, aos caítus e às antas que lá abundam. A caça, a bem dizer, era há um século o único esporte que existia entre nós.

Outra feição própria da atual “comemoração”, é a quantidade de “congressos” que estão funcionando, inclusive o “nacional”, de que ninguém dá fé.

Tenho estudado com afincos os seus programas; e, com o mais rigoroso método científico, procurando estabelecer uma regra geral para eles. Horas e dias, passo a comparar o do de “Meias para Homens e Senhoras” com o do de “Eixos e Rodas para Carruagens”, com o do de “Passarinhos em Gaiolas e fora delas”, com o do de “Micróbios Lunares” e tantos outros, para chegar afinal à lei geral que os rege. Não chego, não cheguei e, talvez, não chegarei nunca a

uma solução satisfatória e rigorosamente científica. Entretanto, empiricamente, posso afirmar que o programa comum a todos eles, quer se trate do de “Batráquios e Réptis”, quer se trate do da “Navegação a vapor, na Idade Média”, ou outro qualquer consiste:

- | | |
|--------|--|
| 1º dia | Inauguração. Banda de música. Hino Nacional. Discurso do Presidente. |
| 2º dia | Chá dançante, para estudo das teses a debater. |
| 3º dia | Subida do Corcovado e apreciação empolada <i>de la naturaleza</i> . |
| 4º dia | Passeio na avenida e adjacências ainda para estudo das teses. |
| 5º dia | Espetáculo no Municipal, em chinês. |
| 6º dia | <i>Football</i> etc. |
| 7º dia | Encerramento. Banda de Música. Hino Nacional. Discurso do presidente, concluindo, segundo um filósofo chinês, que o mais sábio é não agir. |

Eis aí.

Careta, Rio, 7-10-22

DISSIDÊNCIAS

Este caso de candidaturas que quase empolgou a opinião pública acabou comicamente num desfecho de malandragem que tudo fazia esperar. Quem conhece os personagens que nele andaram metidos bem sabia que tal coisa havia de acontecer. Não os movia nada de sério, nem qualquer ideal alimentava a campanha deles.

O que eles queriam, ou que eles querem, são os proventos que os altos cargos dão e, sobretudo, as vantagens que eles trazem à margem.

Seja Bernardes, seja Vertenza, associados quaisquer deles: a “filadelfos” de toda a ordem, o certo é que nenhum deles quer o bem público, nem mesmo o dos seus asseclas.

O escopo deles é arranjar-se e mais as famílias.

A tal história de “reação republicana” começou com tal ímpeto que parecia ser mesmo um movimento de opinião, dirigida com sinceridade por homens de valor e responsabilidade, contra politiquinhos obscuros, cuja única noção de política fosse aquela que se adquire nas lutas eleitorais da roça, onde predominam o assassinato, a compressão e a fraude.

Entretanto, assim não foi. No momento agudo, quando todos esperavam que tais homens levassem a luta até ao último, todos eles, sob este ou aquele pretexto, fugiram dela, deixando os seus adeptos “a ver navios”.

Ora, bolas! Chefes que tais não merecem confiança. É consagrado que o comandante do navio, em caso de naufrágio, seja o último a deixar o barco; entretanto os comandantes da barcaça da dissidência não fizeram isso. Foram os primeiros a fugir.

Onde está o combate? Onde está a luta?

Está aí, em que consiste a política do Brasil; Bernardes briga com Vertenza, soltam ambos belas palavras, pelos seus jornais e pelos seus oradores, os bobos tomam partido, levam chanfalhadas da polícia, vão para o xadrez e... os chefes embarcam para a Europa. Viva a política!

Careta, Rio, 5-1-24

NEGÓCIO DE MAXIMALISMO

O que não se pode compreender é esse horror por tudo que é ideia nova.

Noutro dia, eu disse a um camarada meu que se devia extinguir a dívida pública.

— Mas como? — exclamou ele.

Eu lhe disse que nós já havíamos pago essa dívida e que não havia motivo para continuarmos a pagar.

Ele não se convenceu e, então, eu perguntei com argumento *ad homine*:

— Você, quantas apólices tem?

— Eu! Nenhuma!

Assim são todos eles. Nada há que os obrigue; mas todos eles, devido a superstições ancestrais, se julgam obrigados a ser solidários com estados sociais que não os conhecem.

Não quero fazer revoltas; não as aconselho e não as quero; mas não devemos dar o nosso assentimento tácito a todas as extorsões que andam por aí.

A troça é a maior arma de que nós podemos dispor e sempre que a pudermos empregar, é bom e é útil.

Nada de violências, nem barbaridades. Troça e simplesmente troça, para que tudo caia pelo ridículo.

O ridículo mata e mata sem sangue.

É o que aconselho a todos os revolucionários de todo o jaez.

J. Carlos, com uma caricatura no *O Jornal*, fez mais do que todo e qualquer revolucionário.

Mandou toda a polícia do Rio para a Rússia. Ela que embarque.

Assim é que todos nós devemos fazer.

Troças, troças, sempre troças...

Careta, Rio, 20-9-19

COISAS PARLAMENTARES

O projeto legisla para um posto, que se esqueceu de criar — o de subtenente. Na hierarquia militar ele é desconhecido.

(Do Jornal de 16)

Quando se anunciou que o deputado Floriardo ia assumir a tribuna, para apresentar um projeto regulando as promoções no Exército toda a Câmara estremeceu.

Militar demissionário lido em tratadistas de coisas de militança, pontificando sobre a Arte da Guerra com os termos próprios e técnica, falando em balística e artilharia como ninguém, não havia quem não se embasbacasse, ao dogmatizar ele sobre plano de fogo, ângulo de sítio, fogo de enfiada, de barragem, marchas de flanco, alvo móvel e fixo etc. etc.

Trepou na tribuna arrogante e seguro de si. Começou fazendo um exórdio sobre a função das forças armadas nas sociedades modernas, sobre o papel das nossas na história nacional; e, afinal, disse que a alma dos exércitos é a hierarquia, e esta só pode ser eficaz com uma boa lei de promoções.

Entrou então no assunto:

— Senhor Presidente; até hoje tem sido uma injustiça a passagem do primeiro posto para o segundo. Há decuriões que levam vinte e mais anos nesse posto, enquanto outros, em menos de cinco, estão centuriões. Sendo assim, há de se refletir tão grave irregularidade na constituição da coorte, pois como se sabe é esta constituída de três manípulos, formados de duas centúrias. Se os comandantes destas não tiverem a confiança dos seus subalternos, porque os perseguiram, preterindo-os, todo o edifício militar, não já da coorte, mas da própria legião ficará abalado. Os legados e os tribunos nada poderão fazer para corrigir um tal estado de coisas. Penso que se deve considerar isso bem, porquanto os *fabri*...

Um Senhor Deputado:

— Vossa Excelência para que Exército está legislando?

O Orador:

— Para o nacional, naturalmente.

Um Senhor Deputado:

— Onde é que Vossa Excelência viu *fabri*, tribunos, no nosso Exército?

O Sr. Presidente:

— Peço toda a atenção. Quem está com a palavra é o Deputado Floriardo.

O Orador:

— Como ia dizendo: porquanto os *fabri* e os vexilários...

Um Senhor Deputado:

— Isto é o exército de Roma Antiga.

Toda a Câmara ri-se e riem-se as galerias, os taquígrafos, e das outras divisões do edifício chega gente para rir-se.

O deputado Floriardo não se escandaliza com a tempestade de riso que provocara. Logo que ela cessou, desce da tribuna e confia a um amigo:

— Li a coisa num livro; mas esqueci-me de adaptar, a ponto de não me lembrar de que não temos mais centuriões etc. Para outra vez, faço coisa mais limpa...

E acabou assim o incidente parlamentar. *Tout est bien...*

Careta, Rio, 25-10-1919

UM DEBATE ACADÊMICO

No cenotáfio acadêmico se haviam reunido vários conspícuos imortais, para tratar do termo — “Manicofa” usado pelo baixo povo do país.

O estudo tinha sido dividido, de acordo com a pergunta do acadêmico Kalendal Patagão, em duas partes:

- a) a origem do vocábulo;
- b) a sua significação;
- c) autores de valor que o tivessem empregado.

A primeira parte do estudo já tinha sido iniciada, mas as opiniões divergiam.

O acadêmico Frânio Julius (descendente de Júlio César) era de opinião que “manicofa” vinha do idioma inca. Ele não sabia nada de inca, como, talvez, ninguém; mas, com auxílio da medicina legal, afirmava peremptoriamente que a palavra se originava do idioma falado pelos antigos habitantes do Peru.

A isso, com considerações tiradas do Jomini, na Arte Militar, o general von Bambuh era de parecer que a palavra vinha do idioma miúsca.

Estavam as coisas nesse pé, quando, naquele dia, os acadêmicos se reuniram no cenotáfio, para ouvir o sapiente relatório do acadêmico Chama, homem de altas luzes e grandes posições, que opinava ser o vocábulo originário do idioma polinésico.

Como os dois seus colegas anteriores, ele ignorava esse idioma, mas tinha grandes argumentos tirados das portentosas obras da Baronesa de Staffe.

Foi aberta a sessão.

O presidente anunciou a ordem do dia. Nisto o acadêmico Pedroca pede a palavra pela ordem:

— Senhor Presidente, eu não recebo mais dinheiro. O Halves não nos deixou a cobreira para que nos locupletemos com ela, pois...

Carlito:

— Vossa Excelência só agora é que viu isto?

Pedroca:

— Um testamento é coisa mais difícil de decifrar que a pedra de Rosetta. Já os célebres juristas Artaxerxes, Anaxágoras, Friné diziam...

Carlito:

— Deixa disso, meu Pedroca! Você deve receber mesmo a pelega. Você quer bancar o Limak? Deixa disso, meu Pedroca! Receba a pelega que não faz mal!

Pedroca:

— Carlito, você sabe que não morro de amores pelo Limak. Ele está por aí nos ridicularizando e atacando que nem um poeta de botequim... Não quero a pelega de cem!

Carlito:

— Acho que você podia fazer uma coisa: instituir um prêmio com o produto das pelegas, em um ano de sessões.

Um Acadêmico:

— É o mesmo que receber...

Pedroca:

— Talvez... mas... Vou seguir o conselho do Carlito. Não recebo, mas instituo o prêmio. Está acabado.

Um Acadêmico (em voz baixa dirigindo-se a outros):

— *Avec le Ciel...*

E a sessão foi suspensa, sendo adiada a discussão do plebeísmo “manicofa”, para quando se anunciar.

Careta, Rio, 25-10-1919

MEGALOMANIA

Não se abre um jornal, uma revista, um magazine, atualmente, que não topemos logo com propostas de deslumbrantes e custosos melhoramentos e obras.

São reformas suntuárias na cidade; coisas fantásticas e babilônicas, jardins de Semíramis, palácios de *Mil e uma noites* e outras coisas semelhantes que eles propõem sejam feitas, no mais breve espaço de tempo possível.

Houve um até que aventou a ideia do Ministério da Agricultura e a Prefeitura Municipal construírem um prado de corridas no Leblon, visto, diz a tal publicação textualmente, gastar-se tanto dinheiro em coisas inúteis.

É claro que o autor da ideia acha coisa de suma utilidade um prado de corridas e as razões que apresenta são de tal ordem que se o artigo fosse assinado, o seu autor merecia ser lapidado pelos miseráveis e pobres que não têm um hospital para se tratar, pelos mendigos e estropiados que não possuem asilo onde se abrigar.

A função primordial dos poderes públicos, sobretudo o municipal, para o incubador de semelhante ideia, é fornecer passatempos a quem os já tem de sobra. Para ele, um prado coisa de utilidade social, porque lá podem ser exibidas vistosas *toilettes*.

Nesse caminho, a prefeitura deve desapropriar as “montras” da rua do Ouvidor e da avenida, para ampliá-las, embelezá-las, de forma a poder aumentar o número de bonecas de cera, vestidas a capricho.

Tudo delira e todos nós estamos atacados de megalomania. De quando em quando, dá-nos essa moléstia e nós nos esquecemos de obras vistas, de utilidade geral e social, para pensar só nesses arremedos parisienses, nessas fachadas e ilusões cenográficas.

Não há casas, entretanto queremos arrasar o morro do Castelo, tirando habitação de alguns milhares de pessoas.

Como lógica administrativa, não há coisa mais perfeita!

O mundo passa por tão profunda crise, e de tão variados aspectos, que só um cego não vê o que há nesses projetos de loucura, desafiando a miséria geral.

Remodelar o Rio! Mas como? Arrasando os morros... Mas não será mais o Rio de Janeiro; será toda outra qualquer cidade que não ele.

É caso de apelar para os ditados. Vão dois: cada louco com a sua mania;
sua alma, sua palma.

Careta, Rio, 28-8-1920

ASSUNTO SÉRIO

Agora que já parece de todo passado o carnaval, é conveniente que voltemos a tratar de assuntos sérios e graves.

É depois da sobremesa, quando os vinhos genuínos começam a produzir os seus efeitos, que os convivas dos bons jantares se dão ao prazer de discutir a imortalidade da alma e outras matérias transcendentais.

Não sei quem foi que disse isto; não sei em que “jornal” ou diário de escritor li isto, como não sei também quem foi o primeiro a dizer que se levanta do pensamento do moço, no dia seguinte das noitadas, quando ele acorda dia alto e com sede, um arcanjo de pureza.

Depois de tantos dias seguidos de pândega e folia carnavalescas, é de presumir que o estado de espírito de todo o Rio de Janeiro e proximidades seja favorável a meditações de assuntos graves e sérios.

Ele deve estar como aqueles convivas dos bons jantares, após a sobremesa, quando são levados a conversas metafísicas e nebulosas.

Embora, por motivos quaisquer, não tenha assistido os festejos de Momo, estou na melhor disposição para conversar coisas filosóficas e morais com os leitores que, certamente, após um tão prolongado carnaval, ainda estão nas condições daquele rapaz a que aludi, e que sente erguer-se do seu cérebro um arcanjo de tenções puras e profundos arrependimentos.

Um dos assuntos próprios para estes momentos críticos é o casamento.

Todos o discutem, desde tantos séculos; e não há dia que passe sem que apareça algum corajoso para epilogar sobre tal cerimônia.

Ultimamente vi duas opiniões de valor: uma do meu amigo doutor Plácido Barbosa e a obra da Liga pela Moralidade do senhor Peixoto Fortuna.

Ele se esquecia que nessa manhã, o senhor Pedro Tavares, pelos “apedidos” do *Jornal do Commercio*, descompunha o juiz da vara tal, chamando-o de venal para baixo, por não lhe ter dado a vitória numa causa de vultuoso valor.

Por isso continuou:

É preciso moralizar o júri. Já o deputado Gumercindo Ribas, autoridade jurídica de Santa Rita da Boca do Monte, mostrou o caminho, num projeto que substitui o júri de juizes de fato por um triunvirato de bacharéis. Infelizmente a Câmara, até hoje, não o aceitou.

Nessa ocasião, ele se lembrou da Constituição e quis dourar a pílula:

Quando a nossa Lei Magna diz que fica mantida a instituição do júri, não quis permitir que fosse essa bambochata que anda por aí. Ela quis que fosse uma coisa séria.

Não teve ânimo de dizer que fosse coisa séria, só aquela em que funcionavam bacharéis e doutores; e rematou:

Urge que os poderes públicos tomem uma providência, de modo a salvar a nossa sociedade da ignorância, da desonestidade dos nossos jurados sem escrúpulo que estão sempre dispostos a mandar para a rua os piores criminosos.

Feita essa solene “cabeça”, coligiu as notas e redigiu a notícia propriamente.

Acabada que ela foi, tratou de ir jantar.

Jantou e passeou pela cidade e teatros.

Recolheu-se alta noite e, ao dia seguinte, quando foi receber dinheiro na sua repartição, inspetoria contra os gafanhotos, onde não tinha o mês inteiro, foi notificado que havia sido sorteado para o júri.

Pôs o “ciente” no ofício do juiz e saiu logo com os cobs no bolso.

O chefe perguntou-lhe:

— Já vai, “Seu” Silva?

— Já, doutor.

— Com essa pressa?

— Por força! Vou arranjar um atestado médico, para não comparecer ao júri.

Careta, Rio, 18-10-1919

AMAZONAS DO ASSÍRIO

No “*restaurant*” ou bar Assírio, diversas frequentadoras daquelas paragens, segundo os jornais e por motivos que não vêm a pelo reproduzir aqui, se engalfinharam num pugilato, a altas horas da noite.

Em matéria de combates entre mulheres nós pouco sabemos de positivo. A história não guarda memória de nenhuma delas, ao que eu saiba; e a única tribo guerreira de damas —, assim mesmo não é da história, é da lenda de que se tem notícia, é das Amazonas.

Essas, porém, não se batiam entre si, mas contra os homens unicamente. As damas do elegante porão do Municipal, porém, não procedem assim. Deixam de parte os marmanjos e se engalfinham entre elas.

Não posso deixar de aprovar-lhes o procedimento, porque vai nisso um verdadeiro progresso. Se elas ficassem no papel de Amazonas da mitologia, que seria delas, do *champagne* e das sedas?

Ia tudo por água abaixo e a indústria vinhateira ou semelhante de vários países muito sofreria, assim como a do bicho-da-seda.

Procedendo, como procederam, naturalmente quebraram-se algumas garrafas do precioso vinho espumante, estragaram-se muitos vestidos de seda. Daí vem um lucro para os mercadores de vinho e para os comerciantes de fazendas.

Dirão: se fosse à moda das Amazonas, acontecia o mesmo. Não há tal. Aquelas respeitáveis senhoras combatiam com armaduras, capacetes e outras peças de uniforme inenarrável. O que não acontece com as combatentes atuais que vão para a liça em traje de passeio.

Dou parabéns àquela dependência do Municipal, por ter podido presenciar mais esse progresso moderno nos costumes femininos.

Não foi à toa que ele, o teatro que devia regenerar a nossa literatura dramática, custou tão caro...

Careta, Rio, 22-5-20

UMA IDEIA

Sempre foi uma das minhas preocupações a instrução pública. Não quero dizer com isto que vá fazer concorrência ao senhor Carneiro Leão, ao senhor Leitão da Cunha ou meu amigo Dênis Júnior.

Entretanto, sem ter a autoridade especial desses senhores que fizeram estudos profundos e transcendentais a respeito, tenho procurado na medida das minhas forças concorrer para o progresso do ensino público e disseminar as ideias úteis que encontro aqui e ali, em livros modestos, que os pedagogos de verdade não têm, tão absorvidos andam eles com as coisas difficilimas de psicologia infantil e coisas correlatas.

Ainda há dias aqui, nestas colunas, tive ocasião de aludir a uma opinião do romancista paulista, Leo Vaz, sobre tal assunto.

Essa opinião, como os senhores devem estar lembrados, vem exarada no seu curioso romance — *O Professor Jeremias* — que devia estar, a estas horas, em todas as mãos.

Agora, cabe-me a vez de dar a respeito de instrução pública a opinião de outro romancista, também brilhante, que a adquiriu, não lendo compêndios ou tratados ou estudos *yankees*, alemães, suecos e noruegueses, mas com a observação direta da realidade.

Trata-se do senhor Teo Filho, autor de mais de meia dúzia de volumes, dos quais três são romances e alguns têm mais de uma edição.

O senhor Teo Filho tem viajado muito; tem andado por Seca e Meca, Olivais e Santarém; já viu as “sete partidas do mundo”, como o infante Dom Pedro; mas só conseguiu ter uma opinião sólida a respeito de instrução pública na Casa de Detenção desta cidade leal e heroica.

Após um pequeno incidente de rua, seguindo o aparelho policial, jurídico até o seu curso, o ilustre confrade, um belo dia, viu-se “agatanhado” por um meirinho e lá foi parar na honrosa mansão de que é alcaide-mor o eterno o elegante coronel Meira Lima. Nessa torre de Segóvia, Teo não escreveu o *Dom Quixote*; nessa Sibéria, Teo não escreveu a *Casa dos Mortos*; mas tomou notas interessantes.

Com elas e com as que tomou nas suas viagens pela Europa, formando uma espécie de díptico, ele organizou um livro que acaba de publicar com o sugestivo título — *Do Vagão-Leito à Prisão*.

É neste interessante volume seu que vem a observação sobre instrução pública a que aludi no começo destas linhas.

Notou Teo como o tédio da prisão, a sua monotonia fatal, impele todos para a leitura e como essa solicitação é tão forte que arrasta até os prisioneiros analfabetos a aprenderem a ler. Conta casos, até. Os jornais, sobretudo, atraem extraordinariamente os detentos que os compram aos pares e, por isso, Teo julga que, para acabar com o analfabetismo, seria talvez excelente prender todos os analfabetos por alguns anos.

Não sei se seria bom ou mau; o que sei, porém, é que tal se desse ficaríamos absolutamente sem dirigentes.

Careta, Rio, 29-5-1920

ALTA CULTURA

Os excelentes resultados que tem dado a Academia de Altos Estudos, onde o visconde de Afrânio Peixoto ensina a vida edificante de Gotamo Buda e explica o Zend-Avesta, levaram diversos homens de boa vontade a fundar nesta cidade uma Universidade de Alta Cultura, cujo programa de ensino podemos dar em resumo.

Uma das cadeiras que será a mais pura novidade pedagógica entre nós consistirá no ensino de comentar telegramas da Havas, United Press etc. com auxílio de revistas, dicionários geográficos e de celebridades contemporâneas. Até agora, ninguém sabia fazer isto aqui; e foi o barão do Rio Branco quem iniciou essa formidável e transcendente disciplina entre nós.

Nós não temos nenhuma necessidade de saber as nossas coisas; mas conhecer bem as dos outros é imperioso dever nosso.

Não sei bem quem seja o senhor Bacelar, do Amazonas; mas conheço perfeitamente quem é o senhor Ergebeger, da Alemanha.

O Itamarati, por isso, é o modelo das nossas repartições. Ele sabe tudo — intrigas, motins, maneiras, modas — que se passa lá fora e pouco ou nada do que se passa cá dentro.

Afasto-me, porém, do meu propósito que é dar a súmula do programa de ensino da Universidade de Alta Cultura.

Uma outra cadeira que nela haverá será a de “Criação de Galinhas”.

Não há nada que demonstre mais saber em um homem que o versar com proficiência sobre semelhante assunto.

Tratar de Leghorns, Plymouths, Orpingtons etc., e ter a sabedoria de Tales de Mileto ou de outro qualquer sábio da Grécia.

Isto já é Alta Cultura e será mais alta ainda se o sábio escrever uma obra a respeito e vender a edição ao Ministério da Agricultura.

É o que a universidade futura pretende ensinar.

Careta, Rio, 10-7-1920

UM SOCIÓLOGO

Das pessoas policiais, a que mais aprecio é o doutor Nascimento Cloro, terceiro delegado auxiliar. Ele já foi primeiro; agora é terceiro; mas isto não quer dizer nada, porquanto, a significação de avanço de promoção depende simplesmente do critério no sentido da contagem. Pode-se convencionar que se avança, indo de 3 para 1; e pode-se convencionar também que se sobe, indo de 1 para 3. Como em quase todas as coisas da vida, isto é uma questão de pura convenção. Mais nada.

Dizia eu que o apreciava muito, tanto assim que quando, à noitinha, o vejo, na rua da Assembleia, na sua reluzente vitória policial, enconchado nela, apesar da capota arriada, paro a vê-lo embasbacado.

Se nela estivesse Spencer ou Comte ou Bagehot ou outro qualquer sociólogo de monta, creio, a minha admiração não seria tão grande. Sabem porque? Não sabem. É porque leio os seus relatórios. Eu gosto do ar *tranchant* que ele toma quando discute essas questões de capital, de trabalho, de patrão, de operário. Nem Yves Guyot seria mais decisivo. É que ele, o doutor Cloro, recebeu a palavra divina; ele sabe o que o Nosso Senhor Jesus Cristo não sabia; ele sabe o que é a verdade.

Com uma penada, coisas mais controvertidas e muito pouco solucionadas, ele as resolve de vez. É pena que não aplique esse seu poder ao crime e aos criminosos...

O que faz pensar tanta gente sábia, não lhe causa o mínimo embaraço. Corre ao Dicionário Universal de Chapas e tira fortes e robustos argumentos, para chegar a conclusões certas e evidentes.

No seu último relatório, temos este pedacinho de ouro, de ouro como ritmo, de ouro como ideia. Vejam só a coisa:

“Espíritos combalidos por uma psicose, não raro saturados por desmesurada egolatria, escolhem para campo de expansão ingênuas massas operárias e, insuflando-lhes a vaidade, incitam-no a desvarios e crimes, na utópica persuasão de um possível absolutismo igualitário.”

Não era possível faltar a tal história de “psicose”. Um advogadinho que se preza não deixa nunca de apelar para ela, quer acuse, quer defenda.

O “utópica” é um achado, embora não seja novo. Já nos meados do século XVIII, ali, em Paris, um outro delegado Nascimento chamava assim os

filósofos. A coisa tem mais de cem anos; não sabendo, porém, disto o nosso Nascimento, e para ele um achado.

Tenho que Cloro está fazendo *fausse route*. O seu lugar não é na polícia; é na Academia de Altos Estudos. Ele é um profundo sociólogo; o seu dever é ir professar sociologia na referida academia. Não há que hesitar; vá já, e já!

Careta, Rio, 21-8-1920

ACUMULAÇÕES E COMENDAS

A legislação da república vai de vento em popa. Todas as coisas mais antirrepublicanas são notadas e admitidas pelos poderes públicos.

Esse negócio de acumulações é uma das mais belas coisas que os tribunais e congressos têm consagrado como muito democráticas.

Um contínuo não pode acumular, mas um doutor de qualquer coisa pode.

Não há nada mais igualitário do que semelhante critério. Nem a superfície de um lago o é mais!

Há ainda alguma coisa a acrescentar. Lembremos que os graúdos: aposentados, quando querem acumular, dizem que aposentadoria não é cargo; mas, quando são juízes reformados e o governo quer fazer descontos nos seus vencimentos, a aposentadoria é lugar, cargo em cujos vencimentos, de acordo com a Constituição, não podem eles sofrer descontos. Ora bolas para a lógica!

Não ficam nisto só as maravilhas republicanas.

Deram agora para as manias das comendas e fitas. Todos os nossos bravos guerreiros dos jornais e da tribuna estão cheios delas, apesar da nossa lei magna terminantemente impedir isso. Mas... há sempre com a lei acomodamentos.

Não contentes em recebê-las por importação dos países estrangeiros, querem arranjar uma bem nacional e no congresso se votou um projeto criando uma bem nacional para gáudio e orgulho de todos os grêmios nacionalistas.

Não há dúvida que a república se aperfeiçoa e a nossa democracia é exemplar.

Careta, Rio, 11-9-1920

OS GRANDES TAPECEIROS

Em todas as épocas da história, e mesmo da pré-história, tem havido pessoas soberanas e principais que se interessam pelos tapetes.

Em geral, essa gente gosta mais de capachos, mas não despreza os tapetes.

Nos baixos relevos assírios, nós vemos o poderoso Senaquerib, não só furando os olhos dos prisioneiros de suas guerras, mas também sacudindo o pó dos tapetes dos seus palácios.

O terrível Sesóstris, o famoso Ramsés II, conforme hieróglifos de Luxor, ocupava o seu mando com duas coisas principais: examinar os seus carros de guerra e inspecionar os seus depósitos de tapetes.

Salomão, o voluptuoso Salomão, não podia deixar de apreciar tapetes, tanto assim que no Cântico dos Cânticos, 69, há esta passagem que denuncia bem esse seu gosto:

“69 — E eu farei com as minhas próprias mãos macios tapetes onde os teus meigos pés de gazela irão pisar.”

Muitos soberanos e príncipes modernos têm seguido o exemplo dos antigos. Gongunhana, quando os portugueses o internaram em Cabo Verde ou em São Tomé, não reclamava nunca comida ou bebida; queria tapetes.

A Rainha Ranavalo na sua detenção na Argélia, depois de despojada do seu trono de Madagascar, pediu e obteve do governo francês que ficasse a seu lado o seu antigo ministro dos Tapetes, cujo nome não me recordo agora.

Quando menino conheci, aqui, um príncipe que, embora não sendo nosso, se pode assim considerá-lo, pois viveu entre nós e batalhou ao nosso lado. Quero falar do Príncipe Obá II, d'África. Pois bem: o Príncipe Obá era um grande apreciador de tapetes. Não podendo comprá-los, fabricava-os com sacos de aniagem que, naqueles tempos, os vendedores davam de graça e hoje custam os olhos da cara.

O formidável Cunhabembe, aquele famoso chefe de coligação dos tamoios que se gabava de lhe correr no corpo o sangue de mais de mil inimigos, esse Cunhabembe deliciava-se com tapetes.

Os deles eram de peles humanas de incautos cidadãos que esfolava, não com unguentos, mas com facas de fabricação francesa, pois era aliado de piratas

normandos.

Não é, portanto, de admirar que o senhor Eptácio Pessoa, nosso presidente da República e transitoriamente nosso imperador, tenha, ao visitar a Câmara dos Deputados, a fim de preparar o Monroe e ensaiar o parlamento para recepção do rei Alberto; não é de admirar, dizia, ter Sua Excelência se preocupado com tapetes.

Careta, Rio, 25-9-1920

À UNIVERSIDADE

Não há dúvida alguma que o ensino público vai melhorar e aperfeiçoar-se de tal modo que é bem possível que, em breve, desapareça de todo o analfabetismo, coisa que, no dizer de muitos, é causa do nosso atraso.

O senhor Alfredo Pinto, que, além de cuidar de justiça, trata de tapetes, demonstrou ao chefe do Estado a necessidade de se criar nesta cidade uma universidade.

Que fez o presidente?

Catou aqui e ali algumas escolas e faculdades; esqueceu a do senhor Afrânio; e — bumba! — decretou a existência de uma universidade nesta muito leal e heroica cidade.

A nova universidade tem, entretanto, uma coisa original. As outras têm uma faculdade de direito; a nossa tem duas.

Entretanto, não possui uma de teologia.

As duas faculdades de direito, tacitamente oficializadas, amanhã, com tal duplicata, vão causar atrapalhões ao congresso para aquinhoar os respectivos lentes com os direitos e as vantagens dos verdadeiramente oficiais.

Tal coisa é muito de lamentar, pois, ao que se diz, a criação de tal universidade não visa senão isso.

As universidades clássicas não ensinam coisas de engenharia. Têm, é verdade, uma faculdade de ciências físicas e matemáticas; mas no que se refere a engenharia propriamente, o ensino é feito fora delas.

Na nossa, podemos aprender até montar campainhas elétricas.

Nem as famosas dos Estados Unidos!

Essa universidade está parecendo com os prédios da avenida; é só fachada, e mais nada!

Verdadeiramente o bom senso não é a nossa principal qualidade de povo!

Enfim, era preciso que tivéssemos uma originalidade qualquer, e essa parece ser a mais frisante.

Careta, Rio, 25-9-1920

BANQUETES

Uma época, tal a que atravessamos, de festas, bródios, carnavais, corridas e futebol, pouca atenção se há dado a arte culinária.

Toda a atenção dos governantes, inclusive a do presidente, tem se encaminhado para a indumentária masculina e feminina, para o mobiliário e coisas anexas e para outras menores que não mereciam o especial carinho com que estão sendo tratadas por pessoas tão conspícuas.

O uso do fraque já foi decretado; o emprego da tal calça de fantasia já foi regulamentado.

A extensão do decote das senhoras foi calculada, sem erro de milímetro, e o ministro da Justiça já expediu um aviso-circular a todas as nossas casas de modas, determinando a sua obrigatoriedade nos vestidos de alto bordo, sob pena de cair os rigores da lei sobre os infratores, assim como sobre os costureiros, que os fabricarem em desobediência ao estabelecido.

Entretanto, enquanto se procede em tal meticulosidade para o vestuário, para os tapetes etc., a pasta culinária das festanças ao rei fica abandonada ou entregue o arbítrio de chefes de cozinha sem nenhuma cultura literária, artística e filosófica.

Podia citar aqui Brillat-Savarin, Spencer, Kant e Pedro Lessa, na frase do meu amigo Hilário Tácito, para demonstrar a importância da cozinha, na metafísica das relações internacionais, coisa que já foi feita com raro brilho pelo doutor Rafael Mayrink, no seu clássico tratado — *Do Protocolo*; eu podia, citando historiadores antigos e modernos, reforçar os argumentos desse doutor; eu podia lembrar que a guerra de Troia foi precedida de um banquete no Céu, do qual resultou, por uma infração do protocolo, um conflito sangrento que interessou até os deuses; podia lembrar que a Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo começou por uma ceia, em que Judas foi cruelmente tratado; podia fazer tudo isso e mais alguma coisa. Não quis e fui a um alfarrabista e comprei o *Cozinheiro imperial ou nova arte do cozinheiro e do copeiro* etc. etc.

O exemplar que adquiri, é da terceira edição, saiu à luz nesta cidade, em 1852, edição da extinta Casa Laemmert, sendo que a primeira é de 1840.

É um livro precioso pela sua antiguidade, cujo uso aconselho aos encarregados de alimentar os nossos reais hóspedes.

As suas receitas e os seus *menus*, embora escritos no português mais lídimo, têm a vantagem de não serem entendidos, como os modernos em francês.

Por exemplo: para um banquete ordinário, ele determina como segunda parte, o seguinte: “quatro pratos de perdigotos assados guarnecidos com torresmos de presunto”.

Para o mesmo banquete a terceira parte deve ser: “quatro pratos de frangos dourados, guarnecidos de picatostes de descaídas”.

Por aí vai com “lombos de cassis”, “ovos reais e graves”, “perus de salsa real” etc. etc.

Os seus banquetes são caudalosos; ele foi escrito, talvez, por um antigo cozinheiro de Dom João VI.

Sob todos os aspectos, é um livro notável e merecia uma análise mais atenta e profunda, deixando eu de fazê-la por me faltar competência. Talvez o senhor Raimundo de Miranda a pudesse fazer. Seja como for, a minha missão está cumprida e era a de denunciar a sua existência.

Careta, Rio, 25-9-1920

MACAQUITOS

Um jornal ou semanário de Buenos Aires quando uma *équipe* brasileira de *football*, de volta do Chile — e, onde fora disputar um campeonato internacional — por lá passou, pintou-a como macacos.

A cousa passou desapercebida, devido ao atordoamento das festas do rei Alberto; mas, se assim não fosse, estou certo de que haveria irritação em todos os ânimos.

Precisamos nos convencer de que não há nenhum insulto em chamar-nos de macacos. O macaco, segundo os zoologistas, é um dos mais adiantados exemplares da série animal; e há mesmo competências que o fazem, senão pai, pelo menos primo do homem. Tão digno “totem” não nos pode causar vergonha.

A França, isto é, os franceses são tratados de galos e eles não se zangam com isto; ao contrário: o galo gaulês, o *chantecler*, é motivo de orgulho para eles.

Entretanto, quão longe está o galo, na escala zoológica, do macaco! Nem mamífero é!

Quase todas as nações, segundo lendas e tradições, têm parentesco ou se emblemam com animais. Os russos nunca se zangaram por chamá-los de ursos brancos; e o urso não é um animal tão inteligente e ladino como o macaco.

Vários países, como a Prússia e a Áustria, põem nas suas bandeiras águias; entretanto, a águia, desprezando a acepção pejorativa que tomou entre nós, não é lá animal muito simpático.

A Inglaterra tem como insígnias animais o leopardo e o unicórnio. Digam-me agora os senhores: o leopardo é um animal muito digno?

A Bélgica tem leões ou leão nas suas armas; entretanto, o leão é um animal sem préstimo e carniceiro. O macaco — verdade — não tem préstimo; mas é frugívoro, inteligente e parente próximo do homem.

Não vejo motivos para zanga, nessa história dos argentinos chamar-nos de macacos, tanto mais que, nas nossas histórias populares, nós demonstramos muita simpatia por esse endiabrado animal.

ARTE CULINÁRIA

Escrevi nesta revista algumas coisas sobre arte culinária.

Não tive objetivo senão encaminhar o governo da República para a arte de fazer petisco.

Um governo desta nossa atual República é um governo de vatapás, carurus e outras coisas agradáveis ao paladar.

O senhor Epitácio Pessoa continuou o governo dos banquetes.

Como assim fosse, eu procurei compêndios especiais a tal respeito. Achei o *Cozinheiro imperial*, sobre o qual tenho escrito aqui alguns comentários.

Era uma coisa necessária, visto que na época atual é comer, e comer bem.

Acontece, entretanto, que dona Maria A. Costa me manda de São Paulo (sempre São Paulo) um curioso livro sobre arte de fazer quitutes e me pede a opinião sobre o valor das receitas.

Em verdade, como se diz nos Evangelhos, eu digo à dona Maria Teresa que não posso julgar dos seus processos de fabricar acepipes.

Sou muito pobre e tudo aquilo que está no seu belo livro custava-me os olhos da cara.

Conquanto seja eu solteiro e não tenha esperança de me casar mais, gostei muito de saber o que é alcatra, chá de dentro e outras peças de carne de que eu não tinha notícia.

Careta, Rio, 13-11-1920

OS TAIS HIGIENISTAS...

Queria escrever uma longa carta ao Excelentíssimo senhor doutor Carlos Chagas sobre a sua Saúde Pública e o draconiano regulamento que Sua Excelência acaba de extorquir dos poderes da República.

Há muitas presunções profissionais. Há a presunção literária, que é ridícula; há a militar, que é odiosa; há a médica, que é de uma lamentável estreiteza; e muitas outras, porque cada profissão tem a sua presunção e se julga como a dominadora de todas as outras, sem perceber que todos os ofícios se entrelaçam e a nossa sociedade é uma rede de artes e mesteres, todos eles necessários a ela.

O senhor Chagas é o mais alto representante da presunção médica.

É e julga que, se há tuberculose, e porque não se decreta tal e qual lei e não se põe a sua execução nas mãos dele e dos seus colegas; se há opilação é porque não se açoita o sujeito que anda descalço e não se fuzila o que não se constrói fossos sépticos nos fundos do seu “tijupar” ou coisa que o valha; e, assim, por diante.

Todos os males da humanidade estariam curados se ela fosse governada por ditadores médicos, auxiliares acadêmicos, mata-mosquitos etc. etc.

O equilíbrio de outras condições da vida atual com as necessidades da higiene, ele não vê.

Não vê que é preciso dinheiro para se ter boa alimentação, vestuário e domicílio, condições primordiais da mais elementar higiene; entretanto, por isto ou por aquilo, a maioria da população do Brasil se debate na maior miséria, luta com as maiores necessidades, não podendo obter aqueles elementos de vida senão precariamente, mesmo assim custando-lhe os olhos da cara.

Sua Excelência, antes de expedir regulamentos minuciosos sobre tantos atos da nossa vida doméstica, devia ter o cuidado de facultar-nos os meios de realizar as suas exigências.

O que há em Sua Excelência, e o que há em todos de sua categoria: Sua Excelência nunca conheceu necessidades e afere a vida dos outros pela sua, feliz e rica.

Por falar nisto, lembro aqui um caso.

Quando morreu o professor Francisco de Castro, suspeitou-se que houvesse sido de peste, que reinava entre nós naquele tempo.

Os médicos da Saúde Pública quiseram verificar a coisa; mas a camarilha do doutor Castro, a cuja frente se achava o senhor Azevedo Sodré, se opôs violentamente que eles cumprissem o seu dever. Chico de Castro não podia morrer de peste bubônica...

São assim os nossos ferrabrases de higienistas a prussiana: dois pesos e duas medidas...

Careta, Rio, 4-12-20

SABEDORIA ESVERDINHADA

Quem tivesse ido um dia destes, dos últimos do mês que findou, ao escritório da *A Noite*, havia de assistir uma interessante discussão, travada, mais ou menos, nos termos de um trecho que adiante vai.

Um dos disputadores era um cidadão jactancioso que, ao ouvi-lo falar sentenciosamente sobre tudo, teríamos de julgá-lo uma espécie de Aristóteles, ou Diderot ou Humboldt, ou mesmo Pico de Mirandola — “*De omni re scibili et... quibusdam aliis*”.

Parecia não só que ele sabia tudo o que é sabedoria deste mundo e dos outros, como não tinha deixado um bocadinho dela para os outros saberem alguma coisa. Era um desses falsos sábios positivistas, insolentes e agressivos, cuja sabedoria máxima consiste em descompor e repetir uns chavões comtistas, cobrindo de um calculado desdém o adversário. Nenhuma boa-fé, nenhuma lealdade. São traiçoeiros como pântanos e bem parecida com pântanos é a sua sabedoria esverdinhada (o verde é a cor deles) e estagnada.

Essa espécie zoológica parecia ter desaparecido; mas ainda vivem alguns exemplares, ao que parece.

Dizia o outro disputador a ele:

— Se o que eu afirmo ser errado na bandeira, pois não pode ser aquela a posição das estrelas, porquanto no nosso hemisfério...

— O senhor não sabe astronomia — digo-lhe eu.

— Mas, se eu não sei, nada mais fácil ao senhor que a sabe, de esmagar-me de vez com o seu saber nessa ciência.

— O senhor talvez lesse o Delaunay; talvez — digo eu, porque não acredito que mesmo esse autor tivesse lido. — O senhor não sabe matemática, e não passou do divertido Flammarion.

— Mas, caro senhor, se assim é, a vantagem é sua. O senhor pega o Laplace, o Bailland ou mesmo o Galdino Pimentel e afoga-me nos seus cálculos.

— Ora, esta! Com um literato e bacharel, como o senhor é? Não faltava mais nada!

— Quanto a esse negócio de literato, há muitos que não temem a sua matematicazinha de cacareco; e, quanto a bacharel, não sei porque esse título

possa ter impedido que eu estudasse astronomia e matemática —, estudos que não são privilégio de ninguém.

O esverdinhado ia ficando furioso.

— Discutir a sério questões dessas, com o senhor, seria desrespeitar os meus pergaminhos.

— Quais são?

— Sou bacharel em ciências físicas e matemáticas, engenheiro militar, civil, de minas, industrial, agrônomo etc., pela Escola Militar do Brasil, o primeiro estabelecimento científico do mundo.

— Assombra-me que a antiga Escola Militar, tendo sido isto, não tive-sse ela, por intermédio dos seus alunos e lentes, no século que passou, de grandes invenções e descobertas, de teorias e hipóteses as mais ousadas nas ciências físico-matemáticas e em outras, contribuído em nada para isso. Admiro-me!

O esverdinhado estava furibundo e, quase berrando, exclamou:

— O senhor é um sofista!

— Sofista? Seja! O que me assombra ainda é que o senhor, positivista, se apegue aos seus títulos acadêmicos, para afiançar o seu saber e negá-lo também aos outros, quando...

O esverdinhado não se conteve:

— Fique sabendo, “seu” bacharel e “seu” poeta d’água doce: você é um metafísico!

E saiu que nem um raio pela porta afora, fazendo uma bulha de danado.

O outro que discutia com ele, muito calmo, virou-se para os circunstantes e refletiu:

— Este homem, por desprezo, chama-me de literato e de poeta d’água doce; entretanto, não há dia feriado em que ele não se empenhe nos jornais, para publicar uma horrorosa versalhada dura que nem pedra, alusiva à data. Já se viu para que deu esse poeta do *Diário Oficial*?

O DESTINO DO CHAVES

Trouxe Chaves, quando nasceu, o nome de Felismino. Seus padrinhos, a pedido de seus pais, conservaram-lhe o nome do santo do dia do seu nascimento; mas acrescentaram a este, o de Felicíssimo. Veio a chamar-se, portanto, Felismino Felicíssimo Chaves da Costa.

Antes do batismo, sua mãe, senhora duplamente crente tanto na igreja católica como nas práticas de adivinhação e feitiçaria, mandou chamar algumas pessoas conspícuas e entendidas nestas últimas misteriosas coisas e pediu-lhes que dissessem o futuro da criança. A mãe de Chaves ainda estava de resguardo; e as “fadas” locais disseram a *buena dicha* do pequeno, da parturiente, onde estava o berço do recém-nascido.

Falou em primeiro lugar a Vitória, uma velha indiática, originária da raça extinta dos caetés, aqueles indígenas sacrílegos que, logo nos primórdios da colonização do Brasil, não trepidaram em cremar as carnes sagradas do primeiro bispo do nosso país, Dom Pero Fernandes Sardinha.

A velha cabocla falou em primeiro lugar e com brevidade:

— Iaiá, ele vai longe; vai ser grande coisa.

Disse isto, após ter feito algumas gatimonhas, caretas e cuspinhar nos quatro cantos do aposento, que ainda recendia a alfazema.

Seguiu-se à velha índia, a não menos velha Maria Angela, uma preta de raça “cabunda”, rainha do terreiro e respeitada por toda aquela redondeza, pelo poder de seus bruxedos e feitiços.

Era aparecer alguém com moléstia tenaz, queixar-se de atrasos de vida ou desgraças domésticas, todos aconselhavam a você:

— Isto, dona Dadá — por exemplo — é “uma coisa feita”. Não há que ver! Porque a senhora não procura a “tia” Maria Ângela, para “cortar”?

Sendo assim famosa e respeitada, indo ler o horóscopo do infante Felismino, esperava ser a primeira ouvida. Não o foi, porém; e agastou-se. Contudo, não deixou trair o seu despeito.

Quando chegou a sua vez de deitar o vaticínio, preliminarmente fez uns passos de jongo, em melopeia horrível e profética:

— Sim, menino, meu anjinho: “vancê” será grande coisa... Mamãe é bem boa... Eu não “corta...” Mas “vancê” não será feliz naquilo que “vancê” e os seus “quisé”.

A mãe não se conteve e perguntou:

— Em que será então?

A velha negra não teve tempo de responder. “Pai” Luís, um velho preto “congô” também, entendido nessas coisas transcendentais de adivinhar o futuro... dos outros, e que viera prognosticar a vida a vir de Felismino, apressou-se, um tanto amuado, em afirmar:

— Eu não “gunguria ningror”; não “qué botá biongo” nem “mangá”; mas eu “diz” que criança “sê macota” no que ele não sabê’.

Chaves fez-se rapazola e foi matriculado na Escola Militar do Ceará, porque em criança andava de chapéu armado, feito com jornal, tendo uma espada de bambu na cinta e corria pela chácara paterna, montado num cabo de vassoura. Era um bom augúrio para uma bela carreira militar...

Não acabou o curso e foi desligado por pontos. Terminou, mal ou bem, aos tombos, os preparatórios, e foi mandado estudar medicina, na Bahia. Foi logo reprovado, em Botânica e Zoologia, no primeiro ano. Tomou então a resolução de estudar direito. Formou-se afinal. Fez-se promotor, juiz, ganhou influência na comarca. Guindaram-no a deputado. Ele viveu, na Câmara Federal, calado e, por isso mesmo logo foi feito senador pelo seu Estado natal.

Veio a governar a República, o Imperador Pechisbeque. Um belo dia, sem saber como, Felismino Felicíssimo Chaves da Costa deitou-se senador e levantou-se da cama ministro de Estado dos Negócios da Marinha.

Todos os horóscopos dos feiticeiros de sua terra se haviam cumprido exatamente.

Careta, Rio, 15-12-1920

UMA CONFERÊNCIA ESPORTIVA

No sábado último, no salão nobre da Liga Metropolitana dos Trancos e Pontapés, em presença de numerosa e seleta assistência, o doutor Francoso Hell Jacuencanga, consultor literário da liga, pronunciou afinal a sua anunciada conferência sobre “A educação física, o *football* e as suas conquistas e progressos, entre nós”.

E começou invocando os manes da defunta e vagabundíssima Grécia; citou filósofos e educadores, omitindo cautelosamente o nome de Spencer, porque, certamente, já tinha notícias de que existia um livro desse grande filósofo inglês, em cujas páginas o jogo dos pontapés não é lá muito tratado.

Em seguida considerou:

“Vamos ao cais do porto. O serviço de estiva corre celeremente. Os estivadores, com passos apressados, correm sobre as pranchas, carregando pesados fardos. São homens de todas as raças e mestiços delas. Vêde-lhes a musculatura. Como é perfeito! Os músculos de todas as partes dos seus corpos, como que foram calculados com paciente precisão, para funcionarem harmonicamente. Que beleza! Que perfeição! Mas para que servem? Para nada — podemos dizer; pois carregar fardos de alfafa, de algodão, sacos de café não é trabalho útil à sociedade.

“O mesmo havíamos de considerar, se observássemos os carroceiros, os catraieiros, os malhadores de fundição, os caldeireiros etc.

“Entretanto, se nos colocamos no alto da arquibancada de um *field* de *football*, a contemplação dos músculos desarmonicos dos *players*, as suas longas pernas superenriquecidas de força, o *mollet* muito proeminente, a contrastar com o seu andar bambo, e também as suas cabeças de chuchu, é quando vemos e percebemos a utilidade da educação física. Ela não está no emprego para serviços de que toda a sociedade precisa; ela está no seu platonismo, no seu desinteresse, em não se aplicar ou em dar sem proveito algum dia e noite pontapés num pelotazo.”

Continuou por aí, e, afinal, veio a falar nos progressos e vantagem do *football*, entre nós. Foi, essa parte da conferência, muito documentada. Graças à gentileza do conferencista, podemos publicar alguns documentos com que ilustrou a sua notável peça lítero-esportiva. Fá-lo-emos a tempo. Disse mais o doutor dos esportes:

“Uma das primeiras vantagens que obtivemos com o *football* foi armar uma rixenta rivalidade entre o Rio e São Paulo, coisa que só é sentida por nós, os olímpicos.

“A turba ignara de trabalhadores, operários, jornalistas, escritores, militares, graças à sua fraqueza de pernas e pés, inteiramente a desconhece.

“Uma outra vantagem que adveio para a nossa terra foi o ressentimento dos uruguaiois que aqui vieram disputar um campeonato. Os cisplatinos chegaram a procurar as suas autoridades diplomáticas para queixar-se do mau tratamento que lhes dispensamos.

“O ministro do Uruguai, talvez haja mês e pouco, externou opiniões bem severas e nem sempre justas sobre esses campeonatos internacionais de *football*. Uma revista desta cidade, o *A. B. C.*, de 4-12-20, a propósito, informa:

“‘Há tempos, depois de um campeonato internacional de *football* aqui, queixaram-se amargamente os nossos dos uruguaiois e de entre estes um aventurou-se em Montevideú a sustentar uma campanha de imprensa contra nós.’

“Não há dúvida alguma que isto foi uma vitória para a fraternidade sul-americana, obtida pelo *football*.

“O que, porém, convence todos de que o nobre esporte bretão prospera e se enraíza nos hábitos das nossas gentes são as pugnas, lutas, rixas, conflitos, até tentativas de suicídio que ele suscita.

“Há tempos o *Jornal do Commercio* noticiava o fato de uma senhora, dona Albina *** casada com o senhor Washington *** tentar suicidar-se, porque o seu esposo era um apaixonado do *football*.

“O venerando órgão assim narra a ocorrência:

“O marido de Albina, que é carteiro de terceira classe da Repartição dos Correios, diariamente deixava a casa onde residia com a esposa, na rua Honório 339, em Caxambi, no Méier, e lá ia, rumo do campo de *football*, antes de iniciar o seu serviço nos Correios.

“A mulher diariamente lhe reprendia por esse fato. Achava ela que esse não devia ser o comportamento de um bom marido.

“Ainda ontem tal cena se repetiu. O marido não quis atendê-la. A mulher tomada de desgosto resolveu, por tão pouco, acabar com a vida. Para isso munuiu-se ela de um vidro etc. etc.

“Afirma ou não semelhante fato a sedução formidável que tão glorioso exercício físico está exercendo sobre os espíritos de *élite* da nossa sociedade? Essa senhora que tentou suicidar-se — essa é um coração fraco que não está ao

par das conquistas modernas da civilização. Vejam como as ‘torcedoras’ dos grandes clubes usam um vocabulário viril, até o próprio calão, para animar os do seu partido ou desnortear os do adverso!

“É mais uma conquista do *football*, essa da civilização vocal das senhoras e senhoritas.

“Aqui, no Rio, não há domingo em que esse extraordinário jogo tão zoologicamente executado com os pés não mereça a consagração de barulhos, rixas e conflitos, em todos os campos da cidade.

“O último conflito que houve foi entre o Mangueira e o Fluminense. Esteve soberbo.

“Referindo-se a ele, *A Noite* diz, em 13 de dezembro:

“‘Já não é só nos campos dos clubes de terceira ordem que tais cenas se verificam. Nos dos outros, nos de primeira ordem, nos últimos tempos, também se tem timbrado nesses desrespeitos à assistência, não atendendo sequer à presença de senhoras, que são atropeladas nas correrias e até agredidas, devido à confusão.’

“Curioso, esse jornalista!

“Pois ele queria que os clubes aristocráticos e puros ficassem atrás dos clubezinhos dos subúrbios? O *football* é uma e mesma coisa, em toda a parte!

“O *Correio da Manhã* também, referindo-se a esse conflito, tem descoco de comentá-lo da maneira abaixo, como se tal fato não fosse virtualmente o fim próprio e natural do jogo. Eis as palavras desse jornal, em 14 do mês acima citado:

“‘As mais graves cenas foram verificadas, tendo havido agressões de todas as maneiras e em toda e qualquer pessoa, notando-se até senhoras que foram atingidas pela sanha dos desordeiros, que custaram a dar por finda a sua obra.’

“Fora do Rio, o lindo esporte inglês vai se impondo corajosamente, como é notório.

“Conta *A Noite*, de 5 de agosto último:

“‘À tarde, quando se realizava, no campo do Clube de *Football* Guanabara, em Niterói o jogo entre este clube e o Malta, houve um conflito de graves proporções, do qual saíram feridas quatro pessoas, sendo que três gravemente.’

“Descreve os pródromos da contenda, e em seguida narra:

“‘Afinal, João Ribeiro, que jogava pelo Clube Malta, exasperado, retirou-se por instantes do campo, e, armado de um revólver, voltou, tentando agredir um dos *footballers* do clube adversário.’

“Tomado de fúria sagrada em prol das cores da sua sociedade esportiva, a ‘Malta’, João feriu mais outras pessoas, com o seu heroico revólver.

“Para acabar, como lá está no jornal aludido, transcrevo-lhe estas palavras:

“‘Subjugado, a custo, foi o criminoso desarmado. O povo tentou linchá-lo, espancando-o violentamente.’

“Niterói, por estar mais próximo do Rio de Janeiro, foi a primeira cidade nacional que o imitou nos seus épicos costumes futebolescos. Mas, em breve, São Paulo a seguia, embora o seu *football* fosse tido e havido como um *football* de salão.

“Em 28 de novembro último, houve um sério conflito, entre dois clubes daquela capital — ‘Aliados’ e ‘Oficinas São Paulo’ — que disputaram uma partida.

“Saíram vários feridos, entre os quais um a canivete.

“Em 12, depois de um encontro entre os clubes ‘Palestra Itália’ e ‘Paulistano’, deu-se o seguinte, que o *Correio da Manhã*, em telegrama, expõe assim:

“‘São Paulo, 13 — Numa taberna existente na rua Anhanguera, vários indivíduos italianos e brasileiros discutiam os resultados do jogo de *football*, de ontem; certo momento, quando mais acesa ia a discussão, um rapaz do grupo, barbeiro, de nacionalidade italiana, ardoroso defensor do Palestra, sacando de uma navalha, vibrou quatro golpes contra o operário Caldino de Assis, que defendia o Paulistano.

“Penso bastarem as provas que aí ficam, para demonstrar à sociedade a prosperidade e as vantagens advindas à comunhão brasileira, com a introdução do *association* entre nós. O que é preciso é que os *plays* se façam também políticos, a exemplo do que fizeram os *sportsmen* de jogos antigos de ligeireza e golpes singulares, para que o *football* preencha plenamente o seu destino superior.

“Tenho dito”.

Houve uma prolongada salva de palmas e um começo de rolo. Alguns *footballers* quiseram agredir um cronista esportivo: mas ficou só em ameaça.

Ainda bem.

Careta, Rio, 1-1-1921

SERIA O “SUCO”

Deve ser o motivo de meditação essa nossa propensão nacional para a tirania e para o despotismo. Um qualquer sábio iria encontrar as raízes disso no cacique onipotente da taba indígena ou no feitor de fazenda em cujo eito gemia e suava a escravaria negra.

Pode ser que sejam essas as origens; pode ser que sejam outras. É coisa que não é afinal da minha conta. O que verifico, porém, é que não se dá a qualquer brasileiro um bocadinho de autoridade sem que logo ele não desande num tirano.

Eu mesmo já senti as manifestações dessa tendência nacional quando, ainda menino de colégio, era escalado a tomar conta da classe.

Por dá cá aquela palha, admoestava o colega, punha-o de castigo ou dava parte ao professor.

Devido a esse meu infantil exagero de sentimento de autoridade, quase fiquei brigado com o colégio inteiro.

Verificando isso e não querendo viver isolado, de déspota de calças curtas, passei a ser endiabrado com as mesmas calças.

Não porque eu fosse intrinsecamente travesso; mas, sim porque, tendo mau comportamento, não seria jamais escolhido para reger turmas de colegas. Ganhei fama de traquinas, fui privado de muitos recreios e — graças a Deus! — até hoje não me foi dado ter autoridade sobre ninguém, não podendo, no fim de contas, exercer o meu pendor para a tirania.

Curei-me em tempo da doença dos “paxás”; ao que parece, porém, os compatriotas não procuraram nunca fazer como eu, mesmo com sacrifício dos recreios juvenis.

É geral a tendência dos nossos homens para a ação violenta ou despótica, legal ou ilegal.

Aparecem uns cândidos cidadãos que se dizem anarquistas. O governo que até ali os desprezava, por não ser o anarquismo teoria ou doutrina que figurasse nos pontos de “Filosofia do Direito” de um grave mandarim de faculdade; o governo, dizia, põe-se cheio de sustos, de terrores noturnos, e desanda a prender, a espancar, a deportar ilegalmente todo o sujeito mal vestido que se atreva, em um humilde botequim, a proferir esta velha sentença, por demais cediça: “Quem furta um pão, é ladrão; quem rouba um milhão, é Napoleão.”

Neste velhíssimo rifão, ele vê todo um corpo de doutrina que prega a destruição do Estado, o saque aos bancos, o emprego da dinamite etc. etc.

Se o pobre-diabo que tal coisa disse, possui um nome terminado em “ki” ou em “off”, está irremediavelmente perdido; tem que passear a bordo de um paquete, de cá para lá, de leste para oeste, de norte para sul, até que um país qualquer o queira deixar desembarcar.

Não vimos, ainda não há muitos dias, o marcial Kalogheras, muito otomanamente, pedir satisfações sobre a conduta de uma sociedade particular que nenhuma satisfação direta tem de lhe dar sobre a sua vida íntima?

Mais ainda.

Trata-se, por exemplo, de saúde pública. Logo os regulotes sanitários discutem uma porção de exigências que, além de vexatórias, são, em geral, difíceis de serem cumpridas, pois demandam dinheiro, quando grande parte da população vive penosamente; ou, caso sejam cumpridas pelos que podem, vem encarecer a vida dos pobretões dependentes, do vendeiro, do verdureiro, do açougueiro, que sobre aqueles fazem recair o custo dos aperfeiçoamentos, melhoramentos, “higienamentos” etc., dos seus negócios.

Os pobretões passam a alimentar-se ainda pior do que dantes e, assim, cumprem o preceito higiênico e religioso do jejum, à força de... sábios regulamentos.

Vejam só essa questão da pesca e de pescadores. Querem baratear o custo do peixe. Boa medida — não há dúvida! Mas de que se lembra o governo? De encarregar dessa tarefa alguns militares, inclusive praças de pré e marinheiros irresponsáveis e, na sua simplicidade, doidos de mandarem também na paisanada sem direitos.

Os militares, não fossem eles militares, imediatamente, acharam remédio para fazer baixar o preço das sardinhas, dos bagres, dos carapicus etc.

Sabem qual foi?

Muito simples é ele; prender os pescadores, apreender e confiscar as suas “Marés” de peixe, vendê-las e pagá-las pelo preço que as autoridades oficiais da pesca entenderem. Simples e sábio.

É uma verdadeira requisição de guerra, nada mais, nada menos.

À vista de tudo isso, eu propunha que o regímen político do Brasil fosse constituído por uma federação de malocas, tendo cada uma à sua testa, chefes com a autoridade discrecionária e queimássemos todas as leis, códigos, constituições e ordenações. Seria o “suco” da perfeição político-administrativa de um país.

Careta, Rio, 8-1-1921

AS MULHERES NA ACADEMIA

Os jornais, com grande ruído, publicaram um ofício ou carta de uma senhora que ilegalmente exerce uma função pública, pedindo que, na Academia de Letras, fossem admitidas meninas prendadas.

Está aí um negócio que eu acho muito razoável. Ninguém, como semelhantes moças, é próprio para semelhante coisa.

Nas salas e salões, desde Botafogo ao Méier, não há quem não admire uma moça que saiba recitar.

Todos os meninotes e mais dançarinos de tais paragens ficam embasbacados quando uma menina de olheiras põe-se no meio da sala e diz o “Quisera amar-te”.

É um grande e inevitável sucesso que quebra a monotonia habitual dos bailes poucos regados à cerveja e outras bebidas.

Eu não tenho nenhuma ojeriza especial às moças que se dedicam às letras; ao contrário: acho que as meninas em geral têm muita vocação para isso, porquanto se vestem muito bem e com pouco dinheiro. Há grandes escritores que só são notáveis pelas suas roupas. Não preciso exemplificar porque tal coisa é sabida por todos.

Um vestido bem talhado, por uma pobre costureira de qualquer grande casa de modas da rua do Ouvidor, deve ser título bastante para uma moça ser considerada uma honrada literata.

A literatura nada tem a ver com a vida, com os seus choques inevitáveis, com as dores dos outros, com os problemas do nosso destino e da sociedade; a literatura é um negócio de contramestra de casa de confecções (cuidado com o Assis Sintra) e modas.

Que sabe uma mulher, uma “melindrosa”, ali da avenida, a respeito da dor de uma pobre rapariga criada de servir?

Nada. Entretanto, ela esteve no Colégio de Sion e fala mais ou menos o francês e, do resto dos homens e das mulheres que não são da sua roda, ela tem um grande desprezo.

Para ela, essa gente não tem alma, como certo concílio afirmou no tocante às mulheres.

Pois então, dirá essa dama prendada, aquele sujeito que vai ali tão feio e tão sujo podei dizer — *merci*?

Por isso mesmo, porque as mulheres não compreendem nada disto; porque elas não têm uma visão larga e profunda da Humanidade; porque elas nunca viram a dor dos humildes nem se interessaram por ela; por isso é que elas são grandes escritoras.

As suas qualidades primordiais estão em colocar bem os pronomes, em saber que quem descobriu a América foi Cristóvão Colombo, em afirmar que o ar é uma mistura e responder logo de pronto que a batalha de Lepanto foi em 1571.

A minha opinião, a vista do exposto, é que a academia deve ser composta só de mulheres, que ela não deve ter mais biblioteca, arquivo, nem coisas parecidas. O que ela deve ter são joias montadas, alfinetes e grampos para chapéus.

Dessa forma, ela pode muito concorrer para o progresso das letras pátrias.

Careta, Rio, 19-2-1921

COISAS JURÍDICAS

Este negócio de assassinatos perpetrados pelos maridos, por adultério da mulher, dá lugar a muitas reflexões. A estupidez desses matadores é evidente; a sua perversidade não é menos.

Mas os jornais, no dever de forçar a publicidade e provocar a curiosidade, trazem à tona coisas bem interessantes.

Não quero falar bobagens e quinquilharias da vida doméstica de um qualquer casal: não quero falar do caderno da venda nem das reclamações do vizinho; não quero falar do choro das crianças nem das palmadas paternas e maternas. Tudo isto é igual em todas as notícias desses casos tristes em que um bobo ou perverso de marido mata a mulher porque adulterou.

No último caso, porém, em que isso se deu, surgiu uma situação onde a bodega de lei dança uma dança macabra com a justiça e a razão. Relembro um pouco. Um sujeito qualquer que descobre a mulher em flagrante adultério. Tenta matá-la à faca; o amante se interpõe e o marido o mata. Bem. Até aí, nada de novo.

O que de novo aparece é o código civil ou criminal ou lá que for. Qualquer de um desses famosos calhamaços diz que a essa pobre mulher que escapou de ser morta, e, se o não foi, deve-o à generosa coragem do seu amante; a essa pobre mulher o calhamaço dá direito ao matador *manqué* de processá-la e arranjar a sua condenação a um ano de prisão celular.

Ora bolas! O que é mais grave é o adultério ou a tentativa de assassinato? Então o tipo que me mata ou tenta matar-me porque furtei um pão à sua padaria pode processar-me por crime de furto?

Então eu que atiro e firo o gatuno que me vai furtar as galinhas do quintal, posso processá-lo por crime de furto?

Já se viu uma coisa dessas?

Essa jurisprudência é uma coisa muito engraçada!

Careta, Rio, 19-2-1921

UMA OPINIÃO DE PESO

Da sala familiar de sua vasta casa, mais cheia de bugigangas novas e esquisitas do que a Exposição da Arte Retrospectiva, o venerável estadista, senador Faltanho da Consideração, conversava com o seu amigo e discípulo, Arantes Borrumeu, sobre os graves problemas políticos, econômicos e sociais da nossa terra.

Sua filha Bruneilda, sentada a uma cadeira de balanço, ouvia a conversa, ou melhor, contemplava o bacharel Borrumeu, cujo talento fora muito gabado na “academia” mas que adiava a sua estreia na câmara, por motivos que ele claramente confessava.

— Você, Borrumeu, por que não estreia na câmara? Tem havido tantas questões interessantes... Você deve aproveitar.

Ao amigo que assim lhe falava, Arantes respondia:

— Estou ainda aprendendo.

— Como? Pois se você era o primeiro orador do seu tempo, na faculdade? Como é isso?

— Aquilo era oratória de estudante. Na câmara é preciso outro estilo... Estou perdendo o ranço de “acadêmico”, por ora!

A senhorita Bruneilda, porém, sabia perfeitamente que são os deputados obscuros os que mantêm duradouramente o mandato e, muitas vezes, sobem, além do que se espera.

De resto, seu pai mandava no Estado de***; e, sendo seu marido Borrumeu, naturalmente ela seria durante toda a vida mulher de deputado, se não fosse de senador, de ministro e quem sabe? — de presidente da república.

Os dois políticos continuavam a conversar naquele vasto salão de uma vasta casa; e a moça, ao lado, permanecia calada.

Borrumeu observou:

— Uma das dificuldades para um bom governo desta terra é não haver um regular serviço de estatística. Não acha Vossa Excelência?

— É; não há dúvida! Era preciso que os dados fossem fornecidos com mais constância e fossem mais completos e variados... Nos Estados Unidos...

— Não é preciso ir aos Estados Unidos; São Paulo possui um belo serviço; e, se o Cincinato brilha com os seus discursos de verdadeiro ministro do Fomento, ele o deve a perfeição de tal serviço.

— Concorde contigo, Borrumeu; mas é preciso ver o campo de ação de um Estado e o da União.

— Vossa Excelência tem razão. O Governo Federal, em face de qualquer estadual, abrange um mundo.

— Há, entretanto, um serviço de estatística, mantido pela União, que é digno de elogios.

— Qual é?

— É o de estatística comercial. Conhecia?

— A repartição, de nome: mas, publicações dela não vi jamais uma sequer.

— Pois tenho aqui, organizado por ela, um boletim estatístico do comércio do Brasil com a França, durante os nove primeiros meses de 1920.

— Aumentou a nossa exportação? Vossa Excelência que leu...

— Ao contrário: diminuiu de 194 milhões de francos, em período idêntico de 1919.

— E a importação?

— Aumentou terrivelmente, principalmente em objetos de luxo. Nos nove primeiros meses do ano anterior havíamos comprado à França, sedas no valor de cinco milhões; e, em igual período de 1920, a importação foi de francos dois milhões.

— É incrível!

— Pois é verdade, meu caro filho. E joias, então?

— Devia, como já foi lembrado, ser proibida a importação desses artigos.

Ate aí a filha do senador se havia mantido calada. Mas, quando o Licurgo Arantes aventou a medida de tal proibição, ela o aparteou com veemência:

— Com que nós nos havíamos de vestir? Isso não pode passar!

Arantes não apresentou projeto algum a respeito e casou meses após, para felicidade dele, dela e do... povo, com a senhorita Bruneilda da Consideração. Houve mirra e prédica.

Careta, Rio, 22-1-1921

O PODEROSO DOUTOR MATAMORROS

Aquela noite, cheguei ao meu palacete, bem tarde. Lembro-me perfeitamente.

Minha mulher tinha vindo a dormir no automóvel Packard da repartição que eu dirigia. O espetáculo acabava muito depois de meia-noite; fomos ainda tomar chocolate e atravessamos a “Cidade Nova”, o Mangue, quando já havia passado muito de uma hora. Olhei com tristeza as casas do Mangue, as da “Cidade Nova” nas ruas transversais; as do morro da Favela eu apenas entrevia. Pensei de mim para mim: por que não se acabava com “aquilo?” Seria necessário aquele *repoussoir* para afirmar a beleza dos bairros chamados *chics*?

Apesar de engenheiro, eu não tinha atividade ou especialidade técnica ou profissional qualquer; era “doutor”. Porém, como me havia casado bem e os meus parentes fossem influentes, na política, eu pleiteara e arranjara ser diretor geral das Águas Medicinais do Brasil, de que nada entendia.

Tinha um gordo ordenado, ajuda de custo para viajar de automóvel oficial (marca imposta pelo ministro) da minha casa, na Tijuca, para a sede da minha repartição, em uns cubículos da rua Primeiro de Março, segundo andar.

No meu cargo não havia nada que ver com saneamento de cidades, nem com coisas correlatas; mesmo, verdadeiramente, com águas virtuosas, tinha pouco ou quase nada; mas, naquele momento, deu-me em pensar nas dores dos outros...

O meu serviço era mandar compilar relatórios sobre Carlsbad, Tiflis, Ems e outras estações afamadas de águas medicinais de todo o mundo; e, postos no vernáculo, assiná-los e mandá-los ao ministro.

Mesmo assim, tinha por meu maior desejo deixar o cargo, para criar galinhas; mas via-me obrigado a tentar nele, até poder ocupar um de mando efetivo, onde viesse a sentir a alegria de governar, de algum modo, a vida de outros muitos. Era atizado nisso por minha mulher que sempre me dizia:

— Encerrabodes, você é um trouxa, um molenga!

Porque, minha mulher, apesar de figurar no Cota das seções elegantes e mundanas dos jornais e revistas, gostava de falar em calão. Ela tinha sido torcedora de *football*.

Quando lhe ouvia tais palavras, acudia humilde:

— Por que, minha filha?

— Você não arranja um cargo de destaque! Não há meio!
— Não tenho elementos, Nepomucena.
— Qual! O Chico Neves é filho de um “bombeiro” e já foi governador do Juruá.

— Se o Albino tivesse vindo presidente... Então, sim!
— Estás mesmo à espera dele... Hum!... Se eu não tratar...

Esses diálogos eram constantes entre nós; mas nunca passavam daí.

Ela mesmo, quando cismava, é que dava os passos para a minha ascensão; eu, a bem dizer, não fazia nada, nunca!

Dormindo como ela estava no automóvel, mergulhado na misteriosa grandeza de uma noite negra e estrelada, muito só no seio do seu silêncio grandioso, pus-me a pensar na sorte daqueles que residiam naquelas casas pobres. Certamente, imaginei, pagam aluguéis exorbitantes! Aquilo era uma injustiça, e o fundamento da sociedade (tinha lido não sei onde) é a justiça. Se eu estivesse no lugar do Matamorros, já tinha dado um remédio a um tal estado de coisas!

Afinal, o meu Packard, quase presidencial, parou em frente ao meu palacete, na Tijuca. Despertei Maria Nepomucena, a minha mulher, e, em breve, dormíamos na santa paz do Senhor.

Sonhei que era autoridade; que era o Matamorros; que a Constituição, as leis, os regulamentos, os avisos, as portarias, os acórdãos, as decisões, os decretos, as ordenações, as cartas régias, os alvarás, as decretais papalinas, as lupercais, as saturnais e mais institutos de Justiniano e de sua virtuosa mulher Teodora — todo esse acervo de disposições legais presentes e passadas me dava poder para fazer o que promettesse, tanto mais quando se tratasse do benefício geral.

Foi com a macia carícia desse sonho no meu pensamento que despertei.

Também não me havia passado na mente a impressão das casas pobres a vencer exorbitantes aluguéis.

Tomei uma simples xícara de café, adiei o banho morno para mais tarde e pus-me a ler os jornais.

No primeiro que peguei, topei com este artigo: “Casas populares e o governo civil”. Li-o e encontrei este trecho:

“Iam as coisas nesse pé e todos estavam exuberantemente esperançados, quando o doutor Matamorros, o nosso ilustre governador civil, esquecido do seu anterior pronunciamento favorável e público, fulminou o projeto dos vereadores, sobre casas populares, com o seu veto.

“O interessado corre ao gabinete de governador, sem compreender a sua atitude. Este nega que o houvesse feito, mas lhe é mostrado o jornal oficial. Movimenta-se o gabinete, buscam-se os autógrafos. O caso não pôde ficar suficientemente esclarecido. O governador ou alguém por ele vetara o projeto, o que certamente não foi a primeira vez, nem será a última.”

— Diabo! — exclamei eu. — Que governador de cidade é este que não sabe o que assina? Livra! E falam dos jurados!

Continuei a leitura:

“Mas o Senhor Matamorros prometeu que, no dia seguinte, retificaria seu ato, sancionando o projetor!...

“Ao invés, porém, comunicou ao interessado que lhe era impossível cumprir a promessa da véspera.”

Minha mulher, por aí, entrou no aposento em que estava, e eu, o doutor Encerrabodes, descansando o jornal disse-lhe com ar zombeteiro:

— Queres ver um fiasco que fez o Matamorros?

— Qual foi? — indagou ela.

— Prometeu aprovar uma coisa, mas não só não a aprovou, como deixou que alguém a reprovasse por ele. Fresca autoridade!

— Mas mesmo assim é governador...

(Das “Notas de um aspirante à presidência de qualquer coisa”).

Careta, Rio, 5-2-1921

A GREVE DA CANTAREIRA

Esse negócio de greve dos marinheiros da Cantareira, toda a gente viu anarquismo, sindicalismo anárquico e outras coisas apavorantes para a Sociedade, para o Estado etc. etc.

Pode ser que uma tal explicação seja cabível para outra qualquer parede que se dê por aí; mas para tal companhia de tartarugas, vulgo barcas de Niterói, não.

Os habitantes de ambas as cidades de um ou outro lado da baía são sabedores do mau estado das almanjarras ronceiras que a atravessam, servindo aos passageiros que as demandam, por absoluta necessidade.

Quando eles fazem tal sacrifício de vida, caso o possam, vão à mais próxima igreja e encomendam a sua alma a Deus.

Houve mesmo “diários” delas que se quiseram cotizar, a fim de manterem capelões nas respectivas pontes daqui e de Niterói, a fim de prestarem os serviços divinos de quem marcha certo para a morte. Este alvitre não pôde ser posto em prática, porque a diretoria da companhia viu em tensão tão piedosa um atentado aos seus soberanos direitos de mandar, desta para a melhor, os pobres mortais que se veem obrigados a embarcar nos seus carunchosos calhambeques, que não oferecem a simples segurança da mais humilde canoa de pesca. As tais barcas fazem água por todos os poros; elas adernam por dá cá aquela palha; elas levam uma eternidade daqui para lá e de lá para aqui — e isto com muito orgulho e prosápia. Andam assim como se fossem altaneiros couraçados ou velozes cruzadores.

Não há embarcação miúda ou graúda, civil ou militar, que lhes leve as lampas em grandeza e galhardia de coisa importante que desafia os caprichos do mar.

Certa vez, um desses calhambeques, cheio de orgulho e empáfia como os demais, teve o topete de sair barra fora, como se fosse gente.

O oceano foi com ele generoso. Desprezou a sua arrogância, não o tragou, mas troçou-o a valer. Fê-lo andar à matroca, levantou-o no seu dorso como um pedaço de palha; enfim, debochou-o como quis.

Afinal, cansado, depois de tê-lo feito embiocar em toda enseada e angra, saiu delas para meter-lhe susto com um encalhe, numa praia de ilha deserta, atirou com ele em Santos.

São tais os perigos que correm os que navegam em tais barcas, como se está vendo, que os respectivos marinheiros resolveram muito precavidamente abandoná-las por prudência.

Foi este e não outro o motivo da última greve nas barcas da Cantareira.

Careta, Rio, 19-2-1921

AUTOMÓVEIS OFICIAIS

Um jornal desta cidade canta vitória porque os automóveis oficiais vão ser afinal empregados unicamente em serviço, deixando de ser utilizados para escandalosos passeios de damas e senhoritas em compras a casas de modas, e, às vezes mesmo, para alegres excursões de pares galantes a arrabaldes pitorescos.

O estimável vespertino que isto conta, como sendo providência de um ministro atual ou de ministros de hoje, parece esquecer que já vários ministros de presidentes passados expediram as mais severas circulares para que tais veículos fossem só empregados no uso das autoridades quando no exercício de suas funções.

No entanto, apesar das maiores e mais enérgicas ameaças contidas em tais ucases ministeriais, eles continuaram a ser coisa de uso próprio das famílias dos mesmos potentados que lhes davam o destino mais surpreendente possível.

Houve um delegado auxiliar do governo passado que empregava o que tinha a sua disposição, para levar o seu pimpolho, ao banho de mar.

Não se contentando com isso, ainda distribuiu um guarda civil, na praia do Flamengo, para encaminhar o pequenote carinhosamente até o lugar da ablução, esperar que o seu rebento a gozasse bem e o trouxesse de novo até à carruagem, onde o motorista cochilava cansado de suas funções ultraoficiais.

Casos como este podiam ser contados às dezenas, porque uma das razões para que tal acontecesse foi a democratização burocrática do automóvel.

Em começo, o automóvel oficial era só dos presidentes da república, do senado e da câmara e dos ministros de Estado; mais tarde os diretores de certas repartições importantes foram autorizados a adquiri-los, para seu uso; mais tarde, os subdiretores; mais tarde, os chefes de seção; hoje, possuem-nos os secretários, os escrivães, os amanuenses, os contínuos, os serventes, os encostados e os diaristas.

Ora, não é possível que dona Adelaide, esposa do subdiretor de qualquer repartição, dispondo, por ser esposa de seu marido, de um automóvel, com o qual não despende um ceitil, não mande a filha ou o filho ao colégio, em tão cômodo meio de locomoção, ao invés de mandá-los num bonde vulgar ou a pé, com a cozinheira atrás, debaixo do sol ou de uma sombrinha corriqueira.

De resto, não há nenhum mal em tal fato ou parecidos.

O Rio é uma grande cidade à qual o senhor Bulhões atribui uma população de quase um milhão e meio de habitantes. Deve ter, portanto, um aspecto suntuoso, rico e movimentado.

O automóvel é hoje um elemento indispensável, para dar a uma qualquer cidade essa feição.

Nós, em geral, não somos ricos nem individualmente e muito menos milionários; o governo está, por todos os motivos, no dever de emprestar à cidade esse aspecto de suntuosidade a que toda a cidade que se respeita tem direito, e nós não podemos dar à nossa, pobres como somos.

Como fazê-lo? Fornecer automóveis de luxo, gasolina, *chauffeurs* e pneumáticos — ainda por cima — aos seus funcionários. Se fossem só para os burocratas irem a repartição e voltarem para a casa, a coisa não tinha valor, nem daria relevo à vida da cidade. Para que isto aconteça, os “carros” devem ser empregados pelos diretores e demais no transporte de suas respeitáveis senhoras e gentilíssimas filhas; e, à noite, pelos seus esperançosos filhos etc. e tal.

Julgo isto de um grande alcance social e mundano, tanto mais que o governo, não sei se o municipal ou federal, trata atualmente de edificar cassinos, hotéis de luxo, balneários e outras casas de utilidade pública.

Careta, Rio, 26-2-1921

OS DOUTORES MILITARES DA POLÍCIA

O senhor general Silva Pessoa, a única competência entre nós existente para assuntos de polícia militar, é um administrador tipicamente brasileiro. Sua Excelência consegue administrar um serviço público que tem um destino, de tal forma tão perfeito, que ele, o serviço, acaba tendo outro.

Na força policial, tem demonstrado isso. É óbvio lembrar aqui qual o destino dessa força; mas o senhor Silva Pessoa, prefeito do pretório, pôs tais habilidades no governo dela que não é de admirar que os oficiais e praças, comandados por ele, acabem peritos em acrobacias e coisas derivadas e mesmo o quartel dos Barbonos venha a ser uma famosa escola do gênero, no mundo inteiro.

A tal ginástica sueca, halteres, trapézios, corridas de saco, sortes de desenhar com formaturas dos seus “homens”, os nomes de figurões nacionais e internacionais etc. etc., tudo isso que ele põe em prática com um rigor prussiano está mostrando que Sua Excelência tem de policiamento da cidade uma ideia perfeitamente Frank Brown.

Um dia destes, ele, com todo esse aparato de manobras ginásticas e de abecedário humano, inaugurou uma escola, para formar oficiais de polícia. A escola tem dois anos e cada um destes seis cadeiras que, por ora se chamam modestamente aulas.

Toda a sabedoria do curso é transmitida por conspícuos lentes militares; e ela, a sabedoria, vai do instável “Português”, passa pela Geografia, pela Instrução Cívica, pela Geometria e Trigonometria retilínea, toca no Francês, na História, no Militar do Brasil (que será isto?), na Física, na Química, deixa de lado a Analítica, o Cálculo, a Mecânica e chega à Balística.

O curso é modesto, mas é sábio; e é de crer que, com o tempo, ele se venha a desenvolver e a tímida escola que agora ensaia os seus primeiros passos venha a se transformar em uma verdadeira escola de importância.

Há de expedir diplomas, pergaminhos — como os chama a presunção doutoral; há de haver colação de grau, a exemplo das demais, com saraus e chás dançantes, discursos filosóficos e políticos; há de ser instituído um pergaminho ou uma tatuagem que bem destaque os “formados” por ela do vulgacho que não é doutor em coisa alguma etc. etc.

Quando ela chegar a esse pleno desenvolvimento, e que o Rio ficará mesmo um paraíso: não haverá mais policiamento, porque não é de crer que oficiais tão sábios queiram ficar nos seus corpos e, ainda mais, exercer o torturante mister de polícia.

O destino que lhes aponta o seu saber é muito outro. São oficiais para gabinete, para secretarias. Até agora, a brigada ou a força tem poucas repartições próprias; mas, logo que cresçam o número dos seus doutores adequados, elas aumentarão.

Havemos de ter: a Diretoria Geral das Metralhadoras, Divisão Especial dos *Tanks*, Departamento Geral das Carroças, Caminhões, Viúvas-Alegres e mais automóveis, onde os preparados doutores da polícia minutarão ofícios, determinando a substituição de pneumáticos e o conserto nos arreios desta ou daquela carroça.

Com isto, lucraremos todos nós e até os malfeitores.

Não lia nada mais prático, para se ter uma força militar eficiente, do que um país possuir um sólido núcleo de oficiais habilitados em misteres de secretaria. Quando chega o “turumbamba”, pega-se gente daqui, preenchem-se os claros e os oficiais se adestram tão rapidamente como os soldados. Na segunda linha, a coisa é a mesma, e mais aperfeiçoada, sem chegar, convém notar, nunca à perfeição da antiga Guarda Nacional.

Tudo isto, porém, não era do programa desta humilde nota. O que ela visou e visava era chamar a atenção para o aperfeiçoamento bélico que, ao lado dos *tanks* e automóveis blindados (lei Adolfo Gordo), o senhor general Silva Pessoa acaba de levar ao aparelhamento da força policial.

Homem de iniciativa e energia, esse general, quando se o considera bem, enche-se a gente de tristeza que ele tenha vindo a viver nestes tempos prosaicos de considerações do preço do charque e de liberdade de pensamento.

O general Silva Pessoa devia ter nascido nas épocas heroicas do Império Romano. Se isto tivesse acontecido, talvez Sua Excelência, apesar de numerosas deserções, viesse a fazer imperadores...

Careta, Rio, 12-3-1921

FÁBRICAS E ARSENAIS BÉLICOS

O governo da República, o atual, não há dúvida alguma que se tem preocupado com questões de interesse geral da Pátria.

Vejam só o afã e o zelo que o prefeito Sampaio põe, na prefeitura, para criação, aí, no morro da Viúva, de um montecarlozinho, onde os *croupiers chics* possam exhibir toda a sua elegância, em face de condessinhas eclesiásticas, que lhes deitam no pano verde “*doblas*” arcaicas do nosso imaginário sistema monetário. Vejam só também a perfeição mordomiaria com que o nosso venerável presidente recebe reis e príncipes. Não há nisso tudo uma afirmação de que os nossos governantes estão obedecendo àquela sentença de José Bonifácio, o patriarca, de que “a sã política é filha da moral, e da razão”; e também à opinião de Bossuet que julgava ser o verdadeiro fim da política tornar a vida cômoda e os povos felizes?

Não contentes, os nossos dirigentes políticos com os trabalhos meritórios que acabo de citar estão concomitantemente se abalanzando a resolver outros problemas nacionais, de utilidade geral. Tratam agora com afínco da defesa nacional. A missão francesa já está dando os seus frutos ótimos, isto é, já provocou barulheiras, porque não era possível que uma missão de guerra viesse trazer paz.

Trazendo conflitos, desinteligências, guerrilhas de secretaria, ela está dentro do seu papel. Até a tal respeito, o polemarca Kalogheras disse-me, há dias:

— Então, vocês estavam pensando que íamos trazer novos Nóbregas e Anchietas? Nós não queremos mais saber dessas coisas açuradas e — emolientes do Evangelho; nós queremos é guerra, mais guerra e sempre guerra.

Quis dizer-lhe que um estado social desses, ideado pelo polemarca do Campo de Sant’Ana, confinava bastante com a pirataria; mas, imediatamente, acudiu-me que observar tal coisa seria perpetrar uma *gaffe* dolorosa, para o sentir do arconte. Calei-me delicadamente, no que fiz bem.

Pelas notícias dos jornais, estou vendo que a atividade do marcial Pandiahk continua em atividade. Ela se volta agora para os arsenais e fábricas bélicas.

Contratou uma submissão de competentes civis franceses, para reorganizar tais estabelecimentos. Dizem os jornais que ela tem por chefe um

competente bacharel em direito.

Não tenho em conta de fábrica ou arsenal bélico, o mumificado Supremo Tribunal Militar, embora lá se fabriquem toneladas de munições de consultas bélicas que, por serem assim, se guerreiam a cada passo. Conquanto não inclua o supremo no rol dos arsenais, estou certo de que um bacharel em direito, tão novo e estranho aos nossos hábitos jurídicos, ficaria muito bem nele, para manipular novíssima “pólvora inglesa” de consultas e arestos, porque a que atualmente corre é velha e ainda do tempo do “Pátio dos Bichos” de Dom João VI, com que o mais alto tribunal militar se pareceu e ainda se deve parecer muito, tal e qual é descrito no Sargento de Milícias.

Não é possível deixar de elogiar a iniciativa do secretário da Guerra do Basileus Epitácio, cuidando de reformar as nossas usinas inavórticas; mas, essa sua iniciativa, embora não seja balneária, como as do senhor Carlos Sampaio, vai, por certo, constituir uma lavagem corrosiva em uma das mais curiosas tradições dos nossos anais guerreiros.

Os nossos arsenais de guerra sempre foram a coisa mais pacífica deste mundo; eles nunca se preocuparam com o fabrico de artigos bélicos, tais como espingardas, canhões, espadas etc.

Certo dia em que fui a um deles, com grande espanto, vi se forrando de azul-celeste com recamos de estrelas de prata, um automóvel, um *landaulet* ministerial. Fiquei espantado e exclamei:

— Para que isto?

— E para o casamento da filha dos ***.

Recebendo a explicação, bendisse tal arsenal guerreiro, que, longe de fabricar aparelhos que carregam a morte, adornava carruagens, para a multiplicação da vida. E tive, além desta, nessa mesma visita, mais outra satisfação de sincero pacifista que sou, quando entrei na oficina de marceneiros. É que lá vi, já completamente montado, um lindo berço de peroba, artisticamente torneado.

Não quis perguntar qual o seu destino, pois isso não me interessava. O que me interessava e com o que fiquei contente foi em verificar que o arsenal de guerra pouco se preocupava com a guerra, com coisas destinadas a inúteis morticínios internacionais ou nacionais; ele se preocupava com as doces e ternas coisas da vida, com nascimentos e casamentos, graças a Deus!

Com as fábricas de pólvora e apetrechos bélicos, não posso falar sem pleno conhecimento de causa; mas, sei que elas só confeccionam com muita

perfeição bichas, foguetes e fogos de artifício. Completam, como estão vendo, a fundição dos arsenais de guerra.

Decididamente, rompendo, como quer romper o senhor Kalogheras com essa sentimental tradição dos nossos guerreiros estabelecimentos fabris, ele demonstra, com toda a evidência, que não é da nossa Raça, como se diria em artigo de fundo, puxado à sustância e à sociologia.

Careta, Rio, 12-3-1921

“PRENSAS” E “GUITARRAS”

Não sei em que livro dos irmãos Goncourts, um personagem afirma que a maior e a mais rendosa indústria do nosso tempo é o furto.

Isto se dizia há mais de cinquenta anos; e o que se dirá agora, mesmo observando este selvagem e elementar Brasil, à vista dos casos de furtos, desfalques etc., que se sucedem quase diariamente, como todos estamos vendo?

Tudo atualmente é furto. É furto a reputação científica; é furto a fama literária e mais furto ainda são as recompensas recebidas a título de literatura; é furto uma posição qualquer de destaque na política; é furto uma nomeação de amanuense; é furto um título de doutor em qualquer bodega; enfim: tudo hoje é furto. Não é de admirar, portanto, que este escandaloso caso do saque de 250 contos ao Banco do Brasil, que os jornais se vêm ocupando desde dias, revele, apesar de tudo, a diátese que mina a nossa sociedade.

Foi-se a honestidade; foi-se a lealdade; cada um trata de enganar o outro. Nele, no caso do banco, andam envolvidos tratantes conhecidos e pessoas que eram merecedoras de toda a consideração. Entretanto, eles se mancomunam, furtam, um embrulha o outro, nenhum fica satisfeito e acabam se denunciando.

O que há de curioso, é que muito dos tipos de ambos os sexos envolvidos na embrulhada que o doutor Nascimento procura desvendar; muitos desses tipos, dizia, arrotavam pelas ruas da cidade honestidade e capacidade de trabalho.

Punham-se em cima de uns fraques custosos, sobraçavam pastas ostentadamente rabulescas e... tocavam “guitarras”, acompanhando árias de Pigatti; outros eram nababos, *lords* de Epson, marqueses de Chantilly e não viam na sua frente um pobre diabo qualquer; e assim por diante, não precisando eu fazer aqui alguma cousa como uma galeria de falsos ricos ou repetir o Rocambole.

Há, porém, nisto tudo uma coisa que consola a todos nós que não enriquecemos de uma hora para outra. Ela é simples: nunca sofremos a pressão das “prensas” e nunca ouviremos as mandolinatas de guitarras pigattianas.

Valha-nos isto.

Careta, Rio, 27-8-1921

UM FISCAL DE JOGO

Conheci e conheço Antunes Segadas Bustamente. Quando, porém, o conheci, há anos, era um pronto mais pronto ainda do que eu. Era cuidadoso com o seu corpo e a sua roupa e tinha meios e modos de sempre andar com ternos novos e bengalas de apuro. Ninguém sabia como ele arranjava aquilo, tanto mais que todos o sabíamos honesto.

Ele viera ao Rio estudar qualquer coisa, mas não se formara em nada. E como quem não se forma em nada, tem a mania de que é poeta e jornalista, ele deu em frequentar as rodas de poetas e jornalistas. Não tinha jeito para a cousa, aos poucos foi deixando de publicar sonetos nas revistas e crônicas insulsas nos jornais de pouca circulação. Não era nem mau, nem bom rapaz; era um simples e tolerável companheiro. Não fumava, não bebia. Sentava-se no café, ouvia o que os mais sábios diziam, guardava-lhes as opiniões e ia repeti-las em outro grupo como sendo dele.

A sua ambição era um emprego e casar bem; e para casar bem, era preciso ter um bom emprego. Uma coisa era função da outra. Por isso, ele desdenhava os empregos de amanuense e escrivão e “cavava” coisa melhor. Era tenaz e nunca cedeu em tal propósito, no que fez bem, como veremos.

Veio a agitação nacionalista e ele logo se alistou num dos muitos clubes que têm esse qualificativo. Com a força que dá falso entusiasmo, Antunes conseguiu sobressair na “causa”. Aproximou-se das altas personagens da república, fez-se conhecido delas, não deixava de cumprimentá-las na rua, frequentava-as e as procurava sempre; enfim, mostrava-se.

Surgiu a regulamentação do jogo, com impostos sobre as respectivas casas, fiscais e todo um aparelho de sociedade, para tomar sério o pano verde e dar dinheiro ao Estado severo e paternal.

Bustamente logo ambicionou um lugar de fiscal, cargo rendoso; e, para obtê-lo, pôs em campo, todas as suas relações e toda a sua tenacidade.

Interessou fulano na sua pretensão, rogou a beltrano, falou a sicrano e conseguiu a coisa.

Depois de nomeado, foi há dias que o encontrei; e, após os cumprimentos, perguntei-lhe:

— Como te tens dado com o lugar?

— Magnificamente! Ceio lautamente todas as noites, vejo lindas mulheres e bebo *champagne* a rodo. Tudo isto de graça. Não é bom?

Careta, Rio, 10-9-1921

GRAÇAS A DEUS!

Depois de ter perdido os meus magníficos cavalos “Zadig” e “Elisabeth”, como já há dias aludi nas páginas desta revista, parece que vou ser obrigado a perder também o “Quilombo”, a minha casa apalaçada, que, com tanto sacrifício construí aqui, em Todos os Santos, onde escrevo estas linhas.

Mandei-a construir no antigo estilo campesino português, a conselho do meu amigo José Mariano, com largos beirais, pesadas telhas de calha, largas janelas e alguns arrebiques modernos. Tem dois pavimentos, tanto no edifício principal, como num secundário, onde está a casa das “fornalhas” e outros aposentos de utilidade. Os dois corpos da casa são ligados por um passadiço do mesmo gosto que ela. Olha o “Quilombo” a Serra dos Órgãos e, dos fundos, por cima do casario suburbano, avistam-se as montanhas do Andaraí. É preciso ficar sabido que o meu “Quilombo” se ergue na extremidade de uma pequena eminência sobre a velha Estrada Real de Santa Cruz: embaixo, na ponte, passa, relinchando, zumbindo, chocalhando, o bonde elétrico de Inhaúma, cujo cemitério vejo logo ao amanhecer, quando desperto, para bem me lembrar da minha precível condição de homem; e à esquerda, a “lombada” cai a pique, devido a um corte para a passagem de um ramal férreo. Aí, fiz escorar as terras com um muro de arrimo, pois a casa tinha de ficar no ponto mais alto do terreno, que é este próximo da chanfradura feita pelos homens no barro pardo.

Nas terras em que a edifiquei, havia ainda velhas mangueiras que conservei e mandei limpar e podar, vindo, em breve, elas a frutificar magnificamente. Comprei fruteiras criadas e transportei-as para o meu terreno que vai morrendo de elevação, muito suavemente, até quase o canto da rua José Bonifácio; plantei laranjeiras; matei formigueiros, no meu terreno vizinho e nos alheios; e, em menos cinco anos, tinha uma habitação singela, cercada de árvores celestes, com uma vivente horta, sem ostentação, nem fausto.

Quis que ela fosse internamente aprazível, e chamei para decorá-la um artista modesto, o Chico de Paula, como todos o chamam. Ama muito as rosas e crisântemos que junta com felicidade e desembaraço, parecendo que o pincel, na sua mão, toma as feições de um regador de jardineiro.

Consenti que ele fizesse uma decoração ao seu gosto, mas na sala de visitas; na biblioteca, dei-lhe por motivo a tentação de Santo Antão.

Emprestei-lhe o livro de Flaubert para que a fizesse; e, quando dias depois, chegou-me, acompanhado de seu filho Sílvio e da imprescindível caixa de tintas e pincéis, Chico de Paula, com o seu enorme nariz apapagaiado e os seus olhos glaucos, disse-me amedrontado:

— Não faço, não, meu caro. É horrível!

— Ora, Chico!

Ele a fez afinal e, agora mesmo, pouso os olhos num trecho da sua frisa.

Pois bem: é uma casa destas que com tanto carinho construí, mobilei e decorei, que estou arriscado a perdê-la.

Os senhores hão de pensar que a prefeitura ou o Governo Federal ma querem desapropriar. Não há tal. Se a desapropriassem, seria talvez, sob o pretexto de utilidade pública, para a moradia de algum figurão civil ou militar. Consolar-me-ia, porque, ao menos, talvez a conservasse. “Mas para que é então que o governo a quer?”, perguntarão os senhores.

Eu me explico. Acabo de receber uma carta da “Comissão do Centenário”, pedindo-me o meu “Quilombo”, para alojar não sei que grosso personagem da comitiva do rei do Cambodje que vem assistir os festejos do primeiro centenário da nossa independência. Ora, vejam só! Minha linda casa, nas mãos desse engrimanço de anamita, que não é homem nem mulher, quer nos trajes, quer nas feições! Que desgraça! Vai ficar perdido o meu doce “Quilombo”!

Ao rematar estas linhas, acode-me, porém, que talvez se trate da comemoração do segundo centenário, porque, para os festejos do primeiro, as coisas estão muito cruas e o mar muito rebelde.

Solto um “uf!” de alívio, pois não posso crer que, em 2022, eu esteja vivo. O que olhos não veem... graças a Deus!

Careta, Rio, 17-9-1921

DOUX PAYS

Este Brasil é um país feliz. Quando vai ficando “pronto”, descobre uma riqueza, levanta a cabeça e põe-se a gastar. Esgotada essa riqueza, passa a outra, e assim vai pelo tempo afora. Logo no descobrimento, a sua riqueza era o tal “pau-brasil”, muito estimado pelos tecelões, para tingir os seus panos luxuosos. Por causa dele, os portugueses, ao longo da nossa costa, se empenharam em lutas tremendas com franceses e não sei que mais outros flibusteiros do tempo. Este Rio de Janeiro, no fim de contas, deve a sua fundação ao intuito de impedir que aventureiros franceses contrabandassem o monopólio del-rei. Tudo isto é sabido; mas uma coisa ninguém verificou: é que poucos brasileiros conhecem a árvore que fornece a tal tinta e deu o seu nome à terra, na opinião de todos. Eu nunca vi uma. Teria desaparecido?

Não é crível; ela deve existir por aí.

Dizem que a primitiva arborização da avenida Rio Branco ia ser de pau-brasil; mas que eles não medraram. Vejam só; o pau-brasil, o padrinho da nossa terra, o vegetal herói epônimo deste vasto império, não quis crescer na avenida, para dar sombra a *chauffeurs* e maravilhar os almofadinhas. Ingrato e orgulhoso!

O pau-brasil deixou de ser riqueza e veio a ser o açúcar. Anos após, deixa o açúcar de ser riqueza e passa a vara da fortuna brasileira ao ouro e aos diamantes. Tudo delira; de Minas até Amapá. As minas se esgotam e lá vem a pobreza franciscana. Aparece o café baixo e sempre vai baixando, apesar das injeções de valorizações e defesas. A borracha se desvaloriza de todo. Crises sobre crises. Mas... noticiaram os jornais que um peruano, o doutor Demetrio Hernández, acaba de descobrir, nas florestas da Amazônia, a árvore de “guta-percha”, cujas aplicações na indústria são inúmeras. Não foi só essa a grande descoberta feita pelo senhor Hernández, nas matas do vale do Amazonas. Fez uma segunda que infelizmente, parece ser a última. Demos a palavra ao jornal informante:

“Outro produto descoberto pelo senhor Hernández, como dissemos, é o chicle ou goma de mascar, como é mais conhecido, cujo consumo se verifica em larga escala na América do Norte, tendo a Europa começado a exportá-lo, graças a propaganda feita pelos americanos.”

Eis como são as coisas: com a árvore que fornece material para isolar cabos submarinos, vamos ganhar dinheiro, e muito; e, ainda por cima, podemos fornecer aos americanos goma para fabricar *nougats* e confeitos com que eles adocem a boca, e “cavem-nos” algum.

Sei de fonte limpa que os Estados do Amazonas e Pará já estão tratando de levantar empréstimos nos Estados Unidos, hipotecando a renda provável dos impostos sobre tais árvores maravilhosas. *Doux pays!*

Careta, Rio, 24-9-1921

MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS

A propósito de recentes e ruidosas manifestações políticas, contou-me um plácido filósofo o seguinte:

Em eras passadas e bem distantes da nossa, houve num país longínquo da Ásia uma guerra sangrenta que teve, do lado de um dos partidos, como general em chefe o cabo de guerra pouco conhecido chamado Brederodes. Este cabo de guerra não foi feliz nas operações, fosse por incapacidade própria, fosse por outro qualquer motivo. Naquele tempo, não havia jornais, mas todos murmuravam contra a sua conduta, nas lojas de comércio e outros lugares públicos em que se reuniam pessoas de todas as condições sociais. O rei ou imperador do país nada dizia nem tomava providência alguma. O povo, porém, insistia; e o soberano, para não desgostar o seu fiel Brederodes, tomou um alvitre salvador e conciliador: resolveu fazer as pazes com o inimigo de qualquer modo. Isto desgostou o povo de uma maneira profunda; mas, ao invés de acusar o rei, a população atribuiu o desastre da campanha ao general Brederodes e, quando ele aportou à capital do país, fez-lhe uma imponente manifestação de desagrado.

Na rua principal, alguns admiradores do general, no intuito de diminuir a indignação do povo, haviam erguido coretos e outros adornos festivos, muito pouco próprios de um triunfo negativo, como era o do general Brederodes, mediante essas falsas demonstrações de entusiasmo. Além disso, para abafarem os esperados apupos, os seu fiéis amigos e apaniguados haviam alugado uma coorte de homens de duvidosa condição e reputação ainda mais duvidosa para o aclamarem. O general Brederodes chegou, continuou o meu amigo, depois de sua estrondosa derrota; e, como era de esperar, sofreu uma vaia homérica. Além disto, não contente com tal, queimou o povo coretos, as anexas, rasgou retratos; enfim, fez o diabo na “Via Ápia” da cidade, na intenção de desfeitear o herói negativo e falsificado.

Brederodes, à vista de tal, muito a propósito, recolheu-se à vida privada, numa casa de campo, onde cultivava cenouras e couves.

Passaram-se anos e surgiu uma nova guerra do seu país com um outro vizinho. Nomearam uma porção de generais e todos eles foram derrotados. O povo começou a dar sinais de impaciência, reclamando do imperador providências enérgicas, a fim de que o país não continuasse a ser humilhado. Todos os principais cabos de guerra da nação já haviam sido experimentados e nenhum deles obtinha vantagem. Brederodes era o único que o não havia sido. Resolveram experimentá-lo; e — coisa singular! — Brederodes foi vitorioso, transformando-se em ídolo do país. Voltou e recebeu as mais estrondosas aclamações do povo da capital. Atravessou a rua principal, a cavalo, tendo ao lado diversos garbosos ajudantes de ordens.

Vendo e ouvindo aquilo, o general Brederodes dirigiu-se a um dos seus ajudantes, perguntou:

- Quem é essa gente que me aclama assim?
- É a mesma que o vaiou, não há muitos anos, Excelência.
- Como mudou!

— É porque ela mudou de vestuário. Há nisso uma questão de moda e de sucesso, Excelência.

Nisto um bêbado ou um maluco antepassado certamente de Quincas Borba, gritou bem alto:

— Ao vencedor, batatas!

O meu amigo rematou assim o apólogo: — Está aí, a filosofia das manifestações políticas, toda ela.

Careta, Rio, 29-10-1921

EM PETRÓPOLIS

A crescente carestia dos aluguéis de casas nesta capital tem provocado as mais hilariantes, as mais diversas e as mais surpreendentes coisas.

Eu conheço uma família modesta de verdade, mas que sempre residiu em casas decentes de oitenta ou setenta mil, nos subúrbios. Um belo dia, o senhorio aumentou-lhe o aluguel de cem para cento e trinta. Ficou. Daí a dias, para 150. Não podia, pois, apesar de, com a gratificação da fome, fazer perto de quinhentos mil-réis, era o único a sustentar a família e o que lhe sobrava, pago o tal aluguel não lhe daria para ocorrer as despesas com a mulher e cinco filhos. Procurou outra casa. Não achou, ou melhor: as que achava eram caríssimas e piores daquela em que estava. Como podia resolver semelhante problema? Sonhou, raciocinou e, depois de muito pensar, teve uma ideia: vou para Petrópolis.

Eu não sabia disto e, um dia destes, vim a encontrá-lo, onde toda a gente se encontra no Rio de Janeiro, isto é, na rua do Ouvidor.

Disse-lhe eu:

— Onde tens andado que não te vejo!

— Mal saio da repartição, vou para casa. Não posso demorar, porque tenho que ir para Petrópolis. Não quero perder o trem...

— Moras em Petrópolis?

— Moro.

— Homessa!

— Eu te explico: obrigado a mudar-me, procurei casas no Rio de Janeiro. Só as encontrei caríssimas e sem cômodos. Fui a Petrópolis e lá encontrei uma que me servia e cujo aluguel era em conta. Somei o preço dela ao custo das passagens e vi que mais me convinha lá morar do que aqui.

— Estás contente?

— Estou, mas tenho um desgosto, embora a vida lá seja relativamente mais barata do que aqui.

— Qual é esse desgosto, Eusébio?

— Viajo em segunda classe.

— Ora, essa! Vaidades.

Despedimo-nos e o meu amigo amanuense foi veranejar um Petrópolis, como se fosse um capitalista. Isto devido a carestia das casas aqui.

Careta, Rio, 17-12-1921

EGRESSO DE PETRÓPOLIS

Aquele meu amigo, a respeito do qual, em um dos últimos números desta revista, contei que se havia mudado para Petrópolis, à vista da carestia de casas aqui, acaba de abandonar a linda cidade serrana (v. seção de elegâncias dos jornais) completamente desiludido. Perguntei-lhe:

— Mas, então, como foi isto, meu caro?

— Não te conto. Foi uma grande asneira que fiz. Por causa de trinta ou quarenta mil-réis, e mesmo uma burrice deixar o meu meigo, generoso e franco Rio de Janeiro, para me meter num forno onde se fundem, em cadinhos de porcelana, a vaidade, a simulação, o egoísmo, a jactância e o rastaquerismo para dar esse pechisbeque de petropolismo.

“Este Rio — olha que não sou carioca, como tu sabes; este Rio, como ia te dizendo, pode ter muitos defeitos, mas ainda não perdeu de todo a simplicidade e ainda tem muitos aspectos de generosidade. É uma grande aldeia, dizem os *snobs*; admito. É, porém, preferível uma grande aldeia com generosidade, caridade e simplicidade de gostos e modos do que uma aldeola com pretensões a altas elegâncias europeias, *tout à fait up to date* etc. etc., como é o tal de Petrópolis, com os seus verdadeiros e falsos ricos, cavadores nacionais, *escrocs* internacionais, lindos tocadores de guitarras pigattianas, falsificadores, interceptadores ou portadores de correspondência de figurões e outros que tais.

“No Rio, há dessa gente, eu o sei; mas eles vivem longe de nós, nas altas esferas políticas, inundarias e tabelioas. Nós, os pequenos burgueses, não os topamos; sumimo-nos na massa e cavalheiros de tão raras prendas e o seu *pendant* de esnobinetas, melindrosas e *coureuses* de cinemas, como diz a senhora Berta Lutz, não nos enxergam para simular desprezo pela nossa pobreza e pela nossa fé na honestidade — coisa desprezível aos olhos desses *preux* do “arame” e desses inspiradores de altas traquibérnias. Eles estão acima do bem e do mal — são super-homens de poucas letras; elas estão simplesmente acima do mal — são superfemininas, “mulheres-cavalheiras” do tango, do *ragtime* e do *one-step* e outras danças próprias a clubes de carnaval e as damas que, por desgraça delas, nelas dançam.

— Mas a que vem essa digressão?

— Vim indignado com Petrópolis. É uma cidade, de alto abaixo, estragada pela presunção de riqueza e prosápias equívocas.

— Só por isso é que estás indignado?

— Não. A indignação vem de fato mais sensível, que me feriu diretamente; mas que se origina, se enraíza no espírito geral da cidade, que é de fatuidade, frivolidade e desdém pela pobreza.

— O que houve, então, filho?

— A minha comadre Maria Eugênia — tu a conheces?

— Conheço.

— Pois ela foi passar comigo uns dias, lá na cidade das hortênsias, das camélias — não sei mesmo como o Afrânio a batizou. Um dia destes, a comadre Eugênia teve um súbito e quase fulminante ataque de uremia. Estava em casa e logo corri à procura de um médico. Petrópolis, naquela hora, pelo correr do dia, não tem médicos, ou antes: tem muitos; mas são todos homens importantes que não acodem a chamado de qualquer, mesmo se estivessem lá. Não estavam, porque, no correr do dia todos eles vêm ao Rio, para o consultório, para as lições, ou mesmo para as companhias de seguros contra a morte. Que audácia de homens, hein? São capazes de curar um milionário de graça, mas atender a chamado de uma família modesta — qual o quê! Perdiam, por certo, a sabedoria e os formidáveis poderes com que lutam com a morte, mesmo nas companhias de seguros de que são presidentes, mas, tendo a cautela de não receitar para segurados.

“Andei toda a cidade e afinal encontrei o doutor Encerrabodes — um dos únicos que não desce ao Rio diariamente, para curar fantasias de ‘Melindrosas’ e gaiterias em famosos consultórios chiques. Foi a contragosto, mas foi até à minha casa. Examinava a doente com má vontade, quando, de repente, perguntou: ‘Esta senhora é daqui?’ Disse-lhe que viera do Rio, não havia uma semana, e estava a passeio. O doutor exclamou cheio de desdenhosa jactância: ‘Ora! Ora! O senhor então me chama, para passar atestado de óbito’. Respondi-lhe: ‘Creio que o senhor não está habituado sempre a fazer semelhante coisa com os seus doentes’. Houve um bate-boca; eu o pus à força pela porta afora, quase dei-lhe pancada e, dentro de poucos dias, descia, com os cacaréus e tudo. Está aí como sou um egresso de Petrópolis. Nunca mais saio do Rio de Janeiro. Uma ova!”

Despediu-se e se foi.

Careta, Rio, 31-12-1921

O CARNAVAL E A MORTE

Em Niterói, segundo li no *Estado*, o carnaval esteve supimpa. Para mim, Niterói é assim como o Méier ou a Gávea; mas a Praia Grande teima em não ser um arrabalde do Rio de Janeiro e quer ter vida própria e independente. Pelo menos é o que me diz o Olavo Guerra, citando-me a sua Academia de Letras, que não quis em seu seio o único literato niteroiense que eu conheço; o Manuel Benício.

Isto tudo, porém, não vem ao caso. A questão é que Niterói teve um carnaval supimpa e original. *O Estado* do Mário Alves muito contribuiu para isto. Pôs a prêmio os “cordões”, “blocos” e “ranchos” locais, promoveu batalhas de *confetti* e a coisa ficou ótima. O mais interessante disto tudo foi que houve lá um gesto originário por parte de algumas moçoilas que organizaram um grupo em que não havia cantarolas. Elas marcharam pelas ruas solenemente silenciosas, empunhando ramilhetes de flores, como se acompanhassem um enterro, e, silenciosas, se dirigiram à redação do *O Estado*, onde entraram debaixo do maior silêncio, tal e qual se entra no São João Batista, no Caju ou, mesmo, no Maruí.

Dentro da redação, encaminharam-se para o gabinete do secretário Noronha Santos, deitou uma delas um discurso e depositou sobre a mesa do simpático um *bouquet* de flores; e, para que a coisa não fizesse escândalo e levantasse ciúmes, as outras, menos graduadas, depuseram (*sic*) outros ramilhetes sobre as mesas dos demais redatores, repórteres e contínuos.

É assim que fazem as almas piedosas nos cemitérios. A morte nos iguala a todos.

Careta, Rio, 11-3-1922

NA AVENIDA

— Quem é aquele sujeito alto, tão solene, que fala naquele grupo com tanta gravidade?

— É o doutor Paniatércski.

— É doutor em quê?

— Em medicina.

— Naturalmente é um grande operador.

— Não é.

— Então é um clínico conceituado.

— Não é.

— Estou disposto a crer que é um especialista, afamado em olhos, garganta, nariz e ouvidos.

— Não é.

— Se não é isto é um professor admirado pelos seus discípulos. Com certeza, ele professa zoologia ou botânica não é?

— Qual o quê! Nunca lhe passou pela cabeça ensinar ciências naturais.

— Se não é isso e o mais que já perguntei, certamente ele abandonou a medicina e arredores e meteu-se pela literatura. É talvez um prosador nefelibata, um símile-clássico — não será isso?

— Qual o quê! Estou convencido que não serás capaz de adivinhar onde se baseia a sua celebridade e porque já tem ido à Europa, várias vezes, à custa do governo. Adivinha, se és capaz!

— Certamente que não; pois não consigo atinar que um médico célebre possa sê-lo, fora da medicina e adjacências; e, quando não a exerça fora das letras. Então, dize lá de uma vez: donde vem o ar de autoridade com que fala, aquela suficiência!

— É sabichão no *football*. Eis aí!

— *Proh pudor!*

Careta, Rio, 15-4-1922

UMA ATUAÇÃO DA DONA BERTA

Não há nada mais extraordinário do que as glórias nacionais. Cada vez mais elas causam maior surpresa. Nós já tivemos um Bartolomeu de Gusmão, que dizem subiu aos ares em um balão, a “Passarola”, em Lisboa, mas que nenhum documento do tempo autentica semelhante fato.

Já tivemos um padre em Paraíba, patrício do Augusto Epitácio, que inventou a máquina de escrever; mas nada há de certo a respeito.

Temos o milionário Santos Dumont, balonista e aviador, que fugiu do balão e do aeroplano, quando o aeroplano e o balão faziam proezas na torre Eiffel, e passeios de algumas centenas de metros em Saint-Cloud.

Temos a batalha do Riachuelo em que fomos atacados pela retaguarda, quando a nossa esquadra subia um rio e a inimiga descia o mesmo rio.

Agora, temos a faladora Berta Lutz que foi aos Estados Unidos, em Baltimore, creio, dizer que as moças do Brasil se dedicam a ensinar crianças. Grande novidade!

Uma coisa, porém, não disse e é que as moças do Brasil se fizeram arautos do feminismo burocrático. O que elas querem é ser escriturárias, mediante concursos duvidosos, em que entram influências “brunísticas”, para que tirem os primeiros lugares. Isto é o feminismo, à Bruno Lobo, quando não é à Carlos Chagas, esse descobridor do mel de Zau em ninho de coruja, que nos impingiu umas “americanas”, mais ou menos alouradas, a fim de nos ensinar a dar lavagens e clisteres, obedecendo a métodos científicos, como se elas, apesar de louras e de seus olhos azuis, tivessem alguma ideia do que seja ciência, mesmo aquela esbodegada que tem o referido Chagas.

Assim são as glórias do Brasil, com “s” ou com “z”. Todas elas são feitas de falsificação, de dependências, de simulação e “roupas”, à custa do... Estado.

“Era ut supra.”

Careta, Rio, 6-5-1922

NA SEGUNDA CLASSE

O trem já estava em movimento. Os bancos duros da “segunda”, desde muito tinham sido ocupados e estavam cheios. Os uniformes militares esmaltavam aquela multidão de gente triste e pobre. No corredor central, entre as duas fileiras e bancos de madeira, muita gente de pé. As plataformas eram compactas muralhas de corpos humanos. Ainda aí, muitos uniformes de toda a casta de milícias nacionais. O dia estava fresco; mas lá dentro era um forno. O trem corria; e, na margem esquerda, as montanhas peladas olhavam aquele comboio transbordando vida com uma inveja de agonizante. Num *vis-à-vis*, uma dizia a outra:

— Agora, Pretextata, é que reparo como estás magra, a escaveirada... Que é isso?

Pretextata tosse, cospe pela portinhola e fala com voz cava e sumida:

— É, Ipomena, que caí na asneira de costurar para o Arsenal de Guerra.

— Por causa unicamente disso? Sempre te vi atracada com costuras, como é então que estranhaste?

— Iponema, tu bem sabes que há costuras e há costuras. Aceitei...

Chega-lhe, por esse tempo, um forte e demorado acesso de tosse que a faz interromper a narração. Cessa o ataque, vai continuar; antes, porém, a sua amiga pergunta-lhe:

— Que costura aceitaste, Pretextata?

— Uniformes de soldado. Não conhecia o “artigo” e o preço de coser cada um me pareceu convidativo.

— Quanto era?

— Seiscentos réis, cada um.

— Não julgo pouco.

— É porque tu, Ipomena, não “armaste” nenhum.

— Leva-se muito tempo, Pretextata?

— Cerca de quatro horas.

— Livra! Não valia a pena!

— É o que concluí; mas, infelizmente depois que adquiri este diabo de tosse que não me quer deixar nem a pau. Così dia e noite, porque o governo tinha pressa de tais sacolas para equipar os seus soldados, na parada de 7 de

setembro, na grandiosa parada do centenário. Demais, eu tinha ambição de dinheiro.

— Já o recebeste?

— Já, pois não; mas também já se foi quase todo.

— Em que, Pretextata?

— Em médico e botica.

O trem parou. Muitos saltaram; muitos embarcaram com grande dificuldade. O dia lá fora estava macio e azul. Pretextata tossia desesperadamente. Iponema aconselhou-lhe:

— Deves procurar um especialista, Pretextata.

— Para quê? Todos os médicos curam ou... não curam.

Careta, Rio, 2-9-1922

EXPORTAÇÃO DE FRUTAS

Estando com um americano, num botequim vagabundo, que viera aqui para arranjar negócios, por ocasiões da famosa “Exposição do Centenário”, ele me disse:

- Vim tratar aqui da exportação de frutas; mas vocês não são suasórios.
- Como?
- Eu explico a você.
- Vou ouvir o mister, com toda a atenção.
- Quando falei a várias pessoas, no negócio de exportar frutas do país de você, elas me propuseram laranjas, bananas, abacaxis etc.
- Mas não era isto que você queria?
- Qual, filho!
- Então o que queria?
- Você sabe perfeitamente que conheço a terra de você e a minha. Laranjas nós temos, lá, da Califórnia; bananas, das Antilhas e América Central; e, por fim, abacaxis, do México.
- Então, que frutas queria você que exportássemos para os Estados Unidos?
- Frutas verdadeiramente de vocês, pois.
- Cambuim?
- Sim; o cambuim de que gostava muito quando morava em Copacabana e passeava na restinga.
- Então também a pitanga?
- Também a pitanga, sobretudo a roxa que é excelente; a goiaba, a pixirica com que até se pode, em caso de necessidade fazer tinta, a...
- Ora, bolas, Jones! Seria isso uma vergonha, para nós.
- Meu caro: você não é nacionalista?
- Um pouco.
- Pois então?
- Levantamo-nos e despedimo-nos.

MÉDICOS E GRAMÁTICOS

Este nosso Brasil tem coisas interessantes e que põem os mais sagazes atarantados, para explicá-las.

Os médicos aqui dão em gramáticos — e que gramáticos! — ferozes, interessantes, falando e escrevendo uma língua arcaica, que só pode ser compreendida por quem dispuser de quinhentos ou mais mil-réis, para comprar um alentado Domingos Vieira.

Micróbios, bacilos, toxinas e outras coisas ultramodernas da ciência deles, os nossos esculápios as expõem na linguagem de Rui de Pina e Azurara, segundo a gramática de João de Barros, que é de 1540, quando ninguém sonhava com tais novidades.

Os gramáticos não olhavam com bons olhos uma tal invasão, por parte dos cirurgiões, na sua seara. Ruminaram a vingança, durante muito tempo. Acharam afinal uma e foi de truz! Deram em dar consultas grátis, não nos fundos das boticas, mas nas páginas mortas dos jornais diários. Assim como um sujeito que não tem dinheiro e sente fortes dores de barriga, corre à consulta grátis do doutor, na farmácia mais próxima; assim também um cidadão dado a gramáticas, mas que não quer comprar por quatro mil-réis uma de qualquer autor e tem dúvidas se é “um dos que foi” ou “um dos que foram”, afia a pena, escreve uma carta, consultando o gramático de certo jornal, tal e qual o outro das dores de barriga faz com o médico da botica.

Os gramáticos, porém, não pararam aí, na sua vingança contra os médicos. Foram além. Criaram uma patologia linguística e deram em estudá-la, já em artigos, já em opúsculos e livros.

Termos de *argot*, de calão, construções populares, modismos profissionais, eles se puseram a analisar, a explicar, ao jeito do que fazem os médicos com as doenças, moléstias, lesões etc.

O “dialeto caipira”, de São Paulo, mereceu um estudo completo do senhor Amadeu Amaral. Já não se trata mais de calão de ladrões e malfeitores, que tem sido muito estudado, havendo até dessa gíria dos gatunos do Rio um vocabulário muito bem feito pelo senhor Elísio de Carvalho.

Os atuais estudos dos modernos gramáticos vão mais longe: abrangem o falar dos habitantes de grandes regiões do país, não se limitam ao vocabulário e entram pela sintaxe adentro. Vão sendo da moda tais indagações.

O senhor Süsskind de Mendonça, com o sucesso que obteve o seu livro sobre *football*, parece ter tomado gosto por coisas de livraria e fez-se livreiro.

Estreou as edições de sua casa com uma obra do doutor Roquete Pinto — *Conceito atual da vida*; e uma outra muito curiosa, versando sobre um capítulo de “Patologia linguística”. Trata-se de *O linguajar carioca*, em 1922, pelo senhor Antenor Nascentes.

É tê-lo em mãos, durante os quinze dias, um qualquer gaúcho ou acreano ficara logo “carioca da gema”. Acho muito útil, agora que se vai dar uma mudança de governo, porque, quando isso acontece, no séquito do novo presidente, vem muitos tabaréus, à cata de empregos aqui, no Rio. Naturalmente não sabendo o nosso “linguajar”, nos primeiros dias ficarão atrapalhados; entretanto, se adquirirem o livro do doutor Nascentes, desde já, tal coisa não acontecerá.

Pelo que veem não foi sem utilidade que os médicos deram em fazer gramática e os gramáticos, patologia. Ainda bem.

Careta, Rio, 11-11-1922

UMA SURPRESA DA EXPOSIÇÃO

O que, à primeira vista, fere o observador desinteressado neste mês e tanto de “Exposição Internacional”, é que esta se vai tornando discursiva, esportiva e congressional.

Não há dia em que não haja a inauguração de um congresso disto ou daquilo; não há dia em que não haja uma partida deste ou daquele jogo, referente a ela, embora não se realize dentro do seu recinto; e não há dia em que não haja uma série de discursos a propósito de um banquete, ou quer que seja motivado pelo grande certâmen comemorativo do centenário da Independência do Brasil.

A quantidade de discursos causa-me pasmo, porque, em geral, eles são pronunciados por pessoas graves e entendidas em coisas econômicas, comerciais e outras que tais. Contudo não deixo de confessar que a disputa entre os jogadores de *football* uruguaio e a Conferência Esportiva Nacional provocou-me um certo susto.

Sabem por quê? Porque eu lia as proezas de Mustafá Kernal Paxá e a sua estrondosa vitória sobre os gregos. Os entendidos em coisas internacionais diziam-me:

— Daí pode vir uma nova grande guerra, porque a questão da Trácia...

Ora, disse eu cá, comigo, quem sabe se dessa questão dos *players* uruguaio não é possível gerar-se uma conflagração sul-americana? Entram paraguaios, uruguaio, brasileiros e...

Voltemos, porém, ao assunto, que são os discursos “expositivos”.

Em todo o mundo ocidental, como diria um comtista, há um grande amor ao discurso. O velho Demóstenes, o tal grande orador de Atenas, tem o seu nome popularizado em toda a parte; Cícero, também Mirabeau, Castellar, Gambetta e outros são conhecidos até pelos iletrados. Aqui, entre nós, o Rui Barbosa é mais popular como orador do que por outra a qualquer coisa. Não se diga que só somos nós latinos, como se diz, que amamos a oratória, Lloyd George, que é inglês, e da gema, não chega em qualquer parte que não deite o seu discursinho de sustância para ser discutido no mundo inteiro.

Mas esses senhores todos são políticos; e só os políticos turcos, chineses e persas, ao que parece, não deitam o verbo. Se não fazem aqueles a felicidade dos povos; fazem, pelo menos, discursos. Até Lênine não escapa...

Admira, porém, é que senhores sisudos e práticos que aqui aportam, para mostrar os excelentes produtos de suas terras, sigam as pegadas deles. É isto o que está acontecendo na atual “exposição”. Inaugurou-se um “pavilhão”, lá vai discurso; e assim por diante.

Quem está saindo — os senhores devem ter notado um orador de truz é o senhor Carlos Sampaio.

Não há dia em que ele não pronuncie, no mínimo, quatro. Seja num “pavilhão”, seja num almoço bucólico na Tijuca, Sua Excelência está sempre disposto a falar e fala. É a maior surpresa da “exposição”.

Careta, Rio, 11-11-1922

NOVOS MINISTÉRIOS

Falam os jornais na criação de novos ministérios. Ninguém poderá dizer que seja uma desnecessidade. O Brasil é grande e rico. Estão aí a exposição e a carestia dos aluguéis de casa, para prová-lo. Até bem pouco era governado por cinco ministros: Guerra, Marinha, Viação, Justiça, Exterior. Há alguns anos acrescentaram mais um: o da Agricultura. Veio a calhar. A nossa lavoura definhava, a pecuária agonizava e a carne-seca estava barata. Mal é criado o Ministério da Agricultura, a lavoura toma um próspero surto; os bois, as vacas, os cabritos, os carneiros, os suínos aumentam de uma forma assustadora; e a carne-seca fica cara, caríssima.

O exemplo dessa recente instalação ministerial é deveras animador, para fazermos mais outras. Estou bem certo que, em vindo elas, as dificuldades atuais por que passam a Pátria, o Governo e o Povo desaparecerão.

O que é indispensável é escolher bem os títulos de novos departamentos da alta administração federal e o objetivo de sua ação.

Apontam a criação de um Ministério de Correios e Telégrafos. Para quê? Os correios e telégrafos, como estão, vão muito bem.

Fazer deles um ministério é complicar mais a coisa. Imaginem só um ministro de Estado, recebendo a reclamação do extravio de uma carta ou pela demora de transmissão e um despacho telegráfico! Será possível? Não; não pode ser.

O que se deve criar é um Ministério de Economias Nacionais, o Ministério dos Negócios do “Pé-de-Meia”. Há muito desperdício por aí, pelas nossas secretarias e repartições. O senhor Cincinato Braga calcula que, se todas as penas usadas nelas, fossem guardadas depois de gastas e vendidas, teríamos por ano uma renda líquida de 8.542 contos de réis. O que se diz, para as penas, pode-se aplicar aos papéis de ofício que, por isso ou aquilo, são estragados e postos fora. E os restos de comida dos quartéis, navios, asilos, prisões etc. — quanto não dariam? E o estrume das estrebarias dos corpos montados e de outras repartições que as têm? Há, como estas, uma centena de fontes de renda que ninguém se lembra de aproveitar; mas que o nosso grailde financeiro, o senhor Antônio Carlos, avalia poderem dar ao país mais de cem mil contos anualmente, que serviriam muito bem para atenuar os crônicos *deficits*, dos nossos orçamentos.

Outro ministério que devia ser criado era o de “*Football* e outros esportes”. Agora com a exposição, nós estamos vendo como ele se faz necessário. A comemoração do “centenário” a bem dizer tem sido totalmente esportiva; mas há, nos torneios e partidas, não sei que difusão de esforços, impropriedades que estão a exigir um aparelho centralizador que tudo consiga.

Saul de Navarro, no seu último e curioso livro — *Prosas Rebeldes* —, conta que encontrou Nero, certa noite destas, fascinado diante de um violento incêndio urbano. Duvidou, mas era ele mesmo Nero; entretanto havia diferença que Saul explica nestas palavras:

Uma diferença, apenas, estabelecia contraste entre o “imperador” e aquela figura exótica: o traje estava longe da imponência da toga imperial, do régio manto dos altivos soberanos de Roma. Vestes modernas, definindo a elegância precária de um burguês pacato.

Há coisa parecida na nossa comemoração esportiva.

Não posso compreender jogos olímpicos em que entram, já não direi o *football*, mas tiro ao alvo, com carabinas ou pistola, boxe e *water-polo* etc. etc.

Há nisso anacronismos que ferem como o Nero, de Saul de Navarro, vestido burguesmente como qualquer de nós.

No jogo do disco, que dizem ser puramente grego, os nossos atuais jogadores, com o corpo horivelmente retorcido, contraem de tal forma o rosto que, se fossem posar para autênticos escultores gregos, mesmo que não se tratasse de estatuários do século V a.C., fugiriam estes a todo o pano de tais modelos. Como longe estão da sábia elegância, da serenidade dos mármore gregos e da harmonia de suas linhas! Um ministério daria remédio a tudo isso — é de crer.

Quanto ao boxe, eu julgo que pode ser corrigido desde já. Não há uma “Sociedade Protetora dos Animais”. Ela não se tem batido pela proibição das touradas; e, agora mesmo, não está conseguindo no senado a passagem de um projeto de lei que as proíbe em todo o território nacional, bem assim brigas de galos, de canários e tiro aos pombos?

Para acabar com o estúpido boxe e não figurar ele mais em jogos gregos, no Rio de Janeiro, não era preciso a criação de um ministério especial para os negócios esportivos; bastava, *ad instar* da “Protetora dos Animais” a criação de uma “Sociedade Protetora dos Homens”. Estou certo de que, no fim de um

ano, ela conseguiria que o senado ajuntasse à lista dos esportes que vai proibir, esse inumano e feroz boxe.

Careta, Rio, 14-10-1922

HERÓI!

Os dois velhos amigos, desde meses que não se encontravam. Exerciam profissões diversas, em lugares afastados da cidade. Um, o Felisberto, era médico de um posto de profilaxia rural, pelas bandas de Santa Cruz; e o outro, o Teodoro, estava encarregado, como engenheiro, dos mananciais da Gávea e do Jardim Botânico. Moravam nos arredores das suas repartições e, raramente, desciam à cidade, a não ser para receber, no Tesouro, nos começos do mês, os vencimentos de seus cargos.

Eram dois filósofos a seu modo que nada perturbava. Revoltas, exposições, discursseiras, fogos de artifício — tudo isso os deixava frios. Uma coisa, porém, estava sempre a preocupá-los: a educação dos filhos. Nenhum dos dois foi feliz com eles. Felisberto, além de outros, tinha o mais velho, Samuel, que não dera para nada. Tudo estudara e nada aprendera. A sua mania era o tal de *football*. O pai lutou em vão para que metesse no bestunto algumas noções com que ele pudesse ser, ao menos, amanuense. Era inútil. Desde de manhã até à noite, não fazia outra coisa senão dar pontapés na bola, em discutir *corners* e o mérito dos rivais. Não ganhava dinheiro; mas, graças à mãe e outros arranjos, tinha-o sempre na algibeira.

O filho mais velho de Teodoro, se não era dado a brutalidades esportivas, não possuía iniciativa de coisa alguma. Formara-se em direito e foi o pai quem lhe arranhou um emprego de guarda no cais do porto, apesar de anel e tudo.

Há anos, tendo, por acaso, se encontrado os dois velhos amigos, Felisberto perguntou-lhe o que fizera do seu filho mais velho, formado em direito.

— O que fiz? Fi-lo guarda do cais do porto.

— Como? Um bacharel?

— Por certo.

— Pois o meu, por não dar pra nada, deixei-o no *football*.

Como dizia acima esses dois velhos amigos não se encontravam, há muito tempo, talvez desde que tiveram a conversa acima.

Há dias, eles se vieram a encontrar e foi com efusão de velhos camaradas que se falaram.

— Então, Teodoro, teu filho do cais do porto ainda continua lá?

— Continua; por sinal, que já é escrevente, e o teu?

— Ah! Não sabes?

- Que houve?
- Vai receber cinquenta contos; é um herói nacional.
- Homem?
- Venceu o Campeonato Sul-Americano de *Football*, com o *team* nacional. E dizer que ele não dava pra nada!

Careta, Rio, 18-11-1922

A PENHORA DA “MORALIDADE”

Segundo informam os jornais, o senhor ministro da Fazenda determinou a seu auxiliar competente que cobrasse executivamente uma revalidação de selo que a Liga pela Moralidade deixou de pagar amigavelmente.

O que causa admiração não é que tal coisa se haja dado, pois é tendência de todos nós lesarmos o fisco, sobretudo quanto mais rico somos. O que é de admirar era nisso, é que a coisa se passe com tão melindrosa senhora.

Essa pudibunda dama de Liga pela Moralidade parece ter esquecido que o mais elementar dever de um homem ou senhora séria é pagar as suas dívidas.

Hoje, ontem e agora mesmo, muita gente está sofrendo angústias morais terríveis por não poder satisfazer os seus débitos; houve e haverá quem se suicide por não o poder fazer.

Não é só aos que admitem o regímen atual de propriedade que as dívidas causam tormentos atrozes; mesmo entre aqueles que o não admitem teoricamente, tal coisa se dá. Como é então que a ultramontana liga do senhor Peixoto Fortuna denunciada em público, como querendo passar um calote, vê-se até ameaçada de penhora?

O exemplo é perigoso. Se a Liga pela Moralidade julga, de acordo com os seus intuitos e fins, que não há mal algum em deixar de pagar as suas dívidas, adeus crédito público e particular, porquanto eu, tu, leitor, e ele — um sujeito qualquer — ficarão autorizados a não satisfazer os seus créditos nos vendeiros, nos açougueiros, nos quitandeiros, nos padeiros, etc. etc. desculpando-se com a santíssima liga.

Chamo a atenção da União dos Varejistas para esse caso que afeta a classe; e é preciso que essa sociedade procure um filósofo para combater semelhante doutrina ética da “liga” que autoriza o “beijo” moral nos outros.

Os judeus dos grandes bancos aqui estabelecidos e os católicos dos pequenos que, por aí, proliferam, sob o patronato de São José e Nossa Senhora da Conceição, emprestando a curto prazo e distribuindo dividendos fabulosos, devem também precaver-se contra essa teoria que surge agora com o amparo respeitável da Liga pela Moralidade.

Uma novidade dessas que apareceu perdida no noticiário dos jornais tem consequências funestas para o crédito em geral e para os capitalistas e comerciantes em particular; e, mesmo que a liga, mediante penhora ou

espontaneamente, pague a sua dívida, ainda assim a notícia continha ameaças para o comércio.

A liga, na representação que fez ao ministro da Fazenda, cujo selo deixou de pagar e, por isso vai ser executada, pedia a proibição da importação de quadros, estátuas e livros obscenos.

Toda a gente sabe o que é obsceno na imaginação pecaminosa dos senhores da “liga”. O mais inocente nu artístico o é. Estou bem certo que nunca importaríamos a “Betsabe” de Rembrandt; entretanto, de quando em quando, prestimosos artistas italianos, espanhóis e portugueses se lembram das nossas classes ricas e aparecem ali, na alfândega, com carregações de quadros, entre os quais, quase sempre, há nus. Se a liga cumpre o seu dever de pagar ao Estado o que deve e consegue a proibição, estas produções artísticas não conseguirão sair dos armazéns ou dos porões dos navios e lá se vai o intercâmbio comercial e a educação estética da nossa gente graúda.

Quanto a estátuas, nem vale a pena falar! Nos vimos todos como se moveram as hostes do santo ofício do senhor Fortuna contra o Manequinho da Avenida. E os livros? Não entra mais um romance, pois para a Moralidade da liga todos eles são obscenos e imorais, incitam-nos ao adultério, ao estupro e a outras coisas feias.

Temos mesmo que ler as belezas aconselhadas pelos jesuítas de Petrópolis, o que é excelente para obtermos sonos perfeitamente reparadores, indo, porém, tal fato fazer fechar muitas livrarias daqui e dos Estados.

Seja como for, o caso é grave, como dizia o outro.

Careta, Rio, 19-1-1924

COISAS DO “SÍTIO”

Tenho para mim que esta nossa engraçada República só devia andar em permanente estado de sítio. E o estado que lhe convém e lhe vai às mil maravilhas. A primeira vantagem que tem o estado de sítio é que todos nós nos abstermos de falar em política. Ora, isto é uma grande vantagem para a mentalidade carioca, porquanto o seu pensamento é por força de sua força encaminhado para outros assuntos. Quando não estamos em estado de sítio, mulheres e homens, melindrosas e almofadinhas só se preocupam com despautérios dos políticos, politicões e politicoides; mas, quando estamos em pleno regímen da suspensão das garantias constitucionais, toda essa gente, a que o Afrânio chamaria fauna urbana, dirige a sua atenção para outros alvos e percebe que há na vida coisas mais importantes do que um discurso do senhor Irineu Machado ou um aparte do truculento senhor Ellis, cujas saudades dos tempos da escravatura ainda hoje perduram. Pelos bondes, pelas confeitarias, pelos cinemas vê-se que toda a gente se abstém de falar do governo, pró ou contra, tratando de temas mais variados.

Observem só os senhores os jornais. Nos dias de garantias constitucionais, não se abria um em que não houvesse meia dúzia de descomposturas no presidente da República, nos ministros, no congresso e até no senhor Carlos Sampaio.

Eram de uma monotonia celestial: sempre a mesma delícia de desaforos contra as autoridades constituídas, como se diz em calão de mensagem. Tal coisa aborrecia sobremodo; e perguntávamos cá, com os nossos botões: esses homens que escrevem nos jornais, para nosso prazer e agrado, não têm mais que dizer senão palavrões contra os figurões?

No dia seguinte, era a mesma *chanson*. Veio o “sítio”, porém, e eles mudaram de tom. Tratam de coisas variadas e distantes.

Abro, por acaso, um rubro jornal oposicionista, em qualquer manhã destes dias de castigo governamental, e encontro, além de um substancioso artigo do meu amigo Mário Guedes, sobre o “Destilamento da carne-seca”, outro assinado pelo grande juriconsulto João Sem Telha.

Não é só esse que me causa tão excelentes surpresas. Num outro, que, há um mês, só se me deparava com descalçadeiras no governo, encontro agora um

artigo do profundo filósofo Humberto de Campos, tratando do atual Einstein e do velho Lobatchevski.

Essa mudança de orientação intelectual dos nossos periódicos só posso atribuir ao estado de sítio, porquanto ela só se verificou depois que ele foi decretado.

Sendo assim, eu e o leitor amigo só temos que o bendizer, pois veio ao nosso periodismo mais atenção para as altas cogitações da inteligência humana.

Careta, Rio, 9-2-1924

HORTAS E CAPINZAIS

A SOCIEDADE DE AGRICULTURA

Das nossas sociedades, uma das que mais serviços tem prestado ao país é sem dúvida a de agricultura, sendo, talvez, a que se sobleva entre todas, mesmo considerando a Associação Comercial.

Se ela fosse composta de agricultura de verdade, de plantadores de café ou mandioca, de banana ou cacau, não se distinguiria tanto como se há distinguido sendo formada quase na totalidade de sócios gerais, almirantes, bolsistas, aviadores, engenheiros de estrada de ferro, médicos, parlamentares, jornalistas, escafandristas, filósofos, juristas, gramáticos, poetas etc. etc.

É que uma sociedade de classe é sempre conservadora, senão rotineira, quando composta unicamente de autênticos representantes da profissão de que ela quer ser a expressão.

Vejam só a Academia de Letras como tem concorrido para o progresso das armas!

Dar-se-ia igual fato se ela fosse organizada tão somente com poucos literatos profissionais? “Aquilo” ali viraria em frege, senão em botequim. Seria decente? O Alves faria dela o seu herdeiro universal? Qual! Era dinheiro para bebida e ele não cairia nessa...

A Sociedade de Agricultura, seguindo o exemplo da Academia e da Associação Comercial, admite em seu seio poucos agricultores. Por isso tem sido patrona de muita ideia nova e ousada que os nossos lavradores, por demais afeitos no ramerrão avoengo, vêm afinal a adotar mais tarde.

Ainda na sessão de anteontem, o general doutor ou doutor general Lauro Müller comunicou à augusta assembleia agrônômica que, seguindo os ensinamentos do notável agrônomo Mark Twain, tinha conseguido fazer crescer ao redor de sua vivenda, em Jacarepaguá, frondosos e copados pés de maxixe, em menos de seis meses.

Sua Excelência mostrou fotografias dos mesmos e todos ficaram maravilhados com tão estupendas belezas de hortaliça.

Uma outra comunicação foi a do doutor Miguel Calmon. Este notável senhor não tem fazenda, sítio, engenhoca, chácara ou coisa que seja parecida

com uma propriedade agrícola; mas possui, nos fundos de sua casa apalaçada de Botafogo, um quintalejo breve.

Levou ele ao conhecimento da casa que, nesse quintalejo, enxertara couve tronchuda num abacateiro que lá existia, obtendo magníficas mangas rosas, com as quais presenteou vários consócios.

O doutor Vieira Souto, devido aos seus trabalhos no comissariado, não estava presente, mas é sabido que o ilustre economista pretende em breve provar que é de todo verdade aquela história do cajueiro do major Quaresma que, por força de sua alta caduquice, cismou em dar bananas, mangas e cambucás, além dos caju.

Como estão vendo a sociedade é mesmo para o avançamento da agricultura nacional...

Antes assim...

Careta, Rio, 10-1-1920

COMO EXTINGUIR OS GAFANHOTOS

Demos em um dos números passados notícias de profundas comunicações agrícolas feitas à sábia e utilíssima Sociedade Nacional de Agricultura, sobre coisas atinentes a vários departamentos da ciência agronômica. Prometemos publicar a do senhor doutor Nuno de Andrade.

Toda a gente conhece o senhor Nuno de Andrade. Médico, financeiro, jornalista, *conteur* voltairiano, o ilustre jubilado é, além disso, um agricultor mais prático e sabido do que o doutor Calmon. Este ainda ao menos tem um quintalejo, nos fundos do seu palacete; o doutor Nuno, porém, nem isto tem, pois vive como rapaz solteiro numa pensão e, de amores e plantas, só conhece aquelas que vem reproduzidas nas estampas dos livros especiais.

Mora em Santa Teresa, mas, nem na ida, para cidade, nem na volta, contempla os restos de floresta que há pelas encostas do caminho, pois, se não vem ou vai lendo os jornais, entretém-se com algum conhecido, perpetrando pilhérias e perversidades que tanto encarecem o seu talento agrícola.

Sua Excelência se dedica a uma especialidade por ele mesmo criada a que denominou “Cirurgia-profilática-agronômica”.

A ciência que inventou, e está fazendo o encanto do senhor Simões Lopes, tem um vasto campo de ação, mas até agora o doutor Nuno de Andrade tem encaminhado os seus esforços para debelar a praga dos gafanhotos e das formigas.

Quanto àqueles, a comunicação que levou à sociedade e completamente exaustiva.

Disse Sua Excelência, depois de fazer um estudo profundo do gafanhoto, suas variedades, focos de criação e irradiação, hábitos etc., que o problema da sua extinção estava em descobrir os guias das nuvens de tais coleópteros (creio que é assim que os chamam os sábios) e fazer que perdessem o sentido da direção.

Sua Excelência faz notar que não é de presumir que os gafanhotos abandonem os seus focos iniciais, em virtude da escassez de alimentos, pois onde eles se geram deve haver de sobra ervas selvagens com que se nutram. O que eles procuram são folhas melhores, mais saborosas: é um móvel epicuriano que os faz emigrar aos milhares, senão aos milhões.

Nessa procura de folhas mais agradáveis ao paladar deles, são guiados por certos e determinados gafanhotos, cujos característicos ele descobriu, os quais, além dessa força de visão mais forte, têm um potencialíssimo poder olfativo a encaminhá-los para as plantas saborosas.

Com a paciência do célebre entomologista Fabre, o doutor Nuno conseguiu determinar onde ficava a bossa ou centro olfativo dos gafanhotos.

Tudo isso Sua Excelência expôs tecnicamente aos seus colegas de sociedade: e, em breve, o Brasil Ferro-Carril, vai publicar, a memória completa em que o doutor Nuno resume os seus estudos.

Ainda mais: tendo podido cegar os “gafanhotos-madrinhas” e extirpar-lhes a bossa olfativa, conservando-lhes a vida, para depois soltá-los, julga Sua Excelência ter resolvido o problema da extinção dos gafanhotos.

Soltos os guias voarão em todas as direções, as mais opostas, arrastando este uma parte de nuvem; aquele, outra; e assim por diante.

Assim seccionada a nuvem, quando pousar as suas partes, aqui ou ali, será fácil a extinção delas pelas aves domésticas e selvagens.

Método igual, o doutor Nuno pretende empregar para as formigas.

Dentro de poucos dias saberemos os resultados das suas pesquisas.

Careta, Rio, 17-1-1920

CRIAÇÃO DE GADO

Esta seção que a direção desta revista resolveu criar, para incrementar as nossas indústrias campestres, conquanto tenha um título que lembra modestas culturas de vegetais, não se limitara, entretanto, a explanar coisas de couves, repolhos, capins-jaraguá ou melado.

Evitou-se um título pomposo, para não afugentar os leitores; mas tratará ela de tudo o que concerne a agricultura e com ela se relacione.

Falamos nos números precedentes de comunicações feitas a Sociedade Nacional de Agricultura, atinentes à especialidade de pomar, horta e defesa agrícola contra insetos daninhos; isto não obsta, porém que publiquemos muitas outras ideias e notícias de natureza agrônômica que tenham outra origem e não sejam propriamente de agricultura e seus ramos.

Temos agora, até, sobre a mesa, duas cartas muito interessantes que, não tratando absolutamente de coisas estritamente agrícolas, merecem, contudo, ser levadas ao conhecimento dos leitores.

A primeira é do doutor Fausto Ferraz que expõe por alto a criação de bois em gaiolas de canários, e a outra é do comandante Frederico Vilar que descreve em linhas gerais um processo novo aperfeiçoado de se obter cardumes de sardinhas dentro de uma corriqueira talha d'água.

Diz o doutor Fausto Ferraz que é muito simples o seu processo e muito barato porquanto pondo-se os bois em gaiolas ou em viveiros de reprodução de canários, quando se os quer procriar — neste caso um touro e uma vaca — eles logo saltam para os poleiros, dão para cantar, chilrear e trinar, comer alpiste e folhas de couve ou alface, como se pássaros fossem.

Está a entrar nos olhos de toda a gente, como os métodos de criação de gado vão ser revolucionados, e também como o tratamento dos rebanhos vai exigir despesas mínimas.

O doutor Fausto Ferraz, que é uma autoridade na pecuária, e, por isso mesmo, foi representar o Brasil, em um Congresso Internacional de Trabalho Operário, tem a máxima esperança na infalibilidade do seu processo de criação, porquanto se baseia nas últimas conquistas da ciência que ele acaba de haurir nos Estados Unidos.

Quando para lá partiu, mal sabia o que diferenciava um solípede de um ungulado; hoje, porém, graças aos processos rápidos, ultrarrápidos, dos

americanos, ele não só está forte em zoologia geral, como em zootécnica, biologia animal etc. etc.

Calcula o doutor Fausto que o custo de um boi, criado pelo seu sistema de passarinho, alcançará no fim de quatro anos, portanto já apto para o corte, a insignificante quantia de 37\$000, arredondando a cifra, dispensando um numeroso pessoal de vaqueiros ou pastores, trabalho de marca etc., assim como invernadas de engorda.

O boi sai da gaiola de flecha e bambu ou de madeira e arame, para o matadouro.

Não nos alongamos em detalhes, por não ser esta revista própria a tais assuntos; mas se os leitores quiserem tê-los completos, procurem o próximo número da Revista do Instituto Histórico, onde os encontrará com o máximo desenvolvimento.

Careta, Rio, 24-1-1920

A LAGARTA ROSADA

A atividade das nossas sumidades agrícolas se há revelado nestes últimos anos mais próximos de um modo pasmoso na avenida Central, na rua do Ouvidor, na Primeiro de Março, sobretudo naqueles becos escuros dos arredores da Candelária, onde se fazem as transações de títulos, câmbio e outras coisas misteriosas que poucos entendem, mas cujos efeitos todos sofrem.

Um dia destes, encontramos, no canto dos almofadinhas à *ancien-régime*, isto é, na parte da avenida para a qual dá o Clube de Engenharia, o doutor Samburá e Arrastão, exímio agricultor na cavação de galerias de minas de carvão, porquanto é doutor em minas e navegação aérea.

Sabíamos da extraordinária proficiência em coisas agrícolas, no que se emparelha com o doutor Calmon, embora não tivesse ido à Java nem a Sumatra (Calmon diz Samatra) para estudar o cultivo de café, quando todo o mundo afirma que o Brasil é o especialista em semelhante cultura.

Inteirado da nossa aproximação, o doutor Samburá, com a gentileza que lhe é peculiar, assim nos falou:

— A lagarta rosada! Um flagelo, meu caro senhor! Penso, à vista de todos os males que ela tem causado aos nossos algodões, que o senhor ministro da Agricultura medita fazer alguma coisa de justiça e eficaz. Ninguém mais competente! Ele é engenheiro, como eu, mas de estradas de ferro, quando eu sou de minas e balões. O ministério atual, graças à energia do excelentíssimo senhor doutor marechal e almirante Epitácio, é um ninho de competências. Veja só o doutor Raul Soares! Um moço ilustre em direito constitucional que até agora não se convencia que pudesse existir navios de ferro, sem ir ao fundo, como não está fazendo um figurão na Marinha! E o doutor Pires do Rio, então? Sua atividade! Já assinou 6.542 avisos e mais de dois milhões de portarias. Decretos...

— Mas...

— Já chego lá. Queres saber alguma coisa da lagarta rosada, não é?

— É verdade.

— A lagarta rosada é uma lagarta... O senhor não conhece as lagartas que dão nas couves, nas goiabas?

— Conheço.

— Pois é mais ou menos semelhante a essas; a diferença é que, em vez de verde, é cor-de-rosa.

— Que se tem feito para combatê-la?

O doutor não me respondeu logo. Passou uma “melindrosa” bem “transparente” e demorou-se a contemplá-la, até que mais não o pôde fazer, quando ela se distanciou e foi oculta pela multidão.

— Que pancadão! Não acha? É a Belinha. Não conhece?

— Não.

— Casada com F...

E o sábio contou-me a história toda dos amores e dos apaixonados da moça. Vendo que pouco me interessava com isso, pois não sou juiz de divórcios nem encarregado de pegar uxoricidas em flagrante, o doutor de minas e aerostatos, acudiu:

— Perguntou-me o senhor o que se há feito para debelar o flagelo, não foi?

— É verdade.

— O senhor ministro, antes de tudo, pretende remodelar competentemente os serviços de defesa agrícola.

— Mas não se devia, desde já, combater tão nefasta praga?

— Como não? Fui também nomeado para esse serviço.

— Que pretende fazer?

— A campanha é simples. Estou à espera de uma tonelada de azul de metileno, para começar o combate.

— Como?

— Simplesmente. Irrigo os algodoads atacados com uma solução forte desse azul, que fica acentuadamente azul-ultramar e as lagartas, absorvendo a solução, ficarão azuis e tornar-se-ão inofensivas, pois deixam de ser rosadas. Está aí.

Despedimo-nos.

Careta, Rio, 31-1-1920

A CULTURA DA CANA E A INDÚSTRIA DO AÇÚCAR

No último número da Revista de Estudos Internacionais, órgão da sociedade de igual nome, que se fundou a 12 de outubro do ano passado, por sinal que com um discurso macho-fêmea, isto é, em prosa e verso, do simpático poeta Leôncio Correia, acabamos de encontrar um artigo do doutor Augusto Ramos sobre a cultura da cana e a indústria do açúcar.

Não sabemos de que canudo ou anel é portador o doutor Augusto Ramos, mesmo porque já estamos libertos do preconceito doutoral do nosso zé-povo. Temos mais fé em quem se ergue por si, sem essas escusas ditas acadêmicas, do que nos que por aí pompeiam com esses títulos pretensiosamente chamados científicos.

O que podemos garantir, porém, é que o senhor Augusto Ramos se revela um economista e um sociólogo dos mais profundos, entre os milhares que ultimamente têm aparecido nos jornais e fora deles.

No artigo a que nos referimos, o doutor Augusto Ramos, além de considerações gerais e particulares sobre a cultura da cana em Campos e outros lugares, trata de desenvolver, com mais precisão e argumentos, a sua singular “teoria do alívio” que Sua Senhoria, em poucas palavras, aludiu em um artigo, publicado há alguns meses, no *Correio da Manhã*.

Em resumo a teoria do “alívio” (a denominação é dele) consiste em mostrar os excelentes resultados que traz aos proprietários de usinas, a exportação do açúcar para o estrangeiro, v.g. — República Argentina — por preço muito mais baixo do que aquele com que é o referido produto oferecido nos nossos mercados internos; e, como consequência, o dever em que estamos nós de usar o açúcar grosseiro para que os capitalistas açucareiros possam lucrar com a venda dos mais finos aos estrangeiros.

Estranha Sua Senhoria, no artigo da *Revista de Estudos Internacionais*, que se haja oposto à sua teoria argumentos de ordem patriótica, de solidariedade moral entre grupos e indivíduos do mesmo país.

Com toda a razão, diz o doutor Augusto que negócios são negócios — *les affaires sont les affaires*, como disse ele em francês, pois é homem viajado, rico e conhece perfeitamente o “franciú”.

Não há dúvida alguma que o seu argumento é sólido; e, creio, o Jeca Tatu, do Monteiro Lobato, pensa dessa mesma forma, que é da mais feroz obediência

à economia política, quando vai para guerra ao encontro da morte ou faz política, ao sol e à chuva, para defender a propriedade dos usindros e outros ricos.

Sua Senhoria cita em seu favor as opiniões do operador doutor Nuno de Andrade e do agrimensor Pereira Lima.

Julgam ambos que se deve realizar o que o doutor Ramos apregoa, para que os usineiros ganhem muito dinheiro, melhorem as suas instalações e enriqueçam mais. Em Cuba, em Java etc., não se fez isso, mas as usinas de lá têm aparelhos mais aperfeiçoados do que as nossas.

Diz mais o doutor Augusto Ramos que, se o governo quiser impedir a prática da teoria do alívio, institua prêmios de exportação, como fizeram vários países da Europa, medida tida e havida por tão eficaz.

O curioso artigo do doutor Augusto Ramos é deveras interessante, para quem gosta desse estudo; e, sem competência para lidar com aquelas cifras, somas, e subtrações que são a força da edificante aritmética do Mário Guedes, de que o citado escrito está recheado, não vou além, mesmo porque já atingi o meu fim, mostrando como o doutor Ramos tem uma concepção muito praticamente usina da Pátria e do Patriotismo.

Careta, Rio, 7-2-1920

MARAVILHAS DA AMAZÔNIA

Na sessão de 25 de janeiro, sessão de diretoria e conselho deliberativo, a Sociedade Nacional da Agricultura, pela voz de um dos seus mais conspícuos membros, o senhor Aníbal Porto, tratou de um assunto bastante curioso que deve sobremaneira interessar os nossos “almofadinhas”. Tratou em coisas de borracha e também em artefatos e produtos amazônicos, como: flechas, bodoques, enduapes, pirarucu seco, guaraná, empréstimos, tartarugas, concessões etc.; tratou, dizíamos, o senhor Porto da extração do *édredon* no vale do rio-mar.

Dissemos a princípio que o assunto devia interessar os nossos “almofadinhas”; e, parece-nos, estamos dispensados de dizer por quê. Entretanto, para os mais esquecidos, lembramos que *édredon* é matéria-prima que se utiliza na confecção de acolchoados e almofadas de luxo e preço.

O senhor Aníbal Porto, com grande espanto dos presentes, comunicou que a penugem para o enchimento dessas almofadas e acolchoados, tão boa ou melhor do que aquela que é encontrada nas extremas regiões do norte da Europa, pode ser procurada na plumagem das cobras que habitam a região amazônica.

Desde muito que os índios mucuras e outros dela se servem para fazer uma espécie de colchão com que forram as suas redes, nas estações mais frias.

Tendo causado admiração que jararacas, surucucus, jaracuços etc., possuíssem penas, o doutor Aníbal foi obrigado a lembrar que esses répteis são de fato aves, tanto assim que o povo crê que elas “avoam para morder o incauto caçador, avoam em riba da gente”, como diz o caboclo; e que só fatores locais influem e têm influído para o desaparecimento de sua plumagem. À proporção, porém, que nos vamos aproximando do Equador, as surucucus, as cascavéis, jararacas e outras serpentes se cobrem de penas brilhantes e sedosas, dignas de fazer inveja aos pássaros mais famosos do globo.

O Amazonas, disse o notável sabedor de coisas agrícolas e afins, é o país dos milagres e das transformações miraculosas. O que aqui, no Rio, é ferro, lá é ouro; o que aqui nos arredores da cidade, é jararaca, lá é *eider* da Islândia; o que é melão-de-são-caetano, lá são bagos de uva de Quios. Enfim, disse ele, o sujeito que, na rua do Ouvidor, é um “pronto” mordedor, lá é fatalmente milionário. Todos se convenceram e essa comunicação de natureza

profundamente agrícola só mereceu a impugnação do senhor Miguel Calmon, soldado da reserva do Exército Nacional. Disse a notável praça de *prêto*:

— Tudo vai muito bem; mas, como é que cobra é ave e não tem pés?

O senhor Aníbal esteve um instante meio atrapalhado, mas o senhor Pereira Lima veio em seu socorro:

— Tem, sim senhor! Basta passar pela barriga da “bicha” um tição aceso, para ver as patinhas da cobra. Sei isso de Campos, onde um “camarada” me contou.

Não nos é possível dizer mais; o que aí fica, porém, é o bastante — cremos nós.

Careta, Rio, 21-2-1920

ALGODÃO E FEIJÃO

Os nossos estimáveis colegas do *O Jornal* mantêm uma curiosa seção de agricultura e matéria afins, que não nos cansamos de ler.

Sábado passado, publicaram-na, tendo, além do título geral — “A Vida dos Campos” — o subtítulo — “Produção e Comércio do Algodão”.

Iniciamos a leitura:

Até o ano de 1913 importávamos grande parte do feijão que consumíamos. Não fosse a carência quase absoluta de víveres nos mercados europeus, talvez ainda não tivéssemos tomado a iniciativa de exportar este nosso produto.

Espantamo-nos. Que diabo é isso? Trata-se de alhos e eles nos falam em bugalhos. Não vá haver aí dedo dos agrônomos da Sociedade de Agricultura, verdadeiros “alquimistas agrícolas”, capazes de plantarem caju e colherem mangas.

Continuamos a leitura:

Em 1915, começou o Brasil a exportar feijão para os portos da Europa.

Dissemos cá com os nossos botões:

E os homens a darem com feijão! Onde está o algodão?

Vamos ver se um pouquinho, adiante, dois ou três períodos, os colegas deixam essa agricultura de amadores facundos da rua Primeiro de Março, que cultivam muito bem a oratória e o período arte pela arte, para tratar do assunto praticamente.

Há de haver aí algodão, por força.

Lemos:

Visto o êxito auferido, incrementou-se sobremodo a exportação do grão alimentício, que atingiu, no ano imediato, a 45 milhões de quilos correspondentes a 13.000 contos, aproximadamente; e, em 1917, elevou-se ainda mais a nossa venda para o exterior, pois atingiu a cerca de 90 milhões de quilos, no valor de 40.000 contos.

Não há dúvida alguma que tal coisa viria animar os plantadores de algodão; mas se fosse... algodão.

Porque o homem não tratou dele e fugiu do seu anunciado propósito? Mistério!

Enveredamos a leitura do surpreendente artigo sobre o algodão, que se ocupa com feijão.

Encontramos este tópico bem instrutivo e interessante:

Assim é que nos mercados europeus têm maior aceitação e logram preço mais elevado os feijões claros, isto é, de cor amarela e o mulatinho, ao passo que preferimos os de cor escura, ou seja, o feijão-preto.

Diabo! Haverá algodão preto?

Como é que os poetas falam de cabelos brancos como algodão, de flocos de neve brancos como algodão etc. etc.?

E amarelo? E mulatinho!

Ora, bolas! Não é de algodão que o homem quer falar, embora se tenha proposto a tal; é de feijão. Entretanto, ele há de falar por força em algodão... Prometeu!...

O prometido é devido. Vamos lá; temos mais estes pedacinhos:

Em que terras deverá plantar-se o feijão? Nas terras frescas e profundas, de preferência baixas, que contenham quantidade suficiente de cal e potassa, elementos indispensáveis para o bom desenvolvimento da planta.

Um outro:

O feijoeiro, como todas as demais leguminosas, dispensa o emprego do adubo de curral, por isso que o azoto etc.

Não há dúvida que os conselhos são práticos; mas não se trata de algodão. Não parece haver engano algum de revisão. O homem quer mesmo falar do plantio do feijoeiro, leguminoso etc. etc. Por que algodão no título?

Vamos ver o fim. Cá esta:

Devemos, pois, intensificar a cultura do feijão.

Não há quem negue a necessidade disso; e, muito naturalmente, todos nós esperamos dessa intensificação o barateamento das chitas e mais tecidos de algodão tão procurados pela pobreza. Que assim seja!

Careta, Rio, 6-3-1920

COGUMELOS

O doutor Simões Lopes, logo que foi nomeado ministro da Agricultura, tratou de estudar as matérias atinentes à sua pasta, para o que procurou o agrimensor Pereira Lima, antigo ministro da mesma pasta.

Este célebre ministro do açúcar não pôde atendê-lo, visto estar muito atrapalhado com a escrita e golpes de alto comércio da firma Meireles, Zamith & Cia., de que ele é consultor técnico.

Na impossibilidade de aprender agricultura ministerial com o célebre secretário de Estado que mandou adoçar o seu café com mel de marimbondos, o doutor Simões lamentando a falta do Zé Bezerra, outro conspícuo ministro da Praia Vermelha que, na pasta, muito se preocupou com as suas usinas, não teve outro remédio — o doutor Simões, dizíamos, senão pedir lições ao doutor Afonso Costa.

Este senhor já foi poeta, já foi professor de gramática portuguesa no Recife, já foi deputado durante várias legislaturas, tendo na câmara aprendido profundamente a ciência agrícola, tanto assim que, ao perder a confiança do eleitorado, se viu nomeado diretor de uma das diretorias do ministério vizinho ao hospício.

O doutor Afonso começou a sua exposição de acordo com a botânica geral; e, à proporção que mostrava os característicos de uma divisão ou subdivisão de vegetais, expunha também as variedades e espécies cultivadas ou não, mas que eram úteis ao homem, para sua alimentação ou outro qualquer destino.

Tratou logo dos criptógamos, cujas particularidades desenvolveu com um brilho extraordinário e rematou a exposição com um raptó de elegância do antigo poeta. Não podemos repetir as suas palavras, mas, em substância, foi isto:

— Meu caro doutor Simões Lopes, estes vegetais são utilíssimos e andam por aí ao desprezo. Não há criança que os não conheça pelos nomes de orelha-de-burro ou de-pau, de urina-de-sapo, de chapéu-de-sol, de tortulho; entretanto, na Europa, na França especialmente, constituem uma verdadeira riqueza agrícola, sob o nome de *champignons*. Nos arredores de Paris...

O doutor Simões Lopes que, como era de prever, já tinha saboreado muitas vezes os tais de *champignons*, não sabia, entretanto, que fosse aquela

vegetação curiosa dos paus podres com que as crianças gostam tanto de brincar.

Pois era aquilo, aquele rebutalho vegetal que formava uma iguaria fina e tão delicada ao paladar?

Precisávamos aproveitar semelhante riqueza!

Indo há dias, quase um mês já deve fazer, à chácara do doutor general ou do general doutor Lauro Müller em Jacarepaguá, viu o doutor Simões, nos arredores da herdade do histórico Müller, crianças pobres brincando com tortulhos. Não teve dúvidas; começou a propaganda:

— Meninos, vocês estão brincando com isso! Isto se come...

— Come-se?

— Sim, meus filhos; come-se.

E explicou conjuntamente com a ciência agrônômica do doutor Afonso Costa, a sua, deste também, proficiência culinária a respeito.

A mãe de um dos pequenos ainda veio obter a confirmação da boca do doutor Simões, que pacientemente explicou com toda a coisa. Bem, daí a dias, está o grave ministro no seu gabinete, quando lhe dizem que uma pobre mulher, lavada em pranto, procurava falar com ele; vinha de Jacarepaguá, dizia ela. Mandou-a entrar.

— Que há? — perguntou ele.

— “Seu” doutor, que desgraça! Um dos meus filhos morreu com o “mijo-de-sapo”...

— Que houve? Como foi?

— Aquilo que o senhor mandou nós comê...

— Os cogumelos? Aquilo que dá no pau podre?

— Sim, senhor.

Então ela explicou que, tendo feito um ensopado de tortulhos, logo após tê-los comido, todos se sentiram mal; cólicas, náuseas etc. Só uma criança que não o quis comer nada teve.

Depois de vários dias de sofrimento quase todos melhoraram, acabando um único por morrer. Vinha pedir um auxílio, porque o doutor Lauro já tinha feito muito.

À vista disso, o doutor Simões, depois de socorrer a pobre mulher, mandou chamar o doutor Afonso Costa.

E, chegando este, o ministro falou terrível:

— Então, “Seu” Costa! o senhor me faz aconselhar a ingestão de coisas venenosas?

— Como?

— Os teus tortulhos, cogumelos ou que outro nome tenham.
— Nunca ouvi dizer que fossem venenosos; mas vou ver nos meus tratados.

— Vá.

Foi e, em breve, estava diante do ministro:

— É verdade, doutor Simões, há algumas espécies venenosas.

— Por que o senhor não me disse logo?

— Porque ainda não tinha acabado a leitura do excelente livro de Liancourt, *Les Champignons*.

Perceberam os leitores, logo da primeira leitura, os motivos por que nos estendemos narrando esta anedota burocrática. Acreditamos que ela contenha ensinamentos práticos.

Careta, Rio, 13-3-1920

A COUVE ANÃ

Tenho agora de tratar de uma variedade de couve que, obtida por seleção na Índia, pode ser muito bem cultivada entre nós.

Essa variedade de couve alcança a altura de vinte metros e é mais frondosa do que uma robusta mangueira.

Na minha última viagem à Índia, interessei-me por essa planta útil e consegui alguns dados sobre o seu cultivo.

As mudas devem ser muito bem escolhidas e quanto menores e de folhas mais ásperas, são as melhores para o replantio e sou de opinião que as cultivadas ou originárias de Chandernagor, Índia Francesa, seriam as melhores para experimentar aqui, visto haver grandes semelhanças de solo entre os de lá e os nossos, não só na composição química, como na granulação etc. etc.

O Ceará estava excelente para essa experiência, pois o grau de umidade do ar e os seus terrenos de aluvião fazem-no muito semelhante aos territórios daquela colônia francesa, que, como se sabe, são banhados por um braço do Ganges.

Lá vi, exemplares suculentos que, com duas ou três folhas dos quais, se podia fazer um telhado.

Os naturais do lugar empregam-nas para fazer balsas, mas nada impede que possamos empregá-las para outro destino mais adequado às nossas necessidades.

Além dessas vantagens todas, essa couve, cujo nome indígena pode ser traduzido em nossa língua por couve anã, tem o predicado de crescer muito depressa. Chega à plenitude de seu desenvolvimento em seis meses, quatro dias, seis horas e quatro minutos, mais ou menos.

Exige, porém, um adubo especial que é uma mistura de benzoato de sódio, sulfato de quinina, raspas de chifres de peru e penas de galinha; pode-se, entretanto, substituir as raspas do peru pelas de galinha-d'angola, o que não causa nenhum dano ao adubo na sua intervenção para o pleno desenvolvimento da couve anã.

Verifiquei isso pessoalmente quando estive em Chandernagor e posso garantir que nenhum mal haverá na substituição.

O importante no crescimento da planta é o benzoato de sódio e o sulfato de quinino.

Todas vantagens dessa espécie vegetal estão indicando que o seu cultivo entre nós é um dever.

Essa variedade de couve não é uma planta comestível, mas o seu tronco se presta muito para material de construção, sobretudo em se tratando da naval.

É a sua grande aplicação prática.

Careta, Rio, 17-4-1920

LEITE E SEUS DERIVADOS

Uma das últimas lições que me deu o meu inovidável mestre, Mark Twain, mestre que foi meu de “Agricultura e ciências afins”, na Universidade de Harvard, E.U., foi sobre o “leite e seus derivados”.

Ainda estou a vê-lo com a sua juba, os seus olhos penetrantes, a comissura esquerda um pouco calda e o cachimbo ao lado, na mesa, onde havia apetrechos de bebidas.

Essa nossa Universidade de Harvard, E.U., ficava num café mal afamado de um bairro mal afamado de Londres e, enquanto ele bebia *whisky* e fumava cachimbo, eu bebia *gín* e fumava detestáveis cigarros.

Por me parecerem interessantes as palavras com que ele me iniciou nos mistérios de “leite e seus derivados”, onde há descobertas interessantes, é que as traslado para aqui.

O leite é um subproduto da pecuária que, em geral, se encontra nas árvores.

A vaca dá leite; a cabra dá; a jumenta dá; a égua dá; mas o caramujo não dá; a galinha não dá; o pato não dá; a borboleta não dá; os peixes não dão. Por aí se vê que é um erro supor-se que o leite é um produto animal. Entretanto, todas ou quase todas as árvores dão leite e seria um nunca acabar citar todas aquelas que dão. Contudo, alguns exemplos darei. Por exemplo: a borracha. Dá um leite excelente mais saboroso e caro que o da vaca. Na sua terra, dizia-me Mark, esse leite é objeto de um comércio interno que constitui base da fortuna pública de uma grande região dela.

Dele, como você sabe, se forma um queijo excelente, por meio de processos especiais, que é exportado em grande escala para a minha.

É verdade que esse queijo não é comestível, mas se presta com todo o prazer ao jogo de *football*.

Além da borracha, há a árvore da maniçoba que dá leite e queijo; há jaqueira que também dá leite e talvez possa dele fazer-se excelente queijo.

Podia-se objetar que todas essas espécies de leite fornecem queijo, mas não manteiga.

É verdade; mas há árvores outras que a fornecem.

Nós temos o cacauieiro que dá uma excelente manteiga, mas que exige certas espécies de boca para prová-la e degustá-la.

Em resumo, foram estas as palavras do meu sábio mestre sobre o “leite e seus derivados”.

Careta, Rio, 1-5-1920

A PROPÓSITO DE AVES

A cidade das aves não interessa tanto o criador como ao mercante das mesmas. Além destes, o médico, o enfermeiro, o encarregado de hospitais tem necessidade de saber ao certo a velhice e a mocidade dos frangos e galinhas que adquirem.

Certos doentes, os escleróticos, por exemplo, dão-se mal com frangos que já tenham passado dos 21 anos de idade, embora certos outros peçam caldo de matronas galináceas de mais de cinquenta. Esse campo, porém, não é da minha alçada, pois topa logo com a medicina veterinária que, embora muito relacionada com a agricultura, deve ser, entretanto, mais cultivada no campo das altas especulações mentais, sejam elas artísticas, políticas, literárias, filosóficas ou científicas propriamente ditas.

Esta pequena seção não se pode embrenhar nesta floresta e deve, para ser útil aos leitores, restringir-se a seu campo próprio.

O meu intuito era ensinar a quem quisesse aprender um meio prático e útil de avaliar, com pequeno erro, a idade das galinhas, dos patos, dos perus e outras aves domésticas.

Muitos critérios têm sido apresentados para verificá-la.

O grande agrônomo Rostand, na sua célebre enciclopédia agrícola — *Chantecler* —, assevera que o melhor meio de saber quantos anos tem um galo é contar-lhe as penas da cauda. Isto é para galos. Para galinhas, deve-se avaliar a dilatação da pele do ventre, a fim de se contar pelas dobras da mesma o número de partos, contando-se por cada um, um ano; ou mais simplesmente: cada dobra, cada ano.

Nas galinhas virgens, a avaliação deve ser feita pela consistência da pele do rosto, porquanto, a fim de arranjar um noivo, usam elas e abusam do pó de arroz. Então a pele da face engrossa e resiste a intromissão do alfinete.

Cada decimímetro que ele penetre, equivale a um ano. Eis aí.

Este sistema de Rostand não é prático, pois exige, a não ser no caso do galo, certa habilidade do operador e mesmo, no que toca às galinhas avós, uma violência ao pudor das mesmas — o que não é decente.

O processo usado, no nosso Ministério da Agricultura e preconizado pelo abalizado agrólogo, doutor Gustavo Hasselmann, é mais expedito, cômodo e prático.

Avalia-se a idade das aves pelo estado da dentição das mesmas.

Careta, Rio, 29-5-1920

GALOS DE BRIGA

Escusado é dizer que esta seção, com ter um título restrito, trate de tudo o que se refere à agricultura e do que lhe for afim.

Não é, pois, de admirar que, hoje, se trate aqui de galos de briga.

Conhecidos, desde a mais alta antiguidade, pois se encontram reproduções de rinhas em baixos relevos assírios e pinturas murais de túmulos tebanos, o seu emprego, naqueles tempos, era catar os vermes terríveis que, por aqueles tempos, infestavam as plantações de trigo e centeio.

Os vermes eram aguerridos e armados de fortes ferrões e foi, portanto, preciso que os cultivadores daqueles tempos adestrassem os seus galos na luta contra tais saltões.

Daí o ter nascido neles certas qualidades de combate, caracteres adquiridos, que, por hereditariedade e continuidade de função, se perpetuaram na espécie.

Tendo desaparecido a espécie de vermes a que eles eram destinados a combater, foram esses galos empregados na guerra, na verdadeira guerra entre homens.

Os guerreiros medievais que tinham os seus melhores auxiliares nos galos eram os ingleses, pois cuidadosamente os criavam e os treinavam nos seus castelos e solares.

É da história que se o Príncipe Negro venceu a batalha de Poitiers, na Guerra dos Cem Anos, foi com o auxílio que lhe prestou, a tempo, a sua legião de galos de guerra; e, por fim, se os ingleses foram batidos pelos franceses, foi devido ao *Chantecler*, galo francês, ter-se armado de um esporão de aço.

Rostand, na sua enciclopédia avícola desse mesmo nome, conta isso e contesta de leve a principal glória de Santa Joana d’Arc, hoje um nome feito.

Nada sei disso: mas é do meu tempo o conhecimento de que muito o falecido Pinheiro Machado contribuiu para a derrota dos revoltosos do Sul, isto é, de Gumercindo Saraiva, pelo fato de fazer-se acompanhar de grandes levas de galos de briga.

Estes não combatiam os revoltados; mas se combatiam entre si.

São grandes as vantagens de semelhantes animais; mas a maior e serem comestíveis como outras aves quaisquer.

Careta, Rio, 3-7-1920

INSTRUMENTOS AGRÍCOLAS

Os aparelhos agrícolas são de maior necessidade nos trabalhos da agricultura moderna.

Os antigos aparelhos ou instrumentos, tais e quais o arado e a enxada, são hoje antiquados e inúteis.

Os melhores atualmente são obtidos com o aeroplano e o balão dirigível.

Daquela espécie, o mais útil e o biplano Farman; e do desta, é o alemão Zeppelin. Ambos revolvem profundamente o solo e expõe ao ar as bactérias que isolam do ar atmosférico o azoto, as bactérias nitrificantes que muito se prestam a favorecer a cultura dos cereais.

O canhão, sobretudo os de grosso calibre, é outro instrumento agrícola digno de recomendação.

Não há como ele para revolver o solo e não há como ele para adubá-lo com os mortos que vai fazendo.

Na última guerra, foram verificadas as vantagens de tal máquina agrícola, na Bélgica, no norte da França, na fronteira russa e em outras partes.

Aconselho o seu emprego na nossa terra, onde, por causa da nossa indigência de ensino profissional, a maquinaria moderna é quase desconhecida.

Nós, os brasileiros, precisamos nos convencer de que é da guerra que virá o nosso progresso.

O senhor Samuel de Oliveira, secundando o general Ben Zuff Kalogheras, já demonstrou isto por exemplo, com auxílio da Geometria Analítica de Auguste Comte.

Honra a ambos que leram o Comte e o Barão de Münchhausen!

Careta, Rio, 24-7-1920

ANIMAIS DOMÉSTICOS

A domesticidade dos animais perde-se na noite dos tempos.

Desde as mais remotas eras o homem se tem feito acompanhar de vários deles que lhe prestam serviços inestimáveis, os bisonhos desenhos das grutas em que habitavam os nossos ancestrais pré-históricos, demonstram isso.

A rena, o búfalo e mesmo o mamute parece terem sido os animais que auxiliavam o homem daquelas priscas eras na sua faina doméstica ou se prestavam a serem abatidos para a sua alimentação, após ceva conveniente.

É, portanto, à vista da sua antiguidade e da sua importância social, um assunto que tendo grande relação com a agricultura merece especial atenção dos agrônomos de todos os matizes, com especialidade, e de todos os homens em geral.

Nos tempos modernos, como se verifica dos mais antigos documentos iconográficos, os mais apreciados animais domésticos são: o leão, a pantera, o urso; e, após a descoberta da América, a eles se foram juntar a preguiça e a cobra surucucu.

Este último é mais conhecido entre nós por — sogra. Todos conhecem esse bicho que, nas casas burguesas, tem a grande serventia de irritar os maridos.

É um animal utilíssimo por isso, porquanto se tal não existisse, os bares, as confeitarias e outras casas de diversões mais ou menos permitidas, não andariam cheias de caras alegres de maridos felizes.

A preguiça toda a gente conhece a sua serventia. Presta-se a dar exemplo de repouso aos homens, o que é bem necessário para que eles não se entreguem a guerras, ladroeiras e outras manifestações de atividade extrema.

Parecendo ser um animal de adorno, é, entretanto, um modelo edificante de moralidade e bondade.

O leão toda a gente sabe a sua serventia. Os seus bifes são apreciados por todos e a sua língua é um excelente acepipe.

A pantera e o urso também fornecem bons pratos, mas a sua criação é custosa e cara, por isso só podem ser comidos pelos ricos.

Estas ligeiras notas devem terminar, como vão, lembrando que Augusto Comte incorporou os animais domésticos à humanidade.

Careta, Rio, 14-8-1920

INSETOS NOCIVOS

Temos procurado nestas breves notas dar conselhos práticos aos cultivadores e criadores e também elucidar certas questões gerais da ciência agrônômica e outras disciplinas correlatas.

Lembramo-nos hoje de tratar dos insetos nocivos à agricultura. É um capítulo muito interessante, cuja importância não precisa ser realçada.

Uma das queixas que os camponeses tinham antes da Revolução, dos nobres, era que eles, nas suas coutadas e tapadas, se faziam criadores de insetos que eram o flagelo de suas sementeiras e searas.

Taine, nas suas *Origines*, cita o Príncipe de Conde como sendo um dos piores a perseguir duramente os cultivadores das vizinhanças de suas terras de Chantilly.

Os seus coelhos, que são dos mais nocivos insetos para agricultura, devastavam aos milhares as culturas vizinhas e os plantadores não os podiam matar, porque sendo eles de Sua Alteza Real, o fato constituía crime.

Hoje, porém, tal não se dá e os agricultores podem bem matá-los a tiro; o melhor, porém, é afugentá-los com creolina que se espalha dissolvida n'água pelos trilhos e estradas onde os coelhos tenham de passar.

Outro inseto nocivo à agricultura é o cavalo. Se ele dá num milharal, não ficará nem um colmo para lembrança. É preciso, para extingui-lo, procurar a sua “panela” mestra, no subsolo, deitar formicida e atacar fogo.

Muitos outros insetos há que não cito por brevidade. De um, porém, ia me esquecendo, que é preciso ser perseguido a todo o transe. É o pardal. Ele não existia aqui; mandaram-no buscar.

Que presente de gregos!

Careta, Rio, 21-8-1920

PLUMAGEM PARA CHAPÉUS

Tenho procurado dar o cunho mais prático e mais eficiente as noções de agricultura e coisas correlatas que se tratam nesta seção.

Evito toda a exibição científica nela e procuro ir direito ao assunto, sem pedantismo de terminologias e outras barbaridades linescas.

Hoje, porém, sou obrigado a usar de termos arrevesados porquanto não encontro na linguagem comum equivalentes. Dito isto, passemos ao assunto propriamente.

Quero falar dos animais mais próprios a fornecer plumagem, agasalhos e adornos às senhoras ricas.

O animal mais fácil de criação e que dá uma bela plumagem para chapéus luxuosos de senhoras é o *Ichthyosaurus platyodon*.

Pode ser criado, quase sem trabalho, numa bacia, embora alcance o comprimento de mais de vinte metros.

As suas penas são de cores variadas e as mais belas são de um lindo azul-cobalto.

A grande atriz Itália Fausta tem um chapéu com essas penas que lhe foi dado, pelo doutor Cláudio de Sousa, por ocasião da representação de sua extraordinária peça — “Adeus viola” —, cujo sucesso está na lembrança de todos.

Esse chapéu era enfeitado ainda com um lindo exemplar de *Pterodactylus*.

Essa bela ave pode ser criada facilmente numa gaiola de canários e só come alpiste e ovos cozidos.

Para agasalho de inverno, não há como uma pele de *Plesiosaurus macrocephalus*, cuja criação oferece todas as facilidades, desde que seja feita em balão ou aeroplano.

Não querendo alongar estas linhas, termino aqui e peço a atenção das gentis leitoras para os breves conselhos nelas contidos.

Careta, Rio, 4-9-1920

MADEIRAS DE LEI

Dentre os assuntos mais ou menos atinentes à agricultura que não tenho visto ser tratado com o devido cuidado pelos meus colegas dos grandes jornais, acha-se o de essências florestais próprias a várias espécies de construções.

As nossas florestas, entretanto, são abundantes delas e o seu emprego, cultura e aproveitamento não devem ser desprezados.

Por exemplo: a guaxima que abunda nos nossos campos, é uma árvore frutífera, cuja madeira é muito própria para construção naval.

No Amazonas, com ela, se fazem barcos de mais de vinte mil toneladas. São verdadeiros “Minas Gerais” de guaxima que singram o rio-mar.

Por ocasião de entrarmos na grande guerra tão gloriosamente, pensou-se até em reformar a eficiência da nossa esquadra com alguns couraçados daquela madeira essencialmente nacional.

Não sabemos porque esse propósito foi abandonado.

Outra madeira muito procurada para assoalhos de casas é o cipó chamado “barba-de-velho”.

É uma madeira de luxo que foi ultimamente procurada para reformar o assoalho do Palácio Guanabara que vai hospedar o rei da Bélgica.

Para moirões e caibros de telhados, o sapé é a madeira mais própria e barata.

A tiririca, outra essência florestal muito fácil de ser encontrada, presta-se muito para confecção de móveis, sobretudo para camas e mobílias de sala de visitas.

Assim como estas, há muitas outras que estão à espera de um aproveitamento inteligente dos nossos industriais.

Careta, Rio, 11-9-1920

ANIMAIS DE TIRO

Os animais de tiro são muito úteis em geral, mas, com especialidade, à agricultura.

O sapo, por exemplo, é excelente para a tração do arado nas terras compactas. O modo de atrelá-los melhor é usar de um jugo especial que se lhes adapta aos chifres.

Os práticos do interior prezam sobremodo esse animal para o serviço de suas lavouras, que o criam em lugares cuidadosamente escolhidos, já pela sua segura, já pela ausência de grotas pequenas e grandes.

Alguns extravagantes, porém, empregam-nos como alimárias de luxo, para puxar os seus carros pomposos.

Houve até um presidente da república nosso que os usou assim, por mera exibição vaidosa.

Deixemos, entretanto, esse caso para outra ocasião.

Outro animal que não é propriamente destinado aos trabalhos agrícolas, mas que pode prestar serviços nesses mistérios, é o canhão.

Há-os de diversos calibres e autores. Até bem pouco, os mais estimados eram os alemães, principalmente os da fábrica Krupp, mas a última guerra, com a vitória dos franceses e aliados, todos acham excelentes os da fábrica Schneider, Canet & Cia.

A Liga das Nações recomenda estes últimos para o serviço de tração de grades, destinadas ao descaroçamento da terra recentemente arada.

A espingarda, qualquer que ela seja, desde a carabina até ao simples pica-pau, é muito usada para puxar berços de crianças recém-nascidas, pois está verificado que, sendo, dessa forma, elas conduzidas nos seus passeios, quando homens feitos, ficam cheias de bondade.

Há o bodoque, a besta, a funda, mas são sem importância. Por hoje, basta.

Careta, Rio, 18-9-1920

CERCAS

Ninguém desconhece a importância que tem na agricultura, na pecuária, as cercas, quer elas se destinem a campos, quer a currais, chiqueiros etc.

Muita gente julga que as melhores são de arame farpado. É um engano. O gado, principalmente o *vacum*, tem por hábito coçar-se de encontro às cercas e as farpas do arame farpado ferem-no, abrem-se chagas, os vermes e parasitas se aninham nos ferimentos ou inoculam moléstias fatais.

O doutor Assis Ribeiro, atual diretor da Central, mas que é também autoridade em coisas agrícolas, aconselha, no seu tratado *As cercas*, o emprego da muralha de cimento armado ou, em falta, o muro de pedra e cal, tendo as juntas tomadas com cimento.

Não há dúvida que é obra duradoura; mas é cara e imprópria em terras para usos agrícolas ou de criação, pois, muitas vezes os lavradores são obrigados a modificar o emprego delas, remover as cercas etc.; e a demolição de tais muralhas ou muros é dispendiosa. Eles ou elas são muito próprios para obras que se querem eternas, como edifícios públicos, fortalezas, e “jazigos perpétuos”.

No meu parecer, quando se tratar de cavalo, o lavrador deve cercá-lo pelos quatro lados: antigo, moderno, Rio e salteado. Se se tratar de touro, só por três: antigo, moderno e salteado; agora, porém, se a cerca se destina a carneiros, unicamente por dois — antigo e moderno — porque carneiro é bicho manso. A cabra, no entanto, como animal engenhoso e curioso, só a experiência do lavrador pode determinar o número de lados por que deve cercá-la. Para o porco, basta um: antigo.

Careta, Rio, 25-9-1920

A JACA

A botânica e a pomicultura auxiliadas pelo clima e pela raça, que são outros tantos concorrentes mesológicos e etiológicos, produziram esse fruto maravilhoso que se chama em vulgar a jaca, mas que é conhecida em latim com o nome próprio de *Gigantea espiiafrata brauliemis*, de Martius.

Essa fruta é originária do Jardim Botânico, hoje Horto Florestal e amanhã Jardim Florestal, como já o foi no passado a Chácara das Palmeiras do Rei. Essa sábia denominação em muitíssimo tem contribuído para a produção intensiva da jaqueira, cujo o fruto foi objeto de uma sábia dissertação do eminente Barbosa Rodrigues no terceiro congresso de assistência e proteção às árvores desamparadas. A jaca, com efeito, é uma fruta de dimensões somente comparáveis às da melancia e da abóbora; mas ao passo que a jaca tem os mais variados predicados para a cultura industrial, a abóbora só se aplica à pesca do tubarão.

Ultimamente o sábio governo da república tem se preocupado seriamente da cultura da jaqueira e dos seus frutos, principalmente em épocas de exames nos colégios equiparados ao ginásio nacional que possuem laboratórios apropriados a sua experimentação e análise. Faltaríamos ao mais sagrado dos deveres se neste momento solene não disséssemos quais o sabor e as propriedades laxato-herpéticas da jaca. Essa saborosa fruta tem apenas o defeito do caroço, ou semente que se aplica com uma atiradeira a matança dos jacarés e outros rapinantes; mas sua polpa é de um sabor delicioso, possuindo além disso um extraordinário valor alimentício, tanto assim que nas quitandas ele vale tanto como a maçã e o caqui japonês.

Algumas pessoas cultivam a jaca no inverno, como traje de gala, e a exibem na cabeça. É uma variedade inteiramente preta e um pouco insípida. Também foi aplicada nos salões mas aí apenas para ser cortada. A cerimônia chama-se corta-jaca e em muito se assemelha às danças usadas na Nova Zelândia.

Felicitemos o nosso sábio governo pelas jacas que sob sua sábia e criteriosa direção pendem das jaqueiras no *Botanical Garden*.

Careta, Rio, 16-10-1920

PLANTAÇÃO DE GALINHAS

Até agora, os nossos hábitos agrícolas e outros congêneres têm sido guiados pela mais estranha rotina. Nós não possuímos o espírito de invenção e de iniciativa, de modo que os nossos processos de vida continuam a ser os mesmos que eram os dos nossos avós e bisavós.

Em todos os departamentos de nossa atividade se nota esse deplorável feitio da nossa mentalidade. Não há meio de corrigi-lo, embora grandes homens se hajam empenhado na cruzada de extirpá-lo, de eliminá-lo, de dar-lhe um fim. Não posso deixar aqui de consignar os nomes de vários cavalheiros que se hão esforçado para isto. Sem esquecer o famoso Malas Vinhas, muitos atualmente se hão sobressaído nesse afã, entre os quais o senhor Marinho das Malas, Sesimbra de Araújo, o homem da “Mansão Olímpica” e outros frequentadores dos “apedidos”.

Mas, onde se nota a completa ausência de espírito de iniciativa dos nossos homens, e no que toca à agricultura e indústrias conexas.

Vejam só no que se refere à criação de galinhas. Até hoje, não temos dado um passo, enquanto a Alemanha, conforme observou o operoso Cincinato Braga já conseguiu transformar essa simples indústria doméstica em uma grande fonte de renda, dando a ela o aspecto de um grande atividade industrial.

Nós continuamos a criá-las caseiramente, fazendo ninhos de palha, em que elas choquem os ovos; alguns, mais adiantados, usam mesmo incubadeiras aquecidas a álcool ou a petróleo; os alemães, porém, desprezam esses métodos obsoletos e vulgares e plantam as referidas galinhas.

O processo de plantio é o mais simples possível. Consiste ele em enterrar a galinha, depois de uma postura de uma dúzia de ovos, numa cova de vários metros de profundidade. Ao fim de dois meses, a ave germina e, ao completar dez, nós temos um arbusto frondoso que nem um pé de jabuticaba, dando galinhas gordas ao cabo de ano e meio. Podem ser feitos enxertos convenientes.

Convém usar-se adubos de primeira qualidade e o indicado como mais próprio é a terra dos cemitérios. Não é preciso explicar o motivo dessa preferência, pois está a entrar na inteligência de todos as razões dela; entretanto, caso não se a tenha à mão, pode-se empregar as varreduras da Câmara dos Deputados ou do Senado. Uma coisa equivale à outra.

Careta, Rio, 5-11-1921

GALINHAS POEDEIRAS

Em avicultura, chama-se uma galinha poedeira aquela que põe muitos ovos. A galinha que põe um único ovo por dia não pode ser considerada assim. Os motivos são fáceis de ser encontrados e seria alongar inutilmente esta nota desenvolvê-los aqui. O leitor que quiser ter noções mais exatas, a respeito, pode consultar os seguintes livros: *Geometria de Euclides*, edição em latim, de Upsal; o *Secretário dos amantes*; o *Cancioneiro d'Ajuda*, e outros que tais.

Só pode ser considerada galinha poedeira a que puser mais de dois ovos por dia. Estas mesmo não são das mais estimadas, porque as há que põem três, quatro e, até, cinco ovos diários.

Estas últimas são chamadas galinhas de ovos de ouro; enquanto as demais são apelidadas de ovos de prata. Não há nenhuma de níquel, nem de cobre; mas há as de papel que são aquelas que não põem ovo algum.

A galinha de ovos de ouro deve ser criada, alimentando-se segundo os cardápios dos banquetes da grande gente.

Isto dá-lhe uma força extraordinária de ovários que surpreende a toda a gente. A galinha de ovos de papel deve ser criada com feijão, arroz e fubá. A carne-seca não pode ser empregada, porque está muito cara, valendo quase tanto quanto o presunto.

Deixo de falar na habitação própria a cada espécie dessas galinhas, por quanto está visto que o galinheiro adequado é indicado pela natureza da alimentação a que estão subordinadas.

Julgo ter aqui, com estas modestas linhas, prestado um serviço de natureza prática, por isso mesmo utilíssimo, aos nossos patrícios e patrícias. Deixei de explicar o modo mais perfeitamente científico de “ver se tem ovo”, por ser de todo impróprio fazê-lo nesta revista. Em publicação técnica, hei de desenvolver esse ponto.

Careta, Rio, 26-11-1921.

MÁGOAS E SONHOS DE UM POVO

RECORDAÇÕES DA *GAZETA LITERÁRIA*

Em 1884, publicou-se aqui, neste Rio de Janeiro, uma pequena revista quinzenal, intitulada *Gazeta Literária*. Não tinha o nome do diretor ou redator-chefe, mas havia no cabeçalho a indicação que se assinava e se vendia na livraria de Faro & Lino, à rua do Ouvidor nº 74.

De nós que andamos hoje nessas coisas de jornais e revistas, poucos terão notícia dessa livraria e da *Gazeta* talvez nenhum.

O jornalzinho literário era, entretanto, bem feito e curioso. Impresso em bom papel e nas oficinas Leuzinger, muito cuidado na revisão, tinha um aspecto muito simpático e uma leitura variada, de forte cunho intelectual. Colaboravam nele nomes conhecidos, alguns cheios hoje de glória inesquecível, como Capistrano de Abreu, Raul Pompeia, João Ribeiro, Urbano Duarte, Valentim Magalhães, Araripe Júnior, e outros que, embora pouco conhecidos do grande público, ainda são, não obstante, muito estimados pelos que se interessam com as etapas do nosso acanhado desenvolvimento intelectual.

Teixeira de Melo, o amigo e êmulo de Casimiro de Abreu, que eu conheci velho e diretor da Biblioteca Nacional, quando a frequentei ali, na Lapa, entre os meus dezesseis e os vinte anos, publicou na revistinha literária a sua famosa memória sobre a questão das Missões, que tanto devia ajudar o renome de Rio Branco, no dizer dos entendidos; e Beaurepaire-Rohan dava nas suas colunas as primeiras páginas do seu *Glossário de vocábulos brasileiros*, tanto dos derivados de línguas conhecidas como daqueles cuja origem é ignorada. Esse trabalho, que, ao que parece, foi publicado em volume, tem sido seguido de outros semelhantes e, ainda bem pouco tempo, vi em uma revista católica — *Vozes de Petrópolis* — um semelhante da autoria de um sacerdote dessa religião, cujo nome, embora não saiba agora escrevê-lo (o que lastimo), me pareceu ser de alemão. Como estes dois glossários de brasileirismos, há muitos outros, menos gerais talvez, mas que constituem um bom manancial para o famoso *Dicionário de brasileirismos* que a Academia Brasileira de Letras se propôs a organizar, mas de que até hoje nada ou quase nada fez.

Voltando, porém, à *Gazeta Literária*, podemos dizer que, sem nome de diretor, sem talvez um programa definido (não tenho o número inicial), o espírito que a animava, como os leitores estão vendo, era de um grande nacionalismo.

Não era o do nacionalismo dos nossos dias, guerreiro, espingardeiro, “cantativo”, mas que acaba na comodidade das linhas de tiro de classes e repartições e deixa para as funções árduas do verdadeiro soldado a pobre gente que sempre as exerceu, com sorteio ou sem ele.

Era um patriotismo mais espiritual, que não tinha uma finalidade guerreira e pretendia tão somente conhecer as coisas da nossa terra, a alma das suas populações, o seu passado, e transmitir tudo isto aos outros, para nos ligarmos mais fortemente no tempo e no espaço, em virtude desse próprio entendimento mútuo.

Nas suas notícias sobre o “Movimento Artístico e Literário”, há muita coisa curiosa e muita informação surpreendente. No número de 20 de maio de 1884, há a notícia de uma *Folha Literária* dos senhores Alexandre Gasparoni Filho e Américo Guimarães — ex-redatores do *Cometa*; há também de uma *Revista Literária*, do senhor Múcio Teixeira, Múcio e Casparoni — quem os não conhece hoje? Mas, a ambos, como a vida mudou! Pelos títulos de suas publicações de 1884, está se vendo que, em um, ainda não havia despertado o amor pela fotogravura ultramundana; e, no outro, não se poderia nunca adivinhar que, grande poeta que ele era, viesse a ser o Barão Ergonte dos dias atuais.

O que é curioso observar na interessante publicação dos livreiros Faro & Lino é que, há trinta anos, se tentavam publicações da mesma natureza que ainda hoje se tentam. Nas suas “Publicações recebidas” há notícia de uma *União Médica*, com artigos do doutor Moncorvo, em francês, e do doutor Pacífico Pereira, em português, e um parecer do professor Rebourgeon a respeito dos trabalhos sobre a febre amarela do doutor Domingos Freire, que o sucesso do senhor Osvaldo Cruz fez esquecer totalmente; há também de uma *Revista do Exército Brasileiro* que já trata do que hoje parece novidade — o jogo de guerra — num artigo do senhor F.A. de Moura; há, além de outra revista, a da Liga do Ensino, “redigida pelo senhor Rui Barbosa”, com um artigo desse espírito inquieto e de tudo curioso que foi o doutor Luís Conty, professor contratado de uma espécie de missão, que, em 1874, por aí assim veio para ensinar disciplinas, entre nós novas, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Seria um nunca acabar, enumerar, através das páginas da revistinha de 1884, coisas velhas e notar a transformação espiritual dos homens. Uma coisa, porém, se nota: é que as nossas tentativas de hoje têm pouca novidade e se nós não as encadeamos com as que nos precederam, deixam de ter alguma força e são destinadas a morrer no esquecimento como as anteriores. Todo brasileiro julga-se um inovador...

Tenho esses números da *Gazeta Literária* desde a minha meninice e desde a minha meninice que os leio, com o espírito dos anos que o tempo vai-me pondo às costas. Muita sugestão lhes devo e muito desejo eles me despertaram. Uma delas foi o conhecimento das coisas do folclore nacional e esse desejo até hoje não pude cumprir honestamente. Muita coisa há sobre o assunto, mas anda esparsa em obras tão difíceis de encontrar que me resignei ao acaso das leituras para ganhar uma noção mais ou menos exata da poesia e outras criações da imaginação anônima da nossa terra.

Sei bem que há em Couto Magalhães, Capistrano de Abreu, Sílvio Romero, João Ribeiro muita coisa a ler; mas há também nos viajantes estrangeiros outras coisas mais e, também, em modestos outros provincianos, tantas outras que o meu precário viver não me permite consultar e estudar, tudo e todos.

Dos viajantes estrangeiros, ainda há bem pouco tempo, o senhor João Ribeiro, no *O Imparcial*, deu a tradução de um conto popular amazonense que vem no livro de viagem de Wallace. Era tão interessante que eu imaginei que messe de fábulas e narrativas, algo originais e denunciadoras do nosso gênio, dos nossos defeitos e qualidades morais, nós poderíamos encontrar nas obras desses sábios pesquisadores que, sem deixarem de ser profundos nas suas especialidades de ciências naturais, sondavam a alma e a inteligência do povo, que os via catar pedras e ervas, com o mesmo método que os seus hábitos científicos lhes tinham imposto à inteligência.

No número 11 da *Gazeta Literária*, que é datado de 20 de março de 1884, há um artigo de Vale Cabral, intitulado “Algumas canções populares da Bahia”. Este Vale Cabral, pouco conhecido e muito menos lembrado atualmente, foi funcionário da Biblioteca Nacional e um dos mais ativos reveladores de coisas da nossa história, só até então conhecidas pelos pacientes eruditos. Ele publicou as cartas do Padre Nóbrega, os *Anais da imprensa nacional*, com precisas informações sobre os primeiros livros nela impressos, e nos números da Gazeta que possuo há trechos das famosas *Memórias de*

Drummond sobre o primeiro reinado, José Bonifácio etc., que suponho terem sido publicados por ele, pela primeira vez.

O seu artigo sobre as canções populares da Bahia muito me impressionou e há mais de vinte anos que não folheio a coleção mutilada da *Gazeta* que não a leia com este ou outro espírito.

Hoje, por exemplo, é para matar saudades e lembrar os meus bons tempos de menino que leio:

Menina, quando tu fores
Escreve-me pelo caminho.
Se não tiveres papel,
Nas asas dum passarinho.

Da boca, fazei tinteiro,
Da língua pena aparada;
Dos dentes, letras miúdas,
Dos olhos cara fechada.

Embora o passarinho da canção fosse um pouco extravagante com os seus dentes, estas quadrinhas, que sempre ouvi e recitei em criança, muito me comoveram e comovem e ainda as guardo na memória. Se, como as retive, tivesse retido as “histórias” que me contavam naquela idade, tirando as que Perrault registra e dando-lhes forma, como a “Gata Borralheira”, poderia fazer um volumezito bem aproveitável.

Mas não as guardei e pouco retive de cor dessa arte oral e anônima, afora essas quadrinhas e outros versos como o do famoso “chula”:

Onde vai, senhor Pereira de Morais?
Você vai, não vem cá mais;
As mulatinhas ficam dando ais,
Falando baixo, etc. etc.

Todas essas coisas ingênuas de contos, anedotas, anexins, quadrinhas, lendas, foram soterradas na minha memória por uma avalanche de regras de gramática, de temas, de teorias de química, de princípios de física, disto e daquilo, que, aos poucos, me vão morrendo na lembrança, para deixar emergir

nela as histórias humildes do Compadre Macaco, do Mestre Simão e da Comadre Onça, dos meus pobres sete anos de idade.

Nessas confusas recordações que tenho das fábulas e “histórias” populares que me contaram entram animais. O macaco e o símbolo da malignidade, da esperteza, da pessoa “boa na língua”, em luta com a onça, cheia de força, mas traiçoeira e ingrata. Não me fio nas minhas lembranças, mas sempre me pareceu assim. Os estudiosos dessas coisas que verifiquem se a minha generalização é cabível.

Em um dos meus modestos livros, eu transcrevo uma das “histórias do macaco”, em que ele aparece mais ou menos com essa feição. Não sei se ele figura em alguns dos nossos florilégios e estudos desses assuntos de folclore. Quem me contou foi um contínuo da Secretaria da Guerra, onde fui empregado, ex-praça do Exército e natural do Rio Grande do Norte, não sei de que localidade: o senhor Antônio Higino.

A onça aí figura perfeitamente com o feitiço moral a que aludi, mas a manha do macaco, para vencê-lo, socorre-se da cumplicidade do cágado ou jabuti.

Apesar das manhas, planos e esperteza do macaco, os contos populares lhe emprestam também alguma generosidade e alguma graça e uma filosofia de matuto “tinguijador”. Há mesmo em todas elas, ao que me parece, uma grande simpatia por ele. Se o nosso povo não o fez o seu “totem”, de alguma forma o faz o seu herói epônimo.

Os estrangeiros, talvez, tenham alguma razão quando nos chamam de macaquitos ou *little monkeys*, como me ensinou esse singular “totalista” que é o meu amigo Tigre.

Contudo, devido à ignorância, já confessada, que tenho dessas coisas de folclore, eu não me animo a asseverar que a minha generalização possa ser de qualquer forma certa; e o intuito dessas linhas não é esse. O que elas visam é explicar as razões por que fui levado a procurar, na conversa com homens e raparigas do povo, obter narrações, contos etc. de origem popular, sem mesmo indagar se eles foram publicados, e dar nesta revista o resultado das minhas conversações com gente de toda a parte.

Sou homem da cidade, nasci, criei-me e eduquei-me no Rio de Janeiro; e, nele, em que se encontra gente de todo o Brasil, vale a pena fazer um trabalho destes, em que se mostre que a nossa cidade não é só a capital política do país, mas também a espiritual, onde se vêm resumir todas as mágoas, todos os

sonhos, todas as dores dos brasileiros, revelado tudo isso na sua arte anônima e popular.

Queira Deus que leve avante o meu inquérito! Amém.

Hoje, Rio, 20-3-1919

SONHEI COM ISTO: O QUE É?

O sonho sempre representou na nossa atribulada vida terrena, cuja regra é a insegurança de tudo, um grande papel profético. Em todas as pequenas crenças religiosas de toda parte, ele tomou uma atitude oracular indiscutida; e quase todos os agrupamentos humanos organizaram e organizam uma tábua para a sua interpretação. A humanidade, ou, para não errar, quase toda ela, está convencida de que o sonho é um aviso por parte do Mistério de coisas boas e más que vão acontecer. Pode ser que ela tenha razão, pois, segundo me parece, a origem, a natureza e o mecanismo do sonho continuam mais ou menos inexplicados à luz dos estudos mais modernos. Não tenho certeza, mas leituras semiesquecidas me dizem mais ou menos isso, não havendo, portanto, pessoa bastante autorizada para condenar a crença que, sobre o sonho, o povo tem. Os livros antigos, tão cheios de alusões a sonhos divinatórios, e Plutarco, que infelizmente já não tenho, não narram a vida de um herói que não se refira a eles. Não me recordo nitidamente de nenhum, mas creio não me ter enganado redondamente. As literaturas de todos os quilates, de todas as línguas, têm usado e abusado do sonho. Agora de pronto lembro-me de muito poucas obras literárias que o aproveitem; e, entre elas, aquela de que me recordo mais é a — *Athalie*.

Quando estudei francês, já lá vão 26 anos, era o prato de resistência da nossa tradução em aula, o famoso sonho da heroína dessa tragédia; ele me ficou quase inteiramente de cor. O nosso professor, o bom doutor Frutuoso da Costa, antigo seminarista, que, ao que parece, não tomou ordens definitivas de sacerdote devido à exigência canônica de um bom resultado no processo de *puritate sanguinis*, esse nosso professor, como dizia, certamente aborrecido com a nossa leitura arrastada e indiferente, tirava os óculos de aros de ouro, agarrava o *Théâtre Classique*, chegava bem perto dos olhos esse trecho da tragédia bíblica de Racine, e declamava-o com entusiasmo eclesiástico de um patético sermão de Páscoa:

Je jouissois en paix du fruit de ma sagesse; Mais un trouble importun vient, depuis quelques jours, de mes prospérités interrompre le cours. Un songe (me devois-je inquiéter d'un songe?)

Quando o Doutor Frutuoso atingia a imprecação de Jezabel:

*Tremble, m'a-t-elle dit, fille digne de moi.
Le cruel Dieu des Juifs l'emporte aussi sur toi.*

Por aí assim, punha toda força de voz que lhe restava para acentuar bem a fala; e, certamente por causa de um tal esforço, não observava a sua teologia monoteica a heresia de haver um deus especial para os judeus, como se depreende dela. Por fim o seu furor dramático já era muito menor, ao recitar o final dessa fala de Athalie, quando ela tenta abraçar a sombra da mãe, que, no sonho, se aproxima do seu leito. Nessa passagem a sua voz era menos retumbante, havia menos ênfase nela, aproximava-se mais do natural e dizia:

*Mais je n'ai plus trouvé qu'un horrible mélange
D'os et de chair meurtris, et trainés dans la fange,
Des lambeaux pleins de sang, et des membres affreux
Que des chiens dévorants se disputoient entre eux.*

Parava nesse ponto infalivelmente, e nem mesmo exclamava — “*Grand Dieu!*” — frase com que Abner remata essa parte da narração do sonho profético da filha de Jezabel. O trecho é poderoso, vivo e desenhado em breves e poucas linhas fortes, mas nem sempre os sonhos literários têm essa grandeza, essa sobriedade e esse vigor.

Eça de Queirós, que talvez se picasse de realista, tem na *A relíquia* uma visão ou um sonho muito pouco verossímil, longo e cheio de pitoresco e pinturesco; e Machado de Assis, no *Brás Cubas*, com a *Summa*, Santo Tomás de Aquino, o hipopótamo etc., descreveu um com muita coerência para o destino literário que ele tinha; mas ambos são sonhos muito pouco comuns. Todos nós já sonhamos e sabemos bem que uma das regras gerais do sonho é a falta de nitidez de plano, é a confusão, de coisas disparatadas, senão nas partes, no todo.

Proféticos ou não, seria um nunca acabar estar relembrando os sonhos registrados nas grandes obras literárias. Quase todos os heróis e heroínas de romances e poemas sonham; quando não é com seus autores, é por conta própria. É um efeito de que grandes e pequenos autores, bons e maus, se têm socorrido, e não seria eu quem havia de censurá-los por isso, mesmo por que, se não digo, como as namoradas desprezadas, que a vida é um sonho, tenho,

entretanto, muito para mim, que ela é uma ilusão — o que talvez não fique muito aquém do que as garotas desta ou daquela classe, deste ou daquele país, dizem e resumi mais acima.

A interpretação dos sonhos tem merecido desde muito tempo sacerdotes especiais, mas particulares quase clandestinos não eram como aqueles augures e arúspices de Roma, respeitados e oficializados, que prediziam os acontecimentos pelo modo de voar dos pássaros, pela maneira com que as galinhas e outras aves sagradas comiam os grãos. Contam os cronistas que não havia general que prescindisse de tal horóscopo antes de entrar em batalha. Hoje, não há mais disto; as missas solenes, porém, ressoam, pedindo-se que Deus favoreça com a vitória cada um dos inimigos, e são mandadas rezar por cada um dos partidos em briga. É pena, à vista disso, que o nosso Panteon seja reduzido a um único Deus, porque, além de tal fato atrapalhá-lo com pedidos contraditórios, impediu essa nossa pobreza de deuses que a guerra última permitisse a Discórdia levar a sua obra até ao céu e, de lá, o Empírio fazer descer Fochs, Hidenburgos, Lloyds Georges, Wilsons e Gemenceaus (não! estes últimos viriam do inferno), todos eles divinos para combater pró e contra Mercúrio ou São José, se este fosse Deus... Digo São José porque é patrono dos nossos bancos católicos...

Seria um belo espetáculo — não acham?

Reatando, porém, a narração, tenho a lembrar que, se a nossa época não possui sacerdotes destinados à interpretação de sonhos, criou, entretanto, essa maravilha que é o *Dicionário dos sonhos*, livro barato e portátil. Já folheei um e observei que a maioria das predições se encaminha para o amor e para a fortuna. Os poetas dizem que o Amor é irmão da Morte. Está aí uma afirmação que o *Dicionário* desmente: o Amor é irmão do Dinheiro. Só não ama quem não tem dinheiro; entretanto, tenho conhecidos que me afirmam que só se ama para ter dinheiro. Eu não sei... o povo, porém, aquele verdadeiro, aquele que não sabe ler e escrever, tem uma regra muito diferente para interpretar os seus sonhos.

— Inácia! Sonhei hoje que estava arrancando um dente. O que quer dizer? — pergunta uma lavadeira à outra.

— Filha! Credo! Reza um Padre Nosso e uma Ave Maria para as almas — responde a companheira e continua: — Sonhar com dente é defunto na família.

Nunca pude atinar a relação que há entre uma coisa e outra; mas deve haver. Voz do povo, voz de Deus. Sonhar com excremento, é fortuna; sonhar

com defunto, é saúde; sonhar com carne crua, é crime; e assim por diante.

Onde foi o povo descobrir essas equivalências?

Não há ainda para os sonhos aplicados ao jogo do bicho uma teoria interpretativa e segura, mas já se esboça uma, apesar das dificuldades. Conto um caso. “Sinhá” Maria sonhou um dia com um burro em cima do telhado de uma casa. Pediu cinco mil-réis adiantados à patroa e jogou-os no burro. Durante o tempo em que preparava os seus quitutes, foi sonhando com o vestido, as rendas, os sapatos, cheios de “manicolas”, enfim com tudo aquilo com que havia de se revestir para ir à festa da Glória no Outeiro. Veio a tarde, correu a loteria e saiu o gato. Ficou triste, a “Sinhá” Maria; e pôs-se a analisar o seu sonho, chegando a esta conclusão:

— Burra sou eu; nunca burro andou em telhado. Quem anda em telhado é gato.

Desde tal descoberta da “Sinhá” Maria ficou assentado entre os jogadores de bicho que burro, cobra, avestruz, coelho e qualquer outro animal, no telhado, é gato.

Pobre “Sinhá” Maria! Ela não tem motivos para se amaldiçoar! Todos nós vemos muitos burros nos telhados e afirmamos logo que é bicho muito inteligente; mas, nem por isso, acertamos. Passam-se anos e nos convencemos de que nem burros eram. Eram bonecos de papelão. Eis aí!

Há muitos modos de nos enganarmos com os nossos sonhos; um deles é ao jeito da analfabeta e simples “Sinhá” Maria; um outro é ao nosso; sabemos ler e, para isto ou para aquilo, precisamos de autoilusões...

Hoje, Rio, 17-7-1919

HISTÓRIAS DE MACACO

O nosso macaco, com as suas parecenças humanas, tal e qual o vemos nas gaiolas e preso a correntes, é bem miúdo; mas tem tal ar de inteligência, é tão solerte e inquieto, que povo não podia deixar de impressionar-se com ele e dar-lhe máxima importância nas suas histórias de animais.

Certamente, as suas semelhanças com os homens não são bastante flagrantes como as dos grandes macacos da África e da Ásia. O chimpanzé, o gorila, o orangotango e o gibo, sobretudo este, possuem mais fortes traços comuns a eles e ao homem. O último desses macacos antropoides é até tido como bem próximo parente do *Pithecanthropus* do senhor Dubois, que passa por ser o avô desaparecido do gênero humano. Todos esses macacões africanos, asiáticos e javaneses, porém, são fortíssimos e de uma robustez muito acima da do homem, por mais forte que seja. Não sei qual será a impressão que se tem deles, ao natural; mas a que possuo, pelas gravuras dos compêndios, é de ferocidade e bestialidade.

O nosso macaquinho não tem esse aspecto de força estúpida, mas de astúcia e malignidade curiosa, quando não de esperteza e malandragem.

Assim, o povo o representa nas suas histórias, onde ele é fecundo em ardis e variadas manhas, para vencer dificuldades e evitar lutas desvantajosas; às vezes, porém, são mais simples e as narrativas populares procuram fazer ressaltar unicamente o pendor “planista” do símio, da simpatia de nossa gente humilde.

Essa história que aí vai e me foi contada pela minha vizinha dona Minerva Correia da Costa, natural de Valença, Estado do Rio, e exemplo disto que acabo de dizer e é intitulada:

HISTÓRIA DO MACACO QUE ARRANJOU VIOLA

Um macaco saiu à rua muito bem-vestido. As crianças, porém, não estiveram pelos autos e, apesar de vê-lo bem vestido, começaram a troçá-lo:

— Olha o rabo do macaco! Olha o rabo dele!

— Meninos — dizia o mestre Simão — deixem-me ir sossegado pelo meu caminho. As crianças, porém, não o atendiam e continuavam de surriada:

— Olha o rabo! Olha o rabo dele! Olha o rabo do macaco!

Aborrecido e incomodado com a vaia da petizada, o macaco resolveu dirigir-se a um barbeiro e pedir-lhe que amputasse a sua cauda. O “fígaro” recalcitrou e não quis atendê-lo. O macaco insistiu e ameaçou-o de furtar-lhe a navalha, caso não fizesse a operação que solicitava. O barbeiro, muito instado e ameaçado, consentiu e Simão voltou a rua extremamente contente. A assuada das crianças, porém, continuou:

— Olha o macaco cotó! Olhem só como ele está rabricó!

E tudo isso seguido de assovios e outras chufas! O macaco tomou o alvitre de procurar novamente o barbeiro para que lhe recolocasse a cauda. O barbeiro, muito naturalmente, mostrou-lhe que era impossível. O macaco furtou-lhe então a navalha. Feito o que, continuou o seu caminho e veio a encontrar uma mulher que escamava peixe com as unhas, por não ter faca ou outro instrumento cortante adequado. Ao ver tal coisa, o macaco indagou:

— Porque você “conserta” o peixe com a mão?

— Homessa! Que pergunta! Porque não tenho faca...

— Não seja por isso... Tem você aqui uma navalha.

Agradecida, a mulher, depois de preparar o peixe, deu-lho a comer com farinha.

Foi-se o macaco após o almoço; mas, arrependido, deu-lhe na telha de retomar a navalha. A mulher recusou, com toda a razão, pelo curial motivo de lhe ter dado a comer peixe e farinha, em troca. O macaco não teve dúvidas: carregou-lhe um bom bocado de farinha.

Seguiu adiante, vindo a topar com uma professora que dava bolos de pau às alunas. Ofereceu-lhe a farinha para fazer bolos que substituíssem os de pau. A professora aceitou e, prontos que eles foram, o macaco não se fez de rogado e entrou também nos bolos. Despediu-se logo após e, tendo andado um pouco, arrependeu-se e voltou sobre os seus passos para reclamar a farinha. A

professora — o que era naturalmente de esperar — não a tinha mais; e, portanto, não a podia restituir. O macaco, então, arrebatou uma das crianças, apesar da gritaria da mestra e das outras discípulas. Com ela às costas, foi indo, quando encontrou um tipo que, caminhando, tangia uma viola.

Propôs a troca da menina pelo instrumento, o que foi aceito pelo sujeito. Continuou o caminho que, bem cedo, era cortado por um largo rio, que ele não podia atravessar. Pela primeira vez, depois de tantas aventuras, vencidas com facilidade, encontrava um obstáculo que a sua manha e a sua astúcia não podiam vencer. Para consolar-se, resolveu cantar as suas proezas com acompanhamento de viola. Assim cantou:

— Macaco com seu rabo arranhou navalha; com a navalha, arranhou peixe; com peixe, arranhou farinha; com farinha, arranhou menina, com menina, arranhou viola...

O rio, porém, continuava a correr mansamente em toda a sua largura intransponível. Viu bem que era impossível vadeá-lo. Não havia lábia ou astúcia que lhe valesse... Desesperado atirou-se nele para morrer.

Esta história de um final pessimista para as manobras e espertezas do macaco, não é das comuns; as mais espalhadas dão sempre a vitória final ao símio sobre todos os obstáculos inimigos que encontre na vida e nas florestas.

A onça é sempre o seu inimigo natural e é com ela, no romancear do povo, que tem travado um duelo de morte interminável.

O senhor Antônio Higino, natural do Rio Grande do Norte, que é hoje contínuo do gabinete do ministro da Guerra e foi praça do exército, há anos, narrou-me um conto passado entre os dois mais expressivos.

Ei-lo:

O MACACO E A ONÇA

Andava o macaco, como sempre, de implicância com a onça, e a onça com o macaco. Um belo dia, o felino veio a encontrar o símio trepado em um galho de pau, a tirar cipós.

— Que fazes aí, compadre macaco? — perguntou a onça.

— Ali! Então tu não sabes, comadre onça, o que estou fazendo? Trato da minha salvação...

— Como?

— Pois não tens notícias de que Nosso Senhor vai mandar um pé de vento muito forte e só se salvará quem estiver bem amarrado?

Amedrontada e por não ter mão com que ela própria se atasse, a onça pediu imediatamente:

— Então, compadre macaco, amarra-me também para eu não morrer... Tem pena de mim que não tenho mãos! Amarra-me também pelo amor de Deus!

O macaco obteve todas as juras e promessas que a comadre não lhe faria nenhum mal e desceu para atá-la num toco de pau. À proporção que a ia amarrando, perguntava:

— Comadre, você pode se mexer?

A onça fazia esforços para desvencilhar-se, e o macaco atava mais fortemente o lugar que lhe parecia mais frouxo. Assim pôde conseguir amarrar a comadre, sem que esta, por mais que quisesse, pudesse fazer o mínimo movimento.

Vendo-a bem amarrada, o macaco apanhou um cipó bem grosso, deu na onça uma valente surra e fugiu em seguida.

As outras onças conseguiram soltar a irmã, e esta jurou a seus deuses vingar-se do macaco.

Veio uma seca muito grande e a onça, para pilhar o símio e cevar nele o seu ódio recolhido, pôs-se de alcateia num único lugar em que havia água. Todos os animais iam até ali desalterar-se, sem serem incomodados pelo felino; mas o macaco, muito atilado e esperto, não foi, adivinhando o que o esperava.

Apertando-lhe a sede, entretanto, ideou um ardil para ir até à cacimba saciá-la. Tendo encontrado um pote de melaço, besuntou todo o seu corpo

com ele e, depois, espojou-se num monte de folhas secas, que se lhe grudaram aos pelos.

Disfarçado desse modo, encaminhou-se para o bebedouro; a onça desconfiou daquele animal, mas não saiu da tocaia, limitando-se a perguntar:

— Quem vem lá?

O macaco com voz simulada, mas segura respondeu:

— É o ará.

Ará é o que nós chamamos ouriço-caixeiro, com o qual a onça não tem implicância alguma.

O suposto ouriço muito calmamente abeirou-se do poço e pôs-se a beber água a fartar, no que se demorou muito.

Comadre onça começou a desconfiar de tal bicho, que bebia tanta água, e exclamou admirada:

— Que sede!

O macaco precavidamente afastou-se e, logo que se pôs fora do alcance da terrível comadre, acudiu escaminho:

— Admiraste-te! Pois desde que surra te meti, água jamais bebi!

A vingança da onça foi mais uma vez adiada.

Como esta, muitas outras passagens desta curiosa luta são contadas pelas pessoas do povo e eu tenho ouvido diversas. Além da que aí vai, possuo escritas mais algumas, que não reproduzo agora para não me tomar fastidioso.

Hoje, Rio, 16-4-1919

UM DOMINGO DE PÁSCOA

Na *Guerra dos mundos*, de Wells, quando os marcianos já estão de posse de quase toda Londres em uma das praças da cidade, eles topam com um estranho espetáculo que os faz parar de admiração, em cima de suas máquinas que a nossa mecânica não saberia nem conceber. É que encontram no largo, creio que fazendo roda, um troço de vagabundos, de falidos sociais de toda espécie, que cantam, folgam e riem, despreocupadamente, enquanto todos fogem diante dos habitantes de Marte, com o seu terrível raio de calor, as suas máquinas de guerra e o seu asfixiante fumo negro...

De noite, pelas primeiras horas de treva, quando me recolho à casa e subo a ladeira que é a rua em que ela está, se encontro crianças, brincando de roda, eu me lembro dessa passagem do extraordinário Wells.

Durante as cinco ou seis horas que passei no centro da cidade, tudo o que conversei, tudo o que ouvi, tudo o que percebi nas fisionomias estranhas, foram graves preocupações. Não são já de dinheiro, não é tanto o maximalismo que amedronta os pobretões, não é também a fórmula Rui-Epitácio que abala o povo e faz cansar os lindos lábios das mulheres. Meu pensamento vem pejado de questões importantes, algumas para mim unicamente, e outras para os meus descendentes, que não terei.

Subo a ladeira e logo dou com uma roda de crianças a cantar:

Ciranda, cirandinha!
Vamos todos cirandar!
Vamos dar a meia-volta,
Volta e meia vamos dar!

Para ouvi-las, paro um pouco, e, continuando a voltear as meninas e infantes emendam:

O anel que tu me deste
Era vidro e se quebrou;
O amor que tu me tinhas
Era pouco e se acabou!

Parado ainda, considero aquela dúzia de crianças de várias origens e diversa pigmentação, pondo-me a pensar na importância de tanta coisa fútil que me encheu o dia, para as quais devia ter o transcendente desprezo e a superior despreocupação que aquela meninada tem e manifesta com seu brinquedo pueril e inocente.

Se faz lua, então eu me lembro de ver o céu, o que raras vezes faço e fiz. Quando andei fingindo que estudava astronomia, nunca quis observar estrelas pela luneta do teodolito. Prefiri sempre encarregar-me do cronômetro que repousava no chão.

Hoje mesmo, não está em moda olhar o céu. No século XVIII, segundo Fontenelle, parece que era *chic*, até as marquesas faziam-no; e houve uma mesmo, a Du Châtelet, que traduziu Newton e ensinou Física e Astronomia a Voltaire.

Não é à toa, portanto, que uns versos postos em baixo da gravura de um seu retrato, dizem que ela *“s’élève dans les airs et le but de ses travaux est d’éclairer les hommes”*.

Atualmente, porém, não há muito amor às coisas do céu e todos estão preocupados com as terrenas. A cantoria das crianças, entretanto, faz-me sempre olhá-lo e é então que me aborreço de não saber o nome das estrelas e das constelações. Já houve tempo que isto fazia parte do manual do namorado elegante. Era poético mostrar à amada o Cão, Arturo, Lira, a Vega, esta sobretudo, nas varandas ou sentado o casal nos bancos do jardim. Flammarion andava em moda e todo “almofadinha” daquele tempo sabia essa carta de nomes celestes; hoje, porém, as boas maneiras de um perfeito namorado não pedem tanto e as ingenuidades são mais apreciadas.

No último domingo de Páscoa, passei eu o dia todo com um amigo, cuja casa fica em umas das estações dos subúrbios mais consideradas pela posição social dos seus habitantes e muito conhecida pelos namoradores. A residência do meu amigo fica longe da estação, dá fundos para uma montanha que cai quase abruptamente e deixa adivinhar o granito de que é formada, pelas grandes massas dessa rocha que salpicam a sua vegetação escassa e rala. Quando há luar e ele dá de chapa nesse costão, aquela paisagem pobre de horizonte fica magnífica, imponente e grande. Domingo de Páscoa, porém, não houve luar; entretanto, no céu, as estrelas palpitavam de amor pela terra distante. A falta de luar, para poetizar o quadro, foi suprida pela presença de um bando de crianças, que, ao lado da habitação, entoavam as suas canções que devemos chamar infantis, acompanhadas de gestos e meneios adequados. Estive a ouvi-

las; e todas elas me pareceram muito modernas, pois nenhuma era dos meus tempos de menino.

Não é de hoje que essas canções infantis são mais ou menos amorosas e tratam de casamentos e namorados. Acontecia isso nas antigas, e podia observá-lo nas modernas que agora ouvia naquele domingo.

A roda era de seis ou oito crianças e o chefe era um menino, Válter Borba Pinto, com nove anos de idade. Era carioca, mas os seus outros irmãos e irmãs, que estavam na roda, tinham nascido em vários pontos do Brasil, por onde seu pai andara cumprindo deveres de sua profissão militar. Guardei diversas cantigas e me pareceu interessante dar alguns exemplos aqui. Se todas fosse eu transcrever, talvez não chegasse um volume razoável; deixo, portanto, de parte muitas.

Eis uma delas, que me parece chamar-se “O marinheiro”:

Não me namore meus olhos
Nem meus brincos das orelhas;
Só me namore meus olhos
Debaixo das sobrancelhas.

A seguir, há um estribilho que as crianças cantam, dançando aos pares alguns passos da valsa chamada — à americana — com balouço característico que o título da canção lembra:

Sou marinheiro!
Sou rei! Sou rei!
Adorador! Adorador!
Hei de amar! Amar!
És meu amor! Amor! Amor!

Ninguém me peça a significação disso tudo, porque nada percebo aí; mas ouçam cantada e dançada por crianças, que hão de ficar embevecidos e encantados como eu fiquei com essa canção. Tive curiosidade de perguntar onde o Válter a tinha aprendido a cantar, e disse-me ele, em resposta, que fora em Lorena. Como toda a gente sabe é uma cidadezinha que fica a meio caminho daqui para São Paulo, pela estrada e ferro, nas proximidades do Paraíba.

Com toda certeza esse “marinheiro” da canção, que é rei, deve sê-lo desse rio inspirador de poetas, cujo nome tupi quer dizer “rio mau”.

Não é de hoje que muitas canções populares não querem exprimir nada. A famosa “reliquia” — *“Tinherabos, non, tinherabos”* —, um monumento da língua de priscas eras, tem desafiado a sagacidade dos eruditos para traduzi-la: e houve um, o senhor cônego doutor Fernandes Pinheiro, que a interpretou assim: — “Tinhas rabos, não tinhas rabos” etc...

Sílvio Romero citou essa interpretação, em plena sessão pública da Academia de Letras, e ela toda riu-se muito à custa do sábio cônego e doutor.

Na própria “Ciranda”, que é tão comum, para conhecer-lhe o sentido e significação, precisamos ir ao dicionário e saber que “ciranda” é uma peneira de junco, usada na Europa para joeirar cereais.

No domingo de Páscoa, na sessão que as crianças me deram de seus brincos peculiares, há uma cantiga que é própria para desafiar a paciência de um sábio investigador, a fim de explicar-nos o seu sentido e objeto. Trata-se do “Sambalelé”, cujo texto é assim:

Sambalelé está doente,
Está com a cabeça quebrada;
Sambalelé precisava
Uma dúzia de palmada.

O estribilho, que é acompanhado de palmas e sapateados, diz assim:

Pisa! Pisa! Pisa! ó Mulato!
Pisa! Pisa! Pisa! ó Mulato!

Depois continua a cantiga:

Ó mulata bonita!
Onde é que você mora?
Moro na Praia Formosa,
Logo mais vou-me embora.

Segue-se o estribilho e por fim esta última quadra:

Minha mulata bonita!
Como é que se namora?
Bota o lencinho no bolso,
E a pontinha de fora.

É inútil lembrar que muitas outras canções de roda ouvi nesse domingo da Ressurreição; e vendo aquelas crianças cantar tais coisas, com sua voz fanhosa e indecisa, recordei-me que tinha cantado na minha infância canções semelhantes, com outros meninos e meninas...

Onde estão eles? Onde estão elas?

Não sei... Pesei a minha vida passada, olhei o céu que não me pareceu vazio, ao tempo que a voz fraca de um menino entoava:

Todos me chamam de feio,
De nariz de pimentão,
Quanto mais se vocês vissem
O nariz de meu irmão.

E a cantoria continuava sem eco algum na “quebrada” próxima...

Hoje, Rio, 21-4-1919

O PRÍNCIPE TATU

Das notas que andei tomando há anos, de histórias, contos, ditos, crendices do povo, conforme me contavam nos azares dos passeios e dos encontros, guardei uma “História do Príncipe Tatu”, que nunca vi escrita nem nunca ouvi narrada senão pela pessoa que ma pronunciara pela primeira vez. Foi ela uma senhora da minha vizinhança a quem já aludi nestas rápidas notas e cujo nome talvez tenha demais vezes citado. Trata-se de dona Minerva Correia da Costa, natural de Valença e residente à rua Piauí, em Todos os Santos, nesta cidade.

É uma história complicada e longa, cheia de pendências fantásticas e intervenções misteriosas, que não deixa de ter aquele fundo de todos os contos para crianças, de abnegação, de sacrifício primeiro, para afinal obter-se a felicidade completa. Abstenho-me de discutir se essa generalização é segura e se é útil. Não é caso para isso, pois não sou nem folclorista nem educador; mas, infelizmente, o povo parece não dar aos primeiros matéria para que os segundos organizem livros da carochinha dignos e de acordo com os ideais da nossa atual sociedade. Antes de tudo, porém, convém notar que já dei uma redação minha a essa história do Príncipe Tatu. Publiquei-a, com muitos erros de revisão, numa revista de inferiores do Exército, cujo nome me escapa agora. A publicação foi feita em dois números e ambos perdi-os eu; guardei as notas e agora as colijo da maneira que se segue:

Estando uma vez o rei e a rainha à janela do seu palácio, viram passar um caçador com um tatu às costas. A rainha, até então, não tivera a felicidade de dar a luz um filho, e por isso disse para o rei:

— Ah! meu Deus! Vês tu!... Quem me dera ter um filho, mesmo que fosse como aquele tatu!

Os seus desejos foram satisfeitos; e dentro de menos de um ano a rainha veio a ter um filho, que era um tatu perfeito.

Apesar de ser assim, foi ele criado com todos os cuidados de um príncipe e educado e instruído, conforme a sua hierarquia em nascimento.

Tendo crescido e chegado a época própria ao casamento, demonstrou desejo de desposar a filha de um conde que tinha três.

A moça aceitou o pedido com repugnância e impôs que o seu palácio e residência fosse decorado e guarnecido como se tratasse de um luto e o

casamento se fizesse de preto. A condição foi aceita e assim os esponsais foram realizados.

À hora de recolherem-se ao quarto nupcial, o Príncipe Tatu, que já encontrara a mulher no leito, disse:

— Ali! Quiseste que o nosso casamento fosse de luto, pois vais ver! Morre já e já!

Em seguida, estrangulou a mulher, cuja morte foi atribuída a outra qualquer causa que não a verdadeira.

Ao fim de alguns anos o Príncipe Tatu, que parecia ter esquecido todos os propósitos matrimoniais, mostrou desejos de casar-se com a segunda filha do conde. Houve espanto e mesmo sua mãe quis dissuadí-lo desta sua intenção.

Da mesma forma que a primeira, entendeu a segunda o casamento fosse feito de luto e as salas do palácio em que ele se realizasse tivessem aspecto funéreo. Aconteceu-lhe a mesma coisa que à primeira noiva.

O príncipe parecia teimar em escolher esposa sempre entre as filhas do conde. Chegou, portanto, a vez da terceira e esta, que tinha por madrinha uma boa fada, foi avisada de que devia desejar que as cerimônias do casamento fossem as mais festivas possíveis. Realizaram-se elas, portanto, com pompa e brilho como se fosse o enlace comum de um príncipe normal e uma princesa qualquer.

Quando o Príncipe Tatu entrou nos aposentos conjugais encontrou a mulher com a fisionomia mais natural que se pode imaginar, e que o recebia como um verdadeiro noivo da espécie humana. Muito contente com isto, o Príncipe Tatu retirou o casaco e veio a ser o homem bonito que era, mas que o encantamento fizera animal. A moça ficou exuberante de alegria, e não satisfeita de saber-lhe o segredo, contou-o à mãe, a rainha.

Sabedora que foi do caso, não pode a mãe conter a curiosidade e veio ver, certa noite, o príncipe seu filho com a forma humana. Julgando que lhe fizessem bem e viesse ele a ter sempre a forma da nossa espécie, a mãe e mais a sua nora lembraram-se de queimar a casca óssea do tatu na persuasão que, despertando ele e não a encontrando, não pudesse mais retomar as formas do animal que aparentava a todos ser a sua. Tal, porém, não se deu.

Sentindo o cheiro de osso queimado, o príncipe despertou e falou assim dolorosamente:

— Ali! ingrata! Foste revelar o meu segredo! Faltavam-me só cinco dias para desencantar...

A princesa nada dizia — só chorava; e o príncipe não a recriminava, mas continuava a falar com muito queixume na voz:

— Agora, se tu me quiseses ver, tens que ir às terras dos Campos Verdes.

Dito isso, sem que ela pudesse perceber como, o Príncipe Tatu sumiu-se dos seus olhos totalmente, completamente.

Passaram-se meses e anos e ela, sempre cheia de saudades, esperava que o seu marido voltasse da mesma forma misteriosa como a que envolvera o seu desaparecimento.

Tal, porém, não se deu. E ela, cheia de saudades, não pôde por mais tempo suportar a ausência do Príncipe Tatu, seu marido de poucos. Arrumou a trouxa e sem norte e sem guia partiu em procura das tais terras que ninguém sabia em que canto do mundo ficavam. Andou muito, muito e muito, por esse mundo de Cristo, e topou afinal com uma casinha, à beira da estrada, junto da qual estava uma velhinha, de grande velhice e largo olhar de bondade.

— Minha velha — perguntou a princesa —, onde ficam as terras dos Campos Verdes?

A velhinha abandonou um instante a renda que estava fazendo sobre a almofada, e respondeu ternamente, com voz macia e pausada:

— Minha netinha, quem deve saber disso é minha filha, a Lua; é ela quem percorre todos descampados; e ela que nos beija, é ela que nos ama; deve ser, portanto, ela, quem o saberá. Espera, minha netinha, que ela venha, pois não tardará.

Como nas clássicas histórias da Princesa Scheherazada, parece, leitores amigos, que a aurora vem rompendo; devemos por isso interromper a narração para continuá-la na noite seguinte. Deixamos de pôr aqui o habitual “continua” dos romances-folhetins que os jornais trazem para o gáudio dos seus leitores artísticos, mas sem deixar de contar dentro de uma semana como se chega ao país dos Campos Verdes...

Hoje, Rio, 8-5-1919

CONTOS E HISTÓRIAS DE ANIMAIS

Os animais domésticos, domesticados e selvagens, sempre entraram em toda e qualquer literatura, quer na popular, quer na anônima, quer na pessoal e cultivada. Desde muito cedo que os homens se associaram aos animais para fazer a sua jornada na vida. Seja como simples companheiros, seja para sacrificá-los, a fim de obter alimento, eles sempre viveram entrelaçados aos sonhos e devaneios da humanidade.

Comte incorporou, com aquela sua generosidade de filósofo pobre, orgulhoso e bom, certos animais à própria Humanidade; e Buda, o iluminado Sáquia-Múni, não admitia o sacrifício de nenhum para sustento do homem.

Os paladinos, os altissonantes de alma e couraça, os *preux* esforçados das batalhas, dos combates singulares, das justas e torneios medievais, batizavam os seus ginetes de guerra com nomes flamejantes e significativos que ainda vivem na literatura e na memória dos homens. Renaud de Montauban, um dos quatro filhos d'Aymon, tem Bayard, o melhor corcel da cristandade; Rolando, o paladino dos paladinos, tem Neillantif, o “*bon cheval courant*” da sua imortal gesta; e todos os outros guerreiros de antanho possuem os seus *destriers* bem crismados e extremados da turbamulta dos cavalos anônimos. Os troveiros, os trovadores, os *clerics*, que lhes contaram as façanhas nas festas, crônicas e romances, e as conservaram para a nossa atual edificação, só lhes viram as aparências, os aspectos de bravura, de ímpeto, de ardor, mas não nos deram as suas qualidades irredutíveis de caráter, de coração e inteligência — a sua alma, enfim.

Foi preciso que Cervantes nos pintasse o doce e resignado Rocinante, esse hipógrifo cheio de candura que suportava candidamente os arrebatamentos do sonho generoso de justiça do seu amo e amigo, para que o cavalo entrasse na literatura com a posse de sua alma individual. Rocinante não se parece com outro qualquer cavalo; ele é unicamente o corcel de Dom Quixote.

Além deste animal, quem não se lembra do irrequieto e falador papagaio de Robinson Crusoé? Dessa ave doméstica, em geral maçante, mas que no livro de Crusoé nos parece tão simpática, a minorar, a quebrar o isolamento que oprime o seu companheiro da ilha deserta, dando-lhe a larga visão da sociedade e dos homens — quem não se lembra dela?

Podia ainda falar no Ronian de Renard, das fábulas, dos poemas hindus, mas meu propósito é outro e não convém perdê-lo de vista, para exhibir leituras ou erudição.

A mistura dos animais com os deuses, seja como atributos de sua força e do seu poder, seja com qualquer outro sentido, é coisa fácil de verificar em todas as religiões. Na greco-romana, o cavalo e animal de Netuno; a serpente, de Minerva; a águia, de Júpiter; os pombos, de Vênus, e assim por diante.

Na nossa religião católica, que não é das mais naturalistas e zoomórficas, certos santos têm o acompanhamento de animais.

São João Batista, como toda gente sabe, é figurado com um carneiro ao lado; e nos presepes, com os quais se comemora o nascimento de Jesus Cristo, há o burro, a vaca, galos, galinhas etc. A transcendente imaterialidade do Divino Espírito Santo é representada na iconografia católica por um pombo.

Pode-se dizer que, na espontânea atividade literária de todos os povos, os animais que os cercam figuram humanizados, falando, discreteando, sentenciando, narrando, ora com esta intenção, ora com aquela moralidade ou aquela outra filosofia.

O senhor Van Gennep, no seu conhecidíssimo livro, traz uma narrativa de animais que me parece típica para o gênero e que me atrai entre todas. É aquela em que se explica a origem de certas deformidades ou melhor singularidades morfológicas de determinados animais.

A que reproduzo aqui, mais abaixo, para esclarecer o meu pensamento, é originária da África. Ei-la:

O elefante, rei dos animais, convocou um dia todos os seus súditos para uma assembleia, sob pena de morte em caso de desobediência. Todos compareceram, exceto o caramujo.

A conferência teve lugar, como era de esperar, sob a presidência do elefante, e ia já pelo fim, quando os animais se puseram a gritar:

— Vem aí o caramujo! Está aí o caramujo!

O caracol aproximou-se todo trêmulo.

— Onde vens? — perguntou-lhe o elefante.

— Da minha aldeia — respondeu-lhe o caramujo.

— E por que tardaste? Não recebeste a ordem?

— Recebi-a, pai elefante, e me pus logo em caminho. Mas tu só me deste um pé para andar, os ramos me cegavam, e eu temo muito o frio e a chuva. Foram esses os motivos que me fizeram voltar e me decidiram a carregar a minha casa nas costas.

O elefante-rei riu-se muito e durante longo tempo com essa explicação. Depois, assim disse:

— Tu falaste claro, pai caramujo. Doravante, terás teus olhos na ponta dos chifres, e poderás escondê-los, logo que os ramos das árvores os ameacem. Em todo o caso, para punir-te de ter faltado à conferência, carregarás sempre, durante toda a vida, a tua casa nas costas.

Diz o senhor Van Cennep que certa tribo africana acrescenta a esta história a consideração de que o castigo não foi grande, porquanto o caramujo não precisou trabalhar mais para ter casa.

Assim, porém, não procederam os nossos severos e terríveis deuses mais ou menos judaicos com o linguado. Todos conhecem esse peixe que tem a boca numa disposição especial e anormal, torta, como diz o povo. É corrente, entre nós, que ele assim ficou por ter tomado a liberdade de caçoar com Nossa Senhora. Andava a mãe de Jesus por uma praia, contam as nossas velhas, passeando, levando naturalmente o filho ao colo, a fazer não sei o quê.

Não havia meio de atinar se o mar estava enchendo ou vazando. Nossa Senhora não encontrava ninguém que a tirasse da perplexidade, quando se aproximou mais das águas e viu um linguado que andava próximo. Perguntou com toda doçura e delicadeza:

— Linguado, a maré enche ou vaza?

O peixe que devia ser, por esse tempo, quando os animais ouviam e falavam, de um natural mofador e grosseiro, sem lhe responder à pergunta, arremedou-a nas palavras e exagerou para melhor debicar o modo por que Nossa Senhora tinha articulado os lábios, a fim de pronunciá-los. O linguado não sabia com quem estava falando, mas veio a sabê-lo, quando Nossa Senhora lhe disse:

— Ficarás com a boca torta, tu e toda a tua geração, até a consumação dos séculos!

Assim foi e ainda hoje, mesmo no prato, à mesa do almoço ou do jantar, nós lhe vemos o estigma, que como castigo lhe deixou no seu corpo o justo ressentimento de nossa Mãe Santíssima.

Não é só esse animal que mereceu dos nossos deuses católicos punição ou maldição pelo seu mau proceder em relação a eles.

Manuel de Oliveira, um negro velho, cabinda de nação, muito fiel e dedicado, que viveu com a minha família e me viu menino de sete ou oito anos, tendo morrido há pouco tempo, não gostava de gatos e não me cessava de explicar essa sua ojeriza:

— “Seu Lifonso”, gato é bicho do diabo... É bicho que Nosso “Sinhô” não gosta; é bicho “mardiçado” por Deus. Cachorro, sim...

Contava-me, então meu saudoso preto velho o motivo por que ficaram malditos os gatos, que, nos nossos dias, depois de Poe e Baudelaire, estão em moda entre os literatos poetas, damas de sociedade e outras pessoas dignas de verem o seu “interior” estampado nos jornais catitas e revistas de elegância.

Nosso Senhor Jesus Cristo estava na cruz e teve sede. Passaram homens, mulheres, bichos e ele pedia água. Ninguém se importou e não lha trouxe. Passou, então, um gato que Nosso Senhor julgou ser capaz de fazer a obra de caridade que o Homem-Deus suplicava lhe fizessem. Rogou ao gato que lhe trouxesse um pouco d’água para lhe abrandar a ardência dos seus lábios ressecados.

— Gato, “Seu Lifonso” — fala o Manuel de Oliveira — que é bicho mau e do “demônio”, sabe o que fez? Pois fez isto: “mixô” numa caneca e deu a “bebê” a “Nosso Sinhô”. “Nosso Sinhô” “mardiçô” ele pra sempre e até hoje ele é “mardiçado” por Deus, é bicho que tem parte com o capeta”.

— E o cachorro, Manuel? — perguntava eu.

— Cachorro não fez isso. Buscou água fresca e deu a “Nosso Sinhô”, por isso ele é bicho de Deus.

A história de Manuel de Oliveira é muito conhecida e familiar entre nós, havendo outras muitas que explicam a maldição de certos animais, as suas deformidades, mas que, infelizmente, agora não me acodem.

Algumas não personificam o Deus ou o Santo que os castigou, mas outras personalizam-nos francamente.

É coisa muito sabida o horror que os judeus e muçulmanos têm ao porco e a tudo que a ele se refere.

Por suporem ser de porco a graxa com que deviam umedecer os cartuchos de umas certas espingardas antigas, tendo de mordiscá-los antes de enfiá-los na culatra das carabinas, os sipaios muçulmanos da Índia, a serviço da Inglaterra, levantaram-se em uma formidável revolta que pôs em perigo a dominação britânica nas terras do Ganges.

Muitos autores querem ver nessa ojeriza, tão poderosa sobre as almas duma grande parte da humanidade, uma prescrição com fim higiênico feita religiosamente pela Bíblia; outros, porém, julgam encontrar em tal coisa uma singular deformação de um totemismo primitivo e esquecido.

Num caso ou noutro, seja qual for a razão, podemos afirmar que os animais irracionais, desta ou daquela forma, entram mais na nossa vida do que

supomos. É sobre o seu sofrimento, sobre as suas próprias vidas que nós erguemos a nossa.

Quando, há meses, estive no Hospital Central do Exército, e vi em uma sua dependência, em gaiolas, coelhos de olhar meigo e cobaias de grande esperteza, para pesquisas bacteriológicas, lembrei-me daquele “Manel Capineiro”, português carreiro de capinzais da minha vizinhança, que chorou, quando certa vez, ao atravessar a linha da estrada de ferro com o seu carro, a locomotiva matou-lhe os burros, a “Jupepa” e o “Garoto”.

— “Antes fosse eu! Ai mô gado!” — disseram-me que ele pronunciara ao chorar.

Na sua manifestação ingênua, o pobre português mostrava como aquelas humildes alimárias interessavam o seu destino e o seu viver...

Hoje, Rio, 17-4-1919

HISTÓRIA DE UM SOLDADO VELHO

A literatura nacional possui obras maravilhosas que pouca gente conhece. Os livros conhecidos, citados e estimados, nada valem à vista dos que ficaram esquecidos e à mercê das traças das bibliotecas. Há muitos dessa literatura subjacente que talvez nem tenham chegado aos depósitos oficiais e livros e permaneçam nos desvãos poeirentos dos “sebos”, sem encontrarem mão amiga que os traga para aquela forte luz da grande publicidade a que eles foram destinados ao nascer.

Se me sobrasse fortuna e lazer tivesse eu, havia de andar pelas lojas de livros usados, a fazer descobertas dessas relíquias. Em falta de crônicones e códices manuscritos de antanho, havia de encontrar muita brochura curiosa e reveladora de novos predicados intelectuais de seus autores.

Imagino que tal se desse, por que, entre os meus poucos livros, tenho uma brochura desconhecida, cujo valor é para mim inestimável.

Todos os bibliófilos ricos do Rio de Janeiro podem comprar, nos leilões das livrarias das velhas famílias portuguesas, manuscritos e *in folios*, que interessem a qualquer período da nossa história; mas a minha — *A redenção de Tiradentes*, pelo senhor Fernando Pinto de Almeida Júnior, nunca!

É um drama histórico, em um prólogo, quatro atos e quatro quadros, original brasileiro, como diz na capa, e aprovado pelo Conservatório Dramático, tendo o “visto” da polícia. Foi impresso nesta cidade do Rio de Janeiro, na antiga Casa Mont’Alverne, à rua Uruguaiana, 47, em 1893.

Trata-se de uma obra filosófica, histórica, crítica, republicana e cívica, mais cívica do que as recentes canções militares que o carnaval fez esquecer. Prefaciado pelo falecido Figueiredo Coimbra, esse encouraçado literário é precedido por uma porção de “vedetas” explicativas e contratorpedeiras de ofertórios significativos. O autor, por longas páginas, com divisas adequadas e outras coisas, oferece o seu drama a Saldanha Marinho, Rui Barbosa, Lopes Trovão e mais sete próceres republicanos; e, além destes, a diversas pessoas de sua família, cuja conta não se pode bem fazer, pois há uma indeterminada dedicatória — “Às minhas filhas...” — o que não impede de chamar o seu único filho varão de “unigênito”...

O seu autor era, ou parece ter sido, capitão do Exército. O senhor Figueiredo Coimbra, no prefácio, trata-o sempre de senhor capitão Almeida

Júnior. Não tenho documento para afirmar que fosse do Exército; pode bem ser que fosse a polícia ou da guarda nacional, mas tenho muitas razões para acreditar que tivesse passado pela legendária Escola Militar da Praia Vermelha.

A sua obra que, além de abracadabrante e cívica, é sincera, denuncia uma admiração filial pelo senhor Botelho de Magalhães; um sentimento desses ou de qualquer admiração por esse senhor só pode existir nos que passaram por aquele estabelecimento de ensino militar. Ninguém mais a teve, tinha, tem ou terá.

Não é meu propósito, porém, analisar a singular do capitão Almeida Júnior. A sua leitura, eu fiz a anos passados e agora não estou disposto a repeti-la. Além de suas singularidades dramáticas e cênicas, ela pode fornecer ao exegeta arguto e ágil de espírito vasta documentação do sentir dos heroicos Cadetes de 1889, isto é, do 15 de Novembro, de que nós temos a cortante e eloquente imagem viva nos senhores Lauro Müller e Lauro Sodré. Para mim, a peça do senhor Almeida Júnior é preciosa porque foi onde pela primeira vez vi grafado, com todas as letras, o verbo “engrossar”. Toda a gente sabe que esse verbo de jargão nasceu na velha Escola Militar, dela se propagou pela cidade inteira e chegou até aos jornais e à literatura escrita.

Como este, muitos termos da nossa geringonça, ditos e outras formas de dizer, que se tornaram populares, nasceram lá. Há um muito conhecido, mas que não me atrevo a escrever aqui, apesar de muito expressivo e curioso, como processo de formação de palavras novas. Os estudiosos dessas coisas que procurem determinar a sua origem, tanto mais que na Academia Francesa já se tratou há tempos do *argot* parisiense.

A antiga escola da Praia Vermelha, como toda a caserna, terrestre ou flutuante, era muito favorável à formação de termos de gíria, de anedotas picarescas, senão fesceninas, de anexins e sentenças de sainete peculiar.

A sua segregação parcial total da sociedade, o quase isolamento dos seus alunos do resto dos homens de outras profissões e ofícios, o encontro forçado ali de gente oriunda de vários lugares, de proveniências familiares as mais diferentes, a monotonia da vida que exige conversas, pândegas adequadas entre eles, devia levar os cadetes a criar, sem o sentir, com estes ou aqueles elementos, uns modos de linguagem própria e literatura oral sua.

Aquele estabelecimento tinha, além dessa feição peculiar à sua natureza, algumas qualidades e atributos que vieram encontrar a sua expressão máxima em Euclides da Cunha. No seu escrever, pejado de metáforas e comparações científicas, há sempre a preocupação de demonstrar saber universal, desdém

pelas impressões do primeiro instante, desejo de esconder a colaboração do inconsciente sob a crosta espessa das leituras. Não se nota, no seu estilo, cambiantes abandonos, suaves esbatimentos nas transições. A sua alma era seca e árida, e todo ele cheio de um orgulho intelectual desmedido, que a tornava ainda mais seca e mais árida. Tendo estudado difíceis; disciplinas e, certamente, as conhecendo, mas literato até à medula, até a tortura de procurar um estilo original e inconfundível, até ao rebuscamento dos vocábulos raros, tinha a pretensão de filósofo, de homem de ciência que despreza o simples escritor, para ele sempre um ignorante.

Nas pequenas revistas da velha escola da Praia Vermelha, pode-se notar esse modo de espírito peculiar a ela, e também nas anedotas e “casos” contados pelos seus ex-discípulos.

Era corrente até bem pouco, entre seus alunos, que aquele instituto de ensino era o primeiro estabelecimento científico do mundo. Uma carta do doutor Audiffret, discípulo de Augusto Comte, justificava essa crença...

Euclides da Cunha manifestou, nos seus escritos, a influência do seu primeiro meio intelectual e o seu orgulho mental devia tê-lo tomado muito cedo, pois a sua vida, que anda contada de boca em boca, não registra a existência de fortes amizades de moço, de menino, criança.

O senhor Alberto Rangel é o único que assim é apontado. Talvez sem fundamento, eu creio mais literária do que simples e espontânea amizade de colegas de mocidade a que existia entre eles. Entretanto, a Escola Militar era de fortes camaradagens, de grande sociabilidade, de dedicações de uns alunos pelos outros, levadas ao extremo.

Daí, talvez, essa capacidade de criar gíria, modificações e derivações na linguagem comum, que sempre foi uma criação do pendor dos homens para o seu agregamento; e ter tido ela influência decisiva nos nossos motins políticos.

Participando da sociedade em geral e sendo habitantes de uma caserna estavam, portanto, os seus alunos muito adequados a trazer para a massa os modismos que o quartel criava. Hoje, esses dizeres pitorescos saem das casas de jogo: “deu o suíte”; “bancou o trouxa” etc. Sinais dos tempos? Não me compete examinar tal coisa. Voltemos ao assunto.

Entre os soldados propriamente, que entre nós são em geral originários das mais humildes camadas da sociedade, além do calão quarteleiro, há histórias, contos, criados com os elementos que lhes estão à mão, e com um pensamento diretor que lhes acaricia a sua desfavorável situação social, e os consola da sua pobreza e do seu estado de obediência e inferioridade. Nessas

historietas e anedotas, há sempre como moralidade a vingança ou a vitória da praça com seu espírito, seus ardis ou esperteza de meios destros, sobre os seus superiores civis ou militares. Entre os nossos jovens oficiais, em que a rigidez de certo positivismo estreito e pedante não domina mais, devia aparecer algum que colhesse da boca dos soldados exemplares dessa literatura plebeia, tanto mais interessante quanto desconhecida do grande público, embora por fragmentos e alusões figure no falar familiar.

Não possuo muitos, mas tenho alguns, dos quais publico hoje um, que me foi fornecido pelo ex-praça Francisco José dos Santos, natural de Aracati, no Ceará. Atualmente é contínuo ou servente da Secretaria da Guerra. A sua história, que talvez não tenha muito de original para o comum, com o seu cômico reduzido, é, entretanto, a demonstração das recriminações dos soldados, quanto à exiguidade dos vencimentos de suas reformas.

Não parece muito recente, pois, além do mais, tem aquele velho espírito de antagonismo entre o padre e o soldado, representantes das classes que antigamente disputavam o domínio da sociedade.

Santos, quando me contou a história do “soldado velho” era ainda cabo efetivo do Exército, servindo na secretaria como “correio”, isto é, um dos estafetas para entrega da correspondência, que lá não são civis como nas outras secretarias, mas praças de certa graduação, vencendo uma minguada diária.

Eu a dou mais abaixo quase como o ex-cabo ma forneceu por escrito, quando eu era efetivamente oficial da Secretaria da Guerra.

Vamos, portanto, lê-la:

HISTÓRIA DE UM SOLDADO VELHO

“Soldado Velho” deu baixa do serviço do Exército, por não servir mais para o trabalho. O soldado que recebia em recompensa de muitos anos de serviço era um cruzado. Ora, o que fez ele? Comprou um pato e saiu a revendê-lo. Chegando perto de uma casa saiu-lhe uma criada a comprar o pato.

Ele disse que o custo era de dois cruzados; ela, a criada, vai falar à patroa, que manda vir o pato e, por sua vez, manda pagá-lo. O soldado, porém, não saiu mais do portão. Após certo espaço de tempo chega um frade para penetrar na casa e pergunta-lhe o que estava ali fazendo. “Soldado Velho” que bispou alguma coisa no caso disse que estava à espera do pagamento de um pato que vendera à família. O frade logo perguntou quanto era; ele disse o custo de dois cruzados. O religioso puxa do bolso da batina o dinheiro e paga. Dispõe-se depois a entrar na casa; o soldado o acompanha; e ambos entram. Chegando na sala, o frade, que parecia peculiarmente muito íntimo da casa, puxou uma cadeira e sentou-se; o militar fez o mesmo.

A dona da casa vendo o frade entrar, acompanhado por aquele homem desconhecido, ficou interiormente furiosa, mas sem saber o que devia fazer, nem com coragem para perguntar ao frade que homem era aquele. O eclesiástico não lhe explicava o fato, dizendo uma coisa e outra sem relação com ele e assim vão os três até à hora de jantar, ao qual não faltou o pato de cabidela. O frade tomou lugar na mesa; o “Soldado Velho” também.

A dona da casa continuava furiosa, mas aceitava silenciosamente a situação, fazendo das tripas coração. Já estava a terminar o jantar quando bateram à porta. Era o dono da casa. Estava tudo perdido. À vista disto, a mulher tranca o frade e o soldado em uma alcova. O marido não saiu mais e a mulher cada vez mais ficava amedrontada. Chega a noite.

O frade não tinha dado até ali uma palavra; e o “Soldado Velho” também; mas, quando foi aí pelas dez horas, a praça reformada, vendo que todos já estavam dormindo, provocou uma conversação com o frade. Pediu-lhe este que não falasse ali, mas o outro continuou a falar.

O frade gratificou-o com um conto de réis para que ele nada mais dissesse. Recebeu o dinheiro o “Soldado Velho”, mas imediatamente continuou a dizer que no dia que comia pato não podia ficar calado.

Deu-lhe o frade mais outro conto de réis ficando sem vintém. “Soldado Velho”, porém, não cessou de falar.

O seu companheiro, para ver se ele se calava, deu-lhe a batina de seda. “Soldado Velho” teimou em afirmar que no dia em que comia pato não podia estar calado.

O frade já lhe pedia pelo amor de Deus que não falasse mais, pois, se tal fizesse, eles ficariam desgraçados. O dono da casa certamente despertaria e era capaz de matá-los. “Soldado Velho” não queria saber de nada; o seu desejo era só falar. O frade, percebendo que não tinha mais o que dar, despiu-se de toda a roupa e entregou ao tagarela para que ele não falasse mais.

Já sendo meia-noite, na cadeia, a sentinela soltou o brado de alerta; o “Soldado Velho” ouviu e respondeu com outro formidável brado. O frade, com medo, meteu as mãos na porta e saiu nu. “Soldado Velho”, que ainda não estava vestido com a batina, acompanhou o frade. Este pulou uma janela mas o dono da casa pula atrás dele e dá-lhe um tiro. “Soldado Velho” pula em seguida ao dono e o prende. O homem, que era pessoa de grande reputação, não quis logo sujeitar-se à prisão, mas “Soldado Velho” não queria saber de nada.

Estava o “grosso” preso e bem preso, pois ele, soldado, era o rondante e tinha que cumprir o serviço, tanto mais que o preso tinha dado um tiro num homem. Não podia de maneira alguma soltá-lo. O dono da casa, vendo a resolução do “Soldado Velho” e que tinha mesmo de ir à presença das autoridades, vexado, ele que era muito conhecido e respeitado por todos, propôs ao militar, se ele o soltasse, dar-lhe doze contos. “Soldado Velho” aceitou o trato, mas com a condição do dono da casa mandar a sua mulher contar e trazer ali onde estavam a maquia. O homem chamou a mulher e mandou que ela contasse os contos de réis com toda a pressa e os trouxesse. Assim foi feito. “Soldado Velho”, que só vencia um pobre cruzado por mês, saiu da aventura com 14:000\$000, quatro cruzados, a batina de seda do frade e todos os seus panos menores.

Quem pagou o pato?

Hoje, Rio, 10-4-1919

SUPERSTIÇÕES DOMÉSTICAS

Houve quem dissesse que a superstição é a religião do homem que a não tem. Isto não quer dizer que todos os homens, as mulheres principalmente, desta ou daquela seita ou fé religiosa, não as tenham também.

Na Europa, em qualquer parte dela, as superstições abundam. Todos nós sabemos disso, mas é ideia feita que só os italianos o sejam e um pouco os espanhóis. Dá-se lá o que se dá entre nós, onde os sociólogos profundos atribuem as nossas, que, às vezes são bem europeias, a depósitos na nossa consciência de crendices africanas, quando não tupaicas.

É própria da nossa fraqueza mental essa pressa em explicar com criações arbitrárias o que não podemos cabalmente elucidar de outra forma; daí essas simplistas generalizações de nossos falsos sábios, quanto as origens das nossas crendices e abusões.

O homem, cheio de mistério e cercado de mistério, vivendo aqui, ali e acolá, sempre procura nas coisas externas sinais seguros do seu destino e marcos certos para o seu roteiro da vida.

É uma atividade fundamental do nosso espírito que se traduz de vários modos desde os samoiedas e esquimós até os araucânios e patagões. Os estudiosos de folclore já têm observado essa unidade espiritual da raça humana, vendo nos seus contos, fábulas, cantigas, ritos articulares e superstições uma relativa analogia substancial de temas a se manifestar com aparências narrativas de formas variadas.

O senhor Van Cennep diz que da *Cendrillon* de Perrault, conhecida por nós como *A gata borralheira*, há mais de quatrocentos variantes, de todos os tempos e todos os países, desde a Europa até ao Extremo Oriente e à nossa América.

O que se dá com a conhecidíssima *A gata borralheira* dá-se com quase toda a produção literária coletiva e anônima cujas manifestações são encontradas em todas e as mais diversas partes da Terra e na boca de raças diferentes, não se podendo, entretanto, determinar o foco de sua irradiação.

O autor que citei diz que a conquista da Argélia, com o estudo dos árabes e bérberes, demonstrou a existência na África do Norte de múltiplos temas, gozando de uma extensa voga na Europa Central.

A minha tenção, porém, não é a de fazer um estudo mais amplo sobre o assunto, mesmo porque não me sobra nem a competência nem a vasta leitura que ele exige.

Tento unicamente com o que tenho observado e ouvido, nas minhas conversas com pessoas do povo e gente humilde, registrar impressões, dar o meu depoimento individual, sem nenhuma outra pretensão mais elevada.

Nas manifestações da psicologia popular, uma das mais curiosas é a superstição caseira que se transmite de pais a filhos, atravessando gerações e as situações mais diversas de fortuna das respectivas famílias.

Desde menino, gosto muito de pombos; e, como sempre com os meus gostos, não distingo no objeto deles o que é de luxo ou o que é comum. Muitas vezes, quis, com os níqueis que ajuntava em um cofre, possuir um casal; e cheguei mesmo a projetar, em um caixão de sabão, o pombal. Nunca em casa me permitiram que eu os tivesse. É crença familiar entre nós que os pombos são, quando se reproduzem muito, sinal de prosperidade no lar; mas, desde que comecem a fugir, indicam que as coisas vão desandar.

É uma crendice geral que qualquer observador pode colher entre as famílias pobres e remediadas; mas para a qual será muito difícil achar uma razoável explicação. Os pombos, arrulhantes pombos das beiras das casas, que eram na antiguidade consagrados a Vênus e cuja posse no regime feudal constituía um privilégio de senhor, são perseguidos, ou eram no meu tempo de menino, por essa abusão de nossa gente pobre.

Em toda a parte, pelo menos nos países europeus e os que surgiram deles, a coruja é tida como uma ave de mau agouro e o seu pio, ouvido à noite, vaticina grandes desgraças domésticas; entretanto, essa ave é na mitologia consagrada a um Deus ou Deusa que, segundo a minha fraca lembrança, nada tem de maléfico.

A serpente também, a nossa cobra, tão cheia de lendas aterradoras e de habilidades cruéis, é consagrada a Minerva, a Atena grega, e o bramanismo simboliza nela o infinito, quando a representa mordendo a própria cauda.

É artigo de fé entre a nossa gente roceira que ela não morde mulher grávida e perde o poder de locomoção desde que a mulher dê três voltas no cordão que lhe amarra as saias.

Os roceiros dizem que a cobra salta para morder o indivíduo que a afronta; mas os sábios negam isso. Há até entre os matutos a recomendação de que se deve visá-la bem quando se a quer matar a tiro, pois, errando este, a

cobra vem certa pela fumaça do deflagrar da carga da espingarda e morde o atirador.

Negam observadores autorizados essas proezas da cobra, como negam também que ela atraia o passarinho que quer engolir.

O certo é que quem tem vivido na roça ouve, às vezes, um modo particular de gemer dos passarinhos, pousados nas árvores, que não é o vulgar. Já o notei, mas disso a afirmar que seja devido ao “Magnetismo” da cobra a atraí-lo, vai uma grande distância.

Todas as superstições caseiras ou familiares tem quase sempre por base o temor dos gênios, das forças misteriosas contrárias à nossa felicidade. Todas elas se dirigem contra o Azar, que acarreta moléstias, mortes, perdas de emprego e outros acontecimentos nefastos à vida satisfeita do lar; algumas, porém, têm por fim invocar a felicidade e pedir a prosperidade para ele.

A ferradura, apanhada ainda quente dos pés do cavalo quando a perde, pregada atrás da porta da entrada, tem a virtude, dizem, de trazer a satisfação para a casa que a possui.

Na sua generalidade, porém, as credences populares visam evitar, afastar o “mau olhado”, a “coisa-feita”, o “azar”, espontâneo e inexplicável ou provocado pela inveja de inimigos e desafetos.

Para evitar tais coisas, há a figa-de-guiné, que os indivíduos usam, mas os lares também têm. Além desse amuleto e dos santinhos, devem-se trazer, pendurados no pescoço, para afastar desgraças e feitiços, os “os breves”.

Chamam a isto pequenos saquinhos, coisas misteriosas, às vezes mesmo orações com a invocação de certos santos ou palavras cabalísticas.

No que toca a orações, há também o costume de escrevê-las e enviar pelo correio aos amigos, com a recomendação de repeti-las tantas vezes e passá-las adiante. Tenho nos meus papéis um espécimen dessas; e, se não as transcrevo aqui, é porque não as encontro à mão.

A luta contra o azar, contra a incerteza do dia seguinte, nascida da convicção de que a nossa sorte é insegura e que somos cercados de entidades superiores e pouco amigas da nossa felicidade e repouso, leva-nos às mais curiosas e inesperadas superstições domésticas.

Ninguém derrame tinta ou azeite no chão, porque traz azar; ninguém quebre um espelho, porque traz azar; ninguém ponha uma vassoura “de pernas para o ar”, porque traz azar; ninguém deixe um calçado com a sola voltada para cima, porque traz azar; ninguém vista uma meia ou outra peça de roupa pelo avesso, porque traz azar; e assim são inúmeras as superstições que

procuram evitar o azar e todas elas são obedecidas cegamente, mesmo por aqueles que se julgam livres de tais crendices.

Nesse debater nas trevas da nossa vida terrena, que é como caminhamos na nossa breve existência, sem marcos, sem certeza do que fomos, do que somos e do que seremos, a nossa mais urgente necessidade é estar bem com o mistério; e, quando as religiões não nos satisfazem, quando elas, à custa de regrarem a nossa sede e fome de Infinito e de Deus, nos abarrotam de tolices e patranhas manhosas a enfarar, é para essas pequenas e ingênuas crendices que ficaram guardadas na nossa memória, desde a meninice mais tenra, que nos voltamos para que a obscuridade do viver não nos cegue de todo, e elas nos guiem na nossa vida e nos desculpem, depois da nossa morte, perante o que vier...

Eu não deixo nunca o meu chinelo virado com a sola para o ar...

Hoje, Rio, 27-3-1919

REZAS E ORAÇÕES

À oração, à reza, não só nas freguesias afastadas, mas mesmo nas centrais, o povo atribui poderes superiores e miraculosos de várias aplicações. Há as que são destinadas a fins de cura, há as que se empregam em conjuração de moléstias, há outras para a proteção contra feitiços e “coisas-feitas” de qualquer origem, tendo como fito perturbar a felicidade da nossa existência.

É corrente, e não sei como explicá-la, a frase: “Você anda caipora; precisa ir aos ‘barbadinhos’ ou rezar nos ‘barbadinhos’.”

Os “barbadinhos”, como toda a gente sabe, são os capuchinhos italianos, cujo convento é no morro do Castelo; detentores, atualmente, da igreja mais antiga da cidade, onde está o túmulo de Estácio de Sá e no cunhal da qual existe o marco quinhentista da fundação da cidade com as quinas do velho reino lusitano.

Os “barbadinhos do Castelo” entram sempre em tudo que se alude a benzeduras, e uma das suas missas, nas primeiras horas da manhã, creio que a da primeira sexta-feira do mês, é tida entre os supersticiosos como possuindo a virtude de afastar o azar, o caiporismo etc. Nunca a ela fui, mas muitos que lá foram me contam que tem uma frequência segura de jogadores de todas as classes, de raparigas de vida airada e outros devotos do Acaso que vivem acorrentados aos seus caprichos.

Outra missa muito curiosa é a chamada das “arrependidas”. Não sei em que dias é a assim chamada que se diz na Igreja da Cruz dos Militares; mas as mulheres da cidade a frequentam, para lavar-se de culpas e pecados peculiares a seu sexo.

Não é unicamente, porém, com o auxílio da missa portanto do sacerdote católico — que a oração, na crença da nossa gente, exerce poderes maravilhosos e extraordinários sobre a marcha da nossa vida e da nossa consciência.

Muitas vezes, o povo prescinde do sacerdote ungido regularmente e escolhe um outro que ele mesmo sagra e consagra. É o “rezador” ou “rezadora”, que se encontram, sobretudo, nas freguesias rurais.

Os homens são quase todos de idade; mas as mulheres, não. A religião católica não quis sacerdotisas nas suas cerimônias, mas as antigas não passavam sem elas e a crença geral e popular é que as feiticeiras, médiuns femininos, “rezadeiras” são mais poderosas que os homens no seu comércio com a

Divindade e com o Mistério. Nas tricas galantes mesmo, em que se maranham raparigas e senhoras, moças e velhas, de todas as condições, muito pouca fé têm as amantes e namorados nos hierofantes, nos feiticeiros machos. Todas as esperanças daqueles e daquelas que o amor abrasa, é na cartomante.

Há a cartomante quase licenciada que anuncia nas gazetas, tem entrevistas com os repórteres, pitonisa os sucessos políticos; mas há também as particulares, em ruas sombrias e pouco transitadas, que são procuradas pelas informações de boca em boca, por aqueles que querem vaticínios certos de sua vida amorosa.

Passeando nos subúrbios, já ouvi o seguinte diálogo, entre duas pequenas ou garotas, como chamam hoje os namoradores profissionais:

— “Ele” volta, Hadjina. Volta — “ela” disse!

— Qual! — fez a outra lacrimajante.

— Volta, sim! “O” que é preciso é você rezar a oração.

Nunca me foi dado ler uma oração destas, distribuídas pelas cartomantes-feiticeiras, professores-cartomantes-feiticeiros, que há por aí e vivem com o favor dos seus poderes sobre-humanos de unir corações e fazer toda a sorte de felicidades. Os que anunciam nos periódicos não me merecem interesse. São cínicos demais e os seus anúncios de extremada publicidade, desafiando a polícia, são a mais segura demonstração do seu charlatanismo explorador.

Vejam só este, aparecido, em um dos nossos jornais, há algum tempo:

Mistérios da vida — o Professor Baçu — desvio das correntes adversas que surgem na vida. — Ide vos casar? Quereis vos casar? Tendes dificuldade de obter noivo ou de realizar vosso enlace? Não sois feliz com o casamento? — Procurai o Professor Baçu. Ele vos fará, um trabalho rápido e perfeito para que nesta reunião “reinem” a paz — a concórdia — a felicidade! Ele é o único que possui os mimos nupciais, verdadeiras relíquias, preparadas com as pedras “Natal” que atrairá para vós — “a fortuna, a fartura e os ensejos, de feliz ventura”. Também possui as fórmulas em “líquidos e sólidos”, usadas pelas mais formosas mulheres da celeste Jerusalém. Faz todo e qualquer trabalho, mesmo à distância, de pesquisas e investigações para a descoberta de fatos de caráter mais ou menos íntimo; obtendo reconciliações, aproximações de pessoas afastadas e realização de qualquer negócio considerado irrealizável. Combate todos os males físicos e morais e todos os maléficos. Horóscopos, diagnósticos e prognósticos.

Nota — Aos que sofrem, peço nome, idade, dia de nascimento e sintomas, acompanhado de envelope selado ao capitão José Leão. Peçam prospectos. Reside com sua família à rua São Clemente nº 183, Botafogo, Rio de Janeiro.

Leram? Há tanto cinismo e tanta desfaçatez que aquilo que um mago anunciante nos fornecer em “breve”, em amuleto, oração ou quer e seja, não pode merecer um pinga de atenção. A credulidade humana, porém, não tem fundo; e a insistência com que este e outros apregoam, com a mais luxuosa publicidade, os seus poderes e as suas virtudes excepcionais, mostra bem que a clientela não lhes falta, apesar das perseguições legais da polícia.

Na roça carioca, como eu ia dizendo, os “benzedores” e “rezadeiras” não são desse quilate. Têm fé no seu mister e a sua sinceridade comunica essa fé aos outros.

Rezam tudo. Mas as suas especialidades são para curar certas moléstias particulares às senhoras, “cobreiros”, erisipelas, e dores vagabundas e sem explicação.

As “rezadeiras” são ajudadas por facas, anéis e outros objetos de metal, com os quais, fazendo sucessivas cruces ou outros sinais cabalísticos sobre os pontos afectados do corpo do paciente, acompanham o balbuciar da oração adequada. Chamam a isto “cortar” a dor ou a moléstia. Benzem ou rezam também as casas, aspergindo os cantos com uma certa “água rezada”, aspersão que se faz com o auxílio de um ramo de alecrim ou arruda.

Benzem outrossim as plantações; e pessoa digna de fé, que teve uma fazendola, há alguns anos, pelas bandas de Guaratiba, contou-me um caso a que já aludi no meu Policarpo Quaresma.

Tendo dado as lagartas em uma sua plantação de feijão, ameaçando mesmo matá-la de todo, desesperado consentiu ele que chamassem uma “rezadeira” famosa, pela eficácia dos seus exorcismos, em toda a localidade. Ela veio e colocou cruces de graveto nas bordas da plantação deixando na “cabeceira”, uma abertura maior, pôs-se nos “pés” e começou a rezar. Disse-me a pessoa que as lagartas se foram enfileirando militarmente e saindo processionalmente pela abertura, entre as cruces que havia na “cabeceira”.

É morta a pessoa que me contou, e era muito digna de fé, sendo doutor em medicina; e muitas vezes narrou-me esse surpreendente espetáculo, como tendo visto com os seus próprios olhos.

Horácio, lia entre o céu e a terra...

Essa usurpação de atributos sacerdotais por particulares é feita, ou era, em larga escala.

Quando meu pai foi para a ilha do Governador, exercer um pequeno emprego nas Colônias de Alienados, recentemente fundadas pelo governo republicano, isto em 1890, a ilha não era o Petrópolis de quinta classe que o meu amigo Pio Dutra está fazendo ou dela já fez.

Vivendo, por assim dizer, isolada do Rio de Janeiro, quase sem comunicações diárias com o centro urbano, abandonada pelos seus grandes proprietários, devido à decadência de suas culturas perseguidas atrozmente pela saúva, estava toda ela entregue a moradores pobres, apanhadores de suas frutas semissilvestres, como caju, lenhadores e carvoeiros, pescadores e alguns roceiros portugueses que tenazmente se batiam contra a implacável formiga, fazendo roças de aipins, de batatas-doces, de quiabos, de abóboras, de melancias, e até de melões. Essa espécie de enclave que era a ilha do Governador naquele tempo, profundamente rural e pobre, aqui pertinho da capital do Brasil, foi que me deu uma reduzida visão de roça e de hábitos e costumes roceiros. Cheguei a ver lá cavalhadas — que pobres cavalhadas! — na esplanada defronte a igreja da Freguesia, próximo da venda do Joaquim, pintor, agente do Correio, tendo como adestrados disputadores das sortes, próprias ao divertimento, o “Minhoto”, o Jorge Martins e outros.

A ilha não tinha vigário e o culto da população aos santos de sua fé era feito por intermédio de certos capelães rústicos, isto é, “rezadores” ingênuos e ignorantes, que diante de toscos oratórios, acompanhados pela assistência, entoavam nas cabanas ladainhas e outras orações. Do lugar em que morávamos, eu e a minha família, no Galeão, ainda me lembro do nome do respectivo capelão: o Apolinário. Que fim terá levado?

Essa forte crença na oração, na reza, que buscamos como alívio para as nossas dores morais e como uma súplica à Divindade para que intervenha na nossa vida, favorecendo-nos nos nossos propósitos, toma este ou aquele aspecto bárbaro e tosco, aqui e ali, mas é sempre tocante e penetrante por isso mesmo. Ela não abandona a nossa gente humilde na sua obscura luta contra a miséria, contra a política e contra a moléstia; e, ultimamente, pediu auxílio ao Correio, para mais eficazmente agir no perímetro urbano da nossa cidade.

No artigo anterior, citei esse ato de distribuir, por intermédio do carteiro, orações escritas que devem ser lidas um certo número de vezes e enviadas a outras pessoas amigas, em número determinado.

Não a tinha encontrado, entre os meus papéis. Encontrei-a, porém, e aqui a dou tal e qual, sem nada mudar ou omitir.

Conforme a recebi, no ano de graça de 1913, transcrevo-a abaixo:

“Oração S. Jesus Cristo Senhor Nosso Jesus Cristo rogamos a vós por nossos pecados e vosso sangue derramado na Cruz por nós. Senhor Jesus Cristo rogamos a Deus que se contemple de compaixão e misericórdia e perdoai-nos por vossa Mãe santíssima, hoje e sempre eternamente por todos os séculos dos séculos. Amém. Quem tiver esta oração deve distribuir durante nove dias a nove pessoas cada dia uma e no fim dos nove dias terá uma alegria em sua casa. Em Jesus a bem dizer que quem não fizer caso desta oração sofrerá um castigo grave perda em família. Esta oração foi enviada pelo Bispo Rio 1º de janeiro de 1913.”

Aos leitores que têm fé, eu peço que sigam as prescrições que essa oração recomenda. Não as segui porque, infelizmente, muito infelizmente mesmo, confesso que não creio, apesar da minha vaga e imponderável religiosidade.

Hoje, Rio, 3-4-1919

RESTOS DO “TABU” ANCESTRAL

O comandante Baratier, que deve ser hoje general, foi encarregado por Marchand de abrir a sua marcha através das origens ocidentais do Nilo, em demanda de Fachoda, no Sudão egípcio.

Ainda é da memória de todos a repercussão que, no mundo inteiro, teve a ocupação desse lugarejo desconhecido, pelas tropas francesas. A guerra quase estalou entre a França e Inglaterra; e o povo francês quis mostrar a sua reprovação ao ato do seu governo, fazendo desocupar aquele lugarejo do alto Nilo, com uma ovação, um verdadeiro triunfo ao comandante Marchand, quando chegou a Paris. Elevado assim na estima popular, o obscuro soldado colonial convenceu-se de seu excepcional heroísmo e desandou em delirar de orgulho.

Tantas fez, que acabou pedindo demissão do Exército francês, para ir servir no russo, a convite, dizia ele, do próprio czar, embora não fosse.

Baratier, retomando o meu primitivo propósito, empreendeu a viagem com 25 atiradores senegaleses, dez auxiliares de outra proveniência e um intérprete árabe. A sua viagem é muito interessante e dela ele próprio publicou uma viva narração.

Emaranhado numa teia espessa de ervas aquáticas, o um *suf* (*ounun-souf*), a sua parada teve um retardamento imprevisto e os víveres se esgotaram.

Com fome, certa vez, navegando em águas quase livres, avistou uma porção de grandes *marabouts* empoleirados nos galhos de uma árvore, a crescer numa ilhota.

Assim ele descreve a emoção de tão auspicioso encontro: “*À leur vue tous les regards se sont allumés: ces fleurs sont vivants, ces fleurs sont de la viande*”.

Baratier ia apontar a carabina para abatê-los; mas logo os seus guias locais, djingues, se assustaram e ele viu bem que, fazendo tal coisa, os perderia irremediavelmente e toda a nação djingue declarar-lhe-ia guerra sem tréguas. Após um instante de reflexão, segue o conselho do seu sargento, Moribah:

— *Ne tire pas.*

O *marabout* era “tabu”, por ser “totem” da tribo Djingue, que habitava aquelas paragens.

Essa aventura não é das mais eloquentes, para demonstrar a força e o poder dessa crença do “totem” sobre as almas infantis desses povos retardados,

ainda na infância da civilização. Há um outro mais estranho.

A fome continua e eles acabam abatendo um hipopótamo. O gigantesco paquiderme jaz no chão meio decepado. O fogo crepita. Os homens impacientes de fome apanham os bocados de carne apenas sapecados e, às dentadas, os devoram caninamente. Não só os negros; ele e o intérprete, que são brancos, também.

Naquele banquete repugnante em que há fome de feras, só poucos da expedição, entre os quais Moribah, não tomam parte nele. São seis atiradores senegaleses da tribo Keita, a qual tem o hipopótamo por “totem”.

Se a religião católica tivesse esse poder sobre as almas, ela, a religião do amor ao próximo, da pobreza e da humildade, não permitiria haver entre nós, ocidentais, essa raça atroz do capitalista moderno onde, de quando em quando, ela vai buscar seus condes. Convém dizer, apesar de me parecer inútil, que “tabu” quer dizer que certa coisa é de tal forma sagrada que ninguém pode tocá-la sem chamar a maldição dos Deuses sobre si e sua tribo; e “totem” diz-se do animal que é tido como parente, avoengo da tribo, por isso fica “tabu”.

Os leitores de Júlio Verne, como eu o fui apaixonado em menino, devem lembrar-se de que forma o encantador romancista da infância tirou partido dessa curiosa superstição, no último volume de *Os filhos do capitão Grant*.

Ainda estou a ver o meu amigo Paganel, embrulhado até ao pescoço, no seu manto de linho neozelandês, dizer para os seus companheiros que vão encontrá-lo numa altura em que estava sepultado um chefe “maori” referindo-se aos selvagens que os perseguiam na sua fuga.

— Não tenham medo! Subam! Eles não virão até aqui... Isto aqui é “tabu”!

E não vieram, e todos encontravam no monte seguro asilo.

Reinach, num dos seus interessantes livros de vulgarização, contesta que o horror que os judeus e muçulmanos tem à carne do porco, oriunda de uma prescrição da Bíblia, tenha por causa um motivo qualquer higiênico. O legislador mosaico não podia ter cogitações dessa natureza. Acredita o sábio francês que esse ódio de Mafora ao toucinho provém paradoxalmente de um “totem” que se obliterou em ódio, em horror, com o correr dos anos.

Sem procurar os outros vestígios do antigo totemismo nos costumes atuais, com o urso de Berna, podemos na nossa vida vulgar aventurar que certas usanças se enraízam naquela crendice do “totem”.

Um caso muito corriqueiro, que deve ter chamado a atenção dos observadores para ele, é o do urubu. Por que não se o mata? É um pássaro

repugnante, mas entretanto o povo não o persegue, a ponto de viver entre a criação, nos quintais de certas pequenas cidades do interior.

Ave assim sagrada, ela o é no dizer do povo, porque limpa os arredores das casas, as ruas, as estradas das carniças putrefatas.

Os eruditos, porém, dizem que o urubu é protegido dessa maneira, devido a obsoletas posturas municipais.

Quem conhece, como todos nós, a impotência das leis, não leva muito a sério a última explicação; e quem leu, sobre o porco, a opinião de Reinach, pergunta de si para si, como eu que não tenho nenhuma competência, se o urubu não foi “totem” para os nossos afastadíssimos avós, ficando, por isso, “tabu” até hoje.

Aventurando em mar ignoto, eu faço essa consideração porque entre nós, muito ao contrário do que se dá com o porco entre os judeus e muçulmanos, o urubu não é odiado. Há frases — urubu malandro; — há cantigas e várias peças de folclore em que o urubu entra com relativa simpatia.

Todos conhecem esta canção que as crianças entoam por aí:

Urubu veio de cima
Com parte de dançador.
Ora! Dança urubu!
Ora! Dança urubu!
— Não sei dançar!
— Urubu veio de cima
Com parte de homem sério.
Chegando no palácio,
Organizou ministério.

Não sei toda a cantiga; mas não ressuma dela, estou certo, nenhuma antipatia contra a ave carniceira, que é aí mais troçada amigavelmente do que mesmo debochada com azedume.

Entre os pescadores, lia uma crença semelhante a esta do urubu, com o boto.

É muito conhecido esse peixe que vive à flor d'água, girando como se fosse uma roda, dois terços mergulhados. Todos que viajam na nossa baía conhecem-no, apesar de quase nunca se lhe ver a cauda e a cabeça. Vemos só o seu dorso azulado a revolver-se nas águas azuis ou verdes do mar e é dos grandes prazeres das crianças que tomam a barca de Niterói.

Os pescadores não os matam porque, tendo eles por ofício limpar a superfície do mar, socorrem os náufragos, empurrando-os para a praia, como fazem com tudo que boia nas suas águas sem medida.

O urubu é absolutamente inútil para qualquer fim alimentício ou outro por ser repugnante e nauseabundo; mas, assim mesmo, os senegaleses de Baratier esfomeados preferiram alimentar-se com a carne imunda de aves semelhantes a servirem-se do seu hipopótamo totemico.

Com o boto, porém, não se dá o mesmo. Se não se presta para alimento, prestar-se-ia, por ser gorduroso, à extração de azeite que poderia aliviar um pouco, na verba iluminação, os orçamentos praieiros.

Entretanto, nenhum deles se lembra disso e o boto vive na segurança sob um “tabu” imemorial. Há outras aves, a cambaxirra, por exemplo, que não são perseguidas, como também certos insetos, como esse quase doméstico — o meirinho que suga moscas.

Este é naturalmente por ser útil, mas aquela é por ser uma ave azarenta que nenhuma criança quer ver no seu alçapão.

A extensão os nossos atuais estudos médicos tem levado ao exame e certas moléstias, cuja transmissibilidade é atribuída, as mais das vezes, a insetos parasitas, tem levado os sábios a amaldiçoar certos animais e a abençoar outros.

O urubu tão sagrado pelo povo, é maldito para os sábios, pois propaga a epizootia, nefasta ao gado; o sapo, tido como diabólico, auxiliar de bruxas e bruxedos, perseguido pelas crianças, é bendito pelos higienistas, por devorar as larvas dos mosquitos, que inoculam no nosso organismo não sei quantas doenças.

É mais um conflito entre a religião e a ciência...

Atualidade, Rio, 10-8-1919

COISAS DO JOGO DO “BICHO”

Há alguns anos, mantendo estreitas relações com o proprietário de uma tipografia, na rua da Alfândega, tinha ocasião de passar por ela toda a tarde, demorar-me, a fazer isto ou aquilo, nas mais das vezes conversar unicamente.

Aos poucos fui tomando conhecimento com o pessoal; e, em breve, era de todos camarada. A tipografia do meu amigo tinha a especialidade de imprimir jornais de “bicho” e ele mesmo editava um — *O talismã* — que desapareceu.

Era tão rendosa essa parte de sua indústria tipográfica que ele destacava um único tipógrafo para executá-la. O encarregado dessa obra, além de compor os jornais, redigia-os também, com o cuidado indispensável em tais jornais-oráculos de pôr, sob este ou aquele disfarce de seções, de “chapinhas”, de palpite deste ou aquela, todos 25 animais da rifa do barão.

Conversando mais detalhadamente com o tipógrafo dos jornalecos de bicho, ele me deu inúmeras informações sobre os seus periódicos “zoológicos”. O Bicho, o mais famoso e conhecido, dava de lucro, na média, cinquenta mil-réis por dia quase o subsídio diário de um deputado naquele tempo; *A mascote* e *O talismã*, se não forneciam um lucro tão avultado, rendiam mais, por mês, que os vencimentos de um chefe de seção de secretaria, naqueles anos, a regular por aí assim, em setecentos e poucos mil-réis.

Solicitado pelas informações do jornalista “animaleiro”, pus-me a observar, nas vendas da minha vizinhança que, pela manhã, o tipo de compras era este: um tostão de café, um ou dois de açúcar e um *Bicho* ou *Mascote*.

O tipógrafo tinha razão e ele mesmo se encarregava de fortificar a minha convicção do império excepcional que o “jogo do jardim” exercia sobre a população carioca.

Mostrou-me pacotes de cartas de toda a sorte de gente, o que se via pela redação, de senhoras de todas as condições, de homens em todas as posições.

Li algumas. Todas ressumavam esperança na sua clarividência transcendente para dizer o bicho, a dezena e a centena que dariam à tarde deste ou qualquer dia; algumas eram agradecidas e se alongavam em palavras efusivas, em oferecimentos, por terem os missivistas acertado com o auxílio dos “palpites” do doutor Bico-Doce. Lembro-me de uma assinada por certa adjunta de um colégio municipal, no Engenho de Dentro, que convidava o pobre tipógrafo, já meio tuberculoso, a ir almoçar ou jantar com ela e a família.

Recordo-me ainda do nome da moça, mas não o ponho aqui, por motivos fáceis de adivinhar.

O prestígio da letra de forma, do jornal, e o mistério de que se cercava o “palpitador”, operavam sobre as imaginações de uma forma verdadeiramente inacreditável. Julgavam-no capaz de adivinhar de fato o número a ser premiado na “loteria”, ou no mínimo, apalavrado com os homens dela, podendo, portanto, saber de antemão os algarismos da felicidade.

Apesar da relutância do redator-tipógrafo de tão curiosos exemplares da nossa imprensa cotidiana, eu pude conseguir algumas cartas, das quais uma, por me parecer a mais típica e mostrar de que maneira a situação desesperada de um pobre homem, pode reforçar a fé no “jogo do bicho”, como salvação, e a ingênua crença de que o redator do jornaleco de palpites seria capaz de indicar o número a ser premiado, eu a transcrevo aqui, tal e qual, só omitindo a assinatura e o número da residência do signatário. É um documento humano de impressionar e de comover, por todos os aspectos. Ei-lo: (clichê de um envelope selado e subscrito: “Ilmo. Digno. Snr. Bico-Doce Muito Digno. Redator-Chefe do jornal *O Talismã* rua da Alfândega n. 182 Sobrado).”

Ilmo. Sr. Dr. Bico-Doce. — Rio de Janeiro, 20-12-911. — Em primeiro que tudo muito estimorei que esta inesperada carta vos encontrem com perfeita saúde conjuntamente a toda vossa família, e possa fruir os mais esplendurosos gozos.

Enquanto eu minha família, vamos passando uma vida penosa, senhor, vós que sois um bondoso, vós que sois tão caridoso, vós que Deus dotou com tanta doçura, e que sois uma alma bem formada!... tenha compaixão deste pobre sofredor que a dois anos está desempregado, e que neste longo período, posso vos dizer que tenho passado os dias bem acerbos, e estou tão oberado, com o Quitandeiro, Padeiro, Peixeiro etc. etc. e só neste eu devo 200\$; o meu senhorio já está com a cara ruvinhaso comigo, peço dinheiro emprestado, e compro todos os dias: *Mascote*, *Bicho* e o *Talismã* e nunca sou capaz de acertar em um bicho ou numa dezena que me liberte deste jugo que tanto tem me mortificado o espírito e já me acho desanimado da sorte que me tem sido tão tirana.

Pois bem, em nome de Deus vos peço de-me uma dezena ou centena num destes dias em que a natureza lhe der inspiração, porque aos espíritos bem formados ele proteje a fim de poderem espalhar com aqueles menos favorecidos a sorte, pode ser que se vos condoer-se das minhas misérias em breve me libertarei desta vergonha que estou passando, pois um pobre que deve 1:000\$600 e, sem poder pagar, é muito triste vergonhoso.

E se vos me libertar deste jugo pode contar que eu saberei reconhecer o meu benfeitor, terá vós um criado para qualquer serviço que estiver em minhas fracas força e me apresentarei diante da vossa nobre pessoa, e poder utilizar-se em qualquer mister que vos aprouver.

Deus que lhe queira ajudar, Deus lhe dê saúde e felicidade p’ra si e toda vossa família, e lhe de boa inspiração e força para minorar as aflições dos pobres. — Vosso

humilde criado e obrigado, rua Senador Pompeu...
Aqui aguardo a vossa proteção. — O vosso Abede...

Não era só em cartas que se revelava total e poderosa fé de pessoas de todas as condições nos poderes divinatórios do doutor Bico-Doce, redator-tipógrafo *O talismã*. Nas visitas, também. Ele as recebia a toda a hora do dia e de pessoas de todos os sexos e idade.

Havia uma senhora de Paquetá, bem trajada, joias, plumas etc. que não vinha ao Rio que não fosse ao doutor Bico-Doce para obter de viva voz, um palpite, na centena. Se ganhava, era certo, além do fervoroso agradecimento, uma gratificação qualquer.

A mais curiosa e assustadora visita que ele recebeu foi a de um capoeira da Saúde, um valentão, de chapéu de abas largas, calças bombachas, e navalha a adivinhar-se nas algibeiras ou em qualquer dobra das roupas. O valente falou ao doutor Bico-Doce meio amigável e meio ameaçador. É fácil de supor a atrapalhação do “profeta-bicheiro”. Para sair-se da entalção, indicou uma centena qualquer e safou-se logo, temendo não acertar e levar uns pescoções.

O bicho deu e a centena também. O destemido não teve o prazer de dar-lhe a propina em mão, mas a deixou com um colega do doutor Bico-Doce que lhe entregou no dia seguinte.

— Felizmente — dizia-me o pobre jornalista do *Talismã* o homem não quis voltar mais.

Plutarco, ou outro qualquer, conta que Alexandre, nas vésperas de morrer, distribuiu o seu império entre os seus generais. Um deles lhe perguntou: “Que te fica, general?” O macedônio logo respondeu: “A esperança”. Ai de nós se não fosse assim, mesmo quando a esperança é representada pelo jogo do bicho e o palpite de um humilde tipógrafo como o doutor Bico-Doce, que, normalmente, mal ganha a sua vida!

A esperança... O povo afirma que quem espera sempre alcança. Será verdade? Parece que aí a voz do povo não é a voz de Deus...

Livros Novos, Rio, nº 2, abril 1919

CRÔNICAS SELETAS

PORTUGUESES NA ÁFRICA

Crônica inédita, 1907

Os srs. já conhecem a coisa. De ano em ano, os jornais daqui e de além-mar noticiam estrondosas vitórias dos portugueses sobre os indígenas de suas possessões de África. No tempo dos *Lusíadas*, talvez por não existir o jornalismo periódico, não davam tanta importância a feitos idênticos. Pelo menos não tenho notícia que Lisboa festejasse retumbantemente Antônio Salema, que, aí pelos fins de Quinhentos, matou dez mil índios perto de Cabo Frio; e se ainda nos resta memória das proezas da gente assinalada em Diu e Goa é porque alguns cronistas precavidos e meia dúzia de poetas entusiastas registraram-nas em prosa de bronze, ainda áspero, e em grandiosos versos, um tanto monótonos.

Hoje, não havendo farta messe de ações heroicas, lá pelo velho Portugal, os jornais e o governo não deixam escapar uma só vitoriazinha. Os heroísmos são narrados um a um, em frases cheirando ainda à *Iliada*; os retratos são publicados e os plutarcas afiam a pena para mais essa centena de varões ilustres.

O que há em suma? Esta coisa simples: um destacamento português, de cem ou duzentas praças, derrota uma partida de desgraça dos negros, duplamente desgraçados por serem negros e por viverem em possessões do Portugal necessitado de vitórias.

Pelo jeito, o governo lusitano precisa demonstrar a vitalidade da nação; precisa lembrar ao mundo que o sangue heroico dos varões assinalados ainda não está de todo acabado; e para tal organiza, de quando em quando, umas justas *art-nouveau* em que morrem algumas dezenas de negros (ora, os negros!) e os portugueses praticam heroísmos dignos de versos gregos e do triunfo romano.

Tenho para mim que esses negros flexíveis e adaptáveis a toda a sorte de misteres, desde o de bestas de carga até o nobilíssimo de adversários dos esforçados varões do Portugal moderno, têm que acabar um dia. Se isso se der, a velha metrópole vai se ver atrapalhada para arranjar quem se preste à

demonstração experimental de sua heroicidade eterna; e, a menos que a gente a quem outrora Marte obedeceu queira combater os chimpanzés e os gorilas de África, Lisboa só terá festas com franco cunho guerreiro quando o governo das Necessidades sabiamente resolver condecorar com grandiosas solenidades os valentões da Baixa que se portarem heroicamente nas rijas com tripulações de barcos estrangeiros de passagem pelo Tejo. Então é que havemos de ver o indigesto Teófilo a explicar esse afloramento do Heitor português na população da sarjeta alfacinha e o velho Camões a bimbalar nas colunas dos jornais: Cale-se de Alexandre e de Trajano,/ A fama das vitórias...

E poderá assim Portugal, e por muito tempo, achar nos seus registros de nascimento nomes que se possam contar naqueles outros em quem, como o Albuquerque terrível e o Castro forte, a morte não teve poder.

É ainda de Camões que, a meu ver, deve sofrer modificações convenientes para se adaptarem ao novo heroísmo de Portugal, se os nossos irmãos do Tejo querem um adaptador excelente, temos aqui à mão alguns experimentados em guerra. O Barão de Paranaguá calha, por exemplo...

SÃO PAULO E OS ESTRANGEIROS

O Debate, 6-10-1917

I

Quando, em 1889, o senhor marechal Deodoro proclamou a república, eu era menino de oito anos.

Embora fosse tenra a idade em que estava, dessa época e de algumas anteriores eu tinha algumas recordações. Das festas por ocasião da passagem da Lei de 13 de Maio ainda tenho vivas recordações; mas da tal história da proclamação da República só me lembro que as patrulhas andavam, nas ruas, armadas de carabinas e meu pai foi, alguns dias depois, demitido do lugar que tinha.

E é só.

Se alguma coisa eu posso acrescentar a essas reminiscências é de que a fisionomia da cidade era de estupor e de temor.

Nascendo, como nasceu, com esse aspecto de terror, de violência, ela vai aos poucos acentuando as feições que já trazia no berço.

Não quero falar aqui de levantes, de revoltas, de motins, que são, de todas as coisas violentas da política, em geral, as mais inocentes talvez.

Há uma outra violência que é constante, seguida, tenaz e não espasmódica e passageira como a das rebeliões de que falei.

Refiro-me à ação dos plutocratas, da sua influência seguida, constante, diurna e noturna, sobre as leis e sobre os governantes, em prol do seu insaciável enriquecimento.

A república, mais do que o antigo regímen, acentuou esse poder do dinheiro, sem freio moral de espécie alguma; e nunca os argentários do Brasil se fingiram mais religiosos do que agora e tiveram da Igreja mais apoio.

Em outras épocas, no tempo do nosso Império regalista, céptico e voltairiano, os ricos, mesmo quando senhores de escravos, tinham, em geral, a

concepção de que o poder do dinheiro não era ilimitado e o escrúpulo de consciência de que, para aumentar as suas fortunas, se devia fazer uma escolha dos meios.

Mas veio a república e o ascendente nela da política de São Paulo fez apagar-se toda essa fraca disciplina moral, esse freio na consciência dos que possuem fortuna. Todos os meios ficaram sendo bons para se chegar a ela e aumentá-la desmarcadamente.

Protegidos, devido a circunstâncias que me escapam, por uma alta fabulosa no preço da arroba de café, de que, após a república, os ricos da Pauliceia se fizeram os principais produtores, puderam eles melhorar os seus serviços públicos e ostentar, durante algum tempo, uma magnificência que parecia fortemente estabelecida.

Seguros de que essa gruta alibabesca do café a quarenta mil-réis a arroba não tinha conta em tesouros, trataram de atrair para suas lavouras imigrantes, espalhando nos países de emigração folhetos de propaganda em que o clima do estado, a facilidade de arranjar fortuna nele, as garantias legais — tudo, enfim, era excelente e excepcional.

A esperança é forte nos governos, quer aqui, quer na Itália ou na Espanha; e desses dois últimos países, em chusma, acorreram famílias inteiras e milhares de indivíduos isolados, em busca da abastança que os homens do Estado diziam ser fácil de obter.

A gente que o vem dominando há cerca de trinta anos enchia-se de contentamento e até estabeleceu a exclusão da sua polícia de gente com sangue negro nas veias.

A produção do café, porém, foi transpondo o limite do consumo universal e a descer de preço, portanto; e os doges do Tietê começaram a encher-se de susto e a inventar paliativos e remédios de feitiçaria para evitar a depreciação.

Um dos primeiros lembrados foi a proibição do plantio de mais um pé de café que fosse.

Esta sábia disposição legislativa tinha antecedentes em certos alvarás ou cartas régias do tempo da colônia, nos quais se proibiam certas culturas que fizessem concorrência às especiarias da Índia, e também o estabelecimento de fábricas de tecidos de lã e mesmo de oficinas de artefatos de ouro, para não tirar a freguesia dos do reino.

Que progresso administrativo!

Os paliativos, porém, não deram em nada e um judeu alemão ou americano inventou a tal história da valorização com que a gente de São Paulo taxou mais fortemente os agricultores e favoreceu os grandes e poderosos nas suas especulações.

A situação interna principiou a ser horrível, a vida cara, enquanto os salários eram mais ou menos os mesmos anteriores. O descontentamento se fez e os pobres começaram a ver que, enquanto eles ficavam mais pobres, os ricos ficavam mais ricos.

Os governantes do estado, que influíam quase soberanamente nas decisões da União, deixaram de fazer a tal propaganda do Estado no estrangeiro, mas aumentaram a polícia, para a qual adquiriram instrutores e mortíferas metralhadoras e deram em excomungar os estrangeiros a que chamam de anarquistas, de inimigos da ordem social, esquecidos de que andavam antes a proclamar que a elegância da sua capital, os seus lambrequins, as suas fanfreluches eram devidas a eles, sobretudo aos italianos. A influência dos estrangeiros, diziam, fez de São Paulo a única coisa decente do Brasil. E todos acreditavam, porque os dominadores de São Paulo sempre se esforçaram por esconder as dilapidações ou coisas parecidas, convencendo os seus patrícios de que o estado, a sua capital, sobretudo, era coisa nunca vista.

Não havia um casarão burguês com umas colunas ou uns vitrais baratos que eles logo não proclamassem aquilo o castelo de Chenonceaux ou o palácio dos Doges.

Tudo o que havia em São Paulo não havia em parte alguma do Brasil. A sua capital era uma cidade europeia e a capital artística do país.

Entretanto, a antiga província não dava, a não ser o senhor Ramos de Azevedo, um grande nome ao país em qualquer departamento de arte.

Não contentes de proclamar isto dentro do estado, começaram a subvencionar jornais e escritores de todo o país para espalharem tão pretensiosas afirmações, que o povo do estado recebia como artigos de fé a fazer respeitar o *trust* político que o explorava ignobilmente. *Vanitas vanitatum...*

Seguros de que a opinião os apoiava, porque tinham feito o estado o primeiro do Brasil, os políticos profissionais de São Paulo trataram de abafar as críticas dos estrangeiros descontentes ou com opiniões avançadas, a todos, enfim, que não se deixavam embair com a tal história de capital artística e cidade europeia.

Os estrangeiros, agora, já não serviam e eles queriam livrar-se do incômodo que os forasteiros lhes davam, criticando-lhes os atos, a sua cupidez, o esquecimento dos seus deveres de governantes, para só protegerem os ricos, os monopolistas, que eram também estrangeiros, mas não no ponto de vista do governo estadual, que só julga assim aqueles que não partilham a opinião de que ele é o mais sábio do mundo e afirmam que, em vez de estar fazendo a felicidade geral, está concorrendo para enriquecer os seus filhos, seus genros, seus primos, seus netos e afilhados e os plutocratas ávidos.

Trataram logo de se armar de leis que fizessem abafar os seus gemidos; e uma delas é a célebre de expulsão que não se coaduna com o espírito da nossa Constituição; que é inconsequente com a propaganda feita por nós para atrair estrangeiros, que podem e devem fiscalizar as nossas coisas, pois nós os chamamos e eles saem por aí.

Sem mais querer dizer, podemos afirmar que todo o nosso mal-estar atual, todo o cinismo dos especuladores com a guerra, inclusive Zé Bezerra e Pereira Lima, vêm desse maléfico espírito de cupidez de riqueza com que São Paulo infeccionou o Brasil, tacitamente admitindo não se dever respeitar qualquer escrúpulo, fosse dessa ou daquela ordem, para obtê-las, nem mesmo o de levar em conta o esforço, a dignidade e o trabalho dos imigrantes, os quais só lhe servem quando curvam a cerviz à sua desumana ambição crematística.

II

O Debate, 13-10-1917

Não se pode negar que, em começo, houvesse, por parte da gente que governava a monarquia paulista, um desejo sincero de fazer aquilo progredir de fato, unicamente com os recursos do estado.

Mas, vindo a baixa do café e não havendo logo à mão um produto agrícola ou de outra espécie que rendesse ao fisco tanto quanto aquele, e desaparecendo da política local a gente séria e sincera, logo tomaram posse dos altos lugares do estado os especuladores de todos os matizes e seus apaniguados, que, sob este ou aquele disfarce, queriam unicamente enriquecer à sombra de dispositivos legais, não se importando que esfaimassem o povo, mas contanto que aumentassem as suas apólices e os seus depósitos nos bancos. Lançaram

mão de todos os paliativos que lhes vinham à cabeça, desde os fraudulentos até os imbecis, sem esquecer as mentiras oficiais, para “cavar” dinheiro.

Havia, porém, dois obstáculos a remover, para que pudessem prolongar essa situação até onde quisessem. Um consistia na opinião dos trabalhadores estrangeiros, que eles mesmos, sob os mais vários engodos, tinham ido buscar às suas terras e que, por serem mais esclarecidos e instruídos que os nacionais, não se deixariam lograr, trabalhando pela mesma coisa, ou por menos, para que os dirigentes e os seus prestamistas ganhassem de sobra. O outro era a opinião pública do país, que não havia de ver com bons olhos São Paulo, por parte da União, cumulado de dinheiro, de todos os favores e prebendas, enquanto os estados restantes pouco ou mesmo nada recebiam. Para vencer este segundo obstáculo, eles usaram de duas armas: a política e o subsídio à imprensa, esta, às vezes, função daquela, e aquela, em outras, função da última.

Na capital do estado já tinham conseguido uma imprensa quase unânime; era preciso que o mesmo acontecesse no Rio de Janeiro, para imporem-se ao Brasil.

Não lhes foi difícil. Com esta ou aquela moeda, conseguiram que os principais jornais cariocas, de quando em quando, mas frequentemente, soltassem girândolas ao progresso do estado.

Não havia mês em que um ou dois deles não afirmassem categoricamente que aquilo lá embaixo era um deslumbramento. A capital era Paris, era Veneza, era Roma; já tinha ruínas históricas; já guardava relíquias de santos; já possuía nas escolas um Arago etc. etc.

Tinham obtido que tudo isto se incrustasse nos cérebros dos seus caipiras patrícios; trataram de conseguir que o país ficasse crente de que todos esses panegíricos jornalísticos eram verdadeiros, absolutamente verdadeiros. Alcançaram-no...

Não havia nada de São Paulo que não fosse excepcional. A alface de São Paulo era um regalo; os sapatos não faziam calos; os biscoitos curavam enxaquecas; os chapéus não deixavam crescer certos ornamentos conjugais; o dinheiro era excelente e os políticos... os mais sábios do mundo.

Nada mais justo que, assim sendo, eles viessem a governar todo o país e dar lições de sabedoria governamental aos bisonhos de outras províncias.

Encarapitados na presidência da República, por intermédio de representantes seus, o pessoal político-agrícola-industrial de São Paulo tratou de assentar o seu domínio sobre o país, de modo a sempre facilmente obter da União endosso de empréstimos ou mesmo empréstimos para a sua jogatina de

café, quando não, tarifas que fizessem multimilionários os seus pernósticos industriais, enobrecidos pelo rei de Cunani.

Conseguiram; e, se não se eternizaram na presidência, deve-se isto a um dissídio doméstico ou comercial no seio do sindicato político que nos governa.

Com 12 anos de presidência seguida, semelhante gente fez do país, do seu prestígio como nação, do seu crédito, o que quis, e todos eles enriqueceram fabulosamente.

Mas nem tudo são flores... e veio o fantasma do Hermes.

É preciso que se saiba que eles não se opuseram à candidatura do senhor Hermes Rodrigues da Fonseca, estribados nesta ou naquela ideia; eles a combateram porque temiam que, com o prestígio do Exército, dispondo, por ser marechal, da dedicação dele, o presidente fardado não lhes temesse as manobras políticas, pusesse abaixo a sua igrejinha de “cavações” administrativas e legais; e — adeus! um Rockefeller — a única glória a que eles podem aspirar legitimamente.

O senhor marechal Hermes subiu ao poder, e logo trataram de salvar o essencial.

Organizaram as coisas de forma que ficassem sempre com o seu osso estadual a roer, sem incômodo algum, e para tal fim, depois de terem excitado uma agitação anti-intervencionista no estado, de terem amedrontado o chefe do executivo com um levante da província em peso, resolveram cautelosamente servir-se dos bons ofícios do Jangote e outros que, simoniacamente, extorquiram do todo-poderoso presidente, senão uma indulgência plenária para os heréticos nomarcas endinheirados, um perdão provisório para os seus industriais políticos, os seus financistas de empréstimos constantes a uma lavoura que não acaba e a bancos regionais sempre na “pindaíba”.

Tais fatos, que são de ontem, não têm sido concatenados por todos, nem tampouco combatidos a devido tempo; e, se o fossem, não teriam certamente os doges de São Paulo conseguido o que almejavam, isto é, obter um total domínio sobre os poderes políticos do país, de modo a coroar a sua nefasta e atroz ditadura com a decisão de 6 do corrente, do Supremo Tribunal, negando *habeas corpus* aos infelizes do “Curvelo”, rasgando a Constituição, obscurecendo um dos seus artigos mais simples e mais claros, com farisaicas sutilezas de doutores da escolástica e o tácito e suspeito apoio de quase toda a imprensa carioca, sem um protesto corajoso no Congresso, realizando-se toda essa vergonha, todo esse rebaixamento da independência dos magistrados,

perante o povo “bestializado”, calado de medo ou por estupidez, esquecido de que a violência pode, amanhã, voltar-se sobre um qualquer de nós, desde que tal sirva à plutocracia paulista e ela o exija.

Não é de espantar, pois os seus tipos repelentes e mendazes, pretensiosos e lorpas, de tal forma vivem apavorados com a sombra dos seus próprios crimes, da sua prepotência inumana, das suas soezes cavilações liberticidas, que não se detêm perante consideração alguma e só pensam em enriquecer furiosamente, para enriquecer os filhos, a fim de que estes possam fugir aos castigos que deviam cair sobre as suas cabeças.

Luís XVI morreu na guilhotina...

À frente deles está esse idiota de Altino Arantes, criatura meio dos padres jesuítas, meio dos maçons, émulo do sabichão Miguel Calmon e daquele francês, Georges Duroy, que, com o alcunha de “Bel-Ami”, Maupassant estudou e imortalizou.

Altino é uma definição da época e queira Deus que ele não pare no Catete, fazendo na presidência ainda pior do que acaba de fazer no estado, para vergonha de nossa cultura e sentimentos liberais.

Tudo se tem de esperar neste país; mas, mesmo que uma tal desgraça aconteça, talvez seja útil, porque, quanto pior, melhor.

Há ainda pano para mangas...

Ficarão para outra vez muitas outras coisas que não foram lembradas hoje.

Publicadas em *Bagatela*

TENHO ESPERANÇA QUE...

A.B.C., 8-6-1918

Certas manhãs, quando desço de bonde para o centro da cidade, naquelas manhãs em que, no dizer do poeta, um arcanjo se levanta de dentro de nós; quando desço do subúrbio em que resido há 15 anos, vou vendo, pelo longo caminho de mais de dez quilômetros, as escolas públicas povoadas.

Em algumas, ainda surpreendo as crianças entrando e se espalhando pelos jardins à espera do começo das aulas; em outras, porém, elas já estão abancadas e debruçadas sobre aqueles livros que meus olhos não mais folhearão, nem mesmo para seguir as lições de meus filhos. Brás Cubas não transmitiu a nenhuma criatura o legado da nossa miséria; eu, porém, a transmitiria de bom grado.

Vendo todo o dia, ou quase, esse espetáculo curioso e sugestivo da vida da cidade, sempre me hei de lembrar da quantidade das meninas que, anualmente, disputam a entrada na Escola Normal desta cidade; e eu, que estou sempre disposto a trocar as pretensões feministas, fico interessado em achar no meu espírito uma solução que satisfizesse o afã do milheiro dessas candidatas a tal matrícula, procurando com isso aprender para ensinar, o quê? O curso primário, as primeiras letras a meninas e meninos pobres, no que vão gastar a sua mocidade, a sua saúde e fanar a sua beleza. Dolorosa coisa para uma moça...

A obscuridade da missão e a abnegação que ela exige cercam essas moças de um halo de heroísmo, de grandeza, de virtudes que me faz, naquelas manhãs em que sinto o arcanjo dentro da minha alma, cobrir todas elas da mais viva e extremada simpatia. Eu me lembro também da minha primeira década de vida, de meu primeiro colégio público municipal, na rua do Resende, das suas duas salas de aula, daquelas grandes e pesadas carteiras do tempo e, sobretudo, da minha professora — dona Teresa Pimentel do Amaral — de quem, talvez se a desgraça, um dia, enfraquecer-me a memória, não me esqueça de todo.

De todos os professores que eu tive, houve cinco que me impressionaram muito; mas é dela que guardo mais forte impressão.

O doutor (assim o tratávamos) Frutuoso da Costa, um deles, era um preto mineiro, que estudara para padre e não chegara a ordenar-se. Tudo nele era desgosto, amargor; e, às vezes, deixávamos de analisar a *Seleção*, para ouvirmos de sua feia boca histórias polvilhadas dos mais atrozes sarcasmos. Os seus olhos inteligentes luziam debaixo do *pince-nez* e o seu sorriso de remoque mostrava os seus dentes de marfim de um modo que não me atrevo a qualificar. O seu enterro saiu de uma quase-estalagem.

Um outro foi o senhor Francisco Varela, homem de muito mérito e inteligente, que me ensinou História Geral e do Brasil. Tenho uma notícia de polícia que cortei de um velho *Jornal do Commercio* de 1878. Desenvolvida com a habilidade e o *savoir-faire* daqueles tempos, contava como foi preso um sujeito por trazer consigo quatro canivetes. “Explorava-a”, como diz hoje nos jornais, criteriosamente o redator dizendo que “ordinariamente basta que um homem traga consigo uma única arma qualquer para que a polícia ache logo que deve chamá-lo a contas.” Isto era naquele tempo e na corte, pois o professor Chico Varela usava impunemente não sei quantos canivetes, quantos punhais, revólveres; e, um dia, apareceu-nos com uma carabina. Era no tempo da Revolta. Gabava-se, no que tinha muita razão, de ser parente de Fagundes Varela; mas sempre citava a famosa metáfora de Castro Alves, como sendo das mais belas que conhecia: “Qual Prometeu tu me amarraste um dia...”

Era um belo homem e, se ele ler isto, não me leve a mal. Recordações de menino...

Foi ele quem me narrou a lenda dos começos da guerra de Troia, que, como sei hoje, é da autoria de um tal Estásinos de Chipre. Parece que é fragmento de um poema deste, conservado não sei em que outro livro antigo. O filho do rei de Troia, Páris, foi chamado a julgar uma contenda entre deusas, Vênus, Minerva e Juno.

Houvera um banquete no céu e a Discórdia, que não havia sido convidada, para vingar-se, atirou um pomo de ouro, com a inscrição “À mais bela”. Páris, chamado a julgar quem merecia o prêmio, entre as três, hesitou. Minerva prometia-lhe a sabedoria e a coragem; Juno, o poder real e Vênus... a mulher mais bela do mundo.

Aí, ele não teve dúvidas: deu o pomo a Vênus. Encontrou-se com Helena, que era mulher do rei Menelau, fugiu com ela; e a promessa de Afrodite foi cumprida. Menelau não quis aceitar esse rapto e declarou guerra com uma porção de outros reis a Troia. Essa história é da mitologia; pois hoje me parece do catecismo. Naqueles dias, ela me encantou e fui da opinião do troiano;

atualmente, porém, não sei como julgaria, mas certo não desencadearia uma guerra por tão pouca coisa.

Varela contava tudo isto com uma eloquência cheia de entusiasmo, de transbordante paixão; e, ao me lembrar dele, comparo-o sempre com o doutor Ortiz Monteiro, que foi meu lente, sempre calmo, metódico, não perdendo nunca um minuto para não interromper a exposição de sua geometria descritiva. A sua pontualidade e o seu amor em ensinar a sua disciplina faziam-no uma exceção no nosso meio, onde os professores cuidam pouco nas suas cadeiras, para se ocuparem de todo outro qualquer afazer.

De todos eu queria também falar do senhor Oto de Alencar, mas que posso eu dizer da sua cultura geral e profunda, da natureza tão diferente da sua inteligência da nossa inteligência, em geral? Ele tinha alguma coisa daqueles grandes geômetras franceses que vêm de Descartes, passam por d'Alembert e Condorcet, chegam até nossos dias em Bertrand e Poincaré. Podia tocar em tudo e tudo receberia a marca indelével do seu gênio. Entre nós, há muitos que sabem; mas não são sábios. Oto, sem eiva de pedantismo ou de suficiência presumida, era um gênio universal, em cuja inteligência a total representação científica do mundo tinha lhe dado não só a acelerada ânsia de mais saber, mas também a certeza de que nunca conseguiremos sobrepor ao universo as leis que supomos eternas e infalíveis. A nossa ciência não é nem mesmo uma aproximação; é uma representação do Universo peculiar a nós e que, talvez, não sirva para as formigas ou gafanhotos. Ela não é uma deusa que possa gerar inquisidores de escalpelo e microscópio, pois devemos sempre julgá-la com a cartesiana dúvida permanente. Não podemos oprimir em seu nome.

Foi o homem mais inteligente que conheci e o mais honesto de inteligência.

Mas, de todos, de quem mais me lembro é de minha professora primária, não direi do “abecê”, porque o aprendi em casa, com minha mãe, que me morreu aos sete anos.

É com essas recordações, em torno das quais esvoaçam tantos sonhos mortos e tantas esperanças por realizar, que vejo crepitar esse matutino movimento escolar; e penso nas mil e tantas meninas que todos os anos acodem ao concurso de admissão à Escola Normal.

Tudo têm os sábios da Prefeitura imaginado no intuito de dificultar a entrada. Creio mesmo que já se exigiu Geometria Analítica e Cálculo Diferencial, para crianças de 12 a 15 anos; mas nenhum deles se lembrou da medida mais simples. Se as moças residentes no município do Rio de Janeiro

mostram de tal forma vontade de aprender, de completar o seu curso primário com um secundário e profissional, o governo só deve e tem a fazer uma coisa: aumentar o número das escolas de quantas houver necessidade.

Dizem, porém, que a municipalidade não tem necessidade de tantas professoras, para admitir cerca de mil candidatas a tais cargos, a despesa etc. Não há razão para tal objeção, pois o dever de todo o governo é facilitar a instrução dos seus súditos.

Todas as mil que se matriculassem, o prefeito não ficava na obrigação de fazê-las professoras ou adjuntas. Educá-las-ia só e estabelecesse um processo de escolha para sua nomeação, depois que completassem o curso.

As que não fossem escolhidas poderiam procurar o professorado particular e, mesmo como mães, a sua instrução seria utilíssima.

Verdadeiramente, não há estabelecimentos públicos destinados ao ensino secundário às moças. O governo federal não tem nenhum, apesar da Constituição impor-lhe o dever de prover essa espécie de ensino no distrito. Ele julga, porém, que só são os homens que necessitam dele; e mesmo os rapazes, ele o faz com estabelecimentos fechados, para onde se entra à custa de muitos empenhos.

A despesa que ele tem com os Ginásios e o Colégio Militar, bem empregada, daria para maior número de externatos, de liceus. Além de um internato no Colégio Militar do Rio, tem outro em Barbacena, outro em Porto Alegre, e não sei se projetam mais alguns por aí.

Onde ele não tem obrigação de ministrar o ensino secundário, ministra; mas aqui, onde ele é obrigado, constitucionalmente, deixa milhares de moças a impetrar a benevolência do governo municipal.

A municipalidade do Rio de Janeiro, que rende cerca de quarenta mil contos ou mais, podia ter há muito tempo resolvido esse caso; mas a política que domina a nossa edilidade não é aquela que Bossuet definiu. A nossa tem por fim fazer a vida incômoda e os povos infelizes; e os seus partidos têm por programa um único: não fazer nada de útil.

Diante desse espetáculo de mil e tantas meninas que querem aprender alguma coisa, batem à porta da municipalidade e ela as repele em massa, admiro que os senhores que entendem de instrução pública não digam alguma coisa a respeito.

E creio que não é fato insignificante; e, por mais que fosse, e capaz de causar prazer ou dor à mais humilde criatura, não seria demasiado

insignificante para não merecer a atenção do filósofo. Creio ser de Bacon essa observação.

O remédio que julgo tão simples pode não sê-lo; mas espero despertar a atenção dos entendidos e serão eles capazes de achar um bem melhor. Ficarei muito contente e tenho esperança que tal se dê.

Publicada em *Bagatelas*

QUE FIM LEVOU?

Gazeta da Tarde, 10-7-1911

Foi um triunfo, lembro-me bem. O homem chegou aqui, debaixo de palmas, de ovações; houve recepções solenes nas escolas, nas sociedades sábias. Uma noite, depois de vir não sei de onde, desatrelaram-lhe os cavalos do carro, e ele andou puxado e empurrado por milhares de braços pelas ruas da cidade. O triunfo não durou um só dia, mas perto de uma semana; e, como nos nossos não há aquela praxe romana que permitia dizer-se aos generais algumas liberdades, para que não se supusessem deuses, não apareceu uma voz destoante: era mesmo um demiurgo.

A poesia nacional trabalhou; trabalhou também a eloquência, e o jornalismo, noticiário, crônica, artigo de fundo, entraram também no unismo das aclamações ao homem.

Pouca coisa desse escachoar de escritos e palavras ficou. Houve odes, segundo todas as regras, e sonetos, e poemetos, e artigos; mas, verso algum das odes, dos poemetos, dos sonetos, se imprimiu na memória dos contemporâneos; e os artigos foram esquecidos depressa, logo, como um benefício.

Mas, do movimento literário que a presença do herói determinou, uma coisa ficou, resistiu, incrustou-se na memória de todos, foi da Saúde a Botafogo, correu os estados e, ainda hoje, após quase dez anos, qualquer ainda se lembra de uma quadra, de um verso da canção famosa:

A Europa curvou-se ante o Brasil
E clamou parabéns em meigo tom...

Não se lembram? Lembram-se, sim; todos ainda a sabem. E como é estranho o destino das coisas! O homem, o homem extraordinário, que tanto tinha levantado o nome do Brasil na Europa, só teve em sua honra uma poesia imorredoura, e foi essa canção. Repetida nos cafés-concertos de terceira ordem, trauteada pelos moleques, debochada pelos letrados, foi ela que cantou, que

deu a imortalidade da poesia ao homem glorioso que ameaçava conquistar os ares.

O autor não é anônimo; é o senhor Eduardo das Neves, a quem o meu amigo Catulo chama, em livro publicado, popular cancionista brasileiro.

Onde foram as odes? Onde foram os epinícios? Onde estão os sonetos e os poemetos? O que ficou, cantando na alma do povo a glória do herói, foi a canção do popular palhaço brasileiro:

A Europa curvou-se ante o Brasil
E clamou parabéns em meigo tom,
Surgiu lá no céu mais uma estrela
E apareceu Santos Dumont.

Naquele tempo ele aparecia; hoje, ou melhor, de uns anos a esta parte, ele desaparece.

Vejam só como nestes últimos anos o problema da viação aérea vai tendo um imenso avanço; vejam a quantidade de ousadias, de vontades que ele emprega, e de vidas que ele ceifa também. Onde está Santos Dumont? Blériot atravessou a Mancha, em monoplane de seu invento; Chávez, esse malogrado Chávez, fez a travessia dos Alpes; Winmalen ganhou o *raid* Paris-Bruxelas-Paris; Védrines foi de Paris a Madri; Beaumont chegou a Roma, partiu de Paris; e Santos Dumont?

Há ainda mais nomes gloriosos na aviação que se podem citar de memória com a simples leitura de jornais. Há Latham, Farman, Morane, Garros, Legagneux e quantos outros? Que faz Santos Dumont?

Há um ano e pouco, li na *Gazeta de Notícias*, em crônica de Demétrio Toledo, que ele tinha feito uma pequena viagem nos arredores de Paris, no seu famoso (para nós) “Demoiselle”. Era uma proeza clandestina, mas cujos resultados foram portentosos, porque ele “cobriria” não sei que *record*, se a coisa fosse às claras.

É essa a última notícia que temos dele; antes tínhamos tido a dos hidroplanos; mas — concordem — para quem foi o rei dos ares, é muito pouco tudo isso.

É verdade que ele foi rei quando não tinha concorrentes à sua realeza. No tempo de suas performances com os seus dirigíveis nºs 1, 2, 3 e não sei que número mais, ninguém lhe disputava o caminho do trono, e era natural que

fosse rei; hoje há bem uma centena e é prudente não arriscar essa realeza honorária que lhe ficou.

Não pode ser senão temporária e decorativa. As viagens aéreas de Santos Dumont eram pequenos passeios sobre Paris, dando volta pela torre Eiffel; hoje, por exemplo, no *raid* Paris-Roma, alguns aviadores bateram a étape Paris-Avignon, cuja extensão é de 645km, com interrupções insignificantes.

Os seus amigos dizem que o seu monoplane é uma maravilha; ele mesmo já o pôs no domínio público. Se fosse a maravilha que dizem, sendo já propriedade de todos, seria de esperar que nos *raids* e nos “circuitos” aparecessem tipos do seu “Demoiselle” — não acham? Mas não acontece isso. Aparecem monoplanos Blériot, Morane e até desse desgraçado Train, cujo *fuselage* é todo de aço; mas tipo Santos Dumont, nenhum! Por que é? Não me compete dizer, porque não entendo de aviação; mas quem for um pouquinho mais entendido do que eu poderá com justeza explicar.

Não estou tomando satisfação ao senhor Santos Dumont, embora ele tivesse recebido uma dotação votada pelo Congresso Nacional. Conhecendo tão somente o desaparecimento de um herói, de uma glória nacional, que tantas esperanças despertou no país todo e tão fortes emoções provocou.

Sei bem que Santos Dumont é como o barão do Rio Branco; está sagrado, está sob “tabu”; mas — que diabo! — isto de perguntar simplesmente “que fim levou?” não é sacrilégio, não é ofensa que vá ferir o respeito polinésico que temos por certo dos nossos grandes homens.

De resto, eu era como todos os brasileiros; acreditava que a solução da navegação aérea ficasse cá em casa, mesmo em menino tive um projeto; e vendo que a coisa nos vai escapando, que o senhor Santos Dumont não faz mais nada, fico triste e clamo pelo herói.

Não há, portanto, nestas palavras, nada de iconoclasta, nada de inconveniente; o que há é mágoa de um patriota, sincero no mais íntimo de sua alma, ao ver que aquele que estava fadado a legar à Pátria uma alta conquista de progresso e civilização, está se deixando bater, arredado de seus propósitos, sepultando-se no esquecimento.

Quando leio, por exemplo, que André Beaumont chegou, partindo de Paris, em primeiro lugar a Roma, tendo voado de Nice a Roma, em 11 horas e 15 minutos, vencendo nesse tempo cerca de quatrocentos quilômetros de Nice a Pisa, incluindo uma grande parte sobre o mar, de Nice a Gênova; e 260 de Pisa a Roma; eu pergunto: por que Santos Dumont não fez isso?

Quando leio: “Védrines ganhou o *raid* Paris-Madri. O ousado piloto, o corajoso rapaz transpôs, voando à altura de dois mil metros, a serra de Guadarrama, e chegou ao aeródromo de Getafa, perto de Madri, onde uma ovação formidável o acolheu, apesar da hora matinal”; eu pergunto: por que não aconteceu isso com Santos Dumont?

Não é de desgostar? Concordem que é. Nós, quando o recebemos há anos, com bandas de música, sonetos, discursos, foguetes e artigos, esperávamos que ele fizesse tudo isso, que ele viesse a ser o rei dos ares, de fato, voando sempre, mostrando a sua perícia, a sua coragem, a sua familiaridade com o novo elemento aberto à atividade humana, de forma a secundar os nossos anseios e cumprir a grande missão que parecíamos ter no mundo; mas, já que não é ele quem faz tais proezas, já que não é ele que bate étapes de 650km, fica a nos parecer que o sonho ou o projeto de padre Gusmão vai mais uma vez parar em outras mãos que não as nossas.

Oh! Triste Brasil! Se não é roubado, falha.

Inventou a máquina de escrever e roubaram os americanos o invento a um pobre padre da Paraíba; tinha ouro e diamantes, a África do Sul e outros países acabaram roubando-os; tinha o maior rio do mundo mas já descobriram que não é; tinha a portentosa batalha do Riachuelo, mas Fuchima lhe furtou a glória; tinha o “Minas Gerais”, mas a Argentina já mandou fazer um maior; tinha a maior capital da América do Sul, mas Buenos Aires acaba de dizer que não; tinha borracha, ele único, quase, mas os ingleses da Ásia lhe querem furtar o rico produto; e, agora, por último e talvez por fim, vai fugir do álbum de nossas glórias a conquista do ar, coisa que lhe parecia reservada, porque um padre de Santos, chamado Gusmão, desenhou há mais de cem anos um projeto extravagante de máquina de voar.

Fico triste, mais triste, porém, há de ficar o poeta popular, aquele que deu imorredoura glória ao herói que se esvai.

A sua canção não está certa; a Europa não “se curvou ante o Brasil”, não “clamou parabéns em meigo tom”; não, meu caro poeta; o que a Europa fez, foi sorrir leve e ironicamente, dizendo consigo:

— Vocês hão de voar; mas, para se inebriarem de azul, de imensidade; para se sentirem um instante fora da miséria eterna da Terra, hão de precisar de mim. Esperem.

É o que ela está fazendo, porque, já disse outro poeta:

A Europa é sempre a Europa, a gloriosa!...

Publicada em *Bagatelas*

O CONVENTO

Gazeta da Tarde, 21-7-1911

Noticiaram os jornais, com pompa de fotografuras e alarde de sabenças históricas, que o Convento da Ajuda, aquele ali da Avenida, fora vendido a alguns ingleses e americanos pela bela quantia de 1.850 contos.

Houve grande contentamento nos arraiais dos estetas urbanos por tal fato. Vai-se o monstrengo, diziam eles: e ali, naquele canto, tão cheio de bonitos prédios, vão erguer um grande edifício, moderno, para hotel, com dez andares.

Eu sorri de tão santa crença, porque, se o Convento da Ajuda não é tão bonito como o Teatro Municipal, tanto um como outro não são belos. A beleza não se realizou em nenhum dos tais edifícios daquele funil elegante; e se deixo o Teatro Municipal, e olho o Club Militar, a monstruosa Biblioteca, a Escola de Belas-Artes, penso de mim para mim que eles são bonitos de fato, mas um bonito de nosso tempo, como o convento o foi dos meados do nosso século XVIII.

Naquele tempo, isto é, entre 1748 e 1750, quando ele ficou mais ou menos pronto, se já houvesse jornais, certamente eles falariam no lindo e importante edifício com que ficou dotada a leal e heroica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Falariam com o mesmo entusiasmo com que nós falamos ao se inaugurar o teatro do doutor Passinhos. Não os havia e não podemos passar de suposições. Decorreram 150 e nós ficamos aborrecidos com o tal lindo edifício.

O bonito envelhece, e bem depressa; e eu creio que, daqui a cem anos, os estetas urbanos reclamarão a demolição do Teatro Municipal com o mesmo afã com que os meus contemporâneos reclamaram a do convento.

É de ver como os homens tidos por mais carranças, mais tradicionalistas, mais misoneístas, não apresentaram, já não direi protesto, mas queixumes contra essa mutilação que vai sofrer a cidade.

Nenhum deles se enterneceu com a próxima morte daquelas paredes; e havia tanto motivo para isso! Um convento de freiras é de alguma forma quinto ato de dramas amorosos.

Certas vezes serviram de prisão doméstica, prisão às ordens desse juiz-algoz, o pai de família, sempre obediente aos vagos códigos da honra e da pureza da família, metendo as filhas e parentas nos conventos, quando implicava com o namorado que tinham, ou não o julgava de nobreza suficiente para a sua prosápia.

Em outras, havia de ser voluntária a reclusão; mas, num pequenino cérebro de mulher, naturalmente esse piedoso desejo vinha de uma decepção amorosa ou de uma forte crença na indigência de sua beleza. O amor de Deus vinha após o amor dos homens; e aquelas paredes que vão ruir sob os aplausos dos estetas e anticlericais, longe talvez de estarem impregnadas de sonhos místicos, estão, talvez, saturadas de decepções, de desilusões, de melancolias e desesperos, posso bem dizer, de revoltas bem humanas.

Com as minhas ideias particulares posso passar sem o passado e sem a tradição; mas os outros, aqueles que, diariamente, contam nos jornais histórias do açougue dos jesuítas, anedotas do príncipe Natruza e outras coisas edificantes e épicas, como é que deixam desaparecer sem uma lágrima, debaixo do alvião bárbaro, aquele velho monumento, panteão de rainhas, de imperatrizes e princesas?

É que eles estavam convencidos da sua fealdade, da necessidade do seu desaparecimento, para que o Rio se aproximasse mais de Buenos Aires.

A capital da Argentina não nos deixa dormir. Há conventos de fachada lisa e monótona nas suas avenidas? Não. Então esse casarão deve ir abaixo.

O Passos quis; o Frontin também; mas a desapropriação custaria muito e recuaram.

Não sei bem que vantagens trará tal coisa. Se, ao menos, fossemos levantar ali um Louvre, um Palácio dos Doges, alguma coisa de belo e grandioso arquitetonicamente, era de justificar todo esse contentamento que vai pelas almas dos estetas; mas, para substituí-lo por um hediondo edifício americano, enorme, pretensioso e pífilo, o embelezamento da cidade não será grande e a satisfação dos nossos olhos não há de ser de natureza altamente artística. Uma coisa vale a outra.

Não é que eu tenha grande admiração pelo velho casarão; mas é que também não tenho grande admiração nem pelo estilo, nem pela gente, nem pelos preceitos americanos dos Estados Unidos.

Em matéria de imenso lá estão as pirâmides do Egito; e, como são simples de linhas e de destino, ainda podem ter alguma beleza; mas uma casa, uma habitação, com centenas de metros de altura, com uma fachada de superfície

imensa, de forma que não se pode abranger de um golpe de vista o conjunto e o movimento dos detalhes, não é só monstruoso, é besta e imbecil.

O convento não tinha beleza alguma, mas era honesto; o tal hotel não terá também beleza alguma e será desonesto, no seu intuito de surripiar a falta de beleza com as suas proporções mastodônticas.

De resto, não se pode compreender uma cidade sem esses marcos de sua vida anterior, sem esses anais de pedra que contam a sua história.

Repito: não gosto do passado. Não é pelo passado em si; é pelo veneno que ele deposita em forma de preconceitos, de regras, de prejulgamento nos nossos sentimentos.

Ainda são a crueldade e o autoritarismo romanos que ditam inconscientemente as nossas leis; ainda é a imbecil honra dos bandidos feudais, barões, duques, marqueses, que determina a nossa taxinomia social, as nossas relações de família e de sexo para sexo; ainda são as coisas de fazenda, com senzalas, sinhás-moças e mucamas, que regulam as ideias de nossa diplomacia; ainda é, portanto, o passado, daqui, dali, dacolá, que governa, não direi as ideias, mas os nossos sentimentos. É por isso que eu não gosto do passado; mas isso é pessoal, individual. Quando, entretanto, eu me faço cidadão da minha cidade não posso deixar de querer de pé os atestados de sua vida anterior, as suas igrejas feias e os seus conventos hediondos.

Esse furor demolidor vem dos forasteiros, dos adventícios, que querem um Rio-Paris barato ou mesmo Buenos Aires de tostão.

O aspecto anticlerical com que eles escondem esse desejo de fazer da cidade um improviso catita nada vale.

Em geral, são sempre os monumentos religiosos que ficam.

O Partenon era um edifício religioso; e religiosos eram os monumentos de Carnac.

As catedrais góticas irão abaixo, quando o catolicismo não tiver mais nenhum adepto? Não. A não ser que os velhos turcos venham a conquistar a Europa inteira.

O convento por si só não enfeava tanto a cidade, como dizem; nem tampouco a sua demolição vai diminuir o espírito religioso, nem trazer para as alegrias da vida as freiras que lá estavam enclausuradas.

Demais, não eram muitas; uma meia dúzia e o seu livramento pode ser obtido com a décima parte do dinheiro por que venderam o imóvel. É só requerer *habeas corpus*...

De todas as instituições religiosas, uma das mais sábias é o convento. Nos antigos tempos, e um pouco no nosso, em que a vida social era baseada na luta e na violência, devia haver naturezas delicadas que quisessem fugir a tais processos; e o único meio de fugir era o convento.

Era útil e consequente; e, se hoje o gosto por tais reclusões diminui, é porque já na nossa vida há mais tolerância, menos exhibições de virtude e de força, menos tiranias domésticas, religiosas e governamentais.

Não há de ser diminuindo conventos com auxílio do alvião dos americanos que teremos a felicidade sobre a Terra. Eles podem ficar, como coisas de museu — ao lado de canhões, de obuses, de fichas de identificação policial, dos códigos forenses, de todo esse aparelho de coação inútil, quase sempre, e contraproducente, nas mais das vezes; o que, porém, precisamos fazer é desentupir a nossa inteligência de umas tantas crenças nefastas, que pesam sobre ela como castigos atrozes do destino.

Os conventos são mudos; mas essas falam. São como os tais mortos que falam, piores do que espectros, do que fantasmas e almas do outro mundo, porque não só metem medo às crianças e às mulheres, mas também aos homens cheios de coragem e ousadia.

Elas é que são flagelo; elas é que nos crestam; elas é que nos tiram a felicidade de viver.

Se fosse possível, com elas, pôr abaixo certos nomes a alvião e a picareta, com bombas de dinamite e com pólvora negra, eu topava, sobretudo se se tratasse de um tal padre Antônio Vieira, um cacetíssimo sermonário, um matoide trocadilhisto, ausente total do pensamento e da emoção, de estilo obeso, como diz Oliveira Martins, ditador ainda das nossas letras, como se ele tivesse escrito alguma coisa de literário! Vamos pô-lo abaixo e deixemos o convento em paz!

Publicada em *Bagatelas*

NO AJUSTE DE CONTAS...

A.B.C., 11-5-1918

A nossa burguesa finança governamental só conhece dois remédios para equilibrar os orçamentos: aumentar os impostos e cortar lugares de amanuenses e serventes. Fora desses dois paliativos, ela não tem mais beberagem de feiticeiro para curar a crônica moléstia do *deficit*.

Quanto ao cortar lugares, é engraçado o que se passa na nossa administração. Cada ministro, e quase anualmente, arranja uma autorização para reformar o seu ministério. De posse dela, um, por exemplo, o da Guerra, realiza a sua portentosa obra e vem cá para fora blasonar que fez uma economia de \$69 contos, enquanto o do Exterior, por exemplo, com a sua aumentou as despesas de sua pasta em mais de cem contos.

Cada secretário do presidente concebe que governo é só e unicamente o seu respectivo ministério e cada qual puxa a brasa para a sua sardinha.

Cabia ao presidente coordenar estes movimentos desconexos, ajustá-los, conjugá-los; mas ele nada faz, não intervém nas reformas e deixa correr o marfim, para não perder o precioso tempo que tem de empregar em satisfazer os hipócritas manejos dos caixeiros da fradalhada obsoleta ou em pensar nas coisas de sua politiquinha de aldeola.

Enquanto as reformas com as hipotéticas economias são em geral obra dos ministros, o aumento de imposto parte, em geral, dos nossos financeiros parlamentares. Eles torram os miolos para encontrar meios e modos de inventar novos; e, como bons burgueses que são, ou seus prepostos, sabem, melhor que o imperador Vespasiano, que o dinheiro não tem cheiro. Partem desse postulado que lhes remove muito obstáculo e muitas dificuldades e chegam até as latrinas, como aconteceu o ano passado.

Essa pesada massa de impostos, geralmente sobre gêneros de primeira necessidade, devendo ser democraticamente igual para todos, vem verdadeiramente recair sobre os pobres, isto é, sobre a quase totalidade da população brasileira, que é de necessitados e pobríssimos, de forma que as taxas dos Colberts da nossa representação parlamentar conseguem esta coisa

maravilhosa, com as suas medidas financeiras: arranham superficialmente os ricos e apunhalam mortalmente os pobres. Pais da Pátria!

Desde que o governo da República ficou entregue à voracidade insaciável dos políticos de São Paulo, observo que o seu desenvolvimento econômico é guiado pela seguinte lei: tornar mais ricos os ricos; e fazer mais pobres os pobres.

São Paulo tem muita razão e procede coerentemente com as suas pretensões; mas devia ficar com os seus propósitos por lá e deixar-nos em paz. Eu me explico. Os políticos, os jornalistas e mais engrossadores das vaidades paulistas não cessam de berrar que a capital de São Paulo é uma cidade europeia; e é bem de ver uma cidade europeia que se preza não pode deixar de oferecer aos forasteiros o espetáculo de miséria mais profunda em uma parte de sua população.

São Paulo trabalha para isso, a fim de acabar a sua flagrante semelhança com Londres e com Paris; e podem os seus eupátridas estar certos que ficaremos muito contentes quando for completa, mas não se incomodem conosco, mesmo porque, além de tudo, nós sabemos como Lord Macaulay que, em toda a parte, onde existiu oligarquia, ela abafou o desenvolvimento do gênio.

Entretanto, não atribuirei a todos os financeiros parlamentares que têm proposto novos impostos e aumento dos existentes; não atribuirei a todos eles, dizia, tenções malévolas ou desonestas. Longe de mim tal coisa. Sei bem que muitos deles são levados a empregar semelhante panaceia por mero vício de educação, por fatalidade mental que não lhes permite encontrar os remédios radicais e infalíveis para o mal de que sofre a economia da nação.

Quando se tratou aqui da abolição da escravatura negra, deu-se fenômeno semelhante. Houve homens que por sua generosidade pessoal, pelo seu procedimento liberal, pelo conjunto de suas virtudes privadas e públicas e alguns mesmo pelo seu sangue, deviam ser abolicionistas; entretanto, eram escravocratas ou queriam a abolição com indenização, sendo eles mais respeitáveis e temíveis inimigos da emancipação, por não se poder suspeitar da sua sinceridade e do seu desinteresse.

É que eles se haviam convencido desde meninos, tinham como artigo de fé que a propriedade é inviolável e sagrada; e, desde que o escravo era uma propriedade, logo...

Ora, os fundamentos da propriedade têm sido revistos modernamente por toda a espécie de pensadores e nenhum lhe dá esse caráter no indivíduo que a

detém. Nenhum deles admite que ela assim seja nas mãos do indivíduo, a ponto de lesar a comunhão social, permitindo até que meia dúzia de sujeitos espertos e sem escrúpulos, em geral fervorosos católicos, monopolizem as terras de uma província inteira, títulos de dívida de um país, enquanto o Estado esmaga os que nada têm com os mais atrozes impostos.

A propriedade é social e o indivíduo só pode e deve conservar, para ele, de terras e outros bens, tão somente aquilo que precisar para manter a sua vida e de sua família, devendo todos trabalhar da forma que lhes for mais agradável e o menos possível, em benefício comum.

Não é possível compreender que um tipo bronco, egoísta e mau, residente no Flamengo ou em São Clemente, num casarão monstruoso e que não sabe plantar um pé de couve, tenha a propriedade de quarenta ou sessenta fazendas nos estados próximos, muitas das quais ele nem conhece nem as visitou, enquanto, nos lugares em que estão tais latifúndios, há centenas de pessoas que não têm um palmo de terra para fincar quatro paus e erguer um rancho de sapê, cultivando nos fundos uma quadra de aipim e batata-doce.

As fazendas, naturalmente, estarão abandonadas; por muito favor, ele ou seus caixeiros permitirão que os desgraçados locais lá se aboitem, mas estes pobres roceiros que nelas vegetam não se animam a desenvolver plantações, a limpá-las do mato, do sapê, da vassourinha, do carrapicho, porque, logo que o fizerem, o dono vendê-las-á a bom preço e com bom lucro sobre a hipoteca com que a obteve, sendo certo que o novo proprietário expulsá-los-á das terras por eles beneficiadas.

Na Idade Média e, mesmo no começo da Idade Moderna, os camponeses da França tinham contra semelhantes proprietários perversos que deixavam as suas terras *en friche*, o recurso do *haro*, e mesmo se apossavam delas para cultivá-las; mas a nossa doce e resignada gente da roça não possui essa energia, não tem mesmo um acendrado amor à terra e aos trabalhos agrícolas e procedem como se tivessem lido o artigo XVII da Declaração dos Direitos do Homem.

O que se diz com relação à propriedade imóvel, pode-se dizer para a móvel. Creio que é assim que os financistas denominam as apólices, moedas, títulos etc.

O povo, em geral, não conhece esta engrenagem de finanças e ladroeiras correlativas de bancos, companhias, hipotecas, cauções etc.; e quando, como atualmente, se sente esmagado pelo preço dos gêneros de primeira necessidade, atribui todo o mal ao taverneiro da esquina. Ele, o povo, não se pode capacitar

de que a atual alta estrondosa do açúcar é obra pura e simples do Zé Bezerra e desse Pereira Lima que parece ter sido discípulo dos jesuítas, com a agravante de que o primeiro foi e o segundo é ainda ministro de Estado, cargo cuja natureza exige de quem o exerce o dever de velar, na sua esfera de ação, pelo bem público e para a felicidade da comunhão.

Não estará tal coisa nas leis ou nos regulamentos; mas, evidentemente, se contém na essência de tal função administrativa.

Bastiat, nas suas *Mélanges d'Économie Politique*, tem um interessante capítulo, intitulado “O que se vê e o que não se vê”. Pouco ou nada se relaciona com o nosso assunto; mas citei-o, porque foi a sua leitura que me fez considerar e analisar melhor certos fatos e não ficar como o grosso do povo preso “ao que se vê”, sem procurar a verdadeira explicação no “que não se vê”.

É difícil imaginar, para quem se atém unicamente “ao que se vê”, como esse negócio de apólices é o cancro do orçamento e a fonte de todos os nossos males, provocados pelo critério supersticioso que têm os nossos financistas sobre a propriedade privada.

Poderia encher isto aqui de algarismos, obtidos nos relatórios pantafaçados ou nas tabelas do orçamento, para provar o que digo; mas deixo essa difícil exibição sabichona para o Senhor Oto Prazeres, a fim de que ele possa fazer mais um livro e ir ainda uma vez levá-lo em pessoa ao Senhor Venceslau Brás.

O caso das apólices é muito semelhante ao da escravatura na geração anterior à nossa. É um ônus que, em geral, herdamos das gerações passadas. Não garanto; mas, parece-me que ainda pagamos juros de apólices emitidas em 1867; e mesmo que isto não seja inteiramente verdade, deve ser aproximadamente, porquanto, de onde em onde, o governo, por isso ou aquilo, as substitui por outras, continuando, as novas, a serem virtualmente as velhas que aquelas substituíram.

Mirabeau, respondendo às objeções feitas a reformas radicais que rompiam totalmente com o passado, teve na Assembleia Constituinte de 89, uma comparação eloquentíssima. Se todos os nossos antepassados, dizia ele, ocupassem com seus túmulos a superfície total da Terra, nós, os atuais habitantes, teríamos todo o direito de desenterrar os seus ossos, para cultivar os campos, criar gado, tirar da terra, enfim, a nossa subsistência.

Cito de memória; mas, julgo não ter deturpado o pensamento do grande conde de Mirabeau, o qual vem esclarecer o meu, quando não quero aceitar uma carga injusta dos nossos pais e lembro que essa obrigação herdada por nós

de pagar prêmios de apólices de empréstimos de que as gerações passadas abusaram, deve cessar inteiramente, pois é tal verba orçamentária que nos esmaga de impostos e faz a nossa atual vida difícilíssima, mais ainda do que os estancos de Limas Pereiras, Bezerras e caterva.

No próprio ponto de vista dos usurários e truculentos capitalistas, a apólice é um mal, é um capital imobilizado que não concorre para o desenvolvimento do país; pois quem tem poucas, guarda-as, para receber juros como achego; e quem tem muitas, guarda-as também, para não fazer nada e viver do rendimento.

Contaram-me que há uma senhora que é possuidora de duas mil apólices de conto de réis; tem ela, portanto, a cinco por cento, o rendimento anual de cem contos de réis. Vive na Europa e não vem ao Brasil há perto de trinta anos. Não gasta aqui um tostão, não dá aqui uma esmola, não paga um criado aqui e recebe quase tanto quanto o presidente da república, sem contar com a verba “representação”, aliás, sempre aumentada.

Se o povo “visse”, se o povo soubesse, como no caso da senhora, que nós já pagamos em juros o valor dessas apólices, pediria fossem elas canceladas e não continuassem a vencer prêmios e a vultosa quantia empregada no pagamento deles, cerca de sessenta mil contos, sendo suprimida do orçamento, serviria para aligeirar os impostos que oneram a carne-seca e outras utilidades indispensáveis à vida de quase a totalidade dos habitantes do país.

Outra medida que se impõe é o confisco dos bens de certas ordens religiosas, bens que representam dádivas e ofertas de piedade, ou o que quer que seja, de várias gerações de brasileiros e agora estão em mãos de estranhos, porque os nacionais não querem ser mais frades. Voltem à comunhão os bens.

Pode-se admitir que os conventos sejam asilos de crentes de ambos os sexos que se desgostaram com o mundo. Admito, na minha tolerância que quisesa bem ser renaniana; mas os estatutos dessas ordens não deixam perceber isso. Para os conventos de freiras, para as próprias irmãs de São Vicente de Paula (sei que não são freiras), não se entra sem um dote em dinheiro, sem um caríssimo enxoval, e, afora exigências de raça, de sangue e família.

Só se desgosta com o mundo, só tem ânsia de ser esposa de Jesus ou praticar a profunda caridade vicentina, as damas ricas e brancas, como a Nossa Senhora da Aparecida, de São Paulo. É mesmo católica essa religião?

Nos mosteiros de frades, é a mesma coisa e, sabido como todos eles são ricos, não se apreende para que exigem tanta despesa dos noviços, criando dificuldades para iniciação monástica, quando o interesse da religião estava em

facilitá-la. Há quem suspeite que esse dinheiro todo, os santos monges pretendem empregá-lo para a nossa desunião... O tempo nos dirá o que for verdade...

Um governo enérgico e oriundo do povo que surgir tem o dever de confiscar esses bens, de retalhar as suas imensas fazendas, de aproveitar os seus grandes edifícios para estabelecimentos públicos e vender, assim como as terras divididas, os prédios de aluguel que essas ordens possuem, em hasta pública.

A confiscação desses bens obriga, para ser a medida completa, o governo a suprimir inteiramente todos os colégios de religiosos de ambos os sexos, sobretudo os destinados a moças ricas, por intermédio dos quais o clero acaba dominando os seus futuros maridos ou amantes; e, sabendo-se que estes são, em geral, pessoas poderosas e em altos cargos, a gente de sotaina pretende, desse modo, influir decisivamente nos atos dos poderes políticos do país e obter a nossa completa regressão aos áureos tempos das fogueiras e do beatício hipócrita. Há mais.

Uma das mais urgentes medidas do nosso tempo é fazer cessar essa fome de enriquecer característica da burguesia que, além de todas as infâmias que, para tal, emprega, corrompe, pelo exemplo, a totalidade da nação. Para amontoar milhões, a burguesia não vê óbices morais, sentimentais nem mesmo legais. Toca para adiante, passa por cima de cadáveres, tropeça em moribundos, derruba aleijados, engana mentecaptos; e desculpa-se de todas essas baixezas, com a segurança da vida futura dos filhos. Não encontraria mais motivo para proceder dessa maneira, mais infame do que o dos antigos salteadores dos grandes caminhos, se riscássemos do Código Civil o direito de testar, e as fortunas, por morte dos seus detentores, voltassem para o Estado; e nisto, imitaríamos os seus maiores, os burgueses da Revolução Francesa, que golpearam profundamente a nobreza, estabelecendo a igualdade de herança entre os filhos. O feudo, o castelo desapareceram, pois a fortuna deixou de passar intacta ou quase intacta do marquês para o seu filho mais velho.

Todas estas medidas têm caráter financeiro, sem deixar de ter social; mas, a que me parece mais urgente é uma reforma radical do casamento, medida puramente social.

Eu sou por todas as formas de casamento; não me repugna admitir a poligamia ou a poliandria; mas transigiria se fosse governo. Continuaria a monogamia a ser a forma legal do matrimônio, mas suprimiria toda essa palhaçada de pretoria ou juizado de paz. O Estado só interviria para processar e condenar o bígamo; tudo o mais correria por conta das famílias dos nubentes.

Os pais é que se encarregariam do processo — hoje chamado “papéis de casamento” — e das cerimônias que fossem do seu gosto realizar; e o Estado só saberia do “caso”, como atualmente, com o nascimento, por comunicação escrita das partes, para o competente registro. Não haveria nunca comunhão de bens; a mulher poderia soberanamente dispor dos seus.

O divórcio seria completo e podia ser requerido por um dos cônjuges e sempre decretado, mesmo que o motivo alegado fosse o amor de um deles por terceiro ou terceira.

A muitos leitores parecerão absurdas essas ideias; não pretendendo convencer desde já todos, espero que o tempo e o raciocínio despertem neles simpatia por elas e a convicção da sua utilidade social. Apelo para todos aqueles que não têm a superstição da lei, dos códigos, dos praxistas, dos acórdãos, dos arestos, do Pegas, do Lobão, das Ordenações e outros alfarrábios caducos; e quanto aos doutores do Direito que estão envenenados, intoxicados até a medula com tudo o que decorre do sinistro e cruel direito romano, codificado, em grande parte, por um tirano das margens do Propôntida e pela prostituta sua mulher, como diz Condorcet, nas suas *Réflexions sur l'esclavage des nègres*; quanto a tais chacais e hienas a serviço dos burgueses, eu tomo a liberdade de dizer-lhes que, tarde ou cedo, sem eles ou com eles, há de se fazer uma reforma social contra “o Direito” de que são sacerdotes, pois o seu deus já está morto no coração da massa humana e só falta enterrá-lo, com o seu cortejo de apostilas e sebentas, de consolidações e manuais, não levando tal enterro senão as grinaldas dos arqueólogos, antiquários, geólogos e paleontólogos. *Requiescat in pace!*

Muitas outras medidas radicais me ocorrem, como sejam: uma revisão draconiana nas pensões graciosas, uma reforma cataclísmica no ensino público, suprimindo o “doutor” ou tirando deste a feição de brâmane do código de Manu, cheio de privilégios e isenções; a confiscação de certas fortunas etc. etc.

Iremos, porém, devagar e por partes; e, logo acabada esta guerra que é o maior crime da humanidade, quando os filhos e os outros parentes dos pobres-diabos que lá estão morrendo às centenas de milhares, ou se estropiando, tiverem de ajustar contas com esta burguesia cruel, sem caridade, piedade e cavalheirismo, que enriqueceu e está se enriquecendo de apodrecer, com esse horroroso crime, nós, os brasileiros, devemos iniciar a nossa Revolução Social, com essas quatro medidas que expus. Será a primeira parte; as outras, depois.

Terminando este artigo que já vai ficando longo, confesso que foi a Revolução Russa que me inspirou tudo isso.

Se Kant, conforme a lenda, no mesmo dia em que a Bastilha, em Paris, foi tomada; se Kant, nesse dia, com estuporado assombro de toda a cidade de Königsberg, mudou o itinerário da excursão que, há muitos anos, fazia todas as manhãs, sempre e religiosamente pelo mesmo caminho — a comoção social maximalista tê-lo-ia hoje provocado a fazer o mesmo desvio imprevisto e surpreendente; e também a Goethe dizer, como quando, em Valmy, viu os soldados da Revolução, mal-ajambrados e armados, de tamancos muitos, descalços alguns, destroçarem os brilhantes regimentos prussianos — dizer, diante disto, como disse: “A face do mundo mudou”. Ave Rússia!

Publicada em *Bagatelas*

DA MINHA CELA

A.B.C., 30-11-1918

Não é bem um convento, onde estou há quase um mês; mas tem alguma coisa de monástico, com o seu longo corredor silencioso, para onde dão as portas dos quartos dos enfermos.

É um pavilhão de hospital, o Central do Exército; mas a minha enfermaria não tem o clássico e esperado ar das enfermarias: um vasto salão com filas paralelas de leitos.

Ela é, como já fiz supor, dividida em quartos e ocupo um deles, claro, com uma janela sem um lindo horizonte como é tão comum no Rio de Janeiro.

O que ela me dá é pobre e feio; e, além deste contratempo, suporto desde o clarear do dia até a boca da noite o chilreio desses infames pardaís. No mais, tudo é bom e excelente nesta ala de convento que não é todo leigo, como poderia parecer a muitos, pois na extremidade do corredor há quadros de santos que eu, pouco versado na iconografia católica, não sei quais sejam.

Além desses registos devotos, no pavimento térreo, onde está o refeitório, há uma imagem de Nossa Senhora que preside as nossas refeições; e, afinal, para de todo quebrar-lhe a feição leiga, há a presença das irmãs de São Vicente de Paula. Admiro muito a translucidez da pele das irmãs moças; é um branco pouco humano.

A minha educação cética, voltairiana, nunca me permitiu um contato mais contínuo com religiosos de qualquer espécie. Em menino, logo após a morte de minha mãe, houve uma senhora idosa, dona Clemência, que assessorava a mim e a meus irmãos, e ensinou-me um pouco de catecismo, o “Pai-Nosso”, a “Ave-Maria” e a “Salve-Rainha”, mas bem depressa nos deixou e eu não sabia mais nada dessas obrigações piedosas, ao fim de alguns meses.

Tenho sido padrinho de batismo umas poucas de vezes e, quando o sacerdote, na celebração do ato, quer que eu reze, ele tem que me ditar a oração.

A presença das irmãs aqui, se ainda não me fez católico praticante e fervoroso, até levar-me a provedor de irmandade como o senhor Miguel de

Carvalho, convenceu-me, entretanto, de que são úteis, senão indispensáveis aos hospitais.

Nunca recebi (até hoje), como muitos dos meus companheiros de enfermaria, convite para as suas cerimônias religiosas. Elas, certamente, mas sem que eu desse motivo para tal, me supõem um tanto herege, por ter por aí rabiscado uns desvaliosos livros.

Por certo, no seu pouco conhecimento da vida, julgam que todo escritor é acatólico. São, irmãs, até encontrarem um casamento rico que os faz carolas e torquemadescos. Eu ainda espero o meu...

Testemunha do fervor e da dedicação das irmãs no hospital em que estou, desejaria que fossem todas elas assim; e deixassem de ser, por bem ou por mal, pedagogas das ricas moças da sinistra burguesia, cuja cupidez sem freio faz da nossa vida atual um martírio, e nela estiola a verdadeira caridade.

Não sei como vim a lembrar-me das coisas nefandas daí de fora, pois vou passando sem cuidado, excelentemente, neste *coenobium* semileigo em que me meti. Os meus médicos são moços dedicados e interessados, como se amigos velhos fossem, pela minha saúde e restabelecimento.

O doutor Alencastro Guimarães, o médico da minha enfermaria, colocou-me no braço quebrado o aparelho a que, parece, chamam de Hennequin!

Sempre a literatura e os literatos...

Antes, eu me submeti à operação diabólica do exame radioscópico. A sala tinha uma pintura negra, de um negro quase absoluto, lustroso, e uma profusão de vidros e outros aparelhos desconhecidos ou mal conhecidos por mim, de modo que, naquele conjunto, eu vi alguma coisa de Satanás, a remoçar-me para dar-me Margarida, em troca da minha alma.

Deitaram-me em uma mesa, puseram-me uma chapa debaixo do braço fraturado e o demônio de um carrinho com complicações de ampolas e não sei que mais correu-me, guiado por um operador, dos pés até a ponta do nariz. Com uma bulha especial, fui sentindo cair sobre o ombro e o braço uma tênue chuva extraordinariamente fluídica que, com exagero e muita tolice, classifico de imponderável.

Além do doutor Alencastro, nos primeiros dias, a minha exaltação nervosa levou-me à enfermaria do doutor Murilo de Campos. Esta tinha o aspecto antipático de uma vasta casa-forte. Valentemente, as suas janelas eram gradeadas de varões de ferro e a porta pesada, inteiramente de vergalhões de ferro, com

uma fechadura complicada, resistia muito, para girar nos gonzos, e parecia não querer ser aberta nunca. *Lasciate ogni speranza...*

Tinha duas partes: a dos malucos e a dos criminosos. *O crime e a loucura* de Maudsley, que eu lera há tantos anos, veio-me à lembrança; e também a *Recordação da casa dos mortos*, do inesquecível Dotoiévski. Pensei amargamente (não sei se foi só isso) que, se tivesse seguido os conselhos do primeiro e não tivesse lido o segundo, talvez não chegasse até ali; e, por aquela hora, estaria a indagar, na rua do Ouvidor, quem seria o novo ministro da Guerra, a fim de ser promovido na primeira vaga. Ganharia seiscentos mil-réis — o que queria eu mais? Mas... Deus escreve direito por linhas tortas; e estava eu ali muito indiferente à administração da República, preocupado só em obter cigarros.

Os loucos ou semiloucos que lá vi pareceram-me pertencer à última classe dos malucos. Tenho, desde os nove anos, vivido no meio de loucos. Já mesmo passei três meses mergulhado no meio deles; mas nunca vi tão vulgares como aqueles. Eram completamente destituídos de interesse, átonos, e bem podiam, pela sua falta de relevo próprio, voltar à sociedade, ir formar ministérios, câmaras, senados e mesmo um deles ocupar a suprema magistratura. Deixemos a política... A irmã dessa enfermaria maudsliana é francesa; mas a daquela em que fiquei definitivamente é brasileira, tendo até na fisionomia um não-sei-quê de andradino. Ambas muito boas.

O médico da enfermaria, como já disse, é o doutor Murilo de Campos, que parece gostar de sondar essas duas manifestações misteriosas da nossa natureza e da atividade das sociedades humanas. Como todo o médico que se compraz com tais estudos, o doutor Murilo tem muito interesse pela literatura e pelos literatos. Julgo que os médicos dados a tais pesquisas têm esse interesse no intuito de obter nos literatos e na literatura subsídios aos estudos que estão acumulando, a fim de que um dia se chegue a decifrar, explicar, evitar e exterminar esses dois inimigos da nossa felicidade, contra os quais, até hoje, a bem dizer, só se achou a arma horripilante da prisão, do sequestro e da detenção.

Creio que lhe pareci um bom caso, reunindo muitos elementos que quase sempre andam esparsos em vários indivíduos; e o doutor Murilo me interrogou, de modo a fazer que me introspeccionasse um tanto. Lembrei-me então de Gaston Rougeot que, na *Revue des Deux Mondes*, há tantos anos, tratando desse interrogatório feito aos doentes pelos médicos, muito usado e preconizado pelo famoso psicólogo Janet, concluía daí que a psicologia moderna, tendo aparecido com aparelhos registradores e outros instrumentos

de precisão, que lhe davam as fumaças de experimental, acabava na psicologia clássica da introspecção, do exame e análise das faculdades psíquicas do indivíduo por ele próprio com as suas próprias faculdades, pois a tanto correspondia o inquérito do clínico a seu cliente.

Não entendo dessas coisas; mas posso garantir que dei ao doutor Murilo, sobre os meus antecedentes, as informações que sabia; sobre as minhas perturbações mentais, informei-lhe do que me lembrava, sem falseamento nem relutância, esperando que o meu depoimento possa concorrer algum dia para que, com mais outros sinceros e leais, venha ele servir à ciência e ela tire conclusões seguras, de modo a aliviar de alguns males a nossa triste e pobre humanidade. Sofri também mensurações antropométricas e tive com o resultado delas um pequeno desgosto. Sou braquicéfalo; e, agora, quando qualquer articulista da *A Época* quiser defender uma ilegalidade de um ilustre ministro, contra a qual eu me haja insurgido, entre os meus inúmeros defeitos e incapacidades, há de apontar mais este: é um sujeito braquicéfalo; é um tipo inferior!

Fico à espera da objurgatória com toda a paciência, para lhe dar a resposta merecida pelo seu saber antropológico e pela sua veneração aos caciques republicanos quando estão armados com o tacape do poder.

Pois, meus senhores, como estão vendo, nestes vinte e poucos dias, durante os quais tenho passado neste remansoso retiro, semirreligioso, semimilitar — espécie de quartel-convento de uma ordem guerreira dos velhos tempos de antanho, têm-me sido uns doces dias de uma confortadora delícia de sossego, só perturbado por esses ignóbeis pardais que eu detesto pela sua avidez de homem de negócios e pela sua crueldade com os outros passarinhos.

Passo-os a ler, entre as refeições, sem descanso, a não ser aquele originado pela passagem da leitura de um livro para um jornal ou da deste para uma revista. A leitura assim feita, sem pensar em outro quefazer, sem poder sair, quase prisioneiro, é saboreada e gozada. Ri-me muito gostosamente do pavor que levaram a todo o Olimpo governamental os acontecimentos de 18.

Não sei como não chamaram para socorrê-lo os marinheiros do “Pittsburg”... Não era bem do programa; mas não sairia da sua orientação.

O que os jornais disseram, uns de boa-fé e outros cavilosamente inspirados, sobre o maximalismo e anarquismo, fez-me lembrar como os romanos resumiam, nos primeiros séculos da nossa era, o cristianismo nascente. Os cristãos, afirmavam eles categoricamente, devoram crianças e adoram um jumento. Mais ou menos isto julgaram os senhores do mundo uma religião que

tinha de dominar todo aquele mundo por eles conhecido e mais uma parte muito maior cuja existência nem suspeitavam...

O ofício que o senhor Aurelino dirigiu ao senhor Amaro Cavalcânti, pedindo a dissolução da União Geral dos Trabalhadores, é deveras interessante e guardei-o para a minha coleção de coisas raras.

Gostava muito do senhor Aurelino Leal, pois me pareceu sempre que tinha horror às violências e arbitrariedades da tradição do nosso Santo Ofício policial.

Quando a *Gazeta de Notícias* andou dizendo que sua senhoria cultivava amóricos pelas bandas da Tijuca, ainda mais gostei do doutor Aurelino.

Lembrei-me até de uma fantasia de Daudet que vem nas *Lettres de mon moulin*. Recordo-a.

Um subprefeito francês, em carruagem oficial, todo agaloado, ia, num dia de forte calor, inaugurar um comício agrícola. Até ali não tinha conseguido compor o discurso e não havia meio de fazê-lo. Ao ver, na margem da estrada, um bosque de pinheiros, imaginou que à sombra deles a inspiração lhe viesse mais prontamente e para lá foi. As aves e as flores, logo que ele começou — “minhas senhoras, meus senhores” — acharam a coisa hedionda, protestaram; e, quando os seus serviçais vieram a encontrá-lo, deram com o sublime subprefeito, sem casaca agaloada, sem chapéu armado, deitado na relva, a fazer versos. Deviam ser bons...

Mas o senhor Aurelino, que ia fazer versos ou coisa parecida no Lago das Fadas, no Excelsior, na gruta Paulo e Virgínia, lá na maravilhosa floresta da Tijuca, deu agora para Fouché caviloso, para Pina Manique ultramontano do Estado, para Trepoff, para inquisidor do candomblé republicano, não hesitando em cercear a liberdade de pensamento e o direito de reunião etc. Tudo isto me fez cair a alma aos pés e fiquei triste com essa transformação do atual chefe de polícia, tanto mais que o seu ofício não está com a verdade, ao afirmar que o maximalismo não tem “uma organização de governo”.

Não é exato. O que é Lênine? O que são os *soviets*? Quem é Trotski? Não é este alguma coisa ministro como aqui foi Rio Branco, com menos poder do que o barão, que fazia o que queria?

Responda, agora, se há ou não organização de governo na Rússia de Lênine. Se é por isso só que implica com o bolchevismo...

Esse ódio ao maximalismo russo que a covardia burguesa tem, na sombra, propagado pelo mundo; essa burguesia cruel e sem coragem, que se embosca atrás de leis, feitas sob a sua inspiração e como capitulação diante do poder do

seu dinheiro; essa burguesia vulpina que apela para a violência pelos seus órgãos mais conspícuos, detestando o maximalismo moscovita, deseja implantar o “trepoffismo”, também moscovita, como razão de Estado; esse ódio — dizia — não se deve aninhar no coração dos que têm meditado sobre a marcha das sociedades humanas. A teimosia dos burgueses só fará adiar a convulsão que será então pior; e eles se lembrem, quando mandam cavilosamente atribuir propósitos iníquos aos seus inimigos, pelos jornais irresponsáveis; lembrem-se que, se dominam até hoje a sociedade, é à custa de muito sangue da nobreza que correu da guilhotina, em 93, na Praça da Grève, em Paris. Atirem a primeira pedra...

Lembro-lhes ainda que, se o maximalismo é russo, se o “trepoffismo” é russo — Vera Zassulitch também é russa...

Agora, vou ler um outro jornal... É o *O País*, de 22, que vai me dar grande prazer com o seu substancioso *leading-article*, bem recheado de uma saborosa sociologia de “revistas”.

Não há nada como a leitura de *revues* ou de *reviews*. Vou mostrar por quê. Lê-se, por exemplo, o nº 23 da *Revue Philosophique*, é-se logo pragmatista; mas dentro de poucos dias, pega-se no fascículo 14 da *Fortnightly Review*, muda-se num instante para o spencerismo.

De modo que uma tal leitura, quer se trate de sociologia, de filosofia, de política, de finanças, dá uma sabedoria muito própria a quem quer sincera e sabiamente ter todas as opiniões oportunas.

O artigo de fundo do *O País*, que citei, fez-me demorar a atenção sobre vários pontos seus que me sugeriram algumas observações.

O articulista diz que a plebe russa estava deteriorada pela *vodka* (aguardente) e as altas classes debilitadas por uma cultura intelectual refinada, por isso o maximalismo obteve vantagens no ex-império dos czares. Nós, porém, brasileiros, continua o jornalista, somos mais sadios, mais equilibrados e as nossas (isto ele não disse) altas classes não têm nenhum refinamento intelectual.

O sábio plumitivo, ao afirmar essas coisas de *vodka*, de “sadio”, de “equilibrado”, a nosso respeito, esqueceu-se que a nossa gente humilde, e mesmo a que não o é totalmente, usa e abusa da “cachaça”, aguardente de cana (explico isto porque talvez ele não saiba), a que é arrastada, já por vício, já pelo desespero da miséria em que vive graças à ganância, à falta de cavalheirismo e sentimento de solidariedade humana do nosso fazendeiro, do usineiro e, sobretudo, do poder oculto desse esotérico Centro Industrial e da demostênica

Associação Comercial, tigres acorados nos juncais, à espera das vítimas para sangrá-las e beber-lhes o sangue quente. Esqueceu-se ainda mais das epidemias de loucura, ou melhor, das manifestações de loucura coletiva (Canudos, na Bahia; *Mukers*, no Rio Grande do Sul etc.); esqueceu-se também do senhor doutor Miguel Pereira (“O Brasil é um vasto hospital”).

Esquecendo-se dessas coisas mezinhas que são do conhecimento de todos, não é de espantar que afirme ser o anarquismo os últimos vestígios da filosofia (não ponho a chapa que lá está) do *Contrato social* de Rousseau.

Pobre Jean-Jacques! Anarquista! Mais esta, hein, meu velho?

Mais adiante, topei com esta frase que fulmina o maximalismo, o anarquismo, o socialismo, como um raio de Zeus Olímpico: “Na placidez estéril do ‘nirvana’ da preguiça universal.”

Creio que foi Taine quem, num estudo sobre o budismo, disse ser difícil à nossa inteligência ocidental bem apreender o que seja “nirvana”. Está-se vendo que o incomparável crítico francês tinha bastante razão...

O profundo articulista acoima de velharias as teorias maximalistas e anarquistas, às quais opõe, como novidade, a surgir do término da guerra, um nietzschismo, para uso dos açambarcadores de tecidos, de açúcar, de carne-seca, de feijão etc. Não trepida, animado pelo seu recente super-humanismo, de chamar de efeminadas as doutrinas dos seus adversários, que vêm para a rua jogar a vida e, se presos, sofrer sabe Deus o quê. Os cautelosos sujeitos que, nestes quatro anos de guerra, graças a manobras indecorosas e inumanas, ganharam mais do que esperavam em vinte, estes é que devem ser viris como os tigres, como as hienas e como os chacais. Eu me lembrei de escrever-lhes as vidas, de compará-las, de fazer com tudo isso uma espécie de Plutarco, já que não posso organizar um jardim zoológico especial com tais feras, bem encarceradas em jaulas bem fortes.

Vou acabar, porque pretendo iniciar o meu Plutarco; mas, ao despedir-me, não posso deixar de ainda lamentar a falta de memória do articulista do *O País* quando se refere à idade de suas teorias. Devia estar lembrado que Nietzsche deixou de escrever em 1881 ou 82; portanto, há quase quarenta anos; enlouqueceu totalmente, tristemente, em 1889; e veio a morrer, se não me falha a memória, em 1897 — por aí assim.

As suas obras, as últimas, têm pelo menos quarenta anos ou foram pensadas há quarenta anos. Não são, para que digamos, lá muito *vient de paraître*. Serão muito pouco mais moças do que as que inspiram os

revolucionários russos... Demais, o que prova a idade de uma obra quanto à verdade ou à mentira que ela pode encerrar? Nada.

Compete-me dizer afinal ao festejado articulista que o Zaratustra, do Nietzsche, dizia que o homem é uma corda estendida entre o animal e o super-humano — uma corda sobre um abismo. Perigoso era atravessá-la; perigoso, ficar no caminho; perigoso, olhar para trás. Cito de cor, mas creio que sem falsear o pensamento.

Tome, pois, o senhor jornalista cuidado com o seu nietzschismo de última hora, a serviço desses nossos grotescos super-homens da política, da finança e da indústria; e não lhe vá acontecer o que se passou com aquele sujeito que logo aprendeu a correr em bicicleta, mas não sabia saltar. E — note bem — ele não corria ou pedalava em cima de uma corda estendida sobre um abismo...

É o que ousou lembrar-lhe desta minha cela ou quarto de hospital, onde passaria toda a minha vida, se não fossem os horrorosos pardais e se o horizonte que eu diviso fosse mais garrido ou imponente.

Publicada em *Bagatelas*

CARTA ABERTA

A.B.C., 14-12-1918

Excelentíssimo senhor conselheiro Rodrigues Alves ou quem suas vezes fizer, na presidência da República.

Quisera bem, Excelentíssimo senhor, que esta fosse de fato lida por Vossa Excelência, conselheiro do ex-Império do Brasil, ex-presidente de província do mesmo Império, ex-ministro de Estado da República dos Estados Unidos do Brasil, ex-presidente de estado federado da mesma República, ex-presidente dessa República etc. etc. Os deuses cumularam Vossa Excelência de felicidades e a minha esperança é que Vossa Excelência se lembre desse dom extraordinário que deles recebeu, para impedir que o poder público se transforme em verdugo dos humildes e desprotegidos.

Tendo exercido tão altos cargos de governo, além dos legislativos que não citei, tanto no atual regímen como no passado; sendo avançado em anos, é de esperar que Vossa Excelência esteja agora possuído de um sábio ceticismo no que toca à apreciação dos homens e dos regímens políticos e que essa flor maravilhosa de bondade e piedade, pelos erros de todos nós, tenha desabrochado no coração de Vossa Excelência e sempre adorne imarcescivelmente os atos e os julgamentos de Vossa Excelência.

Não é, portanto, “chapa” manifestar aqui o meu desejo de que esta encontre Vossa Excelência no gozo da mais perfeita saúde em companhia da Excelentíssima Família, mas... no Catete.

Não há nisso, Excelentíssimo Senhor, nenhum desdém, nem malquerença com Guaratinguetá; mas concordará Vossa Excelência que esta nossa República que se está fazendo tão burguesmente aristocrática não pode permitir que a sua capital seja uma pequena cidade do interior, certamente pitoresca, mas demasiadamente modesta para tão alto destino.

Suponho até que há por aí, Excelentíssimo Senhor Presidente eleito, muitos condes eclesiásticos e Rockefellers das tarifas alfandegárias, muitos descendentes dos cruzados, que não estão contentes com a cidade do Rio de Janeiro para capital do Brasil. Acham-na totalmente imprópria e indigna de tal função.

Na sua peculiar concepção ultramoderna e super-humana da vida, em que tudo é dinheiro, tende para ele e se resolve com ele; em que amor é dinheiro e dinheiro é amizade, lealdade, patriotismo, saber, honestidade; tais cavalheiros, dizia eu, Excelentíssimo Senhor, pensaram ultimamente em alugar, arrendar ou mesmo comprar uma cidade bem *chic*, bem catita, para capital desse feudo brasileiro, cujos habitantes miseráveis eles explorariam de longe com corveias, banalidades, gabelas e outros impostos e dízimos batizados com nomes modernos e canalizados para as suas algibeiras por meios hábeis. Escusado será dizer a Vossa Excelência que o aluguel, o arrendamento ou a compra da cidade em condições seria realizada com o dinheiro do país.

Não me parece que Vossa Excelência tenha tão ingrato pensamento em relação à nossa pátria; mas Vossa Excelência deve deixar Guaratinguetá e vir para o Rio, onde há muita coisa para Vossa Excelência ver e distrair-se com o procurar remédio para sanar as que forem maléficas.

Cochicham por aí que as nossas finanças vão mal; que a nossa situação internacional é melindrosa; que precisamos tratar energicamente do nosso surto econômico etc. etc.

Ouçó falar baixinho de tudo isto; mas não vejo ninguém referir-se ao mal profundo que nos corrói. Corrói-nos, Excelentíssimo Senhor conselheiro, um pendor maldisfarçado para o despotismo da burguesia enriquecida com a guerra, por todos os meios lícitos e ilícitos, honestos e imorais, de mãos dadas com as autoridades públicas e os representantes do povo.

Não são mais os militares que aspiram à ditadura ou a exercem. São os argentários de todos os matizes, banqueiros, especuladores da bolsa, fabricantes de tecidos etc., que, pouco a pouco, a vão exercendo, coagindo, por esta ou aquela forma, os poderes públicos, a satisfazer todos os seus interesses, sem consultar o da população e os dos seus operários e empregados. Vossa Excelência, já pela sua idade, já pelos seus conhecimentos, já pela experiência que deve ter de semelhante gente, certamente, mesmo estando longe, tem observado e registrado tão anômalo fato. O Centro Industrial, por exemplo, o esotérico e cabalístico Centro Industrial, realiza sessões secretíssimas, cujas atas são assinadas, não por indivíduos, mas por firmas de institutos, de sociedades industriais, e expede intimações ao governo que, diante delas, estremece. A Associação Comercial, graças à vaidade de alguns dos seus diretores, aos quais as glórias de Demóstenes e de Cícero não deixam dormir, não se esconde no mistério. Fala alto e grosso e intimida o governo com ameaça de represálias da honrada classe comercial.

Desde Fénelon, há quase três séculos, que sabemos, pelo seu *Discours sur l'inégalité des conditions*, que “*les riches ne sont que les dépositaires des possessions qu'appartiennent à tout le genre humain*”.

Não parece a Vossa Excelência que os nossos homens de Estado deviam saber isto e o mais que se segue, afirmando por completo o pensamento do arcebispo de Cambrai, para não satisfazer as exigências corsarianas que, em nome de uma concepção canibal de propriedade, lhes vão fazendo os argentários, os industriais e os atravessadores de mercadorias de primeira necessidade, em detrimento de todos?

Para mais tarde, ficará a explanação do que acima fica dito. Certamente para breve, mas após a explicação, pois a espero, do articulista do *O País*, de 22 do passado, que acusou Rousseau de anarquista. Aguardo-a e, se ela não vier, eu terei que explicar por que estranhei tal coisa. Isto, porém, não interessa Vossa Excelência e trato de continuar as considerações que vinha fazendo.

Não é, Excelentíssimo Senhor doutor Rodrigues Alves, que o Zé Bezerra, o Cazuya lá do Cabo, deu em berrar aos ouvidos do governo que é produtor e, por isso, quer tal ou qual medida? Apelo para a idade de Vossa Excelência, Senhor Presidente eleito: algum dia Vossa Excelência ouviu dizer que Zé Bezerra produzisse alguma coisa? Só se fossem batatas e, assim mesmo, não seria ele só. Havia de haver algum cristão que o auxiliasse, pois o coronel Cazuya é absolutamente estéril.

Não foi à toa que Spencer, nos seus *Fatos e comentários*, disse que detestava essa concepção de progresso que tem como objetivo o crescimento da população, o aumento da riqueza, a expansão comercial. Só dominando uma tal concepção é que se podia ver com influência, poder e atitude de legislador um Zé Bezerra e outros que tal. Vossa Excelência há de perdoar-me tais expansões, mas os fatos subsequentes aos acontecimentos de 18 do mês passado trouxeram-me tanto fel à alma que, mesmo dirigindo-me a pessoa tão respeitável como Vossa Excelência, eu contenho a minha indignação a muito custo.

Não espere Vossa Excelência que eu venha aqui discutir maximalismo ou anarquismo. Além de ser fora de propósitos, seria indelicado fazê-lo com Vossa Excelência.

Quero também chamar a atenção de Vossa Excelência para o modo de proceder da nossa alta polícia, pois só me referirei a ela, no curso desta missiva, porquanto, Excelentíssimo Senhor, a pequena, a dos humildes guardas etc., é

envenenada, é mal-educada pelo proceder de seus chefes prepotentes, ou que se julgam onipotentes.

Depois do motim de 18, ingênuo que foi, por assim dizer, o gabinete do chefe de polícia se encarregou de mandar publicar nos jornais, como sendo propósitos, objetivos dos rebelados, as mais torpes invenções ou as mais estúpidas que a imaginação dos seus auxiliares criava. A ligeireza proverbial dos nossos grandes jornais, quase todos, por isso ou aquilo, gratos aos grandes burgueses, não as examinou detidamente e espalhou-as aos quatro ventos, servindo as folhas volantes, algumas de boa-fé e outras conscientemente, aos intuitos cavilosos da alta administração policial, que procurava tornar antipática a causa dos operários aos olhos da população. Não é só isso. As crônicas e artigos que apareceram, dias depois, obedeciam todos a um mesmo esquema.

Por essa época, li diversos jornais e verifiquei tal fato. O artigo de fundo do *O País* de 22 é traçado no mesmo plano que vai seguir a crônica de Miguel Melo, na *Gazeta*, a 25; o artigo de Antônio Torres, na mesma *Gazeta*, um ou dois dias depois, caminha nas pegadas do daquele último; o do Senhor Leão Veloso, no *Correio da Manhã*, não se afasta muito da inspiração dos três primeiros...

Se o chefe de polícia, acredite Vossa Excelência, tivesse expedido uma circular a tal respeito, em papel de sua repartição, a obra sairia mais igual, tão somente isso, porque os artigos todos, se não são iguais, são parecidos. Os pontos capitais em que se tocam podem ser reduzidos a quatro:

a) acoimam de estrangeiros os agitadores, que exploram a boa-fé dos operários brasileiros, à custa dos quais vivem sem trabalhar;

b) debocham, com a Ciência do *Bom homem Ricardo* e a profundidade dos julgamentos de Sancho Pança, na ilha de Baratária, as doutrinas e ideias dos amotinados, das quais os autores dos artigos só têm conhecimento pela versão cavilosa dos poderes policiais;

c) exaltam a doçura, a resignação e o patriotismo do operário brasileiro;

d) admitem que os operários têm motivos de queixa, mas que, em vez de fazerem distúrbios, devem esperar serenamente a ação governamental: Código de Trabalho etc. etc.

Ao apreciar tais artigos da forma acima, não quero absolutamente, mesmo em se tratando do *O País*, dar a entender que eles hajam obedecido a impulsos suspeitos, e partidos de uma mesma origem, para se apresentarem assim, aos nossos olhos, com um tão flagrante parentesco. Entre os signatários deles, conheço bem dois e sobre a honestidade de ambos faço o melhor juízo; e dos

dois artigos restantes, um não tem assinatura, o do *O País*, o que não acontece com o do *Correio da Manhã*, não tendo também eu motivo algum para suspeitar da sinceridade dos seus autores.

Atribuo essa semelhança fortuita a outras causas. Vossa Excelência há de me permitir que faça uma pequena digressão.

Além da educação de todos eles, além do misoneísmo fatal e necessário aos jornalistas dos grandes jornais, há, para determinar esse uniforme julgamento deles sobre a agitação dos operários e as teorias que os animaram, o que se pode chamar a ambiência mental da imprensa periódica. Ela é feita com o desconhecimento total do que se passa fora da sua roda, um pouco da política e da dos literatos, determinando esse desconhecimento um desprezo maldisfarçado pelas outras profissões, sobretudo as manuais, e pelo que pode haver de inteligência naqueles que as exercem. Junte-se a isto uma admiração estulta pelos sujeitos premiados, agaloados, condecorados, titulados e as opiniões deles; considere-se ainda as insinuações cavilosas dos espertalhões interessados nisto ou naquilo, que cercam os homens de jornais de falsos carinhos e instilam no seu espírito o que convém às suas transações; leve-se em conta ainda mais que todo o plumitivo tem amor à pilhéria e não perde vaza para fazê-la, mesmo que seja injusta; e, por fim, em certos casos, obrigados pela natureza da profissão, são eles chamados a avançar julgamentos precipitados, improvisados sobre questões de que não conhecem os mais simples elementos. Tudo isso e mais alguns outros aspectos peculiares à vida jornalística formam o que se pode chamar, e eu chamarei, a ambiência intelectual da imprensa quotidiana.

Para os homens de jornal, as nossas ideias de Estado, de direito e propriedade são intangíveis; promanam diretamente de Deus e são inabaláveis. Por deficiência de leitura, de meditação, de reflexão, Excelentíssimo Senhor conselheiro, em geral, os jornalistas não percebem que, no correr das idades, nesta ou naquela parte da Terra, devido a estes ou àqueles fatores, tais ideias se têm revestido de diversos aspectos e formas várias e nada nos garante que as que temos nós atualmente não possam ser modificadas, desde que o seu uso ou abuso venha a mostrar, como está acontecendo, que, longe de serem úteis, são nocivas e prejudiciais à humanidade.

Se os homens de jornal não se deixassem envaidecer com a sua situação pessoal, procurassem reagir contra a ambiência mental da profissão e tivessem estudado um pouco dessas questões sociais que há tanto tempo estão na ordem do dia e preocupam todas as inteligências e os curiosos de coisas espirituais, não

engoliriam os carapetões da polícia e sobre eles não bordariam os seus artigos e crônicas. Talvez não fosse preciso tanto. Bastava que interrogassem habilmente os seus colegas de reportagem policial, para saber qual o espírito que domina os magnatas da tenebrosa repartição da rua dos Inválidos.

A grande preocupação dos delegados e mais graúdos policiais é “mostrar serviço ao chefe” e a grande preocupação do chefe é “mostrar serviço” ao ministro e ao presidente da República. Isto, tanto no que toca àqueles como a este, sem olhar obstáculos, abafando todos os escrúpulos de consciência, seja como for, sofra quem sofrer.

Há uma anedota que bem exprime essa feição mental dos nossos delegados. Peço licença a Vossa Excelência para contá-la.

O bacharel A. P., há anos, era delegado de uma das nossas circunscrições policiais. Certo dia, chega à delegacia e pergunta logo ao comissário:

— Matias, quantos presos estão no xadrez?

— Nenhum, doutor.

Ao receber semelhante resposta, o delegado ficou indignado e pôs-se a esbravejar:

— Como? Nenhum? Que relaxamento é este, seu Matias?

— Mas, doutor...

— Não tem “mas”, não tem nada! Busca aí duas praças e vai arranjar-me pelo menos um preso... É preciso! Se o chefe souber que o xadrez está vazio, o que dirá de mim? Vai...

Esclarecido assim Vossa Excelência sobre a feição psicológica especial à nossa alta polícia, pedia eu a Vossa Excelência que voltasse as vistas para as centenas de pessoas que o Senhor Aurelino anda arrebanhando para os seus cárceres, sob o pretexto de serem anarquistas e conspiradores, acusações que ele não baseia em documento algum, pretendendo, entretanto, atirá-los para Fernando de Noronha ou outro qualquer desterro. Não preciso lembrar a Vossa Excelência que ser anarquista, ter opiniões anarquistas, não é crime algum. A República admite a máxima liberdade de pensamento; e, desde que o anarquista seja pego jogando bombas, dando tiros de revólver, perturbando a ordem, cai no domínio do Código Penal, já não é o anarquista que a polícia tem nas mãos, com o qual ela nada tem a ver; é o malfeitor, o desordeiro, o sedicioso, para quem, neste país com tantas faculdades de Direito e tantos jurisconsultos à matroca, as leis devem cominar penalidades, à vista das provas do crime e depois de julgamento regular. Assim sendo, esperava que o prestígio de Vossa Excelência agisse de tal forma que, estrangeiros e nacionais,

anarquistas ou não anarquistas, mandantes e mandatários, os responsáveis pelos delitos ou crimes do dia 18 de novembro sejam processados regularmente, com os mais amplos meios de defesa, cabendo somente à polícia apresentar os documentos que possui contra eles e não, como ela quer, julgá-los sem defesa e condená-los em segredo, para o que lhe falta competência legal e é perfeitamente imprópria.

Vossa Excelência vem pela segunda vez presidir os destinos do Brasil; Vossa Excelência tem experiência e traquejo de governo; e não deve, creio eu, consentir que empane a longa vida pública de Vossa Excelência a repetição das cenas dantescas do “Satélite”, das deportações para os pantanais do Acre, dos tormentos nas masmorras da ilha das Cobras e de outros fatos assaz republicanos.

Fico perfeitamente crente de que Vossa Excelência não quererá que a República do Brasil venha a substituir no mundo a autocracia russa, com a sua Sibéria e os seus hediondos Trepoffs. Assim seja.

Sou de Vossa Excelência concidadão obediente e respeitador.

Publicada em *Bagatelas*

QUEM SERÁ, AFINAL?

A.B.C., 25-1-1919

Aposentado como estou, com relações muito tênues com o Estado, sinto-me completamente livre e feliz, podendo falar sem reboços sobre tudo o que julgar contrário aos interesses do país. Os parques níqueis que a minha aposentadoria rende dar-me-ão com o que viver, sem ser preciso normalmente escrever pelinescas biografias de figurões, para comprar um par de botinas. Não fora a grave dor doméstica que me ensombra a existência, eu me daria por verdadeiramente feliz e suficientemente experimentado. Tendo passado por diversos meios os mais descontraídos possíveis, eu me julgo conhecedor bastante das coisas deste mundo, para, com os elementos da vida comum, organizar uma outra de meus sonhos, com a qual minore, só no criá-la, a mágoa eterna e impagável que haja talvez em mim e me turve as alegrias íntimas.

Esperava desde muito estes dias de completa liberdade, de independência quase total, para poder dizer da minha pobreza a franca verdade aos poderosos e ricos que assim se fizeram por toda a sorte de maneiras, honestas e desonestas. Hei de dizer-lhes aos poucos...

Durante os 15 para os 16 anos em que guardei as conveniências da minha situação burocrática, comprimi muito a custo a minha indignação e houve mesmo momentos em que ela, desta ou daquela forma, arrebentou.

Muitas atitudes minhas, incompreensíveis aos olhos desses fariseus por aí, vinham do angustioso recalque dos ímpetos de minha alma e da obrigação em que estava, de dizer pela metade aquilo que eu podia dizer totalmente.

De boa ou má-fé, estupidamente ou generosamente, aqui e ali, fui tomado ou sou tomado por doido; e a polícia, onde abundam os Esquiróis de várias categorias e ordenados, julgou-se já nas suas atribuições de me classificar como tal. As leis do Brasil são feitas para não serem cumpridas...

Compreendo perfeitamente esse estado de espírito policial ou costumeiro, à vista da carestia da vida e da necessidade em que está o literato que quer ter fama de não dizer nada, andar bem-vestido e fazer parte da corte de algum Cunhambemba político. Não sou desse figurino e sei que irrita os altos

espíritos dos manequins intelectuais, quando me veem o nome com qualquer apelido literário. Adivinho o que eles dizem; e os melhores, os de bofes menos maus, hão de refletir assim consigo mesmo: “Este Barreto é louco! Dizem que escreve alguma coisa engraçada... Por que é que ele não faz como F.? F. era amigo de E., que o meteu na Repartição do Cadastro e, em pouco, foi chefe de seção. É doido, há dúvida!”

Um pobre-diabo, que tais coisas considerou, pensava que “escrever alguma coisa engraçada” é fazer concurso para amanuense, sem saber que isto eu já tinha feito, muito digna e lealmente, quando ele se lembrou piedosamente de mim. Obrigado.

Um outro diria, ao saber da minha situação burocrática:

— Por que o Barreto não entra para um jornal? Ele iria longe, ganharia dinheiro etc.

Destes e de outros comentários, cortei uma parte, não por vexame, mas por consideração ao leitor. Não se esqueçam de que tenho para mim que falta confessada é meia falta.

Não me aborreceria com essas considerações a meu respeito se elas não envolvessem duas coisas: a loucura e a calúnia à literatura.

Não nego que tenha neste ou naquele momento ou dia dado sinais de loucura; mas, como eu e, mais permanentemente, muitos homens aos quais nem por sombra me quero comparar têm dado, o que não obsta de até hoje ensinarem a todos nós coisas excepcionais.

Imagino um Pascal sem a sua irmã M^{me} Périer, a braços com a psiquiatria do senhor Aurelino, do seu edificante Celso Vieira, do seu apressado gabinete médico-legal, onde iria parar?

Nunca me importei com o emprego em que fui aposentado; mas a minha situação de filho, diante da de meu pai, e o meu cavalheirismo unicamente, porque não tenho nenhuma obrigação legal, pediam-me que me fosse mantendo nele, para ter “o tal certo” da covardia moral e intelectual da nossa gente, contra a minha própria consciência.

Tendo provocado todos esses poderosos ou *simile* poderosos que há em todos os desvãos desta cidade e sendo um péssimo funcionário público, uma das minhas absorventes cogitações era esperar toda a manhã ler nos jornais o decreto da minha demissão. A incerteza alanceia...

Quando pessoas muito chegadas a mim, ao saber, por exemplo, que tinha acusado o gracioso Hélio Lobo de imprimir a sua mofina literatura à custa do governo, vinham a mim assustadas e diziam: “Você está mexendo com o

Hélio!... Ele está no gabinete do Presidente... Você está doido! Deixe disso!...” — não imaginam como tal coisa me aborrecia. Que toda a gente dissesse isso, vá! Mas, na boca dos parentes, era de oprimir, mostrando eles desejo de anular-me ou de querer que eu fosse aí uma espécie de “*lulu* da Pomerânia” das letras.

Cabe aqui uma observação: o povo do Brasil tem a concepção de que os poderosos são governados pelas suas próprias vontades, daí talvez a tendência deles em ter em pouca conta as disposições de lei. A gente miúda do Brasil admite tacitamente o sultanismo... Isto, porém, não vem ao caso. Vamos adiante.

Cada um vê o seu abismo; e, se não sou Pascal, não sou também um indigente ou um desclassificado, para que a polícia do Rio de Janeiro me tome, devido a isto ou àquilo, como doido e me faça recolher ao hospício, como se o casarão da Praia das Saudades fosse uma prisão doméstica e como se nós as tivéssemos na nossa legislação.

Uma apreensão... Continuo, para verem como era dolorosa. Meus parentes são sem valimento e os meus amigos são fracos; mas não preciso incomodar nem uns nem outros para pôr-me a coberto de uma estúpida violência policial dessa ordem, porquanto tenho “ficha” muito legal no estado. Fui funcionário público e agora o sou aposentado; e, conforme as leis atuais, nesse negócio de loucura minha, tenho eu pai vivo e não sendo indigente, só ele e unicamente ele, por ser eu solteiro, é que tem direito de intervir nele.

A provável intromissão indébita da polícia em coisas de minha vida doméstica, assim considerada pelas leis, e para a qual ela não tem competência legal absolutamente, era para mim um foco de desgostos e de ralação.

Abusando da inexperiência de minha irmã nessas coisas de lei e da simplicidade e também ignorância dos meus irmãos, não faltava malvado aí que não lhes aconselhasse tal intromissão para a qual também eles, os meus irmãos, eram insuficientes legalmente e para o julgamento do meu estado por não sobrar, em uma, sentimento da atividade que me absorvera, em outros, desenvolvimento mental e a instrução necessária. Serviam, sem querer, aos que me queriam desacreditar...

Se no mar de mágoas íntimas em que bracejo desde a minha maioridade alguma felicidade Deus ainda me quizer dar, é não permitir, por coisa alguma, que tenha eu negócios com a polícia, até a minha morte. Posso dizer, com orgulho agora que já vivo em meio dela, que a minha vida é limpa, apesar de ter sofrido as maiores dificuldades e também grandes tentações...

A loucura em si é uma grandiosa e sagrada desgraça, e não a quero em mim assessorada senão pela sincera piedade dos que me estimaram por mim mesmo.

Respeitem a minha desgraça, se, de fato, eu vier, um dia, a cair nela! E espero com muita fé que, se tal acontecer, não será inteiramente total, para que não possa eu tomar o caminho da sepultura dos vivos que é também a dos sonhos dos que não quiseram se esquecer dos outros, nem nos dias fastos nem nos nefastos, apesar de terem podido conseguir a falsa felicidade dos vulgares...

O doutor Juliano Moreira é uma excelente e boa pessoa; e não mete medo aos homens como eu, pois ele os estudou e lhes adivinha as dores.

Os comentadores, porém, não ficaram nisso e caluniaram-me, a mim e à literatura.

Julgaram eles que eu a fazia assim como o mariquinhas do Hélió, para arranjar promoções eletricamente, ajudas de custo ou, como outros, propinas e gorjetas de figurões políticos. Nunca, na minha vida, tentei coisa mais desinteressada do que o escrever as minhas confusas emoções e pobres julgamentos; e nunca esperei desse meu ato senão aquilo que, entre nós, a literatura pode dar dignamente, limpamente. A fortuna, eu a deixei para os outros.

Não foi jamais minha esperança obter com as letras dinheiro, posição ou o quer que fosse fora do que é o objetivo delas, normalmente. Conhecia caminhos menos árduos; e, antes de 16 anos, encetei um conveniente... Uma vez ainda declaro que, fazendo literatura, não espero fortuna, nem empregos; e não se incomodem com o meu esbodegado vestuário, porque ele é a minha elegância e a minha *pose*.

Barras viu *sans-culottes* mais relaxados e sujos do que eu, que acabaram muito elegantes barões e prefeitos do Império de Josefina e Napoleão. Por aí não pega o carro...

Era caso, caro leitor, de pedir desculpa por este desabafo pessoal, mas precisava eu fazê-lo da forma mais pública possível, para aliviar-me de uma grande opressão.

La plaie du coeur est le silence... Adiante.

Entre as muitas coisas que os surpreendentes espíritos das minhas relações acharam em mim como prova de loucura, foi ter eu em começos do ano passado protestado, e até por escrito, perante o presidente da República, contra o embarque de sacerdotes católicos na nossa “Invencível Armada” que ia tomar parte nas guerras da Europa.

Um dos jornais desta capital que, sangrando-se em saúde, mais veementemente aconselhou e defendeu essa providência belicosa, propugnada pelas damas do Sagrado Coração de Jesus, foi o *Correio da Manhã*.

Não tenho à mão as edições, mas são fáceis de achar, para lhes dar os termos em que o referido jornal julgava a hospedagem dos padres e frades a bordo de navios de guerra nacionais como coisa perfeitamente legal e constitucional.

De antemão, como sempre, acoimava de intolerantes os que se opusessem a essa manifestação clerical dos poderes públicos, como se houvesse intolerância no querer o respeito à Constituição e como se a Igreja Católica, à vista do seu passado, pudesse apelar para a tolerância que nunca foi das suas virtudes.

Alguns conhecidos, porque eu não tinha um colarinho assim, tacharam-me de doido, maluco, por ter escrito ao presidente da República, embora a Constituição (Art. 72, § 9) me permitisse isso e não exigisse que eu ou outro cidadão andasse tão bem-vestido quanto o senador Lopes Gonçalves para protestar, em nome da lei.

Lera eu simplesmente a Constituição e não vira tal exigência lá. Lera-a eu toda; e, até, este § 7 do mesmo artigo 72, quase me ficara de cor:

§ 7º — Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência, ou aliança com o Governo da União ou dos estados.

As nossas leis são tão claras, dizem tão bem o que elas querem, que, em geral, precisam de comentadores sábios e autorizados para explicá-las melhor, embora ninguém possa alegar ignorância da lei em sua defesa.

O artigo de lei acima, ou parágrafo, como quiserem, creio não ser daqueles que precisam de juriconsultos de mérito para ser entendido. Qualquer um que saiba ler e escrever está apto a entendê-lo; entretanto, a manha fradesca achou para ele um comentário feminino que lhe servia aos desígnios ocultos, e embarcou um capelão na fração da esquadra nacional em operações de guerra.

Passam-se os dias, e leio agora, no mesmo jornal que defendeu o alistamento de sacerdotes católicos para oficiais a bordo desses navios de guerra nacionais, o seguinte, na sua edição de 9 do mês de janeiro corrente, segunda página, a propósito da situação dos cirurgiões-dentistas nas nossas forças armadas:

Vem a propósito lembrar que é esta magnífica oportunidade para ser reformado também, e devidamente ampliado, o quadro dos dentistas, que entre nós, tanto no Exército como na Marinha, tem sido relegado para um plano quase que humilhanamente inferior. Na Marinha, os dentistas não têm nenhuma espécie de garantias, nem mesmo quando tenham de seguir para a guerra, como sucedeu quando partiu para os mares europeus a divisão naval brasileira, da qual fez parte um capelão com a patente de capitão-tenente com respectivos vencimentos em ouro, e um dentista... sem ter direito a coisa alguma, nem mesmo, legalmente, ao soldo!

Não comento e não faço consideração alguma. Em uma terra em que os seus mais altos poderes políticos e administrativos violam tão claramente a sua lei máxima, a que todos, inclusive eles, devem obedecer, é perigoso reclamar alguma coisa, fazer crítica, a menos que se tenha entre o poder deles e a nossa vida e liberdade, de permeio, o Oceano. Vou ganhando prudência...

Mas, ao jornal, que, em menos de um ano, dá tão palpáveis mostras de ter mudado de opinião, é caso de perguntar, a ele ou aos seus semelhantes:

— Quem será o maluco? Quem será, afinal?

Não há nada como rir-se por último...

Publicada em *Bagatelas*

SÃO CAPAZES DE TUDO...

A.B.C., 11-1-1919

“E quando ouvirdes falar de guerras, e de tumultos, não vos assusteis: estas coisas sim devem suceder primeiro, mas não será logo o fim.”

São Lucas

Felizmente, agora pode-se falar com certa liberdade da guerra que findou, sem incorrer nas iras do governo nem provocar as censuras do patriotismo ardente do senhor João Laje.

Tem sempre as primeiras e nunca quis que, clara ou tacitamente, o senhor João Laje do Charuto, pela boca alcídica dos seus sociólogos contratados, fosse levado a lançar-me a excomunhão maior do alto do seu sólio de papa do patriotismo brasileiro.

Nunca fui patriota; mas, para a segurança da minha vida e ter a liberdade que ainda os magnatas concedem a todos, de andar pelas ruas da cidade, durante os quatro anos de guerra, se não fiz alarde de um patriotismo falso, nada disse que pudesse melindrar os iniciados na religião da pátria que oficiam no casarão da rua Larga ou nas colunas dos jornais.

No começo da contenda europeia, dei a minha adesão à Liga pelos Aliados; mas, desde que ela desandou, aproveitando-se da simplicidade de muitos e da cumplicidade de alguns, em escritório de anúncios de carnes frigorificadas e outros gêneros de primeira necessidade, julguei do meu dever não dar mais nenhuma palavra de apoio a semelhante instituição que, quando não era quarta página de jornal, se transformava em sociedade musical e dançante ou em clube dramático, recreativo e literário.

Não sendo patriota, querendo mesmo o enfraquecimento do sentimento de pátria, sentimento exclusivista e mesmo agressivo, para permitir o fortalecimento de um maior que abrangesse, com a Terra, toda a espécie humana, desejei muito a derrota da Alemanha, que, sempre retardada politicamente, era ainda a região do globo onde a superstição patriótica se havia quintessenciado com um aparelho guerreiro levado à máxima perfeição, graças

às características do povo e às aptidões do seu pensamento, para as pesquisas especializadas e demorados trabalhos que exigem paciência na inteligência.

A queda da Alemanha representava para mim um golpe dado no “patriotismo”, que, tendo sido um sentimento fecundo em outras épocas, hoje não era mais do que um instrumento nas mãos dos burgueses para dominar as massas e explorar toda a terra em seu proveito, matando a rodo com outras mãos, saqueando, acumulando riquezas como nunca tirano asiático pôde ter.

Julgava, então, que os adversários da Alemanha não se deixassem explorar pelos corvos da finança, da indústria e do comércio, mas bem cedo eu vi que me enganava.

O próprio Brasil, que, por prudência, se devia ter mantido neutro na contenda, embebedou-se com discursseiras, deixou a sua filosofia bonancheirona de matuto e meteu-se na guerra para tomar os navios mercantes alemães, passá-los a outras mãos, vender café, a fim de dar lucros e comissões avultadas a certos espertalhões fartos que chamam todos os mais de vagabundos.

Demais, não podia continuar a dar o insignificante apoio do meu nome a uma associação, a tal Liga, quando os Estados Unidos da América do Norte entraram na guerra, com aquela arrogância e ares de mata-mouros que lhes são próprios.

Desprezando, por ora, todas as razões de ordem pessoal que julgo sinceramente e perfeitamente legítimas, os meus motivos para detestar semelhante país eram os mesmos que eu tinha para querer o aniquilamento político da Alemanha.

A sua vaidade patriótica, os seus processos cavilosos e dúplices com os mais fracos, o seu amor ao *Kolossal*, a sua estúpida concepção de domínio político ao jeito do defunto Império Romano, a meus olhos, faziam da República de Washington um equivalente americano da Germânia de Bismarck.

A guerra, com a entrada deles, deixava de ter para mim a significação de um imenso sacrifício doloroso para atingirmos tempos melhores, passando a ser uma guerra como todas as outras.

O Brasil, então, como sempre o Brasil republicano, tratou logo de desmanchar-se em zumbaias covardes à megatérica organização política do norte do continente.

Quebrou a sua neutralidade, sem nenhuma justificativa, em favor dos americanos e do seu almirante Caperton, que, segundo a *Revista Americana*,

possui na Marinha dos Estados Unidos a triste especialidade de interventor nas nossas pobres repúblicas mais ou menos escuras.

Em seguida, sempre a reboque da América do Norte, declarou guerra à Alemanha, tomou-lhes os navios mercantes etc. etc.; e não arranjou dinheiro.

Falo, sem temor, dessas coisas da política internacional porque conheço o estofo dos pedantes que a querem fazer coisa transcendente. Eles o que pretendem é tapar o sol com uma peneira; e, nesse caso dos Estados Unidos, disfarçar a sua falta de hombridade, de decoro, de vergonha, de orgulho, com um palavreado oco e parlapatão. Não há livros verdes ou de todas as cores do arco-íris que possam negar a triste e ignominiosa verdade de que o Brasil é e está sendo caudatário desavergonhado da América do Norte.

Nunca foi dos nossos hábitos administrativos dar essas denominações coloridas aos nossos relatórios ministeriais; mas, desde que o senhor Rio Branco ou Silva Paranhos meteu-se no Itamarati, o Brasil se “endomingou”, tomou atitudes escolhidas, assim como o copeiro do meu estimável confrade Ataulfo de Paiva faz, com o auxílio das roupas que lhe dá o desembargador, quando vai ver as crioulas, no circo, pelas tardes dos dias de descanso semanal.

Já disse Rui Barbosa que não é certo chamar chanceler o ministro do Exterior. Consultei eu dicionários e fiquei convencido de que há nisso grande bobagem. O Itamarati, porém, nada enxerga dentro do Brasil, nem mesmo as coisas elementares da língua que deve falar. Ele faz e desfaz “as diplomacias da Lua”; e é bem possível que o tal livro verde seja simplesmente pardo.

Não é, porém, ocasião para analisar as coisas do antigo palácio do Menino de Ouro, com o senhor Domício da Gama, o das “Meias-Tintas”, ou sem ele. É assunto para mais tarde, tanto mais que ainda não lhes disse a que vieram essas considerações.

Li há dias que, numa cidade extrema do Norte, a sua população, como prova de reprovação ao ato do governo não nomeando Rui Barbosa para a conferência de Versailles, organizou uma procissão de desagravo em que figuravam o retrato desse eminente homem público nacional, do marechal Foch (está faltando o “d” “e” “de”) e de Wilson.

Não tenho nada a reparar que os meus concidadãos de tão longínquas paragens tenham em grande conta os dois primeiros homens; mas o terceiro — por quê?

Nós, os brasileiros, temos muito poucas informações do que é a política dos Estados Unidos. Supomos que Wilson seja assim um homem do *Poder da vontade* que chegou até a posição em que está, pelo seu único esforço. Em

outros países, é possível isto; porém, nos Estados Unidos, mais do que em nenhum outro, a coisa é impossível. A política lá é negócio e os representantes políticos da nação, se não são homens de negócio, representam tais homens. Uma eleição custa fortunas e só sindicatos de argentários podem custeá-las.

Wilson ou outro qualquer, quando fala bonito do alto daquele Capitólio Pele-Vermelha, representa um *trust* financeiro ou o que quer que seja, e julga os interesses do mundo através do prisma dos interesses desse *trust*. Não há nada de ideológico nas suas palavras ou, melhor, nas suas intenções. Ele doura a pílula unicamente e é todo atual e interesseiro como os vendedores da pomada vienense, ali, na rua do Ouvidor.

Certamente, tendo tais intuitos de *réclame* literário, os políticos negociastas americanos não iriam pôr na Casa Branca um sujeito que não soubesse perorar, que não conhecesse a arte de enfeitar lugares-comuns e fosse dizer aos seus patrícios e aos estrangeiros que o que eles querem é ganhar dinheiro, enfraquecer os outros povos e sangrá-los. Procuram um bom discursador porque, apesar de sermos um país de oradores, os americanos práticos, mais do que nós outros, dão tudo por um discursozinho.

Wilson, portanto, deitando essas discurseiras filantrópicas pelo mundo, não está senão fazendo propaganda de alguma marca de máquinas de escrever ou preparando terreno para aumentar o território do seu país.

É dos nossos dias os generosos propósitos *yankees* com relação a Cuba. Vimos como a América do Norte promoveu traiçoeiramente a guerra com a Espanha; vimos como ela a derrotou; vimos como se apoderou de Porto Rico e das Filipinas; e estamos vendo o que é a independência de Cuba! E o Havaí?

Nós, porém, nos julgamos privilegiados e imunes de semelhantes favores. Batemos palmas aos americanos, damos-lhes bailes, enquanto eles não nos oferecem mais belos, mais grandiosos e estrambóticos, em palácios faraônicos que hão de construir nos nossos recantos pitorescos ou nos fazem descer dos bondes de primeira classe. País feliz...

Eduardo Prado escreveu documentadamente a *Ilusão americana*. Floriano apreendeu-lhe a primeira edição, visando “interpor-se entre o escritor e o seu escasso público”. Não foi ele que se interpôs. Foi a tolice nacional, a falta de visão de todos nós, a incapacidade de fazermos um julgamento por nós mesmos e a necessidade de irmos buscá-los nos nossos grandes jornais sem sinceridade e independência.

Se lêssemos os autores corajosos, sinceros e honestos, veríamos bem que os processos políticos dos Estados Unidos são os mais ignóbeis possíveis; que eles

têm por todos nós um desprezo rancoroso e humilhante; que quando falam em liberdade, em paz e outras coisas bonitas, é porque premeditam alguma ladroeira ou opressão. Menos cavalheiros que a Alemanha, enchem-se de disfarces...

Para finalizar, vale a pena lembrar a guerra do México, não esquecendo que os Estados Unidos se opuseram oficialmente, *oficialmente*, durante muito tempo, a que a Espanha fizesse a emancipação da escravatura em Cuba.

Sobre a guerra do México, diz Eduardo Prado, na sua *Ilusão americana*:

A má-fé do governo de Washington começou com a questão do Texas. Fomentou quanto pôde a revolta daquele território, animando-o a separar-se do México, para mais depressa absorvê-lo, e depois declarou a guerra ao México, verdadeira guerra de conquista, humilhou aquela república até ao extremo e arrebatou-lhe a metade do seu território. Ó fraternidade!

O que, entretanto, Eduardo Prado não diz, mas se pode ler nos *Études Morales et Politiques*, de E. Laboulaye, é o verdadeiro fito dessa guerra criminosa. Os estados do sul dos Estados Unidos, escravagistas, temendo perder a maioria que tinham no Senado americano, fomentaram a insurreição do Texas, que foi afinal anexado aos Estados Unidos, dividido em estados, dando estes ao Senado representantes perfeitamente escravocratas. Não havia, portanto, perigo de passar nenhuma lei que acabasse com a escravidão; mas, não contentes com isso, conseguiram que a União declarasse a guerra, para obter mais territórios e, vencedores, restabeleceram a escravidão onde o governo do pobre México já a tinha abolido desde muito. Eis aí o que foi a guerra do México. Parece incrível; mas não é e nem parecerá sê-lo quando se sabe que os “sociólogos” americanos daquelas épocas foram buscar no Novo Testamento base para justificar a escravidão. Sabem onde? Na tocante epístola de São Paulo a Filêmon. Eles são capazes de tudo...

Publicada em *Bagatelas*

O NOSSO “IANQUISMO”

Revista Contemporânea, 23-3-1919

No último número publicado da excelente *Revista do Brasil*, de São Paulo, o senhor Breno Ferraz do Amaral faz um estudo algo apaixonado, entre os Estados Unidos e o Brasil. O artigo chama-se mesmo: “Um confronto infeliz”. Eu o li com todo o cuidado e interesse que sempre me merecem as publicações daquela revista e a sua leitura mais uma vez me convenceu que, sob este ou aquele aspecto, com estas e outras considerações, todos nós devemos combater essa ingênua tolice dos nossos sociólogos *ad hoc*, e esportivos que nos aconselham a imitar a monstruosa República da América do Norte, até o ponto de levar-nos a sermos, como depois de Rio Branco somos, um disfarçado protetorado dela, situação que chegou à sua culminância atualmente, com o *right honorable* Meia-Tinta no Itamarati.

Nós só vemos dos Estados Unidos o verso, não vemos o reverso ou o avesso; e este é repugnante, vil e horroroso. Houve mesmo quem descrevesse e sinto não ter aqui o livro para transcrever algumas das suas páginas edificantes.

Por mera imitação daquela aglomeração humana, enchamos o Rio de Janeiro de descabelados sobrados insolentes, de cinco e seis andares, com uma base relativamente insignificante, verdadeiras torres, a esmagar os sobradinhos humildes dos tempos do Império, com os seus dois andares acanhados e decentes. Uma cidade como a nossa, semeada de colinas pitorescas, arborizadas ou não, que formam o seu verdadeiro encanto, se se seguirem tais construções, em breve ela perderá os seus horizontes originais e ficará como qualquer outra.

Condições particulares de sua topografia obrigaram a cidade de Nova Iorque a apelar para esses estafermos de inúmeros pisos; e não se verificando elas na nossa, antes pelo contrário, não tínhamos necessidade de enfear o Rio de Janeiro, com construções que a sua natureza repele.

O fundo do espírito americano é a brutalidade, o monstruoso, o arquigigantesco. Ele não tem o sentimento das proporções que toda a criação humana deve guardar, com o próprio homem. Desde que não sintamos essas proporções; desde que não possamos perceber uma relação oculta conosco e com as nossas forças normais, não sei como se pode achar beleza de um

monumento, edifício, enfim, de uma civilização; e o sentimento que ela pode inspirar será de esmagamento e de opressão, sensações muito opostas à de beleza que é suave e macia.

Eduardo Prado, na sua imortal *Ilusão americana*, dá bem uma imagem disso, quando vê, ao entrar no porto de Nova Iorque, um mestiço com sangue de asteca e tolteca olhar assombrado aquela confusão diabólica, parecendo pensar um instante na conquista daquele inferno, mas, depois, considera bem alto que, unicamente, com os apitos, eles, os de Nova Iorque, conseguiriam ensurdecê-los, e derrotá-los, os seus patrícios de Guatemala ou alhures.

Nós não estamos ficando surdos com as coisas americanas, mas estamos ficando cegos; e, na clássica imagem, somos como as mariposas que a luz atrai, para matá-las.

Não temos o bom senso de repelir os grosseiros e megatéricos ideais americanos e ficar nós mesmos. O mundo não é sempre o mesmo, embora a sua substância possa ser uma e única; e os homens, portanto, não o podem ser e devem variar com ele.

Substituir o ideal coletivo que é espontaneamente o nosso, por um outro que vai de encontro à nossa mentalidade e ao nosso temperamento, é suicidar-nos.

A fascinação do modelo estrangeiro, como ensina Gaultier, no seu curioso *Bovarismo*, entra sempre em algum grau na formação de qualquer sociedade, mas, para ser útil e progressiva, não deve substituir inteiramente o modelo próprio e ancestral.

Não é possível que, tomando hoje uma aparência, amanhã outra, depois aquela outra, haja quem deseje que sejamos afinal o brutamente americano.

Um jornal libertário de São Paulo, *A Plebe*, que os seus editores têm a bondade de enviar-me, conta, em sua edição de 15 de março, vários fatos, denunciadores da ferocidade brutal a que atingem nos Estados Unidos as lutas de partidos. Toda a gente está disposta a supô-los o país mais livre do mundo, com o povo mais tolerante do orbe; mas vejam só estes casos:

“Cavalheiros da Liberdade” ou da “Colômbia”, é uma sociedade nos moldes da “Mão Negra”, composta de burgueses e políticos, mancomunados com Wilson e a sua matilha de flibusteiros fardados.

Esses indivíduos, assim protegidos e organizados, cometem toda a sorte de monstruosidades, e uma das mais repugnantes passou-se a 7 de agosto de 1917, em West Montana, em que foi vítima Frenp Litz, enforcado por questões de pensamento.

No mesmo ano, outra proeza semelhante foi perpetrada ali: 16 trabalhadores, que se rebelaram contra o egoísmo e a exploração patronais, foram levados para o campo, despojados do vestuário e, depois de os cobrirem com alcatrão e de lhes encherem o corpo com penas, soltos no meio do mato, onde 12 deles acabaram por perecer vítimas das mais revoltantes torturas e sofrimentos.

Mais adiante o mesmo jornal conta:

Em Leatle Vanch, os “Cavalheiros da Liberdade” penetraram numa reunião operária e prenderam trezentos circunstantes, a quem despojaram de todo o dinheiro e objetos de valor, fazendo por último uma fogueira do mobiliário existente na casa.

Em Pattersons, os mesmos sicários legais assaltaram as oficinas e a redação do jornal *Era Nova*, manietaram os redatores, roubaram quanto lhes aprouve e, em seguida, lançaram fogo no edifício.

Em Washington, com a ajuda da polícia, privaram da liberdade 1.128 operários, por protestarem contra a guerra num comício-monstro, soltando-os unicamente ao cabo de várias e persistentes reclamações das classes organizadas.

Em Chussmas, assaltaram o jornal *Crônica Subversiva*, prenderam os redatores e queimaram a sede da sua redação. Igual banditismo foi praticado, em Boston, contra *O Proletário*, em Brooklin, contra *La Aristora*; e, em Chicago, contra a *Solidariedade*.

Agora, *mot de la fin*:

E, para remate de tanta pouca-vergonha, aos filhos das nações aliadas que não possuíssem quatrocentos dólares, para os fins exigidos, eram mandados para os países dos seus progenitores, a fim de serem utilizados na horrível carnificina.

Quem leu a *Ilusão americana* sabe perfeitamente que não é de hoje que existe “no país mais livre do mundo” essas “grandes companhias” de bandidos, que se alugam aos grandes industriais e capitalistas, para reprimir greves e agitações operárias, empregando as maiores crueldades. A “Pinkerton” é célebre no mundo inteiro.

Nas nossas guerras civis, nas nossas lutas políticas de aldeia, há muita crueldade, mas não há dessas repressões operadas por homens que são a elas levados a executar mediante um salário mais ou menos avultado. Não os move senão dinheiro.

Em geral, em todas as suas manifestações, quer normais, quer anormais, o americano denuncia e define o espírito burguês. Entendo por isso aquele em

que o amor, a adoração, a dominação pelo dinheiro, mais que outro móvel de qualquer ordem, impera e conduz. Esse amor, essa fascinação levam-no aos grandes *trusts* de uma ousadia cega de conquistadores da lenda e aos grandes roubos, à mão armada, nos carros de caminho de ferro, assaltados em movimento, por bandidos mascarados, pistola em punho, *hands up*, enquanto as algibeiras e *valises* são saqueadas, e os prudentes passageiros ficam sossegadinhos, preferindo perder dinheiro a morrer.

Possuidores de um território imensamente rico, sobretudo rico dos produtos naturais que são hoje, depois da invenção da máquina a vapor, a base da nossa vida, orientados para esse ideal de riqueza, não era possível que deixassem os Estados Unidos de ser o que são hoje. Lá, as riquezas naturais existem, são aproveitadas e não são como as nossas, que a gente chega a duvidar da sua existência. Essa história do nosso carvão é uma delas; e uma pessoa que pensa por si, vendo as explicações, as idas e vindas, as parologas dos sábios sobre eles, só tem que concluir que ele não é aproveitável ou não vale nada, ou não existe e é um “paco”, um “conto do vigário”. O mais é embromação...

Um país, como os Estados Unidos, que possui a região fantasticamente rica de Pittsburg, não podia deixar de ter uma grande predominância nos nossos dias em que o aço, o ferro e o carvão de pedra figuram em todos os utensílios, em todas as máquinas e construções, que a nossa vida individual, por mais elementar que ela seja, exige a intromissão deles, ostensiva ou ocultamente.

Numa zona relativamente restrita, como a de Pittsburg, encontram-se carvão de pedra, em campos infinitos e à flor da terra, ferro, petróleo e um gás natural, que é captado e pode ser levado por encanamentos às usinas.

Sem negar as qualidades do indivíduo americano, é bem de ver que as produções do seu solo e mesmo a sua topografia, permitiram que os Estados Unidos, no século do vapor, no século por excelência do ferro, do carvão de pedra, com as concepções burguesas da livre concorrência, da liberdade de trabalho, da vida como luta, viessem ser a mais alta expressão do espírito burguês, vencedor na humanidade, com a Revolução Francesa: *Make money, honestly if you can; but make money...*

Em geral, esse espírito é caracterizado pela fé de que tudo se pode obter com dinheiro, e o que ele dá tem tanto sabor, ou mais, como se fosse obtido de outro jeito. Não há consideração de tempo, de moral, de nada — é com dinheiro!

Jules Huret, na sua viagem aos Estados Unidos, conta uma singular visita a M^{me} Mackay, mulher do rei dos telégrafos, portanto rainha. Huret descreve a visita, pondo mais cor no seu estilo de repórter, que quase sempre é um desenho apressado, um *croquis*. A hospedeira, de algum modo, colaborou com ele e não houve a perturbar a boa emoção da partida a presença do ativíssimo marido, que andava a estender fios elétricos no interior, para ganhar mais um milhão de dólares — uma migalha!

M^{me} Mackay, que é, ou era, artista e também *authoress*, dá-lhe pessoalmente detalhes de suas alfaias e dos caprichos com que elas foram obtidas, com as minúcias de catálogo. A banheira é cavada em um bloco colossal de mármore italiano; mas, conta, duas se haviam partido, quando viajavam da Itália para New York.

Está aí o burguês e o seu gosto; entretanto, a Maria Antonieta dos telégrafos possui uma cabana bem rústica, construída sobre a borda de um morro, que cai a pique, num precipício, onde a solidão é completa e onde ela ama e escreve: “*C’est là que je viens tous les jours écrire; là seulement je suis heureuse.*”

Foi assim que a riquíssima e, por isso mesmo, bela Mrs. Clarence Mackay falou ao redator do *Figaro*, que não nos quis informar se ela suspirou e pensou na guilhotina revolucionária. Publicou ou fez representar uma peça teatral.

O seu drama é tudo o que há de mais oposto à sua situação social, as ideias condutoras com que a sociedade a levou a figurar, por aluguel, de grande dama do século XVIII. Ela faz literatura de literatura, naturalmente de edições caríssimas. Há, nele, monges, revoltas íntimas, nevoentas dissertações, raptos líricos, Heloísa e Abélard — “*thème de l’amour libre, de la supériorité de l’amour intégral sur l’amour platonique*”, diz o jornalista viajante.

E essa grande burguesa, cheia de milhões e milhões, ainda há bem pouco, na sua ancestralidade, a comer, por único jantar, batatas cozidas numa humilde cabana dos campos na Irlanda, pensava que os sacos de dólares fariam dela um Shakespeare, que não tinha na biblioteca senão edições baratas do Plutarco e dos romancistas italianos. Se não foi pateada foi porque representou num salãozinho, muito a contragosto dos seus parentes milionários, que deviam querer ver a sua obra gritada, berrada, num palco de duzentos metros de boca e com a assistência de um milhão de espectadores, pagos à farta para terem muito entusiasmo.

A crença no todo-poderio do dinheiro, que entre nós se apossou, primeiramente de São Paulo, o que foi notado por Alberto Torres, não sei em

que lugar, vai avassalando todo o Brasil, matando as nossas boas qualidades de desprendimento, de doçura e generosidade, de modéstia nos gostos e nos prazeres, emprestando-nos, em troca, uma dureza com os humildes, com os inferiores, com os desgraçados, com tolas e infundadas superstições de raça, de classe etc., nesta época de grandes e justas reivindicações, ameaça-nos de morte, ou senão, de grandes lutas, sangrentas. Vou ler o Laboulaye — *Études Morales et Politiques* — tendo, porém, fé que as lutas, antes daqui estalarem, terão reduzido a cacos o antediluviano megatério do Mississípi. Renan (cito de segunda mão) dizia que queria viver muito para ver como acabava Guilherme II, da Alemanha.

Eu peço a Deus que alongue a minha vida até ver aquele aneurisma americano arrebentar em sangue, aos borbotões...

Quando isso se der, pedirei um pedaço de mármore da banheira de M^{me} Mackay, a Maria Antonieta dos telégrafos, para servir de peso de papéis na minha modesta mesa de escritor pobre e não me esquecerei de todo do Teófilo, do seu drama filosófico.

Quem viver, verá.

Publicada em *Bagatelas*

HENRIQUE ROCHA

O Estado, 22-6-1919

Desde muito que eu desejava abandonar o meu curso. Aquela atmosfera da escola superior não me agradava nos meus 16 anos, cheios de timidez, de pobreza e de orgulho.

Todos os meus colegas, filhos de graúdos de toda sorte, que me tratavam, quando me tratavam, com um compassivo desdém, formavam uma ambiência que me intimidava, que me abafava, se não me asfixiava.

Fui perdendo o estímulo; mas a autoridade moral de meu pai, que me queria ver formado, me obrigava a ir tentando... Conjugados... Momentos... Teoria do pêndulo... Teorema das áreas... Que sei eu mais? Nada!... Desgostava-me e era reprovado; e as minhas reprovações desgostavam meu pai, tanto mais que, a bem dizer, até aí, não tinha sido reprovado.

Os últimos anos, passei-os pelos corredores da escola a discutir, já afeito ao seu “ar” — agora! — ou a ler na Biblioteca Nacional ou Municipal; mas, sobretudo, na da própria escola. Eu lia Kant, Spencer, Comte, até o velho Condillac li, e Le Bon, as suas grandes obras sobre as civilizações dos árabes e dos hindus. De todos, porém, quem eu gostava mais de ler era Condorcet — *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain* — e os opúsculos que completavam o volume, entre os quais as *Réflexions sur l'esclavage des nègres* — que ainda hei de reler.

Coisa curiosa que me ocorre no momento; o marquês de Condorcet era relaxado e há até uma carta de M^{lle} de Lespinasse pedindo-lhe que o fosse menos, que limpasse as unhas etc.; entretanto, esse relaxado, perseguido no processo dos girondinos, fugiu e foi descoberto em uma tasca dos arredores de Paris, por populares, por causa das suas mãos aristocráticas...

Li-o muito, sobretudo essa formosa obrinha que citei, no dizer da tradição, escrita no xadrez.

Talvez uma lenda literária, como aquela que criou o *Dom Quixote* também composto no cárcere...

Vivia eu nesse conflito moral desde os meus 19 anos, quando, aos 21, meu pai adoeceu sem remédio, até hoje. Estava livre, mas, por que preço, meu

Deus! Enfim... Não seria mais doutor em coisa alguma — o que me repugnava — nem precisaria andar agarrado às abas da casaca do doutor Frontin. Ia me fazer por mim mesmo, em campo muito mais vasto e mais geral!

Bastos Tigre, que já, por aquela época, fundava jornalecos e revistecas, convidou-me para fazer uma destas — *O Diabo* — com Amorim Júnior, Malagutti e ele.

Essa pequena revista deu quatro ou cinco números, e fez o seu sucesso de estima. Comecei, então, a conhecer uma porção de artistas, de poetas, de filósofos, de cronistas, jornalistas, repórteres etc. Não me lembro de todos, mas, de muitos, guardo memória.

Emílio de Meneses, Guimarães Passos, Raul Braga, Domingos Ribeiro Filho, Raul, Calisto, Luís Edmundo, Santos Maia, Lucílio, Hélios, os dois Timóteos, os dois irmãos Chambellands, Evêncio, Jobim, Lenoir, o extraordinário Gil, Camerino, Arnaldo, Gonzaga Duque, Lima Campos e tantos outros, alguns já mortos e alguns ainda vivos, poucos felizes e o resto... na mesma. No meio dessa chusma de conhecimentos novos, vim também a conhecer Henrique Rocha.

Não sabia bem quem era, que “apito tocava”, se era escritor, pintor, caricaturista, cenógrafo, “revisteiro”, poeta — o que fosse. Não tinha eu hábitos de boêmia de botequim, de confeitaria, apesar de desde pouco mais de 15 anos, quando me matriculei, até aquela data, viver sobre mim, em casas de cômodos e comendo em pensões mais ou menos familiares. Não sabia quem era, nunca tinha ouvido falar nele e a minha ingenuidade causava espanto.

— Amorim, quem é este Rocha?

Amorim Júnior, fingindo indignação, com aquele seu gesto de erguer ambas as mãos à altura das faces e agitá-las, encarava-me e dizia:

— Mas você, então, não sabe quem é o Rocha?

— Não.

— Pois é o Rocha “Alazão”, o Rocha “Facada”, o Rocha “Mentira”, o Henrique Rocha — está aí!

Calava-me, não só assombrado com tantos apelidos grotescos, como também para esconder a minha toleima de rapaz já feito e maior.

Indaguei daqui e dali e vim a saber algumas coisas da vida do Rocha. Era filho de um grande clínico ou, como os franceses dizem, um grande prático de Niterói que, se não gostava de literatura, apreciava muito os literatos e os poetas.

Muitas vezes, isso acontece; e o Rocha se criara no meio deles. Estudara alguns anos medicina, andara pela Europa, gastara dinheiro, fora veterinário de um regimento de cavalaria do Exército; e, como tinha colegas e velhos conhecimentos, acabara por viver numa disfarçada mendicância, levando a boêmia muito além dos limites de idade admitidos pela gente honestíssima. Gostava também de receitar, sobretudo permanganato de potássio. Era um ex-homem. Muitos fugiam dele, não pelo que ele pedia; mas, pelo estado em que ele pedia.

Achei muito curioso o tipo, simpatizei muito com ele, tanto mais que me tratava com muita ternura, paternalmente, talvez com pena. Sempre que podia, isto depois de ter sido nomeado para a Secretaria da Guerra, eu o procurava propositadamente. Tinha um grande desejo de ser “mordido” pelo Rocha. Parecia que isso me sagrava e talvez um artigo de José Veríssimo, naquele tempo, não me deixasse tão satisfeito.

Rocha era o homem das esquinas, onde ficava, com as mãos atrás das costas, muito alto, inclinado, com jeito de um jaburu ou socó-boi, à beira de uma lagoa. O fraque aumentava a semelhança. A preferida era a da rua Gonçalves Dias com a da Assembleia, onde havia uma casa de bebidas, e, hoje, uma charutaria. Tempo das ruas estreitas, convém notar.

Eu vinha da secretaria e, quase sempre, procurava-o, dizendo-lhe:

— Rocha, como vais?

— Assim.

E fazia uma contração com os lábios, falava com os dentes quase cerrados e dava de ombros que pareciam cotos de asas de pinguim.

Em seguida, ele perguntava:

— Tens cigarros?

— Tenho.

Dava-lhe um, acendíamos os nossos e ele acrescentava, depois de tirar uma fumaça:

— Estou aqui, à espera de um “cara”... Minha filha veio de Paris e pediu-me que fosse jantar com ela; mas o “cara”... até já! até já!

E deixava-me precipitadamente, sem apertarmos as mãos; e corria atrás de um conhecido qualquer.

Assim foi durante muito tempo e o meu interesse e simpatia por ele fizeram-me ir colhendo, aqui e ali, umas histórias, anedotas curiosas sobre o Rocha.

Uma delas creio que a ouvi de Emílio de Meneses. Rocha era antigo conhecido do engenheiro Paulo Alves, que foi o primeiro prefeito de Niterói e a cuja iniciativa muito essa capital deve.

Toda vez que o via, Rocha pedia “alguma coisa”.

Certo dia, Paulo Alves, que, naturalmente, vinha aborrecido com qualquer acontecimento, fez uma intimativa severa ao Henrique:

— Rocha, diga-me uma coisa!

— O que é, Paulo?

— Quanto queres, para não me “morder” mais este ano?

Ele pensou um pouco e estimou a coisa em pouco:

— Cinquenta mil-réis.

O engenheiro Paulo Alves meteu a mão na algibeira e deu-lhe a “pele”, como o Rocha chamava o papel-moeda.

— Está tratado, não é, Henrique?

— Sim, Paulo.

Durante alguns dias, cerca de um mês, Rocha via o amigo e só o cumprimentava:

— Como vais, Paulo?

— Como vais, Rocha?

E ficava tudo assim. Certa vez, porém, fosse por que fosse, avistou o doutor Paulo Alves na calçada oposta, já um pouco distante, e correu ao alcance dele.

Henrique Rocha a bem dizer não corria; ele tinha nessas ocasiões uma atitude e um passo singular e engraçado. Deixava descer um dos ombros, o fraque inevitável esvoaçava, metia a cabeça no pescoço e ia saltitando lesto como um urubu que quer levantar o voo. Assim foi ele atrás do benemérito ex-prefeito de Niterói. Parou este e perguntou-lhe com austeridade:

— Mas, Rocha, você não se lembra do nosso trato, mais?

Rocha calou-se, pensou e disse instantes após, sem gaguejar:

— É verdade! Mas você pode “passar” “o” do ano que vem.

O doutor Paulo Alves sorriu, deu-lhe “algum”, não todo, para não faltar numerário para as outras vezes.

Conquanto todos o vissem, de manhã à noite, fosse dia útil ou feriado, fosse domingo ou dia de trabalho, na rua do Ouvidor e na Gonçalves Dias, principalmente nesta, Henrique Rocha tinha a pretensão de passar por caçador e fazia questão disso.

Ora, caçador tem fama de mentiroso, imaginem agora um sujeito que se mete como caçador — que mentiroso devia ser! Daí proveio o apelido de “mentira”.

Entretanto, ele não cessava de impingir as suas histórias fantásticas, de fantástico caçador.

Uma tarde, já à boca da noite, estavam diversos boêmios daquela época bebericando, em torno de uma mesa de botequim reles, entre os quais o Rocha e um grande poeta, hoje homem morigerado e acadêmico, mas, naqueles tempos, o mais desalmado, estabonado e revoltoso sujeito de que as nossas crônicas literárias guardam memória, quando, não sei a que propósito, o Henrique deu na veneta de contar histórias. Matara tucanos, jacus, mutuns, cutias, antas, pacas, veados, onças — o diabo! Todos já estavam cansados com as suas mentiras venatórias, quando encetou a longa narração de uma caçada de caititus no grosso mato, nas serras de Teresópolis.

— Vocês sabem, é à noite... Pus-me em cima de uma pedra... Fazia luar — compreende-se — não... Bem! Pus-me em cima de uma pedra e esperei. Daqui a pouco, ouvi o roncar... Uh! uh! uh! uh!... Eram os “queixadas”... Engatilhei a espingarda e a “vara” apareceu na trilha...

Nisto L. M., o poeta, diz:

— Rocha! Rocha! Se me matas o porco-do-mato, eu te quebro a cara! Vê lá, hein!

— Espera, filho! Espera um pouco! — Acode Rocha. — Engatilhei a espingarda e esperei que a “vara” passasse, porque, vocês sabem, só se atira no último, senão...

— Rocha! Rocha! — Insiste o poeta. — Se me matas o “queixada”, eu te quebro a cara.

— Espera, filho! Espera um pouco. Deixei passar a “vara”, dormindo na pontaria, mas...

— Rocha! Rocha! — observa o L. M.

— Mas, afinal, veio o último e...

— Rocha! — fez furioso o poeta, levantando a mão ameaçadoramente.

À vista do gesto, o felicíssimo caçador explicou com calma:

— Não o matei; a espingarda negou fogo.

Essa mania de Rocha por caçadas fazia que tivesse sempre em casa uma magnífica Lafoucheux, de dois canos, trochados, com a qual um dia lhe pregaram uma magnífica peça. Conto o caso como ele foi. Morava ele em Niterói, aí pelas bandas do Cubango, muito além, na banda da mata, com uma

crioula — doce gente que tem sempre o coração aberto para os infelizes que a procuram na última hora da desgraça... Morava ele por lá mais a crioula, que nas histórias do Rocha passava a ser uma francesa, talvez para não pagar casa, pois bonde e barcas o visconde de Moraes lhe dava de graça. Bem!

Certa tarde, Rocha convidou o Evêncio Nunes, pintor; o Plácido Júnior, que foi muito tempo secretário d'*A Notícia*; e não sei quem mais, para cearem na sua residência e lá passarem a noite. O Lebrão, proprietário da Colombo, dava diariamente tudo que sobrava da “estufa”, pedaços de leitão, frangos, peixe frito etc., ao Rocha, e ele e os seus amigos, naquele dia, se encheram de embrulhos com as carnes magníficas que a generosidade do Lebrão lhes proporcionara. Era no tempo do bom Rio de Janeiro, de ruas estreitas, mas liberal e cavalheiro, generoso e pitoresco. Saíram da Colombo, aí pelas oito horas da noite, tomaram a rua da Assembleia em direção às barcas de Niterói.

Todos caminhavam prelibando aquela pantagruélica ceia em que havia, porém, um pouco da distinção e da elegância dos banquetes *chics*, devido à origem das iguarias.

No meio do caminho, ali, pela esquina da antiga rua dos Ourives, Rocha, que tinha dinheiro no bolso, mas precisava realizar suas “reservas metálicas”, viu não sei quem e, de repente, passando os embrulhos aos outros, disse nervoso:

— Vão para as barcas, pois não posso perder “aquele”.

E saiu atrás de um cavalheiro que se esgueirava na rua escura, na calçada oposta e em sentido oposto ao que levavam.

Evêncio, Plácido e os outros foram para a ponte das barcas e esperaram. Nove horas, nada de Rocha! Dez horas, nada de Rocha! Tomaram uma resolução heroica. Resolveram então embarcar para Niterói e ir direitinho para a casa dele. Assim fizeram e lá, a rapariga, Eponina, creio eu, perguntou logo:

— Cadê nhô Henrique?

— Já vem, diz um deles. Estamos com fome... Aquece “isto” que ele não tarda.

Assim foi feito. Cearam muito bem e aboletaram-se em esteiras — sofás rasteiros — aqui e ali, nas dependências da casa.

A habitação ficava um pouco retirada da rua ou estrada e o portão ou cancela podia ser fechado a chave. Eles fizeram isto e puseram-se a dormir.

Só, pelas tantas, Rocha apareceu, batendo desesperadamente na cancela:

— Eponina! Eponina! Abre que sou eu!

Ouvindo isto, Plácido não teve dúvidas em castigar o malandro que os abandonara “covardemente”.

Agarrou a espingarda, munição, entreabriu a janela e, a cada apelo do Rocha, descarregava a arma. Mais ele gritava, mais tiros Plácido dava para o ar.

O fantástico caçador dessa feita não teve outro remédio senão dormir no mato — coisa que lhe devia ter acontecido pela primeira vez nas excursões venatórias.

Rocha “mordia”, mas também era “mordido”.

Antes, porém, de contar como ele foi mordido, vem a pelo lembrar um episódio de ciúmes desse meu velho camarada.

Estávamos eu, o doutor Ribeiro de Almeida, que é hoje engenheiro da Prefeitura de Niterói, Rocha e outras pessoas, à noitinha, conversando, na Avenida. Rocha contava qualquer coisa, pois tinha a língua fácil e a imaginação fértil. Acercou-se de nós um tipo desconhecido, de uma tez sem acento parecido com os nossos habituais, e, de chapéu na mão, dirigiu-se ao Ribeiro de Almeida, pedindo qualquer coisa. Rocha apartou-se amuado e, quando o homem se foi, voltou ao grupo e disse, para nós, indignado:

— Vocês viram isto, só! Estes ciganos vêm para a Avenida “morder”... Já se viu uma coisa dessas!

Narro, porém, como o velho Henrique foi “mordido”. Contou-me esse fato o próprio herói da façanha, atualmente excelente pai de família, mas que, naquelas épocas, excedia a todos nós em estabanação, desordem de vida e extravagância. Uma noite de chuva, ele foi a uma espelunca de jogo qualquer. Jogou e perdeu todo o dinheiro, o último níquel do bonde!

Saiu “zarro” à procura de um camarada que lhe garantisse, no bonde, a “ida e volta”, como dizia o Amorim de antanho.

Andou por toda a parte, botequins, confeitarias, tascas literárias e não encontrou nenhum, desesperava quando topou o Rocha. Que havia de fazer? “Morder” o Rocha; e assim fez. Dirigiu-se a ele:

— Rocha, você não me pode “passar” aí um cruzado?

— Pois não.

Meteu Henrique ambas as mãos nas algibeiras da calça, trouxe-as cheias de níqueis, juntou-as em concha e disse para o camarada:

— Escolhe aí, filho!

Muitos episódios se podem contar do pobre Henrique Rocha, todos, na verdade, cheios de muito cômico, até nos gestos que inventou o havia, até na terminologia que criou há, mas não se poderá descobrir por ele uma miséria moral de sua alma que repugnasse. Havia nele mais um precoce cansaço de viver, uma incapacidade para a luta que a vida atual requer, desânimo de uma

inteligência que não sabe onde e como se aplicou, uma melancólica contemplação inconsciente e doentia dos homens e das coisas, do que mesmo desonestidade e patifaria. Não se sabe do Rocha nenhuma anedota em que ele fosse desleal ou tentasse falsificar qualquer coisa.

Conto ainda mais um caso para acabar:

Há anos o meu amigo e compadre Emílio Alvim, não sei por quê, me convidou a ir à casa dele, em Botafogo, almoçar. Fui. Quando lá cheguei, ele se preparava para sair, o que me encheu de espanto.

— Não há dúvida! — Disse-me ele. — A mulher saiu e todos saíram; mas vou almoçar em casa do V., pois ele me mandou chamar. Vais comigo.

Em começo, eu não quis ir, mas afinal acedi. Era na rua da Assunção a casa de V., que hoje dirige um grande jornal e que, de há muito, dirige jornais no Rio de Janeiro.

Na casa de V., foi a mesma coisa. Todos tinham saído e só lá estavam a senhora e a filha.

Feitas as apresentações, a senhora de V. disse para o Emílio:

— Você, Alvim, sabe quem passou por aqui num estado lamentável, agora mesmo?

— Não.

— O Rocha.

Alvim perguntou:

— Que vem ele fazer por aqui?

— Vem ver a mãe, que mora na casa vizinha. Parece que, quando ele cisma de vir ver a mãe, arranja mais dinheiro, compra um samburá grande, enche de repolhos, abóboras, couves, alfaces, outras verduras e peixe!... Bebe, bebe e chega aqui cambaleando com o cesto atochado, deixando cair abóboras que ele apanha para logo caírem repolhos que ele apanha, a ponto de fazer medo que ele se estenda na calçada... Coitado! E a mãe não precisa...

Rimo-nos do grotesco da cena e entreolhamo-nos. Nenhum de nós dois sabia daquilo.

Publicada em *Bagatelas*

DUAS RELÍQUIAS

A.B.C., 28-2-1920

Imaginem os senhores quando, em começos deste mês, arrumando e limpando os meus poucos livros, dei com dois tratados de ortografia, como não fiquei espantado!

Já me havia esquecido deles, porquanto estão em minha casa há muitos anos. Ambos já têm mais de três dezenas de anos e vêm nos acompanhando através de todas as vicissitudes e mudanças da minha humilde família desde que me entendo. Há muito tempo, porém, não os via.

Um é da autoria do senhor José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha. Foi impresso aqui, no Rio de Janeiro, em 1860, na Tipografia e Livraria de B.X. Pinto de Sousa, à rua dos Ciganos, 43 e 45.

É a segunda edição, sendo que a primeira foi publicada pelo *Jornal de Alagoas*.

Semelhante relíquia é dedicada ao senhor doutor Pedro Leão Veloso, presidente da província de Alagoas.

Este senhor deve ser com certeza pai do inevitável Gil Vidal; e, se eu mantivesse relações com este conspícuo jornalista, talvez lhe fizesse presente do incunábulo da imprensa alagoana. Não tendo relações e receando-me de oferecê-lo sem as ter, porque podia parecer lisonja e obséquio calculado de escritor obscuro que quer ganhar fama com auxílio da primeira coluna do *Correio da Manhã*, mudei de tenção e lembrei-me de dar de presente o volume ao meu velho colega e amigo Oiticica, que, em tempos, já se deu à teologia gramatical.

Anda ele, porém, atrapalhado com coisas mais modernas e atuais; e supus que o livro, nas suas mãos, iria ter o destino que tinha tido nas minhas, durante cerca de trinta anos: ficar na estante. Foi o que lhe aconteceu e ao outro, desde que meu pai mos deu.

Lembrei-me do senhor João Ribeiro, do senhor Medeiros e Albuquerque...

Enfim, o destino a dar a este como ao outro, que é do falecido professor Bôscoli e veio à luz em 1885, ficou sendo para mim objeto de cogitação um

dia inteiro. Quem quererá tais alfarrábios? Quem terá paciência de lê-los? Quem poderá tirar ensinamentos deles? Tinha uma pena de que eles continuassem numa catacumba particular.

Tenho uma vizinha que é moça da Escola Normal. Pensei cá comigo: essas coisas meticolosas, esses trabalhos chineses de gramática etc., cabem bem às mulheres ou aos frades. São trabalhos de paciência e de memória que fazem dos imaginários e dos malucos torturados em achar a substância das coisas a verdade da existência.

Vou dar essas preciosidades àquela minha vizinha que sabe de cor os nomes dos presidentes da República, de 1889 para cá, seus feitos memoráveis e datas da coroação e sagração de cada um e da sua abdicação do poder nas mãos de seus herdeiros.

Dias depois, pensei: esta moça talvez julgue que eu a quero namorar; e vai por isso fazer um estardalhaço no bairro. Não, não dou; não quero ser caluniado.

Andei assim de resolução em resolução, hesitante, sem saber a quem dar os dois bendengós, quando me lembrei do meu amigo Cícero de Brito Galvão.

Cícero é moço, é dado à bibliografia, publica uma interessante revista mensal — *Livros Novos* — sobre esse assunto, que é a única existente no Brasil; está aí, pensei eu, pessoa capaz de dar apreço aos livrecos ou encaminhá-los a um destino digno de suas tenções e deles, dos livros.

Empacotei os volumes e escrevi uma carta a Cícero. A minha vaidade pedia que a missiva fosse publicada; mas vi que Cícero a não publicaria.

Não está nos moldes de sua revista, é extensa — logo adivinhei essas suas objeções.

Resolvi publicá-la aqui, porque quero que o maior número de pessoas saiba os motivos por que me separei de tão sábios livros que talvez fizessem o encanto de algum paciente e notável professor da roça, exceto talvez o professor Jeremias do Senhor Leo Vaz. Tinha este muito mais que pensar do que indagar se “falar” deve ter um ou dois “ll”.

Eis a carta:

Meu caro Brito Galvão. Saúde e saudades. Tenho recebido a *Livros Novos*. Obrigado. Para pagar-te o obséquio, se assim me posso exprimir, mando-te estas duas raridades que estavam entre os meus livros comuníssimos. Ambas elas me foram dadas por meu pai, que se deu em tempos, como modesto amador, ao estudo ou à leitura desopilante das estupendas questões de que elas tratam. Uma delas até foi-lhe oferecida pelo autor, o falecido professor Bôscoli, homem operoso e dado à metafísica gramatical, tendo, apesar

de sua percuciência e capacidade de encadear raciocínios sutis, como se fosse um verdadeiro doutor da Escolástica, deixado insolúveis muitos problemas sintáticos, ortográficos etc., aos seus sucessores e seguidores de sua audaciosa feição mental, para que estes ou, por sua vez, os discípulos destes, afinal, iluminassem a parte da humanidade que fala e escreve português, com uma clara solução de semelhantes quadraturas do círculo, trisseções do ângulo da panossa gramática, mesmo que fosse no dia de Juízo Final.

Tu, creio, e eu (afianço) ainda até hoje não sabemos se o certo é — “Que horas é?” — ou errado é — “Que horas são?”.

Está aí uma questão gramatical que Bôscoli propôs aos Mersennes filológicos e, ao que me conste, nenhum até hoje resolveu com acerto. Não quero tomar em semelhante polémica por demais transcendente, iniciada há anos pelo Descartes-Bôscoli da ciência e filosofia linguística, nem em outras parecidas; por isso, isto é, para que não me venha tentação de fazê-lo algum dia, é que te mando estas duas preciosidades.

Já te falei da do falecido Bôscoli, que deu a de sua autoria a meu pai, quando este era tipógrafo na Imprensa Nacional, onde ela foi composta e impressa.

A outra é de um senhor José Feliciano de Castilho Barreto de Noronha.

Creio que este senhor é o irmão do famoso autor português, visconde de Castilho, e andou por aqui há anos, armado de palmatória a corrigir nos nossos autores o que lhe pareciam erros de português, segundo o seu português enviesado, assim feito pelo seu orgulho de ter nascido no reino, não admitindo nenhuma modificação na linguagem lusa transplantada para aqui e modificada pelo tempo e outros fatores, embora, de onde em onde, os seus próprios patrícios deixem de lado os clássicos e pseudoclássicos e escrevam com toda a liberdade, sem semelhantes em cadernos de escrita de mestres-escola da roça. Garrett e Eça são exemplos.

Se as não quiseses, podes dá-las a alguém que aprecie o assunto.

Tive diversos propósitos, entre eles o de oferecê-los à Academia de Letras. Fui candidato e só tive um voto; e, por vingança e despeito, oferecendo-lhes estes livros, era minha suposição que eles servissem para atear ou reatear discórdia entre os seus conspícuos membros. Cá de fora, então, ficaria eu a rir-me deles, e, se a coisa viesse a acabar em rolo e sopapos, pediria a alguns camaradas emprestada a sua capacidade de riso para poder dar uma gargalhada homérica diante dos argumentos do gracioso doutor Hélio, por exemplo, justificando a escrita do vocábulo “característica”, conforme a sua origem grega, e, após forte discussão, atracando-se afinal com o suave doutor Aluísio, que opinava dever-se grafá-lo de acordo com a ortografia original da “Canção do Figueiral” ou do “Tinharabos”.

Pensando melhor, porém, verifiquei que a discórdia premeditada era verdadeiramente sacrílega, além de profundamente denegrir o meu caráter.

A Academia é perfeitamente o cemitério das letras e dos literatos. Os que lá estão não passam de cadáveres bem embalsamados, e muito melhor os mais moços, devido ao aperfeiçoamento atual do processo. O progresso é uma grande coisa...

Muita gente por aí julga que, do império do esquecimento em que a Morte nos faz entrar a todos, se foge com mausoléus vistosos, inscrições de léguas e meia, embalsamamentos, missas de sétimo dia etc. etc.

Alguns com isso escapam, é verdade; mas como o célebre Pechilin, cujo cadáver embalsamado anda aos pontapés no Caju. Não foi esquecido...

Na Academia, há muita gente que tem também essa ingênua crença; e agora, com a herança do velho Alves, é de crer que os marmoristas de carregação, de Gênova,

vendam-lhe toneladas de anjos ajoelhados, em postura de reza e outros adornos tumulares, para guarnecer os seus salões e os seus *fauteuils*, ganhando eles muito dinheiro com isso.

Abandonei, como te ia dizendo, o propósito de perturbar a paz daquela necrópole egípcia, ou melhor: daquele *columbarium*, porque não é digno da nossa piedade de viventes tal fazer, instigados por quaisquer motivos que sempre hão de partir da nossa condição inferior de seres vivos. Todos os mortos, pensei eu avisadamente, merecem o nosso respeito e piedade.

Fosse qual fosse o seu estado anterior no nosso mundo, tivesse sido ele um escravo de Lúvia ou o próprio Augusto, todos eles devem ficar em paz onde estão, respondendo perante os deuses pelas culpas e pecados que tiverem praticado.

É um sacrilégio quebrar-lhes de qualquer modo o sossego em que estão; e, portanto, dou-tas, a ti, as duas obrinhas curiosas que aí vão, para que tu, Brito Galvão, fiques com elas ou as dês a qualquer, mesmo que seja ao Museu Nacional ou ao Histórico do senhor Escragnolle Dória. Preferia que fosse àquele e ficaria muito contente se fossem expostas na sala das múmias.

Os volumezinhos estão à tua disposição na Livraria Schettino, onde podes procurá-los.

Peço-te também desculpas por ter publicado esta, antes de obter tua autorização.

Arranja a coisa como quiseres. Adeus.

Publicada em *Bagatelas*

HOMEM OU BOI DE CANGA?

A.B.C., 29-5-1920

Em 1893, quando se dava na baía da nossa cidade a revolta Saldanha-Custódio, meu pai exercia um pequeno emprego de almoxarife das Colônias de Alienados, na ilha do Governador. Um belo dia, os revoltosos, capitaneados por um oficial de Marinha, de cuja patente no tempo não me lembro, o senhor Eliézer Tavares, que morreu almirante, tendo por segundo um cirurgião-dentista, o senhor Nogueira da Gama, lá desembarcaram, mataram bois, carregaram gêneros, medicamentos e roupas e se foram em paz. Assisti tudo.

Na manhã seguinte, de falua, com alguns móveis e outros pertences domésticos, transportávamos nós, isto é, a minha gente, para a ponta do Caju, tomando caminho pelos canais pouco profundos que ficam entre os mangues e praias de Inhaúma e as ilhas do Fundão (aí o canal é fundo), Caqueirada, Bom Jesus e outras, cujos nomes me escapam. Emigrávamos.

Ficou estabelecido, entre as altas autoridades, que meu pai ficasse no Engenho da Pedra, litoral da Penha, com o depósito de gêneros necessários ao alimento de duzentos doentes que estavam na ilha, e ali fosse morar, para guardá-los e enviá-los em rações diárias para os dementados em abandono.

Assim fez ele.

Todas as manhãs, eu e meu pai saíamos, ele, a fim de providenciar para o envio diário de gêneros, e eu, menino de 12 anos, para acompanhá-lo até onde Deus fosse servido mandar-nos.

Embarcávamos os gêneros no lugar denominado Engenho da Pedra, fronteiro a uma das colônias, Conde de Mesquita, tendo de permeio, no canal, a ilha do Fundão, coberta de grandes e frondosas árvores. Aquelas manhãs primaveris eram lindas e plácidas. Tudo muito azul; as árvores muito verdes e roçagantes; as águas do mar, espessas de azul-da-prússia; os longes dos Órgãos solenes, soberbos e altos; tristonho, o ilhéu do Cambambe, com as ruínas de um sobrado que parecia ter sido incendiado, à vista dos vestígios de fumaça nas paredes, nuas e eretas; risonha, a ilha do Raimundo, com o seu bananal verde-claro a mirar as águas mansas do mar pela manhã; e a de Saravatá, lá longe, com o seu paiol abandonado — todo este quadro imarcescível me ficou

gravado na memória até hoje, indelevelmente, como se fosse impresso à máquina.

Nós morávamos numa casinha de telha-vã, muito poeticamente situada a meia encosta de uma colina, cavalgando a estrada que levava ao porto de embarque. Na frente, a vista era curta, pois do outro lado da via pública, no alto de um monte que se erguia rapidamente, havia ruínas de uma capela, barrando, morrote e ruínas, o horizonte fronteiro da nossa casinha.

Aos lados, porém, a vista era vadia e larga, apesar de, à esquerda, existir construções meio acabadas de uma fábrica de vidros que não chegou a funcionar.

Todas as manhãs íamos, eu e meu pai, até o “porto”, ver o embarque de gêneros para a ilha.

Havia aí um destacamento de polícia, comandado por um alferes ou tenente. Lembro-me ainda de alguns fatos que lá assisti.

Uma manhã, quando estávamos à beira da praia, conversando meu pai com o comandante do destacamento, apareceu entre as Freixeiras, ilha do Governador e a ilha de Saravatá, uma lancha revoltosa. Logo se viu que ela disparava o seu canhão-revólver contra nós. Abrigamo-nos; os soldados apanharam as carabinas e entrincheiraram-se no casebre que lhes servia de quartel.

Fosse porque fosse, após dois ou três disparos, a pequena embarcação armada voltou para donde viera, e o sossego tornou de novo ao local em que estávamos.

No eirado, assim que o perigo cessou, o comandante disse para o meu pai: — Olha, Barreto: se “eles” desembarcassem, eu fazia assim...

E mostrou como viraria a blusa pelo avesso.

Esse caso, porém, não é o que nos interessa agora. É outro. Uma dessas manhãs, antes ou depois do aparecimento da lancha na ilha de Saravatá — não me lembro bem — um soldado ou cabo chamou meu pai de parte e pôs-se a conversar com ele.

Fiquei afastado, olhando o mar encrespado pelo terral, as gaivotas e as belas mangueiras do Galeão, lá no outro lado, que tinham visto Dom João VI e recebido, por várias vezes, a sagrada visita do raio, na sua secular existência.

Acabada a conversa, veio meu pai para mim. Nada me disse logo; mais tarde, porém, confidenciou-me:

— Você sabe o que aquele soldado queria?

— Não, papai.

— Queria que eu lhe dissesse por que esses dois homens estão brigando. Esses dois homens eram Floriano e Custódio.

Esse pequeno fato, que podia passar completamente despercebido, feriu-me imensamente naquela fraca idade que eu tinha então. Nunca podia imaginar que um homem arriscasse sua vida sem saber por quê, nem para quê. Pareceu-me isto estúpido e indigno mesmo da condição de homem. Um ato desses, de jogar a própria existência, devia ser perfeitamente refletido e consciente. Ficou-me o fato; e, anos depois, muitos anos mesmo, quando fui ler o formidável *Guerra e paz*, de Tolstói, encontrei uma cena, não idêntica, mas do mesmo fundo. Não me recordo bem como é; mas dela se depreende que o soldado nada sabe dos motivos por que combate.

E assim é feita a guerra.

As massas de combatentes, homens simples e sem luzes, em geral, não sabem nitidamente por que dão tiros uns contra os outros.

Às vezes, os seus chefes e diretores conseguem instilar no espírito deles vagos motivos patrióticos; mas, na última guerra, tal coisa não pôde ser concebida como movendo árabes, turcos, senegaleses, curdos etc., a se matarem e a matar.

Esta última guerra foi uma mistificação de parte a parte. Vimos, agora, depois que veio à tona o “negócio dos navios”, como e por que nós entramos na guerra; como estávamos ameaçados de morrer aos milhares no norte da França, unicamente para que alguns especuladores ganhassem, em suma, um, dois ou mais milheiros de contos. Eis aí a guerra, na sua essência.

O que, porém, faz ressaltar, de um modo cortante, o feitio de inconsciência com que a massa dos combatentes é levada para os campos de batalha, é este trecho das burocráticas memórias do teimoso Ludendorff, que o *Correio da Manhã* publicou, em 18 do corrente.

Ei-lo:

Atravessando as montanhas, eu abordei uma sentinela. Respondeu-me, em não sei que língua estranha, umas coisas que não compreendi. Os oficiais austro-húngaros que me acompanhavam também não compreenderam.

É eloquente o patriotismo desse pobre-diabo de sentinela, que não compreende os seus oficiais e os seus oficiais não o compreendem! Perdido entre as montanhas, sofrendo frio e outras privações, com risco de morte, ele

tudo isto sofre, a tudo se arrisca, certamente sem saber por quê, e nem ao menos entende a língua dos seus chefes!

É incrível!

As causas da luta lhe devem ser perfeitamente estranhas, pois nem no mínimo pode compreender as exortações dos interessados nela; ele não tem nenhum interesse próximo ou remoto na contenda; mas ele vai morrer!...

É estranho, meu Deus! Não parece ser um homem; parece um boi de canga...

Publicada em *Bagatelas*

O CEDRO DE TERESÓPOLIS

27-2-1920

O eminente poeta Alberto de Oliveira, segundo informações dos jornais, está empenhado em impedir que um proprietário ganancioso derrube um cedro venerável que lhe cresce nos terrenos.

A árvore é remanescente de antigas florestas que outrora existiram para aquelas bandas e viu crescer Teresópolis já adulto.

Não conheço essa espécie de árvore, mas deve ser bela, porque Alberto de Oliveira se interessa pela sua conservação.

Homem de cidade, tendo viajado unicamente de cidade para cidade, nunca me foi dado ver essas essências florestais que todos que as contemplam se enchem de admiração e emoção superior diante dessas maravilhas naturais.

O gesto de Alberto de Oliveira é sem dúvida louvável e não há homem de mediano gosto que não o aplauda do fundo d'alma.

Desejoso de conservar a relíquia florestal, o grande poeta propôs comprar, ao dono, as terras onde ela crescia.

Tenho para mim que, à vista da quantia exigida por este, ela só poderá ser subscrita por gente rica, em cuja bolsa umas poucas de centenas de mil-réis não façam falta.

Aí é que me parece que o carro pega. Não é que tenha dúvidas sobre a generosidade da nossa gente rica; o meu ceticismo não vem daí.

A minha dúvida vem do seu mau gosto, do seu desinteresse pela natureza. Excessivamente urbana, a nossa gente abastada não povoa os arredores do Rio de Janeiro de vivendas de campo com pomares, jardins, que os figurem graciosos como a linda paisagem da maioria deles está pedindo.

Os nossos arrabaldes e subúrbios são uma desolação. As casas de gente abastada têm, quando muito, um jardimzito liliputiano de polegada e meia; e as da gente pobre não têm coisa alguma.

Antigamente, pelas vistas que ainda se encontram, parece que não era assim.

Os ricos gostavam de possuir vastas chácaras, povoadas de laranjeiras, de mangueiras soberbas, de jaqueiras, dessa esquisita fruta-pão que não vejo mais e

não sei há quantos anos não a como assada e untada de manteiga.

Não eram só essas árvores que a enchiam, mas muitas outras de frutas-adorno, como as palmeiras soberbas, tudo isso envolvido por bambuais sombrios e sussurrantes à brisa.

Onde estão os jasmineiros das cercas? Onde estão aqueles extensos tapumes de maricás que se tornam de algodão que mais é neve, em pleno estio?

Os subúrbios e arredores do Rio guardam dessas belas coisas roceiras, destroços como recordações.

A rua Barão do Bom Retiro que vem do Engenho Novo a Vila Isabel, dá a quem por ela passa uma amostra disso.

São restos de bambuais, de jasmineiros que se enlaçavam pelas cercas em fora; são mangueiras isoladas, tristonhas, saudosas das companheiras de alameda que morreram ou foram mortas.

Não se diga que tudo isso desapareceu para dar lugar a habitações; não, não é verdade. Há trechos e trechos grandes de terras abandonadas, onde os nossos olhos contemplam esses vestígios das velhas chácaras da gente importante de antanho que tinha esse amor fidalgo pela “casa” e que deve ser amor e religião para todos.

Que os pobres não possam exercer esse culto; que os médios não o possam também, vá lá! E compreende-se; mas os ricos? Qual o motivo?

Eles não amam a natureza; não têm, por lhes faltar irremediavelmente o gosto por ela, a iniciativa para escolher belos sítios, onde erguerem as suas custosas residências, e eles não faltam no Rio.

Atulham-se em dois ou três arrabaldes que já foram lindos, não pelas edificações, e não só pelas suas disposições naturais, mas também, e muito, pelas grandes chácaras que neles havia.

Botafogo está neste caso. Laranjeiras, Tijuca e Gávea também.

Aos famosos melhoramentos que têm sido levados a cabo nestes últimos anos, com raras exceções, tem presidido o maior contrassenso.

Os areais de Copacabana, Leme, Vidigal etc., é que têm merecido os carinhos dos reformadores apressados.

Não se compreende que uma cidade se vá estender sobre terras combustas e estéreis e ainda por cima açoitadas pelos ventos e perseguidas as suas vias públicas pelas fúrias do mar alto. A continuar assim, o Rio de Janeiro irá por Sepetiba, Angra dos Reis, Ubatuba, Santos, Paranaguá, sempre procurando os areais e os lugares onde o mar se possa desencadear em ressacas mais fortes.

É preciso não cessar em profligar tal erro; tanto mais que não há erro, o que há é especulação, jogo de terrenos, que são comprados a baixo preço e os seus proprietários procuram valorizá-los num ápice de tempo, encaminhando para eles os melhoramentos municipais.

Todo o Rio de Janeiro paga impostos para que tal absurdo seja posto em prática; e os panurgianos ricos vão docilmente satisfazendo a cupidez de matreiros sujeitos para quem a beleza, a saúde dos homens, os interesses de uma população nada valem.

É por isso que disse não me fiar muito que Alberto de Oliveira alcançasse realizar o seu *desideratum*.

Os ricos se afastam dos encantos e perspectivas dos sítios em que se possam casar o mais possível a arte e a natureza.

Perderam a individualidade da escolha; não associam à natureza as suas emoções nem esta lhes provoca meditações.

O estado dos arredores do Rio, abandonados, enfeitados com construções contraindicadas, cercados de terrenos baldios onde ainda crescem teimosamente algumas grandes árvores das casas de campo de antanho, faz desconfiar que os nababos de Teresópolis pouco se incomodam com o cedro que o turco quer derrubar, para fazer caixas e caixões que guardem quinquilharias e bugigangas.

Daí pode ser que não; e eu desejaria muito que tal acontecesse, pois deve ser um soberbo espetáculo contemplar a magnífica árvore, cantando e afirmando pelos tempos em fora a vitória que obteve tão somente pela força de sua beleza e majestade.

Publicada em *Bagatelas*

MAIS UMA VEZ

A.B.C., 31-1-1920

Este recente crime da rua da Lapa traz de novo à tona essa questão do adultério da mulher e seu assassinato pelo marido.

Na nossa hipócrita sociedade, parece estabelecido como direito, e mesmo dever do marido, o perpetrá-lo.

Não se dá isto nesta ou naquela camada, mas de alto a baixo.

Eu me lembro ainda hoje que, numa tarde de vadiação, há muitos anos, fui parar com o meu amigo, já falecido Ari Toom, no necrotério, no Largo do Moura por aquela época.

Uma rapariga — nós sabíamos isso pelos jornais — creio que espanhola, de nome Combra, havia sido assassinada pelo amante e, suspeitava-se, ao mesmo tempo *maquereau* dela, numa casa da rua de Santana.

O crime teve a repercussão que os jornais lhe deram e os arredores do necrotério estavam povoados da população daquelas paragens e das adjacências do Beco da Música e da rua da Misericórdia, que o Rio de Janeiro bem conhece. No interior da *morgue*, era a frequência algo diferente sem deixar de ser um pouco semelhante à do exterior, e, talvez mesmo, em substância igual, mas muito bem-vestida. Isto quanto às mulheres — bem entendido!

Ari ficou mais tempo a contemplar os cadáveres. Eu saí logo. Lembro-me só do da mulher que estava vestida com um corpete e tinha só a saia de baixo. Não garanto que estivesse calçada com as chinelas, mas me parece hoje que estava. Pouco sangue e um furo bem circular no lado esquerdo, com bordas escuras, na altura do coração.

Escrevi “cadáveres” pois o amante-cáften se havia suicidado após matar a Combra — o que me havia esquecido de dizer.

Como ia contando, vim para o lado de fora e pus-me a ouvir os comentários daquelas pobres *pierreuses* de todas as cores, sobre o fato.

Não havia uma que tivesse compaixão da sua colega da aristocrática classe. Todas elas tinham objurgatórias terríveis, condenando-a, julgando o seu assassinio coisa bem-feita; e, se fossem homens, diziam, fariam o mesmo — tudo isto entremeado de palavras do calão obsceno próprias para injuriar uma

mulher. Admirei-me e continuei a ouvir o que diziam com mais atenção. Sabem por que eram assim tão severas com a morta?

Porque a supunham casada com o matador e ser adúltera.

Documentos tão fortes como este não tenho sobre as outras camadas da sociedade; mas, quando fui jurado e tive por colegas os médicos da nossa terra, funcionários e doutos de mais de três contos e seiscentos mil-réis de renda anual como manda a lei sejam os juizes de fato escolhidos, verifiquei que todos pensavam da mesma forma que aquelas maltrapilhas *rôdeuses* do Largo do Moura.

Mesmo eu — já contei isto alhures — servi num conselho de sentença que tinha de julgar um uxoricida e o absolvi. Fui fraco, pois a minha opinião, se não era fazer-lhe comer alguns anos de cadeia, era manifestar que havia, e no meu caso completamente incapaz de qualquer conquista, um homem que lhe desaprovava a barbaridade do ato. Cedi a rogos e, até, alguns partidos dos meus colegas de sala secreta.

No caso atual, neste caso da rua da Lapa, vê-se como os defensores do criminoso querem explorar essa estúpida opinião de nosso povo que desculpa o uxoricídio quando há adultério, e parece até impor ao marido ultrajado (*sic*) o dever de matar a sua ex-cara-metade.

Que um outro qualquer advogado explorasse essa abusão bárbara da nossa gente, vá lá; mas que o senhor Evaristo de Moraes, cuja ilustração, cujo talento e cujo esforço na vida me causam tanta admiração, endosse, mesmo profissionalmente, semelhante doutrina é que me entristece.

O liberal, o socialista Evaristo, quase anarquista, está me parecendo uma dessas engraçadas feministas do Brasil, gênero professora Daltro, que querem a emancipação da mulher unicamente para exercer sinecuras do governo e rendosos cargos políticos; mas que, quando se trata desse absurdo costume nosso de perdoar os maridos assassinos de suas mulheres, por isto ou aquilo, nada dizem e ficam na moita.

A meu ver, não há degradação maior para a mulher do que semelhante opinião quase geral; nada a degrada mais do que isso, penso eu. Entretanto...

Às vezes mesmo, o adultério é o que se vê e o que não se vê são outros interesses e despeites que só uma análise mais sutil podia revelar nesses lagos.

No crime da rua da Lapa, o criminoso, o marido, o interessado no caso, portanto, não alegou quando depôs sozinho que a sua mulher fosse adúltera; entretanto, a defesa, lemos nos jornais, está procurando “justificar” que ela o era.

O crime em si não me interessa, senão no que toca à minha piedade por ambos; mas, se tivesse de escrever um romance, e não é o caso, explicaria, ainda me louvando nos jornais, a coisa de modo talvez satisfatório.

Não quero, porém, escrever romances e estou mesmo disposto a não escrevê-los mais, se algum dia escrevi um, de acordo com os cânones da nossa crítica; por isso guardo as minhas observações e ilusões para o meu gasto e para o julgamento da nossa atroz sociedade burguesa, cujo espírito, cujos imperativos da nossa ação na vida animaram, o que parece absurdo, mas de que estou absolutamente certo — o protagonista do lamentável drama da rua da Lapa.

Afastei-me do meu objetivo, que era mostrar a grosseria, a barbaridade desse nosso costume de achar justo que o marido mate a mulher adúltera ou que a crê tal.

Toda a campanha para mostrar a iniquidade de semelhante julgamento não será perdida; e não deixo passar vaza que não diga algumas toscas palavras, condenando-o.

Se a coisa continuar assim, em breve, de lei costumeira, passará a lei escrita e retrogradamos às usanças selvagens que queimavam e enterravam vivas as adúlteras.

Convém, entretanto, lembrar que nas velhas legislações, havia casos de adultério legal. Creio que Sólon e Licurgo os admitia; creio mesmo ambos. Não tenho aqui o meu Plutarco. Seja, porém, como for, não digo que todos os adultérios são perdoáveis. Pior do que o adultério é o assassinato; e nós queremos criar uma espécie dele baseado na lei.

Publicada em *Bagatelas*

FEIRAS E MAFUÁS

Gazeta de Notícias, 28-7-1921

Ainda são do tempo da minha meninice as barraquinhas que se armavam no Campo de Santana, no largo em frente ao Quartel-General, aí pelo mês de junho, por ocasião das festas tradicionais deste mês. Eram as barraquinhas de Santo Antônio ou de Santana, não me lembro ao certo o nome popular que tinham; mas sei bem que os poderes públicos do tempo toleravam essa espécie de feira, alicerçada em toscas roletas, porque os empresários pretextavam que a renda dela era destinada a acabar as obras de matriz de Santana, na antiga rua das Flores.

Os virtuosos jornais da época sempre implicaram com tal coisa. Clamavam e apostrofavam contra a desenfreada jogatina que havia naquelas barraquinhas.

De fato, as prendas eram tiradas à sorte, que corria numa espécie de roleta, pinguelim, ou que outro nome tenha, com um certo número de bilhetes de baixo custo. Em geral, eram aves de galinheiro: perus, galinhas, patos, marrecos etc.; mas havia outras sortes: leitões, carneiros, cabras, rendas, potes, fitas etc.

Fui lá várias vezes, em menino; e a lembrança que dessa curiosa feira tenho é muito esbatida, diluída. Lembro-me bem dos bichos, e das barracas de tábuas, metim, sarrafos, iluminadas por toscos e fumarentos lampiões de querosene, que bem se pareciam com aqueles elementares a que as cozinheiras chamam “vagabundos”.

Veio a República, e logo as novas autoridades acabaram com aquela folgança de mês. A República chegou austera e ríspida. Ela vinha armada com a Política Positiva, de Comte, e com os seus complementos: um sabre e uma carabina. Esta, ela deixou no descanso; mas o espadagão, o sabre, ela pôs no seu escudo. Quem quiser que o veja; eu — posso-lhes garantir — que já estou cansado de vê-lo nos tímpanos dos portões dos edifícios públicos, ou, então, funcionando aqui, ali ou acolá, por estes Brasis em fora. Quando opera assim, a carabina o segue.

Não se pode dizer muito mal do positivismo. Ele trouxe vantagens à nossa cultura e às nossas instituições políticas.

Quanto à cultura, o comtismo republicano, com todos os seus exageros dogmáticos, mostrou bem que toda aquela que não se baseava no estudo da ciência, tendo por princípio a matemática, era inane e não valia nada.

De resto, apesar das orgulhosas pretensões a cavalo de batalha, como que ele leva, nas suas últimas consequências, a um perfeito ceticismo científico.

De modo que, hoje, qualquer um de nós, sem cultura especial alguma, mas que ouviu o senhor Teixeira Mendes e leu-lhe as brochuras de capa verde, está logo disposto a sorrir, quando vê doutores enxadristas ou arcandristas empertigarem-se, encherem as bochechas e dizer com toda a suficiência, a qualquer propósito: “porque a ciência”; a “ciência afirma” e outras frases que tais.

Em nome da religião têm-se praticado muitos crimes; em nome da arte têm-se justificado muitas sem-vergonhices; mas, atualmente, é a ciência que justifica crimes e também assaltos aos minguados orçamentos do país.

Mas, como dizia, a República severamente acabou com aquela folia de barraquinhas, no Campo de Santana, por ocasião do mês de São João. Se não me engano, elas se foram asilar no adro da igreja de Santana, na rua das Flores.

Também aí, creio que por causa dos rolos e conflitos, a polícia acabou com elas. A matriz ainda está por finalizar, e isto há talvez cinquenta anos.

É pena, porque, segundo parece, o seu projeto é do operoso Manuel de Araújo Porto Alegre, barão de Santo Ângelo.

Muito pouca gente, atualmente, se há de lembrar das antigas “barraquinhas” do campo. Eu mesmo já me havia esquecido delas, quando, há pouco, me vieram à lembrança, por causa de coisas congêneres, que, presentemente, há pelos subúrbios. Não sei se há mais; conheço, porém, duas: uma no Méier, em benefício das obras da igreja do Sagrado Coração de Maria; e outra no Engenho de Dentro, em benefício da construção da respectiva matriz.

O povo chama tais coisas de “mafuás”. Não atino qual seja a origem desse termo. Há quem diga que é corruptela do francês; *ma foi* — “minha fé”. Não sei se é isso; mas a etimologia não vem ao caso. Seja como for, “mafuá” é coisa pitoresca. Funciona aos domingos e é a festa, o passeio domingueiro, por excelência, do povo dos subúrbios. Toda aquela humilde gente que lá se acantona da melhor maneira possível, fustigada pelo látego da vida, durante

toda a semana, encontra no domingo de “mafuá” um derivativo da alegria e consolação para as suas mágoas, necessidades e tormentos morais.

Nas tardes em que eles funcionam, os bondes mastodônticos da Light chegam nas proximidades deles, apinhados de passageiros de outros subúrbios, onde não as há; e despejam uma multidão, que se vai colear por entre as barracas, sob a luz firme dos focos elétricos, ao compasso de uma charanga rouca e estridente, a espaços, olhando avidamente para aqueles objetos tentadores das barracas piedosas, na sua primeira tentação.

O branco domina o vestuário das mulheres; e o cinzento, os ternos dos homens. Nas barracas há de tudo. Há leitões, há carneiros, há galinhas, há cabritos, há chapéus, há bengalas; mas a barraca mais procurada é aquela em que se extraem por sorte frascos de perfumes. Nela, a competente “roda” gira o dobro de vezes mais do que as das outras em que se vendem coisas mais úteis e proveitosas. Há de haver quem censura.

Convém, porém, recordar que não é só de pão que vive o homem, e o *Cântico dos cânticos*, do grande Salomão, recende a mirra, a aloés, a sândalo, a nardo... Lá está a *Bíblia* sagrada: “Quem é esta, que sobe pelo deserto, como uma varinha, composta de aromas de mirra, e de incenso, e de toda a casta de polvilhos odoríferos?” E, por todo aquele poema bíblico, perpassa um sopro apaixonado de perfumes capitosos...

Em outra parte do mesmo venerável livro, no “Reis”, narrando os presentes que a rainha de Sabá ofereceu ao magnífico rei Salomão, a santa obra frisa muito bem esse capítulo dos perfumes: “Deu, pois, ao rei cento e vinte talentos d’ouro, e infinitos aromas, e pedras preciosas: desde então não se trouxeram a Jerusalém tantos aromas, como os que a rainha de Sabá deu ao rei Salomão”.

Se o sábio Salomão e a curiosíssima rainha de Sabá eram assim tão amigos de inebriantes aromas, por que os modestos suburbanos, de ambos os sexos e de todas as cores, não o podem ser também a seu modo e conforme as suas fortunas? *Homo sum...*

Em compensação, essas barracas, não a da rainha de Sabá, nem a do rei Salomão, mas as de perfumes dos “mafuás” suburbanos, são as que pagam mais caro arrendamento às irmandades respectivas.

Essa suburbana folgança domingueira acaba cedo, às dez horas da noite; e, então, é de ver-se o desfile daquela gente, a maioria cheia de decepções, mas uma boa parte carregando despreziosamente patos, perus, galinhas e leitões que grunhem, enquanto galinhas e galos, mais adiante, cacarejam.

Nos bondes e nos trens, quase sempre, há questões com os condutores, quando estes descobrem um “mafuense” carregando de contrabando um pato ou uma galinha. Há o que eles chamam o “lelé”: “Para o bonde! Salta! Não salta! Toca esta joça!” Afinal, o contrabandista apela, sobraçando o animal em penas, pois o jornal rompera-se e é difícil encontrar outro, naquelas últimas. Apesar de acabar cedo, tem acontecido muitas vezes que certos felizardos, aquinhoados com sortes de galinhas e perus, demoram-se pelo caminho; e, ao tomarem rumo de casa, em ruas escuras e desertas, são presos por uma patrulha excepcional, que os toma como ladrões de galinheiros familiares e levam-nos para a delegacia.

A ideia eclesiástica do “mafuá” não deixou de ter a sua repercussão nas concepções sociais dos nossos atuais dirigentes. O parentesco do “mafuá” com a “feira livre” da superintendência é evidente, é axiomático.

Há, entretanto, pequenas diferenças: o “mafuá” é à noite e a “feira livre” é pela manhã; nesta não há “rodas”, não há “pinguelim”, naquele há. E é só; no mais, ambos têm um constante ar de família. É a mesma coisa, com o idêntico aspecto da festa popular, pretexto para passeios e discretos namoros; e, tanto num, como na outra, vende-se de um tudo, como diz o povo. É mais outra semelhança. Não afianço; mas espero ver todos dois, daqui em breve, transformados em “carnaval”, com bisnagas, *confetti*, serpentinas, ranchos e blocos.

O princípio da feira livre é profundamente socialista. Ela visa eliminar o intermediário entre o consumidor e o produtor, mas, para os seus sábios iniciadores, o intermediário só é o varejista, escorchado de impostos, coisa que não acontece com o da feira, que quase não paga nada de emolumentos ao governo.

Há dias, fui a uma delas, na minha vizinhança; e surpreendi-me, vendo aí vender-se açúcar. Cheguei e fiz menção de comprar. Pedi um quilo. O homem passou-me um pacote. Perguntei então:

— O senhor não tem balança?

— Para quê? Isto aqui não é feira livre? É livre!

Concordei e, ao pagar o pacote, indaguei do industrial:

— De onde é este açúcar?

— Não sei... Isto é: é de Pernambuco ou de Campos. Por quê?

— Pensei que fosse da sua usina, aqui, nos arredores.

Afastei-me, deixando o homem espantado, com o espanto de quem acaba de falar com um maluco.

Mais adiante, parei, em face de um mercador que oferecia uma singular mercadoria. Eram sapatinhos de criança, toalhas de crochê, toucas, rendas de bilros etc. Entre estas últimas havia algumas lindas, bem-acabadas, de um desenho feliz, que bem podiam rivalizar com aquelas que o rei Alberto trouxe nos porões do *São Paulo* e são fabricadas em Bruxelas.

Conquanto o mercador tivesse uma catadura de domador de feras, eu me animei a dirigir-lhe a palavra, nestes termos:

— É o senhor mesmo quem faz essas lindas coisas de moça prendada?

— Que pergunta! Não; é minha mulher!

— Ah!

Encaminhei-me até um sujeito que vendia pintassilgos, canários e papacapins, lembrando-me de Hércules fiando aos pés de Onfale.

A feira estava no seu auge. Dos bondes desciam moças e senhoras aos magotes. Todas bem-vestidas e agasalhadas convenientemente. Os automóveis chegavam buzinando. Vi descer deles gente que não era positivamente suburbana. Tinham vindo, certamente, do Leme ou de Ipanema.

A modesta burguesia suburbana olhava esse pessoal que se diverte, com susto e, ao mesmo tempo, com estranha curiosidade.

Dentre ele, salientava-se uma guapa rapariga, morena, um tanto fanada, mas, assim mesmo, ainda bela com as suas viciosas olheiras roxas.

O cavalheiro que a acompanhava, apesar de ter passado a noite em claro, como era fácil de perceber, tinha ainda o colarinho imaculado e reluzente. Pelos dedos, pelo peito, anéis e brilhantes; a mulher também, tendo ainda por cima brincos, colares e braceletes.

Acompanhei-os com jeito. Dirigiram-se para a tenda do tal domador de feras, que vendia artefatos da feminina indústria doméstica. O domador, vendo a dama, tornou mais firme o seu mau olhar esperto. A rapariga disse então para o cavalheiro que lhe ia ao lado:

— Jaime, compra aqueles sapatinhos cor-de-rosa e aquela touca branca, com rendas.

— Para quê, Benvinda? — perguntou ele, surpreendido.

— Para pôr na Zezé.

— Que Zezé? — expectorou o rapaz.

— Tolo! A boneca, a minha boneca, que está lá no quarto. Não a tens visto?

— Bem — rematou o tal Jaime; e comprou as prendas domésticas do domador de leões, tigres e panteras.

Está aí uma coisa que não é lá muito suburbana: comprar toucas e sapatinhos para pôr em bonecas. Se fosse para bebês de carne e osso...

Publicada em *Feiras e mafuás*

ANÚNCIOS... ANÚNCIOS...

Para Todos, 8-10-1921

Quando bati à porta do gabinete de trabalho do meu amigo, ele estava estirado num divã improvisado com tábuas, caixões e um delgado colchão, lendo um jornal. Não levantou os olhos do quotidiano, e disse-me, naturalmente:

— Entra.

Entrei e sentei-me a uma cadeira de balanço, à espera de que ele acabasse a leitura, para darmos começo a um dedo de palestra. Ele, porém, não tirava os olhos do jornal que lia, com a atenção de quem está estudando coisas transcendentais. Impaciente, tirei um cigarro da algibeira, acendi-o e pus-me a fumá-lo sofregamente. Afinal, perdendo a paciência, fiz abruptamente:

— Que diabo tu lêes aí, que não me dás nenhuma atenção?

— Anúncios, meu caro; anúncios...

— É o recurso dos humoristas à cata de assuntos, ler anúncios.

— Não sou humorista e, se leio os anúncios, é para estudar a vida e a sociedade. Os anúncios são uma manifestação delas; e, às vezes, tão brutalmente as manifestam que a gente fica pasmo com a brutalidade deles. Vê tu os termos deste:

Aluga-se a gente branca, casal sem filhos, ou moço do comércio, um bom quarto de frente por 60\$ mensais, adiantados, na rua D. etc. etc.

“Penso que nenhum miliardário falaria tão rudemente aos pretendentes a uma qualquer de suas inúmeras casas; entretanto, o modesto proprietário de um cômodo de sessenta mil-réis não tem circunlóquios.”

— Que concluis daí?

— O que todos concluem. Mais vale depender dos grandes e dos poderosos do que dos pequenos que tenham, porventura, uma acidental distinção pessoal. O doutor burro é mais pedante que o doutor inteligente e ilustrado.

— Estás a fazer uma filosofia de anúncios?

— Não. Verifico nos anúncios velhos conceitos e preconceitos. Queres um outro? Ouve:

Senhora distinta, residindo em casa confortável, aceita uma menina para criar e educar com carinhos de mãe. Preço razoável. Cartas para este escritório, a Mme. etc. etc.

“Que te parece este anúncio, meu caro Jarbas?”

— Não lhe enxergo nada de notável.

— Pois possui.

— Não vejo em quê.

— Nisto: essa senhora distinta quer criar e educar com carinhos de mãe, uma menina; mas pede paga, preço razoável — lá está. É como se ela cobrasse os carinhos que distribuisse aos filhos e filhas. Percebeste?

— Percebo.

— Outra coisa que me surpreende, na leitura da seção de anúncios dos jornais, é a quantidade de cartomantes, feiticeiros, adivinhos, charlatães de toda a sorte que proclamam, sem nenhuma cerimônia, sem incômodos com a polícia, as suas virtudes sobre-humanas, os seus poderes ocultos, a sua capacidade milagrosa. Neste jornal, hoje, há mais de dez neste sentido. Vou ler este, que é o maior e o mais pitoresco. Escuta:

Cartomante — Dona Maria Sabida, consagrada pelo povo como a mais perita e a última palavra da cartomancia, e a última palavra em ciências ocultas; às excelentíssimas famílias do interior e fora da cidade, consultas por carta, sem a presença das pessoas, única neste gênero — máxima seriedade e rigoroso sigilo: residência à rua Visconde de xxx, perto das barcas, em Niterói, e caixa postal número x, Rio de Janeiro. Nota: — Maria Sabida é a cartomante mais popular em todo o Brasil.

“Não há dúvida alguma que essa gente tem clientela; mas o que julgo inadmissível é que se permita que “cavadoras” e “cavadores” venham a público, pela imprensa, aumentar o número de papalvos que acreditam neles. É tolerância demais.”

— Mas, Raimundo, donde te veio essa mania de ler anúncios e fazer considerações sobre eles?

— Eu te conto, com algum vagar.

— Pois conta lá!

— Eu me dava, há mais de um decênio, com um rapaz, cuja família paterna conheci. Um belo dia, ele me apareceu casado. Não julguei a coisa acertada, porque, ainda muito moço, estouvado de natureza e desregrado de temperamento, um casamento prematuro desses seria fatalmente um desastre. Não me enganei. Ele era gastador e ela não lhe ficava atrás. Os vencimentos do seu pequeno emprego não davam para os caprichos de ambos, de forma que a desarmonia surgiu logo entre eles. Vieram filhos, moléstias, e as condições pecuniárias do *ménage* foram ficando atrozes, e mais atrozes as relações entre os cônjuges. O marido, muito orgulhoso, não queria aceitar os socorros dos sogros. Não por estes, que eram bons e suasórios; mas pela fatuidade dos outros parentes da mulher, que não cessavam de lançar na cara desta os favores que recebia dos pais e decuplicar os defeitos do seu marido. Frequentemente brigavam, e todos nós, amigos do marido, que éramos também envolvidos no desprezo liliputiano dos parentes da mulher, intervínhamos e conseguíamos apaziguar as coisas por algum tempo. Mas a tempestade voltava, e era um eterno recomeçar. Por vezes, desanimávamos; mas não nos era possível deixá-los entregues a eles mesmos, pois ambos pareciam ter pouco juízo e não saber afrontar dificuldades materiais com resignação.

“Um belo dia, isto foi há bem quatro anos, depois de uma disputa infernal, a mulher deixa o lar conjugal e procura hospedagem na casa de uma pessoa amiga, nos subúrbios. Todos nós, os amigos do marido, sabíamos disso; mas fazíamos constar que ela estava fora com os filhos. Em determinada manhã, aqui mesmo, recebo uma carta com letra de mulher. Não estava habituado a semelhantes visitas e abri a carta com medo. Que seria? Fiz uma porção de conjecturas; e, embora com os olhos turvos, consegui ler o bilhete. Nele, a mulher do meu amigo pedia-me que a fosse ver, à rua tal, número tanto, estação xxx, para se aconselhar comigo. Fui de coração leve, porque a minha intenção era perfeitamente honesta. Em lá chegando, ela me contou toda a sua desdita, passou dez descomposturas no marido e disse-me que não queria saber mais dele, sendo a sua tenção ir para o interior trabalhar. Perguntei-lhe com o que contava. Na sua ingenuidade de menina pobre, criada com fumaças de riqueza, ela me mostrou um anúncio.”

— Então, é daí?

— É daí, sim.

— Que dizia o anúncio?

— Que, em Rio Claro ou São Carlos, não sei, numa localidade do interior de São Paulo, precisavam-se moças para trabalhar em costuras,

pagando-se bem. Ela me perguntou se devia responder, oferecendo-se. Disse-lhe que não e expliquei-lhe a razão. Tão ingênua era ela, que ainda não tinha atinado com a malandragem do anunciante... Despedi-me convencido de que seguiria o meu conselho leal; mas, estava tão fascinada e amargurada, que não me atendeu. Respondeu.

— Como soubeste?

— Por ela mesma. Ela me mandou chamar novamente e mostrou-me a resposta do meliante. Era uma cartinha melosa, com pretensões de amorosa, em que ele, o desconhecido correspondente, insinuava que coisa melhor do que costuras ela iria encontrar em Rio Claro ou São Carlos, junto dele. Pedia-lhe o retrato e, logo que fosse recebido, se agradasse, viria buscá-la. Era rico, podia fazer.

— Que disseste?

— O que devia dizer e já tinha dito, pois já previa que o tal anúncio fosse uma cilada, e cilada das mais completas. Que dizes agora do meu pendor pelas leituras de anúncios?

— Tem o que se aprender.

— É isto, meu caro: há anúncios e... anúncios...

Publicada em *Feiras e mafuás*

AS ESCORAS SABICHONAS

Revista Contemporânea, 19-4-1919

A Academia de Letras deu uma recepção e meteu lá dentro o senhor doutor Aluísio de Castro. É na verdade uma consagração. Desde o Colégio Kopke, o menino Aluísio já era um medalhão. Certo dia, um inspetor obscuro perguntou ao futuro doutor Aluísio o que queria ser. O meninote, sem pestanejar, declarou que queria ser o José Bonifácio do Largo de São Francisco.

Com tal ânimo infantil, o jovem letrado cresceu e subiu. Fez-se médico com um rosário de distinções, apesar da atrapalhão que lhe causava um rival obscuro que está aí obscuro como médico dos subúrbios. Não era bastante; precisava fazer descobertas.

No Brasil, é coisa fácil. Está à mão de qualquer um fazê-las, de uma hora para outra. O senhor Aluísio fez logo umas poucas e foi consagrado benfeitor da humanidade. Mas, como ele não queria cair no esquecimento, como o senhor Santos Dumont, tratou de escorar a sua glória. Fez-se acadêmico da Academia de Medicina, o que não lhe bastava, pois, logo em seguida, apesar dos conspícuos velhos barbadões que lá havia, o menino filho do doutor Francisco de Castro foi feito presidente da sociedade sábia.

Pouca gente tem essa honra; e, quase sempre, os maiores sábios sofrem a repulsão nos seus primeiros passos, dos seus próprios colegas e entendedores do assunto. O doutor Aluísio, não; ele foi como Minerva que saiu completa e sábia da cabeça do seu pai Júpiter. Convém que os eruditos notem esse acontecimento brasileiro que vem mostrar que a mitologia não é coisa tão fantástica como parece à primeira vista...

Mas, não bastava... O castelo podia ruir; era preciso mais um "botaréu"... Onde buscá-lo? No Senado? Na Câmara? Não. Era vulgar. Foi buscá-lo nas letras. Ah! As letras! Todos as desdenham e todos querem a glória que elas dão. Os que se entregam a elas, merecem dos homens sisudos e sábios os piores epítetos e qualificativos. Os menores são devassos, bêbados e ignorantes... Mas não há nenhum sujeito que tenha aprendido a ler, que tenha escrito uma carta à namorada, que tenha redigido uma reclamação aos jornais, que não se julgue literato e afilhado das musas.

Elas não os repelem, entretêm-nos nas suas tolices e desonestidades mentais, para zombar eternamente das suas vaidadezinhas, deixando-lhes os livros nas estantes das livrarias ou sob o pó das bibliotecas. Há, porém, um recurso: são as academias e as arcádias.

Aluísio queria a glória literária. As musas não falam a todos os mortais; mas a Academia tem recepções. Ei-lo literato, é homem de letras, sob o patrocínio de Afrânio Peixoto. É para notar que o senhor Peixoto diz, conforme está no seu discurso, que o senhor Castro tem os seus livros todos arrumadinhos nas estantes; as lombadas enfileiradas, com o rigor de soldados de um pelotão alemão. É traço psicológico que o senhor Miguel Couto já tinha registrado no mesmo doutor Castro. Não sabemos o que conclui daí; mas o lógico é pensar que o senhor Aluísio não mexe nos livros, não os lê, nem os consulta e é um estudioso.

Todas essas reflexões nos chegam para dar notícia do recebimento do senhor Aluísio no albergue intelectual da Praia da Lapa. Nós, verdadeiramente, não lhe lemos o discurso, nem o do seu paraninfo.

Evitamos fazê-lo para não nos estendermos mais. Deixamos o espaço reservado para quando o senhor Aluísio for recebido no Instituto de Ciências Morais e Políticas que, em breve, vai ser fundado em Petrópolis. Será *chic*; e quantas mais forem as sociedades sábias e *chics* a que pertencermos, mais sábios seremos nós daquilo que não sabemos.

Publicada em *Feiras e mafuás*

OS MÉDICOS E O ESPÍRITA

A.B.C., 19-3-1921

O caso de ter a Saúde Pública multado um médium espírita muito estimado em Botafogo, pelo fato de receitar remédios homeopáticos a clientes que o procuravam, fazendo isto da forma mais amplamente desinteressada, provoca um exame que sinto tê-lo de fazer muito perfunctoriamente sobre a mentalidade geral dos nossos médicos.

De todos os nossos doutores, o médico, com muitas exceções, é o mais estreito em descortino intelectual, e o é tanto mais quanto mais famoso é. Fora do campo de sua atividade mental, ele não enxerga nada que possa merecer consideração e muito menos que possa reagir sobre as suas teorias particulares, senão para tirar delas o valor absoluto que a limitação intelectual dos nossos grandes esculápios lhes empresta.

Objetivos *à outrance*, eles como que recebem o fato bruto e não o preparam pela análise, pela abstração e por outros processos lógicos para se incorporar ao pensamento abstrato, à ciência, enfim.

Se fossem físicos, diriam que a vara em parte mergulhada n'água está quebrada; se astrônomos, que o sol gira em torno da Terra; etc. etc.

Não admitem, já não direi uma crítica do conhecimento, mas uma simples crítica do poder e da verdade do que nos dizem os nossos sentidos.

Além dessa lamentável miopia mental, juntam a vaidade dos mediócrs, que podem ser celebridades e ocupar altos cargos oficiais e enchem-se de uma presunção profissional e uma vaidade pessoal que os levam a tomar atitudes de grão-sacerdotes e de infalibilidade papal.

Por vaidade, não querem que se diga que a medicina propriamente é uma "arte". Como, sendo como ela o é, os diminuísse de alguma forma; e, por presunção, para não se nivelarem com toda a gente que escreve, inventaram uma geringonça pseudoclássica, com a qual redigem os seus laboriosos tratados. Duros e desdenhosos com os seus subalternos não formados, eles levam esse espírito de superioridade sobre o resto dos homens, a sua presunção de inerrância, o sentimento do direito divino que lhes dá a carta, para as leis que elaboram ou projetam, favorecendo-os em tudo e outorgando-lhes todos

poderes e autoridades, deixando para os demais não formados migalhas e deveres humilhantes.

Preferia ser subordinado ao oficial — do Exército, bem entendido — mais truculento que houvesse, do que ao médico mas melífluo, nas salas de Botafogo ou nos desvãos do Municipal, que se conheça.

A medicina é importante atividade intelectual, mas não é a única importante e não chegou a tal ponto de perfeição que os médicos tenham na cabeça ou nos livros as leis que regem as moléstias e a sua cura e a organização do Universo.

Se eles fossem verdadeiramente cientistas haviam de ter dúvidas e nunca tentariam estabelecer na Terra a ditadura dos médicos, porque esta só seria válida se a medicina fosse uma verdade perfeitamente e completamente estabelecida.

Entretanto, aqui e acolá, as suas doutrinas estão sujeitas à caução ou se baseiam em outros dados científicos que, por uma pequena descoberta de amanhã, em disciplina muito afastada da arte de Hipócrates, podem ser deitadas por terra.

Os médicos, os nossos, porém, não querem ver isso e arrotam a infalibilidade do laboratório, como se este não fosse, em última análise, óptica, física, cujas leis amanhã podem ser derogadas ou mesmo revogadas.

Demais, essas odiosas medidas, consignadas no tal Código Negro, que a Saúde Pública ultimamente expediu, só visam os pobres, os desgraçados e os sem proteção...

Esse código é bem uma demonstração da limitação intelectual e sentimental do geral dos nossos médicos. Posto em prática, com todo o rigor e honestidade, ele poria o presidente da República, os congressistas e os juízes sob o guante do mais modesto funcionário da Saúde Pública. Ele cria em teoria a medicocracia ou que outro nome tenha.

O governo, o único de uma classe que é lógico consigo mesmo, é a teocracia, porque é de supor que os sacerdotes conheçam os segredos desígnios de Deus sobre os homens e os seus destinos; mas os de outra qualquer que não possuem semelhante sabedoria é ilógica e sem sentido.

Os médicos não querem saber disso e se arrogam ou se quiseram arrogar o direito de dirigir os engenheiros encarregados de obras de saneamento, de dirigir os políticos no governo dos povos, de substituir as mães no acalantar os filhos, de vetar o amor dos sexos com o auxílio da duvidosa reação de Wasserman etc. etc.

Como todos os iniciados, eles se julgam acima dos defeitos, vícios ou o que quer que seja que atribuem aos outros...

Quando foi por ocasião da morte do doutor Francisco de Castro, houve quem dissesse que o notável professor havia morrido de peste bubônica.

A Saúde Pública de então suspeitou disso, tanto que mandou verificar o óbito. O senhor Azevedo Sodré e outros médicos de sua roda ficaram indignados com a coisa, impediram a entrada do médico da higiene federal e houve um começo de “bate-boca” científico, como dizem eles.

Consta isto dos jornais do tempo. Pode ser verificado.

De forma que, para o doutíssimo Sodré e seus amigos, o doutor Francisco de Castro era um mestre excepcional que não podia ser vitimado por uma moléstia que atinge o comum dos mortais. Curiosa sabedoria!

Com mais paciência e tempo aos médicos que tanto gostam de gritar: são fatos!, podia apresentar mais fatos para demonstrar a contradição que eles revelam nas aplicações de suas severas e infalíveis teorias. Para os demais, principalmente os miseráveis, todo o rigor é pouco, é preciso mesmo o vexame e a brutalidade; mas, para os fartos, especialmente os médicos notáveis, não há necessidade de energias despóticas, porque, a esses, os *morbus* terríveis não atingem. A moléstia é como a fome: só alcança os pobres, os sem dinheiro. Concordo em parte.

Se assim é, o que o bom senso, embora eu não seja dele grande adepto, está a mostrar é que nós nos devemos preocupar principalmente em acabar com a miséria, com a pobreza, e não aumentá-las com impostos e com ostentações munificentes de sultões, de vizires e de paxás, para depois transformar a miséria e a epidemia, criarmos luxuosas repartições encarregadas de espalhar paliativos com apoio de medidas tirânicas e vexatórias.

Essas ligeiras considerações, porém, levaram-me longe e abandonei o caso do médium espírita.

De que acusam esse homem? De indicar remédios homeopáticos que lhe são indicados pelos espíritos dos mortos, cujas comunicações ele pode receber, devido a isto ou aquilo.

Há nisto, em primeiro lugar, o fato acessível ao exame de todos nós, que é o dos medicamentos homeopáticos. A doutrina vigente entre os magnatas médicos é que a homeopatia não cura, não tem nenhum poder terapêutico; os seus medicamentos são água pura, água de pote.

Não me trato pela homeopatia, mas noto que os médicos que assim se fazem, depois de severos estudos e em idade de madureza intelectual, adotam a

homeopatia. Hajam vista o doutor Licínio Cardoso, os falecidos Meireles, Murtinho e Nerval de Gouveia. Tais exemplos, se não me fazem mudar da minha habitual medicina, dão-me direito em não aceitar sobre a doutrina médica de Hahnemann o julgamento desdenhoso da quase totalidade dos nossos médicos.

Há, além, no caso do senhor Inácio Bittencourt, um fato de fé, de crença, sobre o qual os médicos da Saúde Pública não podem possuir nenhuma competência oficial para discutir, para negar ou aceitar.

Se os medicamentos que o senhor Bittencourt indica não inócuos e ele os indica em virtude de uma certa crença religiosa, não se pode encontrar em semelhante ato matéria para multa por infração ou processo por crime.

Isto tudo só pode existir no procedimento do médium para quem o julgar através da vaidade e da presunção dos nossos profissionais da medicina.

Eles se esquecem que nós vivemos, no dizer de Renan, de velhas crenças que estão sendo abaladas, entre as quais está o poder e certeza certa da ciência.

Ela talvez possa ser assim considerada, enquanto Ciência; mas, deixando o seu campo abstrato para aplicações práticas, periclita muito o seu império; e quem sabe disto não pode querer dominar os outros ou excomungá-los, em nome de deus tão vacilante.

Publicada em *Feiras e mafuás*

O FUTURISMO

Careta, 22-7-1922

São Paulo tem a virtude de descobrir o mel do pau em ninho de coruja. De quando em quando, ele nos manda umas novidades velhas de quarenta anos. Agora, por intermédio do meu simpático amigo Sérgio Buarque de Holanda, quer nos impingir como descoberta dele, São Paulo, o tal de “futurismo”.

Ora, nós já sabíamos perfeitamente da existência de semelhante maluquice, inventada por um senhor Marinetti, que fez representar em Paris, num teatro de arrabalde, uma peça — *Le Roi Bombance* — cuja única virtude era mostrar que “il Marinetti” tinha lido demais Rabelais.

Sabemos todos que o cura de Meudon floresceu no século XVI. Assim sendo, vejam os senhores como esse “futurismo” é mesmo arte, estética do futuro.

Recebi, e agradeço, uma revista de São Paulo que se intitula *Klaxon*. Em começo, pensei que se tratasse de uma revista de propaganda de alguma marca de automóveis americanos. Não havia para tal motivos de dúvidas, porque um nome tão estrambótico não podia ser senão inventado por mercadores americanos, para vender o seu produto.

Quem tem hábito de ler anúncios e catálogos que os Estados Unidos nos expedem num português misturado com espanhol sabe perfeitamente que os negociantes americanos possuem um talento especial para criar nomes grotescos para batizar as suas mercancias.

Estava neste “engano ledó e cego”, quando me dispus a ler a tal *Klaxon* ou *Clark*. Foi, então, que descobri que se tratava de uma revista de Arte, de Arte transcendente, destinada a revolucionar a literatura nacional e de outros países, inclusive a Judeia e a Bessarábia.

Disse cá comigo: esses moços tão estimáveis pensam mesmo que nós não sabíamos disso de futurismo? Há vinte anos, ou mais, que se fala nisto, e não há quem leia a mais ordinária revista francesa ou o pasquim mais ordinário da Itália que não conheça as cabotinagens do “il Marinetti”.

A originalidade desse senhor consiste em negar quando todos dizem sim; em avançar absurdos que ferem não só o senso comum, mas tudo o que é base e força da humanidade.

O que há de azedume neste artiguete não representa nenhuma hostilidade aos moços que fundaram a *Klaxon*; mas sim, a manifestação da minha sincera antipatia contra o grotesco “futurismo”, que no fundo não é senão brutalidade, grosseria e escatologia, sobretudo esta. Eis aí.

Publicada em *Feiras e mafuás*

A ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA

O POETA AVRÚNCIO AURORA DA ESTRELA — A SUA CANDIDATURA

I

VÁRIAS OPINIÕES

Revista Contemporânea, 12-7-1919

Damos hoje, nas colunas desta revista, o retrato do célebre poeta Avrúncio Aurora da Estrela, muito conhecido nesta cidade e no Brasil todo pelas suas obras, entre as quais sobressaem as *Borboletas silvestres* e *A mágoa de uma dor infinita*.

Embora fizéssemos todos os esforços cabíveis, não nos foi possível obter uma prova fotográfica do seu retrato *en bourgeois*, como queríamos. A que estampamos mostra o grande vate fardado de almirante tibetano, com que saiu no cortejo do Clube Carnavalesco Neve dos Maricás, pelo carnaval do ano passado, no carro alegórico “Ao Oceano”.

Toda a cidade, que assistiu à passagem de tão garboso préstito, lembra-se perfeitamente do sucesso do grande poeta, por essa ocasião, com os versos de sua lavra, que distribuía em folhas soltas. Para os mais deslembados damos aqui, deles, duas estrofes sobre o mar — que são um primor de feitura e de sentido. Ei-los:

Eis o mar azul d'águas prateadas,
Cheio de búzios, cheio de conchinhas,
Onde brincam peixes de escamas douradas,
Badejos, garoupas, robalos, pescadas
Amigavelmente como criancinhas!...

Nos cristais das rochas, os corais em mata

Rubros como o sangue dos decapitados,
Caprichosamente, qual rubra cascata,
Que das penedias altas se desata,
Assim vão caindo em espirais rendadas!...

Repararam bem nesse “mar azul de águas prateadas”? É genial, não? Mas...
adiante...

Além deste triunfo que, por ser vulgarmente popular, não deve ser levado à conta da sua glória, o poeta Avrúncio tem obtido outras mais provas com as suas obras de peso. Nas *Borboletas silvestres*, há mesmo uma poesia que teve o destino propício e feliz da “Minha terra tem palmeiras...”, do “Amor e medo”, da “Caridade e justiça”, e muitas outras recitadas por aí, sem que seja citado o nome do autor.

Damos aqui algumas partes dessa poesia — “Nosso Destino” —, embora estejamos convencidos da inutilidade disso, porquanto essa sua produção poética é, entre todas de todos os nossos poetas, a mais conhecida no Brasil todo, em Portugal, até em Goa.

Leiam:

A sorte não quer dos bárbaros os destinos
De andar sempre a cavalo
Pelo mundo perpetrando à toa desatinos
Da mente de robalo.

Ela quer na vida o sossego e a mansidão,
Das pérolas do coral
Que jazem no fundo do Oceano em quase escuridão,
Numa paz santa e moral.

Não comentaremos a métrica, que é das mais perfeitas e obedece a todas as exigências do velho Castilho, do Guimarães Passos, do Mário de Alencar, do senhor Osório Duque Estrada e do draconiano Banville.

A sua filosofia, entretanto, parece-nos nefasta e herética. Parece-nos este trabalho que citamos, e muitos outros, uma espécie de desejo de êxtase faquirístico, com a anulação de toda a ação, de quietismo — coisas que não são próprias de uma índole de imprescindível necessidade para os fins sociais, da atividade útil nos indivíduos, não podendo nós, por isso, deixar de lastimar o

encontro de tais doutrinas em poeta de tal graça e saber, tanto mais que, desde Fénelon e Mme. Guyon, o quietismo e teorias semelhantes pareciam ter desaparecido dos povos europeus e derivados. Vejamos, agora, o poeta.

A sua biografia é simples, mas não tão simples que ele não tenha história como os povos felizes. Ele é simples porque não tem obscuridades, nem problemas a desafiar a sagacidade dos Pelinos Guedes e outros especialistas menores.

Nasceu na cidade da Barra do Rio Grande, estado da Bahia, margem esquerda do nativista São Francisco, cidade importante, culta, progressista, uma das mais curiosas e notáveis da hinterlândia brasileira, pátria de Cotejipe, possuindo bibliotecas, associações literárias e artísticas, jornais etc.

Avrúncio Aurora da Estrela logo bem cedo mostrou o seu pendor para as letras e frequentou os estudos que a sua cidade natal podia oferecer. Terminados que foram, nunca deixou de lidar com as rimas e era sabido na Barra que ele retinha de cor todos os livros que existiam na biblioteca municipal. Para poder viver, fez-se sacristão de uma irmandade, mas sem deixar de frequentar “candomblés” e sessões espíritas. Dessa mescla de crenças, dessa amálgama de religiões ou de religiosidades, não lhe podia deixar de advir, como adveio, uma grande simpatia por Antônio Conselheiro.

Peregrinou para Canudos e lá ficou, vindo a ser secretário, ou coisa que valha, do famoso João Abade, de quem tanto fala Euclides da Cunha.

As suas luzes foram aproveitadas no Santo Arraial e ele ficou sendo o seu sábio e o seu letrado. Era ele quem compunha as rezas; era ele quem fazia as práticas na igreja em dias de santo de guarda ou da devoção particular das gentes do arraial. Era também médico, mágico e feiticeiro; e a sua terapêutica consistia, em geral, em rezas, exorcismos e penitências.

Por acaso, entre os despojos de uma das expedições derrotadas foi encontrada uma álgebra de Cunha; e, chegando ela às mãos de Avrúncio, achou este, logo, no humilde compêndio, um livro de magia e sortilégio.

O binômio de Newton, então, pareceu-lhe ter virtudes poderosíssimas para todas as moléstias e encantamentos; e, com mão canhota e inábil, copiava-lhe o desenvolvimento e o aplicava à cópia, para curar isto e aquilo, em emplastros, em “breves” e, até, em pílulas. A fortuna não a ganhou por esse tempo, mas depois de acabada a guerra, pois ficara depositário de muitos segredos fáceis. Nem sempre são lorotas as histórias de tesouros enterrados...

A modificação da sua mentalidade místico-médica para o estado atual, quase normal, deu-se em condições bem íngremes que lembram de algum

modo um terrível episódio da vida de Dostoiévski.

Avrúncio, após a vitória de Artur Oscar, estava para ser degolado, quando um oficial superior, honesto, jocoso e corajoso, passou pelo local e presenciou os preparativos da cena. Sem medir outras consequências, senão as dos deveres de homem e de militar, impediu que o crime se consumasse e pôs Avrúncio sob a sua proteção.

O abalo, que devia levá-lo para mais perto ainda de Deus, trouxe-o, no entanto, para junto dos homens; e, ei-lo, daí em diante, a poetar profanamente, como já vimos. Reside, desde muito tempo, na ilha do Governador, bem junto ao coronel Pio Dutra, intendente municipal, no lugar de Zumbi.

Sua casa, como os senhores estão vendo no *cliché*, ao lado, é uma espécie de *bungalow* ou *bungalow* anglo-indiano, ao jeito daquelas que os ingleses usam na roça do “país” que o divino Ganges beija e torna sagrado.

A sua vivenda olha o Juquiá, um braço de mar que a gente da ilha teima em chamar rio.

Todas essas rápidas informações sobre a vida e a obra do senhor Avrúncio Aurora da Estrela são agora aqui registradas pelo fato do ilustre poeta ter se apresentado candidato a uma vaga existente na nossa quase secular Academia Nacional de Medicina.

Avrúncio Aurora da Estrela não sabe terapêutica, não sabe anatomia, fisiologia, uma patologia qualquer, não sabe arte de formular, farmacologia etc.; não é obstetra, não é ginecologista, não é dermatologista, não é operador, não é médico de clínica em geral; é, entretanto, um grande poeta e esse título deve valer-lhe a admissão entre os seus pares médicos.

Não é possível que os nossos grandes médicos de todos os matizes, com a sua proficiência, com o seu largo saber, queiram transformar a nobre e venerável Academia Nacional de Medicina em um cenáculo estreito de especialistas, transformando aquilo em estéril sodalício (V. Pinto da Rocha), a obedecer a um cego critério de competências restritas, em tal ou qual assunto, em vez de ser um amplo templo para receber todas as inteligências e reputações que sacrifiquem no altar do Saber, da Arte, da Ciência, da Literatura, enfim, da Cultura em geral.

Esposando a candidatura do senhor Avrúncio, a *Revista Contemporânea* resolveu encarregar o seu colaborador que este subscreve de ouvir diversas pessoas conspícuas, a fim de fechar a boca de dezoito de vários médicos sem clínica e sem letras, que andam murmurando contra tal candidatura nas tascas e botequins. Ouvimos o senhor Lacerda de Almeida, canônico e sinóptico

jurisconsulto; o senhor Coelho Neto, o senhor Índio do Brasil, o senhor Afrânio Peixoto, o senhor Aluísio de Castro, o senhor Alexandrino de Alencar, o senhor Miguel Couto, o senhor Parreiras, o senhor Alberto Nepomuceno e muitos outros.

Publicaremos essas opiniões à medida que elas nos forem fornecidas; e os leitores verão como Avrúncio Aurora da Estrela, grande poeta quietista, vai acabar expoente da medicina e farmácia máximas, como já o é pelo seu alto valor poético.

II

Revista Contemporânea, 26-7-1919

Esposando a candidatura do Senhor Avrúncio a uma cadeira vaga na Academia de Medicina, a *Revista Contemporânea* tinha-o feito instintivamente, sem procurar razões e argumentos para justificá-la; mas a grita que em certos círculos intelectuais nossos despertou a pretensão do autor das *Borboletas silvestres* obrigou-nos a procurar umas e outros de forma a justificar aos olhos dos nossos leitores a nossa atitude no caso que, agora, está tomando as proporções de um escândalo sem semelhantes.

Procuramos as leis do Brasil, sobretudo as principais. Consultamos a Constituição da República e ela era omissa; consultamos o Código Civil e ele nada dizia a respeito; o Código Comercial, também, tanto mais que não trata do direito de anunciar, conquanto fale em marcas de fábricas e coisas parecidas; folheamos o Código Penal e lá não encontramos um capítulo, título ou que nome tenha em que se cominassem penas aos “crimes contra a honestidade de pensamento”.

Entendíamos que devia haver esse capítulo, porquanto, se a lei pune diversas desonestidades, deve punir também aquela que macula, viola, desmoraliza a mais nobre das faculdades humanas — o pensamento. Já o filósofo disse: penso, logo existo.

Avrúncio — e isto logo se afigurou a muitos — é poeta; e pretender uma recompensa de ordem médica parece evidente que demonstra uma falta elementar de retidão de inteligência.

Honesto e coerente seria ele pleitear recompensas, galardões de natureza literária; mas demandá-las de feitio esculapiano ou farmacopáico é proceder de má-fé, como falsário de coisas da inteligência. É o que dizem muitos, por aí.

É verdade que outros contrapõem a isso as razões de que ele cura as coisas pelo espiritismo e, na roça, receitava chá de folhas de goiabeira, para dor de barriga, de folhas de pitangueira, para febre, de erva-cidreira, de erva-silvina e outras mezinhas; mas tudo isto, conquanto não se possa dizer que não seja de todo medicina, não forma título para que se arreie com a consideração de médico e médico notável, candidato à academia de médicos — objetam os adversários da sua candidatura.

Adiantam ainda estes que ele não é médico, pelos mesmos motivos que não se pode considerar homem de letras todo sujeito que escreva correto, bonito, floreado. Há verdadeiros homens de letras, continuam os inimigos de Avrúncio, que não escrevem assim e o são, às vezes, dos maiores; a questão é o destino das obras e a sua natureza íntima.

Para cortar o debate que se está azedando nos círculos intelectuais desta cidade e dos estados, foi que tomamos a resolução de ouvir as sumidades.

Estava a calhar o senhor Coelho Neto, que é um dos nossos mais curiosos intelectuais, e não podíamos deixar de ouvi-lo. Sem força de abstração, muito concreto, sem nada de filósofo, incapaz, portanto, para as ideias gerais, ele só vê em tudo o fato bruto que, para as altas criações intelectuais de qualquer ordem, pouco ou nada diz, por isso mesmo não consegue apanhar entre eles relações, inferências, consequências, parentescos, senão os mais evidentes e vulgares.

Muito concreto, como já dissemos, entretanto, possui uma singular imaginação que consiste em violências extremadas contra o tempo e contra o espaço, não para chegar a uma cine-fantasia, mas para alcançar o real-bonitinho. Damos um exemplo disso no *cliché* que acompanha este artigo. Além disto, é um helenizante, à moda da Arcádia ou do abade Barthélemy, com umas tinturas suspeitas de modernismo.

É, no fim de contas, um Anacársis que não tivesse visto a Grécia antiga senão em estampas do seu tempo e de alguns anos após.

Cabe muito bem lembrar aqui a observação que Sainte-Beuve faz tratando da obra de Barthélemy:

Je ne veux pas trop presser ses défauts, on les sent bien aujourd'hui (dezembro de 1852); mais il eut, à son moment, sa grace et son utilité relative. L'idée qu'on se faisait de la Grèce, de cette littérature et de cette contrée célèbre, n'a pas toujours été la même en France, et elle a

passé depuis trois siècles, par bien de variations et vicissitudes. Si l'on nous faisait autrefois de l'ancienne Grèce une image trop amollie et trop riante, ne nous la fait-on pas trop dure et trop sauvage aujourd'hui?

O atilado crítico desenvolve, nas suas *Causeries du Lundi*, vol. 7, pág. 170, estas considerações; e, além delas, muitas outras mais, hoje, podiam ser feitas e desenvolvidas, à luz das mais recentes descobertas e investigações arqueológicas. Basta recordar o caso dos mármore brancos, puros etc. do velho formulário grego, tidos como regra pelos artistas da Renascença e em que os artistas de antanho, entre eles o respeitável Winckelmann, faziam residir o belo superideal, a grandeza divina da arte grega e outras coisas majestosas, mas que, atualmente, está constatado que eram coloridos, como qualquer um pode saber, com auxílio de livros baratos, e foi o tempo unicamente que fez desaparecer deles a pintura. As imaculadas frisas do Partenon, tão virgens do pincel e da brocha... Continuemos...

Pela época em que Sainte-Beuve escrevia as observações citadas, ou poucos anos depois, E. Laboulaye, prefaciando uma tradução da *Política*, de Aristóteles, notava que, em face da renovação dos métodos de estudo das mitologias, da linguística, da arqueologia etc., as nossas concepções atuais sobre as coisas antigas tinham mudado em muito das passadas, podendo-se até afirmar, como ele afirma: “*rien de plus neuf aujourd'hui que l'antiquité.*”

Essa antiguidade volúvel e fugaz, sendo ora uma coisa, ora outra, tendo hoje esse aspecto, e amanhã aquele, ao sabor das descobertas dos arqueólogos, das suas *fouilles* felizes e das interpretações dos eruditos, tem permitido a cada época, e, mesmo, a cada indivíduo particularmente, organizar uma Grécia a seu modo e parecer, para o seu uso próprio.

Como o jovem Anacársis, que, pela mão do reverendo Barthélemy, viajou pela Grécia, o senhor Coelho Neto fez também uma espécie de Grécia sua, em que há mais gladiadores romanos do que mesmo mancebos, de quando em quando entregues a jogos atléticos de feição religiosa; e não soube pôr na sua senão as estátuas obesas de sua decadência, que são as que nos restam, e o pedagogo Hesíodo olvidou as estatuetas de Tânagra e as comédias de Aristófanes, esquecendo ainda — o que é pior! — que nós não podemos mais animar os seus deuses, pois deixaram de ser os mesmos, criados segundo os nossos temores, os nossos sonhos e as nossas esperanças, à imagem e ao nosso gosto modernos. Além de tudo isto, como Sainte-Beuve diz, referindo-se ao Anacársis e como discípulo *arriéré* do duvidoso Flaubert da *Salammbô*, só via

esplendores e curiosidades brilhantes e pôs na sua Grécia, de lado, alguns defeitos daquelas gentes, daquelas instituições em que a escravatura era a base de sua vida agrícola, industrial e até guerreira (os remeiros dos barcos), a prostituição divinizada, a opressão e a espoliação das raças vencidas, a incoerente democracia em que o direito de cidadania era reservado a um pequeno número de habitantes, o gineceu e outras *cositas más*.

Os fundamentos últimos de todas as atividades das sociedades primitivas, e mesmo de muitas mais recentes, estavam na religião; e os jogos atléticos eram cerimônias mais religiosas do que civis e higiênicas, mesmo porque o direito de cidadão lá não tinha outro fundamento senão o de rezar, comungar, fazer oferendas, portanto, ser protegido pelo Deus da cidade.

De acordo com tais vistas muito gregas, o senhor Coelho Neto está trabalhando para incorporar o *football* à liturgia de algumas das religiões modernas, certamente à da Católica Romana. Já houve um passo nesse sentido com a bênção do cardeal ao tanque...

Não obstante tudo isto, a ingênua admiração do senhor Coelho Neto pela sua Grécia *ad hoc*, jogadora do honroso *football*, causa-nos inveja, por não possuímos como ele essa formidável capacidade de autoengano que vem demonstrando nas suas arengas esportivas e outras.

Se nos fosse dado contemplar a “Vitória de Samotrácia”, no Louvre, estamos certos que a contemplaríamos com o mesmo espírito de curiosidade intelectual e a mesma profana perquirição aguda com que examinaríamos uma manipanso nagô ou uma “igaçaba tupaica”. Diante de nós, esteve um documento etnográfico que nos levava a adivinhar, reconstruir, sentir e pensar, por nossa vez, o pensamento e o sentimento que o criaram.

Entretanto, de trabalho mental semelhante somos dispensados quando, nas casas paternas, deparamos as toscas imagens dos nossos deuses penates — Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora da Conceição e São João Batista. É que eles não morrem de todo na nossa ideia e nos nossos sentimentos; e os sentimos com algum mistério, logo de chofre, sem nenhum trabalho de reflexão, de raciocínio e erudição. Emocionam religiosamente, sem noção preliminar alguma.

O senhor Coelho Neto, porém, não se liberta do seu postulado grego e daí deduz tudo com uma força de lógica inqualificável. É uma forma sua de pensar e tão forte que, nos arredores de sua residência, naqueles poucos hectômetros quadrados, cheios de casas do mais banal tipo burguês, ele teima

em ver a Hélade, aproximando e misturando, por cima deles, a Tessália com a Lacônia, a Beócia com a Élide...

Por aí, iríamos longe; mas convém pôr cobro às divagações, para apressar o registro da opinião do notável homem de letras. Vamos dá-la. Precipitemo-nos.

O senhor Coelho Neto, com aquela sua ênfase habitual e um “ar” de quem está em transe, possuído de uma divindade oracular qualquer, a comunicar terríveis vaticínios aos mortais, falou-nos assim:

— A rua Farani são as Termópilas; a rua do Roso é a planície de Salamina, onde Temístocles derrotou o cita Suvóroff, cavalgando uma trirreme de quatro rodas. O conselho é a fé, fé é o *football*. Tirai da humanidade os pés, ela nada vale; tirai-lhe a fé, ela será um esconjuro.

O ‘Bardito’ e a ‘Página de álbum’ são cantos de uma e outra coisa; o vilancete é uma *kyrie* de amor. Amor é naufrágio e ancoragem da vida. É naufrágio porque nos despedaçamos em outra vida; é ancoragem porque nos torna imóveis no mar da existência. É mais encalhe do que naufrágio.

Só o Amor faz falar com beleza; e só a Arte sabe registrar essas falas. Os helenos, para tudo, pediam emprestado à Arte a sua divina linguagem; Mnemósine, a excelsa mãe das Musas, ama o verso, e o verso é mnemônico.

O poeta Avrúncio presta culto à Arte e ao Verso, mas não é um aedo; é de Asclépios que a sua inspiração toma origem.

Não vai discutir a sua maneira de revelar-se, porquanto os deuses do Olimpo muitas formas têm de se mostrar aos mortais.

Atena é deusa do relâmpago, do raio; é protetora de cidades; é deusa do saber e das artes da paz, e é deusa da Guerra.

Há Atena Prómacos; há Atena Estêneas; há Atena Palas; há Atena Partenon; há Atena Estalcómene; há Atena Higeia, que me batizou o *football* em Sua Eminência o cardeal-arcebispo. Há, enfim, a Palas-Atena, cujas magníficas festas se celebravam no terceiro ano de cada olimpíada, no mês de *hecatombaeon*, quando a cidade lhe oferecia um novo *peplos*. São, portanto, muitas; e, entretanto, são uma única. É a virtude, e nesta palavra está toda a Deusa dos olhos glaucos.

Avrúncio, tal e qual a Deusa guerreira e virgem, parecendo vário, é único. É um descendente de Asclépios, o filho de Apolo e divino discípulo do centauro Quíron. Toda a sua atividade como acólito, corifeu em Canudos, hoplita e rapsodo tem dimanado do desejo e da missão de curar almas e corpos.

No Areópago hipocrático, pode sentar-se, não como arconte que foi do saber de Asclépios, mas que o é ainda, no seu amplo verso em que murmura o pélagos do Bósforo Cimério.

Tendo organizado as nossas notas e submetido à sua aprovação, despedimo-nos do senhor Neto, deixando-o entregue a seus trabalhos na

Faculdade de Ciências Dramáticas, de que é diretor, como sabem.

Na Avenida, encontramos-nos com o senador Pires Ferreira. Era uma opinião respeitável. Não hesitamos; abordamo-lo. Depois dos cumprimentos, perguntamos ao pai da Pátria:

— Que acha Vossa Excelência da candidatura do Avrúncio à Academia de Medicina?

— Por que não? — acudiu logo o senador. — Não sou eu, por acaso, marechal do Exército?

Deixou-nos logo, pois tinha pressa em chegar ao Clube Militar.

Publicada em *Feiras e mafuás*

RELÍQUIAS, OSSOS E COLCHÕES

Careta, 28-1-1922

Como herdeiro de Estácio de Sá, o nosso maravilhoso prefeito, com toda a solenidade, e após cerimônias preliminares, resolveu transferir os veneráveis ossos do venerável “avô”, do Castelo para outro local desta cidade.

Estácio de Sá não sei se teve algum título do governo da cidade que fundou. Sei, porém, que, quando andou por aqui, isto ainda era uma brenha braba, cheia de bichinhos e bicharocos, onde se espalhavam franceses ousados nas malocas do gentio aguerrido, seu aliado e industriado no melhor modo de combater os portugueses.

Frei Vicente do Salvador conta com muita simplicidade como Estácio fundou a cidade. Entrou, com seus companheiros, na enseada a 1º de março de 1565, e “saltaram em terra, e feitos tujupares, que são umas tendas ou choupanas de palha, para morarem, onde agora chamam cidade velha, ao pé de um penedo que se vai às nuvens, chamado Pão de Açúcar etc. etc.”

Portanto, o esforçado capitão-mor morava numa cabana coberta de colmo e dormia num jirau. Imagino o sofrimento do conquistador com os mosquitos; e adivinho também que, em sonhos, o parente do poeta Sá de Miranda tivesse antevisto a nossa atual Saúde Pública, matando-os num ano, criando-os em outros, para gáudio das angélicas enfermeiras norte-americanas.

Se eu tivesse a veia épica, como um cronista esportivo, escreveria uma epopeia sobre a fundação do Rio de Janeiro e, num canto, desenvolveria esse sonho de Estácio. Infelizmente, porém, a minha musa não tem essa capacidade, e tomo o alvitre de apontar a ideia a outrem mais bem-dotado.

A vida que, durante dois anos, levou, no sopé do Pão de Açúcar, o guerreiro português, não era das mais cômodas, tanto mais que tinha de guerrear incessantemente — uma guerra prolixa, como a chama frei Vicente do Salvador.

Foi pena que ele ainda não previsse o tino administrativo dos prefeitos modernos que se preocupam com hotéis luxuosos e “mosquiteiros” patenteados.

Estou bem certo se assim fosse, mais depressa teria batido aos franceses e aos tamoios, seus aliados, dispensando o auxílio do tio; e hoje teríamos um Rio de Janeiro completamente cassino suíço, para repouso dos estrangeiros e desespero dos nacionais.

Naquele tempo, porém, os governadores e guerreiros não tinham essas úteis e paternas preocupações de conforto exagerado dos recém-chegados à fortuna. Eram nobres de quatro costados, e a sua nobreza não se manifestava com calistas e “manicures”, mas em feitos duradouros. Dormiam em cima de jiraus e puxavam valorosamente o terçado quando o inimigo os obrigava. O senhor Carlos Sampaio que, por via do seu cargo, descende de Estácio de Sá, estaria bem aviado se tivesse que levar a vida que este levava. Pode-se lá admitir, o operoso administrador que o senhor Carlos Sampaio é, sem cadeiras estofadas, automóvel e sem serviços de porcelanas, para as suas refeições? Absolutamente não.

O senhor Parreiras pintou uma grande tela que está no Paço Municipal, representando a morte do fundador desta cidade.

O atual capitão-mor da nossa metrópole, quando sai do seu gabinete, topa logo com esse quadro. Disse-me um amigo que, certa vez, o senhor Sampaio parou diante da obra do senhor Parreiras e observou a um “toma-largura” da sua comitiva:

— Você está vendo onde o “meu” Estácio morava? Num casebre indigno da “Favela”... A “coisa” vem de longe... Ainda querem que eu acabe com “aquilo”... O mal tem raízes antigas.

Isto não impediu que ele fosse cheio de compunção assistir a exumação dos restos do esforçado guerrilheiro português. Há quem duvide que os tais despojos fúnebres sejam mesmo de Estácio de Sá. Eu admito que sejam, porque ainda não apareceram outros do sobrinho de Mem de Sá, como tem acontecido com vários heróis e relíquias de santos e do próprio Nosso Senhor Jesus Cristo.

Esse culto a relíquias e a restos mortais de santos e heróis é coisa sempre duvidosa, não pela sua essência que, em geral, é segura; mas pela autenticidade dos objetos, das imagens, das tíbias, dos fêmures que, às vezes, podiam ter pertencido a varões de vida pouco edificante. Não lembro aqui *A relíquia* do Eça, porque toda a gente a conhece; lembro, entretanto, um conhecido prolóquio popular: “Mais vale a fé do que o pau da barca.”

Tudo me leva a acreditar que o senhor Sampaio pensa assim, e as homenagens que prestou aos ossos de Estácio de Sá revestiram-se da maior fé

de que tinha mesmo, sob os seus olhos, o esqueleto do seu antecessor e quase parente. Além da compunção que o ato de exumação exigia, o prefeito contemporâneo devia também sentir remorsos, em presença daquela ossada do fundador do Rio de Janeiro, abrigado dentro da baía, e que ele e mais outros colegas estão transferindo para as margens do alto oceano, no intuito de valorizar terrenos sobre águas.

É que Estácio de Sá a fundara assim, porque dormia em jiraus e a cama dura dos seus sucessores não os pode suporta, é refinadamente civilizada e pede colchões macios e de grande preço, segundo os preceitos de Wall Street.

Publicada em *Feiras e mafuás*

POBRE EUCLIDES!

Careta, 16-7-1921

Ao doutor Cortes Júnior

Lembrou-se Cantagalo de que Euclides da Cunha tinha lá nascido — coisa que, talvez, ele já se tivesse de todo esquecido — e levantou-lhe uma herma que foi inaugurada há dias.

O orador oficial, o senhor doutor Cortes Júnior, que deve ser por força membro da Academia Fluminense de Letras (dentro em breve, haverá também municipais), produziu uma notável peça oratória que ele nos ameaça de desenvolver em obra de “maior monta”.

Chamo a atenção dos leitores para ela, não só porque os jornais daqui não a trouxeram, pouco se ocupando com a festança cantagalense, como também porque, sob o ponto de vista literário, deixa a perder de vista o extraordinário e saboroso parecer do deputado Raul Alves sobre o projeto criando um Teatro Nacional.

Vou dar alguns trechos. Vejam só esta explicação preliminar: “Euclides da Cunha — Como centro cíclico do mais sério movimento nacionalista do Brasil.”

Esse negócio de “centro cíclico” é que não compreende a minha vulgar geometria; o que, porém, não impede que a do doutor Cortes possa admitir. Olhe, doutor: quando o senhor desenvolver a sua portentosa oração em livro, faça o favor de me explicar isso de acordo com o F.I.C. e o Comberousse! Não se esqueça, ouviu?

Logo no primeiro período, vemos que o doutor tem ideias especiais sobre mecânica. Ei-lo:

Não vimos chorar a memória de Euclides da Cunha, senão glorificá-la, já radiosamente redivivo, a desdobrar-se ubíqua e subjetivamente, no tempo e no espaço, ao fluxo de objetividades palpitantes como o nosso Congresso em torno desta herma e desatando-se numa incoercível dinâmica criadora de ideias fecundas e sentimentos iluminados.

Leram? Pois está lá; e não é só. Temos ainda muita coisa:

Pranteá-lo seria desacatar as suas próprias cinzas que se agitariam, diminuídas; porque, morrendo, o mestre criou uma progênie de alfinos espirituais, sem conta, e certo teria dado muitas vidas se suspeitasse que assim presentearia o Brasil com as dezenas de discípulos que se veem avultando em qualidade e quantidade no ambiente das letras patricias.

Vejam só a lógica do acadêmico, para uso e gozo somente de Niterói!

Euclides só podia ter discípulos depois de morrer. Homessa! Pois olhe, senhor acadêmico limitador, era bem bom que ele estivesse vivo, porquanto, julgando-se o senhor — como dá a entender — discípulo do autor d’*Os Sertões*, talvez fizesse ele a obra de caridade de ensinar ao doutor Cortes alguma coisa de literatura, de bom gosto e de bom senso.

Temos agora este pedaço cheio de uma transcendência, de uma confusão, que só um grande filósofo, como o ilustre imortal da Praia Grande podia conceber, escrever e recitar. Leiam-no e guardem:

Somente Euclides, nos começos deste século, poderia escrever um livro que tal, porque ele foi sem dúvida um produto cíclico de ânsias subscientes e de circunstâncias convergentes na hora histórica em que o Brasil, depois do evoluir modorrento de quatro séculos, tendo saltado abruptamente do unitarismo monárquico para o descentralismo republicano, sem unificação territorial, sem educação democrática, despreocupado por inteiro do que era e é realmente, no seu arcabouço orgânico, ante o expansionismo incipiente das nações setentrionais, viu-se desde logo na liça das mais graves questões de sociologia, política e economia internacionais.

O discurso é quase sempre assim, uma maravilha. Ele deve ser lido do começo ao fim e saboreado com gostosas risadas.

O senhor doutor Cortes não é um autor grave e severo, como o seu mestre putativo; é antes um humorista que nos podia auxiliar nesta revista.

A sua portentosa oração só causa riso; e estou a adivinhar que, depois de se ficar sabendo disto aqui no Rio, a sua colaboração vai ser disputada pelos jornais alegres.

O doutor Cortes quis fazer obra de pensador e de filósofo; mas notabilizou-se como autor cômico, e dos melhores. Damo-lhe os parabéns e lembramos-lhe a propósito o rifão popular que resume esse memorável acontecimento literário: “Atirar no que viu e matar o que não viu.” Não

perdeu, portanto, o seu tempo. Antes assim, embora Euclides da Cunha sofresse muito.

Publicada em *Feiras e mafuás*

BENDITO FOOTBALL

Careta, 1-10-1921

Não há dúvida alguma que o *football* é uma instituição benemerita, cujo rol de serviços ao país vem sendo imenso e parece não querer ter fim.

Com a citação deles, podíamos encher colunas e colunas desta revista, se tanto quiséssemos e para isso nos sobrasse paciência.

Não é preciso. É bastante elucidativa a enumeração de alguns principais. Um deles, senão o primordial, é ter trazido, para notoriedade das páginas jornalísticas e das festanças e rega-bofes dos Césares destas bandas, nomes de obscuros cavalheiros, doutores ou não, sequiosos de glória, que, sem ele, não teriam um destaque qualquer, fosse de que natureza fosse.

Um outro é ter permitido que os trabalhadores de ofícios em que se exige grande força muscular nas pernas e nos pés, tais como: o de caixeiro de bancos, o de empregado em lojas comerciais e em escritórios, o de funcionário público, o de estudante e o de profissional do “desvio”, realizassem as suas respectivas profissões com perfeição e segurança de quem dispõe de poderosos “extensores”, “pediosos”, “perôneos”, “tíbias” etc. etc.

Não falemos da gesticulação e falatório dos “torcedores” e “torcedoras”, nem dos soberbos rolos que coroam partidas magistrais.

Além daqueles ótimos serviços, que citamos, prestados, pelo *football*, à Pátria e à mocidade brasileira há mais de quarenta anos, falemos de um terceiro mais geral de que todos nós brasileiros lhe somos devedores: ele tem conseguido, graças a apostas belicosas e rancorosas, estabelecer não só a rivalidade entre vários bairros da cidade, mas também o dissídio entre as divisões políticas do Brasil. Haja vista o que se tem passado entre São Paulo e Rio de Janeiro e vice-versa, por causa do jogo de pontapés na bola.

O *football* é eminentemente um fator de dissensão. Agora mesmo, ele acaba de dar provas disso com a organização das turmas de jogadores que vão à Argentina atirar bolas com os pés, de cá para lá, em disputa internacional. O *Correio da Manhã*, no seu primeiro *suelto* de 17 de setembro, aludiu ao caso. Ei-lo:

O Sacro Colégio do *Football* reuniu-se em sessão secreta, para decidir se podiam ser levados a Buenos Aires campeões que tivessem, nas veias, algum bocado de sangue negro — homens de cor, enfim.

A Igreja fazia, fez ou faz uma indagação semelhante que tinha o nome, se a minha ignorância não me trai, de processo de *puritate sanguinis*. Isto, porém, ela fazia para os candidatos a seu sacerdócio — coisa extraordinariamente diversa de um simples habilidoso que sabe, com mestria e brutalidade, servir-se dos pés, como normalmente os homens fazem com as mãos, para jogar bolas de cá para lá, da esquerda para adiante, de trás para frente e vice-versa. O sacerdote é o intermediário entre Deus e os homens; um futebolesco, o que é? Não sei.

O conchavo não chegou a um acordo e consultou o papa, no caso, o eminente senhor presidente da República. Sua Excelência que está habituado a resolver questões mais difíceis como sejam a cor das calças com que os convidados devem comparecer às recepções de palácio; as regras de precedência, que convém sejam observadas nos cumprimentos a pessoas reais e principescas, não teve dúvida em solucionar a grave questão. Foi sua resolução de que gente tão ordinária e comprometedora não devia figurar nas exportáveis turmas de jogadores; lá fora, acrescentou, não se precisava saber que tínhamos no Brasil semelhante esterco humano. É verdade, aduziu ainda, que os estrangeiros possuem os retratos dos nossos senadores, dos nossos deputados, dos nossos lentes e estudantes, dos nossos acadêmicos etc. etc., mas são fatos domésticos com os quais nada têm a ver os estranhos; porém, fez Sua Excelência com ênfase, numa representação nacional, não é decente que tal gente figure. É verdade que o Senado, a Câmara são, mas... isso não vem ao caso.

Concordaram todos aqueles esforçados cavalheiros que trabalham “pedestrementemente” pela prosperidade intelectual e pela grandeza material do Brasil; e, como complemento da medida, decidiram nomear uma comissão de antropólogos para examinar os “Enviados Extraordinários e Ministros Plenipotenciários da Pátria” ao certame de junta-pés, na República Argentina. Sabemos que de tal comissão fazem parte as grandes inteligências arianas e ilustres desconhecidos: senhores Anastácio, Zebedeu Palhano e Juliano Qualquer, doutos todos em várias coisas e também deputados federais.

A providência, conquanto perspicazmente eugênica e científica, traz no seu bojo ofensa a uma fração muito importante, quase a metade, da população

do Brasil; deve naturalmente causar desgosto, mágoa e revolta; mas — o que se há de fazer? O papel do *football*, repito, e causar dissensões no seio da nossa vida nacional. É a sua alta função social.

O que me admira é que os impostos, de cujo produto se tiram as gordas subvenções com que são aquinhoadas as sociedades futebolescas e seus tesoureiros infieis, não tragam também a tisona, o estigma de origem, pois uma grande parte deles é paga pela gente de cor. Os futeboleiros não deviam aceitar dinheiro que tivesse tão malsinada origem. Aceitam-no, entretanto, cheios de satisfação. Não foi à toa que Vespasiano disse a seu filho Tito que o dinheiro não tem cheiro.

Havia um remédio para resolver esse congesto estado de coisas: o governo retirava do doutor Belisário Pena as verbas com que ele socorre as pobres populações rurais, flageladas por avarias endêmicas que as dizimam ou as degradam; e punha-as à disposição do *football*.

Dava-se o seguinte: o *football* ficava mais rico e mais branco; e a gente de cor, de que se compõe, em geral, os socorridos por aquele doutor, acabava desaparecendo pela ação da malária, da opilação e outras moléstias de nomes complicados que não sei pronunciar e muito menos escrever.

O governo, procedendo assim, seria lógico consigo mesmo. Ilógico é querer conservar essa gente tão indecente e vexatória, dando-lhes médico e botica, para depois humilhá-la, como agora, em honra do *football* regenerador da raça brasileira, a começar pelos pés. *Ab Jove principium...*

Os maiores déspotas e os mais cruéis selvagens martirizam, torturam as suas vítimas; mas as matam afinal. Matem logo os de cor; e viva o *football*, que tem dado tantos homens eminentes ao Brasil! Viva!

P.S. — A nossa vingança é que os argentinos não distinguem, em nós, as cores; todos nós, para eles, somos *macaquitos*. A fim de que tal não continue seria hábil arrendar, por qualquer preço, alguns ingleses que nos representassem nos encontros internacionais de *football*. Há toda a conveniência em experimentar. Dessa maneira, sim, deixávamos todos de ser *macaquitos* aos olhos dos estrangeiros.

Publicada em *Feiras e mafuás*

A UNIVERSIDADE

A.B.C., 13-3-1920

Voltam os jornais a falar que é tenção do atual governo criar nesta cidade uma universidade. Não se sabe bem por que e a que ordem de necessidades vem atender semelhante criação. Não é novo o propósito e de quando em quando ele surge nas folhas, sem que nada o justifique e sem que venha remediar o mal profundo do nosso chamado ensino superior.

Recordação da Idade Média, a universidade só pode ser compreendida naquele tempo de reduzida atividade técnica e científica, a ponto de, nos cursos de suas vetustas instituições de ensino, entrar no estudo de música e creio mesmo a simples aritmética.

Não é possível, hoje, aqui no Brasil, onde essa tradição universitária chegou tão diluída, criar semelhante coisa que não obedece ao espírito do nosso tempo, que quer nas profissões técnicas cada vez mais especialização.

O intuito dos propugnadores dessa criação é dotar-nos com um aparelho decorativo, suntuoso, naturalmente destinado a fornecer ao grande mundo festividades brilhantes de colação de grau e sessões solenes.

Nada mais parece que seja o intuito da ereção da nossa universidade.

De todos os graus de nosso ensino, o pior é o superior; e toda a reforma radical que se quisesse fazer nele, devia começar por suprimi-lo completamente.

O ensino primário tem inúmeros defeitos, o secundário maiores, mas o superior, sendo o menos útil e o mais aparatoso, tem o defeito essencial de criar ignorantes com privilégios marcados em lei, o que não acontece com os dois outros.

Esses privilégios e a diminuição da livre concorrência que eles originam fazem com que as escolas superiores fiquem cheias de uma porção de rapazes, alguns às vezes mesmo inteligentes, que, não tendo nenhuma vocação para as profissões em que simulam estar, só têm em vista fazer exame, passar nos anos, obter diplomas, seja como for, a fim de conseguirem boas colocações no mandarinato nacional e ficarem cercados do ingênuo respeito com que o povo tolo cerca o doutor.

Outros que só se destinam a ter título de engenheiro que efetivamente quer ser engenheiro e assim por diante, de forma que o sujeito se dedicasse de fato aos estudos respectivos, não se consegue com um simples rótulo de universidade ou outro qualquer.

Os estudos propriamente de medicina, de engenharia, de advocacia etc., deviam ficar separados completamente das doutrinas gerais, ciências constituídas ou não, indispensáveis para a educação espiritual de quem quer ter uma opinião e exprimi-la sobre o mundo e sobre o homem.

A esse ensino, o Estado devia subvencionar direta ou indiretamente; mas o outro, o técnico, o de profissão especial, cada um fizesse por si, exigindo o Estado para os seus funcionários técnicos que eles tivessem um estágio de aprendizagem nas suas oficinas, estradas, hospitais etc...

Sem privilégio de espécie alguma, tendo cada um de mostrar as suas aptidões e preparo na livre concorrência com os rivais, o nível do saber e da eficiência dos nossos técnicos (palavra da moda) havia de subir muito.

A nossa superstição doutoral admite abusões que, bem examinadas, são de fazer rir.

Por exemplo, temos todos nós como coisa muito lógica que o diretor do Lloyd deve ser engenheiro civil. Por quê? Dos Telégrafos, dos Correios — por que também?

Aos poucos, na Central do Brasil, os engenheiros foram avassalando os grandes empregos da “gema”.

Por quê?

Um estudo nesse sentido exigiria um trabalho minucioso de exame de textos de leis e regulamentos que está acima da minha paciência; mas era bom que alguém tentasse fazê-lo, para mostrar que a doutomania não foi criada pelo povo, nem pela avalanche de estudantes que enche as nossas escolas superiores; mas pelos dirigentes, às vezes secundários, que, a fim de satisfazer preconceitos e imposições de amizade, foram pouco a pouco ampliando os direitos exclusivos do doutor.

Ainda mais. Um dos males, decorrentes dessa superstição doutoral, está na ruindade e na estagnação mental do nosso professorado superior e secundário.

Já não bastava a indústria do ensino para fazê-lo mandrião e rotineiro, veio ainda por cima a época dos negócios e das concessões.

Explico-me:

Um moço que, aos trinta anos, se faz substituto de uma nossa faculdade ou escola superior, não quer ficar adstrito às funções de seu ensino. Para no que

aprendeu, não segue o desenvolvimento da matéria que professa. Trata de arranjar outros empregos, quando fica nisso, ou, senão — o que é pior —, mete-se no mundo estridente das especulações monetárias e industriais da finança internacional.

Ninguém quer ser professor como são os da Europa, de vida modesta, escarafunchando os seus estudos, seguindo o dos outros e com eles se comunicando ou discutindo. Não; o professor brasileiro quer ser um homem de luxo e representação, e para isso, isto é, para ter os meios de custear isso, deixa às urtigas os seus estudos especiais e empresta o seu prestígio aos *brasseur d'affaires* bem ou mal-intencionados.

Para que exemplificar? Tudo isto é muito sabido e basta que se fale em geral, para que a indicação de um mal geral não venha a aparecer como despeito e ataque pessoal.

A universidade, coisa sobremodo obsoleta, não vem curar o mal do nosso ensino que viu passar todo um século de grandes descobertas e especulações mentais de toda a sorte, sem trazer, por qualquer dos que o versavam, um quinhão por mínimo que fosse.

O caminho é outro; é a emulação.

Publicada em *Feiras e mafuás*

SIMPLES REPARO

A.B.C., 21-2-1920

O senhor doutor Sousa Leite, a quem conheço desde muitos anos e cujas qualidades de cavalheirismo e de inteligência sempre apreciei, voltando da Europa e sendo solicitado a isso, concedeu a um jornal desta capital — *Rio-Jornal* — uma entrevista sobre as suas impressões do momento que atravessam a indústria e o operariado europeus.

Há muito que respigar nas suas palavras, e eu me permiti a ousadia de fazer um simples reparo a um ponto de sua entrevista, em que, julgo, o doutor Sousa Leite foi totalmente infeliz.

É opinião do ilustre engenheiro que a abolição quase total... O melhor é transcrever as suas palavras. Ei-las:

A abolição quase total do ensino religioso nas escolas públicas, afetando mais diretamente as classes menos favorecidas da fortuna, matou ou adormeceu nelas a crença inata e necessária de uma recompensa futura, como compensação e justa paga da pobreza sofrida com voluntária resignação e ânimo forte, e fez irromper violenta e incoercível a aspiração à inteira igualdade de gozo e de fortuna, consequência lógica e fatal do materialismo triunfante.

Se quisesse brincar era caso de dizer que não havia necessidade desse narcótico transcendente da religião e o seu ensino para levar todos os trabalhadores a resignarem-se com a pobreza. Bastava a aguardente, a cachaça, que não exigem fé nem complicações de catecismo, padres, missas, sermões etc.

Não é ocasião, porém, de brincar, nem o doutor Sousa Leite é merecedor que assim se converse com ele ou contrarie o seu pensamento. Merece, por todos os motivos, que se lhe fale a sério, e não lhe quero falar de outro modo.

Há, primeiro que tudo, a notar na sua afirmação uma pequena impropriedade. Não se trata bem de pobreza, trata-se de miséria, de fome. O geral dos homens suporta, com ou sem religião narcotizadora, a pobreza; mas muito poucos suportarão a miséria, a fome, a nudez, quando têm mulheres e filhos e trabalham mais que os antigos escravos.

Tudo encareceu devido à ganância e outras coisas, sobretudo, porém, à ganância dos ricos ou os que se fizeram ricos, sem que os salários e ordenados subissem proporcionalmente, sendo insuficientes, no confessar de todos, para o mais medíocre passadio das famílias pobres. Isto é que é a verdade, aqui, na Europa, na Cochinchina, em toda a parte.

Enquanto precisaram de gente para morrer nas trincheiras, os governos e os industriais sabiam onde buscar dinheiro para pagar, alimentar regimento, vestir etc. os seus soldados e dar aos operários altos salários. Depois que acharam bom suspender a carnificina, começaram a chorar miséria, embora tudo continuasse caro ou, até, aumentasse de preço.

O essencial, porém, do que afirma o doutor Sousa Leite não está aí; está na tal história do ensino religioso, que leva a suportar com resignação a pobreza, ou melhor, a miséria.

Admira-me que o doutor Sousa Leite, que não é padre, frade, irmã de caridade ou interessado por política no prestígio da religião (deve ser a católica), diga isto, porquanto tudo está indicando e a mais superficial observação revela que nada se pode esperar, para a final harmonia da humanidade, do vesgo e malvado ensino religioso do catolicismo. No momento de escrever estas linhas, acabo de ler no interessante *O Jornal*, desta cidade, um artigo do doutor Gastão Stockler, intitulado “Meninas de cor”. O doutor Sousa Leite pode lê-lo e o deve, para ver como tal ensino tende a minorar as causas de atritos, de conflitos, de ódios entre os homens. Leia-o, doutor Sousa Leite.

Continuemos, porém, o que nos interessa neste instante.

Os operários que estão agora a reclamar dos patrões e dos governos contra as condições de vida que lhes são impostas, foram até agora de uma cordura e de uma longanimidade de santos do *Flos Sanctorum*.

Enquanto isto o que faziam os dirigentes? Enriqueciam nababescamente, acumulavam fortunas infinitas, de um modo feroz, de verdadeiros salteadores, sem dó nem piedade dos seus trabalhadores a morrer nos fundos das minas ou a suar sangue nas bocas dos fornos e fornalhas.

Todos eles, nestes cinco anos de desgraças para a humanidade, fazendo paganescamente escachoar das mãos os milhões de suas burras, pareciam, pelo seu contentamento e pelo luxo ostentado pelas suas mulheres, filhas e amantes, sentir um indescritível prazer sádico em saber que aquela riqueza a escorrer-lhes pelas manoplas abaixo era fruto da morte, do estropiamento, da loucura, da miséria de milhares e milhares de homens, mulheres e crianças.

Parece que é São Paulo que diz que todos os males vêm da cupidez. Quando vimos patrões, negociantes, argentários mais cúpidos do que atualmente?

Entre nós, não vimos todos um industrial riquíssimo pleitear um aumento exorbitante dos impostos aduaneiros sobre a chamada louça dos pobres para o fim único de afastar a concorrência estrangeira e aumentar a renda de duas vagabundas fabricazinhas suas, a fim certamente de ficar ele ainda mais rico?

Esse industrial, como toda a gente sabe, e como ele muitos outros de igual jaez, é conde do Papa. É de presumir, portanto, que ninguém mais do que ele, dignitário do Vaticano, conde (companheiro, segundo a etimologia) do Santo Padre de Roma, estivesse saturado do ensino religioso e fosse capaz, não direi de resignar-se à pobreza, mas a lucros razoáveis e justos.

Entretanto, assim não é. O senhor conde papalino não se contenta em ganhar, livre de despesas, em um só ano, algumas dezenas de mil contos; quer mais, à custa do empobrecimento de quase toda a população do país.

Os efeitos sedativos do ensino da Igreja sobre a ambição humana deviam se verificar na alma dos chefes, dos guias, dos patrões e dos empresários, quase todos católicos de quatro costados; o que se vê, porém, não é isso.

O governo da nossa República está de fato entregue aos padres graúdos, porque estes governam as nefastas irmãs de caridade, que, por sua vez, dominam as suas antigas discípulas e, por fim, estas últimas, os seus maridos que são os ministros, os presidentes, os deputados, os juizes de alto coturno etc. Como é, então, que não se vê resignação à pobreza neles? Dom Pedro II, que tinha por avós não sei quantos reis e imperadores, tinha três ridículas casas, no Rio de Janeiro, que eram da coroa ou da nação; e uma em Petrópolis, que era dele. Um nosso presidente qualquer, bacharel qualquer e filho de um coronel qualquer, tem quatro ou mais palácios suntuosos, recebe de vencimentos anualmente quase tanto quanto a antiga dotação imperial; o Estado paga a sua famulagem, enquanto a dele o imperador pagava, e, por muito favor, custeava unicamente o seu feijão com carne-seca, prato de luxo que ele não dispensa, porque é hoje iguaria de potestade.

Para que ele quer tanto dinheiro? Para que ele quer tantos palácios? Nasceu, por acaso, nessas coisas como um príncipe de fato? Não. Está ou não pecando muitas vezes?

Por que, então, a Igreja com os seus poderes explícitos e implícitos não lhe prega o resignar-se com a mediania do seu nascimento, não o tira do luxo, da ostentação que, no meio da miséria geral, é uma ofensa e um desafio? Por quê?

O senhor doutor Sousa Leite me obriga a tirar uma conclusão que eu não queria tirar. Na sua opinião a religião só deve atuar como moderadora de ambições para o prazer nos que são pobres, por isso e aquilo; quanto aos outros que nasceram ricos ou se fizeram ricos, podem tê-las sem nenhum limite e freio. Singular doutrina!

O materialismo, afinal, meu caro doutor Sousa Leite, não está triunfante unicamente nas massas operárias; ele está, apesar dos títulos, veneras, santinhos, breves, bênçãos etc., também triunfante na massa dos grandes burgueses ricos ou com poder material, gente que a Igreja abençoa, enobrece e até sagra.

A diferença é o que deste se encaminha para o supérfluo, para o que é demais; e o dos outros, o dos operários, pede o indispensável à sua manutenção, ao que é imprescindível à simples existência de um homem: vestir-se, calçar-se, alimentar-se e morar.

Para mim, julgo que estes últimos têm toda a razão; e creio que, no fim de contas, o doutor Sousa Leite deve ser também da minha opinião, porquanto é católico e a Igreja Católica condena o suicídio, mesmo quando é à fome.

Publicada em *Feiras e mafuás*

EXTRAVAGÂNCIAS OFICIAIS

A.B.C., 17-1-1920

A aproximação do centenário da independência do Brasil escalda as imaginações dos patriotas. Não há Fausto Ferraz por aí que não avente uma ideia bem original e ultrafantástica para comemorar tão faustoso acontecimento.

Não tenho a data em grande conta, e não a acho certa. A nossa independência ou se deu um pouco antes ou se deu um pouco depois, quando Portugal a reconheceu. Mas o tempo, portanto, de uma data não passa afinal de uma criação do nosso entendimento; nada fora de nós dá-lhe existência; e, estando todos nós dispostos a aceitar o tal 7 de setembro de 1822 como marcando a nossa separação política de Portugal, não vale a pena epilogar a respeito. É um fato.

Muitas ideias têm surgido por aí, como já disse, para festejar a efeméride; mas nenhuma me pareceu desarrazoada como a da nossa Prefeitura Municipal.

Pretende ela, ao que dizem os jornais, erguer no alto do morro do Castelo uma reprodução, em miniatura, do famoso Castelo da Pena, que existe nas proximidades de Lisboa.

Não há nada de mais sem propósito, sem razão, sem motivo, do que semelhante projeto.

Que temos nós, brasileiros, a nossa independência, a nossa existência política como nação soberana, com essa relíquia medíocre e mourisca do velho reino lusitano?

O que significa ela para nós, brasileiros, que nascemos do Portugal da Renascença e não do Portugal que andava às turras com os mouros, como recorda essa obsoleta velharia que os portugueses estão no dever de venerar e conservar... mas que conosco nenhuma relação tem? Por que o Castelo da Pena e não o Mosteiro da Batalha, em Aljubarrota, que marca o advento da dinastia real portuguesa, sob o auspício da qual foram descobertas as terras que habitamos e começou o seu povoamento?

Se tivéssemos que copiar algum monumento de Portugal a fim de recordar as suas navegações, não devia ser o tal castelo semimourisco, mas os

Jerônimos, que lembram Dom Manuel, a mando de quem Cabral navegava, e as descobertas e proezas dos portugueses na Índia, sendo a do nosso país uma função delas.

O melhor não seria, talvez, Mafra, a Mafra de Dom João V, para cuja edificação muito contribuiu o ouro de Minas e outras partes do Brasil?

De qualquer forma, a ideia é positivamente das mais infelizes; e nem ao menos é do jeito daquelas dos americanos, pelos quais tanto enrabichado anda o senhor Epitácio. Os *yankees*, segundo dizem, transportam as pedras, os mármore, as telhas, os tijolos etc., de castelos mais ou menos célebres da Itália, França e outras partes da Europa e, no seu país de escassa história, reproduzem esses monumentos deveras desgraçados, que irão sofrer um exílio amargo que a sua idade não merecia, embora estejam cobertos de crimes.

A Prefeitura do Rio de Janeiro não faz assim; quer uma miniatura de um monumento medieval com cantaria de São Diogo, para enfeiar a cidade com tão tola excrescência, parecendo assim não ter um Sá à frente dela.

Se não tem quem imagine coisas mais ou menos novas e próprias para o festejo que se premedita, ponha anúncios nos jornais, que não faltará quem as tenha.

Tomem cuidado, porém, com o Fausto Ferraz...

Uma outra singularidade oficial, anunciada e gabada pelos jornais, é a ideia do meu ex-colega Backheuser, premeditando fazer os exercícios práticos da cadeira que rege na Escola Politécnica — Mineralogia e Geologia — na Argentina e no Chile; e não sei por que não vai também aos montes da Rússia, ou a Java, com os seus vulcões desmedidos e curiosos.

Espero bem que Backheuser não porá nestas linhas nenhuma sombra de hostilidade e inimizade à sua pessoa, de quem só tenho boas recordações.

O que elas tendem é mostrar que o meu ex-colega Everardo não se pôde furtar ao espírito dominante atualmente entre nós que parece querer transformar o nosso ensino superior em uma fábrica para dar aos filhos dos ricos, unicamente, os títulos de domínio sobre o país.

É uma dolorosa verdade dizer que esse nosso ensino superior, que fornece títulos e razões para os seus portadores exercerem, sem concorrência nem justificação, os principais cargos do Estado, esteja se tomando ares de um estelionato para só reconhecer com idoneidade para tais cargos moços ricos, que possam arcar com as suas despesas.

Até bem pouco, com raras exceções, os seus lentes, especialmente os da Escola Politécnica, eram nada mais nada menos que brinquedos dos plutocratas e

dos agentes de negócios, de empréstimos, de garantias de juros, dos banqueiros e especuladores das bolsas europeias; agora, com uma junção de exigências dispendiosíssimas, esses mesmos lentes pretendem fechar o curso, impedir que os rapazes pobres e remediados obtenham os títulos magias, os “pergaminhos” “abre-te, Sésamo!” mesmo para casamentos ricos.

Viagens dessas à Argentina, ao Chile, à Sibéria, a Java, ou ao Transval, totalmente inútuas, representam para um rapaz pobre uma despesa insuperável de contos de réis, que ele não poderá fazer e, se fizer, é um sacrifício de sangue.

Sei bem disso, porquanto um exercício prático de topografia, em Barbacena, custava, no meu tempo, ao aluno, mais de cem mil-réis, e durava uma semana ou dez dias a estada de cada turma.

Agora — pergunto — quanto não custará no estrangeiro, obrigando o estudante a roupas de cerimônia para os salamaleques, hotéis decentes, retribuições de banquetes etc. etc.?

A ideia do meu camarada Backheuser é muito boa, se ele tivesse para alunos só filhos do falecido Gaffrée ou do visconde de Moraes; mas, para grande parte dos seus discípulos, deve ser um curso pesadíssimo, para eles ou para seus pais.

Enfim, o Brasil marcha para o enriquecimento de poucos e o empobrecimento de quase todos; e o nosso absurdo e negativo ensino superior não podia escapar de sofrer essa influência do nosso momento espiritual, com essa barretada aos ricos.

Diz o povo que quem é pobre peça a Deus que o mate e ao diabo que o carregue. O que me admira, entretanto, é que Backheuser tenha vindo a ler por essa cartilha que parece originária do famigerado Clube de Engenharia — o que desaba. Enfim...

Publicada em *Feiras e mafuás*

VARIAÇÕES SOBRE UM ARTIGO

A.B.C., 25-10-1919

Leio no excelente e novato *O Jornal* um artigo alarmante que me faz pensar. Começa lamentoso nestes termos que não posso deixar de transcrever integralmente:

De quando em quando se anuncia o próximo aparecimento no cenário econômico de um forte concorrente de um dos nossos principais produtos de exportação.

Não vejo que isso deva causar espanto. Lástima ainda vá, porque deixamos de ter o quase monopólio de certos produtos, o que é coisa cômoda, e todos nós desejamos vê-lo em tudo; mas espanto, não. Se a coisa ou o produto dá dinheiro, é muito justo que os outros procurem produzi-lo também, para ganhar pecúnia.

É o caso do caldo de cana quando aqui começou a aparecer como refresco nos botequins. Não houve quem não pusesse um, para afinal muitos quebrarem. É humano isso; mas o que não me parece razoável é que o Brasil, por intermédio de sua imprensa, queira impedir que os outros, tidos como irmãos, procurem enriquecer também.

O Paraguai não é nosso amigo, no dizer da diplomacia e dos tratados? Por que razão ele não há de plantar a sua erva-mate, para vendê-la a quem mais der?

É preciso saber que o articulista começou as suas considerações pelo fato de saber que nesse país poderosos sindicatos estão fazendo grandes plantações dessa erva, cujo uso, em infusão, parece ter provindo das Índias das suas antigas reduções jesuíticas; não havendo, portanto, nisso senão uma reivindicação histórica, de um certo modo.

Adianta o jornalista que a Argentina também está criando ervas no seu território de Missões, por isso ficando nós na expectativa de perdermos um excelente freguês que, só no ano próximo findo, consumiu sessenta e três milhões de pesos de erva, quase na totalidade de procedência brasileira.

A observação que fiz da nossa amizade com o Paraguai, podia repeti-la agora, mas limito-me a lembrar que até bem pouco tempo o boi que era abatido em Santa Cruz vinha por mar daquela república. Hoje, não; é nacional, devido, naturalmente, a medidas legislativas e outras tendentes a afastar do nosso mercado os bovinos do Prata. Os argentinos estão fazendo com o mate do Brasil o que fizemos com os seus bois. Amor com amor se paga, para não falar em leis de compensações...

Acho esses nossos economistas muito engraçados. Querem ter monopólio do café, mas encarecem-no com valorizações, defesas, de modo que países onde ele não medrava com a facilidade e produtividade como aqui tomaram-se de ânimo e começaram a plantá-lo. É mesmo o que diz o ilustrado articulista. Vejam só:

Na América Central, por exemplo, onde excelentes tipos de café encontram o seu *habitat*, reina agora grande entusiasmo em desenvolver a sua plantação, em consequência do estímulo representado pelos altos preços atingidos ultimamente pela rubiácea.

Tudo estava a indicar que, para conservarmos o monopólio da produção do café, devíamos barateá-lo; mas nunca encarecê-lo.

A sabedoria dos nossos homens públicos, entretanto, não pensou assim, e a coisa vai desandar. A observação de nossa amizade para com as pequenas repúblicas da América Central ainda cabe, e insisto nessa história de amizade propositalmente, porque não posso crer que amigos e irmãos se olhem com inveja.

O fumo brasileiro, diz o mesmo artigo, está ameaçado pelo das Antilhas e pelo do Paraguai, onde sindicatos norte-americanos desenvolvem a sua produção.

É de admirar que tais sindicatos dos nossos extremos amigos norte-americanos não tenham aplicado os seus capitais aqui e tenham ido aplicá-los alhures. É caso de dar vivas à Norte-América e fazer-lhe outras zumbaias.

Não são só esses produtos brasileiros que estão ameaçados de morte pela concorrência dos de outros países. O açúcar também.

O ingrato Chile, o nosso ex-maior amigo da América do Sul, não quis saber de histórias e trata de possuir o seu açúcar. Diz-nos o articulista isto com o saber que reconhecemos nele e certamente baseado sobre informações seguras:

O Chile cogita também agora de se libertar da importação estrangeira, criando a indústria açucareira própria. Neste sentido, trata-se, na vizinha república, de uma larga plantação de beterraba que, a dar os resultados esperados, excluirá do mercado mundial de açúcar de cana um importante comprador.

A borracha, que o artigo do *O Jornal* de 12 dá como ameaçada de morte, parece que já morreu de todo. Os ingleses, em Ceilão, Java e outras suas possessões, plantaram as árvores, extraíram destas o látex e vendem o que manipulam muito mais barato que a nossa.

Há muitos perigos para todos esses produtos, e não veio salvação para a nossa economia senão no carvão de pedra. É o carvão mais fantástico que há, e, por isso mesmo, pode ainda fornecer surpresas e compensações. O inglês, nas Índias, tirou-nos a borracha, e o norte-americano, no Paraguai, quer tirar o fumo.

Em represália, nós, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, estamos tratando de lhes tirar o carvão; a questão é gastar mais alguns milhares de contos e mais papel e tinta em artigos e relatórios. O resto virá depois.

Demais ainda temos as cataratas do Iguaçu que podem ajudar a obra, sem contar a cachoeira de Paulo Afonso.

Deus é grande e não desampara o Brasil.

No começo da sua colonização, foi o pau com cujo nome o batizaram que lhe dava importância e riqueza. Por causa dessa madeira de tinturaria, que hoje não vale nada, houve batalhas nas suas costas entre franceses e portugueses.

Depois foi o açúcar de Pernambuco que despertou a cobiça da Holanda por ele; depois foram o ouro e os diamantes de Minas que faziam a sua opulência.

Hoje, a sua produção de ouro é verdadeiramente insignificante, à vista da Califórnia e da Austrália; e, quanto ao diamante, o Transval tem quase o monopólio de extração do mundo.

Não desespero e penso que o título — “Prevenções para o futuro” — do artigo sobre o qual bordei essas considerações é de todo impróprio.

Não devemos nunca nos prevenir para o futuro; é de todo inútil. O que devemos é deixar as coisas correrem, porque as cachoeiras estão aí e o carvão de pedra há de render sempre...

Publicada em *Feiras e mafuás*

A ESTAÇÃO

Gazeta de Notícias, 6-10-1921

Na vida dos subúrbios, a estação da estrada de ferro representa um grande papel: é o centro, é o eixo dessa vida. Antigamente, quando ainda não havia por aquelas bandas jardins e cinemas, era o lugar predileto para os passeios domingueiros das meninas casadouras da localidade e dos rapazes que querem casar, com vontade ou sem ela.

Hoje mesmo, a *gare* suburbana não perdeu de todo essa feição de ponto de recreio, de encontro e conversa. Há algumas que ainda a mantêm tenazmente, como Cascadura, Madureira e outras mais afastadas.

De resto, é em torno da “estação” que se aglomeram as principais casas de comércio do respectivo subúrbio. Nas suas proximidades, abrem-se os armazéns de comestíveis mais sortidos, os armarinhos, as farmácias, ou açougues e — é preciso não esquecer — a característica e inolvidável quitanda.

Em certas, como as do Méier e de Cascadura, devido a serem elas ponto inicial de linhas secundárias de bondes, há uma vida e um movimento positivamente urbano.

O Méier é ponto inicial de quatro linhas de bondes, uma até de grande extensão, a de Inhaúma, e outra que leva à Boca do Mato, lugar pitoresco, que já teve fama de possuir bons ares, para curar “moléstias do peito”, como diz o povo.

Além das quatro de que falei, três linhas, vindas do centro da cidade, passam por esta localidade, de modo que a impressão que dá não é bem de um subúrbio, mas de uma cidade média. Junte-se a isto a Central com os seus trens de subúrbios, e verão que não aumento.

É o Méier o orgulho dos subúrbios e dos suburbanos. Tem confeitarias decentes, botequins frequentados; tem padarias que fabricam pães estimados e procurados; tem dois cinemas, um dos quais funciona em casa edificada adrede; tem um circo-teatro, tosco, mas tem; tem casas de jogo patenteadas e garantidas pela virtude, nunca posta em dúvida, do Estado; e tem boêmios, um tanto de segunda mão; e outras perfeições urbanas, quer honestas, quer desonestas.

As casas de modas, pois as há também, e de algum aparato, possuem nomes *chics*, ao gosto da rua do Ouvidor. Há até uma “Notre Dame”, penso eu.

Em anos passados, corria de boca em boca uma pilhéria de “revista de ano”, em que se ridicularizavam os elegantes baratos. Fulano, dizia a facécia, é um *gentleman*; veste-se no “Raunier” do Catete e vai ao “Lírico” da Gávea.

O “Raunier” do Catete, se não me falha de todo a memória, ainda eu conheci; era uma modesta alfaiataria, que ficava num sobrado, quase ao chegar ao Largo do Machado. Do “Lírico” da Gávea, porém, nunca tive notícias.

O tipo atingido pelo remoque, bufava, esbravejava, procurava recibos que provassem que ele se vestia no centro da cidade; mas isto era naquele tempo.

Hoje, nenhuma suburbana pobre ou remediada se zangará com quem lhe disser que ela se veste no “Paquin” do Méier, sobretudo se a graçola partir de cronistas mundanos, cuja formatura nas ciências brumelescas e artes da *rue de la Paix* foi feita na Universidade do Caicó de Uruburetama, da Goianá de Simão Dias, e de outras localidades brasileiras universalmente conhecidas pelo seu “esmartismo”.

A pobreza de originalidade e a falta de variedade na nomenclatura das nossas casas comerciais facilitam a semelhantes Petrônios, a prestações, ter espírito, à custa dos subúrbios — coisa que eles não supunham ter quando envergaram pela primeira vez um fraque de sarja, cortado a capricho pelo mestre alfaiate Sabino, com casa no Largo da Matriz, em São Nepomuceno de Guabiroba, no interior do estado de ***.

É de lamentar essa pobreza e essa falta na designação das nossas casas de mercancia.

Os portugueses, quando não as apelidam com os seus nomes próprios e sobrenomes familiares, evocam nas tabuletas nomes e coisas dos lugares de seu nascimento; ou figuras da política de sua terra, reis etc., ou datas notáveis, tanto de cá como de lá; e, até, fatos domésticos.

Recordo-me de um hotel, ou, antes, casa de pasto, que se chamava “dos Três Irmãos Unidos”. Por pouco que saibamos semelhante matéria, da qual, o que tudo leva a crer, há uma cadeira nos muitos cursos comerciais que abundam nesta cidade, as tabuletas dos mercadores, nos séculos passados, tinham mais chiste, mais pitoresco e mais personalidade.

Quem não se lembra da “Maison du chat-qui-pelote”, de Balzac, da descrição da “Maison” e das alusões que ele faz a outras?

Eduardo Prado foi mais feliz do que nós. Pôde ver, quando menino, em São Paulo, uma curiosa tabuleta ilustrada, cuja legenda, por ocasião do confisco da primeira edição da sua *A ilusão americana*, em 1893, parodiou bem a propósito.

Contou ele assim a anedota ao repórter que o entrevistou:

Na minha infância, havia na rua de São Bento um sapateiro que tinha uma tabuleta onde vinha pintado um leão, que, raivoso, metia o dente numa bota. Por baixo lia-se: “Rasgar pode — descoser, não.” Dê-me licença para plagiar o sapateiro e para dizer: Proibir (a *Ilusão*) podem, responder, não.

É, porém, raro que topemos atualmente com exemplares dessa ordem. Em geral, nós não inventamos os títulos das nossas casas comerciais, aliás, de coisa alguma.

As lojas de primeira ordem copiam os das grandes casas das primeiras cidades do mundo; e as dos arrabaldes e subúrbios, por sua vez, copiam os dísticos daquelas e acrescentam o nome da divisão da cidade em que se acham.

Nas cercanias das estações de subúrbios, parece-nos, a ilusão urbana fica completa com essas tabuletas ouvidorianas, onde até o francês figura. Elas indicam as lojas em que se amontoam essas coisas *fashionable* das casas de fazendas, de sapatarias, de bordados, de balas e bombons. Porém, o aspecto mais interessante da “estação” não é esse.

A “estação” é verdadeira e caracteristicamente suburbana na segunda metade da manhã, principalmente das nove às onze horas. São as horas em que descem os empregados públicos, os pequenos advogados e gente que tal.

Então, é de ver e ouvir as palestras e as opiniões daquela gente toda, sempre a lastimar-se de Deus e dos governos, gente em cuja mente a monotonia do ofício e as preocupações domésticas tiraram toda e qualquer manifestação de inteligência, de gosto e interesse espiritual, enfim, uma larga visão do mundo.

Quem os ouve e sabe dos aumentos de vencimentos de funcionários públicos, que, nestes últimos anos, tem havido, recebe a impressão de que os proventos dos seus cargos diminuem à proporção que aumentam.

Não se abeira de uma roda, quer seja de civis, quer de militares, que não se ouçam queixas contra o governo, objurgatórias contra o Congresso, porque não lhes aumenta os ordenados.

Aquele senhor gordo, que está ali, em pé, fora da cobertura da estação, estudando o ventre e balouçando o chapéu de sol, pendente das mãos cruzadas atrás das costas; aquele senhor conversa com aquele outro, esgalgado, ossudo, fardado de cáqui de algodão com um boné escandalosamente agalado e um *pince-nez* de poeta romântico, naturalmente sobre coisa de vencimento. Vamos ouvi-lo:

— Como é que eu — diz o pançudo —, eu, um alto funcionário do ***, posso ganhar o mesmo que ganhava há dez anos passados? Não é um absurdo? Tudo encareceu, passou ao dobro, ao triplo... Já não digo o armazém; mas, devido à minha posição, tenho que me apresentar decente na sociedade, eu e meus... No começo deste mês gastei — só em sapatos para a família — cento e oitenta e cinco mil-réis... Pode-se lá viver com oitocentos e poucos mil-réis? Não é possível.

O outro, o escanzelado, com a farda, o *pince-nez* de cordel, à poeta de recitativo, e um “livrão” de escritório debaixo do braço, acode:

— É impossível, não há dúvida; mas que quer, coronel? Nós temos um Congresso que não vê essas coisas; que não presta pra nada! E nós, então? Nós que ainda temos os vencimentos de 1910, quando o câmbio era outro?

— Vocês quiseram?

— Requeremos a nossa equiparação ao Senado.

Ele diz Senado como se se referisse aos senadores ou, pelo menos, aos oficiais da respectiva secretaria, taquígrafos, redatores de debates; mas não é. Trata-se dos contínuos do Senado, porque aquele manguari fardado é contínuo de uma repartição esquecida; mas esteja ele fardado ou não, a sua convicção de funcionário público dilui a humildade de sua posição e dá-lhe mais força para esticar o esqueleto, no que, afinal, se resume o seu corpo.

Nos cafés, nas casas de pasto, nas vendas dos arredores de sua moradia, o seu porte de espique, o seu ar convicto, a sua imponência em pagar e receber deixariam longe a majestade de seu diretor, se este procurasse tão modesta paragem para sorver o “Canadian” ou o “White Label”.

Às vezes, esse contínuo chega da repartição à tarde, sobraçando grandes livros em branco, pautados, e, sempre, puxando de uma das pernas, por causa de um calo, estranho “cabrião”, que, diabolicamente, de quando em quando, teima em desmanchar-lhe o empertigamento de funcionário importante.

Chegando à “sua” estação, apressa-se em entrar em qualquer casa comercial conhecida e vai lá expectorando:

— Na repartição, Eduardo, é isto. Tudo é comigo. É “seu” Messias para aqui, é “seu” Messias para ali. Não me dão uma folga... Agora — aponta os livros —, deram-me esta prebenda... É trabalho e mais trabalho, mas nada de aumento nem equiparação... Esses governos só a dinamite...

O brasileiro é vaidoso e guloso de títulos ociosos e honrarias chochas. O seu ideal é ter distinções de anéis, de veneras, de condecorações, andar cheio de dourados, com o peito *chamarré d’or*, seja da Guarda Nacional ou da atual segunda linha. Observem. Quanto mais modesta for a categoria do empregado — no subúrbio pelo menos —, mais enfatuado ele se mostra. Um velho contínuo tem-se na conta de grande e imensa coisa, só pelo fato de ser funcionário do Estado, para carregar papéis de um lado para outro; e um simples terceiro oficial, que a isso chegou por trapaças de transferências e artigos capciosos nas reformas, partindo de “servente adido à escrita”, impa que nem um diretor notável, quando compra, se o faz, a passagem no *guichet* da estação. Empurra brutalmente os outros, olha com desdém os malvestidos, bate nervosamente com os niqueis... A sua pessoinha vaidosa e ignorante não pode esperar que uma pobre preta velha compre uma passagem de segunda classe. Tem tal pressa, a ponto de pensarmos que, se ele não for atendido logo, o Brasil estoura, chega-lhe mesmo a esperada bancarrota...

Outra mania dos burocratas, e que eles exibem na estação, é a sabença e a formatura. Todos eles têm em alta conta o seu saber, principalmente em português. Leem esses anarquistas da língua receituários gramaticais, que os jornais trazem, e saem de palmatória em punho, a emendar toda a gente.

Os senhores devem ter verificado que todo sujeito de poucas luzes, de horizonte intelectual estreito, sem nenhuma faculdade intelectual de primeira ordem seja nesta atividade ou naquela, gaba-se de saber português e vinga-se da sua inferioridade notando as negligências e descuidos nos outros. Dessa espécie de gente têm nascido as críticas a Camões e outros grandes autores da língua. Entre nós, então, não há quem lhes escape. Gonçalves Dias foi acusado de não saber a língua, tanto que escreveu as *Sextilhas de Frei Antão*, no gosto dos clássicos, para responder aos críticos. Quem não se lembra dos ataques de má-fé que José de Alencar sofreu, por parte de gramaticantes estrábicos, entre os quais estava o irmão do célebre visconde de Castilho?

Em geral, contra esses críticos, pode-se fazer virar a crítica deles; mas é perder tempo. Com Camilo Castelo Branco, que era quem era, os senhores Guilherme Bellegarde e Carlos de Laet fizeram isso e o romancista do *O*

esqueleto saiu-se mal. Quem quiser conhecer esse interessante episódio literário, leia o trabalho do primeiro, intitulado: *Locações da Língua Portuguesa*.

Os burocratas, porém, não imaginam nem medem as vacilações deste nosso português indisciplinado, por causa dos gramáticos, que não o deixam “assentar”, e levam sempre a “mexê-lo”. Não medem, a ponto de permitir que, com toda a segurança, num banco de estação de subúrbio, um deles de refira aos conhecimentos de um colega desta maneira:

— O novo amanuense? Você fala do Isidro?

— Sim.

— Ele pode saber francês, história, geografia; mas português não sabe. Há dias, numa parte de doente, escreveu “afetado de gripe”; ainda ontem, não sei a que propósito, escreveu: “um dos que foram”. Sabe lá português!

O trem não chegava e os dois conversavam. Um, o “preparado”, tinha um pequeno *cavaignac* pontiagudo e curto, “mosca”, uma cara de máscara de papelão, com o seu nariz adunco, olhos empapuçados, saltando-lhe das órbitas, e uma tinta ocre de tez.

Falava sem interrupção, como um papagaio, cheio de suficiência e presunção. Conhecia-o de vista. Certas manhãs, quando ia ler os jornais no botequim mais próximo de casa, via-o a cavalo, reluzentes meias-botas de verniz, esporas de prata, chicote de castão e correntinha também de prata; via-o em cima de um cavalo chucro, felpudo, feio, esticando o pescoço muito para a frente, num esforço doido para carregar o seu pimpão de cavaleiro, que, na sela, ia de baixo para cima e vice-versa, mas sem perder nunca, na fisionomia, o ar de fidalgo rico que passeia a cavalo, no Bois de Boulogne, a sua prosápia e a sua *morgue*.

Só deixava de falar, aquela espécie de valete de copas, ou amável máscara de carnaval, quando chupava o cigarro, a fumar numa modesta piteira de coco. O seu companheiro não tinha ademanos e falava com toda a simplicidade. O valete de copas continuou:

— Hoje não entram mais bons empregados; todos, saibam ou não, passam em concurso. Quando entrei, éramos vinte e cinco; só foram habilitados onze. Hoje!...

Chupou a piteira e acrescentou:

— Há exceções. Agora mesmo, acaba de entrar um bem hábil. É verdade que não é formado, mas...

Este “formado” ele disse mais de uma vez, com voz pausada, quase destacando as sílabas; e isso porque, na sua qualidade de burocrata formado, se

julgava superior aos que não o eram.

O valete de copas é formado, mas em farmácia; e exerce um cargo público “técnico” que nada tem a ver com as coisas de botica. “‘Técnico’?”, perguntarão admirados os senhores. “Que espécie de ‘técnico’ é esse?” Explico: hoje, todos os burocratas se julgam técnicos. São técnicos os da Contabilidade da Guerra, os dos Correios, os dos Telégrafos, os do Tribunal de Contas, os contínuos de Sua Excelência, os porteiros das casas do Congresso, os amanuenses do Supremo Tribunal etc. etc. O valete pertencia a uma dessas repartições, logo...

Os dois continuaram a conversar; mas deixei de ouvi-los, pois fui atraído para uma menina que passava carregando uma caixa de violino, um rolo de músicas e um livro. Passou bem junto a mim e pude ler a lombada do livro: *A toutinegra do moinho*.

Pobre moça! Lê Montepin e vai para o Instituto de Música! Pra quê? No instituto, só têm talento musical as moças ricas e bem-aparentadas...

A essa hora, na estação, as moças e senhoras escasseiam; a delas é mais tarde, para depois do meio-dia.

Às vezes, porém, aparece uma ou outra, desgarrada. Quando se dá isso, todos aqueles exemplares chefes de famílias e exatos funcionários estremecem nos seus assentos. Esses resistentes botaréis do Estado sacolejam um pouco e ameaçam, por segundos, com o seu rápido abalo, a segurança da nossa catedral administrativa. Cochicham alguns, olhando de esguelha a senhora ou a moça, caluniando-a ou segredando inúteis verdades; outros esquecem a equiparação ou o aumento de vencimentos e sonham com versos, e o valete de copas manda às favas as *Apostilas da Língua Vernácula* e põe bem à vista o anel de boticário.

E provocando tais reações naqueles veneráveis passageiros, foi assim que duas senhoras se puseram de pé, à espera do trem, bem na minha frente.

Dizia uma à outra, guardando na carteira a passagem que acabava de comprar:

— Onde vais tão cedo?

— Ao médico.

— Na cidade?

— Sim; na cidade.

— Para quê?

— É... é... mas... Vou ao doutor Gomensoro, que é lente... Minha moléstia não quer dar uma volta...

— Muito caro; depois, espera-se tanto...

— Que se há de fazer? Preciso. Quanto à espera, nem se sente. O consultório é tão bem mobiliado, tem tanta revista ilustrada... A gente se distrai, e bastante, enquanto o tempo passa depressa. Arranjam-se até boas relações... Estou muito camarada da senhora do senador Bracabante...

Lembrei-me do famoso versículo do Eclesiastes; mas o comboio apontava. A locomotiva veio beirando a plataforma, maciamente, obediente à curva dos trilhos e à mão do maquinista. Passou por mim arfando. Vi bem de perto aquele monstro negro, com manchas amarelas de cobre, dessorando graxa, azeite, expectorando fumaça e vapor. Recordei-me dos animais antediluvianos, do megatério, de todos esses bichos disformes de épocas longínquas. Nenhum se parecia com aquele que passara pelos meus olhos, no momento. É um monstro sem parentes na natureza; é um parto teratológico da inteligência humana. Lá se vai ele arrastado pelas rodas, grandes e pequenas, que giram pausadamente. Procuro os padrões de beleza que tenho na cabeça: comparo-os com a locomotiva. Não obtenho nenhuma relação. É deveras um monstro nascido sem modelo, da nossa mentalidade. É feito para correr quilômetros, voar resvalando pelo solo como as emas e tragar distâncias; mas aquele que acaba de passar na minha frente, do qual ainda sinto o bafio oleoso e está no outro extremo da plataforma, parado, a resfolegar de impaciência, falhou o seu destino. Não pode correr à vontade, não pode voar, resvalando pelo solo como as emas, não pode tragar o espaço... Tem que economizar a sua força e a sua velocidade, a fim de estar sempre pronto a parar nas estações, de quinze em quinze minutos, às ordens do horário. Como há de sofrer aquela locomotiva, com vida tão medíocre...

Publicada em *Feiras e mafuás*

ALVARÁS, CARTAS RÉGIAS ETC.

[191?]

Diariamente, quando me ia sentar à minha banca, na secretaria do Estado, onde sou oficial, aquele volume de legislação me namorava. Não era velho de impressão, nem de encadernação, mas, por aqueles anos, quase centenário de texto, ele me amedrontava de tal modo na sua velhice espiritual que, instintivamente, afastava o olhar e, com azedume, punha-me a folhear o registro dos decretos de 1900 em diante, era do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Entretanto, por mais que ele dançasse por sobre a estante próxima, constantemente aquela sua lombada escura com letras douradas mirava-me e olhava-me com um olhar tão meigo que, por vezes, ouvi de sua boca estas palavras: abri-me e lede-me!...

E sempre repelia-o, fugia dele como de um espectro. A meus olhos, aquele livro era como um esqueleto: menos que uma múmia, o Tempo, além de lhe ter tirado a alma, o espírito, descarnara-o, tirando-lhe as substâncias moles, assimiláveis prontamente, aproveitáveis à continuação da vida, deixando somente um amontoado de ossos lisos a branquear por cima das secretárias dos amanuenses ou nas catacumbas das estantes burocráticas. Antes, pensei eu, ficassem aqueles ossos expostos às águas meteóricas aciduladas que lhes dissolvessem os fosfatos ou à curiosidade dos paleontologistas sociais que, nas suas pesquisas pacientes, desagregassem aquela ossada, osso por osso, para bem decifram os mistérios dos agrupamentos humanos.

Era sempre dessa maneira que olhava aquele volume de legislação, na velha Secretaria da Guerra, coeva de Dom João VI, de quem ele trazia recordações e talvez por isso fizesse tanto empenho em que eu o abrisse e o lesse.

Dom João VI é dos chefes de Estado do Brasil aquele que mais feriu o espírito do povo. Oliveira Lima, no seu profundo estudo sobre esse infeliz rei, observa isso, e eu tenho tido ocasião de observar a verdade desse asserto.

Decerto, não há ponto do Rio de Janeiro em que ele não tenha deixado uma duradoura lembrança; e, em todos eles, os seus habitantes recordam-lhe o

nome e apontam-lhe a obra.

Lembro-me que, em menino, andando a cavalo pela Ilha do Governador, fui dar no lugar de Frecheiros com uma curiosa construção robusta em paredes e varões de ferro. Surpreendeu-me e perguntei a alguém no caminho o que era. O caminhante, um roceiro humilde, respondeu-me:

— É uma prisão do tempo de Dom João VI.

Soube mais tarde que, de fato, a ruína era do tempo de Dom João VI, mas que fora uma simples jaula para animais ferozes e não prisão.

O volume de legislação, porém, não vencia a minha relutância; mas, em certo dia, como um dos meus colegas me anunciasse, creio que o fazia pela décima vez, de pé, à beira de minha mesa:

— Fulano, tenho uma grande obra: *A tragédia fluminense...* É um poema herói-cômico que, espero, será melhor que os *Contos* de Boccaccio e um pouco inferior ao *Paraíso perdido* de Milton.

E porque ele me anunciasse um tão magno acontecimento para as letras pátrias, eu, vagaroso, ouvindo-lhe a narração do entrecho do poema, retirei o volume da estante, abri-o e me pus a ler os alvarás, as decisões, as cartas de lei de 1810 a 1815.

O que me surpreendeu, logo à primeira leitura, foram os estranhos títulos das repartições e os caprichosos nomes dos funcionários. Esses eram chanceleres, juízes de fora, de vintena, almotacés, solicitadores de resíduos e outros tinham nomes mais engraçados.

Por alvará de fevereiro de 1810, foi criada uma “Mesa de Despacho Marítimo” e o regulamento da administração de “Vínculos de Jaguará”, baixado por alvará desse tempo, causou, em vista de tal título, a emoção de quem está em presença de um exemplar de fauna desconhecida e imprevista. Vínculos de Jaguará?

Por curiosidade profissional, pus-me a examinar a linguagem daqueles velhos atos oficiais; e assevero-me que o estilo “Vossa Alteza Real” tem grandes pontos de contato com o jargão “Sua Excelência” de um democrático ministro de Estado dos nossos dias.

Usou-se para os almotacés a linguagem quase semelhante à que se usa hoje para qualquer inspetor do Serviço de Profilaxia do Tédio; embora em alguns haja mais unção no fraseado, mais apelo à lógica e certo jeito afetuoso.

É curioso observar a rigidez das secretarias, a sua eternidade, a resistência passiva, calada, oculta, fazendo com que o seu espírito, a sua linguagem, seus

tics atravessassem soberanamente anos e anos. Já dizia o duque de Audiffret: os reis caem, mas as secretarias ficam.

E, entre nós, a sentença do duque francês tem muito a verificar-se, e isto acudiu quando folhee o volume de cartas régias de 1810.

Há em um aviso de hoje com um alvará de 1810, uma grande semelhança intelectual, as mesmas arestas, o mesmo horror às vírgulas e aos pontos finais; e, embora ao ato de 1810 represente o governo do rei, por direito divino, e o de 1905, o do presidente da República, por delegação do povo, em ambos há um mesmo império, a mesma arrogância, o mesmo falso sentimento de soberania irresistível.

Mas, nos dos reis, apesar de tudo, há alguma coisa de paternal, de doçura; e, nesses que eu li, não sei por quê, encontrei a bonacheirice, o amor, a bondade que a tradição atribui a Dom João VI.

Senão vejamos este curioso documento. Por provisão da Mesa do Desembargo do Paço, de junho de 1815, dizia o príncipe regente, por graça de Deus etc., que, sobre a criação de enjeitados, fazia saber ao ouvidor da Câmara de Ouro Preto que recebesse matrículas e mandasse criar todas as crianças que lhe fossem expostas, sem diferença ou atenção à diversidade de cor, porque, afirmava o bondoso Dom João, todas elas têm direito à minha real proteção; e que, continuava com a mesma paternal provisão, nunca entrasse na indagação dos pais das crianças expostas, porque, além de ser essa indagação muito incoerente e absurda, iria falsear os fins da instituição.

Um outro alvará muito curioso é o de 24 de novembro de 1813. Trata do tráfico de escravos que o ato administrativo procurou justificar, tal qual como hoje com os chins, pela falta de braços; mas, conhecendo as práticas desumanas que se davam durante a travessia, estabeleceu um regulamento que as coibisse! Não queria comida feita em caldeirões de cobre, mas sim de ferro; os navios deviam ter um cirurgião a bordo; não se usaria “marcas” de ferro quente; a lotação seria proporcional à tonelagem do navio; aquele negreiro que, durante a travessia, tivesse menos mortos, recebia um prêmio pecuniário; e determinava o alvará outras providências curiosas.

O meu colega Bulhão, o grande escritor que ficava entre Boccaccio e Milton, ao me ver tão interessado com o volume, voltou aos seus ofícios; e eu, em breve, cansei-me e fechei o repositório de cartas de lei, alvarás, decretos, e cartas régias de 1810-1815.

Publicada em *Feiras e mafuás*

SOBRE O CARNAVAL

[192?]

Atribuo em parte ao meu avanço no tempo, se uma tal coisa se pode dizer, o aborrecimento que me causa o carnaval atualmente.

Nunca fui carnavalesco, mas, como todo melancólico e contemplativo, gosto do ruído e da multidão e não fugia a ele.

O isolamento faz-me mal à alma e ao pensamento. Mergulho no barulho dos outros, deixo de pensar em mim e nas fantasmagorias que eu mesmo criei para o meu padecer. A embriaguez que a multidão traz é a melhor e a mais inofensiva de todas que se tem até agora inventado. Nem o ópio, nem o álcool, nem o *hachisch* produzem embriaguez que com a dela se assemelhe. Temos visões extranormais, sem estragar a saúde...

Se tivesse herdado uma grande fortuna e até hoje a tivesse conservado, havia de marcar nos dias presentes, a minha vida e a minha estada, em várias partes do mundo, pelas célebres festas que, nelas, determinam grandes aglomerações humanas. Iria a Benares, na Índia, quando fosse a época das peregrinações dos bramânistas ao Ganges sagrado e do sagrado banho no rio divino; iria a Meca, no auge das visitas dos muçulmanos ao túmulo do profeta; iria a todas as festas e cerimônias dessa natureza; mas, atualmente, fugiria do carnaval do Rio de Janeiro, que não se pode agora assistir em são e perfeito juízo. Vou dizer o motivo.

Não partilho da opinião da polícia, nem muito menos tenho os melindres pudibundos da “Liga” do senhor Peixoto Fortuna; o que me aborrece mais no atual carnaval é a conclusão a que fatalmente chego ao ouvir as suas cantigas, sambas, fados etc., ao ouvir toda essa poética popular e espontânea, de não possuir o nosso povo, a nossa massa anônima, nenhuma inteligência e de faltarlhe por completo o senso comum. Mete horror semelhante pensamento.

O ponto de vista de imoralidade e chulice pouco me preocupa; o que me preocupa é o intelectual e artístico, tanto mais que, se este, segundo as suas forças, fosse obedecido pelos nossos bardos carnavalescos, certamente a imoralidade e a chulice ficariam atenuadas e disfarçadas. Tal coisa, porém, não se dá; e na impossibilidade, devido à polícia, de entoarem coplas francamente

pornográficas e porcas, não têm os rapsodos carnavalescos outro recurso senão lançarem mão de estribilhos e cantigas sem nexos algum. Uma tal pobreza de pensamento no nosso povo causa a quem medita piedade, tristeza e aborrecimento. Por isso fugi ao carnaval e ele agora me é indiferente.

Conheço a poesia dos alienados, tenho até em meu poder exemplares dela; mas, se compararmos as suas produções com as que são cantadas nos nossos três dias de Momo, toda a vantagem de concatenação de ideias, de sentido e mesmo de propriamente poesia vai para a banda dos dementados.

Seria tolice exigir dos vates dos cordões e ranchos coisas impecáveis em qualquer sentido. O que, porém, podiam mostrar é que eram capazes de não desmentir o estro dos nossos humildes cantores roceiros do “desafio”, que são verdadeiramente povo; entretanto, raramente caem com as suas quadras no contrassenso ou, melhor, no sem senso, agravado do palavreado oco e idiota da atual musa carnavalesca.

Os jornais, ou, antes, um jornal observou mais ou menos isto que eu estou aqui dizendo; mas sem confessar que a culpa é deles, pois animam a vaidade de tais poetas, publicando-lhes, sem exame, a sua enxurrada de vocábulos que não querem dizer nada. Estou certo de que, se para a sua publicação e competente elogio, os cotidianos exigissem mais alguma coisa que não uma trapalhada de palavras, melhor eles fariam.

Nos dias que precederam o carnaval, pois escrevo no sábado, véspera dele, andei pelas seções competentes das folhas, colecionando as cantarolas da “cordoalha” carnavalesca. Cansei-me logo, pois me aborreci com tanta bobagem acumulada; entretanto, guardei algumas. Lá vai uma. Vejam só este pedacinho do Parnaso carnavalesco:

PRIMEIRA PARTE:

Para a nossa vitória
nós espalhamos,
pelos caminhos,
os risos de alegria
e os gorjeios
dos passarinhos,
e ao surgir da lua
no céu sem brumas,
no céu tão lindo,
nós da Estrela de Ouro,

cantando em coro,
vamos fugindo.

É preciso não esquecer que se trata de uma “Estrela de Ouro” que espalha risos de alegria e... gorjeios de passarinhos, além de perpetrar outras proezas estelares.

Encontrei também uma outra cantoria, que, além de ser dedicada à Bahia, é oferecida ao Clube dos Democráticos, na qual entra um papagaio, cuja relação com o resto não se atina qual seja. É um modelo do gênero e vale a pena transcrevê-la inteira do jornal que a publicou.

Ei-la:

FALA MEU LOURO

(Samba do Partido Alto)

Dedicado ao Estado da Bahia e oferecido ao Clube dos Democráticos

Por J.B. (SINHÔ).

Primeira Parte:

A Bahia não dá mais coco

Pra botar na tapioca (bis)

Pra fazer o bom mingau

Pra embrulhar o carioca (bis).

Segunda Parte:

Papagaio louro (corrupacopapaco)

Do bico dourado (corrupacopapaco) (bis)

Tu que falavas tanto

Qual a razão que vives calado? (bis).

Terceira Parte:

Não tenha medo

Louro de respeito (bis).

Quem quer se fazer não pode,

Quem é bom já nasce feito (bis).

Fazendo estas despretensiosas considerações, não me move nenhuma espécie de antipatia pelo folgar do povo; mas pedir unicamente a ele próprio que nessa sua folgança, nesse poetar de sua alma alanceada, quando procura, nestes três dias, esquecer o seu penar e a sua dor no riso, no gargalhar e no estonteamento, pusessem os seus trovadores mais gosto, mais sentido,

compusessem mais cantares que pudessem ser entendidos, coisa que não lhes é impossível, pois todos conhecemos as poesias roceiras, as quadras populares, quase sempre expressivas e denunciando verdadeira poesia.

Para terminar, e para desmentir a indiferença que, mais acima, afirmei ter pelo nosso carnaval, ponho sob os olhos do leitor este humorístico telegrama:

Belo Horizonte, 13 (Serviço especial da *A Noite*) — A Liga pela Moralidade oficiou ao chefe de polícia, pedindo-lhe que proíba às bandas de música, que vão tocar nos coretos da avenida Afonso Pena, durante o carnaval, a execução de tangos e maxixes. A mesma Liga alega nesse ofício que tais músicas são provocantes.

É de rir, não? Pois quase fez chorar o senhor Peixoto Fortuna, o da nossa “Liga” carioca, porque não lhe ocorreu semelhante lembrança.

Sabemos, entretanto, que, no futuro carnaval, as bandas de música tocarão nos coretos o “Réquiem” de Mozart, a “Marcha Fúnebre”, de Chopin, embora nos coros das igrejas, conforme propagam os entendidos, se executem músicas bem profanas.

Em todo caso, a ter um carnaval litúrgico, é preferível continuar o que está, tanto mais que não posso, totalmente, fugir de qualquer um deles.

Publicada em *Feiras e mafuás*

PALAVRAS DE UM SNOB ANARQUISTA

A Voz do Trabalhador, 15-5-1913

Por ocasião da passagem do 1º de Maio, os grandes jornais desta cidade, bem ou mal, tiveram que tratar da questão social. Alguns, com aquele jeito furta-cor tão interessante para um zoologista, enquanto na primeira ou segunda página defendiam uma futura oligarquia atacando outra, na quarta ou quinta faziam panegíricos dos operários etc. etc.; outros, com mais franqueza, ao dia seguinte, atacavam os anarquistas e exclamavam:

Que haja anarquistas na Europa, naqueles velhos países de civilização brilhante exteriormente, mas internamente carunchosa, já trabalhada pelos séculos e sofrendo o incurável reumatismo gotoso que caracteriza a gente de idade avançada que passou a vida em ceias e devassidões, vá lá, compreende-se.

A situação do operariado europeu é, de fato, precária, em vários pontos. Na Europa há miséria porque já há falta de trabalho; e já há falta de trabalho, porque a sua imensa civilização já está feita.

Há aí um bem inveterado engano. A civilização que nos domina, a forma de organização social sob que vivemos, é a mesma que a da Europa e tão antiga quanto a dela. Não há nenhuma diferença de tempo, não há nenhuma diferença de feitio: é a mesma.

O que caracteriza uma civilização são as suas ideias, os seus preceitos, as suas instituições e os seus sentimentos; e, por acaso, as ideias, os preceitos, as instituições que governam a Europa são diversos dos que nos governam?

Absolutamente não.

Quando no século XVI as primeiras naus portuguesas trouxeram para o Brasil conquistadores, guerreiros, padres e aventureiros, trouxeram também com eles as suas ideias de propriedade, de honra, de casta, de pátria, de rei e de Deus; e nunca mais os que ficaram deixaram de receber de lá essas ideias ou as modificações que elas foram sofrendo. Não houve, portanto, uma diferenciação de civilização nas suas bases primordiais.

Os antigos colonizadores gregos, quando partiam a fundar uma colônia na orla do Mediterrâneo, levavam nas suas trirremes uma parte do fogo sagrado

que ardia no altar da cidade ou das famílias respectivas. Isto queria bem dizer que eles iam continuar em outra parte a vida social — religiosa, militar e civil — que tinham até então levado nas suas respectivas pátrias. Não havia ideia de mudança, mas de continuação. Se não foi tão total a ideia dos colonizadores da Renascença, contudo, contra a sua vontade, a coisa se operou da mesma forma.

O caso do famoso Caramuru dá bem uma frisanete ideia de como as concepções anteriores dominavam os povoadores nas novas terras que descobriram e como não se perturbavam elas, mesmo nas ocasiões mais favoráveis a uma total obliteração.

Na *Historia general y natural de Las Índias*, de Oviedo (emprestamos a citação do doutor Capistrano de Abreu), é descrita a situação do aventureiro português em 1535, em meio dos tupinambás:

Ali (em Todos os Santos) acharam (os náufragos companheiros de Simão de Alcazaba) e viram Diogo Álvares, português, que lhes disse que havia vinte e cinco anos que estava naquela terra só e que se achava mui bem com os índios, e o tinham por seu capitão e lhe eram mui obedientes, e os tinha tão sujeitos e lhe guardavam tanto acatamento como se nascera senhor deles; e tinha consigo sua mulher, que era índia, da qual tinha muitos filhos e duas filhas, casadas com dois espanhóis que ali estavam.

Agora vejam este trecho do velho frei Vicente do Salvador, quando trata, na sua *História do Brasil*, dos casamentos e criação dos filhos entre o gentio do Brasil:

Não é fácil imaginar, maiormente entre os principais que têm muitas mulheres, qual seja a verdadeira e legítima, porque nenhum contrato exprimem, e facilmente deixam umas e tomam outras, mas etc.

No meio de selvagens que tinham sobre a família ideias e concepções diferentes das suas, o aventureiro português tem da mesma criação social as noções de um homem cuja mentalidade foi sujeita à disciplina da Igreja Católica e dos seus institutos; e como tal se comporta durante vinte e cinco anos num meio intrinsecamente desfavorável.

Se essa prova que se tira da história não basta para mostrar que a psique dos povoadores do Brasil se manteve a mesma, podemos obtê-las nos documentos políticos do tempo — cartas régias, alvarás, sesmarias etc. —,

todos eles estabelecendo o regímen da propriedade privada, base última do regímen burguês-capitalista.

Daí em diante, esse regímen continuou e evoluiu da mesma forma que na Europa, com as mesmas vicissitudes que lá e, se a fortuna deixou de ser lá, com o advento da burguesia, essencialmente baseada na propriedade territorial e se transformou no atroz onzenarismo burguês dos títulos e apólices, cá também tem deixado de o ser na mesma proporção.

Teimam também os jornais em encontrar nessa questão da reforma social uma simples questão de salário. É uma teima que lhes fica bem, mas, é preciso que se lhes diga, não é das mais dignas nem das mais brilhantes.

Há, em tal questão, mais uma questão de dignidade humana, de direito que têm todos a encontrar na Terra felicidade e satisfação, do que mesmo desejo de um maior ou menor ganho.

O que não é justo é que muito poucos possam encontrar na vida mais que o supérfluo e alguns mais, unicamente o necessário.

Nessa questão, os jornais e os jornalistas são de uma coerência a toda a prova. Eles gabam os altíssimos salários que os operários têm nesta terra, mas nenhum deles quer ser o operário que os vence. Por quê? Porque a situação de operário está ligada uma diminuição de personalidade, de consideração à sua importância necessária e puramente humana.

De resto, o trabalho é árduo, além de árduo é feito durante muitas horas seguidas e o cansaço tira e embota a alegria das restantes horas de repouso.

É inútil insistir sobre esse ponto por demais debatido e esclarecido; e, se Taine mostra como pequenas causas morais, o desprezo da nobreza pela burguesia, exemplo aquela contada por Mme. Roland, que, tendo ido visitar uns marqueses, estes lhe fizeram jantar na copa, originaram o 93, é bem de ver que essas mesmas causas devem atuar no ânimo dos operários para desejarem um regímen em que o seu esforço seja dignificado e honrado.

O intuito deste pequeno artigo não era falar nisso; era unicamente mostrar que a civilização do Brasil não é essencialmente diferente da da Europa e ainda mais — o que não foi dito — que a relação entre a população e o território em nada favorece a tese do jornalista.

Os publicistas dos jornais fazem um cotejo simples entre a nossa população e o nosso território e daí concluem: “Essa gente não tem que fazer porque não quer. Há por aí tanta terra...”

Admitindo mesmo que nós nos pudéssemos fazer, assim do pé para mão, Robinsons Crusoés, e ir viver por aí isolados em cabanas, tirando dos arredores

tudo de que precisássemos, havia ainda a consideração das terras imediatamente aproveitáveis e das que não o são, por estéreis, pantanosas e baldas dos mais elementares recursos de vida.

Se nós retirarmos da superfície imensa do Brasil as partes que são de alagadiços, as em que há secas, as cobertas de florestas, as estéreis, ela ficaria reduzida em muito. Se tirarmos aquelas que precisam de trabalhos de gerações para serem aproveitadas, ainda ficaria mais reduzida.

Há grandes regiões do Brasil em que faltam, por condições que não vêm a pelo citar, bases para uma vida estável. Uma grande parte do Amazonas tem uma população de apanhadores de borracha cuja moradia verdadeira é em Manaus ou alhures.

Por isso ou por aquilo, vão buscar os elementos mais simples de sua vida fora da região em que operam, e um tal território não pode ser adjudicado à superfície do Brasil eficiente para a sua civilização.

Há na França, para citar outro país, departamentos inteiros que vivem de pesca no mar do Norte e não queremos crer que os publicistas do Brasil somem a superfície desse mar ao território francês.

As condições, portanto, da civilização do Brasil, quer as econômicas, quer as morais, quer as de território, justificam que haja quem desinteressadamente, brasileiro ou não, seja anarquista. Se a de lá está carunchosa, a de aqui também; uma é tão antiga quanto a outra; e convém lembrar também que é inútil nesta questão indagar-se se se é ou não de tal país, quando os jornalistas não se indagam deles mesmos se são ou não brasileiros para se fazerem pinheiristas ou dantistas.

Os anarquistas falam da humanidade para a humanidade, do gênero humano para o gênero humano, e não em nome de pequenas competências de personalidades políticas; e se há muitos que o são por ignorância ou “esnobismo” consoante o dizer do jornalista conservador, mesmo assim merecem simpatias dos desinteressados, porque não usam daquelas ignorâncias nem daqueles “esnobismos” que dão gordas sinecuras na política e sucessos sentimentais nos salões burgueses.

Sentimos que o jornalista se haja emperrado no régimen capitalista, mas estamos certos de que, por mais emperrado que seja, há de haver ocasiões em que pergunte de si para si: é justo que o esforço de tantos séculos, que a inteligência de tantas gerações, que o sangue de tantos homens de coração e o sofrimento de tantas raças, que tudo isso, enfim, venha simplesmente terminar nessa miséria, nesse opróbrio que anda por aí? É justo?

Publicada em *Feiras e mafuás*

MANUEL DE OLIVEIRA

Revista Souza Cruz, 1-5-1921

A história da mágoa que o levou a uma semiloucura, ele ma contou muitas vezes de um modo inalterável. Cabinda de nação, ele viera muito menino da costa da África, e um português hortelão o comprara e lhe ensinara o ofício de plantar couves.

O seu senhor tinha uma grande horta pelas bandas da rua do Pinheiro, no Catete, e logo que o pobre Manuel — era esse o nome do meu cabinda — cresceu um pouco, pela manhã, com verduras cuidadosamente contadas pelo senhor, ele saía para o Catete e Botafogo a vender couves, repolhos, cenouras etc. Levavam as verduras e legumes preços marcados, mas ele as podia vender mais caro, ficando para si o excedente. Durante anos, Manuel de Oliveira, pois, como era costume, veio a usar o sobrenome do senhor, fez isso, ao sol e à chuva, juntando nas mãos do senhor os seus lucros diários. Quando chegou a certa quantia estipulada, o Oliveira, dono da horta, deu-lhe a sua carta de alforria.

Não saiu da companhia do seu antigo senhor e com ele continuava a trabalhar, mediante salário.

Habitudo a economizar, continuava a fazê-lo, mas não sem que, de quando em quando, comprasse o seu “gasparinho”. Um belo dia, a sorte bafejou-o e a loteria deu-lhe um conto de réis, que ele guardou nas mãos do patrão.

Por esse tempo, veio Manuel de Oliveira a conhecer uma pretinha escrava que acudia pelo nome de Maria Paulina. A comborça interessou-o e ele, à vista das condições de fortuna em que estava, resolveu, após os preliminares indispensáveis, tomar estado. Libertou a rapariga, comprou uns móveis toscos, alugou um tugúrio e foi morar com a Maria Paulina. As coisas correram bem até certo tempo. De manhã, lá ia Manuel de Oliveira para a horta, apanhava o tabuleiro e corria à freguesia.

Aí, pelas onze horas, meio-dia, passava pela sua casa, almoçava com a Maria Paulina; voltava para a horta, após o almoço, a fim de molhar os canteiros do patrão.

Assim ia correndo a sua vida, quando ele teve a honra, na sua humildade, de ser objeto de drama. Maria Paulina fugiu...

O fato abalou o pobre preto em todo o seu ser. Ficou meio pateta, deu em falar sozinho, abandonou a horta e deixou-se errar a esmo pela cidade, dormindo aqui e ali.

A polícia apanhou-o e meteu-o no Asilo de Mendigos. Daí foi enviado para a Ilha do Governador e internado numa espécie de colônia de pedintes que o governo imperial fundou nos seus últimos anos de existência.

Vindo a República, foram essas colônias, pois eram duas, transformadas nas atuais de alienados.

Meu pai foi, em 1890, nomeado para um pequeno emprego delas. Fomos todos morar lá, e foi então que conheci Manuel de Oliveira.

Sóbrio, trabalhador e disciplinado, o velho preto cabinda não sofria nenhum constrangimento. Era até encarregado de uma seção importante que superintendia com o mais acrisolado devotamento. Manuel dirigia a ceva dos porcos e, para eles, cozinhava.

Vivia independente de toda e qualquer vigilância, debaixo do terreiro anexo ao chiqueiro, vigiando a caldeirada dos suínos, resmungando e balbuciando a sua dor eterna.

Muito menino — eu tinha nove anos —, apesar de não ser muito regular, corria toda a colônia e dependências.

O edifício principal era um antigo convento de beneditinos. A igreja dividia duas alas desiguais; e tudo olhava o sol levante. A ala direita era quase toda ela guarnecida de largas janelas em arco pleno; mas a esquerda era mesquinha e sem interesse.

Tendo passado a minha primeira meninice na cidade, aqueles aspectos eram para mim inteiramente raros. As árvores, os pássaros, cavalos, porcos, bois, enfim, todo aquele aspecto rústico, realçado pelo mar próximo, enchia a minha meninice de sonho e curiosidade.

O velho Oliveira dava-me sempre mimos. Era uma fruta, era um bodoque, era uma batata-doce assada no braseiro do seu fogão, ele sempre tinha um presente para mim. Eu o amei desde aí, e quando, há anos, o levei para o cemitério de Inhaúma, foi como se enterrassem muitas esperanças da minha meninice e adolescência na sua cova...

Apesar dos rigores regulamentares, ele ia até nossa casa levar isso ou aquilo; e, às vezes, lá se demorava, fazendo este ou aquele serviço.

Por fim, o médico deu-lhe alta e ele veio morar definitivamente conosco.

Pude então conhecê-lo melhor e apreciar a grandeza de sua alma e a singularidade de suas opiniões.

Coisa curiosa! Oliveira tinha em grande conta a sua dolorosa costa d'África.

Se eu motejava dela, o meu humilde amigo dizia-me:

— “Seu Lifonso”, o senhor diz que lá não há quem saiba ler. Pois olhe: os doutores daqui, quando querem saber melhor, vão estudar lá.

Além de ter esse singular e geral orgulho pela África, ele tinha um particular pela sua “nação”. Para ele, cabinda era a nacionalidade mais perfeita e superior da Terra. Nem todo negro podia ser cabinda.

— Manuel, Nicolau é cabinda?

— Qual o quê! Aquele negro feiticeiro pode ser cabinda! Aquilo é congo ou boca de benguela.

As suas opiniões políticas eram curiosas. Tinha, como todo o nosso homem do povo, uma grande veneração pelo imperador, até exagerada.

Ele me dizia:

— “Seu Lifonso”: não houve no mundo imperador como o daqui; todas as nações tinham inveja do Brasil por causa dele.

Entretanto, e apesar de não gostar da república, ele informava que o governo de sua terra era melhor que o daqui, porque lá havia, ao mesmo tempo, imperador e presidente da República.

O seu grande amor era a horta. O seu amigo senhor tinha-lhe inventado esse gosto que não largou até a hora da morte.

Havia muita coisa de singular e curioso nessa pobre alma de negro que me acompanhou durante quase trinta anos, através de todas as vicissitudes.

Devo-lhe muito de amor e devotamento.

Conto um pequeno fato. Quando minha família atravessou uma crise aguda; quando veio a nossa tragédia doméstica, Manuel de Oliveira chegou-se a mim e emprestou-me cem mil-réis que economizara.

Muitos outros fatos se passaram entre nós dessa natureza, e, agora que o desalento me invade, não posso relembrar essa figura original de negro sem considerar que o que faz o encanto da vida, mais do que qualquer outra coisa, é a candura dos simples e a resignação dos humildes...

Publicada em *Feiras e mafuás*

O TREM DE SUBÚRBIOS

Gazeta de Notícias, 21-12-1921

Nas mãos de um amigo e em casa dele, certa ocasião vi um álbum de desenhos de Daumier, que me encheram de um pasmo artístico perdurável até hoje. Confesso que, naquela época, e isto vai para mais de quinze anos, eu não conhecia semelhante desenhista. Dos do seu tempo, só tinha notícias de Gavarni, isto mesmo por citações de jornais a respeito de Ângelo Agostini. Foi uma descoberta; e sempre tive tenção, da qual ainda não me desprendi inteiramente, de mandar buscar esse álbum; mas...

Dos desenhos, aquele que mais me feriu e impressionou foi o que representa um carro de segunda classe, ou daqueles que, em França, equivalem à nossa segunda.

Aquelas caras tristes, tangidas pela miséria, oprimidas pelo exaustivo trabalho diário; aquele cachimbar de melancolias; aquelas mulheres com xales à cabeça, e magras crianças ao colo — tudo aquilo me ficou; mas não foram só os detalhes que aí deixo e cuja exatidão não garanto inteiramente que me calaram fundamente n'alma. O que me impressionou mais foi a ambiência que envolve todas as figuras e a estampa registra, ambiência de resignação perante a miséria, o sofrimento e a opressão que o trabalho árduo e pouco remunerador traz às almas.

A segunda classe dos nossos vagões de trens de subúrbios não é assim tão homogênea. Falta-nos, para sentir a amargura do destino, profundidade de sentimentos. Um soldado de polícia que nela viaja não se sente diminuído na sua vida; ao contrário: julga-se grande coisa, por ser polícia; um guarda civil é uma coisa importante; um servente de secretaria vê Sua Excelência todos os dias e, por isso, está satisfeito; e todos eles, embora humildes, encontram na sua estreiteza de inteligência e fraqueza de sentir motivos para não se julgarem de todo infelizes e sofredores. Só alguns e, em geral, operários é que esmaltam no rosto angústia e desânimo. Porém, a indumentária variegada merecia que um lápis hábil a registrasse. Aquelas crioulas e mulatas inteiramente de branco, branco vestido, meias, sapatos, ao lado de portugueses ainda com restos de vestuários da terra natal; os uniformes de cáqui de várias corporações; os em

mangas de camisas e algum exótico jaquetão de inverno europeu, acompanhado do indefectível cachimbo — tudo isso forma um conjunto digno de um lápis ou de um pincel.

Habitualmente não viajo em segunda classe; mas tenho viajado, não só, às vezes, por necessidade, como também, em certas outras, por puro prazer.

Viajo quase sempre de primeira classe, e isso desde muito tempo.

Quando, há quase vinte anos, fui morar nos subúrbios, o trem me irritava. A presunção, o pedantismo, a arrogância e o desdém com que olhavam as minhas roupas desfiadas e verdoengas sacudiam-me os nervos e davam-me ânímos de revolta. Hoje, porém, não me causa senão riso a importância dos magnatas suburbanos. Esses burocratas faustosos, esses escrivães, esses doutores de secretaria, sei bem como são títeres de politicões e politiquinhos.

Porque é no trem que se observa melhor a importância dessa gente toda. Eles estão na sua atmosfera própria que os realça desmedidamente. Chegam na rua do Ouvidor, e desaparecem. São uns fantoches. Os senhores estão vendo aquele cidadão grave que fala com a sisudez de um sábio da Grécia e não se cansa de aludir ao cargo que ocupa, sabem como ele arranjou tal lugar? Não sabem. Pois eu sei. Ele queria ocupá-lo, mas o emprego era de concurso. O tal cidadão, que fala tão imponentemente de importantes questões administrativas, é quase analfabeto. Que fez ele? Arranjou servir adido à repartição que cobiçava, deixando o lugar obscuro que ocupava, numa repartição obscura do mesmo ministério. Tinha fortes pistolões e obteve. O diretor, que possuía também um candidato para a mesma causa, aproveitou a vaza e colocou de igual forma o seu. Há um fim de ano de complacências parlamentares e todos eles arrancam do Congresso uma autorização, na cauda do orçamento, aumentando os lugares na tal repartição cobiçada e mandando também aproveitar os “adidos”. Está aí donde vem a importância do homenzinho que não cessa de falar como um orador.

Mas quem o vê limpinho, cuidadinho, bochechudinho, decretando saber, não pensará que ele chegou a tal maneira.

Isto, porém, não é o pitoresco do carro.

Pela manhã, aí pelas nove e meia até às dez e meia, o carro de primeira é banalizado por esses cupins de secretarias e escritórios.

Pelo correr do dia, porém, ele se torna mais pitoresco. É a hora em que descem as moças e a hora dos namoros ferroviários.

No subúrbio, como em todos os bairros, há rapazes cuja única esperança está no casamento. Sem ofício nem benefício, vivendo de profissões equívocas

ou de expedientes, eles esperam a paixão salvadora de uma pequena de boa ascendência para se colocarem.

Semelhante gente vive de um modo singular. Do pai, obtém casa e comida, graças à ternura da mãe; e, lançando mão deste e daquele recurso, conseguem dinheiro com que pagam ternos a prestações e mais peças de vestuário. A esperança deles está no casamento, porque contam com duas coisas: os pais têm necessidade de descartar-se das filhas casadeiras. Para conseguirem isso precisam de genros; e, estando os candidatos desempregados, os pais amoráveis tratam de emprega-los. Eis aí.

De uma instrução descuidada, senão rudimentar, eles não se querem sujeitar às colocações de que são merecedores naturalmente. Querem mais acima do que sabem e do que podem desempenhar na vida. O alvo deles, em geral, são os diversos departamentos da Estrada de Ferro Central do Brasil. O candidato suburbano de emprego público pensa sempre na Central, para salvá-lo e dar-lhe estabilidade na existência.

Um bonezinho de auxiliar (condutor de trem) ou de conferente é a meta dos seus sonhos; e é, para ele, quase como o chapéu armado de general com o seu respectivo penacho.

Nas primeiras horas da tarde em que as passeadeiras suburbanas descem até a cidade, os cavalheiros que viajam são, em geral, desse jaez. O maior trabalho deles é achar lugar. Convém notar que os carros estão semivazios; mas eles correm vagão por vagão, para achar lugar. Chamam a isto topar um banco em que possam deitar “foguetões” a uma moça ou rapariga das proximidades que seja acessível à melosidade idiota dos seus olhos de namorados profissionais. Se não acham um banco a jeito, põem-se na plataforma, a fazer gatimanhãs, a consertar a gravata, para chamar a atenção da deidade. Antigamente, sem necessidade, viravam até o banco para ficarem bem de “enfiada”; houve, porém, uma ordem proibindo isso, a menos que viajassem quatro amigos ou quatro pessoas da família, e eles acatam mais ou menos tal ordem.

Nessas horas, o trem não cheira mais a política, nem a aumento de vencimentos, nem a coisas burocráticas. O trem tem o fartum de cinematógrafo. É Gaumont para aqui, é Nordisk para lá; é Chico Boia; é Theda Bara — que mais sei eu, meu Deus!

O execrável *football* também é conversa obrigada das moças e senhoras que gastam, em saber nomes e coisas de tão nefando jogo, uma energia mental que podia ser mais bem empregada na administração de suas modestas casas.

Os vestuários, com raras exceções, são exageradíssimos. Botafogo e Petrópolis exageram Paris; e o subúrbio exagera aqueles dois centros de elegâncias.

Não generalizo, porque, nessas coisas, erra quem quiser generalizar. Registro o aspecto saliente que fere o imodesto; porque o modesto paira na sombra e ninguém o nota.

Os cavalheiros, com suas roupas a prestações, também se arreiam à moda dos “almofadinhas” das confeitarias de *rendez-vous* elegantes.

Tarde, nas suas *Leis de imitação*, diz que todo o progresso social se deve em parte à invenção ou a invenções de um grupo, propagadas por toda a sociedade circundante, por imitação. Cito de memória.

É pena que a imitação desses rapazes fúteis e dessas moças levianas se encaminhe para coisas tão de nonada. Bem podiam eles e elas dirigir tão fecundo fator de aperfeiçoamento social para atividades mais altas. Mas o que se há de fazer? É assim...

À tarde, a feição do trem muda; é mais complexa, porque se misturam burocratas, militares, “almofadinhas”, meninas de Normal e da Música, tudo de cambulhada, ficando a fisionomia do trem muito confusa, de forma que é difícil tirar um traço seguro dela.

Os carros são tomados de assalto, ainda em movimento. Bem cedo, estão cheios. É então que há cerimônia de dar o lugar.

Foi sempre um pavor para mim, essa curiosa cerimônia nacional que já desapareceu dos bondes.

Chegam Nenê e Iaiá, e não acham banco vazio. Põem-se em pé, ao lado de um banco em que há dois cavalheiros e que elas suspeitam ser um deles sensível e amável. Suponhamos que o que fica na frente chama-se Guedes e é das “Obras Públicas”, e o que fica no canto acode pelo nome de Nunes e é da prefeitura. Os dois não se conhecem. Guedes lê *A Notícia* e Nunes, *O Combate*.

Iaiá cochicha com Nenê; riem-se ambas e ambas olham para os dois cavalheiros. Nenhum se dá por achado. Continuam as moças no seu jogo. Nunes e Guedes resistem heroicamente.

Vendo as meninas que os cavalheiros não se rendem aos seus sorrisos de ironia tendenciosa, mudam de tática; e Iaiá toma a iniciativa de suspirar e dizer alto:

— Ai, meu Deus! Em pé, até o Méier! Que inferno!

Nenê secunda:

— Ainda é feliz, porque vai até o Méier. E eu que vou até Quintino!

O sensível Guedes não resiste mais. Dobra o jornal e oferece o seu lugar às moças.

Nunes, embora amuado, em vista do procedimento do companheiro, vê-se obrigado a fazer o mesmo. Lá vão Iaiá e Nenê bem sentadinhas, enquanto Guedes e Nunes sofrem atrozes dores nos calos.

É verdade que, no carro, há pregados, em diversas partes, anúncios de calistas e de remédios para calos. É curá-los. Só tem calos, quem quer...

Publicada em *Feiras e mafuás*

MAIO

Gazeta da Tarde, 4-5-1911

Estamos em maio, o mês das flores, o mês sagrado pela poesia. Não é sem emoção que o vejo entrar. Há em minha alma um renovamento; as ambições desabrocham de novo e, de novo, me chegam revoadas de sonhos. Nasci sob o seu signo, a treze, e creio que em sexta-feira; e, por isso, também à emoção que o mês sagrado me traz se misturam recordações da minha meninice.

Agora mesmo estou a lembrar-me que, em 1888, dias antes da data áurea, meu pai chegou em casa e disse-me: “A lei da abolição vai passar no dia de teus anos.” E de fato passou; e nós fomos esperar a assinatura no Largo do Paço.

Na minha lembrança desses acontecimentos, o edifício do antigo paço, hoje repartição dos Telégrafos, fica muito alto, um *sky-scraper*; e lá de uma das janelas eu vejo um homem que acena para o povo.

Não me recordo bem se ele falou e não sou capaz de afirmar se era mesmo o grande Patrocínio.

Havia uma imensa multidão ansiosa, com o olhar preso às janelas do velho casarão. Afinal a lei foi assinada e, num segundo, todos aqueles milhares de pessoas o souberam. A princesa veio à janela. Foi uma ovação: palmas, acenos com lenço, vivas...

Fazia sol e o dia estava claro. Jamais, na minha vida, vi tanta alegria. Era geral, era total; e os dias que se seguiram, dias de folganças e satisfação, deram-me uma visão da vida inteiramente festa e harmonia.

Houve missa campal no Campo de São Cristóvão. Eu fui também com meu pai; mas pouco me recordo dela, a não ser lembrar-me que, ao assisti-la, me vinha aos olhos a “Primeira missa”, de Vítor Meireles. Era como se o Brasil tivesse sido descoberto outra vez... Houve o barulho de bandas de música, de bombas e girândolas, indispensável aos nossos regozijos; e houve também préstitos cívicos. Anjos despedaçando grilhões, alegorias toscas passaram lentamente pelas ruas. Construíram-se estrados para bailes populares; houve desfile de batalhões escolares; e eu me lembro que vi a princesa imperial, na porta da atual Prefeitura, cercada de filhos, assistindo àquela feira de numerosos soldados desfiar devagar. Devia ser de tarde, ao anoitecer.

Ela me parecia loura, muito loura, maternal, com um olhar doce e apiedado. Nunca mais a vi e o imperador nunca vi, mas me lembro dos seus carros, aqueles enormes carros dourados, puxados por quatro cavalos, com cocheiros montados e um criado à traseira.

Eu tinha então sete anos e o cativo não me impressionava. Não lhe imaginava o horror; não conhecia a sua injustiça. Eu me recordo, nunca conheci uma pessoa escrava. Criado no Rio de Janeiro, na cidade, onde já os escravos rareavam, faltava-me o conhecimento direto da vexatória instituição para lhe sentir bem os aspectos hediondos.

Era bom saber se a alegria que trouxe à cidade a lei da abolição foi geral pelo país. Havia de ser, porque já tinha entrado na consciência de todos a injustiça originária da escravidão.

Quando fui para o colégio, um colégio público, à rua do Resende, a alegria entre a criançada era grande. Nós não sabíamos o alcance da lei, mas a alegria ambiente nos tinha tomado.

A professora, dona Teresa Pimentel do Amaral, uma senhora muito inteligente, a quem muito deve o meu espírito, creio que nos explicou a significação da coisa; mas com aquele feitio mental de criança, só uma coisa me ficou: livre! livre!

Julgava que podíamos fazer tudo que quiséssemos; que dali em diante não havia mais limitação aos propósitos da nossa fantasia.

Parece que essa convicção era geral na meninada, porquanto um colega meu, depois de um castigo, me disse: “Vou dizer a papai que não quero voltar mais ao colégio. Não somos todos livres?”

Mas como ainda estamos longe de ser livres! Como ainda nos enleamos nas teias dos preceitos, das regras e das leis!

Dos jornais e folhetos distribuídos por aquela ocasião, eu me lembro de um pequeno jornal, publicado pelos tipógrafos da Casa Lombaerts. Estava bem impresso, tinha umas vinhetas elzevirianas, pequenos artigos e sonetos. Desses, dois eram dedicados a José do Patrocínio e o outro à princesa. Eu me lembro, foi a minha primeira emoção poética a leitura dele. Intitulava-se “Princesa e mãe” e ainda tenho de memória um dos versos:

Houve um tempo, senhora, há muito já passado...

São boas essas recordações; elas têm um perfume de saudade e fazem com que sintamos a eternidade do tempo.

Oh! O tempo! O inflexível tempo, que, como o Amor, é também irmão da Morte, vai ceifando aspirações, tirando presunções, trazendo desalentos, e só nos deixa na alma essa saudade do passado às vezes composta de coisas fúteis, cujo relembrar, porém, traz sempre prazer.

Quanta ambição ele não mata! Primeiro são os sonhos de posição, com os dias e as horas, e, a pouco e pouco, a gente vai descendo de ministro a amanuense; depois são os do Amor — oh! como se desce nesses! Os de saber, de erudição, vão caindo até ficarem reduzidos ao bondoso Larousse. Viagens... Oh! As viagens! Ficamos a fazê-las nos nossos pobres quartos, com auxílio do Baedeker e outros livros complacentes.

Obras, satisfações, glórias, tudo se esvai e se esbate. Pelos trinta anos, a gente que se julgava Shakespeare, está crente que não passa de um “mal das vinhas” qualquer; tenazmente, porém, ficamos a viver, esperando, esperando... o quê? O imprevisito, o que pode acontecer amanhã ou depois. Esperando os milagres do tempo e olhando o céu vazio de Deus ou deuses, mas sempre olhando para ele, como o filósofo Guyau.

Esperando, quem sabe se a sorte grande ou um tesouro oculto no quintal?

E maio volta... Há pelo ar blandícias e afagos; as coisas ligeiras têm mais poesia; os pássaros como que cantam melhor; o verde das encostas é mais macio; um forte fluxo de vida percorre e anima tudo...

O mês augusto e sagrado pela poesia e pela arte, jungido eternamente à marcha da Terra, volta; e os galhos da nossa alma que tinham sido amputados — os sonhos —, enchem-se de brotos muito verdes, de um claro e macio verde de pelúcia, reverdecem mais uma vez, para de novo perderem as folhas, secarem, antes mesmo de chegar o tórrido dezembro.

E assim se faz a vida, com desalentos e esperanças, com recordações e saudades, com tolices e coisas sensatas, com baixeiras e grandezas, à espera da morte, da doce morte, padroeira dos aflitos e desesperados...

Publicada em *Feiras e mafuás*

ENFERMEIRAS LOURAS E MOSQUITOS ZUMBIDORES

Careta, 28-1-1922

Um jornal desta cidade, em começos deste mês, denunciou aos quatro cantos do país que o faustoso (o adjetivo é dele, do jornal) Departamento Nacional de Saúde Pública estava dispensando os “mata-mosquitos”, a fim de arranjar dinheiro com que pagar umas norte-americanas que contratou para enfermeiras de epidemias próximas a vir. É preciso não esquecer que o departamento é um subministério técnico e científico, como diz o eminente doutor Teófilo Torres, e o caráter primordial da ciência é a precisão.

O quotidiano em questão aventa a ideia de que, certamente para dar trabalho às tais *girls* americanas, a Saúde Pública, deixando de combater os mosquitos, procura desse modo provocar o aparecimento de epidemias. É bem possível que haja alguma verdade nisso; estou, porém, mais inclinado a acreditar que o referido departamento pretende provocar epidemias com o intuito de anunciá-las de antemão, de forma a provar a sua infalibilidade científica.

Essas senhoras americanas que o senhor Carlos Chagas mandou buscar no norte do continente, segundo o mesmo jornal, ganham mais do que os médicos vultuosos vencimentos, lá está na folha.

Isto causa pasmo ao redator da notícia, que se apiedou da miséria prestes a cair sobre os pobres “mata-mosquitos” que vão ser despedidos em massa.

Não vejo motivo para tal. As damas não são louras? São; e é até o mesmo jornal que o diz. Se é assim, elas devem saber pegar na seringa como ninguém e fazer curativos com a rapidez e perfeição características da atividade dos americanos em geral.

Não tenho notícia, mas deve ter havido, lá por aquelas paragens de coisas fantásticas, um concurso a tal respeito e é possível que a vencedora tenha dado milhares de seringadas em um minuto, mas também tenha mandado desta para melhor algumas centenas de doentes. Isto não se conta; a questão é andar depressa...

Americano é gente prática e não se vai deter diante da consideração de que alguns pobres-diabos podem morrer, na cura, para deixar de andar depressa no

salvamento de outros muitos.

O meu camarada e amigo Süssekind de Mendonça escreveu um pequeno, mas corajoso livro sobre os malefícios que nos tem trazido o *football*, que é coisa originária da Inglaterra, segundo tudo faz crer, mas nacionalizada *yankee*, para todos os efeitos; é, portanto, mais ou menos conterrâneo, o tal esporte, das milagrosas enfermeiras que estão pondo a cabeça da nossa Saúde Pública a arder. A obra do meu amigo trata exaustivamente do *football*, mas omite o papel que semelhantes enfermeiras representam nele, de acordo com o que se passa na América do Norte. Recorre a Jules Huret e lembra o negócio.

Há lá, conforme tu sabes, meu caro Mendonça, uma partida anual, — um *match*, creio que é assim que se diz — entre as universidades de Yale e Harvard. É tal partida uma verdadeira batalha.

Para essa pugna que nunca se desenvolve sem acidentes graves entre os jogadores e mesmo mortes, vai cada *team* acompanhado de médico, boticário, medicamentos, ferros cirúrgicos, automóvel, sala de operações e enfermeiras doutoradas. É um divertimento, mas se reveste de um total aspecto de encontro guerreiro.

Ora, meu caro Mendonça, o *football* aqui, embora seja o *association*, tem, e não podia deixar de ter, tomado uma feição batalhadora de conflitos, pugilatos, cabeças partidas, sangue pela boca etc., como tu sabes. Sendo assim, meu querido Mendonça, não será bom que a Saúde Pública destaque as suas enfermeiras do Hudson ou do Lago Salgado, para os nossos campos de *football* quando houver *matches*? Tudo faz crer que tenham grande prática e experiência disso, porquanto na terra delas joga-se o *rugby* e o jogo é feito entre gente que não se apieda por qualquer coisa. É murro e pontapé que te parta!

Dirás tu, Mendonça amigo: “Se aconselhar isso, longe de combater o *football*, estou o favorecendo, tacitamente o admitindo.” Não há tal. Dos males, o menor. O tal esporte bretão continuará a causar os malefícios que está causando; mas serão evitadas pernas e braços mal encanados, cabeças mal pespontadas etc. etc.

Quando deres uma segunda edição do teu *O sport está deseducando a mocidade brasileira*, trata deste ponto e transcreve o que Spencer, nos *Fatos e comentários*, diz desse jogo de pontapés.

Fazendo elogios às habilidades das enfermeiras norte-americanas para consertar os estragos do *football*, talvez arranjes, querido Mendonça, um lugar numa “embaixada” esportiva aos Estados Unidos, à custa do nosso governo,

donde traráis mais alouradas enfermeiras que façam a alegria e o encanto dos nossos... “fasciadas”, zumbidores.

O *O País*, de 6 do corrente, diz que a Saúde Pública anda apaixonada pelas enfermeiras norte-americanas etc. etc. Esse jornal não terá tomado o todo pelas partes?

Publicada em *Feiras e mafuás*

OS ENTERROS DE INHAÚMA

Careta, 26-8-1922

Certamente há de ser impressão particular minha não encontrar no cemitério municipal de Inhaúma aquele ar de recolhimento, de resignada tristeza, de imponderável poesia do Além que encontro nos outros. Acho-o feio, sem compunção, com um ar morno de repartição pública; mas se o cemitério me parece assim, e não me interessa, os enterros que lá vão ter, todos eles, aguçam sempre a minha atenção quando os vejo passar, pobres ou não, a pé ou em coche-automóvel.

A pobreza da maioria dos habitantes dos subúrbios ainda mantém neles esse costume rural de levar a pé, carregados a braços, os mortos queridos.

É um sacrifício que redunde num penhor de amizade, em uma homenagem das mais sinceras e piedosas que um vivo pode prestar a um morto.

Vejo-os passar e calculo que os condutores daquele viajante para tão longínquas paragens já andaram alguns quilômetros e vão carregar o amigo morto ainda durante cerca de uma légua. Em geral assisto a passagem desses cortejos fúnebres na rua José Bonifácio, canto da Estrada Real. Pela manhã gosto de ler os jornais num botequim que há por lá. Vejo os órgãos, quando as manhãs estão límpidas, tintos com a sua tinta especial de um profundo azul-ferrete e vejo uma velha casa de fazenda que se ergue bem próximo, no alto de uma meia-laranja; passam carros de bois, tropas de mulas com sacas de carvão nas cangalhas, carros de bananas, pequenas manadas de bois, cujo campeiro cavalga atrás sempre com o pé direito embaralhado em panos.

Em certos instantes, suspendo mais demoradamente a leitura do jornal e espreguiço o olhar por sobre o macio tapete verde do capinzal intérmino que se estende na minha frente.

Sonhos de vida roceira me vêm; suposições do que aquilo havia sido, ponho-me a fazer. Índios, canaviais, escravos, troncos, reis, rainhas, imperadores — tudo isso me acode à vista daquelas coisas mudas que em nada falam do passado.

De repente, tilinta um elétrico, buzina um automóvel, chega um caminhão carregado de caixas de garrafas de cerveja; então, todo o bucolismo do local se desfaz, a emoção das priscas eras em que os coches de Dom João VI transitavam por ali esvai-se e ponho-me a ouvir o retinir de ferro malhado, uma fábrica que se constrói bem perto.

Vem porém o enterro de uma criança; e volto a sonhar.

São moças que carregam o caixão minúsculo; mas, assim mesmo, pesa. Percebo-o bem, no esforço que fazem.

Vestem-se de branco e calçam sapatos de salto alto. Sopesando o esquite, pisando o mau calçamento da rua, é com dificuldade que cumprem a sua piedosa missão. E eu me lembro que ainda têm de andar tanto! Contudo, elas vão ficar livres de um suplício; é o do calçamento da rua do Senador José Bonifácio. É que vão entrar na Estrada Real; e, naquele trecho, a prefeitura só tem feito amontoar pedregulhos, mas tem deixado a vetusta via pública no estado de nudez virginal em que nasceu. Isto há anos que se verifica.

Logo que as portadoras do defunto pisam o barro unido do velho trilho, adivinho que elas sentem um grande alívio dos pés à cabeça. As fisionomias denunciam. Atrás, seguem outras moças que as auxiliarão bem depressa, na sua tocante missão de levar um mortal à sua última morada neste mundo; e, logo após, graves cavalheiros de preto, com o chapéu na mão, carregando palmas de flores naturais, algumas com aspecto silvestre, e baratas e humildes coroas artificiais fecham o cortejo.

Este calçamento da rua Senador José Bonifácio, que deve datar de uns cinquenta anos, é feito de pedacinhos de seixos mal ajustados e está cheio de depressões e elevações imprevistas. É mau para os defuntos; e até já fez um ressuscitar.

Conto-lhes. O enterro era feito em coche puxado por muares. Vinha das bandas do Engenho Novo, e tudo corria bem. O carro mortuário ia na frente, ao trote igual das bestas. Acompanhavam-no seis ou oito caleças, ou meias caleças, com os amigos do defunto. Na altura da estação de Todos os Santos, o cortejo deixa a rua Arquias Cordeiro e toma perpendicularmente, à direita, a de José Bonifácio. Coche e caleças põem-se logo a jogar como navios em alto-mar tempestuoso. Tudo dança dentro deles. O cocheiro do carro fúnebre mal se equilibra na boleia alta. Oscila da esquerda para a direita e da direita para a esquerda, que nem um mastro de galera debaixo de tempestade braba. Subitamente, antes de chegar aos “Dois Irmãos”, o coche cai num caldeirão, pende violentamente para um lado; o cocheiro é cuspidor ao solo, as correias

que prendem o caixão ao carro partem-se, escorregando a jeito e vindo espatifar-se de encontro às pedras; e — oh! terrível surpresa! — do interior do esquife, surge de pé, lépido, vivo, vivinho, o defunto que ia sendo levado ao cemitério a enterrar. Quando ele atinou e coordenou os fatos não pôde conter a sua indignação e soltou uma maldição: “Desgraçada municipalidade de minha terra que deixas este calçamento em tão mau estado! Eu que ia afinal descansar, devido ao teu relaxamento volto ao mundo, para ouvir as queixas da minha mulher por causa da carestia da vida, de que não tenho culpa alguma; e sofrer as impertinências do meu chefe Selrão, por causa das suas hemorroidas, pelas quais não me cabe responsabilidade qualquer! Ah! Prefeitura de uma figa, se tivesses uma só cabeça havias de ver as forças das minhas munhecas! Eu te esganava, maldita, que me trazes de novo à vida!”

A este fato, eu não assisti, nem ao menos morava naquelas paragens, quando aconteceu; mas pessoas dignas de toda a confiança me garantem a autenticidade dele. Porém, um outro muito interessante aconteceu com um enterro quando eu já morava por elas, e dele tive notícias frescas, logo após o sucedido, por pessoas que nele tomaram parte.

Tinha morrido o Felisberto Catarino, operário, lustrador e empalhador numa oficina de móveis de Cascadura. Ele morava no Engenho de Dentro, em casa própria, com razoável quintal, onde havia, além de alguns pés de laranjeiras, uma umbrosa mangueira, debaixo da qual, aos domingos, reunia colegas e amigos para bebericar e jogar a bisca.

Catarino gozava de muita estima, tanto na oficina como na vizinhança.

Como era de esperar, o seu enterro foi muito concorrido e feito a pé, com um denso acompanhamento. De onde ele morava, até o cemitério de Inhaúma, era um bom pedaço; mas os seus amigos a nada quiseram atender. Resolveram levá-lo mesmo a pé. Lá fora, e no trajeto, por tudo que era botequim e taverna por que passavam, bebiam o seu trago. Quando o caminho se tornou mais deserto, até os condutores do esquife deixavam-no na borda da estrada e iam à taverna “desalterar”. Numa das últimas etapas do itinerário, os que carregavam resolveram de mútuo acordo deixar o pesado fardo para os outros e encaminharam-se sub-repticiamente para a porta do cemitério. Tanto estes como os demais — é de toda a conveniência dizer — já estavam bem transtornados pelo álcool. Outro grupo concordou fazer o mesmo que tinham feito os carregadores dos despojos mortais de Catarino; um outro, idem; e, assim, todo o acompanhamento, dividido em grupos, tomou o rumo do

portão do campo-santo, deixando o caixão fúnebre com o cadáver de Catarino dentro abandonado à margem da estrada.

Na porta do cemitério, cada um esperava ver chegar o esquife pelas mãos de outros que não as deles; mas nada de chegar. Um, mais audaz, após algum tempo de espera, dirigindo-se a todos os companheiros, disse bem alto:

— Querem ver que perdemos o defunto?

— Como? — perguntaram os outros, a uma voz.

— Ele não aparece e estamos todos aqui — refletiu o da iniciativa.

— É verdade — fez outro.

Alguém então aventou:

— Vamos procurá-lo. Não seria melhor?

E todos voltaram sobre os seus passos, para procurar aquela agulha em palheiro...

Tristes enterros de Inhaúma! Não fossem essas tintas pinturescas e pitorescas de que vos revestis de quando em quando, quanta reflexão acabrunhadora não havíeis de sugerir aos que vos veem passar; e como não convenceríeis também a eles que a maior dor desta vida não é morrer...

Publicada em *Feiras e mafuás*

ESTA MINHA LETRA...

Gazeta da Tarde, 28-6-1911

A minha letra é um bilhete de loteria. Às vezes ela me dá muito, outras vezes tira-me os últimos tostões da minha inteligência. Eu devia esta explicação aos meus leitores, porque, sob a minha responsabilidade, tem saído cada coisa de se tirar o chapéu. Não há folhetim em que não venham coisas extraordinárias. Se, às vezes, não me põe mal com a gramática, põe-me em hostilidade com o bom senso e arrasta-me a dizer coisas descabidas. Ainda no último folhetim, além de um ou dois períodos completamente truncados e outras coisas, ela levou à compreensão dos meus raros leitores “grandeza” quando se tratava de “pândega”; num artigo que publiquei há dias na *Estação Teatral*, este então totalmente empastelado, havia coisas do arco-da-velha.

Aqui já saiu um folhetim meu, aquele que eu mais estimo, “Os galeões do México”, tão truncado, tão doido, que mais parecia delírio que coisa de homem são de espírito. Tive medo de ser recolhido ao hospício...

Que ela me levasse a incorrer na crítica gramatical da terra, vá; mas que me leve a dizer coisas contra a clara inteligência das coisas, contra o bom senso e o pensar honesto e com plena consciência do que estou fazendo! E não sei a razão por que a minha letra me trai de maneira tão insólita e inesperada. Não digo que sejam os tipógrafos ou os revisores; eu não digo que sejam eles que me fazem escrever “a exposição de palavras sinistras” quando se tratava de “exposição de projetos sinistros”. Não, não são eles, absolutamente não são eles. Nem eu. É a minha letra.

Estou nesta posição absolutamente inqualificável, original e pouco classificável: um homem que pensa uma coisa, quer ser escritor, mas a letra escreve outra coisa e asnáctica. Que hei de fazer?

Eu quero ser escritor porque quero e estou disposto a tomar na vida o lugar que colimei. Queime os meus navios; deixei tudo, tudo, por essas coisas de letras.

Não quero aqui fazer a minha biografia; basta, penso eu, que lhes diga que abandonei todos os caminhos por esse das letras; e o fiz conscientemente, superiormente, sem nada de mais forte que me desviasse de qualquer outra

ambição; e agora vem essa coisa de letra, esse último obstáculo, esse premente pesadelo, e não sei que hei de fazer!

Abandonar o propósito; deixar a estrada desembaraçada a todos os gênios explosivos e econômicos de que esses Brasis e os políticos nos abarrotam?

É duro fazê-lo, depois de quase dez anos de trabalho, de esforço contínuo e — por que não dizer? — de estudo, sofrimento e humilhações. Mude de letra, disse-me alguém.

É curioso. Como se eu pudesse ficar bonito, só pelo fato de querer.

Ora, esse meu conselheiro é um dos homens mais simples que eu conheço. Mudar de letra! Onde é que ele viu isso? Com certeza ele não disse ao senhor Alcindo Guanabara, cuja letra é famosa nos jornais, que o fizesse; com certeza ele não diria ao senhor Machado de Assis também. O motivo é simples: o senhor Alcindo é o chefe, é príncipe do jornalismo, é deputado; e Machado de Assis era grande chanceler das letras, homem aclamado e considerado; ambos, portanto, não podiam mudar de letra; mas eu, pobre autor de um livreco, eu que não sou nem doutor em qualquer história — eu, decerto, tenho o dever e posso mudar de letra.

Outro conselheiro (são sempre pessoas a quem faço reclamações sobre os erros) disse-me: escreva em máquina. Ponho de parte o custo de um desses desgraçados aparelhos, e lembro aqui os senhores que aquilo é fatigante, cansa muito e obrigava-me ao trabalho nauseante de fazer um artigo duas vezes: escrever à pena e passar a limpo em máquina.

O mais interessante é que a minha letra, além de me ter emprestado uma razoável estupidez, fez-me arranjar inimigos. Não tenho a indiferença que toda a gente tem pelos inimigos; se não tenho medo, não sou neutro diante deles; mas isso de ter inimigos só por causa da letra é de espantar, é de mortificar.

Já não posso entrar na revisão e nas oficinas aqui da casa. Logo na entrada percebo a hostilidade muda contra mim e me apavoro. Se fosse no cenáculo do Garnier ou em outro qualquer, seria bom; se fosse mesmo no salão literário do Coelho Neto, eu ficaria contente; entre aqueles homens simples, porém, com os quais eu não compito em nada, é para a gente julgar-se um monstro, um peste, um flagelo. E tudo isso por quê? Por causa da minha letra. Desespero decididamente.

De manhã, quando recebo a *Gazeta* ou outra publicação em que haja coisas minhas, eu me encho de medo, e é com medo que começo a ler o artigo que firmo com a responsabilidade do meu humilde nome. A continuação da leitura é então um suplício. Tenho vontade de chorar, de matar, de suicidar-me;

todos os desejos me passam pela alma e todas as tragédias vejo diante dos olhos. Salto da cadeira, atiro o jornal ao chão, rasgo-o; é um inferno.

Eu não sei se todos nos jornais têm boa caligrafia. Certamente, hão de ter, e os seus originais devem chegar à tipografia quase impressos. Nas letras, porém, não é assim.

Eu não cito autores, porque citar autores só se pode fazer aos ilustres, e seria demasia eu me pôr em paralelo com eles, mesmo sendo em negócio de caligrafia. Deixo-os de parte e só quero lembrar os que escreveram grandes obras, belas, corretas, até ao ponto em que as coisas humanas podem ser perfeitas. Como conseguiram isso?

Não sei; mas há de haver quem o saiba e espero encontrar esse alguém para explicar-me.

De tal modo essa questão de letra está implicando com o meu futuro que eu já penso em casar-me. Hão de surpreender-se em ver estas duas coisas misturadas: boa letra e casamento. O motivo é muito simples e vou explicar a gênese da associação com toda a clareza de detalhes.

Foi um dia destes. Eu vinha de trem muito aborrecido porque saíra o meu folhetim todo errado. O aspecto desordenado dos nossos subúrbios ia se desenrolando aos meus olhos; o trem se enchia da mais fina flor da aristocracia dos subúrbios. Os senhores com certeza não sabiam que os subúrbios têm uma aristocracia.

Pois têm. É uma aristocracia curiosa, em cuja composição entrou uma grande parte dos elementos médios da cidade inteira: funcionários de pequena categoria, chefes de oficinas, pequenos militares, médicos de fracos rendimentos, advogados sem causa etc.

Iam entrando com a *morgue* que caracteriza uma aristocracia de tal antiguidade e tão fortes rendimentos quando uma moça, carregada de lápis, penas, réguas, cadernos, livros, entrou também e veio sentar-se a meu lado.

Não era feia, mas não era bela. Tinha umas feições miúdas, um triste olhar pardo de fraco brilho, uns cabelos pouco abundantes, um colo deprimido e pouco cheio. Tudo nela era pequenino, modesto; mas era, afinal, bonitinha, como lá dizem os namorados.

Olhei-a com o temor com que sempre olho as damas e continuei a mastigar as minhas mágoas.

Num dado momento, ela puxou um dos muitos cadernos que trazia, abriu-o, dobrou-o e pôs-se a ler. Que não me levem a mal o *Binóculo* e a *Nota Chic* e não deem por isso excomunhão sobre mim! Sei bem que não é de boa

educação ler o que os outros estão lendo ao nosso lado; mas não me contive e deitei uma olhadela, tanto mais (notem bem os senhores do *Binóculo* e da *Nota Chic*) que, me pareceu, a moça o fazia para ralar-me de inveja ou encher-me de admiração por ela.

Tratava-se de álgebra, e as mulheres têm pela matemática uma fascinação de ídolo inacessível. Foi, portanto, para mostrar-me que ela o ia atingindo que desdobrou o caderno; ou então para dizer-me sem palavras: “Veja, você, seu homem! Você anda de calças, mas não sabe isso...” Ela se enganava um pouco.

Mas... como dizia: olhei o caderno e o que vi, meu Deus! Uma letra, um cursivo irrepreensível, com todos os tracinhos, com todas as filigranas. Os “tt” muito bem traçados — uma maravilha!

“Ah!”, pensei eu. “Se essa moça se quisesse casar comigo, como eu não seria feliz? Como diminuiriam os meus inimigos e as tolices que são escritas por minha conta? Copiava-me os artigos e...”

Quis namorá-la, mas não sei namorar, não só porque não sei, como também porque tenho consciência da minha fealdade. Fui, pois, tão canhestro, tão tolo, tão inábil, que ela nem percebeu. Um namoro de... caboclo.

Seria, casar-me com ela, uma solução para esse meu problema da letra, mas nem este mesmo eu posso encontrar e tenho que aguentar esse meu inimigo, essa traição que está nas minhas mãos, esse abutre que me devora diariamente a fraca reputação e apoucada inteligência.

Publicada em *Feiras e mafuás*

A QUESTÃO DOS “POVEIROS”

Gazeta de Notícias, 2-1-1921

Essa questão dos pescadores originários de Póvoa do Varzim, em Portugal, que, desde muitos anos, se haviam especializado, entre nós, na pesca em alto-mar, e como que a tinham monopolizado, por parecer terminada, merece ser epilogada, pois muitas são as notas que se lhe podem apor à margem.

De parte a parte, nas afirmações e atos de um e outro adversário, um espírito imparcial encontra o que observar e material para reflexões.

Os defensores lastimosos dos “poveiros”, que não se quiseram naturalizar brasileiros e, por isso, se repatriaram, encarniçaram-se contra os japoneses, entre outros motivos, porque eles se insulam na massa da população nacional, com a qual parecem não querer ter senão rápidos contatos, os indispensáveis para os seus negócios.

Curioso é que encontrem, unicamente nos japoneses, essa repugnância pela imitação com o geral da população brasileira, quando os tais “poveiros” a possuem ou possuíam também, a ponto de não permitirem que, entre eles, houvesse outra gente, empregada nas suas pescarias, senão os naturais de Póvoa do Varzim.

Quando menino e adolescente, devido à ocupação de meu pai, na ilha do Governador, andei enfronhado nessas coisas de pesca e sabia bem desse exclusivismo dos “poveiros”, extensivo até aos outros seus patrícios portugueses, oriundos de outras localidades de Portugal. Pessoa de toda a confiança, há dias, informou-me que dos estatutos de uma sociedade de tais pescadores naturais de Póvoa do Varzim constava, em letra redonda, não poderem fazer parte dela senão os nascidos naquele lugarejo de Portugal.

Os portugueses de outra origem, que possuíam canoas, redes, “currais” e outros petrechos de pesca em escala mais ou menos desenvolvida, e a exerciam no interior da baía, empregavam na sua indústria indiferentemente auxiliares quaisquer, fossem ou não seus patrícios. Os “poveiros” não; quem não é de Póvoa não pesca com eles; e a sua vida é toda feita à parte dos outros portugueses e dos demais de outra qualquer nacionalidade, brasileira ou não. Por aí, vê-se bem que eles levavam o seu isolamento do resto dos habitantes do

Brasil mais longe que os japoneses. Estes fazem — estou disposto a crer — uma colônia confinada em si mesma, ferozmente isolada do grosso da nossa população; mas os “poveiros” só faziam uma colônia dentro da própria colônia de naturais do país de origem, com os quais pouco ou quase nada se misturavam.

As minhas ideias e os meus princípios são inteiramente infensos a esse prurido de nacionalização que anda por aí, e do qual os “poveiros” foram vítimas, tanto mais que, no caso desses homens, se trata de uma profissão humilde, tendo ligações muito tênues e remotas com a administração, a política e coisas militares do Brasil, não exigindo, portanto, o tal “fogo sagrado do patriotismo”, a fim de apurar-lhe o exercício, junto a excelentes vencimentos.

A verdade, porém, deve ser dita; e não foi senão isto que fiz. A desorientação a esse respeito é tal que estamos vendo como essa questão se vai desdobrando em lamentáveis espetáculos de violências inauditas.

O inspetor de pesca, a quem não atribuo móveis subalternos — longe de mim tal coisa! — não contente de exercer draconianamente as atribuições que as leis e os regulamentos conferem a seu cargo, sobre redes e outras coisas próprias ao ofício de pescar, meteu-se também a querer regular o comércio do pescado. Com a sua educação militar, que só vê solução para os problemas que a sociedade põe na violência, não trepidou em empregá-la, violando os mais elementares princípios constitucionais. Com auxílio da marinhagem do cruzador sob seu comando e de sequazes paisanos, talvez mais brutais e ferozes do que as próprias praças da Marinha, apesar de estarem habituadas estas, desde tenra idade, nas Escolas de Aprendizes, a ver, num oficial da Marinha, um ente à parte, um semideus arquipoderoso, cujas ordens são ditames celestiais — com semelhante gente, violentamente, pôs-se a apreender as “marés” nas canoas de pescaria, para vendê-las ao preço que entendesse, deduzir percentagem arbitrariamente calculada, e, ainda por cima, a intimar os pescadores isolados a se matricularem em umas famosas colônias de pesca, improvisadas do pé para a mão.

Tudo isto consta de jornais insuspeitos e não houve quem contestasse. Essa subversão das mais mezinhas garantias constitucionais, levada a efeito por um oficial que, por mais distinto que seja, não pode possuir autoridade para tanto, como ninguém a tem, leva-nos a pensar como as nossas instituições republicanas vão respondendo muito mal aos intuitos dos seus codificadores e legisladores.

Seja qual for a emergência, pouco a pouco, não só nos estados longínquos, até mesmo nos mais adiantados, e no próprio Rio de Janeiro, capital da República, a autoridade mais modesta e mais transitória que seja procura abandonar os meios estabelecidos em lei e recorre à violência, ao chanfalho, ao chicote, ao cano de borracha, à solitária a pão e água, e outros processos torquemadescos e otomanos.

É o regímen de *vilayet* turco em que estamos; é o governo de beis, paxás e cádis o que temos. Isto é um sintoma de moléstia generalizada. A época que atravessamos parece ser de loucura coletiva em toda a humanidade.

Havia de parecer que a gente de juízo e de coração, com responsabilidade na direção política e administrativa dos povos —, depois dessa chacina horrorosa e inútil que foi a guerra de 1914, e das consequências de miséria, fome e doença que, acabada, acarretou ainda como contrapeso —, procurasse afugentar, por todos os meios, dos seus países, os germens desse aterrador flagelo da guerra; entretanto não é assim. Em vez de propugnarem uma aproximação mais fraternal entre os povos do mundo, um mútuo, sincero e leal entendimento entre todos eles, como que timbram em mostrar desejarem mais guerra, pois estabelecem iníquas medidas fiscais que isolam os países uns dos outros; tentam instalar artificialmente indústrias que só são possíveis em certas e determinadas regiões do globo, devido às condições naturais, e isto ainda no fito de prescindirem da cooperação de outra nação qualquer, amiga ou inimiga; e — o que é pior — todos se armam até os dentes, mesmo à custa de empréstimos onerosíssimos ou da depreciação das respectivas moedas, originada por emissões sucessivas e inúmeras de papel-moeda. Estamos no tempo da cegueira e da violência.

Max-Nordau, em artigo que uma revista desta cidade traduziu, cujo título é “Loucura Coletiva”, observa muito bem, após examinar os despropósitos de toda a sorte que se seguiram à terminação oficial da grande guerra:

“Dizia-se antigamente: ‘Todo o homem tem duas pátrias, a própria e depois a França’. Pois esta mesma França, tão hospitaleira, tão carinhosa, mostra agora a todos os estrangeiros um semblante hostil e, durante a maior parte do tempo, torna-se impossível a estada em seu solo. As relações entre povo e povo, entre homem e homem, quebraram-se violentamente e cada país encerra-se por detrás das suas fronteiras, opondo-se a toda a infiltração humana do exterior.

“Esperava-se que à guerra sucedesse a reconciliação. Pelo contrário, procura-se por todos os lados atizar os ódios, exasperar os rancores, excitar a

sede de vingança.”

Mais adiante, ele acrescenta esta observação que pode ser verificada por qualquer:

“Também se esperava um desarmamento geral, mas em toda a parte se reorganizam os exércitos e as marinhas, com mais impetuosidade que nunca. O militarismo torna-se mais forte e vai imperando em países onde anteriormente era desconhecido.”

Essa mania militar que se apossou de quase todos os países do globo, inclusive o nosso, levou todos eles a examinar e a imitar a poderosa máquina guerreira alemã.

Os seus códigos e regulamentos militares vão sendo mais ou menos estudados e imitados, quando não são copiados. Não se fica só nisso. A tendência alemã, ou melhor, prussiana, de militarizar tudo, os mais elementares atos da nossa vida civil, por meio de códigos, regulamentos, penas e multas, vai-se também apossando dos cérebros dos governantes que, com afã, adotam tão nociva prática de asfixiar o indivíduo num “batras” legislativo.

O ideal dos militares atuais não é ser um grande general, ao jeito dos passados, que, aos seus predicados guerreiros, sabiam unir vistas práticas de sociólogo e de político.

O ideal deles é o cabeçudo Ludendorff, cujas memórias denunciam uma curiosa deformação mental, obtida pelo ensino de uma multidão de escolas militares que o militarismo prussiano inventou, as quais têm de ser frequentadas pelos oficiais que ambicionam altos postos. Tais escolas tiram-lhes toda e qualquer faculdade crítica, todo o poder de observação pessoal, fazendo-os perder de vista as relações que tem a guerra com outras manifestações de atividade social, para só ver a guerra, só a guerra com os seus petrechos, suas divisões, seus corpos, etc., citados pelo “Cabeçudo”, cabalisticamente, pelas iniciais de suas denominações. Esqueceu-se ele que seu livro era destinado, por sua natureza, a ser lido pelo mundo inteiro, e o mundo inteiro não podia viver enfronhado nas coisas pasmosas da burocracia militar alemã, para decifrar tais hieróglifos.

Ludendorff não é um general; é uma consolidação viva das leis e regulamentos militares da Alemanha.

Não foi à toa que o célebre jornalista alemão Maximiliano Harden, falando do livro do general francês Buat sobre esse famigerado Ludendorff, a mais alta expressão da lamentável limitação do espírito militar em todos os tempos, disse: “... é uma obra-prima, de clara psicologia latina, dominada em

toda sua extensão por um espírito cavalheiresco e uma forte consciência de justiça, que fornecerá ao leitor alemão uma relação maior de verdades que as execráveis e copiosas banalidades editadas por quase todos os generais alemães”.

Houve quem chamasse o senhor general Ludendorff, autor também de “execráveis e copiosas banalidades”, de César. Sim, ele pode ser César; mas um César que não escreverá nunca a Guerra das Gálias e não transformará nenhuma sociedade.

O mundo todo, porém, está fascinado pelos métodos alemães.

Pode-se dizer que a Alemanha, depois de vencida, é vencedora pela força hipnótica de sua mania organizadora, até as menores minúcias.

Os brutais e odiosos Estados Unidos, com a Alemanha aparentemente vencida, é outro país modelo para os que estão sofrendo de mal de imitação e maluquice organizadora, concomitantemente.

Foi talvez nas coisas peculiares do país de *Uncle Sam* que, certamente, o senhor Norton de Matos, ministro de Estado de Portugal, buscou inspirar-se para estabelecer a seguinte cláusula, a que se deviam obrigar os “poveiros” repatriados, no caso de quererem estabelecer-se nas colônias portuguesas da África.

Ei-la, como vem estampada na Pótria, de 28 de novembro último: “... que evitem (os “poveiros”) a comunicação e as relações de ordem sexual com o elemento nativo da África, de cor”.

Uma cláusula destas é por demais pueril e ridícula.

Não é preciso dizer por quê; e seria escabroso.

Mas, à vista dela, nós nos podemos lembrar de dois casos célebres que deviam incidir na punição do senhor Norton de Matos, se ele fosse ministro ou coisa que o valha, no grande século das descobertas e conquistas portuguesas.

Um é com Camões, cuja glória universal é um dos mais justos orgulhos de Portugal.

Pois bem: o grande épico andou lá, pelo ultramar, de gorra, com uma rapariga de cor. Creio até que se chamava Bárbara e o autor dos *Lusíadas* fez-lhe versos, aos quais intitulou se não me falha a memória “Pretidão do Amor”. Li isto há bastantes anos no Cancioneiro Alegre, de Camilo Castelo Branco.

O outro caso dessa espécie de comunicações e relações que o senhor Norton de Matos divinamente proíbe, ao jeito da nação do Paraíso, passou-se com o Albuquerque terrível. Ele mandou matar sumariamente um seu soldado ou homem d’armas (parece que se chamava Rui Dias), por suspeitá-lo amoroso

de uma escrava, da qual o extraordinário Afonso d'Albuquerque não desprezava totalmente os encantos secretos, segundo tudo leva a crer.

Camões, no seu maravilhoso poema, alude ao fato; e Teófilo Braga, no seu *Camões* o elucida.

E assim que o vate lusitano comenta o caso, no Canto X, XLVII. Vou transcrever os quatro primeiros versos da oitava. Ei-los:

*Não será a culpa abominoso incesto,
Nem violento estupro em virgem pura
Nem menos adultério desonesto
Mas cuma escrava vil, lasciva, e escura.*

Vejam bem como Camões diz quem foi a causa do terrível Albuquerque pôr na sua “fama alva nódoa negra e feia”. Estou vendo daqui o senhor Norton de Matos, quando foi aos embarques, para a Índia, de Albuquerque, em 1503 (primeira vez), e de Camões, em 1553.

E preciso supor que o senhor Matos pudesse ser ministro durante tão dilatado lapso de tempo.

Admitido isso, certamente o ministro havia de recomendar a cada um deles ter sempre presente à lembrança, a sua prescrição mais ou menos de Deus que larga um qualquer Adão no Paraíso. E falaria assim:

— Olhe, senhor d'Albuquerque, V.M. foi estribeiro-mor del-Rei D. João II, a quem Deus tenha em sua santa guarda; V.M. é um grande fidalgo e deu mostras em Nápoles de ser um grande guerreiro — não vá V.M. meter-se lá nas Índias com as negras. Cuide V.M. nisto que lho digo, para a salvação de su'alma e prestígio da nação portuguesa.

Ao cantor inigualável das proezas e feitos do Portugal glorioso, ele aconselharia desta forma:

— Senhor Luís de Camões, V.S. é um poeta, ao que se diz, de bom e valioso engenho; V.S. frequentou o paço del-Rei; V.S. versejou para as damas e açaftas da côrte. Depois de tudo isto, não vá V.S. meter-se lá, nas Índias, com as negras. Tome V.S. tento nisso.

Não há dúvida alguma que a providência do senhor Matos é muito boa; mas a verdade é que os tais Amon, Lapouge, Gobineau e outros trapalhões antropólogos e etnográficos, tão do paladar dos antinipões, não admitem como lá muito puros os portugueses. Oliveira Martins também. Dá-lhes uma boa dose de sangue berbere.

Isto não vem ao caso e só tratei de tal por mera digressão, mesmo porque este modesto artigo não passa de um ajustamento da marginália que fiz às notícias lidas por mim, nos quotidianos, enquanto durou a questão dos “poveiros”.

Era tal a falta de uma segura orientação nos que se digladiavam, que só tive um remédio para estudá-la mais tarde: cortar as notícias dos jornais, colar os retalhos num caderno e anotar à margem as reflexões que esta e aquela passagem me sugerissem. Organizei assim uma Marginália a esses artigos e notícias. Uma parte vai aqui; a mais importante, porém, que é sobre os Estados Unidos, omito por prudência. Hei de publicá-la um dia.

Contudo, explico por que entram os Estados Unidos nela. O motivo é simples. Os defensores dos “poveiros” atacam os japoneses e se servem dos exemplos da grande república da América do Norte no seu proceder com os nipões. Fui estudar alguma coisa da história das relações *yankees* com outros Estados estrangeiros; é deplorável, é cheia de felonias. Lembrei-me também como lá se procede com os negros e mulatos. Pensei: se os doutrinários que querem que procedamos com os japoneses da mesma forma com que os Estados Unidos se comportam com eles forem vitoriosos, com a sua singular teoria, não faltará quem proponha que também os imitemos, no tocante aos negros e mulatos. É lógico. Então, meus senhores, ai de mim e de... muita gente!

Publicada em *Marginália*

HOTEL 7 DE SETEMBRO

Careta, 5-8-1922

Li nos jornais que um grupo de senhoras da nossa melhor sociedade e gentis senhoritas inauguraram, com um chá dançante, a dez mil-réis a cabeça, o Hotel do senhor Carlos Sampaio, nas encostas do morro da Viúva. Os resultados pecuniários de semelhante festança, segundo diziam os jornais, reverteriam em favor das crianças pobres, das quais as referidas senhoras e senhoritas, agremiadas sob o título de “Pequena Cruzada”, se fizeram espontâneas protetoras.

Ora, não há nada mais belo que a caridade; e, se não cito aqui um profundo pensamento a respeito, motivo é não ter ao alcance da mão um dicionário de “chapas”.

Se o tivesse, os leitores veriam como eu ia além do esteta Antônio Ferro, que saltou no cais Mauá, para nos ofuscar, com os seus trapos de José Estevão, Alexandre Herculano e outros que tais!

Felizmente não o tenho e posso falar simplesmente — o que já é uma vantagem. Quero dizer que semelhante festa, a dez mil-réis a cabeça, para proteger crianças pobres, é uma injúria e uma ofensa, feita a essas mesmas crianças, num edifício em que o governo da cidade gastou, segundo ele próprio confessa, oito mil contos de réis.

Pois é justo que a municipalidade do Rio de Janeiro gaste tão vultosa quantia para abrigar forasteiros ricos e deixe sem abrigo milhares de crianças pobres ao léu da vida?

O primeiro dever da municipalidade não era construir hotéis de luxo, nem hospedarias, nem zungas, nem quilombos, como pensa o senhor Carlos Sampaio. O seu primeiro dever era dar assistência aos necessitados, toda a espécie de assistência.

Agora, depois de gastar tão fabulosa quantia, dar um bródio para minorar o sofrimento da infância desvalida, só uma coisa resta dizer à edilidade: passem bem!

Um dia é da caça e outro é do caçador. Digo assim, para não dizer em latim: *Hodie mihi, cras tibi*.

Nada mais ponho na carta. Adeus.

Publicada em *Marginália*

15 DE NOVEMBRO

Careta, 26-11-1921

Escrevo esta no dia seguinte ao do aniversário da Proclamação da República. Não fui à cidade, e deixei-me ficar pelos arredores da casa em que moro, num subúrbio distante. Não ouvi nem sequer as salvas da pragmática; e, hoje, nem sequer li a notícia das festas comemorativas que se realizaram. Entretanto, li com tristeza a notícia da morte da princesa Isabel. Embora eu não a julgue com o entusiasmo de panegírico dos jornais, não posso deixar de confessar que simpatizo com essa eminente senhora.

Veio, entretanto, a vontade de lembrar-me do estado atual do Brasil, depois de 32 anos de República. Isso me acudiu porque topei com as palavras de compaixão do senhor Ciro de Azevedo pelo estado de miséria em que se acha o grosso da população do antigo Império Austríaco. Eu me comovi com a exposição do doutor Ciro, mas me lembrei ao mesmo tempo do aspecto da Favela, do Salgueiro e outras passagens pitorescas desta cidade.

Em seguida, lembrei-me de que o eminente senhor prefeito quer cinco mil contos para reconstrução da avenida Beira-Mar, recentemente esborrachada pelo mar.

Vi em tudo isso a República; e não sei por quê, mas vi.

Não será, pensei de mim para mim, que a República é o regímen da fachada, da ostentação, do falso brilho e luxo de *parvenu*, tendo como *repoussoir* a miséria geral? Não posso provar e não seria capaz de fazê-lo.

Saí pelas ruas do meu subúrbio longínquo a ler as folhas diárias. Lia-as, conforme o gosto antigo e roceiro, numa “venda” de que minha família é freguesa.

Quase todas elas estavam cheias de artigos e tópicos, tratando das candidaturas presidenciais. Afora o capítulo de descomposturas, o mais importante era o de falsidade.

Não se discutia uma questão econômica ou política; mas um título do Código Penal.

Pois é possível que, para a escolha do Chefe de uma Nação, o mais importante objeto de discussão seja esse?

Voltei melancolicamente para almoçar, em casa, pensando cá com os meus botões, como devia qualificar perfeitamente a República.

Entretanto — eu o sei bem — o 15 de Novembro é uma data gloriosa, nos fastos da nossa história, marcando um grande passo na evolução política do país.

Publicada em *Marginália*

A BIBLIOTECA

Correio da Noite, 13-1-1915

A diretoria da Biblioteca Nacional tem o cuidado de publicar mensalmente a estatística dos leitores que a procuram, das classes de obras que eles consultam e da língua em que as mesmas estão escritas.

Pouco frequento a Biblioteca Nacional, sobretudo depois que se mudou para a Avenida e ocupou um palácio americano.

A minha alma é de bandido tímido, quando vejo desses monumentos, olho-os, talvez, um pouco, como um burro; mas, por cima de tudo, como uma pessoa que se estarrece de admiração diante de suntuosidades desnecessárias.

É ficar assim, como o meu amigo Juvenal, medroso de entrar na vila do patrício, de que era cliente, para pedir a meia dúzia de sestércios que lhe matasse a fome — a espórtula!

O Estado tem curiosas concepções, e esta, de abrigar uma casa de instrução, destinada aos pobres-diabos, em um palácio intimidador, é das mais curiosas.

Ninguém compreende que se subam as escadas de Versalhes senão de calção, espadim e meias de seda; não se pode compreender subindo os degraus da Ópera, do Garnier, mulheres sem decote e colares de brilhantes, de mil francos; como é que o Estado quer que os malvestidos, os tristes, os que não têm livros caros, os maltrapilhos “fazedores de diamantes” avancem por escadarias suntuosas, para consultar uma obra rara, com cujo manuseio, num dizer, aí das ruas, têm a sensação de estar pregando à mulher do seu amor?

A velha biblioteca era melhor, mais acessível, mais acolhedora, e não tinha a empáfia da atual.

Mas, assim mesmo, amo a biblioteca e, se não vou lá, leio-lhe sempre as notícias. A estatística dos seus leitores é sempre provocadora de interrogações.

Por exemplo: hoje, diz a notícia, que 13 pessoas consultaram obras de ocultismo. Quem serão elas? Não acredito que seja o Múcio. O antigo poeta é por demais sabido, para consultar obras de sua profissão. Quero crer que sejam tristes homens desempregados, que fossem procurar no invisível, sinais certos da sua felicidade ou infelicidade, para liquidar a sua dolorosa vida.

Leio mais, que houve quatro pessoas a consultar obras em holandês. Para mim, são doentes de manias, que foram um instante lembrar-se na língua amiga das amizades que deixaram lá longe.

O guarani foi procurado por duas pessoas. Será a dona Deolinda Daltro? Será algum abnegado funcionário da inspetoria de caboclos?

É de causar aborrecimento aos velhos patriotas, que só duas pessoas procurassem ler obras na língua que, no entender deles, é a dos verdadeiros brasileiros. Decididamente este país está perdido...

Em grego, as obras consultadas foram unicamente duas, tal e qual como no guarani; e certamente, esses dois leitores não foram os nossos professores de grego, porque, desde muito, eles não leem mais grego...

Publicada em *Marginália*

ELOGIO DA MORTE

Não sei quem foi que disse que a Vida é feita pela Morte. É a destruição contínua e perene que faz a vida.

A esse respeito, porém, eu quero crer que a Morte mereça maiores encômios.

É ela que faz todas as consolações das nossas desgraças; é dela que nós esperamos a nossa redenção; é ela a quem todos os infelizes pedem socorro e esquecimento.

Gosto da Morte porque ela é o aniquilamento de todos nós; gosto da Morte porque ela nos sagra. Em vida, todos nós só somos conhecidos pela calúnia e maledicência, mas, depois que Ela nos leva, nós somos conhecidos (a repetição é a melhor figura de retórica) pelas nossas boas qualidades.

É inútil estar vivendo, para ser dependente dos outros; é inútil estar vivendo para sofrer os vexames que não merecemos.

A vida não pode ser uma dor, uma humilhação de contínuos e burocratas idiotas; a vida deve ser uma vitória. Quando, porém, não se pode conseguir isto, a Morte é que deve vir em nosso socorro. A covardia mental e moral do Brasil não permite movimentos de independência; ela só quer acompanhadores de procissão, que só visam lucros ou salários nos pareceres. Não há, entre nós, campo para as grandes batalhas de espírito e inteligência. Tudo aqui é feito com o dinheiro e os títulos. A agitação de uma ideia não repercute na massa e quando esta sabe que se trata de contrariar uma pessoa poderosa, trata o agitador de louco.

Estou cansado de dizer que os malucos foram os reformadores do mundo.

Le Bon dizia isto a propósito de Maomé, na sua *Civilisation des Arabes*, com toda a razão; e não há Chanceler falsificado e secretária catita que o possa contestar.

São eles os heróis; são eles os reformadores; são eles os iludidos; são eles que trazem as grandes ideias, para melhoria das condições da existência da nossa triste Humanidade.

Nunca foram os homens de bom senso, os honestos burgueses ali da esquina ou das secretarias *chics* que fizeram as grandes reformas no mundo.

Todas elas têm sido feitas por homens, e às vezes mesmo mulheres, tidos por doidos.

A divisa deles consiste em não ser panurgianos e seguir a opinião de todos, por isso mesmo podem ver mais longe do que os outros.

Se nós tivéssemos sempre a opinião da maioria, estaríamos ainda no Cro-Magnon e não teríamos saído das cavernas.

O que é preciso, portanto, é que cada qual respeite a opinião de qualquer, para que desse choque surja o esclarecimento do nosso destino, para própria felicidade da espécie humana.

Entretanto, no Brasil, não se quer isto. Procura-se abafar as opiniões, para só deixar em campo os desejos dos poderosos e prepotentes.

Os órgãos de publicidade por onde se podiam elas revelar, são fechados e não aceitam nada que os possa lesar.

Dessa forma, quem, como eu, nasceu pobre e não quer ceder uma linha da sua independência de espírito e inteligência, só tem que fazer elogios à Morte.

Ela é a grande libertadora que não recusa os seus benefícios a quem lhe pede. Ela nos resgata e nos leva à luz de Deus.

Sendo assim, eu a sagro, antes que ela me sagre na minha pobreza, na minha infelicidade, na minha desgraça e na minha honestidade. Ao vencedor, as batatas!

Publicada em *Marginália*

A MINHA CANDIDATURA

Careta, 18-8-1921

Vou escrever um artigo perfeitamente pessoal; e é preciso. Sou candidato à Academia de Letras, na vaga do senhor Paulo Barreto. Não há nada mais justo e justificável. Além de produções avulsas em jornais e revistas, sou autor de cinco volumes, muito bem recebidos pelos maiores homens de inteligência de meu país. Nunca lhes solicitei semelhantes favores; nunca mendiguei elogios. Portanto, creio que a minha candidatura é perfeitamente legítima, não tem nada de indecente. Mas... chegam certos sujeitos absolutamente desleais, que não confiam nos seus próprios méritos, que têm títulos literários equívocos e vão para os jornais e abrem uma subscrição em favor de suas pretensões acadêmicas.

Que eles sejam candidatos, é muito justo; mas que procurem desmerecer os seus concorrentes, é coisa contra a qual eu protesto.

Se não disponho do *Correio da Manhã* ou do *O Jornal*, para me estamparem o nome e o retrato, sou alguma coisa nas letras brasileiras, e ocultarem o meu nome ou o desmerecerem é uma injustiça contra a qual eu me levanto com todas as armas ao meu alcance.

Eu sou escritor e, seja grande ou pequeno, tenho direito a pleitear as recompensas que o Brasil dá aos que se distinguem na sua literatura.

Apesar de não ser menino, não estou disposto a sofrer injúrias nem a me deixar aniquilar pelas gritarias de jornais.

Eu não temo abaixo-assinados em matéria de Letras.

Publicada em *Marginália*

SOBRE A GUERRA

Correio da Noite, 19-12-1914

As últimas proezas de cruzadores alemães bombardeando as costas da Inglaterra é de molde a provocar a seguinte reflexão: a esquadra inglesa não é lá essas coisas.

Numerosíssima, quase toda acumulada diante das costas germânicas, ela não pôde evitar que tal se desse.

De resto, há ainda a notar que, se ela imobilizou a frota germânica, por sua vez ficou imobilizada, não podendo fazer nada de eficiente para o aniquilamento dos vasos alemães.

O seu sábio preparo anterior, as suas constantes manobras não lhe deram, com o poder numérico, a superioridade esmagadora que era de esperar possuísse.

Da mesma forma, o exército alemão até agora tem andado muito abaixo de sua fama.

O seu violento efetivo, automatismo que adquiriu com manobras, exercícios e trenagens constantes, faziam esperar que ele esmagasse facilmente a França.

Entretanto, tal não se deu e a Alemanha confessa que não tinha esse poder esmagador, quando deixou de invadir a França pelas fronteiras que tinha com esse país, e violou a neutralidade belga para derrotar o país de Joana d'Arc.

Com esse procedimento deu sobejas mostras de que não se fiava muito na eficiência do seu exército, apesar do mata-mouros do canhão 42, diante dos fortes franceses de Saona e Belfort.

Para fazer a velha guerra lenta, de sítios e trincheiras, para ter a vitória assim duvidosa, não valia a pena, penso eu, levar a Alemanha tantos anos a adestrar um exército numeroso, a dotá-lo de material aperfeiçoado, custosos maquinismos e gastar as fabulosas somas que gastou.

Um exército tão famoso, tão poderoso, tão cheio de ff e rr, que chega a poucos quilômetros de Paris e tem que recuar precipitadamente, concordemos, não é essa formidável máquina de guerra que os nossos militaristas queriam que imitássemos.

A orgia militar, a que a Alemanha desde muito se vinha entregando, tirava o sono do mundo, era o seu constante pesadelo.

Obrigou todos os países a estabelecerem esse crime contra a liberdade, contra a independência, essa violência aos temperamentos individuais que é o serviço militar obrigatório.

Agora, parece, a Alemanha ficará por muito tempo diminuída e os seus idiotas partidos guerreiros que se creem eleitos e com a missão de dominar o mundo, não encontrarão na massa de camponeses homens em que se apoiem, com auxílio de amuletos patrióticos; e os homens que criam o futuro, poderão agir.

Publicada em *Marginália*

ATÉ MIRASSOL

(Notas de viagem)

Careta, 23-4-1921

I

A convite de meu amigo e confrade doutor Ranulfo Prata, clínico nessa localidade de Mirassol, que fica nos confins de S. Paulo, atraído também pelo seu nome pitoresco, embarquei para ela, na Central, em 1º de abril.

Tomei logo lugar no vagão de 1ª classe — uma hora antes da partida. É meu primeiro aborrecimento não caber o meu calhambeque de mala debaixo do banco. Prevejo que terei que viajar com o azedume do companheiro de defronte, por causa do tropeço que ela lhe vai causar às pernas.

Ei-lo que chega. É um rapaz simpático. Tem ar de ser de origem italiana. Possui mesmo uma forte cabeça romana. Fico contente, tanto mais que não se aborrece com a mala. Ainda bem. Tendo eu ficado nos bancos que estão imediatamente próximos à porta, o *vis-à-vis* é obrigatório.

Há, portanto, ainda dois lugares disponíveis. Olho a plataforma. Há uma agitação que não é do meu gosto. Até automóveis com malas postais e medas de jornais e revistas penetram nela. Vejo passar uma família de imigrantes em fila indiana, guardando a escala de crescimento e da hierarquia doméstica. Na frente o pai, carregando um grande saco, curvado; depois, a mulher, com um bebê ao colo; seguem-se os filhos e filhas, na ordem da idade, carregando sacos. O último, uma criança de seis anos, de um louro sujo, leva na mão esquerda um saco e, na direita, erguida, uma garrafa quebrada.

Que será? Mete-me pena aquilo. Devem ser russos ou polacos. Por que deixaram a sua aldeia ou cidade? Foi a guerra. Maldita seja a guerra!

Estes meus pensamentos são interrompidos pela chegada de dois outros passageiros para os lugares restantes que me cercam. Não se sentam logo. Procuram com o olhar um amigo no carro. Encontram-no. Tratam com o “romano” a troca do lugar dele com o do amigo descoberto. É o Mário. Parece

pessoa poderosa e rica. Sentam-se. O que me ficou defronte, mostra incômodo com a mala. Pergunta-me por que não a ponho debaixo do banco.

Explico-lhe a razão; ele não esconde, entretanto, a contrariedade com semelhante vizinhança.

Põem-se a conversar. O amigo “descoberto” é o mais animado no falar. Fala mal dos cigarros pobres e alude a altos negócios de contos de réis. Envergonho-me da minha pobreza e dos meus humildes cigarros. Arrependo-me da viagem ou, antes, de não ter tomado a segunda classe. É o meu lugar. Entretanto, vi que, para ela, se dirigiam tantos russos, alemães, italianos etc., malvestidos, barbados, que, talvez, antes de 1914, fossem tão ricos como aquele poderoso senhor que fala mal dos cigarros, cigarros dos outros. Isto me faz rir interiormente da sua presunção e do seu fumo.

Na portinhola, aparece-me o G., bacharel da Bahia, alegre, satisfeito, muito confiante em si. Invejo-o, eu tão tímido! Chegam amigos e meu irmão. Alegria. Um dos meus amigos conhece o vizinho de *vis-à-vis*.

Vão-se.

Já me olha o fronteiro com mais simpatia e não mostra tanto aborrecimento com a mala.

Estou encostado à portinhola e o viajante da esquerda, que também tem horror aos “mata-ratos”, está coberto com um encardido chapéu de palha.

O meu é novo em folha.

Consolo-me. O trem põe-se em movimento. Os meus vizinhos desandam a conversar vivamente.

O de defronte, o que agora me olha com simpatia, me parece médico; os outros dois, políticos.

A conversa se generaliza.

Tratam de coisas eleitorais.

O de chapéu de palha encardido, cuja profissão não é denunciada à primeira vista, é o mais velho dos três. Da maneira que fala de coisas de urna, percebo que é um velho político da roça que tem passado de partido para partido, do conservador para o liberal, de Fagundes para Bernardes, deste para Bertoldo, sem conseguir ser ao menos deputado de Niterói.

Fala de coisas de capangas, de falsificações de atas, de distúrbios eleitorais, como se tudo isso fosse a coisa mais natural deste mundo.

O vizinho, que aprecia os cigarros caros, secunda-o nas suas apreciações. Explica por que o Maurício, o de Lacerda, não foi diplomado. É que o fogoso

tribuno quis abarcar o mundo com as pernas. Dividiu os esforços por três estados.

Se os tivesse concentrado no seu município, certamente venceria o Henrique.

Chega um outro chefe eleitoral. Esse parece não ter título algum, nem mesmo de patente da Guarda Nacional.

Percebo que é coletor federal. A conversa eleitoral toma novo alento. As tricas e os truques de tão odiosa instituição são explicados.

Não compreendo nada dessa conversa de influências da roça; mas fico a pensar: como é que gente tão rica, poderosa e influente, pode conversar tanto tempo e não ter uma ideia, uma reflexão sobre o atual estado angustioso do mundo?

Chegamos a Belém. Olho a plataforma da estação. Vejo o bacharel G., o bacharel da Bahia, passar com uma graúda italiana muito clara. Vai falando alto italiano. Todos o olham com inveja e eu também invejo a sua despreocupação.

A viagem continua.

Careta, 30-4-1921

II

Até bem pouco, segundo me parece, a capacidade comercial das gentes ribeirinhas à Estrada de Ferro Central do Brasil consistia em vender frutas, queijos e café aos viajantes dos comboios que atravessavam as suas terras.

Hoje, porém, as coisas mudaram. Veio o progresso. Já há o carro-restaurante e, mesmo, pelos carros de passageiros, de onde em onde, atravessa um empregado dele, por demais disposto a fornecer aos viajantes o que eles quiserem.

Matou o rudimentar comércio dos camaradas do interior; e, com essa morte, não sei se devido ao progresso ou à moda, desapareceram os guarda-pós.

Quando a primeira vez, em menino, viajei com meu pai em trem de ferro, para Barbacena, não levar guarda-pó era sinal de lamentável pobreza ou de mau gosto sem igual.

Quem não podia comprar um, pedia-o emprestado, tal qual fiz eu com o calhambeque da mala que levei e tantos dissabores me fez passar.

Hoje, porém, quem se apresentar no trem com um guarda-pó, por mais caro que seja, mesmo que seja de seda, como uma vestimenta chinesa ou japonesa, se não levar vaia, pelo menos é tomado como roceiro ou coisa parecida.

A moda pede que não se os use e exige até que se viaje com roupas caras e finas.

Dois dos meus vizinhos, no carro, viajavam com caríssimos ternos de linho imaculadamente lavados e passados a ferro.

Eu tinha posto uma roupa nova naquele dia, para viajar — coisa que não aumentou nem diminuiu o meu valor.

Entretanto, achei absurdo semelhante moda — deusa, aliás, que é fértil em absurdos.

O pó das estradas de ferro continua a existir, mesmo à noite — por que então suprimir o capote de brim que resguardava as nossas roupas dele? Por que tornar chique viajar com roupas impróprias que muito mal se defendem da poeira?

É difícil encontrar razões para os preceitos da moda. A alguém, a quem perguntei por que usava o paletó aberto com a camisa à mostra, uso que constituiria um sinal de má educação antigamente, respondeu-me:

— É porque é moda.

Eis um forte motivo que justifica os trejeitos de andadura que fazem as nossas melindrosas, e a transparência venusina de seus vestidos que tanto indigna o senhor Peixoto Fortuna, da Liga Pela Moralidade.

O progresso, como já disse, trouxe a supressão do guarda-pó, sem suprimir o pó das estradas de ferro; em compensação, porém, graças à sua capacidade de criar profissões miseráveis, introduziu nos trens o lustrador de botinas dos graúdos do meu estofo que conseguem viajar na primeira classe.

O senhor Mário de Alencar, cujo fino talento tanta admiração me causa, já resolveu, com grande simplicidade de meios e palavras, a questão social; e, em certa ocasião ao meio de uma grave sessão da Academia Brasileira, de que sou, com os senhores Pinto da Rocha, Eduardo Ramos, Almachio Dinis e outros, membro virtual, foi ele que me observou o seguinte:

— Se o progresso traz miséria, em compensação faz nascer outras profissões. Veja você só os “manicures”, os “pedicures”, os engraxates, os motorneiros, os *chauffeurs*, os massagistas, os tripeiros etc. etc. Porventura existiam essas profissões antigamente? Não há motivo para maldizer o estado atual da sociedade; ela fabrica necessidades, para criar trabalho e profissões.

Lembrei-me dessa frase do meu conspícuo amigo e confrade Mário de Alencar, quando, ainda dentro do estado do Rio, passando instantes em uma estação, vi agachada, a meus pés, uma pobre criança que me lustrava, sem aviso algum, e com pressa e medo, naturalmente das autoridades do trem, as minhas modestas botinas.

Dei-lhe um cruzado e bendisse, com o senhor Mário de Alencar, a organização da atual sociedade que me fazia tão rico e aquela criança tão miserável e pobre.

O trem partiu e os meus companheiros de viagem voltaram a tomar assento e a discutir política que, segundo Bossuet, é a arte de dar felicidade aos povos e tornar a vida cômoda.

Careta, 7-5-1921

III

O trem corre e se aproxima dos limites dos estados do Rio e São Paulo.

Os meus vizinhos voltam do carro-restaurant, acompanhados agora de um outro cidadão que, pela conversa, deve ser coletor federal. É um tipo atarracado, quase quadrado e, pelo que dele ouvi, é muito entendido nesse negócio que os doutores e coronéis do interior, peões e camaradas, assassinos e simples caipiras chamam pomposamente política.

Essa grande arte de dirigir os povos e as nações é ali reduzida à mais simples expressão de modestas cifras.

Elas não vão além de mil e é frequente que os palestradores repitam o milheiro de várias formas: “Porque o Maurício não podia contar com os mil votos que o Fábregas deu ao Borges; ah! Não fosse isso e a intervenção do ‘centro’, ele ganharia.” A isto acode um outro: “não foi tanto pelos mil votos do Fábregas; foi porque ele não soube trazer para o seu lado o Assunção, que dispõe de outros tantos, mas descarregou-os no Brandão”.

A política naquela palestra de influências eleitorais reduz-se a números; e toma parecenças com os discursos parlamentares do meu simpático Cincinato Braga ou com os artigos do Mário Guedes, meu colega também, por ser agora, como eu já era, professor de agricultura. É verdade que eu a estudei nas *public-houses* de New York e Londres, com o eminente Mark Twain; e o Mário fez

seus estudos com o avisado Miguel Calmon, na Sociedade de Agricultura, na rua da Alfândega, onde este último possui um campo experimental da cultura do fumo ou tabaco brávio, nos telhados velhos do edifício.

Há alguma diferença...

Ao chegar a uma estação qualquer, o médico que viajava em frente a mim desde a Central, e acompanha a conversa política dos seus amigos, exclama com terno espanto:

— Olha o Maurício!

Penso que é o de Lacerda e antegoço uma disputa de alta política eleitoral em que o meu Maurício de Lacerda certamente não deixará de pontilhá-la com algumas sentenças comunistas, para assustar os contos de réis daquele insolente Mário que despreza os meus cigarros. Infelizmente não é o de Lacerda; é um menino fardado de colegial. Percebo que é filho do médico; que perdeu o trem ou fez qualquer traquinada e não saltou na estação devida. O pai recebe com bonomia as explicações do filho, sem nenhum ralho na voz ou no olhar. O pequeno quer descarregar a culpa para o chefe de trem; o pai, porém, desculpa este também: “Ele tem muito o que fazer; é natural que se esquecesse ...”

Ainda mais simpatizo com esse meu companheiro de viagem, tão simples, tão natural, muito diferente dos amigos que o acompanham, e ainda mais desejo conversar com ele sobre febre aftosa, sobre coisas do Ministério Simões Lopes etc. etc. Sabem por quê? Porque ele, ao ser apresentado ao tal coletor, dissera que a sua fazenda era só de criação; e que, ao lhe aparecer não sei que peste no seu gado, apelara para o Ministério vizinho do Hospício, que lhe enviara em auxílio um veterinário com uma lata de creolina.

Dentro em breve, o filho se despede. Nessa despedida encontrei um problema nacionalista que rogo aos meus amigos Álvaro Bomilcar e Jackson de Figueiredo a resolverem-no quanto antes, para sossego da “brasilidade”.

É tradicional que, nesses momentos, o filho leve aos lábios a mão direita do pai e a beije no dorso.

É a bênção que ainda hoje eu, com quase quarenta anos, tomo a meu pai, em ocasiões solenes. Acontece que ultimamente foi introduzido o uso estrangeiro de se beijarem pai e filho, nas faces, depois se abraçarem, tal e qual faziam, antigamente, as damas e moças, ao se encontrarem. Não há nisto e, também, com o mútuo tratamento de tu e você entre pais e filhos, um afrouxamento do uso da nacionalidade, uma injúria irrogada aos manes dos nossos avós?

Penso que há aí alguma coisa, como que uma diminuição da forte constituição católica da família brasileira que sempre teve, graças à doutrinação da Igreja, por modelo o patriarcado bíblico.

Não sou autoridade no assunto; mas, os meus amigos católico-nacionalistas resolverão — estou certo — a questão a contento de todos e com rara sabedoria escolástica.

O menino saía, ligeiro e alegre, sob o doce e longo olhar paterno, e continuamos a correr sobre os *rails* da Central, dentro da escuridão da noite, que, se é mãe do Crime e do Vício, é também o intermediário mais perfeito entre o mistério da nossa alma e aquele que nos cerca.

Publicadas em *Marginália*

PALAVRAS DUM SIMPLES

Hoje, 22-7-1922

Nunca me meti em política, isto é, o que se chama política no Brasil. Para mim a política, conforme Bossuet, tem por fim tornar a vida cômoda e os povos felizes. Desde menino, pobre e oprimido, que vejo a “política” do Brasil ser justamente o contrário. Ela tende para tornar a vida incômoda e os povos infelizes. Todas as medidas de que os políticos lançam mão são nesse intuito.

Os prefeitos, por exemplo, desta nossa leal e heroica cidade do Rio de Janeiro, são atualmente piores que os almotacés do conde de Resende. Estes tinham direito a certo número de línguas e “mãos de vaca” das reses abatidas no matadouro; os edis de hoje mandam construir hotéis de oito mil contos, para... hospedar estrangeiros. De forma que, no tempo de el-rei Nosso Senhor, as autoridades municipais se encarregavam do bem-estar do seu povo, como se dizia antigamente; hoje porém, com a nossa democracia, essas mesmas autoridades se encarregam do bem-estar dos ricos displicentes que vêm a passeio, cheios de dinheiro, ver bobagens de uma “Exposição” de aterrado.

Por estas e outras eu sou completamente avesso a negócios de política, porque não acredito nela e muito menos nos políticos.

Ultimamente, entre nós houve uma barulheira política que quase sacudiu o país.

Pus-me de parte e tive razão. Não havia nessa agitação nada de ideal, de superior. Só admito que se morra em matéria de política quando se o faça por uma ideia que interesse um grande grupo humano. No caso não havia isto e eu, aqui e ali, levei-o de troça. E outra atitude ele não merecia. Não sei os pródromos de semelhante barulheira, mas eles devem ser muito baixos e vagabundos.

A verdade, porém, é que o observador imparcial logo concluiu que nenhum dos grupos que se digladiavam falava a verdade.

A questão versava sobre uma falsificação de cartas, atribuídas ao senhor Artur Bernardes, atualmente eleito presidente da República. Tais cartas continham insultos ao Exército e os adversários do senhor Bernardes excitaram os brios da força armada contra ele, baseados nas referidas missivas.

O intuito dos opositores à candidatura do senhor Bernardes era mover o Exército contra esta, vetá-la e, caso fosse possível, impedir a posse do mesmo senhor pela força.

Havia nisto um apelo declarado ao que se chama nas repúblicas espanholas “o pronunciamento”. Toda a gente sabe que isso tem sido um flagelo, tanto para elas como para nós. O dever nosso é evitá-lo de qualquer forma. Qualquer modalidade de hipocrisia política, de que se revista o provimento deste ou daquele cargo de eleição, é melhor do que o assassinato e a violência.

Penso assim porque estou convencido de que seja Paulo, Sancho ou Martinho que governe, esta vida será sempre uma miséria.

Seria capaz de deixar-me matar, para implantar aqui o régimen maximalista; mas a favor de Fagundes ou de Brederodes não dou um pinga do meu sangue.

Tenho para mim que se deve experimentar uma “tábua rasa” no régimen social e político que nos governa; mas mudar só de nomes de governantes nada adianta para a felicidade de todos nós.

Demais, há tanta incoerência nesses políticos que nos azucrinam os ouvidos com velhos tropos quando querem satisfazer as suas ambições, que vimos, nos últimos acontecimentos, sujeitos que, não há muitos anos, se insurgiram contra a intromissão, a pressão dos militares nas causas políticas, apela-rem para eles, para a sua força e o seu prestígio, a fim de tornar vencedora a própria causa.

Vimos em que deu a coisa. Ao menor sopro de “mazorca” foram todos pelos ares e eles todos debandaram, escafederam-se, deixando o chefe sozinho.

Que este fique só, não há mal nenhum. Ele é rico ou enriquecido e pode aguentar o repuxo: mas o povo não deve ir atrás dessa gente.

Os pobres-diabos que se apaixonam por essas especulações de políticos é que levam o “chanfalho” da polícia e sofrem perseguições.

São causas que nós, humildes, não devemos esposar, porque elas não representam nenhum ideal elevado, nem nada de sincero e de sério.

Publicada em *Marginália*

BAILES E DIVERTIMENTOS SUBURBANOS

Gazeta de Notícias, 7-2-1922

Há dias, na minha vizinhança, quase em frente à minha casa, houve um baile. Como tinha passado um mês enfurnado na minha modesta residência, que para enfezar Copacabana denominei “Vila Quilombo”, pude perceber todos os preparativos da festa doméstica: a matança de leitões, as entradas das caixas de doces, a ida dos assados para a padaria etc.

Na noite do baile, fui deitar-me cedo, como sempre faço quando me resolvo a descansar a sério. Às nove horas, por aí assim, estava dormindo a sono solto. O baile já havia começado e ainda com algumas polcas repinicadas ao piano. Às duas e meia, interrompi o sono e estive acordado até as quatro da madrugada, quando acabou o sarau. A não ser umas barcarolas cantadas em italiano, não ouvi outra espécie de música, a não ser polcas adoidadas e violentamente sincopadas, durante todo esse tempo.

O dia veio se fazer inteiramente. Levantei-me da cama e, dentro em breve, tomava o café matinal em companhia de meus irmãos.

Perguntei a minha irmã, provocado pela monótona musicaria do baile da vizinhança, se nos dias presentes não se dançavam mais valsas, mazurcas, quadrilhas ou quadras etc. Justifiquei-lhe o motivo da pergunta.

— Qual! — disse-me ela. — Não se gosta mais disso... O que apreciam os dançarmos de hoje, são músicas apolcadas, tocadas *a la diable*, que servem para dançar o tango, *fox-trot*, *rang-time*, e...

— *Cake-walk*? — perguntei.

— Ainda não se dança, ou já se dançou; mas agora, está aparecendo um tal de *shimmy*.

Nunca vi dançar tal coisa, nem me tenta vê-lo; mas a informação me fez lembrar do que era um baile familiar há vinte anos passados. O baile, não sei se é, era ou foi, uma instituição nacional, mas tenho certeza de que era profundamente carioca, especialmente suburbano.

Na escolha da casa, presidia sempre a capacidade da sala de visitas para a comemoração coreográfica das datas festivas da família. Os construtores das casas já sabiam disso e sacrificavam o resto da habitação à sala nobre. Houve

quem dissesse que nós fazíamos casa, ou as tínhamos para os outros, porque a melhor peça dela era destinada a estranhos.

Hoje, porém, as casas minguam em geral, e especialmente, na capacidade dos seus aposentos e cômodos. Nas salas de visitas das atuais mal cabem o piano e uma meia mobília, adquirida a prestações. Meia dúzia de pessoas, numa delas, estão ameaçadas de morrer asfixiadas com as janelas abertas. Como é que elas podem comportar um baile à moda antiga, em que dançavam dúzias de pares? Evidentemente, não. Isto acontece com as famílias remediadas; com as verdadeiramente pobres, a coisa piora. Ou moram em cômodos ou em casitas de avenidas, que são um pouco mais amplas do que a gaiola dos passarinhos.

Por isso entre a gente média os bailes estão quase desaparecendo dos seus hábitos; e, na gente pobre, eles ficaram reduzidos ao mínimo de um concerto de violão ou a um recibo de sócio de um clube dançante na vizinhança, onde as moças vigiadas pelas mães possam pirutear em salão vasto.

O meu amigo Sussekind de Mendonça, no seu interessante livro *O Esporte está deseducando a mocidade brasileira*, refere-se à licenciosidade das danças modernas.

Hei de falar mais detidamente sobre esse vigoroso livro: agora, porém, cabe só uma observação. Mendonça alude ao que se passa no “set” carioca; mas pelo que me informam, o subúrbio não lhe fica atrás. Nos tempos idos, essa gente verde das nossas elegâncias — verde é sempre uma espécie de argot —, sempre mutável e variável de ano para ano, desdenhava o subúrbio e acusava-o falsamente de dançar maxixe; hoje, não há diferença: todo o Rio de Janeiro, de alto a baixo, incluídos os Democráticos e o *Music-Club* das Laranjeiras, o dança.

Há uma coisa a notar: é que esse maxixe familiar não foi dos “Escorregas” de Cascadura para o Acchilleon do Flamengo; ao contrário, veio deste para aquela.

O meu estimado Mendonça atribui o “andaço” dessas danças desavergonhadas ao futebol. O senhor Antônio Leão Veloso achou isso exagerado. Pode haver exagero — não ponho em dúvida tal coisa — mas o tal de futebol pôs tanta grosseria no ambiente, tanto desdém pelas coisas de gosto, e reveladoras de cultura, tanta brutalidade de maneiras, de frases e de gestos, que é bem possível não ser ele isento de culpa no recrudesimento geral, no Rio de Janeiro, dessas danças luxuriosas que os hipócritas estadunidenses foram buscar entre os negros e os apaches. Convém notar que, entre esses retardados exemplares da nossa humanidade, quando em estado selvagem, semelhantes

danças não têm a significação luxuriosa e lasciva que se julga. Fazem parte dos rituais dos seus deuses, e com elas invocam a sua proteção nas vésperas de guerras e em outras ocasiões solenes.

Passando para os pés dos civilizados, elas são deturpadas, acentuadas na direção de um apelo claro à atividade sexual, perdem o que significavam primitivamente e se tornam intencionalmente lascivas, provocantes e imorais.

Isto, porém, não nos interessa, porque não interessa tanto ao subúrbio como ao “set” carioca, que dançam “one-step” e o tango argentino, e nessas bárbaras danças se nivelam. O subúrbio civiliza-se, diria o saudoso Figueiredo Pimentel, que era também suburbano; mas de que forma, santo Deus?

Quando fui morar naquelas paragens não havia noite em que, voltando tarde para casa, não topasse no caminho com um baile, com um choro, como se dizia na gíria do tempo. Havia famílias que davam um por mês, fora os extraordinários, e havia também cavalheiros e damas que não faltavam a eles, além de irem a outros de famílias diferentes.

Eram célebres nos subúrbios, certos rapazes e moças, como tipos de dançarinos domésticos. Conheci alguns, e ouvi muitos falar neles. Lembro-me bem, dentre eles, de uma moça que, às vezes, atualmente ainda encontro, gordinha, com dois ou três filhos que lhe dão um imenso trabalho para acomodar nos bondes. Chamavam-na Santinha, e tinha uma notoriedade digna de um poeta de “Amor” ou de um gatimanhas de cinematógrafo. Não era bonita na rua, longe disso. A sua aparência era a de uma moça como muitas outras, de feições miúdas, sem grande relevo, cabelos abundantes e sedosos. Tinha, porém, um traço próprio, pouco vulgar nas moças. A sua testa era alta e reta, testa de deusa a pedir um diadema. Era estimada como discípula de Terpsícore burguesa. A sua especialidade estava na valsa americana, que dançava como ninguém. Não desdenhava as outras contradanças, mas a valsa era a sua especialidade. Dos 365 dias do ano, só nos dias de luto da semana santa e no de finados, não dançava. Em todos os mais, Santinha valsava até de madrugada. Dizia a todos que, por tanto dançar não tinha tempo de namorar. De fato, sempre requestada para esta e aquela contradança, via tantos e tantos cavalheiros, que acabava não vendo nenhum ou não firmando a fisionomia de nenhum.

Se não era bela na rua, em atitude comum de passeio, valsando ficava outra, tomava um ar de sílfide, de divindade aérea, vaporosa e adquiria um ar esvoaçante de visão extrarreal. Fugia ao solo e como que pairava no espaço...

Os que a viram dançar e me falam dela, até hoje não escondem a profunda impressão que a moça, ao valsar, lhes causou; e quando hoje, por acaso, a encontro atrapalhada com os filhos, penso de mim para mim: para que essa moça se cansou tanto? Chegou afinal ao ponto em que tantas outras chegam com muito menos esforço...

O *pendant* masculino de Santinha era o seu Gastão. Baile em que não aparecia seu Gastão, não merecia consideração. Só dançava de *smoking*, e o resto do vestuário de acordo. Era um rapaz de boa altura, simpático, grandes e bastos bigodes, de uma delicadeza exagerada. A sua especialidade não era a valsa; era o “pas-de-quatre”, que dançava com ademanos de dança antiga, de minueto ou de coisa parecida. Fazia cumprimentos hieráticos e dava os passos com a dignidade e convicção artística de um Vestris. Seu Gastão ainda existe, e prosperou na vida. Quando rei suburbano do “pas-de-quatre” era empregado de um banco ou de um grande escritório comercial. Hoje é diretor-gerente de uma casa bancária, está casado, tem filhos, mora na Conde de Bonfim, numa vasta casa, mas raramente dá bailes. Dançou para a vida inteira e também pelos filhos e filhas.

Nesses bailes suburbanos, o mártir era o dono da casa: seu Nepomuceno começava por não conhecer mais da metade da gente que, transitoriamente, abrigava, porque Cacilda trazia Nenê e esta o irmão que era namorado daquela — a única cuja família tinha relações com a do seu Nepomuceno; e, assim, a casa se enchia de desconhecidos. Além destes subconvidados, ainda existiam os penetras. Chamava-se assim certos rapazes que, sem nenhuma espécie de convite, usavam deste ou daquele truque, para entrar nos bailes — penetrar.

Em geral, apesar da multidão dos convidados, essas festas domésticas tinham um grande cunho de honestidade e respeito. Eram raros os excessos e as danças, com o intervalo de uma hora, para uma ceia modesta, se prolongavam até o clarear do dia sem que o mais arguto do sereno pudesse notar uma discrepância nas atitudes dos pares, dançando ou não. Sereno, era chamado o agrupamento de curiosos que ficavam na rua a espiar o baile. Quase sempre era formado de pessoas das vizinhanças e outras que não haviam sido convidadas e lá se postavam para ter assunto em que baseassem a sua despeitada crítica.

Esses bailes burgueses não eram condenados pela religião. Se algumas nada diziam, calavam-se. Outras até elogiavam. O puritanismo era francamente favorável a eles. Afirmava ele, pela boca de adeptos autorizados, que essas reuniões facilitavam a aproximação dos moços de dois sexos, cuja vida particular a cada um deles se fazia isoladamente, sem terem ocasião de trocar

impressões, sem comunicarem mutuamente quais os seus anelos, quais os seus desgostos, favorecendo tudo isso os saraus familiares.

Estou certo de que os positivistas, hoje, julgariam que os atuais bailes aproximam por demais os sexos, e... *anathema sit*.

O pequeno povo porém ainda não sabe o *fox-trot*, nem o *shimmy*. Nos seus clubes, ao som do piano ou de estridulantes charangas, dança ainda à antiga; e, no recesso do lar com um terno de flauta, um cavaquinho e violão ou sob o compasso de um prestativo gramofone, ainda volteia a sua valsa ou requebra uma polca, extraordinariamente honesta em comparação com os tais “steps” da moda.

Sem receio de errar, entretanto, pode-se dizer que o baile familiar e burguês, democrático e efusivo, está fora da moda, nos subúrbios. A carestia da vida, a exiguidade das casas atuais e a imitação da alta burguesia desfiguraram-no muito e tendem a extingui-lo.

O violão e a modinha que Catulo, com sua tenacidade, com o seu talento e a sua obediência cega a um grande ideal, dignificou e tornou capaz da atenção dos intelectuais vão sendo mais prezados e já se fazem encantos dos saraus burgueses em que, pelas causas apontadas, as danças mínguam. É pena que para um Catulo, artista honesto, sob todos os pontos de vista, haja uma dezena de Casanovas disponíveis, que, maus de natureza e sem talento algum, se servem da arte reabilitada pelo autor de Sertanejo, a fim de, por intermédio de horríveis cantarolas, levarem a desgraça a lares pobres e perder moças ingênuas e inexperientes. Há por lá monstros desses que contam tais proezas às dezenas. É o caso de imitar o outro e escrever: o Código Penal e a inutilidade das leis.

Uma outra diversão que, antigamente, os suburbanos apreciavam muito e hoje está quase morta, era a do teatrinho de amadores. Quase todas as estações tinham mantido um Clube. O do Riachuelo, teve a sua meia hora de celebridade; possuía um edifício de razoáveis proporções; mas desapareceu, e, atualmente, foi transformado em escola municipal. O que havia de característico na vida suburbana, em matéria de diversão, pouco ou quase nada existe mais. O cinema absorveu todas elas e, pondo de parte o mafuá semieclesiástico, é o maior divertimento popular da gente suburbana.

Até o pianista, o célebre pianista de bailes, ele arrebatou e monopolizou.

Nada tem, porém, de próprio ao lugar, é tal e qual outro e qualquer cinema do centro ou qualquer parte da cidade em que haja pessoas cujo gosto de se divertir no escuro arrasta a ver-lhes as fitas durante hora e tanto.

O futebol flagela também aquelas paragens como faz ao Rio de Janeiro inteiro. Os clubes pululam e os há em cada terreno baldio de certa extensão.

Nunca lhes vi uma partida, mas sei que as suas regras de bom-tom em nada ficam a dever às dos congêneres dos bairros elegantes.

A única novidade que notei, e essa mesma não me parece ser grave, foi a de festejarem a vitória sobre um rival, cantando os vencedores pelas ruas, com gambitos nus, a sua proeza homérica com letra e música da escola dos cordões carnavalescos. Vi isto só uma vez e não garanto que essa hibridação do samba mais ou menos africano com o futebol anglo-saxônio, se haja hoje generalizado nos subúrbios. Pode ser, mas não tenho documentos para tanto afiançar.

Resta-nos o Carnaval; é ele, porém, tão igual por toda a parte, que foi impossível, segundo tudo faz crer, ao subúrbio dar-lhe alguma coisa de original. Lá, como na Avenida, como em Niterói, como em Maxambomba, como em todo este Brasil, são os mesmos cordões, blocos, grupos, os mesmos versos indignos de manicômio, as mesmas músicas indigestas e, enfim, o Carnaval em que como lá diz Gamaliel de Mendonça, no seu último livro *Revelação*: “Os homens são jograis; as mulheres, bacantes.”

O subúrbio não se diverte mais. A vida é cara e as apreensões muitas, não permitindo prazeres simples e suaves, doces diversões familiares, equilibradas e plácidas. Precisa-se de ruído, de zambumba, de cansaço, para esquecer, para espancar as trevas que em torno da nossa vida, mais densas se fazem, dia para dia, acompanhando *pari-passu* as suntuosidades republicanas.

Ele não mais se diverte inocentemente; o subúrbio se atordoa e se embriaga não só com o álcool, com a lascívia das danças novas que o esnobismo foi buscar no arsenal da hipocrisia norte-americana. Para as dificuldades materiais de sua precária existência, criou esse seu paraíso artificial, em cujas delícias transitórias mergulha, inebria-se minutos, para esperar, durante horas, dias e meses, um aumentozinho de vencimentos...

Publicada em *Marginália*

O NOSSO CABOCLISMO

Careta, 11-10-1919

Uma das manias mais curiosas da nossa mentalidade é o caboclismo. Chama-se isto a cisma que tem todo o brasileiro de que é caboclo ou descende de caboclo.

Nada justifica semelhante aristocracia, porquanto o caboclo, o tupi, era, nas nossas origens, a raça mais atrasada; contudo toda a gente quer ser caboclo.

Muito influíram para isso os poetas indianistas e, sobretudo, o grande José de Alencar, o primeiro romancista do Brasil, que nada tinha de tupinambá.

A mania, porém, percorreu o Brasil; e, quando um sujeito se quer fazer nobre, diz-se caboclo ou descendente de caboclo.

Em matéria de caboclismo, além do *Guarani* de José de Alencar, só gosto do *Uruguai* de Basílio da Gama, sobretudo quando fala da morte de Lindoia em cujo rosto a Morte era mais bela.

Entretanto, no Brasil, atualmente, há uns caboclistas muito engraçados. Um deles é o senhor Rondon, hoje general, que tem um ar feroz de quem vai vencer a batalha de Austerlitz.

O general Rondon nunca venceu batalhas, e não as vencerá, porque o seu talento é telegráfico. Não há general como ele para estender linhas de telégrafo; mas não há também general como ele, para catequizar caboclos.

Até hoje, essa missão estava reservada aos religiosos de toda a espécie; mas foi preciso que o Brasil se fizesse republicano para que tal coisa coubesse aos oficiais do Exército.

Rondon catequista é um grande general e o general Rondon é um grande catequista.

Aí não é o sabre que cede à toga; é a batina que se vê vencida pelo sabre.

Quando Rondon foi chefe da Comissão das Linhas Telegráficas, só em milho, ele gastava mais de quinhentos contos por ano, porquanto tinha intensificado a agricultura entre os Nhambiquaras.

Sei disto porque nesse tempo era eu empregado da Secretaria da Guerra e vi os papéis a tal respeito.

Toda a gente, porém, admira Rondon porque sabe andar léguas a pé; contudo, acho eu que essa virtude não é das mais humanas.

O que o general Rondon tem de mais admirável, é a sua fisionomia de crueldade. Vê-se nele a sua vocação de ditador, e ditador mexicano. Tudo o está levando para isso, inclusive as suas descobertas já descobertas e a sua determinação de coordenadas de certos lugarejos pelo telégrafo, coisa pouco sabida e conhecida.

Depois de tão excepcional caboclista, só há a senhora Deolinda Daltro.

Nunca se viu pessoa tão conspícua no caboclismo. A seriedade do seu ideal, o desinteresse que ela põe nele, além de outras qualidades e artefatos, dão-lhe um destaque excepcional.

Dona Deolinda acaba de se apresentar candidata a intendente da cidade do Rio de Janeiro.

Nada teria a opor, se não me parecesse que ela se enganava. Não era do Rio de Janeiro que ela devia ser intendente; era de alguma aldeia de índios. A minha cidade já de há muito deixou de ser taba; e eu, apesar de tudo, não sou selvagem.

Publicada em *Marginália*

“A MAÇÃ” E A POLÍCIA

Careta, 11-3-1922

Noticiam os jornais que a polícia, por intermédio de seus agentes e prepotentes, anda a vigiar a *A Maçã*, semanário que o ilustre poeta Humberto de Campos publica com um sal que, se não é de azedas, deve ser ático.

Sou escritor e, se mérito outro não tenho, me gabo de ser independente.

Sendo assim, não admito críticas a meus livros e a meus escritos, senão aquelas provindas de escritores que como eu não dispõem de força, nem de chanfalho. Admitir que um simples delegado de polícia ou uma praça de pré do meu amigo coronel Badaró esteja nos casos de julgar os meus escritos, é abdicar do meu esforço silencioso e doloroso durante vinte anos, para dizer o meu pensamento sincero — o que julgo essencial em ajuda da maior felicidade da comunhão humana.

A polícia, pela sua feição própria, é incapaz desse papel de censura de qualquer manifestação de pensamento.

Ela é uma emanção do governo; e é da natureza dos governos não admitirem crítica. Quando se os critica, ela apela para a ordem e para a moralidade. Daí o perigo que há em se entregar à polícia qualquer poder que incida sobre a liberdade de pensamento. Fazendo-a, ela faz obra dos governos e em qualquer trecho do escrito, ela encontra atentados à moral. Perguntarei aos policiais: o que é moral? Eles não saberão dizer; e, se o souberem, dirão que é a homenagem que o vício presta à virtude, disfarçando-se e escondendo-se.

O que o senhor Humberto de Campos escreve na sua revista é do conhecimento de todos nós, inclusive do da polícia; e, se ele edita o que edita, embora eu fosse incapaz de fazer o mesmo, a responsabilidade dele não pode ser diante de simples apitos de polícia e delegados, cuja competência em tal assunto não tem nenhuma base na lei e nos costumes.

Polícia foi feita para prender gatunos e assassinos, e nunca para fazer crítica literária, sob qualquer ponto de vista. Que “pataqueiros”, fabricantes de “revistas” e “peças” de duvidoso mérito a ela se sujeitem, admito; mas, um escritor celebrizado, que usa da liberdade de crítica que as leis lhe facultam, o faça, não posso conceber.

Conforme se diz em estilo diplomático, eu protesto contra a censura policial feita à revista de Humberto de Campos, em nome da liberdade de pensamento e tendo em vista a incompetência literária da polícia para fazer censura de escritos e a sua falta de autoridade moral.

Publicada em *Marginália*

GENEROSIDADE

Careta, 25-6-1921

Quando estive agora, ultimamente, no interior de São Paulo, confins desse estado, próximo a Goiás e a Mato Grosso, tive muita coisa a observar e muita coisa a meditar.

Lá, em Rio Preto, é ponta de trilhos e para lá vão ter toda a espécie de aventureiros, no bom ou mau sentido.

Há os “grileiros” fabricantes de títulos falsos de propriedades de terras; há os advogados; mas há também os que querem horizontes novos para a sua atividade e para o seu trabalho.

É justo que essa gente se mova para o interior do Brasil. Eu lá senti muito que já estivesse desfibrado, intoxicado de Rio de Janeiro, para não me deixar ficar por aquelas bandas, “cavando” e espalhando a graça e a harmonia da Guanabara que estão na minha alma.

Tive lá um amigo, o Francisco de Sales, que é um portento de energia e honestidade. É um abridor de estradas. Ele as abre pelo deserto e faz por elas trafegar automóveis, nos quais andei graças à sua generosidade. Ele as traça por gosto e prazer, e tive um grande desgosto em não saber mais nada de topografia para auxiliá-lo.

Se ainda tivesse energia para recordar esse estudo elementar, ficaria lá para ajudá-lo no seu mister, mesmo com um simples nível de pedreiro e uma trena.

Muitas figuras como essa lá conheci de energia e de combate, no bom sentido.

Feriu-me, porém, muito, a de um médico, formado na Suíça, onde ganhou um ar severo de alemão, mas que tem o nome portuguesíssimo de Barros. O seu primeiro é Cenobelino; e, conquanto esteja iniciando a carreira, é de uma generosidade fidalga.

Conto-lhes o caso.

O doutor Cenobelino foi chamado para ver uma criança que tinha levado um coice de um cavalo, na cabeça.

A criança precisava de uma operação difícil, creio que de trépano. Era cara; a família do pequeno ou da pequena não a podia pagar. Ele se prontificou

a fazê-la gratuitamente.

A criança se salvou e não podia ver bilhete de loteria que não pedisse ao pai que o comprasse.

— Para quê?

— Para pagar ao doutor que me salvou.

Certo dia, o pai satisfez o pedido do filho e tirou a sorte. Escusado é dizer que recompensou generosamente o médico do filho.

Publicada em *Marginália*

DE CASCADURA AO GARNIER

Careta, 29-7-1922

Embarco em Cascadura. É de manhã. O bonde se enche de moças de todas as cores, com os vestuários de todas as cores. Vou ocupar o banco da frente, junto ao motorneiro. Quem é ele? É o mais popular da linha. É o “Titio Arrelia” — um crioulo forte, espadaúdo, feio, mas simpático. Ele vai manobrando com as manivelas e deitando pilhérias, para um lado e para outro.

Os garotos, zombando da velocidade do veículo, trepam no bonde e dizem uma chalaça ao “Titio”. Ele os faz descer sem bulha nem matinada, graças a uma graçola que sublinha, como todas as outras, com o estribilho:

— É pau!

Esse estribilho tornou-o conhecido em todo o longo trajeto desse interessante bonde que é o Cascadura. Ele percorre uma parte da cidade que até agora era completamente desconhecida. Em grande trecho, perlustra a velha Estrada Real de Santa Cruz, que até bem pouco vivia esquecida.

Entretanto, essa trilha lamacenta que, preguiçosamente, a prefeitura vai melhorando, viu carruagens de reis, de príncipes e imperadores. Veio a Estrada de Ferro e matou-a, como diz o povo. Assim aconteceu com Inhomerim, Estrela e outros “portos” do fundo da baía. A Light, porém, com o seu bonde de Cascadura descobriu-a de novo e hoje, por ela toda, há um sopro de renascimento, uma palpitação de vida urbana, embora os bacorinhos, a fuçar a lama, e as cabras, a pastar pelas suas margens, ainda lhe deem muito do seu primitivo ar rural de antanho.

Mas... o bonde de Cascadura corre; “Titio Arrelia”, manejando o “controle”, vai deitando pilhérias, para a direita e para a esquerda; ele já não se contenta com o tímpano; assovia como os cocheiros dos tempos dos bondes de burro; e eu vejo delinear-se uma nova e irregular cidade, por aqueles capinzais que já foram canaviais; contemplo aquelas velhas casas de fazenda que se erguem no cimo das meias-laranjas; e penso no passado.

No passado! Mas... o passado é um veneno. Fujo dele, de pensar nele e o bonde entra com toda a força na embocadura do Mangue. A usina do Gás fica ali e olho aquelas chaminés, aqueles guindastes, aquele amontoado de carvão de

pedra. Mais adiante, meus olhos topam com medas de manganês... E o bonde corre, mas “Titio Arrelia” não diz mais pilhérias, nem assovia. Limita-se muito civilizadamente a tanger o tímpano regulamentar. Estamos em pleno Mangue, cujas palmeiras farfalham mansamente, sob um céu ingratamente nevoento. Estamos no Largo de São Francisco. Desço. Penetro pela rua do Ouvidor. Onde os seus bácoros, as suas cabras, os seus galos e os seus capinzais? Não sei ou esqueci-me. Entro na Garnier e logo topo com um poeta, que me recita:

— Minh’alma é triste como a rola aflita etc.

Então de novo me lembro da Estrada Real, dos seus porcos, das suas cabras, dos seus galos, dos capinzais...

Publicada em *Marginália*

A DERRUBADA

Correio da Noite, 31-12-1914

Fala-se muito na remoção das grades do Passeio Público e até Coelho Neto já exumou os gregos com o seu cânon de beleza, para justificar a retirada das grades.

Esse negócio de gregos e de beleza é coisa muito engraçada.

Sainte-Beuve já dizia que, de tempos em tempos, nós fazemos uma ideia da Grécia, e Coelho Neto tem, certamente, uma para uso próprio.

Eu quisera saber se Neto tem a concepção da beleza dos mármores obesos ou das estatuetas de Tanagra e se aplaudiria as vestes gregas, verdadeiras colchas de retalhos, com que os arqueólogos vestiram há pouco a “Djanira”, de Saint-Saëns.

É preciso acabar com essa história da Grécia e de imaginar que os gregos tinham uma única concepção de beleza e que foram belos, como os mármores que nos legaram.

Convém não esquecer que tais mármores são imagens religiosas e sempre os homens fizeram os seus deuses mais belos, mesmo quando os fazem humanos.

Mas, tudo isso não vem ao caso.

Eu não me atrevo mesmo a dar opinião sobre a retirada das grades do Passeio Público. Hesito.

Mas, uma coisa que ninguém vê e nota é a contínua derrubada de árvores velhas, vetustas fruteiras, plantadas há meio século, que a aridez, a ganância e a imbecilidade vão pondo abaixo com uma inconsciência lamentável.

Nos subúrbios, as velhas chácaras, cheias de anosas mangueiras, piedosos tamarineiros, vão sendo ceifados pelo machado impiedoso do construtor de avenidas.

Dentro em breve, não restarão senão uns exemplares dessas frondosas árvores, que foram plantadas mais com o pensamento nas gerações futuras, do que mesmo para atender às necessidades justas dos que lançaram as respectivas sementes à terra.

Passando hoje pelo Engenho Novo, vi que tinham derrubado um velho tamarineiro que ensombrava uma rua sem trânsito nem calçamento.

A venerável árvore não impedia coisa alguma e dava sombra aos pobres animais, que, sob o sol inclemente, arrastavam pelo calçamento pesadas “andorinhas”, caminhões, que demandavam o subúrbio longínquo.

Era uma espécie de oásis, para as pobres alimárias, que resignadamente ajudam a nossa vida.

Publicada em *Marginália*

O “MOAMBEIRO”

Careta, 7-8-1915

Quando saio de casa e vou à esquina da Estrada Real de Santa Cruz, esperar o bonde, vejo bem a miséria que vai por este Rio de Janeiro.

Moro há mais de 10 anos naquelas paragens e não sei por que os humildes e os pobres têm-me na conta de pessoa importante, poderosa, capaz de arranjar empregos e solver dificuldades.

Pergunta-me um se deve assentar praça na Brigada, pois há oito meses não trabalha no seu ofício de carpinteiro; pergunta-me outro se deve votar no senhor Fulano; e, às vezes mesmo, consultam-me sobre casos embaraçosos. Houve um matador de porcos que pediu a minha opinião sobre este caso curioso: se devia aceitar dez mil-réis para matar o cevado do capitão M., o que lhe dava trabalho por três dias, com a salga e o fabrico de linguiças; ou se devia comprar o canastra por cinquenta mil-réis e revendê-lo aos quilos pela redondeza. Eu, que nunca fui versado em coisas de matadouro, olhei os Órgãos ainda fumarentos nestas manhãs de cerração e pensei que o meu destino era ser vigário de uma pequena freguesia.

Ultimamente, na esquina, veio ao meu encontro um homem com quem conversei alguns minutos. Ele me contou a sua desdita com todo o vagar de popular.

Era operário não sei de que ofício; ficara sem emprego, mas, como tinha um pequeno sítio lá para as bandas do Timbó e algumas economias, não se atrapalhou em começo. As economias foram-se, mas ficou-lhe o sítio, com as suas laranjeiras, com as suas tangerineiras, as suas bananeiras, árvore de futuro com a qual o senhor Cincinato Braga, depois de salvar o café, vai salvar o Brasil. Notem bem: depois.

Este ano foi particularmente abundante em laranjas e o nosso homem teve a feliz ideia de vendê-las. Vendo, porém, que os compradores na porta não lhe davam o preço devido, tratou de valorizar o produto, mas sem empréstimo a 30%.

Comprou um cesto, encheu-o de laranjas e saiu a gritar:

— Vai laranja boa! Uma a vintém!

Foi feliz e pelo caminho apurou uns dois mil-réis. Quando, porém, chegou a Todos os Santos, saiu-lhe ao encontro a lei, na pessoa de um guarda municipal:

— Que dê a licença?

— Que licença?

— Já sei, intimou o guarda. Você é “moambeiro”. Vamos para a Agência.

Tomaram-lhe o cesto, as laranjas, o dinheiro e, a muito custo, deixaram-no com a roupa do corpo.

Eis aí como se protege a pomicultura.

Publicada em *Marginália*

UM ROMANCISTA

Correio da Noite, 1-3-1915

O senhor Paulo Gardênia é um moço cheio de elegâncias, um Digesto de coisas preciosas, de receitas de namoros, de coisas decentes, que apareceu aí nos jornais e sucedeu a Figueiredo Pimentel no Binóculo.

Ontem, deparei com um capítulo de um seu romance na *Gazeta de Notícias*; e, como gosto de romances e nunca fui dado a modernismos, não conheço grandes damas e preciso conhecê-las para exprimir certas ideias nas rimas que imagino, fui ler o senhor Paulo Gardênia, ou melhor, Bonifácio Costa.

Li e gostei.

Vejam só este pedacinho tão cheio de perfeição escultural, revelador de homem que conhece mármore, o Louvre, as galerias de Munique, o Vaticano:

“O *peignoir*, fino e leve, cobria-lhe, indolentemente, em pregas moles, o corpo venusino que era esgalgo; os quadris largos; o busto flexível. Na corrente argentina, que lhe prendia os cabelos, louros como mel, luziam esmeraldas. E os seus dedos, maravilhosamente róseos e macios, eram rematados em unhas polidas, como pérolas. *Fausse maigre* autêntica arredondavam-se-lhe as linhas, numa surpresa de curvas opulentas, nos braços torneados, nas ancas calipígias.”

Diga-me uma coisa, seu Bonifácio: como é que essa senhora é esgalga e ao mesmo tempo tem os quadris largos?

Como é que essa senhora é *fausse maigre* e tem curvas opulentas e ancas calipígias?

O senhor sabe o que se chama Vênus calipígia?

O senhor Bonifácio fala muito em Hélade, em Grécia, em perfeição de formas, mas nunca leu os livros da Biblioteca do Ensino de Belas-Artes, que se vendem ali no Garnier.

Se os tivesse lido, não vivia a dizer tais barbaridades para extasiar, exaltar a cultura literária e estética das meninas de Botafogo.

A sua visualidade é tão perfeita, tão intensa, tão nova, acompanha e respeita tanto os conselhos que Flaubert deu a Guy de Maupassant, que acabou achando essa coisa magnífica, neste pedacinho de estilo de calouro de academia:

“E o dia louro, azul, voluptuoso e quente, entrou pelo quarto, poderoso e fecundo, na alegria iluminada do sol...”

Gardênia ficou tanto tempo diante do “dia” que acabou vendo-o ao mesmo tempo louro e azul. Coelho Neto gostou?

A roda da rua do Roso deve orgulhar-se de semelhante rebento.

Os salões do século XVIII não dariam coisa melhor...

Publicada em *Marginália*

OS NOSSOS JORNAIS

Gazeta da Tarde, Rio, 20-10-1911

Na Câmara (houve um jornal que registrasse a frase) o senhor Jaurès observou que os nossos jornais eram pobres no tocante a informações da vida do estrangeiro. Afora os telegramas lacônicos naturalmente, ele não encontrava nada que o satisfizesse.

Jaurès não disse que fosse esse o único defeito dos nossos jornais; quis tão somente mostrar um deles.

Se ele quisesse demorar no exame, diretor de um grande jornal, como é, e habituado à grande imprensa do Velho Mundo, havia de apresentar muitos outros.

Mesmo quem não é diretor de um jornal parisiense e não está habituado à imprensa europeia pode, do pé para as mãos, indicar muitos.

Os nossos jornais diários têm de mais e têm de menos; têm lacunas e demasias.

Uma grande parte deles é ocupada com insignificantes notícias oficiais.

Há longas seções sobre Exército, Marinha, estradas de ferro, alfândega etc. de nenhum interesse, ou melhor, se há nelas interesse, toca a um número tão restrito de leitores que não vale a pena sacrificar os outros, mantendo-as.

Que me importa a mim saber quem é o conferente do armazém K? Um jornal que tem dez mil leitores, unicamente para atender ao interesse de meia dúzia, deve estar a publicar que foram concedidos passes à filha do bagageiro X? Decerto, não. Quem quer saber essas coisas, dirija-se às publicações oficiais ou vá à repartição competente informar-se.

A reportagem de ministérios é de uma indigência desoladora. Não há mais nada que extratos do expediente; e o que se devia esperar de propriamente reportagem, isto é, descoberta de atos premeditados, de medidas em que os governantes estejam pensando, enfim, antecipações ao próprio diário do senhor Calino, não se encontra.

Demais, não está aí só o emprego inútil que os nossos jornais fazem de um espaço precioso. Há mais ainda. Há os idiotas “binóculos”. Longe de mim o pensamento de estender o adjetivo da seção aos autores. Sei bem que alguns

deles que o não são; mas a coisa o é, talvez com plena intenção dos seus criadores. Mas... continuemos. Não se compreende que um jornal de uma grande cidade esteja a ensinar às damas e aos cavalheiros como devem trazer as luvas, como devem cumprimentar e outras futilidades. Se há entre nós sociedade, as damas e cavalheiros devem saber estas coisas, e quem não sabe faça como M. Jourdain: tome professores. Não há de ser com preceitos escorridos diariamente, sem ordem, nem nexos — que um acanhado fazendeiro há de se improvisar em Caxangá. Se o matuto quer imiscuir-se na sociedade que tem para romancista o psiquiatra Afrânio, procure professores de boas maneiras, e não os há de faltar. Estou quase a indicar o próprio Figueiredo, o Caxangá ou o meu amigo Marques Pinheiro e talvez o Bueno, se ele não andasse agora metido em coisas acadêmicas.

De resto, esses binóculos, gritando bem alto elementares preceitos de civilidade, nos envergonham. Que dirão os estrangeiros, vendo, pelos nossos jornais, que não sabemos abotoar um sapato? Não há de ser bem; e o senhor Gastão da Cunha, o Chamfort oral que nos chegou do Paraguai e vai para a Dinamarca, deve examinar bem esse aspecto da questão, já que se zangou tanto com o interessante Afrânio, por ter dito, diante de estrangeiros, na sua recepção na Academia, um punhado de verdades amargas sobre a diligência de Canudos.

Existe, a tomar espaço nos nossos jornais, uma outra bobagem. Além desses binóculos, há uns tais diários sociais, vidas sociais etc. Em alguns tomam colunas, e, às vezes, páginas. Aqui nesta *Gazeta*, ocupa, quase sempre, duas e três.

Mas, isso é querer empregar espaço em pura perda. Tipos ricos e pobres, néscios e sábios, julgam que as suas festas íntimas ou os seus lutos têm um grande interesse para todo o mundo. Sei bem o que é que se visa com isso: agradar, captar o níquel, com esse meio infalível: o nome no jornal.

Mas, para serem lógicos com eles mesmos, os jornais deviam transformar-se em registros de nomes próprios, pois só os pondo aos milheiros é que teriam uma venda compensadora. A coisa devia ser paga, e estou certo que os tais diários não desapareceriam.

Além disso, os nossos jornais ainda dão muita importância aos fatos policiais. Dias há que parecem uma morgue, tal é o número de fotografias de cadáveres que estampam; e não ocorre um incêndio vagabundo que não mereça as famosas três colunas — padrão de reportagem inteligente. Não são bem “*Gazetas*” dos *Tribunais*, mas, já são um pouco *Gazetas do Crime* e muito *Gazetas Policiais*.

A não ser isso, eles desprezam tudo o mais que forma a base da grande imprensa estrangeira. Não há as informações internacionais, não há os furos sensacionais na política, nas letras e na administração. A colaboração é uma miséria.

Excetuando *A Imprensa*, que tem a sua frente o grande espírito de Alcindo Guanabara, e um pouco *O País*, os nossos jornais da manhã nada têm que se ler. Quando excetuei esses dois, decerto, punha *hors-concours* o velho *Jornal do Commercio*; e dos dois, talvez, só *A Imprensa* seja exceção, porque a colaboração de *O País* é obtida entre autores portugueses, fato que pouco deve interessar à nossa atividade literária.

A *Gazeta* (quem te viu e quem te vê) só merece ser aqui falada porque seria injusto esquecer o Raul Manso. Mas, está tão só! E não se diga que eles não ganham dinheiro e, tanto ganham que os seus diretores vivem na Europa ou levam no Rio trem de vida nababesco.

É que, em geral, não querem pagar a colaboração; e, quando a pagam, fazem-no forçados por empenhos, ou obrigados pela necessidade de agradar a colônia portuguesa, em se tratando de escritores lusos.

E por falar nisso, vale a pena lembrar o que são as correspondências portuguesas para os nossos jornais. Não se encontram nelas indicações sobre a vida política, mental ou social de Portugal; mas, não será surpresa ver-se nelas notícias edificantes como esta: “A vaca do Zé das Amêndoas, pariu ontem uma novilha”; “o Manuel das Abelhas foi, trasanteontem, mordido por um enxame de vespas”.

As dos outros países não são assim tão pitorescas; mas chegam, quando as há, pelo laconismo, a parecer telegrafia.

Então o inefável Xavier de Carvalho é mestre na coisa, desde que não se trate de festas da famosa *Societé d'Études Portugaises*!

Os jornais da tarde não são lá muito melhores. *A Notícia* faz repousar o interesse da sua leitura na insipidez dos *Pequenos Ecos* e na graça — gênero *Moça de Família* do amável Antônio. Unicamente o *Jornal do Commercio* e esta *Gazeta* procuram sair fora do molde comum, graças ao alto descortino do Félix e a experiência jornalística do Vítor.

Seria tolice exigir que os jornais fossem revistas literárias, mas, isto de jornal sem folhetins, sem crônicas, sem artigos, sem comentários, sem informações, sem curiosidades, não se compreende absolutamente.

São tão baldos de informações que, por eles, nenhum de nós tem a mais ligeira notícia da vida dos Estados. Continua do lado de fora o velho *Jornal do*

Commercio.

Coisas da própria vida da cidade não são tratadas convenientemente. Em matéria de tribunais, são de uma parcimônia desdenhosa. O júri, por exemplo, que, nas mãos de um jornalista hábil, podia dar uma seção interessante, por ser tão grotesco, tão característico e inédito, nem mesmo nos seus dias solenes é tratado com habilidade.

Há alguns que têm o luxo de uma crônica judiciária, mas, o escrito sai tão profundamente jurista que não pode interessar os profanos. Quem conhece as crônicas judiciárias de Henri de Varennes, no *Figaro*, tem pena que não apareça um discípulo dele nos nossos jornais.

Aos apanhados dos debates da Câmara e do Senado podia dar-se mais cor e fisionomia, os aspectos e as particularidades do recinto e dependências não deviam ser abandonados.

Há muito que suprimir nos nossos jornais e há muito que criar. O senhor Jaurès mostrou um dos defeitos dos nossos jornais e eu pretendi indicar alguns. Não estou certo de que, suprimidos eles, os jornais possam ter a venda decuplicada. O povo é conservador, mas não foi nunca contando com a adesão imediata do povo que se fizeram revoluções.

Não aconselho a ninguém que faça uma transformação no nosso jornalismo. Talvez fosse malsucedido e talvez fosse bem, como foi Ferreira de Araújo, quando fundou, há quase quarenta anos, a *Gazeta de Notícias*. Se pudesse, tentava; mas como não posso, limito-me a clamar, a criticar.

Fico aqui e vou ler os jornais. Cá tenho o *Binóculo*, que me aconselha a usar o chapéu na cabeça e as botas nos pés. Continuo a leitura. A famosa seção não abandona os conselhos. Tenho mais este: as damas não devem vir com *toilettes* luxuosas para a Rua do Ouvidor. Engraçado esse *Binóculo*! Não quer *toilettes* luxuosas nas ruas, mas ao mesmo tempo descreve essas *toilettes*. Se elas não fossem luxuosas haveria margem para as descrições? O *Binóculo* não é lá muito lógico...

Bem. Tomo outro. É o *Correio da Manhã*. Temos aqui uma seção interessante: “O que vai pelo mundo”. Vou ter notícias da França, do Japão, da África do Sul, penso eu. Leio de fio a pavio. Qual nada! O mundo aí é Portugal, só e unicamente Portugal. Com certeza, foi a república recentemente proclamada que o fez crescer tanto. Bendita república!

Fez mais que o Albuquerque terrível e Castro forte e outros em quem poder não teve a morte.

Publicada em *Vida urbana*

OS CORTES

Correio da Noite, Rio, 14-12-1914

Nos momentos em que a pátria fica a níqueis, a Câmara e o Senado, isto é, os senhores senadores e os senhores deputados, lembram-se logo de diminuir o número de funcionários públicos.

Não digo que se não possa fazê-lo; a tal respeito, não tenho opinião.

Diminuí-los ou não, mesmo que eu entre no corte, é para mim absolutamente indiferente.

Noto, porém, que as duas casas do congresso não se lembram, de forma alguma, do que se passa nelas.

Toda a gente sabe que a Câmara e o Senado têm cada qual uma secretaria, um serviço de redação de debates, uma legião de auxiliares, de contínuos e serventes, e que esse cardume de empregos aumenta de ano para ano. Por que o congresso não começa cortando nas respectivas secretarias, para dar exemplo?

Nesse ponto não se toca, não se diz nada, e os empregados do Executivo são os mais culpados do déficit.

É uma verdadeira injustiça, tanto mais que os funcionários da Câmara e do Senado têm, quase sempre, além de bons ordenados legais, consideráveis gratificações, sob este ou aquele pretexto.

O povo diz que macaco não olha para o seu rabo; os parlamentares só olham para os dos outros.

Não se lembram que, de quando em quando, vão criando lugares nas suas secretarias, absolutamente desnecessários, tão somente para atender a impulsos de coração.

Homo sum...

Certamente os senhores devem saber que, antigamente, os atuais diretores de secretarias eram chamados oficiais-maiores.

Pois bem: a Câmara tem na sua secretaria um diretor, um vice-diretor ou dois, e um oficial-maior.

Não é fácil mostrar assim o rol de empregados em duplicata ou triplicata que há por lá. Os regulamentos não falam claro; é preciso combiná-los com

indicações, com autorizações camarárias, e é trabalho que sempre reputei e reputo enfadonho.

O *Diário Oficial* foi feito para não ser lido e o congresso não tem mais direitos a melhores atenções.

A observação aí fica, e, enquanto ela quiser imitar qualquer das famosas “secretarias da comissão tal” legisladores extraconstitucionais e sobremodo impertigados nas suas funções, penso, dizia, que os abnegados pais da pátria devem meditar sobre o fato.

Não é só o poder executivo o grande plantador de sinecuras; o legislativo colabora na plantação, na colheita; e, na sua própria seara faz das suas.

Cá e lá, más fadas há; e não é a última vez que torto ri-se do aleijado.

Publicada em *Vida urbana*

QUANTOS?

Correio da Noite, Rio, 18-12-1914

Os nossos financeiros do congresso, ou fora dele, são deveras interessantes. Tateiam, hesitam, andam às apalpadelas, nos casos que mais precisam de decisão.

Resolveram eles, para salvar a Pátria, que anda a níqueis, que os empregados públicos fossem tributados de maneira mais ou menos forte.

Nada mais justo. Como já tive ocasião de dizer, é razoável que a Pátria “pronta” “morda” os seus filhos “prontos”; e eu, que estou em causa, não protesto absolutamente.

Estou cordialmente disposto a contribuir com os meus “caraminguaus” para a salvação do país mais rico do mundo. Agora, uma coisa, caros senhores legisladores: quanto tenho de pagar?

Uma hora dizem: dez por cento. Faço os meus cálculos e digo de mim para mim: suporto.

E voto porque nos cortem certas despesas suntuárias, como o governo anda a cortar a dos automóveis.

Vem, porém, um outro “salvador” e diz: você, “Seu” Barreto, vai pagar unicamente cinco por cento.

Tomo a respiração, vou para casa e abençoo o congresso: homens sérios!

Viram bem que dez por cento era muita coisa!

Não confesso a minha alegria à mulher e aos filhos, porque os não tenho, mas canto a satisfação pelas ruas, embora os transeuntes me tomem por louco.

Ainda bem não dou largas à minha alegria, quando chega um outro e propõe: você deve ser descontado em doze por cento.

Ora bolas! Isto também é demais! Então eu sou o holandês que paga o mal que não fez?

Não é possível que os senhores legisladores pensem que posso assim ser esfolado, sem mais nem menos; e os meus vencimentos estejam assim dispostos a serem diminuídos, conforme a fantasia de cada um.

Entro na subscrição para manter o Ministério da Agricultura, mas de conformidade com as minhas posses. Notem bem.

Se ele precisa de tanto dinheiro, nada mais razoável do que apelar para o visconde de Moraes, o Gaffrée ou mesmo para o Rocha Alazão, que, em tais coisas de “facadas” é mestre consumado, respeitado e admirado por todos, porquanto — confessemos aqui entre amigos — quem não deu a sua “facadinha”?

Publicada em *Vida urbana*

NÃO SE ZANGUEM

Correio da Noite, Rio, 26-12-1914

A cartomancia entrou decididamente na vida nacional. Os anúncios dos jornais todos os dias proclamam aos quatro ventos as virtudes miríficas das pitonisas.

Não tenho absolutamente nenhuma ojeriza pelas adivinhas; acho até que são bastante úteis, pois mantêm e sustentam no nosso espírito essa coisa que é mais necessária à nossa vida que o próprio pão: a ilusão.

Noto, porém, que no arraial dessa gente que lida com o destino, reina a discórdia, tal e qual no campo de Agramante.

A política, que sempre foi a inspiradora de azedas polêmicas, deixou um instante de sê-lo e passou a vara à cartomancia.

Duas senhoras, ambas ultravidentes, extralúcidas e não sei que mais, aborreceram-se e anda uma delas a dizer da outra cobras e lagartos.

Como se pode compreender que duas sacerdotisas do invisível não se entendam e deem ao público esse espetáculo de brigas tão pouco próprio a quem recebeu dos altos poderes celestiais virtudes excepcionais?

A posse de tais virtudes devia dar-lhes uma mansuetude, uma tolerância, um abandono dos interesses terrestres, de forma a impedir que o azedume fosse logo abafado nas suas almas extraordinárias e não rebentasse em disputas quase sangrentas.

Uma cisão, uma cisma nessa velha religião de adivinhar o futuro, é fato por demais grave e pode ter consequências desastrosas.

Suponham que F. tenta saber da cartomante X se coisa essencial à sua vida vai dar-se e a cartomante, que é dissidente da ortodoxia, por pirraça diz que não.

O pobre homem aborrece-se, vai para casa de mau humor e é capaz de suicidar-se.

O melhor, para o interesse dessa nossa pobre humanidade, sempre necessitada de ilusões, venham de onde vier, é que as nossas cartomantes vivam em paz e se entendam para nos ditar bons horóscopos.

Publicada em *Vida urbana*

A POLÍCIA SUBURBANA

Correio da Noite, Rio, 28-12-1914

Noticiam os jornais que um delegado inspecionando, durante uma noite destas, algumas delegacias suburbanas, encontrou-as às moscas, comissários a dormir e soldados a sonhar.

Dizem mesmo que o delegado-inspetor surriprou objetos para pôr mais à mostra o descaso dos seus subordinados.

Os jornais, com aquele seu louvável bom senso de sempre, aproveitaram a oportunidade para reforçar as suas reclamações contra a falta de policiamento nos subúrbios.

Leio sempre essas reclamações e pasmo. Moro nos subúrbios há muitos anos e tenho o hábito de ir para a casa alta noite.

Uma vez ou outra encontro um vigilante noturno, um policial e muito poucas vezes é-me dado ler notícias de crimes nas ruas que atravesso.

A impressão que tenho é de que a vida e a propriedade daquelas paragens estão entregues aos bons sentimentos dos outros e que os pequenos furtos de galinhas e coradouros não exigem um aparelho custoso de patrulhas e apitos.

Aquilo lá vai muito bem, todos se entendem livremente e o Estado não precisa intervir corretivamente para fazer respeitar a propriedade alheia.

Penso mesmo que, se as coisas não se passassem assim, os vigilantes, obrigados a mostrar serviço, procurariam meios e modos de efetuar detenções, e os notívagos, como eu, ou os pobres-diabos que lá procuram dormida, seriam incomodados, com pouco proveito para a lei e para o Estado.

Os policiais suburbanos têm toda a razão. Devem continuar a dormir. Eles, aos poucos, graças ao calejamento do ofício, se convenceram de que a polícia é inútil.

Ainda bem.

Publicada em *Vida urbana*

A PROPÓSITO

Correio da Noite, Rio, 12-1-1915

Continuam a proliferar as chamadas “revistas de ano” e continuam também a ser aclamadas e gabadas em todos os tons.

Se elas são procuradas, se os teatros que as representam se enchem, é porque o povo as aprecia.

Não há razão, portanto, para essa grita, essas reclamações, essas petições lamurientas com que andam os nossos atores a pedir aos poderes públicos que lhes venham em auxílio.

O problema está remediado, não é preciso intervenção do Estado, municipal ou federal, para salvá-los, para protegê-los. Tudo está em fabricar “revistas” e representá-las, para que os teatros se encham, os atores ganhem dinheiro e as atrizes façam vibrar as plateias.

O governo não precisa meter-se no caso e a resolução do problema está entregue a iniciativa particular.

De resto, não me parece curial que o Estado vá subvencionar um teatro que só é capaz de produzir, de representar e de atrair o público quando põe em cena revistas.

O povo não quer outro gênero, o povo não gosta de outra coisa, pois que o povo goze, se emocione com seu gênero predileto.

O governo não tem mais nada que se intrometer; e é entregar o teatro com o povo, com os atores e os famosos autores de revistas às pernadas e *couplets* “do preto no branco”.

O mais é malhar em ferro frio, não se obtendo coisa alguma.

O teatro com pretensões artísticas definitivamente morreu entre nós, a menos que queiramos esperar pela lenta evolução para refinamento das peças do Circo Spinelli.

Insistir em esperar que a ação do governo mude de orientação o gosto da multidão é uma ingenuidade de pasmar.

Se ele só vai espontaneamente às várias “urucabacas” que se representam por aí, não irá às peças do senhor Pinto da Rocha nem que os subdelegados,

suplentes, inspectores, guardas civis, soldados, agentes, secretas, encostados obriguem-no.

Convém pôr de lado essa esperança de milagre do governo em matéria de teatro.

O governo é o Deus menos milagroso que há e, quando faz milagres, pesa sobremodo nas nossas algibeiras.

Não vale a pena que ele nos tire mais alguns níqueis das nossas algibeiras para representar diante das cadeiras vazias do Municipal peças de cavalheiros mais ou menos bem relacionados na nossa melhor sociedade.

Se querem exhibir a sua dramaturgia que o façam nas salas dos magnatas e ricaços de Botafogo e Laranjeiras.

Publicada em *Vida urbana*

O MORCEGO

Correio da Noite, Rio, 2-1-1915

O carnaval é a expressão da nossa alegria. O ruído, o barulho, o tantã espancam a tristeza que há nas nossas almas, atordoam-nos e nos enchem de prazer.

Todos nós vivemos para o carnaval. Criadas, patroas, doutores, soldados, todos pensamos o ano inteiro na folia carnavalesca.

O zabumba é que nos tira do espírito as graves preocupações da nossa árdua vida.

O pensamento do Sol inclemente só é afastado pelo regougar de um qualquer *Iaiá me deixe*.

Há para esse culto do carnaval sacerdotes abnegados.

O mais espontâneo, o mais desinteressado, o mais lídimo é certamente o Morcego.

Durante o ano todo, Morcego é um grave oficial da Diretoria dos Correios, mas, ao aproximar-se o carnaval, Morcego sai de sua gravidade burocrática, atira a máscara fora e sai para a rua.

A fantasia é exuberante e vária, e manifesta-se na modinha, no vestuário, nas bengalas, nos sapatos e nos cintos.

E então ele esquece tudo: a pátria, a família, a humanidade. Delicioso esquecimento!... Esquece e vende, dá, prodigaliza alegria durante dias seguidos.

Nas festas da passagem do ano, o herói foi o Morcego.

Passou dois dias dizendo pilhérias aqui, pagando ali; cantando acolá, sempre inédito, sempre novo, sem que as suas dependências com o Estado se manifestassem de qualquer forma.

Ele então não era mais a disciplina, a correção, a lei, o regulamento; era o coribante inebriado pela alegria de viver. Evoé, Bacelar!

Essa nossa triste vida, em país tão triste, precisa desses videntes de satisfação e de prazer; e a irreverência da sua alegria, a energia e atividade que põem em realizá-la fazem vibrar as massas panurgianas dos respeitadores dos preconceitos.

Morcego é uma figura e uma instituição que protesta contra o formalismo, a convenção e as atitudes graves.

Eu o bendisse, amei-o, lembrando-me das sentenças falsamente proféticas do sanguinário positivismo do senhor Teixeira Mendes.

A vida não se acabará na caserna positivista enquanto os “morcegos” tiverem alegria...

Publicada em *Vida urbana*

PÓLVORA E COCAÍNA

Correio da Noite, Rio, 5-1-1915

Já houve quem dissesse por aí que o Rio de Janeiro é a cidade das explosões.

Na verdade, não há semana em que os jornais não registrem uma aqui e ali, na parte rural.

A ideia que se faz do Rio é de que é ele um vasto paiol, e vivemos sempre ameaçados de ir pelos ares, como se estivéssemos a bordo de um navio de guerra, ou habitando uma fortaleza cheia de explosivos terríveis.

Certamente que essa pólvora terá toda ela emprego útil; mas, se ela é indispensável para certos fins industriais, convinha que se averiguassem bem as causas das explosões, se são acidentais ou propositais, a fim de que fossem removidas na medida do possível.

Isto, porém, é que não se tem dado e creio que até hoje não têm as autoridades chegado a resultados positivos.

Entretanto, é sabido que certas pólvoras, submetidas a dadas condições, explodem espontaneamente e tem sido essa a explicação para uma série de acidentes bastante dolorosos, a começar pelo do *Maine*, na baía de Havana, sem esquecer também o do *Aquidabã*.

Noticiam os jornais que o governo vende, quando avariada, grande quantidade dessas pólvoras.

Tudo está a indicar que o primeiro cuidado do governo devia ser não entregar a particulares tão perigosas pólvoras, que explodem assim sem mais nem menos, pondo pacíficas vidas em constante perigo.

Creio que o governo não é assim um negociante ganancioso que vende gêneros que possam trazer a destruição de vidas preciosas; e creio que não é, porquanto anda sempre zangado com os farmacêuticos que vendem cocaína aos suicidas.

Há sempre no Estado curiosas contradições.

Publicada em *Vida urbana*

A LEI

Correio da Noite, Rio, 7-1-1915

Este caso da parteira merece sérias reflexões que tendem a interrogar sobre a serventia da lei.

Uma senhora, separada do marido, muito naturalmente quer conservar em sua companhia a filha; e muito naturalmente também não quer viver isolada e cede, por isto ou aquilo, a uma inclinação amorosa.

O caso se complica com uma gravidez, e para que a lei, baseada em uma moral que já se findou, não lhe tire a filha, procura uma conhecida, sua amiga, a fim de provocar um aborto de forma a não se comprometer.

Vê-se bem que na intromissão da “curiosa” não houve nenhuma espécie de interesse subalterno, não foi questão de dinheiro. O que houve foi simplesmente camaradagem, amizade, vontade de servir a uma amiga, de livrá-la de uma terrível situação.

Aos olhos de todos, é um ato digno, porque, mais do que o amor, a amizade se impõe.

Acontece que a sua intervenção foi desastrosa e lá vem a lei, os regulamentos, a polícia, os inquéritos, os peritos, a faculdade e berram: você é uma criminosa! você quis impedir que nascesse mais um homem para aborrecer-se com a vida!

Berram e levam a pobre mulher para os autos, para a justiça, para a chicana, para os depoimentos, para essa via-sacra da justiça, que talvez o próprio Cristo não percorresse com resignação.

A parteira, mulher humilde, temerosa das leis, que não conhecia, amedrontada com a prisão, onde nunca esperava parar, mata-se.

Reflitamos, agora; não é estúpida a lei que, para proteger uma vida provável, sacrifica duas? Sim, duas porque a outra procurou a morte para que a lei não lhe tirasse a filha. De que vale a lei?

Publicada em *Vida urbana*

COM O BINÓCULO

Correio da Noite, Rio, 11-1-1915

Ontem, domingo, o calor e a mania ambulatória não me permitiram ficar em casa. Saí e vim aos lugares em que um “homem das multidões” pode andar aos domingos.

Julgava que essa história de piqueniques não fosse mais binocular; o meu engano, porém, ficou demonstrado.

No Largo da Carioca havia dois ou três bondes especiais e damas e cavalheiros, das mais *chics* rodas, esvoaçavam pela Galeria Cruzeiro, à espera da hora.

Elas, as damas, vinham todas vestidas com as mais custosas confecções ali do Ferreira, do *Palais*, ou do nobre Ramalho Ortigão, do *Parc*, e ensaiavam sorrisos como se fossem para Versalhes nos bons tempos da realeza francesa.

Eu pensei que uma pasmosa riqueza tinha abatido sobre o Ameno Resedá ou sobre a *Corbeille des Fleurs* do nosso camarada Lourenço Cunha; mas estudei melhor as fisionomias e recebi a confirmação de que se tratava de damas binoculares, que iam a uma festa hípica, ou quer que seja, no Jardim Botânico.

Não é de estranhar que as pessoas binoculares vão a festas e piqueniques, mas assim, charanga à porta, a puxar o cortejo com um dobrado saltitante, julgo eu que não é da mais refinada elegância.

O *Binóculo* deve olhar para esse fato; deve procurar por um pouco mais de proporção, de discrição nessas manifestações festivas da nossa grande roda aos cavalos de corridas; e ele tem tanto trabalho para o refinamento da nossa sociedade que não pode esquecer esse ponto.

Imagino que em Paris ou Londres os dez mil de cima não dão aos “rotos” esse espetáculo de tão flagrante mau gosto.

Não posso compreender como a elegante Mme Bulhões Sylvá, toda lida e saída nas revistas, jornais e livros do bom-tom, que tem o *Don't* de cor, como o senhor Aurelino o Código Penal, saia de manhã de casa, meta-se num bonde em companhia de pessoas mais ou menos desconhecidas e vá pelas ruas do Rio de Janeiro afora, ao som de uma charanga que repinica uma polca chorosa de muito rancho carnavalesco.

Publicada em *Vida urbana*

O NOVO MANIFESTO

Correio da Noite, Rio, 16-1-1915

Eu também sou candidato a deputado. Nada mais justo. Primeiro: eu não pretendo fazer coisa alguma pela pátria, pela família, pela humanidade.

Um deputado que quisesse fazer qualquer coisa dessas ver-se-ia bambo, pois teria, certamente, os duzentos e tantos espíritos dos seus colegas contra ele.

Contra as suas ideias levantar-se-iam duas centenas de pessoas do mais profundo bom senso.

Assim, para poder fazer alguma coisa útil, não farei coisa alguma, a não ser receber o subsídio.

Eis aí em que vai consistir o máximo da minha ação parlamentar, caso o preclaro eleitorado sufrague o meu nome nas urnas.

Recebendo os três contos mensais, darei mais conforto à mulher e aos filhos, ficando mais generoso nas facadas aos amigos.

Desde que minha mulher e os meus filhos passem melhor de cama, mesa e roupas, a humanidade ganha. Ganha, porque, sendo eles parcelas da humanidade, a sua situação melhorando, essa melhoria reflete sobre o todo de que fazem parte.

Concordarão os nossos leitores e prováveis eleitores que o meu propósito é lógico e as razões apontadas para justificar a minha candidatura são bastante ponderosas.

De resto, acresce que nada sei da história social, política e intelectual do país; que nada sei da sua geografia; que nada entendo de ciências sociais e próximas, para que o nobre eleitorado veja bem que vou dar um excelente deputado.

Há ainda um poderoso motivo, que, na minha consciência, pesa para dar este cansado passo de vir solicitar dos meus compatriotas atenção para o meu obscuro nome.

Ando malvestido e tenho uma grande vocação para elegâncias.

O subsídio, meus senhores, viria dar-me elementos para realizar essa minha velha aspiração de emparelhar-me com a deschanelesca elegância do senhor Carlos Peixoto.

Confesso também que, quando passo pela Rua do Passeio e outras do Catete, alta noite, a minha modesta vagabundagem é atraída para certas casas cheias de luzes, com carros e automóveis à porta, janelas com cortinas ricas, de onde jorram gargalhadas femininas, mais ou menos falsas.

Um tal espetáculo é por demais tentador para a minha imaginação; e, eu desejo ser deputado para gozar esse paraíso de Maomé sem passar pela algidez da sepultura.

Razões tão ponderosas e justas, creio, até agora, nenhum candidato apresentou, e espero da clarividência dos homens livres e orientados o sufrágio do meu humilde nome, para ocupar uma cadeira de deputado, por qualquer Estado, província, ou emirado, porque, nesse ponto, não faço questão alguma.

Às urnas.

Publicada em *Vida urbana*

O NOSSO SECRETÁRIO

Correio da Noite, Rio, 18-1-1915

O Emílio Alvim faz anos hoje. É coisa curiosa que festejemos esse avanço para o túmulo. Muita gente tem protestado contra semelhante praxe.

As razões são bastante valiosas; mas, quando se festeja mais um ano de vida, não é o caminho para a morte que se tem a vista.

É a vida que se já viveu, pois morrer deve ser bom, mas viver é melhor e, ao se notar que já completamos mais um ano de existência, temos certeza de que gozamos alguma coisa.

Alvim, hoje, como se dizia antigamente, colhe mais uma flor no jardim da sua preciosa existência.

É um bom pretexto para falar dele, para dizer alguma das suas boas qualidades de coração e de caráter, da sua intrepidez e amor ao trabalho.

Dizem os metafísicos que o fundo do ser é a contradição; o fundo desta vida de jornais é também a contradição.

Berram eles pelos princípios morais, reclamam lealdade entre os homens, generosidade, clemência, justiça etc. etc., e nada disso há entre os seus profissionais.

Nas suas relações mútuas mais domina o azedume do que a cordialidade; mais a intolerância do que o perdão mútuo.

Quem vive dentro do jornalismo tem a impressão de que está entre lobos; os homens de jornais se devoram.

Há mesmo a teoria do “tombo”. Consiste a teoria do tombo em se meter um sujeito em um jornal, por intermédio deste ou daquele, fazer artes e coisas, e derrubar o protetor.

São intrigas de serrallo, mas às quais ninguém escapa, quer como paciente, quer como agente, quer como agente paciente.

Alvim não é assim, tem no jornal um procedimento à parte, procede retamente, limpamente, e constitui por isso um exemplar excepcional de homem de jornal.

Secretário deste jornal, ele o foi por si mesmo, sem cabala, nem comadriagem devido unicamente a seu esforço, à sua capacidade de encher tiras

e mais tiras, quase sem uma hesitação, sem uma emenda, tendo feito muito rapidamente, uma segurança de estilo, de julgamento, de quem veio para o jornal já seguro dos instrumentos de que a arte de escrever exige que se tenha.

É assim o Alvim. Ele faz anos hoje; que o faça muitas vezes.

Publicada em *Vida urbana*

AS ENCHENTES

Correio da Noite, Rio, 19-1-1915

As chuvaradas de verão, quase todos os anos, causam no nosso Rio de Janeiro inundações desastrosas. Além da suspensão total do tráfego, com uma prejudicial interrupção das comunicações entre os vários pontos da cidade, essas inundações causam desastres pessoais lamentáveis, muitas perdas de haveres e destruição de imóveis.

De há muito que a nossa engenharia municipal se devia ter compenetrado do dever de evitar tais acidentes urbanos.

Uma arte tão ousada e quase tão perfeita, como é a engenharia, não deve julgar irresolvível tão simples problema.

O Rio de Janeiro, da avenida, dos *squares*, dos freios elétricos, não pode estar à mercê de chuvaradas, mais ou menos violentas, para viver a sua vida integral.

Como está acontecendo atualmente, ele é função da chuva. Uma vergonha!

Não sei nada de engenharia, mas, pelo que me dizem os entendidos, o problema não é tão difícil de resolver como parece fazerem constar os engenheiros municipais, procrastinando a solução da questão.

O Prefeito Passos, que tanto se interessou pelo embelezamento da cidade, descurou completamente de solucionar esse defeito do nosso Rio.

Cidade cercada de montanhas e entre montanhas, que recebe violentamente grandes precipitações atmosféricas, o seu principal defeito a vencer era esse acidente das inundações.

Infelizmente, porém, nos preocupamos muito com os aspectos externos, com as fachadas, e não com o que há de essencial nos problemas da nossa vida urbana, econômica, financeira e social.

Publicada em *Vida urbana*

E O TAL BALÁZIO?

Correio da Noite, Rio, 21-1-1915

Ontem, o Instituto Histórico e outras pessoas conspícuas foram ali pelas bandas do Pão de Açúcar e inauguraram um marco comemorativo da fundação da cidade do Rio de Janeiro.

Nada mais justo e ato não há mais digno de encômios.

O senhor Vieira Fazenda, com aquela sua secura de alfarrabista, com aquele seu amor a datas e às controvérsias, leu um discurso sisudo, muito adstricto ao fato, sem associações de outros fatos próximos e remotos.

A fundação do Rio de Janeiro é, para ele, um simples pretexto de alvarás, cartas régias, foros e sesmarias. O senhor Fazenda não vê nada além dos secos documentos oficiais; não vê as consequências econômicas, as sociais, os encadeamentos de grandes e pequenos acontecimentos, que o ato de Estácio de Sá deu causa, foi gerador, sem que estivessem no seu ou no pensamento dos companheiros dele.

Não nego ao senhor Fazenda méritos de historiógrafo, de paciente pesquisador, de rebuscador de documentos, mas falta-lhe a adivinhação, de que falava Renan, a imaginação criadora necessária para recompor os acontecimentos históricos.

Quero falar, porém, do monumento e não do senhor Vieira Fazenda, pessoa por todos os feitos respeitável, cujo termítico labor em condensar documentos que interessem à história da cidade me merece a mais intensa admiração.

O tal monumento é a coisa mais “estrambótica” que se possa imaginar.

Deixou de ter a singeleza que era de esperar tivesse, para ser uma coisa cerebrina de uma agulha de granito ponteadada com uma bala de canhão moderno, simbolizando assim as lutas que se travaram na fundação da cidade.

Se essa simbolização fosse necessária, creio eu que melhor seriam arcos, flechas, tacapes, mosquetes, arcabuzes, balas esféricas dos velhos canhões de retrocarga, que esse balázio cilindrocônico que é quase de anteontem.

Estamos sempre dispostos a ver no passado lutas; por que não havemos de ver solidariedade?

Por que só um dos aspectos do sucesso há de ser lembrado com um produto do Krupp?

A fundação de uma cidade é, antes de tudo, um desejo de comunhão, de associação.

Na cidade, todos colaboram, todos concorrem com o seu quinhão, com o seu pequeno esforço para o culto do seu deus — como é então que os senhores do instituto só viram luta e luta com canhões alemães, a despejar projetis cilindrocônios pelos meados do século XVI?

Publicada em *Vida urbana*

AO SENHOR LUCAS DO PRADO

Correio da Noite, Rio, 22-1-1915

Não conheço o senhor Lucas do Prado, o famoso “salvador da Pátria”, que, com auxílio de suas bandeirinhas e um apito, proclama, no Largo de São Francisco, as suas virtudes maravilhosas para levar esta “joça” em bom caminho.

Pouco frequento *meetings*; é gênero teatral que não me atrai, como não me atraem as revistas do senhor Castro ou de outra qualquer sumidade de escritor teatral; mas sigo a ação do “salvador da Pátria” pelas notícias que os jornais dão das suas pitorescas reuniões.

As suas teorias me seduzem, sobretudo a de fazer dinheiro, papel-moeda, a granel.

Floriano Peixoto que, no dizer de muita gente, sem esquecer o senhor Gomes de Castro e o apóstolo Teixeira Mendes, tinha nessa parte da ciência das finanças a mesma opinião que o senhor Lucas; Floriano foi e é ainda proclamado um benemérito, embora não tivesse tomado, como o senhor Lucas, por antecipação, o título que os povos lhe deram.

Esse negócio de fazer dinheiro devia ser inteiramente livre.

Albino Mendes, que é homem de letras, e, no dizer de muitos, não vulgar, por se ter convencido de semelhante doutrina, quase ficou na cadeia durante catorze anos.

O Estado é contra o indivíduo.

O governo julga-se no direito de fabricar dinheiro, entretanto, contesta semelhante faculdade nos indivíduos.

Por quê? É que ele só e unicamente quer merecer confiança; mas confiança não se impõe, lá diz o vulgo, e há Estados que merecem muito menos que o vendeiro ali da esquina.

Todos deviam ter a faculdade de emitir moeda e só a confiança no emissor devia regular o recebimento da mesma.

Eu, de muito boa vontade, receberia a que fosse estampada pelo Albino Mendes.

Dizem que são bem-feitas, artísticas, bem-acabadas, por que não circulam?

É o tirano do Estado, o monopolizador que só quer benefícios para o seu egoísmo sem entranhas.

O senhor Lucas devia ampliar as suas doutrinas financeiras até o ponto que acabo de apontar e a sua tenacidade e entusiasmo de apóstolo talvez conseguissem uma vitória sobre o odioso estanco governamental que nos põe a “nenê”.

Abaixo a Casa da Moeda! Abaixo o Enes que fabrica tesouros!

Publicada em *Vida urbana*

OS PRÓPRIOS NACIONAIS

Correio da Noite, Rio, 23-1-1915

Não sei há quantos anos ouço falar nessa questão de próprios nacionais ocupados indevidamente por particulares.

De onde em onde, um paredro lembra na Câmara ou no Senado um alvitre para acabar com semelhante abuso; mas a coisa continua como dantes.

O maior escândalo dessa ocupação indébita foi dado pelo senhor barão do Rio Branco que, sem lei, autorização, artigo de regulamento, transformou o palácio do Itamaraty em sua residência. Ninguém nada disse, porque o senhor Rio Branco podia perpetrar todos os abusos, todas as violações da lei, impunemente.

Guizot, Soult e Wellington foram ministros de Estado em suas respectivas pátrias e nunca se arrogaram o direito de fazer o que entendessem.

Rio Branco, que, apesar dos seus grandes serviços, não tinha absolutamente o valor desses homens, começou por desobedecer à Constituição, não apresentando os relatórios anuais, transformando um edifício público em sua residência, nomeava para os lugares de seu ministério quem entendia, sem obedecer aos artigos da lei, e acabou criando essa excrescência, essa inutilidade que é o lugar de subsecretário das Relações Exteriores.

Esse exemplo foi edificante e depois dele parece que o governo ficou desmoralizado, sem força, sem autoridade para pôr na rua os intrusos que se meteram nos próprios da Nação.

O meu ideal seria que o governo desse uma casa a cada um; mas, como sei muito bem que o custo dessas casas vai recair sobre os que menores cômodos ocuparem, afasto do meu pensamento tão idiota utopia.

O que está se dando é de uma desigualdade assombrosa.

Em todos os ministérios, principalmente no da Guerra, há umas certas pessoas privilegiadas que moram de graça em belos e magníficos palácios.

Não se trata absolutamente de funcionários que, por motivo do seu ofício, se admita tenham casas próximas aos estabelecimentos em que trabalham.

São viúvas, filhas, netas, bisnetas de generais, de coronéis, de majores, que acham muito natural que o Estado tenha para elas cuidados mais paternais que

não têm com as viúvas, filhas, sobrinhas, netas e bisnetas de carpinteiros, de calafates, de marceneiros etc.

Se o governo tem que proteger herdeiros, proteja logo o de todos os que trabalham ou trabalharam, mas não os de indivíduos desta ou daquela classe, para cuja comodidade e segurança ele vai até o ponto de gastar contos de réis na transformação de grandes edifícios públicos, como o antigo hospital do Andaraí, em “cabeça de porco”.

Pai amantíssimo!

Publicada em *Vida urbana*

A VOLTA

Correio da Noite, Rio, 26-1-1915

O governo resolveu fornecer passagens, terras, instrumentos aratórios, auxílio por alguns meses às pessoas e famílias que se quiserem instalar em núcleos coloniais nos Estados de Minas e Rio de Janeiro.

Os jornais já publicaram fotografias edificantes dos primeiros que foram procurar passagens na chefatura de polícia.

É duro entrar naquele lugar. Há um tal aspecto de sujidade moral, de indiferença pela sorte do próximo, de opressão, de desprezo por todas as leis, de ligeirezas em deter, em prender, em humilhar, que eu, que lá entrei como louco, devido à inépcia de um delegado idiota, como louco, isto é, sagrado, diante da fotografia que estampam os jornais, enchi-me de uma imensa piedade por aqueles que lá foram como pobres, como miseráveis, pedir, humilhar-se diante desse Estado que os embrulhou.

Porque o senhor Rio Branco, o primeiro brasileiro, como aí dizem, cismou que havia de fazer do Brasil grande potência, que devia torná-lo conhecido na Europa, que lhe devia dar um grande exército, uma grande esquadra, de elefantes paralíticos, de dotar a sua capital de avenidas, de *boulevards*, elegâncias bem idiotamente binoculares, e toca a gastar dinheiro, toca a fazer empréstimos; e a pobre gente que mourejava lá fora, entre a febre palustre e a seca implacável, pensou que aqui fosse o Eldorado e lá deixou as suas choupanas, o seu sapé, o seu aipim, o seu porco, correndo ao Rio de Janeiro a apanhar algumas moedas da cornucópia inesgotável.

Ninguém os viu lá, ninguém quis melhorar a sua sorte no lugar que o sangue dos seus avós regou o eito. Fascinaram-nos para a cidade e eles agora voltam, voltam pela mão da polícia como reles vagabundos.

É assim o governo: seduz, corrompe e depois... uma semicadeia.

A obsessão de Buenos Aires sempre nos perturbou o julgamento das coisas.

A grande cidade do Prata tem um milhão de habitantes; a capital argentina tem longas ruas retas; a capital argentina não tem pretos; portanto, meus senhores, o Rio de Janeiro, cortado de montanhas, deve ter largas ruas

retas; o Rio de Janeiro, num país de três ou quatro grandes cidades, precisa ter um milhão; o Rio de Janeiro, capital de um país que recebeu durante quase três séculos milhões de pretos, não deve ter pretos.

E com semelhantes raciocínios foram perturbar a vida da pobre gente que vivia a sua medíocre vida aí por fora, para satisfazer obsoletas concepções sociais, tolas competições patrióticas, transformando-lhe os horizontes e dando-lhe inexequíveis esperanças.

Voltam agora; voltam, um a um, aos casais, às famílias, para a terra, para a roça, donde nunca deviam ter vindo para atender tolas vaidades de taumaturgos políticos e encher de misérias uma cidade cercada de terras abandonadas que nenhum dos nossos consumados estadistas soube ainda torná-las produtivas e úteis.

O Rio civiliza-se!

Publicada em *Vida urbana*

NÃO AS MATEM

Correio da Noite, Rio, 27-1-1915

Esse rapaz que, em Deodoro, quis matar a ex-noiva e suicidou-se em seguida é um sintoma da revivescência de um sentimento que parecia ter morrido no coração dos homens: o domínio, *quand même*, sobre a mulher.

O caso não é único. Não há muito tempo, em dias de carnaval, um rapaz atirou sobre a ex-noiva, lá pelas bandas do Estácio, matando-se em seguida. A moça com a bala na espinha, veio morrer, dias após, entre sofrimentos atrozes.

Um outro, também, pelo carnaval, ali pelas bandas do ex-futuro Hotel Monumental, que substituiu com montões de pedras o vetusto convento da Ajuda, alvejou a sua ex-noiva e matou-a.

Todos esses senhores parece que não sabem o que é a vontade dos outros.

Eles se julgam com o direito de impor o seu amor ou o seu desejo a quem não os quer. Não sei se se julgam muito diferentes dos ladrões à mão armada; mas o certo é que estes não nos arrebatam senão o dinheiro, enquanto esses tais noivos assassinos querem tudo que é de mais sagrado em outro ente, de pistola na mão.

O ladrão ainda nos deixa com vida, se lhe passamos o dinheiro; os tais passionais, porém, nem estabelecem a alternativa: a bolsa ou a vida. eles, não; matam logo.

Nós já tínhamos os maridos que matavam as esposas adúlteras; agora temos os noivos que matam as ex-noivas.

De resto, semelhantes cidadãos são idiotas. É de supor que, quem quer casar, deseje que a sua futura mulher venha para o tálamo conjugal com a máxima liberdade, com a melhor boa-vontade, sem coação de espécie alguma, com ardor até, com ânsia e grandes desejos; como é então que se castigam as moças que confessam não sentir mais pelos namorados amor ou coisa equivalente?

Todas as considerações que se possam fazer, tendentes a convencer os homens de que eles não têm sobre as mulheres domínio outro que não aquele que venha da afeição, não devem ser desprezadas.

Esse obsoleto domínio à valentona, do homem sobre a mulher, é coisa tão horrorosa que enche de indignação.

O esquecimento de que elas são, como todos nós, sujeitas, a influências várias que fazem flutuar as suas inclinações, as suas amizades, os seus gostos, os seus amores é coisa tão estúpida que só entre selvagens deve ter existido.

Todos os experimentadores e observadores dos fatos morais têm mostrado a insanidade de generalizar a eternidade do amor. Pode existir, existe, mas, excepcionalmente; e exigí-la nas leis ou a cano de revólver é um absurdo tão grande como querer impedir que o Sol varie a hora do seu nascimento.

Deixem as mulheres amar à vontade.

Não as matem, pelo amor de Deus!

Publicada em *Vida urbana*

A INSTRUÇÃO PÚBLICA

Correio da Noite, Rio, 11-3-1915

Fala-se novamente na reforma da instrução pública e os jornais se preocupam em pedir aos poderes públicos que a façam de forma a evitar os doutores.

No Brasil, o doutor (e olhem que eu escapei de ser doutor) é um flagelo, porque se transformou em nobreza e aos poucos foi açambarcando posições, fazendo criar coisas novas para eles, arrendando com o preconceito doutoral as atividades e as competências.

Ainda não há muito, foi anunciado que os comissários de polícia seriam unicamente os bacharéis em direito; na Estrada de Ferro Central, aos poucos, foram extinguindo, nas oficinas, escritórios e demais serviços técnicos, o acesso daqueles que se vinham fazendo pela prática e pela experiência, para dar os lugares aos doutores engenheiros das nossas escolas politécnicas.

A tendência vai se firmando, de constituir-se entre nós uma espécie de teocracia doutoral.

Os costumes, o pouco respeito do povo, estão levando as coisas para isso.

O doutor, se é ignorante, o é; mas, sabe; o doutor, se é preto, o é, mas... é branco.

As famílias, os pais, querem casar as filhas com os doutores; e, se estes não têm emprego, lá correm à Câmara, ao Senado, às secretarias, pedindo, e põem em jogo a influência dos parentes e aderentes.

Então, o orçamento aparece com autorizações de reformas e o bacharelete está empregado, repimpado como diretor, cônsul, enviado extraordinário e diz para nós outros: "Eu venci."

Nem os jornais escapam a essa superstição. Antigamente, os autores eram conhecidos pelos seus simples nomes; agora, eles aparecem sempre citados com o seu título universitário.

Na burocracia, a coisa é a mesma. Um empregado é mais competente do que outro, na matéria de montepio, porque aquele é engenheiro de minas e o outro não é nada.

À proporção que tal fato se vai dando, o nível da instrução vai baixando.

Não é nesta nem naquela escola; é em todas.

Essa página de doutor dá pano para as mangas.

Se o governo quisesse extirpar o mal, não deveria manter absolutamente esses cursos seriados.

No que toca à instrução secundária, ainda poderia manter liceus, nos bairros, e, prover, de fato, a instrução secundária, no distrito, sem esquecer que o deve fazer também para as moças.

A instrução superior não devia ter seriação alguma.

O governo subvencionaria lentes, ajudantes, laboratórios etc., sem prometer, ao fim do curso, que o estudante seria isto ou aquilo: bacharel ou dentista; engenheiro ou médico.

O estudante faria mesmo a escolha das matérias que precisasse, para exercer tal ou qual profissão.

Hoje, as profissões liberais se entrelaçam de tal modo e se dividem de tal forma que prender uma cabeça em um curso é obrigá-la a estudar o que não precisa estudar e não aprender o que precisa aprender.

No mais, a mais livre concorrência...

Publicada em *Vida urbana*

CONTINUO...

Correio da Noite, Rio, 13-3-1915

Disse anteontem alguma coisa sobre a instrução e não me julgo satisfeito.

O governo do Brasil, tanto imperial como republicano, tem sido madrasta a esse respeito.

No que toca à instrução primária generalizada, coisa em que não tenho fé alguma, toda a gente sabe o que tem sido.

No tocante a instrução secundária, limitaram-se, os governos, a criar liceus nas capitais e aqui, no Rio, o Colégio Pedro II e o Militar. Todos eles são instituições fechadas, requisitando para a matrícula de alunos nos mesmos exigências tais que, se fosse no tempo de Luís XV, Napoleão não se teria feito na Escola Real de Brienne.

Ambos, e, sobretudo, o Colégio Militar, custam os olhos da cara e o dinheiro gasto com eles dava para mais três ou quatro colégios de instrução secundária neste distrito.

Acresce ainda que o governo sempre se esqueceu o dever de dar instrução secundária às moças: um esquecimento de lamentar, porquanto toda a gente sabe de que forma a influência de uma educação superior da mulher iria influir nas gerações.

Toda a instrução secundária das moças está limitada à Escola Normal, também estabelecimento fechado em que se entra com as maiores dificuldades.

Se há alguma coisa a fazer em instrução que não seja a de fabricar doutores é extinguir todos os colégios militares e o Pedro II, criando por todo o Rio de Janeiro liceus, ao jeito dos franceses, para moças e rapazes, de forma que os favores do Estado alcancem todos.

Os colégios militares são sobremodo um atentado ao nosso regime democrático; é preciso extingui-los e aproveitar os respectivos professores e material, na instrução da maioria.

Pelo menos, a República devia fazer isso.

Publicada em *Vida urbana*

CARTA DE UM PAI DE FAMÍLIA AO DOUTOR CHEFE DE POLÍCIA

Careta, Rio, 24-4-1915

Senhor doutor chefe de Polícia. Permita vossa excelência que um velho chefe de família, pai de três filhas moças e dois rapazes, se dirija a vossa excelência, no intuito de esclarecer o espírito de vossa excelência que parece só ver as coisas por uma face só.

“Moro, excelentíssimo doutor, há quase trinta anos na Rua Joaquim Silva, aí nas fraldas de Santa Teresa, rua plácida, sossegada, que vossa excelência talvez não conheça como bom chefe de polícia que é do Rio de Janeiro, mas natural da Bahia.

“Não digo tal coisa para censurar vossa excelência, mas simplesmente para lembrar que os antigos chefes de polícia da minha leal e heroica cidade conheciam todos os seus meandros, becos, bibocas etc. Os antecessores de vossa excelência, como o Vidigal, o dos granadeiros, e o Aragão, o do sino de recolher honestos, conheciam o Rio como qualquer malandro; mas, desde que inventaram a polícia científica, por sinal que fez aumentar os crimes misteriosos, desde então, dizia eu, os chefes ficaram dispensados de conhecer o Rio de Janeiro, inclusive vossa excelência.

“Moro, ia dizendo, na Rua Joaquim Silva há mais de vinte anos, com minha família, em casa própria, que foi a do pai de minha mulher e é agora nossa. Confesso a vossa excelência que me casei contando (é preciso não esquecer a mulher) com a casa, pois naquele tempo era amanuense e sem a casa não poderia constituir família. De uma casa dessas, boa, sólida, ampla, arejada, cheia de recordações de família, a gente, há de concordar vossa excelência, não se muda assim. Ela faz parte da família, se não é a própria família. Vossa excelência, que é lido em direito, será certamente lido em sociólogos e sabe perfeitamente que quase todos cogitam na posse normal do domicílio familiar, coisa que consegui graças à minha prudência e às economias do madeireiro português, pai da minha mulher. Não posso, nem me devo mudar, isto diante de todas as leis que não são votadas pelo congresso.

“Acontece, excelência, que de uns dias a esta parte vieram para a minha vizinhança umas ‘moças’ que não são bem parecidas com as minhas filhas nem

com as primas delas. Eu conheço mal essas coisas da vida do Rio, e nem por isso quero ser chefe de polícia; e andei indagando de que pessoas se tratava e soube que eram ‘meninas’, moradoras nas ruas novas, que a polícia estava tocando de lá, por causa das famílias.

“Mas, doutor, eu não tenho também família? Por que é que só as famílias daquelas ruas não podem ter semelhante vizinhança e eu posso?”

“Doutor: eu não tenho nenhuma ojeriza a essas ‘senhoras’, embora nunca me tivesse metido nessas coisas. Casei-me cedo e tenho sempre labutado para a família, desde amanuense até agora que sou chefe de seção; mas não compreendo que a polícia e a justiça persigam certos entes por crime que não está em lei. De resto, se há crime, há pena e a pena não pode ser essa de domicílio coacto ou de interdição de residência que não estão no Código.

“A polícia na lei conhece ladrão, gatuno, cáften, assassino, mas não conhece semelhantes senhoras.

“Não quero discutir com vossa excelência tais coisas. Sei que vossa excelência é o *doctor angelicus* das escolas da Bahia; mas falo sempre como Sancho Pança e julgo como ele na ilha da Baratária.

“Se as famílias da Rua Mem de Sá não podem ter por vizinhas tais ‘meninas’, muito menos as da Rua Joaquim Silva.

“Demais, quando se fez a referida avenida, elas logo tomaram lugar. Há a favor delas o tal *uti possidetis*, o que não acontece com a minha triste rua. Vossa excelência deve meditar bem sobre o assunto, para não classificar as famílias da Rua Joaquim Silva abaixo das de Mem de Sá. Não há hierarquia familiar na nossa sociedade. Não é doutor? De vossa excelência etc. Augusto Soromenho Albernaz, chefe de seção da Secretaria do Fomento.

“P. S. — Quando acabava de escrever esta a vossa excelência vieram oferecer-me 500\$000 de aluguel pela minha casa. Está aí em que deu o ato de vossa excelência: valorizou as casas da Rua Joaquim Silva e naturalmente desvalorizou as da Avenida Mem de Sá. Não aceitei e espero que os tribunais superiores deem a todos o direito de morar onde bem lhes parecer conveniente. O mesmo.”

Conforme o original.

Publicada em *Vida urbana*

ONTEM E HOJE

Careta, Rio, 26-6-1915

Como todo o Rio de Janeiro sabe, o seu centro social foi deslocado da Rua do Ouvidor para a avenida e, nesta, ele fica exatamente no ponto dos bondes da Jardim Botânico.

Lá se reúne tudo o que há de mais curioso na cidade. São as damas elegantes, os moços bonitos, os namoradores, os amantes, os *badauds*, os *camelots* e os sem esperança.

Acrescem, para dar animação ao local, as cervejarias que há por lá, e um enorme hotel que diz comportar não sei quantos milheiros de hóspedes.

Nele moram vários parlamentares, alguns conhecidos e muitos desconhecidos. Entre aqueles está um famoso pela virulência dos seus ataques, pela sua barba nazarena, pelo seu *pince-nez* e, agora, pelo luxuoso automóvel, um dos mais *chics* da cidade.

Há cerca de quatro meses, um observador que lá se postasse veria com espanto o ajuntamento que causava a entrada e a saída desse parlamentar.

De toda a parte, corria gente a falar com ele, a abraçá-lo, a fazer-lhe festas. Eram homens de todas as condições, de todas as roupas, de todas as raças. Vinham os encartolados, os abrilhantados, e também os pobres, os malvestidos, os necessitados de emprego.

Certa vez a aglomeração de povo foi tal que o guarda civil de ronda compareceu, mas logo afastou-se dizendo:

— É o nosso homem.

Bem; isto é história antiga. Vejamos agora a moderna. Atualmente, o mesmo observador que lá parar, a fim de guardar fisionomias belas ou feias, alegres ou tristes e registrar gestos e atitudes, fica surpreendido com a estranha diferença que há com aspecto da chegada do mesmo deputado. Chega o seu automóvel, um automóvel de muitos contos de réis, iluminado eletricamente, motorista de fardeta, todo o veículo reluzente e orgulhoso. O homem salta. Para um pouco, olha desconfiado para um lado e para outro, levanta a cabeça para equilibrar o *pince-nez* no nariz e segue para a escusa entrada do hotel.

Ninguém lhe fala, ninguém lhe pede nada, ninguém o abraça — por quê?

Por que não mais aquele ajuntamento, aquele fervedouro de gente de há quatro meses passados?

Se ele sai e põe-se no passeio à espera do seu rico automóvel, fica isolado, sem um admirador ao lado, sem um correligionário, sem um assecla sequer. Por quê? Não sabemos, mas talvez o guarda civil pudesse dizer:

— Ele não é mais o nosso homem.

Publicada em *Vida urbana*

HISTÓRIA MACABRA

Careta, Rio, 17-7-1915

Logo que soube da morte de meu amigo Florêncio da Costa, tratei de habilitar-me a ir ao seu enterro. Florêncio morava no Engenho Novo e o seu enterramento seria feito no cemitério de Inhaúma.

Ajustei bem no corpo a minha melhor roupa preta e segui para a residência do falecido amigo, cheio de compunção.

Dei os pêsames de praxe à família, notei bem a desolação da mulher e saí a alugar na redondeza uma meia-caleça dessas lamentavelmente tristes que acompanham os nossos enterros.

Conhecia mal os subúrbios de modo que não adivinhei os tormentos por que ia passar e também o meu amigo morto.

Na hora aprazada, por entre prantos e ataques, com a assistência curiosa da vizinhança, o caixão foi saindo, acompanhado das grinaldas que amigos carregavam. As inscrições nas fitas das coroas eram longas e, em uma delas, pude ler: “Ao competentíssimo chefe de seção da Repartição de Terras, Mangues, Pauis e Atoleiros, os seus colegas da mesma — Rio, 6-5-14.”

As outras eram do mesmo teor. O enterro seguiu e nunca vi carro que balançasse mais nas molas do que o meu. Fomos indo. Tínhamos que atravessar a linha da Estrada de Ferro Central.

A cancela estava aberta; o carro mortuário passou e alguns do cortejo; mas o resto ficou do lado de cá, pois a tranqueira foi fechada para dar livre trânsito aos comboios vertiginosos.

Passou S P 5 célere e ficou-se à espera de um outro S qualquer. Este veio e atracou à estação com a locomotiva diante da porteira. Mas não havia meio de partir; e o coche com o cadáver de meu amigo esperava o resto do cortejo, que fora cindido em dois pelas inflexíveis linhas de aço. Por que não partia o trem? Houvera um desarranjo no “subúrbio” que o antecederia e a linha estava impedida.

Após uma demora de vinte minutos, conseguimos que as autoridades competentes fizessem recuar um pouco o comboio.

Seguimos e eis-nos na Rua José Bonifácio, em Todos os Santos. Esta rua há vinte anos que foi calçada; e, desde essa longínqua data, o seu calçamento não tem recebido o menor reparo. Os buracos nele são abismos e o cocheiro do coche fúnebre, ao desviar-se de um bonde, caiu em um deles, o caixão foi ao chão, o cadáver saltou de dentro deste e o meu amigo, ainda mesmo depois de morto, ficou machucado.

Piedosamente concertamos o defunto e o caixão, seguindo enfim o nosso caminho.

Na entrada da Estrada Real, no canto da Rua José Bonifácio, graças a um buraco que a Light deixa entre os seus trilhos, uma caleça partiu o eixo e, dos seus passageiros, um quebrou uma das pernas.

Houve outras peripécias e tão emocionantes foram que o defunto ressuscitou.

Ainda bem que ele não se alistou no partido do senhor Vasconcelos.

Publicada em *Vida urbana*

PAÍS RICO

Careta, Rio, 31-7-1915

Meu amigo e colega Juvenal Calheiros é um pai exemplar que cuida com toda a solicitude da educação dos filhos.

Procura bons colégios, informa-se dos professores, segue as lições dos meninos — isto tudo sem o menor desfalecimento.

De resto, ele é um patriota, crente na grandeza do Brasil, nas suas riquezas e no seu futuro; põe, portanto, todo o seu esforço em instilar no espírito dos seus pimpolhos essa sua forte e virtuosa crença.

Damo-nos muito, desde o colégio primário, e frequento-lhe a casa, vivo na intimidade de sua família, o que me dá grande gosto, pois, não tendo propriamente família, aprecio muito a família dos outros.

Não sendo rico, tem Juvenal alguma coisa e vive com certa abastança, em uma boa casa lá das bandas de Vila Isabel.

Domingo, não tendo onde ir, nem mesmo às festanças da Quinta da Boa Vista, cujos recantos, cuja placidez, cuja majestade de parque principesco me encantam muito, quis ver o meu amigo.

É preciso que eu lhes diga que não fui à Quinta, porque não vou a lugares públicos quando se paga. Julgo que, podendo eu ir sem pagar a certo lugar, não vou gastar dinheiro para lá ir. Nesse ponto, não sou como o resto do Rio de Janeiro.

Continuo a narração. Tomei o bonde conveniente e parti para a casa do meu amigo, apreciando o domingo, cheio de rapazes endomingados, de damas de laçarotes, de automóveis pejados de gente, de jogadores de *football*, de amadores de corridas — gente feliz por ter um dia em que não faz nada.

Cheguei em boa hora à casa do meu amigo que conversava na chácara com a família. Ainda liam, ele e os filhos, os jornais.

Não quis interromper-lhes a leitura e acertei um jornal para, relendo-o, não impedir a leitura deles.

A dona da casa estava no interior tratando de negócios caseiros.

Num dado momento, um dos filhos do meu amigo, descansando os jornais, perguntou ao pai:

— Papai, o Brasil não é um país muito rico?
— É.
— Tem ferro?
— Tem.
— Tem cobre?
— Tem.
— Tem zinco?
— Tem. Por que tu perguntas isso?
— É que vejo os jornais muito indignados porque querem exportar ferro velho, cobre etc. Se nós temos ferro, cobre na terra, por que tal zanga?
A dona da casa veio convidar-nos para o almoço.

Publicada em *Vida urbana*

UM JANTAR NO JÚRI

Careta, Rio, 21-8-1915

A função de jurado é uma das mais nobres da nossa sociedade. A lei exige mais pureza de vida para o ser do que para receber o subsídio de deputado. Nenhum processo por tais e quais crimes e infrações, nem mesmo que seja neles absolvido.

Os sábios gabam muito a Inglaterra por ter instituído semelhante espécie de julgamento e doutores em leis clamam contra a intervenção dos leigos nos seus domínios, por intermédio da famosa criação jurídica inglesa.

Certo dia recebi na minha repartição a intimação para ser jurado.

Fiquei contente, porque ia desempenhar uma alta função social.

No dia aprazado, para lá fui e, indagando onde era o tribunal, quase fui recebido à pedrada pelos meirinhos, escrivães e mais gente da justiça. Curiosa maneira de receber um ilustre juiz de fato!

Sentei-me em uma cadeira e esperei o juiz pacientemente. A sessão foi aberta com todas as formalidades e fui sorteado para fazer parte do conselho de sentença.

O promotor falou e, depois, o advogado da defesa fez a sua falação. Que curioso advogado! Tinha uma voz de sino e uma grande consideração pelos conhecimentos dos jurados. Em dado momento, explicou:

— Meus senhores, o réu é um benemérito. Como vigia da estrada de ferro retirou da linha um calhau. Calhau, meus senhores, é uma pedra grande.

Os debates ainda não tinham terminado às cinco horas e os meus colegas de júri reclamaram jantar, porque a máxima preocupação dos jurados é comer à custa do governo.

Veio o jantar e eu, escolhido presidente, me sentei à cabeceira da mesa. Era o mais moço.

Após a sopa, nós nos servimos de peixe à brasileira.

Um dos do fim da mesa, tendo comido algumas garfadas, exclamou:

— Achei uma barata.

Ao ouvir este senhor tão bem educado, um outro jurado disse:

— Mas está muito bom.

Publicada em *Vida urbana*

A GRATIDÃO DO ASSÍRIO

Careta, Rio, 11-9-1915

— Meu caro senhor Assírio, eu lhe tinha a perguntar se de fato está satisfeito com a vida.

Nós nos havíamos introduzido no elegante porão do Municipal e falávamos ao restaurante *chic* com água na boca. Este não tardou em responder:

— Estou, meu caro senhor; estou, imagine que não há dia em que não me veja abarbadado com um banquete.

— É assim?

— Pois não, meu digno senhor. Um poeta publica um livro e logo encomendam-me um banquete com todos os “ff” e “rr”; os jornais publicam a lista dos convidados, ao dia seguinte, e o meu nome se espalha por este país todo. Se acontece alguém escrever uma crônica feliz, zás, banquete, retrato e nome nos jornais. Se, por acaso...

— Notamos — interrompi eu — que nas suas festanças não há mulheres.

— Já observei isto aos *dilettanti* de banquetes e, até, lhes ofereci organizar um quadro de convidadas.

— Que eles disseram?

— Penso que eles não querem rivalidades femininas. Já as têm em bom número masculinas.

— E as flores?

— Com isso não me preocupo, porque, às vezes, elas me servem para meia dúzia de banquetes. Os rapazes não reparam nisso.

— E as iguarias?

— Oh! Isso? Também não vale nada. Basta uns nomes arrevesados, para que os nossos Lúculos comam gato por lebre. Mas a minha maior gratidão é...

— Por quem?

— Pela Secretaria do Exterior. Um cidadão é promovido de segundo secretário a primeiro, banquete; um outro passa de amanuense a segundo secretário, banquete... Herança do Rio Branco!... Outro dia, como o Serapião passasse de servente a contínuo, logo lhe ofereceram um banquete.

— Os serventes?

— Não; todos os empregados. Que gente boa, meu caro senhor.

Deixamos o senhor Assírio cheio de uma terna beatitude agradecida por tão bela gente que se banqueteia.

Publicada em *Vida urbana*

EX-HOMEM

Careta, Rio, 25-9-1915

Não há nada mais vulgar que um popular dizer para o seu ídolo: “Este é o meu homem.”

Tem havido muitos que o sejam assim tratados e, na república, todos nós sabemos que Floriano, Pinheiro e o Senhor Irineu Machado têm sido assim tratados.

Acontece, pois, que certos desses homens dessa forma assim tratados, de uma hora para outra mudam de orientação, avacalham-se, como se diz vulgarmente, e passam de um extremo a outro, sem nenhuma explicação.

Vejam o caso desse senhor, cujo nome não cito.

Ele era o paladino dos desejos do povo; ele era o seu defensor extremado; ele era o demagogo, no bom sentido da palavra. De um instante para outro, passa a ser justamente o contrário.

Interesses, satisfações à sua vaidade, vontade de agradar a alguma beldade, exigências do automóvel, fazem-no escravo dos poderosos.

Este homem que vivia cercado, animado, cheio de pedidos e dedicações; este homem que até toda a gente tinha prazer em morder, hoje ninguém o morde, hoje ninguém o procura, hoje ninguém quer saber dele; entretanto, ele hoje está mais rico e mais poderoso.

Os pobres, os ricos, os turcos, os chineses, os árabes e coptas, todos que o procuravam, não o procuram mais.

Aquele ajuntamento que se fazia nas arcadas do jardim, próximo do Hotel Avenida, atualmente não se verifica mais.

É uma desolação de abandono, quando ele passa.

Há dias eu conversava com um velho correligionário de semelhante homem e perguntei:

— Por que I. anda tão abandonado?

— Você não sabe o motivo?

— Não.

— Pois é simples. O povo gosta de homens independentes, daqueles que podem dizer a verdade com todas as letras. Ele já não pode dizê-la. Hoje, está

cheio de interesses, de cavações, porque gasta o que não ganha.

— De modo que ele é?

— Ele?

— Que é?

— Ele, hoje, não é mais homem; hoje, ele é ex-homem.

Publicada em *Vida urbana*

EXEMPLO A IMITAR

Careta, Rio, 9-10-1915

Os conselhos municipais de São Paulo e Belo Horizonte acabam de legislar sobre a obrigatoriedade de serem redigidas em língua vernácula as inscrições de placas, tabuletas, emblemas, rótulos ou denominações de casas comerciais, de diversões etc.

Os nossos jornais, os daqui, pedem que, à vista de semelhante exemplo, o nosso conselho faça o mesmo e vá até o ponto de exigir que tais emblemas etc., quando não sejam estritamente sintáticos ou tenham erros ortográficos, mereçam multas e outras punições.

Não há dúvida que a medida merece louvores, mas a nossa língua é tão indisciplinada que não sei bem como os agentes e guardas fiscais se vão haver para executar a postura.

Supondo mesmo que eles tenham instrução para corrigir ou julgar os erros das tabuletas, é bem de ver que, à vista dos casos controversos, no que toca ao nosso idioma, eles se vejam em palpos de aranha, para resolver certos casos.

Por exemplo: a *Light* põe “Larangeiras” com “g”, mas há quem admita que “Laranjeiras” se deve escrever com “j”. Se a gente for dessa última opinião, pode multar a companhia canadense?

Outra coisa: um ferrador põe na placa o seguinte letreiro: “Ferra-se burros.” Está certo? Está errado? Para uns está, para outros não. Como se há de resolver a multa?

O projeto chama uma comissão de gramáticos e esta é uma espécie de gente que não se entende.

Mas ainda: uma casa de modas escreve na tabuleta: “modas e confecções.” Todos sabem que esta última palavra é um crasso galicismo, mas por ser crasso é que é usual.

Como há de ser imposta a multa? Nova comissão de gramáticos e grossa descompostura, entre todos os especialistas no gênero.

Estou a ver uma barulharia infernal só por causa de uma inovante postura municipal.

Publicada em *Vida urbana*

UMA LEMBRANÇA

Careta, Rio, 16-10-1915

Com toda a pompa oficial, na presença de altas autoridades, inclusive sua excelência, o senhor ministro do Interior, a Diretoria de Saúde Pública, em dias da semana passada, inaugurou uma Escola Prática de Enfermeiros.

Consta do seu programa de ensino várias disciplinas da mais alta importância para enfermeiros práticos, como sejam: física, química, anatomia, fisiologia, terapêutica etc.

A muita gente um tal programa se afigurou pomposo e inútil para formar enfermeiros práticos no seu ofício. Outros viram no propósito a ideia de substituir as academias de sessenta mil-réis que tanta celeuma causaram e foram, ao que parece, extintas, ou vão ser, com a recente reforma do ensino público.

Não sei ao certo quais os intuitos dos criadores da Escola, pondo no seu programa tão altas disciplinas; mas peço vênia para lembrar que, se eles querem fabricar bons enfermeiros práticos, não devem seguir tal programa. Modéstia à parte, eu possuo um muito melhor e digo isto por dois motivos:

- a) não sou médico.
- b) nunca fui enfermeiro.

Mas, como curioso, leio essas coisas de enfermaria e conheço algumas escolas dessa profissão da sábia Alemanha, pela leitura de revistas, certamente.

Há uma em Munique muito afamada, cujo programa é o seguinte:

1º ano — 1ª cadeira: geometria analítica e cálculo diferencial e integral; 2ª cadeira: literatura comparada.

2º ano — 1ª cadeira: máquinas motrizes e operatrizes; 2ª cadeira: economia política.

A outra escola de que tenho lembrança é a que existe em Dresden. O seu programa é mais simples:

1º ano — 1ª cadeira: direito romano; 2ª cadeira: história das religiões.

2º ano — 1ª cadeira: termodinâmica; 2ª cadeira: hidráulica ou jogo de xadrez.

Ambas, ao que dizem, têm dado os melhores resultados e não há motivos para que não as imitemos.
Aí fica a lembrança.

Publicada em *Vida urbana*

DE FORMA QUE...

Careta, Rio, 6-11-1915

— Quando o meu primo Augusto me disse que os redatores das seções elegantes dos jornais do Rio eram muito apreciados e amimados pelas moças da alta roda carioca, eu não tive outro pensamento senão fazer-me redator de uma seção dessas para ter tão doces e ternas homenagens do belo sexo. Já andara metido nos jornais da capital da minha província; e, no intuito de adquirir prática, dias depois, criei no jornal de xxx, folha de grande circulação da minha cidade natal, uma seção mundana a que dei o título — “A vida *chic*”. Essa minha cidade natal não tinha casa de chá, nem Rua do Ouvidor, nem banquetes no Assírio, pois lhe faltava uma Secretaria do Interior para manter um luxuoso *restaurant* igual ao do porão do Teatro Municipal, de modo que me via, em certas ocasiões, abarbadado para encher a seção. Corria aos jornais de modas e aos do Rio e dava conselhos sobre a elegância feminina. Tão estranho era eu a semelhante matéria que, obedecendo aos meus preceitos, as moças da minha cidade vieram a vestir-se do modo mais horroroso possível, porque, é conveniente dizer, para disfarçar a pilhagem que eu fazia nos colegas, embrulhava figurinos e casava mal as cores dos vestuários. O meu sucesso foi, porém, grande; e, animado por ele, parti para aqui. Consegui arranjar um lugar no *O Furo* — jornal da tarde que se acabava de fundar. Durante dois meses redigi a seção elegante — “A vida *chic*” — e fiz necrotério, Santa Casa e outras reportagens pouco alegres e *smarts*. Não recebi carta feminina alguma e não vi nem um ceitel, pois o dinheiro que o jornal rendia, ou o que dava o capitalista comanditário, era pouco para sustentar os vários lares que o gerente mantinha. Bom pai de família... Estava já quase sem dinheiro, quando o distribuidor do *O Furo* — o Mercadante — convidou-me para redigir o seu jornal do “bicho”, intitulado *O Palpite*. Ganhava 50\$000 por semana e ele mos pagou sempre pontualmente. Acertava sempre no grupo, pois o jornal, nesta e naquela seção, acabava dando, diariamente, todos os vinte e cinco animais da loteria popular. Cartas choviam e certo dia recebi uma, perfumada, em papel de linho, na qual me era pedido um palpite na certeza, dado na seção mais estimada. Dei-o e acertei. Ao dia seguinte, recebi da mesma pessoa um curto bilhete.

— Que dizia?
— “Obrigado. Não sabes de que me salvaste. Amo-te muito. Vem amanhã. Na rua etc. etc.”
— De forma que?...
— De forma que com o palpite no bicho consegui o que não tinha obtido com a seção elegante: um amor.

Publicada em *Vida urbana*

OS OUTROS

Careta, Rio, 11-12-1915

Não há prazer maior do que se ouvir pelas ruas, pelos bondes, pelos cafés, as conversas de dois conhecidos.

Tenho um camarada cuja curiosidade pelo pensamento dos estranhos é tal que não há papel caído na rua contendo algumas linhas escritas que ele não guarde, recomponha, a fim de dar pasto a esse seu vício mental.

Tem no seu museu coisas maravilhosas. Muita vez os missivistas pensam em ter inutilizado uma cartinha amorosa, um bilhete de “facada” e vai um indiscreto como este meu amigo e descobre que em tal dia F. “mordeu” X. em 50\$000 ou Z. está apaixonado por H.

Na rua, porém, as coisas se passam mais ao vivo e as pontas de conversa merecem ser registradas, às vezes, por disparatadas, em outras, por profundamente sentenciosas, em outras ainda, por serem excessivamente divertidas.

Em um dia destes que fui levar um amigo até à estação de Maruí, pude ouvir este pedaço de conversa entre dois redondos coronéis roceiros:

— Como deixaste o rapaz?

— Bem.

— Estuda?

— Estuda, mas esses estudos agora estão muito puxados. Imagina tu que ele tem de estudar, decorar um livro enorme, cheio de números e, ainda por cima, em francês.

— Como se chama?

— Não sei. Tem um nome difícil. O autor é um tal Calle ou coisa que valha.

Tratava-se das *Tábuas* de Callet que tinham inspirado a piedade do pobre matuto pela vadiação do filho.

As conversas de trem são quase sempre interessantes. A mania dos suburbanos é discutir o merecimento deste subúrbio em face daquele. Um morador do Riachuelo não pode admitir que se o confunda com um do Encantado e muito menos com qualquer do Engenho de Dentro.

Os habitantes de Todos os Santos julgam a sua estação excelente por ser pacata e sossegada, mas os do Méier acusam os de Todos os Santos de irem para o seu bairro tirar-lhe o sossego.

Uma senhora dizia à outra, no trem:

— Jacarepaguá é muito bom. Gosto muito.

— Mas tem um defeito.

— Qual é?

— Não tem iluminação à noite.

— Você diz bem que é só à noite, pois de dia tem o Sol.

As duas riram-se e, como nenhuma delas tivesse pretensões intelectuais, não houve zanga alguma entre elas.

Os hábitos de sociedade, parece, ainda não estão cientificamente estabelecidos entre nós.

Julgo que se fossem analisar muitos deles à luz da metafísica, da teologia dogmática e da teoria dos raios catódicos, muitos deles seriam condenados.

Lembro-me mesmo de um caso elucidativo que um meu amigo me contou. Um outro amigo dele encontrou-o na rua e apresentou-o à mulher, ali mesmo.

Havia o movimento habitual da via pública, capaz de distrair o mais atento. Para conversar qualquer coisa, o meu amigo narrou uma história de um acidente de bonde de que ia sendo vítima.

— Imaginem que quase morri.

Nisto a esposa do camarada do meu amigo voltou-se, pois estava olhando para um dos lados, e perguntou naturalmente:

— Não morreu?

Publicada em *Vida urbana*

SOBRE O DESASTRE

Revista da Época, Rio, 20-7-1917

Viveu uma semana a cidade sob a impressão do desastre da Rua da Carioca. A impressão foi tão grande, alagou-se por todas as camadas, que temo não ter sido de tal modo profunda, pois imagino que, quando saírem à luz estas linhas, ela já se tenha apagado de todos os espíritos.

Todos procuraram explicar os motivos do desastre. Os técnicos e os profanos, os médicos e os boticários, os burocratas e os merceeiros, os motorneiros e os quitandeiros, todos tiveram uma opinião sobre a causa da tremenda catástrofe.

Uma coisa, porém, ninguém se lembrou de ver no desastre: foi a sua significação moral, ou antes, social.

Nesse atropelo em que vivemos, neste fantástico turbilhão de preocupações subalternas, poucos têm visto de que modo nós nos vamos afastando da medida, do relativo, do equilibrado, para nos atirmos ao monstruoso, ao brutal.

O nosso gosto que sempre teve um estalão equivalente à nossa própria pessoa, está querendo passar, sem um módulo conveniente, para o do gigante Golias ou outro qualquer de sua raça.

A brutalidade dos Estados Unidos, a sua grosseria mercantil, a sua desonestidade administrativa e o seu amor ao apressado estão nos fascinando e tirando de nós aquele pouco que nos era próprio e nos fazia bons.

O Rio é uma cidade de grande área e de população pouco densa; e, de tal modo o é, que se ir do Méier a Copacabana é uma verdadeira viagem, sem que, entretanto, não se saia da zona urbana.

De resto, a valorização dos terrenos não se há feito, a não ser em certas ruas e assim mesmo em certos trechos delas, não se há feito, dizia, de um modo tão tirânico que exigisse a construção em nesgas de chão de *sky-scrapers*.

Por que os fazem então?

É por imitação, por má e sórdida imitação dos Estados Unidos, naquilo que têm de mais estúpido — a brutalidade. Entra também um pouco de

ganância, mas esta é a acorçada pela filosofia oficial corrente que nos ensina a imitar aquele poderoso país.

Longe de mim censurar a imitação, pois sei bem de que maneira ela é fator da civilização e do aperfeiçoamento individual, mas aprová-la *quand même* é que não posso fazer.

O Rio de Janeiro não tem necessidade de semelhantes “cabeças de porco”, dessas torres babilônicas que irão enfeá-lo, e perturbar os seus lindos horizontes. Se é necessário construir algum, que só seja permitido em certas ruas com a área de chão convenientemente proporcional.

Nós não estamos como a maior parte dos senhores de Nova York apertados em uma pequena ilha; nós nos podemos desenvolver para muitos quadrantes. Para que esta ambição então? Para que perturbar a majestade da nossa natureza, com a plebeia brutalidade de monstruosas construções?

Abandonemos essa vassalagem aos americanos e fiquemos nós mesmos com as nossas casas de dois ou três andares, construídas lentamente, mas que raramente matavam os seus humildes construtores.

Os inconvenientes dessas almanjarras são patentes. Além de não poderem possuir a mínima beleza, em caso de desastre, de incêndio, por exemplo, não podendo os elevadores dar vazão à sua população, as mortes hão de se multiplicar. Acresce ainda a circunstância que, sendo habitada, por perto de meio a um milhar de pessoas, verdadeiras vilas, a não ser que haja uma polícia especial, elas hão de, em breve favorecer a perpetração de crimes misteriosos.

Imploremos aos senhores capitalistas para que abandonem essas imensas construções, que irão, multiplicadas, impedir de vermos os nossos purpurinos crepúsculos do verão e os nossos profundos céus negros do inverno. As modas dos “americanos” que lá fiquem com eles; fiquemos nós com as nossas que matam menos e não ofendem muito à beleza e à natureza.

Sei bem que essas considerações são inatuais. Vou contra a corrente geral, mas creiam, que isso não me amedronta. Admiro muito o imperador Juliano e, como ele, gostaria de dizer, ao morrer: “Venceste, Galileu.”

Publicada em *Vida urbana*

A VAGA DA ACADEMIA

Lanterna, Rio, 17-1-1918

Em matéria de eleições, parece que há quem queira emparelhar a nossa Academia de Letras com os politiquinhos de Campo Grande ou Santa Cruz.

Foi ontem que morreu o barão Homem de Melo e, ao que parece, a academia ainda não declarou oficialmente que há uma vaga aberta em seu seio.

Entretanto, já apareceu um candidato — o que é extraordinário. Torna-o, porém, esquisito o fato de ser anunciado com tais e quais votos.

Não sabemos se tal coisa é verdade. Mas, lemos a notícia em um jornal de São Paulo, *A Capital*, de 12 do corrente mês. Ei-la:

“Academia Brasileira de Letras — Rio. 12 — Afirma-se aqui, que, para a vaga do saudoso Barão Homem de Melo na Academia Brasileira de Letras, será eleito o Senhor Veiga Miranda, redator-chefe da edição paulista do *Jornal do Commercio* e festejado autor de *Pássaros que fogem*, *Redenção* e *Mau Olhado*.

“Dizem que o ilustre escritor, cujas obras já mereceram a crítica entusiástica de acadêmicos como Oliveira Lima, José Veríssimo, Mário de Alencar e João Ribeiro, terá os votos dos Senhores Félix Pacheco, Alcindo Guanabara, Afrânio Peixoto, Pedro Lessa, Coelho Neto, Luís Murat, Emílio de Meneses, Magalhães Azeredo, Augusto de Lima, Ataulfo de Paiva, Antônio Austregésio, Oliveira Lima, Mário de Alencar, João Ribeiro, Silva Ramos, Afonso Celso, além de outros. Segundo cálculos aqui feitos, o Senhor Veiga Miranda terá mais de 25 votos, contando-se dentre eles o do Senhor Conselheiro Rui Barbosa.”

Não pomos em dúvida os méritos do prematuro candidato. Contudo tomamos a liberdade de lembrar que o Brasil é bem grande, possui muitos escritores, talvez demais para os leitores efetivos.

Sendo assim, pode aparecer, até que se dê a eleição, um candidato com tantos méritos ou mais do que os do senhor Veiga Miranda.

É de crer que os imortais da Praia da Lapa, ao serem chamados para escolher um novo colega, levem em conta os títulos intrinsecamente literários dos postulantes e não quaisquer outras razões sentimentais, sociais ou políticas.

Julgando que se tenha dado isso sempre no ânimo dos membros da ilustre companhia, não queremos crer que desde já tantos nomes respeitáveis tenham hipotecado os seus votos a um certo e determinado candidato, sem conhecer os outros.

É preciso lembrar que há entre tais nomes o do senhor Ataulfo de Paiva, que além de ser um curioso escritor da mais apurada elegância, é juiz de carreira, desembargador atualmente, devendo ter naturalmente um perfeito hábito de julgar.

Não nos é lícito acreditar, portanto, no telegrama do nosso colega de São Paulo.

Os imortais citados no telegrama do vespertino paulista, como juízes que vão ser, esperarão os outros candidatos para então se pronunciarem com toda a honestidade a respeito.

As tradições de virtude, de austeridade e independência da academia são a mais perfeita garantia de que a nossa suposição não é sem base.

Publicada em *Vida urbana*

O QUE É ENTÃO?

Lanterna, Rio, 22-1-1918

Conheço de nome o senhor Múcio da Paixão, há muitos anos. Não há revista de teatro, daqui e dos Estados, onde não se encontre sempre alguma coisa dele...

Habituei-me a estimá-lo por esse profundo e constante amor as coisas da ribalta. Gosto dos homens de uma única paixão. Não é pois, de estranhar que tivesse lido, há dias na *Gazeta do Povo*, de Campos, com todo o interesse um artigo seu sobre uma *troupe* sertaneja que andou por aqui, estando na ocasião naquela cidade. Li-o com tanto interesse quanto a leitura de um outro jornal da rainha da Paraíba me havia deixado uma desagradável impressão. É o caso que *A Notícia* de lá anunciava o furto de 1:500\$000 feito a uma quitandeira espanhola, com o título — “Um grande roubo”. Imaginei logo a bela cidade do açúcar dos ministeriais Meireles Zamiths & Cia, muito pobre a ponto de classificar tão pomposamente um modestíssimo ataque à propriedade alheia. Abandonando a *A Notícia*, e encontrando no então jornal campista, o artigo do senhor Múcio, apressei-me em lê-lo para esquecer o julgamento desfavorável que fizera antes.

O senhor Múcio gabara muito a *troupe*, tinha palavras carinhosas para os sertanejos de todas as partes do Brasil, mesmo para aqueles da turma em espetáculos na cidade, que tocavam nas violas a *Cavalaria Rusticana* e a *Carmen*. Só ao tratar da cidade do Rio de Janeiro é que o senhor Múcio foi áspero. Classificou-a de — a menos brasileira das nossas cidades. Eu quisera bem que o escritor campista me dissesse as razões de tal julgamento. Será pela população? Creio que não...

O último recenseamento desta cidade, feita pelo Prefeito Passos, em 1890, acusava para ela a população total de 811.443 habitantes, dos quais 600.928 eram brasileiros e os restantes 210.515, estrangeiros. Não se pode, creio eu, dizer que uma cidade não é brasileira quando mais de dois terços de sua população o são. Convém ainda reparar que, no número dos estrangeiros, estão incluídos 133.393 portugueses, mais da metade do total de forasteiros, fato de

notar, pois os lusitanos muito pouco influem para a modificação dos costumes e da língua.

Se não é na população que o senhor Múcio foi buscar base para a sua asserção, onde foi então? Nos costumes? Mas que costumes queria o senhor Múcio que o Rio de Janeiro tivesse? Os de Campos? Os da Bahia? Os de São Gabriel?

Julgo que o confrade das margens do Paraíba tem bastante bom senso para ver que o Rio de Janeiro só pode ter os costumes do Rio de Janeiro.

E sou levado a pensar assim porque, nesse mesmo artigo seu, o ilustre colega afirma que cada terra cria a sua poesia popular etc. etc.

O meu Rio a tem também e, se o estimado publicista lembrar-se dos trabalhos dos estudiosos dessas coisas de folclore, como os senhores João Ribeiro e Sílvio Romero, por exemplo, verão que eles têm registrado muitos cantos, muitas quadras populares próprias ao Rio de Janeiro.

Poucas informações tenho do esforçado escritor campista, mas imagino que ele conhece muito mal o Rio de Janeiro. Quando vem por aqui, adivinho, anda pela Rua do Ouvidor, Avenida, Praia de Botafogo, por todos esses lugares que as grandes cidades possuem para gáudio dos seus visitantes; mas o que constitui a alma, a substância da cidade, o senhor Múcio não conhece e dá provas disso em sua afirmação.

O Rio de Janeiro é brasileiro a seu modo, como Campos é, como São Paulo é, como Manaus é etc. Nesta região, preponderaram tais elementos; naquela, houve uma influência predominante, naquela outra, apagaram-se certas tradições e avivaram-se outras; e assim por diante. Mas, um brasileiro de condição média quando vai daqui para ali, compreende perfeitamente tais usanças locais, sejam as do Rio Grande do Sul para as do Pará ou vice-versa. O nosso fundo comum é milagrosamente inalterável e basta para nos entendermos uns aos outros.

Se o Brasil não é o Rio de Janeiro, meu caro senhor Múcio da Paixão, o Rio de Janeiro também não é a Rua do Ouvidor. Não se deve, portanto, julgá-lo pela sua tradicional via pública.

E, se quiser ver como isto é verdade, venha no mês que vem assistir ao carnaval. Não só o senhor verá que o Rio tem muita coisa de seu, má ou boa como também espontaneamente soube resumir as tradições e cantares plebeus do Brasil todo — o que se vê durante os dias consagrados a Momo.

Um observador como o senhor é não há de admitir que só sejam brasileiros a sua “mana-chica”, e o seu “carabas” de Campos e não seja o

“cateretê” de São Paulo, se é esse o nome que ali é dado aos saraus de sua gente pobre e rústica.

O Rio de Janeiro é cidade bem brasileira, senão, o que é então? Diga-me, o senhor Múcio da Paixão.

Publicada em *Vida urbana*

ESTUDOS BRASILEIROS

Lanterna, Rio, 26-1-1918

De quando em quando os jornais anunciam certos acontecimentos para breve, e ao chegar a ocasião de se realizarem eles não se verificam sem que as folhas volantes se preocupem em justificar o motivo de tal. Assim, por exemplo o senhor Miguel Calmon, professor de cálculos na Bahia e cadete de linha de tiro aqui, devido às profundas provas que deu de saber cultivar batatas em quintais burgueses, foi escolhido para professor da Universidade de Lisboa da cadeira de Estudos Brasileiros. A escolha foi feita pela Academia de Letras que, como se sabe, primou sempre nas suas escolhas.

O jovem Calmon devia partir em novembro, mais patriota, porém, do que o grácil Hélio Lobo, vulgo secretário da presidência, ficou, para não abandonar o Brasil, privá-lo dos seus esforços e das suas luzes quando deles muito precisa o país nesses transe de uma guerra universal.

Eu avancei o motivo, mas não estou certo de que fosse este. Entretanto, até aqui, jornal algum quis dizê-lo claramente e os quotidianos deviam fazê-lo, para ciência de todos nós, tanto mais que não há dia em que não falem do jovem descendente de Turenne, por isto ou por aquilo...

Acredito, portanto que fosse aquele o motivo de não ter o senhor Calmon ido assumir em Lisboa, a sua cadeira, porque, auxiliando à pátria e ao governo, eu o vi a 15 de novembro último, muito garboso, de cáqui e carabina, nas fileiras do Tiro nº 7. Isto foi um instante, no campo do São Cristóvão; mas, minutos depois muito reunamente vestido, vi o atirador na sua *limousine*, e como a tarde tivesse um ar guerreiro, eu a supus a princípio uma espécie de tanque, de invenção de algum patriota nacional. Lembrei-me do doutor Ribas Cadaval...

Motivo fosse qual fosse, o certo é que o senhor Miguel du Pin não partiu. A academia, para ser gentil com a sua colega de Lisboa, devia oficial-lhe, explicando as razões por que o seu legado não foi.

Podia mesmo ter dado logo um substituto ao guerreiro do Tiro 7 e do *tank-limousine*; e tendo anteriormente escolhido este, porque entendia de pragas egípcias do algodão e do plantio do café em Java para a citada cadeira de

Estudos Brasileiros, a nossa ilustre companhia devia aperfeiçoar mais a sua eleição, designando alguém que bem entendesse das culturas da Groenlândia e da literatura esquimó.

Imagino que uma sabedoria destas não é muito comum em Lisboa, e, com ela, o embaixador da academia iria embasbacar o público lusitano. Não perca a respeitável instituição mais esse ensejo de fazer a prova da nossa cultura no estrangeiro e mande para lá alguém nas condições indicadas. Podia ser o Hélio. Bastava-lhe um caixote de aspas.

Convidem-no que ele topa.

Publicada em *Vida urbana*

ATÉ QUE AFINAL!...

A.B.C., Rio, 2-2-1918

Seria preciso consultar todos os curiosos sabedores das coisas desta cidade para ao certo se avaliar desde quando esta vasta e heroica São Sebastião clama e chora por melhoramentos, higiene, água, calçamento etc. etc. Porquanto, aferindo pelo que temos ouvido durante a nossa curta existência, esses queixumes e lamentos devem datar dos seus inícios, mesmo talvez desde quando ali, pelas bandas do Pão de Açúcar, ela surgiu incipiente e tosca.

Julgamos até, pois tão forte é essa nossa suposição, que, ao transferir dali para o morro de São Januário o núcleo da cidade real, Mem de Sá, solene e honesto, houvesse mandado pôr nos finais das sesmarias que ia concedendo algumas tocantes palavras de súplica à Nossa Senhora e ao Menino Jesus, implorando-lhes a graça e a ajuda para aqueles que viessem povoar os brejos que ele via se estender pela baixada afora e pra longe e muito longe.

De resto, ao depois dele, os outros que lhe sucederam — boa, leal e heroica gente portuguesa — andaram por estas terras a rezar a Deus-Todo-Poderoso para que ele desse aos homens bons da cidade a doce esmola de alguns quarteirões d'água, a alentadora dádiva de duas ou três estradas razoáveis, por onde pudessem vir as abóboras da Fazenda dos Padres e os camarões de Iguaçu.

E assim foi por tão longo trato de tempo que faz crer que isso mais não fosse senão aquela lamurienta semente de Mem de Sá que germinou, cresceu e frutificou. Frutificando, frutificou bem, pois embora, por vezes, pela cidade e recôncavo além, lavrassem a bexiga, as sezões, a “carneirada” e o cólera, eles, os antigos, e nós, os modernos, continuamos em face de tais flagelos a rogar pacientemente a Deus, com alguma fé, e a pedir humildemente aos reis, com muito ceticismo, socorros e providências.

Mas, não é em vão que a água mole e plástica bate incessante no rochedo duro e forte: ela cai uma, duas, dez, mil vezes, amolga aqui, arranha ali, por fim... fura. E, também, furou a indiferença dos deuses e dos reis, o nosso melífluo queixar de três séculos e meio. Deus e o Congresso Nacional nos deram o Conselho Municipal.

Ao dizermos que nos deram o Conselho Municipal — bem parece equivaler a afiançar que íamos receber água, calçamento, luz e o mais em abundância.

Se houver acaso quem tenha dúvidas, pese bem os relevantes serviços que esse conselho, cujo mandato começou já, vai prestando a esta cidade.

Ele trata com fervoroso carinho a nossa heroica metrópole, tanto assim que lhe impôs novos tributos; ele a estima tanto que quer provocar a sua decadência comercial e industrial; ele a ama tanto que só trata de despovoá-la com as suas posturas draconianas; ele adora tanto o povo da cidade que só se preocupa em encarecer-lhe a vida...

Todos vós que amastes esta cidade, Sá, Mem e Estácio, Vaía Monteiro — o Onça, Bobadela, Passos e outros —, exultai porque afinal ela tem o que precisa: um Conselho Municipal que quer o seu total aniquilamento.

Para isso ser obtido, foi preciso que fossem procurar os seus vereadores em todo o Brasil, menos no Rio de Janeiro.

Publicada em *Vida urbana*

OS MATADORES DE MULHERES

Lanterna, Rio, 18-3-1918

Preocupações de outras ordens não me têm permitido escrever sobre coisas diárias; mas este caso de Niterói, caso do Filadelfo Rocha, fez-me voltar de novo à imprensa quotidiana.

Eu não me cansarei nunca de protestar e de acusar esses vagabundos matadores de mulheres, sobretudo, como no caso presente, quando não têm nem a coragem do seu crime.

Eu conheço este Filadelfo desde tenente. Sou funcionário da Secretaria da Guerra há quinze anos. Ele nunca passou de um tarimbeiro vulgar, feito pelo Floriano oficial. De bajulação em bajulação, foi subindo, até que, com a sua máxima bajulação ao senhor Hermes da Fonseca, foi levado a ser comandante da polícia de Niterói.

Ele é quase analfabeto, sem nenhuma inteligência, nunca fez o mínimo esforço mental; entretanto, agora, coberto pelo opróbrio de um assassinato, insinua que o fez porque o seu rival era um simples funileiro. Mas onde foi Filadelfo encontrar superioridade suficiente para julgar-se mais do que o tal bombeiro? Este Filadelfo ignorante, bajulador, que eu via pelo corredores de Ministério da Guerra a pegar na casaca deste ou daquele graúdo, para não comandar as suas praças, é, por acaso, alguma coisa?

Com essa tatuagem de galões, eles querem fazer das suas, matando as mulheres a torto e a direito. Eu me refiro simplesmente a semelhantes sujeitos. E digo isso não por covardia, mas em atenção à verdade.

Por exemplo: este senhor Faceiro que, ontem ou anteontem, matou a mulher, porque teve a franca, a franca franqueza orgulhosa de dizer que a sua gravidez era do seu amor e não dele, não me merece a mínima piedade; mas há tantos outros que eu estimo... Adiante.

A mulher não é propriedade nossa e ela está no seu pleno direito de dizer donde lhe vêm os filhos.

Mas a questão não é esta. Eu falava do Filadelfo, do pequenino Filadelfo, a quem eu queria dizer simplesmente que nem ao menos ele teve ou tem coragem do seu crime. Espécie de Mendes Tavares!

Basta.

Publicada em *Vida urbana*

PADRES E FRADES

Lanterna, 23-3-1918

Eu não me canso nunca de protestar.

Minha vida há de ser um protesto eterno contra todas as injustiças.

Li agora nos jornais que o senhor Venceslau Brás, que dizem ser presidente da república, consentiu que padres católicos embarcassem nos navios de guerra nossos, que vão ficar a serviço da Inglaterra. Protesto!

Eu creio (vejam que gosto sempre de falar na primeira pessoa), eu creio que o senhor Venceslau Brás deve saber a Constituição; e, se ele não sabe, muito menos eu e tenho, portanto, o direito de fazer o que quiser. Mas sei porque a li agora. Vejamos, senhor Venceslau Brás, o Art. 72, Seção II, “Declarações de Direitos”, parág. 7: “Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência, ou aliança com o Governo da União, ou dos Estados.”

Onde foi, portanto, vossa excelência que é assessorado pela grande inteligência do Hélio Lobo, vulgo secretário da presidência, buscar autoridade para consentir que, nos navios de guerra do Brasil, embarquem padres?

Se vossa excelência julga que isso é uma simples assistência espiritual, tomo a liberdade de dizer a vossa excelência que lá tenho um parente que é simplesmente espiritista, e como tal tem direito a essa assistência, só sendo ela regularmente feita por um médium vidente da minha amizade.

Outro amigo meu, descendente de uma família hanoveriana, é luterano; eu peço que Vossa Excelência consinta no embarque de um padre luterano. Deixa vossa excelência embarcá-lo?

Um oficial da Marinha, das minhas relações de colégio, é positivista *enragé*. Deixa vossa excelência embarcar um sacerdote positivista?

Eu, senhor doutor Venceslau Brás, sou budista, e, quando embarcar, quero um bonzo ao meu lado, mesmo que seja o Pelino Guedes. O que esses padres querem é solidificar a burguesia, à custa de fingir caridade e piedade.

Mas eu fico aqui sempre com os meus protestos.

Publicada em *Vida urbana*

AS FORMIGAS E O PREFEITO

Lanterna, Rio, 4-5-1918

Esse negócio de saúvas preocupa-me desde menino, quando o meu velho amigo Policarpo Quaresma narrou à minha infância curiosa os suplícios que elas o fizeram sofrer, ao tempo em que se improvisou agricultor.

Já narrei alguns dos episódios da sua luta com elas, em um modesto livro onde expus grande parte de sua vida e descrevi o seu triste fim.

De uns tempos a esta parte, toda gente, especialmente os agricultores da administração, deu em se preocupar com tão daninhos e inteligentes insetos; e, se Policarpo vivesse, ficaria exuberantemente satisfeito com isso.

O senhor prefeito, em boa hora, deitou um regulamento, que cogita desse assunto, sobremodo importante para todas espécies de cultura.

Não li todo o regulamento, mas os jornais deram extratos e, por eles soube que sua excelência por artigo do mesmo manda o proprietário, o arrendatário ou o locatário extinguir os formigueiros que houver nas respectivas propriedades.

Sem ser versado em leis, julgo que já existia uma velha postura municipal nos mesmos termos. Creio que foi Policarpo Quaresma quem me informou isso.

Essa velha postura nunca produziu efeito, como o artigo do regulamento do senhor Amaro nada adiantará, e isto pelo simples fato de não determinar precisamente quem deve matar as formigas.

A lei cita três espécies de tenentes do terreno, mas não diz claramente qual deles é o responsável, de modo a estar sempre disposto o locatário a empurrar a bucha para o proprietário, e este para aquele; e, durante esse jogo de empurra, as formigas vão ficando em paz e devastando hortas, jardins, pomares e outras plantações.

Nada entendo de leis, nem quero entender. Sou radicalmente contra elas, pois me julgo de algum jeito maximalista; mas estou disposto a transigir a esse respeito, algumas vezes. Vou ceder agora, neste caso...

O senhor Amaro, que entende delas e foi o alto juiz, pode bem dar mais precisão ao artigo, indicando precisamente quem tem o dever de matar as

saúvas que ocupam tal ou qual terreno.

Podia o senhor doutor prefeito fazer ainda mais. Organizar uma brigada — não precisava brigadas: bastava um regimento de homens afeitos ao mister de extinguir formigueiros, acantoná-los em determinadas zonas e oferecer os serviços deles mediante módico pagamento aos que tivessem a obrigação legal de exterminar dos seus terrenos os depredadores himenópteros.

Não se faz e se fez isso com os mosquitos?

Poder-se-ia, penso eu, realizar modestamente o mesmo para guerrear as formigas.

Então, desde que o regimento ou a brigada estivesse organizada e cantonada nas zonas que necessitam dos seus serviços, o governo municipal devia perseguir os refratários com todo o rigor da lei.

Julgo tudo isso prático, porque, morando em pequena chácara em Todos os Santos e tendo o porão da casa cheio de formigueiros, não os extermino por dois motivos: 1º) não as sei matar e não conheço quem saiba; 2º) mesmo que soubesse matar saúvas muito humanamente, em face da lei dúbia, estava disposto a empurrar a bucha para o proprietário que pode mais do que eu. Eis aí.

Publicada em *Vida urbana*

SOBRE O FOOTBALL

Brás Cubas, Rio, 15-8-1918

Nunca foi do meu gosto o que chamam *sport*, esporte ou desporto; mas quando passo longos dias em casa, dá-me na cisma, devido, certamente à reclusão a que me imponho voluntariamente, ler as notícias esportivas, pois leio os jornais de cabo a rabo.

Nestes últimos dias, todas as notícias sobre um encontro entre jogadores de *football* daqui e de São Paulo não me escaparam. Em começo, quando toparam meus olhos com os títulos espalhafatosos, sorri de mim para mim, pensando: estes meninos fazem tanto barulho por tão pouca coisa? *Much ado about nothing...* Mas, logo ao começo da leitura tive o espanto de dar com este solene período:

“As acusações levantadas, então, por certa parte da imprensa paulista — manifestações que estamos já agora dispostos a esquecer, mas que não podemos deixar de rememorar — contra a competência e a honestidade do árbitro que serviu naquela partida, atribuindo à obra sua a vitória alcançada por nós, preparou o espírito popular na ânsia de uma prova provada de que, com este ou aquele juiz, os jogadores cariocas estão à altura dos seus valorosos êmulos paulistas e são capazes de vencê-los.”

Diabo! A coisa é assim tão séria? Pois um puro divertimento é capaz de inspirar um período tão gravemente apaixonado a um escritor?

Eu sabia, entretanto, pela leitura de Jules Huret, que o famoso *match* anual entre as universidades de Harvard e Yale, nos Estados Unidos, é uma verdadeira batalha, em que não faltam, no séquito das duas equipes, médicos e ambulâncias, tendo havido, por vezes, mortos, e, sempre, feridos. Sabia, porém, por sua vez, o que é o ginásio da primeira, verdadeiro sanatório de torturas físicas; que o jogo de lá é diferente do usado aqui, mais brutal, por exigir o temperamento já de si brutal do americano em divertimentos ainda mais brutais do que eles são. Mas nós?...

Reatei a leitura, dizendo cá com os meus botões: isto é exceção, pois não acredito que um jogo de bola, e sobretudo jogado com os pés, seja capaz de

inspirar paixões e ódios. Mas, não senhor! A coisa era a sério e o narrador da partida, mais adiante, já falava em armas. Puro *front*! Vejam só este período:

“As nossas armas, neste momento, são, pois, as da defesa, e da defesa mais legítima, respeitável, mais nobre possível porque ela assenta numa demonstração pública, esperada com cerca de trinta dias de paciência.”

Não conheço os antecedentes da questão; não quero mesmo conhecê-lo; mas não vá acontecer que simples disputas de um inocente divertimento causem tamanhas desinteligências entre as partes que venham a envolver os neutros ou mesmo os indiferentes, como eu, que sou carioca, mas não entendo de *football*. Acabei a leitura da cabeça e fiquei mais satisfeito. Tinha ela um tom menos apaixonado; tinha o ar dos finais das clássicas discussões jornalísticas sobre arrendamentos ou concessões de estradas de ferro e outras medidas da mais pura honestidade administrativa. Falava na “dura e bem merecida lição para certos jornalistas que não compreendem o espírito que deve mover as suas penas que malbaratam a honra alheia” etc. etc.

Continuei a ler a descrição do jogo, mas não entendi nada. Parecia-me todo aquilo escrito em inglês e não estava disposto a ir à estante, tirar o Valdez e voltar aos meus doces tempos dos “significados”. Eram só *backs, forwards, kicks, corners*; mas havia um “chutada”, que eu achei engraçado. Está aí uma palavra anglo-lusa. Não é de admirar, pois, desde muito, Portugal anda amarrado à sorte da Inglaterra; e até já lhe deu muitas palavras, sobretudo termos de marinha: *revolver* vem de “revolver”, português, e *comodoro* de “comandante”.

Passei o dia pensando que a coisa ficasse nisso; mas, no dia seguinte, ao abrir o mesmo jornal e ler as notícias esportivas, vi que não. A disputa continuava, não no *ground*; mas nas colunas jornalísticas.

O órgão de São Paulo, se bem me lembro, dizia que os cariocas não eram “cariocas”, eram hebreus, curdos, anamitas; enquanto os paulistas eram “paulistas”. Deus do céu! exclamei eu. Posso ser rebolo (minha bisavó era), cabinda, congo, moçambique, mas judeu — nunca! Nem com dois milhões de contos!

Esta minha mania de seguir coisas de *football* estava a fornecer-me tão estranhas sensações que resolvi abandoná-la. Deixei de ler as seções esportivas e passei para as mundanas e para as notícias de aniversário. Mas, parece, que havia algum gênio mau que queria, com as histórias de *football*, dar-me tenebrosas apreensões.

Há dias, graças à obsequiosidade de Benedito de Andrade, o valente redator do *Parafuso* e não menos valente diretor da *A Rolha*, mandou-me uma coleção deste último semanário, pelo que já lhe agradei do fundo d'alma.

Todos os dois *magazines* são de São Paulo, como sabem. Uma noite destas, relendo o número de 14 de julho, da *Rolha*, fui dar com a sua seção “esportiva”.

Tinha jurado não ler mais nada que tratasse de tais assuntos; mas a isso fui obrigado naquele número da *Rolha* porque vi o título da crônica — “Rio *versus* São Paulo”. Admirei-me! Pois se o encontro de que já tratei, foi nos primeiros dias deste mês, como é que o Baby já o noticia quase um mês antes? Li e vi tratar-se de outro de que nem tivera notícias, e isso é tanto assim de notar que o autor da crônica deixa entender que todos nós tínhamos os olhos voltados para ele. Leiam isto:

“Rio *versus* São Paulo — A Capital Federal está em festas. De vinte em vinte e quatro horas as fortalezas salvam, as bandas de música executam hinos festivos e nas diferentes sedes esportivas o *champagne* corre a rodo como se estivéssemos festejando o último dia de guerra. Nas avenidas, praças, ruas e becos, homens já na casa dos cinquenta, matronas escondendo a primavera dos sessenta e crianças ainda mal desabitadas dos cueiros, só falam no grande acontecimento que encheu de júbilo um milhão e pouco de almas nascidas e domiciliadas na encantadora Sebastianópolis: a vitória do *scratch* carioca... Nas redações, os cronistas esportivos já não dormem há uma semana: são os cumprimentos, as telefonadas, os telegramas, os convites, para almoços e para jantares. Tudo isso... porque depois de dezoito anos de lutas o famoso *scratch* da Metropolitana conseguiu a sua terceira vitória.”

Meu caro Baby: isto deve ser Bizâncio, no tempo de Justiniano, em que uma partida de circo, com os seus azuis e verdes, punha em perigo o império; mas não o Rio de Janeiro. Se assim fosse, se as partidas de *football* entre vocês de lá e nós daqui apaixonassem tanto um lado como o outro, o que podia haver era uma guerra civil; mas, se vier, felizmente, será só nos jornais e, nos jornais, nas seções esportivas, que só são lidas pelos próprios jogadores de bola adeptos de outros divertimentos brutais, mas quase infantis e sem alcance, graças a Deus; dessa maneira, estamos livres de uma formidável guerra de secessão, por causa do *football*!

Publicada em *Vida urbana*

COMO BUDISTAS...

A.B.C., Rio, 31-8-1918

Tenho tanto que escrever, sobre coisas tão interessantes, que, agora, o tratar dessa notícia de polícia de São Paulo, eu me arrependo. Tinha de falar do *Sol de Portugal*, do José Vieira; tinha de falar desse extraordinário discurso do senhor doutor Ildefonso Albano, deputado federal.

Há tanta coisa tão interessante, num e noutro livro, que eu me reservo para dizer tudo o que de bom encontrei neles mais tarde.

O que me absorve agora o pensamento é este caso dessa pobre moça que matou o marido em São Paulo. É essa moça que, como todas as moças, não tem experiência da vida e são levadas a julgá-la da maneira mais infame que os charlatões a receitam.

Ela pensou que seu marido fosse um homem; ele, quando ela o conheceu direito, não passava de um caçador de dotes.

Todos nós, inclusive eu, *malgré tout*, estamos arriscados a casar com “moça rica”; mas de que nós não estamos ameaçados é de sermos maus para essas moças.

O que há nisto tudo é a combinação do nosso espírito muito brasileiro de acreditar que o “doutor” é tudo e a crença universal do dinheiro.

Essa moça não se casaria com esse moço se não o visse armado de um “anel”; ela não daria seu corpo se a ambiência social não dissesse que, com a tal carta, ele valia muitas coisas.

E ele não iria procurá-la, se não estivesse armado do que a bobagem dos jornais chama “pergaminho”.

Houve um mútuo engano. Ele procurou enganar a mulher com o título que o Belisário Pena diz ser científico; ela procurou enganá-lo com aquilo com que os homens enriquecem.

Mas todos os dois se esqueceram que entre mulher e marido não há furtos. Está no Código Penal.

Entre os dois só deve haver a máxima lealdade. Todos os dois devem entrar na sociedade conjugal com a máxima boa vontade e admiração um pelo outro. O que não pode continuar é que se faça da mulher escada para subir.

Nós temos direito de ter ambições. Eu mesmo quero morrer em Veneza, para ver se ainda lá encontro a minha grande paixão — Desdêmona. O que eu não posso compreender é que um homem ambicioso transforme a sua mulher, o seu maior amigo, a sua própria filha, em instrumento da sua ambição.

Todos esses entes são sagrados; para todos eles, o nosso amor e a nossa piedade devem ser coisa muito pouca.

Quando a gente se quer bater, tem muitos homens por diante; e não precisa procurá-los em sua própria casa.

A vida, apesar de não poder ser uma felicidade, deve ser uma coisa heroica.

E não há homem que tenha esse sentimento de heroísmo que não o deseje encontrar nas mulheres escolhidas.

A mulher não é instrumento de ambição; a mulher é um consolo e um conforto para os nossos vícios e as nossas desgraças.

Já fui muitas vezes jurado; já sofri muito por causa disso; mas, se eu fosse escolhido para o júri de dona Julieta Melilo, eu a absolveria.

Absolvia, minha senhora, porque não gosto desses seres cheios de títulos, que não amam a mulher a quem eles deviam amor.

Como eu sou budista, o que eu quero é o esquecimento da vida; e não mais tratarei de semelhante caso.

Publicada em *Vida urbana*

O CHEFE POLÍTICO E O SEU ELEITOR

O Malho, Rio, 1-4-1919

— Seu doutor, eu vim incomodá-lo; mas precisava muito ficar bem com minha consciência.

— Que há?

— Eu não voto no doutor Rui.

— Como você vai votar no Epitácio?

— Nem num nem noutro.

— Você está ficando indisciplinado; não é mais o correligionário disciplinado de antigamente. Que diabo foi isso?

— Eu não tenho sido companheiro para você?

— Sim senhor. Devo ao doutor todos os obséquios desta vida, pelo que lhe sou muito agradecido. Foi o doutor que abaixo de Deus, salvou a Marocas, minha mulher, sem cobrar nada... Quando foi o enterro do meu filho Dodoca, o doutor me ajudou muito...

— Isso tudo não vem ao caso. Falemos...

— Não; vem sim, doutor! Quero que o senhor não pense que sou mal agradecido. Se estou empregado, devo ao doutor e...

— Se você continuasse no partido, podia subir ou nós arranjávamos uma equiparação ou mesmo um aumento de vencimentos; mas...

— Continuo no partido, doutor...

— Como? Você não vota conosco...

— Mas não voto no outro.

— É o mesmo.

— Não é, doutor.

— É sim, Felício! Em política, quem não é por mim é contra mim. Você sabe disso, não é?

— É e não é. Não estou contra o senhor não senhor! É que me deu uma coisa cá dentro e eu...

— Que foi que deu em você?

— Eu me explico, tanto mais que tenho pensado muito no caso. O senhor quer me ouvir?

— Ouço, mas você não demora muito.

— Não demoro não senhor.

— Conte lá a história.

— Vou contar. Trata-se — não é verdade? — de escolher o homem que vai governar isto tudo. Quero dizer que ele vai governar todos os brasileiros, inclusive eu.

— Daí?

— Espere, doutor! Pensei, então, eu cá com os meus botões: vou escolher uma pessoa que deve mandar em mim, na minha mulher, nos meus filhos, na minha casa até, preciso cuidado. Não é, doutor?

— Mais ou menos, é, pois há a lei que...

— Isto de lei é história. Quem governa é ele mesmo...

— Vamos adiante.

— Um homem que vai ter tanto poder sobre mim, sobre os meus e sobre as minhas coisas para ser escolhido por mim mesmo, deve ser meu conhecido velho. Voluntariamente pela minha própria vontade, vou escolher um dono para mim, e sendo assim o meu dever é estar inteirado do sujeito que é, não acha?

— Sim, não há dúvida. Mas você sabe bem quem é o Rui, penso eu.

— Conheço. É um homem muito inteligente...

— A maior glória do Brasil.

— É um grande talento.

— É um gênio.

— Sei de tudo isto doutor. Mas daí não posso concluir que ele possa mandar-me.

— Por quê?

— Pode ser caprichoso, implicante...

— Ora!

— Quer dizer que ele nunca me enxergará, não é?

— Não é bem isso...

— Ele pode não me enxergar, mas um dia enxerga outro por ele, e lá estou eu a braços com um homem de veneta.

— Não digo que ele seja...

— E o Epitácio?

— Esse ouço dizer que também é inteligente, doutor, tem sido muita coisa...

— Mas não é o Rui.

— Sei, doutor. Rui Barbosa não tem igual.

— Mas por que você não vota nele?

— Não voto porque não o conheço intimamente, de perto, como já disse ao senhor. Antigamente...

— Você não pensava assim, não é?

— É verdade; mas, de uns tempos a esta parte, dei em pensar.

— Faz mal. O partido...

— Não falo mal do partido. Estou sempre com ele, mas não posso por meu próprio gosto dar sobre mim tanta força a um homem, de que eu não conheço o gênio muito bem.

— Mas, se é assim, você terá pouco que escolher, a não ser nós colegas e nós amigos de você.

— Entre esses eu não escolho, porque não vejo nenhum que tenha as luzes suficientes; mas tenho outros conhecidos, entre os quais posso procurar a pessoa para me governar, guiar e aconselhar.

— Quem é?

— É o doutor.

— Eu?

— Sim, é o senhor.

— Mas eu mesmo? Ora...

— É a única pessoa de hoje que vejo nas condições e que conheço. O senhor é do partido, e votando no senhor, não vou contra ele.

— De forma que você...

— Voto no senhor para presidente da república.

— É voto perdido...

— Não tem nada; mas voto de acordo com o que penso. Parece que sigo o que está no manifesto assinado pelo senhor e outros. “Guiados pela nossa consciência e obedecendo o dever de todo republicano de consultá-la”...

— Chega Felício.

— Não é isso?

— É, mas você deve concordar que um eleitor arregimentado tem de obedecer ao chefe.

— Sei, mas isto é quando se trata de um deputado ou senador, mas para presidente, que tem todos os trunfos na mão, a coisa é outra. É o que penso. Demais...

— Você está com teorias estranhas, subversivas...

— Não tenho teoria alguma, doutor. Consultei a minha consciência e a minha gratidão, e voto no senhor.

— Mas... já sou deputado.

— Que tem? Sobe mais um posto, ganha mais...

— Não preciso, já ganho na clínica muito.

— Com o lugar de deputado? Então pra que quis ir para a Câmara?

— Para nada.

— Doutor, eu decididamente não compreendo nada disto. Essa política é mesmo igual aos mistérios dos padres... Passe bem.

Publicada em *Vida urbana*

NO PRIMOR DA ELEGÂNCIA

O Malho, Rio, 19-7-1919

- Pois foi mesmo uma coisa que não sei como qualificar.
- Mas nunca tinhas jogado?
- Tinha; mas, em família, a vinte e dez réis o tento. Assim a sério, nunca! E ainda por cima ficar devendo dois contos... Livra!
- Já os pagaste?
- Não; não foi preciso.
- Que diabo! Não te entendo!
- Queres ouvir a história tintim por tintim?
- Quero.
- Pois então ouve lá.
- Estou ouvindo.
- Andava eu muito arrebetado, devido a minha mania poética. Tinha empenhado os meus vencimentos, uma grande parte, bem entendido, a um agiota, para publicar o meu poema *Luzes no Nevoeiro*. Lembras-te?
- Lembro-me. Por sinal que...
- Não fez lá grande feio, até... Bem! Continuo: assim, encalacrado, o que restava dos vencimentos era para comer e morar. Pacientemente, até com grande orgulho íntimo, por me ter heroicamente sacrificado às letras, eu ia passando meses, quando certo dia o meu colega de repartição, Segadas, perguntou-me: “Oh! Barcelos! Você nunca jogou no bicho?” Fiz um esforço de memória e respondi: “Uma vez, há muito tempo.” Segadas não se contentou com a minha resposta e disse-me ainda: “Escreva aí, num papel, um número de quatro algarismos, qualquer, compreendeu?” “Para que é?” perguntei. “Ora!” fez ele rindo-se. “Você sabe bem para o que é. Querem ver que você está se fazendo de tolo comigo?” Desconfiei que fosse para isso, mas Segadas era doutor em bicho. Comprava *Mascote*, *Talismã* e até uma revista mensal, *O Mistério da Sorte*, ele assinava. Como é que então, me vinha pedir palpite, a mim que era néscio na bicharada? Enfim... Escrevi o tal milhar; e dei-lhe o papel com ele escrito. Examinou, abalou a cabeça com ar de dúvida e por fim exclamou: “Vamos ver... Dê-me aí um mil-réis, você tem?” Tinha e dei-o. Saí

da repartição, sem mais me lembrar do caso. O meu espanto estava reservado para o dia seguinte. Assinei o ponto e, quando entrei na seção, ele veio ao meu encontro e fez com um ar muito expressivo, mas que eu não sei como qualificar: “Tem pelo, Barcelos! Ganhaste três contos e pouco”, acudiu ele. Suspendi a respiração; e explicou-me então ele que eu tinha, de sociedade com os dele, distribuído aqueles dez tostões no milhar, na centena, na dezena, no grupo; e meu lucro estava ali. Passou-me a bolada.

— Continuaste trabalhando?

— Qual! Pedi licença e saí. Meditei muito no que devia fazer. Pensei em pagar o agiota, mas pagá-lo era dar-lhe lucro, pois o desconto seria insignificante e eu pagaria quase o mesmo que devia pagar daí a um ano e tanto... Não valia a pena! Não paguei e comprei roupas novas e outros aviamentos *chics*. No fim de vinte dias, o meu tesouro estava quase reduzido a pouco menos de três contos, embora a minha biblioteca se houvesse enriquecido e eu andasse no primor da elegância, pela avenida, teatros, circos de esporte etc. mas, sem sorte alguma. Diabo! fiz eu de mim para mim. Ninguém é profeta em sua terra. Preciso dar um passeio. Tinha lido uns versos de Olegário Mariano sobre Poços de Caldas e decidi-me ir até lá passar uns tempos, isto é, um mês ou dois, se tanto. Fui. Passei em São Paulo, onde me demorei uma semana. Queria ficar mais tempo. Aquele recato de São Paulo, aquela sua decência e pudicícia faziam evoluir um *bouquet* capitoso da taça dos seus prazeres e me inebriava. De noite, com as portas fechadas, no interior de alegres casas, era como se a linda cidade me dissesse: parecer não é ser. Mas... cumpria ir a Poços de Caldas e o fiz com esforço. Deixei a minha Cápua e lá fui para a cidade das águas de Juvência. Digo-te com franqueza que a cidade em si não me agradou. Aquele tom híbrido de roça e cidade, ainda mais acentuado com o urbano pavonear dos aquáticos, não era lá coisa de despertar-me ideias de beleza.

— E a paisagem?

— Ora! Para quem sai do Rio de Janeiro!!

— Em que hotel estiveste?

— Um bem catita e cheio de si, mas de cujo nome não me lembro. O que eu sei é que, durante a primeira semana, mal troquei cumprimentos com os outros hóspedes.

— Não jogaste?

— Não. Mas dei uma volta pela sala da roleta e observei o cavalheirismo dos banqueiros de lá, emitindo fichas mais baratas para as senhoras. É galante!

— Senhoras?

— Autênticas, filho! Lá, passa-se a linha equinocial para além da qual, como diziam os antigos, não há crimes. Em Poços, tudo joga: moças, meninas, matronas, barbadões sisudos, chefe de polícia, delegado, creio que até padres e irmãs de caridade.

— Não é possível?

— Pois vá lá, para veres só. Mas, como te dizia: não tinha até ali travado conhecimento algum, quando uma tarde após o jantar, estando sentado à varanda do hotel, um senhor bem disposto dirigiu-se a mim e disse-me prazenteiramente:

“Então doutor, está apreciando o crepúsculo de Poços? Com certeza é para ter saudades do Rio — não é?’ Por aí fomos e travei conhecimento com o senhor coronel (da guarda nacional) Paulo Serpente. Era um homem tratável, fino, não parecia lá muito lido, mas denotava muita convivência com pessoas instruídas. Em uma semana, ele transformou a monotonia do meu viver. Fui ao salão, conversei, ouvi música, fiz até uma conferência literária — *Céus de Veneza* — onde nunca estive, e arranjei um amor pecaminoso sem inesperadas consequências. Uma tarde, o coronel perguntou-me: ‘Doutor, o senhor não joga pôquer?’ Não esperava por esta pergunta, mas respondi com franqueza: ‘Jogo, mas mal.’ ‘Não importa, é só para entreter.’ Acedi, sem nenhuma repugnância. Após o jantar, ele me procurou e disse-me prazenteiro, mesmo à roceira: ‘Vamos à coisa, doutor!’ Indaguei: ‘E os parceiros?’ ‘Já estão lá na sala.’ Fomos, eu e ele. A sala de jogos de cartas ficava num pavilhão paralelo àquele em que se jogava o bacará, a roleta etc. Entre os dois uma espécie de jardim largo, mas bem maltratado e pouco iluminado. Fui apresentado ao doutor Simões Espinheiro, grande advogado no Rio; e o outro era um senhor Eufélio dos Anjos, que já conhecia por ser companheiro inseparável do coronel. Preparamos mesa etc. e marcamos o valor da ficha. O advogado queria que fossem a dez mil-réis. E eu, para não fazer feio, concordei e Eufélio e o coronel, porém, julgaram melhor ser pela metade. Cada um de nós adquiriu cem fichas, quinhentos mil-réis; e começamos o jogo, *hands*, trincas, *four...* trepações, enfim, toda aquela complicação não havendo limite nas apostas. No fim de meia hora, tinha perdido tudo; no fim de hora e meia, só me restava o dinheiro do hotel. Quis levantar-me, mas o coronel opôs-se e adiantou-me mais quinhentos, em fichas mas de beíço. Perdi. Pedi mais, perdi. Pedi mais e só de beíço, dois contos de réis. O tal advogado foi mais caipora do que eu, também era mais afoito, o bobo. Perdeu dezoito contos em cerca de três horas.

Encheu cheques sobre um banco de São Paulo, deu a cada um o que competia; e levantou-se sorridente, cheio de indiferença. Mais tarde, vim a saber que ele pusera fora toda a fortuna da mulher. Era por isso. Por minha vez saí e procurei no jardim um lugar escuro onde chorasse as minhas mágoas. Como havia de pagar aqueles dois contos? Onde arranjar aquele dinheiro? Tinha que me ir embora no dia seguinte... Nisto, surge-me o coronel Serpente que me fala: ‘Doutor, vamos jogar roleta?’ Verdadeiramente acabrunhado, respondi-lhe: ‘Qual, coronel! Tenho sido tão caipora! Até não sei como...’ Não acabei a frase. O coronel tirou da algibeira dois pacotes e mos deu. De espanto, eu não falava; ele, porém, disse-me com voz de amigo: ‘O doutor não nos deve nada. Leve o seu dinheiro. O senhor sabe que são precisos quatro parceiros, pelo menos, para jogar o pôquer? O doutor era-nos preciso, para depenar aquela paca, o Simões. Boa noite.’”

Publicada em *Vida urbana*

MODAS FEMININAS E OUTRAS

Careta, Rio, 13-9-1919

De uns anos a esta parte, eu não vejo a Avenida nem a Rua do Ouvidor com os olhos de cinco anos para trás. De forma que, sendo assim, não faço reparo nos “almofadinhas”, “melindrosas”, “entupidinhas” e outras criaturas que tanto preocupam os nossos estetas de cinema.

Contudo leio-lhes as crônicas e fico admirado com o desvelo que têm em tratar dessas coisas de vestuário das moças com ares de que está lançando a excomunhão maior com auxílio da fatal Grécia.

Quando menino, conheci até a anquinha, o tundá; e todos falavam mal dela ou dele, como imoral; entretanto, não deixava o tal adorno ver descoberta nenhuma parte do corpo. Ao contrário. Vieram o *droit-devant*, a *jupe-culotte* e outras norteações da alma feminina e todos teimaram em encontrar nesses vestuários das damas provas de impudicícia, de despudor e outras coisas correlatas.

Eu não sei quando eles têm razão, se é quando estimam as mulheres ultradecotadas nos grandes bailes e teatros, ou se é quando acham isto indecente no meio da rua.

Deviam-se remediar essas discrepâncias e discordâncias de modo que não fôssemos apelar para o duvidoso critério das propensões dos gregos que não o tinham firme, tanto assim que há estátuas de deuses e heróis deles que possuem até nove cabeças e outras nem oito.

A minha ideia era nomear uma comissão que estabelecesse a base de um projeto sobre os comprimentos dos saíotes e dos decotes, fixando o que podia ser visto ou não.

Nessa comissão entrariam sacerdotes e sacerdotisas de todas as religiões, inclusive a de Vênus, estetas acadêmicos ou não, membros da Liga pela Moralidade, da Defesa Nacional e Nacionalista e, mais ainda, alguns negociantes de fazendas, fitas e bugigangas.

Cada um estudaria a questão no seu ponto de vista e todos apresentariam um trabalho completo ao Parlamento Nacional.

O que era difícil era eles se entenderem, mas isso é lá com eles que devem esforçar-se para tal conseguir no objetivo da felicidade do país.

Não há uma comissão de inquérito na Câmara para o estudo da questão social que até agora tem dado os melhores resultados? Por que a Comissão de Modas Femininas não virá a dar também?

Tão momentoso assunto deve interessar deveras todos os bons brasileiros, por estar ele causando as mais terríveis inquietações ao bom povo de Minas, Goiás, Paraíba, inclusive Cascadura.

Tudo encarece e fica pela hora da morte; mas toda a nossa gente brasileira tem as vistas voltadas para as coisas do Rio, da avenida; e é preciso atendê-la quanto antes.

Publicada em *Vida urbana*

A TAL HISTÓRIA DA ANIAGEM

A.B.C., Rio, 27-9-1919

Andam os jornais e a tribuna da Câmara num bate-boca danado a propósito da diminuição dos impostos sobre as sacas de aniagem importadas.

As primeiras figuras do debate são o senhor doutor Jorge Street e o senhor doutor Veiga Miranda, deputado federal.

O primeiro é dos homens de fortuna que, pela sua inteligência, cultura e largueza de espírito, eu mais admiro.

Não posso negar aqui que já lhe pedi um favor, no começo da minha vida de escritor.

Ele leu meu primeiro livro, isto há mais de dez anos; e quis me ajudar.

Por intermédio do doutor Delamare, que, por aqueles tempos dirigia a Fábrica Rink, eu lhe fiz um pedido, que não era de dinheiro; e, embora ele não me pudesse servir, eu lhe sou imensamente grato.

Conquanto atualmente eu me haja declarado inimigo irreconciliável do capitalismo, não posso deixar de demonstrar publicamente o meu agradecimento por tão generosa pessoa que saiu de sua importância e riqueza para se interessar pela minha pobreza e humildade.

Digo isto aqui ao doutor Jorge Street porquanto pela nossa concepção de riqueza e propriedade, não me julgo muito separado de sua senhoria.

O seu último artigo, justificando a existência de associações operárias ou sindicatos, para tratar e discutir as suas questões com os patrões, mostrou muito bem que o doutor Jorge Street não era um rico vulgar.

Ele dizia muito bem que, em face do poder do capital, os operários só podiam lutar associados. Tinha toda a razão plenamente, e só os absolutos Andrades Bezerras, com uma erudição de última hora, extremamente pernóstica, podem contestá-lo. Esse reacionário senhor tem uma grande descoberta; é a sociologia católica. Por que semelhante deputado não descobre uma geometria muçulmana ou uma física budista?

Tudo isto, porém, não vem ao caso. Falava eu do debate entre os senhores Jorge Street e Veiga Miranda; e me alonguei em tratando do primeiro. Seria,

entretanto, injustiça não dizer alguma coisa sobre o segundo de quem tenho recebido favores inestimáveis.

O senhor Veiga Miranda é um grande romancista, talvez dos maiores da geração atual. O seu último livro — *Mau Olhado* — é, em todos os sentidos, uma obra notável.

Tive ocasião de dizer isto em longo artigo que, creio, sua senhoria não leu, apesar de lhe ter eu enviado a revista.

Mas o que decorre dos seus livros é que o seu pensamento não passa de atividade mental completamente retrógrada.

Ele ama a fazenda e os fazendeiros e faz de ambos o núcleo da nossa civilização.

Talvez haja nisso um pouco de verdade; mas como é, doutor Veiga Miranda, que sua senhoria se esquece do escravo?

Uma coisa supõe outra e ambas têm de coexistir. Há um grande erro de lógica e de rigor artístico em querer separar as duas coisas ou mesmo ofuscar uma em favor da outra. Já os românticos, Bernardo Guimarães, José de Alencar e outros tinham pressentido isto; e os seus livros estão aí para mostrá-lo.

O seu amor à fazenda e ao fazendeiro leva-o a soltar na Câmara várias catilinárias contra os industriais que fabricam a embalagem, isto é, a sacaria de aniagem para o acondicionamento do café.

O senhor doutor Veiga Miranda, que sempre viveu no interior, deve saber que o que faz a miserável condição do nosso trabalhador rural não foi a indústria das cidades, foi a indústria da roça. Não há chefe pior do que o fazendeiro, o usineiro de açúcar e o dono de seringal.

Um dono de fábrica de tecidos é, à vista de semelhante gente, muito melhor do que um dono de fazenda de café de São Paulo, que é uma grande peste nacional.

Eles se têm e se arrogam todos os direitos de senhor feudal, até o de primícias.

Não quero citar fatos, mas o senhor doutor Veiga Miranda quis desafiar-me e mencionou o caso que se passou com um irmão de uma grande pessoa que chegou a ser até presidente da república. Foi a tal nobreza rural que desmoralizou a gente rural...

A questão da aniagem é uma das burrices da república que eu odeio. Eles, os legisladores republicanos, criaram o protecionismo imbecilmente ou por desonestidade. Não sabiam com o que jogavam. Agora apelam para os

interesses da nobreza rural (ex-Alfredo Ellis e o Zé Bezerra) que tem explorado os negros, os portugueses e italianos, para se enriquecerem.

Os industriais, muito inteligentemente, caíram em cima deles e fizeram pagar as extorsões de tais lavradores que não sabem plantar a toda uma população que o meu amigo Monteiro Lobato chama de jecas-tatus e fenece por aí.

À semelhante gente que quer criar até a tolice da Ordem dos Advogados, na minha despedida da vida, eu só posso dizer como o meu preto velho que me criou e eu o amei e ele me amou, Manuel de Oliveira: “Eles que são brancos, que lá se entendam.”

Publicada em *Vida urbana*

UMA PARTIDA DE *FOOTBALL*

Careta, Rio, 4-10-1919

Das coisas elegantes que as elegâncias cariocas podem fornecer ao observador imparcial, não há nenhuma tão interessante como uma partida de *football*.

É um espetáculo da maior delicadeza em que a alta e a baixa sociedade cariocas revelam a sua cultura e educação.

Num círculo romano, com imperadores, retiários, vestais e outros sacerdotes e sacerdotisas, não se poderiam presenciar aspectos tão interessantes, coisas tão inéditas como nas nossas arenas de jogo do pontapés na bola.

Os gladiadores eram raramente homens de grande beleza física e muito menos intelectual; os nossos jogadores de *football*, porém, são excelentes modelos, em que o crânio alongado e pontiagudo dá um remate de beleza aos seus membros inferiores que muito lembram certos ancestrais do homem.

O senhor Coelho Neto, a quem muito admiro, já fez a apologia desses apolos, com a força de sua erudição em coisas gregas.

Não há, portanto, nos nossos hábitos, fato mais agradável do que assistir uma partida de bolapé.

As senhoras que assistem merecem então todo o nosso respeito.

Elas se entusiasmam de tal modo que esquecem todas as conveniências.

São as chamadas “torcedoras” e o que é mais apreciável nelas é o vocabulário.

Rico no calão, veemente e colorido, o seu fraseado só pede meças ao dos humildes carroceiros do cais do porto.

Poderia dar alguns exemplos, mas tinha que os dar em sânscrito.

Em português ou mesmo em latim, eles desafiariam a honestidade: e é, por um, que me abstenho de toda e qualquer citação elucidativa.

O que há, porém, de mais interessante nessas festanças esportivas é o final.

Sendo um divertimento ou passatempo, elas acabam sempre em rolo e barulho.

Por tal preço, não vale a pena a gente divertir-se.

É o que me parece.

Publicada em *Vida urbana*

UM “DESAFIO” HISTÓRICO

Dom Quixote, Rio, 15-10-1919

Na Paraíba do Norte, quando era do norte, pois acabaram com a do sul, houve um “desafio” que se tornou notável, porquanto nele tomaram parte personagens que hoje são célebres. O caso se passou entre o senhor Epitácio Pessoa, atual presidente da república, e o senhor Pelino Guedes, poeta extraordinário das *Trovas do Sertão* e diretor-geral da Secretaria da Justiça, presentemente aposentado.

Todos os dois tinham amor por uma cabocla cheirosa que nem a flor do manacá; mas ao que parece ela não se importava com nenhum deles e tinha uma grande admiração por um “saveirista” da vizinhança.

Epitácio começou:

*Você que carrega o saco
Deste moço decidido
Diga-me no fim da festa
Quem fica de mal partido*

Pelino, à vista disso, quis coçar o bigode e a cabeleira, mas quando ia fazer tal coisa, lembrou-se da *Negrita* e escondeu o gesto, pensando na resposta que foi esta:

*Quem fica de mal partido?
Eu vou já lhe responder
Que no fim deste governo
Eu sei o que vou fazer.*

Epitácio, então, ficou meio engasgado e, poucos minutos depois, respondeu ao Pelino das barbas de tinta:

Faço o que me der na telha

*Pois seja lá como for
No fim deste governo
Não serás governador.*

Epitácio, olhando para a Rita da Anunciação, tomou-se de entusiasmo e vociferou os seguintes versos:

*Não serás governador
Só mesmo se não quiser.
Que a força deste manata
Você já sabe qual é.*

Pelino, vendo que a Rita tinha ficado impressionada com a resposta, esquentou-se e, com todo o ímpeto, desafiou:

*Eu conheço a sua força
Sei a força que você tem
Mas eu cá não tenho medo
Nem de você, nem de ninguém.*

Epitácio, apesar de pequenino, cresceu e gritou, fora do tom do fado:

*Olhe o que você está falando
Caboclo! "você não me atenta!"
Nasci eu em Caxangá
E tenho cabelo na venta.*

Pelino, com a ousadia inesperada de Epitácio, perdeu um pouco da tintura das barbas, e, quase esbravejando, retrucou:

*Nascesse aqui ou ali
Ou mesmo no oco do pau
Quando estou com a razão
Sou pior que bicho mau.*

Mas Pessoa, que é hoje presidente, esqueceu-se da sua célebre “agravante da inundação”, e quis fazer uma desgraça verbal, destemperando na quadra. Abaixo:

*Você vai ver com quantos paus
Fabrica-se uma canoa
Então para o seu governo
Tome no alto da coroa.*

O célebre promotor da inundação, atual presidente desta bodega, agrediu o seu contendor; mas nesse meio-tempo, a cheirosa criatura, Rita da Anunciação, a cabocla, interveio, enquanto uma autoridade policial aparecia.

Inteirou-se do caso, soube dos versos e disse simplesmente:

— Mas não são de nenhum deles. Conheço o autor...

Rita da Anunciação, que tinha sido objeto de tão falso pugilato, não se pôde conter diante de semelhante desfaçatez e exclamou com desdém:

— Ora bolas!

Publicada em *Vida urbana*

LIGA DE DEFESA NACIONAL

Careta, Rio, 25-10-1919

Os jornais não têm noticiado convenientemente as decisões dessa importante associação que vem prestando ao país os mais extraordinários serviços.

É uma lástima que a ligeireza da nossa imprensa assim proceda, porquanto o público brasileiro devia estar sempre informado dos seus atos, para apoiar moral e materialmente tão útil sociedade.

É mesmo do nosso temperamento não dar importância às coisas sérias, antes preocuparmo-nos com toleimas e futilidades.

Os jornais enchem páginas e páginas sobre coisas de “almofadinhas” e “transparentes”, mas repelem tudo o que interessa os destinos da nacionalidade.

Um crime vale mais do que um apelo à Nação para que se una em prol de sua grandeza.

Não é o criminoso que ganha com o crime; são os jornais. Os delinquentes se fizeram assim, para uso e gozo das folhas volantes.

Não nos move contra elas nenhuma espécie de animosidade; mas registramos um fato unicamente.

Tudo isso veio a propósito do fato lamentável de não terem os grandes diários desta capital publicado as últimas resoluções da Liga de Defesa Nacional, votadas em sessão de diretoria.

Ficou estabelecido nessa memorável sessão que se fortificasse a margem brasileira do Oiapoque, a linha de cumiada das serras de Tumucumaque, Acaraí e Paracaima, a fim de evitar as incursões dos franceses da sua Guiana no nosso território.

Aprovada sem debate tão importante resolução, foi votada a verba de um maciço discurso do senhor Coelho Neto, para custear a construção dos fortes, fortins e fortalezas indispensáveis.

Não se pode negar que a liga procedeu patrioticamente e que os fundos votados são consideráveis.

Outra resolução importante foi a de melhorar a situação de nossas forças na fronteira de Mato Grosso com o Paraguai.

Toda a gente sabe em que estado lamentável está tudo aquilo, quanto a quartéis, cavahada etc. etc.

Pois bem: a liga destinou a verba de uma versalhada do senhor Leôncio Correia, para que tão triste estado de coisas acabasse de vez.

Não cabe nos estreitos limites desta revista citar todas as decisões da liga; mas os leitores podem encontrá-las no *Diário Oficial*, que é jornal de leitura amena.

Publicada em *Vida urbana*

COERÊNCIA

Careta, Rio, 1-11-1919

Um grande salão, forrado de estantes de luxo, peçadas de grossos livros virgens, os onze mil da anedota, o grande político, pela manhã, lê os jornais, depois de um excelente banho morno e um suculento chocolate com torradas.

Está com o vestuário mais que caseiro, pois espera o grande banqueiro Baruc para tratar de um empréstimo, destinado ao saneamento da cidade de Itaçuê, que faz parte do seu distrito eleitoral.

Abre em primeiro lugar o *Diário do Rio de Janeiro*, dirigido pelo grande jornalista português Alcoforado. É o jornalista de sua paixão, ainda ultimamente, na questão da Estrada de Ferro da Trindade, proporcionou-lhe meios e modos de ganhar nada menos de duzentos contos.

Lê o artigo de fundo e este período enche-o de júbilo:

“O nosso Brasil muito deve à república. Os seus homens públicos têm sido de um grande desvelo e carinho no enfrentar os problemas máximos da nossa pátria, resolvendo-os com perfeição e sabedoria.”

Por aí ele quase exclama:

— Este português tem muito talento!

Refletia, mas absteve-se de gritar, para não parecer maluco. Acabou de ler o artigo de Alcoforado e tomou o diário rubro — *A Ideia Nacional* — dirigido pelo mais jacobino dos nossos jovens jornalistas. Deixou um artigo enorme, na primeira coluna, que tratava de *Os bandeirantes e a ideia nacional*, passou para a quarta, onde se lhe deparou esse tópico:

“Não é possível que a sociedade nacional permita que o português Alcoforado emita juízos sobre a nossa política interna. Essas coisas só podem e devem ser discutidas pelos brasileiros natos, pois só a eles interessam, porquanto se supõe que quem as segue é porque aspira o cargo de presidente que só pode ser exercido por brasileiro nato.”

Neste ponto, o grave político suspendeu a leitura, tanto estava arranhado e disse de si para si:

— Que argumentos! Homessa!

Anunciaram-lhe a chegada do grande Alcoforado. Mandou que o fizessem entrar. Não tardou que tal se realizasse; e o homem entrou mesureiro, consumado cortesão que era. Quem o visse lá fora, arrogante com os inferiores e subalternos, não o reconheceria ali, quase de joelhos diante daquele manipanso parlamentar. Após os cumprimentos, o senador perguntou:

— Alcoforado, você leu o *suelto* do Bretas, na *A Ideia*?

— Li, excelentíssimo. Vossa excelência quer que lhe diga uma coisa?

— Diga.

— Esse Bretas é um asno.

— Não é só isso. Ele mostra ser de uma ignorância crassa. A Constituição permite a todos a livre manifestação de pensamento e não faz distinção entre nacionais e estrangeiros.

— É verdade — fez Alcoforado —, mas não vale a pena discutir com um tipo como esse Bretas. É perder tempo!

Falaram depois sobre emoções, negócios, pândegas; e, ao olhar o monte de jornais, Alcoforado foi ferido pelo título de um modesto jornaleco:

— *O Inimigo das Leis*.

— Vossa excelência lê isto?

— O quê?

— *O Inimigo das Leis*.

— Que é? É a primeira vez que o recebo.

— É um jornaleco anarquista, virulento e violento.

— Não conhecia.

— Quer ver, vossa excelência! Vou abri-lo e ler-lhe um trecho.

— Vamos ver.

Alcoforado abre o jornal e lê: “A República do Brasil, como em toda a parte, falhou.” “A burguesia capitalística, industrial, comercial, jurídica e administrativa, como nos demais países do mundo, se há mostrado incapaz de guiar o rebanho humano para a felicidade.”

— Ouviu, vossa excelência?

— Ouvi! Quem assina isto?

— É um tal Pantaleone.

— Quem é?

— É um italiano que foi sapateiro e, aqui, ganhou algumas luzes e vive da exploração dos operários, sob o pretexto de propagar ideias avançadas.

— É preciso expulsá-lo.

— Acho que sim.

— Vou hoje mesmo ao chefe de polícia.

— Vossa excelência faz muito bem.

— É uma medida de profilaxia social.

— Não há dúvida alguma.

Nisto entrava o banqueiro Baruc e a conversa tomou outro rumo.

Publicada em *Vida urbana*

HISTÓRIAS DE NITERÓI

Careta, Rio, 1-11-1919

Aquela Cantareira da antiga Praia Grande é a companhia de navegação e de viação mais fantástica que se pode imaginar.

Há poucos anos, tencionando dar um simples passeio na outra banda da Guanabara, tomei uma das suas tartarugas e quase fui parar em Montevideu ou Buenos Aires. Não só eu, como os demais passageiros.

Eram sete horas da tarde, em junho, portanto, noite fechada. Chuviscava. Tomei no Largo do Paço a *Terceira* — que, como as demais outras companheiras, só merecia uma numeração — *Última*.

Todas elas são o que há de mais “último” em ordinário e imprestável.

Tomei a barca, apesar do tempo; e, a bem dizer, por causa do tempo, porquanto queria apreciar a chuva no mar.

A barca moveu-se vagorosamente e parecia que as coisas corriam placidamente, quando, de súbito, ela parou no meio da baía. Que foi? Que não foi? Os poucos passageiros encheram-se de susto; a chuva e o vento recrudesceram violentamente.

Não se via um palmo adiante da proa da barca.

O que houve? A caldeira ameaçava arrebentar e o maquinista julgou de bom alvitre descarregar todo o vapor. Dessa forma, nem apitar se podia.

Alguns passageiros lembraram fazer uma gritaria. Todos se puseram a gritar como loucos; em breve, estavam todos exaustos. A barca derivava mansamente em direção à barra.

Era no tempo da nossa guerra branca e por isso foi lembrado o perigo das minas.

A barca perigava... Chovia, ventava e a noite estava escura como breu.

Os passageiros já tinham descansado as gargantas e iam de novo fazer gritaria; mas, Mr. Sharp, pastor protestante da seita dos Adventistas, julgou que era melhor entoar um salmo em uníssono.

Ninguém sabia esse salmo. Então, o senhor Silva Sousa, doutor em medicina, bacharel em ciências físicas e matemáticas, advogado formado, cirurgião-dentista, farmacêutico, normalista diplomado pela Escola Normal de

Campos e membro da Academia de Letras de Cubango (Niterói), propôs que se cantasse uma canção de sua lavra que devia fazer parte de uma revista de sua autoria, a ser levada em breve num cinema da capital Fluminense.

Foi aceito o alvitre e cantarolava-se uma coisa alegre enquanto a barca derivava em pleno oceano.

De repente, um jorro de luz inundou toda a barca. Era o holofote da fortaleza de Copacabana; logo em seguida, um tiro e um “melão” passou de raspão pela barca.

Certamente, os da fortaleza tinham tomado a barca por um couraçado alemão.

Não conto todas as peripécias, para não me tornar fastidioso. Para encurtar razões, direi somente aos senhores que fomos salvos já no litoral de São Paulo, depois de dois dias, por um navio suíço que passava na ocasião.

Não ficam só nisso as proezas da Cantareira. Muitas outras ela tem realizado.

Ainda há dias, tanto perseguiu os seus bondes, negando-lhes tratamento e descanso, que os pobrezinhos endoideceram nas vias públicas de Niterói.

Suponho que os leitores tiveram notícia daqueles bondes que, sem tir-te nem guar-te, em plena cidade vizinha, deram o desespero, cuspiram na via pública motorneiros e passageiros; e até um deles veio em disparada pela cidade afora para só suspender a sua furiosa carreira, na ponte das barcas, envolvido em labaredas.

Tem-se visto muita coisa de pasmar; mas um bonde enlouquecer desse modo, só a Cantareira podia conseguir.

Publicada em *Vida urbana*

EFEITOS DA LEI VALETUDINÁRIA

Careta, Rio, 15-11-1919

Depois que a autoridade policial messianicamente conseguiu escavar uma lei valetudinária de repressão ao alcoolismo, muitos casos curiosos se hão passado.

Temos visto a polícia provocar muitas coisas cômicas, mas nunca como as que tem feito com a tal lei arquivada de combate ao alcoolismo.

Uma das mais interessantes foi aquele fato de ter sido multado um negociante pela simples razão de ter vendido um refresco.

Conto o caso e é simples. Uma tarde destas, após sete horas, entrou em um botequim modesto da rua da Ajuda, um homem razoavelmente trajado e pediu um *grog*. O caixeiro hesitou e, a princípio, recusou servi-lo.

O freguês, porém, argumentou e convenceu-o de que *grog* não podia ser considerado bebida alcoólica, visto o álcool entrar ali em parte mínima e ser o seu efeito nocivo corrigido pelo seu parente, o açúcar, e pelo limão.

O caixeiro convenceu-se da coisa e vendeu a bebida. Nisto, entra um policial que não teve dúvidas: multou o botequineiro com todo o rigor da lei.

Os policiais ainda não estão de acordo se *grog* é bebida alcoólica; e julgam essa questão tão difícil como o senhor Pedro Lessa acha a de compreender um testamento.

Certo fato bastante curioso se deu também.

Uma manhã destas, entrou numa das nossas confeitarias, um jovem esbelto, possuidor das barbas mais negras deste mundo, aparentando dezoito anos.

Foi sentar-se e pediu uma dose de *vermouth* misturado.

O caixeiro mirou-o de alto abaixo e disse:

— Não posso servir.

— Por quê?

— Porque o senhor é menor.

— Como? Sou diretor aposentado de uma secretaria de Estado. Como é, então?

— Não sei... Não posso... A sua fisionomia não denota ter mais de vinte anos. Mostre a certidão...

Era o doutor P. G. que pinta os cabelos.

Muitos outros casos surpreendentes se têm passado que agora não nos ocorrem.

Publicada em *Vida urbana*

PODEM FAZER?

Careta, Rio, 22-11-1919

Não são só os escritores militares que fazem apologia da guerra, muitos civis de outras condições a fazem também. Recordo-me ainda que ultimamente um pregador brasileiro, muito respeitado pelos seus talentos e conhecimentos religiosos, chegou, num raptó de eloquência, a asseverar que a guerra era divina.

Embora não seja eu ateu de todo e não tenha os conhecimentos do senhor Cunha Pedrosa, que quer um dia feriado para os brasileiros darem graças a Deus, como se não houvesse dia, hora e minuto em que eles tal não façam, quando lhes acontece alguma boa ou escaparam de alguma má; embora não seja como o eminente senador conterrâneo do senhor presidente, tenho para mim que não é coisa muito cristã chamar-se a guerra de coisa de Deus.

A última guerra parece-me dar razões para isso, mas se não fossem somente os fatos propriamente guerreiros como a morte ou inutilização de milhões de homens etc. etc., bastavam as consequências dela que agora se estão verificando.

Não há dia em que não se abra jornais que não se fique horrorizado com as verificações de lamentáveis desgraças que ela acarretou e está acarretando.

Os telegramas enchem-nos de pasmo e de assombro. Não se os pode ler sem sentir o maior constrangimento e horror.

Parece que a humanidade vai falir; e eles vêm de todas as partes.

Vejam só trechos destes de que todos os nossos diários deram à estampa — descrevendo o estado de penúria em uma das mais importantes cidades:

“Os trens e outros veículos circulam pela cidade, sem iluminação e sem limpeza de espécie alguma. A iluminação da cidade apaga-se às onze horas da noite. Numerosos viajantes dormem nos hospitais. Todas as casas particulares são obrigadas a alugar os seus compartimentos disponíveis. Afirma que esta situação é, com pequenas variantes, idêntica em toda a Alemanha. Por quase toda a cidade falta pão, composto atualmente, como durante o período da guerra, de toda e qualquer farinha, exceto da de trigo.”

Parece que não é preciso mais pôr na carta, para se poder avaliar o grau de miséria a que cinco anos de guerra levaram um país próspero e rico.

Os males oriundos da guerra não ficaram só no campo material. Foram além e parecem interessar os próprios destinos morais da espécie.

No mesmo dia em que os jornais contavam o que se passava na Alemanha, referiam-se também às duras heranças que a guerra legou à Inglaterra.

Uma delas era o aumento pasmoso de divórcios, provindos quase todos por abandono do lar de parte de um dos cônjuges. Transcrevo dois períodos bem eloquentes:

“Nada menos de dois mil casos de separação conjugal estão pendendo de sentença do tribunal e segundo todas as previsões esse número duplicará dentro de um prazo relativamente pequeno, conforme se verifica da lista processual.”

E o outro diz:

“Mas o que há de realmente interessante nesta crise de divórcios é que a maioria deles têm sido provocada pela falta de recursos e abandono do lar.”

Depois disto tudo, podem ainda os corifeus de Von Bernhardt e outros fazer a apologia da guerra?

Publicada em *Vida urbana*

O SALDO

Careta, Rio, 20-12-1919

No meado da semana passada, os povos destes Brasis foram surpreendidos com a notícia de golpes de morte desfechados em duas tradições veneráveis: uma, da nação, e a outra, da cidade.

Refiro-me ao anúncio de que para o ano que vem o orçamento havia de fechar-se com saldo avultado e do aviso do observatório do Castelo de que o venerável “balão do meio-dia” ia ser suprimido e substituído por lâmpadas elétricas de tal força que a sua luz seria capaz de bater a do Sol a pino e brilhar mais do que a do astro-rei.

O balão, segundo dizem, tem oitenta anos de existência; o déficit, porém, é mais velho.

Não sei se ele vem do tempo do Brasil colônia; mas é de crer que sim, porquanto os reis de Portugal, mesmo nos tempos da maior prosperidade do velho reino, sempre andaram em aperturas, imaginando expedientes para arranjar dinheiro.

Às vezes, atiravam-se à bolsa dos judeus; às vezes a concessões de estancos e monopólios. Saldo, porém, não havia.

Isto, porém, não posso eu afirmar com segurança, porquanto, apesar de serem as minhas luzes no assunto muito poucas, creio mesmo que, por aquelas priscas eras, os soberanos não se davam ao trabalho de ter escrita de suas finanças ou coisa que o valha.

O princípio dos seus orçamentos devia ser o daquele pândego que dizia ser a receita determinada pela despesa e não esta por aquela.

Com o império, salvo em três ou quatro exercícios, se não estou em erro, o déficit foi constante.

A monarquia é o déficit, dizia alguém na Câmara.

Se era assim no império, que se dirá na república?

1920 vai marcar uma nova era nas finanças da república, pois, graças ao senhor Antônio Carlos, vamos ter saldo orçamentário.

O que me admira é que, tendo sido este ilustre senhor ministro da Fazenda, não se lembrasse ele de conseguir coisa tão portentosa, quando tinha a

faca e o queijo nas mãos.

Sua excelência podia ter dado um bom exemplo de ministro republicano se tal fizesse; mas não quis e esperou ser relator do orçamento, para realizar com um estupendo e famoso jogo de cifras tão maravilhosa obra que está provocando para a sua importante pessoa uma grande admiração de todas as camadas da sociedade.

Os algarismos têm o seu mistério. Pitágoras e Augusto Comte tinham alguns por sagrados; e o povo tem singular ojeriza pelo treze que reputa nefasto, por trazer azar.

Os do senhor Antônio Carlos devem também possuir o seu transcendentalismo esotérico; e eu, que não sou dado à cabala e outras ciências ocultas, estou impossibilitado e mesmo não quero decifrar o enigma que encerram.

Publicada em *Vida urbana*

UMA OUTRA

Careta, Rio, 6-3-1920

É um engano supor que o povo nosso só tenha superstições com sapatos virados, cantos de coruja; e que só haja na sua alma crendices em feiticeiros, em cartomantes, em rezadores etc. Ele tem, além dessas superstições todas, uma outra de natureza singular, partilhada até, como as demais, por pessoas de certo avanço mental.

Dizia-me isto, há dias, um meu antigo companheiro de colégio que se fizera engenheiro e andava por estes Brasis todos, vegetando em pequenos empregos subalternos de estudos e construção de estradas de ferro e até aceitara simples trabalhos de agrimensor. Em encontro anterior, ele me dissera: “Antes eu tivesse ficado nos correios, pois ganharia agora mais ou menos aquilo que tenho ganho com o ‘canudo’, e sem canseiras nem maçadas.” Quando se formou já era amanuense postal.

Tendo ele, daquela vez, me falado em superstição nova do nosso povo que observara, não pude conter o meu espanto e perguntei-lhe com pressa:

— Qual é?

— Não sabe?

— Não.

— Pois é a do doutor.

— Como?

— O doutor para a nossa gente não é um profissional desta ou daquela especialidade. É um ser superior, semidivino, de construtura fora do comum, cujo saber não se limita a este ou aquele campo das cogitações intelectuais da humanidade, e cuja autoridade só é valiosa neste ou naquele mister. É onisciente, senão infalível. É só ver como a gente do mar, do Lloyd, por exemplo, tem em grande conta a competência especial dos seus diretores, doutor. Todos eles são tão marítimos como um nosso qualquer ministro da Marinha *nouveau-gens*, entretanto, os lobos do mar de todas as categorias não se animam a discutir a capacidade de seu chefe. É doutor e basta, mesmo que seja em filosofia e letras, coisas muito parecidas com comércio e navegação. Há o caso, que tu deves conhecer, daquele matuto que se admirou de ver que o

doutor por ele pajeado não sabia abrir uma porteira do caminho. Lembras-te? Iam a cavalo...

— Pois não! Que doutor é esse que não sabe abrir porteira? Não foi essa a reflexão do caboclo?

— Foi. Comigo, aconteceu-me uma muito boa.

— Qual foi?

— Andava eu perdido numas brenhas com uma turma de exploração. O lugar não era mau e até ali não houvera moléstias de vulto. O pessoal dava-se bem comigo e eu bem com ele. Improvisamos uma aldeia de ranchos e barracas, pois o povoado mais próximo ficava distante umas quatro léguas. Morava eu num rancho de palha com uma espécie de capataz que me era afeiçoado. Dormia cedo e erguia-me cedo, muito de acordo com os preceitos do falecido *Bom Homem Ricardo*. Uma noite — não devia passar muito das dez — vieram bater-me à porta. “Quem é?” perguntei. “Somos nós.” Reconheci a voz dos meus trabalhadores, saltei da rede, acendi o candeeiro e abri a porta. “Que há?” “*Seu doutô! É u Felício qui tá cô us óios arrivirados pra riba. Acodê que vai morrê...*” Contaram-me então todo o caso. O Felício, um trabalhador da turma, tinha tido um ataque, ou acesso, uma súbita moléstia qualquer e eles vinham pedir-me que acudisse o companheiro. “Mas”, disse eu, “não sou médico, meus filhos. Não sei receitar.” “*Quá, seu douto! Quá! Quem é doutô sabe um pouco de tudo.*” Quis explicar a diferença que existia entre um engenheiro e um médico. Os caipiras, porém não queriam acreditar. Da mansidão primeira, foram se exaltando, até que um disse a outro um tanto baixo, mas eu ouvi: “*A minha vontade é aprontá esse marvado! Ele u qui não qué é i. Deixa ele!*” Ouvindo isto, não tive dúvidas. Fui até ao barração do Felício, fingi que lhe tomava o pulso, pois nem isso sabia, determinei que lhe dessem um purgante de óleo e...

— Eficaz medicina! — refleti.

— ... depois do efeito, umas cápsulas de quinino que sempre tinha comigo.

— O homem curou-se?

— Curou-se.

— Ainda bem que o povo tem razão.

Publicada em *Vida urbana*

QUEIXA DE DEFUNTO

Careta, Rio, 20-3-1920

Antônio da Conceição, natural desta cidade, residente que foi em vida, na Boca do Mato, no Méier, onde acaba de morrer, por meios que não posso tornar público, mandou-me a carta abaixo que é endereçada ao prefeito. Ei-la:

“Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Doutor Prefeito do Distrito Federal. Sou um pobre homem que em vida nunca deu trabalho às autoridades públicas nem a elas fez reclamação alguma. Nunca exerci ou pretendi exercer isso que se chama os direitos sagrados de cidadão. Nasci, vivi e morri modestamente, julgando sempre que o meu único dever era ser lustrador de móveis e admitir que os outros os tivessem para eu lustrar e eu não.

“Não fui republicano, não fui florianista, não fui custodista, não fui hermista, não me meti em greves, nem em coisa alguma de reivindicações e revoltas; mas morri na santa paz do Senhor quase sem pecados e sem agonia.

“Toda a minha vida de privações e necessidades era guiada pela esperança de gozar depois de minha morte um sossego, uma calma de vida que não sou capaz de descrever, mas que pressenti pelo pensamento, graças à doutrinação das seções católicas dos jornais.

“Nunca fui ao espiritismo, nunca fui aos ‘bíblias’, nem a feiticeiros, e apesar de ter tido um filho que penou dez anos nas mãos dos médicos, nunca procurei macumbeiros nem médiuns.

“Vivi uma vida santa e obedecendo às prédicas do Padre André do Santuário do Sagrado Coração de Maria, em Todos os Santos, conquanto as não entendesse bem por serem pronunciadas com toda a eloquência em galego ou vasconço.

“Segui-as, porém, com todo o rigor e humildade, e esperava gozar da mais dúcida paz depois de minha morte. Morri afinal um dia destes. Não descrevo as cerimônias porque são muito conhecidas e os meus parentes e amigos deixaram-me sinceramente porque eu não deixava dinheiro algum. É bom, meu caro Senhor Doutor Prefeito, viver na pobreza, mas muito melhor é morrer nela. Não se levam para a cova maldições dos parentes e amigos

deserdados; só carregamos lamentações e bênçãos daqueles a quem não pagamos mais a casa.

“Foi o que aconteceu comigo e estava certo de ir direitinho para o Céu, quando, por culpa do senhor e da Repartição que o senhor dirige, tive que ir para o inferno penar alguns anos ainda.

“Embora a pena seja leve, eu me amolei, por não ter contribuído para ela de forma alguma. A culpa é da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro que não cumpre os seus deveres, calçando convenientemente as ruas. Vamos ver por quê. Tendo sido enterrado no cemitério de Inhaúma e vindo o meu enterro do Méier, o coche e o acompanhamento tiveram que atravessar em todas a extensão a Rua José Bonifácio, em Todos os Santos.

“Esta rua foi calçada há perto de cinquenta anos a macadame e nunca mais foi o seu calçamento substituído. Há caldeirões de todas as profundidades e larguras, por ela afora. Dessa forma, um pobre defunto que vai dentro do caixão em cima de um coche que por ela rola, sofre o diabo. De uma feita um até, após um trambolhão do carro mortuário, saltou do esquife, vivinho da silva, tendo ressuscitado com o susto.

“Comigo não aconteceu isso, mas o balanço violento do coche, machucou-me muito e cheguei diante de São Pedro cheio de arranhaduras pelo corpo. O bom do velho santo interpelou-me logo:

“— Que diabo é isto? Você está todo machucado! Tinham-me dito que você era bem-comportado — como é então que você arranhou isso? Brigou depois de morto?

“Expliquei-lhe, mas não me quis atender e mandou que me fosse purificar um pouco no inferno.

“Está aí como, meu caro Senhor Doutor Prefeito, ainda estou penando por sua culpa, embora tenha tido vida a mais santa possível. Sou etc. etc.”

Posso garantir a fidelidade da cópia a aguardar com paciência as providências da municipalidade.

Publicada em *Vida urbana*

FALA O CORVO

Careta, Rio, 1-5-1920

Então o Corvo me disse:

Não sei para que os homens hoje fazem guerra. Antigamente, nós sabíamos perfeitamente que era em nosso proveito. Eles se batiam, feriam-se, matavam-se. Uns iam-se para um lado; outros, para outro. No campo, ficavam uma porção de cadáveres insepultos e era então um festim. Não há nada como a carniça humana para nos dar um imenso prazer ao paladar. O sabor dela não é igual ao das outras. Difere muito e muito; e não está na inteligência dos corvos e dos seus meios de expressão dizer em que consiste a diferença e definir-lhe o sabor.

Um nosso sábio já tinha procurado reduzir o sabor a número, para poder dar uma representação capaz dos prazeres do paladar. Mas não conseguiu; entretanto, um outro tinha organizado uma teoria da guerra que é cheia de justeza e profundeza.

A guerra, diz ele, é uma atividade, ditada pelas forças ocultas da natureza, a fim de proporcionar aos corvos prazeres superfinos do paladar. A marcha obscura das coisas dita à atividade inconsciente dos animais inferiores, denominados homens, esse choque entre grandes rebanhos deles, do qual resulta a morte de milhares, a fim de que, por intermédio de um gozo mais requintado do paladar, os corvos se aperfeiçoem em inteligência. Não fosse a guerra entre os homens, os corvos, sempre alimentados por carniças inferiores, não teriam chegado ao prodígio de olfato e vista a que chegaram. A sua sociabilidade superior, donde lhes vem uma mais segura descoberta de carniças, nasceu dessa alimentação privilegiada que a guerra entre os homens lhes fornece. O seu voo seguro, alto, planado, cada vez mais perfeito, também nasceu daí. A guerra entre os homens fez o progresso da raça solar dos corvos.

O nosso sábio assim se exprimiu sobre a guerra: e a sua teoria estava assente nas nossas escolas e sociedade sábias de tal modo que ninguém seria capaz de atrever-se a contestá-la, a menos que quisesse receber os piores tratamentos possíveis, e as injúrias mais desagradáveis.

Eu não tenho cem anos, mas a minha idade é longa; entretanto, até hoje, ao que me lembre, nunca ouvi alguém contestar a teoria do nosso velho sábio sobre a guerra entre os homens. Veio, porém, esta última guerra; e, se a teoria não foi desmentida, foi anulada. Os homens se bateram furiosamente e furiosamente se mataram; mas, quando íamos aproveitar as carniças, lá apareciam uns “passarões” enormes, sem bico, sem penas, sem olhos, a despejar tiros e pelouros uns contra os outros. Fugíamos aos bandos e púnhamos a espreitar se iam cair na carniça dos abandonados nos campos de batalha. Mas nada. Uns voltavam para trás, outros caíam; e nós não nos animávamos a avançar. Demais, descobrimos que nos tais “passarões” havia homens também; e, agora, o problema, a questão mais transcendente que obumbra a sagacidade de nossos sábios é saber: “Por que os homens fazem guerra, se não é para dar carniça aos corvos?”

E o corvo não disse mais nada.

Publicada em *Vida urbana*

MINA DE FERRO E AÇO

Careta, Rio, 12-6-1920

Um dos meus mais constantes companheiros de conversa neste burgo de Todos os Santos, onde moro, é o meu vizinho Edgard Parsons, engenheiro, nascido na Inglaterra, mas que tem, como um bom inglês que é, corrido várias partes do mundo.

Foi durante muito tempo empregado em uma grande oficina mecânica dos arredores da minha residência e com ele converso pelos botequins e vendas roceiras do lugarejo em que ele está.

Aproveito sempre a palestra com ele para aprender coisas do seu ofício, não porque, como o meu amigo Diderot, tenha de organizar um dicionário ou enciclopédia em que figurem termos das artes mecânicas, mas pelo motivo muito simples de que sou curioso de todas as coisas.

Não tenciono senão isso, porque, no imitar Diderot, não haveria vantagem, pois os dicionaristas de profissão seguiram-lhe o exemplo e aperfeiçoaram a inovação do mestre — coisa de que não seria eu capaz.

Parsons conta-me coisas do Egito; mas, graças a Deus, não me fala nas pirâmides, na esfinge, nem no Museu de Bulac. Fala-me de Omdurman, de Gordon, do Mahdi, dos dervixes e outras coisas bem modernas da dominação inglesa na terra dos faraós.

Há tempos foi a Pirapora, em serviço de sua oficina e da sua profissão.

Demorou-se lá mais de um mês e a sua falta foi bem sentida por mim e pelos botequins e vendas de dois ou três subúrbios, ao redor do de Todos os Santos, sem o esquecer este, certamente.

Voltou afinal e vim a encontrá-lo no armazém do senhor Carlos Ventura, na Rua Piauí, sentado num daqueles clássicos tamboretos das vendas do interior, de abrir e fechar lendo o *Jornal do Commercio*.

— Então, Parsons, que há de bom em Pirapora?

— Muita coisa.

— Uma delas?

— O peixe que é magnífico, saboroso e barato.

— E que mais?

— Uma mina de ferro.

Se bem que eu não saiba de cor a carta mineralógica do Brasil, não me constava, contudo, que aquela zona fosse das que pudessem tentar os desinteressados esforços civilizadores do “neoconquistador” Fahquart e seus asseclas do Wall Street. Por isso exclamei:

— Ferro, em Pirapora!

— Sim! Ferro e aço.

— Como?

— O governo de vocês não mandou buscar uma ponte para atravessar o São Francisco, lá em Pirapora?

— Mandou.

— Pois toda a ferragem, toneladas e toneladas, está lá amontoadada, ao tempo, à espera de quem queira explorá-la como matéria-prima.

Está aí. Não é uma mina?

Publicada em *Vida urbana*

O CONSELHO MUNICIPAL E A ARTE

Hoje, Rio, 8-7-1920

Os jornais noticiaram, com o luxo habitual de gravuras, que o prefeito havia sancionado a resolução do Conselho Municipal, autorizando-o a despendar a quantia de quinhentos contos para a ereção do Teatro Brasileiro.

Ainda na semana passada, dois ilustres vereadores falaram com eloquência e saber sobre a necessidade de fazer surgir o teatro nacional.

É essa, aliás, uma velha preocupação da edilidade. Desde muito que a vejo empenhada em semelhante campanha. Quando o senhor Júlio do Carmo foi intendente, lembrou-se, com muita razão, da construção, por parte da municipalidade, de um teatro digno da cidade. O que se chamava teatro até aí, no Rio de Janeiro, eram infames casarões e capoeiras, inclusive o Lírico e o São Pedro, perfeitamente indignos do lugarejo mais atrasado do nosso interior. O senhor Júlio do Carmo tinha razão em querer dotar o Rio com uma decente casa de espetáculos. Artur Azevedo meteu-se no meio e começou a fazer propaganda da criação de uma espécie de Comédia Francesa, com atores e atrizes vencendo altos ordenados, pagos pelos cofres municipais.

Logo, todos os *cabots*, mais ou menos talentosos, se alvoroçaram e começaram a acariciar a esperança de gozar uns vencimentos equivalentes a subsídios de deputados, e a dignidade de funcionários municipais, para o que, a todo o transe, exibiam as suas misérias atrozidades. Veio o Passos e tratou de construir o teatro. A justificativa de tal construção era a educação artística do povo; Passos, porém, com quem menos se incomodava era com o povo.

Homem de negócios, filho de fazendeiro, educado no tempo da escravatura, ele nunca se interessou por semelhante entidade. O que ele queria era um edifício suntuoso, onde os magnatas da política, do comércio, da lavoura e da indústria pudessem ouvir óperas, sem o flagelo das pulgas do antigo Pedro II. Era só isto.

Enérgico, pouco hesitante, passou do pensamento à resolução num ápice; e ei-lo pondo mãos à obra em segundos.

Tinha um filho que se fizera engenheiro de pontes e calçadas em Dresde e entendia tanto de alta arquitetura como eu de sânscrito; mas não fazia mal.

Havia de ser ele mesmo o autor do projeto premiado e o construtor, para enriquecer nas comissões de fornecimentos.

Está aí como nasceu aquele estafermo do começo da avenida, cujas colunas douradas dão-lhe grandes semelhanças com os coches fúnebres de primeira classe.

Para o povo não tem serventia alguma, pois é luxuoso demais; para a arte dramática nacional, de nada serve, pois é vasto em demasia e os amadores dela são poucos; mas custou cerca de doze mil contos, fora o preço dos remendos. Enriqueceu muita gente... Tem servido para que uma burguesia rica, ou que se finge rica, exiba suas mulheres e filhas, suas joias e seus vestidos, em espetáculos de companhias estrangeiras, líricas ou não, para o que o pobre mulato pé no chão, que colhe bananas em Guaratiba, contribui sob a forma de subvenção municipal às referidas companhias. Povo? Níqueis...

No porão, sob o olhar de cornudos touros de faiança, todas as noites as *cocottes chics* e os rapazes ricos se embriagam, perfeitamente à parisiense. Para isto, não era preciso gastar tanto dinheiro e amolar o povo com a sua educação.

Resta ainda a Escola Dramática. Mas é instituição tão inócua, tão assexuada, que não é preciso falar dela.

Está aí em que deu a intromissão da nossa municipalidade em coisas de teatro: criou mais uma casa de espetáculos, e, nos seus baixos, pôs um botequim luxuoso.

Agora vêm esses quinhentos contos; não mais para criar o teatro municipal, mas o brasileiro, o nacional: vamos ver em que dará. Em droga, por certo. A municipalidade do Rio de Janeiro, tão munificente em matéria de teatro, nunca se lembrou de estimular, por este ou aquele meio, a produção literária ou artística dos naturais da cidade.

Nunca lhes deu o mínimo alento e estímulo, nem mesmo recompensou o esforço deles.

Ela viu passar toda a bela vida de labor de um Machado de Assis, carioca da gema, sem um prêmio, sem um abraço, sem uma palavra de aplauso e de orgulho por ser ele daqui, desta linda Rio de Janeiro. Vive preocupada com coisas inviáveis de nacionalizar o teatro; mas sempre esqueceu sistematicamente os artistas e autores nascidos na cidade que ela representa. Repito: nunca lhes deu a mínima subvenção; nunca lhes deu o mínimo prêmio. Todas as municipalidades de todo o mundo galardoam os seus naturais que se distinguem neste ou naquele ramo de arte ou ciência; a municipalidade do Rio de Janeiro não se importa com eles. A sua preocupação é teatral...

Mesmo para os mortos, a sua atenção não é maior. Não houve poeta, cronista mais carioca do que Bilac. Que fez o Conselho para lhe erguer um monumento no Passeio Público, como era seu desejo tácito? Nada.

Que fez por Manuel de Almeida, esse do *Sargento de Milícias*, livro tão carioca? Que fez pelo genial José Maurício? Pelo Lagartixa? Nada! Nada! Três vezes nada!

É que o Conselho é um posto de adventícios que, do Rio de Janeiro, só conhecem o bairro em que moram, a Rua do Ouvidor e a Avenida Central; é só.

Por isso, muito naturalmente, tratam de teatro brasileiro, antes de tratarem de coisas da cidade do Rio de Janeiro...

É o carro adiante dos bois...

Publicada em *Vida urbana*

O TAL “DIA”

Careta, Rio, 4-9-1920

Sobre o piedoso projeto do senhor Cunha Pedrosa, instituindo um feriado destinado a dar “Graças a Deus”, fomos ouvir o autorizado teólogo doutor Antônio Torres, que o público só conhece pelas suas brilhantes produções profanas, na *Gazeta de Notícias*.

O respeitável doutor da Igreja recebeu-nos no seu artístico gabinete de trabalho, onde, com grande espanto nosso, não vimos sequer uma imagem ou registro de santa. Lá, só havia coisas, mais ou menos da espécie do *Nu au Salon*.

Como é sabido, a austeridade do cônego Torres é pública e notória e essa observação que fizemos não pode em nada fazer diminuir a justa fama de que goza.

O sábio sacerdote disse-nos em resumo o seguinte:

É evidente que a sã doutrina católica concebe o mundo como sendo um perpétuo conflito entre Deus e o Diabo. Isto está na lição dos seus doutores e canonistas; e mesmo em práticas muito conhecidas. Na canonização dos Santos, há até um advogado do Diabo que funciona no processo. Todos sabem disso e você não desconhece tal coisa.

Sendo assim, achando lógico e edificante o projeto, eu julgo que se devia completá-lo, instituindo um outro dia para o culto do Diabo. Não há Deus sem Diabo e vice-versa.

Eis o que o Cônego Torres nos disse.

Publicada em *Vida urbana*

PAPEL-MOEDA

Careta, Rio, 18-9-1920

Gosto muito de aprender finanças, nos artigos de jornais.

Não aparece uma discussão dessa matéria que eu a não siga. Agora anda uma dessa natureza que apaixona Câmara, Senado, jornais e povo, sobre o papel-moeda.

O senhor presidente da república, vendo as aperturas em que está a Nação, pediu ao congresso autorização para emitir uma grande quantidade dele; ou por outra: fez um deputado amigo apresentar um projeto autorizando isto.

Surgiram logo uma porção de críticas, demonstrando que essas emissões constantes de papel-moeda desmoralizam o nosso mercado monetário; que é preciso saneá-lo com ouro ou com papel que se converta em ouro etc. etc.

Nada entendo dessas coisas, mas vou dar o meu humilde parecer.

Julgo que essa gente não tem razão, porque ouro é o que ouro vale; e se o papel lhe equivale, em virtude de um decreto do governo, não há motivo para zangas.

Além disto, o mesmo governo quer criar um banco emissor e de redesconto, à vista da falta de numerário. Esta falta admira-me muito que só agora a vissem. Eu de há muito que a sinto, e bem profundamente, meus caros senhores.

Mas... se há falta de numerário, creio que o que se deve fazer é aumentá-lo.

Ouro é coisa rara, mesmo no Brasil, onde dele, segundo dizem, há minas por toda a parte; mas papel é coisa que se encontra logo e, relativamente, é barato.

Demais, se o governo aumentar as notas de papel, é de presumir que alguma venha a tocar-nos. E o ouro? Vai logo para o encaixe dos bancos e só o verão os milionários.

Se o Estado quer ser sábio e promover a felicidade do povo, deve, quanto antes, aumentar a circulação do papel-moeda, não de quinhentos mil contos,

mas de tantos milhões quantos forem os habitantes que o sábio doutor Bulhões encontrar, no seu recenseamento, neste vasto Brasil.

É de esperar que assim venha tocar uma nota de dez tostões a cada um, enquanto, com o sistema vigente, muitos andam por aí pedindo-a por esmola.

Tenho pena de não poder fazê-las em casa; porque isto é privilégio do Estado e se eu tal fizesse iria parar na cadeia como moedeiro falso; mas, se assim não fosse, faria uma de cinquenta todo o dia, e, no fim do mês, o necessário para pagar a casa e o vendeiro.

Nem todo o mundo tem os direitos do governo...

Publicada em *Vida urbana*

SOBRE A ARTE CULINÁRIA

Careta, Rio, 23-10-1920

Creio não ser impertinente tratar ainda da minha curiosa descoberta bibliográfica, tão feita a propósito nesta época de festas e banquetes, cujo ciclo ainda não está encerrado. Quero falar do interessante livrinho de que falei aqui há dias; do *Cozinheiro imperial ou Nova arte do cozinheiro e do copeiro em todos os seus ramos*. A primeira edição é de 1840 e a que tenho, sendo a terceira, é de 1852.

Publicou-as a antiga e desaparecida Casa Laemmert e esta última, a terceira, creio eu, é revista, aumentada etc. etc. por uma tal d^a Constança Olívia de Lima.

A importância que a obrinha tem para todos os momentos, ela mesma o diz, no prefácio da primeira edição. Eis as suas palavras textuais:

“No número das artes úteis e indispensáveis à vida do homem civilizado uma há que, de poucos anos a esta parte, tem marchado com passo gigantesco. Esta é a ciência culinária, cuja feliz influência, ao mesmo tempo que concorre para o estado saudável de nosso corpo, estreita os laços da sociedade, multiplica as relações, aumenta o comércio e a indústria, suaviza os costumes, e reúne os homens em assembleias festivas e fraternais.”

Não há dúvida alguma! Tanto assim que já o senado romano discutiu a composição do molho com que devia ser adubado o peixe da mesa de não sei qual imperador.

Hoje mesmo, nós temos visto imperadores, reis e outros chefes de Estado preocupados com essas coisas de mordomo, quando se trata de hospedar em seus Estados colegas de grande valimento.

O senado romano não era assim tão tolo, como se pode pensar à primeira vista...

O meu intuito, neste instante, não é este; é outro muito diverso.

Quero indicar algumas iguarias que *O Cozinheiro* traz, e bem podem servir para bródios futuros, oferecidos e recebidos pela nossa alta gente.

Faço isto porque o livro é raro e os pratos são originais.

A originalidade, em todas as Artes, como dizia o outro, é tudo...

Antes do mais, o livro se ocupa, e com muita razão da arte de trincar. Rabelais esqueceu-se disso e Brillat-Savarin também. Pode-se dizer que as suas obras tinham outros intuitos. Vá lá! Passemos às sopas de que o *Cozinheiro imperial* dá inúmeras receitas. Não posso transcrever todas aqui, mas podia dar-lhes muitos títulos delas, pelas quais o leitor iria logo ficar com água na boca. Exemplo: “sopa dourada”, cujo processo de fabricação é este:

“A sopa dourada faz-se como a anterior: ‘sopa de todo o gênero de assado.’ Leva uma dúzia de ovos, um arrátel de açúcar, um pão pequeno, uma quarta de manteiga lavada, canela e água de flor.”

Essa mixórdia que bem parece aquele remédio de cavaleiro andante, receitado por d. Quixote a Sancho especifico que tantos maus quartos de hora causou a este e tanto mal fez-lhe aos calções...

Entretanto, nos tempos do *Cozinheiro imperial*, talvez tivesse a “sopa dourada” efeitos menos intempestivos que os do medicamento do herói manchego nas tripas do seu escudeiro.

Alongo-me, porém.

Paro aqui, mas voltarei ao assunto, porque o meu propósito, o primordial, é esclarecer o governo da república sobre as excelências da arte culinária, antiga e moderna.

Publicada em *Vida urbana*

CARTA ABERTA, AO JEITO DOS BILHETES DE JOÃO DO RIO

Careta, Rio, 13-11-1920

Excelentíssima senhora d^a Mariana Prado. Presente.

Sei bem, e muito bem, que vossa excelência passou notas falsas. Já fui jurado muitas vezes e, embora agora o seu crime não seja de júri popular, se o fosse e eu lá estivesse, vossa excelência seria condenada pelo meu voto.

Acontece, porém, que eu não posso ser mais jurado, porquanto me falta a renda necessária. Não posso, portanto, condená-la; e devo dizer a vossa excelência a admiração que tenho pelo seu belo hábito de passar notas falsas. E vou dizer por quê.

Eu amo o luxo, como vossa excelência ama o amor. Não é preciso citar o francês, para dizer que a coisa está certa. Nasci pobre, mas gosto de mármore, estátuas, quadros e tapetes. Tenho o direito a isso pela minha educação e instrução. O que elas transformaram na minha natureza, a culpa não é minha; é daqueles que, com sacrifício e generosidade, me trouxeram.

Pois bem, excelentíssima senhora, nunca tive a audácia de fazer como vossa excelência fez, isto é, arranjar umas “michas” para satisfazer as minhas paixões.

Se eu fosse presidente desta bodega do Brasil, podia fazê-lo. Sabe como? É fácil. Mandava fazer uma emissão no *Bank Note* dos Estados Unidos.

Infelizmente, eu não sou como vossa excelência e o presidente Epitácio que pode emitir à sua vontade. Sou um pobre-diabo “pronto”, sem prestígio, sem beleza e sem amor.

Não quero, porém, dizer que eu não tenha vossa excelência na mais alta consideração de amor e admiração.

Conforme o João do Rio, sou de vossa excelência humilde escravo Lima Barreto.

Publicada em *Vida urbana*

MAS... ESSES AMERICANOS...

Careta, Rio, 16-4-1921

Lembram-se os senhores de uns americanos que, muito generosamente, se ofereceram para transformar Niterói, a pacata Praia Grande, numa coisa maravilhosa? Lembram-se? Eram obras portentosas de avenidas, jardins, palácios, saneamentos etc. etc.

Os niteroienses, inclusive o nosso Manuel Benício, entusiasmaram-se tanto com tais projetos mirabolantes, que fizeram tal pressão na respectiva edilidade, a ponto de obrigarem a passar a mecânica autorização municipal, com uma pressa de medida de salvação pública.

O Rio de Janeiro estremeceu. Carlos Sampaio, o genial edil do “arrasamento” e da Gruta da Imprensa, ia ficar *enfoncé*. Passos, então este!

A coisa era deveras portentosa: arrasavam-se morros (*vide* Sampaio da máquina de lama) e surgiam em seus lugares vários Bois de Boulogne; aterrava-se Niterói, desde Gragoatá até a Armação, e erguiam-se modernos armazéns para receber cargas do Porto do Rosa e de Magé; bairros sem conta iam surgir — bairros ricos, remediados e pobres, brancos, mulatos e pretos; as barcas com que eles iam dotar o serviço de ligação da Invicta com o Largo do Paço haviam de ser de tanto luxo que os pobres e modestos haviam de ter medo de embarcarem nelas; enfim, aquilo havia de ficar um encanto de espantar.

À vista das plantas, dos desenhos, dos projetos e dos relatórios, todos diziam: não há como os americanos; eles é que sabem fazer as coisas. Nós somos uns pungas!

Eu também, que sou leitor assíduo do *O Estado* de meu amigo Mário Alves, fiquei arrebatado de entusiasmo, à vista de tanta coisa fantástica que Niterói, onde estudei os meus primeiros preparatórios, ia ter.

Passam-se os dias, vêm os meses e — oh! decepção! — abro *A Noite* de um dia deste e descubro que o que os americanos querem ou vão pôr em Niterói é uma colossal batota.

Desgostou-me e penso cá com os meus botões: para isso nós não precisávamos de americanos; aqui mesmo, desde a Rua da Conceição até o Catete, passando pela Lapa, temos rente com esse talento criador.

Mas... esses americanos...

Publicada em *Vida urbana*

ALTO COMÉRCIO

Careta, Rio, 9-7-1921

Leio com cuidado os jornais do dia, como já tenho repetido muitas vezes. Não perco uma seção deles, principalmente as elegantes, as do parlamento e as das grandes associações.

Por exemplo: se estou disposto a estudar agricultura, leio as notícias da Sociedade de Agricultura. Nelas, aprendo que o tomate e mais a berinjela são cucurbitáceas cujo fruto é muito útil como forragem para os animais de corridas. Dá-lhes mais leveza e resistência. Se sinto curiosidade de estudar geologia, busco novas do Museu Nacional e fico sabendo que o urubu é um fóssil do oceano que voa nos ares.

O jornal é uma fonte de estudos para mim. Nele tenho aprendido muito, menos elegância porque, ao que parece, Deus não quer que eu tenha esse dom extraordinário.

Às vezes, porém, tenho desgostos com essa leitura que me atrai.

Sigo há anos a ação jornalística do doutor Nuno de Andrade. Vejo-lhe bem as suas qualidades de financeiro e economista e penso cá comigo: porque não fazem este homem ministro da Fazenda — ele que deve estar muito além da casa dos sessenta? Mas deixemos isso de parte e tratemos do principal.

Ultimamente tenho lido as queixas e os clamores do alto comércio. Não há artigo de gazeta e *compte rendu* de sessão de Associação Comercial que me escape. Travei conhecimento com vários cavalheiros do alto comércio que sinto não ser pessoal.

Por exemplo: como me seria útil conhecer o meu xará, o senhor Afonso Viseu? Como era bom dar-me com o doutor Augusto Ramos?

Não há nisso nenhum interesse de dinheiro, porque eles dizem que estão prontos; e não iria eu aumentar aflição a aflitos.

Ao contrário; simpatizei com eles por causa de sua pobreza. A angústia de sua situação até me fez meditar sobre meios de retirá-los dela.

Creio mesmo que cheguei a bons resultados.

Vamos ver como. Eles se queixam que o governo não os auxilia; pois eu fui outro dia ao Monroe e conferenciei com o meu amigo Alcides Maia,

deputado pelo Rio Grande do Sul, a quem apresentei as seguintes bases para um projeto de lei:

- a) — O governo dará a cada alto comerciante dois mil contos de reis;
- b) — Eles não pagarão impostos, nem transporte nas estradas de ferro e companhias de navegação do Estado;
- c) — Não haverá dívidas para os mesmos, sejam particulares ou comerciais.

Foi mais ou menos isso que conversei com aquele deputado meu amigo, que achou as ideias excelentes e vai justificar um projeto de lei no sentido de aproveitá-las.

Ele só me objetou que outros pobres, os que não são do alto comércio, podiam também reclamar com “facadazinha” no Tesouro. Eu, porém, aparei o argumento dizendo-lhe que, segundo a ciência econômico-financeira, esses não têm direito a nada.

Publicada em *Vida urbana*

COM O LIRÓ

Careta, Rio, 23-7-1921

Ultimamente só tenho nas minhas estrebarias um único animal: é a égua Scherazade. Antigamente, porém, isto é, há uns anos passados, havia nela, além dos animais de tiro, mais dois de sela: a Elisabeth e o Zadig. Scherazade é uma linda égua negra de meio sangue, com grandes olhos e porte altivo. Comprei-a ao conhecido criador e cronista esportivo Brioni Júnior por dez contos de réis, no que fiz bom negócio. Elisabeth era uma linda peça de um pelo alazão, liso e brilhante; era de um quarto de sangue. O Zadig não tinha sangue algum.

Por causa deles, vim a conhecer o Liró, meu vizinho, funcionário público, também amador de animais; mas ao jeito da terra. Ele só gosta de animais nacionais — crioulos; e dessas nossas selas rebarbativas, cheias de pelegos e anteparos, e dos nossos arreios faiscantes de prata.

Habitualmente, passeamos a cavalo, pela manhã, pelos arredores das nossas casas. Uma manhã destas brumosas e frias, saímos nós a dar uma volta nas nossas alimárias. Ele, no Caboclo — um “pampa” marchador que devia ser magnífico, se não estivesse ao lado da soberbia da minha Scherazade. Era uma manhã feia, úmida e nublada. O Rio, cheio de Sol e luz, é uma alegria; mas, como estava naquela manhã, é uma sepultura.

Seguimos o nosso destino que era ir até a cachoeira dos Urubus, na Boca do Mato. O subúrbio, em geral, é feio; mas a parte que entesta com a montanha tem trechos surpreendentes. Fomos e íamos conversando. Eu lhe contava histórias de cavalos célebres, do famoso Bayard, do paladino Rolando, do Bucéfalo de Alexandre; do Rocinante de d. Quixote etc. etc. Pareceu-me, entretanto, que ele não me ouvia com atenção a conversa. Perguntei-lhe:

— Liró, em que pensas?

Nós atravessamos um resto de capoeira em que as raras árvores eram enriquecidas de verdura pela folhagem dos cipós abundantes.

Ao ouvir a minha pergunta, Liró sobressaltou-se e logo disse:

— Nesse negócio de candidaturas.

— Tens interesse em algum dos candidatos?

— Nenhum.

— Então por que pensas nesse desinteressante negócio?
— Porque dizem que o novo presidente vai demitir em massa os funcionários públicos.

— Estás doido, Liró! Ele não fará isso...

— Por quê?

— Porque não há Estado sem um grande corpo de funcionários.

Desde o Império Romano até o Britânico que se tem verificado que a existência do Estado supõe a de uma chusma de funcionários. Ainda mais: o duque Audiffret-Pasquier disse até: “Morrem os impérios, nascem as repúblicas; mas as secretarias ficam.” Deve ser isto mais ou menos. O que, porém, ressalta do pensamento do duque, sejam quais forem as suas palavras, é essa capacidade da burocracia, em atravessar regimes diversos, com uma inalterabilidade que lhe dá o aspecto de um verdadeiro fenômeno natural.

— Dizem também que ele quer acabar com a aposentadoria. É possível?

— Liró: a aposentadoria é coisa constitucional. Para que ele acabasse com a aposentadoria, teria que violar a Constituição. O Senhor Bernardes, por mais capaz, não terá esse topete. Ele é mineiro e não mete mão em cumbuca. Irá para o Catete, se for; aparará mais os seus fraques, aumentará o numero dos seus *pince-nez* e assinará decretos de... nomeações.

— Irá mesmo? Ou será o Nilo?

Ia dizer “não sei”, quando um porco, subitamente, atravessou na nossa frente, de um lado para outro da estrada.

Nossos cavalos se espantaram. Liró foi ao chão; eu, porém, fiquei firme na sela.

Depois que Liró recavalgou, eu lhe disse:

— Vê tu como são as coisas. Montas muito melhor do que eu. Tua sela, à mexicana, é cheia de segurança no arção e no santantônio. Entretanto, tu foste ao chão e eu fiquei em cima da Scherazade. Como é isto?

— Não sabes de uma coisa que o povo diz por aí: mais vale quem Deus ajuda do que quem cedo madruga.

Publicada em *Vida urbana*

A REVOLTA DO MAR

Careta, Rio, 23-7-1921

A última e formidável ressaca que devastou e destruiu grande parte da Avenida Beira-Mar merece considerações especiais que não posso deixar de fazer. O Mar tinham os antigos como sendo um dos cinco elementos da Natureza; do Mar, afirmam os sábios modernos, veio toda a vida. É assim o Mar um Deus tutelar da nossa espécie. Nós lhe devemos tudo ou quase tudo. Não fora o Mar, ainda a Terra estaria muito por conhecer; ele é o meio mais eficaz de comunicação entre os povos.

Vence-se mais facilmente a mesma distância por mar do que por terra. Desde tempos imemoriais, é o campo das grandes audácias e dos grandes audaciosos.

O Mar é um Deus ou um Semideus.

Como tal, tem merecido desde os tempos homéricos o louvor dos grandes poetas. Ele é a maravilha da terra, a maior delas. Ainda agora recebo um livro de poesias — *Asas no azul* — de Mário José de Almeida — que abre com este lindo soneto sobre o monstro:

ÂNSIA DO MAR

*Vibra, escachoa o oceano, brame, investe
para o amplo azul — noite e dia — não cansa
a onda que na praia se destrança
e da alvura da espuma se reveste.*

*Dentro do sonho, envolto na esperança
de inda atingir a placidez celeste,
o mar se arroja, torvo se abalança
nas asas colossais do sudoeste.*

*E parece que o mar se espraia
de praia a praia, ovante ramifica
o mesmo anelo — anseio de Himalaia.*

*À noite, à luz da lua que desponta
a onda em sua fala comunica
todo o queixume que a outra prata conta.*

Mas, os grosseiros homens do nosso tempo, homens educados nos cafundós escusos da City londrina ou nos gabinetes dos banqueiros de Wall Street, onde se fomenta a miséria dos povos, não lhe quiseram ver a grandeza, o mistério e a divindade, a sua palpação íntima. O mar, como a vida humana, não podia deixar de ser também um bom campo às suas “cavações” ou “escavações” e trataram de explorá-lo.

De há muito que ele havia marcado os seus limites com a terra; de há muito que ele dissera a esta: o teu domínio para aí e daí não passarás.

Tais homens, porém, embotados pela sede de riquezas não perceberam bem isto; e, a pretexto de melhoramentos e embelezamentos, mas, na verdade, no intuito de auferirem gordas gratificações de banqueiros, trataram de estrangulá-lo, de aterrá-lo com lama. Diziam eles que tal faziam, para tornar belos passeios, como se o mar por si só não fosse beleza.

No começo, entraram por ele adentro com timidez; ele deu uns pequenos avisos de que não deveriam continuar. Os homens de negócios não viram tais avisos; não pressentiram o que eles continham, porque não entraram no mistério das coisas. Tomaram-se de audácia e foram levando além o propósito de comprimir o mar, a fim de ganharem boas gorjetas.

O mar nada disse e deixou-os, por alguns meses, encherem-no de lama. Um belo dia, ele não se conteve. Enche-se de fúria e, em ondas formidáveis, atira para a terra a lama com que o haviam injuriado.

Publicada em *Vida urbana*

MEDIDAS DE EMERGÊNCIA

Careta, Rio, 30-7-1921

Quando leio nos jornais, nas seções competentes, os projetos parlamentares que se batizaram com o nome de emergência, eu me recordo do que aconteceu com certo amigo meu, em certo dia, ou melhor: em certa noite. O meu amigo tinha encontrado um outro que viera de fora, cheio de dinheiro. Eram amigos e amigos de infância. O que chegara, transitoriamente rico, não trepidou em convidar o outro a jantar lautamente, sem ter antes feito preceder esse jantar de abundantes aperitivos.

Quando julgaram que, de aperitivos, já tinham farmacêuticamente chegado ao *quantum satis*, foram a um bom restaurante e meteram-se no “grude” a valer, regando tudo com bons vinhos. Acabado o jantar, empavesaram-se de charutos caros, tomaram um automóvel e foram dar a clássica volta da Gávea. Chegados à cidade, meteram-se num chope, porque não se pode imaginar que haja alguém que vá a teatro no Rio de Janeiro.

Nele, estiveram até à uma hora da madrugada. Despediram-se. O meu amigo dirigiu-se para a sua casa, na Aldeia Campista. Já passava da Praça da Bandeira, quando lhe deu não sei que dor no baixo ventre. Quis fazer-se estoico e pensou que a dor não existe. Mas teve a dolorosa experiência de verificar que essa espécie de dores no baixo ventre existem e são terríveis. Saltou e tratou de ver se havia por aí um terreno baldio e discreto, onde pudesse escovar aquela dor renitente. Em vão. Tudo, quer de um lado, quer do outro, era um sempre fechado de casas. Como havia de ser? Não teve tempo de recordar-se do *that is the question*. As ceroulas lhe ficaram um tanto mais pesadas e ele reconheceu que a natureza havia resolvido a *question* com uma bela medida de emergência. Seguiu para casa aligeirado, sem dores, mesmo sem medo de salteadores; e no dia seguinte, após um bom banho, ria-se, interiormente satisfeito, por conhecer tão deliciosa medida de emergência.

Ele me contou isso, mas não posso aconselhar ao Brasil que faça o mesmo, pois um país é um país e não tem dessas dores. Entretanto, vou lembrar algumas que podem ser úteis para as dores que torturam atualmente a nossa pátria, depois do regabofe ou regabofes do rei Alberto:

- a) Suprimir Carlos Sampaio;
- b) Destruir todas as plantações de café;
- c) Confessar-se a última potência do Universo;
- d) Alugar uma casa nos subúrbios para o seu presidente e vender todos os seus palácios;
- e) Jogar num bilhete da loteria de Espanha;
- f) Acabar com Pires do Rio e Arrojado Lisboa.

Com essas e algumas mais complementares, estou certo de que o Brasil, tal e qual o meu amigo, irá para casa, aligeirado, sem dores e, no dia seguinte, nem mesmo precisará tomar um banho frio para se sentir aliviado.

Publicada em *Vida urbana*

BOTAFOGO E OS PRÓ-HOMENS

Careta, Rio, 6-8-1921

De uns tempos a esta parte — e isto só data dos meados da república — tomou-se dos nossos dirigentes e mais magnatas uma vaidade singular: a vaidade de Botafogo e adjacências. O resto do Rio não existe; mas paga imposto. O Rio é Botafogo; o resto é a cidade indígena, a cidade negra.

Não merece a mais simples mirada...

Um cidadão lembra-se que nós não temos um Chantilly, um Epson, um Palermo, isto é, um prado de corridas *comme il faut* — logo ele aventa a ideia ao governo construí-lo, como se fosse coisa de utilidade geral, e concomitantemente indica o local: o Leblon — um areal!

Pobres cavalos! Tão delicados... Um outro quer um jardim zoológico. O governo deve construí-lo; mas onde? Na rua Voluntários da Pátria. Que ideia! Parece ironia...

Os provincianos que nos dirigem muito são culpados desse rastaquerismo ultrabobo. Quando eles cavam um passe lá nos seus Estados e embarcam para o Rio, vêm fascinados, pois já sonharam com Botafogo desde a meninice. Para eles, não há nada como Botafogo, a não ser Petrópolis; e são eles que, nos jornais e nas suas peças de cordel, exaltam as pulhices botafoganas, afetam desprezo pelos outros bairros, onde quase proclamam não haver família nem moralidade algumas. Verdadeiros zungas... Dessa forma, sem querer, ele animam os especuladores a embelezar areais à custa dos cofres públicos organizando uma verdadeira jogatina com os preços dos terrenos das restingas que eles compraram por dez réis de mel coado.

Os lamentáveis conflitos que se vêm dando entre estudantes e o pessoal da Light, por causa de passagens, para a Praia Vermelha, é uma consequência dessa bisonha e fútil mania por Botafogo.

Uma cabeça de algum senso que não estivesse entupida com frases de alfarrábios soporíficos e tivesse uma verdadeira visão e consciência da responsabilidade da direção de qualquer coisa, não iria pôr uma escola frequentada por mais de mil rapazes num recanto afastado da cidade, servido

por uma única linha de bondes, de passagens caras, só porque esse recanto fica para as bandas de Botafogo!

Um estabelecimento, mais ou menos sustentado pelo Estado, em tudo, tem por escopo primordial servir ao maior número de cidadãos; e a sua situação devia obedecer a esse critério, o que levaria a ser o seu edifício erguido em lugar o mais central possível da cidade. Entretanto, a botafogana vaidade dos que mandam nessa joça, foram colocá-lo numa das portas da metrópole, cujo acesso em bondes é relativamente desperdício para as bolsas médias, e ninguém protestou. Daí, os conflitos.

Querem saber de uma coisa? No Brasil, tudo é possível.

Quando a vaidade toca os nossos homens de governo, eles estão dispostos a fazer as maiores tolices.

Ainda devemos dar graças a Deus que tenham posto a Faculdade de Medicina na Praia Vermelha; podiam muito bem edificá-la em Petrópolis.

Publicada em *Vida urbana*

A PESCARIA

Careta, Rio, 13-8-1921

O Jorge era, apesar de boêmio, um bom chefe de família. A sua mulher que lhe sabia cavalheiro e bom marido não se importava absolutamente com as suas extravagâncias. Eles viviam na maior paz e harmonia. Chegasse ele às dez, às onze ou às quatro horas da madrugada, a recepção era a mais cordial possível.

Um dia pela semana santa, isto é, na quinta-feira da Paixão, Jorge chegou em casa e disse à mulher:

— Eugênia, amanhã vou pescar e você me acorde cedo.

D^a Eugênia recebeu a recomendação com todo o carinho e, no dia seguinte, logo pela manhã, pela madrugada, despertou o marido.

Jorge saiu lépido e contente com o prazer que ia dar à cara-metade.

Em chegando ao primeiro botequim, porém, abancou e pôs-se a beber. Comer e beber, a questão é começar; e ele tinha começado e continuou.

Quando chegou aí pelo meio dia, lembrou-se da pescaria que tinha prometido à mulher.

— Como havia de ser? pensou ele de si para si.

A canoa e os companheiros já deviam ter partido, e precisava levar os peixes.

Entrou em uma confeitaria e comprou camarões, postas de peixe, siris, ostras etc.

Tomou o bonde e foi para casa. Entregou os embrulhos à mulher e foi dormir, tão cansado estava da pescaria. Às cinco horas, d^a Eugênia veio-lhe despertar:

— Jorge! Jorge! Vem jantar.

Ele ergueu-se e foi para a sala de refeições. Quando lá chegou e viu aqueles primores de confeitaria, perguntou à mulher:

— Que diabo é isso? Estamos em piquenique?

A mulher acudiu:

— Isto é a pescaria que tu fizeste!

Publicada em *Vida urbana*

VEJAM SÓ

Careta, Rio, 20-8-1921

Sobre a regulamentação do jogo muito se há escrito, antes e depois da passagem da lei que estabeleceu semelhante medida.

Não segui tais escritos porque não me interessavam. Sempre se jogou aqui e em toda parte, de alto a baixo; é uma paixão, o jogo, que não pode ser combatida. Fingir que ela desaparece só porque a lei a proíbe é refalsada hipocrisia. Isto tem sido dito muitas vezes; mas convém repeti-lo mais.

O que, porém, me tem causado espanto é o número avultado de clubes que se tem habilitado perante a lei para funcionar e, conseqüentemente, o número de fiscais respectivos nomeados.

Não se podia acreditar que houvesse tanta gente que jogasse, a ponto de poder sustentar tantas casas de jogo.

Verifiquei pela leitura dos jornais que não é só todo o Rio de Janeiro que joga, mas também todo o Brasil.

Entretanto dizem que isso é vício de quem tem dinheiro, donde se conclui que o Brasil é país rico. Até agora se sabia que era rico em produtos naturais; hoje se sabe que o é também em dinheiro de contado.

Outra coisa que se nota nessas notícias é o nome desses clubes.

Em geral, eles têm nomes pomposos em inglês, em francês, em turco e em chinês. Creio que assim eles disfarçam um pouco o vício.

Chamando-se *Aplomb Club* a roleta ou o dado ficam mais virtuosos; é como aquele sujeito que não se julgava bêbado porque não se embriagava com parati, mas sim com Pommery.

Entretanto, apesar desse luxo de nomes, encontrei um com título mais modesto. Chama-se — *Club Saia Fora do Bloco*; e é na rua do Ouvidor! Vejam só!

Publicada em *Vida urbana*

ESTUPENDO MELHORAMENTO

Careta, Rio, 1-10-1921

É bem possível que, sob o governo desmontador do senhor Sampaio, os serviços da prefeitura não tenham progredido ou desempenhado o papel normal que lhes cabe; mas uma outra iniciativa não se pode negar a esse iluminado prefeito que está aí, homem ultrapoderoso que até desafia, com a sua engenharia de máquinas de lama, as fúrias do oceano.

Em matéria de higiene, só lhe resta, ao que parece, a Assistência Pública Municipal que, graças a Deus, ainda continua a ser uma instituição benemerita, muito pouco oficial, pela sua presteza e solicitude. Dou disto testemunho pessoal, pelo menos no que toca ao posto do Méier.

Em matéria de obras, o serviço da prefeitura é valorizar as areias de Copacabana e adjacências e bater-se contra os furores de indignação do mar sem fim e sem amo.

Em matéria de instrução é que se abre uma exceção e, também, onde não se pode negar ao atual prefeito, uma útil iniciativa, como já notei mais atrás.

Todos os prefeitos do Distrito Federal (que nome horrível!) sempre se voltaram para a instrução pública: uns, construindo edifícios para escolas; outros, instituindo estabelecimentos de ensino profissional; outros, lembrando a criação de escolas noturnas para adultos ou para crianças; um outro, muito sabiamente, o maior, aboletou numa escola, que não cabia duzentos, mil e quinhentos alunos. O doutor Sampaio fez coisa mais extraordinária: de um dia para outro, decretou que todas as crianças pobríssimas, tais são as que comumente frequentam as escolas públicas, soubessem pronunciar francês. Disraeli nunca o soube bem; Diez que, teoricamente, o sabia como ninguém, segundo Gaston Paris, tinha dificuldades em falá-lo desembaraçadamente; mas — como são as coisas desta terra e o quanto pode um *ukase* do ultrapoderoso doutor Sampaio! — as crianças do Rio de Janeiro, num instante, aprenderam-no logo e cantaram magnificamente o hino belga, em coro, caindo de inanição, de sede e insolação, na Quinta da Boa Vista. Contam que o Rei Alberto, que recebia a estranha homenagem, dissera, ao ouvi-las:

— Quando cantado, o português se parece muito com o francês.

O municipal poliglotismo infantil não ficou só nisso. A ideia do senhor Carlos Sampaio proliferou. Há dias comemorou-se o sexto aniversário da morte de Dante; e, conforme li nos jornais da ocasião, os meninos e meninas das escolas públicas iriam cantar, em italiano, um hino ao altíssimo poeta.

Vai ou não vai em marcha, a ideia sampaiana?

A petizada dos colégios municipais, nesse andar, acaba falando ou cantando todas as línguas do Globo; e é de esperar que quando vier aqui o imperador dos maoris, ela saiba também entoar o lindo hino, da terra de tais antropófagos, o *Pihé*, que diz assim:

Papa ra te wati tidi
I dounga nei..

Um tão estupendo melhoramento municipal, pelo que lhe somos eternamente gratos, devemos à iniciativa do senhor Carlos Sampaio. Que homem viajado!

Publicada em *Vida urbana*

O FABRICANTE DE DIAMANTES

A.B.C., Rio, 26-11-1921

Conhecem os senhores naturalmente o grande escritor inglês Wells. Certamente que sim. É hoje riquíssimo com o produto dos seus livros curiosos e próprios; mas teve começos bem difíceis. Foi caixeiro de uma casa de fazendas; foi professor de colégios vagabundos; publicou livros de fancaria; mas a sua alma, tal qual se revela na sua variada obra, da qual conheço uma pequena parte, ficou sempre cheia de ironia dolorosa, de sonho, de piedade e de sentimento do infinito. Ele tem um conto — *O fabricante de diamantes* (*The diamond maker*) que os franceses traduziram com o título — *La Folie du diamant* — de cuja tradução me sirvo aqui, onde se encontram profundos ensinamentos morais para quem quer seguir honestamente uma ideia. É mesmo uma fábula.

Trata-se de um rapaz que, tendo adquirido conhecimentos de física, química e mineralogia, encasqueta-se-lhe na cabeça que há de fabricar diamantes.

Ele conta ao próprio Wells ou a alguém por este a sua dolorosa história, nas proximidades da ponte de Waterloo, em Londres, de noite, dentro de uma “obscuridade indulgente” que os furta de ver a sujeira do Tâmsa. São desconhecidos que se encontram no banco do cais. Trocam frases banais e o procurador de Wells, que a princípio não queria atendê-lo, acaba conversando com o estranho personagem longamente.

Tinha este um aspecto fino e não era feio, embora estivesse muito pálido e manifestasse miséria. Estava sujo, barbado e cabeludo.

Tudo levava a crer que ele exercia uma modesta profissão, por isso, quando ele diz ao seu interlocutor que se deve atirar tudo fora, nome, fortuna, posição, contanto que não se renunciasse à sua ambição, o espanto que causa a Wells, ou a seu procurador, é extraordinário. Se ele renunciasse à realização de sua ideia, para não sacrificar a sua existência material, não teria durante toda a vida senão remorsos. Pouco a pouco, então, ele conta a sua história. Mostrou ao outro, em primeiro lugar, um verdadeiro seixo que tirou de um “breve” pendurado no pescoço.

— Sabe o que é isto? fez ele passando a pedra ao outro. Este reconhece na tal espécie de seixo alguns sinais de diamante bruto, mas, cheio de dúvidas, à vista da miséria do portador, pergunta:

— Você o achou?

— Não; eu o fabriquei.

O espanto do representante de Wells cresce e insiste na pergunta:

— Como e onde você o achou?

O estranho industrial responde com toda a firmeza:

— Eu o fabriquei.

Para não alongar, salto muitos detalhes, como já saltei outros, e resumo a história. O industrial de gemas preciosas, tendo os conhecimentos a que já aludi, e a ideia na cabeça, com uma pequena fortuna, pôs-se resolutamente a tornar o seu sonho realidade.

Comprou instrumentos, aparelhos etc.; mas, bem depressa, as suas experiências devoraram uma boa parte dos seus bens. Resolveu diminuir os seus gastos pessoais, para empregar tudo o que pudesse na execução de sua ideia. Ele trabalhava só e às escondidas, a fim de que ninguém pudesse participar dos lucros que a sua indústria havia de dar, por certo. Talvez houvesse outros motivos...

Desde os dezessete anos, e estava ele com trinta e dois, que havia estudado as condições de fabricação do diamante. Tendo achado o processo seguro de fabricá-lo, não podia renunciar fazê-lo. Estava na maior miséria quando achou os meios necessários para obter um diamante de verdade e não pó ou cristais microscópicos, como vários sábios tinham já obtido. Mas, para obter um diamante de tamanho razoável, era preciso tempo, fator indispensável com que se deve contar para a cristalização. Calculou em dois anos o tempo necessário para realizar o que queria. Tinha que ter o forno aceso dia e noite; estava sem recurso algum. Que fazer?

Então ele conta a sua triste odisseia:

“Não posso dizer-vos todos os expedientes a que fui reduzido enquanto fabricava diamantes. Vendi jornais, vigiei cavalos, abri portões. Durante semanas fiz recados. Fui empregado como ajudante de um vendedor ambulante, que possuía uma carrocinha de mão e eu apregoava a mercadoria etc. etc.”

Chegou até a mendigar, para comprar combustível, com que alimentasse o fogo do seu forno mágico.

Afinal, um belo dia, quebra o cadinho e encontra diamantes. Quer vendê-los, mas ninguém acredita que sujeito sujo possa possuir diamantes e muito menos fabricá-los. Quando tenta fazer negócio, logo os mercadores julgam que se trata de um ladrão e fazem gestos expressivos de que vão chamar a polícia. Ele foge e, assim, leva errabundo, sujo, esfomeado, a vagar pelas ruas de Londres, maltratado por todo o mundo, com uma riqueza dependurada no pescoço.

Wells não nos diz, mas eu creio que, se ele não deu para ser assíduo frequentador das *public houses*, atirou-se ao Tâmis.

Mas, digo eu agora: para que esse maluco foi ter uma ideia sua aos dezessete anos e trabalhar sozinho?

Publicada em *Vida urbana*

CARNAVAL E A ELEIÇÃO DO “BAMBÃ”

Careta, Rio, 4-3-1922

Este ano houve singulares acontecimentos no calendário republicano que coincidiram extremamente com um acontecimento do calendário eclesiástico: o aniversário da promulgação da atual Constituição quase foi no sábado de carnaval e a este se seguiu a data marcada para a eleição do presidente desta nossa venturosa república, cuja única prova de existência tem sido aumentar impostos, enriquecer mais os ricos e empobrecer ainda mais os pobres. De forma que, pelos signos dos tempos, a Magna Carta, como se diz em artigo de fundo, é prefácio do carnaval; e o “bambã” é escolhido em quarta-feira de cinzas, dia de grande amolecimento de corpo, dores de cabeça, vômitos etc.

O caso não tem nada que ver com o fundo dos fatos políticos que se vão passando, porque nem que ele não se desse a observação diz que é geral, mesmo quando não esteja no decreto republicano e nos cálculos dos astrônomos das festas móveis da Igreja.

A Constituição, pela sua gravidade, pela sua austeridade, é a figura sisuda da honestidade burguesa com grandes palavrões de moralidade política e administrativa, com sábios constitucionalistas, tribunais, quase divinos, ao lado.

Depois, o que é, quando se trata de eleger num país de paz? Um “carnaval” com todos esses senhores austeros de tribunais e juízes, de constitucionalistas e jornalistas eminentes, pondo a máscara da Constituição abaixo e colocando aquela que lhes vai bem, de difamar, de infamar, de espionar e de falsificar.

Levam um tempo enorme representando o que não lhes é natural, para depois, durante a farra da campanha eleitoral, pôr nas faces as suas verdadeiras máscaras de almas sem sinceridade, sem pudor, que não trepidam em empregar os mais torpes processos de compressão, corrupção, ameaça, para arranjar um lugar de guarda de armazém, de embaixador ou de camareiro com o vencedor ou os seus prepostos.

Durante as momices eleitorais, trocam os tratos mais sórdidos, batalham-se com seringas de líquidos imundos, embriagam-se de injúrias; e as suas

próprias mulheres, amantes, filhas e irmãs correm seminuas pelas reuniões públicas, com a pele mosqueada aos ombros, a gritar: “Evoé, Baco!”

Que é que elas querem? Que os seus maridos, amantes, pais e irmãos arranjem alguma “coisa boa” com o que for eleito.

Chega a quarta-feira de cinzas, dia de eleição, lá vão os homens, e, bem cedo, as mulheres, para o “colégio”.

Vão contritos, compungidos, a pensar se aquele sacrifício todo de pudor, de honestidade e de dignidade valeu a pena.

Memento homo...

Sai o resultado; é uma decepção para muitos: o seu candidato foi completamente derrotado.

Pensam logo em outras manobras fraudulentas, para ver se “o pôem” lá em cima. Agora, porém, não é mais um carnaval: é uma plácida “Quaresma” de contagem de votos e argumentação de leis eleitorais.

Não há esgares, nem trejeitos, mas atitudes blandiciosas e lagrimosas de advogado de júri. É a “apuração”. Chega afinal o “reconhecimento”; é a Semana Santa, a que não faltam a procissão de enterro e o sermão de lágrimas. Chega a Aleluia; e os que sobem aos céus, repicam garrafas de *champagne* e mesmo os cálices de parati. Os outros, porém, se preparam para o novo carnaval eleitoral etc. etc.

É assim a política: um carnaval, precedido de coisa séria e que devia ser sucedido por outras sérias; mas... toda gente sabe bem o que elas sejam.

A coincidência de datas desta psicologia da política brasileira!

Nem sempre se medita à toa sobre as datas das folhinhas de desfolhar e almanaques, quaisquer...

Publicada em *Vida urbana*

PAULINO E O “MAFUÁ”

Careta, Rio, 11-3-1922

— Você não sabe, Segadas, este negócio de “mafuá” é um flagelo.

— Como? É uma coisa religiosa, abençoada pela igreja...

— Eu conto a você. Moro em Todos os Santos, há muitos anos. Naturalmente todos nós, os da minha família, terão conhecimentos e relações. Damo-nos e trocamos favores. Até aí está muito direito, porque isso é cristão e humano. Há meses minha irmã recolheu à nossa casa um pequeno muito pobre e humilde. Embora seja eu nominalmente chefe da casa, não fui consultado nem cheirado; mas concordei que era obra de caridade e uma obra de caridade não se censura. O pequeno veio tímido; mas, com os dias e graças à bondade com que era tratado, ganhou confiança e ficou sendo o ai-jesus da casa. Níquel daqui e níquel dacolá, ele ajuntava para ir ao cinema no Méier. Não havia mal nisto e nós gostávamos até do prurido de economia que ele denunciava. Eu cá dizia comigo: “É assim que se começa; ele economiza para o cinema e mais tarde economizará para os filhos. A economia é a base da prosperidade, sentença que está nos vinténs e, por estar em tão reles moeda, ninguém a cumpre.” Neste último carnaval, porém, tive prova que essa história de economia é uma parvoíce. Contra a economia está armada uma porção de alçapões que a simplicidade do povo não vê e cai neles com uma facilidade assombrosa. Um deles é o “mafuá”. Paulino, sem consentimento de minha irmã, sai de casa para o “mafuá” do Engenho de Dentro. É preciso notar que ele é uma criança de nove anos. O “mafuá” estava em sessão permanente. Funcionava dia e noite; tinha até um salão de baile, cuja entrada custava simplesmente mil-réis. O povo o chamara, ao salão, “parque das cabras” — não sei por quê. Pois Paulino lá foi e jogou os dois mil e tantos que tinha, no “jaburu” do tal “mafuá”.

— Daí? perguntei.

— Daí é que o jogo não deve ser permitido a menores, mesmo que se trate de edificação de igrejas.

Publicada em *Vida urbana*

BILHETE

Careta, Rio, 8-7-1922

Ao senhor Jacinto Guimarães, caro amigo.

Depois que aprendi com o doutor Denis Júnior, homem de imprensa e de guerra, que andou armado com um canivete, parecido com uma espada, na qualidade de tenente de um “tiro” qualquer, dei na mania de escrever “bilhetes”.

Nunca conheci o excelentíssimo senhor Jacinto Guimarães. Hoje, juro, vim a conhecê-lo e tenho pena que só agora tivesse acontecido tal coisa.

O senhor Jacinto a quem acabo de chamar excelentíssimo, agora vou tratá-lo de você e de amigo. Dei-me licença para tal. Você é um “bicho” nesta terra. Buarque de Macedo foi ministro de Estado e morreu com dois mil-réis no bolso.

Pedro II foi imperador e andou sempre apertado. José do Patrocínio fez a abolição e acabou na miséria. Não é preciso juntar mais exemplos de grandes homens, nacionais e estrangeiros, que morreram sem níquel. Entretanto você, meu caro amigo Jacinto, com a simples habilidade de calígrafo, em um instante, ganha quinhentos contos.

Tenho uma grande inveja de você. Se eu soubesse dessas coisas, não aprendia uma porção de coisas que aprendi bem ou mal.

Sabe você o que aprendia eu, meu caro Jacinto? Aprendia a não falsificar. Mas isto não está nos compêndios da moral em que nos amolam o cérebro em menino. Está na vida que eu não soube viver: quando devia adquirir semelhante sabedoria.

Você — continuo a afirmar — é um bicho; e pode-se gabar que está influenciando nos destinos da pátria.

Quando é que você e o tal Oldemar pensariam que a marcha e os destinos da república estivessem debaixo de uma Mallet manejada pelas mãos de vocês? O mundo dá muitas voltas e... a República dos Estados Unidos do Brasil é muito engraçada.

Do seu etc. — Lima Barreto.

Publicada em *Vida urbana*

TRANSATLANTISMO

Careta, Rio, 8-7-1922

Nós, os brasileiros, somos como Robinsons: estamos sempre à espera do navio que nos venha buscar da ilha que um naufrágio nos atirou.

Toda a nossa ânsia está em ir para a Europa de qualquer forma, como diz Altino Arantes, Bermudes ou Vertenza.

Daí a nossa mania de viagens e sonhar com Nice e outros lugarejos mais feios do que o Canto do Rio.

Nunca, na verdade digo, viajei; mas desejava muito viajar, por isso tenho grande inveja do Teo Filho que leva a viajar toda a hora e a todo o instante.

Este Teo, sem vintém no bolso, leva daqui para Paris e de Paris para aqui.

Não sei como ele consegue isto, pela razão muito simples que, às vezes, me vejo em sérias dificuldades para descer de Todos os Santos até o Campo de Santana.

Teo não tem dessas angústias. Embarca num paquete e vai até à França. Nesse país, passa anos e escreve excelentes livros de viagem, como o *365 dias de Boulevard* e agora, *Uma viagem movimentada*.

Neste último trabalho do autor de *Mme Bifteck-Paff*, ele demonstra as qualidades de escritor nervoso, rápido e intensivo.

Ele descreve com vigor o passadio a bordo de navio brasileiro, em que a desordem nacional é manifesta e represantiva. Não há o rigor britânico dos paquetes, nem a hipocrisia falsamente albiônica dos navios do Laje.

Nele, no navio em que viajou, o *Avaré*, que há pouco se afundou, no porto de Hamburgo, as coisas se passam como no Apostolado Positivista.

Tudo é às claras. É virtude e é um defeito; mas é verdade.

É um bem sempre ser viajado.

Publicada em *Vida urbana*

O NOSSO ESPORTE

A.B.C., Rio, 26-8-1922

Quem abre qualquer um dos nossos jornais, principalmente nestes dias de centenário festejados faustosamente em meio da maior miséria, há de concluir que este nosso Rio de Janeiro não é o paraíso do jogo do bicho, a retorta monstruosa da politicagem, a terra dos despautérios municipais e de poetas.

Concluirá que é um imenso campo de *football*. Senão, vejam; os quotidianos ocupam uma ou duas colunas, em semana, com política, um cantinho com coisas de letras, algum pouco mais com as patacoadas do nosso teatro, quase nada com artes plásticas, tudo o mais de suas edições diárias, isto é, a quase totalidade da folha, enche-se com assassinatos, anúncios e *football*.

De resto, as gazetas têm razão. Vão ao encontro do gosto do público, seguem-no e, por sua vez, excitam-no. Toda a gente, hoje, nesta boa terra carioca, se não fica com os pés ferrados, ao menos com a cabeça cheia de chumbo, joga o tal *sport* ou esporte bretão, como eles lá dizem. Não há rico nem pobre, nem velho nem moço, nem branco nem preto, nem moleque nem almofadinha que não pertença virtualmente pelo menos, a um *club* destinado a aperfeiçoar os homens na arte de servir-se dos pés.

Até bem pouco, essa habilidade era apanágio de outra espécie animal; hoje, porém, os humanos disputam entre si o primado nela. Deixo a explicação desse fenômeno à inteligência e sagacidade dos sociólogos de profissão. O que verifico é que toda a nossa população anda apaixonada pela euritmia dos pontapés e os poderes públicos protegem generosamente as associações que a cultivam.

Abram o *Diário Oficial*, lá verão, no orçamento e fora dele, as autorizações inúmeras ao governo para auxiliar com subvenções de cem, duzentos e mais contos, tais e quais ligas de “desportos”, como eles, os *sportmen*, dizem, na sua comichão de vernaculismo.

As mais das vezes, essas subvenções ficam no caminho; mas, nem por isso, o congresso deixa de auxiliar o desenvolvimento físico dos nacionais do país.

Diabo! Uma alimentação sadia, uma habitação higiênica, um bom clima agem tão eficazmente sobre o nosso organismo como umas marradas ou uns

pontapés dominicais, debaixo de um Sol ardente — não acham? E o dinheiro, dado para isto é mais empregado naquilo — penso eu.

A proteção dispensada ao *football* não se limita à que lhe dá o congresso. O Conselho Municipal vai além, porque o conselho, como toda a gente sabe, é composto do que há de mais fidalgo de sangue na nossa sociedade; e é próprio de fidalgos, tanto da Inglaterra como de Madagascar, amar toda a espécie de esporte, desde a escalada ao topo do “pau de sebo”, em cuja ponta há uma grande pelega, até os *raids* de aeroplanos.

Sendo assim, o nosso Conselho Municipal derrama-se, esparrama-se, derrete-se em favores aos moços de mais de quarenta anos que se dão ao sacrifício de dar pontapés numa bola, para desenvolvimento dos respectivos *mollets* e gáudio das damas gentis que, assistindo-lhes as *performances* aprendem ao mesmo tempo o calão dos bairros escusos, com cujos termos os animam nas pugnas. É verdade que essas singulares vestais dos nossos modernos coliseus, às vezes, engalfinham-se no correr da luta. É que elas têm partido: uma é pelo leão do Atlas e a outra é pelo retiário.

Os nossos edis, tendo em conta esse aspecto de beleza do nosso *football*, isentaram-lhe de impostos, enquanto sobrecarregam os outros divertimentos de ônus asfixiantes; entretanto, uma função de *football* rende, às mais das vezes, uma fortuna, sem despesa alguma, enquanto as diversões outras...

A edilidade, porém, tem razão. Os clubes de *football* são de uma pobreza franciscana, tanto assim que há alguns que compram vitórias a peso de ouro, peitando jogadores dos contrários a contos de réis e mais...

Bem haja o Conselho Municipal que protege o desenvolvimento físico das pernas de alguns marmanjos! Ele se esquece de estimular os poetas, os músicos, os artistas naturais ou filhos adotivos da cidade que representa; mas, em compensação, dá “arras” de sua admiração pelos exímios “pontapedistas” de toda a parte do mundo. É mesmo essa a função de uma municipalidade.

Publicada em *Vida urbana*

O SUBTERRÂNEO DO MORRO DO CASTELO

O SUBTERRÂNEO DO MORRO DO CASTELO

CORREIO DA MANHÃ — SEXTA-FEIRA, 28 DE ABRIL DE 1905

FABULOSAS RIQUEZAS — OUTROS SUBTERRÂNEOS

Os leitores hão de estar lembrados de que, há tempos, publicamos uma interessante série de artigos da lavra do nosso colaborador Léo Junius, subordinados ao título *Os Subterrâneos do Rio de Janeiro*.

Neles vinham descritas conscienciosamente e com o carinho que sempre o autor dedicou aos assuntos arqueológicos as galerias subterrâneas, construídas há mais de dois séculos pelos padres jesuítas, com o fim de ocultar as fabulosas riquezas da comunidade, ameaçadas de confisco pelo braço férreo do Marquês de Pombal.

Verdade ou lenda, caso é que este fato nos foi trazido pela tradição oral e com tanto mais viso de exatidão quanto nada de inverossímil nele se continha.

De feito: a ordem fundada por Inácio de Loiola, em 1539, cedo se tornou célebre pelas imensas riquezas que encerravam as suas arcas, a ponto de ir tornando a pouco e pouco uma potência financeira e política na Europa e na América, para onde emigraram em grande parte, fugindo às perseguições que lhe eram movidas na França, na Rússia e mesmo na Espanha, principal baluarte da Companhia.

Em todos estes países os bens da Ordem de Jesus foram confiscados, não sendo pois admirar que, expulsos os discípulos de Loiola, em 1759, de Portugal e seus domínios pelo feroso ministro de D. José I, procurassem a tempo salvaguardar os seus bens contra a lei de exceção aplicada em outros países, em seu prejuízo.

A hipótese, pois, de existirem no morro do Castelo, sob as fundações do vasto e velho convento dos jesuítas, objetos de alto valor artístico, em ouro e em prata, além de moedas sem conta e uma grande biblioteca, tomou vulto em breve, provocando o faro arqueológico dos revolvedores de ruínas e a *auri sacra fames* de alguns capitalistas, que chegaram mesmo a se organizar em

companhia, com o fim de explorar a empoeirada e úmida colchida dos Jesuítas. Isto foi pelos tempos do Encilhamento.

Sucessivas escavações foram levadas a efeito, sem êxito apreciável; um velho, residente em Santa Teresa, prestou-se a servir de guia aos bandeirantes da nova espécie, sem que de todo este insano trabalho rendesse afinal alguma coisa a mais que o pranto que derramaram os capitalistas pelo dinheiro despendido e o eco dos risos casquilhos de mofa, de que foram alvo por longo tempo os novos Robérios Dias.

Estes fatos já estavam quase totalmente esquecidos, quando ontem novamente se voltou a atenção pública para o desgraçado morro condenado a ruir em breve aos golpes da picareta demolidora dos construtores da Avenida.

Anteontem, ao cair da noite, era grande a azáfama naquele trecho das obras.

A turma de trabalhadores, em golpes isócronos brandiam os alviões contra o terreno multissecular, e a cada golpe, um bloco de terra negra se deslocava, indo rolar, desfazendo-se, pelo talude natural do terreno revolvido.

Em certo momento, o trabalhador Nelson, ao descarregar com pulso forte a picareta sobre as últimas pedras de um alicerce, notou com surpresa que o terreno cedia, desobstruindo a entrada de uma vasta galeria.

O Dr. Dutra, engenheiro a cujo cargo se acham os trabalhos naquele local, correu a verificar o que se passava e teve ocasião de observar a seção reta da galeria (cerca de 1,60m de altura por 0,50m de largura).

O trabalho foi suspenso a fim de que se dessem as providências convenientes em tão estranho caso; uma sentinela foi colocada à porta do subterrâneo que guarda uma grande fortuna ou uma enorme e secular pilhéria; e, como era natural, o Sr. Ministro da Fazenda, que já tem habituada a pituitária aos perfumes do dinheiro, lá compareceu, com o Dr. Frontin e outros engenheiros, a fim, talvez, de informar à curiosa *comissão* se achava *aquilo* com cheiro de casa-forte... O comparecimento de S. Ex^a., bem como a conferência que hoje se deve realizar entre o Dr. Frontin e o Dr. Lauro Muller, levam-nos a supor que nas altas camadas se acredita na existência de tesouros dos jesuítas no subterrâneo do morro do Castelo.

Durante toda a tarde de ontem, crescido número de curiosos estacionaram no local onde se havia descoberto a entrada da galeria, numa natural sofreguidão de saber o que de certo existe sobre o caso.

Hoje continuarão os trabalhos, que serão executados por uma turma especial, sob as imediatas vistas do engenheiro da turma.

Que uma fada benfazeja conduza o Dr. Dutra no afanoso mister de descobridor de tesouros, tornando-o em Mascotte da avenida do Dr. Frontin.

A propósito da descoberta deste subterrâneo, temos a acrescentar que, segundo supõe o Dr. Rocha Leão, nesta cidade existem outros subterrâneos do mesmo gênero e de não menos importância.

Assim é que na Chácara da Floresta deve existir um, que termina no local onde foi o Theatro Phenix; um outro que, partindo da praia de Santa Luzia, vai terminar num ângulo da sacristia da Igreja Nova.

Ainda outro, partindo também de Santa Luzia, termina num pátio, em frente à cozinha da Santa Casa de Misericórdia, além de outros ainda, de menor importância.

O Dr. Rocha Leão, que obteve há tempos concessão do governo para exploração dos chamados subterrâneos do Rio de Janeiro, assevera mais, em carta a nós dirigida, que na Travessa do Paço há um armazém em ruínas, em uma de cujas reforçadas paredes está oculta a entrada para uma galeria que vai até os fundos da Catedral; daí se dirige paralelamente à Rua do Carmo até o Beco do Cotovello, onde se bifurca e sobe pela ladeira até à igreja.

Segundo o mesmo arqueólogo, nestes subterrâneos se devem encontrar, além de grandes riquezas, o arquivo da capitania do Rio de Janeiro, a opulenta biblioteca dos padres e os mapas e roteiros das minas do Amazonas...

Pelo que veem, eis aí farta messe de assunto para os amadores de literatura fantástica e para os megalômanos, candidatos a um aposento na Praia da Saudade.

SÁBADO, 29 DE ABRIL DE 1905

VISITA À GALERIA

Uma hora da tarde; o sol causticante ao alto e uma poeirada quente e sufocante na Avenida em construção; operários cantam e voz dolente, enquanto os músculos fortes puxam cabos, vibram picaretas, revolvem a areia e a cal das argamassas.

O trajeto pela Avenida, sob a canícula medonha, assusta-nos; um amigo penalizado, resolve-se a servir-nos de Cirineu e lá vamos os dois, satirizando os homens e as coisas, pelo caminho que conduz ao tesouro dos jesuítas ou à *blage* da lenda.

Estacamos para indagar de um grupo de trabalhadores onde podíamos encontrar o Dr. Dutra.

— Patrão, não sabemos; nós trabalhamos no teatro.

Não eram atores, está visto; simples operários, colaboradores anônimos nas glórias futuras da ribalta municipal.

Mais alguns passos e aos nossos surge a mole argilosa do Castelo: um grande talho no ventre arroxeadado da montanha nos faz adivinhar a entrada do famoso subterrâneo.

Limitando uma larga extensão, há, em torno ao local de tantas esperanças, uma cerca de arame, barreira à curiosidade pública que ameaçava atrapalhar a marcha dos trabalhos.

O Dr. Pedro Dutra, enlameado e suarento, discreteava num pequeno grupo.

Ao aproximarmo-nos, o novel engenheiro, amável, nos indicou com um sorriso a passagem para o local vedado ao público.

— Então, já foram descobertos os apóstolos?

— Que apóstolos?

— Os de ouro, com olhos de esmeralda?

— Por ora não — respondeu-nos risonho o engenheiro e, solícito, acompanhou-nos à porta da galeria.

Esta é alta, de 1 metro e 90 centímetros, com cerca de 80 centímetros de largura; no interior operários retiravam o barro mole e pegajoso, atolados no lameiro até o meio das canelas. Ao fundo bruxuleava uma luzinha dúbia, posta ali para facilitar a desobstrução do subterrâneo.

Um cenário tétrico de dramalhão.

O Dr. Dutra dá-nos informações sobre os trabalhos.

Por ora, limitam-se estes à limpeza da parte descoberta.

Pela manhã de ontem, ele a percorreu numa extensão de 10 metros; é o primeiro trecho da galeria.

Daí em diante, esta conserva a mesma largura, aumentando a altura que passa a ser de 2 metros e 10 centímetros e dirigindo-se para a esquerda num ângulo de 55 graus, mais ou menos.

O trabalho tem sido muito fatigante; não só pela exiguidade do espaço, como pela existência d'água de infiltração.

Mesmo assim, o Dr. Dutra espera hoje limpar toda a parte explorada, continuando em seguida a exploração no trecho que se dirige para a esquerda.

— Até agora nada se encontrou de interessante, se há tesouro ainda não lhe sentimos o cheiro.

— Mas o que imagina o doutor, sobre o destino desta galeria?

— Não tenho opinião formada; apenas conjecturas... Os jesuítas talvez hajam construído o subterrâneo para refúgio, em caso de perseguição; o Marquês de Pombal era um pouco violento...

Gostamos da benevolência do conceito; um pouco...

E o engenheiro continuou:

— Nota-se que não houve a preocupação de revestir as paredes, o que seria natural fazer, caso se pretendesse ali guardar livros ou objetos de valor... Os construtores da galeria evitaram na sua perfuração o barro vermelho, procurando de preferência o moleado, mais resistente; todo o trabalho parece ter sido feito a ponteiro.

— E sobre a visita do Dr. Bulhões?

— Esteve com efeito aqui, acompanhado pelo Dr. Frontin e penetrou com este até o último ponto acessível da galeria. Mas parece que voltou desanimado...

O nosso companheiro de excursão quis discutir ainda o papel do Marquês de Pombal no movimento político religioso do século XVIII; mas o calor sufocava e nada mais havia de interessante sobre o subterrâneo do Castelo.

Despedimo-nos gratos à amabilidade cativante do Dr. Pedro Dutra, cujo aspecto não era, entretanto, o de quem se julga à porta de um tesouro secular.

Em torno, contida pela cerca de arame, apinhava-se a multidão sonhadora e desocupada...

Ainda a propósito do subterrâneo do Castelo, convém notar que há mais de vinte anos o Barão de Drummond, que depois se tornou dono de uma fama imorredoura pela genial descoberta do jogo do bicho, tentou a exploração do morro do Castelo, com o fim de retirar de lá os tesouros ocultos e promover por este modo o pagamento de dívida pública e... das suas.

Os trabalhos eram feitos com o emprego de minas de dinamite, o que provocou protestos dos moradores do morro e consequentemente suspensão do perigoso empreendimento.

E ficou tudo em nada.

O Dr. Rocha Leão, que durante longos anos se tem dedicado aos estudos dos subterrâneos do Rio de Janeiro, declara-nos existir documentos positivos sobre o local em que se acham tesouros dos jesuítas no Arquivo Público e na Antiga Secretaria de Ultramar, na Ilha das Cobras.

TERÇA-FEIRA, 2 DE MAIO DE 1905

Alegrem-se os que acreditam na existência de fabulosas riquezas na galeria do morro do Castelo.

Se o ouro ainda não refulgiu ao golpe explorador da picareta, um modesto som metálico já se fez ouvir, eriçando os cabelos dos novos bandeirantes e dando-lhes à espinha o frio solene das grandes ocasiões; som feio e inarmônico de ferro velho, contudo som animador que faz pregoar orquestrações de barras de ouro, cruzados do tempo do D. João VI, pedrarias policrômicas, raras baixelas de repastos régios, tudo isto desmoronando-se, rolando vertiginosamente como o cascalho humilde pelo talude escarpado da montanha predestinada.

Por agora contentemo-nos com o ferro velho; ferro cujo passado destino, ao que se diz, honra pouco a doçura de costumes dos discípulos de Loiola, ferro em cuja superfície oxidada a Academia de Medicina ainda poderá achar resquícios do sangue dos cristãos-novos.

Ainda bem que hoje em dia nem mais para os museus poderão servir as carcomidas correntes levantadas pelas mãos dos buscadores de ouro.

Agora que tanto se fala na candidatura do Sr. Bernardino de Campos seria assaz de temer que as golilhas e polés encontradas no Castelo ainda estivessem capazes de uso.

O Sr. Presidente da República lá esteve, na galeria dos jesuítas, galeria em que, diga-se a verdade, sente-se bem a sua angélica pessoa.

Foi isto ontem pela manhã, depois do café e antes da segunda inauguração do primeiro decímetro de cães.

S. Ex.^a, acompanhado da casa civil e militar, do Dr. Frontin e de outras pessoas gratas (gratas, sr. revisor!), enveredou pelo buraco, iluminado por um foco de acetileno, que dava à galeria o tom macabro da fuma de Ali Babá.

Entrou, olhou e nada disse; se o chefe de polícia estivesse presente teria exclamado como de outra vez (e desta com alguma razão):

— Senhores, estamos com um vulcão por cima da cabeça.

A frase não seria de toda absurda, desde que por uma ficção poética se concedessem por um momento ao inofensivo Castelo as honras vulcânicas.

Mas, em suma, nem o Sr. Bulhões nem o Sr. Frontin, nem mesmo o Presidente da República tiveram a dita de encontrar os apóstolos de ouro de olhos esmeraldinos; e como S. Tomé, que também era apóstolo, ficam aprovisionando entusiasmo para quando os seus dedos assépticos conseguirem tocar as imagens que nos vão salvar da crise econômica.

E contem conosco para a inauguração do curso metálico.

QUARTA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 1905

Mais uma galeria subterrânea foi descoberta ontem no morro do Castelo. Decididamente a velha mole geológica, esventrada pela picareta do operário descrente, despe o mistério que a envolvia e escancara o seu bojo oco e cobiçado à pesquisa dos curiosos.

Já ninguém contesta que o morro lendário, célula matriz de Sebastianópolis, encerra nas arcas de seus poços interiores, atulhados pela calíça de três séculos e meio, um alto, um elevado tesouro... bibliográfico, pelo menos.

Em toda a parte do morro, onde a picareta fere mais fundo, responde um eco grave no interior, eco que vai de galeria em galeria quebrar-se nas vastas abóbodas onde repousam os doze apóstolos de ouro.

Mais um mês, mais 8 dias, quem sabe, e o Santo Inácio de Loiola, há trezentos anos afundando na tenebrosa escuridão do cárcere calafetado, emergirá à luz dos nossos dias, todo refulgente nos doirados de sua massa fulva.

Há por força dentro do morro do Castelo uma riqueza fabulosa deixada pelos discípulos de Loiola na sua precipitada fuga sob o açoite de Pombal.

Tanto metal precioso em barra, em pó, em estátuas e objetos do culto, não podia passar despercebido à arguta polícia do ministro incrêu e atilado.

Na sua mudez de catacumbas seculares, os subterrâneos do Castelo bem serviriam para guardar os tesouros da Ordem mais rica do mundo e ainda os guardam certamente.

Mas agora chegou o tempo de quebrar o segredo de sua riqueza e ser espoliado de seu olímpico depósito.

O homem já não se contenta em querer escalar o céu, quer também descer ao coração da terra e não poderá o morro do Castelo embaraçar-lhe a ação.

Há de rasgar-se, há de mostrar o labirinto de suas acidentadas galerias e há de espirrar para fora os milhões que vêm pulverizando numa digestão secular.

Um dia destes foi num dos flancos que se abriu a boca silenciosa de um corredor escuro que os homens interrogam entre curiosos e assustados; hoje é a

própria cripta do morro que se parte como a querer bradar para o céu o seu protesto contra a irreverência e avidez dos homens!

Mas os operários prosseguem cada vez mais porfiados em ver quem primeiro colhe o prazer ultramarinho de descobrir o moderno Eldorado.

Foi ontem; uma turma explorava o dorso imoto do morro; súbito a ponta da picareta de um operário bate num vazio e some-se...

A boca negra de um outro subterrâneo escancarava-se.

Pensam uns que é a entrada, arteiramente disfarçada, de uma outra galeria, opinam outros que é simples ventilador dos corredores ocultos.

Seja o que for, porém, a coisa é verdadeira, lá está a 8 metros abaixo do solo emparedada a tijolo velho.

Trouxemos uma terça parte de um dos tijolos para nosso escritório onde quem quiser a pode examinar.

QUINTA-FEIRA, 4 DE MAIO DE 1905

OS SUBTERRÂNEOS DO RIO DE JANEIRO E AS RIQUEZAS DOS JESUÍTAS

A multidão apinhava-se, curiosa, diante do morro do Castelo, em cujo imenso bojo se entesouram riquezas fabulosas, abandonadas pelos jesuítas na precipitação da retirada.

Olhos ávidos de descobrir na sombra pesada da galeria o rebrilho de uma peça de ouro, ouvidos atentos ao mínimo ruído vindo de dentro, toda aquela gente, nos lazes do feriado de ontem, se acotovelava ao longo da cerca de arame, que a previdência oficial construiu para maior segurança do subterrâneo opulento.

Íamos sequiosos de novas do Castelo e das suas lendárias coisas; mas, na dilatada área defesa ao público, não havia o movimento habitual dos dias de labor.

Pequerruchos despreocupados revolviam a terra e à porta soturna da galeria dois negros cérberos vigiavam, modorrentos, o tesouro secular.

Aproximamo-nos. Havia uma franca comunicatividade entre os curiosos, trocavam-se comentários estranhos sobre a direção dos subterrâneos, as salas amplas, em mármore rosado, nas quais se enfileiram, peçadas de ouro e pedrarias, as arcas dos discípulos de Loiola.

Mas, em meio a multidão, salienta-se um senhor alto, de bigodes grisalhos e grandes olhos penetrantes, cuja voz pausada e forte atrai a atenção de toda gente. O círculo de curiosos se aperta a pouco e pouco e os ouvidos recebem deleitados as palavras do oráculo.

De coisas extraordinárias sabe este homem; tem talvez cinquenta anos de idade, dois terços deles gastos no esmerilhamento das verdades ocultas nas entrelinhas de pergaminhos seculares.

Ele sabe de todo um Rio subterrâneo, um Rio inédito e fantástico, em que se cruzam extensas ruas abobadadas, caminhos de um Eldorado como não o sonhara Pangloss.

Acercamo-nos também, na ânsia de escutar a palavra sábia; ele já enveredara por um detalhe trágico da história conventual do Castelo: a história de uma condessa italiana, da família dos Médicis, raptada, em noite escura, de um palácio florentino e conduzida num bergantim para o claustro dos jesuítas, onde, em babilônicas orgias, seu alvo corpo palpitante de mocidade e seiva corria de mão em mão, como a taça de Hebe; depósito sagrado de um capitoso vinho antigo.

Os circunstantes ouviam boquiabertos a interessante narrativa; um senhor, nédio e rosado, apartava de quando em vez, pilhérico.

Ousamos uma pergunta:

— Há documentos a respeito?

— Preciosíssimos, meu amigo; eu tive sob os olhos todo o roteiro das galerias; conheço-as como a palma das minhas mãos. A reconstrução daquela época trágica seria uma obra de fazer arrepiar os cabelos!...

— E quanto às duas galerias recentemente descobertas?

Ele disse:

— Não valem nada, meu amigo; o caminho está errado; por aí não darão no vinte.

— Mas, neste caso, que utilidade tem estas?

— Estas e muitas mais foram feitas, umas para os suplícios e outras com o único fim de atordoar, desorientar os investigadores. O verdadeiro depósito dos tesouros, onde se encontram arcas de ferro abarrotadas de ouro e pedras finas, acha-se a 430 metros do sopé do morro; aí o ar é quase irrespirável em vista das exalações sulfúricas; é mesmo de crer que o morro não seja mais que o tampo de um vulcão. De tudo isto há documentos irrefutáveis e não só referentes ao Castelo como aos demais subterrâneos, quais os da ilha do Raimundo, próxima à do Governador, e da Fazenda de Santa Cruz e tantos outros que minam a velha cidade de Mem de Sá.

— E o cavalheiro me pode dar alguns apontamentos a respeito?

— Com prazer; o meu maior desejo é elucidar todos os pontos desta interessante história para que o governo não esteja a perder tempo e dinheiro com buscas fatalmente improfícuas

— Neste caso...

— Apareça em minha residência; mostrar-lhe-ei os documentos.

— É favor; lá irei hoje mesmo.

— Às oito horas, está dito.

E com um forte aperto de mão, depedimo-nos, de coração palpitando de curiosidade, prelibando o cheiro dos documentos arcaicos e a imaginar toda a complicada tragédia de suplícios inquisitoriais, de pesados lajões, sepultando ouro em barra, e de condessas louras, a desmaiar de amor nas celas do claustro imenso.

Da longa história que ouvimos, fartamente documentada e narrada em linguagem simples e fluente por um homem de espírito cultivado e arguto conhecedor do assunto, daremos amanhã circunstanciada notícia aos leitores, justamente ávidos de desvendar os mistérios do venerável morro.

O Dr. Rocha Leão escreve-nos, à propósito do palpitante assunto:

“Sr. redator,

Digna-se V.S. dar-me pequeno espaço para uma reclamação. Fui hoje surpreendido com a publicação que fez *O Paiz* de documentos que foram entregues ao Ex.^{mo} Sr. Presidente da República.

Não tenho a honra de conhecer, nem ao menos de vista, o Ex.^{mo} Sr. Almirante Nepomuceno.

Já há tempos declarei que os documentos que eu possuía sobre o Castelo entreguei-os ao meu finado amigo, o engenheiro Jorge Mirandola, e não Miranda, quando ele foi há anos à Inglaterra.

Falecendo esse engenheiro em Lisboa, procurei aqui em Icaraí (Niterói) a sua viúva para lhe pedir a entrega dos meus pergaminhos.

Nessa visita fui acompanhado pelo meu amigo Sr. Camanho.

Disse-me a senhora que nenhum papel ou documento se arrecadou em Lisboa.

Agora vejo uma oferta desses pergaminhos que me pertencem, pois estão com o meu nome.

Declaro que são dois pergaminhos antigos, não tinham cor vermelha nenhuma, nem declaração por minha letra donde foram achados; um deles estava dobrado como uma carta e o *sobre-scripto* é uma cruz longitudinal com cifras que significam o endereço ao Geral da Companhia em Roma.

Além disto, ainda confiei ao finado Mirandola um grosso volume em francês encontrado por mim, com o título *Portrait des sciences*, com gravuras de colunas e anotado em cifras pelos padres.

Responderei ao artigo do ilustrado Sr. Dr. Vieira Fazenda.

O abaixo-assinado teve ao seu dispor os mais importantes documentos do seu finado amigo, o Dr. Alexandre José de Mello Moraes.

Ainda mais descendentes de famílias que governaram o Brasil como os Barretos de Menezes, Telles e outros, em seus papéis colhi notícia de tudo.

Bobadella era compadre e amigo do Dr. Francisco Telles de Barreto de Menezes e lhe dizia sempre que um dia apareceriam as riquezas dos padres que eram avultadas e estavam ocultas em vários lugares.

Aguardo a resposta do Ex.^{mo} Sr. Almirante Nepomuceno, relativa aos meus pergaminhos.

Dr. Rocha Leão.”

SEXTA-FEIRA, 5 DE MAIO DE 1905

OS TESOUROS DOS JESUÍTAS

Chovia torrencialmente quando apeamos do bonde que nos conduzia à residência daquele senhor alto de bigodes grisalhos e olhar penetrante que ontem apresentamos aos leitores como um grande sabedor das extraordinárias coisas do Morro do Castelo.

Uma ladeira íngreme, lá para os lados de Gamboa, lamacenta e negra a nos recordar o passado *Porto Artur* com toda a bravura dos vencidos e todo o ridículo dos vencedores.

Céu caliginoso ao alto, de nuvens pardas, pesadas de chuva...

A luz dúbia e intermitente das lamparinas elétricas da Central, que dificilmente nos aponta o caminho da residência do “nosso homem”.

Neste cenário trágico nos encaminhamos pelas tortuosas vilas da Gamboa, à cata das preciosas informações que nos prometera de véspera o senhor alto, de olhos penetrantes.

Há alguma dificuldade em encontrar a casa; a escuridão tenebrosa da noite e da iluminação não nos consente distinguir os números dos portais.

Indagamos da vizinhança:

— O Sr. Coelho? Sabe nos dizer onde mora o Sr. Coelho?

— Ali adiante, moço — informa-nos opulenta mulata que goza a noite, refestelada à janela.

Caminhamos; em meio à ladeira íngreme, um velho abanando o cachimbo. Informa-nos:

— O Sr. Coelho mora no 27, passando aquela casa grande, a outra.

O Sr. Coelho, concluímos, é conhecido de toda gente; toda gente nos dá notícias precisas do Sr. Coelho, inda bem...

Encontramos, por fim, o 27, entramos. Casa modesta de empregado público, sem altas ambições; efígies de santos pendem das paredes; há no ambiente o perfume misterioso da gruta de um derviche ou do laboratório de um alquimista.

À luz macilenta de uma lâmpada de querosene os nossos olhos divisam retratos em fotogravura de Allan Kardec e Pombal, que “*hurlent de se trouver ensemble*”.

— Tem aqui o Pombal! Hein, Sr. Coelho?

— O Pombal? Meu grande amigo, meu grande amigo!...

Amável, o dono da casa lamenta o ofício de jornalista.

— Com esta chuva...

— Que quer? É preciso informar o público; o público é exigente, quer novidades a todo transe e agora a novidade que se impõe é o Castelo, são os seus subterrâneos e o senhor é o homem fadado a nos tornar capazes de satisfazer a curiosidade carioca.

O Sr. Coelho desfaz-se em modéstia: não é tanto assim, ele sabe alguma coisa, mas o seu maior prazer é abrir os olhos ao público contra as falsidades dos embusteiros.

E levanta-se para nos trazer seus documentos.

São largas folhas de papel amarelado, cheirando a velho, preciosos pergaminhos em que se mal descobrem caracteres indecifráveis, figuras cabalísticas, coisas intraduzíveis aos nossos olhos profanos.

— Aqui temos nós toda a verdade sobre os tão falados tesouros — diz-nos, num gesto enérgico. — Mas antes de enveredar neste caos, uma rápida explicação! As galerias agora encontradas, como já disse, nada significam; são esgotos, são esconderijos e nada mais. O atual edifício do convento compunha-se antigamente de três andares; dois deles estão atualmente soterrados. A porta que conduzia ao Morro, corresponde ao antigo 2º andar do edifício, e estava por conseguinte muito abaixo do primitivo convento.

Todas as galerias que atravessam a montanha com diversos sentidos não foram construídas, como se tem imaginado, no tempo de Pombal, nas vésperas da expulsão da Companhia de Jesus; elas datam da instalação da Companhia no Brasil.

Os jesuítas argutos e previdentes, imaginaram o que, de futuro, lhes poderia suceder; e daí o se aprestarem com tempo, construindo na mesma época em que fizeram as galerias de esgotos e as que serviam para o transporte de mercadorias, os subterrâneos de defesa e os grande depósitos dos seus avultados bens.

Os jesuítas eram senhores e donos de quase todo o Rio de Janeiro; possuíam milhares de escravos, propriedades agrícolas, engenhos de açúcar e casas comerciais. Quando a 10 de maio de 1710 aportou a esta cidade a

expedição de João Francisco Duclerc cuja misteriosa morte vai ser em breve conhecida por documentos que possuo, os jesuítas perceberam com fina clarividência que os franceses não deixariam impune o assassinato do seu compatriota. Prevendo assim a expedição vingadora de Duguay Trouin, os padres da Companhia cuidaram de pôr em lugar seguro os tesouros da Ordem, receosos de um provável saque dos franceses. Aproveitaram para este fim os subterrâneos, já construídos, do Castelo e lá encerraram todos os tesouros lavrando-se por esta ocasião uma ata em latim cuja tradução é a seguinte:

AD PERPETUAM MEMORIAM

“Aos 23 dias do mês de novembro de 1710, reinando El Rei D. João V, sendo capitão-general desta capitania Francisco de Castro Moraes e superior deste Colégio o Padre Martins Gonçalves, por ordem do nosso Rev.^{mo} Geral foram postos à boa guarda, nos subterrâneos que se fabricaram sob este Colégio, no monte do Castelo, as preciosidades e tesouros da ordem nesta província, para ficarem a coberto de uma nova invasão que possa haver. Consiste este tesouro de: Uma imagem de Santo Inácio de Loiola, de ouro maciço pesando 180 marcos; uma imagem de S. Sebastião e outra de S. José, ambas de ouro maciço pesando cada uma 240 marcos, uma imagem da Santa Virgem, de ouro maciço pesando 290 marcos; a coroa da Santa Virgem, de ouro maciço e pedrarias, pesando, só o ouro, 120 marcos; 1.400 barras de ouro de quatro marcos cada uma; dois mil marcos de ouro em pó; dez milhões de cruzados em moeda velha e três milhões de cruzados em moeda nova, tudo em ouro; onze milhões de cruzados em diamantes e outras pedras preciosas, além de um diamante de 11 oitavas, 9 quilates e 8 grãos, que não está avaliado. Além destes tesouros foi também guardada uma banquetta do altar-mor da Igreja, seis castiçais grandes e um crucifixo, tudo em ouro, pesando 664 marcos. O que tudo foi arrecadado em presença dos nossos padres, lavrando-se duas atas do mesmo teor, das quais uma fica neste colégio e outra segue para Roma a ser entregue ao nosso Rev.^{mo} Geral, dando-se uma cópia autêntica a cada um dos nossos padres. Feita nesta cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, aos 24 dias do mês de novembro do ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1710 (Assinados) Martins Gonçalves, superior. — Padre Manuel Soares, visitador. — Frei Juan de Diaz, prior.”

SÁBADO, 6 DE MAIO DE 1905

OS TESOUROS DOS JESUÍTAS

Diante do documento, em que se veem arrolados os bens da companhia, sem dissimular o espanto, indagamos do nosso informante:

— E tais riquezas existirão ainda nos subterrâneos do morro?

— Certamente e eu explico: quando chegou às mãos do Conde de Bobadella, Gomes Freire de Andrade, o decreto de 4 de novembro de 1759, em que D. José I por influência de seu grande ministro expulsara os jesuítas de Portugal e seus domínios, já de há muito que se achavam em lugar seguro os bens da ordem; em obediência à carta régia de 4 de novembro, Bobadella fez cercar o Colégio, aprisionando os padres e cuidou sem detença do confisco dos seus múltiplos haveres; pois bem, tudo quanto se apurou em dinheiro importou apenas na ridícula quantia de 4.173\$220!

É crível que a riquíssima Comunidade, proprietária de vastos terrenos, engenhos, casas de comércio, escravos etc., nada mais possuísse em moedas que aquela insignificante quantia?

E as valiosas baixelas de prata, e os objetos de culto, tais como cálices, turíbulos, lâmpadas, castiçais e as alfaias de seda e damasco bordadas a ouro?

Que fim levou tudo isto?

Gomes Freire conseguiu apenas sequestrar os bens imóveis e os escravos, e esta parte de sua fortuna montava a alguns milhares de contos de réis; quanto ao resto, ele próprio declara, em carta dirigida ao rei em data de 8 de dezembro de 1759:

“É certo que, sabendo os padres que em mais ou menos tempo havia de chegar a tormenta, puseram o seu tesouro em salvamento, pelo que se lhes não encontrou mais dinheiro (eles dizem ser quase todo alheio) que 4.173\$220 de que se vão sustentando como se me decretou.”

— Mas, passada a “tormenta”, não teriam eles arranjado meios de retirar os tesouros ocultos, conduzindo-os para Roma, sede capital da Ordem?

— Esta objeção tem sido formulada centenas de vezes e centenas de vezes destruída como uma bolha de sabão.

O morro do Castelo ficou sempre, depois da saída dos jesuítas, sob a guarda vigilante das autoridades civis portuguesas e depois brasileiras; além disso, não era fácil empresa penetrar nos subterrâneos e de lá retirar arcas e cofres peçados de ouro e pedrarias sem provocar suspeitas, ocultamente, sem o menor arruído.

— Realmente...

— Os tesouros lá estão ainda nas vastas salas subterrâneas, até que mãos hábeis, trabalhando com prudência e método, os vão arrancar do secular depósito.

Parece que o momento é chegado; é necessário, entretanto, não perder tempo com escavações inúteis; é preciso atacar o morro com segurança, de acordo com os documentos existentes e que dizem respeito à topografia dos subterrâneos.

Estes, os que conduzem ao lugar do tesouro, são em número de quatro, construídos na direção dos pontos cardeais.

Vão ter a um vasto salão de forma quadrada e abobadado, que por sua vez tem comunicação com o Colégio por meio de escadas em espiral abertas no interior das paredes.

Esta sala fica inscrita a um largo fosso onde vão ter, antes de a elas chegar, as quatro galerias.

Duas grossas paredes dividem em quatro compartimentos a referida sala.

Em um deles acham-se os cofres de moedas de ouro e prata, os cofres de ouro em pó e, as imagens de S. Inácio, S. Sebastião, S. José e da Virgem, todas de ouro maciço e grande quantidade de objetos do culto católico.

Em outra divisão se encontram as arcas com diamantes e pedras preciosas e numerosas barras de ouro.

As duas restantes contêm os instrumentos de suplício, a riquíssima biblioteca dos padres, as alfaias e uma mobília completa de mármore, assim como todos os papéis referentes à Ordem no Brasil e que se acham guardados em grandes armários de ferro.

— É extraordinário.

— É verdade, meu amigo, e quem for vivo há de ver; contanto que abandonem o caminho errado e tratem de penetrar no subterrâneo do alto para

baixo, o que não será difícil visto a existência das escadas em espiral que conduzem ao grande salão que lhes descrevi. E ninguém está em melhores condições de descobrir o que está lá dentro que o próprio Marquês de Pombal, que pretendia confiscar todas as riquezas da Companhia.

— Quem? O Marquês de Pombal? — exclamamos sem compreender.

— Sim, senhor; o Marquês de Pombal ou o Dr. Frontin, que são uma e a mesma pessoa.

— Está a fazer perfídia, hein?

E rimos a bom rir.

— Não gracieje, meu amigo — protestou, severo, o Sr. Coelho —, o que lhe digo não é nenhuma pilhéria; o Dr. Frontin é o Marquês de Pombal; ou melhor, aquele encarna atualmente a alma do ministro de D. José!

Íamos desmaiar; o Sr. Coelho bate-nos amigavelmente ao ombro e promete-nos dar os motivos por que com tanta segurança afirma que o reconstrutor de Lisboa anda entre nós, metido na pele do construtor da Avenida Central.

E prestamos ouvido atento entre pasmados e incrédulos.

Amanhã contaremos aos leitores esta bizarra e maravilhosa história.

DOMINGO, 7 DE MAIO DE 1905

O Sr. Frontin é o Marquês de Pombal na segunda encarnação!

Esta frase, dita num tom firme e catedrático, na meia-luz de uma sala francamente iluminada, deu-nos calafrios à alma, já, de resto, habituada às surpreendentes coisas de que tem sido pródigo este encantado morro do Castelo.

Mas o Sr. Coelho explica-nos em poucas palavras o motivo do seu acerto. Ouçamo-lo:

Quando, há anos passados, ocupava a diretoria da Estrada de Ferro Central, o atual construtor da Avenida sentiu-se seriamente impressionado com os desastres consecutivos que ali tinham lugar; abatia-o uma neurastenia profunda, quiçá uma íntima desconfiança das suas habilitações técnicas.

— Que diabo! Eu emprego todos os meios, dou todas as providências para evitar desastres e sempre esta danada cábula, exclamava S. Ex.^a, amarrotando a barba ruiva.

Mas os desastres continuavam e o povo insistia em chamar a Central, pelas iniciais: *Estrada de Ferro Caveira de Burro*.

Certa vez, lamentava-se o Sr. Frontin, numa roda de amigos, da *jettatura* que o perseguia, quando um dos circunstantes, notável engenheiro, sugeriu-lhe uma ideia.

— *Seu* Frontin, eu lhe darei a explicação de tudo: venha comigo a uma sessão...

O Sr. Frontin sorriu, incrédulo.

Mas o amigo insistiu que não fazia mal experimentar, era sempre uma tentativa, que diabo!

Enfim, o ilustre engenheiro decidiu-se; foram combinados dia e hora e a sessão realizou-se em uma casa da Rua D. Polixena, em Botafogo.

O médium, um conhecido jornalista vidente, de óculos e barbas negras, invocou o espírito do Visconde de Mauá, fundador das estradas de ferro no Brasil, e este, apresentando-se, teve esta frase:

— Que queres tu, Pombal?

O Sr. Frontin ficou surpreso e começou a empalidecer.
Em torno, os circunstantes não dissimulavam o espanto.

— Pombal? Por que Pombal?

Nova invocação foi feita; e o espírito, já desta vez irritado, escreveu pela mão do médium:

— Ora, Pombal, não me amole!

Era baldado insistir; ou o espírito estava enganado ou era algum brejeiro (que lá por cima também os há) que queria fazer espírito.

Pelo sim pelo não, foi chamado D. José I para deslindar aquele embrulho.

O mofino monarca apresentou-se sem demora, tratando o Sr. Frontin pelo nome de seu dominador ministro.

O médium pediu-lhe explicações; e D. José, sem se fazer rogado, declarou que efetivamente o Conde de Oeiras encarnara no diretor da Central e que estava na terra a expiar as passadas culpas; que os desastres o haviam de perseguir por toda a vida e que assim como Sebastião José reconstruíra Lisboa, assim também André Gustavo seria o encarregado de reconstruir o Rio de Janeiro.

A propósito do subterrâneo do Castelo nada disse o espírito; mas fácil é concluir que, tendo sido Pombal o predestinado a tornar efetiva a expulsão dos jesuítas e a confiscar-lhes os bens, era justíssimo que, na segunda encarnação, reparasse o mal, descobrindo os seus tesouros ocultos e distribuindo-os com os pobres.

Era esmagadora a conclusão; realmente a carta régia de 4 de novembro de 1759 não podia ficar sem consequência nos fastos da Humanidade.

E há de ter lá pelo Castelo mais pessoal daquela época; concluiu o Sr. Coelho.

— Quem nos poderá garantir que o engenheiro Pedro Dutra não é o Conde de Bobadella?

Os fatos no-lo dirão.

Continuaremos amanhã a narrativa da nossa entrevista com o Sr. Coelho e dos extraordinários casos que se contêm nos seus velhíssimos papéis.

Por hoje, informemos aos leitores do estado da galeria atualmente explorada.

Tem ela, como é sabido, dois lances que se encontram em ângulo obtuso e está iluminada a luz elétrica, o que lhe dá uma *tenue* mais com o século.

O segundo trecho esbarra num poço cheio d'água até a borda; é quase certo que este poço não é mais que a descida para outra galeria de nível mais baixo, coisa fácil de concluir pelo seguinte fato:

Nas paredes do subterrâneo veem-se, de espaço a espaço, provavelmente destinados a colocação de lâmpadas no tempo em que foi este construído e de certo ponto em diante estes nichos vão descendo, acompanhando sempre o declive da galeria, de modo que o último avistado está à flor d'água do poço que o delimita.

O Dr. Dutra vai tratar de dessecá-lo e então ficará este ponto esclarecido.

Ontem, às 2 horas da tarde, foram as galerias visitadas pelos srs. intendentess municipais que lá se demoraram cerca de duas horas, recebendo do Dr. Dutra de Carvalho todas as explicações.

Os dignos edis mostraram-se entusiasmadíssimos com os trabalhos de engenharia tão bem executados pelos jesuítas.

A galeria, franqueada ao público, tem sido extraordinariamente concorrida, entre os comentários mais estranhos e cômicos dos viajantes; sobe a três mil o número de curiosos que ontem lá estiveram.

SEGUNDA-FEIRA, 8 DE MAIO DE 1905

OS SUBTERRÂNEOS DO RIO DE JANEIRO

OS TESOUROS DOS JESUÍTAS — UMA NARRATIVA DE AMOR

O VELHO CÓDICE

Entre os preciosos documentos pertencentes ao nosso precioso informante, e de cujo conteúdo temos transmitido aos leitores a parte de que ele não faz absoluto segredo, ressaltam algumas narrativas da época, sobre casos de que foram teatro os subterrâneos do morro do Castelo, narrativas estas que, pelo seu requintado sabor romântico, bem merecem a atenção do público carioca, atualmente absorvido em conhecer nos mínimos detalhes a história daquela época legendária.

O grande Martius, cujos trabalhos sobre a nossa natureza e sobre a etnografia sul-americana merecem o aplauso dos institutos sábios de todo o mundo, faz notar que no Brasil as lendas sobre tesouros ocultos substituem as dos sombrios castelos medievos que são o encanto dos povos ribeirinhos do Danúbio e, sobre os quais grandes gênios da arte têm bordado obras de um pichoso labor estético em todos os moldes da fantasia humana, seja a música, a pintura, a poesia ou o romance.

Uma tradição velhíssima tem alimentado entre nós no espírito do povo a ideia da existência de tesouros enterrados, dormindo há séculos sob pesadas paredes de monastérios, resistindo à argúcia de olhares perscrutadores e acirrando a curiosidade e a cobiça de seguidas gerações.

Algo de real existe certamente em meio às exagerações da lenda; documentos antigos falam dessas riquezas e indicam mesmo, com relativa precisão, os pontos em que se acham elas ocultas.

A recente descoberta de galerias subterrâneas no morro do Castelo vem mais uma vez provar à evidência não ser de todo destituída de fundamento a

crença que, de há séculos, vem alimentando a imaginativa popular.

Prendendo-se por um laço natural à história das riquezas amontoadas, aparece aqui e ali um perfil feminino, um vago perfume de carne moça, o roçar frufuante de uma saia de mulher que vem dar aos relatos a nota romântica do *eterno feminino*, indispensável ao interesse de uma lenda que se preza...

Pois o nosso morro do Castelo neste ponto também nada fica a dever aos castelos feudais da Idade Média.

Em meio à papelada arcaica que revolvemos em busca de informações sobre o palpitante assunto, fomos encontrar a história de uma condessa florentina conduzida para o Brasil num bergantim e aqui recolhida ao claustro do Castelo aos tempos da invasão de Duclerc.

A este fato já aludimos de passagem em um dos nossos artigos e agora vamos dar ao leitor a sua narrativa completa.

Trata-se da história de um desses amores sombrios, trágicos, quase medievais, cheirando a *barbacã* e a castelo *ameado*; e que, por uma singular capitação histórica, na Idade Moderna, a América do Sul foi teatro.

Não é narrativa de uma dessas afeições do nosso tempo, convencionais e pautadas; é a do desprender de um forte impulso d'alma irresistível e absorvente.

Um velho códice manuscrito em italiano dos meados do século XVIII conta-o; e pela dignidade do seu dizer e pela luz que traz a um ponto obscuro da história de nossa pátria, merecia que, trasladando-o para o vernáculo, não o mutilassem em uma forma moderna, que o desvigoraria sobremodo.

Consoantes as altas autoridades filológicas e literárias, ao português Gusmão, ou melhor, de Pitta, coevos com certeza do autor dele, devíamos ir buscar o equivalente de sua fogosa e hiperbólica linguagem; entretanto, não nos sobrando erudição para empresa de tal monta, abandonamos o propósito.

Guardando no tom geral da versão o modo de falar moderno — embora imperfeito para exprimir paixões de dois séculos atrás, aqui e ali, procuramos com um modismo, uma anástrofe, ou com uma exclamação daquelas eras, tingir levemente a narração de um matiz arcaico.

O original é um grosso volume, encadernado em couro. A letra escorre-lhe miúda e firme pelas folhas de papel de linho, resistentes e flexíveis.

A tinta indelével, talvez negra, tomou com o tempo um tom vermelho sobre o papel amarelecido, cor de marfim velho; absolutamente anônimo.

Nenhum sinal, indício, escudo heráldico ou mote denuncia o autor. Não obstante, uma emenda, traços fugazes, fazem-nos crer que a mão que o traçou foi de jesuíta.

Um — *nós* — riscado e precedendo a expressão — *os jesuítas* — entre vírgulas, e a maneira familiar de que o códice fala das coisas da poderosa Ordem, levam-nos a tal suposição.

Os leitores julguem pela leitura que vão fazer da crônica intitulada:

**D. Garça
Ou
O que se passou em meados do século XVIII,
nos subterrâneos dos padres da
Companhia de Jesus,
na cidade de S. Sebastião do
Rio de Janeiro, a mui heroica,
por ocasião da primeira invasão dos franceses
a mando de Clerc.**

Como veem, o título se alonga num enorme subtítulo, e, de acordo com a conveniência do jornal, nós iremos publicando o vetusto palimpsesto encimado unicamente pela primeira parte: D. Garça — elegante alcunha da estranha heroína que o velho cronicou.

TERÇA-FEIRA, 9 DE MAIO DE 1905

OS SUBTERRÂNEOS DO RIO DE JANEIRO
O TESOURO DOS JESUÍTAS
UM CASO DE AMOR

Conforme ontem prometemos ao leitor, iniciamos hoje a publicação da interessante narrativa por nós encontrada entre vetustos papéis referentes à história dos jesuítas do morro do Castelo.

Traduzimo-la, como ficou dito, em português moderno, conservando apenas no diálogo o sabor pitoresco característico daquela época, na impossibilidade de conservá-lo em todo o correr da narrativa.

D. GARÇA
I
BOAS E NOVAS MÁS

— Vai-te deitar, Bárbara.

Com o demo, que hoje muito queres transformar às matinas?!...

— Sinhá dona, meu senhor ainda não veio; e o chá?

— Porventura todos os dias esperas Gonçalves para te recolher?

— Não, sinhá dona.

A preta velha, respondendo, ia arrumando cuidadosamente os bilros sobre a almofada das rendas. E, assim que acabou, ergueu-se com dificuldade do assento raso em que estava, e tirou o lenço de Alcobaça, que, em coifa, lhe cobria a cabeça.

Antes, porém, de tomar a benção respeitosa, a escrava aventurou ainda algumas palavras:

— Sinhá dona soube que hoje entrou no Rio a frota do reino?

— Soube... e por quê? — indagou pressurosa a senhora.

— Talvez meu senhor não viesse cedo por ter ficado com o governador a ajudar o despacho da correspondência das Minas e Piratininga, chegada na frota. Não é?

— Pode ser... e no que te importa isso?

— Nada, sinhá. Lembrava, só.

— Bem. Vai-te deitar — disse então com império à escrava a senhora, descansando sobre a mesa o livro que lia.

Saindo a negra, a mulher que lhe dera ordens ergueu o busto acima do bufete e cravou o olhar num grande armário defronte, reluzente de prata e coberto de labores de talha, em carvalho.

Pouco tempo esteve assim. Dentro de alguns minutos a pesada peça moveu-se um tanto, sem bulha e suavemente; e da fresta aberta, de roupeta e solidel, surgiu um religioso, trazendo na mão esquerda uma lanterna surda. Mal a depondo sobre um consolo próximo, saudou familiarmente à senhora, que parecia esperá-lo.

— Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo, Alda.

— Louvado seja, Jean.

Não se sentou logo; antes de fazê-lo sacudiu das mangas da batina alguns salpicos de barro molhado.

Era um homem alto, alongado, de formas finas. Um tanto obeso já, a sua obesidade discrepava lamentavelmente do seu todo aristocrático. Nos seus olhos azuis, ora indagadores, ora mortiços e apagados, às vezes penetrantes, havia um inteiro arsenal de análise d'almas.

Se outro indício não houvesse, este bastava para caracterizar o religioso. Era jesuíta, e professor também — o que se adivinhava na convicção interior a irradiar-lhe pela fisionomia.

Como não houvesse chovido e ele limpasse das manchas pegajosas de barro umedecido, bem parecia que as havia apanhado ao atravessar um lugar lamacento e úmido.

E o cheiro de terra que, à sua entrada, logo recendeu pela sala, dava a supor que viesse por caminho subterrâneo, guiado pela luz da lanterna.

Tudo fazia acreditar que aquele religioso não passara pelas ruas. Àquelas horas era excepcional transeuntes pela cidade; e um clérigo levantaria maldosas suspeitas.

Em 1709, o Rio de Janeiro era uma pequena cidade de 12 a 15 mil habitantes. Iluminação não havia de espécie alguma, a não ser em alguns nichos

devotos, velas ou candeias acesas aqui, ali, nas beiradas dos telhados baixos, povoando as vielas de sombras fantásticas.

Depois do anoitecer, a cidade morria: e somente um ou outro corredor de aventuras ousava atravessar a treva, armado até os dentes.

O jesuíta que ali estava não era desses; viera com certeza por caminho seguro e só dele sabido.

Do Colégio ao alto do Castelo, ele descia para a grande cripta embaixo da praça de S. Sebastião. Não penetrava em qualquer de suas salas. Seguia pelo corredor circular até à galeria de Oeste, que ia ter a Santo Antônio e ao morro da Conceição; e em certa altura, subia em rampa um desvio à direita, feito adrede, até encontrar um segundo, em conveniente plano horizontal, pelo qual penetrava naquela casa da Rua da Ajuda, próximo à de S. José, por um flanco dela que beijava a colina.

Quem da rua contemplasse essa casa, nada encontraria de anormal. Tinha dois pavimentos. No superior se abriam três janelas com sacadas de grade de pau, em xadrez; e estava ocupado pelos donos. O térreo possuía duas largas portas e abrigava alguns escravos com a preciosa *cadeirinha*, que levava os senhores pelas martirizantes ruas da incipiente cidade.

Tal era a casa de Martim Gonçalves Albernaz, almoxarife do paiol da alfândega da cidade de S. Sebastião.

O seu serviço era luxuoso. Havia baixela de prata e porcelana da Índia; e os portadores de sua liteira tinha libré própria.

As más línguas diziam que nelas se cortava Fazenda Real... mas outros pretendiam que a senhora possuía bens e abundantes cabedais na terra do seu nascimento...

Logo que se sentou, à margem do *bufete* de jacarandá, na cadeira de alto espaldar e assento de couro lavrado e repregado com pregaria de cobre, o jesuíta disse:

— Dá-me de beber, Alda. Já faz frio.

D. Alda levantou-se e tirou do armário um pichel com vinho branco e dois copos.

De pé, ela era como um frágil caniço. Delgada, esguia, nem a elevação dos seios lhe quebrava a unidade da linha. Por todo o seu corpo, não havia interrupções ou soldagens de partes: era feita de um só traço. Vestida de branco; e as cânulas do cabeção em leque, erguido atrás da nuca, eram como pétalas de uma dália extravagante, sua cabeça de traços regulares figurava como um disforme pistilo imprevisto.

Movia-se lentamente, levemente, como uma cegonha nos banhados.

Quer na rua, quer em casa, vestia-se com rigor.

Era sempre branco o corpete e, aberto triangularmente no colo, permitia entrever a opala de sua pele. O resto do corpo ficava-lhe envolvido no abundante panejamento do vestuário da época.

Os cabelos negros, longe de trazê-los à moda do tempo, repartia-os ao meio da testa, e empastando-os à esquerda e à direita, deixava-os cair sobre as orelhas, unindo-os nas costas em novelo...

QUARTA-FEIRA, 10 DE MAIO DE 1905

D. GARÇA
I
(CONTINUAÇÃO)

O padre seguiu-a com os olhos. E logo que ela voltou, encheu os dois copos, provou o seu, dizendo:

— Esse miserável já veio?

— Não — respondeu Alda.

— Tem dado um imenso trabalho, esse *tal* teu marido...

Alda sorriu e baixou um tanto a cabeça enigmaticamente.

— Como? — indagou complacente.

— Há dias, o governador queixou-se dele ao reitor. Não guarda as conveniências; frequentemente se embriaga; anda amancebado com negras. Disse o mesmo governador que a dignidade do serviço de S.M. não pode tolerar tais desmandos. Hoje, para a tarefa extraordinária da chegada da frota, foi preciso ir buscá-lo a um *batuque*, lá para as bandas do Valongo. Até agora têmo-lo salvo, mas não sei...

O padre calou-se, e depois de alguns instantes, perguntou, despedindo um olhar diabólico:

— E se tu enviuvasses?

— Oh! Não, Jean. Não! Deixa-o viver...

— Não sei se sempre poderei fazer isso. Ele tem segredos que talvez não os guarde sempre. Amanhã, despedido do serviço real, errará na miséria, e o desespero...

“Ajudá-lo não nos será possível... Todos saberão que auxiliamos um incontinente ímpio... Até aqui temos dito que é ímpio nos atos, mas nos sentimentos não. E eu não sei, Alda, até quando a nossa casuística lhe valerá.”

— Deixa-o viver, Jean, deixa-o. É desgraçado, merece piedade.

— Quem sabe que não o amas? — perguntou gracejando o clérigo.

— Eu! Oh! — Fez com um muxoxo a moça. — O que sinto por ele — continuou — é dó, pena, unicamente; pena de o ver perseguido pelo mau fado. Sabes que ele começou alto. Dava grandes esperanças em Coimbra; mas, de uma hora para outra, transformou-se; e, esquecido dos livros, foi viver indignamente pelas sarjetas de Lisboa, até que...

— Eu sei, Alda, sei; mas a população murmura, e não tarda que os seus murmúrios cheguem aos ouvidos da Corte.

Os dois misturaram o francês e o italiano, e uma frase portuguesa que repontava sonorizava mais o diálogo.

— Sabes que temos novas do Reino? — perguntou o padre.

— Boas? — inquiriu a moça.

— Boas e más.

— Quais são?

— El-Rei foi aclamado.

— É velho. E da guerra?

— Que guerra? — espantou-se o religioso.

— A da coroa da Espanha, ora!

— Em que te interessa ela?

— Muito.

— Pretendes?

— Não pretendo, mas...

— Ouve, Alda. Tu me inquietas; enches-me de zelos. Ah! Se algum dia... — fez com raiva o clérigo, levantando-se da cadeira.

— Mas o que é, Jean? — perguntou com meiguice a moça. — Que é?

— Olha...

— Mas que olhar, Jean. Que coisa! Tu nem pareces o mesmo. Metes-me medo. Que é que tens?

— Eu te explico com vagar — disse o padre sentando-se. — Olha, na frota que chegou hoje veio para nós um aviso. Sire, Luís XIV, vai proteger uma expedição que se arma contra esta cidade. Será forte e trará grande cópia de homens para o desembarque.

— Já estava armada? — indagou com curiosidade a moça.

O jesuíta, como estranhando a pergunta, esteve algum tempo analisando a fisionomia da mulher. Ela tinha um ar ingênuo, e respirava uma enorme franqueza. O padre, desesperado do esforço que fizera para penetrar-lhe no íntimo, respondeu:

— Ainda não, mas se aprestava. Os capitães já estavam levantados e o Intendente das Finanças tratava com o Ministro da Frota os navios reais a ceder.

— É certo que se dirija p'raqui, Jean?

— É seguro o aviso — respondeu sem refletir o padre.

Sentindo que o segredo, pouco a pouco, se lhe escapava arrancado pela dama dos seus pensamentos, o padre resolveu falar pouco, tomando precauções.

— Alda! Toma tenência! Eu te vou transmitir um sagrado depósito do meu voto, e embora seja de pequena importância a sua revelação, convém que fique oculto, para que não se suspeite até onde vai o poder da Companhia.

— Ouve-te e cala-te, senão nem o meu amor te salvará — disse com ardor o jesuíta.

— Acaso, alguma vez, revelei o que confidencias? Tenho amizades na cidade, para que o possa fazer?

— Bem. Ouve — retrucou mais seguro o clérigo.

— Ouço e... *perinde ac cadaver* — fez com galanteria D. Alda.

O padre então prosseguiu:

— A expedição é contra S. Sebastião. Os nossos irmãos da França sabem-no com firmeza. Está rica a cidade, e a riqueza das minas fazem-na cobiçada. É presa certa e farta e em breve ela aportará. Comanda-a...

— Quem?

— Oh! Alda! Que pressa!

— Não há de admirar. É do teu saber que tenho grandes conhecimentos em França, e por isso convinha que soubesse quem era o comandante, para evitar encontrá-lo. Isso em meu bem, e no teu... Assim não crês, Marquês de Fressenec?

O jesuíta, assim chamado pelo seu antigo nome do século, estremeceu na cadeira. Bem depressa recobrando a primitiva calma, foi ao chamado da pergunta:

— Bofé! Que tens razão, Condessa Alda de Lambertini. Tens razão... Quem a comanda, Condessa, é François Duclerc, da Guadalupe.

SEXTA-FEIRA, 12 DE MAIO DE 1905

D. GARÇA
I
(CONTINUAÇÃO)

— Ahn! É Duclerc — refletiu com indiferença D. Alda.

— Não te espantas?

— De quê? De medo, não podia ser; estou bem protegida. Demais, o nome não é tão ilustre assim; um marinheiro obscuro que quer fazer fortuna em empresas arriscadas...

— Alda! Dissimulas... escondes algum segredo...

— Eu?!

— Sim, escondes.

— Ainda amas o *crioulo*?

— Não o amo, Jean — objetou firmemente a senhora, e bem deves ter verificado isto.

— Então de quem foi a carta da América portuguesa que ele recebeu?

— Que carta?

— Sim... uma carta. Os nossos irmãos de França pretendem que ele recebeu uma carta de Pernambuco ou daqui; e que, depois dela, provocou a expedição.

— Ah! Compreendo. Queres dizer que a carta foi minha, não é?

— É...

— Ora, ora, Marquês — gargalhou a condessa. — Nem pareces o fidalgo de quem Mme. de Mainte me dizia ter tanto espírito como o famoso cura de Meudon! Nem pareces o jesuíta que em poucos anos preencheu os quatro dificultosos votos da Ordem! Pois numa terra em que abundam aventureiros de toda a casta, vingativos, sequiosos e dúcteis; pois numa terra dessas, havia de ser eu, uma fraca mulher, a quem a Ordem de Jesus protege, havia de ser eu quem chamaria corsários contra ela?

A condessa italiana tinha falado com várias entonações na voz. Cedo bordava as palavras de uma tênue ironia para, depois, falar com ardor e paixão. Em outras vezes ameigava a voz com um forte acento humilde; e quando, de um só jato, lhe saiu dos lábios a última frase, o pranto aljofrava-lhe as faces de cetim.

— Não chores, Alda! É meu amor que me faz assim. Conheces o quanto ele é forte e imperioso. É um amor infernal. Por ele sofri, sofro e sofrerei durante as minhas duas vidas. Perdoa-me, Alda.

“Quando o passado me vem”, continuou o jesuíta com ternura, “quando o passado me vem, não sei que zelos me sobem à alma. Quero penetrar, devassar arcanos do teu pensamento; e, como a bala que, por ter demasiada força, transmonta e passa além do alvo, a minha penetração me engana, me desvaira. No teu gesto mais familiar, numa palavra dita a meio, no modo por que bebes o vinho, eu vejo traições, traições.

“De resto, andas sempre triste...”

— E tu me querias alegre, quando deixei a consideração, a posição, o império, para viver nesta feitoria cheia de negros e selvagens?

— Mas, e eu?

— Não é o mesmo, Jean; sempre tens consideração e poder. És o respeitado irmão professo da Companhia de Jesus, enquanto que eu, que tenho o sangue de Lourenço, o Magnífico, a gentalha deste lugar tem por mim dó, piedade...

— E te aborrece?

— Como não? Como não se há de aborrecer a “considerada” condessa, com a piedade da mais ínfima gente da terra toda?

— Oh! Alda!...

— E por que isso? Porque é bonita mulher de um funcionário secundário, que a abandona e se embriaga.

Entretanto, essa bela mulher não o ama, não se casou com ele; e tem por esse indivíduo a piedade que envolve também os vermes. Supõem-me amá-lo, ah! Nem sabem...

— Sossega, Alda. Não vês que também eu desmereci da honra de frequentar a mais bela corte do orbe, e a glória de emular com os Racine e os Corneille? Os dois sacrifícios se equivalem, Alda.

— Oh! Jean. Não compares. Ninguém se apieda de ti. Ninguém se lembrou ainda de te pôr doces alcunhas.

Nesta cidade, sou a GARÇA, a D. GARÇA, como me chegam a chamar familiarmente; e quando o povilêu põe alcunhas meigas é porque sente muita desgraça no alcunhado, Jean.

— Espera... Alda. De volta da missão que vou pregar, voltarei à Europa; e lá, então, serás restabelecida na tua posição.

— Nunca mais. Nunca. Aqui enxovalhei-me.

O diálogo, depois de impetuoso, tinha, aos poucos, baixado de tom, e seguiram-se a estas palavras pequenas frases explicativas, que o clérigo rematou, aconselhando:

— Dorme; sossega; pensa melhor, Alda.

— Tu te vais? — inquiriu com espanto a condessa, vendo o padre acender a lanterna.

— Vou. Há capítulos. Adeus, D. Garça; ama-me sempre.

— Adeus, Jean.

E os dois beijaram-se por longo tempo.

A condessa, logo que o clérigo saiu, ajoelhou-se ao oratório e, imperceptivelmente, disse:

— Graças a ti, minha Nossa Senhora. Graças! Ele vem.

(Continua)

DOMINGO, 14 DE MAIO DE 1905

D. GARÇA
II
OS TESOUROS

O padre João de Jouquières, irmão professo de quatro votos da Companhia de Jesus, antes de penetrar a estreita porta do subterrâneo, murmurou em voz quase imperceptível algumas palavras à escrava, em seguida ao que tomou o seu rumo, demandando o salão dos capítulos secretos.

Já alcançava o grande conduto oeste das galerias do Colégio.

Seus passos na crasta lajeada ressoavam lugubrememente. Marchava vagaroso. Um pensamento tenaz e sombrio retardava o seu andar. De onde em onde parava, fazia como quem quer voltar; e, após frequentes hesitações, penetrou na grande galeria em circunferência. Quatro salas, esquarteladas, abriam as portas para o grande toro oco que a galeria formava.

Uma das quatro destinava-se aos capítulos secretos; as restantes eram as casas-fortes da Ordem.

O salão dos capítulos, embora fortemente iluminado por um grande alampadário de prata e uma profusão de candelabros, guardava ainda a penumbra característica das salas religiosas.

Alto e côncavo, guarnecido de grandes armários cheios de livros, era em toda a sua extensão revestido de grossas lajes com as juntas tomadas à argamassa romana.

Estudando as construções combalidas da Cidade Eterna, a milícia de Cristo lograra saber a composição dos cimentos usados nelas; e nas suas edificações eram empregados iguais com proficiência e sabedoria.

Todos os capitulares não tinham ainda chegado. A seda vazia aguardava o Reitor, e as cátedras do Procurador e do Secretário, ao lado dela e em frente à grande mesa oval, não estavam ocupadas.

As amplas curuis, nove, dos capitulares, em curva aberta para a mesa, tinham um ou outro professo.

Em um canto repousavam instrumentos de pedreiro e um caixão com argamassa dosada.

Assim que o padre João entrou na sala, correu ao jesuíta mais próximo, dando-lhe o toque simbólico de professo. Procurou entre as nove cadeiras a sua; sentou-se com desembaraço e esperou.

Vagarosamente chegaram os restantes e, logo que foram doze, o Reitor ergueu-se, acompanhado dos demais, e pronunciou claramente:

— *Ad majorem Dei gloriam.*

Os padres repetiram as palavras; e, tendo lembrado alguns trechos da *Monita Secreta*, o presidente do conclave explicou o motivo da reunião.

Ameaçada a cidade de uma invasão, as grandes riquezas da Ordem corriam perigo de saque. Era conveniente precavê-las em lugar seguro; tanto mais que tinham decuplicado com o recebimento de extraordinários valores da Ásia, do Colégio de Angola e de algumas províncias da América.

Lembrava também que, com elas, se deviam guardar as ricas alfaias, os paramentos e as imagens de Cristo e dos apóstolos, em ouro de lei.

O reitor falava em latim. As sílabas destacadas da língua arcaica voavam pela sala com um estalido seco.

Quando o reitor acabou, deu a palavra ao padre Saraiva, encarregado do acondicionamento das riquezas.

O clérigo expôs o que fizera. Guardara-as em 16 grandes arcas de madeira do país. Cristo e os apóstolos já estavam na sala do Sol, à esquerda; e também lhe parecia, segundo o seu modesto julgar, que as portas das salas deviam ser vedadas e parte dos subterrâneos destruída, de forma que, se viesse a durar duzentos anos ou mais a ocupação da cidade, nunca lograssem descobrir os valores.

Deu fim à sua explicação, com a leitura da ata que lavrara. Lida e assinada pelos doze iniciados na *Monita Secreta*, o padre reitor anunciou a segunda parte do capítulo.

Expôs:

— Há alguns anos, o paulista Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, penetrou no sertão dos índios Goianases, e aí encontrou minas de ouro fartas e ricas. E como Sua Paternidade, o Padre Provincial, me haja ordenado receber o mais possível aos Paulistas nas suas entradas, seguir-lhes as pegadas, resolvi despachar um pregador àqueles *brasís*.

Humildemente, rematou o Reitor, espero a opinião de Vossas Reverências.

Padre Manuel de Assunção, chegado de Piratininga, achando o alvitre bom, observou.

— Deve ser quanto antes a partida da missão, porquanto, ao que ouvi em S. Paulo, o filho do Anhanguera reúne meios para continuar a empresa do pai.

Todas as conclusões foram acordes com o padre Reitor. Devia partir um missionário o quanto antes.

O presidente da Assembleia então continuou:

— Sendo o voto de todos o meu parecer, penso que o escolhido também será da vontade de Vossas Reverências.

— Assim será, padre Reitor — responderam os capitulares em coro.

— Exige-se-lhe coragem, inteligência, boa cópia de letras e solércia; e, como dentre Vossas Reverências sobre desses, grande foi a minha dificuldade na escolha; entretanto, o Santo Espírito iluminou-me e escolhi-o no padre professo João de Jouquières.

A assistência recebeu com um estremeço a decisão. Ninguém supunha fosse ela recair no irmão Jean, antigo Marquês de Fressenec. A permissão que tinha do Geral para se servir dos subterrâneos da Ordem a fim de *experimental as grosserias do mundo* parecia pô-lo a coberto das expedições longínquas. O escolhido foi quem na aparência menos se admirou. Pedindo a necessária vênia, observou:

— Vossa Paternidade muito se há de espantar do pedido que vou fazer.

— Vossa Reverência pode fazê-lo — retrucou o Reitor.

— Solicito de Vossa Paternidade dispensa de tão gloriosa missão — fez com doçura o padre.

— Vossa Reverência fará mercê de relatar os embargos? — objetou o Reitor.

— Creio escusado dizê-los, pois que bem são sabidas de Vossa Paternidade as razões do alegado — disse o padre Jouquières, trocando um olhar de inteligência com o Reitor.

— Contudo Vossa Reverência deve declará-las à casa, padre João.

— Débil de corpo, careço de forças para suportar as agruras do sertão. Demais, não conheço suficientemente a língua geral...

— Não é mais Vossa Reverência o douto sábio que, com os novos elementos colhidos, corrigia o catecismo do padre Navarro? — indagou com ironia o Reitor.

Sem se dar por achado, o jesuíta francês explicou:

— De fato, desde dois anos dedico-me ao estudo acurado das línguas americanas, mas daí a falar, a distância é grande!

— A prática de meses ajudará Vossa Reverência — objetou teimoso o Reitor.

(Continua)

SEGUNDA-FEIRA, 15 DE MAIO DE 1905

D. GARÇA
II
OS TESOUROS
(CONTINUAÇÃO)

O padre reitor, velha raposa jesuíta, tinha aos poucos anulado todas as razões do moço religioso, que, sentindo-se derrotado, se encheu de ódio e raiva, até ali contidos, assegurando com firmeza:

— Saberá Vossa Paternidade que não irei.

Os dez capitulares ficaram atônitos e pálidos. Conheciam o reitor, a pureza de sua fé, a sua inquebrantável energia. Temeram pelo antigo Marquês.

Entreolhavam-se.

O reitor crispou os dedos e ergueu-se da cátedra.

Era um homem baixo, magro, anguloso. Sob a sua tez tostada havia o baço dos ictéricos. Espanhol de nascimento, professara no Colégio de Évora. Mandado para o Pará, bem cedo mostrara o seu grande ardor apostólico. Andara 20 anos pelo Solimões, levando aos selvagens boas-novas do sagrado evangelho. Tinha a confiança que os impressiona e a afabilidade que os rende.

Depois de professo só tivera um desejo — apostolar, e só quisera uma glória — o martírio.

Este, quase obtivera; mas a sua força d'alma afastara-o dele.

Apostolando no Madeira, prisioneiro dos *Muras*, fora amarrado ao poste do sacrifício. Próximo o fogo crepitava. Um enxame de vespas, repentinamente espantadas com a fumaça, voou feroz. Mordilharam-lhe o corpo, descarnado e nu; transformaram-no numa chaga só.

Quando os selvagens voltaram e contemplaram a sua fisionomia plácida, serena, de olhos untados de beatitude postos ao alto, admiraram aquela insensibilidade, e plenos de superstição soltaram-no, respeitosos.

Esfarrapado, doente, esfaimado, Gaspar Hurtado continuou a pregar e fundou quatro aldeias. Era a esse homem que o padre Jouquières tão

abruptamente desafiara.

— Porventura estareis esquecido da *obedientia coeca* que juraste? — indagou o reitor.

— Absolutamente, padre Hurtado, não estou. Vossa Paternidade, me parece, é que já está esquecido em demasia.

— Quereis falar da autorização especial que tendes?

— Sim. Do Geral que tudo pode e manda, e quer ser obedecido.

— E quem vos disse que ele está sendo desmandado, Marquês de Fressenec? Quem vos disse?

— Relembrai-lhe os termos, padre Reitor.

— Lerei. Será melhor.

“...concedo-lhe a graça de experimentar as grosserias do mundo, enquanto for para bem dos interesses da Ordem...” Não é isso?

O velho missionário, logo ao tirar a cópia da carta de sob as vestes, tinha dado com o tópico; e a presteza com que o achou dava a entender que muito meditara sobre ela e a interpretara segundo as suas conveniências.

O antigo marquês percebera argutamente a finura do superior; mas quis, no entanto, argumentar.

Tenazmente refutado, caiu em cólera. Com o olhar aceso, levantou-se de um salto da cadeira, dizendo:

— Na terra, não há quem me possa tolher os passos. Desconheço em vós esse poder. Sou homem, sou livre.

Sabei. Quero amar, hei de amar. Não irei; não me apraz...

Os professos cabisbaixos assistiam com ceticismo àquela revolta. Sabiam até onde ia o poder da Ordem de Jesus. Mediam as suas forças ocultas e os perigos que corriam um perjuro dela.

— Vossa Reverência parece ter esquecido o juramento: *perinde ac cadáver* — disse o Reitor com calma e reflexão.

— Que me importam os juramentos, os compromissos; que me importam eles, se se antepõem ao meu amor, ao meu coração. Quero o inferno nas minhas duas vidas; quero perseguições, misérias, mas quero amar, Padre, quero amar; quero tê-la bem perto de mim, bem junto, a minha Alda, o meu Amor. Não irei, Padre! Dentro da minha alma, sou rei, sou Deus!

Os professos continuavam calados.

O Reitor levantou-se e mansueto percorreu:

— Deus é rei dentro de vós. Pensais isso? Que engano! Humilhado, despicado com o mundo, há quinze anos, batestes às nossas portas. Vínheis

corrido da glória, do amor. De nada vos valeu vossa nobreza, vosso talento... Só a Ordem brilhava nas trevas dessa noite de vossa vida. Batestes e receberam-vos.

“Ela, a Ordem, vos deu paz, sossego, abundância; não contente, vos deu também amor. Tudo o que quisestes em França, há quinze anos, a Companhia vos deu aqui. Não vos pediu ela, só obediência. Nada vos exigiu de sacrifício até hoje. Entretanto, ela vos pede agora uma pequena privação, objetais orgulhosamente que sois Deus, que sois rei, que vosso amor não quer... Como se vosso amor não proviesse da Companhia; como se ele não fosse uma esmola da Ordem!

“Marquês de Fressenec, sede rei, sede Deus, mas notai bem: o que aqui vistes, não vistes; o que aqui ouvistes, não ouvistes.”

Acabando de dizer estas palavras, padre Gaspar voltou-se para o irmão Secretário, recomendando:

— Vossa Reverência fará mercê de lavrar o compromisso de expulsão, de acordo com as Instruções Secretas.

O jesuíta puxou uma folha de papel e pôs-se a escrever.

SEXTA-FEIRA, 19 DE MAIO DE 1905
OS SUBTERRÂNEOS DO RIO DE JANEIRO
Os TESOUROS DOS JESUÍTAS

D. GARÇA
II
Os TESOUROS
(CONTINUAÇÃO)

Entrementes, o marquês, recostado à guarda da curul, pensava. A [ilegível], flexível, por toda a parte segui-lo-ia. Expulso, sem classe, erraria pelas aldeias e vilas. O amor fugir-lhe-ia, porque tinha razão o Reitor, seu amor era uma esmola da Ordem.

Que seria dele? Só, sem parceiros, sem mulher...

Na alma do marquês havia o caos. Tudo se chocava, tudo se baralhava; nem um sentimento definido. Por fim, acovardado, ajoelhou-se e implorou:

— Perdoai-me, padre reitor, perdoai-me.

O semblante do velho religioso resplandeceu e, como de antemão se contasse com aquela cena, ergueu o professo do lajedo, calmo e meigo, e lhe disse:

— Prolfaças que obrastes bem, João.

Em seguida recomendou ao padre secretário:

— Rasgai o ato.

E para os capitulares reunidos:

— Transportemos agora para as salas as riquezas da Ordem.

Os padres se ergueram. Quatro saíram e foram se postar em um compartimento mais alto. Os oito restantes ficaram no mesmo aposento, arredando um grande armário de junto da parede. Retirado o móvel, padre Saraiva introduziu uma talhadeira entre os lajedos, deixando ver um largo conduto inclinado, que começava no aposento a cavaleiro. Com um sistema misto de roldanas, cabos e plano inclinado, as grandes arcas desciam por ele, cada uma de per si. Mal ajuntavam na abertura, dois padres, nas alças da

cabeceira, e dois nos pés, tal como as esquifes, removiam as arcazes para as salas próximas.

Todas estas precauções foram tomadas a fim de melhor guardar segredo. Para o aposento superior, as riquezas tinham sido, aos poucos, levadas por escravos e gente à soldada da companhia; e daí para baixo vinham dessa maneira.

Já tinham descido quinze caixas, quando a décima sexta, a das pedrarias, tropeçou no caminho e resistiu à tração.

Era a última, e a noite ia alta. O alampadário tinha a mesma luz e os candelabros haviam recebido novas velas.

A um só tempo os oito padres deram um único puxão no cabo de linho.

A caixa escorregou e, dado o impulso que tinha, veio cair no centro do salão, despedaçando-se.

Diamantes e rubis; coríndons e ametistas; pérolas, crisólitas, turquezas, turmalinas, ágatas; grandes, pequenas e miúdas, semeadas pelo lajedo, brilhavam, faiscando. Tons cambiantes, matizes do verde, do azul, do vermelho, misturavam-se, caldeavam-se. Por baixo da película verde do brilho das esmeraldas havia coriscos azuis do cintilar das safiras. Rubros pingos de sangue vivo desmaiavam à fosca luz das pérolas. Um grande diamante da Índia, principescamente, como um sol, faiscava no centro.

E à indiferente luz da grande alâmpada de prata, febrilmente, uma a uma, os padres, agachados, ficaram a reunir aquelas riquezas dispersas...

Padre João conservava-se a distância, braços cruzados sobre o espaldar da cadeira, na humildade do seu arrependimento; o seu olhar, intenso e vivo, fixava-se nas pedrarias espalhadas pelo lajedo.

Em seu espírito uma íntima revolta flamejava; o marquês lembrava o seu passado, cheio de nobres e cavalleirescas ações; jamais ele se curvara a uma imposição ou a uma ameaça.

Fora sempre um forte nas lutas de política como nas do coração.

Entretanto agora se haviam dobrado os seus joelhos numa súplica e os seus lábios afeitos ao mando tinham murmurado frases de perdão!

E tudo isso por quê?

Um amor intenso, fatal, dominador, obcecava-lhe a razão, apagava-lhe do peito a chama vívida de um orgulho indomado.

A expulsão seria a perda do poderio, da paz monástica do colégio, seria talvez a perda de sua vida; nada disso, porém, era de força a abater o ânimo do clérigo.

O que o obrigara àquela humilhação, à quebra de vaidade de homem, fora o amor, unicamente o amor; fora o receio de perder, com a roupetta de jesuíta, a sua Alda, a sua querida Alda.

A Companhia era forte, era quase onipotente.

Expulso dela, vagaria solitário pelo mundo, e aquela por quem abandonara o mundo, entre as paredes do claustro do Castelo, seria pasto da lubricidade dos *outros*.

Padre João fizera bem; a vingança viria depois, cedo ou tarde.

E com os braços apoiados no espaldar da velha curul, o jesuíta fixava as pedrarias esparsas, com um sorriso diabólico a brincar-lhe nos lábios.

(Continua)

SÁBADO, 20 DE MAIO DE 1905

**OS TESOUROS DOS JESUÍTAS
NO MORRO DO CASTELO
A DESCOBERTA DE UMA NOVA GALERIA**

Ontem, à uma hora da madrugada, os trabalhadores sob a direção do hábil engenheiro Pedro Dutra, encarregados do arrasamento do morro do Castelo, descobriram uma nova galeria, que parece ser a mais importante das três até agora encontradas.

Segundo as informações fidedignas que em dias consecutivos publicamos, deve ser esta a galeria mestra, conduzindo à vasta sala subterrânea, onde, segundo rezam a crônica e a lenda, estão encerrados os tesouros dos jesuítas.

Foram encontrados no meio do barro lamacento restos carcomidos pela ferrugem de instrumentos de suplício, pregos, correntes, polés, gargalheiras etc.

O novo subterrâneo, ao que parece, não é, como os precedentes, aberto simplesmente a ponteiro no moledo; a sua construção foi mais cuidada e obedeceu aos preceitos da arte de construir compatíveis com os progressos da época.

Abre-se a porta que para ele dá ingresso ao pé de uma velha escada do Seminário, agora destruída por via do arrasamento do secular edifício. Uma enorme pedra de cantaria obstruía-lhe a entrada; removida esta, penetraram no subterrâneo o engenheiro Dutra e alguns operários de confiança e logo ficou patente a importância da descoberta.

Pessoa que assistiu a este trabalho garantiu-nos ter sido encontrado um pequeno cofre de madeira cintado de ferro, que de pronto chamou a atenção do Dr. Dutra, o qual resolveu sem demora comunicar ao Dr. Frontin o interessante achado, guardando sobre o caso o mais completo sigilo.

Pela leveza do cofre, parece não conter metal, senão documentos da Ordem de Jesus.

A nova galeria, que segue a direção do Convento dos Capuchinhos, já está explorada na extensão de dez metros, tendo sido ontem visitada pelos Drs.

Lauro Müller, Paulo de Frontin, Getúlio das Neves, Emílio Berla, general Sousa Aguiar, Chagas Dória e vários engenheiros da avenida, que em seguida percorreram, em bonde especial, a Avenida Central.

Continuaremos amanhã a publicação de *D. Garça*, a narrativa que tanto interesse tem despertado e que tão intimamente se prende às descobertas dos subterrâneos do morro do Castelo.

DOMINGO, 21 DE MAIO DE 1905

NOVAS GALERIAS — UMA VISITA

Pouco a pouco vão se desvendando os mistérios das lendas seculares do morro do Castelo e a picareta dos trabalhadores vai descobrindo galerias, salas subterrâneas, confirmando o que dizem os roteiros.

Sobre a notícia que demos ontem do aparecimento de uma nova galeria, temos a retificar um ponto.

Não se trata de uma galeria, e sim de uma sala subterrânea revestida de tijolos. Desta saem duas galerias: uma que corre paralela à Avenida e outra que segue em direção ao convento dos Capuchinhos.

A primeira está com a abóbada descoberta e ainda não está desentulhada.

O mesmo acontece à sala.

A outra galeria, onde ontem penetramos graças à gentileza do Dr. Dutra de Carvalho, tem a boca estreita, que começa a se alargar depois de três metros. Daí em diante é uma vasta galeria revestida de tijolos e onde pode andar à vontade o homem mais gordo e alto.

Ainda não está desentulhada, e a sessenta metros torna-se nela difícil a respiração.

Têm sido encontradas várias balas rasas e outros instrumentos de ferro carcomidos pela ferrugem.

Foram também encontradas algumas garrafas.

Os trabalhos continuaram toda a noite devendo ser suspensos hoje de manhã.

A galeria que está sendo desobstruída ficava exatamente num corredor do seminário de serventia privada dos padres. Acima da abóbada, grandes lajes suportavam a terra, sobre as quais foram construídos os suportes das vigas que aguentam o corredor.

Obra antiga e sólida, só a picareta poderia pô-la a descoberto.

TERÇA-FEIRA, 23 DE MAIO DE 1905

NOVAS GALERIAS

Os trabalhos de desobstrução das novas galerias descobertas no sábado, suspensos por motivo do descanso dominical, recomeçaram ontem sob a direção do Dr. Dutra de Carvalho.

A galeria que seguia sentido ascendente do morro ficou limpa até a distância de sessenta metros, e aí bifurca-se em duas direções.

O Dr. Paulo de Frontin, em visita que se fez, deu várias instruções para este serviço.

Foram instaladas lâmpadas elétricas na parte desobstruída devendo o serviço prosseguir sem interrupção.

Além daquele engenheiro visitou as galerias o Dr. Lauro Müller, Ministro da Viação.

Têm sido encontrados vários pedaços de ferro carcomidos pela ferrugem e cuja serventia não se pode precisar.

Na ocasião em que se procedia ao desentulho da grande galeria desabou um pedaço da abóbada, não tendo felizmente havido vítimas.

QUARTA-FEIRA, 24 DE MAIO DE 1905

AS GALERIAS DO CASTELO

O caso do dia que ainda preocupa a atenção do povo é incontestavelmente o das galerias do Morro do Castelo.

Tenazmente a picareta dos trabalhadores da Avenida, sob a hábil direção do ativo engenheiro Dr. Dutra de Carvalho, vai desvendando os mistérios das galerias.

Ontem à tarde foi encontrado um crucifixo, que se supõe ser de ouro e que mede cerca de oito centímetros.

Também foi encontrada uma imagem de madeira do Senhor dos Passos.

A galeria, que segue em sentido ascendente do morro, bifurca-se, como dissemos ontem, em duas galerias: uma em sentido reto e outra em direção ao convento dos Capuchinhos.

A primeira interrompe o seu trajeto por uma laje, presumindo-se que seja uma porta falsa, o que em breve saberemos com o prosseguimento das explorações.

Como se vê, o morro do Castelo ainda por muito tempo fornecerá aos curiosos novas notícias.

D. GARÇA

III

A VINGANÇA DO JESUÍTA

Demandando os índios Goianases, cujas mulheres, segundo a fabulosa narração do Anhanguera, traziam como enfeites palhetas de ouro virgem, o jesuíta parte do Colégio de S. Paulo. Voga rio abaixo. A montaria desliza mansamente ao sabor da corrente.

Quatro *carajás*, ainda dos que vieram meninos no *resgate* de Pires de Campos, remam vagarosos e sem esforço. A velocidade das águas arrasta a tosca

embarcação; e é bastante aproveitar-lhe o ímpeto para navegar célere.

À popa, o padre e o coadjutor se estreitam. Pequenos fardos de alimentos repousam aos seus pés e também na proa; é pouca coisa... Deus dará o resto para a viagem toda!...

O antigo marquês olha as margens.

Aqui, uma praiazita alva, límpida, ondula em graciosa curva. A canoa a descer é como um lápis a traçá-la.

De repente, dois pavorosos blocos negros de pedra avançam pelas duas margens. O rio se adelgaça e a correnteza aumenta. Seguem-se barrancos de dois lados.

O fio d'água escorre entre dois diques abruptos. A mata vem até às margens. As últimas árvores se inclinam e as lianas pendentes rasam à superfície prateada, oscilando ao impulso da água que corre.

Chega a noite. Os quatro remeiros, em língua indiática onde se misturam vagas sonâncias portuguesas, entoam uma melopeia nostálgica. Os padres rezam; e as árvores da margem a que se dirigem estremecem e farfalham ao sopro da brisa.

Abicados em lugar propício, armam uma tenda passageira; e passada a sombria noite, povoada de gênios e duendes, seguem caminho.

Assim dias e dias: e às vezes a chuva, moléstia, o cansaço retardam a rota sem termo preciso. Mais do que uma noite, demoram-se no ligeiro acampamento.

Os índios pescam e caçam pelos arredores com as suas primitivas armas. Não há mosquetes, nem espingardas. Uma missão não as usa. Conseguem dessa maneira refazer as escassas provisões. Pouco se falam. Cada qual, ante a augusta presença do deserto, recolhe-se dentro de sua alma.

Padre João medita e relembra o passado.

Recorda sua mocidade. Que grandeza não ameaçava ela! A chegada em Paris... a sua primeira tragédia representada!...

Os elogios e as saudações que recebeu prometiam-lhe um destino seguro, feliz e alto.

Depois encontrou a condessa Alda, esposa do velho embaixador de Florença, o Conde Ruffo de Lambertini. Era uma maravilha de mocidade, de beleza e de graça.

Foi em Versailles que a viu pela primeira vez e logo se apaixonou. Duclerc, por esse tempo, chegou também à corte. O almirante Touville apresentou-o como um dos bravos da batalha do cabo de São Vicente que

acabava de ganhar. Tanto ele como Duclerc cortejavam a condessa, que parecia hesitar entre dois amores.

Mas, ai! que foi ele próprio quem a desviou para o rival...

Um duelo cruel e injusto com o marinheiro atraiu-lhe a animosidade de Alda. Aos poucos, o escândalo que ele levantou fez-lhe perder o valimento. Os amigos fugiam-lhe; o rei não o recebia mais.

Desgostoso, não encontrando saída para aquele angustioso momento, procurou a Ordem. Em breve preencheu os quatro votos...

A tarde vinha. Agora, subindo o rio mais largo, a canoa se move com dificuldade. Cava na superfície das águas um sulco profundo.

O jesuíta professo continuava agitando nas recordações.

Lembrava-se agora da entrevista que tivera com o Geral, em Roma.

— Que vos fez entrar para a Ordem, Marquês? — perguntou-lhe o superior da Companhia.

— O amor, Eminência. O amor...

— Desanimaste dele?

— Sim; sou padre.

E em seguida relatou-lhe todo o seu sofrimento, a sua angústia e o seu desespero. Descreveu-lhe o nome, a posição e a beleza do objeto do seu amor.

O Geral ouviu complacentemente a sua narração e, ao retirar-se ele, lhe disse:

— Vossa Reverência vai para Lisboa. Esperará e verá então o quanto pode a Companhia.

Na capital do reino luso esperou. Dentro de um ano a condessa chegava em um navio da Companhia, que a resgatara aos piratas de Argel, dos quais fora prisioneira na embarcação a cujo bordo voltara de França em busca de sua terra. A tripulação trucidada e passageiros também, só ela escapara cativa.

Trazida secretamente do galeão *Santo Inácio*, da Ordem, desembarcava em São Sebastião figurando como esposa de Martim Gonçalves Albernaz, criatura da Companhia e despachado por El-Rei, almoxarife do paiol da Alfândega...

— Olá, meu padre, por aqui, falou uma voz da margem da qual se aproximaram.

O jesuíta e os companheiros ficaram surpreendidos. Naquelas alturas, tão boa linguagem portuguesa era para admirar.

Investigaram a margem. Em pé com a espingarda descansada no solo e inclinada a braço frouxo, havia um homem alto coberto de um largo chapéu.

Era o chefe de uma bandeira, talvez. Saindo de moitas, um a um, foram-lhe aparecendo os companheiros. O jesuíta não tivera notícia daquela entrada. Por aquelas épocas era assim; um punhado de homens se juntavam e um belo dia, seguidos de alguns índios e negros, partiam discretamente para o interior encantado. De algumas dessas correrias os povos guardavam memória, de poucas a história conservou o resultado, mas, da maioria, nem os alvadios casos da sua gente, pelos tempos em fora, ficaram marcando nos valedos a grandeza do seu esforço. Apagaram-se.

O jesuíta estava em frente a uma dessas. Era pequena: quatorze paulistas e alguns índios e negros.

— Pois não, irmão — retrucou o padre ao bandeirante —, vou em busca de almas para o purgatório. De que vos admirais?

— Padre, as cidades estão cheias de almas precisadas de vosso socorro. Deixai-nos os sertões; quando eles se tornarem vilas, então sim, padre, obrai.

A lógica do jesuíta não foi suficiente para demover aqueles rudes. De manhã, no dia seguinte, logo ao romper d'alva o chefe veio ao padre:

— Voltai, reverendo, voltai sobre os vossos passos.

E a intimação feita a berros pelo ajuntamento todo foi tão peremptória e enérgica que o jesuíta no dia seguinte retomava o caminho pelo qual jornadeara quatro longos meses.

A volta durou mais da metade que a ida. Foi penosa, mas, de esforço em esforço, a missão chegou afinal ao ponto de partida.

O alvoroço da invasão do Rio enchia a vila. Apesar de já se ter dado há meses, as notícias não eram seguras.

Padre Jouquières recolheu-se ao Colégio, onde dias depois recebeu um dos estudantes do Colégio do Rio que tomara parte nos encontros.

— Onde foi o desembarque? — indagava um outro jesuíta ao rapaz.

— Na Guaratiba. Marchou oito dias; e eu me gabo de haver sido um dos primeiros a atacá-lo.

— Onde?

— Na lagoa da Sentinela, com Bento do Amaral Gurgel. É bravo o Bento, meus padres! Com dois deles não haveria franceses capazes.

— E não o combatestes mais? — interrogou o padre Jouquières.

— O francês desceu por Mata-Cavalos, frei Meneses o atacou no Desterro e nós, com o Bento, esperamo-lo pelas ruas...

— Não se deteve Duclerc em parte alguma? — continuou a interrogar o jesuíta francês.

— Qual, padre, vinha que nem um raio. Na Rua d'Ajuda parou...

— Em que lugar?

— Numa casa, onde entrou...

— Que casa?

— Não me recorda agora...

— Espere... Foi na casa do Almoхарife Albernaz, casa essa que foi destruída por uma bala do Castelo.

— E o almoхарife e a mulher onde param?

— Albernaz morreu na explosão do paiol da Alfândega e...

— E a mulher?

— A mulher foi morar na Rua do Vaz Viçoso, próximo à casa do tenente Gomes da Silva, onde hoje habita Duclerc.

O antigo marquês fez-se pálido, depois rubro. A custo continha a cólera. Compreendeu o modo por que os dois o ludibriavam; e antes que os seus interlocutores percebessem o seu estado d'alma, disse pausadamente:

— Amanhã irei para S. Sebastião. Padre, fazei preparar as malas para a madrugada.

QUINTA-FEIRA, 25 DE MAIO DE 1905

A atenção pública acha-se agora, mais que nunca, presa à descoberta das galerias do morro do Castelo; as explorações criteriosamente iniciadas e levadas a efeito pelo Dr. Pedro Dutra de Carvalho têm dado os melhores resultados e já se vai afirmando no espírito dos mais cépticos a crença de que no bojo da imensa mole de argila alguma coisa existe de precioso, se não os tão falados apóstolos de ouro, pelo menos armas do tempo, objetos de culto, móveis, instrumentos de suplício, todo um *belchior* secular, que poderá fornecer ótimos instrumentos para a reconstituição de uma época histórica.

A terceira galeria descoberta, já conhecida por *galeria dos capuchinhos*, está explorada numa extensão de oitenta e tantos metros.

Visitamo-la ontem, acompanhados do amável engenheiro que dirige os trabalhos.

O ponto inicial é uma pequena sala de forma trapezoidal, de teto em abóbada de berço; esta sala comunica-se com uma outra galeria secundária, ao que parece, destinada à prisão.

A passagem da sala para esta galeria faz-se por um pequeno orifício que mal dá passagem a um homem.

A galeria principal estende-se em linha reta num percurso de sessenta metros; aí desvia-se para a direita, estando, porém, esta derivação obstruída.

No ponto justo em que termina a parte reta da galeria, existe uma grande pedra que se supõe ser uma porta disfarçada; esta pedra ia ser hoje removida.

Os trabalhos têm sido executados com alguma morosidade; a atmosfera subterrânea é abafada, quentíssima.

Difícilmente pode um homem trabalhar, pela exiguidade do espaço.

O terreno aí é pegajoso, denotando a presença de hidrato de alumínio.

Têm sido encontrados diversos objetos curiosos nas escavações, entre os quais salienta-se um grande candelabro de ferro, que alumia a pequena sala a que nos referimos acima.

É também interessante uma grande botija azul, em que se vê gravado, como *breveté*, um sino.

Além desses objetos encontraram-se ossos humanos, balas esféricas, um cano de garrucha, um grosso tubo de ferro, uma chave etc., objetos estes que se acham expostos em nossa redação.

SEXTA-FEIRA, 26 DE MAIO DE 1905

**D. GARÇA
IV
O ENCONTRO**

O jesuíta chegara ao Rio de Janeiro com a alma despedaçada pelo ciúme, numa sede horrível de vingança.

A certeza de que Duclerc, o ex-amante de Dona Garça, voltara de novo a reconquistar o seu amor perdido acordava-lhe no coração todos os sentimentos maus que há tantos anos dormiam recalcados pelo seu voto de humildade.

Duclerc, derrotado pelas forças de Bento do Amaral Gurgel, correria sem perda de tempo a procurar o objeto de seu amor, cuja posse fora o motivo que o fizera pedir o comando da aventureira expedição.

O seu encontro com a condessa foi um misto de ternura e reproches, de queixas e súplicas de perdão.

Por ela longos anos de sofrimento passara na Corte de França; nem a luta acesa da política, nem os saraus aristocráticos de Versailles conseguiram trazer ao seu espírito atribulado um pouco de alívio e de conforto.

E era tão longe a América...

Entretanto, o amor lhe dera forças para tentar a perigosa empresa, a expedição que se preparava contra o Brasil era um magnífico pretexto para tornar a ver a sua querida Dona Garça e súplice, aos seus pés, mendigar-lhe um sorriso, uma palavra de meiguice e de conforto.

E assim, andara pelas secretarias, a bajular os poderosos, até conseguir o ideal sonhado — o comando da expedição conquistadora.

D. Garça ouvia-o orgulhosa, com um sorriso brando de condescendência nos lábios rubros e sensuais.

O seu espírito de mulher gozava o martírio daquele homem poderoso e valente que atravessara os mares, que afrontava os perigos de batalhas sangrentas, só por vê-la, só por obter um olhar dos seus olhos, uma palavra meiga dos seus lábios.

Ela também o amava.

Durante toda a sua vida romanesca, passada entre as paredes frias do convento, muitas vezes a sua alma se desprendia, sonhadora, a corporizar a esbelta figura de Duclerc, o forte mestiço por quem pulsaram tantos corações femininos.

Mas agora o seu espírito satisfeito embalava-se nas palavras cariciosas do seu ex-amante e ela nem ousara falar, de modo que se escapasse dos seus lábios uma palavra que traísse o seu amor.

Era-lhe bem mais agradável escutar aquela música sonora de frases ternas, como se ela lhe fosse de todo indiferente, como se fosse a banalidade estulta de todos os dias.

E Dona Garça dissimulava a sua imensa comoção sorrindo complacente, com piedade quase.

Entretanto, Duclerc, na meia-luz da velha casa da Rua da Ajuda, tinha no olhar chispas ardentes, fulgurações indescritíveis de uma velha paixão sopitada e que agora explodia com toda a fúria, com todo o império de sua grandeza.

— Já não me amas, Dona Garça?

— E por que não?

— Pois se há tanta frieza nos teus belos olhos, se nem uma palavra me dizes que me dê forças ao ânimo abatido...

— Enganas-te; sou a mesma.

Estas palavras foram ditas num tom de voz glacial, sem uma vibração, sem um colorido que denotasse partirem de uma alma sinceramente amorosa.

Duclerc conservou-se por um instante calado e pensativo. Súbito, como se alguma força estranha o abalasse todo, ergueu-se de mãos crispadas, olhos em chamas, terrível, quase sublime.

— Mulher infame e prostituída — exclamou —, tu não compreendes a grandeza de uma paixão veemente e alucinada! Nos braços do padre perdeste os últimos vislumbres do pudor; chafurdaste-te nos vícios e na dissolução; és indigna de mim! Vai-te!

E, empurrando-a brutalmente, alucinadamente, o francês voltou as costas, enquanto D. Garça caía por terra, trêmula, branca, da brancura imaculada de um lírio que um tufão despedaçasse.

Mas o velho cavalheirismo gaulês despertara em tempo na alma de Duclerc.

Voltou-se, os braços cruzados sobre o peito.

Dona Garça estava ajoelhada, as mãos postas numa súplica de perdão; dos seus negros olhos românticos, duas grossas lágrimas rolaram sobre a face alvíssima como duas pérolas líquidas sobre as pétalas de uma rosa.

O colar arfava-lhe, ofegante, fazendo oscilar as rendas do corpete.

Era a figura humanizada da Madona em toda a sua beleza mística, temperada de um estranho sabor de pecadora volúpia.

E os seus lábios brancos e trêmulos murmuravam apaixonadamente:

— Amo-te, Duclerc.

O francês tomou-a nos braços carinhosamente, como a uma criança, os seus lábios aproximaram-se como que atraídos por uma força oculta e dominadora e um grande beijo apaixonado e lúbrico soou cristalino e sonoro, selando a reconciliação.

(Continua)

SÁBADO, 27 DE MAIO DE 1905

A NOVA GALERIA
PRESENTIMENTOS
O CRUCIFIXO DE OURO

O bocado não é para quem o... encontra.

Dia a dia se vai tornando mais interessante este caso dos subterrâneos do Castelo, que veio trazer à banalidade chata de nossa vida burguesa uma nota estranha de aventura romanesca, fazendo vibrar o espírito popular que tem algo de feminino pela curiosidade com que espreita pela fechadura de todas as casas, na ânsia de tudo saber e penetrar, até os últimos detalhes.

Ninguém imaginaria a princípio que esse fato corriqueiro, que se chama em engenharia um movimento de terras, tomasse em pouco tempo as proporções extraordinárias de uma expedição de Jasão, de uma viagem do Cândido ao país do Eldorado.

Para alguns velhos, revolvedores da papelada secular, traças de arquivos e bibliotecas, o morro do Castelo sempre foi, porém, uma caixa impenetrável de segredos, um cofre de surpresas para onde os seus olhos perscrutadores se volviam curiosos, na esperança de adivinhar-lhe o conteúdo do bojo.

O engenheiro Dutra pronunciou o *Sésamo abre-te* naquela fuma de Ali Babá; a sua picareta demolidora foi a varinha mágica que tirou o encanto secular do morro, despedaçando o modelo resistente, abatendo com fragor grandes moles de granito, levando a eletricidade irreverente ao soturno âmbito dos subterrâneos, onde a voz humana ecoa hoje, após três séculos de silêncio e paz, com o tom diabólico de profanação que teria a música de “cake-walk” nas catacumbas de Roma.

Devem tremer no fundo da cova as ossadas dos jesuítas que solaparam a montanha e hoje a sentem profanada pelo progresso iconoclasta que deixa em sua passagem o cheiro acre do acetileno ou a claridade baça das lâmpadas elétricas.

No intuito muito nosso de servir ao público, não temos poupado esforços para trazê-lo a par de quanto de novo aparece naquele saco de coisas curiosas e interessantes.

Às nossas notas anteriores temos a acrescentar mais as seguintes.

Os trabalhos, graças aos esforços do incansável engenheiro Dutra, vão adiantadíssimos.

Arrebentada a dinamite na larga e fortíssima parede que obstruía a principal entrada do subterrâneo, foi ele percorrido numa extensão de nove metros e sessenta centímetros; aí continuava a galeria em plano superior, numa diferença de nível de um metro e meio.

Neste ponto era grande a quantidade de entulhos que interceptava a passagem: retirado este, foram cavados alguns degraus e a exploração continuou em linha reta num percurso de 23 metros. Daí parte uma derivação para a direita, já percorrida em 14 metros e meio de sua extensão.

O ramo principal continua, porém, contando-se 4 metros até a parede final que parece, entretanto, disfarçar a passagem para diante.

No braço secundário a que nos referimos há um fato interessantíssimo a notar: um pequeno trecho do solo, a terra que o constitui é diferente da vizinha, parecendo ter sido ali colocada e socada.

Batendo-a fortemente com o pé, ouve-se um som oco e abafado que faz imaginar com sobeja razão existir embaixo um compartimento vazio ou... cheio de apóstolos.

Como quer que seja, esse fato muito impressionou os Drs. Frontin, Getúlio das Neves, Berla e alguns frades capuchinhos que ontem visitaram o subterrâneo.

Hoje vai ser desvendado o segredo e praza aos céus não seja aquilo um conto do vigário, diga-se, do jesuíta.

Nota à margem: o crucifixo de ouro, encontrado nas escavações, está em poder do presidente da República; S. Ex.^a mostrou desejo de possuí-lo para *masquete* do seu fim de governo e por intermédio do Dr. Frontin conseguiu que o Dr. Dutra abrisse mão do estimado objeto.

DOMINGO, 28 DE MAIO DE 1905

OS ACHADOS DOS SUBTERRÂNEOS O CRUCIFIXO DE OURO E O CANDEEIRO DE FERRO

O Sr. Rodrigues Alves, logo ao saber do encontro do crucifixo de ouro, numa das galerias do morro do Castelo, foi pronunciando o *venha a nós* e chamando aos peitos o objeto achado pelo Dr. Dutra. Por seu lado, o Dr. Frontin, que para estas coisas não é mole, foi se apossando do candeeiro de ferro, encontrado na sala abobadada.

A seguirem as coisas, para o futuro, o mesmo rumo, e dado o caso de aparecer o S. Inácio de Loiola ou qualquer dos apóstolos, claro está que aqueles dois senhores se julgarão com o direito de carregá-los.

Que isso é torto como qualquer das galerias não pode haver a menor dúvida: tudo o que ali dentro possa estar guardado e que na opinião do Sr. Léo Junius representa riquezas fabulosas pertence de direito ao povo, único soberano — em doutrina e em imagem de retórica, é verdade.

Qualquer cidadão tem tanto direito ao crucifixo e ao candeeiro como os srs. Rodrigues Alves ou Frontin.

Ora, como é impossível dividir os objetos em partes iguais pelos milhões de almas que habitam o país — do Amazonas ao Prata e do Rio Grande ao Pará — ficam eles sendo de propriedade de todos em geral, sem ser de cada um em particular.

Todo cidadão pode apreciá-los de longe, com a vista unicamente.

Ninguém afirmará, agora, que nos lugares onde se acham atualmente possam os objetos ser admirados pelo povo. Além de ser um pouco cacete, pela formalidade, entrar no Palácio de Friburgo, não há tolo nenhum que acredite ser o Sr. Rodrigues Alves capaz de mostrar o crucifixo a quem deseje vê-lo.

Sendo assim, qual deve ser a conclusão a tirar? Simplesmente esta: tanto o crucifixo como o candeeiro devem estar em determinado ponto, para serem apreciados pelos seus legítimos donos, e isto em dias marcados pelos

encarregados da guarda de tais objetos e que nada mais são que representantes dos supraditos donos.

Podiam eles ficar na Gávea, na Tijuca, no Saco do Alferes ou em Santa Teresa, mas isso já dependeria de despesas com pessoal, instalação, etc.

Há, porém, uma casa mantida exatamente para guardar semelhantes objetos: é o Museu Nacional.

Por que não mandaram para lá o crucifixo e o candeeiro?

Então o Sr. Rodrigues Alves ou o Dr. Frontin, numa terra em que todos são iguais, podem se apossar de objetos encontrados em terrenos do Estado e encontrados quando se faziam escavações por conta desse mesmo Estado?

Se assim é, mandemos plantar batatas a tal igualdade, porque nenhum deles é melhor do que qualquer homem do povo, único pagante dos trabalhos feitos no morro do Castelo.

Vamos lá, Sr. Rodrigues Alves e Dr. Frontin, entreguem ao Museu Nacional o que lhes não pertence: isto aqui não é, positivamente, a casa da mãe Joana.

TERÇA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 1905

O labirinto subterrâneo do morro do Castelo complica-se cada vez mais.

Foram confirmadas as suspeitas de que no terreno adquirido pela Mitra para construção do palácio arquiiepiscopal existissem novas galerias.

Ontem a turma de exploração, sob a direção do Dr. Dutra de Carvalho, encontrou a entrada de duas novas galerias.

Os trabalhos de desentulho prosseguem, devendo hoje estarem as galerias em condições de serem examinadas.

QUARTA-FEIRA, 1º DE JUNHO DE 1905

**OS TESOUROS DO MORRO DO CASTELO
NA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

No expediente da sessão de ontem, da Câmara dos Deputados, foi lido um requerimento do engenheiro Henrique G. Dab Verme, dirigido ao Congresso Nacional e concebido nos seguintes termos:

“O engenheiro Henrique G. Dab Verme requereu ao Congresso Nacional o favor de lhe permitir a exploração e desobstrução das galerias do Morro do Castelo para os fins indicados no seu requerimento de 16 de abril de 1903, sendo considerada justa a sua pretensão, sem ônus para a Nação, e por isso a comissão da fazenda e indústria da Câmara redigiu o projeto nº. 321, de 1904, cuja discussão ficou parada por ter-se encerrado o Congresso.

“O suplicante, como é sabido, desde alguns anos se tem dedicado a estudos arqueológicos, e conhecendo por documentos antigos que possui a existência de galerias subterrâneas no referido morro, pediu o favor da exploração para descobri-los ao público; sendo certo que ele conhece o lugar em que os jesuítas depositaram os seus valores, e dado o caso, fossem estes encontrados, de acordo com a lei vigente, em parte pertenceriam ao requerente.

“Depois de muito tempo gasto e de sacrifícios feitos do maior valor, quando esperava o suplicante que as suas ideias e seus sacrifícios seriam recompensados, eis que o governo manda demolir o dito morro, e neste sentido se está procedendo a escavações, já se tendo achado duas galerias, aliás sem muita importância, por serem consideradas de defesa. Mas assim ir-se-á destruindo obras de arte de subido valor, além de ser inutilizado o melhor ponto estratégico da cidade, primitiva fundação de S. Sebastião, hoje do Rio de Janeiro, donde se poderia com pouca despesa reconstruir uma poderosa

fortificação, sobre os alicerces da iniciada pelos jesuítas, que vem desde a base desse morro.

“Se o governo pretende com o arrasamento descobrir o tesouro que se supõe existir, o meio empregado não é decerto o mais próprio, porque levará mais de três anos para esse arrasamento, e só no fim desse prazo e de haver despendido muito dinheiro talvez poderá ser encontrado o esconderijo que servia de depósito aos referidos valores. Entretanto o requerente com as plantas que possui poderá facilmente ir direto ao lugar e aí verificar a existência ou não do citado tesouro, sem aliás destruir as galerias e salões subterrâneos, que poderão ser expostos ao público e projetados, para assim se conservar a tradição da sua construção, forma, direção, monumentos etc.

“O suplicante já se entendeu com os Srs. Ministro da Fazenda e da Viação, engenheiro-chefe da Avenida Central, e todos são de opinião que o Congresso Nacional pode conceder ao requerente a autorização solicitada, e até, se antes não houvessem sido descobertas todas as galerias, o suplicante iria mostrá-las.

“Além das galerias subterrâneas do Morro do Castelo, o requerente conhece outras existentes nesta capital e fora dela, e por isso solicita do Congresso o favor de estender a concessão para os demais pontos que o suplicante indicar na ocasião de ser lavrado o respectivo contrato com o Ministério da Fazenda.”

SÁBADO, 3 DE JUNHO DE 1905

EPÍLOGO

Não espantara do Castelo a volta rápida do padre João de Jouquières. Toda a comunidade sabia que o fidalgo francês, habituado à vida calma e descuidosa das cortes, amando o mundo e as suas paixões, embora os fingisse desprezar, não se submeteria por muito tempo às dolorosas provações da catequese no fundo dos sertões brasileiros.

De resto, o superior da Ordem sentia-se vingado; D. Garça não quisera escutar os seus protestos de amor, é verdade; mas agora, ele o sabia claramente, estava nos braços de outro, do seu ex-amante e isto bastava para que ele se sentisse compensado da sua humilhação pela humilhação do rival.

Entretanto, o padre João, sentindo-se traído, concebeu friamente, calculadamente o seu plano de diabólica vingança. Ao chegar a S. Sebastião foi o seu primeiro passo dirigido para o Colégio onde apresentou ao seu prior desculpas tais que este fingiu aceitar.

Logo na noite imediata, embuçado em longa capa, seguiu pela galeria do Norte e daí tomou a derivação que ia ter à casa da sua amante infiel.

Mergulhada na treva espessa de uma noite de inverno, a cidade dormia. Nas ruas silentes e solitárias nem um rumor sequer vinha despertar o sono profundo e quieto da população.

Duclerc recolhera-se cedo à casa de sua eleita.

Reconciliados e felizes, as horas passavam-se tão céleres que cumpria aproveitá-las todas, avaramente, com medo que fugissem para não mais voltar.

Atravessando a extensa galeria, o padre João sustentava na mão esquerda uma candeia de azeite, enquanto a direita comprimia nervosamente o cabo negro de um punhal.

Vencida a pequena escada que dava acesso para a sala onde D. Garça costumava fazer as suas orações, ei-lo de pé, em frente ao oratório onde bruxuleava a luz mortíça de uma lamparina.

Depôs no chão a candeia de azeite que uma forte lufada de vento apagou.

Depois, pé ante pé, dirigiu-se à sala de jantar e daí por um pequeno corredor chegou à porta do dormitório de sua ex-amante.

Os lábios do jesuíta tremiam de ódio e comoção; entretanto os seus dedos crispados comprimiam com fúria o cabo do punhal preparando o golpe certo e decisivo.

A porta estava semiaberta; olhou.

Os seus olhos, acostumados à treva, divisaram sobre o leito alvíssimos dois corpos humanos ligados num mesmo abraço.

O ódio irrompeu então, indomado e terrível na sua alma, presa de uma angústia sem nome; venceu a pequena distância que o separava do leito e com o punhal erguido, pronto a vibrar o golpe, contemplou um momento aqueles dois corpos adormecidos.

Depois, num movimento rápido e seguro, a lâmina branca do punhal cravou-se inteira no peito de Duclerc.

Ele não dera um gemido; o ferro atravessara-lhe o coração, matando-o instantaneamente.

D. Garça despertou sobressaltada; os seus olhos negros e faiscantes distinguiram na treva do quarto o vulto do jesuíta; compreendeu tudo e, sentindo ao lado o corpo exâmine e frio do seu amado, exclamou:

— Mata-me, Jean.

— Não, não te matarei — tornou este —, tu és agora minha, somente minha, não tenho mais rival.

— Enganas-te! — exclamou D. Garça, erguendo meio corpo do leito. — Era ele a quem eu amava; mataste-o, pois bem, jamais te tornarei a pertencer, covarde!

As faces do jesuíta contraíram-se num *rictus* de ódio terrível; uma nuvem negra de vingança e de vergonha passou ante os seus olhos esgazeados; a sua mão crispada mais uma vez se ergueu e a um golpe de punhal o corpo de D. Garça caiu redondamente no leito.

No dia seguinte espalhava-se por todo S. Sebastião a notícia da morte misteriosa de Duclerc.

Em vão se fizeram pesquisas para a descoberta do assassino do capitão francês e da bela italiana.

Mas deu muito o que falar a estranha coincidência de ter sido encontrado no mesmo dia, no leito da sua cela do colégio, o corpo inanimado do padre João de Jouquières e junto ao seu cadáver um vidro de veneno e um punhal tinto de sangue.

Aqui termina o manuscrito.

DIREÇÃO EDITORIAL

Daniele Cajueiro

EDITORA RESPONSÁVEL

Janaína Senna

PRODUÇÃO EDITORIAL

Adriana Torres

Pedro Staite

Rachel Rimas

REVISÃO

Carolina Vaz

Eduardo Carneiro

Frederico Hartje

Luisa Suassuna

Marcela Isensee

Roberto Jannarelli

Thais Entriél

Igor Waltz

Livia Cabrini

Sabrina Primo

André Marinho

Anna Beatriz Seilhe

Nina Lopes

Sabrina Primo

Thais Entriél

CAPA

Sérgio Campante

DIAGRAMAÇÃO

Futura

PRODUÇÃO DO EBOOK

Ranna Studio

**Triste
fim de
Policarpo
Quaresma**

Lima
Barreto



Triste fim de Policarpo Quaresma

Barreto, Lima

9788520939024

248 páginas

[Compre agora e leia](#)

Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922), filho de um tipógrafo da Imprensa Nacional e de uma professora pública, era mestiço e foi iniciado nos estudos pela própria mãe. Ainda estudante, começou a publicar seus textos em pequenos jornais e revistas estudantis, incrementando mais tarde sua militância na imprensa, lutando contra as injustiças sociais e os preconceitos de raça, de que ele próprio era vítima. Publicado inicialmente em folhetins no ano de 1911, Triste fim de Policarpo Quaresma é um romance do período do pré-modernismo brasileiro. Por meio da vida tragicômica do major Quaresma, um nacionalista fanático, ingênuo e idealista, Lima Barreto revela as estruturas sociais e políticas do Brasil da Primeira República, enfocando os fatos históricos do governo de Floriano Peixoto.

[Compre agora e leia](#)

Organização e edição de Aníela Jaffé

MEMÓRIAS, SONHOS, REFLEXÕES

CARL G. JUNG



Memórias, Sonhos, Reflexões

Jung, Carl G.

9788520932193

424 páginas

[Compre agora e leia](#)

Reunidas e editadas poucos anos antes da morte de Jung, por Aniela Jaffé, sua colaboradora, essas memórias se apresentam como uma autoanálise de um dos grandes pensadores da humanidade. Nelas, estão presentes fatos como a pesquisa do inconsciente como caminho do eu interior, as divergências da psiquiatria do princípio do século e as viagens à África.

[Compre agora e leia](#)



Somos o
Brasil
NELSON RODRIGUES
WE ARE BRAZIL



Somos o Brasil

Rodrigues, Nelson

9788520938218

128 páginas

[Compre agora e leia](#)

Graças à seleção, descobrimos o Brasil. Tenho um amigo que é um dos tais brasileiros rubros de vergonha. Dizia-me: — "Junto da europeia, a nossa paisagem faz vergonha." Mas ele dizia isso porque jamais olhara a nossa paisagem. O escrete, porém, derrotou o seu esnobismo hediondo. Depois da vitória sobre a Bulgária, ele viu, pela primeira vez, o Cristo do Corcovado. E veio me dizer, de olho rútilo: — "Parece que temos aí um morro que promete, um tal de Pão de Açúcar!" Thanks to the soccer national team, we discovered Brazil. I have a friend who is one of such Brazilians who are crimson with shame. He told me: — "In comparison with the European landscape, ours is a shame." But he said that because he had never looked at our landscape. The team, however, defeated its heinous snobbishness. After the victory over Bulgaria, he saw, for the first time, the Christ of Corcovado. And he came to tell me, with bright eyes: — "It seems that we have here a promising hill, the Sugarloaf Mountain!" EDIÇÃO BILÍNGUE / BILINGUAL EDITION

[Compre agora e leia](#)



RUBEM
FONSECA

Calibre 22

Rubem Fonseca

Calibre 22

Fonseca, Rubem

9788520941355

208 páginas

[Compre agora e leia](#)

Neste novo livro de contos, Rubem Fonseca traz de volta um personagem marcante de sua trajetória literária, o detetive Mandrake, contratado para desvendar quem está por trás de uma série de assassinatos envolvendo o editor de uma famosa revista feminina. Além dessa, a coletânea reúne outras narrativas mais curtas, em que temas caros ao autor voltam à cena, entre eles a desigualdade social e suas consequências muitas vezes trágicas; a violência motivada por racismo, misoginia, homofobia e outros preconceitos; a crítica velada ou escancarada a dogmas religiosos; as atitudes imprevisíveis de mentes psicopatas. Tiros certos de um autor do mais alto calibre.

[Compre agora e leia](#)

Nelson Rodrigues

A PÁTRIA DE CHUTEIRAS



A pátria de chuteiras

Rodrigues, Nelson

9788520938188

136 páginas

[Compre agora e leia](#)

"Já descobrimos o Brasil e não todo o Brasil. Ainda há muito Brasil para descobrir. Não há de ser num relance, num vago e distraído olhar, que vamos sentir todo o Brasil. Este país é uma descoberta contínua e deslumbrante." Nelson Rodrigues Nelson Rodrigues marcou um lugar indiscutível, revolucionário no teatro. No entanto, o Nelson cronista, o comentarista de futebol, não é menos importante. Nelson Rodrigues foi o escritor brasileiro que "leu", "releu" nosso país pelo campo, pela bola, pelos craques. Ele viu e compreendeu, antes de todos, a grandiosidade da nossa pátria. Defendeu a nação com uma paixão pura. "Anunciou", "promoveu", "profetizou" a força do Brasil.

[Compre agora e leia](#)